Jornais e Boletins da Adufrj–SSind publicados no período de 01/1996 a 12/1996.

J.O.R.N.A.L

Associação dos Docentes da UFRJ

ANDES-SN

Nº 20
Dezembro/95
Janeiro/96

ADUFRJ

CAMPANHA SALARIAL

Governo acena com a possibilidade de não reajustar os servidores públicos federais na data-bztse, em janeiro. Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e demais servidores reivindicam reposição emergencial de 59,96%. Páginas 4 e 5.

Assembléia Geral

quinta-feira
14 de dezembro
14 horas
Auditório do CFCH
Campus da Praia Vermelha

Pauta

Medida Provisória 1195 (fim do abono pecuniário)

Ação judicial pelo reajuste de 28,86% concedido aos militares em janeiro de 93

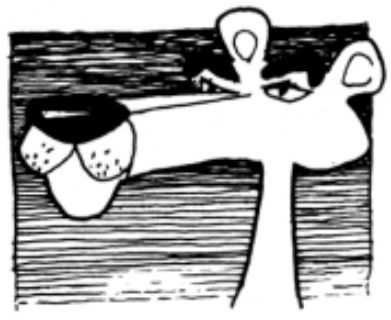
Preparativos para o XV Congresso da Andes-SN (fevereiro/96)

Campanha Salarial/96

A verdade sobre os 28,86%

Andes-SN recomenda Ações locais. ADUFRJ faz assembléia onde será discutido o reajuste que foi concedido somente aos militares, em 93. 8

Nova diretoria e Conselho de Representantes tomam posse. 6



ENTREVISTA COM A PANTERA SOBRE A PASTA ROSA 8

AD editorial

Vencer a inércia

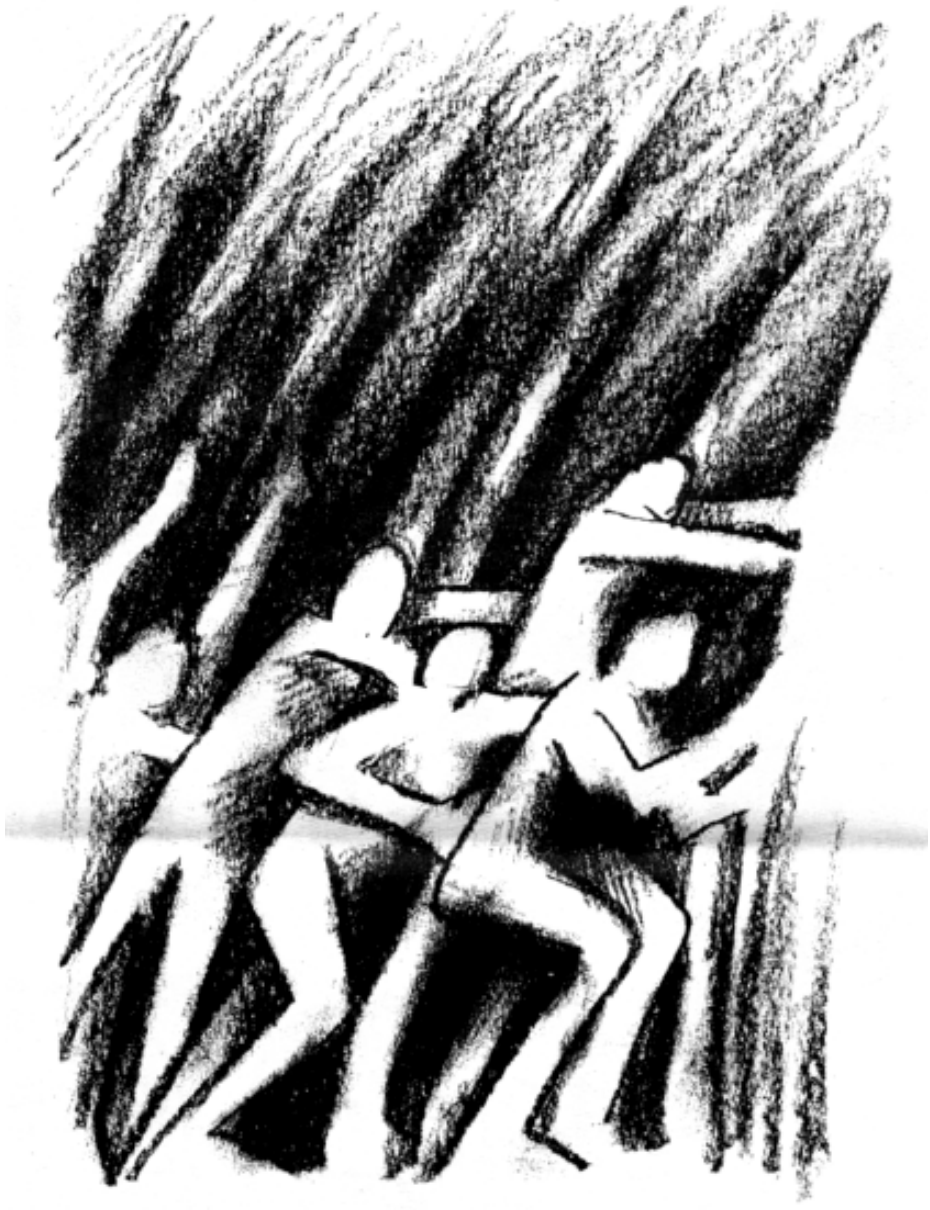
ESTAMOS às vésperas da data-base na qual nossos salários devem ser reajustados e as perspectivas não parecem ser nada boas. As perdas salariais são enormes e o governo ameaça nada repor.

E não fica só nisso. Proíbe a venda do terço das férias, por medida provisória, justamente na época que o calendário escolar nos obriga a escolher. Ameaça com a burocracia do ponto sem qualquer consideração pelo conteúdo do nosso trabalho. Estrangula a universidade através da contenção de verbas e da não realização de concursos. Impõe, com a conivência "negociada" do Congresso, a reforma liberal do estado e da previdência social.

A tudo isto, nossa categoria tem reagido de forma escandalosamente tímida. Há protestos isolados de alguns dirigentes universitários e sindicais, cartas de docentes a jornais, alguns discursos em sala de aula etc. Mas falta a resistência coletiva e organizada que já deu mostras, no passado, em condições até mais adversas, da sua capacidade de luta e de influência na política nacional.

Podemos(e devemos) fazer muitas avaliações sobre como chegamos a este estado de coisas. A conjuntura, no entanto, é grave demais para que continuemos a nos omitir. É preciso ação urgente e decisiva, coordenada a nível local e nacional. O que está em perigo é o serviço público em geral e a universidade pública em particular.

Nossa Associação, como outras entidades, tem passado por graves dificuldades, que começam a ser enfrentadas. Estamos com uma diretoria mínima e um conselho de representantes em crescimento. Elegemos como prioridades básicas a conscientização e a mobilização da categoria. As reuniões nas unidades e a Assembléia Geral de 14/12 são os próximos passos. Sua participação é necessária e contamos com ela.



JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Explosão no Instituto de Física

Instalações do bloco A do CT são precárias. Diretor do Instituto de Física quer novo prédio, avaliado em R$ 12 milhões.

Um reservatório de nitrogênio líquido explodiu no Laboratório de Baixas Temperaturas, no quarto andar do Instituto de Física, na sexta-feira, dia 1 de dezembro, por volta de meia noite. O acidente causou estragos que podem chegar a R$ 200 mil, segundo o diretor do Instituto, professor Bernard Marechal. Para ele, é muito provável que o acidente tenha ocorrido por se tratar de um cilindro de mais de 15 anos e que não vem sofrendo verificação há muito tempo, por falta de verba para manutenção em laboratórios como esse. Cada reservatório deste tipo custa em tomo de 10 mil dólares e sua verificação anual custa U$ 1.000.

Se o acidente tivesse ocorrido de dia ou durante as aulas noturnas provavelmente tomaria proporções de tragédia. Com a explosão, causada pelo aquecimento rápido do nitrogênio, o reservatório atingiu o teto do laboratório, danificando a laje do quinto andar e caiu no piso de uma sala de aula do terceiro, perfurando mais duas lajes. Essa explosão não é a primeira e poderá não ser a última em um edifício que foi projetado, segundo o diretor do IF "para abrigar gabinetes e há mais de 30 anos vem alojando laboratórios, bibliotecas e salas de aulas, muitos deles com instalações inadequadas para sua utilização". O diretor vem tentando fazer com que a reitoria encampe um projeto de construção de um prédio para o IF avaliado em R$ 12 milhões.

O reservatório mantém o líquido em uma temperatura de - 196 ºC, muito abaixo da temperatura ambiente, funcionando como uma espécie de garrafa térmica de aço e alumínio, separados a vácuo. O que pode ter ocorrido, segundo alguns professores do Instituto e o próprio Marechal, é que devido à idade do reservatório e à falta de verificação da parte interna as válvulas de segurança não suportaram uma provável fissura no alumínio, havendo aquecimento super acelerado, o que provavelmente causou a explosão.

O IF possui outro reservatório igual ao que explodiu, que foi desativado no dia do acidente. O nitrogênio armazenado nesse tipo de equipamento serve para a produção de gás hélio e outros materiais que são utilizados por varias unidades, inclusive vizinhas do IF, como o Instituto de Química, a Escola de Engenharia. entre outras. Devido a explosão, cinco laboratórios poderão ter suas atividades paralisadas, além de comprometer várias pesquisas e estudos em curso.

De acordo com o professor Marechal, a perícia será feita por técnicos da COPPE. A diretoria do Instituto também está aguardando um relatório da comissão responsável pelo serviço de produção de líquidos criogênicos, formada por professores da unidade que respondem diretamente pelo laboratório. A empresa White Martins segundo Marechal, se ofereceu para pagar os custos da perícia. Esta mesma empresa possui vários outros cilindros, alugados pela universidade, que circulam diariamente pelos corredores e elevadores do Bloco A. Segundo a direção do IF, a responsabilidade pela segurança desses equipamentos é da própria WM e não há prática de fiscalização por parte da universidade ou do Instituto para averiguar se os cilindros contendo vários tipos de gases estão realmente em boas condições.

Embora pertencente ao CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, o IF ocupa parte do terceiro e quarto andares do bloco A do Centro de Tecnologia. Parte do quarto, o quinto e o sexto andares são ocupados pelo Instituto de Química, também do CCMN, que possui instalações em condições tão ou más precárias do que seu vizinho.

Não é de hoje que a comunidade reclama das condições do bloco A do CT. Elevadores que nunca funcionam, fontes radioativas, cilindros de gás que circulam diariamente no hall, dentro dos elevadores e nos corredores. Entrepisos são utilizados para todos os tipos de tubulação, elétrica, hidráulica e de gases, sem conhecimento total do que é instalado. O sistema de incêndio também não sofre verificação periódica e muito menos é proporcionado qualquer tipo de ensaio para prevenção de acidentes ou incêndios para as pessoas que freqüentam o prédio.

Universidade Solidária é criticada

Programa lembra Projeto Rondon e é questionado por conselheiros da ADUFRJ

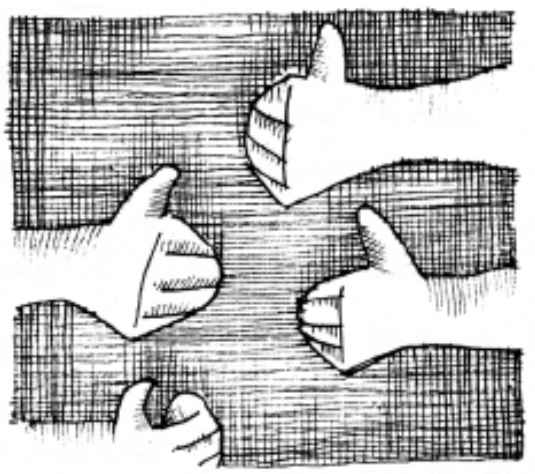
O projeto piloto Universidade Solidária pretende mandar 1000 estudantes e 100 professores de 62 universidades para municípios do nordeste e da região do Vale do Jequitinhonha (MG) para atuarem em comunidades carentes levando conhecimentos básicos de higiene, saúde, educação, ensino à distância e cidadania. A projeto é promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em parceria com o MEC e com o programa Comunidade Solidária.

O objetivo do projeto, que lembra o antigo projeto Rondon dos anos 60 e 70, é mobilizar os estudantes e as universidades para atuarem nas regiões carentes do país e inicialmente funcionará em 110 municípios. Cada estudante receberá R$ 250,00 para trabalhar durante um mês.

Prefeituras de todos os municípios do interior do Nordeste com população variando entre 10 mil e 30 mil habitantes foram informadas do programa, mas somente as primeira 100 cadastradas participarão do projeto, que começa em fevereiro.

Na primeira quinzena de janeiro, os estudantes receberão nas próprias universidades um treinamento para repassar os conhecimentos adquiridos. Eles receberão também o material com que irão trabalhar, produzido por entidades como Fiocruz, Fundação Roberto Marinho, MEC e SENAI. As prefeituras irão abrigar os estudantes e alimentá-los durante as três semanas de duração do programa. Após essa fase experimental, os organizadores junto com os alunos e lideranças comunitárias farão uma avaliação do trabalho realizado e o MEC e o CRUB decidirão se o programa é viável e se terá continuidade.

Já na primeira reunião do Conselho de Representantes da ADUFRJ, o projeto foi alvo de críticas em relação aos seus objetivos. O principal questionamento dos professores foi a falta de um projeto acadêmico discutido com a comunidade universitária para o desenvolvimento deste tipo de trabalho. Tendo a mesma filosofia do Programa Comunidade Solidária, o receio dos docentes é que no programa estudantes e professores sirvam de instrumento para levar "kits miséria" para a população carente do interior do país.



O programa Comunidade Solidária, inspiração para o projeto Universidade Solidária, foi duramente criticado na primeira Conferência Nacional de Assistência Social por delegados de 700 entidades governamentais e não-governamentais, que pediram sua extinção. Ao todo o encontro produziu oito moções de repúdio ao programa coordenado por dona Ruth Cardoso. Segundo os participantes da Conferência, o Comunidade apenas distribui cestas alimentares e repassa merendas para escolas, esta última uma tarefa que cabe ao próprio governo.

JANEIRO É O MÊS DA DATA-BASE

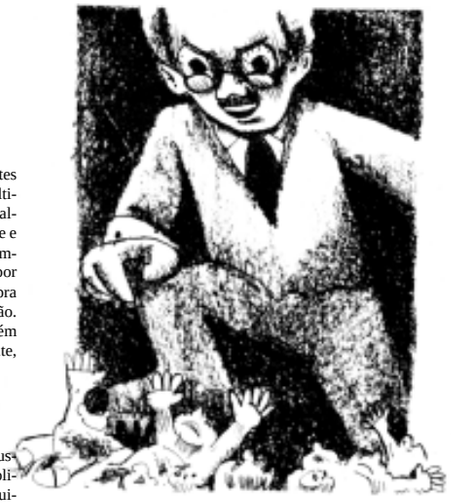
A inflação do Real

De tão evidentes, as perdas salariais recentes sofridas pelos servidores públicos federais nos últimos tempos são inquestionáveis. Não é preciso calcular índices para saber que a inflação do real existe e que os reajustes concedidos pelo governo não a acompanham. O simples fato, percebido diariamente por todos nós, de que o dinheiro que se ganha compra cada vez menos coisas é a maior prova desta situação. Ainda sem precisar calcular nada, podemos também concluir que este descompasso não é insignificante, pois, se o fosse, sequer o perceberíamos.

A necessidade de uma política salarial

Só este fato já seria motivo suficiente para justificar uma política salarial para os servidores públicos que lhes garantisse a manutenção do poder aquisitivo dos salários, independentemente da maior ou menor afeição que o governante de plantão pudesse ter por eles. Assim como a estabilidade, a proteção dos salários é uma condição absolutamente necessária para o exercício isento e adequado da função pública.

A inexistência de tal política (e mesmo de qualquer política) não é uma novidade do Plano Real. Todos os muitos planos econômicos que se abateram sobre o país nos últimos dez anos tiveram sua sustentação na revogação de mecanismos de proteção dos



salários, "congelados" após reajustados, sempre para baixo, conforme a "media real" de alguns meses anteriores. Com isto, cada plano tratou de consolidar a perda salarial provocada pelo plano anterior, antes que os trabalhadores conseguissem recuperá-la. Assim, não foi por acaso que os planos sempre surgiram em ocasiões nas quais os salários começavam a "indexar-se", a exemplo das rendas, juros e similares. O essencial dos planos tem sido justamente a abolição da política salarial vigente.

Gastos da União com pessoal

Lei de 95 retira possibilidade de aumento dos servidores públicos federais

O governo federal vem plantando na grande imprensa a notícia de que os gastos da União com pessoal em 1995 ultrapassam o limite permitido pela Constituição Federal (CF). A verdade não é bem essa. O que a CF fez foi determinar, no seu art. 169, que algum limite deveria ser fixado, através de lei complementar. Enquanto isso não ocorreu, ficou valendo o artigo 38 do Ato das Disposições Transitórias, que definiu este limite em 65% da Receita Corrente.

Em 1989, a deputada federal Rita Camata apresentou um Projeto de Lei Complementar (PL 195) sobre o assunto, no qual o limite ficou reduzido para 60% da Receita Corrente Líquida, que corresponde à Receita Corrente diminuída de diversos valores, principalmente de despesas com benefícios da Previdência Social.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara em 91 e pelo Senado em 95, tendo se convertido na Lei Complementar 82, de 23/03/95. Para se ter um idéia das conseqüências desta mudança de critério, basta analisar os valores do Orçamento da União para 95: como a Receita Corrente prevista era de R$ 111,44 bilhões, o limite para os gastos com pessoal seria pela lei anterior de 65% desse valor, isto é, R$ 72,44 bilhões. Já pela nova lei, o limite baixou para R$ 31,69 bilhões, correspondentes a 60% da Receita Corrente Líquida, orçada em R$ 52,81 bilhões. Como as despesas previstas com pessoal e encargos sociais somam R$ 31,21 bilhões, a nova lei em vigor não deixou praticamente nenhum espaço para aumento salarial. Pela legislação anterior, os salários poderiam até ser dobrados, sem desrespeitar o tal "limite constitucional".

Que índice estamos reivindicando?

Ainda que seja claro que nossos salários se desgastaram, não parece claro, no entanto, como quantificar esse desgaste e como reivindicar a sua reposição. A quantificação em si parece defrontar-se com grandes dificuldades técnicas. Afinal, tivemos nestes últimos anos uma inflação acumulada com dez algarismos, atingindo seis diferentes moedas, acompanhada de uma enxurrada de mais de sessenta instrumentos legais sobre salários (leis, decretos, medidas provisórias - sem contar reedições -, portarias etc), que resultaram numa enorme quantidade de índices, tabelas, reajustes, abonos, gratificações etc.

Mas a dificuldade não é técnica e sim política. O verdadeiro problema consiste em se chegar a um acordo sobre os índices de inflação a usar, o caráter dos reajustes recebidos e o período a ser reposto. Uma vez fixados estes eixos, o cálculo da reposição necessária, embora trabalhoso, não tem mistérios. A escolha do índice de inflação é crucial. Conforme a escolha, a inflação dos últimos doze meses foi igual a apenas 15%, pelo IGP-M da FGV, ou a 47%, pelo ICV do DIEESE, passando pelos 24% do INPC do IBGE, entre tantos outros. Os sindicatos tem historicamente adotado o cálculo do DIEESE, por considerá-lo imune a manipulações. A ultima variação calculada foi a de novembro/95, igual a 2,79%. Nos exemplos que se seguem, suporemos 2,5% para dezembro.

Escolhido o índice, o reajuste a ser reivindicado dependerá também de como considerar os reajustes concedidos a título de isonomia (12,99% em setembro de 1994 e 9,37% em dezembro de 1994) e os aumentos da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) (que era de 100% do vencimento em janeiro de 1994 e passou para 120% em fevereiro, para 140% em abril e para 160% em junho).

Os reajustes por isonomia têm o objetivo de equiparar os salários dos servidores dos vários poderes e seriam devidos mesmo que não houvesse inflação. Por sua vez, a GAE, embora incorporada ao salário para fins de descontos (Imposto de Renda e Previdência Social), não o é para fins de vantagens (anuênios).

Podemos assim calcular vários índices de reajuste para janeiro de 1996. Se quisermos, por exemplo, repor as perdas desde janeiro de 1994 sem levar em conta os ganhos por isonomia, precisamos de um aumento de 141,01%. Não considerando os aumentos da GAE, este número sobe para 213,31%. Se for só para repor as perdas desde janeiro de 1995, o aumento deverá ser de 47,06%.

Já se quisermos retornar aos níveis salariais de abril de 1987 (quando se fez a isonomia das fundações e autarquias), levando em conta todos os reajustes, a qualquer título, havidos de lá para cá, os salários deveriam ser reajustados em 75%. Este cálculo foi feito com base na comparação do salário de Auxiliar I 20horas com o salário mínimo do DIEESE.

A reposição salarial emergencial de 59,96%

Em agosto deste ano, a ANDES-SN preparou uma proposta de política salarial para os SPFs para a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores federais (CNESF). As perdas salariais acumuladas entre janeiro de 1994 e junho de 1995, calculadas nessa época sem se levar em conta a isonomia e a GAE, atingiam 184,37%. A proposta propõe que se reivindique uma **REPOSIÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL** para janeiro de 1996 igual a 59,96%, além da reposição de 10,83%, relativa ao IPC-r acumulado de janeiro a junho de 1995. A combinação destes dois índices corresponde aos 184,37% descontados dos reajustes relativos a isonomia (23,39%) e a GAE (30%).

A pauta de reivindicações e a negociação

A proposta está em discussão. É importante que haja consenso entre todos os sindicatos de servidores públicos quanto ao índice de reajuste reivindicado, para que tenhamos mais força nas negociações com o governo. A posição deste até agora foi a encenação de uma discordância entre o ministro Serra, que dizem os jornais não querer conceder qualquer reajuste e o ministro Bresser, que estaria "lutando" para nos conseguir um reajuste de 10,83%. Acredite quem quiser. O caráter político da determinação do índice de reajuste e dos demais itens da pauta de reivindicações mostra com clareza a necessidade da participação mais intensa possível de todos os docentes na discussão dos critérios a adotar. Tão importante quanto o consenso entre os sindicatos é a coesão da nossa categoria e esta só poderá ser obtida através do esclarecimento e do debate.

A campanha salarial está na pauta da Assembléia Geral da ADUFRJ do dia 14 de dezembro. Nas unidades onde foram eleitos representantes, serão realizadas reuniões preparatórias entre os dias 12 e 14, nas quais haverá mais tempo para a discussão dos pontos de pauta da Assembléia. O sucesso das negociações com o governo depende completamente do grau de mobilização da categoria que conseguir-mos atingir, pois este determinará a pressão que seremos capazes de exercer sobre o governo. Só quem não acompanha a política nacional é que pode achar que o governo é imune a pressões. Vamos deixar que só se exerçam sobre ele as pressões de banqueiros, fazendeiros e empresários?

Os eixos e reivindicações para a data-base (janeiro de 1996) indicados pelo Setor dos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Andes-SN em 11/11/95.

Para a pauta do setor:

Autonomia, democracia e verbas
- carreira única;
- regime jurídico único;
- isonomia entre as IFES;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- garantia de financiamento público para as IFES.

LDB
- Substitutivo Cid Sabóia ao PLC 101/93.

Emprego
- estabilidade;
- concurso público.

Salário
- política salarial;
- índice de reajuste (59,96%);
- pagamento dos precatórios';
- incorporação da GAE no seu valor mais alto.

Aposentadoria
- garantia de aposentadoria por tempo de serviço;
- equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados;
- manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do Ministério da Educação e do Desporto. Este pagamento não pode se dar na conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".

Pauta dos Servidores Públicos Federais

Garantia e valorização dos serviços públicos
- investimentos públicos para implementação de políticas sociais que assegurem educação, segurança e seguridade social (saúde, previdência e assistência).

Salário
- política salarial;
- índice de reajuste (59,96%);
- isonomia entre os três poderes;
- incorporação da GAE no seu valor mais alto.

garantia dos direitos sociais
- emprego;
- estabilidade;
- concurso público;
- RJU;
- aposentadoria por tempo de serviço e com equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados:

ADUFRJ tem nova diretoria

A chapa Reconstrução durante a solenidade da posse para a gestão 95/97

"O IDEAL seria se tivéssemos tido mais discussão e debates em relação às pro postas desta chapa, que inicia hoje seu mandato como uma chapa mínima e sua atuação certamente vai depender de um esforço conjunto com os 27 novos Conselheiros e os professores da UFRJ. O movimento docente é o espaço correto para debater nossas contradições no interior da universidade". Com essas paIavras o professor José Miguel SaIdanha Bendrao, eleito presidente da AD, juntamente com a vice-presidente Rosanne Dias e o 1º Secretário Edwaldo Cafezeiro, chamou a atenção dos professores presentes à solenidade de posse da nova diretoria para a necessidade da retomada das discussões em tomo dos rumos da entidade e do movimento docente na UFRJ.

Eleita por um total de 585 votantes, a nova diretoria da Associação de Docentes da UFRJ para o biênio 1995/97 contará com um Conselho de Representantes formado por 27 professores de várias Unidades. Esta nova composição da ADUFRJ promete promover condições para a reconstrução do movimento na universidade. Do programa da chapa constam a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade e a luta contra as reformas constitucionais que ameaçam as condições básicas para o exercício das funções do professor universitário. A promoção de debates, a luta pela democratização dos colegiados, pela transparência administrativa e pela qualidade acadêmica também são pontos de destaque no programa da nova diretoria que tomou posse dia 24 de novembro na Escola de Música da UFRJ.

Conselho é renovado com 27 professores

Grupos de Trabalho da Andes-SN

GT Política Educacional
GT Carreira Docente
GT Verbas
GT Comunicação e Artes
GT Ciência &Tecnologia
GT História do Movimento Docente
GT Seguridade Social
GT Política Agrária

O novo Conselho de Representantes da ADUFRJ fez sua primeira reunião no dia 6 de dezembro. Estiveram presentes 13 conselheiros e quatro justificaram a ausência. No total são 27 professores que junto com a nova diretoria da AD estarão em contato direto com seus colegas em cada unidade representada.

A pauta dessa primeira reunião incluía a discussão sobre Campanha Salarial 96, a programação da ADUFRJ para o próximo ano, o XV Congresso da Andes-SN em fevereiro entre outros assuntos. Mas o tema mais debatido foi sem dúvida a questão salarial dos docentes e demais servidores públicos federais.

Com o governo acenando com a possibilidade de não dar nenhum reajuste em janeiro, mês da data-base dos SPFs, os membros do Conselho presentes na reunião resolveram promover encontros com outros professores em suas Unidades ainda antes da Assembléia Geral do dia 14 de dezembro, onde será discutida toda a Campanha e a pauta de reivindicações que foi proposta na reunião do Setor das Federais da Andes-SN, dias 10 e 11 de novembro, em Brasília.

O Conselho iniciou um planejamento de possíveis eventos promovidos pela ADUFRJ para 96. Surgiram várias idéias. A realização de debates combinando assuntos relacionados ao dia-a-dia da universidade e temas mais conjunturais foi uma proposta de vários conselheiros.

Na reunião foram lembrados os diversos seminários, encontros e outros eventos dos Grupos de Trabalho da Andes-SN, que, segundo os conselheiros, devem ter uma presença constante de professores da UFRJ. Os GTs da Andes-SN se dividem em temas como Ciência & Tecnologia, Política Agrária, Verbas, Política Educacional, Comunicação e Artes entre outros.

Déficit docente

Os Conselheiros presentes aceitaram a proposta da nova diretoria para a realização de um levantamento sobre a real situação de concursados que ainda não foram nomeados, substitutos e outros professores que estiverem exercendo funções docentes em condições de trabalho precárias. Os Conselheiros encarregaram-se de fazer nas suas respectivas unidades um mapeamento do déficit de docentes e das condições de trabalho dos que não fazem parte do quadro efetivo da universidade.

MST denuncia campanha contra reforma agrária

Agência Andes (Brasília) - As denúncias de vendas de lotes no Pontal de Paranapanema (SP), veiculadas recentemente pela imprensa, não passam de uma nova campanha articulada pelos setores mais reacionários da sociedade para impedir que a reforma agrária ganhe nova dinâmica diante do recrudescimento das ocupações de terra.

A opinião é de um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Sem-Terra, Gilberto Pontes de Oliveira. Ele admite que em alguns assentamentos a venda de lotes venha acontecendo realmente, mas culpa o governo por não oferecer aos colonos as condições mínimas de produção.

"Sempre deixamos claro aos governantes que muitos assentados acabam vendendo - ou desistindo do assentamento - não por vontade própria, mas em função da política agrícola do governo, que só beneficia os grandes produtores", acusa. Segundo Gilberto, quando os assentados obtêm um pedaço de terra se deparam com um dilema crucial: ou dispõem de um mínimo de infraestrutura, como dinheiro para custeio e investimentos, ou acabam sendo obrigados a vender o lote, até para não passar fome com a família.

De todo modo, o coordenador do MST observa que a venda de lotes envolve uma percentagem mínima de colonos, constituindo casos isolados diante do conjunto das desapropriações realizadas até agora para fins de assentamento.

No caso específico do Pontal de Paranapanema, um dos primeiros assentamentos promovidos durante o governo Estadual de Franco Montoro, Gilberto acusa o vice-prefeito do município de estar por trás da especulação, uma vez que as negociações de lotes eram feitas no próprio escritório da autoridade local.

"Sempre fomos contra qualquer tipo de especulação e vendas de lotes, mas nós responsabilizamos o governo por abandonar os assentamentos e entregar os sem-terra à própria sorte, o que acaba favorecendo este tipo de anomalia", afirma.

Mídia

A denúncia de venda de lotes nos assentamentos, da forma como foi colocada na mídia, deixa claro que o grande objetivo é retardar o processo de reforma agrária no país, que aos poucos vem conquistando o apoio da sociedade. De dois anos prá cá, os sem-terra foram alvos de pelo menos duas acusações sem fundamento, sempre, coicidentemente, em momentos conjunturais importantes do ponto de vista das ocupações de terras improdutivas. No final do governo Itamar Franco, alguns setores da sociedade começavam a assumir a defesa da reforma agrária e o governo tratou de plantar na imprensa a informação inverídica de que havia cubanos infiltrados no movimento.

FHC também usa imprensa

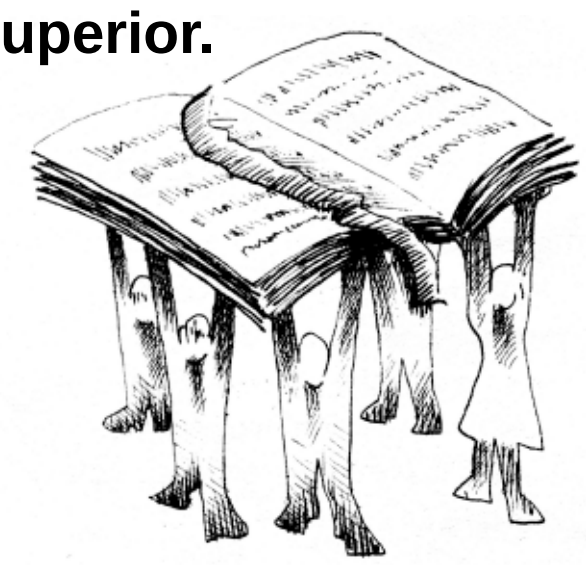
O governo Fernando Henrique apesar do discurso oficial de defesa dos direitos humanos, não tem tido postura diferente. Logo no início de seu mandato, o governo também plantou na imprensa a falsa informação de que o movimento estaria infiltrado de guerrilheiros do Sendero Luminoso. "Imediatamente solicitamos uma audiência com o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, para que nos apontasse onde estavam os 12 senderistas, quem eram eles e o que faziam no movimento. O secretário então respondeu que o governo não tinha haver com as acusações. Exigimos então uma retratação", recorda o coordenador do MST. Agora setores interessados em impedir o prosseguimento da reforma agrária voltam à carga com a denúncia de venda de lotes, como se fossem os sem-terra os grandes especuladores.

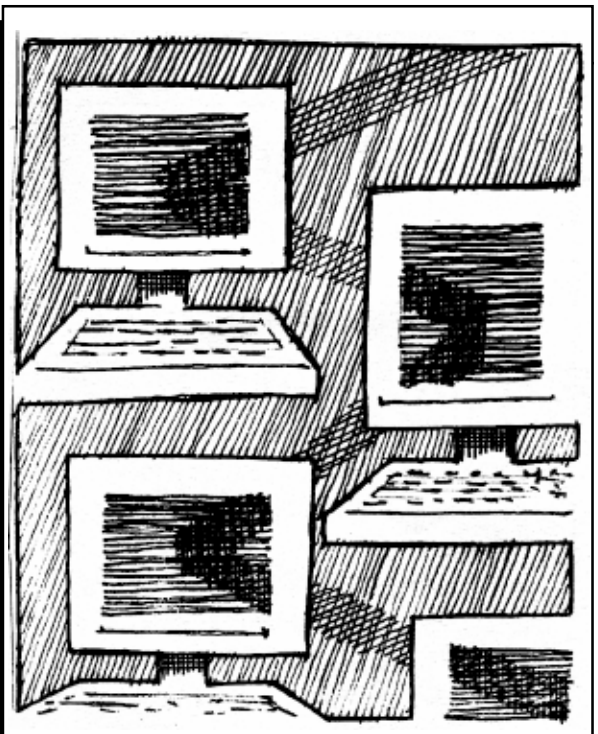
Segundo o MST, existem hoje no país mais de 135 mil famílias assentadas e que estão organizadas em 22 estados, comprovando o sucesso do pouco que se fez até agora em termos de reforma agrária.

AGENDA

XV Congresso da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Um evento que reúne professores de universidades públicas e particulares de todo o país, o Congresso da Andes-SN vai ser realizado na cidade de Santa Maria(RS), no período de 1 a 6 de fevereiro. Como Temário Geral "Educação, Trabalho e Cidadania", o XV Congresso foi dividido em quatro temas: Movimento Docente e Conjuntura; Reestruturação Produtiva e Políticas Sociais; Propostas da Andes-SN para a Universidade Brasileira; e Questões Organizativas e Financeiras. A Crise do Sindicalismo e o Movimento Docente será assunto de seminário que acontecerá durante a abertura do evento.





Adufrj na INTERNET

A ADUFRJ já está na Internet e vem construindo sua página na World Web Wibe no endereço: **www.ibase.org.br/~adufrj/index.html.** A AD também pode receber mensagens através do endereço eletrônico: **adufrj@ax.ibase.org.br.**

A idéia é aproveitarmos essa nova mídia para noticiar e divulgar assuntos de interesse da categoria docente, além de promover a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Tentaremos manter sempre informações sobre o movimento docente, os Congressos, Encontros, Seminários que são promovidos pelas ADs e pela Andes- SN, além das decisões da ADUFRJ, através da Diretoria, do Conselho de Representantes e das Assembléias Gerais.

A nossa *home page* vai permitir uma comunicação mais rápida entre os professores que navegam na Internet. O Jornal da ADUFRJ e a Agência de Notícias Andes, com a cobertura do que acontece no Congresso Nacional e informações sobre educação e universidade, também estarão em breve disponíveis na nossa página.

A diretoria da AD quer criar uma lista de discussão sobre as questões acadêmicas e sindicais que envolvem a categoria docente e produzir um cadastro de endereços eletrônicos. Para isso, solicitamos a todos os professores da UFRJ e de outras universidades que nos enviem uma mensagem para serem cadastrados o mais breve possível.

NOSSO BOLSO

Assembléia no CFHC discute a questão dos 28,86%

Na Assembléia Geral do dia 14 de dezembro, os professores da UFRJ terão mais informações sobre a recomendação da Andes-SN para que as associações docentes entrem com Ações Judicias locais para o pagamento dos 28,86% concedidos aos militares em 93. Segundo uma primeira consulta feita à assessoria jurídica da ADUFRJ, os docentes devem entrar com a Ação Judicial apenas por uma entidade de classe ou através de assessoria jurídica particular. Isso por que a lei não permite o acúmulo de Ações Trabalhistas referentes a um mesmo processo por uma mesma pessoa.

A diretoria da ADUFRJ recomenda aos seus associados que compareçam à Assembléia, dia 14, quando será debatida a questão, do ponto de vista jurídico e político. É bom esclarecer que o Mandato de Segurança impetrado pela Andes-SN, em 1993, refere-se apenas à garantia do aumento dos salários. O pagamento dos atrasados, seria objeto de outra ação, caso o mandato tivesse sido acolhido. Antes mesmo de receber o esclarecimento da Andes-SN (ver quadro), a assessoria jurídica da ADUFRJ lembrou que poderão haver problemas com as ações da ADUFRJ caso a universidade receba processos de um mesmo professor encaminhados por diferentes representações jurídicas (entidades ou particular).

Governo retira 1/3 do abono de férias

A Medida Provisória (MP) 1195, de 24/11/95, é a última (até agora) de uma série de reedições de outras medidas, que alteram diversos artigos da Lei 8.112, que instituiu o Regime Jurídico Único (RJU), relativos, principalmente, à incorporação de gratificação de função. De uma reedição para outra, no entanto, foram sendo introduzidas sutis modificações nas MPs. A última foi a revogação dos parágrafos do RJU que permitiam ao servidor converter 1/3 das suas férias em abono pecuniário.

O impacto desta medida no orçamento de cada um de nós é enorme. Como nossas férias são de 45 dias e o abono incidia também sobre o adicional de férias, a perda corresponde a 2/3 de um mês de salário. A "compensação" resultante, isto é, mais 15 dias de férias, poderia até ser interessante. Era preciso, no entanto, que tivéssemos dinheiro no bolso para gozá-los convenientemente, e também que nossas obrigações acadêmicas realmente dependessem desse prazo, o que está bem longe da verdade. O resultado prático da medida é, portanto, simplesmente mais um confisco salarial.

Documento encaminhado pela Andes-SN para todas as Associações Docentes, explicando a real situação sobre o parecer jurídico que trata do pagamento dos 28,86% que foi concedido aos militares em janeiro de 93

A VERDADE SOBRE OS 28,86%

Tem circulado nas Universidades Federais o "Parecer Jurídico nº 091/95-DLP" (Divisão de Legislação de Pessoal), do Ministério da Justiça, datado de 26/09/95, favorável ao pagamento do percentual de 28,86% a todos os servidores civis do Poder Executivo, concedido em janeiro de 1993 aos militares pela Lei nº 8.622/93.

A ANDES-SN preocupada com o volume de boatos que estão surgindo sobre o assunto vem esclarecer às ADs-SSind e aos seus associados o seguinte:

- Inicialmente, vale a pena esclarecer sobre o conceito jurídico de PARECER: "Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência", portanto, de caráter meramente opinativo, não vinculando à Administração, salvo se aprovado por ato subsequente, de uma autoridade ou instância superior.

- O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) condenou a União a pagar aos servidores que entraram com ação o referido reajuste, determinando que além de incorporar aos salários também fossem pagos os atrasados desde janeiro/93;

- A ANDES-SN ingressou com mandato coletivo em 31/08/93 pela categoria dos docentes a fim de obter o reajuste de 28,86% dos militares. Em 12/04/94 o STJ rejeitou a preliminar de incompetência, extinguindo o processo sem julgar o mérito, publicado no Diário da Justiça em 25/04/94. Diante desse fato, a ANDES-SN entrou com Recurso Ordinário ao STF em 19/05/95, pedindo a reforma da decisão exarada pelo STJ, cujo relato do Ministro Francisco Rezek foi contrário a tese do recurso da ANDES-SN. Com esse novo Parecer Jurídico do Ministério da Justiça, a ANDES-SN está recorrendo junto ao STF e orientando as Associações Docentes a que entrem também com ação a nível local.

- É verdade que o STF se manifestou, em reuniões administrativas, que esse aumento deveria se estender a todos os servidores civis da união, sem valor legal, como também é verdade que negou algumas ações que foram impetradas;

- Os servidores do Poder Judiciário e alguns docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul já recebem esse percentual, enquanto que outros ganharam e perderam posteriormente.

- A decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mesmo afirmando que a concessão do reajuste dos 28,86% deva ser estendida a todos os servidores do Poder Executivo, não tem poder de determinar tal pagamento, exceto para os propositores da ação julgada. A extensão administrativa ampliada depende, portanto, de uma decisão política que passa pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) e, possivelmente, pela Presidência da República.

- A ANDES-SN está atenta a esses fatos e manterá seus associados informados sobre qualquer deliberação que ocorra.

J.O.R.N.A.L

ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ

ANDES-SN

Nº 21
Fevereiro/96

Os servidores públicos federais podem deflagrar uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 20 de março. O Setor das Federais da Andes-SN aprovou paralisação nos próximos dias 13 e 14 e o indicativo de greve. Governo Federal insiste em não reajustar os servidores pela data-base (janeiro/96).

Editorial

AGENDA de março

Seguindo o calendário para organização da Campanha da Data-base dos Servidores Públicos Federais, a diretoria da ADUFRJ marcou duas Assembléias Gerais para os dias 11 e 19 de março, com pauta a ser divulgada. Um dos pontos de pauta já confirmados é a discussão da mobilização dos docentes da UFRJ para a paralisação dos dias 13 e 14 e o indicativo de greve proposta pela Setor das Federais da Andes-SN para a dia 20 de março.

13 e 14 de março - Paralisação dos SPFs

17 - Plenária dos SPFs

20 - Indicativo de Greve por tempo indeterminado

Congresso de Santa Maria revela disposição de luta contra reformas do governo

O XV Congresso da Andes-SN aconteceu em Santa Maria/RS, no período de 1 a 6 de fevereiro. Representantes da CUT, Confederação de Educadores da América, Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT, estudantes e Fasubra estiveram presentes na abertura do evento, que contou com a participação de cerca de 300 delegados de Associações Docentes de todo o país. Os presentes foram unânimes em repudiar o projeto neoliberal do governo e se opuseram às negociações feitas pelas centrais sindicais com o governo em torno da Reforma da Previdência.

Problemas

A diretoria da AD está convocando todos os professores da UFRJ, concursados, substitutos, aposentados ou em outra situação contratual, que eventualmente se sentirem prejudicados em questões trabalhistas, políticas ou jurídicas, relacionadas à instituição, a comunicar seus problemas a entidade, para que seja possível a organização de questões comuns, através de processos e encaminhamentos coletivos, a serem transformados em reivindicações da entidade, em conjunto com a categoria docente.

AD editorial

De que lado estamos?

O governo federal não reajusta os salários dos seus servidores desde janeiro de1995, nem sequer pela controlada inflação oficial. Apesar disso, o ministro Bresser Pereira vem a público garantir que os servidores tiveram "ganhos reais" em 1995. Vindo de quem veio, o raciocínio não nos surpreende. Ainda está fresca na nossa memória a lembrança do "plano Bresser". Também neste uma perda salarial clara (26%) foi escamoteada e "ganhos reais" foram alardeados. A Economia, como Bresser a ensina, é realmente algo muito difícil de entender.

O governo diz ainda que o crescimento da folha foi uma das causas do déficit público em 95. Admite outras causas, como a política de juros altos, a perda de arrecadação etc., mas a conclusão apresentada é a de que não há dinheiro para o nosso reajuste.

Ora, com mais razão pode-se concluir, ao contrário, que não há dinheiro é para se continuar pagando os mais altos juros do planeta pela dívida pública, ou que é preciso arrecadar mais impostos, seja pelo aumento da atividade econômica, pela maior taxação dos ganhos de capital ou pela melhoria da fiscalização. Ou seja, que o governo deveria mudar o rumo da sua política econômica.

Com qual destas conclusões concordam os professores da UFRJ? Devemos ajudar o governo a economizar dinheiro conosco para gastá-lo com os grandes investidores, nacionais e internacionais, atraídos pelas altas taxas de juros, e acreditar que isso manterá a moeda fortalecida e que esse é o único caminho para o progresso? Ou devemos exigir salários dignos para os servidores públicos, condição mínima necessária (embora longe de suficiente) para a recuperação da capacidade do estado de enfrentar os graves problemas sociais do nosso país?

Uma coisa é certa: ao degradar os salários e estimular a busca de recursos próprios pela prestação de serviços ao setor privado, o governo colabora para que cada professor se dedique cada vez menos à universidade e mais às empresas que contratam seus serviços. A coincidência de interesses públicos e privados está longe de ser natural ou automática.

Nós, que defendemos a universidade pública e gratuita, precisamos nos organizar para lutar contra essa lógica. Para isso, precisamos também combater a idéia, ainda dominante na época em que vivemos, de que todo movimento coletivo está condenado ao fracasso. Precisamos, em suma, romper o círculo vicioso pelo qual justificamos a falta de vitórias pela ausência de mobilização e vice-versa.

As deliberações dos representantes dos SPF'S, na plenária do último dia 11, refletem a peculiar situação em que nos encontramos no momento atual. O indicativo de greve foi adiado de 11 para 20 de marco, ainda assim precedido de uma paralisação nos dias 13 e 14 e de uma nova plenária no dia 17. Reconhe-se assim a necessidade de aumentar a mobilização dos servidores antes da deflagração da greve para que ela seja ampla e eficaz.

A ADUFRJ estará realizando reunião do seu Conselho de Representantes em 28 de fevereiro, reuniões nas unidades entre os dias 4 e 8 de março e Assembléias Gerais nos dias 11 e 19 de março. Nestas, decidiremos como será nossa participação nesta campanha. Seja qual for a decisão, sua força será a das pessoas que dela tomarem parte e sua qualidade dependerá da profundidade dos debates e das reflexões que a produzirem. Não se omita.

AD terá jornal semanal e revista mensal

Este é o último jornal da ADUFRJ nesse formato. O jornal da ADUFRJ vai passar a ser semanal. Uma publicação informativa, em um formato menor (21x28em), o jornal vai circular toda segunda-feira com noticias do movimento docente nacional e local, da UFRJ, uma agenda cultural e política de eventos de dentro e fora da universidade, além da cobertura de temas relacionados à categoria docente, como questões políticas, jurídicas, econômicas e outros informes.
A nova política de comunicação da entidade, incluí o lançamento de uma revista mensal.Com análises, artigos e reportagens, a revista será o principal veículo de circulação de informações e idéias produzidas no interior da universidade, com a participação direta de professores, estudantes e técnicos. A publicação manterá o formato do atual jornal (tablóide), impressa em papel off-set. O lançamento da revista está previsto para abril, junto com a comemoração dos 17 anos da ADUFRJ. Esta nova publicação ainda não tem nome e a equipe de comunicação e os diretores aceitam de bom grado sugestões.

ADUFRJ CONTRATA

Para dar conta de toda essa produção, estamos contratando dois profissionais de comunicação. Um repórter e um diagramador. Este, além de trabalhar com editoração eletrônica deverá ter conhecimentos na área de produção de home-pages (linguagem html). Os candidatos devem enviar à sede da ADUFRJ currículo, pretensão salarial e disponibilidade de horário, até às 17 horas do dia 6 de março. O processo de seleção acontecerá nos dias 7 e 8.

J.O.R.N.A.L AD UFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJET O GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**1 7.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBER TO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

XV CONGRESSO REPUDIA POSIÇÃO DA CUT

O XV Congresso da Andes-SN foi marcado pela disposição de luta dos docentes contra o projeto neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, contra o acordo que a CUT vem estabelecendo com o governo e parlamentares em torno das reformas da Previdência e do Estado. O acordo foi considerado pelos presentes como a possibilidade concreta deste governo implantar definitivamente seu projeto. Por deliberação do XV Congresso foi encaminhado à Direção Nacional da central uni documento rechaçando qualquer possibilidade de acordo que implique na perda de direitos adquiridos pelos servidores públicos federais e demais categorias de trabalhadores. Segundo o documento, negociar o conceito de Seguridade Social significa um retrocesso em direitos históricos da classe trabalhadora brasileira.

Retirar o conceito de seguridade previsto na atual Constituição, para os 300 delegados presentes no Congresso, é jogar à própria sorte milhões de trabalhadores e cidadãos, que ficarão, caso a reforma seja aprovada, à disposição das seguradoras e sistemas de saúde privados. Segundo diretores da Andes-SN, a proposta que está sendo negociada transforma o "tempo de serviço" do trabalhador em "tempo de contribuição", o que irá prejudicar em muito o direito à aposentadoria de nada menos do que 40 milhões de trabalhadores, além de acabar com a aposentadoria proporcional, retirando direitos dos servidores públicos. A preocupação do Sindicato recai também sobre a possibilidade da perda da aposentadoria especial dos docentes do 3º grau, que também está contida na reforma.

O XV Congresso aconteceu em Santa Maria/RS, no período de 1 a 6 de fevereiro. Contou com a presença de 300 docentes entre delegados e observadores

Durante seis dias, professores de todo o país discutiram e deliberaram sobre política nacional e internacional, C&T, Educação e principalmente sobre estratégias de luta contra o neoliberalismo de FHC e seus aliados

No XV Congresso da Andes-SN, foram debatidos e deliberados temas relativos à mobilização dos docentes em relação a temas como Campanha Salarial, reajuste pela data-base (janeiro/96) e a possibilidade da construção de uma greve unificada com os demais servidores, já para o mês de março. Os delegados presentes defenderam a necessidade de construção de estratégias que conscientizem a categoria docente da necessidade de construção da greve como forma de pressionar o governo para a negociação dos itens da pauta de reivindicações protocolada pela Andes-SN no MEC e no MARE.

Projeto para a Universidade Brasileira

Os delegados do XV Congresso discutiram o Projeto da Andes-SN para Universidade Brasileira. Sobre documento apresentado pela diretoria da Andes-SN no Caderno de Textos do Congresso, que corresponde a atualização do Caderno 2 da Andes (1986), foi aprovado a constituição de uma Comissão de Redação, que ficará encarregada de apresentar o texto final do projeto para deliberação no próximo Conad (Conselho Nacional das ADs), que acontecerá ainda neste semestre na ADUNESP (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de São Paulo), em Guaratinguetá - SP. A Comissão é formada pelos professores Antonio Ponciano Bezerra, da Universidade Federal de Sergipe; Géria Maria Franco, da Universidade Federal de São Carlos e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN; e Agamenon Tavares de Almeida, da Universidade Federal do Ceará. Ao longo dos trabalhos da Comissão, as ADs Seções Sindicais serão convocadas a participar das discussões em relação a temas ainda não totalmente definidos no projeto, como financiamento para as universidades, estatuto jurídico das Instituições de Ensino Superior, orçamento global, entre outros. Durante as discussões da Plenária ficou evidente a necessidade de maior detalhamento e apuração de dados para a construção da proposta final. Um dos docentes que poderão ser convocados pela Comissão, representando a ADUFRJ, é Roberto Leher, professor do Departamento de Educação, um dos que acompanhou de perto a produção do Caderno 2 e participou como membro do GT de Política Educacional da Andes-SN até 91. Após sua aprovação pelo conjunto do movimento docente, o projeto será amplamente divulgado não só entre a categoria docente, mas para toda a sociedade, além de servir de instrumento nas negociações do Sindicato com o governo Federal.

Capa do Caderno 2 da Andes (1986)

Este ano a Andes-SN comemora 15 anos de luta por uma universidade pública, gratuíta e de qualidade. Na avaliação do presidente, Luis Henrique Schuch, "é o momento de refletir sobre a necessidade de combater aqueles que querem reduzir a função do Estado e das universidades ao utilitarismo do mercado".

Carta de Santa Maria

O Plano de Lutas dos docentes para 1996 se caracteriza pela defesa da universidade pública, de qualidade, centralizada na autonomia, democracia e financiamento. Contra o desmonte do serviço público, contra as políticas de pacto social e reafirma a solidariedade e a união dos trabalhadores contra qualquer tentativa de destruição dos direitos sociais.

O XV CONGRESSO DA ANDES-SN que se reuniu em Santa Maria, de 16 de fevereiro, trabalhou fundamentalmente as graves questões da conjuntura nacional. Os docentes das instituições de ensino superior apreciaram seu projeto para a Universidade Brasileira, e, também, examinaram os processos pelos quais se processam as transformações vividas no mundo do trabalho e as conseqüências que se colocam para a educação nacional. As mudanças das últimas décadas se encaminham para uma redefinição nos campos econômico-político-social. Mudanças essas que, passando pelo renascimento das propostas neoliberais, pela reestruturação produtiva, pela revolução tecnológica, ao invés de abrirem perspectivas novas para o homem, indicam um aprofundamento deterioração das condições de vida da maioria da população. Tal conjuntura, no entanto, deve ser encarada, pelos trabalhadores, como um brutal desafio. Cabe ao movimento sindical avaliá-la e encará-la de frente na perspectiva de transformá-la.

O XV Congresso da ANDES-SN procurou intervir nesta realidade adversa, elaborando em conjunto com vários sindicatos, uma carta à direção nacional da CUT, aprovada por unanimidade, na plenária sobre conjuntura, colocando-se contra a negociação feita pela CUT e as demais centrais em relação a reforma da previdência, por representar, se implementada, um profundo retrocesso nos direitos históricos da classe trabalhadora brasileira. No entanto, apesar das manifestações de um conjunto significativo de sindicatos cutistas, a maioria da direção da central aprovou resolução que reafirmava como positiva as negociações e autorizava a continuidade destas.

No campo sindical assistimos com apreensão o processo pelo qual as Centrais, em especial a CUT, acabaram por aceitar acordos sobre a previdência a partir da crescente cristalização da idéia de uma modernidade sem conflitos. O governo não tem, também aqui, enfrentado uma poderosa resistência. No atual momento assistimos o aprofundamento da desnacionalização crescente das atividades econômicas e a permanente construção de um modelo excludente social e politicamente. Amplia-se o fosso entre as classes e camadas sociais. Vivemos um permanente processo de concentração de renda ao lado da pauperização do conjunto da sociedade. As instituições nacionais são subvertidas. O Executivo domina amplamente tanto o Legislativo quanto o Judiciário. As medidas provisórias substituem o processo legislativo e se impõem à dócil maioria parlamentar, última versão do famoso "centrão". O PFL governa o país deixando a Fernando Henrique a ilusão de que ele governa. As oposições desaparecem ou pelo menos não se constituem como alternativa de governo.

O XV Congresso trabalhou também a perspectiva de traduzir em políticas sociais concretas as necessidades do conjunto da população examinando a grave crise agrária que afeta a vida nacional, a política de seguridade que condena o brasileiro a aposentar-se quase na hora da morte dado que a esperança de vida do brasileiro é de 63,5 (para os homens) e 73 (para as mulheres). Examinou a necessidade de pensar uma política de ciência e tecnologia, adequada ao conjunto da sociedade. Não é possível submeter nossa ciência e tecnologia aos interesses dos grandes grupos internacionais. Para além disso os docentes afirmaram seu plano de lutas centrado na estratégia de reforçar nossa aliança com o conjunto dos trabalhadores na Defesa do Direito ao Trabalho e a garantia do Emprego e contra o programa neoliberal de FHC; aprofundar o trabalho comum com os servidores públicos (federais, estaduais e municipais) e trabalhadores em estatais; em Defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade centralizada na autonomia, democracia e financiamento; contra o desmonte do serviço público; em defesa da liberdade de organização sindical; contra toda e qualquer política de pacto social (qualquer que seja o nome que venha a ser adotado) e reafirmação da solidariedade e união dos trabalhadores e contra toda e qualquer tentativa de destruição dos direitos sociais.

Pesquisas ajudam a conhecer melhor a realidade do professor universitário

Sindicato não é só para reivindicar salário. Com essa afirmação Pedro Coelho, professor do Centro de Educação da UFSM e autor do livro "Universidade: um estudo do Movimento Docente", abriu a mesa-redonda sobre Avaliação do Movimento Docente, uma das atividades que precederam a abertura do XV Congresso da Andes-SN. Participaram da mesa os professores José Henrique Maia Filho, da UFMG e Bernadete Aved, diretora da Associação dos Professores da Federal de Santa Catarina. Os expositores ressaltaram a necessidade do movimento buscar construir estratégias de mobilização da categoria dos professores universitários.

Os problemas mais destacados durante o debate, que contou com a presença da maioria dos participantes do Congresso, foram a despolitização de um grande número de professores, a burocratização interna do movimento e a visão economicista da categoria. Para combater esses males, algumas iniciativas vêm sendo tomadas por algumas Associações Docentes com o objetivo de conhecer melhor o professor das várias instituições brasileiras de ensino superior, que notadamente, há alguns anos, vêm mudando suas características enquanto classe. Pesquisas realizadas junto a docentes de Santa Catarina e Belo Horizonte foram iniciativas da APUBH e da APUFSC que, segundo seus diretores, vêm ajudando as entidades a melhor organizar os professores em torno de questões coletivas e de propostas de mobilização apresentadas pelo conjunto do movimento.

Universidade e Sociedade

Foi lançada durante o XV Congresso da ANDES-SN, realizado em Santa Maria-RS, o número dez da revista Universidade e Sociedade.

Entre os artigos publicados foram dados destaques para os temas "Reforma do Estado e Direitos Sociais" e "Sindicato, Trabalho e Universidade".

Fazendo uma análise da conjuntura nacional, o jornalista Jânio de Freitas, um dos mais conceituados articulistas do país, falou especialmente à revista. Ele responsabilizou a classe dirigente do país pela desordem, mau funcionamento do Estado e pelos problemas sociais.

Ao todo, a revista traz 21 artigos assinados com temas sobre educação, comunicação, trabalho, eleições nas universidades, seguridade social, entre outros.

Universidade e Sociedade já está disponível, ao preço de R$ 10,00 o número avulso ou R$ 18,00 a assinatura com direito a receber duas revistas por ano. Solicitações podem ser encaminhadas ao escritório da ANDES-SN em São Paulo, pelo telefone (011) 813- 5573. A ADUFRJ tem alguns números para venda, em sua sede.

Três chapas disputam diretoria da Andes-SN

O Congresso de Santa Maria foi também um congresso eleitoral. Até o término da última Plenária, sobre questões organizativas e financeiras, como rege o estatuto do Sindicato, três chapas se inscreveram para disputar a eleição para a próxima diretoria da Andes-SN para o biênio1996/98, marcada para os dias 21 e 23 de maio. A chapa Andes Autônoma e Democrática tem como candidata a presidência a professora Maria Cristina (ADURN), o professor Márcio Antonio de Oliveira (APEJF), candidato a Secretário Geral e Solange Bretas, candidata a 1º tesoureiro (ADUFU).

A segunda Chapa inscrita é a Andes Para Todos e tem em sua composição a professora Maria Luiza Fontenelli (ADUFC) como candidata a presidente, Elias Nunes Dourado (ADUSB) como 1º secretário e lêdo Leite Fontes (ADUFPB) como 1º tesoureiro.

A terceira chapa a se inscrever foi a Em Defesa da Democracia. A chapa tem o professor Renato de Oliveira (ADUFRGS) como candidato a presidente, Emmanuel Jose Appel (APUFPR) para 1º secretário e Aníbal Sanches Moura (ASDUERJ) como 1º tesoureiro.

A partir da data do protocolo, dia 6 de fevereiro, as chapas tem 30 dias, por deliberação do XV Congresso, para apresentar os demais nomes para a composição da diretoria executiva nacional e regionais, num total de 77 diretores. Segundo o regimento eleitoral são eleitores todos os professores que se associaram à entidade até 22 de fevereiro deste ano e estiverem quites com as mensalidades da Andes-SN, através das suas ADs ou pelas Regionais, até o dia 30 de abril.

Henrique Longo, ex-presidente da ADUFRJ durante plenária do Congresso de Santa Maria

Leia nas páginas seguintes a íntegra dos manifestos das três chapas.

Movimento Docente e Conjuntura

Não flexibilizar diante do atual go verno. Atender a premissa básica do sindicalismo, o embate. Integrar-se às lutas sociais, como reforma agrária e a luta dos excluídos, foram posicionamentos defendidos por delegados de diversas das mais de 70 Associações Docentes, representadas no Congresso de Santa Maria.

A crítica à política de privatização do governo de Femando Henrique Cardoso foi uma constante na plenária "Movimento Docente e Conjuntura", onde foi denunciada a intenção do governo de enfraquecer as organizações sindicais. Foi observado que os sindicatos se movem dentro de um quadro institucional cada vez mais marcado pela progressiva e constante diminuição das possibilidades de construção e encaminhamentos democráticos. Ao longo dos últimos anos, vem ocorrendo, segundo professores presentes ao encontro, o fechamento do campo institucional, tanto quanto ao cumprimento pelo executivo das determinações do poder judiciário, quanto em relação a preservação de direitos adquiridos. Processo semelhante acontece também com o fechamento da mídia aos movimentos sociais e por seu caráter meramente oficialesco.

Delegados criticam política do governo para a privatização das universidades

Face ao quadro exposto pelos delegados e a um nível relativo de mobilização dos professores, surgiram expectativas centradas na abertura de negociações com o governo. Mas, segundo os participantes, é necessário ter clareza de que apenas com a mobilização dos professores em todo o país, as reivindicações do movimento conseguirão avançar. Para o movimento docente, o governo tem deixado claro que fará o possível e o impossível para implementar seu programa neoliberal, que inclui privatização de universidades outras instituições públicas de caráter social.

Fernando Henrique é marajá da seguridade

Agência Andes (Brasília) - Se depender da coerência, do espírito público e das intenções dos responsáveis pela reforma da Previdência Social, os servidores e os trabalhadores da iniciativa privada podem se considerar previamente derrotados em sua esperança de assegurar uma velhice tranqüila.

Os exemplos dentro do governo são os menos edificantes para a sociedade. O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por sinal, encabeça a lista dos marajás da seguridade.

Ele é aposentado duplamente como professor da Universidade de São Paulo (USP) com 15 anos de trabalho e como senador da República depois de um único mandato de oito anos. As duas aposentadorias, a primeira no valor de 71 salários mínimos (R$ 7.100,00) e a segunda proporcional, engordam o salário de R$ 8,5 mil que percebe atualmente como presidente da República.

Da relação dos marajás da seguridade que pregam a moralização do sistema constam ainda o ex-senador Marco Maciel (145 salários mínimos mensais, fora o salário de vice-presidente) e o ministro Reinhold Stephanes, da Previdência Social, aposentado precocemente aos 46 anos de idade e 20 de serviço como secretário municipal de Curitiba.

Em fevereiro de 1987, depois de dois mandatos como deputado federal, Stephanes requereu aposentadoria proporcional ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), pelo qual recebeu proventos de inativo até 1991, acumulando com a aposentadoria de ex-secretário.

Autoridade que mais tem se destacado na defesa da quebra dos direitos dos trabalhadores como forma de garantir a saúde financeira do sistema, Stephanes foi eleito deputado federal pelo PFL do Paraná com ajuda de empresas interessadas na privatização da Previdência, a maioria delas devedoras do INSS.

Das empresas devedoras da Previdência que contribuíram com a campanha do ministro constam o Banco Itaú, que sozinho doou R$ 100 mil, o Itaú e o Paraná Banco. lsso explica por que o ministro omitiu os nomes das empresas ao fazer a declaração das doações de campanha ao Tribunal Superior Eleitoral.

chapa 1 Articulação Andes Autônoma e Democrática

Manifesto

1 - A Articulação Andes Autônoma e Democrática se constituiu como corrente política no interior do Sindicato no Congresso da Andes de Salvador (1996), quando, pela primeira vez, duas correntes políticas diferentes disputaram a direção do Sindicato. A Articulação Andes-AD se estruturou na busca de preservar a concepção sindical expressa nos Estatutos da Andes-SN, concepção que visa a construção de um projeto de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e voltada para os interesses da população. O avanço desse projeto só pode se concretizar através de um Sindicato de âmbito nacional que agregue todos os docentes das Instituições de Ensino Superior, independente do regime jurídico a que se encontrem submetidas e da propriedade material a que se vinculem suas instituições (Estatuto da Andes-SN, pg.7).

A Andes-SN assume a representação dos interesses comuns de todos os docentes de instituições de ensino superior, em nível federal, estadual e municipal ou da rede privada como parte da organização sindical do conjunto da classe trabalhadora.

Este Sindicato Nacional se define, ainda, por uma concepção de sindicato autônomo em relação a partidos políticos, ao Estado e a credos religiosos, sustentado pela contribuição voluntária dos sindicalizados e estruturado horizontalmente, a partir dos locais de trabalho. A direção deste Sindicato democraticamente definido se concretiza através do voto universal e direto.

II - A conjuntura nacional está marcada pela mais séria tentativa das classes dominantes de implementar um projeto anti-popular, anti-sindical e de entrega nacional, das últimas décadas. A seriedade da tentativa se mede pelo fato de que nunca os setores dominantes, inclusive os mais retrógrados, se mobilizaram tão ostensivamente em apoio a uma candidatura como a de FHC, que, após a sua eleição à presidência, sinaliza uma ousada abertura "para a esquerda" (Ministério da Cultura, Incra, interlocução com a CUT etc). O Plano Real, e outras mágicas do assim chamado projeto neoliberal, não teria a força que se lhes atribui sem essa base e sem esse leque de alianças políticas que próprio FHC acredita ter montado com solidez e como para colocar, no estilo Menen, a questão da sua reeleição.

É essa situação política que explica o muito comentado enfraquecimento do sindicalismo e da resistência em geral, e não uma suposta "modernização" que teria posto em crise a sua base histórica e social. A heróica luta dos sem-terra prova, ao contrário, que é grande a disposição para o combate dos excluídos do "banquete modernizante" de FHC.

Em nível da universidade, é verdade que o arco político formado em torno de FHC deu fôlego aos projetos de favorecimento do ensino privado, de privatização do ensino público, de quebra de todos os laços de solidariedade através do combate ao sindicalismo independente, da exacerbação de uma concorrência entre colegas e de um produtivismo desenfreado. Essas são as dificuldades encontradas pela Andes-SN no último período, para mobilizar a base docente. Elas colocam novos desafios que, para a Andes-SN implicam na alternativa de se dobrar diante da modernidade capitalista "'neoliberal", ou de reafirmar, levando em conta os novos fatores políticos, os princípios do sindicalismo autônomo, democrático e classista, fortalecendo o nosso Sindicato Nacional, como um aspeto da rearticulação do movimento independente dos trabalhadores na nova etapa política do Brasil.

A Andes-AD reivindica a unidade de interesses do conjunto da categoria e, portanto, seu compromisso com a unidade sindical, mas rejeita a unicidade imposta pelo atrelamento sindical pelo Estado, a mantenedoras (setor privado) ou a quaisquer outros interesses alheios aos dos trabalhadores do ensino superior.

A Andes-AD reafirma a sua defesa da autonomia sindical, que só pode estar baseada na organização por local de trabalho, como garantia de uma representação efetiva das bases. Por isso mesmo, concebe a Andes-SN como verdadeiro Sindicato Nacional, unitário, não como uma federação que resultaria da soma de pequenos aparelhos sindicais, o que, além de antidemocrático, impediria que os docentes universitários jogassem um papel efetivo no cenário político nacional.

Esta prática unitária e democrática tem como única garantia real o respeito às decisões das diversas instâncias do sindicato, a começar pelas instâncias de base, o que implica a rejeição das práticas aparelhistas, onde as decisões são produto de conchavas externos a essas instâncias, geralmente respondendo a interesses estranhos aos dos próprios representados.

Essa mesma concepção preside o nosso rechaço ao imposto sindical e a quaisquer outras contribuições compulsórias dos trabalhadores, características do sindicalismo atrelado, e a nossa defesa do princípio de auto-sustentação dos sindicatos, através da contribuição voluntária dos seus filiados.

A Andes-AD reafirma que o nosso sindicato deve continuar e aprofundar a sua inserção na Central Única dos Trabalhadores (CUT), não somente a nível nacional, mas sobretudo a nível estadual e regional (de base), por incidir efetivamente nos rumos da Central, que reconhecemos como única perspectiva de construção de uma representação sindical unitária dos trabalhadores brasileiros. Esta integração se faz mais do que necessária em momentos em que na CUT prevalece uma orientação que desvirtua os princípios classistas que nortearam a sua criação, notadamente explicitados no acordo da direção com o governo FHC em torno da reforma previdenciária, que delineia uma política estratégica de pacto social e conciliação de classes. Para a Andes-AD, a participação na CUT deve estar orientada no seu nascedouro.

III - A Andes-SN se vê, hoje, diante de exigências inéditas em sua história. Estas exigências são decorrentes do próprio trabalho de expansão do sindicato junto aos setores das IEES e das IPES, incrementado na atual gestão. Decorre também - e cada vez mais - da conjuntura extremamente adversa às organizações populares, fruto da implantação das políticas neoliberais e de uma de suas conseqüências populares, fruto da implantação das políticas neoliberais e de uma de suas conseqüências mais perversas, a dificuldade de mobilização.

Frente às demandas crescentes e cada vez mais sofisticadas impostas, pela luta contra este projeto neoliberal, faz-se necessário que o Sindicato assuma de maneira efetiva a construção de um conjunto de ações que lhe permitam responder com agilidade também cada vez maior. É particularmente importante a atuação das VPRs, em conjunto com as ADs-SSind., como instância de concretização das políticas estabelecidas pelo sindicato. Deve-se, então dar continuidade à sua implantação, tornando as VPRs capazes de fazer frente às novas exigências.

O Sindicato deve lutar pela garantia do direito e do efetivo exercício da licença para o mandato classista de seus dirigentes, condição essencial para a realização das tarefas impostas para a defesa do seu projeto de universidade e de sociedade. Da mesma forma, coloca-se a busca de uma crescente qualificação de seus quadros, necessariamente para o enfrentamento da conjuntura e para aumentar a capacidade de intervenção no movimento sindical. Salienta-se, ainda, a importância do Sindicato buscar a mediatização de toda a ação política sindical através da garantia de recursos materiais e humanos. O apoio efetivo aos dirigentes eleitos para o sindicato torna-se, cada vez mais, uma questão de sobrevivência para qualquer política de expansão digna desse nome - em especial, embora não exclusivamente, no âmbito das particulares.

Impõe-se, ainda, a análise e o aprofundamento de ações que vêm sendo colocadas nos campos da política educacional, de carreira e capacitação, de seguridade social, de política agrária, de verbas, incluindo questões de financiamento, de defesa do serviço público. Quanto à política da Andes-SN no campo da comunicação social interna e externa, suas iniciativas devem estar subordinadas sempre às ações políticas decorrentes das deliberações de suas instâncias.

Convencidos da necessidade da defesa do projeto da Andes-SN para a Universidade Brasileira, sobretudo no momento em que se intensificam as ações no sentido da sua destruição, e articulados nas lutas com o conjunto dos trabalhadores contra o projeto neoliberal do governo FHC, vimos postular a direção para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - **Andes-SN**

Santa Maria, 06 de fevereiro de 1996.

chapa 2 Andes para todos

Manifesto

A Andes-Sn e o Movimento Docente

Nunca se falou tanto em dificuldade do movimento docente organizado na Andes-SN. Diversos documentos produzidos por ADs e militantes do MD apontam para uma crise de mobilização e legitimidade do nosso sindicato com um crescente processo de burocratização e distanciamento entre a direção e a base. Reconhecemos que os problemas que atingem os setores de esquerda e do movimento sindical e popular em todo o mundo, em decorrência da crise porque passa o campo socialista, possibilitando a hegemonização do projeto neoliberal, explica em parte o momento em que vivemos. Ressaltamos que, embora no plano teórico, tenhamos respondido com uma postura cada vez mais classista, anticapitalista e em defesa do socialismo, a nossa colaboração teórica não tem garantido o suficiente nível de organização e consciência política do conjunto dos professores do ensino superior do país para derrotar o neoliberalismo, fato exemplarmente comprovado na posição de nossa categoria manifestada na última eleição presidencial, resultando na derrota do projeto alternativo, democrático e popular, também dentro da Universidade.

A construção política do nosso sindicato é produto coletivo dos corações e mentes do conjunto da militância e não propriamente de uma corrente política. Por isso, no momento em que a conjuntura exige, mais do que nunca, a unidade dos setores classistas e combativos para enfrentar o governo FHC e seus aliados, a corrente majoritária, Articulação Andes-AD, exerce o poder de forma excludente e autoritária, comprometendo a nossa democracia sindical e a capacidade de enfrentamento da luta. Tal situação, tem levado a um crescente processo de burocratização e ao distanciamento cada vez maior entre direção e a base no MD, comprometendo a legitimidade e fragilizando o nosso sindicato. O baixíssimo índice de comparecimento às urnas na última eleição para direção da Andes-SN comprova essa questão.

Esse método de direção equivocado, já denunciado no "Manifesto de Viçosa" (24/02/94) permanece imutável. Como exemplo podemos citar o comportamento autoritário da corrente Articulação Andes-AD, que no Congresso de Brasília, fechou questão e negou a possibilidade de ser encaminhado para a discussão na base, a proposta de proporcionalidade na composição da direção do sindicato. Neste XV Congresso conseguimos avançar, pelo esforço da maioria dos participantes, com a realização do primeiro debate sobre o processo eleitoral, ainda que organizado de forma improvisada e simplista, Mesmo nesse mínimo espaço democrático, a postura de militantes da corrente majoritária revelou-se fechada diante da necessária unidade e o conseqüente fortalecimento do sindicato. Não obstante foi possível a vitória na construção de uma alternativa para o MD.

Por isso estamos defendendo uma Andes-SN de composição democrática que congregue as forças vivas e classistas do MD para:

1 - Unificar o MD no seu interior e no conjunto dos setores classitas da sociedade para derrotar o projeto neoliberal

2 - Fortalecer o MD, que passa necessariamente pela renovação de seus quadros e pelo rompimento com o ciclo de exclusão preconceituosa e discriminatória de companheiros e forças políticas que vêm lutando pelo direito de participação democrática.

3 - Garantir a pluralidade de idéias visando consolidar a democracia interna, também na direção nacional, principalmente por se tratar de um sindicato nacionalmente organizado em um país de dimensões continentais como o nosso.

4 - Garantir uma direção nacional que coordene os docentes na luta cotidiana em defesa da Universidade Pública Gratuita, garantindo a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e eliminando a dicotomia teoria-prática.

5 - Defender intransigentemente as conquistas da sociedade no direito à escola pública e gratuita e as conquistas trabalhistas dos docentes de ensino superior.

6 - Lutar contra o desmonte do movimento sindical levando à CUT retomar seus princípios de força combativa e representativa da classe trabalhadora brasileira.

Santa Maria, 6 de fevereiro de 1996.

chapa 3 Em Defesa da Democracia

Manifesto

Não se Pode Lutar Pela Democracia Sem Praticar a Democracia

A constituição desta chapa deu-se a partir do acúmulo de insatisfação com práticas autoritárias e excludentes adotadas pela maioria da tendência que atualmente controla o nosso sindicato. As iniciativas de debate têm sido comumente estigmatizadas e encaradas com suspeita, como se a ação coletiva não pudesse conviver com as divergências, com o pressuposto das diferenças e o seu exame no interior do sindicato.

A ausência de uma politização dessas divergências, particularmente num período pré-eleitoral, traz um quadro triste: a suspeita sobre os "verdadeiros" propósitos de cada militante, o julgamento de atitudes e iniciativas sob o suposto de que a ambição pessoal está na essência da vontade humana e de que a política reduz-se ao cálculo de oportunidade, à dissimulação, à tergiversação e à intolerância para com o outro.

Neste sentido, o propósito básico deste grupo é resgatar e defender alguns dos princípios fundadores da ANDES-SN.

A ANDES-SN e o MD constituíram-se com base no suposto de que a democracia tem como fundamento a vontade autônoma dos indivíduos num espaço público de deliberação. A afirmação da autonomia e da democracia expressam a adesão a uma esperança que representou o melhor da conjuntura que viu o MD nascer, e que ainda norteia nossa ação visando a revolução democrática pela qual a universidade e a sociedade - sobretudo seus setores organizados - anseiam, e para a qual estão maduros: uma sociedade de indivíduos livres, onde a vida coletiva seja assegurada pela manifestação das vontades autônomas nos processos de deliberação que afetam o interesse público.

A ANDES-SN defende a perspectiva de que a universidade é um espaço privilegiado de expressão e vivência do ideal democrático, o que tem evidentes repercussões sobre o conjunto da sociedade. Neste sentido, é imperativa a defesa da autonomia universitária e do caráter público e transparente da instituição que é sustentada com recursos públicos. Da mesma forma, a extensão do ensino público em todos os níveis, garantindo aos cidadãos o acesso à informação e à cultura, constitui um dos pilares para a construção de uma sociedade livre e igualitária.

Devido a esta inserção crítica numa sociedade dividida em classes, a ANDES-,SN elegeu como elemento estratégico de sua ação político-sindical, a aliança com o conjunto dos trabalhadores e oprimidos da sociedade, privilegiando uma relação de solidariedade ativa com organizações sindicais e comunitárias. Esta solidariedade, por outro lado, traz o pressuposto do reconhecimento de que a profissão docente, sem prejuízo de suas especificidades, constitui uma forma de assalariamento, submetida, portanto à insegurança e à exploração econômica a que é submetido o conjunto dos trabalhadores assalariados.

Este reconhecimento se expressa objetivamente no caráter sindical da ANDES-SN e traz, como resultado, um imperativo de nossa convivência: somos não apenas colegas de trabalho mas também companheiros de luta. A solidariedade que deve fundamentar o companheirismo entre os docentes, particularmente entre os militantes do MD constitui uma das preocupações fundamentais do grupo que apresenta esta chapa, que lutará incansavelmente contra qualquer ameaça de autoritarismo e preconceito dentro de nossas fileiras.

Pontos que orientarão o programa:

- fortalecer a representatividade da ANDES-SN junto a suas bases, filiando novos companheiros às AD's;
- expandir a representatividade da ANDES-SN junto aos docentes das redes privada e estaduais, fortalecendo e aperfeiçoando políticas especificas para estes setores;
- combater intransigentemente as políticas neoliberais do governo, especialmente as políticas sociais de conseqüências funestas;
- fortalecer os laços de identidade e ação conjunta entre a ANDES-SN e os movimentos sindicais e sociais que se opõem às investidas neoliberais, atuando no sentido de aprofundar a perspectiva classista na ação sindical;
- combater os projetos de reforma constitucional que promovem a redução inconseqüente e o sucateamento do Estado, defendendo o direito da sociedade a políticas sociais que atendam às necessidades básicas da população, promovendo a cidadania e a transparência na administração política;
- defender a Universidade Democrática, Pública, Gratuita e de Qualidade, a autonomia universitária, a garantia do financiamento estatal do ensino público e a democratização do acesso e da gestão da educação e do ensino;
- fortalecer os laços de solidariedade entre a ANDES-SN e as demais organizações de educadores também no plano internacional;
- atuar no sentido da profissionalização das atividades-meio da entidade (contabilidade, jornalismo, etc), de forma a permitir que nossos quadros de direção possam se dedicar, da melhor forma possível, a suas atividades-fins;
- implementar uma política de comunicação social compatível com o papel e as responsabilidades da ANDES- SN na sustentação de uma opinião pública independente.

Santa Maria, 6 de fevereiro de 1996.

Sindicato é contra acordo entre centrais e governo

As negociações das centrais sindicais, entre elas a CUT, com o governo, sobre os pontos da reforma da Previdência continuam dando dor de cabeça para os servidores públicos e demais categorias de trabalhadores. Após a reunião da direção nacional da Central, no dia 4 de janeiro, com dirigentes e representantes de vários sindicatos e federações filiadas, foi mantida a decisão de continuar a negociar a reforma, mesmo em prejuízo de pontos essenciais para a garantia de direitos adquiridos dos trabalhadores. O representante da Andes-SN no Departamento Nacional de Educação (DNTE-CUT) estava presente e, de acordo com a posição dos docentes, manifestou- se contra os acordos.

Mas parece que a previsão dos sindicalistas contrários à negociação com o governo está se confirmando. Na semana após o carnaval, Vicentinho admitiu que vários pontos negociados não foram incluídos no relatório do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM). Não entrou no relatório, por exemplo, o fim das aposentadorias especiais dos deputados e a recuperação do poder aquisitivo dos aposentados.

Prejuízo para os servidores

O equívoco da CUT em negociar a reforma da Previdência poderá trazer sérios prejuízos aos servidores públicos federais e principalmente à categoria docente, que perde o direito a aposentadoria especial. Segundo nota divulgada pela Central em vários jornais do país, ainda não houve acordo com o governo, mas os pontos apontados pela central sobre a negociação não garantem a manutenção, no texto constitucional, do conceito de seguridade social como um direito de todos e um dever do Estado. Esse detalhe, aparentemente simples, pode significar, na prática, a desobrigação do Estado com a saúde e a assistência social da população. Mesmo o sistema excludente de previdência dos EUA - modelo bastante próximo ao que o governo brasileiro quer implantar - está sendo revisto pelos dirigentes e pela sociedade norte-americana.

Os pontos negociados com o governo, segundo o documento da CUT, se resumem em pontos como a defesa da aposentadoria por tempo de serviço aos trabalhadores públicos e privados aos 35 anos para homens e 30 para mulheres, "cabendo o ônus da comprovação aos patrões e governo, sem limite de idade, terminando com todos os privilégios"; a manutenção da aposentadoria proporcional aos 30 anos para homens e 25 para mulheres, sem pré-condição de idade; a manutenção das aposentadorias especiais de categorias com função insalubre e para professores de 1º e 2º graus, excluindo os professores do 3º grau. "Fim das aposentadorias privilegiadas", conclui o documento sobre este ponto.

Mas de fato, o que está sendo acordado entre as centrais e o governo mantém a proposta governista de aposentadoria por tempo de contribuição. Os homens só poderão se aposentar com 35 anos de contribuição para a previdência e as mulheres com 30 anos. A aposentadoria proporcional fica instituída aos 60 anos de idade para homens e 55 para mulheres. É exigido, no entanto um tempo mínimo de contribuição de 20 anos nos dois casos. Desaparecem do texto as atuais regras para aposentadoria proporcional.

As aposentadorias e pensões dos servidores públicos continuam sendo integrais. Porém, com a exigência de três requisitos: 55 anos de idade para homens, e 50 para mulheres; 35 anos no serviço para homens e 30 para mulheres; e dez anos de serviço efetivo no exercício do último cargo que ocupar o requerente, no ato da aposentadoria. Essa regra valerá para homens e mulheres. Os servidores perdem também o direito ao adicional por ocasião da aposentadoria. A fixação do teto das aposentadorias será item da Reforma Administrativa.

Problema não são os benefícios

A Andes-SN entende como um retrocesso as negociações feitas em torno das reformas e vê uma tentativa escancarada por parte do governo de cooptar os trabalhadores e a sociedade para a aceitação do projeto neoliberal, liquidando com direitos sociais e abrindo todas as possibilidades para a privatização da saúde, da previdência, da educação, incluindo as universidades públicas federais. Para a entidade dos docentes, não há dúvida de que o problema da Previdência não está nos direitos dos trabalhadores, mas sim na sonegação de impostos, na corrupção, e no mau gerenciamento e aplicação dos recursos, o que tem sido a marca dos últimos governos.

A primeira votação em Plenário, no Congresso Nacional está prevista para 6 de março. Até lá, estão marcadas duas reuniões, nos dias 27 e 28, de representantes dos movimentos sociais organizados com parlamentares, sobre o tema.

Pesquisa mostra decepção com frutos do Plano Real

Agência ANDES (Brasília) Pesquisa nacional de opinião encomendada pelo PMDB e divulgada parcialmente esta semana vem provocando reflexões não somente entre parlamentares do partido, mas também entre deputados da esquerda que tiveram conhecimento dos resultados pelo jornal Gazeta Mercantil.

A principal questão da pesquisa é como o cidadão avalia os resultados do Plano Real e, em segundo lugar, o apoio ao governo federal. No primeiro quesito, nada menos de 64 por cento dos entrevistados acham que o plano beneficiou, até agora, os mais ricos e 61 por cento julgam que ele ajudou os grandes empresários nacionais.

Não são números surpreendentes em si, mas revelam a grande penetração na opinião pública do que vem sendo dito pelas lideranças dos trabalhadores, notadamente nestes dois meses de intensa discussão sobre a reforma da Previdência. No geral, os entrevistados até apóiam o plano econômico, mas resta a sensação de que o governo poderia estar trabalhando um pouco mais por quem não é rico nem empresário de sucesso; ou seja, a grande maioria da população.

O governo Fernando Henrique Cardoso obteve a aprovação de 42 por cento dos entrevistados, índice razoável, se considerarmos que a maior parte dos governadores não obtém esse percentual entre seus governados. Mas persiste também a apreensão da classe política que encomendou o trabalho ao Instituto Gallup: 74 por cento das pessoas acham que os parlamentares não representam a vontade do povo.

NOSSO BOLSO

Abono

O abono pecuniário, referente à venda de 1/3 de férias, foi pago apenas aos professores associados à ADUFRJ, e portanto sindicalizados à Andes-SN. O Sintufrj obteve também liminar (local) determinando o pagamento do abono a todos os servidores da UFRJ que o haviam requerido. Este será pago na folha de fevereiro. Ao que tudo indica os docentes não-sindicalizados também terão garantido este direito.

Consignação

As mensalidades da ADUFRJ dos meses de dezembro de 95 e janeiro de 96 não foram descontadas dos salários dos docentes sindicalizados. De acordo com a sub-reitoria de Pessoal da UFRJ, isto se deve a erros do MARE. Está previsto um desconto de três meses na folha de fevereiro. O desconto será feito para todos os sindicalizados, embora alguns poucos professores tenham sido descontados em janeiro e fevereiro, o que evidencia a grande confusão feita pelo MARE. A ADUFRJ está fazendo o levantamento dessa situação e irá efetuar as possíveis devoluções.

Ação dos 28,86%

A AD está entrando na Justiça, esta semana (26/02 a 1/03), com a Ação pelo reajuste dos 28,86%, referente à isonomia com os militares. A entidade vai estar representando nesta Ação um total de 509 docentes da UFRJ que assinaram a procuração do substitutivo processual..

adufrj prestando contas – 1995

Informações adicionais sobre os demonstrativos contábeis estão à disposição dos associados na sede da AD

Receitas e despesas em 1995		
Total de Receitas		456.422,94
Contribuições dos associados	399.869,50	
Rendimentos de aplicações	54.670,42	
Outras receitas	1.883,02	
Total de Despesas		315.948,02
Contribuição da Andes-SN	101.182,33	
Salários e encargos	90.604,39	
Viagens e estadias	25.709,86	
Correio e Xerox	33.023,10	
Jornal	10.899,00	
Outras despesas	54.529,24	
Superávit do exercício		140.474,92
Balanço Patrimonial em 31/12/95		
Ativo		249.995,78
Conta-corrente, poupança e aplicações	244.069,02	
Imobilizado	5.926,76	
Passivo		249.995,78
Encargos a recolher	2.410,25	
Patrimônio líquido	247.585,53	

J.O.R.N.A.L
ADUFRJ
SEMANA 18 – 22 MARÇO/1996
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Bilhões para os bancos falidos e uma "banana" para os servidores públicos

Professores panfletam e distribuem bananas à comunidade universitária, no CCS

Professores param

Os professores da UFRJ pararam na última quarta-feira, dia 13, pelo reajuste salarial da data-base e contra as reformas do governo. A paralisação fez parte do calendário de atividades proposto pelo movimento nacional dos servidores públicos federais. A adesão dos professores foi mais intensa no Colégio de Aplicação, no CLA, IFCS e nas Unidades da Praia Vermelha. Nos CCS, CCMN e CT houve paralisação com panfletagem pela manhã e à tarde, quando foram distribuídas bananas, simbolizando o tratamento dado pelo governo nas negociações desta campanha salarial. Os servidores técnicos-administrativos também fizeram paralisação na quarta e na quinta-feira da semana passada.

A paralisação ocorreu em outras universidades e instituições federais do país, sendo o primeiro passo para a construção de uma greve nacional dos servidores federais como forma de garantir o direito ao reajuste pela data-base (janeiro/96), além de pressionar o governo contra o desmantelamento do serviço público e as reformas neoliberais da previdência e do Estado.

Embora a data de 20 de março, proposta pela Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais para início da greve por tempo indeterminado, tenha sido rejeitada na última assembléia da ADUFRJ, a proposta de indicativo de greve foi mantida. Nesta terça-feira, os professores estarão novamente reunidos em Assembléia Geral para deliberar sobre a greve e uma nova paralisação nesta sexta-feira, dia 22.

AD EDITORIAL

GREVE

A greve nacional dos servidores públicos federais pelo reajuste de 46,19% e contra as reformas da previdência e do estado deixou de ser uma vaga possibilidade além do horizonte e transformou-se num movimento real em construção em todas as categorias de servidores.
Motivos para a greve não faltam: a intransigência do governo, reafirmada na audiência inexistente do último dia 11; a insistência no argumento cínico da falta de dinheiro; o leilão de votos no Congresso para a aprovação das reformas do governo; a permanente degradação das condições de trabalho no serviço público; e tantos outros.
O desgaste do governo FHC é contínuo e visível. O tic-tac da bomba-relógio que sustenta o valor da moeda - o crescimento desmesurado da dívida pública e dos seus juros já incomoda até os ouvidos dos mais crédulos defensores da política econômica do governo; o sistema bancário ameaça ruir como um castelo de cartas; as contradições internas do bloco governista agudizam-se.
Estão surgindo, assim, as condições objetivas favoráveis para o sucesso de uma greve. Cabe-nos agora prosseguir na sua construção.
A paralisação dos docentes da UFRJ no dia 13 (dias 13 e 14 para muitos outros setores) foi um passo importante nessa direção, contribuindo para o crescimento da confiança da categoria no seu movimento.
O indicativo de greve - sem data - foi aprovado na Assembléia Geral da ADUFRJ do dia 11 e estará novamente em pauta na AG do próximo dia 19. Estará também em discussão a proposta de nova paralisação, na sexta-feira, dia 22 de março, data da audiência pública na UERJ sobre a PEC 233A (autonomia e financiamento das universidades). Participar dessa audiência será uma excelente oportunidade para expor à sociedade nossas posições sobre a questão e para ampliar a mobilização.
Informes sobre a reunião do setor das federais da Andes-SN (dias 15 e 16) e sobre a plenária dos SPF's (dia 17) serão dados nas reuniões da ADUFRJ nas unidades (dias 18 e 19) e na AG do dia 19.
Nunca é demais lembrar a importância do comparecimento às reuniões e à AG para o sucesso do movimento.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 7.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Andes-SN e o Fórum em Defesa da Escola Pública fazem pressão junto às lideranças partidárias para que o projeto seja rejeitado na Câmara dos Deputados.

Projeto não garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e cria novas instituições de ensino, fragmentando o ensino superior.

Lei de Diretrizes e Bases

A LDB do Senado atende às diretrizes do Fundo Monetário Internacional para os países em desenvolvimento.

O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi remetido, semana passada, para a Câmara dos Deputados na forma do parecer n.º 30/96, aprovado no Senado com base no substitutivo do Senador Darcy Ribeiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada no Senado, já está na Secretaria da Câmara, que pode remetê-la ao Plenário. Segundo o presidente da Comissão de Educação da Câmara, Severiano Alves, a manobra é regimental e a votação da LDB pode acontecer a qualquer momento.

De acordo com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a Andes-SN, entidades que estão acompanhando de perto a tramitação da lei, a LDB do Senado continua apresentando retrocesso frente aos principais pontos defendidos pelas entidades. Tanto o Sindicato dos Docentes quanto o Fórum estão trabalhando junto aos parlamentares e lideranças partidárias no sentido de que o projeto seja rejeitado em seu conjunto e que a Câmara volte a trabalhar com o projeto original, aprovado nesta casa, segundo o parecer do substitutivo Cid Sabóia, em 1993.

Segundo análise preliminar do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN, a LDB do Senado reduz significativamente a concepção de educação do projeto aprovado na Câmara (substitutivo Cid Sabóia), não incluindo amplas e abrangentes diretrizes para o Sistema Nacional de Educação, balizadoras de uma política nacional.

A LDB do Senado - leia-se LDB Darcy Ribeiro - omite a competência do Estado no que se refere a adoção de medidas capazes de tornar efetiva a igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola, pelo menos nos níveis básicos. O senador Darcy Ribeiro conseguiu aprovar em seu projeto que o Estado só será obrigado a garantir ensino básico nos primeiros quatro anos de escolaridade, significando um retrocesso ao que estava colocado no projeto de LDB da Câmara, que previa a garantia de ensino e a permanência do aluno na escoIa durante pelo menos oito anos, o que já é garantido na legislação atual. Darcy Ribeiro, nesta e em diversas outras questões colocadas em seu projeto, atende perfeitamente aos interesses da nova ordem econômica, cujo princípio maior não é formar cidadãos, mas mão de obra "tecnicamente qualificada" que atenda aos interesses do atual governo e à política do MEC, sintonizados com o receituário neoliberal do Banco Mundial e do FMI para os países em desenvolvimento.

No que se refere à gratuidade do ensino público, a LDB do Senado exclui a formulação contida no projeto original da Câmara, que diz ser "vedada a cobrança de taxas escolares nos estabelecimentos oficiais de ensino". Na avaliação da Andes-SN, essa omissão é a possibilidade de clara de termos universidades públicas cobrando mensalidades de seus alunos. A lei em questão exclui também a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso na carreira do magistério, previsto tanto na Constituição Federal como no Projeto da Câmara.

A qualidade do ensino superior também fica seriamente comprometida com a fragmentação de universidades, faculdades e institutos e a criação de novas instituições como os Centros de Educação Superior e Escolas Superiores. Na opinião do professor da Faculdade de Educação da UFRJ e membro do conselho de representantes da AD, Roberto Leher, este ponto altera radicalmente a concepção de universidade como uma instituição que congrega várias áreas do conhecimento, dentro de um padrão mínimo de qualidade, e pode gerar uma série de escolas técnicas superiores ou os já tão falados "escolões de 3º grau".

Proposta de emenda constitucional restringe autonomia universitária

Sob o argumento de priorizar a educação básica no pais, o governo conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o Projeto de Emenda Constitucional, do Deputado Paulo Bornhausen, que altera o texto da Constituição Federal no que diz respeito à garantia de ensino público, gratuito e de qualidade, em todos os níveis, como um direito de todos e um dever do Estado. A PEC 233/96 dispõe sobre artigos referentes à autonomia e financiamento das universidades.

De acordo com a declaração de voto contrário à emenda, do deputado Vicente Arruda, a PEC 233 é patente quanto à restrição de direitos individuais do cidadão em ter garantido o acesso ao ensino gratuito em todos os níveis. Segundo o deputado, a emenda ao retirar do texto a descriminação dos graus de ensino, do básico ao doutorado, restringe a gratuidade nos cursos superiores, principalmente, afim de que as universidades públicas possam vir a cobrar pelos cursos de pós-graduação "latu sensu", especialização, por atividades de extensão, entre outras.

A eleição para a nova diretoria da Andes Sindicato Nacional para o biênio 96/98 acontecerá nos dias 21, 22 e 23 de maio. Publicamos abaixo a relação completa dos integrantes das três chapas concorrentes: Chapa 1: Andes Autônoma e Democrática; Chapa 2: Andes Para todos; e Chapa 3: Em Defesa da Democracia e da Universidade.

Cargo	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3
Presidente	Maria Cristina de Moraes - ADURN	Maria Luiza Fontenele - ADUFC	Renato de Oliveira - ADUFRGS
1º Vice-Presidente	Fernando Molinos Pires - ADUFRGS	Helena Freitas - ADUNICAMP	Marco Antônio Sperb Leite - ADUFG
2º Vice-Presidente	Heitor Gaudenci Junior - ADUNIMEP	Luis Fernando - ADUFF	Carlos Coutinho Batalha - ADUFES
3º Vice-Presidente	Almir Serra Meneses Filho - ADURN	Edward Robinson Barros - ADUFEPE	Rubens Pinto Lyra - ADUFPB-JP
Secretário Geral	Márcio Antônio de Oliveira - APESFJ	Elias Nunes Dourado - ADUSB	Emmanuel Appel - APUFPR
1º Secretário	Luiz Paiva Carapeto - ADUFPEL	Dalton Melo Macambira - ADUFPI	Robério Marcelo Rodrigues - APUB
2º Secretário	Gênia Maria Montanari - ADUFSCAR	Otávia F. S. Rodrigues - APUBH	Francisco Paula Castro - ADUFERPE
3º Secretário	Lafaiete Santos Neves - APUFPR	Liacarmem Kleine - APUFSC	Gomaria Maria Perez Nunes - APUBH
1º Tesoureiro	Solange Bretas - ADUFU	Lêdo Leite Fontes - ADUFPB/JP	Anibal Sanchez Moura - ASDUERJ
2º Tesoureiro	Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPJ	Marcos Vinícius Bastos - ADUFERPE	Ricardo Heil Comejo - SEDUFSM
3º Tesoureiro	Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB	Reginaldo Nassar Ferreira - ADUFG	Jaime Mendonça - ADUFEPE
Regional Norte			
1º Vice-Presidente Regional	Solange Calcagno Galvão - ADUFPA	Telma Damasceno - ADUFPA	Ernani Pinheiro Chaves - ADUFPA
2º Vice-Presidente Regional	Grauben José Alves de Assis- ADUFPA	José Sávio da Costa Melo - ADUFAC	Maria da Graça Barreto - ADUA
1º Secretário Regional	Cleyde Silva - ADUFPA	Simone Bagal de Oliveira - ADUA	Cleomar Monteiro da Silva - ADUFAC
2º Secretário Regional	Carlos Luis Ferreira da Silva - ADUNIR	Odete Burgelle - ADUNIR	João Bosco de Lavor Barreto - ADUA
1º Tesoureiro Regional	Armando dos Santos Filho - ADUFPA	Elizabete Lucena - ADFCAP	Nader Roberto Charone - ADUFPA
2º Tesoureiro Regional	Raffaele Amazonas Novelino - ADUA	Francisco Aldair Matias - ADUFAC	João Ricardo Bessa Freire - ADUA
Regional Nordeste I			
1º Vice-Presidente Regional	Ciro Nogueira Filho - ADUFC	Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC	Heitor Farte Guilherme - ADUFC
2º Vice-Presidente Regional	Maria Célia Leal e Silva - ADCESP	Maria do Socorro Monteiro - ADUFPI	José de Carvalho Filho - ADUNIFOR
1º Secretário Regional	Sandoval Ribeiro Sena - ADUNIFOR	Elba Mochel - APRUMA	Leda Maria de Barros - ADUFPI
2º Secretário Regional	Cristiano Matias Neto - ADUFPI	Virgilio Madeira Martins - ADUESPI	Zartur Gigio Cavalcanti - APRUMA
1º Tesoureiro Regional	Yaci Mendonça de Almeida - ADUFC	Angélica Maria Pinheiro - UEC/VPR	Maria Lídice Moreira Lima - APRUMA
2º Tesoureiro Regional	Maria do Socorro Machado - ADCESP	Francinete Paula Avelino - ADUFPI	Maria Meire Ferreira - APRUMA
Regional Nordeste II			
1º Vice-Presidente Regional	Francisco José de A. Filho - ADUFEPE	Maria Auxiliadora Leal - ADUPE	Eliezer Queiroz Souto - ADUFERPE
2º Vice-Presidente Regional	Argus Vieira de Almeida - ADUFERPE	Marlene Alves de Souza - ADUEPB	Maurino M. Santana - ADUFPB/CG
1º Secretário Regional	Ibiraci Maria Fernandes - ADURN	Rubem G. Nunes - ADURN	M. Regina Vasconcellos - ADUFPB/JP
2º Secretário Regional	Maria Bernadete Nóbrega-ADUFPB/JP	José de Andrieta F. Lopes - ADUFPB	Lunildo Cleano Saraiva - ADUFEPE
1º Tesoureiro Regional	Luis Manuel Nascimento - ADUCAPE	Sérgio Gadino - ADUCAPE	Maria Angela Grillo - ADUFERPE
2º Tesoureiro Regional	Maria da Selete B. Farias - ADUFPB/JP	Maria Ivonete Soares Coelho -ADFURN	Selma Bezerra Souza Silva - ADURN
Regional Nordeste III			
1º Vice-Presidente Regional	Maria Lia Silva Reis - ADUCSAL	Antônio Passos Lima Filho - ADUFAL	Mercedes Chaves de Carvalho - APUB
2º Vice-Presidente Regional	Luis Alberto dos Santos - ADUFS	Marcos Antônio da Silva - ADUFS	Maria Nely dos Santos - ADUFS
1º Secretário Regional	Elda Vieira Tramm - APUB	Artur Caldas Brandão - APUB	Ulima R. de Matos Amazonas - APUB
2º Secretário Regional	Nildon Carlos Pitombo - ADUFS/BA	Moema Caribeni Badaró - ADUSC-BA	Manoelito Damasceno - ADUNEB
1º Tesoureiro Regional	Terezinha Maria Santos - ADUCSAL	Maria Alba Correia da Silva - ADUFAL	Paulo César Chaves - APUB/CEFET
2º Tesoureiro Regional	Ubirajara Rodrigues Batista - ADUFS	Frederico Antônio Torres - ADUFS-BA	Mirtânia Leão - APUB/CEFET
Regional Leste			
1º Vice-Presidente Regional	Jacqueline Blaso - ADCEFET/MG	Tardisio Gonçalves Alencar - ADUFU	José Henriques Maia Filho -APUBH
2º Vice-Presidente Regional	Luis Fernando Carvalho - ADFUNREI	Francisco Maurí Carvalho - ADUFES	Cícero Romão Cavalli - ADUFES
1º Secretário Regional	Armando Chaves Corrêa - ADUFU	Rosângela Carrusca Alvim - APUBH	Benjamin Almeida Mendes - APESJF
2º Secretário Regional	Vânia Maria Louzada - ADUFES	Maurílio Nogueira da Silva - ASPUV	Marcelo Marinho Franco - ADUFOP
1º Tesoureiro Regional	Lúcia Maria Porto Ramos - APUBH	Paulo Augusto Camargos -APUBH	Angela Carrato - APUBH
2º Tesoureiro Regional	Wilson Guilherme Acácio - APESJF	Marco Túlio David das Neves - ASPUV	Rosemary Dores Soares - APUBH

Regional Planalto	CHAPA 1	CHAPA 2	CHAPA 3
1º Vice-Presidente Regional	Miriam Bianca Ribeiro - ADUFG	Márcio Florentino Pereira - ADUFG	Marlene de Oliveira Lobo - ADUFG
2º Vice-Presidente Regional	Eliane Martins de Freitas - ADCAC	Arcelina Dias - ADUnB	Eurípedes da Cunha Dias - ADUnB
1º Secretário Regional	Laurindo Elias Pedrosa - ADUFG	Marcelo Mendonça - ADCAC	Maria Ieda Almeida Buriak - ADUFG
2º Secretário Regional	Wagner Melo Ferreira - ADUNITINS	Verbena Medeiros Brito - APUG	Dóris Santos de Faria - ADUnB
1º Tesoureiro Regional	Enoch José da Mata - ADUFG	Abraão Garcia Nunes - ADUFG	José César S. Climaco - ADUFG
2º Tesoureiro Regional	Maria da Conceição Silva - ADESA-GO	Leandro Oliveira - ADUFG	Marcos Corrêa Loureiro - ADUFG
Regional Pantanal			
1º Vice-Presidente Regional	Roberto Boaventura Silva - ADUFMAT	Waldemir Rodrigues - ADUFMAT	Leni Hack - ADUNEMAT
2º Vice-Presidente Regional	Hermano José H. de Melo - ADUFMS	Lauro Bulaty - ADUFMS	José Márcio Licerre - ADUFMS
1º Secretário Regional	Irenilda Angela Santos - ADUFMAT	Laerte Pinhêdo - ADUFMAT	Célia Maria de Oliveira - ADUFMS
2º Secretário Regional	Renato Gomes Nogueira - ADUFMS	Dario Xavier Pires - ADUFMS	Maria Ivonete de Souza - ADUNEMAT
1º Tesoureiro Regional	Pio P. Filho - ADUFMAT	José Arimatéa Guimarães - ADUFMAT	Rogério Fernando Neto - ADUFMS
2º Tesoureiro Regional	Ordália Alves de Almeida - ADUFMS	Romeo Gama do Carmo - ADUFMS	Edward Bertholini Castro - ADUFMAT
Regional Rio de Janeiro			
1º Vice-Presidente Regional	Margarida Carvalho Santana - ADUFF	Hélio de Mattos Alves - ADUFRJ	Cibele Reynauld - ADUFRJ
2º Vice-Presidente Regional	Irlete Braga da Trindade - ADUR-RJ	Getúlio Wagner Fernandes- ADUNIRIO	Celso Almeida e Silva - ADCEFET/RJ
1º Secretário Regional	José Glauco Ribeiro Tostes - ADUFF	Paulo Adler - ASDUERJ	Hidemburgo Francisco - ASDUERJ
2º Secretário Regional	Roberto Houaiss - ADUFRJ	Paulo Roberto Peres - ADUFRJ	Eurico Zimbres - ASDUERJ
1º Tesoureiro Regional	Marcos Pelaqio - ADUR-RJ	Fátima Branquinho - ASDUERJ	Sérgio C. Gonçalves - ADCEFET/RJ
2º Tesoureiro Regional	Vera Maria Rocha Rabelo - ADUR-RJ	Marília Cintra Barroso - ADUNIRIO	Doméinico Mandarino - ASDUERJ
Regional São Paulo			
1º Vice-Presidente Regional	Zildo Gallo - ADUNIMEP	Adelaide José Vaz - ADUSP	Marcos Nobre - ADUNICAMP
2º Vice-Presidente Regional	Paulo Martins - ADUNISA	Luis Roberto de Oliveira - ADUNESP	Ricardo Musse - ADUNESP
1º Secretário Regional	Gilberto Lopes Teixeira - ADUNISA	Luis Madaleno Franco - ADUNIMEP	Marcos Barbosa de Oliveira - ADUSP
2º Secretário Regional	Ronaldo Schubert Souto - ADUNIMEP	Luis Alfredo Chinale - ADUNESP	Ivan Santo Barbosa - ADUNICAMP
1º Tesoureiro Regional	Oswaldo Alves Mora - ADEPM	José Lúcio M. Machado - ADUNESP	José Coelho Sobrinho - ADUSP
2º Tesoureiro Regional	Claudinei Lourenço - Filiado VPR-SP	Antônio Luis Caldas Jr. - ADUNESP	Isabel Maria Loureiro - ADUNESP
Regional Sul			
1º Vice-Presidente Regional	Maria da Graça Bollmann - APUFSC	Walmir Oliveira - APUFSC	Maria José Justino - APUFPR
2º Vice-Presidente Regional	Maria L. Domingues - SINDCEFET/PR	Edmeire Cristina Pereira - APUFPR	Milton Muniz - APUFSC
1º Secretário Regional	Maria Suell S. Leonarte - APUFPR	Clair Castilho Coelho - APUFSC	Eli Nunes Marques - APUFPR
2º Secretário Regional	Ricardo Triska - APUFPR	Miguel Arturo - ADUEL	Albertina Dutra Silva - APUFSC
1º Tesoureiro Regional	Oglacir Cardoso - SINDCEFET/PR	Norberto Rech - APUFSC	José Roberto Braga Portela - APUFPR
2º Tesoureiro Regional	Sandra Regina de Oliveira - ADUEL	Alcides Rabelo Coelho - APUFSC	Paulo Cézar F. Mathias - VPR-UEM
Regional Rio G. do Sul			
1º Vice-Presidente Regional	Meri Rosane Silva - APROFURG	Célia Gervaze Chaves - ADUFRS	Jorge Quilfeldt - ADUFRGS
2º Vice-Presidente Regional	Denise M. Bussolett - ADUFPEL	Ligia Maria Chiarelli - ADUFPEL	Maria Adélia Pinhal - ADUFRGS
1º Secretário Regional	Luis Fernando Minasi - APROFURG	Isabel Maria Regis Amaral - ADUFPEL	Sônia Toffel - SEDUFSM
2º Secretário Regional	Walcir B. V. Corvello - ADUFPEL	Diorge Alceno Konrad - SEDUFSM	Florimar Oliveira Thomaz - ADUFPEL
1º Tesoureiro Regional	Carlos Alberto Oliveira - ADUFPEL	Marilda Borges Neutzling - ADUFPEL	Fernando Quadros - SEDUFSM
2º Tesoureiro Regional	Maria Leticia M. Ferreira - ADUFPEL	Maria de Fátima A. Vieira - ADUFPEL	Cirio Simon - ADUFRGS

Derrotado na primeira votação, governo corre contra o tempo para aprovar outra emenda na Câmara e, assim, salvar seu projeto neoliberal de previdência.

A nova emenda à Constituição acaba com a transição de dois anos que constava no antigo projeto mas não toca em privilégios dos parlamentares, como o IPC.

Previdência

Governo faz desesperada tentativa de aprovar a reforma do sistema previdenciário.

Números exatos ignorados, contas mal divididas e re sultados totalmente desas trosos para o conjunto da sociedade. Esta continua sendo a estratégia do governo na sua segunda e desesperada tentativa de aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional. O presidente sabe que se não aprovar agora, serão enormes os riscos de não conseguir deslanchar seu projeto de reforma do Estado, ou desmonte do setor público, ainda em 1996. Da mesma forma que os anteriores, o governo de Fernando Henrique Cardoso, neoliberal disfarçado vem colocando os trabalhadores públicos e privados como os únicos responsáveis pelas mazelas do país.

A reforma da Previdência é um típico exemplo em que os números são ignorados em beneficio de um sistema cada vez mais excludente social e politicamente, a conta é paga pelos historicamente menos assistidos e o país continua em sua rota descendente, rumo à concentração cada vez maior de suas riquezas e a falência total das instituições de cunho social. O que está em jogo não é o saneamento da Previdência, porque se fosse este o caso, o governo já teria tomado medidas concretas para diminuir a sonegação - R$ 5,7 bilhões em 1994, segundo o próprio governo, que ainda nem apurou o rombo do ano passado.

O sistema excludente de previdência idealizado pelo governo e agora reapresentado através da emenda do líder do PMDB na Câmara, deputado Michel Temer, está propondo mudanças imediatas nas regras de aposentadoria dos servidores públicos civis. Acaba com a transição de dois anos para a entrada em vigor das novas regras de aposentadoria do setor público e privado - ao mesmo tempo em que retira do texto qualquer exigência do fim do Instituto de Previdência dos Congressistas -, proíbe o acúmulo de aposentadorias no setor público e privado, menos para parlamentares e governadores, e retira o teto de aposentadorias de dez salários mínimos para trabalhadores da iniciativa privada, jogando o trabalhador nas garras das seguradoras privadas.

Se estas medidas realmente representam uma solução para as agruras da Previdência, então porque o deputado Michel Temer pediu aposentadoria proporcional como procurador de Estado às vésperas de assumir a função de relator?

A nova emenda

- Acaba com a transição de dois anos para a entrada em vigor das novas regras de aposentadorias do setor público e privado.
- para requerer aposentadoria integral, o servidor público deverá preencher os requisitos: idade mínima 55 anos para homens e 50 para as mulheres; dez anos de ingresso no serviço público; cinco anos no último cargo e 35 anos de contribuição para os homens e 30 para as mulheres.
- proíbe acúmulo de aposentadorias tanto no setor público quanto no privado, menos para parlamentares e governadores.
- retira o teto de aposentadorias de 10 salários mínimos para os trabalhadores da iniciativa privada, e abre uma brecha para que este teto caia para três mínimos na lei complementar, como quer o governo.
- Acaba com a aposentadoria especial para os docentes das Instituições de Ensino Superior.

MOVIMENTO

Campanha da data-base

■ Mare não responde sobre reajuste dos servidores federais.

Campanha da data-base no campus do Fundão.

A audiência da Coordenação dos SPFs com a ministra substituta Cláudia Costin, no Ministério da Administração e Reforma do Estado - Mare, dia 11 de março praticamente não aconteceu. No lugar da substituta de Bresser, três chefes de setores do departamento de Pessoal do Mare apresentaram-se aos representantes da Coordenação e se limitaram a repetir o que o governo tem dito a imprensa - Que há um problema de equilíbrio fiscal e que enquanto o Ministério da Fazenda não identificar superávit, não será possível falar em índices para o reajuste da categoria.

Os servidores não aceitam essa situação e o movimento caminha para a deflagração de urna greve nacional. Na semana passada, 21 Universidades (número obtido até quarta-feira) aderiram à paralisação de 48 horas nos dias 13 e 14. Em algumas delas, a deliberação da categoria docente foi pela realização de paralisações parciais e outras atividades, como seminários, debates e atos públicos de esclarecimento à comunidade sobre as reivindicações do movimento.

AGENDA

19 Assembléia Geral da ADUFRJ. Às 14 horas, no auditório do CCMN - Roxinho. Em pauta a Campanha da data-base, os honorários advocatícios referentes à ação do abono pecuniário e o empréstimo ao Sintufrj.

18 e 19 Reunião nas Unidades, com informes sobre as deliberações do Setor das Federais da Andes-SN e da Plenária dos SPFs, do último final de semana, em Brasília. A ADUFRJ esteve representada nos dois eventos.

22 Audiência Pública sobre a PEC 322, que trata da autonomia e financiamento do ensino superior, às 9 horas no teatro Noel Rosa, no campus da UERJ, Maracanã.

Desabono Universitário

A burocracia administrativa da UFRJ está sofrendo do "efeito Bresser", um mal que qualquer servidor desta universidade está sujeito, inclusive à distância. A professora-assistente do departamento de Psicologia Geral e Experimental, Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos, afastada por participar do programa de capacitação docente, que o diga.

Ao solicitar seu abono pecuniário, antes de editada a Medida Provisória que suprimiu este direito, foi informada de que a sua condição de afastada a impedia de requerê-lo, de acordo com o Memorando 002/95 da Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais - SR-4, de outubro de 1995, que vai frontalmente contra o disposto no artigo 78 do RJU.

A ADUFRJ solicitou à SR-4 a imediata correção do erro, não só quanto a este caso, mas em relação a todos os professores que se encontram nesta situação. E qual não foi a surpresa quando a sub-reitora Maria Augusta Temponi afirmou não ter conhecimento de nenhuma lei ou norma que sustentasse o conteúdo do memorando. Segundo ela, a Divisão de Legislação da universidade vai realizar uma pesquisa para saber se há alguma legislação que justificasse a proibição feita aos professores afastados.

Ora, se a própria SR-4 desconhece a existência de uma instrução normativa que vede aos docentes afastados o direito de solicitar o abono pecuniário, então, porque adotar tal procedimento. A ADUFRJ solicitou, ainda, à SR-4 que notifique formalmente os professores que se encontram em atividades fora da instituição sobre esta questão, para que possam ter garantido o direito ao abono.

ADUFRJ

ASSEMBLÉIA GERAL

terça-feira, dia 19
14 horas
Auditório do CCMN
Roxinho

PAUTA

Honorários advocatícios da ação do abono pecuniário
Campanha da data-base:
- Indicativo de greve nacional dos Servidores Públicos Federais
- Paralisação dia 22 de março
Empréstimo de emergência para Sintufrj

SEMANA 11 – 15
MARÇO/ABRIL 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Zero para os servidores. 5,6 bilhões para os banqueiros.

Paralisação

■ Governo não quer reajustar servidores pela data-base (janeiro/96). Professores e técnicos-administrativos da UFRJ realizam assembléias no dia 11 e decidem sobre a paralisação dos dias 13 e 14. A Assembléia Geral dos docentes, dia 17, deverá decidir sobre greve a partir do dia 20.

0% É DESRESPEITO!
46,19% DE REAJUSTE JÁ!

O governo insiste em não reajustar os servidores públicos federais pela data-base de janeiro. Os docentes também aguardam ansiosamente por uma resposta do MEC sobre a pauta de reivindicações, protocolada neste ministério pela Andes Sindicato Nacional.

O índice mínimo de 46,19%, reivindicado pelo conjunto dos servidores, corresponde exatamente à inflação acumulada, em janeiro de 95 a janeiro deste ano, calculada pelo ICV-DIEESE. No jornal da ADUFRJ de dezembro/janeiro anunciamos um índice de 56,96%, que era o cálculo feito, até então, pelo setor das Federais da Andes-SN. Após algumas plenárias da Confederação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF, o movimento optou por adotar o índice do ICV-DIEESE como proposta de reajuste mínimo para repor as perdas salariais do período.

O ministro Bresser Pereira alega que faltam recursos para o reajuste. Diz que a folha de pagamento de 1995 cresceu de 30,4 bilhões para 40 bilhões de reais. Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) revelam gastos na ordem de R$ 37,34 bilhões. Ou alguém está mentindo, ou para o ministro a diferença de R$ 2,7 bilhões é mero trocado.

Bresser esquece de mencionar o incrível aumento nos cargos comissionados do governo, que tiveram ganhos de até 200% em 1995, bem como os generosos aumentos dos militares e diplomatas. Segundo o ministro "carreiras típicas do Estado". Os militares tiveram suas gratificações por atividade aumentadas e prorrogadas até 1996.

O ministro tenta justificar a falta de recursos, alegando também que a folha dos inativos cresceu com a corrida às aposentadorias, provocadas pela fracassada tentativa de reforma da Previdência. Mas como acreditar em falta de recursos em um governo que paga 5,3 bilhões de reais para os controladores do Banco Nacional (entre os quais familiares do presidente Fernando Henrique - Jânio de Freitas, FSP, 29/02/96) e que promoveu, em 1995, os maiores lucros bancários do mundo. Segundo a STN, os encargos com as dívidas interna e externa subiram R$ 2,6 bilhões, só no ano passado. O valor da Dívida Pública Mobiliária atingiu no mesmo ano R$ 85,59 bilhões. Faltam recursos?

*O **Clima no Congresso Nacional** pesou para o lado do governo. Derrotado o relatório do deputado Euler Ribeiro sobre o projeto de reforma da Previdência, a expectativa agora é de que o projeto original venha a ser novamente apresentado, ainda esta semana, em Plenário. Fernando Henrique aposta no convencimento dos parlamentares de que não adiantará votar contra a reforma para garantir votos nas eleições deste ano.*

***Os movimentos** e as categorias de trabalhadores comemoraram o bom senso dos parlamentares, acreditando que o resultado da votação do dia 6 não tenha sido somente uma questão de votos, e, sim, uma questão de consciência em relação aos direitos dos trabalhadores. Fernando Henrique deve se ocupar e se preocupar bastante é com a "CPI dos Bancos", que promete uma devassa nas maracutais do sistema financeiro*

AD EDITORIAL

Mobilização

Após as derrotas sofridas pelo governo FHC na última semana, com a perda na votação da proposta de reforma da Previdência, rejeitada até mesmo por parlamentares tucanos, e com a instalação no Senado da CPI que vai investigar as fraudes e empréstimos interbancários no sistema financeiro, se toma cada vez mais evidente a fragilidade deste governo e seus aliados.

Escândalos como o da pasta rosa e do caso SIVAM são, também, provas de que o governo Fernando Henrique não deixa muito a desejar para o de seu antecessor collorido. O empréstimo de 5,8 bilhões ao Banco Nacional é uma afronta a população e aos trabalhadores, que segundo o presidente vivem a estabilidade do Real. Hoje pode se ver, mais claramente, a custa de quantas manobras a economia vem se mantendo "estável".

Enquanto isso, no ministério da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira continua sustentando que não há recursos para pagar o reajuste dos servidores federais, um direito constitucional dos trabalhadores. A categoria reivindica um índice mínimo de 46,19%, referente ao cálculo do ICV-DIEESE da inflação do período de janeiro de 95 a janeiro deste ano, mês da nossa data-base.

O Conselho de Representantes e a diretoria da ADUFRJ, reunidos na sexta-feira, dia 8, decidiram encaminhar para a Assembléia Geral a proposta de paralisação por um dia dos docentes na UFRJ. A assembléia vai debater, também, a entrada dos docentes na greve proposta pelo movimento dos servidores públicos para o dia 20 de março.

É fundamental a mobilização dos docentes da UFRJ para garantir não só o reajuste salarial, mas a luta contra as reformas neoliberiais deste governo, que tem, entre outros prejuízos, aprofundado o desmantelamento em que se encontra a universidade pública brasileira.

Reunião do Conselho de Representantes.
A próxima reunião do Conselho de Representantes da ADUFRJ está marcada para o dia **14 de março**, às 17 horas no auditório do CFCH, no campus da Praia Vermelha. A reunião é aberta e todos os professores da UFRJ estão convidados a participar.

AGENDA março

11 Assembléia Geral da ADUFRJ,14 horas, no Auditório do CCMN (Roxinho), Fundão.

15 e 16 Reunião do Setor das Federais da Andes-SN, Brasília. Um dos pontos principais será a discussão sobre a entrada dos docentes na greve dos servidores, a partir do dia 20 de março.

17 Plenária dos Servidores Públicos Federais, em Brasília. Deliberação sobre a greve.

18 Debate sobre a Reforma do Estado, na Faculdade de Educação da UFF, campus do Gragoatá,
Niterói. O evento é promovido pela Associação dos Docentes da UFF e terá a participação de diretores da Andes-SN.

19 Assembléia Geral da ADUFRJ, com pauta e local a serem definidos. Um dos pontos da pauta deverá ser, também, a deliberação sobre a greve.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 7.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Lei de Patentes volta à Câmara para aprovação final, ainda este mês.

agência Andes

Para Andes-SN, a lei aprovada significa um atraso tecnológico de 20 anos para o país.

Patentes

Agência Andes (Brasília) - O rolo compressor do Palácio do Planalto voltou a funcionar na noite de quinta-feira, 29 de fevereiro, no plenário do Senado. O governo conseguiu a aprovação da lei de Patentes segundo o parecer do senador Fernando Bezerra (PMDB/RN) na comissão de Assuntos Econômicos. Agora o texto aprovado seguirá para a Câmara dos Deputados, onde espera-se nova batalha, com final previsto para este mês.

O interesse do governo era muito mais político do que técnico. O Planalto precisava da aprovação para dar uma satisfação ao Secretário de Estado norte-americano, Warren Chistopher, que chegou ao Brasil no dia seguinte à votação. A demora do Brasil em adotar uma lei de patentes condizente com os interesses dos Estados Unidos já causava embaraços ao governo Fernando Henrique e a visita do secretário foi a última cartada e ameaça, antes do governo americano adotar represálias contra o Brasil.

Foram muitos os senadores que discursaram durante a sessão e poucos admitiram conhecimento profundo da Lei que iria ser votada. O senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ) chegou a pedir aos senadores que votassem com a consciência e não por injunções políticas, ao advertir que aquela sessão seria lembrada pelas gerações futuras, dada a relevância da matéria. Na sua opinião, nenhum dos dois pareceres atendia plenamente às aspirações nacionais, mas o do senador Suassuna, rejeitado pelos parlamentares, parecia ceder menos aos interesses norte-americanos.

Esta foi, aliás, a tônica das discussões: mais do que debater o mérito da nova lei de patentes, alguns senadores pareciam atônitos diante da possibilidade - afinal realizada - de o Senado ceder aos interesse dos EUA mais do que o próprio governo Clinton desejava. A concordar com as posições menos entreguistas, textos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais foram lidos na tribuna pelo senador Suassuna. Mas não foram suficientes para sensibilizar os senadores que convivem alegremente com o Executivo, no Planalto ou na Alvorada.

***O** projeto de Lei de Patentes 115/93 foi aprovado pelo senado, em turno suplementar, no dia 5 de março, e deve voltar à Câmara dos Deputados para votação final ainda este mês. Na Câmara o projeto não poderá sofrer alterações só podendo ser rejeitado ou aprovado por inteiro. **D**esta forma, pesquisadores, cientistas, professores, estudantes, entidades do movimento sindical e social e todos os que se fizeram ouvir junto aos 81 senadores durante a briga por uma legislação que contemple o desenvolvimento científico e tecnológico e a soberania nacional podem preparar novamente os microcomputadores, impressoras e faxes para iniciar o corpo a corpo com os 513 deputados que discutirão a nova Lei. E se no Senado, já é difícil o entendimento da matéria, imagine na Câmara de ruralistas, banqueiros, radialistas e outros menos votados.*

Nas ADs

OS DOCENTES da Universidade Federal Fluminense aprovaram a paralisação proposta pelo movimento dos Servidores Públicos Federais para os dias 13 e 14 de março. Reunidos em Assembléia Geral, os professores da UFF decidiram fazer nova assembléia no dia 14 para avaliar a paralisação e deliberar sobre o indicativo de greve a partir do dia 20 deste mês.

A ASSEMBLÉIA na Federal Fluminense contou com a presença de mais de 100 docentes. Um número expressivo, segundo a direção da Aduff-Seção Sindical, já que nesta universidade as aulas só começam dia 11.

A ADUNI-RIO (Associação dos Docentes da Uni-Rio) realiza assembléia para na quarta-feira, dia 13, quando os docentes decidirão sobre a paralisação nacional e a greve a partir do dia 20.

O jornal do ADUFRJ, agora semanal, poderá ser encontrado pelos docentes e por toda a comunidade universitária em boxes e outros locais, nos principais pontos de circulação da universidade. Esta primeira edição será enviada pelo correio a todos os professores associados, ativos e inativos.
O jornal será distribuído toda segunda-feira pela manhã. Procure em sua Unidade ou Departamento.
A partir das próximas edições, o jornal da ADUFRJ terá também um espaço para publicação de cartas dos leitores. Esperamos sua opinião. Participe.

Governo consegue aprovar no Senado o parecer final do PLC 101/93, do senador Darcy Ribeiro.

Movimento docente espera que os deputados rejeitem o projeto por inteiro.

Educação

O GOVERNO perdeu na Previdência, mas conseguiu aprovar no Senado o substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. A aprovação do texto do senador Darcy, em contraposição ao substitutivo Cid Sabóia (PL101/93), representa um retrocesso para a Educação, ao não garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Aprovada pelos senadores, a LDB volta para a Câmara, onde os deputados não poderão mais apresentar emendas, apenas suprimir pontos ou rejeitar o substitutivo por inteiro.

Consuni aprova comissões para LDB e Autonomia

Durante a última reunião extraordinária dos Conselho Universitário da UFRJ, dia 7 de março, foi constituída uma comissão de LDB, que irá elaborar e apresentar um texto a ser aprovado pelo Consuni e enviado ao MEC. Além desta, foi formada, também, uma Comissão de Autonomia. As duas comissões serão assessoradas por uma terceira -*Ad hoc* -, formada por um representante dos estudantes, pelo professor Jorge Ferreira, do Consuni e representantes da ADUFRJ e do Sintufrj.

O objetivo do trabalho dessas comissões é promover o debate desses temas nos Centros e Unidades. Segundo o reitor Paulo Alcântara Gomes "ao final de três encontros as comissões estariam em condições de apresentar os documentos para deliberação no Consuni".

Os representantes da ADUFRJ na comissão *Ad hoc* serão os professores Rosanne Evangelista Dias, diretora da AD, Eduardo Gonçalves Serra e Iná Pires de Carvalho, ambos conselheiros da entidade.

Conselho Universitário debate inadimplência docente

Um dos pontos de pauta da próxima reunião do Consuni será a inadimplência docente. Vale lembrar que, no semestre passado, a discussão sobre controle de ponto para os docentes foi posta em pauta nos Centros, Unidades e Departamentos e a grande maioria dos que se posicionaram foram contra o ponto e a favor do controle de atividades, que está intimamente relacionado com a qualidade do trabalho docente.

Universidade Pública se nega a morrer.

A ADUFRJ participou, no dia 6, de debate promovido pelos estudantes, sobre a situação da universidade pública no país. O evento aconteceu no IFCS e fez parte da campanha *Universidade Pública se nega a morrer*, promovida pelo DCE/UFRJ.

A LDB que o Senado aprovou

Art. 4º - Não garante ensino gratuito em todos os níveis;
Art. 39º - Não garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Cria cursos pós-Médios, sem definir claramente o que significam.;
Art. 46º - Desregulamenta profissões, exigindo qualificação especial somente para as áreas de engenharia, saúde e direito;
Art. 52º - Determina em seu parágrafo único a composição dos órgãos colegiados e das eleições para dirigentes universitários, estabelecendo o mínimo de 70% para os docentes.

AD jurídico

Abono Pecuniário

Devido ao ganho na justiça da liminar impetrada pela Andes-SN, no final do ano passado, os professores que requisitaram férias até 24 de novembro de 95 receberam o abono pecuniário (1/3 de férias) junto com o pagamento do mês de fevereiro. A vitória do Sindicato nesta questão foi de grande importância, pois uma vez mais os servidores federais se deparavam com manobras do governo. Esta ação, como todas as impetradas pela assessoria jurídica nacional, previa o pagamento de honorários advocatícios de 10 %. O pagamento de 10% de honorários em ações ganhas pela Andes-SN está previsto nos artigos 15 e 16 das deliberações do XXX Conad - Conselho Nacional de Associações Docentes.

A Andes-SN solicitou às ADs que deliberassem sobre a melhor forma de pagamento desses honorários. A Assembléia Geral da ADUFRJ, nesta segunda, dia 11, vai discutir o assunto. A proposta da Andes-SN é que as ADs façam a divisão dos custos, proporcionalmente, entre os filiados.

Assessoria local

A ADUFRJ conta com uma consultaria jurídica contratada, que recebe um valor fixo mensal para a prestação dos serviços. A assessoria da AD presta consultoria para a diretoria em assuntos referentes a qualquer ação que a associação venha a promover, individual ou coletiva. Acompanha e participa de reuniões jurídicas estaduais, nacionais e assembléias, além de apresentar relatório periódico sobre o andamento de ações e processos. Em ações de causas trabalhistas (perdas de planos econômicos etc.) a assessoria cobra da AD 10% de honorários, que normalmente são descontados dos associados.

A AD conta também com a assessoria jurídica da Andes-SN, em Brasília, que cobra 1/3 do valor dos honorários previstos em contrato, para acompanhar as ações em nível nacional (no TST, por exemplo). A Andes-SN não estabelece um contrato fixo mensal com a assessoria nacional. Para cada ação judicial é estabelecido um contrato que envolve o pagamento dos honorários.

A assessoria local da ADUFRJ poderia também acompanhar as ações em Brasília, mas o custo para a AD seria bem superior ao que é repassado ao jurídico da Andes-SN.

SEMANA 26 –01
MARÇO/ABRIL 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

"10 bilhões, por baixo, é o que gastou o governo com a compra de votos para a reforma da Previdência"
Ivan Valente (Dep. PT/SP)

16 de abril: indicativo de greve

Servidores constroem greve para garantir o reajuste da data-base. Editorial, página 2.

A última Assembléia Geral da ADUFRJ, dia 19, aprovou o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 16 de abril. A greve dos servidores públicos federais está sendo construída em todo o país e várias ADs já aprovaram esta data. Na UFRJ, os técnicos-administrativos, reunidos em assembléia, também aprovaram o indicativo.

Ao longo desta semana os conselheiros da AD promoverão com docentes reuniões em diversas unidades com o objetivo de preparar e organizar a entrada na greve. Na reunião do Conselho de Representantes, sexta- feira, dia 22, os professores identificaram a necessidade de se antecipar ao governo e esclarecer os estudantes e a população os motivos da greve. Segundo a diretoria e o Conselho da AD, esta greve deve refletir a defesa do serviço público de qualidade e não sua destruição, o que vem sendo promovido pelo governo com o não pagamento do reajuste salarial e suas reformas da Previdência e do Estado.

Dia 28, haverá uma passeata da Candelária à Cinelândia, com ato público às 16 horas. Participe. Vamos mostrar à população que a intransigência do governo em não negociar o reajuste só contribui para o desmantelamento do serviço oferecido pelos servidores e abre espaço para as privatizações, uma meta do governo Fernando Henrique Cardoso.

Estudantes invadem reunião do Conselho Universitário pedindo mais verbas para universidade e o fim do atraso no pagamento das bolsas. Página 3.

AGENDA

27 Reunião Conselho de Representantes
Reunião aberta, às 16:30 horas, na sala 406, no IFCS, Centro.

28 Manifestação e passeata dos estudantes, docentes e demais trabalhadores em defesa da Escola Pública e contra as reformas do Governo FHC. A concentração está marcada para as 15 horas na Candelária, de onde sairá a passeata, pela Rio Branco, até a Cinelândia.

AD EDITORIAL

Preparar e organizar a greve

A aprovação pela plenária dos Servidores Públicos Federais, e também pela Assembléia Geral da ADUFRJ, do indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 16 de abril representa um importante passo na construção de um amplo movimento social de resistência à política de desmonte do serviço público empreendida pelo governo FHC.

Um dos principais eixos da greve é a recuperação do poder aquisitivo dos salários dos servidores, congelados desde janeiro de 1995. O reajuste emergencial reivindicado de 46,19% retroativo a janeiro de 1996 corresponde à inflação de 1995, medida pelo DIEESE. Para não conceder o reajuste, o governo limita-se a alegar falta de recursos, o que pode ser facilmente desmentido pelo esbanjamento de bilhões de reais na política de juros altos e na cobertura de operações bancárias fraudulentas.

Os outros eixos principais são a luta contra os projetos do governo para as reformas da previdência e administrativa. A reforma da previdência - que o governo conseguiu aprovar em primeiro turno na Câmara graças a acordos dos mais escusos, por todos acompanhados - tem ainda de passar por outras votações na Câmara e no Senado. A reforma administrativa, composta por diversas propostas de emendas constitucionais e projetos de lei, está para ser votada em breve.

Estas reformas têm como objetivo principal a entrega dos serviços de saúde, educação, previdência etc à exploração da iniciativa privada e inserem-se com perfeição no modelo liberal, que atribui ao mercado o poder regulador de toda a atividade econômica, deixando ao estado apenas o papel repressivo - polícia, tribunais etc.

A greve que anunciamos é, portanto, um movimento para defender e melhorar o serviço público e não para destruí-lo, como vem fazendo o governo. Este, no entanto, fará de tudo para convencer a opinião pública de que a culpa pelas mazelas do serviço público é dos servidores, principalmente quando entram em greve, e usará o pretexto de garantir o funcionamento de serviços essenciais para reprimir o movimento, com corte do ponto e outros recursos.

Precisamos então antecipar-mo-nos a essas táticas, usando estas três semanas antes do início da greve para prepará-la e organizá-la. Precisamos, por exemplo, discutir aberta e publicamente, no âmbito do movimento, quais as atividades que devem ser interrompidas e quais as que não podem. Precisamos organizar atividades de mobilização e de esclarecimento de toda a comunidade universitária e da população em geral. Esta precisa entender que a greve não é para prejudicá-la e sim para atendê-la melhor e que seu apoio é absolutamente necessário para atingir esse objetivo. Afinal, o que é de fato prejudicial? Interromper temporariamente a prestação de serviços públicos para forçar o governo a adotar medidas para melhorá-los ou continuar trabalhando como se tudo corresse às mil maravilhas e deixar que o desmonte prossiga?

A ADUFRJ estará realizando neste período reuniões e debates nos centros e nas unidades, sempre que possível em conjunto com os funcionários e os estudantes, para tratar destas questões com detalhe e profundidade. Só assim construiremos as condições necessárias para uma greve forte, rápida e bem sucedida.

Defenda-se e defenda a universidade. Não deixe de participar das atividades preparatórias da greve na sua unidade e da Assembléia Geral de 11 de abril.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 7.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Estudantes cobram bolsas

Comissão de alunos invade Conselho Universitário reivindicando transparência e participação na discussão da política de verbas da universidade.

A última reunião do Conselho Universitário, dia 21, foi palco de uma manifestação de estudantes de vários cursos da Universidade. Eles reivindicaram o pagamento imediato das bolsas de auxílio, estudo e extensão, referentes a fevereiro, transparência na discussão do processo orçamentário da UFRJ e a garantia de que não haja nenhum corte no programa de bolsas. Segundo representantes dos estudantes, a situação dos 5.000 alunos que dependem das bolsas está desesperadora. Os atrasos são constantes - parte das bolsas de janeiro foram pagas somente na segunda semana de março - e até então a reitoria não tinha resposta para a situação. A política de corte de verbas do governo para as universidades federais vem contribuindo para que as bolsas de alimentação, estudo e extensão diminuam a cada ano.

Segundo o reitor, Paulo Alcântara, a UFRJ contou, ano passado com apenas R$ 23 milhões do total de R$ 150 milhões do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para as universidades públicas, quando seriam necessários mais de 80 milhões de reais para viabilizar o funcionamento da instituição. Em 95 foram gastos, segundo a reitoria, R$ 5,8 milhões em bolsas, sendo que R$ 3,5 milhões provenientes de recursos próprios. Paulo lembrou que antes do Plano Real, a Universidade aplicava parte das verbas que recebia em fundos do Tesouro Nacional, e seus juros complementavam o financiamento das bolsas.

Durante o Consuni, o reitor disse que uma comissão formada pelo vice-reitor, a sub-reitora de Graduação e o sub-reitor de Pós-Graduação foi à Brasília e obteve o compromisso com o CNPq de custear mais 350 bolsas de iniciação científica. Em resposta à manifestação dos cerca de 50 alunos presentes, Paulo se comprometeu a efetuar o pagamento das bolsas até o fim desta semana.

MEC não custeia bolsas

Segundo a reitoria, o MEC não costuma aceitar a liberação de verbas para pagamento de bolsas a estudantes. O entendimento do ministério é o de que, já que as universidades públicas são gratuitas, porque remunerar os estudantes pela participação em projetos de pesquisa e extensão, bem como auxiliar alunos carentes a complementar o curso? Esse argumento está bem de acordo com toda uma política de privatização das universidades públicas, contida em projetos como a LDB (Projeto Darcy Ribeiro) e o Projeto de Emenda Constitucional 233.A, que trata da autonomia e financiamento das IFEs.

Extensão

Se o MEC já não gosta de gastar dinheiro com bolsas estudantis, muito menos com bolsas de extensão universitária. De acordo com a subreitoria de Extensão – SR5, as bolsas são destinadas a projetos com finalidade social, cultural ou tecnológica e os recursos saem da própria universidade. Em dezembro de 95 foram pagas 310 bolsas a estudantes ligados a projetos de extensão. Em janeiro o número caiu para 190 e em fevereiro, ainda atrasadas, as bolsas não passaram de 60.

Apesar dos estudantes muitas vezes dependerem do dinheiro, durante os meses de férias dos docentes as bolsas são suspensas, isso porque, no entendimento da SR-5, os bolsistas têm uma relação com os professores e não com os projetos. As bolsas de extensão normalmente começam a ser concedidas em março e terminam em dezembro do mesmo ano. A média de bolsistas é de três estudantes por professor. Segundo o sub-reitor Ubirajara Cabral, este ano a universidade concede 400 bolsas que vigoram a partir de março. Ubirajara reclama da falta de recursos para a extensão e diz que a UFRJ tem feito o possível para "arranjar" recursos. "Enquanto vivíamos no período inflacionário, a universidade aplicava uma parte dos recursos em títulos do Tesouro. A realidade é que Brasília não aceita dar bolsas para os estudantes", comenta o professor.

Autonomia e verbas

Estudantes, educadores e parlamentares dizem não ao projeto que retira a autonomia das universidades

O auditório Noel Rosa, da UERJ, esteve lotado na manhã da última sexta-feira, dia 22, quando estudantes, educadores e representantes de entidades sindicais e do movimento social puderam ouvir parlamentares da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Rio e com eles debater a Proposta de Emenda Constitucional que pode alterar os rumos das instituições públicas de ensino superior. Durante a Audiência Pública sobre a PEC 233-A, de autoria do deputado Paulo Bornhausen, foi revelada a intenção de nivelar por baixo a distribuição dos recursos com educação no país. Como disse o deputado Lindbergh Farias (PC do B/RJ), "estão querendo socializar a miséria na educação". De acordo com a PEC, estados e municípios centralizarão seus recursos no governo Federal, que os redistribuirá na ordem de R$ 300,00 por aluno.

A deputada Esther Grossi (PT/RG) apresentou uma emenda à PEC, que garante a obrigatoriedade da União com o financiamento das instituições públicas. A emenda à emenda propõe que os recursos da união devem ser transferidos de modo a equalizar as diferenças regionais e garantir uma qualidade mínima de ensino. Na proposta da deputada os Estados e Municípios devem dividir suas responsabilidades no atendimento à Educação pública, levando em conta os 25% da receita líquida de impostos prevista na Constituição. Os estados e municípios cuja arrecadação não derem conta de manter a cota mínima (em tomo de R$ 640,00/aluno), deverão receber recursos suplementares da União, definidos constitucionalmente (Arts. 212º e 60º das Disposições Transitórias), mantendo assim um padrão de qualidade para todos os estudantes de qualquer região do país.

6 bilhões para todo o ensino superior e 5,8 bilhões só para o Banco Nacional

A polêmica esquentou no auditório Noel Rosa quando os deputados Ivan Valente (PT/SP) e Lindbergh Farias acusaram o governo de gastar mais de 10 bilhões para salvar banqueiros falidos, enquanto diz não ter mais verba para as universidades públicas, cada vez mais sucateadas. Os parlamentares disseram, também, que a PEC, tal como foi apresentada, é mais um instrumento que servirá ao governo para aprovação da Reforma do Estado, onde está prevista a transformação de universidades em instituições sociais de direito privado. Se o governo quer tirar a autonomia das universidades, estabelecer uma verba cada vez mais minguada no Orçamento e aprová-la no Congresso, é claro que só sobreviverão as instituições que puderem adequar sua produção de ensino e pesquisa à lógica do mercado. As demais não terão outra alternativa a não ser a de virar "organização social sem fins lucrativos", privatizando o ensino público e, muito provavelmente, cobrando mensalidades de seus alunos.

Na forma da lei

A PEC233-A altera o art. 207 da Constituição e restringe a autonomia quando diz que "as universidades gozam, **na forma da lei**, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial ..." Isso significa, de acordo com o representante da ADUFRJ na audiência, professor Roberto Leher, descostitucionalizar a Autonomia universitária e remetê-la para a esfera infra- constitucional. "É a desobrigação do Estado com a garantia da manutenção das universidades públicas", disse o professor.

Os reitores da UFRJ e da UERJ, presentes na audiência, se mostraram contrários a PEC, mas acham que as universidades devem ter sua autonomia regulamentada através de Leis Orgânicas federais, estaduais e municipais, pois consideram que cada instituição tem suas especificidades e precisam se adequar às necessidades econômicas e sociais das suas respectivas regiões.

"Fernando Henrique, almofadinha. Os estudantes vão botar você na linha"

Estiveram presentes também representantes da Andes-SN, da Fasubra, Sintufrj, União Estadual dos Estudantes (UEE), União Municipal dos Estudantes (Umes), União Brasileira dos Estudantes (Ubes), o presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Rio, deputado Roberto Dinamite (PSDB), o deputado Federal Sérgio Arouca (PPS/RJ) e a deputada estadual Lucia Souto (PPS). Os dois últimos não puderam ficar até o final da audiência e se posicionaram a favor tanto da PEC233, quanto das reformas constitucionais que vêm sendo apresentadas pelo governo.

Os estudantes confirmaram a participação em massa na passeata marcada para o dia 28, da Candelária ao prédio do MEC, no centro da cidade, quando junto com professores, técnicos-administrativos e demais trabalhadores farão uma grande manifestação onde serão denunciados à população os acordos do governo para aprovar a reforma da aposentadoria e as intenções da PEC233, da Lei de Diretrizes e Bases aprovada no Senado, da Reforma do Estado e dos demais projetos neoliberiais de Fernando Henrique Cardoso.

"Fábrica de dementes"

Mais um Projeto de Lei do governo para a Educação está tramitando na Câmara dos Deputados, em Brasília. Desta vez os atingidos serão os estudantes das escolas técnicas. O PL 1603/96 separa o ensino técnico-profissionalizante em duas partes distintas: a técnica e a de estudos gerais. O projeto permite ainda que o estudante faça o curso em módulos descontínuos e em instituições diferentes. Ao final de cada módulo, o aluno poderia requerer um certificado de especialização profissional. Segundo a diretoria da Escola Técnica de Química do Rio de Janeiro, Maria Freire de Carvalho, "estão querendo transformar as escolas técnicas em fábricas de dementes. A justificativa do governo de baratear os custos do acesso ao ensino técnico não tem fundamento quando propõe deixar de educar de forma integral e garantir a qualidade da formação do profissional. O que se quer é aumentar o contingente de mão de obra - barata que não tenha menor noção do que significa o que está produzindo."

Os números na Audiência

"1000 servidores, entre docentes e técnicos, das universidades federais do Rio deverão encaminhar seus pedidos de aposentadoria nas próximas semanas, devido a aprovação da reforma da previdência"
Paulo Alcântara Gomes - reitor UFRJ

"Com as verbas hoje disponíveis tem-se R$ 613,00 por aluno. O governo, através da PEC233, quer R$ 300,00 por aluno. Os 613,00 reais não são gastos pela grande maioria dos estados e municípios."
"Com a PEC 233, o governo quer suprimir o artigo 60º da Constituição, que obriga a União a gastar 50% dos seus 18% arrecadados juntos aos estados e municípios para o ensino fundamental."
Esther Grossi

"Mesmo nos municípios que estão gastando mais de 1000 reais por aluno, o ensino está péssimo. De cada 1000 brasileiros que chegam a 8ª série, somente 24 não repetiram nenhum ano letivo. De cada 1000 alunos da 7ª série, apenas três aprendem os conteúdos mínimos do ensino de matemática"
Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, apresentados por Esther Grossi.

"10 bilhões é o que foi gasto, por baixo, pelo governo na compra de votos para a aprovação da reforma da previdência"
"A sonegação fiscal ultrapassa 63% da arrecadação do Tesouro. A CPI da sonegação fiscal, presidida pelo então senador Fernando Henrique Cardoso em 1993, apurou um rombo de 85 bilhões de reais em sonegação"
Ivan Valente

"6 bilhões para as universidades, 5,8 para o Nacional Esse não é o ano da educação. É o ano dos bancos."
Lindbergh Farias

"É inadimissível que o período letivo comece com 17 turmas sem aula", reclama Andréa Mendonça, estudante da FAU

Estudantes, professores e funcionários debatem situação da UFRJ na ECO, dia 28, às 12 horas, no Laguinho.

A Desconstrução da Arquitetura

Assembléia de estudantes na FAU discute falta de professares e recursos. 400 alunos do Departamento de Planejamento de Arquitetura estão sem aula desde o início do ano letivo.

Arquiteto da conturbada reforma que o governo vem tentando de todas as formas promover no Estado, o ministro Bresser Pereira deveria visitar com mais freqüência o "canteiro" da educação para verificar *in loco* as conseqüências desastrosas de mais um projeto concebido nas altas esferas. Assim, poderia constatar como a falta de recursos pode contribuir para deixar alunos sem aula, professores temerosos e a educação à deriva.

Se preferir, Bresser pode começar pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, onde, logo na entrada, veria cerca de 400 alunos parados por falta de professores no Departamento de Planejamento de Arquitetura - que concentra disciplinas vitais do curso, ainda mais por serem em sua maioria pré-requisitos. O DPA tem em seu quadro permanente 34 professores, sendo 9 afastados, um déficit de 22 turmas sem professor efetivo e 17 turmas sem aula em um universo de 1.200 alunos.

Aproveitando a concentração de alunos pelos corredores do prédio - que ainda divide o espaço físico com a Reitoria e a Escola de Belas Artes - Bresser poderia parar e ouvir as suas reivindicações. Assunto não iria faltar. Principalmente se o tema da conversa versasse, por exemplo, em como a política de arrocho salarial tem efeitos desestimulantes para o corpo docente, com reflexos diretos na produção acadêmica, ou no vazio que a falta de concursos públicos para professor provoca nas salas de aula. Mas, alunos, como se sabe, são seres dotados de grande eloquência e, geralmente, sem papas na língua. Por isso, o ministro ficaria sabendo de inúmeras outras agruras por que passa a Faculdade.

Apoio ao movimento dos docentes

Os alunos da Arquitetura apóiam a atitude do corpo docente e sua mobilização pelo reajuste salarial e contra os projetos de reforma patrocinado pelo governo, lamentam a perda que as eventuais aprovações vão representar para o ensino de uma forma geral, mas cobram providências imediatas. Para Andréa Mendonça, representante do DCE, reunida terça-feira passada em assembléia com o diretor da Faculdade de Arquitetura, professor Eloy Eharaldt - que não pôde receber a reportagem do Jornal ADUFRJ - para debater as atuais condições da Faculdade, "é inadmissível que o período letivo comece com 17 turmas sem aula".

Andréa até reconhece os esforços que a professora, representante do conselho do Curso de Graduação, Maria Ligia Sanches, faz para contornar essa situação, tentando conseguir mais professores substitutos - o departamento já conta com 17 - mas nem por isso deixa de dar o seu veredicto: "o Departamento tem excesso de pedidos de afastamento, alguns professores efetivos não gostam de dar aula para a graduação e o governo não libera os concursos públicos para preenchimento das vagas", dispara para todos os lados. E sugere, para maior transparência, que o departamento deveria promover seminários onde seriam apresentadas as pesquisas em andamento. Segundo ela, alguns professores dão prioridade a pesquisas e à pós-graduação em detrimento da graduação. "E os alunos nem têm acesso às pesquisas", reclama Andrea, contundente.

As questões de falta de professor e professor substituto estão na pauta de discussão tanto dos alunos quanto do corpo docente. O professor Pedro Lessa, em um aparte na assembléia, considerou a figura do professor substituto "danosa à instituição" e chamou atenção para a falta de orgulho da parte do professor em relação à graduação. Já Roberto Houaiss, do Departamento de Análise e Representação da Forma e Conselheiro da ADUFRJ, cobrou uma racionalização na concessão dos pedidos de afastamento, para que não haja nenhum prejuízo à graduação.

Escola de Comunicação debate problemas

Laboratório de fotografia desativado há cinco anos, o teto das salas de aula desabando, excesso de professores substitutos, falta crônica de professores permanentes e a eterna boa vontade por parte daqueles cujos interesses estão ligados à qualidade do ensino. Esse quadro, semelhante ao de muitas unidades da UFRJ, foi o encontrado em mais uma volta às aulas na Escola de Comunicação, na Praia Vermelha. E vai continuar sendo, a menos que a comunidade acadêmica se mobilize não só para cobrar soluções mas, necessariamente, para debater a extensão da crise nas universidades públicas federais.

A mobilização já começou. Está marcada para o meio-dia desta quinta-feira, dia 28, no Laguinho, uma reunião aberta envolvendo estudantes, professores e funcionários no debate sobre as prioridades da comunidade da ECO, e de toda a universidade. Sua presença é fundamental para discutir quais os caminhos a seguir, as formas mais eficazes de pressão e como somar esforços para tirar a ECO desta agonia.

Servidores, trabalhadores e aposentados vão às ruas dia 28, quinta-feira, para denunciar o escândalo da votação da Previdência.

Previdência

Emenda ainda vai para votação em segundo turno

Nos próximos três ou quatro meses, uma verdadeira guerra vai se instalar no Congresso Nacional. Votado e aprovado quinta-feira passada no Congresso Nacional, o substitutivo do deputado Michel Temer (PMDB-SP) à emenda constitucional de reforma da Previdência representa uma derrota para a democracia e o conjunto dos trabalhadores brasileiros mas ainda não consolida uma vitória do governo. Nada está decidido, ao contrário.

Essa semana começa a votação dos destaques, quando são necessários 308 votos para a sua aprovação, depois é votado em segundo turno na Câmara, com uma nova votação para os seus destaques. Somente após essa etapa, o texto é remetido ao Senado, onde será submetido à análise de uma comissão especial, e passa ainda por mais duas votações, em primeiro e segundo turnos. Caso seja alterado no Senado, o texto terá de voltar à Câmara para mais uma votação, o que promete se prolongar por alguns meses.

Mudam as siglas, ficam as cifras

Negociatas marcam a votação da reforma

A federalização de uma dívida de R$ 3,336 bilhões do município de São Paulo junto aos bancos; um ministério para o PPB - nem que seja extraordinário; verbas para o estado do Maranhão, governado pela filha de Sarney, Roseana; o compromisso de não investigação, por parte da Receita Federal, das contas de alguns senadores cujas fortunas são consideradas abaixo de qualquer suspeita; verbas para a restauração da rodovia BR-364, em Rondônia; e mais uma série de cargos estratégicos na administração, alguns a serem repartidos, outros a não serem retirados. Esse foi o custo para a aprovação da emenda de reforma da Previdência, com o governo ainda levando de quebra a não instalação da CPI do sistema financeiro.

Embora tenha sido considerada nociva à democracia e até declarada extinta pelo presidente da República, quando de seus primeiros discursos sobre como seriam as relações entre governo e Congresso Nacional, a prática fisiológica continua sendo a moeda utilizada. Apesar dos velhos discursos televisivos "de que não há nada a esconde? e "tudo vai ser apurado", alguns ingredientes foram adicionados à receita neoliberal de governo, como as ameaças de ressurgimento do autoritarismo se as causas do governo não forem aprovadas, e as emendas escritas a mão, com trechos ilegíveis, entregues na surdina da noite. O final, o que fica para a história, todos conhecem: quem paga a conta é o trabalhador brasileiro.

Veja as coincidências que cercam os principais responsáveis pelas mudanças na Previdência

Um exemplo de como os direitos são para alguns e os deveres para os outros: todos os envolvidos diretamente na aprovação da emenda da reforma da Previdência requereram a aposentadoria aproveitando-se da legislação que agora querem alterar. O ministro Reinhold Stephanes, com apenas 22 anos de serviço e 48 de idade, se aposentou em 1985 como economista da prefeitura de Curitiba (PR) com um benefício mensal de R$ 3,5 mil. Ele contou como tempo de serviço os quatro anos e sete meses de Exército e os anos em que freqüentou cursos profissionalizantes, como aluno aprendiz. O ministro conseguiu contabilizar 34 anos de serviço, apesar de ter trabalhado apenas 22.

Euler Ribeiro, relator do primeiro substitutivo, derrotado no plenário, é aposentado como conselheiro do extinto Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) do Amazonas desde 1990 com proventos integrais, o que eqüivale ao salário de um desembargador de Justiça (cerca de R$ 6 mil). Ele conseguiu a aposentadoria aos 49 anos, apesar de ter ficado no cargo menos de cinco anos, como exige a Constituição para que magistrados conquistem o direito a proventos integrais na inatividade. O relator alegou na época que tinha direito adquirido, os mesmos que pretendia cortar dos trabalhadores. (O TCM do Amazonas foi extinto devido a inúmeras irregularidades).

Já o relator da emenda aprovada semana passada no Congresso, Michel Temer, pleiteou aposentadoria proporcional como procurador do Estado de São Paulo incluindo 30 dias de férias regulares, 180 dias de licença-prêmio não gozados e os sete anos de serviço como advogado, pois só em 1970 ingressou na carreira de procurador. Com isso, se aproveita de quatro benefícios que suprimiu com sua emenda: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria proporcional, pensão acima do teto do funcionalismo e a dupla aposentadoria (IPC). Temer reivindicou aposentadoria proporcional por 33 anos de serviço. Além do próprio presidente da República, FHC, que tem duas aposentadorias especiais: como professor universitário e como parlamentar.

O que muda com a aprovação da reforma da Previdência

Como Fica a aposentadoria dos servidores

❒ 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres. Dez anos, pelo menos, no serviço público e cinco anos no cargo. Quem não tiver completado os cinco anos, se aposentará pela média dos últimos 60 meses. Dentro de cinco anos, a idade mínima pode ser aumentada para 60 anos, para os homens, e 55, para as mulheres.

Fim do abono de 20%

❒ A partir da promulgação da emenda acaba automaticamente a promoção que permite a incorporação de até 20% do último salário à aposentadoria.

Aposentadoria proporcional

❒ Dois anos após a promulgação da emenda acaba a aposentadoria por tempo proporcional para o servidor público. Na iniciativa privada, o trabalhador continua podendo se aposentar proporcionalmente com 30 anos de contribuição (homem) e aos 25 (mulher).

Paridade com ativos

❒ Proventos de inativos e pensionistas serão reajustados sempre na mesma proporção do respectivo ativo. Aumentos e gratificações, com exceção da gratificação temporária, aos trabalhadores da ativa, serão automaticamente repassados para os benefícios dos aposentados.

Aposentadorias especiais

❒ Ficam mantidas aposentadorias especiais para professores do Primeiro e Segundo Graus, funções perigosas e insalubres, e para os parlamentares.

Previdência dos militares

❒ Nada foi mudado. Alterações podem acontecer através de lei complementar

Como é hoje

❒ O servidor se aposenta por idade aos 60 anos (mulher) e 65 anos (homem) ou por tempo de serviço (30 anos as mulheres e 35 anos os homens). Sem exigências quanto ao tempo de permanência no cargo.

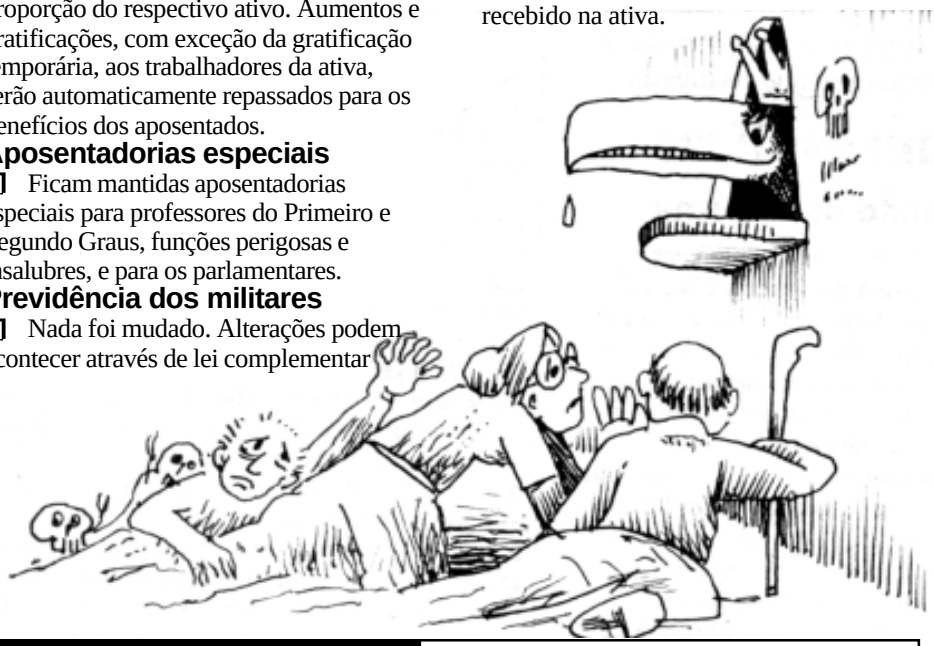
❒ Os servidores recebem adicional de até 20% sobre o salário na passagem para a inatividade.

❒ Trabalhadores do setor público e privado podem se aposentar proporcionalmente com 30 anos de serviço (homens) e 25 anos (mulheres), com a média de75% do salário da ativa.

❒ Os servidores inativos têm direitos iguais aos aumentos concedidos aos da ativa.

❒ As aposentadorias especiais são concedidas para categorias, como a dos professores (30 anos no caso dos homens e 25, no caso das mulheres), incluindo os universitários, magistrados e parlamentares. E não em função das condições de trabalho.

❒ Se aposentam mais cedo, dependendo do posto. Ao passarem para a reserva, sobem um degrau na escala hierárquica e se aposentam com salário acima do recebido na ativa.



Informes

O COLÉGIO DE APLICAÇÃO e a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro comunicam que estão abertas as inscrições para os Cursos de Idiomas Estrangeiros: alemão, espanhol, italiano, hebraico, árabe, latim e japonês, para alunos que cursam o 2º grau. Os cursos são gratuitos e as aulas serão realizadas no Colégio de Aplicação, às 3ª e 5ª feiras, no horário de 13:30h às 15:00h. As inscrições podem ser feitas no próprio Colégio, à Rua JJ Seabra s/n - Lagoa, e o início das aulas está marcado para o dia 2 de abril. Serão conferidos certificados.

Professor defende aposentadoria especial

A propaganda do governo contra as aposentadorias especiais de algumas categorias é tão forte que alguns professores chegam mesmo a pensar que os docentes de nível superior são de fato privilegiados. O governo ganhou uma etapa no Congresso. Fim da aposentadoria especial para os docentes do 3º grau e manutenção das aposentadorias dos parlamentares. O professor da USP, Américo Kerr, representante da Andes-SN no Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT, é claro ao afirmar que a aposentadoria especial para os professores em todos os níveis não é privilégio, mas sim um direito e uma necessidade.

Segundo o professor, costuma-se omitir, deliberadamente, que a docência universitária de bom padrão impõe um maior tempo para a formação do profissional. São anos de atividade remunerada por bolsas, nos quais a menos por algum vínculo empregatício específico, o tempo de serviço não é contado. Na graduação é aconselhável um período de estágio, enquanto a pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, tem exigências regulares na maioria dos concursos, significando cerca de oito a dez anos de trabalho não remunerado.

Enquanto a maioria dos trabalhadores ingressam formalmente no mercado de trabalho com idades entre 14 e 20 anos, as contratações de docente universitário acabam ocorrendo quando estes já têm mais de 28 anos de idade. Américo Kerr lembra também que a aposentadoria é um justo direito e também uma renda que os trabalhadores recebem após longo período de trabalho continuado. Para ele a timidez dos professores em defender esse direito talvez esteja no fato de que, quando é possível contar com recursos materiais e humanos para a vida universitária, tem-se um trabalho prazeroso. “Mas isso não significa abrir mão de direitos sociais. Infelizmente, o tom do debate atual é desqualificador. Todo o tipo de argumento e sofismas são utilizados contra os trabalhadores. Pequenas vantagens que alguns conquistaram são empregadas como

SEMANA 08 – 12
ABRIL 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

ENSINO PÚBLICO SE NEGA A MORRER

Eles não agüentam mais. Estudantes agitam Centro do Rio, invadem ex-sede do MEC e dão o pontapé inicial nas mobilizações de rua contra as políticas do governo na área da Educação.

Mobilização para a greve

A inflação de 1995, medida pelo ICV-DIEESE, foi de 46,19%. Medida pelo governo, através do INPC- FIBGE, atingiu 21,98% e pelo IPC-r/ INPC foi de 21,43%. O governo se nega a reconhecer quaisquer destes índices. **Páginas 2 e 7.**

GREVE

A greve dos servidores públicos federais está sendo construída por várias categorias em todo o país. Indignados com a decisão do governo federal de não reconhecer o reajuste pela data-base, vencida em janeiro, os professores e técnicos administrativos da UFRJ aprovaram em suas últimas assembléias o indicativo de greve proposto pelo movimento nacional para dia 16 de abril. A ADUFRJ realizará no dia 11 a assembléia que decidirá pela entrada ou não dos docentes na greve geral dos SPFs.

O momento é grave. O governo, que já conseguiu aprovar em primeiro turno a reforma da Previdência, vai tentar agora, a todo o custo, aprovar a Reforma do Estado, que pode, nada mais, nada menos, acabar com o Regime Jurídico Único e com a estabilidade dos servidores. Além de promover outros prejuízos ao serviço público, como a transformação de universidades e hospitais em "organizações sociais sem fins lucrativos", privatizando essas instituições, sem a garantia do controle social ou do próprio estado.

Os docentes e a greve

A diretoria e os Conselheiros da AD estarão realizando reuniões nas unidades e centros da UFRJ, ao longo desta semana. Segundo os professores que participaram da última reunião do Conselho de Representantes da AD, dia 2 de abril, no IFCS, o esclarecimento à população e à comunidade universitária sobre os motivos e a necessidade de uma greve geral dos servidores é fundamental para que a greve realmente coloque o governo na berlinda e o faça negociar as reivindicações do movimento.

O governo certamente jogará pesado na desqualificação de uma possível greve. Por isso, a mobilização de toda a categoria docente para a discussão dos setores que devem e os que não devem parar durante a greve é imprescindível para que esta não seja exposta na mídia como prejudicial à sociedade, mas sim em defesa do serviço público de qualidade e pela sobrevivência da universidade pública e gratuita.

Assembléia Geral da ADUFRJ

Dia 11 de Abril, às 14 horas no Auditório do Centro de Tecnologia

Assunto: Greve Nacional dos Servidores Públicos marcada para o dia 16 de Abril.

Compareça!

Calendário de Mobilização

A Universidade Pública se nega a morrer. Diante do descaso com que o governo vem tratando as Universidade Públicas, a comunidade acadêmica preparou uma série de encontros para discutir a viabilidade de uma greve nacional a partir do dia 16 de abril.

Compareça às reuniões em sua Unidade, divulgue e participe dos movimentos de mobilização.

Reuniões de Mobilização

FAU – 08/04 – 11:00h - Salão Azul
Psicologia – 09/04 **-** 12:00h - sala 10 - Praia Vermelha
Centro de Tecnologia – 10/04 - 11:00h - C.Tec.- Bloco D - sala 201
Serviço Social – 10/04 - 12:00h - sala 10 - Praia Vermelha
CCS – 10/04 às 12:00h - Anfiteatro da Microbiologia, Bloco I
IFCS – 10/04 às 11:30h, na sala 406

MST no Rio

Dia 09/04 - 17 horas – A ADUFRJ convoca a comunidade universitária para o comparecimento ao Acampamento do Movimento dos Sem-Terra que vai se instalar na Cinelândia.
Dia 09/04 - 19 horas - O MST vai realizar um Ato-Forró pela Reforma Agrária. Os trabalhadores rurais fazem manifestação também contra as reformas do governo e em solidariedade ao movimento dos servidores públicos
Dia 10/04 - 10 horas - Ato Ecumênico do MST na Cinelândia.
Dia 10/04 – 15 horas- Concentração na Cinelândia para caminhada conjunta até o Palácio Guanabara, prevista para ter início às 17 horas.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

"A preocupação com o nível dos professores substitutos é grande, reflete diretamente na formação da gente..."

"Uma falta de responsabilidade política a forma como se impôs o aumento do número de vagas sem condições de abrigá-las"

ECO, mais uma vítima

Discutir assuntos como Internet, aldeia global, século dos chips, futuro das comunicações ou outros desafios do novo mundo que se avizinha, é um exercício para futurólogo quando o tema é a Universidade Pública em geral, e a Escola de Comunicação da UFRJ (ECO), muito em particular. Vítima dos descalabros dominante-administrativos de sucessivos e contraditórios governos, a ECO enfrenta problemas de base, estruturais, que a colocam cada vez mais atrasada em relação ao amanhã. São ruídos de um passado recente que dificultam a realização do presente, minando a construção do futuro de centenas de estudantes. Infelizmente, no Brasil, as políticas são assim indefinidas.

É fato que o governo passado determinou o aumento das vagas nas instituições públicas, inclusive estimulando a criação de cursos noturnos, enquanto o presente, quem diria, atua no sentido contrário, de esvaziamento das Universidades Públicas, como é do conhecimento da comunidade.

Os reflexos dessas políticas têm sido implacáveis com a ECO. Ou melhor, "crônicos", como confirmam em uníssono os representantes da diretoria e dos estudantes, em coro pela causa maior, que é o pleno funcionamento da Escola. Para Flávia Barbosa, representante do Centro Acadêmico, a expectativa é de apreensão em relação à qualidade do ensino, com a crescente saída de professores - vide reforma da Previdência - e com o único "remédio" para a falta de concursos públicos: os temporários professores substitutos, que até agora já são 16 na Escola.

"A preocupação com o nível dos professores substitutos é grande, reflete diretamente na formação da gente, mas outras questões também são importantes, como a falta de laboratórios, a má conservação dos prédios..." lamenta a estudante, obrigada a conviver com constantes quedas de energia elétrica, com a ameaça de desabamento dos tetos das salas de aula, infestados que estão de cupins, e fazendo ginástica para conseguir conciliar seus horários com os dos convênios assinados para a utilização de laboratórios de empresas, sem falar no tão esperançado CPM, Centro de Produção Multimídia - que, no futuro, não se sabe quando, irá congregar os laboratórios de fotografia, rádio, televisão e produções diversas -, uma obra que vinha se arrastando desde o semestre passado, em ritmo de XT, e agora está completamente parada.

A diretora da ECO, Kátia de Carvalho Affonso, concorda com os estudantes e recorre à fábula do "camarão entre o mar e rochedo" para definir como se sente ao administrar esta crise, que segundo ela, já é crônica há dois anos, fruto das mudanças radicais entre este governo e o anterior. "Uma falta de responsabilidade política a forma como se impôs o aumento do número de vagas sem condições de abrigá-las", vaticina, desgastada com as pressões.

Mesmo não pensando em abandonar o barco, "estamos fazendo o esforço possível - apagando incêndios mesmo - dentro das limitações e de nenhuma mobilidade para fazer projetos, afinal, falta dinheiro até para postar uma carta", e de "procurar trânsito aberto com todos os segmentos", afirmando "não existir antagonismo entre as partes interessadas", logo a seguir, se entrega, ao reconhecer que "tá muito difícil".

A estrada para o futuro.

Assim como difícil está para todos, todos estão para a ECO. A comunicação é dinâmica, de ponta, a cada dia uma revolução acontece na área. Atrasos em comunicação podem significar defasagem em gigabites. A comunidade sabe bem disso, tanto que se mobiliza para viabilizar formas possíveis de contornar a crise. A discussão está aberta e como a reunião pautada para o final de março não aconteceu, aguarda-se para breve um novo encontro entre diretoria, professores, estudantes e funcionários.

A recompensa por tantos anos de dedicação é a obtusa propaganda patrocinada pelo governo contra a classe.

O que ela espera é apenas que não retirem seus direitos adquiridos, como se fosse pouco.

Desabafo

Eles não aparecem na mídia, geralmente não levam crédito, mas têm no currículo anos de dedicação e afinco, lutando contra a crescente falta de verbas, a burocracia excessiva e a total falta de reconhecimento. Diariamente, pessoas como a professora titular de Microbiologia e Biotecnologia Ambiental, Leda Cristina Hagler, do Instituto de Microbiologia, constróem, quadro a quadro, quase artesanalmente, o longa metragem do desenvolvimento científico nacional. E levam para casa, apesar dos problemas pessoais, a busca pela excelência, a certeza do dever cumprido e uma intensa amargura. Essa é a imagem congelada do cientista brasileiro.

Em outras épocas, não seria necessário dizer que ele é funcionário do governo, nem que trabalha numa Universidade pública mas, como deliberadamente tem-se omitido estas informações, salvo raríssimas exceções, pesquisa científica no Brasil só acontece nestes lugares, nestas condições.

Enquanto o governo lança mão de uma campanha maciça contra o funcionalismo público, impingindo à classe a responsabilidade pelas mazelas das finanças públicas, e prega o investimento da iniciativa privada como a salvação das Universidades, milhares de professores são obrigados a conviver com outro fantasma: as reformas administrativas. Mas, em meio a muitas semelhanças fisiológicas e poucas diferenças entre governos, um conjunto expressivo de pessoas que dedicam seus esforços em nome de uma ética, e mesmo sendo o alvo predileto da política do governo de esvaziamento das instituições públicas de educação, ainda consegue sobreviver.

Fotogramas deste penoso longa metragem científico, guardado a sete chaves pelas autoridades, não saem da memória da professora Hagler, que desde 1968, quando ingressou no corpo docente da UFRJ, acompanha passo a passo algumas dessas locações. Cenas longas como "A volta do equipamento do conserto" e "Atraso de verbas", curtas como "Recursos", - e eternas como "Licitações viciadas", são tão freqüentes nestes refúgios do pensamento intelectual que não se vê nem mais a câmara. Estão tão impregnadas que viraram banalidade. Os professores não gostam de falar, mas é impossível não perceber a amargura que esse estado provoca.

O que dá prazer à professora Hagler é mesmo falar do orgulho, da dedicação ao trabalho, de quantas pessoas ela iniciou na vida científica e de como ainda pode contribuir para aumentar a geração de conhecimento nesse Brasil tão carente, de contrastes absurdos. Aposentadoria? "Nem pensar". Aposentar e continuar trabalhando? "Só se fosse no mesmo serviço, e aí não seria uma atitude ética receber duas vezes pela mesma função". O que ela espera é apenas que não retirem seus direitos adquiridos, como se fosse pouco.

Muitos dos que, mesmo involuntariamente, tomam parte nessas filmagens, com freqüência, ao constatarem o descaso com que áreas vitais para o desenvolvimento do país são tratadas, tendem a mergulhar em seus ofícios como forma de resistir e preservar suas dignidades, e se isolam. Chega a ser até uma necessidade: se falta tudo, "eles têm que se virar nesse tudo", ou então, "o trabalho não sai". Isso porque eles fazem do trabalho "a opção de vida", e do ensino, "um sacerdócio", como prega a pesquisadora.

A recompensa por tantos anos de dedicação é a obtusa propaganda patrocinada pelo governo contra a classe. Apesar disso, ainda é a eles que se recorre quando surgem questões que exigem soluções mais elaboradas, em qualquer área onde seja necessária a atuação do pensamento científico. Pode-se denegrir, reter verbas, suprimir direitos, mas de uma verdade ninguém pode fugir: pensamento científico no Brasil, com raríssimas exceções, só existe nas Universidades Públicas, e com muito esforço.

Não é difícil constatar esta realidade, basta prestar um pouco de atenção. Num mesmo veículo de comunicação, por exemplo, o funcionário público aparece com destaque como o vilão, o perdulário, entre outras depreciações generalistas, para logo em seguida, escondidinho, numa outra matéria, surgir como a solução, como o maior especialista na área, o único capacitado a resolver determinada questão. Até quando?

Vice de FHC prestigia Escola de Políticas Públicas da UFRJ

A vinda ao Rio de Janeiro do vice-presidente da República, Marco Maciel, para uma palestra na Escola de Políticas Públicas e Governo da UFRJ, segunda-feira passada na Assembléia Legislativa, foi emblemática. Do ponto de vista das relações entre o poder e seus súditos, ele marcou sua passagem com a interdição da Avenida Brasil. Do ponto de vista da democracia, discorreu sobre seu projeto de legalização dos grupos de interesses - o famoso lobby - no Congresso, já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara; e sobre os sistemas de democracia: representativa, participativa, decisional e circuitos paralelos. E, finalmente, do ponto de vista de palestrante, ele, mais uma vez, se esgueirou ao não responder à pergunta de um aluno se, como ex-ministro da educação e vice de um presidente aposentado como docente da USP, faria lobby em defesa da aposentadoria especial para professor universitário, nas votações dos destaques da reforma da Previdência.

Aprendendo com quem faz

Os alunos da EPPG são em sua maioria ex-prefeitos, vereadores, deputados, servidores públicos, executivos ou lideranças políticas. Os professores e conferencistas, são ministros, governadores, prefeitos, acadêmicos ou dirigentes de órgãos ou instituições públicas e privadas. A Escola foi criada pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia/Coppe, vinculada ao Fórum de Ciência e Cultura, e tem como objetivo preparar e reciclar lideranças políticas e profissionais liberais para o exercício da gestão pública. O programa realmente não é para qualquer um. Para sair pós-graduado em Políticas Públicas, o aluno tem que desembolsar cerca de dez mil reais por um ano de curso.

Governo anuncia contratação de dois mil servidores

O Ministério da Administração e Reforma do Estado - Mare - está anunciando uma nova política para os concursos públicos federais. Serão contratados dois mil servidores até 1999, distribuídos em funções de caráter essencialmente administrativo, como especialistas em Políticas Públicas, analistas e técnicos de Finanças e Controle, Orçamento e Planejamento, advogados, contadores e bibliotecários.

A nova política de contratação deixou de fora os docentes e técnicos universitários. Apesar dos constantes apelos de reitores e entidades do movimento das universidades para que se resolva o déficit no quadro de pessoal das IFEs, parece que o Mare desconhece, ou finge não saber, que um número enorme de professores e demais profissionais do serviço público se aposentaram em função das ameaças da reforma da Previdência.

Aposentadoria na UFRJ

Só na UFRJ, estima-se que cerca de 800 docentes tenham requerido aposentadoria desde o início do ano passado. Segundo dados oficiais da Subreitoria de Pessoal - SR4, 212 professores e 399 técnicos tiveram seus pedidos de aposentadoria provados durante 1995. Até março deste ano, o total de aposentados chegou a 19 docentes e 51 técnicos.

A nova política de concursos determina que os concursos sejam centralizados e que só será aprovado estritamente o número de candidatos necessários para preencher as vagas definidas, ou seja, termina o prazo de validade de dois anos do concurso

CUT apóia greve dos servidores

Em reunião que contou com a participação da Andes-SN, Assibge-SN, Fenajufe, Fenasps e Fasubra, no dia 26 de março, em São Paulo, a CUT Nacional definiu seu apoio ao movimento de greve dos SPF em defesa da questão salarial e dos direitos dos trabalhadores. A CUT distribuirá um documento público dando conta deste apoio, além de recomendar às regionais a realização de plenárias com vistas a discutir formas de apoio e articulação do movimento dos trabalhadores à greve. Também participará da organização e condução da greve, tentando garantir a presença de Vicentinho no ato político de deflagração da greve, marcada para o dia 13 de abril, e buscará a abertura de negociação com o Mare.

Durante as discussões, salientou-se que essa luta está sendo travada em defesa do serviço público, pela manutenção dos direitos e conquistas sociais e contra as reformas neoliberais do governo FHC.

"Está se tornando mais seletivo, mandando embora os de menos escolaridade..."

O governo vai ter de cuidar mais dos jovens e criar todo tipo de incentivo para mantê-los na escola.

Pesquisa revela o peso da educação na melhoria da qualidade do emprego

Agência Andes (Brasília) - Só existe um caminho para se melhorar o nível e a qualidade do emprego no Brasil: a educação. Essa é a conclusão do trabalho *Ocupação e Escolaridade: Tendências Recentes na Grande São Pauto,* desenvolvido no ano passado pelos economistas Edgard Luiz Gutierrez Alves, técnico de Planejamento e coordenador de Emprego e Relações de Trabalho do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), e Fábio Veras Soares.

A pesquisa, ainda em versão preliminar, só será divulgada à imprensa a partir do próximo dia 9 de abril, mas já dispõe de dados que mostram a evolução da renda e a tendência do mercado de trabalho na Grande São Paulo, do ponto de vista da escolaridade da mão-de-obra.

De acordo com o levantamento feito pelos economistas, 60% dos trabalhadores paulistas não dispõem de 2º grau completo: são 5% de analfabetos, 27% que têm até a 4º série do 1º grau, 16% com 1º grau completo e 12% com 2º grau incompleto. Em 1988, os assalariados analfabetos somados aos que tinham 1º grau completo e incompleto chegavam a 50%, índice que caiu para 46% em 1995.

"A pesquisa mostra que o mercado está diminuindo a quantidade de trabalhadores com pouca instrução e aumentando a porcentagem dos que têm 2º e 3º graus completos. Ou seja, está se tornando mais seletivo, mandando embora os de menos escolaridade e passando a admitir quem estudou mais, afirma Edgard Gutierrez.

O estudo, uma verdadeira radiografia da força de trabalho na Grande São Paulo, indica que a maneira de melhorar a distribuição de renda é necessariamente garantir escolaridade à população. "Constatamos que o analfabeto recebe, em média, quase oito vezes menos de salário que o sujeito que tem o 3º grau completo. Com 1º grau incompleto, ele ganha quase quatro vezes menos que o trabalhador de nível superior, média que cai para duas vezes e meia se tiver o 1º grau completo e para duas vezes com o 2º grau completo", compara Gutierrez.

Na avaliação do economista, esses números comprovam o fracasso das políticas públicas de educação e do modelo *fordista* de qualificação dos chamados irmãos S (Senai, Senac etc), que há anos se limitam a adestrar mão-de-obra para atender às necessidades do comércio e da indústria, sem qualquer compromisso com os aspectos didático e de promoção do ser humano.

Globalização

Com base nas pesquisas sobre emprego e renda que vem realizando nos últimos tempos, o economista acredita que o nível de ocupação no país não tem caído tanto como tem sido noticiado pela imprensa. O que acontece, alerta, é que esse movimento de dispensa de mão-de-obra não-qualificada está aumentando a procura pelo setor de serviços e engrossando ainda mais o mercado informal.

"Essas pessoas, pouco qualificadas, demitidas estão conseguindo empregos de baixíssima qualidade. E isso terá repercussão futura porque o setor de serviços também passará a ser seletivo. Do ponto de vista das políticas públicas, acho que o governo vai ter de cuidar mais dos jovens e criar todo tipo de incentivo para mantê-los na escola o maior tempo possível, pois todo mundo ganha com isso - o Estado, o indivíduo e a sociedade - na medida que se consegue romper o cicio de pobreza", observa.

Para o economista, a inserção do país no processo de globalização da economia é necessária, mas deve ser feita de forma cautelosa tendo em vista a baixa escolaridade dos brasileiros, o que coloca o país numa situação de muita desigualdade. Ele cita as crises de emprego no México e na Argentina como exemplos da vulnerabilidade dos países pouco desenvolvidos às oscilações do mercado mundial.

"É preciso de uma vez por todas que o país tome consciência de que é preciso investir em qualidade e produtividade. Mas também não podemos perder de vista que o espaço de crescimento autosustentado do país é muito grande. Não estou com nenhuma xenofobia, mas o fato é que temos muito espaço para crescer com nossos próprios recursos e assim minimizar o efeito de precisar ter sempre ganhos de mercado no exterior", afirma. Gutierrez considera a política neoliberal, que define como uma onda de fôlego curto, o grande ponto de interrogação neste final de século, na medida que não tem sido capaz de equacionar as questões sociais paralelamente às necessidades de mercado.

"Se o mercado resolve todos os problemas, se reduz os empregos estáveis, de boa qualidade, de boa remuneração e com a proteção do Estado, quem vai sobrar no mundo para comprar o que produz? Como poderemos mover esse mercado se o estamos estreitando e criando problemas sociais como está?", questiona.

Dentro dessa onda capitalista, observa o economista, encontram-se verdadeiros milagres à custa de mão-de-obra barata, como na Coréia, por exemplo. Só que chega um momento em que os grandes países começam também a experimentar paralisações. Exemplo disso é a General Motors, nos EUA, onde recentemente mais de 150 mil trabalhadores cruzaram os braços contra a terceirização da produção de peças.

"O que está havendo lá não é uma simples discussão em nível de gerência. O fato é que os trabalhadores estão dizendo: chega, vocês estão terceirizando para fugir ao controle do sindicalismo, para pagar preços mais baratos e mandar gente embora", avalia.

Edgard Gutierrez lembra que o problema do emprego e do desemprego, ligado indissoluvelmente à questão do mercado e da distribuição de renda, se tornou a ordem do dia em todo o mundo. Ele cita a derrota da esquerda na Espanha e o risco que corre a direita na Alemanha de deixar o poder, por não terem sido capazes de equacionar o problema.

Ano passado, o volume de recursos foi de menos 35,22% em educação e 28,29% a menos em saúde, em relação a 1994

Liquidação de Verão:

Reforma da Previdência & CPI dos Bancos:

O governo Fernando Henrique Cardoso continua a insistir na inexistência de verbas para a reposição das perdas salariais do funcionalismo público, que segundo o Dieese, em um ano e meio foi de 46,5%. Também não se cansa de pregar a falta de recursos para educação e saúde - ano passado, o volume de recursos foi de menos 35,22% em educação e 28,29% a menos em saúde, em relação a 1994 -, mas a realidade aponta noutra direção, ou melhor, o governo FHC investe em outras áreas, certamente de maior prioridade à sua administração.

Segundo as avaliações mais pessimistas, o volume de recursos sangrados dos cofres públicos diretamente para o caixa de certos bancos, já ultrapassou a casa dos 11 bilhões de reais, podendo brevemente chegar aos 16, enquanto o destinado para a educação, em 96, estanca em R$ 10 bilhões. O governo alega, em sua defesa, que o socorro aos bancos era fundamental para a manutenção do Plano Real, que só assim seria possível evitar saques em massa etc., mas nenhum mecanismo de controle foi instituído para que esta pratica não se repita novamente. E nenhuma punição foi aplicada para inibir futuras fraudes no sistema financeiro.

"toma-lá-da-cá"

O jornal Folha de S. Paulo, em sua edição do dia 30 de março passado, publicou o "balcão de negócios" na reforma da previdência e na CPI dos Bancos, um detalhamento, estado a estado, de como funciona a política "rolo compressor", e de como não ficam os interesses da população.

Enquanto o "rolo compressor" na CPI dos Bancos ficou mais na nomeação, manutenção ou demissão de cargos federais, na reforma da Previdência teve de tudo. Os dissidentes de Minas Gerais se contentaram com a não demissão, como foi o caso da mulher de Paulo Heslander (PTB) na diretoria da Telemig; na Paraíba, cinco dissidentes do PMDB passaram a apoiar a emenda da Previdência e, em troca, o governo prometeu liberar R$ 30 milhões para a construção de um canal ligando os açudes de Curumas e Mãe D'Água. FHC ainda ameaçou demitir o secretário de Políticas Regionais, Cícero Lucena (PMDB). Em Rondônia, seis deputados de diversos partidos da base parlamentar do governo, voltaram a apoiar a emenda da Previdência, o que custou aos cofres públicos R$ 30 milhões para obras de restauração da BR-364 e eletrificação rural, além de cargos na Teleron para o deputado Carlos Camurça.

No sul, as cifras sobem para a casa dos bilhões. O custo São Paulo da operação foi a federalização de R$ 3,3 bilhões das dívidas mobiliarias do município, além da promessa de um ministério, em troca da "mudança de opinião" de 14 dissidentes do PPB. No Rio Grande do Sul, dois deputados do PMDB gaúcho, Paulo Ritzel e Wilson Cignachi, decidiram dar o seu apoio à emenda, e outros dois deputados, que estavam licenciados, reassumiram seus mandatos para apoiar o governo. Resultado: o governo assumiu uma dívida de R$ 5 bilhões do estado gaúcho, e ainda garantiu a permanência de seus representantes em dois ministérios ameaçados de passar para as mãos do PPB - Justiça e Transportes. Fora o que ainda não foi apurado, e tudo isso apesar da tão propalada falta de verbas.

Governo terá que explicar porquê não reajustou servidor

Agência Andes (Brasília) - Os ministros Luiz Carlos Bresser Pereira, da Administração e da Reforma do Estado (Mare), Pedro Malan, da Fazenda e Benedito Leonel, do Estado-Maior das Forças Armadas, terão de explicar os motivos que levaram o governo a não conceder o reajuste aos servidores públicos em janeiro.

A convocação dos ministros para prestar esclarecimentos sobre a data-base do funcionalismo público, requerida pela deputada federal Maria Laura, do PT-DF, foi aprovada dia 29 último pela Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

De acordo com a deputada, a data-base de revisão dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares da Administração federal direta, autárquica e fundacional passou a ser considerada em janeiro desde 1989, conforme o disposto na Lei 7.706, de 21 de dezembro de 1988, que dá cumprimento ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

"Segundo este dispositivo, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre civis e militares, se daria na mesma data - janeiro", afirma a deputada.

Maria Laura acrescenta que, de 1989 a 1995, vêm sendo concedidos, sucessivamente, reajustes aos servidores públicos destinados a repor as perdas decorrentes da inflação acumulada entre as datas-bases, descontados, via de regra, os reajustes e antecipações concedidos no período.

A deputada lembra ainda que, em janeiro de 1993, foi concedido ao funcionalismo público um índice de 100% de reposição para civis, mais 28,86% para militares. Em janeiro de 1994, o índice foi de 192,95%. em janeiro de 1995, os civis receberam 22,07%, cabendo aos militares 25,94%. "Em janeiro deste ano, no entanto, prevista a reposição das perdas verificadas no período de janeiro a dezembro de 1995, fomos surpreendidos pela declaração de autoridades governamentais que deixavam claro a intenção de não conceder o reajuste na data-base, em flagrante desobediência ao principio constitucional e à própria lei em vigor", finaliza.

ESTA LUTA É DE TODOS NÓS

As universidades públicas enfrentam hoje a sua maior crise. O processo de sucateamento está acontecendo em ritmo acelerado em vários setores das universidades: falta de professores, corte de bolsas, laboratórios em situações precárias, pesquisas paralisadas etc. As verbas repassadas pelo MEC estão sendo insuficientes para manter as atividades acadêmicas básicas. Para 1996, a situação tende a piorar. Dos R$ 488 milhões necessários para custeio e manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, o governo está sinalizando com apenas R$ 160 milhões, ou seja, cerca de um terço das necessidades mínimas de funcionamento. Ao mesmo tempo, o governo FHC está injetando bilhões de reais para cobrir as fraudes de bancos falidos.

A reforma da Previdência tem contribuído bastante para este desmonte da universidade. A perda do poder aquisitivo dos salários também é um fator bastante nocivo para a qualidade do serviço público.

O projeto da LDB do Senador Darcy Ribeiro/MEC e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC-233/95) visam basicamente descomprometer o Estado com a manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior. As universidades ficarão asfixiadas e serão obrigadas não apenas a cobrar mensalidades dos alunos mas também a captar recursos externos, abrindo assim caminho para a privatização.

A reforma da Previdência também tem contribuído bastante para este desmonte da universidade. Milhares de professores e técnicos-administrativos foram levados a pedir aposentadoria para garantir seus direitos, provocando prejuízos irreparáveis para as atividades de ensino e pesquisa. O governo incentiva as aposentadorias em massa, proíbe os concursos públicos e permite apenas a contratação de professores substitutos, tratados como verdadeiros "bóias-frias" do ensino.

A perda do poder aquisitivo dos salários é um fator bastante nocivo para a qualidade do serviço público. Os efeitos negativos são evidentes: desmotivação, estímulo à inadimplência e busca de outros empregos. Desde o ano passado, os Servidores Públicos Federais têm tentado abrir negociações com o governo para a discussão das reivindicações. O governo se recusa a negociar e não deu qualquer reajuste salarial, desrespeitando a data-base da categoria. Os salários dos servidores, que deveriam ser reajustados em 46,19% para repor as perdas da inflação de 1995, estão congelados desde janeiro do ano passado. Sem salários dignos e sem condições satisfatórias de trabalho não é possível manter a qualidade no serviço público.

As reformas neoliberais do governo FHC, inspiradas no receituário do FMI e do Banco Mundial, comprometem a soberania nacional e retiram direitos sociais dos trabalhadores. O governo não tem poupado esforços para aprovar suas propostas no Congresso Nacional, utilizando a velha prática do "é dando é que se recebe". Estima-se em R$ 100 milhões a quantia usada para "convencer" os parlamentares. Isto sem falar na rolagem das dívidas dos grandes produtores rurais, usineiros etc. Somente a mobilização dos movimentos sociais organizados será capaz de enfrentar estes ataques.

Por tudo isto, convocamos todos os professores, alunos, técnicos-adminstrativos para lutarmos juntos. Se estamos interessados em nosso futuro como nação soberana e independente, precisamos lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, voltada para os reais interesses do povo brasileiro.

Compareça às reuniões em sua Unidade e às Assembléias de sua entidade!

ADUFRJ

Chapa 3 Mário Prata — Gestão Pro Que Dar e Vier

SINTUFRJ

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ
SEMANA 16-22
ABRIL 1996
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Edição Especial GREVE

EDITORIAL

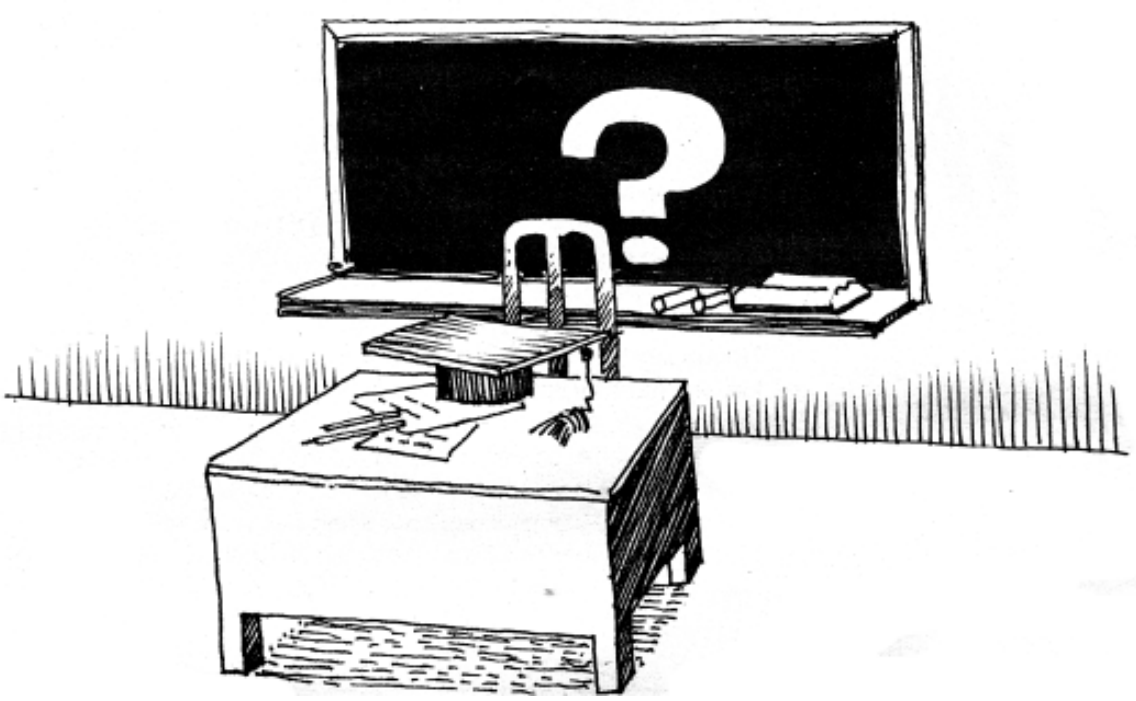
A greve que precisamos

Agora é para valer: finalmente, após mais de um ano e três meses com o salário congelado e em meio à mais violenta campanha de desmantelamento do serviço público já vista neste país, os servidores públicos federais reagem e iniciam greve nacional por prazo indeterminado a partir do dia 16 de abril. A nossa última Assembléia Geral, dia 14, foi favorável à greve e manteve o indicativo. Marcamos nova Assembléia para o dia 16 de abril, às 14 horas. É fundamental a participação de todos nós, professores da UFRJ, nesta assembléia, onde a partir da avaliação do grau de mobilização para a greve vamos deliberar sobre a sua deflagração.

A grande maioria das demais ADs e das outras entidades de servidores federais adotou um procedimento semelhante, isto é, deliberaram sobre a greve nacional durante assembléias de base na semana passada e, após a decisão da plenária nacional, vão colocar em discussão a adesão à greve em novas assembléias nos próximos dias. Esta tática justifica-se, por um lado, pela necessidade de uma greve **unificada**, viabilizada pela decisão em plenária nacional e, por outro lado, para permitir uma greve **forte,** que só é possível com uma grande mobilização das categorias em greve.

Outra condição absolutamente necessária para o sucesso da greve é o **apoio da população.** Nossa luta não é contra ela e sim contra a atual política do governo federal para o serviço público, e issotem que ficar muito claro, no nosso discurso e na nossa prática. Uma greve no serviço público não pode ser a mesma coisa que uma greve numa empresa privada, na qual a interrupção da produção acarreta imediatos e insuportáveis prejuízos econômicos ao patrão, que por isso se vê obrigado a negociar. Nossa situação é completamente diferente: o que forçará o governo federal a negociar será o prejuízo **político** que a nossa greve puder lhe causar. É por isso que precisamos definir com muito cuidado quais as atividades que devem ser interrompidas e quais as que não podem parar. É por isso também que precisamos usar de todos os meios ao nosso alcance para mostrar à população a responsabilidade do governo pelo atual estado de coisas no serviço público, inclusive pela própria greve.

Por fim, é também fundamental que esta seja uma **greve de ocupação** dos locais de trabalho. Nestes, estamos propondo a realização de reuniões conjuntas com os estudantes e com os servidores técnico-administrativos, com os objetivos de garantir o funcionamento dos serviços de atendimento direto à população e de analisar e avaliar as condições de trabalho e de estudo, a qualidade dos serviços prestados e tudo o mais que for especificamente relevante em cada local de trabalho.



Compareça! Sua presença na assembléia é fundamental!

As obras da CPM - Central de Produções Multimídia - estão paradas desde o semestre passado.

CPM, eu acredito

Manifestação dos estudantes agita Consuni

Você acredita em papai-noel, fadas ou duendes? Os estudantes da Escola de Comunicação da UFRJ (ECO) também não e foram à reunião do Conselho Universitário, semana passada, num irreverente ato de protesto contra a falta de verbas para a Universidade e em especial, para o término das obras na Escola.

Cerca de 20 alunos portando uma indumentária mais comum àqueles acostumados ao picadeiro - o nariz grande e vermelho - entraram na sala de reunião reivindicando maior atenção aos problemas crônicos da ECO. Eles cobraram do reitor Paulo Alcântara a retomada imediata das obras da Central de Produções Multimídia, a CPM, obra que vinha se arrastando há cinco anos e que agora se encontra totalmente paralisada devido a falta de pagamento.

Não obtendo resposta satisfatória, os estudantes se retiraram da sala demonstrando uma grande contrariedade. Os estudantes também divulgaram uma nota de protesto (reproduzida ao lado), elaborada por eles durante uma aula da professora Maria Helena Ferrari.

Reduzir para Arrasar

Reduzir – v. trans. dir.: tornar menor, aviltar, humilhar, agir sobre algo ou alguém no sentido de diminuir (a marcha, o ânimo, a moral); v. trans. dir. e ind.: transformar alguém ou alguma coisa (uma Instituição pública de Ensino Superior, por exemplo) no cavalo inglês [fig.]; - a sobrevivência ao limite do admissível: matar devagarinho; - a pó de traque [pop.]: tornar medíocre, vulgar, reles; arrasar, aniquilar, destruir; v. intrans.: isolar, manter distante e dependente, sem autonomia, para melhor extinguir (índios, alunos, professores e funcionários).

A maior instituição de Ensino Superior pública do país está ameaçada de extinção. A mesma política incompetente e entreguista, que arrasou com o ensino de primeiro e segundo graus, vem há muito tempo, reduzindo a Universidade Pública, com o objetivo de torná-la ineficiente, para encontrar argumentos que facilitem sua completa destruição.

Foi essa a estratégia montada para acabar com o ensino primário – que agora querem "salvar" às custas da universidade, pois foi aviltando o salário do professor primário, reduzindo suas condições de trabalho, minimizando seu valor social – foi essa a fórmula para acabar com o direito do cidadão brasileiro à escola pública, de que tanto nos orgulhávamos. Não foi assim também com o ensino normal, formador de professor primário ? Quem vai querer ser professor num país que se desvaloriza a cultura e vulgariza a educação? Os cursos de licenciatura há muito esbanjam vagas – alguns ameaçam fechar – quem vai querer ser professor num país que reduz à expressão mais simples seus professores e seu ensino?

Agora, reduzem as verbas universitárias, reduzem os salários de professores e funcionários, reduzem os benefícios conquistados há anos, reduzem os quadros universitários – e tornam péssimas as condições de trabalho.

Nós, da Escola de Comunicação da UFRJ, estamos aqui para dizer que não queremos ser reduzidos para mais adiante sermos "salvos" - quando não tivermos mais o que salvar e quando já não houver outra opção a não ser o ensino pago.

Queremos, sim, hoje, trabalhar com dignidade e ver nosso trabalho reconhecido, respeitado e defendido com vigor e firmeza – sem evasivas e falsas metáforas – por uma Reitoria que elegemos e que deve, acima de tudo, representar nossos interesses.

Ciclo de Cinema
Os Inconfidentes
Dia 16 de abril, às 18:00 h
- "Os Inconfidentes", de Joaquim Pedro de Andrade, seguido de debate com:
- professora Maria Galano, IFICS
- Afonso Carlos dos Santos, professor da UFRJ, autor de "No rascunho da Nação, os inconfidentes no Rio de Janeiro"
- Ivana Bentes, professora da ECO

Dia 17 de abril, às 18:00h
- "Terra Estrangeira", de Walter Salles e Daniela Thomas

Dia 18 de abril, às 12:30h
- "O Mandarim", de Júlio Bressane
Local - Fórum de Ciência e Cultura
Salão Pedro Calmom
Programa organizado pelo Fórum de Ciência e Cultura e RioFilmes
Entrada franca

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

O governo pretende demitir 80 mil servidores se conseguir aprovar a sua reforma do Estado.

Há 16 meses, os docentes não têm reajuste salarial. O reajuste necessário para recompor as perdas de 1995 é de 46,19%.

Setor aprova greve

■ Servidores param por tempo indeterminado pelo reajuste da data-base negado pelo governo. Setor das federais da Andes aprova a entrada na greve conjunta.

Com 270 delegados presentes, a Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada este sábado em Brasília, aprovou, com dois votos contra e seis abstenções, a greve por tempo indeterminado a partir do dia 16 de abril. Um ato público com a participação do Senador Lauro Campos e da deputada Maria Laura precedeu as discussões no plenário.

O senador Lauro Campos chamou Fernando Henrique de *Fujinando*, questionando o pagamento da dívida bancária e a dívida pública, que só neste mês está em torno de 10%, para sustentar a "tal inflação zero". Segundo o senador, o governo pretende demitir 80 mil servidores se conseguir aprovar a sua reforma do Estado. "Vão demitir porque o FMI quer... Gente é mais importante do que banqueiro. O mal do Proer é o de ser um só e de proteger quem deveria estar na cadeia".

A mobilização nas universidades

O setor das Universidades Federais da Andes-SN aprovou a deflagração da greve a partir do dia 16. A necessidade de pressionar o governo pelo pagamento do reajuste salarial, calculado em 49,19% pelo ICEV-DIEESE, e contra as reformas da Previdência e do Estado foi exaustivamente debatida na reunião do setor, ocorrida logo após a plenária dos servidores. Segundo a Coordenação das Federais, a greve é inevitável. Os docentes devem estreitar os laços de companheirismo e solidariedade com o conjunto dos servidores para garantir uma greve vitoriosa contra os que querem o desmonte do serviço público. Na Argentina, os trabalhadores da Educação estão em greve pelo pagamento de meses trabalhados. Na Venezuela, os trabalhadores também estão enfrentando as reformas do governo com greve. No Brasil, uma greve dos servidores públicos, como ocorreu na França, poderá fazer retroceder as investidas contra o setor público e às universidades.

Calendário da Greve

Dia 15 - Instalação do pré-comando da greve
16 - Deflagração da greve
17 - Instalação dos comandos das categorias e do comando unificado
19 - Atos públicos unificados nos estados
20- Avaliação do movimento pelos comandos nacionais
21 - Avaliação do movimento pelo comando unificado de greve
22 - Rodada nacional de AG de base em todos os estados
24 - Ato público nacional unificado com caravanas à Brasília, com demais trabalhadores, que estejam em Brasília mobilizados.
Lançamento do manifesto da educação.
25 - Avaliação do movimento pelos comandos das categorias e do Comando Unificado de Greve.
26 - Plenária Nacional das categorias em greve para avaliação da conjuntura e da greve.
29 - Rodada Nacional de AG de base
01/05 - Participação nos atos unificados juntos com a CUT.
02 - Assembléias Gerais.

Mobilização nas Universidades Federais

Ads Seções Sindicais - 51
Ads Seções Sindicais com informes - 41
Ads S. Sindicais do Setor das Federais sem informes - 10
Decidiram deflagrar Greve dia 16/04 - 10
Decidiram deflagrar Greve dia 17/04 - 01
Aprovaram Indicativo de Greve para o dia 16/04 - 20
Aprovaram Indicativo de Greve sem data - 03
Não apreciaram Indicativo de Greve para 16/04 - 05
Rejeitaram Indicativo de Greve para 16/04 - 03
Em processo de apreciação do Indicativo de Greve conjunta - 01
Decidem sobre a deflagração da greve em 15/04 - 01
Decidem sobre a deflagração da greve em 16/04 - 09 (destes, seis Ads já têm Indicativo de Greve aprovado).

Os motivos da aprovação do Setor das Federais pela entrada na greve:

1 - O manifesto desprezo do governo federal para as necessidades básicas da maioria da população, evidenciado por sua política de aniquilamento dos serviços públicos essenciais sem os quais a sobrevivência de milhões de indivíduos se vê comprometida.

2 - Há 16 meses, nós docentes juntamente com todos os demais servidores públicos federais, não tivemos do governo federal qualquer reajuste salarial. Vale lembrar que, o reajuste necessário para recompor nossas perdas de 1995 é de 46,19%.

3 - A constante ameaça aos direitos mais elementares dos servidores, notadamente o direito à estabilidade no emprego e à aposentadoria integral. A manutenção desses direitos é condição essencial para o respeito ao interesse público em contraposição aos interesses econômicos do governo.

4 - A possibilidade de aniquilamento da Educação Superior Pública e do sistema de pesquisa científica e tecnológica, que compromete a própria soberania nacional.

As reuniões foram promovidas pelos Conselheiros da ADUFRJ, como atividades preparatórias da a ssembléia geral.

Aulas na rua, debates sobre a Universidade, ampla divulgação dos trabalhos de pesquisa, foram algumas das propostas para a mobilização.

Uma velha e saudável prática

■ Professores, estudantes e técnicos-administrativos retomam as discussões sobre a Universidade durante os preparativos para a greve nacional dos SPFs

Algo não totalmente estranho está acontecendo na UFRJ. É certo que estava um pouco esquecida, que às vezes tenha um gosto amargo mas, no fundo, ninguém esquece como é saudável a prática do debate. E ela voltou, com um gás de tirar o fôlego.

Foram várias reuniões programadas semana passada pela ADUFRJ, com a participação dos funcionários e estudantes, que reativaram a discussão sobre a estrutura de funcionamento da Universidade e trouxeram à tona os temas que mais no fundo afligem a comunidade mas raramente são externados. Tanto na FAU, ou Instituto de Psicologia, CT, CCS, quanto na Escola de Serviço Social, a mensagem foi clara. Algumas dessas reuniões deram um expressivo quorum, como na Psicologia, na Arquitetura e na Microbiologia. Outras nem tanto. Mas o saldo foi a enorme vontade de avançar rumo a soluções possíveis. A prova está no nível dos temas abordados, e no calor humano registrado, não obstante a fumaça ou o número de pessoas presentes.

Se a motivação para os debates estava na iminência da greve, na necessidade de incentivar a mobilização no meio, o que sobrou no parlatório foram mesmo os *problemas orgânicos.* Entre depoimentos emocionados e sugestões mirabolantes, muitas ações foram sugeridas, muita roupa foi lavada, passada, e agora, o que resta é colocar a mão na massa e trabalhar para que esta retomada germine uma nova consciência universitária. E num melhor ambiente de trabalho para a comunidade, apesar de toda a campanha contra patrocinada pelo governo.

Arquitetura

A reunião no Salão Azul serviu de cenário para uma avaliação sincera sobre a atual apatia vivida não só por uma geração. "Somos filhos obedientes da ditadura - que enche a cara, que aproveita que não tem aula para ir à praia, que só vê tv, não lê nada, que se droga e fica que nem pateta. Temos de assumir que somos frutos dessa manipulação, de um sistema que fez a cabeça de nossos pais, e as nossas, para não haver questionamentos. Só a partir do momento que se assume como ignorante que é possível dar uma passo à frente". Com esse desabafo franco, a estudante Mariana Cecchetti, do 4º período de Arquitetura, emocionou as cerca de 50 pessoas presentes ao auditório.

Esta auto-análise em público acendeu os participantes do já quente debate na FAU. A seguir, outro estudante pediu a palavra para afirmar que as Universidades deveriam ter maior poder de barganha. Poder esse que, segundo ele, só seria possível com a vinculação a empresas, citando como exemplo a Coca-Cola, talvez imaginando que nos países de primeiro mundo, quem patrocina pesquisas básicas seja a iniciativa privada, e não, como de fato acontece, o Estado.

Neste embalo, a discussão caminhou para um raio X da relação aluno e direção, quando o Conselheiro da ADUFRJ, Osvaldo Luís, discorrendo sobre a importância da organização do Conselho Acadêmico, alertou para a desmobilização dos alunos, e os riscos que estes correm ao dependerem da boa vontade da direção para se estruturar como movimento organizado.

Psicologia

Talvez o pessoal do IFCS explique melhor esses perigos mas, quem deu uma aula em matéria de interesse, organização, e formas de mobilização e participação efetiva foi o Instituto de Psicologia. E não só para casos de greve, mas principalmente, para o dia a dia universitário, que se vislumbra cada vez mais caótico do ponto de vista das condições de trabalho.

Enquanto uma aluna esquentava sua marmita elétrica e outra almoçava, Ruth Barbosa, representante da ADUFRJ explanava acerca do movimento conjunto dos três setores - professores, estudantes e funcionários -, sobre a greve, suas conseqüências, e de como estão sendo encaminhadas as

Comunidade participa dos debates nas unidades

A Escola de Serviço Social está com uma programação de reuniões-debate. Participe.

mobilizações. Aos poucos foram chegando professores, mais alunos e funcionários que vinham de uma assembléia da categoria, até que, de repente, a sala 208 ficou cheia e a discussão deslanchou.

Foi uma metadinâmica de grupo, um laboratório de como funciona uma comunidade integrada, com visões específicas e abrangentes, da parte e do todo, sem perder de vista as repercussões junto à população. Questões apareciam espontaneamente, como a preocupação com os serviços de atendimento à população, que na opinião geral, não podem ser interrompidos. Uma espécie de *mea culpa* do estudante Luiz Henrique Pereira sobre a "desmobilização dos estudantes", junto com um relato de sua *via crucis* do ano passado, quando ficou três meses sem receber o dinheiro da bolsa, foi o que bastava para acender o estopim.

Motivos

A reforma da Previdência, que ainda nem foi votada mas já provocou estragos irreparáveis às Universidades Públicas; a questão dos bancos, que fraudam e saem impunes - como sempre - serviram de ilustração para definir a política do governo. Mas logo, começaram a surgir idéias de como mobilizar a comunidade para o debate, como a de se fazer um levantamento das situações internas - de quantos professores requereram a aposentadoria, em que condições estão funcionando os laboratórios -, da necessidade de "abrir" os trabalhos de pesquisa para que todos possam tomar conhecimento do que está sendo produzindo, principalmente os contribuintes. "Mostrar o nosso trabalho, apesar de tudo o que o governo faz contra a gente, retendo verbas", como definiu o técnico-administrativo Leonardo, materializando outra idéia, que já circulava em voz baixa: "Universidade nas ruas", que seriam aulas abertas em locais estratégicos.

O representante do Sintufrj, Luís Antônio, lembrou que, articular um ato deste porte "envolve muito trabalho, não é fácil. O negócio é ter vontade de fazer e as pessoas participarem. É uma ótima proposta mas precisa de gente para se engajar". Nesse momento, o professor emérito Franco Lopreste, enfático, pediua palavra e deu outra sugestão: "levantar números, além das aulas nas ruas, para não cair no descrédito", e concluiu, que "informar à imprensa" sobre os números reais, e não os divulgados sobre a Universidade, "é fundamental", porque, segundo suas carinhosas palavras, "a imprensa tem prevenção contra o funcionalismo público, considerados por ela, marajás".

Somos filhos obedientes da ditadura - que enche a cara, que aproveita que não tem aula para ir à praia - Mariana Cecchetti, 4º período de Arquitetura.

Outra funcionária, muito conhecida na Psicologia, a Isabel do Departamento Pessoal, alertou para outra *imminentia:* "Daqui a pouco, docente vai ser igual a professor de escola pública de 1º grau". Nenhuma depreciação, apenas uma singela constatação diante da objetividade do governo contra o ensino público superior. Os governos passados reduziram tanto as verbas para o ensino básico que acabaram com ele. Agora, a meta é reduzir a verba do ensino superior para recompor a do básico. Essa história todo mundo conhece, embora às vezes a esqueça.

Todos têm conhecimento dos problemas internos de suas áreas e, pelo menos, uma noção da situação geral. Questioná-los, eles sabem, é uma forma de motivar a comunidade. Mas encarar estes temas de frente, pode ser a única maneira de evitar que o projeto neoliberal seja vitorioso. E a sociedade, mais uma vez, saia perdendo.

Escola de Serviço Social

Ou alguém desconhece os reflexos do aumento da carga horária dos professores, obrigados a cobrir a falta provocada pela saída dos aposentados, que são sentidos diretamente nas pesquisas? Ou alguém desconhece a política deliberada de reter verbas para a iniciação científica, que tem como finalidade desmontar a Universidade e prejudicar a população? Na Escola de Serviço Social parece que ninguém é tão ingênuo assim.

Pelo menos é o que transparece na fala da professora Rosana Paiva: "essa política de destinar apenas uma bolsa de iniciação por professor inviabiliza completamente a iniciação científica. É impossível tocar um projeto com um só aluno". Opinião compartilhada pelo conselheiro da ADUFRJ, Ary Medeiros, para quem "os projetos de extensão estão acabando não só por falta de verbas, mas também pela falta de tempo dos professores. Ou seja, o contribuinte, que pagou pelos nossos estudos, e que seria o principal beneficiário desta pesquisa, também está sendo prejudicado".

Comunidade atenta

Essa não é uma visão só dos professores. Funcionários e estudantes também já se deram conta desta realidade. Francisco Conte, técnico administrativo do laboratório de Informática, sabe que "as unidades têm pouco controle sobre as prioridades das pesquisas". E vai além, apelando para a consciência de cada um. "Não há espaço sério de discussão sobre a relevância das pesquisas, ao mesmo tempo, a gente sabe que um número significativo de pesquisas atende a interesses particulares".

Mas quem melhor definiu a situação que, acredita-se, esteja mudando, foi o aluno de mestrado em Serviço Social, Marcelo Braz dos Reis, ao comentar suas impressões sobre as habilidades da comunidade universitária. "A gente tem uma capacidade de gerir o caos impressionante".

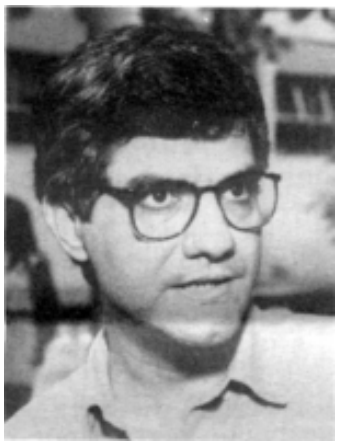
Enquete

A reportagem do jornal ADUFRJ ouviu durante a semana passada estudantes, docentes e técnicos-administrativo tentando retratar o clima de mobilização da comunidade sobre a participação dos professores na greve unificada dos servidores públicos federais. Confira.

Você acha que os professores devem entrar na greve dos SPFs?

- Sim, porque se não tiver participação efetiva, unificada, não vai dar certo. A Universidade está sendo deteriorada. Os problemas internos justificam essa participação. (foto no Serviço Social)
Lídia Maria Monteiro Rodrigues
Professora adjunta e doutora em Serviço Social

- Agora eu acho que deve, porque a situação está realmente difícil. Antigamente as greves eram feitas "por dá cá uma palha, né ", naquele tempo, do Figueiredo, do Sarney, eram três, quatro, cinco meses de greve, mas agente tinha a reposição de inflação. Agora que eu acho que tem que ter greve, embora ache que a ADUFRJ não está atuando como deveria atuar. Eu sou a favor.



Francisco Casanova
Professor Coppe

- Teoricamente vai prejudicar o andamento, atrasar disciplinas. Mas, se for necessário, sim. O momento é de união.
Ana Cláudia Nascimento de Barros
3º Período Escola de Serviço Social

- Eu acho que têm sim, porque o governo não valoriza a educação, não valoriza a saúde, e esse tipo de profissional, que é o professor, deve ser bem remunerado, até porque ele precisa de material para estudar, para se reciclar, ou mesmo viajar. Enfim, têm que ganhar um salário decente para poder investir nele próprio e poder dar uma boa aula, se tiver uma vida razoável. E porque ele que está formando todas as pessoas, o professor é o básico, ele que vai formar os médicos, dentistas, biólogos.

Jana Lessa Veiga
1º período Biologia

- Evidente, porque é funcionário que nem a gente, tá no mesmo barco. O governo está afim de liquidar a Universidade. Os professores já perderam o direito a aposentadoria especial, acho que têm mais do que motivos. Há algum tempo atrás, até acredito que ficaria ruim de eles entrarem em greve, mas no momento, têm que entrar. O governo quer privatizar a Universidade, então, a luta tem que ser dos professores, funcionários e alunos.

João Batista
Funcionário do Instituto de Matemática

- Professor não está sendo bem remunerado, acho que ele têm razão de fazer a greve. Vendo a parte do aluno, a gente entra no prejuízo. Mas como cidadão, eu acho que ele deve reivindicar os direitos dele.

Liliane dos Santos
7º período Letras

- É difícil responder, porque ao mesmo tempo que eles têm de lutar pelos direitos deles, vai prejudicar o trabalho deles e o nosso também. O governo tem que tomar vergonha na cara. A gente está com a nítida impressão, quase certeza, que o governo quer privatizar tudo. Então ele não vai dar um salário bom para os professores, não vai dar um salário bom para os funcionários. O que eles querem mesmo é que todo mundo vá embora e que a faculdade feche, para privatizarem.

Aristóteles Lucas
4º período Geologia

- Na minha opinião não, porque a greve não consegue sensibilizar o governo. É uma coisa que deve ser mais avaliada. No momento não vejo muita saída, ou se seria por aí a solução.
Flávio Sarquez
Funcionário do Laboratório de estruturas da Coppe

Medicina, Direito e Engenharia Civil serão os primeiros cursos avaliados pelo MEC.

LDB do Senado não garante indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Exame de fim de curso

A medida provisória 938 determina a extinção do Conselho Nacional de Educação e institui exames ao final dos cursos de nível superior. Os primeiros a serem avaliados serão os formandos de 96 dos cursos de engenharia civil, direito e medicina. Os exames serão aplicados em outubro e novembro. A justificativa do governo é a de avaliar as faculdades particulares, mas a medida atinge também as universidades públicas.

Na opinião da sub-reitora de graduação da UFRJ, professora Neyde Felisberto, o exame de fim de curso não significa absolutamente nada em termos de avaliação da instituição. Segundo a professora, uma forma mais eficaz de avaliar as faculdades seria verificar onde são formados os concursados do serviço público ou os contratados pelas grandes empresas.

O exame de fim de curso ganha lógica se os projetos tipo PEC 233 e LDB (do Darcy) forem aprovados. Esse é o entendimento do professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher, para quem os exames vão acabar por determinar os currículos, o que seria, na prática, a perda da autonomia didático-científica das instituições, o que, segundo ele, está claramente contido nos projetos do governo da área de educação.

Os alunos da Engenharia Civil

- Essa avaliação é para as faculdades particulares. Se o MEC cadastrou as faculdades particulares, o problema é dele. Agora é tarde demais. Eu acho que esta verba deveria ser gasta com as escolas de 1º e 2º graus, e não nesta avaliação. E ainda têm as fraudes, gastar uma fortuna para ter fraude de novo. É completamente desnecessário. **Flávia Souza – 7º período.**

- Sou contra. O Mec deveria ter outras formas de avaliação. Os alunos terão de se preparar para outro vestibular, agora no final do curso. Vai virar cursinho. **Alessandro S. M. de Souza – 6º período.**

- Realmente têm algumas faculdades que devem ser testadas. Eles estão dizendo que essa prova não vai avaliar o aluno, mas tem como avaliar o aluno também. É como se estivessem mentindo em relação a isso; estão dizendo que vão fazer uma coisa mas vão fazer outra, vão aproveitar e dar um conceito para o aluno. **Laércio Gonçalves de Azevedo – 3º período.**

Movimento rejeita LDB

A LDB aprovada mês passado no Senado (LDB Darcy) voltou a tramitar na Câmara para votação final. O texto só poderá sofrer emendas supressivas, ou ser aprovado ou rejeitado em conjunto. As entidades que fazem parte do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, como a Andes, Fasubra, CNTE, entre outras, estão trabalhando junto a parlamentares de vários partidos no sentido de rejeitar este projeto e recuperar a discussão em torno do projeto original, da ex-deputada Angela Amim.

O Grupo de Trabalho Políticas Educacionais da Andes se reuniu em Brasília nos dias 6 e 7 de abril e, avaliou que as diferenças entre a LDB aprovada no Senado e o projeto original da Câmara não são tão irrelevantes como o senador Darcy e as lideranças do governo apregoam. O projeto original, chamado de coorporativo e inchado pelo senador Darcy, especifica melhor a gratuidade do ensino de 1º, 2º e 3º graus, conceituando-a no texto como um "dever" do Estado e não como um "serviço", que pode ser ou não prestado, de acordo com as vontades políticas dos governos, como está no texto de Darcy.

O projeto da Câmara especifica melhor o repasse das verbas e a definição orçamentária da educação. Fica claro de que tributos sairão os recursos e onde serão aplicados. Hoje, os 18% e 25% dos estados e municípios pagam tudo, desde salários até as obras, por exemplo, feitas na calçada de uma escola pública.

Darcy participa de aula na UFRJ

Qual é a diferença entre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases que está para ser aprovado em última votação na Câmara dos Deputados e o projeto original aprovado em 1993, pela mesma casa? A questão foi feita por um aluno, durante a palestra do curso de Políticas Publicas e Governo, da COPPE, ao autor do substitutivo aprovado no mês passado, no Senado, para a Lei que vai regulamentar o sistema educacional do pais.

O senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ) foi curto na resposta. Para ele, o seu projeto "é melhor, mais enxuto e dá mais liberdade para a educação". Na aula, o professor não parecia muito interessado em ressaltar as diferenças de fundo entre os dois projetos, de LDB, que estiveram em discussão nos últimos três anos no Senado. Disse apenas que o texto do substitutivo Cid Sabóia, que tomou por base o texto originário da Câmara, sob a relatoria da ex-deputada federal Angela Amim, é "um discurso sobre educação, não aplicável". Que quando o PL 101/ 93 chegou ao Senado para ser apreciado pelo senador Cid Sabóia, ele, Darcy já tinha pronto seu projeto para a educação brasileira.

Darcy disse também que os dois projetos, tanto o de sua autoria como o substitutivo Sabóia - que tem o apoio das entidades do setor de educação, entre elas a Andes-SN -, contêm hoje o melhor de oito anos de debate. O senador não perdeu a oportunidade para disparar suas alfinetadas. Fez críticas ao ensino "de fazer de conta" das faculdades particulares, chamou a "educação à distância" de uma "bobagem" e ainda definiu o ministro Paulo Renato como "aquele menino que não entende nada".

Além de pedir rigor na discussão das verbas públicas para as universidades, o senador tratou sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que não está garantida no seu projeto. Ele disse que a extensão universitária brasileira também é uma "bobagem". Segundo ele, extensão é no México. "Lá eles realmente fazem extensão, criaram grandes ambulatórios. Seria melhor se a universidade se contentasse com o que ela é, ao invés de tentar fazer extensão", completou, econômico.

Exame de fim de curso

O senador defendeu o exame de fim de curso, previsto no seu projeto de LDB, o qual qualificará as escolas a partir do desempenho do aluno. Questionado sobre que critérios seriam levados em conta na preparação do exame e que instituição ficaria responsável por sua aplicação, Darcy foi definitivamente evasivo: "O importante é o exame. O Exame bem feito, controlado pelo Estado".

Nota aos docentes

A Assembléia Geral da ADUFRJ de 11 de abril aprovou indicativo de adesão à greve nacional dos servidores Públicos Federais com início no dia 16 de abril. Votaram pela adesão à greve 41 professores, 3 contra e 5 abstenções, numa demonstração clara do inconformismo dos docentes contra a política do Governo FHC, que privilegia o setor financeiro em detrimento dos interesses legítimos da maioria da população. Esta deliberação foi encaminhada à plenária dos SPF's e do Setor das Federais da ANDES-SN, realizadas neste final de semana. Haverá uma nova AG no dia 16 para reavaliarmos o processo de construção da greve nacional e na UFRJ.

A Assembléia foi marcada pela indignação mas também por dúvidas e perplexidades. Não pela justeza de nossas reivindicações ou pela necessidade de reagirmos à política de privatização da universidade, mas pelo fato de não podermos contar com maior participação da categoria na Assembléia. Grande parte dos presentes acredita que o desejo da maioria dos professores da UFRJ é de fazer alguma coisa contra o desmonte, iminente da universidade pública, mas como saber qual a real percepção dos associados?

Para a ADUFRJ só há uma resposta: são os seus associados que decidem os rumos do movimento de forma autônoma e democrática. A posição dos presentes à AG foi livre, soberana e democrática. A AG entendeu que uma decisão tão relevante deve ser apreciada por um número mais expressivo de docentes, porém o tempo que dispomos é

muito curto - a próxima AG é nesta terça-feira, 16 de abril, às 14 horas no CT, quando teremos mais elementos para avaliar a construção da greve pelos servidores públicos federais e pelas demais universidades.

A nossa decisão não pode ser protelada. O tempo no qual as reformas impostas pelo governo se materializam é cada vez mais reduzido. Basta lembrar que a última versão da reforma da previdência foi aprovada em 48 horas. Agora está na pauta a reforma administrativa e a autonomia universitária. De quanto tempo dispomos para dar uma resposta contundente? É o futuro da universidade pública que está em jogo.

A sua presença na AG é um ato de cidadania. Sinaliza para a sociedade que a universidade não concorda com a tirania do pensamento único de feição neoliberal e que a sociedade civil está atenta para a defesa da democracia.

Convoque os seus colegas. Compareça à Assembléia!

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ
16 de abril às 14 horas
Auditório do Centro de Tecnologia
Fundão

Pauta

Greve nacional dos Servidores Públicos Federais a partir do dia 16 de abril

EM TEMPO

Partidos e entidades entram com liminar no STF pelo reajuste

A liminar do mandato de segurança coletivo para o imediato pagamento do reajuste salarial dos servidores relativo à data-base de janeiro deste ano, impetrado por vários partidos de oposição e entidades de servidores públicos, ainda não obteve resposta do Supremo Tribunal Federal. Segundo a assessoria do deputado federal Miro Teixeira (PDT/RJ), existe uma Lei - 1.707/ 88 - que garante a data-base dos servidores, uma lei que já que já serviu de instrumento para o governo conceder vários reajustes salariais. Segundo a avaliação da assessoria jurídica da Andes-SN, a concessão do reajuste pela data-base tem respaldo legal e sua interpretação por parte do governo é essencialmente política.

Ou seja, não há nada, do ponto de vista jurídico, que impeça o presidente de reajustar o funcionalismo. A expectativa é de que o parecer do STF demore para ser apresentado, já que seu julgamento tem caráter político.

SEMANA 23 – 29
ABRIL 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Manifestação no Largo de São Francisco marca início da greve de ocupação e leva centenas de servidores ao centro do Rio.

Universidade vai à praça

Nesta quarta-feira, dia 24, a Universidade vai estar novamente nas ruas para mostrar à população porque a sua produção é fundamental para o desenvolvimento do país. O "Universidade na Praça", como está sendo chamado o ato, vai acontecer na Cinelândia, a partir das 10 horas da manhã.

Na programação, estão previstas a participação de várias unidades da UFRJ. A Música, Letras, Educação Física, Odonto, FAU, Coppe e Psicologia já confirmaram presença.

A idéia é mostrar os trabalhos desenvolvidos dentro e fora de sala de aula. Os organizadores das três entidades que patrocinam o ato - Adufrj, Sintufrj e DCE - explicam que o tempo foi um pouco curto para montar um evento desse porte. Por isso, esse deverá ser apenas o primeiro "ato". As entidades, em conjunto com subreitorias, deverão levar o "Universidade na Praça" para a Quinta da Boa Vista, provavelmente no próximo domingo.

A ADUFRJ realiza assembléia geral, nesta terça-feira, às 14 horas para avaliar a greve, que completa uma semana. Várias unidades estão promovendo pequenas assembléias reunindo professores, estudantes e funcionários. Confira os informes das reuniões da ADUFRJ nas unidades e centros e as principais atividades marcadas para essa semana. **Páginas 8 e 9.**

EDITORIAL

Nota do Comando Local de Greve

O Comando Local de Greve dos docentes da UFRJ reuniu-se para analisar os últimos acontecimentos e encaminhar suas posições. Inicialmente consideramos justa e oportuna a deflagração da greve neste momento. O quadro da greve na UFRJ mostra o crescente apoio ao nosso movimento por parte dos docentes, alunos e funcionários. Cabe ressaltar que o Conselho Universitário da UFRJ manifestou de forma enfática apoio às nossas reivindicações. Torna-se cada vez mais clara a política do governo de privilegiar o setor financeiro em detrimento das necessidades mais prementes da nossa população. O episódio recente e sangrento da repressão ao Movimento dos Sem Terra não é um fato isolado. É a conseqüência direta da insensibilidade do governo aos apelos de questões sociais que demandam soluções urgentes. A Educação Pública encontra-se em situação semelhante de descaso.

Neste momento o movimento nacional luta pela abertura das negociações em Brasília. Somente a pressão da greve pode fazer avançar este processo. Devemos reforçar nossa greve com a participação em atos públicos que tornem mais visíveis nossas reivindicações. Estes atos públicos são fundamentais para mostrar à população o trabalho e a importância da Universidade e do serviço público em geral.

Neste sentido, reafirmamos o repúdio a qualquer tentativa de repressão à greve, principalmente em relação aos nossos colegas recém-concursados em estágio probatório e professores substitutos.

Reiteramos o caráter da nossa greve de ocupação, garantindo uma unidade maior do movimento e sua integração com os outros segmentos da Universidade.

Destacamos a importância da participação dos docentes em todos os nossos eventos e em especial nas Assembléias Gerais que são o espaço democrático das decisões do movimento.

Assim, recomendamos a Assembléia Geral que aprove a continuidade da greve.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

O abraço ao IFCS foi uma demonstração ao governo da disposição da sociedade em lutar e fazer valer os seus direitos

O governo está exigindo um cheque em branco à sociedade. E junto, a consciência de cada um.

Universidade lamenta tragédia dos sem-terra

■ Ato no Largo de São Francisco foi marcado pela indignação

O Ato Público realizado sexta-feira no IFCS em defesa do Ensino Público Gratuito e de Qualidade reuniu os três segmentos universitários - professores, funcionários e estudantes - em uma demonstração de grande indignação diante de mais uma prova inequívoca do descaso político do governo: a chacina de Eldorado de Carajás, em que 19 sem-terras, segundo dados oficiais, foram executados pela Polícia Militar do Pará, num conflito de foices e enxadas contra fuzis e metralhadoras.

O ato de protesto contra a intenção do governo de acabar com o ensino universitário público culminou numa manifestação da comunidade acadêmica para fortalecer o sentido da greve de ocupação por tempo indeterminado e esclarecer para a população que a Universidade, de qualidade e geradora de conhecimento, é fundamenta para a construção de uma democracia.

A marca registrada da política do governo para assuntos não contemplados no ideário do FMI, - legitimo, mas não assumido, pai do Plano Real - a eliminação sumária, foi citada em todos os discursos, ligando o fato consumado e a dor pelos assassinados ao sucateamento do ensino público, na lógica coerente e predatória do governo.

Nesse sentido, foi simbólico o *abraço* ao prédio do IFCS, para mostrar ao governo que a sociedade organizada está disposta a lutar para fazer valer os direitos do conjunto da população, nem que para tanto seja preciso abraçar todas as instituições fundamentais ao desenvolvimento do Brasil. E defendê-las com o próprio corpo.

A tradicional corrente mais uma vez preservaria o patrimônio público brasileiro da sanha dos entreguistas de plantão encastelados no planalto central do país. Assim como a caminhada até a Candelária, realizada em seguida, preconizou a disposição dos setores organizados em ir até onde for necessário para defender as idéias de desenvolvimento e uma sociedade que contemple a todos, não só em períodos eleitorais.

Imprensa é omissa

Outra evidência marcante na manifestação do IFCS - ressaltada nos comentários e discursos, e constatada na ausência de cobertura da greve dos servidores públicos federais por parte da imprensa oficial - foi a ofensiva governamental contra as ações dos setores organizados.

Ao lançar mão sistematicamente de expedientes publicamente condenáveis, o governo deixa claro sua inaptidão para liderar um país democrático e o seu compromisso com as eternas elites dominantes. Insinuações de força, como a de que se as reformas não passarem, o país correria o risco de uma volta ao autoritarismo, reforçam a opção política do governo em herdar e conservar a estrutura de poder nos moldes dos períodos de ditadura.

Ao destinar largos recursos para cobrir o buraco sem fim das falcatruas privadas, ao dilapidar o patrimônio público em troca de moedas podres e, sem qualquer negociação com a comunidade acadêmica, muito menos com a sociedade, tentar transformar as universidades públicas em escolões privados de 3º Grau, o governo, no fundo, mais uma vez, está exigindo um cheque em branco à sociedade. E junto, quer levar a consciência de cada um.

O Ato Público em defesa do ensino de qualidade movimentou o IFCS na última sexta-feira, dia 19

"Nós não pretendemos destruir o serviço público, ao contrário do que a propaganda do governo pode querer fazer crer".

"A nossa greve é de ocupação, com atividades, com a discussão da universidade."

Consuni apóia a greve

Conselho Universitário, lotado, se manifesta favorável às reivindicações do movimento dos docentes e técnicos-administrativos

Cobrir rombo de banco, comprar voto para as reformas do governo, manter a política de juros altos para sustentar o plano de estabilização, e o Real como moeda forte. Para essas necessidades o governo tem verba suficiente, mas para dar o legítimo reajuste salarial dos servidores não é liberado um centavo sequer. Com essa avaliação, o presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao, foi um dos primeiros a falar na reunião do Conselho Universitário da UFRJ, dia 18. O professor reivindicou em nome dos professores o apoio do Consuni à greve dos docentes e funcionários, que explicou ter um caráter de defesa do patrimônio público, tanto de suas instalações como de seus serviços. "Nós não pretendemos destruir o serviço público, ao contrário do que a propaganda do governo pode querer fazer crer. A nossa greve é de ocupação, com atividades, com a discussão da universidade.", complementou.

O representante do Sintufrj, Fortunato, reivindicou também o apoio à greve como instrumento de pressão para que o governo recue nas suas propostas de reforma administrativa e da previdência. Só na UFRJ se aposentaram cerca de 700 professores, além de muitos técnicos-adminstrativos, dos mais qualificados pelo seu tempo de serviço.

Os estudantes compareceram em peso à reunião do Conselho e apontaram a necessidade da defesa intransigente da comunidade da UFRJ pela manutenção da universidade pública de qualidade. O representante do DCE, Adolfo Wagner, reiterou o apoio dos estudantes ao movimento de greve e criticou o encastelamento da UFRJ, "que não consegue levar para a população aquilo que é de seu interesse mais prioritário".

Apoio à greve

Em relação ao fax do Mare - Ministério da Reforma Administrativa e do Estado, com instruções para que as chefias cortassem o ponto dos docentes e funcionários grevistas, o reitor Paulo Alcântara se manifestou contrário a orientação do ministério e disse que iria promover uma reunião com os diretores das Unidades e decanos para esclarecer o posicionamento da reitoria em relação a greve. Após vários discursos em defesa do movimento, considerado justo em suas reivindicações, os representantes no Conselho votaram, por unanimidade, uma nota (página 5) manifestando o apoio à greve. O reitor prometeu agilizar a divulgação da nota para a imprensa, parlamentares, além de enviá-la ao ministros da Educação e ao presidente Fernando Henrique.

Professores, alunos e técnicos participaram ativamente do Consuni.

Em reunião bastante concorrida - quase todos os representantes estavam presentes - O Consuni (Conselho Superior da UFRJ) votou a favor, por unanimidade, do apoio à greve dos servidores públicos federais e pela aprovação da nota abaixo, que será enviada ao presidente, ao MEC, parlamentares e à imprensa.

Nota do Conselho Universitário da UFRJ

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior das Universidades Federais e a mais antiga do país, considerando a gravidade da situação ora vivida pelo sistema federal de educação superior, vem manifestar-se em defesa intransigente das Universidades Federais.

A dramática e crônica restrição orçamentaria que vem sendo imposta às Instituições Federais de Ensino Superior se reflete na rápida obsolência de instalações e laboratórios, indispensáveis à geração de novos conhecimentos, de profissionais qualificados, cidadãos críticos e competentes, demandados pela sociedade.

É amplamente reconhecida pela sociedade a necessidade de serem priorizadas as ações que visem a estender a todas as camadas da população os meios de educação, assegurando-lhes um ensino básico de qualidade. Entretanto, não há como ignorar a importância da Universidade, responsável pela quase totalidade da produção científica e cultural do país, pelo seu papel na formação de professores, pela sua atuação na geração de novas metodologias no domínio da educação e pelo seu desempenho na área da saúde, oferecendo milhares de leitos hospitalares e atendimento ambulatorial aos menos favorecidos.

Torna-se pois imperioso o estabelecimento de políticas públicas que reconheçam em níveis equivalentes de relevância social, Universidade e Escola Básica, Ciência, Tecnologia e Promoção Cultural. Tais políticas devem obrigatoriamente concretizar-se através do aporte de recursos para a plena realização dos objetivos institucionais de cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior, respeitadas as suas vocações e a autonomia universitária.

Adicionalmente, políticas de pessoal que, ao contrário de oferecerem estímulos à permanência nas carreiras acadêmicas, tanto de docentes como de técnicos-administrativos, já sacrificadas por baixos salários, promovem a insatisfação e o desinteresse, têm resultado em elevado número de evasões, tanto pela via da aposentadoria como pela da pura e simples exoneração. No momento em que, em todo o mundo, vêm sendo valorizados os recursos humanos como o maior de todos os patrimônio, tais políticas têm levado ao desperdício de apreciável quantidade de recursos empregados na formação pós-graduada de docentes e pesquisadores que deixam as suas atividades acadêmicas.

Com quadros cada vez mais rarefeitos, as Instituições Federais de Ensino Superior são obrigadas a adotar soluções paliativas, que em nada contribuem para o aperfeiçoamento do processo pedagógico e impedem a continuidade de programas de pesquisa e desenvolvimento que comprovadamente têm resultado em recursos para o país que superam em larga margem aqueles aplicados nas Universidades.

No momento em que servidores e docentes das Universidades Federais iniciam um processo de paralisação e greve, calcado em justas reivindicações, todas de natureza não corporativa, o CONSUNI, conscientes da sua representatividade e de seus compromissos institucionais e estatutários, vem manifestar às autoridades governamentais e, em particular, o Exmo. Senhor Ministro da Educação e do Desporto e ao Exmo. Senhor Presidente da República, a necessidade urgente de serem restabelecidas as vias de diálogo para que seja possível dar às universidades os meios de retomarem os caminhos da normalidade.

Mais de 200 professores compareceram à assembléia que aprovou a greve por tempo indeterminado.

Greve de ocupação

Em Assembléia Geral realizada na terça-feira passada, dia 16, os professores da UFRJ decidiram aderir ao movimento nacional dos servidores públicos federais e entrar em greve de ocupação por tempo indeterminado, com 166 docentes votando a favor, 20 contra e 10 abstenções.

Sem reajuste há quase um ano e meio e tendo suas contas aumentadas na proporção em que as condições de trabalho se deterioram, os docentes decidem participar do movimento nacional com a clareza de que será necessário não só estar presente na universidades - realizando atividades de discussão e esclarecimento acerca das dificuldades enfrentadas - mas também, ir para as ruas e mostrar à população o porquê desta greve e as suas reivindicações.

O governo pode não compartilhar, mas a maioria dos 213 docentes que assinaram o livro de presença, e a totalidade dos estudantes e funcionários que lotaram o auditório, justificam plenamente o tom emocionado com que um professor se referiu à assembléia: "a melhor de todas".

Afinal, o que todos estavam ali promovendo originou-se no primeiro ato conjunto da greve de ocupação na UFRJ. A maior Universidade Pública Federal se manifesta contra o futuro sombrio para o desenvolvimento nacional que o governo do presidente Fernando Henrique articula nos bastidores com as reformas do Estado.

Universidade na Praça

A greve aprovada é de ocupação. Os serviços considerados essenciais serão mantidos em funcionamento. Foram realizadas várias reuniões em unidades, em conjunto com estudantes e técnicos, onde se discutiu o que deve e o que não deve parar. Alguns locais ainda não promoveram encontros e o comando local de greve da ADUFRJ espera que após a Assembléia desta terça, dia 23, o movimento cresça com a organização de um grande ato no Centro da cidade - a Universidade na Praça, um evento que vem sendo organizado pelos três segmentos.

Clima de indignação

Com intensa participação e acalorados debates sobre a conveniência da greve, seus riscos e sua inevitabilidade, o sentimento dominante foi o de contrariedade em relação às medidas do governo para a educação e seus reflexos na sociedade, em virtude do desmonte promovido no serviço público.

Na reunião, o representante do Sintufrj, Gambini, informou sobre a então recém-terminada Assembléia Geral dos técnicos-administrativos, com a presença de mais de 1000 funcionários, e que também se posicionou pela greve de ocupação. Em seguida, o presidente do DCE, Adolfo Wagner, deu informes sobre a série de atos de mobilização dos estudantes, e a importância das ações conjuntas das três categorias.

Assembléia Geral

23 de abril
às 14 horas
Auditório do
Centro de Tecnologia

PAUTA

. Avaliação da greve.
. Eleição de delegados para a Plenária dos SPFs, 26 de abril.

Confira os informes e as atividades programadas pelas unidades que estão participando da greve de ocupação.

Reuniões nas unidades revelam adesão à greve

FAU

Os alunos e professores estão preparando uma série de trabalhos para serem levados à "Universidade na Praça" e também, para ficarem expostos no hall do prédio da FAU. Além disso, prepararam faixas, com dizeres como "Os trabalhos que podem acabar" e maquetes.

Instituto de Psicologia

Com a presença de 17 professores, 75 estudantes e 15 funcionários, foram aprovadas comissões de ocupação, de imprensa, de ética e uma comissão para agilizar os trabalhos visando a "Universidade na praça". A reunião do Instituto de Psicologia, dia 17, lotou a sala 2 da pós-graduação. Todos estavam empenhados em manter a greve e, para isso, desenvolver atividades de ocupação, discutir a melhor forma de conduzir o movimento, e de mobilizar os professores que ainda estão dando aulas. Foi criada também uma comissão de abertura do prédio, que estará funcionando diariamente das 10 às 15 horas com diversas atividades.

Escola de Serviços Sociais

Com 26 presentes, a reunião dos docentes da ESS, na quarta-feira, dia 17, foi de caráter deliberativo sobre o que deveria ser considerado atividade essencial e sobre como iriam encaminhar as questões acadêmicas durante a greve de ocupação. Decidiram também o envio de uma carta de protesto ao CEG, relatando os prejuízos acumulados e o caos instaurado desde o início do semestre. Foi decidida a permanência das pesquisas, assim como o calendário de palestras já programadas, só que agora, abrindo-as para toda a comunidade.

A idéia é criar uma dinâmica mais intensa, com atividades culturais como filmes seguidos de debates, concertos. O envio de uma carta para todas as entidades com que a ESS mantém atividades acadêmicas, e para os alunos distribuírem nas comunidades onde os alunos desenvolvem suas pesquisas, explicando o momento por que passa a Universidade, também entrou na pauta. A primeira palestra já está marcada, será a do professor José Paulo Netto, sobre "As esquerdas e a reforma de Estado", que vai acontecer nesta quarta-feira, às 10 horas. Compareça.

Escola de Enfermagem Ana Nery

25 professores, 40 alunos e cinco funcionários debateram as reformas do governo. A LDB Darcy Ribeiro, a Lei de Patentes, a PEC 233 e a reforma administrativa estão na pauta de debates da Escola. "O que está em jogo é a educação brasileira, o processo social e a Universidade Pública. A bandeira de luta não é só o reajuste de 46,19% que o governo recusa-se a pagar, é todo o projeto do governo, e essa não é uma questão só do presente", disse o professor Walcyr Barros, levantando a questão da mobilização.

Microbiologia

32 professores decidiram realizar reuniões semanais de avaliação da greve. As principais discussões foram sobre os direitos retirados com a reforma da previdência e as ameaças da Reforma administrativa. A próxima reunião está sendo programada para esta semana. Informações com a professora do instituto e conselheira representante da AD Iná Piris de Caravalho.

Direito

14 professores estiveram presentes na reunião conjunta com alunos e funcionários na faculdade, dia 17. Os docentes reiteraram o apoio à greve dos servidores e indicaram um representante para o comando local de greve da AD, professor Oswaldo de Campos. Também estão organizando debates sobre "Educação e Direito" em conjunto com o DCE e o Caco.

CAP

Em reunião no dia 16, 64 professores do Colégio Aplicação aprovaram a organização um plantão diário de atendimento a pais e alunos. A próxima reunião foi marcada para dia 23 às 8 horas. Segundo os informes, a adesão a greve é total.

Educação Física

Alunos e professores da EEFF já estão preparando sua participação no ato público Universidade na Praça. Aulas de capoeira, ginástica e palestras estão sendo programadas. A reunião do dia 18 contou com 12 professores, seis alunos e 1 5 funcionários.

Música

O Universidade na Praça também foi o tema mais concorrido do encontro que reuniu 42 professores da Escola. A idéia é promover espetáculos com alunos e docentes.

Escola de Engenharia

Apesar do esforço dos conselheiros da escola, as reuniões na engenharia não estão acontecendo por faltam de quorum. Apenas três professores compareceram no dia 18 à sala 201 do bloco D do CT. Mas apesar das ausências nas reuniões, muitos professores

não estão dando aulas. A próxima será dia 23 às 10 horas no mesmo local.

Matemática

As aulas do ciclo básico estão suspensas e as provas que seriam realizadas na semana passada foram adiadas. 42 professores estiveram presentes. A próxima reunião, dia 23 às 11 horas na sala C-166 do CT vai discutir as atividades da pós-graduação durante a greve.

Química

Ainda não há adesão dos professores da Escola a greve, embora a movimentação do ciclo básico tenha sido intensa durante a semana passada. 22 professores decidiram marcar novo encontro dia 22 às 12 horas na sala E-205 do CT, quando irão avaliar o movimento e decidir se vão parar as atividades.

Letras

A faculdade está mobilizada. Todos aderiram a greve, professores, alunos e funcionários, 80 pessoas participaram da última reunião e foi deliberada a participação da Letras em todas as atividades propostas pelo movimento durante a greve, principalmente o ato Universidade na Praça.

Belas Artes

Estão suspensas as atividades acadêmicas da escola. Mas os 36 professores e 20 alunos presentes na reunião do dia 18

decidiram ocupar a escola. Os professores estarão presentes nos horários de aula para discutir a greve com seus alunos. Dia 23 às 11 horas, no 6º andar do prédio da reitoria, os docentes da EBA realizam nova reunião.

Física

15 professores participaram da reunião dia 18. Foi escolhido um representante para o comando local de greve. A adesão à greve ainda é parcial no instituto.

Nesc

Toda terça-feira, às 10 horas, haverá apresentação e discussão de um projeto, desenvolvido pelo Núcleo, com a comunidade Universitária. Aberto ao público.

Direito de greve dos Servidores Públicos

"Art. 37 da Constituição Federal:
VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidas em lei complementar"

A Constituição de 1998 alterou qualitativamente o tratamento dado ao fenômeno da greve, seja no serviço privado, seja no público. A constitucionalização da greve significa que nosso ordenamento jurídico transpôs a idéia de greve-liberdade, abraçando a concepção de greve-direito. O mundo jurídico reconhece o fato social e o garante. Se a greve é uma garantia constitucional, as normas infra-constitucionais (leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos ...) devem prever mecanismos que possibilitem seu efetivo exercício.

No entanto não é isto que de fato ocorre. As normas legais existentes sobre o tema (Lei 7.783/89) restringem substantivamente o texto constitucional e há ainda quem entenda que os servidores públicos não podem exercer seu direito enquanto não for editada a lei complementar regulamentadora.

A greve é um dos temas mais polêmicos do mundo do direito, mesmo após sua positivação no texto constitucional. Os motivos da greve, os prazos para a eclosão do movimento, os efeitos de sua decretação sobre as relações de trabalho e os direitos dos servidores grevistas, a declaração de "abusividade" ou "não abusividade" de uma paralisação, o pagamento dos dias parados são questões controversas e que devem ser discutidas.

A tese esposada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento de Mandado de Injunção é a de que o artigo 37, VII da CF é norma de eficácia contida. Nas palavras do ministro Celso de Mello, há uma "impossibilidade de seu exercício antes da edição de lei complementar. Ou seja, enquanto o congresso não editar lei específica, os servidores públicos não podem fazer greve. Diversamente do entendimento do STF, a 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça interpretou a inércia do legislador e o direito constitucional "são dados que conferem legalidade ao exercício do direito observando-se analogamente, princípios e leis existentes. Caso contrário, chegar-se-ia a um absurdo da eficácia da Constituição depender de norma hierarquicamente inferior." (Ministro Vicente Cernicchiaro)

Durante o período de greve unificada de todos os servidores públicos federais, esta coluna buscará apresentar as divergências centrais, e muitas vezes extremas, existentes na interpretação deste dispositivo constitucional. Fica a questão: Que "mágica" interpretativa fez o STF para entender que o Direito de Greve dos servidores públicos existe mas não pode, por enquanto, ser exercido?

Sayonara Grillo Coutinho
Assessoria Jurídica da ADUFRJ

Enquete

Professores, estudantes e técnicos-administrativos apontam os problemas que mais afetam a universidade pública brasileira. A enquete foi feita durante a manifestação no Largo do São Francisco, sexta-feira, dia 19, quando a comunidade abraçou o IFCS, num ato de protesto contra o sucateamento do serviço público.

Qual o principal problema enfrentado hoje pela universidade pública?

- Falta interesse do governo em relação ao ensino. Existem vários problemas administrativos que podem ser resolvidos, questões de interesse, que não são.

Eduardo Tróia, Professar Substituto - FAU

- Enfrentar o projeto do governo de privatização, e a sua proposta econômica, neoliberal. Um problema da Universidade e de toda a sociedade.

Maria da Luz, professora da Escola de Enfermagem Ana Nery

- O sucateamento, estamos sem verbas. Salário dos funcionários e dos professores estão sendo reduzidos, por isso estamos fazendo esta manifestação (no IFCS), para pressionar o governo e essas reformas que estão sendo feitas por ele.

Valdeir Alves, funcionário do Ist. de Psicologia

- Falta de verba e de incentivo ao professor. Os baixos salários.

Fátima Siliansky, professora - Faculdade de Medicina

- De um modo geral, ela está abandonada. Estrutura precária, falta de consciência dos estudantes, que não estão com a gente neste movimento, e o abandono do governo em relação à UFRJ.

Gilda Moreira dos Santos, estudante do 5º período de Letras

Os problemas financeiros. Mas só as verbas não bastam, falta uma política de investir em conhecimento. Não há estímulo para o estudante pensar. Universidade para quê, porquê e para quem? A Universidade está desconectada com a extensão, ela tem que, essencialmente, atender às necessidades da população.

Carmem Castro, CA Ciências Sociais

O congelamento do salário, o desmantelamento da própria Universidade, o corte de verbas violento determinado pelo governo, o cancelamento das pesquisas, a privatização. É necessário também culpabilizar o governo pelos massacres. Todos.

Pedro Garcia, professor da Faculdade de Educação

Ato público no IFCS

Não é sem motivos que o Brasil possui um dos mais baixos índices mundiais de alunos que atingem a 5ª série do 1º Grau. Apenas 16% dos alunos matriculados na 1ª série do 1º Grau conseguem chegar ao 2º Grau.

Educação, democracia e qualidade social

■ Educadores, pesquisadores, estudantes e entidades lançam manifesto, onde relatam os baixos investimentos e a crise no ensino público

Agência Andes (Brasília) - Os baixos investimentos em educação - no ano passado apenas 3,7% do PIB foram aplicados no setor - e a certeza de que o projeto político do governo não contempla a democratização e a melhoria da qualidade do ensino público começam a provocar reações na sociedade civil organizada.

Na quarta-feira, dia 24, às 10 horas, entidades ligadas ao ensino estarão lançando, no auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, o manifesto *Educação, Democracia e Qualidade Social* e convocando a sociedade para I Congresso Nacional de Educação a ser realizado em Belo Horizonte, de 31 de julho a 3 de agosto.

Assinam o manifesto o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de ensino superior (ANDES-SN), a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação de Educadores da América Latina e do Caribe (AELAC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Também endossam o documento o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT (DNTE), a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Nacional de 1º, 2º e 3º Graus da Educação Tecnológica (SINASEFE) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Pelo lado dos alunos assinam o manifesto a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Todas as entidades têm presença garantida no I Congresso Nacional de Educação, também organizado pelo Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública e apoiado por entidades locais.

O congresso, considerado um importante marco no processo de mobilização da sociedade civil e de ampliação das forças comprometidas com a cidadania, tem como objetivo construir alternativas voltadas para o fim da exclusão social, a democracia e a qualidade da educação brasileira e um projeto político-pedagógico pautado pela ética e pela participação democrática.

A proposta do congresso é resgatar o espaço que era ocupado pelas conferências brasileiras de educação (CEB), que eram organizadas por três entidades científicas: o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CBE) e as associações nacionais de Educação (ANDE) e de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANDEPE). A última CEB foi realizada na Universidade de São Paulo (USP) em 1991.

"Com isso, ampliamos o debate para além das entidades científicas, conclamando outras, de caráter sindical e acadêmico, à discussão de elementos para a elaboração de um plano nacional de educação voltado para a sociedade civil organizada", afirma a professora universitária Graça Bollmann, diretora da ANDES-SN.

De acordo com o manifesto que será divulgado nesta quarta, dia 24, a política educacional imposta pelo governo tem gerado a exclusão de milhares de crianças da escola e tem sido incapaz de resolver o grave problema de jovens e adultos analfabetos.

"Não é sem motivos que o Brasil possui um dos mais baixos índices mundiais de alunos que atingem a 5º série do 1º Grau. Apenas 16% dos alunos matriculados na 1º série do 1º Grau conseguem chegar ao 2º Grau", segundo o documento.

Essa situação, avaliam as entidades, decorre de uma série de fatores, entre eles os baixos investimentos - que de acordo com a Unesco, colocam o Brasil no 80º lugar entre os países de todo o mundo -, os baixos salários dos professores, o sucateamento das escolas e universidades públicas e, como conseqüência, a má qualidade do ensino.

A ADUFRJ estará veiculando esta nota de esclarecimento nos eventos e atividades da greve, dentro e fora da universidade. Procure o panfleto com a nota, na sede da AD e participe de sua distribuição. É fundamental que a população esteja informada sobre os motivos que levaram os servidores públicos federais a pressionar o governo.

PORQUE ESTAMOS EM GREVE

A Associação dos Docentes da UFRJ vem às ruas esclarecer as razões que nos levaram à greve, em conjunto com os demais Servidores Públicos Federais: exigimos 46,19 % de reajuste salarial - referente às perdas acumuladas de janeiro de 1995 a janeiro de 1996. O governo Federal oferece ZERO por cento e, ainda por cima, desrespeita a lei - n.7706 /88 - que nos garante o direito de negociar nossos salários, uma vez por ano, no mês de janeiro - nossa data-base. Chegamos à greve após muitos meses de tentativas de negociação, sempre rejeitadas pelo governo.

O mesmo governo que não negocia com os servidores e diz que não tem recursos para reajustar seus salários repassa, em poucas horas, quase 9 bilhões de reais a bancos privados falidos e paga alguns bilhões de dólares na compra de um sistema de radares para vigilância da Amazônia - o SIVAM - sem licitação e sem consulta à comunidade científica e às empresas brasileiras, que dispõem de tecnologia adequada e barata para oferecer um sistema equivalente, sem vulnerabilizar nossa Soberania.

Repudiamos, com veemência, estas e outras atitudes de um governo que permite o assassinato de trabalhadores sem terra, a exemplo do escabroso massacre ocorrido no dia 18 de abril, em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. É inaceitável o descaso deste governo que diz querer modernizar o país mas não atenta para questões tão candentes como a necessidade de promover uma ampla reforma agrária que suprima o latifúndio para combater o êxodo rural, o desemprego crescente e a fome de milhares de brasileiros deixados à margem da Cidadania. Ao contrário, o tratamento dado à questão - eminentemente social e política - é o da violência policial.

A crise nas Universidades públicas

Repudiamos o corte de verbas de custeio para as universidades, que inviabiliza boa parte do esforço de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas e, também, o sistemático ataque ao Estado, e aos servidores públicos, colocados sempre como os responsáveis pela “falência” das instituições públicas, quando, na verdade, o governo FHC prioriza sustentar um plano de estabilização econômica, gerador de miséria e exclusão social, em detrimento da qualidade de serviços essenciais como Educação e Saúde.

Lembramos que, ao contrário do que o governo alardeia, o Estado brasileiro é pequeno: temos 8,9 servidores para cada mil habitantes, contra 46,4 na França e 91,4 na Inglaterra. Lembramos também que, nestes e em outros países desenvolvidos, as **Universidades Públicas** tem papel central, respondendo, na França, por 72,4% das matrículas e, na Inglaterra, por 99,9%.

Denunciamos as falácias que o governo vem sustentando: Como garantir o bom ensino fundamental sem os professores formados pelas Universidades? Como chegar ao primeiro mundo sem os investimentos em pesquisa básica e aplicada? Como resolver os problemas mais emergentes da sociedade brasileira sem o conhecimento e o trabalho dos profissionais da Ciência e da Tecnologia?

Contamos com o seu apoio

Os professores universitários querem oferecer seus serviços à sociedade, para que nossas Universidades, que formam profissionais para as empresas brasileiras, que fomentam a cultura e geram tecnologia - a exemplo das plataformas de petróleo, aviões, computadores, medicamentos e tantos outros - possam enfrentar as demandas do país com qualidade.

Por tudo isso, exigimos respeito e contamos com o apoio da população, a quem não pretendemos, de forma nenhuma, prejudicar, com a nossa greve. Ao contrário, a nossa luta é para pressionar o governo a rever sua decisão de não reajustar os salários e a garantir recursos para o funcionamento da Universidade pública, gratuita e de qualidade, a serviço da sociedade brasileira.

SEMANA 30 ABRIL - 06 MAIO 1996

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-

Ato público em Brasília, dia 25 de abril

A UNIVERSIDADE OCUPA A PRAÇA

Aos 24 DE ABRIL do ano da educação, num dia quente e ensolarado de greve, uma significativa e organizada parcela da sociedade imprimiu um ritmo diferente em sua rotina de manifestações. De posse passageira de uma praça de vagas lembranças, e refém de um sufocante processo que a vem minando, a comunidade da UFRJ resolveu apresentar suas armas.

Com todas as letras, entre painéis, cartazes e mesas de atendimento, jogos, teatro e ciência, professores, alunos e funcionários realizaram uma intervenção na cidade. Nada de foices ou espingardas, fuzis nem metralhadoras, apenas símbolos, transformando instrumentos de trabalho em luta.

Científico-médico-espacial-submarino-econômico-social-cultural, de todos os meios e com todas as fórmulas levando ao desenvolvimento, mas nem por isso reconhecida, a Universidade foi buscar o apoio da população ao seu projeto de educação.

Apresentou a sua produção, protestou contra o que estão querendo fazer com o sistema de educação nacional e reivindicou a abertura das negociações salariais com os servidores. **(continua na página 4)**

2 de maio
Universidade na Praça
Cinelândia

O ministro reconheceu que os servidores tiveram perdas salariais em 1995.

Bresser reconhece perdas, mas nega reajuste

O ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, continua negando dar o reajuste dos servidores públicos federais, referente a data-base deste ano, vencida em janeiro. A reunião com as entidades sindicais dos servidores aconteceu semana passada, dia 25, às vésperas da Plenária que decidiu pela manutenção do movimento. Visivelmente tenso, Bresser reconheceu as perdas sararias, após as argumentações dos sindicalistas. Logo em seguida, o ministro voltou a falar de um aumento real de 28,6% nos salários dos servidores em janeiro do ano passado. Bresser só esqueceu de contabilizar a inflação ocorrida de lá para cá. Segundo cálculos do ICV/ DIEESE a inflação de janeiro de 95 a janeiro deste ano foi de 46,19%, índice reivindicado pelo conjunto do funcionalismo federal.

Foi o pior encontro já ocorrido entre os sindicatos e o governo. Segundo o secretário-geral da CUT, João Vacarri, presente na audiência, o presidente FHC diz que tem interesse em ouvir a CUT, mas o ministro se recusou a qualquer tipo de diálogo quanto a questão dos servidores.

Mare apresenta justificativas para não reajustar salário de servidor

O ministro Bresser divulgou dados na reunião com os SPFs, tentando mostrar que os servidores vêm tendo ganhos reais em suas remunerações. Para "produzir" esses dados, o ministério usa três mecanismos, que na verdade são incorretos para se averiguar, de fato, se houve ou não reajustes.

O primeiro deles é o uso do ano de 1989 como base de cálculo, quando na verdade deveria usar o ano de 1990, pois no mês de janeiro deste ano, a negociação feita com o governo representou um significativo passo na superação de perdas salariais. Sem contar que 89 foi um ano de inflação altíssima e seus índices de reajuste, na verdade, correspondem a uma falsa visão de ganhos.

A utilização do conceito de salário médio para a comparação da evolução salarial ao longo dos anos é outro artifício usado para justificar os tais "ganhos reais". O uso desse recurso já é bastante conhecido, basta lembrar a conversão dos salários pela média em março de 94, quando foi implementada a URV, além de todos os planos econômicos anteriores. Adotar o salário médio para cálculo de reajuste é negar ao trabalhador o direito de recompor seu salário ao nível do valor contratual atingido na última negociação.

O governo também está computando a GAE - Gratificação por Atividade Exclusiva como reajuste salarial no último ano. Com estas contas o governo chega ao número fantástico de 18% de ganho real para os servidores, no ano passado. Também pudera, ele conta com a GAE, que é justamente um abono a título de isonomia entre os três poderes, como reajuste salarial. E a GAE nem ao menos foi incorporada aos salários.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

24 de abril - Manifestação dos servidores em Frente ao Ministério da Educação, em Brasília

A greve continua

■ Unanimidade na votação da Plenária dos Servidores Públicos Federais

A greve entra na sua terceira semana. Entre as principais deliberações da Plenária dos SPFs, que ocorreu este fim de semana em Brasília (27 e 28/04) está a manutenção da greve por tempo indeterminado, aprovada por unanimidade. O setor das Federais da Andes-SN também aprovou a continuidade da greve. Até o fechamento dessa edição, 285.751 trabalhadores permaneciam em greve, significando 48,45% do funcionalismo federal.

A Andifes - Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior se posicionou favorável à greve dos funcionários e docentes das universidades em nota, onde cita os artigos 9º e 37º da Constituição, que asseguram o direito de greve dos servidores, reconhecendo a legitimidade e a legalidade da mesma. A nota contradiz o decreto do governo de maio de 95, que aponta a inconstitucionalidade da greve, cujo conteúdo, segundo a entidade dos reitores fere a Autonomia Universitária. A Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Federação Nacional dos Magistrados também assinaram notas de apoio à greve

Ato Público leva 20 mil à Esplanada

Cerca de 20 mil pessoas compareceram ao Ato Conjunto dos servidores, estudantes e Sem Terra, quarta-feira passada, dia 24. Os manifestantes cobraram do governo o pagamento dos servidores, o fim dos massacres a trabalhadores rurais e o fim das reformas liberais na área de educação, do estado e da saúde.

Panorama da Greve dos Servidores Públicos Federais

Semana - 25 a 28 de abril em Brasília
Quadro Nacional de Greve das ADs até 27 de abril
Por tempo indeterminado - **38**
Por tempo determinado **- 03**
Em estado de greve **- 01**

Obs.: A AD da Universidade de Pelotas deliberou pela entrada na greve por tempo indeterminado a partir de 29 de abril.

Entidades	nº trabalhadores na base	% em greve	nº trabalhadores parados
Andes-SN	50.000	69%	34.000
Assibge-SN	8.500	1%	115
Condsef	200.000	18%	36.000
Fasubra	106.400	94%	106.016
Fenajufe	40.000	30%	12.000
Fenasps	120.000	75%	90.000
Sinasefe	15.000	60%	9.000
Unafisco	5.800	60%	3.480
Fenafisp	3.800	30%	1.140
Totais	549.500	48,45%	285.751

obs: Capes está em estado de greve

O QUE O UNIVERSIDADE NA PRAÇA MOSTROU

Campanhas de Prevenção
Distribuição de material de prevenção, como camisinhas, folhetos explicativos sobre aleitamento materno e prevenção de câncer de mama.

A Escola de Enfermagem Ana Nery tem um programa, de Medicina Física e Reabilitação, no Hospital Universitário, que promove visitas domiciliares, consultas de enfermagem, educação para a saúde e projetos de pesquisas que, segundo a professora e coordenadora do programa, Maria José de Souza, atende a famílias que moram em condições subhumanas, degradantes, e de muita violência. O que dificulta a aplicação do programa, mas não a impede.

NESC
Rede de Investigação em Serviços de Saúde do Cone Sul. Espalhou urnas pela praça para saber a avaliação da população sobre a atenção médico hospitalar no Rio de Janeiro; como o governo deveria regular os planos de saúde privados; se o governo deveria cobrar das seguradoras pelo atendimento prestado na rede pública de saúde aos seus segurados; e sobre se o financiamento dos serviços de saúde deveriam ser públicos ou privados?

O Laboratório do Instituto de Física levou para a praça experimentos de eletro-magnetismo, ótica, mecânica e acústica, entre outros, que, fizeram o maior sucesso não só com a meninada mas também, despertando a curiosidade dos mais velhos. Estes experimentos, quando utilizados em sala de aula, auxiliam em muito o ensino. E o Laboratório recebe permanentemente a visita de escolas que desejam receber orientação e desenvolver esses tipos de prática pedagógica.

Universidade na Praça

Ato político de professores, estudantes e funcionários da UFRJ movimenta a Cinelândia

Motivados por esse sentimento subs tantivo de cida dania, professores, alunos e funcionários expuseram na praça da Cinelândia o que fazem diariamente dentro da universidade. Aplicaram contadas doses de flúor, breves teoremas sobre o contraste da vida moderna e toda a dramaticidade do caos acadêmico nos corações e mentes da População.

Estudantes, ela já conhecia. Professores e funcionários também, talvez nunca os tenha visto sem jaleco, reunidos e alegres. Afinal, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a Universidade ir à praça sem uma dose de festa é impensável.

Mas foi a população quem mostrou mais necessidade de se integrar com a comunidade acadêmica e deixou clara a sua necessidade de se integrar, talvez numa das poucas chances de fazer parte de um mundo melhor. Como se pressentisse o que está sendo ameaçado, fez fila ordenada para participar das atividades, aprendeu pacientemente técnicas de escavação e, compreensível, queria saber mais para que dos aparelhos esquisitos do por que daquela gente toda ali.

Os que passaram pela Cinelândia durante todo o dia da manifestação tiveram uma surpresa, afinal o que se ouve falar de desperdício, corporativismo e da sangria de recursos. Neste momento puderam entender o protesto e o sentido da greve.

É inconcebível que resgatar a tradição, fazer a recolha da memória lingüística e as características sócio-culturais de pescadores artesanais do estado do Rio de Janeiro, num trabalho de 10 anos desenvolvido pela Faculdade de Letras, com três professores, 14 alunos bolsistas em iniciação científica, e um mínimo de funcionários, não seja contribuir efetivamente para o crescimento da nação.

Que puxar a composição formal com volumes e formas e ajudar, com as cores, na sua diferenciação, como a FAU demonstrou às crianças carentes, não é somente fundamento de arquitetura, que vive da relação do homem com os espaços, mas uma necessidade da sociedade.

As nossas autoridades talvez pensem que, com mais verbas e melhores condições de trabalho, inclusive salários dignos, quem sabe a Universidade possa resgatar outras lições, levando a domínio público que números podem ser manipulados, cálculos adulterados e informações deliberadamente omitidas.

Mais importante, que a história deve ser escrita por várias mãos, só que isso depende da educação.

A receptividade da população à produção da comunidade universitária é sempre uma gratificação para quem vive anos se dedicando ao ensino, à pesquisa e à extensão. As necessidades dessa mesma população e sua interação com a Universidade são claras, evidentes.

Agora, como ato político, como uma denúncia pública do desmantelamento do serviço público e das universidades, não haver uma linha publicada sobre O Universidade na Praça é significativo. Demonstra que os meios de comunicação tradicionais ainda não perceberam que a população está atenta e certamente vai cobrá-los por mais esta omissão.

Serviço de Informação Teratogênica, sobre os efeitos e riscos de medicamentos, radiações e doenças na gravidez. Desenvolvido pelo Departamento de Genética do Instituto de Biologia em parceria com a Faculdade de Medicina. Funciona mesmo diante da total falta de interesse das autoridades - recentemente, ficou seis meses "fora do ar" por corte da linha de telefone.

Educação Física
Promoveu jogos lúdicos com bola, danças e capoeira.

Os alunos da Escola de Serviço Social promoveram o enterro do projeto educacional do governo FHC: O enterro da educação.

O QUE O UNIVERSIDADE NA PRAÇA MOSTROU

Alunos da Faculdade de Letras promoveram esquetes utilizando como pano de fundo a Rede Engodo, o presidente, sua segurança e alguns poucos estudantes se manifestando contra a política para a educação do governo.

NESC/Faculdade de Direito/Instituto de Psicologia/ Ciências Sociais/ Laboratório de Informática Disque Aids - Com serviço de atendimento telefônico anônimo, palestras em empresas e escolas. Apoio psicológico, jurídico, com doação de medicamentos, locais de testagens espalhados pelo estado do Rio de Janeiro e outros estados

Instituto de Psicologia
Levou à praça suas pesquisas e publicações sobre desenvolvimento durável, que organiza em parceria com a Unesco, trabalhos sobre aspectos sociais do Departamento de Psicologia Aplicada, além da "Amarelinha do Professor", uma sátira sobre a saga do professor universitário.

Escola de Enfermagem Ana Nery
Colocou bancas de avaliação de pressão arterial, glicemia periférica e taxa de açúcar no sangue.

Bela Artes
Aula de desenho com modelo vivo nú. Pintaram camisas para serem usadas em caminhadas. Também organizaram oficina de papier marché para teatro de bonecos

Educação Ambiental em escolas que atendem comunidades carentes no Rio de Janeiro, do Instituto de Biologia.

Discursos emocionados de estudantes senegaleses que estudam no Brasil através de intercâmbio cultural, no programa Português para Estrangeiros da UFRJ.

Segundo o CEG, a UFRJ, nos últimos cinco anos, aumentou em 30% o número de vagas para o vestibular. Faltam professores, salários e investimentos.

Manifesto do Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, à sociedade em defesa do ensino público e gratuito de qualidade.

A Sociedade, hoje, constata a falência do ensino público de 1º e 2º graus, que já foi considerado o melhor do país. O processo de desmontagem da qualidade desse ensino iniciou-se em meados dos anos 60, levando menos de uma década para o seu desmoronamento. A deterioração dos salários, a saída de excelentes professores do ensino médio para as, então citadas, faculdades particulares e o abandono das Escolas Normais ocorreram dentro de um processo descompromissado com o ensino público de qualidade, deixando a todos impotentes e levando a classe média a matricular seus filhos nas escolas particulares.

As Universidades Federais enfrentam, hoje, uma série de problemas dentre os quais, a grande evasão de professores através de aposentadorias, ocorridas pela falta de clareza quanto aos direitos adquiridos no atual processo da reforma da Previdência, o congelamento dos salários, os cortes orçamentários, a proibição de novas contratações para reposição das vagas existentes por essas aposentadorias, a quase ausência de investimento na manutenção e melhoria dos principais laboratórios de ensino e pesquisa e outras ações que nos deixam apreensivos quanto ao futuro da manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa das universidades públicas brasileiras.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, a mais importante pela qualidade dos cursos oferecidos e pela sua produção científica, tem envidado grandes esforços para manter e ampliar a sua atuação como a principal universidade federal brasileira. Nos últimos 5 anos, ampliou em 30% o número de vagas no vestibular, abriu novos cursos, entre os quais os de licenciatura noturna em Matemática, Física, Química, Biologia, História e Geografia, contribuindo decisivamente para a formação qualificada de novos professores do ensino médio. No momento, alguns programas especiais de graduação estão sendo implementados, na linha de integração com o ensino de 1º e 2º graus, além de outros já existentes, entre os quais destacamos o programa de especialização de professores do ensino médio da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, dentro do compromisso que tem com a sociedade, a UFRJ encontra-se em processo de auto-avaliação de todos os seus segmentos com o objetivo de permanente aprimoramento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, esses e outros esforços demonstram estarmos conscientes do papel fundamental das universidades públicas brasileiras na formação de recursos humanos qualificados.

O Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, consciente de que vivemos hoje um momento de apreensão e dificuldades, vem através deste documento alertar a Sociedade Brasileira, no sentido de refletir e considerar a importância das universidades públicas brasileiras, para que não se reproduza o processo de desmonte da qualidade ocorrido com o ensino público de 1º e 2º graus no nosso país.

Aprovado em sessão do CEG de 24.04.96

ASSEMBLÉIA GERAL

terça-feira, dia 30
14 horas
Auditório do Centro de Tecnologia

cartas

Governo Paradoxal

Essa talvez seja a única expressão que nos permita entender a lógica que impulsiona o governo FHC, se não vejamos: aniquila com a saúde pública e libera os preços das mensalidades dos planos privados (terá sido por conta do aniquilamento da CPI?); arrasa com as escolas públicas e, além de liberar as mensalidades escolares, alardeia para o Brasil acordar que "está na hora da escola" (será um fim anunciado?), sem oferecer real opção de ensino público de qualidade; perdoa dívidas de usineiros e ruralistas e, ao não fazer uma reforma agrária de verdade, condena à morte os sem-terra (as balas de Eldorado de Carajás atingiram a todos nós) aos funcionários públicos, mentindo que os salários aumentaram seu poder de compra em 30% devido ao plano real, mas é rápido ao reajustar tarifas uma vez por ano e, de passagem oferece aos militares novas gratificações (será um cala boca?) e, como se isso não bastasse, abre seus cofres para cobrir o rombo dos bancos. Acusa, neste caso, os governos anteriores, desconhecendo que muitos dos que lá estão nos últimos 10 anos integraram os governos anteriores na área da Fazenda.

Faz-se necessário, portanto, que este governo pare de apenas alardear que tem legitimidade (incontestada) pelos votos obtidos (todo poder emana do povo ..) e passe a cumprir o artigo 3º da Constituição Federal, que estabelece como objetivos fundamentais – "Construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" governando para este mesmo povo (governo do povo e para o povo) e não apenas para uma elite, pois sem dúvida fica difícil entender um governo que posa de avançado e de 1º mundo e cujo presidente ostenta um perfil de intelectual estadista apoiado em um povo aviltado e subjugado a interesses espúrios da classe dominante.

21 de março de 1996
Professor Moacyr Barreto da Silva Júnior – CAP/UFRJ

**Participe das atividades que estão sendo programadas.
É a sua chance de mostrar à sociedade porque a
Universidade pública não pode acabar.**

Universidade na Praça

Programação de Atividades

A próxima edição do evento Universidade na Praça acontecerá nessa quinta-feira, dias 2 de maio. No dia 1º de maio, a UFRJ também estará presente nas ruas da cidade: a faculdade de Biologia vai estar nas praias do Leblon e Ipanema. Alunos, professores e funcionários levarão para os banhistas informações sobre o sucateamento das universidades e sobre a greve dos servidores. Na zona oeste, a CUT realizará um ato unificado com todos os trabalhadores em comemoração ao dia, e em protesto contra as reformas constitucionais patrocinadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Confira a programação do Universidade na Praça e demais atividades da greve de ocupação:

2 de maio - quinta-feira

Alunos, professores e funcionários estarão novamente na Cinelândia durante todo o dia, realizando atividades de esclarecimento à população sobre os motivos da greve na universidade. O evento começa às 10 horas da manhã.

No auditório Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha, será realizado o IV Seminário sobre Educação com o tema *As novas propostas governamentais para a educação brasileira.* Os debatedores são a professora Maria Helena Castro, do MEC; o professor Luiz Antônio Cunha, da UFF; e o educador Demerval Saviani. Começa às 17 horas.

3 de maio - sexta-feira

Ato-show na praça de alimentação do CCS - Centro de Ciências da Saúde, ao lado do Hospital Universitário, na Ilha do Fundão, a partir da 12 horas.

4 e 5 de maio - sábado e domingo

Oficina de Arte promovida pelas escolas da Uni-Rio, UFRJ e UERJ. A atividade é também um protesto contra a LDB de Darcy, aprovada pelo Senado, que retira a obrigatoriedade do ensino de artes no currículo de 1º e 2º graus. Sábado no MAM, na Praia do Flamengo e domingo no Aterro do Flamengo.

8 e 9 de maio - quarta e quinta-feira

Debates na Faculdade de Nutrição

Debate - Paradigmas da Profissão. Auditório K, Hélio Fraga (Quinhentão), no CCS. Começa às 9 horas da manhã da quarta e termina às 18:30 horas da quinta-feira

10 de maio - sexta-feira

Apresentação da orquestra Big Band, no auditório da Escola de Música, às 18:30 horas. A Escola fica no Passeio Público, no Centro.

SEMANA 7 - 14
MAIO 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Visite a página da ADUFRJ na Internet

http://www.ibase.org.br/~adufrj

Para que as decisões sobre o futuro passem a contar com a voz do presente, o que a comunidade da UFRJ mostrou mais uma vez foi sua discordância com os rumos do governo e seu discurso social.

DEFENDENDO O NOSSO FUTURO

A greve dos servidores: nossa pauta política

Nossa greve entra em sua terceira semana. Este fato por si mesmo merece uma análise. Dois pontos nos parecem relevantes neste momento. O primeiro é o alto nível de adesão que a greve tem recebido por parte dos docentes. O segundo é a mobilização crescente por parte dos estudantes. Estes dois fatos têm uma origem comum.

Um dos objetivos da greve já está sendo alcançado: trouxemos para a pauta política nossa posição em defesa da Universidade Pública. Desde o início deste movimento temos a clareza de que, junto com nossas reivindicações salariais, a luta contra as reformas propostas pelo governo tem um papel fundamental para o próprio futuro da Universidade. Todos sabemos que precisamos de reformas, em particular nos setores de saúde e educação. Mas as melhorias que queremos e que a população precisa não estão contempladas nos projetos do governo. Pelo contrário, sua implementação agravaria a crise ora existente.

O fundo da questão é a desobrigação progressiva com as necessidades sociais e o abandono de um projeto de desenvolvimento nacional por parte dos neoliberais. Enquanto saúde e educação tem seus recursos limitados, o pagamento das dívidas internas e externa é feito sem restrições. A rapidez com que as necessidades dos banqueiros, usineiros, latifundiários e privilégios dos congressistas são atendidas é contrastante com a lentidão da reforma agrária, com o bloqueio à CPI dos bancos, com o reajuste insignificante do salário mínimo. Tudo isto é fruto de uma mesma política: a privatização do estado e o desvio de seus recursos para o sistema financeiro internacional.

No ensino público superior esta política é uma aberração. No mundo contemporâneo a questão do conhecimento e do domínio das inovações tecnológicas é crucial como instrumento de poder para o crescimento ou empobrecimento dos povos e das nações. Apenas nas instituições públicas de ensino e pesquisa ainda temos um nível razoável de qualificação de recursos humanos e tecnológicos que nos permitem acompanhar o que é feito no mundo. O projeto neoliberal, ao submeter nosso país às leis do mercado internacional sem levar em conta nossa realidade, não precisa de ensino superior qualificado, nem público nem privado. Não precisa de centros de tecnologia independentes.

Por isto, não apenas estrangula a universidade, mas também sufoca as agências de fomento à pesquisa.

É um grave erro político pensar que nesta crise alguns “centros”, “núcleos” ou “universidades “ de excelência irão sobreviver. Ou que recursos internacionais ou privados irão fluir para o país. Conhecimento é poder e poder se limita.

A atual greve nas instituições federais de ensino superior é um dos primeiros sinais de resistência ao modelo que acata a dependência de nossa nação aos interesses dos mercados internacionais. Denunciamos como crime de lesa-pátria a submissão de nossa política educacional aos enunciados do Banco Mundial, recentemente publicados em “La enseñanza superior: las leciones derivadas de la experiência. Banco Mundial. Washington, D.C. 1995”. Encontra-se neste documento a fonte de inspiração de todos os discursos do atual ministro da educação e das matérias pagas na imprensa pelos comerciantes do ensino.

Queremos uma reforma no ensino superior que amplie o acesso da população, uma política de desenvolvimento tecnológico que nos permita acompanhar o resto do mundo atendendo nossas necessidades, queremos que os frutos do aumento do conhecimento humano sirvam para melhorar as condições de vida de nossa população e não apenas de uma pequena parcela. São objetivos de longo alcance mas que precisam ser construídos com urgência, e agora.

No momento em que o governo se nega a negociar a manutenção da greve é o instrumento fundamental para avançarmos.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Quadro nacional de paralisação

■ **Segundo o Comando Nacional Unificado de Greve, este era o quadro até o dia 30 de abril**

Esta semana o Superior Tribunal Federal deverá julgar o mandato de segurança coletivo impetrado pelo PDT e outros partidos para o reconhecimento da data-base dos servidores em janeiro de 1996. Se o STF se posicionar pelo reconhecimento da data-base, o governo deverá se manifestar sobre o reajuste salarial, que até agora vem sendo negado aos SPFs. Mas nada está garantido. Durante a Assembléia Comunitária, que reuniu professores, alunos, funcionários e representantes da reitoria da UFRJ, foi avaliada que esta semana será decisiva para o movimento dos servidores, não só por conta do julgamento do Supremo, mas também pela nova votação no Congresso Nacional da reforma da Previdência, marcada para esta quinta-feira, dia 9.

A Assembléia Comunitária lotou o Auditório do Centro de Tecnologia, nesta segunda-feira, dia 6. Foram marcadas diversas atividades para esta semana, inclusive uma caravana à Brasília, que está sendo organizada pelas entidades dos estudantes e dos funcionários. A participação da Adufrj na caravana, até o fechamento dessa edição, ainda não havia sido confirmada.

A Adufrj realiza Assembléia Geral, nesta terça-feira, às 13 horas no auditório do Centro de Tecnologia, para avaliar a greve em conjunto com os servidores. Antes da discussão em pauta será realizado um debate sobre Educação e os projetos neoliberais do governo Fernando Henrique.

Atividades de greve nesta semana:

Terça - dia 7

13 horas: Assembléia Geral da Adufrj, no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão. A pauta é a Avaliação da Greve, mas antes haverá o debate sobre As diretrizes do Banco Mundial para a Educação e os projetos do governo.

Quarta - dia 8

10 horas: Assembléia Pública dos Servidores Públicos Federais e Aposentados. Acontece nas escadarias da Biblioteca Nacional. Serão debatidas as reformas da Previdência, do Estado e da Educação, além do índice do salário mínimo dado pelo governo, dia 1º de maio, e os descontos dos servidores inativos para a previdência, estipulado na mesma medida provisória do salário mínimo.

17 horas: Audiência pública com o reitor da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes e a comunidade universitária. Estarão presentes as três entidades representativas: Adufrj, Sintufrj e DEC. O evento acontece na Câmara de Vereadores, na Cinelândia.

Quinta - dia 9

A partir das 10 horas: Servidores Públicos na Praça. O evento ganhou a adesão de várias categorias de servidores federais em greve do Rio de Janeiro. A comunidade da UFRJ, que deu o passo inicial nessa nova iniciativa de manifestação, estará presente com seus trabalhos e aulas públicas.

ENTIDADE	TRABALHADORES ATIVOS NA BASE	TRABALHADORES EM GREVE	PARALISAÇÃO EM PORCENTAGEM
ANDES-SN	50000	34000	68,00%
ASSIBGE-SN	8500	115	1%
CONDSEF	200000	36000	18,00%
FASUBRA-SIND	106400	74408	70,00%
FENAJUFE	46060	7190	16,00%
FENASPS	120000	90000	75,00%
SINASEFE	15000	9000	60,00%
UNAFISCO-SIND	5800	3480	60,00%
FENAFISP	3800	1140	30,00%
TOTAL	554560	255405	46,05%

Professor substituto: o Comando Nacional de Greve da ANDES-SN analisa a questão

A situação que as Universidades brasileiras vivenciam hoje no seu quadro de docentes, com professores efetivos e professores substitutos, apesar de algumas distinções localizadas, faz parte de um processo mais amplo de descaracterização da Universidade pública. Processo este, intencionalmente construído no projeto das Organizações Sociais, na LDB Darcy Ribeiro e na PEC233A, que visa a desconstitucionalização da autonomia e o descomprometimento do Estado com a educação.

Ao contrário do que alguns imaginavam, a terceirização das atividades hoje em várias universidades é notória. E faz com que, no caso do trabalho docente, o professor substituto, que deveria ser uma exceção passe a ser usado enquanto instrumento político para não reposição das vagas efetivas, caracterizando por parte do governo, um claro descompromisso com a qualidade nas universidades. Que se dá, também, pela busca da continuidade orgânica de seu trabalho e trabalhadores e não com a constante alternância de profissionais.

Neste quadro, chegamos a situação em que o número de professores substitutos em alguns departamentos é maior, chegando a ser o dobro, do que o número de professores efetivos.

A posição dos substitutos já é a de uma demissão anunciada. A sua superação pela conquista da realização de concursos como forma exclusiva de ingresso no magistério, assegurando a estabilidade no emprego, é condição necessária para um trabalho de qualidade do docente e da instituição, integrando-se, desse modo, à defesa de um serviço público que atenda às reais demandas da população brasileira, razão maior da presente greve dos SPF.

Moção de Repúdio

Os professores da UFRJ presentes à Assembléia Geral da ADUFRJ de 30 de abril de 1996 vêm a público manifestar seu repúdio à atitude do Chefe de Departamento de Mecânica Aplicada e Estruturas da Escola de Engenharia, professor Dirceu Velosso, que, de forma autoritária e antidemocrática, vem intimidando funcionários e docentes com faltas e corte de ponto.

Este fato caracteriza um ato inadmissível de perseguição política ao movimento grevista legítimo de professores e funcionários desta universidade.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1996

A população, apesar de não ser informada pelos meios de comunicação tradicionais, reconhece a greve dos servidores públicos federais.

O Universidade na Praça levou à população informações sobre a greve nacional, sobre o governo FHC - que não quer reajustar os salários dos SPFs - e sobre as reformas liberais da Previdência, do Estado e da Educação

O que os jornais não mostraram

UFRJ na Cinelândia

A Escola de Serviço Social confrontou, em um painel organizado pela professora Sheila Nogueira, a realidade e o discurso. E promoveu diversas atividades, como mini-aulas públicas sobre temas tão polêmicos quanto esquecidos pela lógica capitalista.

O Instituto de Matemática, através do Projeto Fundão, mostrou seu programa de estudo, pesquisa e extensão em prol da melhoria do ensino de matemática em escolas do 1º e 2º graus. Um projeto que já envolveu mais de 200 pessoas, entre professores e alunos, que vai a congressos, esxcolas de treinamento, com centenas de trabalhos externos.

O Coral do Sintufrj apresentou músicas folclóricas, enquanto a UFRJ Jazz Ensemble, formada por alunos e professores da Escola de Música da UFRJ, animou o final da festa.

■ Centenas de pessoas visitaram os estandes do segundo Universidade na Praça, 2 de maio, na Cinelândia.

Mais de 30 unidades estiveram presentes. A Enfermagem me diu a pressão arteri al e vacinou centenas de pessoas, outras tantas passaram pelas mãos, olhos e aparelhos da Nutrição, metodologias foram aplicadas, estágios e campanhas de prevenção apresentados. E, não seria preciso ir à praça para constatar como a população é carente de informação e assistência.

O Coral do Sintufrj, a UFRJazz Band Essemble, os painéis e as breves aulas públicas ocuparam a Cinelândia com outras intenções. Dizer à população o porque desta greve, que está na sua terceira semana, foi fundamental.

Era preciso explicar que por trás da animação dos que estavam ali trabalhando, estava a tentativa de pressionar a opinião pública, a mídia e o governo para resolver de fato a questão salarial dos servidores e resgatar a qualidade no serviço público.

Foi o segundo Universidade na Praça, um passo a mais na transformação desta em uma sociedade mais democrática e ciente dos seus direitos.

Apesar do trabalho para levar os equipamentos, para montá-los e protege-los do vento, nesta última quinta-feira de sol e chuva intermitentes, e praticamente nenhuma presença da imprensa oficial, o que predominou na Cinelândia foi a enorme vontade de protestar.

Uma olhada nos muitos campos de atuação apresentados pelas Unidades dava a extensão precisa das áreas e regiões essenciais por elas fomentadas. Uma conferida nos números divulgados e na conversa com os professores e estudantes sobre os trabalhos desenvolvidos na UFRJ hoje, fica nítida a dimensão do estrago liberal.

Com esta intenção, distinta da orientação dominante, professores, funcionários e estudantes da maior Universidade pública federal do Brasil resolveram insistir em levar a discussão para a rua e se expor politicamente e publicamente. O que encontraram foram manifestações evidentes de como o social tem procedido aqui, e sob que motivações.

O que não constava na agenda do evento era que um manequim vivo, em uma das oficinas apresentadas pela Belas Artes, gerasse tamanha confusão. Já eram quase cinco horas da tarde. Pouco menos de cinco minutos para o fim da aula de desenho a carvão. Um policial militar motivado por denúncia anônima de atentado ao pudor - segundo disse, vinda da Câmara de Vereadores tentou prender Alcides Nascimento, o modelo, nu, que posava para os alunos.

Durante um bom tempo, numa roda que juntava tímidos coros de insubordinação, alguns exaltados e muitos curiosos, sobraram ponderações humanas, aspectos jurídicos e considerações artísticas. E foram estas que prevaleceram. E o fato virou notícia. A única ocorrência digna de comercialização pela grande imprensa, entre 10 horas da manhã e seis da tarde, na mais movimentada praça do centro da cidade capital cultural do país.

O fato, divulgado isoladamente, como curiosidade, indica que movimentos coletivos, fora futebol e shows, não são bem vistos. Infelizmente a nossa chamada mídia, jornais, TVs e rádios, não costumam cobrir eventos que de alguma forma questionem o governo, as elites do país e todo um padrão social a que estamos submetidos.

Para que as decisões sobre o futuro passem a contar com a voz do presente, o que a comunidade da UFRJ mostrou mais uma vez foi sua discordância com os rumos do governo e seu discurso social.

Mas as sociedades não são estáticas. O dinamismo é conseqüência e característica particular da participação.

Mesmo sofrendo pressões que, no entanto, parecem longe de representar obstáculos. Mesmo porque, estão bem mais transparentes.

Com suas metafóricas palavras, o professor Francisco Cordeiro Filho, da Faculdade de Educação, definiu, no amplo colóquio em que se transformou a Cinelândia as coincidências invisíveis entre a pressão do ar segurando a água num copo virado, e a do governo, com sua política de investimentos na desinformação.

A mensagem que o Universidade na Praça deixa bem clara como ato político e tomada de posição, é o que falta na interlocução com e entre os setores que formam a sociedade. Como contribuir para que finalmente se instale o debate, e não a intolerância ou o retrocesso.

A vontade participativa que se juntou na Cinelândia à necessidade da população, é uma mostra do que deve vir a ser trabalhado. Mais uma parte entre outras muitas manifestações contra a concentradora e quingentésima rima que a elite brasileira insiste em fazer prevalecer: a da socialização dos prejuízos, concentração dos lucros e a inconseqüente capitalização dos dividendos.

Embora a mídia oficial não divulgue, na tentativa de vender uma tranqüila situação aparente, a sociedade se organiza e reage. Escamotear é um verbo antigo e bem conjugado pelos veículos tradicionais de comunicação, mas que hoje, encontra devida interpretação pela sociedade.

As razões todos sabem, as intenções alguns conhecem, mas da realidade poucos estão livres. Que venham outras praças, outros chãos; o que a população quer saber é do como vir a ser. À Universidade, cabe ensinar, pesquisar, realizar, responder, esclarecer e incentivar esse diálogo.

UFRJ na Cinelândia

Os alunas da Faculdade de Letras promoveram hilariantes esquetes sobre as relações do poder com a educação. Contando inclusive com a participação do presidente dos EUA, de sobrenome impublicável, e um cientista - com pinta de maluco - de Harvard que apresentava as fórmulas mágicas que o Banco Mundial tem para a educação - a PEC 233 e a LDB, com vitamina D de Darcy Ribeiro - e a Rede Engodo de Televisão.

A Escola de Enfermagem Ana Nery realizou vacinações contra o tétano, medição da pressão arterial e divulgou materiais de prevenção contra o câncer de colo de útero, sua rotina em postos de saúde, e outras unidades em que os alunos realizam estágios.

A COPPE apresentou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, que visa disseminar e implementar o modelo de cooperativismo de serviços e produção como forma de geração de trabalho e renda em áreas de baixa renda. Uma iniciativa que integra o Programa Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida.

O Colégio de Aplicação (CAP) mostrou, em cartazes e painéis, a Oficina da Palavra, uma metodologia que incentiva a socialização dos diferentes saberes, oferecida como disciplina prática da 1ª a 4ª série. Partindo da relação lúdica da criança com a palavra, a Oficina aproveita este encantamento e, a partir de temas geradores como por exemplo a mitologia grega, resgata a importância de ouvir, contar e recontar histórias. Realiza, através do ato de ler, a interação entre o texto e o leitor, em atividades que propiciam uma relação lúdica com a palavra.

A finalidade da Recreação, que faz parte do desenvolvimento cultural do homem, envolve alegria, satisfação e bem estar. Que não exige performance no seu sentido tradicional

UFRJ na praça

O Instituto de Nutrição realizou avaliações nutricionais, através de dados antropomórficos - altura, peso e prega cutânea tricipital - calculando e divulgando na hora os resultados. Um trabalho que é oferecido em creches, escolas e outros lugares abandonados pela política médico-social do governo.

O Instituto de Química demonstrou como os processos cromatográficos são utilizados na identificação de substâncias de uma mistura, e os serviços que a química presta à melhoria da sociedade, colaborando na qualidade de vida do país, por exemplo, ao analisar e identificar doenças.

UFRJAZZ Band Essemble

A Escola de Educação Física e Desportos organizou na Cinelândia concorridos jogos lúdicos, capoeira, e mostraram, em painéis, algumas disciplinas oferecidas pelo curso e suas finalidades. Corno a Recreação, que faz parte do desenvolvimento cultural do homem, que envolve alegria, satisfação e bem estar. Que não exige performance no seu sentido tradicional e está aberta à participação de adultos, jovens, crianças e idosos. Que busca modificar o eixo das atividades do individual para o coletivo, do autoritarismo para o diálogo, da exclusão para a participação. Para isso, é preciso coragem, competência e criatividade.

Faculdade de Educação

UFRJ na praça

Estão tentando considerar o professor um ser privilegiado. E propondo, como forma de solucionar o controverso, a sua extinção.

A Escola de Belas Artes literalmente ocupou a praça, com oficinas de Educação Artística - o despertar da sensibilidade e da percepção na criança e no adolescente -, aulas práticas de desenho com modelo nu, aulas de escultura, maquetes de cenografia e figurinos, e ainda passou um abaixo-assinado contra a LDB Darcy Ribeiro, que retira a obrigatoriedade do ensino de Educação Artística.

Serviço social

A professora Mariléia Inoue, da Escola de Serviço Sociais, enquanto chamava atenção para o universo de problemas dos portadores de deficiência, remetendo "à lógica do capitalismo a visão exclusivista da sociedade ocidental", esbanjava exemplos de aspectos que só passam pela cabeça de quem não apenas pensa na sua vida, mas a vê através de outros, também. Coisa só de quem tem como determinação discutir e colaborar com o que pode vir a ser.

Se a ela cabe divulgar "porque os números estatísticos não apreendem os dramas dos portadores de deficiência", quem poderia lhe negar este direito e se opor ao seu dever.

Hoje, segundo a professora da ESS, as principais reivindicações dos portadores de deficiência são os programas de saúde, sexualidade, ensino regular, atendimento educacional especializado, preparação, inserção no mercado de trabalho, a eliminação de barreiras arquitetônicas e dos preconceitos. Sombriamente comuns à maioria da população.

Outras informações citadas por Inoue - ilustrações de seu teatro pedagógico - refletem a diferença possível entre grupos e o quanto podem atender particularidades. Em determinadas tribos da África, o portador de deficiência é considerado privilegiado. Um cego, por exemplo, como alguém com a capacidade de enxergar longe, e assim, digno de função especial.

Aqui, mais uma vez, estão tentando considerar o professor um ser privilegiado. E propondo, como forma de solucionar o controverso, a sua extinção.

ANDES-SN Caderno Eleitoral 1996/1998

Esta é a lista oficial de composição das três chapas concorrentes à eleição da ANDES-SN

Cargo	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3
Presidente	Maria Cristina de Moraes - ADURN	Maria Luiza Fontenele - ADUFC	Renato de Oliveira - ADUFRGS
1º Vice-presidente	Fernando Molinos Pires - ADUFRGS	Helena Freitas - ADUNICAMP	Marco Antônio Sperb Leite - ADUFG
2º vice-presidente	Heitor Gaudenci Junior - ADUNIMEP	Luís Fernando - ADUFF	Carlos Coutinho Batalha - ADUFES
3º vice-presidente	Almir Serra Meneses Filho - ADURN	Edward Robinson Barros - ADUFEPE	Rubens Pinto Lyra - ADUFPB-JP
Secretário Geral	Márcio Antônio de Oliveira - APESFJ	Elias Nunes Dourado - ADUSB	Emmanuel Appel - APUFPR
1º Secretário	Luiz Paiva Carapeto - ADUFPEL	Dalton Melo Macambira - ADUFPI	Robério Marcelo Rodrigues - APUB
2º Secretário	Géria Maria Montanari - ADUFSCAR	Otávia F. S. Rodrigues - APUBH	Francisco Paula Castro - ADUFERPE
3º Secretário	Lafaiete Santos Neves - APUFPR	Liacarmem Kleine - APUFSC	Ciomara Maria Perez Nunes - APUBH
1º Tesoureiro	Solange Bretas - ADUFU	Lêdo Leite Fontes – ADUFPB/JP	Anibal Sanchez Moura - ASDUERJ
2º Tesoureiro	Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPJ	Marcos Vinícius Bastos - ADUFERPE	Ricardo Heli Cornejo - SEDUFSM
3º Tesoureiro	Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB	Reginaldo Nassar Ferreira - ADUFG	Jaime Mendonça - ADUFEPE
Regional Norte			
1º Vice-Presidente Regional	Solange Calcagno Galvão - ADUFPA	Telma Damasceno - ADUFPA	Ernani Pinheiro Chaves – ADUFPA
2º Vice-Presidente Regional	Grauben José Alves de Assis- ADUFPA	José Sávio da Costa Maia - ADUFAC	Maria da Graça Barreto - ADUA
1º Secretário Regional	Cleyde Sizo - ADUFPA	Simone Baçal de Oliveira - ADUA	Clodomir Monteim da Silva - ADUFAC
2º Secretário Regional	Carlos Luís Ferreira da Silva - ADUNIR	Odete Burgeile - ADUNIR	João Bosco de Lavor Barreto - ADUA
1º Tesoureiro Regional	Armando dos Santos Filho - ADUFPA	Elezabete Lucena - ADFCAP	Neder Roberto Charone - ADUFPA
2º Tesoureiro Regional	Raffaele Amazonas Novellino - ADUA	Francisco Aldair Matias - ADUFAC	João Ricardo Bessa Freire - ADUA
Regional Nordeste I			
1º Vice-Presidente Regional	Ciro Nogueira Filho - ADUFC	Helena Serra Azul Monteiro – ADUFC	Heitor Faria Guilherme - ADUFC
2º Vice-Presidente Regional	Maria Célia Leal e Silva - ADCESP	Maria do Socorra Monteiro - ADUFPI	José de Carvalho Filho - ADUNIFOR
1º Secretário Regional	Sandoval Ribeiro Sena - ADUNIFOR	Elba Mochel - APRUMA	Leda Maria de Barros - ADUFPI
2º Secretário Regional	Cristiano Matias Neto - ADUFPI	Virgílio Madeira Martins -ADUESPI	Zartur Giglio Cavalcanti - APRUMA
1º Tesoureiro Regional	Yaci Mendonça de Almeida - ADUFC	Angélica Maria Pinheiro – UEC/VPR	Maria Lidice Moreira Lima - APRUMA
2º Tesoureiro Regional	Maria do Socorro Machado - ADCESP	Francinete Paula Avelino - ADUFPI	Maria Meire Ferreira - APRUMA
Regional Nordeste II			
1º Vice-Presidente Regional	Francisco José de A. Filho - ADUFEPE	Maria Auxiliadora Leal -ADUPE	Eliezer Queiroz Souto - ADUFERPE
2º Vice-Presidente Regional	Argus Vieira de Almeida – ADUFERPE	Marlene Alves de Souza - ADUEPB	Maurino M. Santana – ADUFPB/CG
1º Secretário Regional	Ibiraci Maria Fernandes - ADURN	Rubem G. Nunes - ADURN	M. Regina Vasconcellos – ADUFPB/JP
2º Secretário Regional	Maria Bernadete Nóbrega - ADUFPB/JP	José de Anchieta F. Lopes - ADUFPB	Lurildo Cleano Saraiva - ADUFEPE
1º Tesoureiro Regional	Luís Manuel Nascimento - ADUCAPE	Sérgio Galdino - ADUCAPE	Maria Angela Grillo - ADUFERPE
2º Tesoureiro Regional	Maria da Selete B. Farias – ADUFPB/JP	Maria Ivonete Soares Coelho -ADFURN	Selma Bezerra Souza Silva - ADURN
Regional Nordeste III			
1º Vice-Presidente Regional	Maria Lia Silva Reis - ADUCSAL	Antônio Passos Lima Filho – ADUFAL	Mercedes Chaves de Carvalho - APUB
2º Vice-Presidente Regional	Luis Alberto dos Santos – ADUFS	Marcos Antônio da Silva - ADUFS	Maria Nely dos Santos - ADUFS
1º Secretário Regional	Elda Vieira Tramm - APUB	Artur Caldas Brandão - APUB	Uilma R. de Matos Amazonas - APUB
2º Secretário Regional	Nildon Carlos Pitombo - ADUFS/BA	Moema Cartibani Badaró - ADUSC-BA	Manoelito Damasceno - ADUNEB
1º Tesoureiro Regional	Terezinha Maria Santos - ADUCSAL	Maria Alba Correia da Silva - ADUFAL	Paulo César Chaves – APUB/CEFET
2º Tesoureiro Regional	Ubirajara Rodrigues Batista - ADUFS	Frederico Antônio Torres - ADUFS-BA	Mirtânia Leão – APUB/CEFET
Regional Leste			
1º Vice-Presidente Regional	Jacqueline Blaso - ADCEFET/MG	Tarcísio Gonçalves Alencar - ADUFU	José Henriques Maia Filho -APUBH
2º Vice-Presidente Regional	Luis Fernando Carvalho - ADFUNREI	Francisco Mauri Carvalho-ADUFES	Cícero Romão Cavatti - ADUFES
1º Secretário Regional	Amando Chaves Corrêa - ADUFU	Rosângela Carrusca Alvim - APUBH	Benjamin Almeida Mendes - APESJF
2º Secretário Regional	Vânia Maria Louzada - ADUFES	Maurílio Nogueira da Silva - ASPUV	Marcelo Marinho Franco - ADUFOP
1º Tesoureiro Regional	Lizia Maria Porto Ramos - APUBH	Paulo Augusto Camargos -APUBH	Angela Carrato - APUBH
2º Tesoureiro Regional	Wilson Guilherme Acácio - APESJF	Marco Túlio David das Neves - ASPUV	Rosemary Dores Soares - APUBH
Regional Planalto			
1º Vice-Presidente Regional	Miriam Bianca Ribeiro - ADUFG	Marcio Florentino Pereira - ADUFG	Marlene de Oliveira Lobo - ADUFG
2º Vice-Presidente Regional	Eliane Martins de Freitas - ADCAC	Arcelina Dias - ADUnB	Eurípedes da Cunha Dias - ADUnB
1º Secretário Regional	Laurindo Elias Pedrosa - ADUFG	Marcelo Mendonça - ADCAC	Maria Ieda Almeida Buriak - ADUFG
2º Secretário Regional	Wagner Melo Ferreira - ADUNITINS	Verbena Medeiros Brito - APUG	Dóris Santos de Faria - ADUnB
1º Tesoureiro Regional	Enoch José da Mata - ADUFG	Abraão Garcia Nunes - ADUFG	José César S. Climaco - ADUFG
2º Tesoureiro Regional	Maria da Conceição Silva - ADESA-GO	Leandro Oliveira - ADUFG	Marcos Corrêa Loureiro - ADUFG
Regional Pantanal			
1º Vice-Presidente Regional	Roberto Boaventura Silva - ADUFMAT	Waldemir Rodrigues - ADUFMAT	Leni Hack - ADUNEMAT
2º Vice-Presidente Regional	Hermano José H. de Melo - ADUFMS	Lauro Bulaty - ADUFMS	José Márcio Licerre - ADUFMS
1º Secretário Regional	Irenilda Angela Santos -ADUFMAT	Laerte Pinhêdo - ADUFMAT	Célia Maria de Oliveira - ADUFMS
2º Secretário Regional	Renato Gomes Nogueira - ADUFMS	Dario Xavier Pires - ADUFMS	Maria Ivonete de Souza - ADUNEMAT
1º Tesoureiro Regional	Pio P. Filho - ADUFMAT	José Arimatéa Guimarães - ADUFMAT	Rogério Fernando Neto - ADUFMS
2º Tesoureiro Regional	Ordália Alves de Almeida - ADUFMS	Romeo Gama do Carmo - ADUFMS	Edward Beatholini Castro - ADUFMAT
Regional Rio de Janeiro			
1º Vice-Presidente Regional	Margarida Carvalho Santama - ADUFF	Hélio de Mattos Alves - ADUFRJ	Cibele Reynauld - ADUFRJ
2º Vice-Presidente Regional	Irlete Braga da Trindade - ADUR-RJ	Getúlio Wagner Fernandes- ADUNIRIO	Celso Almeida e Silva – ADCEFET/RJ
1º Secretário Regional	José Glauco Ribeiro Tostes - ADUFF	Paulo Adler - ASDUERJ	Hidemburgo Francisco - ASDUERJ
2º Secretário Regional	Roberto Houaiss - ADUFRJ	Paulo Roberto Peres - ADUFRJ	Eurico Zimbres - ASDUERJ
1º Tesoureiro Regional	Marcos Peixoto - ADUR-RJ	Fátima Branquinho - ASDUERJ	Sérgio C. Gonçalves – ADCEFET/RJ
2º Tesoureiro Regional	Vera Maria Rocha Rebelo - ADUR-PJ	Marília Cintra Barroso - ADUNIRIO	Domênico Mandarino - ASDUERJ
Regional São Paulo			
1º Vice-Presidente Regional	Zildo Gallo - ADUNIMEP	Adelaide José Vaz – ADUSP	Marcos Nobre - ADUNICANP
2º Vice-Presidente Regional	Paulo Martins - ADUNISA	Luís Roberto de Oliveira - ADUNESP	Ricardo Musse - ADUNESP
1º Secretário Regional	Gilberto Lopes Teixeira - ADUNISA	Luís Madaleno Franco – ADUNIMEP	Marcos Babosa de Oliveira - ADUSP
2º Secretário Regional	Ronaldo Schubert Souto - ADUNIMEP	Luís Alfredo Chinale - ADUNESP	Ivan Santo Barbosa - ADUNICAMP
1º Tesoureiro Regional	Oswaldo Alves Mora - ADEPM	José Lúcio M. Machado - ADUNESP	José Coelho Sobrinho - ADUSP
2º Tesoureiro Regional	Claudinei Lourenço - Filiado VPR-SP	Antônio Luís Caldas Jr. - ADUNESP	Isabel Maria Loureiro – ADUNESP
Regional Sul			
1º Vice-Presidente Regional	Maria da Graça Bollmann - APUFSC	Walmir Oléias - APUFSC	Maria José Justino - APUFPR
2º Vice-Presidente Regional	Maria L. Domingues – SINDCEFET/PR	Edmeire Cristina Pereira - APUFPR	Milton Muniz - APUFSC
1º Secretário Regional	Maria Sueli S. Leonarte - APUFPR	Clair Castilho Coelho - APUFSC	Eli Nunes Marques - APUFPR
2º Secretário Regional	Ricardo Triska - APUFPR	Miguel Arturo - ADUEL	Albertina Dutra Silva - APUFSC
1º Tesoureiro Regional	Oglacir Cardoso – SINDCEFET/PR	Norberto Rech - APUFSC	José Roberto Braga Portela - APUFPR
2º Tesoureiro Regional	Sandra Regina de Oliveira - ADUEL	Alcides Rabelo Coelho - APUFSC	Paulo Cézar F. Mathias - VPR-UEM
Regional Rio G. do Sul			
1º Vice-Presidente Regional	Meri Rosame Silva - APROFURG	Célia Gervaze Chaves - ADUFRS	Jorge Quilifeldt - ADUFRGS
2º Vice-Presidente Regional	Denise M. BussoIett - ADUFPEL	Ligia Maria Chiareli - ADUFPEL	Maria Adélia Pinhal - ADUFRGS
1º Secretário Regional	Luis Femando Minasi – APROFURG	Isabel Maria Regis Amaral – ADUFPEL	Sônia Toffel - SEDUFSM
2º Secretário Regional	Walcir B. V. Corvello - ADUFPEL	Diorge Alceno Konrad - SEDUFSM	Florimar Oliveira Thomaz - ADUFPEL
1º Tesoureiro Regional	Carlos Alberto Oliveira - ADUFPEL	Marilda Borges Neutzling - ADUFPEL	Fernando Quadros - SEDUFSM
2º Tesoureiro Regional	Maria Letícia M. Ferreira – ADUFPEL	Maria de Fátima A. Vieira – ADUFPEL	Cirio Simon - ADUFRGS

ANDES-SN Caderno Eleitoral 1996/1998

O jornal ADUFRJ pública a seguir carta programa das três chapas concorrentes

CHAPA 1 - Andes Autônoma e Democrática

Convencidos da necessidade de ampliar a luta dos professores em defesa da Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, articulada com as demais lutas que se travam no sentido de barrar as reformas neoliberais do governo FHC, sobretudo no momento em que recrudesce a escalada do governo contra a Universidade Pública, vimos postular a direção do ANDES-SN (gestão, 96/98), apresentando ao conjunto da categoria docente a síntese do seu Manifesto e Carta Programa.

ANDES AUTONOMA E DEMOCRATICA: CONCEPÇÃO SINDICAL

A ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA constitui-se como articulação política no interior do Sindicato no Congresso da ANDES de Salvador (1986), quando, pela primeira vez, duas correntes políticas disputaram a eleição do Sindicato. A Articulação ANDES-AD se estruturou na busca de preservar a concepção sindical expressa nos Estatutos da ANDES-SN, que visa a construção de um projeto de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e voltada para os interesses da maioria da população. O avanço desse projeto só pode se concretizar através de um sindicato de âmbito nacional que agregue todos os docentes das Instituições de Ensino Superior, "independentemente do regime jurídico a que se encontrem submetidas e da propriedade material a que se vinculem".

A ANDES-SN assume a representação dos interesses comuns de todos os docentes de instituições de ensino superior, (federais, estaduais, municipais e particulares), como parte da organização sindical do conjunto da classe trabalhadora.

A ANDES-SN define-se, ainda, por uma concepção de sindicato autônomo em relação a partidos políticos, ao Estado, a credos religiosos, às mantenedoras e às administrações das IES, sustentado pela contribuição voluntária dos sindicalizados e estruturado horizontalmente, a partir dos locais de trabalhos. A sua direção, democraticamente definida, concretiza-se através do voto universal e direto dos sindicalizados.

Movimento Docente, conjuntura e ação sindical: Educação, Ciência &Tecnologia

A conjuntura nacional está marcada pela mais séria tentativa das classes dominantes, nas últimas décadas, de implementar um **projeto anti-popular, anti-sindical e de entrega nacional.** A intensidade dessa ação mede-se pelo fato de que nunca os setores dominantes, inclusive os mais retrógrados, se mobilizaram tão ostensivamente em apoio a uma candidatura como a de fhc. A implementação desse projeto, passa fundamentalmente pela **quebra dos monopólios estatais, pelas reformas da Previdência e da Administração Pública, pelo Projeto Darcy/MEC de LDB, pela proposta de Emenda Constitucional de Autonomia Universitária, pelo Projeto de Lei de Patentes (já aprovado no Senado), pelo corte de verbas em setores essenciais, como educação e saúde, e pela perda de direitos dos trabalhadores garantidos na Constituição Federal.**

As medidas e propostas do governo fhc para a Educação Nacional caracterizam-se pela **exclusão da maioria da população ao direito à educação pública e gratuita,** respondendo às exigências das Agências Internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, BID. Trata-se de um **projeto privatista, verticalista e autoritário, que fragmenta a educação nacional e alija da sua discussão os movimentos sociais organizadas.**

A universidade brasileira, em particular a pública, tem sido duramente atacada neste último período. O **governo vem tentando construir uma nova configuração jurídica institucional para destruir o sistema federal de ensino superior** através da PEC 233/95 (acaba com a concepção de Autonomia Universitária, conquistada no Artigo 207 da Constituição e quebra o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão); da PEC 173/95 (reforma Administrativa); da proposta de transformação das Universidades Públicas em "Organizações Sociais"; da lei que dispõe sobre a escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; e da lei que dispõe sobre a realização dos exames de final de curso.

No nosso entendimento, **as lutas contra estas medidas devem ser construídas em conjunto com outras entidades representativas dos diversos movimentos sociais, com ampla discussão na base do sindicato.** Devemos, portanto, aprofundar a inserção da ANDES-SN no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e no Fórum de Ciência e Tecnologia, conjuntamente com a UNE, FASUBRA SINDICAL, CUT, ANDIFES, SBPC e outras entidades, atuando no sentido de **garantir a Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade, como expressão dos princípios históricos defendidos pelo nosso Sindicato Nacional.**

Em concordância com as deliberações do XV Congresso da ANDES-SN (Santa Maria-RS, 01 a 06/02/96), destacamos como eixos políticos fundamentais para a orientação de nossa ação sindical:

- a defesa da Universidade Pública e Gratuita e de Qualidade centralizada na autonomia, democracia e financiamento;

- a articulação com o conjunto dos trabalhadores na defesa do direito ao trabalho e a garantia do emprego e contra o programa neoliberal do governo FHC.

Para tanto, é **imprescindível ampliar a inserção da ANDES-SN na CUT** através das Seções Sindicais e dar conseqüência às resoluções do XV Congresso no que diz respeito à nossa relação com a Central, sobretudo em função de seu posicionamento quanto às reformas do governo FHC, à manutenção do DNTE, ao combate a qualquer política de pacto Social e à implementação da Campanha Nacional em Defesa da Educação. Finalmente, a magnitude da tarefa a que nos propomos dar continuidade, implica, necessariamente na, **intensificação das ações sindicais no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES).** Essa intensificação deve se desenvolver a partir do **debate ideológico dos projetos antagônicos que estão postos para a sociedade brasileira e, em particular para a Universidade; do combate aos instrumentos de privatização interna das Instituições Públicas de Ensino Superior; da consolidação e expansão de nosso Sindicato nos três setores; da formação sindical e do fortalecimento das Vice-presidências regionais.**

Por fim, conclamamos a categoria docente a se engajar no processo sucessório, fortalecendo assim a ANDES-SN na luta em **defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.**

CHAPA 2 - Andes para Todos

Conjuntura

O mundo está marcado por uma nova ordem internacional que se caracteriza por dois aspectos que consideramos centrais. De um lado, há um processo crescente de hegemonização do projeto neoliberal, com a gestão de políticas macroeconôrnicas ao nível do Estado, e por outro lado, está em curso uma reestruturação produtiva do capitalismo, com a gestão de políticas microeconômicas ao nível das empresas. Ambos os processos, e sua interface, estão provocando profundas transformações no mundo do trabalho e na organização sindical dos trabalhadores, bem como na relação entre o Estado e a sociedade.

O Neoliberalismo, ao defender a transferência para a esfera do mercado (privado) de atribuições essencialmente pertencentes ao Estado (público), o que se convencionou chamar de Estado mínimo, pressupõe: 1) A privatização do patrimônio público; 2) Desregulamentação da economia e das atribuições sociais do Estado, bem como a abertura dos mercados ou das fronteiras econômicas, a retirada do Estado como instrumento regulador das relações capital-trabalho, oferta-demanda etc.; 3) Flexibilização de direitos sociais dos trabalhadores com o fim de mecanismos de proteção ao trabalho, muitos dos quais consagrados universalmente. Paralelo a esse processo desenvolve-se a reestruturação produtiva do capitalismo, produto da revolução científica e tecnológica dos anos 60-70, que alguns chamam de "a terceira revolução industrial". Brotam dessas transformações, novas tecnologias como a Informática, a robótica, automação flexível, novos materiais, novas formas de energia etc.

A revolução científica e tecnológica em curso, ao tornar instantânea a informação, globalizou as relações internacionais e proporcionou a constituição de blocos econômicos. A nova racionalidade do capital acelerou o chamado "desemprego estrutural", com a extinção em massa de postos de trabalho. O crescente processo de terceirização, a subproletarização do trabalho com a afirmação do trabalho precário, temporário e parcial etc ... eleva o nível de exploração dos trabalhadores que somente encontra paralelo nas origens do capitalismo.

Na realidade, com o advento da chamada terceira revolução industrial, o homem nunca dispôs de tantos meios materiais para a consecução da plenitude da vida feliz. Adversamente, porém, as relações sociais nunca pareceram tão distantes desse desiderato. A globalização, compreendida como um período histórico específico em que a distribuição, produção e consumo de bens e serviços se fundem numa mesma estratégia e mercados mundiais na submissão de todas as instituições humanas à dinâmica do mercado, rebatendo em processos culturais de expansão da racionalidade pós-moderna, da técnica positiva e consumo predatório. Contraditoriamente ao aumento da produtividade e ao surgimento de novas tecnologias que elevam a produção da riqueza, aumentam as desigualdades sociais e a concentração de renda. Há cem anos tínhamos um rico para 30 pobres e hoje temos um rico para cento e trinta pobres no mundo. O legado dessa nova ordem já é visível: elevação da massa de excluídos e da concentração da riqueza produzida. A produção social e a sua apropriação privada continua a ser a principal contradição do capitalismo. Se o capitalismo expandiu o horizonte civilizatório da humanidade ao superar o feudalismo, o neoliberalismo nos levará à barbárie.

O Brasil se insere nessa nova ordem de forma passiva e dependente. Na realidade, o projeto que o governo Fernando Henrique Cardoso vem implementando em nosso país está em fase bastante avançada em regiões da Ásia, África, Austrália, Europa e sobretudo nos demais países da América Latina. O México e Argentina são exemplos emblemáticos. Nos parece que o caminho para nós imposto é o contrário do que as grandes potências percorreram para atingir o seu atual nível de desenvolvimento, principalmente EUA, Alemanha e Japão. Esses países não teriam alcançado o posto de hegemonia mundial, como sabemos, sem uma brutal intervenção do Estado na economia e através de uma política de exploração de regiões mais atrasadas do mundo. Eles sabem perfeitamente como proteger sua economia e soberania. O Mercosul se constitui em um organismo insuficiente para a proteção das economias dos países que lhe deram origem frente a megablocos como o Nafta e a União Européia e uma grande falácia quando se trata da organização de uma legislação comum de proteção ao trabalho. Os projetos de reforma da Constituição do governo FHC beiram o cinismo ao culpar os servidores públicos pela crise do Estado, os míseros salários dos aposentados pelo déficit da previdência e a CLT por encarecer o preço da mão-de-obra ("custo Brasil").

Universidade

Universidade, importante patrimônio social, é uma instituição cuja dimensão pública se efetiva por sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica-tecnológia. Essa concepção, supõe a necessária autonomia e democratização da estrutura universitária, condição fundamental para assegurar a produção do conhecimento inovador e crítico indispensável ao seu desempenho como fator dinâmico das transformações históricas da sociedade. Por sua dimensão pública, universidade ao se constituir locus privilegiado da produção do saber, da ciência e tecnologia, impõe a luta de todos os segmentos sociais contra interesses alienígenas e alienantes que, contrariando esses princípios, atentam contra os interesses nacionais e o patrimônio público.

A sua condição de instituição produtora e disseminadora de conhecimentos, reúne necessariamente em um mesmo ato a pesquisa, o ensino e a extensão. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, respaldado na análise crítica da realidade é que pode maximizar a sua função social, libertando a instituição universitária de seus grilhões coloniais de pretensões elitistas para servir a sociedade em que está inserida, que a sustenta e que merece o retorno de seu investimento em forma de um produto de qualidade que opere da maneira mais

CHAPA 2 - Andes para Todos

pública, transparente e democrática possível. Para isso, a universidade terá necessariamente que contar com uma política de valorização profissional que privilegie a qualificação permanente de seu quadro de pessoal docente e técnico sob um regime jurídico único e plano de carreira com política salarial digna.

A Constituição Brasileira fixa como objetivo da república, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que tem como um de seus alicerces um padrão social de vida gerido democraticamente, fundamentado na universalidade dos serviços, uniformidade dos beneficios e distributividade na sua prestação e eqüidade no custeio. Em desrespeito a estes princípios, os governantes vêm instrumentalizando uma política social e econômica discriminatória e regressiva que tem acentuado a degradação de vida do povo brasileiro. No que se refere a Universidade, essa política vem se constituindo no seu processo de privatização que se acelerou nos últimos anos, particularmente nos governos Collor e FHC.

A progressiva desobrigação do Estado com a manutenção do ensino superior ao lado do acelerado processo de empresariamento da educação, ao tempo que consolida e agrava a crise, fere totalmente o que estabelece a Constituição do nosso país.

Ao contrário do que propõe o governo FHC, que apresenta a privatização da Universidade como um elemento para barrar a crise, defendemos que a consolidação do ensino superior público é que se consubstancia em um dos mecanismos capazes de contribuir para um desenvolvimento econômico e social do país em consonância com os interesses maiores da sociedade brasileira.

Nossa compreensão, portanto, é de total oposição a reforma administrativa, da previdência e ao golpe aplicado à educação brasileira através do projeto Darcy-Mec de LDB. Esse conjunto de reformas expressa a aplicação em nosso país do nefasto projeto neoliberal do governo contra os interesses nacionais e particularmente contra a Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade. Ao priorizar, por exemplo, o uso de recursos públicos para o apoio à correção dos desvios do sistema financeiro, ao retirar da Constituição direitos trabalhistas, ao se negar a negociar e tratar com truculência os movimentos sociais, o governo FHC demonstra inequivocamente que, quando se trata de defender os interesses do capital, o Estado precisa ser máximo, mas quando se trata dos interesses da sociedade o Estado deve ser mínimo.

Resgatar o nosso sindicato

O surgimento da ANDES como associação nacional dos docentes das instituições de ensino superior no início dos anos 80 (Campinas-SP/19.02.81) e sua posterior transformação em sindicato nacional no final dessa década (Rio de Janeiro-RJ/25 a 27.11.88) foi marcado por muitas lutas na defesa das IES públicas e por uma sociedade mais justa e igualitária, em um momento de intolerância política, desrespeito e violência contra os trabalhadores e o povo brasileiro em geral. Insurgindo-se contra o modelo ditatorial imposto em nosso país a partir de 64, o nosso sindicato fundamentou sua ação em princípios historicamente defendidos pela classe trabalhadora. Desde a luta contra a ditadura militar, passando pelo impeachment de Collor até a permanente e intransigente defesa da educação e da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade foram sendo construídos princípios que deveriam permear a nossa ação sindical, tais como: pluralismo, democracia interna, organização de base, garantindo o exercício de um sindicalismo de luta classista.

Entretanto temos percebido que, ultimamente, embora a posição teórica não tenha se alterado substancialmente, a prática sindical e o método de direção da corrente majoritária, que está no poder há mais de dez anos, não correspondem a estes princípios construídos pelo movimento docente. Preocupados com esse processo que tem fragilizado o nosso sindicato, os componentes da chapa "ANDES PARA TODOS", pretendem fazer um resgate histórico dos princípios que deram origem ao nosso sindicato e que devem orientar nossa prática sindical, adequando-os aos novos desafios que estão colocados pela conjuntura. A ANDES surgiu pautada no sindicalismo combativo e classista, reforçando a necessidade da solidariedade dos trabalhadores a nível nacional e internacional referendada na sua filiação a Central Única dos Trabalhadores. Procurando romper com o corporativismo, é um sindicato que além de defender melhores condições de vida e trabalho para sua categoria, associa essa luta a do conjunto dos trabalhadores pela transformação da sociedade rumo ao socialismo. A elaboração coletiva de uma proposta de Universidade e de serviço público, respalda-se na necessidade de devolver a sociedade, que nos financia através dos impostos que paga, um produto de qualidade.

A ANDES-SN como sindicato de base, organizado por local de trabalho, isto é, por instituição de ensino, precisa afirmar sua mais absoluta autonomia frente ao Estado, aos empresários, às confissões religiosas e aos partidos políticos. Ao se organizar a nível nacional, nossa categoria se fortalece no enfrentamento unitário de questões gerais e específicas que interessam ao conjunto dos docentes das instituições de ensino superior. As constantes tentativas de unidade com os servidores públicos federais e mais recentemente com os trabalhadores em estatais e servidores estaduais e municipais, inclusive com a possibilidade de greve geral conjunta de todos os trabalhadores, revela termos instrumentos que, se bem canalizados, nos armarão melhor para o enfrentamento com o projeto neoliberal do governo FHC.

Nesse sentido e com esses propósitos a chapa "ANDES PARA TODOS" ao pleitear a direção da ANDES-SN para o biênio 96/98 pretende resgatar as concepções e princípios historicamente construídos pelo movimento docente e assume o compromisso de preservá-los e implementá-los quotidianamente em seu mandato. Por isso somos a única e verdadeira OPOSIÇÃO, que pretende reconstruir a pluralidade e a combatividade necessárias para o sindicato e para a universidade saírem da crise em que se encontram.

CHAPA 3- Em Defesa da Democracia e da Universidade

Fundada em fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, hoje ANDES - Sindicato Nacional, foi a melhor expressão do engajamento dos professores universitários brasileiros na luta pelo fim da ditadura militar e contra o obscurantismo que imperava na vida acadêmica. Foi parte importante do processo de organização da sociedade civil que, na batalha contra o estado autoritário, buscava formas de convivência democrática em cada segmento da vida social. Congrega, atualmente, mais de oitenta Associações de Docentes (ADs) em todo o Brasil. Pugna pela manutenção do ensino público e por uma universidade democrática e de qualidade. Trabalha questões salariais e corporativas e vem procurando se inserir - ultimamente sem resultados - na discussão de grandes temas nacionais corno Saúde, Previdência, Política Agrária, Ciência e Tecnologia, Propriedade Industrial e reforma do Estado.

É preciso, contudo, ainda lhe dizer, Professor/Professora, um pouco mais sobre a ANDES-SN. Pode não ser o seu caso, mas a verdade é que muitos de nós - e não apenas os que ingressaram na Universidade nos últimos anos - não conhecemos mais o nosso Sindicato. Estes foram anos de práticas pouco integradoras e de discursos inconsistentes, vertidos em linguagem desgastada. Anos sem nenhuma oposição, de eleições com chapa única (quando sempre se ganhou o Sindicato e se perdeu a Universidade). Anos que afastaram bons companheiros do movimento docente e espantaram colegas recém-chegados. As conseqüências são claras: neste momento de tão graves ameaças à educação, aos serviços públicos e à soberania nacional, nosso sindicato tornou-se desconhecido, praticamente ausente do cenário cultural e do debate político-ideológico do País.

Para reverter esse quadro, nós, integrantes da Chapa 3 - chapa nascida durante o último Congresso da ANDES, realizado recentemente em Santa Maria (RS), com a determinação de reinstituir a cultura democrática, o respeito às divergências e às diferenças no interior de nosso sindicato – convocamos você, Professor/Professora, para o esforço de devolver à ANDES-SN o peso político que já teve, e assim, junto com as demais forças democráticas e populares, rearticular a defesa da Universidade Pública. Uma universidade capaz de elaborar projetos alternativos, transformadores da sociedade, indispensável à construção de uma identidade nacional.

A ANDES, nosso sindicato

A afirmação do caráter sindical da ANDES e das Associações de Docentes foi uma conquista e um avanço do nosso movimento. Se permitiu que utilizássemos instrumentos jurídicos para a defesa de nossos interesses profissionais, sobretudo no que diz respeito à nossa condição de assalariados, permitiu antes de tudo que estreitássemos laços com as demais categorias de trabalhadores, num momento em que a atividade sindical estava na raiz do processo de democratização do Brasil. Não só. Emprestou outra dimensão à nossa convivência: já não somos apenas colegas de trabalho mas também companheiros de luta. O caráter sindical da ANDES será, por isso mesmo, sempre defendido com intransigência.

No entanto, essa necessária intransigência não pode escamotear a tensão entre o corporativo e o crítico, entre o sindical e o intelectual que somos. Não pode significar um menosprezo pela singularidade da profissão docente e dos valores que lhe são próprios: aqueles de uma profissão que, atuando no domínio de um dos direitos fundamentais do cidadão, define-se essencialmente como voltada ao interesse público. A ANDES-SN deverá defender, portanto, o exercício de uma ética compatível com os valores daí decorrentes.

Queremos influir no sindicalismo brasileiro com a nossa especificidade de professores, de trabalhadores intelectuais. Queremos participar da ANDES-SN sem abrir mão de nossa presença na vida acadêmica. E fazê-lo a partir da vivência no campus universitário, discutindo o atual estágio do tripé ensino-pesquisa-extensão. Os profissionais que formamos intervêm criticamente na sociedade? Como está a pesquisa científica e tecnológica que desenvolvemos? Qual o alcance da extensão universitária que praticamos? Ao lado disso, apostamos na revolução democrática, na certeza de que um espaço público de exercício da cidadania permitirá que se inverta a atual correlação de forças sócio-políticas, visando à desprivatização do Estado e à instauração de novas relações sociais, cada vez mais democráticas garantidoras de direitos.

Conhecer e Atuar na Universidade de Hoje

A existência de um movimento docente organizado em nível nacional foi decisivo para garantir a continuidade das universidade públicas enquanto públicas, e com o compromisso da qualidade - disso estamos certos! Mas as perspectivas que se abrem hoje são muito distintas daquelas de alguns anos atrás. Sem falar das mudanças políticas em nível internacional, as crescentes exigências de maior competitividade e eficiência sobre as economias regionais, aliadas às demandas de uma população crescentemente organizada, colocam para a universidade responsabilidades inéditas. **Jamais, com toda a certeza, o compromisso social da Universidade foi posto à prova como agora.** Como então responder a isso **sem reduzir a noção de compromisso social** à utilidade econômica do ponto de vista puramente capitalista? Os autodenominados porta-vozes dos interesses da sociedade dão a impressão de exigir pragmaticamente que a Universidade, tal como uma empresa, se adapte às demandas do mercado. Só assim ela seria útil.

Contra esse equívoco deve-se dizer, antes de mais nada, que o verdadeiro desenvolvimento econômico e cultural de um país depende de homens e mulheres conscientes, com capacidade de discernimento e autonomia. **Só indivíduos emancipados podem garantir a existência da democracia efetiva.** Daí a importância da educação e da universitária em particular, sobretudo quando promotora de reflexão crítica acerca do mundo contemporâneo. Para nós, se a universidade quiser ser mais do que uma

CHAPA 3- Em Defesa da Democracia e da Universidade

escola superior de treinamento, não pode voltar-se acriticamente para a mutabilidade do mercado: não formaria cidadãos conscientes e ainda desperdiçaria dinheiro público com a preparação de mão-de-obra que em pouco tempo se tornaria obsoleta. **Nossa perspectiva será, consequentemente, a da afirmação da autonomia da Universidade e do comprometimento crítico do trabalho intelectual.**

Se no Brasil não há hoje quem não identifique a Universidade Pública como local privilegiado para a produção do conhecimento, podemos afirmar que o **conjunto da ciência brasileira é resultado de intensa luta política.** Nela os professores se defrontaram sempre com medidas deliberadas de pauperização/privatização dos meios de fazer ciência. A quase inexistência de recursos orçamentários para a rubrica Ciência&Tecnologia - 0,5% do PIB contra 3% em países desenvolvidos - deixa claro hoje que não interessa, na perspectiva dos setores dominantes da sociedade, o produzir autônomo do conhecimento. *Quem mais precisa pesquisar para se desenvolver menos investe.* A conseqüência, já em curso, é a transformação de centros produtores de conhecimento em centros de adaptação tecnológica de mercadorias. Na verdade, a ausência de financiamento público para a continuidade dos trabalhos de pesquisa vai construindo as bases da intervenção privada. Ao vender a alma ao diabo, pouco medimos as reais conseqüências de tal negócio. O resultado, nem é preciso dizer, será a total desconstrução do conhecimento. Corremos o risco de ser simplesmente deletados.

Nos últimos anos, a ANDES-SN pouco fez para explicar e combater este quadro que avulta. A inoperância e a pobreza de formulações políticas foi freqüente nos últimos anos. Produziram-se mais adjetivos que idéias, por isso estamos fragilizados. Cabe reverter esta situação, começando inclusive por perguntar se a pesquisa, desenvolvida como atividade lucrativa é uma alternativa para a Universidade Pública? E lembrando, ao mesmo tempo que se a força motriz da indústria no capitalismo é o lucro, o segredo e o controle das informações também são a praxe nesse campo. Ora, a força vital da Universidade é a busca do conhecimento. É de costume que ela se mantenha aberta ao intercâmbio das idéias e à irrestrita divulgação do saber.

Devemos também estar atentos para mudanças na própria composição do quadro de professores. Há uma nova geração que ingressa na carreira docente, seus valores e motivações de trabalho não trazem, necessariamente, a vivência da história do movimento docente e da luta contra a ditadura militar, não trazem, em suma, a experiência dos que lutaram pela democratização - ainda em curso e exigindo uma análise crítica - da gestão universitária. Conhecer esses novos professores, suas expectativas profissionais e demandas sociais é fundamental para que o projeto de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade volte a ser coletivo. Uma das primeiras tarefas que nos propomos será, portanto, a de coordenar uma pesquisa, em âmbito nacional, que determine o perfil do professor universitário brasileiro de hoje.

Se a Universidade produz conhecimento e é, em princípio, um local de discussão, não de obediência a consensos forçados, então nosso Sindicato deve defender intransigentemente os salários e a dignidade dos professores, deve proteger os interesses da categoria e firmar-se, ao mesmo tempo, como pólo de reflexão, alargando seus grupos de trabalho, estimulando debates e a produção de idéias. **Queremos, enfim, o retorno à efervescência intelectual e critica no seio da ANDES-SN, resgatando-a como representação simultâneamente política e intelectual dos docentes universitários.**

Para tanto, conclamamos você, Professor/Professora, a *retomar* o projeto originário da ANDES-SN e, juntos, refletir e atuar criticamente sobre a universidade que temos, construindo a universidade que o presente e o futuro exigem.

As eleições para a nova diretoria da ANDES-SN vão se realizar nos próximos dias 21, 22 e 23 de maio, com urnas instaladas em todas as unidades.

A Comissão Eleitoral Local será integrada por:

Coordenador	- José Miguel Bendrao Saldanha (Presidente da ADUFRJ)
Representantes da Chapa I	- Ruth Machado Barbosa e Henrique Innecco Longo
Representantes da Chapa II	- Gória Brás e Moacyr Barreto
Representantes da Chapa III	- Maria Elizabeth Lucas Teixeira Pinto e Jorge Ranevsky

ANDES-SN Caderno Eleitoral 1996/1998

REGIMENTO ELEITORAL Eleições Diretoria Biênio 1996/1998

CAPÍTULO I - DA ELEIÇÃO

Art. 1º - A eleição da Diretoria da ANDES-SINDICATO NACIONAL, para o biênio 1996/1998 realiza-se nos dias 21 a 23 de maio de 1996.

Parágrafo único - O escrutínio se dá pelo voto secreto, universal e direto dos associados da Entidade em pleno gozo de seus direitos como eleitores.

CAPÍTULO II - DOS EILEITORES

Art. 2º - São eleitores os associados da Entidade que:

I - se associarem a ANDES SN até 20/02/96, e

II - quitarem suas mensalidades com a ANDES-SN até 31/03/96.

III - Será flexibilizada a data de quitação das mensalidades das ADs-S.Sind. que têm tido dificuldades no repasse de suas consignações em virtude da entrada no SIAP (com critérios a serem estabelecidos pela Comissão Eleitoral Central).

Art. 3º - Os eleitores sindicalizados nas -ADs-S.Sind. votam na Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral de sua respectiva AD-S.Sind.

Parágrafo 1º - Em cada ADs-S.Sind. haverá Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral Local para o recolhimento dos votos dos sindicalizados via Vice-Presidência Regional domiciliado na cidade sede da ADs-S.Sind.

Parágrafo 2º - Os Vice-Presidentes Regionais têm prazo até o dia 08/04/96 para fornecer para as ADs-S.Sind. de sua Regional a listagem completa dos sindicalizados via Vice-Presidência Regional.

Parágrafo 3º - É assegurado ao eleitor o direito de voto em trânsito.

CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS

Art. 4º - Podem ser candidatos todos os sindicalizados que se associarem à ANDES-SN até noventa (90) dias antes do registro de sua respectiva Chapa.

Art. 5º - Os candidatos devem compor Chapas e registrá-las junto à Secretaria Geral da ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue: (Art. 54 do Estatuto).

I- Durante o XV Congresso (Santa Maria, 1 a 6 de fevereiro de 1996), devem ser registrados os candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro com o respectivo Manifesto da Chapa;

II - As Chapas devem ter registrados os candidatos aos demais cargos, inclusive Secretários e Tesoureiros Regionais, conforme previsto no Art. 54 do. Estatuto, até 30 dias após o encerramento do Congresso.

III - O registro definitivo das chapas se faz mediante o encaminhamento à Comissão Eleitoral Central, até o dia 25 de março de 1996 dos seguintes documentos:

a - termo de concordância de cada candidato, assinado pelos mesmos;

b - endereço residencial completo de todos os candidatos;

c - denominação e endereço completo da IES a que o candidato se encontra vinculado;

d - denominação e endereço completo da AD-S.Sind. ou, se for o caso, da Vice-Presidência Regional a que está sindicalizado o candidato;

e - programa da Chapa.

Parágrafo 1º - O requerimento de registro deve ser assinado pelo candidato ao cargo de Presidente e/ou pelo candidato ao cargo de Secretário Geral de cada Chapa e encaminhado ao Secretário Geral da ANDES-SN.

Parágrafo 2º - As Chapas, ao se registrarem, recebem um número de identificação, de acordo com a ordem cronológica da solicitação de inscrição.

Art. 6º - As Chapas, ao se registrarem, comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas da Comissão Eleitoral Central.

Art. 7º - É livre a propaganda eleitoral, respeitado este Regimento e as normas da Comissão Eleitoral Central.

Art. 8º - O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implica a anulação do registro da Chapa pela Comissão Eleitoral Central

CAPÍTULO IV - DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I - DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 9º - A eleição para a Diretoria da ANDES-SN, biênio 96/98, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta por:

I - um (1) membro da Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional, como seu presidente;

II - um (1) membro indicado por cada chapa;

III - dois ou três (2 ou 3) membros indicados pela plenária;

Parágrafo Único - Os componentes da Comissão Eleitoral Central, com exceção daquele(s) previsto no Inciso I deste Art., terão seus nomes homologados no XV Congresso.

Art. 10 - Compete à Comissão Eleitoral Central:

I - Zelar pelo cumprimento deste Regimento;

II - Oficializar o registro de Chapa(s);

III - Divulgar a composição do eleitorado até 11/04/96;

IV - Confeccionar as cédulas eleitorais;

V - Coordenar as Comissões Eleitorais Locais;

VI - Decidir sobre recursos interpostos;

VII - Divulgar o resultado da eleição.

VIII - Elaborar Relatório Final a ser divulgado no XXXII CONAD.

Parágrafo 1º - As ADs-S.Sind. e os Vice-Presidentes Regionais têm prazo até o dia 25/03/96 para enviarem à Sede da ANDES-SN a relação completa de seus associados.

Parágrafo 2º - A Comissão Eleitoral Central pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares e delegar competência.

SEÇAO II - DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 11 - Em cada AD-S.Sind. será constituída uma Comissão Eleitoral Local composta por:

I - Um membro da Diretoria, seu Coordenador;

II - Dois membros indicados por cada Chapa concorrente;

Parágrafo Único - A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser

REGIMENTO ELEITORAL Eleições Diretoria Biênio 1996/1998

enviada para a Comissão Eleitoral Central até o dia 29/04/96.

Art. 12 - Compete às Comissões Eleitorais Locais:

I - Definir e organizar as Seções Eleitorais até o dia 15/05/96.

II - Apurar os votos e enviar à Comissão Eleitoral Central o mapa dos resultados e a respectiva documentação.

III - Decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos, em primeira instância.

CAPÍTULO V - DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

SEÇAO I - DA CÉDULA ELEITORAL

Art. 13 - A votação é realizada em cédula eleitoral única.

Parágrafo 1º - A cédula contém as Chapas registradas, em ordem cronológica de inscrição, com os nomes de seus integrantes e respectivos cargos.

Parágrafo 2º - Ao lado de cada Chapa haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará a sua escolha.

Art. 14 - Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se torna válida após rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva seção Eleitoral.

SEÇÃO II - DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 15 - As Seções Eleitorais são instaladas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento de todos os eleitores de cada IES.

Art. 16 - Em cada Seção Eleitoral haverá uma Mesa Receptora composta por um (01) Presidente e dois (02) Mesários, indicados pela Comissão Eleitoral Local.

Parágrafo 1º - Só pode permanecer na Seção Eleitoral, além do Presidente e dos Mesários, no máximo um (01) fiscal de cada Chapa e, durante o tempo necessário ao ato de votar, o eleitor.

Parágrafo 2º - A Mesa Receptora de cada Seção Eleitoral fica responsável pela urna e documentos relativos ao processo eleitoral durante os dias de eleição até que sejam entregues à Comissão Eleitoral Local.

Art. 17 - Na Seção Eleitoral deve existir, providenciado pela Comissão Eleitoral Local:

I - Urna;

II - Cédulas oficiais;

III - Folha de ocorrência;

IV - Cópia deste Regimento, e

V - Lista dos eleitores.

SEÇÃO III - DA FISCALIZAÇÃO

Art. 18 - É assegurada a cada Chapa a fiscalização da votação e apuração mediante a indicação de fiscais para as Seções Eleitorais e locais de apuração.

Parágrafo 1º - Cada fiscal deve ser devidamente credenciado junto à Comissão Eleitoral Local até vinte e quatro (24) horas antes do início da votação.

Parágrafo 2º - A escolha do fiscal não pode recair em candidatos ou integrantes das Comissões Eleitoral Central, Eleitoral Local ou da Mesa Receptora.

SEÇAO IV - DO ATO DE VOTAR

Art. 19 - Visando resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

I - No início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das Chapas;

II - A ordem de votação é a da chegada dos eleitores;

III - Identificado o eleitor, o mesmo assina a lista de presença e recebe cédula rubricada pela Mesa Receptora;

IV - O eleitor usará cabine indevassável para votar;

V - Ao final de cada dia de votação a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e fiscais de Chapa.

VI - A guarda do material de votação e a respectiva urna cabe ao Presidente da Seção Eleitoral, e

VII - Ao término do último dia de votação, a urna é lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de Chapa e, juntamente com o restante do material, é levada para o local de apuração.

Art. 20 - Os votos dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais serão recolhidos da seguinte forma:

Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral Local, de posse da listagem fornecida pelo Vice-Presidente Regional, especificará a Seção Eleitoral da ADs-S.Sind. onde estes sindicalizados exercerão o direito do voto

Art. 21 - Voto em trânsito obedece ao seguinte procedimento:

I - O eleitor assina lista separada na Seção Eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito à sua AD-S.Sind. de origem ou, se sindicalizado via Vice-Presidência Regional, à sua região.

II - O voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na seqüência de ordem de chegada para votar.

III - A Comissão Eleitoral Local providenciará junto à AD-S.Sind. ou, se for o caso, à Regional de origem do eleitor, a confirmação da habilitação para votar.

IV - Após confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto será colocado na urna.

SEÇÃO V - DA APURAÇÃO

Art. 22 - A apuração dos votos iniciará a partir das oito (8) horas do dia 24/05/96 e deverá estar concluída até às dezoito (18) horas do dia 25/05/96.

Art. 23 - As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, até o dia 28/05/96, via meios eletrônicos, para a Sede da ANDES-SN o resultado da eleição na sua respectiva AD-S.Sind. Colocar à disposição da Comissão Eleitoral pelo menos dois aparelhos de FAX.

Parágrafo 1º - O prazo para o encaminhamento dos resultados esgota-se, impreterivelmente, às dezoito (18) horas do dia 28/05/96.

Parágrafo 2º - As Comissões Eleitorais Locais têm o prazo máximo até o dia 31/05/96, data de postagem, para encaminhar para a

REGIMENTO ELEITORAL Eleições Diretoria Biênio 1996/1998

Sede da ANDES-SN toda a documentação referente à eleição e o respectivo mapa da apuração.

Art. 24 - A urna só é aberta após constatado o lacre, a presença da respectiva lista de eleitores e a folha de ocorrência.

Parágrafo 1º - **Após a abertura da urna,** o primeiro ato é o de incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Parágrafo **2º - Iniciada a apuração, os trabalho**s só se interrompem após a proclamação do resultado final.

Art. 25 – É anulada a urna que:

I - Apresentar, comprovadamente, sinais de violação;

II - Apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;

III - Não estiver acompanhada **das respectivas listas de** eleitores e folha de ocorrência.

Art. 26 - É anulada a cédula que:

I- Não contiver a rubrica da respectiva Mesa Receptora;

II - Não corresponder ao modelo oficial.

Art. 27 - São considerados nulos os votos que contiverem:

I - Mais de uma Chapa assinalada;

II - Rasuras de qualquer espécie;

III - Qualquer caractere que permita identificação.

Art. 28 - As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da Comissão Eleitoral Central até a proclamação do resultado final pela Comissão Eleitoral Central.

SEÇÃO VI - DOS RECURSOS

Art. 29 - Qualquer recurso deverá ser apresentado até duas (2) horas após o encerramento da apuração da seção eleitoral local.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Os casos omissos neste Regimento são resolvidos pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 31 - Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo XV Congresso.

Eleições Diretoria ANDES-SN gestão 96/98

Extratos do Estatuto da ANDES-SN

Título IV - das eleições

Art. 51 - A eleição da Diretoria é convocada para o mês de maio dos anos pares pelo Presidente em exercício, com pelo menos 9**0** (noventa) dias de antecedência, ressalvado o disposto no parágrafo único do **a**rtigo 42.

§ 1º - A eleição da Diretoria dá-se pelo voto secreto, e, universal dos sindicalizados da Entidade em suas respectivas IES.

§2º - Não sendo convocada eleição dentro do prazo previsto no caput deste artigo, cabe ao CONAD convocá-la no máximo 30 (trinta) dias após este prazo ter se esgotado.

Art. 52 - O Congresso anterior à data da realização das eleições elabora o Regimento e elege uma Comissão Eleitoral que é responsável pelo processo eleitoral, de acordo com o previsto neste Estatuto.

Art. 53 - São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado da ANDES-Sindicato Nacional há pelo menos 90 (noventa) dias antes da data de inscrição de candidaturas, para ser votado;

II - ser sindicalizado da ANDES-Sindicato Nacional há pelo menos 90 (noventa) dias antes da data da realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no Art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo Único - É vedada a recondução como diretor da ANDES-Sindicato Nacional de qu*alquer membr*o da Diretoria por mais de uma vez consecutiva.

Art. 54 - Os candidatos d**everão compor chapas, que serão registradas por ocasião do Congresso o***rdinár*io imediatamente anterior à data de realização destas eleições**.**

§ 1º Durante o Congresso, o registro de chapa(s) é procedido mediante *a apresen*tação de manifesto e dos can*didatos a P*residente, Secretário Geral e primeiro Tesoureiro;

§ 2º A(s) chapa(s) deverá(ão) registrar os candidat**os** a**os demais cargos até 30 (trinta) dias após o encerramento do Congresso.**

§ 3º Só podem existir candidatos aos cargos de Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário Regional e Primeiro-Tesoureiro e Segundo-Tesoureiro Regional, na Regional cujo regimento da respectiva Secretaria Regional tenha sido aprovado em CONGRESSO

Art. 55 - É proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo empossada como Diretoria eleita num prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da realização das eleições durante o CONAD.

Calendário

O Calendário deve ser refeito e compatibilizado pela Comissão Eleitoral.

Componentes (membros) da Comissão Eleitoral indicados pela Plenária:

NOME	ADSSIND	VOTAÇÃO	RESULTADO
Tânia	ADUnB	94	1º Componente
Zapp	SINDOCEFET-PR	60	2º Componente
Carlão	ADUFSCAR	55	3º Componente
Luiz Carlos	ADUFF	53	4º Componente
Renato	ADUFG	49	5º Componente
Eli	APUFPR	41	6º Componente
Edson Cardoso	ADUFES	38	7º Componente

SEMANA 14 - 20
MAIO 1996

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Visite a página da ADUFRJ na Internet

http://www.ibase.org.br/~adufrj

Servidores no Largo de São Francisco

Um mês em greve

Governo reconhece greve dos servidores. Audiência com Malan, um dia após a ocupação do prédio do Ministério da Fazenda, abre caminho para negociações.

A ocupação pacífica das instalações do Ministério da Fazenda pelos servidores, na quinta-feira da semana passada, dia 9, foi sem dúvida a única forma que professores, técnicos, aposentados, estudantes e tantos outros em greve há um mês, tiveram para chamar a atenção da opinião pública e fazer com que o governo deixe a intransigência de lado e volte, após quase dois anos, a negociar com o funcionalismo.

A ocupação, ao contrário do que noticiou a maioria dos jornais do país, transcorreu em clima organizado. Nada de quebra-quebras, desordem ou violação do patrimônio público, como algumas manchetes divulgaram. Alguns vidros foram quebrados, realmente, mas nada injustificável quando mais de 4.000 pessoas se reúnem e circulam entre corredores e ante-salas.

Quanto aos pneus esvaziados do carro de Pedro Malan, a idéia era mesmo impedir que o ministro da Fazenda deixasse o prédio, na surdina, pela escada de incêndio, como fizeram o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e assessores, junto com uma delegação do Fundo Monetário Internacional. **(continua na página 3)**

Editorial

A liberdade da imprensa e a obrigação de informar

Desde quinta-feira da sema na passada, a greve dos servidores públicos federais, da qual nós, docentes da UFRJ, estamos participando desde o primeiro dia, 16 de abril, passou finalmente a ser considerada uma **notícia** pelos meios de comunicação de massa. Não porque estes tenham reconhecido a força do movimento de greve e a justeza das suas reivindicações, nem porque tenham se sensibilizado com o apoio da população nas inúmeras manifestações de rua por nós realizadas em dezenas de cidades brasileiras - como a nossa **Universidade na Praça**, por exemplo. O motivo para virarmos notícia não foi também a nossa preocupação de organizar uma **melhor forma de greve**, interrompendo apenas as atividades que não causassem prejuízo à população ou ao patrimônio público. Ou seja, não lhes interessa o lado positivo da greve, o lado da defesa do serviço público de qualidade.

Nada disso! Para as grandes corporações privadas que controlam os meios de comunicação de massa, nossa greve só é notícia pelo lado negativo, associada a alguma coisa grotesca, injusta ou violenta. É assim, por exemplo, que uma ocupação responsável, bem organizada e completamente pacífica do prédio de um ministério - com o objetivo de forçar o governo a nada mais do que simplesmente abrir negociações - é transformada numa "invasão", com "reféns", "baderna" etc.

Não é por acaso ou por má vontade gratuita conosco que estas coisas acontecem. Por trás dos falsos argumentos a favor da privatização radical - a produtividade e a qualidade como resultados diretos da insegurança sistemática dos trabalhadores - está a lógica fria da acumulação do capital, para a qual contribuem decisivamente as armas ideológicas da comunicação.

Os noticiários dos grandes jornais e emissoras de televisão sobre o nosso movimento - particularmente nestes últimos dias - são provas contundentes de que a liberdade de imprensa só serve à causa do progresso e da democracia quando está ligada à **obrigação de informar**. Do contrário, essa liberdade resume-se na liberdade de oprimir e, portanto, na falta de liberdade do oprimido.

Nossa greve não é contra os meios de comunicação de massa e sim contra a política do governo para o serviço público. Estas questões, no entanto, são decisivas para o seu sucesso e não podem ser por nós esquecidas um só momento.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ

14 de maio, terça-feira, às 14 horas

Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta

Avaliação da Greve

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Um mês em greve

Intransigência do governo leva à ocupação

(Continuação da primeira página)

A ocupação estava sendo planejada pelo Comando Nacional Unificado de Greve há pelo menos duas semanas e o objetivo era apenas pressionar os ministros de Fernando Henrique a ouvir e responder às reivindicações dos servidores, principalmente a negociação do índice da data-base de janeiro, ainda não reconhecida pelo Mare.

A ocupação foi vitoriosa quando Malan ligou para o senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que participava das negociações com os servidores e concordou em receber o CNUG em audiência marcada para às 15 horas do dia seguinte.

Encontro não significa abertura de negociações

O encontro na sexta-feira teve a participação, pelo lado do governo, do ministro Malan, do secretário de Fazenda, Pedro Parente, dos secretários de Política Econômica, Murilo Portugal, da Receita Federal, Everardo Maciel, e seus respectivos chefes de gabinete. Os servidores foram representados pela Andes-SN, Fasubra, Fenasps, CUT entre outros. Os parlamentares Maria Laura (PT-DF), Lindenberg Farias (PC do B-RJ), Angelo Queiroz (PC do B-DF) e Luciano Zica (PT-SP) também participaram da audiência, que segundo Malan, não significou a abertura de negociações, pois a posição do governo é a de que esta negociação deve ser feita com o ministro da Administração, Bresser Pereira e, uma novidade, com o ministro do Trabalho, Paulo Paiva.

Os servidores lembraram aos governistas que o salário base de um funcionário sem a GAE é menor do que o salário mínimo e que o argumento de que os gastos com o funcionalismo aumentaram nos últimos dois anos é falho, pois não considera que grande parte dos gastos decorrem dos altos reajustes nos cargos comissionados e de direção. A intransigência do ministro Bresser Pereira foi comprovada por documento dos SPFs que registra a tentativa de negociação desde 1994.

Malan se mostra "sensível" às reivindicações

Malan reiterou que um reajuste só seria possível se o governo aumentasse a emissão de títulos, o que aumentaria a dívida pública, uma hipótese "inaceitável para o governo". Outra hipótese seria o remanejamento de verbas do Orçamento pelo Congresso, o que para o ministro seria muito difícil. Malan se comprometeu em examinar a pauta dos SPFs, elaborar e encaminhar um parecer a Bresser.

SPFs, mais unidos do que nunca

A ANDES-SN informou que a adesão da base docente à greve chega a 70% em todo o país e tem como prioridade a conquista da abertura de negociação, além de ter votado por sua continuidade. A Fasubra apresentou o mesmo quadro, a Fenasps com 75% e todos os seus delegados votaram pela continuidade. A Receita Federal (Unafisco), em virtude da repressão, deliberou pela operação padrão, que está sendo bem sucedida - cerca de 50% da base participam da greve. A Condisef envidará todos os seus esforços para retomar a greve na capital, e os servidores nos estados também tem a adesão média de 50%. As demais categorias, IBGE, Justiça Federal etc. enfrentam dificuldades, porém, estão no movimento. Os fatos da semana passada foram avaliados como capazes de fortalecer estes setores.

Data-base

Foi adiada pela terceira vez para esta quarta-feira, dia 1 5 de maio, o julgamento, pelo STF, do mandato de segurança coletivo para o reconhecimento da data-base dos servidores públicos federais em janeiro de 1996.

Salário dos funcionários da Câmara

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 8 de maio último, um aumento salarial de 85% para os funcionários da casa, que desde o ano passado reivindicavam equiparação com os funcionários do Senado. O aumento entrará em vigor se for aprovado em plenário, e será pago sob a forma de gratificação, não incorporado ao vencimento-base.

PEC 233A

A Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 8 de maio, em primeira votação, a Proposta de Emenda Constitucional, PEC 233A que cria fundos estaduais para a educação fundamental. E que, na prática, retira a responsabilidade do governo federal com a mesma.

Salário Mínimo e contribuição dos aposentados

O Supremo Tribunal Federal ainda não julgou a ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelos partidos de oposição contra a medida provisória 1.415, que definiu o reajuste de 12% do salário mínimo (o mais baixo da história). A medida provisória 1.415 também aumentou em 15% as aposentadorias e pensões do INSS, aumentou a contribuição dos autônomos para 20% e instituiu, para os inativos, o recolhimento da contribuição previdenciária a partir de agosto deste ano, com alíquotas que variam entre 9% e 12%

Eletricitários

Os eletricitários do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Brasília realizaram ocupações de subestações de energia elétrica em seus estados. Segundo os sindicalistas, as invasões, de forma pacífica e ordeira, integram o plano da categoria para chamar a atenção da opinião pública e conseguir, das autoridades, o atendimento às suas reivindicações.

Debate no CCS

A Comunidade do Hospital Universitário debate a *Essência da Universidade*, com a participação da Adufrj, Sintufrj e DCE. Nesta quinta-feira, 16 de maio, às 10 horas. Anfiteatro do Hospital Universitário, 11º andar, sala 11E-34.

É lamentável o tratamento dado pela imprensa aos eventos como o Universidade na Praça. Apesar da transferência em cima da hora para o Largo do São Francisco, os servidores agitaram mais uma vez e a população do Rio ficou sabendo porque o serviço público vai mal. Faltam verbas, salários e políticas realmente públicas.

Servidores no IFCS

Na sua terceira edição em 15 dias, a manifestação política dos professores, funcionários e estudantes da UFRJ, mesmo tendo que ocupar o Largo de São Francisco – a prefeitura alegou que a Cinelândia estaria interditada para obras -,ganhou a adesão de outras categorias de servidores em greve e continuou com o apoio da população para a sua luta.

Na campanha dos colegas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro, que também levaram diversos trabalhos e produções, o ato político, mais uma vez, se transformou numa confraternização entre os que fazem a Universidade e os que dela se beneficiam - pelo menos deveriam, já que vontade não falta. De novo pôde-se constatar o interesse da população no que é produzido pelas instituições públicas de ensino, superior e profissionalizante, que ainda resistem à política do Banco Mundial e do governo de extingui-Ias

Imprensa do Rio é omissa

Para confirmar a importância deste tipo de manifestação, não é necessário que o fato apareça na grande imprensa, mas ajudaria. A imprensa atua baseada na lógica da tragédia, do impacto. A população, na lógica da necessidade. Os que passam pelos stands e painéis, pelo que têm demonstrado, num primeiro momento em desconhecimento, e logo depois, em afinidades pela causa, são a maior prova do quanto não se sabe das grandes causas nacionais, do quanto se faz para esconder e não discutí-Ias. E do quanto ainda pode e deve ser feito neste sentido.

Atividades no Largo do São Francisco

Veterinária da Rural

D. Odete, aposentada da Fio Cruz. Contra a contribuição dos Inativos.

Servidores do Estado também ocupam a praça.

As políticas do Banco Mundial para a educação no Brasil.

Educação em debate

Muito se fala da influência do sistema financeiro internacional, em especial das ações do FMI e do Banco Mundial (Bird), na política nacional. E é no sistema educacional que hoje vemos o interesse maior desses agentes que dão a receita de "desenvolvimento" para países como o Brasil. Os professores das Faculdades de Educação da UFRJ, Roberto Leher, e da UFF, Angela Siqueira, em debate promovido pela ADUFRJ na última terça-feira, dia 7 de maio, promoveram a discussão sobre as diretrizes do Bird para o ensino superior. E passaram, para poucas e muito interessadas pessoas, sobre que linhas são traçadas as políticas educacionais e que papel estas concepções delineam para o país nos próximos anos.

Roberto Leher, José Miguel, presidente da Adufrj, e Angela Siqueira

Marcado - como atividade de greve - para antes da assembléia geral, o debate colocou a imediata necessidade de reversão do atual quadro que se tenta consolidar.

Para quem compareceu, ficou a configuração desestimulante do panorama atual da educação brasileira. E para apoiar esta afirmação, nada mais contundente do que a fala do professor Leher sobre a atuação histórica do Bird. De como ele passou de um banco cujos financiamentos eram dedicados aos esforços da reconstrução européia do pós-guerra, priorizando as áreas de infra-estrutura, como energia, telecomunicações e transportes - sem impor sua orientação política -, para um banco cujos empréstimos passaram a ser instrumentos de condicionalidades.

Essa mudança, nos anos 60, segundo Leher, foi baseada no interesse geopolítico em regiões em desenvolvimento - como os movimentos de emancipação e descolonização na África e América Latina - e foi implementada por Robert Macnamara, que viria a ser o principal formulador da política externa norte-americana do governo Ronald Reagan. E teve como premissa exatamente estas condicionalidades, e o decisivo interesse dos países desenvolvidos nesses mercados emergentes.

O resultado está se vendo. Enquanto a educação entra com o papel, o povo como personagem sem fala e o MEC cede as impressoras, o Bird vem aplicando seus programas de extinção das capacidades brasileiras. Nesse contexto, muitas ações já foram empreendidas, muitos conceitos extintos e quem saiu perdendo foi o Brasil. Porém, persiste nesta lista de aniquilamento, um sentido cuja extensão abrange toda a população.

Com as máquinas de contar moeda podre - e aumentar o número de pobres - tilintando mais do que o sorriso da senhora Landau, está escrito lá, nos textos do Bird, que a Universidade deve ocupar agora o lugar que já foi dado ao ensino básico. E junto, professores, funcionários, alunos sem perspectivas.

Linha de montagem da farsa

De acordo com os palestrantes, como nas grandes corporações de empresas, o MEC envia técnicos à matriz para se familiarizar com a

tecnologia que, sugestionadamente, pretende aplicar aqui, em centros de excelências tropicais. Alguns deles, até chegam ao topo de carreira, como o atual ministro Paulo Renato. Outros, vão ainda mais longe. Mas todos aprendem a recitar de cór versos conjugados mundo afora pelas nações desenvolvidas, tais como, "é um erro dos países do 3º mundo insistirem em desenvolver tecnologia do século XX".

Para o Bird, em seu primeiro documento para a educação (1971), esta assertativa sobre o futuro do Brasil soou sincera como defesa de mercado. Isso em pleno regime militar, logo após o governo Jango – que ousou não aceitar estas condicionalidades e ficou a ver navios, ou melhor, tanques.

Como defesa de tese, no entanto, soa como se a prioridade para o ensino básico não estivesse na cidadania. Mas, como essa tese, ou mercadoria, em questão, é a educação no Brasil, fica evidente que o que está à venda é o futuro do país, e desta gente que trabalha para levá-lo adiante. É mais ou menos como se, para pegar um dinheiro emprestado, tivéssemos que pagar antes de utilizá-lo. Ninguém precisa passar por uma Universidade para saber que este é um péssimo negócio.

Desinformação

Com argumentos como o de que "este traz maior taxa de retorno", ou "onde os benefícios são maiores, tendo em vista que atende a um grande número de pessoas, potencializa a capacidade de trabalho dos pobres (seu único bem), reduz a taxa de natalidade (quanto maior o grau de educação, menos filhos se tem), melhora a saúde e propicia atitudes necessárias ao mundo do trabalho e à vida na sociedade", segundo enfatiza o documento do Bird de 1995, aos poucos vão passando, via mídia tradicional - oficial, que a prioridade ao ensino básico - o atual mote do Banco - necessariamente precisa ser implantada em detrimento da educação superior. Curiosamente, nem nas definições eles encontram embasamento, teórico ou prático, para o desmonte que objetivam às universidade públicas brasileiras. Seus argumentos diferem, por exemplo, de autoridades como o professor Martin Carnoy, que no Encontro da Associação Internacional de Educação Comparada, na Virgínia, (EUA), concluiu que " a taxa de retorno da educação superior é muito mais elevada, pois contribui para toda a sociedade na medida em que forma profissionais para atuar em todas as áreas - pedagogia, enfermeiros, professores, advogados etc. -, assim como desenvolve pesquisas básicas e de ponta que contribuem para o desenvolvimento dos países".

A decisão de priorizar a educação básica, é claro, surge somente depois que o ensino público foi sucateado e "transferido" para a iniciativa privada. Quando se utilizou, inclusive, de recursos como as "zonas de exclusão" - cujo caso mais conhecido é o de Minas Gerais, onde era vedada a existência de escolas públicas de 1º e 2º Graus em áreas em que houvesse o interesse privado.

Projetos em sintonia

Projetos como os da PEC 233A, a LDB Darcy Ribeiro e o que altera o ensino profissionalizante nas escolas técnicas federais, entre outros, são, única e exclusivamente, de interesse

dos países desenvolvidos, que não desejam ver o Brasil como tal, mas apenas apto a "colaborar" e absorver suas produções.

No segundo documento do Bird para a educação, de 1974, quando então surgiu o conceito da equidade (educação mínima) - agora tão propalado pelo governo- , este tinha como intenção, e continua tendo, segundo Roberto Leher, de servir de pano de fundo para criar as condições para que se pensasse (e ainda hoje se pensa) que era uma preocupação social.

Uma rápida análise nos mais recentes documentos publicados pelo Bird, o que se constata é a crescente influência da política neoliberal procurando condicionar o nosso desenvolvimento, ou seja, só dedicaremos esforços ao que o Bird considera nossas necessidades. A prioridade para o ensino básico não está, nem nunca esteve, relacionada à cidadania, mas ao modo de produção capitalista, a prioridades meramente instrumentais.

Esta influência nefasta nos rumos do desenvolvimento do Brasil, ao contrário do que prega a mídia e o governo, não é inevitável. Segundo enfatizaram Leher e Angêla Siqueira, o Brasil é o país mais atrasado na implantação das políticas neoliberais na América Latina, justamente pela atuação da sua sociedade organizada, permanentemente em luta para defender o que considera patrimônio nacional. Inalienável.

Professora esclarece "coincidências" entre as propostas do governo FHC e as diretrizes do Banco Mundial para a Educação.

Qualquer semelhança...

Foi-se o tempo em que o Banco Mundial emprestava dinheiro para programas de caráter social e se contentava com os altos juros pagos, sabe-se lá quantas e quantas vezes. Hoje, continua emprestando, mas para isso é preciso que o governo adote uma série de medidas institucionais e regulamentares para se adequar à cartilha neoliberal recomendada pelo Banco como a única salvação para países como o nosso, em desenvolvimento, que segundo os agentes financeiros internacionais precisam urgentemente entrar no rol das nações com a economia devidamente globalizada.

A Professora da Faculdade de Educação da UFF, Angela Siqueira mostra em documento sobre o Banco Mundial e as Propostas de Reforma para o Ensino Superior Brasileiro, como o governo Fernando Henrique Cardoso vem tratando a questão do ensino e como vem elaborando projetos, emendas e medidas provisórias tão acertadamente ajustadas às políticas formuladas pelo Bird. Para a professora não bastam eventos como o "Universidade na Praça" apenas em épocas de greve. É preciso que a universidade pública esteja cada vez mais em sintonia com as demandas da sociedade como um todo, e não apenas com o setor produtivo dominante, trabalhando em favor da inclusão e não da exclusão.

"Segundo o documento do Banco Mundial (Bird) de 1995, a educação "não deve ser assunto apenas de ministros da educação, mas também de finanças e planejamento." **A PEC233, que altera a distribuição de verbas para o ensino básico, diminuindo a distribuição entre os estados e municípios em relação ao que a Constituição atualmente já garante, teve sua exposição de motivos elaborada pelos ministros da Educação, Justiça, Administração e Reforma do Estado, Planejamento e Orçamento e da Fazenda.**

"Segundo o Bird todo o investimento em educação deve priorizar a educação básica e, conseqüentemente o Estado deve reduzir seus gastos no ensino superior público." Nada mais atendido pelo presidente FHC, que quando ainda era ministro da Fazenda tratou de reduzir as verbas para a Saúde e Educação criando o Fundo Social de Emergência. Desde que iniciou seu governo, as universidades públicas federais vêm sofrendo com o corte de verbas no orçamento para as IFEs e algumas instituições, como a Federal de Ouro Preto, ameaçam fechar as portas. Segundo documentos da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das IFEs, as universidades federais estão apenas sobrevivendo, a questão salarial é grave e a reforma da Previdência já provocou milhares de aposentadorias, sem que o governo acene com a possibilidade de novos concursos para docentes e técnicos.

"O conceito de eficiência pregado pelo Bird está relacionado aos princípios de gestão característicos de indústrias e empresas, com o objetivo de obter lucro". Quando o governo cobra na mídia, com todo o estardalhaço, maior eficiência e eficácia da universidade pública, "esquece" de mencionar que vem reduzindo paulatinamente os recursos para a rubrica OCC (Obras, custo e custeio), que contempla a parte de manutenção, obras, reposição de peças, materiais e equipamentos, fazendo com que prédios, laboratórios, equipamentos etc, se deteriorem. Sem falar nas verbas para pesquisa, reajuste salarial e outros instrumentos anteriormente utilizados na "reforma" da educação básica.

"Segundo o Banco Mundial, a linha prioritária para a reforma do ensino superior é a criação de instituições de ensino superior não universitárias, alegando que o modelo napoleônico que agrega ensina, pesquisa e extensão é muito dispendioso e inadequado para os países mais pobre. E propõe a criação de escolas politécnicas, institutos técnicos e profissionais com cursos de curta duração, community colleges, programas de educação à distância e de educação livre (aberta). Propostas já incorporadas pelo governo ao Projeto LDB do Senado, leia-se Darcy Ribeiro, além de outros pontos, como a possibilidade de pós-graduação stictu sensu à distância e a concessão de certificado de conclusão de "cursos seqüenciais" para alunos não regulares. O documento do MEC, Planejamento Político-Estratégico, endossa estas teses, ao indicar que irá "estimular o ensino superior à distância e analisar a viabilidade de se criar a universidade aberta", ao mesmo tempo em que não postula a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

"Quanto ao setor privado na educação superior, o Bird recomenda que sejam evitadas políticas e regulamentações que desincentivem a expansão desse setor, como por exemplo o controle das mensalidades". O Planejamento Político-Estratégico do MEC inclui auxilio financeiro a instituições comunitárias e a simplificação das exigências burocráticas para o reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. Um ponto que o MEC não aborda é: se não há recursos para o ensino superior público, como dar incentivo para o setor privado? Segundo o Banco Mundial, os recursos públicos deveriam ser acessíveis indistintamente tanto ao setor público quanto ao privado. Atualmente, tramita na Câmara Federal um projeto de Lei - PLC 282/95 - que visa tornar "obrigatório o pagamento de mensalidades pelos alunos matriculados nas universidades federais". Já a LDB do Senado (Darcy Ribeiro) limita a oferta das prestações suplementares ao ensino fundamental público.

"Quanto a apoiar financeiramente os estudantes necessitados, o Banco Mundial deixa bem claro que esse apoio não será para todos os necessitados, somente àqueles considerados "academicamente qualificados", o que se faria através de empréstimos e bolsas estudo. Mesmo assim, havendo uma forte ênfase aos empréstimos. " O MEC não costuma liberar verba para bolsas estudantis ou de extensão para as universidades públicas. A recomendação é que as instituições procurem financiamento externo e utilizem recursos próprios. Ou seja, tratando-se de estudantes carentes o lema é "salve-se quem puder". Só a UFRJ tem cerca de 5.000 bolsistas.

Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

A tendência Andes Autônoma e Democrática (Andes-AD) tem se constituído no interior do sindicato desde 1986 e tem procurado manter sua atuação em torno destes dois princípios básicos: **Autonomia** diante de partidos políticos e reitorias das Universidades e **Democracia** respeitando as decisões das suas instâncias de base.

A conjuntura política tem sido extremamente desfavorável nos últimos governos (Collor e FHC). A incorporação da agenda neoliberal, da lógica do desmonte do serviço público, da perda dos direitos sociais, da ótica de uma integração submissa à tão propalada globalização prevalece nos últimos governos. Os reflexos na Universidade são patentes, com a desagregação da vida acadêmica, com uma competição desenfreada entre colegas, com a perda da disposição para a luta coletiva. Ao mesmo tempo, mais recentemente, as diretrizes do MEC no governo FHC nem disfarçam mais sua afinação com o Banco Mundial, incentivando pequenos centros de excelência, apostando mais ainda na disputa entre pesquisadores pelos parcos recursos. Enquanto isso, o MEC não discute salários e nem fala da recomposição do quadro docente, cada vez mais carente diante da falta de concursos públicos nas Universidades e agravado pelas aposentadorias precoces de seus melhores quadros.

Nos últimos anos a tendência Andes-AD tem atuado na ADUFRJ, formando a base de suas últimas diretorias. Este esforço conjunto tem garantido a sobrevivência da ADUFRJ apesar das dificuldades da conjuntura. Postulamos agora o apoio à chapa 1 - **Andes Autônoma e Democrática** - para a direção do nosso sindicato, na qual participamos através do prof. Roberto Houaiss, ex-direfor do ADUFRJ. A aplicação dos princípios que defendemos deve ter uma seqüência coerente, que é o que estamos nos propondo.

TODO APOIO À CHAPA 1 !

José Miguel Bendrao Saldanha (atual presidente do ADUFRJ), Rosanne Evangelista Dias (atual 1ª vice-presidente da ADUFRJ), Henrique Innecco Longo (ex-presidente da ADUFRJ, 93-95), José Antônio Martins Simões (ex-presidente da ADUFRJ, 91-93), Ruth Barbosa (ex-diretora da ADUFRJ, 93-95), José Helder Lopes (ex-diretor do ADUFRJ, 93-95), Philomeno Gebran (ex-diretora da ADUFRJ, 91-93), Maria de Lourdes Passos (ex-diretora da ADUFRJ, 91-93, Letícia Legay Vermelho (ex-diretora do ADUFRJ, 89-91), Roberto Leher (ex-diretor da ADUFRJ, 89-91), Filadelfo dos Santos Cardoso (ex-diretor do ADUFRJ, 89-91).

Chapa 2 - Andes Para Todos

OPOSIÇÃO E MUDANÇA PRA VALER

Esta chapa se organizou em oposição à prática e à política da corrente que há mais de dez anos está no poder e não é mais capaz de refletir aos anseios, necessidades e urgências das Universidades públicas brasileiras. É urgente que os professores universitários de todo o país, através de sua organização sindical, cumpram seu papel não só de pensar, mas de agir e intervir no quadro político brasileiro, lutando contra o nefasto e antipopular modelo neoliberal hoje hegemônico.

É preciso que a ANDES seja protagonista do debate em torno do formulação de um projeto político capaz de transformar efetivamente as Universidades brasileiras em instituições a serviço da sociedade, buscando formas de resolver seus principais problemas que atendam aos interesses e demandas da maioria da população. Este processo de formulação, que deverá expressar um compromisso de se chegar a propostas objetivas, reais, viáveis dentro das contradições da sociedade, deverá buscar uma dinâmica de decisões coletivas, que estimule a participação da maior parcela possível dos professores e contribua para a formação de novas atitudes e compromissos por porte dos docentes.

É imperativo construir a unidade na diversidade possibilitando que a complexidade de pensamento que permeia a Universidade possa se refletir na dinâmica do movimento docente.

Assim buscamos uma estrutura de funcionamento que articule ações coletivas com o maior número de associados, eliminando também qualquer dicotomia entre desempenho profissional/ institucional por um lado e atividade política e sindical.

Isso implica, de igual forma, na urgência de um processo de comunicação que dê visibilidade e coloque ao alcance de todos as nossas propostas, permitindo com clareza compreender a riqueza e a viabilidade do projeto que queremos construir.

Aprofundar a inserção da Universidade no seio da coletividade, numa interação entre produção científica, necessidades humanas e controle público deve se constituir também prioridades das nossas regionais.

A Chapa 2 tem Maria Luiza Fontenele como candidata a presidente da ANDES-SN. Ela representa pela sua vida política, o rompimento radical com o burocratismo, corporativismo e imobilismo, que há muito reinam na direção do movimento docente. A sua vitória será a retomada do que de mais nobre e importante existe na Universidade: desenvolvimento dos corações e mentes para a construção da sociedade em que cada homem e cada mulher deixe de ser simples coisa e assuma plenamente suas viabilidades humanas.

Vote Chapa 2 - ANDES PARA TODOS

Chapa 3 - Democracia e Universidade

A chapa 3 nasceu durante o último Congresso da ANDES em Santa Maria. Não nasceu corno dissidência de qualquer outra tendência do Sindicato, porém do consenso entre diferentes lideranças docentes nacionais sobre o esgotamento político do sindicalismo unicamente corporativista. Neste sentido os professores, que hoje defendem a chapa 3, unificam-se na defesa intransigente dos seguintes eixos de luta: 1. Defesa intransigente dos salários e direitos dos docentes universitários; 2. Defesa da ANDES-SN enquanto um sindicato com efetiva inserção cultural e política no cenário nacional; 3. Defesa da Universidade pública, gratuita, autônoma, "democrática" e de "qualidade"; 4. Defesa da "democracia" - garantia de espaço para o dissenso - e do soberania nacional.

Entende, a chapa 3, que o enfrentamento à política de destruição da Universidade exercida pelo neoliberalismo decorre de nossa capacidade de articular politicamente os quatro eixos de luta acima descritos. Entende portanto que o sindicalismo docente deva ser basicamente um sindicalismo que reflita a nossa especificidade de trabalhadores intelectuais, portanto capaz de formular, através da radical democratização de nosso espaço público um novo conceito de sindicalismo em que, não se abrindo mão de nossa atividade acadêmica, gere uma nova concepção de interesse coletivo.

Pretende portanto privilegiar a discussão da dinâmica de interação entre Universidade e Sociedade, assim como de nossa presença efetiva nesta mesma dinâmica. Desta forma, imaginamos poder recuperar-nos enquanto sujeitos neste processo, que hoje muitos de nós sentem-se excluídos. A inserção democrática de todos nós nos diferentes processos políticos em que a Universidade está diretamente envolvida deverá ser o ponto principal de nossa atuação política na direção da ANDES-SN. Não permitiremos que a comunidade não se coloque em relação a questões políticas, tais corno, a Lei de Patentes e a Lei de Diretrizes e Bases. Ambas articuladas para destruírem definitivamente a Universidade e que contaram com a inibida oposição da atual direção da ANDES-SN.

Na direção acima apontada, propomos profundas modificações no agir político da ANDES-SN, seja ao nível da direção nacional, através da simplificação burocrática e ampliação de sua capacidade de formulação de políticas a serem discutidas e implementadas pelos professores, e até mesmo a nível de vice regionais, transformando-as em instâncias presentes no dia a dia dos docentes.

VOTE CHAPA 3

A ANDES DE VOLTA

PARA VOCÊ.

Eleição para a nova diretoria da Andes-SN, dias 21, 22 e 23 de maio. Participe.

Errata: Na edição passada, alguns nomes de candidatos foram equivocadamente publicados. Estamos republicando a lista correta com a composição das três chapas concorrentes.

Cargo	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3
Presidente	Maria Cristina de Moraes - ADURN	Maria Luiza Fontenele - ADUFC	Renato de Oliveira - ADUFRGS
1º Vice-Presidente	Fernando Molinos Pires - ADUFRGS	Helena Freitas - ADUNICAMP	Marco Antônio Sperb Leite - ADUFG
2º Vice-Presidente	Heitor Gaudenci Junior - ADUNIMEP	Luis Fernandes - ADUFF	Carlos Coutinho Batalha - ADUFES
3º Vice-Presidente	Almir Serra Meneses Filho - ADURN	Walter Nique - ADUFRGS	Rubens Pinto Lyra - ADUFPB-JP
Secretário Geral	Márcio Antônio de Oliveira - APESFJ	Elias Nunes Dourado - ADUSB	Emmanuel Appel - APUFPR
1º Secretário	Luiz Paiva Carapeto - ADUFPEL	Dalton Melo Macambira - ADUFPI	Robério Ribeiro - UFBA
2º Secretário	Géria Maria Montanari - ADUFSCAR	Otávia F. S. Rodrigues - APUBH	Francisco Paula Castro - ADUFERPE
3º Secretário	Lafaiete Santos Neves - APUFPR	Mara Helena Almança - APUFSC	Ciomara Maria Perez Nunes - APUBH
1º Tesoureiro	Solange Bretas - ADUFU	Lêdo Leite Fontes - ADUFPB/JP	Anibal Sanchez Moura - ASDUERJ
2º Tesoureiro	Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPJ	Marcos Vinícius Bastos - ADUFERPE	Ricardo Rondinel - SEDUFSM
3º Tesoureiro	Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB	Reginaldo Nassar Ferreira - ADUFG	Jaime Mendonça - ADUFEPE
Regional Norte			
1º Vice-Presidente Regional	Solange Calcagno Galvão - ADUFPA	Telma de Carvalho Lobo - ADUFPA	Emani Pinheiro Chaves - ADUFPA
2º Vice-Presidente Regional	Grauben José Alves de Assis- ADUFPA	José Sávio da Costa Maia - ADUFAC	Maria da Graça Barreto - ADUA
1º Secretário Regional	Cleyde Sizo - ADUFPA	Simone Baçal de Oliveira - ADUA	Clodomir Monteiro da Silva - ADUFAC
2º Secretário Regional	Carlos Luis Ferreira da Silva - ADUNIR	Odete Burgelle - ADUNIR	João Bosco de Lavor Barreto - ADUA
1º Tesoureiro Regional	Armando dos Santos Filho - ADUFPA	Zuleide Pamplona - ADUFPA	Neder Roberto Charone - ADUFPA
2º Tesoureiro Regional	Raffaele Amazonas Novellino - ADUA	Francisco Aldair Matias - ADUFAC	João Ricardo Bessa Freire - ADUA
Regional Nordeste I			
1º Vice-Presidente Regional	Ciro Nogueira Filho - ADUFC	Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC	Zartu Giglio Cavalcanti - APRUMA
2º Vice-Presidente Regional	Maria Célia Leal e Silva - ADCESP	Maria do Socorro Monteiro - ADUFPI	Heitor Faria Guilherme - ADUFC
1º Secretário Regional	Sandoval Ribeiro Sena - ADUNIFOR	Maria J. Pereira Costa - APRUMA	Leda B. Guimarães - ADUFPI
2º Secretário Regional	Cristiano Matias Neto - ADUFPI	Virgílio Madeira Martins - ADUESPI	Mércia Antunes - ADUFMA
1º Tesoureiro Regional	Yaci Mendonça de Almeida - ADUFC	Angélica Maria Pinheiro - UEC/VPR	Maria Lídice Moreira Lima - APRUMA
2º Tesoureiro Regional	Maria do Socorro Machado - ADCESP	Francinete Paula Avelino - ADUFPI	Maria Meire Ferreira - APRUMA
Regional Nordeste II			
1º Vice-Presidente Regional	Francisco José de A. Filho - ADUFEPE	Edward Robinson - ADUFEPE	Eliezer Queiroz Souto - ADUFERPE
2º Vice-Presidente Regional	Argus Vieira de Almeida - ADUFERPE	Marlene Alves de Souza - ADUEPB	Maurino M. Santana - ADUFPB/CG
1º Secretário Regional	Ibiraci Maria Fernandes - ADURN	Rubem G. Nunes - ADURN	M. Regina Barbosa - ADUFPB/JP
2º Secretário Regional	Maria Bernadete Nóbrega-ADUFPB/JP	José de Anchieta F. Lopes - ADUFPB	Lurildo Cleano Saraiva - ADUFEPE
1º Tesoureiro Regional	Luis Manuel Nascimento - ADUCAPE	Maria Auxiliadora Leal - ADUPE	Maria Angela Grillo - ADUFERPE
2º Tesoureiro Regional	Maria da Selete B. Farias - ADUFPB/JP	Maria Ivonete Soares Coelho -ADFURN	Selma Bezerra Souza Silva - ADURN
Regional Nordeste III			
1º Vice-Presidente Regional	Maria Lia Silva Reis - ADUCSAL	Antônio Passos Lima Filho - ADUFAL	Mercedes Chaves de Carvalho - APUB
2º Vice-Presidente Regional	Luis Alberto dos Santos - ADUFS	Marcos Antônio da Silva - ADUFS	Maria Nely dos Santos - ADUFS
1º Secretário Regional	Elda Vieira Tramm - APUB	Artur Caldas Brandão - APUB	Uilma R. de Matos Amazonas - APUB
2º Secretário Regional	Nildon Carlos Pitombo - ADUFS/BA	Moema Cartibani Badaró - ADUSC-BA	Manoelito Damasceno - ADUNEB
1º Tesoureiro Regional	Terezinha Maria Santos - ADUCSAL	Maria Alba Correia da Silva - ADUFAL	Paulo César Chaves - APUB/CEFET
2º Tesoureiro Regional	Eduardo Ubirajara Batista - ADUFS	Frederico Antônio Torres - ADUFS-BA	Mirtânia Leão - APUB/CEFET
Regional Leste			
1º Vice-Presidente Regional	Jacqueline Blaso - ADCEFET/MG	Tarcisio Gonçalves Alencar - ADUFU	José Henriques Maia Fi[illegible] -APUBH
2º Vice-Presidente Regional	Luis Fernando Carvalho - ADFUNREI	Francisco Mauri Carvalho - ADUFES	Cicero Romão Cavatti - ADUFES
1º Secretário Regional	Armando Chaves Corrêa - ADUFU	Rosângela Carrusca Alvim - APUBH	Benjamin Almeida Men[illegible] - APESJF
2º Secretário Regional	Vânia Maria Louzada - ADUFES	Maurílio Nogueira da Silva - ASPUV	Marcelo Marinho Franc[illegible] ADUFOP
1º Tesoureiro Regional	Lizia Maria Porto Ramos - APUBH	Paulo Augusto Camargos -APUBH	Angela Carrato - APUB[illegible]
2º Tesoureiro Regional	Wilson Guilherme Acácio - APESJF	Marco Túlio David das Neves - ASPUV	Rosemary Dores Soares - APUBH

Eleição para a nova diretoria da Andes-SN, dias 21, 22 e 23 de maio. Participe.

Errata: Na edição passada, alguns nomes de candidatos foram equivocadamente publicados. Estamos republicando a lista correta com a composição das três chapas concorrentes.

Regional Planalto	CHAPA 1	CHAPA 2	CHAPA 3
1º Vice-Presidente Regional	Miriam Bianca Ribeiro - ADUFG	Márcio Florentino Pereira - ADUFG	Marlene L. Faleiro - ADUFG
2º Vice-Presidente Regional	Eliane Martins de Freitas - ADCAC	Arcelina Dias - ADUnB	Eurípedes da Cunha Dias - ADUnB
1º Secretário Regional	Laurindo Elias Pedrosa - ADUFG	Guillermo Moia - ADCAC/Catalão	Maria Ieda Almeida Buriak - ADUFG
2º Secretário Regional	Wagner Melo Ferreira - ADUNITINS	Verbena Medeiros Brito - APUG	Dóris S. de Faria - ADUnB
1º Tesoureiro Regional	Enoch José da Mata - ADUFG	Abraão Garcia Nunes - ADUFG	José César S. Clímaco - ADUFG
2º Tesoureiro Regional	Maria da Conceição Silva - ADESA-GO	Leandro Oliveira - ADUFG	Marcos Corrêa Loureiro - ADUFG
Regional Pantanal			
1º Vice-Presidente Regional	Roberto Boaventura Silva - ADUFMAT	Waldemir Rodrigues - ADUFMAT	Leni Hack - ADUNEMAT
2º Vice-Presidente Regional	Hermano José H. de Melo - ADUFMS	Lauro Bulaty - ADUFMS	José Márcio Licerre - ADUFMS
1º Secretário Regional	Irenilda Angela Santos - ADUFMAT	Laerte Pinhêdo - ADUFMAT	Célia Maria de Oliveira - ADUFMS
2º Secretário Regional	Renato Gomes Nogueira - ADUFMS	Dario Xavier Pires - ADUFMS	Maria Ivonete de Souza - ADUNEMAT
1º Tesoureiro Regional	Pio P. Filho - ADUFMAT	José Arimatéa Guimarães - ADUFMAT	Rogério Fernando Neto - ADUFMS
2º Tesoureiro Regional	Ordália Alves de Almeida - ADUFMS	Romeo Gama do Carmo - ADUFMS	Edward Bertholini Castro - ADUFMAT
Regional Rio de Janeiro			
1º Vice-Presidente Regional	Margarida Carvalho Santana - ADUFF	Eduardo Gonçalves Serra - ADUFRJ	Cibele Reynauld - ADUFRJ
2º Vice-Presidente Regional	Irlete Braga da Trindade - ADUR-RJ	Getúlio Wagner Fernandes- ADUNIRIO	Celso Almeida e Silva - ADCEFET/RJ
1º Secretário Regional	José Glauco Ribeiro Tostes - ADUFF	Hélio de Mattos Alves - ADUFRJ	Hidemburgo F. Pires - ASDUERJ
2º Secretário Regional	Roberto Houaiss - ADUFRJ	Paulo Roberto Peres - ADUFRJ	Domênico Mandarino - ASDUERJ
1º Tesoureiro Regional	Marcos Peixoto - ADUR-RJ	Marília Cintra Barroso - ADUNIRIO	Sérgio C. Gonçalves - ADCEFET/RJ
2º Tesoureiro Regional	Vera Maria Rocha R. Pinto - ADUR-RJ	Carmem Lúcia Antão - ADUNIRIO	Eurico Zimbres - ASDUERJ
Regional São Paulo			
1º Vice-Presidente Regional	Zildo Gallo - ADUNIMEP	Adelaide José Vaz - ADUSP	Lúcia Lodi - ADUNESP
2º Vice-Presidente Regional	Paulo Martins - ADUNISA	Luis Roberto de Oliveira - ADUNESP	Ricardo Musse - ADUNESP
1º Secretário Regional	Gilberto Lopes Teixeira - ADUNISA	Antônio Luis Caldas Jr. - ADUNESP	Marcos Barbosa de Oliveira - ADUSP
2º Secretário Regional	Ronaldo Schubert Souto - ADUNIMEP	Luis Alfredo Chinale - ADUNESP	Ivan Santo Barbosa - ADUNICAMP
1º Tesoureiro Regional	Oswaldo Alves Mora - ADEPM	José Lúcio M. Machado - ADUNESP	José Coelho Sobrinho - ADUSP
2º Tesoureiro Regional	Claudinei Lourenço - Filiado VPR-SP	Motomaro Imaizumi - ADUNESP	Isabel Maria Loureiro - ADUNESP
Regional Sul			
1º Vice-Presidente Regional	Maria da Graça Bollmann - APUFSC	Walmir Oléias - APUFSC	Maria José Justino - APUFPR
2º Vice-Presidente Regional	Maria L. Domingues - SINDCEFET/PR	Edmeire Cristina Pereira - APUFPR	Milton Muniz - APUFSC
1º Secretário Regional	Maria Sueli S. Leonarte - APUFPR	Clair Castilho Coelho - APUFSC	Eli Nunes Marques - APUFPR
2º Secretário Regional	Ricardo Triska - APUFPR	Norberto Schunel - APUFSC	Albertina Dutra Silva - APUFSC
1º Tesoureiro Regional	Oglacir Cardoso - SINDCEFET/PR	Norberto Rech - APUFSC	José Roberto Braga Portela - APUFPR
2º Tesoureiro Regional	Sandra Regina de Oliveira - ADUEL	Alcides Rabelo Coelho - APUFSC	Paulo Cézar F. Mathias - VPR-UEM
Regional Rio G. do Sul			
1º Vice-Presidente Regional	Meri Rosane Silva - APROFURG	Célia Gervaze Chaves - ADUFRS	Jorge Quillfeldt - ADUFRGS
2º Vice-Presidente Regional	Denise M. Bussolett - ADUFPEL	Ligia Maria Chiareli - ADUFPEL	Maria Adélia de Carlos - ADUFRGS
1º Secretário Regional	Luis Fernando Minasi - APROFURG	José Antônio Fernandes - SEDUFSM	Sônia Toffel - SEDUFSM
2º Secretário Regional	Walcir B. V. Corvello - ADUFPEL	Ênio Tonine - SEDUFSM	Florismar Oliveira Thomaz - ADUFPEL
1º Tesoureiro Regional	Carlos Alberto Oliveira - ADUFPEL	Marilda Borges Neutzling - ADUFPEL	Fernando Quadros - SEDUFSM
2º Tesoureiro Regional	Maria Letícia M. Ferreira - ADUFPEL	Maria de Fátima A. Vieira - ADUFPEL	Cirio Simon - ADUFRGS

SEMANA 21 - 27
MAIO 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Visite a página da ADUFRJ na Internet

http://www.ibase.org.br/~adufrj

Indignação e tristeza na Cinelândia. Ato, dia 17 de maio, marcou um mês de impunidade dos responsáveis pelo massacre de 17 trabalhadores Sem Terra, no sul do Pará. Servidores e estudantes se solidarizaram na luta pela reforma agrária.

STF reconhece perdas

Apesar de votar contra o reconhecimento da data-base dos servidores públicos federais, a maioria dos oito ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive seu presidente, Sepúlveda Pertence, se sentiu constrangida pela decisão contrária ao reajuste salarial anual e reconheceu as perdas decorrentes da inflação desde janeiro do ano passado. Dos 11 ministros, oito votaram contra o mandato de segurança coletivo, impetrado pelos partidos de esquerda, os demais foram favoráveis ao reconhecimento da legitimidade da data-base.

(continua na página 4)

Professores propõem continuidade da greve dos servidores

Mesmo diante de uma derrota "legal", sofrida com a votação do Supremo Tribunal Federal contra o reajuste anual de salários, delegados, representando 32 ADs, levaram para a Plenária dos SPFs, neste fim de semana, em Brasília a posição de continuar a greve nacional

O governo não dá trégua e continua a ignorar os baixos salários e o sucateamento do serviço público. Enquanto isso, retoma o toma lá da cá e barganha com as bancadas ruralista e mineira a aprovação, no Congresso, da reforma da Previdência.

A reforma necessária mesmo - a reforma agrária – foi prometida como prioridade do governo, após o massacre de Eldorado dos Carajás. Passado um mês, o governo continua enrolando os trabalhadores Sem Terra, os servidores, os estudantes …

Em defesa da autonomia e da democracia na Andes para todos

Nos próximos três dias, docentes de todo o país estarão, por voto direto, escolhendo a próxima diretoria da Andes-SN, nosso sindicato nacional. Pela segunda vez na história da Andes e pela primeira vez nos últimos dez anos, mais de uma chapa concorre. Na Adufrj, um dos maiores colégios eleitorais do sindicato, serão doze seções eleitorais para receber os votos de cerca de três mil associados.

Desde o início do processo eleitoral, no XV Congresso da Andes-SN, em fevereiro deste ano, a Adufrj empenhou-se, por todos os meios ao seu alcance, em divulgar as três chapas e as suas propostas. Reservou amplos espaços no seu Jornal para a publicação dos manifestos, programas e outros textos preparados pelas chapas, patrocinou um debate entre os candidatos à presidência, enviou pelo correio material de propaganda das chapas e divulgou amplamente todas as etapas do processo eleitoral.

A Adufrj procedeu desta forma por respeito aos seus associados, por entender que estes têm o direito de conhecer profundamente as propostas das chapas para que seu ato de votar seja de fato a expressão de um processo de conteúdo democrático. Só assim pode um processo eleitoral ser de fato um momento privilegiado de discussão política, de conscientização e de mobilização e não uma simples luta pelo poder. O que interessa, afinal, não é propriamente qual das chapas vai ganhar a eleição, mas sim que a chapa vencedora seja capaz de conduzir o sindicato no seu papel fundamental, que é o de organizar a luta de toda a categoria docente na defesa da universidade e na construção de uma sociedade próspera e sem opressão. Qualquer que seja a chapa vencedora, terá todo o apoio da Adufrj nesta tarefa.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

A greve dos servidores vem após um mês de deflagração, finalmente conseguindo espaço na imprensa. O Comando Geral de Greve da Andes-SN encaminhou às ADs a discussão sobre o fim da greve nacional dos SPFs e a avaliação da possibilidade de uma greve específica dos docentes, apresentada por várias ADs, de várias universidades do país.

Assembléia Geral decidirá sobre a continuidade da greve

Durante a reunião do Comando Nacional Unificado de Greve dos servidores públicos federais, na sexta-feira, dia 17, em Brasília foi proposto o fim da greve para esta semana. No entanto, os representantes da Andes-SN argumentaram que a deliberação pela saída de greve, ainda no fim de semana, iria desarticular o movimento nas universidades. Foi aprovado, então, que a Plenária dos SPFs, que se reuniria segunda-feira para decidir sobre a greve, se mantivesse como plenária permanente até esta terça-feira, dia 21, quando a maioria das categorias, inclusive as ADs, já terá realizado suas assembléias locais para decidir sobre a continuidade ou não da greve.

O quadro nas demais categorias do serviço público, como os trabalhadores do IBGE, previdenciários e do judiciário, retrata a dificuldade de mobilização das bases e por isso a Assibge, a Condisef, o Sinasefe e a Fenasps indicaram a saída unificada da greve.

O Comando Local de Greve da Adufrj se reuniu segunda-feira, dia 20 e com base no quadro das ADs e das demais categorias de servidores decidiu encaminhar à Assembléia Geral desta terça, dia 21, um indicativo de saída de greve para segunda feira dia 27, com nova assembléia geral nesta quinta, 23.

Greve só de professores

A possibilidade da construção de uma greve específica dos docentes foi levantada por delegados de várias ADs durante a reunião do Comando Geral de Greve da Andes-SN, neste fim de semana, também em Brasília. A maioria das ADs que realizou assembléias na semana passada aprovou a continuidade da greve e algumas defenderam a continuidade da greve dos docentes, independente do resultado da plenária dos servidores.

O CLG da Adufrj, por entender que esta greve é uma greve do conjunto dos servidores, não foi favorável a este encaminhamento.

Encaminhamentos do Comando Local de Greve da Adufrj

- manutenção do estado de mobilização, com a transformação do Comando Local de Greve em Comando Local de Mobilização, na perspectiva da continuação da luta pelas reivindicações da greve dos servidores, em especial a defesa da universidade pública e gratuita.

- Construção de uma greve geral, em conjunto com a CUT, prevista para dia 14 de junho, e da construção de uma grande marcha pela Educação neste dia.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ

21 de maio, terça-feira, às 14 horas

Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta

Avaliação da Greve

Professor da Andes-SN acompanha julgamento no STF de mandado de segurança coletivo pela garantia da data-base dos servidores públicos federais

O relato dos votos

É dos ministros do Supremo Tribunal Federal a responsabilidade de julgar o mérito de questões ignoradas ou mal encaminhadas pelo presidente da república e seus ministros, como o caso da data-base dos servidores públicos federais. Dos onze ministros, oito votaram contra a data-base e os demais foram favoráveis. Veja as argumentações e votos de cada um.

500 servidores realizaram uma vigília em frente ao prédio da Justiça Federal, em Brasília, dia 15 de maio, e puderam acompanhar bem de perto a votação do Supremo Tribunal Federal, que votou contra o mérito do mandado de segurança coletivo que garantia a data-base dos SPFs em 1º de janeiro de cada ano. O diretor executivo da Andes-SN, professor Rubens Freire Ribeiro, assistiu à argumentação dos ministros e pode comprovar que o poder judiciário do país continua a serviço do Executivo, sem de fato exercer o papel de fiscal da Justiça e dos interesses da sociedade.

Votando a favor dos servidores, o Supremo estaria se colocando contra os projetos de Fernando Henrique e seus ministros, garantindo a reposição salarial e a manutenção da qualidade do serviço público, o que de maneira nenhuma é interessante para um governo que vem de todas as formas tentando neutralizar o funcionalismo, seja através de campanhas na mídia, seja negando salários ou minguando verbas.

Normalmente, nesse tipo de instância, o voto é precedido de várias exposições e considerandos, mas o relator do processo, ministro Maurício Correia, foi breve e disse apenas que o instrumento mandado de segurança era inadequado para esse tipo de ação, pois não havia sido caracterizada nenhuma espécie de "dano" à categoria dos servidores. Segundo a falar, Francisco Rezek também foi breve e, votando contra, seguiu o parecer do relator.

Finalmente uma argumentação favorável. Bem diferente de seus antecessores, o ministro Ilmar Galvão, não poupou no discurso e levou em consideração o princípio constitucional da irredutibilidade dos salários, citando o inciso 10 do artigo 37 da Constituição Federal, onde está garantido que a "revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índice entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data.".

Perdas salariais têm conseqüências sociais.

Em seu discurso em defesa do direito dos trabalhadores, llmar lembrou que o Tribunal deveria ser uma corte em que fossem julgados todos os aspectos, históricos, econômicos e sociais, o que significaria levar em consideração a necessidade e legitimidade do reajuste anual de salários como forma de garantir que não haja prejuízos para a categoria e para a própria sociedade, que é a mais interessada nos serviços prestados pelo funcionalismo.

Defesa seguida pelos ministros Marco Aurélio Mendes de Mello e Carlos Mário da Silva Velloso. Questões de fundo sobre o poder do supremo de legislar ou não foram levantadas por Marco Aurélio: se os poderes que legislam são aqueles eleitos pelo povo, o Poder Judiciário, por não ser legitimado diretamente nas urnas, não legisla, mas somente obedece à lei. Nesse caso, porém, diante da omissão do presidente da República, o Tribunal deveria não só fazer cumprir a lei - no caso o artigo 37 da CF -, mas também pressionar o governo a produzir leis que resolvam questões como essas.

As demais falações se dividiram entre a pressa e o constrangimento. Os ministros Celso Mello, José Carlos Moreira Alves, José Neri da Silva, Sidney Sanches, Luiz Otávio Pires Gallotti e presidente do STF, Sepúlveda Pertence foram contrários ao reconhecimento da data-base através do mandado de segurança. Mas a maioria reconheceu as perdas salariais e o prejuízo causado pelo governo ao não conceder nenhum reajuste aos seus trabalhadores. Sepúlveda Pertence, último no julgamento, foi quem nitidamente se mostrou mais constrangido. Reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo funcionalismo público, já que, na condição de administrador do Judiciário, vive o drama dos salários e o sucateamento dos serviços. Nery da Silveira reconheceu os "vazios sociais", mas votou contra.

Injustiças à parte, o que o Supremo deveria fazer mesmo seria refletir mais sobre sua "autonomia".

Além do art. 37 da Constituição Federal, a Lei 7.706/88 também foi invocada na defesa da data-base. A norma, já utilizada várias vezes por governos anteriores para reajuste de salários, diz que "a partir de 1989, o mês de janeiro será considerado data-base das revisões dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares da Administração Federal Direta, das Autarquias, dos extintos territórios e das fundações públicas.

A votação do Supremo não foi surpresa para os servidores em greve há mais de um mês. As entidades dos servidores federais em todo o país, entre elas a Andes-SN e a Fasubra, estarão organizando nas próximas semanas a construção de uma greve geral, a ser convocada pela Central Única dos Trabalhadores, provavelmente para o dia 14 de junho.

Vigília pela data-base

Servidores da justiça, da educação, da previdência social, mais estudantes, curiosos, dirigentes sindicais, todos estavam lá em vigília pela votação da data-base dos servidores públicos federais pelo Supremo Tribunal Federal, em frente ao prédio da Justiça Federal, Cinelândia. O ato fez parte da mobilização conjunta dos servidores em todo o país. Em Brasília 500 pessoas acompanharam de perto a votação do Supremo, que durou todo o dia e parte da noite de quarta-feira, dia 15.

Mobilização

Se o barulho impiedoso e constante das britadeiras do prefeito César Maia não é suficiente para disfarçar a miséria que ronda a Cinelândia, o silêncio da mídia também não intimida a oposição às metas duvidosas e gestão antidemocrática que caracterizam o governo Fernando Henrique. Antes da concentração em frente à Justiça Federal, os servidores federais do Rio abraçaram o prédio da superintendência do INSS, em um protesto contra a reforma da previdência e os danos causados pelo sucateamento no sistema público de saúde.

Para evitar que conquistas históricas sejam suprimidas e decisões fundamentais para o conjunto da sociedade implantadas sem a ampla participação da sociedade é necessária muita discussão, como disse Alexandre Lopes, vice-presidente da CUT-Rio, "a oposição está em todo lugar, no campo e na cidade ". E nos comentários que crescem à boca pequena e se espalham a passos largos, rumo à greve geral.

O STF votou contra os servidores, mas o mais precioso instrumento de luta, ainda está bem vivo nas ruas da cidade. A greve vem ocupando há um mês a Esplanada, praças e avenidas do país. Continuar essa mobilização será a única forma de conquistar salários e barrar as reformas da Previdência e do Estado.

Enquete

Comunidade responde, durante assembléia comunitária, dia 17, sobre os rumos da greve e do movimento na UFRJ.

O que fazer?

A terceira assembléia comunitária realizada durante a greve apontou os rumos do movimento na UFRJ e encaminhou a continuidade da greve e a formação de um Fórum em Defesa da Universidade Pública. A avaliação da maioria dos presentes foi de que a greve fortaleceu as ações conjuntas de estudantes, professores e funcionários.

Mário Fernando Petzhold - professor da Escola de Engenharia

Eu acho que a gente têm que escolher um símbolo da resistência e, particularmente, eu até acho que um bom símbolo foi o que os alunos da ECO escolheram, que era o nariz de palhaço. Minha proposta é essa, que a gente tenha um símbolo, que pode ser o nariz de palhaço e que continue lutando, mostrando para a sociedade que a gente não desmobilizou não, que foi uma etapa de luta, mas a gente têm que continuar. Realmente, o mais importante de tudo foi a mobilização dos três segmentos, e a conseqüência é fazer com que a gente não deixe essa onda neoliberal continuar. Portanto, o negócio é escolher este símbolo e mostrar para a sociedade que a UFRJ está mobilizada. A idéia de ir à praça é fantástica, então a gente têm que ter o engajamento de professores, funcionários e alunos para, nas suas atividades extra-UFRJ, a gente continuar divulgando o que este governo está fazendo tentando desmobilizar a sociedade e abrir para o capital internacional A globalização da economia tem vantagens, mas se a gente, enquanto nação, respeitar nossa soberania. Porque hoje o que está acontecendo, e já está patente em nossa sociedade, é o desemprego.

Ana Maria Ribeiro - funcionária da SR-1

Essa não é a primeira greve da Universidade, já houveram muitas outras, e eu tenho a experiência particular de ter sido estudante desta Universidade e ter participado das várias greves, desde 1980. A mobilização é a gente continuar, as três entidades unificadas, discutindo que Universidade a gente quer, que perfil, como é uma Universidade democrática, como é a estrutura dela, e vamos brigar nos órgãos colegiados para que ela volte a ser o espaço democrático que a gente tinha conquistado na década de 80. Hoje tem uma lei que diz que não pode ser paritário, 70% para os docentes e 30% para o resto, que não permite a escolha direta, que é ele, governo, que define. Quer dizer, a autonomia de fato é completamente retirada, que foi uma mobilização principalmente desta Universidade, como muitas outras, em Brasília. As negociações para este artigo 207 na Constituinte - eu tive a experiência de ter vivido este momento histórico, representando os estudantes na época -, foi de tirar o na forma da lei, porque a autonomia é para ser auto-aplicada. E isso, é a gente conseguir se organizar discutindo o que funciona na UFRJ. Um fato importante é estar no CEG na próxima quarta-feira para dizer que não aceitamos reduzir vagas no vestibular. É defender o interesse da sociedade que está lá fora, que vai querer entrar aqui dentro.

Nelson Silva - professor da Faculdade de Medicina

Eu acho que a mobilização deve ser contínua, em termos de convocar os estudantes, funcionários e manter reuniões regulares para discussão da situação da Universidade, como o problema de alocação prioritária de verbas. Que nós tenhamos mecanismos de contato permanente com a Câmara, com o Senado, com os deputados e senadores que são favoráveis à aplicação de verbas na área de saúde e educação, para vencer o lobby contrário, que determine verbas para a área financeira, para a área dos grandes latifundiários. O dinheiro que é aplicado nesses bancos e com os latifundiários dá para sustentar todas as Universidades públicas deste país inteiro e ainda sobra. Então, ou nós mantemos esta mobilização e discutimos esta alocação prioritária de verbas e desenvolvemos mecanismos para que isto seja mudado, ou nós vamos continuar nesta situação em que nós estamos, que na realidade, eu sempre enfatizo, é uma greve eterna. Os nossos hospitais hoje não atendem à população, quer dizer, nós estamos sempre em greve. Outro dia nós tivemos um paciente com câncer de próstata que levou um ano para ser operado, um câncer levou um ano para ser operado, isto significa uma greve eterna. Porque o hospital não tem verbas, as cirurgias estão suspensas por falta de sangue, por causa de gasometria, por falta de exames laboratoriais. Nós só conseguiremos reverter esta situação se as verbas que são dadas para o sistema financeiro e os grandes latifundiários forem alocadas para as áreas de educação e saúde.

Irani Demésio - funcionária do Instituto de Física

Eu acho que a gente deveria organizar fóruns de discussão sobre os problemas da Universidade, seminários, encontros de cada categoria, encontro das unidades depois levar isso e juntar. Eu trabalho na Universidade há 18 anos, estou nas greves desde o início e este ano, a gente conseguiu juntar os três segmentos e devemos continuar a levar esta unidade. As coisas estão acontecendo, eu acho que a gente conseguiu sair do marasmo. É trabalhar neste sentido e arrumar um jeito de continuar a conversar, nós, funcionários, estudantes e professores.

Osvaldo Silva - professor da FAU

Eu acho que o que aconteceu com o comando local de greve, de terem aparecido outros professores, isso já é uma forma de mobilizarão, que cada um vai ser representante de uma unidade da nossa Universidade, que a gente não tinha. Agora o número é muito maior, isso já é um ganho da nossa greve. De qualquer maneira, individualmente, em cada uma das unidades, isso já é uma semente plantada. Outras formas são acontecimentos como este (Assembléia Comunitária), unir os três segmentos, porque um puxa o outro, se um está desfalecendo, o outro está lá. Eu acho que, principalmente, a gente têm que atacar por este lado, infiltrando pelas unidades e conseguindo adesão.

Adolfo Wagner - presidente do DCE Mário Prata

Eu acho que um elemento importante é a qualificação do debate no interior da Universidade e a capacidade que a gente vai ter que ter de estar mobilizando tanto estudantes quanto funcionários para dar conta das questões que vão começar a aparecer como reflexo direto da política do governo federal aqui na UFRJ. Exemplo: tentar garantir a mobilização contra o sucateamento estrutural da Universidade, contra iniciativas como essas de diminuição de vagas para o vestibular, pela garantia de que a Universidade conceda diploma independente do estudante realizar ou não esse provão. Ou seja, hoje a posição fundamental é, ao mesmo tempo em que tem que politizar o debate, conseguir estar mobilizado para dar respostas imediatas a estas questões que vão estar sendo colocadas no dia a dia da nossa Universidade. Aí, a idéia do fórum de autonomia, ou da discussão do movimento pró-estatuinte, que os três segmentos queiram começar a discutir, são iniciativas que devem ser fortalecidas.

Jorge Gepeda estudante do CA da Medicina

Eu acho que a gente deve continuar articulado com os outros segmentos que estão em greve também e chegar a um ponto que foi um pouco esquecido nesta greve que é a questão da nossa identidade. A gente trabalha com educação, a Universidade faz pesquisa, produz conhecimento, e a gente não está muito certo de qual é a identidade real, o que tem que balisar a nossa luta. A gente está lutando em defesa da Universidade, e contra perdas salariais, temos que lembrar que a gente estuda, somos agentes da educação, temos que ter isso muito firme para, se for o caso de ir para as ruas, sair com uma união interna. A gente têm algumas coisas encaminhadas, estamos pensando num congresso interno de educação, onde a gente discuta com todas as turmas, que se façam grupos de trabalho para pesquisar a história das Universidades, da construção da autonomia.
Para, em cima disto, embasar tecnicamente a nossa luta, saber em que chão se está pisando e conseguir uma união real com os outros segmentos da sociedade e inclusive com as outras Universidades, nacionalizar o nosso movimento como um movimento da educação, como um movimento do setor público.

Em defesa da universidade pública e gratuita

Comunidade do HU debate sobre projetos do governo para educação e as perspectivas da mobilização da universidade contra as investidas neoliberais de FHC.

Hospital Universitário discute Lei de Diretrizes e Bases

Aos poucos eles foram chegando, a maioria de branco e com o estetoscópio pendurado no ombro, para mais uma reunião de unidade no Hospital Universitário.

Professores, estudantes e funcionários da Medicina, e de outras áreas que compõem o *braço* assistente-médico-social da UFRJ concentrado no HU, desta vez - no último dia 16 de maio - foram surpreendidos com a presença do professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação, convidado a falar sobre os projetos do governo na área da educação. Especificamente, sobre a LDB do Senado.

A única forma de evitar que empreiteiros acadêmicos venham a tomar posse da Universidade, desenvolvendo pesquisas que atendam unicamente interesses particulares, específicos de empresas, como vem tentando o governo fazer com as instituições públicas de ensino superior, privatizando-as, é tomar uma atitude. "Para que este papel seja executado, é preciso matar o saber", como apreendeu o professor Alfred Lemle, outro que foi enfaticamente também aplaudido.

Autonomia e Indissociabilidade

A indignação com os rumos da educação no Brasil é própria da Universidade, onde a pluralidade de questões, e a divergência de pontos de vista convivendo em permanente interação criam o ambiente propício para o fortalecimento e a ampliação das fronteiras do conhecimento. E de luta por melhores e maiores condições para o Brasil. Do contrário, o conhecimento se estagna. E o país fica para trás.

Na forma da lei, como quer o governo restringir a autonomia das Universidades públicas brasileiras (atingindo-a em seu âmago), dissociar ensino da pesquisa e da extensão, como propõe Darcy Ribeiro em "sua" LDB (desmontando o seu sentido maior), e a lei de Patentes, são os instrumentos contundentes com que o Banco Mundial pretende destruir o ensino e a pesquisa básica e de ponta no Brasil. E poder vender caro tecnologias que só serão possíveis nos países desenvolvidos.

Mesmo representando a contramão da história - corpo lembrou Lehef em seu breve relato sobre o secular embate da universidade ocidental contra a ingerência, primeiro da igreja, depois do estado e agora, também, das garras do mercado globalizante - aos poucos, na surdina, sem que a sociedade se dê conta, este é o programa com que o governo Fernando Henrique Cardoso vem reformando a educação brasileira. Queiram, gostem ou não.

Se é para garantir o futuro de suas aspirações pessoais, quem sabe ocupando um assento no Conselho de Segurança da ONU - e dando asas à sua infinita vaidade - não vem ao caso. O fato é que um sistema nacional de educação, com metas discutidas pela sociedade, não está na agenda do governo FHC. Infelizmente, agora livre do constrangimento da crítica de figuras como Florestan Fernandes, o que ele deseja para o Brasil é apenas o papel de reprodutor de conhecimento. No seu sentido mais estéril.

Não vai haver no exterior quem se interesse por pesquisar aspectos particulares que afligem nossas extensas e carentes regiões. Esquistossomose, doença de Chagas, ou outra cuja demanda seja de mercado não atrativo, fatalmente não será objeto de pesquisa. Não vai haver espaço no Brasil para desenvolver este tipo de pesquisa se a sociedade não se organizar e lutar por ele, agora.

Sociedade civil organizada

A organização é fundamental para que a sociedade reaja. E falas como a do professor Lemle - "estamos fazendo a história do Brasil, em lugares como este aqui, em salas onde trabalham pessoas que realmente amam esse país" - têm o efeito de, além de emocionar auditórios, mobilizar o coletivo para a realidade. Agora, se esta no momento é adversa, e a função de reverter é individual, de cada um, o contexto necessariamente passa pelo coletivo. Coletivo, por exemplo, como o descrito por ele, mesmo com certa dose de exagero: "É uma greve surpreendente, a menor preparação política, muito violentamente soterrada pela mídia e, no entanto, estamos unidos. É a primeira vez que isso acontece".

Os rumos da greve são importantes. Porém, mais significativo é o fato de as pessoas estarem se posicionando, procurando entender a *mecânica* dominante e todas as suas nuances romanceadas pela mídia tradicional. Como se o principal problema de saúde relevante no Brasil se resumisse em se esse ou aquele plano de saúde privado é melhor, ou mais caro.

Será que a gente vai ganhar alguma coisa nessa greve, perguntou, para ele mesmo, Lemle, responder. "A gente pode não ter ganho a curto prazo, data-base, a péssima remuneração do servidor público em geral, e no magistério, em particular. Mas com certeza já temos ganhos de qualidade, não quantificáveis a curto prazo, mas que já se refletem na nossa rotina". Atenção às palavras finais do respeitado professor: "isso só é possível porque todos aqui sabem que o que está em jogo é o projeto de vida de cada um". E, "que nossos governantes se lembrem que não são governantes dos americanos, mas dos brasileiros".

Cinema no Fórum - Oleanna, de David Mamet será apresentado dia 28 de maio, 3ª feira, às 18:30h, no Salão Pedro Calmon. Av. Pasteur 250 – 2º andar, Campus da Praia Vermelha. Após a exibição a psicanalista Dulce Duque Estrada e o psiquiatra e professor Raffaele Infante participarão de debate sobre o filme. O evento é gratuito.

Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

POR QUE A CHAPA 1 "ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA?

Existem diferenças políticas importantes entre as três chapas. O que diferencia a Chapa 1 das demais é a prática política de construção de um movimento docente autônomo e democrático organizado a partir dos bases. A Articulação Andes-AD está comprometida desde a sua fundação, no Congresso de 1986, com esta proposta.

E preciso lembrar que naquele momento o projeto de adesão à "Nova República", defendido pelos conservadores em aliança com alguns partidos de esquerda, foi democraticamente derrotado dentro do movimento. As forças derrotadas abandonaram o movimento docente e hoje estão novamente pleiteando a direção nacional do ANDES-SN. Saudamos a volta desses companheiros ao movimento, porém continuamos discordando de suas orientações políticas que, em última análise, não priorizam a construção de um sindicato independente dos partidos políticos e autônomo em relação às administrações universitárias. Com base nesses princípios estivemos a frente da ADUFRJ desde 1989 constituindo a maioria das últimas diretorias.

Avaliamos que nossa orientação política de fortalecimento do sindicato foi correta. Na greve vitoriosa de 1991, obtivemos ganhos salariais significativos e um aprimoramento da carreira. A construção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, congregando entidades sindicais e científicas, permitiu a elaboração de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases alternativo ao neoliberalismo. No setor jurídico conquistamos a liberação do FGTS e a liminar do Plano Verão, que propiciou um ganho de 26,04% em nossos salários.

Mas o fato mais importante foi a construção consciente de um movimento democrático que nos abre as portas para hoje estarmos nos contrapondo à ditadura do pensamento neoliberal único e ao massacre da universidade pública. Neste sentido, a greve atual é vitoriosa uma vez que garantimos a sua construção democrática nos espaços do movimento.

É em nome dessa coerência que pedimos seu apoio a CHAPA 1 "ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA" como a melhor maneira de continuarmos a encaminhar nossas lutas em prol de uma sociedade mais justa, equânime e democrática e de uma universidade comprometida com as necessidades e interesses da maioria de nosso povo.

Chapa 2 – Andes para todos

OPOSIÇÃO E MUDANÇA PRA VALER

A chapa 2, que tem Maria Luiza Fontenele como candidata a presidente, se organizou em oposição à prática e à política da corrente que há mais de dez anos está no poder e não é mais capaz de refletir aos anseios, necessidades e urgências das Universidades públicas brasileiras. É urgente que os professores universitários de todo o país, através de sua organização sindical, cumpram seu papel não só de pensar, mas de agir e intervir no quadro político brasileiro, lutando contra o nefasto e antipopular modelo neoliberal hoje hegemônico.

É preciso que a ANDES seja protagonista do debate em torno da formulação de um projeto político capaz de transformar efetivamente as Universidades brasileiras em instituições a serviço da sociedade, buscando formas de resolver seus principais problemas que atendam aos interesses e demandas da maioria do população. Este processo de formulação, que deverá expressar um compromisso de se chegar a propostas objetivas, reais, viáveis dentro das contradições da sociedade, deverá buscar uma dinâmica de decisões coletivas, que estimule a participação da maior parcela possível dos professores e contribua para a formação de novas atitudes e compromissos por parte dos docentes.

É imperativo construir a unidade na diversidade possibilitando que a complexidade de pensamento que permeia a Universidade possa se refletir na dinâmica do movimento docente. Assim buscamos urna estrutura de funcionamento que articule ações coletivas com o maior número de associados, eliminando também qualquer dicotomia entre desempenho profissional/ institucional por um lado e atividade política e sindical.

Isso implica, de igual forma, na urgência de um processo de comunicação que dê visibilidade e coloque ao alcance de todos as nossas propostas, permitindo com clareza compreender a riqueza e a viabilidade do projeto que queremos construir.

Vote Chapa 2 - ANDES PARA TODOS

Já manifestaram seu apoio à chapa 2:

Alcino Camara Neto, Alex Pina, Ana Borralho, Anita dos Santos, Antônio Rodriques, Carlos José Ribas, Carlos Tannus, Déia Maria Ferreiro, Dulce Helena Chiaverine, Edelberto Ferreira Coura, Edson de Souza Pereira, Eduardo Quadra, Elaci Barreto, Eliezer Barreiro, Edwaldo Cafezeiro, Fernando Amorim, Gaudêncio Frigotto, Gerson Seabra, Glória Brás, Horácio Macedo, lber Reis, lná de Carvalho, Joel Teodósio, Leila Del Caro, Luiz Afonso H. Mariz, Marcia Regina Xavier, Maria Inês Bravo, Maria Lúcia Werneck, Mauro Cerutti, Milton Flores, Moacyr Barreto, Neise Deluiz, Nelson Souza e Silva, Paulo Cesar Arantes, Paulo Fábio Salgueiro, Ricardo lglésias, Roberto Figliolo, Roberto Viana, Rowilson da Silva, Rosane Nunes Gomes Johnson, Rubens de Araújo Filho, Sidnei Ferreira, Selene Alves, Tomaz Pinheiro, Vicente Batista, Zuleide Faria de Melo.

Chapa 3 - Democracia e Universidade

ANDES-SN: à altura da hora

Nos próximos dias, os professores universitários deverão fazer uma escolha da maior importância para o futuro da ANDES-SN e, por extensão, para o futuro da Universidade Pública no Brasil. As eleições para a nova direção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, marcados para os dias 21 a 23 deste mês de maio, vão definir a qualidade de sua atuação nos próximos dois anos.

O que estará em jogo neste pleito é a continuidade já insustentável de práticas excludentes e anti-acadêmicas, ou a ruptura com essas práticas e a recuperação dos princípios que fizeram da ANDES-SN, em suas origens e no decorrer dos anos oitenta, uma trincheira na linha de frente dos combates pela redemocratização do Brasil e uma referência, junto com outros setores organizados da sociedade civil, nos debates de grandes temas nacionais.

Neste quadro de verdadeira emergência, porém, encontramos nossa entidade isolada, esvaziada, distante tanto da conjuntura quanto do campus universitário. Na verdade, muitos de nós - e não apenas os que ingressaram na Universidade nos últimos anos - já não conseguimos mais reconhecer, nas direções que aí estão se sucedendo, a face inquieta, necessariamente diversa, democrática da ANDES-SN tal como a fundamos nos anos de chumbo da ditadura militar.

Ainda é tempo de despertar este Sindicato Nacional e de fazê-lo andar. No último Congresso da ANDES-SN, em Santa Maria, no início deste ano, um expressivo conjunto de delegados de todo o país, rompidos os limites da paciência frente à situação reinante, lançaram uma chapa determinada a reinstituir a cultura democrática, o respeito às divergências e às diferenças no interior da ANDES-SN. Surgiu, assim, a Chapa Três, e com ela a perspectiva de uma urgente atualização de nossa capacidade de combate e crítica.

Trazer a ANDES-SN ao mesmo tempo para dentro da Universidade e para o centro do debate nacional, devolver-lhe o papel histórico de fórum das grandes questões nacionais; levar a um máximo de eficiência os seus instrumentos de luta em prol de condições dignas para o trabalho de ensino, pesquisa e extensão - temos problemas de salários, de verbas, de autonomia, de concursos para preenchimento de vagas, de aposentadorias forçadas, entre tantos outros que estão destruindo a Universidade Pública. São algumas dessas tarefas que hoje batem às nossas portas, com as mãos cerradas.

Nossa obrigação é dar conta do recado.

CHAPA 3 - EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA UNIVERSIDADE

Eleição da Andes-SN. Dias 21, 22 e 23 de maio.

Professores escolhem próxima diretoria da Andes-SN

Os professores da UFRJ poderão participar, nesta semana, de terça a quinta-feira, da eleição para a próxima diretoria da Andes - SN. Três chapas concorrem à direção do Sindicato e têm candidatos desta universidade a cargos na Regional Rio. As urnas estarão espalhadas em todos os Centros e nas Unidades com maior número de eleitores. Para votar, o professor deve ter se associado à ADUFRJ até 20 de fevereiro deste ano.

Seções Eleitorais

nº	local	Unidades
1	CAP	Colégio de Aplicação
2	Música	Escola de Música
3	IFCS	IFCS e Direito
4	Praia Vermelha	Educação, Comunicação, Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria, IEI e FEA
5	CCS	ICB, Farmácia, Microbiologia, Nutrição, Educação Física, Biofísica, Nutes, NPPN e Biologia
6	HU	Medicina, IPPMG, Nesc, ITP e Odontologia
7	CCMN	Física, I.Química, Matemática, Geociências e Valongo
8	CLA	Belas Artes, FAU e IPPUR
9	CT	Engenharia, E.Química, Coppe e IMA
10	Museu	Museu
11	Enfermagem	Enfermagem
12	Letras	Letras

Chomsky comenta a greve dos docentes no Brasil

Noam Chomsky, professor do MIT e um dos mais respeitados intelectuais do século XX, responde a uma mensagem enviada via Internet por Ruth Lopes, professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Caros professores,

Fiquei muito interessado ao receber sua carta, ainda mais pelo fato de que estarei visitando o Brasil em novembro pela primeira vez, dando palestras no Rio, São Paulo, Brasília e Belém, ao que parece. Espero encontrá-los nessa ocasião.

Vocês têm toda a razão de estarem preocupados com o Brasil. Tenho acompanhado o que está acontecendo e tenho lido bastante a respeito da história do Brasil neste século, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial. Tenho também escrito, desde os anos 70 - tentando, como vocês corretamente dizem, "chamar a atenção para os problemas do Brasil", mais precisamente do meu ponto de vista, sobre o papel dos Estados Unidos na criação e na manutenção desses problemas, e sobre o que acho que deve ser feito.

Não concordo totalmente com vocês com relação ao fato de que "o presidente esqueceu suas lições", a menos que vocês estejam ironizando. As lições são claras e simples: sigam as ordens das instituições financeiras internacionais, que são, como vocês mesmos dizem, "regras ditadas principalmente pelos Estados Unidos". Por outro lado, isso tem sido realidade há muito tempo, pois, desde 1945, os Estados Unidos se apropriam do Brasil como "área de testes" para "métodos científicos modernos de desenvolvimento industrial", como diz o respeitadíssimo historiador das relações diplomáticas Gerald liaines (reconhecido também como historiador da CIA) em seu antológico livro A Americanização do Brasil (país sobre o qual ele escreveu com muito carinho, em 1989). Isso, com certeza, vem acontecendo desde o início dos anos 60, quando o governo Kennedy preparou o terreno para o golpe dos generais, elogiado aqui como uma das maiores vitórias pela liberdade nos meados do século XX. E por aí vai. Mas suponho que eu esteja repetindo coisas amplamente conhecidas no Brasil; ou, pelo menos, deveriam ser.

Eu não sabia nada sobre a greve, embora esteja em contato regular com lingüistas e outras pessoas no Brasil, no planejamento de minha viagem. Vocês teriam uma sugestão específica para alguma colaboração minha? Mais informações?

2 de maio de 1996
Noam Chomsky

SEMANA 28/05
a 3/06 - 1996

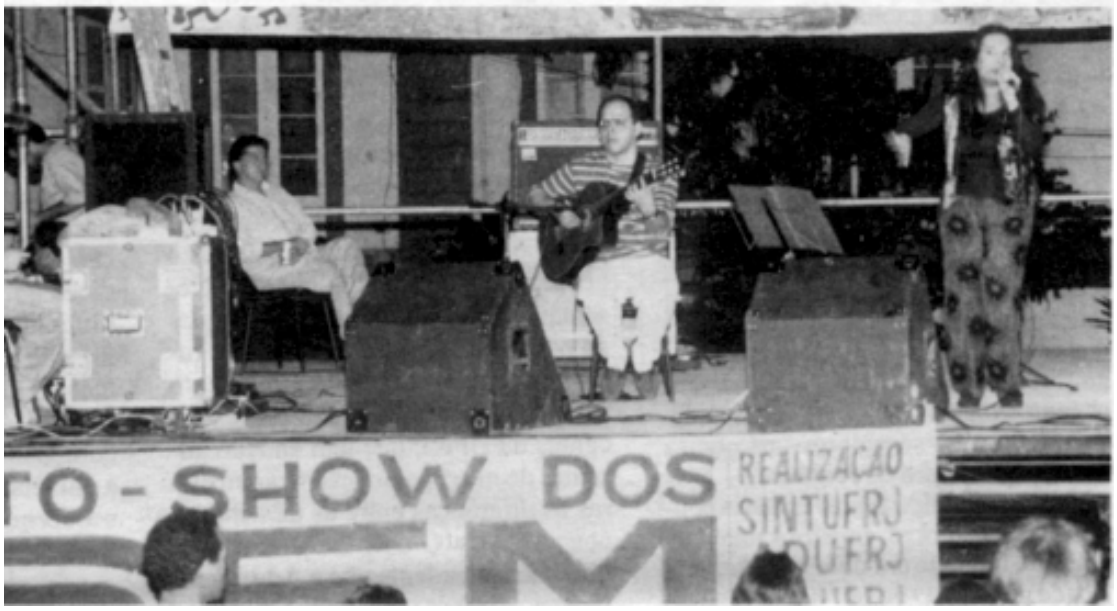
j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Visite a página da ADUFRJ na Internet

http://www.ibase.org.br/~adufrj

Show dos Sem leva comunidade à Praia Vermelha em mais um ato em defesa da Universidade Pública gratuita e de qualidade



Professores da UFRJ saem da greve

MEC retém verba para pagamento dos 30% durante quase uma semana

Após reter a verba para o pagamento salarial dos servidores durante quase uma semana, o NEC finalmente cedeu. Segundo informou a reitoria da UFRJ, o pagamento dos 30% de antecipação, relativos ao mês de maio foi enviado ao banco e estará disponível já nesta terça-feira. Os docentes da UFRJ, que em assembléia geral, quinta-feira da semana passada, aprovaram a saida da greve unificada dos SPFs para esta segunda, dia 27, vão discutir na assembléia desta terça, dia 28, o indicativo de paralisação para esta quarta.

O indicativo foi aprovado por conta da intransigência do MEC em obrigar os reitores a enviarem informações sobre o percentual de servidores em greve, para só então liberar a verba para o pagamento dos salários, Cabe lembrar que quem ordena o pagamento dos funcionários e docentes das universidades federais são seus reitores e que, portanto, a ação do ministério foi totalmente inconstitucional ferindo a autonomia destas instituições

Atraso pode se repetir

Não há nenhuma garantia sobre o pagamento do restante dos salários, no final deste mês. O MEC continua exigindo dos reitores as informações sobre os servidores. A Andifes manteve a decisão de não fornecer o ponto dos funcionários e professores que estavam ou ainda estão em greve.

Negociação com o MEC

Semana passada, representantes da Andes-SN, Fasubra e Andifes estiveram com secretários do MEC, que não estavam autorizados a iniciar o processo de negociação, mas reconheceram que aquela reunião significava uma abertura de diálogo, independente da greve, sobre alguns temas da pauta de reivindicações dos servidores das universidades.

A Andes-SN colocou a impossibilidade de não se considerar a greve e que, como havia sido protocolada uma pauta junto a este ministério, anteriormente à sua deflagração, a conversa se daria obrigatoriamente em torno dela. O MEC se apresentou como legitimo interlocutor junto às universidades, mas somente às questões referentes à autonomia e financiamento, restituição de quadros e orçamento das Ifes para 1996.

Editorial

Suspensão do pagamento

Se alguém ainda esperava do governo FHC um comportamento condizente com sua fabricada imagem de governo de intelectuais e estadistas internacionais, certamente deixou de fazê-lo após este inacreditável episódio da suspensão do repasse da verba para pagamento da antecipação de 30%. O governo tentou atribuir a responsabilidade pelo não pagamento ao fato dos reitores não atenderem o seu absurdo pedido de informações quanto ao "percentual de redução do valor da folha ... em decorrência da paralisação de servidores nos meses de abril e maio". Com isso, deixou até aposentados e pensionistas sem pagamento, numa evidente ilegalidade. Tenta jogar os servidores uns contra os outros e contra os reitores.

A comunidade universitária conseguiu, nesta greve, construir uma importante unidade em defesa da universidade pública. O governo, por seu turno, não apresenta qualquer solução para os problemas que a greve denuncia. Sua resposta é a ameaça grosseira, a truculência estúpida, que sequer consegue que se abata apenas sobre seus opositores. Que espécie de intelectualidade é a deste governo?

Eleições da Andes-SN

As condições nas quais se realizou na semana passada a eleição direta para a diretoria da Andes, nosso sindicato nacional, não permitiram, infelizmente, que ela representasse uma oportunidade de privilegiada para reflexão e debate sobre os rumos da universidade e do movimento docente. Para a grande maioria dos docentes da UFRJ, que têm andado ausentes do movimento, não ficaram claras as diferenças entre as três chapas concorrentes. O debate entre os candidatos a presidente que a Adufrj realizou no dia 6 de maio foi assistido por poucas pessoas. O comparecimento às umas foi pequeno - cerca de 400 votantes - apesar do esforço realizado para instalar seções eleitorais em quase todos os lugares da UFRJ. A greve certamente perturbou o processo eleitoral, particularmente no período de votação, quando a universidade estava nitidamente esvaziada, apesar do caráter de ocupação desta greve.

Não é por causa disto, no entanto, que a necessidade de discutir o movimento docente desapareceu. Se, por um lado, há uma fraca participação da categoria docente na vida sindical, que se reflete, por exemplo, nas dificuldades para preencher cargos de direção na Adufrj, por outro lado esta mesma categoria reconhece a necessidade de um sindicato forte e combativo quando é preciso defender a universidade pública dos ataques do neoliberalismo.

Da nossa parte, da diretoria da Adufrj, continuaremos privilegiando, em greve ou fora de greve, todas as ações que visem à ampliação do movimento docente na UFRJ.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ

28 de maio, terça-feira, às 14 horas

Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta

Indicativo de paralisação a partir de 4ª feira – 29/05

Greve dos setores da educação e da saúde

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Eleição da Andes-SN

Pela apuração dos votos para a eleição da diretoria da Andes-SN biênio 96/98, realizada semana passada na Adufrj, foi vencedora a Chapa 2, Andes Para Todos, com 137 votos válidos. Em segundo lugar, ficou a Chapa 1, Andes Autônoma e Democrática, com 130 votos e em terceiro, a Chapa 3, Em Defesa da Democracia e da Universidade, com 82 votos. Um quorum baixo, já que em um universo de 2.907 docentes, apenas 394 compareceram às urnas. A eleição aconteceu em meio à greve dos servidores públicos federais, da qual os docentes estavam participando.

Apuração nacional

De acordo com os resultados parciais, fornecidos por professores que acompanhavam a apuração na sede da Andes, a chapa 1 está na frente com cerca de 45% do total de 17.000 votos apurados até o fim de semana. A chapa 3 registra cerca de 31% dos votos e a chapa 2 aproximadamente 26%. O resultado oficial da eleição só será divulgado dia 8 de junho.

Anulação

A urna do dia 22 de maio da seção do CCMN, presidida durante os três dias pelo professor do Instituto de Física, José Simões, foi anulada pela comissão eleitoral local da Adufrj. Foram encontradas 45 cédulas nesta urna, enquanto que a ata de votação referente ao dia registrava 40 votantes. No total foram anulados 52 votos desta seção.

A seção do CCMN teve três urnas abertas a cada dia, uma única lista de assinaturas dos eleitores e três atas, uma para cada urna aberta, em cada dia. O total do número de cédulas das três urnas, 67 cédulas, é o mesmo do número de assinaturas da lista única de eleitores. A professara e vice-presidente da Adufrj, Rosanne Evangelista Dias, entrou com recurso contra a anulação, entendendo que o artigo 25, inciso II do Regimento Eleitoral, usado como instrumento para anulação, não faz menção ao número registrado em ata. Segundo o recurso, tudo indica que ocorreram erros nas anotações das datas de votação dos eleitores e no preenchimento das atas de votação e não seria possível aplicar o artigo. A intenção do recurso é a recontagem dos votos desta urna e a garantia dos votos válidos.

ELEIÇÕES PARA ANDES/SN: PEDIDO DE DESCULPAS AOS ELEITORES DO CCMN

Nos dias 21, 22 e 23 de maio realizaram-se eleições para a Diretoria da ANDES/SN com umas abertas nestes 3 dias no CCMN, sob minha responsabilidade na maioria do tempo. Como ocorreu um incidente grave com esta urna, venho a público prestar esclarecimentos.

Inicialmente, gostaria de ressaltar as condições difíceis em que foram realizadas estas eleições. A maioria das umas ficou sob a responsabilidade das pessoas que militam no movimento e que estavam participando da greve. Foi difícil garantir sua abertura no período final da greve na UFRJ, com duas Assembléias Gerais dias 21 e 23 de maio. Poucas urnas foram abertas e durante pouco tempo, em decorrência desta situação. Creio ser esta a razão principal do baixo quorum registrado nesta eleição. Apesar disto garantimos, com a colaboração de alguns colegas, a abertura da urna no CCMN nos três dias, resultando na urna com maior número de votos nesta eleição - 67 votos.

Por ser uma eleição disputada por três chapas, a comissão eleitoral, no intuito de garantir a lisura do processo, adotou uma série de medidas, entre as quais cito duas: uma única lista de assinaturas com três urnas e três atas independentes para cada dia e a obrigação da assinatura do presidente da mesa e de um mesário em cada cédula eleitoral. Acho, em princípio, corretas estas medidas.

Ao iniciar-se a eleição, verifiquei que nem sempre foi possível a presença de um mesário e, achando que o direito do voto dos associados estava acima de tudo, decidi incluir cédulas apenas com a assinatura do presidente da mesa.

Outro incidente foi o seguinte. Existem três documentos básicos na eleição: as cédulas utilizadas, a lista de assinaturas e atas da eleição. **Na urna do CCMN, o número de cédulas encontradas nas três urnas é exatamente igual ao de assinaturas.** No entanto, como existe apenas uma única lista de assinaturas e votantes nos três dias, houve um erro na elaboração das atas diárias. Contei eleitores que votaram num dia como tendo votado em outro.

Reconheço que houve erro formal nestes dois procedimentos: votos apenas com a assinatura do presidente e falha nas atas. Porém, ressalto que a votação foi absolutamente legítima, com o número total de cédulas igual ao de assinaturas.

Alguns membros da comissão eleitoral entenderam que o regimento foi violado e anularam 52 votos desta seção. Assumo os erros da mesa, mas discordo da censura que foi imposta aos 52 eleitores. **Entre o rigoroso procedimento formal e o direito ao voto dos associados, escolhi este último.** Lamento que a comissão eleitoral não tenha me solicitado esclarecimentos antes desta decisão, o que poderia ter evitado esta atitude tão drástica.

Reitero o pedido de desculpas aos meus colegas por ter contribuído, de forma involuntária, para a anulação de seus votos. As medidas que tomei foram claramente no intuito de garantir uma eleição representativa. Os enganos cometidos não constituíam, de maneira alguma, irregularidades que justificassem a decisão de alguns membros da comissão eleitoral.

Somos todos companheiros do movimento docente e convivemos há anos na luta por uma Universidade melhor. Nossas eleições deveriam ser um exemplo de solidariedade e confiança entre nós e não um ato pautado apenas em procedimentos formais.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1996
José Antônio Martins Simões

Eleições para diretoria da Andes-SN: biênio 96-98

Seção Sindical: Adufrj

Mapa de apuração

seção eleitoral	nº de sócios	votantes	abstenções	votos					
				Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3	Brancos	Nulos	Trânsito
01 CAP	93	32	61	5	18	5	1	3	0
02 Musica	88	27	61	1	0	24	0	2	0
03 IFCS	164	20	144	5	10	3	0	2	0
04 Praia Vermelha	375	20	355	13	4	3	0	0	0
05 CCS	344	46	298	8	28	10	0	0	0
06 HU	396	12	384	8	2	0	1	1	0
07 CCMN	408	67	341	9	1	2	3	52	0
08 CLA	223	26	197	17	3	2	0	4	0
09 CT	440	40	400	17	12	10	0	1	0
10 Museu	64	28	36	3	11	9	1	4	0
11 Enfermagem	62	30	32	20	5	4	0	1	0
12 Letras	250	46	204	11	29	3	1	2	0
13 Trânsito	0	0	0	13	14	7	0	0	34
Total	2907	394	2513	130	137	82	7	72	34

Devido à precariedade de recursos, alguns cursos se vêem obrigados a solicitar redução de vagas.

CEG rejeita redução de vagas

Dia 15 de junho é o prazo final para aprovação do edital para inscri ções do vestibular da UFRJ para 1997. Até lá, o Conselho de Ensino de Graduação, presidido pela subreitora de graduação, professora Neide Felisberto, terá que avaliar o pedido de redução de um total de 340 vagas, de vários cursos. Na reunião do CEG, quarta-feira, dia 22, os representantes iniciaram a discussão e embora não deliberando sobre o assunto, foram unânimes em considerar a redução inoportuna para a instituição, em um momento em que o governo joga pesado para desqualificar o ensino superior público.

As argumentações contra o pedido foram políticas e não técnicas. O pedido de corte de vagas foi baseado em três justificativas básicas: modificações curriculares, falta de condições materiais de alguns cursos e, principalmente, falta de professores e funcionários. No entendimento da maioria dos representantes do CEG, o corte de vagas é prejudicial à universidade, e deveria ser melhor discutido, levando em consideração as necessidades dos departamentos e a viabilidade do aproveitamento dessas vagas pelas unidades. O Instituto de Física, por exemplo, pediu redução de 120 para 80 vagas, alegando falta de demanda. De acordo com membros do CEG, essas vagas poderiam ser destinadas a cursos novos, ainda não criados, mas em fase de planejamento, como o curso de físico-médico.

As faculdades de Direito e Letras querem suspender o turno da tarde por falta de professor. Música, Física, Odontologia e Astronomia são outras unidades que pediram redução de vagas para o vestibular de 97.

A política do governo FHC foi intensamente repudiada no que diz respeito à educação superior. Para o CEG, o governo, atendendo à política neoliberal, está promovendo o desmonte das universidades públicas a exemplo do que foi feito com o ensino de primeiro e segundo graus. A redução de vagas serve perfeitamente às diretrizes do governo e o ajuste "necessário" que a UFRJ estaria fazendo ao cortar vagas seria o ajuste à falta de recursos para a manutenção da oferta e da qualidade do ensino na instituição.

Os representantes do CEG também se mostraram indignados com as notícias mentirosas a respeito de gastos irregulares na UFRJ, que circularam, naquela semana, em matéria do jornal Estado de São Paulo e em nota no jornal o Globo. Os jornais acusam a administração da universidade de usar "de maneira perdulária" os recursos orçamentários destinados à instituição. Foi aprovado um pedido para que a reitoria use seu setor jurídico e exija o direito de resposta, baseado na lei de imprensa.

Na próxima reunião do CEG, nesta quarta, dia 29, os conselheiros continuarão a debater o vestibular 97.

Música

Foi aprovada a volta à legislação anterior para o vestibular do curso da Escola de Música, que inclui prova específica e prova para todas as matérias do 2º grau, tal como acontece com os demais cursos da universidade. O critério aprovado começa a valer ainda este ano. Até o ano passado o candidato ao curso só realizava a prova específica e a de língua portuguesa. O retorno à legislação anterior foi sugerido pelo MEC e a decisão do CEG foi baseada na necessidade de avaliação do ensino de segundo grau para todos os estudantes que ingressam na UFRJ.

I Congresso Nacional de Educação

Educação, Democracia e Qualidade Social

Ampliar o espaço público de participação e debate, historicamente preenchido pelas Conferências Brasileiras de Educação, contemplando a produção acadêmica recente e ao mesmo tempo resgatando o acúmulo de elaboração dos movimentos sociais organizados. Este é o objetivo do I Congresso Nacional de Educação, promovido por várias entidades ligadas ao setor, que acontecerá no período de 31 de julho a 3 de agosto em Belo Horizonte.

Educação, Democracia e Qualidade Social é o tema geral do evento que será desenvolvido através de mesas redondas, conferências e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis. Os participantes buscarão avaliar as políticas públicas e as alternativas em curso, na perspectiva de um novo projeto político-pedagógico para a educação brasileira. Para isso será retomada a discussão de um Plano Nacional de Educação, tendo por base a Constituição de 88.

A inscrição para apresentação de trabalhos e painéis vai até 21 de junho. Informações na secretaria do Congresso, pelo telefone (031) 443-6686. Na sede da Adufrj, estão disponíveis as fichas de inscrição.

SEMANA 4 A 10
JUNHO/1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Visite a página da ADUFRJ na Internet

http://www.ibase.org.br/~adufrj

Andes-SN continua em greve. Trinta e quatro Associações de Docentes aprovaram a continuidade da greve, em assembléias na semana passada.

CUT convoca greve geral

Página 2

Entrevista

Paulo Alcântara fala, em entrevista ao **Jornal Adufrj,** que o orçamento destinado à UFRJ não é suficiente. Segundo ele, além das aposentadorias, professores e funcionários também estão deixando a universidade por causa dos baixos salários. Política do MEC, orçamento e autonomia também são comentados pelo reitor.

Páginas 4, 5 e 6.

Política social não é prioridade de FHC

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, no dia 30 de maio, as contas do governo federal relativas a 1995, embora tenha criticado a redução dos gastos sociais e o elevado percentual de gastos sem licitação, em relação a 94.

Ao contrário do que vem dizendo o presidente Fernando Henrique em seus discursos pelo mundo afora, o relatório do TCU constatou significativas reduções deste governo na área social, como nos programas de geração de emprego e renda, onde o corte chegou a 40,95%.

Na área de assistência social e defesa dos direitos da criança e do adolescente, houve uma redução de até 82,93%. Em apoio à educação e ao ensino fundamental, o governo FHC investiu R$ 606.017.796,72, uma redução na ordem de 19,98% em relação a 94, ainda governo Itamar Franco.

Apesar de o governo ter tido uma elevação de 42,8% na receita arrecadada, o desenvolvimento rural mereceu menos 67,64%, enquanto que o desenvolvimento urbano, teve uma queda de 46,47% em recursos.

Para o relator, ministro Homero Santos, o relatório "demonstra que, de fato, em 1995, a política social não foi prioridade ".

Pelo visto, nem a política social nem o controle dos gastos públicos. O percentual de gastos sem licitação das despesas que deveriam ter concorrência chegou a 44,7%.

Além disso, o relatório cita a taxa de juros anuais de 2% para os financiamentos concedidos no Proer (programa de incentivos a fusões de bancos) como "uma espécie de subsídio".

Greve Geral

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está convocando todos os trabalhadores, organizações, entidades da sociedade civil, estudantes, e toda a população, para a construção da Greve Geral do dia 21 de junho. Uma luta de resgate da dignidade e da cidadania.

A Greve Geral será o momento de mostrar que o governo insiste em manter a estabilização da moeda às custas do aumento da recessão, do desemprego, do arrocho salarial e da execução social. Investe bilhões de reais no exercício da fisiologia, para abafar escândalos e para as negociatas com parlamentares inescrupulosos - que só votam contra os interesses da maioria da população - e para salvar o patrimônio de banqueiros e ruralistas.

Sua política econômica, baseada na submissão ao FMI, já custou o desaparecimento de milhares de postos de trabalho e vem jogando na economia informal milhões de trabalhadores, sem qualquer direito. O desemprego vem crescendo a 1 por cento ao mês saltou de 13,1 %em janeiro para 15% em março, a maior taxa desde 1985.

O salário mínimo, que representa apenas 19% do valor constitucional, instituído em julho de 1940, é uma vergonha nacional, numa demonstração do descaso do governo com o quadro de miséria em que vivem milhões de trabalhadores da ativa e aposentados.

A concentração de terras nas mãos de poucos (56% das terras nas mãos de 2% da população) e a impunidade têm aumentado a violência contra os trabalhadores que lutam pela necessária reforma agrária.

O discurso do governo Fernando Henrique de prioridade à área social não encontra ressonância nem nos órgãos oficiais (ver matéria na primeira página sobre o julgamento pelo TCU das contas do governo).

A ação política do governo é concretizada na defesa dos interesses da elite dominante, pelo encaminhamento das reformas constitucionais cujo objetivo é o de excluir direitos dos trabalhadores e instalar o Estado Mínimo, de inspiração neoliberal.

Com o seu plano econômico, o governo faz com que os trabalhadores, mais uma vez, paguem a fatura. Nega o reajuste ao funcionalismo público, em greve há mais de um mês, reajusta o salário mínimo e as aposentadorias abaixo da inflação. E ainda obriga os aposentados a continuar contribuindo para a Previdência.

As Reivindicações

Empregos - por uma política emergencial de geração de empregos e jornada semanal de 40 horas, sem redução de salários.

Reforma Agrária - pelo imediato assentamento das famílias sem-terra, valorização da agricultura familiar, com política agrícola e de crédito capaz de fixá-las na terra, pois 62,4% das terras do país são improdutivas, segundo o Incra. E pela punição dos responsáveis pelos crimes no campo.

Salários justos - salário mínimo digno para a sobrevivência, de acordo com a Constituição, e recuperação dos salários em geral para garantir melhor distribuição de renda.

Aposentadoria decente - pela melhoria do poder aquisitivo dos aposentados.

Manutenção dos direitos dos trabalhadores - contra as iniciativas do governo cujo objetivo seja o de excluir direitos dos trabalhadores.

Contra as reformas neoliberais de FHC e por reformas populares.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

34 Associações de Docentes continuam em greve

Andes-SN continua em greve

Para Comando Nacional de Greve, o movimento é o único instrumento de força nas negociações

Na reunião do último dia 28, em Brasília, com a presen ça de representantes da Andes-SN, Fasubra, Andifes e MEC, ficou estabelecido o processo de negociações da pauta de reivindicação dos servidores das instituições de ensino superior, com o seu reconhecimento formal por parte do MEC. A pauta, entretanto, ficou limitada à discussão sobre os assuntos que seriam admitidos no prosseguimento das negociações entre o MEC e as entidades.

Os pontos aceitos pelos representantes do MEC foram: a curto prazo, os representantes do ministério aceitam discutir o desconto e a reposição das aulas, a definição da reposição dos quadros docentes, a definição do compromisso de verbas para 1996 e a agenda e a médio prazo, autonomia, instrumentos jurídicos, financiamento e carreira.

O MEC também assumiu o compromisso de submeter à discussão agenda às iniciativas sobre autonomia antes que qualquer projeto seja encaminhado. Além disso, embora considere que questões referentes aos aspectos salariais (reajuste, tabela etc.) não possam entrar na pauta de negociações, as mesmas continuam na agenda política do MEC.

Segunda reunião

Já na reunião do dia 30, na Secretaria de Ensino Superior, Sesu/MEC, o impasse surgiu da posição do MEC em somente negociar com o término da greve, em contraposição a das entidades, de só aceitarem negociar em greve. No entanto, os representantes do MEC declaram que poderiam sinalizar com a instalação das negociações sobre os temas contidos na pauta que haviam proposto, mesmo em greve, se obtivessem sinais de que os movimentos indicariam a interrupção da greve. Também declararam que, uma vez estabelecida a negociação dos conteúdos, há a disposição do ministério em discutir a inclusão de novos itens na pauta.

Os representantes da Andes-SN declararam então que só poderiam se posicionar a partir das indicações advindas de suas bases, em relação a qualquer das hipóteses levantadas. O que adiou para esta semana a continuação das negociações.

Pela avaliação do Comando Nacional de Greve Andes-SN, o MEC tem pressa em terminar com a greve, o que demonstraria a força do movimento. “A força das pressões exercidas pelo movimento de greve é, de fato, o único instrumento que, na atual conjuntura, é capaz de possibilitar, nas negociações com o governo, alternativas na conquista das nossas reivindicações e na defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade”, como destaca o informe da Andes-SN distribuído logo após a reunião.

A pauta de reivindicações do setor das Ifes da Andes-SN, protocolada no MEC em dezembro de 1995, está dividida em cinco itens cuja síntese publicamos agora. Esta é a pauta específica defendida nas negociações atualmente em curso com o MEC.

Pauta de reivindicações da Andes-SN

1 - Salário
- Política salarial
- Índice de reajuste (59,96%)
- Pagamento dos precatórios
- Incorporação da GAE no seu valor mais alto.

2 - **Autonomia, democracia e verbas**
- Carreira única
- Regime jurídico único - isonomia entre as Ifes
- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**
- Garantia de financiamento público para as Ifes

3 - LDB
- Pelo resgate do PLC 101/93

4 - Emprego
- Estabilidade e
- Concurso público, repondo-se integralmente as vagas existentes
- Imediata contratação dos candidatos selecionados e expansão de vagas de acordo com as necessidades das Ifes

5 - Aposentadoria
- Garantia de aposentadoria por tempo de serviço
- Equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados
- Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do Ministério da Educação e do Desporto. Este pagamento não pode se dar na conta da rubrica “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”.

Entrevista: Paulo Alcântara

O reitor da UFRJ fala sobre greve, autonomia, orçamento, MEC e universidade. Mantendo sua postura de não criticar diretamente o MEC e as políticas do governo Fernando Henrique para a educação, Paulo Alcântara deixa claro que a universidade pública não sobrevive sem recursos públicos e sem uma política que realmente priorize o ensino superior e os investimentos em pesquisa, ensino e extensão. Defensor da administração universitária sob o estrito cumprimento da legislação vigente, aponta a necessidade de uma mudança na Lei Orgânica das Universidades, para que então possa exercer de fato a autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Para ele, o reitor não é um agente do governo, nem um representante dos movimentos.

Paulo Alcântara Comes, professor da Escola de Engenharia e reitor da UFRJ

Professores e funcionários ficaram uma semana sem receber o adiantamento de 30% do salário, retido pelo MEC. Como foi a negociação feita pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior) para a liberação?

Nós recebemos o comunicado do MEC determinando que as universidades cumprissem uma série de exigências, os reitores se reuniram na Andifes e verificamos a inviabilidade do seu cumprimento, porque, primeiro, há situações diferentes em cada universidade. Segundo, o controle de freqüência pertence às direções de unidades, não pertence às reitorias, então, a reitoria simplesmente recebe esse controle. E, terceiro, dentro da universidade, há diversidades causadas até pelo próprio posicionamento do movimento (de greve), vou dar exemplos. Os Hospitais Universitários não pararam de trabalhar um dia sequer, eles trabalharam com carga total, e até fazendo muito mais coisas porque foram obrigados a atender questões emergenciais advindas de problemas da área de saúde do Rio de Janeiro e em outras localidades, que não a universidade.

Esses setores não pararam. Participaram da greve, mantendo o atendimento para que não houvesse prejuízo à população.

A vigilância não parou, a manutenção da segurança patrimonial também permaneceu, então, fica muito difícil você começar a separar este segmento daquele e, ao contrário disto, o Comunica - sistema de comunicação *on line* utilizado pelo MEC para passar as determinações ministeriais - implicava na necessidade da separação porque aposentados e professores no exterior ficavam sem receber, e isso seria um problema da maior gravidade.

Então, os reitores se reuniram com o secretário executivo do MEC, na sexta-feira, dia 24, com o chefe de gabinete e com a secretária de Educação Superior, e o assunto foi largamente discutido durante algumas horas, aonde houve um acordo firmado de que os 30% de antecipação seriam pagos naquela mesma hora. E este acordo foi cumprido, tanto que meia hora depois o dinheiro já estava nas universidades, e foi pago na segunda.

Mas não há garantia de que futuramente o MEC não exija a relação de ponto e estabeleça novas determinações.

Não pode haver enquanto não sentarem todos à mesa de negociação. Faz parte da pauta de negociação, em que uma das coisas é o desconto dos dias parados e outra é a reposição. Agora a gente tem que aprofundar isso, envidar esforços para que a gente tenha, o mais depressa possível, as negociações estabelecidas.

No caso dos docentes, há uma discussão inclusive sobre o princípio, que eu como docente tenho, e todos os docentes da universidade têm, de que as atividades, os dias parados, correspondem a uma reposição. Por isso, o CEG, Conselho de Ensino de Graduação, já aprovou um calendário de reposição e nós já vamos tocá-lo.

Parece que o MEC entende o reitor como um agente do governo. Como é que fica a questão da autonomia neste processo?

Eu tenho o seguinte entendimento: O reitor quando é nomeado pelo governo, ele não é designado para se transformar num delegado do governo junto à universidade. Por outro lado, quando ele foi escolhido pela comunidade, ele também não foi escolhido para representar corporações ou movimentos sindicais. É fundamental que não se confunda o papel do reitor nem com os movimentos sindicais, nem com a função de ser um mero agente do governo nas universidades. O papel de um reitor é o de administrar a universidade ao abrigo da legislação vigente. Ele não pode fugir da legislação, e é isso que os reitores vêm fazendo.

Essas questões todas que foram levantadas caíram numa situação muito desagradável, porque não havia nenhuma razão fundamental para que houvesse uma política de suspensão do pagamento, na medida que o pagamento é previsto por uma legislação. Ninguém

"O reitor quando é nomeado pelo governo, não é designado para se transformar num delegado do governo junto à universidade."

O MEC deve repassar alguma coisa em torno de 48 milhões de reais e acreditamos que precisamos de mais ou menos 55 milhões.

está dizendo que as universidades não estão em greve, o próprio MEC tinha as informações, diariamente, de que as universidades estavam em greve. Nós dávamos as informações, nós não somos mentirosos, e não vamos enganar que não estamos em greve. E dávamos os percentuais estimados, então, não havia necessidade da solicitação destes percentuais, porque as informações já estavam no MEC.

Qual seria então o motivo desta insistência por parte do MEC?.

Eu não faço conjecturas. O concreto, é que a gente entendia que já tinha dado todas as informações necessárias, e só caberia naquele momento uma informação de natureza binária: acabou ou não acabou a greve.

Esta atitude do MEC não feriu concretamente a autonomia das universidades?

Eu não caminharia por tentar ver se feriu ou não a autonomia. Acho que há uma questão que precede a isso, que é uma legislação vigente que fala claramente que o pagamento é feito através de um decreto presidencial, se não me engano, que diz que você faz o pagamento, no dia 22, de 30%, e no segundo dia útil do mês seguinte, de 70%.Eu acho que antes de discutir se feriu a autonomia, há uma questão de legislação, mais próxima do que a autonomia. É evidente que a gente pode interpretar que a autonomia foi de certa forma ferida na medida que as universidades têm compromissos assumidos, e na medida que as universidades, dentro da sua autonomia, sabem perfeitamente quem cumpriu o regime de trabalho e quem não cumpriu.

O que me preocupou nesta medida de segurar o pagamento é que centenas, milhares de servidores da UFRJ que trabalharam, como os hospitais, totalmente durante o período da greve, sem parar nenhum dia, acabaram jogados a uma situação de constrangimento. E muitas vezes de desespero, pela questão dos baixos salários. Essas pessoas passaram a ficar visivelmente prejudicadas, no contexto geral, porque elas assumiram o compromisso, até em defesa do movimento. Afora os casos dos aposentados e dos professores no exterior.

A greve dos SPFs resultou em um ganho político especial para as universidades públicas, em particular para a UFRJ, que foi a retomada das discussões sobre a universidade e a maior integração entre professores, estudantes e funcionários. Com o apoio da comunidade, hoje, você assumiria concursos públicos para preencher a falta de professores e funcionários, que é uma demanda da comunidade?

Claro que não, por uma razão fundamental. Seria leviandade administrativa, pois eu não poderia contratar essas pessoas, pois quem paga é o Mare (Ministério da Administração e Reforma do Estado). Seria uma arma contra a universidade e contra a administração. Você geraria uma expectativa no alunado de que os problemas seriam resolvidos, e não seriam. O nosso papel é lutar para que este decreto de excepcionalidade saia, mas não apenas isso, é lutar para que a autonomia de fato seja implementada o mais rapidamente possível nas universidades, e que elas tenham o domínio sobre as necessárias vagas para realizar os concursos.

E as negociações sobre o orçamento para as universidades públicas?

Neste momento está havendo uma reunião em Goiás sobre o orçamento para 96, com o compromisso do MEC já firmado, de que nós vamos receber em 96 pelo menos o que gastamos em 95. Ou seja, nós estamos com um orçamento hoje da ordem de 23 milhões de reais, se não me engano, aprovado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. E a complementação para o que nós gastamos em 95, vai ser dada por uma utilização do Fundo de Estabilização Fiscal.

Essa complementação é suficiente?

Não é suficiente porque os custos básicos da universidade são muito elevados. A universidade tem um campus de 5 milhões de metros quadrados, então os gastos com luz, água, telefone, vigilância, limpeza, capina, retirada de lixo, manutenção dos prédios, serviços gráficos etc, ultrapassam 20 milhões de reais por ano. Nestes custos, você ainda têm que incluir vale-refeição, vale- transporte, bolsa de residência, auxílio-creche, todas estas coisas que fazem com que você já esteja muito perto daquilo que nós vamos receber quando for - eu estou partindo da premissa de que o compromisso ministerial vai ser cumprido; chegamos quase que ao limite do que vai ser repassado. Mas nós temos que manter as atividades acadêmicas, então, nós temos necessidade ainda de uma discussão em torno de uma suplementação para poder mantê-las, na graduação, na pós graduação, na pesquisa e na extensão. O senhor tem os valores do que será repassado e das reais necessidades?

O MEC deve repassar alguma coisa em torno de 48 milhões de reais e nós acreditamos que precisamos de mais ou menos 55 milhões, no mínimo, para manter todas as nossas atividades. No mínimo. Isto significa que nós temos que lutar pela suplementação do orçamento, e lutar pela reconstrução das matrizes que alocam o orçamento das universidades, porque a UFRJ teve um índice de crescimento muito alto ao longo dos últimos períodos. E uma comissão de controle que esteve aqui na universidade em dezembro do ano passado verificou que os nossos índices melhoraram substancialmente ao longo de 95. Em termos de alunado, em termos de professores, o número de aposentadorias foi elevado, então essas relações mudam a favor dos índices, mas são péssimos para as atividades acadêmicas, as pessoas não podem ser tratadas na frieza dos números.

É uma questão política...

Mais do que uma questão política, uma questão ideológica, de que a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem o compromisso, sempre, com o estar à frente da sociedade. Significa que ela tem de oferecer, sempre, novos programas à sociedade. E para se oferecer novos programas, você tem

"A universidade é tão prioritária quanto o ensino básico, porque ela forma os professores do ensino básico, ela cria mecanismos de educação continuada e cria as metodologias educacionais no processo de ensino e aprendizagem."

"A universidade pública tem que sobreviver à custa do poder público."

que ter novas aberturas no quadro docente, nas linhas de pesquisa, nos projetos etc.

A falta de professores e funcionários hoje é evidente.

Por duas linhas distintas. Uma delas está passando muito obscuramente no processo, são as demissões. Muita gente está saindo do serviço público em decorrência dos salários. A gente só fala em aposentadoria mas não está falando neste tema. Volta e meia eu assino vários e vários pedidos de demissão, de exoneração de pessoas que não querem continuar no serviço público. Então, isso gera problemas. Você imagina se, hoje, um atendente do CTI do Hospital Universitário resolver se aposentar ou sair da universidade, eu não posso substituir este camarada em 24 horas, ou em 48. Eu não posso, por exemplo, fazer um concurso em caráter emergencial e contratar. Eu estou submetido aos decretos do MARE que me obrigam a apresentar dados para verificar se a universidade tem condições de preencher aquela vaga. Entre isto acontecer, a aprovação do ministério e o concurso, às vezes nós temos casos de professor com dez meses de intervalo. Imagina isto no caso do funcionário do CTI, quando é emergência. Olha a dramaticidade da situação. Isto causa danos gravíssimos à universidade, no seu projeto de prestar serviços à comunidade.

Como você avalia a política do governo para os setores públicos da educação?

É visível que a educação básica é uma prioridade. Estratégica. Nós não vamos nos recusar a discutir que a formação, a licenciatura, que é crucial nesse processo. Nenhum de nós discute, ou coloca em questão. Mas isso não pode acontecer em detrimento do ensino superior, porque sem ensino superior, você esmaga a sociedade. Faz com que a universidade não possa responder inclusive às demandas crescentes de Ciência e Tecnologia, e até responder com personalidade de entidade cultural, mantendo o espírito de nacionalidade num processo de desenvolvimento.

Não se pode fazer um planejamento de educação por segmentos, porque todas as coisas interferem umas nas outras. É preciso que um projeto nacional de educação se incorpore primeiro num projeto nacional global. Que não seja compartimentado. Vamos fazer isso, porque isso tem reflexo naquilo, que por sua vez, terá reflexo naquele outro, e que por sua vez, vai realimentar aquele primeiro. Isso, é fundamental que se preserve num projeto de educação nacional.

A universidade é tão prioritária quanto o ensino básico, porque ela forma os professores do ensino básico, ela cria mecanismos de educação continuada e cria as metodologias educacionais no processo de ensino e aprendizagem. São fundamentais na formação dos estudantes do 1º e 2º Graus.

Então, você reconhece nos projetos do governo para a educação a intenção de sucatear o ensino superior público?

Não, não reconheço. Eu reconheço que há necessidade de unir essas peças por engrenagens, há necessidade de que o planejamento da educação seja global. Talvez não haja divergência em relação às prioridades. O que falta é a interação. Se houver a interação, muitas coisas que estão nestes projetos, isoladas, caem por terra porque não conseguem sobreviver a um procedimento de planejamento integrado.

O que o senhor acha da iniciativa privada financiar a universidade pública?

Eu acho que esta é uma questão muito delicada, que tem que ser colocada com muita clareza. A universidade pública tem que sobreviver à custa do poder público. Então, a universidade federal tem que ter os seus recursos assegurados para a realização das suas atividade através do poder público. Para isto, a população paga imposto ao governo.

Mas isso não exime a universidade de se aproximar da empresa. Não exime a universidade de responder, por exemplo, para as empresas, em termos de ser o que os órgãos ciência e Tecnologia fazem nos outros países. A empresa brasileira necessita de órgãos de pesquisa e desenvolvimento. Se ela não tiver isso, nós estamos condenando a empresa brasileira a ser uma copiadora eterna.

Mas não significa que ela possa sobreviver às custas do financiamento pelo segmento empresarial. Ela não tem nenhuma condição de fazer isso. Ela não será um instrumento de transformação social se ela estiver atrelada ao desenvolvimento empresarial, não estará isenta do processo de desenvolvimento da sociedade. Para que isso aconteça, ela tem que estar equidistante.

Os princípios básicos que devem nortear uma universidade pública são, primeiro, da competência. A entrada e a saída; a qualidade dos professores, a produção científica dos professores e a saída. Não adianta nada você ter um monte de doutores titulados e uma péssima produção científica. Segundo, a pertinência, a qualidade do produto final da universidade, que são os técnicos, cidadãos críticos e competentes, e profissionais, o desempenho na atividade acadêmica; e terceiro, a competência da universidade em disseminar seus conhecimentos. A capacidade da universidade em recebendo demandas de novos conhecimentos da sociedade, responder a elas, em termos de uma nova conjuntura. A universidade que não se insere na sociedade em que ela está, é a universidade que está à margem. É a equidade, a capacidade da universidade de oferecer, de forma igual, oportunidade para todos. Uma universidade pode ser muito competente, mas não ser pertinente. Uma universidade fechada em seus muros, que faz muita pesquisa, publica internacionalmente, mas não responde às demandas da sociedade.

Qual a sua avaliação sobre a UFRJ?

A minha avaliação é que a UFRJ é uma universidade competente, pertinente e, na equidade, ela tem padrões mais ou menos semelhantes. Entretanto, ela precisa ser mais ativa na pertinência, ela precisa compatibilizar os projetos de investigação com as demandas observadas na sociedade.

O CEG aprovou que a UFRJ não fará redução na oferta de vagas para o vestibular de 97.

Aprovado calendário de início e fim do período da reposição de aulas.

Docentes garantem reposição

Universidade na Praça poderá entrar para o calendário oficial da UFRJ

A Adufrj aprovou em assembléia geral a reposição integral das aulas e avaliações referentes ao período da greve dos servidores, da qual cerca de 70% dos docentes da UFRJ participaram.

O Conselho Ensino de Graduação - CEG recebeu uma moção da AD e aprovou um calendário com datas limites de início e fim do período da reposição. Foi reconhecido pelo CEG que não seriam realizadas avaliações, provas ou quaisquer exames na primeira semana de volta às atividades na universidade.

Universidade na Praça

Redução de vagas

O CEG aprovou que a UFRJ não fará redução na oferta de vagas para o vestibular 97. A deliberação foi tomada como um "princípio geral" pelos membros do Conselho, que ainda irá estudar caso a caso os pedidos das Unidades. O que significa que, para os próximos vestibulares, a discussão continua em pauta.

Universidade na Praça

A UFRJ poderá incorporar ao seu calendário anual, o evento Universidade na Praça. Aprovada no CEG, a recomendação será encaminhada ao Consuni. A atividade, surgida durante a greve dos servidores, foi um dos marcos do movimento em defesa da universidade pública, repetida em várias universidades e organizada pelas entidades sindicais e representativas de professores, funcionários e estudantes.

Moção aos Colegiados Superiores da UFRJ

Os docentes da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral da Adufrj em 28 de maio de 1996, manifestam aos Colegiados Superiores da UFRJ sua posição em defesa da reposição integral de aulas e avaliações relativas ao período da greve que se iniciou em 16 de abril e se encerrou em 27 de maio de 1996. A reposição integral deve respeitar as cargas horárias, os conteúdos e os ritmos normais das disciplinas e demais atividades acadêmicas. As aulas e avaliações que eventualmente tenham se realizado no período da greve devem também ser repostas. Não devem ser realizadas avaliações na primeira semana após o retorno da greve, de forma a permitir uma readaptação completa dos alunos.

Assembléia Geral da Adufrj, em 28 de maio de 1996

O projeto da Andes-SN para a universidade brasileira está disponível na sede da Adufrj

Sociedade rediscute projeto para educação

Como na década de 80, quando a sociedade se mobilizou em torno da Constituinte, a idéia é levar educadores, estudantes e trabalhadores a repensar um projeto para a educação brasileira. O I Coned - Congresso Brasileiro de Educação promete se transformar em um grande centro de avaliação e debates sobre as políticas públicas e os projetos apresentados, até então, pelo governo e parlamentares, na área de educação. O objetivo do encontro que pretende reunir cerca de 5.000 pessoas em Belo Horizonte, de 31 de julho a 3 de agosto é traçar um novo projeto político-pedagógico para a educação brasileira e a elaborar um Plano Nacional de Educação, reforçando os termos da Constituição Federal. O lançamento do I Coned será dia 14 de junho, na Escola de Música da UFMG, em Belo Horizonte.

O temário já está definido. Mesas redondas, conferências e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis são atividades previstas para o evento.

Os formulários para inscrição estão à disposição na sede da Adufrj, e o prazo foi prorrogado até 21 de junho. Os critérios de apresentação são: os trabalhos devem contar no máximo 15 páginas, comunicações 3 páginas, apresentados em 3 fotocópias e formatados em disquete; tamanho A4, digitados em word for windows 6.0, margens superior e inferior de 4,8 cm, margens esquerda e direita de 4,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaços simples, alinhado à esquerda e justificado, destacados com espaço entre eles, título maiúsculo em negrito, alinhado à esquerda. Referências bibliográficas conforme as normas da ABTN.

As cópias devem ser enviadas à Secretaria do Coned, com ficha de inscrição e acompanhadas de folha de rosto com as seguintes informações: se é trabalho ou comunicação; título, subtítulo, tema ou subtema do Coned no qual o texto se insere e informações para contatos.

Os textos serão selecionados por uma comissão científica e obedecerão os seguintes critérios: Contribuição para o aprofundamento e avanço das temáticas do Coned e consistência teórica.

Para participar, o docente deve pagar uma taxa de R$ 50,00. Mais informações na Secretaria do evento, telefone (031) 443.6686.

Temário do I Coned

1. Estado e Educação	2. Sociedade Civil e Organização	3. Trabalho e Educação	4. Educação Básica	5. Educação Superior
1.1 O Estado Brasileiro e a Educação	2.1 Sociedade Civil, Educação e Formação para a Cidadania	3.1 Globalização, Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Educação	4.1 Exclusão e Qualidade Total x inclusão e Qualidade Social: Acesso e Permanência	5.1 A Educação Superior e sua Função Social: Problemas e Implicações
1.2 Políticas Educacionais nos anos 90	2.2 Movimentos Sociais e Educação	3.2 Trabalho, Cidania e Transformação Social	4.2 Políticas Educacionais: Dilemas e Perspectivas	5.2 Política para a Educação Superior: Concepções e Modelos
1.3 Estado, Democracia e Educação: Construindo a Qualidade Social	2.3 Controle Social para as Políticas para a Educação	3.3 Estratégias para a Formação e Qualificação do Profissional da Educação/ Cidadão	4.3 Práticas Pedagógicas: Tendência e Perspectivas 4.4 Políticas para o Acesso, Permanência e Qualidade Social na Educação Básica	5.3 Projeto para a Universidade: Autonomia e Compromisso Social

SEMANA 11 a 17
JUNHO/1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Sucateamento da Universidade Pública

17 meses sem reajuste salarial e MEC sequer negocia pauta especifica

página 3

21 de junho: Greve Geral. O Brasil vai parar para que todos possam trabalhar.

ASSEMBLÉIA GERAL

18 de junho
14 horas
Auditório do Centro de Tecnologia
pauta
Greve Geral
Pauta específica da Andes-SN
Eleição de delegados para o XXXII Conad

Reunião do Conselho de Representantes
13 de junho 17 horas, na sede da ADUFRJ

Calendário de Atividades da Greve Geral

❒ Reunião do Comando Estadual de Greve
❒ Quarta-feira, dia 12 de junho, às 10 horas, na Federação de Transportes. Rua Cuba, 5 - Penha
❒ Entrevista coletiva com os presidentes das três centrais Sindicais, CUT, CGT e Força Sindical. No Salão Nobre da Câmara dos Vereadores, nesta quinta-feira, dia 13, às 14 horas.
❒ Showmício da Greve Geral. Dia 13, às 17 horas, no Buraco do Lume, esquina da Rua São José com Avenida Rio Branco.

A Andes-SN publicou nos principais jornais do país esta nota oficial de esclarecimento sobre a intransigência do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no processo de negociações.

Sem Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade o Brasil não tem futuro

Os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deflagraram, em 16 de abril último, Greve Nacional Unificada com as demais categorias de Servidores Públicos Federais (SPF) contra a política de desmonte dos serviços públicos, desenvolvida pelo governo FHC e em defesa de seus salários, congelados há dezessete meses.

O governo não abriu qualquer canal de interlocução com a categoria, mesmo de posse da pauta de reivindicações protocolada desde novembro de 1995. Apesar da greve e da continuidade das constantes tentativas em busca de abertura de negociações, o governo se manteve intransigente, procurando, de todas as formas, coibir o direito constitucional da livre organização dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações. Essa política de destruição deliberada dos serviços públicos inclui a Educação Nacional, a Ciência e a Tecnologia e, em particular, a Universidade Pública e Gratuita. O governo tenta, através de emendas constitucionais, projetos de lei, medidas provisórias e administrativas, reestruturar a universidade, redefinindo o seu papel, na perspectiva de colocá-la a serviço da política internacional de globalização, cumprindo subservientemente o receituário ditado pelas agências internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI e BID).

Na viabilização do processo de sucateamento da Universidade Pública, a política de arrocho salarial tem um papel fundamental para o seu esvaziamento e deteriorização das condições de trabalho de docentes e técnico-administrativos.

Com a firme determinação de combater o projeto neoliberal do governo e de avançar na luta **em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, os professores das IFES decidiram após a suspensão da greve nacional unificada dos SPF, continuar em greve.**

Desde então, todos os esforços vêm sendo envidados pela categoria, com o apoio dos reitores, através da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), no sentido de abrir canais de negociação com o ministro da Educação, Professor Paulo Renato de Souza. Mesmo com a sinalização do movimento grevista expressando a vontade política de solucionar o impasse, indicando a suspensão da greve mediante o estabelecimento de uma mesa de negociações sobre o conteúdo da pauta de reivindicações e seu desenvolvimento, o Ministro, numa demonstração inequívoca de intransigência, desautoriza seus assessores a dar continuidade ao processo preliminar de discussão em andamento.

A atitude do Ministro Paulo Renato, ao tentar ignorar o direito de organização sindical e de luta da categoria, desconsidera a dimensão e a justeza do movimento, conduzindo a um impasse que somente interessa a quem quer destruir a Universidade Pública e Gratuita - patrimônio da sociedade brasileira.

Torna-se, portanto, pública e evidente a necessidade do Ministro da Educação reconhecer o caráter da nossa greve imediatamente, responder com iniciativas de superação do impasse por ele mesmo criado.

A GREVE CONTINUA

Brasília, 05 de junho de 1996

COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

O ministro Paulo Renato, intransigente, volta atrás, desautoriza seus assessores e não aceita mais negociar com docentes em greve

O último encontro do MEC com o Sindicato Nacional dos Docentes, Andes-SN, no dia 4 de junho, começou indicando que finalmente se dariam as discussões sobre a negociação dos itens da pauta específica dos docentes, protocolada em dezembro de 95 no Ministério.

Os representantes do Sindicato dos Docentes anunciaram a posição de que o movimento estava disposto a indicar a interrupção da greve assim que se instalasse a mesa de negociação. Foi ressaltado também pelos sindicalistas o quadro de pauperização salarial da categoria e, ainda, a insatisfação das Associações de Docentes com o sucateamento das universidades públicas, a falta de verbas, concursos para reposição de quadros e outros problemas enfrentados pelas instituições.

Mas, qual não foi a surpresa dos representantes do Sindicato quando a Secretária da Sesu, Secretaria de Ensino Superior do MEC, Vanessa Guimarães Pinto, após um contato com o ministro Paulo Renato, foi desautorizada a continuar a reunião, dizendo que só retomaria as negociações caso os docentes saíssem da greve. Em várias universidades, como UnB, UFPB-CG, UFF e mais de 30 instituições públicas, professores continuam em greve pela pauta específica.

Desde o dia 30 de maio, em uma reunião entre os assessores de Paulo Renato e representantes da Andes-SN e Fasubra, havia uma sinalização de entendimento entre o movimento e o MEC. O acordo era de que ambos caminhariam para a abertura de negociações. Às entidades caberia a sinalização do fim da greve caso o MEC indicasse a instalação da mesa de negociações sobre as reivindicações (ver quadro abaixo). Ao MEC, caberia iniciar a discussão sobre as negociações, mesmo com os trabalhadores em greve.

No entanto, o ministro parece ter esquecido de seu compromisso e, numa atitude de inequívoca intransigência, desconsiderou o movimento docente e disse que só negociaria com o fim da greve dos professores nas universidades federais.

Avaliação da Andes-SN

O Comando Nacional de Greve, através de comunicado oficial, avaliou que "os avanços que vinham ocorrendo no campo das negociações, em caráter preliminar, mas significativos, foram autoritariamente interrompidos pelo ministro. Assim, a manutenção e o fortalecimento do movimento grevista é tarefa coletiva, para assegurar, na atual conjuntura, a construção de alternativas políticas que viabilizem efetiva abertura de negociações de nossa pauta". Para o CNG, a continuidade da greve, além de preservar a unidade histórica do sindicato, é uma resposta da capacidade e disposição da categoria em não abrir mão da luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Pontos de discussão da pauta, levados pela Andes-SN à reunião com os assessores do MEC.

1. Salário
- Compromisso do MEC em intermediar a discussão das questões salariais junto ao Mare.

2. Autonomia
- Discussão do conceito de "trabalho" pela Andes.
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Isonomia entre as Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior.
- Agenda dispondo sobre o conceito, instrumentos jurídicos, financiamento e carreira.

3. Verbas
- Definição do compromisso de suplementação de verbas para 1996, em níveis suficientes para o custeio e investimentos.

4. Vagas/concursos
-cobrar do MEC a definição da metodologia utilizada para a identificação dos índices de reposição do quadro docente para cada Ifes.
-reposição por concurso público de todas as vagas nas Ifes, oriundas de aposentadorias e exonerações com contratação imediata dos concursados.

Treinamento/capacitação/carreira
- carreira única acompanhada de discussão, via Capes, de um Plano Nacional de Capacitação Docente.
- Aumentar os percentuais de DE e de gratificação por titulação.
- Aumentar os percentuais de ascensão nas carreiras de 1º, 2º e 3º graus quanto a níveis e classes.

Projetos e reformas
-retirar do Congresso o PL 1603/96 para que o mesmo seja discutido com a sociedade.

5. Reposição - Ponto
I - trabalhar a questão reposição/ponto não enquanto item da pauta de reivindicações, conforme colocado na ata e, ainda, a ser discutido/negociado a curto prazo.
II – resgatar a reposição enquanto importante instrumento do movimento grevista no processo de negociação.
Nestes termos a Comissão do Comando Nacional de Greve da Andes-SN trabalhará a questão em função da conjuntura (contexto de cada reunião no MEC) e do desenrolar do processo de negociação, tendo como um dos balizadores a efetivação das negociações por parte do MEC.

6. Outros
-Inclusão dos Hus como unidades escolares, devidamente mantidas com recursos do Tesouro, repassados para as Universidades via Ministério da Educação e do Desporto.

A Universidade Rural está organizando uma manifestação diferente para o próximo dia 16: um domingo na praia

Universidade Rural na praia de Ipanema

Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ainda em greve, vão realizar, com a participação de estudantes e funcionários, a atividade *Universidade na Praia. O* evento está marcado para o próximo domingo, dia 16 de junho, a partir das 10 horas da manhã, na praia de Ipanema, posto 9.

A exemplo das muitas *Universidades na Praça* que aconteceram durante a participação na greve dos servidores públicos federais, a Rural vai levar para a praia painéis, grupos de teatro, música, ginástica, dança e outros trabalhos com o intuito de mostrar à população a necessidade da recuperação salarial de professores e funcionários e reforçar a defesa da universidade pública e gratuita.

O evento é uma iniciativa da AdurRJ, mas está aberto à participação de todas as entidades sindicais e estudantis que queiram aderir à manifestação.

CINE CIÊNCIA/VER CIÊNCIA 96

Mostra Internacional de Vídeos Científicos para TV

A Casa de Ciência, Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, vai promover entre os dias 14 a 23 de junho uma mostra de vídeos científicos internacionais. O objetivo é levar ao público a ciência de forma acessível, explorando os mais variados meios de difusão do conhecimento. O desafio é desmistificar a divulgação científica como uma atividade elitista, utilizando os recursos audiovisuais para transmitir o conhecimento. Um instrumento eficiente de entretenimento a serviço da educação. A entrada é franca e os programas estrangeiros terão tradução simultânea. Confira.

Sexta-feira, dia 14 de junho

10h Cenas do Século - Oswaldo Cruz (5') Brasil
Relâmpagos (60') EUA
12:30 h A Terra vista pela Ciência (56') França
15:30 h A cor (15') França
O panda gigante (45') Japão
18:30 h Aventura da Ciência: benefícios inesperados da pesquisa (45') Alemanha

Sábado, dia 15 de junho

12:30 h O coração gelado dos oceanos (48') Dinamarca
14:30 h O planeta da vida (54') Japão
16:30 h Polarização da luz (18') Indonésia
Quando os animais pensam (30') Japão
18:30 h WWW (9') Comunidade Européia
Muito barulho por nada (51') Inglaterra

Domingo, dia 16 de junho

12:30 h Além do ano 2000 (51') Austrália
14:30 h Genes (32') China
Espíritos Curiosos (26') Canadá
16:30 h Herança Genética(47') Holanda
18:30 h WWW (9') Comunidade Européia
Arquipélago de Darwin (60') Venezuela

Segunda-feira, dia 17 de junho

10h Combustão (13') África do Sul
Imã (18') Indonésia
Quando os animais pensam (30') Japão
12:30 h Washoe, o macaco que fala com as mãos (52') França
15:30 h Superquark (60') Itália
18:30 h A Europa curvou-se ante o Brasil (57') Brasil

Terça-feira, dia 18 de junho

10h Descoberta (39') Canadá
Mundo de amanhã- 30 anos (30') BBC
12:30 h Agressividade (7') Hungria
Memória (53') Japão
15:30 h O coração que perdeu a alma (52') França
18:30 h Einstein (25') Brasil
O cérebro (30') Brasil

Quarta-feira, dia 19 de junho

10h Quando os animais pensam (30') Japão
A cor (15') França
Relâmpago (Último bloco - 15') EUA
12.30 h Abrolhos (52') Brasil
15:30 h Além do ano 2000 (51') Austrália
18:30 h A nova Gênese (29') Austrália
O gato de Schrodinger: Teorias genéticas/ Sonda espacial/ Modelar com raio laser (29') Noruega

Quinta-feira, dia 20 de junho

10h Scientia-1 (25') Brasil-EUA
Vacinas (30') Brasil
12:30 h Geotécnica (25') Brasil
Acad. Amazônia: Sec. solar/ Arara-azul/ Devastação pelo garimpo ... (25') Brasil
15:30 h Testemunha morta (50') BBC
18.30 h WWW (9') Comunidade Européia
Genura lamp (5') Hungria
O norte não é sul (41') Suíça

Sexta-feira, dia 21 de junho

10h Momentum (14') África do Sul
Crash 2030 (45') Alemanha
12:30 h Nascentes do Amazonas (45') Brasil
15:30 h Radiação cósmica (25') Brasil
Buraco na cabeça de Fred (35') BBC
18:30 h WWW (9') Comunidade Européia
Uma história de dois oceanos (60') Venezuela

Sábado, dia 22 de junho

12:30 h Uma jornada galática da Terra (52') Japão
14:30 h Cenas do Século - Santos Dumont (5') Brasil
Mas quem pilota o avião? (56') Suíça
16:30 h As tribos perdidas (50') BBC
18:30 h WWW (9') Comunidade Européia
Universo paralelo (26') Holanda
Enciclopédia das maravilhas (25') França

Domingo, dia 23 de junho

12:30 h Venezuela, terra dos parques (60') Venezuela
14:30 h Cenas do Século - Zerbini (5') Brasil
O primeiro sorriso (25') França
Os grandes navegadores (25') Brasil
16:30 h Scientia-1 (25') Brasil-EUA
A torre (30') BBC
18:30 h WWW (9') Comunidade Européia
Hawai, nascido do fogo (60') EUA

Haverá distribuição de senha 30 minutos antes de cada sessão. A Casa da Ciência fica na Rua Laura Muller, 3 - Botafogo, telefone 542-7494.

SEMANA 18 A 24
JUNHO/1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

As negociações da Andes-SN com o MEC sobre a pauta específica continuam interrompidas

Vicentinho, Medeiros e a presidente da CUT-Rio, Iná Meireles, unidos contra a política econômica do governo FHC.

21 – GREVE GERAL

Uma pesquisa feita pelo lnstituto Gallup, em maio, nas sete maiores regiões metropolitanas do país, revelou que mais da metade dos trabalhadores empregados - 58% - apontam o desemprego como um dos principais problemas nacionais do momento.

Encomendada pela CUT como um dos preparativos para a construção da greve geral, marcada para esta sexta feira, dia 21 de junho, a pesquisa revela números bem diferentes dos que costumamos ver nas páginas dos principais jornais do país. Se depender de seu resultado, a Greve Geral já é uma realidade: 81% dos trabalhadores apoiam a greve e 60% já decidiram cruzar os braços por mais empregos e uma política salarial justa. No Rio, 72% dos entrevistados disseram que vão parar no dia 21.

Páginas 3 e 4.

1 - Mais empregos! Melhores salários!
2 - Reforma Agrária já! Punição aos assassinos!
3 - Aposentadoria decente, respeito aos aposentados!
4 - manutenção dos direitos trabalhistas!
5 - Contra as reformas neoliberais de FHC!

Quem pára no Rio

Estão previstas paralisações das redes estadual e municipal de educação, professores e servidores das universidades, previdenciários, petroleiros de Caxias, eletricitários, ferroviários e rodoviários.

EDITORIAL

Desenvolvimento com política social justa

Encerrada nossa participação na greve nacional dos servidores públicos federais, sem ganhos salariais, estamos novamente às voltas com ações jurídicas de planos econômicos. Servidores admitidos recentemente (95 e 96) perdem os 26,05% do plano Verão e surge a possibilidade, via ação do Sintufrj, dos salários receberem 84,32% de equiparação.

Infelizmente, os tribunais "superiores" integraram-se, faz tempo, à política do governo e sistematicamente negam a reposição das perdas provocadas pelos planos de "estabilização" econômica. E não são poucos: Cruzado, Bresser, Collor, Verão, Real ... ufa! As decisões favoráveis nas instâncias inferiores só valem quando são tomadas por algum dos poucos juizes progressistas ou quando os advogados da UFRJ perdem prazos de recursos ou coisa parecida, beneficiando pequenos grupos escolhidos por critérios extremamente questionáveis.

Os 26,05% do plano Verão mantêm-se nos contracheques dos servidores admitidos até dezembro de 94 porque a Adufrj e o Sintufrj ganharam ações, separadamente, na justiça e o atual reitor, ao contrário do anterior, acatou a decisão judicial, sem deixar de fazer o recurso, obrigatório nesses casos. Nada garante, no entanto, a continuidade do pagamento. O Mare - Ministério da Administração e Reforma do Estado - pode suspendê-lo a qualquer momento. A centralização da folha no Siape - Sistema Integrado de Administração e de Recursos Humanos - facilitou isso. E são remotíssimas as possibilidades de algum juiz determinar o pagamento.

Sem os 26,05%, nossos salários ficarão no nível do desesperador em que já se encontram os salários da maioria dos servidores de outras universidades federais, que não têm sequer este adicional.

E o que resta agora? Aderir ao "salve-se quem puder", transformando nosso emprego público em "bico" e dedicarmo-nos a atividades mais rentáveis, enquanto a universidade pública despenca de vez? Abandonar nossos ideais de contribuir, através da Educação, para a transformação da sociedade injusta em que vivemos? Entregar nossas almas ao Mercado e convertemo-nos à competitividade?

Talvez alguns achem que estas são as respostas. Mas é preciso, no entanto, lutar contra essa onda neoliberal que vem arrasando as possibilidades de sobrevivência, minguando cada vez mais as verbas, proibindo concursos, cortando vagas, acabando com bolsas de estudo, retirando recursos para um dos tripés da instituição - que é a Extensão - e nos deixando à mercê da lógica capitalista, transformando a universidade de agente da sociedade em um verdadeiro balcão de negócios.

A Assembléia desta terça-feira, dia 19 de maio, vai decidir a participação dos docentes da UFRJ na greve geral, convocada pelas centrais sindicais, para esta sexta-feira, dia 21. Os cinco dedos da campanha de FHC se fecharam para garantir o interesse dos organismos financeiros internacionais em prejuízo de políticas sociais. Queremos desenvolvimento econômico, mas com empregos, salários dignos, aposentadoria, reforma agrária e a manutenção dos direitos trabalhistas e sociais.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Três em cada cinco trabalhadores apontam o desemprego como um dos principais problemas nacionais.

A maioria dos trabalhadores (49%) considera que seu poder aquisitivo piorou.

O outro lado do Real

Gallup revela que 88% dos trabalhadores identificam política econômica como principal problema nacional. Foram entrevistados 4.500 trabalhadores nas sete maiores capitais do país.

A política de sustentação do Real, a base de arrocho salarial e de semprego, definitivamente não está agradando os trabalhadores brasileiros. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, durante os dias 27 e 31 de maio, com exclusividade para a CUT, 88% dos trabalhadores apontaram algum problema de natureza econômica como a principal mazela nacional.

Nesta pesquisa, foi tomado como universo 13,5 milhões de pessoas que trabalham como assalariadas e têm emprego fixo nos setores públicos e privados, nas sete maiores regiões metropolitanas do país: Grande São Paulo, Grande Rio, Grande Belo Horizonte, Grande Salvador, Grande Recife, Grande Porto Alegre e Grande Curitiba. Foi adotado o sistema de amostragem por quotas de sexo, idade e setor de atividade, com 4.155 entrevistas realizadas e a verificação de 20% dos questionários.

Os números são amplamente desfavoráveis ao que constantemente divulga o governo. Três em cada cinco trabalhadores apontam o desemprego como um dos principais problemas nacionais. A maioria, 70%, classifica a atual situação econômica nacional como ruim (28%) e muito ruim (42%).

O salário baixo é o segundo maior problema nacional, com 38%, e em terceiro, com 25% das respostas, estão a pobreza e miséria. Os trabalhadores que consideram a atual situação econômica como boa ou muito boa (10%), estão localizados principalmente nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (14%) e Curitiba (14%).

Quanto à oferta de empregos no governo FHC, cerca de 80% acham que está piorando. 63% avaliaram que a oferta de empregos piorou muito, um índice bastante elevado em contraste com o otimismo do governo.

Sobre a influência do Plano Real na atual situação econômica familiar dos trabalhadores, 37% disseram ter piorado, 36% afirmaram que melhorou e 27% não sentiram alteração. Porém, a maioria dos trabalhadores (49%) considera que seu poder aquisitivo piorou, sendo que nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre, este percentual chega a 51%. Apenas 5% afirmaram que o seu poder aquisitivo melhorou muito, enquanto 27% avaliam que piorou muito.

Os direitos sociais, constantemente alvos de ataque por parte do governo, também foram objetos da pesquisa. E o resultado não poderia ser diferente. Por mais que Fernando Henrique e o ministro do trabalho, Paulo Paiva, neguem, a maioria dos trabalhadores (76%) acha que está piorando o acesso a direitos sociais como previdência, INSS e aposentadoria. E 60% acham que, no atual governo, está piorando muito a situação legal dos que trabalham, enquanto apenas 2% acham que está melhorando muito.

Greve Geral - 81% apoiam

O objetivo mais direto da pesquisa era quanto ao potencial de uma Greve Geral, que acabou sendo marcada para o próximo dia 21. Os números apontam que 63% dos trabalhadores acham que um dia de paralisação para protestar contra o desemprego e os baixos salários poderia trazer benefícios para os trabalhadores, sendo que em Salvador, o percentual chega a 70%.

Atualmente, 72% dos trabalhadores são pessoalmente favoráveis à greve e 81% estão predispostos a participar. Esta participação seria demonstrada da seguinte forma: 69% ficariam em casa, 8% demonstrariam apoio mesmo indo trabalhar e 1% sairiam às ruas. O maior apoio à greve encontra-se em Salvador (89%), enquanto que os trabalhadores do Rio de Janeiro são os mais dispostos a ficar em casa.

Outro dado importante foi a questão das centrais sindicais. Sua existência é considerada mais importante entre as pessoas que trabalham e são sindicalizadas (85%), enquanto que, entre os trabalhadores não sindicalizados, essa importância diminui para 75%. Entre os trabalhadores sindicalizados, a CUT é apontada (51%) como a que melhor representa os interesses dos trabalhadores.

ASSEMBLÉIA GERAL

18 de junho - 14 horas - Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta

Greve Geral

Pauta especifica da Andes-SN

Eleição de delegados para o XXXII Conad

Ações judiciais - Planos Collor e Verão

Reunião do Conselho de Representantes

13 de junho - 17 horas, na sede da ADUFRJ

Se esperar o apoio deste governo a projetos sociais é tarefa inglória, contar com a iniciativa privada para programas de conscientização de uma comunidade, tudo indica, parece ser tarefa impossível.

Disque Aids Mulher, um programa de extensão da UFRJ

Programas de extensão não são o forte da política do MEC para as universidades federais. Aliás, a extensão universitária ainda é considerada meio marginal para nossos governantes. Assim, nem mesmo programas de baixo custo, como é o caso, por exemplo, do Disque Aids Mulher, do Nesc, escaparam do destino reservado aos projetos e eventos de extensão que operam a interface da UFRJ com a sociedade. Sem verbas, sem apoio, sumariamente condenados.

A UFRJ não tem uma rubrica para programas de extensão. As agências de fomento também não financiam atividades desta natureza. Os recursos para estes projetos sempre vieram de resultados de aplicações financeiras ou das sobras do orçamento.

No início deste ano, eram 65 projetos envolvendo 580 estudantes, 341 docentes e 89 funcionários de seis Centros, reitoria, prefeitura da UFRJ e mais os projetos integrados. Porém, há poucas semanas, os coordenadores destes programas foram comunicados pela sub-reitoria de Desenvolvimento Extensão que as bolsas seriam encerradas em abril. E que deveriam buscar apoio externo.

Como ensinam os manuais da lógica administrativa vigente, o mercado não se interessa por situações, por exemplo, em que a população de baixa renda possa se beneficiar. Assim, por esta lógica, perguntas como - Eu estava no salão fazendo depilação e a moça usou uma pinça enferrujada. Será que preciso fazer o exame de Aids? - devem continuar sem resposta.

No entanto, remando contra esta corrente neoliberal, há três anos, diariamente, a equipe do Disque Aids Mulher se desdobra para levar à população do Rio de Janeiro, e de outros estados, orientações sobre locais de testagem, formas de transmissão e sintomas que podem significar muito em termos de diminuição nas alarmantes estatísticas sobre o crescimento da Aids entre as mulheres no Brasil.

Com uma única linha telefônica, por sinal apenas recebendo chamada, eles operam milagres. Um pequeno grupo de pessoas lutando contra o que já se afigura como uma verdadeira epidemia no seio da sociedade.

Esta iniciativa do Nesc não chega nem perto das milionárias (e ineficazes) campanhas do Ministério da Saúde. O Disque Aids Mulher funciona estruturado em uma sala do Nesc com seis professores e 14 estudantes de múltiplas disciplinas. São nove estudantes bolsistas, cada um recebendo R$ 180,72, e mais quatro do Programa de Iniciação Científica cujo trabalho conta créditos para o currículo, sem remuneração.

Eles interagem para difundir informações precisas, atualizadas e cientificamente corretas sobre aspectos da transmissão e prevenção da Aids. Num autêntico trabalho de extensão, que no Brasil, não tem como não extrapolar suas funções.

Iniciativa louvável

"Longe de ser uma doença de prostitutas e mulheres promíscuas, a Aids se configura como um problema da população feminina em geral, e particularmente daquela com menor acesso às informações e serviços".

Ainda bastante marginalizada, a Extensão universitária sofre de abandono completo por parte do MEC, das agências de fomento e da própria universidade, que, sem recursos próprios, é obrigada a acabar com 400 bolsas e 65 projetos que ligam a universidade às áreas sociais, culturais e tecnológicas da sociedade.

Esta análise está no livro *Quebrando o silêncio, Mulheres e Aids no Brasil*, uma coletânea de pesquisadores e ativistas publicado este ano, que analisa o crescimento da Aids entre esta população no Brasil, e aponta a feminização da Aids como uma epidemia fora de controle. "As possibilidades de reverter tal situação, ao menos a curto prazo, parecem pouco prováveis".

Enquanto nos países desenvolvidos a Aids está aparentemente sob controle - resultado dos altos investimentos em programas de prevenção e métodos efetivos de controle - no Brasil, ela só faz crescer diante da inércia que se acumula. Daí, a necessidade de programas como este.

"Apontamos que o aprimoramento de programas de esclarecimentos e de prevenção que possam, de certa forma, promover o controle da epidemia de HIV/Aids é um compromisso que deve ser exercido pelo maior número de segmentos representativos da sociedade brasileira, aptos a colaborar nesta difícil tarefa". A conclusão da pesquisadora do Instituto de Medicina Social da Uerj, Katia Guimarães, destaca o contexto em que se insere o Disque Aids Mulher.

Assim como um dos inúmeros depoimentos colhidos por Katia em sua tese de mestrado: "Eu soube do diagnóstico de meu marido através do médico, e fiquei muito chocada, pois além de constatar com desespero minhas suspeitas, soube também que ele já sabia que o tinha há muito tempo. Ele me enganou, uma semana antes ele estava queimando em febre, já tinha feito alguns exames, já sabia o que tinha e quis ter relação sexual comigo sem preservativo".

Em 1984, para cada 126 homens infectados, apenas uma mulher era infectada. Hoje, para cada três homens, há uma mulher infectada.

A importância para os estudantes

Para a coordenadora do programa, Regina Simões, a importância deste programa na formação dos alunos está na vivência do trabalho educativo em saúde, interagindo com a sociedade. Uma atividade não muito comum. "Nem sempre os estágios obrigatórios podem oferecer um conteúdo deste tipo", afirma.

Tese defendida com entusiasmo pela estudante Renata Vital, do 5º período de Medicina, uma das bolsistas do Disque Aids Mulher: "no início, vim pela bolsa, mas depois, me engajei. A obrigação é de 12 horas semanais, mas trabalhamos 20, 24 horas". Para a população, esta pode ser a única salvação - até hoje, já foram mais de duas mil ligações telefônicas.

Um programa de extensão como o Disque Aids Mulher, que surgiu de uma lacuna dos órgãos oficiais e hoje supre uma necessidade real da sociedade, agora tem que lutar pela própria sobrevivência. As donas de casa dos estratos sociais mais baixos, não são importantes para a estatística oficial. Toca o telefone e o que se vê são pessoas que sofrem toda a sorte dos artifícios contábeis, que acabam por levá-las à morte, se necessário for. O orçamento vai bem, mas a população precisa conviver com as mazelas das ações mal gerenciadas.

Se esperar o apoio deste governo a projetos sociais é tarefa inglória, contar com a iniciativa privada para programas de conscientização de uma comunidade, tudo indica, parece ser tarefa impossível.

OPINIÃO

Professor Francisco Ary de Medeiros, da Escola de Serviço Social, é coordenador de dois projetos de extensão que estão sendo desativados, sendo que um envolvendo também a pesquisa. Ele considera o corte de verbas para as bolsas de extensão "extremamente sério, pois a extensão é a presença da universidade na sociedade, aonde a gente testa as nossas teses", Ary considera inviável buscar apoio externo, principalmente em questões de cunho social. Além de não estarem interessadas nestas questões, "as empresas buscam retorno imediato".

Para a coordenadora de extensão do CCS, Vilma de Carvalho, a universidade não tem um programa de extensão devidamente institucionalizado. "Considero a extensão uma peça essencial do projeto acadêmico. Ela é a articulação entre o ensino e a pesquisa. Tem que haver um elo com a comunidade, assim como tem que haver relações interinstitucionais. Desde o ano passado que lutamos para institucionalizar a extensão na UFRJ, mas, para isso, teria que haver uma coordenação de extensão em todas as unidades". Quanto ao financiamento externo, ela acha muito difícil obtê-lo com o governo desestruturado.

Os Projetos de Extensão da UFRJ e a relação de apoios externos:

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) - 03 projetos

01 da **Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis**

sem apoio externo.

01 do **Decanato**

com apoio da OAB e Procon.

01 do **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional**

com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) - 04 projetos

02 do **Instituto de Matemática**

sem apoio externo.

02 do **Instituto de Geociências**

sendo um com apoio do CNPq, Padct e Finep,

e outro com apoio da SME, SEE, MEC e Sesu.

Centro de Ciências da Saúde (CCS) - 21 projetos

02 da **Faculdade de Farmácia**

sem apoio externo.

05 da **Escola de Educação Física e Desportos** sendo um deles com apoio da Telerj.

02 do **Instituto de Psiquiatria**

sendo um deles com apoio da Fundação Osvaldo Cruz.

02 do **Nesc**

sendo um deles com apoio da Telerj e outro, com apoio da Sese Minas Gerais e Opas.

03 do **Instituto de Nutrição**

sendo um deles com apoio da Secretaria da Criança de Nova Iguaçu.

03 do **Instituto de Biologia**

sendo um deles com apoio da Comlurb.

01 do **Instituto de Ciências Biomédicas**

com apoio da Schering do Brasil.

01 do IPPMG

sem apoio externo.

02 da **Faculdade de Medicina**

sendo um deles com apoio de Furnas Centrais Elétricas.

Reitoria - 05 projetos

sendo um deles com apoio da Telerj, Sebrae-RJ, Secretarias de Estado e Município, órgãos governamentais e setores empresariais.

Prefeitura UFRJ - 01 projeto

com apoio do Iphan e da Fundação Parques e Jardins.

Integrados - 04 projetos

sendo um deles com apoio do CNPq.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) - 13 projetos

01 do **Decanato** sem apoio externo.

03 da **ESS**

sendo um com apoio de Associação de Moradores.

01 do **Instituto de Psicologia**

com apoio da Uerj e Petrobrás.

02 da **Faculdade de Educação**

sendo um deles com apoio da Secretaria Municipal de Educação-RJ (para divulgação) e outro, com apoio de secretarias municipais e estaduais de Educação do RJ e Duque de Caxias, e Ação da Cidadania de Caxias.

04 da **ECO**

sendo um deles com apoio da Rádio Mec e outro, com apoio do CNPq, ABI, Casa dos Sabores, Café Relíquia, Fundação Ford e Fundação Rockfeller.

01 do **IFCS**

com apoio do Centro de Memória Ferroviária.

01 da **ESS** em conjunto com o **Instituto de Psicologia** sem apoio externo.

Centro de Letras e Artes (CLA) - 04 projetos

02 da **Faculdade de Letras**

sendo um deles com apoio do CIMI/CNBB, Seduc/RO e MT e Diocese de Itaguaí.

01 da **ESA** sem apoio externo.

01 da **FAU** com apoio do Ministério do Exército e Iphan.

Centro de Tecnologia (CT) - 07 projetos

02 da **Coppe**

sem apoio externo.

05 da **Escola de Engenharia**

sendo um deles com apoio do Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, Inscoop-RS e outro, com apoio da Liga Brasileira de Radioamadores.

Fórum de Ciência e Cultura (FCC) - 30 projetos

01 de **Restauro**

01 da **Editora UFRJ**

01 do **Museu Nacional**

todos sem apoio externo.

Chapa 1 Andes Autônoma e Democrática vence eleição da Andes-SN para o biênio 96/98. Nova diretoria toma posse durante Conad.

Conad avalia greve dos SPFs

O XXXII Conad - Conselho Nacional das ADs - será realizado em Guaratinguetá, São Paulo, nos dias 28, 29 e 3 O de junho. Neste encontro os delegados avaliarão o Plano de Lutas do Sindicato Nacional e atualizarão o Projeto da Andes-SN para a Universidade Brasileira, aprovado no último Congresso, realizado em fevereiro deste ano, em Santa Maria - RS.

Na Assembléia da Adufrj, nesta terça-feira, 18 de junho, serão escolhidos o delegado para representar a AD nas votações do Conselho e os professores, que se candidatarem, para acompanhar o evento como observadores.

A avaliação de conjuntura é uma constante em eventos do sindicato e certamente a participação da Andes-SN na greve nacional dos servidores públicos federais será avaliada, assim como a greve específica nas universidades, das qual participou a maioria das ADs.

Chapa 1 vence eleição da Andes-SN

Durante o Conad, tomará posse a nova diretoria eleita da Andes-SN para o biênio 96/98. O resultado oficial da eleição saiu no dia 17. A Chapa 1 (Andes Autônoma e Democrática) venceu com 7.676 dos votos apurados (39,6%), a Chapa 3 (Democracia e Universidade) ficou em segundo, com 5.771 votos (29,8%), e a Chapa 2 (Andes Para Todos) ficou em terceiro lugar, com 4.744 (24,5%) dos votos.

Chapa 2 vence na UFRJ

O recurso impetrado pela professora e diretora da Adufrj, Rosanne Evangelista Dias, pela revogação da anulação de uma urna (seção 7) da Adufrj foi rejeitado pela Comissão Eleitoral Central, acatando por unanimidade a decisão da Comissão Eleitoral Local, que já havia rejeitado o recurso. Assim, o resultado da eleição da Andes-SN na UFRJ permanece o mesmo: a Chapa 2 obteve 137 votos válidos, seguida pela Chapa 1, com 130. A Chapa 3 obteve 82 votos.

Rural na praia

A Universidade Rural do Rio de Janeiro levou porcos, bezerros, galinhas, e vários outros animais e plantas para o calçadão da praia de lpanema, no último domingo. A manifestação, com o objetivo de esclarecer a população sobre o estado em que se encontram as universidades públicas, foi um sucesso. Em greve há 60 dias, a Adurrj é uma das ADs que continua brigando pela pauta específica, protocolada no MEC em janeiro do ano passado.

Agenda

■ **Debate no CCS Projeto neoliberal e Educação,** com Laura Tavares, da Escola de Enfermagem, e Roberto Leher, da Faculdade de Educação.
Dia 20, quinta, às 9 horas, no Auditório do Quinhentão

■ Fórum de Ciência e Cultura

Dia 18/06, das 18h às 20h
Ciclo Brecht - Brasil
Conferência - Salão Moniz Aragão
Dia 19/06 - das 9h às 18h
Gestão Ambiental nas Empresas
Dia 19/06 - das 15h às 17h
Curso de Introdução à Ópera
Salão Moniz Aragão
Dia 20/06 - das 10h às 12 h
Psicopatia Sexualis
Salão Pedro Calmon
Dia 20/06 - das 18h às 20 h
Cinema no Fórum – Documentário
Brecht - Salão Moniz Aragão
Dia 20/06 - das 15h às 17 h
Curso de Introdução à Ópera
Salão Moniz Aragão
Dia 20/06 - das 9h às 17 h
Gestão Ambiental nas Empresas
Dia 21/06 - das 17h30 às 21 h
Série Brasilidade - Conferência Roberto da Matta
Salão Moniz Aragão
Dia 24/06 - das 16h às 20 h
Educação Básica e Profissional/ COPPE - Abertura e Exposição
Salão Pedro Calmon e hall de Entrada

Em 1994, a Adufrj ganhou, em primeira instância, os 84,32%, mas o juiz não determinou o pagamento. Em julho do mesmo ano, o TRT acatou o recurso da UFRJ e declarou que os professores não teriam direito ao pleito.

Ingressos a partir de 95 não receberão mais os 26,05%

A subreitoria de Pessoal e Serviços Gerais da UFRJ (SR4) informou que, a partir deste mês, docentes e técnico-administrativos que ingressaram na universidade em 95 e 96 não receberão mais o adicional de 26,05% relativos ao Plano Verão. Segundo a sub-reitora, Maria Augusta Temponi, o pagamento estava sendo feito por engano. Quem já estava na universidade em dezembro de 1994 vai continuar recebendo o percentual.

A Adufrj ganhou a ação dos 26,05% no Tribunal Regional do Trabalho, em 1993, mas, na época, o então reitor Nelson Maculan entrou com o recurso obrigatório, não acatou a decisão judicial e não efetuou o pagamento. Somente em dezembro de 94, depois que o reitor Paulo Gomes acatou a uma decisão judicial favorável à ação semelhante, ganha pelo Sintufrj, é que os 26,05% foram incorporados aos contracheques dos docentes.

Até o fechamento desta edição, não conseguimos obter informações junto à SR4 sobre o "engano" cometido em relação aos que ingressaram a partir de 95 e o que acontecerá com os pagamentos já efetuados de lá para cá.

Ainda pairam dúvidas sobre o pagamento dos 26,05% e dos outros planos econômicos. A assessoria jurídica da Adufrj explica que o motivo é essencialmente político, já que os processos dos planos econômicos envolvem uma discussão teórico-doutrinária sobre o que seja direito adquirido. Com isso, a decisão depende exclusivamente da boa vontade dos juizes que apreciam os processos. Alguns juizes entendem que há direito adquirido dos trabalhadores em relação ao recebimento dos índices expurgados dos salários, mas a maioria costuma defender o governo e se posiciona contra este direito.

Improcedência

No primeiro caso levado a julgamento no Supremo Tribunal Federal (última instância), sobre o plano Collor (84,32%), os juizes julgaram improcedente. O Tribunal Superior decidiu, então, editar três Enunciados que visaram uniformizar os julgamentos sobre os planos: em dois deles, reconhecia o direito dos trabalhadores às perdas dos planos Verão (URP - 26,05%) e Bresser (gatilho - 26,06%) e, no terceiro, afirmava inexistir qualquer fundamento sobre pedidos referente ao plano Collor (84,32%), determinado a improcedência dessas ações.

Em dezembro de 1994, os próprios Tribunais Superiores mudaram seus entendimentos, e, seguindo as decisões do STF, revogaram os enunciados e passaram a julgar improcedentes, também, os pedidos relativos aos planos Verão e Bresser.

De acordo com a assessoria jurídica da Adufrj, infelizmente, a maior parte dos processos, quando forem julgados nos Tribunais Superiores estarão condenados à derrota.

A ação da Adufrj para o plano Collor (84,32%)

A Adufrj entrou com pedido de liminar pleiteando o pagamento das diferenças salariais conseqüentes do plano Collor (84,32%) em abril de 1991. O processo foi julgado procedente na Junta de Conciliação e Julgamento e a UFRJ entrou com recurso ordinário no TRT. Diante do recurso, o juiz que deu parecer favorável à ação da AD não determinou que a universidade efetuasse o pagamento imediato, tal como aconteceu com a ação semelhante ganha este mês, também em primeira instância, pelo Sintufrj. Em junho de 94, a 9ª turma do TRT acolheu o recurso da UFRJ declarando que os professores não teriam direito aos 84,32%.

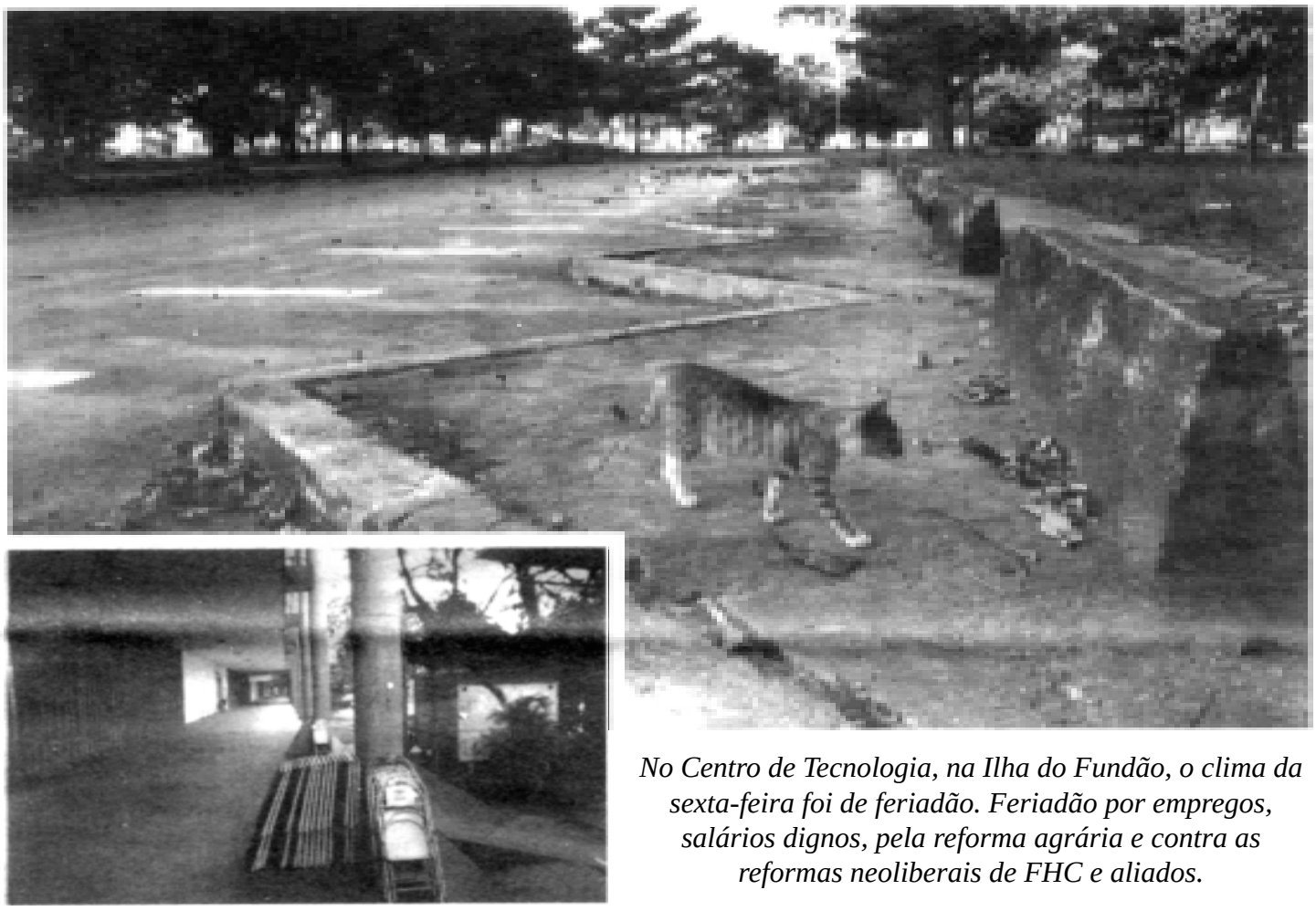
A assessoria jurídica da AD apresentou, então, um Recurso de Revista, dirigido ao TST, que foi indeferido, sob a alegação de que o TST já havia se posicionado contrário a este pleito. Mesmo assim a Adufrj impôs Agravo de Instrumento, ainda em 1994, onde requer que o Tribunal conheça e julgue o Recurso de Revista.

SEMANA 25 DE JUNHO A 1 JULHO/1996

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Andes suspende greve específica

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN



No Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão, o clima da sexta-feira foi de feriadão. Feriadão por empregos, salários dignos, pela reforma agrária e contra as reformas neoliberais de FHC e aliados.

Greve Geral foi um feriadão, ainda bem.

Os jornais brasileiros abriram manchete neste sábado para anunciar o fracasso da Greve Geral convocada pelas principais centrais sindicais para o dia anterior, sexta-feira, 21 de junho. Alguns com mais ênfase, outros nem tão empolgados, mas todos unânimes. E obedecendo também a mesma seqüência editorial, com chamadas do dito fracasso, nos títulos das primeiras páginas, e avaliações sobre a greve de acordo com opiniões e informações de fontes corno ministérios, empresas, autoridades e donos de empresas de ônibus, nas páginas seguintes. Contraditoriamente, as manchetes ufanistas nas demais páginas desses veículos davam conta do clima de feriado que, segundo eles, reinou nas principais capitais brasileiras. Como o jornal Folha de S. Paulo, página 1 - 11, cujo título foi: São Paulo vive dia como se fosse feriado; no subtítulo: Perspectiva de greve geral na cidade leva o paulistano a ficar em casa, viajar ou ir aos shoppings. A manchete do Jornal do Brasil foi, no mínimo, peculiar: Greve fracassa e feriado é sucesso. Talvez entendendo, por conta própria e de seus anunciantes, não haver relação entre causa e conseqüência. **(continua página 2)**

Cerca de um milhão de trabalhadores pararam no Rio

Em nível nacional, a estimativa das Centrais é de que 12 milhões paralisaram as atividades. Uma meta alcançada com sucesso pelo movimento sindical

(continuação 1º página)

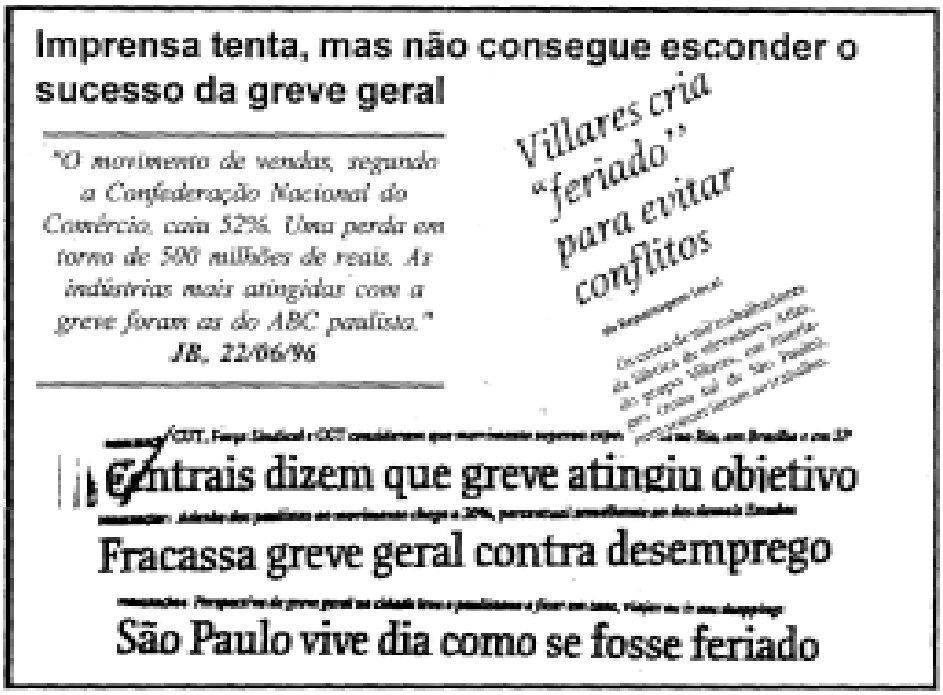
Não por acaso, a Greve Geral foi estrategicamente convocada para uma sexta-feira. Na pesquisa de opinião, encomendada pela CUT ao Instituto Gallup, sobre a disposição dos trabalhadores em participar da greve geral, realizada no final de maio nas regiões metropolitanas das principais capitais brasileiras, 68,85% responderam que apoiariam, diretamente, ficando em casa.

Mesmo assim, os jornais, tão zelosos em apurar e cruzar informações, e em informar corretamente seus leitores, não perceberam esta evidente relação entre cidades vazias, greve dos trabalhadores e repressão nas ruas.

Isto tudo sem levar em consideração que, em São Paulo, o prefeito ofereceu plano de saúde para os trabalhadores rodoviários para que estes não aderissem à greve.

Quanto ao Rio de Janeiro, estranhamente, também não foi feita nenhuma relação entre o aumento das passagens de ônibus, às vésperas da greve - para que os empresários do setor, com ótimo trânsito na prefeitura, colocassem seus ônibus nas ruas. E o quê se viu? Motoristas que não conheciam os itinerários, vestidos com bermuda e camiseta, conduzindo coletivos em alta velocidade e vazios pelas ruas da cidade.

O país parou realmente. E todos aproveitaram para descansar. Muito justo, afinal, já chega de tanto trabalho, quando o governo só arregaça suas mangas para retirar direitos e conquistas dos que passam a vida inteira dedicando suas incontáveis horas para fazer com que esse país realmente alcance os tão propalados índices de desenvolvimento da ONU.



Imprensa tenta, mas não consegue esconder o sucesso da greve geral

"O movimento de vendas, segundo a Confederação Nacional do Comércio, caiu 52%. Uma perda em torno de 500 milhões de reais. As indústrias mais atingidas com a greve foram as do ABC paulista."
JB, 22/06/96

Villares cria "feriado" para evitar conflitos

Centrais dizem que greve atingiu objetivo

Fracassa greve geral contra desemprego

São Paulo vive dia como se fosse feriado

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Andes-SN considera saldo político e proximidade entre docentes, técnicos e estudantes os maiores ganhos desse período de greve.

18 meses sem reajuste

Andes-SN vai ao MEC anunciar suspensão da greve e responsabiliza intransigência do governo por não haver negociação

Passados 69 dias de greve nas universidades, o saldo políti co foi o maior ganho para o Sindicato dos Docentes. A sociedade tomou consciência do perigo que ameaça esse patrimônio público. A sociedade não mais ignora que o desmonte da universidade coloca-se no bojo de um projeto privatizante que objetiva transformar a educação superior em mercadoria, somente acessível aos que podem pagar por ela.

O Comando Geral de Greve da Andes-SN protocolou na sexta-feira, dia 21, documento dirigido ao ministro Paulo Renato, onde anuncia a suspensão da greve dos docentes, que se mantinha em várias universidades até a semana passada, deixando claro que isso não significa uma rendição às condições "autoritariamente impostas pelo MEC de só negociar com a categoria a partir do encerramento da paralisação".

_A suspensão da greve constitui, sim, um ato político de denúncia à postura de intransigência do governo que, impassível à crise vivenciada pela universidade brasileira, negou-se ao diálogo com os professores. Mesmo o reconhecimento público dessa crise, feito pelos colegiados superiores das Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior - e pelos seus dirigentes máximos, os Srs. Reitores, quer isolada, quer coletivamente através da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes - foi insuficiente para demovê-lo de tal posição. A intermediação dos parlamentares também se mostrou inócua, afirmou o presidente Luiz Henrique Schuch, durante o encontro com o MEC.

O documento foi entregue à secretária de Ensino Superior, Vanessa Guimarães, para quem foi reafirmada a necessidade de discussão da pauta de reivindicações e cobrado o papel de interlocutor do MEC nas discussões com o Mare - Ministério da Administração e Reforma do Estado.

Greve no cabide

A Andes-SN produziu 5.000 cartazes a serem distribuídos nas várias capitais do país com o intuito de esclarecer que a greve foi apenas suspensa, ou seja, está no cabide, aguardando que o governo se manifeste para negociar as questões que afligem o movimento, como os baixos salários, a falta de verbas, o proibição dos concursos e a reforma do ensino, que avança a passos largos para a privatização das Instituições. O jornal da Adufrj reproduz o anúncio (que também será publicado no próximo número da revista Ciência Hoje) na página oito desta edição.

Vestibular

A Andes considera fundamental manter o calendário de mobilização e sugere que as ADs discutam nas universidades o adiamento do vestibular enquanto o MEC não abrir negociações, como forma de pressão, já que faltam verbas, recursos e pessoal, o que desqualifica as universidade para o pleno funcionamento dos cursos.

Outra greve daqui a um mês

O CNG da Andes está propondo que a greve fique suspensa durante um mês, e que após esse período, caso o governo não acene com a possibilidade de negociação, as ADs voltem a realizar assembléias locais e discutam a construção de uma nova greve por tempo indeterminado.

Audiência pública com o Bresser

A Confederação Nacional de Entidades do Serviço Público Federal - CNESF - marcou audiência pública com o ministro Bresser Pereira, nesta quarta-feira, dia 26, às 15 horas, no plenário do Senado Federal. A pauta será o envolvimento político de reajuste dos servidores e a reforma administrativa do governo.

Greve não terminou

Segundo avaliação do Sindicato Nacional, a greve não terminou. A situação salarial e de desmonte das universidades continua a mesma. É preciso enfrentar o governo FHC e desmascarar seu projeto para a educação superior. Fazê-lo reconhecer o embate de projetos e a necessária discussão com os sindicatos e com a sociedade.

■ O projeto Brincar alia o ensino e a pesquisa à ex
para estas atividades, este é mais um programa de
verbas, não há como manter a equipe de estagiário
tados excepcionais na área de tratamento psiquiá

Edson Saggese, coordenador do Brincar, ainda não sabe como fazer para manter o Projeto.

Projeto Brincar, um
sucedida do Instit

O projeto brincar é voltado para a área de saúde mental infanto-juvenil. Nós promovemos atividades lúdicas para filhos, netos, sobrinhos, parentes de pacientes psiquiátricos internados. Nós abrimos um espaço lúdico, o pátio, para onde as crianças são convidadas a vir e a brincar, e também a interagir com estes pacientes e com outros familiares.

Por quê isso? Porque antigamente era proibida a entrada de criança aqui no Hospital. Nós achamos que isso era um erro grosseiro e extremamente prejudicial para as crianças e para os pacientes internados.

Para os pacientes, porque isso reforçava o preconceito contra eles, o isolamento, a quebra dos vínculos sociais e a cassação dos seus direitos de serem pais, avós. O que a doença mental muitas vezes não tirava, nós nos encarregávamos de tirar.

Pelo lado da criança, o fato de ser isolada de seus pais, tios e avós, era uma situação que piorava os problemas trazidos pela doença mental destes pais. As fantasias que as crianças faziam, a perda de contato, eram pior que a realidade que os pais estavam vivendo. Se nós conseguíssemos criar um ambiente agradável, conseguiríamos que o contato com os pais fosse produtivo. Nós sobretudo apostamos no potencial lúdico.

Brincar era um coisa essencial para a criança, nós diríamos mais, brincar em atividade lúdica é essencial para todo mundo. Mas, para a criança, é ainda mais essencial, faz parte da sua linguagem, é importante para o seu processo de desenvolvimento.

A quebra do isolamento

Então, nós achamos que usar este potencial lúdico iria trazer resultados muito benéficos para o paciente, para o ambiente hospitalar e para a criança. Para nossa surpresa, excedeu as expectativas.

É difícil para quem não tem um registro do que é tradicionalmente um pátio de um hospital psiquiátrico, uma instituição fechada, um local triste, mas que se transforma no momento da realização do Projeto Brincar.

Todo o movimento em termos de saúde mental, hoje em dia, é de quebrar os muros do hospital, de diminuir o preconceito, tratar o paciente psiquiátrico como portador de uma deficiência, ou de uma diferença, que não deve servir de motivo para o seu isolamento, para a cassação de seus direitos de cidadão.

E esta quebra do contato com as crianças ia justamente nessa direção, de isolamento, de perda de direitos. Direitos estes que estão assegurados até pela Constituição, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o direito ao convívio familiar.

Então, ele repercutiu favoravelmente em diversas situações: na quebra do isolamento, no aumento das visitas, em despertar o interesse do paciente para sair daqui mais rápido, para se reintegrar socialmente, para melhorar as condições destas crianças. Nós tivemos casos de crianças que não frequentavam escola, que estavam recusando alimentação, chorando, e que com a freqüência ao Projeto Brincar, isto mudou. Porque mudou a visão que eles tinham das condições dos pais, quebrou esta perda de contato que eles tinham com os pais.

Trabalho preventivo com os filhos de pacientes

Nosso objetivo é preventivo, também, no sentido de evitarmos maiores

Antigamente, as crianças eram
Psiquiátrico da UFRJ. O que a doen
tratamento se encarregavam de isol
extensão do Serviço Infanto-Juvenil,
E com ele, mudaram também a rea
muitas vezes filhos, sobrinhos e
convivência - e a própria concepção
Instituto Psiquiátrico, só se fala em
Mas a equipe coordenada pelo prof
sofrer uma outra mudança, em nada
projeto. Agora, é de ordem financeir
coordenador do projeto foi comunic
das bolsas de extensão. A univers
subsidiar os 14 estudantes de divers
A extensão, segundo a Constituição
do ensino e da pesquisa. E o Projeto
do que o próprio professor para res

Os estagiários, de várias disciplinas,

tensão. Como a universidade não tem recursos
e extensão que corre sérios riscos de acabar. Sem
os de várias disciplinas, que vem alcançando resul-
trico.

ma experiência bem
uto de Psiquiatria

proibidas de entrar no Hospital
nça mental não tirava, os métodos de
ar. Há quatro anos, um programa de
o Projeto Brincar, alterou esta norma.
lidade dos pacientes, das crianças -
netos de pacientes impedidos da
do tratamento psiquiátrico. Hoje, no
saúde mental.

essor Edson Saggese está em vias de
similar as experimentadas ao longo
a: o fim do projeto. Recentemente, o
ado do corte de verbas para custeio
idade não, tem mais recurso para
as áreas que integram a equipe.

Federal, é uma atividade indissociável
Brincar, o que seria? Ninguém melhor
ponder a esta questão.

tiveram suas bolsas cortadas pela SR5

problemas para estas crianças. A doença mental traz uma série de conseqüências para a família: separação, a própria separação em função da internação, desavenças familiares, perda de condição econômica, isto tudo são agravos, são problemas para as crianças. Então, essa ação é preventiva, algo que pode prover, ajudar nas condições de saúde mental da criança.

Uma criança que brinca, tem mais chances de ser sadia, tem um potencial de desenvolvimento maior. Uma criança que não brinca, já é um indicativo de que ela pode ter, algum transtorno.

Doença mental X saúde mental

As repercussões deste projeto de extensão têm sido muito boas na área de ensino e de pesquisa, porque abre um campo para treinamento de profissionais multidisciplinar (medicina, serviço social, psicologia, comunicação, enfermagem, letras, educação física, artes plásticas e história) e promove um novo tipo de contato dos alunos com a saúde mental.

Ao invés dos estudantes encararem pelo ângulo da doença mental, eles passam a ver pelo lado da saúde mental, como se promove a saúde mental. Isso muda muito o enfoque que estes estudantes vão ter no futuro quanto aos programas de saúde mental.

Este projeto teve um reconhecimento fora da área da universidade e fora o reconhecimento social mais amplo, que foi o Prêmio Criança Abrinq de 94, na área de saúde.

Números

Numa área desta, de saúde mental, a nossa preocupação maior é com uma avaliação qualitativa, e não tanto quantitativa. Em termos de números o que posso dizer é o seguinte: em primeiro lugar, o aumento substancial das visitas ao Instituto de Psiquiatria, quebrando o isolamento dos pacientes.

Em segundo, nós mantemos constante uma média de visitas de 12 a 15 crianças, já tendo comparecido cerca de 60 crianças por dia de evento, numa média inusitada em se tratando de um hospital psiquiátrico. A criança vem espontaneamente, a convite nosso, porque ela se sente bem.

Porque se cria um ambiente lúdico realmente, e isto tem um poder transformador muito forte sobre todo o ambiente hospitalar e sobre o ambiente familiar desta criança. Toda semana, aos domingos, de 14h às 16h, acontece o Projeto Brincar.

Ensino, pesquisa, extensão

Talvez eu nunca tenha refletido sobre a extensão em termos teóricos. Na minha prática, estas coisas - o ensino, a pesquisa e a extensão - sempre foram indissociáveis. Pelo menos na área de saúde. Você não pode fazer uma boa formação, ou fazer pesquisa, se você não tiver projetos que levem em conta as necessidades da comunidade, ou da população.

Então a idéia de ter na universidade uma área que proponha a organizar estes projetos que tenham um alcance comunitário, eu acho bastante interessante. De maneira que a gente

Todos os domingos, atividades com as crianças

"Pelo lado da reversão das preocupações sociais do governo, sobretudo com a criança, eu não posso ser otimista."

possa pensar no interesse coletivo ao mesmo tempo que pensar num projeto de pesquisa com interesse acadêmico.

Essas coisas podem e devem ser indissociadas: pensar no interesse coletivo, pensar em novos projetos de extensão, e tentando associar com pesquisa e com o ensino. Esta é a minha idéia.

Produtos gerados

Nós conseguimos não só o ganho em termos dos serviços que nós prestamos à comunidade, mas também a idéia de que nós estamos formando gente e estamos pesquisando novas estratégias em saúde mental.

Além das atividades lúdicas do domingo, nós promovemos continuamente estudos, fazemos avaliações, reuniões, estudamos, promovemos seminários permanentes. Nós temos desenvolvimento de trabalhos de extensão, de mestrado e, agora, até de doutorado, que foram possíveis a partir da criação deste campo entre atividades lúdicas e saúde mental. Já editamos vídeos e tenho um trabalho publicado no ano passado.

A falta de verbas e o futuro

Lamentavelmente, nós tivemos esta notícia de que a universidade não tem verbas para sustentar este trabalho de extensão, sob a forma de bolsas. Isto realmente é lamentável. Nós continuamos a trabalhar, os estagiários se recusaram a terminar com o projeto. Nós não temos nenhum apoio externo. Este é um projeto modesto, que possui seu próprio espaço físico, e que necessita muito mais de pessoas e idéias. Mas estas pessoas precisam ser minimamente remuneradas.

Esta é a nossa principal necessidade. Nós não precisamos de equipamentos sofisticados, mesmo porque as crianças podem brincar com qualquer coisa. Brinquedo se inventa ao brincar. Nosso projeto é barato, mas precisa de pessoas.

Perspectivas

Se eu disser, pelo ângulo do entusiasmo que vejo nas pessoas que participam, dos estudantes e dos funcionários da UFRJ, poderia dizer que sou otimista. Ninguém quis largar o projeto, mesmo sabendo claramente que não existe nenhuma perspectiva a curto ou médio prazo de conseguirmos uma forma de financiamento.

Pelo lado da reversão das preocupações sociais do governo, preocupações sociais sobretudo com a criança, incluindo ensino, pesquisa, assistência, extensão com crianças, eu não posso ser otimista. Pelos dados que eu tenho, o governo, de 94 a 95, cortou mais de 80% das verbas destinadas a projetos com crianças. Por este lado eu não posso ser otimista.

Apoio

Até hoje, eu só pedi apoio para divulgação. Eu acho importante que outras instituições no Brasil se dêem conta deste problema dos pacientes psiquiátricos e de seus filhos, e promovam ações em favor deles. Agora eu vou ver o quê se pode fazer.

População carente

O sub-coordenador Marcelo Abreu

O Projeto Brincar, de certa forma tem uma continuidade. Muitos pacientes com filhos continuam a freqüentar o projeto mesmo depois de ter alta. É claro que nós lidamos com população com carências muito grandes, basicamente são todos pobres, muito pobres, e até o pagar o transporte é difícil. E moram em todo o Grande Rio, são dois, três ônibus para vir, isto fica muito aquém do que nós desejaríamos, em termos de que nós pudéssemos ter um contato muito mais sistemático com estas crianças e seus pais, mesmo depois do processo de alta. Com mais verbas, se poderia expandir o Projeto Brincar para outros pólos, outros hospitais.

Mesmo assim, nós temos tido uma significativa presença de famílias para as quais o projeto foi importante na recuperação daquele paciente, foi importante para as crianças enfrentarem aquela tormenta da internação dos pais sem que isso as atingisse tanto. E que voltam.

Nós temos também um outro desenvolvimento do projeto, que são as festas comemorativas - como Natal, Dia das Crianças, Festa Junina, e outras - quando sempre convidamos as pessoas que já freqüentaram a voltar, como forma de manter o vínculo. Ocasionalmente, informações colhidas no Projeto Brincar são aproveitadas para a terapia dos pacientes. Eventualmente, também, crianças que nós identificarmos como portadora de uma problemática mais séria, nós podemos vinculá-la ao Serviço Infanto-Juvenil.

Nenhum estagiário quis largar o projeto, mesmo sem financiamento

Reunião

com os Coordenadores de Projetos de Extensão

1º de Julho
Sexta-feira
16horas
Salão Azul do Centro Ciências da Saúde - CCS
Instituto de Biologia
Sala A1047

Pauta

Discussão sobre a crise do financiamento da Extensão na UFRJ e Encaminhamentos

É fundamental a participação de todos os coordenadores. A reunião é aberta, também, aos docentes, estudantes e funcionários envolvidos

Agenda

Seminário sobre Agrotóxico, Perigo para a Saúde

Dia 25/06 - 18h
Clube de Engenharia - Av. Rio Branco 124/ 22ºandar
Convidados: Calissa Sartorara Nutricionista - Sanitarista)
Prof. Sebastião Pinheiro (Ibama -RS)
Wagner Guimarães (Eng. Agrônomo - Coonatura)
Jorge Antônio (Eng. Agrônomo - Diretor do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos)
Coordenador: Flávio Dinis de Carvalho (Divisão Téc. de Engenharia do Meio Ambiente)

II Conferência Estadual de Saúde

Dias 10, 11, 12, 13 e 14/07 - Uerj
Reunirá os vários segmentos da sociedade civil organizada e autoridades para avaliar a situação da saúde no Estado e propor estratégias de organização do sistema, visando assegurar a melhoria da qualidade de vida da população. Vai aprofundar estudos sobre vários temas, como o financiamento da saúde, definir que instituições participarão do Conselho Estadual de Saúde e escolher delegados para a X Conferência Nacional de Saúde, em setembro, em Brasília.

I Congresso Nacional de Educação

De 31/07 a 3/08 - Belo Horizonte.
Promovido por várias entidades ligadas ao setor, o objetivo deste I Coned é ampliar o espaço público de participação e debate, historicamente preenchido pelas Conferências Brasileiras de Educação, contemplando a produção acadêmica recente e ao mesmo tempo, resgatando o acúmulo de elaboração dos movimentos sociais organizados.
Educação, Democracia e Qualidade Social é o terna geral do evento que será desenvolvido através de mesas redondas, conferências e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis.
Os participantes buscarão avaliar as políticas públicas e as alternativas em curso, na área de educação, na perspectiva de um novo projeto político-pedagógico para a educação brasileira.
Para isso será retomada a discussão de um Plano Nacional de Educação, tendo por base a Constituição de 88. Maiores informações na secretaria do Congresso, pelo telefone (031)443-6686.

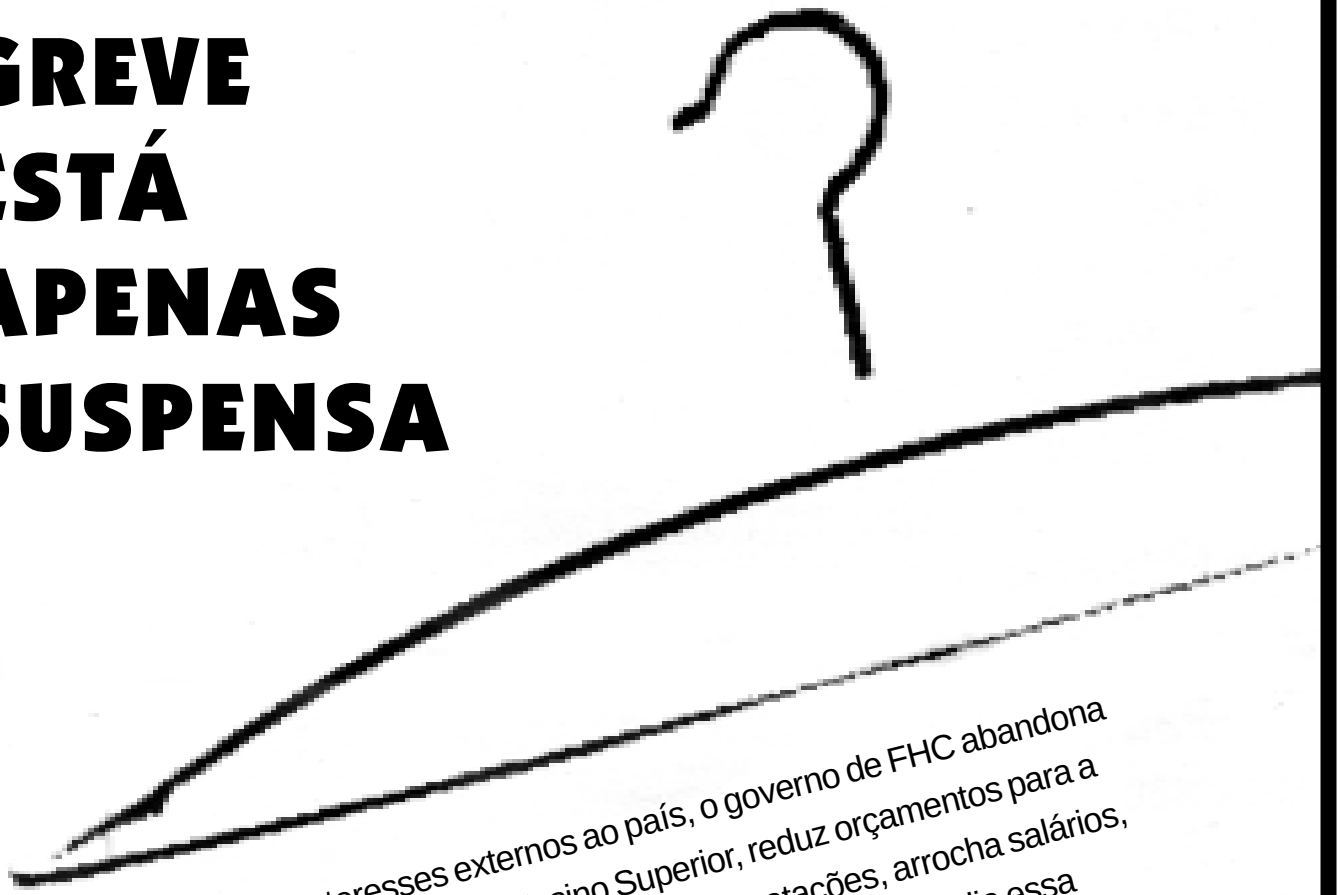
XXXII CONAD

Dias 28, 29 a 30/06 - Guaratinguetá/SP
Neste fim de semana acontece, em Guaratinguetá, interior de São Paulo, a XXII Conad - Conselho Nacional das Associações Docentes da Andes-SN.
Conforme noticiamos semana passada, os delegados das diversas ADs avaliarão a greve nacional dos SPFs, a greve específica da Andes.
No Conad, tomará posse a nova diretoria do Sindicato, que tem como presidente a professora Maria Cristina de Morais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Adurn)
Universidade e Carreira
Durante o encontro, será discutido e aprovado o projeto da Andes para a Universidade Brasileira, uma atualização do Caderno 2, datado de 1986, e a apresentação da atualização do Caderno 14, que trata da Carreira Docente.
A Adufrj será representada por José Miguel Bendrao Saldanha, como delegado, Roberto Houaiss como observador e suplente e Patrícia March, Francisco Ary Medeiros, Iná Pires de Carvalho, Eduardo Gonçalves Serra e Rosane Evangelista Dias, como observadores.

Fórum de Ciência e Cultura

Dia 25/06, das 9h às 17h
Educação Básica e Profissional/COPPE
Salão Pedro Calmon e Salão Moniz Aragão
das 17h30 às 19h
Educação no Japão
Salão Moniz Aragão
das 18h às 20h
Ciclo Brecht - Brasil
Conferência: O ator épico e o ator contemporâneo
Salão Pedro Calmon
Dia 26/06 - das 9h às 18h
Educação Básica e Profissional/COPPE
Salão Pedro Calmon e Salão Moniz Aragão
das 18h às 20h
Cicio Brecht - Brasil
Leitura Dramatizada: Terror e miséria no III Reich
Salão Moniz Aragão
Dia 27/06 - das 15h às 17h
Curso de Introdução à Ópera
Salão Moniz Aragão
das 18h às 20h
Ciclo Brecht - Brasil
Conferência: A função social e a autonomia estética da obra teatral de Brecht.
Salão Moniz Aragão
Dia 28/06 - das 15h às 17h
Curso de Introdução à Ópera
Salão Moniz Aragão
às 18h
Lançamento do livro Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja
das 18h às 21h
Happy Hour
Show com Reginaldo Menezes, Geraldo Brito e Patrícia Mello
Fórum Térreo

NOSSA GREVE ESTÁ APENAS SUSPENSA



A serviço de interesses externos ao país, o governo de FHC abandona as Instituições Públicas de Ensino Superior, reduz orçamentos para a educação, ciência e tecnologia, proíbe contratações, arrocha salários, favorecendo o avanço do ensino pago. A sociedade repudia essa política. Durante 69 dias de greve, os professores denunciaram esse crime. O governo mantém-se intransigente e, agora, cabe a ele dar respostas à população, já que as negou aos docentes.

A greve foi suspensa. Está no cabide.

Sem Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, o Brasil não tem futuro.

SINDICATO ANDES NACIONAL
Filiado à CUT

SEMANA 1 A 8
DE JULHO/1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

XXXII Conad discute Autonomia Universitária

Com a palavra, a presidente da Andes-SN, professora Maria Cristina de Morais, da Adufce, que tomou posse juntamente com a nova diretoria, neste XXXII Conad

O XXXII Conad - Conselho Nacional das Associações Docentes da Andes Sindicato Nacional, realizado neste fim de semana em Guaratinguetá - SP, foi marcado pela aprovação do Projeto da Andes para a Universidade Brasileira. Um dos destaques do encontro, que reuniu cerca de 80 docentes, entre delegados e observadores de mais de 30 ADs, foi, dentro da discussão do Projeto, a questão da autonomia universitária. A Andes-SN vai estar, nas próximas semanas, discutindo e confrontando os projetos da Andifes e do MEC com a proposta do movimento docente sobre autonomia e financiamento das Instituições de Ensino Superior.

Na abertura do Conad, tomou posse a diretoria eleita para o biênio 96/98, presidida pela professora Maria Cristina de Moraes, da Adufce, que em seu primeiro discurso destacou a continuidade do enfrentamento à política neoliberal de Fernando Henrique e, em especial, contra as reformas que vêm atingindo a Educação e o serviço público federal.

Autonomia e financiamento

O governo FHC resolveu que 1996 seria o ano da Educação. E na mesma linha de sucatemento do ensino básico, vem atropelando as instituições universitárias com a tentativa de passar, no Congresso Nacional, seus projetos para o ensino superior. Aos moldes do que ditam as diretrizes do Banco Mundial que vem exigindo cada vez mais do governo, aos quais faz empréstimos para "projetos sociais" -, o governo FHC já arrochou os salários, minguou as verbas e agora centra esforços para relativizar a autonomia e estabelecer o financiamento das IFEs, ambos já garantidos pela Constituição Federal - seja a Autonomia Plena, sejam os 75% dos 18% de arrecadação da União para o Ensino Superior.

UFRJ

A Andifes já tem pronto o seu projeto de Lei Orgânica das Universidades, apresentado oficialmente aos Conselhos deliberativos das instituições para divulgação e avaliação da comunidade universitária. Ao menos aqui na UFRJ, pouco se ouviu sobre o assunto, mas, no último Conselho Universitário, foi aprovado um substitutivo ao Projeto de Lei Orgânica, que será encaminhado esta semana à Andifes. Segundo o professor Adolpho Polillo, que presidiu a Comissão do Consuni que tratou do tema, o projeto da reitoria não é o melhor e deveria ser mais discutido pelos estudantes, docentes e técnicos, mas foi o que, dentro dos prazos estipulados pela Andifes, pôde ser produzido. A comissão foi aberta à participação de representes das entidades (Adufrj, Sintufrj e DCE), como membros *ad hoc*. A Adufrj, embora tenha indicado representante, não pôde estar presente nas discussões da Comissão, que aconteceram exatamente no período em que os docentes estavam em Greve.

Reforma do Estado

Para completar o cerco contra as universidades públicas, o governo pretende apresentar seu Projeto de Reforma Administrativa no próximo semestre. Alias, só não apresentou ainda por insegurança em relação ao apoio de suas próprias bases parlamentares, fruto das derrotas sofridas com o projeto da Previdência.

Continua na página 4

Segundo o professor Ismael, coordenador do curso de Engenharia de Produção, já foram apresentadas algumas propostas que alteram a atual sistemática de avaliação.

Estágio probatório: muitas dúvidas, nenhuma certeza

O prazo para que os Conselhos de Centro encaminhem à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) os critérios de distribuição de pesos específicos para a avaliação de seus docentes em estágio probatório termina esta semana. Mas, provavelmente será prorrogado.

Até agora apenas o CLA e o CCMN encaminharam suas respectivas informações para a CPPD - a quem compete a supervisão de todo o processo de avaliação, como define a Resolução 08/95, que o Consuni, depois de ampla discussão, baixou em março deste ano e, devido a incorreções, republicou no mês passado.

Se o professor Luiz Carlos de Souza, secretário-executivo da CPPD, enxerga nesta demora indícios de prorrogação nos prazos, para o docente em estágio probatório isto pode significar uma oportunidade de conhecer melhor as normas pelas quais será avaliada sua aptidão para o exercício das atividades do magistério, antes que elas sejam definitivamente estabelecidas. Atualmente, segundo Luiz Carlos, cerca de 400 docentes aguardam esta que é a última etapa antes da estabilidade. Mas parece que não estão muito preocupados com isso.

Anonimato

O que se ouve pela UFRJ é um inesperado desconhecimento sobre como esses critérios são estabelecidos e aplicados, e também, uma desaprovação geral sobre os critérios quantitativos que definem a eficácia do estágio probatório. Diante de tal quadro, não é de se estranhar que os sujeitos desta provação tenham preferido o anonimato.

Participação do corpo discente

Além da obrigatoriedade do número de horas/aula, de publicações e da participação em projetos de pesquisa e extensão, poucos sabem que pesos terão estes itens na avaliação final. Outra questão controversa é sobre como se dará a participação do corpo discente - se através de provas, questionários inteligentes ou outras mais.

"Não sei como será a participação dos alunos na avaliação, se por depoimento, se este contaria em caso de reprovação do aluno ou, até mesmo, que peso terá", confessa um professor em estágio probatório que prefere não se identificar.

O coordenador do curso de graduação de Engenharia de Produção, Ismael da Silva Soares, há algum tempo faz críticas a esse tipo de avaliação. "Professor tem que ser avaliado pela qualidade da aula dele. Possivelmente pelos alunos, através de um questionário inteligente, com os alunos fazendo comentários, e através dos cadernos, para ver se a matéria foi toda dada. Afinal, são eles que recebem as aulas. E também, pelo material que o professor entregar ao colegiado".

Ismael acredita que, "da maneira como colocaram o estágio probatório, da mesma forma que é para a progressão horizontal, fica complicado. O professor tem que ser avaliado pela qualidade da aula dele, e não receber pontuação apenas por ter dado aula, tenha dado bem ou não".

Progressão funcional

A progressão funcional de docentes, como definida pela Resolução 02/89 do Consuni e aprovada nas sessões de 26 e 31 de janeiro daquele ano, serve de fundamento para o estágio probatório. Em seu capítulo I, no artigo 4º, estão as qualificações para avaliação de desempenho, que são: acadêmico-profissional, por concurso e distinções, ensino de graduação e de 1º e 2º graus, de pós-graduação, pesquisa e produção científica, tecnológica, cultural e artística, além de atividades de extensão e administrativa. E no artigo 5º, deste mesmo capítulo, estão os itens específicos de avaliação - *os entende-se* - definidos em sete parágrafos "admitindo-se acréscimos e exclusões de itens na descrição de cada parágrafo". Mas que não determinam a forma como serão utilizados na avaliação.

À exceção do ensino de 1º e 2º graus, as qualificações do artigo 4º são as mesmas que estão na Tabela de pesos específicos já aprovada no Conselho de Coordenação do CLA e encaminhada à CPPD, para utilização de seus departamentos. Como o de Análise e Representação da Forma, da EBA, que conta dois docentes em estágio probatório.

Sugestões

Na opinião do professor Nelson de Macedo, chefe do departamento, porém, "o relatório de avaliação de progressão funcional - que vale para o estágio probatório -, do jeito que é feito, não acrescenta à universidade". Ele acredita sim numa "avaliação constante, de dois em dois anos e para todos os professores, assim como uma maior cobrança das obrigações acadêmicas, e da obrigatoriedade de apresentação, de trabalhos produzidos e relatórios de afastamento".

Estas são algumas das muitas propostas que surgem quando o assunto vem à tona. Sempre seguidas de uma constatação: é necessário que o debate se instaure. A qualificação do estágio probatório só teria a ganhar, porque se alguns têm sugestões, e outros a necessidade de maior conhecimento sobre este processo, ninguém esconde o desejo de maior transparência. Assim como seus receios, como frisa mais um dos que não quiseram se identificar, "afinal, ninguém sabe o dia de amanhã".

Um peso e várias medidas

A crítica maior ao estágio probatório, tal como foi estabelecido pelo Conselho Universitário da UFRJ, é segundo o presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao Saldanha, a injustiça cometida com os professores que estão ingressando na carreira, através de concurso público, ao submetê-los aos mesmos critérios de avaliação estipulados para a progressão funcional.

Segundo José Miguel, esta avaliação é um fator de opressão aos concursados. "O professor entra na universidade e, no período em que ele deveria ser mais incentivado e apoiado, é mais cobrado. Não sou contra o estágio, mas o nível de exigência que se faz aos novos professores é muito maior do que aos que já estão na carreira e o que está em jogo nesse momento não é apenas a progressão, mas o próprio emprego do docente.

Para José Miguel, independente dos pesos e dos critérios, essa lógica de avaliação está de acordo com a estratégia do governo para reformar o Estado: manter os direitos adquiridos dos servidores que estão em fim de carreira e retirar direitos dos novos. Segundo ele, só este dado mostra a incoerência de um discurso que diz querer moralizar o serviço público. "Se assim o quisesse, o governo teria que propor o inverso e garantir direitos para quem está entrando nas instituições, através de concurso público."

Vale lembrar que os professores que não fizeram concurso público, não têm estabilidade, independente do tempo de ingresso na carreira, e ainda hoje formam grande parte do corpo docente das universidades federais. Esse dado contradiz, também, as teorias do governo e da imprensa de que os docentes fazem greve por que têm a estabilidade como escudo.

XXXII Conad

Continuação 1º página

As verbas que já são poucas, poderão ficar ainda mais reduzidas em função de uma reforma que visa desobrigar o Estado da manutenção, com o dinheiro público, das instituições universitárias públicas.

Alternativa

A AdunB - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Brasília, vem acompanhando os projetos em pauta, como a PEC 233a - que também trata de autonomia e financiamento e deve retornar ao Congresso até o fim de agosto (sob nova versão: PEC 370) -, o projeto de Lei Orgânica da Andifes e os substitutivos propostos por algumas instituições universitárias. Esta AD apresentou, durante o XXXII Conad, um parecer próprio e um substitutivo, a todos esses projetos, intitulado Proposta da Andes Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira. Um projeto de lei para ser apreciado pelo movimento docente e quem sabe incorporado pelo Sindicato Nacional em seu projeto para Universidade Brasileira.

O Grupo de Trabalho Política Educacional da andes também já fez uma análise preliminar do projeto da Andifes e ressaltou a necessidade de mais esclarecimentos sobre o tema para a comunidade universitária. Afinal, um projeto de lei apresentado para definir verbas e autonomia para as universidade implica, diretamente, na garantia da manutenção das universidades públicas pelo Estado e na sua obrigação com o ensino público, gratuito e de qualidade. Um debate que não pode passar despercebido.

Os coordenadores de projetos de Extensão decidiram encaminhar esta moção, publicada abaixo, ao Conselho Universitário da UFRJ, que se reunirá nesta quinta-feira, às 10 horas, no prédio da reitoria. O objetivo dos docentes é pressionar o Consuni para que se garanta verbas para os projetos, principalmente para os que, por sua natureza social, não têm perspectivas de captação de recursos fora da Universidade.

Carta Aberta à Comunidade Universitária

Como é do conhecimento de todos, a UFRJ vive hoje uma situação de crise gerada pela escassez de verbas que atinge diversos setores. Os cortes no financiamento atingiram de forma drástica o setor de extensão, que constitui, ao lado do ensino e da pesquisa, atividade fim da universidade.

Neste quadro, as bolsas foram suspensas por tempo indeterminado e vários projetos sofreram corte de verbas, inviabilizando seu funcionamento. Sabe-se que os projetos de cunho eminentemente social são os mais atingidos, pela dificuldade de obtenção de recursos externos.

Inconformados com esta situação, bolsistas e coordenadores de projetos de extensão, reunidos no último dia primeiro de julho, reivindicam um posicionamento claro da reitoria e do Conselho Universitário, não somente com relação às bolsas, mas sobretudo quanto à política de extensão desta universidade.

Entendemos que a extensão é a forma pela qual a universidade interage com a sociedade em geral, respondendo as suas demandas. Neste momento em que o país vive grave crise social, a desativação dos projetos de extensão significa mais uma grande perda para a população brasileira. Por isso, conclamamos toda a comunidade universitária a se engajar na luta pela manutenção da extensão na UFRJ.

Assinam esta nota coordenadores e bolsistas de projetos de extensão, reunidos no Salão Azul do CCS no dia primeiro de julho de 1996

Reunião com os professores admitidos na UFRJ a partir de 01/01/95

Pauta

. Plano Verão (26,05%)

. Estágio Probatório e progressão funcional

. Carga horária

5ª feira, 4 de julho, das 15 às 17 horas - Auditório do CCMN (Roxinho) Ilha do Fundão

j.o.r.n.a.l AD UFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

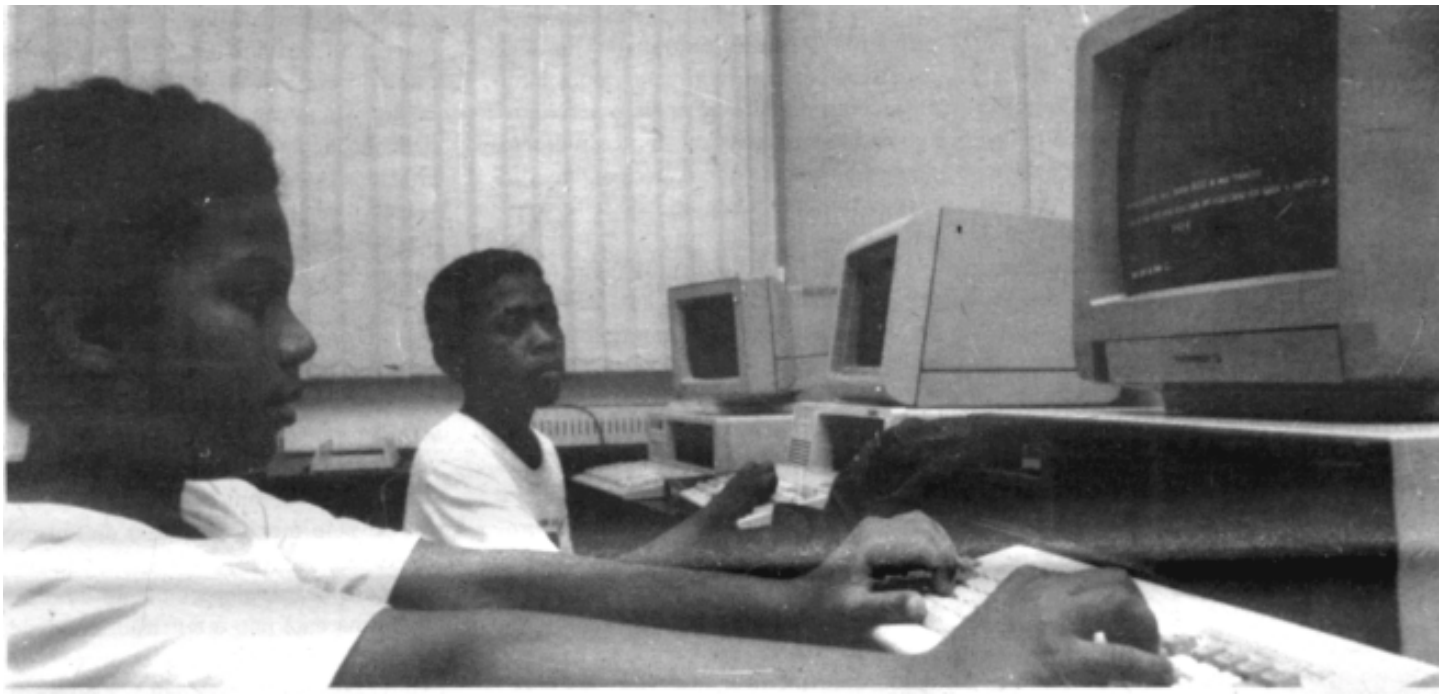
- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

SEMANA 9 a 15
DE JULHO/1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Reunião do Conselho de Representantes terça-feira, dia 9/07, às 17 horas, na sede da Adufrj. Aberta a participação de todos os docentes da UFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN



Democratizando a Informática

Projeto Minerva ensina computação a 550 crianças do Ciep Gustavo Capanema, na Maré

Páginas 3, 4 e 5

ASSEMBLÉIA GERAL

quinta-feira - 11 de julho - 14 horas
Auditório do CCMN - (Roxinho)
Pauta

1 - Ação Judicial contra desconto dos inativos para a previdência.
2 - Situação dos professores contratados a partir de 01/01/95.
3 - Avaliação das greves (SPFs, Específica e Geral).
4 - Escolha de delegados para o Setor das Federais (12 e 13/07) e Plenária dos SPFs (14/07).

Professores se reúnem para analisar estágio probatório e corte dos 26,05%

página 2

Docentes admitidos em janeiro de 1995 podem ter que apresentar Relatório de Atividades até o fim de julho, sob pena de serem exonerados

Em uma reunião da Adufrj realizada na última quinta-feira, dia 4 de julho, no Auditório do CCMN (Roxinho) com a participação da assessoria jurídica e de diretores e conselheiros da Adufrj, cerca de 30 professores que tomaram posse após janeiro de 95 debateram aspectos da sua situação na UFRJ, especialmente no que se refere às normas do estágio probatório e à suspensão do pagamento, a partir de junho, dos 26,05% relativos ao Plano Verão.

As discussões apontaram para uma íntima relação entre estes dois assuntos, à primeira vista distintos, já que ambos se constituem como discriminação, por parte da instituição, entre professores novos e antigos. Foi lembrado, por exemplo, que o período para os docentes admitidos em janeiro de 95 apresentarem o relatório de atividades para avaliação de desempenho é o mês atual, julho de 96. Estes docentes são justamente uma parte daqueles aprovados em concursos em 94 e anos anteriores, cuja contratação estava suspensa pelo governo federal e que, após muita pressão, acabou sendo efetuada naquele mês. Os restantes foram contratados só a partir de janeiro de 96.

A estratégia estabelecida para o enfrentamento da situação iniciou-se pela formação de duas comissões, para estudar e analisar a retirada dos 26,05% e a legislação sobre o estágio probatório e a forma como ele está sendo aplicado na UFRJ. As propostas de encaminhamentos sugeridas por estas comissões serão levadas à próxima reunião de Conselho de Representantes, na terça, 9/7, e à próxima Assembléia Geral da Adufrj, na quinta, 11/7.

Estágio probatório

O estágio probatório está previsto no Art. 20 da Lei 8112/90, do Regime Jurídico Único (RJU) e corresponde aos primeiros 24 meses de trabalho de qualquer servidor nomeado para cargo público federal, durante os quais o servidor é submetido a uma avaliação do seu desempenho, só garantindo a permanência no cargo e portanto a estabilidade se for aprovado nela.

A Lei 8112 indica os fatores a serem observados na avaliação - assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade e responsabilidade - mas deixa a forma da avaliação dependente de cada carreira.

A resolução 08/95 do Çonsuni, de 14/12/95, estabelece como essa avaliação deve ser feita para os docentes da UFRJ e é fortemente baseada nas normas para progressão funcional já existentes. Foi publicada pela primeira vez no boletim 3/96, de 18/1/96 e republicada no boletim 23/96, de 6/6/96, "por ter sido encaminhado com incorreções"(sic). A versão "corrigida" continua apresentando vários erros. Muitos dos seus dispositivos têm sido questionados, como a proibição do exercício de representação docente em órgão colegiado, a retroatividade da sua vigência a 15/09/94 e a exclusão do processo de avaliação dos professores titulares que já eram do quadro da UFRJ à época do concurso.

A comissão que ficou responsável sobre o tema vai analisar como estão sendo conduzidas questões cruciais sobre o estágio probatório. Sua implementação e a fixação dos critérios de avaliação estão se processando simultaneamente ao período do estágio. Diversos departamentos têm recebido instruções confusas sobre como realizar a avaliação e quanto às responsabilidades dos docentes. A comissão quer, numa primeira etapa, inteirar-se sobre a íntegra e o alcance da legislação, identificar os critérios que as unidades estão elaborando e buscar a prévia notificação aos concursados sobre os pesos de cada avaliação e prazos a serem cumpridos.

26,05%

Embora a reitoria tenha informado que o pagamento dos 26,05% para todos os docentes admitidos após 1/1/95 seria suspenso a partir do mês de junho, verificou-se que vários docentes nessa situação receberam o adicional. Encontrou-se pelo menos um caso de um professor ter recebido o adicional enquanto outro do mesmo departamento admitido na mesma data não o ter. Não tendo sido possível identificar qualquer critério que explicasse esta disparidade, a comissão encarregada deste assunto está procurando levantar o máximo de informações a respeito, junto à reitoria e aos próprios docentes.

A comissão procurará também sensibilizar para o problema os demais servidores da UFRJ, além dos dirigentes das unidades, entendendo que o corte acabará por atingir a todos, para que seja empreendida uma ação mais efetiva junto à reitoria no sentido de manter esta parcela da remuneração para todos.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944
CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
1º VICE: ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO:
ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

"Você vê que a criança passa a enxergar a Ufrj como algo plausível. Isto é gratificante". Fernanda Rodrigues, bolsista

O pessoal do projeto já tem 5 software prontos, e mais uns 20 em fase de geração.

Projeto Minerva

A sabedoria a serviço do desenvolvimento

Caiu como luva o nome escolhido para um dos projetos de extensão do departamento de Eletrônica da Escola de Engenharia. Minerva. Longe de representar uma pretensão ou qualquer sinal de grandiosidade, ele vem demonstrando, na prática, a interação da maior universidade federal do país com o verdadeiro mar de carências que a cerca. Uma atitude que tem produzido sábios e interessantes resultados para ambas as partes.

Aos poucos, começando devagar, em 1994 um grupo de estudantes, técnicos e professores implantou um cursinho de informática, com equipamentos que a universidade estava deixando de utilizar, para cerca de 70 alunos do Ciep Ministro Gustavo Capanema, na favela da Maré.

Neste início, o Projeto Minerva atendia apenas a crianças da 4ª série e alunos da Educação Juvenil - mais velhos, que estudam à noite - com a proposta de ensinar a utilização do computador. Para isso, montaram um laboratório na sala H202, do departamento de Eletrônica, com uma rede de micros PC- XT, monitores monocromáticos e um servidor PC-AT.

No segundo ano, passaram a preparar os alunos também para provas e concursos de acesso a colégios como Pedro II e Cap. O número de alunos pulou então para 110, contando com estudantes de outras escolas públicas próximas à Ufrj. Porém, viram que seria interessante reforçar o processo de ensino e, finalmente, este ano, ampliaram o trabalho para todo o Ciep, desde o jardim de infância até a 4ª série - onde montaram uma nova rede - mais o pessoal da Educação Juvenil e ex-alunos. Hoje, cerca de 550 alunos participam das atividades.

Na verdade, o projeto atua em várias áreas. Os alunos da 4ª série, por exemplo, vêm à Ufrj uma vez por semana - só crianças que querem participar - e o encontro dura aproximadamente três horas. Enquanto metade do grupo tem aula teórica, de introdução à informática, a outra tem aula prática, com uma dupla função: além de fixar o que elas aprendem, a intenção é trabalhar conteúdos de matemática, português, ciências e estudos sociais, estimulando-os a prestarem concursos para escolas reconhecidas.

Da esquerda para a direita: Jullian, Fernanda Rodrigues, Roberto Gomes (Letras) e Ricardo Quiroga

"A idéia não é fazer um cursinho só de informática, é fazer um curso que facilite o processo de aprendizagem e que incentive os alunos a estudar mais. Eles aprendem a mexer com o computador num contexto, com uma finalidade específica", como explica Ricardo Jullian, técnico do laboratório da Eletrônica e um dos que estão no projeto desde o início.

Ainda tem a produção de softwares, com o desenvolvimento de novos programas (em Pascal) com objetivos didáticos e adequados às características técnicas dos equipamentos e redes. Junto com as professoras do Ciep, eles criam programas bem simples, como o Sílaba Tônica, em que palavras vão caindo e o aluno as direcionam para a classificação correta. Se acertam, são incentivados, mas quando erram, rece-

A reitoria cede o ônibus para os estudantes do Ciep e o NCE (Núcleo de Computação Eletrônica) apoia o projeto emprestando salas com computadores mais avançados.

bem um xingamento cibernético.

Toda essa movimentação de esforços, energia e equipamentos - objetos de doação-, no entanto, é conduzida por apenas oito estudantes bolsistas - se é que se pode chamá-los assim, já que suas bolsas foram cortadas pela subreitoria de Desenvolvimento e Extensão, SR-5, - e mais 20 voluntários de várias unidades - letras, engenharia química, civil, eletrônica, metalúrgica, mecânica, eletrotécnica, naval, biologia - além do professor Antônio Claudio Gomez, seu coordenador, e Ricardo Jullian. O ideal seriam cerca de no mínimo 40 monitores voluntários, o dobro do número atual.

Esta é uma proposta que ainda encontra resistências na Ufrj. A suspensão do pagamento das bolsas pode ser um exemplo dessa resistência. Mas Ricardo Quiroga, do 7º período de Engenharia Química, presenciou outra forma de resistência, mais sutil e enraizada, quando do processo de recrutamento de voluntários. "O pessoal do projeto passou de sala em sala chamando os estudantes da Engenharia para participar. Muita gente se interessou, chegando até a se inscrever, mas quando souberam que teriam que ir ao Ciep, só fiquei eu".

Contudo, os que ficaram não conseguem disfarçar o entusiasmo. O Minerva é uma mostra de que, como define a Constituição Federal de 88, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, além de essencial para a universidade, perfeitamente plausível. Ainda que às vezes seja confundida com assistencialismo e caridade.

"A universidade tem que dividir os conhecimentos produzidos aqui com a sociedade em geral e tem que aprender também com a comunidade. A extensão é uma oportunidade de contato com as diferentes realidades para que você forme melhor o profissional. Todas as pessoas envolvidas aqui, de diversas unidades, estão tendo uma visão melhor do que as comunidades, que eles vão atender no futuro, precisam. Se você parar para pensar, vai ver que não existe uma coisa indissociada da outra. O nosso projeto de extensão, por exemplo, tem muito de pesquisa também. Nós estamos pesquisando como é que se ensina a uma criança conteúdos básicos de 1ª à 4ª série com o auxílio do computador. Nós estamos pesquisando como uma criança, desta idade e faixa social, consegue trabalhar não só com um computador, mas com uma rede e em como acessar a Internet", esclarece Jullian.

O coordenador Antônio Cláudio vê muitas diferenças entre o trabalho assistencialista e de extensão. Para ele, a universidade está fazendo um investimento, através do tempo e da dedicação de seus profissionais, atendendo a uma necessidade destas crianças, para quem o conhecimento de informática, no futuro, vai ser fundamental para que as condições de concorrências sejam niveladas. Na medida que for possível. "Como nós somos um país pobre, não tem sentido pegar equipamentos obsoletos, mas em bom funcionamento, e jogá-los fora. Eu posso ter um XT em rede e me comunicar com o mundo inteiro. A gente está tentando resolver um problema", conclui.

Reduzindo as distâncias

Mas, se a mentalidade e o temor que estereótipos provocam ainda são predominantes, pode-se visualizar uma sinalização cristalina de mudanças. Para Quiroga, o que o incentiva a participar do projeto é o fato de se sentir mais útil. Ele vê na dedicação dos professores e no interesse dos alunos, a quebra daquela imagem de que pobre não quer nada, que quer ficar ignorante. "Você sente que eles querem mudar, que têm noção social, tem noção da corrupção, da concentração de renda. Então, o pouco que a gente pode fazer já é um começo", enfatiza.

Os alunos e professores do Ciep agradecem. Quem deseja testemunhar o aproveitamento dos alunos, não precisa ir ao Ciep, basta comparecer ao laboratório. Mas para a professora Andréa Fazeh, da 4ª série do Ciep, que acompanhava os alunos à Ufrj na última sexta-feira, a proximidade geográfica não ameniza as distâncias abismais que os separam da universidade. "Tem um contato principal, que é o computador em si, mas tem um contato com a universidade, que para eles está muito distante. Eles perguntam: o que vem depois do ginásio, o que é científico, faculdade é mais do que 8ª série? Isso mostra que existe uma distância na cabeça deles muito grande, embora seja uma distância geográfica tão próxima - cinco minutos de ônibus. Então, eles têm acesso a uma instituição diferente, a um modo de se comportar, de encarar a vida diferente, uma coisa realmente importante, que abre o horizonte deles. A

gente sabe de pesquisas fantásticas em áreas diversas mas a gente ainda tem uma vala negra na porta de casa. Não vejo este projeto como uma coisa de bondade, é mais por obrigação. Não é aquela coisa chata de estar reclamando, mas é algo que precisa ter mesmo".

Pois se depender das pessoas que tocam o projeto, esta realidade, embora de forma lenta, já está mudando. "Até mesmo alunos e professores daqui perguntam se as crianças não têm problemas de aprendizagem, de falta de nutrição. Tem todo aquele estereótipo de coitadinho, de aprendiz de delinqüente. Na verdade, está sendo interessante aqui também porque, aos poucos, está quebrando isso aqui dentro da universidade", esclarece Ricardo Jullian.

Interdisciplinaridade

Os resultados estão sendo positivos também segundo a avaliação de Diana Vieira Lima, de 11 anos, aluna do Clep, que acha muito bom participar deste projeto: "usando o computador, abro a minha mente. No futuro, eu pretendo estudar aqui", revela.

Roberto Gomez, do 1º período de Letras, que participa do Minerva ministrando aulas de inglês no Ciep, é taxativo quanto à extensão. Ele acredita que é uma obrigação e, por ser uma universidade pública, tem que atender a comunidade. "Não acho que seja uma coisa boa, é necessária, que não poderia deixar de acontecer". No início do semestre que vem o projeto vai abrir inscrição para voluntários. Mas, desde já, são aceitas doações de equipamentos.

Hoje, crianças de 12 anos entram pela Internet, navegam, capturam programas, copiam servidores de quaisquer países e trazem para cá. Já conseguiram botar a rede do laboratório fora do ar várias vezes. Como não têm espaço onde colocar os jogos, às vezes o fazem de maneira que ninguém consegue ver, como por exemplo, dentro do subdiretório de mail.

Perspectivas

A perspectiva do Projeto Minerva é continuar aumentando o número de crianças e escolas atendidas, desde que continuem a receber doações de equipamentos e consigam recursos para as bolsas, além de novos voluntários. Segundo o professor Antônio Cláudio - para quem "a universidade tem que viver a realidade, então, isto é um aprendizado muito importante" - eles já estão vendo com a Coppe uma forma de começar um projeto de pesquisa na área de informática na educação.

Tendo oportunidades, estas crianças vão fazer coisas muito interessantes. Elas estão aprendendo, e além disso, o Projeto Minerva ainda pode gerar um modelo a ser aplicado também em outras escolas.

Muito mais lógico, racional, do que comprar milhares de computadores de última geração e espalhar pelas escolas do país, com critérios historicamente duvidosos. Isto sim seria uma grandiosidade, embora perversa. Acorda Brasil.

ACERTOS

■ O nome da presidente da Andes-SN é Maria Cristina de Moraes, e não Morais, como foi publicado na primeira página da última edição do jornal. Maria Cristina também não é da Adufc, como está no texto e na legenda da foto, mas da Adurn, Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

■ O professor Ismael da Silva Soares foi ouvido na condição de representante dos Professores Assistentes na Congregação da Escola de Engenharia, e não como Coordenador do Curso de Graduação de Engenharia de Produção, como está na reportagem sobre o Estágio Probatório da edição anterior.

■ Não havia reunião do Consuni programada para a semana passada, como foi publicado na última edição, em matéria sobre os coordenadores de extensão.

Contribuição de inativos

A assessoria jurídica da Andes-SN está recomendando a todas as Associações de Docentes (AD's) que entrem com ações judiciais, a nível local, contra a Medida Provisória 1.415/96 (reajustou o Salário Mínimo em R$ 112,00), que instituiu a contribuição dos inativos à Previdência. Cerca de 358 mil servidores civis federais foram atingidos pela medida, com descontos que variam de 9% a 12%.

A Adufrj estará deliberando sobre o assunto na Assembléia Geral desta quinta-feira, dia 11. Compareça!

Agenda

II Conferência Estadual de Saúde "Construção do SUS: A busca da qualidade na saúde pública"

Local: Campus da UERJ
Rua São Francisco Xavier 524 - Maracanã - Rio de Janeiro
Esta semana começa a II Conferência Estadual de Saúde, que vai reunir segmentos da sociedade civil organizada para avaliar a situação da saúde no Estado do Rio de Janeiro, propor estratégias de organização do sistema, aprofundar estudos sobre a financiamento da saúde, modelos de gestão, realidade municipal, controle social e garantir melhoria da qualidade de vida da população. A conferência também vai escolher os delegados que participarão da X Conferência Nacional de Saúde, que será realizada em Brasília, no mês de setembro.

Dia 10/07 - quarta-feira
8h - Inscrição e credenciamento - local: hall do prédio central
9h - Abertura oficial da Conferência - local: Teatro
10h - Mesa redonda: Financiamento da Saúde - local: Teatro
13h30 - Grupos de Trabalho - local: salas de aula do prédio central
16h às 18h - Painéis - Saúde da mulher/Saúde Mental/Recursos Humanos - local: Anfiteatros do prédio central

Dia 11 - quinta-feira
9h - Mesa redonda: Realidade Municipal - local: Teatro
13h30- Grupos de trabalho - local: salas de aula do prédio central
16h às 18h - Plenária - local: Teatro

Dia 12 - sexta-feira
9h - Mesa Redonda: Modelos de Gestão
A experiência de Fundação/A experiência de Cooperativa/A experiência de produtividade/ A visão do profissional de saúde/A visão do usuário - local: Teatro
13h30 - Grupos de Trabalho - local: salas de aula do prédio central
16h às 18h - Painéis - Saúde do trabalhador/ Políticas de medicamentos/Alto custo/ Alta complexidade e reabilitação/Saúde bucal

Dia 13 - sábado
9h - Mesa redonda: Controle Social - local: Teatro
13h30 - Grupos de Trabalho - local: salas de aula do prédio central
16h às 18h - Plenária - local: Teatro

Dia 14 - domingo
9h às 12h30 - Plenária Final
13h30 às 18h - Plenária Final

Os 281 estudantes de pós-graduação que dão aulas através do Programa Tutorial, também ainda não receberam desde março

Vale a pena ver de novo

Substitutos recebem com atraso de até cinco meses

No ar, mais um reprise na UFRJ. Os 206 professores substitutos que foram contratados a partir de março deste ano estão recebendo, agora em julho, pagamentos atrasados que variam de um até 5 meses, ou seja, todo o período trabalhado. Segundo um funcionário da Divisão de Pagamento da Sub-reitoria de Pessoal - SR4, até o dia 15 de julho, possivelmente, a subreitoria rodará uma folha suplemenar para reparar os atrasos e regularizar a situação salarial dos professores.

Há exatamente dois anos, a situação dos contratados por tempo determinado era a mesma. Em junho de 94, cerca de 300 substitutos ameaçaram parar as atividades, por conta dos salários atrasados. Naquele momento, a desculpa para os atrasos era que os processos de contratação não chegavam à SR4 a tempo de entrarem na folha de pagamento.

O número de professores substitutos diminuiu, (eram 300 em 1994), mas isso não significa que a falta de professores na UFRJ está resolvida. Durante esses dois anos cerca de 300 professores concursados - muitos deles ex-substitutos - foram chamados e já fazem parte do quadro.

Ainda assim, a universidade precisa contratar esses substitutos e manter 281 tutores, alunos de mestrado e doutorado, que cumprem uma carga horária de 4 horas por semana em aulas de na graduação e na pós-graduação. Isso para manter funcionando vários cursos que, por várias vezes, foram quase suspensos por falta de docentes.

Tutelados também sem salário

Os 281 tutores - na verdade deveriam ser chamados tutelados - também estão sem pagamento desde o início do semestre, embora a coordenação do Programa Tutorial, da Sub-reitoria de Pós-graduação, tenha enviado à SR4 as folhas de pagamento dentro dos prazos estipulados.

Durante a greve dos servidores públicos, em abril e maio últimos, várias unidades reclamaram da falta de professores: FAU, ECO, Escola de Química, Engenharia de Produção são alguns exemplos de unidades mais atingidas com o déficit.

O Centro que mais necessitou de professores substitutos neste semestre foi o CFCH, que conta com 68 contratados. O CLA conta com 48, CCS com 54, o CCMN e o CT com 14, cada, e o CCJE com 8.

A Andes-SN na 48º SPBC

A Andes-SN vai aproveitar a realização da 48º Reunião Anual da SBPC - que começou dia 8 e vai até o dia 14 de julho, na PUC de São Paulo - para denunciar a política do governo FHC de desmonte da Universidade Pública e Gratuita. Para isso, ela está trabalhando alguns encaminhamentos, como a montagem de um stand para divulgação e venda de produções - Revista Universidade e Sociedade, Cadernos Andes - e para informações e reuniões sobre o Movimento Docente. Também está marcado um Ato de denúncia do desmonte da Universidade Pública, além de articulações conjuntas com a Fasubra-Sindical e a UNE.

I Educação, Democracia e Qualidade Social

CONED

Como forma de garantir a perpetuação hegemônica dos grupos dominantes brasileiros, o modelo de educação pública nacional proposto pela administração neoliberal de FHC - sob a estrita orientação e supervisão do Banco Mundial - tem como projeto maior o sucateamento das instituições públicas de ensino, reduzindo verbas, salários e condições de trabalho de docentes, funcionários e estudantes.

Buscando recuperar e ampliar o espaço público de participação e debate, historicamente ocupado pelas Conferências Brasileiras de Educação, as CBEs, o I Congresso Nacional de Educação vai avaliar as políticas governamentais e as alternativas que vêm sendo construídas por educadores e entidades ligadas ao setor, na perspectiva de um novo projeto político-pedagógico para a educação brasileira.

2.500 inscritos

Segundo informações da Coordenação do evento mais de 2.500 pessoas ,já confirmaram presença no Congresso, foram apresentados cerca de 450 trabalhos e já estão organizadas mais de 60 mesas para apresentação e discussão dos temas. A expectativa é de que, pelo menos 4.000 participem do evento.

Segundo a presidente da Andes Sindicato Nacional, professora Maria Cristina de Moraes, o I Coned será um marco no enfrentamento às políticas do governo Fernando Henrique e um momento político da maior importância, onde a sociedade brasileira, através de seus educadores, estudantes e trabalhadores, poderá pensar em um novo Plano de Educação Nacional, “onde a prioridade seja a manutenção e melhoria do ensino público e gratuito, como um direito de todos e um dever do Estado, tal como consta nos termos da Constituição de 88”. O Sindicato dos Docentes é um dos organizadores desse Coned e estará presente em quase todas as mesas.

Belo Horizonte, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto. Mais de 4.000 pessoas, entre docentes, pesquisadores, estudantes e trabalhadores da Educação, como nas antigas CBES, farão um balanço dos dois anos do atual governo, suas conseqüências para o ensino público no país, e darão o primeiro passo para a construção de um Plano Nacional de Educação, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Apoios

O Congresso tem o apoio das entidades Anped - Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, Associação Docente do Cefet/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Minas Gerais, PUC-MG, SEEMG, Emed-BH, Smed-Betim, Andifes - Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Cedes -, Apbh - Associação de Professores da Universidade Federal de Minas Gerais, Unicef, CNBB, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, FITEE, Unesco, UNE, Sintep, MST, Sintiupes, CAED, Fóruns Estaduais e Municipais de Educação.

A Adufrj vai estar organizando, durante o mês de julho, palestras e debates preparatórios para o I Coned. Participe.

Construindo um Plano Nacional de Educação

O temário do I Coned será desenvolvido através de mesas redondas, conferências organizadas pela Comissão Executiva e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis, propostos pelos participantes.

Tema geral:
Educação, Democracia e Qualidade Social.
Outros temas e subtemas, assim divididos:
1) Estado e Educação:
- O Estado Brasileiro e a Educação
- Políticas Educacionais dos anos 90
- Estado, Democracia e Educação: construindo a Qualidade Social.

2) Sociedade Civil e Educação:
-Sociedade Civil, Educação e Formação para Cidadania
- Movimentos Sociais e Educação
- Controle Social das Políticas Públicas para a Educação

3) Trabalho e Educação:
- Globalização, Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Educação
- Trabalho, Cidadania e Transformação Social
- Estratégias para Formação e Qualificação do Profissional da Educação/Cidadão

4) Educação Básica:
- Exclusão e Qualidade Total X Inclusão e Qualidade Social: acesso e permanência
- Políticas Educacionais: dilemas e perspectivas
- Práticas Pedagógicas: tendências e perspectivas
- Políticas para o Acesso, Permanência e Qualidade Social na Educação Básica

5) Educação Superior:
- Políticas para Educação Superior: concepções e modelos
- A Educação Superior e sua Função Social: problemas e implicações
- Projeto para a universidade: autonomia com compromisso social

Educação, Democracia e Qualidade Social Manifesto do I Congresso Nacional de Educação - 31 de julho a 3 de agosto, em Belo Horizonte

As entidades da sociedade civil e os educadores preocupados com a Educação Nacional conclamam a sociedade brasileira a intervir na política educacional, definindo elementos para a elaboração democrática de um Plano Nacional de Educação. Este é o objetivo do I Congresso Nacional de Educação, que será realizado em Belo Horizonte, nos próximos dias 31 de julho a 3 de agosto.

O I Coned será um espaço privilegiado para, através do debate e da construção de práticas e pesquisas alternativas ao modelo vigente, resgatar o acumulo histórico de resistência e de proposição das diversas entidades, movimentos e educadores comprometidos com a escola pública.

Visando a construção de um projeto político-pedagógico para a educação brasileira e de alternativas comprometidas com o fim da exclusão social, com a democracia e com a qualidade da educação brasileira, este Coned será um importante marco no processo de mobilização da sociedade civil e de ampliação das forças comprometidas com a cidadania, e na perspectiva de construção de um Plano Nacional de Educação, tendo como eixo norteador Educação, Democracia e Qualidade Social e buscando tomar realidade o preceito constitucional de Educação como direito de todos e dever do Estado.

A sociedade brasileira vem sendo sistematicamente excluída da possibilidade de participar dos rumos da educação. Apesar da retórica governamental, não são criados mecanismos efetivos de participação democrática. Ao contrário, a política educacional imposta caracteriza-se como profundamente perversa e nefasta aos interesses da maioria. Esta política tem gerado a exclusão de milhões de crianças da escola e tem sido incapaz de resolver o grave problema de jovens e adultos analfabetos. Hoje, o Brasil possui um dos mais baixos índices mundiais de alunos que atingem a 5ª série do 1º grau. Apenas 16% dos alunos matriculados na 1ª série conseguem chegar ao segundo grau.

Esta situação decorre de uma sério de fatores. O baixo investimento em educação constitui-se em uma das principais causas. A aplicação de apenas 3,7% (1995) do PIB na educação coloca o Brasil, segundo dados da Unesco, no 80º lugar entre os países do mundo inteiro. Agravando esta realidade, o governo propõe a redução do gasto /aluno/potencial de R$ 621,55 para R$ 300,00, conforme dados da CNTE.

O ensino superior vem sendo igualmente submetido a drásticas restrições orçamentárias, sendo atingido em sua autonomia e capacidade de produção científica e tecnológica, com o evidente objetivo de acabar com a sua gratuidade.

Este diagnóstico revela a absoluta falta de prioridade com que os diversos níveis de governo vem tratando a educação brasileira, gerando o sucateamento das escolas e universidades públicas e, como conseqüência, a baixa qualidade do ensino. Os sucessivos projetos educacionais apresentados têm-se caracterizado pelo autoritarismo, pelo verticalismo e pela falta de interlocução com a sociedade. O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovado no Senado Federal, é expressão do descompromisso do governo com a escola pública e gratuita de qualidade.

A política adotada pelo governo brasileiro, a exemplo de diversos países latino-americanos, tem como eixos norteadores a privatização, a descentralização e assistencialismo através de ações emergenciais. Essa política vem sendo introduzida a partir de agências como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América latina (CEPAL), cuja orientação visa ao ajuste neoliberal, descomprometendo-se com o atendimento das demandas sociais da maioria da sociedade brasileira. Ela vem se concretizando através de provas que pretendem avaliar a educação nacional, da reforma curricular, da reorganização do ensino técnico, das parcerias com empresas privadas, da perda da autonomia universitária entre outras iniciativas.

Tal situação exige a nossa intervenção. A participação de todos na concretização deste projeto torna-se fundamental para que, juntos, possamos construir a escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

SEMANA 16 a 22
DE JULHO / 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Adufrj pede revogação da resolução 08/95

2

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Consuni recebe críticas e reivindicações da comunidade

Pais e alunos do CAp reclamam atraso no pagamento de professores substitutos. Entidades querem debate amplo sobre Autonomia Universitária

4 e 5

Estágio Probatório

3

Abraço ao CAp nesta quinta-feira

5

Servidores sofrem com mudanças

6

Reunião com professores admitidos após 1º de janeiro de 1995

5ª feira, 18 de julho, de 15 às 17 horas, no Auditório do CCMN (Roxinho) - Cidade Universitária Pauta
• Estágio Probatório
• Plano Verão (26,05%)

MOÇÃO AO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFRJ

Nós, docentes da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral da ADUFRJ em 11 de julho de 1996, manifestamos nossa discordância em relação ao conteúdo da resolução 08/95 do Conselho Universitário e à forma como vem sendo aplicada, por entendermos que não estão contemplados os princípios que devem nortear o processo de avaliação dos docentes em geral, com os quais concordamos. A discordância quanto ao conteúdo refere-se principalmente às seguintes determinações da resolução, que afetam o docente durante o estágio probatório :

a) limita a importância do concurso público de provas e títulos, que é um processo público de avaliação, através de uma avaliação subjetiva por parte de uma comissão do departamento;

b) retira o direito do docente ser representante em órgãos colegiados ou exercer funções gratificadas (Art. 6º);

c) obriga a participação discente na avaliação sem estabelecer critérios concretos (Art. 5º);

d) fere um dos princípios jurídicos mais elementares ao legislar retroativamente, várias vezes: aprovada pelo Consuni em 14/12/95, foi publicada no Boletim da UFRJ n.º 03/96, de 18/01/96, republicada com correções no Boletim n.º 23/96, de 06/06/96, e aplica-se a docentes admitidos a partir de 01/07/95, conforme o Art.1§, ou a partir de 15/09/94, de acordo com o Art 17º;

e) estabelece um rigor excessivo, ao determinar a exoneração sumária do docente que não apresentar seu relatório de atividades dentro do prazo à comissão de avaliação (Art. 9º), ao mesmo tempo que é completamente omissa quanto ao descumprimento do prazo para a instalação daquela comissão por parte do departamento (Art. 3º), e

f) não estabelece normas de recurso por parte do docente avaliado (Art. 15º).

Discordamos ainda do fato dos docentes serem obrigados, ao serem admitidos, à assinatura de um termo de compromisso sem o conhecimento prévio dos critérios a serem usados na avaliação e desses critérios estarem sendo estabelecidos ao longo do próprio período do estágio probatório.

Por fim, entendemos que esta resolução consagra o uso efetivo de mecanismos de poder da estrutura universitária sobre os docentes recém-contratados, incompatível com os princípios de uma universidade pública, autônoma, democrática e transparente.

Por estes motivos, exigimos a imediata revogação da resolução 08/95 do Consuni e o pronto estabelecimento de normas para avaliação geral dos docentes e da instituição e da definição democrática e transparente do estágio probatório.

Assembléia Geral da Adufrj, em 11 de julho de 1996

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

São muitas as contradições contidas na resolução que regulamenta o estágio. Para Adufrj, os critérios não podem ser os mesmos válidos para a progressão funcional e, nem tão pouco, desqualificar o concurso público realizado.

Estágio Probatório

Adufrj quer normas claras para estágio de novos professores

A resolução 08/95 do Conselho Universitário, aprovada em dezembro do ano passado, é um dos fios que compõem a regulamentação do estágio probatório na Ufrj, precisamente o que tem a função de alinhavar a legislação do serviço público às especificidades da universidade. No entanto, o que se conseguiu foi tecer um confuso emaranhado de normas.

Por determinar considerações que afetam diretamente o docente, a resolução está sendo contestada pela Adufrj. Os professores, reunidos em assembléia geral no último dia 11, decidiram encaminhar ao Consuni uma moção pública exigindo a sua imediata revogação e o estabelecimento de normas democráticas para o estágio probatório.

Diversos pontos que afetam diretamente o docente foram destacados na avaliação feita pelo grupo de professores da Adufrj que vem estudando o assunto. A resolução estabelece a exoneração sumária do docente que não apresentar o seu relatório de atividades dentro do prazo, e se omite quanto ao descumprimento dos prazos de instalação para as comissões designadas para avaliar estes relatórios. Além disso, não estabelece normas de recurso para o docente avaliado.

Cerca de 400 professores estão obrigados a conviver com disparates como, por exemplo, o de nem saber se estão em estágio probatório. A confusão começa no artigo 1º da resolução do Consuni, que submete a estágio os admitidos após primeiro de julho de 95, a só termina nas suas disposições transitórias, no último artigo, 17º, que retroage a vigência a 15 de setembro de 94.

Esses que entraram há 22 meses deveriam ter entregue seus relatórios de atividades em março último. Teoricamente, agora estão passíveis de exoneração.

Mas nem mesmo o docente que tenha assinado o termo de compromisso, não obstante ter recebido cópias das normas que regulam o estágio probatório, poderia tomar conhecimento da pontuação necessária, ou de que forma estão sistematizados os critérios de avaliação. Os novos professores têm que montar os relatórios e as comissões de avaliação são formadas, sem que haja critérios definidos.

Prazo

A maioria das unidades ainda está por definir seus critérios de pontuação, e o prazo de entrega dos relatórios de distribuição de pesos foi novamente prorrogado, agora para o dia 30 de agosto.

Para a Adufrj, da forma como está colocado, o estágio probatório também abre inúmeras possibilidades de avaliação subjetiva, podendo gerar inclusive tratamentos diferenciados e situações de abuso de poder. A carga horária é um dos itens que consta na pauta dos novos professores. Ela comumente fica sobrecarregada e acaba prejudicando outras atividades, como extensão e pesquisa.

Se a participação discente, prevista no artigo 5º, é um mistério - também não há aplicação de critérios definida para ela -, outro ponto obscuro da resolução é o artigo 6º, que veta a participação do docente que cumpre estágio probatório em órgãos colegiados, cargos ou funções gratificadas. Enquanto o ofício circular n.º 42, de 14 de dezembro de 1994, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), condiciona a possibilidade de designação as suas atribuições, desde que estas guardem correlações com as do cargo efetivo. O detalhe é que as atividades administrativas são fator de pontuação na progressão funcional.

Sugestões

Algumas sugestões estão sendo levantadas pela comissão da Adufrj, entre elas a de que a avaliação conste no edital do concurso, com todas suas regras bem definidas. E que o resultado da banca examinadora do concurso também seja incorporado à avaliação do estágio probatório. Nunca é tarde para lembrar que o professor novo não tem todas as possibilidades do mais experiente, ainda não desenvolveu sua plenitude.

"Todo mundo tem que ter a compreensão de que a melhora vem com o tempo, então, tem que haver um critério que leve em consideração o potencial do professor. Tem que tomar cuidado para não negar o concurso que ele fez", como disse um professor, ansioso por normas mais democráticas e transparentes para o estágio probatório.

Reclamações de sobra

Falta de autonomia, de verbas, salários e bolsas atrasadas. Em reunião tensa, reitor anuncia 432 vagas para docentes

Não faltaram reclamações e indignação na última reu nião do Conselho Universitário, quinta-feira da semana passada. Logo cedo, por volta das 9 horas da manhã, 30 alunos de 1ª a 4ª séries do Colégio de Aplicação, acompanhados dos pais, ocuparam o hall da reitoria reclamando o pagamento de 17 de seus professores, contratados como substitutos.

Com salários atrasados, alguns desde março, os professores substitutos do CAp decidiram paralisar as atividades na segunda-feira, dia 8. Os pais e as crianças foram ao reitor pedir providências e a solução imediata do problema. Conseguiram. Logo na sexta- feira, um dia após o Consuni, foi emitida uma folha suplementar da SR4, com os salários atrasados de vários professores, de várias unidades. Ao todo, a Ufrj contratou, para este semestre, 206 docentes.

A Divisão de Pagamento da SR4 informou que ainda esta semana outra folha suplementar para pagamento de substitutos será rodada. O reitor responsabilizou a greve dos servidores, em abril e maio, pelo atraso no encaminhamento dos processos de contratação das Unidades à Sub-reitora de Ensino de Graduação, que por sua vez deve fazer com que eles cheguem à SR4.

Autonomia para quem precisa

As diretorias do Sintufrj e da Adufrj manifestaram indignação pela forma com que a reitoria vem encaminhando as questões de interesse dos servidores da universidade, como o caso de pagamentos judiciais e mesmo a discussão sobre a Autonomia Universitária, travada apenas, e com pequena freqüência, pelo Conselho Universitário. Para as entidades, qualquer tentativa de debate sobre autonomia deveria ser feita a partir da divulgação ampla da real situação da Ufrj para toda sua comunidade.

Em uma nota dirigida ao reitor, a diretoria do Sintufrj reivindica a criação de um fórum permanente de discussão sobre autonomia, e que a proposta formulada pelo Conselho - que será apresentada como substitutivo ao projeto de autonomia da Andifes - seja divulgada em nível de departamentos, unidades e centros, e debatida com as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes, antes de ser enviada a instâncias do governo ou ao fórum dos reitores .

Foram também pedidos es-

O presidente do DCE, Adolfo Wagner, lamentou que a discussão sobre autonomia esteja restrita a comissões designadas pelo Consuni.

clarecimentos do reitor sobre a diminuição de salários de docentes e servidores, ao longo dos meses, por solicitação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare). Sobre a retirada do pagamento dos 26,05% (Plano Verão) dos docentes e técnicos que ingressaram a partir de 95, questionada pela Adufrj, o reitor limitou-se a dizer que não poderia tomar nenhuma providência, nem mesmo baseado no principio da isonomia, já que essa ação vem sendo paga sem que a Ufrj tenha que apresentar, mês-a-mês, a sentença transitada em julgado. Ou seja, o ganho de causa em primeira instância, de que se vale hoje para pagar o percentual e estendê-lo a todos os servidores que estavam na universidade até dezembro de 94.

Probatório

Foram apresentadas pelo presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao Saldanha, as contradições da resolução do Consuni 08/95 que regulamenta o estágio probatório para professores concursados. Parece que o assunto era totalmente estranho para a maioria dos conselheiros presentes, que ao final de uma longa e informativa intervenção do presidente da Ad, não manifestaram sequer uma opinião a respeito do problema vivenciado hoje por cerca de 400 docentes, contratados a partir de setembro de 94.

Estudantes sem bolsas

Para completar a lista de reclamações à reitoria, o representante do DCE, Adolfo Wagner, reivindicou o pagamento das bolsas estudantis, algumas atrasadas desde fevereiro. Adolfo lamentou, também, o fato da discussão sobre autonomia estar restrita a comissões designadas pelo Consuni e chamou a atenção para a necessidade da comunidade universitária estar a par da real situação em que se encontra a instituição.

Ufrj "ganha" vagas do MEC

Ainda durante o Consuni o reitor anunciou ter conseguido, junto ao MEC, nada menos do que 432 novas vagas docentes. A Ufrj foi a mais contemplada, seguida da Ufpa, que recebeu 336 vagas e da Ufpr, que ficou com 152. A Cotave -Comissão Temporária de Alocação de Vagas - já tem definidas 61 vagas e aguarda apenas publicação do edital do ministério para dar inicio ao processo de abertura dos concursos.

Paulo Gomes fez questão de dizer ainda que, em sua gestão, a Ufrj conseguiu 762 vagas para docentes. Mas parece que a notícia não obteve o efeito esperado por seus dirigentes. Os conselheiros bem sabem que, levando em consideração a média de afastamento de docentes, seja por aposentadoria ou outras causas, que é de 160 por ano, e o enorme aumento do número de aposentadorias desde 94, quando o governo anunciou mudanças na previdência - em torno de 800 pedidos -, as vagas vieram em tempo, ou melhor no limite do suportável. Alguns cursos, há alguns períodos, ameaçam fechar por falta de professores, como, por exemplo, o curso noturno de História, no lfcs. São comuns as reclamações de várias unidades, e as contratações de substitutos há anos viraram normalidade em quase todos os departamentos.

Abraço ao CAp

Uma sede própria, mais professores e salários em dia são reivindicações de pais, mestres e alunos do Colégio Aplicação da Ufrj. A comunidade do Cap fará uma manifestação nesta quinta-feira, dia 18, às 12:30 horas, para chamar a atenção da sociedade e da imprensa para a necessidade da manutenção e ampliação desta instituição que atende mais de 700 crianças, além de produzir pesquisas voltadas para o ensino de 1º e 2º graus.

Desde que começou a ser implantado o Plano de Demissão Voluntária no Banco de Brasil, já foram contabilizados 22 suicídios de bancários da instituição.

Mudanças causam sofrimento mental a trabalhadores dos setores público e privado

Agência Andes (Brasília)- As mudanças estruturais que os sistemas de produção vêm experimentando com a introdução de novas tecnologias e a variação do esforço físico para o esforço intelectual, somadas às pressões do mercado por maior produtividade e qualidade total, estão transformando os ambientes de trabalho em verdadeiras fábricas de doenças psicológicas e emocionais.

"Não é à toa que, desde 1991, essas doenças se tornaram a segunda causa de afastamento de trabalhadores nos Estados Unidos, com tendência a se tornar a primeira até o final do século. No Brasil, só estão faltando as estatísticas, mas não há qualquer razão para se supor que o quadro seja diferente".

A afirmação do professor Wanderley Codo, do departamento de Psicologia Social e do Trabalho, da Universidade de Brasília (UnB). Há 10 anos ele vem coordenando um grupo de pesquisa, intervenção e consultaria voltado para o atendimento de empresas públicas, privadas e sindicatos. Atualmente, o grupo vem desenvolvendo uma pesquisa com 20 mil professores de primeiro e segundo graus da rede pública de todo o país, a ser brevemente divulgada.

Potencial desperdiçado

Wanderley Codo acredita que os servidores apresentam um quadro semelhante de sofrimento mental ao dos demais trabalhadores, mas com alguns agravantes, como a própria estabilidade no emprego, a frustração por não poder exercitar suas habilidades, a forma como estão estruturados os concursos públicos e a absoluta falta de relação entre o esforço de trabalho e a conseqüência dele.

Segundo o professor, quando um determinado tipo de problema de ordem mental acontece numa empresa privada, o trabalhador costuma mudar de emprego. No serviço público, ao contrário, o servidor continua na função, mesmo que não goste do tipo de atividade que desempenha, pelo fato de ter a garantia do emprego.

"Você nem pode chamar isso de conformismo. A questão é analisar como as condições de trabalho dentro do funcionalismo público foram estruturadas no Brasil. Outro problema é que os concursos foram organizados independentes das habilidades específicas. Então o sujeito passa na seleção porque é muito bom em matemática. Acontece que, no trabalho, precisará mesmo é saber história. Deixa, portanto, de usar suas habilidades. E o sentimento que ele tem é algo assim: eu estudei cinco anos para nada", observa.

A terceira circunstância causadora de distúrbios psicológicos entre os servidores - e talvez a mais grave na avaliação do professor - é a total independência entre o trabalho e o salário, o que não costuma acontecer com os trabalhadores da iniciativa privada, onde "existe sempre uma relação entre esforço de trabalho e a conseqüência. Pode-se discutir se ela é justa, se tinha que ter aumento, se o que ganha dá ou não para sobreviver, mas há sempre urna relação, exemplifica.

Segundo Wanderley, o mesmo não acontece no serviço público, onde se encontram, com facilidade, trabalhadores com determinadas habilidades desempenhando funções aquém de suas possibilidades, pessoas formadas, pós-graduadas e doutoradas atuando, por exemplo, como caixas no Banco do Brasil, como motoristas e até servindo cafezinho.

" O resultado dessa falta de relação entre o esforço que se faz e o resultado do. trabalho é que se cria o que em psicologia chama-se desamparo, quer dizer, nada do que você faz altera sua situação. Nem para melhor, nem para pior. O mesmo acontece quando meu salário dobra sem eu ter feito nada. Isso é tão ruim quanto perder dinheiro de um dia para o outro", acrescenta.

Em função deste quadro, Wanderley Codo constatou, entre os servidores, um crescimento espantoso de casos de alcoolismo - considerado doença física e mental pela Organização Mundial de Saúde. "Fala-se que o alcoolismo afeta cerca de 6% da população. Pois bem, entre os servidores públicos esse índice está entre 15% e 20%. Isto é praticamente o triplo do que acontece em circunstâncias normais", afirma.

Demissão voluntária causa suicídios

Se a estabilidade contribui para agravar o quadro de problemas psicológicos entre os servidores, ao se manterem em empregos que não trazem realização profissional, o mesmo se pode dizer da insegurança causada pela possibilidade de se ver desempregado e à mercê de um mercado que restringe as oportunidades de trabalho todos os dias.

Prova disso foi o Plano de Demissões Voluntárias colocado em prática desde o ano passado pela diretoria do Banco do Brasil, a pretexto de tirar a instituição do vermelho. Ao transferir para os funcionários o ônus da crise financeira, notoriamente gerada pelo uso político que seguidos governos fizeram da instituição, o PDV catalogou uma estatística macabra: 22 suicídios entre os bancários no espaço de apenas um ano.

I Educação, Democracia e Qualidade social CONED

Conferencistas confirmam participação

Já estão confirmadas as presenças de alguns dos conferencistas do I Congresso Nacional de Educação, que será realizado em Belo Horizonte, no período de 31 de julho a 3 de agosto. Da Ufrj participarão os professores Pablo Gentilli, Horácio Macedo, Miriam Limoeiro e João Eduardo da Fonseca. Também já confirmaram presença os professores Emir Sader (Uerj), Nélson Rodrigues (Ufmg), Newton Lima Neto (Ufscar),ex-presidente da Andifes, Fátima Félix (Ufma), Acácia Kueuzer (Ufpr), Maria Lisete Arelaro, secretária Municipal de Educação de Diadema-SP, Carlos Augusto Abicalil, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Glaura Vasques Miranda, secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Lucia Machado (Ufmg), Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), Valdemar Sguissard (Unimep), Nestor Barbosa de Andrade, reitor da UFU, Sueli Mazilli (Unimep), Maria Cristina de Moraes, presidente da Andes-SN, Maria Malta Campos, presidente da Anped, o estudante Orlando Júnior, presidente da UNE e a senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

Adufrj patrocina inscrições

A Adufrj vai patrocinar, para professores da Ufrj, até 50 passagens de ônibus e inscrições para o Coned. O objetivo é estimular a participação dos docentes num dos eventos mais importantes do ano para a educação brasileira. Os interessados devem procurar a sede da Ad para preencher o formulário do evento.

A Adufrj também estará promovendo um evento preparatório para o Coned, no período de 23 a 26 de julho, (em data ainda a ser confirmada). Será formada uma mesa redonda sobre o tema geral do evento, Educação, Democracia e Qualidade Social, com a participação de professores da Ufrj, de outras instituições, parlamentares e representantes de entidades do setor.

Construindo um Plano Nacional de Educação

O temário do I Coned será desenvolvido através de mesas redondas, conferencias organizadas pela Comissão Executiva e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis, propostos pelos participantes.

Tema geral:
Educação, Democracia o Qualidade social.

Outros temas e subtemas, assim divididos:

1) Estado e Educação:
- O Estado Brasileiro e a Educação
- Políticas Educacionais dos anos 90
- Estado, Democracia e Educação: construindo a Qualidade Social.

2) Sociedade Civil e Educação:
-Sociedade Civil, Educação e Formação para Cidadania
- Movimentos Sociais e Educação
- Controle Social das Políticas Públicas para a Educação

3) Trabalho e Educação:
- Globalização, Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Educação
- Trabalho, Cidadania e Transformação Social
- Estratégias para Formação e Qualificação do Profissional da Educação/ Cidadão

4) Educação Básica:
- Exclusão e Qualidade Total X Inclusão e Qualidade Social: acesso e permanência
- Políticas Educacionais: dilemas e perspectivas
- Práticas Pedagógicas: tendências e perspectivas
- Políticas para o Acesso, Permanência e Qualidade Social na Educação Básica

5) Educação Superior:
- Políticas para Educação Superior: concepções e modelos
- A Educação Superior e sua Função Social: problemas e implicações
- Projeto para a universidade: autonomia com compromisso social

Plenária dos SPF

A plenária dos SPF's que aconteceu neste final de semana em São Paulo, e teve a participação de 147 delegados - 19 deles representando a Andes-SN -, deliberou pela realização de algumas ações, entre elas, o Dia Nacional de Luta dos SPF, para 24 de julho, que deverá ter como eixo manifestações a nível estadual contra as reformas neoliberais, em defesa do serviço público e dos trabalhadores e pela reforma agrária.

Para ser encaminhado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - Cnesf - foi deliberada a realização de outras duas plenárias. A primeira, preferencialmente ainda no mês de julho, com o objetivo de aprofundar a avaliação da greve nacional unificada dos SPF. E a segunda, a ser realizada em São Paulo, para organizar a intervenção dos servidores na 8ª Plenária da CUT, prevista para acontecer em agosto.

Como encaminhamento à CUT, foi decidida a realização da 3ª Conferência de Servidores Públicos (federais, estaduais e municipais) - as anteriores aconteceram em 1995, em Belo Horizonte (abril) e São Paulo (agosto). À CUT também coube a decisão sobre a organização de um Encontro Nacional Democrático e Popular, a ser deliberado na 8ª Plenária.

Reunião sobre assuntos relativos a aposentadoria

Segunda-feira, dia 22 de julho, de 15h às 17h
Auditório do CCMN (Roxinho)

Pauta

1 - Ação judicial contra o desconto dos inativos para a previdência e outros assuntos jurídicos
2 - Programa Suplementar de Apoio à Qualificação Docente (Capes)
3 - Reunião da Encarregatura de Assuntos de Docentes Aposentados da Andes-SN em 25 e 26 de julho

Bolsas de extensão

As bolsas de janeiro e fevereiro do programa de Apoio a Eventos e Extensão, da sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR-5), que ainda não haviam sido pagas, finalmente foram liberadas. Como as de março já foram quitadas, agora fica faltando o pagamento das bolsas de abril. Quanto à retomada dos programas de extensão da Ufrj, a SR-5 ainda não se pronunciou.

GT de Seguridade Social da Andes-SN

O Grupo de Trabalho da Andes-SN que trata das questões ligadas a saúde e previdência vai se reunir em Brasília, nos dias 25 e 26 de julho, para discutir a preparação de um seminário nacional sobre hospitais universitários, a participação do movimento na X Conferência Nacional de Saúde, assuntos relativos à aposentadoria e reformas da Previdência e Administrativa, entre outros assuntos. A Adufrj participará da reunião com um representante.

Confira o seu contracheque

Nestes tempos de surpresas desagradáveis, todos os professores devem verificar mensalmente o seu contracheque. Para isto, é preciso saber como estão sendo feitos os cálculos. Confira.

Vencimento (no caso de aposentados, **Proventos) -** Depende do nível, classe e titulação do professor - a tabela com os vencimentos está disponível na sede da Adufrj. Por exemplo, um Professor Assistente 1 com mestrado em regime de Dedicação Exclusiva ganha R$ 589,51.

Vantagens previstas no Artigo 192 da lei 8.112 (apenas para aposentados) - Corresponde ao vencimento da classe imediatamente superior àquela em que se encontrava quando se aposentou.

Salário Família Ativo - Alguns centavos. Um professor com três filhos recebe apenas R$ 0,30.

Anuênio - Percentual do vencimento que corresponde a 1 % para cada ano trabalhado.

Gratificação por Atividade Executiva (GAE) - Corresponde a 160% do vencimento. Basta multiplicar o vencimento por 1,6 . No caso do Professor Assistente 1, seria de R$ 943,21.

Mandado Judicial - Corresponde à ação da Adufrj em relação aos 26,05% do Plano Verão. O percentual é calculado sobre o vencimento e a GAE.

SEMANA 23 A 29
DE JULHO/1996

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

ASSEMBLÉIA GERAL

Quinta-feira - 25 de julho - 15 horas
Auditório do CCMN - (Roxinho)

Pauta

1 - Avaliação da Conjuntura e estratégia de luta para o 2º semestre.
2 - Mandado de Segurança coletivo contra o desconto dos aposentados para a Previdência.

O Abraço do 1º e 2º graus

Apesar das manifestações, substitutos do CAp não recebem atrasados. **Páginas 4 e 5.**

Diap avalia reforma do Estado

Páginas 2 e 3.

I CONED

31 de julho a 3 de agosto, Belo Horizonte

ADUFRJ

Convida para a Mesa redonda sobre

Educação, Democracia e Qualidade Social
24 de julho, quarta-feira, às 15 horas
Auditório do CFCH Praia Vermelha
Construção de um Plano Nacional de Educação com Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação e conferencista do I Coned

Projeto da Andes para a Universidade Brasileira com Géria Montanari Franco, coordenadora do GT de Política Educacional

Ao contrário do que diz o governo, o número de funcionários públicos no Brasil é baixo, se comparado a outros países

O Estado mínimo de FHC

Moreira Franco encaminha à Câmara dos Deputados emenda de reforma do Estado mantendo concepção empresarial de administração pública, como propôs a governo.

Aparentemente esquecida, a reforma do Estado volta ao centro das discussões no Planalto. Depois de mais de oito meses tentando aprovar mudanças na previdência, o governo volta a centrar esforços na tentativa de modificar a estrutura administrativa do estado, restringindo direitos dos servidores, retirando a estabilidade, pondo fim ao regime jurídico único, extinguindo a isonomia e ampliando o estagio probatório, de dois para cinco anos.

O parecer, em forma de substitutivo, sobre a Proposta de Emenda Constitucional n.º 173, enviada ao Legislativo em 23 de agosto de 1995, é do deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) e foi apresentado no último dia 10, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, onde será submetido à discussão e votação. Aprovado, o projeto será encaminhado ao plenário, sendo objeto de votação em dois turnos antes de seguir para o Senado.

Um dos motivos da demora na apreciação pelo Congresso da reforma do Estado foi a espera pela modificação do Regimento Interno da Câmara, que limitou o número de Destaque para Votação em Separado, uma forma de criar dificuldades aos partidos de oposição na tentativa de alteração ou supressão dos textos em exame, a exemplo da votação da reforma da Previdência.

A equipe jurídica do Diap, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fez uma análise preliminar do substitutivo do relator Moreira Franco e chegou a algumas conclusões, desanimadoras. Segundo a emenda, os deputados e vereadores, apesar de terem seus vencimentos restritos, continuarão podendo legislar em causa própria. Estrangeiros também poderão ser contratados para quaisquer cargos ou funções públicas, e não só para universidades e institutos de pesquisa.

Direito de greve

O direito de greve passará a ser regulado em lei ordinária. Apesar de, hoje, esse direito não poder ser exercitado, face à ausência da lei complementar, essa medida poderá servir para aprovação fácil de uma lei restritiva.

O futuro ...

O deputado Moreira Franco propõe um contrato de emprego público. Caberá à lei dizer em que casos esse contrato será possível, mas não há limites constitucionais previstos. No contrato de emprego serão aplicadas todas as regras restritivas: aumento só por lei, sujeição ao teto de remuneração, política remuneratória e proibição de incorporação de vantagens. Mas não haverá direitos estatutários como estabilidade, disponibilidade, aposentadoria integral ou trabalhistas, como dissídio coletivo ou individual. Com base nessa "vantagem comparativa", o regime de contrato de emprego tenderá a se tornar o verdadeiro "regime jurídico único" do serviço público, já que não assegura nenhum direito ao servidor, mas o submete a todos os deveres típicos do regime estatutário. No futuro, não haverá mais servidores estáveis, a não ser os oriundos do sistema atual.

Isonomia e acumulação de cargos

O RJU para os servidores das universidades, incluindo os docentes, será jogado por terra. Com isso, em virtude da diversidade de instituições universitárias, poderão ser gerados tratamentos diferenciados entre docentes e técnicos de diferentes universidades.

A emenda determina que a remuneração dos servidores será revista anualmente sem distinção de índices, dentro do teto correspondente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal, hoje em torno de R$ 10.800. Mas a política de remuneração será implantada no âmbito de cada poder, não subordinada ao princípio da autonomia. Isso faz com que os reajustes dolegislativo e do judiciário possam ser maiores do que os do executivo, um

Nos Estados Unidos,
o funcionalismo público representa 15,5% da população economicamente ativa

Na Inglaterra,
este percentual é de 21 %

No Brasil,
apenas 9,4%

desejo já manifestado várias vezes pelos nossos dirigentes. O valor dos salários dos ministros do STF será proposto pelo presidente da República, para votação no Senado.

Volta a possibilidade de acumulação remunerada de dois cargos de médico, ou dois cargos de professor ou ainda de um cargo de professor e outro técnico ou científico. A remuneração total, porém, deverá respeitar o teto salarial.

Collorindo o Estado

O servidor em disponibilidade passará a receber remuneração proporcional ao tempo de serviço, possibilitando a redução de custos com base neste mecanismo, tal como fez Collor em 1990.

Demissões

O substitutivo de Moreira Franco também permite a demissão de servidores estáveis sempre que o gasto com pessoal tiver ultrapassado o limite constitucional (60%), fixado pela Lei Rita Camata. Antes de demitir servidores estáveis, os governantes terão que reduzir pelo menos 20% das despesas com cargos comissionados e desligar os servidores que não forem concursados. Mas, ainda assim, haverá a possibilidade de o servidor estável ser demitido por ter sido considerado menos essencial do que aquele que não tenha feito o concurso público para a carreira.

Apesar do dispositivo referir-se "ao prazo fixado na lei complementar", a que se refere o art.169 (atual Lei Complementar 82/95), essa prática não tem um prazo rígido para ser implantada: a qualquer tempo que o limite gasto seja ultrapassado, sempre poderá ser utilizada essa salvaguarda, bastando que a lei complementar 82/95 (que fixa o prazo até 98) seja alterada e instituído um novo prazo. Caso o governante resolva "arrombar os cofres públicos" elevando acima do limite o gasto com pessoal ao final de seu governo, caberá ao sucessor "organizar" os quadros demitindo servidores estáveis, desde que dentro do prazo permitido pela lei complementar que estiver em vigor.

Início e fim de carreira alterados

Apesar da discussão da reforma da Previdência, a emenda da reforma Administrativa eleva a idade de aposentadoria compulsória para 75 anos. Hoje o limite de idade para que o servidor se mantenha na ativa é de 70 anos. Ao mesmo tempo, aumenta de dois para cinco anos o período de estágio probatório. Fica assegurado o direito adquirido dos já nomeados. A elevação poderá fragilizar os futuros servidores em processo de efetivação, em tempos de mudança de governo, dada a longa duração do estágio.

Oposição apresenta emenda ao projeto de reforma do Estado

Sob o eixo da democratização e profissionalização do serviço público, a bancada de oposição da Câmara, representada pelo PT, apresentou emenda ao projeto de reforma do Estado do governo, sendo uma alternativa ao substitutivo Moreira Franco. Entre os pontos principais da emenda oposicionista se destacam a garantia da estabilidade após três anos de exercício, a demissão apenas por falta grave ou insuficiência de desempenho, mediante avaliação de desempenho regular e periódica, regras para política remuneratória - fixando critérios para isonomia, com a criação de uma reserva legal para fixação de remuneração dos cargos públicos e disciplinando o teto (ministro de Estado, STF, deputado e senador, em cada poder) - e institui meios de assegurar a profissionalização da administração pública.

A emenda prevê o concurso público como a única forma de ingresso a cargos e empregos, além de estabelecer critérios e requisitos para provimento e fixação de proporção entre cargos comissionados e cargos efetivos. Preocupada com a qualidade do serviço prestado, a oposição propõe a formação de escolas de governo voltadas para a formação e aperfeiçoamento dos servidores, além de planos de carreira com critérios definidos e quadro geral de servidores em cada poder. Quanto ao ingresso de estrangeiros, admite apenas para as áreas de ensino e pesquisa.

Abraço ao CAp pela qualidade do ensino

■ Pais de alunos promovem manifestação para alertar a comunidade

Em alto e brado som, cantando o Hino Nacional, pais, alunos, professores e funcionários do Colégio de Aplicação da Ufrj se deram as mãos e abraçaram, na última quinta-feira, o prédio na Lagoa que abriga a instituição. Organizada pelos pais de alunos, a manifestação, a segunda em uma semana, foi um ato público com a intenção de sensibilizar a comunidade para os problemas que vêm minando a qualidade do ensino oferecido na escola.

Com 17 professores substitutos sem nada receber desde março - quando foram contratados -, a falta de professores, de salas de aula e de recursos até para as necessidades básicas do colégio, o CAp, que tem 750 alunos, passa por uma de suas piores crises.

Este abraço ao prédio foi uma continuação da manifestação ocorrida no último Consuni, quando os pais e cerca de 30 alunos do 1º grau foram cobrar uma maior atenção, por parte da reitoria, em relação ao colégio. Entre outras reivindicações, a principal era o pagamento dos salários dos 17 professores substitutos - que haviam paralisado as atividades durante aquela semana.

Naquele dia, uma comissão formada pelos pais, e acompanhada da diretora da Adufrj, Rosane Dias, foi recebida pelo reitor Paulo Alcântara, pela sub-reitora de Pessoal, Maria Augusta Temponi, e pelo decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ao qual o Cap é ligado. Na ocasião, a sub-reitora atribuiu o atraso no pagamento à greve, paralisou as atividades administrativas, e ao não envio, pelo CAp, dos processos de contratações destes professores, para o devido processamento. Informação contestada pelo diretor do CAp, no cargo há dois anos e - e há 25 no colégio - que afirma ter enviado os processos para a Divisão de Pagamento de Recursos Humanos da SR-4 no prazo correto.

Enquanto as responsabilidades são apuradas, os substitutos continuam à míngua. Como Edi dos Santos Ferreira, orientadora educacional substituta, que tem 17 anos de carreira e uma aposentadoria de matrícula municipal. Apesar de gostar "imensamente de trabalhar" no Cap "foi um momento riquíssimo para mim" - até hoje não recebeu sequer vale transporte. Ela foi contratada no final de março - segundo Edi, seu processo foi enviado ainda em abril - para trabalhar em regime de 20 horas, durante quatro meses. Com o contrato praticamente vencido, só vai receber quando chegar o seu registro. "É horrível trabalhar assim. Já trabalhei em espaços públicos e sabia que demorava um pouco a receber, mas nunca como agora", disse, sintetizando uma angústia também compartilhada por seus colegas.

O descaso do governo com a educação pública está gerando grandes preocupações nos pais de alunos que, apesar de considerarem a qualidade do ensino muito boa, estão preocupados com este andar da carruagem. Para se organizarem e lutar por melhores condições para a instituição, eles estão em vias de reativar a Associação dos Pais de Alunos do CAp, a Apacap. Para Rossana Manso, mãe uma aluna matriculada no 1º grau e uma dasorganizadoras da manifestação, "as autoridades devem se posicionar". Ela considera "a ideologia do ensino no CAp muito boa, o que prejudica são as paralisações", que segundo nota divulgada por eles, são decorrentes da política do governo para o ensino público.

Colégio só recebe mil reais para manutenção

Mas os problemas do Cap são muitos. A falta de verbas é crônica. O diretor João Freire se queixa das verbas com rubricas de material de consumo, permanente e de serviços este ano repassadas para o CAp, insuficientes para manter o colégio. A vice-diretora Edilza Campos, confirmou que eles não receberam nenhuma comunicação formal do CFCH sobre alocação de verbas para este ano, apesar de terem pedido uma verba de cem mil reais, suficiente apenas para um semestre. O primeiro suprimento de fundo, pedido antes da greve, chegou semana passada, dia 18. No valor de mil reais, é uma quantia destinada a material de consumo como carteiras, aparelho de som etc. Como órgão suplementar, quem realiza as compras maiores é o CFCH, responsável pelas licitações e cartas-convite. O Cap só compra diretamente coisas pequenas como tomada elétricas.

Outro problema são as instalações precárias e a falta de material de apoio, além do prédio. O CAp funciona em um prédio cedido pelo governo municipal mediante convênio. Em troca, a universidade se compromete a abrir as instalações da Praia Vermelha para atividades de educação física de alunos de escolas do município. Segundo João Freire Filho, o colégio está esperando pelo cumprimento da promessa que teria sido feita pelo decano do CFCH, Carlos Alberto Pereira, na última campanha eleitoral: a construção do prédio do CAp na Praia Vermelha. O projeto e os demais estudos já se encontram finalizados, um sonho que se alimenta dos tempos cada vez mais desfavoráveis.

De qualquer forma, o abraço ao prédio foi importante para marcar posição. Tanto para os pais, que vislumbram a possibilidade de se organizarem para lutar pela educação de seus filhos, como para os professores e funcionários, como Miriam Paiuca, professora do 1º grau e conselheira da Adufrj, que viu na manifestação uma maneira de "chamar a atenção da comunidade externa e interna para as necessidades do 1º e 2º graus".

Roberto Antônio Ferreira, desde março como professor de física substituto no CAp, considera este tipo de manifestação louvável. "O cidadão tem que participar ativamente. Não é só professor, direção e aluno, toda a sociedade está envolvida neste processo. Todos temos responsabilidades, cada um de nós tem que fazer o nosso papel, de forma que todos tenham benefícios futuros". Ele gosta muito de trabalhar no colégio, que "oferece excelentes condições de trabalho. O que falta é a questão estrutural, e mais apoio por parte dos órgãos competentes", conclui, dando uma pista de onde se encontram os responsáveis pela falta de apoio a uma das melhores instituições de ensino público de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro.

I CONED

Educação, Democracia e Qualidade Social

31 de julho a 3 de agosto, Belo Horizonte

Adufrj realiza mesa redonda

Enquanto o governo federal se empenha em livrar o Estado de suas obrigações constitucionais com o ensino gratuito e de qualidade, a sociedade soma esforços na construção de um plano nacional de educação efetivamente democrático e que contemple a cidadania e o fim da exclusão social, conforme determina a Constituição de 1988.

A Adufrj estará promovendo, nesta quarta-feira, dia 24 de julho, no auditório do CFCH, às 15 horas, uma mesa redonda sobre o tema geral do I Coned - Congresso Nacional de Educação "Educação, Democracia e Qualidade Social". O evento preparatório será uma oportunidade para que a comunidade da Ufrj, juntamente com representante de entidades, personalidades e parlamentares do Rio, possa debater propostas para a construção de um Plano Nacional de Educação, que se oponha a iniciativas contrárias às expectativas da sociedade.

O objetivo deste Coned, considerado um marco importante no processo de mobilização da sociedade e de ampliação de formas comprometidas com a cidadania, é resgatar o espaço antes ocupado pelas Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) e construir um projeto político-pedagógico alternativo às propostas liberais do governo.

As CEBs eram organizadas por três entidades científicas - o Centro Brasileiro de Estudos de Educação e Sociedade (CBE), a Associação Nacional de Educação (ANDE) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEDE). A última CEB foi realizada em 1991, na Universidade de São Paulo (USP).

Apoiado pelo Unicef, Unesco, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, entre outras entidades de expressão, o I Coned terá a participação de dezenas de entidades e deverá reunir mais de cinco mil pessoas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Entre as entidades que participam da coordenação e organização do evento destacam-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Associação de Educadores da América Latina e do Caribe (AELAC), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (ANFOPE) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Também participam da organização entidades como a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º e 3º Graus (SINASEFE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

Adufrj patrocina inscrições

A Adufrj vai patrocinar, para professores da Ufrj, até 50 passagens de ônibus e inscrições para o Coned. O objetivo é estimular a participação dos docentes num dos eventos mais importantes do ano para a educação brasileira. Os interessados devem procurar a sede da Ad para preencher o formulário do evento.

Presenças

Estão confirmadas as presenças de alguns dos conferencistas para o I Coned. Da Ufrj participarão os professores Roberto Leher, Raquel Goulart Barreto, Horácio Macedo, Míriam Limoeiro e João Eduardo da Fonseca. Também já confirmaram presença os professores Emir Sader (Uerj), Nelson Rodrigues (Ufmg), Newton Lima Neto (Ufscar), ex-presidente da Andifes, Fátima Félix (Ufma), Acácia Kueuzer (Ufpr), Maria Lisete Arelaro, secretária Municipal de Educação de Diadema-SP, Carlos Augusto Abicalil, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Glaura Vasques Miranda, secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Lucia Machado (Ufmg), Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), Valdemar Sguissard (Unimep), Nestor Barbosa de Andrade, reitor da UFU, Sueli Mazilli (Unimep), Maria Cristina de Moraes, presidente da Andes-SN, Maria Malta Campos, presidente da Anped, o estudante Orlando Júnior, presidente da UNE e a senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

Construindo um Plano Nacional de Educação

O temário do I Coned será desenvolvido através de mesas redondas, conferências organizadas pela Comissão Executiva e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis, propostos pelas participantes.

Tema geral:
Educação, Democracia e Qualidade Social.

Outros temas e subtemas, assim divididos:

1) Estado e Educação:
- O Estado Brasileiro e a Educação
- Políticas Educacionais dos anos 90
- Estado, Democracia e Educação: construindo a Qualidade Social.

2) Sociedade Civil e Educação:
- Sociedade Civil, Educação e Formação para Cidadania
- Movimentos Sociais e Educação
- Controle Social das Políticas Públicas para a Educação

3) Trabalho e Educação.
- Globalização, Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Educação
- Trabalho, Cidadania e Transformação Social
- Estratégias para Formação e Qualificação do Profissional da Educação/Cidadão

4) Educação Básica:
- Exclusão e Qualidade Total X Inclusão e Qualidade Social: acesso e permanência
- Políticas Educacionais: dilemas e perspectivas
- Práticas Pedagógicas: tendências e perspectivas
- Políticas para o Acesso, Permanência e Qualidade Social na Educação Básica

5) Educação Superior:
- Políticas para Educação Superior: concepções e modelos
- A Educação Superior e sua Função Social: problemas e implicações
- Projeto para a universidade: autonomia com compromisso social

AGENDA

XII Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde
Municipalização: Caminho de um novo modelo para qualidade de vida
Dias 24, 25 e 26 de julho - Hotel Glória

Programação:
Dia 24/07 - Quarta-feira,
de 9h às 12h
Instalação da secretaria do evento e inscrição
10h - Salão Debret
Conares e Conasems
10h - Salão A
"Recursos humanos: Desafios e Estratégias para o SUS".
14h às 18h - Salão Nobre
"Política de Financiamento do SUS".
14h - Salão Branco
"Contratos e convênios, controle e avaliação e sistema nacional de auditoria".
14h - Salão A
"Programas de Saúde - Experiências".
Hanseníase- **Clóvis Lombardi**
Vigilância à Saúde - **Paulo Sabroza**
Programas e Políticas de Saúde Bucal - **Vitor Gomes Pinto**
Controle de Endemias - **Edmundo Juarez**
Programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher - **Maria Cristina Boaretto**
Saúde Mental - **Raberto Tykanori Kinosbita**
Coordenador: **Déo Costa Ramos**
Diretoria do Conasems e SMS/GO
20h - **Abertura Oficial e coquetel**
Conferência: **"As políticas públicas de saúde: a busca da gestão de qualidade",** com o Ministro da Saúde **Adib Jatene.**
Local: Palácio da Cidade
Rua São Clemente, 360 - Botafogo
Dia 25107 - Quinta-feira
9h - Salão A
"Gestão Semi-Plena: Experiências".
9h - Salão Nobre
"Modelos Alternativos de Gestão Pública".
9h - Salão Branco
"Instâncias Colegiadas"
14h - Salão Nobre
"Reforma do Estatuto, Seguridade Social, SUS e Modelos de Gestão".
17h30 - Salão Nobre
"Políticas Públicas Municipais e Intersetorialidade - Em Busca da Qualidade de Vida".
César Maia - Prefeito do Rio de Janeiro
David Capistrano - Prefeito de Santos/SP
Antônio Albano Cambraia - Prefeito de Fortaleza
Rafael Greca - Prefeito de Curitiba
Debatedora: **Sônia Terra -** Assessora técnica do Conasems
Coordenador: - **Gilson Catarino O'Dwyer -** Presidente do Conasems
Dia 26/07 - Sexta-feira
9h - Salão Nobre
Mesa Redonda "SUS: Legislação, Operacionalização e Conflitos"
14h - Salão Nobre
"As Conferências de Saúde".
16h30 - **Assembléia Geral**
18h - **Encerramento**

Maiores informações e inscrição, no Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde do Rio de Janeiro - Cosems/RJ
Rua México, 128/sobreloja 17
Centro -Telefax: (021) 240-3763

Adufrj lança camiseta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Com ilustração de Roberto Houaiss, em diversas cores, a camiseta está sendo vendida, na sede da Adufrj, no Centro de Tecnologia, bloco D - Sala 200.

Participe desta campanha!

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

SEMANAS
31 DE JULHO A
12 DE AGOSTO/ 1996

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de janeiro - Filiada à Andes-SN

Adufrj debate política educacional do governo e alternativas

Esta semana começa o I Congresso Nacional de Educação, que vai reunir mais de 4.500 pessoas, entre estudantes, educadores, pesquisadores e trabalhadores da educação. Durante a abertura do evento será prestada uma homenagem ao professor Florestan Fernandes, por sua luta e coerência em defesa da educação pública de qualidade.

I CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

I CONED

Programação do Coned.
Dia 31 de julho
de 8h às 20h
Credenciamento
às 17h
Apresentação do Grupo de Dança de Diadema (SP)
de 18h às 20h
Abertura Solene
de 20h às 21 h
Mesa redonda, com Carlos Augusto Abicalil, Maria Vitória Benevides e Míriam Limoeiro
Obs.: Às 19h30 – **lançamento do Caderno Especial: Projeto da Andes-SN para a Universidade Brasileira**
Dias 01 e 02 de agosto
de 8h30 às 10h
Apresentação de Trabalhos, Comunicações, Painéis e Oficinas
de 10h às 12h30
Mesas redondas, Conferências e Painéis
de 14h às 15h30
Apresentação de Trabalhos, Comunicações, Painéis e Oficinas
de 15h30 às 18h
Mesas redondas, Conferências e Painéis Dia 03 de agosto de 8h30 às 10h
Apresentação de Trabalhos, Comunicações, Painéis e Oficinas de 10h às 12h30
Mesas redondas, Conferências e Painéis às 14h - **Plenária Final**

Adufrj lança camiseta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Com ilustração de Roberto Houaiss, em diversas cores, a camiseta está sendo vendida, na sede da Adufrj, no Centro de Tecnologia, bloco D - Sala 200.

Participe desta campanha!

J.O.R.N.A.L
ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: LUIS PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

O Coned vai resgatar a idéia de um sistema nacional de educação, ou melhor, "um sistema orgânico de educação".

Em busca de uma alternativa para a educação brasileira

■ Belo Horizonte, 31 de julho a 3 de agosto. 60 mesas redondas, mais de 700 trabalhos, oficinas, painéis e comunicações. 4.500 participantes farão do I Congresso Nacional de Educação um novo patamar para a elaboração de um Plano Nacional de Educação que se contraponha às propostas liberais do governo Fernando Henrique.

Qual o caminho para a educação brasileira? No auditório do CFCH, quarta-feira passada, durante cerca de três horas, Roberto Leher e Géria Montanari - ele professor da Faculdade de Educação da Ufrj, ela do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN - apontaram diversos, todos passando por uma articulação dos movimentos organizados.

Além dos trabalhos da mesa redonda promovida pela Adufrj como atividade preparatória para o I Congresso Nacional de Educação, Coned, os dois compartilharam também de inúmeros questionamentos que hoje afligem quem lida com educação no Brasil. Inclusive sobre a falta de participação dos sujeitos neste processo - o auditório vazio era a imagem objetiva de mobilização na Ufrj. Naquele mesmo dia, mais de 4.500 inscrições já estavam confirmadas para o Coned, que começa nesta quarta-feira, dia 31, e vai até sábado, dia 3 de agosto, em Belo Horizonte.

No entanto, de forma alguma o vazio na platéia inibiu o discurso de Géria ou de Roberto Leher. Autonomia, as muitas semelhanças entre as diretrizes do Banco Mundial e a política dos governos da América Latina para a educação, Conferências Brasileiras de Educação (CBE's), financiamento, avaliação, depauperação da educação no Brasil e em outros países *(educação por bônus e per capita)*, formas de resistência, projetos pessoais e outras referências.

Por sinal, o primeiro grande encontro de entidades acadêmicas sob a coordenação de organizações sindicais. O espaço de participação adequado para se lançar as diretrizes para a construção de um sistema nacional de educação, num contraponto à ação elitista do governo FHC. De sentido abrangente e enorme significado político, a expectativa é a de que lá se proponham novas estratégias, bem como a articulação de entidades que possam ampliá-las para o conjunto da sociedade civil.

"Tem que organizar para poder resistir, e se conseguir resistir, avançar. O que a gente vai priorizar é uma mudança, um outro patamar: a rearticulação das forças da sociedade", disse Géria Montanari, para quem, não fossem os instrumentos jurídicos garantidos pela Constituição Federal promulgada em 1988, a política neoliberal já teria provocado estragos muito maiores à educação brasileira como um todo.

Na opinião de Roberto Leher, o Coned seria uma forma de retomar a função das Conferências Brasileiras de Educação (CBE's), mas sem o caráter de continuidade, e sim como uma mudança qualitativa. O congresso vai resgatar a idéia de um sistema nacional de educação, ou melhor, "um sistema orgânico de educação". Para quem acompanha a tramitação da LDB no Congresso, muito antes da manobra de Darcy Ribeiro - o então senador substituiu a proposta que tinha o apoio das entidades acadêmicas e sindicais e apresentou outra, a sua, que compreende as aspirações neoliberais -, sabe que o primeiro grande embate entre os defensores de escola pública e os privatistas foi a definição de um sistema nacional de educação. Sabe também que os privatistas, na época liderados pela ex-deputada Sandra Cavalcante, argumentavam que não cabia a idéia de um sistema nacional, e que o resultado desta batalha foi favorável aos defensores da escola pública.

Colcha de retalhos

Mas, por outro lado, na prática do governo, o que FHC vem promovendo é uma série de iniciativas que configuram, "sem nenhuma dúvida", uma reforma universitária e uma reforma do ensino básico. "Uma reforma que não foi discutida pela sociedade brasileira. Uma reforma dentro do aparelho de estado, através de medidas provisórias, PEC'S, decretos e uma série de normas jurídicas que estão dando uma outra moldura ao sistema educacional brasileiro", denuncia Leher.

Para ele, "aparentemente, a gente está diante de uma colcha de retalhos", mas na realidade, "tudo está encadeado, tem uma racionalidade". Segundo a sua análise, a reforma do Estado preconizada por Bresser é coerente com a proposta de autonomia universitária e a cobrança de mensalidade para as universidades com a falácia da dissociação entre o ensino básico e o universitário. "Hoje, o estado, os intelectuais do governo, dizem que os defensores da universidade pública são os algozes das classes populares, que não querem que as classes populares tenham escola pública de qualidade, e que todo o dinheiro vai para o ensino superior. Isto tudo tem que ficar esclarecido, mas, para isso, a gente tem que retomar a idéia de sistema orgânico. Para que estas dicotomias sejam postas a nu, para que fique claro que isto é um embuste, uma maneira de dividir estudantes e professo-

No Chile, as escolas que sobrevivem com o bônus da educação são as que atendem, muito mal, às classes populares

res, estudantes de 3º grau e 1º grau, enfim, uma maneira de permitir a implementação do projeto educacional do, Banco Mundial (Bird), que é a universalização de uma educação básica mínima para todos, e o resto, que encare a racionalidade do mercado", alertou Leher.

América Latina

A uma pergunta de Adolfo Wagner, representante do DCE, sobre as semelhanças de ações na área de educação entre os países da América Latina, Roberto citou o caso do Chile, o mais "desenvolvido" na aplicação destas políticas. O país, que até hoje amarga a presença do general Pinochet como chefe das Forças Armadas, imposta no acordo que possibilitou a passagem do país para a democracia, é a matriz conceitual do ideário neoliberal na região. Lá, foi instituída a *educação por bônus,* que é distribuído a todas as famílias e estas, então, devem procurar no mercado a escola que melhor lhes convier. Na teoria, todos têm acesso à educação. Na prática, o que o governo garante é uma educação depauperada, pois as escolas que sobrevivem com o bônus são as que atendem, muito mal, às classes populares. No Brasil, o governo FHC segue o mesmo caminho, apenas com alterando a denominação. É a educação *per capita,* onde o governo decidiu que cada aluno custa R$ 300,00 por ano. A conclusão é a mesma: vai existir aqui um sistema educacional de baixa qualidade, para os pobres, e o resto, que procure alternativas no mercado.

Se o Brasil é um dos países mais atrasados da América Latina na aplicação deste cronograma neoliberal, isto se deve, em grande parte, à atuação de organizações sindicais fortes e combativas. Daí a importância do Coned. "Ele terá que ampliar o movimento de sujeitos tratados secundariamente, os trabalhadores, e um significado político enorme, para pensar estratégias de ação e a articulação não de entidades universitárias, mas de entidades que as ampliem para o conjunto da sociedade civil, que hoje é a única maneira de dar uma resposta e termos projetos alternativos. Com a nossa própria agenda, com as nossas diretrizes políticas, vamos fortalecer a defesa da escola pública. Quem for, participará de um evento memorável", convida Leher.

Doutor recebe U$ 300

Na Argentina, além dos estudantes universitários, que foram às ruas protestar contra a cobrança de mensalidade - um projeto do governo Menem já em andamento - os professores com titulação de doutor estão recebendo uma média de 300 dólares por mês, provocando uma migração de cérebros nunca antes vista. No Brasil, a proposta de cobrança de mensalidades atualmente tramita no Congresso Nacional.

Proposta da Andes-SN

O panorama da educação na América Latina certamente será descortinado pelo Coned, pois, além da política neo-liberal atuando fortemente nestes países, a Aelac - Associação de Educadores da América Latina e do Caribe - é uma das entidades organizadoras. Também serão apresentados projetos alternativos para educação, como a Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, cujo lançamento está marcado para o dia 31.

Seguindo o raciocínio de Géria Montanari, convidada pela Adufrj para falar sobre este tema, o projeto da Andes-SN "não é uma modificação com relação a princípios que vimos desenvolvendo durante todo este período de existência. O que existe é uma ampliação daquilo que a gente vem discutindo, um aprofundamento em várias áreas e, em alguns setores, é até novo, como a ciência e a tecnologia. E aprofundando muito em outras questões que hoje são de fundamental importância para que as pessoas tenham clareza, até porque correspondem às linhas de frente neste embate. O projeto de LDB da Andes avançou bastante nas questões de avaliação, da gestão democrática, da escolha de dirigentes e da autonomia. Este projeto foi a nossa baliza para discutir o projeto que tramitava no Congresso Nacional".

A questão da autonomia e do financiamento estão ligadas a um terceiro aspecto, segundo Géria, que é o da avaliação institucional. "E a Andes, quando começou a discutir esta questão, já reconhecia a necessidade de verificar contentemente se a qualidade do trabalho acadêmico estava sendo adequada à função da universidade, colocando inicialmente a questão da avaliação docente", acrescentou.

Deste ponto de vista, a avaliação deve ser um processo que envolva a participação de toda a comunidade, interna e externa. A interna serviria para corrigir rumos, como uma referência se ela está ou não cumprindo os seus objetivos. Não seria punitiva, mas para melhorar o funcionamento da universidade no cumprimento do papel geral que ela deve ter e dos serviços a que ela se propõe. "Já a avaliação do governo é para saber quantos pontinhos você teve, para com isso balizar o quanto de dinheiro vai ser dado para a universidade. Se ela não vai bem, e na conta do governo independe por qual motivo ela não vai bem, então, corta-se o dinheiro. Esta é uma imagem antiga", complementou Géria, para quem deve fazer parte da avaliação uma análise das condições que estão sendo dadas para o funcionamento da universidade. Isto implicaria em equipamentos, salários, a comunidade na qual ela se insere, a localização e qual seria a sua proposta de trabalho. "E não deve ser estática, ela não acaba hoje, ela tem atividades constantes, discussões permanentes. É a visão de processo contra a questão da avaliação finalista, de controle de resultados finais apenas", complementa.

Projetos pessoais

As opiniões de Géria e Roberto Leher são complementares em muitos pontos. Ela acredita que "no momento, o que está acontecendo, ou este projeto não existe, e é mesmo aquele de fora, do Bird, ou o projeto existe mas não está claro para todo mundo. Então, as pessoas vão tocando os seus pequenos projetos individuais, que não estão articulados e não formam um todo e nem sempre estão afinados com aquilo que a universidade pretende alcançar, produzir. Do ponto de vista do governo, nada disso é necessário porque ele já tem um projeto para a universidade". Ou

Na Argentina, os professores com titulação de doutor estão recebendo uma média de 300 dólares por mês.

seja, para o governo, a referência da universidade deve ser o mercado".

Enquanto Roberto Leher vê na participação das entidades científicas como co-gestoras do aparelho estatal, especialmente em sistemas de educação, ciência e tecnologia, problemas muito sérios, por passar a impressão de que a comunidade estaria dando as linhas mestres para a política educacional e científica e tecnológica brasileira. "Se analisarmos a forma de inserção do Brasil no espaço definido pelo capitalismo internacional, a gente percebe que há muito tempo as grandes orientações para a educação brasileira não são definidas pelo estado brasileiro. O papel do Banco Mundial na definição das políticas de 1º, 2º e 3º graus, e as orientações políticas, estão muito bem definidas. A maneira de inserção do Brasil no capitalismo internacional impede que a gente tenha essa política autônoma, impede que a gente defina os grandes eixos da política educacional brasileira e da política científica e tecnológica brasileira". Então, esta participação das entidades científicas na gestão do estado torna a comunidade, enquanto entidade científica, "sócios de um aparelho de estado obviamente incapaz de desenvolver um sistema educacional de forma autônoma e igualmente incapaz de definir uma política educacional democrática", na opinião de Roberto.

Autonomia

Diversas entidades estão elaborando as suas propostas de autonomia para a universidade pública brasileira. A proposta da Andes-SN é que os recursos necessários à universidade, para que ela desenvolva as suas atividades acadêmicas, sejam colocados integralmente na universidade, para ela gerir da maneira que lhe for mais conveniente, garantindo a questão da folha de pessoal em separado. Mas o governo tende a dar o orçamento global com autonomia para a universidade inclusive fixar salários.

E quais seriam as referências que permitiriam, por exemplo, à universidade cumprir a sua função social. Aonde ela deve se referenciar? A conclusão é óbvia para Géria Montanari. "Ela tem que se referenciar na sociedade, que está representada no parlamento - queira ou não, é uma representação da sociedade - mas também tem que discutir com os sindicatos, com a sociedade de uma maneira geral, organizada ou não, com as escolas e com o setor empresarial". Seria, como Florestan Fernandes falava, a universidade como um conceito plurifuncional.

Hoje, o que se vê é uma referência exclusivamente no setor privado, então, "ela acha que está se relacionando com a sociedade, cumprindo o seu papel só através do setor privado. Não dá para ser. Tem que ser através do setor público e das organizações, de uma maneira geral. Essa discussão sobre com quem a universidade se relaciona é importante para definir e concretizar como ela deve agir para cumprir a sua função social. Tem que ampliar. Não é só a empresa, não é o mercado. São as necessidades sociais, o desenvolvimento regional, estadual, do país como um todo. E precisa intervir inclusive - se ela tem análises, tem estudos -, no estabelecimento de políticas públicas, de política industrial, política de desenvolvimento de uma forma geral, de reforma agrária", como disse Géria.

Senha para o Coned

Tem saída? A pergunta da estudante de Biologia da Ufrj, Mariana Cassab, do Grupo de Trabalho de Universidade do DCE, foi uma espécie de senha para encontros futuros, como o Coned. Essa luta, para Géria, de uma forma ou de outra, há de frutificar. "Eu estou nesta briga porque acredito, e vou fazê-la com resultados ou sem resultados. É lógico que eu não sou maluca e estou atrás dos resultados, ainda que seja para guardar semente para o futuro". Ao que Mariana complementou: "Até porque também a gente só vai saber se tem ou não resultado tentando alguma coisa".

Depoimentos

"O Coned vai ser sem dúvida um espaço privilegiado para reunir pessoas que pensam a defesa da educação pública no Brasil. Já de algum tempo a educação vem sofrendo um processo de transformação, hoje de forma mais acentuada e sistemática, sendo um dos elementos de transformação do modelo neoliberal global que teve inicio na era Collor e se reproduz no governo Fernando Henrique. A educação desempenha, portanto, um papel importante para o sucesso desse modelo. O Coned será uma grande oportunidade para que os educadores se dêem conta desse projeto e reunam esforços, em conjunto com as entidades que defendem a educação, para resistir ao modelo. "

Professora Mírian Limoeiro, socióloga, militante do movimento docente e conferencista do I Coned.

"Temos que aproveitar essa oportunidade para que possamos estabelecer pontos que justifiquem um contraponto a essa política neoliberal. Fernando Henrique já tirou sua máscara e mostrou o lugar que está reservado a nós, "caipiras", no cenário mundial, com nossa estapafúrdia distribuição de renda. O I Coned será também um espaço para o encontro dos que pensam e dos que fazem a educação. O que está no imaginário do professor é que ele não é um pesquisador, o que discordo. Apesar dos inúmeros pacotes governamentais - com suas ferramentas e instrumentos -, desenvolvidos para seu trabalho, o professor tem que perceber que também faz pesquisa em seu dia-a-dia e que pode trabalhar uma formulação mais crítica de seu trabalho e dos modelos que lhes são apresentados. "

Professora Raquel Coulart Barreto, diretora da Faculdade de Educação da UFRJ e conferencista do I Coned

Um histórico das Conferências Brasileiras de Educação, CBEs

Nos anos 80, foram realizadas seis Conferências Brasileiras de Educação, CBEs. Inspiradas nas Conferências Nacionais de Educação, realizadas nos anos 30 e 40, elas se constituíram num novo espaço de resistência, oriundo da ação de educadores, e buscavam a organização e a construção de uma educação democrática, comprometida com os interesses da população. A coordenação das CBE's ficou a cargo da Ande (Associação Nacional de Educação), Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), Cedes (Centro de Estudos Educação e Sociedade) e do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

A I Conferência Brasileira de Educação aconteceu na PUC de São Paulo, de 31 de março a 3 de abril de 1980, e o seu tema central foi a "Política Educacional", contando com cerca de 1.400 participantes de 18 estados. Nela, foram tratadas questões referentes à educação popular, pré-escola, 1º e 2º graus, ensino público, ensino superior e associação de docentes, que seria criada ainda naquele ano. Ela ressaltou também a necessidade de controle da sociedade sobre os gastos públicos com a educação e discutiu questões inusitadas como a violência na escola. Foram analisados os projetos do MEC para as universidades federais, a utilização de verbas públicas para subsidiar o ensino privado, a importância dos programas de pós-graduação e a produção do conhecimento e de tecnologias para o país.

A II Conferência Brasileira de Educação foi realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, de 10 a 13 de junho de 1982, teve 1.910 inscrições e uma média de 2.200 participantes por dia. O tema geral foi "Educação: Perspectivas na Democratização da Sociedade". Além da comemoração do cinquentenário do Manifesto dos Pioneiros da Educação, partidos políticos apresentaram suas propostas alternativas para a educação. Dela saiu fortalecida a proposta da construção da escola democrática para a construção da sociedade democrática, através da mobilização dos trabalhadores-educadores em torno da reivindicação da educação como direito fundamental da cidadania.

Realizada na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, a III Conferência Brasileira de Educação contou com 4.000 inscrições e cerca de 4.500 participantes. Em plena crise econômica, início de abertura política e com a crise de legitimidade do regime, foi lida uma carta enviada por Tancredo Neves onde este reafirmou a gratuidade do ensino público, reconheceu as condições precárias de trabalho do profissional da educação, apontando a necessidade de reverter esta tendência. Na Assembléia Geral da conferência, foi aprovada uma carta de resposta, acompanhada de um Manifesto à Nação.

A Carta de Goiânia foi utilizada como documento de trabalho para o Forum Nacional da Educação, e suas proposições, se transformaram em emendas populares à Constituinte

A IV Conferência Brasileira de Educação aconteceu de 2 a 5 de setembro de 1986, na Universidade Federal de Goiás, e seu tema central: "Educação e Constituinte". Com mais de 5.000 participantes, ela formulou subsídios para urna Política Nacional de Educação. A Carta de Goiânia foi utilizada como o documento de trabalho para o Fórum Nacional da Educação, na Constituinte e suas proposições, se transformaram em emendas populares à Constituinte, indicando a necessidade de elaboração de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. Ela também considerou essencial a participação dos educadores tanto na elaboração da Constituinte quanto da LDB.

A V Conferência Brasileira de Educação foi realizada na Universidade de Brasília de 2 a 5 de agosto de 1988, com mais de 5.000 inscrições e teve como tema central, a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Suas conclusões tiveram ressonância junto ao Congresso Nacional e significativa referência no Projeto da LDB do deputado Octávio Elísio, (PSDB/ MG).

A VI Conferência Brasileira de Educação, foi realizada em 1991 na Universidade de São Paulo, USP.

Fonte: Revista Presença Pedagógica.Novembro/Dezembro/95.

Construindo um Plano Nacional de Educação

O temário do I Coned será desenvolvido através de mesas redondas, conferências organizadas pela Comissão Executiva e apresentação de trabalhos, comunicações e painéis, propostos pelas participantes.

Tema geral:

Educação, Democracia e Qualidade Social.

Outros temas e subtemas, assim divididos:

1) Estado e Educação:
- O Estado Brasileiro e a Educação
- Políticas Educacionais dos anos 90
- Estado, Democracia e Educação: construindo a Qualidade Social.

2) Sociedade Civil e Educação:
- Sociedade Civil, Educação e Formação para Cidadania
- Movimentos Sociais e Educação
- Controle Social das Políticas Públicas para a Educação

3) Trabalho e Educação.
- Globalização, Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Educação
- Trabalho, Cidadania e Transformação Social
- Estratégias para Formação e Qualificação do Profissional da Educação/Cidadão

4) Educação Básica:
- Exclusão e Qualidade Total X Inclusão e Qualidade Social: acesso e permanência
- Políticas Educacionais: dilemas e perspectivas
- Práticas Pedagógicas: tendências e perspectivas
- Políticas para o Acesso, Permanência e Qualidade Social na Educação Básica

5) Educação Superior:
- Políticas para Educação Superior: concepções e modelos
- A Educação Superior e sua Função Social: problemas e implicações
- Projeto para a universidade: autonomia com compromisso social

Ufrj não pode pagar bolsas

■ Reitoria propõe a formulação de um Programa de Balsas para 1997, na esperança de conseguir dinheiro para o rombo deste ano

A Ufrj não possui os cerca de seis milhões de reais necessá rios para custear as 6.000 bolsas estudantis de 1996. O corte das bolsas de ensino, de assistência ao estudante, extra-curriculares, de extensão e de iniciação científica é uma realidade, a menos que a reitoria consiga dinheiro via dotação orçamentária específica para estas finalidades - o que o Congresso Nacional dificilmente aprovaria, tendo todo o apoio e recomendação do MEC para rejeitar qualquer projeto de incentivo aos estudantes de instituições públicas.

De acordo com a subreitora de ensino de graduação, Neide Felisberto, não há dinheiro sequer para quitar os meses de junho e julho e para os atrasos que se acumulam desde o início do semestre. A reitoria propôs como solução para a tragédia que se anuncia para o segundo semestre, que os membros do CEG e Cepeg formulem um novo projeto acadêmico que garanta o financiamento de bolsas para 97. Com o projeto pronto - a proposta é de que os colegiados preparem-no ainda este mês - a reitoria espera seguir para Brasília à cata de recursos orçamentários que cubram o rombo deste ano.

A partir do ano que vem, de posse de um promissor projeto, devidamente condecorado com a logomarca da instituição, incluindo todos os prós e contras do investimento de empresas públicas e privadas em projetos acadêmicos, a maior universidade federal do país poderá então respirar aliviada e apostar todas as suas possibilidades em convênios milionários com empresas que, como certamente acredita a reitoria, não vão se importar em investir em projetos de médio e longo prazo, principalmente naqueles em que o horizonte de um resultado "produtivo" esteja bem aquém das necessidades lucrativas do investidor. Apesar do otimismo do vice-reitor, professor Vilhena, a maioria dos membros dos Colegiados Superiores não se sentiu plenamente convencida de que essa tática, um tanto ou quanto *marqueteira*, poderá levar a universidade a ter garantidos, financeiramente, os seus projetos institucionais. Fazer um programa acadêmico, estabelecendo requisitos, programando avaliações e prevendo resultados é tarefa simples para os membros dos Colegiados, afinal a universidade é isso: ensino, pesquisa e extensão. Difícil seria estabelecer uma política de financiamento de bolsas que dê conta de todas as demandas e potencialidades dessa universidade que, neste ano, atingiu notas A e B em 90% dos cursos de mestrado e doutorado, pela avaliação da Capes, e desenvolve 69 projetos de extensão em diversas áreas, alguns com anos de reconhecimento da população. Isso sem falar no trabalho desenvolvido pelos estudantes nas mais diversas unidades, que não sobreviveria sem as bolsas de alojamento, alimentação etc.

Monitoria e iniciação científica

As bolsas de monitoria e iniciação científica foram bastante citadas pelos representantes nos Colegiados. Como iniciar o segundo semestre de 96 sem a garantia da continuidade destes trabalhos? O programa tutorial, uma iniciativa recente que vem desenvolvendo o aproveitamento do potencial de pós-graduandos em aulas nos cursos de graduação, não pode ser abortado, segundo uma conselheira do CEG. Prejuízo para os que se dedicaram ao programa e para os alunos de graduação que também contam com os tutores na sua formação, principalmente nesses tempos de "carência docente".

Uma questão que acabou surgindo durante a discussão das bolsas foi a diferença entre a remuneração das bolsas de pesquisa e de ensino. Segundo uma professora do CEG, não haveria, no seu entendimento, porque pagar valores diferentes para aprendizes de pesquisadores e aprendizes de docentes. Isso poderia revelar, mesmo que implicitamente, uma tendência a reconhecer uma diferença entre a qualidade do trabalho realizado por um bolsista de iniciação científica, por exemplo, e um monitor que participa do programa tutorial.

Uma outra proposta para financiamento de bolsas, que já havia sido apresentada pela subreitora de graduação, é o desenvolvimento de um programa de adoção da universidade por parte de seus egressos. Ou seja, o formando da Ufrj, como uma forma de "agradecer" pelo estudo gratuito e de qualidade recebido por esta instituição passaria a contribuir durante os anos de sua vida profissional bem sucedida com uma quantia - a ser estudada e fixada - revertida em ajuda a bolsas estudantis. É, de grão em grão ...

Segundo o professor Vilhena, durante pelo menos dez anos as universida-

des investiram suas "sobras de caixa" (da folha de pessoal, principalmente) em Letras do Tesouro Nacional, uma atividade legal, que durante o período inflacionário, possibilitou o custeio de projetos de extensão, bolsas e outras atividades da universidade. Mas a garantia de uma dotação específica, com verba pública, nunca chegou a ser conquistada. E, hoje, a orientação do MEC não podia ser mais liberal: como disse o Ministro Paulo Renato, em recente inauguração do Projeto I-2000 da Coppe - um complexo de salas e laboratórios no Centro de Tecnologia, financiado também pela Petrobrás - "a universidade tem que procurar seus parceiros", ou traduzindo, aderir definitivamente à política do salve-se quem puder. Como as nossas empresas estatais estão saindo de cena para dar lugar a empresas estrangeiras e de capital privado, é fácil deduzir a quais parceiros o ministro se referiu.

O fato é que a Ufrj, assim como as demais universidades públicas, precisa reagir. E essa reivindicação foi bem explicitada por vários membros dos Colegiados. Se essa discussão ainda não consegue espaço no Congresso Nacional, o governo Fernando Henrique tem que ser cobrado diretamente e pagar essa dívida que nada mais representa do que o trabalho e o esforço de estudantes, professores e funcionários na busca de manter o alto nível da produção dos cursos, pesquisas, eventos, e dos mais diversos trabalhos desenvolvidos pela universidade, a serviço da sociedade e da qualidade social.

Quantas bolsas e qual o valor pago pela Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR3) a cada uma delas:

Auxílio moradia	39	240,00
Auxílio moradia CEU	11	200,00
Alimentação Aloj.	418	240,00
Alimentação	1.317	83,60
Estágio ETFQ	21	143,16
Estágio CEFET	10	143,16
Estágio I	146	143,16
Estágio II	100	143,16
Estágio III	164	143,16
Internato I (10h)	62	120,75
Internato II (20h)	13	180,72
Jovem Pesquisador	86	241,51
Inciação Art. e Cultural	76	180,72
Licenciatura	78	180,72
Monitoria	841	120,75
Monitoria Especial	10	143,16

Não estão neste quadro as bolsas de extensão e as oferecidas pela SR2

AGENDA

Happy Hour com candidatos a prefeito

O Fórum de Ciência e Cultura está patrocinando uma iniciativa que com certeza vai qualificar melhor o voto da comunidade da Ufrj nas próximas eleições majoritárias no Rio de Janeiro. Com o apoio da Adufrj, Sintufrj, DCE e Rede de Tecnologia (que reúne todas as instituições com projetos de Ciência & Tecnologia no Rio de Janeiro), o Fórum vai promover um *Happy Hour* com cada candidato a prefeito da cidade do Rio. A agenda do mês de agosto já está fechada, com os eventos acontecendo sempre às 17h30. O objetivo é esclarecer melhor a comunidade interna, e externa também, sobre os programas de governo, especialmente quanto às políticas públicas e outras áreas de interesse para o corpo social da Ufrj.

Programação:

Dia 08
Miro Teixeira, do PDT
Dia 15
Ciro Garcia, do PSTU
Dia 22
Sérgio Arouca, do PPS
Dia 29
Ivan Pinheiro, do PCB

Aniversário do Ipub

O Instituto de Psiquiatria da Ufrj, o Ipub, comemora nesta sexta-feira, dia 2 de agosto, o seu 58º Aniversário com uma série de eventos. Prestigie.

Programação:

9h - Inauguração do quadro restaurado do pintor Alcebíades, no hall do gabinete
9h30 - Reinauguração do pavilhão Maurício de Medeiros e do CUCA
10h - Inauguração dos Jardins do Ipub
10h30 - Assinatura do convênio Ipub/Secretaria Municipal de Saúde do RJ e inauguração da sala do Núcleo de Políticas Públicas e Saúde Mental
11h - Centro de Estudos: conferência de E. Portella Nunes e J. Romildo Bueno *"Psiquiatria e Saúde Mentaf',* no auditório Leme Lopes
12h - Coquetel de lançamento dos livros *Psiquiatria e Saúde Mental:* Ensino, Pesquisa e Assistência, de E. Portella Nunes, J. Romildo Bueno Egídio Nardi e *Metarmofoses do corpo, uma pedagogia freudiana,* de Sherrine N. Borges, no hall do auditório Leme Lopes.

O Ipub fica na Av. Venceslau Brás, 71 - fundos - Botafogo.

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ
14 a 26 de agosto/96
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

5.000 pessoas debatem a Educação brasileira

I Congresso Nacional de Educação, em Belo Horizonte, é um sucesso e marca a retomada do movimento social em resistência aos projetos privatistas. Leia, nesta edição, o resumo das principais conferências, discussões, depoimentos e a participação da UFRJ.

depoimentos

"Enquanto o governo, desenvolto, opera com a propaganda e o segredo, os movimentos docentes, os movimentos sindicais, o movimento estudantil, não conseguem estabelecer uma estratégia coerente e firme, com autoridade científica e política para barrar a política privatista oficial. Isso preocupa, e isto deve ser a nossa preocupação, hoje, no CONED, e na vida diária que levamos em nossas instituições. Aproveito este Coned para lançar uma proposta concreta, a ser defendida pelos movimentos docentes e pela comunidade acadêmica em geral. Não é apenas o governo que manipula segredos de modo a prejudicar a cidadania. Também nós, dentro da universidade e das instituições de financiamento à pesquisa e à sua divulgação, vivemos do segredo, encobertos com o nome decoroso de "ética acadêmica"."

Roberto Romano, Filósofo e ex-reitor da Unicamp. Participou da mesa Universidade: Relações de poder, democratização e reforma.

A iniciativa da organização deste Coned ter partido das entidades dos trabalhadores em educação, juntamente com outros sindicatos e entidades acadêmicas, engrandece e qualifica o Congresso.
Eu acho que para o movimento sindical é importante por que ele também assume mais responsabilidades, e então a organização mostra as faculdades da vida, e a oportunidade de apresentar projetos concretos vai fortalecer o sistema educacional no país.
Corre-se o risco que deste encontro saia um projeto que dê certo, que é o mais importante para nós. Por quê? Porque outros setores também assumirão este trabalho.
Vicentinho, presidente da CUT

Compre a camiseta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Com ilustração de Roberto Houaiss, em diversas cores, a camiseta está sendo vendida, na sede da Adufrj, no Centro de T ecnologia, bloco D - Sala 200. Participe desta campanha!

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- ❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- ❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- ❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- ❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- ❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- ❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- ❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- ❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- ❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- ❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- ❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- ❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- ❒ **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** - ELIZABETH BALDO CORREA

Ufmg, campus da Pampulha, I Coned

O porvir da educação nacional

"Uma política educacional pioneira e transformadora deve centrar-se na associação recíproca da atividade docente crítica e do despertar do talento inconformista. O que se pretende? Integrar o jovem à estrutura e ao funcionamento do maquinismo ou da empresa? Ou conduzir a Nação emergente em sua auto-emancipação coletiva "?

Esta questão extraída do artigo Universidade e Talento, redigido em 1994 por Florestan Fernandes, está no cerne de um movimento que finalmente começa a retomar a sua força, agora com novos ares e expressões. Sem qualquer apoio governamental, mais de 5. 000 pessoas ligadas a todas as áreas da educação espalharam-se pelo campus da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, instaladas em salas e auditórios, entre intervenções espontâneas, e centenas de painéis e trabalhos sobre experiências pedagógicas e políticas de todos os cantos do país, sem falar nas concorridas mesas redondas e conferências, para discutir os rumos da educação nacional, desmistificar imposições globalizantes e propor novas formas de ação.

Foi o que representou o I Coned, Congresso Nacional de Educação, o primeiro grande encontro da educação nacional organizado por entidades sindicais ligadas à educação, com a participação de quase todas as entidades científicas e estudantis do país, com inteira razão preocupadas em discutir alternativas ao famigerado tratamento que o governo de Fernando Henrique Cardoso vem destinando ao social como um todo, e à educação com ênfase.

Ninguém saiu da capital mineira com dúvidas se uma política educacional pioneira e transformadora é mesmo a saída para o desenvolvimento do país, aliás, esta era uma certeza que todos tinham ao desembarcar naquelas terras. O que se buscou lá foram diretrizes para a construção de um Plano Nacional de Educação que garanta uma educação pública, gratuita e de qualidade. O resultado você confere nesta edição, uma síntese do que pode e deve ser feito coletiva e democraticamente. Como disse Florestan no mesmo artigo - A imaginação pedagógica nutre-se de conhecimentos teóricos e de procedimentos práticos que agitam a organização e os conteúdos da personalidade. Ela não pode ser excluída das correntes culturais, sociais e políticas que mudam dia a dia o porvir do Brasil - a educação brasileira foi à luta.

depoimentos

Fundamentalmente, o Coned atendeu a três grandes objetivos. O primeiro, de reunir entidades sindicais, estudantis e da academia para discutir o que é mais pertinente a esse grupo, que é exatamente o debate da educação. O segundo grande resultado do Coned foi a possibilidade de termos um debate plural, amplo sobre temas educacionais que definem políticas públicas para tirar o país da situação de apenas ficar lamentando sua crise. E o terceiro, é exatamente consolidar aqui pistas para a construção do Plano Nacional de Educação, que respeite a educação como direito da sociedade, primeiramente, e como uma necessidade de construção de um projeto de nação que assegure ao Brasil um desenvolvimento sustentado, que aliás é o discurso corrente. Que inclua pessoas no universo de seus direitos mais elementares, que proponha, portanto, para a sociedade um compromisso no sentido de que a educação seja tratada não como um tema fechado a políticas que tenham duração de um mandato, mas que seja exatamente um projeto estratégico para a nação, que supere mandatos governamentais, supere a visão setorial e, mais do que isso, amplie o universo de debates e compromissos com esse campo de produção de direitos sociais.

Daqui para a frente, nós teremos dois níveis de atitudes. Um é exatamente o de prosseguir nesse debate, até porque, como foi muito plural a realização do Coned, não indica que nós já tenhamos alcançado uma resolução consensuada sobre todos os temas. A nossa pretensão é que, em relação ao que já seja consenso entre todos aqueles que debateram aqui, seja lançado o debate, ainda mais ampliado, na sociedade. Além disso, o fundamental é que, com o Coned, se quebra a tendência de pensar-se que só há uma racionalidade possível, e que só há um rumo a seguir, o rumo que esteja definido por aqueles que hoje ocupam o espaço do poder.

Carlos Alberto Abicalil - presidente do CNTE

Docentes titulados em universidades brasileiras

21.288 - Mestres em Universidades Públicas; 12.263 - Mestres em Universidades Privadas; 16.850 - Doutores em Universidades Públicas; 4.486 - Doutores em Universidade Privadas. Fonte: Madalena Guasco Peixoto - Unicamp/Contee, durante conferência no I Coned

Universidade Pública

UFRJ participa do Coned com trabalhos, palestras e a participação das entidades dos três segmentos

A comunidade da UFRJ esteve presente no I Coned com a apresentação de 16 trabalhos e a participação dos conferencistas e convidados, professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação; professora Raquel Goulart, diretora adjunta da FE; Horácio Macedo, ex-reitor e o professor Fernando Amorim, da Escola de Engenharia; além da participação da Adufrj, Sintufrj, DCE e de vários estudantes. Ao todo foram apresentados mais de 200 trabalhos e 65 mesas-redondas sobre temas ligados ao ensino básico, médio, profissionalizante e superior e às políticas públicas para o setor.

As políticas educacionais internacionais, principalmente as desenvolvidas nos países da América Latina, como o Chile, Argentina, Uruguai, e em Cuba foram tema de debates. A orientação privatista do Banco Mundial para os países em desenvolvimento foi o ponto de partida para a avaliação das políticas governamentais, hoje, no Brasil e nos países que vêm sofrendo com o desmonte do ensino público e gratuito e a expansão do setor privado, como é o caso do Chile.

Autonomia universitária, um tema concorrido

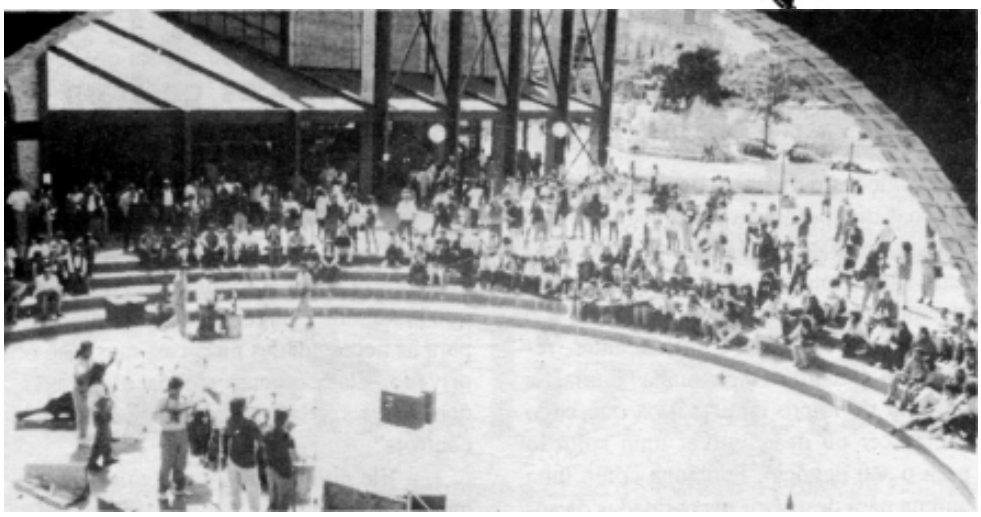
De acordo com a tese defendida pelo professor e reitor da Universidade de São Carlos, Newton Lima Neto, em conferência sobre "Políticas para o Ensino Superior", a questão central para a definição de uma proposta para a educação pública brasileira é hoje a definição pela rejeição ou aceitação da Reforma do Estado proposta pelo governo. "Nesse momento em que os reitores se dividem sobre o projeto de autonomia do MEC, cabe às entidades sindicais e do setor de educação se posicinar. Somos favoráveis à reforma administrativa? A resposta a essa pergunta vai orientar sobre qual projeto de Autonomia nós queremos", afirmou. O projeto de autonomia mais seguro, segundo Lima Neto, é ainda o projeto que consta nos artigos da LDB que foi aprovada pela Câmara em 1993 e rejeitada pelo Senado, este ano.

Segundo o professor, que já foi presidente da Andifes, o governo vem tentando implantar uma nova reforma universitária no país. Lima Neto disse que na reunião da entidade que acontecerá em setembro, em Manaus, os reitores, pelo menos uma boa parte deles, deverão se posicionar contrariamente à reforma administrativa.

Reforma do Estado e políticas para a universidade brasileira

A ligação da reforma com a proposta do governo, em relação ao ensino superior, foi bastante apontada pela mesa-redonda "Autonomia universitária, Gestão e Financiamento". Para Carlos Maldonado, representante da Fasubra, Bresser Pereira tem a tarefa de construir a reforma do aparelho do Estado nos moldes neoliberais, e nesse contexto a universidade tem papel fundamental. "O Estado se toma um mecenas muito mais agressivo que em outros tempos. O governo trabalha com três pressupostos: abandona a idéia do Estado de bem es-

Participações e números do I Coned
218 Trabalhos; 199 Comunicações; 34 Oficinas; 39 Painéis; 65 Conferências seguidas de mesa redonda; 77 entidades e instituições.



tar social; não vai a fundo na sonegação e na desigualdade social; e dá todos os subsídios para os mercados lucrativos do futuro: educação, saúde, produção de conhecimento, tecnologia e seguridade social."

É com esse intento, para Maldonado, que a universidade não poderia estar totalmente fora do Estado. Diante da capacidade de organização do meio universitário, o governo propõe manter as Instituições Federais de Ensino, ou pelo menos algumas - os Centros de Excelência - e coloca a idéia de que o restante do serviço público ele pode reformar ao seu bel prazer. "Com isso, o governo acomoda a comunidade universitária e acadêmica.

"Tem razão Gianotti, quando diz que o Geres está de volta, só que de forma muito mais completa do que ele mesmo formulou".
Maldonado (Fasubra)

Quebra com a idéia de continuidade da pré-escola até o 3º grau, quebra com a idéia de eleição direta para reitores, mas garante 70% do peso para docentes e mantém uma aliança retrógrada com os professores, numa linha conservadora, além de colocar a avaliação institucional na linha da qualidade na produção. Tem razão Gianotti, quando diz que o Geres está de volta, só que de forma muito mais completa do que ele mesmo formulou", complementa.

Para a professora Maria Cristina de Moraes, que também participou da mesa, a proposta da Andes-SN para Universidade Brasileira é um marco para o inicio da contraposição aos projetos de Bresser e Paulo Renato. O Sindicato Nacional dos Docentes é claro quanto ao financiamento pleno das universidades públicas pelo Estado. Nada de relativizar custos e verbas: para a Andes-SN, 12% do orçamento da União deveriam ser destinados para a Educação Pública Superior. Segundo Maria Cristina, o Art. 172 da Constituição Federal já garante, por exemplo, 1,2% do PIB para Pesquisa, mas o que acontece, na prática é que o governo só repassa ínfimos 0,4%.

A Andifes, Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, também esteve presente, representada pelo reitor da Unicamp Nestor Barbosa de Andrade, que disse acreditar que a sua entidade tem muitas divergências em torno da questão da Autonomia, mas isso não impede que as comunidades universitárias possam debater o projeto formulado pela Andifes - que vem sendo apresentado nos Conselhos Superiores das universidades.

Para ele, as entidades representativas do movimento docente, estudantil e técnico administrativo devem buscar a unidade em pontos básicos, o que também é proposta da Andifes. "Não estamos propondo o divórcio e o descolamento com a comunidade. Foram duas reuniões como o governo sem assento para as entidades que nos levaram a trazer o documento para a discussão com a comunidade."

depoimentos

Nós temos errado, muito, na universidade, porque a gente tenta discutir a universidade independente do resto da sociedade. Não tem como nós pegarmos a universidade e dizer que nós somos bacanas, nós produzimos saber, nós fazemos ampliação da ciência e da tecnologia, e tentar manter isso como uma coisa isolada do resto. A pasmaceira de grande parte do corpo docente diante desse ataque que faz o governo à universidade pública, reflete não só a pasmaceira de alguns, mas a cooptação de muitos, que querem que a universidade seja exatamente assim. Então se eu tento dizer "eu quero democratizar a universidade", eu vou dar com os burros n'água, porque eu não completo a frase: "eu quero democratizar a universidade com o resto da sociedade". Então, é importante a gente eleger o reitor, mas não basta. É importante a gente ter os representantes dos professores, dos estudantes e dos funcionários nos conselhos da universidade. Pode ter tudo isso e a universidade continuar sendo profundamente conservadora e profundamente aliada às forças conservadoras que existem no Brasil. O que quer dizer democratizar a universidade: é eleger o reitor? Não, isso só não basta. A universidade vai ser democrática quando os seus objetivos institucionais forem democráticos. Significa que a universidade deve funcionar para que a gente possa levar à população a visão de um país diferente, e que a universidade tem o poder de formular. Democratizar a universidade é fazer a universidade pensar diferente. Eu acho que esse Coned tem que resgatar a educação que muda a cabeça das pessoas, e essa educação que muda a cabeça das pessoas acaba por chegar na universidade, e quando chega lá a gente começa a ter uma universidade que começa a pensar diferente.

Horácio Macedo, ex-reitor da UFRJ, participou como convidado da mesa Universidade: Relações de poder, Democratização e Reforma.

"A sociedade só vai defender a universidade quando esta se voltar para ela".
Apolinário Alves, da Fasubra

Universidade, empresas e fundações

■ As fundações, criadas para dar maior agilidade às universidades públicas, geraram sérias distorções. Hoje, colocam em risco a própria gestão democrática nas IES.

Com a participação de Luiz Carlos Menezes, físico da USP, Apolinário Alves Filho, representante da Fasubra, e João Carlos Cousin, ex-diretor da Andes-SN e oceanógrafo da Ufrgs, esta conferência foi unânime em apontar causas e conseqüências. Segundo Menezes, esta discussão sobre relacionamento entre universidade, empresa e fundações "é antiga, há 30 anos eu tomo parte dela, e não dá para discutir isso sem falar na globalização, que tem produzido um brutal desemprego".

Para ele, "a idéia de que se precisa tomar cuidado é infundada, pois não há grandes interesses de empresas nas universidades, isso fica restrito a alguns campos, como o setor de tecnologia de Ponta. Quanto ao Brasil, que é um país atípico - ao contrário da maioria dos outros países subdesenvolvidos ele tem tradição de produção em quase todos os setores - a globalização pode e está nos atingindo. Estamos na linha de tiro e esse processo tende a se agravar"

A única alternativa à exclusão, para Menezes, seria o setor de serviços. "Que a pequena produção (micro empresa) produza coisas diferentes, para pequenos nichos de mercado e consiga, com isso, competir, apresentando diversidade. A idéia de linha de montagem acabou. Neste sentido, a relação com a universidade é mais a de formação de quadros qualificados (o que Gramsci chamava de intelectual orgânico). Nessa área, a universidade pode e deve atuar". Mas, segundo ele, "a universidade é atrasada, não tem molejo. Não só não se adianta, como resiste à demanda".

Ele dirigiu um serviço na USP de relacionamento de pequenos empresários com o corpo docente, procurando pequenas soluções para pequenos negócios, de pessoas que perderam seus postos de trabalho e abriram pequenos negócios diferenciados. Hoje, este serviço funciona basicamente com uma linha telefônica e o cadastro de cerca de 4 mil docentes, recebendo cerca de 10 chamadas diárias, a maioria de micro empresários querendo esclarecer ou desenvolver uma solução para o seu negócio. Funciona como uma antena para descobrir necessidades da sociedade. "E isso é fundamental para evitar que o desmonte produtivo ocasione o desastre social, mas exige uma universidade ágil. Essa tem que ser a relação com a empresa".

Quanto às fundações, ele acredita que elas são mais um sintoma de inoperância, "não são nem a solução, nem o problema, servem para gerenciar recursos humanos e desviar recursos. Se fundação não fosse caixa 2, não serviria para nada. Ela funciona muitas vezes como caixa 2 legítimo. O diabo é que serve muito mais a interesses escusos".

A intervenção de João Carlos Cousin começou por um histórico da atuação das fundações até chegar a sua atual concepção. "Elas se proliferaram para dar agilidade às universidades, mas começaram a ocorrer distorções e, hoje, há até fundações de departamentos, fundações de amigos etc. Com isso, estão representando danos graves à autonomia das IES, porque passaram a direcionar o enfoque não para as necessidades públicas, mas para o privado. Elas colocam em risco a gestão democrática, criando pequenos núcleos de controle".

Ele citou também o seminário organizado pela Andes-SN em 1995, "onde se analisou os estatutos de cerca de 30 delas, dos mais variados tipos". Segundo ele, foram identificados vários problemas, relacionados a: escolha de dirigentes, aqueles designados por instâncias internas e externas à universidade; a omissão da maioria quanto a planos de carreira; a remuneração diferenciada; a origem e a transparência de recursos; e a ausência de satisfação sobre critérios e montantes arrecadados.

Para Cousin, esta situação acaba "gerando um processo de privatização por dentro da própria instituição. Os servidores deixam de cumprir a sua função para atender objetivos empresariais. Criam desagregação da unidade acadêmica, com a privatização do docente".

Pensamento semelhante ao de Apolinário, da Fasubra, para quem, "na prática, o Estado está sendo privatizado sem haver uma discussão sobre o que é público e o que é privado. A idéia da criação de fundações tinha o objetivo de deixar a universidade livre para se dedicar ao ensino, à pesquisa e à extensão, mas o que aconteceu foi um processo acelerado de terceirização por dentro das universidades, com os hospitais universitários sendo os mais atingidos por essa terceirização. Mas, a burocracia nas universidades favorece a criação de fundações". Ele vê a universidade não como patrimônio da comunidade interna, mas da sociedade. "A sociedade só vai defender a universidade quando esta se voltar para ela".

Luiz Carlos Menezes, Apolinário Alves e João Cousin

Lúcia Bruno, a coordenadora da conferência Luciene Medeiros e Emir Sader

Globalização

Emir Sader e Lúcia Bruno debatem a Crise do Estado e Políticas Sociais

Com os professores de sociologia da USP Emir Sader e Lúcia Bruno - ele também é coordenador do Programa de Estudos da América Latina da Uerj - esta foi uma das conferências mais concorridas do Coned. Diante de um auditório lotado, os palestrantes transitaram por temas como a globalização, crise fiscal, contrato social, as reivindicações da comunidade universitária, a desregulamentação do Estado, a crise do capitalismo e sindicalismo.

Ressaltaram que a globalização não é um processo único e, ao contrário do que pregam os países desenvolvidos, significa, na prática, regulamentar e proteger os mercados deles enquanto impõem aos mercados dos outros países a sua total desregulamentação. Emir Sader citou a Coréia do Sul, que embora fosse uma ditadura apoiada pelos EUA, não se sujeitou às diretrizes propugnadas pelos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e, ao invés de importar capital - como os grandes sábios que governam o Brasil sempre o fazem -, importou tecnologia e investiu maciçamente em educação e pesquisa, desmistificando a idéia de que existe apenas uma forma de inserção no mercado internacional.

Sobre a economia nacional, que segundo o governo FHC vai de vento em popa, além de apontados os três fatores de crescimento - as exportações, a especulação financeira e o consumo de luxo, nada que tenha trazido ganhos reais à população - duas colocações de Sader foram mercantes para ilustrar como e para onde o atual governo conduz a nação. Sobre a diferença entre capital especulativo e o produtivo, ele lembrou que "a China é o país que mais regulamenta a entrada de capitais no mundo, e assim, o que mais atrai capital produtivo". Quanto ao aumento de consumo, Emir fez uma distinção que a imprensa tradicional não costuma fazer: "Ao capitalismo não interessa saber se tem mais gente comendo frango, o que interessa é saber se vendeu mais frango". Um pouco diferente de como coloca a mídia, que diz que todo brasileiro está comendo frango.

A desregulamentação do Estado foi outro terna que gerou muitas intervenções. Sobre isso, Lúcia Bruno destacou "a importância do Estado Nacional como a única maneira de se exercer a cidadania. Com esta "abertura", estão transferindo as decisões relativas à cidadania para as empresas, como se fosse uma questão de consumidor". E completou: "Temos que pensar em formas de recriação de laços de solidariedade, para podermos mostrar a nossa capacidade".

Neste contexto, fica nítida a intenção de criminalizar as reivindicações da comunidade universitária, classificando-as de corporativas. Neste sentido, para Emir Sader, "as Associações de Docentes deveriam fazer um balanço da situação do ensino e levantar todas as informações sobre o que for decorrente das propostas neoliberais para denunciá-las à população". E finalizou de forma bem esperançosa: "É importante ressaltar que não há nada escrito no horizonte, depende de nós mudar o quadro. Nada é definitivo".

depoimentos

Maximização da rentabilidade do capital, através da reorganização radical da dimensão do trabalho, eliminando os direitos para reduzir a composição de custos: falta originalidade às propostas de Collor e FHC. São receptores de projetos que já corriam o mundo e reclamavam sua inserção no Brasil. O ajuste das propostas internacionais às peculiaridades nacionais com Fernando Henrique só tende a aumentar.
O desafio político maior é, então, o enfrentamento do trabalho organizado. O desafio maior desta política neoliberal é quebrar o sindicalismo.
Míriam Limoeiro, professora da USP, participou da mesa de abertura do I Coned, quando homenageou Florestan Fernandes.

Míriam Limoeiro

A Andes-SN já havia se posicionado desde janeiro de 1994, no Congresso de Brasília, contra as reformas liberais de FHC. Buscamos a unidade com a Fasubra, UNE e outros setores da sociedade na defesa da educação em todos os níveis, o que não é só uma tarefa dos que fazem parte do setor de educação ou do meio acadêmico.
Maria Cristina de Moraes, presidente da Andes-SN

"Os reitores das universidades, as associações de professores, estudantes e funcionários e demais entidades da sociedade se posicionaram contrários a quebra da autonomia".
Ivan Valente (PT/SP), em entrevista durante o I Coned

Governo insiste em "relativizar" autonomia

O projeto de emenda Constitucional 233, já aprovado na Câmara dos Deputados, tramita no Senado Federal, onde já passou pela Comissão de Justiça e deve ir a plenário ainda durante o mês de agosto. A emenda agora só trata da aprovação da verba para educação de 1º e 2º graus. Segundo o deputado Federal Ivan Valente (PT/SP), um dos parlamentares que participou ativamente da discussão em torno do projeto, o governo, percebendo que não teria o apoio da maioria dos reitores e dos parlamentares para a emenda como um todo - já que se tratava também de estabelecer a quebra da autonomia financeira e o pagamento de cursos de pós-graduação - tratou de encaminhar uma "emenda especial", a PEC 370/96, que já está sendo analisada pela Câmara, onde destacou a alteração do Art. 207 da Constituição Federal, mantendo a proposta de que a autonomia se dê "na forma da lei". Na prática, essa alteração vai relativizar a liberdade das instituições em definir sua própria regulamentação, prioridades e metas, submetendo-as a legislações orgânicas de caráter infraconstitucional. Ivan Valente esclarece alguns pontos sobre a relação da PEC 370 com o projeto de autonomia do MEC e com a própria reforma administrativa.

Qual a intenção do governo federal ao propor uma emenda constitucional que quebra a autonomia das universidades públicas?
O governo com a PEC 233 pretendeu também interferir no ensino superior, como está fazendo no ensino fundamental e técnico, através de emendas, particularmente uma, que quebrava a autonomia universitária, propunha diversos níveis de autonomia e inferia sobre a gratuidade do ensino de pós-graduação e da oferta de pós-graduação latu sensu, cobrando taxas etc. Na verdade, devido às pressões, principalmente nas audiências públicas realizadas em vários Estados brasileiros pela Comissão de Educação da Câmara sobre a PEC, e lá no Congresso Nacional, pelo movimento educacional brasileiro, e particularmente o universitário, o governo recuou dessas duas propostas. O relator, deputado José Jorge, acabou retirando do projeto de emenda constitucional, a questão da autonomia e o tema da gratuidade. Mas isso não significa que eles não vão voltar a insistir nesses pontos. O projeto de autonomia das universidade já deu entrada na Câmara e será alvo de uma PEC especial, quer dizer num projeto de emenda constitucional vai ter uma comissão especial para discutir somente a quebra da autonomia.

Porque uma PEC "Especial"?
Porque o governo ficou receoso de que essa discussão fosse feita no conjunto da PEC 233. Então essa nova emenda já deve estar começando a tramitar. Nessa comissão especial, que vai discutir só a questão da autonomia, vão aparecer os contrapontos a essa emenda, como a proposta de Lei Orgânica da Andifes e o próprio projeto do MEC. Mas eu prevejo uma reação grande, como já houve na discussão da 233 na Câmara. Os reitores das universidades, as associações de professores, estudantes e funcionários e demais entidades da sociedade se posicionaram contrários à quebra da autonomia. No entanto o governo tem essa necessidade, tanto que dentro da proposta de Reforma do Estado do Bresser, está a transformação das universidades públicas em organizações sociais, que tem tudo a ver com a quebra da autonomia, pois sem verba pública e autonomia administrativa garantidas, o discurso de entregar as instituições públicas para "entes " não governamentais, que melhor poderiam captar recursos e gerir com "produtividade", poderá aparecer como um discurso coerente.

Quais são os argumentos do governo para retirar a autonomia das universidades públicas?
Eles usam o argumento de que a péssima qualidade das instituições privadas se dá em função, exatamente, da autonomia dada a essas instituições e isso impediria seu monitoramento, uma fiscalização por parte do poder público. Então seria necessário estabelecer níveis de autonomia etc. O governo diz também que a quebra não interferiria na gestão didática, científica, administrativa e de gestão financeira. Mas todos nós sabemos que a questão fundamental é a questão do financiamento, e na verdade o artigos 206 e 209 da Constituição são suficientes para balizar a autonomia universitária, não havendo a necessidade dessa alteração, senão no sentido de buscar a privatização do ensino superior ou a sua cobrança.

I Congresso Nacional de Educação, Democracia e Qualidade Social

Carta de Belo Horizonte

Os 5.000 profissionais da educação da sociedade civil presentes ao I Congresso Nacional de Educação (I Coned), considerando o preceito constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado, conclamam a sociedade brasileira para a construção do Plano Nacional de Educação.

Após um ano e meio do governo neoliberal de FHC, a crise na Educação se aprofunda em todos os níveis. As sucessivas intervenções apresentadas têm se caracterizado pelo autoritarismo, pelo verticalismo e pela falta de interlocução com a sociedade em especial nos projetos de lei que ferem os direitos já consagrados na Constituição. Esta política de desobrigação do Estado para com a Educação pública, gratuita e de qualidade, cada vez mais vem excluindo crianças, jovens e adultos da escola, aprofundando as desigualdades sociais, deteriorando a qualidade da educação e submetendo o serviço público aos interesses do mercado.

As entidades organizadoras do I Coned e os governos comprometidos com a educação pública tomam para si a iniciativa de interferir nas políticas educacionais como a única forma de satisfazer as reais necessidades da maioria da população. Nesse sentido, o I Coned refletiu acerca da realidade educacional do país, resgatando o acúmulo histórico de resistência e proposições das diversas entidades da sociedade política e civil, visando à construção de um projeto político-pedagógico para a Educação Brasileira, pautado pela efetiva construção da cidadania, pela participação democrática e pela necessidade histórica da socialização do saber.

O Projeto de LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - do Senador Darcy Ribeiro ignora o Projeto aprovado na Câmara dos Deputados (PL 1258D - 88), construído com a participação efetiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que traz os subsídios fundamentais para a implementação das políticas educacionais necessárias à superação da crise atual.

O I Coned define e estabelece princípios e uma agenda para dar continuidade à elaboração do Plano Nacional da Educação. Esta tarefa deve envolver o conjunto da sociedade brasileira, que deverá estar atenta e mobilizada, visando a sua efetiva implementação na busca de novos horizontes de cidadania. Para isso, o I Coned apresenta as seguintes diretrizes:

- acesso e permanência à educação pública, gratuita e de qualidade para todos e em todos os níveis;
- universalização da Educação Básica (infantil, fundamental e média);
- garantia da escola corno espaço de produção de conhecimento,
- gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas;
- garantia da autonomia universitária;
- a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no ensino superior;
- exigência de que o Estado garanta os recursos suficientes para a Educação Pública de Qualidade em todos os níveis;
- regulamentação, normatização e fiscalização do setor privado de ensino como concessão do poder público;
- garantia de salários dignos aos profissionais de educação;
- valorização dos profissionais de educação em sua carreira e formação.

Pela rejeição:

- do Parecer 72/96 - "LDB Darcy Ribeiro"
- do PL 1603/96 - Ensino Técnico Profissional
- da PEC 370/96 - Autonomia Universitária
- da PEC 30/96 - desobriga a União com a Educação Básica
- do Processo de Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN
- do Sistema de Avaliação da Educação Básica

Repúdio à Lei de Avaliação das Instituições de Ensino Superior

depoimentos

"Esse movimento é de uma importância política e educacional muito grande. Em educação é importante sempre que se tenha um pensamento crítico. Isso significa que de maneira livre e democrática ideologicamente se possa refletir sobre a conjuntura e definir ações que possam evidentemente colocar a educação a serviço do povo brasileiro. Penso que um sonho de muitos anos foi o de congrassar num mesmo evento as entidades acadêmicas da área de educação e as sindicais. Há evidentemente ações diferenciadas, uma e outra, no cenário da sociedade, mas há pontos de convergência muito grandes que precisam e devem ser trabalhados visando o fortalecimento da educação com uma forte vincularão com as necessidades da maioria do povo brasileiro. É um momento fundamental em que se alcançará com êxito a perspectiva de uma análise crítica dos trabalhadores em educação, dos intelectuais, num momento em que em propostas do Banco Mundial e organismos internacionais há uma forte orientação privatista com relação à educação pública como responsabilidade fundamental do Estado."

Newton Lima Neto, ex-presidente da Andifes e Reitor da Ufscar

"Temos pela frente uma grande tarefa: garantir a unidade das entidades e sair daqui com um projeto alternativo. Pela primeira vez depois das CBEs, temos um encontro, o I Coned, onde poderemos fazer um levantamento das alternativas possíveis. A Fasubra pede licença para entrar e ficar".

Carlos Maldonado (Fasubra)

A Adufrj está adquirindo 4.200 exemplares da Proposta da Andes-SN para distribuir aos docentes da Ufrj, bibliotecas, colegiados dos diversos níveis, Sintufrj, DCE e Centros Acadêmicos.

Para a Andes-SN, a autonomia universitária é indissociável da democracia interna das Instituições de Ensino Superior.

Uma universidade independente

O Sindicato Nacional dos Docentes, Andes-SN, lançou durante o I Coned a sua proposta para a Universidade Brasileira. Uma publicação contendo as diretrizes do movimento docente, acumuladas ao longo de mais de dez anos de debates em torno das instituições públicas e privadas. Sobre autonomia e financiamento, as propostas são claras: verbas públicas para instituições públicas, prestação de contas à comunidade e transparência sobre alocação de recursos e gerenciamento interno. Confira.

A compreensão do setor das fede rais da Andes é de que o melhor instrumento de contraposição às propostas do MEC para a autonomia universitária é a Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, uma atualização do caderno 2, de 1986, que foi revisto e atualizado às novas demandas e realidades do sistema universitário e do próprio movimento.

Para a Andes, a autonomia universitária é indissociável da democracia interna das IES, constituindo um dos princípios para a implementação do Padrão Unitário de Qualidade para a Universidade Brasileira. O conceito de autonomia contido nas várias propostas do governo fundamenta-se na lógica de mercado, na qualidade e eficiência do sistema, na avaliação quantitativa enquanto condição para a concessão de Dotação Orçamentária Global ou Orçamento Global (com controle finalístico), reforçando a idéia de "Centros de Excelência" e do empresariamento do ensino público superior.

Financiamento

A agilização da implementação do projeto neoliberal pelos últimos governos se traduziu, no caso das Ifes, não apenas no drástico achatamento salarial - em dezembro de 1995, os salários representavam apenas 16,50% do que era recebido em abril de 87, quando se deu a isonomia entre as autarquias e fundações - como também na redução das verbas para Outros Custeios e Capital (OCC), que em 1973 correspondiam a 38,50% do total dos recursos orçamentários aprovados pelo Congresso Nacional, atingindo em 1995 o ínfimo percentual de 5%, provocando o mais alto nível de sucateamento e deterioração já registrado na história das universidades federais.

As ações do governo Fernando Henrique, têm-se constituído em investidas de resgate das propostas de governos anteriores, desde o projeto do Ministro Portela, que transformava as Ifes em entidades fundacionais (barrado pelo movimento docente) até o Projeto de Reconstrução Nacional, o PRN de Collor, que apresentava uma Nova Política para o Ensino Superior, passando pelo projeto do grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior (Geres, 1985).

Em 1992, no governo Collor, foi anunciado o "Modelo de Financiamento para as Ifes" que propunha que a distribuição de recursos se realizasse mediante a utilização de critérios e indicadores de desempenho e produtividade copiados dos esquemas de gestão desenvolvidos nas empresas privadas.

Qualquer semelhança não é mera coincidência. Fernando Henrique segue os mesmos passos liberais de seu antecessor e suas propostas têm levado as IES públicas a se lançarem no terreno movediço da concorrência de mercado e a buscar recursos na iniciativa privada. Os resultados desse processo, de acordo com a Andes, não revertem em beneficio às instituições. Ao contrário, encaminham no sentido de subordinarem as universidades à lógica das empresas privadas

Autonomia sem dinheiro não vale

A Andes considera ser um dever do poder público a sustentação financeira do conjunto das atividades desenvolvidas pelas universidades públicas. Isto implica o financiamento pleno das atividades de pesquisa, a partir da dotação orçamentária global. As linhas e projetos de pesquisa deverão ser elaborados, apreciados e aprovados por colegiados democraticamente constituídos. Para o Sindicato dos Docentes, somente assim as universidades poderão efetiva e autonomamente definir suas diretrizes e prioridades e, portanto, estabelecer suas linhas de pesquisa. Este pressuposto dá as instituições liberdade em relação a prioridades definidas externamente - por nichos de mercado ou por orientação de uma fundação A ou B, por exemplo.

Extensão

As atividades de extensão, seja através da prestação de serviços à comunidade, seja por outros mecanismos, devem, no entendimento do Sindicato, ser estruturadas enquanto instrumentos de formação acadêmica, de apoio às atividades de pesquisa e à comunidade. A extensão também não deve depender ou servir de captação de recursos para a complementação de verbas insuficientes na dotação orçamentária.

Transparência

Um componente importante desta Proposta Andes para a Universidade Brasileira, no que se refere a autonomia e financiamento, é o pressuposto da obrigatoriedade e da necessidade de prestação pública de contas à sociedade. A garantia da plena visibilidade das ações da administração pública, em qualquer esfera de governo ou de administração e, em especial, no que diz respeito à forma de utilização dos recursos financeiros públicos, é também um princípio defendido pelo Sindicato. Pela proposta, as universidades públicas devem apresentar, periodicamente, à comunidade, relatórios de avaliação de suas atividades e que deverão conter, especificamente e de forma visível, as fontes e a destinação dos recursos públicos utilizados.

A Adufrj espalhou pelos campi da Ufrj várias caixas para distribuição de seu jornal semanal.
Nelas você pode deixar suas cartas, críticas e sugestões.
Participe, expresse a sua opinião.
Ela será benvinda!

V Jornada de Psiquiatria no Ipub

O Instituto de Psiquiatria da Ufrj, Ipub, abriu na última quinta-feira, dia 8, a sua V Jornada de Psiquiatria, cujo tema trata da Infância e da Adolescência. Na ocasião, o juiz da 1ª Vara da Infância e Adolescência, Siro Darlan, proferiu uma palestra onde, entre tantas considerações, revelou que no Rio de Janeiro existem 4.800 crianças privadas de liberdade em cerca de 320 abrigos oficiais. Segundo Darlan, o estudo que vem sendo desenvolvido com estas crianças, que são filmadas ao darem entrada nos abrigos, já revelou que o principal motivo para a cisão nas famílias é, na grande maioria, a miséria, vindo em seguida a doença mental, as drogas e as agressões psicológicas e físicas. Ele enfatizou que a sua prioridade é a de prestigiar o retomo destas crianças ao lar e também, que está em curso um programa de adoção, sendo realizadas mais ou menos 60 delas por mês. E também cobrou a parceria de todo o campo social no trabalho com estas crianças segregadas, além de um maior investimento do campo acadêmico. Ao final da conferência, houve o lançamento do livro *Ética e Saúde Mental*, organizado por João Ferreira da Silva Filho e Ana Cristina Figueiredo.

Adufrj vai impetrar mandado de segurança contra o desconto dos inativos

A dificuldade para a assessoria jurídica da Adufrj entrar com o mandato de segurança contra a medida provisória que instituiu o desconto dos inativos para a Previdência era a de que, nesse caso, não cabe mandado contra *lei em tese*, ou seja, ele, o mandado, deve ser proposto contra um ato promovido por alguma autoridade. Em função disto é que se passou a orientação para aguardar o desconto, quando somente então o ato estaria caracterizado. Entretanto, a assessoria jurídica da Adufrj reviu esta posição e está avaliando a possibilidade de impetrar o mandado de segurança contra a autoridade que autoriza o desconto, o que deverá ocorrer nos próximos dias, independente de o desconto ser feito.

Happy Hour com o candidato Miro Teixeira

O Fórum de Ciência e Cultura deu início a uma série de debates com os candidatos a prefeitura do Rio de Janeiro. No último dia 8 um Happy Hour com o candidato da coligação Unidade Popular PDT, PC do B e PSB, Miro Teixeira, teve a presença de cerca de 150 pessoas que foram ouvir o candidato falar sobre seu projeto de campanha. Miro teceu comentários sobre o governo FHC e fez considerações a respeito de uma política de ciência e tecnologia, desfiou suas prioridades de governo e foi questionado sobre temas ligados à universidade. Quando indagado sobre as diferenças entre o Miro da campanha a governador de 1982 e o postulante de hoje, disse que não se considera mais um intransigente. "Se alguém diverge de mim, eu procuro ouvi-lo para saber o por quê. De repente, ele pode estar certo e eu não ". Infelizmente não será possível publicar a íntegra do debate, mas selecionamos algumas questões colocadas para o candidato pelos representantes das entidades da UFRJ. Registramos que as respostas também foram editadas, procurando manter o essencial de cada uma delas. ***Esta semana, na quinta, dia 15, a partir das 17:30 horas, quem vai estar no Foram é o candidato do PSTU, Cyro Garcia.***

Adufrj - José Miguei Bendrao

O governo federal tem apregoado que a prioridade é o ensino básico, e isso tem sido uma das justificativas para ceifar recursos para o ensino superior. Apresenta-se esta questão como uma dicotomia, quanto mais dinheiro se gasta no ensino superior, menos sobra para o ensino fundamental. À luz disso, qual a sua opinião sobre as propostas sobre autonomia e financiamento das universidades em andamento no Congresso Nacional?

A Saúde teve diversos tipos de encaminhamentos discutidos, até que chegou-se a uma conclusão: o Sistema Único de Saúde, o SUS. Porque não começarmos a pensar num sistema único de educação? Em termos de recursos, o quanto é desperdiçado nas linhas de transmissão? Isso está sendo administrado de que forma, por quem? Eu estou muito propenso a estimular a discussão da criação de algo para educação parecido com o SUS. Não para a autonomia, mas para a organização de recursos. Porque há recursos, em grandes quantidades. Acontece que o volume de dinheiro que é desperdiçado - e quase sempre para favorecer privilegiados ligados ao governo, que querem fornecer livros, equipa- mentos, tecnologia, sem uma discussão democrática - acaba tirando recursos, não só da universidade, como do ensino fundamental também. Vou te dar um exemplo: a questão do salário-educação. O que existe de fraude, o que se deixa de arrecadar com o salário-educação. Eu estou começando a me encantar com esta idéia, acho que nós resolveríamos o problema de recursos para a educação.

Sintufrj - diretor Fortunato Mauro

Sobre a questão da desregulamentação das relações de trabalho no serviço público, que está bem latente com esta onda neoliberal, como o candidato, uma vez prefeito, propõe esta discussão e qual a sua política de recursos humanos?

É uma questão bastante ampla. Tramita uma proposta de emenda à Constituição que deriva do desmembramento de urna original, que foi encaminhada pelo governo, e que realmente tenta agora - depois de ter sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (da Câmara Federal) - introduzir esta nova figura do ingresso para a prestação de serviço no setor público sem a qualidade de servidor público. Seria conduzir, rigorosamente e sem restrição, o serviço público para a terceirização, à exceção daquelas atividades consideradas típicas de Estado - como as Forças Armadas, a Receita Federal, a diplomacia, o parlamento. Eu não vejo risco na área federal. Eles estão com este projeto tramitando desde março do ano passado. Ele foi desmembrado, um agora está na Comissão Especial, e eles estão retardando e retardando a votação na Comissão Especial por que eles não têm garantia de que, entre as forças do próprio governo, eles consigam organizar a sua maioria.

DCE - representante Adolfo Wagner

Um dos aspectos da implementação das políticas neoliberais é a chamada diminuição do Estado, e o contraponto desta questão, aprofundado pelos movimentos sociais, é a democratização do Estado. Pergunto se existe esta discussão sobre a democratização do Estado no seu programa e quais seriam os instrumentos que propiciariam esta democratização.

Não existe propriamente uma questão neoliberal. Se você olha ali, dentro daquela prática, você vê os mesmos ingredientes de sempre, apenas com o rótulo diferente. A rigor, são pessoas que usaram a sua influência política, com o Estado pouco democratizado, para avançar nos recursos públicos, quer seja nas verbas de obras, de fornecimento de equipamentos, ou de outros serviços. Estas pessoas se tornaram muito ricas e poderosas, e isso, para elas, já é pequeno. Então, agora, elas querem, para elas, as empresas, pode ter certeza, é diante disso que você está. A rigor, o que você está vendo, é o financiamento, com o dinheiro público, para que grandes grupos econômicos se apropriem de um patrimônio que foi construído pelo Estado brasileiro.

No caso do município, como é que você democratiza mais estas relações? Óbvio que este orçamento popular, democrático - ou como prefere o PT, orçamento participativo - é um caminho fantástico. Primeiríssima coisa, essa criação dos conselhos nas secretarias no acompanhamento da execução orçamentária, por que uma coisa é a proposta orçamentária, num país em que o orçamento é autorizativo, e não impositivo - o governo é autorizado a realizar aquela despesa, e depois, ele realiza ou não. Então, o controle da execução orçamentária, este tem que ser aberto.

Todas as quintas, às 17h30, um candidato terá oportunidade de expor seu programa à comunidade. Os próximo serão Cyro Garcia (PSTU), Sérgio Arouca (PPS) e Ivan Pinheiro (PCB), nesta ordem.

Com o objetivo de colaborar com o esclarecimento sobre as candidaturas a prefeitura do Rio de janeiro, o jornal da Adufrj abrirá, a partir dessa edição, um espaço para que os candidatos possam falar diretamente à comunidade da UFRJ. A idéia é que esse espaço sirva também como divulgação para os debates que estão sendo realizados pelo Fórum de Ciência e Cultura, toda quinta-feira, mas, por razões operacionais, publicaremos, nesta edição, apenas o artigo do candidato Miro Teixeira - que já realizou seu debate, semana passada.

O RIO UNIDO CONTRA A DESTRUIÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO

Já se transformou em lugar comum exaltar o Rio de Janeiro como o primeiro pólo de produção científica e tecnológica de nosso país. Essa capacitação o coloca na singular posição da região mais densa de atividades acadêmicas, em especial de pesquisas científicas e tecnológicas. As virtudes dessa capacitação técnica instalada proliferam em discursos de governantes, ocupam seus espaços publicitários e enchem as publicações promocionais de seus governos. Muitos tiram partido dessa capacitação através de sua exaltação retórica para depois desassistí-la, e até sufocá-la, como é o caso dos Governos do PSDB- PFL, de FHC, de Marcello Alencar e de César Maia.

O discurso que adotam da competitividade, da modernidade e da qualidade contrasta com a destruição que fazem das principais vantagens comparativas do final desse milênio, o saber científico, a educação e a tecnologia.

Mas não há nada mais importante para a pesquisa que sua frutificação; que a utilização de seus resultados para o desenvolvimento econômico e social; que a materialização de seus benefícios, principalmente quando estes são para a sociedade que a mantém.

Por isso, tão importante quanto enaltecer a nossa capacitação científica e tecnológica, um governo municipal de uma cidade como o Rio de Janeiro deve estar comprometido com a sobrevivência dessa infraestrutura acadêmica, reagindo ao massacre que os Governos do PSDB-PFL vêm deliberadamente impondo às instituições públicas e em particular às universidades. Para isso, o Prefeito deve ser um aliado na defesa desse patrimônio, exercendo sua força política para reivindicar todas as verbas que os governos federal e estadual negam às instituições de ensino e pesquisa aqui instaladas.

E também com o apoio a estudos e pesquisas universitários sobre temas e problemas do Rio de Janeiro - para suporte técnico às políticas públicas, para acompanhá-los ou corrigi-las. O que se quer são técnicas avançadas que previnam e/ou controlem doenças, preservem o meio ambiente, melhorem o sistema de transporte, evitem ou controlem acidentes, impeçam os deslizamentos de encostas e que ajudem a qualificação do ensino básico. Investirei na contratação de projetos com as universidades. Um dos programas que pretendo implantar é o de Bolsas de Iniciação Técnica ofertadas a estudantes de graduação orientados por docentes qualificados, para participar da implementação das políticas públicas, contribuindo para a sua formação profissional e para a comunidade. O sistema universitário aqui instalado, com apoio de meu governo, se integrará definitivamente à solução dos problemas sociais e econômicos do Rio de Janeiro. Dessa forma, será capaz de liderar o grito contra o desemprego, a miséria, a destruição do Estado Brasileiro e o atraso que impedem o desenvolvimento social do País.

Miro Teixeira - Candidato da Unidade Popular - PDT, PC do B e PSB

Programe-se

II Encontro de Ensino de Engenharia, da Escola de Engenharia da Ufrj.

O evento acontece nos dias 9 e 10 de setembro, na Escola de Engenharia e os **trabalhos podem ser entregues até o dia 16 de agosto** no Bloco C, sala 203, do Centro de Tecnologia.
Os trabalhos serão avaliados por uma Comissão Acadêmica formada por docentes da Escola.
Conferências:
- O desenvolvimento da linguagem do instrumento matemático
Sueli Costa (professora do Instituto de Matemática, Estatística e Computação da Unicamp)
- Ensino de Cálculo na Uenf
Adilson Gonçalvez
- Reforma do Cálculo
Emanoel Lemos (professor da Ufpe)
Painéis
- Ensino de Matemática
coordenação: Astréia Barreto e Sérgio Sphaier
duas mesas
- a Reforma da Matemática na Engenharia
coordenação: Astréia Barreto
- Ensino de Física
coordenação: Jorge Luiz do Nascimento
"A proposta do Instituto de Física da Ufrj"
debatedor: Bernard Marechal (IF/Ufrj)
- Ensino de Computação
coordenação: Antônio Cláudio Gomez de Souza
Mesas
- Formação Prática no Ensino de Engenharia
coordenação: Fernando Amorim
- Laboratório no Ensino de Engenharia
debatedores: professores da UFF, Cefet e Ufrj
. Mecânica, Naval e Civil
coordenação: Átila Freire, Cristina Haegeli e Paulo de Tarso T. Esperança
. Elétrica e Eletrônica
coordenação: Jorge Luiz do Nascimento
- Ciência, Tecnologia e Sociedade
coordenação: Osvaldo Pereira Filho e Sidney Lianza
duas mesas
- Meios em Educação
coordenação: Cristina Naegeli e Maria Helena Silveira
- "Do segundo grau para a universidade"
coordenação: Jorge Luiz do Nascimento
debatedores: Emanuel Pinho (Instituto de Química da Ufrj), Maria Cândida (professora do Instituto de Matemática da Ufrj) e outros convidados.
Cursos: Dias 11, 12 e 13 de setembro
Local: Hotel Le Canton (Vargem Grande)
Visam estimular o aperfeiçoamento dos professores de engenharia em matérias de caráter pedagógico, filosófico e metodológico que normalmente não fizeram parte da formação básica. Esta proposta pretende oferecer instrumentos para o aprimoramento de sua prática pedagógica, mas sempre partindo da valorização da experiência de cada um.
Questões de metodologia de ensino, pesquisa e extensão
Michel Thiollent, professor do Programa de Engenharia de Produção da Ufrj
com 3 sessões de 2 horas
Meios em educação
Maria Helena Silveira, professora da Faculdade de Letras da Ufrj
com 3 sessões de 2 horas
Questões de avaliação
Teresa Pena Firme, professora da Faculdade de Educação da Ufrj
Evolução do conceito de inércia
Carlos Ziller, pesquisador do Museu de Astronomia da Ufrj
Sujeito e Tecnologia - Questões humanas
Sérgio Brasil, professor do Instituto de Psicologia da Ufrj
Oficina em Informática na Educação
"A sabedoria docente na construção do software educacional"
Míriam Struchiner, professora Adjunta do Nutes/Ufrj
1 sessão de 3 horas-manhã
Apresentação Interativa com debate
Debate
"Alternativa frente à crise do capitalismo e seus impactos no campo educacional"
Gaudêncio Frigotto, professor de Educação da UFF
sexta-feira (13/09), de 9h às 12h

Curso de Iniciação à Virologia para Alunos do 2º Grau

Departamento de Virologia - Instituto de Microbiologia Prof. Paulo Góes da Ufrj
Dirigido a alunos da 3ª série do 2º grau. De 19 de agosto a 4 de setembro, de 13h ás 17h. Número de vagas: 50
As inscrições são gratuitas e vão até o dia 16 de agosto, na Secretaria do Departamento de Virologia (IMPPG - Ufrj).
É necessária a comprovação de estar cursando a 3ª série do 2º grau. Maiores informações no departamento de Virologia ou pelo tel.: 260-9311

Worskshop - Reestruturação Produtiva, Globalização e Trabalho no Brasil: O Desafio Sombrio da Virada do Milênio

Quais as perspectivas, as conseqüências e que implicações essas transformações têm para o trabalho, para os empresários e para os trabalhadores brasileiros? Essas questões serão debatidas **nesta quarta-feira, dia 15 de agosto, no auditório da Coppe/Ufrj, no Centro de Tecnologia, bloco G - sala 122.**
Programação: 9h – Abertura: Prof. Luís Pinquelli - diretor da Coppe/Ufrj, Prof. Roberto Bartholo Jr. - coordenador do PEP, Prof. Francisco Duarte - chefe da Área Epgp e Prof. Miguel de Simoni - coordenador do evento
9h15 às 12h30 - Apresentação de Trabalhos: "Desafios do Fim do Milênio"; "Participação e envolvimento dos trabalhadores: Um desafio à modernidade brasileira: Prof. Luís Antônio Cardoso – DEI/EE; "A flexibilização do trabalho e do emprego": Prof. Marcelo G. Figueiredo – TEP/EE ; "Terceirização e o setor de serviços no Brasil" : Prof. José Orlando Gomes – DEI/PUC-RJ; "O
novo modelo produtivo e a questão da pequena e micro-empresa no Brasil": Profª. Alzira Ramalho P. de Assumpção - IItc/UFF; "A questão ética da modernidade/modernização": Prof. Bernardo Melgaço da Silva - doutorando da Coppe/Ufrj e outros.

Programe-se

Encontro pela Unidade dos Educadores

De 3 a 08 de fevereiro de 97, Cuba sediará o Encontro pela Unidade dos Educadores. Este Congresso deve caracterizar- se pelo seu alto nível científico-pedagógico, expor resultados de trabalhos nas áreas pedagógicas, psico-pedagógicas e sociológicas, além de divulgar conhecimentos de práticas inovadoras, criativas e experiências avançadas de especialistas da educação, tanto de Cuba como de toda a América Latina, Caribe e Espanha. O programa científico se desenvolverá em comissões de trabalho que discutirão temas pedagógicos. Paralelamente, serão proferidas conferências com personalidades da cultura e da ciência, mesas redondas, visitas a centros educacionais e cursos, durante e posteriormente ao congresso.

Principais Comissões:

- Ciências pedagógicas
- Desenvolvimento da inteligência e a criatividade
- Sociedade, família e escola
- Marti e a educação
- Educação laboral e formação técnico-profissional
- Psicologia Pedagógica
- Formação inicial e permanente do pessoal docente
- Ensino das ciências sociais
- Ensino das ciências exatas e naturais
- Ensino das línguas e artes
- Educação pré-escolar
- Educação primária
- Educação básica, média e superior
- Educação de adultos
- Educação especial
- Pedagogia da Educação Superior
- Direção, Organização e Supervisão Escolar
- Tecnologia Educativa
- Educação Física e Desportos

Os resumos deverão ser apresentados datilografados e no máximo com 100 palavras, onde deverá constar: Título escrito completamente com letra maiúscula; nome completo dos autores; centro de procedência e país; Proponente do trabalho e seu endereço; cargo ou trabalho que realiza cada autor; descrição dos aspectos mais relevantes (expressando o essencial do conteúdo, deve constar relação com o título, importância do trabalho, se responde a experiência profissional, investigação ou possíveis respostas a problemas educacionais concretos). **Os trabalhos serão aceitos até 30 de outubro.** Maiores informações: Compax (Rio de Janeiro)Tel.: (021) 533- 0775 Fax.: 533-1420

Paradigmas da Atenção Psicossocial
I Congresso de Saúde Mental do Estado do RJ

De 20 a 23 de novembro de 1996 na Ufrj - Campus da Praia Vermelha

Destinado a profissionais e estudantes das diversas disciplinas do campo da saúde mental, pesquisadores e usuários de serviços, todos os interessados em debater os Paradigmas da Atenção Psicossocial.

Organização:
Instituto Franco Basaglia
Promoção:
Instituto Franco Sasaglia
Instituto Phillipe Pinel
Instituto de Psiquiatria da Ufrj
Apoio:
Faperj
Conselho Regional de Psicologia – 05
Colônia Juliano Moreira
Escola Politécnica de Saúde/Fiocruz
Setor de Extensão da Escola de Comunicação da Ufrj.
Conferência de Abertura;
Paradigmas da Atenção Psicossocial,
com Jurandir Freire Costa
Painéis:
- Impasses e Desafios da Reforma Psiquiátrica,
com Domingos Sávio Alves, Benedetto Saraceno e David Capistrano
- Clínica Ampliada e Subjetividade Contemporânea,
com Benilton Bezerra e Luiz Fernando Duarte
- O Sujeito Fora-de-Si,
com Célio Garcia e Joel Birman
Convidados:
Eduardo Vasconcelos, Graça Fernandes, Herbert de Souza, Jairo Goldberg, Jane Russo, João Ferreira, Marta Zappa, Paulo Amarante, Paulo Pavão, Pedro Gabriei Delgado, Ricardo Peret
Eventos Associados:
- Reunião das Associações de Usuários de Serviços em Saúde Mental do RJ
- Oficina Sul-Americana da Associação Mundial de Reabilitação Psicossocial (WAPR)
- Seminário dos Programas Municipais de Saúde Mental do Estado do RJ
Entrega de trabalhos científicos até o dia 20 de setembro, na Secretaria do Congresso:
Avenida Venceslau Brás, 65 – 3º andar
Botafogo - Cep.: 22290-140 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 542-3049, ramal 2109 Fax: (021) 275-5694

Encontro de Educação Básica e Profissional

Diante dos constantes desafios que as mudanças no mundo do trabalho vêm impondo ao movimento sindical, a CUT, o Dieese e a Força Sindical estão propondo aos empresários e ao governo um amplo debate sobre a formação profissional do trabalhador brasileiro. É o Encontro de Educação Básica e Profissional, a ser realizado entre os dias 19 e 21 de agosto próximo, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro - Avenida Rio Branco, 124, 22º andar, Centro. *As relações entre educação básica e educação profissional, o arranjo Institucional e formas de gestão de financiamento da educação profissional, e a educação profissional como objeto de negociação e de contrafação,* uma boa oportunidade para divulgar as experiências sindicais qualificadas. Mais informações, pelos telefones (021) 220-9503 e 220-5234

FUJB lança um projeto de contribuição dos egressos da universidade para os estudantes da graduação.

Programa de bolsas

UFRJ não encontra solução definitiva para bolsas de auxílio, ensino, pesquisa e extensão

A solução para a falta de recursos para financiamento das mais de 5.000 bolsas estudantis da universidade não parece estar muito perto. Até agora, só há promessas, em sua maioria, muito vagas. O Ceg e o Cepeg estão formando uma comissão mista que irá formular e apresentar até o fim do mês de agosto um novo projeto para o Programa de Bolsas da UFRJ, que segundo a reitoria terá sua ênfase na avaliação e servirá para garantir recursos para o segundo semestre e para o ano que vem. Estamos na metade do mês de agosto e os colegiados ainda não definiram os nomes dos conselheiros que formarão a Comissão. A falta de dinheiro para as bolsas poderá inviabilizar diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão a partir de setembro, quando a reitoria espera pagar os meses atrasados, mas não garante a continuidade dos auxílios, estágios, monitorias e outros programas. Para a professora de biologia e representante no Ceg, Magda Padilha, o programa de bolsas da UFRJ não pode acabar: "O programa atende mais de 5.000 alunos por ano, sendo copiado por várias universidades."

Solução paliativa

A FUJB, na tentativa de amenizar a falta de verbas para as bolsas de graduação, apresentou ao Ceg o projeto Certificado 2000. A idéia é "sensibilizar" a sociedade civil para os problemas da universidade e fazer com que os egressos da universidade, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, contribuam mês a mês com "qualquer valor" para a criação de um fundo que segundo o projeto "permitirá a manutenção do programa de bolsas da SR-1".

O próprio superintendente de graduação, professor Medronho, considera o projeto uma solução paliativa para o problema. "A universidade pública tem que ser financiada, ao menos no seu básico, pelo Estado. Por outro lado, não devemos esperar que o Estado que tem outras obrigações sociais, entre as quais eu não incluo salvar bancos falidos, arque com todos os projetos da instituição. Não digo com isto que o governo deve se desobrigar de financiar a universidade, ao contrário, tem também que financiar a ciência básica, por exemplo, pois é através dela que damos o salto para o desenvolvimento tecnológico. O programa de bolsas da FUJB é uma tentativa de acharmos uma solução paliativa para o problema das bolsas estudantis, que complementam a formação dos alunos", desabafa.

Debate sobre as Caixas de Saúde

Em 1967, as verbas para a saúde pública representavam 30% dos recursos da Previdência, enquanto hoje, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho recebe apenas R$ 2,4 por cada consulta realizada, e mais de 35 milhões de brasileiros não têm a menor condição de entrar para o sistema privado de saúde. Foi o que disse o coordenador de Saúde do Sintufrj, Alberto José de Araújo, na abertura do debate sobre as caixas de assistência organizado pelo Sintufrj no auditório do Roxinho, no último dia 9. Para esclarecer a comunidade sobre as caixas de saúde e, em especial, sobre a Caurj - Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro, falaram também Eduardo Diniz, um dos responsáveis pela implantação da Casu, a Caixa Assistencial Universitária da Ufmg, Maria Jazette, gerente da FioPrev/Fiocruz, a Caixa Assistencial da Fundação Osvaldo Cruz, Armando Arrais, diretor superintendente da Caurj e o professor Gianni Temponi, do Conselho Diretor da Caurj, que terminou sua explanação afirmando que agora, com a Caurj, os servidores da Ufrj inscritos na Caurj têm direito a tratamento preferencial nos hospitais universitários.

Andes-SN protocola pedido de audiência com Paulo Renato

A Andes-SN protocolou no dia 8 de agosto passado, no gabinete do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, pedido de resposta à Pauta de Reivindicação da Andes-SN e de audiência para discutir a abertura de negociação em torno das questões que nela constam.

ACERTOS

A professora Raquel Goulart Barreto é **diretora adjunta** da Faculdade de Educação da UFRJ.

j.o.r.n.a.l
AD UFRJ

27 DE AGOSTO A
2 DE SETEMBRO/96

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ANDES SINDICATO NACIONAL

A Adufrj está enviando esta semana, para todos os docentes da UFRJ, um exemplar da Proposta da Andes-SN para Universidade Brasileira, com os princípios do movimento docente para a educação brasileira e a universidade pública.
No momento em que o governo federal, através do MEC, apresenta seu ante-projeto de Lei sobre Autonomia Universitária, esta publicação torna-se leitura obrigatória.

Leia editorial – página 2

Autonomia do MEC deixa particulares de fora

O MEC quer ver alterado o artigo 207 da Constituição Federal - que define o princípio da autonomia das universidades - ainda este mês no Congresso Nacional, para que seu projeto de autonomia seja aprovado até o final do ano. Como forma de evitar o forte *lobby* que as particulares exercem no Congresso, o que arrastaria por tempo indeterminado a tramitação, o MEC simplesmente excluiu do texto as instituições privadas.

Estas informações foram passadas na reunião do setor da Federais da Andes- SN que aconteceu neste final de semana, em Brasília. Na ocasião, foram relatados o encontro da Andifes com o MEC, quando o PL da Autonomia foi apresentado oficialmente aos reitores e o encontro da Andes-SN com a Andifes e a Fasubra.

Outro assunto tratado pelos docentes do setor das Federais foi o desconto dos inativos pela Previdência, instituída pela Medida Provisória 1415/96. Duas associações de docentes - a Apufpr e a Adufg - ganharam na justiça. A AD do Paraná entrou com mandado de segurança e o desconto nem chegou a ser feito. Em Goiás, a Adufg entrou com uma ação ordinária e o desconto, que já havia sido efetuado, será ressarcido ainda este mês, em folha suplementar. Outras ADs estão encaminhando ações contra o desconto.

notícias jurídico

Aposentados

A Adufrj está entrando esta semana com um mandado de segurança preventivo contra o desconto dos aposentados para a previdência. Não serão necessárias autorizações individuais dos docentes para a abertura da ação.

FGTS

O Juiz José Eduardo Santos Neves, do Tribunal Regional Federal (2ª instância) de São Paulo, deu sentença favorável à correção dos saldos das contas do FGTS em janeiro de 1989 (42,72% - plano Verão) e em abril de 1990 (44,80% - Plano Collor), em ação movida pelo Ministério Público Federal. A ação já havia sido ganha em 1ª instância. A decisão vale para todo o Estado de São Paulo e o MP entrou com recurso para que ele tenha validade em todo o país.

No Rio de Janeiro, ação semelhante ainda aguarda julgamento na 1ª instância.

A Adufrj espalhou pelos campi da UFRJ várias caixas para distribuição de seu jornal semanal.
Nelas, você pode deixar suas cartas, críticas e sugestões. Participe, expresse a sua opinião.

editorial
Adufrj

Autonomia?

Recentemente, o governo federal tornou pública sua proposta para a autonomia das universidades federais, na forma de um ante-projeto de lei associado a alterações na Constituição Federal, especialmente no seu Art. 207. Esta proposta inclui-se coerentemente num conjunto de medidas já apresentadas pelo governo, denominadas genericamente de reforma "administrativa" ou "do Estado". Esta reforma, em linhas gerais, consiste no esvaziamento do papel assistencial e no fortalecimento do papel repressivo do Estado, com base na ideologia liberal do mercado como regulador da atividade social, da desregulamentação de tudo que não sirva à defesa da propriedade.

A "autonomia" defendida pelo governo significa, entre outras coisas, o fim da estabilidade para os servidores (docentes, técnicos e administrativos), da carreira e da isonomia, a atribuição ao MEC do poder de determinar, como bem lhe aprouver, a parcela do orçamento global para as universidades que caberá a cada universidade e a cada hospital universitário, a desobrigação da União com a manutenção dos inativos e pensionistas etc.

O que se pode esperar de ganho para a universidade com tal projeto? Melhoria da qualidade e aumento da produtividade, é o que prometem seus defensores. Quanto a isso, o que o ante-projeto de lei estabelece são coisas como limites mínimos a serem atingidos ao longo do tempo das quantidades de docentes mestres e doutores, em tempo integral etc., mas sem dar nenhuma pista de como esses objetivos podem ser alcançados. Para o governo, "autonomia" significa "virem-se".

Não há dúvida de que as universidades públicas, assim como outros serviços públicos, estão longe de atender as enormes carências sociais do nosso país, e precisam mesmo de reformas. Mas o que precisa ser mudado é o que o governo está propondo? A saída para a crise do Estado é o seu desmantelamento? Quais são, afinal, as origens dessa crise? Não será algo simplório, medíocre mesmo, pelo menos no nosso meio acadêmico, tão cioso do rigor conceitual, atribuí-la ao "excesso de regulamentação", à "inoperância do Estado", ao "corporativismo do funcionalismo" e aos "entraves burocráticos"?

Não faltam propostas consistentes para a melhoria do ensino público. A recente realização do I Congresso Nacional de Educação (Coned) foi uma manifestação do potencial progressista de que dispomos, com milhares de participantes. Falta, sim, divulgar e debater mais as propostas surgidas. O bloqueio exercido pelos grandes meios de comunicação é um enorme obstáculo. O Coned foi por eles noticiado como "um encontro das oposições aos projetos de reforma do governo".

Durante este I Coned, foi lançada a ***Proposta da Andes/****SN para a Universidade Brasileira, a edição atualizada do* Cadernos Andes no 2, *publicado originalmente em julho de 1986. A proposta aborda as questões de autonomia, qualidade, financiamento, carreira, avaliação etc., sob o ponto de vista do movimento docente, radicalmente diferente da visão que o atual governo propõe.*

A Adufrj está enviando, juntamente com este número do **Jornal da Adufrj,** um exemplar da **Proposta** para cada docente da Ufrj, como uma forma de ajudar a conscientizar a comunidade para o debate sobre os rumos da universidade pública. O que está em jogo é a sua sobrevivência.

Não se omita.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** - ELIZABETH BALDO CORREA

O projeto pretende um investimento em infra-estrutura na cidade do Rio e no Fundão calculado, por baixo, em R$ 5 bilhões.

UFRJ recebe recursos para "obras olímpicas"

A partir de setembro do ano que vem, conforme a decisão dos 116 integrantes do Comitê Olímpico Internacional, a Ilha do Fundão pode passar por profundas transformações. Se a cidade do Rio de Janeiro for a escolhida para sediar as Olimpíadas do ano 2004, o campus será o coração dos jogos. Onde serão realizadas as principais competições, ficarão concentrados a maioria das delegações de atletas, técnicos, juizes e pessoal de apoio e circulação, nos dias de maior atração, cerca de 200 mil pessoas.

No dossiê entregue ao COI mês passado pelo Comitê Rio 2004 - uma associação entre a prefeitura do Rio, o governo do Estado, a Federação das Indústrias e a Associação Comercial do Rio de Janeiro - estão listadas uma série de compromissos com relação a transportes, segurança, acomodações, entre outros, para a realização dos jogos, que inclusive foram endossados pela presidência da República.

Estas obrigações pressupõem um investimento em infra-estrutura na cidade do Rio e no Fundão calculado, por baixo, em R$ 5 bilhões, o que geraria uma movimentação indireta de cerca de R$ 40 bilhões no Estado, de acordo com o responsável por operacionalizar o projeto na UFRJ e assessor de planejamento da SR5, Sérgio Aníbal.

No programa entregue em julho ao COI, e que foi apresentado há menos de cinco meses ao Consuni - estão previstos para o Fundão um estádio olímpico, um estádio de *softbol*, um centro aquático, um centro de hóquei, um palácio olímpico, um estádio de beisebol e um centro de treinamento. Todos a serem construídos.

Para que os astros do espetáculo e os demais participantes permaneçam próximos aos locais de competição também lá estarão a vila olímpica, o alojamento dos juizes, um centro de rádio e televisão, um centro para a imprensa escrita e a sede do comitê olímpico, além da modernização do Hospital, que será transformado em hospital olímpico.

Mas não será preciso esperar o ano que vem para sentir as modificações iniciais. Nada como uma prioridade governamental: em duas semanas aparece o dinheiro e as obras começam.

Na última quinta-feira passada, dia 22, assessores do Ministério Extraordinário de Esportes estiveram inspecionando a cidade universitária, iniciando a preparação para a primeira visita oficial do COI ao Rio, que acontece em novembro, o que já significam R$ 3 milhões em recursos para as primeiras obras no campus. O ministro da Educação, Paulo Renato, prometeu liberar mais R$ 1 milhão e a prefeitura do município vai entrar com os serviços da Comlurb e de secretarias municipais para que o Fundão passe por uma remodelagem e o Rio de Janeiro chegue a abril de 97 como uma das quatro cidades finalistas - de 11 candidatas a capital dos jogos olímpicos do ano 2004.

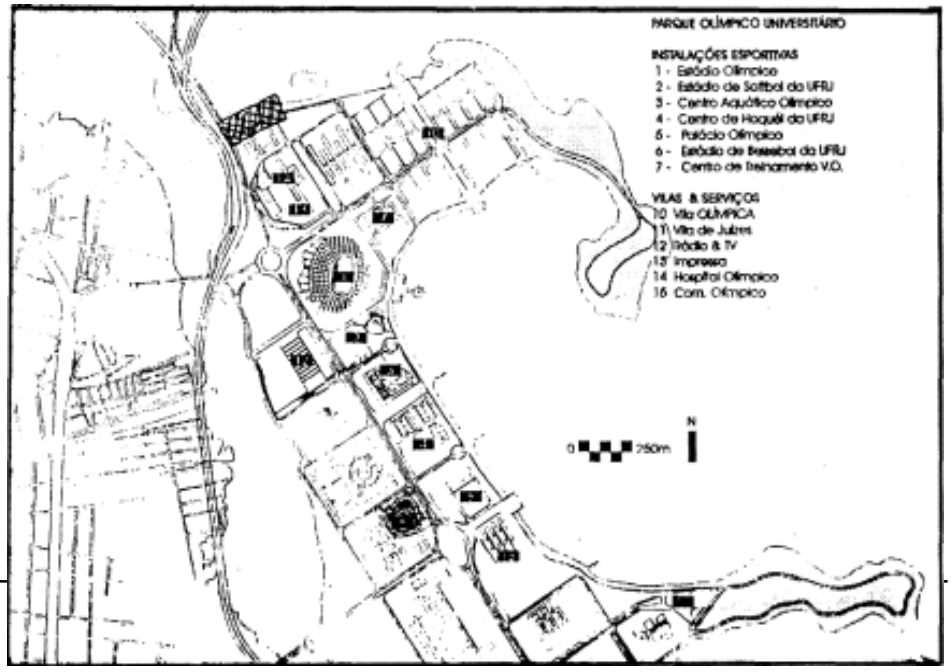
De acordo com o cronograma, alguém que viaje antes do próximo dia primeiro e volte somente em novembro vai encontrar a cidade universitária com pistas de asfalto novo, sinalização viária, paradas de ônibus e o meio-fio recuperados, não verá entulhos nem lixo vegetal, poderá apreciar a limpeza da orla e ainda admirar a ilha reflorestada. Talvez até já possa ver as fachadas dos prédios e o HU em melhores condições.

A candidatura do Rio foi idéia da equipe de consultores espanhóis que prestava assessoria ao planejamento estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Na época, tiveram acesso ao plano diretor da UFRJ que estava sendo traçado pela reitoria e acabou servindo de suporte para a localização dos jogos olímpicos no Fundão. Este mesmo grupo espanhol fez o planejamento das Olimpíadas de Barcelona, em 1992.

O coordenador-geral do Projeto Rio 2004, Luiz Martins Melo, que também é professor da Faculdade de Economia da UFRJ, acredita que a escolha do Fundão para a realização das Olimpíadas no Rio servirá para um redirecionamento da infra-estrutura do Rio. "A excelente localização do Fundão faz com que você consiga reequilibrar o zoneamento urbano da cidade, agora executando obras nas áreas mais carentes da cidade".

Até o momento, as únicas obras anunciadas para as áreas carentes pelo presidente do Comitê Rio 2004, Ronaldo Cezar Coelho, são um parque na favela da Maré, outro no início da Dutra e a pintura, em cores vivas, das favelas do Rio.

Esboço do projeto do Parque Olímpico no Fundão



Arouca e Cyro Garcia no Fórum

Sérgio Arouca do PPS foi o convidado da última quinta-feira do happy hour que o Fórum de Ciência e Cultura está promovendo com todos os candidatos à prefeitura do Rio. Ex-presidente da Fiocruz, ele falou sobre educação, saúde e universidade e também reclamou da legislação eleitoral "excludente ". Arouca vê o neoliberalismo chegando ao Brasil "sem fôlego", se disse um reformista e também acredita que o Brasil melhorou, embora ache que "pouco, diante do que ainda pode melhorar".

CE - Adolfo Vagner
Enquanto o neoliberalismo se apresenta com o discurso da desregulamentação, da flexibilização e da desestatização, com as reformas de estado e as privatizações, levando à idéia do chamado Estado mínimo, e os movimentos sociais, o movimento estudantil de uma forma particular, traz a discussão da democratização do Estado. De que maneira a sua candidatura pensa este processo de transformação de Estado e como seria aqui no Rio de Janeiro?

Quando lançamos a candidatura do Roberto Freire à presidência, em 1990, naquele momento nós tínhamos em relação ao estado brasileiro um diagnóstico de que ele era um estado privatizado. Acho que foi a primeira vez que a gente, num debate nacional, colocou a idéia de que o estado deixou de ser público porque não cumpria as funções públicas - como a questão da saúde, da educação, da reforma agrária, da cidadania. Mas ele era sempre um braço auxiliar de todos os setores econômicos. Aí sim ele entrava pesado na acumulação de capital, para instalação de setores industriais, subsidiando-os.

E nós propúnhamos como política para isso o que nós chamávamos de reforma democrática do estado brasileiro. Não se tratava de discutir nem o Estado mínimo nem a estatização. As soluções para as questões nacionais não passam pela estatização. Passam sim, cada vez mais, pelo fortalecimento da cidadania, para que ao invés do Estado estar controlando a cidadania, você ter uma cidadania e uma sociedade civil suficientemente forte e organizada para penetrar e controlar o Estado. Compondo simultaneamente uma democracia representativa, na linha das eleições, e uma democracia direta, a partir de formas de organização da sociedade civil que conseguisse instrumentos de fiscalização e controle.

E não é corporativismo nenhum dizer inclusive que a área do estado que mais avançou neste projeto de reforma democrática é a saúde, de longe. O que nós defendemos é uma reforma democrática do Estado que possa aperfeiçoar os mecanismos de representação direta com mecanismos de uma democracia representativa.

Adufrj - Roberto Houaiss
O governo tem jogado sobre os recursos destinados ao ensino superior a responsabilidade pelas mazelas do ensino básico. E se utilizando deste discurso para tirar o financiamento da universidade pública e limitar sua autonomia. Como o ensino básico está ligado diretamente ao município, gostaria que o candidato se colocasse sobre esta situação.

Qual o problema que a universidade vai ter que resolver: entre ser autônoma e ser dependente? Ter autonomia para valer, não é só para eleger seus dirigentes, é para ter um plano de carreira próprio, isto significa acabar com o regime jurídico único - por que a UFRJ tem que ter um plano de carreira igual ao da Fundação Osvaldo Cruz, igual a da Universidade Federal da Bahia, se pode estar vivendo circunstâncias completamente distintas? E se não tiver plano de carreira próprio, não tem autonomia. Não pode ficar ligada ao Siafe, por que se for cumprir as mesmas regras da administração direta, não tem autonomia. Se ficar achando que vai depender de recursos permanentes, não vai ter autonomia.

Então, eu sinceramente acho que o desafio da autonomia para as universidades, é um desafio para ninguém botar defeito. Ele vai ter que ter autonomia didática, estabelecer cursos que provavelmente não estarão regulamentados pelo MEC, por que que ela vai depender do MEC para regulamentar um curso? Tem autonomia ou não tem autonomia?

Eu sinceramente, neste campo, assumiria a radicalidade democrática. Se a Constituição garante autonomia, se eu fosse reitor eu rompia com o RJU, rompia com o Siafe pedia meu orçamento e começava a ter uma vida própria, independente.

Em relação ao ensino básico e à universidade, eu não tenho dúvidas de que nós temos um desafio, que é o ensino básico fundamental. Esse desafio, pela Constituição, está colocado muito mais como uma responsabilidade do município do que da União. Mas nesse momento, que é de transição, a União tem que entrar de ponta à cabeça para que a gente possa fazer a decolagem.

Sintufrj - Luiz Antônio
Eu vou colocar a posição do Sintufrj. Nós queremos autonomia para as universidades, não uma autonomia para a UFRJ e uma outra para a Universidade do Acre, como não queremos autonomia para a Coppe e uma outra diferente para o hospital-escola São Francisco de Assis. Nós ainda não chegamos a um patamar de administração do ensino público no país, e de distribuição de verbas, que nos permita termos esta autonomia que o senhor coloca. A utopia do socialismo morreu?

Eu parto da idéia de que nós tínhamos que chegar a alguma coisa como hoje têm as universidades do estado de São Paulo, onde existe uma determinação orçamentária estabelecida na própria Constituição do Estado, e chegando também a algumas coisas parecidas, como a Fapesp, para não acontecer como na Faperj, que não repassa e quando chega ao final do ano, tem que fazer alguma forma de acerto contábil.

Eu acho que a universidade tem que seguir a sua natureza, cada qual deve estar adaptada às exigências do local em que está inserida, tem que ter uma flexibilidade para poder se transformar de acordo com os assuntos que estão no mundo.

Sérgio Arouca, Roberto Houaiss e Adolfo

O próximo candidato a debater suas propostas com a comunidade da UFRJ é Ivan Pinheiro, do PCB. O evento acontece nesta quinta-feira, a partir das 17:30 horas, no Campus da Praia Vermelha.

No dia 15 foi a vez de Cyro Garcia do PSTU expor suas proposta para a gestão do município no Fórum de Ciência e Cultura. Formado em direito na década de 70 pela UFRJ falou da relação entre a sociedade e a universidade, protestou contra as eleições - "Como todo mundo sabe, essas eleições não têm nada de democráticas " -, disse que o desenvolvimento tecnológico tem que estar a serviço da população e defendeu a manutenção das universidades públicas com verbas públicas.
Lembramos que por falta de espaço, selecionamos as questões colocadas pelos representantes das entidades da UFRJ - o Sintufrj não pode comparecer neste dia por estar envolvido com um congresso interno - e que as respostas dos dois debates foram editadas, procurando manter o essencial de cada uma delas.

Adufrj - Roberto Houaiss
O argumento do governo federal para cortar recursos das universidades públicas é a tão propalada prioridade ao ensino básico. Como você vê esta questão?

Esta é mais uma falácia do governo. Por mais que este discurso seja até simpático, é um peixe para ser vendido à população, uma baleia. É como a campanha que foi feita para vender a idéia das privatizações, quando disseram que os recursos seriam destinados à saúde e educação. Até agora, quantos centavos vindos das privatizações foram destinados à saúde e à educação? Isto é uma demagogia que nós temos que combater. Se por um lado é verdade que o governo tem que garantir com verbas satisfatórias o ensino básico, tem também que garantir o ensino superior. O problema é uma questão de discussão orçamentária. A verba para a educação, quer seja para o ensino básico, para o 2º grau ou para o ensino superior, ela é insuficiente em todos os níveis, em detrimento de coisas que não são prioritárias para a maioria da população trabalhadora, mas são prioridade para os banqueiros, para os empreiteiros, os usineiros e assim por diante,

Eu acho que só com os trabalhadores governando esta cidade e este país, o que só vai ser conquistado com luta, com muita luta, os recursos necessários seriam direcionados, tanto para o ensino básico quanto para o ensino superior, no sentido de colocar a educação democrática, não elitista, de maneira a não atender apenas a uma determinada parcela da população.

É preciso democratizar o ensino de maneira tal que a maioria da população tenha acesso ao conhecimento para poder transformar este país. Eu acho um absurdo essa falta de verbas para pesquisa ao mesmo tempo que vemos importações de propostas que nada tem a ver com a realidade nacional, a custos altíssimos, para atender determinados interesses, de coisas que poderiam estar sendo solucionadas aqui mesmos.

DCE - Adolfo Vagner
Quanto se chegar a gestão do estado pelos trabalhares, um dos instrumentos seriam os conselhos populares. Com você chegando à prefeitura, ou integrando uma frente de esquerda, de que forma isso seria implementado e quais seriam os outros instrumentos para a democratização do estado?

Essa questão de conselhos populares tem sido generalizada, com diversas candidaturas falando disso mas a explicitação de como seriam implementados acaba não acontecendo. Quando a gente fala em conselhos populares, nós entendemos a população organizada a partir das suas entidades. Nós queremos nos conselhos populares os sindicatos dos trabalhadores, as entidades estudantis, as entidades dos movimentos sociais organizados participando. Não seriam subcomitês, mas organizações temáticas. Por exemplo, na questão da educação, seriam os servidores, os professores, os pais de alunos, os estudantes, para atender determinada demanda.

Na questão da saúde têm a ver com quê? Com os usuários, com os servidores dos hospitais, com os médicos, com a comunidade que trabalha e a comunidade que utiliza os serviços de saúde. E tudo isso vindo a culminar num grande conselhão - porque você tem que dar um mínimo de organicidade a coisa, senão, vira demagogia.

Mas a essência é a discussão. Nós vemos os conselhos populares como atividade representativa da classe trabalhadora, que é a maioria da população explorada.

Mas eu não tenho nenhuma ilusão, que mesmo o PSTU ou uma frente de esquerda chegando ao poder do Rio de Janeiro, que a maioria dos vereadores que vai se eleger no pleito de três de outubro não vai estar respondendo aos interesses da classe dominante. A nossa idéia é fazer este deslocamento efetivo do poder e a dimensão da totalidade.

Professora Vera de Paula, do Fórum, Cyro Garcia e Paula Nogueira, da Rede de Tecnologia

Happy hour com os candidatos a prefeito do Rio. Próximos debates:

lvan Pinheiro - PCB - 29/08, quinta-feira
Luis Paulo Conde - PFL – 05/09, quinta-feira
Chico Alencar - PT – 12/09, quinta-feira
Sérgio Cabral - PSDB - 19/09, quinta-feira
Vaderlei Assis - Prona - 24/09, terça-feira
Magno Cruz - PMN - 26/09, quinta-feira

Sempre às 17:30 horas, no Campus da Praia Vermelha, Botafogo. Apoio Adufrj, Sintufrj e DCE

UMA PREFEITURA PARA OS TRABALHADORES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O Plano neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, sob o pretexto de com bater a inflação e retomar o crescimento econômico, vem adotando a fórmula da redução do participação do Estado na economia e o conseqüente incentivo às privatizações. Isso está a serviço do subordinação da economia nacional ao capital internacional globalizado. As conseqüências da aplicação desta política em outros países como México e Argentina são dramáticas, levando a um aumento do tensão social, como a guerrilha de Chiapas e a recente Greve Geral na Argentina.

A Reforma Administrativa de FHC visa, entre outras coisas, obter a quebra do estabilidade do funcionalismo público. Paralelamente à reforma proposta, o governo apressa-se em reestruturar o ensino universitário público. Utilizando cinicamente uma bandeira histórica do movimento - a autonomia para as universidades - promove o corte de verbas para a manutenção das universidades públicas. O achatamento dos salários dos docentes e pessoal administrativo, a perda da estabilidade dos funcionários e demissões em massa são resultados do retórica neoliberal de autonomia para gerar recursos.

Além disso, vislumbram-se outras conseqüências desse projeto para as universidades: supressão de direitos sociais adquiridos, como a aposentadoria especial para os professores, a não ocupação das vagas abertas por aposentadorias, o fim do concurso público, a criação de um regime jurídico próprio, que desvincula o quadro das universidades do restante do funcionalismo, a substituição da responsabilidade do Estado frente às universidades pelo estímulo à criação das fundações universitárias. Tudo isso resultará em desemprego, redução drástica do número de universidades públicas, a formação das "ilhas de excelência" elitizadas, que vincularão a produção científica às necessidades de reprodução de capital. Dos escombros da universidade pública emergirá, como já vem acontecendo, o ensino privado de péssima qualidade, sustentado pela filosofia do lucro.

Contra este projeto neoliberal, propomos a preservação das universidades públicas gratuitas que associe ensino, pesquisa e extensão, garantindo salários dignos e maiores investimentos do Estado na Educação. Para isso, é preciso avançar na mobilização da comunidade universitária junto com os demais trabalhadores em defesa da Universidade Pública.

A prefeitura dos Trabalhadores defenderá a Universidade Pública, pois esta é parte viva da luta dos trabalhadores deste país. Não podemos permitir que a Universidade se torne fonte de lucros, deixando de cumprir o papel democrático de proporcionar aos trabalhadores condições de ter acesso ao conhecimento, que é o ponto de partida para transformar o Brasil num país de justiça e igualdade social.

DIGA NÃO à privatização da Universidade e aos candidatos do governo e dos empresários.

Cyro Garcia - candidato a prefeito pelo PSTU

UMA REVOLUÇÃO NO RIO

Uma Revolução no Rio. Esta é a proposta que a candidatura do Partido Comunista Brasileiro à Prefeitura do Rio de Janeiro vem oferecer à população de nossa cida de: uma revolução na forma de governar, com a instauração do poder popular - conselhos gestores de hospitais e escolas públicas, eleitos nas comunidades, e conselhos populares, eleitos em cada bairro, para elaboração e condução das políticas de saúde e segurança, nas questões do meio-ambiente, da cultura, dos serviços públicos e aparelhos urbanos em geral, decidindo pelo voto as prioridades na alocação dos recursos públicos, fiscalizando diretamente seu uso; uma revolução na escolha de prioridades: ao invés de obras ornamentais nos bairros nobres, investimentos na periferia, em habitação, educação, saúde; ao invés de gastos promocionais, salário mínimo do DIEESE como piso para todos os servidores; ao invés de mega-espetáculos eventuais, cultura para todos.

Sabemos que não há solução definitiva para os problemas das classes trabalhadoras nos marcos do capitalismo, que, hoje sob a forma neoliberal, leva o desemprego ao extremo, gerando um enorme e crescente contingente de excluídos. Mas entendemos que é possível reverter este quadro de governos servis às elites, que sempre estiveram no poder governando para si próprias, e para isto buscaremos a organização do povo, lutando contra o capital e a ordem burguesa, na perspectiva da construção de uma sociedade socialista. Há orçamento suficiente para garantir a execução de nossas propostas. Nosso governo tomará medidas concretas como a criação do IPTU progressivo, de acordo com o valor total dos imóveis possuídos, cobrará ISS aos bancos, enfrentará com o poder popular os grupos econômicos que dominam o transporte coletivo e investirá na expansão dos sistemas de trens e metrô, pagará a cada criança matriculada na escola pública ou cadastrada nos postos de saúde um salário mínimo, para a garantia de sua cidadania, urbanizará favelas, garantirá o direito ao trabalho para toda a população.

Contamos, no Rio de Janeiro, com um grande número de Universidades e Instituições de Pesquisa, dispondo de pessoal altamente qualificado. O papel da prefeitura será o de buscar a colaboração destas Instituições, utilizando seu potencial nas políticas ligadas à Ciência e à Tecnologia - com destaque para as áreas sociais, econômica e industrial - e exercendo com firmeza seu poder de pressão política para garantir os recursos necessários para o atendimento das demandas identificados. Neste sentido, discutiremos com a sociedade um Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que aponte para as soluções dos problemas da maioria da população.

Contamos com seu apoio e sua opinião.

Ivan Pinheiro - candidato do Partido Comunista Brasileiro.

Bolsas

Os bolsos vazios da UFRJ

O Ceg e Cepg já formaram a comissão que vai formular o programa de bolsas estudantis da UFRJ. As professoras Maria Luisa Porto Marchiori, Regina Coelles e Astréa Barreto foram indicadas para apresentar, até meados de setembro, um projeto acadêmico, com o objetivo de viabilizar financeiramente os vários programas de bolsas da universidade a partir do ano que vem

Para este ano definitivamente não há dinheiro. Nem para pagar os atrasados, nem para a continuidade dos trabalhos até o fim do segundo semestre. Monitorias, pesquisa, auxílio, extensão, todas as bolsas pode verbas.

Dos R$ 6 milhões necessários para custear as bolsas de 96 a UFRJ só possui a metade. Esta situação irá inviabilizar não só as bolsas, mas o trabalho de estudantes, professores e diversas atividades da universidade.

Segundo Maria Luisa, outra tarefa da comissão será orientar os colegiados no sentido de definir prioridades a continuidade a pelo menos alguns dos programas em curso. Uma das possíveis "prioridadades" poderá ser a manutenção de algumas bolsas de monitoria em laboratórios de informática recém inaugurados. "A universidade gasta com investimento nestes laboratórios, não temos funcionários e, agora, nem os bolsistas para mantê-los funcionando", desabafa.

O problema das bolsas será debatido pelo Ceg, nesta quarta-feira, a partir das 10 horas, no prédio da reitoria, 2º andar.

Estudantes

Os monitores do CCS e do Hospital Universitário solicitaram informações à SR1 sobre o pagamento das bolsas atrasadas desde abril. O Superintendente da SR1, professor Ricardo Medronho, confirmou à comissão formada por representantes dos estudantes que não há dinheiro para o segundo semestre e, quanto ao pagamento dos atrasados, disse que eles deveriam solicitar esclarecimentos diretamente com o reitor.

Em uma primeira reunião, os monitores decidiram continuar o trabalho até o resultado da conversa com Paulo Alcântara. A monitoria no Centro deve parar a partir de setembro, caso se confirme a falta de verbas.

Luiz Henrique, representante dos monitores do departamento de Anatomia, disse que este movimento deve ser ampliado entre os estudantes bolsistas, para exigir da reitoria a responsabilidade pelo pagamento dos atrasados e a continuidade dos programas.

Congresso

Sintufrj rejeita autonomia do MEC

Termina nesta terça-feira, dia 27, o 4º Congresso do Sintufrj. As discussões giraram em torno do projeto de autonomia apresentado pelo MEC e de outras propostas - o projeto de Lei Orgânica da Andifes - Associação dos Dirigentes das Ifes, a versão da UFRJ e as propostas da Andes-SN e da Fasubra.

Segundo a diretoria do Sindicato, Neide Luzia Pinto, os congressistas ainda não chegaram a um acordo em relação à oposição ao projeto do governo. "Ainda não decidimos se vamos negar o projeto do MEC e articular forças para derrubar esta e qualquer outra proposta similar ou iremos negar o projeto do governo, mas, ao mesmo tempo, construir um projeto do movimento universitário para a autonomia das universidades federais."

De acordo com Neusa, a tese da diretoria é de que o Congresso remeta às bases esta decisão, ou seja, à uma Assembléia Geral da categoria. Caso esta posição seja vencedora, após o Congresso, durante 30 dias a entidade realizará seminários com intuito de esclarecer e debater a questão da Autonomia -com os técnicos e a comunidade universitária.

Concurso

UFRJ só dispõe de recursos para 100 vagas

O Conselho Universitário começou, na última quinta-feira, dia 22, a discutir a alocação das 432 vagas para docentes, já garantidas, segundo a reitoria, pelo MEC. De acordo com Maria Augusta Temponi, sub-reitora de Pessoal, o que está garantido é o orçamento para essas vagas. "O que nós temos hoje é a possibilidade de realizar 100 concursos para professores ainda em 96. Para o restante das vagas, só poderemos dispor do dinheiro a partir do próximo ano", esclarece.

Diante do quadro desesperador da falta de professores em várias unidades, o Consuni debateu e aprovou a redução dos prazos dos editais para concurso público de professor auxiliar, assistente e adjunto de 90 para 45 dias, e de professor titular de 180 para 90 dias.

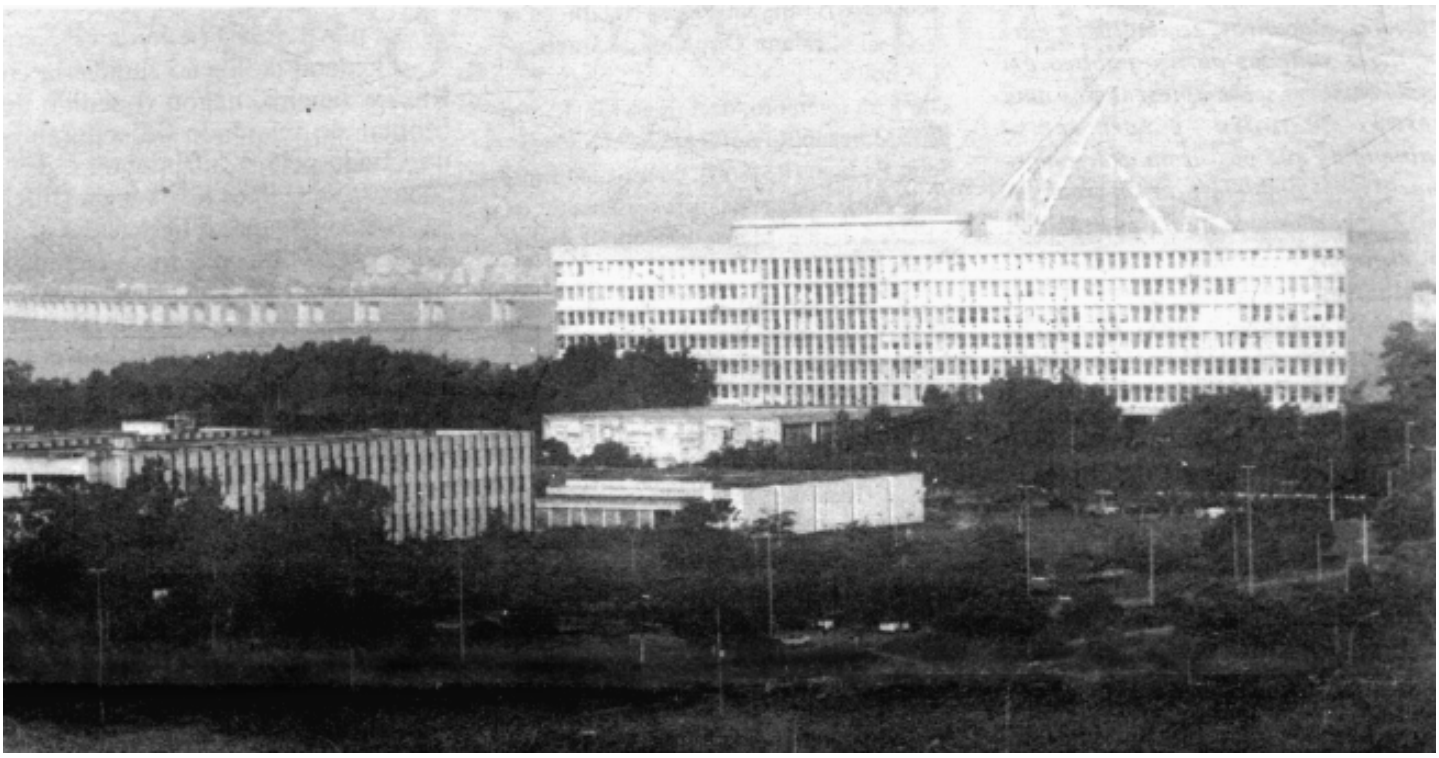
A questão da autonomia universitária veio à tona quando foi aventada a possibilidade de transformar a verba para as vagas em Outros Custeios e Capital - que poderiam ser gastos em contratação de professor visitante ou melhorias em departamentos etc.

De acordo com o reitor, a alocação das vagas será decidida após parecer técnico da Cotave - Comissão Temporária de Alocação de Vagas - que apresentará relatórios ao Ceg e Cepg.

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

3 a 9 de setembro/96

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional



Vista parcial do campus do Fundão. Foto Vanor Correia/arquivo Sintufrj

UFRJ tem novo Plano Diretor

Pela proposta da reitoria, universidade poderá passar por profundas modificações, **páginas 4 e 5.**

Adufrj convoca

Reunião com os professares contratados após 01/01/95
pauta:
- **Estágio Probatório**
- **Plano Verão**

Auditório do CCMN (Roxinho)
Quinta-feira, 12 de setembro, das 15h às 17h

A Adufrj fará circular a partir desta semana o seguinte abaixo-assinado, com cópias disponíveis na sede da entidade e com os conselheiros representantes, nas unidades:

Ao reitor da UFRJ

Plano Verão para Todos!
Isonomia Já!

V. Sa. retirou o reajuste da ação judicial do Plano Verão dos servidores que foram contratados a partir de janeiro de 1 995. Este reajuste estava sendo pago desde a data de admissão destes servidores e foi arbitrariamente confiscado em junho deste ano.
A Assembléia da Adufrj, realizada em 11 de julho de 1996, avaliou que não é justo que trabalhadores do mesmo nível e exercendo as mesmas funções recebam salários diferenciados. É uma questão de justiça. A isonomia é fundamental para a consolidação da carreira e para a melhoria do serviço público.
Por estes motivos, nós, docentes da UFRJ, abaixo-assinados, reivindicamos o restabelecimento imediato do pagamento do reajuste salarial dos 26,05% do Plano Verão a todos os servidores, docentes e técnico-administrativos desta universidade.

programe-se

notícias jurídico

Mostra

Educação em Bytes 96, na Casa da Ciência

Nessa segunda edição o Educação em Bytes apresenta uma mostra de softwares educativos, seminários e cursos livres voltados para o público em geral. Também serão apresentados uma mostra interativa e programas multimídias que passaram a desempenhar papel complementar às tradicionais ferramentas de apoio ao trabalho do professor.

Seminários

■ Democratização do Uso da Informática, com Luiz Fernando Melgarejo (UFSC), Rodrigo Baggio (Comitê para Democratização da Informática) e João Luiz Horta Neto (MEC).
Dia 5 de setembro, de 9h às 12h

■ O Uso da Informática na Educação Especial, com Antônio Borges (NCE-UFRJ), Jorge Marcio Andrade (DEFNET- GeoOrgos), Miryam Pelosi (Intelligentia & Cia.) e Eliana Ormelezi (Laramara- A.B.A.D.V.)
Dia 5 de setembro, de 14h às 17h

■ O Mercado de Software Educacional John Forman (RioSoft), com Sadao Mori (SM Proj. Educacionais/representante da SEC&T-RJ) e Marco Aurélio Ribeiro (ATR Multimídia).
Dia 19 de setembro, de 9h às 12h

■ Fomento ao Desenvolvimento do Software Educacional, com os representantes da Capes, do CNPq, Sebrae e Celso Alvez da Cruz (Finep).

Dia 19 de setembro, de 14h às 17h
Local: Casa da Ciência
Rua Lauro Muller 3 - Botafogo
Tel/Fax: 542-7494

Setor das Federais

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais - CNESF convoca para Plenária Nacional nos dias 7 e 8 de setembro, em Brasília. O Setor das Federais da Andes-SN se reúne no dia 6. Serão discutidas as reformas administrativas, da previdência, as reformas educacionais, além dos informes da 8ª Plenacut e a proposta de sindicato orgânico, já aprovada pela Central.

Happy Hour com os candidatos a prefeito do Rio. Próximos debates:

■ Luiz Paulo Conde - PFL - 05/09, quinta-feira
■ Chico Alencar - PT - 12/09, quinta-feira
■ Sérgio Cabral - PSDB - 19/09, quinta-feira
■ Vanderlei Assis - Prona - 24/09, terça-feira
■ Magno Cruz - PMN - 26/09, quinta-feira

Sempre às 17:30 horas, no Campus da Praia Vermelha, em Botafogo. Apoio Adufrj, Sintufrj e DCE.

Ação dos inativos

O juiz R. Reis Friede, da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, negou o pedido de liminar do mandado de segurança impetrado pela Adufrj contra o desconto dos docentes inativos da UFRJ para a Previdência. A liminar era para evitar que o desconto fosse efetuado antes do julgamento do mérito da ação.

A assessoria jurídica da Adufrj entrou com um pedido de reconsiderarão, que também foi negado pelo mesmo juiz. Entretanto, a ação continua tramitando, com o juiz já tendo enviado ao reitor da UFRJ um pedido de esclarecimento sobre o desconto, que deverá ser retomado no prazo máximo de 10 dias.

Após esta etapa, o processo será remetido ao Ministério Público, para que este dê o seu parecer e então o envie de volta ao juiz, para então ser julgado, o que não tem prazo estipulado.

O Sintufrj tem uma ação semelhante correndo na justiça federal, tendo o juiz designado para julgá-la - escolhido aleatoriamente pelo sistema de distribuição processual - acolhido o pedido de liminar, evitando assim o desconto, em decisão válida para todos os aposentados da UFRJ.

jornal ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

❒ **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
❒ **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
❒ **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
❒ **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
❒ **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
❒ **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
❒ **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
❒ **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
❒ **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
❒ **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
❒ **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
❒ **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
❒ **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** - ELIZABETH BALDO CORREA

Autonomia

Reitores se dividem

O debate em torno do projeto de Autonomia Universitária do MEC - apresentado oficialmente aos reitores no dia 8 de agosto - e a proposta de Lei Orgânica das Universidades formulada já há alguns meses pela Andifes, e em circulação pelos Consunis de várias universidades, promete esquentar a partir de setembro.

Na última reunião da entidade dos reitores, dia 15, em Manaus, os dirigentes praticamente se dividiram em dois blocos: os que defendem o projeto neoliberal do governo e querem a autonomia sem a definição de verbas públicas para as entidades públicas, ou seja a autonomia do "salve-se quem puder", e os que defendem a autonomia universitária com base no artigo 207 da Constituição Federal.

Alguns reitores apresentaram, em Manaus, propostas formuladas pelo conjunto de suas comunidades universitárias, já outros apresentaram os famosos "projetos de gabinete".

Nas últimas reuniões do Conselho Universitário da UFRJ o tema foi incluído na pauta para que a reitoria pudesse aprovar sua proposta alternativa ao projeto da Andifes. Como nunca sobra tempo para o debate deste tema, a discussão vem sendo arrastada pela reitoria e a comunidade universitária tem sido colocada a margem desta discussão.

A próxima reunião do Pleno da Andifes, da qual o reitor Paulo Alcântara certamente participará ativamente, acontecerá em João Pessoa, nos dias 28 e 29 de setembro.

Concurso

Projeto Histórias do Trabalho

O projeto Histórias do Trabalho do Centro Cultural Usina do Gasômetro está na sua terceira edição. Organizado pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, com o apoio do movimento sindical e da Academia, ele foi criado para estimular o resgate da memória, da reflexão e a produção do texto nas questões relativas ao mundo do trabalho. É um concurso aberto, com inscrição gratuita e prazo para o envio do material à Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, vai até o dia 4 de outubro. Histórias do Trabalho está organizado em oito modalidades, todas evidenciando as questões do mundo do trabalho.

Lembranças e vivências de trabalhadores - depoimentos, relatos de experiências, greves, causos e acontecimentos pitorescos. Os depoimentos podem ser enviados pelos envolvidos no acontecimento ou por outros. Os trabalhos devem ser inéditos com exceção da modalidade quadrinhos e cartoons. Podem ser de autoria individual ou coletiva e serão julgados por especialistas convidados pela Secretaria Municipal da Cultura e representantes do movimento sindical e popular. O melhor em cada categoria receberá prêmio individual no valor de R$ 400,00. Todos os textos selecionados, nas oito modalidades, serão publicados em um livro especialmente elaborado para este fim, com ampla divulgação. Mais informações, na Usina do Gasômetro: Avenida Presidente João Goulart, 551 - Porto Alegre, CEP.: 90010-120. Telefones: (051) 227-1738 e 227-1383 ramal 234.

Desaparecidos

Docentes da Unicamp cobram a identificarão das ossadas de Perus

Agência Andes (Brasília) - Os docentes da Unicamp estão preocupados com a demora do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas da universidade em concluir a identificação das ossadas de presos políticos encontradas numa vala clandestina do Cemitério de Perus. As ossadas foram entregues ao DML para perícia em 1º de dezembro de 1990. Até agora não foi apresentada qualquer conclusão.

O legista Badan Palhares, chefe da equipe responsável pelo trabalho e o mesmo que atuou no caso PC Farias, está sendo acusado de sonegar informações e demonstrar falta de vontade política em esclarecer os motivos da demora. Os professores, através da Adunicamp - Associação dos Docentes da Universidade de Campinas -, exigem que a reitoria assuma sua responsabilidade no episódio, uma vez que as ossadas estão sob a guarda da instituição. "Escamotear, neste momento, é atirar a Unicamp na vala comum, como se ela não tivesse satisfações a dar à população brasileira", afirma um boletim especial da Adunicamp, publicado no final de agosto.

De acordo com os docentes, ao longo desses quase seis anos de exames periciais, a equipe de Badan Palhares identificou as ossadas de Dênis Cassemiro e Frederico Eduardo Mayr, encontradas na vala de Perus. Ossadas de outros desaparecidos políticos localizadas em outros sítios também foram identificadas pelo DML da Unicamp.

Intrigada com estes fatos, a diretoria da Adunicamp sugeriu ao reitor que criasse a Comissão de Acompanhamento de Identificação das Ossadas, a ser integrada por pessoas da própria universidade e de fora dela. Em setembro, o reitor criou a comissão, da qual faz parte Badan Palhares, mas até agora ela não apresentou resultados.

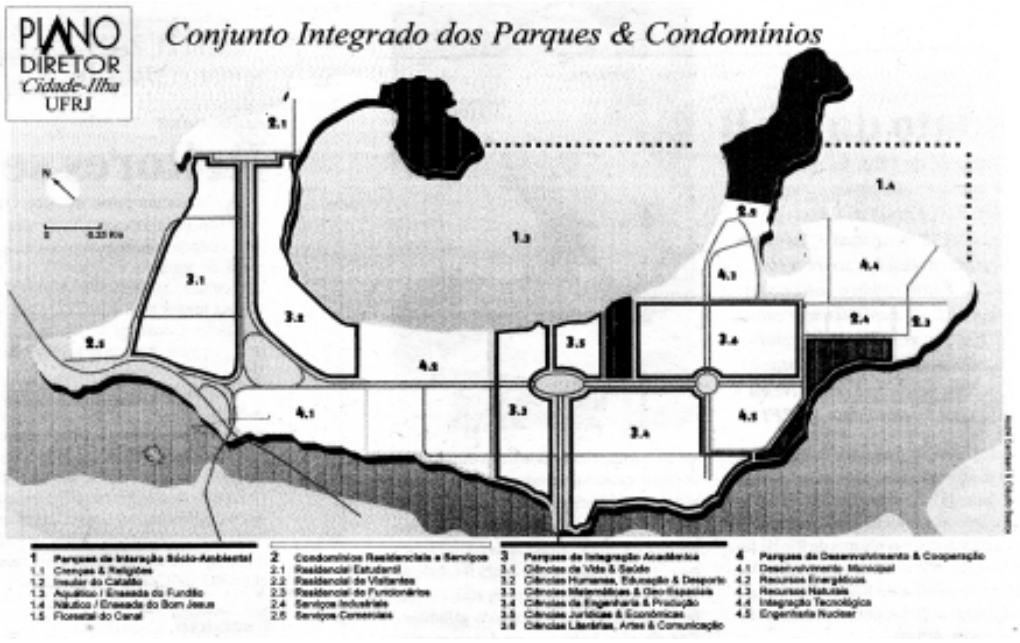
Plenária dos SPF's

Nos próximos dias 7 e 8/9 será realizada em Brasília uma plenária nacional dos Servidores Públicos Federais - Programe-se, pág.2 - precedida de uma reunião do Setor das Federais da Andes-SN no dia 6 de setembro. Na plenária, a Adufrj tem direito a um delegado indicado pela diretoria e a até quatro delegados de base, que devem ser eleitos em Assembléia Geral. Devido ao curto espaço de tempo entre a convocação da plenária e a sua realização, a discussão dos temas da pauta da plenária pelo conjunto da categoria docente da UFRJ ficou inviabilizada. Por este motivo e por entender que não há outros fatos na conjuntura que justifiquem uma AG neste momento, esta diretoria decidiu não convocá-la. Se algum associado tiver interesse em participar das reuniões, deve entrar em contato com a secretaria da Adufrj (590-4799), no máximo até quarta, 4/9, para obter mais esclarecimentos. Esta decisão deve-se exclusivamente aos motivos expostos e não representa qualquer desconsideração quanto à importância das reuniões.

A diretoria da Adufrj

Plano Diretor concentra UFRJ na Ilha do Fundão

Universidade já teve dois planos diretores. Um em 52 e outro em 72. Nenhuma das mudanças aconteceu sem gerar polêmica nas unidades.



A reitoria já tem pronta a proposta de um novo plano diretor para o campus da Ilha do Fundão, o terceiro de sua história. Nela estão contidas uma série de sugestões e metas para os próximos anos, com profundas modificações na estrutura da UFRJ. Mesmo sem haver uma data definida para levar esta discussão à comunidade, embora já tenha sido apresentado a alguns decanos, este assunto tem tudo para gerar uma polêmica do tamanho da ilha.

Se na teoria o plano diretor é um instrumento de orientação para uma política de planejamento e desenvolvimento programado de ocupação e uso do campus do Fundão, na prática ele implicaria na concentração de quase todos os centros na cidade universitária.

Pelo planejamento elaborado pela sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão, SR-5, o Fundão, que tem mais de 4 milhões de m² com uma área construída de cerca de 700 mil m², seria dividido em quatro setores - Parques de Interação Sócio-Ambiental, Condomínios Residenciais e de Serviços, Parques de Desenvolvimento e Cooperação e os Parques de Integração Acadêmica, estes englobando os Centros, que teriam suas atuais denominações alteradas e algumas de suas unidades deslocadas.

As escolas de Comunicação e Belas Artes, por exemplo, passariam para o âmbito do Centro de Ciências Literárias, Artes e Comunicação - previsto para se instalar no prédio da Faculdade de Letras. Ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, CFCH, se acrescentaria a Escola de Educação Física e Desporto. Pelo plano diretor, este Centro está previsto para funcionar junto à EEFD, onde inclusive planeja-se construir uma concha acústica com capacidade para 30 mil pessoas.

O plano diretor prevê ainda a criação de uma área arborizada destinada à reflexão espiritual e religiosa, outra nos mesmos moldes para recreação e lazer, um parque náutico, a ampliação dos alojamentos, a construção de um condomínio para visitantes e de um shopping center perto do Hospital Universitário, além de diversas outras intervenções urbano paisagísticas.

Rio 2004

Esta discussão, embora incipiente, até pela falta de recursos, ganhou impulso com a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede das olimpíadas do ano 2004. Como a Ilha do Fundão está programada para ser o centro vital das competições, e alojar a maioria das delegações - com a previsão de fartas verbas e de construção de inúmeros prédios e estádios esportivos, a proposta, que tinha todas as condições de se limitar a um exercício de planejamento, pode se materializar na transformação da universidade, caso o Rio ganhe a disputa.

Participação da comunidade

No V e último capítulo do plano diretor estão alinhavadas as diretrizes para a participação da comunidade universitária na sua implantação. Por esta proposta, se constituiria um conjunto de planos setoriais - grupos de trabalho divididos por unidades e integrados por uma comissão de docentes, funcionários e estudantes - cuja responsabilidade seria a de "avaliar e redimensionar a qualidade dos espaços referentes ao processo de produção acadêmica nas várias áreas do conhecimento; criar ambientes que estimulem o ensino, a pesquisa e a expansão temáticas e transdisciplinares; criar infraestrutura para desenvolver o convívio cultural e científico do corpo social e suas relações amplas com a sociedade; e recomendar metodologias, regulamentações e planos de investimento financeiro referentes ao gerenciamento dos usos dos espaços de cada parque".

A sistemática de discussão do plano diretor está baseada, num primeiro momento, nos planos setoriais. Eles apresentariam seus problemas específicos e proporiam soluções que achassem viáveis, com estas análises sendo posteriormente dissecadas pelo Grupo de Planejamento Setorial, GPS, que se encarregaria de elaborar uma versão preliminar.

Este esforço preliminar retomaria, numa segunda etapa, à comunidade para ser novamente debatido e comentado e só então ser definitivamente sistematizado pelo GPS, com previsão de aplicação para quatro anos, através do Programa de Gestão Setorial, Progest.

A UFRJ já teve dois planos diretores, um em 1952 e outro 20 anos depois. O primeiro teve início com a construção do Instituto de Puericultura, do Hospital Universitário, da Faculdade de Arquitetura e da Escola de Engenharia, com a respectiva mudança destas unidades para a cidade universitária. Em 1972, com o segundo plano diretor, foram concluídas as obras das instalações do CCS, da EEFD, do CCMN e do CT, e até o final daquela década, construída a Faculdade de Letras, a última grande edificação do Fundão. Nenhuma destas mudanças ocorreu sem gerar polêmica.

Embora, a princípio, o assessor de planejamento da SR-5, Sérgio Aníbal, um de seus mentores, tenha afirmado que o plano diretor "não obriga a uma mudança de estatuto", ao se referir aos aspectos de reformulação e transformação da universidade, inerentes a um plano desta envergadura, acabou por reconhecer que, "no futuro, está bem claro que ele (o estatuto da universidade) vai precisar ser mexido, até por conta do tempo em que o último plano diretor (1972) foi feito".

Ivan Pinheiro, candidato do PCB

Ex-presidente do sindicato dos bancários, Ivan Pinheiro, do PCB, foi o convidado da última quinta-feira, dia 29, no happy hour com os candidatos a prefeito do Rio. Apesar da chuva, Ivan elogiou a iniciativa do Fórum de Ciência e Cultura pelo caráter do debate - "um dos raros espaços democráticos ",falou de seu slogan - "Uma revolução no Rio " - e fez algumas revelações sobre a sua experiência de campanha: "Estou aprendendo muito. Estou vendo o sofrimento do povo, estou vendo com cores mais nítidas a crueldade do capitalismo e estou vendo, com grande satisfação, que ainda existe gente que acredita na possibilidade de construirmos uma sociedade melhor". Lembramos que as perguntas e respostas foram editadas, procurando manter o essencial de cada uma. ***Nesta quinta-feira, às 17h30, o convidado é Luiz Paulo Conde, candidato do PFL.***

Marcílio Lourenço, Sintufrj
O quê a sua candidatura propõe para atender as necessidades básicas, como a saúde e a educação, da população do município do Rio de janeiro?

Todo mundo fala em saúde e educação na campanha eleitoral, inclusive os candidatos dos partidos que estão implementando o neoliberalismo no Brasil - quando a gente sabe que o objetivo deles é destruir o Estado para favorecer a iniciativa privada, planos de saúde e escolas particulares. A idéia deles é a do Estado mínimo. Eles estão destruindo a saúde e a educação, não porque eles não gostem da saúde e da educação pública, mas sim para favorecer a iniciativa privada, os planos de saúde privado e as escolas privadas. Então, o que nós estamos propondo é uma inversão disto.

Por exemplo, o atual prefeito teve corno obra principal o Rio Cidade. Nós jamais faríamos uma obra deste tipo, uma obra nitidamente eleitoreira, em que foram escolhidos bairros de passagem. As obras não foram nos bairros. Quando você fala do Rio Cidade em Vila Isabel, é apenas na Avenida 28 de Setembro; em Botafogo, é na Rua Voluntários da Pátria. Isto sem transparência, sem nenhuma consulta ao povo, em uma obra absolutamente desnecessária, onde só foram trocados postes, onde há inclusive suspeita de corrupção. O nosso objetivo é inverter isto.

Na questão da educação municipal, a nossa proposta, em primeiro lugar, é de aumento dos salários dos servidores da educação. Há estatísticas comprovadas de que, mensalmente, sete professores saem da rede municipal. Nós estamos apresentando uma proposta de um salário mínimo municipal equivalente ao calculado pelo Dieese, algo em torno de R$ 750,00. Mas isso só não basta. Precisamos também implantar planos de formação e qualificação profissional e um controle social sobre a rede pública. Nós achamos que o problema do Rio de Janeiro não é aumentar o número de escolas. Até por que a rede pública do Rio de Janeiro, até por ter sido capital da República, já é razoável.

Eduardo Serra, Adufrj
O governo federal tenta cortar os recursos das universidades públicas e alega que o fundamental é a ensino básico. O que você acha desta afirmação e como vê o papel das universidades no desenvolvimento do Rio de janeiro?

Esta é uma grande farsa do governo. Não existe nenhuma dicotomia na Constituição no caso da União financiar o ensino superior e em relação ao ensino fundamental, ele - o Estado - tem que financiar sempre. Na verdade não existe dicotomia, isso é uma farsa que precisa ser desmontada.

(Neste momento, o candidato sentiu-se mal, interrompendo a resposta para retomar sua fala após alguns minutos, quando respondeu ao DCE).

Renato Athayde, DCE
Qual o caminho que o seu partido vai buscar para evitar o desmonte dos serviços públicos?

Na questão da defesa das estatais, o nosso partido tem uma posição peculiar. Nós fazemos a sua defesa no sentido de transformação, por que o modelo de empresa estatal introduzido no Brasil é um modelo que sempre serviu às próprias elites. Nós propomos que a defesa das estatais seja feita pela esquerda com o discurso de mantê-la transparente e pública.

A burguesia ficou algum tempo tentando passar para a população brasileira a impressão de que as estatais precisavam ser privatizadas por que eram ineficientes. Um exemplo, aqui no Rio de Janeiro, é o Banerj, um banco que sempre foi usado pelas classes dominantes para favorecê-las - e que agora foi dado ao Banco Bozano, Simonsen, ou seja, colocaram a raposa para tomar conta do galinheiro. Primeiro eles destroem para depois mostrar que é ineficiente, e sendo ineficiente, vale a pena vender a preço de banana.

Cultura

Sobre a questão da cultura, temos uma visão diferente da política cultural que a burguesia tem. Nós não achamos que aqui no Rio de Janeiro precisa-se criar grandes centros culturais. A nossa idéia é de privilegiar os eventos culturais de base. Nós temos algumas propostas, como por exemplo a de formar o pavilhão de São Cristóvão num centro permanente de tradições populares, com culinária, com arte, com música popular. E temos também uma idéia de estabelecer uma discussão de fazer o aproveitamento da zona portuária para fins culturais.

Segurança

A segurança não é uma questão municipal. Uma prefeitura de esquerda vê o problema de outra maneira. Não é um problema de repressão, mas de diminuir os efeitos da desigualdade do sistema. Com relação à guarda municipal, nós não estamos propondo a sua extinção, mas a sua adequação à Constituição. Ela não pode ter poder de polícia, não pode ser armada. A guarda municipal, para nós, deveria ser uma guarda da cidadania, que tomasse conta de escolas, ajudasse no trânsito. A que nós queremos é totalmente diferente desta que o prefeito criou.

Uma Universidade a serviço da Cidade

Tenho dito por onde ando que a Cidade do Rio de Janeiro é, no Brasil, um locus privilegiado do conhecimento. Um olhar sobre esta questão vai nos revelar um grande número de universidades aqui sediadas: a UFRJ, a UERJ, a UniRio, a PUC e mais uma grande rede de universidades privadas. Nas vizinhanças: a UFF e a Universidade Federal Rural. Vários institutos de estudos e pesquisas como Manguinhos, luperj, Fundação Getúlio Vargas e tantos outros da melhor qualificação. Instituições de pesquisa e cultura têm a tradição dos tempos do Reino Unido, da Monarquia e da República como a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico. Os museus - entre eles o de Belas Artes, o de Arte Moderna, o da Imagem e do Som - têm acervos apreciáveis. A citação de todas as instituições que trabalham com o conhecimento no Rio de Janeiro não caberia nos limites de um artigo - sem esquecer que aqui está estruturada a maior rede municipalizada de ensino de primeiro grau da América Latina.

A minha preocupação como homem público, detentor de um mandato de Deputado e candidato a Prefeito, é que não haja uma coordenação de toda essa capacidade instalada - investimentos em materiais e equipamentos e produção do conhecimento - em favor da cidade que hospeda essas referidas instituições de ensino, pesquisa e extensão. Está faltando vontade política para que esses conhecimentos - alguns de qualidade avaliada como excelentes - sejam postos à disposição da população carioca e fluminense através dos administradores da coisa pública.

Já estamos vivendo em pleno processo de revolução científica e tecnológica e este trânsito passa por dentro da universidade. A transmissão do conhecimento historicamente acumulado, a pesquisa de ponta e a extensão abrindo portas da universidade à sociedade civil - estes três momentos interdependentes são poderosas alavancas para construir um amanhã saudável para o Rio de Janeiro. Uma vontade política competente poderá congregar esse esforço em benefício de todos.

Nos vinte anos de ditadura, a Universidade foi a consciência crítica da sociedade civil na luta pela liberdade, pela democracia e pela cidadania. Agora chegou a hora de aliar a essa consciência crítica o somar de mãos para fazer, para construir a Cidade com melhor nível de vida para seu povo; mais justa e mais humana.

Sérgio Arouca - candidato a prefeito pelo PPS

100 vagas - Segundo a sub-reitora de pessoal, Maria Augusta Temponi, este ano a UFRJ só poderia dispor de recursos para a realização de concurso para apenas 100 vagas. O restante só seria liberado pelo Mare a partir do ano que vem.

Concurso

Universidade realiza concurso para docente

Com a autorização do Mare para a realização de concurso público para 432 docentes, Ceg e Cepg definem critérios de avaliação dos pedidos para alocação das vagas.

A UFRJ dispõe, hoje, do "consentimento" - e dos recursos - por parte do Ministério da Administração federal e Reforma do Estado, Mare, para realizar concursos públicos para preencher 432 vagas de docentes. Mas ainda está em discussão nos órgãos colegiados da universidade e, principalmente, entre o reitor e seus sub-reitores, qual será o destino destes recursos: contratação de docentes para o quadro ou outras finalidades, do tipo contratação de professores visitantes, investimentos em infra-estrutura etc.

Esta expectativa da reitoria quanto ao encaminhamento desta nova verba se dá em função da possibilidade de aprovação do projeto de Autonomia do MEC, em discussão nos fóruns de reitores e das emendas constitucionais que alteram o artigo 207 da Constituição Federal, instituindo a autonomia universitária, na forma da lei.

Na sexta-feira passada o Ceg e Cepg se reuniram para definir os critérios que deverão ser utilizados pela Cotave VII/VIII (Comissão Temporária para Alocação de Vagas - 95/96) para a avaliação dos pedidos dos departamentos. O prazo para que os departamentos enviem novos pedidos foi estendido para 30 de setembro.

Pelas declarações da sub-reitora de graduação, Neide Felisberto, os Colegiados deveriam ter a preocupação de definir a priori o perfil da universidade para, então, determinar critérios para o aproveitamento das vagas.

Foram muitas as preocupações e questionamentos levantados pelos representantes dos colegiados. A orientação predominante foi a de que a universidade deve contratar, preferencialmente docentes doutores em regime de dedicação exclusiva - um problema para algumas áreas que não têm pós-graduação. Esta orientação também reduz a idéia de que o docente pode se titular ao longo da carreira, como professor da instituição.

A política de contratação de professor aposentado foi por unanimidade rechaçada pelos Colegiados. No documento que será encaminhado à Cotave como base para seu trabalho foi colocada uma observação que alerta para o impacto negativo que sofrerão os departamentos que adotarem políticas que estimulem a absorção de professores inativos.

Prazos

De acordo o superintendente da SR-1, professor Ricardo Medronho, dificilmente alguma vaga será preenchida ainda este ano. Segundo ele, a Cotave VII/VIII terá dois meses (outubro e novembro) para avaliar os pedidos e os primeiros editais só deverão ser publicados a partir da primeira semana de dezembro.

Mesmo com os prazos de inscrição reduzidos à metade - para professor Assistente, Auxiliar e Adjunto, 45 dias, e para Titular, 90 dias - as primeiras contratações só deverão acontecer em meados de abril ou maio, lembrando que os concorrentes têm 30 dias para recorrer do resultado das bancas.

Documento aprovado pelos Ceg e Cepg em 30 de agosto de 1996

Elementos para Política Acadêmica de Alocação de Vagas

Considerando:

1 - a necessidade de a UFRJ continuar elevando a qualidade de suas atividades de ensino de graduação e pós-graduação;

2 - a necessidade de fortalecer e ampliar os recursos humanos em pesquisa para enfrentar os desafios de geração de novos conhecimentos;

3 - a garantia de que a qualidade destas atividades reside em profissionais com elevada capacidade e independência na geração de conhecimentos;

4 - que a UFRJ ainda discute seu modelo e que ainda não finalizou seu processo de avaliação;

o Ceg/Cepg propõe os seguintes critérios para a alocação de vagas para concurso de docentes, sem priorização:

- alocar vagas, preferencialmente, para docentes doutores em regime de Dedicação Exclusiva;
- conferir prioridade na análise de pedidos onde existam bolsistas recém-doutores;
- privilegiar a fixação e atração de líderes de pesquisas reconhecidos;
- garantir a manutenção dos programas de alta produtividade no ensino, pesquisa e extensão;
- considerar a consolidação de grupos com características interdisciplinares;
- fortalecer a integração pós-graduação/graduação;
- apoiar, em caráter excepcional, cursos em estruturação e reestruturação;
- considerar departamentos onde esteja caracterizado o baixo número de docentes, tendo em vista o número de alunos, número de disciplinas e de projetos de pesquisa, para manutenção qualificada dos cursos em funcionamento;
- considerar os Planos Diretores Departamentais, respeitando-se a especificidade de cada área;
- o Departamento será avaliado pelo esforço que faz na captação de jovens doutores e/ou na capacitação de seu corpo docente;
- para fins de análise dos processos da Cotave VII/VIII estender o prazo para a atualização de dados até 30-09-1996.

obs.: terá impacto negativo sobre o pedido em curso, bem como sobre futuros pedidos, a adoção de uma política departamental que estimule a absorção de professores aposentados.

EQ x IQ

O Conselho Universitário votou recentemente um parecer aprovando o recurso apresentado pela Escola de Química que reduzia de 180 para 140 a sua oferta de vagas para o vestibular de 1997 do curso de Engenharia Química. O processo n.º 011931/96-22 foi aberto com o recurso contra a decisão do Ceg em não aceitar corte nas vagas para o vestibular do ano que vem. Quando reapresentado ao Consuni, o parecer, refeito, manteve a redução das vagas, só que para o vestibular de 1998, cuja discussão só deverá acontecer no ano que vem. Esta manobra da comissão que analisou o recurso da EQ, representada naquela sessão pela decana do CCS, professora Vera Halfoun, foi considerada um artifício para atender a uma política de redução das vagas para adequar a universidade à falta de verbas, professores, e deficiências curriculares de alguns cursos.

Enquanto reduz as vagas da Engenharia Química, a EQ cria um novo curso, o de Química Industrial, que, como foi apontado por vários membros do Consuni, tem a mesma grade curricular do curso de Química, oferecido pelo IQ. Esta semana, o Conselho Universitário deverá discutir o que fazer em relação aos dois cursos, que formam o mesmo profissional em duas unidades diferentes.

10 A 16 DE SETEMBRO/1996

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Filiada à Andes-SN

Ministério da Ciência e Tecnologia anuncia verbas para núcleos de excelência

Páginas 4 e 5

A reestruturação da graduação

Programa da SR1 promete 10 milhões para compra de equipamentos

Página 3

Aposentados sofrem descontos

Alguns professores aposentados tiveram, esta semana, parte de seus proventos descontados no contracheque de agosto. Segundo informações obtidas na Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais, SR4, o desconto aconteceu devido a uma falha nos computadores do Sistema de Administração de Pessoal, Siape, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Mare, em Brasília. Os docentes indevidamente descontados devem procurar a SR4 para que o engano seja reparado.

Estagiário de Comunicação

A Adufrj está contratando um estagiário de comunicação, do 5º período em diante. O estágio terá duração de três meses, com 12 horas semanais e remuneração mensal de dois salários mínimos. Não é necessário, ter experiência. Os interessados devem enviar o currículo e histórico escolar à sede da Adufrj até a sexta-feira, dia 20, com um telefone para contato. A seleção será feita na semana que vai de 23 a 27 de setembro.

Projetos e Emendas do governo que atingem diretamente as universidades e o ensino público, gratuito e de qualidade:

- **Projeto de LDB** (projeto Darcy) - encontra-se com o relator Deputado José Jorge (PFL/PE) que está recebendo propostas para formular seu relatório, sem data prevista para apresentação. O Comando Nacional de Mobilização da Andes-SN entregou à assessoria do deputado o Projeto LDB/Andes e a Carta de Belo Horizonte (I Coned), reafirmando sua posição em apoio à retomada do projeto da Câmara – PL101/93, sob a relatoria do ex-senador Cid Sabóia.
- **PL 1603/95** (Ensino Técnico) - encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O relator é o deputado João Mellão (PFL/SP). Não tem data para ser analisado.
- **PEC 30/96** (Financiamento do Ensino Fundamental) - foi à votação no Plenário do Senado em 28 de agosto deste ano, sendo aprovado na íntegra, de acordo com a proposta do governo. Seu relator foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE), recebeu 57 votos a favor e 01 contra, contando com apoio dos partidos de oposição.
- **PEC 370/95** (Autonomia Universitária) - ainda não deu entrada na Comissão de Educação e Cultura e do Desporto da Câmara, e não tem previsão de cronograma para sua análise.
- **PEC 173/95** (Reforma Administrativa) - votação prevista na Comissão Especial da Câmara, criada especialmente para sua análise, nos dias 10 ou 11 de setembro. A última votação foi obstruída pelos Deputados Matheus Schmidt (PDT/RS) e Marcelo Deda (PT/SE). O motivo apresentado foi a forma não regimental da proposta apresentada por seu relator, deputado Moreira Franco (PMDB/RJ)

Fonte: Andes-SN

programe-se

Música

O Fórum de Ciência e Cultura, em conjunto com DCE, Sintufrj e Prefeitura/UFRJ, apresenta o Projeto Circuito de Arte Universitária. O objetivo é desenvolver o potencial artístico e difundir a produção cultural da comunidade universitária, promover a integração intra-universitária e otimizar os espaços do campus da Praia Vermelha. O primeiro evento será as **Calendas Musicais da Primavera,** que promete realizar uma tarde de sábado muito concorrida, com três palcos para apresentação de bandas de música contemporânea, infantil e clássica, poesia, circo, artistas plásticos e convidados. Não perca. **Praia Vermelha, dia 21 de setembro, de 14h às 22h.**

Educação

19º Reunião Anual da Anped

O GT de Política Educacional da Andes-SN estará participando do evento promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, no período de 22 a 26 de setembro em Caxambu, MG. Mais informações na Regional Rio da Andes-SN, telefone: (021)283-2196.

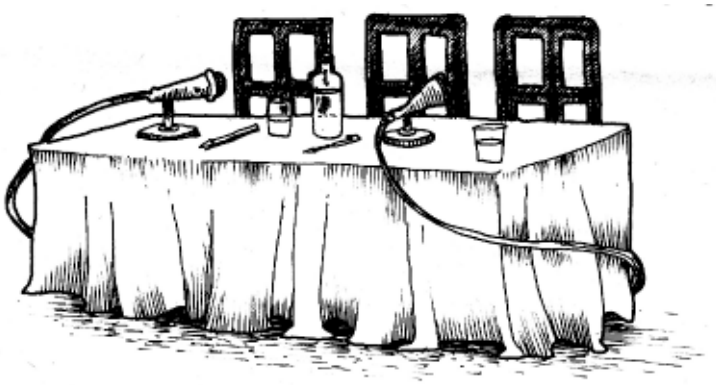
Candidato do PFL troca debate por chope

Luiz Paulo Conde era o convidado da última quinta-feira, dia 5, no happy hour com os candidatos a prefeito do Rio, organizado pelo Fórum de Ciência e Cultura com o apoio da Adufrj, Sintufrj e DCE.

Na véspera, porém, Conde, que já foi diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, a FAU, enviou um fax ao Fórum em que alegava ter assumido um - "muito antecipadamente e impossível de ser desmarcado" - compromisso com o Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Eugênio Sales.

No dia seguinte, sexta-feira, uma folheada nas páginas dos jornais que cobrem a campanha eleitoral não revelou nenhuma linha sobre o suposto encontro. A Arquidiocese, é verdade, era citada, mas apenas por ter lançado uma cartilha com orientações sobre as próximas eleições para os católicos. Que inclusive apontava a propaganda falsa e as promessas descabidas, as que dificilmente são cumpridas, como algumas das causas do descrédito na política.

No sábado, finalmente a coluna social Danuza, do Jornal do Brasil, revelou por quais cercanias estivera o candidato do PFL. Segundo a colunista, o candidato esteve de 18h às 21h30 no bar Planeta Chope, após uma panfletagem no bairro de Vila Isabel, exatamente no horário em que havia se comprometido a esclarecer a comunidade universitária da UFRJ sobre o seu programa.



j.o.r.n.a.l ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** - ELIZABETH BALDO CORREA

Prorecon

10 milhões para graduação

SR1 lança programa de recuperação da graduação e pede ao MEC R$ 10 milhões para compra de equipamentos

Se para o Congresso Nacional e para o MEC um orçamento que financie bolsas para a graduação não é relevante à garantia da qualidade na formação dos estudantes da universidade pública, o mesmo não acontece em relação à compra de equipamentos e materiais para a adequação, deste mesmo aluno, a um aprendizado mais moderno, dinâmico e, fundamentalmente, mais competitivo.

Este parece ser o entendimento da Sub-reitoria de Graduação da UFRJ (SR1), que, apostando na liberação de recursos pelo MEC via dotação orçamentária, lançou o Prorecon - Programa de Reconstrução e Modernização de Infraestrutura de Graduação -, onde estão previstos dez milhões de reais para a compra de equipamentos para a graduação.

Convite às Unidades

Para o lançamento do Programa, realizado na última sexta-feira, no auditório do NCE - Núcleo de Ciências da Computação, foram convidados todos os diretores de Unidades da universidade. Poucos compareceram para conhecer, com detalhes, o programa que vai viabilizar, a partir de projetos apresentados pelas Unidades, um único projeto institucional a ser enviado ao MEC com a fundamentação dos pedidos.

De acordo com o edital do Prorecom, cada unidade responsável por disciplinas cadastradas na graduação deverá, para se habilitar ao Programa, apresentar um Plano Institucional de Ensino de Graduação, dirigido à sua "consolidação e modernização, vinculado a um programa de reequipamento da infra-estrutura acadêmica de graduação, recuperando, inovando e ampliando as condições instrucionais da Instituição".

Perfil

O edital deixa claro que as unidades deverão apresentar projetos em "consonância" com os objetivos detalhados no documento Projeto Acadêmico de Graduação, apresentado pela reitoria no início deste ano.

Computadores

Pelo Programa serão financiados apenas equipamentos - a especificação dos tipos de equipamentos que poderão ser comprados está no documento do Prorecon, ao qual a reportagem não teve acesso até o fechamento desta edição.

Durante a apresentação do edital, o reitor alertou que não poderão ser comprados computadores. A sub-reitora de graduação, Neyde Felisberto, lembrou que a UFRJ já resolveu esse problema com a inauguração dos laboratórios de informática para a graduação.

A questão da falta de verbas para as bolsas de ensino na universidade não foi mencionada. Com o corte das bolsas de estágio, monitoria e outras - estimado em, no mínimo, 50% -, o funcionamento desses mesmos laboratórios deverá ficar prejudicado, a partir deste semestre.

Linha direta com o MEC

Durante a apresentação do edital, tanto o reitor como a sub-reitora fizeram questão de enfatizar o bom relacionamento com o Ministério da Educação e, que, se a universidade, em apenas um mês e meio, conseguir aprontar o Projeto Institucional, a ser levado pela SR1 à Brasília, não só sairão os recursos, como será aberto um canal para a apresentação do que a sub-reitora chamou de "projetos especiais para a graduação", com possibilidade de verbas na ordem de 20 milhões de reais.

28 projetos

Através do Prorecon, serão contemplados 28 projetos assim distribuídos: cinco de 750 mil; seis de 500 mil; oito de 250 mil; e nove de 150 mil reais. Cada unidade poderá submeter à apreciação da Comissão CEG/SR1 apenas um projeto institucional.

Para a seleção, a SR1 designará uma comissão composta por dez membros. Destes, sete serão indicados pelo CEG: um representante dos estudantes e um de cada Centro.

Os projetos deverão ser aprovados pela Congregação da Unidade, com parecer enviado à SR1 até o dia 26 de setembro. Não serão aceitos recursos à comissão de seleção ao CEG, após a aprovação do Relatório Final.

Prazos

As Unidades devem se apressar. A data para entrega dos projetos à SR1 é dia 26 de setembro. Uma Comissão formada por membros do CEG e presidida pela professora Neyde Felisberto, fará a análise do material enviado. O Projeto Institucional da UFRJ para a graduação está previsto para ser apresentado ao MEC no dia 8 de novembro.

Cronograrna do Prorecon

26/09 - entrega dos projetos das unidades à Comissão da SR1
27 e 30/09, 1 e 2/10 - análise dos projetos das unidades pela comissão CEG/SR1
4,7 e 8/10 - elaboração do Projeto Institucional da UFRJ
9/10 - apresentação da proposta de Projeto Institucional para aprovação no CEG
11/10 - entrega do projeto e dos pedidos de equipamentos à Comissão Executiva do MEC
25/10 - resultado da análise do projeto da UFRJ pelo MEC e recebimento da relação de equipamentos aprovados com detalhamento técnico para re-exame na UFRJ, pela comissão CEG/SR1
26/10 a 6/11 de novembro - análise dos disquetes com detalhamento para possíveis correções pela comissão CEG/SR1, ouvindo a unidade, se necessária.
8/11 - entrega do disquete à Comissão Executiva do MEC com o pleito definitivo da UFRJ
9/11 - preparação pelo MEC da licitação internacional

As agências públicas de fomento têm para receber do governo cerca de 52 milhões de reais para pesquisa ainda este ano, os quais não estariam comprometidos com o novo programa

Núcleos de Excelência

O programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) foi criado pelo presidente FHC, através de decreto n.º 1.857 de 10 de abril deste ano, e ainda é um ilustre desconhecido para grande parte da comunidade

A verba destinada à formação dos núcleos de excelência nas diversas instituições de ensino e pesquisa do país é de 37 milhões de reais, para projetos apresentados este ano.

O Pronex - programa de apoio aos núcleos de excelência, vinculado ao ministério da Ciência e Tecnologia - visa à formação de grupos de pesquisa institucional ou multi-institucional que receberão de 400 mil a 4 milhões de reais por projeto, durante quatro anos, renováveis após avaliação no final do período.

Segundo o professor Gilberto Velho, do Departamento de Antropologia da UFRJ e um dos membros da Comissão do Pronex, o nome "núcleos de excelência" é muito ruim, pois dá a idéia de que quem não for escolhido como um deles não é excelente. "Certos projetos, que se encaixam nas definições que estão no edital, serão escolhidos. Isso não quer dizer que existam projetos que, por não se encaixarem no programa, não possam ser considerados excelentes", explica.

Dinheiro novo

Um dos questionamentos da comunidade universitária sobre o programa é "de onde vem o dinheiro? ". De acordo com o professor Gilberto, o Ministério da C & T garantiu, formalmente à Comissão, que os 37 milhões previstos para 96 serão contingenciado das agências de fomento à pesquisa Finep, CNPq e Capes.

Ainda de acordo com o professor, as agências têm para receber do governo cerca de 52 milhões de reais para pesquisas ainda este ano, não comprometidos com o novo programa. Ele diz que o governo garante: "são itens separados no orçamento. O dinheiro do CNPq e da Finep está contingenciado, mas não se confunde com o Pronex", insiste.

Há mais de quinze anos a comunidade científica discute através de reuniões, como as da SBPC, a viabilização de um programa como este, que, para Gilberto Velho vai aliviar grupos que se dedicam à pesquisa e garantir um tempo maior de financiamentos a projetos de "relevância para o desenvolvimento do país".

Prazo

Os interessados devem apressar-se, pois a data final para concorrer a verbas pelo Pronex é dia 20 de setembro. O professor concordou com o fato de que o prazo para entrega de projetos é muito curto. "O ideal seria que o prazo fosse maior, mas já existem alguns grupos que estão em processo de estruturação ou com pesquisas em algum nível de amadurecimento, o importante é lembrar que no ano que vem haverá uma nova etapa. Então, não é o salve-se quem puder".

A explicação para os prazos é, segundo o professor, de ordem técnica: os técnicos do ministério da C & T praticamente impuseram à comissão os prazos do programa, sob risco de que o dinheiro disponível fosse usado para outros fins.

Muito confiante nas promessas do governo quanto à continuidade do Programa nos próximos anos, o professor Gilberto, representante da Área de Ciências Humanas e Sociais no Pronex, lamentou que um projeto esperado há tanto tempo pela comunidade científica do país saia exatamente em um momento de falta de recursos financeiros e apoio por parte das agências públicas de fomento.

O fato é que o Pronex corre o risco de nascer como um oásis em meio à escassez de recursos, caso o governo não cumpra com as promessas de não causar prejuízo às agências tradicionais. "Nós, o movimento docente e a SBPC estamos na mesma luta. Estes 37 milhões existem e nós temos que fazer com que eles se revertam da melhor maneira possível para a comunidade científica".

Competição

Para um projeto ser aprovado pela Comissão do Pronex (veja boxe) deve ser coordenado por um pesquisador com destacado histórico de pesquisa - no caso das universidades, um pesquisador-docente - na área de atuação do núcleo e "comprovada capacidade de liderança em pesquisa".

A equipe deve incluir, além do coordenador, no mínimo dois outros pesquisadores principais, pertencentes ao quadro da instituição participante, com a qualificação dos bolsistas nível I do CNPq. Segundo o edital, todos os pesquisadores da equipe devem estar ativa e produtivamente envolvidos em pesquisa na área de atuação do núcleo, não podendo pertencer a mais de um projeto desta natureza.

A instituição sede

Um projeto escolhido ficará baseado em uma instituição sede, a UFRJ por exemplo, que se comprometerá em garantir infra-estrutura, além de "assegurar contrapartida de recursos materiais e humanos". Um núcleo de excelência não será autônomo em relação à estrutura da universidade, devendo comportar-se como um grupo de pesquisa tradicional, fomentando sua interação com o ensino e a extensão.

Projeto

Deve ser uma proposta de conjunto articulado de atividades de pesquisa "inovadora, científica ou tecnológica em qualquer área do conhecimento, com foco de interesse claramente identificado".

A Adufrj possui uma cópia do edital do Pronex, contendo mais informações sobre a apresentação e avaliação das propostas e acompanhamento dos núcleos.

Fazem parte da Comissão de Coordenação do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX:

- Lindolpho de Carvalho, secretário executivo do Ministério da C & T
- José Galizia Tundisi, presidente do CNPq
- Abílio Afonso Baêta Neves, presidente da Capes
- Lourival do Carmo Mônaco, presidente da Finep
- José Fernando Perez, representante do Ministério da C & T e diretor científico da Fapesp
- Adalberto Vasquez, representante do MEC e diretor científico da Fapergs
- Hersch Moyses Nussenveig, representante da Área de Ciências Exatas e da Terra, professor do Departamento de Física da UFRJ
- Antonio Cechelli de Matos Paiva, representante da Área de Ciências da Vida, professor do Departamento de Biofísica da Unifesp
- Gilberto Cardoso Alves Velho, representante da Área de Ciências Humanas e Sociais, professor do Departamento de Antropologia da UFRJ
- Evandro Mirra Paula e Silva, representante da Área Tecnológica.

A comissão tomou posse no dia 22 de maio e tem mandato de quatro anos.

Informe DCE

II Fórum Nacional de Universidades Públicas
13, 14 e 15 de setembro de 1996
Campus da Praia Vermelha
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Durante o I Congresso Nacional de Educação (I Coned) - realizado no início de agosto, em Belo Horizonte - os estudantes de universidades públicas e representantes das executivas de curso lá reunidos em plenária, deliberaram pela realização de uma segunda versão do Fórum de Universidades Públicas, realizado em 1994 nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O II Fórum Nacional de Universidades Públicas foi marcado para os dias 13, 14 e 15 de setembro no campus da Praia Vermelha, na UFRJ. Empenhados em organizar o evento, toda a infra-estrutura para receber os representantes dos DCEs das Instituições Públicas de Ensino Superior e executivas de curso está garantida.

O objetivo do encontro é discutir os rumos e perspectivas das universidades públicas, diante da reforma universitária executada pelo governo FHC. Com o calendário que o movimento estudantil tem pela frente e as dificuldades que enfrentaremos, estamos reforçando a urgência da convocação do evento.

Comissão organizadora: DCE-UFRJ/ DCE-UFV/ DCE- UFU/ DCE - Unicamp/UEE-RJ/ UEE-SP/ UNE / Fórum de Executivas de Curso.

Para Além da beleza

É sempre bem-vinda a oportunidade de falar ou escrever sobre ciência e cultura no Rio de Janeiro. A partir da mudança da capital federal para Brasília, em 1960, a Guanabara perdeu muito de sua condição de centro cultural, prevalecendo o título de maior ponto turístico do país.

Nada contra o turismo, pelo contrário, nós cariocas devemos todo dia dar graças a Deus pela beleza inigualável do cidade, que a torna uma referência no mundo todo. Mas o que vale para as pessoas vale para o Rio, beleza não é tudo. Quem mora aqui, e também quem vem de passagem, necessita de alguma atividade cultural, seja em que nível for.

Assim, vou criar, recuperar e manter centros populares de cultura. A música, em particular a instrumental, terá mais espaço junto à população em geral. O projeto Palco sobre Rodas, que levará o teatro até o grande público, ganhará força. Um ponto a que darei grande importância é o da descentralização da cultura popular. As manifestações culturais - bailes, exposições, concertos, concursos de pintura, sessões de cinema - têm de cobrir toda a cidade.

Por falar em cinema, darei tratamento especial à Riofilme, resposta natural da prefeitura a uma das mais fortes vocações da cidade. Afinal, o cinema no Brasil começou aqui, há 100 anos, na Rua do Ouvidor. A Riofilme surgiu como uma distribuidora e logo ampliou sua ação: hoje participa da produção e da exibição de filmes, estimula festivais, forma novos espectadores. Realiza ainda os projetos A Escola vai ao Cinema (para estudantes das escolas municipais), Cine UniversitáRIO (em universidades) e Cine ComunitáRIO (em bairros que já não têm salas de projeção).

Não podemos esquecer o esporte e o lazer, que muito têm a ver com a cultura. Por isso, darei continuidade ao projeto Kit Lazer, de instalação de equipamentos esportivos em comunidades carentes; ao projeto Feliz Idade, de lazer voltado para os idosos; e ao projeto de Colônia de Férias de esporte e lazer. Implantarei o projeto de iniciação esportiva e integração social, também em comunidades carentes; e o projeto do Centro Esportivo na Favela da Maré. Em Campo Grande, o Centro Esportivo Miécimo da Silva, para onde serão remanejados professores de educação física, estará à disposição dos praticantes dos mais variados esportes.

Assim como a cultura, as iniciativas científicas e tecnológicas ganharão respaldo do município. Sem que se descuide, claro, dos efeitos da tecnologia sobre o meio ambiente. Por isso, ampliarei o número de Unidades de Conservação Ambiental e a educação ambientar receberá toda a atenção.

Luiz Paulo Conde - candidato a prefeito pelo PFL

O PT faz bem

Os dois últimos governos do Rio aplicaram verdadeiras fortunas em obras como o Rio Orla e o Rio Cidade. Mas as chuvas de janeiro último; o martírio dos que necessitam de um atendimento de saúde na rede pública; a desesperança expressa nos olhos de cada criança da rede municipal que não tem professor, as muitas horas de vida perdidas por quase todos os moradores da cidade nos engarrafamentos intermináveis, nas filas das conduções, colocam a nu uma face triste e feia de nossa cidade real, maravilhosa e infelizmente menos humana do que no passado.

Nosso maior desafio - de todos os cariocas, da gema ou adotivos - devolver ao Rio aquilo que ele sempre teve de maravilhoso: a alegria, a generosidade, a descontração, a capacidade de emocionar e encantar a todos os cidadãos do mundo com o melhor de nossos sentimentos - a solidariedade.

Como todos sabemos, é difícil manter um sorriso nos lábios se não há esperanças de que a vida pode ser melhor. Nossos irmãos d'além mar que há décadas cruzaram o Atlântico não trouxeram apenas sua reconhecida tenacidade no trabalho, mas, sobretudo, a fé de que havia um bom futuro a ser construído. Não temos o direito de sonegar esta esperança a nossas gerações, nem a aqueles que vem sendo seguidamente esquecidos pelos governantes. Temos uma convicção: melhorar a qualidade de vida da população pobre, por meio da melhoria dos serviços públicos municipais - dos quais ela é a maior usuária - é melhorar a vida de todos os moradores da cidade. Possivelmente, muitos leitores desta publicação não são mais usuários dos serviços municipais essenciais que, degradados, empurram aqueles que ainda têm alguma possibilidade a serem espoliados pelos planos de saúde, a arcarem com custos sempre crescentes nas escolas particulares de qualidade duvidosa, a não mais utilizarem dos meios de transporte coletivos. A mudança sensível de tudo isto e um pouco mais está ao alcance de nossas mãos.

Nosso programa de governo possui cinco diretrizes gerais (as medidas concretas já previstas não são passíveis de inclusão aqui, por motivo de espaço, mas estão disponíveis aos interessados em nossos comitês e via Internet <http://chicoprefeito.com.br>)

1 - Um Rio mais democrático - participação de todos os cidadãos interessados no planejamento e controle do governo municipal.

2 - Um Rio com qualidade de vida - prioridade absoluta para as políticas sociais (educação, saúde, moradia, saneamento e renda mínima para as famílias que mantiverem seus filhos exclusivamente estudando)

3 - Um Rio que não para - conjunto de iniciativas para superar o caos do trânsito em que a Cidade mergulhou (entre outras medidas, criação do veículo leve sobre trilhos da Barra a Madureira: apoio à ampliação e recuperação do Metrô, criação de corredores expressos de ônibus)

4 - Um Rio que trabalha - dinamização econômica da Cidade (criação do Banco do Povo, como em Brasília: apoio à pequena e média empresa, criação de frentes de trabalho para saneamento e contenção de encostas, implantação das Casas da Cultura e dos Centros de Comércio Popular, como forma de disciplinar a atividades dos ambulantes)

5 - Um Rio mais humano - o poder público como indutor da solidariedade social (criação de programas para enfrentamento real dos problemas da parcela da população em situação de grande miséria e delinqüência).

Chico Alencar - candidato a prefeito do Rio pelo PT

O jornal da Adufrj procurou alguns decanos e diretores de unidades que podem sofrer mudanças, caso a proposta do Plano Diretor da reitoria seja implantada. Representantes da Adufrj, Sintufrj e DCE também foram ouvidos.

Plano Diretor

Vera Halfoun - decana do CCS
Já ouvi falar no plano diretor, mas não pronto, acabado. Logo no início, e de forma superficial apenas definindo grandes áreas, e depois, quando foi mostrado no Conselho Universitário. Mas este assunto nunca chegou para nós do ponto de vista de deliberação, não houve ainda inclusão em pauta e nem foi colocado em votação.
A Escola de Educação Física e Desportos, que poderá ser desligada do CCS, tem toda uma tradição dentro do Centro e hoje, com a abertura do curso de graduação para bacharelado em educação física, a escola vê o seu futuro muito mais inserido, não só como esporte mas como promotor de saúde. Ela adotou toda uma política de esporte para grupos de riscos, para o idoso, para criança deficiente, para pessoas portadoras de deficiência física, então, a interface da área de saúde tende a crescer na educação física, do ponto de vista do futuro, e não o contrário.
O esporte como arte e como integração social da pessoa, essas duas interfaces hoje são muito menores em relação ao futuro de ser um agente promotor de saúde. Eu acho que não tem sentido, seria um retrocesso a saída da Escola de Educação Física do CCS.

Sônia Leitão, diretora da Escola de Educação Física e Desportos
Eu não conheço. Fica difícil me posicionar porque não sei como isto se dará, de onde surgiu esta idéia. Acho que é uma discussão a nível de comunidade da EEFD. Eu só sei que existe um plano diretor e que a Escola de Educação Física não está nesta estrutura, atual, ligada ao CCS, mais nada.

Carlos Alberto Messeder, decano do CFCH
Eu desconheço, nunca vi este plano. O próprio reitor diz que a UFRJ tem dois campi. Estou na decania há dois anos e meio e que eu saiba nunca houve iniciativa da reitoria em discutir com os decanos mudança de unidades ou novos centros. A Praia Vermelha é que precisa ser racionalizada.
A piscina tem que sair daqui, ela está causando problemas aos prédios, tem que ocupar racionalmente a área do fundo (dos campos de futebol), e várias turmas estão sem aula por falta de espaço, na comunicação, a psicologia, administração e contábeis. Eu acho que um plano diretor, tinha que atender estes tipos de problemas ao invés de ficar trocando unidades ou centros.

Marlene Alves de Oliveira, diretora da Faculdade de Educação
Em princípio eu quero mais informação, mas o que a gente pode imaginar é que a realização do plano resultaria numa verdadeira cidade, e que seria de grande interesse para todos. Sem dúvida nenhuma, representaria uma melhora extraordinária em matéria de facilidades, conforto aos usuários. A ilha está realmente precisando receber muitos recursos e transformações, para que ela se torne um lugar mais agradável, apropriado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estamos à espera de que as transformações possam realmente ocorrer.
Acho que se as excelentes condições de serviços, de pesquisa, laboratórios, de parques, praças, de transporte e de segurança forem alcançadas, seria uma maravilha, uma verdadeira revolução urbana. As modificações sempre causam alguma inquietação, a inquietação do novo: será bom, será melhor, será preferível? Embora estejam num endereço privilegiado, num campo belíssimo, com um palácio magnífico, os usuários da Praia Vermelha têm muitos problemas, como o de conservação da estrutura e falta de salas de aula.

Adolfo Wagner, do DCE
Tivemos conhecimento do início da discussão do plano diretor coordenado pela SR5 há mais ou menos um ano. De lá para cá não tivemos mais nenhuma informação. O que fica claro é que este projeto foi elaborado sem o conhecimento da comunidade.

Luiz Antônio, do Sintufrj
Esta é mais uma das coisas que acontecem sistematicamente na UFRJ, que é como sempre são tratadas as questões relevantes na universidade. Tanto nas discussões importantes, como esta do plano diretor, quanto nos recursos e verbas que chegam, a comunidade só fica sabendo quando os prazos para já estão para terminar. As coisas nunca são devidamente debatidas por aqui. Falta clareza.

Rosanne Evangelista Dias, diretora da Adufrj *- Uma das contradições reveladas na proposta de plano diretor da reitoria diz respeito à participação da comunidade universitária na sua construção. Ao mesmo tempo em que afirma ser necessária esta participação, não divulga amplamente a proposta e nem cita os mecanismos que seriam utilizados nesta discussão. Outro aspecto a merecer destaque está implícito na nova organização de Centros e Unidades. Acredita-se que exista uma justificativa para a organização proposta, no entanto, onde estará?*

17 a 23 de setembro/96

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

**Assino o abaixo-assinado pelos 26% (Plano Verão) para Todos.
Procure seu Conselheiro, nas Unidades.**

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

Para onde vai o dinheiro público?

Conheça como é elaborado e executado o orçamento da União

Páginas 6 a 11

Roberto Romano fala sobre o Pronex e o incentivo à pesquisa no país.

Páginas 3 e 4

De acordo com a SR4, docentes aposentados não podem acumular vantagens

Página 11

Rápidas

Educação

Contra a exclusão

Foi realizado em Curitiba, de 1 a 4 de setembro último, com a participação de universidades do Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, o Seminário Internacional "Cidades Educadoras contra a Exclusão e Pela Paz".

Na abertura, várias entidades de educação realizaram atos de protesto contra as políticas do governo FHC para o setor.

A reforma administrativa, a proposta de alteração da autonomia universitária, proposta pelo MEC através de Projeto de Lei e por Emenda Constitucional (PEC370) e o PL do ensino técnico foram consideradas estratégias de desmonte do sistema educacional do país pelas entidades presentes. Participaram o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná, a Andes-SN, o Sindicato dos Trabalhadores do Cefet/PR, o DEC-UFPR, entre outras.

Congreso Nacional

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu no plenário do Senado a proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira. Destacou que há diferenças fundamentais entre a concepção do governo e a da entidade. Enquanto a proposta do governo se caracteriza pela lógica empresarial, visando a rentabilidade imediata do investimento e salientando a quantificação, a da Andes defende urna concepção que tem como foco o padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Repúdio

A Andes-SN, Regional São Paulo, enviou nota de protesto contra as punições sofridas por funcionários da USP e Unicamp que participaram da greve de maio a junho deste ano, pelo aumento de verbas para as universidades, aprovado pela Lei de Diretrizes Orçamentares. Os reitores destas universidades, mesmo após terem reconhecido a legitimidade da greve, demitiram e descontaram salários de dias parados.

Greve no Uruguai

Desde o dia 15 de agosto, estudantes e docentes de várias instituições do Uruguai estão em greve contra a reforma da educação inspirada nas orientações do Banco Mundial, FMI e do Banco Intramericano de Desenvolvimento (Bid), que têm como objetivo privatizar o ensino naquele país.

Descompromisso

Contrariando a propaganda veiculada pelo Governo Federal, que dizia que a X Conferência Nacional de Saúde era um espaço de participação da sociedade junto ao governo na busca de solução dos problemas vividos pela população, nem a primeira dama, D. Ruth Cardoso, nem os ministros Paulo Malan (Fazenda), Gustavo Krause (Meio Ambiente) e Antônio Kandir (Planejamento) compareceram ao evento.

Em repúdio ao descaso dos governantes, seus representantes foram impedidos pelo plenário de participar da mesa redonda "Políticas Públicas Saudáveis: o que são e como implementá-las, intersetorialidade e novas formas de gestão".

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

O ministro da Educação Paulo Renato, diz em depoimento à revista Exame que o Brasil deve fazer como a Coréia: terceirizar a pesquisa e importar tecnologia

O Pronex e a pesquisa no país

Professor Titular de Filosofia da Unicamp, Roberto Romano é um crítico e estudioso das relações de poder nas instituições acadêmicas. Impiedoso, Romano questiona a forma como foi elaborado e apresentado o novo programa de verbas do ministério da C&T, o Pronex.

A falta de Planificação, o contingenciamento das verbas para pesquisa, os prazos curtos e noticiados em cima da hora, entre outras características de programas desenvolvidos pelos ministério da educação e da ciência e tecnologia, como o Pronex - Programa de apoio a núcleos de excelência -, fazem parte de uma política de governo que, para o professor titular do departamento de Filosofia da Unicamp, Roberto Romano, efetivamente não está levando em conta a crise já existente na pesquisa brasileira, tanto no tocante a verbas quanto a políticas e estratégias.

Soluções de emergência, a serviço da política do governo federal - não que ele seja contra que o governo tenha uma política, ao contrário -, de acordo com Romano podem levar a mais desperdício de recursos do que a um aproveitamento interno do potencial científico das instituições, como as universidades públicas. "Com todos esses anos de experiência dentro das instituições universitárias, eu aprendi que nunca deve-se acreditar na palavra de fé das pessoas que formam as instâncias que vão, elas próprias, elaborar, decidir e avaliar os projetos e quem deles deve se beneficiar. Não podemos esquecer que essas comissões são feitas às pressas, na confusão da conjuntura e a serviço do governo e não do Estado".

Para o professor, um projeto como o Pronex deveria ser trabalhado, primeiramente, no plano do Estado como um todo: executivo, legislativo e judiciário. "Nada que é feito dessa forma velada e corrida pode dar certo em um país que tem 140 milhões de habitantes", sentencia.

Os questionamentos do professor Romano, remetem à matéria publicada na revista Exame da primeira quinzena do mês de julho, onde declarações como as do ministro da Educação Paulo Renato, já anunciavam que, adotada a política neoliberal e fazendo parte de uma economia "globalizada" não há a necessidade do país promover núcleos de excelência. Paulo Renato deixa claro em depoimentos à revista que, para ele, a ênfase no ensino universitário foi uma característica de desenvolvimento autosustentado, desplugado da economia internacional e hoje em estado de agonia terminal. "Para mantê-lo era necessário criar uma pesquisa e tecnologia próprias", sustenta o ministro.

Se o próprio ministro da Educação assume que hoje, com a economia globalizada, não há a necessidade de que o país venha a desenvolver pesquisa e tecnologia próprias, então como pode o ministério da C & T, com o apoio do presidente da República, segundo representantes do Pronex, se comprometer em, a partir deste ano, liberar verbas - mesmo que contingenciadas de recursos já previstos - para a criação de superlaboratórios integrados para o desenvolvimento de pesquisa nas instituições públicas, basicamente nas universidades federais, e em áreas consideradas excelentes?

A resposta é dada pelo professor Romano, que há anos estuda as relações de poder nas universidades e nas instituições acadêmicas. "As afirmações *cantilenas*, dadas pela professora Eunice Durhan (secretária de ensino superior do NEC), de que com a globalização e diante dos altos custos para manter a pós-graduação no país fica mais barato mandar os estudantes para Cambridge, Harvard e outras instituições americanas e européias, e que devemos seguir o exemplo da Coréia, que terceirizou suas pesquisas, entre outras pérolas, são repetidas e incentivadas em núcleos de pesquisa e em várias reuniões de diversos setores da comunidade científica", diz.

Esta ideologia programática do governo FHC é que tem levado a essa falta de debate entre poder executivo e sociedade. Seguindo o professor, é um contrasenso, que o governo ao mesmo tempo acene para alguns grupos e instituições com verbas para pesquisa e dê declarações explícitas de que a pesquisa no Brasil deve ser "terceirizada".

Para o professor Romano, o Pronex lembra o acontecido com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que durante anos foi discutida entre o congresso, a sociedade organizada e o setor de educação. "Aí veio o professor Darcy, que como relator no Senado, fez algo que considero, no mínimo pouco ético e questionável, que foi apresentar outro projeto, ao invés de, se preciso o fosse, emendá-lo. E o que se assistiu depois foi o espetáculo fantástico da emenda Toninho Malvadeza, que retirou a obrigatoriedade dos diplomas de pós-graduação para o ensino nas faculdades privadas e públicas. Ora, então está coerente a política que dispensa doutores e mestres com a política de mandar as pessoas consideradas mais promissoras para o exterior. Só esqueceram de um detalhe: nós somos mais de 140 milhões de trabalhadores com uma situação estratégica no mundo muito diferente da Coréia. ", alerta.

O professor vai mais longe. Questiona, também, a falta de discussão das políticas acadêmicas na relação com a sociedade: "Junto dessa questão das verbas para pesquisa, há a discussão sobre os pressupostos da Federação brasileira com os estados. No caso das universidades federais, esquecemos que elas estão inseridas em estados. Esquecemos que a UFRJ, por exemplo, está inserida em um estado, em um município, que têm suas necessidades e realidades próprias, que demanda esta ou aquela estratégia de desenvolvimento. Uma universidade do Nordeste está também inserida em outro contexto que deve ser

Só esqueceram de um detalhe: nós somos mais de 140 milhões de trabalhadores com uma situação estratégica no mundo muito diferente da Coréia", alerta Romano.

pensado, antes da feitura de editais. Ou nós somos uma federação de povos ou, então, fazemos parte de um regime totalizador e despótico", completa.

Dúvidas

Roberto Romano não esconde as dúvidas em relação ao Pronex e como se dará o processo de avaliação dos grupos e a destinação dos recursos. "Tenho muitas reticências em relação a esse projeto. Me parece o velho jogo da cenoura e do bastão, muito usado na ditadura. Privilegia-se determinado setor, a exemplo do que foi o acordo Brasil-Alemanha. Passada a fase, esses mesmos setores ficam sem nada, desestrutura-se a indústria, desemprega-se trabalhadores e passa-se à química fina. Aí vem o bastão: corte de verbas, corte de pesquisas. Isso sem falar na questão do *metron* - a medida da excelência. Quem dá a medida da excelência se o governo, que cria os centros de excelência, tem que, para atingir a qualidade por eles exigida, de um lado, se comprometer com a pesquisa interior e, de outro, investir não só na pós-graduação como também na graduação. Mas investir em uma pesquisa e ensino diferentes de Harvard, Cambridge ... Isso não é nacionalismo, é realismo. Com respeito aos membros da comissão do Pronex, eles não têm poder para garantir que o governo vai dar continuidade a esse tipo de financiamento daqui a quatro, três, dois ou um ano. E eu não acredito de maneira nenhuma na palavra do presidente FHC, por que alguém que promete tudo em nome da sobrevivência no poder, que diz que não é candidato à reeleição e logo em seguida inicia sua campanha através da mídia, não pode ser confiável. Além do mais, infelizmente, não posso acreditar em projetos como este, quando se sabe que pessoas no interior das instituições receberam, com antecedência às próprias autoridades acadêmicas, informações sobre as normas, prazos e feitura do edital".

Outras opiniões

Hermes Magalhães
diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ

Nós tivemos reuniões a propósito do projeto porque tínhamos que ver como o Ippur iria se posicionar. Somos uma unidade pequena, mas temos várias pesquisas, vários projetos. E temos grupos com uma certa tradição na área. Mas não chegamos a uma posição que eu possa dizer que é a da instituição. Agora, a minha posição, como diretor, é que o projeto foi lançado sem uma programação, sobretudo no que tange a prazos e etapas, um prazo extremamente curto, implicando numa mudança muito grande nos procedimentos em relação ao financiamento da pesquisa pelos órgãos oficiais. Isto nos pegou desprevenidos, para chegarmos a um resultado dentro de um prazo muito curto.

Em seguida digo que a comunidade não estava preparada para uma mudança imediata da forma de apoio à pesquisa no país. Para uma unidade de pesquisa como a nossa, pequena mas avaliada como de excelência há mais de 12 anos, fica difícil saber.

Professor Sérgio Ferreira, presidente da SBPC

Os grupos que são de primeira linha e mantêm um guarda-chuva na educação e no processo de estudo dos grupos emergentes foram mantidos e estimulados nesse processo. Esse é um problema e nós jamais pensávamos em ser contra esse processo. Mas na realidade houve ainda durante a campanha de Fernando Henrique Cardoso, uma proposta de dinheiro, independente de qualquer outro dinheiro, a esses grupos que de alguma forma dariam uma garantia ao desenvolvimento da pesquisa no país. No inicio eram 100 milhões de reais, depois passou para 40 milhões e agora já nem se sabe ao certo quanto é. Achamos que o Pronex é benvindo, mas um dos grandes problemas que vai ter o programa é a sua administração ideológica. Porque o Pronex não foi feito para grupos que se formam agora, foi feito para interações de pesquisas que basicamente aparecem por existir dinheiro no mercado. E uma avaliação para um programa como esse tem que ser feita com base naquilo que realmente constitui no Brasil os grupos de pesquisa reais, que estimulam a ciência brasileira, e estimulam a formação de novos grupos. Vai haver uma enxurrada de pedidos e vai ser extremamente difícil o julgamento, por que a forma como foi feito o edital, mostra claramente que foi politicamente correta, mas operacionalmente incorreta, o que poderá levar inclusive a destruição da própria filosofia do programa. Se mudar a filosofia, será mais um dinheiro que vem sem nenhuma definição real de desenvolvimento científico. Mais uma vez se prometeu, se falou e nada aconteceu.

José Simões, conselheiro da Adufrj

O Pronex não define as áreas prioritárias e não estimula novas áreas, portanto não estabelece metas a serem cumpridas. Falta a esse governo uma política de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial para o país. A última diretriz que nós temos é um vago projeto do período Collor, o PADCT.

O Programa chega como uma alternativa à falta de verbas e incentivo à pesquisa pelas agências de fomento. Estas também ainda não foram avaliadas externamente: o que funciona e o que não funciona? Mais uma vez vemos que o tipo de política adotada pelo governo FHC segue as orientações do Banco Mundial.

Chico, candidato do PT no Fórum

O candidato do PT, Chico Alencar, esteve no Fórum de Ciência e Cultura última quinta-feira, dia 12, para apresentar o seu programa de governo. Cerca de 150 pessoas enfrentaram a chuva para ouvir Chico falar sobre as afinidades entre o seu partido e a universidade - "exatamente por ser um partido da crítica, do pensamento e da formulação, ele (aqui) também tem um espaço bastante grande" -, e sobre a sua proposta de governo, "de amor à cidade. Agora, cidade para nós é o seu povo, com o seu sofrimento, com a sua esperança, com a sua vontade de viver, com a sua construção cotidiana, a duras penas, deste universo urbano ". Lembramos que, assim como feito com os outros candidatos, publicamos apenas as perguntas feitas por representantes das entidades da UFRJ, sendo que o representante do Sintufrj, Luiz Antônio, abriu mão de sua pergunta em favor dos presentes.

Henrique Longo, da Adufrj - O discurso do governo FHC diz que os recursos da educação devem ser dirigidos prioritamente para o ensino básico, em detrimento do ensino superior. Eles alegam que a universidade recebe muito dinheiro, que pode captar recursos externos e tal, e a gente vê que não é nada disso, hoje mesmo não pude dar aula porque tinha uma goteira na sala, no laboratório de computação. Gostaria que o candidato comentasse essa proposta do governo.

Nesses anos de chumbo, os grandes eventos da ciência e da cultura eram os encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lá, naquele tempo, pontificava o professor e sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Eu fiz uns três cursos com ele: uma simpatia, as meninas achavam ele lindo, de fato uma inegável inteligência, uma grande capacidade de formulação ... E quando eu ouço ele e Paulo Renato dizerem que a universidade já tem muito, que é preciso investir no ensino básico, eu sinceramente duvido desta inteligência, porque essa proposta inclusive demonstra se não for má fé - uma tremenda ignorância do que é universidade. E a concepção da universidade - gueto.

Ora, a universidade, e hoje nós falamos isso em várias turmas lá, em baixo das goteiras, no Fundão, é uma instituição, para ficar nos cânones tradicionais, de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, ela necessariamente tem que estar articulada com a comunidade, e o locus privilegiado da extensão universitária é a educação básica.

Portanto, muito mais do que ficar nessa balela de reduzir o que já é reduzido, recursos do 3º grau, é importante implementar políticas - e a universidade, tendo a sua autonomia respeitada, há de implementá-las - que integrem cada vez mais a universidade à comunidade, isto tem um resultado direto e concreto de beneficio do ensino básico e do ensino complementar.

A grande falácia é dizer que tem que privatizar tudo, tem que terceirizar tudo, tem que economizar ao máximo, os servidores públicos são os culpados pela crise do país, tem que enxugar a máquina, tem que criar o estado mínimo para então o poder público cumprir a sua nobilíssima tarefa de dedicar-se à educação e à saúde.

Adolfo Wagner, do DCE

De que maneira uma prefeitura petista pode se contrapor a este movimento de estado mínimo, e de mudar a cara do Estado, para estado democrático voltado para as reivindicações dos movimentos sociais?

Para o PF, nem o estado máximo, autoritário, burocrático, fora do controle popular e nem o estado mínimo, que assume definitivamente a privatização da vida.

Como o PT vai operar num contexto de globalização irreversível? Não é só o poder público, ainda mais municipal, resistir a isto. É você estimular na sociedade a criação de uma esfera pública independente do estado, que cobre a eficácia deste estado no sentido de atender as demandas sociais básicas, e no interesse público.

Por exemplo, fala-se muito no cartel das empresas de ônibus, ora se você tem uma sociedade organizada e um poder público preocupado com o interesse da maioria, isso não aconteceria. Isso existe por que o estado, na verdade, por mais forte, por exemplo, que o prefeito Maia diga que é, tem os interesses privados embutidos no seu interior.

A gente não pode aceitar de jeito nenhum o projeto das grandes corporações internacionais e do Banco Mundial. Já há estudos, destas grandes corporações, que dizem que, na dinamização da economia de mercado, no revigoramento do capitalismo, no ano 2010, nós vamos ter 5 bilhões de seres humanos fora da economia de mercado, fora da vida economicamente ativa, e aí, como é que eles chamam este pessoal, que somos nós: coisas excedentes.

Esta é a grande perversidade da tal economia de mercado, ela não possibilita a justiça social plena e a integração de todo o mundo do trabalho.

Para onde vai o dinheiro público?

Se o orçamento do governo deveria, em síntese, ser o resultante de um processo de planejamento das atividades estabelecidas pelos vários órgãos e instituições públicas com vistas a objetivos a serem cumpridos durante determinado período de tempo, não tem sido essa a prática percebida por entidades, como a Andes-SN, que têm acompanhado de perto, nos últimos anos, o processo de planejamento das diretrizes para o gasto do dinheiro público.

O balanço entre receita e despesas comprometidas pelo governo é algo aparentemente simples para o entendimento da população: o dinheiro arrecadado através dos mais variados impostos se reflete em gastos com saúde e educação públicas, programas sociais, incentivos aos setores industriais e agrários, e toda a sorte de programas estabelecidos pela máquina estatal.

Os descaminhos dos recursos arrecadados pelo governo através de impostos, pagos, em sua esmagadora maioria, pela população trabalhadora das classes baixa ou média, são objeto de estudo do Grupo de Trabalho sobre Verbas da Andes-SN. Este estudo pode se tornar um instrumento fundamental para desmascarar o discurso de um governo que se baseia no jogo financeiro dos especuladores e agentes econômicos para definir políticas públicas e gerenciar o Estado e suas responsabilidades.

Por outro lado, quando se trata de orçamento da União no Brasil, seu processo de elaboração e execução não é nada simples ou transparente, ficando a sociedade totalmente à margem da definição das prioridades. Isso se entendermos que sociedade não se limita a representações de grupos econômicos tipo banqueiros, latifundiários e outros que costumam freqüentar com certa assiduidade gabinetes de deputados e senadores na defesa intransigente de seus interesses particulares. O que deveria ser um exercício de transparência e respeito ao contribuinte e ao cidadão, se torna um jogo monstruoso de trocas de favores que produz, a cada votação, novas aberrações e disparidades sociais.

313 bilhões, em 1996

Pela lei, os governos federal, estaduais e municipais devem estabelecer um plano plurianual (ou quinquenal), um plano anual e suas diretrizes orçamentárias - os elementos balizadores do processo de elaboração dos orçamentos anuais, onde são definidos os gastos considerados emergenciais ou imediatos.

No Orçamento da União para 1996, sancionado pelo presidente da República apenas em 9 de maio último, foram previstos, como receita total, um pouco mais de 313 bilhões de reais, recursos que já estão sendo utilizados pelos três poderes.

Se por baixo desta cifra, há toda uma engenharia financeira montada para justificar os gastos, é no rastro das destinações destas verbas, porém, que pode-se ficar sabendo como são utilizados os recursos gerados pelo país e contigenciados pelo governo, e comprovar ou não a autenticidade do discurso oficial.

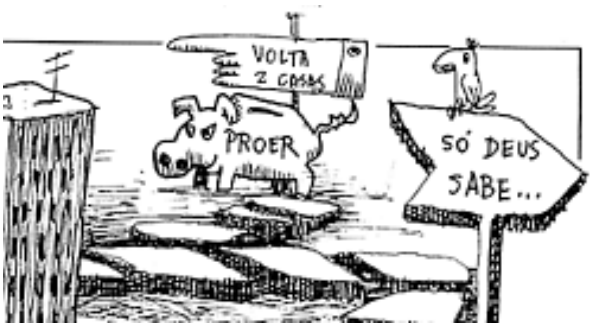
De fato, os ministros de FHC, adotando propostas neoliberais de gestão pública, não só negam a necessidade de um planejamento como também acreditam e defendem que o mercado é o instrumento mais eficiente para a determinação do processo de alocação de recursos, sejam eles públicos ou privados. Para Agamenon Almeida, professor da Universidade Federal do Ceará, ex-diretor do Sindicato dos Docentes e coordenador do GT Verbas da entidade, é assim que os planos plurianuais se tornam verdadeiras peças de ficção, ou seja, "o atual governo, assim como os últimos, não utiliza os planos nem mais como instrumentos demagógicos perante a população", relata.

Quem define

Quem imagina que esse volume de recursos e proposições políticas percorre uma avenida arborizada, clara e de duplo sentido ao menos entre as diversas instâncias governamentais, ledo engano. O sistema operacional definido na Lei 4.320/64 pressupõe que o processo de planejamento seja elaborado a partir das unidades administrativas executoras, direcionadas pelas diretrizes políticas de caráter mais geral. No entanto, é o ministério do Planejamento que define quanto cada órgão deve receber para o respectivo exercício financeiro, seja ele ministério, secretaria ou autarquias, como as universidades federais.

O Ministério formula as políticas públicas, subordinadas ao teto orçamentário (na opinião de Agamenon o

termo correto deveria ser "piso") para as instituições públicas, elabora e envia a elas sua proposta de "prioridades" e gastos. Este processo se repete em cadela. Por exemplo: MEC recebe o seu "teto orçamentário" e define o das unidades (como o das universidades federais) a ele subordinadas. O que também não quer dizer que o órgão vá receber o total dos recursos disponibilizados.



A verba destinada à UFRJ pela execução orçamentária de 1995 publicada pelo Tesouro Nacional, era de mais de R$ 500 milhões, o que efetivamente não corresponde ao que de fato aqui chegou. Isso porque, as unidades seguem o "figurino" imposto pelos ministérios, e seus dirigentes, a despeito de suas reais necessidades, se adequam à política ministerial e, sem questioná-la, reduzem gastos, programam cortes e se contentam, principalmente no setor de saúde e educação, ao *misere* definido pelo governo.

De posse das conformadas reivindicações, o superministério estabelece seus últimos cortes e consolida então uma proposta final, para que o governo possa enfim encaminhar ao Congresso Nacional, até o dia 31 de outubro de cada ano, o seu projeto de lei orçamentária para o ano seguinte. E quem recebe o projeto de lei no Congresso é a Comissão Mista de Orçamento e Finanças, famosa pela efusão de bilhetes de loteria premiados e seus homenzinhos.

Espetáculo triste

O que deveria ser o exercício de uma importantíssima e institucional missão de avaliar as proposições, se transforma em um triste e obscuro espetáculo. Para se ter uma idéia da dimensão do poder dos lobbistas junto a seus parlamentares, todo ano há um esforço no Congresso em limitar o número de emendas por deputado. Se este esforço chegar a um limite de 20 por deputado, o número total representará algo em torno de 10 mil emendas, só na Câmara Federal. Concluída esta etapa, o projeto de lei vai ao Plenário para votação e deve ser enviado para sanção presidencial até 30 de novembro. O presidente tem então um prazo de trinta dias para aprová-lo e sancioná-lo.

Tudo isso, porém, tem sido um conto de fadas. Os prazos legais quase nunca são cumpridos. Em 1994 o governo federal chegou ao extremo de funcionar durante dez meses sem que o orçamento do exercício tivesse sido aprovado pelo Congresso.

Acompanhar sempre

Favores trocados, orçamento aprovado e sancionado, passa-se às execuções orçamentárias, quando ao final são oficialmente praticadas as prioridades que o governo planejou e gastos os bilhões de reais que arrecadou. Se devidamente acompanhada, é na execução do orçamento que podem ser identificadas as verdadeiras intenções do governo. E desmascaradas.

Apesar de quase sempre apresentados de forma compactada e de difícil entendimento para os leigos, uma pessoa com um mínimo de conhecimento técnico tem capacidade de analisar os dados sob uma perspectiva política. E contestar o governo em inúmeras afirmações.

Na opinião de Agamenon Almeida, é na execução orçamentária que se deve intensificar o acompanhamento. "A importância disso tem que ser entendida a partir de seu aspecto político e não na perspectiva de seu aspecto técnico, como normalmente acontece. Lamentavelmente, o acompanhamento é feito de forma esporádica, muitas vezes apenas numa perspectiva técnica e por um número pequeno de entidades", diz. Ele preparou uma análise sobre alguns aspectos específicos do Orçamento da União para 1996, a partir de dois quadros comparativos: um com a Receita Total da União e o outro com o resumo geral da despesa neste ano.

Conferindo os números

Através dos quadros, verificamos que, no orçamento de 96, o item receita de Capital representa 44,11% do total previsto para o exercício. Analisando o endividamento interno (operações de crédito internas), em relação ao total de recursos, isto atinge um volume que representa 38,89% do total da receita prevista.

"O mais sério é que estes recursos não serão tomados emprestado para a realização de investimentos governamentais, seja na área produtiva ou social. Tais recursos serão utilizados para a rolagem e pagamento dos encargos da dívida interna já existente - o que não significa que ela não esteja aumentando", explica Agamenon.

Quanto às despesas, uma rápida olhada no quadro permite verificar que os gastos com Pessoal e Encargos representam 13,21% da despesa total e 23,76% das despesas correntes, "percentuais muito abaixo dos que são apregoados pelo Mare - Ministério da Administração e Reforma do Estado. Por sua vez, os gastos com Juros e Encargos da dívida (interna e externa) representam 7,11 % da despesa total e 12,79% das despesas correntes, mais da metade do que está comprometido com o pagamento de pessoal", continua.

Receitas

Especificação	Em milhões de reais		
1 - Receitas do Tesouro			303.694
1.1 - Receitas Correntes		165.620	
Tributária	65.687		
de Contribuições	62.224		
Patrimonial	1.936		
Agropecuária	24		
Industrial	226		
de Serviços	2.867		
Transferência Correntes	2.601		
Outras Receitas	56		
1.2 - Receitas de Capital	138.073		
Crédito Internas	124.860		
Crédito Externas	1.970		
Alienação de Bens	309		
Amortização do Empréstimo	7.450		
Transferências de Capital	22		
Outras Receitas de Capital	3.482		
2 - Receitas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta, Iinclusive Fundos e Fundações Públicas (excluidas as transferências do Tesouro Nacional)			9.320
2.1 - Receitas Correntes		7.899	
2.2 - Receitas de Capital		1.420	
Total			313.014

Despesas

Especificação	Em milhões de reais	
Despesas Correntes		173.993
Pessoal e Encargos Sociais	41.348	
Juros e Encargos da Divida	22.262	
Outras Despesas Correntes	110.383	
Despesas de Capital		135.986
Investimentos	9.530	
Inversões Financeiras	12.343	
Amortização	113.763	
Outras Despesas de Capital	349	
Reserva de Contingência		3.035
Total		313.014

Fernando Henrique

É na amortização das dívidas - que atinge 36,34% do total da despesa governamental federal e 83,65% das despesas de capital - que teremos a idéia da (não) prioridade social do governo Fernando Henrique e lembrar das promessas de campanha. Se as despesas com os juros forem somadas aos encargos e mais a amortização da dívida interna e externa, verifica-se que cerca de 43,46% dos gastos totais do governo são realizados para o pagamento do chamado "serviço da dívida" federal: quase 50%. Enquanto isso, o volume de recursos alocado ao MEC é de apenas 9.861 milhões de reais. Embora não apareça no quadro, já que os valores estão agrupados, isto representa o ínfimo montante de 3,15% do total de recursos previstos no Orçamento da União à rubrica da educação.

Desmascarando o discurso de

O orçamento aplicado em Educação

O quê realmente o governo acredita representar a educação em seu projeto de nação globalizada? Acontecimentos passados e recentes demonstram que sem ciência e tecnologia, e sem conhecimento, não se passa de país dependente para uma nação com capacidade de deliberar sobre o seu próprio destino.

Uma pesquisa nos investimentos sociais realizados nos dois anos e meio deste mandato presidencial, como recentemente fez o Tribunal de Contas da União (TCU), responde a qualquer dúvida sobre o papel que esta prática neoliberal reserva para o futuro do país. Segundo o TCU, os investimentos sociais só fizeram decrescer neste governo.

Divisão de recursos

A União gerencia apenas 1/4 dos recursos totais destinados à educação - os 75% restantes são constitucionalmente remetidos a estados e municípios, responsáveis pelo ensino básico, e à erradicação do analfabetismo.

Se o governo Federal apregoa que o ensino superior é responsável por mais de 50% dos recursos da educação, e que justamente por isso não há investimentos suficientes no ensino fundamental, é porque a sua engenhosidade contábil ainda encontra respaldo.

O governo Federal apresentou, através de projeto de lei do MEC, sua proposta de reestruturação jurídico-administrativa das Universidades. Um dos seus aspectos mais sérios da proposta é a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, composto de 75% dos 18% destinados, pelo artigo 207 da atual constituição, à manutenção do ensino no país. Segundo o GT Verbas da Andes-SN, um rápido exercício de cálculo feito com base na execução orçamentária de 1995 constatou que se a atual proposta tivesse sido implementada no ano passado, as IFES teriam recebido apenas 53,06% do que efetivamente receberam dentro da "sistemática" existente atualmente, a qual, como todos sabem, vem causando o estrangulamento financeiro nas universidades públicas.

O governo é obrigado constitucionalmente a aplicar 18% da sua receita líquida na educação, como exige a emenda João Calmom. Acontece que desta receita líquida ele retira, por exemplo, o repasse das verbas para a educação feito aos estados e municípios, e também não computa nestes cálculos o que arrecada em contribuições. No quadro de receitas, percebe-se que o governo privilegia a arrecadação em detrimento de tributos e impostos.

Existe até uma lenda de que o governo arrecada muito. Não é verdade, o que existe é uma sonegação monstruosa. A arrecadação geral do Estado, nos melhores momentos, chegou a um máximo de 26% do PIB. Nos EUA, considerado uma experiência neoliberal, a taxa de arrecadação está em tomo de 37% do PIB e nas democracias européias, este patamar está entre 40 e 50%.

Destes recursos que são por todas as maneiras e artifícios contábeis enxugados ao máximo, o que sobra vai para a educação da seguinte forma: "Na distribuição dos recursos para a educação, a União fica com 25%, o Estado com 50% e o Município com os outros 25%. Destes 25% que ficam com o MEC, as universidades federais ficam com apenas 12,5% - os outros 12,5% vão para as escolas técnicas federais e hospitais. O detalhe é que estes recursos vão para

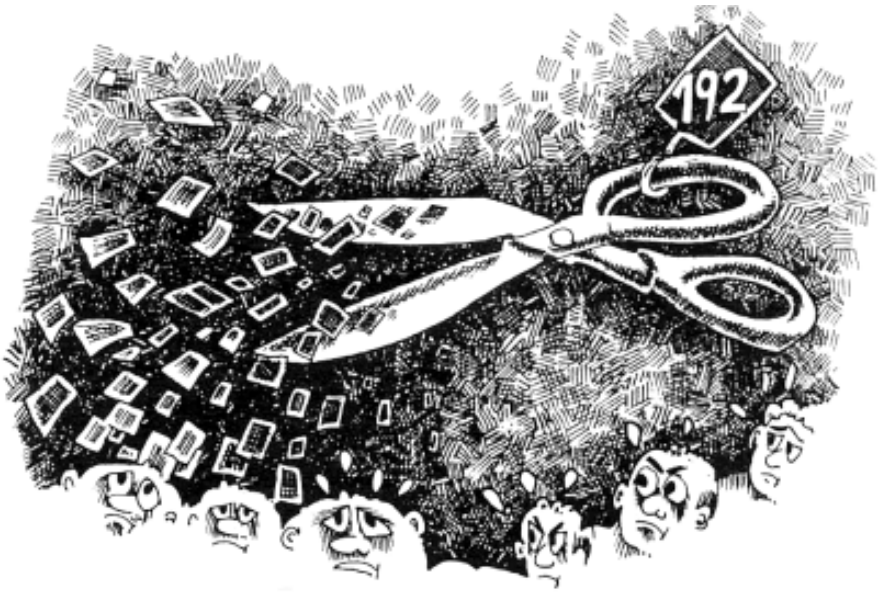
a parcela que representa mais de 50% do ensino superior público, e é o de melhor qualidade", afirma Américo Kerr, ex-diretor da Andes-SN e ex-coordenador do DNTE - Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT.

10% do PIB para educação

"Então, é uma mentira quando eles dizem que o ensino superior público consome de 50% a 70% dos recursos para a educação, e que assim, o governo estaria desrespeitando a Constituição com os recursos que destina ao ensino superior. As disposições transitórias da Constituição obrigam o governo a gastar no mínimo 50% dos recursos da educação na erradicação do analfabetismo e na formação básica", complementa Américo, lembrando que a Andes-SN reivindica 10% do PIB para a educação. Pela proposta seria mais do que dobrar o que é investido hoje, e não se ficaria contingenciado por incentivos e isenções fiscais distribuídos a bel prazer pelo governo.

Proposta do MEC

De acordo com o projeto de autonomia das universidades públicas federais apresentado pelo governo, via MEC, no mês passado, o financiamento das Ifes passaria a ser feito através de um fundo, a ser criado por lei, que se chamaria Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior. Este fundo seria composto de 75% dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estabelecidos pelo artigo 207 da Constituição Federal, que são os famosos 18% da receita líquida dos impostos federais arrecadados. Num rápido exercício de cálculo feito com base na execução orçamentária de 1995, Agamenon Almeida, constatou que se a atual proposta tivesse sido implementada já no ano passado, as Ifes teriam recebido apenas 53,06% do que efetivamente receberam.



Aposentados são descontados

No mês de agosto foram verificadas alterações nos contracheques de alguns docentes aposentados, que resultaram em reduções substanciais nos valores pagos. Segundo informações da Sub-reitoria de Pessoal - SR4, as reduções foram feitas conforme determinações do Mare - Ministério da Administração e Reforma do Estado e do TCU - Tribunal de Contas da União.

Uma das alterações foi a retirada da vantagem prevista no artigo 192 do RJU, que é a diferença entre o vencimento da classe em que o professor foi aposentado e o da classe imediatamente superior. A outra alteração foi a inclusão de um desconto a título de "AD tempo de serviço art. 192 I apo".

Quanto a este desconto, a SR4 informou que foi feito por engano e que será devolvido no pagamento de setembro.

Já a retirada da vantagem do artigo 192 aconteceu, segundo informações da SR4, por conta de recomendação do TCU e ocorreu apenas para os aposentados que acumulam esta vantagem com incorporações de comissões provenientes do exercício de cargos de direção e chefia, prevista no artigo 62 do RJU. No entendimento do TCU, as duas vantagens não podem ser acumuladas. A SR4 informou também que vai convocar os docentes aposentados que se encontram nesta situação para que escolham qual das duas vantagens vão querer continuar recebendo.

Tal norma foi instituída através da Medida Provisória 1.195 (reeditada com os números 1.231, 1.268, 1.307, 1.289, 1.432 e 1.480). A assessoria jurídica da Adufrj está estudando a possibilidade de medidas judiciais que visem evitar a aplicação das MPs e orientará os docentes aposentados sobre como proceder no caso de serem instados pela universidade a fazer a "opção" entre as duas vantagens.

X Conferência Nacional de Saúde

Fortalecimento do Sistema Único

A X Conferência Nacional de Saúde, realizada há duas semanas em Brasília, contou com a participação de três mil pessoas de todo o país, entre representantes dos usuários, associações da sociedade civil, do Estado, de prestadores de serviço de saúde e de profissionais da área. A conferência está definida na lei que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) como instância de deliberação sobre as políticas de saúde a serem implantadas nos próximos quatro anos no Brasil.

A UFRJ esteve presente como prestadora, tanto pela formação de recursos humanos para a saúde como pelo papel assistencial. Segundo a delegada da UFRJ e vice-diretora do Nesc, Maria de Fátima Siliansky, várias questões importantes foram discutidas, mas a principal foi a afirmação do SUS face a tentativa do governo federal em modificar o sistema.

Questões importantes também abordadas foram a necessidade de se criar uma base financeira sólida para garantir o sistema público e a denúncia sobre a situação dos hospitais universitários, que hoje só recebem verbas para pagamento de pessoal. Também foi aprovada uma proposta apresentada pela UFRJ e pela Federação Nacional dos Médicos de regulação e controle sobre empresas de seguro de saúde privadas.

Cartas

Postura Política

Prezados companheiros (ou senhores?)
Acho estranha – para dizer o mínimo – a postura política da Adufrj em relação aos professores que tiveram seus salários reduzidos em 26%. Qual a razão do silêncio? Por quê a Adufrj, através de seu jornal, não concede uma só linha a esta questão?
Fico na escuta.
Pedro Garcia – professor Adjunto da Faculdade de Educação

Professor,

Sugerimos leitura dos jornais das semanas: 3 a 9/09, 16 a 22/07, 9 a 15/07, 1 a 8/07 e 18 a 24/106. A diretoria da Adufrj, desde que tomou conhecimento da possibilidade de corte dos 26% para os professores contratados a partir de janeiro de 1995, já convocou três reuniões especificas para tratar do assunto (juntamente com a questão do estágio probatório), amplamente divulgadas nos jornais, cartazes e por mala-direta aos docentes nesta situação. A Assembléia Geral do dia 11 de julho também teve como ponto de pauta esta questão. Infelizmente, o que verificamos foi uma participação muito pequena dos professores nestas reuniões. Foi enviado para casa dos professores novos e dos conselheiros da Adufrj, um texto de um abaixo-assinado, que está circulando entre todos os decentes da universidade, dirigido ao reitor com a reivindicação de que sejam pagos imediatamente os 26% retirados de alguns professores e que o reajuste seja estendido a todos os servidores da universidade, independente da data de admissão.

Núcleos de Excelência

Considero extremamente louvável a iniciativa do Jornal da Adufrj de divulgar informações sobre o Pronex. Fora pequenos problemas superáveis, destaco que é atribuída a mim a declaração de que o Programa vai garantir tempo maior de financiamento a projetos de "relevância para o desenvolvimento do país". Faltou a palavra científico após desenvolvimento. Frisei bastante para a jornalista que a Comissão do Pronex estabelece como critério básico de avaliação o valor cientifico dos projetos de qualquer área de conhecimento de origem. Este é um ponto central de nossa postura de que não podemos abrir mão.
Cordialmente
Gilberto Velho, professor Titular de Antropologia Social/UFRJ

Espaço DCE

Fórum das públicas na Praia Vermelha

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro último estiveram reunidos no campus da Praia Vermelha, representantes de 14 universidades públicas de todo o país. Sem contar com a participação da União Nacional dos Estudantes o II Fórum Nacional de Universidades Públicas aconteceu à luz do debate em torno do projeto de reforma universitária do governo federal. Convictos da necessidade de que o movimento se articule rapidamente em todo o país, as discussões seguiram no rumo das seguintes resoluções :

. Campanha contra o projeto de autonomia do governo federal - contra a alteração do artigo 207

. Campanha "Avaliação sim, provão não. PROVÃO EU NÃO FAÇO!" - campanha contra a prova de fim de curso a ser realizada no dia 11/11 para os cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil. Esta se desdobrará nos seguintes passos : preparar material gráfico e explicativo da campanha; entrar com as medidas jurídicas cabíveis; tirar nos conselhos universitários posição contra o provão; construir o plebiscito proposto pela UNE para os dias 23 e 24 de outubro; Propor à ANDES e à FASUBRA um dia de greve em solidariedade aos estudantes;

. Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade Pública - 10 de outubro - contra o projeto de autonomia e o provão de fim de curso;

. Realização de uma Plenária de DCEs nos dias 18, 19 e 20 de outubro garantindo sua convocação através da UNE;

. Criação do Comando Nacional de Mobilização das Públicas;

. Construção do Encontro ANDES, UNE, FASUBRA

O DCE Mário Prata se compromete a encaminhar e tomar a frente em todas as iniciativas em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

24 a 30 de setembro/1996

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Assine o abaixo-assinado pelos 26% (Plano Verão) para todos. Procure seu Conselheiro, nas Unidades.

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Filiada à Andes-SN

Adufrj espalhou pelos campi da universidade várias caixas para a distribuição de seu jornal semanal.

Nelas, você também pode deixar as suas cartas, críticas ou sugestões. Participe, expresse a sua opinião!

Seminário Interno sobre Autonomia Universitária

A Adufrj vai realizar na próxima quinta-feira, dia 26 de setembro, a partir das 16 horas, um seminário interno sobre Autonomia Universitária. O evento será no auditório da Escola de Serviço Social, no campus da Praia Vermelha, e tem como objetivo contribuir para a qualificação dos seus participantes no confronto entre os projetos para a universidade pública apresentados à comunidade, particularmente os do governo federal, da Andifes e da Andes-SN.

Compre a camiseta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Com ilustração de Roberto Houaiss, em diversas cores, a camiseta está sendo vendida, na sede da Adufrj, no Centro de T ecnologia, bloco D - Sala 200. Participe desta campanha!

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Os 5 Princípios da Democracia: ciclo de debates promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura e Ibase

Comemorando os seus 15 anos, o Ibase, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, vai reunir pesquisadores de diversos campos do saber e representantes de movimentos sociais no Fórum de Ciência e Cultura da Ufrj para, em conjunto, repensarem os princípios básicos que constituem uma verdadeira democracia, ou seja: a diversidade, a liberdade, a participação, a igualdade e a solidariedade.
Programação:
Sessão de Abertura
Betinho (Ibase), Maria Lucia Aragão (FCC/UFRJ)
dia 01 de outubro, terça-feira, às 18h
Liberdade
Coordenador: Cândido Grzibowski (Ibase)
Participantes: Virgínia Fontes (História/UFF), Carlos Nelson Coutinho (ESS/UFRJ), Marcelo Lavenére (OAB)
Salão Pedro Calmon - dia 08 de outubro, terça-feira, às 18h
Participação
Coordenadora: Vera de Paula (FCC/UFRJ)
Participantes: Deolinda (MST), Neirobis Nagae (ex-prefeito de Angra dos Reis e deputado estadual), João Sucupira (Ibase)
Salão Moniz Aragão - dia 22 de outubro, terça-feira, às 18h
Igualdade
Coordenador: Maria Paula Teperino (CVI)
Participantes: Leandro Konder (PUC), Moniz Sodré (ECO/UFRJ), Salete Maccaloz (juíza)
Salão Moniz Aragão dia 5 de novembro, terça-feira, às 18h
Solidariedade
Coordenador: Emanuel Carneiro Leão (ECO/UFRJ)
Participantes: Betinho (Ibase), Regina Novaes (UFRJ/Iser), Frei Leonardo Boff
Salão Pedro Calmon - dia 12 de novembro, terça-feira, às 18h

Programa de Extensão Rio Zonal Sul

A Escola de Serviço Social está oferecendo, dentro do programa de extensão Rio Zonal Sul, o curso de Análise Institucional Aplicada ao Trabalho Comunitário dirigido por Eduardo Vasconcelos. As inscrições vão até o dia 30 de setembro, de 10h às 12h e de 14h às 16h, no departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social. O endereço é Avenida Pasteur 250, Praia Vermelha. Para mais informações, telefones 295-1695 e 295-3399.

CA Engenharia

O Centro Acadêmico da Engenharia (Caenge) vai realizar nesta sexta-feira, dia 27, um debate sobre a avaliação de final decurso, instituída pelo MEC. Provão, Mercado de Trabalho e Desemprego - Dia 27 de setembro, às 12h, no Centro de Tecnologia, bloco D, sala 201. Colóquio com Henrique Longo - professor do DME e ex-presidente da Adufrj; Oswaldo Pereira - professor do DEL e diretor de ensino da EE; Orlando Silva Júnior - presidente da UNE

Estágio Probatório e 26,05% do Plano Verão

Foi realizada na quinta-feira passada, dia 19, a segunda reunião promovida pela Adufrj para buscar soluções para o estágio probatório e tratar da perda dos 26,05% relativos ao Plano Verão, arbitrariamente confiscados dos professores admitidos a partir de primeiro de janeiro de 1995.

Com maior presença do que a primeira reunião, e o comparecimento da assessoria jurídica da Adufrj, este encontro procurou organizar a ida de uma comissão à reitoria para levar o abaixo-assinado dos 26,05%, e ampliar a sua circulação. O abaixo-assinado já conta com um número razoável de assinaturas, mas pode e deve ser assinado por todos que forem solidários à questão.

A orientação sobre o estágio probatório foi a de que a participação de todos os envolvidos, associados ou não, é fundamental para que se continue a recolher subsídios nos departamentos e unidades e se possa construir uma alternativa à resolução 08/95 do Consuni. Isto porque se avaliou na reunião que os critérios e detalhamentos da problemática resolução estão sendo aplicados de forma bastante diferenciada, não tanto pelas especificidades dos departamentos, Unidades e Centros mas, pelo subjetivismo na sua aplicação, indo desde situações de tranqüilidade até casos extremos de prejuízo a docentes - às vezes, até para a própria norma da universidade. Desta forma, é importante que estes dados cheguem à sede da Adufrj.

Por fim, foi colocada a recomendação a cada docente envolvido que peça apoio aos responsáveis institucionais (chefes de departamento, diretores de unidade etc.) para a ida à reitoria. Afinal, esses devem ter interesse na incorporação desses novos concursados às suas unidades.

Flávia Soares, mestranda em engenharia de produção

Cooperativismo Popular como extensão universitária

Com uma festa e a presença do reitor Paulo Alcântara, do diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa e da secretária executiva do programa Comunidade Solidária, Ana Peliano, foram oficialmente inauguradas., semana passada, as nossas instalações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Coppe/UFRJ. Em grande parte patrocinada pelos cooperativados, a comemoração representou, com atraso, um ano de atividades bem sucedidas.

Um belo exercício de cidadania, como definiu um dos integrantes deste projeto que vem efetivamente gerando emprego e renda em comunidades carentes. De fato, o diálogo ritmado entre teoria e prática tem proporcionado a algumas pessoas com especialização em determinadas atividades, e um mínimo de organização, encontrar na ação coletiva meios de resistir à desaceleração da economia.

Com assessoria da Incubadora de Cooperativa, aos poucos estas pessoas vão conseguindo dar forma à organização, conquistam o seu espaço de trabalho pela competência e dedicação e melhoram a qualidade de suas rendas. Mas se para fazer funcionar uma cooperativa, é necessário estabelecer um estatuto, a destinação dos fundos e elaborar o regimento interno, noventa por cento do sucesso da iniciativa depende da consolidação, entre os seus integrantes, de um sentido de consenso.

O regimento interno cuida das relações de trabalho, das questões mínimas como é o detalhamento, por exemplo, das punições, e isto tem que estar acordado previamente, por ser uma cooperativa, sem donos. E os fundos estabelecem a destinação dos recursos e a distribuição do dinheiro que entra é direta, proporcional à produção de cada um, e indireta, relativa ao descanso, compras, aperfeiçoamento, investimentos, saúde, educação, cestas básicas etc. Tanto a inclusão como a exclusão de membros, tudo é decidido em assembléia, por eles.

Remar contra esta longa contradição, que é o relacionamento entre empregado e patrão é tarefa que demanda tempo, segundo o coordenador geral da Incubadora e pesquisador. Gonçalo Guimarães. Em média, uma cooperativa começa a funcionar após três meses de vários cursos e dinâmicas de grupo, para que se aprendam coisas aparentemente simples, como discutir. Isto, é claro, paralelamente à luta pela sobrevivência. Lembrando que no caso da cooperativa que está sendo criada em Vigário Geral, deve-se acrescer a luta pela reconstrução da cidadania.

Estrutura

Assemelhando-se, por fora, a uma empresa privada, na realidade, a cooperativa tem toda uma legislação específica, com questões próprias como o direito a voto. Todo cooperativado tem direito a voto, independentemente de seu nível social ou patrimonial, e direito a concorrer à direção, que pela lei, tem que ter no mínimo 20 pessoas. Neste caso, os dirigentes são eleitos e o seu órgão máximo não é a presidência, mas a assembléia, e bastam 5% dos seus membros para convocar uma assembléia extraordinária e "derrubar" a direção da cooperativa.

Extensão

A relação da tecnologia com o popular, aqui, opera num sistema de trocas - transferência de tecnologia, de conhecimentos e abertura de novos campos de atuação para a universidade e a comunidade. Tecnologia de proteção, de organização e outras tecnologias básicas que, para estes setores populares carentes da sociedade, têm impacto semelhante à de ponta.

Para Gonçalo Guimarães, a concepção de um programa de incentivo voltado para a população de baixa renda não é meramente assistencialista. "É um papel que a universidade tem que cumprir, é uma forma de transferir tecnologia a setores excluídos. Não dá para ficar encastelado enquanto o Parque Royal (Ilha do Governador), que é uma favela aqui do lado, não sabe nem o que é universidade. A intervenção pode parecer muito simples, mas dá uma qualidade muito grande". Como exemplo, ele cita o pessoal da engenharia de produção que durante um ano passou pela montagem de dez cooperativas.

"Diferente dos outros modelos, a empresa (cooperativa) não vem para dentro da universidade, nós é que nos deslocamos à comunidade. Não há custo para a comunidade. E do mesmo jeito que a universidade forma médicos e engenheiros, ela também pode formar cooperativas", reafirma.

Se a idéia do projeto fosse direcionada para o sistema de micro-empresa, o investimento atingiria poucas pessoas de cada vez. No caso da cooperativa, cada um tem uma certa clientela, trabalha em alguma coisa, conhece outra e tem uma determinada qualificação. "Como eles têm várias debilidades - documentação, dinheiro etc. - nós acreditamos que seja muito fácil uma saída coletiva, porque o capital de cada um é pouco, mas somado o de todos, dá muita coisa. E a intervenção da universidade tem um efeito multiplicador muito maior: Isto é um serviço público e ao invés de estar trabalhando com uma, duas ou três, cada cooperativa com que a gente trabalha, são 20, 30 ou 40 famílias beneficiadas. E ninguém está se dando bem em cima do outro", socializa, o coordenador.

"A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares é um grupo formado por estudantes da graduação, do mestrado e do doutorado e pesquisadores que recebem bolsa, dentro do padrão, do CNPq, através de agências de financiamento. Tínhamos quatro bolsas da universidade, que foram cortadas, mas recebemos doações de fundações, como a do Banco do Brasil e Finep". Gonçalo Guimarães, coordenador geral do Projeto

O trabalho

As experiências variam. Existem comunidades que são mais organizadas, onde a intervenção dos pesquisadores se torna mais fácil; em outras, os futuros cooperativados já sabem o que querem produzir, com o que desejam trabalhar e contam com uma estrutura já montada. Em outros casos, o tecido social ainda não está estruturado, ou seja, a comunidade vivência um estado de carência tal que tem de ser incentivada a pensar até mesmo nas suas potencialidades.

A incubadora não faz empréstimos; tudo é feito de acordo e com os recursos próprios da comunidade. Podem acontecer doações e o que for devolvido é destinado a outros projetos. As comunidades também promovem eventos, como churrascos, para arrecadar dinheiro.

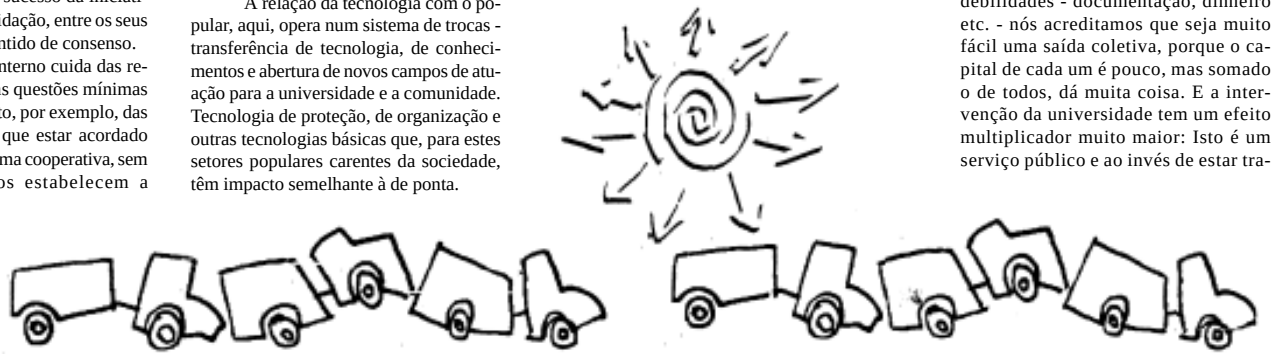
Experiências

A cooperativa de limpeza de Novo Horizonte, em Duque de Caxias, na baixada fluminense, tem um contrato de limpeza e manutenção com o centro de convenções do Teleporto. O que é agora a cooperativa Royal Flash, de Parque Royal, ontem eram faccionistas isoladas, exploradas, que não tinham capacidade de produtividade e nem nota fiscal, sempre à mercê de atravessadores para ganhar menos de R$ 0,50 por peça de roupa.

Outra experiência satisfatória, foi o trabalho desenvolvido a partir de um projeto Fiocruz, que resultou numa cooperativa de limpeza e manutenção, jardinagem e confecção com os moradores do complexo de Manguinhos. A Fiocruz, contratava uma empresa de limpeza e manutenção, que por sua vez subcontratava pessoas para desenvolver o trabalho. Substituída a empresa pela cooperativa, elevou-se a média salarial: hoje, o menor salário da Cootram na parte de limpeza é de R$ 290,00, enquanto girava em torno de R$ 90,00. E a Fiocruz gasta 15% a menos do que gastava com a empresa, com isto gerando efeitos benéficos ao complexo de Manguinhos: onde era constante o tiroteio, agora há um outro grau de convivência com o entorno da fundação.

Dívida social

Este projeto surgiu há mais de um ano na Coppe - a quem a incubadora está ligada, e que participa do Coep, Comitê das Entidades Públicas na Ação da Cidadania - da discussão sobre o porque não trabalhar com a questão da tecnologia. "Esta área social é muito trabalhada tradicionalmente nas faculdades e nos sistemas sociais, que fazem um belíssimo trabalho. A diferença é que quando entrou uma lógica de engenharia, uma lógica de produção, a gente acabou forçando aquela intervenção para um lado mais produtivo, o que eu chamo de tornar a engenharia um lado mais social, e o social um lado mais *engenheiresco*, com todo o respeito", como explica Gon-



"É um papel que a universidade tem que cumprir, é uma forma de transferir tecnologia a setores excluídos", afirma Gonçalo Guimarães.

çalo.

Como funciona

Algumas pessoas são contratadas pela incubadora - técnicos específicos, que devem ser da universidade - para cuidar, por exemplo, do escritório de contabilidade, para legalizar e administrar a cooperativa. "Não adianta deixar a cooperativa na mão de um contador, porque se não vira balcão". Outros setores da universidade também são acionados, indiretamente, em compromissos pontuais: o pessoal do Nesc dá aula sobre questões de saúde, o pessoal do Serviço Social e da Engenharia de Produção também colaboram e o projeto, avisa o coordenador, está aberto à participação de outros setores.

Para ele, o docente e o estudante de várias áreas podem se integrar ao projeto, "dando uma aula de história, trabalhando na questão da saúde da mulher, na questão da segurança do trabalho, administração, alimentação e nutrição - o que pode ser feito através de um curso breve ou até mesmo na forma de uma palestra. Tem vários pontos que podem entrar de diversas maneiras. Tudo que vai lá, acrescenta".

Apoio

Quanto ao apoio da universidade, apesar de os organizadores não gostarem de falar sobre isso, é evidente que este poderia ser bem maior do que é. Um reflexo disto foi a festa de segunda-feira passada. A estrutura da inauguração, como os comes e bebes, foi fornecida pelas cooperativas. Tanto a caixa postal quanto o fax da Incubadora funcionam na Coppe, no outro lado do campus. O telefone é o da recepção da SR5, onde estão instalados, e funciona à base de recados, pois eles não possuem um ramal. Além disso, as bolsas de extensão foram cortadas e o material de apoio, como computadores, foi doado pela Fundação Banco do Brasil.

Mesmo assim, eles não dão o braço a torcer: "Com todos os problemas que a gente enfrenta, como o atraso nas bolsas, todos continuam a trabalhar", dizem em coro os coordenadores.

Para Flávia Soares, mestranda em engenharia de produção, que nesta quarta-feira, às 18h30, estava na comunidade de Novo Palmares, uma favela para lá do Recreio dos Bandeirantes, aplicando noções de cooperativismo, este trabalho é fundamental. "É de uma importância enorme na minha cabeça esta integração da universidade com a comunidade, que é justamente o que eu quero abordar na minha tese. A universidade não pode ficar fechada, sem ter nenhuma interligação, e agora, as atividades de extensão estão sendo cada vez mais cortadas. Acho que um dos papéis da universidade é também difundir o saber, trocar o saber com a comunidade, porque é um aprendizado para a gente (estudante) também".

A incubadora de cooperativas representa um campo de trabalho onde se gera efetivamente emprego e renda. Numa alternativa diferente da solução globalizada que o governo argumenta como solução para os tempos difíceis, o cooperativismo está transformando a vida de muitas pessoas. Mesmo com recursos incertos e isolados no campus da Ilha do Fundão, este grupo já conseguiu fazer deslanchar três cooperativas e tem outras sete encaminhadas. Tudo a base de um aprendizado mútuo, do diálogo e de multas horas-aula de explicações e dedicação.

UFRJ dá a receita

Quem resume a importância do projeto é Maria das Graças Muniz da Silva, a Tia Graça, como é conhecida a fundadora da comunidade e da creche de Novo Palmares, e um das maiores incentivadoras da montagem de uma cooperativa por lá. Ela trabalhou muitos anos como doméstica numa casa de família mineira, onde aprendeu a fazer muitas coisas gostosas, como doces e compotas. Quando finalmente conseguiram construir uma creche, e não havia recursos para pagar os funcionários, surgiu a idéia de fazer os doces para arrumar dinheiro e pagar os salários. Foi quando uma amiga sugeriu que desta atividade poderia surgir uma micro-empresa. "Eu disse, não, vamos fazer uma cooperativa. Só que eu não sabia como fazer e então levei os doces e a idéia para o pessoal da prefeitura, que gostou e me encaminhou para a incubadora. E já tem quase dois meses que a Flávia vem aqui dar aula para a gente - cerca de 20 pessoas, a maioria doméstica - sobre o que é cooperativa, sobre a diferença entre cooperativa e empresa, para a gente saber realmente no que a gente está investindo, e como investir".

A sua lógica é simples, como deveria ser a do governo: "Se a comunidade tem uma geração de renda, a criança não precisa ficar na rua, porque a mãe trabalha no período em que a criança está na escola ou na creche. Não existe criança de rua, existe é criança na rua. Justamente por isso, o pai sai cedo de casa e retorna tarde da noite, sem ter tempo para cuidar das crianças. E é isto que a gente quer evitar: as nossas crianças na rua".

Tia Graça, uma cooperativada (com a criança no colo) e a estudante Flávia.

Sérgio Cabral: um campeão de votos a serviço do Rio

Sérgio Cabral, candidato da coligação O Melhor Para o Rio, é carioca, tem três filhos, é jornalista e deputado no seu segundo mandato. Foi eleito pela primeira vez aos 27 anos e na última eleição consagrou-se como um campeão de votos: recebeu 164 mil votos, dos quais 154 mil somente no município do Rio de Janeiro. Está licenciado, sem vencimentos, da presidência do Assembléia Legislativa, onde moralizou os serviços, cortando gastos excessivos e irregulares, acabando com mordomias e tornando mais transparente as votações dos projetos na Casa. As medidas implantadas garantem uma economia mensal da ordem de R$ 2 milhões para os cofres públicos. Sérgio Cabral dedica-se às causas da terceira idade e é autor das leis que criaram a Delegacia Especial de Atendimento, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso, descontos nos ingressos para espetáculos e da que determinou o fim da obrigatoriedade de documento especial para o acesso gratuito nos ônibus para maiores de 65 anos.

O tucano também exerceu o cargo de diretor de Operações do TurisRio e atualmente preside a Federação Brasileira de Albergues da Juventude. É também o único latino-americano eleito - e reeleito para um novo mandato de dois anos - em cem anos integrante do Comitê da Federação Internacional de Albergues da Juventude. Em 1980, fundou a União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

O programa de governo "O Rio levado a sério" é voltado para a melhoria da qualidade de vida da população carioca. Sérgio Cabral vai investir no ensino público, para que até o ano 2000 o Rio tenha uma educação decente. Os professores terão ambulâncias e aparelhos de exames. A prefeitura assumirá a Emergência dos hospitais públicos e implantará programa de medicina familiar nas comunidades carentes. Para melhorar o sistema de transporte, serão criados cem quilômetros de corredores expressos, com ônibus mais seguros, rápidos e modernos. As tarifas passarão a ser integradas entre barcas, trens, coletivos e o metrô, que deverá ser ampliado até a Barra da Tijuca e a Pavuna.

Várias medidas estão previstas para retomar o desenvolvimento econômico do município e gerar emprego e renda. Entre elas o apoio ao Pólo Audiovisual, ao Teleporto e as micro e pequenas empresas, que juntas empregam dois milhões de pessoas. Cabral trabalhará para viabilizar a candidatura do Rio à sede da Olimpíada de 2004 e arregaçará as mangas para que a cidade seja cada vez mais próspera e humana.

Coligação o Melhor para o Rio (PSDB - PMDB - PPB - PL - PTB - PSC - PSD)

Sérgio Cabral não comparece

Chico Alencar tenta explicar a presença no Fórum, mas é impedido pelos tucanos

Marcado para as 17h30 da última quinta-feira, dia 19, o debate com o candidato a prefeito do Rio pelo PSDB, Sérgio Cabral Filho, não aconteceu devido a uma série de confusões. O evento fazia parte de um ciclo de debates com os candidatos a prefeito do Rio, organizado pelo Fórum em conjunto com Adufrj, Sintufrj, DCE e Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro.

Para surpresa dos que aguardavam o candidato do PSDB, quem chegou pontualmente para o debate foi Chico Alencar, candidato pelo Partido dos Trabalhadores. Convidado a esperar pelo candidato tucano em uma das salas do Fórum, Chico explicou que estava ali por que havia sido convidado por Cabral, durante uma entrevista do candidato tucano à rádio CBN, naquela manhã, a comparecer ao Fórum para participar do debate. O convite foi uma resposta de Cabral à crítica feita por Chico sobre a ausência do tucano nos debates realizados na cidade ao longo da campanha.

Uma negociação, que durou mais de uma hora e meia, foi travada entre os organizadores, o candidato petista e os assessores de Cabral, que culparam o trânsito da cidade pelo atraso do candidato.

Os organizadores, com o intuito de manter o formato original do debate e resolver o impasse causado pelo convite, propuseram que a participação do candidato do PT se desse através de apenas uma intervenção, feita após o bloco destinado às perguntas dos representantes das quatro entidades.

Chico Alencar, porém, não aceitou, entendendo que havia sido convidado para um debate em igualdade de condições com Cabral. Retirou-se das negociações e foi para o salão onde a militância petista, já misturada aos tucanos, ainda aguardava Sérgio Cabral. Chico tentou explicar os motivos de sua presença e por que não haveria o esperado "debate". O público de Sérgio Cabral não permitiu que ele falasse e deu-se início a uma guerra de militâncias. Em maioria e indignados, os petistas se retiraram e fizeram um pequeno comício nas escadarias do Fórum, acusando Sérgio de fugir a mais uma oportunidade para o debate entre as candidaturas.

Já eram mais de oito horas da noite quando os assessores de Sérgio Cabral informaram que o candidato estava nas imediações, aguardando a saída de Chico Alencar da Praia Vermelha e, devido ao adiantado da hora - nem o público do tucano esperava mais o seu candidato - os organizadores resolveram cancelar o debate.

Os trabalhadores do serviço público federal do Estado do Rio resolveram entrar de cabeça nas eleições municipais. Os out-doors espalhados em diversos pontos da cidade denunciam os partidos que formam a base do governo FHC, e sua atitude com o funcionalismo federal: 21 meses sem reajuste salarial, reformas da Previdência e perdas de direitos sociais, além da proposta de um Estado neoliberalizado, com demissões e corte de verbas. É, essa política faz mesmo mal ao serviço público.

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

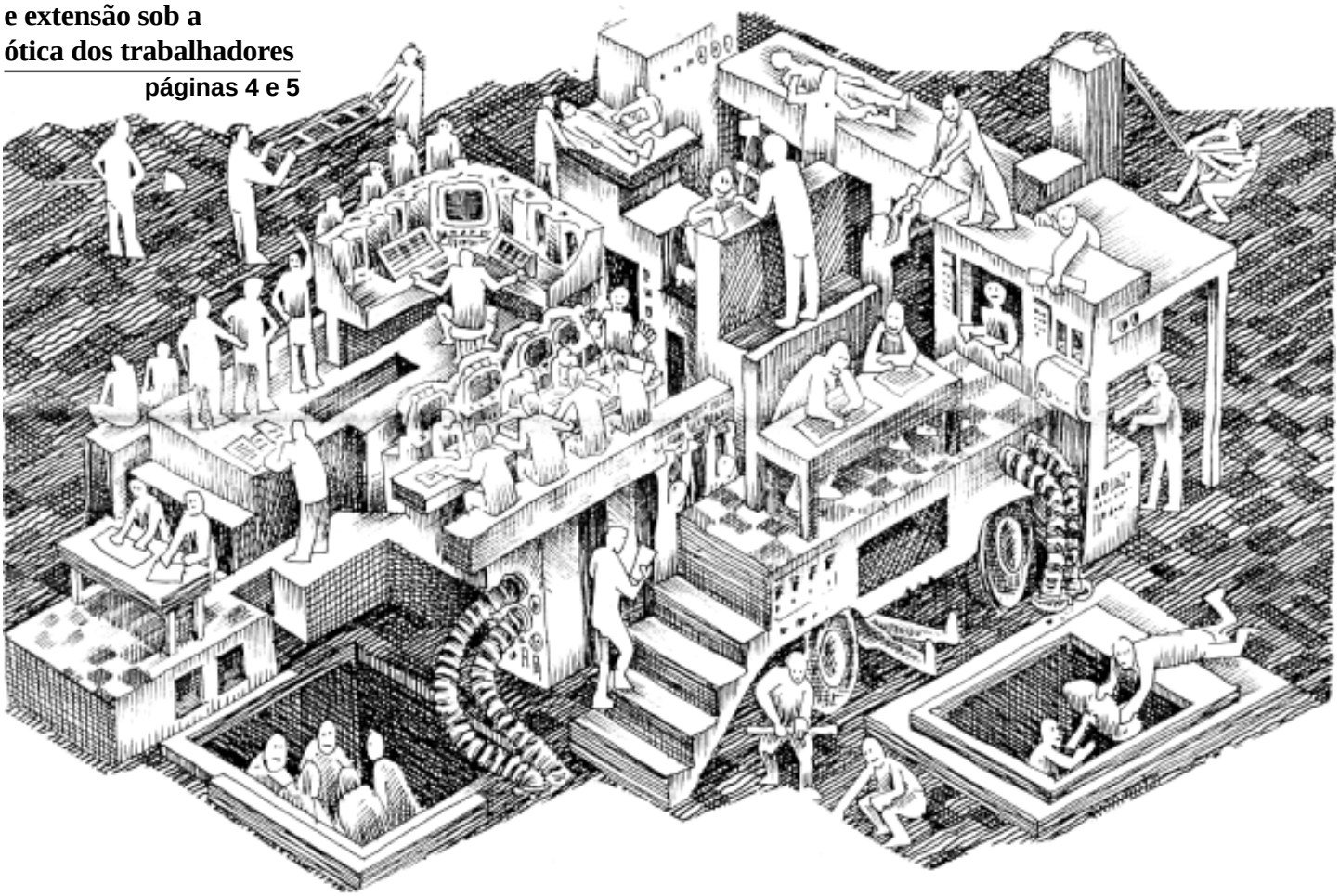
1 A 14 DE OUTUBRO/1996

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Filiada à Andes-SN

Sindicato e Academia

Unitrabalho: ensino, pesquisa e extensão sob a ótica dos trabalhadores

páginas 4 e 5



26% e Estágio Probatório

Continua circulando o abaixo-assinado pela extensão dos 26% referentes ao Plano Verão a todos os professores e funcionários da universidade e pela revogação da resolução do Estágio Probatório para os docentes contratados a partir de 1995. Não deixe de assinar. O documento com as assinaturas será entregue ao reitor até final de outubro. Em reunião organizada pela Adufrj, os professores, amparados pela assessoria jurídica da entidade, decidiram formular uma alternativa à atual resolução do Consuni.

debate

A Adufrj, em conjunto com o Sintufrj e o DCE, estará promovendo um debate sobre Autonomia Universitária, no dia 10 de outubro, às 15 horas, no Auditório do CCMN, na Cidade Universitária. Estão confirmadas as presenças do reitor da Ufscar e ex-presidente da Andifes e da Andes-SN, Newton Lima Neto, e do reitor da Unesp, Arthur Roquete de Macedo. Foram convidados, também, o reitor da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes, e a secretária de Ensino Superior do MEC, Vanessa Guimarães Pinto, que ainda não confirmaram se estarão presentes ou mandarão representantes.

Provão e a avaliação institucional

Em novembro deste ano, o MEC pretende implementar um exame nacional, o chamado provão, para os alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação. Estes exames serão aplicados de uma forma gradativa, possivelmente para que a resistência estudantil seja menor. Em 1996, as provas serão para os alunos de Administração, Direito e Engenharia Civil e no próximo ano também para os de Engenharia Química, Veterinária e Odontologia.

A lógica é perversa. O aluno é obrigado a realizar o exame para a obtenção do seu diploma, mas o resultado não constará no seu histórico escolar. A nota será fornecida exclusivamente ao aluno e no seu histórico constará apenas a data da realização da prova. É uma estratégia maquiavélica de avaliação do curso, que usa o estudante, sem maiores compromissos com o resultado.

Toda a atividade acadêmica do aluno na universidade ao longo de cinco anos poderá ser substituída por uma única nota, que não vai retratar o seu desempenho ao longo de toda a sua vida acadêmica. Muitos poderão se recusar a enfrentar mais este exame e entregar a prova em branco, prejudicando assim o curso que poderá ser até mesmo desativado pelo MEC. O aluno poderá até submeter-se a novo exame nos anos subsequentes, mas somente o resultado da primeira prova é que será considerado para efeito da avaliação do curso.

Este não é um instrumento legitimo e transparente de avaliação. Nem mesmo a uma revisão de sua prova, o aluno terá direito. Nem segunda chamada. Se, por algum acontecimento imprevisto, o aluno perder a prova, terá que esperar muito. Uma simples dor de barriga no dia do exame poderá adiar por mais um ano a sua formatura.

O provão traduz uma concepção fragmentada de avaliação, desvinculando as atividades acadêmicas e não fará um diagnóstico correto nem do curso nem muito menos da instituição. Além disso, o exame não vai conseguir detectar as verdadeiras causas das deficiências da instituição. Nas universidades públicas, a redução de recursos públicos, o arrocho salarial, o esvaziamento do quadro docente provocado pelas aposentadorias e a proibição de concursos públicos estão sendo determinantes para a queda na qualidade acadêmica. Nas instituições privadas, o provão não irá contribuir para melhorar o ensino. Estas continuarão a tratar a educação como uma atividade lucrativa e irão se adaptar a esta nova situação. Algumas faculdades particulares já estão até preparando seus alunos para este exame através do *Simuladão do Provão.*

O pior de tudo serão os reflexos negativos na educação. Assim como o vestibular tem forte influência no ensino secundário, o provão poderá direcionar o ensino universitário. Certamente reaparecerão os famigerados cursinhos com dicas e macetes. Será um novo vestibular, desta vez de saída. As instituições públicas também já não mais poderão conceder os diplomas para os seus alunos, pois ficarão dependendo do resultado de uma prova que será realizada por entidades externas. Será mais uma interferência na autonomia universitária.

A divulgação dos resultados do provão também poderá trazer aspectos negativos para as universidades. Pela legislação, o MEC divulgará anualmente o resultado dos exames informando o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados. Será o *rankíng* das instituições para aprofundar as desigualdades entre elas e justificar cortes orçamentários. Esta é mais uma iniciativa para aumentar a divisão entre as universidades dos "núcleos de excelência" e aquelas que se dedicam apenas ao ensino de graduação, os "escolões" do terceiro grau.

Os argumentos do ministro da Educação, Paulo Renato em defesa do provão, não têm qualquer consistência lógica. Em recente entrevista na imprensa, o ministro justificou que "uma prova não avalia um aluno, mas milhares de provas avaliam uma escola". Se uma prova não é capaz de avaliar um aluno, como o próprio ministro reconhece, certamente um conjunto distorcido de provas, também não vai avaliar corretamente a instituição.

É preciso ficar claro, no entanto, que as universidades devem ser avaliadas, mas não através deste provão. O movimento docente tem discutido bastante esta questão com muita clareza. A avaliação institucional deve ser socialmente contextualizada e vinculada a um projeto de universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, voltada para os interesses da população. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve estar sempre presente em qualquer avaliação. A busca do padrão unitário de qualidade deve ser um dos seus objetivos. Além disso, a avaliação deve ser encarada como um processo e não como um modelo estático. Deve necessariamente englobar todas as atividades acadêmicas, laboratórios, bibliotecas, qualificação do. corpo docente, condições de trabalho etc. A avaliação não pode ser fechada, mas pública e transparente. Deve considerar não apenas o aspecto quantitativo, mas principalmente o aspecto qualitativo. Uma avaliação bem feita deve possibilitar um diagnóstico completo da instituição, identificar os problemas, corrigir as deficiências e planejar as diretrizes.

É importante salientar que o provão não é uma medida isolada. O governo FHC tem elaborado propostas, aparentemente desvinculadas, mas que fazem parte de um projeto bem mais amplo. A proposta de autonomia do MEC, o projeto da LDB do senador Darcy Ribeiro, o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência e o projeto de publicização do ministro Bresser mostram o descompromisso do governo com a educação e abrem caminho para a privatização das universidades públicas.

Não resta qualquer dúvida. O provão faz parte do projeto neoliberal para a educação, inspirado nas diretrizes do Banco Mundial. Há toda uma lógica do sistema empresarial de competitividade e produtividade em que o que importa é o resultado final. A universidade não mais estará tão interessada em formar bons profissionais, cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, mas no adestramento de seus alunos.

Henrique I. Iongo, professor da Escola de Engenharia e ex-presidente da ADUFRJ.

Para Ricardo Medronho, as 432 vagas para concurso público de docentes e mais as 120 que já estão prometidas pelo MEC mas ainda não aprovadas - não vão resolver o problema da universidade.

Quem quer vaga?

Após a enxurrada de aposentadorias apressadas pela reforma da Previdência, que ameaça acabar com a aposentadoria integral e outros direitos dos servidores públicos, o governo FHC contemplou as universidades federais com a disponibilidade de verbas para a realização de concurso público para docentes. Assim como as demais universidades federais do país a UFRJ fez jus a sua cota, que diga-se de passagem foi a mais abastada. com 432 vagas. Nem tudo é o paraíso para uma universidade que vem amargando anos a fio a falta de docentes e uma enorme contratação de professores substitutos, que já chegou a corresponder a 10% do quadro da instituição. As Cotaves 7 e 8 (Comissões Temporárias de Alocação de Vagas de 95 e 96) foram unidas através de resolução do CEG/CEPG, e hoje formam uma só comissão para a análise de todos os pedidos da universidade, acumulados desde 1994. Mas será que essas mais de 400 vagas realmente correspondem à realidade vivida pela universidade e realmente se somarão ao atual quadro de docentes da instituição?

Segundo o superintendente da SR1, professor Ricardo Medronho, a CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) está fazendo um levantamento das necessidades de vagas para docentes em todas as Unidades com o objetivo de municiar os trabalhos da atual Cotav (7/8). O grande nó da distribuição das vagas parece vir dos compromissos já assumidos pelo reitor com alguns departamentos e das próprias Cotaves ao longo desses últimos anos.

Segundo Medronho, as vagas concedidas pelo MEC já estão comprometidas pela Cotav 7 - comissão temporária de alocação de vagas de 1995 - com os pedidos efetuados até o final do ano passado. A Cotav 6, em dezembro de 94, já havia concedido cerca de 60 vagas. Além destas, existem as provenientes de demissão e exoneração, que pela resolução do Ceg e do Cepg voltam automaticamente para os departamentos, e ainda pairam sem solução os problemas relativos aos concursos que estavam com o edital aberto, por ordem direta do reitor, a chamada "reserva técnica". De acordo com Medronho, vários concursos estavam com as inscrições em andamento e não puderam ser realizados. "O que a CPPD está fazendo - acho até que já concluiu este trabalho - é o levantamento de todas estas vagas onde já existe o comprometimento da universidade", diz o professor.

Comissão imóvel

Em uma nota assinada por seu presidente, professor Nei Calvano Gonçalves, e apresentada ao Conselho Universitário, a Cotav comunica que por razões "técnicas e políticas", o andamento dos seus trabalhos está imobilizado. A nota denuncia que, segundo informações de representantes de diversos Centros, as vagas que deveriam estar sendo alocadas pela comissão estavam sendo concedidas diretamente pelo reitor, sem que isso fosse previamente divulgado. Este procedimento de Paulo Alcântara estaria dificultando as análises em relação aos pedidos feitos pelas Unidades à comissão.

Pelo regimento da universidade, a concessão de vagas é atribuição exclusiva do reitor, mas na gestão do professor Nelson Maculan foi criada uma comissão para administrar os pedidos. A resolução do Ceg-Cepg de janeiro de 90 criou a primeira Cotav e, de lá para cá, a concessão deixou de ser exclusividade do dirigente e passou a ser decisão de urna comissão formada por docentes indicados pelo CEG e CEPG, que tem como tarefa analisar tecnicamente as demandas das unidades. Mas, mesmo assim, foi mantida uma "reserva técnica", que é um certo número de vagas que o reitor pode dispor de acordo com sua vontade, sem que para isso seja preciso qualquer parecer técnico.

Para Medronho, a melhor forma de distribuir vagas na universidade é através de uma análise feita pelos colegiados superiores envolvidos diretamente com o ensino, que são o Ceg e o Cepg. "Você minimiza as falhas quando atribui esta responsabilidade a um conjunto grande de docentes. E a Cotav é constituída por dois representantes de cada Centro, um do Ceg e outro do Cepg, que se debruçam sobre as solicitações e fazem algo que eu considero fundamental, que é a análise comparativa, a única forma de priorizar as maiores necessidades. É muito mais democrática", analisa.

Para o professor, as 432 vagas e mais as 120 que já estão prometidas pelo MEC - ainda não aprovadas - não vão resolver o problema da universidade. "O represamento é muito grande porque, por um lado, o governo proibiu as contratações e, por outro, ameaça com alterações na aposentadoria".

Só para se ter uma idéia da situação da UFRJ, em 1992, a universidade tinha 20 mil alunos na graduação e cinco mil na Pós-Graduação. Hoje, tem 30 mil alunos de graduação e oito mil e quinhentos na pós. Foram aumentados o número de vagas em 50% na graduação e mais ainda na Pós-Graduação, em apenas quatro anos. Esses números, nem de longe correspondem a uma política de governo capaz de renovar os quadros docente e técnico, e que seja suficiente para cobrir a demanda da instituição na manutenção da qualidade de suas atividades.

O coordenador da Unitrabalho no Rio de Janeiro é Sidney Lianza, professor do departamento de Engenharia Industrial da Escola de Engenharia, e o responsável pela Rede na UFRJ é Rogério Valle, do Programa de Engenharia de Produção da Coppe.

A *home-page* da Unitrabalho pode ser acessada pelo endereço www.cesup.ufrgs.br/ILEA/unitrab/unitrab.htm.

Movimento Sindical conquista acesso direto à produção acadêmica

Os movimentos de trabalhadores do Brasil já têm sua porta de entrada efetivamente aberta junto às universidades brasileiras. A Unitrabalho - Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - se constituiu a partir deste ano em uma Fundação que congrega 46 instituições de ensino superior de todo o país e já firmou dois convênios nacionais, com a Central Única dos Trabalhadores e com a Força Sindical.

A idéia da Unitrabalho surgiu em meados de 1992, quando a direção

da CUT convidou reitores e pesquisadores para conversas sobre as transformações no mundo do trabalho, as novas tecnologias e as demandas oriundas do movimento sindical em relação aos novos paradigmas das relações de trabalho e seus impactos no Brasil.

Em março do ano passado, 27 universidades, entre públicas e católicas, assinaram um protocolo de intenções destinado a constituir a Rede. O compromisso político estabelecido entre os dirigentes acadêmicos, em parceria com os sindicalistas, é o de promover o desenvolvimento econômico socialmente justo, a democracia e a cidadania para todos.

Segundo o diretor executivo da Unitrabalho e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Jorge Lorenzetti, existe um grande déficit de cooperação entre a universidade e os trabalhadores na sociedade brasileira. O objetivo principal da Unitrabalho é desenvolver instrumentos que possibilitem que a universidade exerça o seu legítimo papel social e contribua através do ensino, da pesquisa e da extensão para que o desenvolvimento econômico se dê sob a ótica e as necessidades dos trabalhadores, e não apenas para sustentar mercados emergentes ou políticas governamentais.

Sistematizando projetos

Segundo Lorenzetti, é enorme o número de pesquisas e atividades de extensão universitária voltadas para questões relativas ao trabalho. A Unitrabalho fará a sistematização de toda essa produção acadêmica das instituições que fazem parte da Rede e a colocará à disposição dos segmentos interessados, principalmente os sindicatos e demais organizações de trabalhadores.

Para isso, a Rede já priorizou a criação de um Sistema de Informações/ Banco de Dados, que tem o apoio da Finep e começa a estar disponível na Internet a partir deste mês. O banco de dados da Unitrabalho está sendo organizado a partir do núcleo da Rede na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo os responsáveis, *a home-page* da Unitrabalho ainda está em construção, mas já pode ser acessada pelo endereço www.cesup.ufrgs.br/ILEA/unitrab/unitrab.htm

Reestruturação Produtiva

Outra prioridade da Unitrabalho para este ano é a organização de um levantamento da produção acadêmica do país sobre Reestruturação Produtiva, com um catálogo a ser publicado, impressa e eletronicamente, além da elaboração de um grande projeto de pesquisa em nível nacional, com a participação de várias instituições e entidades.

Experiências internacionais

Apesar do ineditismo brasileiro, a proposta de unir trabalhadores e academia já faz parte da realidade de vários países no mundo. No Brasil a academia ainda mantém uma relação distanciada com os movimentos sindicais. Em países como os EUA, Itália, Alemanha e França, as relações institucionais entre universidade e sindicatos existem há décadas. A Comunidade Econômica Européia, por exemplo, já patrocinou dez conferências sobre a cooperação entre centros de pesquisa e sindicatos. A primeira foi realizada em Bruxelas, em 1987. As conferências apontaram para uma ação política regional de relação entre as instituições acadêmicas e sociais, que superaram iniciativas governamentais.

Organização e estrutura

A Unitrabalho está inserida institucionalmente em todas as universidades que a compõem a partir de núcleos de pesquisa que ficam sob a coordenação de um docente, que responde pela rede em sua universidade. O representante acadêmico e responsável pela organização da Unitrabalho na UFRJ é Rogério Valle, do Programa de Engenharia de Produção da Coppe. Segundo ele, a UFRJ foi uma das primeiras a se interessar pela Unitrabalho. "Quando a idéia ainda estava em gestação, já tínhamos organizado algumas reuniões com uma participação muito ampla que culminou no seminário sobre *Linhas de pesquisa sobre trabalho e tecnologia na UFRJ*, isso em abril de 93".

O evento foi muito bem sucedido e segundo ele agradou a todos - havia a participação da IEI, Coppead, Faculdade de Educação, Coppe, Instituto de Geociências, Ippur, Instituto de Psiquiatria, Psicologia, Museu Nacional e o Ifcs. Todas estas Unidades expuseram suas pesquisas na área de trabalho e tecnologia e havia uma perspectiva de continuidade.

Foi feito então um contato com a recém criada Unitrabalho, na tentativa de estabelecer uma convergência entre a expectativa gerada pelo seminário e a organização da rede na UFRJ.

"Nós, que saímos na frente, acabamos então passando por um momento congelados, até que agora começamos a rearticular a Unitrabalho na UFRJ e acredito que vamos conseguir recuperar a idéia iniciai, já que há muitas Unidades interessadas e com pesquisas em tecnologia do trabalho", informa Rogério.

A Unitrabalho no Rio de Janeiro

O coordenador regional executivo da Unitrabalho do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Sidney Lianza - o articulador político entre as universidades desta região -, acredita que a idéia da Rede não é se constituir em mais um núcleo de pesquisa, mas sim que ela otimize e potencialize o que a universidade já está desenvolvendo. Para ele, o mais importante é que a Unitrabalho não pode ser entendida como mais um núcleo de pesquisa da universidade. "Esta é a idéia, que seja legitimada e de forma que você possa exercer o trabalho, profissionalmente, dentro da sua carga horária, e que isto seja bem visto na universidade", diz.

Sidney pretende, muito em breve, promover a primeira reunião da Rede aqui na UFRJ, a exemplo do debate que está marcado para o próximo dia 14, na PUC do Rio, quando o tema será discutido pela comunidade interna, com a presença do presidente da Fundação e reitor da Ufscar, Newton Lima Neto. Mas, para lançar a Rede na universidade, Sidney acha que ela deverá ser, necessariamente, apoiada pela sub-reitorias de Graduação, Pós-Graduação e de Extensão. Só a partir deste momento é que se pensaria em um plano de ação, para que a rede seja consolidada, e para que as pessoas possam se dedicar, legitimadas na vida acadêmica. "A Unitrabalho tem que ser entendida como uma atividade legítima, de deveres e direitos, para que o técnico e o professor ou até aluno que esteja fazendo pesquisa, possa estar fazendo um trabalho destinado a fortalecer o compromisso da UFRJ no seu plano frente à Rede", acrescenta.

Na Ufscar, por exemplo, que ele considera "um modelo do que nós deveríamos perseguir", a extensão é muito conceituada, inclusive estimulada. "A SR5 deles tem um núcleo de extensão ligado ao sindicato e lá, a atuação do professor na extensão é valorizada", diz.

Sidney acredita que se a universidade não fizer extensão em toda a sua dimensão, incluindo o mundo do trabalho, isto quer dizer que ela estará de costas para os trabalhadores, distanciada. "E não se reflete a realidade brasileira do mundo do trabalho dentro das pesquisas, em prejuízo do que está se ensinando e da orientação das pesquisas".

História I

Curso noturno ameaçado

Alinnie Silvestre Moreira, representante dos estudantes no DCE e aluna do curso noturno de história, apresentou na última reunião do Conselho Universitário um documento detalhado sobre a falia de professores no departamento, nos dois turnos, na graduação e na pós-graduação, que, inclusive, obteve grau A em recente avaliação da Capes.

Segundo o relatório apresentado pela estudante, os pedidos de aposentadoria - fruto da corrida desenfreada ocasionada pela reforma da Previdência -, além dos afastamentos, vêm contribuindo para a perda da qualidade do curso. Hoje, o Departamento de História tem dez docentes afastados por atividades acadêmicas, oito com carga reduzida e nove perdas por aposentadoria, além de dois pedidos em tramitação. O curso funciona com apenas dez professores em regime de DE/40 horas e seis substitutos.

O curso noturno de história foi implementado no segundo semestre de 94 e deveria contar com 33 novos professores concursados, de acordo com compromisso assumido pela reitoria junto ao departamento, à época de sua criação. Segundo o documento dos estudantes, "tal compromisso não foi honrado". De lá para cá, deveriam ter sido realizados concursos - em número de quatro por período - até completar o número total de docentes necessários ao curso, o que nunca aconteceu.

Atualmente, o Departamento de História conta com apenas 18 docentes em regime de trabalho integral e parcial, para atender a 581 alunos da graduação e 138 alunos da pós-graduação. O departamento oferece ainda disciplinas para os cursos de graduação em serviço social, filosofia, economia e ciências sociais, aumentando em 180 alunos o total de 899 estudantes. Os estudantes de história estão reivindicando junto à Cotave 41 vagas para suprir a falta de professores e garantir a continuidade do curso.

História II

Promessas

Representantes do Consuni se solidarizaram com a estudante de história, como a professora Liana Cardoso, CFCH e o professor Angelo Pinto, do CCMN. Os docentes disseram que a universidade precisa definir o que deseja. O vice-reitor disse que a reitoria estava fazendo um levantamento sobre a falta de professores na UFRJ e prometeu apresentá-lo na próxima reunião do Conselho juntamente com um relatório detalhado da situação acadêmica de todos as unidades. A professora Neide Florisberto, subreitora de graduação, garantiu que o tal levantamento aparecerá no Consuni. É esperar para ver. Só não sabemos por quanto tempo.

Aposentados

Repúdio ao desconto

O Sintufrj também participou ativamente do Conselho Universitário da semana passada. Uma comissão de cerca de 80 aposentados foi pedir uma atuação mais contundente dos dirigentes da universidade na defesa dos interesses da comunidade, e reclamar da postura da reitoria, que segundo o diretor do sindicato, Fortunato Mauro, se nega a encaminhar um processo de discussão com a comunidade sobre autonomia. Para ele, a universidade "não defende o seu patrimônio pessoal". Outro diretor da entidade, Marcílio Lourenço, cobrou uma atitude da reitoria para que não forneça ao governo federal as informações sobre o PSS - Plano de Seguridade Social - evitando assim os descontos programados pelo Mare, referentes à contribuição previdenciária sobre a GAE.

Moção

Consuni repudia política de FHC

Foi nomeada uma comissão, no Consuni, para elaborar uma moção oficial de repúdio à política do governo federal e uma nota, a ser publicada nos principais jornais, questionando a postura do governo quanto ao ensino superior. Até que enfim!

O Provão é criticado

O exame nacional de cursos, o chamado provão, foi duramente criticado pelos debatedores e participantes do colóquio *Provão, Mercado de Trabalho e Desemprego*, organizado pelo Caeng - Centro Acadêmico de Engenharia - na última sexta-feira.

O professor Henrique Longo, ex-presidente da Adufrj e um dos debatedores, destacou que o provão é um instrumento da reforma neoliberal da educação e usa uma lógica perversa de avaliação. O professor Oswaldo Pereira, diretor de Ensino da Escola de Engenharia, enfatizou a forma autoritária com que o Provão foi implantado e defendeu uma avaliação de todo o processo, e não apenas o produto final. A UNE vai promover um plebiscito para definir a posição dos estudantes.

Pós-graduando da UFRJ

Você está satisfeito com o atual sistema de pós-graduação brasileiro? Você concorda com a última avaliação da Capes sobre os programas de pós-graduação? E no seu programa, as mudanças propostas pela Capes através do Programa Nacional da Pós-graduação têm sido discutidas com os pós-graduandos? E que tal a criação ou ressureição de nossa APG? Estas e outras questões serão discutidas em uma reunião no dia 8 de outubro, terça-feira, às 18 horas, no auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. Compareça. Avise aos outros colegas.

Coordenação Regional da Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG

Seminário
Cidade e Urbanismo

O Prourb (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) vai realizar nos dias 27, 28 e 29 de novembro o IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - Herança, Identidade e Tendências da cidade Latino-Americana.

Tendo como eixo principal de discussão a cidade e o urbanismo na América Latina, a partir das especificidades, semelhanças e particularidades dos respectivos processos de formação, transformação e consolidação, o seminário pretende aprofundar os debates sobre os significados da cidade e do urbanismo latino-americano numa perspectiva histórica.

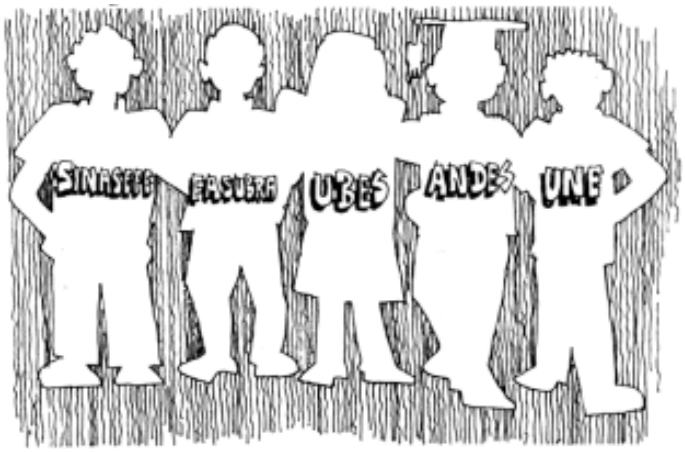
O prazo para envio de resumos e trabalhos vai até o dia 10 de outubro. Mais informações, na secretaria do Prourb: telefone 290-2112, ramais 2758 e2754.

Imigrantes

Uma pesquisa promovida pelo CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais) da UFRJ conta a história de um dos mais movimentados e característicos trechos do Rio de Janeiro, o Saara, e vira tema da exposição no Espaço Cultural dos Correios. Coordenado pela pesquisadora Susane Worcman, o trabalho, de três anos, gerou fotos, documentos, mapas e depoimentos gravados em vídeo. *Do Tropical ao Blue Jeans: a história do Saara* é uma exposição sobre a trajetória destes imigrantes, suas relações entre si, com os cariocas e com a cidade, seus costumes e tradições e as diversas mudanças pelas quais passou nos últimos tempos a atividade comercial da área. A exposição fica até o dia 27 de outubro no Espaço Cultural dos Correios, Rua Visconde de Itaboraí, 20 - Centro.

Encontro Andes, UNE, Fasubra e Sinasefe

Educação e neoliberalismo



Nos dias 12 e 13 de outubro a UFRJ sediará o segundo encontro unificado das entidades nacionais representante dos docentes, técnico-administrativos e estudantes. O credenciamento começa às 8 horas do sábado e às 9 horas será apresentando o primeiro painel com a presença da Andifes e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: "Análise Crítica sobre as Reformas do Governo para Educação". O segundo painel começa às 14 horas com a presença das quatro entidades: "A política neoliberal - Estratégias e Táticas de Enfrentamento". No domingo a manhã é livre e a tarde ficou reservada para a plenária final - das 14 às 17 horas.

Sociedade Brasileira de Física questiona Pronex

O presidente da Sociedade Brasileira de Física, Francisco Sá Barreto, cobrou, através de uma carta enviada ao ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, providências do governo para as questões que foram levantadas durante o Encontro de Físicos, ocorrido nos dias 2 a 5 de setembro em Águas de Lindóia, SP - comemorando 30 anos da SBF.

O curto prazo de lançamento e o corte de 40% do total do orçamento prometido pelo presidente da República ao Pronex foram motivos de cobrança ao ministro. O corte nas bolsas de pesquisa e nas de apoio técnico, assim como o corte nos recursos do Finep e o anúncio de que não haverá aumento de bolsas de doutorado e mestrado da Capes foram apontados como motivos de "apreensão diante do grave momento em que vive o meio acadêmico e científico brasileiro". Para Sá Barreto, no entanto, "o mais grave é não existir nenhuma relação entre o discurso governamental e o apoio ao ensino e pesquisa.

Autonomia I

Lei Orgânica da Andifes é questionada

A Adufes - Associação Docente da Universidade Federal do Espírito Santo - realizou em conjunto com o DCE e o Sintufes debate sobre autonomia universitária com a presença do reitor da Ufes, José Weber, da presidente da Andes-SN, Maria Cristina Moraes, e da diretora da Fasubra, Léa de Souza. O projeto de Lei Orgânica da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes - para as universidades federais foi considerado uma ameaça a conquistas das categorias e das instituições. Todos os presentes se posicionaram contra o projeto de Autonomia do MEC e qualquer tentativa de alteração do artigo 207 da Constituição Federal.

Autonomia II

Intransigência é a marca do MEC

A representante do MEC, Eunice Durhan, adotou uma posição irredutível e inacessível às críticas feitas em debate sobre a Reforma do Ensino Superior realizado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), no último dia 20. Eunice Durhan questionou os "altos gastos" do governo federal com as IFES e deixou claro em suas intervenções que o MEC não concebe a educação enquanto investimento social. À exceção da representante do MEC, todos os presentes, inclusive a presidente da Andes-SN, manifestaram-se contra o "provão", por considerar que ele fere a autonomia universitária.

Movimento Docente

Congresso do DNTE será em março

As entidades que integram o DNTE - Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação, da CUT - realizarão congresso nos dias 14, 15 e 16 de março de 1997. A Andes-SN faz parte do Departamento e participará do evento.

Conad

Já está a disposição dos docentes, na sede da Adufrj, o Caderno de Textos do XXXIII Conad - Conselho Nacional das ADs, que será realizado no período de 25 a 27 de outubro em Ouro Preto/MG.

Dia do Servidor Público

A Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNESF) e a CUT estão realizando as manifestações que vão marcar o Dia do Servidor Público. A intenção é promover ações unificadas dos servidores federais, estaduais e municipais que também integrem outras categorias de trabalhadores. Uma reunião no próximo dia 10 em São Paulo vai definir uma data para as manifestações. A CNESF já programou atividades para protestar contra a política de desmonte dos serviços públicos de FHC. Além de atos nos Estados e matérias pagas publicadas em jornais de grande circulação, serão pleiteados debates em programas de rádio e TV e estudada a possibilidade de uma campanha nacional na mídia.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** - ELIZABETH BALDO CORREA

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ
15 a 21 de outubro/96
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

GOVERNO JOGA PESADO COM SERVIDOR

O Ministério da Fazenda anunciou no último dia 11 um "pacotão " com 44 investidas, entre Mps e decretos presidenciais, para reduzir o déficit nas contas públicas - que atingiu, segundo os tecnocratas de FHC 5% do PIB em 1995 e, pelas previsões do governo, deve chegar a 3,5% este ano e 2,5% do PIB em 1997.
De novo FHC elegeu o funcionalismo público como responsável pelo rombo nas contas públicas: entre as medidas anunciadas estão a extinção de 194.583 vagas no serviço público - contando com os 55 mil servidores contratados sem concurso e mais 94 mil vagas nas estatais. Os servidores públicos federais - em número de 560 mil - a partir de agora não terão mais a licença-prêmio (três meses de licença remunerada para cada cinco anos de atividade, que no momento da aposentadoria são computados em dobro e contam a partir de dez anos de trabalho), promoção automática na aposentadoria (que pode corresponder a até 20% no salário), e o acúmulo do beneficio e do salário: quem está nesta situação tem até o dia 14 de novembro para optar entre um e outro.
O Congresso Nacional tem o prazo de um mês para apreciar as medidas provisórias. Caso isto não aconteça, o governo deve reeditá-las - até hoje a medida provisória que criou o Plano Real não foi apreciada pelo Congresso. Os partidos de oposição devem entrar esta semana com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. A CUT está preparando um grande ato para o dia do funcionalismo público, em 28 de outubro.

Principais Medidas

Hora-extra - À exceção dos hospitais, acaba a hora-extra.
Aposentadoda – Acaba o aumento de 20% no ato da aposentadoria.
Auxílio Alimentação - Acaba o tíquete-refeição, os servidores receberão o valor correspondente em dinheiro.
Cadastro - Os servidores serão recadastrados anualmente.
Demissões - os funcionários contratados entre 1983 e 1988 - 55 mil - poderão ser demitidos Remuneração dupla - O servidor não poderá mais acumular salário e aposentadoria. Ele terá até o dia 14 de novembro para optar por uma das remunerações.
Sindicalismo - O governo não pagará salário a quem tiver exercendo mandato sindical
Licença não remunerada - Passa de dois para três anos
Licença-prêmio - Acaba
Gratificação - O adicional por tempo de serviço passa a ser acrescentado ao salário de cinco em cinco anos, e não mais anualmente, como era até então. Acaba a gratificação do servidor que ocupar cargo de confiança pelo período de menos de um mês.

DEBATE

Reitores são contra emenda do MEC que restringe a autonomia universitária

páginas 4, 5 e 6

Andes, UNE e Fasubra

Encontro Unificado aponta para greve geral do setor de educação

página 3

EDITORIAL

A autonomia universitária e os 26,05% do Plano Verão

A UFRJ sempre foi um terreno fértil para boatos. Parece que algumas pessoas acreditam mais neles do que nas explicações oficiais, de origem conhecida, seja da administração universitária, dos movimentos internos e externos, da justiça ou do resto do aparelho de estado. Esta situação é uma conseqüência clara da própria falta de transparência que caracteriza a maior parte dos nossos serviços públicos, sem a exceção da UFRJ, dos setores departamentais ao reitor. Vejamos só alguns exemplos, as pessoas sabem quais são os critérios que vão ser seguidos na distribuição das mais de 400 vagas para professores com que foi brindada a UFRJ? Sabe como participar do processo de discussão e decisão sobre essa distribuição? Pode participar? Como? Pelos seus "representantes" nos órgãos colegiados? As pessoas sabem qual é o orçamento da universidade, como foi feito, por quem etc.? Sabem ao menos como isso foi feito no seu próprio departamento? E a carga de trabalho? Está todo mundo satisfeito com ela, é suportável e bem distribuída? etc etc.

Em suma, o clima conspiratório já nasce do próprio estado. As decisões oficiais apresentam-se sempre obscuras, camufladas, enigmáticas. Nunca é demais lembrar que este caráter vem da ditadura e a ela leva de volta. É por isso que as verdadeiras explicações sobre as coisas surgem também na forma de boatos, espalhando-se boca a boca. O boato surge assim como um meio de comunicação autenticamente necessário. Cabe-nos, dentro do possível, explicá-lo.

Por exemplo, esta história dos 26,05% do Plano Verão. Circulam pelos *campi* as explicações mais estapafúrdias sobre por que alguns de nós recebem esta parcela (que era até no início chamada nos contra-cheques, ironicamente, de "adicional") e outros não recebem, num flagrante desrespeito ao princípio da isonomia. À diretoria da Adufrj, a sub-reitora de Pessoal declarou que os servidores contratados a partir de janeiro de 1995, inclusive, que ainda estavam recebendo a parcela, deixariam de fazê-lo a partir de junho de 1996. Haveria pareceres jurídicos segundo os quais estes servidores não tinham direito a ela. A sub-reitora nos disse que não podia efetuar o pagamento da parcela a estas pessoas, e que mesmo a continuidade do pagamento às demais, isto é, às pessoas contratadas até dezembro de 1994, não estava garantida. Curiosamente, não porque a questão dependesse de julgamento pelo TST ou porque a sentença já proferida não fosse favorável, mas porque a qualquer mo- mento o MARE (ou o TCU ou o todo-poderoso procurador, ou qualquer outra "autoridade") cismaria de mandar suspender o pagamento, ao que a sub-reitora teria que obedecer e fim de papo.

O número de assinaturas no abaixo-assinado da Adufrj reivindicando o pagamento isonômico cresce rapidamente, indicando que quase a totalidade dos docentes da UFRJ considera esta situação um gritante absurdo. Afinal, o estado atual do julgamento sobre o direito aos 26,05% é favorável aos servidores e o princípio da isonomia garante a extensão do pagamento a toda a categoria, independentemente da causa original que moveu a ação. O fato da decisão judicial ainda não ser definitiva não pode ser a justificativa para não pagar os professores novos, pois isto teria que se aplicar também aos mais antigos e aí ninguém receberia os 26,05%, Quer dizer, ficaria difícil entender então **não a ausência da parcela e sim a sua presença** nos contra-cheques dos servidores mais antigos.

A reitoria usou exatamente o raciocínio acima para, a partir de janeiro de 1995, estender administrativamente a abrangência das ações judiciais ganhas pela Adufrj em 1993 e pelo Sintufrj em 1994 à totalidade dos servidores. Afinal, do ponto de vista estritamente técnico, estas ações só atingiriam os servidores que já estavam na U FRJ em fevereiro de 1989.

Exerceu então corretamente o reitor Paulo Alcântara Gomes, em nome da comunidade da UFRJ, a **autonomia universitária,** garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal, o que mostra, mais uma vez, que autonomia se exerce ou não existe, qualquer que seja a forma da lei. **O que estamos reivindicando é que ele a exerça novamente.**

Quanto às advertências que ouvimos, vindas das mais variadas direções, sobre o perigo dos mais antigos perderem os 26,05% se fizermos muito barulho em prol dos novos, pensamos que a adesão maciça dos professores antigos ao abaixo-assinado é uma boa resposta a esse tipo de chantagem travestida de bom senso. Estes professores sabem que a luta pelo pagamento dos 26,05% do Plano Verão não pode ser apenas dos servidores novos que não os estão recebendo, pois se os argumentos usados para o não pagamento forem vencedores, certamente serão brevemente aplicados a todos. Na Assembléia Geral da Adufrj do dia 24 de outubro estará em discussão a proposta, surgida na reunião com os professores novos, de um dia de paralisação na UFRJ em protesto contra o corte dos 26,05%.

II Encontro Nacional Unificado reúne Andes-SN, Fasubra-Sindical, UNE e Sinasefe, durante o final de semana, no campus do Fundão. Movimento aponta para a construção de urna greve dos servidores contra as medidas do governo.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA SE NEGA A MORRER

Representantes da Andes-SN, Fasubra-Sindical, UNE e do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º e 3º graus da Educação Tecnológica) realizaram neste final de semana na UFRJ o II Encontro Nacional Unificado das entidades ligadas à educação. Apesar da lamentada ausência da Andifes, eles estiveram reunidos no auditório e nas salas do CCMN, no campus do Fundão, para reafirmar sua posição contrária ao conjunto de reformas e propostas neoliberais do governo, articular alianças e definir estratégias de enfrentamento à política de FHC para a educação brasileira, "pelo seu caráter antidemocrático, antipopular e de entrega nacional", conforme está no documento "Carta do Rio de Janeiro", divulgado ao final do encontro.

Com o tema "A educação pública se nega a morrer" como pano de fundo das discussões, o II Encontro desfiou as medidas provisórias, projetos de emendas à constituição e projetos de lei do governo FHC que na interpretação das entidades compreendem o maior ataque ao ensino público de todos os tempos.

O PL1603 transfere para o setor produtivo o ensino tecnológico. A Emenda Constitucional 14 e seu projeto de lei de regulamentação reduzem o financiamento do ensino fundamental e inviabilizam a educação infantil, a educação especial e a educação de jovens e adultos trabalhadores, além de impossibilitar qualquer perspectiva de se erradicar o analfabetismo. A Lei 9131/96, que instituiu o "provão" de final de curso, a Lei 9192/96, que define a escolha dos dirigentes das Ifes universitário, e o Decreto 2026/96, que trata da avaliação dos cursos e instituições do ensino superior, "são instrumentos que afrontam a autonomia universitária.

Mas nada se compara à PEC 370/96, que propõe a alteração do Artigo 207 e retira da Constituição Federal a garantia da autonomia universitária, tentando impor o descompromisso do Estado com o financiamento da educação e a impossibilidade de mecanismos democráticos de decisão, controle e gestão internos a cada instituição.

Ficou claro neste II Encontro que a posição das entidades sindicais e universitárias é por uma educação que promova o desenvolvimento social, artístico, cultural, científico e tecnológico, nitidamente em contraposição às idéias do presidente FHC, que vem, efetivamente, tentando implementar uma educação "enquanto mercadoria a ser vendida apenas a quem pode pagar" e "um ensino como adestramento de mão de obra a serviço do capital".

Na manhã de sábado, nenhum representante da Andifes compareceu ao painél sobre as reformas do governo.

As entidades

Maria Cristina de Morais, presidente da Andes-SN
O que mais incomoda o governo é o fato de as entidades explicitarem à sociedade que esta política educacional não é nova, mas a mesma utilizada na época da ditadura. Não queremos um sindicalismo de resultados, queremos mais do que isto.

Carlos Maldonado, representante da Fasubra-Sindical
O governo quer criar, com estas medidas, simples leitores de manuais e profissionais autômatos. Se azedar o caldo, greve geral dos três segmentos.

Orlando Silva, presidente da UNE
A lógica do *rankeamento* que está sendo imposta pelo governo é para viabilizar o desmonte das universidades públicas e favorecer a implantação dos Centros de Excelências. O enfrentamento é estratégico.
Gabriel dos Anjos, representante do Sintrasefe
Não interessa ao governo o desenvolvimento científico e tecnológico, a sua proposta é a de que o brasileiro estude até a 4ª série e depois vá trabalhar. Nós vivemos mais para o autoritarismo do que para a democracia.

O debate com os reitores foi uma iniciativa das entidades Adufrj, Sintufrj e DCE Mário Prata

A Unesp recebeu do governo de São Paulo R$ 5 milhões enquanto obteve R$ 23 milhões da Fapesp, este ano.

UNANIMIDADE

Reitores, docentes, estudantes e técnicos-administrativos, todos são contra emenda do MEC que restringe autonomia das universidades

Até que ponto a falta de regulamentação própria tem impedido o exercício da autonomia universitária, conforme está consagrado na Constituição? Com essa pergunta o presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao Saldanha abriu o debate sobre autonomia universitária com os reitores da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes, da Ufscar, Newton Lima Neto e da Unesp, Arthur Roquete de Macedo.

A discussão com os reitores, com a presença de cerca de 70 pessoas no Auditório do Roxinho, na quinta-feira passada, girou em torno da Proposta de Emenda Constitucional 370/96 apresentada ao Congresso pelo MEC - que altera o artigo 207 da CF e restringe a auto-aplicabilidade da autonomia legitimada no texto atual - e o projeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas apresentado pela Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Na última reunião do fórum dos reitores, que aconteceu mês passado em João Pessoa, todos se posicionaram contra a iniciativa do MEC de retirar-lhes a autonomia. "O projeto do MEC é absolutamente inconstitucional no que diz respeito à autonomia das universidades públicas", comentou o professor Newton Lima Neto durante o debate.

Newton fez um histórico das lutas do movimento docente, do qual fez parte, pela Educação e lembrou da agenda de consenso, incentivada por Murilo Hingel, ministro da Educação do governo Itamar Franco, estabelecida em 1994 pelas entidades Andes-SN, Andifes, Fasubra, UNE e MEC, quando foi assinado um documento histórico chamado Agenda Autonomia 94, que respeitava a Constituição nos pressupostos que as entidades defendiam. "Inclusive com a proposta de leis de financiamento com parâmetros concretos, encaminhada pelo deputado Florestan Fernandes à Câmara Federal", comentou.

Lógica empresarial

A lógica economicista gerencial, em pauta em todos os projetos do governo para educação, é, segundo o reitor da Federal de São Carlos, perniciosa e arrebenta as instituições, que sem recursos, começam a precarizar: o governo diminuiu as verbas e deixa na mão dos reitores a responsabilidade pela administração e à cata de recursos externos, mais propriamente recursos "disponíveis" no mercado.

A base de tudo isto está no texto do Bird (Banco Mundial) de 1994, La Enseñanza Superior, Las Lecciones Derivadas de Ia Experiencia, de leitura obrigatória, segundo Newton, para todos os que trabalham em e com educação no país. No documento constam as orientações neoliberais que estão sendo aplicadas na América Latina, a partir da experiência do Chile, onde antes se tinha um desenvolvimento científico e tecnológico forte, hoje minguado pelas políticas globalizantes.

Também para o reitor da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes, as propostas de autonomia do governo não contribuem efetivamente em nada para que a universidade possa, segundo ele, "atingir os patamares de qualidade, de pertinência e equidade que são indispensáveis a uma universidade pública, notadamente a uma universidade federal".

Paulo Alcântara lembrou que o Consuni da UFRJ já havia aprovado, há cerca de seis meses, uma moção contra qualquer mudança do artigo 207 da Constituição. Para ele, o projeto apresentado pelo MEC cria uma série de dificuldades. Ele citou como exemplo o item que obriga as universidades federais a assumirem os encargos com os aposentados, no dia seguinte à aprovação do projeto do MEC.

"Isto vai obrigar a universidade a utilizar seus recursos para bancar esta folha, fazendo com que daqui a alguns anos ela não tenha mais condições de manter os seus professores em regime de dedicação exclusiva e, pior do que isto, jogando a categoria dos inativos contra os ativos, como aliás já está acontecendo na universidade".

Para o reitor, a universidade tem que lutar por uma autonomia que resolva questões fundamentais, como a que preserve o sistema de ensino superior federal brasileiro, porque é o único sistema organizado em todo mundo que engloba universidades consideradas de topo no cenário internacional e universidades jovens e emergentes.

Paulo Alcântara considera que os movimentos deveriam forçar a interlocução com a direção do MEC e não com o Ministério da Administração, e reconhece que a proposta do governo empurra a universidade para o enxugamento de quadro.

A experiência das estaduais paulistas

O reitor da Unesp, Arthur Macedo, disse que em São Paulo a autonomia foi ampliada, através de um decreto Lei de 1989 que garantiu às universidades estaduais a autonomia de gestão financeira e patrimonial. Mas, hoje, esta autonomia está ameaçada em função da vontade do governo federal de modificar o artigo 207. "E ele o faz sob a alegação de que haveria a necessidade de uma regulamentação e do aprimoramento do ensino superior, particularmente do ensino superior privado. Isto é uma falácia", denunciou.

Para ele, os problemas do ensino pri-

Professor Henrique Longo questiona a mudança na Constituição. Na mesa, Pauto Alcântara, Newton Lima Neto, José Miguel, Arthur Roquete e Adolfo Wagner.

vado e as dificuldades enfrentadas no setor público não advêm do artigo 207. O reitor informou que o Consuni da Unesp, em votação unânime, também foi contrário à sua modificação.

Gestão financeira e patrimonial as universidades paulistas já conquistaram há 7 anos. Na verdade, segundo Arthur, não foi propriamente uma conquista, a autonomia foi praticamente outorgada pelo governo estadual, o que de certa maneira, segundo ele, significou uma forma esperta do governo se livrar da questão salarial. Em contrapartida, para o reitor, isto foi fundamental para possibilitar um gerenciamento mais adequado dos recursos da universidade. "Eu não tenho dúvida nenhuma de que a autonomia foi o gatilho e o catalizador do desenvolvimento excepcional que a Unesp experimentou nos últimos sete anos. Isto não quer dizer que ela não tenha uma série de problemas", disse.

Arthur reclamou do custo que onera a instituição e que não está nitidamente relacionado com o ensino e a pesquisa - 30% do Orçamento de custeio da Unesp é destinado à manutenção do Hospital das Clínicas, com 600 leitos. Eleito por voto paritário, elogiou a autonomia de gestão financeira e patrimonial pela possibilidade de provisionamento de um exercício fiscal para outro, e falou do papel de reitor que, segundo ele, não tem margem de manobra. "É uma situação perversa, por que coloca o reitor numa posição muito difícil junto à comunidade sem que ele possa ter as condições que ele gostaria de ter".

Newton Lima Neto
Não estamos destinando, há três anos, os 18% da educação da União, mas 14,4% porque 20% foi para o Fundo Social de Emergência, o que nos coloca quase na centésima posição, em investimentos em educação, no mundo. A nossa participação de 3,5% a 4% do PIB é uma bobagem para um país que é a décima economia mundial. O que precisa é aumentar a receita, para que toda a educação, de maneira geral, possa desenvolver a sua qualidade. Enquanto permanecer esta política de cobertor de pobre - tira de um lado para pôr no outro -, alguém vai dançar. Evidentemente, pelos cânones oficiais, quem dança é o ensino superior.

Paulo Alcântara
A Finep hoje deve à totalidade das universidades brasileiras, recursos da ordem de R$ 100 milhões, de compromissos assumidos há dois, três anos. O resultado é que unidades que não recorriam aos recursos orçamentários da UFRJ, são obrigados novamente a pegar na reitoria R$10 mil para sobreviver por um mês. Com isso, além do orçamento ser insuficiente, aumentou a demanda por recursos. Se você entrega este dinheiro - que não existe - para estes grupos, o ensino de graduação vai lá para baixo. Em resumo, a questão orçamentária passou a ser fundamental.

Fortunato Mauro, técnico-administrativo da UFRJ
A gente foi ensinado a estar discutindo por esta lógica do economês, que é a do dinheiro, será que a gente não pode inverter esta lógica de discussão? Eu quero discutir pela lógica do militante, que é a de intervir na realidade. Eu quero um envolvimento da universidade para resolver os problemas nacionais, soluções de problemas onde ela está incrustada.

Adolfo Wagner, representante do DCE
Quais são as iniciativas dos reitores e da Andifes que podem estar revertendo esta situação no interior das universidades? Pelo menos aqui na UFRJ, nós achamos que poderiam estar sendo melhor debatidas, de uma forma mais participativa.

Henrique Longo, conselheiro da Adufrj
Eu acredito que o Regime Jurídico Único é também hoje uma garantia dos nossos direitos, que estão cada vez mais sendo retirados pelas diversas propostas de emenda à Constituição. A proposta da Andes-SN é de uma carreira única para todas as universidades e de isonomia salarial, que é fundamental para a busca do padrão unitário de qualidade.

QUADRO COMPARATIVO DOS PROPOSTAS PARA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Apresentado pelo professor Newton Lima Neto, durante o debate promovido pelas entidades da UFRJ

TEMA	CONSTITUIÇÃO		
	Vigente	PEC 173 - Reforma do Estado	PEC/MEC
Natureza Jurídica	Autarquias e Fundações (entidades de direito público)	Autarquias e Fundações (direito público), com contrato de gestão*, possibilitando a alternativa da "organização social" por meio de lei específica para cada universidade pública.	Entidades Administrativas Autônomas, de regime especial - pode ser entidade pública ou privada, mediante lei de transformação, em tudo assemelhada à "organização social", nos moldes da PEC 173.
Regime de Pessoal	Art. 37 da CF: Único para Serviço Público (estatutário) e específico para magistério nas universidades públicas, com piso salarial profissional (Art. 206, V). Exclusivamente composto por cargos, exceção feita a substitutos e visitantes (cont. temporária) (inciso IX do Art. 37 CF). Vedada CLT. - estabilidade p/o quadro efetivo - isonomia salarial	Introduz a categoria de emprego público (como nas estatais) regido pela CLT. Quebra a isonomia (inclusive com os militares). Fim da estabilidade.	Induz à CLT, impondo a quebra da isonomia, da garantia de concurso público para acesso e da estabilidade; possibilita a aposentadoria pelo regime da previdência geral dos trabalhadores e atribui o passivo atuarial à universidade.
Autonomia Gerencial, Orçamentária e Financeira	Art. 207, ainda não posto em prática pela Administração Federal	Cria contrato de gestão com os órgãos da Administração Direta e Indireta para repasse de recursos fiscais. Autonomia financeira e Administrativa plenas.	Orçamento global, sem rubricas limitadoras, sem garantia de piso mensal para desembolso, sem garantia de financiamento após dez anos, com perda de prerrogativas da União, inclusive com a possibilidade de execução por dívidas fiscais ou trabalhistas, penhoras de bens, sequestro de receitas, usucapião de patrimônio entre outras.

**** Contrato de Gestão: Estabelece metas e condições para definição de recursos humanos e orçamentários, com autonomia gerencial, orçamentária e financeira, excluindo as instituições contratantes do regime de Lei 4320/64 que estabelece as regras para a execução orçamentária de recursos oriundos do Tesouro.***

TEMA	PROJETOS DE LEI ENFOCANDO A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA		
	LDB Câmara Projeto de Lei Ordinária	LDB Senado (Darcy Ribeiro) Projeto de Lei Ordinária	Andifes Projeto de Lei Complementar
Natureza Jurídica	Art. 71 permite manutenção de autarquias e fundações ou criação de ente de outra natureza, mantida a constituição vigente - Art. 206 e 207 (Universidade Pública, p.e.)	Art. 53 - Estatuto Jurídico Especial com características que dependem de modificação constitucional (PEC 173)	"Universidade Pública" compatível com a constituição vigente (art. 206 e 207)
Regime de Pessoal	Art. 77 - Nos marcos do RJU vigente, estabelece estatuto e plano de carreira próprio e único para os docentes com indentidade de estrutura de cargos e funções e isonomia de piso salarial para docentes. Inalterada a situação para Técnicos-administrativos Obrigatoriedade de Concursos Públicos de Tecnicos Administrativos.	Regime Jurídico Especial, com quadro de pessoal (docente e técnicos) e planos de cargos e salários (empregos) distintos. Desaparece o princípio da isonomia inter e intra-institucional. Depende do fim do RJU previsto na PEC 173. Não obrigatoriedade de concuros públicos.	Alternativas: a) Manutenção dos docentes e técnicos como servidores públicos (planos de cargos e carreira); b) Introdução no Regime Celetista - Planos de cargos, carreiras e empregos (depende da PEC 173). Na hipótese "a", c) Regimes Jurídico comum aos servidores Públicos (RJU); ou d) Regime Jurídico Único das IFES
Autonomia Gerencial, Orçamentária e Financeira	Art. 72. Parágrafo 3º, inciso I, II. Autonomia para gestão de recursos públicos assegurada a dotação necessária ao pagamento de pessoal e dotações globais para outros custeios e capital com livre remanejamento de rubricas e elemento de despesa em OCC.	Art. 53 e 54 - Autonomia plena, que depende da modificação constitucional introduzida par referência administrativa	Art. 37 - Autonomia para gestão de um orçamento global por instituição, por meio de autorização da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - ou Contrato de Gestão (que depende da PEC 173).

Programe-se

Revista Interfaces

O CLA, Centro de Letras e Artes, vai lançar às 19h desta quinta-feira, dia 17, o segundo número da revista Interfaces. O tema desta edição é Tempo & Espaço e são tratados de forma multidisciplinar, englobando as várias áreas de conhecimento que compõem o quadro técnico do campo das Letras, Belas Artes, Arquitetura e Música. O evento acontece na Livraria do Museu da República, no Palácio do Catete - Rua do Catete 153.

Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza - Ettern

Seminário Permanente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Os seminários acontecerão sempre às quintas-feiras, das 14h às 16h, Local: sede do lppur/ UFRJ, no prédio da reitoria, sala 543. Tema: "Abordagens marxistas da questão ecológica"

I Encontro de Coros Infantis do Colégio de Aplicação

Dia 18 de outubro, às 18h, com a participação de coros de vários colégios do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Av. Pasteur, 250 – 2º andar. Entrada Franca

Cinema no Fórum

O Anjo Exterminador, de Luis Buñuel, é o filme que o Fórum de Ciência e Cultura exibe nesta quarta-feira, dia 16, às 12h, com entrada franca.

II Workshop Reestruturação produtiva, globalização e trabalho no Brasil: o desafio sombrio da virada do milênio

A área de Engenharia de Produto e Gerência de Produção da Coppe em conjunto com a Fase promove no dia 24 de outubro, no Centro de Tecnologia, bloco G, sala 207,das 9h às 16h30, o II Workshop para discutir os temas que emergem neste fim de século e desafiam trabalhadores e empresários. Na programação serão apresentados painéis sob a mediação do professor Sidney Lianza e do professor Mario Vidal, ambos da Coppe/UFRJ. Está prevista a apresentação dos trabalhos:

• *Tendências Tecnológicas* - Prof. Luiz Antônio Meirelles - EE/Coppe

• *Precarização e Trabalho da Mulher* – Profª. Jussara Brito – CESTEH/Fiocruz

• *Trabalho do Menor* – Profª. Maria lzabel Filhote - Nesc/UFRJ

• *Celso Furtado e o Repensar da Dependência* - Pedro Cláudio Cunca Bocayuva - Diretor da FASE

• *O Institucional e o Social em Processos de Integração* – Profª. Sônia de Camargo – IRI/PUC

• *Democracia e Violência Insidiosa* – Profª. Virgínia Fontes - Dept. de História/UFRJ

• *Trabalho e Século XXI: You Say Goodbye, I Say Hello* - Prof. Marcelo Figueredo - Doutorando do Gente/ Coppe e Prof. Marcelo Paixão - FASE e Dept. Economia/UFF

Rápidas

Reforma Administrativa volta dia 16. A votação do substitutivo do deputado Moreira Franco à proposta de emenda constitucional da Reforma do Estado foi novamente adiada. Faltou quorum na última sessão que apreciou a matéria, último dia 9. Foram apresentados 300 destaques que deverão ser analisados pela Comissão Especial que está tratando da emenda. Os servidores públicos de todo o país estão mobilizados para evitar a aprovação do substitutivo. O adiamento é mais uma prova de que o governo FHC e suas bases não estão conseguindo passar seus projetos tão facilmente pelo Congresso. Sem perder tempo Fernando Henrique se vale de medidas provisórias e decretos para fazer valer, autoritariamente, sua política de "exugamento da máquina estatal".

Avaliação ganha decreto - o Diário Oficial de 11 de outubro publicou o Decreto n.º 2.026 que estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. O Grupo de Trabalho Política Educacional da Andes-SN começou a avaliação das implicações do decreto na reunião ordinária realizada, no dia 10, no Rio de Janeiro.

Professores pedem exoneração - Os professores são maioria entre os servidores que aderiram ao Programa de Exoneração Incentivada do governo do Estado do Rio. O piso dos docentes da rede estadual é de R$ 115,00.

Professores chilenos estão em greve - Os professores chilenos aderiram à greve nacional por tempo indeterminado contra a política adotada pelo Ministério da Educação do Chile (Mineduc) e a reforma educacional em tramitação no Congresso Nacional. O movimento engloba 120 mil professores (76 mil docentes municipalizados, 36 mil do setor particular e 10 mil dos estabelecimentos técnico- profissionais), o que corresponde a 93% dos professores daquele país.

Jurídico

Assembléia Geral

24/10/96 - quinta-feira - 14 horas
Auditório do Roxinho)

Pauta

1) Eleição do delegado da Adufrj no XXXIII Conad.
2) Paralisação contra o corte dos 6,05% do Plano Verão.

Assembléia aprova mandado preventivo contra desconto sobre a GAE

Em assembléia geral, realizada na quinta-feira, dia 10, os docentes presentes aprovaram um mandado de segurança preventivo contra qualquer desconto nos salários relativo ao Plano de Previdência Social - PSS - sobre a GAE. Alarmada com o noticiário sobre a iniciativa do governo federal de cobrar o desconto que não teria sido feito no período de novembro de 1992 a dezembro de 1993, a assessoria jurídica da Andes-SN orientou as assessorias locais das Ads no sentido de entrarem com o mandado para evitar possíveis descontos.

Os descontos podem chegar a corresponder a até mais de 10% do salário. A Assessora Jurídica da Adufrj, Sayonara Grillo Coutinho, esteve presente na assembléia e esclareceu os motivos do mandado. De acordo com o Regime Jurídico Único, salvo por imposição legal ou mandado de segurança, nenhum desconto deve incidir sobre a remuneração ou provento dos servidores. Segundo Sayonara, o desconto não cabe, pois os servidores (docentes, técnicos e as demais categorias que poderão sofrer com a ação do governo) não realizaram nenhuma iniciativa (ação, liminar etc.) para que os descontos não fossem feito naquele período. Se o governo assim o fez foi por que na época havia um entendimento por parte da Secretaria de Administração Federal de que o PSS não deveria incidir sobre a GAE, com o que não concordava o TCU. Não foram os servidores que reivindicaram este procedimento e além do mais, segundo a assessoria jurídica da Adufrj, se for dada o direito a órgãos como Mare, TCU e outros de efetuarem cobranças relativas a dívidas com o erário, amanhã, o governo poderá cismar de cobrar até dívidas do imposto de renda no contracheque de servidores.

A Adufrj está solicitando esta semana à Subreitoria de Pessoal informações sobre como os docentes desta universidade foram descontados no período de 92 a 93. A dúvida ocorre porque na época a folha de pagamento da UFRJ ainda não era processada pelo Mare.

MAIS UMA

Fomos surpreendidos este mês com mais uma garfada do governo nos nossos bolsos: ao repassar-nos, via crédito em conta-corrente, o valor relativo às mensalidades da Adufrj, proveniente dos descontos nos contra-cheques dos associados, o governo cobrou R$0,40 por cada associado, para cobrir "o custo do processamento eletrônico" dos descontos. A base alegada para a cobrança foi um decreto presidencial que determina esse desconto, mas a cobrança é ilegal, porque o decreto isenta as entidades sindicais, como a Adufrj, do desconto.

26,05% para todos. Rumo à paralisação

Um grupo de docentes recém-admitidos envolvido com a questão da perda dos 26,05% - referentes ao Plano Verão - realizou no último dia 10, em conjunto com a Adufrj, uma reunião na ante-sala do Conselho Universitário. O grupo decidiu adiar a manifestação e trabalhar para ampliar a mobilização e colher mais assinaturas para o abaixo-assinado contra a retirada dos 26,05%, que já está circulando na UFRJ. O abaixo-assinado pode e deve ser assinado por todos os docentes da universidade - nesta semana serão espalhadas bancas em todos os campi para recolhimento de mais assinaturas.

Para amplificar a manifestação, na reunião foram tirados alguns encaminhamentos:

1) Avaliar a oportunidade e a viabilidade de se realizar uma paralisação no Consuni do dia 31.

2) Montar bancas de coleta de assinatura e propagandear melhor as particularidades deste Plano Verão, inclusive as judiciais, para ampliar o número de assinaturas do abaixo-assinado e o apoio ao movimento,

3) Confirmada a paralisação, organizar a ida ao Consuni no dia 31. Neste caso, todos devem se empenhar (diretoria e conselheiros da Adufrj e efetivos aliados) para conquistar o apoio institucional citado.

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** - ELIZABETH BALDO CORREA

Mestrado em Educação em Saúde

O Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde - Nutes - vai abrir inscrições para o curso de pós-graduação em Educação em Saúde (Tecnologia Educacional).
De 4 a 22 de novembro, de 10h às 16h, na Secretaria de Pós-Graduação, no CCS, bloco A, sala 34, telefone 270-5449.

Eleições para CPPD

A CPPD, Comissão Permanente de Pessoal Docente, vai realizar nos próximos dias 18 e 19 de novembro eleições para representantes da categoria na Comissão. Serão escolhidos os representantes dos professores titulares, adjuntos, assistentes, auxiliares, professores de 1º e 2º Graus, além dos representantes dos estudantes de graduação e pós-graduação. As inscrições para os candidatos vão até o dia 1º de novembro. Mais informações pelo telefone 290-2112, ramal 2010, com Luiz Carlos.

Acertos

- Ao contrário do publicado no texto da primeira página do último jornal, a Medida Provisória que criou o Plano Real foi transformada em Lei no dia 28 de junho de 1995, após 12 vezes reeditada em votação de lideranças, no Congresso Nacional.
- Gabriel dos Anjos participou do II Encontro Nacional Unificado - Andes-SN, UNE e Fasubra - representando o Sinasefe, Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º e 3º Graus da Educação Tecnológica e não o Sintrasef, como publicado no último jornal.

Assembléia Geral
24/10/96 - quinta-feira - 14 horas
Auditório do CCMN (Roxinho)

Pauta

1) Eleição do delegado e observadores da Adufrj no XXXIII Conad.
2) Paralisação contra o corte dos 26,05% do Plano Verão.
3) Reforma Administrativa
4) Ações Judiciais

JORNAL AD UFRJ
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

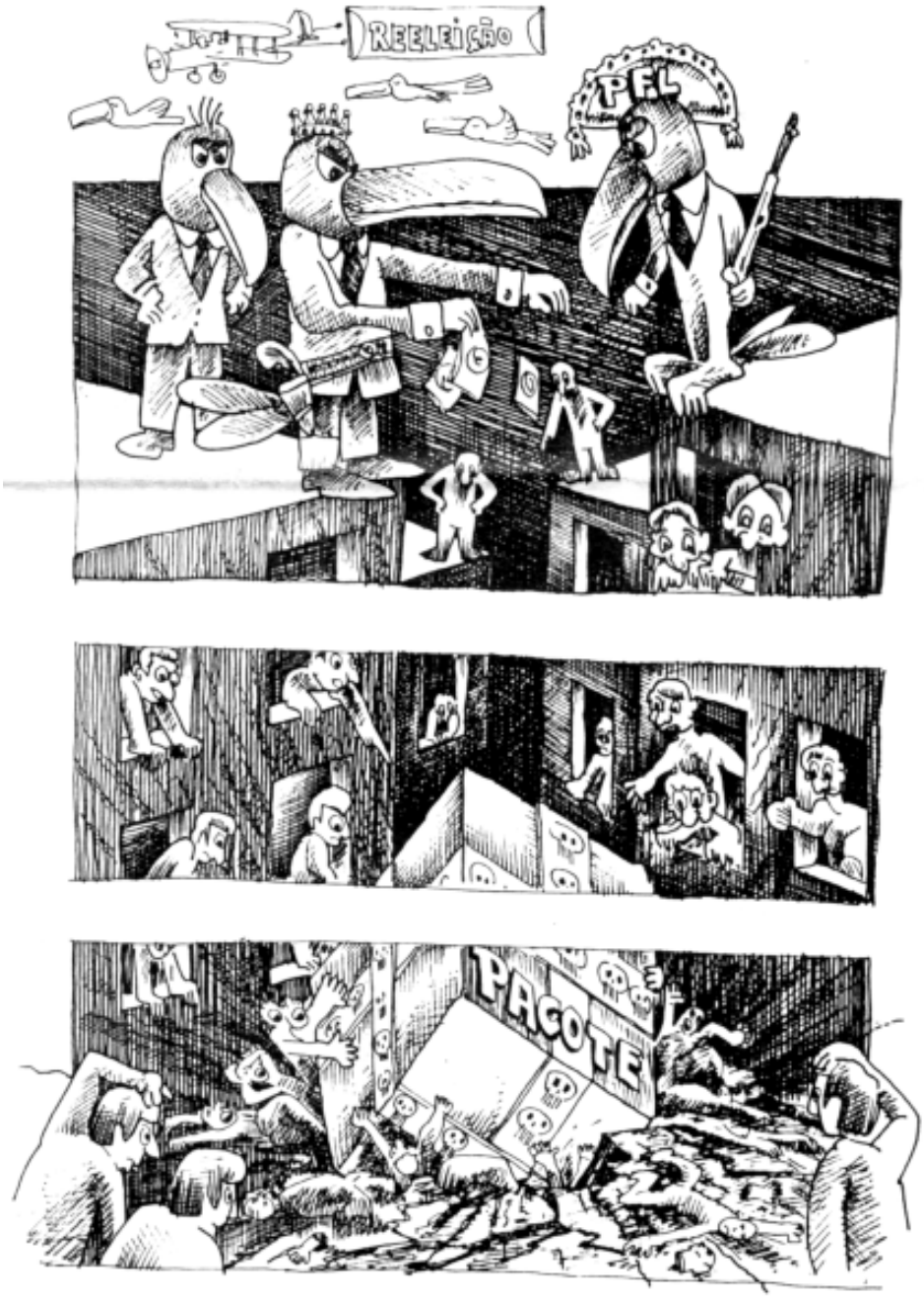
22 a 28 de outubro/96

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

O Pacotão de FH



Você sabe o que é a MP 1.522/96? Veja na página 4.

Rápidas

Greve na França

A bandeira do movimento sindical francês - que paralisou o país por um dia, na semana passada, e mobilizou 5 milhões de servidores públicos - foi em defesa do serviço público, do direito ao trabalho e pelo poder aquisitivo do servidor.

Encontro define calendário de luta

O II Encontro Nacional Unificado Andes-SN, Fasubra-Sindical e UNE, com a participação do Sinasefe, que aconteceu na semana passada, no Fundão, contou com a participação de 125 delegados e atingiu o objetivo de analisar criticamente as propostas de reforma do governo Federal para a Educação e discutir estratégias e táticas unificadas para o enfrentamento a estas propostas. A única queixa foi a ausência da Andifes, que mesmo tendo sido convidada com bastante antecedência, não compareceu.

Calendário de atividades:

28/10 - Dia do Servidor Público, com atos em todos os estados.

29/10 - Dia de Luta em Defesa do Ensino Público.

06/11 - Dia Nacional de Todas as Categorias, um dos eixos: em defesa do serviço público.

Coordenação da CUT.

5 a 7/11 - Semana Nacional de Mobilização, condicionada à votação do Parecer 72/96, LDB/ MEC.

10/11 - Atos públicos contra o provão.

A julgar pelo raciocínio do ministro, o Suriname também estaria entre as nações mais desenvolvidas. Segundo a edição de 95 do Almanaque Abril, com base em dados da Unesco, aquele país investiu 9,7% do PIB com educação em 1990, número que supera a média de investimentos dos Estados Unidos (6,8%) e França (5,3%) no setor.

Paulo Renato leva números duvidosos para comunidade internacional

Agência ANDES (Brasília) - O ministro Paulo Renato Sousa enganou a comunidade internacional ao anunciar na segunda-feira em Genebra, na I Conferência Internacional de Educação, que os gastos públicos com o setor atingiram a marca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no ano passado. Na verdade, somados os investimentos dos Executivos (União, estados e municípios) com todos os níveis de ensino, os gastos chegaram a 3,8% do PIB.

Com isso, os investimentos públicos com educação retomaram aos níveis de 1991. Segundo a revista Conjuntura Econômica, edição de julho do ano passado, o Brasil gastou com educação 4,4% do PIB em 1990, 3,8% em 91 e 3,7% em 92. A partir daí, segundo dados do Banco Central, foram aplicados 4% do PIB em 93 e 4% em 94.

Ao anunciar aquele número em Genebra, o ministro certamente colocou na conta da educação despesas como pagamento de inativos e pensionistas, que deveriam ser debitadas na conta da Previdência, e a merenda escolar, ação considerada de saúde.

De janeiro a dezembro do ano passado, o gasto público em todo o país com educação foi de R$ 25,5 bilhões e não R$ 27,8 bilhões como anunciou o ministro, durante o lançamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Desse total (R$ 25,5 bilhões), a União entrou com R$ 6,5 bilhões. O restante saiu dos cofres dos estados e municípios.

No ano anterior (94), a União aplicou R$ 6,9 bilhões do total de R$ 26,2 bilhões de investimentos públicos no setor. Ou seja, em um ano reduziu em R$ 400 milhões a sua participação no bolo de recursos destinados à educação.

Os dados são da economista Edlamar Batista Pereira, que desde 1992 pesquisa o financiamento público da educação. Edlamar é autora da pesquisa, concluída em 94, intitulada Financiamento da Educação no Brasil (1990-93), único trabalho que mede a despesa global per capita estadual e municipal na educação e que serviu de base para a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, conforme admitiu o próprio ministro à imprensa na ocasião.

A pesquisa se transformou em um relatório interno (número 1/95) do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (lpea), onde a economista trabalhava até julho passado como técnica de planejamento e pesquisa. Por causa do estudo intitulado Planejamento Educacional: Uma Avaliação do Planejamento Político-Estratégico do Ministério da Educação (1995-1998), Edlamar acabou exonerada da função que exercia no órgão de pesquisa do governo.

Estudo provoca exoneração da funcionária

A série publicada pelo órgão, denominada Relatório Interno, foi suspensa pelo presidente do lpea, Fernando Rezende. O relatório tinha o objetivo de possibilitar melhor aproveitamento da experiência acumulada pelos pesquisadores em discussões e decisões de políticas públicas. Divulga o ponto de vista dos técnicos sobre temas sociais e econômicos atuais. "Nunca houve no lpea, nem mesmo no período da ditadura, um controle tão grande das informações", lamenta a economista. O estudo, que acabou resultando na exoneração da economista, mostra que a União é a única instância em nível de poder Executivo que não vem cumprindo a Constituição Federal no que se refere ao financiamento da educação fundamental, setor para o qual tem destinado cada vez menos recursos.

"O estudo previa que os gastos com o ensino fundamental iriam sofrer uma queda substancial de verbas no ano passado, apontando que os gastos seriam de apenas R$ 1,2 bilhão em 95 contra R$ 1,9 bilhão em 94. Ou seja, haveria uma queda percentual de 7% no nível de investimentos, como de fato se confirmou", afirma Edlamar. Com isso, a participação nos gastos com o ensino fundamental em relação à despesa global realizada pelo MEC caiu de 20% em 1994 para 13% em 95.

Manipulação

Ao contrário do que afirma o ministro, mesmo que os gastos públicos em educação no Brasil chegassem de fato aos 4,5% do PIB no ano passado, isso não colocaria o país entre as nações desenvolvidas no que se refere à relação desse indicador econômico com os investimentos em ensino público. Isso porque o PIB dos países desenvolvidos é consideravelmente superior ao do Brasil, o mesmo não acontecendo com a demanda de ensino e a quantidade populacional.

A julgar pelo raciocínio do ministro, o Suriname também estaria entre as nações mais desenvolvidas. Segundo a edição de 95 do Almanaque Abril, com base em dados da Unesco, aquele pais investiu 9,7% do PIB com educação em 1990, número que supera a média de investimentos no setor dos Estados Unidos (6,8%) e França (5,30%).

Acontece que o PIB do Brasil chega perto dos R$ 700 bilhões, enquanto o dos Estados Unidos e o da França, por exemplo, atingem, respetivamente, US$ 5,7 trilhões e US$ 1,1 trilhão. Com 57 milhões de habitantes, a França investiu, no ano passado, US$ 58 bilhões com a educação, contra R$ 25,5 bilhões aplicados pelo Brasil no setor. No caso brasileiro, a população é de 152 milhões de habitantes, praticamente o triplo da francesa, dos quais 49 milhões de brasileiros na faixa etária de 0 a 14 anos.

Governo diz que economizará R$ 6,5 bilhões com medida que demite servidores e restringe direitos, mas desde que instalou o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) já deu de presente aos bancos mais 14 bilhões para salvar seus, proprietários da falência.

A Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público já conseguiu 100 assinaturas pela rejeição da Medida Provisória do Ajuste Fiscal.

A ditadura de Fernando Henrique

Responsabilizar o servidor pelo déficit público não representou novidade alguma. Os argumentos do governo para decretar no último dia 11 este novo pacote e atirar no funcionalismo suas conseqüências mais drásticas, quebrando direitos via Medida Provisória, também não se sustentam.

Ao comentar o pacotão, o ministro da Administração, Bresser Pereira, um dos responsáveis pela mira do governo, concluiu, após engenhosa explicação, "que o déficit público significa que o governo precisa pressionar a poupança privada, colocando títulos às custas da alta dos juros e retirando recursos que de outra forma estariam indo para o investimento que cria emprego ".

Mesmo que o governo não estivesse desqualificando em todas as frentes as relações de trabalho, seria difícil acreditar nas boas intenções palacianas. As informações confiáveis disponíveis indicam uma realidade bem diferente.

Como os dados divulgados pelo governo variam de acordo com as conveniências políticas e carecem de transparência - estão longe de passar credibilidade-, acompanhando as execuções orçamentárias da Secretaria do Tesouro Nacional - papéis mais confiáveis -, consegue-se rastrear as ações do governo e identificar se os discursos oficiais vão além de exercícios de retórica.

A Medida Provisória nº 1.522/96 é a novidade do governo FHC para o desmonte do serviço público. Associado estrategicamente à Emenda Constitucional da Reforma do Estado, que está tendo seus destaques votados esta semana no Congresso Nacional, o pacotão do governo, como está sendo chamada a MP, não tem justificativa lógica, como quer fazer valer os técnicos do ministério da Fazenda, nem para uma política de ajuste fiscal nem muito menos para economizar gastos da União. Estudos mostram que na verdade não há economia alguma, e sim mais um engodo governamental para responsabilizar os servidores pelo mal gerenciamento dos serviços e do patrimônio públicos. Com as manipulações de verbas via fundos de emergências e as medidas provisórias sendo editadas e reeditadas, assim assumindo poder de Lei, o governo tem todos os instrumentos para impor a sua ordem de forma tão autoritária quanto no período dos militares.

Tão contundente quanto os 22 meses sem reajuste salarial – que expressam a determinação do governo no tratamento dispensado ao funcionalismo federal – a execução orçamentária põe a nu a lógica governista. Por elas efetivamente se descobre o quanto foi gasto e qual o volume de recursos alocados pelo governo nas inúmeras rubricas do orçamento.

De janeiro a junho deste ano, por exemplo, as despesas com pessoal não ultrapassaram 27% das receitas correntes, ou seja, menos da metade do limite determinado pelo artigo 38 das disposições constitucionais transitórias, que fixa a folha de pagamentos em 65% das receitas correntes.

Se a referência for a Lei e de Diretrizes orçamentárias de l966, portanto deste ano, que estipula o teto de 54% das receitas correntes líquidas (RCL), o gasto com pessoal não ultrapassaria 48% da RCL.

Um levantamento feito pelo jornalista da Folha de São Paulo, Alexandre Pinheiro, indica que as medidas do pacote trariam uma redução máxima de R$ 380 milhões, de uma folha de mais de 40 bilhões e reais. Vale lembrar que o levantamento está baseado em números divulgados pelo governo, ainda que este seja o maior interessado em exaltar a "grande" economia gerada pelo pacote.

Transparência

Para Rosane Mais, supervisora técnica do Dieese no Distrito Federal, não dá para confiar: "Há muita desconfiança sobre as contas do governo, porque os números não batem, há uma total falta de transparência. Em 1992, um documento da Secretaria do Tesouro Nacional precisava o número de servidores da administração pública direta em 720 mil. No final de 95, o número caiu para 557 mil. Menos 153 mil servidores, menos 21% de trabalhadores". Caiu significativamente o número de trabalhadores e ainda assim o governo usa o gasto com os salários como uma desculpa para o déficit.

Em relação à folha de pessoal na época da data-base, em janeiro de 1995, quando foi dado o reajuste de 22,7%. o governo na época declarou que isto causaria a elevação da folha para 33,7 bilhões de reais. Agora, no final deste ano, o governo diz que vai gastar R$ 41 bilhões com esta folha, sendo que não houve reajuste salarial. Ou será que o governo não se beneficiou da "queda" da inflação provocada pelo Real? Como explicar um aumento de 17% no gasto com a folha?

A técnica do Dieese apresenta al-

Parecer Jurídico

Entidades preparam reação às medidas

Para os advogados que assessoram a CUT-Rio e as entidades do serviço público federal no Estado, a Medida Provisória 1.522/96 é mais um instrumento utilizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso para intimidar os servidores e colocá-los perante à opinião pública como os responsáveis pela dívida da União, contraída ao longo de anos por políticas econômicas de endividamento externo e de sustento a latifundiários, especuladores e banqueiros.

Em reunião promovida pela Central, os assessores disseram ser difícil questionar a MP como um todo. Segundo eles o governo preparou tecnicamente o texto de forma a não deixar brechas para ações judiciais.

Mas o que mais desanima os assessores é o conhecimento de que o Superior Tribunal Federal age em favor do poder Executivo - como aconteceu na ocasião da votação da data-base - e não hesitará em votar contra qualquer ação impetrada pelas entidades.

Para os advogados, a conjuntura se assemelha ao período Collor, e seria muito improdutivo para o movimento dos servidores entrar na discussão legalista, pois a "lei", neste governo, sempre é colocada contra os trabalhadores. Foi assim na greve dos Petroleiros e na greve dos SPFs.

Mesmo entendendo que a questão é política e que só a pressão dos servidores, da população e de parlamentares progressistas poderá fazer com que a Medida seja rejeitada pelo Congresso, os advogados voltarão a se reunir daqui a duas semanas, no dia 31 de outubro, para apresentar um parecer mais minucioso sobre o "pacotão".

Participaram da reunião com os advogados as direções da Andes-SN, da Aduff, da Assibge, do Sintuff, do Sintufrj, do Sintrasef, do Sindisprev e do Sindicato dos Servidores de Rio Bonito. As entidades estão preparando estratégias de esclarecimento à população e ao conjunto dos servidores sobre os prejuízos causados pela medida e formas de mobilização para barrar a MP no Congresso.

A UFRJ recebeu de janeiro a junho deste ano apenas 42,9% do total de recursos a ela destinados

gumas suspeitas: "Ou isto é indício de que há uma política discricionária de privilégios a determinados setores, com um impacto brutal nos dispêndios, ou há uma evasão de recursos que o próprio governo não tem controle, ambas questões bastante complicadas. Ou não há mesmo transparência, informações fidedignas, ou este dinheiro está saindo ninguém sabe por onde", cobra.

Se ninguém sabe para onde está indo o dinheiro, nas execuções orçamentárias, porém, encontram-se fortes indicativos de onde ele está sendo desviado. O grupo de trabalho de verbas (GT-Verbas) da Andes-SN analisou algumas das inúmeras rubricas orçamentárias e o resultado não surpreende. O GT conferiu os recursos da agricultura, educação e saúde - três das metas de campanha de FHC.

De janeiro a junho deste ano, o investimento do governo FHC em educação e cultura foi de 31,9% do total orçado - o ensino superior recebeu apenas 37,17% do que lhe era devido. A agricultura recebeu 31,1 %. Neste montante, os recursos destinados ao projeto de reforma agrária foram de 9% do total previsto. E a saúde, sobreviveu com uma mísera parcela de 17,6% dos mais de 13 bilhões orçados.

A culpa é das velhas dívidas interna e externa

Em 95, o déficit operacional foi de cerca de 5% do PIB e o grande responsável está na política monetária, através do aumento dos encargos da dívida pública. Comparando fevereiro de 96 com o mesmo mês do ano anterior, o déficit cresceu 50%.

Ao longo de 96, a queda dos juros nominais, e também em termos reais (a queda da taxa de juros), não chegou a propiciar um alívio para as contas justamente porque estes juros incidiram sobre uma dívida muito maior. E isto se projeta para o ano que vem.

Com as manipulações de verbas via fundos de emergências e as medidas provisórias sendo editadas e reeditadas, assim assumindo poder de Lei, o governo tem todos os instrumentos para impor a sua ordem de forma tão autoritária quanto no período dos militares.

Frente pelo serviço público

O deputado Federal Jaques Wagner, do PT da Bahia, um dos líderes da Frente Parlamentar de Defesa do Serviço Público, formada por parlamentares do PDT, PT, PC do B, PSB e até do PFL e do PMDB, diz que há um movimento capitaneado pelos partidos de esquerda empenhado na tentativa de instalação imediata de uma comissão que vai analisar a medida do governo. A frente vai trabalhar para rejeitar a MP e romper com uma prática que já se constitui em um dos pilares de sustentação do governo: a comissão não se instala, a medida provisória vai sendo reeditada e o país segue (des) governado por decreto.

Rápidas

Comissão aprova reforma Administrativa

A Comissão Especial da Câmara Federal aprovou no último dia 16, por 18 votos a 11, a reforma Administrativa. O relatório do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) prevê o fim da estabilidade, da isonomia, da irredutibilidade salarial e do Regime Jurídico Único. Na terça-feira, dia 22, a Comissão volta a se reunir para analisar os 145 pedidos de destaque que poderão alterar os principais pontos do relatório. A oposição vai tentar mudar itens do texto aprovado, entre eles, o fim da estabilidade.

STF confirma Provão

Por seis votos a dois, o plenário do Supremo Tribunal Federal confirmou no último dia 16 a realização do provão no dia 10 de novembro. Os ministros consideraram ser dever constitucional do Estado a fiscalização das universidades e faculdades para garantir padrão de qualidade e negaram a liminar impetrada pela UNE. Orlando Silva, presidente da UNE, disse que a entidade vai fazer mobilizações pela suspensão do exame. A primeira delas está prevista para o próximo dia 30.

Programe-se

Eunice Durhan participa de debate sobre "Provão" na UFRJ

Eunice Durham, principal responsável pela atual política educacional do MEC e ex-secretária do Ensino Superior do governo Collor, vai estar presente no V Seminário do Projeto Educação para debater a questão do exame de final de curso, a ser aplicado pelo MEC em todas as instituições de ensino superior, públicas e privadas. Também participarão do debate o diretor da Coppe/ UFRJ, Luiz Pinquelli e da Faculdade de Educação da UFMG, Neidson Rodrigues. O evento será realizado nesta quinta-feira, dia 24 de outubro, às 14 horas, no Fórum de Ciência e Cultura.

Balé russo ganha ouro.

A Companhia de Balé Kirov, em sua primeira apresentação no Brasil, será homenageada pela UFRJ com uma "medalha de ouro" no dia 1º de novembro, às 11 h, no Fórum de Ciência e Cultura. Av. Pasteur 250, 2º andar.

TV a Cabo Universitária

Nesta quarta-feira, dia 23, começa o primeiro Seminário Nacional sobre TV a Cabo Universitária. Na programação estão previstos debates sobre novas tecnologias, experiências de canais comunitários do Rio, São Paulo e Porto Alegre, além da apresentação de trabalhos produzidos por TVs universitárias da UFSM, UFSC, Estácio de Sã e Facha. O seminário acontecerá será realizado no campus da Praia Vermelha e está sendo organizado pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social e pelo Centro Acadêmico de Comunicação da UFRJ, com o apoio do DCE Mário Prata. Mais informações, pelo telefone 295-9499 e e-mail:rodrigo@cfch.ufrj.br.

6ª Feira Cultural do CLA

De 20 a 23 de novembro, das 9h as 17h, o Centro de Letras e Artes estará realizando a sua 6ª Feira Cultural, com a participação de grupos de rock, MPB, orquestras, grupos de dança, exposições acadêmicas das Unidades do CLA, sub-reitorias e Unidades da UFRJ. Serão montados 18 stands de comidas típicas, nacionais e internacionais, dez stands de atendimento, seis de vendas e 15 de artigos de artesanato. Mais informações pelo telefone 280-6993.

Fiscalização do Vestibular UFRJ 97

Já estão abertas, e vão até o dia 25 de outubro, nesta sexta-feira, as inscrições para estudantes e funcionários que quiserem atuar na fiscalização do vestibular 97 da UFRJ. São três dias de provas - dias 24 de novembro, 1 e 5 de dezembro - com remuneração diária de R$ 45,00. O funcionário precisa ter o 2º grau completo e os estudantes, estar cursando o 6º período, ou superior, ter CR igual ou superior a 5,0 no último período e estar com a matrícula ativa. As fichas serão escolhidas mediante sorteio eletrônico. Mais informações, na Comissão Executiva do Concurso de Seleção, telefone 598-31 90.

Rápidas

Cidade Histórica acolhe movimento docente -

Vai acontecer em Ouro Preto o XXXIII Conselho Nacional das ADs Seções Sindicais da Andes-SN. O Conad começa no dia 25 de outubro com uma solenidade de abertura no Teatro Municipal da Cidade, a Casa da Ópera de Ouro Preto. O Conselho estará reunido até domingo, dia 27, e serão debatidos os temas sobre as políticas do governo, autonomia universitária, e a atuação e organização do movimento docente frente à conjuntura.

A Assembléia Geral desta quinta-feira, dia 24, vai eleger o delegado que representará a Adufrj neste Coned. Participe.

MP das mensalidades -

Para Paulo Renato a educação é mesmo mercadoria barata, ou cara. O ministro vem articulando um novo texto para a medida provisória das mensalidades das escolas privadas, o qual deixará mais do que a vontade os proprietários dos estabelecimentos para que "negociem" diretamente com pais e estudantes o preço pelo acesso ao conhecimento. Para o ministro, o Estado tem que "sair da relação escola-aluno"

Jurídico

Acumulação de vantagens na aposentadoria

Desde o antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1711 de 28/10/52), diversas Leis e outros dispositivos têm garantido dois tipos de vantagens aos servidores públicos federais quando se aposentam: vencimentos do cargo em comissão ocupado e vantagem da classe superior. A forma como estas vantagens são calculadas e as condições para obtê-las, têm, no entanto, variado bastante ao longo do tempo, principalmente no que se refere à possibilidade de acumulação das duas vantagens. Finalmente, a Medida Provisória nº 831, de 18/1/95, extinguiu a vantagem do cargo em comissão e a Medida Provisória nº 1522/96 (incluída no pacote de 14/10/96) extinguiu a vantagem da promoção à classe superior. A quantidade e a diversidade de instrumentos usados para legislar sobre esta questão - Leis, Medidas Provisórias, Instruções Normativas etc - transformou-a num emaranhado jurídico repleto de polêmicas, especialmente quanto a direitos adquiridos. O resultado é a tendência a que a situação de cada servidor seja um caso particular a ser estudado com cuidado antes de qualquer conclusão.

O MARE, executor da falha de pagamento, interpretando esta questão a seu modo, retirou a vantagem da classe superior (artigo 192 do RJU) de todos os aposentados que tinham as duas vantagens. Na UFRJ, a SR4 está chamando os aposentados nessa situação para que optem por uma das duas, e informa que, enquanto a opção não for feita, a vantagem do artigo 192 permanecerá cortada.

Diante da incerteza que ainda caracteriza este assunto, a assessoria jurídica da Adufrj está orientando os aposentados a não fazerem, por enquanto, a opção solicitada pela SR4, de forma a evitar prejuízos irreparáveis no futuro. O assunto estará em pauta no encontro do dia 31/10.

Encontro com aposentados

A Adufrj estará realizando no próximo dia 31/10, quinta-feira, das 17:00 as 19.30, no auditório da Escola de Serviço Social, no campus da Praia. Vermelha, um encontro com docentes aposentados da UFRJ. A reunião será dedicada a avaliar as medidas recentes do governo federal relativas à aposentadoria dos servidores públicos e a formular alternativas de luta política e judicial contra as conseqüências negativas dessas medidas.

Desconto retroativo da contribuição previdenciária sobre a GAE

A Adufrj solicitou semana passada à Subreitoria de Pessoal e Serviços Gerais da UFRJ (SR4) que esta informe se há alguma pendência por parte dos docentes da UFRJ em relação à contribuição previdenciária (PSS) incidente sobre a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) referente ao período de novembro de 1992 a outubro de 1993 e, caso afirmativo, quais os procedimentos previstos para regularizar a situação. Caso a SR4 informe que vai fazer algum desconto, a Adufrj entrará com mandado de segurança preventivo para impedi-lo, conforme decisão da Assembléia Geral da Adufrj do dia 10/10, já noticiada. Até o fechamento desta edição, não havia resposta da SR4 sobre este assunto

Abono Pecuniário

Direito permanece

Os docentes e outros servidores das Instituições Federais de Ensino (IFE) **continuam a poder optar** pela conversão em abono pecuniário (dinheiro) de 1/3 das suas férias, apesar do governo ter revogado o parágrafo do RJU que definia esse direito, através da Medida Provisória nº1195, de novembro de 1995, já reeditada várias vezes. É que os servidores das IFE têm esse direito garantido pelo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), que não foi revogado.

Atenção: servidores afastados também têm direito ao abono.

Ao contrário do que dizem as instruções para preenchimento da escala de férias de 1997 enviadas pela SR4 para as unidades, os servidores ausentes na época da marcação das férias **têm direito** às mesmas opções (13º, adiantamento e abono) que os demais. Só é necessário que façam a opção pessoalmente ou através de procurador. O problema é que, com base naquelas instruções, os setores de Pessoal das Unidades não permitiram a opção aos servidores afastados, mesmo quando representados por procuradores.

A partir de reclamações de alguns docentes nessa situação, a Adufrj solicitou esclarecimento à SR4, que admitiu o equívoco das instruções e ficou de comunicá-lo às unidades, mas informou que as escalas de férias estão sendo registradas esta semana no SIAPE tal como vieram das unidades, devido aos prazos do sistema.

Assim, aos servidores que foram impedidos de realizar as opções que desejavam, só resta solicitar a alteração da escala, no setor de Pessoal da sua Unidade, pessoalmente ou por procuração. Esta alteração deve ser realizada com antecedência mínima de 60 dias para poder ser processada, o que deixa pouquíssimo tempo para esta providência para quem tem férias em janeiro de 1997. Seria interessante que os docentes no exterior fossem avisados desta situação pelos seus colegas, com urgência.

29 de outubro a
4 de novembro/96

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

Eunice Durhan faz apologia das políticas neoliberais

Em seminário promovido pela UFRJ, secretária do MEC apresenta diagnóstico sobre gastos do governo com universidades, mas admite que não houve consenso entre os técnicos do governo para elaboração dos dados divulgados.

Páginas 4, 5 e 6

Professor Neidson Rodrigues; da UFMG, Carlos Sepúlveda e Eunice Durhan.

Assembléia Geral
31 de outubro
15 horas
Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

1) Construção da greve geral em defesa do serviço público federal .
2) Eleição de delegados para a plenária de Servidores Públicos Federais, dia 03/11, em Brasília.

Rápidas

Programa de Demissão Voluntária

O governo divulgou na semana passada um esboço do que deverá ser o Programa de Demissão Voluntária, PDV. Não foram definidas em que áreas da administração o PDV será oferecido, mas o governo já deixou claro que não serão permitidas adesões de professores universitários e fiscais da Receita Federal.
Em nota assinada pela Executiva Nacional, a CUT afirma que o plano de ajuste econômico do governo não afetará só os servidores, mas também o conjunto dos trabalhadores, com aumento do desemprego, eliminação de direitos previdenciários, econômicos e sindicais. (leia íntegra da nota na página 7)

Movimento docente aponta construção de greve geral

Reunidos em Ouro Preto, os representantes das Associações Docentes das Universidades Públicas e Privadas recusaram a formulação de uma alternativa ao projeto de emenda constitucional do MEC (PEC 370/96), que restringe a autonomia das instituições. O Conselho Nacional das ADs entendeu que a auto-aplicabilidade do artigo 207 da CF é suficiente para garantir a autonomia gerencial, acadêmica e financeira das universidades. Para a Andes-SN, o conceito de autonomia tal como está hoje no texto constitucional é uma conquista do movimento universitário brasileiro.
As ADs deliberaram também pela construção de uma greve geral dos trabalhadores do setor público e privado para barrar as reformas liberais do governo FHC.

O compromisso de metamorfose

Ruth Barbosa, professora do
Instituto de Psicologia/ UFRJ

"Quando Gregor Samsa despertou, certa manhã, de um sonho agitado viu que se transformara, em sua cama, numa espécie monstruosa de inseto."

Plagiando Kafka, acordei, certa manhã, de um sonho agitado, com a sensação de que me transformara em algo. Não se tratava de transformação na forma física, mas a estranheza era parecida. Amanheci com números na cabeça: se o julgamento do TST sobre os 26,05% decidir que todo o dinheiro pago desde janeiro de 1995 deverá ser devolvido em 30 dias, devo devolver 573,10% do meu salário, a jato.

Acabamos correndo pela vida, sem tempo de pensar, de agir, de se espantar ou se maravilhar com o que acontece; virando o rosto para o lado ou dando algum outro jeito. Provisório, bem o sabemos.

Difícil calcular tal quantia. Mas quinhentos por cento já é uma estimativa suficiente para assustar. Primeiro, a retirada dos 26,05% parecia um problema só "deles", os recém-contratados. Agora, nada impede que atinja a todos. E por falar nisso, onde estão todos?

A sensação de estranheza continua. Números astronômicos por um lado; gente de menos por outro... Por onde andam todos, ou pelo menos, muitos, se não todos ? Não se inquietam, apesar dos cortes, das ameaças, da falta de condições adequadas de trabalho e de vida? Por onde anda a inquietação, então, que não aparece, não causa estranheza, não vira ação, não é sonhada nem se transforma?

Tenho trabalhado nas minhas aulas com um autor chileno, Humberto Maturana, que diz em um de seus livros que "o conhecimento do conhecimento compromete." Refere-se exatamente ao que fazer com o que sabemos.

Como diz, parece que tentamos viver como se a vida acontecesse independente de nós, desconhecendo que o mundo é feito dos nossos atos cotidianos, ignorando causas e efeitos para não assumir responsabilidades.

Acabamos correndo pela vida, sem tempo de pensar, de agir, de se espantar ou se maravilhar com o que acontece; virando o rosto para o lado ou dando algum outro jeito. Provisório, bem o sabemos.

Poderia Gregor Samsa não reparar na sua monstruosa transformação?

Enxergar com mais clareza traz como conseqüência o compromisso. E a vida não será mais a mesma. Não se pode culpar os que querem virar o rosto. É um opção não querer se envolver e deixar de lado o que se viu. Só não dá para escapar da responsabilidade. Cada um pode plantar o que quiser, mas, com certeza, só vai colher o que plantou. Como diz Maturana, o conhecimento compromete "porque, ao saber que sabemos, não podemos negar o que sabemos".

Kafka F. (1965) Metamorfose. Rio de Janeiro: BUP
Maturana, H & Varela, F. (1995) A árvore do conhecimento. Campinas: Editorial Psy

Governo desqualifica I Coned

No dia 21 de outubro, durante o seminário "Universidade em perspectiva" promovido pela Fundação Cesgranrio no Rio de Janeiro, o representante do MEC Edson Machado de Souza desqualificou o I Congresso Nacional de Educação, I Coned, quanto a sua importância no cenário educacional.

Machado de Souza iniciou sua fala, ao participar do painel "Autonomia Universitária - dimensões e riscos", destacando a importância do debate "entre os interessados no destino das universidades".

Foi então inquirido pela platéia sobre as reiteradas recusas do MEC aos convites da Andes-SN, da Fasubra - Sindical e da UNE para participar dos debates que estas entidades vêm promovendo em todo o território nacional.

A resposta foi de que o governo não se nega ao debate. Pelo contrário, ele o faz com os parlamentares e com o Conselho Nacional da Educação.

A presidente da Andes-SN, Maria Cristina de Morais, também participante do painel citou a recusa em bloco de todos os convidados do governo e do MEC ao convite para participarem do I Coned, promovido por diversas entidades sindicais, científicas e estudantis que reuniu mais de 5.000 pessoas no final de julho em Belo Horizonte.

Em tom irônico, Edson Machado respondeu: "Aquele não era lugar para o MEC debater estas questões".

Votação em bloco derrota destaque da oposição

A votação dos destaques da reforma Administrativa (PEC 173-A) pela Câmara dos Deputados marcada para o dia 22 de outubro acabou sendo adiada para o dia 23 devido às articulações dos aliados do governo.

Quando finalmente foi aberta a sessão, às 11 horas do dia 23, além da Comissão Mista da Câmara, estavam presentes sete funcionários públicos, os únicos a conseguirem furar o bloqueio dos portões de acesso. Entre eles, estava o professor Enoch José da Mata, representante da Andes-SN.

Segundo Enoch, a sessão se iniciou com o deputado Inocêncio de Oliveira, apresentando o seu requerimento de "votação em bloco". Tal requerimento foi discutido e condenado pelos deputados de oposição, e defendido pelos aliados do governo, sendo aprovado por 21 votos a 9.

Com a admissibilidade deste requerimento, os destaques das bancadas de oposição foram derrotados com 20 votos contrários e apenas 10 a favor. Além disso, o destaque de alteração da forma do concurso público, que consta no relatório do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), foi aprovado por 23 a 7 votos, derrotando, assim, o destaque de modificação deste ponto do relatório, proposto pela bancada do PDT.

Autonomia Universitária

Foi instalada no dia 22 de outubro a Comissão da Proposta de Emenda Constitucional - PEC370/96, que altera o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, sendo designada presidente a deputada Marisa Serrano (PMDB-MS) e relator o deputado Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Foram programadas audiências públicas com a participação de entidades, sendo que o MEC tem garantido o seu lugar em todas elas. O cronograma das audiências está sendo elaborado pela comissão, recém-instalada.

Plenária Nacional dos Servidores Públicos

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais, CNESF, convocou para o dia 3 de novembro, em Brasília, a Plenária Nacional dos Servidores Públicos. Estarão em pauta os seguintes temas: exposição sobre os aspectos jurídicos do Pacotão *e da reforma Administrativa, informes da CNESF e avaliação e planos de luta. As entidades responsáveis pelo evento são a Andes-SN, a Fasubra-Sindical e a Fenajufe.*

"A primeira coisa que nós temos de fazer é valorizar a pesquisa sim, mas não transformá-la em mito, e nem imaginar que ela é o elemento fundamental do ensino superior. É possível você manter uma boa formação para o mercado sem pesquisa ". Assim pensa a secretária de Políticas Educacionais do governo FHC.

A Extensão universitária praticamente não foi mencionada durante o debate, o que deixou claro que, para o MEC, este não deve ser um dos compromissos da universidade.

Em seminário realizado pelo Fórum de Ciência e Cultura, a professora e secretária de Políticas Educacionais do MEC, Eunice Durhan, fez a apologia do ensino neoliberal, voltado quase exclusivamente para as possibilidades dos mercados emergentes. Desconversou, quando perguntada sobre as fontes utilizadas para a realização do diagnóstico feito pelos técnicos do ministério sobre os gastos com as universidades públicas. Divulgado como sendo um debate sobre o Exame de Final de Curso a ser aplicado pelo MEC, em novembro, nas faculdades de Administração, Direito e Engenharia Civil de todo o país, o V Seminário do Projeto Educação, promovido pelo Fórum, foi dedicado ao tema "A Questão Universitária Brasileira". Sobre o "Provão" muito pouco foi exposto ou comentado. Além da representante do MEC, participaram do evento os professores Neidson Rodrigues, da UFMG e Antônio Figueiredo, da Coppe/UFRJ.

Eunice Durhan fala sobre as políticas do MEC para o ensino superior

A professora Eunice Durhan, principal artífice da política educacional do governo Fernando Henrique e ex-titular da Secretaria do Ensino Superior (Sesu) no governo Collor, foi a convidada do Fórum de Ciência e Cultura, no V Seminário do Projeto de Educação, quinta-feira passada, para falar sobre as políticas do Ministério da Educação, e em especial, sobre as universidades públicas. Completaram a mesa o diretor da Faculdade de Educação da UFMG, Neidson Rodrigues, e o professor e pesquisador da Coppe/UFRJ, Antônio Figueiredo MacDowell.

Nas mais de quatro horas do encontro, entre os poucos e duvidosos dados apresentados em transparências, muitas divergências emergiram das profundezas em que são costumeiramente elaboradas as políticas governamentais no país. Ou, como tudo indica neste caso - como num pacote tecnológico - adaptadas à nossa realidade.

Alguns pontos desta política foram expostos, como a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, que Eunice fez questão de deixar bem claro não ser algo necessário a todas as universidades públicas - "Não se pode pensar num sistema de massa simultaneamente com uma restrição do sistema tipo universidade que associe ensino à pesquisa. A universidade que associa o ensino à pesquisa é muito cara e de elite, porque exige uma vocação acadêmica muito forte da parte dos alunos".

Centros de Excelência

Eunice fez questão de enfatizar a prioridade que o governo tem em dissociar o ensino da pesquisa, abrindo caminho para criar então os famosos Centros de Excelência. Diante da pressão pelo aumento do número de vagas, para a professora a saída para esta demanda estaria no ensino privado. À universidade pública que não fosse considerada "excelente" caberia a dedicação exclusiva ao ensino, dissociando-se definitivamente da pesquisa. A afirmação de que "valorizar a pesquisa sim, mas não transformá-la em mito", como disse a professora, teria, na verdade, o sentido de direcionar a universidade pública federal para a exclusiva formação de mão de obra para o mercado, como ela própria reconheceu depois: "É possível fazer boa formação para o mercado sem pesquisa".

Organizações sociais

As organizações sociais propostas pelo ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira - com as quais, diga-se de passagem, Eunice Durhan não concorda: "as organizações sociais são uma bomba!" -, o financiamento da pesquisa e da extensão e o papel que este governo entende ser o do ensino superior no Brasil também foram mencionados.

Mas o que mais sobressaiu na fala da professora foi a ênfase na gestão das universidades, que necessariamente, segundo vem constantemente alardeando o governo, deve ser operada sob a ótica economicista, de mercado, em contraposição a tão propalada ineficiência do setor público. O que poucos mencionam e muitos procuram esconder a qualquer preço é que a "eficiência" da escola particular adveio, integralmente, dos recursos e das benesses dos últimos governos, sempre dispostos a atender os lobbies das mantenedoras.

A gestão foi o principal ponto levantado pelo professor Neidson Rodrigues, que já foi secretário estadual de Educação de Minas Gerais, no governo de Tancredo Neves. "O setor privado quer o financiamento do Estado para a planta industrial, quer o financiamento para instalar a empresa, quer a renúncia fiscal para valorizar o seu produto e ainda quer auxilio para a exportação. Não vejo no setor privado um modelo de eficiência que possa ser trazido para o setor público", como afirmou o professor, para quem a concepção do atual governo para a universidade pública é a de "adequação de tecnologias importadas (pacotes tecnológicos) sem a necessidade de buscar desenvolver tecnologias já desenvolvidas em outros países mais avançados".

Neidson tem conhecimento de causa. Na época em que geriu a educação em Minas Gerais, ele lembrou, encontrou uma lei que impedia o Estado de criar escolas públicas onde houvesse interesses da iniciativa privada, ou seja, era necessária a permissão das mantenedoras privadas para o Estado abrir uma escola pública. O professor lembrou também que o governo fala muito pouco da formulação política da universidade, e quando o faz, utiliza toda a ênfase na gestão: "Gestão financeira tem a finalidade de resolver problema de Caixa". Para ele, o governo não apresenta "propostas que favoreçam a discussão sobre os objetivos da universidade".

Muitos números, pouca informação

Durante a sua palestra, Eunice Durhan apresentou transparências com números sobre a relação entre docentes, técnicos-administrativos e

Perguntas que ficaram sem resposta

- Recursos:
Quanto tem sido investido no ensino superior e em Ciência e Tecnologia no governo Fernando Henrique? - *pergunta da professora Rosanne Dias, do CAP/UFRJ.*

- Fontes:
Quais as fontes utilizadas para o levantamento de dados (quantitativos) do diagnóstico apresentado sobre as despesas relativas às Instituições Federais de Ensino Superior (Tirado de onde? Do D. O. da União, da Execução Orçamentária, do Siape?) ? - *idem.*

- Universidade:
O movimento social tem pensado a universidade brasileira e já deixou claro que quer mais do ensino de graduação, da pesquisa e da extensão. Quem? Quais entidades e fóruns este governo, que se diz democrata, está ouvindo para determinar suas políticas e implementá-las através de medidas provisórias, decretos e emendas constitucionais?

- Globalização
- Qual é o verdadeiro papel a que está destinado o Brasil no cenário mundial? Está claro para este governo que pela sua política, ao Brasil caberá apenas a importação de tecnologia. E os nossos pesquisadores? Também serão importados?
Professor Neidson Rodrigues.

Eunice, de pé, fala para os presentes

O debate sobre a questão universitária brasileira lotou o auditório do Fórum

estudantes, os custos da universidade federal pública e a evolução do número de matrículas ao longo dos anos, entre outras, comparando-os às universidades de outros países para justificar as diretrizes do governo.

Entretanto, ela própria confessou ter passado quase dois meses até conseguir aceitá-los, e que nem mesmo os técnicos do MEC foram unânimes em relação a estes dados.

Mas repercussão mesmo ela obteve ao mencionar o volume de aposentadorias nas universidades públicas, sem falar na curiosidade de seu raciocínio para explicar tal situação, o que acabou gerando burburinhos no Salão Moniz Aragão, do Fórum. Ironicamente afirmou que o expressivo número de pedidos de aposentadorias atualmente em curso nas universidades federais, na verdade, é a contribuição que o governo faz, mesmo que indiretamente, à melhoria da competência do setor privado.

"O grande financiamento que o governo federal faz ao setor privado é a aposentadoria precoce. Não há dúvida nenhuma que nós estamos esvaziando as universidades de pessoas competentes e pagando para elas irem trabalhar no setor privado. Este processo é um crime contra a universidade brasileira e está tornando o ensino inviável. Eu não sei o que está acontecendo no Rio de Janeiro, mas em São Paulo, o núcleo de competência de universidades privadas cresce rapidamente".

Sem qualquer ironia e para o espanto dos presentes, ela concluiu:

"Diga-se de passagem, não é nossa culpa. Aliás, o governo tentou acabar com isso, mas foi derrotado no Congresso Nacional"

Educação e economia

Se a professora não explicitou o que este governo quer para o futuro do ensino superior foram, no entanto, abundantes as pistas neste sentido extraídas de seu discurso. Como quando disse que "a universidade privada hoje é um dos melhores negócios do Brasil, que elas podem até não ser muito eficientes para fornecer um ensino de boa qualidade, mas são extraordinariamente eficientes em obter lucros substanciais".

Ou quando citou as estatísticas de matrículas no ensino superior a partir da década de 60, quando houve uma inversão e o setor privado passou a deter o maior número de alunos. Justamente - como lembrou o professor Antônio MacDowell - no regime autoritário, quando em 68 houve a reforma do sistema universitário promovida pelos militares, e de fato a iniciativa privada passou a dominar amplamente os investimentos públicos, e a concentrá-los. "Eu acho que há uma diferença muito grande entre os diagnósticos e os pressupostos de ação", disse o professor, que classificou a atuação de Bresser no Ministério da Administração de "terrorista".

Para falar tanto e com tamanha propriedade do setor privado, e considerando as suas revelações acerca das preferências da área econômica do governo, que de fato *dá as cartas* e distribui os recursos - "A área econômica não tem nenhuma simpatia por algo que gaste muito, por isso ela não gosta das Instituições Federais de Ensino Superior, que gastam muito" - é de se esperar que a privatização das universidades públicas brasileiras, ao contrário das negativas do governo, é uma realidade cada vez mais próxima.

Colocações como: "Confio em que surja um novo projeto para as universidades públicas saído das bases" , da professora Eunice, não respondem a questões como esta, estão mais para frases de efeito do que efetivamente uma vontade de discussão. É conhecida a má vontade - para não dizer ausência - do MEC em ouvir as entidades representativas. E não é por falta de projetos: seus técnicos conhecem a proposta da Andes-SN para a universidade brasileira, assim como o projeto da Andifes e, o posicionamento da Fasubra-Sindical e do movimento estudantil, da UNE, só para citar as principais entidades ligadas à educação. Se "no sistema democrático, a vontade política tem que ser debatida, negociada", como afirmou a professora, já está passando da hora de começar a praticar.

Novos ataques aos trabalhadores

Neste momento em que cresce o desemprego, os salários perdem o poder de compra e o número de excluídos aumenta, o governo FHC, ao invés de atacar os problemas estruturais de nosso país, atende, mais uma vez, às exigências das instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial etc.) na aplicação do ajuste neoliberal.

O governo, através de Medida Provisória e decretos, emitiu um pacote que agrava o desemprego, elimina direitos previdenciários do conjunto dos trabalhadores e ataca direitos sindicais.

Somos favoráveis à extinção da aposentadoria especial de juizes classistas, como já registramos diversas vezes. No entanto, uma única medida no meio de um todo anti-popular é hipocrisia.
Este pacote contém medidas que já foram aplicadas em outros países, como por exemplo na Argentina, gerando o crescimento do desemprego, da pobreza e da exclusão social.
O governo com este pacote afetará não só a vida de centenas de milhares de trabalhadores do setor público (demissão, eliminação de direitos previdenciários, econômicos e sindicais) e de suas famílias, mas também o conjunto dos trabalhadores que estão sujeitos a condições penosas, insalubres e perigosas no trabalho e, consequentemente, a acidentes e doenças profissionais.

Ao creditar aos servidores públicos e das estatais a responsabilidade pela expansão do déficit público, o governo mente. São altíssimos os juros pagos sobre o estoque da dívida pública, interna e externa, os principais responsáveis.

O déficit com pessoal e custeio é inexpressivo. O país tem apresentado déficits operacionais por meio de crescimento descontrolado dos serviços financeiros, ou seja: os juros pagos pelo setor público, correspondentes ao seu elevado e crescente endividamento.
Os principais fatores determinantes da expansão da dívida pública interna cresceu mais de 150% em apenas 22 meses - são pela ordem: a) juros exorbitantes oferecidos pelo Banco Central aos especuladores (internos e externos) na venda de títulos públicos, com o objetivo de retirar de circulação o volume de dinheiro (reais) trocados pelos dólares que ingressam no país; b) as negociatas realizadas com os maiores caloteiros do país - usineiros, banqueiros e latifundiários.

Com as atuais medidas, o governo imagina economizar R$ 6,5 bilhões. A mesma quantia gasta só com o socorro ao Banco Nacional.

Por meio de um discurso demagógico, o governo objetiva, principalmente, restringir o acesso à previdência de trabalhadores sujeitos a acidentes no trabalho e doenças profissionais, além de um enorme contingente de trabalhadores urbanos que foram expulsos, no passado, do campo.
Assim, o governo FHC, ao contrário de aumentar a fiscalização e punição à grande maioria das empresas, que não oferecem condições mínimas de segurança no trabalho, resolveu responsabilizar também como culpados de mais de 400 mil vítimas anuais de acidentes no trabalho, ou seja: as vítimas foram transformadas em culpadas.
A demissão de mais de 100 mil trabalhadores do setor público só aumentará o desemprego no país e agravará, ainda mais, as precárias condições dos serviços prestados àqueles mais dependentes dos serviços sociais oferecidos pelo Estado.

A preocupação central do governo FHC é promover, deliberadamente, a precarização dos serviços públicos, com o intuito de justificar a eliminação.

O compromisso continuado com a ampliação e melhoria dos serviços públicos e de proteção social está muito distante da gestão FHC. A intenção - contida no pacote em se apropriar dos recursos disponíveis para atender ao seguro desemprego, para cobrir rombos financeiros do Estado, torna mais evidente, ainda, o caráter anti-social do pacote. Para tentar impor sua vontade imperial, FHC ataca direito de organização e de negociação dos trabalhadores, demonstrando novamente sua incapacidade em reconhecer a legitimidade do conflito de interesses, como parte integrante de uma sociedade democrática.
Ao invés de procurar atender aos anseios da maioria da população FHC preocupa-se prioritariamente com sua reeleição.

Por último, a atitude de tomar decisões por meio de Medidas Provisórias, que afetam a vida de setores que crescentemente são lançados à exclusão, revela o descaso de FHC com as instituições representativas de uma sociedade democrática: o Congresso Nacional, as organizações sindicais dos trabalhadores e demais entidades da sociedade civil.

Diante disso, a CUT lutará com todos os instrumentos pela revogação dos decretos e pela rejeição das MPs. Desde já buscaremos apoio dos mais amplos setores da sociedade, inclusive dos congressistas – pois sobre eles recairá a responsabilidade de tomar decisões definitivas sobre esse pacote autoritário, anti-social, anti-sindical, anti-cidadão.
Executiva Nacional da CUT
São Paulo, 17 de outubro de 1996

Programe-se

Exposição

Rio & Design 96

A Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ - estará promovendo até o dia 15 de novembro a exposição Rio & Design 96, uma mostra de 50 projetos gráficos e de produtos de alunos da UFRJ, PUC, FISS e Esdi em diversas áreas, como mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos médicos, construções etc. A mostra tem como objetivo principal divulgar a produção acadêmica dos alunos de Desenho Industrial, além de tirar dúvidas sobre o que é o design e de como ele facilita, embeleza e simplifica a vida moderna, reduzindo esforços e adicionando qualidade e funcionalidade aos produtos. A Casa da Ciência fica na Rua Lauro Muller 3, Botafogo. Mais informações, pelo telefone 542-7494. A entrada é grátis.

Publicação

Cadernos Didáticos

O Programa de Apoio à Produção de Material Didático 1 (Promadi 1) edita textos e material audio-visual produzidos exclusivamente por professores da UFRJ, de todas as áreas, destinados a complementar a bibliografia dos cursos de graduação. Os textos são apreciados pelo Comitê Editorial e avaliados por consultores *ad hoc* indicados pelas unidades das respectivas áreas.
Os docentes interessados em ter seu material publicado pela universidade devem procurar a Divisão de atividades Extracurriculares da Sub-reitoria de Graduação. O material editado pela SR1 é vendido na Livraria do Centro de Tecnologia, no Bloco H.

Professora pesquisa movimento docente

Com o objetivo de reconstruir a história do movimento docente, a professora Alaíde Rita Donatoni, filiada à AD da Universidade Federal de Uberlândia, está realizando uma pesquisa sobre a Andes Sindicato Nacional. Esta pesquisa faz parte de um projeto de doutorado História do Movimento Docente de 3º grau - A contribuição da Andes-SN - aprovado na pós-graduação da Unicamp SP, na área de História e Filosofia da Educação. A Adufrj já se comprometeu a ajudar a professora abrindo seus arquivos e fornecendo informações sobre o MD na UFRJ. Os professores que tiverem interesse em colaborar com o trabalho de Alaíde pode entrar em contato com a professora através do endereço Rua Francisco Sales, 410 - Daniel Fonseca - Uberlândia - MG Cep: 38401-125.

Abono

Lembramos aos docentes que têm férias marcadas para janeiro de 1997 e que não solicitaram a conversão de um terço em abono pecuniário que o prazo para fazer essa solicitação encerra-se 60 dias antes do período marcado, isto é, no fim deste mês de outubro. Conforme noticiamos semana passada, os servidores das universidades mantêm o direito à opção.

Estágio de Informática

A Adufrj está contratando um estagiário de informática que esteja cursando engenharia, informática ou curso similar, a partir do 5º período, para dar suporte a suas atividades sindicais - comunicação, secretaria, logística etc. O estágio terá duração de três meses, com carga horária de 12 horas semanais e remuneração de dois salários mínimos por mês. Não é necessária experiência anterior, mas é desejável que o interessado tenha conhecimentos em Internet, bancos de dados, Windows 95, Word e Excel. Currículo e histórico escolar devem ser enviados à sede da Adufrj até o dia 11 de novembro.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

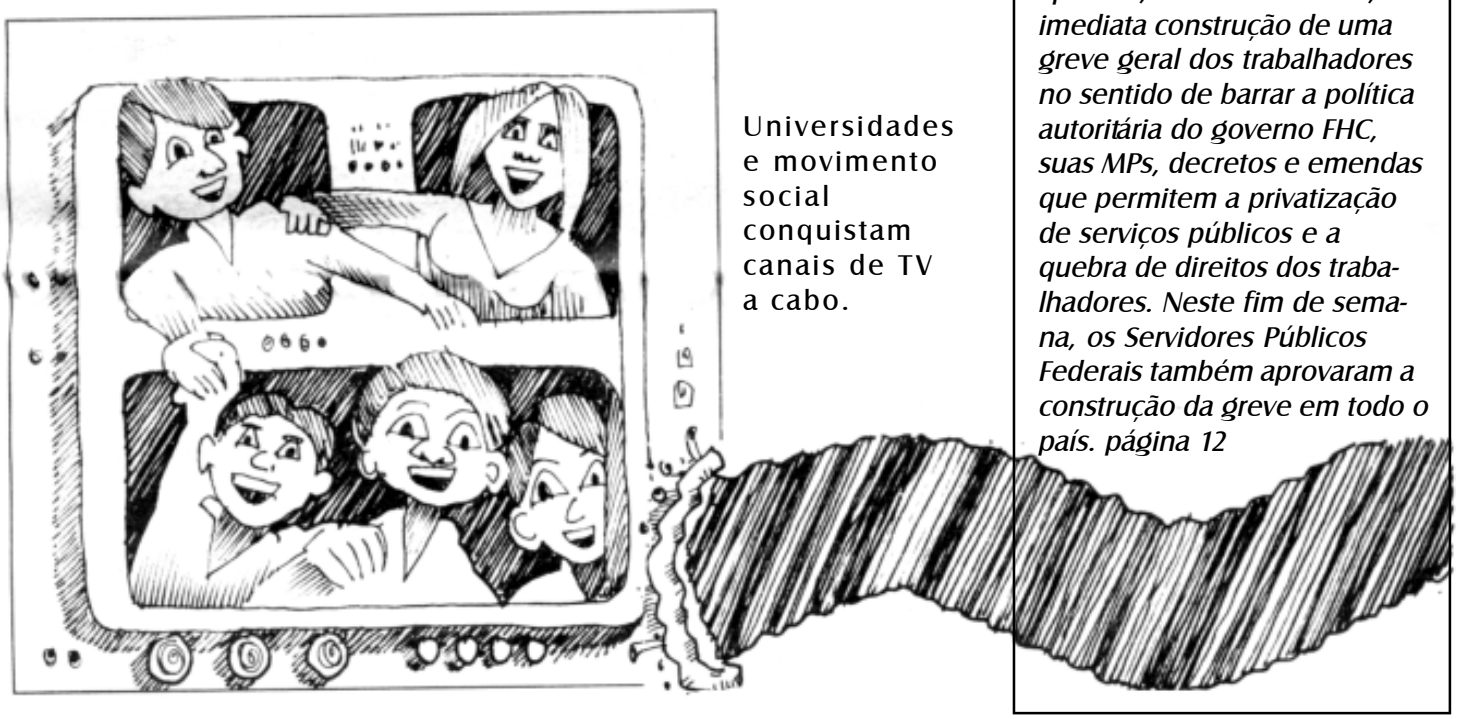
j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

5 a 11
de novembro/96

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

Canal da cidadania



Universidades e movimento social conquistam canais de TV a cabo.

Rápidas

Movimento Docente quer greve geral

O XXXIII Conselho Nacional das Associações Docentes, Conad, reunido em Outro Preto, aprovou, há duas semanas, a imediata construção de uma greve geral dos trabalhadores no sentido de barrar a política autoritária do governo FHC, suas MPs, decretos e emendas que permitem a privatização de serviços públicos e a quebra de direitos dos trabalhadores. Neste fim de semana, os Servidores Públicos Federais também aprovaram a construção da greve em todo o país. *página 12*

Consuni rejeita Provão

Estudantes reivindicam e Conselho Universitário se posiciona contrário ao Exame de Fim de Curso. Paulo Alcântara estava ausente por motivo de viagem. O reitor da UFRJ faz parte da Comissão que formulará o provão do Curso de Engenharia Civil.

Páginas 3 e 4

A comunidade presente ao Consuni protestou também pela ausência do reitor e pelas interrupções de seu substituto, o vice-reitor, professor Vilhena, que por várias vezes parou a sessão reclamando das manifestações.

Consuni rejeita provão

Provão, pacotão e quebra da isonomia. Com reivindicações específicas, mas que no fundamental se relacionam às famigeradas políticas públicas do governo FHC, estudantes, docentes e técnicos-administrativos compareceram em grande número à reunião extraordinária do Conselho Universitário da UFRJ, quinta-feira passada.

Representando a luta pelo direito aos 26,05% do Plano Verão, garfado do salário dos docentes contratados desde janeiro de 95, o presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao Saldanha, entregou um abaixo-assinado, com 489 assinaturas, reivindicando a imediata extensão do pagamento do reajuste a todos os servidores da universidade, docentes ou técnicos, independente da data de contratação. José Miguel reclamou também da atitude do vice-reitor Vilhena, que tentou proibir a manifestação dos alunos - que compareceram em peso ao Consuni - contra o Exame de Final de Curso, o Provão.

Em meio a protestos contra o ajuste fiscal do governo e pelo pagamento dos 26% do Plano Verão para os docentes contratados a partir de 95, o Provão acabou resumindo a indignação da comunidade universitária com a política do governo federal, mais especificamente do MEC e do MARE, para a educação e o serviço público no país.

"Abaixo o provão, eu quero educação" e "Eu tô na luta, quero estudar, este reitor vai ter que me apoiar", com estes hinos dezenas de alunos, representantes de diversos cursos da UFRJ e representantes do DCE e da UNE não só reclamaram do provão, mas de toda a política do MEC e suas tentativas de privatizar o ensino público e retirar das universidades a autonomia acadêmica, financeira e patrimonial. Assim como os professores e funcionários, os alunos estão cansados das investidas do governo em interferir na autonomia das universidades públicas e consideram que o Provão não avalia nada, servindo apenas de instrumento para gerar fama às faculdades privadas que por ventura se saírem bem com a avaliação e, ainda, verdadeiras fortunas para as instituições privadas que realizarem e aplicarem a prova.

Adolfo Wagner, do DCE, co-

"Abaixo o provão, eu quero educação" e "Eu tô na luta, quero estudar, este reitor vai ter que me apoiar", com estes hinos dezenas de alunos reclamaram do provão e de toda a política do MEC.

brou o exercício da autonomia pelas reitorias das universidades, ameaçada pela instituição do provão. Adolfo disse que o Consuni deve questionar o exame de final de curso por ele representar nada além de um sistema de rankeamento, que futuramente servirá ao MEC exclusivamente para a distribuição de verbas entre as universidades.

Direito ao diploma

Alguns conselheiros manifestaram apoio às reivindicações dos estudantes e após a pressão da comunidade presente, o Conselho Universitário se manifestou oficialmente contra o Provão e aprovou a elaboração de um documento, a ser aprovado em reunião extraordinária convocada para às 10 horas desta terça-feira, dia 5 de novembro. O documento conterá o posicionamento explícito do Consuni e dos órgãos colegiados da UFRJ contra o exame.

Os estudantes apostam no compromisso de que o Consuni da UFRJ irá desqualificar o provão e exigem que a reitoria conceda o diploma aos estudantes que decidirem não fazer a prova, ou a entregarem em branco. O Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ já se posicionou contra. Também reprovaram o provão as universidades federais da Bahia, Paraná e Uberlândia.

Pacotão

O diretor do Sintufrj, Marcílio Lourenço, enfatizou a importância da manifestação também categórica e pública dos membros do Conselho Universitário contra o pacote fiscal, lembrando que esta decisão já havia sido tomada pelos conselhos das universidades federais de Goiás e Minas Gerais. Marcílio ressaltou também os efeitos que estas medidas terão na UFRJ, que possui oito unidades hospitalares, área onde o governo já anunciou que ocorrerá, em janeiro, o maior número das demissões previstas no pacotão.

O diretor da Fasubra Lenin Pires recordou uma pesquisa recente sobre as instituições de maior credibilidade e confiança do país, onde as universidades públicas apareciam na quarta colocação, com um índice de 65% de aprovação. "Não pode ser outra a posição diante de um governo que administra o país por meio de Medidas Provisórias e decretos, a exemplo do que fazia a ditadura militar. Estão dilapidando o patrimônio público", disse.

Nota contra a política do governo

O mesmo documento que vai conter a posição contrária ao provão, vai também questionar o ajuste fiscal do governo FHC e suas conseqüências para o serviço público federal. A garantia da autonomia universitária também será reivindicada nesta nota a ser aprovada pelo Consuni. Uma comissão formada por todos os decanos, pelo representante do Consuni, Adolpho Polilo, e as entidades, fará o texto da nota que será aprovada na sessão extraordinária desta terça-feira, dia 5 de novembro.

Depoimentos

"As universidades brasileiras voltam seus olhos para esta sala. Há uma grande expectativa de que a maior universidade pública federal do país não se vergue a estas medidas ".

Orlando Silva, presidente da UNE, presente no Consuni.

"A UFRJ tem a obrigação de repudiar publicamente a crônica de Arnaldo Jabor (no jornal Nacional, da Globo, na noite anterior) e exigir o direito de resposta. É absolutamente inaceitável ele chamar os estudantes de analfabetos e os servidores das universidades de incompetentes ".

Carlos Maldonado, da Fasubra-Sindical.

"O dinheiro retirado dos salários dos servidores está sendo utilizado para pagar os juros mais altos do planeta. É fundamental que o servidor seja bem remunerado para que o serviço público funcione ".

José Miguel Bendrao Saldanha, presidente da Adufrj.

A primeira edição do caderno 2 data de 1986 e já naquela época o Movimento Docente tratava da avaliação institucional como uma questão relevante dentro do processo educacional brasileiro.

Movimento Docente tem projeto para avaliação

Para quem ainda acha que o movimento docente não tem um projeto de avaliação institucional, desde 1986 a Andes-SN denuncia a necessidade da construção de um projeto de avaliação interna e externa das universidades. Em 1991, em seu X Congresso Nacional, o movimento docente aprovou a proposta de instalação de Conselhos Sociais, com representantes dos diversos setores da sociedade, com a tarefa de formular políticas para as universidades e submetê-las a uma instância soberana, formada pelos representantes dos docentes, estudantes, técnicos e representantes dos órgãos colegiados.

Durante a reunião do Conselho Universitário da semana passada, foi mencionando por alguns conselheiros que o movimento docente, ali representado por diretores da Adufrj, não teria muito a acrescentar sobre a discussão relativa ao exame de final de curso do MEC (provão),já que o movimento não teria, segundo alguns representantes do Consuni, uma proposta para avaliação institucional.

Parece oportuno esclarecer e lembrar à comunidade universitária da UFRJ que a Associação de Docentes desta universidade enviou recentemente (há cerca de dois meses) um exemplar para cada docente ativo ou inativo, filiado ou não a AD, do caderno 2 da Andes Sindicato Nacional, revisado e atualizado, sobre a Proposta da Andes Para a Universidade Brasileira. O caderno é dividido em três partes: I - A Universidade, seu papel e a crítica da situação atual; II - Padrão Único de Qualidade; e III - Proposta da Andes para a Universidade Brasileira. O capítulo 8, é dedicado inteiramente à avaliação Institucional: interna e externa.

A primeira edição do caderno 2 data de 1986 e já naquela época o Movimento Docente tratava da avaliação institucional como uma questão relevante dentro do processo educacional brasileiro e desde então o Sindicato dos Docentes já promoveu vários seminários nacionais para a categoria sobre o tema: Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica (Curitiba, 1986, e Rio de Janeiro, 1987), Avaliação e Autonomia (Londrina, 1990) e Avaliação Institucional (Brasília, 1995).

O aprofundamento das discussões no interior do movimento permitiu que fossem demarcadas as diferenças fundamentais entre a proposta da categoria e os projetos construídos pelos governos liberais, ao longo desses anos, agora bem demarcado no governo FHC pelos projetos e emendas constitucionais em andamento no Congresso.

E a diferença é clara. Enquanto as propostas de avaliação dos sucessivos governos, e o provão não foge a essa regra, têm-se pautado pela lógica empresarial, visando à rentabilidade imediata do investimento em educação (relação custo-benefício) e privilegiando a quantificação, o movimento docente vem construindo uma concepção de avaliação que tem como foco a qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, visando o estabelecimento de um padrão unitário de qualidade, que deve ser cultural, cientificamente significativo e socialmente comprometido com a maioria da população.

Durante o X Congresso da Andes-SN, em fevereiro de 1991, o movimento docente já trabalhava com a idéia de uma avaliação ampla que envolvesse o desempenho de cada docente vinculado à instituição, com o objetivo da busca permanente do aperfeiçoamento do exercício das atividades acadêmicas e, também, com a idéia de avaliação externa. Para o MD a avaliação externa das universidades tem concepções diferenciadas no que se refere ao caráter público ou privado das instituições.

Os Conselhos Sociais propostos pela Andes-SN corno instrumento de avaliação externa teriam caráter autônomo e consultivo, sendo formados por entidades sindicais, científicas e governamentais de todos os níveis.

Para o MD a importância de implementar a proposta de Avaliações Institucional nas universidades brasileiras está ligada à defesa da autonomia e do ensino público, gratuito e de qualidade, cuja concepção tem sido manipulada pela mídia e outros setores comprometidos como o governo com o intuito de acusar a universidade pública e os professores de se negarem a prestar contas de sua atividade.

Proposta

Para o movimento docente, o elemento preponderante num processo de avaliação externa da universidade pública é seu compromisso com a sociedade que a mantém. E para quem diz que o movimento docente não tem proposta, o documento deliberativo do Congresso de Curitiba já propunha a instalação em cada Estado, de Conselhos Sociais que, na sua composição, deveriam representar os diferentes segmentos da sociedade na qual a instituição de ensino está inserida. Para as instituições de ensino superior privadas (IPES), sendo concessionárias de um serviço público, a avaliação externa deveria, no entendimento da Andes-SN, ser coordenada pelo órgão normativo máximo de toda a Educação Nacional, o Conselho Nacional de Educação, tendo em vista um padrão unitário de qualidade, que envolve além do ensino, é claro, o compromisso com a pesquisa e a extensão universitária, o que para a grande maioria das instituições particulares é algo difícil de ser apresentado.

Os Conselhos Sociais propostos pela Andes-SN teriam caráter autônomo e consultivo, sendo formados por entidades sindicais, científicas e governamentais de todos os níveis, o que significaria o real acompanhamento da sociedade organizada e o atendimento às suas necessidades pelas instituições universitárias. A estes conselhos caberiam a formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras das IES públicas e o acompanhamento das suas execuções. As contribuições deste conselho externo passariam então por três Plenárias internas da universidade, constituídas por representantes dos estudantes, dos docentes, dos técnicos-administrativos e dos colegiados superiores e dos órgãos colegiados, nos termos definidos pelos estatutos e regimentos de cada instituição.

LDB da Andes

Esta e outras propostas do movimento docente nacional são originarias do projeto de LDB da Andes- SN, formulado paralelamente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Este projeto trata não só de avaliação institucional, como de autonomia das universidades brasileiras e de todo um projeto educacional baseado do princípio da Educação como um direito de todos e um dever do Estado. A LDB da Andes-SN serviu de base para a formulação dos artigos constitucionais que tratam da Educação Nacional e também neste projeto está claramente identificada a necessidade da avaliação externa das universidades, mas como um processo infinitamente mais amplo do que uma simples prova aplicada aos graduandos, como se este limitado instrumento fosse capaz de auferir toda uma série de fatores que envolvem o desempenho de uma instituição, desde condições materiais, humanas, condições de trabalho, qualificação de professores e funcionários, até o estímulo ao aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a compreensão de sua articulação com o projeto global da unidade acadêmica que estiver sendo avaliada.

Andes-SN recomenda a leitura do capítulo 8 da Proposta da Andes para Universidade Brasileira. A Adufrj distribuiu um exemplar desta publicação para cada professor da UFRJ e também para as bibliotecas e departamentos da universidade.

Pela lei que dispõe sobre o serviço de TV a cabo no Brasil, as operadoras são obrigadas a disponibilizar seis canais de utilização gratuita: um para o legislativo municipal/estadual, um para a Câmara dos Deputados, um para o Senado Federal, um para as universidades, um comunitário e outro educativo-cultural.

TV a Cabo Universitária, uma virtualidade real

Esta intervenção no universo da comunicação se inicia no final dos anos 40, percorre rapidamente as década de 70, 80 e 90 e não termina hoje. Ela começa quando um cidadão americano instala uma antena grande para captar sinais (radioelétricos) televisivos de emissoras convencionais, dirige-os a uma pequena estação corretiva e, através de um cabo, distribui o sinal às residências de uma comunidade.

Bem simples, esta solução técnica utilizada na época - denominada *CaTv, Community Antenna Television* - para melhorar a qualidade de recepção das imagens de TV prejudicadas por interferências, provavelmente em alguma região montanhosa dos EUA, acabou gerando aqui a instituição dos canais de TV a Cabo Universitária e TV a Cabo Comunitária, esta tendo sido inclusive inaugurada, aqui no Rio de Janeiro, na quinta-feira passada.

Pela Lei 8.977 que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo no Brasil (e dá outras providências), as universidades públicas e privadas localizadas nos municípios da área de prestação do serviço vão compartilhar um canal de utilização gratuita, disponibilizado pela operadora, a Net.

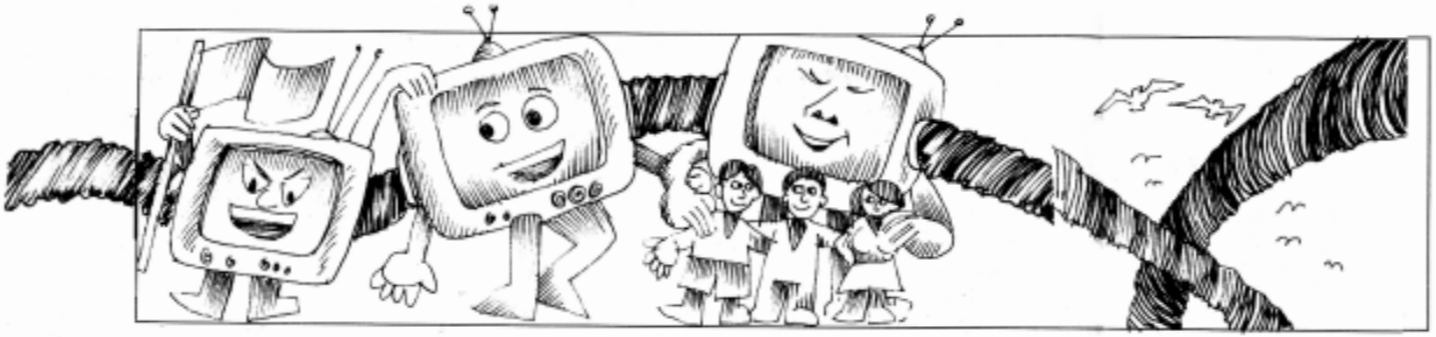
Em outras palavras, as universidades, entre elas a UFRJ, agora detêm um canal de TV a cabo permanente, estabelecido por lei, podendo levar ao ar, e a um número cada vez maior de pessoas, o que por bem definir como programação; que assunto vai ser veiculado, com que estética e sob que ângulo para então, a Net, a operadora, disponibilizá-la a seus assinantes.

Lembrando que a TV a cabo é apenas uma modalidade do sistema de TV por assinatura - o utilizado pela TVA (grupo Abril), por exemplo, é o *MMDS, Sistema de Distribuição Multiponto Multicanal*, e ao contrário do que muitos imaginam, não é transmitido via satélite mas por freqüências de microondas geradas por uma torre.

Mas as décadas de atraso e o domínio das siglas na regência desta matéria no entanto são irrelevantes diante do significado da participação da sociedade na concepção desta lei. E do próprio canal universitário. O contexto, o enfrentamento, as armas, tudo convergindo "para uma legislação democrática de processos e princípios fundamentais ao controle e acesso público", como escreveu o professor da UnB Murilo Ramos, um de seus redatores.

De fato, esta é a primeira lei na área das comunicações em que outros atores da sociedade que não o empresariado tiveram participação ativa. Pelo consenso, após 21 anos de inúmeras discussões, tentativas de escamoteação, obscuras portarias e a decisiva intervenção do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação governo, empresários, acadêmicos, sindicalistas e setores profissionais e do Congresso chegaram a uma legislação moderna.

E possibilitaram a um veículo de comunicação de massa - são 400 mil assinantes de TV a cabo no Brasil com potencial estimado em sete milhões de assinaturas em dez anos - um espa-



Direito à informação e cidadania

Saiba quais são os 11 pontos que o Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação considera fundamental na relação entre a comunicação e cidadania, e dos direitos do cidadão em relação à comunicação:

1) Todo cidadão tem direito de participar de processos coletivos e públicos de proposição de orientação para os sistemas de comunicação, que deverão ser considerados pelos veículos na sua atuação.

2) Todo cidadão tem direito de obter informações, publicamente disponíveis, sobre a natureza e os efeitos das linguagens utilizadas pelos veículos de comunicação.

3) Todo cidadão tem direito de acesso a informações sobre a estruturação dos sistemas e veículos de comunicação, especialmente os que resultam de concessões, permissões e autorizações públicas, por estes desenvolverem papéis culturais, políticos e econômicos de relevante interesse social.

4) Todo cidadão tem direito de resposta a informações que digam respeito a sua dignidade pessoal, bem como a reparação dos prejuízos materiais e morais que lhe forem infringidos por qualquer veículo de comunicação.

5) Todo cidadão tem direito a solicitar que os fatos noticiados contemplem a pluralidade de versões correspondentes à diversidade de segmentos e agentes sociais envolvidos.

6) Todo cidadão tem direito a solicitar a reparação da verdade no que se refere às informações falsas ou incorretas veiculadas pelos veículos de comunicação.

7) Todo cidadão tem direito a que os veículos que envolvem concessões, permissões e autorizações públicas, detenham outorgas obtidas em processos públicos de licitação que serão decididos com a escolha do projeto com a qualidade mais adequada ao interesse público.

8) Todo o cidadão tem direito de acessar informações e a produzir informações, direta ou indiretamente, individual ou coletivamente, de modo a que se represente, efetivamente a pluraridade existente no país.

9) Todo cidadão tem direito de receber igualdades de condições, em relação a qualquer outro interessado, para a instalação de empreendimentos na área das comunicações.

10) Todo cidadão tem direito a receber, dos veículos de comunicação, elementos de estímulo ao exercício da cidadania e ao fortalecimento da nacionalidade.

11) Todo cidadão tem direito de obter dos veículos de comunicação uma atuação com finalidades humanizadores e não condicionada, em última instância, pela busca do lucro.

A TV comunitária, canal 41 na programação da Net, está aberta à utilização livre pelas entidades não governamentais e sem fins lucrativos do município.

ço onde o que se mostra é a universidade. "Um espaço de autonomia, onde o que passa é o que as universidades estão fazendo, e que pode refletir aí fora" como define a coordenadora de extensão do CFCH, Marlene Blois, "o que está rolando no campus".

A professora, que acompanhou o processo de implantação do canal universitário no Rio de Janeiro pela UFRJ, ainda não visualiza de que forma será distribuída a programação ou como serão formatados os programas. Mas acredita que se deva ocupar logo o espaço, mesmo que sejam, de início, utilizados programas já existentes, editados e indo ao ar apenas por duas horas, de preferência à noite. A princípio, disse ela, todas as unidades da UFRJ poderão ter espaço na programação, embora a discussão com as instituições privadas ainda não tenha sido concluída.

Marlene acha que não deve haver separação entre os programas das públicas e particulares. Quando questionada sobre as diferentes concepções e práticas de ensino e suas conseqüências enquadradas num mesmo canal de televisão, ela não titubeia: "Todo mundo se vende, só nós não dizemos o que fazemos. Acho que na verdade, agora não precisamos mais falar nada, vai ficar tão claro".

Por enquanto, as diferenças estão sendo aparadas na forma de administração do canal. Um conselho formado por reitores do Rio, das universidades públicas e privadas, sugeriu que fosse criada uma comissão com representantes da Uerj, Uni-Rio, Uni-Granrio, PUC e Facha para tocar o assunto. O que está sendo delineado, e foi uma idéia dos reitores das públicas, é a constituição de um conselho de programação que por sua vez delegaria a um comitê a responsabilidade pela programação. Mas no início, as privadas, que tomaram a iniciativa, propuseram um investimento de R$ 120 mil, a ser dividido por todas as participantes, para implantar a TV Universitária no Rio.

Embora esta discussão ainda não tenha chegado a um consenso, sugestões para viabilizar o canal é que não vão faltar. No final do mês passado foi realizado na UFRJ o I Seminário Nacional sobre TV a Cabo Universitária, promovido pela Enecos, Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, e pelo Centro Acadêmico de Comunicação da UFRJ. A primeira iniciativa para discutir democraticamente no Rio a TV Universitária.

Estudantes de todo o país aqui estiveram debatendo a questão junto com professores e profissionais da área, formando grupos de trabalho para levantar sugestões e acompanhando atentamente as experiências de outros estados, como a da Universidade Federal de Santa Maria, com a TV Campus, e da Universidade Federal de Santa Catarina, com a TV Universidade Aberta.

Rodrigo Murtinho, da Enecos, do CA da Eco e o organizador do evento, vê esta discussão ainda muito restrita ao âmbito das reitorias, acredita que ela já deveria estar sendo debatida por toda a comunidade universitária. "Este processo ainda está muito nos bastidores", reclamou. Sua reclamação surtiu efeito. Durante o seminário, a professora Gabriela Dias, da Uerj, o convidou publicamente para participar das próximas reuniões do comitê.

Canal dos Movimentos sociais

Enquanto essas tão esperadas imagens universitárias não aparecem na telinha do Rio, outro canal de utilização gratuita, o comunitário - um dos seis previstos na Lei 8.977 - foi inaugurado semana passada. A TV comunitária, canal 41 na programação da Net, está aberto à utilização livre pelas entidades não governamentais e sem fins lucrativos do município. É mais um ponto de vista que, em outros tempos, dificilmente disporiam de espaço na mídia oficiosa para mostrar sua realidade. Por enquanto, quem está coordenando as operações do canal 41 é o movimento Viva Rio e o seu centro de projeção está baseado na Universidade Estácio de Sá.

Como disse Daniel Hertz no I Seminário, ele que é o coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e um dos maiores especialistas na matéria: "Todo e qualquer espaço institucional empenhado em discutir as questões da comunicação, em abrir este debate publicamente, é extremamente importante hoje no Brasil. O canal universitário não se destina especificamente a isso mas é, com certeza, um instrumento para isso. O papel da TV Universitária é uma maneira de a universidade se relacionar com a sociedade deixando disponível para ela o conhecimento que é desenvolvido e que ainda é apropriado de forma muito limitada e elitista no país".

Pela primeira vez na história das comunicações brasileiras entidades representativas da sociedade, que não o empresariado, foram reconhecidas como interlocutoras formais num processo de definição de política pública. E de peso.

O histórico de uma Lei que fugiu à regra

Há pelo menos 20 anos esta discussão já acontece por aqui, envolvendo interesses diversos. A primeira e obscura tentativa de regulamentar o serviço de cabodifusão é de 1975, através de um decreto elaborado pelo então ministro das Comunicações, comandante Euclides Quandt, com o acompanhamento privilegiado e exclusivo de grupos privados de comunicação.

Somente treze anos depois, em fevereiro de 88, por meio do decreto 95.744, que o governo Sarney regulamentaria o Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) e, quase dois anos depois - em dezembro de 89, já em final de governo -, com a Portaria 250/89, o mesmo presidente também regulamentava a "Distribuição de Sinais de Televisão", DISTV.

Embora neles estivessem contidas as bases do mercado de TV paga, no TVA é que se explicitava o conceito sobre o qual o Ministério das Comunicações atuaria na introdução das novas tecnologias de comunicação: "especial" - diferente do serviço de radiodifusão, de acordo com a Lei 4.117, do Código Brasileiro de Telecomunicações - por estar autorizado a ter o seu sinal codificado, e com isso permitindo a cobrança de uma taxa pelo acesso, o serviço não estava aberto à "correspondência pública" e nem era "destinado a ser recebido direta e livremente" pelo público.

As primeiras mudanças

Paradoxalmente, no governo Collor, com a extinção do Ministério das Comunicações e a criação da Secretaria Nacional das Comunicações, SNC, vinculada ao Ministério da lnfraestrutura, e incorporação da instância da "audiência pública", abriu-se um espaço para que a sociedade opinasse sobre determinados itens de regulamentação em discussão e a sua respectiva elaboração nos órgãos correspondentes. E em julho de 1991, o Diário Oficial da União publicava a minuta da portaria da SNC regulamentando a DISTV, transformando-a em Serviço Especial de TV a Cabo e convidando os interessados a encaminhar suas sugestões.

Este momento coincidiu com a rearticulação do Fórum Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, que tinha na Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), na Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão (Fittert), na Associação Nacional de Entidades de Artistas e Técnicos de Diversões (Anert) e na Federação Brasileira de Teatro (FBT) as entidades nacionais que liderariam o processo de sua institucionalização, junto com dez comitês regionais e mais de uma centena de entidades sindicais, profissionais e acadêmicas.

> *"O governo está concedendo tudo o que o empresariado solicita sem nenhuma contrapartida à sociedade, e isto contribui para que o quadro se agrave",* comenta Daniel Hertz sobre a situação atual das comunicações.

A primeira audiência pública realizada no dia 2 de julho de 91 foi centrada em duas questões: a tentativa da SNC em caracterizar a TV a Cabo como serviço especial de telecomunicações, não aberto à correspondência pública.

O impacto da intervenção do Fórum representou um marco. Na manhã do dia seguinte à audiência, a SNC chamava os representantes do Fórum para uma reunião. Pela primeira vez na história das comunicações brasileiras entidades representativas da sociedade, que não o empresariado, eram reconhecidas como interlocutoras formais num processo de definição de política pública. E de peso.

Em 30 de outubro de 91, surgia o projeto de Lei apresentado pelo deputado Tilden Santiago, do PT de Minas Gerais, que previa a criação de um Conselho Federal de Cabodifusão constituído por representantes dos setores empresariais, entidades profissionais e sindicais e do Congresso Nacional.

Um ano depois, a deputada Irma Passoni do PT de São Paulo assumia a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara e, numa iniciativa inédita, convocava um grupo informal para assessorar a Comissão, composto de representantes do Fórum, da Abert, das Organizações Globo, da TVA (Grupo Abril), da Sociedade dos Engenheiros de Telecomunicações e da UnB.

Em 92, após uma tentativa de virada de mesa - o PFL assume a presidência da Comissão, cria uma subcomissão e não inclui a deputada lrma Passoni - a recém-criada Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) procurou o Fórum e propôs uma regulamentação que não só liberasse o mercado (restrito às 102 autorizações de DISTV concedidas no início do governo Collor, com base na Portaria 250), mas que desse estabilidade normativa capaz de atrair novos investimentos.

Até que, em novembro daquele ano, foi reiniciada uma negociação tripartite, conduzida à margem da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara e do Ministério das Comunicações. Este grupo iniciou uma série de trabalhos que envolviam viagens para colher subsídios técnicos sobre as operações de DISTV e seminários - como o promovido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e pela Faculdade de Comunicação da UnB, intitulado "O Brasil e as Estradas Eletrônicas", quando o Fórum, a ABTA e a Telebrás puderam debater suas idéias com representantes de outros órgãos, do empresariado e com a comunidade acadêmica.

Finalmente em 26 de junho de 1994, quando o relator Koyo lha apresenta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunica-

"O governo está concedendo tudo o que o empresariado solicita sem nenhuma contrapartida à sociedade, e isto contribui para que o quadro se agrave". Daniel Hertz.

ção e Informática o seu substitutivo, as entidades conseguiram que o substitutivo fosse transformado em Lei na Câmara e no Senado e recebesse a sanção presidencial em 6 de janeiro de 95, assinada por Fernando Henrique.

Fonte: "Às margens da estrada do futuro", Iivro (ainda não publicado)de Murilo César Ramos, professor da Faculdade de Comunicação da UnB.

A situação hoje

Entretanto, a situação de lá para cá alterou-se bastante. É neste governo dito democrático que práticas que se pensavam finalmente banidas, pouco a pouco retomam com força total. As constantes denuncias de acobertamento por parte do governo Fernando Henrique a grupos empresariais vem batendo todos os limites. Neste sentido, o depoimento do coordenador geral do Fórum Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, Daniel Hertz, um engajado de primeira hora nesta luta, é revelador.

"Em termos globais, a situação da comunicação no Brasil nunca esteve tão ruim como hoje. Em quase todas as áreas prevalece um estado de caos jurídico e de beneficiamento de grupos oligopolistas pelo governo Federal, de acobertamento de práticas contrárias ao interesse público e de um total descomprometimento do Estado e do setor privado.

O Fórum, em junho último, divulgou um dossiê que foi entregue ao ministro das Comunicações, ao ministro da Justiça, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, à procuradoria da República e aos presidentes da Câmara e do Senado, enfim, às principais autoridades do país, relatando esta situação e manifestando a disposição de fazer um enfrentamento sem tréguas deste quadro que tem sido agravado pelas práticas deliberadas e intencionais do governo FHC. Após um período de ambigüidades que perdurou em 95, ele vem assumindo funções de inequívoca submissão aos interesses oligopolistas.

É graças a este tipo de intervenção inconstitucional, ilegal e imoral do governo FHC que o empresariado de comunicação - que aceitou participar da negociação da Lei de TV a Cabo, a primeira lei que se produziu no país, da área das comunicações, de forma democrática e a primeira lei abrangente que se produziu no país nos últimos 32 anos, nesta área - que estava se dispondo a participar de um processo de reinstitucionalização da área das comunicações, graças à sinalização do governo, está abandonando esta disposição.

A legislação básica da área de comunicações é da década de 60 e o Código Brasileiro de Telecomunicações é de 62, portanto, tem 34 anos, está caduco, defasado.

Uma das principais demonstrações desta complacência está no sistemático descumprimento, por parte do Congresso, da Lei 8389, de 30/12/91, que criou o Conselho de Comunicação Social. Esta lei previa a implantação do Conselho até o início de abril de 92, e até hoje nada, assim como está descumprindo a Lei da TV a Cabo, que renovou e ampliou as funções do Conselho".

Pós-graduandos,vocês sabiam que:

A Capes encomendou textos a professores de diversas universidades do país sobre os seguintes temas:

1 - Evolução e formas de organização da pós-graduação brasileira;

2 - Formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e mercado de trabalho;

3 - Integração entre pós-graduação e graduação;

4 - Carreira acadêmica e qualificação docente do sistema de ensino superior;

5 - Avaliando a avaliação da Capes: problemas e alternativas;

6 - Expansão da pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional;

7 - Financiamento e custo da pós-graduação.

De acordo com o cronograma estabelecido pela Capes, a Subreitoria de Pós-graduação deveria ter promovido e coordenado o debate no âmbito da universidade sistematizando propostas e sugestões de políticas para serem encaminhadas aos diversos Fóruns Regionais de Pró-Pesquisa e Pós-graduação que foram realizados no mês de outubro;

O objetivo do debate que, se ocorreu no âmbito dos gabinetes, certamente não ocorreu no da universidade, era, a partir da discussão de tais textos, tirar propostas que subsidiarão o IV Plano nacional de Pós-graduação;

A culminância dos eventos organizados pela Capes acontecerá no início de dezembro, com a realização do Seminário Nacional sobre Situação e Perspectivas da Pós-graduação Brasileira, cujo objetivo é tirar as propostas finais para o IV PNPG;

Só para se ter uma idéia do que significa a ausência do debate, basta lembrar que uma das propostas do item 7 é a transformação do sistema de bolsas em créditos educativos, ou seja, após o término do curso, o pós-graduado paga à universidade todos os gastos que ela teve com ele durante todo o seu período de formação.

Diante da gravidade dos fatos aqui apresentados, estaremos, a partir do próximo número, publicando semanalmente uma síntese dos textos acima citados.

Se as informações não nos forem passadas pelos responsáveis pela promoção e coordenação do debate em nossa universidade, estaremos promovendo ainda no mês de novembro um amplo debate, com a convocação de toda a universidade - estudantes da graduação e da pós, professores e funcionários - no qual esses textos serão discutidos para que possamos enviar a posição da UFRJ ao seminário de Brasília.

Comissão Pró-APG/UFRJ
ANPG - Coordenação Regional

Paulo Alcântara formula provão

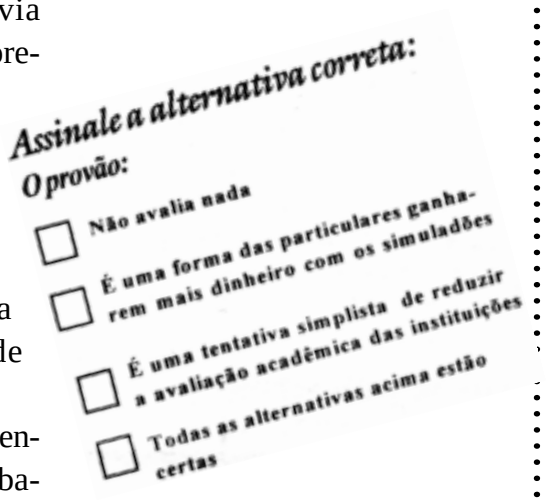
O reitor Paulo Alcântara Gomes é um dos membros da Comissão do Curso de Engenharia Civil, conforme portaria nº 445, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio deste ano. Esta comissão é responsável por nada menos do que a elaboração do Provão do MEC a ser aplicado nos cursos de engenharia civil.

O interessante é que a UFRJ tem um projeto próprio de avaliação institucional, que segundo a sub-reitora de graduação, Neide Felisberto, em entrevista a rádio CBN, dia 30 de outubro, comentou o provão dizendo que ele está aquém dos anseios da comunidade no que diz respeito à avaliação institucional, que, segundo ela, envolve muito mais do que uma simples prova aplicada aos alunos. O CEG/UFRJ já se posicionou contra o provão.

Particulares fazem simuladões do provão

A Universidade Santa Úrsula saiu na frente na busca de preparar seus formandos para o Exame de Fim de Curso do MEC e preparou um provão simulado do curso de engenharia, com questões de múltipla escolha. Conforme já havia previsto o professor e ex-presidente da Adufrj, Henrique Longo, em artigo neste jornal, as instituições particulares já começaram a investir tempo e dinheiro nos simuladões, a exemplo dos cursinhos de pré-vestibular.

A avaliação da qualidade do ensino, das condições de trabalho de docentes e alunos e da produção acadêmica das universidades vai ser resumida a uma competição por pontos em uma única prova, determinada não se sabe por quais critérios, um verdadeiro vestibular de saída.


Assinale a alternativa correta:
O provão:
- Não avalia nada
- É uma forma das particulares ganharem mais dinheiro com os simuladões
- É uma tentativa simplista de reduzir a avaliação acadêmica das instituições
- Todas as alternativas acima estão certas

Estágio de Informática

A Adufrj está contratando um estagiário de informática que esteja cursando engenharia, informática ou curso similar, a partir do 5º período, para dar suporte a suas atividades sindicais - comunicação, secretaria, logística etc. O estágio terá duração de três meses, com carga horária de 12 horas semanais e remuneração de dois salários mínimos por mês. Não é necessária experiência anterior, mas é desejável que o interessado tenha conhecimentos em Internet, bancos de dados, Windows 95, Word e Excel. Currículo e histórico escolar devem ser enviados à sede da Adufrj até o dia 11 de novembro.

Programe-se

Noam Chomsky na UFRJ

O professor do Massachutts Institute of Technology que revolucionou a lingüística e é um dos maiores críticos da relação de cumplicidade entre a mídia e o poder, Noam Chomsky, realizará em novembro duas palestras na UFRJ. A primeira - "Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente: Objetivos e expectativas do programa minimalista" - acontecerá na Faculdade de Letras, dia 18, às 14h.

A segunda é sobre "O velho e o novo na ordem internacional" e será no Auditório da Coppe, bloco G 122, dia 19, às 14h. Com tradução simultânea, a entrada é franca nos dois encontros. Inscrições e mais informações: Faculdade de Letras, tel.: 270-1696 e Coppe, tel.: 286-5924.

Ciclo de Palestras - Gestão em Ciência e Tecnologia

Dia 6 de novembro, quarta-feira, com o representante da Faperj,
Carios Valois. Às 10h no Anfiteatro da Anatomia, Bloco A do CCS.
Dia 8 de novembro, sexta-feira, com o presidente da SBPC, **Sergio Ferreira.** Às 10h no Anfiteatro da Anatomia, Bloco A do CCS. Os eventos são promovidos pela Finep, sob a coordenação da professora Lúcia Fonseca.
Mais informações, pelo telefone 270-1635.

Reunião do Setor dos Docentes das Ifes

Com a participação de 22 Associações de Docentes/Seções Sindicais, o Setor dos Docentes das Ifes reunido neste final de semana em Brasília destacou o acompanhamento em todo o país sobre o Provão e o Pacotaço, além de fazer um levantamento sobre como têm se manifestado os Conselhos Universitários a respeito destes assuntos.

Outros informes passados durante a reunião do movimento docente foram sobre a suspensão da votação da LDB - em conseqüência do recesso branco do Congresso - e sobre a suspensão, pelo MEC, do Paiub - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

Na ocasião, Cláudio dos Santos, da assessoria jurídica nacional, fez uma exposição a respeito do Pacotaço e respondeu a questões levantadas pelos representantes das ADs.

Um ponto muito explorado foi quanto à garantia do abono pecuniário, que segundo o seu parecer deveriam ser garantidos via mandados de segurança preventivos individuais, a partir de ações locais. (A assessoria jurídica da Adufrj está acompanhando o caso).

O setor discutiu também a preparação da data-base, remetendo a pauta de reivindicação elaborada na reunião de 26/10 para discussão e deliberação das assembléias gerais das ADs/Seções Sindicais, e uma proposta de calendário para a construção da greve geral incorporando atividades do conjunto dos sindicatos cutistas.

Plenária dos SPFs

A Plenária dos SPFs, que contou com a presença de 234 delegados e 34 observadores, aprovou neste final de semana em Brasília, a construção imediata da greve geral tendo como eixos a defesa do salário, dos direitos dos trabalhadores, do serviço público, da reforma agrária e contra as reformas constitucionais e a reeleição de FHC.
Buscando a centralidade na construção da greve, foi aprovado o seguinte calendário:
Dia 06/11 - Dia Nacional de Luta - CUT, com manifestações nos estados.
Dia 20/11 - Reunião da CUT- São Paulo, com as entidades nacionais e representativas dos servidores.
Dia 27/11 - Grande manifestação em Brasília - com caravanas e paralisação.
Dia 01/12 - Plenária dos SPFs, em local a ser definido.
Dia 17/12 - Grande manifestação em Fortaleza, com caravanas de todo país. (A delegação da Adufrj que participou da reunião está elaborando um relato onde constarão os principais debates).

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

29 de outubro a
4 de novembro/96

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

Consuni não garante diploma

Conselho Universitário é contra provão, mas não garante entrega de diplomas a formandos que entregaram em branco o exame de fim de curso imposto pelo MEC. UNE diz que mais de 90% dos estudantes de engenharia, administração e direito que compareceram aos locais de prova neste fim de semana devolveram o provão em branco. Entidade estudantil vai apresentar Projeto de Lei na Câmara dos Deputados para anular o exame. - páginas 4, 5 e 8.

Programe-se

Projeto de Valorização do Envelhecer - Prove

Yoga e Saúde - Palestrante: Swami Bua Ji, mestre desta sabedoria milenar originária da índia, Swami vai falar vem praticando yoga por mais de um século, ao longo de seus 114 anos de existência. Dia 14, quinta-feira, das 14h às 16h, no Salão Pedro Calmon.

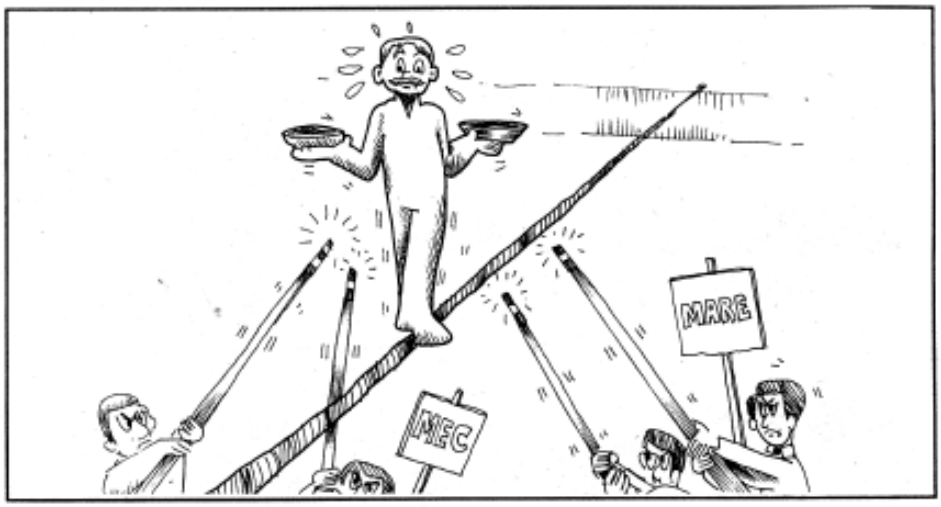
Seminários da Copea

A Coordenação de Programas de Estudos Avançados, cujo objetivo é fomentar e desenvolver pesquisas em áreas interdisciplinares, dará continuidade ao ciclo de conferências sobre geosfera e Biosfera, iniciados em agosto, com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros. Dias 14, 21 e 28, às quintas-feiras, das 17h às 19h30, no Salão Pedro Calmon.

Encontro com o Imaginário Brasileiro

Troca de informações sobre a produção de pesquisas no campo do Imaginário social e seus múltiplos enfoques. Participação, entre outros, das professoras Terezinha Granato (coordenadora do Lise), Célia Linhares (UFF), Monique Augras (PUC-Rio), Lilian do Vale (Uerj) e Maria Tereza Strongoli (PUC-SP). Dia 13, quarta-feira, das 9h às 17h, no Salão Pedro Calmon.

Adufrj debate acumulação de proventos



Para mostrar que não são só os estudantes e servidores da ativa que sofrem com os ditames do governo Fernando Henrique, em uma agitada reunião no auditório da Escola de Serviço Social, no campus da Praia Vermelha, 60 inconformados professores aposentados da UFRJ debateram as recentes medidas do Ministério da Administração e Reforma do Estado, que os atingem diretamente: as perdas da acumulação de vantagens na aposentadoria, ou seja, a incorporação de quintos e a promoção para a classe superior; e da acumulação de aposentadoria com cargo na ativa.

Com a presença da assessoria jurídica da entidade, a diretoria da Adufrj chamou a atenção dos docentes para o lado político da questão. Segundo os diretores da entidade, a ocupação de um cargo na ativa por um aposentado choca-se com a idéia da aposentadoria integral – defendida justamente para que o servidor mantenha, após aposentar-se, o padrão de vida obtido na ativa. Foi lembrado também que as péssimas condições em que os trabalhadores do setor privado se aposentam fazem parecer, aos olhos da opinião pública que os direitos dos servidores públicos são "privilégios".

Para esclarecer as medidas do governo, a advogada, Sayonara Grilio, fez uma exposição sobre a legislação existente sobre aposentadoria docente, desde a antiga Lei 1711/52 até as últimas medidas provisórias do governo FHC. Segundo ela, há diversos dispositivos legais, entre Leis, decretos, Medidas Provisórias, normas etc., que concederam vantagens à aposentadoria docente relativas à incorporação de funções comissionadas ou similares, e à promoção para a classe superior ou similar, no ato da aposentadoria (art. 192 do RJU). Estes mesmos dispositivos proibiram, em alguns casos, o recebimento acumulado dessas vantagens. Mas, de acordo com Sayonara, há interpretações jurídicas conflitantes quanto ao que é ou não permitido acumular e quanto a quem tem ou não o direito de acumular, variando inclusive conforme a época em que a aposentadoria foi concedida.

O drama dos aposentados começou quando o Mare, que processa a folha de pagamento de todo o serviço público federal, incluindo a folha de pagamento da universidade, cortou, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), sem aviso prévio, uma das vantagens acumuladas pelos docentes que recebiam as duas.

Ainda sem tomar conhecimento da situação real dos docentes, a Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais da UFRJ (SR4) orientou os aposentados a fazerem a opção entre as duas vantagens, mas não deu qualquer informação sobre possíveis direitos existentes. A SR4 também está instruindo os docentes que se encontram nesta situação a assinar documentos, segundo a assessoria jurídica da Adufrj, de teor discutível. Para o jurídico da AD, as diferentes épocas de aposentadoria e situações particulares de cada aposentado impossibilitam a adoção de um procedimento único para todos os casos. A SR4 alega ainda não ter condições técnicas para fornecer à Adufrj, como lhe foi solicitado, informações completas sobre cada professor aposentado, necessárias a uma orientação adequada por

parte da entidade.

Medidas

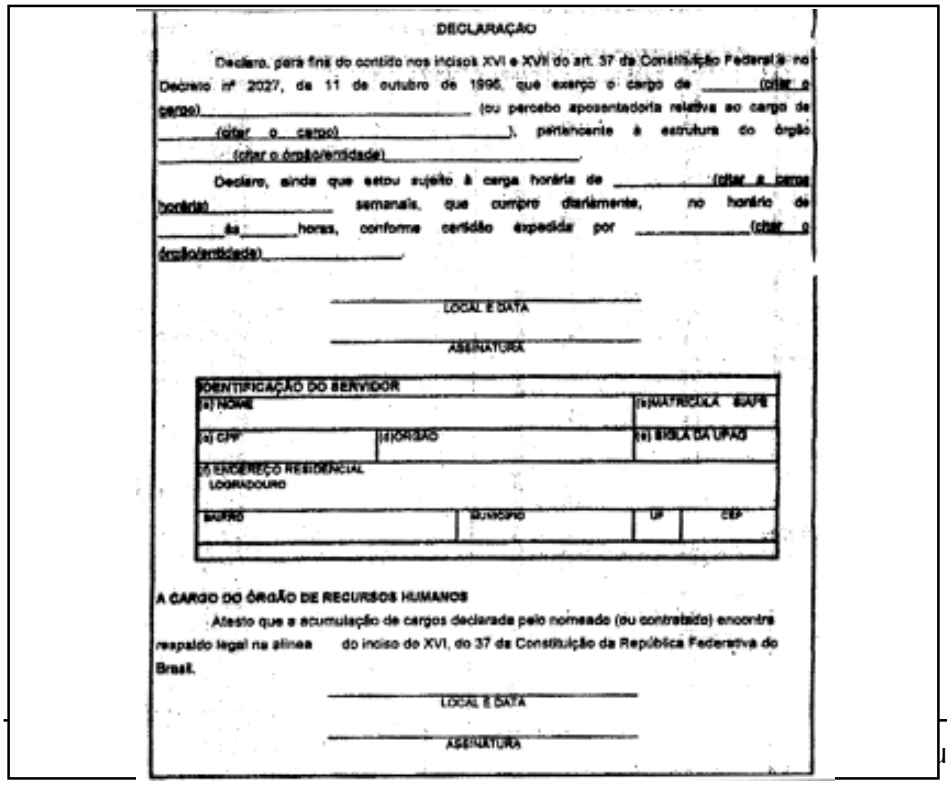
Para analisar melhor a situação de cada professor e embasar futuras ações, a assessoria jurídica da AD vai preparar um formulário a ser preenchido pelo docente aposentado a ser entregue na sede da AD ou via correio. Uma comissão de seis aposentados foi formada na reunião e auxiliará a diretoria da Adufrj no encaminhamento desta e de outras questões relativas à aposentadoria. A diretoria recomenda ainda que os aposentados aguardem a orientação da entidade e que não façam a opção nos termos solicitados pela SR4, pois, caso o façam, poderão perder direitos de forma irreversível.

Acumulação de proventos

Um tema polêmico até entre os professores, a acumulação de aposentadoria docente e cargo ativo no serviço público não foi abordada com profundidade neste encontro e será tema da próxima reunião dos aposentados, nesta terça-feira, às 9 horas da manhã, no mesmo auditório, na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Apenas na tarde da segunda-feira, dia 11, a Adufrj conseguiu obter resposta quanto à opção determinada pelo decreto 2.027/96. O vice-reitor, José Henrique Vilhena, informou que o entendimento do Mare sobre a questão é de que a acumulação de proventos decorrente de cargo docente é compatível com "remuneração de cargo ou emprego públicos, de professor, técnico ou científico, independentemente da carga horária".

Neste caso, os professores deverão preencher formulário de declaração (veja modelo nesta página) de acumulação de provento e vencimento (anexo III da Instrução Normativa n.º 11 do Mare) até o dia 14 deste mês.



DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e no Decreto nº 2027, de 11 de outubro de 1996, que exerço o cargo de _____ (citar o cargo) _____ (ou percebo aposentadoria relativa ao cargo de _____ (citar o cargo) _____), pertencente à estrutura do órgão _____ (citar o órgão/entidade) _____.

Declaro, ainda que estou sujeito à carga horária de _____ (citar a carga horária) _____ semanais, que cumpro diariamente, no horário de _____ às _____ horas, conforme certidão expedida por _____ (citar o órgão/entidade) _____.

_____
LOCAL E DATA

_____
ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

(a) NOME		(b) MATRÍCULA SIAPE
(c) CPF	(d) ÓRGÃO	(e) SIGLA DA UPAG
(f) ENDEREÇO RESIDENCIAL LOGRADOURO		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF / CEP

A CARGO DO ÓRGÃO DE RECURSOS HUMANOS

Atesto que a acumulação de cargos declarada pelo nomeado (ou contratado) encontra respaldo legal na alínea do inciso do XVI, do 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

_____
LOCAL E DATA

_____
ASSINATURA

Seminário sobre Hospitais Universitários

A Andes-SN está preparando o seu II Seminário sobre Hospitais Universitários. Os membros do Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social está organizando o evento para meados de janeiro de 97. O GT está recebendo material de contribuição das Associações Docentes e docentes filiados até o dia 7 de janeiro.

No I Seminário promovido pelo Sindicato, foram discutidos a criação de Conselhos Gestores, a exemplo dos Conselhos e Comissões Gestoras do SUS, a forma de financiamento dos HUs e a responsabilidade do MEC e do Ministério da Saúde, a reserva de leitos, ressarcimento de custeio de assistência para pacientes de planos privados, a autonomia dos hospitais e o projeto de Autonomia do MEC/MARE que propõe sua desvinculação das universidades, utilização e caracterização de todos os hospitais da rede pública como hospitais de ensino e a função específica dos HUs como instituição de ensino, utilização destes hospitais como espaço de assistência a docentes e técnicos-administrativos das universidades, além da institucionalização de programas de capacitação de formação de Recursos Humanos que extrapolam a característica de espaços de assistência de referência, por vezes caracterizando-se como verdadeiras mini-escolas.

Os docentes interessados em participar das discussões do Sindicato sobre HUs podem procurar maiores informações na sede da Adufrj.

A Andes Sindicato Nacional dos Docentes, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, A Associação Nacional das Universidades Particulares, a Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e o Conselho Federal de Medicina se manifestaram contra o exame imposto pelo MEC.

Em branco

No último final de semana milhares de estudantes foram obrigados pelo MEC a realizar uma prova de avaliação relativa a todos os anos que estes freqüentaram as instituições de ensino superior. É no mínimo curioso notar quem está defendendo este tipo de teste e quem se posiciona contra.

A maioria das universidades públicas, inclusive a UFRJ, se manifestou, através de seus conselhos superiores, contra o Provão. A Andes Sindicato Nacional dos Docentes, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e outras entidades ligadas à educação repudiaram o exame, por entender que o processo de avaliação institucional das universidades e faculdades é muito mais complexo do que uma simples prova aplicada ao aluno.

Para o movimento docente e estudantil, esta avaliação pontual é destinada exclusivamente ao produto, isto é, o aluno formado, sendo avaliado apenas um suposto resultado de anos de trabalho acadêmico, que envolve também a definição de um projeto político-acadêmico da instituição, com a participação da comunidade.

Imposto através de uma portaria governamental, o exame de fim de curso exclui do processo de avaliação as categorias docente, discente e técnico-administrativa, e atrela as universidades às exigências do mercado de trabalho, desconsiderando seu papel social e de desenvolvimento sócio-econômico do país.

Algumas faculdades particulares e instituições privadas como o Cesgranrio e a Fundação Carlos Chagas estão apoiando esta iniciativa do MEC. Estas instituições recebem verba pública para aplicar o exame em todo o território nacional, a exemplo do que acontecia quando o vestibular no Rio era unificado com a participação de públicas e privadas. A própria UFRJ foi uma das primeiras instituições públicas a se desvincular do sistema Cesgranrio e optar por formular seu próprio exame.

Avaliação sim! Provão não!

Proposta do MEC - Provão

Evento episódico
Proposta pontual de "avaliação" exclusivamente de produto.

Autoritária
Imposta pela Portaria n 249, com base na Lei n 9.131 de 1995, para aferir o desempenho das universidades brasileiras, sem discussão com a sociedade
Concebida por "especialistas" e imposta de "cima para baixo" sem participação de todos os envolvidos.

Reducionista
Sem referência às especificidades da instituição ao contexto social. Desvinculado do processo ensino-aprendizagem e formação do aluno

Prova única
Provas para os formandos
Provas elaboradas pelas fundações privadas Carlos Chagas e Cesgranrio
Tecnicamente antididática e antipedagógica. Uma prova não pode avaliar os conhecimentos adquiridos (e avaliados) e as habilidades desenvolvidas ao longo de quatro ou cinco anos. O provão é obrigatório e só receberão diploma os alunos que fizerem o exame.

Para que?
O provão visa "avaliar" os cursos de graduação, para estabelecer o "ranking" das instituições e cursos de nível superior. Este ranking será utilizado para reduzir o financiamento do ensino superior público de acordo com as exigências de organismos internacionais, tipo Banco Mundial.

Avaliação Institucional (Proposta da Andes-SN)

Avaliação contínua - Processo contínuo de avaliação de processo e de produto

Democrática
Definição da proposta final após amplo debate na instituição sobre sua identidade e estabelecimento de seu projeto político-acadêmico.
Participação de todos os envolvidos no processo (alunos, professores e funcionários) na sua concepção e execução
Participação emancipatória.

Abrangente
Social e historicamente contextualizada e com referência ao projeto político-acadêmico da instituição.

Processo contínuo
Etapas:
1 - Definição do projeto político-acadêmico da instituição (onde são eleitos valores e estabelecido) com participação da comunidade.
2 - Diagnóstico das atividades desenvolvidas na instituição
3 - Comparação entre os dados de diagnóstico e os objetivos que se pretende alcançar (avaliação qualitativa)
4 - Comparação entre os dados de diagnóstico e os objetivos que se pretende alcançar (avaliação qualitativa)
5 - Avaliação quantitativa a partir de indicadores baseados em valores assumidos pela instituição.
Obs.: A avaliação deverá apontar o que precisa ser mudado. Assim, após as correções será preciso reavaliar.

Para que?
Na concepção da Andes-SN é preciso avaliar para melhorar a qualidade das instituições de ensino superior. Para verificar o que está errado e corrigir e não para punir ou premiar. A Andes-SN defende ainda que seja feita uma avaliação externa, através do chamado "Conselho Social', com o objetivo de conferir se o seu desempenho responde às necessidades da sociedade e do desenvolvimento do país e verificar a relevância social das suas escolhas.

"Provão": provinha pouco séria

A Andes-Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior não é contra a avaliação das universidades brasileiras. **Pelo contrário, foi o Movimento Docente que levantou, pela primeira vez, em 1982, há exatamente 14 anos, a bandeira da Avaliação Institucional das Instituições de Ensino Superior do país. Proposta histórica, atualizada recentemente em Congresso da Andes-SN, defende uma avaliação, necessária e urgente, das universidades como processo contínuo, não pontual, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, com a participação de todos que compõem a comunidade universitária, considerando-se as condições concretas em que as atividades são desenvolvidas. E, sobretudo, levando em conta o papel social das universidades, incluindo neste processo a participação da própria sociedade. A avaliação das universidades brasileiras deve resgatar o espaço público do saber e do fazer conhecimento.**

O "provão" não é avaliação, é um mau teste. **Reducionista, excludente, autoritário, persecutório da parte mais fraca. Foram desconsideradas as diferenciações naturais e positivas entre Instituições de Ensino Superior, decorrentes das especificidades locais, regionais e históricas ou por opções político-acadêmicas diferenciadas. Não existe avaliação de qualidade de ensino abstrata. Só se pode avaliar qualidade em relação a objetivos, fins, demandas sociais - função social da universidade.**

O "Provão" afronta a garantia constitucional da autonomia universitária. **Alijou as direções das Instituições, os docentes, os técnicos-administrativos e os estudantes. Entregou a instituições alheias ao MEC e às universidades, com interesses materiais próprios, a responsabilidade de estabelecer um futuro ranking das universidades brasileiras, a partir do qual, mais cedo ou mais tarde, vai ser feita a destinação de recursos financeiros, assim como o direcionamento das opções de estudo de milhões de jovens brasileiros.**

O "provão" tem bases técnicas e legais contestáveis. **O "provão" foi questionado tecnicamente não só pela Andes-SN, mas também pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O formato legal do "provão" vem sendo contestado em diversas instâncias do Judiciário, em diferentes partes do país. Não foi reconhecido no mérito por nenhuma instância do Judiciário. O MEC mente sobre os "nove meses" de tramitação. A partir de artificiosa tramitação de Medidas Provisórias, que tratavam da modificação do Conselho Federal de Educação, a Lei n.º 9.131/95 foi aprovada numa sessão tumultuada e sem quorum, como provam as notas taquigráficas do Congresso nacional. O governo Federal forçou a exclusão da comunidade universitária e atropelou projetos em tramitação no legislativo.**

O MEC não tem coragem de atacar o cartel do setor privado. **Boa parte das mazelas da educação superior no Brasil estão relacionadas aos "negócios educacionais" de grupos econômicos privados, com apoio de políticos aliados do governo. Covarde na fiscalização que lhe cabe, o MEC investe na penalização dos estudantes. O MEC não esclarece como vai tabular, a partir do seu teste, as questões de múltipla escolha e nem como vão ser avaliadas as questões discursivas. Em entrevistas, o ministro da Educação declarou não saber "ainda" como vai apresentar os resultados do provão.**

O MEC fala em reduzir gastos, mas já queimou 3,95 milhões de reais **do orçamento da educação brasileira no contestado teste. Conforme informações da imprensa nacional, 2,19 milhões de reais foram gastos com a contratação de serviços externos, e R$ 1,45 milhões com publicidade. O MEC cumpriu os procedimentos legais para tanto?**

A ANDES-SN defende uma avaliação séria da universidade brasileira, sem autoritarismo, sem exclusão, sem desrespeito aos direitos dos cidadãos. E, portanto, a Andes-SN é contra a provinha pouco séria, marcada pelo MEC para o próximo dia 10.

ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Conforme anunciamos semana passada, a partir desta edição, publicaremos um resumo dos textos encomendados pela Capes a professores de várias universidades e que servirão de base para a formulação de propostas para o IV Programa Nacional de Pós-graduação. Os resumos são de autoria da Comissão Pró-APG/UFRJ e ANPG - Coordenação Regional

Evolução das formas de organização da pós-graduação

(a partir de documento elaborado pela professora Ana Lúcia Almeida Gazolla, da UFMG)

A professora inicia seu texto afirmando que o Sistema de Pós-Graduação Brasileiro encontra-se em um período de transição e que a questão colocada para o mesmo é a seguinte: Na era da globalização, como repensar os desafios locais?.

Feitas essas colocações, a autora passa a observar os avanços e os problemas existentes no sistema de pós-graduação desde a sua implantação. Entre os avanços, estão: a real expansão do sistema e sua progressiva descentralização; a formação de recursos humanos altamente qualificados, principal objetivo da pós; o crescimento da produção cultural e científica; a melhora na infra-estrutura e a institucionalização da pesquisa em muitas Ifes; o impacto revitalizador sobre a graduação; e o crescimento das associações científicas, culturais e de representação, assim como o surgimento das fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Os problemas incluem: a expansão da pós-graduação em níveis diferenciados de qualidade (regiões, instituições, áreas de conhecimento); a carência de pesquisadores em determinadas áreas; a carência de pesquisadores com formação interdisciplinar; a falta de clareza quanto aos objetivos de cada nível de formação, por exemplo, um super dimensionamento do mestrado; a saturação da relação de orientação; a perda considerável de pessoal titulado nos últimos cinco anos; a falta de recursos para corrigir as distorções crônicas de infra-estrutura; a rigidez dos modelos e regulamentos dos cursos que estão pouco adequados às exigência atuais.

A professora Ana Lúcia afirma ainda que a implantação do Sistema de Pós-Graduação Brasileiro se deu em um período autoritário de nossa história e que apesar da legislação federal referente à pós-graduação ter sido minimamente normativa desde o início, as universidades interiorizaram uma postura autoritária, o que se reflete, por exemplo, nas normas e regulamentos extremamente fechados e limitadores, como o número excessivo de créditos, a separação rígida entre os níveis de curso, as estruturas curriculares com grande número de requisitos e disciplinas obrigatórias, a exigência em proficiência de línguas estrangeiras nem sempre relacionadas à literatura das área etc.

***Diante desse quadro, ela propõe que se repense a pós-graduação a partir de dois eixos básicos:* flexibilização e autonomia institucional.**

Em termos de flexibilização, a autora sugere: a diminuição de créditos obrigatórios no mestrado e no doutorado; o redimensionamento do mestrado; a passagem direta de um nível de pós-graduação a outro, com aproveitamento de créditos; o estabelecimento de alternativas ao mestrado para o ingresso no doutorado; a eliminação do exame de qualificação no mestrado; a exigência de proficiência em línguas estrangeiras mais articuladas às reais necessidades de conhecimento lingüístico na área; a criação de programas de estudo mais personalizados; o estabelecimento de alternativas à dissertação de mestrado; a articulação da residência médica à especialização e ao mestrado; a substituição do conceito de cursos por disciplinas pelo conceito de cursos por atividades e a garantia de diversos modelos na mesma instituição; a defesa direta de tese de doutorado permitindo a titulação formal de pessoas que atingiram um nível de produção compatível com o de Doutor.

No que se refere à autonomia institucional, ela sugere, que se mantenha a regulamentação externa à universidade em um nível mínimo e estritamente referencial, de modo a garantir alguma unidade ao sistema e, ao mesmo tempo, possibilitar a diversidade de propostas institucionais, que as universidades e as agências de financiamento estabeleçam parcerias para a discussão de novos modelos mas que os limites de atuação de cada instância não sejam ultrapassados.

Para finalizar, a autora propõe algumas vertentes que, em sua opinião, sinalizam na direção de no-

vas propostas, observando que não se trata de abolir as formas já existentes de pós- graduação, mas de buscar mecanismos que permitam uma melhor utilização dos recursos e uma adequação às necessidades de uma diversidade de formação pós-graduada:

Programas de cooperação interinstitucional - **questão que vem sendo discutida há vários anos no país. A cooperação institucional pode se dar em quatro modalidades: convênio, consórcio, pós-doutorado e programa professor-visitante. Cada uma delas é detalhada no documento.**

Educação à distância e programas "on line" - **vertente complexa que deve ser analisada com cuidado. Entre as questões importantes para debate estão: as possibilidades e os limites de cursos oferecidos integralmente via rede ou Internet, se tais cursos são viáveis e desejáveis no Brasil; quais os estatutos de certificado ou de diploma; e através, de que tipo de instituição tais cursos seriam oferecidos.**

Diversificação do modelo para o atendimento de necessidades específicas - **variação no tipo de trabalho final; exigência ou não de mestrado para o ingresso no doutorado etc.**

Pós-Graduação latu sensu - ***a proliferação de cursos de Especialização por todo o país está se dando em função das demandas do mercado de trabalho. É necessário que haja uma política nacional para a Especialização.***

Comissão Pró-APG/UFRJ
ANPG - Coordenação Regional

Rápidas

Greve

Os metalúrgicos do Rio fazem assembléia nesta quinta-feira, dia 14, quando decidem sobre a deflagração de uma greve a partir do dia 17. Segundo o Sindicato, a categoria metalúrgica, em campanha salarial e com data-base em 11 de outubro, vem enfrentando a intransigência e o arrocho dos patrões na mesa de negociações.

Privatização

Maracanã na mira das empresas - A Associação dos Servidores da Suderj denunciou à CUT-RJ a intenção do governo do Estado de privatizar o estádio, o que significa transferência de um negócio altamente lucrativo para as mãos da iniciativa privada, com aumentos nos preços dos ingressos e diminuição dos lugares populares (arquibancadas e "geral").

Servidores Públicos

Foi lançada, sexta-feira passada, a campanha nacional em Defesa do Serviço Público, na sede da ABI. Com o mote "o lobo e o cordeiro", a campanha pretende esclarecer a população sobre as iniciativas do governo FHC para colocar o servidor público como vilão perante a opinião pública e responsável pela má qualidade dos serviços prestados. A campanha aponta as reformas e o pacotão como os principais instrumentos para acabar com o funcionalismo e desobrigar o governo com as políticas sociais.

Comissão se rende ao lobby ruralista

Brasília - A Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou emenda proposta pelos ruralistas que, se consagrada no Orçamento poderá inviabilizar a reforma agrária no próximo ano. Os ruralistas querem a transferência de R$ 100 milhões do crédito de implantação para a compra e venda de terras, apesar de a operação não estar ainda disciplinada por lei. O lobby ruralista conseguiu também derrubar duas emendas petistas em favor da reforma agrária. A primeira previa suplementação de R$ 250 milhões para o Procera (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). A segunda garantia recursos adicionais de R$ 300 milhões para as dotações previstas para o crédito de implementação, destinado ao assentamento de famílias. Mais uma vez, fica claro, que a prioridade do governo é não fazer a reforma agrária.

Anistiados convidam para 1º Congresso

Brasília - A Associação Brasileira de Anistiados Políticos promove, entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro, o 1 º Congresso Brasileiro de Anistia. Vai ser no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília. Estão convidadas a participar do Congresso todas as entidades da sociedade civil e dos trabalhadores, além de pessoas delicadas à causa.

As próximas vítimas serão os sindicatos

Segundo o diretor-técnico do DIAP, Ulisses Riedel, as propostas da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho vão fragilizar os trabalhadores mediante a precarização das relações de trabalho. Em extensa matéria sobre o assunto, o jornal do DIAP, avalia que "o próximo passo da agenda de reforma será o desmonte das organizações sindicais, com propostas de pulverização, extinção de qualquer forma de contribuição para seu custeio, aplicação de multas por deflagração de greves e limitação de sua representação aos associados. Para Riedel, "o jogo é sério. Os neoliberais usam o discurso dos trabalhadores de forma enganosa, quando, na verdade, atuarão para desregulamentar direitos, regulamentar restrições e descentralizar as negociações".

Consuni é contra demissão na UFRJ

A sessão extraordinária do Consuni realizada no dia 5 aprovou a moção contra o exame nacional de fim de curso. Elaborada pela comissão que havia sido designada para isto na sessão anterior, e intensamente debatida, a moção se posiciona totalmente contra o exame instituído pelo MEC supostamente para avaliar as Instituições de Ensino Superior. O provão mereceu do Consuni da UFRJ "um documento bastante duro e que ataca os seus pontos mais vulneráveis", na opinião do conselheiro e ex-reitor Adolpho Polilo.

Na moção, o Consuni também se posicionou contrário a qualquer investida do governo no sentido de demitir funcionários da UFRJ. No texto fica claro que o pacote de ajuste fiscal do governo FHC e o Plano de Demissão Voluntária são investidas que poderão afetar diretamente o cotidiano da universidade, inclusive com paralisação de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nota do Conselho Universitário da UFRJ

5 de novembro de 1996

O Conselho Universitário, no uso e limites de sua competência, na forma da Lei, manifesta-se a respeito dos últimos decretos e atos do Governo Federal.

Reitera o anseio de que se dê prosseguimento às iniciativas já em curso e que conduzem a um eficaz sistema de avaliação, definido pelo conjunto das Ifes.

A UFRJ dispõe de estrutura construída sobre princípios consagrados de avaliação interna e externa dentro de um projeto altamente meritório e em execução, a qual conta com apoio financeira do próprio MEC e não contempla o exame nacional de fim de curso, nem como instrumento, nem como indicador. Na oportunidade da discussão da Autonomia (Lei Orgânica das Universidades), a UFRJ apresentou sugestões ao anteprojeto da Andifes, inteiramente delicadas à avaliação, fazendo uso de parâmetros adequados e abrangentes para verificação da eficiência das atividades de graduação, pós-graduação e extensão.

Entende que o exame nacional de fim de curso, como critério de avaliação das IES, peca por priorizar o produto e não o processo, reduzindo a avaliação a um aspecto pontual.

Considera intempestiva a aplicação do referido exame, prevista para o corrente mês, o que poderá comprometer a legitimidade da avaliação institucional,

Considera, em particular, que a Lei nº 9.131, de 24/11/95, no Artigo 3º, parágrafo 3º, que trata da concessão de diploma, colide com a Artigo 207 da Constituição Federal, no qual está assegurada a autonomia universitária.

Manifesta, analogamente, a sua discordância quanto à possibilidade de perda de funcionários técnico-administrativos em decorrência das recentes medidas provisórias.

A redução de cerca de 17% do quadro técnico-administrativo da UFRJ, somada às medidas que propõem demissões de servidores admitidos a partir de outubro de 1983, bem como o plano de demissões voluntárias anunciado, poderão inviabilizar os importantes serviços de infra-estrutura e as funções precípuas da universidade no que diz respeito às atividades nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, zelosa da sua qualidade e determinada a exercer suas prerrogativas atribuídas pela Constituição Federal, deverá lançar mão de todos os mecanismos políticos e jurídicos para salvaguardá-la de atos autoritários.

JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

25 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO/96

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ANDES SINDICADO NACIONAL

23 meses sem reajuste salarial

O prazo foi esticado

O Mare prorrogou o prazo para que os docentes em atividade declarem sua situação sobre acumulação de proventos (aposentadoria) e vencimentos (cargo na ativa) para até o dia 14 de janeiro do ano que vem, como trata o artigo 2º do decreto 2.027/96. Os docentes nesta situação deverão preencher apenas o formulário da declaração número 3. Isto se aplica somente a acumulações compatíveis com o cargo de docente, ou seja, professor, técnico ou cargo científico, independente do regime de trabalho.

Página 3

Reunião dos aposentados na Praia Vermelha. Indignação com o governo.

Capes promove Seminário para definir o IV Plano Nacional de Pós-Graduação e coloca em pauta a avaliação e o financiamento dos programas.

Páginas 4 e 5

Andes-SN propõe pauta de reivindicações para campanha da data base

Página 8

Rio 2004

As autoridades e personalidades brasileiras adquiriram o péssimo hábito de confundir o público com o privado e de confundir o interesse coletivo com ganância pessoal. À exceção da Escola de Educação Física e Desportos, que finalmente teve alguns de seus setores reformados, desde a sua inauguração, as "obras" realizadas na Ilha do Fundão não fugiram à regra. Maquiagem é um dos termos que têm sido usados para designar como foi encaminhada a "remodelação" da UFRJ para a visita do Comitê Olímpico Internacional. Na visita programada ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, se algum membro do COI abrir uma porta não prevista no roteiro, vai se deparar com a realidade do dia a dia de médicos, funcionários e pacientes. Todos impacientes por obras de verdade, cansados dos virtuais *recurSUS*, como registram as fotos do ensaio nas páginas, 6 e 7.

Nota do Conselho de Representantes e diretoria da Adufrj

Na luta contra o neoliberalismo

Discutimos a proposta de uma paralisação no dia 27/11 (quarta-feira), sugerida pela plenária dos Servidores Públicos Federais. Também discutimos a proposta de uma greve de um dia no próximo dia 17 de dezembro, dia internacional de luta contra o neo-liberalismo.

Levando em conta as especificidades do movimento docente neste momento, em particular a reposição de aulas e o ataque que a universidade pública vem sofrendo pela política neo-liberal do governo, **propomos atividades didáticas e acadêmicas normais no dia 27/11**, com participação nos atos públicos a serem realizados nesta data e o seguinte encaminhamento à Assembléia Geral da Adufrj do dia 28/11/96.

1) *Construção de uma greve geral em defesa da universidade pública e contra a política neo-liberal;*

2) *Participação nas atividades do Dia Internacional de Luta contra o Neoliberatismo (17/12), e*

3) *Indicação do dia 17/12 como data para a greve geral.*

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1996

Assembléia Geral

28 de novembro quinta-feira, às 14 horas,
no Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha

Pauta

- eleição de delegados e observadores à reunião do setor das IFES (29 e 30/11) e à plenária dos SPFs (1/12);
- campanha da data-base: pauta de reivindicações;
- preparação para o dia internacional de luta contra o neo-liberalismo (17/12);
- construção da greve geral em defesa do serviço público.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

Formulários estão sendo enviados por mala direta a todos os associados inativos e devem ser devolvidos na sede da Adufrj o mais breve possível para que sirvam de material para futuras ações da assessoria jurídica.

Quanta confusão

Aposentados reclamam de tratamento dispensado pela sub-reitoria de Pessoal.

Além da perplexidade em comum, os aposentados que compareceram à reunião da Adufrj realizada no dia 12 de novembro, no auditório da Escola de Serviço Social, manifestaram em uníssono o desagrado não só com as recentes medidas do governo, mas também com o tratamento dispensado a eles pela Sub-reitoria de Pessoal (SR4).

"Só não fiz a opção pois o funcionário da reitoria me informou (há mais de um mês) que não estava autorizado a aceitar a minha opção naquele momento", este depoimento de um professor aposentado durante a reunião, antes de saber que não estaria obrigado a fazer nenhuma opção, é sintomático: como são desencontradas as informações sobre o assunto. E que acabam por gerar um clima desagradável, como bem coloca outro depoimento: "Me sinto indesejável quando procuro a reitoria e vejo com muita desconfiança qualquer assunto que envolva a administração da UFRJ".

São muitos os docentes da UFRJ aposentados pelo estado, aposentados pelo município ou que têm outras matrículas, mas na reitoria parece que ninguém está seguro para informar.

Foram estas filigranas jurídicas que motivaram a comissão de aposentados, constituída pela Adufrj para encaminhar o assunto, a elaborar dois formulários com a finalidade de identificar o perfil dos docentes aposentados da UFRJ, caso a caso, e melhor esclarecê-los e organizar a defesa de seus direitos.

Formulários

O primeiro formulário é relativo à acumulação de vantagens na aposentadoria e o segundo, sobre a acumulação de proventos ou de proventos com vencimentos. Eles já estão sendo enviados por mala direta a todos os associados aposentados e devem ser devolvidos à sede da Adufrj o mais breve possível, pois nortearão as futuras ações políticas e jurídicas e também para confrontar com os dados fornecidos pela reitoria. Os formulários serão para uso exclusivo da comissão e da entidade.

Quem é o professor aposentado?

Esta necessidade de se obter um perfil do docente aposentado já havia sido manifestada na reunião com a sub-reitora de Pessoal e Serviços Gerais que aconteceu no dia 29 de outubro, agendada logo depois de o governo federal editar o Decreto 2.027 e o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) emitir a Instrução Normativa 11, que alteraram as normas relativas à acumulação.

Este levantamento, como foi alegado na ocasião pela sub-reitora Maria Temponi, poderia ser feito pela SR-4 mas demoraria até três meses para ser concluído. Num encontro organizado pela Adufrj dois dias depois, com mais de 60 presentes, os docentes aposentados decidiram constituir a comissão de aposentados e eles mesmos recolherem estas informações.

Acompanhamento jurídico

Por enquanto, a advogada Sayonara Grilio, da assessoria jurídica da Adufrj, que está estudando detalhadamente o assunto, aconselha o aposentado que acumula diversos proventos a não assinar nenhum documento na reitoria. No caso de quem acumula provento de aposentadoria com vencimento, ela recomenda o preenchimento apenas da declaração número três da SR-4, cujo modelo foi publicado na edição anterior do jornal da Adufrj, e não o termo de opção que a reitoria está exigindo.

Reuniões nas unidades. Procure informe no seu local de trabalho Participe. Sua presença é fundamental para a construção da nossa proposta para a campanha da data-base

No próximo número, publicaremos mais duas sínteses dos textos encomendados pela Capes, produzidos pela Comissão Pró-APG/UFRJ e referente aos temas "Relação entre Pós-graduação e graduação" e "Financiamento da Pós-graduação".

Capes propõe fim de bolsas para a pós

Agência promove seminário para formular o IV Plano Nacional de Pós-graduação

A Capes está preparando um Seminário Nacional sobre Situação e Perspectivas da Pós-graduação Brasileira para definir uma nova política para o ensino de pós-graduação brasileiro. O IV PNPG - Plano Nacional de Pós-graduação - será elaborado a partir de textos encomendados pela agência a professores de várias universidades do país, cujas propostas estão sendo discutidas em algumas unidades da UFRJ, como a Faculdade de Educação e a Escola de Serviço Social. O IV PNPG definirá uma agenda para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional nos próximos anos e dará uma nova identidade para o sistema, adequando-o às já em curso políticas do governo para a educação.

Instituição de crédito acadêmico, suprimindo as bolsas de mestrado e doutorado, diminuição do prazo para conclusão de teses, priorização dos cursos lato-sensu e a passagem direta do curso de mestrado para o de doutorado sem defesa de tese são algumas das propostas colocadas em jogo pela Capes que podem alterar por completo o perfil da pós-graduação, instituindo uma avaliação geral com base em conceitos de competitividade e produtividade, típicos da restruturação produtiva, tão em voga entre os que sonham em ver o Brasil no rol dos globalizados.

Durante a divulgação da avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, feira pela Capes, em julho deste ano, o então presidente da Fundação, hoje Secretário de Ensino Superior, professor Darcy Dillemburg, já anunciava a intenção da mudar a orientação dos critérios de avaliação dos cursos no sentido de privilegiar aqueles que mostrassem maior desempenho no item produtividade, ou seja, na conclusão dos trabalhos e teses.

Para dar forma às suas propostas, a Capes instituiu sete temas para discussão e encomendou 11 textos a diversos professores de diversas universidades brasileiras a fim de recolher material de subsídio para o Seminário Nacional, que acontecerá nos dias 4 e 5 de dezembro, em Brasília. A Associação Nacional de Pós-graduandos conseguiu o direito de participar do evento com a presença de 21 delegados, representantes das APGs de diversas universidades. Pela UFRJ já estão confirmadas a participação do reitor, um representante da Sub-reitoria de Ensino para Pós-graduados e Pesquisa (SR2) e um membro do Cepg e um representante da comissão Pró-APG/UFRJ.

Unidades discutem textos

Em reunião da Comissão de Pós-graduação da Escola de Serviço Social, na semana passada, docentes e estudantes da pós fizeram um pequeno estudo e comentários dos textos. Uma das preocupações que ficaram evidentes ao longo das discussões foi sobre o caráter público da universidade. Apenas os documentos produzidos pelos professores Luiz Bevilacqua, da UFRJ, e César Zucco, da UFSC, deixavam clara a defesa da universidade pública e gratuita.

A proposta de flexibilização dos cursos, segundo os estudantes que fazem parte da comissão pró-APG da UFRJ, se não for amplamente discutida poderá alimentar a vontade do governo Fernando Henrique de estimular o crescimento dos cursos de pós-graduação das escolas particulares.

Financiamento

A questão do financiamento é um dos pontos cruciais deste debate. Segundo os estudantes, a Capes gasta hoje cerca de 80 milhões de reais com a pós-graduação, montante que não sofreu alteração desde os dois últimos anos e já foi confirmado para 97, sem perspetivas de alteração de seu valor. A UFRJ tem cerca de 8 mil pessoas envolvidas com a pós-graduação e que dependem diretamente dos recursos do governo.

O apoio financeiro institucional, através das taxas acadêmicas, é a base da manutenção dos cursos, sendo destinado integralmente aos programas, segundo os atuais critérios de avaliação das agências. Mas há uma proposta da Capes que pretende fixar apenas 40% do total dos recursos destinados à pós-graduação. O restante (60%) passará a ser disputa-

do entre os programas que apresentarem os melhores projetos.

Anteriormente, o repasse dos recursos era feito a cada programa pelo número de alunos envolvidos com o curso e de acordo com os critérios de qualidade, baseados na classificação feita pela Capes. Os critérios que serão utilizados para a disputa pela maior parte do bolo ainda não foram divulgados e talvez nem estejam definidos.

Cronograma

O calendário organizado pela Capes para discussão dos temas nas universidades incluía um período de agosto a outubro deste ano para que as instituições, através de suas pró-reitorias de pós-graduação (no caso da UFRJ, subreitoria de ensino para graduados - SR2), apresentassem às comunidades as propostas em questão e enviassem avaliações e sugestões para a agência. O Conselho de Ensino para Graduados da universidade (Cepg) só se manifestou sobre as propostas no início deste mês, após uma reunião do Fórum de Pró-reitores, em João Pessoa, da qual participou o subreitor Marcos Palatinik.

Taxas acadêmicas

Na reunião do Cepg, dia 1 deste mês, os conselheiros consideraram que a meta atingida de 2000 doutores formados por ano no Brasil deve ser comemorada como um grande feito. O documento sobre o assunto aprovado pelo Cepg ressalta a importância do apoio financeiro aos programas, operacionalizado através das taxas acadêmicas e de bancada, assim como a manutenção do apoio convencional a projetos de pesquisa e à concessão de bolsas.

Para o Cepg, a Capes deve realizar uma profunda reflexão sobre o atual modelo de funcionamento dos cursos e propor também uma ampla discussão sobre novos modelos. Pelo documento do Conselho é necessário se manter a estrutura seqüencial atual, ou seja, manter o Mestrado como pré-requisito para o Doutorado, mas admite a discussão sobre o regime de créditos e os "problemas relativos à qualidade da pesquisa". Ainda segundo o documento, um exemplo da questão das exigências para o curso é o caso da residência médica. "Um exemplo nesse tópico está na área Médica, em que, para se chegar ao doutorado, além do Mestrado exige-se a Residência.

Mas o debate não para por aí. São muitas as questões que envolvem o ensino e a pesquisa no sistema educacional brasileiro. Recentemente a emenda do senador Antonio Carlos Magalhães à Lei de Diretrizes e Bases do Senado (Lei Darcy Ribeiro) propõe a equivalência entre os cur*sos lato-sensu e strito-sensu.*

Para fomentar a discussão pela comunidade universitária e preparar sua intervenção no IV PNPG, os representantes da comissão pró-APG/UFRJ e a coordenação regional da ANPG, junto com a Adufrj, estão organizando um debate no dia 2 de dezembro, com o tema Avaliação e Financiamento da Capes - IV Programa Nacional de Pós-graduação. O evento terá a participação da diretora do IFCS e autora de um dos textos da Capes, Yvonne Maggie, coordenadora Geral da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Elvira Maria Ferreira Soares e Maria da Graça Bollmann, coordenadora do GT de Política Educacional da Andes-Sindicato Nacional.

Temas em discussão para o IV PNPG

1 - Evolução das formas de organização da Pós-graduação brasileira
2 - Formação de Recursos Humanos, pesquisa, desenvolvimento e mercado de trabalho
3 - Relação entre Pós-graduação e Graduação
4 - Carreira Acadêmica e qualificação do corpo docente no sistema de ensino superior.
5 - Avaliando a avaliação da Capes
6 - Expansão da Pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional
7 - Financiamento e custo da Pós-graduação

Os textos produzidos sobre os temas do IV PNPG estão à disposição da comunidade universitária da UFRJ, na sede da Adufrj.

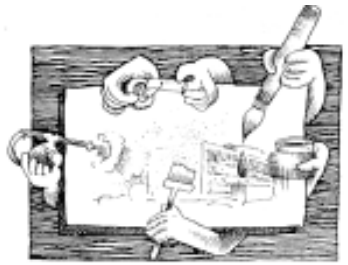
Avaliação e Financiamento da Pós-Graduação
IV Plano Nacional de Pós-Graduação
Debate
Dia 2 de dezembro, às 18 horas,
na Escola de Serviço Social
Com a presença de
Yvonne Maggie - IFCS
Elvira Maria Soares - ANPG
Maria da Graça Bollmann - Andes-SN

2 de dezembro, às 18 horas
Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

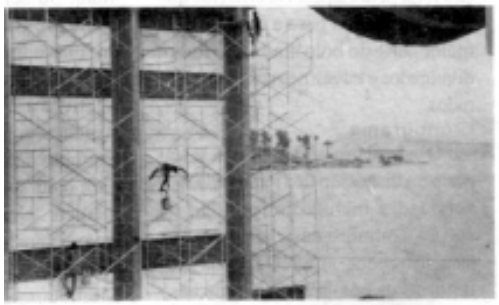
Ensaio

As obras na Ilha do Fundão começaram às vésperas da visita dos integrantes do Comitê Olímpico Internacional e se limitaram aos lugares por onde os integrantes iriam passar.

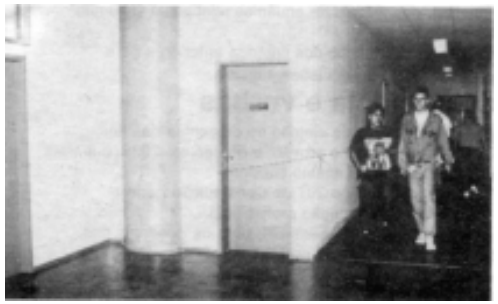
Por fora bela viola



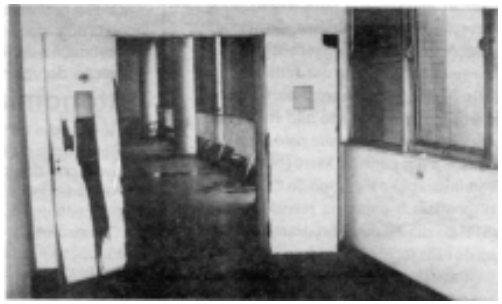
Reforma da piscina da Escola de Educação Física



Fachada do ginásio da Escola de Educação Física



Corredor reformado do HU por onde iria passar o COI

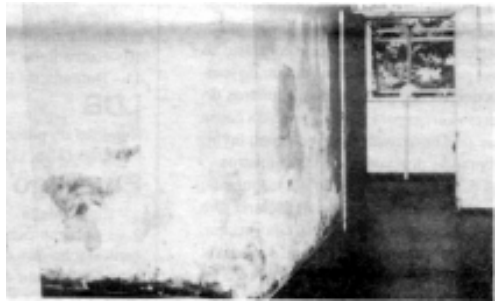


O que o COI não viu

Quadras reformadas atrás da E. E. F. D.

Lixo acumulado na praia atrás da E. E. F. D

Corredor de entrada do HU



Corredor do 1º andar do HU

Docentes do cone sul

Buenos Aires (Argentina) – Representantes do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Uruguai, do Paraguai e da Costa Rica, concluíram no 1º Encontro de Organizações Sindicais Docentes do Cone Sul, realizado entre os últimos dias 6 e 9, que as entidades desses países deverão empreender todos os esforços para alcançar urna proposta educativa popular e democrática na defesa dos direitos dos trabalhadores. A intenção dos participantes do encontro é buscar a unidade com todos os setores da sociedade para obrigar as autoridades governamentais a responder estas demandas. A Andes-SN esteve representada no Encontro.

Governo só pensa em demitir

No melhor estilo "esqueçam o que eu escrevi", Fernando Henrique levou apenas sete meses para anunciar que, até o próximo dia 23, vai "jogar no ralo" o decreto presidencial que assinou em abril que coloca em vigor no Brasil a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que limita as demissões imotivadas (sem justa causa). O governo acha que a Convenção emperra o rumo da liberalização das relações de empresa. A atual legislação trabalhista prevê multa para as demissões sem justa causa. O governo quer abrandar multas e criar a demissão motivada (individual e coletiva) alegando justificativas tecnológicas, além da despedida coletiva por motivos econômicos. Para tanto, já elaborou projeto de lei complementar que deverá passar pelo Congresso. As centrais sindicais vêm rechaçando o golpe do governo contra os trabalhadores.

A Adufpa entrou na rede.

Belém (PA) - Os docentes da Universidade Federal do Pará já tem sua home page na Internet. A página apresenta um histórico da Associação de Docentes da Ufpa, opiniões e notícias. O ciberendereço da Ad é http:// www.datanet.swnet.com.br/adufpa

Campanha pela data-base 97, a luta continua!

A Andes-SN construiu uma pauta de reivindicações com o conjunto das ADs/Seções Sindicais presentes à reunião do Setor de Docentes das Ifes que antecedeu ao XXXIII Conad, em Ouro Preto. A proposta de pauta resultante desta reunião está sendo apresentada para discussão e deliberação das assembléias gerais das ADs/Seções Sindicais e deverá ser apreciada na reunião do Setor das federais nos dias 29 e 30 de novembro próximo. É importante lembrar que este ano não foi obtida resposta à pauta protocolada pelo Sindicato no MEC e por parte do Mare (Ministério da Administração e Reforma do Estado) só foi respondida a pauta de reivindicações dos SPF no dia 30 de julho deste ano, sob forma de nota técnica.

Passados 23 meses da data-base, os docentes podem pensar: por que discutir uma pauta de reivindicações? E com quem vamos negociar se o STF (Supremo Tribunal Federal), no julgamento do mandado de segurança da data-base, em 15 de maio, manifestou-se em sua maioria contrário ao nosso pleito? Não podemos deixar de lembrar que os argumentos dos ministros do Supremo eram pela justeza da nossa causa e que ainda não exploramos, a nosso favor, o conteúdo dos votos desses ministros.

Também não pode ser esquecido que o MEC garantiu que só negociaria fora da greve e, após a suspensão da mesma, não abriu negociações com a Andes-SN nem tampouco com a Fasubra. O que fez foi apenas ensaiar essa possibilidade, que se mostrou imediatamente esvaziada.

Estamos, portanto, insistindo em nosso direito de realizar a campanha pela data-base 97 e publicamos neste número a pauta de reivindicações proposta pela Andes-SN, que poderá servir de base para a construção da pauta geral dos SPF a ser negociada com o Mare.

A proposta de pauta está sendo apresentada para conhecimento, discussão e deliberação por parte dos docentes da UFRJ nas suas reuniões de unidades e nas assembléias gerais da Adufrj.

Adufrj

Pontos para discussão da Pauta de Reivindicações do Setor das Ifes - Proposta da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Salário

1 - Reposição das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro/95, segundo o ICV-Dieese (64,5%). As perdas anteriores serão considerados passivos trabalhistas.
2 - Mudança da data-base dos SPF de 01 de janeiro de 1997 para 01 de maio de 1997, sem prejuízo das negociações e do acordo a ser assinado com validade a partir de 01 de janeiro de 1997.
3 - Política salarial segundo o índice ICV-Dieese.
4 - Incorporação da GAE ao vencimento, no seu valor mais alto, sendo o cálculo dos anuênios incidindo sobre o valor do vencimento resultante da incorporação da GAE e cobrança ao governo, dos valores de anuênios relativos à GAE não incorporada, desde junho de 1992.
5 - revogação da MP 1522/96 e manutenção dos critérios anteriores para reposição de valores em decorrência de decisões judiciais.

Autonomia, democracia e verbas

1 - Revogação da Lei 9. 192/96, que trata da eleição de dirigentes das Ifes.
2 - Revogação da Lei 9.131/96, que institui o provão, e do decreto 2026, que trata da avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.
3 - Retirada da PEC-370, que altera o artigo 207 da Constituição Federal.
4 - Retirada do PL 1603, que trata da educação profissional.
5 - Carreira única, segundo a proposta da Andes-SN, para os docentes das instituições de ensino superior, já protocolada no MEC.
6 - RJU - Lei 8.112/90, manutenção da Lei 8.112/90 e revogação de toda MP, decretos e outros dispositivos legais e administrativos que alteram esta lei.
7 - Isonomia entre as Ifes.
8 - Garantia do financiamento público para as Ifes com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da universidade para orçamento de custeio e capital.
9 - Garantia de verbas para o funcionamento e manutenção dos hospitais universitários no orçamento do MEC.
10 - Retirada da PEC 173-A, da Revisão-Administrativa.
11 - Retirada da PEC 33-D, da Reforma da Previdência.

LDB

Rejeição do parecer 72/96, LDB do Senado (Darcy Ribeiro - MEC) e aprovação do PL 1258 D-88, LDB da Câmara Federal.

Emprego

1 - Estabilidade.
2 - Concurso público, repondo-se integralmente as vagas existentes, imediata contratação dos candidatos selecionados. Expansão de vagas de acordo com as necessidade das Ifes.

Aposentadoria

1 - Garantia de aposentadoria por tempo de serviço, conforme definido na Constituição federal de 1988.
2 - Equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados
3 - Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional, através do MEC. Este pagamento não pode se dar na conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".

A Adufrj estará promovendo reuniões com os docentes nas unidades e nos locais de trabalho para discutir esta pauta e formular uma proposta própria dos docentes da UFRJ para discussão nas próximas plenárias do Setor das Federais da Andes-SN e dos Servidores Públicos Federais

Universidades privatizadas vão virar supermercados do saber

Agência Andes - Dentro de poucos anos, estarão funcionando, em rede nacional, os supermercados do saber. Nas prateleiras do conhecimento, os empresários encontrarão os mais variados tipos de profissionais, todos extremamentes capacitados. E com uma grande vantagem para o mercado: desprovidos de senso crítico, já sairão das prateleiras preparados para se adaptar a qualquer situação. Funcionarão como peças de uma grande engrenagem e que poderão ser substituídas a qualquer momento, a baixo custo, por modelos cada vez mais avançados tecnicamente e menos questionadores. Afinal, as atuais relações de trabalho estão desregulamentadas e a força de trabalho custará bem menos sem encargos sociais.

Este será o cenário das universidades públicas em futuro próximo, a prevalecer o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso para o ensino público superior. Pelo menos é o que prevê uma boa parte da comunidade acadêmica. Para as lideranças de docentes, funcionários técnico-administrativos, estudantes e dirigentes de universidades - a pretexto de garantir autonomia às instituições, prevista na Constituição, o governo pretende privatizar o setor, submetendo-o ao receituário do Banco Mundial.

Assim, a União se descompromissaria do financiamento das instituições, forçando-as a obter receita no mercado pela prestação de serviços, quebraria o papel social das universidades, que ficariam reduzidas a meras formadoras de mão de obra especializada, e transformaria o conhecimento em mercadoria, acessível apenas a quem tem dinheiro.

"A autonomia é da maior importância para que a universidade cumpra seu papel de produção, armazenamento e repasse do saber, de transformação desse conhecimento em algo útil para a constituição da cidadania. Mas nós não queremos uma autonomia que signifique o descompromisso do Estado com o ensino superior", diz o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Odilon Antonio Marcuzzo do Canto, reitor da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

Ele se encontrou recentemente com reitores das universidades chilenas, que lhe informaram da situação caótica em que se encontra o ensino público superior naquele país depois da autonomia dada às instituições. Lá, a exemplo do que o governo vem tentando fazer no Brasil, a União se retirou gradativamente do financiamento das universidades. Hoje, o governo cobre apenas 40% do orçamento total das instituições de ensino superior no Chile. O resto, as universidades têm de obter junto aos empresários.

"Esse modelo de autonomia do Chile, que diz que as universidades têm de ser sustentadas pelo mercado, é mais ou menos na linha do que o ministro Bresser Pereira aponta - e que é o padrão do Banco Mundial. Ora, isso funciona nos Estados Unidos. Mas nos nossos países não funciona porque a própria gênese da universidade americana é diferenciada em relação a qualquer outro sistema de universidade no mundo todo. Até na Europa é diferente. As universidades públicas francesas e alemãs são financiadas 100% pelo Estado. As interações com as indústrias privadas existem, mas o reflexo orçamentário é baixíssimo. Quem me comprovou isso, há cerca de três meses, foi o presidente do Conselho de Reitores das universidades Alemãs, o professor Erickson, que esteve aqui nos visitando". afirma Odilon.

Na avaliação da presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) Maria Cristina de Moraes, a lógica do mercado é o principal fundamento da política que o governo se esforça em implantar não apenas na educação, mas nos serviços públicos de maneira geral. Dentro dessa lógica empresarial, a pretexto de garantir qualidade e eficiência ao sistema de ensino público superior, o governo apresenta uma proposta de autonomia universitária sob a forma de orçamento global com controle finalístico através de uma avaliação quantitativa. O objetivo, afirma Cristina, é redistribuir os poucos recursos, transformando dessa forma as principais universidades em centros de excelências e as demais em escolões de terceiro grau.

"Nós também defendemos a qualidade, mas não na ótica do governo, que é a qualidade total, em cima da produtividade. Isso comprova que o governo vê a educação como uma mercadoria, como uma fábrica que produz um eletrodoméstico, por exemplo. Ao adotar a avaliação quantitativa para medir a produtividade - o que é bem complicado em ensino - o governo pretende redistribuir os poucos recursos. Por quê poucos recursos? Porque na sua proposta, o governo mantém por dez anos o atual orçamento das universidades, que está defasado, reduzindo em 5% a cada ano os recursos. Isso representa em uma década uma perda de 40% no orçamento das universidades", denuncia.

Segundo a presidente da Andes-SN, a tentativa do governo de privatizar as universidades públicas federais, dentro do processo de globalização das economias, revela uma clara demonstração de subserviência aos interesses do capital internacional, a exemplo do que acontece com a Lei de Patentes, em tramitação no Senado. É fundamental, para viabilizar a entrada do Brasil nessa nova ordem internacional, redefinir os papéis da educação, da ciência e da tecnologia, afirma Cristina. Em outras palavras, observa, trata-se de uma proposta que fragmenta a educação nacional, deixando de promover qualquer integração entre os diversos graus e níveis de ensino.

Programe-se

Seminários da Copea

A Coordenação de Programas de Estudos Avançados, cujo objetivo é fomentar e desenvolver pesquisas em áreas interdisciplinares, dará continuidade ao cicio de conferências sobre geosfera e biosfera, iniciados em agosto, com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros. Dia 28, quinta- feira, das 17h às 19h30, no Salão Pedro Calmon.

Mercosul e Educação

Qual ar origem e o significado do Mercosul? O que levou os países integrantes do Mercosul à criação deste mercado comum? Quais os benefícios decorrentes desta aliança? Implicações da criação deste mercado nos vários ramos da atividade nacional e, particularmente, na Educação? Dia 26, terça-feira, das 9h às 18h, no Salão Moniz de Aragão

III Fórum de Debates sobre Direitos e Garantias nas Relações Trabalhistas

Dia 6 de dezembro, no Centro de Convenções do Hotel Glória
Programação:
8h - Abertura da Secretaria e entrega de credenciais
9h - "O emprego e o desemprego no Estado do Rio de Janeiro, implicações sociais e econômicas"
Conferencista: Márcio Fortes
10h - Debate com participantes
11h - "As normas internacionais do trabalho - OIT e Mercosul"
Expositor: Arnaldo Sussekind
Debatedores: José Alves de Paula e Lauro Gama Souza Jr.
12h - Debate com participantes
14h - "A globalização, o liberalismo e a flexibilização do direito do trabalho"
Expositor: Benedito Calheiros Bonfim
14h - "O reflexo do desemprego sobre o estado psicológico do cidadão"
Expositora: Heloneida Studart
14h - "A internacionalização da economia e a proteção do trabalho"
Expositor: Júlio Prado Leite
15h30 - Debate com participantes
16h30 - "A economia no contexto da globalização"
Conferencista: Ciro Comes
17h30 - Debate com participantes e Encerramento.
Atenção: serão distribuídas dez horas de estágio pela OAB/RJ

Avaliação e Financiamento da Pós-Graduação
IV Plano Nacional de Pós-Graduação
Debate

Dia 2 de dezembro, às 18 horas
na Escola de Serviço Social
Com a presença de
Yvonne Maggie - IFCS
Elvira Maria Soares - ANPG
Maria da Graça Bollmann - Coordenadora do GT Políticas Educacionais da Andes-SN

2 de dezembro, às 18 horas
Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Opinião

Antônio de Albuquerque Figueiredo
Professor aposentado da UFRJ

Profissão: demolidor de instituições públicas

As declarações prestadas pelo Ministro Bresser Pereira ao Jornal Nacional de sexta-feira, dia 8 de novembro, comprovam o descabido corporativismo que campeia, tam bém no Executivo. Um homem público, que enriqueceu na empresa privada (vide o célebre acordo com o grupo Pão de Açúcar), que percebe aposentadoria e remuneração de ministro, autor de um fracassado plano econômico que até hoje prejudica milhões de brasileiros, defensor da falácia que transfere para o funcionário público as mazelas da incapacidade administrativa dos nossos governantes que, de parceria com o Sr. Stephanes, finge não ver os parasitas que, impunemente, continuam corroendo a Seguridade Social e o Sistema de Saúde, que acoberta as falcatruas de latifundiários, ruralistas e banqueiros corruptos que, vergonhosamente, silencia ante as "mamatas" da Câmara e do Senado, ousa, em rede nacional, declarar confusas e tolas heresias bem no estilo de seu comportamento.

Medíocres, pensam ou fazem crer que a solução dos problemas econômicos reside no total arrocho dos servidores. Covardes, não ousam mexer com os verdadeiros marajás (onde se incluem), nem com as poderosas facções dentro da Câmara, nem com o Judiciário e, muito menos com os militares. Batem sim, no servidor desarmado, alçado a bode expiatório desta milagrosa pajelança econômico-social. Tripudiam, preferencialmente dos apo-sentados que, suando, ergueram os alicerces e os castelos que acoitam. É evidente que a classe dos servidores não é composta apenas por incapazes e apadrinhados (deles!); é, também, e predominantemente, formada pelos que comprovaram seus conhecimentos e sua capacidade ante um ou mais concursos públicos e trabalham para que os "caciques" possam andar por aí alardeando fórmulas mágicas enquanto roubam os direitos dos outros, supostamente garantidos pela Lei. (30% de minha aposentadoria já foram para esse bando!)

São uns pândegos que "quase" dão a impressão de sérios. E, de "quase em quase", vão criando uma nova imagem do país: a de um Brasil virtual "quase" Real.

Então, aparece o "quase" administrador Bresser, terrorista/doutor em "Aniquilação de Instituições Públicas", conhecido, de longa data, por "quase" aniquilar o trabalhador brasileiro com seu plano "quase" débil, que tenta e "quase" consegue convencer a opinião pública de que o mal do Brasil é o seu funcionalismo (não os péssimos e arrogantes dirigentes), para, ante as câmaras de TV, defender a duvidosa e anti-ética aposentadoria de seu amigo e colega, o Sr. Bacha ter "trabalhado" na Fundação Getúlio Vargas, uma instituição, segundo ele, "quase pública". Afinal, senhor Bresser, o que é uma instituição "quase" pública? Será algo parecido a uma rede de supermercados?

São uns pândegos que "quase" dão a impressão de sérios. E, de "quase em quase", vão criando uma nova imagem do País: a de um Brasil virtual "quase" Real.

Campanha pró-PDV é um acinte

O Mare enviou aos servidores federais o manual do PDV com as instruções para o desligamento e os cargos a serem extintos. A implementação do PDV vem sendo acompanhada de acintosa e mentirosa campanha de mídia, que agride a dignidade do trabalhador. Ela tem como objetivo comprar a consciência do servidor, vendendo a ilusão de que ele vai sair ganhando, na perspectiva de se transformar em empresário, quando a realidade aponta para o aumento do desemprego. A diretoria da Andes-SN está estudando ações no campo jurídico contra esta campanha. O PDV é um golpe aos serviços públicos, significando a terceirização de atividades essenciais e, portanto, a sua descaracterização.

Massacres terão julgamento simbólico

Brasília (DF) - Os massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado Carajás (PA) serão julgados simbolicamente no próximo dia 28, no senado Federal. A iniciativa é da comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, do Conselho Federal da OAB e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O tribunal será presidido pelo jurista e deputado Hélio Bicudo (PT/SP). No júri, destaca-se a presença do escritor português José Saramago.

Paulo Renato corre atrás de reitores

Brasília (DF) - O presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, assumiu a Secretaria de Ensino Superior do MEC, no último dia 13, com a tarefa de obter apoio das Universidades ao projeto de Autonomia Universitária enviado ao Congresso. No desespero de aprovar a sua proposta, Paulo Renato anunciou a realização de um seminário em Brasília, nos dias 16 e 17 de dezembro, com a participação de todos os reitores.

JORNAL ADUFRJ

Leia o seu jornal

Locais das caixas de distribuição:

Reitoria - **Hall dos elevadores**

Faculdade de Letras – **Ao lado do quadro da Adufrj**

Centro de Tecnologia – **Blocos C e F**

CCS – **Blocos A e K e Banco do Brasil**

Faculdade de Odontologia – **Mezanino da recepção, na subida da escada**

EEFD – **Entrada principal**

IPPMG – **Entrada principal, ao lado do elevador**

Instituto de Física – **Hall dos elevadores**

Instituto de Geociências – **Entrada**

Faculdade de Direito – **3º andar, ao lado da sala dos professores**

CAp – **Corredor de entrada**

Escola de Música – **Cantina**

IFCS – **Ao lado do elevador**

Instituto de Psiquiatria – **Entrada ao lado dos vitrais**

Instituto de Psicologia – **Hall de entrada**

Faculdade de Educação - **Ao lado do quadro da Adufrj**

Escola de Comunicação - **Entrada antiga**

ITP - **Ao lado da caixa do Sintufrj**

EEAN – **2º andar, perto da escada**

Hospital São Francisco - **Em frente da caixa do Sintufrj**

Museu Nacional - **Portaria da entrada principal**

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

2 a 8 de dezembro/96

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

Fique de olho

A assessoria jurídica da Adufrj alerta para os riscos de pagamento de altos valores de honorários de sucumbência em caso de perda de uma possível ação coletiva para correção das contas do FGTS. Já existe uma ação civil pública em andamento.

Página 2

Assembléia Geral da Adufrj não aconteceu

Na última quinta-feira, 28/11, às 14:40, ou seja, 40 minutos após o horário marcado para o início da Assembléia Geral Extraordinária da Adufrj, havia, no Auditório do Centro de Tecnologia, além de dois diretores da Adufrj, apenas um professor presente. Aberta a AG, os presentes avaliaram que, embora o Estatuto da Adufrj não estabeleça quorum mínimo para as AGs, não havia condições políticas para tratar dos assuntos da pauta, particularmente no que se refere à campanha da data-base, e decidiram encerrar a AG sem qualquer deliberação.

Avaliação e Financiamento de Pós-graduação
IV Plano Nacional de Pós-graduação

Debate
Dia 2 de dezembro, às 18 horas,
na Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Com a presença de
Yvonne Maggie – IFCS
Elvira Maria Soares - ANPG
Maria da Graça Bollmann - Andes-SN

Esclarecimentos sobre o FGTS

As contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foram corrigidas monetariamente através de índices diversos ao longo do tempo, conforme determinações da política econômica do governo Federal. Em conseqüência das alterações bruscas na economia do país, provocadas por planos econômicos heterodoxos, tais contas sofreram redução real dos valores depositados tendo em vista a supressão, ou composição fraudulenta, dos índices de correção.

Assim, verificamos que em julho de 1987 houve uma perda de 6,82% em decorrência da diferença do IPC do IBGE da época (26,06%) e o valor efetivamente concedido para reajuste (18,02%). Em fevereiro de 1989, a perda foi de 39,16% (70,28% do IPC do IBGE menos 22,35%, percentual que reajustou as contas de FGTS). E ainda, decorrentes do Plano Collor, existem duas perdas: 44,80% (inflação relativa ao mês de abril de 1990) e 7,87% (junho de 1990, referente à inflação do mês de maio daquele ano).

Honorários de sucumbência

A correção pleiteada nas ações judiciais é vultuosa e, em conseqüência disto, o valor da causa judicial é igualmente alto. A Caixa Econômica Federal (CEF), gestora do FGTS, tem impugnado os valores atribuídos à causa pelos autores - normalmente baixos - nos processos judiciais, requerendo sua elevação até, efetivamente, às quantias pleiteadas pelos lesados.

Este fato é muito importante já que todas as pessoas que ingressaram com ações judiciais têm responsabilidades decorrentes dos processos. Se a ação for julgada improcedente, elas deverão pagar os honorários ao advogado da parte vencedora (honorários de sucumbência), além das custas judiciais.

Tanto as custas judiciais quanto os honorários de sucumbência são fixados em percentuais aplicados sobre o valor das causas. Portanto, se alguém perder esta ação poderá ser obrigado a pagar à CEF valores que variam entre 5 e 20% do valor total da ação a título de honorários de sucumbência.

Cada pessoa deve fazer o cálculo aproximado do que teria a receber no processo tendo em vista os saldos existentes nas contas individuais do Fundo naquelas épocas. O levantamento - mesmo que bastante aproximado - deste valor, demonstrará os riscos deste tipo de ação.

É claro que muitas vezes devemos correr riscos, mas à Adufrj compete esclarecê-los antes de propor quaisquer ações judiciais.

Poderemos, para evitar os riscos acima descritos, solicitar ao juiz que defira os benefícios da gratuidade de justiça. Para tanto, é necessário que cada professor interessado assine termo no qual declare que não tem condições em demandar em juízo sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família. O deferimento da gratuidade depende do juiz.

Os tribunais ainda não têm um entendimento único sobre se existe ou não direito adquirido às correções nas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Na avaliação da assessora jurídica da Adufrj, Sayonara Grillo Coutinho, a questão é bastante delicada, tendo em vista que o reajuste das contas de FGTS nos valores pleiteados em larga escala representará para a União, e para a CEF, uma obrigação econômica enorme. Não é possível esquecer que interferem, nas decisões judiciais, fatores políticos e econômicos, muitas vezes em peso maior que os argumentos técnico-jurídicos.

Por outro lado, existe ainda uma discussão processual da maior relevância, que é saber se os pedidos estão ou não prescritos. Segundo uma parte da doutrina jurídica, a prescrição (tempo máximo após a lesão do direito no qual é possível interpor uma ação) para este caso seria de 5 anos. Para outros, este tempo seria maior: 20 anos. Ou seja, pode ocorrer que o juiz entenda que o tempo para pleitear a correção dos valores depositados nas contas de FGTS já se esvaiu.

Ação civil pública

Por outro lado, o Ministério Público Federal (Procuradoria da República) ajuizou nas diversas Seções Judiciárias da Justiça Federal ações civis públicas requerendo o reajuste das contas de FGTS de todos os correntistas dos respectivos estados, tendo em vista tratar-se de interesse homogêneo de toda coletividade.

No Estado de São Paulo, a ação foi julgada procedente em primeira instância, beneficiando toda a coletividade, mas há apelação de ambas as partes. De acordo com a Procuradoria da República de São Paulo, tal sentença deveria beneficiar as contas de todos os trabalhadores no país, e não somente os daquele Estado. O Tribunal Regional Federal de São Paulo, se julgar favorável a ação, decidirá se estende ou não a sentença para todo o país.

No Rio de Janeiro, existe ação semelhante (ou seja, ação civil pública ajuizada pela Procuradoria da República) tramitando na Vara Federal, sem sentença até o momento. Avaliando os riscos e as possibilidades mencionadas, a diretoria da Adufrj optou por aguardar uma definição desta ação, em vez de interpor uma ação coletiva. É claro que se for solicitado por qualquer associado da Adufrj, a possibilidade de abertura de uma ação coletiva será discutida e deliberada em Assembléia Geral, como é de praxe no movimento docente. Contudo, até o momento, nenhuma solicitação para tal foi colocada nas instâncias da Adufrj.

As aparências não enganam

O Programa de Desligamento Voluntário (PDV) instituído pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) visa "dar ao Estado uma estrutura ágil", como está na cartilha com a apresentação do programa distribuída para os servidores. Porém, de acordo com o receituário neoliberal, seguido à risca pelo governo, ele não passa de mais uma manobra para esvaziar o serviço público federal e poder privatizá-lo.

Mas no caso das universidades públicas, não bastasse estarem obrigadas a assistir impotentes à avalanche de pedidos de aposentadoria, este programa pode vir a trazer sérios riscos. Isto porque além da perda do servidor, no caso de sua saída o cargo por ele ocupado é automaticamente extinto. É uma decisão individual que envolve e compromete toda a coletividade.

Antes restrito ao âmbito dos técnico-administrativos, o que por si só já representava um estrago sem tamanho nas atividades acadêmicas da UFRJ, com a reedição da Medida Provisória do PDV os professores não estáveis, assim como todos os demais servidores nesta condição foram incluídos no rol de cargos passíveis de adesão ao programa.

Até a semana passada, de acordo com a sub-reitora de Pessoal e Serviços Gerais, Maria Augusta Temponi, cinco professores procuraram a SR-4 solicitando informações sobre o programa. Segundo afirmou, os professores da UFRJ estão todos amparados pela legislação e não existe transparência no sistema do Siape para identificar se o professor é estável ou não.

Gestões

No entanto, parece ter surgido uma luz em meio a tantas más notícias. "Antes da reedição da MP que incluiu os professores não estáveis, nós solicitamos ao ministro da Educação que, no uso de suas atribuições, pudesse vetar a solicitação de servidores de alguns cargos. Nós queríamos que fosse de todos os cargos, mas só foram incluídos alguns", disse a sub-reitora.

De fato, o MEC distribuiu, no último dia 22, um comunicado às universidades federais afirmando que só em caráter excepcional aceitaria os pedidos de adesão de funcionários de 90 profissões consideradas imprescindíveis às universidades, além dos 34 cargos que já constavam da MP inicial.

E na segunda-feira seguinte, dia 25, a reitoria divulgava a todas as Unidades da universidade uma nota sobre o PDV em que reafirmava seu compromisso com a luta pela autonomia universitária e esclarecia sobre os efeitos nefastos que planos desta natureza podem trazer à UFRJ. (ver a nota na página ao lado).

"Não queremos que ninguém saia"

O PDV é uma ação individual, voluntária, mas cuja repercussão na universidade é gravíssima. Mesmo obrigada a conviver com os enormes prejuízos provocados pela falta de concursos públicos e com o excesso de aposentadorias, a UFRJ agora está ameaçada de ter diversos cargos extintos, sendo obrigada a recorrer à terceirização.

"Não é do interesse da UFRJ perder docente nem servidor técnico-administrativo. Não queremos que ninguém saia. Nós não temos o menor interesse no PDV. Achamos este projeto uma agressão à instituição, porque a decisão do servidor vai ter repercussões na instituição que são irreparáveis. Então, a UFRJ não tem como se defender: além de perder o servidor, ela perde também o cargo", desabafou a professora Temponi.

O que vai acabar acontecendo, e já está acontecendo com os pedidos de aposentadoria, a falta de concursos públicos e agora com o PDV, é que a UFRJ vai precisar recorrer à terceirização. E isto representa um custo a mais, porque se paga à empresa três vezes mais do que o salário que se pagaria ao servidor. Com isso, vai ser preciso alterar o quantitativo de custeio que para fazer frente a esta nova despesa.

Ninguém duvide, se a próxima Medida Provisória, o instrumento legislativo preferido do atual governo, tratar das "organizações sociais".

NOTA DA REITORIA

A REITORIA DA UFRJ, APÓS AVALIAR AS QUESTÕES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS REFERENTES AO VALE-REFEIÇÃO, DELIBEROU ADOTAR AS SEGUINTES PROVIDÊNCIAS:

1 - DEPOSITAR NA CONTA BANCÁRIA DE CADA SERVIDOR O MONTANTE CORRESPONDENTES AO VALES NÃO UTILIZADOS. PARA TANTO, OS SERVIDORES DEVERÃO COMPARECER ÀS SESSÕES DE PESSOAL DAS RESPECTIVAS UNIDADES, A PARTI DE 3ª FEIRA, PARA QUE, MEDIANTE RECIBO, DEVOLVER OS TICKETS;

2 - AS SESSÕES DE PESSOAL ENCAMINHARÃO OS TICKETS, COM AS LISTAGENS CORRESPONDENTES, À SR-3 QUE PROVIDENCIARÁ O DEPÓSITO NA CONTA DE CADA SERVIDOR, NO MENOR PRAZO POSSÍVEL;

3 - SÓ SERÃO ACEITAS DEVOLUÇÕES DE TICKETS CORREPONDENTES AO VALOR MÁXIMO DA CARTELA DISTRIBUÍDA, REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO.

PAULO ALCANTARA GOMES
Reitor

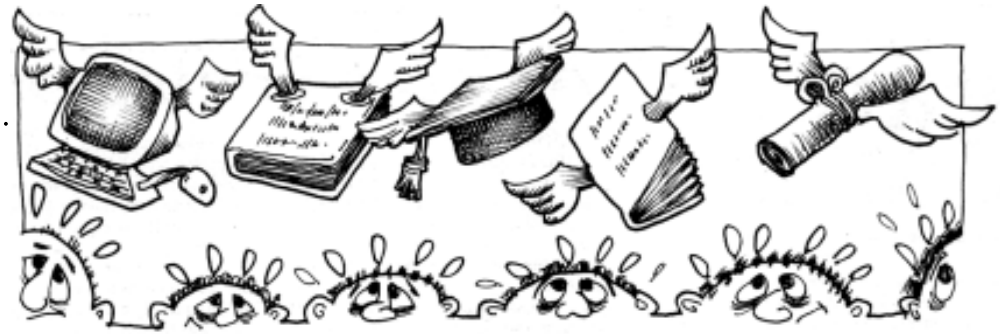
JOSÉ HENRIQUE VILHENA DE PAIVA
Vice-Reitor

MARIA AUGUSTA TEMPONI
Sub-Reitora - SR-4

Vale-Refeição

A reitoria divulgou nota no início da semana passada em que comunicava aos portadores do vale-refeição do mês de novembro que, a partir de terça-feira (dia 26) estaria recolhendo, através das seções de pessoal, todos os tickets para futuro ressarcimento. Assinada pelo reitor, pelo vice-reitor e pela sub-reitora de Pessoal e Serviços Gerais, a nota, porém, não definia o fim do prazo para o recolhimento dos tickets.

As seções de pessoal das unidades, no entanto, só receberam os tickets até quinta-feira, dia 28. Muitos servidores não tomaram conhecimento disso a tempo e perderam o prazo. A Adufrj estará nesta segunda-feira, dia 2 de dezembro, solicitando ao reitor a solução deste problema.



Pobre não tem direito a ensino superior em Tocantins

Agência ANDES (Brasília) - Justo Veríssimo, político avesso ao povo criado pelo humorista Chico Anísio para ridicularizar as oligarquias do Norte-Nordeste, trocou o palco do programa Chico City pelo Palácio Araguaia, na Praça dos Girassóis, em Palmas, capital de Tocantins. Depois de transitar com desenvoltura durante anos nos bastidores da ditadura militar, agora, aos 67 anos, o novo Veríssimo atende pelo nome de José Wilson Siqueira Campos, é filiado ao PPB e governa o estado como se fosse propriedade particular.

Recentemente ele teve uma idéia digna de seu novo guru, o presidenciável Paulo Maluf: embora o estado seja o único em toda a Federação que não conta com uma universidade federal, Siqueira não pensou duas vezes: no dia 31 de outubro passado, por meio de medida provisória encaminhada em regime de urgência urgentíssima e aprovada poucos dias depois pela Assembléia Legislativa, privatizou a Universidade Estadual de Tocantins (Unitins), a única pública em todo o estado, deixando três opções aos estudantes que querem fazer um curso superior: pagar caro por isso, desistir ou deixar a terra natal.

Detalhe: antes de privatizar a universidade, Siqueira tratou de saneá-la e incorporar ao patrimônio dela oito concessões de rádio e televisão e milhares de hectares de terras na Ilha do Bananal e em Palmas, segundo denuncia o deputado estadual Raul Filho (PSDB). Na capital do estado, a população comenta que os grandes beneficiados com a privatização da universidade serão, entre outras pessoas do grupo do governador, a nora dele, Simone, casada com o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e o secretário estadual de Planejamento, Lívio William Reis de Carvalho, que, "coincidentemente", é também o reitor da universidade.

Eles seriam dois integrantes da fundação que, sem qualquer licitação, passaria a administrar a universidade. Durante dias o dublê de reitor e secretário estadual foi procurado por telefone, mas nunca estava em nenhum dos dois locais de trabalho e nem retornou as ligações. Segundo a secretária dele na reitoria, Solange, Lívio "não dá entrevista sobre a universidade na Secretaria do Planejamento nem sobre planejamento na reitoria da Unitins". Convocado há alguns dias pela Assembléia Legislativa para ser sabatinado sobre a iniciativa anti-social do governo, Lívio William, que acumula dois cargos públicos, simplesmente não soube explicar as razões da privatização nem se seria viável ou não.

"A fundação que vai administrar a universidade já foi criada dentro do gabinete do Siqueira Campos, mas ninguém sabe ainda quem são as pessoas. A Assembléia, por sua vez, sempre assina cheque em branco para o governador. Ele comprou alguns deputados e tem maioria absoluta. Mas o que causa mais estranheza é que eles primeiro sanearam as dívidas da instituição e incorporaram ao patrimônio dela muitas coisas, como oito concessões de rádio e televisão. A Unitins tem hoje, dentro da Ilha do Bananal, 500 mil hectares de terras das mais férteis do país. Dentro de Palmas, na capital, tem 860 hectares de terra e muitos outros bens e fazendas pelo Tocantins afora. Como se pode entender uma privatização dessas?", denuncia o deputado Raul Filho.

Urgência urgentíssima

"O processo de privatização foi realizado da forma mais arbitrária. Não se consultou em nenhum momento qualquer segmento da comunidade universitária e o processo se deu através de Medida Provisória, o que caracteriza o ato arbitrário do governador. Quando mandou para a Assembléia uma MP na forma de urgência urgentíssima, ele já fez isso justamente para impedir a discussão do processo. Porque se mandasse na forma de projeto de lei nós teríamos tempo de argumentar, discutir com os deputados, debater nas comissões de Justiça, de Direito do Consumidor, de Educação. Para se ter uma idéia, a MP foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 1º de novembro e no dia 13 foi votada na Assembléia. Quer dizer, em 13 dias estava decidida a privatização da universidade", acusa o presidente da Associação do Docentes da Unitins, Joseano Carvalho Dourado.

A reação foi imediata. Além de manifestações de rua para tentar mobilizar a sociedade local contra a decisão arbitrária do governador, docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da universidade iniciaram uma coleta de assinaturas para tentar evitar que se concretize a privatização da instituição e uma campanha de denúncia dos deputados estaduais que aprovaram a MP junto à comunidade. No espaço de apenas uma semana mais de 30 mil assinaturas foram coletadas em defesa da universidade pública.

Segundo Joseano, a Adunitins (seção sindical dos docentes da Universidade Estadual de Tocantins) já encaminhou ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) toda a documentação do processo, como cópias da Medida Provisória, da Constituição do Estado, da lei que criou a universidade e da relação de patrimônio da instituição para que a assessoria jurídica da entidade nacional possa dar entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) a uma ação direta de inconstitucionalidade.

O deputado estadual Raul Filho (PSDB-TO), por sua vez, também já deu entrada a uma ação popular contra a privatização da universidade no Tribunal de Justiça Regional. O deputado, no entanto, se mostra cético quanto a qualquer solução local. "Nós vamos recorrer a Brasília, porque se depender da Justiça de Tocantins nada vamos conseguir. Aqui os poderes constituídos são todos subservientes ao governo. Desde o Judiciário à própria Assembléia Legislativa, passando pelo Ministério Público. Aqui, nós temos um único poder: o Executivo. E o governo toma essas medidas irresponsáveis sem se preocupar com as conseqüências", diz o parlamentar.

"O problema aqui é que o governo não está fazendo muita questão de manter a universidade. Para se ter urna idéia, o orçamento do estado previsto para universidade este ano foi de R$ 13 milhões e 411 mil. Desse valor, só empenhou 62%. E a própria reitoria fala que não vão repassar nem a metade desses 62% para a universidade até o final do exercício", afirma Marison de Araújo Rocha, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unitins.

Segundo ele, a privatização da universidade foi um golpe de um governador autoritário, que não liga muito para a opinião pública. "Podemos mesmo falar em privatização, porque o governo transformou uma universidade autárquica em uma fundação de direito privado. E o que é pior: com a doação para essa fundação de todo o patrimônio da universidade. Nós sabemos das dificuldades da universidade, mas a saída não é a privatização", contesta o estudante.

XVI Congresso da Andes-SN

O XVI Congresso da Andes-SN será realizado em João Pessoa-PB, de 25 de fevereiro a 2 de março de 97. O prazo para a entrega das contribuições para o Caderno de Textos do Congresso é até o dia 9 de janeiro. As contribuições deverão ser enviadas em disquete 3.5, nos programa Word 2.0 ou 6.0, e as temáticas são: Movimento Docente e Conjuntura, Políticas Públicas (sindical, educacional, agrária, seguridade social, carreira e capacitação docente, ciência e tecnologia, comunicação e financiamento da educação) e Questões Organizativas.

Seminários sobre Escolha de Dirigentes e Fundações de Apoio

A Andes-SN, juntamente com a UNE e a Fasubra-Sindical, promove nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, em Goiânia, GO, simultaneamente o I Seminário sobre Escolha de Dirigentes e o II Seminário sobre Fundações de Apoio. Para possibilitar a reprodução dos materiais do I Seminário sobre Escolha de Dirigentes, a data limite para envio de textos é o dia 11 de dezembro, no endereço: Vice-presidência Regional Planalto, da Andes-SN, Caixa Postal 93, Goiânia - GO, CEP: 74001-97.

Grupos de Trabalho da Andes-SN

A próxima reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Andes-SN, vai se realizar em Brasília, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro. E a reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional, também em Brasília, vai se realizar nos dias 19 e 20 de dezembro, na sede da Andes-SN.

Os delegados da Adufrj ao XVI Congresso da Andes-SN serão escolhidos em Assembléia Geral. E os professores interessados em participar das reuniões e dos seminários, ou enviar trabalhos, devem procurar a diretoria da Adufrj.

Desemprego aumentou com FHC

O relatório da OIT escancarou o que muita gente já sabia: o desemprego aumentou depois da posse do presidente FHC. Se em 1994 a taxa de desempregados no país era de 3,4%, em 1995 subiu para 4,4% e já estaria, conforme o IBGE, em 5,2% no último mês de setembro. Com um quadro deste é preciso mesmo muita *cara de pau* para defender a demissão imotivada e sustentar que a demissão voluntária é um prêmio para quem dedicou sua vida ao Estado.

Acertos

Na edição passada, o local de realização da Assembléia Geral da Adufrj foi anunciado como sendo no Auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha, quando deveria ser no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão.
Mas os cartazes que divulgaram a AG em todos os campi estavam com a indicação correta.

Pós-graduação

Avaliação e financiamento em discussão na Capes

A discussão sobre os critérios de avaliação e financiamento dos cursos de mestrado e doutorado das universidades públicas e instituições privadas deverá ser o ponto alto do seminário sobre Situação e Perspectivas da Pós-Graduação Brasileira, que a Capes estará promovendo esta semana, dias 4 e 5, em Brasília. O evento vai definir propostas para o IV Programa Nacional de Pós-graduação a ser aplicado nos próximos anos.

Pelo teor dos documentos divulgados pela Capes, que servirão de base para as discussões do seminário, o atual perfil de curso A na avaliação dos mestrados e doutorados deverá sofrer mudanças significativas.

Atualmente, para que um curso receba o conceito A da comissão de avaliação da Capes, é necessário que seu corpo docente seja formado na sua maioria por professores/pesquisadores doutores. O curso deve possuir um corpo docente estável e permanente, e deve ser valorizada a presença e a participação de visitantes e estrangeiros. Nos documentos da Capes é ressaltado que a presença de professores visitantes não deve ser utilizada para sanar deficiências do corpo docente permanente.

Os atuais critérios da Capes se baseiam em itens de qualificação do trabalho docente e das atividades acadêmicas. Para a Capes e para o MEC, passada a fase de investimento financeiro na formação de mestres e doutores, principalmente para as universidades públicas, estaria na hora de apostar em uma pós-graduação mais, digamos, produtiva. Mas, produtiva para quem?

Um dos textos encomendados pela Capes, do professor da UFRJ Luiz Bevilacqua, sobre formação de pessoal pós-graduado e pesquisa no Brasil, a presença do Estado na Educação é considerada inalienável para preservar os bens considerados como essenciais ao desenvolvimento do país. Mas, ele sugere à Capes, para resolver a baixa absorção dos pós-graduados pelo setor industrial, que convide os empresários e exponha a eles o atual quadro de formação de mestre e doutores. A partir deste encontro entre academia e mercado, poderiam ser identificadas quais as razões da "fraqueza" de nossa indústrias e se há algum tipo de demanda ainda não diagnosticada pelos cursos.

Em vários dos documentos divulgados há a intenção declarada da flexibilização dos cursos e do tempo de conclusão. Há também uma proposta de avaliação individualizada do orientador/pesquisador como critério de concessão ou premiação de bolsas para aluno, auxílios para pesquisa, bolsa de pesquisador etc.

Pagando para estudar

Quanto ao financiamento, o professor Jacques Schwartzman, em seu texto sobre financiamento de pós-graduação no Brasil, deixa claro que mexer no ensino gratuito exigiria uma reforma constitucional para sua eliminação, e que, portanto, "bastaria transformar as atuais bolsas de estudo para mestrado e doutorado em um empréstimo ao estudante nos moldes do crédito educativo". O "crédito" teria um período de carência variável em cada área, com garantia de retomo integral e com taxas de juros baixas, mas "positivas", de acordo com o texto.

Schwartzman propõe a manutenção de algumas bolsas para programas de "alta relevância" social, mas de baixa atração para os estudantes. Isso sem entrar no mérito da razão pela qual existem hoje cursos que são menos procurados do que outros. Esta diferença é percebida entre as área sociais e as tecnológicas.

Papel do docente no curso "A"

No atual critério da Capes, os professores do curso "A" devem estar totalmente comprometidos com seu programa, o que implica uma dedicação profissional intensa e sistemática e urna preocupação constante com a qualidade das atividades acadêmicas deles e dos alunos.

Para assegurar este padrão, a Capes recomenda que os docentes sejam contratados em regime integral e de preferência com dedicação exclusiva. Um curso A deve contar com, no mínimo, 90% de docentes nesse regime de trabalho.

Dentro dos atuais critérios da Capes a participação do docente em tarefas administrativas ou de representação em conselhos acadêmicas é bem vista.

Atividades de Ensino e pesquisa - Segundo o padrão atual, a estrutura curricular do curso "A" deve apresentar uma sólida formação teórica dos fundamentos da própria área do conhecimento aos seus estudantes. Os programas das disciplinas devem refletir as especializações do curso e apresentar uma bibliografia adequada e atualizada.

Um curso A deve manter um bom nível de articulação entre as atividades de ensino e pesquisa. As linhas de pesquisa devem ser coerentes com os objetivos do curso.

Orientação - Os orientadores do curso A devem ser doutores ou possuir qualificação equivalente e revelar experiência e autonomia científica. O trabalho de orientação deve ser distribuído prioritariamente entre os docentes permanentes. Os orientadores devem ter obtido o grau de doutor há pelo menos quatro anos.

Projeto de Lei 1997 enviado ao Congresso Nacional- Orçamento da Capes para a Pós-Graduação

PROGRAMAS	PROPOSTA 1997 - FONTES		
	TESOURO	PRÓPRIA	TOTAL
Bolsas	314.010.495	549.953	314.560.448
Fomento	45.000.000	-	45.000.000
Avaliação	3.365	736.365	740.000
Manutenção	3.508.574	-	3.508.574
Diversos	830.829	-	830.829
SUB-TOTAL	**363.353.533**	**1.286.318**	**364.639.851**
Pessoal	4.900.518	-	4.900.518
TOTAL	**368.254.051**	**1.286.318**	**369.540.369**

Conforme anunciamos, segue o resumo de mais um dos textos encomendados pela Capes a docentes universitários, feito pela Comissão Pró-APG/UFRJ e ANPG - Coordenação Regional.

Graduação e Pós-Graduação nas ciências humanas no Brasil: desafios e perspectivas

Profª. Yvonne Maggie (IFCS/UFRJ)

A professora inicia sua apresentação destacando aspectos básicos da estruturação do ensino superior no Brasil, o qual foi impulsionado a partir do final dos anos 60, em pleno regime militar. Para ela, o sistema universitário cresceu desordenadamente "ao sabor das conjunturas", *carecendo de uma política adequada. Os órgãos de fomento investiram no desenvolvimento da Pós-Graduação sem estabelecer vínculos com o sistema geral da graduação. Segundo Maggie, é preciso que se reformule o sistema levando em conta essa realidade, pensando articular propostas que o beneficiem* " com menos custo e mais eficiência.

Ao analisar as características e diferencialidades na estruturação e organização do sistema universitário, a autora percebe a formação de "um perverso círculo vicioso que joga os estudantes de camadas sociais mais desfavorecidas para as carreiras formadoras dos futuros professores (...)

O perverso círculo vicioso toma-se assim quase que uma reserva de mercado, no sistema educacional, para as camadas mais privilegiadas(... *)". E são os estudantes que representam essas camadas mais privilegiadas que* "terão também mais acesso à bolsas e estágios".

A professora afirma que o ensino superior e as agências de fomento não apresentam estrutura suficiente para atender o contingente de alunos que ingressaram nas universidades com o aumento do número de vagas observado nos últimos anos. Mostra que há hoje no Brasil cerca de 1.500.000 estudantes universitários.

Para Maggie, quando se pensa a "relação graduação e pós-graduação hoje em dia implica em pensar fundamentalmente o sistema público de ensino superior *(que)* concentra não só a pesquisa como a pós-graduaç*ão". Ela lembra que* "poucas instituições de ensino superior têm programas de pós-graduação avaliados pela CAPES (...)".

Analisando a organização da graduação e da pós, a professora verifica que na graduação, ao contrário da pós, há um verdadeiro "descompasso" *entre ensino e pesquisa enquanto que na pós há um sistema nacional de avaliação, "a* graduação só era avaliada pela revista Playboy que colocava os cursos em um ranking para os candidatos ao vestibular".

O crescimento do número de alunos verificado nos anos 70 e 80 sem uma política adequada às novas demandas serviu, de um lado, à criação desgovernada de cursos e escolas nas instituições particulares, e, de outro, à corporação de profissionais do magistério superior. Maggie observa também que os currículos inchados desde a Reforma Universitária de 1968 "não são pensados em relação nem à profissão acadêmica ou à pesquisa, nem em relação a um mercado cada vez mais necessitado de novos perfis profissionais das áreas humanas". *Cita, para demonstrar esse descompasso, o exemplo das Ciências Sociais, onde* a "produção científica brasileira concorre em pé de igualdade com a produção internacional".

Outra questão tratada pela professora é a necessidade de uma maior participação dos professores que atuam na pós nas atividades de pesquisa da graduação e não só no ensino. Propõe que os programas de pós-graduação sejam avaliados a partir desse investimento. Para ela, os programas de pós "que tivessem investido em uma melhoria dos currículos dos cursos de graduação a eles vinculados e tivessem conseguido inserir créditos de pesquisa e estágio, e diminuído a exigência de aulas expositivas, teriam pontos positivos".

Os poderes do CFE são questionados por Maggie. Para ela, a regulação dos currículos mínimos deve se dar de forma mais autônoma, mais vinculada às especificidades do sistema universitário e à variabilidade do mercado. Finaliza argumentando que "ao MEC poderia ser reservado a avaliação do aprendizado como já está fazendo para o 1º e 2º graus com sucesso. A política de avaliação de resultados é estimulante porque além de permitir maior liberdade e autonomia, pode servir para a produção de mais prêmios e menos castigos. Aos melhores, a recompensa".

Chapa 1 vence e diretoria do DCE continua majoritária

O Diretório Central dos Estudantes da UFRJ vai continuar a ter na sua diretoria integrantes de uma mesma chapa. No plebiscito realizado semana passada para decidir entre a majoritariedade ou a proporcionalidade - quando há uma composição de todas as chapas, segundo a proporção dos votos obtidos -, a preferência pela majoritariedade ganhou por apertados 141 votos. Foram 2.515 votos contra 2.374 dados a opção da proporcionalidade, de um total de 4.889 votos válidos.

Também na semana passada, foi realizada a eleição para a diretoria do DCE. A Chapa 1, "Não vou me adaptar" venceu com 3.268 votos - 63% dos 5.261 votos válidos e em segundo, ficou a Chapa 2, "Reviravolta no DCE", com 26%,1.408 votos. E a Chapa 3, "Não temos tempo a perder", que obteve 11% do total de votos válidos, 585 votos, ficou em terceiro lugar.

Até o fechamento desta edição, ainda não haviam sido computados os votos brancos e nulos mas, pelos resultados divulgados, o quorum já está bem próximo do obtido nas últimas eleições, quando 5.600 estudantes compareceram às umas.

Para o representante da Chapa 1, Adolfo Wagner, apesar do tempo corrido para realizar a campanha, não houve prejuízo ao quorum, ao contrário. "Foi um processo vitorioso, com os estudantes participando e se envolvendo. Eu espero que este resultado signifique de fato a continuidade da construção do Movimento Estudantil da UFRJ, disse Adolfo Wagner.

Ato do dia 27, reúne servidores de todo país

Aproximadamente dois mil servidores públicos de todo o pais participaram no último dia 27, na Esplanada dos Ministérios, de um grande ato de protesto contra o pacotaço e o desmonte do serviço público. Enquanto lideranças sindicais e parlamentares denunciaram as arbitrariedades do governo federal, os manifestantes queimaram dez mil cartilhas do PDV, Programa de Desligamento Voluntário. A presença de aposentados e trabalhadores da construção civil fortaleceu o ato, que também serviu de protesto contra a decisão do governo de renunciar à Convenção 158 da OIT. No Rio, uma manifestação realizada na Cinelândia contou a presença de mais de 50 pessoas.

Leia o seu jornal da Adufrj

Locais das caixas de distribuição:

Reitoria - **Hall dos elevadores**
Faculdade de Letras - **Ao lado do quadro da Adufrj**
Centro de Tecnologia - **Blocos C e F**
CCS - **Blocos A e K e Banco do Brasil**
Faculdade de Odontologia - **Mezanino da recepção, na subida da escada**
EEFD - **Entrada principal**
IPPMG - **Entrada principal, ao lado do elevador**
Instituto de Física - **Hall dos elevadores**
Instituto de Geociências - **Entrada**
Faculdade de Direito – **3º andar, ao lado da sala dos professores.**
CAp - **Corredor de entrada**
Escola de Música - **Cantina**
IFCS - **Ao lado do elevador**
Instituto de Psiquiatria - **Entrada ao lado dos vitrais**
Instituto de Psicologia - **Hall de entrada**
Faculdade de Educação - **Ao lado do quadro da Adufrj**
Escola de Comunicação - **Entrada antiga**
ITP - **Ao lado da caixa do Sintufrj**
EEAN – **2º andar, perto da escada**
Hospital São Francisco - **Em frente da caixa do Sintufrj**
Museu Nacional - **Portaria da entrada principal**

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ
9 a 15 de dezembro/96
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicado Nacional

23 meses sem reajuste salarial

Bolsas de mestrado e doutorado acabam. Recursos vão financiar Centros de Excelência

Página 3

Assembléia Geral de Adufrj

Dia 16 de dezembro, das 15h às 17h,
Auditório do CCMN
(Roxinho)

Pauta

1) Mandado de Segurança preventivo para a ação do abono de férias
2) Escolha de delegados para a XVI Congresso da Andes-SN
3) Campanha da Data-Base

LDB

A votação na Câmara dos Deputados do substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) está marcada para a próxima terça-feira, dia 10 de dezembro. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública estará reunido em Brasília em caráter de urgência nos dias 9, 10 e 11 para atuar junto aos deputados no sentido de impedir a aprovação do substitutivo.

Seminários sobre Escolha de Dirigentes e Fundações de Apoio

A Andes-SN, juntamente com a UNE e a Fasubra-Sindical, promove nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, em Goiânia, GO, simultaneamente o I Seminário sobre Escolha de Dirigentes e o II Seminário sobre Fundações de Apoio. Para possibilitar a reprodução dos materiais do I Seminário sobre Escolha de Dirigentes, a data limite para envio de textos é o dia 11 de dezembro, no endereço: Vice-Presidência Regional Planalto, da Andes-SN, Caixa Postal 93, Goiânia - GO, CEP: 74001-97.

Grupos de Trabalho da Andes-SN

A próxima reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Andes-SN, vai se realizar em Brasília, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro. E a reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional, também em Brasília, vai se realizar nos dias 19 e 20 de dezembro, na sede da Andes-SN.

Os professores interessados em participar das reuniões e seminários, ou enviar trabalhos, devem procurar a diretoria da Adufrj.

Devolução dos vales-refeição da Bluecard

A Adufrj enviou ao reitor da UFRJ, no dia 2 de dezembro, segunda-feira, oficio no qual solicitava uma solução para o problema dos servidores que perderam o prazo dado para a devolução dos vales-refeição da Bluecard. A reitoria não respondeu ao oficio, mas na quarta, dia 4, circulou pela UFRJ a notícia de que os servidores poderiam devolver seus vales até quinta, 5, desde que se dirigissem pessoalmente à SR4 para tal.

A Adufrj já havia solicitado, também por ofício ao reitor, em 25 de novembro, que fosse dada ampla divulgação da forma pela qual os vales iriam ser devolvidos. Infelizmente, o pedido parece ter sido ignorado, pois as informações circularam como se fossem boatos, nas duas oportunidades para a devolução causando prejuízos, aborrecimentos e perdas de tempo que poderiam perfeitamente ter sido evitadas.

Balcão de Negócios

Foi aprovada na sessão do dia 28 de novembro do Conselho Universitário da UFRJ a cessão de uma área na Ilha do Fundão para a instalação de laboratórios e do Centro Integrado de Gerência de Redes e Serviços da Embratel.

Na mesma sessão, e também sob a relatoria do conselheiro Adolpho Polillo, foi aprovada uma reserva de área para futura implantação do Parque Tecnológico da Ilha do Fundão.

Almoço de fim de ano da Adufrj

No próximo dia 17 de dezembro, os funcionários e a diretoria da Adufrj estarão realizando seu almoço de final de ano na Churrascaria Estrela do Sul, do Norte Shopping.
A confraternização é aberta à comunidade mas quem desejar comparecer, deve entrar em contato imediatamente com o Beline na Secretaria da Adufrj, para reservar seu lugar.
Cada um pagará sua conta, exceto os funcionários da Adufrj, cujo almoço será patrocinado pela entidade.

Adufrj

Reunião do Conselho de Representantes

Dia 16 de dezembro, às 17h, na sede da Adufrj

j.o.r.n.a.l ADUFRJ
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE:JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:**10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES
- **INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS:** ELIZABETH BALDO CORREA

Este é o resumo de mais um dos textos encomendados pela Capes a docentes universitários, feito pela Comissão Pró-APG/UFRJ e ANPG - Coordenação Regional.

O Financiamento da Pós-Graduação no Brasil

Prof. Jacques Schwartzman (UFMG)

Na primeira parte do texto, o professor analisa o volume total dos recursos para Ciência e Tecnologia. Na década de 90, o total desses recursos corresponde a 0,7% do PIB. O autor afirma que esse montante é, por um lado, três a quatro vezes menor do que o dos países desenvolvidos (EUA, 2,6%; França, 2,4%; Japão, 3%; Alemanha, 2,8%), e, por outro lado, o dobro do de países da América Latina (Argentina, 0,35%; México, 0,32%; Venezuela, 0,34%).

Observados os gastos com Ciência e Tecnologia no país, o Prof. Schwartzman analisa a repercussão dos mesmos sobre o ensino e a pesquisa na pós-graduação, o que inclui principalmente bolsas de estudo, manutenção dos cursos, e auxílio para pesquisa. Sua análise detêm-se particularmente na CAPES e no CNPq, e parcialmente na FINEP. Analisando dados, ele aponta que os gastos da três instituições foi, nos últimos três anos, o maior da década, e apresenta quadros e tabelas comparativas para comprovar sua afirmação.

O professor reconhece que as questões relacionadas ao financiamento da pesquisa e ensino de pós-graduação no Brasil são amplas mas opta por concentrar-se apenas na análise dos gastos em relação ao financiamento dos centros de excelência, ao apoio institucional, e à concessão de bolsas de mestrado e doutorado.

Quanto aos centros de excelência, Schwartzman aponta que, desde 1977, se discute a conveniência de se concentrar recursos nos mesmos com o objetivo de lhes dar estabilidade financeira e um horizonte mais amplo de planejamento. Ele reconhece que a mais importante crítica a este projeto está no temor de que esta concentração acabe excluindo grupos novos ou emergentes que teriam menos acesso ao financiamento governamental.

Continuando a basear-se em diversos dados quantitativos, e, segundo ele, superestimando esses dados, o autor chega à quantia de US$ 200 milhões ao ano para manter o que há de melhor na pesquisa do país. O professor passa então à comparação desse montante com os US $313 milhões gastos em 1994 pela CAPES e pelo CNPq em bolsas de mestrado e doutorado, concluindo que o esforço para manter os grupos de excelência e o apoio simultâneo aos grupos emergentes não acarretaria aportes adicionais se as atuais bolsas de mestrado e doutorado, consideradas por ele privilégio, forem transformadas em crédito educativo.

A filosofia do autor resume-se na seguinte frase: *O curso de pós-graduação é um investimento presente que trará benefícios futuros (salários elevados) superiores aos gastos incorridos na sua formação, permitindo portanto o retorno do empréstimo.* A evidência disso está no crescimento dos cursos de pós-graduação *latu sensu* no setor privado, onde se cobram elevadas mensalidades. Nas palavras do próprio*: programas estritamente privados estão atraindo uma clientela pagante que acredita no retorno positivo de seu investimento em educação pós-graduada.*

> ***O autor defende a manutenção dos centros de excelência e o concomitante apoio aos grupos de pesquisa emergentes através da transformação das bolsas de pós-graduação em crédito educativo.***

Para justificar a idéia do empréstimo ou do crédito educativo em lugar das bolsas, Schwartzman dispõe de dois argumentos. No primeiro, critica a idéia de gratuidade do ensino público, considerando-o um mecanismo concentrador de renda. O ensino superior *transfere recursos de impostos recolhidos em média por pessoas predominantemente de rendas médias ou baixas para pessoas de mais renda agora ou no futuro.* No segundo, afirma que a distribuição indiscriminada de bolsas, que durante a implantação do sistema de pós-graduação, na década de 70, se justificava pela necessidade de formar professores de nível superior e pela constituição de uma massa crítica em pesquisa, hoje deve ser revista. Na opinião do professor, o número de programas de pós hoje, em muitas áreas, já é suficiente; em outras, a prioridade passa a ser a formação em centros de excelência no exterior; e em determinadas áreas, as necessidades materiais da pesquisa passaram a ser centrais. De forma geral, ele considera que o sistema de pós-graduação implantado no país tende a crescer ainda mais, constatação essa que demonstra que as bolsas tornaram-se desnecessárias. Elas devem ser mantidas apenas nas áreas estratégicas para o país que ainda apresentam a necessidade das bolsas de estudo como forma de atrair estudantes.

A saída de todos os problemas do financiamento da pós encontra-se, assim, para o professor, na transformação das bolsas de estudo em empréstimo aos estudantes nos moldes do crédito educativo, a

ser devolvido em um período variável, de acordo com o retorno de cada titulação. Deve-se ainda listar os cursos que terão prioridade na concessão de créditos segundo critérios de qualidade e relevância social e priorizar, para a concessão de bolsas em caráter de excepcionalidade, estudantes carentes que apresentem um bom desempenho acadêmico.

Quanto ao apoio institucional, Schwartzman propõe, diante dos problemas encontrados na hora de sua renovação, prazos estritos e explícitos, a não renovação automática do mesmo, e a busca de novos financiadores (iniciativa privada). Para o autor, o término da renovação automática do apoio institucional pode acarretar uma melhor avaliação sobre a excelência e o impacto dos programas em andamento, uma vez que esta será feita *livre de pressões relacionadas a questões de natureza financeira.*

Docentes repudiam declaração do ministro Paulo Renato

Os docentes do Setor das Federais (lfes) da Andes-SN, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de novembro, repudiam as declarações do ministro da Educação e Desporto, professor Paulo Renato Souza, publicadas na Folha de São Paulo de 29 de novembro, onde afirma que não conhece "nenhum professor que dê mais de seis horas de aula poor semana" e que os professores universitários "precisam dar mais aula". O ministro afirmou que quando "lecionava na Unicamp, não dava mais de seis horas de aula por semana" e completa que os docentes "ganham por 40 horas".

Ao projetar em todos os docentes sua própria vida acadêmica, o ministro Paulo Renato quer desconhecer que, sobretudo, nos últimos dez anos houve um aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas universidades públicas, com um conseqüente aumento da produção acadêmica e da carga horária dos docentes, mesmo com a diminuição do quadro de professores.

As Universidades Federais passam, hoje, por uma séria crise, não apenas financeira como também pela falta de quadros docentes, decorrente de um grande número de aposentadorias e pedidos de demissão em virtude dos baixos salários, da falta de motivação e de expectativas, e da política atual adotada pelo próprio governo de desmonte das universidades públicas e desmobilização de todo o funcionalismo público. Essa falta de docentes faz com que as universidades sejam obrigadas a contratar um grande número de professores em caráter temporário (no máximo por um ano), o que levou o próprio governo, recentemente, a liberar cerca de 2.500 vagas para concurso nas Ifes.

O senhor ministro, ao fazer tais afirmações, demonstra não conhecer a definição do próprio termo UNIVERSIDADE, que é uma instituição onde, indissociadamente, se realiza ensino, pesquisa e extensão. O trabalho do docente, em suas 40 horas, não se reduz à atividade em sala de aula, mas também na orientação de alunos (iniciação científica, monografias, dissertações, teses etc.), na realização de projetos de pesquisa que geram conhecimento e tecnologia, nas atividades de extensão, onde a universidade se comunica com a sociedade, sendo também o responsável na administração de todas as atividades da própria universidade em que atua. Essas atividades levam os docentes a realizarem trabalhos além das suas 40 horas semanais, na elaboração de textos, preparação de aulas, correção de provas, pareceres e relatos de documentos e processos administrativos, enfim, uma série de atividades extra-classe da qual o ministro quer desconhecer, levando-o a declarar inverdades.

As declarações do professor Paulo Renato demonstram, de fato, as verdadeiras intenções do governo Fernando Henrique Cardoso, também professor, de conduzir as universidades públicas à privatização, com desrespeito e insinuações contra a categoria docente e ao trabalho realizado no âmbito acadêmico.

Os docentes reafirmam a defesa da
UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE SOCIAL.

Programe-se

Instituto de Psiquiatria - Centro de Estudos

Dia 13, sexta-feira, às 10h30
Fechamento de Hospitais Psiquiátricos e Reassentamento de Pacientes na Comunidade: A
Experiência Inglesa, com Shulamit Ramon (Universidade de Londres)
Dia 20, sexta-feira, às 10h30
Reforma Psiquiátrica na Argentina, com José Maria Alberdi (UFRJ e Universidade de Rosário, Argentina)
Local: lpub - Anfiteatro Leme Lopes, Av. Venceslau Brás, 71, Praia Vermelha.

Seis & Meia no Sintrasef

Em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Sintrasef estará promovendo no dia 10 de dezembro, às 18h30, a palestra-debate "Violência urbana: a barbárie se afirma?", com o jornalista Zuenir Ventura.
Local: Av. 13 de maio, 13 - sala 1007 - Cinelândia.

IV Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria

A Andes-SN vai promover nos 15 e 16 de dezembro, em Brasília, o IV Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, com a presença de diversos parlamentares, juristas, advogados, representantes da Andifes e das Associações de Docentes e Seções Sindicais da Andes-SN.
Programação: Dia 15, às 8h30 - Abertura
9h 10 - **Palestra:** O Desrespeito à legislação e suas conseqüências nos direitos de aposentadoria
10h30 às 13h - **Painel:** Ações Políticas e jurídicas na luta pela garantia dos direitos de aposentadoria.
15h às 18h - **Painel:** A desvinculação de salários entre ativos e inativos: Salários diferenciados, fontes diferenciadas de pagamento, a proposta do governo de criação de fundos de pensões.
Dia 16, das 9h às 12h - **Painel:** A relação aposentado instituição universitária: Retorno ao trabalho, participação na administração das IES, participação em atividades de pesquisa e extensão.
14h às 17h - **Grupos de Trabalho,** com prioridade de abordagem para cada um dos temas apresentados nos painéis.
17h às 19h - **Plenária Final.**

Jornais e Boletins da Adufrj–SSind publicados no período de 01/1995 a 12/1995.

J.O.R.N.A.L
ADUFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Andes-SN
Nº 11
JANEIRO/95

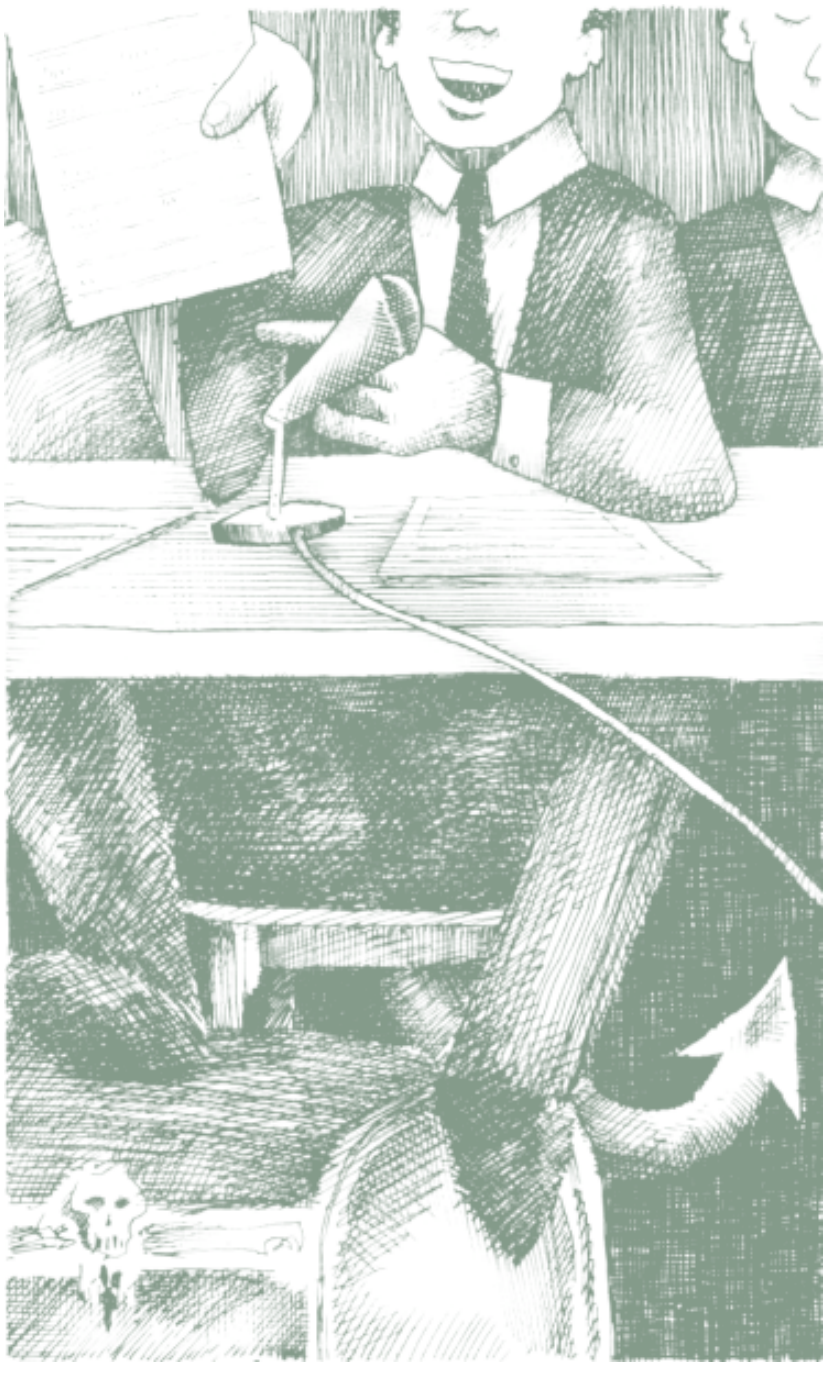
Governo quer parcelar reajuste dos servidores

Mais uma vez o governo tenta des moralizar os servidores públicos ao propor o parcelamento do reajuste de 25,94% em suaves prestações... contrariando até mesmo a legislação em vigor. O parcelamento irá aumentar ainda mais a defasagem salariais dos servidores, tendo em vista que as parcelas seriam pulverizadas pela inflação dos próximos meses.

São lamentáveis as declarações do novo ministro da Administração Federal, Bresser Pereira, em recente entrevista ao Jornal do Brasil, ao afirmar que o pagamento do servidores públicos vai ser parcelado pois "os funcionários públicos tiveram aumentos substanciais nos últimos dois anos...". Será que o ex-ministro do governo Sarney não sabe que os salários dos servidores vêm sendo reajustados bem abaixo da inflação?

Em 1994, os servidores tiveram um reajuste salarial de apenas 337%, enquanto que a inflação pelo ICV-DIEESE ficou em torno de 1081%. Para recuperar o poder aquisitivo dos salários do dia 1º de janeiro de 94 seria necessário um reajuste de 170% ou de pelo menos 70%, considerando os aumentos da gratificação por atividade executiva (GAE).

Os professores universitários, que foram excluídos do reajuste de dezembro, serão novamente penalizados com este parcelamento. Sem salários dignos não é possível manter a qualidade do serviço público



Sem essa de cada um na sua, 95 surge num horizonte novo, difícil e dinâmico. Salve a diferença, mas sem injustiça social e com qualidade de vida. Que 1995 seja construído por nós na crítica, na luta, na busca do direito ao sonho coletivo de um país ético, humano e feliz. Que a certeza de um feliz ano novo para todos direcione nossos passos em todos os momentos.

Mensagem da AD da Universidade Federal de São Carlos - S.Sind que, com satisfação, repassamos aos colegas professores e comunidade da UFRJ. Um feliz 95.

Diretoria da ADUFRJ

Setor das Federais mantém indicativo de greve e não aprova inviabilização do vestibular 3

Governo quer mudar as regras da previdência social e privatizar a saúde 4 e 5

AD editorial

Belas palavras e más intenções

O presidente Fernando Henrique Cardoso tornou posse no dia 1º de janeiro prometendo até mesmo varrer a fome e a miséria do país... mas tendo ao seu lado o seu vice, Marco Maciel, o representante legítimo dos grupos mais conservadores da sociedade. A transmissão do cargo foi marcada por um clima de otimismo, montado pirotecnicamente pelos meios de comunicação que convenceram a opinião pública que o Plano Real está resolvendo todos os problemas brasileiros. Itamar saiu com uma popularidade invejável e Fernando Henrique assumiu com pose de estadista, conquistando até a adesão de figuras do campo progressista.

A realidade, no entanto, é bem diferente. Os problemas sociais continuam cada vez mais graves. O salário mínimo de 70 reais no Brasil é um dos mais baixos do mundo e nem mesmo o abono de 15 reais, a ser pago apenas no mês de janeiro, será suficiente para tirar da miséria grande parte dos trabalhadores. A estabilidade econômica, principal responsável pela vitória de Fernando Henrique, foi alcançada à custa de uma política de arrocho salarial e de sucateamento dos serviços públicos.

A reforma da Constituição deverá ser a principal meta do novo governo para tentar consolidar o modelo neoliberal, viabilizando em nosso país as teses do chamado Consenso de Washington. Estas teses, que FHC não assume publicamente, estão sendo impostas pelo FMI, BID e Banco Mundial para os países da América Latina.

A composição do novo ministério revela que FHC quer ampliar mais ainda o seu arco de alianças no Congresso Nacional para garantir estas reformas na Constituição. Em vez de montar uma equipe capaz de trabalhar para resolver os problemas nacionais, preferiu formar o "ministério dos três quintos" que é o quorum necessário para a aprovação de uma emenda constitucional.

O novo ministério assume defendendo cortes nos gastos públicos e mais arrocho salarial. Os Servidores Públicos Federais, que tiveram perdas salariais significativas neste ano de 1994, agora estão sendo ameaçados pelo ministro da Administração Federal, Bresser Pereira. O ex-ministro do governo Sarney agora quer demitir funcionários e diz que não vai implantar a isonomia prevista na Constituição. Bresser, que foi o responsável por um dos planos econômicos que confiscaram parte dos salários dos trabalhadores, agora quer também parcelar o reajuste dos salários dos servidores em suaves prestações mensais... diluindo irrisória reposição.

A grande imprensa tem sistematicamente difundido inverdades sobre a universidade pública, distorcendo até mesmo os dados oficiais. Desta forma, a opinião pública vem sendo preparada para aceitar o novo modelo de educação. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, assume defendendo a autonomia das universidades para que, elas possam "buscar fontes alternativas de receita em vez de depender apenas do governo". O ex-reitor da Unicamp e ex-gerente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pretende implantar a política de descomprometer o Estado com a educação, privatizando a universidade pública e gratuita.

Fernando Henrique vai tentar fazer muita coisa que Collor tentou e não conseguiu. O novo governo usa uma nova roupagem para os mesmos ataques. A flexibilização dos monopólios para entregar os setores estratégicos para as multinacionais. A reforma da previdência para acelerar o processo de privatização. A desconstitucionalização pretende retirar do texto constitucional as conquistas sociais históricas dos trabalhadores. O movimento social organizado deve estar preparado para dar uma resposta firme a estes ataques. Os professores, que possuem acesso privilegiado à informação, não devem se omitir.

AD jurídico

STF delibera sobre acumulação de inativos

A decisão do Supremo Tribunal Federal equiparou o aposentado com o servidor da ativa, inclusive no que diz respeito à acumulação de cargos que possam ser acumulados quando em atividade. Pela atual Constituição a acumulação para os professores da ativa só é possível quando há compatibilidade de horários.

O STF se posicionou sobre a questão através da seguinte ementa de 9/11/94:

"A acumulação de proventos e vencimentos somente é permitida quando se tratar de cargos, funções ou empregos acumuláveis na atividade, na forma permitida pela Constituição (art.37,XVI,XVII e art.95, parágrafo único, I). Na vigência da Constituição de 1946, art.185, que continha norma igual a que está inscrita no art. 37, XVI, da Constituição de 88, a jurisprudência do STF era no sentido da impossibilidade de acumulação de proventos com vencimentos, salvo se os cargos de que decorrem essas remunerações fossem acumuláveis".

Segundo a fundamentação do voto do relator, Ministro Carlos Velloso, serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade. Por conseguinte, as exceções para os servidores da ativa aplicam-se aos inativos igualmente.

agenda

13 e 14- Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN, em Brasília

20 - Feriado-São Sebastião do Rio de Janeiro

24 - Dia de pagamento

26 -Reunião da delegação da ADUFRJ para discussão dos temas do XIV Congresso da ANDES-SN na sede da ADUFRJ às 10 horas. Todos os professores podem participar.

2/02 - Encontro da Regional/Rio da ANDES-SN na UERJ

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Docentes das IFES aprovam manifesto à nação

Setor das Federais mantém indicativo de greve e é contra a inviabilização do vestibular

Diante da exclusão dos docentes do reajuste de dezembro, o Setor das Federais da ANDES-SN, reunido nos dias 17 e 18 de dezembro em São Paulo, aprovou a manutenção do indicativo de greve sem a definição de uma data específica. Além disso, foram rejeitadas as propostas de retenção de notas do semestre e a inviabilização do vestibular. Foi enfatizada também a necessidade da ANDES-SN e Associações de Docentes-Seções Sindicais encaminharem as deliberações do Plano de Lutas aprovado no XXIX CONAD.

Foi aprovado um Manifesto em Defesa da Universidade Pública, contra o sucateamento das IFES e pela aprovação da LDB. A ANDES-SN convidou a FASUBRA e a UNE para assinarem o manifesto, publicado nos jornais no dia da posse do novo presidente, 1º de janeiro. Devido à gravidade da conjuntura, foi definido um plantão das ADs em Brasília nas últimas semanas de dezembro. Os plantonistas deverão ser custeados pelo Fundo de Greve e de Mobilização do Setor das Federais.

Itamar não deu reajuste dos professores

O presidente Itamar não assinou a correção da Medida Provisória nº 746 que reajustaria a tabela dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 9,47%. A correção desta tabela foi negociada com o MEC e a SAF para equiparar o vencimento do Professor Auxiliar 1 (40 horas) com o vencimento do servidor de Nível Superior (NS1), que recebe hoje R$ 200,39. Em compensação, o ex-presidente Itamar em seu último dia de mandato concedeu em Medida Provisória gratificações para cinco categorias de servidores, entre elas os da Policia Federal que receberão 70% do salário base ainda em janeiro.

Professores protestam contra atraso de pagamento

Os professores das IFES do Estado do Rio de Janeiro publicaram uma nota no JORNAL DO BRASIL no dia 22 de dezembro, manifestando sua indignação contra o governo Federal que, pelo segundo mês consecutivo e às vésperas de fim de ano, atrasou o pagamento do salário e do décimo terceiro do funcionalismo público, descumprindo a lei e desrespeitando os direitos de seus funcionários. Na nota, assinada pela Vice-Presidência Regional da ANDES-SN e pelas Associações de Docentes-Seções Sindicais do Rio (ADUFF, ADCEFET, ADUNI-RIO, ADUR-RJ e ADUFRJ), os professores consideram que este atraso faz parte de uma política deliberada de destruição do serviço público, em especial nas áreas de maior carência para a população, como saúde e educação.

Por alguns dias, cerca de 400 mil servidores públicos federais de nove ministérios ficaram dependendo da aprovação do pedido de créditos suplementares pelo Congresso Nacional para o pagamento de seus salários. Os aliados do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que teve sua candidatura cassada pelo TSE por uso ilícito da gráfica do Senado, tentaram aprovar a sua anistia junto com a votação do orçamento. O Congresso somente aprovou o projeto de créditos suplementares de 94 e o orçamento de 95 no dia 21 de dezembro e o pagamento só chegou no dia 23, sexta-feira.

MANIFESTO À NAÇÃO

1995 - O Ano da Defesa da Universidade Pública

O conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES representa um dos patrimônios públicos mais importantes, conquistado com esforço pela sociedade brasileira em busca da autonomia científica e cultural. Esse esforço no entanto, não tem encontrado respaldo nos governos federais, inclusive no que ora se encerra.

Agora, no momento em que a sociedade brasileira encontra-se frente à posse de um novo presidente da República e, mais uma vez, vive clima de expectativa quanto às medidas que serão tomadas, torna-se imprescindível iniciar a reversão desse trágico tratamento que vem sendo imposto às Universidades Federais.

Durante o governo Collor, foi desencadeado um acelerado processo de sucateamento dos serviços de atendimento às necessidades básicas da população, principalmente em saúde e educação. O governo Itamar não se afastou, no essencial, deste mesmo percurso, sempre ditado pelos condicionantes da política econômica, embora convivesse com as declarações de um ministro que se dizia defensor da educação pública.

A incompatibilidade entre a doutrina econômica neoliberal e a produção pública e autônoma do saber, levou algumas autoridades a agir como se as universidades federais fossem supérfluas, chegando ao limite da regressão ao Estatuto Colonial através do qual o ensino superior era proibido no Brasil. Um marco dessa política foi estabelecido quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, enquanto ministro da Fazenda, que ao criar o Fundo Social de Emergência inclusive com recursos da Educação e da Saúde, rompeu com o postulado constituinte sobre a destinação de 18% da arrecadação de impostos para a Educação.

Assim as políticas oficiais impuseram um dos mais baixos níveis de investimentos já praticados e foram responsáveis por condições degradantes de trabalho e estudo. De forma crescente, as IFES vêm, fruto da política de desvalorização de seus servidores, sendo desfalcadas de alguns de seus melhores docentes, pesquisadores e funcionários do quadro técnico-administrativo, bem como se defrontando com a ampliação dos níveis de exclusão de seu alunado.

Sob novos contornos e retórica retomam-se velhas propostas que tendem a aprofundar o sucateamento imposto às Universidades Públicas. O governo que hoje se instaura, através de manifestações na imprensa e das ações de sua equipe de transição, vem claramente sinalizando para o rebaixamento do ensino superior no mesmo rumo a que foi conduzido o ensino público de 1º e 2º graus nas últimas décadas. A estratégia é impor, sem qualquer discussão com a sociedade, um projeto de reforma universitária que consagra, definitivamente, a desobrigação do Estado como financiamento do ensino superior público no país, numa nítida política de privatização.

A sociedade brasileira já se expressou no momento constituinte, quanto à definição dos parâmetros sobre os quais deverá se balizar a política do ensino superior: dever do Estado na manutenção do ensino público, autonomia universitária, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a e extensão, padrão de qualidade e gestão democrática. Não é mais tolerável protelar a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, instrumento legislativo imprescindível para a operacionalização destes preceitos constitucionais.

As entidades que subscrevem este Manifesto conclamam a população a defender um projeto de universidade pública, gratuita, democrática, autônoma e de qualidade capaz de responder às demandas do país e declaram 1995 o ano em defesa da universidade pública.

ANDES-SN
Sindicato Nacional dos Docentes
FASUBRA-SINDICAL UNE

“SAÚDE NÃO PODE DAR LUCRO”

Com o novo governo, volta o temor dos trabalhadores e da população frente à possibilidade da Revisão Constitucional que traz com ela a privatização da saúde e da previdência social.

Com o governo Fernando Henrique voltam as ameaças de uma Revisão Constitucional onde poderão ser aprovadas teses neoliberais como a privatização da Saúde e da Previdência Social. Nada mais perverso se lembrarmos a situação recente do Chile, em que a privatização da saúde enriqueceu alguns poucos grupos e criou problemas bem maiores do que antes. A reforma da Previdência, como estão querendo o governo e as seguradoras privadas, será o caos. Segundo este modelo, o Estado fica com o “peso” de pagar de um a três salários mínimos aos mais pobres, inclusive aos não contribuintes. Daí para cima, a responsabilidade é dos bancos e das seguradoras que terão dinheiro à vontade para suas transações, sem fiscalização social, nem do próprio Estado. É a lei do livre mercado.

Mas como falar em livre concorrência, lucro e outros conceitos quando o assunto é saúde da população? A ANDES-SN defende as conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988 e uma delas é a Seguridade Social como um conceito interligado e indissociável entre a saúde, previdência e assistência social, enquanto direito de cidadania. Ao cidadão brasileiro, mesmo àqueles que não tem como fazer a contribuição ao governo, é garantido a saúde pública, a previdência, e a assistência social.

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes, existe uma proposta de mudança que será colocada novamente na Revisão Constitucional que propõe um conceito de seguro social, bem diferente da proposta da seguridade social defendida pelos movimentos sociais. Segundo a professora e sindicalista, participante do GT Seguridade Social da ANDES-SN, Alice Moreira, “o primeiro problema é a quebra da indissociabilidade entre saúde, previdência e assistência, uma premissa da seguridade social. A saúde passaria a ser objeto de planos privados. A privatização da saúde compromete todo o Sistema único de Saúde que está em fase de implantação no país e o controle social da população sobre esses serviços. Saúde não pode ser objeto de mercantilização, não pode dar lucro”.

De acordo com as empresas privadas de saúde, o cidadão não pode adoecer na hora que a doença vem, mas quando termina o prazo de carência para o pagamento dos serviços, que duram em média até 18 meses. Embora o Conselho Federal de Medicina tenha aprovado que as empresas de saúde privadas sejam obrigadas a dar cobertura a qualquer doença, muitas ainda se negam a cobrir os pacientes em casos como AIDS e outras doenças infecto contagiosas. De paciente, o doente passa a ser um estorvo para a empresa que não quer arcar com as despesas de uma enfermidade que pode custar caro aos cofres da seguradora.

SUS

De acordo com a nossa Constituição, a saúde é direito de todos e dever do Estado e as ações e serviços públicos de saúde devem integrar uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde. O SUS é fruto de uma longa luta política que começou a *se* consolidar na Conferência de Alma Ata, em 1978, na ex-União Soviética, promovida pela Organização Mundial de Saúde e pela UNICEF. Em 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, discutiu uma proposta para a saúde brasileira, levada para a Constituinte e que serviu de base para o que hoje conhecemos como SUS.

Crise na previdência

A grande imprensa e o próprio governo sempre colocam para a opinião pública que a previdência social é uma das responsáveis pelo déficit público e que o governo não tem condições de manter a seguridade social, que envolve saúde, previdência e assistência. O que se vê, no entanto, é que o sistema de contribuição é distorcido e a sonegação fiscal é uma prática comum. A própria União não tem cumprido as suas obrigações com a Previdência, deixando de repassar os recursos e desviando verbas, aumentando o rombo nas contas. Fora os constantes repasses de recursos públicos à “iniciativa” privada.

Os casos de corrupção na previdência agravaram a situação da saúde. Em julho de 94, a Comissão Especial que apura irregularidades na saúde constatou que 28% dos recursos liberados pelo governo são desviados por incompetência e fraude dos hospitais conveniados ao SUS. O próximo governo, na figura do presidente eleito FHC, já recebeu das mãos de Itamar o abacaxi que é o relatório da Comissão que investigou a corrupção no serviço público. Teremos a oportunidade de ver como serão tratadas as acusações de corrupção e desvios na previdência, nos hospitais e serviços públicos de saúde. O movimento docente entende que não é possível entregar o sistema de saúde aos empresários. É preciso esclarecer a população de seus direitos e garantir a saúde de qualidade e para todos.

AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS MÉDICAS

uma revolução no conceito de formação profissional

Seiscentas instituições de ensino e entidades médicas já receberam o seu exemplar do "Projeto de Avaliação das Escolas Médicas do Brasil", trabalho iniciado há quatro anos, inédito no Brasil e no mundo, e que pretende mudar o perfil do ensino médico brasileiro a partir da implantação de seus resultados. O projeto é fruto do trabalho da CINAEM - Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico. No final do ano passado as escolas entidades tiveram um prazo de 60 dias para discutir e analisar a metodologia da pesquisa. De acordo com o projeto, além da avaliação das escolas, os alunos do último ano de medicina, entre outras carreiras da área de saúde, teriam avaliação individual e personalizada. Segundo a professora da UFPA e representante do GT Seguridade Social da ANDES-SN, Alice Moreira, o projeto é uma forma democrática de garantir a qualidade do ensino e a competência profissional do formando.

A ANDES-SN está afinada com as propostas da Comissão e esteve presente no IV Fórum Nacional de Avaliação das Escolas Médicas, em novembro, na Universidade Federal Fluminense. No início do ano letivo as escolas médicas que aderirem ao Projeto colocarão em prática o resultado de quatro anos de discussões sobre os problemas do ensino médico no Brasil: má formação acadêmica, escolas desaparelhadas, além de currículos desvinculados da realidade social brasileira. A CINAEM é formada por entidades como o Conselho Federal de Medicina, Associação Brasileira de Ensino Médico, CRUB, AMB, CREMERJ entre outras.

A receptividade do projeto tem sido muito boa nos meio acadêmicos e entre os estudantes de medicina. O Projeto de Avaliação das Escolas Médicas do Brasil já foi apresentado também no Congresso Nacional dos Médicos Residentes, em julho de 94, em São Paulo, no Encontro Científico de Estudantes de Medicina (agosto/94-Salvador), Encontro Continental de Ensino Médico (Uruguai, outubro/94) e no Congresso Brasileiro de Ensino Médico, em novembro/94, em Niterói.

O adeus à aposentadoria integral

Novo governo quer mudanças na previdência

O novo ministro da Previdência Social já tirou da cartola sua bomba para os aposentados e pensionistas. Segundo o Jornal do Brasil de 28 de dezembro, Reinhold Estephanes vai negociar com o Congresso Nacional várias mudanças na legislação ordinária da Previdência. São mudanças que não dependem de Reforma na Constituição, mas certamente afetarão a vida dos aposentados e, em particular, dos servidores públicos.

Entre as propostas do ministro estão a redução do salário-benefício em caso de aposentadoria proporcional e a elevação do período-mínimo de contribuição necessário para o requerimento da aposentadoria.

Fórmula 95

Agora o pior mesmo virá com as propostas que serão encaminhadas pelo governo em uma possível Revisão Constitucional. Trata-se da comentada fórmula 95, "um sistema de transição para um novo modelo de aposentadoria". Segundo o governo, a fórmula 95 é uma forma de evitar que os contribuintes tenham prejuízo. "A vantagem é esperar" diz o governo. Segundo o novo sistema, será dado um desconto no tempo de contribuição do trabalhador sobre o que ainda falta para que este se aposente.

Segundo avaliação do Sindicato Nacional dos Docentes, a fórmula 95 é o seguinte: A aposentadoria será concedida apenas quando a soma da idade com o tempo de serviço não for inferior a noventa e cinco (95) pontos. Além disso, a reforma apresentada pelo governo determinaria também que o tempo mínimo de contribuição necessário para

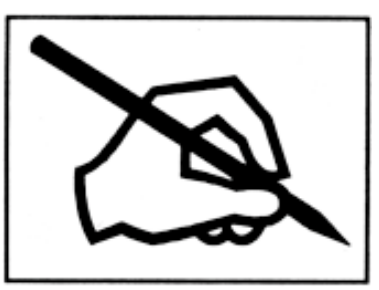
que se tenha direito ao benefício passaria de 3 para 15 anos, a partir da ação da emenda constitucional.

Com a proposta de individualização dos critérios para a aposentadoria, o governo acabaria com as aposentadorias especiais, como no caso dos professores que se aposentam com 25 anos de serviço, para as mulheres, e 30 anos, para os homens. Está em jogo também a aposentadoria integral. O governo quer reduzir o percentual do salário-benefício em caso de aposentadoria proporcional. No caso dos docentes, a aposentadoria atualmente é integral.

Uma Pauta para a Educação

Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública consegue suspender manobra para atrasar a LDB

O II Seminário Nacional "Uma pauta para Educação Nacional", promovido pelo Sindicato Nacional dos Docentes, além de dar continuidade nas discussões sobre ensino público, formação de professores e política educacional, conseguiu sustar a manobra protelatória do Senador Irapuam Soares Júnior (PP-GO) em relação ao Projeto da LDB no Senado. Isto só foi possível porque o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública estava atento à tramitação desse projeto. Foram enviados faxs aos Senadores no sentido de solicitar a inclusão da LDB na Ordem do Dia das sessões da convocação extraordinária, tentando garantir a aprovação da Lei ainda com o antigo congresso.

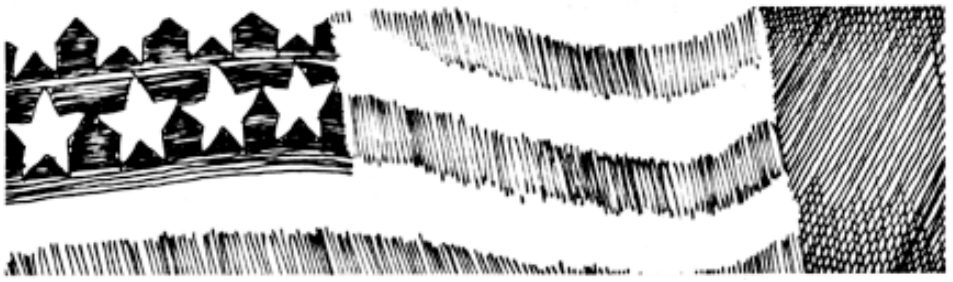


Os encaminhamentos do Seminário apontam para a Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública que deverá ser articulada pelo Fórum com o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT e lançada até a segunda quinzena de março.

O II Seminário avaliou que o número de entidades que participam do Fórum tem aumentado expressivamente e hoje já somam 25 entidades. Mas ainda é preciso avançar mais na discussão da pauta para a Educação Nacional identificando os pontos mais relevantes para a continuidade da luta pela Educação Pública. O acompanhamento da tramitação da LDB no Senado será feito no sentido de interferir pela aprovação imediata da Lei.

O Consenso de Washington

O real não foi criado para eleger FHC, FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil as teses do Consenso de Washington"



O presidente Fernando Henrique Cardoso já colocou como prioridade do governo a retomada da Revisão Constitucional, que vem recheada de teses sobre Estado mínimo, privatização da saúde, do ensino, da Previdência Social etc, auto-regulamentação do mercado além de outras ameaças às conquistas sociais obtidas na Constituição de 88.

De onde saíram tais teses? Na reunião denominada Senso de Washington, em 1989, foram expostos todos esses conceitos, ditos neoliberais, e que vêm sendo utilizados pelas elites governamentais da América Latina. Nesse processo o Brasil ocupa lugar de destaque e a economia brasileira vem sendo preparada para o ingresso nesta política do "livre-mercado" defendida arduamente por entidades como FMI, BID e Banco Mundial.

A frase ao lado é do cientista político José Luis Fiori, em artigo publicado na Folha de São Paulo em julho de 94. Mesmo tentando se livrar do estigma de neoliberal, FHC retoma a defesa das reformas constitucionais que certamente estarão bem orientadas pelas formulações surgidas no evento.

Para compreendermos melhor as "idéias" que nortearam o encontro, reproduzimos um trabalho feito pelo InformaCut, um informativo da Central Única dos Trabalhadores, baseado no texto do falecido embaixador Paulo Nogueira onde descreve didaticamente o que foi o encontro e suas conseqüências para a América Latina e para o Brasil.

O que é o Consenso de Washington

Em novembro de 1989, ocorreu, na cidade de Washington, uma reunião da qual participaram funcionários do governo norte-americano, do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), todos especialistas em assuntos latino-americanos. O encontro foi convocado pelo Institute For lnternational Economics sob o título "Latin American Adjustement: How much has happened?". O objetivo era realizar uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Participaram economistas de vários países latino-americanos.

As conclusões do encontro, ao qual se denominou Consenso de Washington, ratificaram a importância das reformas, de caráter neoliberal, iniciadas ou realizadas na América Latina até aquele momento. As recomendações para uma política neoliberal partiam do governo americano, como condição necessária para uma cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. A receita era aplicada a partir de gestões de instituições financeiras internacionais - FMI, BID e Banco Mundial, principalmente.

A reunião não teve caráter deliberativo se apresentando como um encontro acadêmico, mas que propiciou uma coordenação de ações entre entidades e dirigentes com importante papel nessas reformas. A proposta era "vender" a idéia de um modelo de ajustes econômicos para ser aplicado não só na América Latina, mas em qualquer parte do mundo, independente das realidades concretas de cada país e de seu estágio de desenvolvimento.

A receita foi assimilada pelas classes dominantes latino-americanas e passou a rechear o discurso e as ações de seus ideólogos e representantes, como sendo algo produzido por eles mesmos em nome de uma suposta modernidade e opondo-se a idéias ditas retrógradas de estatismo e protecionismo. Assim, fechando os olhos para as influências externas da gravíssima crise econômica da América Latina (preços de petróleo, taxas flutuantes de juros internacionais, deteriorização dos termos de troca do mercado internacional etc), os ideólogos buscariam passar a idéia de que os problemas sociais do continente tinham raízes unicamente em equivocadas políticas nacionalistas praticadas de forma autoritária pelas ditaduras militares.

Como se não fosse pré-requisito para a modernização e o crescimento econômico com justiça social, o pleno funcionamento das instituições políticas e a plena liberdade de organização e estação da sociedade civil, não houve nenhuma ênfase à necessidade de se aprofundar a democracia para garantir o funcionamento da tão almejada economia de mercado. As questões sociais como saúde, educação, habitação, distribuição de renda etc, também não foram objeto de preocupação. Não por acharem que as reformas sociais se darão num segundo momento, mas por acreditarem que as mudanças políticas e sociais se darão naturalmente em função da liberação econômica. Como conseqüência espontânea do livre jogo das forças de mercado.

O mercado e o Estado mínimo

A avaliação que se procedeu no encontro abrangeu dez áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberação financeira; 5. regime cambial; 6. liberação comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulamentação; 10. propriedade intelectual.

O princípio que regeu todo o encontro foi o da soberania absoluta do mercado auto-regulador nas relações econômicas, tanto internas, quanto externas. E para isso seria necessário a redução drástica do Estado e a corrosão do conceito de nação; de outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco.

Eis aí a primeira contradição das teses neoliberais: o que se vê no cenário do capitalismo mundial hoje é que nas economias mais desenvolvidas o Estado é que atua como empresário e como regulador da atividade econômica. Os próprios países que receitam as velhas teses liberais, rebatizadas, são flagrados em contradição entre o que recomendam e o que exercitam em casa.

",As despesas do setor público nos Estados Unidos passaram de menos de 10% no inicio deste século para 37% em 1980. Nos últimos vinte anos, nos países industrializados de economia de mercado em seu conjunto, esses gastos se elevaram para 40%, atingindo na Europa Ocidental a média de 45%, mais do que o dobro da que se registra na América Latina" (Paulo Nogueira Batista).

Privatização ou desnacionalização?

As justificativas do Estado mínimo encobrem um interesse real: a sanha dos capitais privados de abocanhar as fatias de mercado dominadas pelo Estado. Além do que as privatizações que se deram na América Latina, particularmente no Brasil, sempre se transformaram em ótimos negócios para os setores privados, numa prática de entreguismo do patrimônio público, completando assim o processo que se chamou de "privatização do Estado". Assim engordam-se os tesouros depauperados sem a necessidade de medidas impopulares como o aumento de impostos ou maior rigor na sua arrecadação.

Tributação mínima ou regressiva

Os burocratas de Washington defendem que o imposto de renda seja menos progressivo e seja maior a contribuição dos impostos indiretos. Isso tende a agravar o quadro perverso de distribuição de renda, pois tributam de forma regressiva, ou seja, atingindo os setores de menor renda.

Abertura de importações e investimentos estrangeiros

A defesa da abertura às importações se baseia na ineficiência do protecionismo para captar recursos, na sua limitação em satisfazer os interesses do consumidor nacional e no seu aspecto inibidor de uma inserção competitiva na economia mundial. Não se leva em conta o risco de desindustrialização e de desemprego. Defende-se a abertura pela abertura, sem, no entanto, mencionar como isso se dá nos países desenvolvidos. Mas os países industrializados sabem muito bem como proteger seus mercados. Baseiam-se em princípios rígidos de obtenção de contrapartidas em parcerias comerciais, de admissão de cláusulas de salvaguarda contra a concorrência desleal ou descontroladora e exigem a gradualidade na redução das barreiras tarifárias.

Agora no que se refere aos investimentos estrangeiros, aí a conversa é outra. Defendem o investimento estrangeiro direto e a transferência de tecnologia. Não se esclarece, porém, que as reivindicações persistentes dos países credores para se criar proteções adicionais a patentes de seus produtos nacionais, têm tal amplitude que podem criar situações de monopólios desestimuladoras, tanto de investimentos que transferiram poupança e tecnologia, quanto de transferência de tecnologia em si.

Esses países que "receitam" teses estão mais interessados em exportar bens e não tecnologia ou capitais que proporcionem a outros países a capacidade de produzi-los. Também aí não esclarecem as restrições que os países desenvolvidos impõem para o investimento estrangeiro em seus próprios domínios, contrariando assim o que exigem dos seus parceiros.

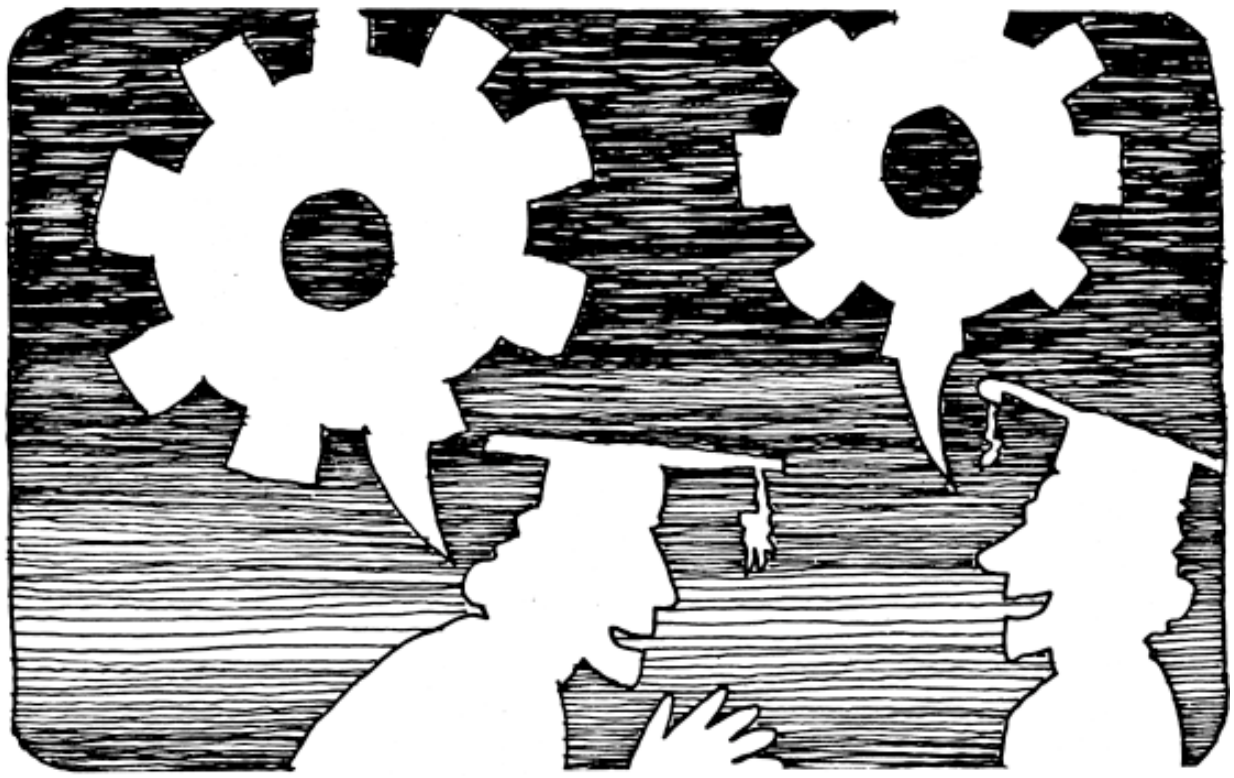
O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora o tempo todo esta se constituísse pano de fundo do competentíssimo trabalho de convencimento que, por ser menos ostensivo, se torna mais difícil de combater.

O embaixador Paulo Nogueira cita, oportunamente em seu texto, uma frase do secretário de estado Foster Dulles, na gestão do presidente Eisenhower (EUA): "há duas maneiras de se conquistar um país estrangeiro: uma é ganhar o controle de seu povo pela força das armas; outra é ganhar o controle de sua economia por meios financeiros".

O resultado do neoliberalismo na América Latina não pode deixar de ser visto como modesto, limitado que está à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e graves problemas deixam perplexa a burocracia internacional baseada em Washington e angustiados seus seguidores latino-americanos.

FALA PROFESSOR

Parque Tecnológico em discussão



Considero a presente uma carta aberta, cuja divulgação cabe a ambas as partes envolvidas segundo a consideração de sua importância na discussão do problema aqui colocado. Ela se refere à matéria publicada no Jornal, ADUFRJ de novembro deste ano e intitulada "Parque Tecnológico, um Projeto Polêmico".(...)

Quero, antes de mais nada, dizer que considero da maior importância a ampla discussão no âmbito da UFRJ de um projeto da abrangência do Parque Tecnológico. Por outro lado, considero que ela deva ser expurgada tanto quanto possível de preconceitos e de afirmações não fundamentadas: neste sentido, entendi como um desserviço à discussão a frase "O projeto do Parque Tecnológico é sem dúvida a concretização do modelo neoliberal na universidade brasileira". O mais incômodo, a respeito, é que a sua presença em um subtítulo da matéria parece indicar um "parti pris " do jornal (ou, talvez, da Diretoria da ,ADUFRJ?) a respeito do assunto, uma vez que nada, no texto que se segue, justifica tal afirmação: no máximo, citam-se opiniões de pessoas que se opõem ao projeto ou o questionam, segundo suas próprias visões.

(...) É essencial que o projeto seja discutido pela comunidade da UFRJ - mas com a consciência de que se trata de algo importante e de forma objetiva para que cada um perceba as discussões como tendo conteúdo. Convém não esquecermos que os contingentes brasileiros de profissionais que trabalham nas multinacionais foram formados nas universidades brasileiras. Isto aponta que a Universidade brasileira deve procurar um contato mais amplo com a sociedade, o que até agora somente tem sido conseguido em maior escala pela área de saúde. As objeções dos colegas do IFCS parecem ter muito sentido, com exceção da que sugere a necessidade "da imediata modificação dos currículos ". Por certo muitos de nossos currículos estarão precisando de aperfeiçoamento, mas isso não me parece ter relação com apresenta ou ausência de um Parque Tecnológico.

(...) Em nossa visão, a instituição Universidade tem um amplo papel a desempenhar na sociedade. Como instituição, não apenas através de seus egressos: deixar de procurar essa integração, seja no campo da assistência, seja no da tecnologia ou no da cultura, traz os graves riscos do isolamento, do cartorialismo e do engessamento da instituição. Deles, já tivemos demais: aqui há pessoas que pensam e cabe a elas, ao lado da busca dos objetivos da academia, o trabalho de procurar soluções para o mundo real, soluções brasileiras planejadas para o Brasil e que excluam a influência de dogmas - quer sejam estes neoliberais ou não.

Prof. Paulo Oswaldo Boaventura Netto
Programa de Engenharia de Produção- COPPE, CT

Inicialmente, consideramos muito importante que os professores manifestem sua opinião no jornal ADUFRJ sobre este projeto que poderá mudar significativamente os rumos da UFRJ. É importante salientar também que este projeto esta sendo pouco divulgado para a comunidade universitária, sendo que apenas algumas pessoas tiveram acesso ao documento. A UFRJ ainda não realizou nem mesmo uma avaliação das empresas instaladas no Campus do Fundão. Apesar da incubadora da COPPE já funcionar há alguns anos, só no mês de dezembro deste ano é que o Conselho Universitário da UFRJ colocou em pauta um processo de 1988 sobre os contratos das empresas incubadas.

A diretoria da ADUFRJ considera importante a discussão mais aprofundada sobre a concepção de universidade e de sua função social. Somente depois desta discussão é que deveríamos avaliar se o projeta do parque estaria inserido nesta concepção. Iniciativas supostamente "modernizantes" como o projetado parque acabam obscurecendo esta discussão.

Se analisarmos o projeto do parque, podemos constatar que esta proposta foi concebida a partir de uma lógica de mercado. Isto está muito claro quando os idealizadores da proposta consideram "a educação como base da competitividade das empresas e nações". É também preocupante constatar que a missão de um parque tecnológico seria "aproximar o mundo acadêmico do mundo dos negócios". Esta concepção empresarial das atividades acadêmicas também está presente quando a proposta cita que um dos objetivos do parque seria o de estimular a visão empreendedora dos estudantes da UFRJ. A principal preocupação da universidade deveria ser formar um profissional com consciência crítica, um cidadão com um olhar mais abrangente para a realidade brasileira.

Dificilmente as empresas das incubadoras e as empresas em formação teriam condições de arcar com um investimento de US$ 80 milhões em obras civis e equipamentos para prédios alugados. Além disso, tais empresas também não iriam proporcionar recursos significantes para a UFRJ sob a forma de aluguéis, quase sempre defasados ao longo do tempo. De acordo com o projeto, os recursos para a implantação da infraestrutura do parque, estimados em US$ 4,35 milhões, deverão ser buscados junto à prefeitura do Rio, governo do Estado e agências de fomento. Trata-se, portanto, de transferência de recursos públicos para empresas privadas, como vem acontecendo em outros projetos.

Pela proposta do parque, fica claro que o importante é incentivar a criação de novas empresas, que seriam protegidas (com recursos públicos) nas incubadoras para crescerem fortes, competitivas e lucrativas. As empresas bem sucedidas, saídas de um processo de incubação, seriam posteriormente instaladas em edificações multi-usuárias para continuarem usufruindo das facilidades concedidas pela universidade.

A questão é política. Os investimentos públicos que seriam feitos no Parque poderiam ser utilizados nos laboratórios, equipamentos e infraestrutura, melhorando as atividades de ensino, pesquisa e extensão na própria UFRJ. Desta maneira, a universidade pública poderia cumprir melhora sua função social.

Na verdade, tudo leva a crer que o projeto do Parque foi elaborado a partir dos interesses das empresas e não dos interesses acadêmicos, o que poderá direcionar a universidade para a lógica do mercado, do lucro e da competitividade. Neste contexto, este projeto poderá ser efetivamente a concretização deste modelo neoliberal, do Estado Mínimo e mercado máximo, que está se alastrando cada vez mais na UFRJ, como em outros setores da sociedade.

Diretoria da ADUFRJ

Professor, escreva para nossa coluna de cartas. Sobre qualquer assunto, sua opinião e seu recado são muito importantes. Participe deste espaço, que tanto pode ser de denúncias como de debates. Os textos enviados devem ter no máximo 20 linhas, sujeitas a cortes de acordo com o espaço disponível.

NOSSO BOL$O

Reajuste será de 25,94%

Este é o índice anunciado mas ainda não definido pelo governo, que ainda quer parcelar o reajuste dos servidores

Os salários dos Servidores Públicos Federais, civis e militares, poderão ser reajustados em 25,94% em janeiro, data-base da categoria. Este percentual foi definido a partir do IPC-r acumulado de julho a dezembro, que ficou em 22,07%., e a média dos salários transformados em URV, conforme a lei 8.880/94.

Este reajuste não é suficiente para repor as perdas salariais do ano de 1994. O índice necessário para a reposição do poder aquisitivo dos salários de 1º de janeiro de 94, considerando os aumentas da Gratificação por Atividade Executiva (GAE), deveria ter sido de pelo menos 70%. O pior é que a área econômica do governo está propondo o parcelamento deste reajuste em até quatro vezes, penalizando ainda mais os servidores, tendo em vista que a inflação dos próximos meses absorveria este reajuste. Além disso, os servidores públicos federais não terão mais qualquer política salarial para a reposição da inflação a partir de janeiro.

Em dezembro, outras categorias tiveram reajustes diferenciados. Os 948 mil servidores do Executivo tiveram também um reajuste médio de 17% com a unificação das tabelas I e II. As gratificações dos militares foram reajustadas em média 20,3%, enquanto que os técnicos do IPEA e os servidores das áreas de planejamento dos ministérios ganharam uma polpuda gratificação de 80%. O piso dos docentes ficará em R$ 115,26 (Professor Auxiliar 1 - 20 horas). Considerando a GAE de 160%, este piso chega a irrisórios R$ 299,68.

13º salário menor

Este ano os servidores públicos federais ganharam um 13º salário bem menor do que nos outros anos. Isto aconteceu por causa da conversão da primeira parte do 13º pela URV do mês de recebimento. Quem recebeu esta antecipação no início do ano ganhou menos ainda, pois os salários naquela época eram relativamente bem maiores do que hoje. Se o governo corrigiu a antecipação pela inflação, deveria também ter usado o mesmo critério para a correção dos salários.

Adiantamento de férias sairá com atraso

Os professores que programaram suas férias para janeiro, somente receberão a remuneração relativa à antecipação dos vencimentos, 13º salário, abono constitucional e abono pecuniário em folha complementar, no início do mês de janeiro. Esta medida foi determinada pela SAF em 17/11/94, contrariando o Regime Jurídico Único (lei nº 8.112) que garante o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do respectivo período.

Docentes da UFSC conquistam a extensão administrativa do Plano Verão

Professores e técnicos-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina conseguiram a extensão administrativa da URP de 26,05%, referente ao Plano Verão. A discussão foi gerada em função do pedido encaminhado pelo professor do Departamento de Sociologia da UFSC, Héctor Ricardo Reis, ao reitor dessa universidade. O pedido foi transformado em processo.

A procuradoria que analisou o processo emitiu parecer considerando a solicitação ilegal e, com base nesse parecer, o reitor negou a extensão. Inconformado, o professor Héctor recorreu ao Conselho Universitário da UFSC. O conselheiro do processo analisou o parecer e durante o Consuni, dia 25 de novembro passado, manifestou concordar com a tese da procuradoria. Nessa mesma sessão, um conselheiro pediu vistas ao processo, ou seja, um novo parecer.

No mês seguinte, em nova reunião do Conselho Universitário, o parecer de vistas foi apresentado. Nele o relator incluiu a fundamentação de juristas que responderam a duas questões vitais para o processo: As universidades têm autonomia de gestão financeira? A extensão administrativa é ilegal? A primeira pergunta suscitou controvérsias. Da mesma forma que a procuradoria da UFSC responde "não", juristas renomados, inclusive um Ministro do Superior Tribunal Federal, responderam "sim".

Segundo o relator, a extensão é sim uma questão política, por isso em seu parecer autorizou o reitor a efetivar a extensão administrativa aos servidores docentes e técnicos - ativos, inativos e pensionistas - que ainda não tinham seus salários isonomizados com os que receberam 26,05% do Plano Verão.

Com a pressão feita pela Associação dos Professores da UFSC-SSind e os demais servidores, o Conselho Universitário da UFSC aprovou, por 25 votos a favor e 5 contra, o parecer autorizando o reitor a proceder a extensão. Foi uma verdadeira vitória dos docentes e servidores. A APUFSC considerou que a isonomia só será recuperada com ações políticas e mesmo que a extensão administrativa se tome inócua para o reitor, ela cria constrangimento ao governo, que somados a outros, poderá favorecer um clima propício para a sua resolução.

Congresso da ANDES-SN será em fevereiro

Vem aí o XIV Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes - ANDES-SN. O Congresso vai ser em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro. O tema geral do evento será "O Projeto Democrático e Popular: Desprivatização do Estado, Educação e Construção da Cidadania". Mais uma vez professores de todas as universidades do país se reúnem para deliberar sobre o futuro do movimento docente e sua intervenção no cenário político brasileiro. Durante o Congresso, no dia 15, os docentes terão a oportunidade de presenciar a posse dos novos parlamentares no Congresso Nacional e pretendem organizar uma manifestação pública em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Para a sessão de abertura do encontro está programada uma palestra com o professor Florestan Fernandes sobre Estado e Políticas Públicas, que acontecerá dia 14 às 9 horas da manhã. A ANDES-SN dividiu o Congresso em quatro grandes temas: Movimento Docente e Conjuntura; O Estado, as políticas públicas e a construção da cidadania; O embate de projetos na educação brasileira e Questões organizativas e financeiras.

UFRJ vai contratar 233 substitutos

A reitoria publicou anúncios nos jornais de grande circulação, dia 30 de novembro, abrindo inscrições para a contratação de 233 professores substitutos. Ao contratar novamente mão de obra temporária para universidade, quase 8% do total de docentes, a reitoria adota a mesma política da gestão anterior com relação às vagas disponíveis para professores da graduação. A maioria das vagas são para o CCS, CFCH e CLA. O maior número ficou com o CCS que pediu 65 vagas.

J.O.R.N.A.L
ADUFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Andes-SN
Nº 12
FEVEREIRO/95

ANDES-SN realiza seu XIV Congresso Nacional. Em pauta, a defesa pela universidade pública e gratuita.

8

GOVERNO QUER DESCONSTITUCIONALIZAR PARA REFORMAR

O governo quer reativar o processo revisional e propõe a adoção de novos critérios que retiram de pauta os temas de interesse social e nacional para serem tratados em lei ordinárias. Esta estratégia facilitará a reforma constitucional como consolidação do modelo neoliberal do país.

4 e 5

Alunos de pós-graduação são convocados para dar aulas em lugar de professores substitutos

7

"Não sou carrasco do serviço publico"

Na primeira audiência com os servidores, Bresser Pereira diz que não quer promover o neoliberalismo. Setor das Federais repudia vinculação de cortes a reajustes.

3

A crise do México e a especulação

Por
Carlos Alberto Cosenza

AD editorial

As contradições do modelo e a reforma constitucional

A crise Mexicana está revelando que, o modelo neoliberal adotado pelos países latino-americanos está com sérios problemas estruturais. O México, tão elogiado pelos ideólogos de plantão, havia zerado seu déficit público, privatizado empresas públicas e praticava o livre comércio, conforme manda o receituário do FMI. Agora a economia mexicana entrou em colapso e os EUA tiveram que emprestar US$ 20 bilhões para tapar o rombo das contas de seu vizinho. A soberania mexicana está correndo sério risco, tendo em vista que o governo daquele país teve que penhorar a receita das exportações de petróleo até o ano 2005 como garantia. A tão propalada globalização da economia está mostrando o seu lado perverso. O empréstimo de US$ 300 milhões, que o Brasil pretende oferecer para socorrer os especuladores norte-americanos, mostra que os nossos governantes estão realmente comprometidos com os projetos externos formulados pelo capitalismo central.

O governo FHC, depois de uma posse aparentemente triunfal, já está mostrando as suas contradições. O anúncio do veto do salário mínimo de R$ 100 e a manutenção da escandalosa anistia do Senador Lucena decepcionaram até mesmo aqueles que lhe deram apoio nas urnas. A queda de popularidade do presidente Fernando Henrique em poucos dias de governo, mesmo com a demagógica devolução de 25% de seu salário, é o primeiro sintoma desta insatisfação. Se por um lado a inflação está em baixa, ainda não se vislumbra uma melhoria das condições de vida da população, indicando que a estabilidade econômica por si só trouxe apenas a consolidação de um cenário de desigualdades sociais.

O governo jogará todas as suas forças na reforma constitucional. As ameaças do ministro Bresser fazem parte de uma estratégia para desmoralizar os servidores públicos e conquistar a opinião pública, facilitando assim a aprovação das emendas constitucionais que possibilitem a reforma do Estado. A intenção do governo é desconstitucionalizar tudo que for possível para em seguida implementar o modelo idealizado pelo Consenso de Washington. .

As universidades públicas também serão certamente, atingidas pela reforma constitucional. A autonomia financeira, que os tecnocratas e mentores do Ministério da Educação querem implantar nas universidades, tem por objetivo descomprometer o Estado com o ensino público e gratuito para acelerar o processo de privatização das universidades. O governo FHC retoma os mesmos ataques tentados por Collor, agora com uma nova roupagem e mantendo vários personagens daquele período de triste memória.

A viabilização da reforma constitucional não vai depender apenas de negociações políticas no Congresso Nacional. O governo tem uma maioria significativa, mas os interesses em jogo são muitos e geralmente contraditórios. As alianças partidárias certamente trarão dificuldades para um consenso na agenda das reformas constitucionais. A mobilização e a solidariedade entre os diversos setores da sociedade serão fundamentais neste momento para garantir as conquistas sociais dos trabalhadores, o ensino público e gratuito e a soberania nacional.

AGENDA

14 a 18/02 - XIV Congresso da ANDES-SN, em Brasília. O tema geral do encontro é "Projeto Democrático Popular: Desprivatização do Estado, Educação e Construção da Cidadania".

15 - Ato Público "Em Defesa do Ensino Público e Gratuito" promovido pelo movimento docente no Congresso Nacional, em Brasília às 14 horas.

15 - Manifestação em defesa do Serviço Público em frente à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. O Ato será promovido pela Coordenação dos SPFs.

19 - Plenária Nacional dos SPFS, em Brasília.

20 - Plenária dos SPFs e Estatais, em Brasília.

JORNAL ADUFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

“Não sou carrasco do serviço público”

Representantes dos SPFs se reúnem com a ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Bresser Pereira

Na primeira audiência com representantes dos servidores públicos federais, o Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MAR, antiga SAF), Bresser Pereira, fez questão de negar o que parece uma evidência: que não é “um candidato a carrasco do serviço público e nem representante do Consenso de Whashington na defesa do capitalismo selvagem.” Difícil dar crédito ao ministro diante das ameaças ao fim da aposentadoria integral dos servidores, ao Regime Jurídico Único e à isonomia entre os Três Poderes.

O presidente da ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, e representantes da CUT, Fasubra e outras entidades do serviço público reforçaram neste primeiro encontro a defesa do direito à sindicalização do servidor, bem como o direito à greve e à negociação. Bresser disse não ter restrições ao direito de greve do funcionário público desde que nas mesmas condições dos trabalhadores do setor privado: “quem faz greve, não recebe salário”, afirmou.

Quem vai conduzir as negociações entre o governo e os servidores é a Secretária Executiva da MAR, Claudia Costim. Ela foi contestada pelos representantes sindicais quando afirmou que a folha da União dobrou (em dólares) nos últimos anos. A ANDES-SN e as demais entidades comprovaram, através de dados do próprio orçamento, que essa é mais uma falácia do governo para justificar as medidas de sucateamento do serviço público.

Na avaliação do Sindicato dos Docentes, o encontro, embora caracterizado por uma apresentação formal, adiantou passos importantes nas negociações com o governo. O primeiro deles foi o reconhecimento da Coordenação dos SPFs e das Entidades como legítimos representantes dos servidores. Ficou o compromisso em registrar as reuniões com o ministro e a secretária em atas oficiais. O ministério deverá fornecer às entidades todos os dados que envolvam os servidores. A próxima reunião dos servidores com Bresser acontecerá ainda este mês e será discutida a questão da isonomia.

Setor repudia vinculação de cortes a reajustes

O Setor das Federais da ANDES-SN, reunido em Brasília nos dias 20 e 21 de janeiro, repudiou a tentativa do governo em vincular os cortes orçamentários com os recursos necessários ao pagamento do reajuste dos servidores. Em nota, encaminhada à Plenária dos SPFs, o Setor alerta que os cortes do Orçamento de 95 atingem essencialmente o setor de investimentos públicos em educação e saúde. Foi lembrado também que o presidente FHC, quando ministro da Fazenda, cortou recursos para estas áreas sociais ao criar o Fundo Social de Emergência, contribuindo para o incremento da miséria, da fome, do analfabetismo e da mortalidade infantil em nosso país.

No dia 20 de janeiro, o Setor das Federais, representado por 23 ADs, participou da audiência da ANDES-SN com o Secretário de Ensino Superior do MEC, Décio Zagottis. Nesta audiência, a ANDES-SN apresentou a pauta de reivindicações dos docentes e solicitou que a estrtutura de carreira, distorcida pela MP-806, fosse reestabelecida. O Secretário da Sesu, recém-empossado no cargo, mostrou desconhecimento das questões específicas dos docentes. No entanto, deixou transparecer a sua preferência pelo modelo da universidade da USP e pelos chamados centros de excelência, bem diferente do padrão unitário de qualidade defendido pelo movimento docente.

Servidores aprovam eixos de mobilização

Na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, realizada em Brasília no dia 22 de janeiro, foi feita uma avaliação da conjuntura e foram aprovados os seguintes eixos de mobilização:

- Garantia dos direitos sociais e trabalhistas e contra a Reforma Constitucional
- Defesa do serviço público e das Estatais
- Isonomia com piso salarial da categoria em R$ 420
- Definição de política salarial para os SPFs e recuperação das perdas
- Contra demissões arbitrárias e pela imediata reintegração dos demitidos no governo Collor
- Manutenção da estabilidade e da aposentadoria integral e especial e contra a desvinculação do salário mínimo das aposentadorias
- Oposição intransigente à política neoliberal do governo FHC

Bresser continua ameaçando os servidores

O ministro Bresser Pereira tem sido o poda-voz das ameaças do governo para desmoralizar os servidores públicos federais. A estratégia é maquiavélica. Ameaça fazer o pior, provocando descontentamentos, raivas e temores para alcançar os objetivos planejados.

Bresser tem um passado comprometedor. Ex-ministro da Fazenda no governo Sarney, foi autor do famigerado Plano Bresser, que confiscou boa parte do salário dos trabalhadores em 1987. Bresser que até pouco tempo trabalhava com Abílio Diniz, dono do Grupo Pão de Açúcar, parece estar querendo atuar como um gerente de supermercado da administração federal.

O marketing do ministro também é admirável. Logo nos primeiros dias de governo conseguiu chamar atenção para as suas estapafúrdias declarações sobre o parcelamento do reajuste de 22,07% dos servidores, sob a alegação que “os funcionários públicos tiveram aumentos substanciais nos últimos dois anos. O parcelamento não aconteceu e os servidores até respiraram aliviados.

Mas a agonia não parou por aí. Atacando ao mesmo tempo a aposentadoria integral por tempo de serviço, o RJU e o processo de implantação da isonomia, o ministro ainda tem fôlego para propor a “flexibilização” da estabilidade do funcionalismo. Uma boa justificativa para a demissão de servidores públicos. Para Bresser, a estabilidade deveria estar apenas assegurada para as “carreiras do Estado” (incluindo juizes, promotores, fiscais, diplomatas e militares). Aos demais servidores “mortais” o ministro reserva uma estabilidade “flexível”, ou seja, demissão sem qualquer justificativa. Sem qualquer tipo de avaliação séria, o governo FHC quer demitir logo de cara 60 mil servidores que não gozam de estabilidade.

Bresser tem atirado em todas as direções. Nem a universidade pública escapou de seus ataques. O ministro defende a transformação das universidades em fundações regidas pelo direito privado, que poderia receber recursos de empresas privadas, descomprometendo assim o Estado com a educação pública e acelerando o processo de privatização.

Medo leva à aposentadoria

Em janeiro a universidade despachou 75 pedidos de aposentadoria para professores e técnicos. Com as ameaças do fim da aposentadoria integral, a estimativa para março é assustadora, o número de requerimentos pode até dobrar.

Em dezembro passado, foram encaminhados para abono do reitor 26 pedidos de aposentadoria. Seis para professores e 20 para técnicos-administrativos. No primeiro mês de 95, o número de requerimentos de aposentadorias na universidade quase triplicou. Até dia 3 de fevereiro foram despachados da Seção de Direitos e Deveres da UFRJ, que trata dos pedidos de aposentadoria, 75 portarias de professores e funcionários que querem se aposentar. Segundo a SEDD, a maioria destes trabalhadores está requerendo a aposentadoria proporcional por tempo de serviço. O que tem levado a essa corrida desenfreada de candidatos a aposentados na universidade é sem dúvida a ameaça que o governo vem fazendo à aposentadoria integral e por tempo de serviço dos servidores públicos.

E a corrida não para por aí. A expectativa é de que até março o número de pedidos de aposentadoria na universidade dobre. Em relação aos docentes a situação não é animadora. Muitos professores, embora ainda jovens, já acumulam tempo de serviço para se aposentar - 30 anos para homens e 25 para mulheres - e diante das ameaças do governo, a solução mais imediata para alguns pode ser o benefício. A ADUFRJ, como o movimento docente, acredita ser prejudicial para a universidade o afastamento precoce dos docentes das salas de aula, da pesquisa e da vida acadêmica. Para a entidade é necessário que os professores universitários, junto com os demais servidores, digam não às investidas do governo Fernando Henrique em fazer a reforma da previdência, retirando direitos já adquiridos pelos trabalhadores ao longo de anos de luta por cidadania e melhores condições de vida.

As três formas do docente se aposentar

1. Por tempo de Serviço: que pode ser integral ou proporcional: é a contagem do número de anos trabalhados. Para as professoras o mínimo é 25 anos de trabalho e para os professores 30 anos. Se o professor decidir se aposentar com menos de 30 anos de magistério (no caso dos homens) perde a aposentadoria especial. Para se aposentar neste caso, o professor tem que comprovar 35 anos de trabalho.

2. Aposentadoria compulsória: é a aposentadoria obrigatória para quem tem mais de 70 anos de idade. A pessoa é considerada aposentada pela lei no dia seguinte que completar os 70 anos e sua vigência não depende de publicação no Diário Oficial.

2. Invalidez: O trabalhador tem o direito de se aposentar por invalidez anexando ao seu processo de aposentadoria um laudo comprovando sua situação, sendo emitido pelo Departamento de Segurança do Trabalho da universidade.

FHC e a proposta de reforma da Previdência

O presidente Fernando Henrique Cardoso já costurou junto com seus ministros a proposta sobre Previdência Social que levará aos parlamentares no Congresso Nacional. A reforma da Previdência tem caráter constitucional e já está decidido que será eliminado do texto todas as regras que hoje vigoram, como tempo de serviço entre outros critérios para aposentadoria.

A proposta do governo se resume no seguinte: institui um regime básico unificado, obrigatório para servidores e trabalhadores do setor privado, de caráter contributivo, com valor máximo do benefício a ser definido em lei complementar. Pela proposta seria criado também um sistema de previdência complementar, voluntário, que poderá ser público ou privado. Os benefícios do novo regime serão concedidos segundo um sistema que combine idade, tempo de contribuição e média salarial, que também será definido em lei complementar.

Esse texto, aparentemente inofensivo, acaba com a aposentadoria por tempo de serviço, extingue a aposentadoria especial para professores, elimina a

O presidente e seus ministros querem dar fim a algumas das conquistas sociais da Constituição de 88 e propõem uma fórmula perversa para o sistema previdenciário

possibilidade de contagem recíproca de tempo de serviço urbano e rural, acaba com o direito da mulher de se aposentar cinco anos mais cedo, já que a sociedade impõe a ela uma dupla jornada de trabalho. E mais. Institui aposentadoria apenas por idade, ou seja, ninguém se aposenta com menos de 65 anos. É a fórmula 95: a soma da idade, tempo de contribuição e média salarial. A proposta de Fernando Henrique vai mais longe e elimina a fórmula de cálculo, bem como a garantia de reajustes periódicos para a preservação do valor real, como é atualmente. O trabalhador rural também vai ter perdas: a proposta acaba também com seu direito de aposentar cinco anos antes do trabalhador urbano.

Serviço Público, alvo de FHC

Sua idéia é acabar com o direito à aposentadoria integral, aplicando aos servidores as mesmas regras e limites a serem definidos para os trabalhadores do setor privado, além de eliminar a possibilidade de extensão aos inativos dos benefícios concedidos aos ativos e liquidar com a estabilidade dos funcionários que não pertençam às carreiras típicas do Estado. A isonomia iniciada no governo Itamar Franco será dada como morta e ficará proibida qualquer iniciativa no sentido de sua conclusão. Por fim, FHC quer que os servidores em disponibilidade tenham remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Fonte: Diap

Governo quer desconstitucionalizar para reformar

O objetivo do governo é desconstitucionalizar tudo o que for possível, ou seja, retirar da Constituição determinados temas de seu interesse que seriam tratados por leis ordinárias ou complementares. Esta é a estratégia que o governo pretende adotar na reforma constitucional para consolidar o modelo neoliberal.

Não haverá um emendão como o feito por Collor, nem muito menos será repetida a mesma estratégia da finada Revisão Constitucional. As propostas não serão apresentadas de uma só vez. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o governo apresentará emendas separadas para cada terna, que terão uma tramitação independente. Cada emenda terá três artigos. O primeiro artigo inclui o núcleo, o texto de um determinado capítulo. O segundo artigo revogará todos os outros dispositivos sobre o tema que não deveriam estar na atual Constituição. O terceiro artigo tratará de regras transitórias, que irão vigorar enquanto não forem elaboradas as leis que dêem eficácia plena ao núcleo do texto. De acordo com o Diap, este método irá neutralizar resistências e tranqüilizar os agentes econômicos e sociais quanto à eficácia do novo texto, pelo menos enquanto não forem expedidas as leis regulamentares que são muitíssimo mais fácil de modificar. Para a aprovação de uma emenda constitucional é necessário um quorum de 3/5 na Câmara e no Senado, enquanto que uma lei pode ser alterada com uma maioria simples.

O governo deverá priorizar algumas propostas emergenciais, que deverão ser encaminhadas de acordo com a conjuntura, como a reforma tributária, as mudanças na ordem econômica, a abertura ao capital estrangeiro, a reforma da previdência, a flexibilização dos monopólios e as conquistas dos SPFs.

Monopólios

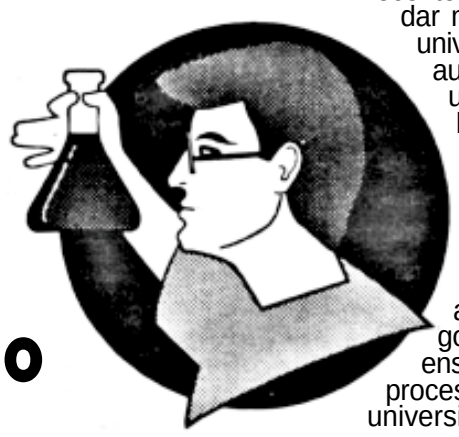
O governo quer a flexibilização dos monopólios, termo muito em moda no vocabulário neoliberal, para quebrar os monopólios estatais das telecomunicações, do petróleo e do gás natural e canalizado. Para a maioria da população, que desconhece o significado da palavra, flexibilização é um termo muito mais fácil de ser aceito pela opinião pública do que a privatização de empresas como a Petrobrás, o que poderia trazer fortes resistências nacionalistas.

O governo quer passar para a iniciativa privada, mediante contratação ou concessão ou até mesmo privatização, serviços atualmente explorados por empresas governamentais ou estatais. As multinacionais poderiam assim abocanhar mais facilmente as empresas mais lucrativas da economia nacional.

Conceito de empresa brasileira

A proposta do governo consiste em eliminar o conceito de empresa brasileira de capital nacional para acabar com as vantagens que a Constituição concede a estas empresas. Seria apenas mantido o conceito de empresa brasileira, incluindo nesta definição todas as empresas estrangeiras instaladas no país. As empresas nacionais deixariam de receber benefícios do governo para atividades estratégicas, preferência na aquisição de bens e serviços, reserva de mercado sobre atividades definidas em lei, exploração da pesquisa e lavra de recursos minerais. Esta mudança poderá trazer grandes prejuízos para as empresas genuinamente nacionais. Além disso, no caso do subsolo, a modificação do conceito de empresa nacional poderá também abrir o subsolo brasileiro para o capital estrangeiro, facilitando a entrada das multinacionais, interessadas em dominar o setor de mineração.

Universidades na mira do governo



As universidades públicas estão também na mira do governo. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou recentemente que "a sociedade não quer dar mais recursos para as universidades". O governo quer dar autonomia financeira para as universidades para que elas busquem outras fontes de recursos, estreitando a cooperação com empresas. Cada universidade receberia uma verba global fixa, para pagar pessoal e custeio, e uma verba variável de acordo com o desempenho da instituição. Esta autonomia visa descomprometer o governo com a manutenção do ensino público e gratuito, acelerando o processo de privatização das universidades.

Medida Provisória do presidente dá seis anos de mandato para Conselho Nacional de Educação

O presidente Fernando Henrique no "uso de suas atribuições" emitiu mais urna medida provisória regulamentando - o ex-presidente Itamar havia emitido uma MP sobre o assunto no final do ano passado - o Conselho Nacional de Educação. Pela medida, o Conselho passa a ser formado por 24 membros nomeados pelo próprio presidente e com mandato de seis anos. Um período maior do que o tempo de seu mandato, que vai até 98.

Ao Conselho compete emitir parecer sobre assuntos da área educacional, isso quando for solicitado pelo ministro da Educação. É também tarefa de seus conselheiros propor procedimentos e critérios para o funcionamento de universidades e outros estabelecimentos de ensino superior. A ANDES-SN, assim como outras entidades ligadas à educação no país, tem se esforçado para que seja aprovada pelo Congresso a Lei de Diretrizes e Bases como prioridade para a implantação um sistema nacional de ensino único que contemple a qualificação profissional com cidadania.

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes, o Plano Decenal de Educação para Todos, que certamente será desenvolvido e apoiado pelos representantes desse Conselho, é baseado em princípios do Banco Mundial e consolidará uma intervenção do MEC atrelada à nova organização mundial do trabalho. O Plano Decenal contraria fundamentalmente a educação como instrumento da cidadania.

LDB

Para os educadores da ANDES-SN, a LDB é a alternativa mais abrangente de qualificação do trabalhador como formação profissional e supera a dualidade do sistema de ensino técnico-profissional por promover o controle dos trabalhadores dos fundos públicos para educação, atualmente geridos pelos empresários.

A educação ganha com a LDB:

- capacidade de dar resposta às demandas sociais como o compromisso essencial das escolas públicas
- escolas particulares como concessão do Estado e sujeitas ao controle público.
- fontes regulares de financiamento que assegurem o pleno funcionamento da escola pública, com padrão unitário de qualidade

A CRISE DO MÉXICO E A ESPECULAÇÃO

Carlos Alberto Nunes Cosenza
Professor Emérito da UFRJ e Vice-diretor da COPPE

Somente a especulação, pode trazer para o Brasil os efeitos da crise mexicana. Seu espectro, no entanto, foi suficiente para traumatizar as bolsas do Rio e de São Paulo. A insegurança da equipe econômica no trato da questão que se difundiu e, como não há uma teoria social que confira um significado coerente às informações, as versões tomaram as matizes convenientes.

Alguns economistas revestindo-se de lógica ética pelo que se propõem, responsáveis que são pela aplicação de capital estrangeiro especulativo no Brasil, inferem no sentido de justificar pressões para combinações, para eles mais convenientes, entre câmbio e taxas de juros.

o "efeito tequila", apresentado como um possível gerador de uma epidemia, não passa de uma expressão ridícula. Nem sempre o economista é responsável por termos infelizes, pois, para sua área de precisão pouco exigida, convergem todos os diplomas bem ou mal conquistados. Quem não sorri diante de expressões do tipo, "soluço inflacionário", "bolhas de consumo", "nichos de mercado" e tantas outras invencionices? De qualquer forma, a despeito de uma possível catástrofe, seria um erro técnico a equipe econômica alterar, no momento, sua atual política cambial.

À reivindicação dos exportadores se contrapõe uma dual realidade: estabilização dos custos dos insumos internos e preços mais baixos do insumos externos pela valorização do real. Há que rever, no entanto, a pauta de importações indiscriminadas, e criar, no momento, algumas facilidades fiscais para a exportação, principalmente para aqueles itens cujos preços se degradaram no mercado internacional.

Diante do panorama atual, é mais do que irresponsável apregoar vantagens de déficits na balança comercial. Espaço para a entrada de novos capitais se cria por boas perspectivas de crescimento e uma política cambial bem definida. Só o investimento importa.

A verdadeira competência econômica não permite comparações espúrias entre países com estruturas econômicas díspares, como as do Brasil, México, Argentina e Chile. Com erros dessa natureza elegeu-se a argentinização do Brasil como uma meta com vários de nossos técnicos estagiando na "calle Florida".

Com perplexidade vêem eles hoje o Ministro Domingo Cavallo encurralado numa crise técnica sem precedentes na história da argentina. Sua economia mostra um parque industrial débil com uma taxa de desemprego superior à 12% e uma crescente favelização. Os argentinos convivem hoje com fortes pressões sobre os preços, especialmente dos diversos tipos de serviços, e taxa de juros que inibe os investimentos internos e atrai somente o capital externo especulativo, que como tal poderá subtrair daquele país a qualquer momento 2 ou 3 dólares por dólar aplicado.

O poder tem vocação de submeter o homem

Exatamente por não ter a estrutura econômica do Brasil, a crise mexicana colocou a economia argentina sobre o fio da navalha que se sustentará a curto prazo somente através de artifícios monetários.

Na ânsia de um novo paradigma escolheu-se um laboratório da Escola de Chicago, a economia chilena. Quem trabalha com estruturas econômicas (em *cross-sections)* sabe que o Chile, outrora berço de grandes economistas, só pode ser comparado com uma ou outra cidade do interior paulista com limitada diversificação na produção.

Somos um país continental com abundância de recursos econômicos, diversificados e regionalizados, praticamente sem paralelo no mundo. O que há é a ausência de uma política regional de desenvolvimento e a não percepção de que é necessário primeiro conhecer o Brasil antes de se instalar em torno do trono do rei.

São todos PhDs em política fiscal e monetária, olhando o Brasil das janelas de vidraças róseas do Planalto. Não há uma visão cristalina e abrangente dos reais problemas e, por isso, as soluções, não raro tomam-se agravantes. O Mercosul, por exemplo, promete ser um campo de batalha por reduções simultâneas de alíquotas. Neste espaço acredita-se mais na atuação de diplomatas "lúcidos", com experiência nas convenções de Genebra, respaldados num quadro de causa e efeito sobre a economia brasileira.

Se não houver um conflito de poder, pois este é um país de um ministro só, com os demais contemplativos, os equívocos iniciais poderão ser superados e o governo poderá voltar-se para os seus compromissos assumidos com a sociedade. Esta espera que se reflita a imagem da competência e da segurança, sem necessidade de responsabilizar os salários e o funcionalismo pelas mazelas do país. Não se pode mais escapulir por essas vias vergonhosas, uma tênue tela para encobrir fracassos. Espera-se uma reflexão sobre isso pois o poder tem vocação submeter o homem.

A expressão recentemente muito divulgada - "Serei um ministro pão-duro", não tem nenhum sentido para a economia como ciência. Não reflete o que se espera de uma personalidade que ascendeu a uma posição pelo conhecimento e informações que detém. Deve pelo menos desconfiar de que o déficit deve ser analisado em sua essência. Existe o déficit fruto dos investimentos na infra-estrutura social básica e na recuperação e ampliação da infra-estrutura de produção que resulta em retornos substanciais por propiciarem crescimentos setoriais de curta maturação e sustentarem, a partir daí, projetos de mais longo prazo. Perde-se de 30 a 40% da produção anual de grãos por deficiência de armazenagem, silagem e transporte. Por outro lado, projetos megalomaníacos de longa maturação, projetos mal estruturados e/ou não prioritários, distribuição política dos recursos e a nossa consagrada corrupção compõem o lado mau do déficit. Como nos dizia Abba Lemer, o Estado tem capacidade de criar riquezas se souber explorar inteligentemente o seu déficit.

Espera-se, pelo menos, uma política consistente com relação ao capital externo, pois não podemos atrai-lo somente com o diferencial de juros e sim com perspectivas de boas taxas de retomo dos investimentos. Não podemos nos esquecer de que reservas não são lastro e que podem ser pulverizadas rapidamente por erros de medida, inclusive quanto ao em endividamento externo sem uma consciência efetiva de seus resultados.

É necessário manter uma eqüidistância inteligente em relação aos vértices constituídos por uma armadilha cambial, uma armadilha fiscal e uma armadilha de liquidez – um verdadeiro Triângulo das Bermudas. Esperamos que os desenvolvimentistas do passado não incorporem cegamente o neoliberalismo inconseqüente do presente delineado pela filosofia da nova direita. O passado não se justifica quando os ideais mudam.

São todos PhDs em política fiscal, olhando o Brasil das janelas de vidraças róseas do planalto

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO
EM : 31/12/94

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Contribuição de Associados		167.933,14
Receitas de Aplicações		20.446,95
Rendimentos de Poupança		36.082,85
Recuperação de Despesas		47,39
Receitas Eventuais		90,88
Contribuição ANDES-SN	35.605,41	
Despesas c/Viagens e Estadias	10.844,60	
Previdência Social	6.511,89	
FGTS	1.909,65	
Salário Família	5,24	
Pis	237,77	
Serviços Prestados - PJ	6.955,55	
Serviços Prestados - PF	4.200,85	
Juros Passivos	17,32	
Despesas Bancárias	906,65	
Variação Monetária Passiva	54,76	
Ajuste Monetário	0,03	
Indenizações	1.463,91	
Vale Transporte	62,00	
Contribuição Sindical	42,37	
Despesas Gerais	53.123,2	
Superávit apurado n/ exercício	102.659,96	
TOTAIS	224.601,21	224.601,21

DESPESAS GERAIS EM: 31/12/94

SUB CONTAS	VALOR
Ordenados	20.012,32
Décimo Terceiro Salário	2.689,12
Férias	970,47
Telefone	1.094,86
Assinaturas	1.871,93
Portes e Telegramas	10.139,41
Material de Escritório	4.518,65
Limpeza e Conservação	661,08
Lanches e Refeições	1.752,53
Anúncios e Publicidades	280,40
Despesas c/ Passagens	497,72
Despesas c/ Instalações	477,77
Despesas c/ Xerox	4.815,52
Despesas c/ Jornal	2.535,55
Despesas Diversas	805,92
TOTAL	53.123,25

NOTA DA ADUFRJ

A contratação de professores substitutos e o aproveitamento de alunos de pós-graduação são medidas paliativas que não resolvem o problema do ensino de graduação. O movimento docente defende o concurso público para o ingresso na carreira. A reitoria deve usar sua autonomia para cobrar do governo federal uma política efetiva que atenda as necessidades da universidade.

Alunos no lugar do professor

UFRJ quer suprir vagas na graduação com alunos de mestrado e doutorado. Para iniciar o semestre a universidade precisaria contratar mais de 200 professores em regime temporário

Uma novidade vem balançando as estruturas de várias Unidades da UFRJ no início deste ano letivo. É o Programa Tutorial de Capacitação Didática. O programa visa aproveitar o potencial de estudantes de mestrado e doutorado da universidade para monitoria de aulas de algumas disciplinas obrigatórias ou eletivas em vários cursos. Do ponto de vista acadêmico a idéia parece ser bastante proveitosa, não fosse o fato de que a universidade conta com um déficit de quase 10% do número de professores de seu quadro e a emergência fez a reitoria propor às decanias o aproveitamento imediato de monitores em substituição aos mais de 200 professores substitutos que seriam contratados a partir de março.

Eduardo Qualharini, professor da Escola de Engenharia e membro do CEG, explica que o governo não vai mais pagar os professores substitutos com a verba da folha de pagamento da universidade. Esta terá que arcar com as despesas através de sua própria verba de custeio. Isso significa que as decanias terão que tirar dinheiro de seus caixas para os salários dos professores que forem contratados temporariamente. Como a universidade não está preparada para arcar com cerca de 225 contratações, a alternativa da reitoria através do CEG e CEPG foi devolver aos decanos as vagas para que estes avaliem junto aos departamentos, caso a caso, a possibilidade de substituir os professores contratados por alunos monitores.

Um professor substituto, além de ser o responsável direto pela disciplina, pode ministrar de 10 a 12 horas de aula por semana. Já um aluno, de acordo com o Plano Tutorial, só pode dar 4 horas de aula semanais supervisionadas obrigatoriamente por um professor do quadro, o orientador da disciplina. Isso vai gerar uma série de dificuldades para professores orientadores, monitores e, é claro, estudantes. O professor orientador pode precisar de até 3 monitores para algumas turmas.

Em algumas Unidades a situação está complicada. O Departamento de Análise e representação da Forma - DARF/FAU - solicitou 15 professores substitutos, fundamentando o pedido na disposição e organização de sem professores disponíveis. A Diretoria Adjunta da Faculdade informou ao DARF que só poderiam dispor de nove professores contratados. Se o departamento resolver substituir os seis professores que faltam por alunos, poderão ser necessários mais que 15 monitores e, ainda, seis professores responsáveis pelas disciplinas.

NOSSO BOL$O

Contracheque, cada vez mais confuso

Muitos professores estão com dificuldades para entender o contracheque, que cada vez está mais confuso. São tantos itens que deveria ser publicado um manual explicativo. Neste sentido, a ADUFRJ está dando algumas dicas para melhor entendimento deste documento.

O contracheque é dividido basicamente em duas partes: remunerações e descontos. Nas remunerações são creditados os valores da carreira (vencimentos e GAE) e as vantagens pessoais, tais como os anuênios, salário família, gratificações por função, mandados judiciais, etc. No meses de férias, os professores devem ter ainda o adiantamento das férias abono pecuniário e adiantamento do 13º salário. É importante lembrar que o governo não cumpriu a legislação e os professores que pediram férias em janeiro não receberam adiantamento.

Na segunda parte do contracheque são descontados o imposto de renda, PSS (12%) e outros descontos como auxilio alimentação, mensalidade da ADUFRJ etc. Além destes valores, alguns professores estão sendo descontados por terem atingido o teto da remuneração do Servidor Público, fixado recentemente pelo governo através da MP 831 em 80% do salário de ministro do Estado, o equivalente a R$ 6.400.

Conheça cada ítem do contracheque

Remunerações básicas de um professor Adjunto 1 (DE) com mestrado

Vencimento - valor de acordo como nível do docente na carreira. Por exemplo, um Professor Adjunto 1 com mestrado em regime de dedicação exclusiva tem hoje um vencimento de R$ 733,28. A tabela dos docentes para o mês de janeiro foi publicada no Boletim ADUFRJ nº1 de fevereiro.

Mandado judicial - valor correspondente a um percentual do vencimento para os docentes que ganharam alguma ação na Justiça (26,05% do Plano Verão, 26,06% do Plano Bresser, 84,32% do Plano Collor etc.) O professor em questão com o Plano Verão recebe neste item R$191,02. Desta maneira, o vencimento com mandado judicial é de R$ 924,30.

Salário Família – valor fixado para os professores com filhos menores. Um professor com três filhos menores ganhou em janeiro míseros R$ 0,26 de salário família.

Anuênio - percentual do vencimento correspondente a 1% por cada ano trabalhado. Por exemplo, se um professor tiver 12 anos de serviço o percentual será de 12%. Caso o docente tiver ganho alguma ação na justiça o percentual do anuênio é calculado em cima da soma do vencimento com o mandado judicial. Assim, o professor recebe R$ 110,92, isto é, 12% do vencimento com o mandado judicial.

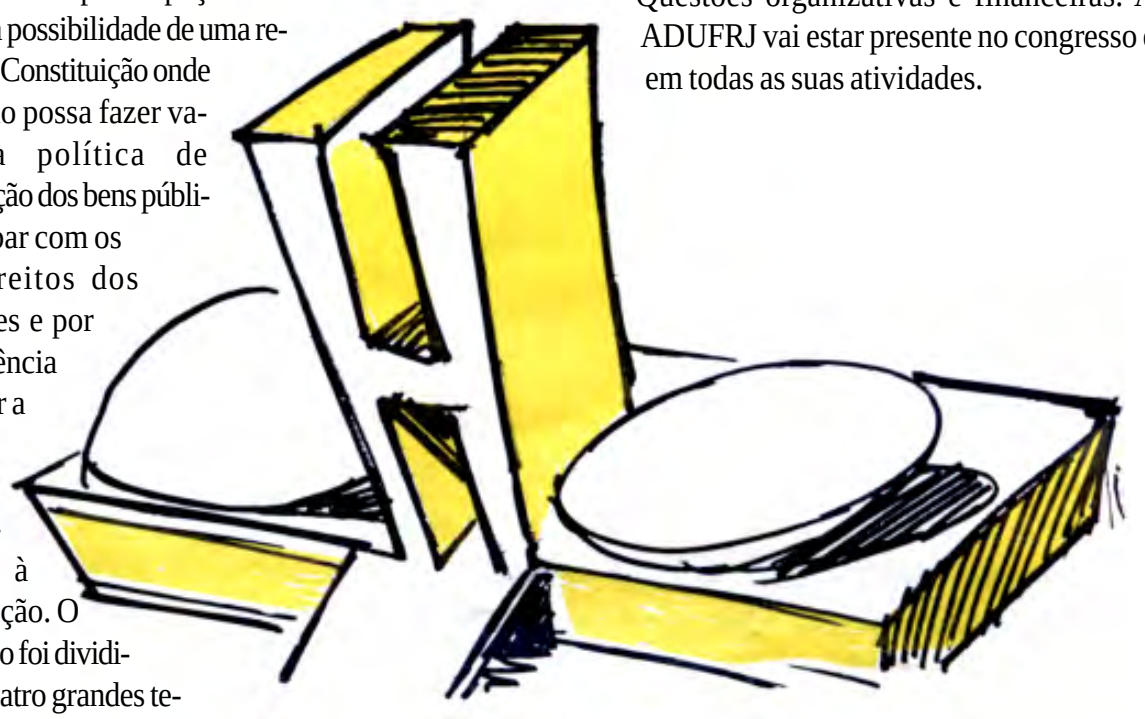
Grat. Ativ. Ld 13/92 - Gratificação por Atividade Executiva (GAE) da Lei Delegada nº 13/92 que corresponde a 160% do vencimento, ou seja, basta multiplicar o vencimento por 1,6. Caso o docente tenha ganho alguma ação na Justiça, a GAE é calculada sobre a soma do vencimento com o valor do mandado judicial. O professor do exemplo recebe R$ 1.478,88.

Professores fazem ato em Brasília

O movimento docente estará reunido em Brasília para a realização do, XIV Congresso Nacional da ANDES-SN. O evento acontece na semana de 14 a 18 deste mês. Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos no último CONAD, em Niterói, professores de todas as ADs do país discutirão a situação atual do ensino nas universidades e as formas de atuação do movimento na conjuntura nacional.

Um dos pontos altos do evento, com certeza, será o ato público promovido pelas entidades em frente ao Congresso Nacional. Os professores prometem balançar o Planalto na quarta-feira, dia 15, numa manifestação em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

Uma das preocupações do movimento é a possibilidade de uma reforma na Constituição onde o governo possa fazer valer sua política de privatização dos bens públicos, acabar com os direitos dos servidores e por conseqüência desgastar a universidade gratuita, levando à privatização. O Congresso foi dividido em quatro grandes temas: Movimento Docente e Conjuntura; O Estado, as políticas públicas e a construção da cidadania; O embate de projetos na educação brasileira e Questões organizativas e financeiras. A ADUFRJ vai estar presente no congresso e em todas as suas atividades.



Informativo da Associação de Docentes da UFRJ
ANDES-SN
Ano I n° 1
fevereiro/95

b.o.l.e.t.i.m
ADUFRJ

Serviço Público ameaçado

Governo ataca servidores e quer acabar como ensino gratuito

Os servidores públicos federais têm sido alvo de constantes ataques e o ministro da Administração Federal Bresser Pereira tem sido o porta-voz destas ameaças. O governo quer acabar com a aposentadoria integral e por tempo de serviço, com o Regime Jurídico Único, com a estabilidade dos servidores e com o processo de implantação da isonomia entre os Três Poderes. O ministro Bresser, em recente entrevista à Folha de S. Paulo, defendeu a transformação das universidades públicas em fundações regidas pelo direito privado "para ter flexibilidade administrativa". Com isto, as universidade deixariam de ser gratuitas.

Os servidores públicos precisam dar uma resposta contundente a todas estas investidas, que poderão se concretizar nas propostas de reforma constitucional. Os professores também devem dar sua contribuição em defesa das conquistas sociais e da universidade pública e gratuita.

No XIV Congresso da ANDES-SN, que acontecerá em Brasília de 14 a 18 de fevereiro, professores de todo o país estarão discutindo estas questões. No dia 15 de fevereiro, durante este evento, a ANDES-SN promoverá um ato público no Congresso Nacional "Em Defesa do Ensino Público e Gratuito".

Reajuste dos servidores foi de 22,07%

O reajuste dos servidores públicos federais para a data-base de janeiro foi definido pelo governo em 22,07%, percentual correspondente ao IPC-r acumulado de Julho a dezembro. O governo tentou parcelar o reajuste em quatro vezes, mas diversos pareceres jurídicos contrários começaram na pipocar em todo o país e o governo acabou recuando. O reajuste de 25,94% calculado pela SAF no governo Itamar, foi rejeitado pela nova equipe econômica. O presidente Fernando Henrique divulgou nota oficial informando que o reajuste dos servidores só foi possível graças ao corte de R$ 3,2 bilhões efetuado no orçamento da União, nos setores da saúde e educação. De acordo com a ANDES-SN, o presidente efetuou os cortes e jogou a culpa no salário dos servidores.

O reajuste concedido pelo governo aos servidores não está repondo nem mesmo as perdas salariais do ano de 94. De acordo com os cálculos do DIEESE os servidores públicos deveriam ter tido um reajuste de 213% para restabelecer o poder aquisitivo de janeiro de 1994. Além deste pequeno reajuste de 22,07%, os professores tiveram também em dezembro um reajuste diferenciado definido pela MP 806 que desestruturou a tabela da carreira docente. Com a nova tabela, o vencimento do Professor Auxiliar 1(20 horas) fica em irrisórios R$122,31 e o vencimento do Professor Titular doutor com dedicação exclusiva passa a R$ 1.218,99 (sem a GAE).

FHC abusa de Medidas Provisórias

O governo tem usado e abusado das medidas provisórias. Segundo levantamento divulgado pela grande imprensa, foram editadas pelo governo 824 MPs no período de outubro de 1988 até 9 de janeiro de 1995 dos quais 459 reedições. O presidente Fernando Henrique tem seguido a mesma sistemática dos governos anteriores e já assinou 20 MPs em menos de 30 dias.

Teto do Servidor

FHC assinou a MP 831 em 18/1/95 estabelecendo que nenhum servidor pode ganhar mais do que 80% do vencimento de ministro de Estado. Como o salário do ministro foi fixado em R$ 8 mil, o salário máximo do servidor não poderá agora ultrapassar R$ 6.400.

Suspensão de concursos

FHC assinou o decreto n° 1.368, suspendendo a realização de concursos públicos pelo prazo de 90 dias, contados a partir de 12/1 /95, e as nomeações para cargos no âmbito da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais. Este decreto poderá trazer sérios prejuízos ao serviço público, principalmente para as universidades que já estão sendo afetadas com as aposentadorias dos docentes, ameaçadas pela reforma constitucional.

b.o.l.e.t.i.m
ADUFRJ

Governo desestrutura carreira docente

Medida Provisória em fim de governo iguala piso e nivela o teto entre categorias

No penúltimo dia do governo anterior, o ex-presidente Itamar assinou a Medida Provisória n° 806/94, que alterou a estrutura da carreira docente, reduzindo as diferenças entre os níveis e as classes. Esta medida provisória, que reajustou os salários de dezembro, igualou o piso dos docentes com o piso dos técnicos-administrativos de nível superior. Com isso, o vencimento do Professor Auxiliar 1(40 horas) ficou igual ao piso dos servidores.

Em vez de conceder um reajuste igual para os professores, conforme havia sido acertado em negociações com o MEC, o governo concedeu reajustes diferenciados para cada nível da carreira. Os reajustes variaram de 9,48% para o Auxiliar 1 até 2,97% para o Adjunto 4. Para que o teto dos docentes (40 horas) não ultrapassasse o teto dos servidores de nível superior, o professor Titular não teve qualquer reajuste . A MP 806 igualou o piso e nivelou o teto das duas categorias.

Na tabela dos docentes do 3° grau houve uma redução da diferença de vencimentos entre os níveis de 5% para 4,5%. A diferença entre as classes passou de 10% para 9%, sendo que a diferença salarial entre Adjunto 4 e Titular foi reduzida de 25% para 21,39%.

A tabela dos docentes do 1° e do 2° graus também foi distorcida. A diferença salarial entre os níveis passou de 5% para 4,5%. Entre as classes C e D, a diferença diminuiu de 6% para 4,5% e entre as classes D e E, houve uma redução de 10% para 8%. A diferença entre a classe D e Titular passou de 20% para 18,22%.

Esta medida arbitrária do governo Itamar alterou significativamente a estrutura da carreira, arduamente conquistada pelo movimento docente e consolidada pelo Plano único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) da lei n° 7.596 de 1987.

Revogação dos quintos

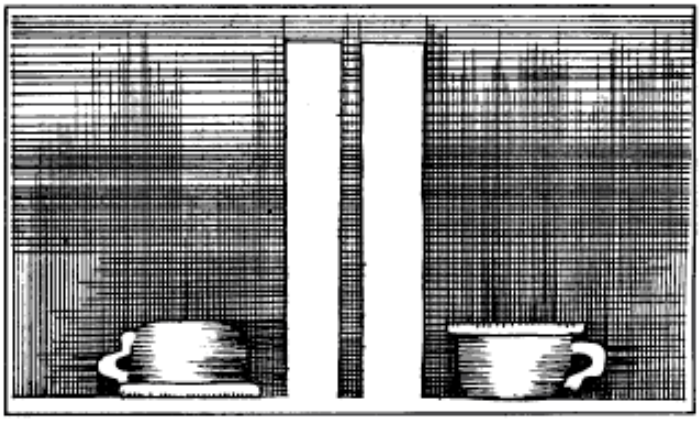
O governo revogou temporariamente, também através de medida provisória, a chamada incorporação dos quintos. De acordo com a legislação anterior, o servidor teria direito a incorporar no salário um quinto das gratificações para cada ano de exercício até o limite de cinco anos.

A revogação dos quintos consta na pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais do Ensino Superior, tendo em vista que esta incorporação estimula a carreira administrativa nas universidades em detrimento da carreira docente.

Aumento de parlamentares e presidente é bem maior do que o divulgado

A Câmara dos Deputados aprovou o questionável projeto que concede aos parlamentares mais três salários a título de ajuda de custo - os 13°, 14° e 15° salários. Isso significa que o aumento aprovado para os vencimentos do presidente, vice, ministros e parlamentares é muito maior que os 95% divulgados pelos jornais e TVs.

Com o acréscimo do 13° salário para o cargo de presidente, os vencimentos de FHC passam a somar 13 vezes CR$8.500,00. Um valor 163,92% maior que os R$ 41.868,00 recebidos ano passado pelo presidente. O vice e os ministros também passaram a receber o 13°, significando um aumento de 177% nos vencimentos anuais em relação ao ano passado.



Já os parlamentares foram agraciados com a incorporação dos 14° e 15° salários. Os cálculos mostram que 15 vezes os R$ 8.000,00 (salário dos parlamentares reajustado em janeiro) perfazem um aumento de 144,61% em relação a 94. Os valores divulgados pela grande imprensa revelam apenas um aumento de 95% para os parlamentares porque não sabem ou não querem fazer as contas levando em conta os salários criados.

b.o.l.e.t.i.m
ADUFRJ

Plano Verão para todos

Professores de várias Unidades assinam moção pela isonomia

A ADUFRJ encaminhou ao reitor da UFRJ a moção, aprovada em Assembléia Geral, exigindo a extensão do reajuste de 26,05% referentes a ação do Plano Verão para todos os professores. Esta moção, assinada por cerca de 500 professores de quase todas as Unidades da UFRJ, faz parte da campanha pela isonomia salarial entre os docentes para restabelecer a valorização do trabalho acadêmico.

Reitoria atrasa repasse

A mensalidade dos sócios da ADUFRJ foi repassada com atraso pela reitoria, embora o pagamento dos salários tenha sido efetuado no dia 24. De acordo com o Setor Financeiro da UFRJ, o MEC mais uma vez somente repassou a folha de pagamento com os valores líquidos dos salários.

Contracheques são emitidos com erro

Os contracheques de janeiro de muitos professores da UFRJ saíram errados. Em vez do reajuste de 26,05% da ação do Plano Verão, muitos contracheques saíram com 58,88% na linha correspondente ao mandato judicial.

A constatação deste erro foi apontada por diversos professores que procuraram a ADUFRJ logo que saiu o contracheque. A ADUFRJ esteve na SR4 para obter esclarecimentos. A Chefe da Seção de Controle, Silvia Lippi, informou que realmente houve um erro em cerca de 1.300 contracheques de professores e que o desconto seria feito nos próximos meses. É importante lembrar que, de acordo com a legislação em vigor, qualquer pagamento indevido deve ser descontado nos meses subsequentes até no máximo uma quantia igual a 10% do salário bruto. Até o fechamento desta edição, a reitoria não havia decidido como seria feito o desconto.

XIV Congresso da ANDES-SN

Compareça à próxima reunião aberta do Conselho de Representantes da ADUFRJ, dia 9 de fevereiro às 10 horas, na sede da entidade. Vamos discutir os temas do Congresso do nosso Sindicato Nacional.

Reajuste da mensalidade da ADUFRJ

A mensalidade da ADUFRJ passará de R$ 7,50 para R$ 9,50, tendo em vista o reajuste de 22,07% dos servidores e o reajuste médio de 4,74% da tabela dos docentes da MP-806. No mês de fevereiro a mensalidade será de R$11,50, já que os reajustes não foram considerados em janeiro.

Todos os sócios da ADUFRJ descontam um valor fixo, reajustado de acordo com o reajuste da categoria ou deliberado por Assembléia Geral.

Governo não paga adiantamento das férias

O governo não efetuou o pagamento do adiantamento dos salários para os servidores que tiraram férias em janeiro, contrariando o Regime Jurídico Único. O MEC enviou um telex para todas as universidades federais informando que o governo somente iria liberar os recursos destinados ao pagamento das férias quando o presidente da República sancionasse o orçamento de 1995. O pagamento e os abonos só saíram dia 24 de janeiro.

Vários professores tiveram dificuldades durante este período, pois já estavam contando com o dinheiro. A ANDES-SN entrou com um mandado de segurança coletivo preventivo para garantir o pagamento imediato dos direitos financeiros dos docentes que programaram suas férias para janeiro. A Juíza da 13ª Vara da Justiça Federal de Brasília, Isa Tania Cantão, indeferiu o mandado de segurança.

Tabelas com salários de janeiro

As tabelas com os novos salários dos docentes das IFEs - confira última página – incluem os reajustes diferenciados da MP 806 e o reajustes dos servidores públicos federais de 22,07%. Os valores passam a vigorar a partir de janeiro/95

b.o.l.e.t.i.m
AD UFRJ

Gratificação por Atividade Executiva (GAE) = 160% do vencimento

MAGISTERIO SUPERIOR
Vencimentos de janeiro 1995 (R$)

Regime de 20 horas

	graduado	aperfeiç.	especializ.	mestrado	doutorado
Aux.1	122,31	128,42	136,98	152,88	183,46
Aux.2	127,81	134,20	143,15	159,76	191,71
Aux.3	133,56	140,24	149,59	166,95	200,34
Aux.4	139,57	146,55	156,32	174,46	209,36
Ass.1	152,13	159,74	170,39	190,17	228,20
Ass.2	158,98	166,93	178,06	198,72	238,47
Ass.3	166,13	174,44	186,07	207,67	249,20
Ass.4	173,61	182,29	194,44	217,01	260,41
Adj.1	189,23	198,70	211,94	236,54	283,85
Adj.2	197,75	207,64	221,48	247,19	296,62
Adj.3	206,65	216,98	231,45	258,31	309,97
Adj.4	215,95	226,74	241,86	269,93	323,92
Titular	262,15	275,26	293,61	327,69	393,22

Regime de 40 horas

	graduado	aperfeiç.	especiali.	mestrado	doutorado
Aux.1	244,61	256,84	273,97	305,76	366,92
Aux.2	255,62	268,40	286,29	319,52	383,43
Aux.3	267,12	280,48	299,18	333,90	400,68
Aux.4	279,14	293,10	312,64	348,93	418,71
Ass.1	304,27	319,48	340,78	380,33	456,40
Ass.2	317,96	333,86	356,11	397,45	476,94
Ass.3	332,27	348,88	372,14	415,33	498,40
Ass.4	347,22	364,58	388,88	434,02	520,83
Adj.1	378,47	397,39	423,88	473,08	567,70
Adj.2	395,50	415,27	442,96	494,37	593,25
Adj.3	413,30	433,96	462,89	516,62	619,94
Adj.4	431,89	453,49	483,72	539,87	647,84
Titular	524,30	550,51	587,21	655,37	786,45

Regime de Dedicacao Exclusiva

	graduado	aperfeiç.	especializ.	mestrado	doutorado
Aux.1	379,15	398,11	424,65	473,94	568,72
Aux.2	396,21	416,02	443,76	495,26	594,32
Aux.3	414,04	434,74	463,72	517,55	621,06
Aux.4	432,67	454,31	484,59	540,84	649,01
Ass.1	471,61	495,19	528,21	589,51	707,42
Ass.2	492,83	517,48	551,97	616,04	739,25
Ass.3	515,01	540,76	576,81	643,77	772,52
Ass.4	538,19	565,10	602,77	672,73	807,28
Adj.1	586,62	615,96	657,02	733,28	879,94
Adj.2	613,02	643,67	686,59	766,28	919,53
Adj.3	640,61	672,64	717,48	800,76	960,91
Adj.4	669,44	702,91	749,77	836,80	1004,15
Titular	812,66	853,29	910,18	1015,83	1218,99

MAGISTERIO 1o. e 2o. graus
Vencimentos de janeiro 1995 (R$)

Regime de 20 horas

	graduado	aperfeiç.	especializ	mestrado	doutorado
C1	122,31	128,42	136,98	152,88	183,46
C2	127,81	134,20	143,15	159,76	191,71
C3	133,56	140,24	149,59	166,95	200,34
C4	139,57	146,55	156,32	174,46	209,36
D1	145,85	153,14	163,35	182,32	218,78
D2	152,42	160,04	170,71	190,52	228,62
D3	159,27	167,24	178,39	199,09	238,91
D4	166,44	174,76	186,41	208,05	249,66
E1	179,76	188,74	201,33	224,70	269,64
E2	187,85	197,24	210,39	234,81	281,77
E3	196,30	206,11	219,85	245,37	294,45
E4	205,13	215,39	229,75	256,42	307,70
Titular	242,51	254,63	271,61	303,13	363,76

Regime de 40 horas

	graduado	aperfeiç.	especializ	mestrado	doutorado
C1	244,61	256,84	273,97	305,76	366,92
C2	255,62	268,40	286,29	319,52	383,43
C3	267,12	280,48	299,18	333,90	400,68
C4	279,14	293,10	312,64	348,93	418,71
D1	291,70	306,29	326,71	364,63	437,56
D2	304,83	320,07	341,41	381,04	457,25
D3	318,55	334,48	356,77	398,19	477,82
D4	332,88	349,53	372,83	416,10	499,32
E1	359,51	377,49	402,66	449,39	539,27
E2	375,69	394,48	420,77	469,61	563,54
E3	392,60	412,23	439,71	490,75	588,90
E4	410,26	430,78	459,50	512,83	615,40
Titular	485,02	509,27	543,22	606,27	727,52

Regime de Dedicacao Exclusiva

	graduado	aperfeiç.	especiali.	mestrado	doutorado
C1	379,15	398,11	424,65	473,94	568,72
C2	396,21	416,02	443,76	495,26	594,32
C3	414,04	434,74	463,72	517,55	621,06
C4	432,67	454,31	484,59	540,84	649,01
D1	452,14	474,75	506,40	565,18	678,21
D2	472,49	496,11	529,19	590,61	708,73
D3	493,75	518,44	553,00	617,19	740,63
D4	515,97	541,77	577,89	644,96	773,95
E1	557,25	585,11	624,12	696,56	835,87
E2	582,32	611,44	652,20	727,90	873,48
E3	608,53	638,95	681,55	760,66	912,79
E4	635,91	667,71	712,22	794,89	953,87
Titular	751,77	789,36	841,99	939,72	1127,66

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D, Sala 200 Ilha Do Fundão - Cep: 21944 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ Tel: 590-4799 Fax: 260-6368
Diretoria: Henrique Longo; Elmo Amador; Roberto Houaiss; Ruth Barbosa; Venúsia Neiva e .José Helder Lopes
Edição: Ana Manuella Soares Ilustração: Roberto Houaiss Tiragem: 5.000

J.O.R.N.A.L

ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ

Andes-SN

Nº 13
MARÇO/95

Na mesa de abertura do XIV Congresso Newton Lima Neto, Antonio lbañez e Schuch, presidente da Andes-SN

Congresso da Andes-SN marca campanha pelo ensino público e gratuito

Docentes mobilizam parlamentares e denunciam descaso com educação no país.

4 e 5

Assembléia Geral

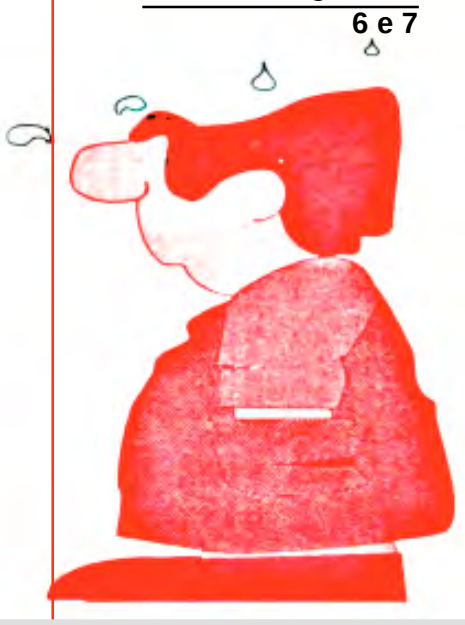
5 de abril
quarta-feira
13 horas
Auditório do Roxinho

Pauta:
- **Indicativo de greve para a segunda quinzena de abril**
- **Eleição de delegados para Plenária dos SPFs**

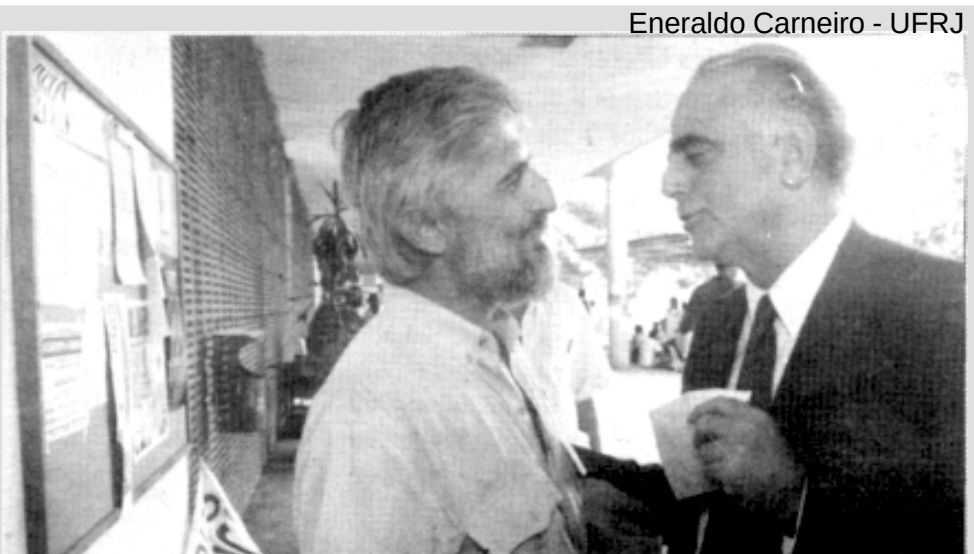
Reforma da Previdência é perversa

Veja o que trabalhadores e aposentados perdem caso o Congresso aprove a emenda do governo

6 e 7



Eneraldo Carneiro - UFRJ



Presidente da ADUFRJ, Henrique Longo, entrega carta-convite ao Ministro da Educação Paulo Renato, em sua visita ao CT

ADUFRJ convida ministro para debate sobre medidas do MEC

Professores, estudantes e ténicos-administrativos condenam avaliação de cursos e eleição de reitores propostas pelo governo.

8

AD editorial

Nem Collor ousou tanto

O momento é extremamente grave. Os ataques estão vindo em todas as direções. A reforma da constituição ameaça a soberania nacional e poderá tirar os direitos sociais dos trabalhadores, tão duramente conquistados ao longo de décadas de luta e consolidadas na Constituinte de 1988. Fernando Henrique adota práticas autoritárias e utiliza Medidas Provisórias para alterar os rumos da educação e interferir na autonomia das universidades públicas.

Todos perdem com a reforma da Previdência: os trabalhadores em atividade, os aposentados e até os pensionistas. A Previdência Social será organizada a partir de uma confecção de seguro e não de uma concepção de direito social, direcionando seu funcionamento pela lógica financeira. Estas mudanças cruéis têm um objetivo muito claro: a privatização da Previdência com o crescimento dos fundos de pensão privados, descomprometendo o governo a manter a seguridade social para todos.

A estratégia da desconstitucionalização está sendo seguida pelo governo na reforma da Previdência. Vários artigos estão sendo retirados da Constituição e remetidos para leis complementares, ainda não claramente definidas. É um verdadeiro cheque em branco. É isto que está ocorrendo com a definição do tempo mínimo de contribuição, o valor máximo para os beneficies e as regras de transição para o regime geral de previdência social. A idade mínima para a aposentadoria pode ficar em 65 anos, para quem chegar lá.

Os Servidores Públicos Federais terão um regime próprio de previdência definido por lei complementar, mas que deverá seguir o regime geral de previdência social. Os professores perderão a aposentadoria integral, a proporcional por tempo de serviço e a aposentadoria especial. As funções gratificadas e comissionadas serão possivelmente abolidas na aposentadoria. As professoras, que atualmente se aposentam com 25 anos de serviço, serão as mais prejudicadas pois deverão permanecer na ativa até os 65 anos de idade, Todos estaremos na vala comum.

O governo FHC está sendo extremamente perverso desumano com os aposentados e pensionistas, que passarão a contribuir nesta nova sistemática. Os proventos de aposentadorias e pensões não mais serão reajustados de acordo com os mesmos percentuais dos servidores em atividade, nem serão estendidos quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores da ativa. Ao romper este vínculo de reajustes, os aposentados e pensionistas estarão condenados a uma política de arrocho salarial maior do que a dos servidores da ativa. Se esta emenda for aprovada, a corrida desesperada dos professores para a aposentadoria, que está trazendo grandes prejuízos para as atividades acadêmicas, não irá trazer quaisquer benefícios individuais.

Por mais que negue FHC quer consolidar o modelo Neoliberal

As universidades públicas também estão sendo profundamente atingidas pelas ações arbitrárias do governo. É inadmissível que o MEC utilize uma medida provisória para interferir nos rumos da educação superior. Todas as questões relacionadas com a educação deveriam ser discutidas no âmbito do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que está tramitando no Senado Federal.

A Medida Provisória 938 é uma interferência autoritária na autonomia das universidades e um grande retrocesso no processo de democratização. Ao definir o peso da categoria dos docentes em 70% nas eleições para reitor, vice-reitor e diretores de Unidades, o governo revela a sua visão elitista, alijando na prática a participação dos alunos e servidores técnicos-administrativos do processo eleitoral.

A divisão do Conselho Nacional de Educação em dois conselhos setoriais, Conselho de Educação Básica e Conselho de Educação Superior, tem por finalidade dividir e desvincular a educação básica da educação superior. O pior é que a MP 938 permite que este Conselho delegue algumas de suas atribuições aos Estados, tais como credenciar e recredenciar as universidades e aprovar os seus estatutos e regimentos, apontando para a estadualização das universidades federais.

A MP 938 também define uma avaliação institucional completamente distorcida. O governo vai utilizar o resultado dos exames de avaliação dos alunos das últimas séries dos cursos de graduação para o recredenciamento das universidades. A avaliação institucional é um processo que deve envolver todas as atividades acadêmicas e não deveria se restringir a um simples exame no final do curso.

A proposta da "publicização", defendida pelo ministro Bresser, poderá ser o caminho para a privatização das universidades federais. As universidades seriam transformadas em entidades públicas não estatais sob o regime jurídico de direito privado, criando uma espécie de "organismo híbrido". Com esta mudança, as universidades deixariam de ser gratuitas e os servidores públicos sairiam do RJU. O anteprojeto de lei da "publicização" já está circulando nas universidades e poderá ser enviado a qualquer momento para o Congresso Nacional até mesmo através de mais uma medida provisória.

Não resta qualquer dúvida. Todos estes ataques contra a soberania nacional, contra os direitos sociais dos trabalhadores, contra o serviço público e, em particular, contra a universidade pública seguem uma mesma diretriz muito bem definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. A crise econômica na América Latina tem revelado que este modelo apenas atende ao sistema financeiro internacional. O acesso à cidadania fica cada vez mais restrito aos que podem participar do mercado.

Por mais que negue, o presidente Fernando Henrique quer consolidar este modelo neoliberal em nosso país através da reforma da Constituição e por medidas provisórias. Nem Collor ousou tanto. A mobilização dos movimentos sociais organizados é fundamental para influenciar o Congresso Nacional e barrar as investidas contrárias aos interesses da população brasileira. Não podemos ficar calados. Os professores devem sair em defesa de seus direitos e em defesa da universidade pública e gratuita. É agora ou nunca mais!

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Volta às aulas ainda é um problema

155 professores concursados não foram empossados. Algumas turmas podem ficar sem professor.

A volta às aulas está comprometida em algumas Unidades. Vários cursos e disciplinas correm o risco de não iniciarem suas atividades caso a UFRJ não encontre uma forma de solucionar o déficit atual de 300 docentes. Até o Programa Tutorial, aprovado pelo CEG/CEPG no final do ano passado, pode virar uma solução desesperada para alguns departamentos. Além das dificuldades conhecidas, o número crescente de pedidos de aposentadoria vem agravando a carência de professores.

A Universidade possui hoje cerca de 3.400 professores do quadro efetivo, mas conta apenas com 3.100 na ativa. Em setembro de 93 foram distribuídas 156 vagas e até o final do ano passado foram concursados 155 docentes. Estes professores não puderam tomar posse este ano devido ao decreto do governo que a partir de Janeiro suspendeu a contratação de pessoal no funcionalismo público. Em função da medida do governo, um edital para concurso público com 61 vagas já concedidas pela COTAV - Comissão Temporária de Alocação de Vagas - ainda nao foi publicado.

Para completar turmas em varies Unidades, foram abertas 200 vagas para professores substitutos. Mas novamente o governo pôs o pé na frente das universidades e, ainda em janeiro, retirou da folha de pagamento a verba para os contratados temporariamente. Resultado: a universidade vai ter, que pagar os substitutos com verba de custeio, o que significa que cada decania vai arcar com o pagamento de seus substitutos. Um professor substituto auxiliar I, em regime de 20 horas semanais, recebe R$ 318,00 (com a GAE).

Pare o superintendente da SRl, Professor Ricardo Medronho, a universidade deveria contratar imediatamente os professores concursados. Segundo Medronho, o reitor encaminhou ao MEC em fevereiro um documento justificando a situação crítica da UFRJ e pedindo uma concessão para a contratação dos concursados. Ate o momento nao ha sinal de resposta e os departamentos que estão com carência de professores estão tendo que administrar com os recursos disponíveis. E nesse panorama que entram os substitutos a até mesmo os alunos de pós-graduação, alocados a partir do Programa Tutorial. Sobre o programa, Medronho espera que os tutores não sejam usados pare cobrir déficit de professores, "caso contrário, estará pondo em risco a própria finalidade doa programa que é a de preparar futuros professores, já que normalmente 80% dos pós-graduandos procuram a carreira docente".

Os concursos públicos seriam a solução definitiva pare a falta de professores. De acordo com o superintendente da SRI, o processo é longo e o preenchimento de uma vaga via concurso demora em média oito meses para professores auxiliar e adjunto. Para as vagas de professor titular o prazo pode ser ainda maior. "Enquanto as regras do concurso exigirem essa tramitação, a universidade vai continuar trabalhando com esse déficit".

Falta de professores prejudique curso.

A graduação é sempre a mais prejudicada e o curso de Engenharia de Produção é um dos que está sofrendo com a falta de professores. Com 11 turmas e média de 500 alunos, o curso tem sido um dos mais procurados da Escola de Engenharia. As mudanças no currículo para acompanhar as novas tecnologias forçaram a abertura de novas disciplinas obrigatórias a eletivas. Alem disso, devido a procura, já foram abertas duas turmas-extras e mais uma deverá ser formada ate 96.

O curso conta com 18 professores do quadro em atividade (ao todo são 21 efetivos). O reforço de cinco substitutos e professores cedidos pela Coppe a Coppead nao foi suficiente para o fechamento de todas as turmas e ainda faltam professores para nove disciplinas. Dois professores foram aprovados por concurso, mas não puderam assumir as turmas devido a medida do governo. Um deles aceitou ser contratado por serviços prestados. O outro concursado tinha emprego fixo a não podia assumir um contrato com a universidade sem a perspectiva de ser empossado imediatamente. A solução imediata para as disciplinas que estão sem professor vai ser mesmo os tutores. Vale lembrar que o professor-aluno não pode ser responsável pela turma e que para cada um é necessário um professor efetivo como orientador.

Processo de concurso é lento e pode demorar ainda mais dependendo da agilidade de cada unidade

O número de vagas de docentes na universidade é fixo. Os concursos públicos para professor universitário são feitos somente para vagas de professores aposentados, mortos ou demitidos. Uma das barreiras que as universidades enfrentam para solucionar o problema dos concursos é a do tempo. Um processo normal de concurso leva em média oito meses desde a abertura da vaga e a publicação em edital até a aprovação do candidato. Até 1990, o reitor distribuía as vagas. A partir deste ano o CEG/CEPG aprovou uma sistemática de avaliação global das necessidades e passou a constituir anualmente a COTAV- Comissão Temporária de Alocação de Vagas.

Os caminhos até a sala de aula

- Em setembro, o chefe do departamento solicita, justificando suas necessidades, o pedido de abertura de concurso para determinada vaga e o envia ao CEG/CEPG.
- Em outubro/novembro os pedidos são apreciados pela COTAV que apresenta relatório ao CEG/CEPG. Em dezembro a CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente fecha o quadro de distribuição aprovado pelos conselhos e publica os editais no Diário Oficial. A partir daí cada Unidade fica responsável pela publicação de seu edital na imprensa, o que pode atrasar ainda mais o processo dependendo da agilidade de cada uma. Em 94 não houve publicação de vagas.
- Edital publicado, o que acontece geralmente entre dezembro e janeiro, as inscrições ficam abertas durante três meses para auxiliares e adjuntos e seis meses para titulares.
- Após o fechamento das inscrições, os candidatos têm um mês para impugnar qualquer dos membros da banca.
- A parte final, a instalação da banca, fica a critério da Unidade sem limitação de prazo.

ADUFRJ exige cumprimento dos objetivos acadêmicos

A Assembléia Geral da ADUFRJ realizada no dia 16 de março, aprovou que o movimento docente "deve exigir das instâncias dirigentes da UFRJ a garantia de que o Programa Tutorial não seja utilizado para cobrir deficiências no quadro docente e sim, unicamente, para atingir seus objetivo acadêmicos declarados de capacitação didática na formação de mestres e doutores".

Desprivatização do Estado na pauta do dia

Congresso da Andes- SN reafirma construção de projeto democrático popular em oposição às reformas do governo FHC. O evento aconteceu entre os dias 14 e 18 de fevereiro, em Brasília

Na mesa de abertura Newtom Lima Neto, Antonio Ibaniez, Schuch, presidente da Andes-SN e Edmundo Fernandes.

Durante a abertura do XIV Congresso da Andes-SN, em Brasilia, o Governador Cristovam Buarque defendeu a universidade pública como instrumento de abolição do *apartheid* social a que está fadada a sociedade brasileira. "As áreas técnicas de ciência e tecnologia têm o compromisso com a realidade de nosso país nesse momento de nossa história. As opções individuais devem ser respeitadas, mas as instituições devem estar a serviço das decisões coletivas", disse. Cristovam foi incisivo na necessidade da elite acadêmica brasileira voltar seus esforços para a busca de soluções que visem minimizar a massa de excluídos do sistema e resolver os problemas sociais que tanto afligem a população, a começar pela saúde e educação.

Na ocasião, o ex-presidente da Andifes, Newton Lima Neto, falou sobre a insuficiência de repasses da União às universidades federais. 0 reitor rebateu as declarações de Fernando Henrique de que as IFEs recebem recursos suficientes. Comprovou, ainda, que 95% das verbas liberadas são para folha de pagamento. Os 5% restantes não pagam nem as contas básicas das instituições.

> **"As universidades não recebem recursos suficientes"**
> **Newtom Lima Neto**

No evento esteve presente o encarregado de negócios de Cuba, Eduardo Gonzales Lerner, que reconheceu o drama de seu país frente à política de isolamento comercial americana, mas revelou dados acerca do baixíssimo índice de analfabetismo de seu país e dos avanços na área da saúde.

Cristovam Buarque, "a universidade tem um compromisso com a realidade do país".

Carta de Brasília, o resumo do XIV Congresso da Andes-SN

Durante cinco dias, 340 professores, entre delegados e observadores de 59 Associações Docentes- Seções Sindicais analisaram a conjuntura política nacional e as perspectivas para a universidade brasileira. Para o movimento docente, o momento indica a luta contra a tentativa de reforma da Constituição, apresentada pelo governo FHC e iniciada com a apresentação da emenda da Previdência para votação no Congresso Nacional. Os professores avaliaram que reduzir os serviços públicos significa, dentro da proposta governamental de privatização do Estado, a transferência para os setores privados de imensas parcelas de capital social, fruto de impostos e contribuições pagos por milhões de trabalhadores.

A redução do Estado fortalece a iniciativa privada, lógica que pode ser percebida nas reformas sobre a Ordem Econômica. A concessão de serviço público às empresas privadas é, segundo o movimento docente, um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor privado, "na melhor tradição de capitalização privada dos lucros e de socialização das perdas" - como descreve a Carta de Brasília, documento máximo do XIV Congresso e que vai nortear a luta dos docentes no próximo período.

O documento ataca fortemente a proposta de reforma constitucional e atenta para o perigo da revisão de direitos sociais e conquistas dos trabalhadores ao longo dos últimos anos, em especial durante a Constituinte de 88.

Quanto à questão da educação, a Carta afirma que "tenta-se pela milésima vez, opor os gastos da universidade à necessidade de melhorar a qualidade do ensino básico. Do mesmo modo tem sido tratada a política nacional de C&T" Em relação ao processo de "flexibilização" proposto pela reforma, o documento da Andes-SN diz que ao mesmo tempo que o governo propõe, por exemplo, o fim da estabilidade para servidores "cria uma casta de funcionários altamente remunerados, estabelecendo uma nítida divisão entre os bem aquinhoados e a escória mal paga e descartável. Esta casta assumiria, de fato, e plenamente, a direção do aparelho estatal, sem ter que passar por qualquer concurso".

Universidade e Sociedade é lançada no evento

O oitavo número da revista Universidade e Sociedade já está à disposição dos professores e interessados. Este número traz artigos de Eduardo Suplicy, Irma Passoni, Vicentinho, Fernando Sklo, Marilena Chauí, entre outros. E ainda uma entrevista com Aziz Ab'Saber, presidente da SBPC.

Quem quiser adquirir o exemplar, basta dar uma passada na sede da ADUFRJ, no CT, bloco D, sala 200, Fundão.

Eixos centrais de luta do movimento docente

1-defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade em todos os níveis;
2-construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo FHC;
3-defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal
4-defesa do serviço público e controle democrático desses serviços pela população;
5-luta pela democratização dos meios de comunicação
6-defesa da independência de classe das organizações dos trabalhadores contra a cooptação govemamental/patronal, e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio a Cuba.
7-defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania;
8-luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população

Ato mobiliza parlamentares em defesa da universidade pública

47 deputados federais e sete senadores participaram de manifestação promovida pelo movimento docente

Nos últimos três anos, foram destinados ao conjunto das universidades federais US$ 2,5 bilhões anuais, em média. Isto representa insignificantes 0,5% do PIB e cerca de 15% do orçamento global do país para a educação. Este volume de recursos, pelos estudos da Unicef classificam o Brasil como o país que menos investe em educação per capita, informações que a própria Andifes - Associação dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior - tem veiculado. Essas entre outras denúncias foram feitas na Carta aos Parlamentares do Brasil, distribuída aos congressistas no primeiro dia de atividades no Congresso Nacional,15 de fevereiro, durante o Ato Público no Auditório Petrônio Portela, em Brasília.

O ato foi o ponto alto do XIV Congresso da Andes-SN. Durante cerca de cinco horas representantes de 48 entidades do movimento sindical e popular, 47 deputados e sete senadores falaram sobre o problema da educação no país e clamaram pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Durante a manifestação foi lançada a campanha "1995: ano em defesa da Universidade Pública".

A carta aos parlamentares deixa claro a intenção do governo federal em dissimular o baixo investimento no setor, responsabilizando os gastos com as universidades pelo sucateamento do ensino básico. O documento denuncia, ainda, os baixos salários de docentes e técnicos-administrativos nas IFEs, que só no ano passado perderam 43,32% do poder de compra. No documento, a Andes-SN reivindica um reajuste de 97,34% para a recuperação dos salários de 1994.

Os docentes e trabalhadores presentes se esforçaram para convocar o máximo de parlamentares de vários partidos. A mesa registrou a presença de parlamentares do PT, PC do B, PSB, PTB, PDT PMDB, PSDB e PPS. Durante o ato, foi lançado o Comitê Nacional em Defesa da Previdência Social Pública. O Comitê é uma resistência às propostas de mudança da Previdência através da reforma constitucional.

Entidades presentes
CUT; DNTE; UNE; FASUBRA; UBES; CGT; SINDPETRO, FENASPs, entre outras

Senadores presentes:
Benedita da Silva (PT/RJ)
Eduardo Suplicy (PT/SP)
Emília Fernandes (PTB/RS)
Lauro Campos (PT/DF)
Marina Silva (PT/AC)
Roberto Freire (PPS/PE)
Ronaldo Cunha Lima (PMDB/PB)

Manifestações contra reforma ganham força em Brasília

Aposentados, trabalhadores e estudantes de vários locais do país foram, em caravana, ao Planalto dizer não às reformas

Servidores públicos, trabalhadores do setor privado, aposentados e pensionistas, todos perdem com a emenda da Previdência apresentada pelo governo ao Congresso Nacional

O governo sofreu a primeira derrota na tentativa de fazer a reforma da atual Constituição. As milhares de pessoas, entre estudantes, pensionistas e trabalhadores de todas as categorias, conseguiram promover um verdadeiro lobby popular em Brasília e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou por 24 votos a 22 requerimento do deputado Nilton Gibson (PMN-PE) desmembrando a emenda da Previdência.

A primeira derrota da reforma aconteceu no dia 23 de março, uma semana depois de o governo enviar a emenda ao Congresso Nacional e FHC sofrer a primeira manifestação de oposição na visita ao Rio. Se depender da atuação dos movimentos populares, dificilmente vão ser aprovadas as emendas que querem acabar com a Previdência e com a saúde pública - Até os partidos que apoiam o governo foram contra a votação em bloco da emenda.

A emenda constitucional que altera a Previdência Social trata de artigos incluídos em diversos títulos da Constituição, o que mostrou a intenção do governo de acabar de uma só vez com praticamente todos os direitos dos trabalhadores no que diz respeito à saúde, previdência e assistência social. De acordo com a emenda, as mulheres são as mais prejudicadas. Professoras, operárias, comerciarias, trabalhadoras do campo, todas perdem o direito de se aposentar antes dos homens. Essa foi uma conquista debatida arduamente por representantes de toda a sociedade civil organizada durante os dois anos da Constituinte de 88.

Fernando Henrique vem anunciando que as propostas contidas na emenda "visam dar maior segurança financeira e trazer mais justiça ao sistema previdenciário". Mas o conteúdo da emenda não é tão simples assim. Contrariando a justificativa do presidente, o texto da emenda deixa claro que fica rompido o conceito de indissociabilidade entre saúde, previdência e assistência e no seu lugar passará a valer um novo conceito de seguridade social. Trocando em miúdos, o que é direito do cidadão e dever do Estado passará a ser um direito somente para os segurados, ou, para os que podem pagar por uma aposentadoria complementar, por exemplo.

No caso dos servidores públicos federais, as aposentadorias e pensões não serão reajustadas de acordo com a remuneração dos servidores da ativa, o que acarretará perda contínua da qualidade de vida do aposentado. Os servidores não terão mais direito às aposentadorias proporcionais por tempo de serviço e a aposentadoria especial acaba para os professores.

As propostas do governo e as principais , perdas com a aprovação da emenda

Aposentadoria por tempo de serviço - Acaba. A emenda propõe a combinação de idade mínima e tempo mínimo de contribuição a ser definida em lei complementar. A tendência é de um limite mínimo de idade em torno de 65 anos e tempo de contribuição entre 38 e 40 anos.

Limite para as aposentadorias - Quem quiser ganhar acima do limite, que será estabelecido em três, cinco ou dez salários mínimos, deverá contribuir para fundos de pensão privados.

Aposentadorias proporcionais - Fim imediato das aposentadorias proporcionais por tempo de serviço.

Aposentados e pensionistas - passam a contribuir para a Previdência e não poderão receber benefícios superiores ao salário da ativa. Seus proventos não serão mais vincula dos servidores da ativa.

Aposentadorias especiais para professores - acabam sumariamente.

Tempo de contribuição - O tempo de contribuição já cumprido será contado deforma proporcional.

Licença prêmio - não será contada em dobro para efeito da aposentadoria

Acumulação - não será permitida acumulação de aposentadoria com cargo.

Mulheres - Idade de aposentadoria vai ser a mesma que a dos homens. No caso das professoras isso significa dupla perda, já que hoje elas se aposentam com 25 anos. Se a idade para aposentadoria for de 65 anos para os homens, ela valerá também para as mulheres.

Momento decisivo para o futuro do país

As MPs tornam-se o instrumento do governo para implementar o neoliberalismo

Esta foi a principal constatação feita pelo Setor das Federais da ANDES-SN na reunião dos dias 17 e 18 de março em Brasília. Para o Setor, o movimento docente deve analisar a conjuntura superando as visões fragmentadas da realidade e avaliar a correlação de forças para definir os rumos da luta dos professores. Esta correlação envolve o embate entre o modelo neoliberal do governo e um projeto democrático e popular, resgatando a cidadania de milhões de brasileiros.

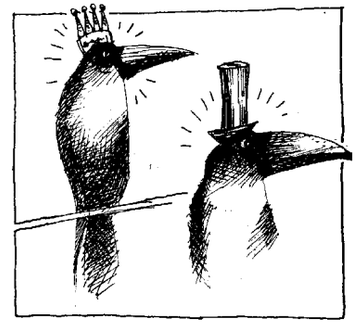
As reformas neoliberais do governo FHC foram analisadas pelo Setor das Federais. Foi constatado que o governo avança no sentido de implementação de suas propostas principalmente através do uso abusivo de Medidas Provisórias e decretos. Até o dia 17 de março; o governo FHC já havia editado e reeditado133 MPs.

A forma com que o governo FHC está encaminhando as reformas despertou preocupações no Setor. Sob o discurso de ter sido eleito por 34 milhões de eleitores, o governo FHC invoca o "direito" de fazer mudanças atropelando instrumentos e canais que caracterizam uma democracia e que foram duramente conquistados. Impede-se a discussão e ameaça-se com instrumentos repressivos quaisquer questionamentos à política governamental, a exemplo do ocorrido nas manifestações na Candelária.

Diante dos ataques concretos do governo, que exigem respostas urgentes e contundentes no sentido de impedir que tais medidas se efetivem, o Setor das Federais avaliou que estão colocadas algumas alternativas: greve geral dos trabalhadores, greve unificada dos servidores públicos e Estatais e greve dos SPFs. A greve dos docentes das Instituições Federais em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade também foi uma hipótese levantada. Qualquer destas alternativas terá que ser sustentada por manifestações de rua, em conjunto com entidades da sociedade civil para buscar apoio da população. A Plenária Nacional dos SPFs, realizada no dia 19 de março em Brasília, aprovou o indicativo de greve para a segunda quinzena de abril. Esta proposta será discutida na próxima plenária, dia 9 de abril.

As reformas neo liberais do governo FHC

Setor das Federais relaciona os principais eixos da reforma



- Propostas de emendas constitucionais, que tratam da quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações, da mudança do conceito de empresa nacional, da exploração do subsolo e da navegação de cabotagem para empresas estrangeiras.
- Reforma da Previdência, que propõe eliminar o caráter da previdência como direito social e limitar o seu funcionamento a uma ótica meramente contábil. A proposta de emenda da Previdência é uma afronta aos direitos sociais conquistados pela população brasileira e atende ao lobby das seguradoras privadas.
- Projeto de Lei Complementar 125/91 da deputada Rita Camata, aprovado no Senado, que dispõe sobre o limite orçamentário com gastos de pessoal vai legalizar o arrocho salarial e engessar o quadro de pessoal da União. Este Projeto vai congelar o atual e baixíssimo patamar de participação do salário do servidor público no orçamento.
- Medida Provisória 938, que divide o Conselho Nacional de Educação em dois conselhos setoriais, um de educação básica e outro de educação superior, ferindo formalmente a concepção de Conselho do projeto LDB (substitutivo Jorge Hage). Esta MP também golpeia a autonomia universitária ao desrespeitar os processos legítimos de escolha de dirigentes e ao impor a realização de exames de avaliação para os alunos das últimas séries dos cursos de graduação.
- Anteprojeto de lei do executivo, ainda não enviado ao Congresso Nacional, dispondo sobre o Regime Jurídico Único de entidades públicas não estatais. As universidades públicas mudariam sua natureza jurídica, passando a ser uma entidade pública não estatal com regime jurídico de direito privado. Trata-se da extinção não só do ensino superior público, bem como de outras instituições públicas e do patrimônio público.

Comunidade universitária condena medida provisória do MEC

Pelo menos uma surpresa teve o ministro da Educação Paulo Renato em sua visita à UFRJ para anunciar um programa de R$10 milhões destinados à Coppe. Logo na entrada do Bloco G, no Centro de Tecnologia, o presidente da ADUFRJ, Henrique Longo, entregou ao ministro uma carta de repúdio às medidas autoritárias que interferem nas universidades e o convidou para um debate com toda a comunidade da UFRJ, conforme deliberação da assembléia da ADUFRJ.

O ministro recebeu as críticas e se limitou a visitar as instalações do CT, após assinar um protocolo de intenções para o programa I-2000, orçado em R$10 milhões, que visa à criação de um Centro de Tecnologia de Ponta na área do Coppe. Durante a solenidade, o ministro reafirmou a intenção do governo em priorizar o ensino básico, sem deixar claro de onde sairão os recursos e como ficará a situação das universidades e o ensino de 3° grau. O tom do discurso foi de que as universidades brasileiras, ou traduzindo, os "centros de excelência" estão em razoáveis condições financeiras e produtivas. Faltou do ministro a explicação de quais setores das universidades fazem parte desses "centros" e quais as prioridades de investimento no ensino superior.

O projeto I-2000 determina a criação de um Centro de Tecnologia de Ponta no Bloco I. O local concentra mais de 70% dos laboratórios do CT, no Fundão. Do orçamento previsto, R$ 8 milhões sairiam dos cofres públicos e R$ 2 milhões seriam "buscados na iniciativa privada". A lógica do projeto lembra a proposta de criação de um Parque Tecnológico na Cidade Universitária, onde as instalações e equipamentos poderão ser alugados para empresas privadas.

Consuni repudia medida do MEC e violência contra estudantes e servidores

O Conselho Universitário, reunido dia 23 de março, aprovou por unanimidade duas moções. Uma discorda e condena a avaliação dos cursos universitários pelo MEC e a ingerência no processo de escolha dos reitores. A outra moção manifesta total repúdio pela violência praticada contra estudantes e servidores, durante a visita do presidente Fernando Henrique ao Rio, na sexta-feira, 17 de março.

MP 938 avalia universidade

Um exame de final de curso será aplicado pelo MEC para alunos dos cursos de direito, engenharia e profissionais da saúde servirá para avaliação das instituições de ensino. O credenciamento da universidade vai ser renovado ou não a cada cinco anos. Para isso serão consideradas as notas que os alunos tiram nos testes do MEC.

Escolha de reitor

Se houver eleição, o voto dos docentes passam a valer pelo menos 70%. Só poderão ser reitores os professores dos níveis mais elevados da carreira ou que possuam títulos de doutor. A intenção é diminuir o peso dos votos dos estudantes e funcionários.

Deu na imprensa - O Globo (28103195)

● Educação

Os professores das instituições de ensino superior não podem concordar com a forma arbitrária e antidemocrática com que o Governo está tratando as questões relacionadas com a educação e com o tratamento dado aos professores universitários. É inconcebível que o Governo utilize o mecanismo autoritário de uma medida provisória para fazer mudanças na educação e interferir na autonomia das universidades públicas. Qualquer reformulação na área educacional deve ser fruto de uma ampla discussão na sociedade e deve estar inserida no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo projeto está tramitando no Senado Federal. As propostas do Governo para a reforma da Constituição estão provocando sérios prejuízos para as atividades acadêmicas. O número de pedidos de aposentadoria tem aumentado assustadoramente, inviabilizando cursos, desmantelando grupos de pesquisa e desestruturando o ensino de graduação e de pós-graduação. Ao mesmo tempo, o Governo suspende os concursos públicos, impedindo a renovação na carreira docente. Esta lamentável situação, agravada pelo arrocho salarial e pela redução de verbas para a educação, está acelerando o processo de sucateamento e privatização da universidade pública, patrimônio do povo brasileiro.

Henrique Innecco Longo, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (17/03), Rio

Conselho Universitário encaminha moções de repúdio

O Consuni em sua reunião de 23 de março, aprovou, por unanimidade as seguintes moções:

"O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em vinte e três de março de mil novecentos e noventa e cinco, ciente dos últimos acontecimentos que se têm verificado e que afetam os interesses da universidade pública brasileira, vem externar a sua mais viva preocupação e frontal discordância com o modo intempestivo com que vêm sendo tratadas questões de grande relevo, como a avaliação da Universidade e a eleição de seus quadros dirigentes, por meio de decisões que, tomadas de forma unilateral e sem prévia discussão democrática atentam claramente contra o sentido e o significado da autonomia universitária garantida na Constituição Federal e o compromisso do Estado com o ensino público e gratuito e de qualidade em todos os níveis."

"O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (...) externa sua condenação quanto à violência contra estudantes e servidores que, legítima e democraticamente, manifestem suas reivindicações a respeito de questões educacionais, econômicas, sociais e políticas em pauta no país."

AGENDA de Abril

3 - Reunião ampliada do Conselho de Representantes da ADUFRJ, às 14 horas, na sede.
5 - Assembléia Geral - Auditório do Roxinho às 14 horas.
7 e 8- Reunião do Setor das Federais da Andes-SN, em Brasília. 9- Plenária Nacional dos SPFs.

Dos seringais da Amazônia ao Senado Federal

Marina Silva, senadora eleita pelo PT do Acre, conquista vaga na Comissão de Educação do Senado.

Lígia Coelho

Uma mulher frágil, de apenas 44 quilos, 37 anos e mãe de quatro filhos, vai representar um peso pesado na Comissão de Educação do Senado. É a senadora Marina Silva (PT/AC). Motivada por sua condição de professora de segundo grau e por sua militância no movimento docente do seu Estado, Marina pleiteou uma vaga na comissão de Educação. Além de integrar também a comissão de Assuntos Sociais. Esta última em razão de sua atuação junto a questões ambientais da Amazônia, já que trata de temas como ciência, tecnologia e meio ambiente.

Entre outras propostas que pretende defender na área de educação, consta a descentralização da gestão da educação pública, com a distribuição de verbas diretamente para as escolas, através de um fundo escolar, e o permanente acompanhamento da utilização dos recursos por parte da comunidade (incluindo pais, alunos e professores, além da supervisão das secretarias estaduais e municipais). A proposta - explica - seria uma espécie de SUS (Sistema Único de Saúde) bem sucedido, aplicado à educação, sem, as distorções que impedem o funcionamento ideal dos SUS. Nos lugares onde já foi aplicado, como no Amapá, por exemplo, o sistema tem produzido bons resultados - conta.

A luta pela aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), uma reivindicação antiga do movimento docente, que vem tramitando com lentidão no Senado, é outra de suas bandeiras. Ela defende também, a médio prazo, a implementação de medidas compensatórias para os alunos carentes, como alimentação, reforço pedagógico, espaços alternativos de educação e cultura, e um investimento maior em termos de qualidade de ensino, que envolva a valorização dos profissionais, através de melhores salários, cursos de reciclagem e aperfeiçoamento.

Marina Silva no Ato em defesa do ensino público, promovido durante o XIV Congresso da Andes-SN no auditório Petrônio Portela, no Congresso Nacional

Contrária às propostas de privatização da educação, acha que a iniciativa privada até pode colaborar com as instituições de pesquisa, por exemplo, desde que não seja em substituição às atribuições do Estado. "Falo de um ponto de vista de condições ideais, mas não se pode desresponsabilizar o Estado"- diz, acrescentando que, atualmente, até mesmo as grandes universidades, como a USP e UFRJ, já sofrem com as propostas de privatização. "Imagine o que não acontece com as universidades da Amazônia" - critica.

A visão de quem viveu os problemas da educação

De origem humilde, nasceu e foi criada no seringal "Bagaço", na Amazônia, no município de Rio Branco, capital do Acre. Marina, nascida Osmarina Silva, conhece de perto as dificuldades e carências da educação brasileira. Analfabeta até os 16 anos, aprendeu a ler e escrever após uma curta passagem pelo Mobral (apenas uma semana foi suficiente para se alfabetizar), assunto sobre o qual fala com muito cuidado, "para que não distorçam as coisas, dizendo que só é pobre quem quer. Na verdade não é bem assim - diz. O fato é que vivemos numa sociedade desigual, em que nem todos têm a mesma oportunidade".

Do Mobral até a Universidade Federal do Acre, onde cursou História, o caminho foi rápido, mas árduo. Depois de deixar o seringal, por duas vezes contraiu hepatite, doença cujo tratamento lhe deixou graves seqüelas em função da dificuldade do seu organismo absorver a medicação prescrita. Marina trabalhou também como empregada doméstica e, mais tarde ingressou num convento de freiras, em Rio Branco, até descobrir, finalmente, a sua vocação como docente militante do movimento popular e sindicalista.

A partir daí o ingresso na política foi um processo natural. Já militante do PT, em 1988 foi eleita a vereadora mais votada de Rio Branco; em 1990 repetiu a façanha como candidata a deputada estadual e, em 1994 como candidata ao Senado, derrotou velhos caciques da política local, como o ex-senador Aluísio Bezerra, do PMDB, empresário e dono da repetidora da TV Bandeirantes no Acre; o empresário Narciso Mendes, do PPR. "Mas eu não sou responsável por essa vitória sozinha. Este é um projeto político que foi construído por muitas pessoas" diz, acrescentando que encara "com muita responsabilidade, mas também com muita humildade", o desafio de cumprir o mandato.

Militante com permanente senso de autocrítica, a senadora acha que o movimento social vive hoje uma crise de sobrevivência. "Agente não conseguiu inovar nas nossas práticas de organização. Os resultados são pequenos com relação ao muito, que já se lutou e isso cria apatia, gera desmotivação. Acredito que o movimento sindical tem que começar a discutir temas mais gerais, de interesse de toda a sociedade. Nossa luta não pode ser meramente reivindicatória, só com demandas imediatas como salários, temos que lutar, por exemplo, por reivindicações que traduzam políticas públicas para a educação" - conclui.

Os mitos e as inverdades sobre o serviço Público

"Quando FHC diz que suspenderá o projeto de isonomia porque não tem recursos, no mínimo, está se fundamentando em informações não confiáveis. Quando diz que terá que fazer controle rígido dos gastos públicos para administrar o déficit potencial de RS 10 bilhões previsto no orçamento da União para 1999 , falta seriedade para uma discussão concreta sobre os rumos da sociedade brasileira".

Diariamente, os principais jornais e TVs do país constróem um muro de mitos e inverdades que dividem a sociedade sobre o que está certo e o que está errado na administração pública. Pensando nisso, os organizadores do dossiê A gestão Democrática do Estado Brasileiro Hoje: Tendências e Propostas reservaram o capítulo Mito e Inverdades para desfazer, muitas vezes com material retirado da própria imprensa, as mentiras que já viraram certeza para muitos. Organizado a partir de mais de 200 documentos, entre artigos de revistas e jornais, relatórios de pesquisas, resenhas, livros e atas de encontros, o Dossiê trata da gestão do Estado na sociedade brasileira contemporânea e relata opiniões variadas de mais de 300 pessoas sobre questões técnicas e políticas do Estado brasileiro.

Produzido pela CUT/RJ, ANDES-SN, ADUFF-SSind, Sintufrj, Sintuff, entre outras entidades do movimento sindical, o dossiê tenta trazer para o debate na sociedade os mitos e contradições que cercam as políticas públicas. Diante de um governo que se inicia com objetivo de reformar o Estado, o documento torna-se um material oportuno para identificar as muitas falácias cometidas por seus interlocutores e pela imprensa. Segundo o documento, quando se trata do funcionalismo é preciso ir ao fundo das questões sobre a máquina estatal e não ficar na superficialidade das análises e na manipulação ideológica. "Assumir um ministério e declarar que a questão central da reforma do Estado é a da estabilidade dos servidores públicos, como fez o ex-gerente de supermercado, é pensar o Brasil como um grande armazém de secos e Molhados. É contra essa mentalidade tacanha que se coloca o esforço de reflexão presente neste dossiê"

Trechos do documento

"As multinacionais contribuem com o crescimento do país"

❑ "Segundo a Comissão Especial de Investigação, nos últimos quatro anos a remessa ilegal de dólares ao exterior chegou a US$ 20 bilhões. Ao remeter ao exterior de forma ilegal os lucros e dividendos obtidos no Brasil, as multinacionais supostamente teriam sonegado Imposto de Renda cobrado nessas operações. Pelo menos 15 grandes multinacionais não fizeram nenhuma remessa legal de lucros e dividendos para suas matrizes no exterior. o volume global das remessas legais caíram de U$$1,6 bilhão em 90, para US$ 574 milhões em 1992". **(Folha de SP, 26/12/94)**

❑ O Informe Econômico do JB comentando a crise do México, diz que está claro que a equipe econômica vai acompanhar de perto o comportamento da balança de pagamentos. "Afinal, uma das boas lições que se tira do caso mexicano é que não há substitutivo para a poupança interna. O capital externo é muito bem-vindo. Mas não há nada mais volátil." **(JB,14/01/95)**

"O Serviço Público Federal é um gigante perdulário, cabide de empregos, ineficiente e com pessoal bem remunerado"

❑ "O problema da administração pública não está no excesso de funcionários. Houve até uma diminuição do número total de servidores e funcionários federais, de cerca de 1,5 milhão em 1988 para 1,3 milhão em 1992". **(Cardoso, Fernando Henrique, Mãos à obra Brasil, 1994, pág 187)**

❑ Dados do Banco Mundial e da OIT - Organização Internacional do Trabalho - revelam que o percentual dos servidores públicos em relação à população economicamente ativa, apresenta o seguinte perfil: Brasil=8%; EUA=14%; França=20%; Venezuela=14%; China=6%; Tanzânia=3%; Finlândia=26%. Obrasil tem um dos menores percentuais do mundo.

❑ O total de funcionário sem atividade hoje, incluindo empregados das estatais e empresas de economia mista, é de 1.333.652 segundo a SAF (atual MARE). Isso representa 8,9 funcionários por mil habitantes, número bastante inferior da média de países europeus como a França (46,4), Inglaterra (91,4), Espanha (53,4) e Itália (65). **(Enap - julho - 93)**

❑ Despesas federais com pessoal em relação ao PIB:
1989=6,38%;
1990=5,99%;
1991=4,52%;
1992=3,82%;
1993=2,94%
(SAF/Enap, Assessoria Parlamentar do PT na Câmara)

"As universidades públicas só atendem aos ricos"

❑ Estudo revela que "na universidade Federal Fluminense (UFF), 2% dos aprovados no vestibular deste ano tem renda familiar inferior a cinco salários mínimos, 34% são de famílias que ganham entre cinco e 10 salários mínimos, 28% estão entre 10 e 20 salários mínimos e apenas 16% são de famílias que recebem mais de 20 salários. Hoje, 70% das disciplinas da UFF são oferecidas à noite, mas nem todas são de cursos noturnos. o índice parece indicar uma característica do aluno dessa universidade: boa parte trabalha.

Na UFRJ observa-se que uma conjugação entre renda e grau de instrução dos pais parece favorecer a classificação para os cursos de maior procura e prestígio. Mais da metade dos pais (52,6%) e um terço das mães (33 8%) dos estudantes tem curso superior. A renda das famílias dos classificados para Engenhada (34%) na UFRJ é superior a 23 mínimos por mês contra 7% das famílias dos aprovados para Letras.

Na UFSC questionário respondido por 8.245 alunos, em 1990, mostra que metade trabalha; 44,6% são de famílias com renda até 10 mínimos; 45,7% pagam aluguei ou financiamento de casa própria, e moradia e alimentação são os itens que mais oneram o orçamento da metade deles. Seis em cada 10 estudantes vão às aulas de ônibus e apenas 185 deles têm carro.

Segundo o dossiê, se todos os contribuintes pagassem seus impostos corretamente, aqueles que têm maior rendimento pagariam mais, e o ensino público de 3° grau estaria sendo financiado por todos e não haveria necessidade de dupla tributação como queria o ex-ministro Goldemberg."

"A União transferiu recursos mas não transferiu encargos"

❑ Os investimentos federais em saúde colocam o Brasil em 74° lugar no mundo. Para cada cidadão são despendidos apenas US$ 56 por ano, enquanto a Argentina gasta US$ 300, o Chile US$ 400 e os Estados Unidos US$ 3,2mil. O país investe o equivalente a 50% menos do que investe o Uruguai. (**Folha de SP, 21/12/94)**

❑ Distribuição de Investimentos:

	1970	1991
União	36%	18%
Estadas	42%	46%
Municípios	22%	36%

(O Globo,13/10/93) - N.R.: A união reduziu, proporcionalmente seus investimentos à metade.

"Enquanto os países com os quais o Brasil deveria competir investiam em C&T cerca de 3% de seu PIB, o valor aqui despendido em 92 foi menor que 0,3%". **(Sérgio Resende - Folha de SP, 30/11/94)**

"A Constituição de 88 torna o país ingovernável"

❑ (...) "Um estudo cuidadoso da Constituição demonstrará que ela estabelece os instrumentos para a adaptação à mudança. Em muitos casos não há necessidade de reformá-la. Basta exercitar as possibilidades que ela encerra. (...) As constituições não foram concebidas como periódicos a serem constante e permanentemente reeditadas. Têm um sentido de estabilidade, de permanência e de segurança. Quanto menos alterá-las, mais seguro estará o cidadão de seus direitos e maior estabilidade terão as instituições do país." **(Lopes Filho, Osíris de Azevedo - Folha de SP)**

❑ "Apesar de todo o caráter nacionalista da Constituição, foi possível realizar a privatização no grau que está sendo realizada, simplesmente através de legislação ordinária. Se a privatização não avançou mais foi por falta de vontade política e de organização do governo, não porque houvesse qualquer obstáculo constitucional" **(Paulo Nogueira Batista O Globo, 13/10/93)**

CARTAS

Plano Tutorial em questão

São Paulo, 05 de Março de 1995.

É sempre com muita alegria que recebo o jornal da ADUPFRJ. Estando afastada da UFRJ por seu intermédio tenho sido muito bem informada do que acontece por aí. O jornal está ótimo, na qualidade da informação e das análises que faz. As ilustrações, cada vez melhores (a do último número, em que o Congresso aparece como uma pizza, está excelente).

Entretanto, a leitura do jornal sempre traz preocupações. O último informa sobre o Programa Tutorial (que nome horrível) de Capacitação Didática. O objetivo apontado pelo nome do programa - a capacitação do aluno de pós-graduação – é só um eufemismo, já que sua finalidade real é apenas a de preencher as vagas de professores para as quais o governo federal não autoriza concurso público e que vinham sendo ocupadas, precariamente, por professores públicos.

A queda na qualidade do ensino de graduação será um resultado inevitável deste programa, o que me deixa bastante alarmada. Todos nós sabemos que o ensino de graduação é muito ruim e, ao invés da universidade encarar de frente o problema e tentar formular soluções efetivas para ele, aceitamos passivamente que o MEC nos coloque numa situação em que ele só vai piorar.

Gostaria de estar aí para participar das discussões que os professores certamente devem estar fazendo sobre este programa, tanto na ADUFRJ quanto nos departamentos. Temo que o tipo de avaliação formal dos professores hoje feita na UFRJ - pela qual um professor realmente envolvido com o ensino de graduação é punido ao não receber promoção, está ficando na dependência quase exclusiva do número de publicações que faz e o pequeno prestigio que se confere ao ensino no meio docente se conjuguem para impedir maiores protestos por parte dos professores.

Além do fator apontado acima, não tenho dúvida de que a forma como se faz hoje o ensino de graduação é completamente inadequada, não despertando o interesse de alunos ou de professores. Turmas superlotadas, professores expondo temas clássicos de maneira repetitiva etc.. É preciso reformular este ensino, para que ele seja atraente e proveitoso para o aluno e também para o professor. Isto, entretanto, não significa reduzir a atuação dos professores na graduação. Ao contrário, a necessidade de repensá-la, de confeccionar novos materiais didáticos, o trabalho mais individualizado com os alunos, absorveriam bastante os docentes. É claro que mudaria, para melhor, a natureza deste trabalho de repetitivo e "braçal" como é atualmente passaria a ser inventivo e criador

Os alunos de pós-graduação teriam um lugar neste ensino de graduação, em toda as suas etapas. A mudança que está sendo proposta, no entanto, não é neste sentido. Ela em nada altera a essência do ensino de graduação que continuará a ser feito da mesma maneira. A única substituição é a de professores: os mais experientes e capacitados professores do quadro serão substituídos pelos alunos, menos experimentes e capacitados.

(...) Aqui na USP há um programa semelhante, o PAE (Programa de Aperfeiçoamento do Ensino). A ADUSP considera que ele apenas serve para permitir que a reitoria de andamento à sua política de redução do quadro docente da universidade ao preencher com estudantes os vagos deixados por aposentadoria, falecimento etc., além dos surgidos pelas novas necessidades dos departamentos e programas. Assim como no caso da UFRJ, o nome não reflete as reais intenções. Não sei como está a aceitação do programa nas outras unidades, mas no Instituto de Psicologia, onde estudo foi muito pequena, já que boa parte dos professores entendeu que ele serve mesmo é para substituir, sem nenhuma vantagem para o ensino, o pessoal docente. Desta forma, das 10 vagas oferecidas para o Instituto apenas 4 foram preenchidas. Os alunos da pós-graduação também resistem a participar, pois avaliam, corretamente, que a implantação do programa significa redução do mercado de trabalho para eles quando terminarem seus cursos de pós-graduação. Ainda espero que os professores e alunos da UFRJ se neguem a participar desta farsa.

Maria de Lourdes Passos.

Prof. Assistente - Instituto de Psicologia.

NOSSO BOL$O

Atraso de pagamento prejudica Servidores

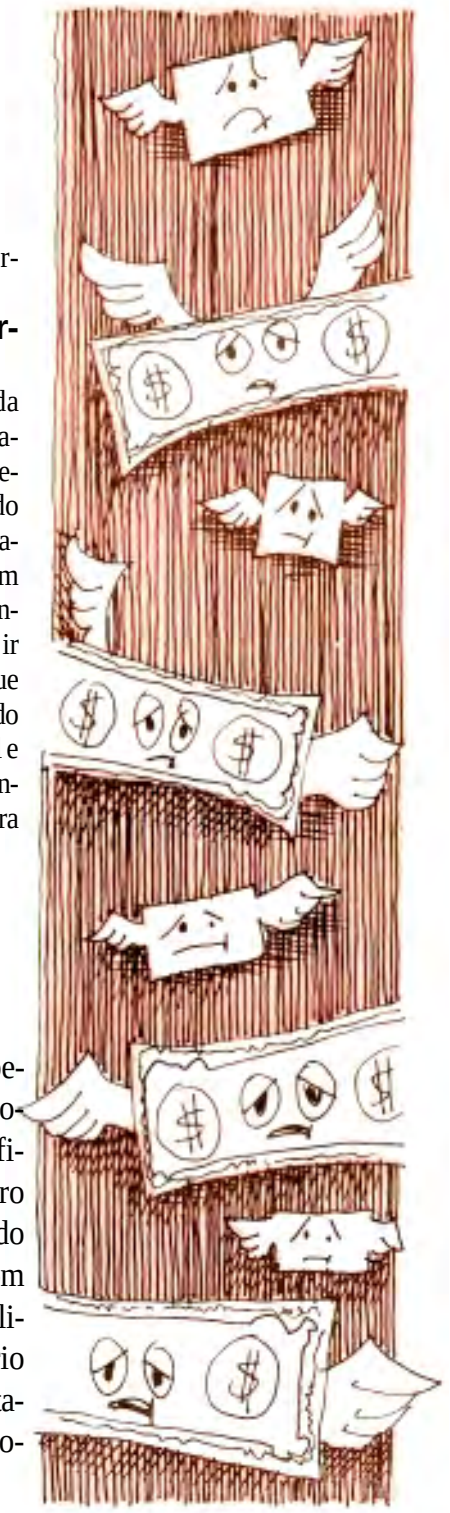
O pagamento de abril só vai sair no mês de maio. A Medida Provisória 936 adiou a data de pagamento até o quinto dia útil do mês prejudicando bastante os Servidores Públicos Federais, que estavam recebendo no dia 22 do mês trabalhado.

Os professores que pediram antecipação de ferias em fevereiro foram mais prejudicados ainda, já que foram descontados em março. Os professores passarão 45 dias com apenas uns trocados no bolso.

Por causa dos protestos contra este adiamento, o governo acenou com a possibilidade de uma antecipação de 40% do salário "se houver recursos disponíveis", conforme previsto da MP 936. Com um discurso já velho conhecido dos SPFs, não se pode esperar muita coisa deste governo.

Salário sumiu da conta corrente

Os professores e servidores da UFRJ foram surpreendidos com o pagamento de março. O salário não estava depositado na conta corrente. O Banco do Brasil arbitrariamente transferiu todo o salário para uma caderneta de poupança sem ao menos consultar o correntista. Segundo a direção do BB, cada pessoa deve ir até a sua agência bancária e informar que não quer que o seu salário seja transferido para a poupança. A indignação foi geral e a ADUFRJ enviou uma carta ao presidente do Banco do Brasil protestando contra esta ingerência indevida.



Governo aumenta salários de DAS

O presidente FHC vai aumentar os salários dos cargos de Direção e Assessoramento Superior. os famosos DASs. Os percentuais de aumentos variam de 148, 8% até 224,6% para os cargos mais altos e de 17,1 a 19,8% para os mais baixos. Com estes aumentos, o servidor com DAS 1 passa a ganhar R$ 827, enquanto que o DAS 6 vai receber R$ 6.400. O ministro Bresser Pereira teve a petulância de afirmar que este aumento era apenas "aparente" e não real.

Os militares também receberam um aumento de 3,17%, a vigorar no mês de abril, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro através da Portaria do Gabinete do Ministro do EMFA de 7/3/95. Com este aumento diferenciado, os militares e os senadores do Judiciário tiveram 25,94% de reajuste na data-base enquanto os demais servidores tiveram apenas 22,07%

Senado aprovou projeto de redução de gastos com pessoal

No dia 8 de março, o Senado aprovou o projeto de lei da deputada Rita Camata (PMDB-RS) que limita em 60% das receitas das despesas líquidas da União, estados e municípios com a folha de pagamento do funcionalismo. Se for sancionada pelo presidente FHC, a lei entrará em vigor em 1996, pois o orçamento deste ano já foi aprovado. Este projeto de lei vai significar mais arrocho salarial para os servidores públicos. De acordo com uma avaliação preliminar de parlamentares, se esta lei entrasse em vigor agora, o governo federal deveria cortar R$ 6 bilhões do orçamento de pessoal

Campanha na mídia

A Assembléia da ADUFRJ aprovou a participação da entidade na Campanha na Mídia, conforme deliberação do XV Congresso da ANDES-SN. Com isto, a mensalidade da ADUFRJ será mantida nos atuais R$ 16,00 nos meses de abril, maio e junho. Em julho, a mensalidade volta a ser de R$12.

Rumo à Seção Sindical

A diretoria da ADUFRJ está iniciando a discussão da transformação da entidade em Seção Sindical da ANDES-SN. Esta transformação representa na prática a consagração de um direito dos docentes à sindicalização, direito este conquistado na Constituição de1988.

Sob o ponto de vista jurídico, a ADUFRJ- Seção Sindical irá representar melhor os professores pois passará ater o direito à substituição processual, isto é, a entidade poderá postular judicialmente os direitos da categoria, e não somente dos associados.

Sob o ponto de vista político, a ADUFRJ estará consolidada como entidade sindical sempre na defesa dos docentes e sem perder as suas características acadêmicas em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Este processo de transformação da ADUFRJ em Seção Sindical da ANDES-SN é fundamental para os enfrentamentos da atual conjuntura e os desafios do futuro. Desta maneira, todos os professores devem participar desta discussão, contribuindo para o fortalecimento da entidade.

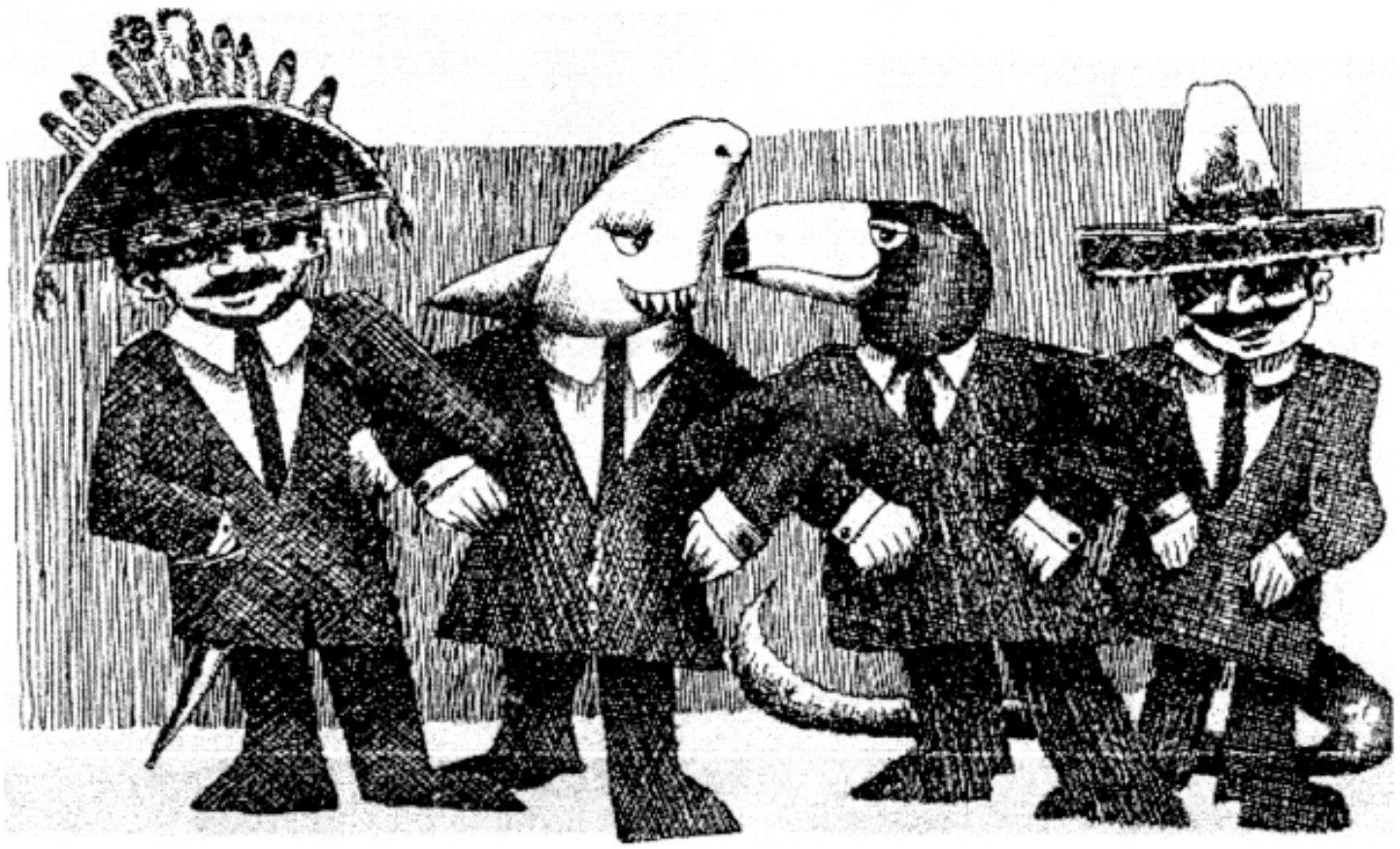
J.O.R.N.A.L

ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ

Andes-SN

Nº 14
ABRIL/MAIO/95



Deflagrada greve contra as reformas

Trabalhadores do Serviço Público Federal e das Estatais se unem em defesa dos direitos sociais e da soberania nacional

página 11

ASSEMBLÉIA GERAL

9 de maio - terça-feira, às 14 horas no Auditório do CCMN (Roxinho)

. Adesão à greve nacional dos SPFs e Estatais

. Campanha ADUFRJ Seção Sindical da Andes-SN

. Plano Bresser

Golpe da LDB

Substitutivo Darcy rompe com princípios de uma política educacional construída pela sociedade.

3

Aposentadorias causam transtornos à universidade

4

Rumo à Seção sindical

ADUFRJ comemora 16 anos de luta e laça campanha para transformação em seção sindical

9

Festa da AD no Auditório do CT

AD editorial

Depois poderá ser tarde demais

O governo não recuou e as propostas para a reforma da Constituição continuam tramitando normalmente no Congresso Nacional. Algumas emendas já passaram nas primeiras comissões da Câmara dos Deputados e poderão ser encaminhadas ao plenário nos próximos dias. As manifestações de protesto, que estão acontecendo em diversas cidades do país, ainda não foram suficientes para barrar as investidas contra a soberania nacional e contra os direitos sociais dos trabalhadores.

As propostas de reforma constitucional e as inúmeras medidas provisórias editadas devem ser avaliadas globalmente. O governo atua em várias frentes, aparentemente desconexas, mas todas estas iniciativas fazem parte de uma mesma diretriz, que tem por finalidade principal legitimar o modelo neoliberal. A recente crise mexicana revelou que este caminho traçado pelo Consenso de Washington tem aumentado o número de excluídos e as desigualdades sociais nos países latino americanos.

O sucesso do Plano Real é fundamental para garantir a aprovação das reformas. O governo tem utilizado a mesma estratégia da campanha eleitoral. Agora é preciso segurar o plano para garantir as reformas. Por esta razão, o governo luta contra o tempo pois cada vez está ficando mais difícil sustentar a estabilidade da moeda. As remarcações de preços já estão acontecendo e a inflação volta a dar sinais de crescimento. As reservas cambiais do país, que eram de US$ 40.8 bilhões em setembro do ano passado, caíram vertiginosamente para US$ 30 bilhões em março deste ano. A verdade é que o plano real já dá sinais de fadiga. Isto pode aumentar o desgaste do governo e comprometer toda a reforma.

Acuado pelas crescentes manifestações populares e vendo esvair sua base de apoio parlamentar, o governo FHC utiliza-se cada vez mais de expedientes fisiológicos como o loteamento de cargos de segundo escalão e a liberação de recursos para tentar obter o voto dos congressistas.

É importante lembrar que o principal argumento do governo para implantar a reforma da Previdência foi derrubado. A Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que a Previdência Social teve superávit de R$ 1,8 bilhão em 1994, desmentindo os dados oficiais, que apontavam um déficit nas contas. O presidente Fernando Henrique recentemente voltou a mentir ao afirmar que todos os direitos adquiridos seriam preservados e os aposentados não seriam prejudicados.

A reforma da Previdência, mesmo que não seja aprovada pelo Congresso Nacional, já trouxe prejuízos irreparáveis para as universidades públicas. De acordo com dados do próprio MEC, mais de dez mil professores abandonaram suas atividades acadêmicas para se aposentar, o que equivale a 13,69% do total. É um verdadeiro massacre que tem provocado o afastamento de docentes altamente qualificados das instituições de ensino superior.

O substitutivo do Senador Darcy Ribeiro ao projeto da LDB é também uma tentativa de consolidação do modelo neoliberal nas instituições de ensino. O substitutivo Darcy interfere na autonomia das universidades, não garante a gratuidade do ensino superior, acaba com a isonomia, desestrutura a carreira docente, retira as universidades do RJU e não garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O governo se aproveitou deste substitutivo para introduzir todas as suas propostas.

É preciso compreender que a situação atual é extremamente difícil. A mobilização dos movimentos sociais organizados é fundamental para os enfrentamentos da conjuntura. A transformação da ADUFRJ em Seção Sindical da ANDES-SN vai consolidar a entidade como legítima representante dos professores, fortalecendo o movimento docente na UFRJ. A greve conjunta dos Servidores Públicos Federais e dos trabalhadores das Estatais poderá estabelecer um importante foco de resistência contra as reformas neoliberais do governo FHC. Vale a pena lutar agora. Depois poderá ser tarde demais.

AGENDA maio

8 – Reunião ampliada do Conselho de Representantes e diretoria da ADUFRJ, às 14 horas na sede da associação, Centro de Tecnologia, Bloco D - sala 200

9 – Assembléia Geral da ADUFRJ

22 - Data limite para entrega de sugestões e alterações à proposta de Regimento da ADUFRJ -SSind.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

A Educação está prestes a sofrer o maior golpe dos últimos tempos

O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional recebeu um golpe bem articulado com o governo através do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, agora na sua terceira versão. De acordo com uma avaliação preliminar do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN, o substitutivo Darcy III é muito parecido com o anterior. Essa nova versão é na verdade uma encenação do senador para tentar passar a idéia de que foram absorvidas as propostas feitas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública ao seu parecer.

As comissões de Educação e Justiça do senado vão apreciar o substitutivo Darcy que está sujeito à emendas e vai sofrer "turno suplementar" no Congresso Nacional, devendo ser aprovado pela Comissão de Justiça (quanto à sua constitucionalidade) no dia 9 de maio. Aprovado o projeto do Darcy, que rompe drasticamente com os princípios políticos educacionais colocados no PL 101/93 do Senador Cid Sabóia, o país poderá ter uma nova lei de Educação com a qual a Andes-SN, o Fórum em Defesa da Escola Pública, o CNTE, a UNE e outras entidades da sociedade discordam completamente.

Durante uma palestra dada aos alunos e professores na Faculdade de Educação da UFF, a professora Maria Graça Borges do GTPE da Andes-SN denunciou várias modificações feitas pelo senador Darcy ao projeto do Senador Sabóia, este construído com ampla participação das entidades de professores, pesquisadores, trabalhadores e estudantes. Entre as alterações estão a fragmentação da educação com a criação de dois Conselhos de Educação: um para o ensino básico e outro para o superior. Acaba também com a Carreira única para Docentes, isonomia para docentes, além de reduzir a carga horária dos alunos de 200 para 180 dias letivos e estabelecer os "Centros de Excelência", abrindo espaço para privatização da maioria das universidades brasileiras.

Darcy/MEC

Segundo a professora, o projeto do Senador Darcy acaba com o conceito de educação integrada (desde o pré-escolar à pós-graduação) tão defendido pelos educadores brasileiros e muito bem apresentado no Substitutivo Cid Sabóia, que inclusive contém vários dos princípios do movimento docente. Maria Graça denunciou ainda a estratégia do governo de "empurrar" através do Darcy III as propostas do MEC para a LDB.

Com relação ao ensino superior, enquanto que o projeto Cid Sabóia se baseia nos princípios de avaliação da Andes-SN, que contextualiza a avaliação de desempenho de acordo com recursos, infra-estrutura e outros critérios, o projeto do Darcy copia a Medida Provisória 967 (antiga 938) que simplifica a avaliação criando provas de final de curso (para todas as carreiras e não apenas para medicina, direito e engenharia). "Como se apenas uma prova, definida pelo MEC, pudesse dar conta da avaliação de todo um processo de desempenho das instituições e dos docentes. A proposta do "Darcy/MEC" é que um exame avalie a capacitação docente", critica a professora.

Inconstitucional é o Darcy III

O projeto do senador Darcy Ribeiro se baseou na versão da inconstitucionalidade do projeto Cid Sabóia (leia-se projeto das entidades envolvidas com educação), mas o fato é que o substitutivo Darcy também é inconstitucional sob o ponto de vista que fere a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto na Constituição.

O professor da UFF, José Silveira Lobo, também palestrante, atacou o projeto "Darcy/MEC" na sua essência e mostrou que o novo substitutivo "desobriga o governo no que diz respeito a uma política de educação nacional definida na Lei de Diretrizes e Bases, que foi feita exatamente com esse objetivo: obrigar os governos a se relacionarem com uma política definida pela sociedade e seus representantes, e não o contrário, como quer o governo, através de medidas provisórias ou substitutivos autoritários e sem discussão prévia".

Por esse rompimento, quase que total, com os princípios que constavam no projeto Cid Sabóia, a Andes-SN e outras entidades envolvidas com a LDB não sugeriram emendas ao substitutivo do senador Darcy. As entidades estão convocando uma mobilização de professores, estudantes e entidades para pressionar os senadores a recusarem o Darcy III e aprovarem o PL 101/93 do Senador Cid Sabóia.

Conselho Universitário da UFRJ pede aprovação do Substitutivo Cid Sabóia

0 Conselho Universitário da UFRJ, no dia 27 de abril, aprovou após debate com representantes da comunidade acadêmica, entre elas a ADUFRJ a seguinte moção:

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em 27.04.95, resolveu, face ao rumo que vem tomando a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional, manifestar a V.Exª. sua preocupação pela forma intempestiva adotada na introdução de um novo substitutivo que promove modificações substanciais na estrutura da Educação, em particular do Ensino Superior, em desacordo com o projeto aprovado na Câmara. Tal projeto fora objeto de ampla discussão no ambiente acadêmico, tendo recebido constibuições que o tomaram adequado ao modelo de educação necessário às transformações exigidas pela sociedade brasileira.

Isto posto, o Conselho Universitário da UFRJ se posiciona de forma veemente a favor do projeto de lei n° 101/93, solicitando aos senhores senadores que votem pela sua aprovação.

Aposentadorias causam verdadeiro massacre nas universidades

Os pedidos de aposentadoria estão provocando uma crise sem precedentes nas universidades, prejudicando seriamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A responsabilidade deste verdadeiro massacre é toda do governo federal que insiste em implantar a reforma da Previdência. De acordo com levantamento realizado pelo próprio MEC e publicado nos jornais, mais de dez mil professores das universidades públicas abandonaram as salas de aulas este ano, correspondendo a 13,69% dos 73 mil existentes no país. Segundo a Secretaria de Educação Superior do MEC, cada universidade brasileira já perdeu em média cem professores.

Quadro negro na UFRJ

Na universidade, segundo dados da Sub-reitoria de Pessoal, mais de 60 professores pediram aposentadoria entre janeiro e março deste ano. A partir desse mês, a SR4 passou a controlar a divulgação dos dados sobre aposentadoria de professores e técnicos. O Jornal ADUFRJ estima que o número de pedidos de aposentadoria a partir do mês de março tenha aumentado assustadoramente e está aguardando a liberação da Sub-reitoria dos novos números que estariam sendo levantados pelo NCE. Segundo a Decana do Centro de Letras e Artes, professora Maria José Chevitarese, o CLA tem mais de 50 processos de aposentadoria tramitando na reitoria, sendo que a metade destes são de professores da Faculdade de Letras.

A ausência desses professores aposentados está afetando bastante a UFRJ. Muitos cursos estão sendo inviabilizados e várias pesquisas interrompidas. Inúmeros professores altamente qualificados e com vasta experiência acadêmica tiveram que deixar a universidade. A ADUFRJ está fazendo um levantamento de todos os problemas causados pelas aposentadorias e solicita aos professores que contribuam com informações de seu departamento.

TCU constata lucro na Previdência

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que a Previdência Social teve superávit de R$ 1,8 bilhão em 1994 e pagou despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional. O relatório do TCU ainda vai mais longe e constata que o superávit poderia ter sido, cerca de R$ 2,45 bilhões, se o tesouro tivesse repassado à Previdência. Os auditores acusam ainda o Ministério da Previdência de haver elaborado um estudo sem rigor técnico para justificar o veto do presidente da República ao aumento do salário mínimo.

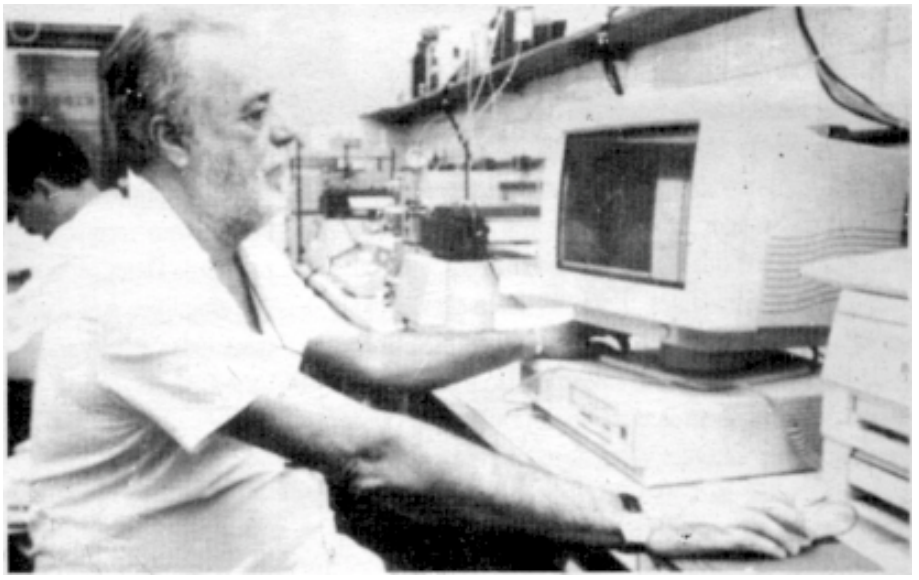
Estes dados, que derrubam o principal argumento do governo para a reforma da Previdência, foram amplamente divulgados pela imprensa no dia 18 de abril. O relatório desta auditoria será levado ao plenário do TCU.

A tramitação da emenda

A proposta da Emenda Constitucional que reforma a Previdência Social foi enviada ao Congresso em 17 de março. Foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no dia 28 de abril. Segundo dirigentes da Andes-SN que estavam acompanhando a votação em Brasília, foi um verdadeiro "voto de banheiro". Os parlamentares discutiam tudo, menos Previdência Social. Estavam muito ocupados com a disputa de cargos loteados pelo governo.

Agora, a estratégia do governo é ganhar tempo para sair do desgaste da emenda e aprová-la em 60 dias. Tempo que considera suficiente para acalmar os ânimos dos trabalhadores, aposentados e parlamentares que são contra a reforma e quem sabe, mais uma vez, fazer a opinião pública esquecer as ameaças que estão em jogo.

Professor aposentado lamenta afastamento



"me sinto emocionalmente roubado, lamenta Gilberto Domont, professor titular do IQ da UFRJ

O professor Gilberto Domont é um daqueles que fazem da universida de a sua segunda moradia. Mas o governo resolveu puxar o tapete do professor e o obrigou a ir para casa mais cedo. Professor Titular do Instituto de Química, Gilberto está inconformado com a pressão e indefinição das propostas do governo com relação à Previdência Social. Aposentado desde abril, o professor continua com as suas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e se considera "emocionalmente roubado" por ter sido praticamente forçado a pedir a aposentadoria já que o governo não garantiu de fato os direitos adquiridos na emenda da Previdência.

Com quase, 40 anos de magistério, o professor está na UFRJ desde 1956 e não via motivos para se aposentar neste momento. Em sua despedida do Conselho Universitário, Gilberto disse estar havendo "um massacre na universidade por causa das aposentadorias". "Os profissionais mais experientes são obrigados a se aposentar em função das pressões do governo", comenta angustiado e preocupado com a evasão de professores titulares, adjuntos e outros que tem tempo acumulado para se aposentarem no atual sistema.

Como muitos professores nesta situação, Gilberto não tem nenhuma intenção de se afastar da universidade e nem das salas de aula. Uma das saídas para o professor seria a universidade organizar "um contrato padrão, com ou sem remuneração, para que os professores aposentados continuem dando aulas ou trabalhando em suas pesquisas". O professor considera essa discussão sobre o tempo de serviço do docente uma questão ética. "O trabalho acadêmico é muito desgastaste, sem dúvida, mas por outro lado também é muito gratificaste", comenta.

Defensor da universidade pública e gratuita, Gilberto se sente incomodado com a repercussão das universidades federais na sociedade. O professor reclama principalmente quando falam que a UFRJ é um "elefante branco". "Não se pode falar mal de uma instituição que participa há 200 anos da história desse país nem muito menos tratá-la dessa forma superficial e quantitativa".

Proposta de regimento para a ADUFRJ - Seção Sindical

Esta é a proposta de regimento organizada por uma comissão formada por diretores e membros do Conselho de Representantes da ADUFRJ. Leia, avalie e mande suas sugestões, críticas ou alterações para a sede da ADUFRJ até o dia 22 de maio.

PROPOSTA DE REGIMENTO GERAL

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical (ADUFRJ-SSind) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior(ANDES-SN)

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art.1- A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro- Seção Sindical (ADUFRJ-SSind) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), fundada em 26 de abril de 1979 como Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constituiu-se em ADUFRJ-Seção Sindical da ANDES-SN a partir de....., por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados.
§.1°- A ADUFRJ-SSind, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, de duração ilimitada, tem sua sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro.
§.2°- A ADUFRJ-SSind, instância deliberativa da ANDES-SN, é a entidade representativa dos direitos e interesses trabalhistas e profissionais, em juízo ou fora dele, dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em atividade ou aposentados.
§.3°- A ADUFRJ-SSind será regida por este Regimento, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, respeitando o Estatuto da ANDES-SN.
§.4°- A ADUFRJ-Ssind tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira garantida pelo art. 44,,§ 2, do Estatuto da ANDES-SN.
Art.2- A ADUFRJ-SSind é uma entidade democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, autônoma e independente em relação ao Estado e às administrações da UFRJ.
Art.3- A ADUFRJ-SSind tem por objetivo básico organizar sindicalmente os docentes da UFRJ gozando, para tanto, das prerrogativas sindicais asseguradas na Constituição Federal, inclusive a de representação dos interesses dos docentes ligados à sua base territorial, em juízo ou fora dele, sobretudo na qualidade de substituto processual.
Art.4- A ADUFRJ-SSind tem ainda os seguintes objetivos:

I- defender os direitos e interesses profissionais e trabalhistas dos docentes da UFRJ;
II- representar os interesses dos seus sindicalizados na UFRJ, bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial;
III- lutar por melhores condições de trabalho para todos os docentes da UFRJ;
IV- defender a educação como um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades da população, e assegure o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;
V- lutar pela gestão democrática nas instituições de ensino superior;
VI- defender o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
VII- analisar a política educacional, científica e cultural brasileira e sobre ela manifestar-se;
VIII- promover estudos visando o aprimoramento do ensino superior e de sua articulação com os demais níveis de ensino;
IX- buscar a interação das entidades representativas de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos na área da educação, cultura, ciência e tecnologia;
X- buscar a articulação com as entidades ligadas à educação, trabalhadores em geral e outros setores organizados de sua base territorial, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;
XI- divulgar para a sociedade os problemas da educação, visando obter apoio para a sua solução;
XII- trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade quanto ao papel e importância da universidade pública.
Art.5- Compete à ADUFRJ-SSind:
I- manter os sindicalizados informados quanto às atividades da Seção Sindical;
II- divulgar as atividades e promover o fortalecimento da ANDES-SN, encaminhando as resoluções das suas instâncias deliberativas, na forma dos seus Estatutos.

TÍTULO II
DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art.6- O número de sindicalizados da ADUFRJ-SSind é ilimitado.
Art.7- Poderão sindicalizar-se à ADUFRJ-SSind, todos os docentes da UFRJ da carreira de magistério em efetivo exercício, os afastados nos termos de lei, os aposentados, os visitantes e os substitutos que requeiram sua sindicalização.
Art.8- Os sindicalizados da ADUFRJ-SSind são sindicalizados da ANDES-SN.
Art.9- São direitos dos sindicalizados, os estabelecidos no Estatuto da ANDES-SN, e mais:
I- discutir e votar na Assembléia Geral da ADUFRJ-SSind;
II- votar e ser votado para cargos eletivos da ADUFRJ-SSind, da ANDES-SN e para delegados aos Congressos e Conselhos da ANDES-SN, bem como em outros eventos que exijam estes procedimentos;
III- requerer ao Presidente da ADUFRJ-SSind a convocação imediata de Assembléia Geral, mediante documento expondo os motivos da convocação e a ordem do dia, subscrita por um mínimo de 10% dos sindicalizados;
IV- apresentar a qualquer instância da ADUFRJ-SSind, por seu intermédio ou de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza que demandem providências de seus órgãos deliberativos;
V- fiscalizar o funcionamento da ADUFRJ-SSind;
VI- recorrer das decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria à Assembléia Geral imediatamente subsequente a essas decisões;
VII- posicionar-se sobre qualquer assunto de interesse da ADUFRJ-SSind;
Art.10- São deveres dos sindicalizados:
I- observar o presente Regimento, bem como o Estatuto da ANDES-SN;
II- manter-se em dia com as contribuições financeiras à ADUFRJ-SSind;
III- trabalhar pelos objetivos da ADUFRJ-SSind;
Art.11- Os sindicalizados da ADUFRJ-SSind estão sujeitos a sanções disciplinares pelo descumprimento do disposto no Art.10 deste Regimento.
§.1°- São sanções disciplinares: advertência, suspensão e exclusão.
§.2°- A advertência será aplicada pela Assem-

bléia Geral, pelo Conselho de Representantes ou pela Diretoria. Suspensão e exclusão apenas pela Assembléia Geral. Em qualquer caso, será garantido amplo direito de defesa.
Art.12- O sindicalizado que voluntariamente deixar de exercer a profissão do magistério na UFRJ ou que solicitar à Diretoria da ADUFRJ-SSind, por escrito, a sua exclusão, será automaticamente excluído do quadro de sindicalizados da ADUFRJ-SSind.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art.13- São órgãos da ADUFRJ-SSind:
I - Assembléia Geral;
II - Conselho de Representantes;
III - Diretoria.

CAPÍTULO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.14- A Assembléia Geral é o órgão deliberativo máximo da ADUFRJ-SSind, sendo composta por todos os seus sindicalizados no gozo de seus direitos estatutários e regimentais.
Art.15 - Compete à Assembléia Geral:
I- discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia;
II- apreciar e deliberar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria e apreciadas pelo Conselho de Representantes;
III- alterar, no todo ou em parte, o presente Regimento, desde que observado o quórum previsto no Art. 56;
IV- apreciar e aprovar o Regimento eleitoral;
V- suspender e/ou excluir sindicalizados em consonância com o Art.11 deste Regimento;
VI- escolher nome de novo diretor da ADUFRJ-SSind, indicado pelo Conselho de Representantes, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo;
VII- apreciar sugestões de outras instâncias ou de sindicalizados individualmente;
VIII- autorizar a aquisição de bens que ultrapassem o valor de 50% da receita mensal da ADUFRJ-SSind;
IX- autorizar a alienação de bens que ultrapassem o valor de 10% da receita mensal da ADUFRJ-SSind;
X- dar posse à Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind;
XI- deliberar pela dissolução da ADUFRJ-SSind, desde que observado o Art. 58;
XII- indicar os delegados representantes da ADUFRJ-SSind a Congressos e Conselhos da ANDES-SN, bem como aos eventos promovidos por outras entidades sindicais;
XIII- fixar a contribuição financeira mensal dos sindicalizados;
XIV- resolver os casos omissos deste Regimento;
Art.16- A Assembléia Geral será convocada:
I - pelo Presidente;
II - pela Diretoria;
III - pelo Conselho de Representantes, através de requerimento à Diretoria e assinado pela maioria absoluta de seus membros efetivos;
IV- por requerimento à Diretoria assinado por, no mínimo, 10% dos sindicalizados, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da Assembléia Geral.
§ único- A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita por ampla divulgação através dos meios de comunicação da ADUFRJ-SSind e, nos casos dos Arts.56, 57 e 58, também deverá ser feita por edital publicado em jornal de grande circulação.
Art.17- A Assembléia Geral deverá ser convocada com pelo menos 48 horas de antecedência, com ampla divulgação da pauta proposta.
Art.18- A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da ADUFRJ-SSind e se instalará com a presença mínima de 10% do número de sindicalizados da ADUFRJ-SSind, em primeira convocação e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, no mesmo local, com a presença de qualquer número de sindicalizados.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art.19- O Conselho de Representantes é o órgão deliberativo da ADUFRJ-SSind, constituído de representantes dos sindicalizados em cada Unidade da UFRJ, eleitos com seus suplentes, para um mandato de dois anos, pelo voto direto e secreto dos sindicalizados em pleno gozo de seus direitos.
§.1°- Para efeito deste regimento, Unidades são todas as Escolas, Faculdades e órgãos Suplementares.
§.2°- O número de representantes em cada Unidade dependerá do número de sindicalizados da seguinte forma:
até 60 sindicalizados -1 representante
de 61 a 120 sindicalizados -2 representantes
mais de 121 sindicalizados - 3 representantes
§.3°- Os representantes das Unidades serão eleitos pelo voto de sindicalizados pertencentes à mesma Unidade.
§.4°- No caso da falta ou impedimento do titular, o suplente o substitui.
Art.20- O Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da ADUFRJ-SSind e reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente por convocação:
I- do Presidente;
II- de um mínimo de um terço de seus membros, através de requerimento à Diretoria, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da reunião.
§ único- A Diretoria não tem voto nas reuniões do Conselho de Representantes, sendo que o Presidente da ADUFRJ-SSind só dará o voto de minerva.
Art.21-Ao Conselho de Representantes compete:
I- discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia;
II- deliberar sobre finanças, aprovando ou rejeitando os balanços financeiros anuais da Diretoria;
III- fiscalizar a aplicação das finanças e do patrimônio da ADUFRJ-SSind;
IV - decidir acerca das penalidades dos sindicalizados em consonância com o Art. 11 deste Regimento;
V- elaborar, junto com a Diretoria, o Regimento Eleitoral para ser aprovado em Assembléia Geral;
VI- julgar em grau de recurso, as decisões da Diretoria;
VII- divulgar as atividades da ADUFRJ-SSind no âmbito de suas Unidades;
VIII- implementar ações visando mobilizar a categoria para as programações e lutas da ADUFRJ-SSind;
IX- indicar nome de novo diretor da ADUFRJ-SSind para ser apreciado pela Assembléia Geral, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo;
Art.22- Considerar-se-á impedimento definitivo de representantes do Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind a ocorrência de:
I- renúncia;
II- não comparecimento à 5 reuniões consecutivas do Conselho de Representantes;
III - assumir função administrativa na UFRJ ou no Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.
IV - perda do vínculo empregatício com a UFRJ;
V- violação deste Regimento.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA

Art.23- A Diretoria, órgão executivo da ADUFRJ-SSind, é composta de 9 membros: Presidente, 1° Vice-Presidente, 2° Vice-Presidente, 1° Secretário, 2° Secretário, 1° Tesoureiro, 2° Tesoureiro, Diretor de Relações Sindicais e Diretor de Comunicação, eleitos para um mandato de dois anos pelo voto direto e secreto.
§ único- Havendo vacância de algum cargo na Diretoria, o Conselho de Representantes poderá indicar um nome de qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos para ocupar o cargo vago para ser apreciado pela Assembléia Geral, respeitando o disposto no Art.36 e seu parágrafo único e no Inciso I do Art. 38 deste Regimento.
Art.24- À Diretoria, coletivamente compete:
I - representar a ADUFRJ-SSind e defender os interesses da categoria perante os poderes públicos e administrações da UFRJ;
II- cumprir e fazer cumprir este Regimento, bem como as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes;
III- cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas administrativas da ANDES-SN, bem como

as deliberações de seus Congressos e Conselhos;
IV- representar a ADUFRJ-SSind, seus sindicalizados e os docentes da UFRJ em juízo ou fora dele, podendo nomear, para tal, mandatário por procuração;
V- gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Regimento e das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes;
VI- organizar os serviços administrativos internos da ADUFRJ-SSind;
VII- elaborar Relatórios Anuais de suas atividades financeiras e balanços que serão submetidos ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia Geral;
VIII- elaborar orçamento anual a ser apresentado ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia Geral;
IX- aplicar as sanções disciplinares, nos termos deste Regimento;
X- elaborar, junto com o Conselho de Representantes, o Regimento eleitoral para aprovação da Assembléia Geral;
XI- elaborar as convocações e as ordens do dia das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e do Conselho de Representantes;
XII- divulgar, por meios próprios ou através dos veículos de comunicação de massa, as atividades da ADUFRJ-SSind;
Art.25- Compete ao Presidente:
I- representar a ADUFRJ-SSind, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes a outro diretor em efetivo exercício;
II- convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral, Conselho de Representantes e da Diretoria;
III- dar cumprimento às deliberações das instâncias deliberativas da ADUFRJ-SSind referidas nos incisos I,II e III do Art.13 deste Regimento;
IV- praticar atos administrativos necessários ao atendimento das finalidades da ADUFRJ-SSind, ressalvado o que for expressamente reservado neste Regimento, a outros órgãos;
V - admitir e dispensar funcionários da ADUFRJ-SSind;
VI- assinar, juntamente com o 1° Tesoureiro, cheques e outros documentos financeiros emitidos pela ADUFRJ-SSind;
VII - assinar, após aprovação das instâncias competentes, contratos e convênios em nome da ADUFRJ-SSind;
VIII- convocar as eleições da nova Diretoria e do Conselho de Representantes;
IX- assinar a correspondência oficial e juntamente com o 1° Secretário, toda a correspondência que estabeleça obrigações para a ADUFRJ-SSind.
Art.26- Compete aos Vice-Presidentes, pela ordem, assumir a presidência no caso de falta, impedimento ou afastamento definitivo do Presidente.
Art.27- Compete ao 1° Secretário:
I- elaborar e organizar a correspondência da ADUFRJ-SSind;
II- secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria;
III- responsabilizar-se pelo arquivo da ADUFRJ-Ssind;
IV- substituir, sem prejuízo de suas funções, o presidente, o 1° e 2° Vice-Presidentes, no impedimento eventual destes.
Art.28- Compete ao 2° secretário substituir o 1° Secretário no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.
Art.29- Compete ao 1° Tesoureiro:
I- ter sob sua responsabilidade os bens e valores da ADUFRJ-SSind;
II- administrar as finanças da ADUFRJ-SSind;
III- elaborar balancetes trimestrais e balanço anual, que serão apresentados à Diretoria e submetidos ao Conselho de Representantes;
IV- ser o responsável pelo recebimento e pagamento de despesas;
V- movimentar, juntamente com o Presidente, as contas bancárias da ADUFRJ-SSind;
VI- assinar, juntamente com o presidente, cheques e outros documentos financeiros da ADUFRJ-SSind;
Art.30- Compete ao 2° Tesoureiro substituir o 1° Tesoureiro no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.
Art.31- Compete ao Diretor de Relações Sindicais:
I- participar das reuniões e eventos da Regional Rio de Janeiro da ANDES-SN e manter contatos com as Seções Sindicais da ANDES-SN;
II- acompanhar os acontecimentos e decisões relevantes ao movimento sindical, local, nacional e internacional; .
III- manter contatos permanentes com as entidades representativas de estudantes e de servidores técnico-adminstrativos da UFRJ, bem como de outras categorias, na perspectiva de fortalecer a luta geral dos trabalhadores;
IV- representar a ADUFRJ-SSind, por delegação da Diretoria, nos contatos e eventos sindicais, intersindicais e com Centrais Sindicais;
Art.32- Compete ao Diretor de Comunicação:
I- organizar a política de comunicação da ADUFRJ-SSind;
II- coordenar o Conselho Editorial das publicações da ADUFRJ-SSind;
III- manter contatos com outros órgãos de imprensa para a divulgação das atividades e deliberações da ADUFRJ-SSind.
Art.33- Os membros da Diretoria da ADUFRJ-SSind poderão ter outras atribuições além das previstas neste Regimento, desde que decididas pela Diretoria em reunião.
Art.34- Considerar-se-á impedimento definitivo de Diretores da ADUFRJ-SSind a ocorrência de:
I- renúncia;
II- abandono de cargo;
III- não comparecimento à 5 reuniões consecutivas da Diretoria;
IV- perda do vínculo empregatício com a UFRJ;
V- assumir função administrativa na UFRJ ou no Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.
VI- malversação e/ou dilapidação do patrimônio da ADUFRJ-SSind;
VII- violação deste Regimento.
§ único- A perda do mandato com base nos Incisos VI e VII deste Artigo só poderá ser decidida em Assembléia Geral, sendo assegurado do amplo direito de defesa.

TÍTULO IV
DOS PROCESSOS ELEITORAIS

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art.35- Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da ADUFRJ-SSind são a democracia, o direito à divergência e à igualdade de condições para todos os candidatos.
§ único- O Regimento das eleições deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em Assembléia Geral.
Art.36- O sindicalizado no exercício de cargo ou função administrativa na UFRJ ou Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal somente poderá se candidatar a cargo eletivo da Diretoria e do Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind caso se desincompatibilize desse cargo ou função.
§ único- Os professores visitantes e substitutos não poderão candidatar-se a cargos eletivos da Diretoria da ADUFRJ-SSind.
Art.37- São eleitores todos os sindicalizados da ADUFRJ-SSind no pleno gozo de seus direitos.
I- É vedado o voto por procuração;
II- O sindicalizado deverá votar na Unidade da UFRJ em que estiver lotado;
Art.38- São condições para participar das eleições:
I- ser sindicalizado da ADUFRJ-SSind há pelo menos 90 dias antes da data de inscrição de candidaturas, para ser votado;
II- ser sindicalizado da ADUFRJ-SSind há pelo menos 60 dias antes da data da realização das eleições para votar.
Art.39 - O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral.
§ único - À Comissão Eleitoral compete elaborar normas específicas da eleição, respeitando o disposto no Regimento eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos, bem como proclamar os resultados.
Art.40- As eleições serão convocadas para o mês de setembro dos anos ímpares, pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação e pelos meios de comunicação da ADUFRJ-SSind, com pelo menos

30 dias de antecedência.
§ único- Não sendo convocada eleição dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-la, observando o prazo mínimo de 20 dias para a campanha eleitoral.

CAPÍTULO II
DA ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA

Art.41- A eleição para a Diretoria será realizada através de escrutínio universal, direto e secreto, para um mandato de 2 anos.
Art.42- Poderá ser eleito qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos, respeitando o disposto no Art. 36 e seu § único e no Inciso I do Art. 38 deste Regimento.
§ 1°- Será permitida uma única reeleição consecutiva para no máximo 1/3 dos membros da Diretoria, desde que para cargos diferentes.
§ 2°- É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.
Art.43- As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da ADUFRJ-SSind, que fornecerá recibo, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, acompanhado de declaração de aceite dos demais integrantes da chapa e indicação de no mínimo 10 sindicalizados no gozo de seus direitos.
§ único- No requerimento deve constar os nomes dos candidatos com os respectivos cargos e os programas de cada chapa.
Art.44- A Diretoria eleita será empossada em Assembléia Geral, convocada para este fim.

CAPÍTULO III
DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art.45- As eleições para o Conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto e secreto, para um mandato de 2 anos.
§ 1°- Poderá ser eleito qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos, respeitando o disposto no Art.36 e seu § único e no inciso I no Art. 38 deste Regimento.
§ 2°- Será permitida apenas uma única reeleição consecutiva para o Conselho de Representantes.
Art.46- Poderá haver uma segunda eleição no mesmo período de gestão do Conselho de Representantes, visando complementar as vagas não preenchidas na primeira eleição.
§ único- O final do mandato dos Conselheiros eleitos na segunda eleição, deverá coincidir com o daqueles eleitos na primeira eleição.

TÍTULO V
DO PATRIMÔNIO
Art.47- Constituem patrimônio da ADUFRJ-SSind:
I- as contribuições dos sindicalizados;
II- doações e recursos que lhe sejam destinados;
III- bens móveis e imóveis adquiridos pela ADUFRJ-SSind;
IV- rendimentos de publicações, cursos, prestação de serviços e outros meios que venha a realizar ou implementar;
V- rendimentos de aplicações financeiras.
§ único- O acervo patrimonial da ADUFRJ-SSind é da sua exclusiva propriedade e por esta é gerenciado.
Art.48- A aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis, só poderá ser efetuada com a aprovação de Assembléia Geral.
Art.49- Em caso de dissolução da ADUFRJ-SSind, o destino de seu patrimônio será decidido por Assembléia Geral, atendendo ao Art. 58.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.50- Os cargos diretivos de qualquer instância da ADUFRJ-SSind serão exercidos sem qualquer tipo de remuneração, ressalvado o ressarcimento de despesas efetuadas, com o devido comprovante, para o desempenho das atividades da entidade.
Art.51- Os membros efetivos da Diretoria da ADUFRJ-SSind, gozam de estabilidade no emprego, conforme o disposto no Inciso VIII do Art. 8 da Constituição Federal.
Art.52- Os membros da Diretoria que representarem a ADUFRJ-SSind em transações que envolvam responsabilidades primárias não serão pessoalmente responsabilizados pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.
Art.53- Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responde subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.
Art.54- A ADUFRJ-SSind poderá se filiar a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos contidos neste Regimento e no Estatuto da ANDES-SN desde que a filiação seja aprovada em Assembléia Geral em cuja ordem do dia deverá constar essa matéria.
Art.55- Qualquer taxa compulsória sindical, não deliberada por suas instâncias competentes, recebida pela ADUFRJ-SSind, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pela Assembléia Geral e/ou pela ANDES-SN.
Art.56- A reforma do presente Regimento só poderá ser feita em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 10% dos sindicalizados no gozo de seus direitos previstos neste Regimento e por deliberação de no mínimo 2/ 3 dos sindicalizados presentes.
Art.57- Qualquer membro da Diretoria da ADUFRJ-Ssind ou toda ela conjuntamente, poderá ser destituído por Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.
Art.58- A ADUFRJ-SSind poderá ser voluntariamente dissolvida por Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, exigindo-se a presença de pelo menos 50% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.
Art.59- Em caso de vacância de toda a Diretoria, o Conselho de Representantes convocará Assembléia Geral da ADUFRJ-SSind, que elegerá uma Diretoria Provisória e convocará eleições em um prazo de 20 a 40 dias para completar o mandato da gestão correspondente.
Art.60- Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Assembléia Geral.
Art.61- O presente Regimento entrará em vigor a partir da data de seu registro junto ao órgão competente, concomitantemente à sua publicação, após sua aprovação em Assembléia Geral da ADUFRJ-SSind.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.62- A Assembléia Geral reconhece como sindicalizados da ADUFRJ-SSind todos os associados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ).
Art.63- A Assembléia Geral reconhece como Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind a Diretoria e o Conselho de Representantes da ADUFRJ do biênio 1993/1995, até a posse dos novos eleitos.
Art.64- O término do mandato da atual Diretoria e do atual Conselho de Representantes dar-se-á a 30 de setembro de 1995, quando tomará posse a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes, eleitos em conformidade com este Regimento para o biênio 1995/1997.
§ único- A composição da Diretoria da ADUFRJ-SSind para o biênio 1995/1997 obedecerá o disposto no Art.23 deste Regimento.

Rumo à Seção Sindical

Durante comemoração dos 16 anos da ADUFRJ, diretoria lançou a campanha Seção Sindical da Andes-SN

Está lançada a Campanha ADUFRJ-Seção Sindical da Andes-SN. O lançamento ocorreu durante a comemoração dos 16 anos da entidade, no dia 26 de abril. O evento aconteceu no Auditório do Centro de Tecnologia e contou com a presença de ex-presidentes da ADUFRJ, Regional da Andes-SN, CUT-RJ e representantes de outras Associações de Docentes do Rio de Janeiro.

Foi apresentada uma proposta de Regimento Geral da ADUFRJ-SSind, elaborada por uma comissão formada por membros da Diretoria e do Conselho de Representantes. Esta proposta está neste jornal para apreciação de todos os professores da UFRJ. As críticas, sugestões, acréscimos, supressões e propostas alternativas para este Regimento poderão ser entregues até o dia 22 de maio na sede da ADUFRJ. Posteriormente, todas as sugestões apresentadas serão debatidas em Assembléia, que também vai discutir o processo de transformação.

O significado da transformação

A ADUFRJ-Seção Sindical vai representar todos os professores da UFRJ e não apenas os seus associados, como acontece com uma associação. Além disso, a entidade passaria a ter o direito à substituição processual, isto é, poderá postular judicialmente os direitos da categoria. Os professores da UFRJ poderão exercer o direito à sindicalização consagrado na Constituição de 1988.

Na prática, esta transformação é uma consolidação jurídica, pois a ADUFRJ tem demonstrado um perfil sindical sempre na defesa dos docentes e da universidade pública, sem perder ás suas características acadêmicas. Além disso, a ADUFRJ-SSind estará consolidada como entidade representativa dos docentes na UFRJ, fortalecendo também a Andes-SN que é o nosso sindicato nacional.

Com a transformação, a ADUFRJ-SSind deixaria de ter um estatuto e passaria a ter um regimento. Como a entidade vai fazer parte do Sindicato Nacional, o que passa a valer é o Estatuto da Andes-SN, que garante a autonomia política, administrativa, financeira e patrimonial das ADs SSinds em relação ao Sindicato Nacional.

O momento é agora

A transformação da ADUFRJ em Seção Sindical era uma das propostas que a atual diretoria havia apresentado durante a campanha eleitoral. Depois que a Andes-SN se tomou um sindicato nacional, várias Associações já se transformaram. Das 84 Associações de Docentes do país, 68 já são Seções Sindicais, ou seja 81% do total. No Rio de Janeiro, a ADUFF-SSind, ADUNIRioSSind e a ADUFRRJ-SSind (Rural) já se transformaram. Agora é a nossa vez.

.As dificuldades estatutárias para a transformação são grandes, mas nem por isto devemos desistir. De acordo com o atual estatuto da ADUFRJ, qualquer reforma estatutária somente poderá ser feita em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, com a presença de 10% dos sócios e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sócios presentes. Além disso, esta reforma deverá ser referendada por uma consulta plebiscitária, exigindo-se para a sua aprovação maioria simples.

É importante ressaltar que esta discussão deve ser feita comi muita profundidade e com a participação efetiva dos professores. A Diretoria da ADUFRJ vai promover reuniões nas Unidades e Centros para discutir este assunto e recolher críticas e sugestões. É fundamental que todos estejam bem esclarecidos do significado e da importância desta transformação. O momento é este e não devemos esperar mais.

Os professores José Simões (foto) e José Henrique Sanglard lembraram suas experiências como presidentes da ADUFRJ. A 2ª Vice-presidente da Regional da Andes-SN, professora Rosanne Dias, enfatizou a importância da Campanha para a consolidação da base sindical da Andes-SN

Entidade lança folheto explicativo

São várias as dúvidas que surgem entre os professores quando se fala em seção sindical. Para esclarecer o que muda com a transformação da ADUFRJ em Seção Sindical foi feito um folheto explicativo, organizado pela diretoria da entidade com informações sobre o Sindicato Nacional dos Docentes, a Andes-SN, e sua organização. Questões como regimento, estatuto, autonomia e outras são abordadas. O folheto foi enviado para todos os professores com o boletim de abril e está a disposição dos interessados na sede da ADUFRJ.

Prorrogada proibição de concursos

O presidente FHC assinou o decreto 1.452 prorrogando por mais seis meses, até 9 de outubro, a proibição de concurso e contratações no serviço público federal. O novo decreto permite que o ministro da MARE, Bresser Pereira, autorize a realização de concursos apenas "é em caso excepcional".

De acordo com a sub-reitora de Pessoal, Profª Maria Augusta, a UFRJ teria possibilidade de nomear 371 professores já concursados, alegando excepcionalidade. Isto não resolve a situação. A proibição de concurso, que fecha a entrada para o serviço público, e a corrida para as aposentadorias estão provocando sérios danos para as universidades públicas.

Rádio UFRJ FM

A rádio UFRJ já está no ar. Sintonize na 91,5 MHz FM e confira. O Departamento de Eletrônica da Escola de Engenharia montou a rádio com a colaboração de alunos. De acordo com o Prof. Ricardo Rhomberg, a rádio está transmitindo a sua programação diária para a Ilha do Fundão das 10 às 14 horas mas a idéia é aumentar o seu alcance. A ADUFRJ, o Sintufrj e o DCE foram convidados para dar informações sobre suas atividades. No dia 24, a ADUFRJ fez sua estréia dando informes do resultado de sua Assembléia Geral.

Governo mantém exame de avaliação

O governo reeditou a MP que trata da avaliação dos alunos. Apesar de todos os protestos, a nova NT 967 manteve a essência da anterior. Apenas a questão da eleição para reitor foi retirada. O Conselho Nacional de Educação continuou dividido em dois Conselhos Setoriais, um de Educação Básica e outro de Educação Superior. Foram mantidas também as atribuições deste Conselhos, inclusive a que delega aos Estados o recredenciamento e a deliberação dos estatutos das universidades, apontando para uma possível estadualização das IFEs. Pela MP 967, os resultados da avaliação constarão dos históricos escolares dos alunos e servirão para o recredenciamento das universidades, destruindo o principio de avaliação.

Substitutivo Darcy da LDB

Moção do CEG sobre o ensino de Artes

0 conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, reunido em 5/4/95, tendo tomado conhecimento do projeto de autoria do Senador Darcy Ribeiro sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 101 de 1993, sugere que o Art.25, que trata dos currículos de Educação Básica, contemple a obrigatoriedade do ensino das Artes, para que haja sintonia com o Art.38 do mesmo projeto, entendendo-se que não pode haver Ensino Superior em Artes desvinculado do ensino fundamental.

Atuação da ADUFRJ no CONSUNI

0 Consuni é o colegiado máximo da universidade e é formado pelo reitor, sub-reitores, decanos, representantes de docentes de cada Centro, representantes de alunos e ex-reitores. A ADUFRJ, ao lado do Sintufrj e do DCE, tem estado presente nestas reuniões, que são públicas e acontecem quinzenalmente no 1° andar do prédio da reitoria.

ADUFRJ critica o substitutivo da LDB

A ADUFRJ fez duras críticas ao segundo substitutivo do Senador Darcy Ribeiro ao projeto da LDB. Distribuiu a todos os conselheiros presentes ao Consuni do dia 13 de abril uma avaliação deste substitutivo, publicado no Boletim ADUFRJ. Depois de vários pronunciamentos de conselheiros, a reitoria decidiu colocar o projeto de LDB na pauta da reunião do dia 27 de abril, quando foi aprovada uma moção de rejeição do substitutivo Darcy e de apoio pela aprovação do PL 101/93 já aprovado na Câmara dos Deputados.

UFRJ enviou projeto de avaliação sem discutir com a comunidade

A reitoria da UFRJ enviou o seu projeto de avaliação ao MEC sem qualquer discussão coma comunidade. O coordenador do projeto informou ao Consuni que o projeto foi elaborado por uma comissão composta de membros de cada Centro e que o prazo de entrega se encerraria no dia 18 de abril. Este projeto faz parte do Projeto de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído pelo MEC no ano passado.

A ADUFRJ insistiu que a reitoria só enviasse este projeto de avaliação depois de um debate com a comunidade universitária. Nem mesmo os membros do Consuni tinham conhecimento do assunto. É inconcebível que um projeto de tamanha importância seja enviado desta maneira simplesmente, segundo substitutivo do Senador Darcy alegando que seria necessário cumprir um prazo.

Aposentados

A ADUFRJ solicitou publicamente à reitoria o número de professores aposentados da UFRJ nos últimos meses. A sub-reitora de Pessoal, Profª Maria Augusta, informou que se aposentaram 63 professores e mais de cem servidores no período de janeiro a março deste ano. Além dos inúmeros casos de aposentadorias, as propostas do governo para a reforma da Previdência estão provocando um clima de insegurança generalizada. Muitos professores já prepararam toda a documentação e estão somente aguardando o desenrolar dos acontecimentos para darem entrada no processo. O número de processos em tramitação é grande. A Faculdade de Educação também está com sérios problemas. Em 1990, havia 132 professores e agora este número caiu para 75.

Ação do Plano Bresser

O Conselho, reunido no dia 13 de abril, aprovou uma moção favorável a respeito da implementação dos ganhos da ação do Plano Bresser de acordo com decisão judicial. Esta ação foi ganha pelo Sintufrj no Tribunal Regional do Trabalho e a reitoria reluta em exercer a sua autonomia e cumprir a decisão judicial. O vice-reitor da UFRJ, Prof. Vilhena, disse que a universidade não iria tomar atitudes isoladas e vai decidir em conjunto com a Associação Nacional de Dirigentes das IFES. O vice-reitor disse também que enviaria toda a documentação ao MEC, conforme determina o decreto 1.412 de 7/3/95. Depois de muita discussão, o Consuni acabou aprovando a moção com apenas 1 voto contrário. AADUFRJ solicitou que a reitoria cumpra a decisão judicial favorável à ação do Sintufrj. O Plano Bresser foi um plano econômico que confiscou 26,06% do salário de todos os trabalhadores em julho de 1987, quando Bresser Pereira era o ministro da Fazenda.

Deflagrada greve nacional unificada

Trabalhadores das estatais e do serviço público entram em greve a partir de 3 de maio

Os servidores públicos federais resolveram entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 3 de maio. A decisão foi tomada durante a Plenária Nacional dos SPFs, no dia 30 de abril em Brasília, e visa a deflagração da greve unificada com as estatais. Esta será uma greve diferente, pois irá reunir pela primeira vez os servidores com os trabalhadores das estatais em uma luta conjunta.

As reformas na constituição em andamento no congresso atingem tão diretamente a vida dos docentes das IFEs quanto a dos demais servidores públicos. A perda das aposentadorias por tempo de serviço e integral é um exemplo claro desta política. Esta greve também significa a luta contra a aprovação do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro ao PL101/93 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Servidores públicos e funcionários de estatais estarão unidos em uma greve nacional.

A Plenária dos SPFs contou com a participação de 254 delegados e 10 observadores. A Fasubra com 93 delegados, a Condesef com 56 delegados e a ANDES-SN com 47 delegados, foram as entidades nacionais com maior representação.

GREVE CONTRA O ARROCHO E AS REFORMAS NEO-LIBERAIS DE FHC

CUT protocola reivindicações

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, protocolou no Palácio do Planalto a pauta de reivindicações dos Servidores Públicos Federais e dos trabalhadores das empresas estatais. Esta pauta, montada a partir das reivindicações dessas categorias, contempla basicamente a reforma constitucional e as questões salariais.

1) Pelo controle social das empresas estatais e do serviço público:

- retirada das propostas de emenda constitucional que flexibilizam os monopólios estatais
- revogação da lei que institui o Programa Nacional de Privatização

2) Em defesa da Previdência Pública e da aposentadoria por tempo de serviço

- retirada da proposta de emenda constitucional sobre a Previdência Social apresentada pelo governo
- por uma auditoria das contas da Seguridade Social

3) Por uma política salarial

- adoção de uma política salarial com reposição mensal dos salários conforme o ICV-DIEESE
- reposição das perdas salariais segundo reivindicações das categorias que subscrevem esta pauta
-contra a mudança na data de pagamento dos salários dos trabalhadores das empresas estatais e do serviço público, revogando-se imediatamente a MP 965

4) Cumprimento dos acordos e compromissos acertados entre os ministérios e as empresas estatais e as entidades sindicais que subscrevem esta pauta

5) Pela rejeição do substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a LDB e imediata aprovação do PLC 101/93 do Senador Cid Sabóia. Pela revogação imediata da MP 967, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Educação e Avaliação Institucional

6) Reintegração dos demitidos na reforma administrativa do governo Collor e por participação em movimentos reivindicatórios

Andes-SN aprova indicativo de greve

O Setor das Federais da Andes-SN, reunido nos dias 28 e 29 de abril em Brasília, aprovou a manutenção do indicativo de greve por tempo indeterminado no contexto de que no dia 3 de maio será deflagrada a greve conjunta dos SPFs e os trabalhadores das estatais.

Nesta reunião, em que estiveram presentes 28 Associações de Docentes - Seções Sindicais, o Setor deliberou pelo dia 9 de maio como indicativo, tendo em vista o curto prazo para submeter esta proposta à avaliação das Assembléias das Associações de Docentes SSind.

Está previsto uma nova rodada de Assembléias Gerais em todo o país para avaliar este indicativo.

A diretoria da ADUFRJ resolveu convocar uma Assembléia para o dia 9 de maio para avaliação da greve em curso e discussão das formas de participação.

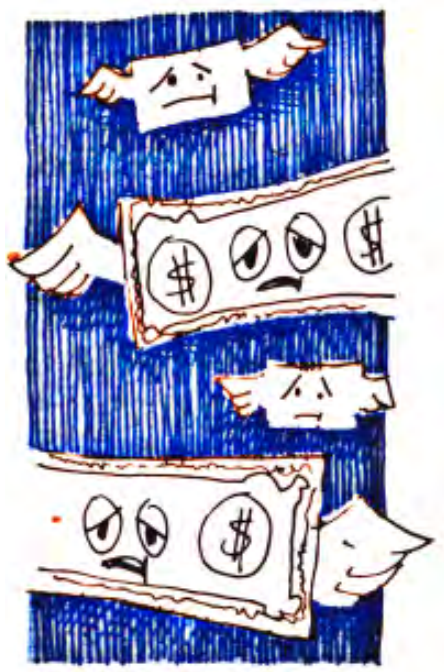
Governo só pagou 30% no dia 24

0 governo pagou apenas 30% do salário no dia 24, deixando os 70% restantes para o dia 4 de maio. Até agora o governo não definiu como será feito o pagamento nos próximos meses. A Medida Provisória 936 determina que 40% do salário poderão ser antecipados no segundo dia útil após o dia 20, "caso haja recursos disponíveis".

Esta mudança na data do pagamento foi mais uma garfada no bolso dos servidores públicos federais, que terão dificuldades para pagar as suas contas em dia e serão obrigados a arcar com juros e multas. O pior é que esta medida atinge só os servidores do Executivo. Os funcionários do Judiciário e do Legislativo continuarão recebendo seus salários no segundo dia útil após o dia 20 do mês trabalhado. Mais uma injustiça praticada pelo governo contra os servidores.

Arrocho salarial continua em 1996

0 arrocho salarial deve continuar no próximo ano. O Projeto de Lei PL, 125 da Deputada Rita Camata, já sancionado pelo presidente da República, limitou o percentual de recursos para pagamento de pessoal em 60% das receitas líquidas da União. Para piorar a situação, o governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1996, reduzindo o limite de recursos para pagamento de pessoal em 56% das receitas líquidas. Esta medida revela também que o governo não está disposto a implantar uma política salarial para a recuperação das perdas salariais dos servidores nem muito menos promover a isonomia prevista na Constituição



UFRJ poderá entrar no "folhão"

A UFRJ poderá entrar na folha geral de pagamento do governo, o "folhão", a partir de junho. O Decreto n° 1.412 de 7/3/95 determina que os recursos para pagamento de pessoal somente serão liberados após prévia contabilização da folha de pagamento, mediante utilização conjunta do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) com o Sistema Integrado de Adminstração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Esta medida vai atingir todo o pessoal civil dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Várias universidades já entraram neste sistema, que interfere na autonomia administrativa das instituições e tem causado grandes transtornos para todos. O centralismo irá apenas trazer prejuízos para os docentes, aumentando ainda mais a burocracia. A reitoria avalia que o sistema vai virar um caos com a entrada da UFRJ nesta folha geral e que a folha de pagamento de julho poderá até sair distorcida. O governo já avisou que as universidades que não entrarem no folhão ficarão sem recursos para o pagamento de pessoal.

Decreto interfere na autonomia

O governo está interferindo cada vez mais na autonomia das universidades. O Decreto n° 1.412 de 7/3/95, além de colocar as universidades no "folhão'", mantém as instituições atreladas e sem poder decisório. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remunerações, a criação de cargos ou alteração de estruturas de carreiras e a admissão de pessoal vão depender de dotação orçamentária e autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Este decreto é também uma ingerência do Executivo nas decisões do Judiciário, ferindo princípios da Constituição de 1988. Até mesmo as despesas decorrentes de decisões judiciais vão depender da manifestação do Ministério da Fazenda e do Planejamento. A Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário da UFRJ também constatou a inconstitucionalidade deste decreto.

AD jurídico

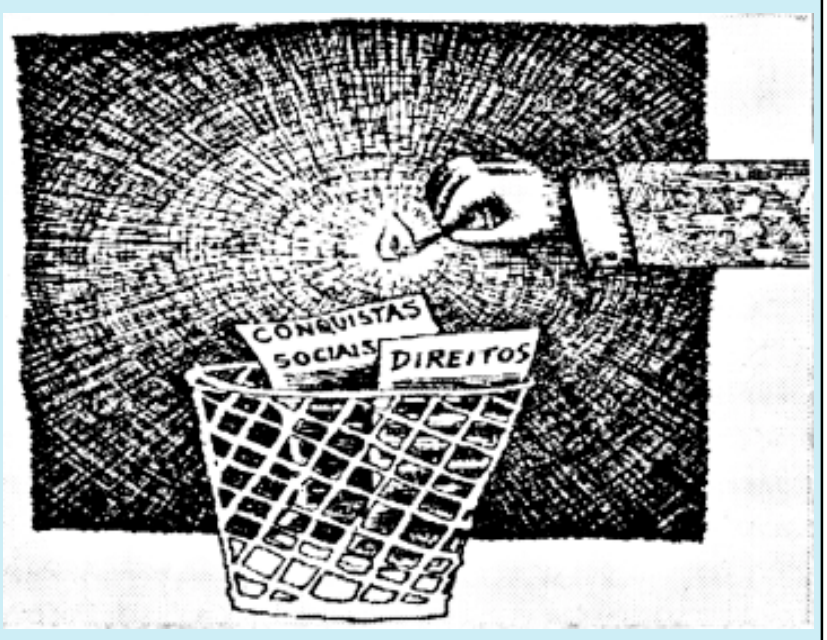
Direito adquirido é cláusula pétrea

0 direito adquirido é uma das chamadas cláusulas pétreas da Constituição, que não podem ser alteradas. A existência deste princípio assegura a estabilidade jurídica não só das relações jurídicas interpessoais, como também da relação do cidadão com o Estado. Esta é uma das conclusões do parecer da Assessoria Jurídica da Andes-SN ao analisar a proposta de emenda do governo para a Reforma da Previdência.

O parecer constata que a emenda é flagrantemente inconstitucional, pois proíbe de forma expressa a invocação do direito adquirido:

"Se um direito não for exercido, vindo a lei nova, transforma-se em direito adquirido, porque era direito exercitável e exigível à vontade do seu titular. A lei nova não tem o condão de prejudicá-lo, nem mesmo emenda à Carta Magna. A possibilidade de exercício do direito subjetivo foi adquirida no regime da lei anterior e deve persistir garantida em face da lei superveniente. Por conseguinte, não pode a emenda vedar a invocação do direito adquirido, consagrado constitucionalmente."

Além disso, o parecer jurídico da Andes-SN lembra que a proposta da Previdência acaba com direitos dos trabalhadores e fere outros princípios emanados da Constituição, como o da isonomia, da igualdade e da universalidade.



J.O.R.N.A.L

ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ

Andes-SN

Nº 15
JUNHO/95

Câmara entrega soberania

Após negociação com a bancada ruralista, governo consegue passar emendas que quebram monopólios estatais e comprometem a soberania nacional

Páginas 6 e 7

UNIVERSIDADE PÚBLICA: A próxima vítima

11

Tese mostra que Previdência não deve ser reformada

8

Governo cria Programa de Publicização

9

O substitutivo Darcy e a Política Neoliberal de FHC

Por Roberto Leher

10

AD editorial

Estão entregando nosso país!

As reformas do governo FHC comprometem a soberania nacional, retiram os direitos sociais dos trabalhadores e não atendem aos interesses da população brasileira. O objetivo principal desta reforma é diminuir ao máximo o tamanho do Estado para facilitar a implantação do modelo neoliberal. A quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e a mudança do conceito de empresa brasileira vão aumentar ainda mais a nossa dependência econômica e política. A globalização da economia, tão necessária à expansão deste modelo perverso, é uma finalidade a ser alcançada para destruir o conceito de nacionalidade e entregar o nosso país aos interesses do capital internacional.

As reformas que defendemos não são estas, mas as que eliminem as desigualdades sociais, promovam a reforma agrária, democratizem os meios de comunicação e melhorem as condições de vida da população.

A greve dos petroleiros representou um importante foco de resistência na luta em defesa da soberania nacional. O governo jogou duro para quebrar a espinha dorsal do sindicalismo brasileiro ao mesmo tempo que abria espaços na mídia para o sindicalismo pelego. As refinarias foram ocupadas pelo Exército e as principais lideranças sindicais foram demitidas. Massacrar os pólos de resistência foi fundamental para o governo. A mídia deu todo o suporte ideológico para ganhar a opinião pública e o Poder Judiciário garantiu a ilegalidade da greve. O que estava em jogo nesta greve não era uma simples reivindicação salarial, mas o desfecho da reforma constitucional. Agora o governo vai cantar vitória e se credenciar no jogo internacional pautado pelo Consenso de Washington.

O presidente Fernando Henrique, que está utilizando a mesma prática imoral do "é dando que se recebe", comandou pessoalmente a negociata para garantir a aprovação das emendas no Congresso Nacional. O governo não negociou com os grevistas mas cedeu às pressões dos entreguistas e dos defensores de uma pseudo-modernidade. A ética foi deixada de lado para que uma maioria fosse arrancada. Somente o acordo fechado com a bancada ruralista composta por 140 deputados vai custar pelo menos R$1 bilhão ao Tesouro Nacional, conta que deverá ser paga obviamente com o sacrifico do povo brasileiro. Enquanto isto, a população que acreditou no Plano Real e passou a consumir, está agora endividada, como mostra os indicadores econômicos.

A luta apenas está começando. O projeto de reforma do Estado do ministro Bresser deverá ser enviado ao Congresso nos próximos dias e visa retirar o Regime Jurídico Único, acabar com a estabilidade e com o direito de greve dos Servidores Públicos Federais, que continuam sem qualquer política salarial. A reforma da Previdência também pretende tirar os direitos sociais dos trabalhadores.

A greve nas Estatais e no Serviço Público revelou problemas de mobilização e de articulação entre as categorias. Esta situação vai exigir dos movimentos sociais organizados uma reavaliação das formas de atuação diante dos enfrentamentos futuros.

Na área da educação, as reformas neoliberais estão vindo principalmente através de Medidas Provisórias, decretos e projetos de lei. O substitutivo do senador Darcy Ribeiro ao projeto da LDB é a principal ameaça contra a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. O projeto de publicização do ministro Bresser vai atingir as universidades públicas, que poderão ser transformadas em fundações privadas. O decreto 1.452 que suspendeu a realização de concursos públicos para a carreira docente está impedindo a renovação dos quadros e afetando as atividades acadêmicas.

As universidades tentam resolver seus problemas internos com medidas paliativas, admitindo professores substitutos e utilizando alunos de pós-graduação para ocupar os lugares de professores aposentados. Somente na UFRJ 120 professores se aposentaram nos últimos seis meses, sendo 35 professores Titulares com doutorado. Há também um grupo de 296 professores concursados não nomeados e 103 admitidos como substitutos "em caráter especial", mas que não possuem nem mesmo um contrato regular. É o sucateamento da universidade pública. Os dirigentes universitários deveriam se pronunciar de forma clara, firme e pública diante deste quadro de extrema gravidade para o futuro da educação brasileira.

Tudo isto não está acontecendo por acaso. O presidente-sociólogo FHC está seguindo fielmente as diretrizes do FMI e do Banco Mundial para os países subdesenvolvidos. Embora a mídia não esteja mostrando, as insatisfações populares contra a implantação deste modelo neoliberal vão se propagando na América Latina. Na Bolívia foi recentemente decretado o Estado de Sítio, na Argentina houve conflitos urbanos, Fujimori no Peru ocupou duas universidades, para conter a oposição e os focos de resistência continuam em Chiapas no México.

Não podemos deixar que entreguem o nosso país, destruam a universidade pública e tirem a nossa dignidade. Resgatar a solidariedade de todos os trabalhadores será fundamental neste momento para os embates presentes e futuros. Esta luta é a luta de todos nós!

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Situação dos concursados continua indefinida

Reitor diz que governo irá nomear "em caráter excepcional" 186 professores agora. Outros 186 concursados serão nomeados somente em janeiro de 1996.

É dramática a situação dos professores concursados desde que o governo baixou um decreto proibindo a contratação de servidores públicos federais. Segundo o reitor, Paulo Alcântara, o governo autorizou "em caráter excepcional" 186 vagas para a UFRJ, sendo que outras 186 ficariam para janeiro de 1996. Isto significa que o decreto que suspendeu as nomeações deverá ser reeditado com nova prorrogação. A pergunta que está atormentando os concursados é óbvia: quem entrará nesta "Escolha de Sofia"? O CEG ficaria responsável pela escolha. Mas qual será o critério adotado para nomear este ou aquele docente agora, já que todos fizeram concurso no mesmo período e a maioria já está trabalhando na universidade, com contratos precários e uma situação acadêmica indefinida?

A ADUFRJ já tomou conhecimento de 296 professores que fizeram concurso e ainda não foram nomeados. É possível que este número seja maior pois muitos processos ainda estão tramitando na burocracia da universidade e ainda não chegaram à reitoria. Do total de docentes concursados, 103 assinaram um contrato administrativo de locação de serviços e foram admitidos como substitutos "em caráter especial". Estes professores estão sendo obrigados a se sujeitar a condições de trabalho aviltantes: atrasos no pagamentos dos salários, contratos irregulares e falta de contracheques. Alguns denunciaram à ADUFRJ que estão sendo sutilmente coagidos a trabalhar de graça para garantir a nomeação. Outros foram obrigados a deixar seus empregos para dar aulas na universidade. Um levantamento preliminar feito pelos próprios concursados mostrou que os professores contratados como substitutos estão dando aulas para cerca de 2.635 alunos, isso sem contar com a Faculdade de Medicina, que tem o maior número de professores substitutos "especiais".

O decreto 1.452, assinado pelo presidente da República e pelo ministro Bresser Pereira, prorrogou a suspensão de concursos públicos e as nomeações para 9 de outubro de 1995. O decreto prevê que a realização de concursos e as nomeações somente poderão ser autorizadas em caso excepcional pelo ministro tia Administração.

ADUFRJ apóia os concursados

A situação crítica dos professores concursados é apenas uma das conseqüências das investidas do governo FHC contra a educação. O que está em questão neste momento é o futuro das universidades públicas. A ADUFRJ está se empenhando ao máximo para resolver o problema, pois entende que o decreto 1.452 está trazendo danos irreparáveis para as atividades acadêmicas. A diretoria da AD vem realizando reuniões com os concursados no CLA; CCMN e CCS. A Assessoria Jurídica da AD também está acompanhando o movimento dos professores concursados. A diretoria da AD esteve em duas audiências com o reitor e se pronunciou várias vezes no Conselho Universitário para exigir da reitoria a solução imediata do problema, que está afetando as atividades acadêmicas da universidade.

A Assembléia do dia 23 de maio aprovou a filiação dos professores concursados que estejam exercendo atividades docentes na UFRJ, com isenção de pagamento de mensalidade até que sejam nomeados.

A ADUFRJ solicitou à reitoria a listagem dos 204 professores que já tiveram seus concursos homologados e a relação dos concursados contratados como substitutos "especiais". Estas listagens já estão disponíveis na sede da AD para consulta.

Moção em Defesa dos Concursos Públicos

(Aprovada no XXX CONAD da Andes-SN)

O Decreto 1.368, que suspendeu a realização de concursos públicos e as nomeações de professores concursados, e o Decreto 1.452, que prorrogou a suspensão até 9 de outubro de 1995, estão trazendo enormes prejuízos para as atividades acadêmicas nas Instituições Federais de Ensino Superior. Muitos cursos de graduação, de pós-graduação e de 1 ° e de 2° graus estão sendo inviabilizados com a falta de professores. As propostas do governo para a reforma da Previdência provocaram um aumento significativo do número de aposentadorias nas universidades, agravando ainda mais esta situação. As atividades de pesquisa e de extensão estão sendo também bastante prejudicadas, tendo em vista que não está acontecendo a renovação dos quadros, essencial para a educação pública de qualidade.

O XXX Conselho das Associações de Docentes da Andes-SN, reunido em São Luis nos dia 2 a 4 de junho de 1995, exige a revogação imediata do decreto 1.452 para que sejam realizados concursos públicos para a carreira e nomeados todos os professores já concursados.

(moção para o presidente da República, ministro da Administração e ministro da Educação)

Pauta de reivindicações dos professores concursados:

(aprovada na reunião do dia 26/5/I95)

1-Nomeação imediata de todos os professores concursados

Enquanto não saírem as nomeações no Diário Oficial, reivindicamos:

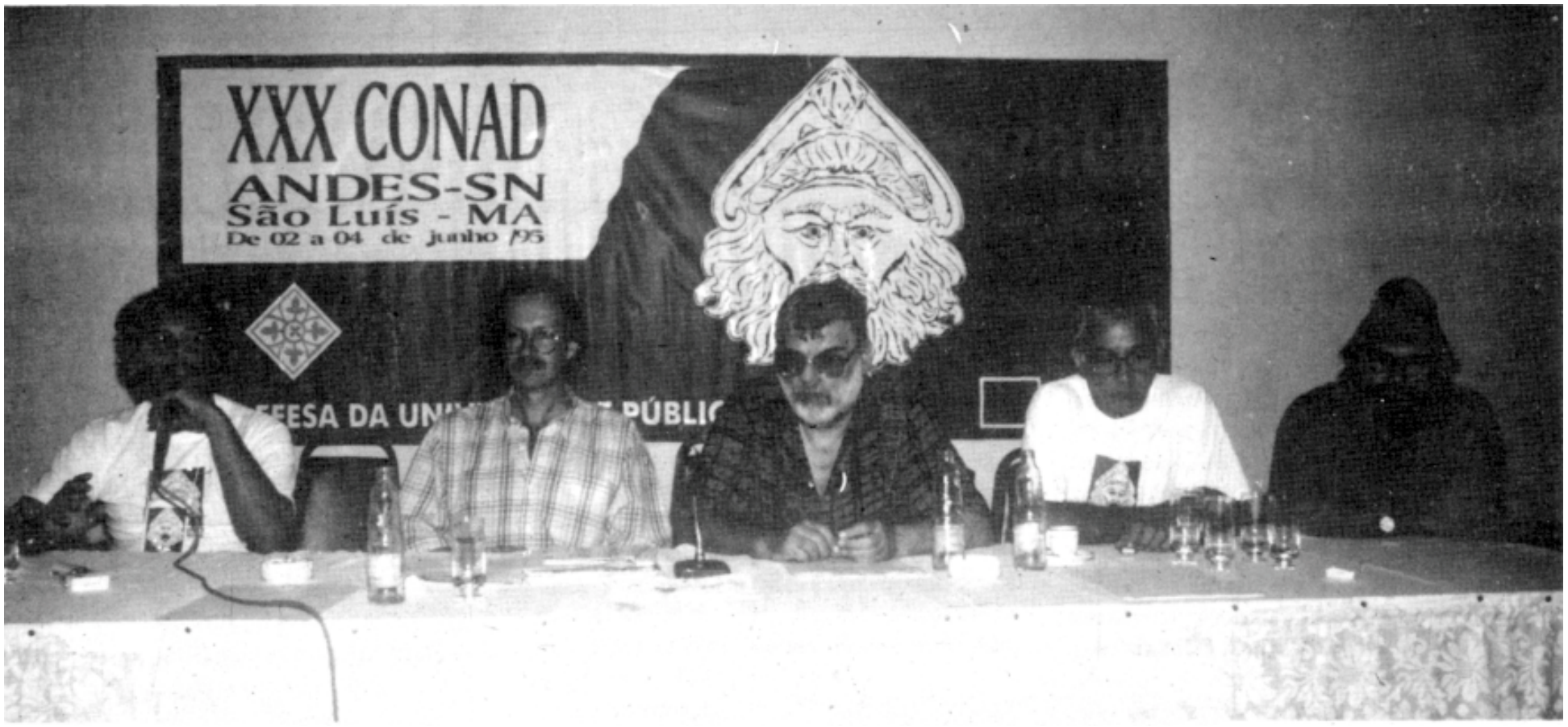
2-Interrupção do prazo de validade do concurso durante a vigência do decreto que proíbe as nomeações dos concursados.

3- Regularização do contrato para todos os concursados contratados como substitutos com definição do prazo de validade, pagamento em dia efetuado com os demais professores, fornecendo contracheques com papel timbrado da UFRJ.

4- Garantia para os contratados de todos os direitos trabalhistas e benefícios da carreira docente.

As promessas que o reitor ainda não cumpriu

- regularização dos contratos com prazo definido e com possibilidade de prorrogação.
- contracheque com papel timbrado da UFRJ
- reunião com decanos para solucionar os problemas dos concursados admitidos como substitutos
- o prazo de validade do concurso poderá ser prorrogado, se necessário, por mais dois anos,



Os professores Cândido, da Apruma, Schuch, presidente da Andes-Sn, Edumundo, Secretário Geral, Agamenon, tesoureiro e Pádua, da Regional Nordeste participaram da mesa

CONAD realinha Plano de Lutas

O XXX Conselho das Associações de Docentes - Seções Sindicais da Andes-SN discutiu e realinhou o Plano de Lutas a partir da avaliação da atual conjuntura. Uma das principais deliberações do evento foi a reafirmação da luta pela rejeição do substitutivo do senador Darcy Ribeiro ao projeto da LDB, opondo-se à idéia de emenda-lo. O objetivo é resgatar o PL 101/93 aprovado pela Câmara dos Deputados na forma do substitutivo do senador Cid Sabóia, que representa o resultado de um longo processo de discussão com a sociedade.

O avanço que o governo FHC vem obtendo na implementação de suas reformas aponta para a necessidade, não só de manter, mas, sobretudo de intensificar a mobilização. Neste sentido, o XXX CONAD propôs que as ADs mantenham discussões sobre as reformas educacionais, Previdência, Reforma do Estado e Lei das Patentes. Também foi aprovado que as ADs devem intensificar as ações e manifestações de solidariedade sindical a todas as formas de luta dos trabalhadores que se mantêm contra as reformas neoliberais de FHC.

Depois de intensas discussões nos grupos mistos, foram avaliados os Planos de Lutas a partir dos eixos centrais aprovados no XIV Congresso da Andes-SN. Na Plenária Final foram aprovadas algumas moções importantes como a de Apoio aos Petroleiros e a moção em Defesa do Concurso Público, apresentadas pela ADUFRJ. Nesta plenária, também foram homologados mais três Seções Sindicais, totalizando agora 72 ADs Seções Sindicais da Andes-SN. O XXX CONAD, realizado nos dia 2 a 4 de junho em São Luis no Maranhão, reuniu 49 delegados e 64 observadores, representando 51 Associações de Docentes de todo o país.

Eixos Centrais do Plano de Lutas

1-Defesa da escola pública, gratuita democrática e de qualidade em todos os níveis

2-Construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo FHC

3-Defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal

4-Defesa do serviço público e o controle democrático desses serviços pela população

5-Luta pela democratização dos meios de comunicação

6-Defesa da independência de classe das organizações dos trabalhadores contra a cooptação governamental/patronal e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio de Cuba

7-Defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania

8-Luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população.

MOÇÃO DE APOIO AOS PETROLEIROS

(Aprovada durante o XXX CONAD)

O governo federal foi extremamente intransigente e autoritário em relação à greve dos petroleiros. Refinarias foram ocupadas pelo Exército, trabalhadores demitidos e sindicalistas perseguidos. Além dessas ações arbitrárias, o governo fez uso da mídia, tentando jogar a população contra os petroleiros. Em vez de abrir negociações com a categoria, o governo FHC faz concessões espúrias aos ruralistas, defende os interesses empresariais e cede às pressões internacionais. O que estava em jogo na greve dos petroleiros não era apenas uma simples reivindicação salarial, mas o futuro do sindicalismo brasileiro e da soberania nacional. Os professores das Instituições de Ensino Superior, reunidos no XXX CONAD da ANDES-SN, nos dias 2 a 4 de junho de 1995, manifestam sua solidariedade aos petroleiros, entendendo que essa luta também é a luta de todos nós.

(moção enviada ao presidente da República, ministro das Minas e Energia, ministro do Trabalho, presidente da Petrobrás, ministrado STF, presidente da CUT e o coordenador da FUP).

CARTA DE SÃO LUIS

Os docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, reunidos no XXX CONAD da ANDES-SN, São Luis, Maranhão, de 2 a 4 de junho de 1995, reforçam sua disposição de luta em defesa da Educação, do Serviço Público, da Democracia e da Cidadania. Neste sentido, aprovam um conjunto de deliberações como a de fortalecer a solidariedade sindical com os trabalhadores em luta contra as reformas propostas por FHC. Reafirmam a necessidade e a urgência da construção do projeto democrático-popular que crie condições de existência e liberdade para o conjunto da sociedade e não apenas para as classes dominantes.

No campo específico da educação, afirmam a luta pela rejeição do substitutivo Darcy Ribeiro/MEC e se opõem à idéia de emenda-lo, de forma a resgatar a luta pela aprovação da LDB expressa no PL 101/93, na forma do substitutivo Cid Sabóia, que representa o resultado de longo e abrangente processo de discussão com a sociedade.

A intransigência, a postura arbitrária e a violência do governo FHC e seus aliados pretendem intimidar e reprimir os trabalhadores através de atos do Executivo, como o Decreto Lei n°.1.480, que caça o direito de greve garantido na Constituição, o uso servil do Judiciário e a convocação irresponsável das forças armadas. Tais demonstrações de arrogância, prepotência e força, ao contrário do que pretendem, indicam o desgaste, a fragilidade e a brevidade de suas alianças oportunísticas baseadas no "é dando que se recebe", como a concessão feita à UDR, hoje travestida de bancada ruralista. Frente a este quadro, cabe aos docentes, organizados na ANDES-SN, aprofundar a discussão sobre o caráter do governo e o significado de suas propostas reafirmando a posição contrária a todas as tentativas de destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores.

O projeto de sociedade que o governo FHC tenta implementar, cada vez mais evidencia a sua face de excludência. À medida em que força a redução do papel do Estado, dilapida o patrimônio público via privatizações e implode as políticas sociais, aviltando as condições de vida da maioria da população. Cada vez mais é vedado o acesso às condições básicas da cidadania traduzidas no direito à educação, à saúde, à previdência social e até mesmo à própria vida.

Neste sentido, também se pode destacar um conjunto de iniciativas, dentre elas o projeto de lei de patentes que aponta para a privatização do conhecimento e que significa mais uma submissão às políticas de ajuste e de modernização preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, traduzidos no Consenso de Washington.

Assim, a defesa da soberania nacional, do patrimônio público e dos direitos sociais expressos na Constituição, ameaçados pelo governo FHC, mais e mais submisso aos ditames do capital, exige nesse momento da Central Única dos Trabalhadores a ampliação das alianças com o movimento popular e sindical. A intensificação dos atos de solidariedade da classe trabalhadora, torna cada vez mais premente e forte, a necessidade de ampliarmos o grito de guerra da Greve Nacional Unificada dos Trabalhadores das Empresas Estatais e dos Servidores Públicos Federais.

"Mexeu com o meu companheiro, mexeu comigo".

São Luís, 4 de junho de 1995

A reforma neoliberal na educação

Além do substitutivo do senador Darcy Ribeiro, das Medidas Provisórias e Decretos leis, estão tramitando vários projetos na área da educação para implementar a reforma neoliberal preconizada pelo governo FHC.

Substitutivo Darcy/MEC do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) introduz várias propostas do governo na lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Está tramitando no Senado e ameaça, seriamente a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade.

MP 992 distorce o conceito de avaliação institucional, definindo exames para alunos no final dos cursos de graduação, avaliando a instituição e o corpo docente a partir de uma só prova aplicada pelo MEC. Também define um Conselho Nacional de Educação, controlado pelo governo Federal.
Decreto Lei 1.368 suspende a realização de concursos públicos e as nomeações de professores concursados. O Decreto Lei 1.452 prorrogou essa suspensão até 9 de outubro de 1995, acarretando prejuízos para a renovação da carreira docente. As universidades tentam solucionar o problema com medidas paliativas como a contratação de substitutos temporários, programa tutorial, contratos precários, etc.

PL 282/95 do deputado Antônio Jorge (PPR-TO) trata da obrigatoriedade da cobrança de mensalidades para os alunos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Este projeto acaba com a gratuidade nas universidades públicas.

PL 246/95 regulamenta o processo de escolha de dirigentes universitários, interferindo na autonomia das IFES ao definir o peso de 70% para os docentes nesta escolha. Está tramitando em regime de urgência urgentíssima.

PL 67/95 do deputado Mendonça Filho (PFL-PE) permite a recondução de mandato para os dirigentes das IFES. Este projeto está tramitando na Comissão de Educação da Câmara. Se for aprovado, todos os reitores poderão ser reeleitos, permitindo a continuidade da estrutura de poder nas universidades federais.

Câmara aprova quebra de monopólios estatais e vende a soberania nacional

Veja como votaram os deputados federais do Rio de Janeiro durante a aprovação das emendas constitucionais que acabaram como monopólio de setores estratégicos como o petróleo e as telecomunicações. O presidente Fernando Henrique, após uma longa (nem tão longa) negociação com a bancada ruralista e com o grupo do "é dando que se recebe", está conseguindo passar para a Constituição alguns dos princípios que nortearão a implementação do neoliberalismo na economia brasileira. Agora o petróleo que "era nosso" passará a ser produzido e comercializado pelas "competentes" indústrias privadas nacional e estrangeira. O mesmo se dará para os serviços de telecomunicações, gás e navegação de cabotagem.

A eliminação do conceito de empresa brasileira de capital nacional vai acabar com a proteção concedida pela Constituição a empresas genuinamente nacionais, favorecendo a entrada das multinacionais no país. No caso do subsolo, esta mudança vai facilitar o domínio do setor de mineração pelas empresas estrangeiras.

Observando atentamente o quadro de votação da bancada do Rio verificamos quais foram os deputados que defenderam a soberania do país e os que o entregaram para o capital estrangeiro. Agora temos que lutar para que os senadores revertam a votação da Câmara.

		Conceito de Empresa Brasileira		Navegação de Cabotagem		Quebra do Monopólio das Telecomunicações		Quebra do Monopólio do Petróleo	Quebra do Monopólio do Gás
		1º turno (10/05)	2º turno (23/05)	1º turno (17/05)	2º turno (31/05)	1º turno (24/05)	2º turno (6/06)	1º turno (7/06)	2º turno (16/05)
NACIONAL	SIM	369	349	359	360	348	357	364	373
	NÃO	103	105	110	113	140	136	141	053
	Absten.	001	010	006	014	005	005	003	007
	TOTAL	473	464	475	487	493	498	508	433
RJ	SIM	029	028	027	030	030	031	024	029
	NÃO	012	011	013	013	014	015	021	008
	Absten.	-	-	001	002	-	-	-	001
	TOTAL	041	039	041	045	044	046	045	038

Fonte: DIAP e Jornal do Brasil - Obs: No 1° turno da votação do gás canalizado houve acordo entre o governo e a oposição, o mesmo foi rompido no 2° turno.

DEPUTADO	PARTIDO	Conceito de Empresa Brasileira		Navegação de Cabotagem		Quebra do Monopólio das Telecomunicações		Monopólio do Petróleo	monopólio do Gás
		1º TURNO	2º TURNO	1º TURNO	2º TURNO	1º TURNO	2º TURNO	1º TURNO	2º TURNO
Agnaldo Timóteo	PPR	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	ausente
Alcione Athayde	PP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Alexandre Cardoso	PSB	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Alexandre Santos	PSDB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Alvaro Vale	PL	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Aroldo de Oliveira	PFL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Airton Xerez	PSDB	ausente	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	ausente
Candinho Mattos	PMDB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Carlos Santana	PT	NÃO	ausente	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	ausente
Cidinha Campos	PDT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Conceição Tavares	PT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	ausente
Edson Ezequiel	PDT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Eduardo Mascarenhas	PSDB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Eurico Miranda	PPR	SIM	ausente	SIM	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM
Fernando Gabeira	PV	SIM	SIM	absten.	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Fernando Gonçalves	PTB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Fernando Lopes	PDT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Francisco Dornelles	PPR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Francisco Silva	PP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Itamar Serpa	PDT	SIM	SIM	ausente	absten.	SIM	SIM	SIM	ausente
Jair Bolsonaro	PPR	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Jandira Feghali	PC do B	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
João Mendes	PTB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Jorge Wilson	PMDB	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
José Carlos Coutinho	s/partido	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	ausente
José Carlos Lacerda	PPR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
José Egydio	PL	ausente	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	ausente
José Mauricio	PDT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Laprovita Vieira	PP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Laura Carneiro	PP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Lima Neto	PFL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Lindberg Farias	PC do B	ausente	ausente	ausente	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	ausente
Marcia Cibilis Viana	PDT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Marcio Fortes	PSDB	ausente	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Milton Temer	PT	NÃO	NÃO	NÃO	absten.	NÃO	NÃO	NÃO	ausente
Miro Teixeira	PDT	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Moreira Franco	PMDB	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Nilton Cerqueira	PP	SIM	ausente	ausente	ausente	ausente	ausente	ausente	SIM
Noel de Oliveira	PMDB	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	absten.
Paulo Feijó	PSDB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Roberto Campos	PPR	SIM	ausente	SIM	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM
Roberto Jeferson	PTB	SIM	SIM	SIM	ausente	SIM	SIM	SIM	SIM
Rubem Medina	PFL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Sergio Arouca	PPS	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Simão Sessim	PPR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Sylvio Lopes	PSDB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Vanessa Felipe	PSDB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Tese mostra que atual Previdência não deve ser reformada

Professora Maria Lúcia Werneck do IEI/UFRJ revela em tese de doutorado as diferenças entre o modelo europeu de seguridade e o modelo americano que o governo FHC pretende implantar reformando a Previdência.

De acordo com a professora e cientista política Maria Lúcia Werneck, o discurso da necessidade de reformar a Previdência para enxugar gastos é uma grande balela. O que está em questão são dois modelos de seguridade. Um, para o qual quer caminhar o atual governo, seria, segundo a professora do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, a legalização da "americanização do sistema de seguridade social", que já vem acontecendo na prática através das seguradoras privadas e da assistência médica patrocinada por empresas privadas e estatais. O outro já está previsto na atual Constituição e significa um sistema de proteção social semelhante ao modelo previdenciário europeu, onde o cidadão, independente de estar ou não inserido no mercado, tem como direito à seguridade social, entendida como assistência, saúde e previdência, sendo uma obrigação do Estado.

A professora Maria Lúcia em recente debate com os funcionários da UFRJ sobre a Reforma da Previdência

Segundo sua tese, o fato de estar estabelecido na nossa Constituição um sistema do tipo europeu é uma garantia importante para que os direitos da cidadania sejam preservados, principalmente no Brasil, onde os planos de saúde e seguradoras privadas atendem apenas 20 a 25% da população. São os que dispõe de recursos para financiar este atendimento privado. Isso significa que apenas 32 milhões de brasileiros hoje podem se dar ao luxo de ter uma assistência privada. O restante, nada menos do que 118 milhões, depende do serviço público, seja porque não tem renda suficiente ou porque não está inserido no mercado.

Para a professora, não se trata de acabar com aposentadorias especiais, nem tão pouco cobrir déficits públicos. A intenção da reforma da Previdência é mesmo estabelecer um sistema dual, perverso, que se aplicado no Brasil só tende a agravar ainda mais a situação de exclusão social através da desobrigação do Estado com os serviços de saúde, previdência e assistência. Essa nova política previdenciária serviria para fortalecer a formação de um Estado mínimo, nos moldes neoliberais, não intervencionista e desobrigado dos serviços de assistência à população.

A intenção da reforma da Previdência é mesmo estabelecer um sistema dual, perverso, que se aplicado no Brasil só tende a agravar ainda mais a situação de exclusão social.

Aposentadoria do professor

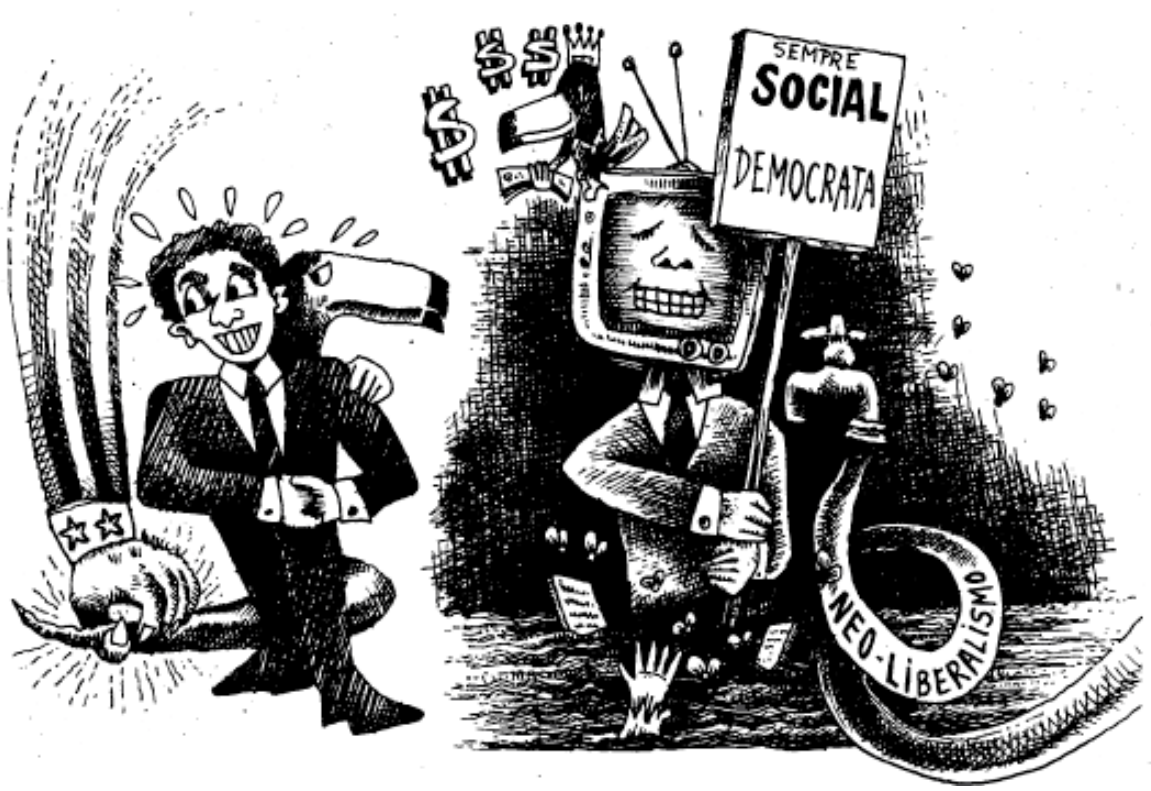
A preocupação vai além do fim do conceito de seguridade social estabelecido em nossa Constituição e passa a atingir diretamente os servidores públicos. É quando aparece na reforma o fim das aposentadorias por tempo de serviço e, até mesmo, o fim do Regime Jurídico Único. Para Maria Lúcia, o RJU deve ser consolidado e paralelamente deve ser feito um plano de carreira politicamente definido para os SPFs. Mais uma vez a questão econômica não justifica as intenções da reforma. Segundo Maria Lúcia, não é verdade que o Estado brasileiro está "inchado". "Na Inglaterra, o funcionalismo público é maior (proporcionalmente) do que no Brasil, por exemplo."

A aposentadoria do servidor público está sendo tratada na bojo da questão da Previdência, fazendo uma grande confusão na cabeça das pessoas. São questões distintas que se encontram em pontos diferentes da Constituição. Tratar de aposentadoria de servidor junto com a Previdência em geral, pode significar, segundo a professora, uma brecha para a revisão de todo o RJU.

Para ela, um exemplo claro dessa confusão é a proposta do fim da aposentadoria especial para professor. "Primeiro, quem paga a aposentadoria do servidor é o Tesouro e não o INSS. O que acontece é que, no final, os governos não separam esse dinheiro e a impressão é de que o funcionalismo é responsável pela "falência" da Previdência". Maria Lúcia considera um absurdo o fim da aposentadoria especial para professor, que aliás é a única realmente prevista na Constituição. Para ela, se o governo quisesse solucionar os "privilégios", bastaria regulamentar a Lei já existente, que prevê a aposentadoria integral somente para os docentes que comprovarem os 25 ou 30 anos de magistério, ou seja, de sala de aula.

Governo anuncia programa de publicização

As propostas neoliberais de Bresser para a reforma do Estado



Seguindo as orientações do ministro Bresser Pereira, o governo anunciou o decreto que cria o Programa Nacional de Publicização. O Programa vai permitir que empresas mistas com recursos privados e públicos substituam autarquias e fundações em quase todos os setores do Estado. As organizações não governamentais são candidatas a se transformarem nestas empresas, chamadas pelo governo de organizações sociais, para gerenciar museus, fundações educacionais, parques e até hospitais.

Bresser quer criar um novo sistema de organização social, permitindo que a prestação de serviços seja feita por fundações privadas. De acordo com o projeto de publicização, as universidades federais, as escolas técnicas, os hospitais, os museus, os centros de pesquisa e o próprio sistema de previdência seriam transformados em entidades públicas não estatais de direito privado.

O ministro da Administração Federal está preparando suas próprias emendas à constituição. Bresser quer acabar com a estabilidade dos funcionários públicos, deixando estáveis apenas os servidores com atividades "típicas do Estado, como fiscais da Receita Federal, diplomatas, militares e policiais". Os servidores também sairiam do Regime Jurídico Único, desregulamentando todos os direitos conquistados na Constituinte de 1988. Estas propostas visam fundamentalmente legitimar o modelo neoliberal que vem sendo implantado, tirando direitos dos servidores e privatizando o serviço público.

Estas propostas se destinam a acelerar o processo de privatização e promover demissões em massa no serviço público federal. A intenção do governo é reduzir o tamanho do Estado, retirar direitos sociais dos trabalhadores e deixar que a lógica do mercado atenda aos interesses da sociedade.

Em recente artigo denominado "A reforma do Aparelho do Estado e a Constituição brasileira", Bresser teve a petulância de afirmar que "estas mudanças não se fazem apenas para atender ao interesse público e o da cidadania, mas em benefício do funcionário".

As propostas de Bresser para "flexibilizar " a administração:

- criação do Programa de Publicização para privatizar o serviço público.
- fim da estabilidade dos Servidores Públicos Federais.
- concursos internos para o ingresso na carreira do serviço público, o que acarretaria em desmoralização do concurso público
- definição de reajustes salariais dos servidores somente através de projeto de lei.
- fim do princípio de isonomia entre os Três Poderes.
- Supressão do direito de greve para os servidores públicos.

Incubadoras têm contrato ambíguo

CONSUNI aprova contrato de incubadora sem qualquer preocupação acadêmica

O Conselho Universitário aprovou no dia 25 de maio a minuta de contrato de prestação de serviços para as empresas da incubadora da UFRJ. Alguns membros do CONSUNI queriam aprovar de qualquer maneira esta proposta, sem discussão, enquanto outros queriam que se discutisse antes o regimento e depois a proposta do contrato. Neste embate, que se alastrou durante horas em duas longas reuniões, não foi avaliado se a incubadora de empresas atende efetivamente aos interesses acadêmicos da universidade.

O processo de incubadora de empresas vinha tramitando desde 1988 e durante todos estes anos as incubadoras que já estão instaladas no Fundão vêm funcionando de maneira irregular, sem um regimento definido e sem um contrato aprovado pela universidade. A proposta de contrato aprovada pelo CONSUINI é ambígua e abre espaço para a prestação de serviços, desvirtuando o trabalho docente. O professor Jorge Xavier da Silve, membro da Comissão de Legislação e Normas do CONSUNI, enfatizou que se não forem tomadas as devidas precauções, "a UFRJ poderá se tornar uma super agência de prestação de serviços". A ADUFRJ esteve presente nestas reuniões e lembrou que os docentes, pressionados pelos baixos salários e pela escassez de verba, estão cada vez mais buscando resolver seus problemas individuais com a prestação de serviços. A incubadora de empresas poderá se tornar a solução imediata para muitos.

Prestação de serviços

A prestação de serviços já acontece em diversas áreas da UFRJ e um grande número de professores está envolvido em consultorias, parcerias, convênios etc. É fundamental que este assuto seja amplamente discutido pela comunidade universitária, considerando as questões éticas envolvidas.

A portaria que regulamenta a contratação dos serviços das universidades federais pelas fundações de apoio ao ensino e à pesquisa poderá desfigurar o trabalho acadêmico. Esta portaria, recentemente assinada pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, vai permitir que professores em regime de dedicação exclusiva sejam contratados por essas fundações para realizar trabalhos para empresas privadas.

O Substitutivo Darcy e a Política Educacional de FHC:

A Educação que convém às elites

Roberto Leher
Professor da Faculdade de Educação - UFRJ

Os neoliberais não jogam dados. A miríade de projetos, medidas provisórias, anteprojetos, bem como o Substitutivo Darcy Ribeiro - expressão sintética dessas iniciativas - têm um único e grande objetivo: moldar a educação ao modelo preconizado pelo Banco Mundial. Em termos de política educacional isso significa, por um lado, "generalizar" a educação fundamental rudimentar (ler, escrever e contar) para amplas parcelas da população, ainda excluídas do sistema de ensino e ampliar o treinamento de mão-de-obra e, por outro lado, estreitar, ainda mais, os "gargalos" de acesso aos níveis médio e superior. Pelo modelo desse organismo internacional, mesmo os níveis mais elevados de ensino conteriam subsistemas: no nível médio, o ensino profissionalizante e, no superior, os "escolões de terceiro grau". O instrumento de seleção, é .claro, seria o mercado.

Esses instrumentos jurídicos aparentemente desarticulados compõem, portanto, as bases para a implantação de uma política educacional ainda mais perversa que a atualmente vigente. Entre as suas principais características é possível citar: cobrança de mensalidades nas universidades federais (PL n° 282), restrição à autonomia universitária, descaracterização da gestão democrática, "publicização", avaliação padronizada, descentralização pedagógico-administrativa e centralização das decisões políticas, separação do ensino fundamental e universitário, educação à distancia, dissociação ensino-pesquisa nas universidades (centros de ensino superior e centros de excelência) e, em síntese, subordinação dos objetivos do ensino aos objetivos e às prioridades dessa entidade abstrata chamada "mercado".

É preciso lembrar que esse modelo já se encontra em adiantado estado de implantação no Chile, Argentina e em outros países Latino-Americanos, mas sobretudo no primeiro. O Chile de Pinochet e sucessores tem sido o verdadeiro laboratório dos "teóricos" latino-americanos da educação neoliberal. A direita educacional brasileira, nesse sentido, nada tem de original. A análise do modelo chileno permite, por conseguinte, compreender o caráter orgânico, articulado, dos vários projetos e medidas provisórias em acelerada tramitação no Congresso Nacional.

A luta dos Educadores contra a Política Educacional Neoliberal

Se no Brasil a implantação do modelo do Banco Mundial para a educação encontra-se relativamente atrasada, isso se deve, em grande medida, à sistemática oposição feita pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). De fato, a mais original, criativa e democrática experiência de construção de uma política educacional alternativa para o país tem sido formulada no âmbito do FNDEP. A oposição à política educacional do governo Collor, por exemplo, foi basicamente conduzida a partir do citado Fórum, em consórcio com os estudantes.

Os educadores brasileiros reunidos no FNDEP alcançaram importantes conquistas na Constituição Federal de 1988, como a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, em articulação com os parlamentares favoráveis à escola pública, contribuíram decisivamente para a construção de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. A ação desse grupo junto com uma minoria parlamentar (que contou com as seguras posições do Deputado Florestan Fernandes) obteve razoáveis conquistas para edificação de uma nova LDB capaz de propiciar um novo sistema educacional. Entre os principais ganhos é possível mencionar a articulação do ensino básico com o ensino superior e o princípio da gestão democrática, tudo isso orientado por objetivos educacionais capazes de balizar um ensino de qualidade. O resultado desse processo está materializado no Substitutivo Cid Sabóia, hoje ameaçado pelos conservadores signatários do Substitutivo Darcy Ribeiro.

O Senado Federal terá de optar entre dois projetos de LDB. Um; de longa tramitação na Câmara e largamente debatido pela sociedade; outro, fruto da aliança PFL, Darcy Ribeiro e MEC e não discutido pela sociedade.

O Senado Federal terá de optar, portanto, entre dois projetos de LDB. Um, de longa tramitação na Câmara e largamente debatido pela sociedade; outro, fruto da aliança PFL, Darcy Ribeiro e MEC e não discutido pela sociedade. Em outros termos, o Senado terá de optar entre abrir novos horizontes para a escola pública e para a educação brasileira ou acelerar o processo de mercantilização da educação, ampliando o seu caráter excludente.

O substitutivo Darcy Ribeiro

0 Substitutivo Darcy é arcaico não apenas porque resulta de uma aliança entre o PFL/MEC/Banco Mundial, mas principalmente porque lhe falta legitimidade. O Senador Darcy não hesitou em burlar o Regimento do Senado para fazer prevalecer o seu Projeto de LDB. Como afirmou Florestar Fernandes (FSP,12/04/95), Darcy valendo-se da sua condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, injetou seu projeto substitutivo "de ''cambulhada" com um projeto de lei menos abrangente (sobre bolsas de estudo). Ao invés de se ater a examinar a admissibilidade do Parecer Sabóia, Darcy tratou do **mérito** do referido substitutivo, num procedimento claramente anti-regimental e, por isso, os educadores brasileiros exigem uma posição inequívoca do Presidente do Senado em favor dos procedimentos regimentais, colocando no topo da agenda política o substitutivo Cid Sabóia.

Ademais, o Substitutivo Darcy é reacionário e elitista. A leitura do seu documento sugere uma preocupação genuína com a universalização do ensino fundamental (primeiro ciclo); mas é um ensino pensado sobretudo para propiciar habilidades rudimentares. Para Darcy as classes sociais desfavorecidas devem ter acesso ao mundo letrado, mas tão somente para continuarem em sua condição de excluídos.

Basta dizer que a palavra **ciência** só aparece nos objetivos da universidade (Substitutivo n° 3). Os níveis anteriores restringem-se, em essência, às três habilidades já citadas. Ora, é desnecessário lembrar que em todo o mundo industrializado a grande bandeira dos educadores democratas é a educação tecnológica - um requisito fundamental para uma participação esclarecida num mundo cada vez mais mediado pela ciência e tecnologia.

O elitismo de Darcy não é surpreendente. Já nos CIEP's do Rio de Janeiro essas orientações puderam ser vistas. Os CIEP's do primeiro segmento tiveram uma proposta educacional substantiva (graças, em grande parte à participação das equipes de professores) mas os de segundo segmento (5ª-8ª séries) nunca receberam apoio efetivo. Para Darcy ao povo basta os rudimentos da cultura letrada. Para os "mais capazes", coincidentemente pertencentes às elites, Darcy pensa nos "centros de excelência". Talvez, por isso, sua aliança com o PFL/ MEC não seja, afinal, tão estranha.

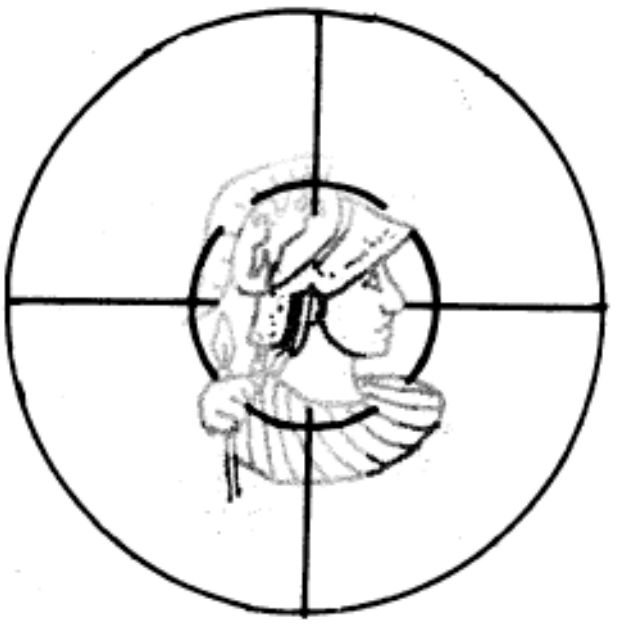
Estudantes, professores e funcionários participam de ato-Show por uma LDB Democrática, no Hall do Centro de Tecnologia

Universidade Pública: a próxima vítima

Comissões do Senado apreciam substitutivo Darcy/ MEC para a LDB

As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação do Senado vão apreciar o parecer e o substitutivo do senador Darcy Ribeiro, versão 5, ao PL 101/93 da Câmara dos Deputados para a LDB. O senador Darcy foi indicado relator do PL, 101/93 nas duas comissões e apresentou o seu próprio projeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alegando a inconstitucionalidade do substitutivo do senador Cid Sabóia. Foi uma manobra bem arquitetada e amparada pelo governo, que introduziu seus próprios objetivos para a educação através do substitutivo Darcy/MEC.

No dia 1° de junho foi realizado um Ato Público em Defesa da Educação Pública no Auditório Petrônio Portela no Senado Federal. Este evento contou com a presença de vários parlamentares e mais de mil estudantes, servidores técnicos-administrativos e professores de vários estados. O ato público manifestou claramente a posição de repúdio às propostas do MEC, consubstanciadas no substitutivo Darcy. A reunião da Comissão de Educação do Senado, prevista para este dia, não foi realizada por falta de quórum. No Rio de Janeiro, há meses estudantes e professores vêm realizando manifestações pela aprovação do substitutivo Cid Sabóia.



Tramitação complicada

O PL, 103/93 da LDB na Câmara dos Deputados foi amplamente discutido pela sociedade enquanto que o substitutivo Darcy/MEC foi o resultado de uma manobra regimental no Senado. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que congrega a Andes-SN, UNE, OAB, SBPC, Fasubra e diversas entidades representativas da sociedade, teve uma atuação marcante na discussão.

O projeto original da LDB, do deputado Octavio Elísio, começou a tramitar na Câmara em dezembro de 1988, logo após a promulgação da Constituição. O deputado Jorge Hage apresentou dois substitutivos a este projeto, um em agosto de 89 e outro em fevereiro de 90. Em novembro de 93, o PL, 101/93 foi aprovado na Câmara. O projeto foi para o Senado e, em novembro de 94, foi aprovado substitutivo do senador Cid Sabóia na Comissão de Educação. O governo FHC tomou posse no início do ano e deu início às manobras. O senador Darcy Ribeiro foi escolhido relator das Comissões do Senado e, em vez de dar um parecer sobre o PL 101, apresentou o seu próprio projeto como substitutivo, inserindo diversas propostas do governo.

NOSSO BOL$O

A novela da falta de política salarial para os servidores

Já não é novidade. Os Servidores Públicos Federais, se depender do governo, vão continuar sem qualquer política salarial que reponha as perdas passadas e futuras. O índice do ICV/DIEESE já acumula 20,9% de março a maio e pode aumentar no mês de junho com o reajuste das passagens de ônibus, mensalidades escolares, aluguéis etc. A única certeza é que a situação salarial dos professores vai piorar daqui para frente. O governo FHC quer desindexar a economia para beneficiar os empresários e garantir o arrocho, deixando os salários sem qualquer garantia de recuperação.

O pagamento dos servidores continuará em parcelas. Os ministros Bresser Pereira, da Administração, e Pedro Malan, da Fazenda, decidiram que a "antecipação" de 30% do salário, que está sendo feita desde abril, passará a ser permanente. Esta primeira parcela será paga no segundo dia útil após o dia 20 de cada mês.

Na UFRJ, os salários de muitos professores, sócios da AD, continuam sendo descontados por causa de um erro da reitoria no contracheque de janeiro. Naquele mês, em que muitos professores receberam antecipação do 13° salário, abono de férias etc., o reajuste do Plano Verão (mandato Judicial) saiu com 58,88% em vez de 26,05%. Por causa deste pagamento indevido, os descontos estão sendo feitos com a sigla "dev" (devolução) no contracheque e valem cerca de 10% do salário bruto. Para saber o valor total do desconto, os professores devem calcular a diferença entre o valor pago em Janeiro e o valor como reajuste correto.

ADUFRJ solicita folha de pagamento e contracheques abertos.

A assembléia da ADUFRJ do dia 1° de junho discutiu as questões salariais na UFRJ e a entrega dos contracheques que estão sendo enviados fechados pela reitoria. Para que a administração pública seja efetivamente transparente, a Assembléia resolveu solicitar que a reitoria envie para a AD mensalmente a folha de pagamento e que todos os contracheques sejam entregues abertos. A diretoria da ADUFRJ torna pública sua reivindicação, esperando que a reitoria atenda a esta solicitação.

Mantenha seu endereço atualizado na ADUFRJ

FUP denuncia ação criminosa

O coordenador da Federação Única dos Petroleiros, Antonio Carlos Spis, denunciou uma ação criminosa durante a greve, no sentido de privar a população do gás e demais derivados de petróleo, obrigando-a a enfrentar filas e pagar ágio. A ação serviu para jogar a população contra os petroleiros. Spis lembrou que o aumento da procura do gás de cozinha, provocado pela desinformação da população e a sonegação do produto pelas distribuidores, provocaram as enormes filas que a televisão mostrava a todo o momento.

Solidariedade aos petroleiros

A luta dos petroleiros revelou um aspecto positivo: a solidariedade. Diversas entidades sindicais e várias Associações de Docentes participaram da campanha financeira. A Assembléia da ADUFRJ, dia 1° de junho, manifestou seu apoio e solidariedade e aprovou a remessa de mil reais aos petroleiros. A diretoria ainda não remeteu a quantia tendo em vista a mudança na conjuntura e a ameaça de bloqueio às contas dos sindicatos dos petroleiros.

Campanha na mídia

A ADUFRJ já efetuou o pagamento de duas parcelas para a campanha na mídia, organizada pela Andes-SN, em defesa da universidade pública. As primeiras peças publicitárias já estão prontas e serão transmitidas assim que as Associações de Docentes enviarem recursos para viabilizar a circulação do material na TV.

A Andes-SN também está organizando uma agência de notícias através de uma rede informatizada para melhorar a comunicação com as ADs.

AGENDA de Junho

5 e 23 - Inscrições para eleição na CCPD
15 - feriado
22 - pagamento de 30% do salário
28 e 29 - eleições na CCPD

Números de aposentadorias na UFRJ nos últimos 6 meses: (fonte CCPD)

Professores titulares com doutorado ----------35
Professores com doutorado ---------- 38
Professores com mestrado ----------25
Professores com especialização ---------- 06
Professores graduados ---------- 16
Total ---------- 120

J.O.R.N.A.L
ADUFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Andes-SN
Nº 16
JULHO/95

Bresser vem aí

Concurso público, RJU, estabilidade e isonomia são abolidos nas emendas apresentadas pelo ministro Bresser Pereira. A Reforma do Estado transformará universidades, hospitais e outras instituições em organizações sociais de direito privado, desobrigando o estado do compromisso com os serviços essenciais à população.
Ministro da Administração aceita convite da reitoria e participará de debate na universidade no final de julho.

Páginas 4 e 5

Governo corta vagas de docentes nas IFES

3

ADUFRJ teve atuação decisiva na lula pela nomeação dos professores concursados

Governo quer institucionalizar "sistema de franquias" nas instituições públicas
5

Avaliando a Graduação nas Universidades
por Protásio Martins
6

Banco do brasil demite 15 mil. Uma amostra da política do governo em relação ao servidor público
7

AD editorial

Reengenharia da Destruirão do setor público

NOSSO BOL$O

Inflação vai crescendo

A inflação de 1995 vai crescendo gradativamente. Pelo índice ICV-DIEESE, a inflação acumulada deste ano já chegou a 27,13% em junho, mas os Servidores Públicos Federais não tiveram nenhum reajuste desde a data-base, em janeiro. Os aumentos de aluguéis, condomínios, mensalidades escolares e serviços estão pressionando a inflação para cima. Isso sem falar no aumento das tarifas públicas anunciado pelo governo. A classe média vai ficando cada vez mais endividada com os cheque especiais, pré-datados e prestações elevadas. O cenário de recessão está cada vez mais configurado a partir da desindexação dos salários em relação aos contratos e serviços. A situação vai ficar difícil para os trabalhadores, pois a medida provisória da desindexação não tem regras para os reajustes.
8

AD editorial

A Reengenharia da Destruirão do Setor Público

Em poucos meses, o governo FHC conseguiu grandes avanços nas reformas para a consolidação do modelo neoliberal em nosso país. As emendas constitucionais que interferem na soberania nacional já foram aprovadas na Câmara dos Deputados e provavelmente serão também aprovadas no Senado. A reforma da Previdência, a Medida Provisória da desindexação da economia, o substitutivo do senador Darcy Ribeiro/MEC ao projeto da LDB, o projeto de lei da cobrança das mensalidades e muitas outras medidas provisórias ameaçam seriamente o serviço público e as universidades.

No entanto, o pior deverá acontecer em agosto, no reinício dos trabalhos legislativos, quando o ministro Bresser encaminhar ao Congresso Nacional as suas propostas de emendas constitucionais para a reforma do Estado. Trata-se de um arrasador desmonte do serviço público. O próprio Collor recentemente admitiu na imprensa que o presidente Fernando Henrique incorporou integralmente o seu "emendão". Nunca os servidores públicos estiveram tão ameaçados. Esta reforma do Estado vai, tirar todos os direitos conquistados na Constituinte de 1988.

Bresser está propondo alterações profundas nas garantias básicas dos servidores, tais como a perda da estabilidade, o fim do Regime Jurídico Único a quebra da isonomia a possibilidade da redução salarial e a não obrigatoriedade do concurso público.

A perda da estabilidade vai transformar os servidores públicos em meros funcionários descartáveis, assim como já vem acontecendo na UFRJ com os professores substitutos. O programa de demissões voluntárias do Banco do Brasil, que poderá demitir mais de 15 mil funcionários, está mostrando a importância da estabilidade. Se a proposta de Bresser for aprovada, os servidores públicos poderão ser sumariamente demitidos sem qualquer justificativa concreta. O governo poderá simplesmente alegar que demitiu por "necessidade de reestruturação de quadros" ou por "insuficiência de desempenho", o que é muito subjetivo. Apenas um grupo de servidores privilegiados teriam estabilidade, tais como os juizes, procuradores, promotores, fiscais e obviamente os militares. A "flexibilização" da estabilidade, tão mencionada pelos ideólogos do neoliberalismo, significa na prática que cada novo governo poderá demitir em massa de acordo com os seus caprichos mais Congresso Nacional as suas propostas de emendas constitucio-imediatos.

Até o direito de greve poderá ser descaracterizado se a estabilidade não estiver garantida.

A supressão do Regime Jurídico Único vai desregulamentar os direitos dos servidores. Todas as conquistas sociais acabam. Os servidores voltarão para o regime CLT. O concurso público para o ingresso na carreira poderá ser substituído por um processo interno de seleção, voltando a velha prática do clientelismo, apadrinhamentos e falta de transparência. A isonomia poderá ser também retirada do texto constitucional, aumentando a desigualdade salarial na mesma instituição e entre os Três Poderes. A carreira dos servidores públicos poderá ficar completamente desfigurada sem a garantia da isonomia. Até os reajustes salariais dos servidores civis ficarão desvinculados dos reajustes dos militares. Deste modo, o governo poderá dar reajustes diferenciados, beneficiando os militares sem qualquer constrangimento legal. Esta mudança, vinculada à Medida Provisória da desindexação da economia, vai manter o achatamento salarial dos servidores públicos.

O ministro Bresser também deverá encaminhar ao Congresso Nacional o seu projeto de "publicização", que poderá privatizar os serviços públicos essenciais para a população em áreas fundamentais, tais como educação, saúde, previdência, e assistência social. As universidades e hospitais públicos poderão ser transformados em "organizações sociais", constituídos sob a forma de fundações privadas. Este projeto de "publicização" vai desmantelar as universidades públicas, já destroçadas pelas aposentadorias, proibição de concurso para a carreira docente, falta de verbas e arrocho salarial. O substitutivo do senador Darcy Ribeiro/MEC ao projeto da LDB iria arrematar esta reforma, inserindo os conceitos neoliberais na educação.

O governo FHC quer aplicar uma concepção perversa de reengenharia para o setor publico, desmontando completamente toda a estrutura administrativa. As conseqüências desta política serão nefastas: demissões em massa, arrocho salarial, contratações provisórias e terceirização das atividades. A população é que será a mais prejudicada com a perda de qualidade dos serviços públicos. A estabilidade da economia tem também mostrado uma face bastante contraditória. O aumento dos preços continua influenciando aspectos básicos do nosso cotidiano: aluguéis, condomínio, alimentação, mensalidades escolares, impostos, etc. A sensação agora se torna cada vez mais angustiante com a recessão e com as restrições ao consumo. Na prática, a desindexação da economia somente está valendo para os salários, que continuam achatados e sem perspectives de melhoria.

O próprio Collor admitiu recentemente que o presidente Fernando Henrique Cardoso incorporou integralmente o seu "emendão"

AGENDA

24 de julho - pagamento de 30% do salário

4 - de agosto pagamento do salário restante

2 a 4 - Reunião do Setor das Federais da Andes-SN em Brasília

3 e 6 - Plenária dos SPFs em Brasília

7 - reinício das aulas na UFRJ

Rádio cobra três vezes mais para anúncio da Andes-SN

A Rádio JB FM assim que ouviu o "spot" de propaganda do Encontro Nacional dos Docentes das Universidades Particulares promovido pela Andes-SN no Rio, nos dias 14 e 15 de julho, cobrou três vezes mais que o preço normal para inserção em sua programação alegando que o material era uma "peça de risco". Esse é o tratamento dado pela maioria dos veículos de comunicação nesse país às entidades sindicais. Isso porque os jornais, TVs e rádios são uma concessão pública, imaginem se não fossem.

JORNAL AD UFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Corte de vagas prejudica universidades

O ministro da Administração, Bresser Pereira, não autorizou a nomeação imediata de todos os professores concursados, prejudicando as universidades públicas. No despacho do dia 7 de junho, Bresser autorizou apenas 2.098 nomeações em "caráter excepcional", distribuídas em 52 Instituições Federais de Ensino Superior. As outras 2.065 vagas só poderão ser preenchidas durante o ano de 1996, sem especificação de data, de acordo com o despache do dia 11 de julho.

A UFRJ, que tem direito a 371 vagas, conseguiu apenas 186. O Diário Oficial da União publicou no dia 11 de julho a lista com as nomeação desses professores. As 185 vagas restantes só serão preenchidas no próximo ano.

A abertura das 371 vagas é decorrência de aposentadorias, demissões e falecimentos de professores ao longo dos últimos anos. Se considerarmos que a cada ano a média de perdas no corpo docente da UFRJ é de cerca 150 professores, isso sem contar com o número enorme de aposentadorias em 95 em função da reforma na Previdência, o governo não está garantindo nem mesmo o mínimo para o bom funcionamento das atividades na universidade. A falta de professores é uma tendência que cada semestre se agrava e não se encontra uma solução definitiva.

Lista oficial dos 186

A lista foi elaborada pela reitoria e seguiu a ordem cronológica das homologações nas unidades. Este critério foi definido pelo "Conselhão", formado pelo Conselho Universitário, CEG e CEPG. Os professores que já são da UFRJ e fizeram concurso para Professor Titular ficaram de fora da lista, pois, segundo o reitor, terão seus casos resolvidos separadamente.

A ADUFRJ teve um papel decisivo nesta reunião do "Conselhão", contribuindo para que a discussão fosse pública e impedindo qualquer manipulação na definição dos critérios. A divulgação desta lista, outra reivindicação da ADUFRJ, também contribuiu para que todos pudessem acompanhar o processo.

Uma Comissão Especial, constituída por 11 membros do Conselho Universitário e de professores renomados, foi designada pelo reitor para uma audiência com o ministro da Administração, Bresser Pereira, para tratar do problema de vagas da UFRJ. A comissão foi presidida pela sub-reitora de Graduação, professora Neyde Felisberto. Segundo a ADUFRJ apurou, nada foi conseguido de concreto em relação ao problema das vagas. Bresser afirmou que "a decisão já havia sido "tomada" e começou a falar sobre seus projetos de reforma do Estado. Segundo o reitor, Bresser teria aceitado um convite de membros da comissão para participar de um debate com a comunidade universitária, no final de julho.

Pontos obscuros

Alguns pontos continuam ainda obscuros. Como ficará a situação dos vários concursados que estão dando aula sem qualquer remuneração? E a situação dos professores da UFRJ que fizeram concurso para Titular? Como ficarão os professores que não forem nomeados? Os estudantes ficarão sem aulas?

O significado do corte

Desde o início do ano, quando o governo proibiu os concursos públicos, a ADUFRJ tem defendido a nomeação de todos os professores concursados. O decreto 1.452, que prorrogou a proibição de concursos até 9 de outubro de 1995, poderá até mesmo ser reeditado, trazendo grandes prejuízos para as universidades.

A falta de professores está prejudicando bastante a UFRJ. Centenas de professores qualificados se aposentaram nos últimos meses. As 186 vagas não são suficientes para atender às necessidades acadêmicas. Muitos cursos estão sendo inviabilizados, comprometendo até mesmo o oferecimento de vagas para o próximo vestibular.

Estes cortes fazem parte da reforma neoliberal do governo FHC para a educação. A proposta de reforma do Estado do ministro Bresser também está inserida neste contexto. Não é por acaso que Bresser quer acabar com o concurso público, estabilidade, Regime Jurídico Único e transformar as universidades públicas em fundações privadas.

Mensalidades nas universidades públicas

Está tramitando na câmara dos deputados um projeto de lei que torna facultativa a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. O PL 601/95 é uma nova versão para o PL 282/95 que tornava obrigatória a cobrança. O relator dos dois projetos é o deputado Pedro Wilson do PT/GO que já adiantou o parecer contrário às duas propostas por entender que batem de frente com os princípios da escola pública de qualidade, um direito constitucional de todos e dever do Estado. Segundo o relator, a gratuidade significa a conquista de uma longa luta. Para Pedro Wilson é incoerente a cobrança de mensalidade já que uma universidade púbica diz respeito ao conjunto da sociedade. "Como dividir entre os alunos os custos de um hospital de clínicas? Como cobrar do aluno sua formação que não interessa exclusivamente a ele, mas ao conjunto da sociedade?", questiona em seu parecer.

MP dos salários lembra "efeito suspensivo" da ditadura

Segundo o Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar a MP 1.053, que estabelece normas para o reajuste do capital e do trabalho é extremamente injusta. Em diversos dispositivos a MP estabelece regulamentações que deverão ser baixadas para proteger o capital e as tarifas do governo. Para os salários nada está previsto, a não ser uma "livre negociação corretiva", a ser efetuada na data-base de cada categoria, que de livre não tem nada. A MP proíbe cláusulas que fixem a correção automática de salários vinculada à índices de preços; concessão de produtividade ou aumento real de salários não amparados em indicadores objetivos, a serem aferidos por empresa; as antecipações e os aumentos concedidos antes da data-base deverão ser deduzidos. A proposta de dedução de "aumentos concedidos anteriormente ao período da negociação" é flagrantemente inconstitucional. A medida fere ainda o princípio da unicidade sindical e limita o poder da Justiça do Trabalho, garantido pela atual Constituição. Para o Diap, a MP restabelece o odioso "efeito suspensivo", nascido durante o golpe de 64; conhecido como arrocho salarial. Isso representa não só a falta de consideração com a classe trabalhadora, mas a perfeita afinidade do governo com a mentalidade dos regimes militares.

Bresser diz que professor não precisa ser funcionário público

"O funcionário público tem o poder do Estado. Isso não é uma necessidade para professor". A afirmação foi feita pelo ministro da Administração, Bresser Pereira, em entrevista à Folha de S. Paulo, em 23 de junho. O ministro falou ainda sobre as instituições públicas não-estatais e defendeu a cessão de patrimônios públicos, como hospitais e universidades para grupos privados em forma de associações ou fundações.

Reforma do Estado retira direitos dos servidores

A proposta de emenda constitucional de Reforma de Estado, elaborada pelo ministro da Administração e da Reforma do Estado (Mare), Bresser Pereira, retira todos os direitos dos servidores públicos federais duramente conquistados na Constituinte de 1988. Estabilidade, isonomia, obrigatoriedade do concurso público e o Regime Jurídico Único (RJU) são alguns dos itens que serão abolidos. Esta proposta, dividida em quatro emendas constitucionais, deverá ser encaminhada ao Congresso em agosto, logo após o recesso parlamentar.

O governo quer urgência na tramitação. O decreto 1.526 de 20 de junho já criou a Câmara de Reforma do Estado para formular as diretrizes desta reforma administrativa. Esta Câmara é integrada pelos Ministros da Casa Civil, da Administração, do Planejamento, da Fazenda, do Trabalho e pelo Secretário-Geral da Presidência. É bem possível que o governo utilize os mesmos acordos espúrios inspirados no "é dando que se recebe" para a aprovação dessas emendas.

Contratações

Não haverá mais a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso no serviço público. As contratações poderão ser feitas por processo seletivo de provas e/ ou títulos, abrindo a possibilidade de concursos internos. A proposta também suprime do texto constitucional o ingresso na carreira do magistério por concurso público.

RJU

A proposta suprime o Regime Jurídico Único, permitindo que a União, os Estados e os Municípios adotem regimes jurídicos diferenciados para os servidores públicos. Com o fim do RJU, todos os direitos dos servidores acabam, tais como todas as conquistas (indenizações, gratificações, anuênios, adicionais de insalubridade, 1/3 das férias etc.), licenças (por doença, licença à gestante, licença - prêmio etc.) e afastamentos. As universidades públicas, demais autarquias e fundações voltarão a contratar pelo regime CLT.

Estabilidade

Os servidores estáveis no serviço público serão aqueles que desenvolvem atividades exclusivas de Estado. Apenas um pequeno grupo, tais como juizes, promotores, procuradores, fiscais da receita e militares, seriam estáveis. Os demais servidores não estáveis poderão ser demitidos por insuficiência de desempenho e por necessidade de redução ou reestruturação de quadros. O ministro Bresser pretende também incluir a proibição de novos concursos para o preenchimento das vagas abertas com a demissão de servidores por excesso de quadros.

Direito de greve

Os servidores que trabalham em atividades essenciais e exclusivas do Estado, estarão proibidos de fazer greve. Os demais podem fazer greve mas poderão ser demitidos, já que perdem a estabilidade.

Salários

A proposta suprime do texto constitucional a obrigatoriedade do reajuste geral, na mesma data, e sem distinção de índices para servidores civis e militares. Deste modo, o governo poderá conceder reajustes diferenciados e em datas diferentes para os SPFs e militares.

Isonomia

A proposta suprime do texto constitucional a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados entre os Três Poderes.

Proventos de aposentadorias

O servidor aposentado não poderá ganhar mais do que o da ativa, Atualmente os servidores públicos se aposentam com a remuneração integral da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado.

Estrangeiros

Os estrangeiros poderão ser contratados pelo serviço público, retirando a exclusividade da contratação para os brasileiros. O que não vai significar grandes vantagens, já que todos os servidores perderão vários dos direitos caso aprovada essa reforma.

Fundações privadas

A proposta permite que poderão ser instituídas as fundações de direito privado (organizações públicas não estatais) por lei específica. As autarquias e as fundações de direito público e privado, que se submeterem a programas de gestão e controle de desempenho, gozarão de autonomia gerencial e financeira e poderão contratar sem concurso público.

"Organizações Sociais"

As novas franquias do governo

As universidades, assim como outras instituições públicas que atendem à população, poderão se transformar em fundações de direito privado. Essa é mais uma das idéias que fazem parte do conjunto de propostas da reforma administrativa que será levada ao Congresso Nacional. De acordo com o projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação dessas novas instituições serão consideradas "Organizações Sociais entidades públicas não estatais, constituídas sob a forma de fundação privada ou sociedade civil sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviço nas áreas de saúde, previdência e assistência social, educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia, pesquisa, comunicação social, meio ambiente, proteção à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao índio, além de outros serviços de interesse coletivo ou de natureza assistencial que atendam as condições estabelecidas nessa lei."

Todos os serviços citados na lei são constitucionalmente obrigação do Estado. Essa inconstitucionalidade está chamando a atenção de entidades como a Andes-SN. Segundo o presidente da entidade, Luiz Henrique Schuch, a lei de "publicização" do governo é uma tentativa descarada de desobrigar o Estado em relação ao provimento e manutenção dos serviços essenciais à população e privatizar universidades, hospitais e outras instituições públicas. "De acordo com esta lei, qualquer pool de empresas, ONG's, ou entidades que se declararem sem fins lucrativos poderão se candidatar a administrar e gerir uma instituição pública. O governo repassa o patrimônio, recursos financeiros e pessoal para que a nova "empresa" possa administrar uma universidade, por exemplo, de acordo com suas conveniências".

Segundo o presidente da Andes-SN, o projeto lembra muito o programa Pronasol, do México, onde em 10 anos de implantação à população mexicana ficou completamente desprotegida de políticas sociais. O Estado mexicano praticamente se desobrigou de atender à população nos serviços de saúde, educação, meio ambiente etc, além de promover o desmantelamento das organizações populares independentes. Isto significa que o governo FHC está, apesar de seus muitos disfarces, seguindo fielmente a cartilha neoliberal programada para os países latino-americanos do terceiro mundo.

Se a proposta do Bresser passar, a população ficará totalmente desprotegida de hospitais, universidades e outras instituições públicas de caráter assistencial

Sistema de Franquia

"UCE - United Colors of Education". Este slogan bem serviria para divulgar o programa de publicização do governo em relação às universidades. Na minuta do anteprojeto que regulamentará essas novas Organizações Sociais fica totalmente em aberto a contrapartida que o poder público terá ao instituir e investir nessas novas entidades e mais parece uma proposta de abertura de franquias para universidades, creches, hospitais, museus etc. Como prestadoras de serviços essenciais à população, essas novas organizações poderão funcionar autonomamente de acordo com a deliberação de um conselho curador, que em uma universidade equivale ao Conselho Universitário. Esse conselho terá em sua constituição 30% de membros do governo, 20% de personalidades indicadas pelo poder público, 30% de personalidades reconhecidas pela sociedade civil (não está determinado quem oficialmente fará essas escolhas) e 20% restantes de acordo com o Estatuto da nova organização.

Vale destacar que o estatuto dessa nova organização poderá ser alterado e modificado pelo próprio conselho curador instituído. Isso significa que a partir da transformação de uma universidade ou hospital em "Organização Social" sem fins lucrativos, não se terá a menor garantia de como essa nova instituição vai atuar, como será seu planejamento, produção e gerenciamento de seus recursos e patrimônio, e muito menos da qualidade dos serviços prestados à população. Segundo o presidente da Andes-SN, durante um tempo essas entidades poderão até funcionar; como forma de campanha publicitária para o atual governo, "mas e daqui a alguns anos, em que condições se encontrarão essa instituições?", questiona.

Avaliando a graduação nas universidades

Prof. Protásio Dutra Martins, PhD
Coordenador de Integração Acadêmica e
Conselheiro do CEG-UFRJ

Os administradores do sistema universitário brasileiro mantêm uma preocupação cada vez mais intensa com a qualidade do trabalho acadêmico no seu sentido mais amplo: papel social, produção objetiva, eficácia e eficiência. Mesmo o MEC tem-se lançado em tentativas de promover uma avaliação sumária do perfil "desconhecido" das instituições de ensino superior. No contexto político atual, a imprensa já consagrou espaço expressivo às matérias jornalísticas voltadas para o registro da qualificação (ou desqualificação) do trabalho desenvolvido nas universidades públicas brasileiras.

A discussão nesta área é sempre dominada por algum viés, já que não há dados precisos sobre a vida acadêmica brasileira em todos os seus domínios. As próprias instituições carecem de sistemas de registro de toda a sua atividade formal; apenas alguns setores acadêmicos mantêm registros organizados confiáveis, sendo que os demais, desnivelados em termos organizacionais, deixam de ser referidos no debate ou, o que é mais grave, são apreciados através de dados externos, estatísticos, os quais relativizam, quase sempre de forma desvantajosa salvo exceções honrosas, o "custo/ benefício" do investimento neste setor educacional. Está aí embutida portanto toda a sorte de distorções na apreciação do papel e do potencial da Universidade: qual é o benefício que se busca? número de formados? de teses? de trabalhos publicados? ou o impacto do conhecimento desenvolvido e do serviço prestado, na vida do país?

Entre os poucos setores organizados destaca-se o da pós-graduação e pesquisa, que vem sendo sustentado e monitorado há algumas décadas por um sistema formado pelas agências de fomento "Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior" do MEC (CAPES) e "Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico" do MCT (CNPq). Foi instalada uma política de capacitação acadêmica através do programa de aperfeiçoamento de recursos humanos para as universidades, foi estruturado de forma estável o fomento à pesquisa científica/ tecnológica e foi montado um sistema de referência de qualidade, auto ajustável, através dos comitês assessores das agências que, em última instância, fixou uma "cultura de avaliação" para o setor e propiciou a criação de alguns núcleos de excelência no país.

O setor da graduação por sua vez está sem uma referência de qualidade adequada; os currículos estão em grande parte desatualizados ou desfocados em relação à demanda social, o índice de evasão em alguns cursos é preocupante, a infra-estrutura de graduação é em geral ruim, não há avaliação externa sistematizada e internamente ela se dá de forma incipiente, há poucos esforços dirigidos à revitalização da graduação e são poucos os projetos envolvendo a pesquisa na metodologia do ensino de formação profissional, métodos pedagógicos ou didáticos voltados para a graduação.

A constatação destas verdades não exige a qualquer profissional de ensino envolvido efetivamente com algum dos dois setores, mais do que uma reflexão séria.

Embora se possam apontar benefícios potenciais indiretos advindos da organização da pós-graduação e pesquisa para outros setores da vida acadêmica, esta transferência não é trivial e está ainda por acontecer na área da graduação, mesmo em algumas instituições que hospedam núcleos de excelência. A percepção de que ela não se dará de forma espontânea motivou a CAPES a incluir nas condições exigidas para a classificação de Programas de Pós-graduação com o conceito A, a participação dos Professores-Pesquisadores nos cursos de graduação. Esta decisão tem um significado político importante pois a classificação feita periodicamente pela CAPES provoca um reflexo contundente em todo o sistema, afetando o financiamento das atividades e o prestigio das instituições.

Agora imposta pela CAPES a participação dos professores - pesquisadores na graduação deverá acontecer de uma forma ou outra. Mas irá um pesquisador, líder de equipes eficientes de investigação, prestigiado por bolsas-prêmio para si e sua equipe, comprometido com a formação de pesquisadores (bolsistas de pós-graduação), se envolver efetivamente com projetos de graduação que ambicionem a mudança da estrutura acadêmica no setor?

Levando-se em conta que mudar a graduação vai significar preocupar-se com a estrutura curricular, a qual deverá ponderar o estado presente e as projeções da demanda futura, envolver-se com equipes de professores e monitores os quais deverá motivar para uma conquista de resultados que não serão medidos de forma imediata, envolver-se com a elaboração, desenvolvimento, monitoração e crítica de projetos que visem a instalação de infra-estrutura e práticas eficientes de ensino-aprendizagem, a resposta àquela pergunta é não! Simplesmente porque isto exigiria uma dedicação tão ou mais intensa que aquela dada ao setor da pós-graduação e pesquisa, porém sem o suporte vital e prestigioso garantido pelas agências. Em conseqüência, muito provavelmente, a exigência da CAPES será cumprida através da participação periférica do pesquisador, restrita à sala de aula da graduação.

Por outro lado já é consensual a percepção de que a formação acadêmica não mais sustenta com exclusividade e solidez a vida profissional do graduado, como há algumas décadas, e assim ela deve agora se tornar conceitualmente mais sólida e estruturalmente mais flexível, o que equivale dizer que se deve buscar uma formação calcada em conhecimentos não perecíveis, essenciais, e fortalecer a capacidade de multiplicação e adaptação no uso do conhecimento adquirido, através da intensificação da visão multi/interdisciplinar na abordagem dos problemas e da incorporação da metodologia da pesquisa científico-tecnológica já na graduação. Esta observação leva à conclusão de que será necessário atrair professores e pesquisadores de expressão para um envolvimento efetivo de replanejamento, coordenação e dinamização da graduação.

> Passada a fase da capacitação, agora é imprescindível que outros paradigmas surjam de modo a impedir que, por ausência de outra referência, a universidade continue a balizar sua atividade somente pelos parâmetros específicos de pós-graduação, deixando de realizar um salto qualitativo na direção de seu papel social mais importante.

Ao longo das últimas décadas em que o projeto político tem sido priorizar a pesquisa e a pós-graduação, expandiram-se o potencial e as realizações da universidade Brasileira nestes setores e formou–se massa crítica em recursos humanos para dinamizar outros setores da vida universitária. Passada a fase da capacitação, agora é imprescindível que outros paradigmas surjam de modo a impedir que, por ausência de outra referência, a universidade continue a balizar sua atividade somente pelos parâmetros específicos da pós-graduação, deixando de realizar um salto qualitativo na direção de seu papel social mais importante.

É necessária portanto a instalação imediata de uma estrutura de sustentação que promova no setor de graduação dinâmica semelhante à hoje verificada na pós-graduação, permitindo que equipes sejam criadas em torno de projetos de ensino, prestigiando seus componentes com status e remuneração semelhantes aos garantidos às equipes envolvidas com os projetos de pesquisa científica: professores (com bolsas de Professor-Tutor), alunos de pós-graduação (com bolsas suplementares de tutoria) e alunos de graduação (com bolsas de monitoria). Isto exigirá que uma linha estável de fomento seja aberta de modo a estimular e viabilizar o desenvolvimento dos projetos e, também, que seja construído um sistema nacional de consultoria à semelhança do criado para a pós-graduação, em todas as áreas acadêmicas de graduação (comitês assessores de ensino), para atuar como balizador do fomento.

Proposta nestes termos foi encaminhada ao MEC com o intuito de contribuir para a instalação de mecanismos equilibrados de avaliação e monitoração de políticas de ensino de graduação que, a médio prazo, constituirão um sistema de referência de qualidade para o setor, evitando que espasmos de avaliações sumárias, caros e potencialmente danosos, venham a mascarar a eficiência, a eficácia e a importância do ensino superior público para o país.

Há algumas edições o jornal da ADUFRJ tem publicado contribuições de professores. Participe você também enviando seu artigo com no máximo, duas laudas e meia de texto. Professor, sua participação é fundamental para consolidarmos cada vez mais a comunicação de nossa entidade. O critério de publicação fica a cargo da diretoria da entidade.

Cem mil assinaturas pela LDB Democrática

Entidades e parlamentares apoiam a aprovação do substitutivo Cid Sabóia

O Fórum em Defesa da Escola Pública já conseguiu até agora cem mil assinaturas de apoio ao substitutivo Cid Sabóia ao projeto de LDB. A ADUFRJ também participou desta campanha e enviou várias listas com assinaturas de professores da UFRJ.

Tramitação complicada

A tramitação do projeto da LDB continua tumultuada. O governo tem exercido uma forte pressão no Senado para a aprovação de qualquer maneira do Substitutivo Darcy/MEC, utilizando até mesmo manobras regimentais. Ao contrário do que a mídia está veiculando, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou no dia 28 de junho apenas a "juridicidade" deste substitutivo, não discutindo a questão quanto ao mérito. Em agosto, a Comissão de Educação do Senado, cujo relator é o próprio Darcy, vai apreciar esta matéria quanto ao mérito. Os dois substitutivos serão submetidos ao plenário. Aquele que for analisado em primeiro lugar terá maiores chances de ser aprovado, já que haverá espaço para apreciação de emendas durante a avaliação em plenário. O governo e seus representantes no Senado poderão tentar um grande "acordão" em torno do Darcy/MEC, caso este venha a ser apreciado primeiro.

De acordo com informações do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN, o senador Darcy praticamente, não acatou nenhuma das 57 emendas apresentadas pelos senadores. Simplesmente deu uns retoques em algumas delas para dar a impressão que está absorvendo outras propostas. A posição da Andes-SN, aprovada no XXX CONAD, é pela aprovação do substitutivo do senador Cid Sabóia e pela rejeição do substitutivo do senador Darcy Ribeiro.

BALANCETE DA ADUFRJ (R$) em 30/06/95.

CONTAS	CRÉDITO
Contribuição de Associados	181.073,50
Receitas de Aplicações	8.385,78
Rendimentos de Poupança	16.237,75
Recuperação de Despesas	1.860,02
INSS a Recolher	1.437,83
FGTS a Recolher	377,68
PIS a Recolher	47,21
IRF a Recolher	294,20
Patrimônio Social	107.110,61
TOTAL DE CRÉDITOS	**316.824,58**

CONTAS	DÉBITO
Contribuições ANDES-SN	56.779,53
Despesas c/ Viagens e Estadias	16.764,32
Caixa	21,75
Caixa Economica Federal c/ Poup.	104.847,30
Aplicações Financeiras	44.131,40
Móveis Ut. e Instalações	1.470,62
Máquinas e Equipamentos	2.855,70
Sistema de Comunicações	0,16
Direito de Uso Telefone	0,28
Previdência Social	6.364,75
FGTS	2.180,54
Salário Familia	3,98
PIS	265,13
Contribuição Sindical	7,25
Vale Transporte	116,00
Adiantamentos	350,00
Serviços Prestados - PJ	8.009,39
Serviços Prestados - PF	1.265,00
Juros Passivos	128,02
Despesas Bancárias	26,56
Despesas Gerais	71.236,90
TOTAL DE DÉBITOS	**316.824,58**

DESPESAS GERAIS em 30/06/95

SUB CONTAS	VALOR
Ordenados	22.963,00
Décimo Terceiro Salário	743,00
Férias	3.550,66
Telefones	737,93
Assinaturas	859,16
Material de Escritório	12.805,40
Limpeza e Conservação	510,00
Portes e Telegramas	10.342,93
Lanches e Refeições	1.898,40
Anúncios e Publicidades	2.033,00
Despesas Diversas	3.712,51
Despesas c/ Jornal	6.739,50
Despesas c/ Xerox	3.807,10
Despesas c/ Passagens	534,31
TOTAL DE DESPESAS GERAIS	**71.236,90**

UFRJ no SIAPE

Segundo a reitoria, a partir de julho, a UFRJ, assim como as demais universidades farão parte do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE). As folhas de pagamentos serão rodadas em Brasília e controladas diretamente pelo Ministério da Administração. Os professores e técnicos-administrativos de outras universidades, que já estão no SIAPE, reclamam deste sistema que é sujeito a erros de difícil correção.

O decreto 1.412 de 7 de março de 1995, determinou que os recursos para pagamento de pessoal somente serão liberados após prévia contabilização da folha de pagamento no SIAPE. O decreto também determina que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de carreiras e admissão de pessoal dependerão de dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Até as despesas decorrentes de decisões judiciais deverão ter prévia dotação orçamentária.

Todos os órgãos da Administração Pública Federal, autárquica e fundacional do Poder Executivo deverão se submeter a este sistema. O governo agora vai ter um controle centralizado e absoluto, interferindo na autonomia das universidades.

Demissões no BB são exemplos para os servidores

O Banco do Brasil implantou o Programa de Desligamento Voluntário para justificar a demissão de 15 mil funcionários. Esta é apenas a primeira etapa do programa, que promete mais demissões. A justificativa do Banco é uma suposta economia de R$ 650 milhões, mas contradizendo essa necessidade de enxugar gastos, o Banco perdoou recentemente a dívida de ruralistas e usineiros que soma cerca de R$ 2 bilhões. Quem não aceitar o programa "voluntário" será demitido sumariamente. O terror instaurado pelo BB é tanto que no final, de junho três funcionários se suicidaram. Esta economia do governo vai fechar agências, colaborar com o desemprego e prejudicar a população, abrindo mais espaço para os bancos privados. Essas demissões ilustram um pouco do que pode acontecer com as universidades públicas, caso as propostas de Reforma do Estado sejam aprovadas no Congresso. Sem estabilidade, o governo poderá demitir em massa justificando excesso de quadros ou "insuficiência de desempenho".

Frase do ano

"Lideres do PFL, como Marco Maciel, Gustavo Krause e ACM têm muita sensibilidade social"
Ministro da Cultura, Francisco Weffort, em entrevista à Folha de S.Paulo

Erramos:

O jornal ADUFRJ do mês de junho teve dois erros (página 12): na matéria sobre a falta de política salarial para servidores, onde está escrito 20,9% de março a maio, leia-se **de janeiro a maio**. Na Agenda, as eleições foram na **CPPD** e não CCPD.

NOSSO BOL$O

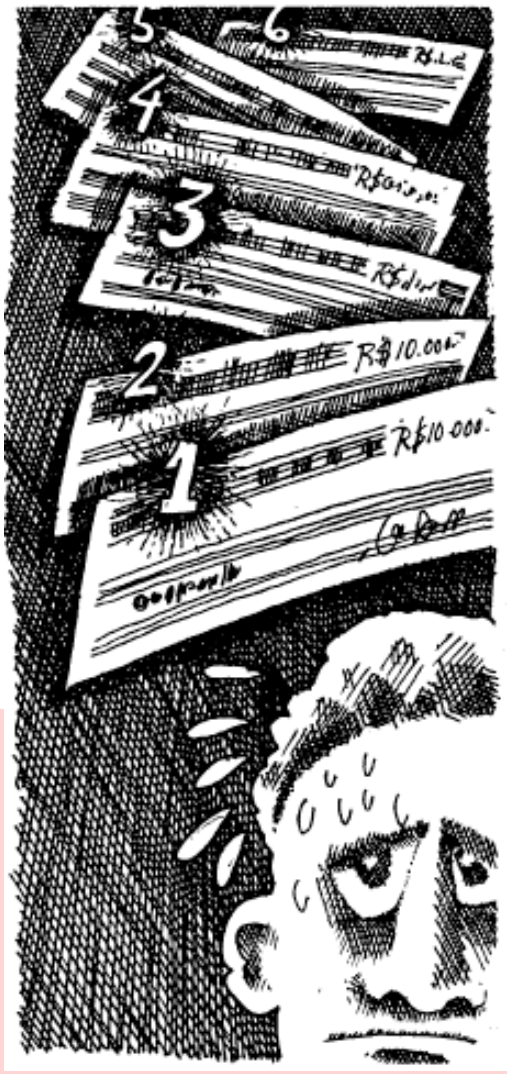
Desindexação prejudica assalariados

A desindexação da economia só vai prejudicar os assalariados, que não terão mais direito à reposição das perdas na data-base. A desindexação significa o desatrelamento dos reajustes aos índices da inflação, atingindo basicamente os salários, deixando de fora os impostos que continuam indexados pela UFIR. A Medida Provisória da desindexação impede até os ganhos reais ao determinar que as antecipações e aumentos salariais devem ser descontados na data-base.

A livre negociação, tão propalada pelo governo, deveria existir para a discussão de ganhos reais e não para negociar as perdas. A greve dos petroleiros demonstrou que o governo é o primeiro a não aceitar o princípio da negociação. Na ocasião, em vez de negociar, o governo demitiu sindicalistas e usou o Exército para reprimir o movimento. Sem garantias mínimas, a livre negociação só vai beneficiar as categorias com organização sindical forte e consolidada. Vai valer a lei do mais forte.

Funcionalismo continua de fora

O funcionalismo público ficou de fora da Medida Provisória da desindexação da economia. Na prática, os salários dos servidores vão ficar limitados ao teto de 60% da receita líquida da União, conforme lei aprovada recentemente no Congresso Nacional. Nem mesmo o resíduo de 10,83% do IPC-r acumulado de janeiro a junho está garantido para o funcionalismo. Na data-base em janeiro de 1996, a situação salarial vai ficar pior ainda. A expectativa é de uma inflação anual de 50 a 60%, caso sejam mantidos os atuais índices mensais.



A livre negociação não está regulamentada para o setor público e o governo não parece disposto a negociar os reajustes. A prática tem demonstrado que a negociação só acontece quando existe ampla mobilização da categoria. Por esta razão é que a estabilidade é importante para que os servidores tenham a garantia de que não serão demitidos durante o processo de negociação.

O ministro da Administração, Bresser Pereira, garantiu que os servidores federais, civis e militares, deverão ter reajustes na data-base de acordo com a disponibilidade de recursos. Certamente o governo vai justificar o arrocho salarial alegando falta de recursos no caixa do Tesouro. Bresser chegou a afirmar cinicamente que "os servidores não precisam de aumento real porque ganham bem".

Limitação de gastos de pessoal mantém arrocho

A limitação de gastos com pessoal impede a recuperação das perdas salariais e a implantação da isonomia entre os Três Poderes. De acordo com o PL 125 da deputada Rita Camata, aprovado em março pelo Congresso Nacional, o limite de gastos com pessoal da União deve ser igual a 60% da receita corrente líquida. Para a definição da receita corrente líquida, se deduz das receitas correntes as transferências feitas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, recursos para o PIS e PASEP e despesas com o pagamento de benefícios da Previdência Social, Além disso, os gastos com pessoal a serem considerados são muito abrangentes, pois incluem despesas com pessoal ativo e inativo da administração direta ou indireta, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O Grupo de Trabalho de Verbas da Andes-SN fez uma avaliação dos efeitos desta limitação caso o PL-125 tivesse sido aplicado no ano de 1995 e constatou que 60% da receita corrente líquida corresponderia a R$ 31,69 bilhões, enquanto que a previsão das despesas com pessoal ficou em R$ 31,21 bilhões, ou seja, uma diferença de apenas 1,57%. O governo tem agora um poderoso instrumento legal para justificar o achatamento salarial

Antecipação salarial é reduzida

Os professores foram surpreendidos com mais uma mordida do leão nos salários. A antecipação de 30% do pagamento, que saiu no dia 22 de junho, foi menor por causa do desconto do imposto de renda. Este desconto foi efetuado por determinação do Ministério de Administração. Desde junho, o imposto de renda está sendo calculado sobre o total das remunerações, incluindo a antecipação, no mês trabalhado.

Em junho, por exemplo, o desconto do imposto de renda incidiu sobre o pagamento recebido no início do mês, correspondente a 70% do salário de maio, e sobre a antecipação de 30% recebida no dia 22 de junho. Houve urna redução na antecipação, que antes era de 30% e agora com a nova sistemática pode chegar a 22% para certas faixas salariais. Mais uma vez o governo penaliza os assalariados para garantir a "estabilidade" do plano econômico.

J.O.R.N.A.L

ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ

Andes-SN

Nº 17
AGOSTO/95

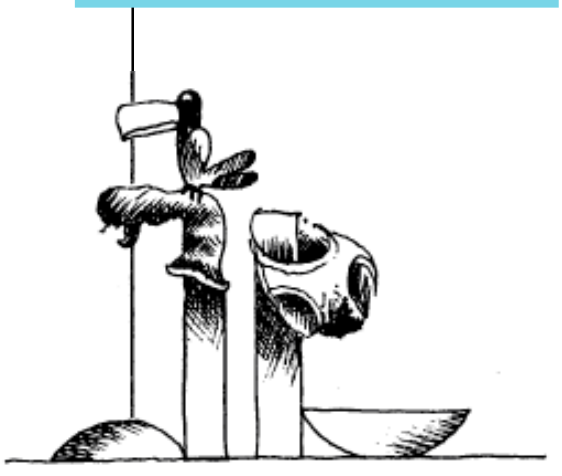
Bresser é vaiado em visita à universidade

Bresser Pereira é recebido com vaias em debate realizado na UFRJ e se mostra impaciente com as colocações contrárias ao seu projeto de transformar universidades em " organizações sociais"

4

23 de agosto
Dia Nacional de Luta

Pelo menos 20 mil trabalhadores estão sendo esperados em Brasília, no dia 23 de agosto, para a manifestação do Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa. A expectativa é de que o ato se transforme no mais expressivo protesto já realizado na capital federal contra as reformas neoliberais do governo FHC. As caravanas dos Estados devem se somar aos trabalhadores residentes no DF, o que leva a uma expectativa de 40 mil pessoas presentes.
Com este ato o movimento docente e os demais trabalhadores esperam virar o jogo das reformas e conscientizar a opinião pública dos prejuízos que acarretarão as reformas já aprovadas e as que estão em curso como a reforma do Estado.



Projeto do MEC também incentiva privatização das universidades
5

Governo quer votar Lei de Patentes
6

Andes-SN inaugura agência de notícias
7

Eleições na ADUFRJ acontece nos dias 26 a 28 de setembro.
Os candidatos devem ser indicados até o dia 12.
8

AD editorial

Caiu a máscara

O episódio do Banco Econômico e o caso Dallari revelaram aspectos importantes para a compreensão da verdadeira face do governo FHC, que tem procurado privilegiar o interesse privado em detrimento do interesse público. Seja qual for o desfecho desta crise, o certo é que a credibilidade do governo saiu seriamente comprometida.

O presidente-sociólogo teve que ceder às pressões do senador Antonio Carlos Magalhães para tentar salvar um banco privado falido, retomando a velha prática da socialização dos prejuízos e da privatização dos lucros. O ministro da Cultura, Francisco Weffort, realmente tinha razão quando disse que o ACM tinha muita *sensibilidade social*. O acordo para a estadualização do Banco Econômico, que acabou sendo abafado, desagradou tanto que o governo foi obrigado a recuar e tentar uma solução menos constrangedora. O impasse continua. Afinal, quem vai pagar a dívida estimada em R$ 3 bilhões? O senador baiano que se transforma em "Toninho Malvadeza" quando seus interesses são contrariados, já deu seu ultimato. Se a intervenção do Banco Central for mantida, o governo poderá perder sua principal base de sustentação parlamentar no Congresso Nacional e prejudicar o andamento das reformas constitucionais. Se continuar cedendo às pressões, vai ficar completamente desmoralizado. Resta saber se o presidente vai ficar com os neoliberais ou com os fisiologistas.

As denúncias contra o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Milton Dallari, mostram também a relação promíscua entre o público e o privado. Dallari foi acusado de tráfico de influência por dirigir uma firma de consultoria, cujos principais clientes eram empresas que ele tinha a obrigação de fiscalizar. Seu "assessor" direto não era sequer funcionário do Ministério, mas participava ativamente das reuniões com empresários e tinha grande influência nas decisões governamentais para a política de preços. Será que realmente ninguém sabia das ligações privadas deste misterioso "assessor"?

A grande lição destes acontecimentos é a constatação de que o governo está totalmente comprometido com as alianças conservadoras, consolidadas durante a campanha eleitoral. O primeiro sintoma deste comprometimento foi a anistia dada ao ex-senador Humberto Lucena. O acordo espúrio com a bancada ruralista para a aprovação da reforma constitucional mostrou também que o governo tem se empenhado ao máximo para manter a sua base de sustentação parlamentar no Congresso Nacional. Na prática, o governo tem seguido o programa do PFL e as diretrizes traçadas pelos organismos internacionais. O objetivo a ser alcançado é reduzir o tamanho do Estado para beneficiar os interesses do capital.

O grande problema é que este modelo adotado tem reduzido o poder de compra dos assalariados, provocado desemprego e aumentado o número de marginalizados com o agravamento das tensões sociais. O relatório do Banco Mundial, que apontou o Brasil como o país de maior desigualdade social no mundo é bastante significativo. O Brasil foi superado até mesmo pela Botswana, um pequeno país encravado no sul da África com 1,4 milhão de habitantes.

As propostas de reformas do ministro Bresser e de autonomia "plena" do MEC também estão inseridas neste projeto de enxugamento do Estado. Bresser procura confundir o público com o privado e quer que as universidades sejam tão eficientes e lucrativas quanto uma empresa privada. Se a universidade não quiser se adaptar a esta concepção de supermercado, poderá optar por uma autonomia "plena". Neste caso, os reitores, já que alguns gostaram tanto da proposta do MEC, terão que administrar com grande eficiência seus escassos recursos para manter a folha de pagamento e as atividades acadêmicas. Caso a universidade não consiga sobreviver com o orçamento global, será provavelmente privatizada. Se não houver outra saída digna, o jeito é chamar o Toninho ...

AGENDA SETEMBRO

7 - feriado

até dia 8 - pagamento

1 a 12 - indicação dos candidatos para a diretoria e inscrição dos candidatos para Conselho

15 a 17 – Seminário Nacional de Comunicação da Andes-SN, em Belo Horizonte

15 - Confirmação das indicações para diretoria

26 a 28 - eleições na ADUFRJ

Debate

Está sendo organizado pela ADUFRJ um debate sobre "A universidade pública e as reformas do governo" com a presença (ainda não confirmada) dos parlamentares Marina Silva (PT/AC), Pedro Wilson (PT/GO) e Ester Grós (PT/RS). Além dos parlamentares deverão estar presentes o professor Horácio Macedo (ex-reitor da UFRJ) e Newton Lima Neto (ex-presidente da Andifes). O evento acontecerá no dia 4 de setembro às 11 horas no campus da Praia Vermelha, com o patrocínio da Andes-SN, Fasubra, UNE, SINTUFRJ e DCE/UFRJ.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Fim da vinculação das receitas poderá ser questionado judicialmente

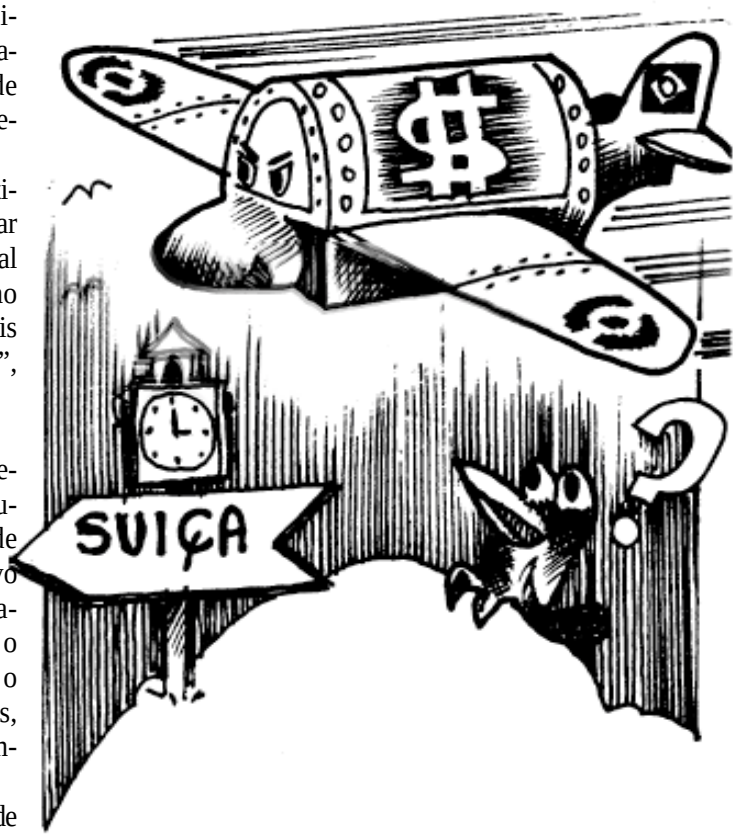
O fim das receitas vinculadas, um dos pontos da reforma fiscal do governo, poderá ser questionado judicialmente. Isso porque a medida, que retira os 18% destinados pela Constituição Federal à educação, fere o direito coletivo de acesso ao ensino público e gratuito, uma das cláusulas pétreas da Carta. Foi o que garantiu o advogado Jansen Fialho de Almeida, procurador do Governo do Distrito Federal e especialista em Direito Tributário. Segundo ele, o caminho jurídico adequado para se questionar essa proposta é a Ação Direta de Inconstitucionalidade, que deverá ser proposta ao Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o artigo 103 da Constituição, entidades de âmbito nacional estão capacitadas a questionar essa tentativa de mudança. "A reforma é o caminho legal para o governo alterar a Carta, mas o limite tem como base as cláusulas pétreas. E os princípios constitucionais implícitos nessas cláusulas não podem ser alterados", afirma o jurista.

Estudo

A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento confirma que a área econômica continua estudando a possibilidade de acabar com a vinculação de receitas. Segundo a assessora Eliana Araújo, o objetivo da mudança não é tirar recursos da Educação, mas garantir ao governo uma liberdade maior para trabalhar o orçamento. "Desde a promulgação da Constituição, o governo, que tinha cerca de 60% do orçamento livres, passou a dispor de menos de 20%. O orçamento foi simplesmente engessado", justifica.

Por causa da falta de recursos e da impossibilidade de deslocar verbas de uma fonte para outra do orçamento, segundo ela, o governo precisou criar o Fundo Social de Emergência. Foi a primeira tentativa de desvinculação de receita, levando 20% de todas as fontes de arrecadação. "A base da reforma fiscal é o reequilíbrio das contas do governo, para que não se precise mais criar a cada ano um tapa-buraco, como o Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF)", argumenta a assessora.



Fundo Social para comprar goiabada

A pretensão de acabar com a vinculação dos 18% para educação repercutiu muito mal no ambiente universitário, dando margem a questionamentos sobre a credibilidade do governo no que se refere à realização do orçamento. "Vemos com muita preocupação a idéia de se dar liberdade ao governo para manipular o orçamento, pois a tradição de nossos governantes é deixar os programas sociais sem investimentos", afirma o secretário-geral da Andes-SN, Edmundo Dias.

Ele lembra que o FSE, criado pelo próprio governo, acabou desviando recursos destinados à Educação e à Saúde para gastos supérfluos e que nada tinham. de emergência, como a compra de goiabada e o pagamento de contas de restaurantes de funcionários do alto escalão, conforme constatou recentemente o TCU.

Wilton Martins, coordenador da Fasubra, acha lamentável que o governo, ao invés de cumprir a Constituição se empenhe em reformá-la no sentido de prejudicar os investimentos sociais. "Quando tenta refazer a Constituição dessa forma, o governo está lesando diretamente a sociedade, que tem a expectativa de ter acesso à Educação", afirma. Wilson diz que a Fasubra acionará sua assessoria jurídica e tomará as medidas cabíveis no devido momento, caso os ministros da área econômica insistam na idéia da desvinculação. "Ainda acreditamos na Justiça brasileira e na existência de pessoas com consciência suficiente para não se deixarem levar por favores governamentais".

LDB: Voto em separado propicia negociações

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública está articulando a aprovação da solicitação do voto em separado da senadora Emília Fernandes para o PL aprovado na Câmara (Cid Sabóia). Já assinaram a solicitação os senadores Ney Suassuna (PMDB), Espiridião Amin (PPR/SC) e Marina Silva (PT/AC). A idéia é analisar no âmbito da comissão de Educação o projeto de LDB do Senado (Cid Sabóia), no prazo de 90 dias.

Brasil é campeão de desigualdades

O Brasil é o novo campeão de desigualdade social. Classificado em segundo lugar no ano passado como o país de pior distribuição de renda do planeta, o Brasil conseguiu finalmente superar Botswana, na África, tornando-se o líder do ranking das populações com pior qualidade de vida.

Segundo a pesquisa, os 20% mais ricos detêm 67,5% da renda. O resultado consta do relatório do Banco Mundial, elaborado a partir de uma pesquisa envolvendo 71 países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo os dados do relatório, 51% de toda a renda do país está nas mãos de apenas 10% da população. Para os 20% mais pobres, sobram não mais do que 2,1% da renda nacional. Uma simples comparação com os resultados dos países desenvolvidos mostra que, do ponto de vista da distribuição de renda, o Brasil está longe de se tomar um país do primeiro mundo. Na Suécia, os mais ricos concentram apenas 20,8% da renda, na Noruega 21,5/%, na Bélgica 21,5%, na Finlândia 21,7% e na Espanha 21,9%.

Professores estrangeiros

Foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a proposta de emenda constitucional do deputado Sérgio Arouca (PPS/RJ) que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa cientifica e tecnológica.

Bresser vaiado na UFRJ

O ministro Bresser foi vaiado por professores e funcionários na visita à UFRJ no dia 31 de julho. A reitoria até que tentou despistar mas não conseguiu. A recepção ao ministro, preparada pela ADUFRJ e SINTUFRJ, foi marcada pela faixa "universidade pública não é supermercado". Bresser não perdeu a pose e disse que aquela faixa era "uma resposta populista à crise do Estado".

No salão do Conselho Universitário, o ministro da Administração falou para os Colegiados Superiores da UFRJ, expondo a sua proposta de transformação das universidades em "organizações sociais". Apesar de recusar cinicamente o rótulo de neoliberal, Bresser defendeu que "a competição é uma boa forma de administrar". Para evitar suspeitas foi logo dizendo que a "publicização" não tem nada a ver com a privatização.

Ao ser questionado sobre a proposta do MEC para as universidades, Bresser fez questão de explicar que a sua proposta de "organizações sociais" daria uma autonomia mais abrangente dentro do Estado, enquanto que a do MEC se refere a uma autonomia no âmbito do Ministério da Educação. Ele enalteceu tanto o modelo das universidades americanas, que o Coordenador Geral do SINTUFRJ, Marcílio Lourenço, chegou a colocar em questão a sua nacionalidade. Bresser ficou mesmo irritado quando o presidente da ADUFRJ, Henrique Longo, fez críticas às suas propostas e, sem disfarçar a prepotência, o ministro concluiu: "Estou convencido que esta é uma boa proposta para vocês".

Com um discurso tecnocrata e sem sustentação na realidade política nacional, o ministro se esquivou do debate sobre a reforma que acaba com a estabilidade, com o RJU e outros direitos.

O jornalista Carlos Heitor Cony, em sua coluna na Folha de São Paulo do dia 3 de agosto, teceu comentários sobre a visita de Bresser e a polêmica faixa "universidade pública não é supermercado", lembrando que "o neoliberalismo encara a sociedade com a mesma concepção de um feirante. Coloca numa coluna os gastos, noutra as vendas e o resultado, se negativo é prejuízo, se positivo é lucro". Para Cony, o ministro "acredita que enxugando os quadros, cortando despesas e cobrando eficiência, o Brasil terá o desempenho de uma Coca-Cola, de um estúdio Disney, de uma Microsoft".

O mais interessante desta visita é que Bresser não falou em nenhum momento sobre a reforma administrativa, que acaba como Regime Jurídico Único e todos os direitos dos servidores públicos.

ADUFRJ pede discussão

A Assembléia da ADUFRJ do dia 16 de agosto fez uma avaliação da reforma do Estado e da proposta de autonomia do MEC e resolveu solicitar que estes assuntos sejam amplamente discutidos por todos os colegiados da UFRJ(CONSUNI, CEG, CEPG, ConseIhos de Centros, Congregações e Departamentos). A diretoria da ADUFRJ encaminhou uma carta a todos os membros do CONSUNI na reunião do dia 17 de agosto, enfatizando que estas propostas poderão trazer profundas conseqüências para o trabalho acadêmico e para a universidade pública e gratuita. Na carta foi solicitado que os conselheiros encaminhem esta discussão em seus Centros, Unidades e Departamentos para que a comunidade universitária possa se posicionar.

Autonomia "plena" incentiva a privatização das universidades

A proposta de autonomia "plena" do MEC não difere muito da proposta do Bresser e incentiva a captação de recursos na iniciativa privada, não garante recursos para pagamento de pessoal, acaba com a isonomia salarial e desestrutura a carreira docente. Pela proposta do MEC apresentada no documento "A Política para as Instituições Federais de Ensino Superior", cada universidade terá um orçamento global tanto para a folha de pessoal quanto para o custeio, investimento e alocação de recursos. O documento é explícito quanto aos seus objetivos ao propor que "as universidades serão estimuladas a buscar fontes adicionais de recursos junto a outras esferas do poder público e à iniciativa privada para ampliar o atendimento a outras demandas sociais que não o ensino". A proposta garante apenas a gratuidade dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, deixando implícito que os alunos terão que pagar taxas nos cursos de aperfeiçoamento, de especialização e demais atividades de extensão.

O MEC retoma também a famigerada proposta do Geres para o ensino superior, que vinculava a liberação de recursos ao desempenho através de avaliação meramente quantitativa e exames de final de curso para os alunos de graduação.

Crise transferida

A crise universitária, causada pela escassez de verbas e pelos salários achatados, será simplesmente transferida do governo federal para as universidades, que terão enormes dificuldades para gerenciar os parcos recursos para atender às atividades acadêmicas e para satisfazer as reivindicações salariais. Os conflitos internos entre as categorias e as administrações certamente aumentarão. Tudo indica que o governo pretende promover o enxugamento dos quadros, como aconteceu recentemente com as demissões "voluntárias" no Banco do Brasil. Para isto, o ministro Bresser está propondo a reforma administrativa, que acaba com a estabilidade dos servidores.

Esta autonomia "plena" vai beneficiar basicamente os reitores, que terão uma grande quantidade de recursos, propiciando manobras clientelistas, sem que isto determine qualquer melhoria para as universidades. A proposta do MEC deixa claro que não haverá mudanças na política de escassez de verbas para as universidades que serão obrigadas a captar recursos externos para complementar seus orçamentos globais. Esta proposta representa um descompromisso do Estado com a educação superior.

A Autonomia proposta pelo Movimento Docente

Hoje a autonomia, embora prevista na Constituição, é muito restrita devido à multiplicidade de leis, decretos, portarias e instruções normativas. A burocratização excessiva também impede que a autonomia seja exercida. Paradoxalmente, o governo propõe autonomia mas, ao mesmo tempo, obriga que as universidades entrem no folhão do SIAPE, corta vagas para a carreira docente e edita medidas provisórias que interferem na administração interna.

A autonomia sempre foi uma bandeira do movimento docente e deveria estar sendo discutida no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases. A autonomia definida no substitutivo do senador Cid Saboia ao projeto da LDB tem uma concepção diferente da proposta do MEC ao determinar que o Poder Público tem o dever de enviar recursos suficientes para pagamento de pessoal e dotações globais para outros custeios e despesas de capital.

A universidade deveria efetivamente exercer a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, definindo as prioridades de sua atuação e prestando contas à sociedade dos resultados obtidos. O Estado deve garantir recursos para a remuneração justa de seus professores e funcionários, mantendo a isonomia salarial e a estrutura da carreira docente, bem como recursos necessários e suficientes para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dicionário Neoliberal

Os ideólogos neoliberais procuram confundir a opinião pública com palavras "modernas" para que suas propostas sejam aceitas pela população. Os ministros do presidente FHC estão usando e abusando destes termos, alguns novos e outros com um sentido complemente diferente. O ministro Bresser é um dos que mais os utiliza para ganhar a luta ideológica e tornar aceitável a sua proposta de reforma do Estado.

O Jornal ADUFRJ está relacionando algumas destas palavras e seus significados. Se você tem outras sugestões, nos envie que publicaremos na próxima edição.

autonomia plena - descompromisso do Estado com as universidades públicas

desconstitucionalizar - retirar da Constituição os direitos dos trabalhadores

desindexar- implantar o arrocho salarial

desregulamentar- retirar da legislação os direitos dos trabalhadores

flexibilização da estabilidade - demissão de servidores públicos federais

flexibilização dos monopólios - quebra dos monopólios dos setores estratégicos

flexibilização da aposentadoria - retirada dos direitos da aposentadoria

flexibilizar posições - mudar de lado

neoliberalismo - liberalismo sem escrúpulos (segundo Leandro Konder)

organizações sociais - fundações privadas

parceria - abertura de espaço no serviço público para a iniciativa privada

publicização - privatização das universidades públicas

reengenharia do serviço público - desmonte das atividades essenciais para a população

terceirizar – contratar mão-de-obra descartável

Entidades querem Referendum Popular sobre reformas

"Estamos aqui reunidos para um protesto"

Enfatizou Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, no lançamento da campanha para que as reformas constitucionais do governo FHC sejam submetidas a um referendum popular. Barbosa Lima lembrou que "o referendum era para ouvir o sentimento do povo brasileiro". No lançamento promovido pelo Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON) que aconteceu na ABI no dia 11 de agosto, estavam presentes além do jornalista, o arquiteto Oscar Niemeyer, o ex-governador Leonel Brizola, a Senadora Benedita da Silva (PT-RJ), vários parlamentares e representantes de diversos partidos políticos, os presidentes da UNE e da UBES, sindicatos, etc. As associações de docentes da UFRJ e da UFF também estiveram presentes ao ato. "Fernando Collor, Fernando Henrique a mesma farsa, a mesma elite", gritavam os manifestantes.

O MODECON está colhendo assinaturas para requerer ao Congresso Nacional que as emendas constitucionais sejam submetidas a um referendum popular, precedido de amplo debate pelos meios de comunicação.

A Diretoria da ANDES-SN avaliou que este referendum pode trazer riscos à condução da luta contra as reformas ao mesmo tempo em que não se tem nenhuma garantia de um debate amplo e democrático. No entanto, a Assembléia da ADUFRJ do dia 16 de agosto aprovou este referendum, considerando que esta iniciativa pode se constituir em um fator de mobilização contra as reformas.

O abaixo-assinado para o referendum popular está à disposição dos professores da UFRJ na sede da ADUFRJ até o dia 29 de agosto.

Senador prevê restrição para o acesso ao ensino superior no Brasil

A proposta do governo de privatizar as universidades federais tornará o ensino de nível superior ainda menos acessível à população brasileira. A previsão é do senador Lauro Campos (PT-DF) em entrevista à Agência de Notícias Andes. Segundo o senador, o que o governo pretende com a transformação das universidades em organizações sociais é criar "um sistema que garanta ao poder econômico o monopólio do saber".

"No fundo, o que se privilegia, mais uma vez, é o poder do chamado capital produtivo em detrimento do capital humano. Então, a mudança que se propõe para a universidade é a repetição desse padrão em que as coisas rentáveis continuam com o privilégio exclusivo da administração pública", criticou.

Frase do mês

- "O que vocês estão fazendo aqui? Não tem meia furada, não tem cueca suja. Se tiver cueca suja, minha não é" - do presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso para os fotógrafos que foram ao seu gabinete, no dia seguinte do episódio da meia furada.

Governo se curva às pressões dos EUA pela aprovação da Lei de Patentes

O Fórum Nacional pela Liberdade do Uso do Conhecimento vem denunciando as manobras do governo brasileiro para adequar a Lei de Patentes, em discussão no Congresso Nacional, aos interesses da comunidade econômica dos EUA.

A Lei de Patentes está em debate no Congresso desde o governo Collor, já tendo passado pela Câmara dos Deputados. No Senado, ela transitou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seu relator foi o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

As questões mais polêmicas são o patenteamento de micro-organismos e o prazo de entrada em vigor de patentes para novas áreas, como alimentos, remédios, química-fina e biotecnologia. Estas questões dividem o governo e a comunidade científica que não aprova o patenteamento de seres vivos, assim como a totalidade dos cientistas e pesquisadores de países em igual estágio de desenvolvimento. Quanto ao prazo para entrada em vigor das patentes, os cientistas brasileiros defendem cinco anos.

Segundo a Folha de S. Paulo, em 1988 o governo norte-americano adotou medidas de retaliação contra o Brasil e os prejuízos passaram de US$105 milhões.

As sanções foram aplicadas pelos mesmos motivos alegados atualmente: a indústria dos EUA afirma ter prejuízos com a pirataria de produtos e processos feitos em laboratórios brasileiros. Na época, a punição foi uma sobretaxa de 100% sobre os produtos brasileiros dos setores químico, eletro-eletrônico e papel e celulose.

O Brasil recorreu ao GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) contra as medidas. Os EUA suspenderam as sanções, antes do julgamento em julho de 90, quando o governo Collor decidiu enviar ao Congresso um projeto de uma "nova Lei de Patentes". De lá prá cá, os governos brasileiros vêm tentando aprovar a nova lei e ganhar tempo na tentativa de conter a bronca dos norte-americanos quanto ao desenvolvimento tecnológico de países como Brasil.

A Lei

A nova Lei de Patentes vai substituir o Código de Propriedade Industrial, que protege invenções e marcas. A legislação atual não prevê concessão de patentes, ou seja, a exclusividade na produção e exploração de invenção, de remédios, alimentos e produtos químicos. A nova lei vai incluir esses produtos entre os patenteáveis.

GTs
grupos de trabalho da ANDES-SN

Campanha na mídia

Os associados da ADUFRJ descontaram nas suas contribuições mensais 3 parcelas para financiamento da Campanha na Mídia da ANDES-SN, uma deliberação do ultimo Congresso em fevereiro passado. Essa campanha tinha como objetivo a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

A contribuição da ADUFRJ foi aprovada em março de 95 e desde então a entidade passou a acompanhar a organização da campanha pelo GTCA.

No período que antecedeu a entrada na última greve a idéia que prevaleceu na Andes-SN era que a campanha deveria prioritariamente ser feita para televisão e ao mesmo tempo ser inserida em grandes revistas, e outros meios, enfocando o posicionamento do sindicato sobre as reformas constitucionais propugnadas pelo governo FHC.

Algumas ADs tiverem dificuldades de se engajarem no projeto de levantar R$ 800 mil para custear a campanha. Dentro dessa perspectiva, a deliberação do congresso facilitava que cada AD recolhesse esses fundos junto aos filiados da forma que fosse mais conveniente, sem onerar seus compromissos regulares e a contribuição dos filiados.

A Andes-SN contratou a agência de propaganda Forum, que produziu um filme de 30 segundos para inserção em TVs, além de material impresso para divulgação. O espírito da campanha era denunciar que o fim da universidade pública levaria o país ao retrocesso social.

Os recursos arrecadados para cobrir os custos da campanha estão hoje em torno de R$ 450 mil reais. De posse de orçamento atualizado e da dificuldade de levantar junto a algumas ADs o valor total da campanha, o GTCA preparou uma proposta de redimensionamento. A nova proposta retira as inserções na mídia televisiva e concentra a divulgação em jornais e revistas de circulação nacional, além de rádios, cinemas e outros meios.

Andes-SN inaugura Agência de Notícias

Brasília vai sediar a primeira agência de noticias patrocinada por um sindicato nacional. A **Agência Andes** vai emitir boletins diários e semanais para todos os principais veículos de comunicação do país, além de abastecer a comunicação das Associações Docentes e demais entidades sindicais.

O trabalho da Agência vai estar voltado nesses primeiros meses no acompanhamento das reformas e em tudo o que envolve educação, ciência e tecnologia e universidade.

Nesta edição do jornal ADUFRJ já estão publicadas algumas das primeiras notícias, direto de Brasília. A idéia é produzir uma informação de qualidade que mostre o "outro lado" do que é noticiado diariamente pela imprensa tradicional.

A inauguração foi no dia 9 de agosto em solenidade realizada no próprio escritório da Agência. Estavam presentes a diretoria da Andes-SN, vários representantes de ADs, jornalistas e parlamentares.

GTCA estuda a comunicação sindical

O GTCA vem trabalhando com o objetivo de tornar a comunicação uma questão relevante no conjunto das ações da Andes-SN. Paralelo à algumas iniciativas que o sindicato nacional vem construindo nesta área, a próxima revista Universidade e Sociedade tratará do tema conjuntamente com a questão da Reforma Agrária. Mantendo suas características ensaísticas ela estará pronta no próximo XXI Conselho Nacional das ADs que se realizará em outubro, em Salvador.

II Seminário de Artes

O GTCA reunido em 10 e 11 de agosto discutiu o próximo Seminário de Artes que se realizará em 16 e 17 de novembro de 1995 em Florianópolis-SC. A avaliação do I Seminário realizado em Natal-RN no semestre passado foi positiva porém anotando que as mesas constituídas pecaram por número exagerado de expositores criando prejuízos para os debates posteriores, com isso o próximo foi pensado num formato menor, resgatando os temas e subtemas enfocados.

O seminário deverá em princípio enfocar: a política cultural hoje, tradição e institucionalização das artes, produção e mercado de artes e regulamentação profissional. Esses temas são ainda provisórios e, juntamente com os primeiros nomes sugeridos, poderão ser reformulados nas próximas reuniões do GT. As professoras da UFRJ, Cibeli Reynaud da Escola de Música e Ivana Bentes da Escola de Comunicação, participaram do primeiro seminário como palestrantes. A primeira expôs sobre o tema da regulamentação das artes e a segunda na interface Comunicação e Arte.

II Seminário de Comunicação

Tendo como tema geral a comunicação sindical, que vem tomando vulto na ANDES-SN tanto nos seus aspectos internos como externos, será realizado o II Seminário de Comunicação Social, nos dias 15, 16 e 17 de setembro em Belo Horizonte. As mesas abordarão os seguintes temas

1 -Abertura/política sindical e comunicação
2- Veículos de comunicação: visibilidade e marketing
3- Novas tecnologias e as mudanças na legislação das telecomunicações no Brasil
4- Novas experiências em comunicação
5- Profissionais da imprensa e sindicato.

Até o Seminário, a recém criada Agência de Notícias da ANDES-SN poderá ser um dos referenciais para a reflexão geral da comunicação sindical na entidade. Entre os temas a serem trabalhados, a relação profissionais da imprensa e sindicato terá destaque. Particularmente o tema pode ser enfocado não só de como se dá essa relação entre o profissional e a direção sindical como o produto daí resultante, sua passagem e retorno do público atingido.

O II Seminário de Comunicação será mais um dos espaços onde o sindicalismo inovador praticado na ANDES-SN, visando o aprofundamento das relações democráticas com seu público direto e entorno, poderá conjugar a intervenção político-sindical com a comunicação não só informando como formando opinião. Isso tudo, cabe lembrar, diante de um quadro geral hostil para com a universidade e serviço público onde as respostas e reação por parte da categoria não têm sido muito estimulantes.

Servidores reivindicam reposição emergencial

Os Servidores Públicos Federais estão reivindicando uma reposição emergencial de 59,96% aplicada sobre os salários de janeiro de 1995 e a reposição do resíduo inflacionário de 10,83% referente ao período de janeiro a junho deste ano. Esta reivindicação faz parte da proposta de uma política salarial para os SPFs, aprovada na Plenária Nacional dos SPFs, realizada em Brasília nos dias 4 a 6 de agosto.

Os estudos do DIEESE mostram que os servidores deveriam ter um reajuste salarial de 184,37%, incluindo os aumentos da GAE, correspondente ao período de janeiro de 1994 a junho de 1995. Este percentual não considera os confiscos salariais decorrentes dos Planos Bresser (26,06%), Verão (26,05%) e Collor (84,32%). A reposição emergencial de 59,96% corresponderia à primeira fase do reajuste de 184,32%.

NOSSO BOL$O

Proposta de política salarial para os SPFs

- abertura imediata de negociações
- revogação imediata da Lei Complementar 82 de 27/3/95 (PL da Deputada Rita Camata que limita a folha de pagamento dos SPFs)
- política salarial de reajuste mensal pelo ICV-DIEESE
- reconhecimento e reposição integral das perdas históricas, na perspectiva da isonomia
- reposição emergencial de 59,96% aplicada sobre os salários de janeiro 95 e reposição do resíduo inflacionário de 10,83% referente ao período de janeiro a junho de 1995
- incorporação da GAE
- mudança da data-base para 1° de maio
- pagamento do salário no 2° dia útil após o dia 20 do mês trabalhado
- revogação da MP da desindexação
- piso salarial para os SPFs
- benefícios, auxílio creche e salário-família reajustados pelo mesmo índice dos salários
- unificar o valor do auxílio-alimentação e reajustá-lo
- pagamento dos passivos referentes aos planos econômicos

Mensalidade da ADUFRJ retorna para R$ 12

A mensalidade dos sócios da ADUFRJ volta a ser de R$12 no mês de agosto. Nos meses de maio, junho e julho, por deliberação de Assembléia Geral, a mensalidade estava em R$16 para o pagamento da parcela da Campanha da Mídia, que está sendo organizada pela Andes-SN.

Eleições na ADUFRJ em setembro

As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes acontecerão nos dias 26 a 28 de setembro. A Assembléia Geral da ADUFRJ aprovou as normas e o calendário destas eleições. A indicação dos candidatos para a Diretoria e a inscrição para o Conselho vai até o dia 12 de setembro.

Princípios gerais

- são sócios eleitores todos aqueles inscritos na ADUFRJ até o mês anterior ao da eleição.
- qualquer sócio inscrito até o mês anterior ao da eleição poderá candidatar-se aos cargos do Conselho de Representantes ou da Diretoria.
- é vedada a acumulação de cargos eletivos da ADUFRJ e funções executivas da UFRJ.
- os representantes de cada Unidade e os membros da Diretoria não podem se candidatar à reeleição para o exercício consecutivo.
- o Conselho de Representantes escolherá a Comissão Eleitoral, encarregada de dar cumprimento às normas e zelar pelo bom andamento da eleição.

Candidatos para a Diretoria

- os candidatos a cargos de Diretoria deverão ser indicados por um grupo de 10 (dez) ou mais sócios.
- a indicação dos candidatos deverá ser efetuada na Secretaria da ADUFRJ até duas semanas antes do primeiro dia da eleição. Nesta indicação deverá estar explícito o cargo ao qual o candidato concorre.
- os candidatos indicados deverão confirmar a indicação até 10 (dez) dias antes do primeiro dia da eleição.

Candidatos para o Conselho

- os candidatos ao Conselho de Representantes poderão se inscrever com o responsável pela eleição na Unidade ou na Secretaria da ADUFRJ até duas semanas antes do primeiro dia da eleição.
- a inscrição dos candidatos ao Conselho de Representantes deverá ser feita explicitamente para candidato a representante ou a suplente.
- o número de representantes que cada Unidade deverá eleger será definido de acordo com o número de sócios inscritos.
- se não houver candidatos inscritos até a data fixada, então, somente nesse caso, todos os sócios eleitores da Unidade serão considerados candidatos naturais.
- nas Unidades com mais de um representante, nas quais não haja candidatos para todas as vagas de representante e suplente, serão considerados candidatos naturais para estas vagas todos os sócios eleitores, em igualdade de condições.

Calendário para as Eleições

26/8 - publicação do edital de convocação das eleições
1/9 a 12/9 - indicação de candidatos para a Diretoria e inscrição dos candidatos para o Conselho
até 15/9 - confirmação de indicações dos candidatos para Diretoria e parecer da Comissão Eleitoral
até 26/9 - campanha eleitoral e debates
26 a 28/9 - eleições para Diretoria e Conselho
29/9 - divulgação dos resultados
2/10 - posse da nova Diretoria e Conselho

Informativo da Associação de Docentes da UFRJ
ANDES-SN
Ano I nº 4
agosto/95

b.o.l.e.t.i.m
ADUFRJ

UNIVERSIDADE NÃO É SUPERMERCADO

"A Reforma do Estado segue a linha traçada pelo Consenso de Washington e visa reduzir o tamanho do Estado, desregulamentar os direitos sociais e aumentar as privatizações", afirmou o presidente da ADUFRJ, Henrique Longo, no debate do dia 26 de julho sobre a Reforma do Estado no CCS, promovido pelo SINTUFRJ. O ex-reitor da UFRJ, Horácio Macedo, enfatizou que o governo FHC está associado ao capital internacional e que a solução está nas ruas. "O Congresso é sensível à pressão popular", concluiu. Neuza Luzia Pinto do SINTUFRJ e Lenin Pires da FASUBRA, também presentes, enfatizaram que somente a mobilização de professores, técnicos-administrativos e estudantes pode reverter esta situação.

A Reforma Administrativa, a Reforma da Previdência e o Projeto de Publicização formam o tripé da Reforma do Estado, arquitetado pelo ministro Bresser. Na prática, esta reforma já começou com as aposentadorias nas universidades e comas 13 mil demissões "voluntárias" no Banco do Brasil. Com a proposta de Reforma Administrativa, o Regime Jurídico Único acaba, os concursos públicos os concursos públicos são substituídos por procedimentos internos de seleção, a estabilidade fica apenas para alguns privilegiados e o direito de greve é suprimido. A isonomia será quebrada e até os salários para civis e militares serão diferenciados.

Os debatedores reconheceram que nunca as universidades públicas estiveram tão ameaçadas com a Reforma Administrativa e com o projeto de Publicização. As universidades poderão ser transformadas em "organizações sociais", constituídas sob a forma de fundação do direito privado. Qualquer entidade, tal como uma ONG ou ate mesmo a Fundação Roberto Marinho, poderá prestar serviços na área de educação, saúde, previdência e assistência social. O governo vai repassar para estas "organizações sociais" o patrimônio, recursos financeiros e pessoal, privatizando os serviços públicos, essenciais para a população.

ESPECIAL opinião

Em uma assembléia no mês de junho, alguns professores da UFRJ propuseram à ADUFRJ produzir uma série de artigos sobre a manipulação articulada pelos tradicionais meios de comunicação em torno da greve dos petroleiros e sua repercussão na sociedade e na universidade. Em função do fim da greve e da mudança nos rumos da política nacional, resolvemos editar encarte especial com os artigos enviados, que tratam não só de manipulação de mídia, mas de vários assuntos que afligem a universidade pública e gratuita, em especial a UFRJ.

Bresser vem aí II

O reitor da UFRJ confirmou mais uma vez que o ministro Bresser virá na UFRJ, agora no início de agosto, mas não disse o dia nem o horário.
Será que ele virá disfarçado?
Seria ótimo que o ministro viesse debater cora a comunidade universitária.
Talvez assim ele poderá entender que universidade não é supermercado.

Contradição na UFRJ

Universidade convive com supercomputadores e falta d'água, luz, gás, elevadores ...

O Cray EL 94, supercomputador da COPPE/UFRJ, equipamento avaliado em 1,5 milhão de dólares, capaz de processar 532 milhões do operações por segundo, parece conviver sem muita dor de "consciência" com seus laboratórios vizinhos do Instituto de Química e Física. Os cinco elevadores que deveriam levar os estudantes, professores e funcionários pelos seis andares do bloco A do Centro de Tecnologia está longe de efetuar as multitarefas do vizinho *hightec*.

Sempre parados ou enguiçados, os elevadores obrigam os usuários a subirem até seis andares, que neste caso significam doze andares normais contando com os entrepisos. O resultado de tal descaso chega aos limites do caos. Enquanto a universidade convive com a mais alta tecnologia de ponta e com resultados acadêmicos de magnitude, aulas deixam de acontecer pela simples falta de condições, como um elevador funcionando.

O Instituto de Química enviou no mês de julho um abaixo-assinado com 160 assinaturas, endereçadas ao reitor, à ADUFRJ, ao SINTUFRJ e aos decanos do CT e CCMN, denunciando as péssimas condições do prédio. Outro abaixo-assinado de igual teor foi organizado pelo Instituto de Física. Segundo o texto dos abaixo-assinados, a situação precária dos elevadores chega até a colocarem risco a vida dos usuários.

Outros problemas se somam ao dos elevadores parados e criam o quadro caótico do funcionamento desses institutos. Como em outros lugares da universidade, faltam água, luz e gás para as atividades. O abaixo-assinado do IQ é taxativo: "Como professores e funcionários dessa universidade queremos registrar nossa indignação e solicitar medidas urgentes, concretas e definitivas. Se os problemas não forem resolvidos, não restará outra alternativa a não ser a interrupção das atividades a partir do 2° semestre. O limite do suportável foi atingido." Está registrado.

A ADUFRJ enviou uma carta ao reitor notificando o recebimento do abaixo-assinado, expressando indignação diante da situação e reivindicando providências imediatas para garantir condições dignas de trabalho para os professores e funcionários da universidade, bem como para o atendimento aos estudantes

Denúncias chegam ao Consuni

Na reunião do Conselho Universitário do dia 27 de julho, o professor Ricardo Moreira Chaloub, representante do CCMN, denunciou que o problema já existe há mais de quatro anos: "De lá para cá a situação simplesmente piorou". Apenas um dos elevadores está funcionando e isto tem prejudicado bastante os Institutos de Química e de Física. Quando este elevador pára é um caos. A situação de uma professora grávida e o caso de um aluno paraplégico se tornam dramáticas. No mês passado, houve um princípio de incêndio e havia apenas um extintor no último andar do prédio. Chaloub denunciou também a falta de segurança do local e foi enfático: "o Decano do Centro de Tecnologia e o Reitor serão responsabilizados criminalmente por esta situação".

A "solução" encontrada pela reitoria será a transferência da administração dos elevadores da decania do CT para a do CCMN. A ADUFRJ enfatizou na reunião do CONSUNI, que o problema não era saber quem deveria ficar com os elevadores, mas o fundamental será resolver logo esta situação crítica e garantir condições dignas de trabalho. Este caso revela claramente o sucateamanto da universidade, cada vez mais ameaçada por projetos como os do ministro Bresser, que propõe a "publicização" das universidades.

O BRASIL E O NEOLIBERALISMO

Philomena Gebran. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

O modelo neoliberal chegou à América Latina. E com ele a ideologia da submissão dos Estados desigualmente desenvolvidos à nova ordem mundial capitalista.

O novo cenário da ordem econômica internacional está sendo construído na perspectiva de produzir "instrumentos" e "mecanismos" que atendam às necessidades do processo da reprodução do capital.

Neste sentido, as "reformas" econômicas, políticas, sociais e tecnológicas propostas por alguns países latino-americanos têm contribuído de forma acelerada e decisiva para a prática neoliberal. Que prática seria esta?

No governo Fernando Henrique, por exemplo, está caracterizada como aquela que segue o modelo neoliberal, ou seja, celebra a plena liberdade do capital financeiro com as altas taxas de juros beneficiando a burguesia financeira e contribuindo para aumentar cada vez mais a especulação; além de eleger o mercado como o bem supremo e o salvador da pátria; no fundo, "é o velho liberalismo sem censura, ou como prefere a linguagem mais clara, é o liberalismo sem pudor".

Eu acrescentaria que, realmente, é o velho liberalismo do século XIX, praticado por governantes latino-americanos, nossos velhos conhecidos, travestido com uma roupagem social democrata do século XX mas, cuja linguagem de direita, não deixa dúvidas e não engana ninguém, quanto às suas verdadeiras intenções.

O que se tem notado, na maioria dos países latino-americanos e notadamente no Brasil, é que o processo neoliberal vem aprofundando, cada vez mais, uma situação de extrema miséria e de exclusão social. E o que me parece mais grave é que esta situação vem sendo mascarada pelo discurso, que faz o governo, da "estabilidade social", da "moeda forte", da "quebra dos índices inflacionários", etc. , etc..

Muito recentemente, no início do mês de julho, para ser mais precisa, o governo armou toda uma parafernália para a comemoração do "plano real". Houve todo o empenho do governo para que o "aniversário" do real não passasse despercebido: a campanha publicitária foi grande. E o real foi festejado com discursos, filmetes na televisão, matérias nos jornais, fala do presidente, falas dos ministros da área econômica, documentários e muitas e muitas festas do governo. Porque o trabalhador, esse que realmente constrói o país, esse está fora. Aliás o que tem ele para festejar?

Nada, absolutamente nada, sua vida está cada vez mais difícil, a inflação cresce dia a dia; parece que só os governantes não percebem. Os salários estão cada vez mais corroídos e cada vez mais diminuem o poder aquisitivo do trabalhador. Enquanto isso o governo festeja.

Claro, é preciso manter a ilusão. Mas o trabalhador sabe, que a realidade é bem outra, sabe que hoje ele compra muito menos do que há um ano atrás, quando estava acesa a ilusão criada pelo governo de que o plano real, tudo estava uma maravilha. A vida acertada, a economia estabilizada. Tudo não passou de mera ilusão. Em apenas um ano o castelo de sonhos desmoronou. Sobrou o aperto econômico e cada vez mais o salário termina antes do fim do mês.

Há uma crise real e do "real", configurada pela desigualdade, pela injustiça social, pelos baixos salários, desempregos, fome, inflação, violência e empobrecimento da população.

A crise está instalada, só o governo teima em não reconhecê-la. No entanto, não há mais um sintoma, há uma crise real e do "real", configurada pela desigualdade, pela injustiça social, pelos baixos salários, desempregos, fome, inflação, violência e empobrecimento da população. Este é o resultado do projeto neoliberal adotado pelo atual governo e que está ferindo a cidadania brasileira.

ESPECIAL opinião

O cachimbo e a boca torta

José Miguel Bendrao Saldanha

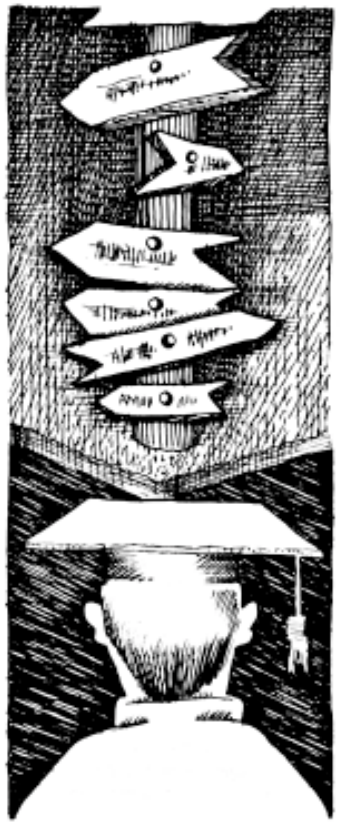
Professor da Escola de Engenharia

O impressionante marasmo político que se instalou na UFRJ (e não apenas nela, todos sabemos) é apenas um dos aspectos da crise de graves proporções por que passa a universidade pública brasileira.

Não poderia esperar-se outra coisa do quadro atual de degradação das categorias do funcionalismo público federal em geral e da categoria docente em particular. Essa degradação tem raízes tão remotas quanto o cartorialismo português e tão crônicas quanto o autoritarismo e o clientelismo governamentais, mas seu aprofundamento nos últimos tempos deve-se sobretudo ao avanço do projeto liberal no exterior e no interior da universidade.

Este projeto liberal constrói-se dentro da universidade tanto através de ações coordenadas por grupos conscientemente comprometidos com ele quanto através da adesão não-coordenada de simpatizantes às suas práticas e da submissão forçada de todos em geral à sua lógica. Não é portanto, ao pé da letra, um projeto, mas um conjunto de propostas ideologicamente coerentes, inteiramente sintonizadas com a massacrante propaganda liberal - o mercado acima de tudo - veiculada pelos órgãos de comunicação de massa.

Do lado das ações coordenadas, estão, por exemplo, a criação de fundações, incubadoras de empresas, empresas-junior, grandes convênios etc, a reforma da Constituição de 88, o arrocho salarial e o estrangulamento da universidade pelo bloqueio às contratações de concursados; do lado das adesões espontâneas, está, por exemplo, a proliferação da prestação de serviços não-gratuitos, dos mais diversos tipos (cursos, estudos e projetos, consultorias etc), relativo a todas as áreas do conhecimento abarcadas pela universidade. Estes serviços não gratuitos, menos pela sua quantidade e pela sua qualidade e muito mais pelas formas como têm sido negociados e geridos, colaboram de maneira decisiva no sentido daquela degradação.



Estas formas mostram claramente que a motivação para a prestação dos serviços não está na vontade de "servir à sociedade", "fazer a integração com a comunidade" ou coisa que o valha, pois quando esta vontade é real, os docentes encontram muitas formas de realizá-la sem a intermediação do mercado. A motivação é mesmo o ganho adicional, que só pode existir quando o cliente pode pagar pelos serviços, o que, por si só, já exclui do mercado os segmento da sociedade mais carente dos serviços.

As situações extremas são, sem dúvida, as dos docentes que simplesmente não cumprem a carga horária imposta pelo seu regime de trabalho e/ou que infringem descaradamente o regime de dedicação exclusiva para dedicar-se a outras atividades remuneradas. Contam, para isso, com a tolerância dos dirigentes, que fogem à sua responsabilidade alegando supostos entraves burocráticos que a legislação em vigor coloca à sua tarefa, aproveitando assim a ocasião para mais uma defesa de reforma constitucional.

O problema maior não está, todavia, nesses casos extremos, e sim nos casos em que a remuneração adicional por serviços prestados tem a aprovação oficial da universidade. Esta aprovação é conseguida desde que a prestação dos serviços se faça através de certos organismos, mais ou menos ligados à universidade, como fundações e similares. Surgem então nesses organismos receitas extra-orçamentárias de grandeza considerável, que podem ser utilizadas quase livremente pelos seus dirigentes (e pelos dirigentes universitários que os nomeiam), constituindo-se assim em poderosas ferramentas para distribuição de favores, exercício do clientelismo e perpetuação no poder. É claro que, para que isto aconteça, não é necessário que seja desviado um único centavo; mesmo quando toda a receita é gasta em equipamentos, materiais de consumo etc, estes gastos aparecem como uma dádiva e não como um direito.

Parece, então, que foi feito um ótimo negócio, onde todos ganham: mais serviços são produzidos, os docentes que efetivamente os prestaram ganham mais e a universidade tem mais dinheiro para as atividades que não geram receita.

Analisando-se a coisa de forma mais ampla, vê-se afinal que todo o "milagre" repousa na *intensificação do trabalho docente*, conseguida pelo oferecimento de remuneração adicional por trabalho adicional, dentro do contexto de compressão salarial a que a categoria está submetida e na transferência para o "mercado" (isto é, para os compradores) da decisão sobre que serviços devem ser prestados por esse trabalho adicional.

Mesmo este trabalho adicional não está à disposição da maioria dos docentes, pois os serviços estão na realidade sob o controle de poucos, que escolhem quem deles vai participar, impondo-lhes suas condições. Isto resulta numa enorme disparidade de ganhos e oportunidades de trabalho entre docentes, além do estabelecimento de relações de trabalho extremamente autoritárias e clientelistas.

As conseqüências da disseminação dessas práticas são desastrosas para a universidade e para a categoria docente. Os docentes são impelidos a buscar individualmente a solução para seus problemas de salários e condições de trabalho, estratégia de aparência vitoriosa para alguns mas perdedora para o conjunto da categoria, enfraquecida quando entra na luta fragmentada dessa maneira. Devido a essa fraqueza, em pouco tempo, o que era um ganho aumentado reduz-se ao ganho normal, aquela vitória transforma-se em derrota e nem a universidade nem o docente podem mais prescindir do trabalho adicional o uso do cachimbo finalmente entortou a boca.

Nunca é demais lembrar que todos os direitos individuais são conquistas coletivas, e também que nenhuma conquista é definitiva. É evidente que estamos perdendo o que antes conquistamos porque estamos desunidos. Estamos desunidos por causa de muitas coisas, mas principalmente porque a maioria de nós passou a acreditar que seria capaz de atingir sozinho, por via institucional, seus objetivos, fossem eles econômicos, acadêmicos ou profissionais, e por isso descuidou da construção do movimento coletivo independente.

Para a defesa da universidade pública e das nossas condições de trabalho, é primordial interromper o processo de degradação da categoria docente, o que só poderá ocorrer quando os docentes deixarem de ser levados pela conversa fiada das promessas do liberalismo e voltarem a acreditar na força do seu movimento.

Individualismo: uma nova concepção de universidade?

Venusia Cardoso Neiva. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Nas culturas não ocidentais, a idéia de um indivíduo separado do grupo e de sua cultura é algo que não se consegue conceber. Assim como a visão de uma humanidade é também estranho às culturas menos complexas, onde os limites do humano passam a ser os marcos da aldeia. Os outros são "não humanos" na medida em que não fazem parte do grupo.

No entanto, o individualismo como ideologia não é algo assim tão recente como pretendem alguns pós-modernos.

Se rastrearmos a sua origem na cultura ocidental acabaremos por verificar que ele é inclusive anterior a ela.

Segundo Louis Dumont (1,) é na Índia, com a idéia de indivíduo "fora do mundo", o "renunciante", onde se pensa pela primeira vez o indivíduo separado do seu meio social, mas dentro de um contexto religioso.

Sem querer aprofundar esta discussão, o que nos afastaria da intenção deste trabalho, queremos colocar em primeiro lugar que é a partir da noção de indivíduo separado, como um valor, em contraste com a maior parte das culturas não ocidentais, que se irá construir no Ocidente o individualismo como ideologia.

E certo que, com o advento de sistema capitalista de produção este "indivíduo" irá ocupar o centro da cena. Afinal de contas, vai ser o trabalhador, separado dos seus "meios de produção", "livre", que se tornará o protótipo perfeito desse individualismo sobre o qual se construirá todo um esquema ideológico bastante abrangente. Esta rápida incursão sobre as raízes dessa noção de indivíduo e de sua apropriação pela cultura ocidental tem a intenção de colocar em pauta uma questão que, segundo entendemos, vêm afetando as transformações que vem ocorrendo em nosso país e no que nos diz respeito, a própria universidade.

Refiro-me à questão da participação dos professores não apenas nos movimentos associativos (tipo movimento docente) como também à própria postura destes perante os desafios colocados pelas novas situações vivenciados no meio acadêmico.

É de estranhar, por exemplo, a atitude de quase indiferença frente às injunções políticas que estão ocorrendo no âmbito de sociedade, refletidas na pouquíssima participação em ações reivindicatórias e associativas, dentro da universidade ou mesmo fora dela.

Não se consegue explicar o descaso e a baixíssima mobilização dos professores quando se tem consciência de medidas gravíssimas que estão sendo implantadas e que afetam todo o futuro da Universidade e as próprias condições de trabalho dentro dela.

O que observamos são os docentes cada vez mais voltados para seu quotidiano, sem quase nenhuma participação no coletivo.

Por que essa busca de saídas individuais?

Por que essa ausência de interesse por soluções apoiadas numa ação conjunta? Será que a única coisa importante mesmo é a corrida pela titulação e os financiamentos?

Não se acredita mais numa força social capaz de direcionar anseios e projetos? Ou não se concebe mais uma universidade participante, capaz de direcionar o fluxo de ideais transformadores e mais do que isso, levá-lo ao meio social circundante.

Essa universidade que se volta sobre si mesma, antropofágica, quando muito ligada aos interesses das empresas, é um novo modelo em gestação?

Mas aí é o caso de se perguntar: a quem irá servir esse novo tipo de universidade?

Poderá a sociedade brasileira contar com ela, num momento como este de profundas angústias e situações históricas tão dilacerantes?

Nem mesmo a perda iminente de conquistas sociais alcançadas a partir de décadas de luta, consegue dar motivação aos docentes no sentido de reivindicar maior justiça, com firmeza e consciência.

Estas e outras questões têm que ser repensadas, segundo entendemos, a partir do compromisso e função social do professor, assim como por todos aqueles que anseiam por uma nação mais digna e mais equilibrada socialmente.

Nota 1- Dumont, Louis – "O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna". Ed.Rocco - Rio – 1985

A universidade à beira do abismo

A universidade deu um passo à frente

Paulo Roberto Monteiro Peres. Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ.

Quando se fala em universidade pública, em nosso caso federal, há os que a defendem, os que a criticam e ainda há aqueles que sobem no muro, dizendo que são neutros.

Dentre os que depreciam a universidade pública, existem os autoproclamados "progressistas", que acham que o ensino universitário deveria ser pago, pois assim se estaria mesmo investindo num ensino de qualidade.

Nessa seara "progressista", caolhamente se inserem os incautos críticos, e os nada incautos, pelo contrário, muito bem articulados críticos, para estes não haveria motivos para a gratuidade do ensino. Levantando a bandeira do liberalismo, onde tudo se arranjaria pela relação de mercado, da oferta e da procura, advindo daí um balizamento justo, onde a sociedade estaria se servindo da instituição que melhor lhe aprouvesse, quer em termos de qualidade, quer da quantidade financeira disponível para custear os estudos.

Lidando com um quadro dessa natureza, parte-se do princípio que a educação é uma mercadoria, disponível ou não no mercado, podendo ou não ser adquirida. Tudo dependendo do poder aquisitivo do postulante. Não a considerando como imprescindível à sociedade, ou que possa ser tida como engendrada na história e nos câmbios que tem o país.

A crítica desmesurada que levianamente atinge as universidades, é a mesma que é orquestrada pela mídia para bombardear a Petrobrás, a Embratel, a Vale do Rio Doce, os bancos estaduais, etc. e serviu para cumprir os objetivos de liquidacionistas da Companhia Siderúrgica Nacional, sem esquecer a Saúde e a Previdência, que estão na mira dessa visão atrasada e reacionária, que vai de encontro aos anseios da população.

O descaso do governo federal até se compreende, embora se repudie, na medida em que este governo entreguista, está comprometido com o grande projeto imperialista, da divisão mundial da produção, inclusive a científica, que, por sua ótica, os países periféricos ou dependentes, seriam controlados em sua produtividade, tendo como metas o alcance das necessidades das classes dominantes dos países do chamado "primeiro mundo".

Tal produção entraria na pauta de controle das multinacionais e transnacionais, onde, associados aos grupos nacionais, escoariam a produção, conforme seus interesses.

Na América do Sul, o exemplo chileno serviu como modelo ao neoliberalismo, na medida em que o período pós golpe, que depôs covardemente o governo Salvador Allende, pela sanguinária ditadura, se instalam no país, os chamados "Boys de Chicago". Em verdade pupilos de Miltom, economista da escola austríaca, fomentadora do neoliberalismo, que passam a gerenciar a economia chilena, voltada à exportação por exemplo de hortifrutigranjeiros e metais.

Posteriormente esse modelo é exportado à Bolívia, Venezuela, Argentina, México, etc.

No Brasil esse modelo procura se fixar, mas encontra dificuldades, que não encontrou nesses países, devido à complexidade de nosso país: vasto território, 160 milhões de habitantes, rico em minério, rico em produção de grãos, frutas, carnes, etc, com siderurgia e parque industrial expressivo, inclusive automobilístico.

Devido a essa complexidade, o Brasil escapa das facilidades (por enquanto) com que os outros países se enquadraram nesse projeto. Pois, no projeto imperialista como se afinaria, o Brasil enquanto fornecedor barato de produtos e bens para as potências?

Esse quadro demonstra como se está desenhando futuro.

E mesmo, para os mais desavisados, dá para perceber que em tal contexto a educação fiará relegada - salvo no que concerne a reposição de mão de obra especializada.

Volto a frisar: o descaso do governo federal é compreendido, na medida em que Fernando Henrique Cardoso "et caterva" está cumprindo o papel de fiel gendarme dos grupos econômicos internacionais. Portanto, se a educação está fora da pauta de interesses desses grupos, o que esperar de positivo, se o governo Fernando Henrique Cardoso está também incluído e é quem dá o tom da política educacional?

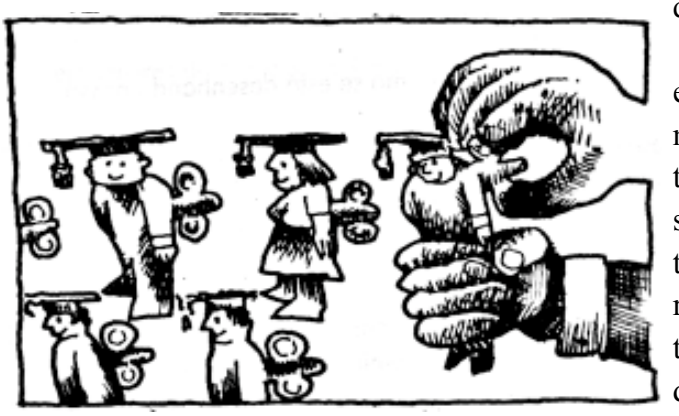
Mas, o que causa espécie e o descaso, não desses que estão mancomunados com o poder mundial. Mas com os próprios mantenedores da instituição universidade, que por profissão e dotação, se incorporaram no serviço público e adicional, se furtam ao dever de discutir suas próprias metas. Mesmo que tais indivíduos vejam caolhamente a situação, há que apelar para o último restolho (no qual Maquiavel apontava como principal) de preocupação: a subjetividade. Em nome de si discutam, preocupem-se ou saiam da universidade e tentem ir para o primeiro mundo, que pela própria omissão estão defendendo. Pois no futuro, as pretensões imperialistas, com a roupagem do neoliberalismo, são para estrangular a educação brasileira, assim como nosso sistema de saúde - já em franca decomposição.

Ou nos levantamos e agimos ou vamos para a barbárie promovida pelo capitalismo.

b.o.l.e.t.i.m
ADUFRJ

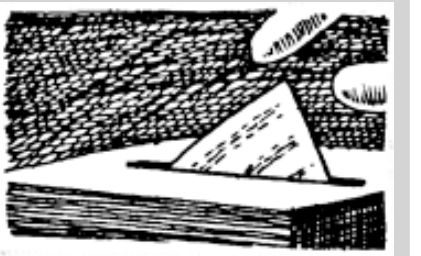
A crise na UFRJ continua

A escassez de verbas, as aposentadorias e o corte das vagas de professores continuam afetando as atividades acadêmicas na UFRJ. Algumas Unidades, como a Escola de Química, a Faculdade de Odontologia e a Escola de Serviço Social, solicitaram redução de vagas de alunos para o próximo vestibular. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) chegou mesmo a aprovar algumas destas solicitações. O reitor, Paulo Gomes, embora tenha garantido que as vagas do vestibular não serão reduzidas, vai colocar esta discussão no Conselho Universitário.



Esta crise da universidade é decorrente de um modelo que visa sucatear o ensino público e gratuito. Os concursos públicos continuam suspensos e as 185 vagas prometidas pelo ministro Bresser para o próximo ano não serão suficientes nem mesmo para manter o atual quadro de docentes, já que muitos se aposentaram nos últimos meses e até lá as aposentadorias tendem a crescer. Esta crise está sendo agravada por uma situação que está se tornando cada vez mais crítica na UFRJ: aumento da carga horária docente em algumas Unidades e subutilização do trabalho do professor em outras, inchamento de turmas e redução das atividades de pesquisa e de extensão.

A ADUFRJ espera que paliativos não sejam novamente utilizados para resolver o problema tais como professores substitutos, contratações irregulares de concursados, professores trabalhando sem qualquer tipo de remuneração e alunos do programa tutorial sendo convocados simplesmente para preencher lacunas, passando por cima de regras concebidas pelo CEG. A reitoria da UFRJ precisa enfrentar este problema de frente e se posicionar firmemente contra esta política de sucateamento da universidade pública e gratuita, antes que seja tarde demais.



Eleições na ADUFRJ

Em setembro, haverá eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da ADUFRJ. No próximo Jornal ADUFRJ estaremos divulgando mais detalhes. Neste momento é fundamental fortalecer cada vez mais a nossa entidade. Participe!

Proposta de regimento

A ADUFRJ recebeu sugestões do professor Carlos Bernardo Veiner (IPPUR-CCJE) para a proposta de regimento para a transformação da ADUFRJ em Seção Sindical da Andes-SN. Logo após o reinício das aulas, voltaremos a discutir este assunto.

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, Bloco D, Sala 200 Ilha Do Fundão - Cep: 21944 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ Tel: 590-4799 Fax: 260-6368
Diretoria: Henrique Longo; Elmo Amador; Roberto Houaiss; Ruth Barbosa; Venúsia Neiva e .José Helder Lopes
Edição: Ana Manuella Soares Ilustração: Roberto Houaiss Tiragem: 5.000

J.O.R.N.A.L

ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ

Andes-SN

Nº 18
SETEMBRO/95

E agora?

•Diretoria termina seu mandato em setembro e ADUFRJ ainda não tem inscritos para a próxima gestão da entidade.

Veja no Editorial e Balanço da Gestão.
páginas 2,6,7e 8

Professores da UFRJ terão controle de freqüência 9

Golpe na autonomia
Câmara aprova critério de eleição para reitor 3

Projeto de Lei de Patentes é aprovado com ressalvas 4

Presidente dá reajuste só para militares 12

Recadastramento dos aposentados é obrigatório 9

ADeditorial

É preciso manter acesa a chama

A capa deste jornal é um alerta. A ausência de candidatos para a próxima diretoria da ADUFRJ trouxe à tona as dificuldades enfrentadas pelo movimento docente na UFRJ. Esta situação não é nova e já havia acontecido em 1993, quando uma diretoria provisória foi designada pela Assembléia Geral para conduzir o processo eleitoral. Naquele ano, conseguimos formar uma chapa com apenas seis membros e tomamos posse junto com um reduzido Conselho de Representantes. A desmobilização foi aumentando ao longo do tempo, o que dificultou bastante as lutas coletivas.

Por que os professores da UFRJ não estão interessados em participar do movimento docente? Alguns alegam que estão muito ocupados com suas atividades acadêmicas e não podem dedicar uma parcela de seu tempo para a entidade. Outros estão prestando serviço para empresas para a complementação salarial e não estão preocupados com a entidade. Há também os que aderiram ao sistema por opção política. E ainda aqueles antigos militantes que, com toda uma história de lutas, não mais querem participar do movimento e preferem as saídas individuais.

Antes de tudo, é preciso compreender que esta desmobilização não está ocorrendo apenas aqui na ADUFRJ, mas também em outras associações, sindicatos, partidos políticos, etc. Não é um problema isolado mas reflexo de uma conjuntura muito adversa para os movimentos sociais organizados e de uma ideologia individualista. Este imobilismo interessa muito ao governo, que tem conseguido implementar as suas políticas para consolidar a nova ordem social em nosso país.

A ADUFRJ é uma entidade que deve ser preservada por todos os docentes, pois tem uma trajetória de lutas em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade. Fundada em 1979, no final do governo Figueiredo, a ADUFRJ participou ativamente da luta pela reintegração dos professores cassados pela ditadura militar. Nestes 16 anos, atuou também na luta por salários dignos e por melhores condições de trabalho para os docentes. A entidade, integrada ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), contribuiu para a conquista de um Plano Único de Carreira, das eleições diretas para reitor, da aposentadoria integral, do Regime Jurídico Único etc.

Nos últimos anos, a ADUFRJ tem participado de importantes lutas pela democratização da universidade, pela nomeação dos professores concursados e pela melhoria das atividades acadêmicas. A ação do Plano Verão, que tem propiciado um reajuste de 26,05% nos salários dos professores desde outubro de 1994, foi um significativo ganho da entidade. O jornal ADUFRJ representa hoje um importante veículo de comunicação e um espaço de reflexão crítica da conjuntura geral e das especificidades do cotidiano da universidade.

Tudo isto pode ser perdido se não conseguirmos resolver a crise. Os enfrentamentos daqui para a frente serão cada vez maiores. O governo FHC quer tirar todas as nossas conquistas com a reforma administrativa e previdenciária.

Sem uma entidade fortalecida não conseguiremos sobreviver ao arrocho salarial e às investidas contra a universidade pública.

A atual diretoria, apesar de todas as dificuldades, conseguiu manter acesa a chama do movimento docente. Agora é preciso dar prosseguimento a esta luta, que é de todos nós. Não é apenas o futuro da ADUFRJ que está em jogo neste momento. É o nosso próprio futuro como professores e cidadãos. De nossa parte, esperamos que a categoria consiga construir uma solução compatível com a história da ADUFRJ.

AGENDA SETEMBRO/ OUTUBRO

20 a 22/09 – 5ª Feira Cultural do CLA
22 - Antecipação de 30% do salário
22 - Reunião do Setor das Federais da Andes-SN e Plenária dos SPFs em São Paulo
23 e 24 - Conferência Nacional dos SPFs
26 - Debate no IFCS às 10 horas.
Neoliberalismo: a reforma administrativa e do Estado.
até 5/10 - pagamento
6 a 8 - XXXI CONAD, em Salvador
15 - Dia do Professor

DEBATE

Neoliberalismo: a reforma administrativa e do Estado
Palestrantes: Edmundo Dias, doutor em Ciências Sociais e Secretário Geral da Andes-SN, e Zuleide Faria de Melo, professora de Sociologia do IFCS/ UFRJ

26 de setembro 3° feira às 10 horas IFCS - Largo de São Francisco sala 106

JORNAL ADUFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Câmara aprova critérios para eleição de reitores

A aprovação na Câmara dos Deputados do projeto de lei 426/95 - que define critério para eleição de reitores e vice-reitores pegou de surpresa a comunidade acadêmica, que recebeu a iniciativa como um golpe na autonomia universitária.

Pelo projeto, reitor e vice-reitor serão escolhido entre os dois níveis mais elevados da carreira ou entre os que possuam título de doutor. A escolha dos dirigentes deverá ser proporcional cabendo aos docentes um mínimo de 70% de peso em seus votos.

O presidente da República terá o direito de nomear os dirigentes das universidades após definição de uma lista tríplice por parte do colegiado máximo das Instituições de Ensino Superior. Tamanha era a ansiedade do governo e do MEC em ver aprovada a lei que a aprovação do PL foi feita em caráter de urgência urgentíssima por 263 votos a favor, 94 contra e quatro abstenções.

Este projeto atropela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu PL 101/93, aprovado na Câmara, após anos de debates com a sociedade através das entidade ligadas ao ensino no país. De acordo com o texto da LDB do substitutivo Cid Sabóia (PL 101/93), a eleição para reitores e vice-reitores passaria a ser regulamentada pelos estatutos das universidades, sendo prevista a participação dos três segmentos - docentes, servidores técnicos-administrativos e estudantes.

O PLC 426/95 inviabiliza o andamento do calendário de negociações sobre a autonomia universitária entre a direção da Andifes e o próprio MEC. Agora o PL será apreciado pelo Senado.

Na UFRJ, a última eleição para reitor contou com a participação da comunidade representada pelos votos proporcionais de professores, técnicos-administrativos e estudantes. Ainda assim, a eleição não foi paritária, cabendo aos docentes um peso de 50% na escolha dos dirigente, sendo o restante dividido entre os funcionários (25%) e os estudantes (25%).

Atendendo aos interesses do governo, que desde a MP 938 impôs os 70% de peso para o voto docente, o PL vai manter as características pouco ou quase nada democráticas do processo de escolha dos reitores.

Segundo o coordenador da Fasubra, Hilbert David, trata-se de uma ingerência direta na competência das universidades e na sua capacidade de se administrar de forma autônoma. "Essa lei, ao invés de ser fruto de uma mediação de conflitos sociais, vai servir para gerar conflitos dentro das universidades. O servidor acredita que a comunidade universitária deve reagir a esse arbítrio. "O governo quer se desobrigar do financiamento das universidades e , ao mesmo tempo manter um rígido controle sobre elas e isso não podemos permitir", afirma.

Professora critica autoritarismo

A forma com que o governo conseguiu aprovar na Câmara o PL 426/95 foi criticada pela Coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN, Maria Graça Bollmann. Ela chamou a atenção para a forma autoritária que o MEC vem tratando a educação, cujas propostas excluem o debate com a comunidade acadêmica. E o Congresso tem se prestado ao papel de referendá-las.

"Demagogicamente, o ministro Paulo Renato prometeu aos deputados retirar os pontos que tratavam da eleição de reitores na MP 938, transformando-os em projeto de lei e afirmando que com isso ficaria garantido um processo democrático de discussão dessa matéria"

Em junho, a bancada governista tentou aplicar o primeiro golpe na comunidade acadêmica, ao requerer o caráter de urgência urgentíssima ao projeto. As entidade que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, entre as quais a Andes-SN, conseguiram barrar a votação colocando 1.200 pessoas no Congresso.

Agora a bancada governista volta a requerer urgência na votação e consegue aprovar o projeto 48 horas após o pedido. "É lamentável que o MEC tente impor sua forma de gerir a Educação através de medidas provisórias, votações em regime de urgência e do projeto do senador Darcy Ribeiro, que coincidentemente trata da questão da escolha para reitores da mesma maneira que o projeto aprovado", critica a professora.

Avaliação Institucional

O projeto de Avaliação Institucional da UFRJ foi aprovado pelo MEC que liberará uma verba de cerca de R$ 70 mil para sua realização. Fortunato Mauro, diretor do Sintufrj, vem acompanhando as reuniões da Comissão Permanente de Avaliação da UFRJ (Coopera), que desenvolveu o projeto. Segundo Fortunato, a avaliação é importante, mas dentro de critérios que estabeleçam uma negociação entre os diversos "atores interessados e participantes", no caso os três segmentos - professores, técnicos e estudantes.

Para a diretora da Andes-SN e professora do CAP/UFRJ, Rosanne Dias, não basta pensarem uma avaliação quantitativa, mas sim qualitativa, que entre fundo na questão do mérito do que é produzido hoje pela universidade e assim estabeleça parâmetros sobre que tipo de universidade se deseja e para qual sociedade ela estará dirigida.

LDB: Darcy vai a Plenário

Por 15 votos a favor e quatro contra, a Comissão de Educação do Senado decidiu enviar ao Plenário o Substitutivo Darcy sobre LDB. A bancada peemedebista que vinha apoiando o voto em separado do Substitutivo Cid Sabóia voltou atrás em função de um lobby promovido pelo ministro Paulo Renato, um dia antes da votação. Caso aprovado, o substitutivo Darcy significará um retrocesso diante de tudo o que estava proposto pelo PL101/93 (Cid Sabóia).

Lei de Patentes

Parecer é aprovado com ressalvas

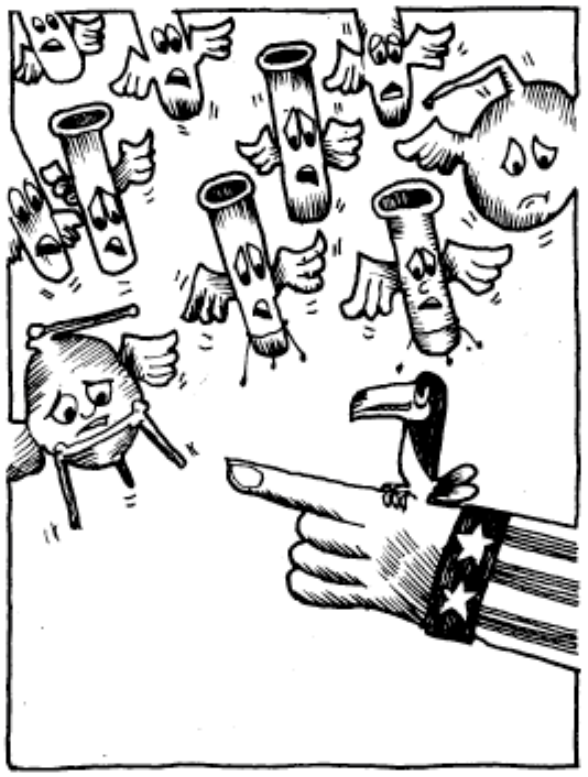
Em uma sessão concorrida, com a presença do Fórum Pela Liberdade do Uso do Conhecimento, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou no dia 14 de setembro o parecer do Senador Fernando Bezerra (PMDB) sobre o projeto de Lei de Patentes. A aprovação foi feita com ressalvas em todas as 130 emendas e destaques do projeto.

A aprovação do parecer do relator refere-se apenas aos pontos do projeto sobre os quais os integrantes da comissão chegaram a um consenso. Os pontos não consensuais, no caso a maioria das emendas, voltarão a ser debatidos ainda neste mês, antes do projeto ser levado ao plenário do Congresso Nacional.

O resultado dessa aprovação com ressalvas deixa às claras as divergências dos senadores sobre os pontos polêmicos do projeto. O *pipeline* e o patenteamento dos seres vivos são os principais e têm dividido a comissão em dois grupos: os que defendem as posições governistas e os que lutam por um projeto de caráter nacional. O *pipeline* significa o reconhecimento retroativo de direitos sobre patentes já conhecidas, mas cujos produtos não foram colocados no mercado. As bases governistas do senado defendem o *pipeline* assim como o patenteamento de seres vivos.

A comunidade científica tem se mostrado bastante preocupada com a aprovação desta lei nesses termos. A SBPC fez um apelo à nação brasileira para que se manifeste contra a aprovação da Lei. A entidade considera que o Brasil não deve aceitar os pedidos de patentes depositados no exterior, sem análise de mérito. Isso significaria abrir mão de defender os interesses nacionais.

Os reflexos dessa Lei de Patentes no desenvolvimento tecnológico brasileiro serão desastrosos. Se aceitar o



patenteamento de vegetais, por exemplo, o Brasil estará colocando a produção agrícola nacional nas mãos das empresas transnacionais que dominam a produção de agrotóxicos, sementes e melhoramentos genéticos. Se for aberta a importação irrestrita dos produtos até agora não patenteados, o Brasil estará restringindo o mercado de trabalho para os profissionais brasileiros.

Se abrir mão dos prazos fixados pelo Acordo GATT, o Brasil deixará de se beneficiar do direito internacionalmente reconhecido de proteção aos países em desenvolvimento, para ceder às pressões das economias internacionais que buscam o monopólio da produção de alimentos e medicamentos. Segundo a SBPC, o Brasil deveria ter uma Lei de Patentes que estabelecesse com clareza o que deveria ser efetivamente patenteado.

Espanto

Durante a abertura dos trabalhos na Comissão de Assuntos Econômicos, o relator do projeto na Comissão de Justiça, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que contava com o apoio de parte de seu partido, do PT e de alguns senadores ainda indecisos, lembrou o espanto dos argentinos ao saberem da disposição do governo brasileiro de aceitar um prazo menor do que o previsto no GATT para que o país se adegue às normas internacionais. "Por que enfraquecer o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), quando os Estados Unidos têm o seu instituto forte? Por que aceitar o *pipeline*, quando quase todos os países o recusaram? Por que cada país deve pagar um preço e nós outro? Por acaso estamos nadando no dinheiro? " questionou o senador.

Ao tentar sensibilizar os integrantes da comissão para suas emendas, Ney Suassuna chamou a atenção para o compromisso dos parlamentares com as futuras gerações de brasileiros. "Não sou um esquerdista. Sou apenas um brasileiro, cuja compreensão não cabe o *pipeline*", encerrou.

O senador ameaçou entrar com requerimento junto à Mesa do Senado, pedindo que a Lei volte a ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça caso a maioria das 130 emendas votadas não seja aprovada. "Sabemos que o presidente Fernando Henrique está preocupado com o assunto e que os Estados Unidos ameaçam passar o Brasil da lista dos países em observação para o grupo dos que sofrerão retaliações, mas temos que pensar nos interesses do país acima de tudo", justificou.

Comissão aprova contratação de professores estrangeiros

A Comissão Especial da Câmara aprovou o projeto do deputado Sérgio Arouca (PPS/RJ) que permite às universidades federais, assim como às demais instituições brasileiras, a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros. A proposta do deputado teve 175 assinaturas, exigência para qualquer emenda constitucional, e trata também da autonomia das instituições de pesquisa científica e tecnológica. Chegando à Secretaria Geral da Mesa da Câmara, a apreciação em Plenário dependerá da pressão política dos interessados. Sérgio Arouca não vê dificuldades em exercer essa pressão, já que a maioria dos grupos acadêmicos são favoráveis à proposta, especialmente no que diz respeito a contratação de estrangeiros. A emenda conta com o apoio das entidades Andes-SN e Andifes, e também do ministro da Educação Paulo Renato Souza.

PATENTES II

Decreto do governo tenta evitar retaliações dos EUA

O presidente Fernando Henrique poderá assinar até o final do mês um decreto que concederá exclusividade na comercialização de produtos farmacêuticos e agroquímicos. Pelo decreto os laboratórios brasileiros não poderão copiar produtos estrangeiros e empresas estrangeiras poderão cobrar pela propriedade de suas fórmulas. Esta foi a maneira que o governo encontrou para evitar retaliações comerciais dos Estados Unidos por causa da demora do Congresso em aprovar o projeto sobre propriedade intelectual.

Escola de Química reabre curso em desacordo com IQ

Desde que a Escola de Química resolveu reativar o curso de Química Industrial, os ânimos ficaram meio estremecidos entre a comunidade da Escola e a do Instituto de Química.

O IQ forma, há maais de 20 anos, químicos com "Atribuição Tecnológica", que segundo o professor David Tabak, diretor do Instituto, são exatamente os mesmo profissionais formados pelo curso que a Escola reabriu. O curso da Escola foi reativado com duração de quatro anos. O curso de Química do Instituto tem duração de cinco anos, o que segundo o professor já é um fator de atração "natural" dos alunos pelo "novo" curso.

Em abril a Escola conseguiu do CEG o consentimento para reativar seu antigo curso abrindo vagas para o vestibular já para o 2º semestre deste ano. Os docentes do IQ encaminharam um abaixo-assinado com quase 100 assinaturas onde expressaram seu desagrado com a reabertura do curso.

Para resolver o impasse, o reitor decidiu formar uma comissão especial. Formada por três ex-reitores, decanos do CCMN e do CT e diretores e vice-diretores do IQ e da EQ, a comissão sugeriu providências às congregações das duas Unidades. A primeira delas é a criação de um Conselho de Curso com representação paritária das Unidades. A segunda é assegurar o direito dos alunos do IQ do curso de Química de fazerem adaptações para se graduarem também no Curso de Química Industrial.

Embora as duas congregações tenham concordado com o parecer da comissão especial, presidida pelo professor Adolpho Polilo, o entendimento entre a Escola e o Instituto a respeito da reabertura do curso ainda está longe de ter uma proposta definitiva.

Segundo a diretora da EQ, Adelaide Antunes, desde 1983 a Escola vem recebendo solicitação do Conselho Federal de Química para reativar a formação do Químico Industrial e atender a uma demanda de pequenas e médias empresas que desde então estaria crescendo no país. A professora diz que a intenção da Escola hoje é formar um profissional mais adequado à realidade nacional e com capacidade de gestão e visão empresarial. De acordo com a professora, a EQ vai arcar com todo o ônus da formação dos novos profissionais e todas as aulas serão dadas por professores da própria Escola.

A EQ forma o Engenheiro Químico e, a partir desse semestre, o Químico Industrial. O IQ forma o Químico com "Atribuição Tecnológica", que pode exercer as mesmas funções do Químico Industrial

Já para o professor Tabak, o perigo de superposição de cursos é grande, já que o curso oferecido pelo Instituto forma um profissional de química que é aceito pelo mercado com as mesmas atribuições do Químico Industrial. A partir desse entendimento, a congregação do Instituto concordou com a proposta da comissão especial mas solicitou que seja explicitado o caráter do Conselho de Curso a ser instaurado, ou seja, o que vai ser decidido pelo Conselho. Segundo o professor David, é preciso discutir o processo de reabertura do curso desde o início, pois o Instituto não quer inviabilizá-lo, mas sim discutir sua formação no que diz respeito à duração e à grade curricular.

Segundo a professora Adelaide, a Escola, a princípio, não abre mão do curso com duração de quatro anos, já que "todas as Universidades e Conselhos de Química recomendam este período", mas que estaria disposta a rever seu projeto e adequá-lo às reivindicações do Instituto.

Cartas

Depoimento de um professor da licenciatura noturna da UFRJ

Como se fosse um iniciante, este primeiro mês como professor no curso de licenciatura noturna (física) da UFRJ tem sido vivido por mim de modo especial. Apesar dos meus 65 anos, e de tantos outros cursos que ensinei, foi para mim algo especial ser indicado nesse semestre para implantar duas disciplinas da licenciatura noturna: física moderna e laboratório de física moderna/ eletrônica Era a oportunidade de participar da montagem de um curso que acredito ser relevante.

Esse início de atividades na licenciatura noturna tem sido, por outro lado, gratificante. Antes do começo das aulas, tive a oportunidade de analisar com colegas as ementas das disciplinas. Foi uma novidade para mim participar, antes do início das aulas, de reuniões para exame de conteúdos de disciplinas. Os meus alunos não me decepcionam. Como esperava, eles, em média são mais maduros que seus colegas diurnos; têm aquele comportamento de pessoas que saem do trabalho para estudar.

Não me surpreendeu o ambiente de trabalho. Esse curso de licenciatura iniciou-se em 1993, e durante esses dois anos tenho recebido relatos de colegas que ministram aulas desde a sua abertura . Alguns aspectos óbvios: os corredores do bloco A do Centro de Tecnologia são muito

mais vazios à noite e a ausência de pessoal da vigilância fica bem mais visível. O transporte coletivo é crítico, como também o é durante o dia, mas é pungente ver os estudantes aflitos com a possibilidade de perderem suas conduções. Os elevadores do bloco A do Centro de Tecnologia também não funcionam a noite, porém o risco de ficar preso em um deles durante a noite inquieta mais. Vários serviços também não funcionam a contento durante a noite, porém não há os recursos extras que contamos durante o dia para resolver problemas de manutenção em laboratórios de ensino. Em compensação, sem os funcionários diurnos os telefones seriam mais acessíveis, mas sem operadores ninguém nos pode chamar de fora.

Com o início das aulas notei de imediato que incidentes são mais freqüentes nas noites de sextas-feiras. Já havia tomado conhecimento que no semestre passado foram encontradas pessoas bêbadas nas escadarias do bloco A do Centro de Tecnologia. O motivo desses incidentes é agora bem evidente para mim: festas de confraternização no CCMN e no CT! O ruído da festa da Sexta-feira 18 de agosto prejudicou a minha aula e, com certeza as aulas de vários outros colegas. E agora nesta sexta-feira 25 de agosto, dois estudastes, que evidentemente haviam consumido bebidas alcoólicas, foram encontrados tomando banho no banheiro de senhoras do 4° andar do bloco A às 20 horas; isto é, no começo do segundo turno de aulas!

Não apresento aqui conclusões definitivas. Um alunado presente e ativo demonstra que a licenciatura noturna tem condições para se transformar em uma contribuição importante dessa universidade. Esse curso, entretanto, requer um apoio bem especial dos administradores universitários. Infelizmente, o curso de licenciatura noturna está "escondido " nas noites da Ilha do Fundão e desconfio que essas autoridades não têm presente os compromissos assumidos com sua aprovação pelos conselhos universitários.

Prof. Fernando de Souza Barros
(Instituto Física - UFRJ)

GESTÃO 93/95

Prestando contas do mandato

O mandato da atual diretoria da ADUFRJ, gestão 93/95, está chegando ao fim. Chegou a hora da prestação de contas destes dois anos marcados por algumas conquistas e muitas dificuldades no contexto de uma conjuntura muito adversa. Durante este período, passamos pelas mazelas do governo Itamar, que deu prosseguimento ao projeto iniciado por Collor. O governo FHC está conseguindo aprovar várias emendas contra a soberania nacional e hoje ameaça os direitos dos servidores com a reforma do Estado. A inflação foi reduzida, mas o Plano Real tem provocado recessão, desemprego e aumentado a desigualdade social.

Na UFRJ, as últimas reitorias implantaram a política neoliberal, aumentando a terceirização dos serviços, fechando os bandejões, contratando um grande número de professores substitutos, incentivando a prestação de serviços e abrindo espaço para a privatização.

Eleição para reitor

O primeiro grande desafio da diretoria neste período foi a eleição para reitor da UFRJ em junho de 94. A ADUFRJ muito lutou pela democratização do processo eleitoral. Os debates com os candidatos a reitor, promovidos pela ADUFRJ, SINTUFRJ e Conselho de CAs (atual DCE) foram fundamentais para resgatar a discussão no interior da universidade. A Assembléia da ADUFRJ aprovou a manutenção das regras da última eleição, que garantia a paridade dos votos entre professores, alunos e técnicos-administrativos, mas os Colegiados Superiores não permitiram a participação efetiva da comunidade universitária e alteraram casuisticamente as normas eleitorais.

As greves

Duas greves aconteceram nestes dois últimos anos. Durante o governo Itamar, os SPFs deflagraram uma greve para a recuperação das perdas salariais. Em 1995, já no governo Fernando Henrique, houve a greve unificada dos servidores públicos e dos trabalhadores das Estatais contra as reformas neoliberais e contra o arrocho salarial. A diretoria da ADUFRJ encaminhou as propostas de adesão a estas greves, conforme deliberação do setor das Federais da ANDES-SN, mas as nossas assembléias não aprovaram a adesão à greve.

Plano Verão

A grande conquista salarial da ADUFRJ neste período foi sem dúvida a ação do Plano Verão (URP de fevereiro de 1989), que corresponde a um reajuste salarial de 26,05%. Esta ação havia sido julgada procedente pelo TRT em agosto de 93, mas o ex-reitor Nelson Maculan se recusou a implantar a decisão judicial. Em setembro de 94, o reitor Paulo Gomes resolveu acatar a ação do SINTUFRJ, que também havia ganho no TRT. A ADUFRJ lutou pela isonomia, passou um abaixo-assinado e acabou conseguindo que a atual reitoria implementasse o mandato judicial em outubro de 94 para os sócios da entidade e depois para todos os professores da UFRJ. Este ganho teve uma enorme importância salarial, pois eqüivale a praticamente um salário a mais a cada 4 meses, num total de 3 salários a mais no período de um ano.

Assembléia geral

ADUFRJ em campanha contra a reforma do Estado

Participação no CONSUNI

A ADUFRJ marcou presença nas reuniões do Conselho Universitário, conseguindo abrir a discussão de temas importantes relacionados com a conjuntura nacional e com as questões da universidade. Em várias ocasiões, a interferência da ADUFRJ, junto com o SINTUFRJ e do DCE, foi decisiva. Conseguimos, por exemplo, que o CONSUNI aprovasse uma moção pela aprovação do substitutivo do senador Cid Sabóia ao projeto da LDB, rejeitando o substitutivo do senador Darcy Ribeiro.

As denúncias levadas ao CONSUNI contra as irregularidades dos contratos dos professores substitutos "especiais" e a luta da ADUFRJ pela nomeação de todos os professores concursados foram também fundamentais. Recentemente, a entidade conseguiu que os Colegiados Superiores saíssem do seu imobilismo e começassem a discutir a reforma do Estado e a proposta de autonomia do MEC.

Professores Substitutos

A deficiência no quadro docente começou a se agravar na gestão do ex-reitor Nelson Maculan, que contratou uma grande quantidade de professores substitutos. Durante meses, os substitutos ficaram sem receber os seus salários, o que provocou um clima de insatisfação generalizado. A ADUFRJ pressionou a reitoria, organizou várias reuniões com os substitutos e levou o problema para o CONSUNI. Depois de uma ameaça de greve, a reitoria acabou pagando os salários em dia com todos os atrasados devidamente corrigidos. Até mesmo algumas reivindicações dos substitutos, tais como o vale transporte e o tíquete refeição, foram atendidas.

A luta dos concursados

A proposta de reforma da Previdência do governo FHC provocou uma enxurrada de aposentadorias na UFRJ. O decreto do ministro Bresser, que proíbe as nomeações e os concursos públicos, agravou a situação. Na gestão do reitor Paulo Gomes, foram contratados centenas de professores concursados como substitutos "especiais". Contratos irregulares, salários atrasados e até professores dando aula de graça viraram rotina para os concursados. A ADUFRJ organizou reuniões com estes professores, cobrou da reitoria uma solução imediata, denunciou o problema no CONSUNI e lutou pela nomeação de todos. A atuação da entidade foi fundamental para que o critério de distribuição das 186 primeiras vagas não fosse manipulado por questões subjetivas e sim pelo critério cronológico de homologação das vagas, que acabou sendo aprovado.

Jornal ADUFRJ

O jornal ADUFRJ, hoje com uma tiragem de 7 mil exemplares, foi certamente um dos pontos altos desta gestão. O jornal circula mensalmente desde março de 94 e hoje, já no seu 18° número, se constitui em um importante veículo de comunicação, não apenas para os docentes mas para toda a comunidade universitária. O jornal é distribuído para todos os professores da UFRJ, para as demais Associações de Docentes da Andes-SN, sindicatos do Rio e diversas entidades, tais como a OAB, ABI, SBPC, ONGs etc. Ele tem cumprido um papel fundamental na discussão tanto dos assuntos da universidade como também para a reflexão crítica da conjuntura nacional.

A ADUFRJ e a Andes-SN

Durante este período, a ADUFRJ participou ativamente das reuniões do Setor das Federais, CONADs e Congressos da Andes-SN, aumentando a integração com o sindicato nacional. A entidade esteve presente com delegados e observadores no XXVII CONAD (Pelotas, nov. 93), XIII Congresso (Viçosa, fev. 94), XXVIII CONAD (Recife, julho 94), XXIX CONAD (Niterói, nov. 94), XIV Congresso (Brasília, fev. 95) e XXX CONAD (São Luís, junho 95). A ADUFRJ esteve também presente em algumas reuniões dos Grupos de Trabalho da Andes-SN tais como o de Seguridade Social, de Carreira e de Comunicação e Arte.

Campanhas e atos públicos

A ADUFRJ contribuiu para a Campanha da Mídia, patrocinada pela Andes-SN em agosto deste ano, e que foi transmitida em diversos canais de televisão, rádios, cinemas, jornais e revistas em todo o país. A entidade também participou da campanha "1995: Ano em Defesa da Universidade Pública", também organizada pelo Sindicato Nacional.

A ADUFRJ esteve presente em diversas manifestações e atos públicos organizados pelos servidores públicos federais e pelas entidades ligadas ao ensino no Rio de Janeiro. Na UFRJ organizou, junto com o SINTUFRJ e o DCE, o ato público "Que Viva a Universidade", que contou com a presença do conjunto Terra Molhada, no pátio do Centro de Tecnologia. O ato "Por uma LDB democrática", organizado pela regional da Andes-SN, foi uma manifestação que contou com a presença das ADs do Rio de Janeiro.

As dificuldades

Foram grandes as dificuldades neste período. Além dos problemas da conjuntura, a desmobilização dos docentes dificultou o trabalho da ADUFRJ nas lutas internas e na sua inserção no cenário nacional. Esta desmobilização se refletiu no esvaziamento do Conselho de Representantes, nas Assembléias e nos Grupos de Trabalho. A falta de candidatos para a próxima diretoria é uma conseqüência desta crise.

Seção Sindical

A transformação da ADUFRJ em Seção Sindical da Andes-SN era um dos objetivos da atual diretoria. Para fazer esta transformação, seria necessário alterar o Estatuto da entidade, o que só poderá ser feito em uma Assembléia com 10% dos sócios (cerca de 300 professores) e um plebiscito com metade dos sócios (cerca de 1.500 professores). A diretoria da ADUFRJ organizou uma campanha para esta transformação com folhetos explicativos e uma comissão chegou a elaborar uma proposta para o regimento da Seção Sindical. No entanto, o tema não sensibilizou os professores e a conjuntura adversa determinou outras prioridades inadiáveis. Embora, a transformação não tenha acontecido, uma semente foi plantada e abriu espaço para que este objetivo seja alcançado no futuro.

Campanha pela nomeação de todos os professores substitutos e visita do Bresser ao Consuni

Equipamentos e benfeitorias

Neste período foram adquiridos os seguintes equipamentos para a sede da ADUFRJ: 1 microcomputador 486,1 impressora laser, 1 impressora de 120 colunas, 1 aparelho de ar condicionado, 1 modem, 1 estabilizador "no break" para o micro, 1 scanner e alguns móveis para as salas. As benfeitorias na sede foram as seguintes: reforma da sala de reuniões, colocação de divisórias, parede de alvenaria externa e persianas verticais nas janelas.

Agradecimentos

A eficiente equipe de funcionários composta por Elisa, Beline e Alex muito contribui para a entidade. Eles formam um grupo de trabalho imprescindível para o bom funcionamento da ADUFRJ. A contribuição da jornalista Ana Manuella foi decisiva para a consolidação de nossos meios de comunicação. A informatização do cadastro dos professores, implantado pelo Prof. José Henrique Sanglard, possibilitou a organização dos dados e a confecção de etiquetas, facilitando a entrega das correspondências para todos os professores. A diretoria agradece o empenho desses profissionais.

Novas perspectivas

Esperamos que uma próxima diretoria esteja comprometida com os princípios do movimento docente e possa dar continuidade a esse trabalho.

A diretoria

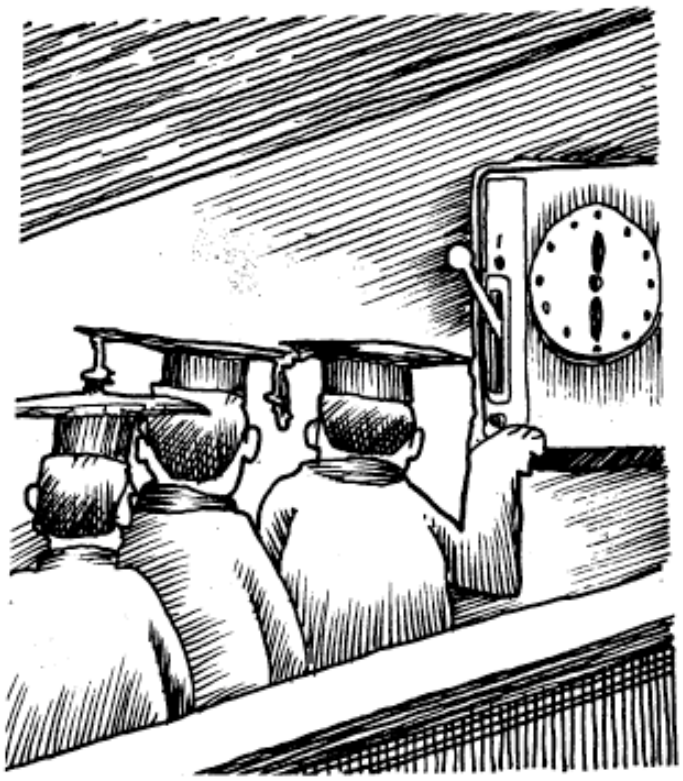
Polêmica

Professores também terão controle de freqüência

Todos os professores terão controle de fre qüência. Apenas o reitor, vice e os subreitores ficarão de fora", afirmou a subreitora de Pessoal, professora Maria Augusta Temponi ao comentar o Decreto 1.590. Temponi disse também que todas as informações já foram repassadas aos Decanos e que este assunto seria discutido pelo Conselho de Coordenação Executiva da UFRJ nos próximos dias.

Na reunião do Conselho Universitário do dia 14 de setembro, o reitor Paulo Gomes falou que o controle de ponto não era uma novidade na UFRJ. "Isto já existe há décadas na universidade", comentou. O reitor disse que estava preocupado com a inadimplência dos docentes e enfatizou que "há uma quantidade grande de professores que está descumprindo o horário de aula".

A discussão no CONSUMI mostrou que o assunto é bastante polêmico. Alguns falaram que seria muito difícil fazer o controle dos professores. "Na minha casa não tem relógio de ponto", disse um conselheiro ao justificar que costuma levar trabalho para casa. Outro conselheiro foi mais veemente: "Este controle é estúpido e atrapalha o serviço".



Decreto

O Decreto 1.590, assinado em 10 de agosto pelo presidente Fernando Henrique e pelo ministro da Administração, Bresser Pereira, dispõe sobre a jornada de trabalho e controle de freqüência dos servidores. Pelo decreto, a jornada de trabalho será de oito horas diárias e carga horária de 40 horas semanais, exceto nos casos previstos em lei específica. O controle de assiduidade e pontualidade poderá ser exercido mediante controle mecânico, controle eletrônico ou folha de ponto. No caso da folha de ponto, esta deverá ser distribuída e recolhida pelo chefe imediato. O decreto excluiu do controle alguns privilegiados, tais como os dirigentes do alto escalão da administração (cargos DAS e CD superiores ao nível 3).

Posição da diretoria

Entendemos que este decreto interfere na autonomia da universidade. No entanto, não podemos ser coniventes com os casos de inadimplência, que tanto prejudicam as atividades acadêmicas da UFRJ. Os dirigentes da universidade devem apurar todas as irregularidades e tomar as providências necessárias para resolver o problema da inadimplência. No entanto, é preciso não cair na armadilha montada pelo governo FHC e adotar uma política de "caça às bruxas", sem levar em conta as especificidades do trabalho docente. O controle de freqüência está apenas preparando o terreno para as demissões em massa, que deverão acontecer caso a reforma administrativa seja aprovada. O controle burocrático não conduz a uma melhoria do trabalho acadêmico. As atividades docentes muitas vezes extrapolam os limites de um rígido horário de entrada e saída. Transformar o professor em um burocrata, escravo do relógio de ponto, seria uma insensatez.

Algumas medidas já poderiam ter sido adotadas pela UFRJ para reduzir a inadimplência. A participação dos estudantes na avaliação docente, como já acontece em algumas Unidades, iria aprimorar o acompanhamento do trabalho acadêmico. A divulgação de todas as atividades acadêmicas dos professores, especificando seus regimes de trabalho, seus projetos de pesquisa e as disciplinas que estão ministrando, iria facilitar o controle social, tornando público o que muitas vezes é acobertado. Muito mais importante do que o controle da freqüência, é a avaliação contextualizada na perspectiva de uma concepção de universidade voltada para os interesses da população.

Recadastramento dos aposentados é obrigatório

A UFRJ vai fazer o recadastramento interno de todos os aposentados no período de 25 de setembro a 18 de outubro. Os aposentados devem comparecer munidos do CPF e carteira de identidade. O comparecimento é obrigatório e o atendimento será feito das 9 às 15 horas no andar térreo do prédio da reitoria conforme a seguinte escala alfabética:

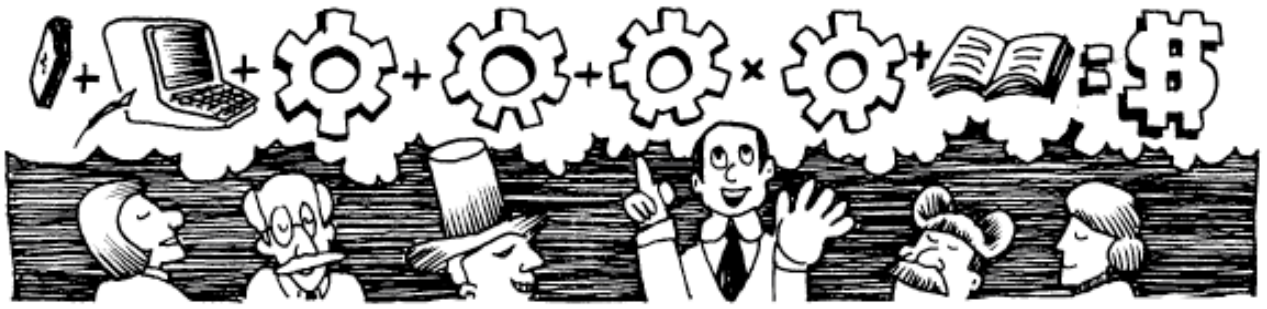
letras A a C de 25/9 a 27/9
letras D a H de 28/9 a 2/10
letras I a L de 3/10 a 5/10
letras M e N de 6/10 a 10/10
letras O a Z de 16/10 a 18/10

De acordo com a Sub-Reitoria de Pessoal, os aposentados que não puderem comparecer pessoalmente deverão enviar um representante com procuração do mês do recadastramento e atestado médico com assinatura e carimbo legível do mês do recadastramento.

Ciência Hoje dá desconto de 20% para sócios da ADUFRJ

As revistas Ciência Hoje e Ciência Hoje das Crianças estão promovendo um desconto especial nas assinaturas para professores associados da ADUFRJ. As publicações, editadas pela SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, já são bem conhecidas do público universitário e divulgam matérias de caráter científico e cultural de amplo interesse social e político. Além das revistas, o docente pode assinar também o Jornal Ciência Hoje que traz tudo sobre os rumos da política científica e tecnológica no Brasil e no exterior.

Os sócios da ADUFRJ têm desconto de 20% em todas as assinaturas. A assinatura anual da Ciência Hoje (11 números) sai por R$ 48,00 e a da CH para Criança (11 números) por R$ 24,00. A assinatura do Jornal quinzenal fica por R$17,00 (24 números). As assinaturas podem ser feitas com cheque e cartão de crédito, por fax ou telefone. Os preços são válidos até 30 de outubro de 95. O telefone da Ciência Hoje é 270-0548, o fax 541-5342 e o E-mail SBPC@BRLNCC.



Câmara Setorial de Educação prepara para o Mercosul

A principal preocupação da Câmara Setorial de Educação, convocada pelo Ministério da Indústria e Comércio, é a preparação de um trabalhador adequado à economia brasileira em face à integração com as economias do Mercosul.

Segundo o professor de Ciências Sociais e Secretário Geral da Andes-SN, Edmundo Dias, o que está em jogo não é a formulação de uma proposta de educação como objeto crítico de criação da cidadania, mas sim a formação de um trabalhador adequado às novas disciplinas de trabalho e que seja produtivo no novo momento de acumulação do capital, principalmente dentro do modelo econômico proposto pelos mercados comuns.

Segundo o professor, embora aparentemente preocupado com o desenvolvimento tecnológico e educacional do país, este fórum é apenas um formulador do perfil da futura mão-de-obra brasileira, tendo em vista as novas tecnologias e as novas relações de trabalho.

Junto com outras entidades de trabalhadores da educação e entidades patronais, o Sindicato dos Docentes acompanhou em caráter provisório algumas reuniões deste fórum. Representando o governo, participam da Câmara, além do Ministério da Indústria e Comércio, o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

De fora

A Andes-SN não havia sido convidada a participar da Câmara Setorial quando tomou conhecimento de sua existência através da Coordenação do CNTE - Conselho Nacional de Trabalhadores em Educação. A partir de um convite do próprio CNTE, a Andes-SN se fez representar como observadora. Após participar de algumas reuniões e conhecer as propostas colocadas, principalmente pelos setores que representavam o governo e o empresariado, o Sindicato dos Docentes decidiu pela não participação na Câmara, entendendo que seus objetivos ferem os interesses dos trabalhadores e servem para aprofundar a integração dos futuros trabalhadores à lógica do sistema econômico vigente.

Reformas no ensino público só visam atender demandas do mercado

Agência ANDES (Brasília)- Depois que foram transformadas em "empresas de ensino", as universidades chilenas entraram em crise profunda, de tal forma que tiveram de recorrer a empréstimos bancários e hoje só têm dívidas a administrar. Na Inglaterra, por outro lado, o emprego do modelo neoliberal na Educação provocou verdadeiro massacre das ciências humanas, despertando forte reação da comunidade acadêmica e da sociedade.

A advertência foi feita pelo professor Mauro Del Pino, da Universidade Federal de Pelotas (RS), durante o seminário "Reforma do Estado e suas Conseqüências nas Instituições Federais (IFEs), realizado no Ginásio Didático do Centro de Educação Física da Universidade de Santa Maria (UFSM), do Rio Grande do Sul, com cerca de dois mil participantes.

Segundo Del Pino, que representou a Regional RS da Andes-SN, os projetos do governo brasileiro para a Educação estão muito bem amarrados no sentido de adaptar o ensino público à filosofia neoliberal. O objetivo é levar a Educação , a Saúde e mesmo a Ciência e Tecnologia a atenderem a uma perspectiva meramente de mercado, sem qualquer preocupação com o fim das injustiças sociais.

"As propostas do governo estão muito bem amarradas. O projeto político-estratégico do MEC 95-98 fecha com o projeto de publicização do ministro da Administração Bresser Pereira. Os dois projetos, por sua vez, fecham com o substitutivo do senador Darcy Ribeiro", avaliou o diretor regional da Andes- SN.

Del Pino classificou como "golpe" a tentativa do governo de elaborar uma nova Constituição para o país. Lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso jurou cumprir a Constituição que agora quer mudar e observou que os atuais congressistas não têm legitimidade para escrever uma nova Carta Magna, uma vez que não foram eleitos na condição de constituintes.

O debate foi promovido pelo Sindicato dos Docentes, Sindicato dos Servidores, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Administração Central da Universidade de Santa Maria.

Descaso do governo com pesquisa naufraga VLS

Agência ANDES (Brasília) - O Veículo Lançador de Satélites (VLS), considerado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como exemplo do potencial tecnológico do país, poderá se transformar no símbolo do descaso do governo com a pesquisa e de sua rendição aos interesses internacionais.

O projeto, o mais ambicioso na área aeroespacial e alvo do embargo do seleto grupo de países fabricantes de satélites e componentes aeroespaciais, corre o risco de não se concretizar na data prevista, 20 de julho de 1996.

Isso porque o Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA) até hoje não recebeu um centavo dos US$19 milhões destinados à fase final do programa, recurso aprovado pelo Congresso para o orçamento de 1995.

Segundo o Coronel Tiago da Silva Ribeiro, diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, setor do CTA responsável pela construção do foguete, a verba seria destinada à construção da Maquete de Integração de Redes Elétricas (MIR), artefato onde seriam integrados e testados os sistemas do foguete essenciais ao vôo.

Até agora, estão concluídos 80% do projeto, que custou aos cofres públicos US$ 257 milhões. Depois de concluído, cada foguete deverá ter um custo em torno de US$ 10 milhões, preço semelhante ao dos foguetes disponíveis no mercado internacional.

Na semana passada, o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, negou que o atraso na liberação de verbas vá comprometer o lançamento do VLS e garantiu que os problemas financeiros serão resolvidos.

Segundo ele, o lançamento do primeiro satélite poderá sofrer um pequeno atraso, mas não deixará de acontecer. Sérgio Amaral preferiu se deter na viabilização do projeto, depois de vencidos os entraves políticos e as restrições internacionais ao acesso à tecnologia de lançamento, evitando comentar as razões do atraso na liberação de verbas.

Deputado pede auditoria nos gastos do governo

No primeiro semestre desse ano, o governo Federal liberou apenas pouco mais de 7% dos recursos destinados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para investimentos na Educação, prejudicando com isso programas de apoio à pesquisa, ao ensino médio e fundamental. Assim como a Educação, setores prioritários do ponto de vista social, como a Saúde, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio, também foram prejudicados com a redução arbitrária de verbas, enquanto outros, como a telefonia, obtiveram recursos que extrapolaram em até 700% os gastos previstos na LDO.

Foi o que constatou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), após fazer um levantamento detalhado das verbas recebidas pelos ministérios e órgãos públicos nesse período. O deputado enviou requerimento à Comissão de Fiscalização da Câmara e ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo auditoria nos gastos do governo. Ele acusa o Executivo de estar descumprindo a Constituição ao ignorar as prioridades definidas pela Comissão Mista de Orçamento e quer que o TCU e o próprio congresso passem a acompanhar a liberação de verbas, a fim de garantir o cumprimento da lei.

Agricultura - "A partir do levantamento que fizemos, constatamos que há programas com um nível de investimento muito baixo comparado ao que foi previsto no orçamento. Na Educação, por exemplo, o governo só está pagando o quadro de pessoal e os inativos. Os recursos para os programas existem, há a autorização, pois foram votados e sancionados para isso, mas o governo não está liberando", acusa.

O deputado cita também o caso da Agricultura, cujos gastos até o momento, comparados aos investimentos definidos como prioritários na LDO, como apoio à pesquisa agropecuária, comercialização, garantia de preços mínimos e controle sanitário vegetal e animal, chegam a ser irrisórios. "O governo está segurando esses recursos e o resultado pode ser desastroso"; observa o deputado, acrescentando que ficará muito mais caro consertar o erro depois.

Em seu pedido de auditoria, Paulo Bernardo observa que, no caso da Telebahia, Telemig e Telepar, do Sistema Telebrás, os investimentos excederam, respectivamente, em 702,63%, 351,44% e 115,60% o montante autorizado em lei. Diante da afronta constitucional, uma vez que a atribuição de definir esses gastos é do Congresso, o deputado requereu à Comissão de Fiscalização da Câmara, nos termos do artigo 24, inciso IV, do Regimento Interno da Casa, a convocação de vários secretários para explicarem os gastos do governo. Os requerimentos já foram aprovados e as datas das convocações estão sendo marcadas. Entre os secretários a serem convocados está o do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. Em caso de recusa ou protelação, será convocado o Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

DESPESAS COM INVESTIMENTOS EM ALGUNS MINISTÉRIOS

MINISTÉRIO	TOTAL AUTORIZADO	LIQUIDADO	(%)
	(em R$)	(em R$)	
EDUCAÇÃO	741.198.052	113.855.457	15,4
AGRICULT.	202.330.678	19.355.480	9,6
C & T	114.660.872	4.979.621	4,3
IND. E COM.	32.283.660	1.174.727	3,6
SAÚDE/FNS	711.223.429	23.302.210	3,3
JUSTIÇA	83.945.461	2.032.304	2,4

Fonte: Agência de Notícias Andes (Brasília)

Recursos para telefonia são suspeitos

Ao repassar recursos bem acima do estabelecido pela LDO para as estatais de telefonia, em prejuízo de outros investimentos que reverteriam em ações sociais, o governo pode estar pretendendo sanear essas empresas com objetivo de privatizá-las posteriormente. A partir dessa suposição, o deputado Paulo Bernardo incluiu, na sua lista de autoridades a serem convocadas pela Câmara, o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Fernando Xavier Ferreira. Fernando terá de esclarecer as despesas do sistema Telebrás. Em caso de recusa ou protelação, será convocado o Ministro Sérgio Mona.

O deputado estranha que o governo esteja injetando tantos recursos nessas empresas e se ausentando financeiramente dos projetos prioritários do ponto de vista social. Mas arrisca uma explicação: "O governo não tem uma política social e tampouco uma política para o setor produtivo (agricultura e indústria). Na verdade, toda a política econômica do governo se limita à questão monetária. E tudo isso com objetivo claro de manter a moeda estável e a inflação baixa, como se isso fosse um fim em si mesmo".

No entendimento do deputado, o Congresso e o Tribunal de Contas da União têm de assumir suas responsabilidades de acompanhar e fiscalizar o orçamento do governo. "O orçamento da União é uma caixa preta e nossa obrigação é questionar e divulgar os números", afirma.

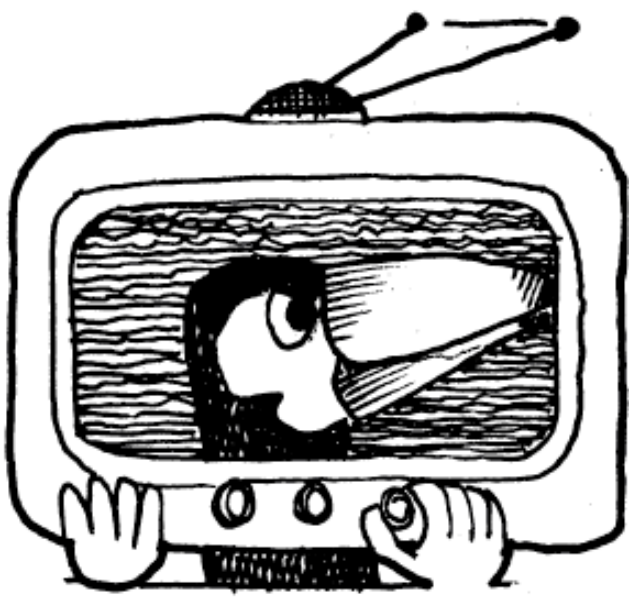
Globo Repórter ataca aposentadorias mas é rechaçado pelo público

O programa Globo Repórter do dia 8 de setembro apresentou uma reportagem sobre "Os escândalos das aposentadorias", tentando atacar os direitos dos trabalhadores, mas o público rechaçou a manobra. Alguns casos escandalosos de "marajás" com aposentadorias elevadas foram mostrados na telinha para persuadir a opinião pública, mostrando o contraste com as aposentadorias miseráveis de um salário mínimo. Ficou claro que o objetivo da reportagem era mostrar estes casos extremos para respaldar a reforma da Previdência do governo FHC.

O problema é que a consulta telefônica feita pela poderosa Rede Globo, nos moldes do "Você Decide", não deu o resultado esperado. Os telespectadores reagiram contra a manipulação. Segundo a emissora, 72,6% dos telefonemas queriam que a aposentadoria por tempo de serviço fosse mantida e apenas 27,4% foram contra. Em relação às aposentadorias dos professores, o resultado foi mais massacraste. Mais de 30 mil telefonemas foram dados sobre este tema e foi constatado que 84,8% querem que os docentes continuem se aposentando aos 25 e 30 anos de trabalho e apenas 15,2% optaram pela aposentaria do professor aos 60 anos de idade.

Referendum popular

O resultado desta consulta telefônica, embora com bases nada científicas, revelou uma grande verdade. Se a população puder se manifestar em relação às propostas do governo, elas poderão ser rejeitadas. É muito importante que as reformas sejam submetidas a uma consulta popular. Se você ainda não assinou o abaixo-assinado para o *referendum popular* ainda poderá fazê-lo até o final do mês de setembro. É só dar uma passadinha na sede da ADUFRJ.



Presidente dá reajuste aos militares burlando a Constituição

O presidente da República assinou no dia 31 de agosto uma Medida Provisória, concedendo um reajuste salarial para os militares, mas deixando de fora os servidores civis. A MP 1.112 cria uma nova gratificação especial que varia de 16 a 20%, retroativa a 1° de agosto e que deverá ser paga em folha suplementar. A criação desta gratificação é urna maneira encontrada pelo governo para burlar a legislação vigente. De acordo com a Constituição, os reajustes dos servidores civis e militares devem ser iguais e sempre na mesma data.

O mais surpreendente é que o reajuste não agradou aos militares. O ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Benedito Bezerra Leonel, chegou a declarar que este reajuste não irá resolver o problema dos baixos salários da caserna. O presidente FHC enviou uma carta explicando as razões pelas quais não deu reajustes maiores às Forças Armadas. Esta é primeira vez que um presidente da República envia carta aos seus subordinados para justificar a sua política salarial. FHC afirma na carta: "não estou concedendo o que quero, mas o que posso, segundo me permite a atual situação da economia".

Esta não é a primeira vez que esta discriminação acontece. O presidente Itamar deu um reajuste de 28,87% aos militares em janeiro de 1993, que acabou sendo concedido aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. Em agosto de 93, a Andes-SN ingressou com mandado de segurança coletivo no Superior Tribunal da Justiça, mas o processo continua tramitando na Justiça.

Reajustes desvinculados

O governo está também preparando uma proposta de emenda constitucional desvinculando os reajustes salariais dos militares e dos servidores civis. Esta proposta foi retirada da reforma administrativa do ministro Bresser por uma questão de estratégia, mas deverá ser enviada brevemente ao Congresso Nacional. A chamada "emenda da desvinculação" é mais uma tentativa do governo para a consolidação do arrocho salarial para os SPFs. O objetivo será garantir um instrumento legal para conceder reajustes maiores para os militares e menores para os civis, como acontecia antes de 1988, acalmando assim as tropas e conquistando o apoio militar para suas reformas.

Professores

Os professores das universidades públicas estão com os seus salários congelados desde janeiro e muitos já não estão conseguindo pagar as contas em dia. A saída possível é recorrer ao cheque especial, aos pré-datados e às prestações, o que tem aumentado o endividamento pessoal. A inflação vem crescendo gradativamente e as perdas salariais estão aumentando ao longo do tempo. Apesar de uma queda no mês de agosto, a inflação acumulada no ano pelo ICV-DIEESE já atingiu a 35,02%. Os salários dos docentes estão baixos e perdendo o seu poder aquisitivo. O piso da categoria (Professor Auxiliar 1, regime de 20 horas) é de apenas R$ 122,31, pouco mais do que um salário mínimo. Com a GAE, o salário passa para R$ 318,01. A remuneração (vencimento + GAE) de um Professor Assistente 1 com mestrado, no regime de dedicação exclusiva, é de R$1.532,73. No último nível da tabela (Professor Titular com doutorado), a remuneração fica em R$ 3.169,37, lembrando que apenas uma minoria consegue atingir o teto da carreira.

Os Servidores Públicos Federais estão lutando por uma política salarial mas até agora o governo FHC se mostrou intransigente e não abriu as negociações. Os SPFs estão reivindicando uma reposição emergencial de 59,96% sobre os salários de janeiro de 1995 e o resíduo inflacionário de 10,83% do IPC-r acumulado, entre outras reivindicações. A única proposta concreta do governo foi a reforma administrativa, que poderá retirar os direitos dos servidores.

Mudanças causam confusão em contracheque

O contracheque de agosto foi modificado e deixou muita gente confusa, principalmente os aposentados. Vários professores estiveram na ADUFRJ preocupados com as mudanças pois não tiveram qualquer informação nem nas Seções de Pessoal de suas Unidades nem na SR-4. De acordo com informações do Setor de Pagamento, a alteração aconteceu para que o contracheque fosse adaptado ao Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPI), o conhecido "folhão" do Ministério da Administração.

A mudança aconteceu principalmente no item do mandato judicial, que agora aparece no contracheque pela rubrica **M.J. 26,05 % ADUFRJ** e corresponde a ação da ADUFRJ do Plano Verão. Este percentual agora está incidindo sobre a soma das parcelas do vencimento, do anuênio e da Gratificação por Atividade Executiva (GAE). Até o mês passado, o reajuste do mandato judicial era calculado apenas sobre o vencimento e todas as demais parcelas eram obtidas pela soma do vencimento com o valor deste mandato. O resultado final é exatamente o mesmo, apenas as parcelas foram alteradas.

Confira seu contracheque

Todos os professores devem verificar mensalmente seu contra-cheque. Para isto é preciso que saibam como estão sendo feitos os cálculos depois das últimas mudanças. Não custa nada conferir.

Vencimento (Provento no caso de aposentado) depende do nível, classe e titulação do professor. A tabela com os vencimentos está disponível na sede da ADUFRJ. Por exemplo, um Professor Assistente 1 com mestrado em regime de dedicação exclusiva ganha R$ 589,51.

Vant.Art.192L8.112 Ina (apenas para os aposentados) – corresponde ao vencimento da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado ao se aposentar.

Salário Família Ativo - alguns centavos. Um professor com três filhos recebe R$ 0,30.

Anuênio – percentual do vencimento, correspondente a 1% para cada ano trabalhado. Se o professor do exemplo tiver 10 anos na UFRJ, o anuênio será 10% de R$ 589,51, dando R$ 58,95.

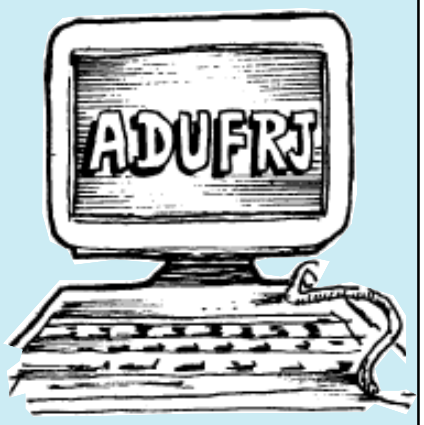
Grat.Ativ.Ld 13/92 - Gratificação por Atividade Executiva (GAE) da Lei Delegada n° 13/92, corresponde a 160% do vencimento, ou seja, basta multiplicar 1,6 pelo vencimento. O professor do exemplo teria R$ 943,21.

M.J. 26,05% ADUFRJ - mandato judicial correspondente a ação da ADUFRJ do Plano Verão. O percentual é calculado sobre a soma das parcelas anteriores, sem o salário família. No exemplo, o mandato judicial seria R$ 414,63.

NOSSO BOL$O

J.O.R.N.A.L
ADUFRJ
Associação dos Docentes da UFRJ
Andes-SN
Nº 19
NOVEMBRO/95

Afinal



A ADUFRJ já está ligada à Internet. Nosso endereço eletrônico é adufrj@ax.ibase.org.br. Entre em contato conosco. Suas opiniões, críticas e sugestões são importantes para o fortalecimento da entidade.

UMA CHAPA

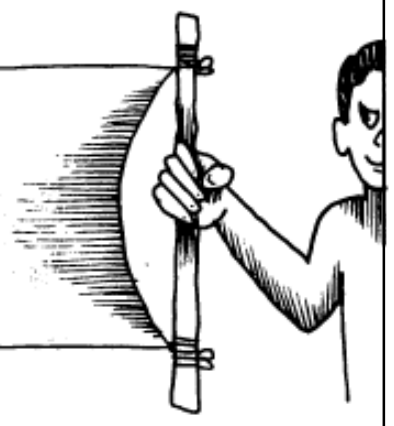
Depois de um período de expectativa quanto ao rumo da ADUFRJ, três professores aceitaram as indicações para compor uma chapa única que concorrerá as eleições para a diretoria da entidade. José Miguel Bendrao Saldanha (Escola de Engenharia - CT), Rosanne Evangelista Dias (Colégio de Aplicação - CFCH) e Edwaldo Cafezeiro (Faculdade de Letras - CLA) compõem a chapa Reconstrução. Dezessete professores já se inscreveram para o Conselho de Representantes. As eleições para a Diretoria e Conselho acontecem nos dias 21 e 22 de novembro. A diretoria provisória da ADUFRJ marcou uma Assembléia Geral para deliberar sobre a nova data das eleições e sobre o problema da chapa estar incompleta. O ideal seria que uma chapa tivesse no mínimo sete professores. A Assembléia será realizada no dia 14, terça-feira, às 14 horas no Auditório do Centro de Tecnologia.

Senado aprova em 1° turno substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a LDB, um retrocesso em relação ao projeto aprovado em 93 pela Câmara dos Deputados. 6

Governo aprova fim da estabilidade dos servidores públicos 7

ADeditorial

A ADUFRJ deve continuar viva !



A ADUFRJ passou por momentos extremamente difíceis nos últimos meses. A ausência de can didatos para a diretoria da próxima gestão qua se paralisou a entidade. Foi um período muito doloroso. Cogitava-se até na possibilidade de fechamento de uma associação de docentes com toda uma história de lutas. A reabertura do prazo de inscrições não dava qualquer garantia de um desfecho satisfatório para a crise. A solução de uma diretoria provisória sustentou esta situação precária, mas que não poderia se prolongar por muito tempo pois iria fragilizar cada vez mais a entidade. Sem uma nova diretoria, o Conselho de Representantes, base de sustentação do movimento docente, iria ficar inviabilizado.

É preciso lembrar sempre: esta crise não começou agora e também não está acontecendo apenas na UFRJ. Os movimentos sociais organizados, que tiveram uma participação decisiva na luta contra a ditadura militar, na campanha pela anistia, nas diretas já e no *impeachment* de Collor, estão passando por um período crítico de desmobilização. A apatia generalizada e a incorporação passiva ao sistema são fenômenos bem característicos da atual conjuntura. Este estado de desânimo está contagiando até mesmo muitos combativos militantes, que não conseguem mais tirar da realidade as forças necessárias para a busca de um mundo melhor, mais justo e mais humano. Nem mesmo, como professores, encontram forças para lutar por uma universidade de qualidade e mais presente na sociedade. O individualismo se tornou hoje a opção mais aceita pela grande maioria em detrimento da solidariedade e da luta coletiva.

Tudo isto não está acontecendo por acaso. Para consolidar as raízes do modelo neoliberal em nosso país, o governo federal tem trabalhado no sentido de minar todas as resistências. A mídia tem tido um papel fundamental para a sustentação política do governo e para garantir a dominação ideológica.

A crise na ADUFRJ está acontecendo em um momento crucial. As reformas do governo FHC deixaram de ser uma simples ameaça. As emendas constitucionais que comprometem a soberania nacional já foram aprovadas pelo Congresso Nacional. A reforma administrativa passou recentemente pela Comissão de Constituição e Justiça e brevemente será votada em plenário.

A ADUFRJ deve continuar lutando por uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, voltada para os reais interesses do povo brasileiro.

A ADUFRJ deve continuar lutando por um serviço público de qualidade. O fim da estabilidade e do concurso público facilitará as demissões imotivadas, os apadrinhamentos e o clientelismo. O fim do Regime Jurídico Único e a reforma da Previdência acaba com os direitos sociais dos servidores. A isonomia, a carreira docente única e a aposentadoria integral, duramente conquistadas pelo movimento docente, podem ser logo perdidas.

A ADURJ devi continuar na luta contra o arrocho ,salarial, que tanto tem comprometido a qualidade de vida do professor, estimulando a inadimplência e incentivando as saídas individuais. Sem salários dignos será impossível manter a qualidade das atividades acadêmicas.

O movimento docente deve impedir que o modelo neoliberal seja implementado na UFRJ. A contratação de professores provisórios, a terceirização de serviços e as relações pouco transparentes entre a universidade e as empresas privadas são exemplos de como esta concepção vai se alastrando na UFRJ com o apoio e incentivo das últimas reitorias.

A inscrição de uma chapa composta por apenas três professores não resolve o problema, mas dá um certo alivio e uma certa dose de esperança. É preciso tirar lições desta crise. A retomada da mobilização deve ser um compromisso de cada um de nós. Participar do processo eleitoral é uma forma de fortalecer o movimento docente na nossa universidade.

A ADUFRJ deve continuar viva !

AGENDA NOVEMBRO

14 - Assembléia da ADUFRJ, às 14 horas no Auditório do CT
15 - Feriado
21 e 22 - eleição na ADUFRJ
24 - posse da nova diretoria

Seminário de C&T

Com o objetivo de elaborar uma proposta para Ciência e Tecnologia a ser aprovada no XV Congresso da Andes-SN, em Santa Maria - RS, em janeiro próximo, o Sindicato dos Docentes estará realizando o Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia nos dias 15 e 16 de dezembro em Curitiba. Os professores da UFRJ interessados em discutir e desenvolver uma política de C&T para a Andes-SN podem participar contribuindo com trabalhos individuais ou coletivos. Os trabalhos (no máximo 5 páginas) deverão ser transcritos em papel A4, com margens de 2cm e enviados até o dia 05 de dezembro diretamente para a Regional Sul da Andes-SN, praça Rui Barbosa 827 - sala 215 Curitiba-PR CEP: 80010030. Todos os trabalhos serão reproduzidos em um caderno do evento que será entregue aos participantes.

O temário do evento é Ética na Ciência; Privatização e apropriação do conhecimento; Reestruturação produtiva; Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania; Desenvolvimento científico e cidadania; Investimentos em C&T; C&T na escola contemporânea.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944
Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: Henrique Longo 1º Vice: Elmo Amador 2º Vice: Roberto Houaiss
1ª Secretária: Ruth Barbosa 2ª Secretária: Venúsia Neiva 1º Tesoureiro: José Helder Lopes
Redação, Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190 Ilustração: Roberto Houaiss
Tiragem: 7.000 Impressão: Jornal dos Sports

Eleições na ADUFRJ dias 21 e 22 de novembro

Depois de um período de expectativa quanto ao rumo da ADUFRJ, três professores aceitaram as indicações para compor uma chapa única que concorrerá as eleições para a diretoria da entidade. José Miguel Bendrao Saldanha (Escola de Engenharia-CT), Rosanne Evangelista Dias (Colégio de Aplicação- CFCH) e Edwaldo Cafezeiro (Faculdade de Letras - CLA) compõem a chapa Reconstrução. Dezessete professores já se inscreveram para o Conselho de Representantes. As eleições para a Diretoria e Conselho acontecem nos dias 21 e 22 de novembro. Os cargos da chapa para a diretoria são: José Miguel como presidente, Rosanne Dias como 1ª vice e Cafezeiro como 1º secretário.

Programa da chapa Reconstrução

Diretrizes globais

*Defender a Universidade pública, gratuita e de qualidade.
*Lutar contra as reformas constitucionais que ameaçam as condições básicas do exercício de nossas funções: estabilidade, carreira, concurso público, aposentadoria integral etc.
*Lutar pela melhoria das condições de trabalho.
*Fortalecer o movimento docente nacional, através da ANDES-SN.

Diretrizes locais

*Promover debates sobre a função social e a avaliação institucional da UFRJ
*Atuar com total autonomia em relação à estrutura do poder na UFRJ.
*Defender a isonomia de vencimentos dentro da UFRJ.
*Lutar pela democratização dos colegiados, transparência administrativa e qualidade acadêmica.
*Exigir a realização de concursos e a imediata contratação dos aprovados.
*Combater a utilização de professores substitutos para cobrir deficiências permanentes do quadro de professores e a utilização de alunos de pós-graduação como "tutelados" para cobrir qualquer tipo de deficiência do quadro.

Atuação na ADUFRJ

*Realizar pesquisas sobre condições de trabalho dos docentes, produção cultural e científica, relações da universidade com a sociedade etc.
*Organizar debates públicos nos locais de trabalho dos docentes sobre a conjuntura e sobre a universidade.
*Consolidar o Jornal da ADUFRJ, promover uma política de comunicação que privilegie a ampla circulação de informações e opiniões e sirva de apoio à mobilização da comunidade universitária.
*Dar continuidade à discussão sobre a transformação da ADUFRJ em Seção Sindical da ANDES-SN.
*Garantir o funcionamento regulando Conselho de Representantes, incentivar o seu papel de principal articulados entre a diretoria e o conjunto da categoria.

Articulação com outros movimentos

*Articular-se com os movimentos de estudantes e de funcionários da UFRJ, respeitando a autonomia e os interesses de cada categoria; com outras Associações de Docentes e com os Servidores Públicos Federais, ao nível regional.

Manifesto da chapa RECONSTRUÇÃO

No momento, somos apenas três, mas estamos dispostos a (re)construir o movimento docente na UFRJ, se você estiver conosco. O correto seria que a nossa proposta chegasse antes a vocês e tivéssemos a oportunidade de a discutirmos pessoalmente. Isto não foi possível. Estamos todos muito ocupados, desgastados, indiferentes, descrentes... Aguardamos o seu apoio, o seu voto, a sua participação, porque:

A Universidade tem a obrigação de pensar a crise. O neoliberalismo não se define como tal, veste capas. Neste contexto, deve ser cada vez maior a nossa pressão no sentido de barrar as decisões do governo. A "flexibilização" e as "reformas" vêm atingindo e diminuindo, uma por uma, as nossas conquistas. Até o momento, nada se faz a nosso favor ou em favor da educação, apesar dela ser uma das metas declaradas do governo. Tudo está contra nós. O Governo Federal busca um reordenamento que inclui o fim da estabilidade, do concurso público, da mudança do "status" jurídico da Universidade. Debaixo da capa da Reforma Constitucional da "publicização" com a cumplicidade (mais ou menos consciente, mais ou menos ativa) dos que defendem, de fato, a privatização do ensino e a elitização da Universidade. Orientados pelo mercado e descompromissados com a produção do saber, desacreditam as tentativas singulares do novo, da criação, para celebrarem generalizações onde os interesses dos que mantêm ou detêm o poder são encobertos.

Da conjugação desses elementos (legislação, privatização), temos, a curto e médio prazo, um acentuado enfraquecimento do sindicalismo, especialmente daquele que tem como prioridade a defesa do ensino público. Neste momento, a dificuldade que enfrentamos na organização da chapa é evidente. Nem valem as evidências das contradições: estrangulamento financeiro das universidades (mesmo as comprometidas com o novo modelo, como a UFRJ, a USP, a UNICAMP), falta de professores, arrocho salarial, fim da aposentadoria integral.

A chapa Reconstrução conclama os docentes que são pelo ensino público a retomarem a luta em sua entidade. Para tanto, propõe um programa que se pretende mobilizador, notadamente pela ampliação do debate. Enquanto a Universidade vai continuamente se degradando, a Reitoria finge que nada vê. Cúmplice, fecha logo o debate numa "casa de debates". A ADUFRJ, por sua tradição de lutas, autonomia e crença na democracia, envidará todo o esforço possível para potencializar os debates, sempre que possível nos locais de trabalho (centros, unidades, departamentos etc).

Com isto, pretendemos encaminhar, avaliar e retomar a mobilização. A ADUFRJ, mais do que nunca, deve fazer-se presente. A sua atividade deve mobilizar as divergências, as singularidades e expor as falsas universalidades marcadas por interesses camuflados. Para isto, contamos com a contribuição do SINTUFRJ e do DCE. Nenhuma universidade funciona sem esta base: funcionários, professores e alunos. Mais do que nunca, devemos estar unidos.

Um fato especial nos define: uma diretoria apoiada no Conselho de Representantes que será o marco decisivo das nossas atividades. Esperamos um Conselho decidido e atuante, que representará nosso principal potencial mobilizador.

Pretendemos também avaliar permanentemente o processo de retomada da mobilização. Em meados do próximo semestre letivo, será feita uma avaliação mais profunda, com o objetivo de preparar as eleições para o restante da Diretoria e do Conselho de Representantes ou, conforme o resultado da avaliação, adotar outras estratégias.

Entidades se reúnem em defesa da universidade pública

A crise financeira das Instituições Federais de Ensino Superior e as recentes investidas do governo contra a educação pública, em especial a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/95 anunciada recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso uniram professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes de todo o país em torno de um projeto comum para a universidade brasileira. Realizado na Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília (UnB) , o I Encontro Nacional Unificado reuniu, nos dias 21 e 22 de outubro, cerca de 150 entidades ligadas à Andes-SN, à Fasubra e à UNE.

Ao final do encontro foi aprovado um documento condenando a iniciativa do governo em promover reformas estruturais como a aprovação do substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a LDB, o projeto de lei que dispõe sobre a eleição de dirigentes das universidades, projeto de emenda constitucional da reforma administrativa, a medida provisória que institui o exame de qualificação para graduados e o plano de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério.

Fundamentadas em uma lógica que só admite a educação como instrumento de uma política econômica, introduzindo valores e critérios de mercado até nas funções públicas, essas iniciativas afrontam a autonomia das universidades, a democracia e a universalização do acesso às universidades federais.

O professor Edmundo Dias, sociólogo e secretário geral da Andes-SN, diz que "ao tentar fazer passar a tese dos centros de excelência, o que o governo está pretendendo é condenar o restante da universidade a ser mero reprodutor do que já se produziu. Precisamos mostrar à sociedade que sem universidade pública, não há a menor possibilidade de termos uma política de ciência e tecnologia, de saúde e de educação, por exemplo, que atenda à população".

De acordo com o coordenador geral da Fasubra, Carlos Maldonado, a proposta de emenda constitucional do governo é inaceitável, pois liquida com a autonomia, que passa a depender da correlação de forças no Congresso, e acaba com a gratuidade dos cursos de especialização e extensão. "O governo propôs uma mudança no conceito de gratuidade, que vale apenas para os cursos de graduação, mestrado e doutorado, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade para que sua bancada apresente propostas que acabem com a gratuidade como um todo", alerta o sindicalista.

O manifesto da Andes-SN, Fasubra e UNE

FHC quer acabar com o Ensino Público e Gratuito no País

Nos dias 21 e22 de outubro de 1995, na Universidade de Brasília (UnB), as entidades de professores, técnico-administrativos e estudantes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, FASUBRA-Sindical e UNE) realizaram o I Encontro Nacional Unificado, com o tema "Um Projeto para Universidade Brasileira".

O encontro foi realizado num contexto onde o governo FHC promove o maior ataque já visto à educação pública brasileira e, em especial, às Instituições Públicas de Ensino Superior. Paralelamente à crise orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior, o governo encaminha ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 233/95, de 15 de outubro).

A PEC 233/95 propõe o fim da autonomia universitária enquanto preceito constitucional, auto aplicável, atrelando-a aos projetos governamentais, à conjuntura e à correlação de forças no Congresso Nacional. A proposta, ao restringir o conceito de gratuidade, possibilita que o Parlamento acabe com a gratuidade nos estabelecimentos oficiais e, além disso, não adiciona um único centavo aos investimentos públicos para a educação.

A PEC 233/95vfaz parte de um conjunto de medidas do governo para dar curso às reformas estruturais impostas pelos organismos internacionais: substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Projeto de Lei que dispõe sobre a eleição de dirigentes das universidades; PEC 173/95 da Reforma Administrativa; Medida Provisória que institui o exame de qualificação para os graduados; a Lei das Fundações Apensas às Universidades; o Fundo Social de Emergência; entre outros.

Estas iniciativas afrontam a autonomia, a democracia e a universalização do acesso às Instituições Públicas de Ensino Superior. Estão fundadas em uma lógica que só admite a educação como instrumento da política econômica, introjetando, até mesmo nas funções públicas, os valores e critérios de mercado. Na prática têm como objetivo descomprometer o Estado com o Ensino Superior Público e Gratuito; acabar com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, reforçando a política dos "centros de excelência"; submeter os dirigentes das instituições ao controle pelo poder executivo; restringir, no âmbito das universidades os mecanismos democráticos de decisão, controle e gestão; e acabar com a gratuidade do Ensino Superior Público.

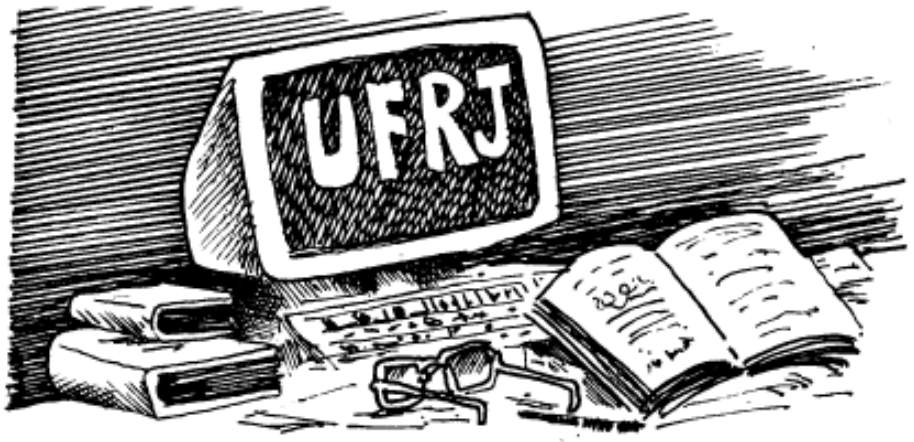
O I Encontro, além de reafirmar a posição contrária das três entidades às reformas neoliberais do governo FHC, repudia a forma como está sendo conduzido o processo, fundamentado no autoritarismo, na mentira, na prepotência, e na política fisiológica descarada do "é dando que se recebe...".

A ANDES-SN, a FASUBRA-Sindical e a UNE saem deste Encontro **unificadas** no sentido de continuar construindo um projeto de universidade que seja, em primeiro lugar, **realmente Pública, Gratuita, Laica e Democrática**. Que garanta tanto um **padrão unitário de qualidade como a universalidade do acesso.** Por último, realmente **autônoma** na medida que seja sustentada por **investimento público**, que preste contas e seja **avaliada** a partir de **instrumentos democráticos**, tendo como sujeitos a comunidade universitária e a população.

Para garantir isso, estudantes, professores e técnico-administrativos voltarão às ruas denunciando o caráter excludente do projeto governamental e buscarão construir as formas de mobilização que forem necessárias para defender o direito à educação.

Em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade
Brasília, 22 de outubro de 1995

Cartas



Repensando a Universidade

É preciso repensar a universidade, desburocratizar a sua administração, criar novos meios e instrumentos de ensino/aprendizagem que dinamizem o processo de conhecimento fomentando a capacidade criativa de cada um. Criatividade deve ser uma característica nata do pesquisador, do professor e do aluno. A renovação gradativa da universidade pode ser alcançada com a substituição dos atuais conceitos arcaicos e retrógrados de administração e ensino, através de uma política clara, dinâmica e mais objetiva de capacitação profissional. (..)

Parte integrante do sistema de ensino do país, a universidade tem como fim a formação intelectual e profissional dos cidadãos e o domínio da ciência, tecnologia e das artes em prol de toda a sociedade. (..) A universidade deve ser também a vanguarda da ciência e o seu principal promotor. Ela não pode ficar estanque, fechada em si e não ver a realidade que está ao seu lado: a ignorância e a dependência científica e tecnológica, a miséria e a fome. (..)

Uma análise mais profunda da universidade não pode estar dissociada da realidade sócio-econômica da nossa sociedade. Nunca é demais lembrar a crescente concentração da renda num grupo restrito de pessoas, enquanto a grande maioria vive em condições precárias ou mesmo de grande pobreza. As condições em que se apresentam as escolas públicas do 1° e 2º graus e os salários desestimulantes destes professores proporcionam uma estratificação da sociedade penalizando a população de baixa renda. Como reflexo desta situação o material humano que chega à universidade, na sua grande maioria, representa as camadas médias e altas da população que têm condições financeiras de usufruir do ensino pago. No entanto, não é a privatização do ensino público ou a cobrança de taxas elevadas na universidade que vai solucionar este desequilíbrio. (..)

A humanidade acumulou uma quantidade enorme de informações e técnicas que devem ser passadas para as novas gerações. Aqui está a "pedra filosofal" do processo de ensino/aprendizagem. Como passar todo esse conhecimento adquirido e ao mesmo tempo cobrar uma participação altamente crítica e criativa em relação aos fenômenos e teorias estudados ? É necessário "descobrir a pólvora" novamente ? São os nossos jovens meros bancos de dados que acumulam uma quantidade absurda de informações para emiti-las quando necessário ? Este é sem dúvida um lado da moeda: a bagagem científica e tecnológica da humanidade. O outro lado é o desenvolvimento da capacidade intelectual e de raciocínio do indivíduo. A tarefa do ensino é juntar estes dois aspectos, fazendo o máximo proveito do primeiro e conduzindo ao êxito o segundo. (..)

(..) A nossa preocupação deve estar voltada para as atribuições e os valores da universidade perante a sociedade como um todo. Temos notado que ainda há urna distância muito grande entre o que é feito e o que poderia e deveria ser feito. E a universidade tem, sem dúvida, um grande potencial que, esperamos, seja mais aproveitado. Este deve ser o caminho lógico para a formação intelectual e profissional do estudante universitário: ir ao encontro da sociedade, propor soluções para os problemas e resolvê-los. (..)

É necessário a motivação dos alunos para a leitura. Criar o hábito de leitura no 2º grau é um desafio que, com certeza, beneficiaria o trabalho na universidade e seria o primeiro passo para a formação de uma intelectualidade diferente da atual.

A universidade que nós sonhamos é administrada de forma eficiente e sem entraves burocráticos, é freqüentada por jovens e adultos que, com a orientação do professor, serão levados a estudar, pensar, criticar e criar. A tarefa do professor é desenvolver a capacidade de criação do aluno a partir de bases sólidas e científicas. A universidade que queremos, produtiva e eficiente, deve ter um rendimento elevado, diminuindo assim os custos na formação do profissional. Esta deve ser moderna no ensino, mais produtiva na pesquisa e muito atuante na extensão. Entre o corpo docente e discente deve haver uma grande unidade para a formação de um intelectual de elevada capacidade profissional.

Prof. João Massena Melo Filho
Instituto de Química- UFRJ

BALANCETE DA ADUFRJ (R$)
de 1/1/95 a 30/9/95

CONTAS	CRÉDITO
Patrimônio Social	107.110,61
Caixa Econômica Federal	737,24
Contribuições de Associados	295.901,50
Receitas de aplicações	13.856,68
Rendimentos de Poupança	27.410,00
Receitas Eventuais	23,00
Recuperação de Despesas	1.860,02
INSS a Recolher	1.649,40
FGTS a Recolher	434,40
IRF a Recolher	171,31
TOTAL DE CRÉDITOS	**449.154,16**

CONTAS	DÉBITO
Contribuições ANDES-SN	84.010,33
Despesas c/ Viagens e Estadias	20.857,74
Caixa	19,43
Caixa Econômica Federal c/ Poup.	146.019,55
Aplicações Financeiras	58.234,56
Móveis Ut. e Instalações	3.070,62
Máquinas e Equipamentos	2.855,70
Sistema de Comunicações	0,16
Direito de Uso Telefone	0,28
Previdência Social	10.054,96
FGTS	3.486,46
Salário Família	6,47
PIS	420,94
Contribuição Sindical	104,30
Vale Transporte	210,30
Serviços Prestados - PJ	11.796,11
Serviços Prestados - PF	2.153,00
Juros Passivos	76,49
Despesas Bancárias	27,78
Despesas Gerais	105.648,98
TOTAL DE DÉBITOS	**449.154,16**

DESPESAS GERAIS

SUB CONTAS	VALOR
Ordenados	38.544,00
Décimo Terceiro Salário	743,00
Férias	3.550,66
Telefones	981,92
Assinaturas	1.797,12
Material de Escritório	17.065,43
Limpeza e Conservação	606,00
Portes e Telegramas	16.092,16
Lanches e Refeições	2.538,38
Anúncios e Publicidades	2.632,00
Despesas Diversas	3.829,51
Despesas c/ Jornal	9.985,00
Despesas c/ Xerox	6.443,78
Despesas c/ Passagens	840,02

TOTAL DE DESPESAS GERAIS 105.648,98

Tribunal contra trabalho infantil

Dados do IBGE comprovam que 3,5 milhões de crianças brasileiras, com idade entre dez e 14 anos, são vítimas da exploração do trabalho infantil. Essa constatação contraria a Convenção 138, da Organização Mundial do Trabalho, que estabelece idade mínima de 15 anos para o ingresso no mercado de trabalho. Foi comprovada a larga utilização de mão-de-obra de crianças menores de dez anos, causando enorme prejuízo à infância. Para combater essa exploração, vai funcionar em Brasília, a partir deste mês, o Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil, presidido pelo jurista e deputado federal pelo PT Hélio Bicudo.

O Tribunal condenou empresários, por esse tipo de exploração; o governo, conivente e patrocinador dessa situação; o FMI e o Banco Mundial, responsáveis pela pauperização dos trabalhadores e do povo brasileiro; e os responsáveis pelo sucateamento da escola pública, que se omitem na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Depois de ouvir os argumentos de defesa e acusação, o Tribunal aprovou algumas iniciativas como uma Campanha Nacional, com o objetivo de reafirmar o trabalho só para quem já for maior de 15 anos. Até o ano que vem espera-se que a campanha contra a exploração dos menores esteja assimilada pela população brasileira.

Como forma de defender o emprego e combater o trabalho infantil, o tribunal abrirá uma ampla discussão com sindicatos e entidades de classe para incluírem nas pautas de reivindicações das categorias uma cláusula discriminatória que defina os salários para crianças e adolescentes.

Nenhuma Criança Fora da Escola

O Tribunal pretende ainda organizar uma campanha em defesa da escola pública e dos serviços públicos de saúde, assistência, entre outros. Uma delegação formada por representantes do Tribunal e de outras entidades irá ao Congresso Nacional e ao governo Federal para exigir a ratificação da Convenção 138, da OIT. Durante a solenidade de instalação do Tribunal, representantes de várias entidades sindicais, partidárias, movimentos, estudiosos e personalidades da política declararam o compromisso com a luta para acabar com a exploração do trabalho da criança no Brasil.

Aprovada em 1º turno LDB de Darcy

Mesmo tendo sido aprovado, em uma sessão tumultuada e bastante questionada, o substitutivo do senador Darcy Ribeiro ao projeto de LDB ainda pode receber emendas dos senadores que deverão apreciá-lo em segundo turno ainda este ano. Durante a discussão no plenário que durou cinco horas, o projeto do senador Darcy Ribeiro foi atacado em vários pontos, desde a tramitação da matéria no Senado até os procedimentos empregados pelo presidente da sessão Júlio Campos (PFL/MT).

Alguns senadores tentaram ganhar tempo para que os parlamentares pudessem conhecer melhor o projeto que estava em pauta. Fruto de uma manobra do Senador Darcy Ribeiro, em consonância com o MEC, para derrubar o substitutivo Cid Sabóia, construído em conjunto com várias entidades e personalidades ligadas à Educação, o substitutivo aprovado no Senado representa um retrocesso em termos de educação pública e de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação está em discussão no Congresso há quatro anos, desde a sua apreciação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Quando o texto chegou ao Senado, o então senador Cid Sabóia de Carvalho validou as propostas colhidas pela Câmara junto a professores, pesquisadores, estudantes e demais representantes do mundo acadêmico e ainda ampliou a discussão no âmbito do Senado. Quando o substitutivo do senador Sabóia estava para ser votado no plenário o senador Darcy Ribeiro, membro da Comissão de Constituição e Justiça, pediu para examinar o projeto. Ao invés de emendá-lo resolveu ele mesmo, sozinho, fazer um novo projeto de LDB e apresentar para votação na Casa.

Votação complicada

A discussão sobre os substitutivos não se prendeu aos aspectos técnicos. Foi um debate político com acusações entre os que defendiam o PL 101/93 da Câmara e os que queriam aprovar o projeto de Darcy. Uns classificavam de corporativistas os que defendiam o texto de Cid Sabóia, outros senadores contra-argumentavam dizendo que quando se trata de direitos e garantias dos trabalhadores os temas são sempre tratados como corporativistas pelo Senado, enquanto que matérias que atendem a interesses das "corporations" passam sem qualquer problema.

O senador Darcy Ribeiro defendeu durante 40 minutos seu substitutivo, classificando-o como uma contribuição de quem faz educação há 40 anos e como resultado de um trabalho de análise de tudo o que havia no Senado sobre LDB. Apesar de suas credenciais , Darcy foi duramente atacado e não reagiu quando vários senadores questionaram a origem de seu substitutivo. O senador Valmir Campelo (PTB-DF), presidente da Comissão de Educação do Senado à época da apreciação do texto de Cid Sabóia, estranhou que a LDB tenha retornado àquela comissão, depois da aprovação do substitutivo de Cid.

Além da tramitação, o projeto de Darcy foi criticado por não conter importantes propostas como a garantia da obrigação do Estado com ensino público e gratuito, que constam do substitutivo Cid Sabóia. Aprovado o substitutivo de Darcy, resta agora aos senadores apresentar emendas que poderão ser retiradas do texto do substitutivo Cid Sabóia.

A LDB de Darcy está sintonizada com os projetos do governo

- por omissão, permite a cobrança de taxas escolares em todos os níveis, não garantindo a gratuidade do Ensino Superior (PL 282/95, cobrança de mensalidade).
- fere e limita a autonomia universitária (escolha de dirigentes, PL 107/95 - PEC 233)
- possibilita a contratação de pessoal sem concurso público; retira o pessoal das Universidades Federais do Regime Jurídico Único, permite a criação de planos de cargos e salários por universidade, quebrando o princípio da isonomia (PEC 173 da Reforma Administrativa);
- reduz a concepção de avaliação institucional (Medida Provisória 1126, que institui o exame de final de curso nas universidades);
- limita a obrigatoriedade da gratuidade ao ensino fundamental.

A volta do clientelismo

Em vitória apertada, governo consegue acabar com estabilidade dos servidores

O governo conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o fim da estabilidade dos servidores públicos. Com isso funcionários federais, estaduais e municipais poderão ser demitidos por insuficiência de desempenho e excesso de quadros. A emenda do relator Prisco Viana (PPB-BA) defendia que as demissões só poderiam atingir os servidores que fossem contratados após a promulgação do novo texto constitucional. A emenda do relator foi derrotada por 27 a 23 votos, o que significou uma vitória apertada para o governo.

Garantida a manutenção da proposta inicial, o governo vai tentar votar na CCJ as regras que estipulam critérios para as demissões. Pela emenda, a demissão por excesso de quadros poderá ser utilizada pelo governo sempre que tenham ultrapassado 60% do teto legal das receitas com o pagamento do funcionalismo. A emenda também estipula que o "ajuste da máquina" deve ser feito até o final de 1998. No dia da votação que retirou o direito à estabilidade dos servidores públicos, milhares de trabalhadores se concentraram na Esplanada dos Ministérios e promoveram uma grande manifestação contra o que consideram uma inconstitucionalidade e a volta do clientelismo e do apadrinhamento no serviço público. A Andes-SN, a Fasubra, CUT, UNE e várias entidades estiveram presentes.

Com a Reforma do Estado os servidores perdem

- a isonomia entre os Três Poderes
- a irredutibilidade dos salários
- os aumentos salariais iguais para civis e militares
- a estabilidade, com demissões por insuficiência de desempenho e excesso de quadros
- o concurso público para a maioria das funções, inclusive magistério.
- o Regime Jurídico Único

A reforma propõe ainda:

- a transformação de hospitais, escolas e universidades em "organizações sociais", um caminho para a privatização dessas instituições
- a fixação de limite de idade para a admissão em cargos públicos.
- reestruturação de ministérios e órgãos públicos sem submissão de projeto de lei ao Congresso Nacional.

VOTE

21 22 novembro

Urnas nas Unidades. Participe!

Além da inscrição da chapa para a próxima diretoria da ADUFRJ,17 professores se inscreveram para o Conselho de Representantes. O Conselho faz a ligação da entidade com os professores em seus locais de trabalho. As inscrições continuam abertas já que as vagas não foram totalmente preenchidas. Participe. Basta dar o seu nome na secretaria da AD. Os professores inscritos até agora são:

Arquitetura: Roberto Houaiss, Wanda Vilhena Freire e Osvaldo Luis Souza Silva
Letras: Violeta Rodrigues e Leonor Werneck
Inst. Química: Claudia Moraes de Resende e Heloísa Costa Marques (suplente)
Inst. Física: José Simões (suplente)
Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
ICB: Elizabeth Baldo Correia
NESC: Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi e Regina Helena Simões (suplente)
Engenharia: Henrique Longo e Eduardo Gonçalves Serra
IFCS: Franklin Train e Zuleide Faria de Melo e Laudicéa de Souza Pinto (suplente)
Psicologia: Ruth Barbosa

Decretos interferem na autonomia

O decreto 1.648 de 27 de setembro, assinado pelo presidente da República e pelo ministro da Administração, fere autonomia das universidades ao obrigar que a participação de servidores públicos federais em conferências, congressos ou eventos similares no país somente poderá ser feita mediante autorização dos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das autarquias e fundações públicas federais. A sua autorização deverá ser publicada no Diário Oficial da União com antecedência de até dois dias da data do início do evento.

Com este decreto, o governo só aumentará os entraves burocráticos, desestimulando a participação de professores em congressos e seminários, tão necessários à qualificação e aprimoramento docente.

Outro decreto, nº 1.658 de 5 de outubro, determina que caberá ao ministro da Administração a definição de normas e procedimentos para a realização de concursos públicos, que deverão ser periódicos e sujeitos a uma autorização do Ministério. Até a nomeação dos concursados vai depender de prévia autorização do ministro. As universidades vão perdendo assim sua autonomia e ficarão submetidas ao jogo de interesses do governo federal que poderá praticar mais facilmente uma política clientelista.

Reforma da Previdência volta a ser discutida por governistas

Não custa nada rememorar. Este ano o governo se concentrou na quebra da estabilidade dos servidores, na aprovação da nova versão para o Fundo Social de Emergência, retirando mais verba da saúde e da educação para pagar os juros das dívidas interna e externa, na quebra dos monopólios, arrasando com a soberania nacional. Mas para quem acha que todas essas "reformas" fizeram o governo esquecer daquela que vai acabar com o direito a seguridade da maioria da população, não se iluda. Tão logo consiga aprovar a reforma do Estado, o governo voltará a jogar pesado para fazer a reforma da Previdência e acabar com as aposentadorias por tempo de serviço, a aposentadoria integral para servidores públicos e tantas outras garantias e direitos dos trabalhadores.

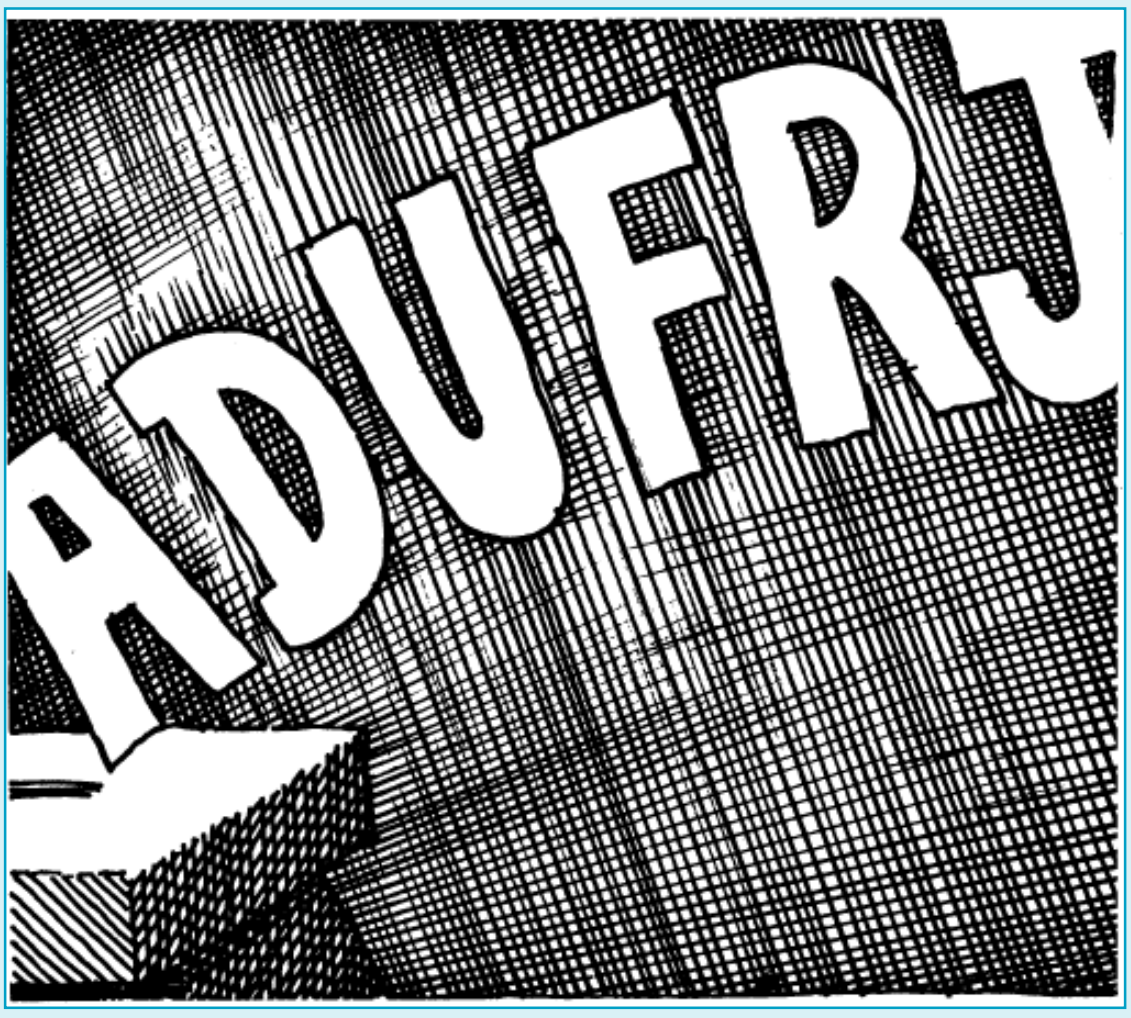
ADUFRJ

ELEIÇÕES

DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES

21 22

novembro



Urnas nas Unidades.
participe!

J.O.R.N.A.L

Associação dos Docentes da UFRJ

ANDES-SN

Nº 20
Dezembro/95
Janeiro/96

ADUFRJ

CAMPANHA SALARIAL

Governo acena com a possibilidade de não reajustar os servidores públicos federais na data-bztse, em janeiro. Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e demais servidores reivindicam reposição emergencial de 59,96%. Páginas 4 e 5.

Assembléia Geral

quinta-feira
14 de dezembro
14 horas
Auditório do CFCH
Campus da Praia Vermelha

Pauta

Medida Provisória 1195 (fim do abono pecuniário)

Ação judicial pelo reajuste de 28,86% concedido aos militares em janeiro de 93

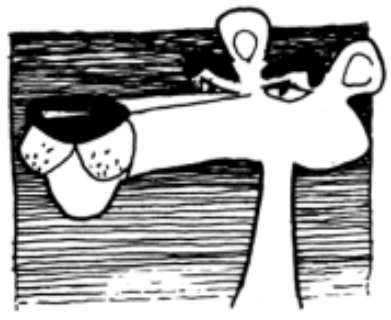
Preparativos para o XV Congresso da Andes-SN (fevereiro/96)

Campanha Salarial/96

A verdade sobre os 28,86%

Andes-SN recomenda Ações locais. ADUFRJ faz assembléia onde será discutido o reajuste que foi concedido somente aos militares, em 93. 8

Nova diretoria e Conselho de Representantes tomam posse. 6



ENTREVISTA COM A PANTERA SOBRE A PASTA ROSA 8

AD editorial

Vencer a inércia

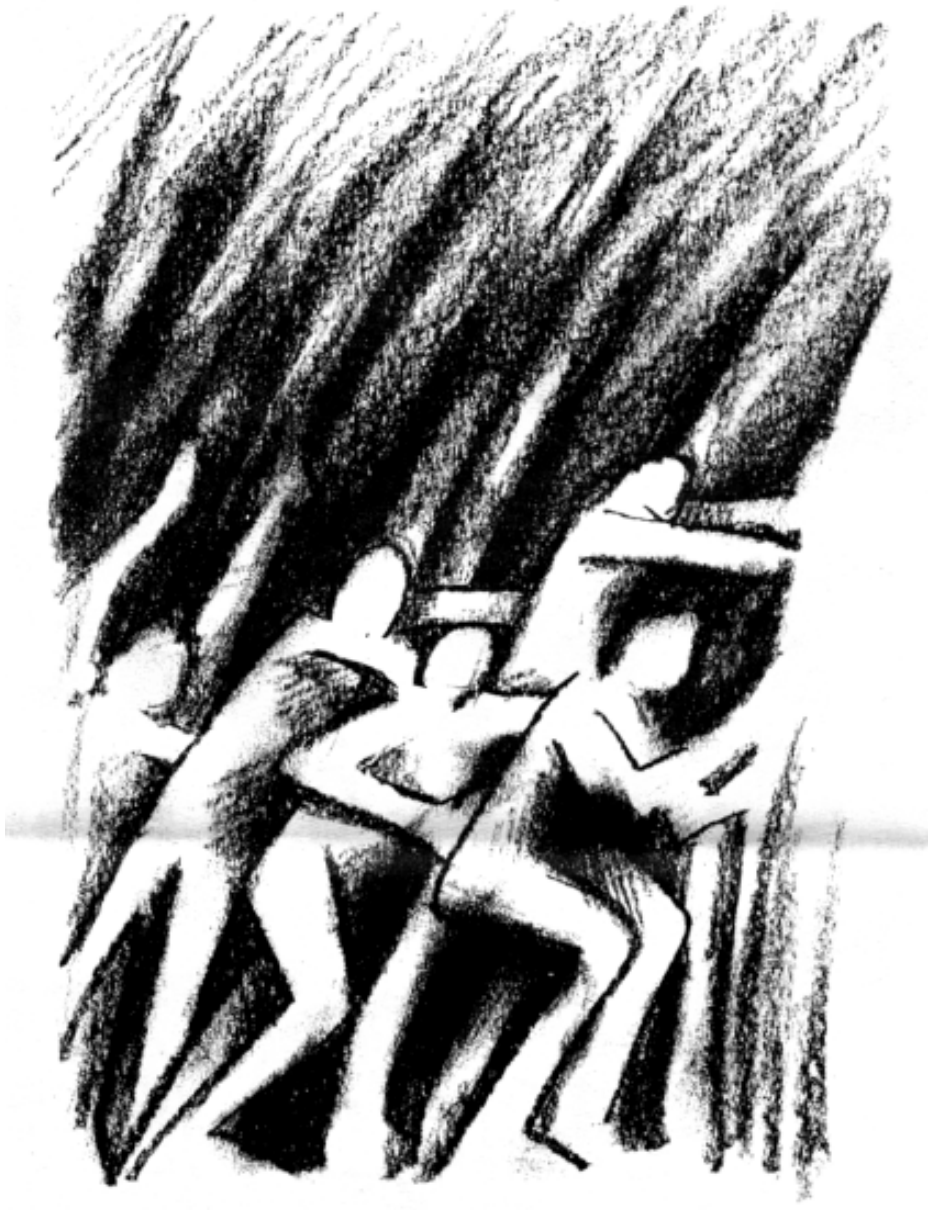
ESTAMOS às vésperas da data-base na qual nossos salários devem ser reajustados e as perspectivas não parecem ser nada boas. As perdas salariais são enormes e o governo ameaça nada repor.

E não fica só nisso. Proíbe a venda do terço das férias, por medida provisória, justamente na época que o calendário escolar nos obriga a escolher. Ameaça com a burocracia do ponto sem qualquer consideração pelo conteúdo do nosso trabalho. Estrangula a universidade através da contenção de verbas e da não realização de concursos. Impõe, com a conivência "negociada" do Congresso, a reforma liberal do estado e da previdência social.

A tudo isto, nossa categoria tem reagido de forma escandalosamente tímida. Há protestos isolados de alguns dirigentes universitários e sindicais, cartas de docentes a jornais, alguns discursos em sala de aula etc. Mas falta a resistência coletiva e organizada que já deu mostras, no passado, em condições até mais adversas, da sua capacidade de luta e de influência na política nacional.

Podemos(e devemos) fazer muitas avaliações sobre como chegamos a este estado de coisas. A conjuntura, no entanto, é grave demais para que continuemos a nos omitir. É preciso ação urgente e decisiva, coordenada a nível local e nacional. O que está em perigo é o serviço público em geral e a universidade pública em particular.

Nossa Associação, como outras entidades, tem passado por graves dificuldades, que começam a ser enfrentadas. Estamos com uma diretoria mínima e um conselho de representantes em crescimento. Elegemos como prioridades básicas a conscientização e a mobilização da categoria. As reuniões nas unidades e a Assembléia Geral de 14/12 são os próximos passos. Sua participação é necessária e contamos com ela.



JORNAL ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 ILHA DO FUNDÃO - CEP: 21944 CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ TELEFONE: 590-4799/FAX:260-6368
DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA **1º VICE:** ROSANNE EVANGELISTA DIAS
1º SECRETÁRIO: EDWALDO CAFEZEIRO
EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO: ANA MANUELLA SOARES MTB: 18.190
REPORTAGEM: PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: VANOR CORREIA **TIRAGEM:** 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL: adufrj@ax.ibase.org.br

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ

- **INSTITUTO DE FÍSICA:** JOSÉ A. M. SIMÕES
- **INSTITUTO DE QUÍMICA:** CLAUDIA MORAES DE REZENDE E HELOISA COSTA MARQUES
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** ROBERTO HOUAISS, OSWALDO LUIZ S. SILVA E WANDA VILHENA
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK, VIOLETA RODRIGUES E ROBERTO ROCHA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** FRANCISCO ARY MEDEIROS
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** FRANKLIN TREIN, LAUDICÉIA DE S. PINTO E ZULEIDE FARIA DE MELLO
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** RUTH BARBOSA E SILVIA B. NUNES
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** MIRIAM KAIUCA E REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
- **INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA:** INÁ PIRES DE CARVALHO
- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** LEANDRO NOGUEIRA FILHO E PAULO ROBERTO PERES
- **NÚCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA:** MARIA DE FATIMA SILIANSRY E REGINA HELENA SIMÕES
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** EDUARDO GONÇALVES SERRA, HENRIQUE LONGO E LUCIANO MENEZES

Explosão no Instituto de Física

Instalações do bloco A do CT são precárias. Diretor do Instituto de Física quer novo prédio, avaliado em R$ 12 milhões.

Um reservatório de nitrogênio líquido explodiu no Laboratório de Baixas Temperaturas, no quarto andar do Instituto de Física, na sexta-feira, dia 1 de dezembro, por volta de meia noite. O acidente causou estragos que podem chegar a R$ 200 mil, segundo o diretor do Instituto, professor Bernard Marechal. Para ele, é muito provável que o acidente tenha ocorrido por se tratar de um cilindro de mais de 15 anos e que não vem sofrendo verificação há muito tempo, por falta de verba para manutenção em laboratórios como esse. Cada reservatório deste tipo custa em tomo de 10 mil dólares e sua verificação anual custa U$ 1.000.

Se o acidente tivesse ocorrido de dia ou durante as aulas noturnas provavelmente tomaria proporções de tragédia. Com a explosão, causada pelo aquecimento rápido do nitrogênio, o reservatório atingiu o teto do laboratório, danificando a laje do quinto andar e caiu no piso de uma sala de aula do terceiro, perfurando mais duas lajes. Essa explosão não é a primeira e poderá não ser a última em um edifício que foi projetado, segundo o diretor do IF "para abrigar gabinetes e há mais de 30 anos vem alojando laboratórios, bibliotecas e salas de aulas, muitos deles com instalações inadequadas para sua utilização". O diretor vem tentando fazer com que a reitoria encampe um projeto de construção de um prédio para o IF avaliado em R$ 12 milhões.

O reservatório mantém o líquido em uma temperatura de - 196 ºC, muito abaixo da temperatura ambiente, funcionando como uma espécie de garrafa térmica de aço e alumínio, separados a vácuo. O que pode ter ocorrido, segundo alguns professores do Instituto e o próprio Marechal, é que devido à idade do reservatório e à falta de verificação da parte interna as válvulas de segurança não suportaram uma provável fissura no alumínio, havendo aquecimento super acelerado, o que provavelmente causou a explosão.

O IF possui outro reservatório igual ao que explodiu, que foi desativado no dia do acidente. O nitrogênio armazenado nesse tipo de equipamento serve para a produção de gás hélio e outros materiais que são utilizados por varias unidades, inclusive vizinhas do IF, como o Instituto de Química, a Escola de Engenharia. entre outras. Devido a explosão, cinco laboratórios poderão ter suas atividades paralisadas, além de comprometer várias pesquisas e estudos em curso.

De acordo com o professor Marechal, a perícia será feita por técnicos da COPPE. A diretoria do Instituto também está aguardando um relatório da comissão responsável pelo serviço de produção de líquidos criogênicos, formada por professores da unidade que respondem diretamente pelo laboratório. A empresa White Martins segundo Marechal, se ofereceu para pagar os custos da perícia. Esta mesma empresa possui vários outros cilindros, alugados pela universidade, que circulam diariamente pelos corredores e elevadores do Bloco A. Segundo a direção do IF, a responsabilidade pela segurança desses equipamentos é da própria WM e não há prática de fiscalização por parte da universidade ou do Instituto para averiguar se os cilindros contendo vários tipos de gases estão realmente em boas condições.

Embora pertencente ao CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, o IF ocupa parte do terceiro e quarto andares do bloco A do Centro de Tecnologia. Parte do quarto, o quinto e o sexto andares são ocupados pelo Instituto de Química, também do CCMN, que possui instalações em condições tão ou más precárias do que seu vizinho.

Não é de hoje que a comunidade reclama das condições do bloco A do CT. Elevadores que nunca funcionam, fontes radioativas, cilindros de gás que circulam diariamente no hall, dentro dos elevadores e nos corredores. Entrepisos são utilizados para todos os tipos de tubulação, elétrica, hidráulica e de gases, sem conhecimento total do que é instalado. O sistema de incêndio também não sofre verificação periódica e muito menos é proporcionado qualquer tipo de ensaio para prevenção de acidentes ou incêndios para as pessoas que freqüentam o prédio.

Universidade Solidária é criticada

Programa lembra Projeto Rondon e é questionado por conselheiros da ADUFRJ

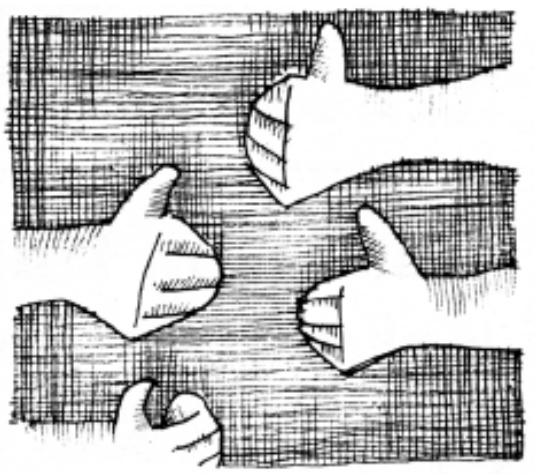
O projeto piloto Universidade Solidária pretende mandar 1000 estudantes e 100 professores de 62 universidades para municípios do nordeste e da região do Vale do Jequitinhonha (MG) para atuarem em comunidades carentes levando conhecimentos básicos de higiene, saúde, educação, ensino à distância e cidadania. A projeto é promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em parceria com o MEC e com o programa Comunidade Solidária.

O objetivo do projeto, que lembra o antigo projeto Rondon dos anos 60 e 70, é mobilizar os estudantes e as universidades para atuarem nas regiões carentes do país e inicialmente funcionará em 110 municípios. Cada estudante receberá R$ 250,00 para trabalhar durante um mês.

Prefeituras de todos os municípios do interior do Nordeste com população variando entre 10 mil e 30 mil habitantes foram informadas do programa, mas somente as primeira 100 cadastradas participarão do projeto, que começa em fevereiro.

Na primeira quinzena de janeiro, os estudantes receberão nas próprias universidades um treinamento para repassar os conhecimentos adquiridos. Eles receberão também o material com que irão trabalhar, produzido por entidades como Fiocruz, Fundação Roberto Marinho, MEC e SENAI. As prefeituras irão abrigar os estudantes e alimentá-los durante as três semanas de duração do programa. Após essa fase experimental, os organizadores junto com os alunos e lideranças comunitárias farão uma avaliação do trabalho realizado e o MEC e o CRUB decidirão se o programa é viável e se terá continuidade.

Já na primeira reunião do Conselho de Representantes da ADUFRJ, o projeto foi alvo de críticas em relação aos seus objetivos. O principal questionamento dos professores foi a falta de um projeto acadêmico discutido com a comunidade universitária para o desenvolvimento deste tipo de trabalho. Tendo a mesma filosofia do Programa Comunidade Solidária, o receio dos docentes é que no programa estudantes e professores sirvam de instrumento para levar "kits miséria" para a população carente do interior do país.



O programa Comunidade Solidária, inspiração para o projeto Universidade Solidária, foi duramente criticado na primeira Conferência Nacional de Assistência Social por delegados de 700 entidades governamentais e não-governamentais, que pediram sua extinção. Ao todo o encontro produziu oito moções de repúdio ao programa coordenado por dona Ruth Cardoso. Segundo os participantes da Conferência, o Comunidade apenas distribui cestas alimentares e repassa merendas para escolas, esta última uma tarefa que cabe ao próprio governo.

JANEIRO É O MÊS DA DATA-BASE

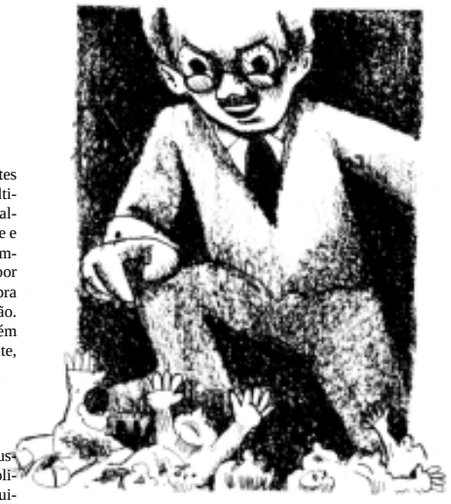
A inflação do Real

De tão evidentes, as perdas salariais recentes sofridas pelos servidores públicos federais nos últimos tempos são inquestionáveis. Não é preciso calcular índices para saber que a inflação do real existe e que os reajustes concedidos pelo governo não a acompanham. O simples fato, percebido diariamente por todos nós, de que o dinheiro que se ganha compra cada vez menos coisas é a maior prova desta situação. Ainda sem precisar calcular nada, podemos também concluir que este descompasso não é insignificante, pois, se o fosse, sequer o perceberíamos.

A necessidade de uma política salarial

Só este fato já seria motivo suficiente para justificar uma política salarial para os servidores públicos que lhes garantisse a manutenção do poder aquisitivo dos salários, independentemente da maior ou menor afeição que o governante de plantão pudesse ter por eles. Assim como a estabilidade, a proteção dos salários é uma condição absolutamente necessária para o exercício isento e adequado da função pública.

A inexistência de tal política (e mesmo de qualquer política) não é uma novidade do Plano Real. Todos os muitos planos econômicos que se abateram sobre o país nos últimos dez anos tiveram sua sustentação na revogação de mecanismos de proteção dos



salários, "congelados" após reajustados, sempre para baixo, conforme a "media real" de alguns meses anteriores. Com isto, cada plano tratou de consolidar a perda salarial provocada pelo plano anterior, antes que os trabalhadores conseguissem recuperá-la. Assim, não foi por acaso que os planos sempre surgiram em ocasiões nas quais os salários começavam a "indexar-se", a exemplo das rendas, juros e similares. O essencial dos planos tem sido justamente a abolição da política salarial vigente.

Gastos da União com pessoal

Lei de 95 retira possibilidade de aumento dos servidores públicos federais

O governo federal vem plantando na grande imprensa a notícia de que os gastos da União com pessoal em 1995 ultrapassam o limite permitido pela Constituição Federal (CF). A verdade não é bem essa. O que a CF fez foi determinar, no seu art. 169, que algum limite deveria ser fixado, através de lei complementar. Enquanto isso não ocorreu, ficou valendo o artigo 38 do Ato das Disposições Transitórias, que definiu este limite em 65% da Receita Corrente.

Em 1989, a deputada federal Rita Camata apresentou um Projeto de Lei Complementar (PL 195) sobre o assunto, no qual o limite ficou reduzido para 60% da Receita Corrente Líquida, que corresponde à Receita Corrente diminuída de diversos valores, principalmente de despesas com benefícios da Previdência Social.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara em 91 e pelo Senado em 95, tendo se convertido na Lei Complementar 82, de 23/03/95. Para se ter um idéia das conseqüências desta mudança de critério, basta analisar os valores do Orçamento da União para 95: como a Receita Corrente prevista era de R$ 111,44 bilhões, o limite para os gastos com pessoal seria pela lei anterior de 65% desse valor, isto é, R$ 72,44 bilhões. Já pela nova lei, o limite baixou para R$ 31,69 bilhões, correspondentes a 60% da Receita Corrente Líquida, orçada em R$ 52,81 bilhões. Como as despesas previstas com pessoal e encargos sociais somam R$ 31,21 bilhões, a nova lei em vigor não deixou praticamente nenhum espaço para aumento salarial. Pela legislação anterior, os salários poderiam até ser dobrados, sem desrespeitar o tal "limite constitucional".

Que índice estamos reivindicando?

Ainda que seja claro que nossos salários se desgastaram, não parece claro, no entanto, como quantificar esse desgaste e como reivindicar a sua reposição. A quantificação em si parece defrontar-se com grandes dificuldades técnicas. Afinal, tivemos nestes últimos anos uma inflação acumulada com dez algarismos, atingindo seis diferentes moedas, acompanhada de uma enxurrada de mais de sessenta instrumentos legais sobre salários (leis, decretos, medidas provisórias - sem contar reedições -, portarias etc), que resultaram numa enorme quantidade de índices, tabelas, reajustes, abonos, gratificações etc.

Mas a dificuldade não é técnica e sim política. O verdadeiro problema consiste em se chegar a um acordo sobre os índices de inflação a usar, o caráter dos reajustes recebidos e o período a ser reposto. Uma vez fixados estes eixos, o cálculo da reposição necessária, embora trabalhoso, não tem mistérios. A escolha do índice de inflação é crucial. Conforme a escolha, a inflação dos últimos doze meses foi igual a apenas 15%, pelo IGP-M da FGV, ou a 47%, pelo ICV do DIEESE, passando pelos 24% do INPC do IBGE, entre tantos outros. Os sindicatos tem historicamente adotado o cálculo do DIEESE, por considerá-lo imune a manipulações. A ultima variação calculada foi a de novembro/95, igual a 2,79%. Nos exemplos que se seguem, suporemos 2,5% para dezembro.

Escolhido o índice, o reajuste a ser reivindicado dependerá também de como considerar os reajustes concedidos a título de isonomia (12,99% em setembro de 1994 e 9,37% em dezembro de 1994) e os aumentos da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) (que era de 100% do vencimento em janeiro de 1994 e passou para 120% em fevereiro, para 140% em abril e para 160% em junho).

Os reajustes por isonomia têm o objetivo de equiparar os salários dos servidores dos vários poderes e seriam devidos mesmo que não houvesse inflação. Por sua vez, a GAE, embora incorporada ao salário para fins de descontos (Imposto de Renda e Previdência Social), não o é para fins de vantagens (anuênios).

Podemos assim calcular vários índices de reajuste para janeiro de 1996. Se quisermos, por exemplo, repor as perdas desde janeiro de 1994 sem levar em conta os ganhos por isonomia, precisamos de um aumento de 141,01%. Não considerando os aumentos da GAE, este número sobe para 213,31%. Se for só para repor as perdas desde janeiro de 1995, o aumento deverá ser de 47,06%.

Já se quisermos retornar aos níveis salariais de abril de 1987 (quando se fez a isonomia das fundações e autarquias), levando em conta todos os reajustes, a qualquer título, havidos de lá para cá, os salários deveriam ser reajustados em 75%. Este cálculo foi feito com base na comparação do salário de Auxiliar I 20horas com o salário mínimo do DIEESE.

A reposição salarial emergencial de 59,96%

Em agosto deste ano, a ANDES-SN preparou uma proposta de política salarial para os SPFs para a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores federais (CNESF). As perdas salariais acumuladas entre janeiro de 1994 e junho de 1995, calculadas nessa época sem se levar em conta a isonomia e a GAE, atingiam 184,37%. A proposta propõe que se reivindique uma **REPOSIÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL** para janeiro de 1996 igual a 59,96%, além da reposição de 10,83%, relativa ao IPC-r acumulado de janeiro a junho de 1995. A combinação destes dois índices corresponde aos 184,37% descontados dos reajustes relativos a isonomia (23,39%) e a GAE (30%).

A pauta de reivindicações e a negociação

A proposta está em discussão. É importante que haja consenso entre todos os sindicatos de servidores públicos quanto ao índice de reajuste reivindicado, para que tenhamos mais força nas negociações com o governo. A posição deste até agora foi a encenação de uma discordância entre o ministro Serra, que dizem os jornais não querer conceder qualquer reajuste e o ministro Bresser, que estaria "lutando" para nos conseguir um reajuste de 10,83%. Acredite quem quiser. O caráter político da determinação do índice de reajuste e dos demais itens da pauta de reivindicações mostra com clareza a necessidade da participação mais intensa possível de todos os docentes na discussão dos critérios a adotar. Tão importante quanto o consenso entre os sindicatos é a coesão da nossa categoria e esta só poderá ser obtida através do esclarecimento e do debate.

A campanha salarial está na pauta da Assembléia Geral da ADUFRJ do dia 14 de dezembro. Nas unidades onde foram eleitos representantes, serão realizadas reuniões preparatórias entre os dias 12 e 14, nas quais haverá mais tempo para a discussão dos pontos de pauta da Assembléia. O sucesso das negociações com o governo depende completamente do grau de mobilização da categoria que conseguir-mos atingir, pois este determinará a pressão que seremos capazes de exercer sobre o governo. Só quem não acompanha a política nacional é que pode achar que o governo é imune a pressões. Vamos deixar que só se exerçam sobre ele as pressões de banqueiros, fazendeiros e empresários?

Os eixos e reivindicações para a data-base (janeiro de 1996) indicados pelo Setor dos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Andes-SN em 11/11/95.

Para a pauta do setor:

Autonomia, democracia e verbas
- carreira única;
- regime jurídico único;
- isonomia entre as IFES;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- garantia de financiamento público para as IFES.

LDB
- Substitutivo Cid Sabóia ao PLC 101/93.

Emprego
- estabilidade;
- concurso público.

Salário
- política salarial;
- índice de reajuste (59,96%);
- pagamento dos precatórios';
- incorporação da GAE no seu valor mais alto.

Aposentadoria
- garantia de aposentadoria por tempo de serviço;
- equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados;
- manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do Ministério da Educação e do Desporto. Este pagamento não pode se dar na conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".

Pauta dos Servidores Públicos Federais

Garantia e valorização dos serviços públicos
- investimentos públicos para implementação de políticas sociais que assegurem educação, segurança e seguridade social (saúde, previdência e assistência).

Salário
- política salarial;
- índice de reajuste (59,96%);
- isonomia entre os três poderes;
- incorporação da GAE no seu valor mais alto.

garantia dos direitos sociais
- emprego;
- estabilidade;
- concurso público;
- RJU;
- aposentadoria por tempo de serviço e com equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados:

ADUFRJ tem nova diretoria

A chapa Reconstrução durante a solenidade da posse para a gestão 95/97

"O IDEAL seria se tivéssemos tido mais discussão e debates em relação às pro postas desta chapa, que inicia hoje seu mandato como uma chapa mínima e sua atuação certamente vai depender de um esforço conjunto com os 27 novos Conselheiros e os professores da UFRJ. O movimento docente é o espaço correto para debater nossas contradições no interior da universidade". Com essas paIavras o professor José Miguel SaIdanha Bendrao, eleito presidente da AD, juntamente com a vice-presidente Rosanne Dias e o 1º Secretário Edwaldo Cafezeiro, chamou a atenção dos professores presentes à solenidade de posse da nova diretoria para a necessidade da retomada das discussões em tomo dos rumos da entidade e do movimento docente na UFRJ.

Eleita por um total de 585 votantes, a nova diretoria da Associação de Docentes da UFRJ para o biênio 1995/97 contará com um Conselho de Representantes formado por 27 professores de várias Unidades. Esta nova composição da ADUFRJ promete promover condições para a reconstrução do movimento na universidade. Do programa da chapa constam a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade e a luta contra as reformas constitucionais que ameaçam as condições básicas para o exercício das funções do professor universitário. A promoção de debates, a luta pela democratização dos colegiados, pela transparência administrativa e pela qualidade acadêmica também são pontos de destaque no programa da nova diretoria que tomou posse dia 24 de novembro na Escola de Música da UFRJ.

Conselho é renovado com 27 professores

Grupos de Trabalho da Andes-SN

GT Política Educacional
GT Carreira Docente
GT Verbas
GT Comunicação e Artes
GT Ciência &Tecnologia
GT História do Movimento Docente
GT Seguridade Social
GT Política Agrária

O novo Conselho de Representantes da ADUFRJ fez sua primeira reunião no dia 6 de dezembro. Estiveram presentes 13 conselheiros e quatro justificaram a ausência. No total são 27 professores que junto com a nova diretoria da AD estarão em contato direto com seus colegas em cada unidade representada.

A pauta dessa primeira reunião incluía a discussão sobre Campanha Salarial 96, a programação da ADUFRJ para o próximo ano, o XV Congresso da Andes-SN em fevereiro entre outros assuntos. Mas o tema mais debatido foi sem dúvida a questão salarial dos docentes e demais servidores públicos federais.

Com o governo acenando com a possibilidade de não dar nenhum reajuste em janeiro, mês da data-base dos SPFs, os membros do Conselho presentes na reunião resolveram promover encontros com outros professores em suas Unidades ainda antes da Assembléia Geral do dia 14 de dezembro, onde será discutida toda a Campanha e a pauta de reivindicações que foi proposta na reunião do Setor das Federais da Andes-SN, dias 10 e 11 de novembro, em Brasília.

O Conselho iniciou um planejamento de possíveis eventos promovidos pela ADUFRJ para 96. Surgiram várias idéias. A realização de debates combinando assuntos relacionados ao dia-a-dia da universidade e temas mais conjunturais foi uma proposta de vários conselheiros.

Na reunião foram lembrados os diversos seminários, encontros e outros eventos dos Grupos de Trabalho da Andes-SN, que, segundo os conselheiros, devem ter uma presença constante de professores da UFRJ. Os GTs da Andes-SN se dividem em temas como Ciência & Tecnologia, Política Agrária, Verbas, Política Educacional, Comunicação e Artes entre outros.

Déficit docente

Os Conselheiros presentes aceitaram a proposta da nova diretoria para a realização de um levantamento sobre a real situação de concursados que ainda não foram nomeados, substitutos e outros professores que estiverem exercendo funções docentes em condições de trabalho precárias. Os Conselheiros encarregaram-se de fazer nas suas respectivas unidades um mapeamento do déficit de docentes e das condições de trabalho dos que não fazem parte do quadro efetivo da universidade.

MST denuncia campanha contra reforma agrária

Agência Andes (Brasília) - As denúncias de vendas de lotes no Pontal de Paranapanema (SP), veiculadas recentemente pela imprensa, não passam de uma nova campanha articulada pelos setores mais reacionários da sociedade para impedir que a reforma agrária ganhe nova dinâmica diante do recrudescimento das ocupações de terra.

A opinião é de um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Sem-Terra, Gilberto Pontes de Oliveira. Ele admite que em alguns assentamentos a venda de lotes venha acontecendo realmente, mas culpa o governo por não oferecer aos colonos as condições mínimas de produção.

"Sempre deixamos claro aos governantes que muitos assentados acabam vendendo - ou desistindo do assentamento - não por vontade própria, mas em função da política agrícola do governo, que só beneficia os grandes produtores", acusa. Segundo Gilberto, quando os assentados obtêm um pedaço de terra se deparam com um dilema crucial: ou dispõem de um mínimo de infraestrutura, como dinheiro para custeio e investimentos, ou acabam sendo obrigados a vender o lote, até para não passar fome com a família.

De todo modo, o coordenador do MST observa que a venda de lotes envolve uma percentagem mínima de colonos, constituindo casos isolados diante do conjunto das desapropriações realizadas até agora para fins de assentamento.

No caso específico do Pontal de Paranapanema, um dos primeiros assentamentos promovidos durante o governo Estadual de Franco Montoro, Gilberto acusa o vice-prefeito do município de estar por trás da especulação, uma vez que as negociações de lotes eram feitas no próprio escritório da autoridade local.

"Sempre fomos contra qualquer tipo de especulação e vendas de lotes, mas nós responsabilizamos o governo por abandonar os assentamentos e entregar os sem-terra à própria sorte, o que acaba favorecendo este tipo de anomalia", afirma.

Mídia

A denúncia de venda de lotes nos assentamentos, da forma como foi colocada na mídia, deixa claro que o grande objetivo é retardar o processo de reforma agrária no país, que aos poucos vem conquistando o apoio da sociedade. De dois anos prá cá, os sem-terra foram alvos de pelo menos duas acusações sem fundamento, sempre, coicidentemente, em momentos conjunturais importantes do ponto de vista das ocupações de terras improdutivas. No final do governo Itamar Franco, alguns setores da sociedade começavam a assumir a defesa da reforma agrária e o governo tratou de plantar na imprensa a informação inverídica de que havia cubanos infiltrados no movimento.

FHC também usa imprensa

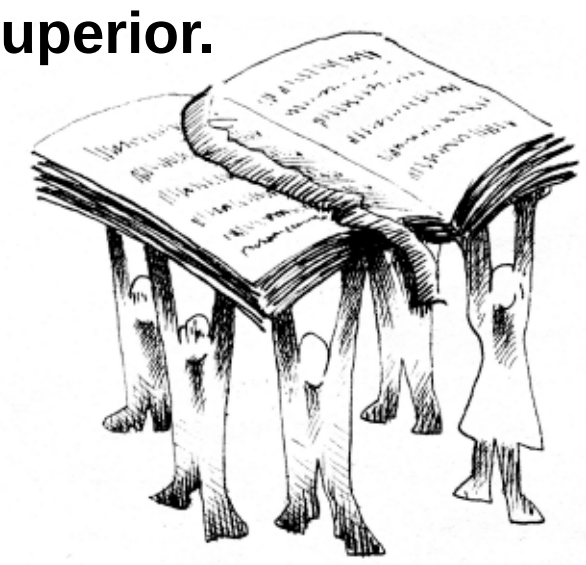
O governo Fernando Henrique apesar do discurso oficial de defesa dos direitos humanos, não tem tido postura diferente. Logo no início de seu mandato, o governo também plantou na imprensa a falsa informação de que o movimento estaria infiltrado de guerrilheiros do Sendero Luminoso. "Imediatamente solicitamos uma audiência com o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, para que nos apontasse onde estavam os 12 senderistas, quem eram eles e o que faziam no movimento. O secretário então respondeu que o governo não tinha haver com as acusações. Exigimos então uma retratação", recorda o coordenador do MST. Agora setores interessados em impedir o prosseguimento da reforma agrária voltam à carga com a denúncia de venda de lotes, como se fossem os sem-terra os grandes especuladores.

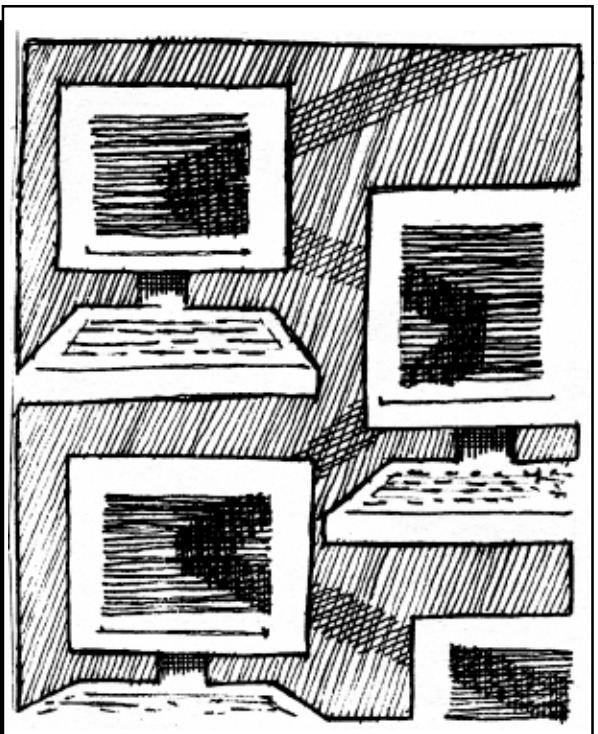
Segundo o MST, existem hoje no país mais de 135 mil famílias assentadas e que estão organizadas em 22 estados, comprovando o sucesso do pouco que se fez até agora em termos de reforma agrária.

AGENDA

XV Congresso da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Um evento que reúne professores de universidades públicas e particulares de todo o país, o Congresso da Andes-SN vai ser realizado na cidade de Santa Maria(RS), no período de 1 a 6 de fevereiro. Como Temário Geral "Educação, Trabalho e Cidadania", o XV Congresso foi dividido em quatro temas: Movimento Docente e Conjuntura; Reestruturação Produtiva e Políticas Sociais; Propostas da Andes-SN para a Universidade Brasileira; e Questões Organizativas e Financeiras. A Crise do Sindicalismo e o Movimento Docente será assunto de seminário que acontecerá durante a abertura do evento.





Adufrj na INTERNET

A ADUFRJ já está na Internet e vem construindo sua página na World Web Wibe no endereço: **www.ibase.org.br/~adufrj/index.html.** A AD também pode receber mensagens através do endereço eletrônico: **adufrj@ax.ibase.org.br.**

A idéia é aproveitarmos essa nova mídia para noticiar e divulgar assuntos de interesse da categoria docente, além de promover a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Tentaremos manter sempre informações sobre o movimento docente, os Congressos, Encontros, Seminários que são promovidos pelas ADs e pela Andes- SN, além das decisões da ADUFRJ, através da Diretoria, do Conselho de Representantes e das Assembléias Gerais.

A nossa *home page* vai permitir uma comunicação mais rápida entre os professores que navegam na Internet. O Jornal da ADUFRJ e a Agência de Notícias Andes, com a cobertura do que acontece no Congresso Nacional e informações sobre educação e universidade, também estarão em breve disponíveis na nossa página.

A diretoria da AD quer criar uma lista de discussão sobre as questões acadêmicas e sindicais que envolvem a categoria docente e produzir um cadastro de endereços eletrônicos. Para isso, solicitamos a todos os professores da UFRJ e de outras universidades que nos enviem uma mensagem para serem cadastrados o mais breve possível.

NOSSO BOLSO

Assembléia no CFHC discute a questão dos 28,86%

Na Assembléia Geral do dia 14 de dezembro, os professores da UFRJ terão mais informações sobre a recomendação da Andes-SN para que as associações docentes entrem com Ações Judicias locais para o pagamento dos 28,86% concedidos aos militares em 93. Segundo uma primeira consulta feita à assessoria jurídica da ADUFRJ, os docentes devem entrar com a Ação Judicial apenas por uma entidade de classe ou através de assessoria jurídica particular. Isso por que a lei não permite o acúmulo de Ações Trabalhistas referentes a um mesmo processo por uma mesma pessoa.

A diretoria da ADUFRJ recomenda aos seus associados que compareçam à Assembléia, dia 14, quando será debatida a questão, do ponto de vista jurídico e político. É bom esclarecer que o Mandato de Segurança impetrado pela Andes-SN, em 1993, refere-se apenas à garantia do aumento dos salários. O pagamento dos atrasados, seria objeto de outra ação, caso o mandato tivesse sido acolhido. Antes mesmo de receber o esclarecimento da Andes-SN (ver quadro), a assessoria jurídica da ADUFRJ lembrou que poderão haver problemas com as ações da ADUFRJ caso a universidade receba processos de um mesmo professor encaminhados por diferentes representações jurídicas (entidades ou particular).

Governo retira 1/3 do abono de férias

A Medida Provisória (MP) 1195, de 24/11/95, é a última (até agora) de uma série de reedições de outras medidas, que alteram diversos artigos da Lei 8.112, que instituiu o Regime Jurídico Único (RJU), relativos, principalmente, à incorporação de gratificação de função. De uma reedição para outra, no entanto, foram sendo introduzidas sutis modificações nas MPs. A última foi a revogação dos parágrafos do RJU que permitiam ao servidor converter 1/3 das suas férias em abono pecuniário.

O impacto desta medida no orçamento de cada um de nós é enorme. Como nossas férias são de 45 dias e o abono incidia também sobre o adicional de férias, a perda corresponde a 2/3 de um mês de salário. A "compensação" resultante, isto é, mais 15 dias de férias, poderia até ser interessante. Era preciso, no entanto, que tivéssemos dinheiro no bolso para gozá-los convenientemente, e também que nossas obrigações acadêmicas realmente dependessem desse prazo, o que está bem longe da verdade. O resultado prático da medida é, portanto, simplesmente mais um confisco salarial.

Documento encaminhado pela Andes-SN para todas as Associações Docentes, explicando a real situação sobre o parecer jurídico que trata do pagamento dos 28,86% que foi concedido aos militares em janeiro de 93

A VERDADE SOBRE OS 28,86%

Tem circulado nas Universidades Federais o "Parecer Jurídico nº 091/95-DLP" (Divisão de Legislação de Pessoal), do Ministério da Justiça, datado de 26/09/95, favorável ao pagamento do percentual de 28,86% a todos os servidores civis do Poder Executivo, concedido em janeiro de 1993 aos militares pela Lei nº 8.622/93.

A ANDES-SN preocupada com o volume de boatos que estão surgindo sobre o assunto vem esclarecer às ADs-SSind e aos seus associados o seguinte:

- Inicialmente, vale a pena esclarecer sobre o conceito jurídico de PARECER: "Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência", portanto, de caráter meramente opinativo, não vinculando à Administração, salvo se aprovado por ato subsequente, de uma autoridade ou instância superior.

- O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) condenou a União a pagar aos servidores que entraram com ação o referido reajuste, determinando que além de incorporar aos salários também fossem pagos os atrasados desde janeiro/93;

- A ANDES-SN ingressou com mandato coletivo em 31/08/93 pela categoria dos docentes a fim de obter o reajuste de 28,86% dos militares. Em 12/04/94 o STJ rejeitou a preliminar de incompetência, extinguindo o processo sem julgar o mérito, publicado no Diário da Justiça em 25/04/94. Diante desse fato, a ANDES-SN entrou com Recurso Ordinário ao STF em 19/05/95, pedindo a reforma da decisão exarada pelo STJ, cujo relato do Ministro Francisco Rezek foi contrário a tese do recurso da ANDES-SN. Com esse novo Parecer Jurídico do Ministério da Justiça, a ANDES-SN está recorrendo junto ao STF e orientando as Associações Docentes a que entrem também com ação a nível local.

- É verdade que o STF se manifestou, em reuniões administrativas, que esse aumento deveria se estender a todos os servidores civis da união, sem valor legal, como também é verdade que negou algumas ações que foram impetradas;

- Os servidores do Poder Judiciário e alguns docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul já recebem esse percentual, enquanto que outros ganharam e perderam posteriormente.

- A decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mesmo afirmando que a concessão do reajuste dos 28,86% deva ser estendida a todos os servidores do Poder Executivo, não tem poder de determinar tal pagamento, exceto para os propositores da ação julgada. A extensão administrativa ampliada depende, portanto, de uma decisão política que passa pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) e, possivelmente, pela Presidência da República.

- A ANDES-SN está atenta a esses fatos e manterá seus associados informados sobre qualquer deliberação que ocorra.

Jornais da Adufrj–SSind publicados no período de 01/1998 a 12/1998.

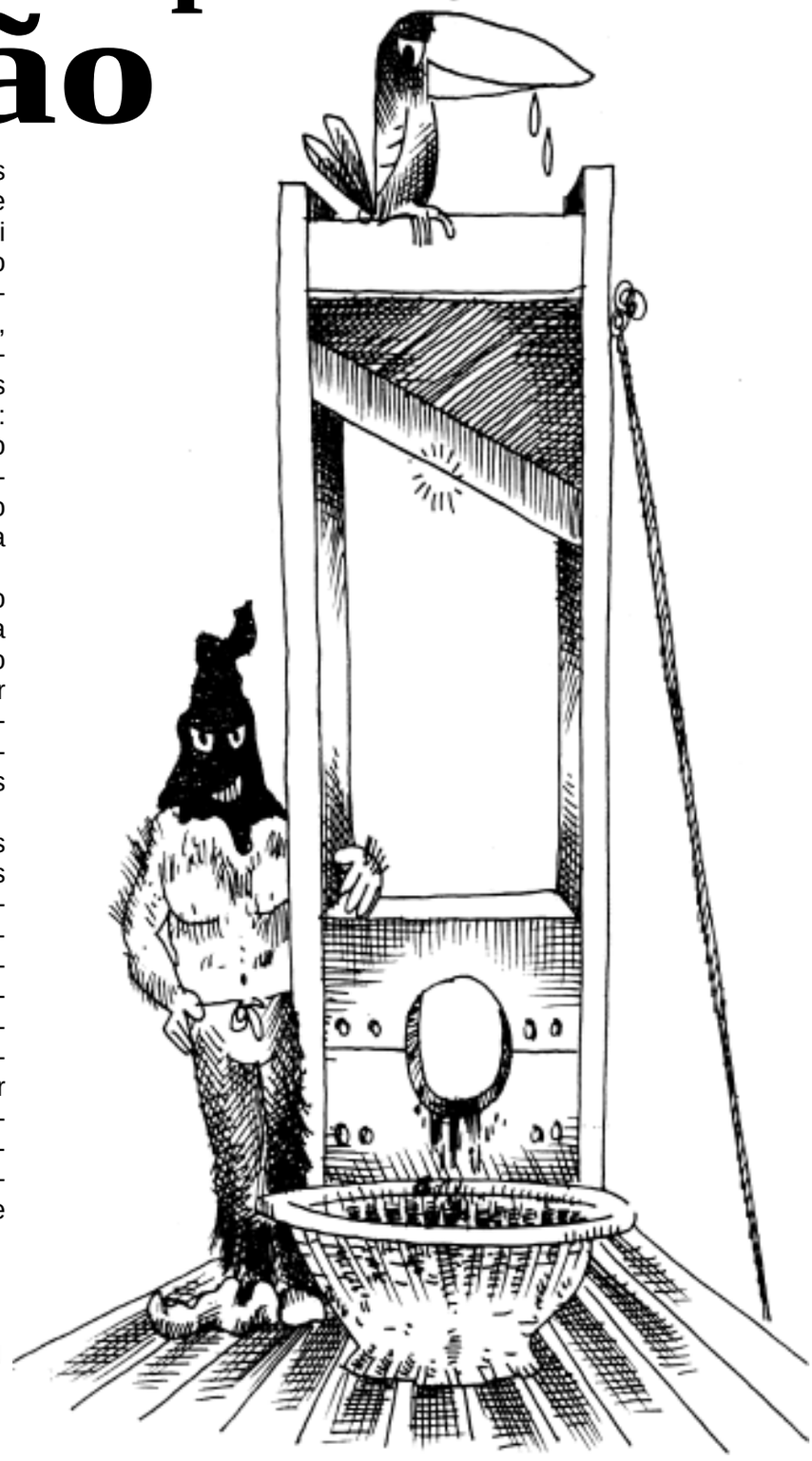
JORNAL
ANO V

EDIÇÃO ESPECIAL
RECADASTRAMENTO
JANEIRO/98

ADUFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

3 Anos sem reajuste salarial

Basta de irresponsabilidade e omissão



Ao encaminhar o recadastramento para as unidades, a reitoria da UFRJ novamente virou as costas para a comunidade universitária, em favor das exigências do governo FHC. Este tipo de comportamento subserviente vem sendo recorrente na atual gestão. Porém, neste caso, o mais grave não é o (habitual) servilismo da administração, mas o modo arbitrário como as questões fundamentais da universidade são tratadas: todas as decisões são tomadas pelo pequeno grupo que cerca a atual reitoria, excluindo as entidades representativas dos docentes e dos estudantes. E o Consuni praticamente deixou de existir, pois a falta de quorum tem sido sistemática.

Por isso, este Conselho nada deliberou a respeito do espúrio recadastramento. Infelizmente, a maioria de seus membros está conivente com o arbítrio e o autoritarismo da atual gestão. Deste modo, apesar do empenho de um reduzido número de conselheiros que dignamente não abriram mão de suas responsabilidades, a maior universidade federal do país segue à deriva em direção ao desmonte.

A Adufrj-SSind chama a atenção dos conselheiros faltosos para as conseqüências de suas sucessivas omissões. As universidades federais estão numa situação demasiado grave para que interesses de grupos se sobreponham aos da instituição. Num quadro de absoluta falta de direção autônoma, o Conselho Superior da UFRJ tem de assumir plenamente as suas prerrogativas. No próximo dia 22 estaremos no Conselho com a expectativa de encontrar os Srs. conselheiros cumprindo com as suas responsabilidades, discutindo e deliberando em consonância com a comunidade universitária e, sobretudo, tendo em vista os mais nobres anseios da sociedade brasileira.

Nota da Diretoria da Adufrj-SSind ao Conselho Universitário da UFRJ

Orientação da Adufrj-SSind para o recadastramento

Adufrj-SSind recomenda que os docentes solicitem as suas informações cadastrais com base no modelo apresentado na página 4. A administração tem 48 horas para prestar as informações a respeito do modo de ingresso

O formulário publicado na página 4 deverá ser usado para solicitar à SR-4 informações sobre o seu cadastro, independente de possuir os documentos comprobatórios ou não. Trata-se de uma tática que será utilizada pela Adufrj não só para retardar o processo de recadastramento mas também para proteger o servidor de eventuais incorreções existentes em sua ficha cadastrar na UFRJ. Este procedimento é fruto de um parecer da Assessoria Jurídica da AD sobre questões ligadas a atualização do cadastro. O documento sugere que "o servidor encaminhe ao departamento de Recursos Humanos de seu órgão requerimento administrativo solicitando cópia de seu termo de posse, de nomeação ou documento que comprove sua forma de admissão". Segundo os advogados da Adufrj, o docente deve solicitar, no mesmo requerimento, "caso inexista em sua pasta funcional tais documentos", que a Administração informe a data e o periódico em que foi publicado o documento, e todas as informações constantes no Assentamento Individual do Servidor, previsto no artigo 16 da Lei 8.112/90.

Importante: este documento deve ser protocolado antes do comparecimento do servidor para a atualização cadastral. No momento do recadastramento, quem não estiver de posse da documentação necessária, deve apresentar cópia deste formulário protocolado.

Servidor não precisa se limitar às opções da cartilha

Segundo o parecer da assessoria jurídica da Adufrj, no local reservado à forma de ingresso no serviço público, não é preciso se limitar às três opções indicadas nas Cartilha do Mare (concurso público, sem concurso público e por decisão judicial). A orientação é para que no campo reservado à forma de ingresso no serviço público, além das expressões "com concurso público" e " por decisão judicial" outras expressões, como por exemplo, através da portaria nº (...), através de "concurso público simplificado", através de "seleção pública simplificada", sejam utilizadas. No entendimento da Adufrj, a lei não restringe as modalidades de respostas e uma mera cartilha não tem o poder de delimitar as " informações" a serem preenchidas pelo servidor.

Utilize o modelo da página 4 como formulário. Faça uma cópia xerox e envie-o preenchido à SR-4

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS IFES

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

“Operação tartaruga” atrasa o recadastramento nas universidades

As universidades federais, incluindo a UFRJ, já iniciaram o recadastramento de seus servidores, conforme determina o decreto nº 2.402, de 24 de novembro de 1997. Mas embora o prazo final da atualização cadastral dos servidores civis ativos da administração pública federal esteja marcado para se encerrar no dia 30 de janeiro, é pouco provável que isto venha a acontecer.

De acordo com a orientação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, os dados que forem recolhidos não devem ser imediatamente repassados ao Mare. Pelo menos até a próxima reunião da plenária da Andifes, cuja realização ainda não foi marcada.

Outro motivo que naturalmente vai atrasar o recadastramento nas universidades federais é o fato de que 90% dos professores e técnicos optam por gozar suas férias no mês de janeiro. A tática de retardar ao máximo o envio dos dados ao Ministério da Administração e Reforma do Estado - ainda que não tenha sido admitida pelos dirigentes da Andifes - é mais uma estratégia para evitar que o governo federal atinja o seu objetivo confesso: o de utilizar as informações do recadastramento para demitir servidores não-estáveis. O que certamente levaria as universidades federais a uma situação caótica.

Segundo estimativas do próprio presidente da Andifes, Tomás Aroldo de Mota, o número preliminar de não-estáveis nas Ifes chega a 25 mil servidores - 14% do total de servidores lotados no MEC. Basicamente, estes servidores estão distribuídos pelos setores de processamento de dados, hospitais universitários, laboratórios de ensino e de pesquisa e na administração das universidades. Em geral, são altamente qualificados e sua substituição seria praticamente impossível, por dois motivos óbvios: os baixos salários recebidos no serviço público e a política do governo federal de não reposição de servidores nas Ifes. De acordo com dados do Mare - de novembro do ano passado -, dos 535.399 servidores ativos do poder Executivo, 173.653 são lotados no Ministério da Educação. E enquanto a remuneração média de um servidor da ativa lotado no Executivo é de R$ 1.464,00 mensais, a média do Legislativo é de R$ 4.051,00.

Operação tartaruga

“A Andifes é contra as demissões por estarem os não-estáveis em sua maioria desenvolvendo atividades em setores estratégicos das Ifes, além de serem excelentes quadros. E também, por uma questão social, a de desempregar 25 mil pessoas”, disse o presidente da Andifes.

De acordo com Tomás Aroldo, em reunião realizada no fim do ano passado, o ministro da Educação, Paulo Renato, teria garantido à executiva da Andifes que se empenharia pessoalmente para que não haja demissões nas universidades federais. De qualquer forma, ainda segundo o presidente Tomás Aroldo, “a Andifes não tem nenhuma intenção de ser eficiente quando se trata de demitir pessoal, gerando problemas sociais e para as Ifes”

UFRJ

Na administração da UFRJ, nenhum dirigente quis se manifestar sobre o recadastramento, embora se saiba que a Reitoria realizou diversas reuniões com diretores de Unidades e com os Decanos. A intenção destas reuniões foi instruir os chefes dos setores de pessoal para a devida coleta de informações. Até o fechamento desta edição, a Reitoria não se pronunciou sobre a questão do envio dos dados, ou seja, se irá seguir as instruções da Andifes e retardar o envio ou se cumprirá as determinações do Mare e repassar imediatamente os dados cadastrais.

De qualquer forma, a Andifes não tem poderes para obrigar qualquer Ifes a seguir suas orientações, e não há nenhuma garantia de que os dirigentes das 52 instituições federais de ensino superior não repassarão de imediato estes dados. Se determinada instituição optar por enviar os dados ao governo federal, “o problema será dela”, disse o secretário-executivo da Andifes, Gustavo Balduino.

No entanto, algumas universidades estão plenamente engajadas na “operação tartaruga”. A Universidade Federal da Bahia, por exemplo, começou o recadastramento na semana-passada mas tão cedo não pretende colocar estes dados no sistema do Mare, embora a ameaça de retaliação por parte do governo seja concreta. Se depender da disposição, e dos prognósticos, do reitor da UFBA, Luiz Felipe Serpa, os técnicos do Mare terão mesmo que esperar: “a idéia é não colocar (as informações) no sistema. Mas tenho a impressão de que eles irão rever este processo pois, de qualquer forma, em ano eleitoral é muito difícil haver demissões”, disse.

Formulário:

Ilustríssimo (a) Senhor (a)
Sub-Reitoria de Pessoal e Assuntos Gerais da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____,
Nome

_____, _____,_____, _____
Qualificação Matrícula SIAPE Registro na UFRJ Endereço

_____,

professor (a) da _____ vem requerer o acesso à íntegra das
Faculdade/ Instituto/Unidade
informações constantes de meus assentamentos funcionais nesta Universidade, bem como cópia de todos os documentos existentes em minha pasta funcional que demonstram e comprovam a forma de meu ingresso no serviço público federal.

O presente requerimento fundamenta-se nos artigos 7º, I, e artigo 2º da Lei 9.507, de 12 de novembro de 1997, que regulamentou o direito de acesso a informações; e subsidiariamente ao artigo 113 da Lei 8.112/90 ("Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído").

Requer, desta forma, que seja designado dia e hora para vista dos assentamentos. Ressalta, desde já, o prazo legal de 48 horas para decisão deste requerimento.

Pede deferimento.

Rio, _____
Data

recorte, xeroque e preencha

JORNAL
ANO IV

15 DE DEZEMBRO/97
A 6 DE JANEIRO/98

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Natal para inglês ver

Natal de FHC. Natal de fome: arrocho salarial, miséria e desemprego. Este foi o tema da manifestação dos SPFs dia 5, no Centro do Rio. Professores da UFRJ, em greve de 24 horas, participaram do ato junto com alunos do Pedro II.

Retifique sua notificação de férias do abono 98

Pag.3

Ciência e Tecnologia: cresce a dependência

Pag.4, 5 e 6

Retrospectiva 1997

Pag.8, 9 e 10

Editorial

Carta da Adufrj ao presidente da república

Para: Ilmo. Sr. Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Assunto: Convite para debate na UFRJ.

Prezado Senhor:

Recentemente lemos com muito interesse suas declarações ao receber o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Cambridge. Segundo noticiário da imprensa (Jornal do Brasil, 5/dez), em seu discurso V. Excia. teria destacado o valor das universidades para o país : "Sei o quanto é importante que a ação social seja guiada pela razão, pelo pensamento, seja a nível técnico ou político, e aí se deve incluir a inquirição filosófica sobre valores. Sei o quanto uma sociedade depende da excelência de suas instituições de ensino superior para preparar seus profissionais e passar às novas gerações a herança do conhecimento que permite expandir as possibilidades do homem"

Tais declarações provocaram perplexidade na comunidade acadêmica. Não pelo seu conteúdo, muito pelo contrario. Todos concordamos integralmente com o teor de seu pronunciamento.

Nossa inquietação vêm do enorme descompasso entre as declarações de V. Excia. e a política que seu governo vêm praticando nas Universidades Públicas do país.

Há em nossa comunidade um grande anseio por transformações profundas no ensino do país, e em particular, no ensino superior. Mas o que temos assistido desde que V. Excia. ocupa o governo do país não é condizente com seu discurso. Centenas de seus ex-colegas, cuja atuação acadêmica constitui um patrimônio da nação, foram obrigados a abandonar a universidade, vítimas da pressão de seu governo em retirar direitos constitucionalmente consagrados. Através da aposentadoria precoce de nossos melhores quadros o país perdeu, e muito. Nossos colegas em atividade têm uma vida acadêmica cada vez mais difícil. Não só nossos salários estão congelados há três anos mas o próprio orçamento da Universidade vêm se deteriorando rapidamente. Nossos estudantes de pós-graduação, que vêm desenvolvendo atividades reconhecidas internacionalmente, foram recentemente surpreendidos com cortes significativos nas bolsas de estudo. Nossos alunos de graduação começam a ter medo de concluirem seus cursos. O desemprego crescente frustra as expectativas e esperanças de nossa juventude melhor qualificada para "expandir as possibilidades do homem".

Em nosso entendimento, quando constatamos uma diferença muito grande entre o discurso e a ação, só resta um caminho. A história recente do país nos aconselha que, em tais momentos e dada a importância do tema, devemos procurar através do debate democrático, aberto e público, esclarecer a nação sobre o que está acontecendo nas universidades e o que pretendemos delas.

Neste sentido, estamos convidando V. Excia. a comparecer a esta universidade para que possamos debater os rumos que o ensino público superior deve tomar. Inicialmente estamos propondo que tal debate seja realizado em março, quando reiniciamos o período letivo.

Aguardando desde já sua resposta, enviamos nossas saudações universitárias,

Roberto Leher
Presidente da Adufrj-SSind

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Abono 97: pagamento de honorários advocatícios

Em janeiro de 1997, 1.163 professores sindicalizados da Adufrj-SSind, receberam da UFRJ, em seus contracheques, o abono pecuniário de férias, em virtude da decisão favorável ao mandado de segurança coletivo aberto em dezembro de 1996, após deliberação da assembléia geral da Adufrj-SSind.

O valor total recebido foi de R$ 2.092.478,33 e, de acordo com o contrato vigente com a assessoria jurídica, nossa seção sindical deve pagar 10 % deste valor, ou seja, R$ 209.247,83, a título de honorários advocatícios.

A assembléia geral realizada no dia 11 de dezembro, quinta-feira, deliberou que cada professor sindicalizado que recebeu o referido abono contribuísse para o pagamento dos honorários, através de desconto em folha de pagamento em favor da Adufrj-SSind, a título de mensalidade associativa, com o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do abono recebido, dividido em 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas. O valor desta quota extra vai variar entre os sindicalizados e deve ser, em média, de aproximadamente R$ 45,00.

A Adufrj-SSind enviará a cada sindicalizado contemplado com o abono pecuniário de 97 uma carta contendo informações mais detalhadas sobre o assunto.

Abono 98: urgente, retifique a sua notificação de férias

Abono pecuniário de 98 ainda não está garantido

É importante lembrar que a Adufrj-SSind conseguiu através de medida judicial, fazer valer o direito de cada professor à **opção** pelo recebimento do abono pecuniário relativo as férias de 1998. A reitoria da UFRJ não havia reconhecido este direito e por isto houve uma série de devoluções das listagens das férias.

Reitoria descumpre decisão judicial

No entanto, ainda não temos garantias de que, efetivamente, quem fez a opção poderá receber o abono pecuniário de 98. Embora na última planilha de férias a opção estivesse em aberto, na Notificação de Férias enviada recentemente pela reitoria, novamente foi eliminada a opção pelo abono pecuniário em flagrante desrespeito a medida judicial vigente.

Notificação

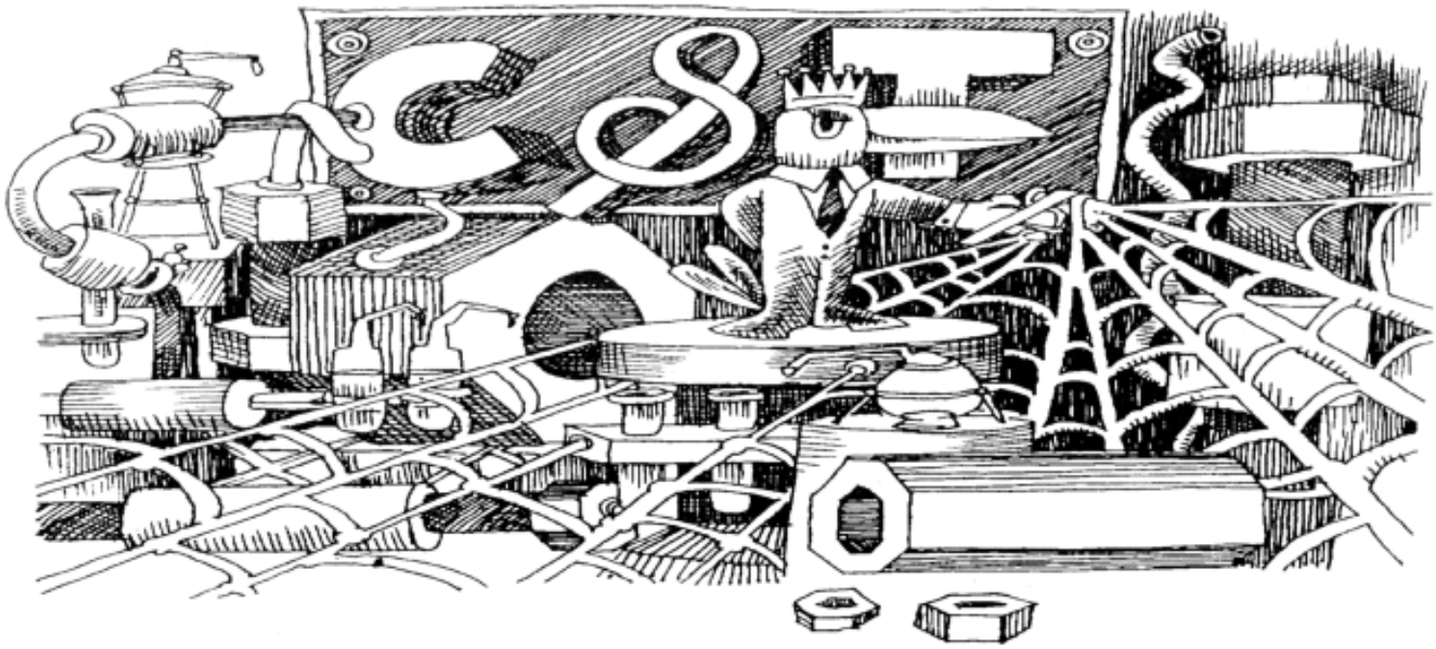
Estamos recomendando aos professores que fizeram a opção pelo abono que escrevam à mão na notificação de férias sua confirmação pela opção.

A assembléia geral da Adufrj-SSind realizado no dia 11 de dezembro deliberou pelo ajuizamento do mandado de segurança coletivo para garantir o pagamento do abono pecuniário aos professores que requereram a conversão da parcela das férias de 98 em pecúnia.

Já solicitamos à Reitoria confirmação sobre qual será sua decisão em relação a este direito e a listagem dos professores que optaram pelo abono pecuniário para darmos entrada nesta ação judicial nos próximos dias.

Ciência estagnada, tecnologia ultrapassada e país dependente

Baseado nesta equação, o governo FHC está destruindo o futuro do país



Pelo Plano Plurianual (PPA) aprovado em 1995 pela Câmara Federal, o governo federal tinha estabelecido como meta para a área da ciência e tecnologia um investimento anual de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Previsto para se concretizar entre os anos de 1996 a 99, este investimento teria a expressiva participação da iniciativa privada, contabilizado em 40% do total.

Se na época em que foi votado no Congresso Nacional o investimento em C&T do governo não chegava a 0,7% do PIB, pela análise dos orçamentos ao longo dos anos seguintes constata-se que apesar de belas, as palavras do governo careciam de intenção.

A participação dos gastos em C&T no total do orçamento em 1996 foi de 0,65%, em 97 retraiu para 0,30% e estão previstos para 98 exatos 0,26%. Em relação ao PIB, o investimento "pulou" dos 0,29% aplicados em 96 para 0,12% previstos na proposta orçamentária do ano que vem - sem contar a já corriqueira prática do contingenciamento orçamentário. Entre os setores considerados prioritários em sua política para a área de C&T, o governo incluiu a informática, automação, aero-espacial, nuclear, meio ambiente, recursos do mar e de saúde. Para tanto, se comprometeu a direcional esforços para o fortalecimento da infra-estrutura científica e tecnológica, consolidação dos núcleos de excelência, formação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento, apoio à pesquisa privada e processo de inovação nas empresas, aumento da transparência de tecnologia, estímulo à integração universidade-empresa e para a revisão dos incentivos fiscais de apoio à pesquisa e desenvolvimento.

Crescimento

Sintomaticamente, este "esforço" do governo ocorre justamente quando o Brasil consegue se inserir no clube dos 20 países que mais investem em C&T no mundo. Entre 1981 e 1995, o país obteve um estupendo crescimento no número de publicações e na formação de recursos humanos em diferentes áreas do conhecimento. Exceto em poucas delas, o Brasil superou em muito o crescimento de outros países. Na neurociência, por exemplo, enquanto a média mundial foi de 55%, o Brasil teve um crescimento de 197%. Nas engenharias, o crescimento mundial foi de 60%, mas

nós alcançamos 200%. Sem contar que o Brasil está para entrar no seleto clube de oito nações que dominam a tecnologia de lançamento de satélites.

"Fica muito claro diante deste modelo de país dependente que está sendo construído que não há espaço para a inovação e não há espaço para a ciência como instrumento de soberania nacional. Há espaço apenas para uma ciência já construída (no exterior), que será simplesmente absorvida (importada)", afirm**a** o professor titular do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, Adalberto Ramón Vieyra, que dirige o laboratório de Biotecnologia II.

Conceito

A pesquisa deve estar associada à procura do conhecimento, como forma de alargar suas fronteiras, e é dividida em dois tipos: básica e aplicada.

O conceito de pesquisa aplicada é o de perseguir um determinado objetivo, de procurar um conhecimento que já se sabe onde está. O desenvolvimento científico-tecnológico é não apenas procurar o conhecimento mas a forma como este poderá ser utilizado para diferentes fins, necessários à vida da sociedade. Já a pesquisa básica é aquela que não busca um retorno imediato, quando não se sabe exatamente onde suas conseqüências poderão chegar. A história recente do desenvolvimento científico mostra que muitos de seus resultados superaram de longe as expectativas mais otimistas.

A relevância da pesquisa está, segundo Adalberto, também ligada ao impacto que ela tem na cultura de um modo geral; a pesquisa científica e o desenvolvimento da ciência em um determinado país faz parte da sua cultura. "Além da relevância cultural, a pesquisa é geradora de conhecimento independente. Este

conhecimento que num determinado contexto cultural pode ser uma ferramenta importante para alavancar a soberania nacional", disse.

Para exemplificar esta importância basta citar os significativos avanços obtidos com a tecnologia agropecuária desenvolvida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) na região do cerrado brasileiro, e da tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas da Petrobrás, desenvolvida aqui mesmo, na Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ), ambos institutos públicos.

Iniciativa privada

De todas as prioridades definidas para a área de C&T, tudo indica que o governo se concentrou mesmo foi no apoio à pesquisa privada e ao processo de inovação nas empresas. Mesmo assim, numa contabilidade de fazer inveja aos responsáveis pelos balancetes do extinto Banco Nacional.

De acordo com dados que podem ser acessados na home-page do CNPq (http://www.cnpq.br/dnct94/), o governo FHC inclui quatro fontes de financiadores para a área de C&T: ele próprio, o governo estadual, e as empresas privadas e estatais. Para o Ministério de Ciência e Tecnologia, a distribuição destes gastos em 1995 deu-se da seguinte forma: o governo federal entrou com 47% do total de investimentos, os governos estaduais com 22%, setor empresarial com 22% e empresas estatais com 9%.

Alquimia

Baseado nesta alquimia virtual, o governo iniciou uma cruzada visando convencer a opinião pública e a comunidade acadêmica de que a iniciativa privada seria a salvação para a pesquisa no Brasil, a exemplo do que, aconteceria nos Estados Unidos. Argumento facilmente contestável, a começar pelo investimento em pesquisa nos EUA. Dos mais de 20 bilhões de dólares de investimentos em C&T nas universidades americanas, enquanto o governo federal comparece com 14.233 bilhões, as indústrias entram com apenas 1.430 bilhão. Para o diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, "quem financia estudo e pesquisa é governo, a iniciativa privada faz investimento nas suas empresas. O que falta no Brasil é que a iniciativa privada não desenvolve estas pesquisas. Nos EUA, elas desenvolvem pesquisas em seus laboratórios, e tem uma parte que elas completam nas universidades, mas é uma percentagem muito pequena do total do custo

da universidade".

A Coppe já chegou a ter entre 30 a 40% de seus recursos captados da iniciativa privada, percentual que Pinguelli considera muito alto. "A universidade como um todo não pode ter isso numa proporção muito grande. Mesmo à Coppe não é desejável esta proporção subir muito, acho que já está no limite do possível, deve até, na minha opinião, se reduzir um pouco", completou.

Maquiagem

Para incentivar o investimento privado em pesquisa, o governo colocou na sua proposta orçamentária de 98 para a área de C&T benefícios fiscais que chegam a representar 64% (R$ 738 milhões) das despesas em C&T (R$ 1.150 bilhão). Muito bonito se isto não procurasse escamotear uma realidade que nem os próprios empresários se furtam a revelar. Num levantamento da Confederação Nacional da Indústria realizado em 1996, com 1.012 empresas de pequeno, médio e grande porte, os resultados indicam que a maior parte delas (52%) investiu menos de 2% de seu faturamento líquido em tecnologia, 22% destinaram entre 2 e 5% e apenas 14% delas investiram acima de 5% em pesquisa e desenvolvimento. O estudo da CNI comprovou também que a maior parte deste "investimento" foi para a compra de máquinas e para melhorar a qualidade da produção. Em outras palavras, o governo concede benefícios fiscais às empresa que investirem em C&T, estas por sua vez contabilizam modernização, processo de controle de qualidade e pagamento de royalties como inovação tecnológica e, no final das contas, o Brasil anda para trás. Infelizmente, este processo de maquiagem chega a ser incentivado pelo governo. Vide o exemplo do MEC, que inclui o salário dos pesquisadores com dedicação exclusiva também como investimento em C&T.

"Não se pode pensar que corporações que visam essencialmente obter o lucro vão se preocupar com investimentos estratégicos para o país como nação independente" , diz o professor Adalberto Vieyra.

A persistir este aumento da mais valia, computado como investimento em C&T - quando a compra de novas máquinas e a importação de pacotes tecnológicos são contabilizados como aplicação de recursos em C&T - as perspectivas tendem a ficar cada vez mais sombrias. E o Brasil, cada vez mais dependente das tecnologias desenvolvidas no exterior.

Perspectivas sombrias

"Enquanto perdurar a atual política econômica e social deste governo e a relativa incapacidade da sociedade para dar um basta a esta política, simplesmente o desenvolvimento científico tecnológico deste país continuará estagnado. Neste projeto governamental hoje instalado, não há espaço para uma nação desenvolvida", afirma o professor Adalberto Vieyra.

Para Pinguelli, se continuar assim a perspectiva é mesmo o fim da universidade pública. "Nós seremos todos compelidos a ter outros empregos, arrumar bicos, e vai ter alguns grupinhos de excelência que o governo vai escolher conforme seus critérios acadêmicos e de beleza física, atlética ...".

A Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ) realizou no dia 10 uma manifestação na Praia Vermelha contra o corte das bolsas acadêmicas promovido pelo governo federal através do pacote de ajuste fiscal

STF julga ação contra transferência de verba para o ensino fundamental na próxima terça-feira, dia 16

Partidos de oposição esperam que julgamento ocorra antes do recesso do Judiciário

Agência Andes (Brasília) - A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o artigo da lei que estabelece e regulamenta a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Proposta de Emenda Constitucional nº14 e Lei 9.424/96), deverá ser julgada na próxima terça (16) pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A Ação, com pedido de liminar, foi impetrada pelo bloco dos partidos de oposição do governo na Câmara (PT, PDT, PC do B, PV e PMDB). A PEC, promulgada pelo Congresso em setembro do ano passado, transfere 15% da receita dos municípios a um fundo que será administrado pelos estados para implementação do magistério.

Os oposicionistas alegam que a transferência fere vários preceitos constitucionais da autonomia dos municípios e que, esses recursos, só serão devolvidos aos municípios, em valor proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental.

De acordo com o advogado da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, Alberto Rodrigues, se o STF não acatar o pedido de liminar, o ensino básico vai correr grandes riscos já que os municípios passarão a investir apenas no ensino fundamental em razão das perdas financeiras que sofreram.

No STF, os partidos vão questionar ainda outro artigo da PEC que reduziu de 50% para 30% a participação da União no repasse de verbas para estados e municípios. A expectativa do advogado da liderança do PT na Câmara, é de que a ação, com pedido de liminar, seja julgada pelo STF até a próxima terça feira (16), último dia de trabalho do Tribunal este ano, antes do recesso. Caso não seja apreciada até esta data, a Adin só retornará à pauta em fevereiro.

Assembléia Geral

16 de dezembro, às 13h30, no Auditório da Escola de Serviço Social (Praia Vermelha)

Pauta

Eleição dos delegados da Adufrj-SSind ao **XVII Congresso do Andes-SN,** em Porto Alegre (RS), que será realizado entre os dias 6 e 12 de fevereiro/98

A próxima edição do jornal Adufrj-SSind estará circulando no dia 7 de janeiro.

Confraternização da Adufrj-SSind: almoço de adesão no dia 17. Informações na Secretaria.

Recordar

Este dito popular nunca caiu tão bem Isso porque a sobrevivência do serviço público em 1998 dependerá, mais do que nunca, da nossa capacidade de enfrentar as propostas palacianas. Apesar do ano 1997 ter sido muito difícil para todo o funcionalismo, o movimento organizado conseguiu vitórias importantes: a marcha dos sem-terra, por exemplo, que levou a Brasília mais de 60 mil pessoas se manifestando em favor da causa dos trabalhadores rurais, é um exemplo.

Esta retrospectiva tem uma função especial: precisamos resgatar o que foi feito para podermos analisar, com clareza, o que vem por aí. No ano 1998 teremos a oportunidade de apostar nas mudanças. Possuímos uma arma que é fundamental e que nenhuma Medida Provisória ou decreto poderá tirar: o voto. Ano de eleição. Teremos, então, possibilidade de escolher e eleger um novo presidente para este país. Um verdadeiro representante do povo que coloque os anseios da sociedade acima de qualquer interesse internacional.

Marcha Pela Dignidade: Sem-terra invadem Brasília

Jornal da Adufrj 22 a 27 de abril

Transformação da Adufrj em Seção Sindical

No primeiro jornal do ano de 1997, foi esclarecido à categoria as vantagens e os avanços que o movimento docente com a transformação de nossa associação em Seção Sindical do Andes. Basicamente dava aos professores da UFRJ direito à sindicalização, que foi tirado pelo militares durante a ditadura.
Jornal da Adufrj 21/jan a 2/fevereiro

Vagas para UFRJ são insuficientes

No penúltimo dia do ano de *1996,* foram publicados no Diário oficial da União os editais para 355 vagas abertas na UFRJ. Esse número não foi suficiente para cobrir as necessidades dos inúmeros departamentos que compõem a maior universidade federal do país. Ao todo foram 760 pedidos.
Jornal da Adufrj 3 a 24 de fevereiro

Perdas salariais chegam a 64%

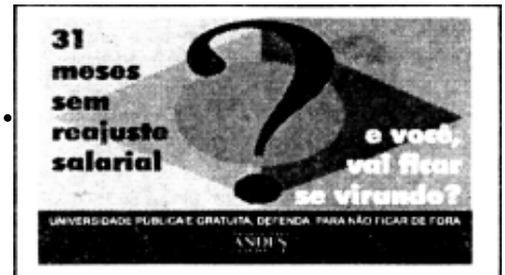
Governo federal se nega a negociar com o funcionalismo
Jornal da Adufrj 14 a 21 de abril

Educação vai à luta

A Cinelândia reviveu na última sexta-feira seus bons tempos. A manifestação dos profissionais de Educação, no dia do professor, foi um protesto contra as políticas governamentais e pela defesa de uma Educação pública e de qualidade.
Jornal da Adufrj 14 a 21 de abril

Recadastramento

é viver



Campanha de mídia do Sindicato Nacional - Andes

Projeto regulamenta escolha de dirigente

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ameaça gestão administrativa democrática nas Instituições de Ensino Superior no Brasil que foram alcançadas simultaneamente às lutas pela democratização do país e pelo direito à sindicalização de docentes e servidores técnico-administrativos no período final da ditadura militar.

Jornal da Adufrj 17 a 23 de março

Servidores públicos derrotam governo no STF

Por seis votos a favor e quatro contra, no dia 1*9 de* fevereiro, o Supremo Tribunal Federal julgou favorável a *ação impetrada por onze servidores público federais, solicitando a extensão de 28,86% de reajuste salarial concedido em janeiro de 1993 aos militares. Ganharam, mas até o final de 1997, não levaram. Isso porque o STF não julgou o embargo declaratório impetrado pelo governo.*

Jornal da Adufrj 24/fev a 9 de março

19 de março: Dia Nacional de Mobilização

Neste dia, os servidores públicos federais das três esferas tornaram as ruas do país para protestar contra o governo e em defesa de um serviço público de qualidade e gratuito para todos. A Assembléia conjunta na UERJ reuniu cerca de 400 trabalhadores.

Jornal da Adufrj 24/mar a 6 de abril

Paulo Freire: a celebração de uma vida dedicada à educação

Homenagem do Jornal da Adufrj ao maior educador de nossa história. Celebração marca a marte do educador.

Jornal da Adufrj 12 a 1 8 de maio

Privatização da Vale

ABI, SBPC, entidades sindicais e lideranças políticas protestam contra a privatização e pedem impeachment de leilão.

Jornal da Adufrj 7 a 13 de abril

Suborno na votação da reeleição abala credibilidade de FHC

O escândalo da compra de votos de parlamentares para a emenda da reeleição de FHC choca o país.

Jornal da Adufrj 19 a 25 de maio

Nova diretoria da Adufrj toma posse

Jornal da Adufrj 20 a 26 de outubro

Vendendo saúde e excluindo cidadãos

Numa série de matérias tratando da questão saúde, a regulamentação do setor privado desta área entra na pauta do jornal da Adufrj numa matéria analítica, ande se desmascara os lobbies de empresários no Congresso Nacional para conseguirem privilégios em relação ao SUS.

Jornal da Adufrj 2 a 8 de junho

Consuni da UFRJ é contra a PEC 370

Em sessão histórica, por unanimidade, o Conselho Universitário se posicionou contra qualquer mudança no artigo 207 da Constituição e reiterou a defesa da autonomia universitária, ameaçada pela Proposta de Emenda Constitucional 370.

Jornal da Adufrj 9 a 1 5 de junho

Continua na página 10

25 de julho: mais um protesto nacional contra FHC

Trabalhadores de todo o Brasil, estudantes e demais setores da sociedade transformaram o Dia do Trabalhador Rural um marco de mobilização contra o governo.

Jornal da Adufrj 4 a 10 de agosto

Implantação da LDB na UFRJ

A UFRJ vem cumprindo todos os desmandos do governo sem trazer a debate questões vitais para a universidade. Foi este o objetivo desta matéria que marca o início das discussões dentro do Consuni sobre a implantação da LDB na UFRJ.

Jornal da Adufrj 29/set a 5/out.

Caderno especial sobre a PEC 370/96

Sabendo das ameaças que o projeto de autonomia universitária pode trazer à instituições, a Adufrj elaborou um caderno especial contendo a proposta do governo e a análise de item por item da PEC 370/96.

Jornal da Adufrj 6 a 12 de outubro.

Dia Nacional da Resistência

Várias lideranças são ouvidas e dão sugestão de como enfrentar a crise

Jornal da Adufrj 27/out a 2/novtubro

Orçamento para 1998 é tratado como Assalto

Antes a crise na bolsa mundial, o jornal da Adufrj se antecipa e desmascara o orçamento de 1998. A matéria denuncia que somente com pagamento de juros (antes do aumento promovido pelo governo em função da fuga de capital estrangeiro), estavam previstos R$ 37 bi. Este valor já era maior do que toda a verba destinada à Saúde e Educação.

Jornal da Adufrj 3 a 16 de novembro

Pacotão corta verbas para pesquisa e ameaça servidores com demissões

Sociedade Constrói Plano Nacional de Educação

Cobertura completa do II Coned

Jornal da Adufrj 3 a 16/nov

Recadastramento

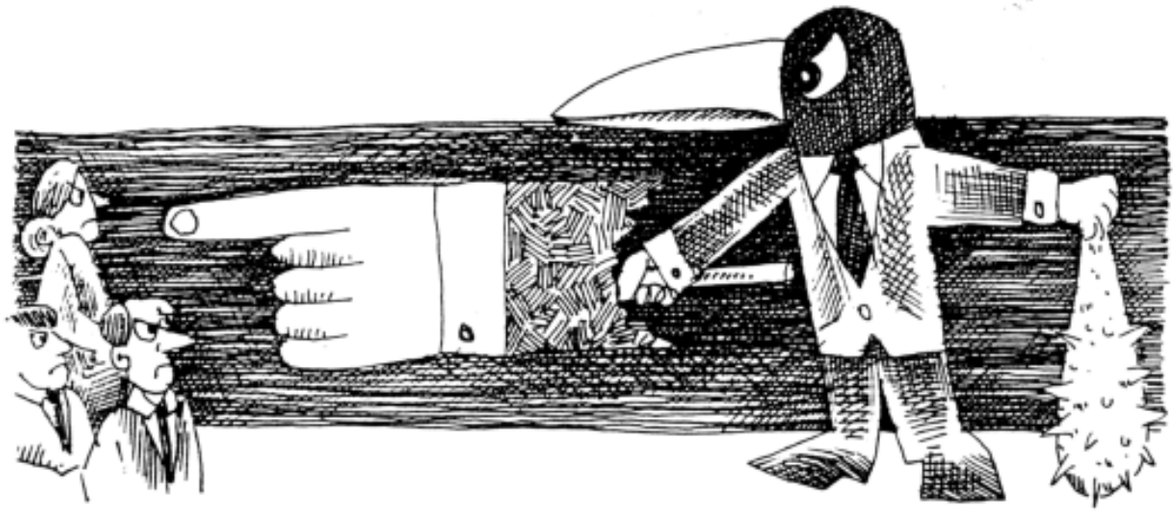
Falta de informações gera inquietação

No próximo dia 15, todos os servidores públicos federais da ativa estarão envolvidos num recadastramento elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Conforme informações do último Jornal da Adufrj, todos receberão um extrato cadastral contendo as seguintes informações: data de ingresso no serviço público, forma de ingresso, número de dependentes e data de nascimento. Caso um desses itens esteja em branco ou preenchido erradamente, o funcionário deverá se dirigir à SR 4 munido dos documentos compro-batórios para regularizar a sua situação.

Segundo a portaria n.º 3.772 do MARE, que regulamenta este recadastramento, as unidades de recursos humanos deveriam estar entregando aos servidores a elas vinculados o extrato cadastra] individual simplificado, emitido pelo SIAPE, a partir do dia 10. O Jornal da Adufrj entrou em contato com a SR 4 (órgão da universidade encarregado de realizar este processo) para obter maiores informações sobre este processo na UFRJ. Com a ausência da subreitora, um funcionário assegurou que os primeiros extratos serão distribuídos a partir do dia 15, junto a uma cartilha explicativa elaborada pelo Mare. Os funcionários que verificarem algum problema em seus documentos deverão procurar a SR 4 dentro do prazo estabelecido no próprio extrato. Vale relembrar que o recadastramento segue até o dia 30 de janeiro. Entretanto, ele será dividido em grupos. Ou seja, cada servidor terá o período de quatro a cinco dias para regularizar a sua situação junto à sub-reitoria. Como em janeiro a maioria dos professores estarão de férias, este processo poderá gerar grandes tumultos e injustiças. Esperamos que o nosso órgão de recursos humanos esteja bem preparado para evitar avisos encima da hora e outros atropelos.

Paulo Renato ameaça reitores

“Se continuarem se mobilizando, denuncio o que acontece com as verbas das universidades”



Em audiência pública realizada no dia 3 de dezembro, na Câmara dos Deputados, o ministro Paulo Renato ameaçou os reitores afirmando que se eles não parassem com a mobilização, divulgaria o que acontece com a verba das universidades. As declarações do ministro deixaram os parlamentares perplexos. A deputada federal Joana D’Arc (PT/MG) reagiu afirmando que, como representante do povo, tinha o direito pleno de saber o que estava acontecendo.

O deputado Lindberg Farias também se indignou com a declaração de Paulo Renato. Integrantes de seu gabinete, inclusive, já solicitaram as notas taquígrafas da sessão para cobrar do ministro e da Andifes (entidade que representa os dirigentes das instituições de ensino superior) um posicionamento. Representantes do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES), presentes no plenário, ficaram revoltados com as declarações de Paulo Renato. A presidente da entidade Maria Cristina da Moraes afirmou que o ANDES está aguardando apenas o envio das notas taquígrafas para cobrar da Andifes explicações.

Reitores sabem da declaração através da equipe do Jornal da Adufrj

Perplexidade. Esta foi **a** reação apresentada por alguns reitores a respeito da declaração do ministro Paulo Renato na Câmara. Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, reitor da Universidade Federal de Santa Maria e ex-presidente da Andifes reagiu com estranheza à notícia desta ameaça pública do ministro aos reitores. “Eu estranho, primeiro, porque não trabalhamos com dinheiro de ninguém. Trabalhamos com dinheiro público. Isso significa que temos uma série de compromissos e somos auditados quase todos os meses por uma vários de mecanismos do poder público e; segundo, é estranho ele afirmar uma coisa dessas. O que está em jogo não é apenas a credibilidade da Andifes, mas de todo o sistema de apuração de gastos do sistema federal”.

O presidente da Comissão de Orçamento da Andifes e reitor da Universidade Federal do Ceará, Roberto Cláudio Bezerra, achou um grande absurdo a declaração do ministro. “Desafio qualquer um a fazer uma auditoria nas contas da UFCe”. Roberto Cláudio reafirmou a importância da mobilização dos reitores como forma de levar à opinião pública não só o problema das verbas das universidades, mas também a importância dessas instituições. “Eu, pessoalmente, não ficarei refém de uma declaração dessas”, reage.

O presidente da Comissão de orçamento da Andifes adiantou ao Jornal da Adufrj que, assim que tomar conhecimento oficialmente desta declaração, vai propor uma reunião extraordinária do Conselho Pleno da instituição.

Continua na página 12

Reitor da UFSM afirma que problema está no sistema público

Ex-presidente da Andifes reage: "É uma interpretação muito leviana"

"A declaração do ministro é, no mínimo, leviana. Não retrata o que acontece no sistema federal". O reitor da UFMS e ex-presidente da Andifes, Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, acredita que Paulo Renato possa Ter se referido à má gestão das verbas das universidades. Sobre isso, o reitor reconhece que o serviço público poderia ser gerenciado de uma forma mais eficiente. Entretanto, ele reconhece, também, que esta falha não é culpa da administração das universidades, mas sim de toda a estrutura do sistema público que obriga a maioria dos reitores a fazerem os maiores absurdos para conseguir encerrar o ano sem dívidas.

"Um exemplo é a contenção financeira do orçamento. O governo envia a verba destinada às universidades praticamente no final do ano, obrigando-nos a fazer gastos apressados ou, simplesmente, devolvê-la ao governo". O ex-presidente da Andifes acredita que o funcionamento da própria estrutura do sistema não incentiva a utilização desses recursos. "Não existe incentivo por parte do governo para que eu realize uma administração otimizada e racional". Ele lembra, como exemplo, um dos pontos do último pacote fiscal do governo que estabelece o envio desses recursos não utilizados para pagamento da dívida pública.

Ministro se omite e não recebe o Andes-SN em audiência

Sindicato Nacional solicita audiência em outubro. MEC responde 38 dias depois, recusando-se a receber os dirigentes porque "o empenho nas negociações pelo reajuste diferenciado ficou prejudicado em função das medidas econômicas recentemente adotadas pelo governo federal."

Em resposta à solicitação do Andes, o MEC enviou um oficio assinado pelo diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ensino Superior, José Luiz da Silva Valente se recusando a conceder audiência ao Sindicato Nacional dos Docentes em Ensino Superior.

No documento, Valente afirma que "o empenho nas negociações pelo reajuste diferenciado ficou prejudicado em função das medidas econômicas recentemente adotadas pelo governo federal" Entretanto, na solicitação do Andes, enviada na segunda quinzena de outubro ao MEC, o sindicato pretendia discutir piso salarial constitucional e o plano de carreira e capacitação docente. A questão do reajuste diferenciado foi debatida e rejeitada por instâncias superiores do sindicato. Ou seja, o ministro nem sequer sabia do que estava sendo proposto.

O Andes-SN enviou um ofício (dia 1º de dezembro) reafirmando o pedido de audiência e questionando o fato da recusa em atender ao sindicato não ter passado pelo crivo do ministro, "uma vez que, tradicionalmente , respostas a tal tipo de solicitação deste sindicato têm partido diretamente do gabinete de V.Exa." O Andes solicitou novamente a marcação de uma audiência com o MEC. Uma nova recusa, diz o oficio "nos autorizará a compreender que o MEC não se predispõe a buscar soluções e aposta no impasse, assumindo assim, a responsabilidade pelos rumos que a categoria poderá vira a dar ao movimento"

Movimento popular define agenda de lutas para 1998

Cerca de 4 mil pessoas participam do Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, por terra, trabalho e cidadania, realizado no dia 6, em São Paulo

Informa Andes (Brasília) - O movimento popular e sindical abriu o mês de dezembro com um evento significativo: o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo - por terra, trabalho e cidadania, que foi realizado em São Paulo, no último dia 6. Para 1998, as entidades aprovaram uma plataforma de lutas com calendário de atividades, o que representa a convergência dos segmentos representativos da sociedade brasileira para uma luta comum contra a política neoliberal.

Mais de quatro mil pessoas, provenientes de todos os estados do país, participaram do encontro que foi precedido da Marcha pelo Emprego, que percorreu o centro de São Paulo na sexta-feira. Lideranças do movimento popular e sindical e partidos políticos de oposição ao governo estiveram presentes ao Encontro.

Tendo como pontos da plataforma de lutas o trabalho, a terra, a qualidade de vida, a educação, a cidadania e a democracia, o encontro aprovou uma agenda de mobilização para 1998. A data inicial é 24 de janeiro (Dia Nacional do Aposentado). O calendário poderá, no entanto, ser antecipado conforme a pauta de votações do Congresso Nacional durante a convocação extraordinária - prevista para início em 12 de janeiro.

"Desde já, reforçamos o combate às demissões e defesa da previdência, dos direitos dos trabalhadores e do povo, convergindo para uma grande Marcha pelo Emprego a partir do Primeiro de Maio de 1998", afirma o manifesto aprovado no encontro e lido no encerramento pelo presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

Manifesto pela universidade pública recebe adesões

Durante o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo foi lançada a coleta de assinaturas para o manifesto nacional em defesa da universidade pública e gratuita. O documento é o resultado de uma articulação entre as entidades da comunidade universitária (Andes-SN, UNE e Fasubra Sindical). Ele denuncia a política governamental de privatização da universidade pública e conclama a sociedade a defendê-la, por se tratar do patrimônio que garante o desenvolvimento com soberania.

O manifesto foi assinado, entre outros, por representantes de partidos políticos (Luís Inácio Lula da Silva e José Dirceu, do PT e João Amazonas, do PC do B), e sindicalistas, como Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), presidente da CUT e Antônio Carlos Spis, da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Sociedade ganha PNE democrático

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolidado no II Congresso Nacional de Educação (Coned), em novembro, foi entregue à sociedade durante o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo - por terra, trabalho e cidadania. A diretora do ANDES-SN Graça Bollmann, fez um relato do processo de elaboração da proposta. O documento foi distribuído entre entidades presentes no encontro.

AGENDA NACIONAL

Ato Público
Contra o Desemprego

Promoção do Fórum de Mobilização Popular (CUT, MST, PT, PC do B, PDT, PSTU e outros)

Dia 18 de1dezembro, às 18 horas

Cinelândia
Rio de Janeiro

Veja nas páginas 14 e 15 como foi a manifestação dos professores no dia 5

Greve do dia 5

Professores realizam panfletagem junto a vestibulandos

Durante a greve de 24 horas dos servidores públicos federais, uma comissão de professores sindicalizados à Adufrj construíram um panfleto específico aos vestibulandos e o distribuíram na manhã do dia 5, no Campus da Praia Vermelha. O objetivo foi de informar aos candidatos os problemas que a universidade vem enfrentando devido à política atual do governo.

SPFs do Rio fazem manifestação natalina no centro da cidade

Com Papai Noel, servidores distribuem *pacotinhos* de miséria nas ruas simbolizando o Natal de FHC, o Natal da fome

Mesmo com poucos participantes, manifestação consegue apoio da população

Pacotinhos distribuídos nas ruas - simbolizando o último pacotão do governo - foram a sensação. Todos queriam saber o que continha nos embrulhos. Palavras como recessão, miséria, lero-lero do real e desemprego, denunciavam os reflexos da política de FHC na vida dos cidadãos.

Recadastramento dos aposentados

Desrespeito no atendimento gera revolta

Prezados Senhores, acabo de ler o jornal da ADUFRJ, edição referente ao período de 8 a 14 de dezembro. Em especial, a matéria referente ao famigerado Salão Azul. Concordo com as palavras da aposentada Zilah Porciuncula Coutinho. Relatarei a minha inolvidável experiência: tendo recebido um aviso da Reitoria que deveria comparecer ao oitavo andar, durante o mês de dezembro, das 9 às 17 horas, lá fui eu no dia 9, de taxi (pois tenho grande dificuldade de locomoção, tendo ele ficado esperando). Cheguei às 9h 15, na esperança anglo-germânica de que as coisas começassem no horário previsto. Recebi a informação que não era mais no oitavo andar, mas sim no Salão Azul (virando à direita, logo no final do corredor). Ora, muito bem. Quem ouve Salão Azul, logo pensa na antecâmara do Paraíso; mas, ledo engano! O caminho que levava ao dito, era a coisa mais imunda que podia existir (não sei como a Reitoria não se envergonha de fazer seres humanos por ele deambular). Chegando lá, a Sra. E. pede para ver o meu papel de convocação e depois de procurar muito, me informa que a pasta com as folhas referentes ao mês de aniversario (e que teriam que ser assinadas) não estavam lá. Após algum tempo, percebe que tem que fazer alguma coisa e, levando o dito papel, sobe ao oitavo andar para ver se encontra a dita pasta. Neste ínterim, senta-se na mesa dela o Sr. M. - mascando chicletes e atendendo os usuários com a emissão de bolas numa freqüência própria dos 1O anos de idade - que num tom de Reitor de todas as Universidades, diz que eu não preciso me recadastrar (eu precisava sim!). Após uma longa explanação de minha parte, ele concorda. Volta a Sra. E., sem o meu papel de convocação (que, uma vez carimbado, iria constituir a prova do recadastramento), mas com a folha do mês de aniversário a qual pede que, eu assine, o que faço imediatamente. Solicito então um comprovante de recadastramento - e o tempo passando, passando, e o relógio do taxi correndo, correndo - e assim se inicia nova odisséia: não existem comprovantes e o meu papel de convocação tinha sumido. A Sra. E. pede então ao Sr. M. que vá ao oitavo andar buscar os comprovantes; depois de quinze minutos solicito a Sra. E. um comprovante escrito a mão, uma vez que, pelo que parece, os outros estavam sendo impressos. Ela o faz, eu saio quando chega o Sr. M. a quem pergunto se conseguiu e ele afirma que ninguém tinha pedido comprovante algum; entrega o material a Sra. E. que imediatamente me chama para dar o comprovante oficial - visto que, a esta altura, eu já havia emitido os mais calorosos protestos pela desorganização e desrespeito ao "consumidor". Saio de lá às 10 horas e convencida que a Sra. E., ou quem de direito, deveria me ressarcir dos gastos de R$ 30,00 que tive com o taxi aguardando o desencavar da papelada que deveria estar toda pronta às 9 horas.

Isar Oswaldo-Cruz
Professora Aposentada

JORNAL
ANO IV

15 DE DEZEMBRO/97
A 6 DE JANEIRO/98

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Natal para inglês ver

Natal de FHC. Natal de fome: arrocho salarial, miséria e desemprego. Este foi o tema da manifestação dos SPFs dia 5, no Centro do Rio. Professores da UFRJ, em greve de 24 horas, participaram do ato junto com alunos do Pedro II.

Retifique sua notificação de férias do abono 98

Pag.3

Ciência e Tecnologia: cresce a dependência

Pag.4, 5 e 6

Retrospectiva 1997

Pag.8, 9 e 10

Editorial

Carta da Adufrj ao presidente da república

Para: Ilmo. Sr. Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Assunto: Convite para debate na UFRJ.

Prezado Senhor:

Recentemente lemos com muito interesse suas declarações ao receber o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Cambridge. Segundo noticiário da imprensa (Jornal do Brasil, 5/dez), em seu discurso V. Excia. teria destacado o valor das universidades para o país : "Sei o quanto é importante que a ação social seja guiada pela razão, pelo pensamento, seja a nível técnico ou político, e aí se deve incluir a inquirição filosófica sobre valores. Sei o quanto uma sociedade depende da excelência de suas instituições de ensino superior para preparar seus profissionais e passar às novas gerações a herança do conhecimento que permite expandir as possibilidades do homem"

Tais declarações provocaram perplexidade na comunidade acadêmica. Não pelo seu conteúdo, muito pelo contrario. Todos concordamos integralmente com o teor de seu pronunciamento.

Nossa inquietação vêm do enorme descompasso entre as declarações de V. Excia. e a política que seu governo vêm praticando nas Universidades Públicas do país.

Há em nossa comunidade um grande anseio por transformações profundas no ensino do país, e em particular, no ensino superior. Mas o que temos assistido desde que V. Excia. ocupa o governo do país não é condizente com seu discurso. Centenas de seus ex-colegas, cuja atuação acadêmica constitui um patrimônio da nação, foram obrigados a abandonar a universidade, vítimas da pressão de seu governo em retirar direitos constitucionalmente consagrados. Através da aposentadoria precoce de nossos melhores quadros o país perdeu, e muito. Nossos colegas em atividade têm uma vida acadêmica cada vez mais difícil. Não só nossos salários estão congelados há três anos mas o próprio orçamento da Universidade vêm se deteriorando rapidamente. Nossos estudantes de pós-graduação, que vêm desenvolvendo atividades reconhecidas internacionalmente, foram recentemente surpreendidos com cortes significativos nas bolsas de estudo. Nossos alunos de graduação começam a ter medo de concluirem seus cursos. O desemprego crescente frustra as expectativas e esperanças de nossa juventude melhor qualificada para "expandir as possibilidades do homem".

Em nosso entendimento, quando constatamos uma diferença muito grande entre o discurso e a ação, só resta um caminho. A história recente do país nos aconselha que, em tais momentos e dada a importância do tema, devemos procurar através do debate democrático, aberto e público, esclarecer a nação sobre o que está acontecendo nas universidades e o que pretendemos delas.

Neste sentido, estamos convidando V. Excia. a comparecer a esta universidade para que possamos debater os rumos que o ensino público superior deve tomar. Inicialmente estamos propondo que tal debate seja realizado em março, quando reiniciamos o período letivo.

Aguardando desde já sua resposta, enviamos nossas saudações universitárias,

Roberto Leher
Presidente da Adufrj-SSind

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Abono 97: pagamento de honorários advocatícios

Em janeiro de 1997, 1.163 professores sindicalizados da Adufrj-SSind, receberam da UFRJ, em seus contracheques, o abono pecuniário de férias, em virtude da decisão favorável ao mandado de segurança coletivo aberto em dezembro de 1996, após deliberação da assembléia geral da Adufrj-SSind.

O valor total recebido foi de R$ 2.092.478,33 e, de acordo com o contrato vigente com a assessoria jurídica, nossa seção sindical deve pagar 10 % deste valor, ou seja, R$ 209.247,83, a título de honorários advocatícios.

A assembléia geral realizada no dia 11 de dezembro, quinta-feira, deliberou que cada professor sindicalizado que recebeu o referido abono contribuísse para o pagamento dos honorários, através de desconto em folha de pagamento em favor da Adufrj-SSind, a título de mensalidade associativa, com o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do abono recebido, dividido em 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas. O valor desta quota extra vai variar entre os sindicalizados e deve ser, em média, de aproximadamente R$ 45,00.

A Adufrj-SSind enviará a cada sindicalizado contemplado com o abono pecuniário de 97 uma carta contendo informações mais detalhadas sobre o assunto.

Abono 98: urgente, retifique a sua notificação de férias

Abono pecuniário de 98 ainda não está garantido

É importante lembrar que a Adufrj-SSind conseguiu através de medida judicial, fazer valer o direito de cada professor à **opção** pelo recebimento do abono pecuniário relativo as férias de 1998. A reitoria da UFRJ não havia reconhecido este direito e por isto houve uma série de devoluções das listagens das férias.

Reitoria descumpre decisão judicial

No entanto, ainda não temos garantias de que, efetivamente, quem fez a opção poderá receber o abono pecuniário de 98. Embora na última planilha de férias a opção estivesse em aberto, na Notificação de Férias enviada recentemente pela reitoria, novamente foi eliminada a opção pelo abono pecuniário em flagrante desrespeito a medida judicial vigente.

Notificação

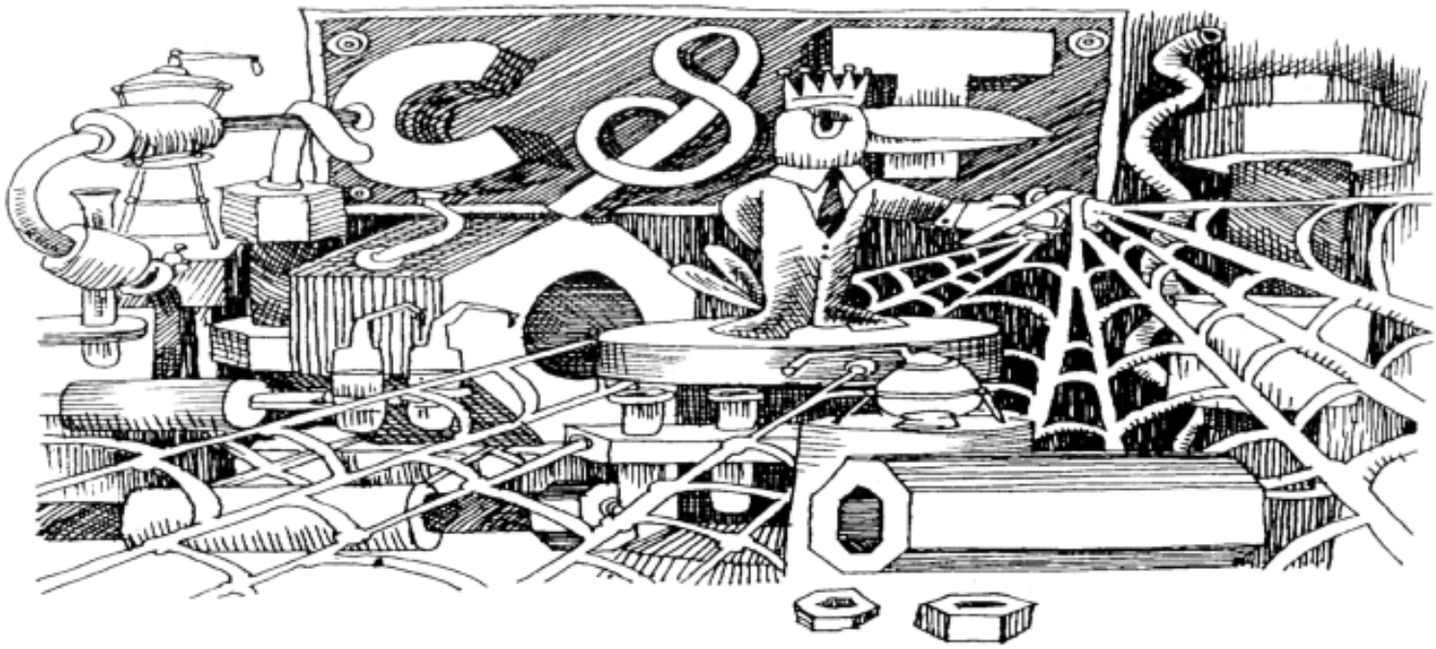
Estamos recomendando aos professores que fizeram a opção pelo abono que escrevam à mão na notificação de férias sua confirmação pela opção.

A assembléia geral da Adufrj-SSind realizado no dia 11 de dezembro deliberou pelo ajuizamento do mandado de segurança coletivo para garantir o pagamento do abono pecuniário aos professores que requereram a conversão da parcela das férias de 98 em pecúnia.

Já solicitamos à Reitoria confirmação sobre qual será sua decisão em relação a este direito e a listagem dos professores que optaram pelo abono pecuniário para darmos entrada nesta ação judicial nos próximos dias.

Ciência estagnada, tecnologia ultrapassada e país dependente

Baseado nesta equação, o governo FHC está destruindo o futuro do país



Pelo Plano Plurianual (PPA) aprovado em 1995 pela Câmara Federal, o governo federal tinha estabelecido como meta para a área da ciência e tecnologia um investimento anual de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Previsto para se concretizar entre os anos de 1996 a 99, este investimento teria a expressiva participação da iniciativa privada, contabilizado em 40% do total.

Se na época em que foi votado no Congresso Nacional o investimento em C&T do governo não chegava a 0,7% do PIB, pela análise dos orçamentos ao longo dos anos seguintes constata-se que apesar de belas, as palavras do governo careciam de intenção.

A participação dos gastos em C&T no total do orçamento em 1996 foi de 0,65%, em 97 retraiu para 0,30% e estão previstos para 98 exatos 0,26%. Em relação ao PIB, o investimento "pulou" dos 0,29% aplicados em 96 para 0,12% previstos na proposta orçamentária do ano que vem - sem contar a já corriqueira prática do contingenciamento orçamentário. Entre os setores considerados prioritários em sua política para a área de C&T, o governo incluiu a informática, automação, aero-espacial, nuclear, meio ambiente, recursos do mar e de saúde. Para tanto, se comprometeu a direcional esforços para o fortalecimento da infra-estrutura científica e tecnológica, consolidação dos núcleos de excelência, formação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento, apoio à pesquisa privada e processo de inovação nas empresas, aumento da transparência de tecnologia, estímulo à integração universidade-empresa e para a revisão dos incentivos fiscais de apoio à pesquisa e desenvolvimento.

Crescimento

Sintomaticamente, este "esforço" do governo ocorre justamente quando o Brasil consegue se inserir no clube dos 20 países que mais investem em C&T no mundo. Entre 1981 e 1995, o país obteve um estupendo crescimento no número de publicações e na formação de recursos humanos em diferentes áreas do conhecimento. Exceto em poucas delas, o Brasil superou em muito o crescimento de outros países. Na neurociência, por exemplo, enquanto a média mundial foi de 55%, o Brasil teve um crescimento de 197%. Nas engenharias, o crescimento mundial foi de 60%, mas

nós alcançamos 200%. Sem contar que o Brasil está para entrar no seleto clube de oito nações que dominam a tecnologia de lançamento de satélites.

"Fica muito claro diante deste modelo de país dependente que está sendo construído que não há espaço para a inovação e não há espaço para a ciência como instrumento de soberania nacional. Há espaço apenas para uma ciência já construída (no exterior), que será simplesmente absorvida (importada)", afirm**a** o professor titular do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, Adalberto Ramón Vieyra, que dirige o laboratório de Biotecnologia II.

Conceito

A pesquisa deve estar associada à procura do conhecimento, como forma de alargar suas fronteiras, e é dividida em dois tipos: básica e aplicada.

O conceito de pesquisa aplicada é o de perseguir um determinado objetivo, de procurar um conhecimento que já se sabe onde está. O desenvolvimento científico-tecnológico é não apenas procurar o conhecimento mas a forma como este poderá ser utilizado para diferentes fins, necessários à vida da sociedade. Já a pesquisa básica é aquela que não busca um retorno imediato, quando não se sabe exatamente onde suas conseqüências poderão chegar. A história recente do desenvolvimento científico mostra que muitos de seus resultados superaram de longe as expectativas mais otimistas.

A relevância da pesquisa está, segundo Adalberto, também ligada ao impacto que ela tem na cultura de um modo geral; a pesquisa científica e o desenvolvimento da ciência em um determinado país faz parte da sua cultura. "Além da relevância cultural, a pesquisa é geradora de conhecimento independente. Este

conhecimento que num determinado contexto cultural pode ser uma ferramenta importante para alavancar a soberania nacional", disse.

Para exemplificar esta importância basta citar os significativos avanços obtidos com a tecnologia agropecuária desenvolvida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) na região do cerrado brasileiro, e da tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas da Petrobrás, desenvolvida aqui mesmo, na Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ), ambos institutos públicos.

Iniciativa privada

De todas as prioridades definidas para a área de C&T, tudo indica que o governo se concentrou mesmo foi no apoio à pesquisa privada e ao processo de inovação nas empresas. Mesmo assim, numa contabilidade de fazer inveja aos responsáveis pelos balancetes do extinto Banco Nacional.

De acordo com dados que podem ser acessados na home-page do CNPq (http://www.cnpq.br/dnct94/), o governo FHC inclui quatro fontes de financiadores para a área de C&T: ele próprio, o governo estadual, e as empresas privadas e estatais. Para o Ministério de Ciência e Tecnologia, a distribuição destes gastos em 1995 deu-se da seguinte forma: o governo federal entrou com 47% do total de investimentos, os governos estaduais com 22%, setor empresarial com 22% e empresas estatais com 9%.

Alquimia

Baseado nesta alquimia virtual, o governo iniciou uma cruzada visando convencer a opinião pública e a comunidade acadêmica de que a iniciativa privada seria a salvação para a pesquisa no Brasil, a exemplo do que, aconteceria nos Estados Unidos. Argumento facilmente contestável, a começar pelo investimento em pesquisa nos EUA. Dos mais de 20 bilhões de dólares de investimentos em C&T nas universidades americanas, enquanto o governo federal comparece com 14.233 bilhões, as indústrias entram com apenas 1.430 bilhão. Para o diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, "quem financia estudo e pesquisa é governo, a iniciativa privada faz investimento nas suas empresas. O que falta no Brasil é que a iniciativa privada não desenvolve estas pesquisas. Nos EUA, elas desenvolvem pesquisas em seus laboratórios, e tem uma parte que elas completam nas universidades, mas é uma percentagem muito pequena do total do custo

da universidade".

A Coppe já chegou a ter entre 30 a 40% de seus recursos captados da iniciativa privada, percentual que Pinguelli considera muito alto. "A universidade como um todo não pode ter isso numa proporção muito grande. Mesmo à Coppe não é desejável esta proporção subir muito, acho que já está no limite do possível, deve até, na minha opinião, se reduzir um pouco", completou.

Maquiagem

Para incentivar o investimento privado em pesquisa, o governo colocou na sua proposta orçamentária de 98 para a área de C&T benefícios fiscais que chegam a representar 64% (R$ 738 milhões) das despesas em C&T (R$ 1.150 bilhão). Muito bonito se isto não procurasse escamotear uma realidade que nem os próprios empresários se furtam a revelar. Num levantamento da Confederação Nacional da Indústria realizado em 1996, com 1.012 empresas de pequeno, médio e grande porte, os resultados indicam que a maior parte delas (52%) investiu menos de 2% de seu faturamento líquido em tecnologia, 22% destinaram entre 2 e 5% e apenas 14% delas investiram acima de 5% em pesquisa e desenvolvimento. O estudo da CNI comprovou também que a maior parte deste "investimento" foi para a compra de máquinas e para melhorar a qualidade da produção. Em outras palavras, o governo concede benefícios fiscais às empresa que investirem em C&T, estas por sua vez contabilizam modernização, processo de controle de qualidade e pagamento de royalties como inovação tecnológica e, no final das contas, o Brasil anda para trás. Infelizmente, este processo de maquiagem chega a ser incentivado pelo governo. Vide o exemplo do MEC, que inclui o salário dos pesquisadores com dedicação exclusiva também como investimento em C&T.

"Não se pode pensar que corporações que visam essencialmente obter o lucro vão se preocupar com investimentos estratégicos para o país como nação independente" , diz o professor Adalberto Vieyra.

A persistir este aumento da mais valia, computado como investimento em C&T - quando a compra de novas máquinas e a importação de pacotes tecnológicos são contabilizados como aplicação de recursos em C&T - as perspectivas tendem a ficar cada vez mais sombrias. E o Brasil, cada vez mais dependente das tecnologias desenvolvidas no exterior.

Perspectivas sombrias

"Enquanto perdurar a atual política econômica e social deste governo e a relativa incapacidade da sociedade para dar um basta a esta política, simplesmente o desenvolvimento científico tecnológico deste país continuará estagnado. Neste projeto governamental hoje instalado, não há espaço para uma nação desenvolvida", afirma o professor Adalberto Vieyra.

Para Pinguelli, se continuar assim a perspectiva é mesmo o fim da universidade pública. "Nós seremos todos compelidos a ter outros empregos, arrumar bicos, e vai ter alguns grupinhos de excelência que o governo vai escolher conforme seus critérios acadêmicos e de beleza física, atlética ...".

A Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ) realizou no dia 10 uma manifestação na Praia Vermelha contra o corte das bolsas acadêmicas promovido pelo governo federal através do pacote de ajuste fiscal

STF julga ação contra transferência de verba para o ensino fundamental na próxima terça-feira, dia 16

Partidos de oposição esperam que julgamento ocorra antes do recesso do Judiciário

Agência Andes (Brasília) - A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o artigo da lei que estabelece e regulamenta a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Proposta de Emenda Constitucional nº14 e Lei 9.424/96), deverá ser julgada na próxima terça (16) pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A Ação, com pedido de liminar, foi impetrada pelo bloco dos partidos de oposição do governo na Câmara (PT, PDT, PC do B, PV e PMDB). A PEC, promulgada pelo Congresso em setembro do ano passado, transfere 15% da receita dos municípios a um fundo que será administrado pelos estados para implementação do magistério.

Os oposicionistas alegam que a transferência fere vários preceitos constitucionais da autonomia dos municípios e que, esses recursos, só serão devolvidos aos municípios, em valor proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental.

De acordo com o advogado da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, Alberto Rodrigues, se o STF não acatar o pedido de liminar, o ensino básico vai correr grandes riscos já que os municípios passarão a investir apenas no ensino fundamental em razão das perdas financeiras que sofreram.

No STF, os partidos vão questionar ainda outro artigo da PEC que reduziu de 50% para 30% a participação da União no repasse de verbas para estados e municípios. A expectativa do advogado da liderança do PT na Câmara, é de que a ação, com pedido de liminar, seja julgada pelo STF até a próxima terça feira (16), último dia de trabalho do Tribunal este ano, antes do recesso. Caso não seja apreciada até esta data, a Adin só retornará à pauta em fevereiro.

Assembléia Geral

16 de dezembro, às 13h30, no Auditório da Escola de Serviço Social (Praia Vermelha)

Pauta

Eleição dos delegados da Adufrj-SSind ao **XVII Congresso do Andes-SN,** em Porto Alegre (RS), que será realizado entre os dias 6 e 12 de fevereiro/98

A próxima edição do jornal Adufrj-SSind estará circulando no dia 7 de janeiro.

Confraternização da Adufrj-SSind: almoço de adesão no dia 17. Informações na Secretaria.

Recordar

Este dito popular nunca caiu tão bem Isso porque a sobrevivência do serviço público em 1998 dependerá, mais do que nunca, da nossa capacidade de enfrentar as propostas palacianas. Apesar do ano 1997 ter sido muito difícil para todo o funcionalismo, o movimento organizado conseguiu vitórias importantes: a marcha dos sem-terra, por exemplo, que levou a Brasília mais de 60 mil pessoas se manifestando em favor da causa dos trabalhadores rurais, é um exemplo.

Esta retrospectiva tem uma função especial: precisamos resgatar o que foi feito para podermos analisar, com clareza, o que vem por aí. No ano 1998 teremos a oportunidade de apostar nas mudanças. Possuímos uma arma que é fundamental e que nenhuma Medida Provisória ou decreto poderá tirar: o voto. Ano de eleição. Teremos, então, possibilidade de escolher e eleger um novo presidente para este país. Um verdadeiro representante do povo que coloque os anseios da sociedade acima de qualquer interesse internacional.

Marcha Pela Dignidade: Sem-terra invadem Brasília

Jornal da Adufrj 22 a 27 de abril

Transformação da Adufrj em Seção Sindical

No primeiro jornal do ano de 1997, foi esclarecido à categoria as vantagens e os avanços que o movimento docente com a transformação de nossa associação em Seção Sindical do Andes. Basicamente dava aos professores da UFRJ direito à sindicalização, que foi tirado pelo militares durante a ditadura.
Jornal da Adufrj 21/jan a 2/fevereiro

Vagas para UFRJ são insuficientes

No penúltimo dia do ano de *1996,* foram publicados no Diário oficial da União os editais para 355 vagas abertas na UFRJ. Esse número não foi suficiente para cobrir as necessidades dos inúmeros departamentos que compõem a maior universidade federal do país. Ao todo foram 760 pedidos.
Jornal da Adufrj 3 a 24 de fevereiro

Perdas salariais chegam a 64%

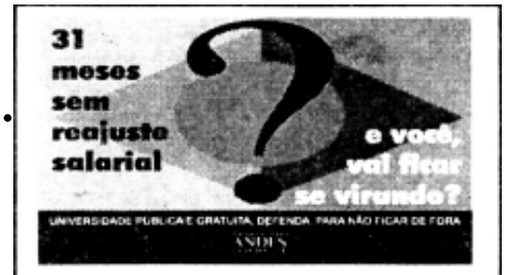
Governo federal se nega a negociar com o funcionalismo
Jornal da Adufrj 14 a 21 de abril

Educação vai à luta

A Cinelândia reviveu na última sexta-feira seus bons tempos. A manifestação dos profissionais de Educação, no dia do professor, foi um protesto contra as políticas governamentais e pela defesa de uma Educação pública e de qualidade.
Jornal da Adufrj 14 a 21 de abril

Recadastramento

é viver



Campanha de mídia do Sindicato Nacional - Andes

Projeto regulamenta escolha de dirigente

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ameaça gestão administrativa democrática nas Instituições de Ensino Superior no Brasil que foram alcançadas simultaneamente às lutas pela democratização do país e pelo direito à sindicalização de docentes e servidores técnico-administrativos no período final da ditadura militar.

Jornal da Adufrj 17 a 23 de março

Servidores públicos derrotam governo no STF

Por seis votos a favor e quatro contra, no dia 1*9 de* fevereiro, o Supremo Tribunal Federal julgou favorável a *ação impetrada por onze servidores público federais, solicitando a extensão de 28,86% de reajuste salarial concedido em janeiro de 1993 aos militares. Ganharam, mas até o final de 1997, não levaram. Isso porque o STF não julgou o embargo declaratório impetrado pelo governo.*

Jornal da Adufrj 24/fev a 9 de março

19 de março: Dia Nacional de Mobilização

Neste dia, os servidores públicos federais das três esferas tornaram as ruas do país para protestar contra o governo e em defesa de um serviço público de qualidade e gratuito para todos. A Assembléia conjunta na UERJ reuniu cerca de 400 trabalhadores.

Jornal da Adufrj 24/mar a 6 de abril

Paulo Freire: a celebração de uma vida dedicada à educação

Homenagem do Jornal da Adufrj ao maior educador de nossa história. Celebração marca a marte do educador.

Jornal da Adufrj 12 a 1 8 de maio

Privatização da Vale

ABI, SBPC, entidades sindicais e lideranças políticas protestam contra a privatização e pedem impeachment de leilão.

Jornal da Adufrj 7 a 13 de abril

Suborno na votação da reeleição abala credibilidade de FHC

O escândalo da compra de votos de parlamentares para a emenda da reeleição de FHC choca o país.

Jornal da Adufrj 19 a 25 de maio

Nova diretoria da Adufrj toma posse

Jornal da Adufrj 20 a 26 de outubro

Vendendo saúde e excluindo cidadãos

Numa série de matérias tratando da questão saúde, a regulamentação do setor privado desta área entra na pauta do jornal da Adufrj numa matéria analítica, ande se desmascara os lobbies de empresários no Congresso Nacional para conseguirem privilégios em relação ao SUS.

Jornal da Adufrj 2 a 8 de junho

Consuni da UFRJ é contra a PEC 370

Em sessão histórica, por unanimidade, o Conselho Universitário se posicionou contra qualquer mudança no artigo 207 da Constituição e reiterou a defesa da autonomia universitária, ameaçada pela Proposta de Emenda Constitucional 370.

Jornal da Adufrj 9 a 1 5 de junho

Continua na página 10

25 de julho: mais um protesto nacional contra FHC

Trabalhadores de todo o Brasil, estudantes e demais setores da sociedade transformaram o Dia do Trabalhador Rural um marco de mobilização contra o governo.

Jornal da Adufrj 4 a 10 de agosto

Implantação da LDB na UFRJ

A UFRJ vem cumprindo todos os desmandos do governo sem trazer a debate questões vitais para a universidade. Foi este o objetivo desta matéria que marca o início das discussões dentro do Consuni sobre a implantação da LDB na UFRJ.

Jornal da Adufrj 29/set a 5/out.

Caderno especial sobre a PEC 370/96

Sabendo das ameaças que o projeto de autonomia universitária pode trazer à instituições, a Adufrj elaborou um caderno especial contendo a proposta do governo e a análise de item por item da PEC 370/96.

Jornal da Adufrj 6 a 12 de outubro.

Dia Nacional da Resistência

Várias lideranças são ouvidas e dão sugestão de como enfrentar a crise

Jornal da Adufrj 27/out a 2/novtubro

Orçamento para 1998 é tratado como Assalto

Antes a crise na bolsa mundial, o jornal da Adufrj se antecipa e desmascara o orçamento de 1998. A matéria denuncia que somente com pagamento de juros (antes do aumento promovido pelo governo em função da fuga de capital estrangeiro), estavam previstos R$ 37 bi. Este valor já era maior do que toda a verba destinada à Saúde e Educação.

Jornal da Adufrj 3 a 16 de novembro

Pacotão corta verbas para pesquisa e ameaça servidores com demissões

Sociedade Constrói Plano Nacional de Educação

Cobertura completa do II Coned

Jornal da Adufrj 3 a 16/nov

Recadastramento

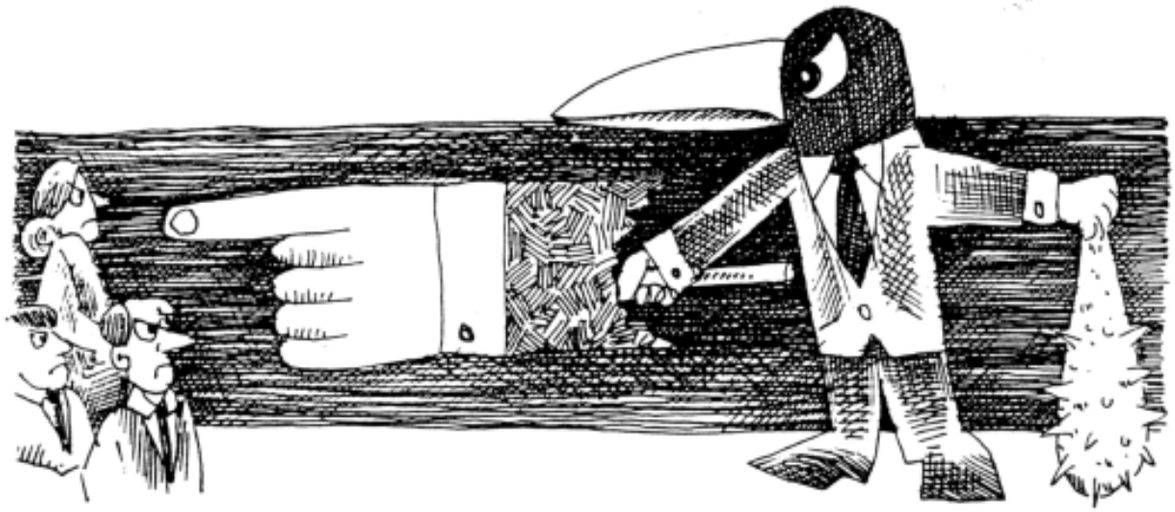
Falta de informações gera inquietação

No próximo dia 15, todos os servidores públicos federais da ativa estarão envolvidos num recadastramento elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Conforme informações do último Jornal da Adufrj, todos receberão um extrato cadastral contendo as seguintes informações: data de ingresso no serviço público, forma de ingresso, número de dependentes e data de nascimento. Caso um desses itens esteja em branco ou preenchido erradamente, o funcionário deverá se dirigir à SR 4 munido dos documentos compro-batórios para regularizar a sua situação.

Segundo a portaria n.º 3.772 do MARE, que regulamenta este recadastramento, as unidades de recursos humanos deveriam estar entregando aos servidores a elas vinculados o extrato cadastra] individual simplificado, emitido pelo SIAPE, a partir do dia 10. O Jornal da Adufrj entrou em contato com a SR 4 (órgão da universidade encarregado de realizar este processo) para obter maiores informações sobre este processo na UFRJ. Com a ausência da subreitora, um funcionário assegurou que os primeiros extratos serão distribuídos a partir do dia 15, junto a uma cartilha explicativa elaborada pelo Mare. Os funcionários que verificarem algum problema em seus documentos deverão procurar a SR 4 dentro do prazo estabelecido no próprio extrato. Vale relembrar que o recadastramento segue até o dia 30 de janeiro. Entretanto, ele será dividido em grupos. Ou seja, cada servidor terá o período de quatro a cinco dias para regularizar a sua situação junto à sub-reitoria. Como em janeiro a maioria dos professores estarão de férias, este processo poderá gerar grandes tumultos e injustiças. Esperamos que o nosso órgão de recursos humanos esteja bem preparado para evitar avisos encima da hora e outros atropelos.

Paulo Renato ameaça reitores

“Se continuarem se mobilizando, denuncio o que acontece com as verbas das universidades”



Em audiência pública realizada no dia 3 de dezembro, na Câmara dos Deputados, o ministro Paulo Renato ameaçou os reitores afirmando que se eles não parassem com a mobilização, divulgaria o que acontece com a verba das universidades. As declarações do ministro deixaram os parlamentares perplexos. A deputada federal Joana D’Arc (PT/MG) reagiu afirmando que, como representante do povo, tinha o direito pleno de saber o que estava acontecendo.

O deputado Lindberg Farias também se indignou com a declaração de Paulo Renato. Integrantes de seu gabinete, inclusive, já solicitaram as notas taquígrafas da sessão para cobrar do ministro e da Andifes (entidade que representa os dirigentes das instituições de ensino superior) um posicionamento. Representantes do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES), presentes no plenário, ficaram revoltados com as declarações de Paulo Renato. A presidente da entidade Maria Cristina da Moraes afirmou que o ANDES está aguardando apenas o envio das notas taquígrafas para cobrar da Andifes explicações.

Reitores sabem da declaração através da equipe do Jornal da Adufrj

Perplexidade. Esta foi **a** reação apresentada por alguns reitores a respeito da declaração do ministro Paulo Renato na Câmara. Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, reitor da Universidade Federal de Santa Maria e ex-presidente da Andifes reagiu com estranheza à notícia desta ameaça pública do ministro aos reitores. “Eu estranho, primeiro, porque não trabalhamos com dinheiro de ninguém. Trabalhamos com dinheiro público. Isso significa que temos uma série de compromissos e somos auditados quase todos os meses por uma vários de mecanismos do poder público e; segundo, é estranho ele afirmar uma coisa dessas. O que está em jogo não é apenas a credibilidade da Andifes, mas de todo o sistema de apuração de gastos do sistema federal”.

O presidente da Comissão de Orçamento da Andifes e reitor da Universidade Federal do Ceará, Roberto Cláudio Bezerra, achou um grande absurdo a declaração do ministro. “Desafio qualquer um a fazer uma auditoria nas contas da UFCe”. Roberto Cláudio reafirmou a importância da mobilização dos reitores como forma de levar à opinião pública não só o problema das verbas das universidades, mas também a importância dessas instituições. “Eu, pessoalmente, não ficarei refém de uma declaração dessas”, reage.

O presidente da Comissão de orçamento da Andifes adiantou ao Jornal da Adufrj que, assim que tomar conhecimento oficialmente desta declaração, vai propor uma reunião extraordinária do Conselho Pleno da instituição.

Continua na página 12

Reitor da UFSM afirma que problema está no sistema público

Ex-presidente da Andifes reage: "É uma interpretação muito leviana"

"A declaração do ministro é, no mínimo, leviana. Não retrata o que acontece no sistema federal". O reitor da UFMS e ex-presidente da Andifes, Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, acredita que Paulo Renato possa Ter se referido à má gestão das verbas das universidades. Sobre isso, o reitor reconhece que o serviço público poderia ser gerenciado de uma forma mais eficiente. Entretanto, ele reconhece, também, que esta falha não é culpa da administração das universidades, mas sim de toda a estrutura do sistema público que obriga a maioria dos reitores a fazerem os maiores absurdos para conseguir encerrar o ano sem dívidas.

"Um exemplo é a contenção financeira do orçamento. O governo envia a verba destinada às universidades praticamente no final do ano, obrigando-nos a fazer gastos apressados ou, simplesmente, devolvê-la ao governo". O ex-presidente da Andifes acredita que o funcionamento da própria estrutura do sistema não incentiva a utilização desses recursos. "Não existe incentivo por parte do governo para que eu realize uma administração otimizada e racional". Ele lembra, como exemplo, um dos pontos do último pacote fiscal do governo que estabelece o envio desses recursos não utilizados para pagamento da dívida pública.

Ministro se omite e não recebe o Andes-SN em audiência

Sindicato Nacional solicita audiência em outubro. MEC responde 38 dias depois, recusando-se a receber os dirigentes porque "o empenho nas negociações pelo reajuste diferenciado ficou prejudicado em função das medidas econômicas recentemente adotadas pelo governo federal."

Em resposta à solicitação do Andes, o MEC enviou um oficio assinado pelo diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ensino Superior, José Luiz da Silva Valente se recusando a conceder audiência ao Sindicato Nacional dos Docentes em Ensino Superior.

No documento, Valente afirma que "o empenho nas negociações pelo reajuste diferenciado ficou prejudicado em função das medidas econômicas recentemente adotadas pelo governo federal" Entretanto, na solicitação do Andes, enviada na segunda quinzena de outubro ao MEC, o sindicato pretendia discutir piso salarial constitucional e o plano de carreira e capacitação docente. A questão do reajuste diferenciado foi debatida e rejeitada por instâncias superiores do sindicato. Ou seja, o ministro nem sequer sabia do que estava sendo proposto.

O Andes-SN enviou um ofício (dia 1º de dezembro) reafirmando o pedido de audiência e questionando o fato da recusa em atender ao sindicato não ter passado pelo crivo do ministro, "uma vez que, tradicionalmente , respostas a tal tipo de solicitação deste sindicato têm partido diretamente do gabinete de V.Exa." O Andes solicitou novamente a marcação de uma audiência com o MEC. Uma nova recusa, diz o oficio "nos autorizará a compreender que o MEC não se predispõe a buscar soluções e aposta no impasse, assumindo assim, a responsabilidade pelos rumos que a categoria poderá vira a dar ao movimento"

Movimento popular define agenda de lutas para 1998

Cerca de 4 mil pessoas participam do Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, por terra, trabalho e cidadania, realizado no dia 6, em São Paulo

Informa Andes (Brasília) - O movimento popular e sindical abriu o mês de dezembro com um evento significativo: o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo - por terra, trabalho e cidadania, que foi realizado em São Paulo, no último dia 6. Para 1998, as entidades aprovaram uma plataforma de lutas com calendário de atividades, o que representa a convergência dos segmentos representativos da sociedade brasileira para uma luta comum contra a política neoliberal.

Mais de quatro mil pessoas, provenientes de todos os estados do país, participaram do encontro que foi precedido da Marcha pelo Emprego, que percorreu o centro de São Paulo na sexta-feira. Lideranças do movimento popular e sindical e partidos políticos de oposição ao governo estiveram presentes ao Encontro.

Tendo como pontos da plataforma de lutas o trabalho, a terra, a qualidade de vida, a educação, a cidadania e a democracia, o encontro aprovou uma agenda de mobilização para 1998. A data inicial é 24 de janeiro (Dia Nacional do Aposentado). O calendário poderá, no entanto, ser antecipado conforme a pauta de votações do Congresso Nacional durante a convocação extraordinária - prevista para início em 12 de janeiro.

"Desde já, reforçamos o combate às demissões e defesa da previdência, dos direitos dos trabalhadores e do povo, convergindo para uma grande Marcha pelo Emprego a partir do Primeiro de Maio de 1998", afirma o manifesto aprovado no encontro e lido no encerramento pelo presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

Manifesto pela universidade pública recebe adesões

Durante o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo foi lançada a coleta de assinaturas para o manifesto nacional em defesa da universidade pública e gratuita. O documento é o resultado de uma articulação entre as entidades da comunidade universitária (Andes-SN, UNE e Fasubra Sindical). Ele denuncia a política governamental de privatização da universidade pública e conclama a sociedade a defendê-la, por se tratar do patrimônio que garante o desenvolvimento com soberania.

O manifesto foi assinado, entre outros, por representantes de partidos políticos (Luís Inácio Lula da Silva e José Dirceu, do PT e João Amazonas, do PC do B), e sindicalistas, como Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), presidente da CUT e Antônio Carlos Spis, da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Sociedade ganha PNE democrático

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolidado no II Congresso Nacional de Educação (Coned), em novembro, foi entregue à sociedade durante o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo - por terra, trabalho e cidadania. A diretora do ANDES-SN Graça Bollmann, fez um relato do processo de elaboração da proposta. O documento foi distribuído entre entidades presentes no encontro.

AGENDA NACIONAL

Ato Público
Contra o Desemprego

Promoção do Fórum de Mobilização Popular (CUT, MST, PT, PC do B, PDT, PSTU e outros)

Dia 18 de1dezembro, às 18 horas

Cinelândia
Rio de Janeiro

Veja nas páginas 14 e 15 como foi a manifestação dos professores no dia 5

Greve do dia 5

Professores realizam panfletagem junto a vestibulandos

Durante a greve de 24 horas dos servidores públicos federais, uma comissão de professores sindicalizados à Adufrj construíram um panfleto específico aos vestibulandos e o distribuíram na manhã do dia 5, no Campus da Praia Vermelha. O objetivo foi de informar aos candidatos os problemas que a universidade vem enfrentando devido à política atual do governo.

SPFs do Rio fazem manifestação natalina no centro da cidade

Com Papai Noel, servidores distribuem *pacotinhos* de miséria nas ruas simbolizando o Natal de FHC, o Natal da fome

Mesmo com poucos participantes, manifestação consegue apoio da população

Pacotinhos distribuídos nas ruas - simbolizando o último pacotão do governo - foram a sensação. Todos queriam saber o que continha nos embrulhos. Palavras como recessão, miséria, lero-lero do real e desemprego, denunciavam os reflexos da política de FHC na vida dos cidadãos.

Recadastramento dos aposentados

Desrespeito no atendimento gera revolta

Prezados Senhores, acabo de ler o jornal da ADUFRJ, edição referente ao período de 8 a 14 de dezembro. Em especial, a matéria referente ao famigerado Salão Azul. Concordo com as palavras da aposentada Zilah Porciuncula Coutinho. Relatarei a minha inolvidável experiência: tendo recebido um aviso da Reitoria que deveria comparecer ao oitavo andar, durante o mês de dezembro, das 9 às 17 horas, lá fui eu no dia 9, de taxi (pois tenho grande dificuldade de locomoção, tendo ele ficado esperando). Cheguei às 9h 15, na esperança anglo-germânica de que as coisas começassem no horário previsto. Recebi a informação que não era mais no oitavo andar, mas sim no Salão Azul (virando à direita, logo no final do corredor). Ora, muito bem. Quem ouve Salão Azul, logo pensa na antecâmara do Paraíso; mas, ledo engano! O caminho que levava ao dito, era a coisa mais imunda que podia existir (não sei como a Reitoria não se envergonha de fazer seres humanos por ele deambular). Chegando lá, a Sra. E. pede para ver o meu papel de convocação e depois de procurar muito, me informa que a pasta com as folhas referentes ao mês de aniversario (e que teriam que ser assinadas) não estavam lá. Após algum tempo, percebe que tem que fazer alguma coisa e, levando o dito papel, sobe ao oitavo andar para ver se encontra a dita pasta. Neste ínterim, senta-se na mesa dela o Sr. M. - mascando chicletes e atendendo os usuários com a emissão de bolas numa freqüência própria dos 1O anos de idade - que num tom de Reitor de todas as Universidades, diz que eu não preciso me recadastrar (eu precisava sim!). Após uma longa explanação de minha parte, ele concorda. Volta a Sra. E., sem o meu papel de convocação (que, uma vez carimbado, iria constituir a prova do recadastramento), mas com a folha do mês de aniversário a qual pede que, eu assine, o que faço imediatamente. Solicito então um comprovante de recadastramento - e o tempo passando, passando, e o relógio do taxi correndo, correndo - e assim se inicia nova odisséia: não existem comprovantes e o meu papel de convocação tinha sumido. A Sra. E. pede então ao Sr. M. que vá ao oitavo andar buscar os comprovantes; depois de quinze minutos solicito a Sra. E. um comprovante escrito a mão, uma vez que, pelo que parece, os outros estavam sendo impressos. Ela o faz, eu saio quando chega o Sr. M. a quem pergunto se conseguiu e ele afirma que ninguém tinha pedido comprovante algum; entrega o material a Sra. E. que imediatamente me chama para dar o comprovante oficial - visto que, a esta altura, eu já havia emitido os mais calorosos protestos pela desorganização e desrespeito ao "consumidor". Saio de lá às 10 horas e convencida que a Sra. E., ou quem de direito, deveria me ressarcir dos gastos de R$ 30,00 que tive com o taxi aguardando o desencavar da papelada que deveria estar toda pronta às 9 horas.

Isar Oswaldo-Cruz
Professora Aposentada

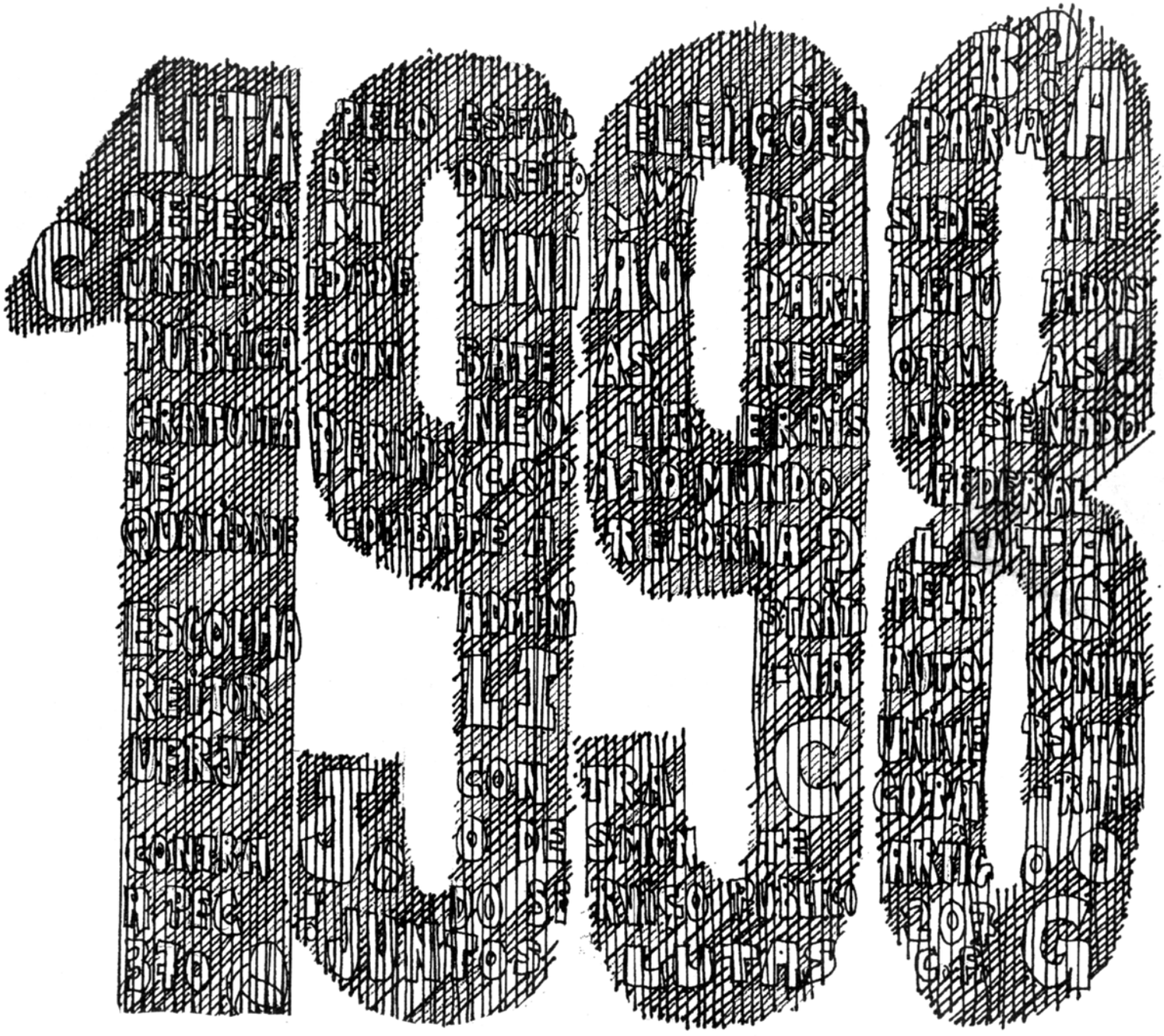
JORNAL
ANO V

7 A 21 DE
JANEIRO/98

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO **ANDES** NACIONAL

3 anos sem reajuste salarial



Perspectivas

Moção

Recadastramento do governo é instrumento para destruir a autonomia acadêmica

O governo FHC tem um projeto para a universidade. Um projeto negativo, antidemocrático e sem a aparência de projeto, mas que possui um sentido coerente que confere à ação governamental notável objetividade. Trata-se, evidentemente, da privatização e subordinação da universidade às (ditas) leis de mercado. A ressignificação da autonomia encontra-se no núcleo sólido desta política como atestam a PEC-370, a LDB e a reforma Administrativa. A recente Portaria n.º 3.772, de 22 de novembro de 1997, relativa aos dados cadastrais dos servidores, está inscrita neste processo. O objetivo desta portaria é preparar as demissões de servidores públicos para "sinalizar" ao capital rentista que o Brasil segue obediente ao *Consenso de Washington.*

O cadastro tem um outro objetivo que não é imediato, nem tão evidente, porém é mais importante do que a insignificante economia decorrente das demissões: **ampliar o controle governamental sobre a vida da universidade.** E isto é extremamente grave. A transferência de prerrogativas que são próprias da universidade para o governo deixa os professores e os técnico-administrativos, produtores e socializadores do conhecimento, vulneráveis diante do uso ilegítimo de dados sobre as suas vidas funcionais. Como produzir conhecimento novo sem liberdade de crítica para negar (no sentido de Bachelard) o conhecimento estabelecido? Como ter liberdade acadêmica sem autonomia e soberania? Como exercer a crítica sob a ameaça de cadastros sobre os quais os cidadãos não têm nenhum controle? É a própria noção de universidade que está em questão. De fato, este deslocamento de prerrogativas é profundamente anti-universitário: apaga a especificidade dos meios e dos fins da produção do saber dentro da universidade, uma prática social regida por mediações particulares que configuram a sua singularidade.

A Adufrj-SSind tem a expectativa de que o CONSUNI seja firme e corajoso na defesa da autonomia, não se escusando de proteger institucionalmente os servidores da UFRJ, frente ao ataque do poder governamental, que aperta o cerco contra a independência do trabalho intelectual. Historicamente, a universidade enfrentou os conflitos entre fé e razão, depois teve de se confrontar com o poder temporal que desejou transformá-la. em instrumento do governo, atualmente luta contra a expansão exacerbada da razão instrumental que mercantiliza o conhecimento, colocando-o a serviço da exploração do trabalho e da degradação da natureza. Vale lembrar que, se ainda existe universidade é porque, em todas estas situações, sua comunidade interna foi ciosa de seu papel histórico.

A UFRJ não pode aceitar esta intromissão governamental, pois ela tem o preciso objetivo de subjugar a autonomia e sua correlata soberania. **O CONSUNI tem de impedir este cadastramento espúrio, restabelecendo as condições para que a nossa universidade possa dar prosseguimento às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo independente e crítico.**

Moção aprovada na Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 16 de dezembro de 1997 e apresentada na sessão do Conselho Universitário realizada no dia 18 de dezembro

ADUFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Armadilha do governo

O recadastramento tem um objetivo preciso: preparar as condições para efetivar a demissão de servidores públicos (ver Moção na página 2). O governo não tem condições de reunir os dados de todos os servidores em curto prazo de tempo. Como as demissões devem acontecer até abril, em virtude das eleições, o governo quer a colaboração dos servidores para que ele possa cumprir as suas promessas ao FMI. A rigor, nenhuma categoria está excluída da possibilidade de demissão. Os docentes que não ingressaram na universidade por meio de concurso público de provas e títulos, em qualquer data, não são estáveis e, portanto, podem vir a ser demitidos. A Constituição Federal excluiu os professores de nível superior da estabilidade conferida aos servidores públicos que tivessem na data da promulgação da CF cinco anos de serviço público federal (Art.19 - Disposições Constitucionais Transitórias). Deste modo, todos aqueles docentes que foram impedidos de fazer concurso público, muitos deles em virtude da ditadura militar, estão na alça de mira do governo.

A demissão de 33 mil servidores prevista pelo "Pacote 51" é apenas a ponta do iceberg. Muitas outras virão caso os servidores não se mobilizem em torno da defesa do serviço público voltado para a cidadania. A ofensiva do movimento social é crucial para que os direitos sociais e do trabalho não sejam destroçados pelas ações do governo federal em defesa do modelo econômico vigente, hoje em profunda crise.

A possibilidade de demissões de docentes e técnico-administrativos está sendo rechaçada por toda comunidade universitária. Entidades como CUT, Andes-SN, Fasubra e Andifes já posicionaram-se contra as demissões. Deste modo, as condições para organizar a luta contra as medidas arbitrárias do governo FHC estão sendo realizadas.

A Adufrj-SSind envidará todos os esforços para que também o Consuni se posicione contra o recadastramento. Com efeito, é imprescindível que a Reitoria da UFRJ seja forçada a se posicionar em defesa da autonomia. A sua posição de alheamento é não apenas irresponsável, mas de cumplicidade com o governo federal. Vale lembrar do período Collor: a luta organizada e solidária impediu que as universidades fossem afetadas pelas demissões injustas e casuísticas do Fernando I; igualmente, as do Fernando II não passarão!

Professor/a, se você receber o formulário do recadastramento não se precipite. A diretoria da Adufrj-SSind e o Conselho de Representantes aprovaram as seguintes recomendações quanto ao recadastramento.

1) Solicite, por meio de documento protocolado, conforme modelo a ser fornecido pela Adufrj-SSind, que a administração lhe forneça as suas informações cadastrais (afinal, é a administração que é depositária destas informações);

2) O movimento organizado na UFRJ já logrou vitória ao conseguir atrasar o recadastramento que teria de ser iniciado em 15 de dezembro; ademais, grande parte dos servidores está em férias, não podendo ser obrigados a se recadastrar durante o período de gozo das férias. Em suma, os prazos do governo já não são mais exeqüíveis. Devemos postergar ao máximo o encaminhamento do recadastramento (caso não seja possível impedi-lo). Lembre-se que o prazo final previsto no Decreto 2.402/97 é 31 de janeiro. Quanto mais demorar para que o recadastramento aconteça, melhor , pois o governo não poderá demitir servidores após abril deste ano.

3) O Andes-SN, a Fasubra e a Andifes estão pressionando o MEC para que as universidades sejam excluídas das demissões e do recadastramento. Na próxima semana teremos mais informações. Aguarde-as. Não tome decisões individuais.

Acompanhe as orientações e as informações de seu sindicato. Juntos impediremos a concretização de mais este duro ataque a universidade!

Na próxima semana: edição especial do Jornal da Adufrj sobre recadastramento.

Perspectiva

1998

No primeiro jornal do ano, a Adufrj-SSind correu atrás de alguns especialistas de diversas áreas para traçar um panorama dos próximos doze meses. A eleição para presidente foi o ato mais citado em nossa perspectiva 98. Presumi-se que o atual governo vai utilizar bandeiras como educação para tentar se reeleger. Em função disso, constatou-se que este ano será de muito trabalho para as forças de oposição. Para Pablo Gentilli, professor da Faculdade de Educação da UERJ, apresentar propostas criativas e viáveis de democratização, ampliação e fortalecimento do espaço público deverá ser a meta da esquerda neste processo. Ao mesmo tempo, para ele, deve-se construir um discurso hegemônico capaz de criar sentido e significado na nossa prática política e na cultural.
sorte está lançada. Apesar de todas as reformas que ameaçam o serviço público e de um congelamento de salários que já dura três anos, é possível acreditar na capacidade de mudanças do povo brasileiro. Bom voto!

Cristalização das reformas neoliberais na educação

O ano de 1997 foi um ano de defi nição do programa de reestruturação educacional neo-liberal, mediante a (e o início, ainda que tímido) implementação de algumas medidas fundamentais, como por exemplo, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases, a reforma curricular, o Provão, e outras medidas que definem a natureza e o sentido da reforma promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso no campo educacional. Apesar da reforma na educação ainda não estar concluída, já estão definidos os seus parâmetros mais significativos. Em função disso, 1998 será um ano de imple-mentação mais agressiva e de cristalização do projeto neoliberal na área da educação. Ano onde as conseqüências discriminatórias originárias desta reforma, imagino, serão mais sentidas

Educação, emprego e estabilização econômica: bandeiras da reeleição

Todavia, o ano de 1998 é um ano eleitoral. Educação, muito provavelmente, junto ao emprego e à continuidade do plano de estabilização monetária, vão estar no centro das promessas que os grupos do governo apresentarão para dar continuidade ao seu projeto.

Para as forças de oposição há um grande desafio: apresentar propostas criativas e viáveis de democratização, ampliação e fortalecimento do espaço público.

Ao mesmo tempo, deve-se construir um discurso hegemônico capaz de criar sentido e significado na nossa prática política e na luta cultural.

1998 será um ano de muitas incógnitas, mas com uma certeza: neste novo ano, a história tão pouco vai terminar.

Pablo Gentili - *professor da Faculdade de Educação da UERJ*

Um ano de muito trabalho

Na minha opinião será um ano difícil. Existem algumas questões que aparecem agora de maneira mais acentuada. Primeiro, uma crise econômica, que o governo vai tentar explicar como uma crise passageira, uma crise que está lá fora. No entanto, ela encontra-se presente internamente e estruturalmente. Outros fatores que aparecerão no cenário são as eleições para Presidência, para governadores dos estados e para o Legislativo. Estaremos diante de um momento rico, para o debate. Com o confronto, inclusive, de idéias. Será uma ótima oportunidade para discutirmos com a população a crise econômica e o tratamento que vem sendo dado às questões sociais. Enfim, para as forças de esquerda, será um ano de muito trabalho.

Márcio Antônio de Oliveira - *Secretário geral do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes)*

Renovação no Congresso

As grandes "vedetes" deste ano serão as eleições para presidente da república, governadores de estados e senadores. Estas, provavelmente, ofuscarão as eleições para deputado federal. Isso porque há um descontentamento da população em relação ao trabalho do Legislativo, principalmente pela falta de informação sobre a função desses parlamentares. As pessoas atribuem todo o processo político à figura do presidente da república. Isso é preocupante e poderá gerar um desinteresse da população em eleger deputados. Em função disso, o Diap especula que esses parlamentares terão grande dificuldade em renovar os seus mandatos. Inclusive, estima-se que um candidato terá que ter nas mãos pelo menos R$ 2 milhões para colocar na campanha. Logo, espera-se uma grande renovação na Câmara dos Deputados que não significa, necessariamente, que será para melhor. Imaginamos que esta renovação não trará caras novas à política brasileira. Existe a possibilidade de mudanças, mas com figuras que já circulam no cenário político nacional.

Marcos Verlaine da Silva Pinto
Consultor do Diap (Departamento Intersindical de Análise Parlamentar)

Continua na página 6

Fala UFRJ: *como será o amanhã?*

O governo diz que vai melhorar mas se nós não fizermos alguma coisa, a tendência é mesmo piorar...

Débora de Almeida, *professora do Instituto de Química*

A coisa já está difícil, mas daqui para frente tende a piorar. A gente não vê entrar verbas para nada, eles só cortam bolsas ...

Vilma Azeredo, *mestranda em Nutrição*

Se for como no ano passado, quando alguns laboratórios só funcionaram porque conseguiram verba de fora ...

Everaldo de Souza, *estudante de Farmácia*

As mais obscuras possíveis! Já são mais de mil dias sem reajuste para o funcionalismo ... Os professores estão desestimulados a continuar na carreira universitária, e também, por não haver uma definição sobre qual será a política para bolsas.

Júlio Alberto Mignaco, *professor do ICB*

Espero que melhore alguma coisa por aqui, do contrário ...

Demi Mendes,
técnico do ICB

Recessão e desemprego

A expectativa é que teremos, no primeiro semestre de 98, uma forte desaceleração da economia. Isso significa, basicamente, recessão. A conseqüência disso serão índices recordes de desemprego. É possível que as eleições para presidente possam gerar uma reviravolta na economia no segundo semestre. Agora, é difícil dimensionar a magnitude disso. Principalmente porque essa mudança estaria, em grande parte, vinculada ao cenário internacional, principalmente à crise asiática. Os reflexos desta crise vai repercutir na economia global e, evidentemente, no Brasil da mesma forma. Ou seja, o reflexo internacional teria um peso maior do que o próprio resultado da campanha eleitoral. Apesar disso, sabemos que nos anos eleitorais há um investimento público maior como efeito da campanha. Isso gera um certo aquecimento na economia, mas se isso é suficiente para rebater o reflexo desta crise internacional, é uma incógnita. É muito difícil de prever.

Empresas continuarão demitindo

Uma outra coisa importante de se destacar é que as empresas deverão continuar desenvolvendo, ao longo de 98, o processo de restruturação produtiva. Na verdade, o que ocorre é que as indústrias usam este momento de crise econômica para promoverem as demissões que muitas vezes já estão sendo programadas por um processo de restruturação. Isso inclui nova gestão da empresa, introdução de novas tecnologias e a organização do processo de produção. Essas formas de restruturação na forma de produzir levam ao aumento da produtividade e, na maioria das vezes, a um processo de enxugamento das empresas e de demissões, que passam a ser feitas num momento de crise para mascarar o processo de enxugamento mais estrutural. Qual é o problema nisso? É que quando a economia voltar a crescer, as empresas que fizeram o ajuste estrutural dificilmente voltarão a admitir com a mesma intensidade que demitiram. Por exemplo, uma empresa demite 100 pessoas por conta de ajuste estrutural. No momento em que a economia do país começar a crescer, as contratações nesta empresa provavelmente não ocorrerão no mesmo número que as demissões. É comum se falar que uma empresa que promove um processo de restruturação interna demite cerca de 20% a 30% do quadro de empregados. É o que está acontecendo no caso da Volks, por exemplo. Trata-se de um típico ajuste estrutural - gerado em função de uma série de inovações no processo de produção - com número menor de funcionários para o volume de carros desenvolvidos.

Clemente Ganz Lúcio - *consultor do Dieese (Dept. Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos)*

A qualidade do ensino vai cair em função da política salarial desastrosa do governo

Acredito que neste novo ano haja um esvaziamento ainda maior do corpo docente das universidades federais se não houver um reajuste salarial. Como os professores titulados são os que trabalham na pós-graduação, este fato pode afetar não só o desempenho das Ifes no provão, como também na pós-graduação. Isso significa comprometer a formação de docentes tanto no setor público quanto no privado. No prazo médio a qualidade de todo o ensino vai cair em função de uma política desastrosa de salários que o governo vem empregando.

Neste ano, espero que haja uma ação coordenada dos conselhos universitários e colegiados, junto às entidades, no sentido de salvar a universidade desse risco. Da parte do governo, espero que ele não peque por omissão e em 1998 comece a tratar a universidade federal como um verdadeiro patrimônio público.

Tomás Aroldo - *presidente da Andifes e reitor da UFMG*

Adufrj reúne grupo de trabalho sobre comunicação

Discutir metas para 1998. Este foi o principal objetivo da última reunião do ano de 1997 do Grupo de Trabalho (GT) sobre Comunicação da Adufrj-SSind, realizada no dia 19 de dezembro na sede do sindicato. Além de projetos futuros, foi possível construir uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo departamento de comunicação da entidade. Participaram da reunião professores sindicalizados, membros da diretoria e profissionais de comunicação da AD. O próximo encontro do GT está marcado para 8 de janeiro, a partir das 10 horas, na sede da Adufrj. Os interessados em participar das próximas reuniões, devem buscar informações sobre o calendário na secretaria da AD.

Camisetas da campanha salarial

De que lado você está?

Se você se acha defensor de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, não deixe de comprar a camiseta da campanha do Andes-SN, que está à venda na sede da Adufrj por um precinho especial: R$ 5,00.

Provão: o feitiço que se vira contra o feiticeiro

No segundo exame nacional, cerca de 56% das instituições públicas obtiveram conceito A e B, contra apenas 19% das particulares. Longe de representar um instrumento abrangente de avaliação das universidades, o provão serviu para mostrar onde está a qualidade de ensino no nosso país.

Por que será então que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso se empenha em acabar com as instituições federais de ensino superior?

Revista Universidade e Sociedade 14

Uma publicação semestral do Sindicato Nacional (Andes)

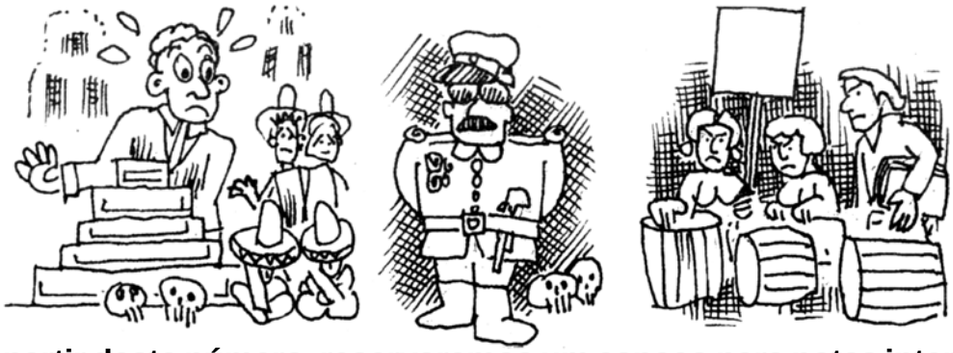
Estado de direito e construção da cidadania

Educação, trabalho e globalização

História e Revolução
Entrevistas
com Hélio Bicudo e Sadi Dal-Rosso,

Ensaio fotográfico "Excluídos"

À venda na sede da Adufrj-SSind por apenas R$ 10
(incluindo encarte com o sumário das edições anteriores)



A partir deste número, reservaremos um espaço para notas internacionais, com assuntos relevantes à compreensão dos dilemas que envolvem este mundo globalizado.
Bom proveito!

MÉXICO - Novo prefeito assume a Cidade do México sob o caos

Dados oficiais constatam: há 153 mil desempregados na capital do México. Entretanto sabe-se que este dado é subestimado. O registro não leva em conta por exemplo que, dos ocupados, 78% são subempregados e apenas 10,2% têm salário fixo.

Estes dados são um dos resultados gerados pela crise econômica de 1994 com a fuga, em massa, do capital estrangeiro.

A cidade sobrevive com problemas sérios, como a falta de saneamento básico em alguns locais. O novo prefeito, Cuauhtémoc Cárdenas, que assumiu o cargo no dia 5 de dezembro (o primeiro eleito em 70 anos, e primeiro não pertencente ao partido do governo - PRI), terá um grande desafio pela frente.

CHILE - Partido do governo tenta impedir passe de Pinochet

Cinco parlamentares da Democracia Cristã Chilena (do governo) apresentarão uma acusação constitucional na Câmara dos Deputados contra o ex-ditador Augusto Pinochet, atual comandante das forças armadas, para tentar impedir sua posse como senador vitalício em março, depois de deixar seu atual cargo.

A acusação se baseará em "atos e declarações" políticos de Pinochet a partir de 1990, que seriam incompatíveis com sua função militar. A iniciativa tem chances de ser aprovada na Câmara mas dificilmente passará no Senado, onde precisamente os senadores biônicos criados pelo ditador a derrubariam.

ALEMANHA- Estudantes promovem o maior movimento universitário desde 68

Um grupo de estudantes de algumas universidades da cidade de Hesse resolveu entrar em greve em outubro do ano passado. Em dezembro as adesões chegaram a cerca de 100 mil universitários em todo o país. Salas superlotadas, professores despreparados e falta de infra-estrutura nas instituições de ensino levaram os estudantes a iniciarem o movimento que atinge cerca de 80 universidades alemãs. Um dos objetivos do protesto é pressionar o Bundestag (Câmara Baixa do Parlamento) a melhorar a lei que regula as universidades.

Eleição para reitor na Federal da Bahia:

Conselho Universitário decide pela não-regulamentação

Enquanto algumas instituições federais de ensino superior (Ifes) se afastam da possibilidade de promover um processo democrático de escolha para reitor, a Universidade Federal da Bahia dá um passo fundamental no sentido inverso.

O Conselho Universitário da UFBA decidiu, na sessão de 22 de dezembro, por 24 votos a 5, não regulamentar o processo de eleição do novo reitor da instituição, acatando a indicação do Colégio Eleitoral que se reuniu horas antes da votação.

Com isto, a consulta para escolha de reitor fica a cargo da comunidade universitária, sob a coordenação das entidades que representam os três segmentos: Apub - Associação de Professores, ASSUPBA - Associação de técnico-administrativos - e DCE.

Em breve, essas entidades convidarão os "reitoráveis" para uma discussão sobre as regras e o calendário da consulta, dando início a um processo que deveria ser seguido pelas outras Ifes.

JORNAL
ANO V

26 DE JAN A
8 DE FEV/98

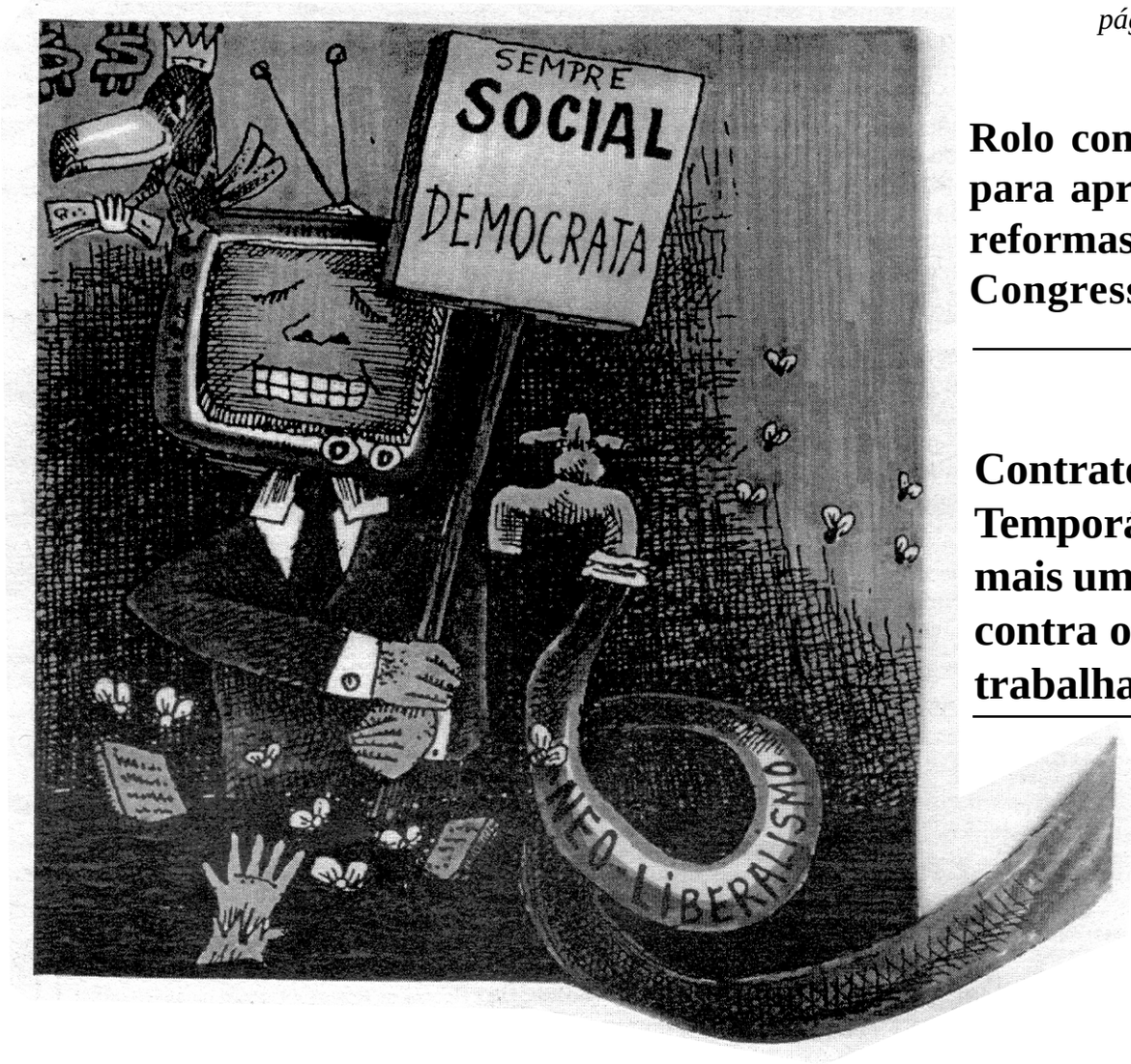
ADUFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

3 anos sem reajuste salarial

Adufrj-SSind consegue liminar para o abono 98

Mandado de segurança obtido na quinta-feira, dia 22, garante aos docentes filiados à entidade o direito de retornar ao trabalho depois de cumprir 2/3 das férias. Além disso, determina que Reitoria da UFRJ deposite em juízo os valores referentes ao restante das férias. Os docentes que solicitaram tal benefício, devem retornar ao trabalho no fim deste período e obter, de suas Unidades, uma declaração de que trabalharam os 15 dias restantes, para evitar problemas futuros

página 3



Rolo compressor para aprovar reformas no Congresso.

páginas 4 e 5

Contrato Temporário: mais um golpe contra os trabalhadores

página 8

Editorial

Recadastramento: o mau exemplo no Conselho Universitário da UFRJ

No final do ano passado fomos surpreendidos por mais uma novela de mau gosto do governo FHC: o recadastramento dos servidores públicos. Desta vez não tiveram o pudor de inventar nenhuma desculpa do tipo "vamos melhorar o serviço público". Foi bem curto e grosso: o objetivo é demitir funcionários públicos e atender as exigências das agências internacionais que determinam a política econômica do governo FHC. Outro objetivo claro: entrando no quarto ano sem reajuste salarial e com a eleição presidencial na pauta, a ameaça de demissão serve para desestimular os servidores públicos de qualquer manifestação mais organizada.

A posição da Adufrj - SSind foi clara e responsável. Consultamos nosso departamento jurídico que foi categórico: individualmente, os servidores públicos não podem se omitir ao recadastramento. Mas temos o direito de exigir da administração que forneça as informações corretas. No plano coletivo, encaminhamos ao Conselho Universitário e à administração superior da UFRJ nossa posição - a administração não deve enviar ao governo as informações que este já dispõe e nem servir às suas politicagens. No nosso entendimento, temos amplo amparo legal - o artigo 207 da Constituição nos garante a autonomia acadêmica e administrativa. É claro que este não é o entendimento de quem não lutou a sério pela redemocratização do país nem pela Constituição brasileira.

Para enfrentar as propostas do governo, precisamos de uma administração comprometida com o ensino público e, principalmente, com o apoio da comunidade universitária.

Neste sentido, o papel dos colegiados superiores da UFRJ é fundamental. Sabemos da hegemonia conservadora nestes colegiados. Porém também temos uma representação direta da comunidade que deve ser respeitada e que, em muitos casos recentes, enfrentou e conseguiu se opor à política da destruição da universidade pública. Infelizmente temos assistido a sabotagem deliberada deste mecanismo de representação democrática. Temos denunciado que a falta de quorum no Consuni é uma política deliberada de autoritarismo. No caso do recadastramento isto é flagrante. Na sessão de 18/12, onde os segmentos representativos da UFRJ questionaram a posição da administração, a decisão foi empurrada para outra sessão, em 08/01. Neste dia, as portas do Consuni foram simplesmente fechadas. A sessão seguinte, em 22/01, foi cancelada pela reitoria. Resultado: o Conselho não discutiu e nem deliberou nada sobre o recadastramento.

Este fato é extremamente grave, não só pela importância do tema, mas pelo perigoso precedente que abre. Como e por quem será encaminhada a próxima eleição para reitor? Qual o fórum para discutirmos os rumos da universidade pública? Como no caso do recadastramento, isto também será "decidido" pela administração e por seus aliados políticos ocasionais?

Certamente não estamos defendendo a atuação dos colegiados como sendo as únicas e legítimas instâncias de debates e decisões na universidade. Mas o seu esvaziamento sistemático e deliberado é um sinal alarmante do crescente autoritarismo que o governo FHC impõe ao país e que a universidade não pode reproduzir. Estamos convocando os segmentos comprometidos com a universidade pública brasileira para colocarmos um fim a esta verdadeira irresponsabilidade que é a falta de funcionamento do Conselho Universitário da UFRJ.

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Abono pecuniário 98: nova liminar restabelece direitos dos docentes

Os docentes sindicalizados à Adufrj-SSind que optaram pela conversão de parte de suas férias em pecúnia (dinheiro), tiveram seu direito confirmado na Justiça. A decisão se deu através de liminar deferida na última quinta-feira, dia 22, pelo juiz substituto da 6ª Vara da Justiça Federal, Mauro Luís Rocha Lopes.

O mandado de segurança obtido pela Adufrj-SSind determina que o reitor Paulo Alcântara e a subreitora de Pessoal e Serviços Gerais, Maria Augusta Temponi, autorizem estes docentes a retornarem ao trabalho ao término dos 2/3 de suas férias, além de determinar que seja depositada, em juízo, a quantia referente ao abono devido a todos os filiados que fizeram esta opção.

Isto quer dizer que os docentes sindicalizados à Adufrj que optaram por converter um terço de suas férias em dinheiro, devem retornar ao trabalho ao término dos 30 dias de férias gozadas. A medida visa garantir que estes docentes possam ter seus direitos assegurados quando do julgamento do mérito da questão.

Ala liminar, o juiz reputa "plausível o direito invocado pelo impetrante", considerando que o direito à conversão em pecúnia de um terço das férias é garantido aos docentes por normas especiais (Lei 7596/87 e decreto 94.664/87).

Embora o ônus de provar que o docente efetivamente trabalhou os 15 dias seja da instituição, a assessoria jurídica da Adufri-SSind recomenda que estes obtenham uma declaração de que cumpriram de fato este período de trabalho. Isto, para evitar qualquer medida de postergação por parte da reitoria.

A liminar determina, também, que a UFRJ deposite em juízo (em conta à disposição da Justiça), a quantia referente ao abono a todos os docentes filiados à Adufrj que optaram pela conversão de um terço de suas férias em dinheiro. Os depósitos deverão ser mensais ("até que sobrevenha decisão judicial em sentido contrário') e acompanhados dos demonstrativos dos beneficiários e das quantias respectivas.

Esta medida visa garantir que, caso a Adufrj seja vitoriosa, como aconteceu com o mandado referente ao abono de 97, o dinheiro deverá ser repassado aos docentes. Ou seja, estes recursos não ficarão na conta da UFRJ, correndo riscos de se constituir em precatórios, e a reitoria tampouco poderá alegar falta de recursos para evitar o pagamento.

Recadastramento: reitores não aceitam demissões e pressionam MEC

Os reitores se decidiram pela recomendação às lfes para que realizem o recadastramento determinado pelo governo federal, porém, estes dados não deverão ser enviados ao Mare enquanto o Ministério da Educação não descartar definitivamente as demissões nas Ifes. Esta posição foi deliberada durante a última plenária da Andifes, realizada no dia 20 de janeiro.

Os reitores são terminantemente contrários a qualquer demissão nas instituições. De acordo com estimativas do presidente da Andifes, Tomás Aroldo, seriam 25 mil o número de servidores não-estáveis lotados nas Ifes.

Os representantes da Andes-SN e da Fasubra-Sindical, que também participaram da plenária da Andifes, reiteraram suas posições contrárias ao encaminhamento das listas ao Mare. A presidente da Andes-SN, Maria Cristina de Morais, argumentou junto aos dirigentes das Ifes que a autonomia universitária preserva as instituições de ensino superior da ingerência de qualquer ministro ou órgão do governo. Cristina informou também que a diretoria do Sindicato Nacional defende a mobilização da categoria pela greve em defesa da universidade pública, debatida na última reunião do setor dos SPFs. Na ocasião, os docentes das universidades federais decidiram trabalhar para levar a toda categoria a discussão sobre a possibilidade de deflagração de uma greve.

Na UFRJ, as informações são as mais desencontradas possíveis. E o reitor Paulo Alcântara cancelou a sessão do Consuni que deveria tratar do recadastramento.

Manifestação de protesto contra reforma da previdência reúne 2 mil aposentados

Cerca de 2 mil pessoas, entre aposentados, sindicalistas e estudantes, reuniram-se em Brasília para protestar contra a reforma da Previdência. Convocados pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), CUT e CGT, os manifestantes ocuparam o plenário e as galerias da Câmara.

Durante a sessão, vários parlamentares utilizaram a tribuna para manifestar seu posicionamento em relação à matéria. Muitos, da base governista, visando as eleições deste ano. Para demonstrar a indignação em relação à posição de alguns deputados, os manifestantes utilizaram a marca da campanha encabeçada pela Comissão Nacional das Entidades dos Servidores Públicos*: "... estamos de olho em você"*.

Mesmo com o forte esquema de segurança, aposentados, pensionistas, estudantes e sindicalistas seguiram, após a sessão solene, em marcha pelo gramado até a rampa do Palácio do Planalto, construindo um ato que contou com a presença de vários parlamentares da oposição.

Reforma não está sendo debatida na Câmara

A estratégia dos parlamentares da ala governista para aprovar o texto da reforma da previdência é bloquear as discussões nas dez sessões destinadas à apresentação de emendas da Comissão Especial da Câmara, levando ao plenário o texto do Senado sem alterações. Esta denúncia foi feita pela liderança dos Partidos dos Trabalhadores na Câmara.

A Comissão Especial (CE) formada no dia 13 de janeiro para analisar as alterações promovidas durante a tramitação do texto no Senado, é constituída, em sua maioria, por parlamentares da ala governista (cerca de 68%). Além disso, o relator designado a elaborar o texto final é o deputado federal Arnaldo Madeira (PSDB/SP) que, segundo informações dos partidos de oposição, já possui o texto pronto e anunciou que irá apresentá-lo na décima primeira sessão - prazo mínimo de tramitação na CE. Após esta fase, o relatório terá duas sessões como prazo para ser incluído na ordem do dia e ser apreciado em primeiro turno. Em plenário, haverá, no mínimo, três sessões para discussão do substitutivo, dos destaques e para redação final. Por se tratar de um projeto de emenda constitucional, a reforma administrativa deverá ser votada em dois turnos. Entre o primeiro e o segundo turno deverá ocorrer um intervalo de cinco sessões. Vale ressaltar que, se aprovada, esta proposta poderá ser promulgada pelo Congresso e entrará em vigor assim que for publicada no diário oficial. É importantíssimo que os parlamentares da oposição consigam traçar estratégias para barrar o rolo compressor do governo.

Indignação no dia do aposentado

Em 24 de janeiro, comemora-se o dia Nacional dos Aposentados. Este ano, não houve motivos para comemoração. Se o texto que está tramitando no Câmara for aprovado, os aposentados e pensionistas serão bastante prejudicados. Isso porque a reforma da Previdência prevê a desvinculação da paridade entre trabalhadores da ativa e inativos. Este item abre um precedente para que os aumentos concedidos ao salário mínimo não sejam repassados aos aposentados.

Para os trabalhadores na ativa, a aposentadoria poderá se transformar em sonho distante se a proposta do governo for aprovada. Hoje, homens se aposentam com 35 anos de trabalho e mulheres, com 30. O governo quer criar a aposentadoria por tempo de contribuição. Ou seja, os trabalhadores terão que contribuir com a previdência por 35 anos, caso contrário, só poderão se aposentar quando completarem 60 anos de idade. As mulheres terão que completar, dentro da proposta do governo, 30 anos de contribuição ou 55 anos de idade mínima para requerer a aposentadoria.

Reforma altera direitos dos servidores públicos

O governo está atacando de todos os lados os servidores públicos. Além da reforma administrativa, a reforma da previdência promove alterações na forma de aposentadoria do funcionalismo, acabando com a aposentadoria integral da categoria.

Segundo a proposta do governo, apenas os servidores que ganharem abaixo de R$ 1.200 terão direito à aposentadoria integral. Quem ganha acima deste valor, só alcançará, no máximo, 70% do valor do salário no ato da aposentadoria.

Além disso, serão feitas outras exigências para que o servidor consiga a aposentadoria (ver abaixo). Enquanto isso, os militares continuam com regime especial. Ou seja, contribuem com valores três vezes menores que os civis, possuem pensões vitalícias para esposas e filhos, e não são atingidos pela proposta de FHC.

Um peso, duas medidas

Quem são os verdadeiros privilegiados do país

- FHC se aposentou com R$ 5.900, aos 45 anos;
- O ministro Reinhold Stephanes se aposentou aos 42 anos recebendo R$ 3 mil
- O deputado federal Jair Soares, ex-ministro da previdência, tem duas aposentadorias e embolsa R$ 27 mil;
- O senador Esperidião Amin se aposentou com R$ 6 mil;
- Marco Maciel aposentou-se ganhando R$ 6 mil;
- José Sarney acumula duas aposentadorias. Total: R$ 15.100;
- O deputado federal Luiz Eduardo Magalhães aposentou-se aos 31 anos, com R$ 2 mil;
- O ministro Francisco Dornelles recebe aposentadoria de R$ 6.500.

Fonte: CUT/RJ

O que o governo pretende para a aposentadoria do servidor

Homem
35 anos de contribuição, 60 anos de idade, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo.

Mulher
30 anos de contribuição, 55 anos de idade, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo

Rolo compressor para aprovar a reforma administrativa

O substitutivo do senador Romero Jucá (PPB-RR) foi aprovado no último dia 15, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Como se esperava, Jucá não acatou nenhuma das emendas apresentadas pelos senadores para não atrasar a tramitação da reforma administrativa, como deseja o presidente da República. No mesmo dia da aprovação, o texto foi lido no plenário do Senado. O substitutivo, com parecer favorável à aprovação, deverá tramitar, em primeiro turno, entre os dias 26 e 30 de janeiro.

Bolsistas trabalham de graça

Bolsistas do CAp denunciam o não pagamento desde setembro do ano passado

Eliane Floriano, Roberto Costa e Mônica Veríssimo são estudantes bolsistas do curso de licenciatura em Educação Artística da UFRJ e há quatro meses desenvolvem projetos junto ao Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp). Em troca, nada receberam.

Cansadas da ação abnegada, na última quarta-feira (21) decidiram reclamar o pagamento atrasado de suas bolsas. Acompanhadas da professora do CAp que as orienta, Sandra Martins de Souza, e do representante do DCE, Adolfo Wagner, foram à reunião do Conselho de Ensino para Graduandos (CEG) cobrar uma posição. Esforço em vão: nenhuma informação pode ser obtida pois naquele dia não houve sessão do Conselho.

Estas bolsas foram concedidas no segundo semestre de 97, após intensas discussões - tanto no CEG como no Consuni - sobre a continuidade dos programas de bolsas acadêmicas da UFRJ. Na época, a administração da universidade pretendia reformular (eufemismo de extinguir) os programas de auxílio, além de acabar também com as bolsas de assistência ao estudante. A alegação foi a antiga famigerada falta de recursos. Graças à intensa mobilização dos alunos, a Reitoria recuou e se comprometeu a não mais mexer no programa. Ao que parece, cumpriu à risca sua promessa, não se mexendo nem para honrar o pagamento aos bolsistas.

Uma das reivindicações dos estudantes durante os meses em que se desenrolaram as negociações, que foi também de alguns conselheiros do CEG, era para que a Reitoria abrisse suas contas e demonstrasse em que áreas da universidade os recursos estavam sendo aplicados, para que a discussão pudesse ser feita de forma mais transparente e democrática.

Embora a Reitoria tenha negado tais esclarecimentos, o CEG prosseguiu com a discussão dos novos editais. Mesmo depois de ser comunicado pela Reitoria de que não haveria verbas para aqueles programas, o Conselho aprovou o lançamento dos novos editais - sem garantias de que o pagamento das bolsas seria efetuado. Na época, o DCE denunciou que isto levaria os estudantes a uma situação de trabalho sem remuneração.

Agora, comprovada a denúncia, ficam as seguintes perguntas: o que fazer diante do descalabro de irresponsabilidade que se tornou a atual administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro? O que querem fazer os que hoje ocupam os cargos estratégicos de poder da Universidade com relação à credibilidade que esta instituição sempre teve ao longo dos aproximadamente 70 anos de instalação do sistema Universitário no Brasil? Iremos deixar que uma administração que se curva e compactua com os ditames governamentais, sem lutar de fato pela autonomia da Universidade brasileira, patrimônio do povo, ceife o nosso compromisso maior que é com a sociedade brasileira?

Em função disso, estamos convocando todos os interessados (alunos, professores e funcionários) para encaminhar estas questões numa reunião marcada para o dia 29 de janeiro, às 10 horas, no auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. *Entrem em contato conosco: Eliane Floriano (tel.: 289 0086), Roberto Costa (tel.: 756 1863) e Mônica Veríssimo, ou com a professora do CAp Sandra Martins de Souza (tel.: 262 7294) e o representante do DCE, Adolfo Wagner (tel.: 235 3774).*

Nota da redação

A Secretaria do CEG informou que as mais de 1.500 bolsas (monitoria, licenciatura e iniciação artístico-cultural) de fato não são pagas desde setembro do ano passado, mas que esta responsabilidade (do pagamento) é da SR-3.

Procurado, o professor Carlos Moreira, superindente-geral da SR3 não foi encontrado, mas segundo informações obtidas, os recursos para estes pagamentos deveriam ter saído do orçamento do exercício de 97. Como isto não aconteceu, a Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças estaria aguardando a liberação de novas verbas para honrar estes e outros compromissos.

Rápidas

Definidos os critérios da Capes para novas bolsas PICDT

A Fundação Capes já definiu seus critérios de concessão de bolsas do programa PICDT para este ano e, por eles, a UFRJ não terá direito a nenhuma nova bolsa, embora estejam garantidas todas as renovações.

APG-UFRJ

A APG-UFRJ está conclamando os pós-graduandos da UFRJ a se filiarem à entidade, para fortalecer suas ações. A coordenadoria informa que já promoveu o registro da APG junto ao cartório de registros do Rio de Janeiro.

CEPG

O Conselho de Ensino para Pós-Graduandos está promovendo uma discussão sobre o regimento geral da pós-graduação (*latu* e *strictu-senso*) na UFRJ. A reunião do próximo dia 30 será feita em torno das diretrizes a serem seguidas.

Prestígio

O reitor Paulo Alcantara Gomes resolveu prestigiar a Sub-Reitora de Pessoal e Serviços Gerais. Conforme a portaria 3.422, de 16 de dezembro de 1997, em caso de impedimento do reitor e do vice-reitor, quem responde pelo exercício da Reitoria da UFRJ é a professora Maria Augusta Temponi.

Roma - Vaticano critica "morosidade" na reforma agrária

No relatório "Para uma melhor distribuição da terra - Desafio para a reforma agrária", divulgado no dia 14 de janeiro, o Vaticano condenou a morosidade dos governos na implementação da reforma agrária. Apesar do documento não citar o Brasil especificamente, na avaliação de Dom Demétrio Valentini, responsável pela Pastoral Social da CNBB, "o país esteve muito presente nas preocupações do conselho".

(O Globo. 13 de janeiro/98)

El Salvador - **Dirigentes demitidos**

Cerca de 70 sindicalistas foram demitidos, no dia 2 de janeiro, da telefônica C.T.E de El Salvador. "Praticamente apagaram o sindicalismo nas telecomunicações", diz o comunicado do sindicato. Policiais e militares ocuparam a empresa para impedir qualquer reação dos trabalhadores. A CUT está orientando todos os sindicatos a enviarem mensagens de protesto ao presidente daquele país.

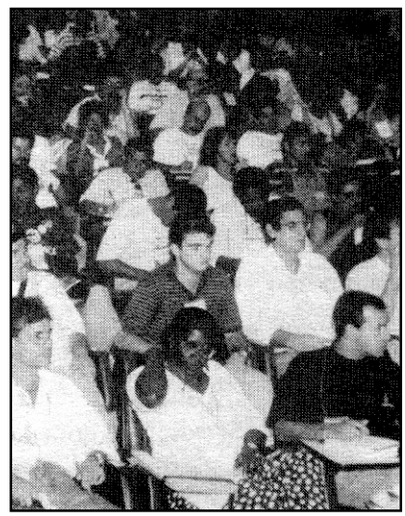
(Rápido - CUT/RJ - 13 de jan/98)

Argentina – **Professores continuam em greve de fome**

Em carta enviada ao Andes-SN, a Confederação dos Trabalhadores em Educação da Argentina agradeceu a solidariedade dos sul americanos na greve de fome da categoria iniciada no dia 02 de abril do ano passado. Na barraca armada em frente ao Congresso Nacional Argentino ('La Carpa Blanca'), os professores estão se revezando numa greve de fome que dura até hoje. Mais de um milhão de pessoas já levaram o seu apoio e solidariedade à categoria, por uma educação digna para todos.

(Informandes - 14 de janeiro/98)

Congresso do Andes-SN define estratégias políticas para ano eleitoral



Fortalecimento entre o Andes-SN e a sociedade. Esta é uma das propostas que foram deliberadas nos dias 10 e 11, em Brasília, durante reunião do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) que serão encaminhadas ao XVII Congresso do Andes, que acontecerá em Porto Alegre (RS) no período de 6 a 11 de fevereiro. Este Congresso marcará o início do processo eleitoral para a nova diretoria do Andes SN para o Biênio 1998/2000. Segundo a Proposta de Regimento Eleitoral publicada no Caderno de Textos, que ainda será submetida à aprovação no Congresso, a eleição acontecerá nos dias 12 e 13 de maio. Entretanto, em Porto Alegre, as chapas deverão ser registradas, pelo menos, com os candidatos aos cargos de presidência, secretário geral e 1° tesoureiro. O registro definitivo acontecerá num prazo de 30 dias após o encerramento do XVII Congresso.

No encontro do setor das federais foi proposto também que o processo eleitoral deste ano (eleições para presidente, governador, senador e deputados federais e estaduais) seja a prioridade na pauta de lutas. Os docentes querem que a posição do sindicato, de apoio a um projeto democrático e popular, seja divulgada e reforçada na mídia, assim como o seu repúdio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Segundo o Sindicato Nacional, o XVII Congresso deverá estabelecer os elementos centrais de uma campanha que organize a intervenção do ANDES-SN em relação a essa questão.

Os delegados da Adufrj-SSind ao XVII Congresso do Andes, escolhidos em assembléia geral, já realizaram duas reuniões na sede da AD para analisar e discutir os temas contidos no caderno de textos. Ao todo serão três reuniões de preparação para o Congresso.

Delegados da Adufrj

Rosanne Evangelista Dias, Patrícia March de Souza, Leila Rodrigues Roedel, José Miguel Bendrao Saldanha, Regina Célia de Souza Pugliese, Henrique Innecco Longo, Maria Philomena da Cunha Gebran, Sandra Martins de Souza, Célia Brito Teixeira Gama, Raquel Goulart Barreto, Walcyr de Oliveira Barros e Ruth Machado Barbosa. Roberto Houaiss é delegado da diretoria da Adufrj-SSind.

Contrato Temporário:
Um golpe contra o trabalhador

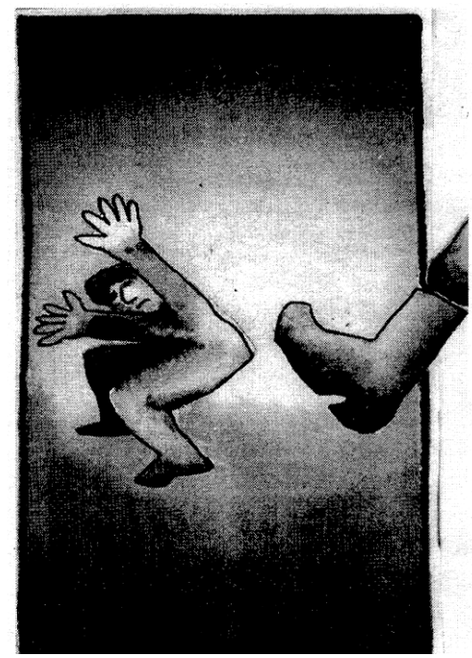
O governo Fernando Henrique Cardoso, após promover com sua política econômica as piores taxas de desemprego verificadas no Brasil em anos, aprovou no Congresso Nacional um projeto de lei que estabelece o Contrato Temporário de Trabalho, modificando profundamente as regras de contratação e demissão no mercado de trabalho.

O projeto de lei aprovado no Congresso cria um tipo de empregado despido de direitos garantidos há décadas para os demais trabalhadores. O trabalhador contratado pelo regime da nova lei não terá direito à indenização de 40% do FGTS, de receber o aviso prévio em caso de demissão, de gozar estabilidade provisória oriunda de mandato sindical, de mandato da CIPA ou do retomo do afastamento acidentário, ou mesmo a empregada gestante de gozar a estabilidade provisória. O projeto cria também, entre outras coisas, um "banco de horas" que possibilita ao empregador exigir uma jornada de até 60 horas semanais de seu empregado sem que para isso tenha que pagar um único centavo, bastando que compense as horas trabalhadas no largo espaço de um ano.

As conseqüências desta lei não serão a criação de novos empregos e sim a degradação das relações trabalhistas, transformando postos de trabalho de natureza permanente em colocações temporárias de mão-deobra, além de um estímulo ao crescimento ainda maior do desemprego. A experiência internacional é farta em exemplos neste sentido. A Argentina tinha taxa de desemprego de 3,6% em 1990 quando o governo Menem aprovou a "lei del empleo" de conteúdo quase idêntico ao aprovado hoje pelo governo FHC. Oito anos depois de sua implantação, as condições de trabalho se degradam e a sua taxa de desemprego beira os 20%.

A proposta do governo não pode resolver o problema do desemprego no Brasil, simplesmente porque não dialoga com suas causas reais. O desemprego não tem origem no preço da hora extra ou na dificuldade da demissão e sim na política econômica adotada por FHC que obriga ao país taxas medíocres de crescimento e leva à falência justamente os setores com maior capacidade de absorção de força de trabalho. Ao invés de enfrentar estas causas, FHC prefere usar os direitos dos trabalhadores como moeda de troca no balcão de especulação no qual transformou a economia nacional.

Miguel Rosseto
deputado federal PT/RS



Andes repudia contrato temporário

A diretoria do Andes-SN enviou, na primeira quinzena de janeiro, carta aos senadores repudiando o Projeto de Lei Complementar 93/96 (que estabelece o Contrato Temporário de Trabalho) e sua tramitação em caráter de urgência, aprovada no último dia 7 pelo Senado. De acordo com o Sindicato Nacional, o projeto precariza as relações de trabalho.

Em tempo: Na Espanha, em 12 anos, dobrou a participação do emprego temporário no total de empregos do país e o desemprego cresceu de 18 para 24%.

JORNAL
ANO V

9 DE FEVEREIRO A
1º DE MARÇO/98

ADUFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

3 anos sem reajuste salarial

XVII Congresso Nacional do Andes-SN

Universidade! Nada mais a perder, todo um mundo a ganhar!

Docentes do país inteiro reúnem-se em Porto Alegre (RS) para definir o plano de lutas de 98

páginas 6 e 7

Jurídico urgente: Ação dos 28,86% pode prescrever

Adufrj-SSind abre nova listagem para reivindicar o reajuste. Corra, esta pode ser a última possibilidade

página 3

Cortes são confirmados

páginas 10 e 11

Administração da UFRJ segue orientação do governo e envia dados do Recadastramento

Apesar do não comparecimento de muitos servidores, Mare impõe seus objetivos e demissões continuam em pauta

páginas 2, 4 e 5

Editorial

RECADASTRAMENTO: OVO DA SERPENTE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Se o verão é uma estação luminosa, calorosa (até demais), cheia de vida, aqui na UFRJ o clima é outro. Vivemos um verão sombrio e cheio de inquietações: cortes nas bolsas e nos orçamentos, salários insuficientes, recadastramento, ameaças de demissão. Muitos professores procuram a Adufrj-SSind com suas preocupações. Encaminhamos soluções e sugestões na medida do possível e, acima de tudo, esclarecemos. Neste sentido um ponto é para nós fundamental: a destruição da Universidade Pública Brasileira é um projeto político muito bem definido. Contribui para a dominação ideológica do país, para sua dependência ao esquema de globalização e privatiza um patrimônio público de valor incalculável.

Um colega nosso sinalizou este processo de forma indignada: enquanto Clinton promete "colocar cada jovem americano numa universidade", o governo FHC promove a asfixia sistemática da Universidade Pública Brasileira. São as duas faces de um mesmo projeto político que aprofunda a hegemonia americana no mundo inteiro. Embora a responsabilidade maior pela implantação deste modelo no país seja do governo, é importante ressaltarmos que há um apoio significativo de parte da comunidade acadêmica ao projeto neoliberal. É a partir desta constatação que podemos entender o que acontece (e o que não acontece) na universidade. O recadastramento na UFRJ é exemplar. Desta vez o governo foi claro e transparente. Recadastrar para demitir. Demitir para fazer caixa. Fazer caixa para pagar a especulação financeira e para se reeleger. Se os serviços públicos, e a universidade junto, são sacrificados, isto não comove os agentes imperiais. A administração da UFRJ foi de uma eficiência notável (o que não é o caso em muitas outras questões) fechou o Conselho Universitário, evitando críticas, completou os dados cadastrais que faltavam e mandou tudo para Brasília nos prazos do governo. Reservadamente murmuram: "não gostamos disso, mas o que fazer, só cumprimos ordens". Outro colega que nos procurou sintetizou o episódio todo: "Senti na carne, ao vivo, como começou a tragédia de meus familiares na Alemanha nazista". Esta é a universidade neoliberal, centralizadora, obediente as leis do mercado, autoritária. A que tem um discurso para o público interno e outro em Brasília. Sua gestão calamitosa não pode ser simplesmente atribuída a "uma administração infeliz". É o resultado muito eficiente de um projeto político de dependência e privatização. Certamente estes procedimentos não são unânimes. Mas sua repetição pode comprometer seriamente a universidade e dificultar outras questões importantes.

Neste ano em que teremos eleições presidenciais e a escolha de um novo reitor é fundamental a reflexão crítica sobre o processo que estamos presenciando. Não será uma tarefa fácil, mas a comunidade universitária tem um papel importante tanto na redefinição de um outro modelo para o país quanto na reformulação de seu funcionamento interno.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Ação dos 28,86% pode prescrever

Decorridos cinco anos do reajuste diferenciado que discriminou os servidores públicos civis - em favor dos servidores militares e posteriormente dos servidores do Judiciário e Legislativo -, é possível que o prazo para ajuizamento de novas ações relativas aos 28,86% seja interpretado pelos magistrados como prescrito. Em outras palavras, alguns juizes poderiam entender como prescrita a possibilidade de novas ações reivindicatórias decorridos cinco anos daquela data.

Assim, quem ainda não fez uso de ação judicial para buscar o que entende ser seu direito, passados de cinco anos da data em que o reajuste foi concedido poderia ser impedido de fazê-lo.

A Adufrj-SSind já abriu três listagens de filiados, que estão com os processos em andamento e, se você não entrou em nenhuma delas, ainda poderá entrar através de uma nova listagem, aberta este mês pela entidade.

Mas, atenção: esta listagem será necessariamente encerrada no dia 13 de fevereiro próximo, sexta-feira, sem qualquer possibilidade de adiamento, devido às necessidades operacionais para processar as autorizações

De acordo com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, no caso de um entendimento, por parte da magistratura, como o descrito acima, a prescrição poderá se dar no dia 17 de fevereiro deste ano, ainda que seja necessário aguardar o posicionamento dos magistrados.

Lembre-se, a data de fechamento da nova listagem é o dia 13 de fevereiro de 1998, sexta-feira, e os documentos necessários para entrar nesta ação judicial relativa aos 28,86% são: cópia autenticada da carteira de identidade, do CIC (CPF) e dos contracheques de dezembro de 1992 e janeiro e fevereiro de 1993 e preencher a autorização na sede da Adufrj-SSind. Para os professores que ingressaram na UFRJ depois de fevereiro de 1993, devem trazer o primeiro contracheque como professor da UFRJ, além dos mesmos documentos que os outros, cópia da identidade e do CPF.

Participe do Jornal

Mande sugestões de pauta, opiniões sobre as matérias, artigos e

por carta, e-mail, telefone, fax, nas caixas de distribuição do jornal ou venha até a sede da Adufrj-SSind.

10 de fevereiro terça-feira

Dia Nacional de Luta contra a reforma da Previdência

Recolhimento foi feito a toque de caixa

Os dados foram recolhidos e o recadastramento finalizado apesar do não comparecimento de servidores

O Ministério da Administração e Reforma do Estado armou um esquema de guerra para garantir que o recadastramento fosse concluído dentro do prazo, previsto, 30 de janeiro. Antes do início do processo, na primeira semana de dezembro, treinou e orientou as equipes de recursos humanos. Chegou a promover várias reuniões em Brasília com esses profissionais. Houve uma exclusiva para os chefes de recursos humanos das universidades. A ordem era garantir que esses dados chegassem dentro do prazo marcado ao Ministério.

Um assessor direto de Bresser Pereira garantiu que o recadastramento foi um sucesso. Segundo ele, cerca de 98% dos dados estavam à disposição do Mare - via on *line* - às 22 horas do dia 30 de janeiro. Entretanto, o governo insiste em não comprovar os resultados do processo, divulgando-os. A ordem do ministro é manter os números sob sigilo. A questão é: será que o recadastramento foi realmente um sucesso?

Um sucesso ou um fiasco?

A informação desta fonte do Mare não confere com a apuração preliminar realizada pelo jornal da Adufrj. Na segunda feira após o recadastramento, a Universidade Federal Fluminense e a Rural ainda não haviam concluído o envio dos dados. Na UFRJ, até a sub-reitora de pessoal, Maria Augusta Temponi, reconheceu que houve problemas quanto ao comparecimento dos servidores. O processo na UFRJ sofreu sucessivos atrasos, começando somente em janeiro, quando muitos servidores estavam de férias e, além disso, não foi discutido dentro do fórum máximo de decisões da universidade, o Conselho Universitário, por falta de quorum. Mas a administração da UFRJ é impecável quando o assunto é servir ao governo. No dia 30 de janeiro enviou os dados cadastrais dos servidores, inclusive daqueles que não compareceram. “Nós tínhamos que finalizar mesmo sem essas pessoas comparecerem”, explicou Temponi, mostrando que as ordens de Brasília eram claras e duras. Um bom exemplo desta dureza aconteceu na UFF. No dia 29 de janeiro, a administração daquela universidade recebeu uma mensagem do Mare cobrando os trabalhos relativos à atualização cadastral. Segundo o documento, além das punições previstas pela Secretaria Federal de Controle, como uma auditoria interna, a mensagem dizia que caso a UFF não enviasse os dados até às 12 horas do mesmo dia, o Ministério utilizaria os dados existentes no Siape.

Novos contracheques indicam quem são os não-estáveis

Alguns contracheques foram emitidos com uma mensagem terrorista indicando quando

o servidor é considerado não estável. Trata-se de uma estratégia de ameaça ao funcionário. Nem todos receberam esta mensagem por motivos óbvios. O contracheque que está sendo distribuído no início de fevereiro é impresso no final de dezembro. Somente os servidores que estavam com os seus dados cadastrais renovados até o período e foram considerados não-estáveis estão recebendo este recado.

Entretanto, o Mare se defende dizendo que trata-se de uma estratégia de informação, ou seja, o servidor fica sabendo qual é a sua situação e, caso ela não esteja correta, poderá retificá-la no setor de recursos humanos de sua instituição.

Para os docentes que não se recadastraram, um aviso: o recadastramento, segundo o Mare, será um processo aberto. Isso significa que o funcionário poderá acessar sua ficha cadastrar a qualquer momento e corrigi-la caso haja algum problema. Em breve, segundo o SIAPE, esses dados serão disponibilizados através da internet.

Ameaça de demissão continua

O recadastramento foi criado para viabilizar as demissões dos 33 mil não-estáveis estipuladas pela equipe econômica do governo. Segundo o Mare, não há nenhum indício de que o governo mudou de idéia em relação as demissões.

Preocupados em garantir que as universidades não fossem atingidas, a Fasubra (Federação que representa os técnico-administrativos das Ifes), o Andes (Sindicato Nacional dos docentes) e a Andifes (entidade que reúne os reitores), foram ao gabinete do Secretário Executivo do MEC, Luciano Oliva Patrício, no final de janeiro, negociar o recadastramento em troca do afastamento da possibilidade de demissões. Não só não conseguiram esta resposta do MEC, como o processo de atualização dos dados seguiu como uma tarefa administrativa.

Como foi o recadastramento em três universidades do Rio

UFRJ

A Sub-reitora não soube dizer quantos não compareceram ao recadastramento. Entretanto, reconheceu que houve problemas.

Os dados foram enviados ao Mare dentro do prazo. Para comprovar o cadastro dos que não apareceram, foi usada a pasta funcional de cada servidor e, em último caso, utilizou-se informações do setor de portarias disponível na SR4. Não houve discussão democrática sobre o processo. O Consuni - órgão máximo da universidade - não se reuniu por falta de quorum.

UFF

O Conselho Universitário aprovou o não envio dos dados cadastrais ao Mare. Na última semana do recadastramento, o Conselho chegou a se reunir, extraordinariamente, mais uma vez para tratar do assunto. Houve uma consulta simbólica e, diante das fortes pressões exercidas pelo Ministério (com envio, inclusive, de mensagem ameaçadora), os presentes ao Conselho aprovaram o envio da relação ao Mare. A administração da universidade resolveu desacatar a deliberação da primeira reunião do CUV e encaminhou os dados cadastrais dos servidores.

Rural

Cerca de 40% dos servidores não compareceram ao recadastramento. O Conselho Universitário acatou a deliberação da Andifes de só enviar a relação caso o MEC assegurasse que não haveria demissões. Por fim, a administração da universidade enviou, com atraso de três dias, as informações ao Mare.

Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes define estratégias

Além de iniciar o processo eleitoral para a nova direção do sindicato nacional e definir o plano de lutas dos docentes para 1998, o XVII Congresso do Andes-SN terá um grande desafio pela frente: definir as estratégias de mobilização num ano decisivo para a categoria dos servidores públicos federais.

Além da necessidade de derrotar as propostas de emendas constitucionais que tramitam no Congresso Nacional, os trabalhadores terão que derrotar, nas urnas, a proposta de neoliberalismo personificada na figura de Fernando Henrique Cardoso. Em função disso, a Plenária de Abertura, realizada na noite de sexta feira (6), deu destaque especial às questões ligadas à conjuntura nacional.

Crise econômica é destaque no debate sobre conjuntura

Com o tema Movimento Docente e Conjuntura, os delegados discutiram, durante a Plenária Inicial realizada no sábado (7), a crise mundial e os seus efeitos na economia brasileira, com destaque para o abalo gerado pelo último pacote fiscal do governo; as eleições e o embate de projetos no Brasil, onde ficou claro que todo o trabalho e ações do governo deverão caminhar no sentido de consolidar, no plano político, um bloco de alianças que seja capaz de dar continuidade às propostas de iniciadas neste mandato de FHC. Neste sentido, a eleição para deputados e senadores não poderá ser vista pela população como um processo sem importância.

Escolha de dirigentes das Ifes é debatido nos grupos

No Domingo (8), os delegados trabalharam em grupos mistos sob o tema: políticas Públicas, Movimento Sindical e Setores. O desafio é construir uma avaliação sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), consolidado no II Coned (novembro/97) e traçar perspectivas e desdobramentos para esta proposta que foi construída pelos setores organizados da sociedade. Além disso, a escolha de dirigentes das Instituições de Ensino Superior também está sendo discutida por esses grupos nesta primeira etapa dos trabalhos. "O debate sobre a escolha de dirigentes não pode estar dissociado do âmbito da luta pela democracia no país e na universidade". Este trecho que faz parte do Cadernos de Textos do XVII Congresso do Andes expressa a filosofia da entidade em relação ao assunto.

Congresso segue até dia 11

O quarto dia do Congresso do Andes - segunda (9) - será destinado, basicamente, à discussão de questões internas da entidade. Os participantes estarão reunidos, novamente em grupos mistos, para discutir questões organizativas e financeiras do Sindicato Nacional. Na terça (10) iniciam-se as plenárias específicas e na noite de quarta (11), a plenária de encerramento aprovará o plano de lutas da categoria docente.

Um Projeto de Desenvolvimento Alternativo para o Brasil

Na Plenária de Conjuntura, ficou claro a importância da construção de uma luta unificada entre os trabalhadores. A possibilidade da elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Alternativo para o Brasil objetivando a democracia social e a soberania nacional foram apontadas como uma das alternativas à grande crise consolidada no meio dos movimentos populares. Durante o Congresso, O Plano Nacional de Educação, consolidado em novembro, durante o II Congresso Nacional de Educação (Coned), foi apontado como um dos exemplos efetivos de participação da sociedade na construção de propostas de desenvolvimento para o país.

10 anos de Andes-SN

Universidade! Nada mais a perder, todo um mundo a ganhar! O tema do XVII Congresso Nacional do Andes faz uma homenagem ao Manifesto Comunista - que completa 150 anos - propondo o resgate histórico da utopia socialista na luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita. O desafio proposto pelo Sindicato Nacional neste Congresso é definir as estratégias de mobilização num ano decisivo para a categoria dos servidores públicos federais. Além disso, a direção do Andes pretende realizar um resgate da identidade classista como um marco dos 10 anos da entidade.

Algumas datas representativas na reação da classe trabalhadora receberam destaque pela entidade. São elas:150 anos do manifesto Comunista; 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 30 anos da rebeldia internacional, com as manifestações iniciadas em maio de 1968, na França; 30 anos da morte de Edson Luís; 20 anos da morte de Marighela; Lançamento do ano Chico Mendes; 10 anos do Andes - Sindicato Nacional.

Seminário reavalia movimento sindical

O seminário "Concepção, Estrutura e Prática Sindical", realizado no campus da UFRGS na sexta-feira, antecedendo o XVII Congresso Nacional do Andes-SN, levantou uma série de desafios para o movimento docente. Como o de construir propostas levando em consideração questões do mundo do trabalho e da restruturação produtiva, e de como isto pode interferir na organização sindical dos docentes e em suas interações com outros movimentos sociais.

Os cerca de 500 participantes também analisaram a prática sindical do Andes-SN e outros aspectos como: organização sindical multi-campi, proporcionalidade, sindicato orgânico e seu relacionamento com outras entidades de trabalhadores. Para Géria Montanari Franco, diretora do Andes-SN, a intenção do seminário foi levar propostas para serem debatidas no Congresso, para que, democraticamente, sejam encontrados caminhos para a construção de uma nova sociedade. Um exemplo é a proposta da CUT de formação profissional, aprovada no 5º ConCUT, através dos chamados Centros Públicos de Formação Profissional, devidamente integrados ao sistema nacional de educação.

Campanha de publicidade da CUT denuncia reforma da Previdência

Gasto da Central é pouco mais de 15% do que o governo está gastando para embromar a sociedade

A Central Única dos Trabalhadores lançou na semana passada uma campanha nacional de mídia contra a reforma da Previdência. A intenção é alertar a sociedade sobre os danos que uma reforma destes moldes pode acarretar à aposentadoria de grande parte dos trabalhadores brasileiros, principalmente os de menor renda. Mas o principal alvo da campanha foram mesmo os deputados federais, que no final do ano passarão novamente pelo teste das urnas.

Quinta-feira passada, a comissão especial da Câmara aprovou por unanimidade o texto votado no senado.

Esta semana, a reforma vai a votação em primeiro turno no plenário..

A campanha da CUT foi estimada em R$ 452 mil, enquanto o governo está gastando mais de 3 milhões reais provenientes dos cofres públicos, com direito a 500 inserções diárias na televisão. Isto sem contar com o amplo e irrestrito apoio da grande imprensa aos projetos de Fernando Henrique. E o governo ainda classifica a sua campanha de "esclarecimentos" como tímida!!!

Com um filme que apareceu 15 vezes durante sete dias em todas as emissoras de televisão, e mais um *spot* veiculado nas principais emissoras de rádio de todo país, a CUT procurou chamar atenção para alguns pontos que não vinham sendo devidamente divulgados. Como a necessidade de terem que trabalhar mais para requer o direito ao beneficio e o fato de que a maioria destes trabalhadores possui expectativa de vida abaixo do tempo mínimo para uma aposentadoria conforme propõe o governo Fernando Henrique, 55 anos para as mulheres e 60 para os homens. "Parte da população brasileira, justamente a mais necessitada, não terá direito a este benefício", disse Afonso Pola, assessor da presidência da CUT.

Outro ponto no qual a Central tem enfatizado é a total falta de vontade política do governo em fiscalizar os recursos da Previdência. Os desvios dos recursos operados por sucessivos governos – como a própria construção de Brasília – bem como o não aparelhamento da fiscalização. Em vez de se preocupar em dar condições para que a fiscalização seja eficiente e tenha condições de cobrar dos sonegadores, o governo prefere retirar direitos dos trabalhadores. Em vez de cobrar os mais de 50 bilhões de dólares devidos à Previdência Social por sonegadores públicos e notórios, e gerir melhor estes recursos, o governo retira do trabalhador mais necessitado a possibilidade de se aposentar. Como na época da ciranda financeira, quando as empresas recolhiam as contribuições dos trabalhadores ao longo do ano, aplicavam o dinheiro no mercado financeiro e depois negociavam uma anistia com o governo, sempre a juros camaradas.

Acampamento

A executiva nacional da CUT está convocando e orientando as CUT estaduais para que promovam manifestações locais no dia 10, Dia Nacional de Lutas contra a reforma da Previdência. No Rio de Janeiro, está marcada uma carreata com saída da sede da Prefeitura, na Cidade Nova, e trajeto até a Cinelândia, onde os manifestantes aguardarão o resultado da votação que deverá acontecer em Brasília por volta das 16 h.

Para o dia 11, a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) está organizando uma grande caravana rumo a Brasília, onde os manifestantes ficarão acampados entre os dias 9 e 12 de fevereiro, em vigília, para acompanhar a votação da reforma Administrativa.

Reitoria de aposentados

Pronto, não falta mais ninguém. Pela portaria 3421, de 16 de dezembro, o vice-reitor declarou aposentado voluntariamente o professor Paulo Alcantara Gomes - ocupante do cargo de professor titular, regime 40 horas semanais de trabalho, com dedicação exclusiva - do quadro de pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Que também vem a ser o atual reitor da UFRJ. Agora, todo o gabinete da Reitoria está aposentado.

Japão **- Imposto baixo para sair da crise**

Enquanto aqui falar de impostos significa sacrificar o assalariado, o Japão - uma potência que vem sofrendo com a quebra dos países asiáticos - propõe uma salda coerente para a crise. A Câmara Baixa do Parlamento japonês aprovou no dia 28 de janeiro um pacote que inclui gastos públicos de cerca de US$ 37 bilhões e redução de impostos. O objetivo deste pacote é fortalecer a economia interna, criar empregos e estimular o consumo interno. Há possibilidade deste pacote ser aprovado na Câmara Alta do Parlamento e entrar em vigor.

Em tempo: Um funcionário do Ministério das Finanças do Japão se matou horas antes de ser interrogado pela polícia sobre um escândalo de corrupção. Imagine essa situação no Brasil!

EUA **- América não será prioridade para 1998, mas sim África**

A secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, excluiu o comércio com a América Latina de sua lista de prioridades para 1998 e incluiu o fortalecimento do intercâmbio com a África.

Albright mencionou, entre suas grandes metas para o ano, pagamento das dívidas de seu país com a ONU e o FMI, obtenção do aval do Congresso para aumentar o tempo da missão de paz na Bósnia, ingresso de novos membros da OTAN e a promoção do comércio com a África.

Cuba **- Cobertura brasileira da visita do Papa é vergonhosa**

Parece que os jornalistas da "grande imprensa" brasileira se esqueceram que não há mais guerra fria. A cobertura da visita do Papa a Cuba foi totalmente tendenciosa e sem profundidade. Até as prostitutas e o aumento da pobreza na ilha mereceram um destaque especial, principalmente dos nossos telejornais.

Pouco se falou da saúde e da educação que chegam à população através do governo com uma eficiência reconhecida internacionalmente. A maioria dos cubanos pode ser pobre, mas tem o que falta a maioria dos brasileiros: condições dignas de vida. Como disse Fidel Castro em seu discurso de saudação ao sumo pontífice, em nenhum lugar do mundo o Papa encontraria um país com tão poucas desigualdades sociais, com tantas crianças na escola..

Contrato temporário vai parar no STF

Inconstitucional. Assim o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Jéferson Luiz Pereira, classificou uma das grandes realizações do governo Fernando Henrique: o contrato temporário de trabalho.

Cantada em verso e prosa como instrumento de combate ao crescente desemprego no Brasil - 5,66% em 97, a taxa mais alta nos últimos cinco anos, a lei que criou o contrato especial de trabalho por tempo determinado deve ir a julgamento no Supremo Tribunal Federal, numa ação de inconstitucionalidade patrocinada pelo Ministério Público. Até semana passada, cinco ações desta natureza já haviam sido interpostas no STF contra a lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado.

O procurador Jéferson Pereira está se atendo ao fato de que uma lei ordinária não pode alterar ou se contrapor a uma lei constitucional, no caso, a questão do aviso prévio e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A Lei 9.601 reduz de 8% para 2% a alíquota de contribuição para o FGTS e o trabalhador não terá direito de receber o aviso prévio em caso de demissão.

Na Argentina, que tinha um nível de desemprego beirando os 4% em 1990, quando adotou o contrato temporário, hoje ostenta uma taxa de desemprego acima de 22%.

Menos doze mil bolsas de estudo e pesquisa colocam Brasil na dianteira do atraso

Agência Andes (Brasília) - Seguindo a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso, de cortar em 10% os gastos com as bolsas, de acordo com o Decreto n.º 2.370, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deverá extinguir cerca de doze mil benefícios. "As áreas de Iniciação Científica e Tecnológica, Especialização e Aperfeiçoamento serão as mais prejudicadas", prevê a assessora de imprensa da entidade, Vânia Gurgel Bezerra.

Ano passado, o CNPq pagou 50.380 bolsas, no Brasil e no exterior, e gastou R$ 490,8 milhões. Este ano, esse valor será reduzido em R$ 50 milhões. O decreto também cortou os reajustes salariais das bolsas. Uma equipe do CNPq está estudando uma forma de cortar esses custos sem prejudicar os atuais bolsistas. A proposta deverá ser entregue ao ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, no final deste mês.

Para se adaptar à nova realidade, o CNPq deverá priorizar algumas modalidades. A assessora de imprensa da entidade adianta que nenhuma das atuais bolsas de estudo será cortada. "É uma injustiça parar uma pesquisa na metade, depois de tudo encaminhado". Vânia afirma que, quanto à concessão de novas bolsas, serão priorizadas as da área de pesquisa. "São as que mais se identificam com o nosso trabalho", justifica. Mesmo assim, as novas concessões deste ano serão reduzidas à metade das novas bolsas concedi-

das no ano passado, como exige o decreto. Serão nove mil vagas para Iniciação Científica, em vez dos 18 mil de 97; duas mil para Mestrado, e apenas 630 para Doutorado. O CNPq estuda ainda a redução do tempo de concessão das bolsas de curta duração.

Capes

Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o estrago foi semelhante. Do orçamento de R$ 390 milhões, relativo ao ano de 97, foram cortados R$ 40 milhões. Segundo o diretor de programas da entidade, Luís Loureiro, a diminuição, em 10%, do número de concessões de bolsas novas - em relação ao ano passado - não foi suficiente para se adaptar à nova realidade. "Infelizmente tivemos de fazer vários cortes. Um dos que mais sofreu, foi o Programa Especial de Treinamento (graduação)".

Loureiro conta que as áreas priorizadas foram as de stritu-sensu (especialização), enquanto as de *latu-sensu* sofreram redução. "A distribuição foi feita de acordo com a produtividade dos cursos", confessa o diretor. "As ciências Agrárias e Biológicas são as que apresentam melhor desempenho. As Engenharias e as Sociais Aplicadas são as de pior, principalmente porque as pessoas que procuram se especializar nesses cursos, não têm a intenção de se tornarem acadêmicas".

A Capes não vai desligar nenhum dos atuais bolsistas. O corte de R$ 20 milhões na área de fomento - como a compra de periódicos para as universidades - não vai prejudicar os beneficiários. O repasse dessas verbas vai deixar de ser de responsabilidade da Capes e passar para o MEC.

Mesmo em crise, países asiáticos mantêm orçamento de pesquisa

Enquanto isso, do outro lado do mundo, as dificuldades econômicas são grandes, mas o horizonte é infinito; pelo menos deve ser assim que pensam japoneses e coreanos. Na terra do sol nascente, nem com toda a crise o governo japonês se atreveu a alterar os investimentos previstos para a área de ciência e tecnologia no ano fiscal de 98, que começa em primeiro de abril. A elevação das verbas para a ciência em todos os ministérios japoneses será de 4,9%, com particular apoio à pesquisa básica.

Coréia amplia recursos para C&T, apesar da crise

A Coréia do Sul é outro país que não compartilha da visão (ou falta) estratégica do presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar de ter sua economia duramente atingida, o país aprovou o plano quinquenal de inovação em ciência e tecnologia destinado a aumentar o financiamento oficial da pesquisa e impulsionar o desenvolvimento econômico. O governo pretende elevar de 3,9% para pelo menos 5%, em cinco anos, as verbas alocadas para a pesquisa e o desenvolvimento.

Se não fosse a exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs um corte de 10% em todas as despesas do governo, os coreanos pretendiam aumentar o financiamento da pesquisa e desenvolvimento em 12,3% no próximo ano, cerca de US$ 1,82 bilhões.

Bolsas da UFRJ: uma questão de honestidade

Apesar do período de férias para a maioria da comunidade universitária, 14 pessoas compareceram à reunião convocada para discutir a questão das bolsas de licenciatura, cujo pagamento até hoje a reitoria não liberou. Além dos bolsistas de Licenciatura, estudantes de Direção Teatral, que recebem bolsas de iniciação cultural-artística, também reclamaram que estão sem receber.

Realizada na manhã do dia 29, no auditório da Escola de Serviço Social, na conta de indignação dos bolsistas, professores e representantes do DCE presentes pesou menos o balanço dos seis meses sem trabalhar do que certas declarações de assessores da Reitoria. No dia 21 de janeiro, quando os estudantes foram à Reitoria cobrar o recebimento pelo trabalho realizado, foram informados que, desde o início do programa de bolsas, em setembro do ano passado, os professores teriam conhecimento de que não haveria recursos para o pagamento dos bolsistas. Portanto, além de deliberadamente explorar o trabalho dos estudantes, os professores seriam igualmente cúmplices da má administração.

A próxima reunião que deverá decidir que caminhos o grupo tomará para resolver esta situação - entre os quais foi cogitada até uma ação judicial contra a administração da UFRJ - está marcada para o mesmo local da primeira, na Escola de Serviço Social, *campi* da Praia Vermelha, às 10 horas do próximo dia 12. A Reitoria está convidada.

Ensino a distância: aproximações

Os modelos de ensino materializam os projetos educacionais pensados a partir de condições his tóricas e situações específicas. Logo, devem ser analisados com base no contexto e no modo como são propostos. No caso do ensino a distância (EAD), todas estas referências estão vinculadas ao lugar central que lhe tem sido atribuído após a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Introduzido e legitimado pela adjetivação do ensino conhecido e praticado ("presencial"), o EAD tem sido (im)posto como *a saída* para os problemas da educação brasileira. Nas palavras do Ministro Paulo Renato Souza, os programas TV ESCOLA e PROINFO representam uma "revolução educacional", na medida em que supostamente capazes de ultrapassar as barreiras do espaço e do tempo, através das chamadas novas linguagens (nem tão novas na *mídia).*

Enquanto são atribuídos poderes quase mágicos aos programas de EAD, são como que apagados os elementos constitutivos da revolução anunciada: materiais ditos "auto-explicativos", padronizados e atraentes, visando a resultados previsíveis, articulados enquanto mecanismos de controle típicos da lógica do mercado. Numa triangulação bem construída, estes programas permitem que os **parâmetros curriculares,** estabelecidos em âmbito nacional, sejam submetidos a estratégias de **avaliação unificada.** Seus resultados, tanto econômica quanto simbolicamente, serão ilustrativos da eficiência das mudanças empreendidas, em atendimento às exigências feitas nos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial.

Neste sentido, é preciso admitir que o EAD é central no discurso neotecnicista. De um lado, sugere o ingresso do ensino na modernidade: palavras, imagens e sons, articulados, remetem à superação das restrições comuns às salas de aula. Por outro, e acima de tudo, veicula uma mercadoria nova, distribuída rapidamente, de acordo com algumas normas rigorosas de controle, impossíveis nas salas de aula. Este discurso sustenta o projeto neoliberal, associando a *revolução tecnológica* a uma globalização excludente, pelo elogio do relativismo e para uma suposta "sociedade informática": o conhecimento disseminado para além da luta de classes (sic).

Sinteticamente, a fórmula é resultante da mistificação tecnológica e do conseqüente desinvestimento no trabalho humano. No ensino, cada vez mais alunos atendidos por um número cada vez menor de professores! E, já que o movimento é produzido por sucessivos deslocamentos semânticos, os professores até podem ser mantidos a distância: leigos e monitores podem ser treinados de forma aligeirada e, de novo, eficiente.

A eficiência *em tela* pode equivaler à tradução do conteúdo programado e exibido *na telinha,* porque o objetivo maior é sanar possíveis dúvidas, presenças inaceitáveis nas condições de produção do novo modelo de ensino. Inaceitáveis também tendem a ser as críticas, encaradas como rejeição à tecnologia em geral, no movimento de privilegiar o acesso e não focalizar os pressupostos e princípios que sustentam o trabalho com os materiais acessados.

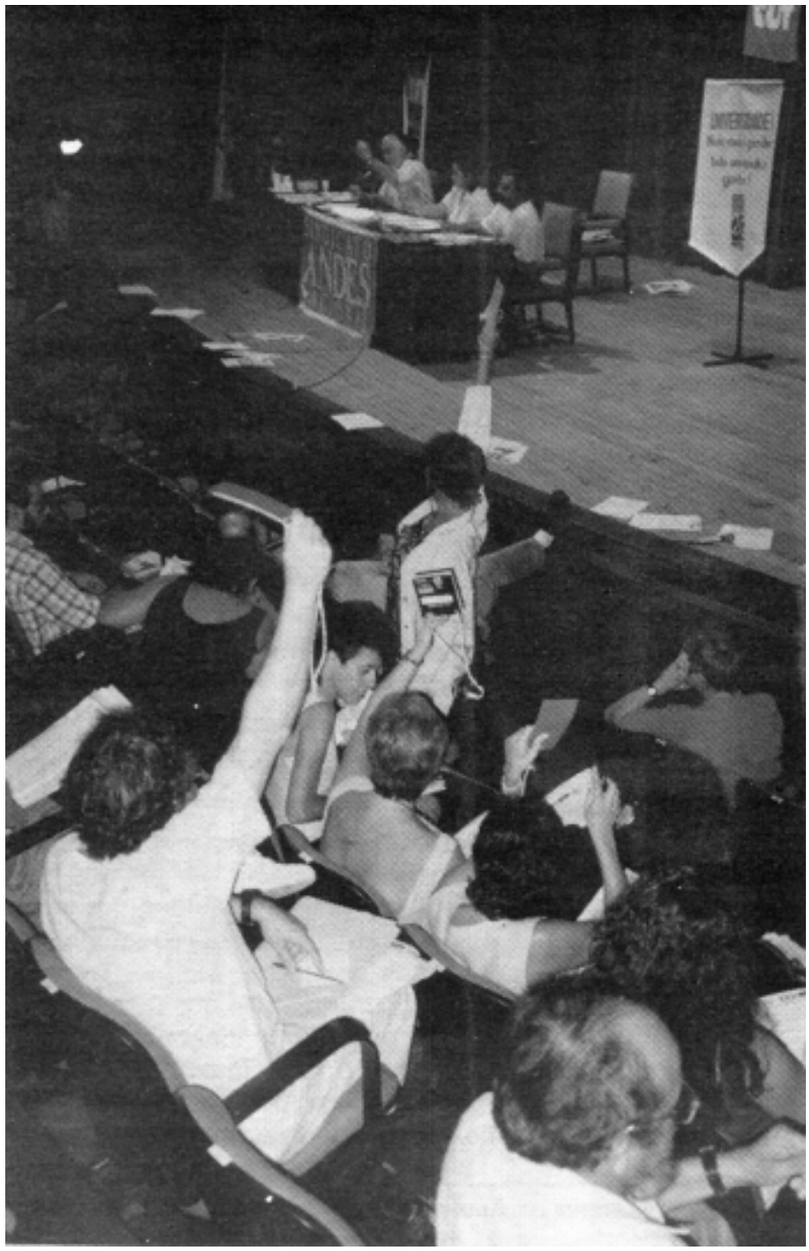
Em resumo, se não há sentido em combater o acesso às tecnologias, há razões de sobra para questionar os sentidos da sua utilização, especialmente quando, para além das informações disponíveis, o que está em jogo é a sua apropriação enquanto conhecimento. Daí a necessidade de outros modos de aproximação dos novos suportes e materiais de leitura, utilizados no EAD. Seus resultados dependerão dos modos como serão apropriados nas/pelas práticas pedagógicas concretas. Acima de tudo, da presença crítica dos professores, como contraponto aos monitores previstos. Afinal, os *monitores,* também na TV e nos computadores, só fazem circular o que as *interfaces* permitem!

Raquel Goulart Barreto,
professora da Faculdade de Educação

JORNAL
ANO V

2 A 8 DE MARÇO/98

ADUFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL



Cerca de 300 delegados compareceram ao Congresso do Andes, em Porto Alegre, de 6 a 11 de fevereiro

Docentes se declaram em estado de greve no XVII Congresso do Andes (Porto Alegre) por melhores salários e condições de trabalho dignas. Assembléias em todo o país decidirão pela greve da categoria, cujo indicativo é para a segunda quinzena de março

Cobertura do Congresso do Andes-págs 6 a 12

Programa de Incentivo à Docência é atacado duramente em Porto Alegre

Leia a partir da página 3

Especialistas analisam a reforma da Previdência e apontam responsabilidades

páginas 14 a 19

Assembléia Geral da Adufrj-SSind

Dia 05 de março (quinta), às 14h, no Roxinho

Pauta**: Programa de Incentivo à Docência nas Ifes;**
indicativo de greve nacional dos docentes das universidades;
eleição de delegados à plenária dos SPFS, dia 8 de março

Editorial

A hora da resposta

Bolsa *Titanic* pode derrubar a universidade

Até parece uma repetição da tragédia do *Titanic. Ape*sar dos discursos oficiais, o barco afunda. Não há salva-vidas para todos. O pânico é geral. À orquestra só resta uma opção: tocar até o fim. Com uma diferença fundamental: o iceberg não é um acaso. É o Programa de Incentivo à Docência do senhor FHC.

Alardeado como "um incentivo ao ensino de graduação" na verdade promove a destruição da Universidade Pública Brasileira. Que a coisa não é séria, já pode ser visto pela forma como foi feito: é um mero artigo (Art. 6) da 15ª reedição de uma medida provisória que trata de "funções gratificadas e outras providências". O desrespeito com a Universidade é tamanho que nem sequer fomos dignos de um ato específico! Do ponto de vista mais geral, é um atentado a qualquer relação trabalhista. Pela mesma atividade receberíamos duas formas de pagamento. Exclui o 1º e 2º graus, os aposentados, os técnico-administrativos e discrimina muitos docentes da ativa. Do ponto de vista acadêmico, é um desastre monumental. Trata os graves problemas do ensino de graduação, muitos criados por este próprio governo (como é o caso das limitações de vagas em muitas áreas), como uma simples "contabilidade" de horas aula.

A direção do movimento docente está encaminhando à comunidade acadêmica sua resposta clara: este projeto deve ser amplamente discutido e sua rejeição deve ser total, em particular pelos colegiados da universidade. Não queremos a bolsa "Titanic".

Mas está na hora de irmos mais longe. Não podemos assistir calados à destruição sistemática de um patrimônio fundamental da nação: o ensino público superior. Tentamos o diálogo, apresentamos reivindicações, esperamos. A resposta veio esta semana como uma bofetada na cara: reajuste só para os militares e renegociação de dívidas com fazendeiros em troca de apoio à reforma da previdência! Dinheiro público só para pagar juros da dívida que este mesmo governo criou, para a especulação financeira, para sua própria reeleição!

Reunidos em Porto Alegre, os docentes universitários de todo o país estão encaminhando às suas assembléias gerais uma medida mais dura - a greve nacional dos docentes. Nossa pauta é fundamentalmente econômica: reajuste emergencial pelo ICV do Dieese e um orçamento digno para a Universidade Pública. Mais de três anos sem reajustes configura uma verdadeira perseguição política ao serviço público. Mas, sem dúvida, a greve também é um ato político - mostrar ao FHC e ao país que não concordamos com os rumos que este governo está impondo. Sabemos que a greve não é uma medida fácil, dos transtornos que causa à nossa vida acadêmica. Mas a responsabilidade disto é do próprio governo FHC. Não estamos pedindo nada extraordinário. Queremos respostas rápidas. Mas devemos ser firmes. Está na hora de nos manifestarmos, de darmos um basta. Levaremos nossa proposta aos docentes de todo país, deliberada democraticamente e deflagraremos nosso movimento. Devemos esclarecer os alunos, procurar o apoio dos técnico-administrativos, construir um movimento mais amplo com os outros servidores públicos e, principalmente, atingir a opinião pública e mostrar que os docentes universitários querem um país melhor para todos.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Pedro Moreira (Mtb 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Programa de Incentivo à Docência é uma armadilha do governo

Demagogia de Fernando Henrique Cardoso em ano eleitoral tenta seduzir professores mas não ataca problemas sérios da universidade

É possível afirmar que o Programa de Incentivo à Docência foi criado com o objetivo de melhorar a situação salarial dos professores? Claro que não. Se fosse assim, o governo teria dado um reajuste linear a todos os docentes, inclusive os de 1º e 2º graus. Além de todas as análises abordadas no XVII Congresso do Andes, onde o programa foi rechaçado pela categoria *(leia a página 6),* ele cheira a ano eleitoral. Foi instituído por medida provisória que está em sua 15ª edição.

O texto desta MP (cujo número é 1.616-15), no parágrafo terceiro do artigo 6, prevê que "a atribuição de quotas de bolsas às Ifes, seus valores e duração, bem como os critérios para sua concessão, serão objeto de regulamentação específica". Ou seja, nada está definido sobre a distribuição deste programa nas universidades. O conteúdo da MP não se encaixa com as informações publicadas na exposição de motivos distribuída pelo MEC às instituições federais de ensino superior. Nela está estabelecido que professores com doutorado terão acesso, no máximo, a 60% da quota, enquanto que os com mestrado ficariam com 50%, e os com especialização, 30%. Concluindo, esta bolsa poderá se tomar mais uma arma de conchaves para a administração das universidades.

Além de tudo isso, mesmo que esta bolsa seja distribuída, vale ressaltar que não se trata de uma remuneração fixa. É apenas um paliativo que poderá ser extirpado do contracheque, quem sabe, após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. A MP que a institui é clara neste aspecto: uma regulamentação específica dará conta da duração deste programa.

Continua na página 4

Programa não resolve problema das universidades públicas federais

Continuamos sem dinheiro para investimento em pesquisa e extensão, nossos prédios estão caindo aos pedaços e não há proposta de concurso para o preenchimento de vagas para professores. Além de não resolver os problemas do cotidiano da universidade, não contempla os servidores técnico-administrativos, que estão também sem previsão de reajuste salarial.

É evidente que toda a categoria está ultrapassando uma fase de arrocho salarial como nunca vista. São três anos sem reajuste. Neste contexto, um item a mais no contracheque que garanta de R$ 1.100 (para professores com doutorado) a R$ 400,00 (professores com especialização) é tentador. Entretanto, ele pode significar uma armadilha para a categoria. Aliás, promessas em ano eleitoral sempre cheiram à armadilha.

MEC garante que verba não sairá do corte nas bolsas de pesquisa

O atual secretário nacional de ensino superior, José Luiz da Silva Valente, afirmou que a verba que garantirá o pagamento das bolsas previsto no Programa de Incentivo à Docência não sairá do montante que fora cortado das bolsas de pesquisa. Valente não informou, entretanto, de onde o governo retirará os R$ 170 milhões - valor estipulado pelo MEC para implantação do Programa - que virão de uma rubrica específica. Ele garantiu que este programa começará em março.

Porque o Programa é mais um problema

- não responde à demanda por reajuste salarial isonômico;
- trata desigualmente as universidades, em função do mecanismo de cotas variáveis;
- rompe com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- introduz a possibilidade de práticas fisiológicas;
- exclui os docentes de 1º e 2º graus das escolas técnicas e CEFETs, os não titulados, os titulados em pós-graduação, os docentes em regime de 20 horas e os aposentados;
- desrespeita a sociedade através da produção de uma falsa idéia de “melhoria da qualidade do Ensino Superior da Graduação, negando-se a enfrentar os reais problemas que assolam a universidade, sobre os quais o governo tem as principais responsabilidades;
- trata-se do derradeiro ataque à autonomia universitária e à concepção de plano de carreira e de capacitação docente defendidas pelo Andes - Sindicato Nacional;
- impõe a divisão e a disputa interna nas universidades entre os docentes que podem habilitar-se às bolsas;
- encobre a necessidade de contratação de novos docentes

Diferenças entre a MP e a exposição de motivos

Texto da MP deixa muitas duvidas

⟷ Concessão de bolsas de incentivo à docência aos docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva ou quarenta horas semanais, com dedicação de pelo menos dez horas semanais à docência, incluindo obrigatoriamente seis horas semanais em classe no ensino de graduação;

⟷ Os docentes contemplados com bolsas do Programa ora instituído poderão manter, na sua integridade, as bolsas de produtividade e pesquisa concedidas pelo CNPq;

⟷ A atribuição de quotas de bolsas às Ifes, seus valores e duração, bem como os critérios para sua concessão serão objeto de regulamentação específica.

Trechos da exposição de motivos

⟷ Concessão de bolsas a docentes que tenham regime de 40 horas semanais ou DE;

⟷ Para ser contemplado, o professor deverá ter dedicação de pelo menos 10 horas semanais à docência, incluindo, obrigatoriamente, 6 horas semanais no ensino de graduação com efetiva presença em classe;

⟷ A proposta exclui aposentados, docentes de escolas de 1º e 2º graus;

⟷ As bolsas serão concedidas por dois anos, sendo passíveis de renovação;

⟷ Serão criadas três tipos de bolsas: A, B e C. O tipo A será destinada a docentes com doutorado, no valor de R$ 1.100 mensais. O tipo B será concedida aos professores com título de mestre, valendo R$ 750 mensais. A bolsa do tipo C, no valor de R$ 400 mensais, serão dadas aos docentes selecionados com especialização;

⟷ Cada universidade terá uma quota de bolsas de, no máximo, 60% do número de docentes com doutorado, 50% com título de mestre e 30% com especialização.

Docentes bolsistas de pesquisa do CNPq receberão apenas 75% do valor das bolsas do Programa;

⟷ A quota de bolsas de cada instituição será distribuída internamente às unidades/departamentos, " respeitando-se ao mesmo critério básico utilizado para a concessão da quota à Ifes como um todo. Entretanto, o documento não cita que critério básico é esse;

⟷ Uma comissão especial "de alto nível" (transcrição do texto do MEC), vinculada à reitoria deverá definir o modo de operacionalização do programa na Ifes, explicitar os resultados esperados em termos de melhoria do ensino e os indicadores que servirão de referência para o acompanhamento e avaliação pelo MEC;

⟷ O programa estabelece que a renovação será feita mediante avaliação do desempenho do docente no período de concessão;

⟷ Ela será cancelada caso seja detectado o não cumprimento dos requisitos;

⟷ A seleção e a atribuição das bolsas serão de responsabilidade dos departamentos.

Textos à disposição na sede da Adufrj-SSind

Professores em estado de Greve

Programa de Incentivo à Docência causa indignação no Congresso do Andes

Cerca de 300 delegados presentes ao XVII Congresso do Andes-Sindicato Nacional, de 6 a 11 de fevereiro, atacam iniciativa do governo e decretam estado de greve

A notícia caiu como uma bomba no último dia do XVII Congresso do Andes.

Os cerca de 300 professores, reunidos em Porto Alegre, preparavam-se para a plenária final, quando souberam, com detalhes, do conteúdo do Programa de Incentivo à Docência.

A programação oficial foi interrompida e abriu-se espaço para que o plenário se manifestasse em relação a este Programa. Foram mais de 40 pessoas inscritas. Nas análises, o consenso: trata-se de mais uma atitude autoritária do governo, que legisla através de Medidas Provisórias e toma decisões sem consultar o conjunto da categoria. A presidente do Andes, Cristina de Morais, chegou a traçar uma analogia entre o governo atual e os governos militares, que utilizavam os chamados decretos lei. Além disso, verificou-se que o programa não contempla aposentados, professores em regime de 20 horas e docentes das escolas federais de 1º e 2º graus, além de não resolver a questão do arroxo salarial ao qual a categoria está submetida há três anos.

Após todas as análises, o plenária aprovou o estado de greve e o encaminhamento da proposta de uma greve dos docentes das Universidades Brasileiras à categoria na segunda quinzena de março.

Roberto Houaiss

Delegados aprovam o estado de greve no congresso de Porto Alegre

Mobilização

Calendário Nacional aprovado no XVII Congresso do Andes

03/03 – Dia Nacional de Luta, com realização de uma rodada nacional de assembléias gerais para apreciar indicativo de greve;

07 e 08/03 – reunião dos setores das federais, estaduais e particulares do Sindicato com vistas a apreciar o resultado das Ags e consolidação das propostas para deliberação final em nova rodada nacional de Ags;

10 a 12/03 – Rodada nacional de Ags para posicionamento final quanto à greve;

14 e 15/03 – Data para deflagração da greve nacional dos docentes das Universidades Brasileiras.

Calendário local dos docentes da Adufrj-Ssind *

02/03 – Reunião do Conselho de Representantes (aberta aos interessados), auditório do Colégio Aplicação (lagoa), às 17:30h;

03/03 – Dia Nacional de Luta. Programação local será divulgada brevemente;

05/03 – Assembléia Geral da Adufrj–Roxinho, às 14 horas. Pauta: indicativo de greve, análise do Programa de Incentivo à Docência e eleição de delegados à Plenária dos SPFs, no dia 8 de março.

*** aprovado em reunião da diretoria da ADUFRJ no dia 19 de fevereiro:**

Moção de repúdio desmascara Programa

Como desdobramento da indignação que tomou conta do plenário do XVII Congresso do Andes, foi aprovada uma moção de repúdio ao Programa de Incentivo à Docência que será encaminhada para os Conselhos Universitários, CUT, parlamentares, OAB, ABI, SBPC e Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O conteúdo do documento afirma que este Programa trata-se de mais uma falácia do governo federal contra a universidade brasileira. A moção destaca que esta é mais uma ação que vem se juntar a outras que visam o fim da universidade, como o cortes de bolsas de estudo e pesquisa, supressão de vagas, ameaça de demissões, congelamento salarial, quebra da autonomia e privatização crescente.

Outra providência tomada pelo Andes foi a solicitação de uma audiência, em caráter de urgência, com o ministro da educação, Paulo Renato de Souza. Em ofício enviado ao MEC em 13 de fevereiro, o Sindicato Nacional destaca o estado de greve da categoria aprovado durante o XVII Congresso do Andes como resposta ao Programa de Incentivo à Docência. O documento ressalva que esta solicitação de audiência é "a reafirmação de inúmeros pedidos" que vêm sendo feitos desde dezembro de 1996, mas não atendidos.

O Andes-Sindicato Nacional está em contato com a direção da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e com o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) para agendar uma reunião que terá como objetivo exigir um posicionamento claro dessas entidades em relação ao Programa e comunicar-lhes do estado de greve da categoria até que as assembléias gerais no país definam o início da greve dos docentes das universidades.

Dentro das estratégias de luta contra o Programa será a realização de um Encontro Nacional Ampliado, com participação da Fasubra Sindical (federação que representa os técnico-administrativos das universidades), a UNE e a SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º e 3º graus da Educação Tecnológica). A data e local ainda não foram definidos.

Plano de Lutas

Greve por reajuste emergencial e melhores condições de trabalho

A proposta de uma greve dos docentes das universidades em defesa da Universidade Pública, por melhores salários e condições de trabalho foi a principal estratégia de luta aprovada no XVII Congresso do Andes. A discussão atingiu consenso após a divulgação do Programa de Incentivo à Docência. O próximo passo será a realização de Assembléias locais para a efetivação do movimento.

Eixos de luta

Por melhores salários, reajuste emergencial pelo índice ICV Dieese e condições de trabalho dignas;

Em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada;

Por verbas, pela autonomia, contra as privatizações, pelo aumento de vagas no sistema público;

Por recursos para o sistema de C&T e de auxílio à pesquisa, contra o desmonte da graduação e pós-graduação;

Pela rejeição do Programa de Incentivo à Docência nas IFES imposto através da MP n.º 1.616-15, de 12 de fevereiro de 1998;

Contra a reforma do ensino técnico;

Pela carreira e capacitação docente;

Contra demissões, pela ampliação dos quadros de pessoal docente e técnico-administrativos.

Fabrícia Osanai

Delegados em ato contra a reforma da Previdência, no centro de Porto Alegre (10/02)

Carta de Porto Alegre

O texto aprovado no XVII Congresso do Andes está disponível na home page do Sindicato Nacional

http://www.andes.org.br

Congresso inicia processo eleitoral

Disputa pela nova diretoria do Sindicato Nacional tomou conta das discussões

O processo eleitoral para escolha da nova diretoria do Sindicato Nacional envolvendo duas chapas foi o destaque do XVII Congresso do Andes, realizado no Campus da UFRGS, em Porto Alegre.

Durante todo o Congresso, realizado de 6 a 11 de fevereiro, a maioria das intervenções dos delegados ressaltava os programas das chapas. Camisetas e botons serviram para identificar quem apoiava a chapa da diretoria ou a chapa de oposição. A diferença entre elas constitui-se, basicamente, na estratégia de mobilização da categoria e, por conseqüência, na análise do momento conjuntural do país, onde as universidades desempenham um papel fundamental.

Enquanto a chapa 2 – *Ganhar o Andes para não Perder a Universidade* - faz questão de destacar as diferenças existentes entre os docentes os demais servidores públicos, a chapa 1 - *Andes - Autônoma e Democrática* - que é apoiada pela atual diretoria do sindicato, acredita que o processo de sucateamento pelo qual a universidade brasileira vem passando é fruto da política neoliberal que engloba todos os países da América Latina. Neste sentido, a estratégia desta chapa seria o enfrentamento direto ao governo, contando com o conjunto dos servidores públicos e com os demais trabalhadores brasileiros. Para a chapa 1, lutar exclusivamente por melhores salários não seria suficiente para melhorar a qualidade do ensino no pais. A chapa 2, por sua vez, acredita que a vinculação da luta dos professores universitários a uma mobilização conjunta dos SPFs é um problema para o movimento docente.

Renato de Oliveira, candidato da oposição à presidência do sindicato, resume esta diferença em depoimento ao Jornal da Adufrj: "Não vamos dissolver a nossa identidade no conjunto dos movimentos populares ou nos movimentos sociais (...) Antes de ser funcionário público, sou professor universitário".

Conheça os candidatos

Chapa 1 - Andes: Autônoma e Democrática

Presidente: Luiz Carlos Soares (Aduff)
1º vice - Edmundo Fernandes Dias (Adunicamp)
2º vice - Osvaldo Coggiola (Adusp)
3º vice - Maria Lia Socorro (Aducsal)
Secretário-geral - Márcio Antônio de Oliveira (Apes-JF)
1º Secretário - Luiz Henrique Schuch (AdufPel)
2º Secretário - Francisco José Pinheiro (Adufc)
3º Secretário - Maria Bernadete Nóbrega (AdufPb-JP)
1º Tesoureiro - Maria Dirlene Marques (Apubh)
2º Tesoureiro - Almir Serra (Adurn)
3º Tesoureiro - Flávio Bezerra de Faria (Apruma)

Chapa 2 - Ganhar a Andes Para Não Perder a Universidade

Presidente: Renato de Oliveira (Adufrgs)
1º vice - Dalton Macambira (Adufi)
2º vice - Aníbal Sanchez Moura (Asduerj)
3º vice - Francisco Mendonça (Adufepe)
Secretário-geral - Osmar Marchese (Adunicamp)
1º Secretária - Ciomara Perez (Apubh)
2º Secretária - Claudete Guedes (Adufpb-JP)
3º Secretário - Milton Muniz (Apufsc)
1º Tesoureiro - Márcio Florentino Pereira (Adufg)
2º Tesoureiro - Aurélio Lacerda (Apub)
3º Tesoureira - Otávia Rodrigues (Apubh)

Calendário da eleição do Sindicato Nacional

15/04 - Formação das comissões eleitorais

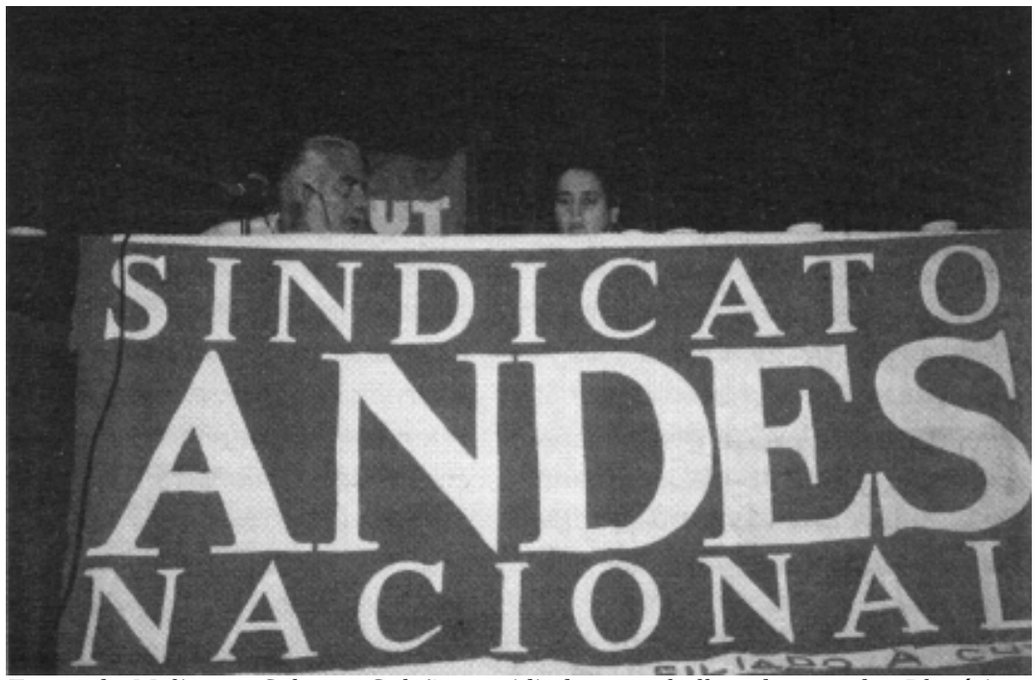
12 a 13/05 - Eleição direta para nova diretoria do Andes-SN

Em breve divulgaremos calendário geral para as eleições do Andes

Entrevista com os dois candidatos à presidência do Andes-SN (páginas 10 a 13)

Plano Nacional de Educação vira projeto de lei e recebe apoio do Congresso do Andes

Roberto Houaiss



Fernando Molinos e Solange Galvão presidindo os trabalhos de uma das Plenárias

Uma vitória importante para a sociedade: o Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado durante o II Congresso Nacional de Educação (novembro de 1997 em Belo Horizonte) por cerca de 5 mil pessoas das mais diversas áreas do movimento popular, se transformou em projeto de lei da Câmara dos Deputados - PL 4155/98. Apresentado pelo parlamentar Ivan Valente (PT/SP) em 10 de janeiro, este projeto conseguiu chegar ao Congresso Nacional antes da proposta do governo (apresentada dois dias depois). Isto significa que o PNE que contempla os mais diversos segmentos da educação no país terá prioridade na tramitação, servindo como projeto base para as discussões nas Comissões pelas quais passará no Congresso.

Segundo assessores do deputado Ivan Valente, a proposta do Coned "forçou" o governo a apresentar o seu plano que contou com o auxilio do Instituto Nacional Especializado em Pesquisas Educacionais.

O PNE democrático, consolidado durante o II Coned, foi apoiado pelo XVII Congresso do Andes como uma das estratégias na conquista de um ensino de qualidade e gratuito para todos.

Assembléia Geral

Vamos discutir o indicativo de greve dos docentes

5 de março, às 14h, no Roxinho

Leia na revista Universidade e Sociedade

Entrevista com Barbosa Lima Sobrinho

A íntegra do Plano Nacional de Educação, uma proposta da sociedade brasileira

À venda na Adufrj-SSind – R$10,00

Movimento Docente

Com a palavra, os candidatos à presidência

Programa da chapa

Luiz Carlos Soares,
candidato à presidência pela chapa 1 "Andes - Autônoma e Democrática"

O primeiro ponto do programa da chapa Andes Autônoma e Democrática é o embate ao projeto neoliberal em todas as suas formas e vias de manifestação. Nós entendemos que este projeto é bastante amplo, tendo desdobramentos na vida econômica política, social, castrando os direitos dos trabalhadores e da população brasileira de um modo geral.

O projeto de reforma da Previdência talvez seja o exemplo mais decisivo que ataca e acaba com os direitos da população, não só no que diz respeito a direitos previdenciários, mas também em termos de assistência à saúde.

O segundo aspecto mais evidente do projeto de reformas do governo é a chamada reforma administrativa. Com o pretexto de criar um Estado enxuto, um estado mínimo, o governo procura demitir os servidores, caçar direitos básicos para, na verdade, ajustar o processo de rolagem da própria dívida interna. Assim, caminhamos a passos largos para uma situação calamitosa. A universidade não está fora deste contexto. É justamente o terceiro aspecto do projeto neoliberal do governo. O projeto de autonomia universitária, a famosa PEC 370, não é senão uma extensão do projeto de organizações sociais, elaborado pelo ministro Bresser Pereira, para o âmbito das universidades. Autonomia essa que prevê planos de carreira próprios, planos de carreira bastante localizados, políticas próprias de contratação. E isso, por outro lado, é permitido até mesmo pela própria reforma da administração. Acaba com a autonomia, acaba com a estabilidade. Esse é o caminho para a privatização da universidade. Não reconhecer isso significa realizar uma política de avestruz.

Em função disso, o principal eixo de nossa carta programática para este ano é o enfrentamento direto do projeto neoliberal de FHC, principalmente nesta conjuntura de reeleição. Como têm-se demonstrado nos outros países, os governos neoliberais, nos segundos mandatos são sempre piores no que tange ao interesse dos trabalhadores. Então, nós colocamos efetivamente essa necessidade de enfrentamento mais amplo da sociedade, mais contundente, embora a mídia não deixe que as críticas maiores ao governo tenham uma difusão, uma ampliação social.

Mas nós docentes, onde estamos nisso tudo? Hoje em dia é muito difícil, não vou dizer impossível, a gente conseguir um nível de diálogo específico particularizado com o MEC. Até porque este Ministério não tem a força política no organograma, no esquema de distribuição do poder do governo de FHC.

Luiz Carlos Soares

Ele não tem autonomia, na realidade, de decisão financeira sobre as universidades e até mesmo as possíveis políticas salariais com os docentes. Inclusive, o MEC anunciou o Incentivo à Docência que não é senão uma política perversa, sob o pretexto de colocar o professor na sala de aula e valorizar a graduação. Especializa o professor num determinado tipo de atividade que é concebido na sua pior concepção que é aquele ensino de aulas sistemáticas, sem a qualidade e sem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Renato de Oliveira

Programa da chapa

Renato de Oliveira,
candidato à presidência pela chapa 2 "Ganhar a Andes para não Perder a Universidade"

O propósito básico da chapa é reaproximar a Andes dos professores. Desta forma, fazer com que eles se mobilizem na defesa da universidade pública, da educação pública e das causas sociais e políticas que apontam para o fortalecimento da democracia e para a supressão das desigualdades sociais no país. Ou seja, que apontam para um projeto democrático e popular. No nosso entendimento, ela não vive apenas uma crise. Há algo mais profundo que está em processo. Uma reorientação estratégica das funções da universidade. Do ponto de vista do governo, o propósito é aproximar a universidade da iniciativa privada. Como ele pretende fazer isso? Concentrando as atividades de pesquisa em algumas instituições públicas e privadas. Inclusive concentrar regionalmente essas atividades. Ou seja, na Região Centro-SuL. Acho que está nos planos do governo a criação de centros de ensino superior ou a transformação de algumas universidades em centros de ensino superior. É a involução de seu estatuto. Acho que no ponto de vista do governo é isso. Temos que pensar também que a universidade - que eu prefiro chamá-la de estatal - do jeito que está hoje, é indefensável. Nós temos que ter políticas emergenciais para preservar este parque universitário. Agora nós temos que pensar rapidamente na mudança deste sistema. Uma mudança que caminhe em dois sentidos: primeiro, nós passamos por um processo de democratização política em nosso país, apesar de relativa. Com o fim da ditadura militar se reinstitucionalizou a vida política do país, no sentido de uma maior democracia. Claro que este governo está comprometendo esta reinstitucionalização. Somos contra o governo e temos que fazer o possível para impedir a sua continuidade. Entretanto, temos que repensar a relação institucional das universidades públicas com o governo federal. Repensar a relação institucional das universidades estaduais com os respectivos sistema estaduais. Ou seja, o modelo jurídico de autarquia não nos serve mais O modelo de autarquia é descentralizado no ponto de vista de sua administração, mas é tutelado no ponto de vista das suas relações políticas e isso não nos serve. Nós temos que pensar um modelo jurídico para as universidades públicas que as tornem instituições voltadas para o público, garantindo a sua autonomia e garantindo o financiamento estatal de suas atividades, não impedindo que elas possam auferir recursos através de sua relação com a sociedade. Desde que estes não sejam recursos substitutivos da sua participação do orçamento estatal.

Nós precisamos ter medida emergenciais de manutenção deste parque para que depois possamos pensar numa política global, como por exemplo: política de reajuste imediato dos salários das universidades federais; recomposição orçamentária; luta contra os processos de intervenção branca nas universidades estaduais e federais, como aconteceu na Bahia; luta pela preservação da autonomia salarial; melhoria das condições de trabalho e; exigência para que os recursos necessários para qualificação dos docentes venham, sobretudo, de suas mantenedoras.

Política salarial

Luiz Carlos Soares

É bom lembrar que possuímos uma pauta específica com o MEC sobre política salarial. Se nós conseguíssemos um índice de reajuste para toda a categoria, seria muito importante. Mas, por outro lado, além dessa reivindicação específica existe uma reivindicação mais especifica de todos os servidores públicos. Por que mais específica? Nós defendemos a isonomia, defendemos a estabilidade, defendemos uma política salarial efetiva e homogênea para o conjunto dos servidores públicos federais. Claro que cada categoria tem a sua especificidade, mas não defender a isonomia salarial hoje, não defender a autonomia conjunta com os servidores públicos, no sentido da garantia de reajuste salariais consideráveis, da reposição das perdas e, consequentemente, da manutenção da estabilidade e da isonomia e da admissibilidade por concurso público é aceitar o programa neoliberal que se manifesta no desmantelamento do Estado e no sucateamento dos serviços públicos.

Renato de Oliveira

Somos contra a proposta do Andes de tratar a questão salarial através de um piso. Achamos que a questão salarial tem de ser pensada através de um plano de carreira com uma grade salarial correspondente. O Sindicato tem que ocupar não só do piso salarial, mas também com o teto e os valores intermediários do salário. Essa estrutura tem de ser uma estrutura que estimule a carreira docente, que faça com que o professor se transforme, mas rapidamente possível, num professor integral. Nós não defendemos que a atividade docente é indissociável da pesquisa, ensino e extensão? Esse professor tem de ter uma perspectiva de carreira e uma perspectiva salarial que o estimule a se transformar em professor titular. Se você fala só em piso, está perdendo de vista uma das funções da Andes que é estabelecer o controle da qualidade da universidade e de tornar o professor um professor integral Assim, nós vamos nos tornar professores de resultados.

Diferença entre chapas

Luiz Carlos Soares

Há diferenças, principalmente no sentido de que nós procuramos defender a universidade pública e a nossa proposta - consagrada no caderno 2 - retoma o compromisso social da universidade brasileira, que desenvolve ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, articulada com o interesse do conjunto da população brasileira. Esse é o elemento que vai diferenciar e apontar estratégias de luta dentro das chapas. Apostamos na união dos trabalhadores. A defesa da universidade existe num conjunto de propostas relacionadas à defesa do público no Brasil. A gente não acredita que a nossa situação vai ser resolvida apenas com uma política de reajuste salarial. O governo pode dar um reajuste para manipular a categoria. Agora, as condições de trabalho podem continuar as mesmas com a privatização interna, com a precarização e com todas aquelas mazelas que a gente conhece em nosso cotidiano. A nossa chapa defende a universidade articulada com a defesa dos interesses dos trabalhadores que estão em seu interior, dos trabalhadores em termos do conjunto da sociedade, inclusive em termos de referencial enquanto o sindicalismo cutista: um sindi-calismo classista, combativo e que aponta para a transformação da realidade social brasileira.

Renato de Oliveira

Não vamos dissolver a nossa identidade no conjunto dos movimentos populares, nos movimentos sociais. Nós fazemos parte dos movimentos sociais enquanto professores, afirmando o nosso papel, afirmando o papel específico da universidade na dinâmica da sociedade. A profissão de professor é vocacionada. Ela tem valores que são específicos. Nós brigamos há dois anos com a diretoria da Andes pela insistência que ela tem de vincular qualquer mobilização de professores universitários a uma mobilização conjunta dos SPFs. Somos contra isso. Não somos contra essa mobilização conjunta. Somos contra a subordinação. Como eu costumo dizer, antes de ser um funcionário público, sou professor universitário. Sou professor público enquanto professor universitário e não enquanto funcionário do governo. Essa diferença é básica.

Luiz Carlos Soares é doutor em História pela Universidade de Londres, professor titular da área de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Ex-presidente da Aduff

Renato de Oliveira é doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, com especialização em Sociologia da Ética. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.
Atual presidente da Adufrgs

Carta aos aposentados

Programa de Incentivo à Docência: golpe também contra os aposentados

Ao longo dos últimos quatro anos, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso vem revelando à sociedade brasileira um modelo perverso, para não dizer ditatorial, de políticas públicas, governando através de medidas provisórias.

A última, sob o número 1616-15, de 12 de fevereiro de 1998, extrapolou todas as barreiras da falta de ética que se pode esperar de um governo. Instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Docência que, com a desculpa de estimular e valorizar o envolvimento dos docentes com o ensino, concede bolsas de valores diferenciados e "seleciona" (usando a expressão do governo) doutores, mestres e docentes com especialização para recebê-las. Como isso atinge o aposentado? A transcrição do parágrafo 1º do artigo 6º desta MP é clara neste sentido: *"Poderão ser beneficiados do Programa ora instituído docentes que (...) não recebam proventos de aposentadoria de qualquer órgão público (...)* ". Isto significa que, além de criar uma divisão na universidade entre os docentes, exclui de qualquer reajuste salarial os professores aposentados afetando profundamente o poder aquisitivo dos mesmos e abrindo precedentes para que outras medidas excluam esta categoria.

Resumindo: este Programa quebra a isonomia salarial entre os professores da "ativa" e os professores aposentados, excluindo este último de qualquer medida que possa vir a beneficiar a categoria docente.

Diante deste novo golpe excludente, conclamamos a presença de todos os aposentados à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, no próximo dia 5/03 (quinta),às 14 horas, no Roxinho, onde teremos oportunidade de avaliar os efeitos deste Programa.

Philomena Gebran,
diretora da Adufrj-SSind

Cultural

30 anos de 1968 no Espaço Unibanco de Cinema

O Espaço Unibanco de Cinema programou um evento especial para relembrar o ano 1968 através de suas representações políticas e culturais. Trata-se de Memórias da Subversão, que reúne uma mostra de filmes de cineastas que traduziram o pensamento da época e uma série de debates. Confira abaixo a programação:

Filmes *- De 6 a 12 de março, a Sala 3 abrigará relíquias como: A Chinesa - Tempo de Guerra, de Godard; Gaviões e Passarinhos, de Pasolíni; Terra em Transe e 1968, de Glauber; A Guerra Acabou, de Alain Resnais; São Miguel Tinha um Galo, dos irmãos Taviani.*

Debates *- De 9 a 11 de março, o jornalista Zuenir Ventura será mediador de uma série de debates que vai discutir temas ligados às relações, à arte e ao Pensamento desta geração. Entre os convidados, Heloísa Buarque de Hollanda, Ferreira Gullar, Leandro Konder e o crítico de cinema José Carlos Avellar.*

O Espaço Unibanco de Cinema fica na Rua Voluntários da Pátria, 35 - próximo ao metrô de Botafogo.

Maiores informações sobre a programação completa através do telefone (021) 266-4491.

Governo inviabiliza sistema

Depois de intensas e onerosas negociações com sua nem tão fiei bancada de deputados, o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu ver aprovada em primeiro turno sua proposta básica de reforma constitucional da Previdência. Com ela, a mudança de várias das atuais regras vigentes.

Assim, não deverá mais ser permitida a aposentadoria proporcional; em vez de aposentadoria por tempo de serviço o trabalhador será obrigado a comprovar o tempo em que contribuiu para a Previdência; haverá a exigência de uma idade mínima para que ele tenha direito à aposentadoria; bem como a proibição para o servidor público de continuar trabalhando em cargo público após se aposentar; e também, o redutor de salário em caso de vencimento acima do teto de R$ 1.200,00, desvinculado de qualquer índice econômico; e a possibilidade do inativo continuar a contribuir para a previdência, entre outras regras que penalizarão ainda mais o trabalhador brasileiro.

Com o argumento de que o sistema é deficitário e injusto, o governo está promovendo alterações que no fundo possuem uma só e clara intenção: transformar o sistema previdenciário brasileiro, cujo conceito até então foi de assistência social, distributivo, em um sistema de capitalização, nas mãos do capital privado. Um eufemismo para privatização.

O que o governo pretende é que o trabalhador pague durante toda a sua vida profissional por uma poupança que, ao se aposentar, terá direito a receber de volta. Sem qualquer proteção social. A partir de então, não se investe mais em sistema de saúde, em assistência social e nem na previdência.

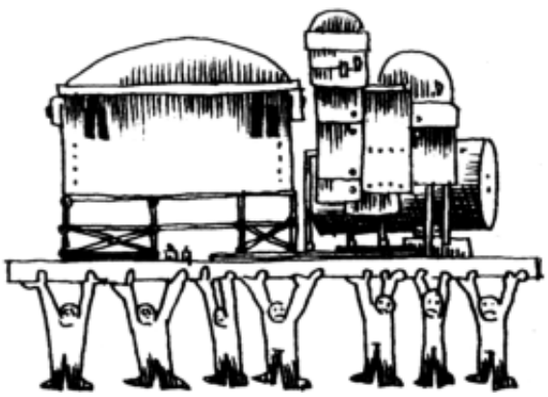
Esta mudança, entretanto, traz um custo para o trabalhador: para conseguir isto, o governo teve que aumentar o tempo de serviço, diminuir o teto dos benefícios e ainda estabelecer uma série de restrições para que a grande massa de trabalhadores que permanecer no sistema provavelmente não chegue à idade de requerer sua aposentadoria.

Baixa renda

Um dos principais atingidos com esta reforma é o trabalhador urbano de baixa renda, que terá que comprovar 35 anos de contribuição. "Se 40% dos trabalhadores urbanos empregados não possuem registro, como poderão comprovar este tempo de contribuição?, questiona o economista Dércio Munhoz. Esta regra, para ele, só poderia ser implantada se houvesse um número zero de trabalhadores urbanos sem carteira assinada. Desta forma, de acordo com Dércio, esta medida representa o fim da previdência pública. "O governo não consegue fazer cumprir a lei para que estas pessoas tenham carteira assinada, mas amanhã vai exigir deles o tempo de contribuição: como eles não poderão comprovar, vão cair na aposentadoria proporcional e se aposentar com um a dois salários mínimos", disse Munhoz.

Conclusão: ninguém mais vai querer contribuir para Previdência Pública, haverá uma grande massa rece-

Máquina de votos



Uma das estórias mais folclóricas do imaginário brasileiro é a que envolve a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Muitos até hoje acreditam que os norte-americanos financiaram a construção da usina em troca do compromisso brasileiro, assumido por Getúlio Vargas, de ficar ao lado dos aliados e contra os nazistas, na segunda guerra mundial.

Os EUA, de fato, construíram a CSN, mas entrando com a tecnologia. Quanto aos recursos propriamente ditos, estes saíram direto do bolso da classe trabalhadora brasileira, um dinheiro arrecadado pelo sistema de previdência social da épo -

bendo salário mínimo pela Previdência Social e acima disto, quem puder, se tomará contribuinte de uma previdência privada. "Ou se imagina que alguém vai querer contribuir com três, quatro ou cinco salários para depois descobrir que só poderá se aposentar com um ou dois salários mínimos?", questiona Dércio.

Privatização

Para conseguir viabilizar a monumental transferência de recursos do setor público para as seguradoras internacionais, que vai ocorrer caso a Previdência seja de fato privatizada, está sendo e foi necessário criar um clima de comoção social com o intuito de levar a população a acreditar que o sistema está realmente falido.

Não faltaram alegações como a de um coronel da força pública que se aposentou aos 40 anos, a de que o Tesouro Nacional vem tendo constantes rombos com o pagamento das aposentadorias dos funcionários públicos, ou ainda, que a Previdência Social está pagando dois benefícios para cada uma contribuição que recebe. Jogados assim, estes argumentos soaram como heresia, mas a estória não é bem essa.

Paralela e subliminarmente, uma sistematizada campanha de terrorismo contra o funcionalismo público, empurrando-os compulsoriamente para a aposentadoria para que o governo pudesse alegar que o brasileiro se aposenta precocemente, principalmente os funcionário públicos. Tão dramáticos quanto inconsistentes de forma e conteúdo, infelizmente estes argumentos não foram refletidos pela sociedade civil, que se encontra acuada, nem por grande parte dos congressistas interessados e ainda menos pela mídia, que parece ter aberto mão de seu papel investigativo. Quem se posicionava contra a reforma automaticamente ou era classificado de privilegiado, de sindicalista corporativista ou mesmo de atrasado e fora da nova ordem mundial. Como a emenda básica aprovada no Senado foi alterada pelos deputados, constitucionalmente ela teria que retornar àquela casa para mais duas votações. Porém como no Brasil a Constituição Federal não tem muito simplificado para o governo, FHC está contando com apenas mais uma votação no plenário da Câmara para ver estas e outras mudanças implantadas. Mas já acenou que vai esperar as eleições de outubro para regulamentar os pontos polêmicos que, por pressão, forem aprovados.

ca. Foi a inauguração de uma era e talvez a maior espoliação de um patrimônio que se tem notícia. De lá para cá, a prática de utilização dos recursos da classe trabalhadora brasileira se institucionalizou, possibilitando a construção da capital, Brasília, da hidrelétrica binacional Itaipu, a "construção" da Transamazônica, da ponte Rio-Niterói, as usinas nucleares de Angra dos Reis e outras obras que renderam menos votos. Nos últimos tempos, a sangria dos recursos que são arrecadados para o sistema da Previdência Social passou a correr direto para o pagamento dos juros da dívida pública - que também está consumindo toda a receita obtida com as privatizações.

Mesmo com esta faraônica sangria, a Previdência Social conseguiu chegar ao final do século ainda superavitária - isto sem contabilizar a sonegação, as fraudes e as absurdas anistias concedidas ao longo dos anos. Porém, o que nenhuma administração havia conseguido - quebrar a Previdência - finalmente o governo FHC parece estar obtendo, com a conivência dos deputados federais e senadores.

Privatização à vista ou a prazo?

A reforma da Previdência conforme está sendo aprovada a toque de caixa pelo Congresso Nacional tem um objetivo muito claro. Que não é o de resolver os problemas do sistema de seguridade social do país, corrigir suas distorções, ou ainda melhorar a condição dos aposentados brasileiros.

A real intenção real do governo Fernando Henrique, mais do que cumprir uma promessa de campanha aos investidores estrangeiros - sinalizando que o Brasil é um país estável - é transferir à iniciativa privada a gerência do sistema previdenciário social brasileiro. A opinião do deputado federal do PSB de São Paulo, médico José Pinotti, não está sozinha. Mas ele vem se empenhando em denunciar o ostensivo lobby das seguradoras internacionais sobre os congressistas pelos corredores e saguões dos hotéis de Brasília, antes e durante a votação da proposta de emenda constitucional 33/97.

"Quando o governo coloca o teto de benefício da previdência em R$ 1.200, 00, ele está prevendo que este teto vá decrescendo gradativamente até valer menos de três salários mínimos de previdência pública - que é o que desejava desde o começo - para que todo o resto signifique previdência privada", disse o deputado. José Pinotti aponta outras medidas - estratégicas para o governo - que significarão a inviabilização do sistema público, como a contribuição igual, de um para um, na questão dos fundos de pensão e a efetiva privatização do seguro desemprego.

Segundo ele, mais forte do que as evidências levantadas neste sentido são os discursos e a atuação de dois próceres economistas militantes liberais: o assessor direto de FHC, André Lara Rezende, e o deputado federal pelo PPB do Rio de Janeiro, Roberto Campos. Rezende, por fazer apologia da transformação total e imediata da previdência pública brasileira em privada, como aconteceu no Chile; e Campos, por seus discursos e conversas de pé de ouvido no Congresso, afirmando que esta reforma é um arremedo e que o Brasil deve caminhar rapidamente para uma previdência privada, cujo modelo mais bem acabado do Banco Mundial na América Latina seria o sistema chileno.

Segundo Pinotti, de acordo com um estudo do Banco Mundial a que teve acesso, em caso de privatização, a transferência de recursos do erário público para as seguradoras internacionais estava estimada em 180% do produto interno bruto (PIB). Outros estudos, afirmou o deputado, chegam a calcular esta transferência em 250% do PIB. De qualquer forma, cifras astronô-

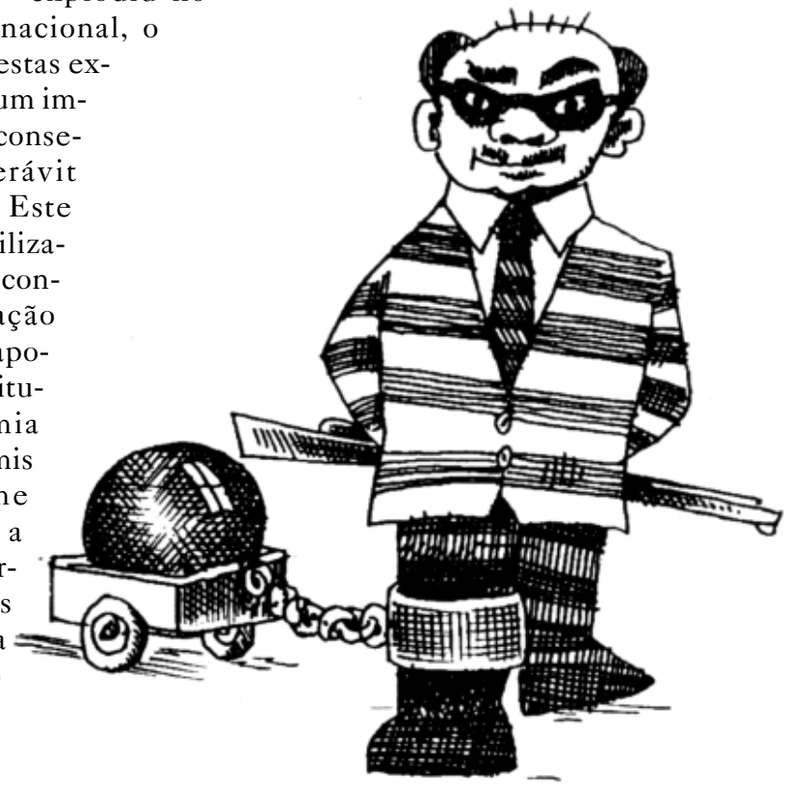
micas, que ultrapassam a casa dos trilhões de reais. Esta migração de recursos para a iniciativa privada seria necessária para garantir os direitos de trabalhadores que já estivessem contribuindo para o sistema atual. Mas adivinhe quem pagará esta conta?

Modelo chileno

O governo Pinochet, fiel escudeiro dos ditames do Banco Mundial, "resolveu" realizar uma enorme injeção de recursos no setor privado chileno - transferindo dinheiro que era depositado numa conta do governo, a que concentrava os recursos da Previdência - à iniciativa privada. Como não podia simplesmente passar os aposentados mantidos pelo sistema público diretamente para uma seguradora privada, o governo teve que arcar com os custos de quem já estava aposentado.

Quem estava aposentado, continuou sendo mantido pelo governo, assim como se criou uma regra de transição para quem se encontrava à beira da aposentadoria e também permaneceu no setor público. Mas quem estava no meio do caminho – e já contribuía para o sistema público - não poderia entrar para um plano de previdência complementar sem mais nem menos, porque senão custaria muito caro para a seguradora - uma pessoa com um tempo de 15 anos de contribuição onera muito mais do que outra com 30 anos para se aposentar.

"Como a transferência para o fundo privado era compulsória, o governo deu uma espécie de dote para estas seguradoras, em outras palavras, pegou um dinheiro do setor público e deu para as administradoras dos fundos e, a partir daí, elas se encarregaram de estipular qual seria a alíquota a ser paga pelos segurados. Como era um momento em que o preço do cobre - a principal exportação chilena - explodiu no mercado internacional, o governo taxou estas exportações com um imposto de 5% e conseguiu um superávit fiscal enorme. Este dinheiro foi utilizado para pagar a conta". A explicação da professora aposentada do Instituto de Economia da UFRJ, Sulamis Dain resume como se deu a injeção de recursos e encargos da previdência pública para o setor privado realizada no Chile.



Passados 15 anos da operação que resultou numa monstruosa transferência de recursos, exatamente o prazo de carência do sistema privado, Sulamis revela o que os chilenos que agora começam a receber suas aposentadorias estão constatando: "agora que as pessoas começam a se aposentar, estão dizendo que a renda recebida é menor do que a expectativa de que teriam no plano público".

Sulamis Dain, que também é professora titular visitante do Instituto de Medicina Social da Uerj, afirma que o custo anual do governo chileno com o financiamento do estoque de aposentados que permaneceram no sistema público é de 5% do PIB chileno. Ela também vê no governo FHC a intenção de privatizar o sistema, só que neste caso, "a base da tributação brasileira é a economia interna, diferente do Chile, cuja base é a economia externa", disse.

Aqui no Brasil, quem vai pagar diretamente esta conta é mesmo a população, através do aumento de imposto que, obviamente, será repassado aos preços e pagos pela população.

Pelos cálculos do economista e professor aposentado da UnB, Dércio Munhoz, com a chilenização da previdência brasileira, o governo teria que assumir um passivo previdenciário da ordem de 30 bilhões anuais. Com isto, hoje, dos 40 bilhões de receitas da Previdência, o governo perderia aproximadamente 3/4 e só com aumento de impostos poderia fazer frente a isto. "Será muito pior do que com o Proer ou as privatizações, porque o governo ficará com um dispêndio corrente brutal", disse Dércio Munhoz.

Farra com o dinheiro público

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, afirmou há poucos dias que as aposentadorias do setor público estavam custando um rombo de 15 milhões de reais por dia aos cofres do governo. A notícia ganhou destaque, a previdência foi para a berlinda e ainda por cima jogou no limbo os funcionários públicos, ativos e aposentados.

Não fosse Kandir um dos mentores do confisco da poupança (alguém lembra do governo Collor?), a declaração soaria risível. No caso, foi profunda má intenção.

Este ministro sabe perfeitamente que, desde o RJU, quando assumiu as aposentadorias dos servidores públicos, o governo não criou nenhum mecanismo de financiamento para estes gastos. A criação de um fundo de pensão para o setor público poderia e deveria se dar, de preferência com ações de empresas estatais.

"A medida que utilizasse estes recursos, poderia ir passando compromissos previdenciários decorrentes do tempo passado e jogando para o fundo de pensão - porque o fundo de pensão só ficaria responsável por compromissos futuros, decorrentes das contribuições a partir do momento da sua criação. Isto iria desonerando as despesas correntes do governo dos encargos previdenciários", explica o economista Dércio Munhoz.

"Só que a reforma que está vindo aí é cheia de restrições, entre elas a restrição de não mais se aposentar com salário integral e, em vez de vir com o seguro do salário de contribuição, não, vem com um corte, uma perda de até 30% para quem deverá receber acima de R$ 1.200,00. Ora, não deveria ser assim, deveria ter um salário de contribuição, tempo de contribuição e aposentadoria normal, poderia haver até um limite, digamos: X reais de limite de contribuição e limite de beneficio, mas daqui para o futuro. Como não se fez isto, cortou-se a aposentadoria proporcional e criou estas restrições arbitrárias, que não estão ligadas a um esquema de capitalização e não criou condições para o fundo de pensão", acredita Munhoz.

A instituição de um fundo de pensão impediria inclusive a farra com o dinheiro público promovida por estados e municípios, que não possuem regras de aposentadoria definidas, acredita Dércio Munhoz: "os governos poderiam e deveriam ter criado fundos de pensão para a previdência do setor público há muito tempo, uma maneira de se estabelecer regras e impedir, por exemplo, que um sujeito seja eleito prefeito e contrate um camarada do seu partido e três anos depois este se aposenta com um salário de 10X, de acordo com a regra estabelecida pelo prefeito".

A professora Sulamis Dain, que comunga da opinião, revela que esta idéia é antiga e foi sugerida por diversos economistas, mas os governos fizeram ouvido de mercador. Para ela, esta previdência complementar pública deveria estar ligada à recomposição de infraestrutura, o tal do investimento seguro que tanta ojeriza provoca no governo FHC, que sobrevive às custas do investimento internacional especulativo, de curtíssimo prazo e altíssimo custo social.

Ameaças

"Como o governo (Collor, Itamar Franco e FHC) não enfrentou a questão, passou rapidamente a ter um problema - de que toda esta massa poderia se aposentar num regime que era novo e vantajoso. Todo mundo que podia se aposentar, se aposentou. Até porque o governo ficava anunciando que iria fazer a reforma da Previdência. Nos últimos anos, houve um surto de aposentadoria precoce no serviço público, principalmente dos quadros mais experientes. Outro aspecto que levou a este grande número de aposentadorias foi a política salarial do governo, na medida que se tem uma perda de quase 50%. Quem podia, se aposentou e foi complementar a sua renda fazendo outra coisa - o que era o salário de sobrevivência virou a base com a qual se paga alguns gastos" afirmou a economista.

Controle

Com declarações daquele tipo, o que o ministro Kandir ensejou - como todo o governo FHC tem feito - foi jogar a população contra os funcionários públicos. Ou então, como partícipe do governo Collor e integrante o governo Fernando Henrique, das duas uma; ou não entende nada de economia, ou está a serviço de interesses escusos.

Sulamis Dain explica que outra destinação dos recursos previdenciários está sendo o pagamento da conta dos juros. "O governo gasta recursos que estavam vinculados a funções finalísticas da Previdência, como saúde e assistência social".

O redutor nos benefícios, para ela, também caminha junto com a idéia de

se criar um regime complementar. "O problema é de quem irá administrar estes recursos - se público ou privado - e de que maneira serão utilizados- é fundamental que haja segurança nas aplicações. Se o governo precisa de recursos de longo prazo, é fundamental que ele devia usar investimentos sem riscos - se ele der para o setor privado, pode ser que ele não se interesse", disse.

Sulamis acredita que se houver um bom controle do setor público, o próprio governo deveria administrar este fundo de pensão, até porque já existe uma máquina gigantesca montada. "O problema é que os recursos são tantos, que alguns prefeitos e governadores se assustam com este dinheiro de longo prazo". Ela acha que a questão do funcionalismo público não está resolvida, até porque ninguém quer enfrentar hostilidades, e que a questão será mesmo jogada para depois das eleições.

Recursos e gastos

A Previdência Social não tem recursos, ela tem sua estrutura baseada num sistema de repartição - o que arrecada, paga ao contribuinte. Ao longo do tempo, a legislação tem sido mudada e colocado sob o manto da previdência uma parcela maior da população que se encontrava fora do sistema. "Na medida que foi se dando uma cobertura maior para a população, é claro que os encargos da previdência têm sido maiores. É por isso que ela deixou de ter responsabilidade com os gastos de saúde", analisa Dércio Munhoz.

O Inamps hoje é do Ministério das Saúde porque a Previdência foi recebendo encargos como o do trabalhador rural, com a extinção do Funrural; da empregada doméstica etc. Como os encargos do sistema foram aumentando, a Constituinte de 88 reconheceu isto e tirou do INSS a incumbência com a Saúde. Mesmo assim, ainda permaneceram encargos que não deveriam estar a cargo dele, como a renda mensal vitalícia para os idosos.

"Muitos falam que a Previdência hoje não tem receita para cobrir os compromissos, que são crescentes. Claro, a legislação foi reduzindo o grau de marginalidade (em relação à sociedade) e dando cobertura previdenciária a uma parcela crescente da população. Para isto que a Constituição de 88 deu o Confins e contribuição social sobre o lucro para a seguridade, especialmente para a saúde e assistência social. A previdência recebe uma parte destes recursos para cobrir a renda mensal vitalícia, assim mesmo, tem um rombo anual de 10 bilhões de reais na área rural - ela tem excesso de arrecadação na área urbana mas tem que cobrir este rombo do subsistema rural", disse Munhoz.

A verdade é que o governo não conseguiu até hoje dar eficácia à arrecadação da previdência rural - uma das razões é que o próprio governo, através da correção monetária muito alta e a depreciação dos preços, acabou por literalmente quebrar a agricultura. Este rombo no subsistema rural acaba coberto não pelas contribuições da seguridade, mas pelas contribuições urbanas. Com isto, se sacrifica o valor das aposentadorias em geral - um valor reduzido para a aposentadoria em função da sobrecarga que é destinada à área rural - que deveria pelo ter parte coberta pela Seguridade Social (o Confins).

Para Dércio Munhoz, não se pode dizer que a Previdência está em desequilíbrio ou com déficit - "este é um processo natural". Uma forma de equilibrar estas contas, de acordo com ele, seria fazer repasses crescentes da seguridade social - Confins e contribuição sobre o lucro, que geram excedentes. "Eles têm uma arrecadação da ordem de 25 bilhões e o Ministério da Saúde só tem recebido 40% disto, o resto é desviado para pagamento de aposentados da União, para pagamento do Fundo Social de Emergência e desviado para cobrir em essência os juros dívida pública, revela.

O número de contribuintes da Previdência Social, subsistema urbano, segundo ele, é acima de 4 contribuintes por 1 beneficio, "um dos melhores coeficientes do mundo". Agora, quando se acrescenta o subsistema rural este índice cai para 2 por 1. "Mas são sistemas distintos, que não devem ser contabilizados conjuntamente". Muito menos por quem tem a responsabilidade de gerenciar o sistema.

A serviço da esperança

Educação é, na escola e fora dela, transmissão de valores e de conhecimentos. Por tanto, existe desde que o ser humano surgiu na face da Terra.

Revelar ao outro a produção conservação do fogo, fundamental para a sobrevivência da espécie, era educação. Ensinar o manejo de um porrete para controlar uma mina d'água, expulsando outros grupos do acesso a esse bem comum, também era educação. Por isso educação é cultura e ideologia, e pode servir para aproximar e afastar pessoas e classes sociais. Plagiando Antônio Gramsci, que dizia que "somos todos filósofos", dá para afirmar que somos todos educadores!

A Campanha da Fraternidade, que a Igreja Católica desenvolve desde 1963, tem como tema deste ano *"Educação: a serviço da Vida e da Esperança"* . De dois séculos para cá, educação passou a ser considerada um direito universal, isto é, de todos. O fim do Absolutismo e do domínio da aristocracia custou luta, guerra, revolução. Mas, depois disso, quase todo mundo entendeu que ler, escrever e contar é o melhor caminho para se virar pessoa, cidadão. Educação, então, passou a ser sinônimo de civilização e de saída da barbárie. Instrumento inicial da realização do princípio que diz que todos são iguais.

Aí é que entra a escola. Escola como serviço público, que o Estado (poder público) tem a obrigação de oferecer - com gratuidade e qualidade. Aí é que aparecem, gritantes, as nossas deficiências: o *serviço público educação* no Brasil anda caindo pelas tabelas. O tempo escolar do nosso povo é um dos menores do mundo! Para ficar na América do Sul, basta dizer que a média de escolaridade em países como Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile, Argentina e Colômbia é maior que a nossa. Nossos trabalhadores ficam na escola 2 ou 3 anos ... e só. Somos 23 milhões de analfabetos, a partir dos 11 anos de idade. De 100 crianças que entram na primeira série, apenas 33 concluem a oitava. 3 milhões de crianças estão totalmente fora da escola, abandonadas e em situação de risco. De cada 10 jovens maiores de 18 anos, apenas 1 ingressa na Universidade. A qualidade do que é ensinado também tem a ver com a repetência e com a desistência: como não sair de uma escola onde a realidade, com sua cruz e sua luz, não entra? Como curtir a aventura da leitura de livros que falam de um outro mundo, distante e estranho? Quem não lê sabe menos, e nossas elites querem é isso mesmo.

O pior é que nem a revolução científica e técnica desse fim de século está adiantando. Em alguns casos, inclusive, a parafernália eletrônica de sons e imagens está produzindo uma *desalfabetização*.

É mais cômodo ver e ouvir, ser um "videota" do que se entregar à operação intelectual da leitura e da reflexão. É mais fácil receber idéias prontas, de largo consumo mundial, do que criar as suas próprias, reinventando o conhecimento. O Brasil produz também a "miséria das capacidades" e o analfabetismo político. Como denuncia o texto-base da Campanha da Fraternidade, estamos envolvidos por "uma cultura superficial, violenta, sem ética, sem sentido". Sai o cidadão, entra o cliente, o freguês, o consumidor. O deus-mercado é onipresente.

Ouviremos muito essa frase: *"Educação, a serviço da Vida e da Esperança"*. Que ela seja uma indagação a todos nós, educadores (professores ou não), sobre os ensinamentos que temos transmitidos aos outros, através de exemplos, gestos cotidianos e palavras sinceras. Que ela estimule os que escolheram a educação como ofício (aí sim, professores e pessoal de apoio) a redescobrir seu papel de **garimpeiros,** magistralmente definido num diálogo recolhido há meio século pelo professor Fernando Azevedo: "moço, eu estou nesse negócio de catar pedras faz bem uns cinqüenta anos. Muita gente me dizia para largar disso - cadê coragem? Cada um tem que viver procurando alguma coisa. Tem quem procure paz, tem quem procure briga. Eu procuro pedras. Mas foi numa dessas noites da minha velhice que entendi porque eu nunca larguei disso: só a gente que garimpa pode tirar estrelas do chão!"

Chico Alencar,
professor da Faculdade de Educação da UFRJ

JORNAL
ANO V

9 A 15
DE
MARÇO/98

ADUFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Indicativo de greve, dia 23

Assembléia da Adufrj aprova indicativo de greve para o dia 23 de março

páginas 6 e 7

Programa de Incentivo à Docência é uma farsa

Bomba 1: ***MEC assume que Programa não tem data para sair***

Bomba 2: ***Burocracia vai receber bolsas do Programa***

páginas 4 e 5

Ufrj não deposita abono 98

3

Assembléia Geral quinta-feira 12 de março 14 horas Auditório do CT

A hora de lutar

O Programa de Incentivo à Docência (PID), a eleição para reitor na UFRJ e o indicativo de greve nacional dos docentes nas IFES estão intimamente relacionados. O PID é mais um capítulo premeditado para silenciar um dos maiores desastres do modelo político do governo FHC. A opção por um país dependente do sistema econômico global implica no abandono da educação pública, a superior incluída, na desistência de uma capacitação tecnológica avançada, na falta de reconhecimento do papel da pesquisa básica e principalmente na omissão do governo em relação a uma de suas obrigações fundamentais - garantir o direito a todos os cidadãos brasileiros a uma educação adequada em todos os níveis. ***(Editorial, página 2)***

Editorial

A hora de lutar

A atual administração da UFRJ tem sido um dos braços direitos governo FHC, tanto por seu papel no cenário nacional, principal mente na Andifes, quanto por sua atuação local, implementando rapidamente, silenciosamente, as diretrizes políticas do governo. Como último exemplo, nomeia uma "comissão de alto nível" que já está discutindo a distribuição das " bolsas de ensino" que ainda nem foram institucionalizadas (ver declarações do MEC na página 4). O que estarão fazendo estes senhores ?

A eleição para Reitor já deveria estar na pauta do Consuni há muito tempo, mas a falta de quorum, deliberada e intencional, vai terminar por remeter a escolha do novo Reitor ao interesse político do governo. Qual a garantia que temos de que a escolha na lista tríplice será respeitada? Em várias universidades não o foi !! A única garantia é a mobilização e o interesse que a comunidade universitária dedicarem a esta questão.

Neste cenário de articulações políticas de corredores, os professores da UFRJ só tem encontrado um único espaço político de discussão e encaminhamento aberto, público, democrático - as assembléias da Adufrj-SSind. Foi assim que repudiamos o PID (ver moção na página 8) e aprovamos o indicativo da greve nacional dos docentes para o dia 23 de março próximo. Assim será também em nossa próxima assembléia dia 12 de março. Para nós estes procedimentos são fundamentais, por que só a prática democrática e não apenas o discurso, pode nos conduzir a um caminho diferente do que vemos, tristemente, implementados na universidade brasileira.

Porém não podemos deixar de manifestar nossa preocupação com a atitude silenciosa de muitos de nossos colegas. Que os atuais candidatos a reitor não compareçam a nossa assembléia (o que lamentamos) não nos surpreende: fogem do comprometimento público com questões difíceis. Mas e os outros, os que estão vendo suas condições de trabalho se degradarem, os que veêm seus salários sendo aviltados, os que têm consciência da importância da universidade pública brasileira, de tudo que está acontecendo no pais, onde estão? Como estão reagindo? As posições encaminhadas pela Adufrj-SSind podem não ser unânimes, mas são claras, são abertas. Nosso Sindicato Nacional dos docentes tem sido uma das poucas instituições que têm apresentado alternativas e críticas ao governo FHC. Mas e se os docentes adotarem a política do avestruz e enfiarem a cabeça num buraco onde iremos parar ? Este é um ano eleitoral, o governo FHC começa apresentar falhas, a sociedade brasileira está indignada com a onda de arbitrariedades que assola o país. Infelizmente apenas a indignação não mudará o rumo das coisas. É preciso uma oposição organizada, com clareza de suas propostas, firme no combate ao governo. E os instrumentos para isto existem, estão ao seu alcance, dependem de sua participação. Tem data, horário e local marcados - nossa próxima assembléia.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES
2º TESOUREIRO: FRANCISCO ARY FERNANDES DE MEDEIROS

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Universidade descumpre decisão judicial

UFRJ não deposita em juízo valores referentes ao Abono 98 e perde recurso

A UFRJ vem descumprindo a decisão judicial e não está depositando em juízo os valores mensais referentes ao abono pecuniário de 1998, conforme liminar ganha pela Adufrj-SSind. Segundo a assessoria jurídica da entidade, as alegações por parte da instituição estão ligadas à falta de verba e a necessidade de aprovação pelo Mare de recursos extras para viabilizar o pagamento, o que desmascara, mais uma vez, o não cumprimento do princípio da autonomia universitária pela instituição.

Além de não cumprir esta decisão judicial, a UFRJ chegou a recorreu à justiça, reivindicando a suspensão da liminar concedida à Adufrj-SSind. Entretanto, a juíza presidente do Tribunal Regional Federal indeferiu o pedido da universidade.

A nossa assessoria jurídica tomará as providências necessárias para que a UFRJ cumpra a medida judicial e comece a depositar, em juízo, o valor correspondente ao abono deste ano, depois que o processo voltar, do Ministério Público, para a Vara Federal.

28,86%: empenho da Adufrj viabiliza ação

Um esquema especial de funcionamento em nossa sede foi montado para receber a documentação dos sindicalizados que ainda não haviam entrado na ação do 28,86% (reajuste dos militares em 1993). Esta "última chamada" (já foram abertos outros três grupos) se deu em função de um alerta da assessoria jurídica da Adufrj-SSind. Segundo parecer de nossos advogados, o reajuste dos 28,86%, que fora concedido apenas aos militares há cinco anos, poderia ser considerado prescrito após fevereiro de 1998. Isso significa, basicamente, que os servidores que não reclamassem por este direito na justiça até este período, não poderiam mais fazê-lo. A prescrição dos 28,86% não é consenso na justiça. Entretanto, sabendo desta possibilidade, a diretoria da AD tratou de viabilizar o processo dentro do prazo previsto, evitando que alguns docentes ficassem impossibilitados de requerem este direito.

Processos estão sendo apreciados

Desde 16 de fevereiro, data da entrada dos processos sobre os 28,86%, as duas ações da Adufrj estão sendo apreciadas pela 28ª Vara Federal. Nesta etapa, o juiz responsável verifica, dentre outros fatores, se os requerentes já entraram com outras ações reivindicando o mesmo reajuste.

Consuni discutirá normas para eleição reitor

A partir desta semana, a universidade entra numa das fases mais importantes para processo de escolha do próximo reitor. O atual Paulo Gomes estabeleceu o calendário das sessões do Consuni para o mês de março. Nos dias 10 e 17 serão realizadas sessões extras para discussão das normas eleitorais. A Adufrj-SSind tem manifestado, desde o ano passado, sua preocupação com a falta de debates e definições no Consuni sobre as normas eleitorais. Isto não é um "acaso". É um procedimento deliberado, principalmente, da atual administração que, em última análise, remete a escolha do novo reitor ao MEC, abrindo as portas para uma "escolha" que atenda aos interesses políticos do governo FHC.

Calendário do Consuni para março:

10 - extraordinária - normas eleitorais
12 - ordinária - pauta normal
17 - extraordinária - normas eleitorais
26 - ordinária - pauta normal

MEC admite a farsa afirmando que Programa ainda está em fase de discussão

Secretário de ensino superior admite que não há data definida para implementação da proposta, dizendo que "intenção" do MEC é colocá-la em vigor ainda neste primeiro semestre

O secretário nacional de educação superior, Abílio Afonso Baeta Neves, afirmou ao Jornal da Adufrj, através de seu assessor de imprensa Paulo Gusmão, que o Programa de Incentivo à Docência (PID) ainda está em fase de discussão. Baeta disse, inclusive, que o MEC tem a "intenção" de colocar o Programa em vigor até o final deste semestre.

O secretário esclareceu, ainda, que o documento que está sendo divulgado nas lfes, a exposição de motivos publicada no último Jornal da Adufrj, não é a regulamentação da proposta. Segundo ele, o MEC vai levar em conta as "especificações variadas de cada instituição" para estabelecer critérios de distribuição das bolsas estipuladas no Programa. Em função disso, a fase atual é de discussão com todas as universidades sobre os termos para implementação do PID.

Segundo Abílio Baeta, a verba que viabilizará a proposta do governo é "especial", estabelecida pelo Tesouro Nacional, através de "rubrica própria".

Sem entrar em detalhes, ele tenta esclarecer que esta verba não provem de um deslocamento de recursos vindos de outros programas.

O secretario afirma que trata-se de uma verba prevista num "amplo projeto de capacitação de todos os funcionários do governo federal das mais diversas áreas".

Universidades que rejeitaram o PID em assembléia geral:
Ceará, São Carlos, Pernambuco, Ouro Preto, Rio Grande (RS), Escola Paulista de Medicina, Mato Grosso, Belo Horizonte, Pelotas, Paraná, Rio Grande do Norte, Uberlândia.

Professores do Brasil se posicionam contra o programa

Tudo indica que esta proposta do governo não passa de *um balão de ensaio* em ano eleitoral. As análises elaboradas no último Jornal da Adufrj, onde está afirmado que o programa não ataca os problemas da universidade, estão se confirmando. Com as declarações de Abílio Baeta, presume-se, inclusive, que o PID corre o risco de não sair do papel. Percebe-se com isso que o anúncio do PID, em 11 de fevereiro, foi feito com o intuito de mostrar à opinião pública que o governo pretende fazer alguma coisa pela situação caótica em que se encontra o salário do professor universitário brasileiro. Entretanto, a emenda é pior que o soneto. O Programa vem sendo atacado sistematicamente pela categoria. Vários professores vêm se posicionando através das assembléias gerais de suas entidades representativas, contrários à proposta das bolsa de incentivo à graduação. Até o fechamento deste número, o Jornal da Adufrj contabilizou 12 assembléias gerais que aprovara repúdio ao programa (confira quadro das universidades e porque somos contra).

Adufrj apresentará moção de repúdio ao Programa

A próxima reunião do Conselho Universitário (Consuni) acontecerá na terça feira (10), com pauta específica para definição de normas para eleição de reitor. Mesmo assim, diante da necessidade de um posicionamento mais transparente da UFRJ perante a tentativa de destruir a isonomia entre a categoria, a Adufrj-SSind apresentará ao Consuni uma moção de repúdio ao Programa de Incentivo à Docência. A proposta, segundo a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ, é apenas um paliativo e não resolve os problemas sérios que a universidade vem enfrentando, como a falta de docentes, o corte nas bolsas de pesquisa e o arrocho salarial dos docentes e funcionários que estão há mais de três anos sem nenhum tipo de reposição salarial. Ao contrario, exclui docentes com 20 horas semanais, os de 1º e 2º graus, os não titulados e titulados em pós-graduação e os aposentados.

O que é Programa de Incentivo à Docência

Governo anunciou no dia 11 de fevereiro um programa que, segundo ele, tem como objetivo "dar um incentivo aos docentes" que estão em sala de aula e que possuem dedicação exclusiva ou com carga horária de 40 horas semanais:

- Criar três tipos de bolsas: A,B e C. O tipo A (no valor de R$1.100 mensais) seria concedida a docentes com doutorado. O tipo B (valendo R$ 750 por mês) seria destinada aos com mestrado; aos professores com especialização, a bolsa do tipo C (R$ 400 mensais).
- Estabelecer uma cota máxima de bolsas: 60% do número de doutores, 50% com título de mestre e 30% com especialização.
- Estipular que cada instituição será distribuída internamente às unidades /departamentos, "respeitando-se o mesmo critério básico utilizado para a concessão da quota à Ifes como um todo".
- Estabelecer a construção de uma "comissão de alto nível" vinculada à reitoria para definir o modo de operacionalização, explicitar resultados e realizar avaliação. A atribuição das bolsas serão de responsabilidade dos departamentos.

Conselho da Andifes analisa PID

Durante o fechamento deste número do jornal da Adufrj, o Conselho Pleno da Andifes (entidade que representa os dirigentes das universidades federais) estava reunido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para tratar, dentre outros assuntos, do Programa de Incentivo à Docência. O Andes-Sindicato Nacional participou deste Conselho para expor a opinião da entidade sobre o PID.

O presidente da entidade e reitor da UFMG, Tomás Aroldo, antecipou ao Jornal da Adufrj que, na sua opinião, a proposta do governo não atendia às reivindicações salariais dos docentes por se tratar de uma concessão de bolsas e não de uma reposição efetiva das perdas. O presidente da Andifes destacou também que o PID não contempla os técnico-administrativos das universidades que também encontram-se com os salários congelados há três anos e possuem um papel importante para a instituição. A Andifes ao MEC cálculo do número de docentes, incluindo de graduação e de pós-graduação, que seria necessário nas universidades. Em dezembro do ano passado, somente 42,2 mil vagas estavam ocupadas. Para a Andifes, são necessários 50,6 mil professores para que as Ifes possam funcionar de maneira adequada. Ou seja, existe um déficit de 8,4 mil docentes.

Professores em GREVE

Anote: calendário local de mobilização

09/03 - Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj, na sede da AD, às 17:30h.
12/03 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind , no auditório do Centro de Tecnologia, às 14 h.
Reuniões de Unidade da Adufrj - Conferir cartazes com data, local e horário afixados nos locais de trabalho.

Philomena Gebran denuncia em assembléia a exclusão dos aposentados no PID

Nossas principais reivindicações:

- Reajuste emergencial, com base no ICV/DIEESE - 48,65%
- defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada:
- verbas, pela autonomia, contra as privatizações, pelo aumento de vagas no sistema público
- um novo plano de carreira e capacitação docente;
- rejeição do Programa de Incentivo à Docência;
- Contra a reforma do ensino técnico;
- recursos para o sistema de C&T e de auxilio à pesquisa, contra o desmonte da graduação e pós-graduação

Docentes aprovam indicativo para dia 23

Nova assembléia, dia 12, voltará a discutir greve

A assembléia promovida pela Adufrj-SSind no último dia 5, no Roxinho, aprovou indicativo de greve dos docentes para o próximo dia 23. Apesar do quorum baixo - somente 37 professores assinaram a lista de presença - os participantes reconheceram a importância do movimento nacional. Outra assembléia foi marcada para o dia 12, onde será debatido novamente o assunto.

No último final de semana, representantes de todas as universidades federais se reuniram com o Andes-Sindicato Nacional para construir um calendário, com base nas assembléias locais, da greve nacional. Os resultados desta reunião do Setor das Federais sendo divulgados, com destaque, na próxima edição.

Além do indicativo de greve, a assembléia aprovou uma moção de repúdio ao Programa de Incentivo à Docência que será apresentada no Conselho Universitário na sessão do dia 10. Entre as várias avaliações feitas durante a AG, a questão da exclusão de diversos setores da categoria e a falta de interesse do governo em resolver os problemas aos quais a universidade está submetida, mereceram destaque. Confira a íntegra da moção aprovada na página 8.

Assembléia Geral
quinta-feira
12 de março
14 horas
Auditório do CT

Pauta
1. Programa de Incentivo à Docência
2. Indicativo de greve nacional dos docentes
3. Eleições para reitor

MEC se recusa a atender Sindicato Nacional

Motivos não faltam para uma greve dos docentes das universidades federais. A categoria amarga, junto aos demais servidores públicos, um congelamento salarial que ultrapassa os três anos. Como resposta em ano eleitoral, o MEC propõe uma bolsa pó-de-giz e afirma que pretende, com isso, incentivar a docência. Exclui vários professores desta proposta, possibilitando o caos dentro da estrutura universitária. Além disso, permanece com iniciativas que demonstram que não há intenção de uma negociação civilizada entre o governo e o movimento organizado dos docentes. Isso porque, mais uma vez, o ministro Paulo Renato Souza recusou o pedido de audiência feito pelo Andes, remetendo ao secretario de ensino superior, Abílio Baeta, a tarefa de atender ao sindicato.

A diretoria do Andes-SN ainda não confirmou presença nesta reunião, agendada para 10 de março. Isso porque, a estratégia era aguardar a posição da reunião do Setor das Federais (que aconteceu no último final de semana), onde os presentes se manifestariam sobre as sucessivas recusas do ministro em atender à categoria.

Outra avaliação da direção do sindicato é que em várias reuniões com o secretário nada se avançou nas negociações. Sobre a questão salarial, por exemplo, a Sesu se comprometera a repassar ao Andes estudos e simulações sobre as perdas da categoria. Esta posição não foi cumprida. Até porque, após o pacotão de novembro, as reuniões foram interrompidas.

SEÇAO	DATA	Participantes	GREVE
ADUFC (Ceará)	17/02	164	- Aprovada.
APROFURG (Rio Grande)	17/02	40	- Estado de Greve.
ADUFSCAR (São Carlos)	17/02	77	- Não deliberou.
ADUFEPE (Pernambuco)	17/02	82	- Estado de Greve.
ADUFOP (Ouro Preto)	17/02	40	- Estado de Greve.
ADEPM (Paulista de Medicina)	17/02	62	- Não deliberou.
ADUFMAT (Mato Grosso)	18/02	165	- Estado de Greve.
APUBH (Minas Gerais)	18/02	172	- Indicativo de Greve: 16.
ADUFPel (Pelotas)	18/02		- Indicativo de greve: 16.
APUFPR (Paraná)	18/02	120	- Estado de Greve.
ADURN (Rio Grande do Norte)	19/02	169	- Estado de Greve.
ADUnB (Brasília)	19/02	116	- Estado de Greve.
ADUFU (Uberlândia)	19/02	100	- Indicativo de Greve: 11.
ADUNI-RIO (Rio)	04/03	22	- Não deliberou.
ADUFF (Fluminense)	03/03	112	- Estado de mobilização.
ADUR (Rural)	05/03	108	- Estado de Greve.

Moção de repúdio

Programa de Incentivo à Docência nas Ifes

O posicionamento contrário ao programa imposto pela Medida Provisória 1.61-15 decorre da compreensão de que o mesmo contrapõe-se à concepção de Universidade Pública defendida pelo movimento docente e à preservação das práticas democráticas que devem prevalecer quando se constróem as relações sociais entre o governo e a sociedade, fundamentalmente naquilo que é de interesse público. Nossa crítica a este programa fundamenta-se nos seguintes aspectos:

a - o programa pretende eximir o governo FHC da responsabilidade pelo achatamento salarial imposto aos professores das Ifes, recusando-se a estabelecer negociações com o Andes-SN, apesar dos insistentes pedidos de audiências.

b- institucionaliza a quebra da isonomia no interior das Ifes.

c- exclui os professores aposentados, graduados, em regime de 20 h.
afastados e de 1 e 2 graus, avançando na quebra da paridade entre professores ativos e inativos.

d - segmenta o que na nossa concepção é indissociável - ensino, pesquisa e extensão.

e - desrespeita a sociedade brasileira através da produção da falsa idéia de "melhoria de qualidade do Ensino Superior de Graduação", negando-se a enfrentar os reais problemas que assolam a universidade brasileira, sobre os quais o governo tem as principais responsabilidades.

f - por fim, trata-se de um ataque à autonomia universitária e à concepção de plano de carreira e de capacitação docente conquistados e defendidos pelo movimento docente.

Por estes motivos, os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral, repudiam o "Programa de Incentivo à Docência nas Ifes". Propomos que os órgãos colegiados e, em particular, as instância superior da UFRJ, o Conselho Universitário, também manifestem sua oposição à implantação deste programa.

Rio de Janeiro, 05 de março de 1998
Assembléia Geral da Adufrj-SSind do Andes-SN

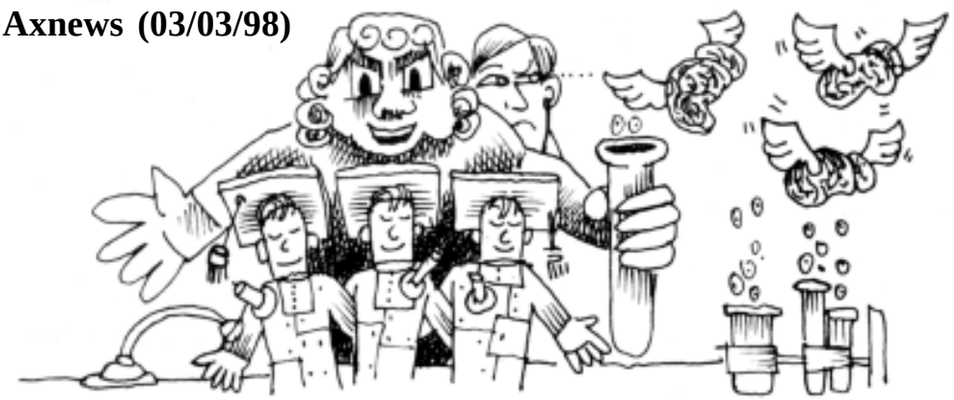
Venham discutir a greve dos docentes

Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Dia 12(quinta-feira), às 14h, no auditório do CT
Compareçam

Governo inglês criou controvertido corpo de “superprofessores”

O governo britânico anunciou hoje a criação de um corpo de “superprofessores”, muito bem remunerados, para pôr fim à “fuga de cérebros” da educação pública para a particular, política que provocou protestos dos sindicatos que impugnam a filosofia e a eficácia desta medida.

Axnews (03/03/98)



Desemprego afeta milhões na Indonésia e sindicatos pretendem fazer greves

Cerca de 13,4 milhões de indonésios estão desempregados segundo a Federação dos Trabalhadores Indonésios, o maior sindicato do pais. A indonésia possui cerca de 200 milhões de habitantes.

Se o número de desempregados continuar a crescer, segundo a entidade, pode ocorrer uma onda de greves no pais, já abalado pelos saques a estabelecimentos comerciais que provocaram cinco mortes no último final de semana.

Folha de SP (19/02/98)

Dia Internacional da Mulher

“às vezes parece erva, parece hera.
Cuidado com essa gente que gera,
essa gente que se metamorfaseia.
Metade legível, metade sereia. “

Trecho do poema *Aviso da Lua que Menstrua* de Elisa Lucinda
Homenagem da Adufrj a todas as mulheres.
Dia 8 de março.

Leia a revista Universidade e Sociedade

Uma publicação do Andes Sindicato Nacional

Entrevista com Barbosa Lima Sobrinho

A íntegra do Plano Nacional de Educação, uma proposta da sociedade brasileira

E mais:
Spis, Bernardo kucinski, Jair Borin, Américo Antunes (Fenaj) e outros tratam de mídia e sociedade.

Presidente do Andes entrevista Pepe D’Elia, durante encontro latino-americano de Educação, em Montevidéu.

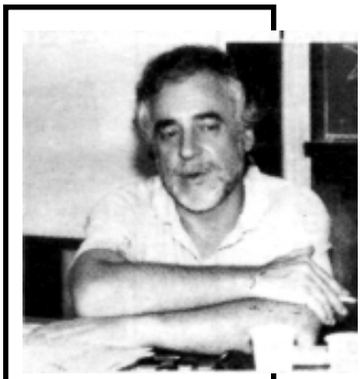
O público e o privado, autonomia universitária, política fiscal, LDB, globalização e muitos outros temas.

À venda na Adufrj-SSind - R$10,00

Opinião A crise capitalista e a Universidade Brasileira, por Osvaldo Coggiola

Num mundo "global", existe uma conexão direta entre a crise das Bolsas asiáticas e cortes radicais nas bolsas de programas de ensino e pesquisa. "Os estudantes pagam a crise da Bolsa do capital", comenta Osvaldo Coggiola, em artigo apresentado durante o último Congresso Nacional do Andes-SN, no Rio Grande do Sul.

Falta de verbas, limitação de vagas nas universidades públicas, e a desqualificação de diplomas são algumas das medidas apontadas por Coggiola como estratégias de sobrevivência do sistema capitalista no Brasil.



Coggiola é Vice-presidente da Adusp

É no quadro da crise que a questão da privatização assume formas brutais: a educação - a educação superior em especial - deve ser transformada em um "negócio" para um capital em crise desesperado por novos campos de exploração lucrativa, assim como acontece com a previdência, a saúde, etc. (este é o fundo *de classe* que se esconde por trás das argumentações oficiais relativas ao equilíbrio das contas do Estado). A PEC 370 mereceu um comentário inapelável da ANDIFES: "a redação do parágrafo primeiro não garante que as universidades permaneçam como pessoas jurídicas de direito público, permitindo que a legislação infraconstitucional possa torná-las pessoa jurídica de direito privado, regidas pela legislação ordinária civil".

A privatização assume diversas formas, desde o argumento cínico da "captação de recursos externos" que caracteriza a "privatização branca" das maiores universidades públicas, até a privatização por decreto nos elos mais fracos da corrente (Tocantins, Bahia). Trata-se de uma tendência internacional, como revela o seguinte comentário à nova Lei de Ensino Superior, recentemente aprovada na Argentina, realizado pelo jornal *Prensa Obrera:* "É uma lei de confiscação do salário, de tomar a educação paga, e de destruição da universidade pública. Porque o 'financiamento externo' só servirá a cátedras e departamentos isolados, deixando a grande maioria das atividades sem saída. Não existe no projeto nenhum conceito pedagógico, só adequação aos requerimentos de um capitalismo em crise que tem que arrasar com as conquistas educativas da população para defender seu lucro".

No Brasil, a mesma tendência toma a forma institucional do Pronex, que pretende instaurar as "ilhas de excelência" (capitalista) e o salve-se-quem-puder para o restante, para o qual irão institucionalizar a Autonomia Financeira para as Universidades, para que elas possam, "livremente", trabalhar e serem transformadas em empresas. Essa é a transformação global que a burguesia quer para a Universidade: cortam verbas, selecionam as que irão receber as migalhas, mudam seus cursos para educar novos trabalhadores para as novas formas de produção, e privatizam seus espaços para que as empresas lucrem mais.

Daí a necessidade de alterar o artigo 207 da Constituição Federal, que rege a autonomia universitária e as responsabilidades da União junto às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com a PEC-370 abre-se a possibilidade de acabar com a autonomia universitária, pois as alterações propostas podem abrir brechas jurídicas que possibilitariam o inicio do processo de privatização das universidades públicas, desresponsabilizando progressivamente o Estado brasileiro do financiamento público das IFES e dando total liberdade às instituições particulares de ensino superior de tornarem-se verdadeiras "fábricas de diplomas" .

A argumentação em favor da desqualificação dos *curriculi* (inclusive o das Escolas Técnicas), em função das "novas tecnologias", foi já apresentada de maneira cínica e ideológica (isto é, através de uma inversão da realidade) em documentos da FIESP de 1990: "A carência de pesquisa básica e aplicada, a escassez de mão-de-obra especializada e a rápida obsolescência das inovações tomaram os investimentos em setores de alta tecnologia os mais arriscados em um pais de industrialização recente como o Brasil. Uma ênfase maior em tecnologia de ponta devera ocorrer quando o pais estiver apto a investir maior parcela de recursos na formação de capital humano e P&D " .

Mais direta e menos diplomaticamente, o mestre analfabeto portenho de nosso diplomado, "príncipe" tupiniquim, justificava assim recentemente as mudanças curriculares e a privatização geral do ensino na Argentina: "Quem tem mais futuro no mercado de trabalho, um menino que tem o primário e o secundário mas que não sabe trabalhar num computador, ou um analfabeto que maneja um computador? Vamos para um mundo da tecnologia, do saber" (Carlos Menem). É isso que eles querem: analfabetos com computador...

Através da privatização, o que se pretender em nome das "novas tecnologias" é um processo de desqualificação geral dos diplomas universitários. Um dos ideólogos da "cyber-educação" afirma isto de modo messiânico: "Já se passaram 2500 anos desde a época de Sócrates, Platão e Aristóteles. Desde então criamos naves espaciais, biotecnologia, engenha

ria genética, lasers, rádio-astronomia, matemáticas não-lineares, teoria do caos, satélites, super-computadores, TV interativa, e inteligência artificial. Chamamos isso de progresso. Mas o que acontece na educação? Dois milênios e meio depois, ainda pomos alunos em uma sala de aula com uma autoridade que lhes ensina por períodos determinados de tempo. Avançamos muito pouco desde o paradigma educacional usado por Sócrates e seus discípulos".

A universidade "sem paredes, sem salas de aula e sem... professores" com que ele sonha, já não é mais uma universidade. E também não são universidades os "entes" favorecidos pelas recentes políticas do CNE com o *label* institucional de universidade. Sobre os quais a *Veja* comenta que "alguns dos cérebros mais brilhantes, muitos dos cientistas mais prolíficos, gente que devotou décadas à busca do conhecimento e ao ensino de gerações está abandonando a universidade pública e batendo às portas de escolas particulares - as mesmas que até dez anos atrás, em tom de chacota e desprezo, eram chamadas de "caça-níqueis", "arapucas" e "pagou-passou" .

O toque cínico vem por conta dos comentários dos responsáveis da política governamental: "No curto prazo, será o caos. As faculdades públicas estão se desestruturando, e as particulares ainda não conseguem oferecer uma alternativa à altura", sentencia a professora Eunice Durham, aposentada pela USP, consultora do Ministério da Educação. "Essa migração desmonta grupos de pesquisa armados ao longo de décadas e tira lideranças importantes do cenário", acrescenta Abílio Baeta Neves , secretário de ensino superior do MEC.

Na verdade, é muito mais do que isso: as universidades não se resumem a "cérebros brilhantes", "cientistas prolíficos", "grupos de pesquisa", "lideranças importantes" etc.; ela é sobretudo a *estrutura* que os articula e os insere na sociedade como parte do *serviço publico, isto* é, voltado para as necessidades do país e da população, e não para o lucro dos particulares, o que é a base da sua autonomia e discussão críticas. A privatização implica na eliminação da pesquisa básica (e sem ela não existe universidade) como demonstra a (cara) publicidade da nova "universidade" Anhembi-Morumbi, centrada na noção de "navegabilidade" do currículum, uma espécie de grade curricular "à la carte", onde *o aluno* escolhe o conteúdo do seu aprendizado, de acordo com as necessidades do "mercado de trabalho": uma instituição que renuncia a fornecer um currículum básico com os fundamentos científicos da disciplina em estudo não merece, nem por analogia, o nome de universidade.

Como modelo para uma redefinição das instituições de ensino, ele está sendo abandonado na sua própria casa-matriz, os EUA, como o mostra um recente estudo, que demonstra que "os quatro princípios que subjazem a terceira onda de reestruturação escolar - funcionalismo social, eficiência e produtividade, individualismo e excelência- estão reforçando as atuais práticas e valores escolares, bem mais do que transformando substantivamente o ensino e o aprendizado nas salas de aula dos EUA".

A Pesquisa

A asfixia financeira e a limitação de vagas nas universidades públicas, a desqualificação dos diplomas no maior oferente de vagas (o setor privado) são a "solução" encontrada ao dilema do capital em crise, assim resumido alguns anos atrás: "Se o corpo de professores está desqualificado, se a universidade produz desempregados com diploma, pode-se remediar isto de duas maneiras: através da criação de empregos correspondentes ao nível de qualificação, reduzindo a jornada de trabalho, para o que seria necessário uma revolução e uma mudança fundamental das relações sociais; ou proibindo o acesso a um alto nível de qualificação. A desqualificação profissional é assim apresentada como uma superqualificação da forma de trabalho. Suprimindo os diplomas, pondo os jovens fora das universidades, não temos mais essa massa de gente que não encontra emprego ao nível da sua qualificação. E se isso fica difícil, é melhor desqualificar o ensino, baixar o nível cultural das faculdades, com o que se chega ao mesmo resultado".

A "solução" dever ser tanto mais brutal quanto se trata de voltar atrás em relação à explosão do ensino universitário no período de expansão capitalista de pós-guerra: em 1950, a América Latina tinha 75 universidades, com 270.000 alunos (2% dos jovens da faixa etária correspondente) e 25.000 professores; em 1988, havia já 450 universidades (e mais de 2.000 instituições de ensino superior) com mais de 6 milhões de alunos, ou 10-15% dos jovens (dos quais mais de 1,5 milhões no Brasil, que tinha 100.000 alunos apenas em 1960) e mais de 500.000 professores. O desenvolvimento desigual dessa explosão (50 das 450 universidades, quase todas estatais, concentravam 80% da pesquisa) preparou as bases para as tentativas de "excelência" atuais, que também não fogem à "ditadura do mercado", como o demonstra uma informação recente: "A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (de São Paulo), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Massachusetts Institute of Technology (MIT) assinaram, no dia 1º deste mês, no Palácio dos Bandeirantes, Protocolo de Intenções de Cooperação Tecnológica e Científica. O documento prevê a parceria daquele Instituto com universidades paulistas e com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas para o desenvolvimento de *projetos de pesquisa junto a empresas"* (6) (grifo nosso).

Quanto à pesquisa, a crise capitalista leva à destruição do ensino público e à privatização crescente: a contribuição privada às atividades de pesquisa e desenvolvimento, por volta de 1990, atingia cerca de 79% no Japão, 62% Alemanha, 50% nos Estados Unidos, 49% na Inglaterra e 43% na França. No Brasil, graças ao recente crescimento, está sendo estimado em torno de 22%. Os percentuais dos países estrangeiros foram calculados sobre dispêndios totais de 72 bilhões de dólares Japão, 35 bilhões na Alemanha, 154 nos Estados Unidos, 19 na Inglaterra e 25 na França. No Brasil, a equivalente despesa está estimada em 2,5 bilhões de dólares. O que muitos apresentam como o nec plus ultra da modernidade não é senão a mola propulsora da destruição da publicidade (portanto, da universidade) do ensino e da pesquisa independente. Uma estatística recente demonstra onde leva a privatização da pesquisa na América Latina:

Nos países que levaram a fundo a receita "neoliberal" (Argentina e Chile) a base (miserável) da pesquisa continua sendo o gasto público: a privatização equivale, para nós, à *destruição* de toda e qualquer pesquisa.

Bolsa Pó-de-Giz semeia Cizânia na universidade

Os professores universitários estão recebendo o mesmo salário desde antes do inicio do governo Fernando Henrique Cardoso. Mais de três anos como se a inflação desde o governo Itamar Franco tivesse sido zero. Reconhecendo que os salários estão baixos, que a dedicação e determinação dos docentes começa a comprometer a formação de capital humano para o futuro do Brasil e que as Instituições federais de Ensino Superior (Ifes) são o cerne deste processo, o governo federal resolveu, enfim, tomar uma atitude. Melhor seria não ter feito nada e deixar claro, para a sociedade , quais as reais intenções federais quanto à Universidade, seus professores, funcionários e alunos.

Isso porque o MEC, para criar uma grande confusão em torno do ensino superior, está reeditando um dos mecanismos mais ortodoxos e ineficientes de remuneração, a hora-aula de professores do ensino superior, desta vez disfarçado de "bolsa", e só para uns poucos. O pó-de-giz, que atende pelo pomposo nome de Programa de Incentivo à Docência nas Ifes, não paga contribuição ao INSS, não conta para aposentadoria e, como não é pago a todos os professores e a nenhum funcionário, coloca, nos campi, todos contra todos. Até os alunos bolsistas de graduação e pós-graduação entram na dança, pois suas bolsas, calculadas como uma fração do salário base dos professores, não terão nenhum aumento, comprometendo ainda mais a dedicação dos estudantes a seus programas e projetos de pesquisa.

É assustador que o senhor ministro da educação, ex-reitor de uma das maiores universidades do país, esteja compactuando com tamanha insanidade, de tremendo potencial destrutivo, tentando impingir à Universidade brasileira este absurdo que é o pó-de-giz. Com que objetivo mesmo? Destruir o que ainda resta das Ifes no Brasil? Uma universidade não é feita de prédios e laboratórios, como assim parece a tantos, mas de professores, funcionários e alunos. Gente, como se sabe, e gente de qualidade, é imprescindível quando o assunto é educação.

Uma universidade também não é feita somente de aulas, à exceção provável das "fábricas de diplomas". Em tempos de Internet e multimídia, há uma grande discussão sobre o valor da sala de aula clássica e, mesmo se considerarmos o efeito do uso de tecnologias para ensinar um tema qualquer é muito menor que o tradicional pedra-e-giz.

Claro que a sala de aula é um espaço nobre e privilegiado e a aula, em si, fundamental para o aprendizado, a troca de idéias e experiências. E ainda é o meio mais simples de interação entre professores e alunos. Mas o papel do professor universitário é, cada vez mais, o de gerador de conteúdo, de facilitador do processo de aprendizado, de particípe de processos de pesquisa e desenvolvimento, em conjunto com seus alunos de graduação, especialização e pós-graduação, sem o que o ensino se torne pura repetição de textos nos mais das vezes enfadonhos e ultrapassados. Precisamos de professores, mesmo, e não de papagaios-de-sala-de-aula, repetindo lições de décadas atrás.

Mas muitos professores das Ifes, premidos entre dívidas e baixos salários, poderão ir às vias de fato, se preciso, para morder a isca do Ministério. Em alguns quadrantes mais irresponsáveis e menos inteligentes, isso está sendo entendido como "fatos da vida", que não são sempre uma "lua de mel", levando à "sobrevivência dos mais aptos". A bolsa pó-de-giz semeará uma irreversível discórdia em muitos, talvez na maioria dos departamentos acadêmicos das Ifes, jogando por terra o esforço de tantos grupos que vêm, quase à revelia do governo federal, se estabelecendo nos últimos anos como centros de excelência nacional e internacional.

Qual o modelo de ensino superior que o MEC está incentivando, quando trata seus professores e funcionários a pão, água, falta de diálogo e medidas insanas como o pó-de-giz? Que perspectiva há para os jovens que pensam, ou pensaram, um dia ingressar no magistério superior? Viver com salário "bandeirada" e ganhar uma "bolsa" pelo trabalho realizado? E quem garante que o máximo que o MEC promete será cumprido? Pode ser que, por exemplo, só haja bolsa para 30% dos doutores. E por quanto tempo? Ou será que os administradores do planalto acham que não há inteligência na planície e que manobras diversionistas vão passar sem ninguém notar?

Silvio Lemos Meira é professor titular de Engenharia de Software do Departamento de Informática da UFPE, comendador da ordem Nacional do Mérito Cientifico, Pesquisador I do CNPq, Presidente da Sociedade Brasileira de Computação e leciona na graduação em Informática da UFPE desde 1978.

JORNAL
ANO V

16 A 22
DE
MARÇO/98

AD UFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Assembléia da Adufrj aprova dia 30 como indicativo de greve nacional

Páginas 6 e 7

Reitor da UFRJ quer PID

Comissão elabora proposta de edital para o Programa de Incentivo à Docência. Na Andifes, 45 instituições dizem não ao PID, só UFRJ apoia programa

páginas 9 e 10

Eleições na UFRJ

Consuni realiza primeira sessão para definir consulta para escolha do próximo reitor

páginas 4 e 5

Supremo julga 28,86%

Pagamento poderá sofrer descontos

página 3

Assembléia Geral

25 de março
quarta, 14 horas
Auditório do CT

A lista de Schindler da Universidade Pública

Todas as assembléias dos docentes, vários conselhos universitários, a reunião plenária dos reitores das IFES (Andifes), o Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, a SBPC seguiram a primeira manifestação pública, feita pela Andes-SN, contra mais um capítulo no desmonte sistemático do sistema de ensino público superior no país.

Com uma única exceção: a atual administração da UFRJ. Foi a única, entre as 46 universidades, representadas na plenária da Andifes a posicionar-se a favor do governo. Se fosse uma questão de princípios, teria procurado ouvir a comunidade da UFRJ, convocando pelo menos uma reunião do Conselho Universitário. Ao contrário, tem promovido o esvaziamento sistemático do colegiado superior da UFRJ, ignorando a posição do CEG. Rapidamente, decretou uma "comissão de alto nível" para implementar o projeto do governo na UFRJ que, segundo alguns de seus próprios componentes, deve apresentar um edital para publicação *que não será submetido a nenhum colegiado.*

O argumento de que o projeto viria sanar alguns dos graves problemas que o ensino de graduação vem enfrentando foi derrubado, não só pela reação da comunidade, mas pelo próprio governo. Sentindo as dificuldades para sua implantação, o secretário geral do MEC, Abílio Baeta, envia oficio às IFES, informando que os docentes em cargos administrativos, portanto fora das salas de aulas, também podem obter as "bolsas para promover o ensino". Ou seja, uma clara tentativa de comprar a administração.

Não resta, portanto, nenhuma dúvida de que a posição da administração da UFRJ é apenas uma questão de impor suas conveniências políticas e seu apoio ao governo FHC.

Causa uma certa estranheza que membros respeitáveis de nossa comunidade, por sua longa trajetória acadêmica, estejam se prestando ao triste papel de coadjuvantes da destruição do ensino público superior do país. Não estão vendo o que está acontecendo com a pesquisa, com a educação, com a saúde públicas? Não sabem que os fundos necessários aos setores básicos para o funcionamento do país estão sendo usados na especulação financeira, na compra da reeleição, no financiamento das tramóias imobiliárias? Estarão conscientes de que seu papel passará para a história como sendo o de elaborar "a lista de Schindler na universidade pública brasileira"? Sabemos que existem vozes que, em nome de tentar salvar o que é possível, aceitam participar deste processo, mesmo sem concordar com seus fundamentos. Fazemos um apelo à reflexão: os fatos prevalecem sobre as intenções.

Mas também causa estranheza que muitos de nossos colegas estejam silenciosos, principalmente nossos representantes nos colegiados, que não convocam uma simples reunião, e os candidatos a reitor, que aguardam um cenário mais conveniente. Também sabemos que muitos não concordam com o que está acontecendo, mas o provérbio popular "quem cala consente" nunca foi tão correto.

Está na hora de tomarmos posições firmes, de rejeitarmos este projeto, de exigirmos do Consuni uma posição clara, de colocarmos limites à atuação da administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mais tarde, quando as decisões já estiverem tomadas, teremos apenas o julgamento da história.

ADUFRJ Seção Sindical
SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 – ILHA DO FUNDÃO.
CEP: 21944/970 – CAIXA POSTAL 68531.
RIO DE JANEIRO – RJ
TELEFONE: 590-4799 • FAX: 260-6368
EDIÇÃO: ANA MANUELA SOARES MTB 18190
REPORTAGEM: ADRIANA GOMEZ E PEDRO MOREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 6.000
IMPRESSÃO: GRÁFICA TIPOLÓGICA
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL ADUFRJ: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES
2º TESOUREIRO: FRANCISCO ARY FERNANDES DE MEDEIROS

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Jurídico

28,65 % serão pagos descontadas as antecipações

Professores são uma das categorias mais atingidas

O Superior Tribunal Federal provou por seis votos a cinco que o governo federal deverá pagar os 28,86% aos servidores públicos, descontando das categorias os reajustes diferenciados concedidos após janeiro de 1993. Segundo a assessoria jurídica da Adufrj, os professores universitários são uma das categorias mais atingidas pela decisão do Supremo. Em fevereiro de 93, os docentes tiveram, em média, reajustes superiores ao índice concedido aos militares. A equipe que assessora a Adufrj avalia que será necessário o acompanhamento técnico de contadores, economistas e outros profissionais para estudar, caso a caso, os índices que deverão ser pagos. Cada categoria e cada segmento - professor titular, adjuntos, auxiliares e assim por diante - receberam índices variados de reposição salarial.

Os mais atingidos, porém são os que ingressaram na instituição depois de 1993 e os exonerados de um cargo e empossados em outro. Estes sequer deverão receber qualquer diferença.

Para a assessoria jurídica, se a decisão do Supremo que suspendeu as tutelas antecipadas já concedidas teve efeito negativo nos contra-cheques de alguns servidores, a nova posição dos juizes praticamente torna inviável a incorporação integral dos 28,86%.

Devolução dos 6% do PSS

O governo Itamar Franco reeditou a MP 560 em julho de 1994, aumentando a contribuição do Plano de Seguridade do Servidor de 6 para 12% e procedendo imediatamente o desconto.

O Partido dos Trabalhadores (PT) entrou com uma ação de inconstitucionalidade junto ao STF e obteve parecer favorável em 13 de agosto de 1997. Como trata-se de uma decisão do STF, não cabe mais nenhum tipo de recurso.

A Adufrj solicitou imediatamente à reitoria que procedesse a devolução das três parcelas de 6% que, por lei, foram indevidamente cobradas.

A universidade não procedeu esta devolução, alegando que a decisão do STF(acórdão), apesar de julgada, ainda não havia sido publicada. Esta semana recebemos, finalmente, a publicação desta decisão e já a encaminhamos à administração que deverá providenciar esta devolução aos filiados à Adufrj.

Rápidas

Vagas de professores evaporam na UFRJ

Após ultrapassar a difícil etapa de obter vagas, publicar editais, convocar bancas examinadoras, realizar concursos públicos e remeter o processo final para contratação à Reitoria, algumas unidades estão tendo seus processos devolvidos pela administraçao com a alegação de que as vagas simplesmente “não estão disponíveis”. Isto está causando um constrangimento e uma indignação enormes. Como “explicar” a um professor recém concursado que sua vaga, legitimamente obtida, simplesmente não existe para a administração da UFRJ?

Governo estadual desmonta o Centro de Ciências

A Secretária de Ciência e Tecnologia, Nilda Teves, acaba de demitir a Diretora do CECIERJ , professora Deise Vianna, e transferiu o Centro para a UERJ. Com o objetivo de capacitar professores do ensino fundamental em 1998, o CECIERJ oferecia 84 cursos com 1.650 vagas. A comunidade acadêmica está reagindo através de um abaixo-assinado, protestando contra esta decisão arbitrária.

Eleição para reitor

Até definir se vai ou não regulamentar e conduzir a consulta, o Conselho Universitário se reunirá toda terça-feira, às 10 horas, em sessões extraordinárias. Luiz Rocha Neto, Aluízio Teixeira, Vera Halfoun, Joel Teodósio e o atual vice-reitor, Henrique Villhena, são os candidatáveis.

Consuni debate processo sucessório na UFRJ

Consuni ainda não regulamentou a escolha e Adufrj deverá debater e deliberar sobre sua participação no processo na próxima assembléia geral

Semana passada, o Conselho Universitário começou o debate eleitoral na UFRJ. Com cinco pré-candidaturas rondando os campi, as articulações em torno da construção de uma consulta à comunidade para a escolha do próximo reitor trouxe vida a um espaço que se manteve esvaziado até o final do ano passado. E promete não parar por aí. Na primeira de uma série de reuniões extraordinárias agenciadas, o Conselho Universitário deverá nas próximas semanas definir se vai ou não organizar a eleição para reitor e vice-reitor ou se deixará a cargo das entidades dos docentes, estudantes e técnicos-administrativos a tarefa de conduzir o pleito.

De volta à rotina, a universidade se prepara para o ano eleitoral e com uma coisa, quase todos concordaram: o prazo de preparação para a realização da eleição deveria ser ampliado. Segundo a maioria dos conselheiros presentes ao Consuni, a comunidade precisaria de mais tempo para debater, com profundidade, as questões que hoje podem permear um processo sucessório na reitoria. Qual será o papel do futuro reitor em relação ao MEC e ao Mare, por exemplo.

O decreto1916, assinado por Fernando Henrique em maio de 1996 regulamenta a escolha de dirigentes e estabelece um prazo de 60 dias para que a lista tríplice seja enviada ao Planalto, antes do término da gestão do atual reitor.

Sob forte argumentação do professor e conselheiro Adolpho Polillo, os representantes dos técnicos-administirativos - que a partir deste ano estão, definitivamente, ocupando cadeiras no Conselho Universitário - desistiram de uma proposta de cronograma eleitoral que adiava em 30 dias a entrega da lista.

Para Polillo, enviar ao MEC qualquer proposta seria abrir mão da autonomia universitária, cometer um *"erro de origem"* e possibilitar que o ministério anulasse, logo de cara, o processo, já que o Consuni estaria comunicando oficialmente ao MEC que não iria acatar nem o decreto, nem a lei 9192/95 - que regulamenta a escolha de dirigentes - e, nem mesmo, a nova LDB.

A resolução aprovada pelo Consuni considera os 60 dias e agenda para 6 de maio a elaboração das listas tríplices de candidatos a reitor e a vice-reitor.

A resolução do Consuni definiu, ainda, que o atual reitor deverá promover "a publicação da relação de todos os membros do colégio eleitoral e seus suplentes, com respectivos mandatos, até o dia 15 de abril de 1998".

Nesta terça-feira, o Consuni se reúne, novamente, para definir se irá ou não regulamentar o processo eleitoral. As questões como paridade, proporcionalidade ou que entidades ou conselhos conduzirão a consulta, e de que forma, também deverão ser debatidas.

Escolha é uma questão política

Apresentar um cronograma eleitoral ao MEC não seria, para a diretora do Sintufrj e conselheira Ana Maria Ribeiro, nenhuma transgressão. Ela fez questão de lembrar aos demais que a "lei maior", ou a Constituição Federal, garante às universidades públicas, no artigo 207, o direito de realizar a escolha de seus dirigentes com total liberdade.

" E o próprio governo reconhece isso quando, em suas portarias ou decretos, não usa termos imperativos ao tratar da escolha. Em relação ao peso dos votos de cada segmento , o termo utilizado no decreto é *observará* o mínimo de 70% para os docentes e não *deverá* observar".

Para ela, a discussão é essencialmente política e não legal.

Na UFRJ, funcionários apresentam proposta para organização de consulta

O Sintufrj, na voz de seus representantes no Conselho Universitário, apresentou uma proposta de calendário para o processo de escolha do reitor, na qual seria prolongado até o final de maio o prazo para o envio da lista tríplice.

Mesmo considerando fundamental a dilatação do período para as campanhas e realização de debates, os técnicos-administirativos desistiram de ampliar o prazo eleitoral em nome de uma unidade dos membros do Conselho Universitário. Segundo o conselheiro Lenin Pires, esta decisão " se refletirá na unidade dos movimentos e de toda a comunidade da UFRJ e em um processo tranqüilo e democrático".

Para Lenin, é possível que, mesmo com um calendário apertado, as entidades representativas da UFRJ se organizem e promovam, até o final de abril, debates para o esclarecimento da comunidade sobre as candidaturas e chapas que venham a serem compostas oficialmente. O modelo que deverá ser proposto pela entidade se assemelha ao que foi adotado pela Universidade de São Carlos, onde foi feita uma consulta paritária extra-oficial à comunidade, e o respectivo Colégio Eleitoral acatou o resultado, sendo o primeiro nome da lista nomeado pelo MEC.

Seção	Consulta	Proporção	Colégio Eleitoral	Nomeação
Ufacre	na forma da lei	70-15-15	respeitou a consulta	1 da lista
Ufmat	oficial e extra-oficial	paritário proporcional	respeitou a consulta	1 da lista
UnB	na forma da lei	70-15-15	respeitou a consulta	1 da lista
Ufpel	extra-oficial	paritário proporcional	não respeitou a consulta	1 oficial
Ufes	regulamentada pelo Cepe	paritário proporcional	respeitou a consulta	1 da lista
Ucsal	regulamentada pelo Consu	paritário proporcional	respeitou a consulta	os primeiros
Ufpa	extra-oficial	universal não	respeitou a consulta	1 da lista
UFG	extra-oficial	paritário	respeitou a consulta	1 da lista
Ufscar	somente extra-oficial	paritário proporcional	respeitou a consulta	1 da lista
Ufba	somente extra-oficial	40-30-30	A eleição está prevista para os dias 5 e 6 de maio	
USP	na forma da leie extra-oficial	extra-oficial: só aos professores	não respeitou a consulta	1 oficial

Em Pelotas, Colégio Eleitoral não respeita consulta das entidades

Nem todas as consultas realizadas após a imposição da Lei 9192 revelam um processo democrático como o ocorrido na Ufscar. Na Federal de Pelotas, a comunidade decidiu realizar, através de suas entidades, uma consulta extra-oficial, elegendo seu candidato com 66,5% dos votos. Na eleição ocorrida no Colégio Eleitoral, o candidato que representava a escolha da comunidade empatou com a candidata que representava o grupo político da situação. O reitor, em decisão posterior, utilizou como critério de desempate o maior tempo de admissão dos candidatos, colocando a candidata que apoiava como o primeiro nome da lista. O MEC nomeou a professora.

UFBA terá consulta organizada pelas entidades representativas

Na Federal da Bahia, os movimentos organizarão, no início de maio (até o fechamento desta edição a data provável era 4 e 6 de maio), uma consulta extra-oficial, proporcional, com 40% de peso dos votos para os docentes e o restante dividido entre os estudantes e funcionários (40-30-30).

A seção sindical dos docentes, Apub, propôs a paridade entre os três segmentos, mas o DCE e a entidade dos técnicos aprovaram a proporcionalidade, apostando que desta forma o Colégio Eleitoral da universidade ficará mais comprometido com o resultado da eleição e aprovará o primeiro nome da lista.

Adusp promove consulta entre docentes

Na USP, a seção sindical organizou uma consulta extra-oficial aos professores, mas o "Conselhão" (Conselho Universitário e outros colegiados) não acatou o nome do candidato eleito Erney Flascham, apoiado pelos movimentos, e apresentou como primeiro nome da lista tríplice Jaques Marcovch, que ficou em segundo na consulta.

Assembléia da Adufrj aprova 30 de março como indicativo de greve nacional

Próxima AG, 25 de março, discutirá o indicativo nacional proposto pelo setor das Federais

A imprensa nacional já tem reservado espaço, quase que diariamente, ao movimento nacional dos professores das universidades federais e estaduais. Há duas semanas, as sessões sindicais realizam assembléias gerais para deliberar sobre a data da greve nacional, aprovada como eixo de luta do Congresso Nacional do Andes-SN.

Infelizmente, foi noticiado em alguns jornais que a greve já estaria marcada para os dias 18 e 19 de março. Não é bem assim. Além do Sindicato estar em permanente contato com o MEC, tentando abrir um canal de negociações com o ministro Paulo Renato (durante o fechamento desta edição estava ocorrendo um encontro entre o ministro e a presidente do Andes), a categoria definiu um calendário de luta que prevê mais uma rodada de assembléias em cada universidade, nesta semana.

Somente na reunião do próximo final de semana (19 e 20) é que o setor das Federais do Andes poderá definir uma data nacional para a deflagração da greve. Por isto, os dias 18 e 19, divulgados na imprensa, não correspondem à realidade da construção da greve.

No momento, a grande maioria das sessões sindicais estão em estado de greve e já aprovaram indicativos de data.

A Assembléia da Adufrj, realizada quinta-feira passada, aprovou o dia 30 de março como indicativo.

A greve está sendo preparada como instrumento de pressão para que o governo federal e alguns estaduais liberem um reajuste salarial de 48,65 % para uma categoria que vem amargando mais de três anos sem aumento no valor do contra-cheque.

Professores universitários preparam greve

Categoria quer 48,65% de reposição e o cancelamento de programa de bolsas

EDUCAÇÃO Protesto será em Brasília, na quinta

Universitário fará ato contra corte de verbas

Conflitos vêm ocorrendo desde 1995

EDUCAÇÃO Universitários ameaçam parar depois de o governo federal prometer bolsas no lugar de reajuste salarial

MEC "ressuscita" movimento docente

Greve é manchete de jornais no país

Assembléia Geral

25 de março

quarta, 14 horas

CCMN – Fundão

PAUTA

1. Programa de Incentivo à Docência
2. Indicativo de greve nacional dos docentes
3. Eleição para reitor

MEC insiste em Programa de Incentivo à Docência

Andes-SN frente à frente com Paulo Renato

Na semana passada, a diretoria do Andes-SN foi recebida pelo secretário de Educação Superior do MEC, Abílio Baeta Neves. No encontro, o Andes-SN voltou a solicitar uma audiência com Paulo Renato de Souza, que foi posteriormente agendada para o dia 13, sexta-feira.

Baeta reconheceu que houve equívoco na divulgação do Programa de Incentivo à Docência (PID), que considerou "muito mal feita".

O secretário afirmou a disposição do MEC em reformular o programa de bolsas, mediante discussão com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) "Não há necessidade de retirar o PID", afirmou categoricamente.

A presidente do Andes- Sindicato, Maria Cristina de Mores, insistiu no encontro pessoal com Paulo Renato. O Andes considera que as últimas audiências com o secretário não surtiram nenhum resultado prático. Além de terem sido interrompidas, sem qualquer explicação, pela Sesu.

Baeta confirmou a disposição do governo em abrir concursos nas Ifes, inicialmente para os docentes. A proposta teria surgido em discussão com a Andifes.

Cristina apresentou o quadro de insatisfação, indignação e tensão instalado na categoria, decorrente não só pelo surgimento do Programa de Incentivo à Docência, mas, principalmente pela falta de resposta do MEC à pauta de reivindicações da categoria, protocolada em dezembro de 1996.

Andes apresenta ao MEC disposição pela greve

O estado de greve, a mobilização crescente dos docentes e a possível realização de greve pela categoria foram apresentados pela diretoria do Andes como mais do que suficiente para que Paulo Renato marcasse uma reunião com a entidade. Apesar de considerar justa a reivindicação da categoria de 48,65% de reajuste salarial, Baeta acha difícil vir a ser instalada uma mesa de negociações com a participação de outros ministérios.

Fonte: Agência Andes (Brasília)

MEC corta 1800 bolsas do PET

Estudantes protestam em Brasília

(Agência Andes) – Para seguir a regulamentação da Capes, as universidades federais deverão cortar 1.800 bolsas. Na época dessa determinação, no final do ano passado, existiam 318 PETs, em todo o país. Cada PET terá o seu número de participantes reduzidos à metade. O programa também concedia duas bolsas de mestrados aos dois melhores alunos de cada grupo de estudo, uma ajuda de custo de R$ 5.700 por ano e auxílio para pagar as despesas de um professor visitante, de outra instituição, que fosse "expert" na área. Tudo foi cortado.

O corte está estabelecido no decreto número 2.370, onde o presidente FHC reduz em 10% os investimentos em Ciência, Tecnologia e Educação. Como isso aconteceu no final do ano, a comunidade acadêmica só tomou conhecimento do assunto no início do ano letivo de 98.

Os estudantes querem que as bolsas sejam restabelecidas, assim como a ajuda de custo e o auxílio para o professor visitante. Eles alegam que elas são ligadas aos cursos e não aos alunos, e por isso não devem sofrer o corte de bolsas novas. Cerca de 400 estudantes de graduação dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul organizaram caravanas para Brasília em protesto. Cada um deles recebia R$ 240,00 por mês. Eles chegaram a Brasília na quinta-feira (12) pela manhã, e pretendem ficar acampados em frente ao Ministério da Educação, até serem recebidos por Paulo Renato.

Panorama da mobilização no país

Seção	AG	Presentes	PID	Greve	Posição dos Conselhos Superiores
Apruma	3/3	30	contra	em estado de	
Adufpi (Piauí)	2/3	66	contra	em estado de	
Adufc (Ceará)	17/2-3/3	164-107	contra	em estado de	
Adufpb-cg (Campina Grande)	5/3	110	contra		
Adufpb-jp (João Pessoa)	5/3	339	contra		
Adurn (Rio G. Norte)	19/2	169	contra	em estado de	contra
Adufepe (Pernambuco	17/2-5/3	86-67	contra	em estado de	contra
Aduferpe (Rural PE)	4/3	85	contra	Indicativo sem data	contra
Adufs (Sergipe)	4/3	89	contra	em estado de	
Adufal (Alagoas)	5/3	91	contra	em estado de	contra
Apub (Bahia)	18/2-5/3	46-92	contra	indicativo s/data	contra
Adunb (Brasília)	19/2-4/3	116-85	contra	indicativo	
semana-23					
Adufg (Goiás)	3/3	190	contra	em estado de	
Adufmat (Mato Grosso)	18/2-4/3	165-109	contra	indicativo 16/3	
Adufems (MatoGrosso Sul)	3/3	83	contra	em estado de	
Adufu (Urberlândia)	19/2-	100-	contra	indicativo	
11/3					
Apubh (Minas Gerais)	18/2-5/3	172-171	contra	indicativo s/data	
Adcefetmg (Mato Grosso)	5/3	48		rejeitado indicativo	
Apesjf (Juiz de Fora)	5/3	119	contra	indicativo	
16/3					contra
Adufop (Ouro Preto)	17/2	40	contra	em estado de	contra
Adufes (Espírito Santo)	5/3	85	contra	indicativo s/data	
Adufrj (Rio de Janeiro)	5/3	35	contra	indicativo dia 23	
Aduni-Rio	4/3	22	contra	em estado de	
Aduff (Fluminense)	3/3	113	contra	estado mobilização.	
Adur-rj (Rural)	5/3	108	contra	em estado de	
Adufscar (São Carlos)	17/2-3/3	77-47	contra	indicativo s/data	
Adepm (Paulista de Medicina)		17/2-	65-	contra	contra
Apufsc (Santa Catarina)	5/3	181	contra	indicativo s/data	contra
Apufpr (Paraná)	18/2-4/3	121-51	contra	greve tempo determ.	
Sindocefet (Paraná)	4/3	141	contra	em estado de	
Adufrgs (Rio G. Sul)	5/3	87	contra	em estado de	contra
Aprofurg (Rio Grande)	262-3/3	30-80	contra	em estado de	contra
Adufpel (Pelotas)	18/2-3/3	60-90	contra	indicativo 16/3	contra

Assembléia Geral da Adufrj

Dia 25/03 (quarta), às 14h, no CCMN

"Comissão de alto-nível" organiza edital nos próximos dias

Grupo aperfeiçoa proposta do governo e fixa a apresentação de projetos como critério de concorrência às bolsas do PID

Enquanto o Brasil inteiro rechaça a proposta de Programa de Incentivo à Docência, a administração da UFRJ dá passos largos em busca de mais uma migalha para a universidade. Uma Comissão de alto-nível formada pelo reitor Paulo Gomes (confira na página 10) está se reunindo desde antes do carnaval para aperfeiçoar a proposta do governo. Nem mesmo a decisão da última reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), realizada no último dia 11, onde, por um placar de 8 a 3, o PID foi rejeitado, abala a perseverança da administração em cumprir as ordem de Brasília.

A única divergência pública em relação aos trabalhos desta comissão surgiu há dias atrás, quando o diretor da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenha- ria (Coppe), e um dos integrantes desta Comissão, Segen Estefen, enviou ofício ao reitor solicitando uma reunião extraordinária para tratar dos prazos de apresentação do edital que chamaria os professores com 40 horas ou dedicação exclusiva da universidade a concorrerem à bolsa. A preocupação de Segen era tornar "o processo mais democrático possível". Ou seja, seria interessante que a comunidade, antes de concorrer efetivamente, tivesse oportunidade de conhecer e se expressar sobre a proposta. A comissão se reuniu no último dia 11 e acatou a proposta de Segen. O calendário foi estendido (vê-lo abaixo).

Para concorrer, professor deverá apresentar projeto em menos de um mês

A comissão, instituída pelo reitor Paulo Gomes, quer que cada professor apresente um projeto e o curriculum pessoal para concorrer às bolsas. Segundo Segen, a comissão entende que os professores já recebem salários para dar aula. Não seria conveniente distribuir as verbas através das unidades, sem que esses docentes apresentem algo "novo" para o ensino de graduação. "Existem várias atividades pedagógicas que poderiam ser contempladas como: parte do trabalho laboratorial, iniciação científica, orientação de monografia, acompanhamento de estágio, teoria e orientação acadêmica e a inclusão de professores que hoje não estão na graduação, mas, num segundo momento, após se dedicarem a preparação de um plano de implementação, poderão, ser incluídos".

Segen entende, por exemplo, que a Coppe, apesar de ser um instituto de pós-graduação, tem muito a contribuir com a graduação. "Quem trabalha na pós não pode ser excluído deste programa". Dentro da proposta estabelecida pela UFRJ, está prevista a formação de uma outra comissão julgadora dos projetos. Esta seria subdividida em três áreas: Ciências da Vida, Exatas e Tecnológicas, e Ciências Humanas e Sociais. A intenção é que esta comissão julgadora seja composta, inclusive, por pessoas de fora da UFRJ.

Calendário do PID na UFRJ:

18 de março - Através da Internet, estará disponível a proposta preliminar de implantação do PID;

04 de abril - Prazo máximo para recebimento de sugestões e modificações;

13 de abril - Apresentação da versão final;

15 de maio - Prazo final para apresentação de projetos;

25 a 30 de maio - Julgamento dos projetos.

"A comissão está constrangida. Esta bolsa não é salário!"

Membro da Comissão de Alto Nível da UFRJ, formada antes do carnaval para aperfeiçoar o PID, afirma que proposta do governo não é reajuste salarial e reconhece que ela pode possibilitar negociatas dentro das universidades.

Adufrj - Quais são suas críticas em relação à comissão da UFRJ?

Segem *- Eu não tenho críticas à comissão. Inclusive, faço parte dela. Eu quero deixar claro que a minha preocupação era que a UFRJ lançasse uma proposta consistente de implementação do PID. Que durante a chamada para a participação dos professores, a comunidade tivesse conhecimento da proposta inicial da comissão. O MEC aguarda propostas concretas. Estamos elaborando uma contraproposta.*

Adufrj - Então o problema está no calendário de apresentação da proposta?

Segem *- Eu não gostaria que houvesse pressa para lançar o Programa. Solicitei uma reunião extraordinária para discutir o assunto e estendemos os prazos. Nesta semana estaremos lançando a proposta na Internet. Daremos um prazo de duas semanas para sugestões. Acho que existem condições de modificarmos a proposta inicial de forma a atender as aspirações da UFRJ para melhoria da graduação. Não podemos rejeitar esta verba.*

Adufrj - A comunidade está tratando da bolsa como complemento salarial. O que você acha disso ?

Segem *- A Comissão está numa posição constrangedora. Ela vem trabalhando encima de algo que ela pensa claramente que faltou ser explicado para a comunidade. A bolsa não é salário. Estamos aproveitando esses recursos para melhorar a graduação, sem substituir um aumento salarial do salário, que não houve. Antes de ser lançada, esta proposta nos dava a expectativa de aumento salarial, não só para os professores, mas também para os funcionários das universidades. Inclusive, a gente não pode perder de vista a necessidade de se ter um aumento salarial. Esta bolsa não vai atingir a todos os professores.*

Adufrj - O projeto pode se tornar um instrumento de barganha interna dentro das universidades?

Segem *- Pode. Se nós colocarmos em prática o PID da forma que está sendo proposto pela comissão, isso pode ficar mais difícil. Pretendemos formar uma outra comissão de avaliação dos projetos que abrangeria as seguintes áreas: Ciências da Vida, Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais. Como montar esta comissão julgadora, ainda não se sabe. Mas a idéia é contar com a participação de membros externos à UFRJ. É importantíssimo saber quem vai julgar e, a partir daí, tentar evitar problemas deste tipo no processo.*

CEG rejeita Programa

Em reunião realizada no último dia 11, o Conselho de Ensino de Graduação rejeitou o Programa de Incentivo à Docência (PID) do governo. Num placar de 8 a 3, os membros do CEG esperam que a administração da universidade abra o debate sobre o tema e possibilite a expressão de toda a comunidade universitária. O CEG também vai agendar uma reunião com o reitor para tratar do PID.

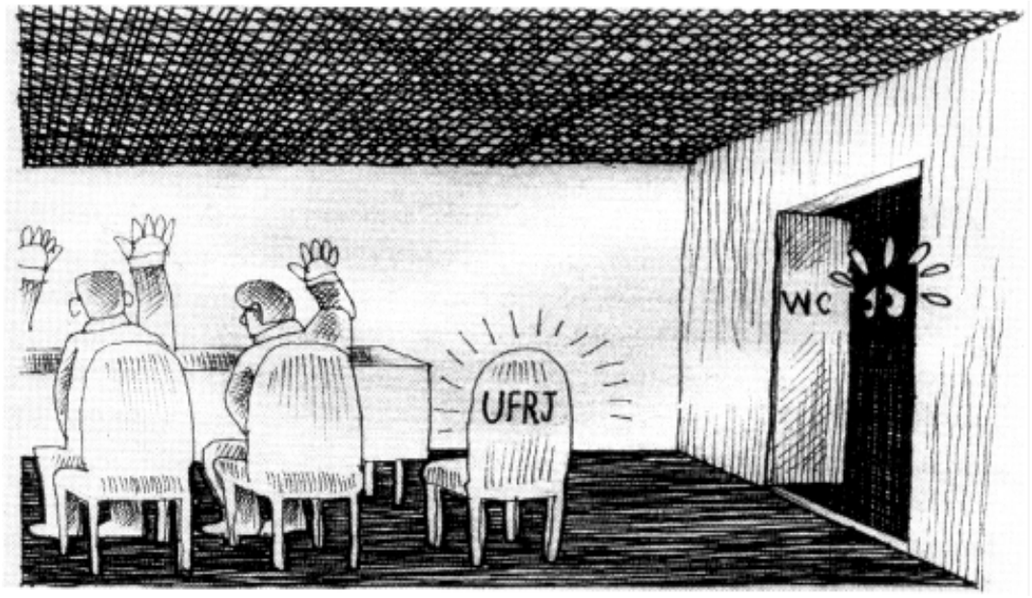
O primeiro vice-presidente da Adufrj - SSind, Roberto Houaiss, esteve presente à reunião esclarecendo dúvidas e divulgando o posicionamento da entidade contrária ao programa.

A Comissão:

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (Instituto de Física); Antônio Campos de Carvalho (Instituto de Biofísica); Ivone Maggie (IFCS); José Roberto Lapa e Silva (Sec. De pós da Fac. de Medicina); Moysés Nussensveig (Instituto de Física); Sandoval Cardoso Jr. (Proj. de Elétrica da Coppe); Eduardo Coutinho (Letras); Bessa (Administração); Ângelo da Cunha Pinto (Instituto de Química), Marcus Palatinik (Sub-reitor de pós-graduação), Neide Felisberto (Sub-reitora de graduação), Gilberto Velho (Museu Nacional), Carlos Alberto Bessa (Administração)

No pleno da Andifes UFRJ é a única a favor do PID

Das 46 entidades presentes à reunião do Conselho Pleno da Andifes, somente a UFRJ defendeu o Programa de Incentivo à Docência apresentado pelo governo. Em nota à comunidade, entidade diz que PID é inaceitável e "correção das defasagens salariais é uma medida fundamental e urgente"



A esmagadora maioria dos reitores presentes ao Conselho Pleno da Andifes, reunida em Belo Horizonte (UFMG) nos últimos dias 6 e 7 de março, considerou "inaceitável" o Programa de Incentivo à Docência (PID). A única exceção ficou por conta do reitor em exercício da UFRJ, José Henrique Vilhena, que, apesar de não estar presente na hora da votação, fez um pronunciamento durante a reunião se posicionando favorável à proposta apresentada pelo MEC. A reação de Vilhena não é compatível nem mesmo com a da "Comissão de alto nível" da UFRJ que está trabalhando para "melhorar" o Programa.

Em nota divulgada à comunidade, a Andifes reforça a necessidade de uma política de reajustes salariais não só para os docentes, mas também para os servidores técnico-administrativos das Ifes: "a ausência de um reajuste salarial para os servidores das Ifes tornou-se uma questão institucional na medida em que afeta a qualidade do ensino e demais atividades universitárias, sendo a correção das defasagens salariais uma medida fundamental e urgente". No texto, de apenas três curtos parágrafos, a Andifes propõe que o Ministério construa um novo programa com os recursos já anunciados pelo governo o mais breve possível.

Andifes construirá novo PID

Como desdobramento da última reunião do Conselho Pleno, a diretoria da Andifes esteve reunida com o ministro Paulo Renato no último dia 12. A entidade dos reitores queria saber se teria aceitação por parte do MEC a uma proposta alternativa ao PID formulada pelas instituições.

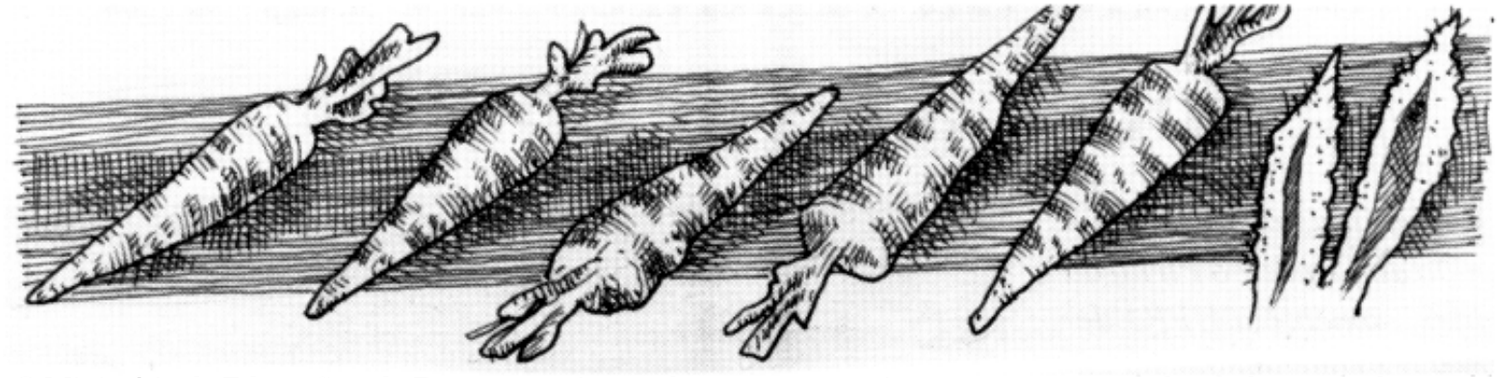
Com um sinal verde, a Andifes espera em apenas duas semanas apresentar proposta. O presidente da Andifes, José Ivonildo do Rêgo (reitor da UFRN), explicou que seu conteúdo deverá contemplar a infra-estrutura das Ifes, garantindo verba para laboratórios e bibliotecas.

Quanto à questão salarial, a Andifes não conseguiu promessas do Ministério. Segundo Rêgo, o ministro afirmou que não está programado nenhum tipo de reajuste específico para a área, antecipando-se à resposta que daria dois dias depois em audiência com a diretoria do Andes - Sindicato Nacional, realizada no dia 13 de março.

Vice-presidente assume Andifes

O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e vice-presidente da Andifes, José Ivonildo do Rêgo, assumiu a presidência da Associação. Esta troca de cargos se deve ao fato do mandato como reitor de Tomáz Aroldo das Mota Santos (UFMG) terminar cerca de um mês antes do final de seu mandato na Andifes.

Opinião A Cenoura e o Burro – *por Ericksson Rocha e Almendra**



O Ministério da Educação e do Desporto, em conjunto com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, divulgou recentemente um programa de concessão de bolsas a docentes com envolvimento no ensino que recebeu o nome de Programa de Incentivo à Docência nas Instituições de Ensino Superior. Este assunto trará grandes alterações às Universidades, a meu ver muito negativas. Alinho abaixo, com o intuito de estimular a discussão desta matéria e do que fazer ao fato consumado, alguns motivos que justificam esta avaliação negativa.

■ Esta medida foi tomada com o mais absoluto desprezo pela comunidade alvo, numa demonstração do mais absoluto autoritarismo. Não foram ouvidos os reitores, as associações científicas ou de classe. Não se conhece diagnósticos que a justifiquem. Sequer se sabia que algo do gênero era matéria de estudo no MEC e no da MARE.

■ A forma como tal programa foi divulgado (absoluta surpresa, de supetão, no meio de uma viagem de inauguração de obras), colocou o presidente como divindade concessora. Isto, num ano eleitoral, após inúmeras negativas de que haveria concessões salariais. O programa é, no entanto, de aplicação tão difícil que, avalio, somente terá condições de efetivar-se em 1999. Em minha opinião isto demonstra que os interesses políticos e eleitorais se sobrepuseram aos interesses maiores das Universidades.

■ A bolsa é também mais um atentado aos direitos trabalhistas. Não se incorpora à aposentadoria ou a pensões. É um fator de intranqüilidade pois será concedida a cada dois anos.

■ A relativamente recente decisão da Capes de incluir a participação nos cursos de Graduação como critério de avaliação dos cursos de pós-graduação já teve algum efeito na quebra de uma distorção realmente séria que existe em muitos setores: docentes participantes de programas de pós-graduação que resistem em ter envolvimento na graduação. Se o objetivo era de enfrentar distorções, a forma correta seria aperfeiçoar as medidas que haviam sido tomadas e que já apresentavam efeitos positivos.

■ Este programa terá um efeito desagregador extremamente grave no seio das nossas Universidades. Atualmente, em todas elas, em cada Departamento, com maior ou menor sucesso, se busca distribuir a carga didática de forma igual entre os professores.

■ Uma análise realmente criteriosa dos salários pagos aos três setores (professores, técnicos e funcionários administrativos) mostraria que os técnicos são aqueles com os menores salários comparativamente ao que o mercado paga. O setor foi excluído de qualquer benefício.

■ Quem concebeu esta medida parece desconhecer totalmente a vida de um departamento universitário, sobretudo daqueles de melhor desempenho, onde as atividades de cada ano ou mesmo de cada semestre têm que ser planejadas a curtíssimo prazo, até mesmo por contingências impostas pelo próprio MEC.

Não posso, contudo, deixar de reconhecer que as atividades de ensino na Universidade são muito pouco valorizadas. Todos os incentivos, todos os estímulos e todas as benesses à pesquisa e à extensão. Isto é uma grave distorção. O remédio proposto, entretanto, é completamente inadequado e pode matar o doente.

Finalmente, as bolsas têm valores bastante significativos, representando para os docentes que vierem a recebê-las um significativo aumento nos seus rendimentos. Já se percebem sinais de que muitos professores e Instituições estão procurando formas de se ajustar à nova situação. Por tudo isso, não posso deixar de comparar o que observo ao artifício utilizado pelos muleteiros de brandir uma cenoura na frente dos seus animais para que estes se movam na direção desejada.

** Professor Adjunto do Programa de Engenharia Metalúrgica/COPPE e do Departamento de Engenharia Metalúrgica da Escola de Engenharia da UFRJ. Ex-presidente da Adufrj.*

O texto, por motivo de espaço, não foi publicado na íntegra.
Os interessados poderão obtê-lo na Adufrj

ADUFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Encarte especial
Eleição para diretoria da Andes-SN biênio 1998 / 2000

Definidas as chapas que disputam a eleição para o Sindicato Nacional

Em maio, docentes de universidades de todo país escolhem a nova diretoria do Andes

Desde o dia 14 de março, as duas chapas que vão disputar a eleição à diretoria do Andes-Sindicato Nacional para o biênio de 1998 a 2000 estão registradas. A campanha está oficialmente aberta. São elas: *Andes Autônoma e Democrática* e *Ganhar a Andes para não perder a Universidade* estão na luta para representar os professores universitários de todo país até a virada do milênio.

O Jornal da Adufrj abre espaços para esta importante eleição e publica neste encarte especial a nominata das chapas. A partir do próximo número e até as eleições o jornal reservará espaço para que as chapas possam se comunicar com os eleitores e expor as suas plataformas de campanha. Cada grupo poderá utilizar uma página da publicação, em textos que não deverão ultrapassar uma lauda (30 linhas com 72 toques).

Calendário das eleições

15 de abril - Data limite para a formação das comissões eleitorais locais;
10 de maio - Data limite para que as chapas indiquem os fiscais de votação e apuração nas Seções Sindicais;
12 e 13 de maio- Eleições para a diretoria do Andes-Sindicato Nacional;
14 de maio - Data limite para que as chapas indiquem fiscais de apuração junto a Comissão Eleitoral Central;
14 e 15 de maio - Apuração do resultado nas Seções Sindicais
15 de maio - Data limite para a interposição de recursos nas Seções Sindicais
16 e 17 de maio - Computação dos resultados pela Comissão Eleitoral Central
18 de maio - Data limite para a interposição de recursos junto à Comissão eleitoral Central
19 de maio - Homologação, proclamação e divulgação do resultado eleitoral
26 de junho - Posse, durante a realização do XXXVI Conad, da Diretoria eleita

Chapa 1

Andes Autônoma e Democrática

Presidente: Luiz Carlos Soares- Aduff
1º Vice-presidente: Edmundo Dias – Adunicamp
2º Vice-presidente: Osvaldo Angel Coggiola - Adusp
3º Vice-presidente: Maria Lia do Socorro -Aducsal
Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira - Apes-JF
1º Secretário: Luiz Henrique Schuch - Adufpel
2º Secretário: Francisco José Pinheiro - Adufc
3º Secretário: Maria Bernadete Nóbrega - Adufpb-Jp
1º Tesoureiro: Maria Dirlene Trindade - Apubh
2º Tesoureiro: Almir Serra M.Menezes Filho - Adurn
3º Tesoureiro: Flávio Bezerra de Farias - Apruma

Regional Rio de Janeiro

1º Vice-presidente: Rosanne Evangelista Dias - Adufrj
2º Vice-presidente: Marina Barbosa Pinto - Aduff
1º Secretário: Aloisio Jorge Monteiro - Adur-RJ
2º Secretário: Waldyr Lins de Castro - Aduff
1º Tesoureiro: Philomena Gebran - Adufrj
2º Tesoureiro: Ana Maria Dantas Soares - Adur-RJj

Regional São Paulo

1º Vice-presidente: Antônio Luis de Andrade - Adunesp
2º Vice-presidente: Ronaldo Schubert Souto - Adunimep
1º Secretário: Marilia Leite Washington - Adufscar
2º Secretário: José Marcelino De Rezende Pinto - Adusp
1º Tesoureiro: Marco Antônio Sperl De Faria - Adunimep
2º Tesoureiro: Mário Antônio Gneri - Adunicamp

Regional Leste

1º Vice-presidente: Celina Camilo de Oliveira - Apubh
2º Vice-presidente: Eunice Maria Godinho - Apes-Jf
1º Secretário: Evandro Ferreira Passos – Aspuv

Chapa 2

Ganhar a Andes para não perder a Universidade

Presidente: Renato De Oliveira - Adufrgs
1º Vice Presidente: Dalton Meio Macambira - Adufpi
2º Vice Presidente: Anibal Sanches Moura - Asduerj
3º Vice Presidente: Francisco Bezerra Mendonça- Adufepe
Secretário Geral: Osmar Marchese - Adunicamp
1ª Secretária: Ciomara Maria Pérez Nunes - Apubh
2ª Secretária: Claudet Coêlho Guedes - Adufpb-JP
3º Secretário: Milton Divino Muniz - Apufsc
1º Tesoureiro: Márcio Florentino Pereira - Adufg
2º Tesoureiro: Aurélio Gonçalves de Lacerda - Apub
3ª Tesoureira- Otávia Fernandes Rodrigues - Apubh

Regional Rio De Janeiro

1º Vice Presidente: Eduardo Gonçalves Serra — Adufrj
2º Vice Presidente: Celso de Almeida Silva - Adcefet-RJ
1ª Secretária: Maria Célia Elias Senra - Adunirio
2º Secretário: Roberto Lopes de Abreu - Asduerj
1º Tesoureiro: Alex Pina de Almeida - Adufrj
2º Tesoureiro: Máximo Augusto Masson -Adunirio/Adufrj

Regional São Paulo

1º Vice Presidente: José Lúcio Martins Machado - Adunesp
2º Vice Presidente: Renato Dagnino - Adunicamp
1ª Secretária: Adelaide José Vaz - Adusp
2ª Secretária: Aureluce Demonte - Adunesp
1º Tesoureiro: Antônio Luiz Caldas Júnior - Adunesp
2º Tesoureiro: Rolf Dieter Illg - Adunicamp

Regional Leste

1º Vice Presidente: José Eustáquio Diniz - Adufop
2º Vice Presidente: Euclídes Honório de Araújo - Adufu
1º Secretário: Hélcio Queiroz Braga - Sindcefet-MG

Chapa 1

Andes
Autônoma e Democrática

2º Secretário: Geraldo Cunha Cury - Apubh
1º Tesoureiro: Jacqueline de Blasi - Adcefet-Mg
2º Tesoureiro: Josemar Machado de Oliveira - Adufes

Regional Planalto
1º Vice-Presidente: Rachel Nunes da Cunha - Adunb
2º Vice-Presidente: Ana Lúcia Gomes Muniz - Adunitins
1º Secretário: Maria Selma de Oliveira - Adufg
2º Secretário: Andrea Ferreira da Silva - Adufg
1º Tesoureiro: Nádia Maria Farias Vaz - Vpr(Uniana)
2º Tesoureiro: Fernando Mascarenhas - Adufg

Regional Pantanal
1º Vice-presidente: Aquiles Lazzarotto - Adufmat
2º Vice-presidente: Luiz Carlos Batista - Adufms
1° Secretário: Paulo Augusto Mário Isac - Adufmat
2º Secretário: Márcia Helena da Matta - Adufms
1º Tesoureiro: Gilberto da Fonseca - Adunemat
2º Tesoureiro: Iracelis Aparecida Laura - Adufms

Regional Norte
1º Vice-presidente: Berenice Corôa de Carvalho - Adua
2º Vice-presidente: Grauben José Alves Assis - Adufpa
1º Secretário: Vera Lúcia Jacob Chaves - Adufpa
2º Secretário: Francisca Francinete Perdigão,- Adunir
1º Tesoureiro: Antônio José Vale da Costa - Adua
2ºTesoureiro: Luiz de Jesus Pacheco Almeida - Adufpa

Regional Nordeste 1
1º Vice-presidente: Vilemar Gomes da Silva - Apruma
2º Vice-presidente: Maria Célia Leal E Silva - Adcesp
1º Secretário: Célia Chaves Gurgel do Amaral - Adufc
2º Secretário: José Alexis Bezerra Leite - Adufpi
1º Tesoureiro: Agripino Alves Luz Júnior - Apruma
2º Tesoureiro: Rosendo Freitas de Amorim - Adunifor

Chapa 2

Ganhar a Andes para não perder a Universidade

2º Secretário: Lúcio Flávio Ferreira - Adunimontes
1ª Tesoureira: Valquiria Rocha Daher - Adufes
2º Tesoureiro: Paulo Augusto Moreira Camargos - Apubh

Regional Planalto
1º Vice Presidente: Benício Viero Schmidt - Adunb
2º Vice Presidente: Marco Antônio Sperb Leite - Adufg
1º Secretário: Marcelo Guina Ferreira - Adufg
2ª Secretária: Maria de Lourdes Teodoro - Adunb
1ª Tesoureira: Vaniltom Camilo de Souza - Adcac
2ª Tesoureira: Lady Sakai - Apug

Regional Pantanal
1º Vice Presidente: Luiz Carlos de Freitas - Adufms
2ª Vice Presidente: Vilma Lúcia Albizzati -Adufmat
1º Secretário: Lauro Bulaty - Adufms
2º Secretário: Acir Fonseca Montecchi - Adunemat
1º Tesoureiro: Jorge Azambuja Gutierrez Silva- Adufms
2º Tesoureiro: Benedito Zacarias Da Silva - Adufmat

Regional Norte
1º Vice Presidente: Fernando Arthur de Freitas - Adufpa
2ª Vice Presidente: Francilene dos Santos Rodrigues- Sesduf
1º Secretário: Ricardo José Torquato de Paiva - Adua
2ª Secretária: Moema Pinheiro de Souza - Adufac
1º Tesoureiro: Orlando Tadeu Lima de Souza - Adfcap
2º Tesoureiro: Manoel Carlos Neri da Silva - Adunir

Regional Nordeste 1
1º Vice Presidente: Helena Serra Azul Monteiro - Adufc
2º Vice Presidente: Mário Ângelo de Meneses - Adufpi
1ª Secretária: Maria de Fátima de Oliveira - Adcesp
2º Secretário: Helder Machado Passos - Apruma
1ª Tesoureira: Helena Selma Azevedo - Adufc
2ª Tesoureira: Maria das Dores P. Corrêa - Apruma

Nominata das Chapas

Chapa 1

Andes
Autônoma e Democrática

Regional Nordeste II
1º Vice-presidente: Maria Luiza Martins Alessio - Adufepe
2º Vice-presidente: Sebastián Sánchez - Adufpb-CG
1ª Secretário: Vera Lúcia do Amaral Silva - Adufpb-JP
2º Secretário: Maria de Fátima Massena - Aduferpe
1º Tesoureiro: João Wanderley Rodrigues - Adurn
2º Tesoureiro: José Adilson Filho - Adesb

Regional Nordeste III
1º Vice-presidente: Antônio de Souza Batista - Apub
2º Vice-presidente: Ruy Belém de Araújo - Adufs
1º Secretário: João Pereira Leite - Aducsal
2º Secretário: Pedro Rodolpho Jungers Abib - Apub
1º Tesoureiro: Carlos da Costa Silva - Aduneb
2º Tesoureiro: Osaná Macêdo Reis - Apuni

Regional Rio Grande Do Sul
1º Vice-presidente: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - Adufpel
2º Vice-presidente: Leda Carmen W. Gobetti - Adufrgs
1º Secretário: Luiz Fernando Minasi - Aprofurg
2º Secretário: Luiz Robaina - Sedufsm
1º Tesoureiro: Marian Noal Moro - Sedufsm
2º Tesoureiro: Fernando Rosa do Nascimento - Adufrgs

Regional Sul
1º Vice-presidente: José Mário Angeli - Aduel
2º Vice-presidente: Maria Sueli Soares Leonart - Apufpr
1º Secretário: Lafaiete Santos Neves - Apufpr
2º Secretário: Marlene Falaster - Aproferj
1º Tesoureiro: Jazomar Vieira da Rocha - Sindocefet-PR
2º Tesoureiro: Marcos Antônio Baldessar - Sindocefet-PR

Chapa 2

Ganhar a Andes para não perder a Universidade

Regional Nordeste II
1ª Vice Presidente: Maria Auxiliadora Leal - Adupe
2º Vice Presidente: Marcus Vinícius Bastos - Aduferpe
1º Secretário: Maurino Medeiros de Santana- Adufpb-CG
2º Secretário: Francisco Paulo da Silva- Adfurrn
1º Tesoureiro: José Cristovão de Andrade - Aduepb
2ª Tesoureira: Selma Bezerra de Souza E Silva - Adurn

Regional Nordeste III
1º Vice Presidente: Robério Marcelo Ribeiro - Apub
2º Vice Presidente: Antônio Passos Lima Filho - Adufal
1ª Secretária: Ivanê Dantas Coimbra - Aduneb
2º Secretário: Creso Cotrim Coelho - Aducsal
1ª Tesoureira: Silvia Maria Leite De Almeida - Aduneb
2ª Tesoureira: Maria Aparecida Balista De Oliveira - Adufal

Regional Rio Grande Do Sul
1ª Vice-presidente: Lígia Maria Ávila Chiarelli -Adufpel
2º Vice Presidente: Mário Luiz Dame Wrege - Adufrgs
1º Secretário: Cláudio Scherer - Adufrgs
2º Secretário: Ernesto Luiz Gomes AIquati - Aprofurg
1º Tesoureiro: Diorge Alceno Konrad - Sedufsm
2º Tesoureiro: Beatriz Ana Loner - Adufpel

Regional Sul
1º Vice-presidente: José Roberto Braga Portella - Apufpr
2ª Vice-presidente: Ana Maria Beck - Apufsc
1ª Secretária: Edna Garcia Maciel Fiod - Apufsc
2ª Secretária: Mary Stela Müller - Aduel
1ª Tesoureira: Nair Filha Moro - Apufpr
2º Tesoureiro: Luciano Moraes Coelho - Aprofurj

Fique de olho no calendário

Participe das eleições de seu Sindicato!

JORNAL
ANO V

23 A 29
DE
MARÇO/98

AD UFRJ
Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Andes-SN indica greve para 31 de março

páginas 6 e 7

Assembléia Geral

25 de março
quarta, 14 horas
Auditório da Decania do CCMN

UFRJ lança edital do PID

página 10

Editorial

Mais quatro anos?

A Adufrj-SSind tem insistido que os três pontos da pauta política atual na UFRJ estão intimamente li gados: o projeto de bolsas para docentes, a eleição para reitor e a greve nacional dos docentes. Embora muitos setores da comunidade acadêmica tenham priorizado a eleição para reitor, nossa posição tem sido a de tratá-los juntos e por isto constam igualmente na pauta de nossas últimas assembléias. Estamos vivendo mais um capítulo do desmonte do ensino público superior e da resistência para preservá-lo.

O Plano de Incentivo à Docência (PID) é mais uma clara tentativa de quebrar a universidade pública através do arrocho salarial. A posição servil da atual reitoria da UFRJ, muito mais preocupada com sua aliança política com o governo FHC do que com nossa comunidade, chega a ser escandalosa. Único a defender o projeto, o reitor não esconde o fato de que está implantando o PID autoritariamente. O relatório da comissão da UFRJ simplesmente endossa a proposta do MEC. Seus objetivos imediatos - fortalecer sua posição pessoal junto ao governo e eleger seu sucessor (ou reeleger-se ?). O processo de eleição para reitor toma rumos preocupantes. As aparentes dificuldades em definir um processo eleitoral na verdade estão deliberadamente servindo para remeter a definição final da escolha de reitor para o MEC e todos já sabemos quem será o escolhido. Como responder a tudo isto?

Em relação ao PID tem sido importante o repúdio da Andifes, de vários conselhos universitários, da SBPC, de alguns colegiados e principalmente do CEG na UFRJ. Mas o entrave maior ao projeto do governo tem sido o movimento docente. Através da divulgação de informações, de reuniões públicas, do esclarecimento e principalmente pela construção da greve nacional dos docentes, temos conseguido um certo destaque na imprensa, influindo na reação ao governo. Ainda é importante que este projeto seja definitivamente repudiado na UFRJ.

No processo de eleição para reitor é fundamental para o futuro da universidade que se preservem os mecanismos democráticos de escolha, envolvendo toda a comunidade. Não podemos admitir que a UFRJ seja dirigida por um despachante ou um interventor do governo FHC. Mas mesmo fazendo uma escolha comprometida com a universidade pública, como administrá-la sem a participação ativa da comunidade? Por isto o movimento docente tem apontado recentemente, em várias universidades, a consulta democrática como o melhor caminho. Aqui na UFRJ estamos empenhados na construção deste processo.

Em relação a greve nacional dos docentes queremos ressaltar seu amadurecimento crescente no país todo. É uma decisão difícil mas o ataque que a universidade pública vem sofrendo exige medidas fortes. Sua simples proposta já forçou o ministro da educação a receber a Andes-SN, a imprensa já começa a abrir espaço para a discussão. Mas ainda é pouco. Agora, no inicio do ano eleitoral, é o momento de forçarmos o governo a rever sua política para a universidade, salários, verbas, bolsas de pesquisa. Já temos a dolorosa experiência de quatro anos de governo FHC e o resultado está claro. Todos devemos refletir profundamente: como serão os próximos quatro anos se não houver resistência agora ?

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES
2º TESOUREIRO: FRANCISCO ARY FERNANDES DE MEDEIROS

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Jurídico

Abono 98: reitoria perde mais uma

O pleno do Tribunal Regional Federal negou o pedido de suspensão da liminar que obriga a reitoria da UFRJ a depositar, em juízo, os valores mensais relativos ao abono pecuniário de 1998 dos professores sindicalizados à Adufrj. Os argumentos da universidade - de que a universidade não dispõe de recursos para proceder aos depósitos e de que estes depósitos representariam grandes prejuízos ao erário público, novamente não foram aceitos.

Este foi o segundo recurso (agravo regimental) que a universidade interpõe contra uma decisão da Justiça - referente ao abono de 98 - que beneficia os professores filiados à Adufrj e, também, a segunda vez que ela sai derrotada. Com esta decisão, esgota-se a possibilidade de recurso por parte da UFRJ no tocante à liminar e agora só resta a ela cumprir o veredito, embora, de uma forma geral, nenhuma autarquia venha cumprindo as determinações da Justiça. Mas a assessoria jurídica da Adufrj-SSind está buscando meios de fazer com que a universidade deposite estes valores.

Reformas

Governo gasta milhões e aprova a reforma Administrativa

No último dia 11, o governo finalmente conseguiu ver aprovada no Senado Federal a sua proposta de emenda constitucional que altera a estrutura do funcionalismo público brasileiro - a reforma Administrativa - com 56 votos favoráveis contra 16. Com esta votação, encerra-se a tramitação da matéria e as novas regras entram em vigor assim que o texto for promulgado pelo Congresso Nacional.

Pode ser difícil mensurar o quanto de verbas o governo gastou para "convencer" os senadores a aprovarem sem qualquer modificação o texto que veio da Câmara dos Deputados, mas não prever quais serão as conseqüências, para o serviço público, da extinção e restrição de direitos dos servidores. Ainda que os principais pontos da reforma dependam de leis complementares para entrar em vigor.

Medidas como a extinção do regime jurídico único e o fim da isonomia entre os servidores, combinadas com a quebra da estabilidade e a possibilidade de demissão vinculada a um limite dos gastos com a folha de pessoal - e sem que qualquer política para oferecer melhores serviços à população tenha sido implementada - certamente representam o fim do que ainda restou de qualidade no funcionalismo público brasileiro. Foram diversas as alterações promovidas na estrutura do funcionalismo, todas visando a sua flexibilização.

Assim, os governantes poderão colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço e a lei poderá, por exemplo, estabelecer critérios diferenciados de admissão no serviço público, quando a natureza do cargo exigir, por exemplo. Com a supressão do regime jurídico único e dos planos de carreira, à exceção dos órgãos de polícia federal, polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal, os demais planos de carreira são substituídos por "padrões de vencimentos e demais componentes do sistema remuneratório". Ou seja: como caberá à administração estabelecer estas remunerações, além dos funcionários se tomarem reféns, as remunerações não estarão mais protegidas pelo princípio da irredutibilidade salarial, podendo, a qualquer momento, serem reduzidas por lei ordinária.

Impasse

Para que as mudanças embutidas entrem em vigor, antes da sessão solene de promulgação do Congresso Nacional precisa haver uma votação no Senado Federal de redação final da emenda constitucional. Só depois disto é que Antônio Carlos Magalhães poderá convocar uma sessão para sua promulgação. Porém, o governo encontra-se numa impasse. Como há várias medidas provisórias em vigor que tratam de matérias administrativas, uma vez promulgada a reforma administrativa, o governo não teria mais instrumentos para reeditá-las. "Eles estão com este impasse, de só poder promulgar a emenda constitucional depois que estas medidas provisórias forem convertidas em lei. Para isto, terá que ser convocada uma sessão do Congresso até que estas medidas sejam apreciadas e convertidas em lei", disse o assessor da liderança do PT no Senado, Thales Machado Coelho.

Conselheiros definem consulta à comunidade

Conselho Universitário só fará consulta na forma da lei. Comissão informal analisa esta posição e propõe alternativas para eleição do próximo reitor A lista com os nomes deverá ser enviada ao presidente da República, dia 6 de maio.

O Consuni vai realizar a consulta para escolha de reitor, ou não. Esta questão tomou conta das discussões durante as três horas de Conselho Universitário extraordinário no dia - de março. O impasse foi criado a partir da afirmação do reitor Paulo Alcântara, subsidiado por relatório da Comissão de Legislação e Normas, de que o Conselho só poderia realizar a consulta se esta fosse feita dentro dos moldes da lei 9.192. Ou seja, teria de obedecer a proporcionalidade de 70% para os votos de docentes e 30% para os demais segmentos da universidade. Dentro da teoria do "impedimento legal", o reitor direcionou os debates para o caminho da definição: o Consuni irá, ou não, realizar a consulta. Esta limitação causou indignação por parte de alguns conselheiros. Afinal, o peso de 70% no voto dos professores significa um desestímulo para os demais segmentos da universidade. O Conselheiro Lênin Pires chegou a citar o artigo nº 5 da Constituição, onde se estabelece que todas as mulheres e homens são iguais em direitos e obrigações, referindo a discriminação que a lei 9.192 submete estudantes e técnico-administrativos. Os estudantes, por sua vez, reforçaram sua postura histórica do voto universal. O que falta à reunião era uma proposta alternativa à consulta oficial. Caso os conselheiros votassem contra a alternativa oficial, o que restaria? O reitor chegou a interromper a sessão por cinco minutos para que uma proposta fosse construída. Óbvio que não houve tempo hábil para se chegar a um acordo. Pouco se falou da autonomia universitária. Somente uma faixa afixada na parede principal do Conselho lembrava a sessão história em junho de 1997, onde se aprovara a plenitude do artigo 207 da Constituição. Diante desta reunião, ficou claro que a autonomia universitária na UFRJ é passado.

Membros do Ceg, Cepg e Consuni debatem processo eleitoral, na última quinta-feira

Calendário para escolha do novo reitor

15 de abril - Publicação da relação de todos os membros do Colégio Eleitoral.
06 de maio - Reunião destinada a elaboração das listas tríplices de candidatos a reitor e a vice-reitor a serem encaminhadas à Presidência da República.

Comunidade poderá ter pesquisa com voto paritário

Presidida pelo ex-reitor Adolpho Polillo, a reunião realizada no dia 19 de março, no segundo andar da reitoria, construiu algumas alternativas a serem apreciadas na próxima terça feira. A primeira delas é que o Consuni deverá se recusar a realizar a consulta nos moldes da lei. Diante disso, esta comissão informal proporá que uma pesquisa seja feita junto à comunidade. Para resolver o impasse da proporcionalidade, a comissão apresentará as seguintes alternativas; voto paritário ou peso de 50% para professores, 25 % para estudantes e 25% para técnico-administrativos.

Esta alternativa surgiu a partir da eliminação das propostas extremas: peso de 70% para voto dos docentes e voto universal (proposta dos estudantes). Outra sugestão que será levada à reunião será uma data para realização da pesquisa: provavelmente os dias 28 e 30 de abril, havendo apenas um turno. O restante do calendário, com datas para debates e outros, deverá ser construído por uma comissão eleitoral constituída nesta reunião de terça.

A utilização do resultado da pesquisa pelo Colégio eleitoral deverá ser um dos pontos mais polêmicos da reunião desta semana, pois não há garantias nem formais, nem políticas, de que esta pesquisa será acatada.

Um aspecto importante e destacado pelo representante do Ceg na reunião informal foi a falta de transparência que está ocorrendo neste processo. Segundo Herli Meneses, os integrantes do Ceg foram informados, em cima da hora, sobre o encontro, sem saberem, sequer, qual seria a pauta. O representante do Cepeg, Edson Watanabe, também apresentou dúvidas que demonstraram total falta de informação sobre o processo.

Conselhos discutem organização de pesquisa

Como alternativa à consulta oficial, a possibilidade de uma consulta organizada pelos movimentos organizados da universidade foi rechaçada pelo reitor. Segundo Paulo Alcântara, o grupo que deverá ser o responsável por este processo é o que compõe os órgãos acadêmicos da universidade: Ceg, Cepeg, Consuni e Conselho de Curadores.

Diante disso, a votação foi adiada e aprovou-se a realização de uma reunião "informal", (realizada na última quinta feira) com seguinte composição: 6 decanos, 3 ex-reitores, 3 estudantes, 3 técnico-administrativos, 2 representantes do Ceg e 2 do Cepeg. O objetivo desta reunião foi de levar "subsídios" para a construção de um pacto. Os resultados desta reunião serão apreciados na próxima terça feira (24), numa reunião ampliada com todos os integrantes do Ceg, Cepeg, Conselho de Curadores e Consuni. A sessão do Conselho Universitário acontecerá logo após esta reunião, quando deverá ser definida a participação, ou não, do Conselho Universitário no processo.

Sugestões que serão apresentadas na reunião de terça feira

- O Consuni se recusará a realizar consulta formal nos moldes da lei 9.192;
- Como alternativa, a comunidade realizará uma pesquisa informal, obedecendo o critério de proporcionalidade que poderá ser: voto paritário ou 50% de peso para docentes, 25% para estudante, 25% para técnico-administrativos;
- O período da consulta, que deverá ocorrer em apenas um turno, será em 28 a 30 de abril;
- O restante do calendário, contendo data para debates, deverá ser definido por uma comissão eleitoral a ser criada durante a reunião de terça feira;
- A lista tríplice deverá obedecer o resultado desta pesquisa.

Mobilize-se - Próximas reuniões de Unidade

Letras, Belas Artes, Arquitetura e Ippur - Dia 24 de março (terça), às 11,horas, sala 614 da EBA.

Centro de Tecnologia - Dia 25 de março (quarta), às 10 horas, Sala C da Decania do CT, bloco A

Movimento docente

Greve nacional pode começar dia 31

Adufrj realiza assembléia para definir adesão, dia 25

Mais de 30 universidades federais pararam na quarta e quinta-feiras passadas. Os professores decidiram não dar aulas, nem realizar outras atividades, em resposta ao Plano de Incentivo à Docência (PID) do governo federal e pelo reajuste emergencial de salários de 48,65%. A UFRJ não aderiu à paralisação, mas nesta semana, em assembléia geral, os professores daqui deverão decidir sobre a adesão à greve nacional a partir do dia 31 de março.

Reunidos na última sexta-feira, das 27 seções sindicais presentes ao encontro do setor das federais do Andes, 18 aprovaram deflagrar a greve daqui a nove dias.

A assembléia da Adufrj havia aprovado o dia 30 de março como indicativo. A data foi levada por diretores desta seção à reunião do setor.

O movimento pela deflagração da greve nacional é grande e o final deste mês de março vinha sendo indicado em diversas universidades. Em algumas, os professores propuseram a greve já para esta segunda, 23.

Greve como única saída

Independente das divergências quanto ao momento de começar uma greve, os professores das federais já sabem que esta será a única forma de forçar este governo a sair do pedestal em que se encontra. No encontro com Paulo Renato, a diretoria do Sindicato pode comprovar, mais uma vez, a total falta de sensibilidade dos aliados do professor Fernando Henrique Cardoso. O ministro da Educação foi claro: o governo não quer dar nenhum reajuste aos servidores públicos federais, incluindo os professores (**veja quadro ao lado**).

Diante do impasse, a greve por tempo indeterminado está apenas aguardando a definição de um consenso entre a maioria das seções sindicais sobre a data. A presidente do Andes, Maria Cristina Morais, acredita que, de alguma forma, a atitude do MEC em não querer ser o interlocutor do governo com a categoria vai interferir na decisão dos docentes pela deflagração da greve.

No Campus Santa Mônica, em Uberlândia, manifestantes dão entrevista à mídia local. No Rio, jornais se omitem em relação ao movimento.

Professores param em 34 universidades

Acatando orientação do Andes Sindicato Nacional, os docentes de 34 instituições federais deram uma prévia, na quarta e quinta-feira da semana passada, da greve nacional que o movimento poderá deflagrar nos próximos dias.

Em universidades como a Federal de Uberlândia, Uff (Fluminense), do Espírito Santo, Minas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina a paralisação dos dias 18 e 19 chegou a 70%.

Governo continua irredutível

O que disse Paulo Renato em encontro com o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes)

Sobre os 48,65%:

► "É posição do governo não conceder reajuste salarial para os Servidores Públicos Federais. Eu sou governo e, portanto, estou falando enquanto governo. Irei comunicar. Se vocês estão querendo saber se vou defender a reivindicação, eu respondo que não posso me comprometer".

Sobre o "Programa de Incentivo à Docência:

►"Não aceito a idéia de retirar a Medida Provisória. Fico aberto à discussão, entretanto. O referencial é a MP".

Sobre a ampliação de vagas e a abertura de concursos:

►"É possível conversar sobre vagas. Estou conversando com os reitores e, na próxima semana, terei encontro com a Andifes".

Sobre a instalação da mesa de negociações:

►"Excluindo as reivindicações salariais, delego ao secretário da Sesu, professor Abílio Baeta Neves, o encaminhamento das questões que dizem respeito ao Ensino Superior, inclusive a discussão sobre a Autonomia Universitária. Com isso, se resolve também a questão salarial das IFES, não a curto, mas a médio prazo".

Deliberações do encontro do setor das Federais do Andes-SN

❒ Marcar uma data para indicativo de greve com prazo determinado: 18 votos a favor; 4 contra; 5 abstenções.

❒ Aprovado o dia 31 de março como indicativo de greve. 12 votos a favor; dois votos para o dia 23; dois para o dia 30 e nove abstenções.

❒ os delegados que votaram nas demais datas seguiram orientações de suas assembléias locais, inclusive os da Adufrj. As nove abstenções foram os quatro votos contra e as cinco abstenções da votação anterior. Houve, na verdade, um consenso entre os favoráveis ao indicativo, em torno do dia 31.

❒ Nova rodada de assembléias locais entre os dias 23 e 26 de março, para aprovação ou rejeição da data proposta para a deflagração.

❒ Próxima reunião do setor das federais do Andes será nos dias 27 e 28 de março (próximo final de semana).

Acompanhando este calendário, a Adufrj deverá realizar outra Assembléia Geral no dia 30 ou 31 de março.

Assembléia Geral

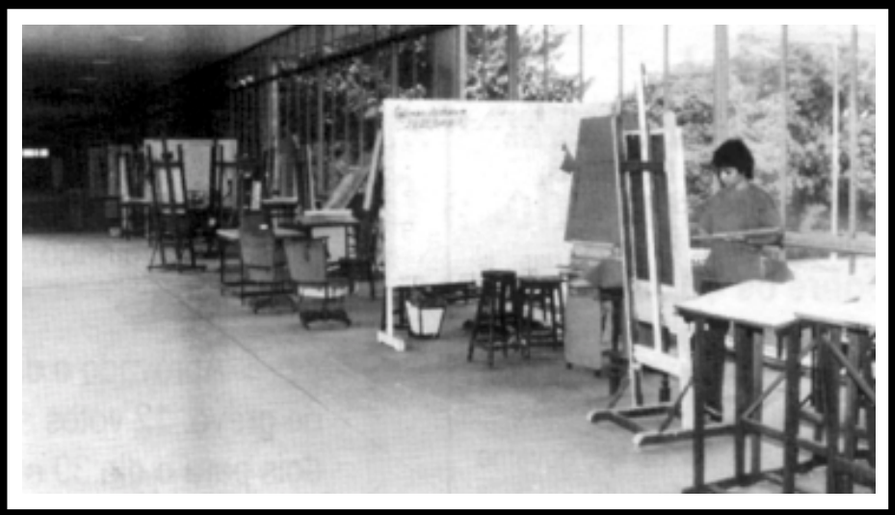
25 de março
quarta, 14 horas
Auditório da Decania do CCMN

PAUTA

- **Indicativo de greve nacional a partir do dia 31 de março**
- **Programa de Incentivo à Docência**
- **Eleições para reitor**

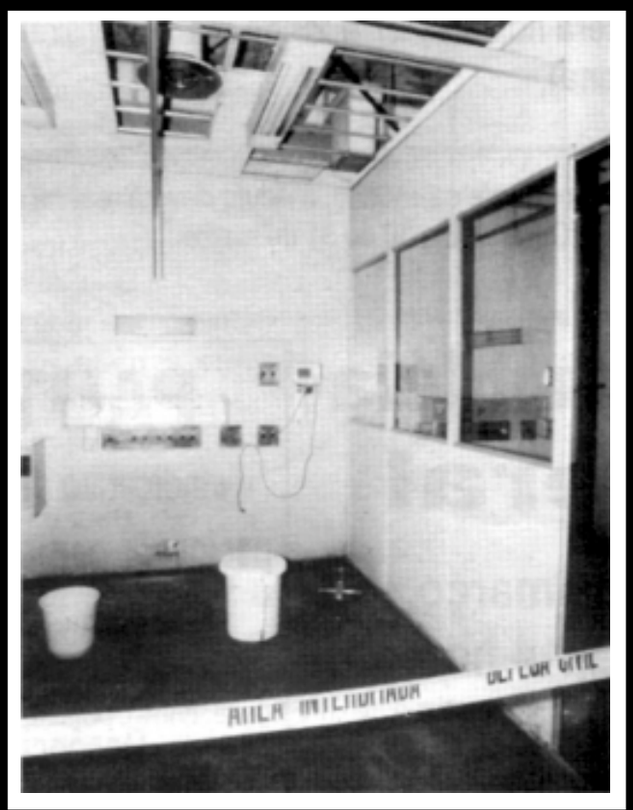
UFRJ é o exemplo do caos

Semana passada, parte do teto do CTI do Hospital Universitário, que este ano completa 20 anos de fundação, caiu. Na Letras, a cada temporal ou chuva fina, funcionários têm a triste missão de salvar, das goteiras, os livros empestados de fungos.
Na Belas Artes, os estudantes que freqüentam o atelier da faculdade tiveram que ocupar os corredores. O teto também desabou.



▲ Belas Artes

Letras ▶



◀ HU

Entre a vontade, a falta de vontade e a má vontade

*Marta Mega de Andrade **

Recentemente os professores universitários foram "premi ados" com alguns rumores sobre uma medida aparentemente favorável do governo, quanto à concessão de bolsas de incentivo e produtividade. Digo "rumores" porque perguntas básicas como "quando serão concedidas?", ou "quais serão os critérios de avaliação da alocação das bolsas?" não foram respondidas, e os professores permanecem, em grande parte, alienados desta importante discussão.

Disse diálogo? Desde o dia vinte de fevereiro, circula nos meios de comunicação a notícia do aumento concedido aos militares por decreto, de modo a considerar-se imediato, e, como de costume, indiscutível a curto prazo. Eis uma demonstração de vontade, de autoridade do governo, com certeza digna da herança das últimas décadas de nossa história. Não vou entrar no mérito do aumento de salário - qualquer categoria assalariada no Brasil hoje mereceria ao menos a discussão de um aumento - mas não posso deixar de chamar a atenção dos professores, dos funcionários, estudantes, e de todos aqueles interessados na qualidade do serviço público, para a diferença de tratamento naquilo que o governo chama de "corrigir distorções".

Para um cidadão chegar a ser professor universitário, ele passa por diversos "funis": primeiro, o da graduação, depois o do mestrado e, na maioria das vezes o do doutorado. Muitas vezes ganhando uma bolsa que o governo brasileiro paga (ou pagava, entre R$ 750 e R$ 1.024, exigindo-se a dedicação exclusiva), com a qual ele deve sustentar seus estudos, sua pesquisa e sua família. Na vida desse cidadão, só há prazos - do relatório, da qualificação, da tese - e disputas - concursos de mestrado, doutorado e, finalmente "O Concurso" para professor de uma universidade.

O que este único cidadão entre cem que ingressaram num curso de formação científica pode esperar da carreira universitária hoje? Com certeza a realização de uma vocação, e só. A remuneração total dos professores com dedicação exclusiva nos níveis de auxiliar (graduado) assistente (mestre) e adjunto (doutor) é vergonhosa (em torno de R$ 900 para o nível mais baixo, e R$ 2.000 para o mais alto, em valores líquidos). Não há nenhum dos famosos "auxílios" tão prontamente concedidos a outras categorias de servidores públicos, nas quais incluo militares e juizes.

Sem nenhuma retórica ingênua, seja ela esquerdista, neoliberal ou "pós-liberal", precisamos garantir a universidade pública como centro de produção de saber, e como vanguarda que ela deve ser, garantindo assim o retorno social dessa universidade não somente em termos de serviços, mas em termos de criatividade e qualidade da produção científica. Devemos usar assim a Nossa Vontade para negociar com o atual governo e com todos os governos eleitos, as condições em que se deve incentivar e elevar o setor público, reivindicando desde já a criação de um fórum oficial representativo para esta negociação, no âmbito das universidades e no âmbito do MEC. Qualquer vontade que seja expressa por um grupo social em uma democracia tem o direito de ser ouvida, discutida, votada. Diante da "univocidade" do governo, nós que pensamos o futuro deste país devemos armar também a nossa " univocidade" não com a espera do bom filho, mas com a determinação de quem sabe o que diz, e efetivamente quer o que quer. Entre a vontade e a falta de vontade, e a má vontade, devemos saber brigar pelo que é justo, e sobretudo devemos aprender a escolher melhor e a dedo, as possibilidades que legamos para o futuro de nossos descendentes. Pois em um futuro bem próximo, pode ser que a eles não tenha restado mais o orgulho de ser formado por uma instituição universitária de tradição e inegável qualidade, como, por exemplo, eu fui.

** Professora Assistente da UFRJ (04/março)*

Divulgado edital do PID na UFRJ

Comissão Especial do Programa de Incentivo à Docência simplesmente endossa a proposta do MEC

Em memorando datado de 17 de março, o reitor da UFRJ, Pau lo Alcântara, enviou aos diretores de Unidades da UFRJ os documento produzidos pela Comissão Especial do Programa de Incentivo à Docência. A Comissão reconhece dificuldades:

"nossa reação visceral imediata foi a mesma de muitos colegas e associações: deveríamos repudiar um programa lançado após três anos sem reajuste salarial, em meio a cortes de bolsas de pesquisa e de formação nas agências federais de fomento e que parecia somar-se a essas tendências de desacreditar a pós-graduação e a pesquisa, além da própria graduação, ao definir como o principal critério de qualificação o número de horas de presença em classe". Mas muda de opinião rapidamente após receber " *modificações posteriores antecipadas pelo reitor ao nos convocar, e agora oficialmente confirmadas através do oficio anexo da Sesu "*.

Curiosamente, no item três de sua proposta a Comissão menciona:

"são prometidos recursos suplementares de custeio no âmbito dos projetos aprovados, além de investimentos em bibliotecas e em informatização ". No entanto, não existe nenhum comprometimento oficial do governo com tais recursos, apenas promessas!

A Comissão menciona mais adi*ante: "procuramos atender aos princípios de avaliação baseada no mérito e na qualidade, de transparência nas regras e isenção e ausência de corporativismo no julgamento"*. Entretanto, esquece que no oficio 614/98 da Sesu, anexo ao relatório, temos no item 7: *"docentes em cargos de direção, ou em função gratificada, poderão considerar essas atribuições como forma de requisito à sua participação no programa "*.

Uma questão está posta: como será avaliado o mérito acadêmico de um cargo de direção ao se candidatar a uma bolsa? No item "elegibilidade" a Comissão endossa a exclusão dos aposentados e dos professores de 1º e 2º graus. Conforme anunciada no último jornal da Adufrj, a proposta estabelece a apresentação de projetos para que o docente concorra à bolsa. Elas serão avaliadas, em processo competitivo, por três Comissões Setoriais nas Áreas de Ciências da Vida, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais.

O prazo final para a entrega dos projetos será o dia 15 de maio, no Protocolo do gabinete do reitor. A decisão final, segundo o documento, será divulgada até 5 de maio, e a vigência das bolsas será a partir de 1º de junho de 1998.

Nota do CEG da UFRJ contra o PID

O Conselho de Ensino de Graduação reunido em 11 de março de 1998, manifesta seu repúdio ao Programa de Incentivo à Graduação recém-proposto pelo MEC. O referido Programa não contempla necessidades básicas dos cursos de graduação, referindo-se tão somente a bolsas para docentes. Estas substituem a urgente discussão da grave situação salarial de docentes e funcionários em geral, sem configurarem claramente um Programa de Bolsas e Incentivos a Projetos que atendam ao propósito de reformular e aperfeiçoar o ensino de graduação.

Paulo Alcântara convoca Ceg e Cepeg para reunião sobre PID – Na pauta, a avaliação do Programa na UFRJ. Dia 24 de março, segunda, às 14:30h, na sala do Consuni.

PID é rejeitado pelo Conselho Universitário da UFF

Reitor assina nota em jornal de grande circulação em do conselho suspendendo a apreciação, no âmbito da UFF, de qualquer pedido de concessão de bolsas de incentivo à docência

Na sessão do Conselho Universitário (CUV) do dia 11 de março da Universidade Federal Fluminense, foi aprovado a rejeição ao Programa de Incentivo à Docência (PID) a partir do entendimento que esta proposta não atende aos reais interesses da Universidade. Ela foi considerada um "expediente fragmentador, injusto e de desmonte das três funções básicas da universidade - o ensino, a pesquisa e a extensão". A nota divulgada deixa claro que, para este conselho, a aplicação do PID, "ao invés de contribuir para a elevação da qualidade acadêmica, será fator de estímulo ao individualismo e ao tráfico de influências, pois não contempla a totalidade docente".

Segundo determinação do CUV, a administração da UFF suspenderá qualquer processo que tenha sido apreciado para execução do PID universidade.

A decisão da Fluminense vem se juntar às outras 31 universidades que já se colocaram contrárias à implementação do PID.

A proposta de PID na UFRJ

- A bolsa deverá ser solicitada através de projeto específico; apenas para professores com DE ou 40 horas;
- Poderá ser solicitado o pagamento de monitores e tutores;
- A avaliação será feita por três comissões de áreas conhecimento;
- A Comissão de Seleção deverá ser formada, em maioria, de membros externos à UFRJ. Internamente, o Ceg e o Cepeg encaminharão sugestões para a escolha dos membros das Comissões setoriais;
- Na etapa final, será formada uma Comissão Especial com participação majoritária de membros externos, designados pelo reitor, que ficarão responsáveis pelo resultado final.

Internacional

Esquerda vence novamente na França .

A esquerda francesa venceu as eleições intermediárias ontem com cinco a nove pontos de vantagem sobre a oposição de direita, de acordo com pesquisa de boca de urna. Socialistas, comunistas e verdes terão entre 35,4% e 38,4% dos votos, consolidando desta forma o resultado das eleições legislativas de junho do ano passado, que levaram ao poder o primeiro-ministro Leonel Jospin.

JB – 16/03/98

Pobreza: BID pede a governos da América Latina que paguem dívida social

A reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada no dia 12 de março na Colômbia, começou com um apelo dramático do presidente da entidade, Enrique Iglesias, para que os governos da América Latina (AL) tomem providências quanto à pobreza em seus países. Segundo o BID, cerca de 41 % da população da AL sofrem de desnutrição. O banco pretende dar maior prioridade ao financiamento de projetos que envolvam diretamente a participação das comunidades afetadas.

O Globo – 13/03/98

Erramos

- Assembléia da Adufrj - Dia 25 de março (Quarta feira), será no salão nobre do auditório da Decânia do CCMN, às 14 horas e não no Auditório do CT como foi publicado na capa da última edição;
- Na página 3 do último número, a manchete principal refere-se aos 28,86%. O índice publicado - 28,65% - não existe;
- No quadro de mobilização publicado na página 8 do jornal passado, os dados referentes à UFRJ foram aprovados na assembléia do dia 5 de março. Entretanto, na AG de 12 de março, a data do indicativo de greve aprovado é 30 de março.

Fórum recolhe assinaturas para o Plano Nacional de Educação de iniciativa popular

Campanha recolherá um milhão de assinaturas para garantir mais uma tramitação do PNE - Proposta da Sociedade Civil

Várias entidades que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública - entre elas, o Andes- Sindicato Nacional - lançaram no último dia 10, no Congresso Nacional, a campanha de coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular do Plano Nacional de Educação, consolidado no último Coned (Belo horizonte, novembro de 1997).

A iniciativa é parte da estratégia de aprovação de uma proposta para a educação que vem sendo pensada pela sociedade civil organizada.

Atualmente, o projeto já tramita na Câmara dos Deputados como projeto de Lei 4155/98, apresentado pelo deputado Ivan Valente (PT/SP).

Além desta tramitação, o PNE será encaminhado novamente ao Congresso, só que desta vez como projeto de iniciativa popular. Para isso, segundo exigência regimental, será necessária a coleta de um milhão de assinaturas para que seja aceito na Câmara Federal.

As entidades do Fórum Nacional em Defesa da Educação se reuniram nos dias 6 e 7 de março, em São Paulo, para uma avaliação das estratégias ligadas ao Plano Nacional de Educação. Neste evento, foi aprovado, como primeiro passo, a formação de Comitês Estaduais para a Coordenação da campanha de coleta das assinaturas, sob a responsabilidade dos Fóruns Estaduais/Regionais, sindicatos, associações e outras entidades ligadas ao movimento.

O Plano Nacional de Educação está respaldado pelo artigo 214 da Constituição Federal e pelo artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A proposta de PNE do governo também está tramitando na Câmara.

Principais metas apontadas no PNE:

☐ Financiamento da Educação - Garante o financiamento estatal e amplia os recursos do PIB de 3,7% para 10%, destinando-os a todos os níveis e modalidades da educação pública;

☐ Gestão Democrática da Educação - Institui o Sistema nacional de Educação, criando, no prazo de três anos, o Fórum Nacional de Educação; garantindo, a partir de 1998, eleições diretas para dirigentes de estabelecimentos de ensino, em todos os níveis e modalidades de educação; garantindo a representatividade social nas instâncias deliberativas de formulação, execução e avaliação da política educacional brasileira.

☐ Profissionais de Educação - Estabelece políticas de formação básica e continuada, de definição de carreira e de remuneração digna para todos os profissionais, docentes e técnico-administrativos, que atuam na educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades.

JORNAL
ANO V

30 DE MARÇO
A 5 DE ABRIL/98

ADUFRJ
Seção Sindical

48,65 %

Assembléia Geral

30 de março
segunda, 14 horas
Auditório do
Roxinho
(CCMN)

PAUTA

- Deflagração da Greve nacional a partir do dia 31 de março
- Eleição para delegados à Plenária dos SPFs

Adufrj ganha abono pecuniário de 1998

página 3

Greve a partir do dia 31

Editorial

O rei está nu

Na semana passada, lançamos a reflexão: como seriam os próximos quatro anos (do governo FHC)? A resposta veio rápida, brutal, no desconto do imposto de renda deste mês: nenhum direito será respeitado. Na lógica palaciana, o serviço público, os direitos dos cidadãos, as obrigações do Estado, estão subordinados, submetidos ao compromisso do governo com a especulação financeira, com a politicagem da reeleição.

A educação pública só pode esperar o pior deste governo. Milhares de colegas nossos foram expulsos da universidade pelo terrorismo que o governo promoveu contra a aposentadoria. Outros milhares estão sendo expulsos pelo estrangulamento salarial. Toda a nação perde com a destruição do ensino público. O exemplo do que aconteceu com o ensino de 1º e 2º graus é bem conhecido. Ganham os comerciantes da educação, os interesses que querem este país pequeno. É exatamente contra este processo de destruição que os docentes do país inteiro estão reagindo ao propor uma greve nacional. Sabemos das dificuldades de uma greve. Procuramos o caminho do entendimento, da negociação. A resposta está em nossos contracheques. Nossa pauta é essencialmente salarial. Mas nosso movimento vai se chocar com os propósitos do senhor Fernando Henrique. Por isto, devemos analisar a proposta de greve por dois aspectos principais: a situação interna da universidade e a conjuntura política nacional.

Nossas reivindicações são absolutamente justas e corretas. Nossa pauta é unificadora pois pedimos um reajuste comum, e devido pelo governo, a todos os servidores: o ICV do DIEESE de janeiro de 1995 a janeiro de 1998. A indignação da comunidade acadêmica é grande. O quadro nacional da mobilização nas universidades é bom.

A situação política nacional mostra o desgaste crescente do governo. Os escândalos financeiros, a corrupção política, o desemprego, mostram que o governo perde credibilidade. E também começa a perder a compostura. Toda a empáfia presidencial não resiste mais nem aos argumentos de um adolescente num programa de televisão. O rei está nu. Portanto a oportunidade política da greve, neste ano eleitoral, é total.

Mas não basta concordar com a greve. É preciso mais. É preciso trabalharmos efetivamente por ela. Aqui na UFRJ sabemos que o governo conta com muitos aliados, principalmente na administração central, e está implantando a política oficial. A greve deve ser um instrumento para desmascarar todos os atropelos que estão sendo cometidos internamente. Além disso, a função principal da greve deve ser a de mostrar a situação atual da universidade, seu abandono, o trabalho que aqui fazemos, sua importância. Devemos logo realizar atos públicos do tipo *Universidade na Praça* sair às ruas para causar impacto político contra o governo. Devemos procurar construir uma unidade maior com os outros servidores e expandir a greve.

Para que a nossa greve seja um sucesso, um fator é fundamental, imprescindível: o seu engajamento efetivo em todas as atividades, o engajamento de seus colegas de trabalho. Devemos fazer uma greve de ocupação da universidade. Discutir, encaminhar nossas propostas, ir para as ruas e, principalmente, trabalhar na construção da Universidade que queremos e merecemos.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES
2º TESOUREIRO: FRANCISCO ARY FERNANDES DE MEDEIROS

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Abono 98: Justiça determina pagamento

Reitoria da UFRJ é obrigada a pagar imediatamente aos professores filiados à Adufrj que optaram pela conversão do abono 98

Em mais uma vitória, a Adufrj ganhou no mérito o mandado de segurança que havia interposto contra a administração da universidade para garantir o pagamento do abono pecuniário de 1998 a seus associados. Em sentença do juiz da 6ª Vara Federal, Mauro Luís Rocha Lopes, a Justiça determinou o imediato pagamento do abono 98 aos professores associados à Adufrj que optaram por converter um terço de suas férias em pecúnia (dinheiro). A sentença ainda não foi publicada mas a assessoria jurídica da entidade já está providenciando a expedição dos ofícios para a citação da reitoria da universidade. Aguardem!

Imposto de renda: governo aplica *171* no servidor público

Os servidores públicos federais tiveram uma desagradável surpresa no contracheque deste mês: um desconto exorbitante do imposto de renda. O que foi inicialmente visto como um benefício, o de receber o pagamento antes do final do mês tornou-se um mecanismo de confisco no melhor estilo Collor.

Ao somar os 70% do salário do mês anterior com o salário deste mês, passamos para uma faixa de desconto maior.

Os sindicatos dos servidores estão discutindo as possibilidades de questionamento jurídico, cartas indignadas são publicadas na imprensa mas ainda precisamos reagir com mais força. Principalmente por que no final do ano o problema pode se repetir.

Assembléia Geral

30 de março
segunda, 14 horas
Auditório do Roxinho

PAUTA

- **Deflagração da Greve nacional a partir do dia 31 de março**
- **Eleição para**

Comunidade universitária escolherá reitor

O Conselho Universitário decidiu, na terça-feira passada (24), por 40 votos a favor e 19 contrários, que não realizará consulta para elaboração da lista tríplice que indicará ao presidente da República os nomes para ocupar o cargo de reitor na UFRJ. Com esta posição, o Consuni disse um não à lei 9.192, que determina a proporcionalidade de 70% de peso para o voto dos professores e 30% para os demais segmentos da universidade.

Sintuferj promove debate entre candidatos

A decisão do Consuni abriu espaço para que a comunidade se organizasse e elaborasse propostas para a escolha da próxima reitoria. A pouco mais de um mês da data para a formação da lista tríplice, um grupo de eleitores, membros dos colegiados superiores da universidade, decidiu promover uma pesquisa eleitoral envolvendo toda a comunidade universitária. A decisão foi tomada em sessão aberta, realizada na tarde de quinta-feira passada (26).

Por 17 votos a favor, 9 contra e 8 abstenções o grupo aprovou que a consulta terá 50% de peso para o voto docente, 25% para o do estudante e 25% para o dos funcionários. Esta proporcionalidade foi considerada, pela maioria dos docentes presentes, mesmo para aqueles que preferem a votação paritária, uma fórmula bastante razoável para que todos os segmentos participem efetivamente do processo e o Colégio Eleitoral se sinta na obrigação moral de acatar o resultado da consulta. Embora sua reivindicação histórica seja pelo voto universal, os estudantes presentes mantiveram a posição pela paridade, apresentada nas últimas reuniões.

Foi definido, também, que a Comissão Eleitoral desta consulta será formada pelas pessoas que compuseram a mesa durante a sessão de quinta: os professores Adolfo Polillo, Jorge Coutinho (emérito) e Alexandre Cardoso; o técnico-administrativo João Eduardo e a estudante do curso de Ciências Sociais, Flávia Braga. Também farão parte da comissão, a serem escolhidos, um membro do Ceg, um do Cepg, três estudantes e três técnicos-administrativos.

Quanto à formação da lista tríplice, foi indicado que o "Conselhão" deverá apresentar os nomes dos membros da chapa vencedora. Isto vale tanto para a composição dos nomes para reitor quanto para a dos nomes para vice-reitor.

Na próxima terça-feira, dia 31, haverá nova reunião deste grupo, aberta aos demais colegiados, para formalizar a Comissão Eleitoral e apresentar o calendário de debates, inscrição das chapas, consulta e apuração dos resultados.

Poucos dias para debate

Estão marcados seis debates oficiais entre os candidatos. A "pesquisa" será feita nos dias 28, 29 e 30 de abril e a apuração dos resultados ocorrerá nos dias 2 e 3 de maio. No dia 6, a Comissão Eleitoral levará o resultado para a apreciação do "Conselhão".

A inscrição das chapas será nesta quinta-feira, dia 2. No ato da inscrição, cada candidato deverá indicar os nomes que comporão a lista tríplice caso sua chapa seja vencedora. Outro compromisso que o candidato deverá cumprir é que, não sendo membro da chapa vencedora, não apresentará seu nome à apreciação do Colégio Eleitoral. Estes procedimentos evitarão que o "Conselhão" insira na lista outros nomes além dos que compuserem a chapa vencedora.

Para Adufrj, candidatos terão de se afastar de cargos

Durante a última assembléia da Adufrj, os docentes presentes aprovaram alguns princípios para a política de escolha para reitor na universidade.

O “Conselhão” formado pelo Consuni, Ceg, Cepg e Conselho de Curadores constitui, pelo estatuto da universidade, o Colégio Eleitoral, que deverá votar os nomes para a formação da lista no dia 6 de maio.

A principal delas é a defesa do voto paritário. Na avaliação geral, o que está em jogo é o comprometimento de todos os segmentos igualmente com a instituição pública. O presidente da Adufrj, Roberto Leher, lembrou do documento do Banco Mundial onde estão definidas diretrizes para o ensino superior. Num dos itens deste documento, está prevista a necessidade da implantação da proporcionalidade de 70/30 para a escolha de dirigentes das universidades brasileiras. Quanto à lista tríplice, a proposta aprovada prevê que a composição desta lista seja por membros da mesma chapa e não pelos três candidatos mais votados.

Cap promove primeiro debate entre candidatos

Os cinco candidatos à reitoria da UFRJ - Aloísio Teixeira, Joel Teodósio, José Vilhena, Luiz Rocha Neto e Vera Halfoun - participaram do debate promovido pelo Colégio Aplicação, na quarta feira (25), às 10 horas. O primeiro debate envolvendo os candidatos à reitoria foi marcado por duras críticas à administração atual. Para os cinco candidatos, a crise que a UFRJ enfrenta é decorrente de uma má gestão. Somente a candidata Vera Halfoun apresentou críticas à política para o ensino técnico promovida pelo governo, colocando-se, inclusive, contrária ao projeto de Emenda Constitucional 370/A que trata da regulamentação da autonomia universitária.

O candidato José Vilhena foi cobrado por seus concorrentes sobre a sua atuação na reunião do Conselho Pleno da Andifes, cujo o vice-reitor foi o único a se posicionar a favor do Programa de Incentivo à Docência. Como resposta, Vilhena citou Nelson Rodrigues: “toda a unanimidade é burra”.

Calendário da consulta:

- **Inscrição de Chapas: 2 de abril**
- **Consulta: 28,29 e 30 de abril**
- **Apuração: 2 e 3 de maio**
- **Apresentação da lista: 6 de maio**

Debates oficiais:

- **6, 8, 14, 16, 22, 23 de abril**

Em tempo: O Sinturj realizou, sexta-feira passada (27), um debate extra-oficial com todos os candidatos a reitor, reinaugurando seu Espaço Cultural

A opinião dos candidatos

Jornal da Adufrj - *O que você acha do resultado da reunião de eleitores que definiu o processo eleitoral?*

“Sou favorável ao voto universal. Uma idéia de liberdade que é realidade na universidade de Coimbra e é muito antiga. Podemos tolerar a proporcionalidade dentro das circunstâncias da UFRJ, já que todos olham para esta instituição. Foi uma vitória da democracia, que devemos ao professor Polillo.” **Rocha Neto**

“Muito importante. Foi uma vitória da universidade. Significa uma recusa à legislação que viola a autonomia universitária. Por outro lado, a decisão pela proporcionalidade servirá para atingir uma maior participação democrática dos segmentos da universidade”. **Aluízio Teixeira**

“Não tenho opinião. Fui a favor de que o processo fosse encaminhado pela estrutura da universidade, nos moldes da lei. É normal que se faça qualquer tipo de consulta.” **José Vilhena**

“Bom. Mostra politicamente a posição da UFRJ contrária aos 70/30. A manutenção do maior peso para o voto docente contempla o compromisso do Colégio Eleitoral com o resultado da consulta”. **Vera Halfoun**

“Teria sido importante o Consuni organizar a consulta. Este resultado pode significar a realização de uma consulta séria. Mas o melhor seria que a consulta tivesse sido organizada pelo Conselho Universitário.” **Joel Teodósio**

UFRJ pára dia 31

Docentes da UFRJ aprovam greve por tempo indeterminado. Próxima assembléia (30/03) define deflagração

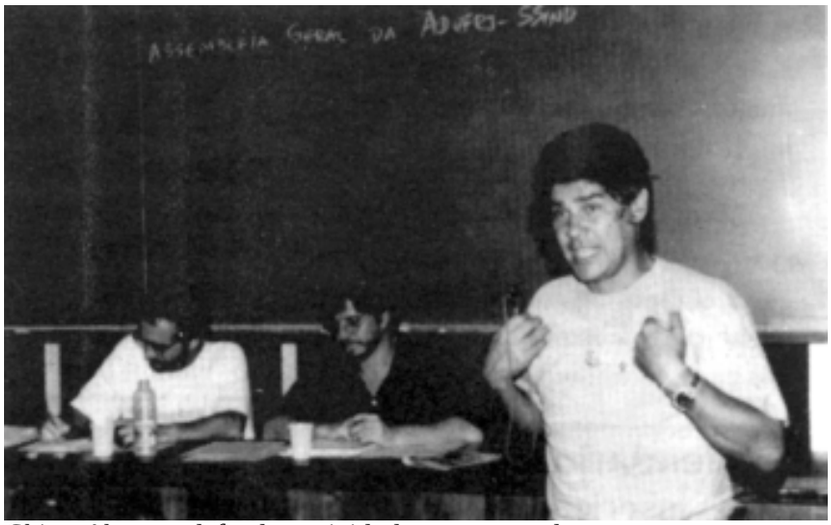
Os professores da UFRJ reunidos na Assembléia Geral da Adufrj-SSind - realizada no dia 25 de março, no salão nobre da Decania do CCMN - aprovaram o indicativo de greve a partir desta terça-feira, dia 31 de março. A decisão foi tomada por ampla maioria - apenas um voto contrário e duas abstenções - com 59 docentes assinando o livro de presenças.

A decisão sobre a entrada em greve nacional, por tempo indeterminado, dos docentes das Ifes foi aprovada na reunião do Setor das Federais do Sindicato Nacional, que se reuniu sexta e sábado (27 e 28), em Brasília. Nesta segunda-feira, em assembléia a ser realizada no auditório do Roxinho (CCNN), às 14 horas, os professores da UFRJ voltam a se reunir para definir se deflagram a greve aqui na universidade.

Na UFRJ, também estarão em greve os funcionários técnico-administrativos, que estão construindo uma paralisação de 48 horas para os dias 31 e 1º de abril.

Comissão de Mobilização é formada

A Assembléia da Adufrj-SSind aprovou a constituição de uma comissão de mobilização para organizar as atividades durante o período de greve. A idéia é levar o movimento para as ruas, a exemplo do que foi realizado na última greve nacional (abril de 96),quando a comunidade universitária da UFRJ tomou as praças da cidade e levou sua indignação à população.



Chico Alencar defendeu atividades externas durante a greve

Se a situação atual da universidade foi comparada por alguns presentes como um autêntico salão nobre do Titanic, e por outros com o edifício Palace II, foi unânime, na assembléia, a necessidade de construção de um movimento forte, para se contrapor à repressão com que certamente o governo procurará retaliar o movimento. “Greve que não cria fato político, que não cutuca o governo, não adianta”, como afirmou o professor da Faculdade de Educação, Chico Alencar. O presidente da Adufrj, Roberto Leher, está apostando na disposição “fortíssima” dos professores: “há possibilidade de fazermos uma greve vigorosa, forte, mas para isto devemos montar comissões de mobilização e programar atividades de rua. A imagem pública é fundamental”.

Assembléia discute sucessão da reitoria

A eleição para reitor da UFRJ também foi ponto de pauta da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, com a aprovação de alguns princípios que deverão nortear este processo eleitoral: a paridade, uma lista tríplice composta exclusivamente por integrantes da chapa vencedora, cada candidato assumindo o compromisso de não apresentar seu nome ao Colégio Eleitoral caso não seja o escolhido pela consulta à comunidade e, ainda, os candidatos não devem permanecer ocupando cargos de direção após o registro das chapas.

Docentes param a partir de terça feira

A reunião do Setor das federais do Sindicato Nacional, realizada no último final de semana, em Brasília, aprovou a deflagração da greve nacional da categoria a partir do dia 31 de março, por tempo indeterminado.

Depois desta decisão, o grupo interrompeu a reunião e seguiu para o Ministério da Educação afim de notificar oficialmente o governo a data do início do movimento.

Os docentes das universidades federais reivindicam, dentre outros pontos, um reajuste emergencial de 48,65% - com base no ICV do Dieese, período de janeiro de 95 a janeiro de 98 - a reposição das vagas nas Ifes e a rejeição ao Programa de Incentivo à Docência.

O Comando Nacional de Greve será instalado, na sede do Andes, na próxima terça feira (31 de março).

Na segunda feira (30) serão realizadas assembléias gerais em todo o país para decidir a adesão ao movimento nacional.

Nossas principais reivindicações

- Reajuste emergencial, com base no ICV/DIEESE-48,65%
- defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada:
- verbas, pela autonomia, contra as privatizações, pelo aumento de vagas no sistema público
- um novo plano de carreira e capacitação docente;
- rejeição do Programa de Incentivo à Docência;
- Contra a reforma do ensino técnico;
- recursos para o sistema de C&T e de auxílio à pesquisa, contra o desmonte da graduação e pós-graduação

Leia a revista Universidade e Sociedade

Uma publicação do Andes Sindicato Nacional

Entrevista com Barbosa Lima Sobrinho

A íntegra do Plano Nacional de Educação, uma proposta da sociedade brasileira

E mais:
Spis, Bernardo kucinski, Jair Borin, Américo Antunes (Fenaj) e outros tratam de mídia e sociedade.

Presidente do Andes entrevista Pepe D'Elia, durante encontro latino-americano de Educação, em Montevidéu.

O público e o privado, autonomia universitária, política fiscal, LDB, globalização e muitos outros temas.

À venda na Adufrj-SSind - R$10,00

Andifes apresenta modelo de recomposição de vagas

A abertura de vagas e realização público para docentes nas universidades públicas é um dos itens da pauta emergencial de reivindicação do Andes-Sindicato Nacional, em tomo da qual milhares de professores se mobilizam para a realização de uma greve nacional a partir desta terça-feira, dia 31.

Coincidência ou não, semana passada, a Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes) apresentou ao Ministério da Educação um modelo para o preenchimento de vagas docentes do sistema universitário. Atualmente estão ativos, em exercício, nas universidades públicas, 42.227 professores. Número bem inferior aos 50.266 que hoje comporta o sistema.

Total de docentes ativos em exercício nas Ifes: 42.227
Total de vagas do sistema: 50.266
Déficit de professores nas Ifes: 8.049
Modelo da Andifes: 50.567
Total de docentes ativos na UFRJ, até 31/12/97: 3.016
Total de vagas na UFRJ: 3.705
Déficit de professores na UFRJ: 690
Modelo da Andifes aplicado na UFRJ: 3.964

A idéia de se fazer um cálculo racional e não sigiloso para o preenchimento de vagas é inédita. O modelo proposto pela Andifes pode acabar com as negociatas que tradicionalmente ocorrem entre reitores e governo para garantir vagas nas universidades. Se aprovado, serão abertas, de imediato, 8.340 vagas em todo o sistema e aumenta para 50.567 o número de docentes ativos distribuídos entre as 51 federais.

Segundo assessoria da entidade, tanto a Secretaria de Ensino Superior (Sesu) quanto o próprio ministro Paulo Renato, aprovaram a idéia do modelo de vagas. A assessoria informou, ainda, que Paulo Renato já negociou o modelo com o Ministério da Administração (Mare), que só liberou recursos para o preenchimento de 2.100 vagas, ou 25% dos concursos que deveriam ser realizados.

A Andifes apresentará esta semana uma contra-proposta ao MEC para que seja negociado com o Mare a liberação de 25% das 8.340 vagas em maio, 25% em agosto e os 50% restantes em dezembro.

MEC vai conceder vagas para docentes

Vagas serão preenchidas automaticamente sem necessidade de aprovação do MEC

O modelo de vagas da Andifes se baseia em desempenho, necessidades e equilíbrio entre corpo docente e discente. A proposta prevê um período de 6 anos para que o déficit de professores seja recomposto em todas as universidades. Para que isto aconteça, o equilíbrio será o fator de maior peso na recomposição das vagas.

Em primeiro de janeiro deste ano, o ministro da Educação, Paulo Renato, assumiu publicamente o compromisso de que toda vaga docente decorrente de falecimento, aposentadoria ou demissão seria preenchida automaticamente, não havendo mais a necessidade de aprovação do MEC. A Assessoria da Andifes garantiu que a Sesu já teria redigido uma minuta de portaria sobre o assunto a ser negociada com o Mare nos próximos dias.

Faltam 690 professores

A UFRJ conta hoje com apenas 3.016 docentes em atividade (dados de dezembro de 1997) para um total de 35.244 alunos. Para compor o quadro atual da universidade, seriam necessários 3.705 professores, ou seja, faltam 690.

Se o modelo da Andifes fosse aprovado integralmente, a UFRJ receberia este ano 948 vagas. O que significa um total de 3.964 docentes ativos. Mas, de acordo com a assessoria da entidade, a instituição só deverá obter liberação do Mare para o preenchimento de 259 vagas.

Rápidas

Greve de professores estaduais já dura um mês

O Sindicato dos professores (Sepe) reivindica um piso salarial de cinco salários mínimos para professores, três e meio para os funcionários e paridade para os aposentados. Atualmente o piso salarial da categoria é de R$ 100 e eles têm uma gratificação de R$ 115.

O Sepe vem denunciando uma série de manobras do governador Marcelo Alencar contra o orçamento da Educação. Em dezembro, deputados aprovaram o aumento do percentual da alíquota de ICMS sob a promessa de que esses recursos seriam destinados a um reajuste para os professores. Nenhum reajuste foi dado até agora. O Sepe afirma, ainda, que o governo do estado vem gastando abaixo de 25% do orçamento estadual com Educação, enquanto a Constituição estabelece 35%.

Professores em greve em Pernambuco

Assim como no Rio, os professores da rede estadual de Pernambuco estão em greve. Querem a implantação do Plano de Cargos e Salários e piso salarial de R$ 520,00.

5,5 bilhões para o ensino médio

O presidente FHC lançou semana passada o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), que deverá investir até 2002, com apoio do BID, US$ 5,5 bilhões no ensino médio e profissionalizante. O programa prevê a construção de 200 Centros de Educação Profissional, com a criação de 240 mil vagas em cursos técnicos. Mas, com esta reforma, os que pretendem ingressar na universidade após um curso profissionalizante deverão fazer uma complementação do ensino médio regular.

Incubadora de Cooperativas

I Seminário Incubadoras de Cooperativas Populares será na UFRJ. O campus da UFRJ será palco do I Seminário Nacional Incubadoras de Cooperativas Populares, entre os dias 4 e 6 de maio, para o lançamento do programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares/PRONIC. O evento busca aproximar a relação universidade - comunidade e disseminar experiências geradoras de trabalho e renda e de ação comunitária, especificamente o cooperativismo.

Cartas

Ao colega Roberto Leher,

Como sócia-fundadora da Adufrj e ex-Superintendente de Ensino da Graduação da UFRJ e sua colega na Faculdade de Educação, gostaria de manifestara minha perplexidade diante da nota publicada no jornal da Adufrj (16 a 22 de março), sobre o Centro de Ciência do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ. Muito me magoei ao ver meu nome envolvido de maneira leviana e sem sequer ter sido procurada para esclarecimento pelo jornal.

Na verdade, não foi realizado nenhum ato arbitrário contra a professora Deise Miranda Vianna. Ao assumir a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, recebi uma carta denúncia, que apontava irregularidade na administração do CECIERJ. Assim, solicitei o afastamento da presidente até o total esclarecimento do teor da denúncia.

Nilda Teves, Ferreira, Secretária do Estado de Ciência e Tecnologia.

Esclarecimento da Diretoria da Adufrj-SSind

O Jornal da Adufrj-SSind noticiou fatos relativos ao Cecierj obedecendo a critérios rigorosamente jornalísticos. A matéria informa a respeito do afastamento da Diretora do Cecierj, da transferência do Centro para a Uerj e da reação da comunidade acadêmica protestando contra a decisão arbitrária.

A nota que publicamos em edição anterior foi motivada por um abaixo-assinado, feito por cerca de 200 professores, educadores e cientistas de várias universidades, escolas e instituições de pesquisa do Rio de Janeiro, algumas dezenas dos quais também são filiados à Adufrj-SSind, solicitando esclarecimentos a propósito do bloqueio do orçamento do Centro para este ano, apesar de já aprovado e da transferência da direção deste prestigioso centro para a reitoria da Uerj.

A diretoria da Adufrj-SSind considera legítima a preocupação da comunidade acadêmica quanto aos riscos potenciais que tais medidas trazem, tendo em vista a pouca discussão acerca dos procedimentos adotados com o Cecierj.

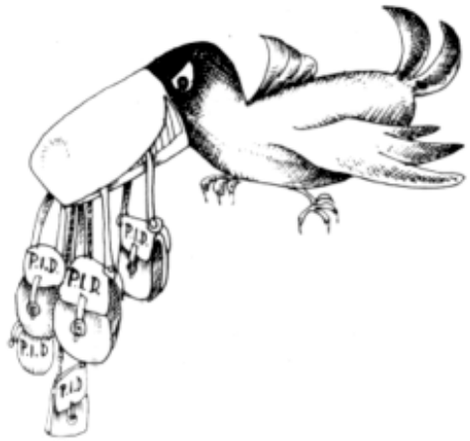
Sabemos das dificuldades que a comunidade acadêmica tem para encaminhar suas reivindicações. Lembramos em particular a irregularidade sistemática que o governo estadual, ao qual a prof. Nilda presta serviços neste momento, vêm praticando: não cumpre a lei da Constituição do Estado que determina o repasse de 2% da arrecadação estadual para a Faperj.

Nossa postura tem sido a de abrir as páginas deste jornal para a expressão democrática de quem efetivamente tem trabalhado, em condições tão difíceis, em prol da educação e da ciência. A secretaria de estado deve responder aos apelos e pedidos de esclarecimento que a comunidade tem feito.

Consuni UFRJ realiza abaixo-assinado

O documento, assinado por 26 membros do Consuni, solicita que nenhuma atitude em relação à implementação do programa seja tomada na UFRJ sem que o fórum máximo da universidade o discuta

Na reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni), dia 24, para tratar do processo de sucessão do reitor, um abaixo assinado circulou com o intuito de trazer para o Conselho Universitário as discussões e decisões que envolvem o Programa de Incentivo à Docência (PID) na UFRJ. Ao todo, foram 26 assinaturas recolhidas. O documento foi entregue ao reitor Paulo Alcântara, imediatamente após a sessão. O grupo reivindica que o assunto seja incluído na pauta do Consuni em caráter de urgência. Entretanto, na última reunião ordinária do Conselho, realizada dois dias depois (26), o assunto não fora pautado, para a surpresa dos



que assinaram o documento. O professor Oscar Rosa Mattos (CT) cobrou um posicionamento do reitor, afirmando que um assunto como a implantação dessas bolsas não pode ser tratado apenas como um fato acadêmico, mas também político, referindo-se ao fato da reitoria ter convocado apenas uma reunião conjunta entre o Conselho de Ensino de Graduação (Ceg) e o Conselho de Ensino de Pós-graduação (Cepg) para avaliarem a proposta da UFRJ para o PID. O reitor, por sua vez, justificou-se afirmando que a universidade ainda não implementou o PID, apenas elaborou uma proposta ao projeto do governo e pretende que toda a comunidade se manifeste em relação à ela. Paulo Alcântara convidou todos os membros do Conselho Universitário a participarem da próxima reunião conjunta sobre o PID na segunda feira (30), às 14 horas, na Sala do Consuni.

Governo coloca em votação MP do PID

Ao mesmo tempo que o MEC se diz "aberto a proposta de melhoria do PID", apresenta a Medida Provisória que o regulamenta ao Congresso Nacional, em regime de urgência, a ser votado na próxima terça feira

Agência Andes (Brasília) - A votação da medida provisória 1.616, que cria o Programa de Incentivo à Docência, vai ser votada em sessão conjunta da Câmara Federal na próxima terça-feira (31/03), às 19h. O programa é divulgado pelo governo como "aumento salarial aos docentes mais dedicados", mas, na realidade, tenta ser um "cala boca" para a categoria que está sem reajuste salarial há mais de três anos, com perdas salariais que chegam a 48,65%. O PID foi veemente rejeitado pela categoria, pelos Conselhos Universitários e pela Andifes.

Comissão aprova audiência com ministro

A Comissão de Educação aprovou, no último dia 25, o pedido de audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, feito pelo deputado federal Pedro Wilson (PT/GO). A audiência pretende discutir o Programa de Incentivo à Docência e a política do governo para o ensino superior com os representantes das universidades. A data ainda não foi marcada.

Deflagração da Greve dos Docentes na UFRJ

Assembléia Geral

Nesta segunda (30/03), às 14 horas, no Roxinho

Reunião entre Cepg e Ceg comprova divergências entre professores

A reunião realizada na última segunda-feira (23) entre a reitoria, Conselho de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino de Pós-graduação, foi mais uma oportunidade para se observar que a implementação do Programa de Incentivo à Docência (PID) é considerada por muitos, um grave problema no ensino de Graduação.

Convocada pela reitoria, esta reunião pretendeu apresentar aos colegiados superiores o resultado dos trabalhos da Comissão de Especial, instituída pelo reitor em meados de fevereiro. A proposta, já divulgada pelo Jornal da Adufrj, gerou muitas dúvidas e incertezas. Afinal, quem será beneficiado com essas bolsas? Como administrar um departamento que abrigará docentes com as mesmas funções, mas remunerações diferenciadas? Quais serão os critérios de avaliação dos tais projetos propostos por esta comissão?

Segundo Sandoval Cardoso Júnior, presidente da Comissão, seriam concedidas cerca de 1.950 bolsas à UFRJ. O valor destinado ficaria entre R$ 2,8 milhões e R$ 4 milhões. Esses números não batem com os da Andifes. Segundo a entidade que representa os reitores das Ifes, a UFRJ terá direito apenas a 1.261 bolsas, cerca de um terço do corpo docente da instituição (total de 3.015, dados de dezembro/97).

O professor Antônio Cláudio (Escola de Engenharia), do Ceg, afirmou que a universidade não poderá implementar o PID sem que se faça uma denúncia pública da real situação da graduação. "Estaremos gastando dinheiro público sem resultados qualitativos para o ensino", afirmou Antônio Cláudio. Além disso, para ele, este programa trará uma fragmentação e um desprestigio imensos para a universidade.

"Como um departamento poderá incentivar o trabalho de seus docentes?" pergunta o professor da Escola de Engenharia, uma vez que alguns privilegiados terão direito a um benefício apenas para exercer uma das funções principais do magistério: dar aula.

Apesar das várias manifestações contrárias ao programa, alguns professores se posicionaram a favor do simples fato de se tratar de mais recursos para a universidade, negando- se a realizar uma análise mais aprofundada dos reflexos que o PID poderá causar à instituição.

Uma nova reunião deste grupo foi marcada para esta segunda (30), a partir das 14 horas, na sala do Consuni.

Reunião do Setor aprova moção contra UFRJ

Docentes de vários países, reunidos em Brasília, manifestam seu repúdio à atitude da administração da UFRJ de implementar o PID sem considerar os posicionamentos contrários e sem discuti-lo com o Conselho Universitário. Confira trechos do texto encaminhado a todas as universidades federais do país

"O setor dos Docentes das Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior) do Andes-SN, em reunião realizada em Brasília, nos dias 19 e 21 do corrente mês, manifesta o seu veemente repúdio à deliberação do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no sentido de tentar implementar o Programa de Bolsa de Incentivo à Docência nas Ifes (PID), através da formação da comissão especial de notáveis, apesar do posicionamento contrário nesta universidade do seu Conselho de Ensino de Graduação e da inexistência de qualquer discussão sobre o referido Programa no Conselho Universitário."

O PlD foi rejeitado, por unanimidade, pelo Andes-SN, no seu XVII Congresso, enquanto concepção e processo de elaboração e instituição.(...)

A sua implementação é uma total desconsideração da pauta reivindicatória do Andes-SN por salário justo para todos os professores e defesa da universidade pública e de qualidade.

É oportuno recomendar às entidades da UFRJ que esclareçam à comissão especial o equívoco que ela está cometendo ao participar desta tentativa de implementação do PID."

Assessoria Jurídica analisa PID – página 12

Candidatos falam da greve nacional

O jornal da Adufrj ouviu os dois candidatos à presidência do Andes-SN sobre a greve nacional dos docentes das Ifes, que foi aprovada no final de semana em Brasília e deverá ser deflagrada esta semana na UFRJ

Luiz Carlos Soares - Chapa 1

Em virtude dos ataques do governo Fernando Henrique Cardoso às universidades federais e a universidade pública como um todo, os docentes estão indicando a deflagração, a partir do dia 31 de março, como uma forma de resistência à política do governo. Esta greve, na atual conjuntura, é mais do que legítima, visto que a categoria não pode suportar mais três anos sem reajuste salarial, o constante corte de verbas para a universidade e a abolição de importantes direitos através das reformas Administrativa e da Previdência.
Por outro lado, é importante garantir o apoio do conjunto dos SPFs, dos sindicatos cutistas, dos movimentos sociais, das entidades da sociedade civil e de toda a população, transformando a luta em defesa da universidade pública não apenas numa questão dos docentes, mas numa bandeira de toda a sociedade.

Renato de Oliveira - Chapa 2

A deflagração de um movimento de greve torna-se inevitável em face da própria intransigência do governo federal. A maioria absoluta das universidades rejeitou o Programa de Incentivo à Docência (PID) e as poucas que se mantiveram indecisas, e portanto isoladas, não terão coragem para acatar o PID. O movimento docente tem reforçado a unidade nacional em torno da rejeição ao Programa, posição seguida pelas administrações das universidades. Posto que o PID não está em discussão, na medida em que o rejeitamos incondicionalmente, temos que aprovar a greve por uma pauta que privilegie o reajuste salarial. Sem salários dignos, a universidade vai perder o seu maior patrimônio: seus professores. Nossas reivindicações são justas e devemos buscar o efetivo apoio da sociedade para nossa causa: a defesa da universidade brasileira

Assessoria jurídica considera PID inconstitucional

A pedido da diretoria da Adufrj-SSind, a assessoria jurídica da entidade elaborou um parecer sobre o Programa de Incentivo à Docência. Este documenta além de destacar problemas, sugere procedimentos jurídicos que deverão ser encaminhados assim que a Medida Provisória for transformada em lei.

Confira as considerações, da assessoria jurídica abaixo. (O *texto, na íntegra, está disponível na secretaria da Adufrj)*

■ **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão –** A proposta fere o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Constituição Federal, pois, cria na prática, uma superposição das atividades de ensino sobre as outras atividades.

■ **Plano de Carreira aplicável às Ifes** – Segundo o estudo jurídico, o PID fere a idéia de unidade de um Plano de Carreira nacionalmente organizado e aplicável a todas as Ifes. Esta conquista é estabelecida pelo PUCRCE, instituído pela Lei 7.596, de 10 de abril de 1987.

■ **Princípio da Isonomia** – O parecer cita o artigo 39 que prevê "a atribuição de retribuição financeira diferenciada a determinados servidores fere o princípio isonômico das remunerações pagas no interior dos três poderes da União". Entretanto, a única exceção a este princípio é aplicada na diferenciação da natureza de um cargo. Não é o caso do PID. O Programa estabelece uma remuneração a mais para uma função de trabalho inerente a todos os integrantes da carreira do magistério.

■ **Aposentadoria -** A exclusão dos aposentados é inconstitucional de acordo com o inciso XVI do artigo 37 da Carta Maior. O princípio de igualdade repudia a imposição de restrições aos docentes em atividade que sejam, também, aposentados.

Sindicato ANDES Nacional

AD UFRJ Seção Sindical

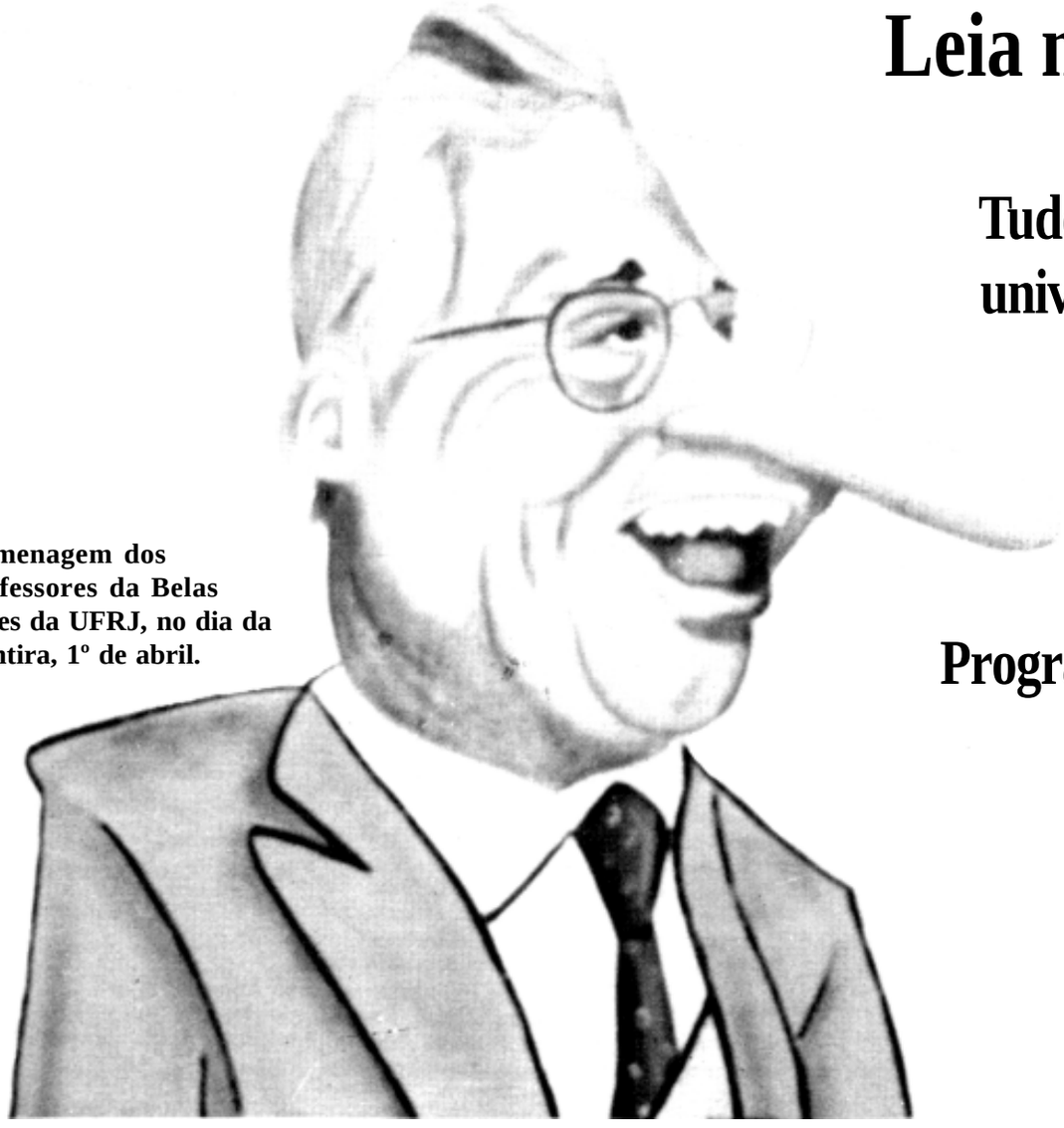
JORNAL ANO V

6 A 12 DE ABRIL/98

48,65 %

A GREVE

Leia nesta edição:



Homenagem dos professores da Belas Artes da UFRJ, no dia da mentira, 1º de abril.

Tudo sobre a greve nas universidades públicas

Eleição na UFRJ

A situação do Programa de Incentivo à Docência

MEC quer aumentar 300% a gratificação de reitores

continua

Editorial

Uma assembléia histórica

Assembléia Geral do dia 30 de março ficará registrada como uma das mais significativas em nossa história.

Ao deflagrar a greve dos docentes por tempo indeterminado na UFRJ, esta decisão abriu espaço para uma série de desdobramentos. Apesar de termos, naquele momento, algumas dificuldades de mobilização, sua avaliação política foi correta: este é o momento de iniciarmos a greve. Isto foi confirmado na assembléia seguinte, no dia 2 de abril. Foram realizadas reuniões em muitas unidades, com um comparecimento expressivo de professores, que referendaram a continuidade da greve. Este é o primeiro aspecto positivo sobre o qual chamamos a atenção. Não só a mobilização dos docentes é crescente, mas principalmente aumentamos nossa organização na base, em nossas reuniões de unidades. Ainda teremos muitos enfrentamentos pela frente e a organização democrática dos docentes é fundamental para termos sucesso.

O outro aspecto significativo foi o destaque que o movimento teve na mídia. Embora devamos ser cautelosos com o jogo de interesses que motivam a grande imprensa, é inegável que nosso movimento colocou a questão da universidade num plano de destaque no cenário político nacional. Muito além da questão salarial, que está no centro de nossas reivindicações, a denúncia da situação precária da universidade e da responsabilidade do governo com a destruição do ensino público, tornou-se evidente para o país inteiro. O governo acusou o golpe. O próprio presidente, ao declarar-se "perplexo com uma greve no momento em que lança o PID ", na verdade está reconhecendo publicamente a força da greve além de confirmar que o PID é um reajuste camuflado.

Um fator fundamental para este destaque foi o fato de termos ido às ruas, somando nossas reivindicações com a dos estudantes e professores da rede estadual, também em greve.

Embora esta primeira semana da greve tenha sido positiva, ainda temos muitas tarefas pela frente. Além de continuarmos as atividades da greve, da mobilização, as atividades de rua, de somarmos esforços com os estudantes, com os técnico-administrativos, com os servidores federais temos uma tarefa política fundamental: aprofundarmos nossa pauta política interna. A greve é o momento político privilegiado para discutirmos e encaminharmos democraticamente nossas questões internas. Um ponto de destaque neste momento é a eleição para reitor. Desde o início deste movimento temos apontado que a greve, o PID e a eleição para reitor estão intimamente ligados. O governo está transformando a UFRJ na vitrine de suas propostas, com a conivência atuante da atual administração. Já temos indícios claros de que a atual reitoria está armando sua sucessão, num processo autoritário, no melhor estilo da ditadura militar. O movimento docente não se compromete com candidaturas, mas é intransigente na defesa de um processo democrático, participativo, transparente na escolha de nossos dirigentes.

A greve, ao aumentar a mobilização dos docentes e sua manifestação organizada contra os golpes eleitorais é a garantia de que teremos um processo eleitoral representativo dos interesses da universidade pública. A participação de todos os docentes neste momento é crucial para avançarmos.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES
2º TESOUREIRO: FRANCISCO ARY FERNANDES DE MEDEIROS

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

O Colégio Eleitoral é composto pelos membros do Consuni, Ceg, Cepg e Conselho de Curadores.

Pesquisa ocorrerá entre 27 e 29 de abril

A comissão responsável pela elaboração da pesquisa para escolha de um novo reitor da UFRJ alterou as datas do calendário eleitoral. A ampliação dos prazos servirá para que candidatos e eleitores fiquem bem informados sobre as datas que envolvem o processo e participem da pesquisa comparecendo às urnas nos dias 27, 28 e 29 de abril.

Outra decisão é a divisão desta comissão em duas: a supervisora - que, como o próprio nome diz, servirá para auxiliar e supervisionar o trabalho da segunda comissão, chamada executora. Caberá a este segundo grupo organizar efetivamente a pesquisa.

O resultado desta pesquisa será entregue ao Colégio Eleitoral (CE) no dia 6 de maio. Para evitar que os candidatos menos votados sejam um dos escolhidos pelo CE, o regimento que fixa regras para a pesquisa estabelece que os três nomes que serão entregues deverão ser da chapa vencedora. Em função disso, a Comissão pedirá aos candidatos que indiquem, no ato da inscrição, os nomes de vice e de, pelo menos, um sub-reitor, para comporem a chapa. Outro ponto importante, estabelecido pelo regimento, prevê a desincompatibilidade de candidatos com cargos de direção, função gratificada na UFRJ ou com cargos de direção nas funções de apoio à universidade, no ato da inscrição.

Para que todo este processo seja válido, caberá uma grande pressão da comunidade para que os nomes indicados pela pesquisa sejam os enviados a Brasília. Pressão, porque o Colégio Eleitoral não é obrigado a acatar o resultado da pesquisa. Entretanto, se a comunidade comparecer em massa às urnas, demonstrando a legitimidade do candidato mais votado, a possibilidade da escolha de um interventor será descartada, uma vez que ninguém, em sã consciência, poderá administrar a maior universidade federal do país sem o respaldo da maioria de seus estudantes, docentes e técnico-administrativos.

Um desafio para toda a comunidade: afastar a possibilidade de um interventor

Depois que o Conselho Universitário se recusou a realizar a pesquisa - pois esta teria de dar ao voto dos professores um peso de 70% - um grupo de "eleitores" ligados aos colegiados superiores da UFRJ (Consuni, Ceg e Cepg), vem se reunindo todos os dias para viabilizar uma pesquisa informal aos estudantes, professores e técnico-administrativos da universidade. Este árduo trabalho tem uma função política fundamental para os rumos da universidade: demonstrar que a lei 9192, que assegura 70% dos votos para os docentes, não contempla os anseios da maioria da comunidade. Além disso, efetivando um processo fora do estabelecido pela lei, a UFRJ exerce sua função de instituição autônoma, com poderes garantidos pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Diante desses aspectos, a universidade ultrapassa um momento crucial. Um dos caminhos para se evitar a figura de um reitor interventor será o respaldo à consulta. O segundo caminho, pressão durante a reunião do Colégio Eleitoral, dia 6 de maio. O desafio está lançado

Fique por dentro do calendário e participe do processo

8 de abril - de 9h às 17 h. Inscrição das chapas

13 de abril - Debate no Centro de horas.

16 de abril - Debate no Campus da Praia Vermelha - às 11 horas.

22 de abril - Debate entre os candidatos no Centro de Tecnologia - às 11 horas

27, 28 e 29 de abril - Pesquisa para reitor da UFRJ, em turno único

30 de abril - Apuração dos votos

06 de maio - Reunião do Colégio Eleitoral - Escolha dos nomes que comporão a lista tríplice a ser enviada a Brasília

03 de julho - Posse do novo reitor da UFRJ

GREVE

Para FHC, PID é salário

"Estou perplexo com a greve dos professores. Logo agora que editamos uma medida provisória de incentivo à docência para resolver a situação dos salários". Esta declaração de Fernando Henrique Cardoso foi divulgada no segundo dia de greve dos docentes universitários na Hora do Brasil e em diversos órgãos de imprensa. Se alguém tinha dúvidas sobre as intenções do governo em lançar o Programa de Incentivo à Docência (PID), após esta fala do presidente da república, acabou de saná-las. Para o governo, o PID é aumento salarial. Trata-se de uma iniciativa eleitoreira que não visa apenas a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Cai como uma luva num processo de eleição para reitor na UFRJ, por exemplo. Fernando Henrique tenta convencer a opinião pública que não está achatando salário de professor, criando uma bolsa apenas para alguns. Ainda fala em incentivo à graduação. Na verdade, ele está agindo, como age em relação à saúde, à reforma agrária e a todas as iniciativas que possam beneficiar a população. Utiliza-se do seu autoritarismo e de seu poder de retórica para governar as áreas sociais de seu governo. Um exemplo do autoritarismo é a forma como ele está encaminhando o PID. Mesmo com todos os ataques da comunidade científica, o governo apresenta a MP 1616/16 que estabelece o programa, em caráter de urgência, ao Congresso Nacional.

Votação do PID é adiada no Congresso Nacional

Marcada para a última quinta feira (02/04), a votação da medida provisória 1616/16 que institui o Programa de Incentivo à Docência, foi mais uma vez adiada pelo Congresso Nacional. Considerada como um ponto polêmico até mesmo entre os parlamentares que compõem a base governista, a votação da MP do PID foi transferida para a próxima semana. Durante a sessão, a greve dos professores e as péssimas condições das universidades federais foram citadas por senadores e deputados. As manifestações no dia da mentira, em todo o país, também foram utilizadas como exemplo pelos parlamentares para evidenciar a crise no ensino superior brasileiro.

Para Ceg e Cepg, o PID deverá ser empregado na infra-estrutura da graduação

Os Conselhos de Estudos de Graduação e de Pós-graduação (Ceg e Cepg) da UFRJ estão construindo alternativas, em separado, ao Programa de Incentivo à Docência. O Ceg deverá amadurecer, em sua próxima reunião na quarta feira(8/04), uma proposta que estabelece a utilização da verba do PID para a infra-estrutura da universidade. O que os membros do Ceg querem é que a verba que seria destinada à concessão de bolsas seja utilizada para a melhoria de laboratórios, de salas de aula e de toda a infra-estrutura que envolve o ensino de graduação. Além disso, o Conselho pretende redigir um documento afirmando que uma política de incentivo à graduação deve ser montada obedecendo a alguns critérios básicos, como: aumento salarial e verbas para o investimento de infra-estrutura na instituição.

O Conselho de Estudos de Pós-graduação (Cepg) aprovou, na reunião do dia 27 de março, um documento que possui, basicamente, o mesmo objetivo da proposta do Ceg. A intenção é a transformação do Programa de Incentivo à Docência (PID) num Programa de Fomento à Graduação. Para o Cepg, os recursos destinados à UFRJ no âmbito deste programa deverão ser alocados a projetos de unidades, departamentos ou de cursos voltados para a melhoria das atividades de graduação.

Nesta semana, deverá ocorrer uma reunião entre Ceg e Cepg com o objetivo de se discutir as duas propostas para o programa na UFRJ.

Assembléia da Adufrj
Terça feira (07/04), 14h
Auditório do CT

GREVE

Movimento é forte na UFRJ

Assembléia da Adufrj aprova continuidade da greve nacional por tempo indeterminado. Várias unidades estão organizando reuniões e atividades de ocupação. Novo ato nesta quarta-feira, dia 8, no prédio do MEC

Na semana passada, foram realizadas duas assembléias da Adufrj que entraram para a história do movimento docente. Segunda-feira, os professores da UFRJ deliberaram, por ampla maioria, aderir à greve nacional deflagrada pelo Sindicato Nacional - Andes. Quinta-feira, com 257 professores assinando o livro de presenças e mais de 300 comparecendo ao auditório do CT, os docentes mantiveram a greve na universidade.

Votaram favoráveis à manutenção 214 professores, 20 foram contrários e apenas 4 se abstiveram. O caráter da greve também foi deliberado: 150 votos a favor do prazo indeterminado e 63 a favor de um prazo determinado, até o dia 7 de abril, com 14 abstenções.

A greve está crescendo na universidade. Diversas unidades organizaram reuniões na semana passada e levaram suas decisões à assembléia da Adufrj. Outras reuniões estão agendadas para este início de semana e uma grande manifestação vai acontecer na quarta-feira, no centro da cidade.

A importância do movimento organizado a partir das unidades foi ressaltada nas palavras do presidente da Adufrj, Roberto Leher. "A grande vitória desta nossa entrada em greve não é o que tem saído na mídia, mas o nosso saldo organizativo; são muito mais importantes as reuniões que ocorreram nas unidades, que há tempos não aconteciam".

Roberto destacou o significado desta retomada, até porque alguns professores expressaram um sentimento de dúvidas em muitas das reuniões realizadas nas unidades. "Dá certo ou não dá certo fazer greve?" Perguntou para ele próprio responder: "Claro que dá certo! Ternos uma carreira que foi construída na greve, temos titulação que foi obtida em greve e também temos eleição para eleitor, embora agora com retrocesso, mas que também foi construída em greve".

Assembléia geral da Adufrj em 2/4 lota auditório do CT e mantém greve na UFRJ

Muitas conquistas em greves passadas

"Historicamente", disse Leher, "as grandes conquistas da categoria foram obtidas através do instrumento da greve". Nos anos 80, foram conquistados, através da greve, o plano de carreira, o ingresso na universidade mediante concurso público e o próprio artigo 207 da Constituição Federal, que assegura às universidades o princípio da autonomia. Este mesmo artigo que o governo FHC abomina.

Nos anos 90, também foram obtidas conquistas significantes como a gratificação por titulação. Na greve de 1991, os docentes que tinham especialização, passaram a ter uma gratificação de 12%. Nesta mesma greve, os professores com mestrado e doutorado tiveram seus percentuais reajustados e os que contratados em regime de Dedicação Exclusiva também tiveram reajuste, passando de uma gratificação de 40% para 55%. Em 93, os professores conseguiram um reajuste no valor da Gratificação por Atividade Executiva (GAE), instituída no ano anterior pelo governo Collor, que passou de 80% para 160% do valor do salário.

Não é bom nem imaginar o que teria acontecido caso os professores não tivessem se organizado nestas épocas passadas. Mas dá para imaginar o que vai acontecer caso este governo tenha liberdade para agir. A professora Regina Célia, do Instituto de Física, forneceu uma pista: "Se a gente deixar as coisas como estão e se o governo for reeleito, ano que vem não estaremos mais aqui".

Não custa lembrar: já são três anos sem reajuste salarial e se depender somente da vontade de FHC, serão muitos outros...

GREVE GREVE

Flagrados na mentira

Estudantes e professores realizaram, no dia 1º de abril, manifestações em diversas capitais brasileiras em defesa do ensino público e de qualidade, marcando o início da greve nacional dos docentes. No Rio de Janeiro, o centro da cidade parou para assistir a uma bem humorada sátira aos nossos governantes.

Sobraram responsabilidades: do presidente "Pinóquio" ao nobre alcaide - dois professores universitários -, passando por um certo governador mais conhecido pelo seu alto teor volátil, todos tiveram seus atos passados a limpo.

Se no dia-a-dia quem sofre com os desmandos destes governantes é a população, durante a manifestação a balança pendeu para o outro lado, com o presidente assumindo o papel de grande homenageado: de cada cinco refrões, três lhe eram carinhosamente dedicados. FHC foi lembrado pelas inúmeras promessas de campanha, das quais nenhuma cumpriu, pela corrupção, compra de votos, arrocho salarial, privatizações espúrias, autoritarismo e pelo desemprego.

Assim, o presidentes saiu da Avenida Presidente Vargas como o principal responsável pela falta de recursos à área social, cruzou a Avenida Rio Branco como chefe de um governo que manda matar trabalhadores sem-terra, e acabou virando a esquina da Rua Araújo Porto Alegre como **F**ernando **H**erdeiro de **C**ollor, sem dúvida o mais ovacionado. A caminho do prédio da delegacia do MEC no Rio, a conclusão foi óbvia: para dar uma virada neste país, é preciso tirar o emprego de FHC.

Os professores de todas as universidades federais do estado do Rio, e da Uerj, que estavam no bloco final da passeata ficaram sensibilizados com os refrães entoados pelos estudantes. "Mexeu com ele, mexeu comigo, o professor é meu amigo", e "Ô professor, não fique triste, o ensino não morreu e o estudante vai à luta defender o que é seu" - esta última foi especialmente criada pelos alunos do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ, que compareceram em grande número.

O vice-presidente da Adufrj e diretor do Sindicato Nacional - Andes, Roberto Houaiss, denunciou a situação real das universidades públicas no Brasil. Houaiss falou das precárias condições dos prédios da UFRJ, "que estão caindo aos pedaços", lembrou que "os professores mais antigos estão sendo "expulsos das universidades" devido às ameaças contidas nas reformas Administrativas e da Previdência e vaticinou: "a universidade pública está sendo privatizada pelo professor Fernando Henrique".

Professores da UFRJ comparecem ao ato

Vários professores da UFRJ compareceram à passeata organizada pelos estudantes. O professor da Escola de Enfermagem Ana Nery (da UFRJ), Roberto Leal, afirmou que as atividades curriculares da graduação foram paralisadas e os professores estão realizando atividades de mobilização na unidade e no Hospital Universitário. A professora do Instituto de Nutrição Josué de Castro, Míriam Ribeiro, avaliou o movimento de greve em sua unidade como crescente. Míriam está contando com um movimento forte, porque só "assim poderemos conseguir alguma coisa". A professora da Faculdade de Educação, Raquel Goulart, apesar de vislumbrar uma descrença por parte de seus colegas - "as pessoas estão cansadas de perder"-, também vê um estado crescente de mobilização, e revela: "em contrapartida, tem pessoas mais mobilizadas do que em outras greves".

O presidente da Adur-RJ (Associação dos Docentes da Universidade Rural do Rio de Janeiro), Delson Lima, acredita que esta greve está apenas começando. As duas assembléias realizadas na Rural reuniram mais de 40% dos docentes que estavam na universidade. Resultado: greve por tempo indeterminado. Delson espera que a paralisação na Rural seja total. Para isto, a Adur-Rio está organizando panfletagens em todo campus e visitas às salas de aula para conscientização.

Assembléia da Adufrj
Terça feira (07/04), 14h
Auditório do CT

GREVE

Confira abaixo a adesão das demais Ifes à greve do Andes-Sindicato Nacional

Greve por tempo indeterminado a partir do dia 31 de março	Greve por tempo indeterminado a partir de outra data	Com indicativo de greve por tempo indeterminado e com AGs marcadas para deliberação	Sem indicativo de greve por tempo indeterminado mas com AGs marcadas para deliberação	Greve parcial por tempo determinado e com paralisações	Rejeição à greve por tempo indeterminado
■**AdUnB** *(Brasília)* ■**Sindocefet-MG** *(Cefet-MG)* ■**Sindocefet-PR** *(Cefet-Paraná)* ■**Apub** *(Federal da Bahia)* ■**Aproefei** *(Itajubá)* ■**Adufmat** *(Cuiabá)* ■**Aspuv** *(Federal de Viçosa - MG)* ■**Adufrj** *(Federal do Rio)* ■**Adur-RJ** *(Federal Rural do Rio)* ■**Adufu** *(Uberlândia)* ■**Adufpb-Patos** *(UFPB-Patos)* ■**Adufpel** *(Federal de Pelotas - RS)* ■**Apufsc** *(Federal de Santa Catarina)* ■**Apruma** *(Maranhão)* ■**Apubh** *(Federal de Minas Gerais)* ■**Apes-JF** *(Juiz de Fora)* ■**Adufpb-JP** *(Federal da Paraíba - campus de João Pessoa)* ■**Adufop** *(Ouro Preto)* ■**Aduff** *(Fluminense)* ■**Aspesal** *(Lavras)* ■**Adufs** *(Federal de Sergipe)* ■**Adunir** *(Federal de Rondônia)* ■**Aufpa** *(Pará)* ■**Adufal** *(Federal de Alagoas)* ■**Adfcap** *(Ciências Agrárias do Pará)* ■**AdCefet-RJ** *(Cefet-Rio)*	A partir de 6 de abril: ■**Aduc** *(Cajazeiras - PB)* ■**Aduferpe** *(Rural de Pernambuco)* ■**Sedufsm** *(Federal de Santa Maria)* ■**Adufac** *(Federal do Acre)* A partir de 28 de abril: ■**Adua** *(Federal do Amazonas)* **OBS:** ■**Adufscar** *(Federal de São Carlos)* - **deliberou greve intermitente por tempo indeterminado**	AG em 03/04 ■**Sindifap** *(Federal do Amapá)* AG em 07/04 ■**Adurn** *(Federal do Rio Grande do Norte)* ■**Adufg** *(Federal do Goiás)* ■**Aprofurg** *(Rio Grande - RS)* AG em 08/04 ■**Adfunrei** *(Fundação de Ensino Superior de São João Del Rey)* ■**Aduni-Rio** *(Universidade do Rio de Janeiro)* AG em 015/04 ■**Adufc** *(Federal do Ceará)* -	AG em 06/04 ■**Sesduf-RR** *(Federal de Roraima)* ■**Adourados** *(Federal de MT)* - **6/04** AG em 07/04 ■**Adu[illegible]** *(Federal de Pernambuco)* AG em 08/04 ■**Adufmat-ROO** *(Federal de Mato Grosso - campus Rondonópolis)* - AG na 2ª quinzena de Abril ■**Adufes** *(Federal do Espírito Santo)*	■**Adufpb-CG** *(campus de Campina Grande)* paralisação de 31/03 a 04/04 ■**Adufscar** *(Federal de São Carlos)* paralisou de 30/03 a 01/04	■**Adufrgs** *(Federal do Rio Grande do Sul)* ■**Apufpr** *(Federal do Paraná)* ■**Adufms** *(Federal de Mato Grosso do Sul)* ■**Adufpi** *(Federal do Piauí)* próxima AG.07/04

Reitores se reúnem dia 14 para discutir reajuste salarial de docentes

A entidade discute também a proposta do governo de baixar uma portaria ou assinar uma MP que eleva de R$ 1,9 mil para R$ 5,6 mil a gratificação dos reitores.

O Pleno da Associação dos Reitores das Ifes (Andifes) tem reunião marcada, dia 14 de abril, para discutir a situação salarial dos docentes e dos técnico-administrativos. O reajuste das categorias entrou na pauta dos reitores após a deflagração da greve nacional do Andes e a adesão de mais da metade das universidades federais ao movimento.

Segundo assessoria da entidade, a grande maioria dos reitores reconhece a necessidade de um reajuste linear para os docentes e é contra a idéia de qualquer mecanismo de reajuste ou aumento salarial excludente, como o Programa de Incentivo à Docência do MEC.

A entidade está negociando com o MEC a transformação do PID em um programa de fomento à graduação, com a utilização destes recursos para a compra de equipamentos e melhoria de laboratórios.

GREVE

A mobilização nas Unidades da UFRJ

Instituto de Física - 33 professores compareceram à reunião do dia 2 de abril, representando 28% do total de docentes da unidade. 28 deles votaram pela continuação da greve, mas por tempo determinado, até o dia 7 de abril, quando seria realizada uma nova assembléia geral. Nenhum voto contrário à greve.

Instituto de Matemática- 36 professores compareceram à reunião. 26 docentes se manifestaram favoráveis à continuação da greve e 34 deles rejeitaram o Programa de Incentivo à Docência (PID). Eles aprovaram uma nota de repúdio à Reitoria da UFRJ por ter encaminhado o programa na universidade sem consultar a comunidade.

Instituto de Química - 30 professores presentes, com 17 votando favoravelmente à continuidade, 5 contra e 7 abstenções. Solicitaram que a eleição para reitor fosse incluída na pauta da próxima assembléia geral.

Faculdade de Letras - Na reunião com professores, técnicos e estudantes, uma constatação: a faculdade está totalmente paralisada. Os estudantes, além de apoiarem a greve, estão colaborando na sua organização.

Faculdade de Educação - A faculdade estava totalmente fechada, para isto, colaborou a paralisação dos técnico-administrativos. Dos participantes, 15 votaram pela greve e apenas um se manifestou contrário. O PID foi rejeitado.

Instituto de Psicologia - Também houve dificuldade para realização da reunião porque o prédio estava fechado. Do total de 60 professores lotados na unidade, 15 estiveram presentes e decidiram acatar a greve deliberada pela Adufrj, ressaltando que acham fundamental mobilizar os professores para as atividades de greve. A próxima reunião está marcada para segunda-feira, 6, às 10 horas.

Colégio de Aplicação - Realizaram várias reuniões. Na última, dia 1º, 23 votaram pela greve, 13 se abstiveram e ninguém foi contra. A próxima reunião será nesta sexta-feira, às 8 horas com os professores e às 10h30 com os alunos.

Escola de Comunicação - Dos 68 professores da unidade, 33 compareceram à reunião. 28 votaram e apenas um se manifestou contrário à greve. Na próxima segunda-feira, dia 6 de abril, às 11 horas, será realizada nova reunião.

Instituto de Biologia - Com 34 docentes presentes (50 % do total), 29 votaram. Destes, 24 deliberaram pela manutenção do movimento de greve e 5 se abstiveram. Eles também deliberaram pela não reposição de aulas, não realização de vestibular e, ainda, pela não realização de formatura neste se- mestre, em função da greve.

Nesc (Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva) - Realizaram reunião no dia 1º mas nenhuma votação ocorreu. Marcaram nova reunião para o dia 3 de abril. Também rejeitaram o PID.

Instituto de Nutrição - As atividades estão totalmente paralisadas no Instituto, com mais de 50% de docentes apoiando a greve. Nova reunião está marcada para terça-feira, dia 7, às 11 horas.

CCS - Na reunião realizada com cerca de 50 professores de vários departamentos, nenhum docente se manifestou contrário à greve, apesar de não realizarem votação. A próxima reunião será na terça-feira, dia 7, às 11 horas, no Auditório da Biblioteca Central.

CCJE - Na reunião realizada no Ippur, 9 dos 12 professores compareceram e se manifestaram favoráveis à greve por tempo indeterminado. Nesta segunda-feira (6), uma nova reunião será realizada, desta vez com a presença dos estudantes, para organizarem manifestações de apoio. Todos rejeitaram o PID.

CT - 15 professores compareceram. Na hora da votação, havia 12 professores, sendo que 10 foram favoráveis, um contra e uma abstenção. Todos foram contra o PID. A próxima reunião será na terça-feira (7), às 10 horas, na sala H107

Instituto de Microbiologia - Na reunião realizada sexta-feira passada em que 32 professores compareceram, somente 26 votaram. Destes, 20 se mostraram a favor da greve e 6 contra. O PID foi discutido e, a princípio, repudiado.

Faculdade de Medicina - A reunião foi realizada também na sexta-feira passada, com cerca de 30 professores presentes, que aprovaram a adesão à greve por ampla maioria. A próxima reunião será nesta terça-feira, dia 7, às 9 horas no anfiteatro do HU, no 9º andar.

Chapa 1- Andes Autônoma e Democrática

Uma longa luta em defesa da universidade pública, gratuita e produtora de conhecimento socialmente reverenciado e da reinvenção do sindicalismo

Professor, nos dias 12 e 13 de maio, os docentes das universidades brasileiras estarão elegendo a nova diretoria do Andes-SN, uma das experiências mais originais do sindicalismo brasileiro. A história deste sindicato tem as marcas dos princípios e valores defendidos pela tendência **Andes Autônoma e Democrática,** que transformaram o sindicalismo brasileiro e a própria universidade. Diferentemente do *sindicalismo de Estado,* atrelado a governos e a partido, fomos radicais na luta contra o imposto sindical e na definição de procedimentos democráticos, instituindo os Congressos como instâncias deliberativas constituídos por delegados de base e implementando eleições diretas para os cargos da diretoria.

Espaço insubstituível de cidadania e de expressão da ação democrática, o Andes-SN tem um futuro a ser construído e para isto será preciso torná-lo mais dinâmico, aberto, unitário e perseverar em sua autonomia. Podemos reivindicar um futuro, pois temos um passado que muito nos orgulha. A tendência **Andes Autônoma e Democrática** esteve à frente de conquistas memoráveis como o Plano de Cargos e Salários (1987), eleições diretas para reitor e demais dirigentes, elaboração de uma proposta de Lei de Diretrizes e Base para a educação nacional (LDB) durante o processo constituinte de 1988 e recentemente se empenhou na organização e realização dos I e II Coned (Congresso Nacional de Educação). Nestes congressos, coordenou junto ao conjunto de entidades do movimento social a construção democrática e coletiva do *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira,* transformado em Projeto de Lei por iniciativa de um grupo de deputados comprometidos com a educação pública. Atuando em conjunto com o *Fórum Nacional em defesa da Escola Pública* garantimos conquistas na Constituição Federal de 1988, como o Art. 207 que preserva o princípio da autonomia e da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e permanecemos na luta contra projetos privatistas como o *Geres* (Sarney) e *Nova Universidade* (Collor).

Nenhuma destas conquistas teria sido construída com um sindicalismo neocorporativista, sempre pronto a fazer acordos "por cima" com quaisquer governos. Acordos espúrios com governos e partidos mutilam a identidade dos sindicatos, em detrimento de suas idéias e abordagens próprias. A conseqüência inevitável é o enfraquecimento do movimento social. Entendemos que a independência do sindicato deve ser total em relação aos governos, ao aparelho de Estado, ao patronato, às igrejas e aos partidos. A universidade pública não será protegida com um sindicato que desconsidere esses pressupostos. Defendemos que a ação do sindicato seja colocada sob a responsabilidade e controle exclusivo de seus sindicalizados.

A tendência **Andes: Autônoma e Democrática** na UFRJ constituiu a maioria das últimas diretorias da Adufrj desde 1989. Uma breve análise deste período comprova que a opção de fortalecimento do sindicato foi correta: na greve de 1991 obtivemos ganhos salariais significativos e o aprimoramento da carreira, no setor jurídico conquistamos a liberação do FGTS e a liminar do Plano Verão, resultando em um ganho de 26,05% em nossos salários. Ademais, empenhamo-nos em transformar a universidade num lugar feito de laços de solidariedade, buscando maior proximidade com os técnico-administrativos e estudantes.

É em nome desta trajetória que reivindicamos o seu apoio à **Chapa 1: Andes Autônoma e Democrática.** A **Adufrj Autônoma e Democrática** participa da chapa com dois nomes que expressam com exatidão a coerência da nossa tendência: as professoras **Rosanne Dias** e **Philomena Gebran.** A primeira é professora do Colégio de Aplicação, foi diretora da Adufrj (1991 -1993), vice-presidente desta entidade (1995-1997) e diretora do Andes-SN (1994-1996). A segunda é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, foi fundadora da Adufrj (1979), vice-presidente (1991 -1993) e é também vice-presidente na atual gestão.

Chapa 2 - Ganhar a ANDES para não perder a universidade

Está sendo implementada pelo governo uma política para a Universidade Brasileira. Nossas Universidades Públicas encontram-se no limiar de uma mudança radical que compromete seu perfil e estrutura atuais, apontando para a diluição de sua vocação de fomentadoras da Ciência e da Cultura, para se converterem em simples agências de formação de recursos humanos. Projeta-se uma "universidade" voltada para uma economia que aprofunda sua dependência em relação aos centros e corporações do capitalismo internacional. É este o sentido das políticas que desmontam sistemas estaduais de ensino superior, do estrangulamento orçamentário e salarial das universidades federais e da programada extinção dos Centros Federais de Educação Tecnológica. É este o sentido da canalização de vultosos recursos públicos para algumas instituições privadas e dos cortes orçamentários impostos às agências de financiamento da pesquisa e da formação de pesquisadores.

Trata-se de uma reorientação estratégica do processo de geração de conhecimentos no pais, concentrando-o em algumas poucas instituições estaduais e privadas, de forma a aproximá-las dos interesses imediatos da iniciativa privada e afastá-los dos espaços públicos de formação e exercício da cidadania. O que se projeta é um país sem futuro, no qual o conjunto das lutas populares não terá o suporte do conhecimento científico publicamente disponível, um país para poucos privilegiados que transformam o espaço público em espaço de consumo privado, cujos interesse são opostos à formação de uma cultura e uma identidade nacionais. É a partir de uma nova aliança a ser construída entre a Universidade e a Sociedade que reconstruiremos a Universidade Pública profundamente comprometida com o ideal da fraternidade e da justiça social.

Por que nos propomos à direção da ANDES? Em primeiro lugar, por nossa trajetória no movimento docente e na Universidade. Acompanhando a ANDES desde o seu início, há muito discordamos das práticas que tomaram conta de sua direção. E o fizemos expondo publicamente nossas críticas, organizando colegas que buscavam alternativas que reaproximassem a ANDES das universidades, e participando, enquanto oposição, das últimas eleições para a direção nacional do sindicato. Jamais ficamos calados frente ao progressivo abandono e comprometimento dos propósitos básicos da ANDES, que tem gerado um crescente desgaste de sua imagem.

Em segundo lugar porque a ANDES está em crise, e justamente porque sua atual diretoria, bem como algumas antecessoras, ao insistirem em considerar os docentes como uma simples categoria profissional definida por interesses corporativos homogêneos, impediram a reflexão sobre os problemas da Universidade tomada em seu conjunto, não entendendo a especificidade do papel da Universidade na dinâmica social, não percebendo que podemos infligir derrotas ao capital que não se resumem à conquista de nossos interesses corporativos. Impediram que a ANDES representasse o conjunto dos interesses democraticamente constituídos entre os docentes. Esta diretoria, bem como a anterior, afastou a ANDES da Universidade e da sociedade.

Em terceiro lugar, porque a ANDES fundamental: é através dela que os professores poderão recuperar sua identidade e sua capacidade de intervenção concreta na Universidade. A vocação própria da ANDES, além de ser um sindicato de docentes, é de se constituir como elo de mediação entre a Universidade e a Sociedade, contribuindo para fortalecer a legitimidade social da Universidade.

Por tudo isto, o desafio de ganhar a ANDES é o primeiro passo para não perdermos a Universidade.

Renato de Oliveira (presidente), Osmar Marchese e Márcio Florentino Pereira (executiva nacional da Chapa 2)

GREVE

MEC só libera 2.100 vagas para docentes

Andifes é contra distribuição sigilosa de vagas

Não adiantou nada a pressão dos reitores junto ao MEC para a abertura das 8.340 vagas para concurso público de docentes nas universidades federais. Segundo a assessoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes), o governo só vai liberar 2.100 vagas, o que significa apenas 25% do déficit atual no quadro de professores.

Os reitores estiveram reunidos com a Secretaria de Ensino Superior (Sesu), na semana passada, para negociar a distribuição destas vagas entre as universidades. O Sindicato Nacional dos Docentes esteve presente no encontro.

Na ocasião, MEC e Andifes discordaram quanto aos critérios de distribuição das vagas. Para a associação dos reitores, estas deveriam ser preenchidas de acordo com uma avaliação das reais necessidades de recomposição das perdas de docentes em cada universidade e não por métodos sigilosos. Atualmente cada reitor negocia (ou barganha), diretamente com o ministro, o número de vagas para sua instituição.

O modelo que estava sendo proposto pela Andifes recomendava a recomposição do déficit de professores a partir da relação do corpo docente e dos alunos matriculados e através da avaliação do desempenho acadêmico da instituição. Itens como o número de diplomados, de teses concluídas, matrículas e evasão seriam considerados para a recomposição do corpo docente.

Hoje, nas universidades federais 42.227 professores se encontram em atividade. O sistema comporta 50.266, apresentando, hoje, uma diminuição de 8.049 vagas. Pelo modelo da Andifes, as universidades deveriam contar, para o ano letivo de 1998, com 50.567 professores atuando.

Para UFRJ sobram apenas 239 vagas

Na divisão das vagas, a UFRJ poderá realizar apenas 239 concursos para professores, este ano. Esta universidade vem amargando a falta de nada menos do que 690 docentes, ao longo dos últimos anos. Os principais responsáveis são a reforma da Previdência do governo FHC e os baixos salários, que afastaram milhares de professores das instituições públicas.

Os 3.016 professores em atividade (dados de dezembro de 97) têm que dar conta de ministrar aulas, fazer trabalhos de pesquisa e extensão, além de orientar monografias e teses, em um universo de mais de 40.000 estudantes. (Os dados oficiais do número de alunos da UFRJ remontam a dezembro de 96. Na época, a universidade tinha 35.244 matrículas preenchidas).

A falta de professores é um dos problemas vividos pela comunidade universitária em todo o país e é um dos itens de reivindicação da greve dos docentes organizada pelo Andes Sindicato Nacional.

E a UFRJ sabe bem o que é conviver com contratos precários de professores substitutos, em disciplinas quase sempre ameaçadas de extermínio por falta de professores efetivos. Só no departamento de História do IFCS, 14 disciplinas não puderam começar as atividades neste semestre por falta de professores.

Assembléia Geral da Adufrj

Pauta

Avaliação da greve
Eleição para reitor

Terça-feira, dia 7 de abril
às 14 horas
Auditório do
Centro de Tecnologia

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V

13 A 19 DE ABRIL/98

48,65 %

2 semanas

Leia nesta edição:

Cobertura da greve na UFRJ e nas demais universidades

Eleição na UFRJ: candidatos inscrevem chapas

ASSEMBLÉIA GERAL
Quarta, 15/04, 13:00h
Auditório do Roxinho
Avaliação da greve
Eleição para reitor
Atribuição da competência de 2º tesoureiro ao 1º vice-presidente

de greve

Abono 98 : informe urgente

Confira se o seu nome consta da lista que a reitoria da UFRJ enviou ao juiz que concedeu parecer favorável ao processo aberto pela Adufrj-SSind para a venda das férias de 1998. Ela está disponível na home page da Adufrj: http://www.ibase.org.br/~adufrj

Editorial

Uma decisão madura

Demorou, mas apareceu. Em algumas reuniões de unidades surge o argumento de que "é preciso sair da greve para não prejudicar a eleição para a reitoria". Uma colocação completamente equivocada, de quem não está vivendo nosso dia-a-dia.

Uma das maiores conquistas desta greve, junto com a repercussão nacional dos problemas da universidade, tem sido mobilizar os docentes com uma intensidade sem precedentes. Ainda devemos fazer um esforço maior para trazermos nossos colegas às nossas reuniões, mas em relação ao marasmo de períodos recentes, há um crescimento notável. São inúmeras as reuniões de unidades com uma presença significativa dos docentes. Não apenas as reivindicações salariais estão na pauta, mas também todas as questões relativas à universidade, a eleição para reitor incluída. É crescente a preocupação com os rumos da eleição, a crítica à atual administração e o receio de uma intervenção do governo na escolha do próximo reitor.

Qual é a garantia de que teremos um processo democrático, inquestionável, representativo? Apenas nossa mobilização, a pressão da comunidade acadêmica de que nossas decisões serão respeitadas, e, neste sentido, a contribuição da greve é inquestionável.

Já é mais do que chegado o momento de que as candidaturas à próxima administração coloquem suas propostas para a comunidade, polarizem e mobilizem em função de suas diferenças. A greve é um catalisador político importante para que o debate em torno dos rumos da universidade se aprofunde, ganhe densidade política.

Os candidatos devem sair dos gabinetes para convencer a comunidade da pertinência de suas propostas, e não tentar interferir no movimento da greve em função de seus interesses.

Os candidatos devem sair dos gabinetes para convencer a comunidade da pertinência de suas propostas, e não tentar interferir no movimento da greve em função de seus interesses.

O movimento docente já tem maturidade suficiente para estabelecer as diferenças. A votação de nossa Assembléia Geral é a demonstração disto.

Por motivos pessoais, o nosso colega Francisco Ary de Medeiros solicitou seu afastamento da Diretoria da Adufrj-SSind desde o dia 7 de abril.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Coppe promove debate

A Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE - estará promovendo, na próxima terça feira (14/04), um debate entre os candidatos a reitor da UFRJ. "Ensino e Pesquisa - Os Caminhos da UFRJ no Próximo Século" é o tema do evento que acontecerá no Auditório do COPPE, sala G-122, Centro de Tecnologia, a partir das 13h30.

Eleição para reitor

Cinco candidatos inscrevem-se para pesquisa da comunidade

No dia 8 de abril, os cinco candidatos à reitoria da UFRJ compareceram à sala da secretaria dos órgãos colegiados para inscrevem suas chapas. Todos os candidatos apresentaram, além do nome de vice-reitor, um candidato a sub-reitor. A inscrição do terceiro nome foi fundamental para a composição da lista tríplice que será apresentada, dia 6 de maio, ao Colégio Eleitoral (CE) da UFRJ. O objetivo é evitar que nomes que não tenham conseguido a maioria dos votos durante a pesquisa façam parte desta lista e possam, consequentemente, ser escolhidos pelo CE. Vale ressaltar que este processo será fundamental para pressionar o Colégio Eleitoral da universidade a acatar os nomes que compõem a chapa mais votada, afastando a possibilidade de um interventor.

Após esta etapa do processo, caberá o engajamento de toda a comunidade da UFRJ, participando dos debates e comparecendo às urnas nos dias 27, 28 e 29 de abril para votar na chapa de sua preferência.

Confira os candidatos que participarão da pesquisa:

Chapa 1 - Reitoria: Vera Halfoun (CCS), Vice: Luiz Pinguelli Rosa (Coppe), Sub-reitoria: Joel Rufino (Letras)

Chapa 2 - Reitoria: Aloísio Teixeira (Economia), Vice: Silvia de Mello (Medicina), Sub-reitoria: Luiz Pereira Caloba (Engenharia)

Chapa 3 - Reitoria: Luiz Rocha Neto (FAU), Vice: Gerônimo de Paula Silva (FAU), Sub-reitoria: Aristóteles Tarcísio de Souza (FAU)

Chapa 4 - Joel Teodósio (Coppe), Vice: Elizabeth Boscher Torres(EBA), Sub-reitoria: Cláudio Luiz Baraúna Vieira (Engenharia)

Chapa 5 - José Vilhena (atual vice-reitor), Vice: Edson A. Saad (Medicina), sub-reitoria: Sandoval Carneiro Júnior (Coppe)

Calendário oficial de debates é alterado

O calendário de debates entre os candidatos à reitoria da UFRJ sofreu alterações em relação às datas publicadas no último número do Jornal da Adufrj. Vale ressaltar que esses debates são um ótimo espaço para a comunidade se informar sobre as plataformas de campanha e questionar todos os candidatos a respeito dos projetos de universidades.

Calendário de debates

14 de abril - Auditório do Centro de Tecnologia (CT), às 11 horas

16 de abril - CCS - Quinhentão, às 11 horas

22 de abril - Praia Vermelha - Anfiteatro, às 11 horas.

Calendário eleitoral

27, 28 e 29 de abril- Pesquisa para escolha do nome que comporá a lista tríplice

30 de abril - Apuração dos votos

6 de maio - Reunião do colégio eleitoral - Escolha dos nomes que comporão a lista tríplice a ser enviada a Brasília

Compareçam

Assembléia da Adufrj aprova continuidade da greve

Por 127 votos a favor, os professores da UFRJ mantiveram o movimento de greve na universidade. A decisão foi tomada na assembléia geral da Adufrj-SSind realizada terça-feira, dia 7, no auditório do Centro de Tecnologia. Treze docentes votaram contra a greve e dois se abstiveram, com o livro de presenças registrando 169 assinaturas. Os professores também deliberaram, por 115 votos, que o movimento continua por tempo indeterminado. Votaram pela greve por tempo determinado 14 professores e 8 se abstiveram.

Dezessete unidades realizaram reuniões preparatórias para a assembléia e a grande maioria aprovou a continuidade da greve. Este dado revela a adesão crescente dos professores da UFRJ à greve nacional. Foram relatadas também atividades de mobilização, como debates e palestras, em várias unidades. Aumentou, também, o número de representantes no Comando Local de Greve. *(Leia mais sobre a greve na UFRJ na página 8)*

Abaixo assinado

O abaixo-assinado que circula pela universidade, de apoio à greve dos professores, já recolheu mais de mil assinaturas. Toda a comunidade universitária está fazendo questão de demonstrar solidariedade ao movimento. Para assinar o documento, procure o representante de sua unidade no Comando Local de Greve.

GREVE

A educação nas ruas

Professores e estudantes de 1º, 2º e 3º graus fazem ato na Cinelândia

A educação pública ganhou as ruas do centro da cidade, na última quarta-feira. E o país assistiu a uma manifestação em que os profissionais da educação e estudantes reafirmaram sua disposição de impedir que o governo Fernando Henrique destrua este patrimônio da sociedade brasileira.

Marcando urna semana em greve nacional, os manifestantes - em grande parte, vestidos com roupas pretas - queimaram contracheques, malharam e incendiaram um Judas e fizeram uma devolução simbólica dos livros do presidente FHC ao MEC. Foi a expressão de uma grande indignação contra esta política patrocinada pelo homem que pediu para que esquecessem tudo o que havia dito e escrito.

O ato público começou às 10h na porta do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS) com os discursos de dois ícones de uma luta que não é de hoje. Jean Marc e Vladimir Palmeira, líderes do movimento estudantil de 68, falaram das diferenças, semelhanças e algumas características daquele momento, de suma importância para o Brasil.

Jean Marc, que foi aluno da Escola de Química da UFRJ, discorreu sobre a construção dos movimentos, "em geral, pouco percebida mas de extrema importância" e o papel dos professores. De acordo com Jean, muitas vezes os estudantes tiveram que enfrentar os professores para conseguir realizar algo. Naquela época, os docentes não tinham papel ativo - "na verdade, tinham um papel fundamentalmente passivo" - pois se tratava de um corpo docente bastante conservador. "Diferente de hoje, quando se tem uma greve puxada pelos professores", disse.

Mais de mil pessoas foram à Cinelândia participar da manifestação

"As universidades públicas não existiriam sem a nossa luta"

A frase de Vladimir Palmeira destacou uma das mais importantes vitórias do movimento de 68: a manutenção da escola pública. Trinta anos depois, ela passou a sofrer dos mesmos ataques, mas novamente resiste. "A gente sabe que o governo Fernando Henrique está abandonando a universidade, a pesquisa, mas a universidade pública está resistindo. O pessoal está fazendo greve, está se movimentando. Acho que este pode ser o ponto de partida para um novo movimento", afirmou Vladimir.

Do IFCS, os manifestantes seguiram pela Rua Sete de Setembro, ganharam a Avenida Rio Branco, coração financeiro do Rio de Janeiro, e seguiram até a Cinelândia, marco político da cidade. O encontro com os profissionais do 1º e 2º graus, em greve há mais de um mês, foi em clima de confraternização, pela unidade; e de revolta, pela situação humilhante com que os governos neoliberais estão tratando a educação pública.

Flagrantes *A passeata do IFCS à Cinelândia reuniu professores da UFRJ, UFF e Rural e fechou a avenida Rio Branco. No detalhe, a indignação com o governo estampada no rosto do professor e a malhação e queima do Judas FHC no prédio da delegacia do MEC, no centro do Rio.*

O adeus às idéias de FHC

Professores queimam contracheques e devolvem livros de Fernando Henrique ao MEC

Na parte da tarde, finalizado o ato na praça, enquanto os professores estaduais seguiam seu curso em direção à Secretaria Estadual de Educação, para tentar uma audiência com a secretária Ana Galheigo, o pessoal das universidades rumava para o prédio do MEC. Desta vez, como não encontraram a polícia - e nem a sua costumeira violência - a revolta ficou restrita à política educacional e econômica do governo. O "próprio" Fernando Henrique esteve presente, travestido de Judas, com direito a linchamento.

Como se fosse pouco, seus livros foram devolvidos a uma espécie de "baú da incoerência" depositado no pátio do prédio do MEC. Um ato extremo para os professores, que têm nos livros a referência da profissão, mas de profunda justeza. "Dependência e desenvolvimento na América Latina" ou "O modelo político brasileiro contra a ditadura" definitivamente não fazem mais parte do ideário de Fernando Henrique Cardoso, que está mais para "PFL 2002, uma falcatrua no espaço", tema de uma das "palavras de ordem" gritadas pelos presentes.

Talvez, os manifestantes pudessem ter poupado "Autoritarismo e Democratização". Certamente, como lembrou Jean Marc, aluno de Fernando Henrique na Universidade de Paris, o presidente não esqueceu certas lições. "Ele era um professor muito autoritário, e isto chocava, porque, mesmo quase dez anos depois, os ecos de 68 continuavam existindo na França, e as práticas de ensino e as relações professor e aluno eram bastante democráticas. As atitudes arrogantes e autoritárias de Fernando Henrique pegavam muito mal. Ele era muito antipatizado por isso", afirmou.

Professora da UFRJ distribui panfletos

GREVE

“Sem educação, eu não sou ninguém”

Crianças estão na rua porque o ensino virou sucata” foi o grito com que as mais de 400 crianças vindas do Rio e da Baixada Fluminense se agregaram à manifestação. A educação, junto com saúde, fome, desemprego, exploração infantil, moradia, violência e omissão foram as chagas que os meninos protagonizaram na “Caminhada da Esperança”, ao longo da avenida, simbolizando as sete chagas sofridas por Jesus Cristo e aproveitando a proximidade da semana santa.

“A gente acredita na ressurreição das crianças e que vamos conseguir construir um país de vida”, disse Lúcia Inês Cardoso, da Casa do Menor, uma das organizadoras da caminhada.

Bruno Almeida, de 15 anos, era um dos menores que, sentado no meio fio da Cinelândia, acompanhava atentamente os protestos. Embora não soubesse dizer o significado da universidade, e ainda menos sua utilidade, ele entende muito bem sobre greve e sabe a importância da educação. Ele cursa a 5ª série da Escola Estadual Figueira, na Baixada, que também está paralisada. Talvez, por isso, ele gritasse, junto a seus coleguinhas, a plenos pulmões: “Sem educação, eu não sou ninguém”.

Bruno, estudante da rede estadual, sonha em ser marinheiro

33 instituições federais em greve por tempo indeterminado

- Brasília
- Cefet/BH
- Cefet/Curitiba
- Bahia
- Escola de Engenharia de Itajubá - MG
- Mato Grosso
- Viçosa - MG
- Universidade do Rio de Janeiro (Uni - Rio)
- Federal do Rio de Janeiro
- Rural do Rio de Janeiro
- Fluminense - Niterói
- Uberlândia - MG
- Paraíba - campus de Patos
- Pelotas - RS
- Santa Catarina
- Maranhão
- Minas Gerais
- Juiz de Fora - MG
- Paraíba - campus de João Pessoa
- Ouro Preto - MG
- Lavras - MG
- Sergipe
- Pará
- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
- Fundação de Rondônia
- Cefet/RJ
- Alagoas
- Santa Maria - RS
- Acre
- Paraíba - campus de Cajazeiras
- Goiás - campus de Jataí
- Goiás - campus de Catalão
- Amazonas

Instituições que deliberaram por outras datas

- Piauí (início em 13/04)
- Pernambuco (inicio em 14/04)
- Paraná (inicio em 16/04)

Instituições que mantêm indicativo de greve por tempo indeterminado, com assembléias gerais marcadas para deliberação

- Rio Grande do Norte - AG 08/04
- Rio Grande - RS - AG 08/04
- Ceará - AG 15/4
- Fund. Ensino Superior de São João Del
- Rey - AG 15/04
- Rural de Pernambuco- AG 15/04.

Instituições ainda sem posição final quanto ao indicativo de greve, com assembléias gerais marcadas para apreciação:

- Roraima - AG 08/04
- Mato Grosso do Sul - campus de Dourados - mantém o estado de greve - AG dia 13/4
- Mato Grosso - campus de Rondonópolis - AG 8/4
- Espírito Santo- AG na 2ª quinzena de abril

Instituições com posição de rejeição à greve por tempo indeterminado:

- Mato Grosso do Sul - Campo Grande

Outras situações

- São Carlos - SP - greve intermitente por tempo indeterminado
- Escola Superior de Farmácia e Odontologia de Alfenas - AG nesta semana

Instituições com deliberação de greve por tempo determinado:

- Escola Paulista de Medicina - dias 14 e 15/04
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - paralisação por tempo determinado de 14 a 21 de abril.
- Paraíba - campus de Campina Grande (até 13/04).

GREVE

Comando de Greve dos Docentes se articula com parlamentares

O Comando Nacional de Greve (CNG) dos docentes, instalado em Brasília, vem conseguindo apoio de vários parlamentares do Congresso Nacional ao movimento docente. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) condenou as posições do governo FHC em relação às Instituições Federais de Ensino Superior (lfes), dando apoio "total" ao movimento. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) colocou-se à disposição do CNG no repasse de informações sobre a tramitação do Programa de Incentivo à Docência (PID). A Medida Provisória 1616-16 deverá entrar na pauta de votação do Congresso Nacional nesta semana. Outro senador que recebeu o Comando Nacional de Greve foi Esperidião Amin (PPB-SC). Apesar do parlamentar catarinense não apoiar a greve, ele fez questão de se manifestar contrário ao PID.

O deputado federal Ivan Valente (PT-SP), integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia, pretende convocar uma reunião da Frente nesta terça feira (14), com o objetivo de discutir a greve nacional dos docentes das Ifes. O deputado convidará para este encontro, além do Andes, a Fasubra , o Sinasefe - representante dos professores e funcionários das escolas técnicas e agrotécnicas federais - e a Andifes.. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também está apoiando o CNG dos docentes. O parlamentar paulista pretende convocar o ministro Paulo Renato para uma audiência pública no Senado Federal, que deverá ocorrer ou em Plenário aberto ou na Comissão de Educação. Suplicy quer que o MEC se posicione publicamente sobre as reivindicações da categoria.

O CNG continuará a visita aos parlamentares, com o objetivo de mostrar-lhes a caótica situação do ensino superior brasileiro e conseguir apoio à greve nacional dos docentes.

Calendário nacional de mobilização

■ **17 de abril - Dia Nacional de Paralisação dos SPFs -** Além das reivindicações da categoria, os servidores federais farão uma referência aos dois anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Em Porto Alegre, acontecerá uma marcha do MST, com 6 mil participantes. São Paulo realizará um grande ato público. Uma caravana vinda de vários estados, resultando num grande ato público, está sendo organizada em Recife.

■ **26 de abril - Plenária Nacional dos SPFs** em Brasília. Na pauta: avaliação e encaminhamentos do movimento e da greve dos SPFS.

■ **30 de abril - Indicativo de Greve Geral do serviço Público Federal por tempo indeterminado.**

SPFs constróem greve unificada

Várias categorias do serviço público federal (SPF) iniciam mobilização para a construção de greve a partir do dia 30 de abril

A avaliação do Comando de Greve dos docentes da última plenária nacional dos SPFs (Brasília, 5 de abril) considerou a perspectiva de uma unificação dos movimentos e a ampliação da greve, tornando-a um movimento nacional de todos os servidores públicos federais. Segundo o CNG, "é importante destacar o papel político desempenhado pela forte e ampla greve emergencial do movimento docente e dos servidores técnico-administrativos das Ifes, fortalecendo, portanto, a unidade da luta". O Comando avalia que este movimento veio a contribuir como "força impulsionadora ao movimento dos SPFs".

Durante a Plenária, todos os segmentos dos SPFs enfatizaram a importância do dia 17 de abril como Dia Nacional de Paralisação. O grau de adesão a esta manifestação será analisada na próxima plenária, marcada para o próximo dia 26, em Brasília. Ela servirá como termômetro para o indicativo de greve nacional marcado para 30 de abril.

Na plenária dos SPFs, compareceram 194 delegados e 31 observadores. O Andes-SN participou com 34 delegados e 30 observadores.

Apoio à greve

O Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Fernando Nogueira, denunciou o modelo de financiamento que coloca em risco a universidade brasileira e reconhece como legítimas e justas as reivindicações do movimento docente.

GREVE

A mobilização nas Unidades da UFRJ

Instituto de Psicologia

Reunião dia 6/04, com 30 professores. 22 a favor da greve, 1 contra, e 1 abstenção. Greve por tempo indeterminado: 19, greve por tempo determinado: nenhum e abstenções: 3 Greve de ocupação: 19, 1 contra e 1 e abstenção. Próxima reunião: dia 13/04, 10 h, sala 7 com a pauta: PID e greve nacional

Escola de Serviço Social

Reunião dia 7/04, com cerca de 25 professores. Adesão à greve, sob forma de ocupação interna e externa, e organização de calendário de atividades com a comunidade.

Fonoaudiologia

Reunião dia 6/04, com 11 professores (total de professores na unidade: 15) Paralisação da atividade docente, com manutenção da atividade ambulatorial. Próxima reunião: dia 13, segunda, com a pauta de reavaliação da greve.

IFCS

Reunião dia 6/04, com cerca de 80 pessoas. No departamento de História, 12 professores se posicionaram no sentido de acatar deliberações das AGs. Próxima reunião: Dia 13/04, segunda.

Faculdade de Letras

Reunião dia 7/04, com cerca de 45 pessoas (14 professores - 10% do total) e 31 alunos e funcionários. Formação de grupo de trabalho para organização de atos públicos. Preocupação com a comissão de ética para discutir casos especiais: alguns poucos professores continuam dando aula e ameaçando alunos faltosos.

Votações: 8 professores a favor da greve, 4 contra e 1 abstenção. 29 alunos, e funcionários a favor da greve, 1 contra e 1 abstenção, Próxima reunião: sempre antes das AGs da Adufrj.

Instituto de Nutrição

Reuniões dias 6 e 7/04, com 22 professores e grande parte dos alunos de graduação e pós-graduação. Atividades: Ciclo de debates: *Venha ocupar seu espaço.* Temas: Integração aluno/professor, Graduação e Pós-graduação, Recursos externos e Constituindo a Nutrição do próximo milênio. Docentes deliberaram que haverá representação colegiada com os professores se revezando nas reuniões do comando local de greve.

Escola de Música

Reunião dia 6/04, com 30 professores (cerca de 45% do total) e 15 alunos. Adesão à greve, atividades parcialmente paralisadas. Os presentes propuseram que a deliberação pela continuidade ou não da greve se dê exclusivamente no espaço das AGs, e não das reuniões locais, como vem sendo prática corrente.

Instituto de Economia

Reunião dia 6/04, com 35 presentes. Encaminhamentos: entrada em greve por tempo determinado, até o dia 13 de abril. Manutenção de atividades de contato com os alunos diariamente (pela manhã e a tarde).

Faculdade de Medicina

Reunião dia 7/04, com 35 presentes. Encaminhamentos: Paralisação das atividades didáticas em 8 de abril e implantação de comissão de ética. Nova assembléia em 9 de abril às 10 horas.

Instituto de Física

Reunião dia 7/04, com 30 presentes. Encaminharam a greve por tempo determinado como proposta para a Assembléia Geral.

Faculdade de Arquitetura

Dos 6 departamentos, apenas 1 não aderiu formalmente à greve (Estrutura). Dos dois programas de pós-graduação, um paralisou, Pró-URB, e o outro, Pró- ARQ, não. O PID será pauta da próxima reunião da Congregação da Faculdade, dia 16 de abril.

Centro de Tecnologia

Reunião dia 7/04, com 8 presentes. Encaminharam a continuidade da greve, com sete votos a favor e 1 contra. Recomendaram à Adufrj que promova debate sobre a greve e a crise da universidade, com a presença dos candidatos a reitor, e a realização de atividades de rua do tipo "Universidade na Praça".

Instituto de Química

Encaminharam pela greve, com 23 votos a favor e 2 contra. Nesta unidade a greve já atinge 70%.

Faculdade de Educação

Reunião dia 7/04, com 21 presentes. Encaminharam pela continuidade da greve e sugeriram manifestações de rua do tipo "Universidade na Praça". A adesão e greve nesta unidade é de 100%.

Colégio de Aplicação

Reunião 3/04, com 25 presentes. A adesão a greve é de 100%. Próxima reunião: 13/04, às 9 horas.

Escola de Comunicação

Reunião dia 6/04, com 50 presentes (Num total de 68). Encaminhou pela adesão a greve por tempo indeterminado, com 49 votos a favor e 8 abstenções Os professores insistiram nas atividades internas e externas, através de iniciativas, manifestações e aulas públicas. A ECO está promovendo uma serie de atividades nesta semana.

Atividades Locais da Greve:

Dia 16 (Quinta) - Ato Público "Os Fuzilados do Ensino Público" Caminhada até o Monumento dos Pracinhas - Aterro do Flamengo. Dois grupos partirão de locais diferentes: um, da passarela do MAM; outro, da passarela da Glória. A concentração será às 8 horas. Todos os participantes deverão comparecer com roupa clara e panos vermelhos. Haverá uma performance simbolizando o extermínio do ensino público no Brasil.

Organização: Comissão de Greve da ECO - Comando Local de Greve.

Dia 17 (Sexta) - Grande Ato Show na Central do Brasil –

Organização CUT-RJ/ MST/Movimento Comunitário. Contra a Reforma da Previdência de FHC. Pela Reforma Agrária. Contra as Privatizações e Pelo Emprego. As universidades federais do Rio de Janeiro, em greve, participarão do evento expondo o seu trabalho à população.

Dia 21 - (Feriado de Tiradentes) - Manifestação em Ouro Preto. A capital de Minas Gerais é transferida para Ouro Preto, com presença de autoridades. Os professores federais, em greve, promoverão um ato público com o objetivo de denunciar a situação do ensino no país.

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 20 A 26 DE ABRIL/98

48,65 %

3 semanas em greve

Pela abertura efetiva de negociações

Ato no Aterro do Flamengo que reuniu, semana passada, professores e alunos de várias instituições para protestar contra a política do governo para a Educação

Leia nesta edição:

Reitoria não paga Abono 98 por que não quer

Greve: governo mente e não negocia

Reitores adiam discussão sobre o PEG

ASSEMBLÉIA GERAL
Quinta, 23/04, 13:30h
Auditório do CT – Fundão

Avaliação da greve
Eleição para reitor
Eleição para delegados à plenária dos SPFs

PARTICIPE!

Editorial

Pela efetiva abertura de negociações

Na semana de 13 a 17 de abril, nossa greve produziu alguns desdobramentos políticos importantes. A audiência com a SESu, ocorrida em 15 de abril, foi uma repetição da estratégia do governo: não negocia os pontos básicos da greve, salários e PID, e anuncia como novidade a abertura de um número limitado de vagas, já definida bem antes da greve. Mas ao aceitar a audiência, o governo reconhece a força da greve.

O próprio presidente já teve que se pronunciar a respeito e o ministro da Educação publica um artigo, esta semana, onde tenta justificar sua atuação, retornando ao ponto central da política do MEC - contido no Projeto de Emenda Constitucional 370. Este projeto é, na verdade, a destruição formal do ensino público superior. Também foi significativa a matéria publicada na Folha de São Paulo por um dos principais ideólogos do governo FHC, o professor Gianotti. Neste artigo são feitas duras críticas ao governo, pelo estrangulamento e pela falta de um projeto coerente para a universidade. Finalmente, a repercussão na mídia da greve e das questões da universidade pública continua tendo amplo destaque.

Nosso movimento tem conseguido até agora impedir a implantação do PID. Denunciamos com veemência os procedimentos que a atual reitoria da UFRJ tem adotado ao montar uma comissão de implantação local do PID, manobrar para evitar sua discussão no Consuni, apresentar o parecer desta comissão como "a posição da UFRJ" e, em última instância, servir de instrumento do governo. Denunciamos a tentativa da Andifes de maquiar o PID por meio do PEG. Nossa iniciativa contribuiu para a decisão desta entidade de não apresentar alternativas ao PID neste momento.

A greve dos docentes continua apresentando um quadro nacional de mobilização crescente. Hoje temos 39 universidades em greve, os estudantes participam ativamente de nossos atos públicos e os servidores públicos federais já indicam o início de seu movimento para o dia 30 de abril. Os servidores técnico-administrativos também estão em greve por tempo indeterminado.

Nossa última assembléia geral apontou, corretamente, o caminho a seguir: prosseguir com a pressão da greve para uma efetiva abertura de negociações. Se o governo já modificou a Constituição para dar aumento aos militares, inclusive aos inativos, e recentemente reajustou algumas carreiras do funcionalismo, sua recusa em atender nossas reivindicações é uma opção política do próprio presidente. Devemos exigir negociações diretas com o núcleo central do governo. Devemos intensificar a repercussão de nossas críticas contra a destruição do ensino superior, promovida pelo governo FHC. É fundamental relembrar que este é um ano eleitoral e estamos desgastando o governo junto a um segmento da população responsável pela formação de boa parte da opinião pública. O Comando Nacional da Greve tem dedicado um esforço considerável junto aos parlamentares, inclusive do governo, para a abertura de negociações.

Portanto, nossa conclusão é a de que, neste momento, a continuidade da greve é indispensável para termos sucesso em nossas reivindicações. Nossa perspectiva imediata deve ser a de obter uma abertura efetiva de negociações, envolvendo, além do MEC, outros escalões do governo.

Avaliação do Comando Local de Greve e da Diretoria da Adufrj-SSind em 16/04/98.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Reitoria da UFRJ tem dinheiro mas não quer pagar abono 98

O reitor Paulo Alcântara e a sua subreitora de pessoal, Maria Augusta Temponi, não podem mais se valer do argumento da falta de recursos para não pagar o abono pecuniário aos professores que ganharam na justiça o direito à venda dos 15 dias das férias gozadas neste ano. A ação pelo pagamento do abono 98 já foi julgada favorável, no mérito, por ação judicial interposta pela Adufrj Seção Sindical.

Verificando o orçamento da universidade para o ano de 98, a assessoria jurídica da Adufrj descobriu que existem duas rubricas para pagamento de ações judiciais. A rubrica para cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (obteve parecer do Supremo Tribunal Federal) disponibiliza R$ 455.578,00. Aquela que se refere a cumprimento de sentença não transitada em julgado - caso da ação do abono 98 - dispõe de nada menos do que R$ 99.960.900,00, quase 100 milhões. Quantia suficiente para pagar os 2.300 mil devidos aos professores que ganharam a ação do abono pecuniário.

Segundo os advogados da Adufrj, já que parte das obrigações previstas nesta milionária rubrica foram suspensas por decisão do STF, não há justificativa para que a reitoria se negue a cumprir a ordem judicial que determina o pagamento do abono de férias no mesmo contracheque de pagamento do salário, sem a necessidade de folha suplementar.

Tem direito ao abono os professores que gozaram suas férias em janeiro, fevereiro, março e abril de 98 e também aqueles cujas férias estão programadas até o final do ano.

Importante: A reitoria encaminhou aos departamentos de pessoal a notificação de férias com 45 dias. Os docentes que pediram a venda de 15 dias não podem assinar este documento, sob risco de perderem o direito assegurado pelo processo que a Adufrj-SSind já ganhou. A notificação deve ser corrigida para 30 dias.

Confira os valores devidos pela reitoria aos professores da UFRJ

Mês/Ano	Número de professores	Valor devido
Janeiro/98	1.010	1.804.910,13
Fevereiro/98	135	255.873,25
Março a dezembro/98	130	240.055,84
Total	1.275	2.300.839,22

As rubricas para pagamento de ações judiciais são:

08.007.0021.4907.0001 - cumprimento de ação judicial transitada em julgado - R$ 455.578,00

08.007.0021.4907.0002 - cumprimento de sentença judicial não transitada em julgado (caso da ação do abono) - R$ 99.960.900,00

Adufrj disponibiliza lista na Internet

Desde o dia 13 de abril, está disponível para consulta na home page da Adufrj (www.alternex.com.br/~adufrj) a lista com os nomes de todos os professores que fazem parte da ação do abono pecuniário de 1998. Esta foi a segunda vez que a Adufrj teve que interpor uma ação desta natureza. Em abril deste ano, a Adufrj acrescentou na mensalidade dos filiados beneficiados o valor dos honorários advocatícios referente à ação ganha na justiça para o pagamento do abono referente às férias gozadas entre janeiro e dezembro de 1997.

A entidade recomenda ao filiado que não estiver na lista do abono 98 que procure o departamento de pessoal de sua unidade para fazer valer o seu direito.

Perguntas aos candidatos

Aproximando-se a consulta para a escolha do próximo reitor da UFRJ, o jornal da Adufrj formulou três perguntas para os candidatos inscritos, contribuindo para o enriquecimento do debate sobre suas propostas.

1) Como reitor, qual seria sua posição em relação à greve?

Vera Halfoun, chapa 1
Primeiro, respeitaria a greve. Segundo, iria à imprensa mostrar que a greve não é apenas por salário. É uma greve em defesa da universidade pública. O nível a que chegou o salário dos docentes e dos funcionários é tão absurdo que hoje a universidade está em crise. Isso ameaça o compromisso com o trabalho daqui pra frente. A greve é um instrumento legítimo. Acionaria a bancada suprapartidária do Rio de janeiro, no sentido de fazer pressão política para que haja algum tipo de aumento.

Aloíso Teixeira, chapa 2
A greve é justa. As reivindicações do movimento docente são justas. Como reitor, eu deveria expressar essas reivindicações, lutar por elas junto ao MEC. Como reitor, eu permitiria a existência da greve e lutaria, junto ao governo federal, pelas reivindicações do movimento.

Luiz Rocha Neto, chapa 3
Faria exatamente o que um antigo reitor fez - no tempo que eu estava começando a minha carreira - que foi encorajar os professores a fazerem uma greve justa. Eu faria exatamente o mesmo.

Joel Teodósio, chapa 4
Me comportaria exatamente com a mesma postura que eu exigi dos reitores quando era presidente da Adufrj e dirigi uma greve de 90 dias. Mantive a independência dos movimentos em relação à autonomia universitária, envidando todos os esforços para que a reitoria se posicionasse a favor das reivindicações do movimento.
Eu como reitor apoiaria as atuais reivindicações que são justas, sem contudo me pronunciar a respeito da forma como o movimento encaminharia a greve.

José Vilhena, chapa 5
Me situaria considerando a mesma posição que tenho hoje - uma greve inteiramente justa. É o resultado de uma política que não leva em conta a dignidade do docente das universidades e a exigência de salários dignos para um trabalho absolutamente fundamental.

2) Qual sua opinião sobre a pauta de reivindicações?

Vera Halfoun, chapa 1
Tem uma parte que é muito histórica - pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade - e tem o reajuste de 48,65%. A escola do meu filho era R$ 80; hoje, é R$ 360. Isso dá mais de 48%: é absolutamente justo. O aluguel aumentou muito mais do que isso.

Aloíso Teixeira, chapa 2
É justa, tanto no que se refere à questão salarial quanto na defesa da universidade pública. É uma pauta justa.

Luiz Rocha Neto, chapa 3
É como disse Gorki, em a Mãe: o nosso local de trabalho nos engole pela manhã e nos vomita no final da tarde, sem nenhuma esperança, sem nenhuma perspectiva. É exatamente assim que a imensa maioria de professares, técnico-administrativos e alunos estavam se sentindo: a UFRJ, aqui no Fundão, no outro campus e em suas unidades isoladas engolindo a gente pela manhã e vomitando no final da tarde, sem esperança, sem perspectiva, com falta de dinheiro, com falta de fé etc.

Joel Teodósio, chapa 4
Acho que além desta pauta, que já disse ser justa, o movimento deveria propor alternativas para a. universidade sair da crise que se encontra.

José Vílhena, chapa 5
Acho que temos de trabalhar juntos em defesa da universidade pública. Proponho um projeto que garanta financiamento duradouro para a sua permanência e ampliação. O país tem todas as condições para a ampliação do ensino universitário público e gratuito.

3) Caso seja eleito, como será sua relação com o MEC?

Vera Halfoun, chapa 1
Uma relação de negociação, baseada na defesa da autonomia universitária. Defender a autonomia e elaborar projetos junto que reordenem onde houver distorções no modelo de universidade que contemple a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Eleição para reitor

continuação

Aloíso Teixeira, chapa 2
De defesa dos interesses da universidade, de formulação de propostas alternativas de política e de exercício da autonomia universitária.

Luiz Rocha Neto, chapa 3
Posso dizer que a minha relação com o Mare será de extraordinária agressividade. Agora, com o MEC eu não sei, porque, na verdade, o que está se tornando nefasto para nós é muito mais o Mare do que o MEC.

Joel Teodósio, chapa 4
De altivez, de exercício da autonomia, ao mesmo tempo, uma postura de negociação em defesa dos direitos da universidade. Por outro lado, a reitoria envidaria esforços para que a universidade propusesse projetos para participar de iniciativas governamentais que viessem interessar ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país.

José Vilhena, chapa 5
De total e completa independência, como tem que ser todo reitor. Tem que ser inteiramente independente em relação aos partidos políticos, ao governo e igualmente às pressões internas da universidade.

Opinião

Porque votar na eleição para reitor

Na última assembléia da Adufrj-SSind, vários colegas defenderam a participação dos docentes na Consulta realizada para a realização da eleição para reitor pelo Colégio Eleitoral da UFRJ.

O movimento docente, na luta pela democratização do ensino, sempre teve como bandeira de luta a eleição dos dirigentes universitários. Como o pluralismo deve existir dentro de um ambiente universitário tivemos, na nossa universidade, do voto universal ao cumprimento rígido do Estatuto vigente, onde apenas o colegiado máximo da universidade decidia.

Novamente é chegada a hora de influirmos na eleição para reitor. A legislação atual estabelece regras, a comissão formada no Conselho Universitário definiu o processo eleitoral.

Devemos comparecer à Consulta nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1998 para dessa forma demonstrarmos que a comunidade da UFRJ tem uma opção para o dirigente maior da universidade e impedir que manobras no Colégio Eleitoral venham a colocar na lista tríplice um nome que não seja o da chapa sufragada em primeiro lugar na Consulta.

Convocamos os docentes da UFRJ a comparecerem de forma expressiva às eleições.

Luciano Menezes, professor adjunto da Escola de Engenharia

Esta carta deverá ser apresentada para deliberação na próxima Assembléia Geral da Adufrj-SSind

Debate

Mundialização, Estado e Sindicalismo

Perspectivas
do Sindicalismo na Conjuntura Atual.

Este é um dos tópicos que será debatido durante o seminário promovido pela CUT/RJ, cujo tema é *Mundialização, Estado e Sindicalismo.*

O evento acontecerá
no dia 25/04,
sábado, a partir das 9h

no Sindicato dos
Previdenciários do
Rio de Janeiro (Sindsprev)
Rua Joaquim Silva, 98 A,
na Lapa - RJ.

GREVE

Os Fuzilados do Ensino Público foi a performance realizada na última quinta (16) por professores, alunos e funcionários da UFRJ e de outras universidades, em frente ao Monumento dos Pracinhas, no Aterro do Flamengo.

Assembléia mantém greve por tempo indeterminado

101 professores votam pela continuidade da greve na UFRJ. A avaliação é de que 80% da universidade aderiu ao movimento.

Os professores mantiveram a greve por tempo indeterminando. Cerca de 150 pessoas estiveram presentes na última assembléia (15) e a avaliação dos professores é que a greve deve continuar até que o governo estabeleça, de fato, negociações em torno da pauta de reivindicações do Sindicato.

Votaram pela manutenção da greve por tempo indeterminado 101 professores, 16 foram contrários e seis se abstiveram. As unidades enviaram informes através de seus representantes. (Leia mais na página 12). Durante o fechamento desta edição, estava ocorrendo uma grande manifestação na Central do Brasil com a presença de professores das federais do Rio, alunos, funcionários, além de trabalhadores Sem-terra e de outras categorias. O ato fez parte do calendário de atividades da greve e também foi um momento protesto geral contra o governo FHC, sintetizado na lembrança dos dois anos do massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado de Carajás, no dia 17 de abril de 1996.

A Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Brasileiro de Ciência e Tecnologia presta irrestrito apoio à greve dos professores e técnico-administrativos das Ifes e solicita ao governo Federal, através do MEC, a imediata abertura de negociações com as categorias em greve. Salientamos a necessidade do pronto atendimento da pauta de reivindicações para que os campi retornem à atividade, o que é fundamental para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em nosso país e para a independência e soberania de nosso povo, essenciais para a sociedade brasileira, hoje e nos próximos anos.

Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Brasileiro de Ciência e Tecnologia.
Brasília, 15 de abril de 1998

GREVE

Audiência com MEC: governo mente e não negocia

O CNG e diretores do Andes foram recebidos pelo secretário da SESu em audiência marcada pela intransigência do MEC em abrir processo de negociação

Como já era esperado, a audiência com o secretário de ensino superior do MEC, Abílio Baeta, na última quarta feira (dia 15), foi marcada pela intransigência do governo em iniciar um processo de negociação com a categoria em greve há três semanas. Tratou-se apenas de mais uma audiência onde o Ministério expôs seus argumentos contrários às reivindicações do movimento docente. Abílio Baeta Neves tratou de rebater os quatro pontos principais da pauta de reivindicações.

Os pontos que demonstraram a má vontade do governo foram o PID e o reajuste emergencial de 48,65%. Em ambos, o MEC segue irredutível: não abre mão do Programa de Incentivo à Docência, inclusive como proposta de concessão de bolsas, e não estabelece mesa de negociação para discutir reajuste salarial. Baeta chegou a afirmar que "salário não é um problema de política educacional, mas sim de uma incapacidade do governo de recursos".

Sobre a questão das vagas, ele assegura que, tanto a disponibilização quanto à abertura de novas vagas, já estão sendo encaminhadas a partir das negociações com a Andifes. Baeta citou as 2.100 vagas disponibilizadas para docentes, publicadas no Diário Oficial de 14 de abril. Sobre abertura de novas vagas, a proposta do MEC, segundo o secretário, referencia-se no estudo elaborado pela Andifes (publicado no jornal da Adufrj de 30/03). O secretário acredita que, por o MEC estar se baseando em propostas apresentadas pela Andifes, o governo está contemplando a comunidade universitária.

O Comando Nacional de Greve, por sua vez, deixou claro que os argumentos do secretário da SESu não demonstravam nenhuma diferença em relação aos apresentados em audiências anteriores. Diante disso, o CNG ressaltou que era de total responsabilidade do governo o impasse estabelecido. Por último, o Comando solicitou que, pelo menos desta vez, o secretário enviasse, por escrito, sua posição defendida durante a audiência.

Mentira: MEC diz que "investe" R$ 6,4 bi no ensino superior

Destes, R$ 4,7bi são para pagamento da folha. Dos R$1,7bi restante, mais da metade segue para custeio de todas as Ifes. Sobram apenas R$ 150 milhões para investimentos no ensino superior Ou seja, governo mente ao dizer que valor gasto com manutenção é investimento, iludindo a opinião pública e tentando confundir o movimento docente.

A pedido do CNG do Andes, a SESu enviou, no mesmo dia da audiência (15), um documento que deveria tratar da pauta da reunião. Entretanto, o documento, além de não expressar as opiniões do secretário sobre os quatro itens da pauta emergencial da categoria, divulga dados mentirosos sobre o investimento do governo no ensino superior, conflitantes inclusive com informações divulgadas pelo próprio Ministério em outras ocasiões. Segundo Abílio Baeta Neves, o MEC investe cerca de R$ 6,4 bilhões nas Ifes por ano. "Este valor corresponde ao nível de excelência de ensino e à concentração de pesquisa científica e tecnológica que ocorrem nas Ifes, colocando-as como referência de qualidade universitária reconhecida no Brasil e no exterior", atribuindo ao atual governo o mérito da educação superior do país. Outra mentira refere-se à porcentagem de investimento. O documento de Baeta ao CNG chega ao extremo da ficção quando afirma que o Ministério aumentou em 53% "em termos reais" os repasses do Tesouro às Ifes.

Para rebatê-las, o CNG buscou informações do Siafi (Sistema de Análise Financeira do Mare) obtidas através da assessoria do deputado federal Paulo Bernardo (PT/PR), integrante da Comissão de Orçamento da Câmara. Segundo os dados, a destinação de recursos para o ensino superior, de 95 para 97, sofreu uma variação de apenas 2,8%. Ou seja, não houve investimento na área. Entretanto o governo insiste em divulgar que a verba destinada repassada para as Ifes, "em termos reais" é de 53% no período de 94 a 97. Segundo Gleisi Hoffmann, assessora direta do deputado Paulo Bernardo, o governo usou de má fé para conseguir este percentual, utilizando-se da base orçamentária de 94, que fora dividida por 2.750 (referente ao último valor da URV) para ser transformada em Real. "Não houve nenhuma situação de aumento de 53% de investimento no ensino superior de 1994 pra cá", assegura Gleisi. Ao contrário, o salário dos professores está congelado e projetos importantes para o desenvolvimento do ensino superior apresentam seus recursos diminuídos ou estagnados. Confira a tabela na página ao lado.

GREVE

Confira o desmantelamento do ensino no país

O salário dos professores está congelado e projetos importantes para o desenvolvimento do ensino superior tiveram recursos diminuídos ou estagnados:

	1995	1997	Variação %
Instrumental para ensino e pesquisa	24,8 mil	11,6 mil	53,2%
Coordenação e manutenção da pesquisa	42,2 mil	16,3 mil	- 61,3%
Concessão de bolsas de estudo	650,9 mil	690 mil	6,0%

No caso de concessão de bolsas de estudo, a situação ainda ficará pior em 1998. O governo reduziu os recursos e o número de vagas. Estão previstos no orçamento de 98, R$ 649,8 milhões, o que representa um decréscimo de 5,8% em relação a 97.

Enquanto isso, os gastos com publicidade e propaganda de Fernando Henrique cresceram. Só na administração direta foram gastos mais 696% no mesmo período.

	1995	1997	Variação %
Gastos com campanhas publicitárias	16,7 mil	133,5 mi	696%

Fonte: Siafi - Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados

Funcionários de 30 universidades estão em greve

A Fasubra - federação que representa os servidores técnico-administrativos das universidades federais - está estimando que, nesta semana, o número de universidades que devem aderir ao movimento grevista, chegue a 37. Segundo o Comando Nacional de Greve (CNG) da categoria, o movimento nacional está crescendo e deverá atingir todas as instituições federais de ensino superior. O CNG protocolou, dia 16, junto à Andifes - Associação dos reitores das federais - a mesma pauta de reivindicações protocolada no MEC no dia 1º de abril. A estratégia é obter o apoio dos reitores às reivindicações dos funcionários que querem reajuste salarial emergencial de 48,65% e afirmam a postura histórica do movimento em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Sobre o Programa de Incentivo à Docência (PID), a Fasubra avalia que trata-se de uma armadilha criada pelo governo para "quebrar" o movimento docente.

Funcionários da UFRJ doam sangue como atividade de greve

Em assembléia realizada no último dia 15, os funcionários da UFRJ aprovaram por unanimidade a continuidade da greve por tempo indeterminado, que se iniciara no dia 15 deste mês. A assembléia aprovou, também, como ato público, a doação de sangue ao Hemocentro do Rio de Janeiro, que atende a 8 mil pacientes por mês. Com o nome "FHC quer tirar o nosso sangue, mas nós o doamos à população", os funcionários pretendem conseguir o apoio da sociedade às reivindicações da categoria. A próxima assembléia dos trabalhadores em educação da UFRJ acontecerá no próximo dia 22, às 10 horas, no Roxinho, seguida de uma panfletagem na pista central que une o CT e o CCMN, no Fundão.

GREVE

Andifes adia discussão do PEG

Pressão da greve dos docentes faz com que discussão sobre Programa de Estímulo à Graduação (PEG) seja adiada

A reunião do pleno da Andifes - Associação que representa os reitores das universidades brasileiras, realizada nos dias 15 e 16 de abril, adiou a discussão sobre o Programa de Estímulo à Graduação (PEG). Esta proposta, que foi construída por membros da entidade como alternativa ao Programa de Incentivo à Docência (PID), deveria ter sido aprovada nesta reunião. No entanto, o presidente da Andifes, Ivonildo Rego, afirmou que não há condições políticas para se aprovar uma proposta como esta no momento em que os docentes encontram-se em greve, com um dos pontos da pauta de reivindicações rejeitando o PID do governo. Segundo Rego, que é reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o apoio dos professores universitários será extremamente importante para aprovação de qualquer proposta que prevê o estímulo à graduação. Ele espera que o PEG volte à pauta do pleno da Andifes assim que a greve dos docentes terminar.

A Associação dos reitores enviará, nesta semana, uma carta ao ministro Paulo Renato, comunicando-o sobre a última decisão do pleno. No texto, a associação dos reitores ressaltará os principais problemas que hoje afetam as universidades: os baixos salários, a necessidade de abertura de vagas tanto para docentes quanto para funcionários e a falta de verba para investimento na infra-estrutura das instituições.

Ivonildo Rego adiantou ao jornal da Adufrj que, durante reunião com secretário de ensino superior, Abílio Baeta Neves, a Andifes destacou a importância de melhores salários. Para o reitor da UFRN, a correção salarial nas universidades deixou de ser apenas uma reivindicação sindical, para se transformar numa questão institucional. “Para garantirmos a permanência dos melhores profissionais, precisamos reajustar os nossos salários”, afirma o presidente da Andifes.

PID: para Ceg, salários dignos e investimentos são fundamentais

O Conselho de Ensino de Graduação (Ceg) da UFRJ elaborou, na reunião do dia 15 de abril, um novo comunicado sobre o Programa de Incentivo à Docência (PID) instituído pelo governo federal. Neste documento, o Ceg reitera sua discordância à proposta do MEC - exposta em nota de repúdio ao PID de 11 de março - e aponta duas medidas básicas para que qualquer investimento na graduação tenha resultados satisfatórios. O primeiro diz respeito ao investimento na infra-estrutura dos cursos de graduação, criticando os cortes sistemáticos nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior (lfes) promovidos pelo governo federal. “Há uma degradação na infra-estrutura das Ifes que só poderá ser revertida com o mínimo de verbas que permita a recuperação do ambiente e das atividades de ensino”, ratifica o documento. O Ceg sugere que o orçamento das instituições siga o padrão internacional que prevê 70% para pagamento de pessoal e 30% para manutenção e investimentos. Outro ponto destacado pelo Ceg refere-se aos baixos salários. Congelados há três anos, eles contribuem para a perda de quadros nas universidades, comprometendo o “ensino no futuro pela impossibilidade de competir com as demais instituições na busca de pessoal competente”. O Ceg propõe que os recursos previstos para o PID sejam aplicados em projetos de incentivo ao ensino de graduação.

A greve pelo país – 42 Instituição Federais em greve

Na UFMG, um abraço de 7 quilômetros

Cresce a cada dia o número de adesões à greve nacional dos professores das instituições federais. Na terceira semana, o movimento conta com 42 Ifes com unidades totalmente paralisadas. Os protestos contra a política educacional do governo continuam recebendo o apoio da sociedade em todos os estados.

Em Belo Horizonte, uma corrente humana de sete quilômetros de extensão abraçou todo o campus da Universidade Federal de Minas Gerais. Cerca de 5.000 pessoas participaram do “abraço”.

Em Goiânia os protestos também ganharam força. Os docentes da UFG já realizaram aulas em frente a assembléia legislativa, com o apoio de vários deputados.

Em Ouro Preto, até o fechamento desta edição, estavam programadas várias atividades para o feriado de Tiradentes, com a presença de professores de várias universidades do país, inclusive filiados da Adufrj Seção Sindical.

Manifesto da Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

O movimento sindical docente, representado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN, se encontra novamente no momento de renovação de sua direção nacional para o biênio 1998-2000. Por esse motivo, nós, da corrente Andes Autônoma e Democrática (Andes AD), estamos apresentando a todos(as) os(as) colegas uma reflexão sobre o significado desse momento e um convite para que se engajem nessa importante etapa de construção do nosso sindicato.

Passados três anos do governo neoliberal de FHC, não se pode mais esconder que a crise na sociedade brasileira, em geral, e na educação, em particular, atinge níveis intoleráveis. Mais e mais crianças, jovens e adultos são excluídos do sistema educacional, aprofundam-se desigualdades sociais, pouco resta dos direitos e garantias constitucionais da cidadania brasileira. Cada vez mais se constata a desobrigação do Estado em relação à implementação e manutenção de serviços públicos, particularmente - e impiedosamente! - aqueles voltados para as necessidades básicas da maioria da população.

Apesar de a história do Brasil ter sido sempre caracterizada por perdas e exclusões para a maioria do povo brasileiro e pela manutenção de privilégios de minorias, dramático legado, marcado, muitas vezes, por opressão, carência, ausência de perspectivas, desesperança; ... apesar desses tempos de arrocho salarial desenfreado, de violação de direitos dos trabalhadores brasileiros, do setor público como do setor privado, ativos e aposentados;... apesar do flagrante desrespeito - sempre impune! - à Constituição Federal, que vai sendo remendada para que se legalize cada nova usurpação e se remova a possibilidade da punição aos infratores; ... apesar do sucateamento do patrimônio público - humano, cultural, material e moral, representado pelas instituições educacionais do país;... apesar de tudo isso, os movimentos dos trabalhadores brasileiros vêm resistindo, discutindo, buscando se organizar para intervir nessa realidade, construindo propostas concretas, opondo-se aos projetos, cada vez mais excludentes e privatistas, de sucessivos governos. Tais propostas representam alternativas para a sociedade e para a educação brasileiras, pautadas numa ética que emana da participação democrática.

E é nesse contexto de resistência e enfrentamento que nasce, em 1981, ainda nos tempos da ditadura militar, a partir da luta das Associações de Docentes, articuladas com os movimentos sociais organizados, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - Andes. Em 1986, surge a Articulação Andes Autônoma e Democrática, hoje Andes AD, como uma das correntes que disputavam as eleições para a Diretoria Nacional da Associação, saindo vencedora do pleito após a apresentação e defesa, junto às bases, dos princípios que marcaram a Andes e que se manteriam vivos na atuação do nosso sindicato nos anos futuros. Assim, educação pública, gratuita, laica e de qualidade continua a ser bandeira de luta permanente. Autonomia Universitária se torna princípio orientador da construção e defesa do padrão unitário de qualidade para o ensino superior. A Andes AD sempre teve a compreensão de que as lutas específicas do movimento docente somente se fortalecem, se efetivam e se tornam conseqüentes quando articuladas com as demais lutas democráticas da sociedade. No embate entre o trabalho e o capital, a Andes AD se coloca decididamente ao lado da classe trabalhadora, reforçando o caráter classista que viria a ter o futuro Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, cuja sigla é Andes-SN.

Como resultado da luta pela redemocratização do país, o direito de organização sindical dos trabalhadores, incluindo os funcionários públicos, é garantido na Constituição de 1988. No II Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro, em novembro de 1989, a Andes delibera por sua transformação em Sindicato Nacional. O princípio de organização pela base no local de trabalho, e a concepção de sindicato autônomo em relação ao Estado, às instâncias institucionais das IESs, a partidos políticos e credos religiosos, a oposição ao imposto sindical compulsório e a opção pela contribuição voluntária dos sindicalizados, a democracia interna, são propostas da Andes AD, sempre defendidas e implementadas claramente com o conjunto maior do movimento. Seguindo esse princípio, o VIII Congresso (São Paulo, 1989) delibera pela filiação à CUT, como a Central que mais genuinamente expressa e defende os interesses dos trabalhadores, mantendo, coerentemente, sua trajetória classista, seu princípios democráticos e suas perspectivas históricas de luta.

O nosso Sindicato se caracteriza, pois, pela horizontalidade. Suas decisões são tomadas em assembléias de base e em suas instância deliberativas máximas: o Congresso e o Conselho do Andes-SN (CONAD) compostas por delegação direta das assembléias das ADs-SSind. Sua Diretoria Nacional, de caráter executivo, é constituída pelos blocos da Presidência, da Secretaria e da Tesouraria (11 membros) e por todos o Vice-presidentes regionais (22 membros). Todos, juntamente com o demais diretores regionais (44 membros), são eleitos pelo voto universal e direto dos sindicalizados. Assim organizada, a Diretoria do Sindicato se coloca a serviço de um projeto coletivo, expresso no Plano de Lutas no Sindicato, elaborado e consolidado a partir da base sindical e por ela acompanhado, após aprovação nas instâncias deliberativas.

[continua na próxima edição]

Chapa 2 - Ganhar a Andes para não perder a Universidade

Professor: desde suas origens, o **envolvimento na discussão de grandes temas nacionais, como Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Seguridade Social, Reforma Agrária e do Estado** faz parte da natureza programática da ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

Os colegas que ingressaram há mais de dez anos na Universidade devem ter participado em campanhas de mobilização e defesa da universidade Pública, gratuita e de Qualidade, democraticamente idealizada pelos docentes do todo o país. Devem ter participado da conquista da isonomia salarial e da carreira nas universidades federais, a qual estabeleceu os parâmetros nacionais para o exercício da atividade docente. Devem ter estado na luta pela Autonomia Universitária, geradora do espaço público do exercício do saber. Possivelmente participaram de estatuintes na busca por uma reordenação democrática do nosso quotidiano institucional. Além disso, devem ter vivido intensamente a luta pelo direito de organização e liberdade de todos os trabalhadores, tendo em vista a criação de uma sociedade mais justa. Em todas estas campanhas, se fez presente, como instrumento de mobilização, aglutinação e representação, a ANDES-SN.

Já quem entrou nos últimos oito anos na Universidade muito pouco ouviu falar do nosso sindicato nacional, salvo por uma ou outra ação jurídica.. Como resultado de políticas deliberadas e equivocadas de sucessivas diretorias de nosso sindicato, este foi, com o passar do tempo, distanciando-se de suas bases. Em nome das "lutas gerais", abandonaram as lutas ditas "especificas" dos docentes. Abandonou-se a luta contra os constantes ataques ao nosso trabalho específico. E isto porque a direção de nosso sindicato, independente da constante pressão das bases, não compreendeu até hoje que é no interior particular de nossas salas de aulas, bibliotecas, laboratórios e enfermarias, que se opera o "geral" de determinadas políticas de Estado para a universidade brasileira, expressas entre outros aspectos pela desvalorização salarial. Ao silenciar sobre as lutas especificas, a ANDES-SN afastou-se cada vez mais daqueles que proclama representar, assumindo um estranha e burocrática diretriz política que, sempre em nome das lutas gerais, abandonou o convívio com seus representados e com a sociedade brasileira, terminando por colaborar na disseminação do ceticismo e do desânimo, gerados pelas sucessivas derrotas destes últimos anos.

Por considerar não ser mais possível a perpetuação deste silêncio e da falta de uma representação real dos professores universitários, num pais onde as decisões são centralizadas e cuja representação político-institucional está aprisionada a interesses quase sempre antipopulares, que a chapa 2 se apresenta no atual processo eleitoral. Consideramos que a defesa de nosso trabalho não pode simplesmente ser transferida a outros segmentos da sociedade ou a um futuro distante. Ela é o fundamento de nossa interação com o conjunto dos trabalhadores, os quais reconhecem a imprescindibilidade do livre saber na construção de uma nova sociedade.

A chapa 2 é constituída de docentes integralmente ligados à vida acadêmica, originários alguns, da antiga ANDES, e de outros mais novos, e que se encontraram independentemente de correntes políticas especificas, na mesma crítica à direção que tem sido dada ao nosso sindicato. **Queremos influir no sindicalismo brasileiro com a nossa especificidade de professores universitários,** Queremos participar da ANDES-SN sem abrir mão de nossa presença na vida acadêmica. E fazê-lo a partir da vivência no campus universitário, repensando as ações públicas e o Estado na perspectiva dos interesses majoritários na sociedade. Acreditamos, como a ampla maioria dos docentes do Brasil, que a existência da Universidade é garantida pela sua capacidade de produção do conhecimento; é, portanto, local de discussão, não de obediência a consensos forçados. **Nós apostamos na capacidade revolucionária da democracia, na certeza de que a criação, desenvolvimento e manutenção do espaço público de exercício da cidadania é fundamental hoje, em especial para todos os trabalhadores, inclusive para promover a desprivatização do Estado.**

Como um sindicato de docentes, a ANDES-SN deve defender intransigentemente a salário e a dignidade dos professores; deve proteger os interesses da categoria e firmar-se, ao mesmo tempo, como pólo de reflexão. Queremos que o sindicato dos professores universitários reflita a inteligência da universidade, e resgate a ANDES-SN como representação simultaneamente política e intelectual dos docentes do ensino superior.

Renato de Oliveira (presidente), Osmar Marchesi e Márcio Florentino Pereira (executiva nacional) e Eduardo Serra (1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro)

GREVE

A mobilização na UFRJ

Instituto de Psicologia

Reunião dia 13, com 30 professores. Posição unânime contra o PID e elaboração de documento de rejeição ao programa, a ser encaminhado à Assembléia da Adufrj-SSind e aos conselhos superiores da UFRJ.

Faculdade de Letras

Reunião dia 13, com 2 pessoas e 27 alunos, todos favoráveis à manutenção da greve por tempo indeterminado.
Próxima reunião: semanais, sempre antes das AG da Adufrj.

Faculdade de Medicina

Reunião dia 13, com 25 assinaturas. Aprovaram a continuidade da greve, referendaram a consulta para eleição de reitor e para que o Conselho Universitário envie ao MEC a lista com apenas os nomes da chapa vencedora.

Escola de Música

Reuniões dias 13 e 14, com 30 professores em cada dia, além de dois alunos na segunda reunião. Aprovaram continuidade da greve, constituíram comissões de ética e de mobilização, divulgaram um calendário de reuniões temáticas e os preparativos para o Programa de Música Brasileira, com compromisso de que toda correspondência divulgue o movimento grevista das universidades federais.

Escola de Serviço Social

Reunião dia 13, com 3 professores. Realizou-se um debate conjunto com a Escola de Comunicação (ECO) e a Faculdade de Educação.

Instituto de Economia

Reunião dia 13, com 28 presentes. Aprovaram manutenção da greve com atividades na semana, como seminários e debates, além de uma manifestação pública em frente ao Hospital Pinel.

Escola de Comunicação

Reunião dia 15. A Escola está realizando diversas atividades e seminários internos. Houve manifestação na Avenida Venceslau Braz, com participação de alunos, funcionários e professores.

Escola de Educação Física e de Desportos

Reunião dia 14, com 13 presentes (20% do total de docentes); 11 votando pela manutenção da greve por tempo indeterminado.

Escola de Belas Artes

Reunião dia 13, com cerca de 30 presentes. Aprovaram continuidade da greve - com 2 abstenções. Próxima reunião no dia 22 de abril, às 10h, na sala 614 da EBA.

Centro de Tecnologia

Reunião dia 15, com 16 presentes. Encaminharam a continuidade da greve, com 11 votos a favor e 4 contra e aprovaram um "arrastão" para convencer professores que ainda estão dando aula, às 9 h de sexta-feira, dia 17, em frente ao Bloco H.

Instituto de Biologia

Reunião dia 14, com 20 docentes e 60 alunos. A Biologia participará do ato de 6ª feira na Central do Brasil com painéis e atividades para divulgação do trabalho científico e de extensão realizado pelo Instituto. Nos dias 23 e 24, será realizado o "Biologia para Todos", com professores e estudantes recebendo cerca de 360 alunos do Colégio Pedro II para atividades práticas de laboratório e de campo, exibição de vídeos com trabalhos de laboratório. Os professores aprovaram a realização de reuniões semanais para discussão de temas específicos de política educacional e científica, por professores, funcionários e estudantes.

Instituto de Biofísica

Reunião dia 14, com 21 professores. Houve consenso de que a greve é justa em relação à reposição salarial, o mesmo não acontecendo em relação ao PID. Nova reunião dia 17.

Instituto de Química

Reunião dia 15, com 15 professores. Constatado que a greve já atinge cerca de 80% dos docentes do Instituto. Se pronunciaram a favor da continuidade da greve, com 3 votos contrários.

Colégio de Aplicação

Reunião 13, com 40 professores. Houve consenso em relação à continuidade da greve e várias atividades foram programadas.

Museu Nacional

Reunião dia 14, com 16 professores de um universo aproximado de 70. 10 se posicionaram contra dar aulas e 6 a favor. A unidade só tem pós-graduação. Sugeriram enviar e-mails para o Palácio do Planalto e mensagens para as seções de cartas dos jornais de grande circulação, além de adesivos para serem distribuídos para os alunos.

Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais (NPPN)

Reunião dia 6, com 10 professores de um universo de 15. Todos se posicionaram a favor da greve por tempo indeterminado.

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V

27 DE ABRIL A 3 DE MAIO/98

48,65 %

Um mês em greve

Ou o governo negocia, ou a paralisação continua

Bresser e Fernando Henrique são ironizados por professores, estudantes e funcionários durante manifestação em Ouro Preto

Leia nesta edição:

Professores desestimulados deixam de trabalhar nas universidades públicas

Greve dos docentes e técnicos-administrativos avança e não tem prazo para terminar

Entrevista com os candidatos a reitor

Próxima Assembléia Geral
Quarta, 29/04, 13:30h
Auditório do CCMN (Roxinho)

Avaliação da greve
Eleição para reitor
Eleições para Andes-SN

PARTICIPE!

Editorial

Sobre o processo de escolha para Reitor.

A política governamental de destruição do ensino público superior tem vários aspectos. Alguns são bastante explícitos, tais como o arrocho salarial, o estrangulamento dos orçamentos, a redução das verbas destinadas aos órgãos de fomento à pesquisa. Outros são mais sutis, porém igualmente eficazes. A retirada sistemática das atribuições acadêmicas das universidades, o esvaziamento de suas decisões políticas e o aumento dos mecanismos de financiamento fora dos orçamentos também contribuem no sentido do desmonte do ensino público. Outro mecanismo bastante nefasto, particularmente aqui na UFRJ, é a desestruturação dos órgãos colegiados superiores, como é bem conhecido no caso do Conselho Universitário.

Nossa última assembléia geral aprovou a conclamação dos nossos filiados a participarem da pesquisa prévia para a escolha de reitor, que será realizada nos dias 27, 28 e 29 próximos

Por outro lado, a presente greve nacional dos docentes tem demonstrado claramente que existe uma outra posição política de peso. Muito além da nossa pauta salarial, a importância da universidade pública para o país tem sido o grande destaque. Através de um movimento organizado e estruturado, com os professores em greve, temos conseguido uma adesão sem precedentes. O reconhecimento dos méritos das universidades públicas e da necessidade de uma política governamental de incentivo ao ensino superior nunca foi tão evidente.

É neste quadro que situamos o presente processo de escolha de um novo reitor na UFRJ. De um lado, o desmonte da universidade pública, promovido pelo governo FHC e seus aliados internos, fragilizou bastante o processo. Do outro lado, a mobilização crescente da comunidade universitária reacende nossas esperanças de que possamos realizar transformações significativas nos rumos da universidade. A Adufrj-SSind tem apontado as insuficiências do atual processo, seu caráter excludente e as manobras para a manutenção da atual administração no poder. Também temos deixado clara a importância da manifestação pública da preferência da comunidade acadêmica sobre os rumos da universidade. **Por isto, nossa última assembléia geral aprovou a conclamação dos nossos filiados a participarem da pesquisa prévia para a escolha de reitor, que será realizada nos dias 27, 28 e 29 próximos.** Apesar de seus limites, este processo eleitoral ainda pode ter desdobramentos que viabilizem uma futura administração mais comprometida com os reais interesses da universidade pública.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Governo estimula evasão de “cérebros”

Apesar de investir em formação, política do governo praticamente impõe a fuga de docentes das Ifes

Agência Andes (Brasília) - A ausência de uma política específica ao ensino público superior no país está forçando a fuga de mestres e doutores especializados das universidades federais. Os docentes estão migrando para as universidades particulares que, neste momento, pagam melhores salários. Estas instituições privadas sabem que podem garantir maior respeitabilidade em função dos nomes que compõem o seu corpo docente.

Sem investir um centavo na formação de mestres e doutores, as instituições particulares hoje estão podendo contar com professores de alta capacitação, nos quais a União já havia investido, por exemplo, em torno de R$ 300 mil para formar um professor titular com nível de pós-doutorado, incluindo bolsa de estudo e salário.

Após tanto investimento, as universidades públicas não estão conseguindo manter esses “cérebros” ao oferecer salários pouco atrativos, ou melhor, salários que praticamente inviabilizam a continuação da atividade docente.

Os dados foram fornecidos pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN). Um professor pesquisador com título de mestre, em regime de dedicação exclusiva, tem remuneração bruta que varia entre R$ 1.839,00 (nível 1) a R$ 2.098,00 (nível 4). Já o professor pesquisador adjunto com título de doutor e pós-doutorado está enquadrado na faixa salarial de R$ 2.287,00 (nível 1) a R$ 2.610,00 (nível 4).

Remunerações

Para atingir o topo da carreira, ou seja o cargo de professor titular em dedicação exclusiva, este professor tem que apresentar o título de doutor e prestar um novo concurso público para receber uma remuneração bruta de apenas R$ 3.169,00. Somente 10% do corpo dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior conseguem atingir este cargo, que exige reconhecida e longa experiência acadêmica e produção científica.

Por outro lado, basta abrir as páginas de classificados dos jornais de grande circulação para constatar o grau de defasagem dos atuais salários recebidos nas Ifes. No concurso que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem) vai realizar em junho próximo - organizado pela própria UFRJ - a remuneração inicial para os cinco advogados que por ventura venham a ser aprovados, está na faixa dos R$ 3 mil reais. No mesmo concurso, as dez vagas para pesquisador assistente têm remuneração inicial variando de R$ 1.642.54, para candidatos com mestrado, e R$ 1.945.18, para os que possuem doutorado.

> Num prazo de sete a dez anos, período mínimo necessário para o professor atingir o grau de doutor com pós-doutorado, a União investe aproximadamente R$ 100 mil só com bolsas de estudo. Em compensação, atualmente, este mesmo professor receberia de R$ 2.287,00 a R$ 2.610,00 de salários ao longo da carreira.

A questão salarial e o desmonte da graduação e da pós-graduação, com corte de bolsas e investimentos em pesquisa são hoje um dos maiores problemas enfrentados pelas universidades públicas. É um dos pontos da pauta de reivindicação da categoria, em greve desde o dia 31 de março. Os salários dos docentes e servidores públicos federais estão congelados há mais de três anos.

Exclusão

Para o Andes-SN, paliativos como o Programa de Incentivo à Docência (PID) que o MEC lançou não resolvem esta situação. Por sinal, o PID exclui os professores que se dedicam às atividades de pesquisa e extensão, os docentes de primeiro e segundo graus dos Instituições Federais de Ensino Superior. E também, os professores em regime de 20 horas além dos que estão em cursos de pós-graduação e aposentados.

Tais medidas, assim como o descaso sistemático incentiva o corpo docente a abandonar as universidades públicas, que correm o risco de serem desmontadas se não houver uma mudança profunda na atual política do para o ensino superior.

Os candidatos respondem

Começa nesta segunda e vai até quarta-feira (27 a 29 de abril) a consulta para que a comunidade universitária da UFRJ possa escolher seu próximo reitor. Dando continuidade às questões levantadas na edição passada, o jornal da Adufrj publica mais três respostas dos candidatos, buscando com isto contribuir para o processo eleitoral na universidade.

1)Você acha correta a atitude da reitoria da UFRJ de encaminhar o Programa de Incentivo à Docência mesmo com a sua rejeição pelo CEC e CEPG?

Vera Halfoun, chapa 1
A UFRJ simplesmente ratificou a postura que ela já vinha tendo nesses quatro anos. Eu acho que ela viabilizou um projeto que é ruim para a universidade. É um projeto que não repensa a graduação, divide os professores e exclui os técnico-administrativos. Ele é um calaboca para os professores nesta época de greve, por conta do aumento salarial que não saiu. A universidade perdeu a chance de preservar a liderança na Andifes, reorientando esses recursos, que são importantes para a UFRJ, a outros projetos. É como se todos os professores fossem culpados pelas mazelas, quando a gente sabe que não é isso. Há um déficit na graduação mas este projeto não acena pra isso.

Aloíso Teixeira, chapa 2
Claro que não. É um erro da atual reitoria, que decidiu esta questão sem consulta aos conselhos da universidade e constituiu uma comissão dita de notáveis que propôs sugestões mas que não modifica a natureza essencial da proposta do governo e se isolou, tanto da universidade quanto do conjunto das federais. Era o momento para a UFRJ, junto com as universidades federais, lutar para derrotar a proposta do PID e fazer usar estes recursos em benefício da universidade.

Luiz Rocha Neto, chapa 3
É um grande absurdo. A gente deve isentar disto o reitor Paulo Alcântara, que não participou da reunião, e sim o vice-reitor. Quero dizer que já andei em muitas universidades - tanto no exílio como aqui no Brasil - e nunca vi professor ganhar bolsa. Isto é uma coisa absolutamente ridícula.

Joel Teodósio, chapa 4
A atual reitoria não encontrou a liderança acadêmica e política da UFRJ no sentido de que as instituições federais apresentem suas alternativas às propostas governamentais. Como reitor da UFRJ, antes que o governo baixasse o PID, eu teria proposto alternativas ao Programa de Incentivo à Graduação.

José Vilhena, chapa 5
A reitoria não encaminhou proposta do PID. A reitoria defende 162 milhões de reais para a educação no país. Estes 162 milhões – uma nova face do PID – é que estão em discussão.

2) Para o movimento docente, a autonomia universitária está consolidada pelo artigo 207 da Constituição. Qual a sua opinião?

Vera Halfoun, chapa 1
Acho que tudo isso se resolve com lei complementar, mas é fundamental o orçamento global para termos autonomia. Temos que repudiar a mudança na Constituição e, numa negociação com o MEC, defender a autonomia e elaborar projetos junto ao ministério que reordenem onde houver distorções. Temos que defender um modelo de universidade que contemple a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Aloíso Teixeira, chapa 2
A Constituição é extremamente clara: este artigo é auto-aplicável. A idéia de fazer uma emenda constitucional é um evidente equívoco. Mas é pior do que um erro do governo, é a tentativa de eliminar o princípio da autonomia universitária. O movimento docente e as universidades federais devem lutar para derrotar a proposta de emenda do governo, exercer efetivamente a autonomia e propor uma lei orgânica para a universidade, que é o que se precisa.

Luiz Rocha Neto, chapa 3
A universidade tem esta autonomia no papel e compete aos estudantes, funcionários e professores exercer pressão para que o reitor tome as posições mais radicais possíveis para o bem da nossa universidade.

Joel Teodósio, chapa 4
Acho que autonomia é a que está no artigo 207 da Constituição. Mas, é mais do que isso: autonomia não é uma coisa abstrata, tem que ser executada concretamente. A LDB já possibilita o aumento da autonomia didático-científica. Agora, como reitor, vou liderar um movimento nas federais para que venha o orçamento global.

José Vilhena, chapa 5
Acho perfeito, não tem que haver nenhuma mudança na Constituição.

3) Quem é o principal responsável pela crise da universidade pública?

Vera Halfoun, chapa 1
A crise é mundial mas há uma crise sem precedentes na reitoria - crise administrativa, acadêmica e política. Política em relação à postura com o MEC, em defesa da autonomia, que na minha avaliação, não foi feita de maneira adequada. Administrativa porque há uma carência na gerência de recursos e de pessoal. E acadêmica porque ela não racionalizou os recursos que são gastos.

Aloíso Teixeira, chapa 2
O governo federal.

Luiz Rocha Neto, chapa 3
O grande responsável é o governo federal - sinto muito em dizer isto. E quero particularizar a ação do Mare, que é absolutamente nefasta.

Joel Teodósio, chapa 4
São dezenas de anos de ausência de políticas para o ensino superior, no sentido de possibilitar a existência de universidades que sejam conseqüentes à sociedade.

José Vilhena, chapa 5
Não existe crise acadêmica na universidade nem crise na pesquisa. A universidade está produzindo como nunca, embora haja problemas de financiamento.

Professores do CCMN

Estamos convocando os professores do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza para reunião na próxima terça-feira, às 14 horas, na sala A-343, do Instituto de Física.

O objetivo é discutirmos a próxima eleição para a decania e a representação dos professores do CCMN junto ao Conselho Universitário da UFRJ. O número de representantes eleitos pelos Centros foi aumentado no Consuni. Alguns centros já realizaram eleições mas o decano do CCMN não realizou novas eleições neste Centro.

Esta situação é grave porque, entre outras atribuições, os representantes do Consuni terão um papel decisivo na escolha do próximo reitor.

Adufrj Seção Sindical

Reuniões na Adufrj

Comissão de organização do evento "Universidade na Praça"
2a feira, 27 de abril, às 14h

Comissão Eleitoral Local - eleição para Andes-SN
2ª feira, 27 de abril, às 14h

Comando Local de Greve
3ª feira, 28 de abril, às 14h

Comissão de trabalho junto aos parlamentares
3ª feira, dia 28 de abril, às 10h30

Todas as reuniões serão realizadas na sede da Adufrj

GREVE

Professores em greve recebem apoio internacional

A Confederação de Educadores Americanos (CEA), que reúne os professores de toda a América Latina, divulgou nota de apoio aos docentes universitários do Brasil, em greve há 23 dias.

Das 52 Instituições Federais de Ensino Superior, 47 já aderiram por tempo indeterminado ao movimento grevista pela abertura de negociações com o MEC.

O professor uruguaio Fernando Rodal, do Comitê Executivo da CEA, esteve em Brasília para acompanhar de perto as discussões entre o Andes-SN e o MEC.

Nos próximos dias 27, 28 e 29 será realizado o 16º Congresso da Confederação dos Educadores Americanos, em Quito, Peru. No Congresso, um dos temas a ser discutido será o desafio dos professores universitários na busca de soluções para a crise do ensino público superior. Segundo Rodal, o movimento dos docentes brasileiros para melhoria salarial e de qualidade de ensino "está sendo considerado um dos mais influentes na história recente e deverá produzir reflexos em toda a América Latina". O Andes também está divulgando uma carta aberta dos professores brasileiros à comunidade internacional. Os professores universitários esperam sensibilizar o Ministério da Educação para os problemas enfrentados pela categoria e pelas Instituições Federais de Ensino Superior.

Central do Brasil, dia 17 de abril: protesto contra FHC une MST a professores, funcionários e estudantes de universidades federais do Rio

Carta dos professores brasileiros à Comunidade Internacional

A Universidade Pública Brasileira vive uma de suas piores crises. As políticas governamentais de privatização e desmonte dos serviços públicos atingem esse patrimônio construído ao longo de décadas pelo povo brasileiro.

As instituições públicas desempenham importante papel no desenvolvimento do país. Respondem por cerca de 90% da produção científica brasileira e pela formação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, tanto na graduação quanto na pós-graduação. O Brasil detém, portanto, um sistema público completo de formação profissional, o que, por si só, constitui um fator importante, em se tratando de um país em desenvolvimento.

A política do governo Fernando Henrique Cardoso, para as universidades, tem se traduzido em cortes de bolsas para a pós-graduação e de recursos de custeio e investimento para ciência e tecnologia. A carência de verbas tem comprometido até a manutenção básica, como abastecimento de água, luz e telefone. A falta de condições de trabalho, os baixos salários (congelados há três anos ante uma inflação de aproximadamente 50%) e a ameaça de retirada de direitos trabalhistas têm levado os professores a abandonarem a carreira ou a se aposentarem (cerca de 8 mil nos últimos 4 anos).

Mesmo com essas dificuldades, graças à atuação de seus docentes e pesquisadores, as universidades públicas brasileiras são reconhecidas pela sociedade como os melhores centros de formação profissional do país e pela comunidade internacional pela sua produção intelectual, técnica e cultural.

Tem-se, também, com muita luta, buscado aproximar o trabalho desenvolvido nas universidade dos interesses e das necessidades do povo brasileiro, propondo soluções para os problemas mais urgentes e influindo na construção de seu futuro. Por essas razões, os professores do sistema federal de ensino superior do país deflagraram greve no dia 31 de março de 1998.

Nesse momento de crise, os professores solicitam o apoio da comunidade internacional, buscando sensibilizar as autoridades do país para que a referida crise seja resolvida, as reivindicações atendidas e para que possam exercer com dignidade sua profissão.

Para tanto, enviam os endereços eletrônicos do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do Ministro da Educação Paulo Renato e de alguns jornais de circulação nacional, a fim de que sejam remetidas mensagens de solidariedade ao movimento.

Nota de apoio da Confederação Nacional de Educadores Americanos

Companheiros:

Neste momento em que os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior encontram-se em greve, deflagrada em 31 de março de 1998, na defesa intransigente da Universidade Pública Brasileira, a Confederação de Educadores Americanos – CEA, organização que congrega professores de toda a América Latina, não poderia deixar de trazer sua solidariedade e irrestrito apoio às suas reivindicações.

Ao mesmo tempo, a CEA coloca-se lado a lado nesta luta, que não é só dos professores brasileiros, mas de toda a América latina que, como irmãos de luta, defendem o ensino público em todos os níveis, imprescindível na conquista da cidadania para todos os trabalhadores.

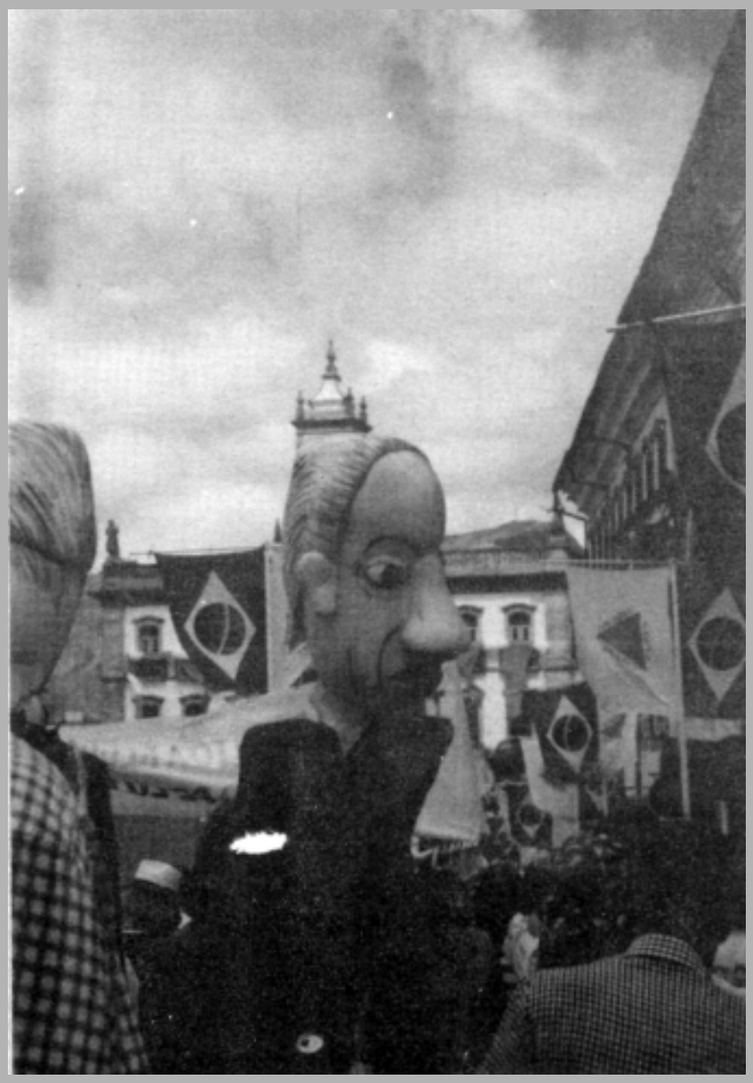
Juntos estaremos, nesta e em outras lutas, sempre em defesa da classe trabalhadora, contra governantes que, ao implementarem políticas arquitetadas pelo Banco Mundial, aumentam significativamente a massa de excluídos e miseráveis no mundo.

México, 22 de abril de 1998.
Prof. Fernando Rodal
Comitê Executivo da CEA

Ensaio

Uma greve para ficar na história

A greve dos docentes das instituições federais de ensino superior(Ifes) está completando um mês. Este movimento já contabiliza ganhos importantes. O principal deles é a solidariedade da população às reivindicações dos professores. A maior constatação disso é a participação maciça da sociedade em manifestações promovidas pela categoria. Com o intuito de resgatar momentos preciosos do movimento docente nesta greve, o Jornal da Adufrj publica um ensaio fotográfico de *Guilherme Lessa, no ato do dia 17, e de nossa delegação presente ao ato do dia 21 de abril, em Ouro Preto: Roberto F. da Rocha, Sandra Martins de Souza e Cristina Miranda.*



Professores e alunos participam de uma manifestação pacífica, ao contrário do que disse a "imprensa", no feriado de Tiradentes, em Ouro Preto. Acima, um mamulengo retratava ironicamente a figura do ministro Bresser Pereira.

A geodésia dos alunos da Arquitetura serviu de capela para os 19 caixões que simbolizaram a perda dos 19 companheiros sem-terra em Eldorado dos Carajás, há dois anos. O ato foi na Central do Brasil, dia 17 de abril.

Os manifestantes invadem as ladeiras da cidade histórica, durante a solenidade do governo de Minas para homenagear o líder da Inconfidência

Manifesto da Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

[continuação da edição anterior]

Todas as lutas do Andes-SN, das mais específicas às mais gerais, foram e têm sido pautadas nos princípios acima expostos. Destacamos: presença e intensa participação na linha de frente da campanha das "Diretas Já", em 1984; no processo constituinte, apresentando propostas para a educação, a ciência e a cultura, para os direitos de minorias e de organização sindical; no processo de "impeachment" de Collor, como uma das primeiras entidades a exigi-lo. Fomos um dos primeiros sindicatos a denunciar o estabelecimento das políticas neoliberais, já antevendo seus possíveis efeitos, muitas das quais somente hoje começam a ser sentidas pela população.

Nas lutas específicas pela educação brasileira pública, gratuita, laica, de qualidade, para todos, ainda durante o processo constituinte, construímos uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), amplamente discutida no movimento docente e aprovada no X Congresso do Andes-SN (Curitiba, 1991), contrapondo-a à proposta (aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 1996) do MEC/Darcy Ribeiro, cujas conseqüências nefastas tornam-se cada vez mais evidentes. Repetimos essa forma de participação, mais recentemente, na organização e realização do I e do II CONEDs (Congressos Nacionais de Educação) e na coordenação da grande empreitada nacional, marco na história da educação brasileira, que foi a construção, democrática e coletiva, e a consolidação do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (PNE), submetido ao XXV CONAD (Belém, outubro de 1997) e já transformado em Projeto de Lei de iniciativa de um grupo de deputados comprometidos com a causa da educação pública.

No âmbito específico da educação superior, vimos sempre apresentando propostas e a implementando com vigor as deliberações e encaminhamentos das bases sindicais, fortalecendo as mobilizações da categoria. Grandes movimentos marearam o embate com as políticas privatistas dos governos, resistindo-se às investidas, nos períodos mais difíceis e obtendo-se importantes vitórias, como a conquista histórica da Carreira única (1987) e significativos reajustes salariais nas greves da década de 80 e início da de 90. Num processo sempre aberto e democrático foram atualizadas e/ou elaboradas propostas sobre o modelo de Universidade autônoma e socialmente referenciada, sobre o Plano de Carreira e Capacitação Docente e sobre o RJU. O Sindicato tem defendido firmemente a isonomia. Tem mantido a luta, inúmeras vezes vitoriosa, pela alteração ou revogação da legislação autoritária remanescente da ditadura militar. O Sindicato vem contestando, em várias frentes, a prática reiterada das medidas provisórias e decretos que confiscam direitos do pessoal docente das instituições de ensino superior, promovem o desmanche das IESs, comprometem o desenvolvimento soberano do país ao reduzirem recursos para a pesquisa científica e tecnológica. Vem lutando vigorosamente contra as reformas da Previdência, administrativa, universitária etc.- demolidoras de direitos e garantias estabelecidos constitucionalmente.

Essas são algumas das inúmeras ações, das incontáveis lutas do nosso Sindicato Nacional, ao longo desses anos de atuação. Fez-se muito. Fizemos muito. E precisamos fazer muito mais, na adversa conjuntura que vivemos. A Andes-AD, em consonância com os princípios que regem sua prática sindical, reafirma suas convicções, através das quais explicita e demarca o espaço de disputa com outras concepções no interior do movimento docente e sindical. Conclama a todos(as) os(as) sindicalizados do Andes-SN - professores e professoras da ativa e aposentados(as) de todas as instituições de ensino superior públicas e privadas, de todos os níveis, graus e modalidade de ensino - todos(as) que se identificam com os princípios e as convicções acima explicitados a engajar-se na continuidade dessa luta, no momento cruciante por que passam o país e a educação, enfrentando o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que vem destruindo tanto a educação pública como o movimento sindical.

A Andes AD, em função de sua história, de suas práticas fundadas em densa elaboração teórica, dos seus compromissos, sente-se em plenas condições de pleitear o próximo mandato da Diretoria do Andes-SN. Para tanto, contamos com seu apoio através do voto e sua integração ao nosso projeto de sindicato: vivo, dinâmico, dedicado à defesa dos professores e professoras das IES, partícipes incansáveis da necessária construção de uma educação verdadeiramente pública, gratuita, de qualidade, para todos, em todos os níveis e modalidades.

Mais do que tudo, este é um chamamento à participação e à continuidade da luta.

Chapa 2 - Ganhar a Andes para não perder a Universidade

Eixos de luta

O princípio norteador da ação proposta pela chapa 2, visando "Ganhar a ANDES para não perder a UNIVERSIDADE", será o de reaproximar a ANDES dos professores universitários, tanto nas instituições públicas quanto nas particulares, recuperando a identidade entre estes e sua Associação/Sindicato Nacional para,

desta forma, recuperar a capacidade de ação organizada dos docentes na Universidade, na Sociedade e na Política.

Com base neste princípio, nos propomos a:

* Defender a Universidade Pública brasileira, articulando nacionalmente o debate em busca de alternativas que garantam o financiamento público das Universidades estatais, a democratização e ampliação das oportunidades de acesso a estas, sua autonomia, sua avaliação por critérios públicos de desempenho e competência, bem como a conquista de condições de trabalho e salariais que possibilitem a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

* Desenvolver mecanismos de controle público das instituições privadas de ensino superior, visando a supressão das tendências puramente mercadológicas dominantes neste setor, inclusive combatendo e denunciando o comprometimento da burocracia estatal com os interesses aí predominantes;

* Buscar a efetiva articulação internacional entre associações de professores de ensino superior, visando estabelecer uma política de intercâmbio de experiências de representação sindical de docentes, bem como de ampliar o debate sobre as experiências internacionais relacionadas às universidades públicas e seus desafios;

* Desenvolver uma efetiva articulação com as organizações de professores das redes públicas de ensino básico e fundamental, visando estratégias comuns de defesa da educação pública em todos os níveis;

* Articular os setores organizados da sociedade civil, bem como os partidos políticos e suas representações, visando à elaboração, defesa e implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, articulada às demais políticas setoriais do Estado Brasileiro, tendo como objetivos a democratização econômica e a justiça social, a inserção soberana no mercado internacional e a solidariedade com os povos que lutam por sua emancipação econômica, política e social;

* Articular nacionalmente o debate sobre a produção artístico-cultural, questionando os critérios de mercantilização que hoje substituem a autêntica publicização da produção neste setor;

* Definir frentes de ação comuns com as diversas organizações da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais e do movimento sindical, com base no respeito à dinâmica e aos interesses específicos de cada setor, para o fortalecimento e ampliação das lutas que visem à garantia da ordem democrática, à conquista da justiça social, à efetivação da cidadania e ao livre acesso de todos à justiça;

* Lutar pela democratização do sistema nacional de comunicações, tanto no sentido de fortalecer as articulações da sociedade civil que se propõem a este fim, quanto no de buscar alternativas concretas de inserção da comunidade universitária no debate político nacional, de ampliação da cultura universitária junto à população e de valorização das experiências sociais, econômicas e culturais dos diversos grupos sociais, desenvolvendo uma política de comunicações da ANDES voltada para este objetivo;

* Lutar pelos direitos da cidadania, defendendo políticas de saúde, de educação, de previdência social, de emprego e salários, de moradia, entre outras, extensivas ao conjunto da população.

Comissão Executiva Nacional da Chapa 2
"Ganhar a ANDES para não perder a Universidade"

GREVE

A UFRJ mobilizada

Unidade: Fonoaudiologia/ Medicina
Data: 13/04
Presentes:7
Resoluções: paralisação das aulas e atendimento ambulatorial

Unidade: Museu Nacional
Data: 17/04
Presentes: 20
Resoluções: Ato público em frente ao Museu, no próximo Domingo, dia 3 de maio. Por 13 votos a favor foi encaminhada a proposta de continuidade da greve nesta unidade, com aulas na pós-graduação. Paralisação de todas as atividades uma vez por semana, para participação em atos públicos do movimento docentes.

Unidade: Letras
Data:23/04
Presentes: 31
Resoluções: organização de debates semanais. O primeiro será dia 4 de maio às 11 horas, no auditório G2 com o tema "Uma balzaquiana chamada Letras, história e papel da faculdade".

Unidade: Biofísica
Data: 17/04
Presentes: 38
Resoluções: continuidade da greve por 37 votos e 1 abstenção

Unidade: Colégio de Aplicação (CAp)
Data: 16/04
Presentes: 45
Resoluções: continuidade da greve por tempo indeterminado, com 25 votos, 2 contrários e 10 abstenções

Unidade: Arquitetura (FAU)
Datas: 19 e 23/04
Presentes: 8 e 5
Resoluções: Realização de 3 vídeos sobre atividades da greve para exposição nos campi e exposição de maquetes como atividade de greve.

Unidade: Serviço Social
Data: Não houve reunião. Continua a greve com 100% de adesão por parte dos docentes

Unidade: Educação Física
Data:23/04
Presentes: 68 (18 docentes) Resoluções: continuidade da greve, participação na consulta para reitor, contra o PID e o PEG e proposta de atos públicos

Unidade: Medicina/HU
Data:23/04
Presentes: 21
Resoluções: Paralisação das atividades didáticas

Unidade: Biologia
Data: 15/04
Presentes:15
Resoluções: Realização de "Biologia na Central" e "Biologia para Todos", como atividades de greve. Manutenção da greve por tempo indeterminado.

Unidade: Belas Artes
Data: 22/04
Presentes: 34 Resoluções: Confecção de adesivos para a divulgação da greve, alunos do curso de fotografia, produzirão material para exposição de problemas na UFRJ

Unidade: Escola de Comunicação (ECO)
Data: 23/04
Presentes: 35
Resoluções: Atividades internas com debates, principalmente utilizando filmes retratando greves para analisar o momento presente. Está em estudo a organização de um "Universidade na Praça", sem data marcada.

Unidade: Centro de Tecnologia
Data: 23/04
Presentes:20
Resoluções: continuidade da greve por 12 votos a favor e propostas de mobilização local

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 4 A 10 DE MAIO/98

Professores rejeitam "novo" PID

Greve de professores e funcionários é praticamente total em 46 das 52 instituições federais. Na UFRJ, a paralisação também continua

Leia nesta edição:

- **MEC retoma proposta de bolsas para professores. Assembléias rejeitam esta reedição do PID.**
- **A greve dos professores nos estados.**
- **UFRJ participará de mais um "Universidade na Praça".**

A pesquisa que indicou o professor Aluísio Teixeira para ser o próximo reitor da UFRJ teve a participação de 74,5% dos docentes.

Aluísio vence pesquisa

Dos 13.725 eleitores, a Chapa 2 conquistou 6.809 votos. "A comunidade manifestou sua consciência. Foi a vitória da Universidade " comemorou Aluísio, assim que soube do resultado.

Próxima Assembléia Geral
Quarta, 6 de maio, 13:30h
local a ser divulgado

(Confira na home-page da Adufrj: www.alternex.com.br/~adufrj)

Avaliação da Greve

Editorial

Uma proposta desastrosa

A recente proposta do governo de "estender as bolsas do PID" a um número maior de docentes deve ser analisada em duas perspectivas: a do movimento docente e a do governo.

Pelo lado dos docentes, devemos considerar o importante papel político que nossa greve tem desempenhado, demonstrado não só pelo destaque que a mídia tem dado às questões da universidade mas também pelo crescente incômodo que o governo apresenta. O novo comunicado do MEC sobre o PID, anunciado numa reunião com os reitores, não tem novidades substanciais. Em primeiro lugar, não houve uma abertura de negociações por parte do governo. Em segundo lugar, o PID continua não trazendo nenhuma resposta aos graves problemas que afligem as universidades públicas, em particular à questão salarial e ao financiamento da universidade.

Pelo lado do governo, a proposta é desastrosa e mostra sua incapacidade de propor alternativas mais sólidas. Apontamos pelo menos dois aspectos importantes.

O primeiro é o fato de que foi definitivamente desmascarado que o PID não tem nenhuma intenção acadêmica. Se "a bolsa é para todos" (o que não é verdade), isto acaba com qualquer alegação de que era um projeto para melhorar as condições de ensino de graduação. Fica claro que o governo manipulou alguns reitores e comissões que propunham alternativas, como é o caso da UFRJ. Isto quebra o único argumento que alguns setores internos da universidade tinham para apoiar a proposta do governo. Trata-se, como temos dito desde o início, de um reajuste salarial camuflado e excludente. Também é bom sublinhar que na nova proposta do MEC continuam não sendo especificados os montantes que efetivamente seriam destinados ao PID e que a proposta é repleta de condicionais.

O segundo fato complicado para o governo é que novamente seus altos escalões vêm a público manifestar que não aceitam reajustes para o funcionalismo público nem para os aposentados. Após três anos sem reajustes, denúncias diárias de fraudes na previdência, o pagamento exorbitante de todas as falcatruas da especulação financeira, fica difícil convencer os servidores públicos e os aposentados de que suas reivindicações não são importantes. Nem a grande imprensa, que num período recente tecia críticas diárias a estes dois setores, tem se prestado para apoiar o governo. Num ano eleitoral isto é certamente um fator de preocupação e de desgaste do governo. A repercussão negativa da atitude do governo junto à classe média, formadora de opinião eleitoral, indica que a pressão da greve é significativa.

Não podemos aceitar a lógica do sistema de bolsas como alternativa à nossa reivindicação salarial. Já temos em nossos contracheques duas situações anômalas e difíceis, os 26,05% do plano Verão (só para alguns) e a GAE, valores não incorporados. A greve é a nossa garantia de que, o mais breve possível, teremos uma resposta satisfatória à nossas reivindicações. Lembramos que não existem impedimentos legais para que reajustes nas tabelas e nas carreiras sejam feitos. Isto já ocorreu em várias situações de greves anteriores e recentemente o governo reajustou os salários dos militares e de algumas carreiras do funcionalismo público. Negar o reajuste é uma posição política do governo, que só a força da greve pode alterar.

Portanto, **nossa conclusão é a de que devemos repudiar a proposta do governo e dar continuidade à greve, intensificando nossas atividades de mobilização, tanto internas quanto externas.** Neste sentido, devemos ter **todo o empenho possível na realização do evento "Universidade na praça",** no próximo dia 7, cuja organização está em andamento. Propomos também. estimular e organizar debates nas unidades sobre temas como as propostas de diretrizes curriculares do governo, a avaliação da COOPERA e o Plano Nacional de Educação.

Comando Local de Greve e Diretoria da Adufrj-SSind, em 29 de abril de 1998

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Em todas as possibilidades de peso nos votos por categoria, a chapa 2 foi vencedora: tanto nos 50-25-25, como nos 70-30, como, também, pela paridade.

Aluísio Teixeira vence pesquisa eleitoral

O candidato Aluísio Teixeira (Instituto de Economia), da chapa 2, foi o vencedor da pesquisa realizada no período de 27 a 29 de abril pela comunidade para escolha do reitor da UFRJ (1998 a 2002). No total dos 13.725 eleitores, Alusivo faturou 6.809. Em segundo lugar ficou a chapa 1, conquistando 4.308 votos. Os votos dos dois primeiros colocados somaram 80% do total de votantes. A legitimidade do vencedor está comprovada com o sucesso da pesquisa. Entretanto, o candidato da chapa 5, José Vilhena, declarou para quem quisesse ouvir que, independente do resultado desta pesquisa, ele apresentaria seu nome ao Colégio Eleitoral, que se reunirá no dia 6 de maio para formar a lista tríplice que seguirá para Brasília. Em tempo: Vilhena conquistou apenas 11% do percentual de votos.

Ao final da apuração, Aluísio Teixeira declarou ao Jornal da Adufrj que, com este resultado, acredita que o Colégio Eleitoral vai referendar o resultado da pesquisa. Sobre a possibilidade de José Vilhena indicar o seu nome no dia 6, o vencedor diz que "com a votação irrisória que teve, Vilhena não terá respaldo para indicar o seu nome. Esta vitória representa a vitória da universidade que vem se manifestando de forma consciente sobre os seus problemas".

Primeira etapa foi concluída

Batalha continua na reunião do Colégio Eleitoral, no próximo dia 6, às 10 horas

Para a Adufrj-SSind, a participação da comunidade universitária foi uma clara manifestação de que desejamos um reitor escolhido através de um processo democrático.

Isso demonstra uma enorme responsabilidade para o colégio eleitoral no próximo dia 6.

Este grupo terá de optar por dois caminhos: o da vontade desses 13.725 eleitores que compareceram às urnas no período de 27 a 29 de abril ou o de interesses políticos menores, que já estão comprometendo o futuro de nossa instituição.

Mapa eleitoral

Participação da comunidade garantiu sucesso da pesquisa

Professores - 74,5% (do total de 3.352, compareceram às urnas 2.498)
Funcionários - 59,08% (de total 9.466, participaram 5.593)
Estudantes - 17,88% (universo de 31.497, participaram 5.634)

Número de votos por categoria:

Chapa 1 - Professores 948
Funcionário 635
Estudantes 1.725
Chapa 2 - Professores 945
Funcionários 2.853
Estudantes 3.011
Chapa 3 - Professores 28
Funcionários 114
Estudantes 107
Chapa 4 - Professores 149 Funcionários 265
Estudantes 279
Chapa 5 - Professores 351
Funcionários 303
Estudantes 311
Brancos - Professores 23
Funcionários 74
Estudantes 40
Nulos - Professores 56
Funcionários 314
Estudantes 123

Novela do PID continua

Diante da pressão da greve, governo lança uma "maquiagem " da proposta original de Programa de Incentivo à Docência (PID) e não desiste de vincula-lo à concessão de bolsas

Mesmo diante de todas as pressões, o governo federal não desiste de vincular o Programa de Incentivo à Docência (PID) à concessão de bolsas. Pressionado pela greve nacional dos docentes, o ministro da educação Paulo Renato divulgou, em entrevista coletiva no dia 24 de abril, uma nova proposta para o PID. Na verdade, trata-se de uma "maquiagem" à proposta original divulgada em fevereiro deste ano.

Muito distante de um programa que vise a melhoria do ensino de graduação, esta "nova" versão estabelece que as Ifes poderão dispor de até 25% do total dos recursos destinados ao programa para custeio do projeto. O restante, insiste o MEC, deverá ser aplicado em bolsas que contemplem inclusive professores com graduação, no valor de R$ 250, no máximo. Os outros valores, destinados a professores com doutorado, mestrado e especialização, continuam os mesmos. Nos critérios para a distribuição dessas bolsas, o MEC já prevê a possibilidade incluir professores em regime de vinte horas. Em carta do secretário de Ensino Superior Abílio Baeta Neves aos docentes, o MEC acena para esta possibilidade "em casos justificados no projeto institucional". Essas alterações são insignificantes diante dos reflexos negativos que esta proposta poderá causar na estrutura das instituições federais de ensino superior.

Novo PID: motivos não faltam para continuarmos contra

- reduz o ritmo das atividades de pesquisa e extensão, comprometendo a formação do docente e, consequentemente, do aluno;
- reduz a pressão pela contratação de novos professores e reposição das vagas;
- exclui os Cefets, os professores em tempo parcial, aqueles em processo de capacitação, os substitutos e os docentes da educação básica vinculados;
- exclui os aposentados, burlando a constituição;
- pode ser excluído a qualquer momento ou reduzido quantitativamente. Basta o pretexto, por exemplo, de uma crise financeira internacional;
- gera problemas internos na instituição: crise entre docentes que passariam a ter remunerações diferenciadas exercendo a mesma função e exclui, injustamente, os funcionários.

A "nova" proposta do MEC

- Estão habilitados todos os professores atuando na graduação e envolvidos em projetos de melhoria do ensino que não recebam bolsa de formação, aposentadoria do serviço público e estejam no regime de 40 horas ou DE.
- Programa prevê recursos para bolsas aos professores e recursos de custeio para os projetos de melhoria do ensino.
- A cada universidade será distribuído um montante de recursos global.
- As Ifes poderão dispor de até 25% do total dos recursos a ela atribuídos para custeio do projeto. O restante deverá ser aplicado em bolsas com, no máximo, os seguintes valores: Professores com titulação de doutor: R$ 1.100;Professores com titulação de mestre: R$ 750; Professores com especialização: R$ 400; Professores com graduação: R$ 250.
- Volume dos recursos a serem alocados em cada universidade poderia ser calculado na base da proposta original.

Nova proposta do governo continua sendo uma ameaça à graduação

O Comando Nacional de Greve (CNG), reunido em Brasília, continua não vendo com bons olhos o Programa de Incentivo à Graduação (PID) proposto pelo governo. Mesmo acenando para a possibilidade de estender as bolsas a um número maior de docentes que cumprirem 10 horas de dedicação à graduação, esta proposta continua sendo avaliada como inaceitável pelo Andes-Sindicato Nacional. Motivos não faltam. Com o anúncio do PID, o governo tenta passar a idéia de que é possível melhorar a qualidade do ensino simplesmente aumentando a carga didática dos professores. Entretanto, sabe-se que a diminuição do ritmo nas atividades de pesquisa e extensão, indissociáveis do ensino, comprometem a formação do aluno. A proposta, inclusive, desestimula as atividades de extensão, em relação às de ensino e pesquisa - a não ser as bem remuneradas pela iniciativa privada - pois não há revisão de benefícios financeiros públicos a quem se dedique a elas.

PID é desastroso para as Ifes

O Comando alerta que o governo produz, diante deste programa, um aumento generalizado e sem critério de carga horária e tenta diminuir a pressão pela imprescindível contratação de mais professores e pela reposição das vagas em aberto. Através do caráter excludente do PID, o CNG denuncia também a sua inconstitucionalidade. Isso porque "espertamente" o governo cria um programa que beneficia apenas professores em sala de aula, inviabilizando qualquer repasse aos aposentados. Mas, o mal-estar gerado pelo PID não atinge apenas os aposentados. Mesmo os docentes da ativa permanecerão num clima de angústia e incerteza constante, pois terão de concorrer a uma bolsa que contempla atividade inerente à carreira de docência. Com isso, estariam sendo criados alguns grupos "beneficiados" pela bolsa que exercem a mesma função dos que seriam excluídos.

Os funcionários, segundo o CNG, fazem parte de outro grupo que ficará de fora da proposta, criando uma profunda injustiça. O que se conclui, diante desses argumentos, é que uma proposta que se diz "incentivadora da graduação" funcionará, na prática, como "desestimuladora das atividades de graduação" que dependem, para o seu bom desempenho, de condições de trabalho dignas para todos.

Assembléia rejeita nova versão

Assembléia geral da Adufrj-SSind realizada no último dia 29, no Centro de Tecnologia, rejeitou de modo contundente o novo Programa de Incentivo à Docência divulgado pelo ministro Paulo Renato. Apenas três professores se abstiveram e não houve sequer um voto favorável.

A crítica fundamental foi a de que esta proposta é uma versão cujo conteúdo é pior do que a versão original.

Além de confirmar a intenção de se constituir num reajuste disfarçado, suas implicações acadêmicas provocaram uma profunda indignação.

Apresentado como um projeto de melhoria do ensino de graduação, na verdade é uma manipulação que reforça o descaso com que o governo tem tratado a universidade pública. Seja no ensino, na pesquisa ou na extensão.

GREVE

Greve atinge 47 instituições e é aprovada por 51 seções sindicais

A greve dos professores universitários já atinge 47 das 52 instituições federais de ensino superior, segundo informações do Andes Sindicato Nacional (confira quadro na página 9). O movimento entra em seu segundo mês de greve nacional e o governo insiste em não negociar um reajuste salarial que contemple toda a categoria.

O comando nacional de greve do Andes registra que 51 seções sindicais aprovaram esta greve nacional. O comando pretende, também, marcar nova reunião com o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Abílio Baeta Neves, mas, até o fechamento desta edição, não havia resposta neste sentido.

"Essa greve está se tornando de uma reivindicação só, ou seja, apenas por aumento", disse Baeta Neves, em declaração aos jornais. Os professores reivindicam 48,65% de reajuste salarial, entre outros pontos, como mais verbas para pesquisa, mais concursos públicos e um novo plano de carreira. Semana passada, o secretário reuniu-se com os técnicos-administrativos, que também estão parados em 35 universidades. Os funcionários começaram a discutir pontos para negociação, mas a greve nacional desta categoria será mantida. O governo comprometeu-se a discutir a reposição de uma parte das 17 mil vagas de técnicos e uma reorganização da carreira desta categoria.

Esta semana, os reitores se reúnem no Pleno da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para discutir o financiamento para a pesquisa nas universidades. A diretoria do Andes estará presente.

Autonomia Universitária

Parado há mais de um ano no Legislativo, o texto original da emenda à Constituição, 370, que altera o artigo 207, propunha que 75% dos recursos destinados à educação - correspondente a 18% da arrecadação de impostos - seriam repassados para as instituições federais de ensino superior por um prazo de 10 anos. Diante da resistência da área econômica de FHC em aceitar esta vinculação, Paulo Renato vai propor que o governo se comprometa a manter, no mínimo, os mesmos níveis de investimentos nas instituições, por prazo indeterminado, mas sem vinculações.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes), José Ivonildo do Rego, teme que a retirada da garantia de 75% dos recursos da educação desobrigue o governo a aumentar os recursos para o setor, impedindo a expansão do ensino superior. O secretário de Ensino Superior disse que a proposta de alteração na emenda ainda será discutida.

GREVE

A greve dos docentes nos Estados

Professores em greve fazem do 28 de abril um dia nacional de luta pela educação pública no Brasil

Minas Gerais

Professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) planejaram um protesto diferente em Belo Horizonte, com o apoio de alunos e servidores da instituição, para comemorar o dia nacional de luta pela educação. Durante um showmício, semana passada, na praça Afonso Arinos, docentes e estudantes da Escola de Belas Artes da UFMG esculpiram a palavra universidade em um grande bloco de gelo. Segundo o professor José Antônio Armanelli, do comando de greve, o movimento na UFMG atinge 75% dos cerca de 2.500 docentes da instituição, com paralisação total ou parcial em todas as suas 23 unidades.

Pernambuco

Foi total a adesão dos trabalhadores em educação da rede pública estadual ao Dia Nacional de Mobilização pela Educação, marcado por uma paralisação de 24 horas. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado (Sintepe) promoveu um debate sobre o Plano Nacional de Educação, pela manhã, e à tarde realizou uma passeata pelas ruas da cidade. A passeata foi engrossada pelos professores das universidades públicas em greve e por professores da rede privada, que estão em campanha salarial.

Rio de Janeiro

O protesto começou com uma aula ao ar livre, na Candelária, e terminou com uma passeata que reuniu cerca de 300 pessoas. A manifestação, intitulada Eu quero mais é Estudar, foi apoiada até por estudantes das escolas estaduais. "Vim lutar para melhorar as condições de trabalho deles porque esta vai ser a minha profissão", afirmou a estudante Elizabeth Oliveira, aluna do 2º ano do curso normal da Escola Barão de Mauá, em Duque de Caxias.

Paraná

No Paraná, os professores, servidores e estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de representantes da Associação dos Professores, compareceram à Assembléia Legislativa para expor aos deputados as razões da paralisação. Pela manhã, eles estiveram na Boca Maldita, no centro de Curitiba, coletando assinaturas em favor do Plano Nacional de Educação, formulado no último Coned, em Belo Horizonte.

Rio Grande do Sul

Em Porto Alegre, cerca de mil professores, alunos e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) fizeram uma passeata pelo centro da cidade, marcando o dia nacional de luta. O grupo ocupou o pátio da Delegacia Regional do MEC. Mas retirou-se, sem incidentes, depois de entregar ao delegado, Airton Vargas, um dossiê com informações sobre a UFRGS, cujos professores estão na greve do Andes. Os docentes iniciaram a coleta de assinaturas para respaldar o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação.

Rio Grande do Norte

A direção da Escola Superior de Agronomia do Mossoró (ESAM) respondeu às críticas do ministro Paulo Renato de que os salários pagos pela instituição dificultam as negociações com os docentes das demais universidades públicas do país. João Wayne Chaves, diretor da ESAM, reconhece que os salários são altos, mas diz que os professores foram à Justiça para recuperar as perdas causadas pelos planos econômicos dos governos Sarney e Collor

.

Fonte: Correio Brasiliense

GREVE

Greve nacional dos docentes

Confira as 46 Instituições Federais de Ensino Superior que estão em greve por tempo indeterminado

- Centro Federal de Educação Tecnológica – BH
- Centro Federal de Educação Tecnológica – Curitiba
- Centro Federal de Educação Tecnológica – RJ
- Escola Federal de Engenharia de Itajubá – MG
- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
- Fundação Universidade Federal de Rondônia
- Universidade Federal de Santa Maria - RS
- Universidade de Brasília
- Universidade do Rio de Janeiro (UniRio)
- Universidade Federal da Bahia
- Universidade Federal da Paraíba:
  campus de Cajazeiras
  campus de João Pessoa
  campus de Patos
- Universidade Federal de Alagoas
- Universidade Federal de Goiás:
  campus de Catalão
  campus de Jataí
- Universidade Federal de Goiás
- Universidade Federal de Juiz de Fora – MG
- Universidade Federal de Lavras – MG
- Universidade Federal de Mato Grosso
- Universidade Federal de Minas Gerais
- Universidade Federal de Ouro Preto – MG
- Universidade Federal de Pelotas – RS
- Universidade Federal de Pernambuco
- Universidade Federal de Santa Catarina
- Universidade Federal de São Carlos – SP
- Universidade Federal de Sergipe
- Universidade Federal de Uberlândia – MG
- Universidade Federal de Viçosa – MG
- Universidade Federal do Acre
- Universidade Federal do Ceará
- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Federal do Pará
- Universidade Federal do Piauí
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Federal Fluminense
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Universidade Federal do Mato Grosso:
  campus de Rondonópolis
- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Federal Rural de Pernambuco
- Universidade Federal do Espírito Santo
- Universidade Federal do Amazonas
- Universidade Federal do Amapá
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Universidade Federal do Rio Grande – RS
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Universidade Federal da Paraíba:
  campus de Campina Grande
- Escola Superior de Farmácia e Odontologia de Alfenas
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Universidade Federal de Roraima

Outras deliberações

- A Escola Paulista de Medicina aprovou uma paralisação por tempo determinado no dia 23 de abril
- A Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre mantém o indicativo de greve por tempo indeterminado, mas ainda definirá a data.
- A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro não entrou na greve por tempo indeterminado, por decisão da assembléia da seção sindical local
- A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campus de Dourados mantém uma greve intermitente por tempo determinado, com paralisações de dois em dois dias.

GREVE

Governo falta a debate sobre programa de pesquisa na Câmara dos Deputados

Agência Andes (Brasília) - A ausência de representantes do Governo inviabilizou hoje a audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Para compor a mesa de debates foram convidados representantes do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que não compareceram a sessão, além de membros do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituição Federais de Ensino Superior (ANDES-SN) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A nova audiência para debater a nova realidade dos programas de pesquisas brasileiras foi marcada para o próximo dia 27 de maio. "O tema é muito sério e se trata de interesse da Universidade Pública. Por isso, sem todos os convidados não podemos abrir agora a discussão", lamentou o deputado Inácio Arruda (PC do B-CE), autor do requerimento para discussão do assunto, referindo-se a ausência do MEC e do CNPq na Comissão.

O deputado explicou ainda que a convocação foi realizada com o objetivo de se criar uma discussão mais ampla para encontrar uma solução que traga novos investimentos aos grupos de pesquisa. O professor, Rubens Freire, coordenador do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN, endossou as palavras de Inácio Arruda por entender que não se poderia apreciar novos rumos para a pesquisa brasileira sem a presença de todos os convidados.

Universidade na Praça

Professores da UFRJ e de outras instituições federais do Rio estão organizando uma grande maniestação para o próximo dia 7, quinta-feira, na Cinelândia - o *Universidade na Praça*. O evento está sendo organizado e promovido pela Adufrj, Aduff, Adur-RJ (Rural), AdCefet-RJ, e possivelmente contará com a participação do Colégio Pedro II, que foi convidado, assim como o Sintufrj.

O objetivo é divulgar à população a situação em que se encontram as instituições federais de ensino. Através de sua produção acadêmica, eles denunciarão o processo sistemático de destruição das universidades públicas enquanto instituições que trabalham o ensino, a pesquisa e extensão de modo indissociável.

Atividades

Serão diversas atividades espalhadas pelo local, que demonstrarão o que a universidade produz para a melhoria na qualidade de vida do cidadão, por exemplo. Da UFRJ, já estão confirmadas a Escola de Educação Física e Desportos, a Escola de Comunicação, o Instituto de Planejamento Urbano e Regional (lppur), Escola de Belas Artes, Colégio de Aplicação e o Instituto de Psicologia. Diversas atividades foram confirmadas, como dança, vídeos, coral, teatro, debates e aulas de escultura, gravura e desenho industrial. Está programado também o debate "A crise da universidade 68/98", com uma exposição e painéis sobre autonomia universitária e política educacional. Também serão divulgados as publicações de docentes, estudantes e técnicos da universidade.

Porque a chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

Existem acentuadas diferenças políticas entre as duas chapas que disputam a direção do Andes-SN no biênio 1998/2000. A **chapa 1** diferencia-se pela sua prática política cotidiana de construção de um movimento docente autônomo e democrático organizado a partir das bases. A **Andes Autônoma e Democrática** (Andes AD) está comprometida desde a fundação da Andes com esta proposta.

É preciso lembrar que em 1986 a tese de adesão à "Nova república", defendida pelos conservadores em aliança com partidos ditos de esquerda, foi democraticamente derrotada dentro do movimento. Algumas forças derrotadas abandonaram o movimento docente e estão novamente, desde a última eleição, em 1996, pleiteando a direção nacional do Andes-SN. Saudamos a volta destes companheiros ao movimento, porém continuamos a divergir de suas orientações políticas, que não priorizam nossos princípios:

1) a construção de um sindicato com instâncias próprias de discussão e decisão, fortes e democráticas, que não permitam que as decisões do sindicato sejam tomadas fora dele, sem a participação dos professores, e 2) a autonomia em relação às administrações universitárias, mantendo a entidade independente das candidaturas a reitor. Com base nesses princípios, a Andes AD esteve à frente da Adufrj-SSind desde 1989, constituindo a maioria das últimas diretorias.

Avaliamos que a orientação política de fortalecimento do sindicato foi correta. A compreensão de que a luta pela universidade pública transcende o corporativismo míope, permitiu a construção do Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público, garantindo conquistas constitucionais como a autonomia universitária e o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, configurados no artigo 207 da Constituição Federal. Com a greve de 1987 obtivemos o nosso Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE). Na vitoriosa greve de 1991, obtivemos ganhos salariais significativos e um aprimoramento da carreira. No plano político, conferimos *status* de prioridade ao Congresso Nacional de Educação, no âmbito do qual sindicatos e entidades científicas elaboraram um Plano Nacional de Educação alternativo ao neoliberalismo encaminhado localmente pelo governo FHC. No setor jurídico conquistamos a liberação do FGTS e a liminar do Plano Verão, propiciando um ganho de 26,05% em nossos salários, bem como o direito ao abono pecuniário.

Mas o fato mais importante foi a construção consciente de um movimento democrático que nos abre as portas para hoje estarmos nos contrapondo à ditadura do *pensamento único* e ao massacre da universidade pública, prevista nas orientações do Banco Mundial. Neste sentido, a greve atual já é vitoriosa uma vez que garantimos a sua construção democrática nos espaços do movimento. O amplo destaque da mídia e o fato de que a sociedade brasileira está discutindo a universidade atestam a correção política da avaliação da Andes AD em favor desta greve.

É em nome dessa coerência que solicitamos o seu apoio à **chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática** como a melhor maneira de continuarmos a encaminhar nossas lutas em favor de uma sociedade mais justa, equânime e democrática e de uma universidade comprometida com as necessidades e interesses da maioria de nosso povo.

Participamos na chapa 1 por meio da candidatura das professoras **Rosanne Dias,** ex-diretora da Adufrj-SSind – 91/93 e 95/97(candidata a 1ª Vice-presidente Regional do Rio de Janeiro e **Philomena Gebran,** ex-diretora – 91/93 e atual 1ª Vice-presidente da Adufrj-SSind (candidata a 1ª Tesoureira Regional do Rio de Janeiro).

Apoiam a Chapa 1:

Roberto Leher - Atual Presidente da Adufrj
José Miguel B. Saldanha - Ex-presidente da Adufrj 95/97
Henrique Innecco Longo - Ex-presidente da Adufrj 93/95
José A. Martins Simões - Ex-presidente da Adufrj 91/93
José Henrique Sanglard - Ex-presidente da Adufrj 85/87
Roberto Houaiss - Atual diretor da Adufrj
Regina C. S. Pugliese - Atual diretora da Adufrj
Francisco Ary Medeiros - Ex-diretor da Adufrj 97/98
José Helder Lopes - Ex-diretor da Adufrj 93/95
Ruth Barbosa - Ex-diretora da Adufrj 93/95
Venúsia Neiva - Ex-diretora da Adufrj 93/95
Elizabeth Accioly - Ex-diretora da Adufrj 91/93
Eronides da Silva Lima - Ex-diretora da Adufrj 91/93
Maria de Lourdes Passos - Ex-diretora da Adufrj 91/93
Rosângela Costa Motta - Ex-diretora da Adufrj 91/93
Filadelfo Cardoso Santos - Ex-diretor da Adufrj 89/91
Letícia L. Vermelho - Ex-diretora da Adufrj 89/91

Estes nomes são apenas os de diretores e ex-diretores da Adufrj. Muitos outros já manifestaram apoio à chapa 1 e a lista de adesões a ser divulgada está aberta a todos. A eleição será nos dias **12 e 13 de maio.** Compareça às urnas para votar Não abra mão do seu direito de eleger diretamente a diretoria do seu Sindicato Nacional.

Chapa 2 - Ganhar a ANDES para não perder a Universidade

Está sendo implementada pelo governo uma política para a Universidade Brasileira. Nos sas Universidades Públicas encontram-se no limiar de uma mudança radical que compromete seu perfil e estrutura atuais, apontando para a diluição de sua vocação de fomentadoras da Ciência e da Cultura, para se converterem em simples agências de formação de recursos humanos. Projeta-se uma "universidade" voltada para uma economia que aprofunda sua dependência em relação aos centros e corporações do capitalismo internacional. É este o sentido das políticas que desmontam sistemas estaduais de ensino superior, do estrangulamento orçamentário e salarial das universidades federais e da programada extinção dos Centros Federais de Educação Tecnológica. É este o sentido da canalização de vultosos recursos públicos para algumas instituições privadas e dos cortes orçamentários impostos às agências de financiamento da pesquisa e da formação de pesquisadores.

Trata-se de uma reorientação estratégica do processo de geração de conhecimentos no país, concentrando-o em algumas poucas instituições estaduais e privadas, de forma a aproximá-las dos interesses imediatos da iniciativa privada e afastá-los dos espaços públicos de formação e exercício da cidadania. O que se projeta é um país sem futuro, no qual o conjunto das lutas populares não terá o suporte do conhecimento científico publicamente disponível, um país para poucos privilegiados que transformam o espaço público em espaço de consumo privado, cujos interesse são opostos à formação de uma cultura e uma identidade nacionais. É a partir de uma nova aliança a ser construída entre a Universidade e a Sociedade que reconstruiremos a Universidade Pública profundamente comprometida com o ideal da fraternidade e da justiça social.

Por que nos propomos à direção da ANDES? Em primeiro lugar, por nossa trajetória no movimento docente e na Universidade. Acompanhando a ANDES desde o seu início, há muito discordamos das práticas que tomaram conta de sua direção. E o fizemos expondo publicamente nossa críticas, organizando colegas que buscavam alternativas que reaproximassem a ANDES das universidades, e participando, enquanto oposição, das últimas eleições para a direção nacional do sindicato. Jamais ficamos calados frente ao progressivo abandono e comprometimento dos propósitos básicos da ANDES, que tem gerado um crescente desgaste de sua imagem.

Em segundo lugar porque a ANDES está em crise, e justamente porque sua atual diretoria, bem como algumas antecessoras, ao insistirem em considerar os docentes como uma simples categoria profissional definida por interesses corporativos homogêneos, impediram a reflexão sobre os problemas da Universidade tomada em seu conjunto, não entendendo a especificidade do papel da Universidade na dinâmica social, não percebendo que podemos infringir derrotas ao capital que não se resumem à conquista de nossos interesses corporativos. Impediram que a ANDES representasse o conjunto dos interesses democraticamente constituídos entre os docentes. Esta diretoria, bem como a anterior, afastou a ANDES da Universidade e da sociedade.

Em terceiro lugar, porque a ANDES fundamental: é através dela que os professores poderão recuperar sua identidade e sua capacidade de intervenção concreta na Universidade. A vocação própria da ANDES, além de ser um sindicato de docentes, é de se constituir como elo de mediação entre a Universidade e a Sociedade, contribuindo para fortalecer a legitimidade social da Universidade.

Por tudo isto, o desafio de ganhar a ANDES é o primeiro passo para não perdermos a Universidade.

Comissão Executiva Nacional da Chapa 2

GREVE

A mobilização na UFRJ

O balanço das reuniões realizadas na semana-passada por diversas unidades da UFRJ tem um saldo amplamente favorável, com mais de 300 pessoas discutindo a greve e a universidade

Unidade: Escola de Comunicação
Data da Assembléia: 26/04, com 29 presentes. Resoluções: Aprovaram a greve por unanimidade. Aprovaram a realização de três seminários: "*As duas éticas de FHC",* dia 8, às 10h, "A mídia e a crise da sociedade brasileira", dia 11, às 10h - ambos na Sala Anísio Teixeira - e "A subjetividade contemporânea", às 9h do dia 6, na ECO. Próxima assembléia, dia 4, às 12h.

Unidade: Instituto de Psicologia
Data da Assembléia: 29/04. Resoluções: Reunião para discussão do projeto do MEC de diretrizes curriculares para a graduação, dia 8 às 10h.

Unidade: Centro de Tecnologia
Data: 29/04, com 30 presentes. Resoluções: continuidade da greve por 15 votos a favor contra 9. Proposta para o Andes-SN apresentar ao MEC uma nova estrutura salarial para os docentes das Ifes, como parte de uma nova carreira.

Unidade: EEFD
Data: 29/04, com 8 presentes. Resoluções e informes: Atividades acadêmicas totalmente paralisadas.

Unidade: Instituto de Economia
Data: 24/04, com 30 presentes. Resoluções: Propostas de realização de debates sobre desemprego e déficit público. Avaliação da forma de greve: 28 votos a favor de greve intermitente.

Unidade: Medicina/HU
Data: 28/04, com 20 presentes. Resoluções: Início de programação para o ato público *Universidade na Praça.*

Unidade: Biologia
Data: 29/04, com 14 presentes. Resoluções: Manutenção da greve e do calendário acadêmico, mesmo implicando em perda do semestre - 10 votos. Manutenção da greve nos moldes atuais - 3 votos, e saída de greve - 1 voto. Proposta de realização de nova edição do *Biologia na Praça,* com presença de 50 alunos de 2º grau no Instituto.

Unidade: Serviço Social
Data: 28/04, com 5 presentes. Informes: Paralisação total da Escola.

Unidade: Instituto de Psiquiatria
Informes: Realização do "Debate na greve" - *Neoliberalísmo e implicação na política de saúde mental,* dia 8, às 12h30, no auditório Leme Lopes, com Eduardo Morão Vasconcelos, Maria da Glória Ribeiro e Yves Lesbaupin

Unidade: Faculdade de Educação
Data: 29/04, com 20 presenças. Informes: 19 votos pela continuidade da greve. Posicionamento contra a avaliação externa agendada para esta semana e marcação de duas reuniões por semana - às segundas (10h) e outra nas manhãs dos dias em que houver assembléia da Adufrj-SSind.

Unidade: Colégio de Aplicação
Duas reuniões, nos dias 27 e 29/04, com, respectivamente, 45 e 34 presentes. Resoluções: continuidade da greve por tempo indeterminado, com 30 votos, 11 contrários e 3 abstenções. Deliberou-se pelo retorno às aulas do 3º ano do 2º grau, excepcionalmente, em virtude do vestibular, inclusive com início de reposição das aulas perdidas.

Unidade: Letras
Data:29/04, com 30 presentes. Resoluções: Confirmado o debate sobre a história da Faculdade de Letras para o dia 4, segunda-feira, às 11 h, na sala G2.

Unidade: Arquitetura
Datas: 29/04. Reunião no dia 5, no IAB

Unidade: Instituto de Física
Data:29/04, com 40 presentes. Resoluções: continuidade da greve por tempo indeterminado, com 26 votos, 4 votos pela greve intermitente, 3 pelo retorno às aulas e 2 abstenções. 30 professores não estão dando aula e 5 continuam. Aprovada a organização de uma comissão nacional de abertura de negociações, com representantes do Congresso, sociedades científicas e um ato público na Assembléia Legislativa ou Câmara dos Vereadores.

Unidade: Ippur
Data:24/04, com 30 presentes. Resoluções: Participação do instituto no Universidade na Praça e apresentação dos resultados da pesquisa "Cobertura da greve na imprensa carioca".

Unidade: Instituto de Biofísica CCF
Data:24/04, com 19 presentes. Resoluções: unanimidade pela continuidade da greve por tempo indeterminado. Sugestão de uma campanha publicitária e proposta de discussão sobre a graduação do IBCCF a ser realizada pela comunidade do Instituto e coordenadores de graduação.

Os estudantes do IFCS estão convocando uma reunião com os três segmentos para esta terça-feira, dia 5, às 10h.

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

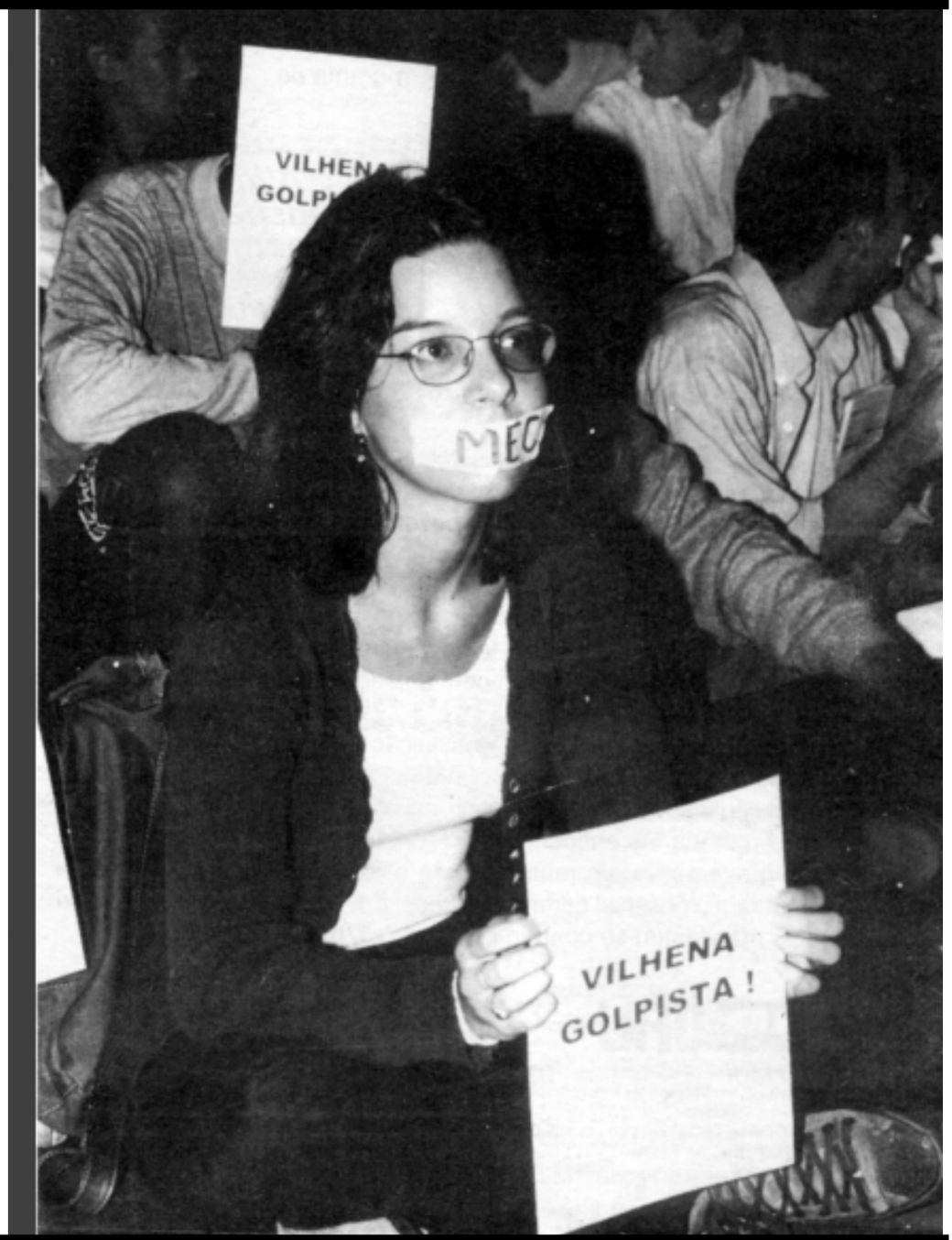
www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 11 A 17 DE MAIO/98

48,65 %

A maior greve da história

Leia nesta edição:

- Governo cede às pressões dos parlamentares e Paulo Renato marca audiência com o Andes
- Conselho de reitores se nega a mandar lista de grevistas ao MEC
- Colégio eleitoral confirma Aloísio e Vilhena se apresenta como interventor



Próxima Assembléia Geral
Quinta, 14/05, 13:30h
Centro de Tecnologia

Avaliação da greve
Eleição para reitor
Eleição para delegados à plenária dos SPFs

Editorial

A força da greve rechaça as ameaças do MEC e marca audiência com Paulo Renato

A greve nacional dos docentes, iniciada no dia 31 de março, já abrange 47 Instituições Federais de Ensino Superior (51 Ads-SSind). Para tentar dividir os professores, o MEC lança o Programa de Incentivo à Docência (PID), versão 2, rechaçado firmemente pelo movimento docente. Os professores compreenderam que é inadmissível aceitar a lógica das bolsas.

Sem o respaldo da opinião pública, favorável ao nosso movimento contra o sucateamento da universidade pública, o MEC ameaça agora com a "suspensão do pagamento dos docentes e servidores técnicos-administrativos que tenham interrompido suas atividades..."

Esta ameaça era perfeitamente previsível. Não é a primeira vez que o governo age desta forma e nunca houve cortes nos salários. Na greve de 1991, por exemplo, o ministro da Educação José Goldemberg mandou suspender o pagamento, mas uma ação jurídica da Andes-SN garantiu os nossos salários através de uma liminar. Na greve dos Servidores Públicos Federais de 1996, já no governo FHC, o ministro Bresser da Administração também ameaçou mas não efetivou qualquer corte salarial.

É preciso lembrar também que, pela Constituição, a greve é um direito dos trabalhadores. Não foi nem julgada pela Justiça, nem foi considerada ilegal. Portanto, qualquer medida punitiva é arbitrária. As entidades representativas das categorias em greve estiveram reunidas com a ANDIFES (5/5/98) e discutiram o possível corte de salários. Em princípio a ANDIFES manifestou-se contraria ao corte de ponto.

O CNG recomenda que as administrações sejam pressionadas com o objetivo de impedir os atos arbitrários do governo. É fundamental que os reitores não enviem qualquer tipo de listagem ao MEC.

> *"A ameaça de suspensão do pagamento é, na verdade, uma ação política para atemorizar e dividir os professores".*

O movimento docente obteve um avanço significativo através da pressão dos parlamentares. Na última quarta-feira uma comissão visitou o Ministro da Educação e obteve uma audiência para a próxima terça-feira.

Chegou o momento de fortalecimento do nosso movimento para abertura efetiva das negociações. A mobilização interna é necessária e cada vez mais imprescindível. As manifestações de rua devem continuar para que a opinião pública fique sensibilizada com a nossa luta em defesa da universidade. O apoio de parlamentares e das entidades representativas da sociedade civil é de fundamental importância. Localmente, a Adufrj-SSind já organizou uma comissão que fez contatos com parlamentares na Câmara dos Vereadores. É importante que cada um se engaje na luta pela busca do apoio cada vez maior da classe política, dos intelectuais formadores de opinião e da população em geral. A ameaça de suspensão do pagamento é, na verdade, uma ação política para atemorizar e dividir os professores. Por este motivo, é preciso repudiar veementemente as tentativas de desestabilizar o movimento docente neste momento crucial da nossa greve. Queremos a abertura efetiva das negociações! Afinal, o que está em jogo é o futuro da universidade pública e gratuita.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Maioria do Colégio Eleitoral acata pesquisa

Sessão do Colégio Eleitoral referenda a pesquisa à comunidade e vota, em peso, no nome de Aloísio Teixeira para a reitoria da UFRJ. Vilhena fatura apenas um terço dos votos e seu vice renuncia.

A maioria do Colégio Eleitoral (CE) da UFRJ, reunido dia 6, acatou o resultado da pesquisa à comunidade e indicou o nome de Aloísio Teixeira para compor a lista que segue a Brasília. O professor do Instituto de Economia conquistou 62 votos, dos 97 representantes presentes à sessão.

O candidato que ficou em terceiro na pesquisa realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril com apenas 11 % dos votos, José Vilhena, cumpriu as ameaças que fez durante a campanha e recebeu 31 votos, integrando-se, assim, à lista como o segundo nome mais votado pelo CE.

Quatro representantes votaram nulo. Não houve um terceiro nome em função do pacto estabelecido entre os outros candidatos. O acordo determinava que somente o nome mais votado comporia a lista oficial. Em função disso, aprovou-se que apenas os dois nomes votados no CE seriam levados a Brasília.

O vice na chapa de Vilhena, professor Saad, não quis que seu nome constasse da lista que irá para Brasília. Na foto, Saad conversa com Aloísio Teixeira.

Vice renuncia, mas Vilhena quer continuar no páreo

Um dos pontos altos desta sessão foi a atitude do candidato a vice-reitor da chapa de Vilhena, Edson Saad, que, diante da votação expressiva recebida por Aloísio Teixeira, renunciou à sua candidatura. “Não quero concorrer a um cargo onde a maioria maciça da comunidade é favorável a outro candidato”, afirmou Saad que no início do processo votou a favor da realização da consulta nos moldes da lei 9.192, que estabelece peso de 70% no voto dos docentes. “Respeito qualquer atitude do professor Saad”, reagiu Vilhena, afirmando que, mesmo diante a postura de seu vice, não há quebra de sintonia política entre eles.

Vilhena quer o cargo mesmo, sem legitimidade

A candidata da chapa 1, Vera Halfoun, que ficou em segundo lugar na pesquisa à comunidade com 35,15% dos votos, também demonstrou ética quando não se pronunciou em nenhum momento como possível candidata, mantendo-se fiel ao pacto estabelecido anteriormente.

Durante esta sessão, vários conselheiros se pronunciaram sobre a forma arbitrária com que o governo vem interferindo na comunidade universitária. O exemplo utilizado foi a lei 9.192 que prevê como a consulta para escolha de candidatos à reitoria deve ser encaminhada dentro da instituição.

Polêmica na votação do vice

A segunda sessão do Colégio Eleitoral, desta vez para escolher o vice-reitor, teve um caráter excepcional em função da renúncia de Edson Saad. Além dos oito nomes surgiram para a lista, com um voto cada, Luiz Pinguelli Rosa concentrou 17 votos e o próprio Saad, que renunciara à candidatura momentos antes, ficou com três votos. O nome mais votado, no entanto, foi o da vice de Aloísio Teixeira, Sylvia Mello, com 58 votos.

Diante do impasse formado, Paulo Gomes esclareceu que a lista de vice reitor não seguiria a Brasília. Ao reitor eleito caberá a escolha de seu vice. Novo empasse. Vários conselheiros não sabiam desta possibilidade. Segundo a lei 9.192, a lista dos vices segue junto com a de reitor. Paulo Alcântara, no entanto, utilizou uma brecha no decreto 1.916 para justificar não enviar a lista.

Vera Halfoun, candidata à reitora na chapa de Pinguelli, apressou-se em informar ao Conselho que não havia interesse de seu vice em se integrar à lista. Resumindo: confirmado está apenas o nome de Sylvia, atual diretora da Faculdade de Medicina. O segundo e terceiro lugares, Saad e Pinguelli respectivamente, estão fora. Do grupo que recebeu um voto, obedecendo o critério de desempate previsto no estatuto da UFRJ, apenas Otávio Velho e José Tauile estão aptos a concorrer. Entretanto, os dois já se declararam fora da disputa.

Frases:

Não estou pensando sobre isso neste momento.
Frase de José Vilhena em resposta à pergunta sobre a falta de legitimidade de sua gestão, caso seja o escolhido pelo governo.

Serei o reitor. O Governo não tem motivos para não escolher o meu nome.
Frase de Aloísio Teixeira referindo-se aos 2/3 dos votos do Colégio Eleitoral dados ao seu nome.

Sou alinhado com o governo.
Declaração do atual reitor Paulo Alcântara ao Jornal O Globo em 26 de abril.

Paulo Alcântara se irrita com cobertura da imprensa

Após a seção do Colégio Eleitoral, o reitor Paulo Alcântara recusou-se a se pronunciar sobre o processo eleitoral. Visivelmente irritado, chegou a afirmar a uma repórter do O Globo que não daria mais nenhuma declaração ao jornal em função das últimas matérias publicadas pelo veículo. “Você anda colocando fogo neste processo. Tudo que eu digo, você vai ouvir os outros lados”, declarou o reitor, demonstrando não ter qualquer compromisso com a verdade dos fatos. A repórter respondeu, imediatamente, que no jornalismo tem que se ouvir todas opiniões sobre um determinado assunto.

No dia 26 de abril, O Globo publicou uma matéria na qual o reitor assumia a sua cumplicidade com o governo federal. No Domingo, dia 3, o candidato vitorioso das pesquisas recebeu destaque numa entrevista onde fez duras críticas à postura da atual administração do governo frente à universidade.

A atitude do reitor da UFRJ é bastante conhecida pela equipe de jornalismo da Adufrj que há tempos tenta uma entrevista exclusiva com o dirigente, sem obter nenhuma reposta.

Paulo Alcântara vota em seu candidato no Colégio Eleitoral

GREVE

Paulo Renato recebe Andes e Fasubra nesta terça-feira

Conselho Pleno da Andifes decide, por unanimidade, não colaborar com corte de salário dos grevistas

Cerca de 600 professores, estudantes e funcionários de Instituições Federais de Ensino Superior lotaram o plenário da Comissão Geral da Câmara dos Deputados, no dia 6 de maio, para debater a crise nas universidades públicas. A iniciativa foi da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e contou com a presença de parlamentares de quase todos os partidos políticos, além de integrantes de diversos órgãos representativos como Andes-SN, Fasubra, Andifes, SBPC, Sinasefe e UNE.

A pressão deu resultados. Pressionado pelos parlamentares e pelos reitores, o ministro Paulo Renato comprometeu-se a receber nesta terça-feira, em audiências separadas, a Andes-SN e a Fasubra.

Governo não pode cortar ponto

Na semana passada, o ministro da Educação disse que só regularizaria o pagamento das universidades quando estas saírem da greve. Porém, o MEC não tem como viabilizar qualquer desconto dos servidores que estejam paralisados pois não dispõe de informações específicas para tanto.

Em reunião de seu Conselho Pleno, a Andifes decidiu, com a unanimidade dos 34 reitores presentes, que a questão dos dias parados só poderá ser resolvida quando a greve acabar. O entendimento dos reitores é de que a discussão sobre punição aos grevistas não é oportuna - eles acreditam que a reposição das aulas irá acontecer no final da greve, como é de praxe.

Segundo o presidente Ivonildo Rego, presidente da Andifes, "'se ao final da greve vai se cumprir o calendário universitário, o que se terá é a reposição das aulas e não o corte dos salários". A Andifes também decidiu intermediar junto aos sindicatos (Andes-SN e Fasubra) e o governo (MEC) para construir alternativas que levem à saída da greve. Para isto, junto com diversos parlamentares, fizeram pressão para que o ministro Paulo Renato receba nesta semana os representantes do comando nacional de greve. O que deverá acontecer nesta terça-feira, em Brasília.

Assembléia mantém greve

Os professores da UFRJ aprovaram a continuidade na greve nacional por tempo indeterminado. Foram 103 votos a favor contra 14 e 4 abstenções. A assembléia da Adufrj-SSind também aprovou uma moção de repúdio contra o Colégio Eleitoral da UFRJ, que publicamos a seguir:

"Os professores da UFRJ, reunidos na Assembléia Geral da Adufrj-S.Sind realizada em 06 de maio de 1998, repudiam, unanimemente, a atitude dos membros do Colégio Eleitoral da UFRJ, que desrespeitaram os resultados da pesquisa prévia, ao incluir o nome do professor Vilhena na lista, em flagrante desrespeito à expressão das urnas. Repudiam, também, o modo de proceder deste professor que, mesmo tendo obtido apenas 11 % dos votos, insiste em afrontar a comunidade universitária, colocando a UFRJ em uma situação de intranqüilidade, agravada pelas ameaças do MEC de não respeitar a autonomia universitária.

A comunidade universitária sufragou de modo inequívoco a chapa 2, liderada pelo professor Aluísio Teixeira. A chapa 1, liderada pela professora Vera Halfoum, conquistou o segundo lugar e, apesar de sua expressiva votação, rejeitou o desrespeito aos resultados da consulta, recusando-se a compor a lista tríplice. Assim, o desacato da inclusão do terceiro colocado será compreendido como uma intervenção do governo na universidade e vigorosamente repelido pelos docentes e pela comunidade.

Os docentes estão conscientes de que uma intervenção governamental teria o objetivo de acelerar o processo de privatização da universidade e de subjugá-la ao governo. A postura da atual administração, da qual o professor Vilhena é Vice- Reitor, tem sido exemplar em sua subserviência ao MEC. A exclusão da comunidade das decisões fundamentais tem sido prática corrente na atual gestão. Apesar do empenho de alguns conselheiros, o próprio Consuni foi sendo afastado do centro das decisões, configurando um poder autocrático e autoritário que apenas degrada a UFRJ.

A continuidade desta situação não será tolerada. É o futuro da instituição que está em jogo e os docentes não abrirão mão de suas responsabilidades. O rigoroso cumprimento dos resultados da consulta é a única alternativa aceita pelos docentes em Assembléia. Portanto, os professores exortam os 31 membros do colégio eleitoral que desrespeitaram a consulta a reconsiderar os seus atos, homologando apenas os membros da chapa 2 na lista a ser encaminhada ao MEC e exigem respeito à decisão legítima da UFRJ em favor da chapa vencedora".

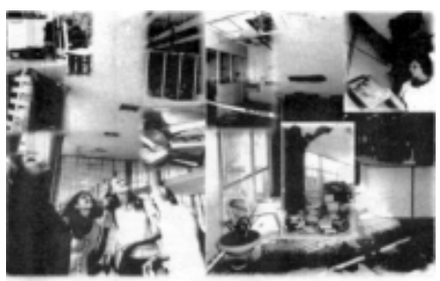
GREVE GREVE

Tão acostumado a fabricar realidades apropriadas aos seus propósitos, o governo não teve como abafar a legitimidade das reivindicações dos docentes das Instituições federais de ensino superior.
Diante da greve e da pressão de parlamentares, Paulo Renato foi obrigado a marcar a audiência desta terça-feira.
A opinião pública também já vem se posicionando a algum tempo. Durante o programa de debates Fogo Cruzado no dia 19 de abril, na rede Bandeirantes de televisão, cujo tema foi a greve nas universidades públicas, foi feita uma pesquisa. 95% das pessoas consultadas disseram que o governo federal deveria ceder e negociar com os professores. Ao entrar no segundo mês de greve, o movimento dos docentes atinge as 47 instituições federais de ensino superior, com o engajamento de 51 associações de docentes.

A greve que desestrutura o MEC

A decisão de entrar na greve nacional dos docentes, deflagrada pelo Sindicato Nacional - Andes, aconteceu na assembléia geral da Adufrj-SSind de 30 de março. Na quinta-feira, 2 de abril, com a presença de mais de 300 docentes em assembléia, 257 votos docentes se manifestaram favoráveis à ao movimento de greve por tempo indeterminado, contra apenas 20, e 4 abstenções. Eram 26 instituições federais de ensino superior em movimento de paralisação crescente.
A partir de então, a greve só fez crescer não só na universidade como nas demais instituições. Hoje, das 52 Ifes, apenas uma ainda não aderiu, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, evidenciando o crescimento do movimento e dimensionando a disposição da comunidade universitária em lutar pelo que acredita.

A pauta de reivindicações dos professores universitários é por um reajuste emergencial de 48,65% (ICV- Dieese) relativo aos quase quatro anos de arrocho salarial promovido pelo governo FHC; por mais verbas para as universidades públicas; pelo aumento de vagas e abertura de concurso público para docentes nas Ifes; por mais recursos para o sistema nacional de Ciência e Tecnologia; e contra o Programa de Incentivo à Docência (PID). Uma greve sobretudo, em defesa da universidade pública e gratuita.



Para marcar o início da greve, no dia 1º de abril estudantes e professores saíram às ruas das principais capitais do país em manifestações em defesa do ensino público e de qualidade, e para denunciar a verdadeira política educacional de FHC: o sucateamento das instituições públicas de ensino superior e o irremediável comprometimento do futuro do país.

A greve nas ruas

As unidades da UFRJ se articularam e, desde o início, o balanço dos informes passados durante as assembléias demonstraram uma significativa mobilização. O saldo dos informes da assembléia do dia 2 de abril indicou o comparecimento de mais 350 docentes às reuniões.
Esta vontade se refletiu nas ruas. No dia 8 de abril, novamente a educação pública ganhou as ruas do cento. Vestidos de preto, profissionais da educação e estudantes de 1º e 2º graus, junto com a comunidade universitária, reafirmaram a disposição de impedir que o governo FHC acabe com este direito da sociedade brasileira, que é a educação pública. Num ato tão indignado quanto irônico, os manifestantes "devolveram" os livros do sociólogo FHC, dando adeus às idéias que o próprio presidente pediu que fossem esquecidas. Diante da ampla cobertura da greve nacional por parte dos veículos de comunicação, e do clamor da opinião pública reagindo a tantos atos públicos, o MEC finalmente concordou em receber o comando de greve no dia 15 de abril. Mas o ministro Paulo Renato não apareceu, mandando em seu lugar o secretário Nacional de Ensino Superior (SESu) somente para dizer que não haveria negociação em torno da questão reajuste. Na ocasião, o MEC divulgou o orçamento das Ifes. Dos R$ 6,4 bilhões que o MEC alega aplicar no ensino superior federal, na realidade, apenas 150 milhões são efetivamente destinados a investimentos.

Apoio da Andifes

A Andifes, por sua vez, adiou a discussão sobre a sua proposta alternativa de estímulo à graduação porque, de acordo com eles, com os docentes em greve não havia condições políticas para isto.
Sobre a correção salarial nas Ifes, o presidente da Andifes, Ivonildo Rego, disse ao jornal da Adufrj que a questão deixava de ser uma reivindicação sindical para se transformar numa questão institucional. "Para garantirmos a permanência dos melhores profissionais, precisamos reajustar os nossos salários" afirmou.

A Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Brasileiro de Ciência e Tecnologia divulgou uma nota de apoio à greve e às reivindicações dos docentes e pedindo a efetiva abertura de negociações.

Técnicos aderem à greve nacional

A Fasubra entrou em greve no dia 14 de abril. De saída, a entidade contabilizou a adesão em 30 universidades. Na UFRJ, o Sintufrj aderiu à greve da Fasubra e promoveu um ato público de doação de sangue ao Hemocentro - "FHC quer tirar o nosso sangue, mas nós o doamos à população". Na sexta-feira, dia 17, novamente as manifestações ganharam as ruas de todo país para protestar contra os dois anos de impunidade do massacre dos trabalhadores Sem-Terra em Eldorado dos carajás (PA). Professores, estudantes e funcionários das universidades federais do Rio fizeram um ato na Central do Brasil, levando 19 caixões que simbolizavam o número de trabalhadores mortos. No feriado de Tiradentes, a cidade de Ouro Preto assistiu a uma grande manifestação em defesa da universidade pública e gratuita.

GREVE

Eleições Andes-SN - Confira sua seção eleitoral

Seções Eleitorais - Eleição para ANDES-SN 1998-2000

Urna	Local	Unidades
1	CAP	Colégio de Aplicação
2	Escola de Música	Escola de Música
3	IFCS	IFCS e Direito
4	Praia Vermelha	Educação, Comunicação, Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria, IE, FACC e **Aposentados**.
5	CCS	ICB, Farmácia, Microbiologia, Nutrição, Biofísica, Nutes, NPPN, Biologia
6	HU	Medicina, IPPMG, Nesc, ITP, Odontologia
7	CCMN	Física, Inst. Química, Matemática, Geociências, Valongo
8	Reitoria	Belas Artes, FAU, IPPUR
9	CT	Engenharia, Esc, Química, COPPE, IMA
10	Museu Nacional	Museu Nacional
11	Enfermagem	Enfermagem
12	Letras	Letras
13	Educação Física	Educação Física

Eleições no CCMN provocam polêmica

Professores do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza tem procurado a Adufrj-SSind para manifestar sua inquietação com os rumos que o processo eleitoral para a escolha do novo decano e para representantes junto ao Conselho de Centro e Conselho Universitário tem tomado.

A Adufrj-SSind convocou uma reunião aberta para maiores esclarecimentos. Além de vários professores, também compareceu a esta reunião o atual decano do CCMN. Em relação a eleição para decano foi esclarecido que o prazo inicial para inscrição de candidaturas havia sido prorrogado pelo decano. No prazo inicial foi inscrito apenas o atual decano, candidato à reeleição e no último dia foi feita a inscrição de outros professores que colocaram suas candidaturas como uma forma de reabrir a discussão. As inscrições estarão abertas até o próximo dia 15.

Nesta reunião também foi questionado o fato de que não se realizaram em tempo hábil eleições para os novos representantes docentes do centro junto ao Conselho Universitário, a exemplo do que ocorreu em outros centros. Com o aumento da representação dos funcionários e estudantes no CONSUNI, os professores também tiveram um aumento no número de seus representantes. As vagas do CCMN não foram preenchidas. Na reunião chegou-se a questionar a necessidade da existência da atual estrutura do centro, sendo seu papel acadêmico considerado fraco.

Posteriormente os professores Fernando de Souza Barros e Hyacinta Faria divulgaram um documento onde chamam a atenção para o fato de que o Conselho do Centro tem atualmente apenas os 6 membros natos, diretores de unidades, e faltam 9 representantes de professores, funcionários e alunos. Esta composição reduzida do centro resolveu promover a eleição simultânea para decano e novos membros, fixando as normas para eleições. Os referidos professores questionam esta simultaneidade, bem como o caráter paritário das eleições.

A Diretoria da Adufrj-SSind já colocou nosso jornal a disposição do Decano do CCMN para maiores esclarecimentos. Cumprindo nosso papel de divulgar os vários pontos de vista, também estamos abertos às contribuições de todos os interessados.

Candidatos à vice-presidência do Andes Sindicato Nacional respondem

O que a sua gestão se propõe a fazer pela categoria docente?

Rosanne Evangelista Dias, Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

A gestão da Andes Autônoma e Democrática se propõe a dar continuidade às grandes lutas que vem encaminhando nas últimas gestões do sindicato. Acreditamos que o fortalecimento do sindicato passa pela maior participação do professor, nos debates e decisões acerca do seu trabalho na universidade, nos espaços promovidos pela sua seção sindical.
É de vital importância ampliar a participação dos professores, garantir a democracia interna nas decisões do sindicato e nas suas respectivas seções sindicais. E superar o corporativismo na construção de um projeto de universidade e sociedade que não se fragmente em diferenciações regionais e estaduais.
A greve dos professores das Ifes em curso tem dado sinais de significativos reconhecimentos de diferentes setores da sociedade à categoria docente e à universidade. Este é o resultado da construção de firmes alianças com o movimento social e com setores da sociedade civil, que de modo algum pode deixar de ser eixo da luta de nosso sindicato.
Continuaremos a lutar pelos direitos dos professores aposentados e em atividade nas universidades, defendendo não somente as condições de salários dignas, como carreira única, plano de capacitação docente, reajuste salarial, como também, condições de salários que possam garantir o pleno desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Eduardo Serra, Chapa 2 - Ganhar a Andes para não perder a Universidade

Nós pretendemos defender a valorização da carreira docente da universidade pública com a recomposição e o aumento dos salários e do financiamento estatal para o ensino, a pesquisa e a extensão. Queremos também resgatar a capacidade de intervenção política dos professores universitários, em suas especificidades, na sociedade, com o fortalecimento da Andes e sua democratização através da ampliação da participação do conjunto da categoria em nossa entidade.
Não podemos admitir que os Congressos da Andes deixem de fora da discussão a grande maioria dos professores. No último Congresso, por exemplo, chegaram à UFRJ apenas 30 teses para serem distribuídas, o que desqualifica o debate.
Vamos promover grandes campanhas de mobilização em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, colocando o docente como sujeito efetivo do processo e articulando esta participação com outras entidades, com destaque para as da área de educação. E fazendo a mediação entre universidade e sociedade onde a natureza da atividade docente seja otimizada na sua plenitude como força política.
Queremos também resgatar o papel da Andes, enquanto sindicato nacional, como uma das organizações mais atuantes da sociedade civil, recuperando o grande prestígio que usufruiu na década de 80, quando influenciou decisivamente na agenda de debates das grandes questões nacionais, como na campanha das Diretas.

Eleição para o Sindicato acontece nesta semana, durante os dias 12 e 13

Duas chapas estão concorrendo à próxima diretoria do Andes Sindicato Nacional. A chapa 1 Andes Autônoma e Democrática e a chapa 2 Ganhar a Andes para não perder a Universidade.

A diretoria do Andes-SN é formada por 77 professores. O candidatos a presidente pela chapa 1 é professor Luiz Carlos Soares, da UFF. Pela Chapa 2 concorre ao mesmo cargo Renato de Oliveira, da Ufrgs.

A próxima diretoria do Sindicato vai ser eleita pelo voto direto dos sindicalizados para o biênio 1998/2000.

Desde a edição de 6 a 12 de abril do jornal da Adufrj, as chapas têm publicado neste semanário artigos sobre suas propostas. As nominatas completas das duas chapas podem ser consultadas na página eletrônica do Andes-SN **www.andes.com.br** e os textos das chapas também se encontram à disposição na página eletrônica da Adufrj: **www.alternex.com.br/~ adufrj.**

Porque a chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática

A atual conjuntura exige de todos o máximo comprometimento com mais uma etapa de construção do nosso sindicato. Nós, da chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática, referenciamos nossa proposta de gestão na luta histórica do movimento docente por condições dignas de trabalho e salário e pela efetiva democracia e justiça social. Na defesa intransigente da universidade pública, gratuita e democrática, a nossa referência é a autonomia com garantia de financiamento público e qualidade social comprometida com as lutas e necessidades da maioria da população.

Os seguintes docentes da UFRJ já manifestaram seu apoio à chapa 1 "Andes Autônoma e Democrática":

Ana Maria Borralho - HU
Ana Maria Pereira - IFCS
Andréia Cristina L. F. da Silva - IFCS
Angela Alves da Fonseca - CAp
Anita Prestes - IFCS
Antônio Jardim - IM
Beatriz Herédia - IFCS
Benito Sanchez Gonzalez – EBA
Cacilda Machado - ESS
Célia Brito Teixeira Gama – CAp
Cláudio Costa Neto- IQ
Cleusa dos Santos - ESS
Clóvis Figueiredo Neves Filho – CAp
Cristina Miranda - CAp
Dalma Nascimento – FL
Daniei Puig - CAp
Denise Pamplona - MN
Deyse C. Santoro – EEAN
Elizabeth Accioiy - IN
Elizabeth Vasconcelos – FL
Eronides da Silva Lima - IN
Fernando Carvalho da Silva – COPPE
Filadelfo Cardoso Santos – IF
Francisco Ary Medeiros – ESS
Frankiin Trein - IFCS
Henrique lnneceo longo – EE
João Massena Melo Filho –IQ
José A. Martins Simões – IF
José Helder Lopes - IF
José Henrique Sanglard – EE
José Miguei B. Saldanha – EE
Katia Maria Diniz Araujo – CAp
Laudicéia Pinto – IFCS
Laura Campello Amaral Melo - CAp
Leandro Nogueira Salgado Filho - EEFD
Leila Rodrigues Roedel- IFCS
Leonor Werneck dos Santos - FL
Leticia Legay Vermelho - NESC
Lincoln Penna - IFCS
Luciano Menezes - EE
Manolo Florentino - IFCS
Maria Conceição Pinto de Goes - IFCS
Maria da Penha Jahansel - EBA
Maria de Lourdes Passos - IP
Maria Regina Loureiro - IQ
Maria Teresa Cruz Brugger Mello – CAp
Miriam Limoeiro Cardoso - IFCS
Osvaldo Luiz de Souza Silva - FAU
Patrícia March de Souza - EBA
Raquel Goulart Barreto - FE
Regina C. S. Pugliese - CAp
Regina Helena Simões Barbosa - NESC
Roberto Ferreira da Rocha - FL
Roberto Houaiss - FAU
Roberto José Leal - EEAN
Roberto Leher - FE
Rosane de A. dos Santos Abreu - CAp
Rui Pereira - IF
Ruth Barbosa - IP
Rosângela Costa Motta - FAU
Sara Granemann - ESS
Sandra Martins de Souza - CAp
Sérgio Brasil - IP
Venúsia Neiva - IFCS
Vera Pereira - IFCS
Walcyr de Oliveira Barros - EEAN

A lista de adesão está aberta a todos. Junte-se a nós. A eleição será nos dias **12 e 13 de maio.** Compareça às umas para votar. Não abra mão do seu direito de eleger diretamente a diretoria do seu Sindicato Nacional.

Chapa 2 - Ganhar a ANDES para não perder a Universidade

Professor: desde suas origens, o **envolvimento na discussão de grandes temas nacionais, como Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Seguridade Social, Reforma Agrária e do Estado** faz parte da natureza programática da ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

Os colegas que ingressaram há mais de dez anos na Universidade devem ter participado em campanhas de mobilização e defesa da universidade Pública, gratuita e de Qualidade, democraticamente idealizada pelos docentes do todo o país. Devem ter participado da conquista da isonomia salarial e da carreira nas universidades federais, a qual estabeleceu os parâmetros nacionais para o exercício da atividade docente. Devem ter estado na luta pela Autonomia Universitária, geradora do espaço público do exercício do saber. Possivelmente participaram de estatuintes na busca por uma reordenação democrática do nosso quotidiano institucional. Além disso, devem ter vivido intensamente a luta pelo direito de organização e liberdade de todos os trabalhadores, tendo em vista a criação de uma sociedade mais justa. Em todas estas campanhas, se fez presente, como instrumento de mobilização, aglutinação e representação, a ANDES-SN.

Já quem entrou nos últimos oito anos na Universidade muito pouco ouviu falar do nosso sindicato nacional, salvo por uma ou outra ação jurídica.. Como resultado de políticas deliberadas e equivocadas de sucessivas diretorias de nosso sindicato, este foi, com o passar do tempo, distanciando-se de suas bases. Em nome das "lutas gerais", abandonaram as lutas ditas "especificas" dos docentes. Abandonou-se a luta contra os constantes ataques ao nosso trabalho específico. E isto porque a direção de nosso sindicato, independente da constante pressão das bases, não compreendeu até hoje que é no interior particular de nossas salas de aulas, bibliotecas, laboratórios e enfermarias, que se opera o "geral" de determinadas políticas de Estado para a universidade brasileira, expressas entre outros aspectos pela desvalorização salarial. Ao silenciar sobre as lutas especificas, a ANDES-SN afastou-se cada vez mais daqueles que proclama representar, assumindo um estranha e burocrática diretriz política que, sempre em nome das lutas gerais, abandonou o convívio com seus representados e com a sociedade brasileira, terminando por colaborar na disseminação do ceticismo e do desânimo, gerados pelas sucessivas derrotas destes últimos anos.

Por considerar não ser mais possível a perpetuação deste silêncio e da falta de uma representação real dos professores universitários, num pais onde as decisões são centralizadas e cuja representação político-institucional está aprisionada a interesses quase sempre antipopulares, que a chapa 2 se apresenta no atual processo eleitoral. Consideramos que a defesa de nosso trabalho não pode simplesmente ser transferida a outros segmentos da sociedade ou a um futuro distante. Ela é o fundamento de nossa interação com o conjunto dos trabalhadores, os quais reconhecem a imprescindibilidade do livre saber na construção de uma nova sociedade.

A chapa 2 é constituída de docentes integralmente ligados à vida acadêmica, originários alguns, da antiga ANDES, e de outros mais novos, e que se encontraram independentemente de correntes políticas especificas, na mesma crítica à direção que tem sido dada ao nosso sindicato. **Queremos influir no sindicalismo brasileiro com a nossa especificidade de professores universitários,** Queremos participar da ANDES-SN sem abrir mão de nossa presença na vida acadêmica. E fazê-lo a partir da vivência no campus universitário, repensando as ações públicas e o Estado na perspectiva dos interesses majoritários na sociedade. Acreditamos, como a ampla maioria dos docentes do Brasil, que a existência da Universidade é garantida pela sua capacidade de produção do conhecimento; é, portanto, local de discussão, não de obediência a consensos forçados. **Nós apostamos na capacidade revolucionária da democracia, na certeza de que a criação, desenvolvimento e manutenção do espaço público de exercício da cidadania é fundamental hoje, em especial para todos os trabalhadores, inclusive para promover a desprivatização do Estado.**

Como um sindicato de docentes, a ANDES-SN deve defender intransigentemente a salário e a dignidade dos professores; deve proteger os interesses da categoria e firmar-se, ao mesmo tempo, como pólo de reflexão. Queremos que o sindicato dos professores universitários reflita a inteligência da universidade, e resgate a ANDES-SN como representação simultaneamente política e intelectual dos docentes do ensino superior.

Comissão Executiva Nacional da Chapa 2
Ganhar a Andes para não perder a Universidade

“Escorregada” impede mais uma injustiça contra trabalhadores

Ex-ministro da Fazenda Antônio Kandir vota contra o governo e destaque da idade mínima é derrotada

Se dependesse do governo, a aposentadoria por tempo de serviço deveria obedecer a alguns critérios muito rígidos como o tempo de contribuição de 35 anos para homens e 30 para mulheres, e idade mínima de 55 para mulheres e 60 para homens.

Felizmente, não foi isto o que aconteceu e a sessão da quarta-feira passada, dia 6, na Câmara dos Deputados, que analisou destaques (DVS) à PEC nº 33, da reforma da Previdência, marcou a primeira grande vitória da oposição.

Em parte, graças a um vacilo do deputado Antônio Kandir (PSDB/SP), que votou contra o governo, o critério que estabelece a idade mínima foi derrubado. Por um voto, o governo não conseguiu impor mais uma injustiça contra os trabalhadores.

Sabe-se quem são os responsáveis pelo rombo na previdência.

Vários sonegadores conhecidos devem bilhões de reais aos cofres do INSS e mesmo tendo às mãos todos os mecanismos para impor uma fiscalização mais dura, o governo prefere interferir na aposentadoria dos trabalhadores que todos os meses contribuem efetivamente para o sistema previdenciário.

Ainda faltam quatro sessões até que a matéria possa ser encaminhada à votação de segundo turno.

Destaques já votados:

Idade mínima: O governo não conseguiu aprovar a exigência de idade mínima, a partir de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Agora, a aposentadoria fica restrita ao tempo de contribuição: 35 anos de contribuição para homem e 30 anos para mulher.

Fundos de pensão: Na primeira votação A contrapartida do governo aos fundos de pensão se dará de proporção forma igual a dos trabalhadores.

Anistiados: O governo não conseguiu restringir a aposentadoria dos anistiados políticos, que recebem pelo INSS, e ficam mantidas as atuais regras de reajuste dos benefícios, com aposentados tendo os mesmos aumentos que o pessoal da ativa. O governo queria limitar este vencimento ao teto de R$ 1.200,00.

Destaques que ainda faltam:

Redutor: Proposta de instituir um redutor de até 30% aos benefícios dos servidores públicos aposentados que recebem mais de R$ 1.200,00.

Idade mínima no período de transição: Proposta de acabar com a idade mínima para aposentadoria de quem já está no mercado de trabalho, de 53 anos para homens e 48 para mulheres

Magistratura: Proposta mantém aposentadoria especial dos juizes.

Pedágio: Proposta prevendo o fim da contribuição (40%) dos trabalhadores que pedem aposentadoria pelo sistema proporcional.

Errata

No jornal anterior, um erro gerou uma injustiça com a candidata Vera Halfoun, que conquistou o segundo lugar na pesquisa à comunidade para reitor da UFRJ. Na página 3, onde publicamos o mapa eleitoral, consta que a candidata recebera apenas 635 votos dos funcionários. O número real é 1.635.

50 anos do Colégio de Aplicação da UFRJ

Confira a programação na homepage da Adufrj-SSind - http://www.alternex.com.br/~adufrj

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

48,65 %

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 18 A 24 DE MAIO/98

A greve é a nossa força para negociar

Muro do Colégio de Aplicação, na Lagoa, retrata a condição do ensino público no governo FHC.

Leia nesta edição:

■ Paulo Renato diz que só negocia reajuste se a greve acabar

■ Movimento docente não aceita imposições do governo e mantém greve por tempo indeterminado

■ MEC não quer negociar reajuste para aposentados

■ Especial: para onde vai o dinheiro da União

Juros da dívida consomem dos cofres públicos 15,7 bilhões

Editorial

Por uma negociação com proposta

O principal resultado produzido pela greve nacional das universidades federais foi a transformação dos resultados nefastos da política do governo para o setor em uma questão pública, discutida em diferentes âmbitos da sociedade. A divulgação da magnitude dos danos já causados à universidade pública têm resultado em forte desgaste de uma das principais peças de propaganda do governo: a dita prioridade à Educação.

A força de nossa greve tem obtido a reversão de cada uma das ameaças e negativas do governo: a ameaça de corte do ponto foi neutralizada pela recusa dos reitores reunidos na Andifes de enviar as listas com os nomes dos grevistas: a alegada irreversibilidade do PID foi negada pelo Congresso Nacional que rejeitou o art. 6 da MP 1.616- 18, que dispunha sobre o PID; a recusa do Ministério da Educação de receber o Andes-SN foi revertida pela ação conjunta dos sindicatos, dos estudantes e da frente de parlamentares; a exclusão da discussão salarial da pauta de negociações foi substituída pela admissão de que "toda a pauta" poderá fazer parte da mesa de negociações.

Entretanto, na audiência do Andes-SN com o ministro da Educação, realizada no último dia 12, ainda não nos foi apresentada uma proposta concreta. Ademais, o governo tenta impor condições inaceitáveis: exige, o término da greve para instalar a mesa de negociações e mantém a exclusão dos aposentados e pensionistas de qualquer alternativa salarial.

É claro que não há boa fé nas exigências do governo. Este, se até agora não negociou conosco em greve, muito menos o fará se sairmos dela. A exclusão dos aposentados e pensionistas é indigna, cínica e de todo inaceitável. Igualmente inaceitável é a bravata acerca do corte de ponto, anunciada por meio da imprensa. Esta atitude permite colocar em dúvida a honestidade da intenção do governo de criar um ambiente favorável ao entendimento e à negociação.

A mobilização e a determinação que produziram as conquistas elencadas acima são os instrumentos capazes de forçar o governo a apresentar uma proposta que demonstre sua disposição de fato para negociar, isto é, que avance na direção das nossas reivindicações. Antes disso, não faz sentido reconsiderarmos nossa pauta. O próximo passo tem que ser do governo. Neste sentido, e em conformidade com o CNG, o Comando Local de Greve propôs e a Assembléia Geral aprovou:

1) Continuar a greve por tempo indeterminado.

2) Exigir negociação em greve, não aceitando participar de mesa de negociação que tenha como condição/premissa a exclusão dos aposentados e pensionistas de qualquer proposta de caráter salarial.

Comando Local de Greve e Diretoria da Adufrj-SSind, em 14 de maio de 1998

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Eleitor votando na 9ª Seção eleitoral, no Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão

Chapa 1 vence na UFRJ

A chapa 1 – Andes Autônoma e Democrática – recebeu 386 dos votos apurados na UFRJ para a eleição da nova diretoria do Sindicato Nacional (Andes). A chapa 2 - Ganhar a Andes para não perder a Universidade - obteve 172 votos, 18 docentes votaram em branco e 22 nulos. A apuração contou com a presença de ambas as chapas e ocorreu dentro da mais absoluta tranqüilidade. Não houve nenhum questionamento sobre a eleição nem sobre o resultado.

De um total de 3.355 sindicalizados, 598 professores foram às urnas nos dias 12 e 13. Este número representa quase o dobro de professores que votaram, da UFRJ, nas duas últimas eleições para a diretoria do Andes. Foram distribuídas 13 seções eleitorais pelos *campi* da UFRJ, sendo a do Centro de Tecnologia que mais presenças registrou - 141 docentes votaram.

Nas eleições do biênio 1996/98, quem venceu as eleições foi a então chapa 2 - Andes para Todos - com 137 votos, ficando em segundo a chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática - com 130 votos e, em terceiro, a chapa 3 - Em Defesa da Democracia e da Universidade - com 82 votos. De um universo de 2.907 docentes, votaram 394 professores. Esta eleição ocorreu em meio a uma greve nacional dos servidores públicos federais, da qual os professores da UFRJ participaram. Foram abertas 14 umas, sendo que uma teve o resultado impugnado pela comissão eleitoral local.

Já na eleição da diretoria do Andes para o biênio 1994 - 1996, apenas uma chapa concorreu, obtendo,, na UFRJ, 349 votos de um universo de 2.798 sindicalizados. Foram 18 seções eleitorais distribuídas pelos *campi* da universidade. Esta eleição ocorreu em meio a uma greve nacional dos servidores públicos federais, da qual os professores da UFRJ decidiram não participar Simultaneamente, acontecia também naquele ano a eleição para reitor da UFRJ.

O prazo estipulado para divulgação do resultado oficial das eleições estava marcado para sábado, dia 16 de maio. Esta era a posição da comissão eleitoral central até sexta-feira à tarde, dia de fechamento desta edição. De qualquer forma, nesta segunda-feira, dia 18, os resultados estarão disponibilizados na homepage da Adufrj: www.altemex.com.br/~adufrj.

Assessoria jurídica do MEC analisa lista dupla

O documento que inclui a lista de nomes para a escolha do novo reitor da UFRJ chegou ao Ministério da Educação no último dia 8.
A assessoria jurídica do MEC está analisando o conteúdo do processo e, talvez nesta semana, emitirá o seu parecer favorável ou não à indicação dos dois nomes que compõe: Aloísio Teixeira e José Vilhena.

Apuração dos resultados da consulta à comunidade acadêmica da UFRJ

Eleições no CCMN: a polêmica continua

As eleições para a Decania Centro de Ciências Matemáticas e da natureza (CCMN) continuam gerando inquietações. A Congregação do Instituto de Física insiste na realização de eleições para o Conselho de Centro anteriores à eleição para Decano. Apenas este novo Conselho teria legitimidade para encaminhar o processo de eleições no CCMN.

O fato do atual decano pretender se reeleger e estar encaminhando um processo com um Conselho composto apenas pêlos diretores dos Institutos (6 integrantes), sem os outros nove membros que deveriam ter sido eleitos há dois anos, tampouco contribui para a transparência do processo.

O prazo de inscrição para a eleição para Decania do CCMN encerrou-se no último dia 15 de maio. Não tivemos notícias sobre a convocação das eleições para o Conselho de Centro. Tampouco qualquer esclarecimento foi enviado pelo atual Decano ao Jornal da Adufrj, que continua aberto para esclarecimentos.

Assembléia Geral da Adufrj

Quinta-feira, dia 21, às 13h30, no auditório do Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão

Os "vagabundos" mostram a cara

Ganhar dinheiro fácil, às custas do povo brasileiro, é pratica habitual de alguns parlamentares da bancada governista. Para aprovar a reforma da previdência em primeiro turno, o governo federal liberou R$ 52 milhões. Enquanto isso, o trabalhador brasileiro se aposenta, em média, com 55 anos e leva o rótulo de vagabundo pelo presidente.

Algumas pessoas devem imaginar que defender uma reforma constitucional tão importante quanto à da previdência, os parlamentares governistas devem estar convictos de que estão fazendo um bem ao povo brasileiro. Certo? Errado! Alguns "vagabundos" deste país têm morada certa. O governo só conseguiu aprovar a reforma da previdência e os destaques levantados pelos partidos de oposição, no último dia 13 de maio, porque liberou R$ 52 milhões. A vagabundagem rolou solta. Somente neste dia, saíram dos cofres públicos R$ 12,508 milhões para os deputados governistas. Este é o maior exemplo de como se ganha dinheiro fácil neste país. Desembolsando esta verba bastante "solidária" e "pomposa" , FHC e sua turma estão mostrando com quantos "vagabundos" se sustenta um governo. O seu pronunciamento, em 11 de maio, quando chamou os brasileiros que se aposentam com menos de 50 anos de "vagabundos", demonstrou como pretende promover o bem-estar da população: fazendo com que ela trabalhe até morte, literalmente. Se alguém tem dúvidas de como o dinheiro deste país é gasto - e não é pagando aposentadoria aos trabalhadores - basta ler a matéria especial das páginas 10 a 12.

Em média, o servidor público e o trabalhador da iniciativa privada se aposentam com 55 anos de idade, segundo levantamento elaborado pela liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara.

Quanto o governo gastou para aprovar a reforma da previdência:

Dia 13 – 17h18 – Momento da primeira votação dos destaques	**R$ 12,508 milhões**
Valor gasto para aprovar, em primeiro turno, a reforma da previdência.	**R$ 52 milhões**

fonte: Siafi

Repercussão da fala de FHC

Resposta ao presidente

Rui F. R. Pereira *

Assisti e li atentamente a fala professoral de nosso ilustre presidente. Ia tudo bem, quando depois de defender teses sociológicas da maior importância o nosso doutor presidente fecha sua falação dizendo " ... pessoas que se aposentam com menos de 50 anos são vagabundas... "

Olhei para minha pobre mãezinha, uma professora primária que tendo trabalhado desde os 17 anos, preparando aulas, corrigindo provas (todos os dias; aos sábados e muitos domingos) se aposentou aos quarenta e nove anos, após 32 anos de penosa tarefa. Estava ela paralisada, com os olhos cheios de lágrimas e com um grande sentimento de culpa. Tentando entender o caráter sociológico, pedagógico e filosófico de tal expressão (não posso imaginar que um homem tão ilustre possa recorrer de forma banal a um palavriado tão chulo), fui ler os textos mais eruditos que aparentemente formam a base do pensamento de nosso professor, doutor, presidente. Desse modo, passei a noite e varei a madrugada lendo Antônio Gramsci, Max Weber, Sartre, Roberto Campos, Deleuze, Calheiros, F.H Cardoso, entre outros. Inútil, pois percebi que não seria possível, em tão pouco tempo, igualar-me ao presidente. Sendo assim, voltei à minha realidade e fui procurar a resposta no ideário do "filósofo" da praia de Copacabana - Nenem Prancha - que todas as vezes que alguém o chamava de vagabundo, respondia com veemência: "vagabundo é a mãe".

** Ex-decano do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, aposentado*

GREVE

Avançar nas conquistas

Pela primeira vez o governo fala sobre a possibilidade de reajuste para os salários nas Ifes

As ameaças do ministro da Educação, Paulo Renato, tiveram um efeito contrário ao esperado. Ignorar a paridade dos inativos e condicionar a abertura de negociações ao término da greve nacional dos docentes só fez aumentar a motivação.

Na rodada de assembléias realizadas após a audiência com o MEC, prevaleceu o posicionamento do comando nacional de greve. "Exigir negociação em greve, não aceitando participar de mesa de negociação que tenha como premissa a exclusão dos aposentados e pensionistas de qualquer proposta de caráter salarial".

Na UFRJ, os professores não se sensibilizaram com as imposições ministeriais. Em assembléia geral da Adufrj realizada quinta-feira passada, 150 docentes foram favoráveis à continuidade da greve por tempo indeterminado, 21 foram contrários e um se absteve. No livro de presenças, 186 assinaturas.

Na Universidade Federal do Ceará, no dia anterior, 172 professores compareceram à assembléia que aprovou a continuidade e o fortalecimento da greve, sem nenhum voto contrário e uma abstenção. Também reiteram, por unanimidade, o repúdio à exclusão de aposentados de qualquer possibilidade de reajuste salarial e a saída de greve para negociar.

Compareceram à última assembléia 186 professores. 150 votaram pela continuidade da greve

Movimento forte

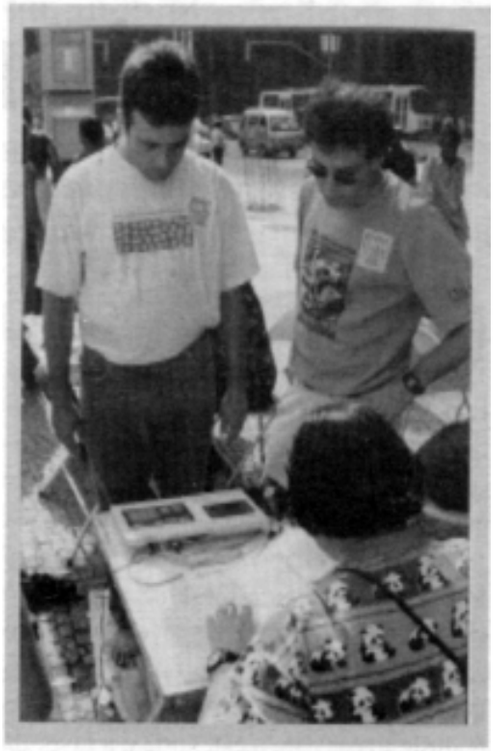
A avaliação geral da assembléia da Adufrj foi a de que o movimento nunca esteve tão forte. A retórica de Paulo Renato não foi suficiente para obscurecer as conquistas do movimento, como a audiência no MEC, a retirada do programa de incentivo à docência e o apoio da sociedade. Evidente que uma ameaça como a de exclusão de aposentados funciona como xarope para desânimo.

O histórico das relações do governo com o Andes demonstra que são confiáveis as palavras do governo FHC. Há dois anos que o Andes-SN protocolou sua pauta de reivindicações no MEC, tentando viabilizar uma agenda de negociações, com respostas sempre negativas. A audiência, portanto, é significativa, pois indica que a pressão do movimento está colhendo resultados.

A posição do comando nacional de greve, e da diretoria da Adufrj, é por uma negociação efetiva com propostas concretas. Para isto, acreditam, a mobilização é o instrumento a ser usado para forçar a negociação. E fato é que em quatro anos, esta é primeira vez que o governo fala sobre a possibilidade de reajuste para os salários nas Ifes.

GREVE

Docentes exigem abertura de negociação



O Abraço ao Colégio de Aplicação, quinta-feira (14), na Lagoa, e o Universidade na Praça, sexta-feira (15), na Cinelândia, mostraram a disposição de pais, professores, alunos e funcionários pela greve até que o governo negocie de fato.

O Instituto de Física encaminhou duas propostas à assembléia da Adufrj de quinta-feira passada. Interromper a greve caso o MEC aceite alguns pontos - como reajuste emergencial e revisão de carreira e preparar um calendário de reposição vinculado ao calendário de negociação. Se o MEC não cumprisse o acordo, por esta proposta, os docentes não divulgariam notas e nem terminariam o semestre. A outra propunha uma comissão de notáveis para intermediar as negociações, no caso do Andes não conseguir estabelecer o diálogo.

Quanto à primeira proposta, o plenário entendeu que não deveria ir a votação porque a votação anterior, que aprovou a continuidade da greve por tempo indeterminado, já a tornara sem efeito.

Outra proposta foi encaminhada pelos professores Luciano Meneses e Ildeu Moreira. Se num item era favorável à continuidade da greve, em outro ela remetia alguns itens da nossa pauta para uma negociação após o final da greve, sendo rejeitada por isso. Os encaminhamentos que exigiam negociação em breve com o MEC e de não aceitar a participação numa mesa de negociação com a premissa de exclusão dos aposentados e pensionistas de qualquer proposta de caráter salarial, foram aprovados por unanimidade.

Também foi lida na assembléia uma moção, aprovada semana passada pela Escola de Comunicação (ECO), em defesa dos estudantes de graduação e pós-graduação que tenham professores que ainda permanecem dando aula.

Os delegados de base escolhidos para representar a Adufrj-SSind na plenária dos servidores públicos federais de 16 de maio são os professores Rosanne Dias, Roberto Houaiss, Regina Célia Pugliese e José Miguei Saldanha.

A próxima assembléia está marcada para às 13h30 do dia 21 de maio, quinta-feira, no auditório do CT.

GREVE

Movimento Docente não aceitará imposição do MEC

Comando Nacional de Greve rejeita imposição de Paulo Renato, que condiciona a negociação com a categoria ao fim da greve. Docentes não aceitam, inclusive, tratar de formas de reajuste que excluam os aposentados. A tática é fortalecer o movimento, negociando em greve

O fim da greve é inaceitável. Esta foi a reação do Comando Nacional de Greve (CNG) à imposição de Paulo Renato, que quer o fim da greve como condição para a abertura de uma mesa de negociação com os docentes. Em primeira audiência com o ministro durante a greve, no dia 12, o Andes-Sindicato Nacional ouviu do MEC que só haveria mesa de negociação caso a categoria saísse da greve. O ministro adiantou algumas posições do MEC sobre a questão do reajuste. O governo é contra o reajuste linear para a categoria e a favor da exclusão dos aposentados de qualquer benefício salarial. Estas posições foram duramente rechaçadas pelo Comando Nacional que não aceita discutir qualquer possibilidade de remuneração sem a inclusão dos inativos.

Para o CNG, diante destas imposições, o governo na verdade não está disposto à negociar, mas sim de impor o fim do movimento, enganando a opinião pública com um falso processo de abertura.

O Comando Nacional de Greve conclui que as condições impostas por Paulo Renato fazem com que o movimento lute, com mais vigor, pela negociação em greve e pela inclusão de aposentados e pensionistas em qualquer proposta salarial.

Movimento grevista contabiliza duas vitórias importantes

A audiência com o MEC e o fim do Programa de Incentivo à Docência (PID), que fora retirado da Medida Provisória 1.616-18 aprovada na madrugada do dia 12 para o dia 13, são demonstrações irrefutáveis de que a greve já contabiliza duas vitórias importantes. Desde o ano passado, o Andes tenta estabelecer um canal de negociações direto com o ministro da Educação. Entretanto, todos os pedidos de audiência eram enviados ao secretário de ensino superior, Abílio Baeta Neves, cujo o poder de decisão é bastante limitado. Com a greve, o ministro foi abrigado a ceder. Afinal, em várias situações onde a sociedade pôde se manifestar sobre o movimento dos docentes, o apoio foi absoluto. Mesmo diante de todas as imposições do MEC, Paulo Renato teve de reconhecer publicamente que as reivindicações da categoria são justas, uma vez que aceitou discuti-las durante o processo de negociação.

O Programa de Incentivo à Docência, por sua vez, foi o estopim da greve. Lançado, por coincidência, no último dia do Congresso Nacional do Andes (11 de fevereiro), o PID fora anunciado como uma proposta de reajuste salarial. Entretanto logo percebeu-se que tratava-se de uma proposta excludente, pois previa a concessão de bolsas para apenas alguns professores e ainda deixava de fora aposentados e pensionistas. Cheio de equívocos, o PID partia da premissa de que o problema da graduação era gerado pela falta de dedicação dos docentes. Mesmo recebendo críticas de todos os lados do país, o ministro insistia com a concessão dessas bolsas. Entretanto, com a pressão da greve e o trabalho do CNG junto aos parlamentares, o Congresso Nacional extinguiu a proposta no último dia 12 (ler texto ao lado).

PID é derrotado pelo Congresso

Programa de Incentivo à Docência é extinto pelo Congresso no mesmo dia em que Comando é recebido pelo MEC

Na madrugada de terça para quarta-feira (12 e 13 de maio), o Congresso Nacional aprovou a medida provisória 1.616-18 sem o artigo 6º que institui o Programa de Incentivo à Docência. Os parlamentares dos partidos de oposição obstruíram a votação até que o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, aceitasse retirar o PID do conteúdo desta MP.

A postura do governo em abrir mão do Programa de Incentivo à Docência surgiu exatamente no mesmo dia em que o Andes-Sindicato Nacional e o Comando Nacional de Greve se reuniram em audiência com o Ministro Paulo Renato para tratar da pauta de reivindicações da categoria, em greve há mais de 40 dias. Um dos itens desta pauta é, justamente, a rejeição ao PID.

GREVE

Repúdio à ameaça de corte

A reitoria da UFRJ já enviou ao Siafe a folha de pagamento do mês de maio

Embora o ministro Paulo Renato não tenha mencionado a possibilidade de corte de ponto dos grevistas durante a audiência em que recebeu o comando nacional de greve, por trás dos panos a estratégia era outra. No mesmo dia, era distribuído às administrações das Ifes um ofício circular do MEC (06/98) determinando a divisão da folha de pagamentos em quatro blocos.

A intenção é separar os servidores inativos, pensionistas, servidores cedidos, professores substitutos e médicos residentes dos demais profissionais, para poder punir os grevistas. Tirando estes servidores, o pagamento aos demais ficaria condicionado à inexistência de paralisação entre os meses de abril e maio, à normalização das atividades com calendário de reposição das aulas aprovado e, ainda, ao lançamento do desconto dos dias parados já efetuados.

A Andifes - Associação dos reitores - já se manifestou contra o envio de qualquer lista contendo nomes de grevistas, contrariando as pretensões do governo.

Outro detalhe que vai de encontro às pretensões do MEC está na tradição histórica dos professores da UFRJ de estender o semestre letivo para que a reposição das aulas perdidas aconteça. Mas para haver reposição é preciso antes que os professores recebam pelos dias parados. Caso isto aconteça, o semestre pode ser dado como perdido.

A reitora em exercício da UFRJ, Maria Augusta Temponi, informou, em reunião com alguns diretores de unidade, quinta-feira passada, que já encaminhou ao Siafe a folha de pagamentos da universidade, sem as alterações exigidas. Na mesma audiência, Maria Augusta disse a diretores do Sintufrj que está buscando uma solução para o corte do pagamento de vale-transporte aos profissionais do HU, que não paralisaram o atendimento.

No dia 12, durante a audiência do Andes com Paulo Renato, professores permaneceram em vigília em frente ao MEC. Ao lado, uma reunião do comando nacional de greve, na sede do Andes em Brasília.

GREVE

O Consuni e a ameaça de corte

Adufrj mobiliza aposentados contra a proposta do MEC de exclui-los de qualquer reajuste salarial

Já está em andamento a mobilização para que o Consuni desta quinta-feira discuta a questão da ameaça de corte de salários. A sessão da semana passada mais uma vez foi cancelada por falta de quórum. Neste momento crucial para a universidade, o reitor Paulo Alcântara está fora do país e seu vice, José Vilhena, afastado de suas funções, ficando a UFRJ em estado de relativa acefalia.

Os aposentados que ainda acreditavam no governo não devem mais possuir qualquer disposição neste sentido. Se depender de Paulo Renato, o governo não reconhecerá os direitos daqueles que dedicaram seu trabalho à construção das universidades. Não bastasse o empenho em asfixiar a universidade pública, o governa FHC agora condiciona à exclusão dos aposentados de qualquer reajuste que os professores da ativa venham a conquistar. O comando local de greve já marcou um ato público dos aposentados para esta semana. Sexta-feira (22), eles farão uma manifestação no campus da Praia vermelha, junto com docentes da ativa e hoje, segunda feira à tarde (18), haverá uma reunião na sede da Adufrj para organizar a manifestação.

Manifestação dos aposentados

Dia 22, sexta-feira pela manhã na Praia Vermelha

Lançamento do livro

Manifesto Comunista

Marx e Engels

Comentado por:

Chico Alencar

Professor de História da Faculdade de Educação

Dia 20 de maio, quarta-feira, no Museu da República
Rua do Catete, 153, a partir das 18h30.

Na ocasião, será apresentado o filme Os Companheiros, *de Mario Monicelli, seguido de debate com Chico Alencar e convidados.*

GREVE

Estudantes da UFRJ anunciam greve

Em assembléia realizada quinta-feira passada, os estudantes da UFRJ aprovaram por ampla maioria a proposta de construção de greve. A pauta de reivindicações é a mesma dos docentes e dos funcionários, com a incorporação de três pontos. Os estudantes são contra o projeto de diretrizes curriculares que está tramitando no Congresso Nacional, são contra o exame nacional de cursos (provão) e exigem a posse do reitor escolhido pela comunidade universitária.

A intenção é levar a greve aos cursos que ainda não foram paralisados pelas greves dos docentes e funcionários. A assembléia começou no hall do bloco A do Centro de Tecnologia e terminou no segundo andar do prédio da reitoria. Os estudantes também aprovaram algumas vigílias em defesa da universidade pública, pela autonomia universitária e posse do reitor eleito. A primeira vigília aconteceu no prédio do IFCS logo após a realização da assembléia, e serviu para organizar a participação no ato *Universidade na Praça*. Esta semana acontece a vigília no prédio da reitoria, depois da assembléia geral que irão realizar. Pode ser que esta assembléia seja comunitária, com a participação dos três segmentos.

Visite a página da Adufrj na Internet atualizada diariamente, e fique por dentro da greve: www.alternex.com.br/~adufrj

Onde está o dinheiro que Paulo Renato diz não ter para reajustar os servidores

Prioridade deste governo é o pagamento de juros. O valor estimado para 1998 é de cerca de R$ 20 bilhões

Busca daqui, esmiuça dali e achamos o tesouro perdido do governo Federal. Em 1997, o orçamento da União executou para o pagamento da dívida pública a singela cifra de 167,9 bilhões. Só para pagar os juros desta dívida foram gastos R$ 15,7 bilhões, líquidos, quantia bem maior do que o destinado às 53 instituições federais de ensino superior, que receberam 6,2 bilhões para todos os gastos, no mesmo período.

A conta dos juros é a que melhor expressa o custo do Plano Real. Em 1996, foram gastos com juros reais, líquidos, R$ 12,4 bilhões. Em 1997, R$ 15,7 bilhões, um aumento de 26,6%, e para 1998 espera-se que a política de FHC nos leve a cifras da ordem de 20 bilhões.

Paulo Bernardo lembra que as áreas sociais não tiveram aumentos nesta proporção. "A lógica é perversa: o governo aumenta as taxas de juros para atrair o capital estrangeiro e se submete a pagá-las em detrimento das necessidades sociais da população."

Mas o que tem a ver a estabilização da moeda com o fato de o MEC e o Ministério da Administração se negarem a reajustar os docentes e os demais servidores? Tudo.

Para manter à moeda estável, ficar de bem com os credores internacionais e atrair capital especulativo, a equipe econômica arrocha o funcionalismo impondo um jejum salarial de, exatamente, três anos e cinco meses.

Em março deste ano, a Comissão de Orçamento e Fiscalização (www.interlegis.gov.br/c/camara/cffc/ totgnd97) registrou, na execução orçamentária de 1998, um gasto com pagamento de Pessoal e Encargos Sociais de R$ 7,5 bilhões. No mesmo período, foram gastos 6 bilhões só com Juros e Encargos da Dívida. Na rubrica Outras Despesas Correntes estão registrados quase 18 bilhões em gastos.

Gastos com Pessoal

No site da Câmara Federal, encontramos os gastos totais do governo em 1997. Com Pessoal, verificamos uma previsão para o ano passado de R$ 46,1 bilhões e um gasto real de R$ 44,5 bi.

Na mesma tabela, temos a rubrica Juros e Encargos da Dívida (em valores brutos) e a execução de R$ 21 bilhões de uma previsão de R$ 26 bilhões. Com amortizações da dívida pública, foram executados 147 bilhões de uma previsão orçamentária de R$ 229,4 bilhões.

Na rubrica Outras Despesas Correntes temos uma execução de 105,7 bilhões de 118 bilhões previstos.

Bola de neve

A amortização da dívida, na verdade é uma reemissão de títulos das dívidas internas e externas, um verdadeiro "empurra com a barriga".

Mas a cada vez que o Banco Central aumenta as taxas de juros para sustentar bancos prestes a falir ou para não "quebrar" nossos investidores estrangeiros, (como o ocorrido na última crise da globalização, vinda da Ásia), a cota dos juros reais da dívida pagos pelo Tesouro aumenta. Desde 97, Fernando Henrique resolveu centralizar as dívidas dos estados, o que também aumentou, consideravelmente, a reemissão de títulos.

Em 1997, o orçamento da União executou para:

Dívida Interna - 157,8 bilhões

Dívida Externa – 10,1 bilhões

Para 1998, a previsão é de que sejam gastos:

Dívida Interna - 220,4 bilhões

Dívida Externa - 16,8 bilhões

FHC investe no ensino superior o mesmo que gasta em propaganda

Governo gastou em 97 R$10,1 bi com todos os programas de ensino, do primeiro ao terceiro graus, e pagou, no mesmo ano, R$ 15,7 bi de juros reais para manter o Real

É um absurdo, mas o governo do professor Fernando Henrique se preocupa mais em financiar comerciais em TVs para defender as reformas da Previdência e do Estado do que em manter a qualidade do ensino nas universidades públicas.

Em 1995, no primeiro ano de governo, o presidente gastou R$ 16 milhões com propaganda. Em 1997, foram gastos R$ 133 milhões. Um aumento considerável de 696% em apenas dois anos.

Estes números se referem somente à administração direta, pois não se tem acesso aos gastos com as empresas estatais, que devem superar, e muito, estes valores.

Para o ensino superior, os investimentos aplicados somaram apenas 151 milhões de reais. Só por esta comparação já é possível traçar o perfil desta administração e o impacto negativo nas contas da educação.

Para ficar bem com os credores e atrair o capital estrangeiro, FHC impõe um jejum salarial de mais de três anos aos servidores federais.

Os dados são da assessoria do gabinete do deputado Paulo Bernardo (PT/PR), que é presidente da Comissão Fiscalização e Controle da Câmara Federal.

Em estudo divulgado recentemente pelo deputado, a Comissão compara os gastos da União com as universidades federais no período de 1995 a 1997 e o previsto para este ano. A conclusão é que foi reduzido de 4,9%, em 95, para 3,4%, em 98, a parte do orçamento total da União para as universidades públicas.

Inversão de valores

Para o deputado, Fernando Henrique, que vem utilizando a bandeira da educação para capitalizar votos para a reeleição, deveria explicar à sociedade como pode achar que R$ 10 bilhões é muito dinheiro para a educação brasileira.

Este é valor gasto ano passado em todos os programas de educação, do primeiro ao terceiro graus, em todo país. Incluí-se neste montante equivocadamente, os gastos com inativos.

Só para pagamento de juros, fora gastos, no mesmo ano, 15,7 bilhões de reais. “Alguma coisa está errada neste governo, que deveria ter como finalidade o bem comum e não apenas o “equilíbrio” de suas contas”, comenta Paulo Bernardo sobre as prioridades orçamentárias de FHC e suas conseqüências para o desenvolvimento social do país.

Visite a página da Adufrj na Internet atualizada diariamente, e fique por dentro da greve: www.alternex.com.br/~adufrj

Como andam as contas do governo em 1998

Os juros das dívidas interna e externa causarão um dos maiores impactos na economia dos últimos anos. Quem continuará pagando a conta serão os setores sociais que a cada ano têm seus recursos reduzidos

Não são só os professores universitários e os técnico-administrativos que sofrem com esta distribuição perversa do dinheiro público. A população tem que amargar o atendimento precário em hospitais e postos do Sistema Único de Saúde.

Com saúde, até março deste ano, o governo gastou apenas 2,4 bilhões, dos 14,2 previstos no Orçamento para este programa. Com Habitação, o orçamento da União revela gastos de 3 milhões, até março. Com cultura, foi gasto um pouquinho mais: 3,7 milhões. A rubrica de Saneamento registra gastos de 8,5 milhões. A Assistência Social levou nos três primeiros meses deste ano R$ 362,7 milhões dos 6,4 bilhões previstos. A Previdência Social, que o governo quer reformar, consumiu no mesmo período 11,2 bilhões dos 71,6 aprovados no Orçamento de 98.

Enquanto isto, a rubrica da Administração Financeira assinala 296,7 bilhões de previsão orçamentária. Destes já foram executados 68,7 bilhões de reais. Como um bom devedor internacional, o governo pretende gastar este ano, com pagamento da dívida externa cerca de 16,8 bilhões. As dívidas internas somam 220,4 bilhões neste ano. Em 1997, o governo gastou R$ 157 bilhões com dívidas internas e 10,1 bilhões com o pagamento da nossa velha companheira, a dívida externa.

Assessoria da Câmara aponta redução de investimentos nas universidades federais

As contas do orçamento executado de 1995 a 1997 mostram que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais das Instituições Federais de Ensino Superior cresceram cerca de R$ 335 milhões neste triênio. As despesas correntes cresceram R$ 389 milhões.

Por outro lado, o que se investiu nas federais representou uma queda acentuada nos valores aplicados.

Em 1995, foram gastos R$ 190,7 milhões em investimentos nas Ifes. Em 1997, estes investimentos foram reduzidos a R$ 110,7 milhões, o que representa 58% das despesas de 95.

Os gastos em programas específicos como as Bolsas da Capes e do CNPq representam, em média, uma despesa de R$ 870 milhões no triênio 1995-1997. A análise dos gastos no período aponta uma queda da ordem de 12% em investimentos nestes programas.

Na UFRJ, os investimentos caíram de R$ 5 milhões, liquidados em 1995, para R$ 1,7 milhão, previsto para 1998.

As informações são da assessoria da própria Câmara dos Deputados que realizou um estudo comparativo sobre os gastos da União com ensino superior e dos programas de Ciência e Tecnologia ligados diretamente às universidades.

Os dados completos e as tabelas demonstrativas podem ser acessadas na home-page da Adufrj, no endereço www.alternex.com.br/~adufrj.

	Liquidado 1995	Autorizado 1996	Liquidado 1996	Autorizado 1997	Liquidado !997	Previsão 1998
Pessoal e Encargos Sociais	466.144.867,00	448.568.071,00	448.567.827,00	487.544.566,00	469.270.015,00	482.357.785,00
Outras Despesas Correntes	58.159.290,00	69.216.100,00	69.194.729,00	67.231.334,00	62.293.373,00	76.627.895,00
Investimentos	8.890.391,00	69.216.100,00	8.009.267,00	4.546.084,00	3.173.575,00	1.725.457,00
8.011.218,00	5.588,00	3.136,00	2.235,00	8.219,00		373,00
Total	533.200.136,00	525.798.525,00	525.774,058,00	559.348.203,00	534.736.963,00	560.765.528,00

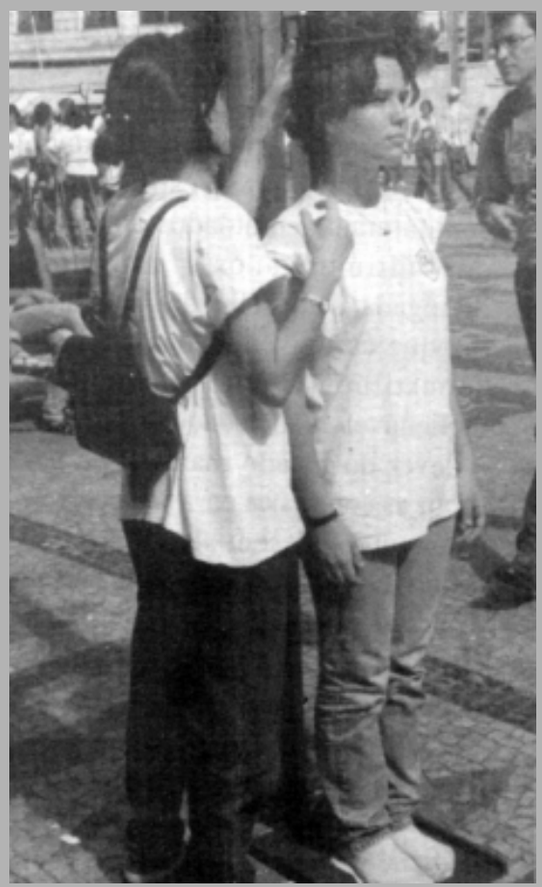
GREVE

As universidades invadem a praça

Na sexta-feira passada, armados de barracas, painéis, mesas, cadeiras, discursos e muita vontade de mostrar seus trabalhos, professores, estudantes e funcionários de todas as Ifes do Rio tomaram de assalto a Cinelândia. Eles foram mostrar a importância da produção acadêmica à sociedade.

A receptividade da população ao que se produz nas Instituições Federais de Ensino Superior é mais uma evidência de que a propaganda do governo, tentando diminuir o papel da universidade pública, não está encontrando ressonância.

Uma manifestação de protesto contra a política do governo, o Universidade na Praça soma mais um ponto na capacidade de mobilização do movimento grevista.



Conselhos universitários apoiam greve

Enquanto Consuni da UFRJ não consegue se reunir por falta de quórum, outras Ifes estão em vigília

Desde o início da greve, os conselhos universitários de cinco Ifes aprovaram moções de apoio à greve nacional dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos. Convocado para discutir as greves, o Consuni da UFRJ não conseguiu se reunir por absoluta e já corriqueira falta de quorum.

Enquanto o Consuni da UFRJ adormece, os conselhos das universidades federais de São Carlos (SP), Pernambuco, Rural do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de Santa Maria (RS) já debateram as greves e se posicionaram favoráveis aos movimentos. Em Santa Maria, o conselho aprovou, em moção, "prestar sua solidariedade e reconhecimento à greve nas Instituições Federais de Ensino Superior face ao descaso do governo federal no que se refere à manutenção destas Instituições". Santa Maria também manifestou total apoio às greves dos docentes, técnico-administrativos e estudantes, reconhecendo a justeza das suas reivindicações.

A Rural do Rio de Janeiro também defende as pautas de reivindicações dos docentes e técnico-administrativos. Seu conselho universitário reiterou, por unanimidade, que a solicitação feita pela Andifes ao governo, para que o MEC abra canais "de negociação visando a solução do quadro atual e permitindo a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Ifes". O apoio da Rural se deu a partir da avaliação de que o momento é grave, "fruto de problemas estruturais e conjunturais acumulados ao longo dos últimos anos". Em nota divulgada, o conselho da Rural afirma que as universidades públicas "constituem um patrimônio inalienável da sociedade brasileira e é dever do Estado mantê-las e garantir as condições para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento". O artigo 207 da Constituição Federal, de acordo com a nota, "é auto-aplicável e a operacionalização da autonomia universitária deve ser feita na forma por ele instituída".

A Federal de Santa Catarina, que analisou a greve em duas sessões, realizadas nos dias 7 de abril e 4 de maio, assim se manifestou: "A greve, que toma conta da maioria das IFES e em apenas sete dias já obteve ampla adesão, é justa sob ponto de vista político, pois os servidores docentes (conjuntamente com os servidores técnico-administrativos) encontram-se há mais de três anos sem reajuste salarial e, ademais, acompanham com preocupação a recente redução no número de vagas do quadro geral das universidades". Neste contexto, de acordo com a nota divulgada, "as condições de trabalho tornam-se a cada dia que passa mais precárias nas universidades públicas, denunciando claramente um plano de privatização. A própria autonomia universitária que o governo tenta aprovar com tanto esforço, inviabilizará a concepção de universidade pública que hoje temos no país. Cabe lembrar que esta mesma Universidade é responsável por mais de 90% da pesquisa em ciência e tecnologia produzida no Brasil".

O conselho universitário da federal de Santa Catarina também é contrário a qualquer tipo de punição aos servidores docentes e técnico-administrativos, "pois entende que as demandas são extremamente justas e, neste sentido, devem ser atendidas o mais prontamente possível".

As universidades de São Carlos e Pernambuco também pedem a imediata abertura de negociações. São Carlos propôs que a Andifes atue como mediadora e Pernambuco manifestou a justeza da mobilização de docentes e técnicos na busca de soluções para o grave momento que está vivendo a universidade pública brasileira.

Os integrantes do conselho universitário de Pernambuco repudiaram as ameaças e medidas punitivas anunciadas pelo ministro da Educação, Paulo Renato. E também solicitaram ao mesmo a abertura de negociação para encontrar, "com equilíbrio e sem espírito retaliativo, soluções para restaurar condições de trabalho para a vida acadêmica".

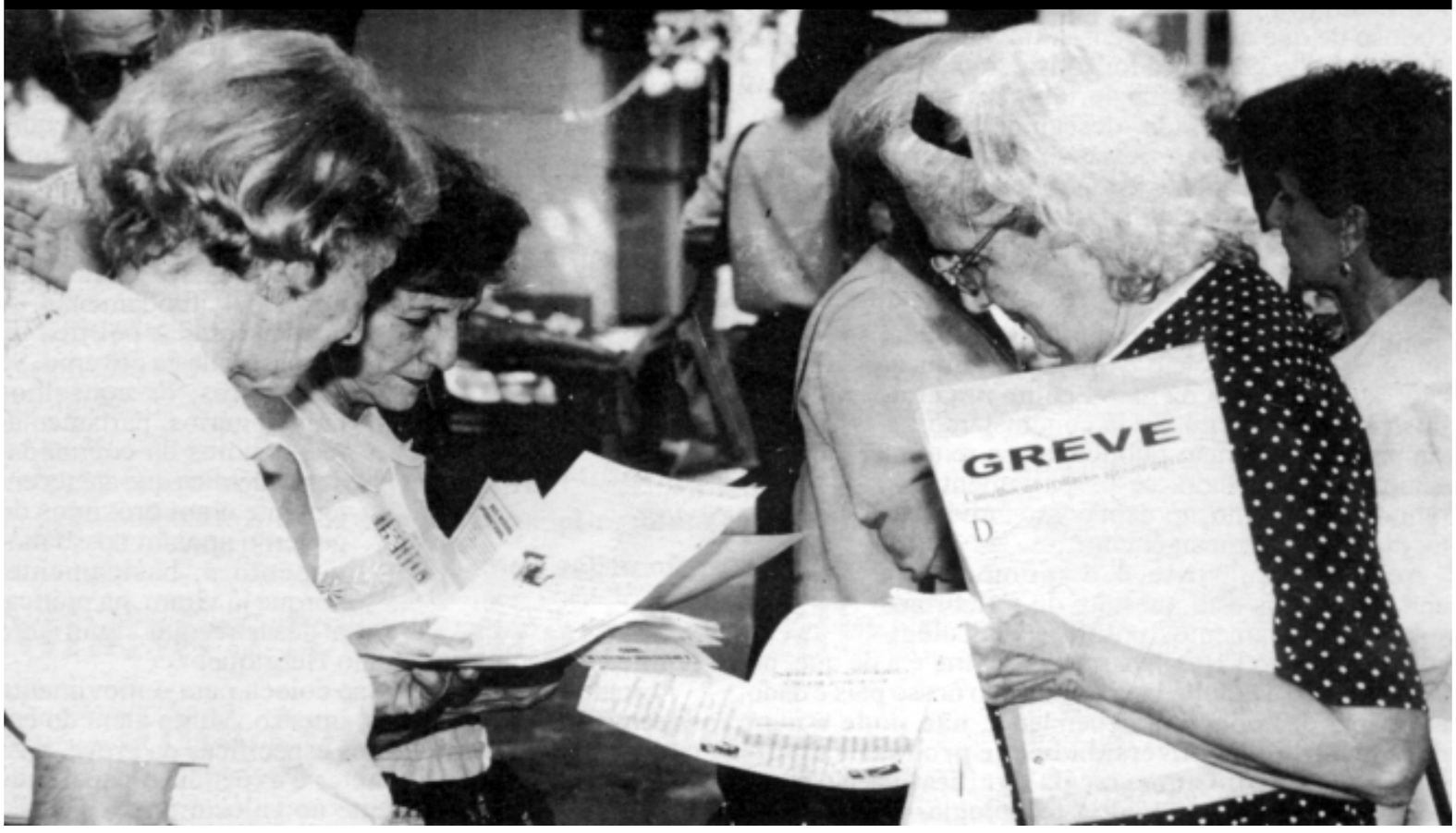
Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

48,65 %

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 25 A 31 DE MAIO/98

Chefias recebem salários. Quem pagou?



Aposentados protestam, nas ruas de Botafogo, contra tentativa do MEC de excluí-los de reajuste

Leia nesta edição:

- Paulo Renato diz ter proposta mas não a apresenta aos professores em greve
- Assembléia mantém greve na UFRJ
- Frente Parlamentar tem 208 assinaturas em apoio à greve
- Consuni aprova moção contra suspensão de pagamento e de apoio ao movimento

Editorial

As razões da intransigência

Se no início da greve parecia que a recusa do governo em reajustar nossos salários era uma imposição de ordem econômica, hoje (21/05) está ficando claro que também existem outros fatores. Em primeiro lugar registramos o fato curioso de que nossa pretensão inicial de reajuste de 48,65 % nunca foi considerada pelo governo, nem pelos seus porta-vozes, como "muito alta, exagerada, descabida", o que sempre acontecia em outras épocas. Se os motivos fossem apenas econômicos, um reajuste de 30%, por exemplo, só para os ativos, custaria o mesmo que um reajuste de 20 % para todos. Isto nunca foi proposto nem mencionado pelo governo.

Hoje temos uma exigência básica, rígida, intransigente feita pelo Ministro da Educação: **a nossa saída da greve como uma imposição do governo.** Se já conquistamos as simpatias da opinião pública, se os reitores estão do nosso lado, se os parlamentares, muitos do governo, apoiam nosso movimento, por que a intransigência ?

Achamos que este é o momento de aprofundarmos esta questão, de refletirmos sobre os fundamentos políticos e ideológicos do governo FHC. Nossa tese central é a de que, no atual modelo de globalização, onde ao nosso país é dado um papel de economia dependente, **não pode e nem deve haver uma Universidade que produza e divulgue conhecimento numa escala significativa.** No mundo contemporâneo, movido a tecnologia, conhecimento é poder e poder não se divide, se impõe.

Este governo está, é claro, em primeiro plano preocupado com sua reeleição. Mas também tem uma preocupação com a implantação da política globalizante. E neste sentido não lhe interessa uma Universidade independente, autônoma, eficiente, democrática. Por isto impõe um tratamento humilhante aos reitores, intervém nas universidades e, acima de tudo, procura quebrar o movimento dos professores que se constitui hoje num dos maiores focos de oposição organizada.

Não interessa ao governo uma Universidade independente, autônoma, eficiente, democrática. Por isto, impõe um tratamento humilhante aos reitores, intervém nas universidades e, acima de tudo, procura quebrar o movimento dos professores que se constitui hoje num dos maiores focos de oposição organizada.

Nossa greve está tendo um papel fundamental ao desmascarar a política de educação deste governo. Se os reitores, os conselhos universitários, parlamentares, setores da comunidade acadêmica que até recentemente eram próximos do governo apoiam nosso movimento é, basicamente, porque já viram, na prática, o desastre que significa a política do senhor Fernando Henrique.

Portanto, o desafio que se coloca para o movimento docente, neste momento, é imenso. Muito além do encaminhamento das questões específicas da greve, nossa tarefa deve incluir, manter e expandir o papel que conquistamos recentemente ao colocarmos a questão da universidade na pauta política nacional, particularmente num ano de eleições presidenciais.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

GREVE

MEC finge que busca uma saída para a greve, mas aumenta impasse suspendendo salários

Paulo Renato afirma, em audiência, que tem proposta de reajuste salarial, mas não a divulga em documento oficial distribuído após encontro

Em audiência com o Comando Nacional de Greve dos Docentes (CNG), na última quinta (21), Paulo Renato afirmou, com "ares" de blefe, que possui uma proposta de reajuste salarial para a categoria, em greve há quase dois meses. Mas disse que só a anunciaria se os docentes saíssem da greve. O Comando chegou a solicitar o conteúdo desta proposta para que ela pudesse ser avaliada durante as assembléias. Mesmo diante dos apelos, Paulo Renato se recusou a divulgar sua proposta. Entretanto, o documento oficial enviado ao Andes-SN, assinado por Abílio Baeta Neves, que trata das discussões travadas nesta audiência, não menciona nenhuma proposta de reposição salarial para a categoria. Ou seja, oficialmente, o MEC não apresentou nenhuma proposta.

Ministro tem a prática de dizer uma coisa e fazer outra

A greve nacional dos docentes, a maior dos últimos anos, não está abalando apenas as estruturas do Ministério da Educação. O ministro Paulo Renato teve de abandonar o MEC e repousar no Rio Grande do Sul por alguns dias, obedecendo as recomendações de seu cardiologista.

As ameaças com o corte de salários e o condicionamento de uma mesa de negociação ao fim da greve demonstram que a disposição do ministro é interromper um movimento que está, acima de tudo, demonstrando que o governo de Fernando Henrique Cardoso, quer acabar com o ensino superior público do país.

Será que é possível acreditar num ministro que diz ter uma proposta, mas não a expõe aos professores? É importante lembrar que é prática do MEC divulgar fatos que não condizem com a realidade. Basta conferir a matéria sobre as vagas nas universidades na página 12, onde o MEC mentiu ao jornal O Globo divulgando que há professores demais nas Instituições Federais de Ensino Superior.

O documento do MEC diz:

- Suspensão do movimento de paralisação docente até o próximo dia 27 de maio;
- Instalação da comissão de negociação com vistas à correção salarial, estando o MEC aberto a discutir todas as propostas que vierem a ser encaminhadas, sem prejuízo dos demais itens da pauta de reivindicação, no mesmo dia em que as atividades docentes forem normalizadas nas Ifes;
- Em caso de concretização na implementação das medidas acima, o MEC deverá instruir, no mesmo dia 27, a normalização do pagamento os salários que deverão estar em conta bancária até o final da próxima semana, dependendo da agilidade administrativa de cada instituição.

GREVE

Andifes resolve "construir" propostas para negociação

Depois de afirmar que não iria interferir, reitores constróem propostas de negociação para encaminhar ao MEC e aos movimentos

Ao contrário do que fora deliberado na penúltima reunião da Andifes, os reitores resolveram "construir", na reunião do Pleno na última quarta feira (20), em Brasília, algumas propostas de negociação para a greve dos docentes. Eles pretendem propor uma data fixa para a abertura das negociações entre MEC e docentes em greve. O dia "D" seria 30 de maio. Entretanto, para não desapontar o governo, a Andifes vai sugerir a mesma data para o fim do movimento dos professores universitários, mesmo sabendo que a posição do Comando Nacional de Greve é de negociar somente em greve.

Outro ponto que a Associação dos reitores apresentou como proposta de negociação ao Ministério da Educação é um aumento para os professores por titulação. Na pauta de reivindicação dos docentes protocolada no MEC, entretanto, reivindica aumento linear para toda a categoria. Quanto aos inativos, a Andifes quer que o MEC discuta alguma forma da reposição dos vencimentos, mesmo que seja diferenciada dos professores da ativa.

Na reunião, a questão do corte de ponto foi tratada como um assunto já definido pela Associação dos reitores. A decisão da reunião anterior de não enviar ao Ministério da Educação a lista com o nome dos grevistas, foi reiterada pelo pleno.

Vale ressaltar que o fato da Associação dos reitores ter entregue algumas propostas para negociação ao Ministério fere o compromisso firmado entre a entidade e o CNG dos docentes, que era de não interferir no processo de negociação entre os professores e o governo.

Fasubra termina greve dia 27

A Federação que representa os técnico-administrativos das universidades elaborou uma pauta mínima para negociá-la junto à Secretaria de Ensino Superior (Sesu) no último dia 21 de maio, mesma data da audiência do MEC com o Andes-SN. Nesta pauta, já protocolada no MEC, consta a proposta de rehierarquização de salários entre as categorias dos técnico-administrativos.

Além disso, a Fasubra quer que 1 % do orçamento das universidades seja destinado à capacitação da categoria. A retirada da PEC 370-A, que trata da autonomia das universidades do Congresso Nacional está também na pauta da categoria

Estudantes em vigília

Mais de 60 estudantes da UFRJ fizeram na quinta-feira passada uma vigília de 24 horas no prédio da Reitoria. Eles querem que o MEC dê posse ao professor Aloisio Teixeira como novo reitor da UFRJ e o atendimento, também pelo MEC, da pauta de reivindicações dos professores e dos técnico-administrativos.

"A Opção Brasileira"

Uma visão contemporânea e alternativas

(texto único)

Lançamento do livro e debate

Dia 1º de junho (segunda), a partir das 20h, no Espaço Unibanco (Rua Voluntários da Pátria, 55)

Com: João Pedro Stédile (MST), César Benjamin, Emir Sader (Uerj) e Reinaldo Gonçalves (UFRJ)

GREVE

Frente Parlamentar é grande aliada dos docentes

Na última quinta-feira, um grupo de parlamentares enviou ao MEC abaixo-assinado com 208 assinaturas de deputados e senadores exigindo do governo abertura imediata de negociações com docentes em greve

A Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, formada por 65 parlamentares dos mais diversos partidos - dentre eles, PFL, PTB e PSDB -, protocolou, na última quinta-feira (21), um abaixo assinado onde deputados e senadores exigem do governo uma abertura efetiva de negociações com os docentes. Além disso, o abaixo assinado considera "a suspensão da folha de pagamento como ato que agudiza o impasse". A realização deste abaixo-assinado foi uma das deliberações aprovadas na reunião de terça feira (18), onde cerca de 50 representantes da Comunidade Universitária se encontram com parlamentares integrantes da Frente para estudarem alternativas para o impasse acarretado pelo governo.

ACM se propõe a ser "articulador"

Como foi proposto na reunião, os parlamentares da Frente se encontraram, na mesma terça, com o presidente em exercício, Antônio Carlos Magalhães, para pedir que ele intercedesse junto ao governo a favor do fim do impasse. ACM se colocou à disposição, entretanto, solicitou que fosse elaborada uma "pauta mínima" pelos movimentos. A Fasubra (Federação dos Técnico-administrativos) e o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º e 2º e 3ºgraus) elaboraram esta pauta o protocolaram-a no MEC no dia 21. Neste dia, o Andes-SN foi recebido, em audiência com Paulo Renato. Mesmo diante da insistência do ministro em só negociar se a greve terminar, esta segunda audiência foi encarada pelo deputado Ivan Valente (PT/SP), coordenador da Frente, como mais um resultado favorável da ampla mobilização de deputados e senadores em prol das reivindicações da categoria docente.

Corte de ponto: solução pode ser o mandado de segurança

Comando Nacional de Greve está tentando viabilizar uma saída política para a questão da suspensão dos salários dos professores que se encontram em greve, conforme vem ameaçando o MEC.

Por outro lado, o Comando também está examinando com sua assessoria jurídica os possíveis encaminhamentos jurídicos para a questão.

Esta ação pode vir a ser feita através de um mandado de segurança a ser impetrado contra o ministro Paulo Renato de Souza.

Assembléia geral

Terça-feira, dia 26, às 13h30
Auditório do Centro de Tecnologia
Pauta: Avaliação da greve

GREVE

Movimento cada vez mais fortalecido

A despeito das ameaças do MEC, 206 professores votam pela continuação da greve.

Assembléia comunitária no hall da reitoria, dia 21

A assembléia geral da Adufrj da última quinta-feira (21) deliberou pela continuidade da greve nacional por tempo indeterminado. Com o auditório do Centro de Tecnologia cheio, 206 docentes se manifestaram a favor da greve, 12 foram contra e 7 se abstiveram. O livro de presenças registrou 228 assinaturas.

As novas ameaças do ministro Paulo Renato de suspender o pagamento dos professores e excluir os aposentados de qualquer reajuste salarial - só fizeram fortalecer o movimento de greve. Se os informes das assembléias realizadas há duas semanas, logo após a primeira audiência com o MEC, já sinalizavam pelo crescimento da greve, isto agora ficou evidente. Naquela ocasião, 41 assembléias de seções sindicais do Andes-SN se manifestaram radicalmente contra as ameaças do ministro.

O crescimento do movimento é inegável. No início da greve, Paulo Renato avisou que só negociaria com o fim da greve, que não haveria negociação de reajuste, que o programa de incentivo à docência (PID) não seria alterado e, depois, que estava disposto a conceder um reajuste, condicionado-o à exclusão dos aposentados.

O que se viu posteriormente foi um pouco diferente. Já foram realizadas duas audiências com o ministro, que já admite reajustar os salários, ainda que dando um reajuste diferenciado aos aposentados, e o PID foi sepultado no Congresso Nacional.

Se Paulo Renato apostou, com a ameaça de corte dos salários, na divisão da categoria deve ser porque há muito não freqüenta uma assembléia de docente. Ou porque não precisa mais do salário de professor universitário aposentado para sobreviver. Há muito que os docentes das universidades federais chegam ao final do mês sem dinheiro. Como lembrou o professor José Simões, diretor da Adufrj, "se nós hoje tomarmos uma decisão precipitada, esta situação - de chegar ao dia 20 sem dinheiro - vai continuar".

Informes das Unidades da UFRJ

No balanço de apenas 11 unidades que leram seus informes na assembléia da Adufrj, está contabilizada a participação de mais de 200 pessoas. A disposição dos professores é a de manter a greve até que pelo menos sejam colocadas propostas concretas na mesa de negociação. A avaliação geral é a de que não faz sentido sair da greve agora, quando a mesma se fortalece. A Escola de Serviço Social enviará uma mala direta a todos os segmentos para mobilizar a maior participação nas reuniões da unidade, que está totalmente paralisada. O Instituto de Biologia realizará nesta quinta-feira (28) o *2º Biologia para Todos*, uma atividade em que convidam alunos do 2º grau para passarem um dia inteiro no Instituto, visitando laboratórios, assistindo palestras, filmes etc.

Assembléia comunitária

No mesmo dia, também foi realizada uma assembléia comunitária com a participação dos três segmentos - docentes, técnicos e estudantes, onde ficou marcada uma manifestação que acontecerá dia 27, quarta-feira. No início desta semana, os segmentos irão se reunir para definir o caráter deste ato.

Moção - Apoio aos estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-SSind no dia 14 de maio de 1998, resolvem defender os estudantes de graduação e pós-graduação contra quaisquer prejuízos decorrentes da ausência de atividades acadêmicas durante o período da greve.

Uma vez que a decisão pela greve foi tomada coletivamente em Assembléia Geral de professores e em consonância com o movimento nacional dos docentes, consideramos que a eventual cobrança de trabalhos, provas e presença relativos ao período é impertinente e ilegítima.

Insistimos que quaisquer medidas porventura tomadas quanto ao período da greve levem em conta esta nossa decisão. Esta reflete não só uma questão administrativa mas, principalmente, uma postura ética e solidária.

GREVE

Cargos de chefia recebem salários

Os boatos tomaram conta da UFRJ, na tarde de sexta feira (22). Mesmo sabendo que os salários seriam suspensos em função da greve, os contracheques dos dirigentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro que possuem funções gratificadas como chefes de departamento e coordenadores de ensino, foram distribuídos. Os dos professores e dos funcionários continuam retidos.

O MEC afirmou ao Jornal da Adufrj que a UFRJ, até sexta-feira, não havia enviado a lista dos grevistas e que nenhuma verba para pagamento de pessoal tinha sido liberada para a universidade carioca. Isto sugere que o pagamento teria sido efetuado com recursos próprios da UFRJ. Entretanto, este mesmo "fenômeno" ocorreu na Universidade Federal do Amazonas, onde o diretor da Faculdade de Ciências da Saúde chegou a colocar o cargo à disposição em solidariedade aos seus colegas que não receberam o pagamento, negando-se a receber um tratamento diferenciado.

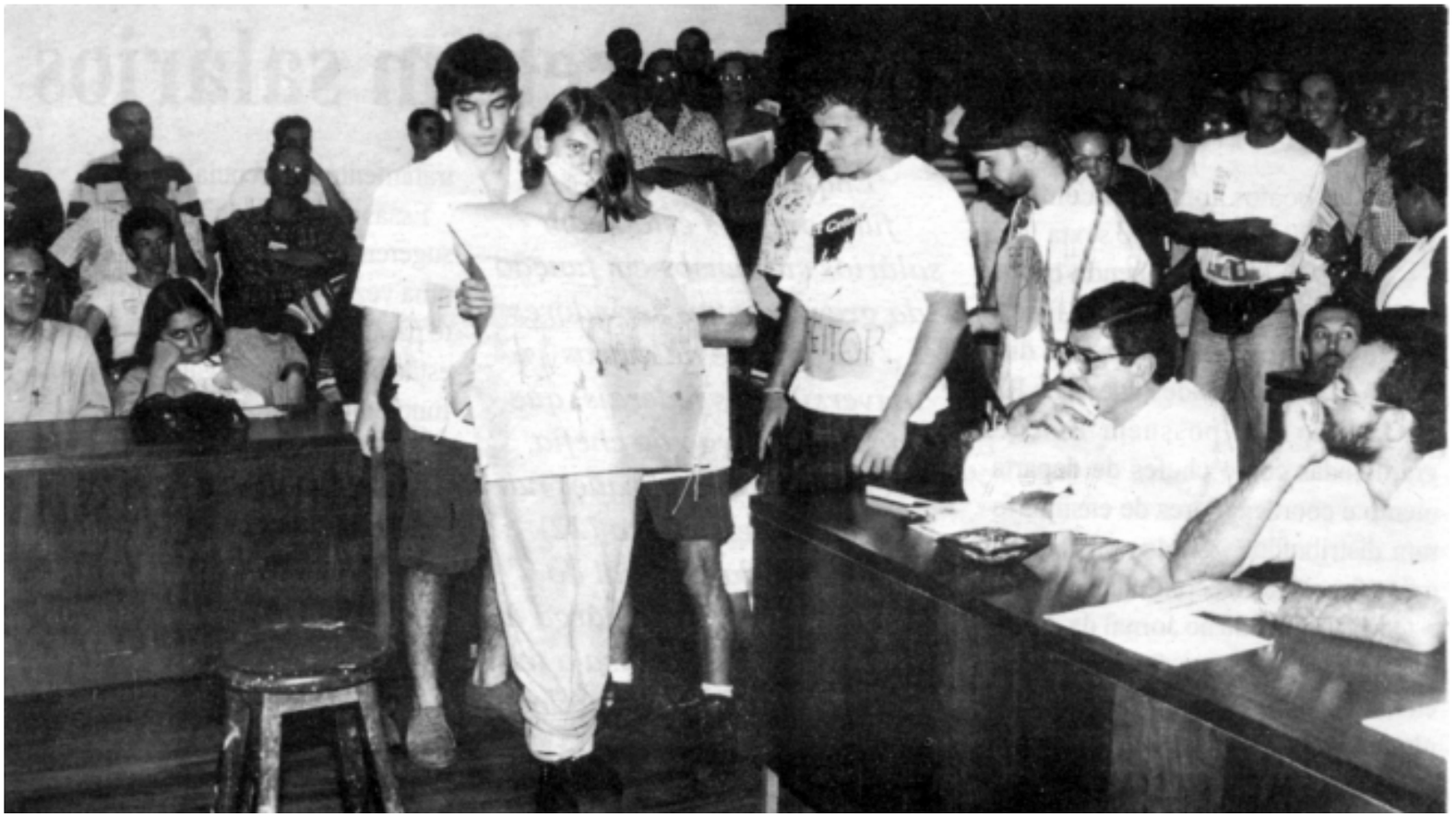
Enquanto docentes e funcionários estão com salários suspensos em função da greve, alguns servidores da UFRJ e de outras universidades federais, que possuem cargo de chefia, recebem contra cheques na tarde de sexta-feira (22). Diretor da Federal do Amazonas coloca o cargo à disposição e se recusa a ter tratamento diferenciado

Essas informações contraditórias sugerem que: ou o MEC mente mais uma vez e libera pagamento somente para os chefes, ou alguns reitores estão bancando o pagamento de seus funcionários de confiança.

A diretoria da Adufrj está solicitando aos professores que receberam seus contracheques que enviem cópias para a Adufrj. Isso será importante para nossas ações jurídicas.

Salários dos técnico-administrativos serão liberados

O MEC afirmou que a partir desta segunda (25) os pagamentos dos técnicos-administrativos das universidades que possuem hospitais universitários serão liberados. Trata-se de um dos pontos de negociação entre Fasubra e Secretaria de Ensino Superior, reunidos na última sexta (22).



A nota aprovada pelo Consuni foi transformada em moção e está disponível na página da Adufrj (www.alternex.com.br/~adufrj)

Conselho Universitário da UFRJ aprova nota de apoio à greve

Demorou mas saiu. O Conselho Universitário da UFRJ finalmente conseguiu realizar uma sessão na quinta-feira passada (21) e se posicionou em apoio à greve dos docentes e dos técnico-administrativos. De um total de 70 conselheiros, 46 registraram suas assinaturas no livro de presenças. Por unanimidade, o Consuni também decidiu que a UFRJ não enviará qualquer lista de grevistas ao MEC. Uma comissão de conselheiros ficou encarregada de elaborar uma nota oficial do Consuni manifestando a posição da comunidade universitária de apoio à greve e contra qualquer medida autoritária do Ministério da Educação. Especialmente as medidas mais recentes, como as tentativas de obrigar as universidades a enviarem uma versão atualizada da "lista de Schindler", discriminando servidores que estão em greve, e de excluir aposentados de qualquer reposição salarial que venha a ser dado aos da ativa.

Outra novidade deste Consuni foi o retomo do reitor às suas funções. Afastado num período crítico para a UFRJ, a expectativa era saber quais as posições de Paulo Alcântara.

O reitor iniciou a sessão propondo uma nota da comunidade universitária, representada pelo Conselho, sobre a greve - que seria levada no mesmo dia ao ministro Paulo Renato. Passou, também, informes sobre reuniões do dia anterior na Andifes - associação que reúne os dirigentes das instituições federais.

Entre outros, Paulo Alcântara ressaltou a participação da Frente Parlamentar, assim como a dos reitores, por uma negociação "rápida", e relatou uma questão levantada pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Mozart Ramos encaminhou à direção da Andifes uma proposição de alguns docentes que

não participam da greve. Eles pediram para que fosse enviado ao MEC uma lista com seus nomes, para receber normalmente seus salários.

A nota proposta por Paulo Gomes rapidamente foi assumindo novas configurações e ganhou um corpo do tamanho da indignação da comunidade. Com o compromisso de ser publicada nos principais jornais de grande circulação, além de enviada ao MEC.

Esta proposta partiu do ex-reitor Alexandre Cardoso, que pediu uma nota que refletisse a atual situação, indignado com a tentativa do MEC de acabar com a paridade entre ativos e inativos. "Uma das maiores conquistas obtidas na Constituição", afirmou. Em seguida, Fortunato Mauro, do Sintufrj, lembrou que o envio de uma lista com os moldes pretendidos pelo MEC seria no mínimo uma atitude de "alcagüete" por parte da reitoria.

O presidente da Adufrj, Roberto Leher, sugeriu que a nota refletisse um posicionamento claro e inequívoco de crítica às ameaças do governo e em defesa da autonomia universitária, para facilitar o entendimento e, em conseqüência, chegar ao final da greve. Em outras palavras, para deixar claro a posição da universidade de não aceitar intervenção nem qualquer ingerência em sua autonomia. Leher citou alguns fatos que deveriam ser levados em consideração na nota. Como a intimidação feita pelo secretário Luciano Patrício, que ameaçou com intervenção nas universidades que não enviarem a tal "lista de Schindler", fato que não foi desautorizado por Paulo Renato. "O Consuni deve repudiar veementemente esta situação", disse Leher.

Lembrando o apoio da Frente Parlamentar, cujo auxílio se tomou "orgânico pela forma ativa com que foi construída pela Andes, Fasubra e Andifes", Leher afirmou que em nenhum momento houve um clima de ultimato por parte dos parlamentares, mas sim de solidariedade à causa dos docentes e técnico-administrativos.

O oficio 9 do MEC determinando o envio da "lista de Schindler" - também assinado pelo secretário Patrício - foi outro ponto mencionado pelo presidente da Adufrj. Segundo ele, "uma pérola que vai entrar para a história das relações entre governo e universidades públicas".

Leher também pediu que a nota do Consuni da UFRJ fizesse referência às inúmeras tentativas feitas pelo governo de desqualificar os aposentados - os vagabundos de FHC. A paridade entre ativos e inativos, de acordo como professor, é "um conceito republicano de solidariedade social do qual não podemos abrir mão" disse. E lembrou que se as negociações até o momento não andaram, isto se deve exclusivamente ao governo, "que até agora não apresentou nenhuma proposta concreta".

Para terminar e para reflexão dos que se mostraram indignados com o comportamento antiético de alguns docentes de Pernambuco, foi citado ocaso dos professores aposentados da Universidade Federal da Bahia, que se propuseram a dividir seus salários com os grevistas, em caso de corte nos salários.

Eleição no Centro de Ciências da Matemática e da Natureza

À comunidade do CCMN

Prezados Colegas

No sentido de esclarecer a todos sobre o processo eleitoral em curso no CCMN, apresento a seqüência de eventos que será seguida:

1º Serão eleitos os representantes de categorias para o Conselho de Coordenação do CCMN;

2º Reunir-se-á o Conselho com todos os membros para apreciar a decisão de um processo paritário;

3º Definida esta questão, será feita a consulta à comunidade para a escolha do Decano do CCMN.

4º Para finalizar o processo reunir-se-á novamente o Conselho de Coordenação do CCMN para, de acordo com o que preceitua o Regimento no seu artigo 10º, proceder formalmente a escolha do Decano.

Em 19.05.98 Marco Antônio França Faria
Decano do CCMN

MEC devolve lista dupla à UFRJ

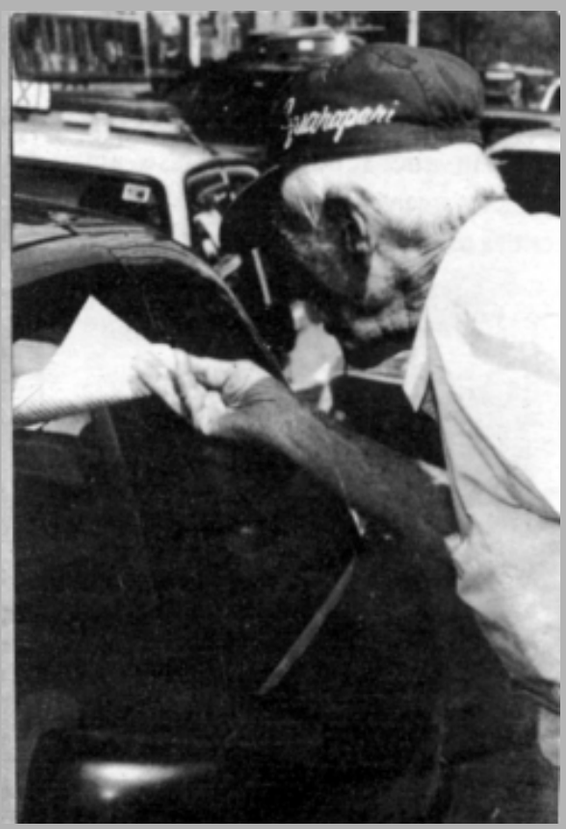
Paulo Renato afirma que não aceita lista dupla como indicação para reitor

Antes mesmo da assessoria jurídica do MEC se pronunciar sobre o processo, o ministro Paulo Renato já adiantou que irá devolver a lista com a indicação de dois nomes para a reitoria da UFRJ. O argumento do ministro é que a lei que dispõe sobre a escolha dos dirigentes - 9.192 - prevê o envio de uma lista com três nomes, não dois, como ocorrera com a UFRJ. O MEC quer que a universidade inclua mais um nome na lista, ou realize todo o processo de escolha novamente.

Vale ressaltar que a alternativa de enviar três nomes chegou a ser considerada pelos eleitores que organizaram uma pesquisa à comunidade. A proposta era que a lista fosse preenchida por, integrantes da chapa vencedora. Em função disso, firmou-se um "pacto" entre os candidatos prevendo que somente o vencedor da pesquisa se apresentaria ao Colégio Eleitoral. Mas, o candidato da reitoria - José Vilhena -, mesmo conseguindo apenas 11 % dos votos no pleito, permitiu que o seu nome fosse incluído na lista, gerando um dos maiores impasses no processo de sucessão da reitoria da UFRJ.

GREVE

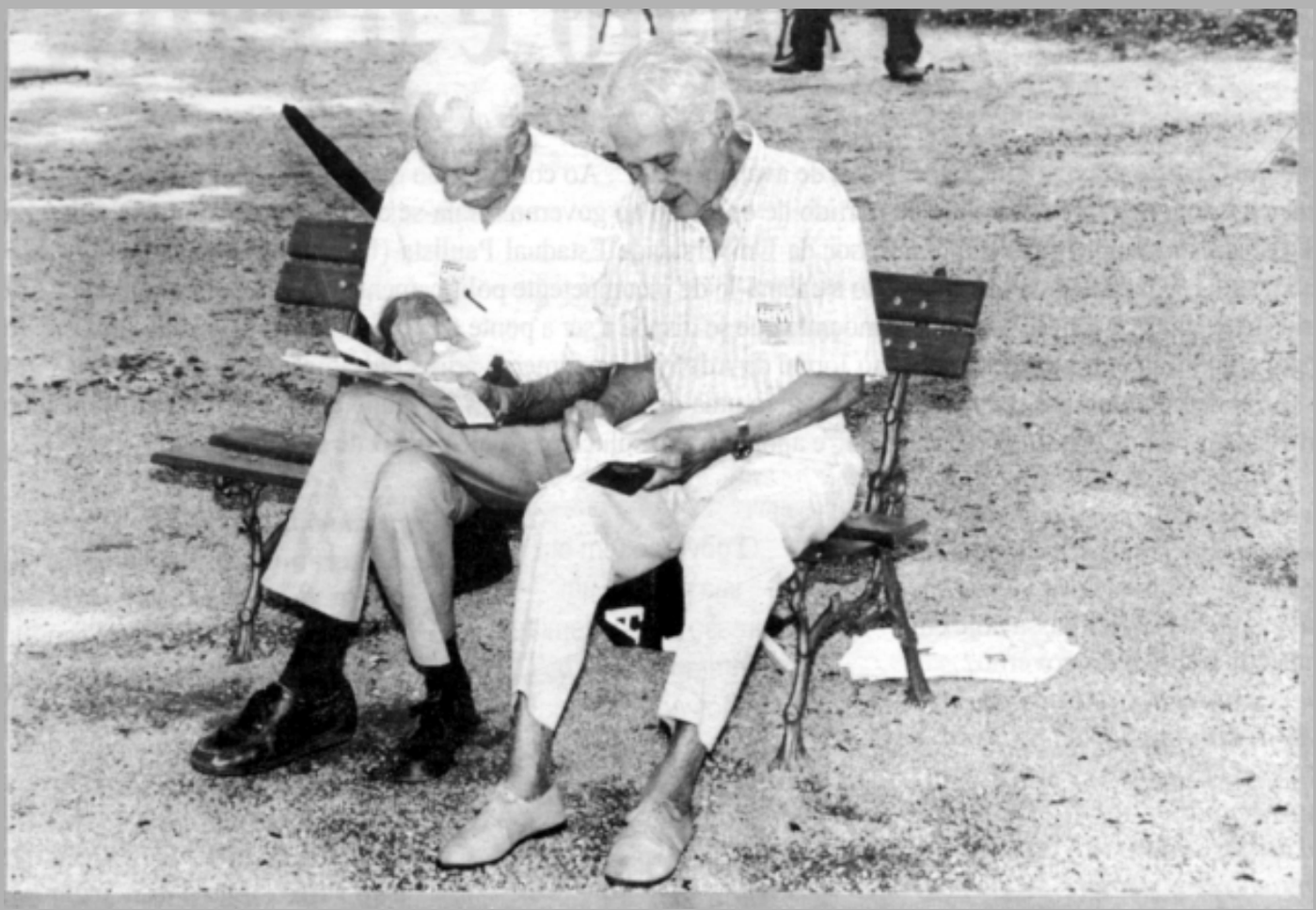
Aos nossos mestres, com carinho



"Aos nossos mestres com carinho" levou à rua Wenceslau Brás mais de 70 professores aposentados da UFRJ. Longe de vestirem a carapuça oferecida pelo presidente FH, nossos mestres protestaram veementemente contra a política excludente deste governo, que trata trabalhadores que dedicaram anos às universidades como privilegiados e marajás.

Os aposentados panfletaram em meio a carros e ônibus cheios, no trânsito e sinais fechados das proximidades do campus da Praia Vermelha. A manifestação aconteceu na manhã da última sexta-feira (22) e nos deixou as imagens que mostram como a comunidade universitária está atenta à importância de reconhecer o trabalho e a dedicação destes profissionais e acadêmicos. Ao contrário do que faz o ministro Paulo Renato com a indecente proposta de excluí-los de qualquer reajuste que venha a ser conquistado pela categoria docente, em greve a mais de 50 dias.

GREVE



AOS NOSSOS MESTRES APOSENTADOS, COM CARINHO.
ADUFRJ SSIND
FHC: QUEREMOS NEGOCIAÇÃO SEM EXCLUSÃO dos APOSENTADOS
ADUFRJ SSIND

GREVE

“Este governo é o caos!”

Parlamentar do PSDB denuncia atitudes contraditórias do governo e diz que presidente é incompetente politicamente

“Este governo frustra qualquer expectativa de avanço social”. Ao contrário do que muitos imaginam, esta frase não pertence a uma pessoa ligada a algum partido de oposição ao governo. Trata-se da análise do deputado federal pelo PSDB paulista, Tuga Angerami. Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Angerami faz questão de denunciar as ações do governo, chegando a chamá-lo de incompetente politicamente por “elevar a figura de Antônio Carlos Magalhães à condição de um democrata que se dispõe a ser a ponte de negociação entre professores em greve e o governo”. Em entrevista exclusiva ao Jornal da Adufrj, ele enumera várias contradições do governo FHC, que se diz social democrata, mas reduz o Estado e “gera uma das maiores crises na saúde e na educação, em especial nas universidades e nos institutos de pesquisa” e aponta como solução as eleição de 3 de outubro.

Jornal da Adufrj - Qual é a sua avaliação da greve e de todo este processo conturbado que a Universidade Pública passa hoje em função da política do governo?

Angerami - *O que está acontecendo com a universidade pública é previsível. Está no receituário o que o governo Fernando Henrique Cardoso assumiu como seu programa de governo: o conjunto de prescrições do Banco Mundial e do FMI. A retração do setor público e das universidades está nas prescrições do Banco Mundial. Entretanto, há uma contradição aí muito forte, muito gritante. Um governo que se diz social democrático e usa como argumento para vender Vale e entregar siderúrgicas que o Estado deixa de ser um empresário para assumir Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, segurança pública. Mas o que nós estamos vendo é um governo que entrega um patrimônio público fantástico para o setor privado e que não vem absolutamente assumindo o que ele disse que seria responsabilidade sua. Ou seja, ele se retrai como Estado empresário, mas não assume a sua função - que se espera de um governo social democrático - de incrementar as políticas sociais.*

O governo tem em sua cabeça um egresso da academia, tem ao seu redor vários egressos da academia. No entanto, trata a academia como um padrasto, sem compreender o papel da universidade brasileira.

Jornal da Adufrj - O Senhor já teve oportunidade de levar esta discussão para dentro do governo, uma vez que faz parte do partido do presidente?

Angerami - *Sou parte dele. Faço parte do PSDB que é um dos partidos que dá sustentação ao governo. Por outro lado, acho que este governo não é do PSDB. É um governo que tem sua sustentação num leque partidário imenso, que vai de alguns setores egressos, por exemplo, do PPS, do PPB do Maluff e do PFL. Então não se trata de um governo do PSDB. É um governo que tem em seu seio e disputando hegemonia, grupos políticos, oposições políticas, visões de mundo e sociedade bastante díspares. É uma disputa de hegemonia permanente dentro deste governo. Acho que esta visão social democrática não é hegemônica e na medida em que ela não é hegemônica, eu, como deputado do PSDB - partido que tem um programa social partidário democrático - não me sinto obrigado a respaldar iniciativas do governo em que eu não encontro sintonia com meu partido. Então me sinto livre*

para votar contra, me sinto livre para exercitar a crítica. Eu não sou um deputado de sustentação deste governo. Sou um deputado de sustentação de uma política social democrática que está inscrito num programa de governo num programa de partido que parece que o presidente se esqueceu.

Jornal da Adufrj - O senhor acha a pauta dos docentes justa?
Claro. Ela desmascara outra enorme contradição deste governo: ele tem em sua cabeça um egresso da academia, tem ao seu redor vários egressos da academia. No entanto, trata a academia como um padrasto, sem compreender o papel da universidade brasileira, não só na educação e no ensino, mas também na geração da produção científica e tecnológica. Agora, é um governo que é extremamente contraditório porque envia para o Congresso e faz a sua base aprovar uma política salarial diferenciada para as forças armadas. Um sistema Previdenciário diferenciado para as forças armadas. É uma contradição estranha. Eu acho, pelo que conheço da estrutura salarial dos docentes das federais, que hoje um adjunto 4 deve estar ganhando como um capitão de exército. O penúltimo grau na estrutura acadêmica ganha hoje como um capitão. Só que capitão não corresponde nem ao meio da carreira militar. Então é uma contradição muito grande para um governo que se diz social democrático. Promove uma política de privatizações intensa. Faz o discurso da retração do estado como empresário para poder ter recursos para investir na área social, mas, na verdade, nós temos uma crise violenta na saúde, crise violenta na educação, em especial nas universidades e institutos de pesquisa. É o caos. Tem mais, este governo é de uma incompetência política tão grande que está conseguindo elevar o senhor Antônio Carlos Magalhães à condição de um democrata que se dispõe a ser a ponte entre as entidades que representam as universidades, os parlamentares e o governo, como um baluarte do diálogo, um dos defensores da prática democrática.

Jornal da Adufrj - Como o PSDB encara a sua postura?
De rebeldia. É respeitada pelo partido, não pelo governo. Inclusive continuo no partido e até agora não recebi nenhum tipo de sanção. Apesar deles me ameaçarem às vezes. Na realidade, o canal deveria ser o Congresso. Mas o Congresso não tem conseguido se constituir nesta ponte, apesar do enorme esforço. Antônio Carlos Magalhães, agora na qualidade de presidente da república em exercício, abriu o diálogo. Nem isso o senhor Fernando Henrique Cardoso, egresso da academia, fez. Ele não abriu o palácio para o diálogo. Este governo é um absurdo. Mas eu acho que ele não pode. Se o fizesse, teria de admitir que está cumprindo um script, cujo objetivo é o fim da universidade pública.

este governo é de uma incompetência política tão grande que está conseguindo elevar o senhor Antônio Carlos Magalhães à condição de um democrata, que se dispõe a ser a ponte entre as entidades que representam as universidades, os parlamentares e o governo, como um baluarte do diálogo, um dos defensores da prática democrática.

Jornal da Adufrj - Qual seria a saída para este impasse?
As eleições de 3 de outubro. Sobre a negociação com os docentes, o grande problema é que não há um canal para a negociação. A proposta de se elaborar uma pauta mínima tem que ser aceita, inclusive, pelo o governo. Mas, de ante mão, sabemos que este é um governo que frustra qualquer tipo de expectativa de avanço social.

Visite a página da Adufrj na Internet atualizada diariamente, e fique por dentro da greve: www.alternex.com.br/~adufrj

Andes-SN elege nova diretoria

Mais de 20 mil docentes foram às urnas em todo país para eleger os novos diretores do Sindicato Nacional

Até o final do século, o Sindicato Nacional (Andes) estará sob a direção dos integrantes da chapa 2 - *Ganhar a Andes para não perder a Universidade.* Ela venceu as eleições realizadas nos últimos dias 12 e 13. A apuração terminou na terça-feira, dia 19.

Renato de Oliveira, atual presidente da Associação dos Docentes da Federal do Rio Grande do Sul, assume a presidência do Andes-SN e Eduardo Gonçalves Serra, professor da UFRJ, é o novo vice-presidente da Regional Rio de Janeiro.

Foram 21.342 votantes de um universo de 69.169 docentes habilitados em todo país. A chapa 2, de oposição, obteve 11.072 votos, ficando a da situação, chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática - com 9.310 votos; 579 professores votaram em branco e 381, nulo.

De 83 seções sindicais do Andes, 7 não encaminharam a relação de sindicalizados ou a composição de suas comissões eleitorais, ficando impedidas de participar da eleição. A posse da nova diretoria está marcada para o dia 26 de junho, durante a reunião do 36º Conselho da Andes (Conad), em Campina Grande, na Paraíba.

UFRJ

Na UFRJ, o resultado das eleições foi o inverso. Ganhou a chapa 1 - *Andes Autônoma e Democrática*, com 386 dos votos apurados. A chapa 2 obteve 172 votos, 18 docentes votaram em branco e 22 votos foram nulos. 598 professores da UFRJ foram às urnas, representando quase o dobro de professores que votaram, aqui na universidade, nas duas últimas eleições para a diretoria do Sindicato Nacional.

Quadro nacional das três últimas eleições para o Andes-SN

Biênio 1998/2000 (duas chapas concorrendo)		*Biênio1996/98* (três chapas concorrendo)		*Biênio 1994/96* (chapa única)	
Colégio Eleitoral:	69.169	Colégio eleitoral:	62.750	Colégio Eleitoral:	56.714
Votantes:	21.342	Votantes:	19.098	Votantes:	13.879
Chapa 1 - *Andes Autônoma e Democrática*:	9.310	Votos Chapa 1 - *Andes Autônoma e Democrática*:	7.676	Chapa 1 - *Andes Autônoma e Democrática*:	12.487
Chapa 2 - *Ganhar a Andes para não perder a Universidade*:	11.072	Votos Chapa 2 - *Andes para Todos*:	4.744	Votos Brancos:	1.005
Votos Brancos:	579	Votos Chapa 3 - *Andes em Defesa da Democracia e da Universidade*:	5.771	Votos Nulos:	387
Votos Nulos:	381	Votos Brancos:	543		

Eleição do Andes

Entrevista: *Renato de Oliveira, que em junho assume a presidência do Andes-SN, falou sobre sua gestão nesta entrevista enviada por escrito ao jornal da Adufrj, na quinta-feira passada, dia 21*

Renato é o atual presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

JA - Com a eleição da chapa 2, o que muda no Andes?

R - *A Andes vai mudar e muito. Nossa gestão vai trabalhar para recompor as relações políticas entre os militantes do movimento docente e recuperar os valores éticos que possibilitam uma autêntica democracia interna na Andes e no conjunto das ADs. Isso ampliará as bases de sustentação da Andes nas universidades e fortalecerá nossa inserção junto ao movimento social organizado.*

JA - Quais os planos da nova diretoria?

R - *A diretriz geral da gestão é tentar reaproximar a Andes dos docentes universitários e da própria universidade, entendendo-se aqui não só as universidades públicas, mas o conjunto do sistema de ensino superior brasileiro. Só assim a Andes recuperará sua legitimidade, permitindo-lhe atuar como porta-voz dos professores no debate político nacional e defender as posições que historicamente têm caracterizado o movimento docente: a defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis; a defesa da democracia e de reformas estruturais na sociedade (reforma agrária, reforma urbana, etc.) que permitam ao conjunto da população o acesso aos bens materiais e culturais imprescindíveis ao pleno exercício da cidadania. Além disso, e também além da sua função sindical ordinária, a Andes deverá se ocupar de quatro frentes de ação que julgamos prioritárias. Primeiro, a iniciativa no debate sobre a Autonomia Universitária visando sua regulamentação, o que supõe, inicialmente, a supressão da PEC 370 bem como de todas eventuais tentativas de mudança no texto constitucional. Segundo, o fortalecimento das articulações da sociedade civil em defesa do sistema nacional de ciência e tecnologia. Terceiro, a retomada de iniciativas que recuperem o papel da universidade como instância de reflexão crítica sobre os padrões de produção artístico-cultural em nosso país. Quarto, o estabelecimento de uma efetiva política de comunicações com os associados e com a sociedade através da criação de instrumentos específicos para esse fim. Finalmente, proporemos uma reestruturação administrativa da entidade, de forma a possibilitar maior agilidade e democracia nos processos decisórios e, simultaneamente, garantir maior presença do movimento docente junto aos movimentos sociais organizados.*

JA - E a greve, que já dura dois meses?

R - *A greve atravessa momentos decisivos, o que nos imprime grande responsabilidade devido à confiança depositada nas urnas. Por isso, nossa atuação, através do Comando Nacional, será no sentido de garantir a predominância da interpretação de que nossa greve tem como objetivo prioritário a defesa da Universidade Pública, o que passa hoje pela recuperação dos nossos salários, e não a derrubada do Governo Fernando Henrique Cardoso, como parece entender a atual diretoria da Andes. Isto significa pautar nossa ação, em todos os momentos, no sentido de buscar condições de negociação que nos sejam vantajosas do ponto de vista dos nossos interesses e do ponto de vista do fortalecimento de alianças com as quais possamos, no futuro imediato, neutralizar as principais iniciativas governamentais que apontam para o definitivo comprometimento da universidade pública e gratuita. Já tivemos avanços nesta greve: hoje, não resta ao governo outra alternativa senão a de conceder um reajuste salarial que inclua os aposentados, pois a única forma de excluí-los seria através de um programa de bolsas, como por exemplo o PID, que está inviabilizado por nossa iniciativa junto ao Congresso Nacional. Ora, há várias formas de reajuste salarial que contemplam este princípio. Algumas já estão em discussão, à revelia inclusive do Comando Nacional e da diretoria da Andes. A própria Adufrgs já apresentou uma proposta, em setembro do ano passado, complementada posteriormente pela Apubh.*

JA - Quais os desafios na atual conjuntura?

R - *A Andes deve atuar no sentido de garantir que a universidade pública brasileira redefina suas relações com o Estado e com a sociedade. A Universidade não é ineficiente, embora pudesse ser mais eficiente não fossem as amarras administrativas e burocráticas que a aprendem ao aparelho de Estado. Tal como existem hoje, as universidades federais são, no limite, meras extensões administrativas do MEC. Isto não pode continuar. Pagamos hoje um pesado preço pela forma como surgiram as universidades no Brasil, isto é, como instrumentos de políticas estatais desenvolvimentistas de caráter autoritário e excludente. A burocracia interna, certamente exagerada, é sobretudo uma herança que reproduz este autoritarismo nos tempos atuais, tornando a instituição anacrônica em muitos aspectos. Uma reforma universitária pode e deve, em nosso entender, diminuir o peso da burocracia e, consequentemente, reduzir os custos das atividades-meio em beneficio das atividades-fim, possibilitando o aumento das possibilidades de ingresso pela ampliação do número de vagas de graduação, o que hoje é uma prioridade de qualquer sistema universitário que se pretenda democrático. Além disso, é necessário repensar a formação profissional: para situarmos apenas um exemplo, temos mais cursos de odontologia do que os EUA e Canadá juntos, e mais de onze por cento dos dentistas de todo o mundo estão no Brasil. No entanto, continuamos sendo o país com o pior quadro de saúde bucal do mundo. Isto não nos diz nada sobre a política de formação de recursos humanos nesta área?*

MEC mente ao dizer que universidades têm professores demais

Para azar do ministro Paulo Renato, os números não se desmancham no ar. Juntas, as universidades federais um têm déficit de 8.049 docentes, de acordo com a Associação Nacional de Reitores, em estudo apresentado em abril deste ano.

Há pouco mais de um mês, o Ministério da Educação anunciou a liberação de 2.100 vagas para abertura de concurso público para docentes nas universidades federais. A liberação foi divulgada após estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) que apontava um déficit de mais de 8.000 docentes nas universidades federais. A maioria proveniente de aposentadorias.

Semana passada, o MEC divulgou para imprensa que as federais já tinham professores demais. Segundo o assessor da entidade dos reitores, professor Artur Obino, na verdade o que ocorreu foi um " mal entendido" por parte da mídia impressa. Os jornalistas teriam utilizado números brutos, realizando uma operação simples de divisão, que teria levado à média de 8 professores por aluno matriculado.

É bastante difícil que o MEC tenha provocado apenas um "mal entendido" na cabeça dos repórteres. Em matéria do Globo no domingo, 17 de maio, o texto comentava que pelo "estudo" do MEC, das 52 universidades federais, apenas duas atingiam a média de 15 alunos por docente. "Nas demais, a relação entre o número de alunos e professores é baixíssima", comentava a matéria.

O que o jornal esqueceu de informar, no mesmo texto, é que o trabalho do professor universitário não se limita a ministrar cursos em sala de aula. Existe todo uma produção de pesquisa, orientação de monografias, teses, realização de projetos de extensão, palestras e tantas outras atividades que são corretamente computadas como atividades acadêmicas e fazem parte do tempo dedicado pelo docente à universidade.

A reportagem ouviu a presidente do Andes, Cristina de Moraes, que criticou as informações do MEC e lembrou que 90% da produção científica do país se dá nas universidades públicas.

Misturar tudo e dividir por dois é uma equação no mínimo tendenciosa. Está claro que, neste momento, o MEC se aproveita da imprensa que adora números vazios e joga para a opinião pública a idéia de que, no Brasil, existe um número de professores suficiente nas universidades públicas.

Na UFRJ faltam 690 professores no quadro

Não é verdade, é preciso saber fazer as contas. Só a UFRJ contabiliza uma carência de 690 docentes. Existem, hoje, em todo o sistema, 42.227 professores em atividade. O número total de vagas no sistema é 50.266, existindo um déficit de 8.049 professores.

Para lamento do ministro Paulo Renato, estes números não se diluíram no ar. Segundo o assessor da Andifes estes são os números reais, baseados em estudos e informações que levam em conta critérios quantitativos e qualitativos, colhidos em todas as instituições.

Pelo modelo de recomposição de vagas apresentado pela Andifes ao MEC, em meados de abril, seriam necessários 50.567 professores para que se mantivesse um padrão mínimo de qualidade nas universidades. Portanto, ao menos as 2.100 vagas já prometidas pelo ministro deveriam ser reconhecidas e não apagadas assim, sem mais, nem menos.

Visite a página da Adufrj na Internet atualizada diariamente, e fique por dentro da greve: www.alternex.com.br/~adufrj

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 1 A 7 DE JUNHO/98

48,65 %

Gratificação de FHC acaba com a carreira docente

Quinta-feira, dia 28: estudantes e professores promovem no Rio o enterro simbólico da educação pública

Leia nesta edição:

- Comando Nacional de Greve rejeita proposta do MEC
- Comando Local cobra do reitor Paulo Gomes o pagamento de maio

Assembléia Geral Adufrj-SSind

2 de junho, terça-feira, às 13h30, Auditório do CT

Pauta:
Avaliação da greve

Editorial

Um momento de reflexão

Depois de dois meses de greve o governo finalmente apresenta uma proposta aos docentes. Na semana passada, o Ministro da Educação exigia o fim da greve para apresentar propostas. A resposta do movimento docente foi clara e forte. Queremos negociar em greve. Nenhuma intransigência. Apenas a experiência de quem há três anos tenta negociar e não consegue nem uma audiência.

Nossa impressão sobre a proposta do MEC não é positiva. Continua discriminatória, deixando de fora professores do ensino fundamental e muitos aposentados, distorce nossa carreira, não leva em conta as especificidades e diferenças entre as várias áreas do conhecimento. No fundo resgata muitos elementos do velho PID, já derrubado. Sabemos que a orientação política do MEC implica no desmantelamento do sistema público de ensino superior e portanto não estamos surpresos com sua proposta.

É inegável que o governo recuou na questão dos aposentados. Embora ainda discriminatória, a proposta já abre uma brecha na postura intransigente e absurda do governo FHC em relação aos aposentados. Novamente a firmeza do movimento docente foi fundamental. A coerência de nossas posições, seu caráter democrático, a justiça de nossas reivindicações, têm sido o principal motivo da ampla repercussão de nossa greve e de seus avanços até este momento.

Devemos ter clareza das dificuldades que se colocam à nossa frente e nas possíveis opções: aceitar esta proposta, propor alterações ou rejeitá-la e prosseguir a greve, conforme indicação do Comando Nacional da Greve. Nossa assembléia desta terça-feira, 2 de junho, deve refletir um amadurecimento coletivo e continuar atenta ao encaminhamento unitário e ao caráter nacional de nosso movimento.

Agora o movimento dos docentes deve novamente tomar uma posição. Nossa primeira tarefa é a discussão aprofundada da proposta do MEC e de seus desdobramentos. As reuniões de unidade têm um papel fundamental para avançarmos neste sentido. Coloca-se uma grande responsabilidade para o movimento docente que deve proceder a uma avaliação cuidadosa do potencial da nossa greve. Devemos ter clareza das dificuldades que se colocam à nossa frente e nas possíveis opções: aceitar esta proposta, propor alterações ou rejeitá-la e prosseguir a greve, conforme indicação do Comando Nacional da Greve. Nossa Assembléia Geral da próxima terça-feira, 2 de junho, deve refletir um amadurecimento coletivo e continuar atenta ao encaminhamento unitário e ao caráter nacional de nosso movimento.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

GREVE

Comando de Greve da UFRJ cobra do reitor o pagamento de maio

Paulo Alcântara vai enviar ofício ao MEC solicitando a liberação da verba

Na segunda-feira (1), o reitor, Paulo Alcântara Gomes, enviará um ofício ao Ministério da Educação solicitando o repasse da verba para pagamento dos professores da UFRJ. A informação foi dada, pessoalmente, para os representantes do Comando Local de Greve e diretores da Adufrj, numa audiência que aconteceu na sexta-feira, dia 29.

No encontro, a diretoria da Adufrj apresentou ao reitor dois problemas, considerados graves para os docentes. A ilegalidade da suspensão dos salários e a postura da reitoria frente a esta arbitrariedade do MEC, já que se configurou um atropelo à autoridade do reitor, o único que poderia "cortar" salários.

A resposta de Paulo Alcântara à solicitação de uma atitude por parte da reitoria em função do pagamento não poderia ter sido mais burocrática. Pressionado pela diretoria da Adufrj, Paulo Alcântara disse que apenas na segunda-feira (1) mandaria um ofício ao MEC solicitando o repasse.

Os representantes da Adufrj pediram que uma cópia deste ofício fosse enviada à entidade, no mesmo dia.

Andifes passa por cima do movimento e apresenta proposta

Ainda durante a audiência, Paulo Alcântara fez questão de comentar a proposta da Andifes - associação dos dirigentes das federais - que já teria sido apresentada ao MEC, como um complemento à Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

A GED é a resposta do governo à reivindicação de reajuste salarial dos docentes, em greve há dois meses. Segundo Paulo Alcântara, a Andifes já teria apresentado ao MEC uma emenda ao GED, incluindo os graduados e especialistas sem titulação, oferecendo gratificações na ordem de 250,00 e 400,00. Estas gratificações refletiriam também para os aposentados sem titulação.

Quanto aos professores de 1º e 2º graus, a Andifes também os excluiria. Paulo Alcântara justificou a exclusão destes pelo fato de que os estados ex-territórios, como Roraima, têm estatutos singulares, e o governo não poderia conceder reajuste salarial sem que este fosse estendido a todos os demais professores destas localidades.

A justificativa foi considerada absurda pela diretoria da Adufrj. O professor e diretor da entidade José Simões disse que isto é apenas um pretexto utilizado pelo MEC, e incorporado pela Andifes, para discriminar e desqualificar os professores de 1º e 2º graus.

Abono 98

A diretoria da Adufrj aproveitou a reunião para comunicar à Paulo Alcântara que nesta semana estará encaminhando medidas jurídicas drásticas com relação ao pagamento do abono pecuniário, referente às férias gozadas em 1998.

O reitor foi informado, novamente, de que já foram esgotadas todas as etapas e todos os recursos legais já foram derrubados pela assessoria jurídica da Adufrj. A ação do abono está irremediavelmente ganha. Só resta à UFRJ pagar o devido aos professores. O reitor disse que já solicitou ao Mare o pagamento. Vale lembrar que, conforme foi noticiado neste jornal, há varias semanas, o orçamento da UFRJ possui uma rubrica disponibilizando quase R$ 100 milhões para este tipo de ação.

Quanto ao Programa de Seguridade do Servidor (PSS), a diretoria lembrou, que o governo federal deve 3 parcelas de 6% dos proventos aos professores.

Nota do Comando de Greve dos Professores da UFRJ

O Comando de greve dos professores da UFRJ repudia veementemente a decisão tomada pelo governo federal, na figura do Ministro da Educação Professor Paulo Renato, que liberou os vencimentos dos reitores, Diretores de Unidades, Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso, cujas gratificações foram significativamente aumentadas no corrente mês, enquanto mantém retido o pagamento dos demais professores.

Essa atitude caracteriza a tentativa de aliciamento das direções universitárias, visando cada vez mais implantar a divisão entre os professores, no momento em que, coesos, lutamos em defesa do ensino público gratuito e de qualidade.

Comando de Greve da UFRJ 29/maio/1998

GREVE GREVE

CNG rejeita proposta do MEC por unanimidade

Comando Nacional de Greve indica que assembléias em todo o país aprovem continuidade da greve

Reunidos em Brasília, integrantes do Comando Nacional de Greve rejeitaram, por unanimidade, a proposta de Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e indicam às bases a continuidade da greve. Anunciada pelo ministro da educação, Paulo Renato, na última quinta-feira (28), a GED é uma reedição do extinto Programa de lncentivo à Docência (PID) e de seus principais problemas. Continua excluindo grupos de docentes. Desta vez, deixa de fora cerca de 27.000 professores sem titulação. Além disso, introduz um esquema de "produtividade" - a partir de uma avaliação por pontuação -; desestrutura a carreira docente, dividindo-a em vários subgrupos e; propõe uma avaliação desigual para cada instituição federal. Os docentes reunidos em Brasília afirmam que não querem bolsa, abono ou gratificação. Querem um reajuste linear para toda a categoria que está com os proventos congelados há três anos.

Outra crítica contundente feita pelo Comando Nacional à GED é que a proposta não responde às demais reivindicações da categoria: aumento de vagas e abertura de concurso público para docentes, autonomia universitária nos moldes da Constituição Federal e mais recursos para o sistema nacional de Ciência e Tecnologia e para a pesquisa, graduação e pós-graduação.

O Comando Nacional de Greve dos docentes aguardará a realização das assembléias locais - nos dias 1 e 2 de junho (na UFRJ, será no dia 2) - onde deverão ser construídas propostas embasadas na pauta de reivindicações, contemplando um percentual de reajuste igual para todos. O Comando encaminhará ao governo o resultado dessas assembléias. Vale ressaltar que antes do pronunciamento do CNG, na última sexta-feira, quatro seções sindicais já haviam rejeitado a proposta do governo. São elas: São Carlos, Viçosa, Juiz de Fora e Cefet-RJ.

Veja as gratificações propostas pelo MEC

	20 horas		40 horas		Dedicação Exclusiva	
	mestrado	doutorado	mestrado	doutorado	mestrado	doutorado
Titular	224,	330,	560,	825,	700,	1.100,
Adjunto	224,	330,	560,	825,	700,	1.000,
Assistente	224,		560,		700,	

Proposta ressuscita falecido PID

Greve acumula vitória importante com que governo divulgue proposta

A proposta do MEC prevê gratificações diferenciadas, por titulação, que variam de, no máximo, R$ 1.100 a R$ 224 (veja tabela ao lado). Diante da pressão dos docentes, Paulo Renato incluiu os aposentados na GED, embora pretenda oferecer-lhes apenas 60% do valor máximo concedido aos professores da ativa.

Os docentes de 1º e 2º não foram contemplados nesta proposta. O plano do governo é criar um programa especial de bolsas destinado aos professores sem titulação.

A GED se baseia no extinto PID que foi rejeitado não só pela categoria, mas também pelo Congresso Nacional. Uma das diferenças - além da inclusão dos aposentados - é a criação de um sistema de avaliação que se dará através do acúmulo de pontos. Sem detalhar este aspecto da proposta, o MEC afirma apenas que será uma combinação de "um mínimo de oito horas semanais de aulas com uma produção intelectual, o que implica uma integração de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão".

A formulação do projeto de lei que instituirá a GED, segundo o Ministério, será discutida com as instituições, atendendo as limitações orçamentárias e os requisitos gerais da administração de pessoal da União. Este item poderá gerar sérias distorções na carreira docente.

Paulo Renato adiantou que a proposta será encaminhada ao Congresso Nacional, impreterivelmente, na próxima semana, reconhecendo que não irá esperar a decisão dos docentes nas assembléias.

Porque esta proposta é ruim

- Exclui os docentes sem titulação e os de 1º e 2º graus;
- Cria o esquema de "produtividade" dentro das Ifes, com a criação de uma avaliação por pontos;
- Não atende às demais reivindicações da categoria, como, por exemplo, a reposição de vagas, a abertura de concurso público e o aumento de verbas para as instituições;
- Propõe avaliação desiguais para cada instituição;
- Desestrutura a carreira docente, criando vários vencimentos diferenciados, dividindo a categoria.

Porque a GED não contempla a categoria

A Gratificação de Estímulo à Docência, aparentemente, valoriza a titulação de mestrado e doutorado mas, na verdade, reintroduz uma profunda distorção na carreira docente. Um professor adjunto com doutorado no início da carreira, um doutor adjunto com 15 anos de atividade, um professor titular, doutor, com 25 anos de casa, todos receberiam o teto da mesma gratificação .

Uma primeira leitura da proposta do MEC leva a crer que a tal pontuação implica em 60% dos pontos atribuídos pela titulação e o resto pelo desempenho acadêmico. Mas como cada universidade ainda pode adotar critérios de pontuações diferenciadas, temos as portas abertas para algumas avaliações mais rígidas e outras mais superficiais. Em resumo, este mecanismo de gratificações é um convite a distorções ainda mais profundas do que as já existentes.

A proposta é ainda bastante discriminatória, embora com uma ampliação aos aposentados titulados. Ficam fora os professores sem mestrado ou doutorado. Embora em algumas áreas de ensino e pesquisa a titulação seja significativa, em outras áreas de muita importância como no setor da saúde este número é mais reduzido.

Também foram discriminados os professores de primeiro e segundo graus. Em relação ao número total de docentes do magistério superior, este setor é pequeno. O impacto financeiro de sua inclusão não seria muito grande. Sua exclusão é uma verdadeira perseguição do MEC ao ensino de 1º e 2º graus.

É bom relembrar também que as funções de direção já tiveram aumentos significativos e agora ainda tem mais outro "incentivo" .

O item 7 da proposta também levanta sérias suspeitas sobre sua extensão. Ao colocar que a formulação definitiva estará condicionada ao "atendimento das limitações orçamentárias" ficamos com a suspeita de que os recursos efetivamente colocados à disposição não possam atender a todos os docentes que, em princípio seriam qualificados.

Finalmente, a grande imprensa noticiou que a gratificação seria "incorporada" aos nossos vencimentos. Isto não é verdade. Na proposta do MEC não há nenhuma referência e basta relembrarmos o que acontece até hoje com a GAE. Veja os principais pontos da GED na página 6.

GREVE

Principais pontos da proposta do MEC

■ Será elaborado projeto de lei a ser submetido ao Congresso nacional, criando uma gratificação de estímulo à docência, de valor variável em função do nível de titulação (mestrado ou doutorado), da posição na carreira, do regime de trabalho e do número de pontos acumulados pelo docente, segundo os seguintes critérios: número de horas semanais delicadas à docência em curso regular, resultado da avaliação do seu desempenho docente e resultado da avaliação da sua produção acadêmica.

■ A combinação dos três critérios de pontuação permitirá que o docente possa atingir o número máximo de pontos, combinando um mínimo de oito horas semanais de aulas com uma boa produção intelectual, o que implica uma integração de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

■ Os critérios e procedimentos de avaliação do desempenho docente e da produção acadêmica serão estabelecidos em regulamentos próprios de cada instituição, observados alguns princípios básicos estabelecidos na lei.

■ A gratificação será extensiva aos inativos na proporção de sessenta por cento do número máximo de pontos permitido aos docentes em efetivo exercício. Essa mesma proporção será devida ao servidor afastado da docência em virtude do exercício de atividade de Direção na própria instituição ou cedido para o exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6,5 ou 4 ou cargo equivalente na administração federal.

■ Paralelamente, o Ministério criará um programa especial de bolsas destinado aos professores que ainda não detêm a titulação requerida.

■ Outro projeto de lei será encaminhando simultaneamente propondo a rehierarquização dos cargos da carreira dos funcionários técnico-administrativos.

■ A formulação definitiva dos projetos de lei será discutida com as Ifes, atendidas as limitações orçamentárias e os requisitos gerais da administração de pessoal da União.

■ Além dessas providências de caráter imediato, o MEC está tomando a iniciativa de conduzir as discussões sobre o projeto de autonomia das universidades federais, de modo a implementá-la ainda este ano.

A força do movimento docente

Mais de 300 docentes compareceram à assembléia da Adufrj, dia 26

O balanço da última rodada de assembléias foi decisivo para forçar o recuo do governo e fazê-lo apresentar uma proposta concreta. Nada menos do que 52 seções sindicais do Andes-SN decidiram manter a greve. Mais de oito mil docentes compareceram. Em algumas, o número de presenças foi maior do que 400.

O movimento docente já mostrou a sua força nestes dois meses de paralisação, resgatando a dignidade da categoria. Na UFRJ, terça-feira passada (26), mais de 300 professores estiveram presentes a mais uma histórica assembléia. O auditório lotado avaliou durante toda a tarde os rumos da greve nacional. Foram 262 votos favoráveis à continuidade da greve por tempo indeterminado, sete contra e 17 abstenções.

Caso fosse colocada em votação a proposta de excluir os aposentados de qualquer reajuste salarial, certamente teria sido bombardeada. Como aconteceu na votação da proposta do MEC, de condicionar as negociações à saída de greve. Nesta, 217 professores da UFRJ votaram pelo repúdio, 15 foram contra e 1 se absteve.

A proposta que indicaria uma data para a saída de greve, condicionada à apresentação, por parte do MEC, de uma proposição favorável em relação à reposição salarial foi rejeitada por 148 docentes, 120 professores se posicionaram favoravelmente e 4 se abstiveram.

A próxima assembléia da Adufrj está marcada para esta terça-feira, dia 2 de junho, às 13h30, no auditório do CT, Ilha do Fundão.

No mesmo dia, às 9h30 na Praia Vermelha, acontece a manifestação *Aos nossos mestres aposentados, com carinho*, organizada pela Adufrj na Praia Vermelha. Será um ato de panfletagem na frente do campus, com os três segmentos.

A participação de todos é importante, como foi destacado por uma aposentada durante a assembléia. “A nossa força são vocês, colegas e ex-alunos que estão na ativa. Uma manifestação de aposentados às vezes fica mais difícil porque há muitos de nós com hora marcada no médico”, disse.

GREVE

O enterro do social

Manifestação denuncia no Rio o descaso com a educação pública

Um cortejo fúnebre percorreu em silêncio a avenida Rio Branco, na ultima quinta-feira. No caixão, a educação pública brasileira, condenada pelo governo FHC a uma gradual e mal disfarçada asfixia. O cortejo foi puxado pelos alunos do Colégio Pedro II, em greve desde o dia 30 de abril. Atrás, seguiam as carpideiras e os órfãos da educação: professores, estudantes, técnicos e aposentados de todas as universidades federais do Rio.

"A boa da semana é lutar por uma Universidade Pública e Democrática"

Corte de água, mosquitos em excesso e cozinha trancada. A primeira semana de ocupação dos estudantes ao hall da reitoria da UFRJ foi marcada por muita força de vontade. Apesar de todas as dificuldades impostas pela administração, o movimento consegue reunir, em média, cerca de 60 alunos por noite. Durante o dia, são mais de 200 que passam por lá e participam da programação que inclui palestras e exibição de vídeos. A solidariedade de funcionários e professores, com envio de alimentos, estão garantindo a saúde da moçada. A Adufrj e Sintufrj forneceram as quentinhas do almoço e jantar. Segundo o membro do DCE, Adolfo Wagner, o reitor vem tentando ignorar a manifestação estudantil. Entretanto, sabe-se que o constrangimento é evidente. Tanto que

Paulo Alcântara tratou de mudar a entrada principal da reitoria para os fundos, evitando que os visitantes se deparem com o acampamento.

Os estudantes ocuparam a reitoria no último dia 21.Os estudantes estão conscientes do momento importante em que a universidade brasileira, em especial para a UFRJ - que está envolvida no processo de escolha para reitor.

Em função disso, além de apoiar a greve dos docentes e técnicos, o grupo quer garantir a posse do candidato eleito pela comunidade à reitoria da UFRJ, Aloísio Teixeira.

GREVE

Aos nossos mestres aposentados, com carinho

As investidas do governo FHC contra os aposentados têm provocado enorme repúdio por parte da sociedade brasileira. Agora foi a vez do professor aposentado da UFRJ, Affonso Romano de Sant'Anna, que, em sua coluna de O Globo de 26/05, publicou uma bonita e poética reflexão sobre o tratamento que o ministro da Educação pretende dar aos aposentados. O professor abre sua coluna com a transcrição parcial de um "documento" que recebeu: "Na versão que o Governo apresenta para a sociedade, os professores aposentados são apenas um número que pesa nas contas do Governo. Para nós, professores, ao contrário, nossos aposentados são coisa bem diferente. Eles têm rosto: o rosto de quem nos formou, de quem até há bem pouco partilhava conosco as tarefas docentes em nossas unidades, o rosto de quem, em muitos casos, ainda trabalha lá, apesar de já aposentado e de nenhum tostão ganho a mais para isto."

O "documento" a que se refere é a carta que a Adufrj enviou a todos os professores aposentados da UFRJ, convidando-os para um ato público em sua homenagem. É assim que o professor Affonso Romano encerra sua coluna: "Enfim, não estive, mas moralmente estou naquela assembléia [o ato público da Adufrj] (...). E se Simone de Beauvoir lá estivesse diria: 'Os velhos que não constituem qualquer força de trabalho econômica não têm meios de fazer valer seus direitos: o interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém'.

Não, felizmente, há quem os defenda."

Embora tenha sido um professor, o ministro da Educação não se envergonha de oferecer um péssimo exemplo à nação, já que insiste em discriminar os docentes aposentados. Nós, professores não aposentados, por outro lado, expressamos de modo claro o reconhecimento a nossos mestres. Este é o conteúdo de uma segunda carta que enviamos a nosso colegas aposentados e da qual transcrevemos alguns trechos:

"Não aceitamos a exclusão dos docentes aposentados do reajuste por várias razões interrelacionadas. A aposentadoria é um direito de qualquer trabalhador depois de cumprido seu tempo de serviço e a paridade de vencimentos entre aposentados e não aposentados é o que assegura o exercício deste direito. Abrir mão do princípio da paridade neste momento significa abrir a porta para exclusões posteriores. Aceitar a premissa do MEC de que os docentes aposentados devem ser excluídos do reajuste é colocá-los num constante sobressalto acerca de seu futuro, já que seu horizonte seria um processo de crescente degradação salarial.

Na mesma direção, aceitar que os docentes aposentados tenham seus salários degradados é acrescentar mais um fator de desestímulo ao ingresso e permanência na carreira. Uma grande diferença, entre salários de aposentados e não aposentados vai significar, na prática, a negação do direito de aposentaria para os professores. Somada esta diferença aos baixos salários e às difíceis condições de trabalho que temos hoje nas universidades públicas, o resultado será a acentuação do processo atualmente já em curso de esvaziamento dos quadros de professores qualificados.

Os professores aposentados por invalidez permanente e os pensionistas também serão atingidos. Além da injustiça, é um novo desestímulo à carreira docente. Na prática, isto significa que aquele que ousar permanecer nesta carreira não terá mais o "direito" de adoecer de forma grave, ou mesmo de morrer no caso de ter dependentes, casos em que ficariam ele mesmo e/ou seus dependentes desamparados e sem condições de subsistência.

Estamos organizando um outro ato do mesmo tipo, para o dia 02, nesta terça-feira, com concentração às 9h30, no campus da UFRJ da Praia Vermelha, em frente à piscina. É importante a presença de docentes aposentados e não aposentados (...) Quanto mais pessoas tivermos neste ato, maior a probabilidade de levarmos ao conhecimento público nosso descontentamento e nossa denúncia. Sua presença é muito importante neste momento, por isso, venha e convide outros docentes. Venha participar, junto com seus colegas não aposentados, da defesa da universidade pública, um bem que você ajudou a construir com seu trabalho."

Esperamos você no ato do dia 02, terça-feira, na Praia Vermelha, às 9h30!

As eleições para representantes do Centro Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN) no Conselho de Centro e no Conselho Universitário acontecerão no período de 1 a 4 de junho, das 10h às 20h. A apuração dos resultados está marcada para o dia 5.

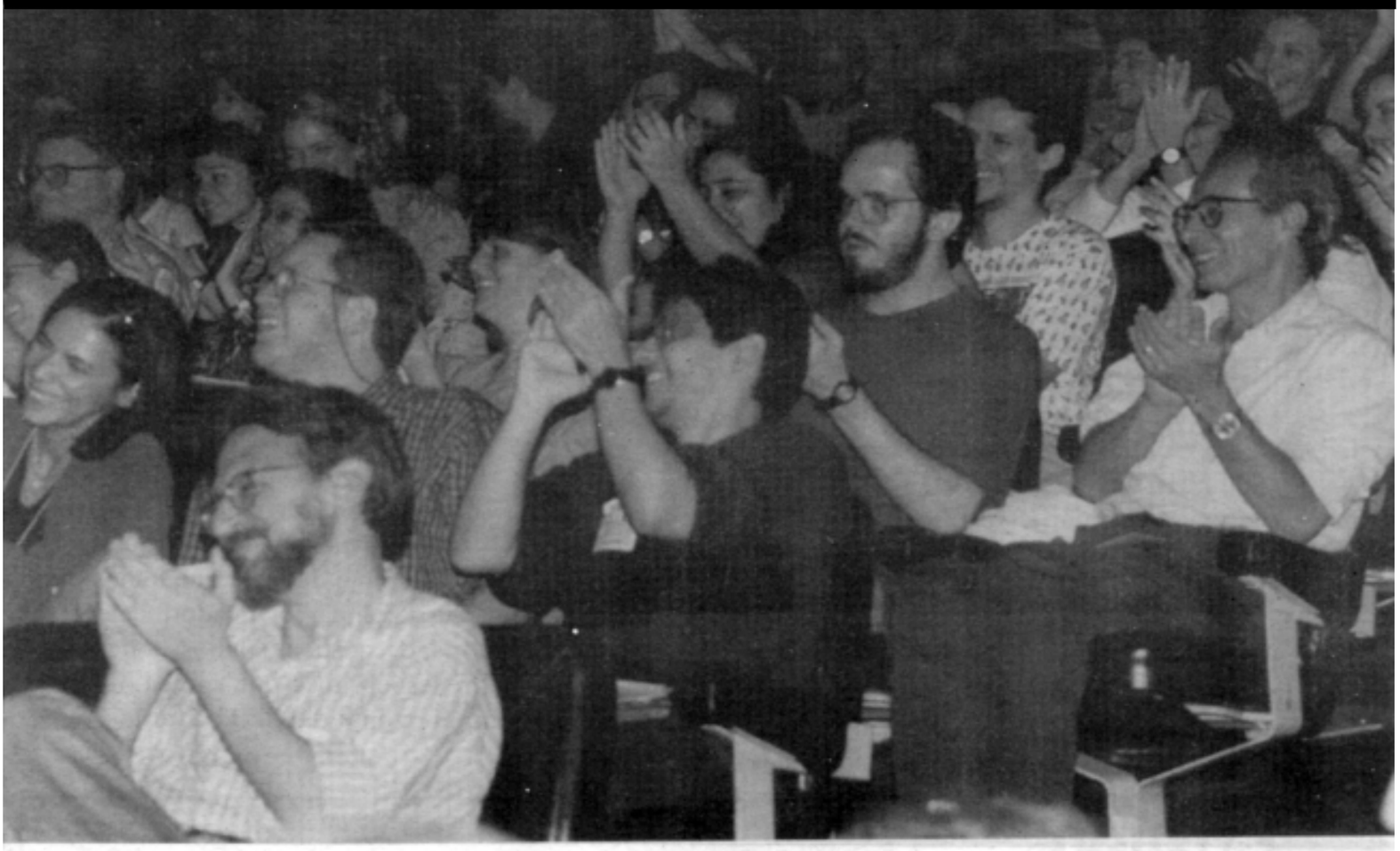
Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 8 A 14 DE JUNHO/98

Pela abertura efetiva da mesa de negociações

Professores da UFRJ aprovam continuidade da greve



Assembléias lotam auditório do CT, semana passada

Leia nesta edição:

- CNG apresenta proposta ao MEC
- Frente Parlamentar divulga estratégia para rejeitar a GED
- Andifes protocola documento pedindo alteração da proposta de gratificação

Editorial

Algo de novo no horizonte

A semana que passou foi uma das mais determinantes nos rumos do nosso movimento. Um fato importante foi a audiência entre o MEC e o CNG/ANDES. Outra vez pressionado pela resposta firme do movimento nacional, que repudiou a proposta da GED e manteve a greve, o Ministro da Educação teve de receber o CNG em mais uma audiência. Mais uma vez sua atuação foi decepcionante. Mas consideramos positivo o fato de que, numa matéria paga publicada nos principais jornais do país, reconheceu que sua proposta anterior, a GED, era discriminatória. Este foi mais um recuo do governo.

Também consideramos significativa a sugestão da ANDIFES, no sentido de incluir os professores de 1º e 2º graus e os graduados e especialistas. Mas discordamos do encaminhamento da Associação que representa os reitores das universidades federais. Embora reconhecendo seu papel importante, já manifestamos que nossa negociação com o governo exige respostas diretas, e que o surgimento de proposta de terceiros termina dificultando o processo. Assim, sua última manifestação de 03/06, está, na verdade, servindo para preencher a lacuna deixada pelo governo ao não se comprometer com nenhuma proposta concreta. Também causa estranheza o fato de que esta entidade não tenha se manifestado contra o arbítrio do governo ao suspender nossos salários. Afinal, a própria autoridade dos reitores foi atropelada e seu silêncio é inadmissível.

Consideramos que o grande destaque da semana foram nossas próprias Assembléias Gerais. Com cerca de 500 professores na terça-feira e 300 na sexta-feira, tivemos uma das maiores manifestações públicas dos professores da UFRJ contra a política do atual governo. Em raros momentos a defesa da universidade pública brasileira foi tão eloqüente. Apesar da pressão enfrentada com a suspensão do pagamento, a greve continua. Todos sabemos que as dificuldades que a universidade brasileira enfrenta são enormes. Nossos debates aprofundam as questões mais relevantes para a universidade e mostram a retomada de um caminho importantíssimo: o da prática democrática. O movimento docente em greve está mostrando que é possível uma universidade bem diferente daquela que temos vivido. Voltamos a conceitos que pareciam adormecidos: solidariedade, fraternidade, justiça, sonhos, esperanças e, principalmente, redescobrimos que somos muitos. Há algo de novo no horizonte da UFRJ. E esta novidade somos nós.

O movimento docente está mostrando que é possível uma universidade bem diferente daquela que temos vivido. Voltamos a conceitos que pareciam adormecidos: solidariedade, fraternidade, justiça, sonhos, esperanças e, principalmente, redescobrimos que somos muitos.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

GREVE

A assembléia de terça, 2 de junho, levou ao auditório do Centro de Tecnologia mais de 600 pessoas

CNG apresenta proposta ao MEC

Mesmo sem salário, movimento docente mantém greve em todo o pais

"Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Vamos matar o bicho", diz o professor da Faculdade de Letras, Edwaldo Cafezeiro para um auditório com de mais de 600 pessoas, a maioria professores revoltados com a proposta de gratificação salarial apresentada pelo governo, há duas semanas.

A assembléia de sexta-feira (5) como a anterior, ocorrida na terça (2), também lotou o auditório do Centro de Tecnologia, e mais uma vez os docentes presentes aprovaram a continuidade da greve nacional na UFRJ.

Na noite anterior, o Comando Nacional de Greve do Andes iniciou a sistematização das propostas enviadas pelas assembléias locais para a construção da contraproposta da categoria, a ser levada pelo Comando ao ministro Paulo Renato na tarde desta segunda-feira.

GREVE GREVE

UFRJ realiza assembléias memoráveis

CNG do Andes encaminha duas propostas de resposta ao MEC, para apreciação das assembléias gerais

Os encaminhamentos do CNG chegaram às sessões na manhã de sexta, pouco antes da assembléia. Duas propostas foram remetidas à apreciação das bases da categoria.

Na assembléia da Adufrj, por 180 votos, os docentes aprovaram a proposta "A", que, essencialmente, propõem um reajuste linear, igual para todos, combinado com um reajuste diferenciado, de acordo com a titulação do professor e em função de seu regime de trabalho, com valorização da dedicação exclusiva.

A proposta "B " recebeu 111 votos e propõe um reajuste linear, igual para todos, como único mecanismo de recomposição salarial que deve ser considerado

– seja qual for o percentual a ser negociado. Nesta votação 11 professores se abstiveram.

A proposta "A" era a indicada como preferencial pelo CNG, onde obteve 20 votos, contra 11 da proposta "B", durante a avaliação dos delegados, em Brasília.

A formulação final das duas propostas e as respectivas tabelas que demonstram como ficariam os salários com a aplicações dos índices indicados estão na home page da Adufrj (www.alternx.com.br/~adufrj).

Assembléia Geral
terça-feira, dia 9 de maio
14 horas
Auditório do Centro de tecnologia

As votações das assembléias

Sexta (5):

- Quanto à continuidade da greve
- Continuidade da greve: 202
- Indicativo de saída: 106
- Abstenções: 2

Quanto à resposta ao GED

- Proposta "A": 180
- Proposta "B":111
- Abstenções: 11

Assinaram a lista de presenças: 333 professores

Terça (2):

Continuidade da greve:

- A favor: 286
- Contra: 142
- Abstenções: 12

Quanto à Rejeição à GED

- A favor: 366
- Contra: 24
- Abstenções: 53

Quanto à resposta ao GED

- Reajuste linear, igual para todos: 268
- Alterações na tabela: 172
- Abstenções: 4

Assinaram a lista de presença: 486 professores

Comando Local de greve da UFRJ cria fundo de solidariedade

Na última assembléia, realizada no dia 4 de junho, os docente da UFRJ aprovaram o Fundo de Solidariedade da Greve (FSG) aos professores que tiveram seus salários cortados pelo MEC. O FSG será constituído por depósitos restituíveis e não restituíveis (doações), que poderão ser qualquer valor. As contribuições serão captadas entre professores aposentados, professores em cargos de chefia que tiveram seus salários depositados, sindicatos, conselhos federais e organismos profissionais. Uma conta corrente será aberta para uso exclusivo do Fundo. Informações sobre a movimentação desta conta estarão à disposição de todos, com nome dos doadores e tomadores, através da home-page da Adufrj.

Critérios para a concessão dos empréstimos

- Somente professores com salário retidos
- Valor máximo: R$ 400;
- É de extrema relevância que os candidatos ao empréstimo avaliem suas reais necessidades para que assim se possa atender ao maior número possível de interessados.

GREVE GREVE

Ministro mente para imprensa ao afirmar que apresentou alteração da GED ao CNG

Em atitude de total descaramento, Paulo Renato mente na entrevista coletiva realizada após audiência com o Comando Nacional de Greve, afirmando que apresentou aos docentes alteração à proposta de Gratificação de Estímulo à Docência (GED)

A audiência realizada na última quarta-feira (3) entre o Comando Nacional de Greve dos docentes e o ministro Paulo Renato pouco avançou para a solução do impasse gerado pela proposta de Gratificação de Estímulo à Docência (GED), anunciada pelo MEC no final de maio.

Além de não aceitar a proposta dos professores, que será encaminhada pelo CNG ao MEC, afirmando que enviará o projeto de lei "de qualquer jeito" um dia antes ao Congresso, Paulo Renato não anunciou oficialmente ao Comando nenhuma alteração à proposta. Preferiu fazê-lo em entrevista coletiva à imprensa, logo após a audiência. Nenhum documento foi divulgado com o conteúdo da proposta. Esta atitude do ministro demonstra a falta de capacidade do governo em estabelecer um processo de negociação transparente com os docentes.

Paulo Renato afirmou que recebera centenas de sugestões de docentes, entidades científicas e a proposta da Andifes (associação que representa os reitores das instituições federais de ensino superior), entretanto não expôs ao CNG nenhuma alteração à proposta original. O Comando Nacional de Greve dos docentes entregou ao MEC o documento elaborado a partir da síntese da rodada de assembléias realizadas pelo Brasil nos dias 1 e 2 de junho. O documento expressa a rejeição à GED, considerando-a inaceitável por vários aspectos, dentre os quais, submete os docentes a um índice de produtividade baseado no número de horas-aula. Além das críticas a GED, a proposta tenta, de forma insatisfatória, contemplar um único ponto de nossa pauta, a saber, a questão salarial. No documento, o CNG afirma que "é fundamental a discussão do conjunto da pauta, uma vez que a luta dos docentes se refere à defesa das Ifes como um todo e não exclusivamente a salário".

Pontos do documento entregue pelo CNG ao MEC

Avaliação da GED:

1 - Vinculação da GED a um índice de produtividade baseado, principalmente, no número de horas-aula semanais ministradas, cuja a recusa fundamenta-se em que:

a) O movimento docente defende os princípios da avaliação de desempenho, valorização da titulação, dedicação exclusiva e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Consideramos, contudo, inaceitável que esta questão seja introduzida - a nosso ver, de forma equivocada - como instrumento de definição de política salarial, atrelada a critérios meramente quantitativos;

b) O número de horas-aula semanais ministradas pelo professor é determinado pelo seu departamento, conforme o planejamento das atividades departamentais e não uma determinação pessoal, do arbítrio do docente: em muitos casos é atribuída a um docente um número reduzido de horas semanais em sala de aula exatamente porque, por sua capacidade e dedicação, o mesmo está sobrecarregado com orientação de teses, coordenação de grupos de pesquisa, atividades de extensão, administração, etc.;

c) A avaliação periódica, baseada em número de aulas dadas, desestrutura os salários da carreira, levando a valores flutuantes, que podem variar a cada semestre, causando insegurança e descontentamento;

d) À medida que, em nossa pauta, referimo-nos a um reajuste emergência], o mesmo deve ser implementado imediatamente, enquanto que a criação de um novo sistema de avaliação demandaria um tempo incompatível com a urgência na implementação.

2 - A exclusão de uma parcela significativa de docentes da gratificação, caracteriza uma injustiça com os mesmos, que são, em muitos casos, os que ministram o maior número de aulas e os que têm os salários mais baixos, como é o caso dos que não possuem título de mestre ou doutor; a proposta de conceder-lhes bolsas de mestrado não resolverá a maioria das situações em que o docente não está matriculado em um curso de pós-graduação por falta de oportunidade; a exclusão dos afastados por razão de doença é injusta e cruel e a exclusão dos afastados para realizar um curso de doutorado desestimula a qualificação do corpo docente.

3- A Constituição de 1988 (Art. 40, III, d), dispõe que "Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente de transformação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei"; por isso, entendemos que a manutenção da paridade entre ativos e aposentados é inquestionável.

4 - Os professores dos cursos de 1º e 2º graus das IFES também possuem diferentes níveis de titulação e exercem atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo sua exclusão, injustificada e inaceitável;

5 - Os valores propostos para as gratificações concedem o maior percentual de reajuste em relação ao salário ao regime de 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva, exatamente o regime que as universidades preferem não incentivar.

"O ministro não quer negociar"

Frente Parlamentar apresentará emendas caso projeto da GED siga para o Congresso

Para o deputado federal Lindberg Farias (PSTU/RJ), um dos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema de Ciência & Tecnologia, o ministro Paulo Renato não está interessado em negociar com os docentes em greve. Lindberg estava presente à reunião do dia 2 de junho, na qual a Frente reivindicou ao ministro que recebesse o Andes e adiasse o envio ao Congresso do projeto de lei que estabelece a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). "A postura do ministro foi extremamente intransigente durante a reunião. Uma postura de quem não quer negociar", avaliou o deputado.

Lindberg Farias adiantou qual será a estratégia da Frente caso o MEC envie ao Congresso o projeto de Lei: "Vamos apresentar emendas para modificar o projeto original. Tentaremos um aperfeiçoamento desta proposta". Para o deputado, a semana do dia 15 a 19 será decisiva em Brasília. Além da votação em segundo turno da reforma da Previdência, provavelmente estará em pauta o PL do MEC. "O governo tentará votar este projeto sem alterações. Mas, tratando-se de um ano eleitoral, com uma greve forte que influencia a opinião pública e com a participação de deputados do governo na Frente Parlamentar, temos chance de conseguir uma vitória".

GREVE

Andifes lembra pontos não contemplados pela GED

Reitores defendem aumento salarial, mas apostam na gratificação como saída de emergência

No dia em que o Comando Nacional de Greve dos docentes se reunia com o ministro Paulo Renato (3), a Andifes - associação que representa os reitores das federais - protocolava um ofício no MEC contendo uma série de sugestões para o "aperfeiçoamento" da proposta de Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Além de afirmar que a proposta contempla parcialmente o que fora aprovado no Conselho Pleno da Andifes em 20 de maio, o ofício reforça a necessidade de se discutir novas carreiras para o magistério superior, para o de 1º e 2º graus e para os técnico-administrativos, pois qualquer gratificação, segundo a Andifes, tem o caráter de solução emergencial.

Outro aspecto abordado pelo documento da Andifes diz respeito à necessidade de reposição das vagas dos docentes e técnico-administrativos, de acordo com o modelo discutido pela entidade e divulgado no jornal da Adufrj de 30 de março. Segundo este estudo, há um déficit de 8.049 vagas que garantiriam a qualidade do ensino superior das federais.

Vale relembrar que no inicio do greve nacional dos docentes, em abril, a Andifes afirmou ao Comando Nacional de Greve que não interferiria no processo de negociação entre professores e governo. No entanto, os reitores vêm-se articulando com o MEC numa proposta de gratificação salarial para os docentes.

O que o Conselho Pleno da Andifes aprovou na última reunião:

a) inclusão dos professores graduados e especialistas na proposta de gratificações;
b) incorporação, para os ativos, do piso concedido aos inativos como patamar das gratificações de cada categoria com pagamento imediato, a todos os docentes, no momento da promulgação da lei;
c) valorização da dedicação exclusiva sem redução dos tetos estabelecidos para as demais classes e regimes de trabalho;
d) garantia das gratificações para os docentes afastados para qualificação;
e) definição das diretrizes referentes à pontuação, concernente ao adicional variável da gratificação, considerando a desejável dinâmica entre as atividades de ensino, orientação, pesquisa e extensão e atividades administrativas essenciais ao funcionamento da orientação, pesquisa e extensão com atividades administrativas essenciais ao funcionamento da instituição;
f) garantia de procedimentos iguais aos docentes de 1º e 2º graus vinculados às Ifes.

GREVE

Reitores e dirigentes recebem aumentos em maio deste ano

Gratificação de reitor aumenta de R$ 1.900, 00 para R$ 5.600, 00, um reajuste de quase 300%

No dia quatro de maio, o presidente da República assinou a medida provisória 1.657-18, aumentando em praticamente 300% as gratificações dos cargos de direção das universidades federais. Esta MP já virou Lei e era a mesma que continha o Programa de Incentivo à Docência, retirado pelo Congresso, durante sua aprovação.

Um reitor recebe hoje a gratificação de R$ 5.600,00 para ser o dirigente máximo da instituição. O vice-reitor recebe, também a título de gratificação, R$ 4.800,00. Os sub-reitores e decanos, R$ 3.800,00. Superintendentes e diretores de unidade recebem de gratificação R$ 2.800,00. Os chefes de departamento e coordenadores de curso tiveram um aumento de 100 para 500 reais, da gratificação de função.

Existem regras para que o servidor ocupante de cargo de direção (CD) receba a gratificação sem com isso ultrapassar o teto de remuneração da administração federal.

Os reitores e demais dirigentes devem optar por uma das seguintes estruturas de remuneração: Pela remuneração total do cargo de direção; por sua remuneração acrescida da parcela variável correspondente à diferença entre o valor total atribuído ao cargo de direção e tal remuneração; ou, ainda, pela sua remuneração acrescida de 25 % do valor total do cargo de direção.

Veja as gratificações dos dirigentes nas federais

Nível	Vencimento	Representação Mensal	Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função	Adicional de Gestão Educacional	Total	Cargo
CD-1	215,34	193,80	1.562,41	3.628,45	5.600,00	Reitor
CD-2	206,45	175,48	1.447,06	2.971,01	4.800,00	Vice-reitor
CD-3	193,65	154,92	1.237,34	2.214,09	3.800,00	Superintendente
CD-4	187,02	140,26	618,67	1.854,05	2.800,00	Diretor de Unidade
FG-1	74,78	-	124,13	301,09	500,00	Chefe de Departamento

Manifestantes receberam apoio dos motoristas que agradeciam os panfletos

Ato em solidariedade aos aposentados pára trânsito na Praia Vermelha

80 anos. Esta era a idade comum entre alguns dos manifestantes que, no dia 02, pararam o trânsito em frente ao campus da UFRJ na Praia Vermelha. O segundo ato em solidariedade aos professores aposentados reuniu cerca de 100 professores da UFRJ, UFF e Rural. A receptividade do público foi fantástica.

A grande maioria abria os vidros dos carros para receber os panfletos distribuídos e agradecia a atenção. Somente nos primeiros quinze minutos, cerca de 3 mil folhetos foram repassados à população.

Os aposentados que estiveram no ato colocaram à disposição parte de seus vencimentos, em solidariedade aos professores da ativa que estão com os salários cortados há duas semanas.

A primeira manifestação organizada pela Adufrj em apoio aos aposentados aconteceu no último dia 22, dias após o presidente da república afirmar que os brasileiros que se aposentam antes dos 50 anos são vagabundos.

Decano é o terceiro nome da lista para reitor

Carlos Antônio Kalil Tannus é o terceiro nome da listra tríplice de escolha para o novo reitor da UFRJ. O decano do Centro de Letras e Artes (CLA) conquistou 33 votos dos 90 presentes à sessão extraordinária do Colégio Eleitoral realizada em 2 de junho.

Com este resultado, encerra-se mais uma etapa no processo que irá escolher o novo reitor da universidade. A resposta da Presidência da República quanto ao nome escolhido deve ser anunciada até o dia 8 de junho.

Em março, o Conselho Universitário se recusou a realizar uma consulta nos moldes da Lei 9.192 - o que significaria dar 70% de peso no voto dos docente e 30% para estudantes e técnicos.

Diante deste fato, a comunidade organizou uma pesquisa informal - realizada no final de abril - , sob a proporcionalidade de 50% para o voto dos professores, 25% para estudantes e 25% para técnico-administrativos. O resultado desta pesquisa indicou a vitória de Aloísio Teixeira. Um pacto entre os candidatos dava conta de que somente o nome do mais votado - junto com o seu vice e um sub-reitor - seria apresentado ao Colégio Eleitoral para compor a lista tríplice. Todos cumpriram o acordo, exceto o candidato da atual administração e vice-reitor, José Vilhena, que, mesmo conquistando apenas 11 % dos votos, apresentou-se como candidato à reitoria, tumultuando todo o processo. Na sessão do Colégio Eleitoral de 6 de maio, Aloísio Teixeira obteve 62 votos e José Vilhena, 31. Como não surgiu o terceiro nome, foi encaminhada ao MEC uma lista dupla. Entretanto, o Ministério alegou que, para concluir o processo, seria necessário a inclusão do terceiro nome. Em função disso, ocorreu a sessão extraordinária de 2 de junho, elegendo Carlos Antônio Kalil Tannus a compor a lista.

Vilhena é vaiado no final da sessão

Um dos momentos mais marcantes da sessão extraordinária do Colégio Eleitoral foi a saída de José Vilhena da sala do Conselho Universitário. Vaiado por estudantes que estavam acampados no hall da reitoria e funcionários, Vilhena permaneceu impassível, como se os gritos de interventor não lhe coubessem.

À ADUFRJ e aos Companheiros Professores da UFRJ

Professora aposentada, residindo atualmente no interior do Paraná, não tenho podido estar presente aos atos públicos e nem participar de forma ativa do movimento de greve que teve início em 31/03. Apesar disso, tenho seguido atentamente os acontecimentos e discutido nos espaços onde atuo, a importância do movimento na defesa da Universidade Pública e do ensino de qualidade.

Quero ressaltar que a intransigente defesa que os docentes em exercício têm feito dos direitos dos professores aposentados, revela uma atitude digna e ética, rara nestes tempos de individualismo. Creio mesmo que esta atitude merece o nosso agradecimento pois, muitos aposentados não tem condições de organização e intervenção direta na luta pela defesa de seus direitos.

Estou encaminhando ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, moção de repúdio às propostas que o governo tem divulgado para por fim à greve, uma vez que as considero injustas, ilegais e sobretudo manobras para dividir a categoria.

Embora de tão longe, sinto-me próxima a todos vocês, graças à correspondência da ADUFRJ que recebo regularmente e, sinto-me integrada ao movimento docente e à luta que é de todos nós.

Coragem e rumo à vitória!

Londrina, 01 de junho de 1998
Dra. Lídia Maria M.R. da Silva - Prof.Adj.- I,
Aposentada - Escola de Serviço Social -UFRJ

GREVE

Bate bola no CAp

Comunidade se une em apoio aos docentes do Colégio de Aplicação

Cerca de 100 pessoas compareceram ao ato público, realizado no dia 4 no Colégio de Aplicação, em solidariedade aos professores de primeiro e segundo graus que têm sido excluídos das propostas apresentadas pelo MEC.

Pais de alunos, estudantes e professores promoveram uma série de atividades, dentre elas, um jogo de futebol entre os "Canarinhos da Educação" e os "Tucanos do FMI". O placar deu vitória aos *Canarinhos* por 3 a zero.

Panfletagem entre os carros foi uma das atividades da manifestação do CAp

A garotada, animada, torce pelo time dos "Canarinhos da Educação" que simboliza a educação pública e de qualidade do presente e do futuro

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 15 A 21 DE JUNHO/98

Pela abertura efetiva da mesa de negociações

MEC se recusa a negociar

Ato na véspera da estréia do Brasil na Copa do Mundo levou centenas de estudantes às ruas do Centro do Rio em defesa do ensino público.

Assembléia Geral
Dia 17 - quarta - as 13h30
Auditório do CT - Fundão
Pauta
Avaliação da Greve e Escolha para o delegado da Adtafrj ao XXXV Conad Campina Grande/PB

MEC libera salários

Segundo informações da Secretaria de Ensino Superior (Sesu), a verba para pagamento dos salários dos professores universitários em greve será liberada a partir desta segunda (15). Os docentes estão com os salários suspensos há quase três semanas. Na sexta-feira (12), o ministro Paulo Renato de Souza se pronunciou em rede nacional de rádio e TV. Membros do Comando Local de Greve esclarecem que a liberação dos salários não é condição para o término do movimento.Tão logo o MEC suspendeu os salários, a Procuradoria da República se manifestou, em ofício, dizendo que o corte caracterizava uma ilegalidade do ministro Paulo Renato. Os docentes querem a abertura efetiva de negociações com o MEC, que vem se recusando a fazê-la. O salário, segundo us professores, é um direito da categoria que o ministro Paulo Renato tolheu arbitrariamente.

GREVE

Fundo exercita solidariedade entre professores

Aprovado na assembléia de 5 de junho, o Fundo de Solidariedade da Greve (FSG) da Aduf-SSind é um sucesso. Com o objetivo de auxiliar financeiramente os professores que estavam com seus salários retidos pelo MEC, o FSG emprestou - até a tarde de sexta-feira -a 27 professores um total de R$ 10,200 mil. Este empréstimo só foi possível graças à atitude solidária de 12 pessoas e uma entidade (Sintufrj) que se dispuseram, até a última sexta-feira, a participar do Fundo.

O principal ganho com a instituição deste Fundo é o exercício de solidariedade entre os pares. Esta é a avaliação de Sara Granemann, uma das responsáveis pela administração do FSG. Para Sara, apesar das contribuições não serem de grande vulto, o que vale é que as pessoas estão se movendo por uma ação humanitária.

Uma professora aposentada optou por colaborar com o Fundo ao invés de deixar sua economia na poupança. A justificativa: ajudar um companheiro lhe daria mais satisfação do que o rendimento da poupança. Antes de ter a confirmação de que os salários seriam liberados esta semana, a comissão do FSG construiu estratégias para conseguir novos empréstimos e doações que vão desde o envio de cartas aos professores aposentados até solicitações a outras entidades. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) foi a primeira entidade a colaborar com o fundo, emprestando, na última sexta-feira, R$ 6 mil. O movimento da conta corrente aberta exclusivamente para a administração do Fundo esta disponível na home-page da Adufrj (http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm)

XXXVI Conad

Nesta quinta-feira, dia 18 das 10h as 13h e das 14h as 17h, a Adufrj-SSind fará, na sua sede, a primeira reunião de preparação para o XXXVI Conad (Conselho do Andes-SN) que será realizado entre os dias 26 e 29 de junho, em Campina Grande (Paraiíba). A reunião é aberta a todos os interessados e o Caderno de Textos está à disposição na sede da Adufrj- SSind, em disquete e na home-page do Andes-SN, para download. O Conad é uma instância deliberativa intermediária do Andes- SN, ao qual cabe principalmente implementar as deliberações dos Congressos além de exercer o papel de conselho fiscal do Sindicato. Neste XXXVI Conad, tomará posse a nova Diretoria do Andes-SN, eleita no último mês de maio. Participa do Conad urn delegado de cada seção Sindical. O delegado da Adufrj SSind será escolhido na Assembléia Geral do dia 17.

Ato na ABI em Defesa da universidade pública

As sessões sindicais do Andes do Rio de Janeiro convidam para ato nesta segunda feira, às 15 horas no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa, na rua Araújo Porto Alegre, 71, 9° andar. Participação de entidades como OAB, ABI CUT, Sindicatos e ONGs, alem de personalidades como Barbosa Lima Sobrinho, Leandro Konder e Luiz Werneck Mlarla, entre outros. Ao final será redigido urn documento a ser enviado ao Presidente da Republica, corn a assinatura dos presentes e da população, em apoio ao movimento dos professores universitários.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

GREVE

Andes entrega proposta da categoria para reajuste salarial

A partir da manifestação das assembléias gerais num amplo debate nacional, o Sindicato construiu uma proposta de reajuste para a categoria que abrange todos os professores, de todos os níveis, inclusive aposentados e pensionistas.

Na tarde da última terça-feira (9), o Comando Nacional de Greve dos docentes apresentou a imprensa e protocolou no MEC a resposta da categoria a proposta de Gratificações de Estímulo à Docência. A resposta dos docentes, discutida e aprovada em diversas assembléias gerais desde o dia 3 - quando Paulo Renato anunciou o GED-, foi mais um passo na busca da abertura efetiva das negociações com o governo.

Mesmo não identificando diferenças significativas entre o que foi o Programa de Incentivo a Docência e o que se apresenta agora como GED, o movimento docente entendeu que estavam dadas as condições para a apresentação agora como de uma "contraproposta" da categoria, em greve há mais de 75 dias.

Esta contraproposta mantém o caráter emergencial e trata da recuperação parcial das perdas salariais adquiridas no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1997. A apresentação de uma proposta de reajuste linear combinado a uma diferenciação de gratificações por níveis da carreira não significou o abandono dos demais itens da pauta de reivindicações, protocolada em dezembro de 1996, no MEC.

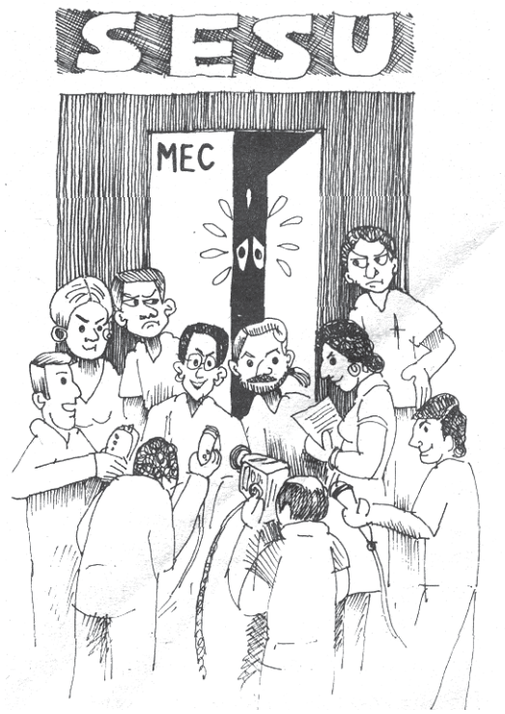
Quanto à questão salarial, a proposta do Andes abrange todos os docentes , ativos e inativos, de 1°, 2° e 3° graus, e também os pensionistas. Pela proposta, as perdas salariais são parcialmente recompostas, tom um reordenamento das tabelas, com os mesmos critérios para progressão e titulação nos diferentes níveis, que hoje existem. A isonomia da tabela salarial também esta garantida na proposta do Andes, com a valorização da titulação e da dedicação exclusiva. A proposta eleva o vencimento básico de forma a eliminar valores inferiores ao salário mínimo.

Abílio Baeta brinca de esconde-esconde com o CNG

Escondido atrás da porta de seu gabinete, o secretario de Ensino Superior ouviu quando a presidente do Andes, Maria Cristina de Morais, apresentou para a imprensa a contraproposta da categoria ao programa de gratificações (GED), que o ministro Paulo Renato ameaçou entregar naquele mesmo dia 9 ao Congresso, sem sequer ouvir a resposta dos professores.

Durante quase duas horas o Comando Nacional de Greve esperou que o secretário recebesse os docentes e tomasse conhecimento, no lugar do ministro, do conteúdo da proposta do Sindicato. Cansada de esperar, a presidente do Andes resolveu conversar tom os jornalistas que também aguardavam ansiosos por algum assessor do ministério, ou pelo próprio Abílio.

Enquanto Maria Cristina dava uma coletiva relâmpago à imprensa presente, Abílio se posicionou atrás da porta de sua sala, quando foi descoberto e fotografado por vários repórteres. Ignorando a presença dos jornalistas e do Comando, o secretário trancou-se novamente e minutos mais tarde, quando a coletiva com os grevistas já terminava, chamou, através de sua secretária, os jornalistas ao seu gabinete. "Abílio vai falar", disse a assessora.



GREVE

A farsa do "Projeto de Lei' "do MEC

No pronunciamento feito na noite de sexta feira, em rede nacional de rádio e televisão, o ministro Paulo Renato disse que já havia enviado o PL ao Congresso. Até o fechamento desta edição, esta informação não foi confirmada pelo Comando Nacional de Greve dos Docentes.

Apesar de ampla divulgação na grande imprensa, até a tarde de sexta-feira, 12 de junho, o MEC não havia enviado ao Congresso Nacional seu projeto de lei sobre a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). O jornal da Adufrj procurou alguns parlamentares como Ivan Valente (PT/SP) e Jandira Feghali (PC do B/RJ) para tentar maiores esclarecimentos e o único comentário pertinente foi que quando o governo tem um PL cujo conteúdo é questionável, sua tática é soltar alguns "balões de ensaio" e só apresentar a versão definitiva quando os prazos estão se esgotando.

Com isto, o governo impede a tentativa de negociações. É o que está acontecendo com o PL da GED. Até o momento, o MEC não entregou nenhum texto ao Comando Nacional da Greve, reunido permanentemente em Brasília. Mas já surgiram duas "versões", sem uma origem clara, sem assinaturas, que foram remetidas ao CNG e à imprensa. A primeira versão foi divulgada na nossa assembléia do dia 9 de junho. A segunda foi divulgada à imprensa e o Comando Local de Greve da Adufrj só teve acesso a ela na sexta-feira.

O Comando avaliou com preocupação as versões "semi-oficiais" : o projeto de lei resgata os mesmos princípios do PID. É excludente. Estão excluídos, explicitamente, os docentes de 1 ° e 2° graus. É irrisório. Os professores em regime de 20 horas, graduados, receberiam, imediatamente, uma gratificação de menos de R$ 50,00!

Demorado. O projeto prevê, de imediato, apenas 60% da gratificação, sendo o restante discutido em cada Ifes, devolvido à Sesu e vigente 30 dias após sua publicação no diário oficial.

Produtivista. Na primeira versão; do teto máximo de 140 pontos, os professores poderiam obtê-los através de uma longa trajetória acadêmica ou simplesmente com 14 horas em sala de aula. Na segunda versão, a avaliação do desempenho acadêmico está limitada a 60 pontos, os outros 80 seriam provenientes de horas-aula. O docente que apenas estiver presente em sala de aula pode ter ate 120 pontos. Portanto, o incentivo e apenas ao número de horas em saia de aula, independente de critérios mais sérios. Isto é uma desqualificação do trabalho acadêmico inaceitável.

Politiqueiro. Ao limitar (Art. 1, & 7) o número total de pontos de cada Ifes a 45 vezes o número de docentes ativos, a menos de autorização expressa do MEC, o PL abre caminho para um tratamento diferenciado de cada Ifes, a critério das conveniências políticas do MEC

Além de tudo, o PL que o MEC vai enviar ao Congresso, viola a autonomia das IFES, ao submeter a "avaliação "do GED à apreciação da SESU.

Estes e outros aspectos já receberam um amplo repúdio da comunidade acadêmica quando introduzidos no PID. As únicas diferenças em relação ao PID são a troca de bolsas por gratificações, um número maior de professores incluídos e uma gratificação diferenciada para os aposentados.

Carta aberta dos pais de alunos do CAp

Reunidos no dia 03/06/98, no Colégio de Aplicação da UFRJ, pai e alunos, diante do movimento de greve das universidades federais, decidimos tornar público o nosso apoio às reivindicações dos professores.

Consideramos justas e legítimas as preocupações que visam garantir ensino público e gratuito de qualidade, como o que é oferecido pelo CAP., apesar das dificuldades pelas quais vem passando.

Aguardamos ansiosos a conclusão das negociações, certos de que o governo há de reconhecer a legitimidade das reivindicações, para que os nossos filhos possam retornar o mais breve possível às salas de aula, a fim de evitar maiores danos à sua formação.

A comissão de Pais de Alunos do CAp. -UFRJ

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 22 A 28 DE JUNHO/98

Contra a discriminação de segmentos da categoria docente

UFRJ é contra a exclusão

Assembléia de sexta (19) reitera a AG realizada na terça feira (foto) onde docentes da UFRJ aprovaram indicativo de saída da greve condicionado à inclusão de professores de primeiro e segundo graus ao projeto de gratificação

Greve pressiona parlamentares e governo

Professores do CAp permanecem com salários cortados

ABI realiza ato em solidariedade à greve nas universidades

Próxima assembléia, quinta (25), às 13h30, no CT

GREVE

UFRJ exige inclusão de todos os docentes

Assembléia de sexta feira reitera decisão de só encerrar greve na UFRJ caso professores de primeiro e segundo graus sejam incluídos no projeto de lei que prevê gratificação para terceiro grau

Dos 350 professores presentes à assembléia geral dos pro fessores da UFRJ, realizada na última sexta (19), 208 reiteraram a decisão de um indicativo de saída da greve condicionado a inclusão dos professores de primeiro e segundo graus no projeto de lei do terceiro grau. A saída imediata, sem condições, recebeu 108 votos.

Além dessas condições - que foram aprovadas na assembléia realizada na quarta (17) - a assembléia de sexta-feira aprovou novas condições para que os docentes da UFRJ saiam da greve: a retirada dos artigos relativos à avaliação produtivista e dos que ferem a autonomia da universidade do projeto de lei 4.605/98 que estabelece a Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Por 146 a favor e 36 contra, os docentes não definiram uma data para sair da greve.

Assembléia de quarta originou indicativo de saída condicionado

A assembléia (AG) realizada na última quarta (17) -, deu origem à possibilidade de saída diante de condições. Os docentes da UFRJ aprovaram, por 237 votos, que sairiam da greve se professores de primeiro e segundo graus fossem incluídos na gratificação. 177 professores votaram pela continuidade da greve e 4 se abstiveram. A votação que previa não estabelecer data para o indicativo de saída teve a seguinte votação: 175 votos a favor e 150 contra. Esta assembléia aprovou, ainda, por unanimidade:

1) rejeitar o PL atual do governo e substitui-lo por um PL negociado, alternativa mais viável conforme avaliação preliminar com a Frente Parlamentar, a partir dos princípios da nossa proposta atual, já encaminhada ao MEC (proposta A);

2) Se a proposta A não for politicamente viável, apresentar contraproposta emergencial baseada nos seguintes princípios: dar 60% da gratificação já prevista pelo MEC em seu projeto apenas para os docentes de 3º grau, para todos os professores ativos do 1º, 2º e 3º graus, aposentados e pensionistas;

3) Instalar uma mesa de negociações para discutir carreira, avaliação docente, vagas e orçamento para as Instituições Federais de Ensino Superior, após a aprovação do PL negociado entre o movimento, o governo e parlamentares.

Homenagem aos professores que estão em greve de fome

A Assembléia aprovou, por unanimidade, que enviará indicação ao Comando Nacional de Greve pela suspensão da greve de fome. Para os presentes, os 19 docentes que participam da manifestação já cumpriram seu papel de solidariedade e tiveram papel fundamental na denúncia da postura governamental diante do movimento docente. Todos que estavam no plenário neste momento aplaudiram num gesto de reconhecimento do esforço daqueles que estão se sacrificando criticando em prol de uma luta coletiva.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Tramitação do PL: Docentes conseguem vitória parcial importante

Trabalho junto a parlamentares, pressão do movimento e greve de fome fazem com que governo prometa enviar projeto que contemple professores de primeiro e segundo graus

A força do movimento e a determinação dos professores fizeram com que o governo recuasse mais uma vez. Esta é a avaliação do líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Marcelo Déda (PT/SE), diante da promessa do MEC em apresentar, até a próxima quarta-feira, dois projetos de lei que contemplem os professores de primeiro e segundo graus e técnico-administrativos das universidades. Até a tarde de sexta-feira, no entanto, a assessoria do MEC afirmou desconhecer a construção dessas novas propostas. Mas, para Déda, este possível avanço deve-se à força do movimento grevista.

Na última quinta-feira (18) foi aprovado o caráter de urgência na tramitação do Projeto de Lei 4.605/98 que estabelece a Gratificação por Estímulo à Docência (GED). O objetivo do governo e de sua bancada era de colocá-lo em votação no mesmo dia. Um acordo entre os líderes dos partidos conseguiu adiar esta votação para a próxima quarta feira (24). A greve de fome dos 19 professores universitários teve um caráter decisivo na flexibilidade das negociações com os parlamentares aliados ao governo.

Com este adiamento, o Comando Nacional de Greve ganha tempo para tentar articular modificações ao projeto do MEC. A principal delas é a garantia de que os professores dos Colégios de Aplicação sejam incluídos.

Marcelo Déda disse ainda que até a tarde de sexta feira (19) nenhum parlamentar do bloco de oposição, nem os que integram a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, sabiam do conteúdo das duas propostas prometidas pelo MEC.

O relator do PL que está no Congresso, José Jorge (PFL/PE), garantiu que receberia o Comando Nacional de Greve dos docentes neste final de semana. Outra reunião com o relator será realizada na manhã de quarta-feira. Desta vez, José Jorge receberá os parlamentares da Frente, onde se fará nova tentativa de modificação ao projeto do MEC.

O deputado Marcelo Déda adianta que para o projeto ser aprovado até o dia 4 de julho (data limite para projetos que prevêem reajustes ou gratificações em ano eleitoral), ele deverá ser apreciado na Câmara até quarta (24).

Greve pressiona e recesso parlamentar pode ser suspenso

Para o Comando Local de Greve da UFRJ, a pressão da greve nacional forçou uma articulação entre a base governista e o bloco de oposição de extrema importância. Primeiro, impediu a votação imediata do PL-GED. Segundo, suspendeu o recesso parlamentar previsto para a semana de 22 a 26 de junho.

Além desses aspectos, o relator do projeto, José Jorge (PFL/PE), se declarou disposto a negociar com o Comando Nacional de Greve, permanecendo em Brasília no último final de semana. A greve de fome dos docentes foi fundamental neste processo de negociação, uma vez que os parlamentares governistas propuseram a sua suspensão em troca de uma saída negociada para a greve.

Para o Comando Local de Greve da UFRJ, o movimento nacional está tentando negociar com um ministro intransigente , incapaz de manter sua palavra, como aconteceu em seu pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, onde afirmou que todos os professores receberiam gratificação quando, na verdade, o Projeto de Lei continuava excluindo professores de primeiro e segundo graus.

O conteúdo do projeto do MEC, na íntegra, e as críticas dos professores a este projeto, estão na página da Adufrj na Internet- http://www.alternex.com.br/~adufrj

GREVE

ABI realiza ato em solidariedade à greve das universidades

Jandira Feghali (PcdoB/RJ) falou da importância da pressão do movimento docente. Jean Marc ao fundo

No último dia 15, o auditório da Associação Brasileira de Im prensa (ABI) foi palco de um ato simbólico em solidariedade à greve nas universidades federais. Estavam presentes Luiz Wemeck Vianna (Iuperj e Rural/RJ), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Jean Marc (cientista político), Roberto Gambine (Sintufrj) e Adolpho Wagner (DCE/UFRJ), além dos Comandos Locais de Greve da UFRJ, UFF e Rural.

O principal objetivo deste encontro foi analisar a crise pela qual o ensino superior público vem passando.

Para Luiz Werneck Vianna existe um desafio para os grupos que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade que deve ser amadurecido assim que a greve terminar: desenvolver um pensamento ético político no que diz respeito ao ensino superior público no Brasil, indo além do atual momento econômico corporativo da greve.

O ex-presidente da UNE (em 1968), Jean Marc, fez uma analogia da situação atual das universidades com a crise vivida na ditadura militar: "A única diferença é que podemos estar aqui hoje debatendo o problema".

Os professores da UFF divulgaram uma carta onde, analisando o discurso de Paulo Renato, denunciam aspectos absolutamente econômicos e totalmente afastados da preocupação com a melhoria na qualidade do ensino.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ) compareceu ao ato simbólico representando a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. A deputada aproveitou para esclarecer o papel da Frente neste momento de impasse. Segundo Jandira, este fórum está trabalhando para uma possível negociação. A deputada lembra, no entanto, que a Frente é multi-partidária. Portanto, há várias posições divergentes sendo defendidas: "o importante é que o movimento continue tensionando o governo".

Professores do Colégio Aplicação da UFRJ não recebem salário

Ao contrário do que o ministro Paulo Renato anunciou em rede de TV e rádio, nem todos os professores das universidades tiveram seus salários liberados. Este é o caso dos professores do Colégio de Aplicação da UFRJ, que ainda permanecem com os vencimentos suspensos.

A diretoria da Adufrj entrou em contato com a administração da universidade, que não soube dar explicações convincentes sobre o fato. A única informação é que houve um erro na folha de pagamento.

Além do salário suspenso, esses professores estão excluídos do projeto de lei do MEC que cria a Gratificação de Estímulo à Docência.

A Assembléia dos professores de sexta (19) aprovou moção de repúdio que será enviada à reitoria da UFRJ contra esta discriminação.

Carta enviada pelos professores da UFBA e da Cefet-BA ao Presidente da República

Para males (não para bens!): miséria, desemprego, ignorância. Foi para isto que você nasceu, Fernando Henrique?... Para ser professor e destruir a Universidade Pública Brasileira? Neste seu aniversário, nossos colegas passam fome.

Salvador, 18 de junho de 1998.

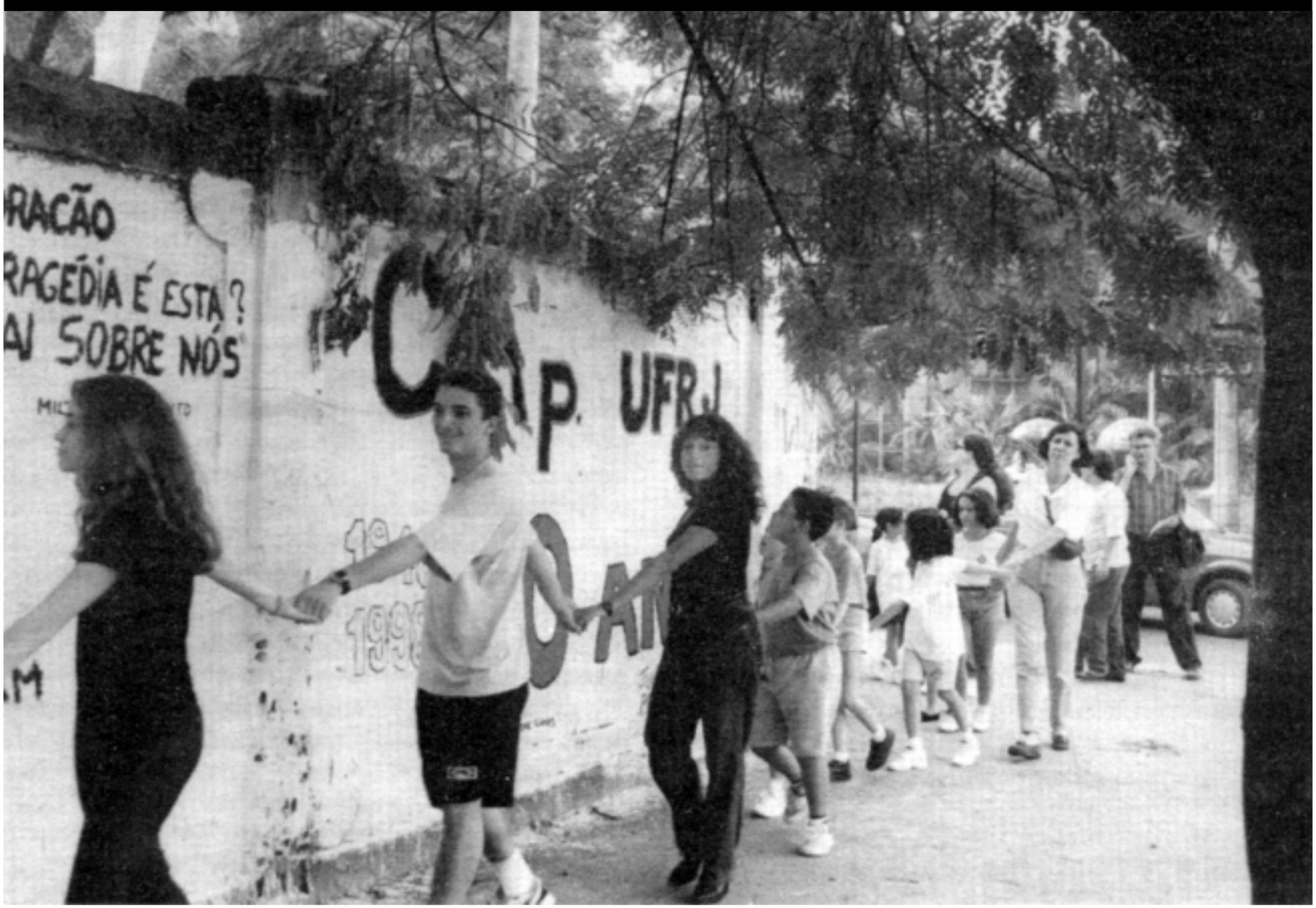
Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 29/JUN A 5/JUL/98

Contra a discriminação de segmentos da categoria docente

Substitutivo do PL do MEC pode ser votado terça, 30



Abraço ao CAp, na Lagoa, uma das atividades da greve (15 de maio). O MEC excluiu os professores de 1º e 2º graus do projeto de gratificação

Leia nesta edição:

■ Andes-SN encaminha substitutivo ao projeto de gratificação de estimulo à docência

Editorial

AVALIAÇÃO? QUE AVALIAÇÃO?

O substitutivo apresentado pelo relator do PL 4605 do MEC, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência, apresenta algumas alterações que não modificam os princípios da versão original do MEC. Continua excluindo o 1º e o 2º graus, discriminando os aposentados e insiste na farsa de uma pretensa "avaliação acadêmica". A exclusão e a discriminação têm sido objeto de amplo repúdio. A "avaliação" do MEC também, mas como há uma certa polêmica em torno do assunto, achamos oportuno aprofundar este ponto. Em relação às atividades docentes de ensino, o PL simplesmente valoriza o tempo de "horas-aula", sem entrar em nenhuma consideração sobre a qualidade do ensino. Em relação às atividades de pesquisa, repete um argumento bastante usado aqui na UFRJ, ao remeter a avaliação das atividades docentes a uma "comissão nacional a ser designada pelo MEC", que, supostamente será composta por membros destacados de nossa comunidade acadêmica. Certamente concordamos que uma avaliação deva ser feita por figuras destacadas e respeitadas em nosso meio, mas discordamos radicalmente da simplificação de remeter **todas** as questões da avaliação a uma comissão, por mais que reconheçamos o mérito de seus membros. **No entendimento do movimento docente, é fundamental que os objetivos, os princípios, as metas pretendidas, as condições de trabalho, estejam claramente enunciadas.** É fundamental que exista o compromisso dos docentes em realizar o que for proposto como atividade acadêmica, mas também é fundamental o comprometimento do Estado na definição das metas e dos recursos para que os projetos sejam exeqüíveis. E é exatamente deste último aspecto que o governo vêm fugindo e é esta a razão fundamental pela qual não temos até hoje uma avaliação satisfatória. A simples formação de comissões de alto nível não resolve este problema. Nossos pesquisadores estão cansados de receber do CNPq e de outros órgãos de fomento a resposta à seus projetos - "aprovado pelo mérito, mas sem recursos disponíveis". Onde fica o reconhecimento do trabalho acadêmico?

Ou em outros casos, a formação de comissões até piora a situação. Tivemos aqui na UFRJ a formação de uma destas comissões para implementar o falecido PID, antecessor do GED, preocupada com seus desdobramentos acadêmicos. No entanto nenhum membro desta comissão se manifestou sobre uma das conseqüências mais importantes do desempenho acadêmico na instituição - a da distribuição de vagas de docentes. Em outras épocas tivemos a COTAV, onde mesmo com críticas, sabíamos dos critérios de distribuição de vagas. O sistema atual é bem mais sumário - o Reitor distribui as vagas, segundo suas conveniências políticas. Onde fica o mérito? Quais os critérios que realmente pesaram na distribuição recente de vagas, no final da atual administração? Qual o papel dos membros da comissão do PID que sobre outros temas têm feito pronunciamentos contundentes?

No nosso entendimento, a questão da avaliação docente e institucional é muito séria para os rumos da universidade pública e não pode ser resumida no encaminhamento do PL do MEC. No quadro de desmantelamento da nossa instituição, promovido pelo atual governo, não temos dúvida de que a efetiva defesa da universidade pública passa pela denuncia e pela rejeição das manobras feitas pelo MEC e seus aliados.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

GREVE

Aluno da UFRJ em frente ao muro do CAp, na Lagoa

Greve continua até votação de um projeto negociado com a categoria

A greve que dura mais de 90 dias tem levado os professores das universidades federais a assumirem um papel decisivo na retomada do ensino público como uma das preocupações da sociedade brasileira.

Os docentes da UFRJ resolveram apostar mais uma vez na força da continuidade do movimento até que o governo ceda e conceda as gratificações previstas no projeto de lei a todos os professores de 1º, 2º e 3º graus das federais, ativos, aposentados e pensionistas, sem discriminações.

A última assembléia da categoria nesta universidade aprovou a manutenção do conteúdo da proposta de substitutivo do Andes-SN ao PL do MEC. Os professores delegaram ao CNG autonomia para a flexibilização dos valores e negociações de tabelas e rejeitaram o sistema de pagamento por tarefas.

O indicativo de saída de greve foi aprovado por 152 votos contra 22, que votaram pela saída logo no dia 28 de junho, e duas abstenções.

O indicativo de saída não tem data e está vinculado à aprovação pelo Congresso de um projeto de lei negociado, que contemple toda a categoria e à retirada do PL dos itens referentes à avaliação docente. Foi recomendado pela assembléia a suspensão da greve de fome dos docentes que já dura duas semanas, em Brasília. Foi manifestado total solidariedade a estes professores que num gesto de generosidade tem contribuído decisivamente para os avanços do movimento. Foram aprovadas duas moções de repúdio a negociações feitas em separado do restante do CNG, com membros do governo: uma ao presidente eleito do Andes-SN, Renato de Oliveira; e outra a um grupo de professores que aceitou os aspectos mais graves do PL do governo.

GREVE

Comando Nacional de Greve consegue suspender votação do projeto do governo

Obstrução dos deputados de oposição garante tempo para negociar projeto dos docentes no plenário

Na última quarta-feira, o movimento docente, em greve há quase três meses, conquistou mais uma importante vitória, impedindo que o projeto do lei nº 4605/98 que estabelece a Gratificação por Estímulo à Docência (GED) fosse votado na Câmara dos Deputados. Para isso, contou com o importante apoio dos parlamentares da bancada de oposição (PT/PCdoB/ PPS/PSTU/PV/ PDT e PSB) que obstruíram a votação em plenário. Outros aspectos permeiam este adiamento. Para o Comando Local de Greve da UFRJ, é importante considerar que o governo possui ampla maioria no Congresso Nacional. Se o quorum estivesse completo, o governo poderia ter colocado o PL do MEC em votação, mesmo com a obstrução do Congresso, praticamente na sua forma original.

No entanto, o desgaste de sua política anti-social, no período que antecede às eleições, tem provocado deserções importantes em sua base. Isto foi claramente confirmado na votação, em segundo turno, da reforma da Previdência e, na última quarta-feira, com o adiamento da votação da GED.

Com este adiamento, fica para esta terça-feira (30) a sessão que dará conta de analisar os projetos, estando dentro do prazo para que uma proposta de gratificação seja aprovada antes do dia 4 de julho (data limite, em ano eleitoral, para aprovação de qualquer projeto que preveja alterações salariais).

O objetivo do Comando Nacional de Greve é ganhar tempo para convencer os parlamentares e o relator do projeto de lei, José Jorge (PFL/PE), a absorverem o substitutivo elaborado pelos docentes. Esta proposta mantém os valores apresentados pelo MEC, entretanto apresenta princípios políticos opostos (ler texto ao lado.)

Segundo o presidente da Adufrj, Roberto Leher, que acompanhou a sessão de quarta feira em Brasília, vários parlamentares do bloco de oposição, em seus discursos, demonstraram estar bem informados sobre os aspectos divergentes da proposta palaciana. Por outro lado, nenhum parlamentar aliado ao governo conseguiu defender, com clareza, o projeto de lei do MEC.

O relator do projeto, José Jorge (PFL/PE), chegou a ler sua proposta de substitutivo que, segundo ele, era fruto de várias "negociações com a Andifes (Associação que representa os reitores das federais), alguns professores (que não fazem parte do Comando Nacional de Greve, logo não estavam representando a maioria da categoria) e pelo então futuro presidente do Andes, Renato de Oliveira. A declaração causou um mal-estar entre o CNG que, além de não saber do conteúdo da discussão, não imaginava que Renato de Oliveira estava encaminhando uma proposta paralela junto ao governo sem o aval da maioria dos docentes em greve.

GREVE

Substitutivo do Andes mantém valor estimado pelo governo

O Comando Nacional de Greve apresentou ao relator do projeto de lei, deputado José Jorge (PFL/PE), um projeto substitutivo ao do governo que prevê um impacto financeiro semelhando ao do MEC.

As diferenças estão, basicamente, no projeto de universidade que é defendido por ambos. Enquanto o governo pretende dar fim ao ensino de primeiro e segundo graus federais, excluindo-os de qualquer possibilidade de ganho financeiro, o do movimento docente apresenta alguns princípios que norteiam as negociações entre os professores. A inclusão de todos os docentes ativos, aposentados e pensionistas (primeiro, segundo e terceiro graus das Ifes); paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e a rejeição de um sistema de pagamento por tarefas que esta avaliação produtivista que o MEC quer impor.

Para o Comando Nacional de Greve, o que está em jogo é o futuro da universidade pública federal.

Conheça o substitutivo elaborado pelos professores e o do relator José Jorge (PFL/PE) na página da Adufrj: www.alternex.com.hr/~adufrj

GREVE

Professores universitários não terão reajuste de 28%

Apesar do noticiário da grande imprensa, os professores universitários não terão o reajuste de 28,86%. Para entendermos corretamente que está acontecendo é importante o seguinte esclarecimento. Há uma diferença jurídica fundamental entre reajuste linear para os funcionários públicos, que em princípio deve ser o mesmo para todos, e revisões de tabelas de carreiras específicas, que podem ser diferenciadas. Foi isto que ocorreu no inicio de 1993.

O governo concedeu um reajuste linear de 28% apenas para os militares. Imediatamente o Poder Judiciário e o Legislativo, que têm poderes para determinar seus próprios vencimentos, se auto-incluíram neste percentual.

Para os professores universitários foi feita uma alteração nas tabelas, de percentuais diferenciados em cada nível, alguns superiores a 28,86%.

Nosso entendimento jurídico foi o de que eram duas situações diferentes, o reajuste linear concedido somente aos militares e a mudança em nossas tabelas. Portanto, a categoria teria direito às duas formas de reajuste.

Entramos na justiça e esta questão se arrastou durante anos, até que houve uma decisão do STF, que em princípio, nos era favorável. O reconhecimento de que ao conceder os 28,86% somente aos militares houve uma violação no princípio constitucional de reajustes lineares iguais para todos os servidores públicos, civis e militares.

Posteriormente houve outra decisão do STF, favorável ao Governo, misturando as duas situações e permitindo que, na concessão do reajuste linear dos 28,86% fosse feito o desconto das alterações nas tabelas.

Esta decisão ainda não foi oficialmente publicada, o que acontecerá quando for assinado o acórdão. Mas, pelo parecer da maioria dos juizes, o desconto deverá ser feito. Uma decisão política que favorecerá mais uma vez os interesses do governo.

"UFF Dança no Arraia" e convida você como par!

A Associação de Docentes da UFF, Sindicato dos Trabalhadores da UFF e DCE/UFF convidam todos a participar da festa julina

Dia 04 de julho (sábado), a partir das 16h, no Campus do Gragoatá da UFF

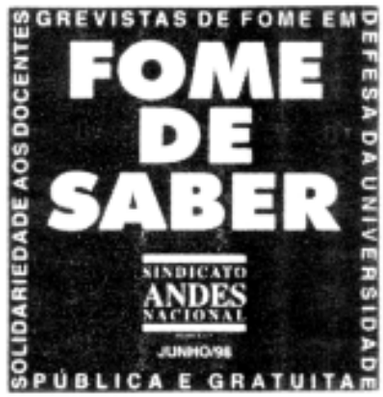
ENTRADA FRANCA

GREVE

Professores terminam greve de fome que durou 11 dias e foi decisiva para o movimento

Durante 11 dias, 19 professores tentaram mostra à população que as formas de luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade e por uma sociedade mais justa não possuem barreiras. Para isso, optaram em sacrificar seus próprios corpos numa greve de fome que certamente entrará para a história do sindicalismo nacional. Na última sexta-feira, esses bravos guerreiros acataram a sugestão do Comando Nacional de Greve e da equipe médica que os acompanhava e encerraram, às 15 horas (mesmo horário em que o movimento começou no dia 15). Na avaliação do CNG, esses professores tiveram um papel fundamental nas negociações junto aos parlamentares, mostrando que os docentes querem uma proposta mais justa para categoria.

O professor Delson Lima Filho (Rural do Rio de Janeiro), que participou desde o início da greve de fome e está 11 quilos mais magro, avalia que este movimento radical foi necessário. Lembrando que o ato foi voluntário de cada manifestante, Delson faz questão de



lembrar que o grupo optou por uma forma radical, porém pacífica, de manifestação. O professor acredita que esta experiência servirá de exemplo ao movimento sindical brasileiro como instrumento a ser utilizado em momentos de extremo impasse, como o gerado pelo governo na greve dos docentes das universidades. Após a entrevista coletiva, os grevistas receberam várias homenagens dos professores presentes em Brasília. Uma salva de palmas, que se estendeu por mais de um minuto, deixou os professores emocionados.

Docentes se reúnem em Campina Grande

Durante XXXVI Conselho Nacional do Andes nova diretoria tomará posse

Agência Andes (Brasília) - O XXXVI Conselho Nacional do Andes-SN (Conad) – Universidade quem sabe faz a hora - será realizado na Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande, entre os dias 26 a 29 de junho, e contará com a participação de docentes de todas Instituições Federais de Ensino Superior (lfes).

No Conad também tomará posse a nova diretoria do Andes/SN, gestão 1998-2000.

A posse da nova diretoria deverá coincidir com 86 dias de greve dos professores das Ifes em luta por melhores condições de trabalho e na defesa da Universidade Pública, que apesar da crise, ainda responde por 90% da produção científica brasileira e pela formação de profissionais nas diversas áreas de conhecimento, tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

O Brasil detém, portanto, um sistema público completo na formação de profissionais que, por si só, constitui um fator importante em se tratando de um país em desenvolvimento. Mesmo com essas dificuldades, graças à atuação de seus docentes e pesquisadores, as Universidades Públicas Brasileiras são reconhecidas pela sociedade como os melhores centros de formação profissional do país e pela comunidade internacional pela sua produção intelectual.

Estudantes e funcionários prestam homenagem aos grevistas

Emoção. Esta foi a palavra de ordem do ato "universidade pública, não deixe que esta chama se apague", realizado em Brasília no último dia 23 por estudantes e funcionários das universidades federais do país.

Depois de realizarem um protesto no prédio do Ministério da Educação, os cerca de 100 manifestantes seguiram em passeata, com tochas nas mãos, até o Espaço Cultural Dois Candangos, na Universidade Federal de Brasília. O objetivo era prestar solidariedade aos professores em greve de fome desde o dia 15. Ao se aproximar do local em que se encontravam os grevistas de fome, o grupo silenciou os protestos em respeito ao estado de saúde dos professores que, segundo os médicos, não poderiam sofrer fortes emoções. O difícil, no entanto, foi segurar esses docentes que se recusavam ficar afastados dos manifestantes. Um silêncio emocionante tomou conta do ato no momento em que o grupo se reuniu aos 19 professores, construindo uma das manifestações mais mercantes em prol da universidade pública e pela dignidade do docente de ensino superior.

Diretores de Unidades questionam processo na UFRJ

Quatro diretores de unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro questionaram o processo que escolheu Aluísio Teixeira como o próximo reitor, a ser nomeado ainda este mês pelo MEC. Três dias depois que o Colégio Eleitoral indicou o terceiro nome da lista tríplice enviada ao MEC, uma nota assinada pelos docentes se referia ao processo como uma "revelação de intolerância não condizente com a vida universitária".

A nota diz que eles "como diretores de unidades de reconhecida excelência" darão apoio a "qualquer dos nomes" indicados pelo Colégio Eleitoral. Ou seja, esses professores querem dizer que o atual vice-reitor, José Vilhena, que perdeu tanto na pesquisa feita à comunidade quanto na consulta ao CE, poderá receber apoio destes "notáveis", caso o MEC resolva não acatar a nomeação do primeiro da lista.

A diretoria da Adufrj-SSind, reconhecendo a legitimidade do processo eleitoral, não concorda com a interpretação de que a escolha de "qualquer dos nomes" é válida. O atual vice-reitor foi rejeitado por 90% da comunidade acadêmica. Outros candidatos, derrotados no processo eleitoral, tiveram a dignidade de retirar seus nomes da lista tríplice, não sendo o caso do candidato José Henrique Vilhena, que a despeito dos resultados insiste em ser nomeado.

Como o mandato de Paulo Alcântara termina no dia 6 de julho, nesta semana o governo deverá anunciar o nome do novo reitor da UFRJ.

O texto chegou à Adufrj no dia 22 de junho e é assinado por Antônio Carlos Campos de Carvalho (I. Biofísica), Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (I. Física), Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional) e Segen Estefen (Coppe).

A íntegra da nota

Apelo à razão

A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem sido palco de episódios recentes, ligados ao processo de escolha do próximo Reitor, que revelam uma intolerância não condizente com a vida universitária. A indicação de nomes pelo Colégio Eleitoral tem dado margem a muita polêmica, mas nada justifica a radicalização daqueles episódios.

A escolha do Reitor deve, sobretudo, visar a melhoria da Universidade e de sua qualidade acadêmica Só assim, ela poderá atingir seus objetivos de formação de recursos humanos do mais alto nível e de geração de conhecimento.

Como diretores de Unidades de reconhecida excelência, confiamos que a comunidade da UFRJ dará apoio a qualquer dos nomes indicados pelo colégio eleitoral, acima de interesses corporativos, para construir uma Universidade baseada no mérito acadêmico para melhor servir a Sociedade.

Visite a home page da Adufrj
www.alternex.com.br/~adufrj

ASSEMBLÉIA GERAL
1 de julho
quarta-feira
14 horas
no auditório do Centro de Tecnologia

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

Em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 6 A 12 DE JULHO/98

Professores da UFRJ falam à comunidade

Em respeito à comunidade e diante dos limites políticos de ganhos representativos para a instituição, os professores da UFRJ decidiram em assembléias nos dia 1 e 2 de julho, suspender a greve. Vale ressaltar que esta atitude não significa nossa concordância com a aprovação, no Congresso, da Gratificação por Estímulo à Docência (GED). É nosso compromisso alertar à toda a comunidade que as reivindicações como reposição de vagas, ampliação de verbas para as universidades e aumento salarial para toda a categoria não foram atendidas pelo governo. Ou seja, a universidade pública, gratuita e de qualidade continua ameaçada. Infelizmente, nossos laboratórios continuarão deteriorados e vários cursos continuarão sem professores (pois não houve reposição das vagas).

O governo se omitiu diante de nossas reivindicações.

Para alertar para o caos em que se encontra a universidade brasileira, tentamos todos os mecanismos de luta. Chegamos a entrar em greve de fome. Mas a única atitude do ministro da educação foi de nos impor uma Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que em nada melhorará a situação em que se encontram as instituições de ensino superior.

Mesmo diante de vários motivos para continuarmos em greve, aprovamos, em respeito aos alunos e à comunidade em geral, retomar às atividades e estaremos negociando junto ao Conselho de Ensino de Graduação e ao Conselho Universitário da UFRJ a reformulação do calendário escolar, obedecendo ao princípio da reposição integral de aulas e conteúdos.

Continuaremos lutando pelos pontos não atendidos, pela dignidade de nossa categoria e pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

Leia nesta edição:

■ Professores retomam as atividades nesta semana

■ Diretoria do Andes fortalece governo com a aprovação do projeto do MEC

Avaliação da maior greve na UFRJ

Do ponto de vista político, a greve nacional dos docentes das universidades federais constitui-se num inegável sucesso. A Universidade Pú blica Brasileira passou a ocupar um lugar de destaque na pauta política do país. Imprensa, mídia, políticos, FHC, população, professores, alunos e funcionários viveram três meses de intensos debates sobre os rumos da universidade. Foi um avanço considerável a constatação da responsabilidade do governo pela situação crítica do ensino público no país.

Mas o ponto mais importante neste período foi o fortalecimento das posições que defendem uma política comprometida com o ensino em benefício da população brasileira, com o fortalecimento do papel das universidades para o conjunto da sociedade brasileira, e com a necessidade de termos um sistema público de ensino e pesquisa de qualidade.

Neste sentido, o papel do movimento dos docentes foi fundamental. Num quadro nacional em que as vozes de oposição às políticas do governo FHC são poucas, em que o movimento sindical enfrenta dificuldades, o Andes-SN deu um exemplo de firmeza, de força e, principalmente, de organização. Para isto é importante ressaltarmos o caráter democrático, com representação direta das bases, que tem sido construído em nosso sindicato ao longo dos anos. Além de nossos encaminhamentos políticos, a organização sindical democrática é o nosso instrumento de luta essencial.

O reconhecimento destes aspectos políticos, no entanto, não pode esconder as dificuldades e as derrotas localizadas que sofremos nesta greve. A aprovação de uma gratificação, cujo conteúdo consideramos danoso para a universidade pública, foi uma derrota para o movimento. É grave a exclusão dos professores do ensino de 1º e 2º graus, a discriminação dos aposentados, a farsa da "avaliação". É um precedente perigoso sermos avaliados apenas pelo número de horas em sala de aula, vermos nossas atividades de pesquisa desprezadas pelo governo.

Também consideramos grave, e lamentamos profundamente, os procedimentos do presidente do Andes-SN na condução das "negociações paralelas". Nosso sindicato sempre priorizou os encaminhamentos decididos democraticamente, com amplo direito ao debate das diferenças **dentro** das instâncias reconhecidas por nós. Foi grave a negociação com o MEC de um PL com itens rejeitados pela ampla maioria de nossas Assembléias. É inadmissível a diretoria do Andes-SN intervir no CNG, cancelando uma reunião. Sabemos do desgaste que nosso movimento sofre, mas consideramos imperativa a convocação de um Congresso dos docentes, para avaliarmos a conduta do presidente do Andes-SN. Nosso sindicato deve continuar sendo um exemplo de transparência para continuarmos lutando pela Universidade Pública.

Consideramos que nossa pauta de reivindicações continua em vigor. Nossa situação salarial não é boa, faltam vagas e recursos para o ensino público.

Apesar disto, encaminhamos a saída da greve. Com a aprovação do PL na Câmara e no Senado, consideramos muito difícil, neste momento, obtermos algum outro ganho. Nossa perspectiva política imediata ficou limitada. Além disto, as condições internas da greve na UFRJ, após mais de três meses de paralisação, começaram a ficar difíceis.

Continuamos a apontar para a necessidade da mobilização e organização interna do nosso movimento como fundamentais para os próximos acontecimentos. A crise na Universidade continua, o governo implementa seu projeto de desmantelamento do setor público, teremos a questão da autonomia da universidade na votação da PEC 370. Estes e outros pontos com certeza vão exigir respostas contundentes do movimento docente.

GREVE

Professores retomam as atividades nesta segunda

Os professores da UFRJ decidiram terminar a greve nesta universidade não porque o Congresso aprovou o Projeto de Lei do MEC, que contempla apenas parte da categoria, mas por respeito aos alunos e à população, que fizeram parte desta luta e estiveram junto com a categoria durante toda a paralisação

Após 94 dias de paralisação, os professores da UFRJ , decidiram retomar as atividades nesta segunda-feira, dia 6 de julho.

Mesmo reconhecendo que o projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, não atende a todas as reivindicações da categoria, os docentes avaliaram que a greve foi vitoriosa por ter forçado o governo, em especial o Ministério da Educação - que reconheceu a força do movimento e viu o seu programa de bolsas (PID) rejeitado pelo Congresso -, a mostrar à opinião pública e à população quais seus reais interesses em relação ao ensino público brasileiro.

Apesar dos êxitos, os professores retornam às salas de aula com a certeza de que o tratamento discriminatório dado pelo governo aos professores de 1º e 2º graus (que ficaram excluídos da Gratificação de Estímulo à Docência - GED), aos aposentados (somente os próximos professores a se aposentar receberão os 60% da gratificação) e a avaliação produtivista são derrotas que não serão esquecidas pela categoria.

Para dar prosseguimento a estas e outras lutas do movimento, os professores da UFRJ aprovaram o estado de greve e a formação de uma comissão local de mobilização que promoverá atividades ao longo das próximas semanas.

A assembléia geral que indicou a saída de greve reuniu mais de 250 docentes. Destes, 167 foram a favor do indicativo para o dia 6 de julho e 47 votaram pelo indicativo de saída sem data, condicionado ao atendimento de todas - as reivindicações da pauta do Andes Sindicato Nacional. Três professores se abstiveram.

Na assembléia de quinta, 45 professores confirmaram o término da paralisação, aprovando a data de 6 de julho. Dezesseis foram contrários e 3 se abstiveram. Foi rejeitada a participação do Andes na Comissão do MEC que vai tratar da avaliação docente, contida no projeto aprovado.

GREVE

CAps e Escolas Técnicas ficam de fora

Professores de 1º e 2ºgraus não recebem nada e têm que se contentar com a promessa de bolsas

O substitutivo do PL da GED aprovado pelos parlamentares exclui os professores de 1º e 2º graus. Na votação da Câmara, a mesa esclareceu que a bolsa para estes docentes seria incluída na versão final do PL aprovado. Não aconteceu. Os senadores não incluíram nenhum programa para os docentes.

Em assembléia geral na quinta-feira passada, os professores da UFRJ aprovaram a elaboração pelo movimento de estratégias para inserir estes professores na tabela e na carreira do terceiro grau. Será criado pela Adufrj um Grupo de Trabalho de Carreira Docente, constituído por docentes de CAp e de outras unidades.

Governo divulga nome do novo reitor esta semana

Está prometido para o início desta semana a divulgação do nome do novo reitor da UFRJ. Como o mandato de Paulo Alcântara se encerra nesta terça feira (7), o novo administrador da maior universidade federal do país deverá ser empossado nos próximos dias.

Professores farão reposição integral de aulas

O conselho de Ensino de Graduação da UFRJ está elaborando um calendário de reposição integral da carga-horária das aulas e dos conteúdos das disciplinas interrompidas durante a greve.

Os professores que participaram da greve e a Adufrj sugeriram que o CEG formulasse um calendário unificado para toda a universidade a ser aprovado pelo Consuni (Conselho Universitário), como referência para o calendário específico das unidades. Foi sugerido também que a primeira semana de atividades seja dedicada à revisão da matéria do período anterior à greve; que não seja feita avaliação geral, especialmente na forma de testes e provas, nas duas primeiras semanas de aula, a menos que exista concordância expressa da turma; e a garantia do direito dos estudantes que não freqüentaram as aulas da disciplina ministradas pelos professores que não interromperam as suas atividades durante o período da greve de terem novas aulas e provas. Leia, abaixo, a resolução do Conselho de Graduação.

O Conselho de Ensino de Graduação, reunido em 01.07.98, tendo em vista o reínicio das aulas, decide recomendar:

1- que todos os cursos de graduação da UFRJ efetuem reposição integral das aulas e conteúdos, de acordo com o novo calendário oficial da universidade;

2 - que a primeira semana de aula seja dedicada à revisão dos conteúdos das disciplinas;

3 - que nenhuma avaliação seja aplicada nas duas primeiras semanas de aulas, ressalvados os casos excepcionais devidamente justificados;

4 - que dada à excepcionalidade dos períodos letivos de 1998, as Unidades instituam ou reforcem mecanismos próprios, amplamente divulgados em seu âmbito, para assegurar a qualidade do ensino e o cumprimento destas recomendações;

5 - que fique garantido a todos os alunos a reposição integral dos conteúdos dentro do novo calendário a ser aprovado pela UFRJ.

6 - Que caiba recurso a este conselho somente nos casos em que estes não possam ser resolvidos no âmbito das Unidades.

GREVE

Diretoria do Andes negocia fim da greve com ACM

A nova diretoria do Andes-SN, que tomou posse dia 26 de junho, em Campina Grande (PB), iniciou seu mandato de dois anos divergindo de boa parte dos docentes das universidades públicas federais, em relação à greve nacional dos últimos três meses.

A celeuma foi instalada quando o presidente do Sindicato, professor Renato de Oliveira, suspendeu uma reunião do Comando Nacional de Greve na Quarta-feira, dia 1 de julho, onde delegados eleitos pelas assembléias gerais avaliariam a votação do dia anterior do projeto de gratificações do MEC na Câmara Federal.

O presidente afirmou que resolveu tomar esta atitude depois de uma nota emitida pelo CNG no dia da votação do PL na Câmara (30). A nota do Comando, assinada pelos delegados e dois dos atuais diretores, desautorizava Oliveira a negociar com parlamentares e governo, em nome dos grevistas.

Ainda na quarta-feira, os delegados voltaram a se reunir e tentaram definir estratégias para impedir que o projeto do MEC fosse votado no Senado, na forma como estava redigido. A expectativa era de tentar sensibilizar os senadores para os pontos que não estavam contemplados pelo projeto, como a inclusão dos professores de 1º e 2º Graus e dos aposentados.

Indo na direção contrária ao Comando, Oliveira acatou a condição imposta pelo Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) para colocar o PL em votação e emitiu um ofício a ACM, onde se comprometia a encaminhar junto às assembléias gerais o fim da greve para que o projeto fosse, simplesmente, votado.

Ao jornal da Adufrj, na manhã de quarta, antes de negociar a votação do PL no Senado, o presidente do Andes disse que até o momento da distribuição da nota do CNG a diretoria empossada estava ao lado do Comando, e não negou, nem confirmou, que nas semanas anteriores tivesse realizado negociações em paralelo com membros do governo ou parlamentares.

Questionado sobre por que suspendeu os trabalhos do Comando de Greve, Oliveira disse que estava aguardando que o conteúdo da nota que desautorizava o presidente fosse esclarecido pelos grevistas. Oliveira se apegou ao estatuto do Sindicato para justificar seu procedimento, dizendo que embora o CNG fosse uma instância democrática do movimento ele estaria tentando "se substituir à diretoria e agindo como uma corrente política do movimento docente que se contrapõe à diretoria eleita".

Gratificação de Estímulo à Docência é imposta à categoria

Crise gerada pelo novo presidente do Andes possibilita fortalecimento do governo que aprova, sem alterações, projeto da GED

O Congresso aprovou, na semana passada, o projeto de lei do MEC que institui a Gratificação por Estímulo à Docência (GED). Reivindicações consideradas fundamentais para grupos da categoria, como a inclusão de professores de primeiro e segundo graus e a inclusão os aposentados, não foram contempladas. A situação dos aposentados, inclusive, é mais dramática, pois o artigo 5º da lei que cria a GED afirma que somente os professores que se aposentarem a partir da promulgação da lei terão direito aos 60% do valor máximo da gratificação. Os que já estão aposentados não receberão nenhum tostão.

As negociações assumiram um caráter nebuloso dentro do próprio Sindicato Nacional. Na semana passada, o novo presidente do Andes assumiu as rédeas da negociação e afastou o Comando Nacional de Greve.

Chantagem: Paulo Renato promete mais 10% depois das eleições

Em ofício ao presidente do Andes-SN, o ministro Paulo Renato de Souza "lamenta que, por razões totalmente alheias à vontade desse Ministério e das lideranças dos partidos do governo, não tenha sido possível incluir no projeto de lei que cria a Gratificação por Estímulo à Docência," o aumento de 10% nas tabelas da GED. Esta sugestão partiu de uma comissão de "notáveis" que sugeriu aperfeiçoamento do projeto.

Com esta decisão, o governo empurra para depois das eleições o envio de um novo projeto de lei reajustando a tabela. Com isso, o MEC sai na frente na campanha presidencial, tentando "mostrar" os ganhos que a categoria poderá ter caso Fernando Henrique Cardoso seja reeleito em outubro.

O governo promete criar bolsa para primeiro e segundo graus

Os professores de primeiro e segundo graus, juntamente com os aposentados, foram os maiores prejudicados com a criação da Gratificação por Estímulo à Docência (GED). O governo excluiu esses professores do projeto e não criou as bolsas prometidas durante acordo com os parlamentares. Em ofício encaminhado ao deputado José Jorge (PFL/PE), relator do projeto de lei da GED, o ministro Paulo Renato solicitou ao parlamentar que "transmitisse aos seus pares a disposição deste Ministério em dar atenção às reivindicações dos servidores técnico-administrativos e dos professores de primeiro e segundo graus". Segundo este ofício, o MEC diz que criará um sistema de bolsas de incentivo "até que possamos redefinir suas carreiras, em função de estudos que serão imediatamente iniciados, para que possamos elaborar e encaminhar projeto de lei neste sentido em 120 dias". Até o fechamento desta edição, não havia conhecimento do conteúdo da proposta que cria essas bolsas.

GREVE

Entrevista - Maria Luiza Fontenele

Delegada do Comando Nacional de Greve, a professora Maria Luiza Fontenele fala da atuação da atual diretoria do Andes-SN no final de uma greve conduzida por toda a categoria, ao longo de quase 100 dias, através de suas assembléias gerais. Maria Luiza participou da greve de fome e diz não ter apoiado nenhuma das duas chapas que concorreram à diretoria do Sindicato na última eleição.

JA - Como delegada ao Comando Local de Greve e tendo assinado a nota desautorizando o presidente do Andes, Renato de Oliveira, a negociar em nome dos grevistas, qual a sua opinião sobre os procedimentos da atual diretoria em relação à greve nacional que termina nesta semana?

Na verdade, você tem um processo de crescimento do movimento docente, a constituição da greve mais unitária no registro da história do nosso movimento que culminou com gesto da greve de fome, que deu visibilidade ao fato de que a universidade está agonizando. No processo de construção da greve que deu a voz ao movimento, houve um processo eleitoral que foi um embate de projetos diferentes.

JA - Em relação a este "embate de projetos diferentes" qual a sua avaliação sobre a nota que foi emitida pelo CNG no dia da votação do PL na Câmara?

Qualquer embate é legítimo e o processo eleitoral foi legítimo. O que causou estranheza na fase final do processo eleitoral foi uma diretoria eleita, não empossada, começar a agir como tal, desconhecendo a dinâmica e o ritmo do movimento. Este é um fato que eu considero antidemocrático e ponto de vista político antiético.

JA - Você acredita que foi por este motivo que o CNG emitiu a tal nota?

O movimento escolheu os seus porta-vozes. Não estou dizendo que o processo eleitoral não foi legítimo, mas o movimento escolheu seus porta-vozes através dos delegados ao CNG, naquele momento. Caberia então um processo de entendimento para que a diretoria eleita pudesse se expressar, enquanto delegados, neste comando. Isto não ocorreu.

JA - Não ocorreu por quê? O presidente do Andes diz que o próprio CNG foi hostil aos diretores eleitos e por isto não houve este entendimento. Isto é verdade?

Bom, eu acho que houve um gesto de prepotência por parte de quem foi eleito. A posse é que daria legitimidade a direção eleita. Além disto, o Comando é a instância superior durante a greve e portanto os eleitos deveriam estar submetidos a esta instância. O presidente do Andes, ao ser empossado, deveria ter se dirigido ao comando da greve para somar nos encaminhamentos e ele não fez isso. Ele não só encaminhou o processo da greve, enquanto diretoria, independentemente do CNG, como nos momentos em que houve o encontro com o comando ele agiu como extrema prepotência, como se fosse um ser superior, sem respeitar o fórum da categoria em greve.

Não estamos aqui como pessoas isoladas, mas sim como uma instância superior do processo de greve.

JA - No dia seguinte aos acontecimentos com o CNG, a atual diretoria divulgou um comunicado no qual explica a negociação com o Senador Antônio Carlos Magalhães e comenta o ocorrido em relação ao Comando. Como o CNG recebeu este comunicado?

Ao colocar-se à disposição do MEC, ele cria uma profunda fissura na unidade do movimento, isto sem dúvida fragiliza a categoria. O movimento tem que adentrar para suas instâncias de decisão internas e reforçar este processo de retomada da unidade.

Assembléias Gerais apoiam CNG e pedem Conad extraordinário

Várias assembléias - realizadas depois que a diretoria do Andes passou por cima do CNG e negociou explicitamente com o presidente do Senado a votação do projeto de lei do MEC - aprovaram indicativos de saída de greve e repudiaram a atitude do atual presidente, Renato de Oliveira, no término da greve nacional.

Os professores da UnB referendaram o CNG como a instância legítima para a condução do movimento de greve e lembraram o papel histórico e regimental das diretorias do Andes na Coordenação do CNG.

A assembléia da seção sindical da universidade de Goiás requereu um Conad extraordinário para tratar das divergências entre a atual diretoria e o Comando, durante a condução da greve. A Apub (Bahia) e a Adufepe (Pernambuco) também legitimaram o CNG.

Na UFRJ, durante a assembléia de quinta-feira (2), os professores aprovaram que a Adufrj deveria solicitar um Congresso Extraordinário das Associações Docentes (Conad) para tratar da realização de um Congresso Nacional, também extraordinário, que discutiria a destituição de membros da atual diretoria.

Pelo regimento do Sindicato, a realização de um Conad requer a solicitação por um quarto das Ads Seções Sindicais, mesmo sem a aprovação da direção da entidade. Até o fechamento do jornal da Adufrj (2), cinco seções sindicais já haviam aprovado o Conad extraordinário: Adufrj, Adufgo (Goiás), Apruma (Maranhão), Adur-RJ (Rural), Adufu (Uberlândia).

GREVE

Medida Provisória sobre 28,86 % exclui professores

Para se conciliar com o governo, o Supremo Tribunal Federal, em seu acórdão sobre os 28,86%, autorizou que fossem deduzidos todos os índices dados aos servidores, inclusive os acarretados pela lei 8.627 - que reposicionou a tabela de algumas categorias do serviço público federal, dentre elas, os docentes do magistérios superior. Esse reposicionamento gerou ganhos salariais que variaram de 27% a 30%.

Portanto, confirmando a notícia do jornal da Adufrj, a grande maioria dos professores universitários não receberá nada. Os critérios que fixam a extensão do percentual de 28,86%, dado aos militares em 1993, a todos os servidores públicos - estão publicados na Medida Provisória de 30 de junho, sob o número 1.704.

Para a assessoria jurídica da Adufrj, o critério de desconto dos 28,86% é incorreto. A tese defendida por nossos advogados dá conta de que reposicionamento de tabela não se constitui em reajuste salarial. Em função disso, continuarão a batalha na Justiça para estender este percentual a todos os professores, sem desconto algum. No entanto reconhecem que, pelo fato do STF ter autorizado a dedução, abriu-se um precedente aos tribunais para que seja negado mais este direito aos servidores.

Esclarecimento à Comunidade Universitária

O Diretor da COPPE/UFRJ exerce uma responsabilidade sobre uma instituição pública, devendo contribuir para o aprimoramento das atividades desta instituição, tendo em mente a razão principal de sua existência, a sociedade brasileira, e não apenas o conjunto dos que nela trabalham, em particular os professores.

Ao longo dos três meses de duração da presente greve, mantive pública a postura de reconhecer as legítimas aspirações do movimento docente.

Todavia, sempre reafirmei a posição de independência em relação ao governo e ao movimento docente.

A convite do Secretário de Ensino Superior do MEC participei de reunião com o Ministro da Educação, da qual participaram dirigentes universitários da UFRJ e de outras universidades. Iniciamos na ocasião discussões visando aprimorar o Projeto de Lei da GED, sem todavia relegar as questões dos aposentados, dos professores federais de 1º e 2º graus e dos técnico-administrativos das Universidades Federais.

Assumimos este papel com o intuito de contribuir para o avanço das negociações, preocupados com o impasse vigente e conseqüências para as nossas instituições, inclusive o corte de salários. Este é o nosso dever e assumimos plenamente esta responsabilidade.

Deixamos clara na reunião nossa discordância com a falta de diálogo entre o MEC e o Comando de Greve, que não pretendemos substituir. Após a reunião, procuramos o presidente eleito da ANDES, ao qual expusemos as nossas propostas de modificação do Projeto de Lei.

Nosso objetivo é criar alternativa viável para superar o impasse entre as propostas do movimento e do governo. É absurda a alegação do documento da ADUFRJ de que estaríamos prejudicando a aprovação da Proposta do Comando de Greve pelo Congresso. Encontramos uma situação em que esta proposta está obstruída pelos parlamentares dos Partidos do Governo. O risco é esgotar o prazo constitucional para o Congresso aprovar algo a favor dos docentes ativos e aposentados, que ficarão então sem nenhum ganho após este enorme esforço de greve.

As negociações que contemplem os funcionários técnico-administrativos e os professores de 1º e 2º graus são também de extrema importância e devem ser aprofundadas na busca de soluções.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1998
Professor Segen Farid Estefen
Diretor da COPPE/UFRJ

Nota da redação:

No dia 5 de junho, uma nota que circulou pela universidade, assinada por Antônio Carlos Campos de Carvalho (Diretor do Instituto de Biofísica), Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (diretor do Instituto de Física), Luiz Fernando Dias Duarte (Diretor do Museu Nacional) e Segen Farid Estefen (Diretor da COPPE) tratava do processo de escolha para reitor da universidade. Na nota, esses diretores pedem o apoio de toda a comunidade "a qualquer dos nomes indicados pelo Colégio Eleitoral", ignorando que a comunidade já havia feito a sua escolha pelo primeiro da lista que fora enviada ao MEC.

Paralelamente, o diretor do Instituto de Biofísica e o diretor da Coppe negociaram diretamente com o MEC alterações no projeto de Gratificação de Estimulo à Docência, ignorando também as deliberações, na época, do Comando Nacional de Greve (CNG).

Esses fatos originaram urna nota do Comando Local de Greve da UFRJ que conclui: "A quem servem estas iniciativas desrespeitosas com a categoria docente? Ao MEC e ao governo, na certa elas servem bastante". Esta nota foi disponibilizada na Internet.

Em resposta ao texto do CLG, o diretor da Coppe, Segen Farid Estefen, solicitou espaço no jornal da Adufrj para esclarecimento à comunidade.

GREVE

ADUFRJ reativa Grupo de Trabalho sobre carreira

A Assembléia Geral realizada no dia 2/7 discutiu e aprovou a constituição do Grupo de Trabalho (GT) da ADUFRJ sobre Carreira Docente, com o objetivo de implementar a discussão sobre carreira proposta pelo ANDES-SN e alternativas para a inserção dos professores de 1º e 2º graus na carreira dos professores de 3º grau.

A primeira reunião do GT está convocada para a próxima quinta-feira, dia 09 de julho de 1998, às 9h na sede da Adufrj-SSind. Esta reunião é aberta à participação de todos os interessados.

Durante a Assembléia Geral, vários professores se dispuseram a participar deste GT:

- Rosane Evangelista Dias (CAp)
- Célia Brito (CAp)
- Kátia Maria Diniz Araújo (CAp)
- Edilza Campos Guimarães (CAp)
- José Henrique Sanglard (EE)
- Henrique Longo (EE)
- Fernando Carvalho (COPPE)
- Fernando Danziger (COPPE) e
- Horácio G. Motta (ICB)

Greve dos funcionários da UFRJ continua até quarta

O Comando Nacional de Greve Único formado por Fasubra/Sinasefe/Estudantes, indica a suspensão do movimento de greve a partir desta segunda feira (6) por 120 dias.

A Assembléia do Sintufrj acatou o indicativo. Porém, devido ao processo de escolha para reitor na universidade, os técnico-administrativos continuam até quarta (8) em greve, como forma de pressionar a nomeação do candidato mais votado pela pesquisa e pelo Colégio Eleitoral.

Os funcionários da UFRJ se reúnem em assembléia nesta segunda, a partir das 10h no Roxinho.

Fundo de Solidariedade marca greve na UFRJ

Uma das conquistas mais importantes da greve dos docentes da UFRJ foi a instalação de um fundo de solidariedade. Aprovado na Assembléia da Adufrj de 5 de julho, o fundo movimentou recursos da ordem de R$ 20 mil e atendeu a 32 docentes, num dos períodos mais críticos da greve, quando houve os cortes do salário. Além do significativo montante de recursos obtidos nesta iniciativa, pioneira na Adufrj, seu maior ganho foi político, na medida em que despertou forte sentimento de solidariedade entre os professores e contribui decisivamente para elevar a união da categoria. As doações e depósitos individuais ao fundo de greve vieram, em grande parte, de colegas aposentados, que apoiaram prontamente os docentes da ativa. Vale ressaltar que vários depósitos e doações foram feitos através de transferência de conta poupança – o apelo à solidariedade foi mais forte que os rendimentos financeiros. O sucesso do Fundo levou a Assembléia de 02 de julho a aprová-lo em caráter permanente, transferindo os recursos para uma conta poupança. Assim, uma proposta emergencial se consolidou como instrumento de organização e de apoio à luta pela Universidade Pública de qualidade.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 20 A 26 DE JULHO/98

Reitor eleito, reitor nomeado

Quem dirige a universidade, o MEC ou a comunidade?

Os últimos episódios ocorridos na UFRJ, envolvendo a polêmica nomeação do professor Vilhena, não se limitam a uma escolha entre candidatos. A defesa da nomeação de um interventor ou reitor legitimamente escolhido pela comunidade representa um divisor de águas entre diferentes concepções de universidade. Por um lado, os movimentos organizados e a quase totalidade dos decanos e dos diretores de unidades acadêmicas, procuram, acima de tudo, o respeito pelo papel fundamental dos Conselhos Superiores da Universidade, pelas legítimas e juridicamente consolidadas deliberações destes colegiados, pela maneira democrática de encaminhar as questões da universidade.

Por outro lado, os defensores do interventor querem instituir um feroz sistema de competição, com critérios e regras que os favoreçam, de modo que, sob o rastro de destruição da maioria das unidades e institutos, eles possam emergir como "núcleos de excelência". Esta foi a prática da última administração da UFRJ. Clientelista, favorecendo apenas os grupos identificados com seus interesses, esvaziou propositadamente o papel dos conselhos, serviu sempre como braço direito do governo FHC. Foi por isto amplamente derrotada no processo eleitoral. Apesar disto, conta com o apoio irrestrito de um grupo de "notáveis", cuja característica principal é a defesa de seus próprios interesses, disfarçados de um pretenso discurso "acadêmico". **Continua na página 2.**

Leia nesta edição:

Decreto sobre GED reduz as gratificações

Página 3

Decanos não se vendem para Vilhena

Página 5

Universidade tenta manter as atividades apesar da intervenção

Página 4

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 13 A 19 DE JULHO/98

Reitor eleito, reitor nomeado

Golpe na universidade

Ministro não nomeia Aloísio Teixeira e cria uma crise interna sem precedentes

Leia nesta edição:

Mec revela quem negociou nome de Vilhena

Adufrj pede renúncia de interventor

A reação da comunidade e as consequências para o ano acadêmico

Consuni simbólico reúne 500 pessoas

Editorial

INTERVENÇÃO: UM ATO CONTRA A UNIVERSIDADE

O Presidente da Republica e o seu Ministro da Educação estão tentando impor um interventor na reitoria da UFRJ, José Henrique Vilhena, um professor notoriamente atrelado ao governo, dando prosseguimento a política de degradação da universidade pública de qualidade. Nos últimos quatro anos, a administração da UFRJ, liderada pelos senhores Paulo Gomes e José Vilhena, deu um exemplo do desmantelamento de uma instituição publica. Foram agraciados pelo governo para continuarem sua política. Receberam, em troca, o repúdio de 90% da comunidade.

A destruição da autonomia universitária e um objetivo tenazmente perseguido pelos governos antidemocráticos. A intervenção em curso é mais uma tentativa do governo de controlar a universidade e, por extensão, as suas atividades de pesquisa e ensino. É preciso considerar o contexto concreto em que esta medida autoritária acontece. Trata-se de um ato inscrito no movimento mais amplo de "ajuste estrutural" que reconfigura as universidades latino--americanas como instituições de ensino privadas, acrescido de alguns "núcleos de excelência" direcionados ao mercado, em especial para a adequação de pacotes tecnológicos e, ainda, para a "manutenção da ordem". As tentações autoritárias do governo já ficaram patentes durante a greve, sobretudo, pelo conteúdo da GED e, mais amplamente, pelo conteúdo das reformas em curso (LDB, PEC-370, etc).

Com efeito, a autonomia confere às autarquias proteção jurídica em relação ao aparelho governamental.- Uma condição essencial para o exercício da autonomia universitária e que estas instituições sejam dirigidas por quadros de origem eletiva, escolhidos diretamente pela respectiva comunidade. Esta condição é necessária para que a universidade possa cumprir livremente as suas funções de produtora de conhecimento novo e de discussão, socialização e aplicação da ciência socialmente produzida. A delimitação institucional da autonomia visa, exatamente, a proteção do ethos acadêmico.

Seria ingenuidade acreditar que o funcionário-interventor, Jose Henrique Vilhena, quer satisfazer apenas uma ambição pessoal. Ele se propõe a ser o testa-de-ferro de um projeto em curso, como demonstra o apoio de certos "notáveis" ao golpe (ver Jornal da Adufrj-SSind, semana 29 de junho). Subjacente a este projeto de "excelência acadêmica" encontramos uma atividade acadêmica devotada ao conhecimento subordinado à razão instrumental, dirigida para atender os grupos de poder e para celebrar o "pensamento único".

Ao contrário do que o governo almeja, a universidade não é uma instituição passível de ser rateada no jogo fisiológico que caracteriza a política governamental em curso. A defesa da especificidade das mediações do trabalho acadêmico justifica a autonomia da universidade e o seu caráter autárquico, isto é, a qualidade própria de eleger autonomamente os meios para a satisfação de necessidades especificas. É próprio da universidade a escolha autônoma de meios e fins. Por isso, a escolha de um dirigente ilegítimo atinge o cerne da vida universitária e o seu repúdio é um gesto em defesa da instituição.

AD UFRJ Seção Sindical
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Mec revela quem negociou o nome de Vilhena para reitor

O ministro Paulo Renato propôs negociata como condição para nomear Aloísio. Vilhena apresentou os professores Gilberto Velho (Museu Nacional), Moises Nussensveig (I. Fisica) e Luis Bevilacqua (Coppe) como seus sub-reitores

Os professores Pinguelli Rosa, Gilberto Velho, Moises Nussenzveig, Luis Bevilaqua, Antonio Carlos Campos Carvalho, Carlos Aragão, Luiz Fernando Dias, Segen Estefen e Anibal Gil Lopes formam o grupo que, segundo a assessoria de imprensa do ministro Paulo Renato, foi responsável pela nomeação de José Vilhena ao cargo máximo da universidade, na quarta-feira passada (8).

A assessora direta do ministro, Tânia Viegas, informou que até a semana anterior à nomeação, Paulo Renato estaria decidido a empossar Aloísio Teixeira reitor da UFRJ para os próximos quatro anos. No início da semana, porém, o ministro teria recebido "vários telefonemas e mensagens" questionando a indicação de Aloísio pelo fato deste "estar ligado aos sindicatos".

Os "vários" telefonemas (informação confirmada pela própria assessoria do Mec), na verdade, se resumiam a mensagens de um grupo de "notáveis" da UFRJ que pedia a nomeação de José Vilhena, pelo fato deste estar comprometido com a política das unidades representadas por estes docentes: Coppe, Museu Nacional, Instituto de Física, Instituto de Biofisica e Copea (Centro de Estudos Avançados).

A assessora informou também que antes de tomar a decisão o ministro se reuniu, em separado, com Vilhena e Aloísio e pediu a ambos que conversassem, também em separado, com o grupo de docentes, para que chegassem a um acordo.

Na verdade, o que estava sendo proposto por Paulo Renato, era um grande conchavo entre os projetos de universidades representados por Aloísio e Vilhena. O primeiro, respaldado pela grande maioria da comunidade acadêmica e o segundo que houve a rejeição de 89% dos professores, estudantes e funcionários, durante a previa eleitoral realizada no final de abril.

Segundo o próprio Mec, o professor Aloísio se negou a participar da negociata e não viu motivos para fazer "acordos" com estes docentes ou com qualquer outra unidade da UFRJ, já que sua nomeação estaria respaldada tanto pelo Colégio Eleitoral, que o elegeu por larga margem de votos (62 a 31), quanto pela pesquisa feita a comunidade, que também o indicou com 42,58% dos votos.

Já Vilhena seguiu a risca as orientações do ministro, se encontrou com o grupo de docentes e assinou uma carta compromisso na qual se autointitulava reitor e afirmava ter o apoio do grupo de notáveis e a concordância da Copea. Na nota encaminhada ao ministro, às vésperas de sua nomeação, Vilhena apresenta os professores Gilberto Velho, do Museu Nacional, Moisés Nussenzveig, do Instituto de Física e Luiz Bevilacqua, da Coppe, como seus sub-reitores.

Para justificar dar posse a um reitor que obteve apenas 11 % dos votos entre a comunidade da UFRJ, o ministro da Educação, na voz de sua assessora, disse que Aloísio Teixeira politizaria as questões na universidade e o mais importante era "implementar as reformas institucionais".

NR:Apesar de inúmeras tentativas, realizadas ate o último instante de fechamento, a redação deste jornal não conseguiu estabelecer contato com o professor Aloísio Teixeira.

Golpe

Indignação toma conta da UFRJ

Cerca de 500 pessoas - entre professores, funcionários e estudantes - participam de sessão simbólica do Conselho Universitário. A presença maciça de professores demonstra que a Academia rejeita a nomeação de Vilhena

Na manhã de quinta-feira (9), cerca de 500 pessoas, entre professores, alunos e funcionários, realizaram uma sessão simbólica do Conselho Universitário, no hall da reitoria, para discutirem a nomeação de José Vilhena para a reitoria da UFRJ. Na avaliação geral, o governo apostou que, com o fim da greve, a possibilidade de reação do comunidade diante da nomeação de Vilhena não seria tão grande. Entretanto, desde quarta-feira os fatos demonstram o contrário, com a ocupação dos estudantes na reitoria, a mobilização dos funcionários e a reação de boa parte do corpo acadêmico com criticas à atitude do governo.

Estiveram presentes os deputados federais Lindberg Farias (PSTU/RJ) e Milton Temer (PT/RJ). Lindberg disse que a nomeação de Vilhena trata-se de mais um golpe de Fernando Henrique Cardoso como objetivo de aprovar o seu projeto de privatização da universidade pública no pais e afirmou: "isto e uma provocação à comunidade acadêmica". Para Milton Temer, a nomeação de Vilhena está no bojo do desmonte das instituições públicas. "Com a demagogia de incentivar os ensinos de primeiro e segundo graus, o governo está culpando a universidade pública pela crise na educação".

O Conselho, presidido pelo decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) Carlos Lessa, aprovou o manifesto de repúdio à nomeação de Vilhena - que foi publicado no Jornal do Brasil de sábado - com a assinatura de vários representantes dos diversos segmentos da universidade, dentre eles, cinco dos seis decanos do UFRJ e 34 diretores de unidade.

Nesta segunda feira, a partir das 10 horas, decanos e diretores de unidade estarão reunidos na sala do Conselho Universitário para realizaram um balanço das reuniões de unidade que aconteceram na semana passada. Na terça-feira, haverá nova reunião com os dirigentes - aberta à comunidade - para tragar estratégias que forcem a renúncia de José Vilhena. Os decanos farão entrevista coletiva à imprensa e, logo após, ao meio-dia, será realizada a Assembléia Comunitária, com a presença de dirigentes da universidade contrários à posse de Vilhena, professores, estudantes e funcionários.

Calendário da UFRJ

Segunda-feira - Reunião de decanos e diretores de Unidade aberta a comunidade – Sala do Conselho Universitário as 10h;

Terça-feira - Dia de paralisação dos professores da UFRJ em repudio a nomeação de Vilhena; Reunião de decanos e dire tores de Unidade aberta a comunidade – Sala do universitário as 10h;Assembléia comunitária a partir das 12h no Centro de Tecnologia, com a presença de parlamentares da bancada do Rio de Janeiro;

Vera Halfoun diz que Vilhena não conseguirá governar

Na opinião da professora nenhum projeto desta reitoria será aprovado nos próximos quatro anos.

A professora e ex-decana do Centro de Ciências da Saúde, Vera Halfoun, foi a segunda mais votada na pesquisa feita à comunidade para a escolha do reitor. A professora, que obteve 35,15% dos votos na consulta (Aloísio obteve 42,58%), se diz pasma com a atitude do ministro de nomear Vilhena para o cargo.

Segundo ela, Vilhena não terá condições de governabilidade. A grande maioria dos diretores de unidades, decanos e demais dirigentes e representantes da comunidade, que inclusive têm assento nos Colegiados Superiores, rejeita o ex-vice de Paulo Alcântara e na opinião da professora isto inviabilizaria qualquer projeto que partisse da reitoria.

O CCS e composto de 21 unidades, incluindo oito hospitais universitários, e congrega 1100 professores, 3200 funcionários e 7000 estudantes. O Conselho deste Centro se reuniu na Quinta-feira, dia 9, quando emitiu nota repudiando a nomeação de Vilhena e conclamando o MEC reverter esta decisão "em benefício de uma convivência acadêmica, embasada nos princípios da autonomia e da manifestação da comunidade como norteadores do processo democrático em nossa instituição".

Decanos pedem a Vilhena para renunciar

Preferido do governo permanece impávido diante da rejeição da comunidade

Na tentativa de tentarem convencer José Vilhena da falta de legitimidade de sua gestão, cinco decanos da UFRJ - Carlos Tannus (CLA), Sergio Fracalanzza (CCS), Carlos Lessa (CCJE), Marco Antonio França Farias (CCMN) e Oscar Acselrad (CT) se encontraram com Vilhena no apartamento de Carlos Alberto Messeder- o único sub-reitor da administração de Vilhena que já tomou posse na SR2 - na manhã de sexta feira. Entretanto, na avaliação geral, os resultados foram desanimadores. Diante dos argumentos que levam a crer que o melhor caminho é a renúncia, Vilhena permaneceu impávido, afirmando que é o reitor empossado pelo MEC e que não pretende abrir mão de seu cargo. Segundo os decanos, ele se negava a ouvir que a sua legitimidade estava ameaçada diante da rejeição de grande parte do corpo acadêmico da universidade.

A surpresa ficou por conta da saída do apartamento de Messeder. Os decanos foram surpreendidos por uma câmera da Rede Globo de televisão, que foi avisada sobre a reunião. Nenhum repórter, no entanto, procurou saber dos decanos o que estava acontecendo. Somente a imagem foi registrada pela TV.

Quarta-feira- Reunião do Ceg e Cepg a partir das 10h, na sala do Conselho Universitário;
Quinta -feira - Assembléia da Adufrj, as 13h30min no Auditório do Centro de Tecnologia;
Sexta-feira-Reuniao do Cepg, as 10h, na Sala do Conselho Universitário

Pinguelli diz que propôs ao ministro que tentasse um acordo entre Aloísio e Vilhena

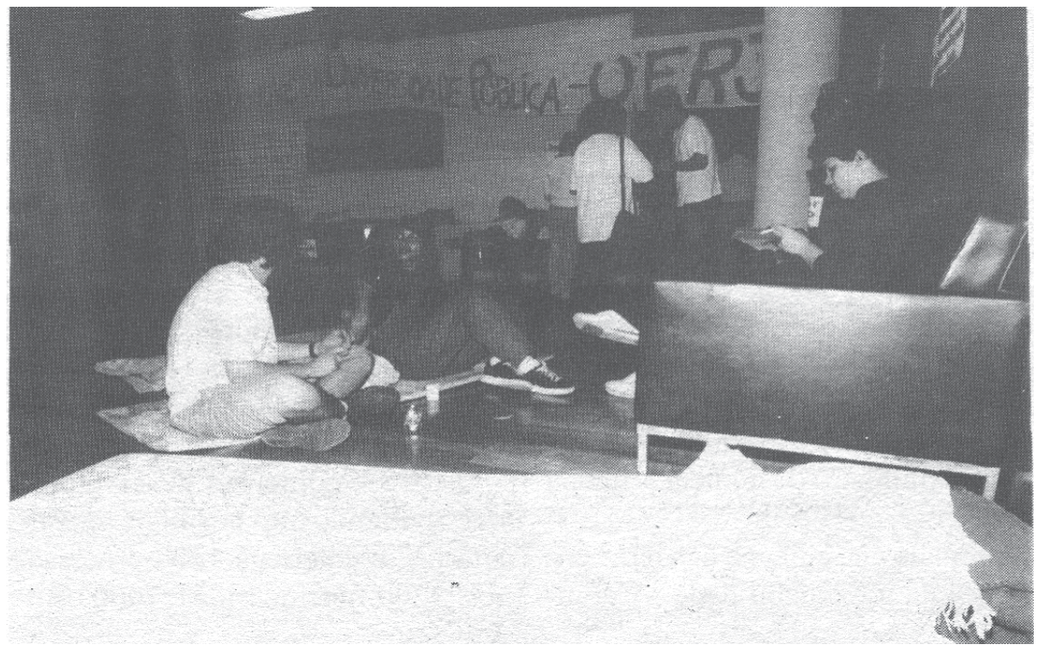
O vice-diretor da Coppe, professor Pinguelli Rosa, procurou a redação do jornal da Adufrj, na tarde da última Sexta-feira, para desmentir as informações da assessoria do Mec sobre as articulações em torno da nomeação de José Vilhena. Pinguelli disse nunca ter procurado o ministro para interferir na escolha do próximo reitor da universidade.

Ao contrário, segundo Pinguelli, ele é quem teria sido procurado pelo ministro Paulo Renato para opinar sobre o fato de um grupo de professores estar preocupado com a nomeação do reitor eleito pela comunidade, Aloísio Teixeira.

Sobre sua resposta ao ministro, Pinguelli diz ter sugerido a composição entre Aloísio e Vilhena, dias antes da nomeação deste.

Conselhos de Graduação e Pós não querem Vilhena

Comunidade não concorda com a escolha de ministro. O calendário letivo e o vestibular do 1999, entre outras atividades, estão comprometidos pela crise instalada na UFRJ com a nomeação do preferido pelo ministro Paulo Renato



Estudantes estão alojados no hall do reitoria, desde a quarta feira passada

A redefinição do calendário oficial da universidade para o ano letivo de 1998 esta suspensa pelo Conselho de Ensino de Graduação (Ceg) até que seja resolvido o impasse criado com a nomeação de José Vilhena como reitor da UFRJ. Ao saber da nomeação, os conselheiros do Ceg aprovaram uma nota de repúdio (ver quadro) onde questionam a governabilidade de Vilhena. O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) subscreveu a nota.

Para os conselheiros, a atitude do ministro Paulo Renato não se adequa à realidade da instituição e não havia motivos justificáveis para não empossar Aloísio Teixeira. Segundo o representante da Faculdade Engenharia Eletrônica, professor Antonio Cláudio, os membros do Ceg avaliam onde as conseqüências desta intervenção na UFRJ serão desastrosas para os Estudantes. Após uma greve de três meses, O Ceg estava pronto para retomar as atividades acadêmicas. Indignados, os conselheiros suspenderam também a formulação do edital para o Vestibular 99. Para que o processo de inscrições, pedidos de isenção de taxas, exames especiais e tradicionais possam ocorrer sem prejuízo para os candidatos, o edital deve ser publicado ate o final deste mês.

Para Antonio Cláudio, a nomeação de Vilhena só trouxe transtornos à rotina acadêmica e compromete as atividades e os cursos. “Todas as unidades estão fazendo reuniões para tratar do assunto. É um enorme gasto de tempo e energia. Aloísio é uma figura pública, e politicamente ligado ao PMDB, partido que faz parte do leque de alianças do governo, tem passagem em cargos de direção em diversos órgãos do governo, como a Embratel e a Finep, alem de possuir titulação e trabalhos acadêmicos ao nível do cargo. Não entendemos por que o ministro tomou esta atitude”, comenta.

Íntegra da Moção do CEG, subscrita pelo CEPG

O Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, reunido em sessão extraordinária em 08.07.98, manifesta seu repúdio à nomeação do profº José Henrique Vilhena de Paiva como reitor da UFRJ em flagrante desrespeito à vontade da comunidade unioversitária manifestada em pesquisa prévia e eleição legal e legítima por seus Colegiados Superiores, ferindo os princípios de autonomia, de democracia e colocando em risco a governabilidade e a normalidade da UFRJ.

Entidades mobilizam comunidade

Sintufj esta funcionando no prédio da reitoria e Adufj pede renúncia de Vilhena. Estudantes também querem a nomeação de Aloísio

Desde a manhã de quarta-feira (8), estudantes e técnico-administrativos da UFRJ estão ocupando o segundo andar do prédio da Faculdade de Arquitetura e Belas Artes, onde funciona os gabinetes do reitor e vice-reitor. A idéia dos manifestantes e impedir que o professor José Vilhena ocupe as instalações como reitor.

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores (Sintufrj) também se deslocou para o hall da reitoria, e segundo seus membros, funcionará no local até que o governo reveja a nomeação de Vilhena.

Os funcionários decidiram, em assembléia realizada na segunda-feira, dia 6, acatar a orientação da Federação (Fasubra) e suspender a greve nacional a partir do dia 13. Mas, depois do ato do ministro da Educação, decidiram manter a greve na UFRJ até que a crise tenha uma solução.

Para a diretora da Fasubra, Cenira da Mata, a nomeação de Vilhena foi mais um golpe do governo nas universidades públicas federais. Cenira diz que nas audiências da entidade com o ministro Paulo Renato, durante a greve, os funcionários já haviam exigido que o MEC nomeasse os reitores eleitos pelas comunidades na Universidade Federal da Bahia e na UFRJ.

Funcionários e estudantes ocupam o segundo andar da Faculdade de arquitetura, onde funcionam a sala dos Colegiados Superiores e o gabinete do reitor

Os professores que compareceram à ultima assembléia da Adufrj rejeitaram, por unanimidade, a nomeação e exigiram a renúncia de Vilhena, ao cargo. Estiveram presentes, mais de 120 docentes.

Os professores aprovaram também uma paralisação das atividades nesta terça-feira, dia 14.

Os estudantes vão permanecer no hall da reitoria até que o professor Vilhena renuncie ao cargo de reitor.

Paralização dia 14 e julho. Pela renúncia de Vilhena

Professores, estudantes e funcionários

Assembléia Comunitária

Terça-feira, dia 14, ao meio-dia, no Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta: Intervenção do MEC na reitoria

Golpe

Repercussão

"A Andifes tem como principio não interferir nos processos internos das instituições. A nossa proposta de lei' orgânica sobre a autonomia universitária tem como objetivo regulamentar o processo de escolha do reitor que se encerraria no âmbito da universidade. Mas o fato é que, atualmente, a lei permite que o ministro escolha um aos nomes da lista, o que foi feito.
A minha posição como reitor é que o eleito deveria ter sido nomeado e estou solidário com a comunidade da UFRJ "

Ivonildo Rego,presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e atual reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

"Em primeiro lugar, o governo está agindo em função do cálculo da falta de reação da universidade, em virtude do fim da greve nacional.
Vamos ocupar a reitoria por tempo indeterminado.
A estratégia do movimento estudantil é trabalhar junto aos órgãos colegiados superiores e intermediários da universidade. A legitimidade do Aloísio é inquestionável; A ilegitimidade do Vilhena é inquestionável;
Vale ressaltar que em todas as proporções na pesquisa informal, Aloísio conquistou a maioria dos votos. Em 70, 15,15; 50, 25,25; ou paridade universal."

Renato Cinco- um dos diretores do DCE da UFRJ e representante dos estudantes na elaboração da pesquisa à comunidade

"0 ministro do Educação está concretizando uma das tarefas do governo FHC - o desmonte das instituições públicas. Este é o objetivo deste governo, principalmente na Saúde e na Educação. Na área da Educação, o governo usa a demagogia de estar investindo nos 1 ° e 2°graus responsabilizando a universidade pública pela falta de recursos. Neste momento a defesa da universidade pública, autônoma e soberana é fundamental para se evitar que determinadas empresas tenham mais poder do que o Estado.
O atropelo à nomeação de Aloísio Teixeira está no bojo disso. FHC fez o que nem a ditadura ousou realizar "

Milton Temer- deputado federal (PT/RJ)

"De acordo com a tradição dos últimos 4 mandatos, a partir do governo Jose Sarney, os pressupostos democráticos passaram a ser respeitados na UFRJ
Quanto à legalidade do processo, a universidade fez tudo absolutamente na forma da lei. Entretanto estou preocupado com a atitude de integrantes do Colégio Eleitoral que influenciaram nesta escolha, desrespeitando a hierarquia acadêmica, passando par cima dos Colegiados superiores para justificar a quebra da autonomia. Antes do resposta do governo, enviamos uma carta de apoio à candidatura do Aloísio. Este documento foi assinado por 38 professores da mais elevada categoria acadêmica. Me espata que a avaliação de quatro ilustres desconhecidos seja mais importante do que a maioria acadêmica da universidade. Soubemos que, numa reunião na Biofísica, condições foram impostas aos candidatos para que houvesse o apoio desta unidade."

Alexandre Cardoso, ex-reitor e coordenador da pesquisa que elegeu Aloísio Teixeira para reitor da UFRJ.

Professores, estudantes e funcionários

Assembléia Comunitária da UFRJ

Terça-feira, ao meio-dia, no Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta: Intervenção do MEC na reitoria

Editorial

UFRJ: Universidade ou autocracia?

Continuação - O modo como atuam os notáveis é característico. Motivados por seus interesses particularistas, constituem "comissões de alto nível" se auto-proclamando porta-vozes do interesse geral. No auge do isolamento do Ministro da Educação, quando a greve nacional já impusera sucessivas derrotas ao governo, inclusive com reflexos eleitorais para a reeleição do FHC, abrindo possibilidades concretas de vitória, um grupo de "notáveis" se dispôs a dar a mão salvadora ao Ministro. O relator do PL-GED, ao encaminhar o nefasto projeto, nomeou os seus interlocutores, citando, entre outros, os "notáveis". O ministro não esqueceu o gesto desses professores, conferindo-lhes a condição de "eleitores em última instância" do novo reitor. O resultado, todos conhecemos: lançaram a UFRJ na maior crise de sua história recente.

No fundo, a reforma tecnocrática em curso, vista sob o ponto de vista interno, é um eco da universidade dos catedráticos e das ideologias dos mandarins. A rigor, a redemocratização da universidade perseguida após o final da ditadura é vista como uma ameaça pelo pensamento neoconservador hoje vigente. Como registrou Florestan Fernandes, no caso USP, existe uma inteligência reacionária, sempre disposta a aceitar as imposições das autoridades do governo, mesmo que impossibilitando a autonomia acadêmica da universidade e a comunidade comunicativa dos professores, estudantes e dos técnico-administrativos.

Assim, por meio de um malabarismo conceitual, propõem que a escolha do reitor pelo Presidente se resuma à nomeação de um cargo de confiança do **governo**, alegando que a universidade, uma autarquia que goza da prerrogativa constitucional da autonomia, é um "órgão do **governo** federal" (SIC!). Obviamente é cinismo confundir **Estado e governo**, pois é cínica a atitude que esconde a sua verdadeira intenção. A universidade é uma autarquia pública; o governo é o conjunto de pessoas que exercem o poder político. Nas sociedades modernas, os governantes compreendem o conjunto de pessoas que governam o Estado. A universidade autárquica, por definição e tradição secular, não pode estar subordinada às **pessoas** que governam o Estado. A opção pelo apoio a uma determinada corrente política ou a um determinado grupo de dirigentes somente pode ser feita em nome dos indivíduos e nunca da instituição universitária, como parecem querer os "notáveis". Outro surpreendente argumento falacioso reduz a legitimidade de um governo a sua eleição. O fato do chefe do governo ter sido eleito não lhe dá direito divino de decidir segundo a exclusiva vontade do Príncipe. De fato, a eleição é uma condição necessária para a legitimidade, porém insuficiente; um governo só é legítimo se, e somente se, os seus **procedimentos** forem legítimos. Procedimentos como medidas provisórias, compra de votos no congresso, privatizações obscuras, decisões unilaterais, etc., não são legítimos.

Somente respeitando a autonomia universitária serão criadas alternativas democráticas para a crise. Saídas de ocasião, como a chamada "terceira via", somente irão estender perigosamente o problema. A universidade é regida por mediações específicas que caracterizam a sua singularidade, deste modo, nenhum reitor pode dever a sua posse a vontade do Príncipe.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Governo despreza negociações com "notáveis" sobre a GED

Decreto que estabelece critérios para pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED)não inclui pontos que foram objeto de negociação entre MEC e "notáveis"

O conteúdo do decreto presidencial n.º 2.668, de 13 de julho de 1998, que dispõe sobre critérios para pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), publicado no Diário Oficial da última terça-feira (14), restabelece alguns pontos que haviam sido retirados do substitutivo aprovado pelo Congresso. O artigo segundo, por exemplo, que trata do número total de pontos a ser distribuído anualmente para cada instituição, prevê que este número "somente poderá ultrapassar a quarenta e cinco vezes o número de docentes efetivos em atividade, com a autorização expressa do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, mediante justificativa apresentada pela instituição". Este foi um dos itens negociados entre os "notáveis" e o MEC. Como "fruto" desta negociação, o governo aceitara aumentar o total de pontos de 45 (contido no texto original da GED), para 60 (que fora incluído no substitutivo). Entretanto, o governo desprezou essas sugestões e publicou critérios estabelecidos no texto original, fortalecendo de maneira exacerbada dentro das instituições a competição individual.

Mesmo com um desempenho excelente muitos professores não receberão a pontuação máxima. No artigo citado, em parágrafo único, o MEC abre a possibilidade deste número ser aumentado no máximo em dez pontos ao ano. Os critérios para se conquistar esses "pontos adicionais" não foram citados e provavelmente serão fixados junto aos demais critérios de "avaliação" dos docentes. Este item reforça a divisão entre as instituições, pois abre a possibilidade de uma determinada universidade vir a "conquistar" pontos, o que geraria gratificações mais altas, e proporcionaria critérios políticos para algumas universidades concederem gratificações mais altas aos seus professores.

Aposentados ficam de fora da GED

A assessoria jurídica da Adufrj não tem dúvidas: os aposentados estão fora da GED. Esta manobra foi divulgada no penúltimo jornal da Adufrj e causou a indignação de vários docentes aposentados. A assessoria jurídica do Andes - Sindicato Nacional - também foi acionada, mas até agora não se pronunciou sobre o assunto.

O artigo quinto da lei que estabelece a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) é nebuloso. Numa redação que confunde mais do que esclarece, o governo exclui os professores que já estão aposentados do recebimento da GED.

O artigo afirma que somente o professor que "na situação em que o referido aposentado ou instituidor que originou a pensão tenha adquirido o direito ao benefício quando ocupante de cargo efetivo referido nessa lei" terá direito de receber a média aritmética dos pontos utilizados na GED durante os últimos vinte e quatro meses. Se este cálculo não for possível, valerá como base para o cálculo 60% da pontuação máxima da gratificação. Neste retorcido texto pode-se entender que apenas os professores que irão se aposentar a partir da publicação do decreto terão direito aos 60% da gratificação.

Golpe

Conselheiros do Ceg e Cepg querem solução para "intervenção branca"

Comissão de decanos vai à Brasília reivindicar posse de Aloísio

Na terça-feira (14), a comunidade da UFRJ, com a presença de vários dirigentes e parlamentares da bancada federal do Rio, lotou a sala do Conselho Universitário e o hall da reitoria. Em um grande ato pela nomeação do reitor eleito, Aloísio Teixeira disse que não participará de comissão para convencer Vilhena da renúncia.
A CUT e entidades sindicais e estudantis estiveram representadas no evento

O Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ autorizou o adiamento do edital que trata das inscrições e pedidos de isenção para o vestibular de 1999. Segundo a representante do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, professora Diana Maul, o adiamento não ocorrerá por conta da nomeação de José Vilhena para reitor, mas sim devido a "problemas técnicos ocorridos no setor de publicações da universidade".

De acordo com a professora, as inscrições deverão ser processadas em agosto, com isso o edital deve sair, impreterivelmente, até o final de julho.

Ao contrário do que vem sendo divulgado em alguns órgãos de imprensa, o edital que trata do Vestibular 99 não está atrasado e as datas de provas não serão revistas (22 e 29 de novembro e 4 de dezembro). Daqui a duas semanas, o Ceg terá finalizado o conteúdo do edital e do material sobre o concurso.

Diana disse ao jornal da Adufrj que em nenhum momento foi cogitada a hipótese de suspensão do vestibular 99, mesmo diante do estado de ingovernabilidade em que se encontra a instituição.

Quanto ao tumulto gerado pela nomeação de Vilhena, Diana diz que um dos problemas para a comunidade é a falta de um calendário único de atividades acadêmicas, que ainda não foi definido pelos Colegiados Superiores. Qualquer calendário oficial deveria ser aprovado pelo Conselho Universitário que dado à ausência de reitoria não pode, em princípio, deliberar sobre o assunto.

Para amenizar os prejuízos à vida universitária, o Ceg considera que o primeiro semestre ainda está em curso, o que determina que as unidades reponham as aulas e conteúdos interrompidos durante a greve dos docentes.

Segundo Diana, o calendário único para toda a instituição é um fato recente na UFRJ e que, do ponto de vista administrativo, facilita bastante a vida de professores, estudantes e funcionários.

Quem vai ter que administrar esta situação de "anormalidade" são os departamentos, que caso a caso, de acordo com seus critérios internos, deverão registrar as atividades de aulas, provas, exames etc., até que se tenha uma solução para a "ausência" de reitoria.

"E mesmo que o Consuni aprove um calendário, a gente não pode ficar à mercê de uma organização única central. A Adufrj encaminhou o fim da greve e os professores voltaram às atividade e estão dando aulas", comenta.

O Ceg espera que o Mec volte atrás em sua decisão e respeite a autonomia da instituição e a vontade de sua comunidade, que elegeu Aloísio Teixeira reitor da UFRJ. Para isso, juntamente com o Cepg, decidiu compor uma representação de dois membros (e respectivos suplentes), que, com decanos e diretores, irá ao encontro de Vilhena para convencê-lo da necessidade de sua renúncia. A Comissão deverá ir, também, à Brasília reivindicar do ministro Paulo Renato dê posse a Aloísio.

Golpe

MEC propõe cala boca a dirigentes da UFRJ

"Não nos venderemos por um prato de lentilhas "

Os cinco decanos que não aceitaram a nomeação de Vilhena vão continuar defendendo a posse do reitor eleito pela comunidade e pelo Colégio Eleitoral da UFRJ, professor Aloísio Teixeira.

Carlos Tannus, (CLA), Carlos Lessa, (CCJE), Oscar Ascelrad (CT), Sérgio Fracalanza (CCS) e Marco Antônio França (CCMN) disseram à imprensa, na sexta-feira (17), que a verba de R$ 4,8 milhões para a universidade, anunciada pelo ministro Paulo Renato, após almoço com Vilhena, semana passada, em Brasília, não paga nem a dívida da instituição com a Light. A empresa recebe da UFRJ R$ 6 milhões por ano para pagamento de serviços prestados.

Os decanos querem que o ministro, assim como fez com um pequeno grupo da universidade, os receba como representantes de 90% da comunidade acadêmica que não quer Vilhena como reitor.

Segundo Carlos Tannus, mais de 6.000 pessoas, entre alunos, professores e funcionários já assinaram o manifesto produzido pelos decanos e 34 diretores de unidades, onde repudiam a escolha do MEC.

Os professores, em assembléia da Adufrj, na quinta-feira (1 6), repudiaram qualquer tentativa de nomear um reitor que não tenha sido referendado e legitimado pelo voto da comunidade universitária.

Os números do golpe

5 decanos são contra a nomeação de Vilhena

34 diretores de Unidade se manifestaram contra a nomeação do favorito de Paulo Renato

40 manifestações públicas de repúdio à nomeação do interventor

8 parlamentares da bancada federal do Rio estão dando apoio a nomeação do reitor eleito, Aloísio Teixeira

4 Candidatos ao governo do Estado são contra Vilhena

62 foi o número de votos obtidos por Teixeira no Colégio Eleitoral

32 votaram em Vilhena no CE

89% da comunidade rejeitou Vilhena

Intervenção na Bahia

APUB protesta contra desrespeito do governo

Ivone Pinto – Apub

Um desrespeito à luta interna da universidade pela escolha democrática de seu reitor. Assim o presidente da Apub, Prof. Aurélio Lacerda, definiu a atitude do governo, que nomeou o terceiro colocado na consulta à comunidade para o cargo de reitor da UFBa. "A Apub protesta veementemente contra a atitude antidemocrática do presidente", afirmou. Na quarta-feira 15, Apub, Assufba e DCE realizaram protesto no hall da Reitoria.

Uma nova manifestação está agendada para o dia 21, no mesmo local. "Nas duas últimas consultas, a decisão da comunidade foi acatada, empossando-se os professores Felippe Serpa (1994) e Eliane Azevedo (1990). Por isto, apesar do perfil imperial desse governo, esperávamos o respeito ao resultado das urnas. Até porque FHC vinha nomeando os eleitos, com poucas exceções, como os reitores das federais do Pará e, recentemente, do Rio de Janeiro", reiterou o Prof. Aurélio Lacerda.

O mais votado - "A Associação dos Professores da Bahia vai continuar defendendo seus princípios históricos. O reitor deve ser eleito democraticamente por sua comunidade. Se o Prof. Heonir Rocha fosse o primeiro colocado e outro fosse nomeado em seu lugar, agiríamos da mesma forma", reafirma o presidente da Apub.

O Prof. Luiz Filgueiras, da Faculdade de Economia, foi o primeiro colocado na consulta promovida pelas Entidades, no final de abril. Em maio, seu nome foi consagrado no primeiro lugar pelo Colégio Eleitoral. O candidato nomeado pelo MEC, Prof. Heonir Rocha, obteve o terceiro lugar na consulta e segundo no Colégio Eleitoral.

Opinião

Ignorância e má-fé * Carlos Nelson Coutinho

Li, com espanto, o editorial "Legado Stalinista" publicado no JB de 10/07/98, que trata da nomeação pelo governo federal do Sr. José Vilhena para reitoria da UFRJ e da crise que isso provocou no nosso meio acadêmico. Pelo título, supus estar diante de um editorial escrito em plena época da guerra-fria. Mas, como o mesmo não estava na seção "50 anos atrás", não posso deixar de registrar com ênfase que o referido editorial é uma grotesca mistura de ignorância e de má-fé.

Ignorância porque o editorial desconhece inteiramente as normas que regeram e regem a indicação dos reitores das Universidades federais. Jamais foi dada ao ministro da educação - nem mesmo durante a ditadura - a prerrogativa de indicar, sem consulta à comunidade universitária, o nome do reitor. Essa escolha foi sempre feita a partir de uma lista indicada pelo Conselho Universitário, lista que já foi tríplice, depois foi sêxtupla e há pouco voltou a ser tríplice. Nos últimos tempos, a partir do fim da ditadura e da luta pela autonomia universitária, tornou-se praxe a indicação - entre os nomes desta lista daquele professor que obtém, numa ampla consulta que envolve o conjunto da universidade, o maior número de votos. No caso em tê-la, a UFRJ fez a referida consulta: o professor Aloísio Teixeira obteve mais de três vezes o número de votos obtido pelo Sr. Vilhena, inclusive entre os professores. E, em conseqüência, o professor Aloísio foi indicado também, com significativa maioria, pelos conselhos superiores da UFRJ.

Má-fé porque o editorial resolveu atribuir à CUT - e a um suposto "legado Stalinista"(sic!) - a responsabilidade pela grave crise que hoje envolve a UFRJ. Como claramente se pode ler na matéria jornalística que o próprio JB publica na mesma edição em que foi publicado o mencionado editorial, o protesto contra a desastrosa nomeação do Sr. Vilhena - protesto que conta com o apoio dos servidores técnico-administrativos e alunos de nossa universidade - tem sua origem nos professores da UFRJ: estão contestando os critérios antidemocráticos da nomeação do Sr. Vilhena 39 das 43 direções de unidade da UFRJ, cinco das seis decanias, todos os conselhos superiores (Ceg,Cepg, Consuni). No limite, todos esses dirigentes universitários, eleitos recentemente por seus pares, dispõem-se até a se demitir dos seus cargos se o Sr. Vilhena não tiver a dignidade de renunciar ao cargo que obteve de modo ilegítimo. Aliás, isso é informado na reportagem feita pelos honestos e competentes jornalistas do JB, que foram claramente desrespeitados por esse lastimável editorial.

O JB - que, num passado remoto, orgulhou os seus leitores por ter corajosamente combatido a ditadura - fica assim com o ônus de provar que a maioria esmagadora dos professores da UFRJ é constituída por nostálgicos do stalinismo. Mas, ao mesmo tempo, deve também nos convencer que seus atuais donos e editorialistas são algo mais do que lacaios do atual governo, cuja política educacional - como fica evidente na nomeação do Sr. Vilhena - tem por meta destruir o caráter público, laico e democrático de nossas universidades federais.

*** Professor Titular da escola de Serviço Social da UFRJ**

Cartas

A *avalanche* de notas pró-professor Vilhena tem utilizado à exaustão a palavra LEI. Segundo estas notas, o governo Federal agiu dentro da Lei ao escolher para Reitor da UFRJ o Professor Vilhena. Seguindo esta linha de raciocínio gostaria muito de obter respostas para algumas perguntas bem simples:

1) Por que um governo "tão preocupado" em "fazer cumprir a Lei" neste caso em particular, não age da mesma maneira quando trata-se de nossos processos ganhos na justiça (todos legítimos e amparados por Lei)?

2) Para o Governo Federal a Lei só deve ser aplicada para atender a interesses próprios?

3) É correto a vaidade de FHC sobrepor o coletivo?

4) Os signatários destas notas foram tão amáveis com a postura nazista e intransigente de FHC quando se deu a greve nas Universidades Federais? (É bom lembrar que esta greve exigia, basicamente, o cumprimento da tão propagada LEI).

Maysa Chaves
Coppe/UFRJ

Legado Estadonovista * Fernando Pamplona

Na década de 30, quando Pedro Ernesto foi prefeito, Anísio Teixeira, o maior educador que o Brasil já teve, criou com AUTONOMIA, a Universidade do Distrito Federal. Por insistência do reitor Ignácio do Azevedo Amaral, fiel e obediente seguidor do estado Novo, Getúlio Vargas fechou a Universidade do Distrito Federal e prendeu Pedro Ernesto que, quando saiu da cadeia, foi carregado nos braços do povo que lhe presenteou um automóvel. Morreu em seguida. Mas o ditador deixou um LEGADO, afim de ampliar o controle político". No campo da educação, baixou uma norma instituindo uma lista sêxtupla afim de escolher entre os indicados pelos Conselhos Universitários - mais controlados que as assembléias de hoje - uma vez que formados por diretores de Universidades, também nomeados pela ditadura, o reitor que manteria sob controle. A ditadura militar continuou a aplicar o legado centralizador que recebeu de Vargas até que, com a "abertura", Marco Maciel assumiu o Ministério da Educação e fez um acordo de cavalheiros com as Universidades representadas pelo conselho de reitores - haveria eleições paritárias, votando professores, funcionários e alunos, revogava-se a lista sêxtupla e ele e o Presidente da república nomeariam o candidato mais votado. Não seria uma atitude legal, ao pé da letra, porém legítima. Como sempre ético (até hoje) Marco Maciel nomeou todos os reitores e diretores de unidades, os mais votados, inclusive o reitor da UFRJ, Horácio Macedo, até hoje membro do PCB e apesar de perseguido por duas ditaduras, e a mim próprio como diretor da EBA, se tivesse nomeado o 3º mais votado teria feito diretor um professor que não alcançou 10% dos votos.

Todos os governadores seguiram eticamente o ministro Marco Maciel nas universidades estaduais. Quem quebrou a corrente de legitimidade foi o governador Leonel Brizola que nomeou para a UERJ o candidato 3º colocado, seu amigo e correligionário Fayal que não obteve nem 10% da votação. Foi legal mas não foi legítimo. Assim, Brizola, legítimo herdeiro do legado Estadonovista, "ampliou o seu controle político" no Rio de Janeiro. Em seguida, os governadores da Bahia e do RG do Sul seguiram o seu ilegítimo exemplo. Mesmo com a autonomia universitária aprovada pela Constituição (que descentralizava o poder), o legado Estadonovista permaneceu, para controle político de quem está no poder.

Meu amigo, professor Vilhena, recém-nomeado, não foi absolutamente indicado pela comunidade acadêmica. Isto é um sofisma; ele foi sim, rejeitado por mais de 80% desta comunidade. Como as coisas aconteceram, a "cultura do centralismo democrático" tal como acontecia na ditadura stalinista, foi sim praticada pelo nosso "democrático" Ministro da Educação exercendo um legado da Ditadura Estadonovista. Mostrou-se tão fascista quanto o Brizola, herdeiro do Ditador Vargas.

Se não for para cumprir a autonomia concedida pela nossa constituição, melhor seria ter a coragem dos ditadores e não permitir eleições, pelo menos não haveria esta FARSA GROTESCA que não sei porque razão o JB defende.

Diz o JB: "As universidade federais são órgãos do governo federal e os reitores ocupam cargos de confiança do executivo e, portanto alinham-se por lealdade ao governo"- Todo o cidadão brasileiro deve "alinhar-se por lealdade ao país" o que não significa que, não sendo militares, podem discordar do governo. Lealdade não significa subserviência e concordância política e/ou pedagógica. Para não haver "centralismo democrático", é fundamental a autonomia universitária, não é a opinião da CUT que não tem nada com isto. É opinião de um professor que colaborou com a UFRJ por quase 40 anos. Em nome dos admiradores do JB, lamento o equivocado e tendencioso Editorial.

* Ex-diretor da EBA da UFRJ

Assembléia comunitária da UFRJ

Quarta-feira, 22, ao meio-dia, no Hall da reitoria

Pauta: Intervenção do MEC na reitoria

Temas polêmicos, como carreira única, estão sendo debatidos

Como Incluir 1º e 2º graus na Carreira Atual?

Grupo de Trabalho se propõe a discutir carreira docente

O Grupo de Trabalho da Adufrj (GT) sobre Carreira realizou duas reuniões onde foram discutidas propostas para a implementação da Carreira Única do ANDES-SN e a inserção dos professores de 1º/ 2º graus na tabela do 3º grau. A exclusão dos docentes do 1º e 2º graus de qualquer proposta de reajuste salarial ou gratificação a curto prazo motivou a retomada desta discussão.

Em vista disso, o GT está elaborando princípios para o reenquadrarnento dos professores do CAp na tabela do 3ºgrau, incluindo estudo e avaliação do impacto financeiro que a medida traria. A transposição de tabelas, entretanto, não esgota o problema. Esta discussão envolve ainda os aspectos acadêmicos, organizativos e administrativos da UFRJ e do próprio CAp.

No âmbito estadual, a UERJ também realizou processo semelhante há anos atrás. Não se tem, até o momento, no entanto, mais detalhes sobre como tais processos ocorreram em cada Universidade.

Assim, para melhor subsidiar as próximas reuniões do Grupo de Trabalho, serão feitos contatos com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, com a Universidade de Goiás e com a UERJ, visando obter maiores informações disponíveis.

A próxima reunião do GT Carreira está marcada para segunda-feira (27), às 17h30min, no CAp, Rua J. Seabra s/n, na Lagoa. Lembramos mais uma vez que as reuniões do GT são abertas a todos os interessados.

Professores voltam a discutir Seguridade Social

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social volta a se reunir a partir desta segunda feira (20) às 14 horas, na escola de Serviço Social (Praia vermelha). No momento, o grupo é composto por Walcyr de Barros (Escola de Enfermagem), Sara Graneman e Cleusa dos Santos, ambas da Escola de Serviço Social. A reunião está aberta a todos os interessados em discutir o tema.

Assembléia comunitária da UFRJ

Quarta-feira, 22, ao meio-dia, no Hall da reitoria
Pauta: Intervenção do MEC na reitoria

Comunicação e Arte em qualquer parte

Política de comunicação social e reflexão sobre as artes no cotidiano brasileiro são os objetivos do Grupo de Trabalho que volta a se reunir na Adufrj

O Grupo de Comunicação e Arte retoma seu calendário de reuniões. A primeira será realizada na semana entre os dias 27 e 31 de julho, com dia e hora a serem divulgados no próximo número do jornal da Adufrj.

Nacionalmente, o GT do Ande vinha privilegiando a comunicação como assunto mais abordado nas reuniões. Mais recentemente, no entanto, o grupo nacional começou a se dedicar às questões do meio artístico na formação, freqüência da arte, e a docência universitária. Como reflexo dessas discussões inclusive, a última revista do Andes Universidade e Sociedade foi dedicada ao tema Arte & Cultura absorvendo sugestões do grupo de trabalho da Adufrj.

O GTCA/Adufrj é constituído pelos professores: Patrícia March (EBA), Sandra Martins de Souza (CAp) e Roberto Houaiss (FAU e diretoria da Adufrj). As reuniões são abertas a todos os interessados.

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V

14 A 20 DE SETEMBRO/98

Pela renúncia de Vilhena

Na sessão do Consuni (10), a maioria pediu a renúncia de Vilhena

Consuni pode pedir destituição de Vilhena na próxima sessão

Páginas 4 e 5

Atlas eleitoral revela o perfil dos eleitores de Lula e FHC

Páginas 5, 6, 7 e 8

Professores debatem carreira e avaliação docente

Páginas 12

As crises e a universidade

Nas últimas semanas o mundo inteiro preocupa-se com o significado da crescente crise econômica. Sua extensão e suas conseqüências ainda não estão completamente delineadas. Mas alguns aspectos já são bastante claros. O primeiro é que a crise não atinge todos os países da mesma maneira. Há enormes diferenças entre a situação da Europa e dos EUA e a situação dos países que ocupam uma posição de dependência no processo de globalização, como é o caso do Brasil. O outro aspecto significativo é o de que também existem diferenças importantes entre os vários setores da economia. Muitas análises apontam para a importância da capacidade de incorporação, absorção, gestão e produção de novas tecnologias como fator determinante de poder econômico. Ou seja, o conhecimento, no seu sentido mais amplo, ocupa um lugar de destaque no mundo inteiro e permite que os setores produtivos mais dinâmicos sejam preponderantes. Não só na questão das oportunidades de emprego, mas também na de realizações pessoais, a possibilidade de acesso aos meios de divulgação e produção de conhecimentos é decisiva para todos os habitantes do planeta.

Neste sentido, a universidade brasileira deveria estar discutindo seu papel no mundo contemporâneo, e principalmente, qual sua participação nos rumos que o país tem tomado. Se somos a principal instituição de ensino e pesquisa do país, para onde iremos com tudo isto que atinge hoje todos os continentes? Não é por acaso que esta discussão não se dá em todos os espaços acadêmicos. Vemos basicamente dois caminhos delineados. O primeiro é o da crítica ao modelo econômico dominante, ao "aparthaid" social, ao elitismo como ideologia, a desumanização crescente. O outro caminho é o da manutenção dos privilégios alcançados por alguns grupos, por alguns países. Na versão tupiniquim, esta posição conservadora é disfarçada por um cínico "reconhecimento" de que nosso país é impotente frente a um processo mundial. A partir disto justificam-se todos os procedimentos para salvar (ou manter) as estruturas já existentes. Na UFRJ, esta é, no fundo, a fundamentação das posições que defendem a nomeação do senhor Vilhena como reitor. Sem nenhuma perspectiva crítica, mesmo reconhecendo os desmandos do governo FHC, procuram uma tábua de salvação onde possam continuar suas atividades. Não tem, para estes senhores, muita importância a atuação meio ridícula do personagem escolhido. Afinal, a maioria deles já nem depende tanto assim da estrutura formal da universidade para sobreviver.

Mas para quem vive a universidade com uma perspectiva maior, para quem se preocupa com o sentido de seu trabalho, com os rumos que tomam os frutos do crescimento e do acúmulo de conhecimentos alcançados pela humanidade, com a situação social do país, a posição destas elites é insatisfatória.

De forma concreta, não vemos a menor possibilidade de uma atuação mais plena da Universidade Federal do Rio de Janeiro, seja no plano acadêmico, seja no plano político, dirigida por uma administração dissociada de sua comunidade. É urgente a renuncia do senhor Vilhena para permitir a esta instituição repensar seus rumos. Sua simples renuncia não será a solução dos problemas, mas abre uma porta para encontrarmos novos rumos.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprova mudanças no sistema de contribuição sindical

Na última AG do dia 10 de junho, foi aprovada a modificação da contribuição sindical. Os sindicalizados à Adufrj-SSind passarão a contribuir com 1 % da remuneração bruta permanente, como já é o caso na maioria das seções sindicais do ANDES-SN.

Congelado desde janeiro de 1995 em R$ 12,00, o antigo sistema penalizava os professores com menor salário.

Esta alteração deverá permitir algumas modificações importantes no funcionamento da Adufrj-SSind. Uma das primeiras iniciativas da diretoria da Adufrj-SSind será no sentido de aperfeiçoarmos o contrato com nossa assessoria jurídica.

Nas próximas edições do nosso jornal detalharemos esta e outras propostas.

Grupos de Trabalho da Adufrj

Arquivo e História do Movimento Docente
Todas as terças-feiras, às 10 horas, na sede da Adufrj.

Seguridade Social
O próximo encontro será dia 15 de setembro, às 16 horas na Escola de Serviço Social na Praia Vermelha.

Política Sindical
Próxima reunião nesta terça-feira (15), às 15 horas, na Escola de Serviço Social, sala 14.

Carreira Docente
Próxima reunião, 18 de setembro, às 9h, na sede da Adufrj-SSind, CT, bloco D, sala 200

No próximo número: cobertura do IV Conad Extraordinário que aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de setembro, em São Paulo

“Eu não vou renunciar”

Em atitude de desrespeito aos membros do Conselho Universitário, que está acima de seu mandato, Vilhena nomeia seus sub-reitores à revelia dos colegiados

A primeira reunião do Conselho Universitário, desde que o professor Vilhena foi empossado reitor, mais parecia um velório. Constrangidos, os conselheiros e a comunidade foram obrigados a testemunhar o estilo Vilhena de dirigir a instituição. Ao invés de submeter a indicação dos sub-reitores à apreciação do Consuni, como determina seu estatuto, Vilhena simplesmente comunicou que já os havia empossado.

Nem mesmo um manifestação silenciosa dos estudantes em forma de jogral abalou o presidente da mesa. R e n ú n c i a - clamavam os azes.

O decano do CCJE, professor Carlos Lessa, engrossou o coro pela renúncia. Para ele a nomeação do escolhido pela comunidade, Aloísio Teixeira, não é mais viável. Propôs a indicação de um *pro tempore*, que com o apoio do conjunto dos segmentos poderia encaminhar um novo processo de escolha do reitor.

O conselheiro José Ricardo Tauille, do Instituto de Economia, lembrou que a inabilidade e obstinação do professor Vilhena já eram conhecidas desde o inicio do processo eleitoral. Tauille, que era favorável à composição de uma chapa única, levou a proposta a Vilhena que arrogantemente respondeu: “Tudo bem, desde seja eu (o reitor)”.

Tauille disse reconhecer as capacidades de professor Vilhena, mas não para ser reitor da UFRJ. "Eu não sei como o senhor está agüentando. O professor Paulo Alcântara, que tinha o apoio da comunidade, saiu daqui em frangalhos. Estamos diante de um suicídio individual e coletivo", desabafou.

O ex-reitor *pro tempore* Alexandre Cardoso também repudiou a atitude autoritária de Vilhena em desconsiderar os conselhos superiores ao nomear a revelia os seus sub-reitores. "Foi um ato violento contra nós do conselho universitário." Cardoso também pediu a renúncia.

Em meio a tanta indignação e coação, a declaração inusitada ficou por conta da represente do IFCS, Ivone Maggie. "Peço aos estudantes e funcionários que renunciem ao sentimento de terem sido lesados na escolha de outro reitor". Os representantes dos estudantes e funcionários lembraram que a intransigência sempre esteve ao lado de Vilhena, que não cedeu em nenhum momento para a construção de uma solução alternativa para a crise. O estudante Adolfo Wagner disse que era incabível que se renunciasse à vontade de todos.

Até o ex-reitor Nelson Maculan, que se apresentou como negociador, pediu que Vilhena negociasse e ouvisse os conselheiros.

Depois de ouvir a quase totalidade dos conselheiros chamando-o à razão, Vilhena acatou a indicação do ex-reitor e decano do Consuni, professor Adolpho Polillo, para que submeta a indicação de seus sub-reitores aos Colegiados Superiores.

A sessão foi encerrada exatamente às 13 horas, quando expirou o prazo regimental. Os conselheiros pediram que o reitor convoque reuniões ordinárias, sempre as quintas-feiras.

A próxima reunião do Consuni terá os mesmos pontos de pauta e será apreciada uma proposta de resolução, inédita, onde o Consuni solicita a renúncia do reitor. Caso esta resolução seja aprovada, Vilhena teria que renunciar, já que o Reitor está, de acordo com o estatuto da Universidade, abaixo dos Conselhos Superiores.

Conselheiros apreciarão resolução que pede a renúncia

Na quinta-feira que vem, se Vilhena não desmarcar, haverá outra reunião ordinária do Consuni onde será tratada a questão dos sub-reitores.

Na verdade, está prevista, antes de qualquer debate, a apreciação pelos conselheiros de um texto resolução que, a exemplo dos que já foram aprovados pelos Conselho de Graduação (Ceg) e de Pós-Graduação (Cepg), pede que Vilhena renuncie ao cargo para que seja restabelecida a governabilidade da UFRJ.

Certamente, Vilhena e os poucos que o apoiam vão tentar transformar a resolução em moção, o que eliminaria seu efeito. Como resolução, Vilhena teria que acatar a decisão do Consuni que é a instância máxima de decisão da universidade e está acima do mandato do reitor.

Em todos os momentos que falou para os conselheiros, Vilhena foi escorregadio nos esclarecimentos solicitados e só conseguiu expressar alguma afirmação (ou negação) quando disse que não renunciaria ao cargo.

A reitoria de Vilhena

Sub-reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR1) - Aníbal Gil Lopes

Sub-reitoria para Graduados e Pesquisa (SR2) - Antonio MacDowell de Figueiredo

Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR3) - Maurício Arouca

Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR4) - Maria Augusta Temponi

Sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR5) - Maria José Chevitarese de Souza lima

Vilhena não tem vice-reitor, já que o professor Edson Saad renunciou ao cargo quando o Colégio Eleitoral indicou Aloísio Teixeira como reitor escolhido.

Moderno ou arcaico: FHC é o preferido dos grotões

Nas eleições de 94, Fernando Henrique Cardoso, o candidato da "modernidade", obteve seus melhores desempenhos em municípios arcaicos, chamados de grotões

Graças a um trabalho inédito no Brasil, o Atlas Eleitoral do Brasil, realizado por um grupo de quatro pesquisadores, é possível se ter um quadro mais real do comportamento dos 5 mil municípios brasileiros nas eleições presidenciais.
Um dos realizadores deste trabalho, o cientista político César Romero Jacob, expõe ao Jornal da Adufrj - Especial Eleições - a dicotomia que gira em torno de Fernando Henrique Cardoso, um candidato "moderno" que concentra votos do Brasil arcaico. Faz previsões para a próxima eleição e afirma: " o jogo está feito, mas o resultado final não está definido", referindo-se às surpresas que podem acontecer em função da conturbada política de alianças estabelecia por Fernando Henrique Cardoso para garantir sua reeleição. Confira.

Apesar de Fernando Henrique Cardoso se portar como o candidato da modernidade, observando o seu desempenho nas eleições de 1994, percebe-se que, na verdade, ele é o preferido pelo país arcaico. Isto porque, o sociólogo social democrata obteve seus melhores desempenhos em municípios cujas características são o baixo grau de urbanização, o baixo grau de alfabetização e o alto grau de disparidade de renda.

Esta conclusão é de César Romero Jacob, cientista político e professor do departamento de Comunicação Social da PUC-Rio que, junto com Dora Rodrigues Hees - pesquisadora aposentada do IBGE e os franceses Philippe Waniez e Violette Brustlein do *Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération* (ORSTOM) e *do Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amerique Latine* (CREDAL), respectivamente, elaboraram o primeiro Atlas Eleitoral do Brasil *(ler mais sobre o trabalho abaixo)*.

Trabalhando com cerca de 900 mapas do Brasil com dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e cruzando-os a dados sócio-econômicos disponibilizados pelo IBGE, este grupo conseguiu traçar uma verdadeira radiografia do comportamento eleitoral brasileiro no pleito de 1994. Um trabalho inédito no país que foi publicado em CD-Rom e em texto pela revista Comunicação & Política que pertence ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos(Cebela) .

Além de disponibilizar os resultados das eleições presidenciais de 1994, o grupo também utilizou dados das eleições de 1989 que também estão acessíveis no CD-Rom.

Graças a este material é possível perceber o desempenho dos candidatos à Presidência da República em 1994 em todos os municípios do país, levando-se em conta aspectos sócio-econômicos desses locais. Ou seja, trata-se de um material revelador para a análise mais aprofundada do comportamento eleitoral brasileiro.

Com todos esses dados a mão, Romero tenta entender como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, que se diz um candidato moderno - e acusa seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, de "atrasado" - obtém o seu melhor

desempenho em municípios com o perfil mais conservador. E mais: ao observar os mapas de votação de Collor em 1989 e o de Fernando Henrique Cardoso em 1994, a semelhança salta aos olhos. FHC alcança seus melhores índices de votação em locais onde Collor obteve seu melhor desempenho.

"Quando observamos o resultado eleitoral e o cruzamos com o perfil demográfico e sócio-econômico dos municípios, nós constatamos que FHC, apesar de ter sido muito bem votado em todo o país, conquista seus melhores índices em municípios que se caracterizam pelo baixo grau de urbanização, baixo grau de alfabetização e alto grau de disparidade de renda. Ou seja, FHC é preferido dos grotões", constata Romero.

Disparidade de Renda refere-se ao número de chefes de família que recebem um salário mínimo por mês, dividido pelo número de chefes de família que recebem mais de 10 salários mínimos. Quanto maior este número, maior será a desigualdade social.

Por grau de alfabetização entende-se o número de pessoas que sabem ler e grau de urbanização mede a proporção de pessoas que residem nas áreas urbanas por 100 habitantes em cada município.

Os municípios onde Luiz Inácio Lula da Silva obteve seus melhores desempenhos, por sua vez, possuem características inversas. Apesar de não ter o mesmo desempenho de FHC - e é claro que Fernando Henrique vence Lula com freqüência nas grandes cidades -, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) concentra mais votos em municípios que se caracterizam pelo alto grau de urbanização, de alfabetização e de baixo grau de disparidade de renda. Por exemplo, em São Paulo, Lula vai conseguir o seu melhor desempenho no trecho que vai de Santos a Ribeirão Preto, passando pela Grande São Paulo e Campinas. Ou seja, o eixo urbano-industrial. Lula também concentra um bom desempenho em municípios onde há presença do movimento social organizado, como por exemplo, no Vale do Jequitinhonha (MG): "é uma área de baixo grau de urbanização, baixo grau de alfabetização, alto grau de disparidade de renda, mas vota em Lula porque existe movimento social organizado", constata Romero.

Dois projetos de Modernidade

O professor da PUC-Rio adverte para a complexidade de se realizar um trabalho como este num país onde há 5 mil municípios com características próprias sofrendo interferências de fatores políticos locais. "Mas quando cruzamos o desempenho dos candidatos com o perfil sócio-econômico e demográfico dos municípios, esses dados permitem algumas indagações interessantes. Por exemplo, se o país arcaico vota em Fernando Henrique, que se diz moderno e o país urbanizado vota em Lula, estamos diante de uma esquizofrenia política", ironiza Romero.

Entretanto, na verdade, para o cientista político, o que está em jogo são dois projetos de modernidade para o Brasil: o neoliberal, caracterizado por Fernando Henrique Cardoso e sua aliança com o PFL; e o social democrata, representado por Lula.

César Romero, mais uma vez, volta a destacar que FHC conquistou 54% dos votos nas eleições de 1994. Ou seja, ele obteve muitos votos nas cidades e conseguiu, com seu "discurso" de social democrata arrebatar votos nos grupos chamados centro-esquerda. Entretanto, o que o Atlas Eleitoral do Brasil vem desvendar é a concentração de votos por municípios. Neste aspecto, FHC se enquadra no perfil conservador. Um exemplo disto é o município de Mamonas (MG). Neste local, FHC conseguiu o seu melhor desempenho

"Pesquisa de opinião retrata apenas o estado de espírito do eleitor"

Fernando Henrique Cardoso, em depoimento ao jornal Estado de SP sobre o desempenho de Mário Covas.

Você se lembra?

A aproximação de FHC com Collor não está apenas na herança de eleitorado. FHC liderou um grupo do PSDB que aceitava fazer parte do governo de Collor no primeiro semestre de 1992. A proposta foi derrotada por apenas um voto pelos que eram conta, Mário Covas a frente.

eleitoral com 92% dos votos (bem acima da média nacional de 54%).

Em Mamonas há um alto grau de disparidade de renda. Existem muitos analfabetos e a infra-estrutura urbana é mínima. Assim como em Mamonas, outros municípios com as mesmas características elegeram Fernando Henrique como sendo o seu representante.

Enquanto que em locais onde o grau de alfabetização é alto, assim como o de urbanização, e há baixa disparidade de renda, Lula concentra seus melhores desempenhos. É o caso do município de Boa Esperança do Iguaçu (PR) onde, apesar de não ser um município com alto grau de urbanização, a taxa de analfabetismo e de disparidade de renda são baixas, este local recebe forte influência do Movimento dos trabalhadores Sem-terra (MST). Lula conseguiu seu melhor desempenho em 1994 neste município, com 63% dos votos.

Romero explica esta dicotomia da modernidade de Fernando Henrique através da política de alianças por ele estabelecida. Segundo o professor da PUC, há uma grande parte do eleitorado de FHC que é moderno. "FHC é um homem com biografia de esquerda, com uma trajetória de esquerda e com um partido de centro-esquerda. Além disso, ele tem a direita ao seu lado. Evidentemente não podemos dizer que o eleitorado de FHC seja formado só por conservadores. Mas, daí afirmar que ele é um candidato moderno é um exagero", afirma Romero. O professor da PUC acredita que a política de alianças de FHC garantiu a sua eleição no primeiro turno de 1994. Entretanto, para 1998, ele prevê dificuldades para FHC.

Melhores desempenhos em 1994

LULA

Boa Esperança do Iguaçu (PR)	63,84%
Mauá (SP)	54,31%
Diadema (SP)	53,21%
Salvador (BA)	50,81%
Aracaju (SE)	53,16%

FHC

Mamonas (MG)	92,27%
Estrela de Alagoas (AL)	89,85%
Santana do Mundaú (AL)	89,81%
Maravilha (AL)	89,75%
Pires Ferreira (CE)	89,31%

Radiografando o eleitorado brasileiro

Num país como o Brasil onde as diferenças regionais são marcantes, entender um pouco do comportamento eleitoral através dos municípios parecia ser uma tarefa impossível.

Entretanto, um grupo de quatro pesquisadores demonstraram que não lançando o Atlas Eleitoral do Brasil, um CD-Rom com cerca de 900 mapas, onde são analisados os resultados das eleições presidenciais de 1994. O CD-Rom disponibiliza também dados sócio-econômicos do Brasil baseados no Censo Demográfico de 1991, da Fundação IBGE, como Disparidade de Renda, Alfabetização, Urbanização, Masculinidade, Densidade de População, Variação da População (1980/1991).

Elaborado por César Romero Jacob (cientista político, PUC-Rio), Dora Rodrigues Hees (Geógrafa, IBGE), Violette Brustlein (geógrafa, *Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latíne* - CREDAL, Paris) e Philippe Waiez (geógrafo, *Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération* - ORSTOM, Paris), o Atlas Eleitoral é inédito no país. Um trabalho que só poderia ser realizado através da cartografia computadorizada, técnica dominada pelos franceses. "O nosso objetivo é demonstrar que existem relações entre o comportamento político dos eleitores e a situação sócio-econômica da população", revela Romero.

Os dados eleitorais - de 89 e 94 - foram disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tornando viável a comparação entre o desempenho de determinados candidatos e suas bases eleitorais.

O CD-Rom e a revista Comunicação & Política, volume IV, estão à venda no Cebela (021 - 233-2637) por R$ 20.

“Eleições de 1998 ainda não estão definidas”

Apesar de todas as pesquisas de opinião pública divulgadas até agora indicarem a vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições, César Romero Jacob faz uma análise que vai na contramão destes resultados. Diante dos dados obtidos pelo TSE, o cientista político constata que Lula cresce de modo consistente de 1989 para 1994. Em 1989, Lula obteve no primeiro turno 17% das intenções de voto em todo o país. Em 1994, este número pula para 27%. Além disso, Romero observa que este crescimento ocorre mesmo numa conjuntura desfavorável para Lula. “Em 1994, o candidato Fernando Henrique Cardoso era apoiado por um presidente que deixou o cargo com mais de 80% de aceitação. Além disso, tinha nas mãos um projeto de estabilização em curso, com a implantação do Real”.

Ao analisar a situação de FHC e Lula nesta eleição, Romero chega à conclusão que Fernando Henrique Cardoso poderá sofrer com as conseqüências do projeto de estabilização. “Ele terá de explicar porque não conseguiu implementar o projeto simbolizado pelos cinco dedos de sua mão. Além disso, há setores da sociedade que vêm pagando um preço muito alto pela estabilização”.

Romero acredita que o resultado das eleições dependerá muito do comportamento das alianças nos estados. “Fernando Henrique Cardoso introduziu a política de infidelidade partidária nos estados com o seu palanque duplo, que pode ter um efeito bumerangue”.

O cientista político analisa a situação nos principais estados da federação. Em São Paulo, por exemplo, Maluf utiliza a imagem de FHC para diminuir seu alto índice de rejeição no estado. Covas fica magoado com FHC por causa deste apoio a Maluf. No Rio de Janeiro, FHC está com Luiz Paulo e César Maia. O PSDB carioca se opõem a César Maia. Ambos brigam pelo apoio de FHC. Em Minas Gerais a situação também não está muito clara. De um lado, Eduardo Azeredo (PSDB) e do outro, Itamar Franco (PMDB). O acordo tácito entre FHC e Itamar Franco é que o candidato à Presidência não apoiasse nenhum dos dois nomes. Para evitar as críticas de Itamar e os reflexos destas críticas junto ao eleitorado, Fernando Henrique não vem apoiando o candidato do PSDB, que está se sentindo abandonado pelo Planalto.

O Ceará é outro estado onde FHC terá problemas. O governador Tasso Jereissati apoia FHC, mas na política regional é aliado ao PPS de Ciro Gomes, seu grande amigo, que retira votos de FHC. Uma situação, segundo Romero, bastante confusa. Apenas em três estados a política de alianças regional reproduzem a nacional: Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco.

César Romero reconhece que Fernando Henrique Cardoso tem a maioria nas intenções de votos para as eleições de 1998. Entretanto, ele acrescenta que numa eleição presidencial é importante observar como os candidatos ganham e como os adversários perdem. “Acho que Lula só pode ser considerado um derrotado se perder com menos de 27% dos votos (total alcançado nas eleições de 94). Com mais de 30% dos votos, Lula não será um derrotado. O mesmo vale apara FHC”.

Crescimento de Lula de 1989 para 1994

- Lula obteve 17,2% no total de votos válidos do país, no primeiro turno de 1989. Passa para 27,04% em 1994;
- Acusa crescimento, em termos de médias estaduais, em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais;
- Registra crescimento em todas as capitais, com exceção de Natal, Belo Horizonte e Goiânia;
- Do total de municípios do Brasil, percebe-se que entre as duas eleições, Lula cresceu, em termos de médias municipais, em 3.563 municípios, o que eqüivale a 80%, caindo apenas em 909 municípios, ou seja, em 20%.
- Quando se compara os votos válidos no Brasil, verifica-se uma redução no total de 1989 para 1994, uma vez que passou de 67.560.738 para 63.204.734. Apesar disso, Lula acusou um enorme crescimento ao obter, em 1989, 11.612.069 e, em 1994, 17.094.016 de votos válidos.

Eleição para APG será esta semana

Entre os dias 14 e 18 de setembro serão realizadas as eleições para a nova direção da Associação de Pós-graduandos da UFRJ.

A chapa única "em Defesa da Pós" realizou, no último dia 11, um debate no auditório do bloco G da Coppe. A principal promessa deste grupo é fortalecer a participação dos alunos da pós-graduação nos colegiados superiores da universidade. Ver abaixo proposta da chapa.

Todos os estudantes *strictu e latu sensu*, regularmente matriculados na Pós-graduação da UFRJ, bolsistas recém e pós-doutores até um ano depois de formados, poderão votar.

Onde votar:

Dia 14 - CCS e HU, Enfermagem, Museu e Música
Dia 15 - CCS e HU, Enfermagem, IFCS, Museu e Música
Dia 16 - CCMN, COPPEAD, Letras, Praia Vermelha e Reitoria
Dia 17 - CCMN, CT, enfermagem, Letras, IFCS, Praia Vermelha e Reitoria
Dia 18 - CT

Atenção: As pessoas que não puderem votar em suas unidades, poderão fazê-lo no dia 18 no CT, bloco H.

Conheça a chapa Em Defesa da Pós

Coordenadoria Geral
Samuel Campos e Cássio Barbosa
Secretaria Geral
Josiane Soares
Coordenadoria de Finanças
Diego Vaz
Coordenadoria de Cultura e Ciência e Tecnologia
Tarso e Ricardo Esteves
Coordenadoria de Comunicação e intercâmbio
Esteban Lopes e Divinomar Severino

Consuni
Titulares: Samuel Campos, Diego Vaz e Josiane Soares
Suplentes: Esteban Lopes, Ricardo Esteves e Atenágoras Duarte

CEPG
Titulares: Divinomar Severino, Cássio Barbosa e Tarso
Suplentes: Mônica Carvalho, Pablo Piras e Márcio Miranda

Propostas da chapa Em Defesa da Pós

- Defesa da Universidade Pública e do Sistema de Ciência e Tecnologia;
- Criar Grupo de Discussão sobre autonomia (PEC 370) e sobre as propostas do Banco Mundial para a América Latina;
- Estreitar as relações com as entidades da comunidade da UFRJ (DCE, Sintufrj e Adufrj);
- Estruturar a sede;
- Manter um jornal bimensal
- Fazer a campanha de divulgação da lista de discussão (e-mail) da APG
- Fazer campanha de filiação

Calendário das eleições

14 a 18 - Eleições
18 - Entrega das urnas e apuração (CT, sala H 327)
25 - Posse da Coordenadoria da APG

O caos na saúde e o papel da Universidade

Roberto Medronho*

Extremamente oportunas as matérias so bre administração dos hospitais federais e sobre o ensino médico publicadas no Jornal da ADUFRJ (período de 7 a 13 de setembro). Se o "leilão" de cargo qualquer cargo público é no mínimo aético, na área da saúde reveste-se de grande perversidade, pois lida-se aqui com vidas humanas, em sua maioria carentes e sofridas.

As mazelas denunciadas pelo Sindicato dos Médicos são bem antigas e a entidade luta há anos contra isso. O que há de "novo" é que um dos algozes da saúde, posa agora de "salvador da pátria". O ministro José Serra, quando pertencia à área econômica, "garroteou" as verbas da saúde. Subitamente, movido pela "indignação" com o caótico quadro encontrado, reivindica mais verbas para o setor, "reclamando", inclusive, do recente corte de verbas feito por FHC para aplacar o "nervosismo" do mercado diante da grave crise econômica por que passa nosso país. Na verdade, parece que o sentimento do ministro é movido muito mais por "ambições políticas" do que por uma verdadeira e repentina indignação.

Nitidamente, percebe-se que a intenção dos governo federal e estadual é se desobrigar da saúde, entregando para "terceiros" essa tarefa. Um governo tão "legalista", está ferindo a própria Constituição, onde "A SAÚDE É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO".

Um falso dilema na saúde é aquele que aponta como um de seus principais problemas somente a má gestão de seus recursos. Na verdade, além desse problema existe também a crônica falta de verbas para o setor, ou seja, **gasta-se mal os parcos recursos da saúde.** Isso não apenas devido às fraudes, verdadeiros casos de polícia, mas também à incompetência gerencial e a própria legislação que "engessa" o funcionamento das unidades de saúde e, o que é pior, sequer impede as fraudes.

O Sistema Único de Saúde, a despeito de ter sido um importante passo rumo a reforma sanitária em nosso país, ainda carece de sua efetiva implantação. Diversas experiências mostram que onde ele foi implantado de forma correta, trouxe muitos benefícios para todos, usuários e profissionais de saúde.

Em relação à democracia na gestão das unidades de saúde, constitui-se em um passo fundamental no processo de implantação do SUS e melhoria da qualidade do sistema. Entretanto, essa democracia não passa necessariamente por eleições diretas para diretor das unidades, muitas eivadas do nefasto sentimento de corporativismo, muitas vezes uma atitude reativa aos freqüentes ataques do próprio governo e da mídia em geral. A democratização dessas unidades passa, principalmente, por uma gestão transparente, onde todas as informações estejam disponíveis, onde as metas sejam amplamente discutidas com os usuários e os profissionais de saúde, com mecanismos democráticos de cobrança por parte dos usuários, criando-se um verdadeiro controle social, enfim, uma gestão que envolva efetivamente, e não burocraticamente, a comunidade. Além disso, deve-se garantir a autonomia gerencial, assim como sua profissionalização. Os mecanismos de gestão devem estimular a educação continuada de todos os profissionais de saúde, que têm de ser dignamente remunerados. Neste tópico, entra o decisivo papel da Universidade. Não podemos ficar inertes diante desse verdadeiro caos no setor, podemos e devemos contribuir para sua melhoria. Como exemplo, podemos citar parcerias que podem ser feitas entre a UFRJ e as secretarias de saúde, onde nossos estudantes poderiam realizar estágios em todos os níveis do sistema, capacitando-os melhor no enfrentamento de nossa realidade de saúde, e como contrapartida, a UFRJ poderia oferecer treinamento e reciclagem aos profissionais dessas unidades. Para que isso ocorra, necessita-se fundamentalmente de vontade política, já que os investimentos em um programa desse nível são pequenos.

Nesse sentido, urge uma profunda reforma curricular, onde a lógica de formar profissionais da doença deve ser invertida para a formação de verdadeiros profissionais de saúde. Estes devem aprender, mais do que operar com todo aparato tecnológico disponível, a lidar fundamentalmente com o ser humano. Um passo importante no que se refere à formação médica, foi dado pela CINAEM (Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico). Ressalta-se que nossa Faculdade de Medicina, infelizmente, contribuiu muito pouco nesse processo. Embora seja alvissareiro, ainda é uma iniciativa isolada o envio de dois colegas docentes e de onze estudantes ao Congresso da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) e ao VII Fórum Nacional de Avaliação do Ensino Médico, cujo tema será "Transformação do Ensino Médico". Essa é outra questão que depende fundamentalmente de vontade política. O exemplo da reforma do currículo médico efetuada recentemente na UFF é emblemático nesse sentido. Certamente, muito há o que fazer para termos um sistema de saúde verdadeiramente público, democrático, eficiente e de qualidade. Nós da Universidade não podemos nos furtar a contribuir para essa transformação. Como dizem os estudantes de medicina, com toda razão, "A *plena implantação do SUS requer uma profunda mudança no aparelho formador de RH..." (DENEM apud* Jornal da ADUFRJ).

* Professor do depto. de Medicina Preventiva da Fac. de Medicina da NESC/UFRJ

Professores debatem carreira e avaliação docente

A proposta do Andes para Universidade Brasileira foi o fio condutor do debate promovido pela Adufrj, na última quarta-feira (9), no salão Muniz Aragão, com a participação da professora da Universidade Federal de São Carlos, Géria Montanari Franco, e do professor da Coppe/UFRJ, Antonio MacDowell de Figueiredo.

Figueiredo é responsável pelo atual sistema de avaliação da Capes e está sendo cotado pelo atual reitor, José Vilhena, para ser seu sub-reitor de pós-graduação. A professora Géria foi diretora do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) nas duas últimas gestões, além de ter participado da elaboração do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, que está tramitando no Congresso Nacional, paralelamente ao projeto do governo.

Em relação a carreira e ao regime de trabalho, o professor Figueiredo admite que cada instituição estabeleça a sua carreira e que o regime de dedicação exclusiva seja flexibilizado. Para Figueiredo a prestação de serviço pelos docente também deveria ser permitida, desde que esta não comprometesse a qualidade de sua atividade acadêmica. "Se sou um professor com dedicação exclusiva não posso dar um laudo para o desabamento de uma construção, como o da igreja em Osasco, mas posso fazê-lo como colaboração" ilustrou.

Géria Montanaro fez um resgate histórico da formulação do projeto do Andes-Sindicato Nacional e lembrou que ao tratar de questões da universidade brasileira é preciso lembrar que a discussão não se restringe a esta ou aquela instituição. "Não estamos trabalhando com o sul maravilha, mas também com os bolsões de atraso político e econômico".

Na mesa, os professores MacDowell de Figueiredo, Roberto Houaiss, da Adufrj, e Géria Montanari

Para Géria não é possível descolar qualquer debate sobre avaliação individual ou institucional do problema do financiamento. Os padrões estabelecidos pelas agências e ministérios não levam em conta as especificidades das instituições. Géria apontou a avaliação docente como um dos instrumentos encontrados pelo governo para implementar o seu projeto de universidade. Só as instituições que mantém seus docentes publicando terão recursos. "A GED foi um golpe de mestre no movimento docente. O cavalo de Tróia da universidade pública: financiamento e autonomia para os centros de excelência.", analisou.

Para Figueiredo, que não defendeu os centros de excelência, não se trata de antagonismos de projetos. Disse que o governo terá que fazer crescer o sistema universitário para dar conta da demanda que estará batendo a porta das universidades, em breve, com os alunos vindos do segundo grau. "Quando se está tentando discutir as questões, ou você está a serviço do governo ou das entidades. A polarização só faz escamotear as informações sobre o sistema. de ensino."

Para Géria, no entanto, existem mesmo dois projetos distintos entre os quais não há possibilidade de acordo. O do governo que retira o financiamento das maioria das instituições não "qualificadas" de acordo com os atuais padrões de avaliação. E outro que propõe um padrão unitário de qualidade, com o aumento dos atuais 2% para 12% do Produto Interno Bruto (PIB) para o ensino superior. Para a professora, o governo vai usar a avaliação docente para criar mecanismos que levem à desconstrução da carreira única. "Quando você passa a ser avaliado por quanto de recurso (dinheiro) você é capaz de trazer da iniciativa privada, você está dando o rumo da instituição", lamentou.

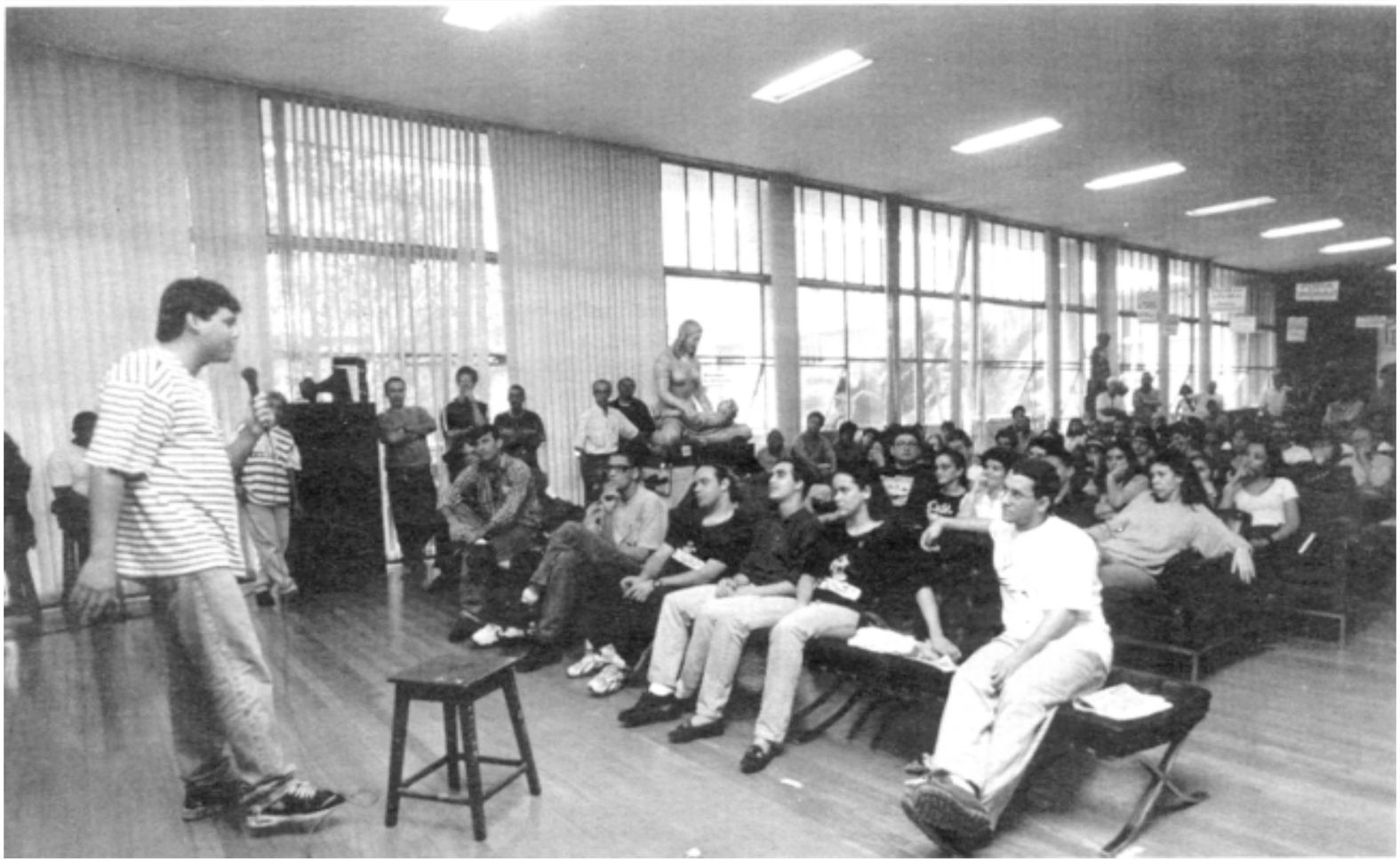
Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 27 DE JULHO A 2 DE AGOSTO/98

Exigindo a posse imediata de Aloísio Teixeira

UFRJ pretende levar às ruas movimento anti-Vilhena



Cerca de 300 pessoas participam da assembléia comunitária, quarta (22), no hall da reitoria, onde estudantes e funcionários permanecem em vigília há três semanas. Vários parlamentares compareceram, dentre eles, Lindberg Farias(PSTU/RJ)

Aposentados recebem a GED, mas CAp não recebe nem bolsa

Página 3

Ceg aprova calendários na próxima quarta

Página 6

Fundador da Coppe condena interferência da sua diretoria na escolha de Vilhena

Página 8

Ministério da Educação: as duas faces da autonomia

Causam indignação as recentes e repetidas declarações do ministro Paulo Renato sobre a crise da UFRJ. Seu argumento básico é o de que o problema agora é "interno a UFRJ " e que o MEC não tem mais nada a fazer. Assim, o principal responsável pela crise, tal qual Pôncio Pilatos, lava suas mãos. Outra declaração, repetida à exaustão, é a de que a solução para os problemas da universidade está na pretendida " autonomia " a ser implementada pelo projeto de emenda constitucional do governo - a PEC 370. O ministro usa e abusa da regra dos dois pesos, duas medidas. Ao nomear Vilhena, ignora o artigo 207 da Constituição brasileira que determina que a universidade pública brasileira é autônoma em sua gestão interna. Assim, na interpretação do ministro não temos autonomia política. Mas, por outro lado, quer nos impor uma versão de "autonomia ", que não é nada mais do que a omissão do governo em relação ao financiamento da universidade e a implementação efetiva da política de privatização do ensino público. Ou seja, segundo o ministro, devemos ter autonomia para conseguir recursos.

Outra linha de argumentação repetida não só pelo MEC, mas por outros setores, é a da pretensa "legalidade" dos atos do governo. Segundo estes senhores, ninguém tem o direito de questionar nada de um governo eleito. Tal qual um imperador escolhido pelo direito divino, os atos de nossos dirigentes são dogmas absolutos. Não concordamos com esta visão estreita do estado de direito democrático.

Vamos aos exemplos. Atualmente é perfeitamente legal, do ponto de vista jurídico, a nomeação dos mais altos magistrados pelo governo federal. Mas não podemos deixar de protestar contra este atrelamento do judiciário aos interesses políticos do governo. Não apenas nós, mas grande parte dos magistrados do país, atribuem a estes procedimentos o caos jurídico em que nos encontramos. Assim, o senhor Nelson Jobim após promover uma verdadeira devastação no serviço público, é "agraciado" com uma vaga no STJ, onde vai decidir sobre os questionamentos jurídicos dos servidores. Legal ? Pode até ser. Legítimo? Com certeza não. Outro exemplo recente. A privatização da Telebrás. Possivelmente esteja dentro da lei. Mas será legítima uma "privatização" que, conforme notícias das primeiras páginas dos jornais, contará com o financiamento do BNDES ? Ou seja, qual a legitimidade de privatizar o setor público, com recursos públicos?

Se a sociedade civil não tiver o direito de questionar estes e outros casos, como pretendem o governo e seus aliados, estaremos novamente sob o regime da ditadura, mesmo que mascarada.

Voltando à questão da autonomia universitária, fomos os primeiros a reconhecer que precisamos de modificações profundas, de melhorias significativas, de redimensionar os propósitos da universidade. Mas não podemos confundir os propósitos de melhoria de nossa instituição com sua adequação ao modelo de dependência de um economia globalizada, promovida pelo governo FHC. Dentro deste modelo, já temos evidencias suficientes de que não há lugar para a universidade pública brasileira. Mas também temos evidencias fortes de que muitas vozes se erguem contra sua destruição.

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Saiba como estão os processos da Adufrj na justiça

A diretoria da ADUFRJ-SSind atualizou junto a nossa Assessoria Jurídica a situação dos seguintes processos em andamento

28%

Existem duas situações diferentes em relação aos 28%. A primeira é a situação geral da última decisão do governo, apoiada num parecer do STF, de proceder ao desconto dos reajustes de tabelas ocorridos após a concessão do reajuste linear de 28% aos militares, no início de 1993. Seguindo a interpretação do governo, os professores universitários, em sua grande maioria, não receberão nada.

Apenas os professores ocupantes de cargos no início da carreira teriam direito a uma reposição da ordem de 2 a 3%. No entanto o governo está com dificuldades de implementar seus propósitos.

A situação diferenciada da origem e do vínculo atual de um grande número de servidores públicos federais obriga a um tratamento praticamente caso a caso para se efetuar o desconto. Isto toma o processo todo muito demorado.

A outra situação é em relação ao processo que a Adufrj-SSind já havia impetrado contra a UFRJ, bem antes da decisão do STF. Segundo a nossa Assessoria Jurídica é bastante provável termos uma decisão favorável, uma vez que a argumentação da UFRJ não foi no sentido de proceder a nenhum desconto. Mas é claro que esta decisão, mesmo favorável não garante o pagamento dos 28%. Neste caso a UFRJ também entrou com o habeas corpus preventivo para evitar a prisão do reitor e teve seu pedido deferido.

ABONO 98

Após termos ganho em primeira instância o direito à venda de férias de 98 e tendo recebido parecer favorável em relação aos recursos impetrados pela UFRJ, o processo está em segunda instância. Para evitar a demora, a Assessoria conquistou uma Carta de Sentença, através da qual temos a possibilidade de continuar exigindo o cumprimento da decisão judicial. A argumentação da UFRJ de que o não pagamento é de responsabilidade de Brasília é bastante frágil. Nesta semana, a Adufrj fará uma nova petição com o juiz que já deferiu nosso processo. A UFRJ solicitou um habeas corpus preventivo, para evitar uma possível prisão do Reitor. O pedido foi considerado sem objeto.

GED: aposentados recebem, mas CAp fica sem bolsa prometida

Apesar do texto tortuoso do artigo quinto da GED, onde interpretou-se que os aposentados não teriam direito à gratificação, todos recebem a parcela de julho, calculada a partir do dia 6. Professores de primeiro e segundo graus ficam sem a bolsa prometida pelo ministro da educação

Menos um problema. Ao contrário do que fora divulgado pela Adufrj, todos os professores aposentados receberam a GED. A leitura do artigo quinto (com redação tortuosa) fez com que a Adufrj mobilizasse sua assessoria jurídica para, caso os aposentados fossem excluídos, garantir-lhes o direito através da justiça.

Vale ressaltar que o percentual pago (50%) refere-se à base de cálculo feita a partir da promulgação da lei (6 de julho). Os professores com função gratificada não receberam a GED. Os professores dos CAp ficaram sem a bolsa prometida pelo MEC.

A diretoria pede aos professores que não receberam a gratificação que procurem a Adufrj.

Veja o seu contra-cheque na Internet: www.mare.gov.br - Verifique senha no contra-cheque de maio

Golpe

Intervenção na UFRJ é um problema nacional

Assembléia comunitária realizada na última quarta aponta para a importância de mostrar à população os reflexos da intervenção do MEC na universidade

A assembléia comunitária realizada na última quarta-feira (22), reunindo funcionários, estudantes e professores, no hall da reitoria, tornou-se um grande fórum de reflexão sobre as estratégias do movimento anti-Vilhena que se instaurou dentro da universidade há três semanas. Quase todos os participantes alertaram para a importância da continuidade do movimento de ocupação que - desde o anúncio da posse de Vilhena - abriga na reitoria funcionários e estudantes. Entretanto, chegou-se à conclusão de que é fundamental levar às ruas do Rio de Janeiro o problema que a comunidade universitária vem enfrentando com a nomeação de José Vilhena. Entretanto, como nesta semana as atenções estarão voltadas para o leilão da Telebrás, a proposta é a realização de um ato público na semana seguinte. Alguns políticos compareceram à Assembléia comunitária para prestar solidariedade e apoio irrestrito à nomeação de Aloísio Teixeira: Wladimir Palmeira, Milton Temer e Eliomar Coelho todos do PT), José Maria de Almeira (candidato à presidência pelo PSTU) e Lindberg Farias (PSTU).

Fasubra fará plenária nacional na reitoria da UFRJ

Os coordenadores da Federação Nacional dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) Zé Maria Castro e Hylton Martins, anunciaram, durante a Assembléia, que a Fasubra está convocando uma plenária nacional para os dias 6 e 7 de agosto a ser realizada na reitoria da UFRJ. “Vamos mobilizar toda a nossa base para o que está ocorrendo aqui e seus reflexos para as outras instituições públicas federais”, afirma Zé Maria.

Para eles, o que aconteceu na UFRJ e na Bahia não é um problema local. “Todas as universidades federais correm o risco de intervenção” diz Zé Maria.

Ciro Gomes condena intervenção do MEC na UFRJ

O candidato à presidência da república pelo PPS Ciro Gomes condenou a intervenção do MEC na UFRJ, que acarretou a nomeação de José Vilhena. Para Ciro, que esteve presente na universidade participando de um debate na última sexta (24), esta ação do MEC caracteriza-se num ataque à democracia universitária.

MANIFESTO PELA DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA

Os cinco dos seis decanos da UFRJ, juntamente com a grande maioria da comunidade universitária, elaboraram um manifesto ao ministro da educação, Paulo Renato, manifestando total apoio ao Colégio Eleitoral que elegeu Aloísio Teixeira o novo reitor da UFRJ. Este manifesto está angariando assinaturas em toda a UFRJ e em outras instituições pelo país. Colabore divulgando o manifesto em sua unidade ou instituição. Pegue uma cópia na sede da Adufrj ou no hall da diretoria.

Até agora, foram obtidas 8 mil assinaturas.

A proposta é ultrapassar as 10 mil.

Golpe

Solidariedade entre os movimentos

Sindicato de Telecomunicações comparece à ocupação e denuncia leilão da Telebrás

O diretor do Sindicato de Telecomunicações/RJ (Sinttel), Paulo Novaes, presente à Assembléia, denunciou o leilão da Telebrás, que acontecerá no dia 29 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Segundo Novaes, o governo pretende repassar a empresa por um valor muito abaixo do mercado: R$ 13 bi. O diretor do Sintel afirma que a 12ª empresa de telecomunicações do mundo custa, na verdade, R$ 120 bi. Ele convidou todos para a passeata nesta terça (28), com saída da Candelária prevista para às 16 horas. No dia do leilão (29) a manifestação será na porta da Bolsa de Valores a partir das 9 horas.

Colabore com a ocupação da reitoria

Há três semanas, varias pessoas transferiram suas casas para a reitoria da UFRJ, para reivindicar dias melhores para a universidade. Professores estão promovendo conferências e aulas aos alunos na ocupação. Participe você também.

O cotidiano da ocupação

Depois de um dia intenso, estudantes dormem no gabinete do reitor

O dia na ocupação da reitoria começa cedo. A partir das 6 da manhã, estudantes que passaram a noite acampados, começam a se preparar para assistir as aulas. O grupo responsável pelo café da manhã se movimenta para garantir a alimentação matinal de todos. Enquanto um grupo sai para aula ou para o trabalho (cerca de 30 técnicos estão na ocupação), outro chega para movimentar as atividades do dia. Em média, 300 pessoas circulam na reitoria diariamente.

Todos lêem os principais jornais do dia preparam os murais a serem afixados nas paredes do hall. Um grupo fica encarregado de fazer o almoço, que costuma ser servido às 13 horas.

Todos os dias acontecem conferências ministradas por professores a toda a comunidade.

Na segunda-feira, a programação foi aberta por Aloísio Teixeira, o reitor que a comunidade escolheu para a UFRJ. Na última sexta feira, por exemplo, foi a vez do decano do CCJE, Carlos Lessa, que prestou sua solidariedade com a palestra *Uma Visão Estratégica*.

Depois desta atividade fixa, acontecem diversos eventos, como aulas de tai-chi, oficinas culturais do Sintufrj (que foram transferidas para a reitoria).

A partir das 19 horas, todos os dias, acontece a Assembléia de Ocupação. Neste momento se definem tarefas e funções.

A comissão do jantar assume o posto e começa a preparar a ceia, que é servida às 21 horas. Depois desta programação, estudantes e funcionários começam a definir o local onde irão dormir. Alguns assistem vídeos, outros conversam sobre a situação da UFRJ, planejando a jornada do dia seguinte.

Ceg aprova calendários na próxima quarta

Com o objetivo de deixar claro à população que a UFRJ está funcionando apesar da anormalidade instalada pelo MEC com a nomeação de José Vilhena, o Conselho de Ensino e Graduação (Ceg) pretende aprovar os calendários do concurso vestibular, do ano letivo e do processo de transferência externa, na reunião da próxima quarta feira (29).

Os conselheiros do Ceg estão tentando solucionar os problemas administrativos acarretados pela ausência de um reitor em exercício - uma vez que a comunidade não considera José Vilhena o novo administrador da UFRJ.

Segundo o conselheiro Antônio Cláudio, todos os obstáculos encontrados na discussão dos calendários da instituição foram causados pela nomeação de Vilhena.

Para que não haja problemas em relação à proposta de reposição de aulas elaborada pelo Ceg, um estudo preliminar foi enviado, na última quarta (22), a todas as decanias e centros. O objetivo é dar tempo à comunidade interna para que se pronuncie sobre a proposta e, com isso, consiga-se aprovar um calendário global das aulas e conteúdos que deixaram de ser ministrados em função da greve nacional.

O calendário de transferência externa também será aprovado nesta reunião. Ou seja, em sua próxima reunião, o Ceg tentará dar um passo para a diminuição do caos que causado pelo MEC depois da nomeação de José Vilhena.

Proposta de calendário escolar do Ceg

Primeiro período letivo:	Segundo período letivo:
Até 02/10/98	19/10/98 a 27/02/99
Para Faculdade de Medicina até 02/10/98	Para Fac. de Medicina, 19/10/98 a 20/03/99

Fora Vilhena!

Visite a página *Fora Vilhena!* na Internet

www.angelfire.com/ct/foravilhena

Apub acata intervenção na UFBA

pelo D.A de Ciências Sociais UFBA (por e-mail)

Em assembléia realizada pela APUB no dia 24/07 último às 17 horas com a pauta *Nomeação para Reitor,* os professores resolveram acatar a intervenção do MEC na UFBA. É bom enfatizar que, embora esta tenha sido a decisão, havia um contigente considerável de professores, que se contrapuseram ao golpe. Entretanto os médicos e professores conservadores e anti-democráticos da instituição que apoiam o médico interventor (Dr. Heonir) foram em bloco (cerca de 50 num total de 100 professores participantes na assembléia) e passaram o trator na democracia interna. O "Magnífico" Impostor é bom que se diga só obteve 25% dos votos docentes, menos ainda entre estudantes e funcionários.

Além de ter perdido no colégio Eleitoral,44 contra 34, o segundo colocado obteve 22% dos votos dos docentes (Albino Rubim). O terceiro entre os docentes (21%) e primeiro junto às outras categorias foi o vencedor da eleição o Prof. Luiz Filgueiras, o quarto colocado Roberto Paulo obteve (20%) e o último José Antônio obteve 18% entre os docentes (candidato do Carlismo). "Triste Bahia quão dessemelhante"! Os estudantes, funcionários e parcela dos professores que são contra a legalidade(deles) e a intervenção vão ocupar a reitoria na segunda feira próxima.

Adufrj aprova moção de apoio exigindo a posse do diretor eleito da Escola de Música

Moção de apoio à posse do Diretor Eleito da Escola de Música da UFRJ

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, reunida no dia 16 de julho de 1998, tomou conhecimento do processo eleitoral ocorrido na Escola de Música. O candidato único, professor Samuel Araújo, foi escolhido numa consulta, referendada pela Congregação da Escola, dentro dos procedimentos legais vigentes. Após encaminhar o resultado à administração central da UFRJ, a comunidade da Escola foi surpreendida pelo pedido de uma lista tríplice. Alguns professores indicados não aceitaram incluir seus nomes neste processo. O resultado é que a Escola está sem Direção, apesar de ter um processo eleitoral absolutamente normal.

Exigimos a imediata posse do Diretor eleito e denunciamos a total irresponsabilidade da Reitoria, que abre um precedente inaceitável ao interferir indevidamente num processo de escolha de direção de unidade.

Aprovado por unanimidade na Assembléia Geral da Adufrj-SSind.
Diretoria da Adufrj-SSind.
Rio de janeiro, 17 de julho de 1998

Só os laboratórios públicos se salvam

*Rápido (CUT)**

O jornal O Globo enviou, como se fosse amostra de urina, uma mistura de guaraná e água para 16 laboratórios. O que comprova, mais uma vez, que é mentirosa a afirmação de FHC que somente os particulares sabem administrar.

Nada menos que 12 laboratórios privados (dois foram avisados do objetivo do Jornal), trataram a mistura como se fosse urina mesmo e enviaram laudos atestando infeção renal e outros absurdos do gênero. Só os laboratórios estatais: Escola de Saúde da Fiocruz e Instituto Noel Nutes, qualificaram a mistura como guaraná e água, demonstrando a sua competência.

* *Boletim diário da CUT/RJ*

Grupos de Trabalho Adufrj

Arquivo e História do Movimento Docente

Reunião na terça (28), às 8h30 na Adufrj

GT seguridade pretende criar banco de dados

Integrantes do GT se reuniram no último dia 20 de junho. Neste primeiro encontro foram definidas frentes de discussão do GT: assistência social, políticas públicas, reforma da Previdência.

Ações e reflexões sobre a recente portaria do Ministério da Saúde sobre a gestão dos hospitais universitários e sua municipalização, também foram considerados.

Outra proposta é a criação de um arquivo/centro de informações de tudo que dissesse respeito ao assunto seguridade, por si só bastante amplo e conectado com vários cursos da universidade e acúmulos já construídos nas organizações sindicais.

A próxima reunião do GT será no dia 27 às 14h30 na Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ.

GT Carreira se reúne no CAp

Nesta segunda (27), o Grupo de Trabalho sobre Carreira Docente estará se reunindo no Colégio Aplicação (CAp), a partir das 17h30. Todos estão convidados. O CAp fica na Rua J.J. Seabra, s/n - Lagoa

GT Comunicação e Arte

Próxima reunião quarta (29), às 17h, no CAp (Rua J.J. Seabra, s/n)

Todas as reuniões são abertas

Pronunciamento à comunidade da UFRJ

Fundador da Coppe critica envolvimento de sua diretoria na nomeação de Vilhena para reitoria do UFRJ

Todos da Coppe queremos reformar a universidade, tornando-a mais enxuta e eficiente, melhorando os seus índices de produtividade, estimulando doutoramento dos docentes e a participação de todos os seus professores na graduação e pós-graduação, na pesquisa e em projetos do tipo Coppetec. Essa efetiva reforma universitária começou há 35 anos na Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, por intermédio de um pequeno Programa de Mestrado em Engenharia Química que, logo depois, com o decisivo apoio do BNDE, formou a Coppe.

O modus-operandi da Coppe transcendeu a pós-graduação, a engenharia e o Rio de Janeiro, passando a ser utilizado pelas mais conceituadas universidades brasileiras, corno a USP, Unicamp, São Carlos, UFSC e PUC-RJ. Direta ou indiretamente, as agências de fomento , tais como a Capes, o CNPq e a Finep, bem como o próprio MEC tornaram a Coppe como uma referência da boa qualidade de ensino e da pesquisa.

Por tudo isso, é muito natural que a Coppe de hoje se preocupe com o destino de toda a universidade. Ao contrário de outras instituições federais de pesquisa que também, conferem graus acadêmicos, a Coppe **pertence a uma universidade,** junto ao grande alunado de graduação, beneficiando-o e sendo por ele beneficiada.

A Coppe no fim da década de 60, quando conquistou renome internacional, recusou por convicção atraentes propostas de instalar-se com alguns privilégios num aprazível campus fora do Fundão. Por tudo isso, volto a dizer, é justo que a Coppe se preocupe com o novo reitor, que guiará o seu destino nos próximos 4 anos.

> *Todos os acontecimentos após a manifestação favorável ao Prof. Aloísio mostraram com clareza que o Prof. Vilhena foi desprezado pela grande maioria da comunidade da UFRJ. Causa-me um certo espanto e muita preocupação que a direção da Coppe conduza o órgão em* ***desarmonia*** *com essa comunidade.*

Porém, essas preocupações legítimas **não dão à direção da Coppe direito de interferir** no processo de escolha do Prof. Aloísio Teixeira pela expressiva maioria do conjunto dos docentes, alunos e funcionários da UFRJ. Todos os acontecimentos após a manifestação favorável ao Prof. Aloísio mostraram com clareza que o Prof. Vilhena foi desprezado pela grande maioria da comunidade da UFRJ. Causa-me um certo espanto e muita preocupação que a direção da Coppe conduza o órgão em **desarmonia** com essa comunidade.

Penso que a situação atual da UFRJ é muito grave. O que menos importa no momento é a legalidade da nomeação do Prof. Vilhena. Houve **uma violação ostensiva** da desejada autonomia universitária com o afastamento do candidato vencedor. O governo, tão ágil em medidas provisórias nas questões importantes que lhe interessam, deve urgentemente afastar Vilhena e colocar Aloísio no comando da UFRJ. Essa é a solução do problema criado pelo próprio governo. É sempre muito bom que haja uma solução, mas é preciso certo cuidado, pois tudo leva crer ser a única solução estável.

Alberto Luiz Coimbra

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 3 A 9 DE AGOSTO/98

Posse imediata de Aloísio Teixeira

Vilhena contrata segurança particular e usa força para ocupar cargo de reitor

País perde sistema Telebrás com a promessa de modernização. Manifestantes são espancados e presos pela polícia durante ato contra a privatização

Aposentados e pensionistas têm direito aos 60% da GED. Dirigentes e chefes de departamento da UFRJ não recebem a gratificação

Por causa da ação violenta da PM para acabar com a manifestação pacífica, as ruas próximas à Assembléia Legislativa se transformaram em campos de guerra

Editorial

O império da lei ou a lei do império?

Se a consolidação de uma sociedade democrática é um objetivo comum e almejado por amplos setores de nossa comunidade, também é fundamental que alguns pressupostos sejam claros. Uma das conseqüências básicas do estado democrático é a ação do conjunto das leis sobre todos os indivíduos e instituições, incluindo as obrigações constitucionais do governo, tais como o financiamento obrigatório da educação, da saúde, da segurança, cujo objetivo fundamental é o bem estar do conjunto da sociedade.

Para a validade e o pleno exercício do estado democrático, uma das premissas fundamentais, indispensáveis, é o direito de expressar livremente a discordância, individual ou coletiva, de atos ou opiniões, principalmente em relação aos procedimentos de nossos governantes. O cerceamento deste direito elementar constitui-se em ato gravíssimo, comprometedor de toda a estrutura do estado democrático.

Neste sentido, três fatos ocorridos na semana passada, apontam numa direção preocupante, não só para a universidade, mas para toda a sociedade brasileira.

O primeiro, de caráter mais geral, foi a privatização da Telebrás. Se existem questionamentos sobre um tema de tamanha importância, cabe ao governo esclarece-los, submetendo-os ao sistema político e jurídico vigente, principalmente através dos tribunais. Em vez disto, assistimos ao amordaçamento de nossas instituições jurídicas, que foram incapacitadas de qualquer pronunciamento. Tudo acompanhado de uma violenta repressão policial, cujo objetivo foi o de calar os protestos legítimos contra absurdos do tipo do financiamento pelo BNDES, com recursos públicos, para a compra (ou doação) de um patrimônio da nação brasileira (e não dos atuais governantes). O atrelamento da grande imprensa aos negócios bilionários acaba de calar as vozes dissonantes. Foi um processo de uma violência política impressionante.

O segundo fato grave, mais localizado no âmbito universitário, foi a tentativa de tomar posse na reitoria da UFRJ, feita pelo senhor Vilhena. Se a legalidade de sua nomeação pode ter apoio jurídico, sua legitimidade pode e deve ser questionada. Não só por ser este um direito constitucional, de toda a comunidade da UFRJ, mas também pelos seus atos mais recentes. Onde está escrito que seu mandato pode ser exercido através da presença de capangas armados, particulares, dentro do campus universitário? Como seria uma administração universitária, onde a cada divergência o reitor chamasse sua segurança pessoal para resolvê-la? Nem nos piores dias da ditadura militar tivemos este comportamento de um reitor. A legitimidade deste senhor corno eventual reitor fica definitivamente comprometida após este ato ignóbil.

O terceiro fato grave foi a invasão do IFCS por agentes secretos da Policia Civil, conforme noticiado pelo JB de 31/07/98, na pagina 6. Felizmente foram expulsos pela direção do Instituto *, mas fica a questão preocupante : quem pediu e a quem interessa a intervenção de policiais disfarçados dentro da universidade?

A direção da Adufrj-SSind não concorda com nenhuma prática violenta, seja qual for sua origem. Se não concordamos com agressões verbais, vidros quebrados, intimidação física, muito menos concordamos com a violência institucional que começa a se desenhar dentro e fora da universidade.

Os fatos graves citados, ligados por serem promovidos pelos interesses do governo FHC, vão muito além de sua importância localizada. Mostram procedimentos autoritários, imperiais. A comunidade universitária deve, mais uma vez, ser firme na condenação da violência como método de solução de divergências políticas. A lei do império, de tristes lembranças, é inaceitável.

** Ao final de nossa edição, este fato foi desmentido pela Direção do IFCS.*

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Pagamento da GED sai em contracheque de julho, mas ainda causa confusão entre professores

Depois de quase 100 dias em greve, os professores recebe ram pela primeira vez a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). A gratificação foi paga nos contracheques de julho, mas com apenas 50% do valor do teto máximo estabelecido pela lei 9.678. A justificativa do governo é que o decreto que estabeleceu a GED foi assinado dia 6 de julho, não havendo tempo para que fosse totalizados os 60% expostos na lei.

Receberam a gratificação os professores de 3º grau, ativos, aposentados e pensionistas. No próximo mês, os professores deverão receber os 60% da GED. Segundo a assessoria jurídica do Sindicato Nacional do Docentes (Andes-SN), também teriam direito a esta gratificação os professores ocupantes de Cargos de Direção e Funções Gratificadas. No entanto, pelo menos aqui na UFRJ, estes docentes não receberam a GED.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), os dirigentes e chefes de departamento receberam a GED em seus contracheques, de acordo com o decreto. Como a administração da UFRJ está paralisada, não foi possível saber se o problema é específico desta instituição.

A diretoria da Adufrj, após ter consultado seus advogados, recomenda que os docentes entrem em contato direto com a administração da universidade ou com o Ministério da Administração e Reforma do Estado. Para a diretoria da entidade, no momento, o caminho mais simples para obter informações é através da Internet, no endereço www.mare.gov.br. Para isso, os professores precisam consultar seus contracheques de maio, onde consta o número da Identificação Única e sua senha individual para acessar a home page do Mare. Na página do ministério, existe um local onde as reclamações podem ser encaminhadas via mensagem eletrônica.

Os celetistas, caso de muitos professores estrangeiros, não enquadrados no RJU, por não serem ocupantes de cargos efetivos, não receberão a GED.

Publicamos na página 8 desta edição as tabelas referentes à Gratificação de Estímulo à Docência. Para saber o valor máximo da gratificação, procure o coeficiente de sua situação funcional e multiplique-o por 140. O resultado já estará convertido em reais. Como de imediato temos apenas 60 % deste valor, para saber o valor da GED no próximo contracheque, basta multiplicar o respectivo coeficiente por 84. Após a definição dos critérios de avaliação docente na GED, cada professor terá uma pontuação diferenciada e deverá repetir o cálculo para saber o valor de sua gratificação.

Os professores do Colégio de Aplicação não estão contemplados pela GED. A diretoria do Andes-SN recebeu em 27 de julho uma informação do MEC de que os docentes de 1º e 2º e graus receberiam bolsas, a partir do mês de julho **(veja tabela na página 8).**

Andes participa de comissão de avaliação

A Comissão de Avaliação que vai definir como os professores receberão os 40% restante dos 140 pontos da GED vai ser formada por três membros da Secretaria de Ensino Superior (Sesu/MEC), três reitores representando a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – e três professores representando o Andes Sindicato Nacional. A comissão terá um prazo de 90 dias, a contar da assinatura do decreto que estabeleceu a gratificação, para concluir os critérios desta avaliação.

Segundo o Secretário Geral do Andes-SN, Osmar Marchese, o sindicato só aceitou fazer parte da comissão quando o MEC estabeleceu que esta será de caráter institucional. Isto excluí a participação eventual de "notáveis", como o que ocorreu no final da greve dos docentes. Segundo o diretor, ficou acordado também que a avaliação qualitativa dos professores será formulada dentro de um "contexto da avaliação institucional".

Na última assembléia geral realizada durante a greve, que contou com a presença de 84 docentes, os professores da UFRJ rejeitaram, por ampla maioria, a participação do Sindicato na comissão do MEC.

A entidade não é contra avaliação acadêmica dos docentes, mas entende que a GED coloca para a categoria, simplesmente, a disputa pelos recursos postos à disposição pelo MEC. Para a Adufrj, não é tarefa do Sindicato administrar a política do Ministério.

Foram indicados pela diretoria do Andes-SN para participar da Comissão os professores Renato Dagnino, da Unicamp, (rdagnino@ige.unicamp.br); Rubens Pinto Lyra, da UFPB (rubelira@openline.com.br); e Marco Antônio Sperb Leite, da UFG (masl@fis.ufg.br).

PM aterroriza população com agressões e prisões no dia da privatização

Na última quarta-feira (29), o governo privatizou a Telebrás. Espanha, Itália e Portugal, alguns dos compradores, têm sistemas de telecomunicações estatais

O sistema brasileiro de telecomunicações foi privatizado. Seus compradores são investidores americanos, italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros. Com isso, o governo Fernando Henrique delega, mais urna vez, a um conglomerado de nacionalidades, a gerência de serviços considerados estratégicos e essenciais à população. Tudo em nome da modernização. Já vimos este filme.

É sempre bom lembrar que entre os novos donos da Telebrás estão países que não abriram mão de suas empresas estatais, como a Espanha, Itália e Portugal.

As 12 empresas que compõem o sistema foram vendidas por RS 22,5 bilhões, cifra bem menor do que os R$ 40 bilhões pretendidos pelo ex-ministro Sérgio Mota.

Mas, muito pior do que a privatização, foi a violência com que a Polícia Militar reprimiu, grotescamente, os manifestantes contrários à privatização das estatais, que tentavam apenas exercer seu direito de cidadãos, exatamente como fizeram durante a venda da Vale do Rio Doce, ano passado.

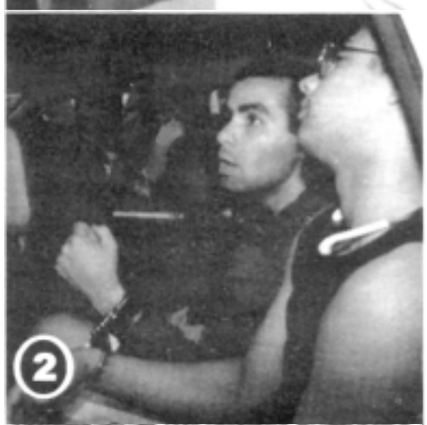
Para vender a Telebrás, FHC estava mesmo disposto a tudo. Autorizou, junto com o governador Marcelo Alencar uma ação policial digna dos tempos da ditadura. Quatro mil policiais da tropa de choque da PM, incluindo fuzileiros navais, cavalaria bombas de gás lacrimogêneo, armas de fogo e até um brucutu, foram utilizados covardemente contra cerca de 1000 trabalhadores e estudantes.

CUT vai processar governador e policias militares

A Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro vai entrar com ação contra os responsáveis pelo policiamento, os coronéis Patrício e Lindolfo e o governador Marcello Alencar. “O movimento sindical cutista precisa fazer uma séria reflexão sobre o que aconteceu. O tamanho do aparato e a forma como ele foi utilizado contra os manifestantes revelam que o Brasil está bem longe de poder ser classificado como um país democrático. A liberdade de manifestação ainda não está assegurada aos brasileiros”, comenta a assessoria da entidade, em nota divulgada aos sindicatos filiados.

Os manifestantes tiveram que improvisar barricadas contra o ataque da PM

Telebrás



1. Estudante agredido pelos PMs
2. Estudantes do DCE da Universidade de Campinas são presos durante a manifestação
3. Polícia agride covardemente estudante, ,com golpes de cacete
4. Idoso também é atingido
5. PM arrasa com uma barraca dos Sem-Terra.
6. Quatro mil contra mil desarmados

Truculência do governo atinge a UFRJ

Vilhena tranca-se no Fórum e seguranças agridem estudantes, professores e funcionários durante manifestação pela renúncia

Na manhã de segunda-feira, a comunidade da Praia Vermelha foi surpreendida por um aparato policial,

municiado com cacetetes e armas de fogo, fazendo a escolta do professor Vilhena, que havia se trancado no segundo andar do Fórum de Ciência e Cultura.

Quando souberam da presença do interventor no campus, estudantes, professores e funcionários deram início a uma manifestação espontânea que foi fortemente reprimida por cerca de vinte policiais. Todos os acessos ao prédio do Fórum foram fechados e até estacionamento foi trancado com correntes, impedindo a passagem de professores e funcionários.

Ao tentar romper a barreira dos policiais e chegar à sala onde estava Vilhena, os estudantes foram agredidos a socos e pontapés. O presidente da Adufrj e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher, foi ameaçado pelos seguranças, com um cacetete encostado em seu pescoço.

Duas horas depois do início da manifestação, os estudantes e professores conseguiram entrar na sala onde se encontrava, sozinho e inabalável, o professor Vilhena. Nenhuma das pessoas que o apoiam, permaneceram no Fórum. A professora Maria Augusta Temponi foi vista saindo sorrateiramente antes que os estudantes adentrassem o prédio. A comunidade clamou pela renúncia do preferido do governo e criticou a truculência com que foi recebida pelos seguranças, dentro de um espaço público como a universidade.

Não houve ofensas, nem agressões a pessoa do professor Vilhena, como foi noticiado pela grande imprensa. Houve, sim, muitas vaias e manifestações de indignação e repulsa pela atitude covarde de um pretendente ao cargo máximo da instituição que se escora na máquina federal, e em seguranças armados, para garantir sua administração.

Em resposta aos apelos para que renuncie e devolva a serenidade à UFRJ, Vilhena disse que não volta atrás e que vai se manter no cargo.

O chefe de segurança da Praia Vermelha confirmou que havia um número maior de seguranças do que o efetivo normal do campus e que eles estavam realmente armados, mas disse que não estava a par de que se tratava de segurança privada.

Comunidade vive expectativa quanto a presença do interventor na Cidade Universitária.

Boatos de que Vilhena estaria entrando com mandado de reintegração de posse para ocupar cargo com a ajuda da polícia militar causam temor aos estudantes e funcionários, que há mais de 20 dias, ocupam os gabinetes e salas da reitoria, na cidade universitária.

O medo é compreensível. Depois do que aconteceu na Praia Vermelha, o governo federal, aqui representado pelo interventor, cerceou o direito de protestar contra a posse de um reitor que é rejeitado por 90% da comunidade, inclusive por cinco decanos e quarenta entre quarenta e sete congregações de unidades.

A assessoria jurídica da Adufrj está acompanhando os movimentos para a reintegração, na Procuradoria Geral da República do Rio. Até o fechamento desta edição, nada havia sido confirmado a respeito.

Comunidade enterra Vilhena

Em mais uma manifestação contra a posse de Vilhena, cerca de 400 pessoas participaram do "enterro" do professor, no prédio da reitoria, no final da tarde de sexta-feira (31). O cortejo fúnebre percorreu todo o campus do Fundão e contou com a presença do reitor eleito, professor Aloísio Teixeira. Ao final foi realizado um show-ato, com a presença de Nelson Sargento, Noca da Portela e outros.

CAp repudia "comando paramilitar"

Nota do Conselho Pedagógico do Colégio de Aplicação

O Conselho Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFRJ, reunido em 28;/07/1998, vem manifestar sua posição em defesa da normalidade administrativa em nossa Universidade. Lamentando os incidentes acontecidos no Campus da Praia Vermelha, no dia de ontem, esse Conselho expressa o seu profundo repúdio à utilização de "comando paramilitar" na tentativa de impor pela força uma decisão ilegítima.

Esse fato nos remete aos duros tempos da ditadura militar, com a diferença de que aqueles que hoje buscam apoio na violência sucedem reitores que, mesmo nos períodos mais duros de nossa história, tiveram a grandeza de se empenharem para garantir no interior de nossa Universidade condições de liberdade e democracia, preservando em nossos "Campi" espaços para pleno exercício da cidadania, embasada no espírito crítico.

A visão das lamentáveis cenas ocorridas no Campus da Praia Vermelha e sua repercussão na mídia, em nosso entender, submetem a UFRJ, a tradicional Universidade do Brasil a uma desnecessária exposição, principalmente se lutarmos pelo exercício pleno dos princípios da Autonomia e Responsabilidade Administrativa, só contribuindo para com aqueles que, ao longo dos anos, têm assumido uma postura de ataque às Universidades Públicas.

Aguardando a pronta resolução deste impasse, reafirmamos a certeza de que será encontrada rápidamente uma solução que possibilite a retomada da plena capacidade produtiva de nossa UFRJ.

Pelo Conselho Pedagógico do CAp-UFRJ, Professor Moacyr Barreto, diretor.

28 de julho de 1998

Opinião

O equívoco do Ministro

Hélgio Trindade*

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, em recente entrevista ao JB, ao analisar o impasse de governabilidade na UFRJ, comenta os processos de escolha de reitor e cita a UFRGS como um exemplo das distorções desse processo. Ao insinuar que todas as universidades, antes da atual lei que impõe o peso de 70% aos docentes, regiam-se por formas paritárias de escolha, demonstra desconhecer a significativa variação das regras então seguidas pelas universidades públicas federais e a tradição de sua instituição de origem e do seu Secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta Neves.

A UFRGS, por decisão do próprio movimento docente, após plebiscito entre os professores, manteve em suas consultas informais para reitor o peso de 50% atribuído ao voto do corpo docente. Esta regra sempre foi respeitada e ratificada pelos conselhos superiores da universidade.

Na primeira eleição, o cabeça da lista sêxtupla, professor Alceu Ferrari, não foi nomeado pelo governo. A designação unilateral do terceiro nome provocou uma crise muito semelhante a esta que se assiste atualmente, tendo o reitor renunciado antes de concluir a metade do mandato.

Na consulta, da qual resultou o meu nome, em 1992, o governo nomeou o mais votado pela comunidade universitária, cujos resultados foram igualmente referendados pelos conselhos superiores.

A atual reitora, professora Wrana Panizzi, também a primeira colocada na eleição e na lista elaborada pelos conselhos superiores nos termos da lei e dos estatutos da UFRGS, foi nomeada pelo atual governo.

A lição que se pode extrair da experiência da UFRGS, é a de que a legitimidade acadêmica do reitor e a governabilidade política da universidade pública repousam num complexo, mas indispensável acordo entre a vontade da comunidade interna e as decisões assumidas por qualquer governo. Esta foi a orientação de muitos ministros da educação, inclusive em pleno regime militar: apostar mais na sabedoria política, respeitando a manifestação da comunidade acadêmica, do que no confronto burocrático-legal.

---

* Professor de Ciência Política e ex-reitor da Universadidade Federal do Rio Grande do Sul

URGENTE: Conselho de Representantes da Adufrj
Reunião dia 4 de agosto, terça-feira, às 18:30, na Escola de Serviço Social, Praia Vermelha.
Pauta: Intervenção na UFRJ

Grupos de Trabalho

GT Carreira

A próxima reunião será dia 10 de agosto, às 18 horas no Colégio de Aplicação, na Lagoa.

GT de Comunicação e Arte propõe seminário

O GT se reuniu na última quarta- feira (29) e formulou algumas idéias para expansão do trabalho na UFRJ. Os participantes propuseram a organização de um seminário local para tratar de questões relativas às artes plásticas, música e letras e o exercício da docência universitária. A avaliação do período pós-greve também está sendo objeto de discussão do grupo. A próxima reunião será dia 12 de agosto, quarta-feira, às 17 horas, no Colégio de Aplicação. Os interessados e sindicalizados destas áreas podem enviar contribuições ao grupo.

GT de Seguridade Social

O GT fará sua próxima reunião dia 11 de agosto, terça-feira, às 16 horas, na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. O local está sujeito a alterações.

GT Arquivo e História do Movimento Docente

Próxima reunião, terça-feira, 4 de agosto, às 8:30, na sede da Adufrj

Os grupos estão abertos a participação de todos os professores interessados.

Confira os valores para o cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência dos professores de 3º grau

Para saber o valor máximo da gratificação, procure o coeficiente de sua situação funcional e multiplique-o por 140. O resultado já estará convertido em reais. Para o cálculo do valor atual (60%), basta multiplicar por 84. Após a definição dos critérios de avaliação docente na GED, cada professor terá uma pontuação diferenciada e deverá repetir o cálculo para saber o valor de sua gratificação.

		20 horas			
	Graduação	Aperfei.	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	0,56	0,71	0,71	1,60	2,29
Adjunto	0,56	0,71	0,71	1,37	2,00
Assistente	0,56	0,71	0,71	1,37	1,37
Auxiliar	0,56	0,71	0,71	0,73	1,00

		40 horas semanais			
	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	1,11	1,43	1,43	4,00	5,71
Adjunto	1,11	1,43	1,43	3,43	5,00
Assistente	1,11	1,43	1,43	3,43	3,43
Auxiliar	1,11	1,43	1,43	1,83	2,50

		Dedicação Exclusiva			
	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	1,67	2,14	2,14	5,00	9,29
Adjunto	1,67	2,14	2,14	5,00	7,86
Assistente	1,67	2,14	2,14	5,00	6,00
Auxiliar	1,67	2,14	2,14	2,29	3,57

Confira, ao lado, o valor proposto pelo MEC, em reais, para as bolsas dos professores de 1º e 2º graus. Leia mais sobre a GED, na página 3.

Classe	Graduado, especialização e aperfeiçoamento			Mestre			Doutor		
	20 hs	40 hs	DE	20 hs	40 hs	DE	20 hs	40 hs	DE
Titular	85	170	260	130	260	400	160	320	490
E	85	170	260	130	260	400	160	320	490
D	85	170	260	130	260	400	160	320	490
C	85	170	260						
B	85	170	260						
A	85	170	260						

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 10 A 16 DE AGOSTO/98

Pela renúncia do Vilhena

Jurídico da Adufrj impede ação policial na UFRJ

Advogados da seção sindical dos docentes convencem desembargadora de que a ocupação na universidade é uma questão política e não judicial. Medida garante liberdade de manifestação da comunidade contra a nomeação do reitor do MEC

Editorial

A saída para a crise

A cada dia que passa torna-se mais difícil a situação do senhor Vilhena. O acúmulo de desastres é crescente. Após a tentativa de instalação na Praia Vermelha, escoltado por capangas particulares armados, dirige-se o pretenso reitor a um programa de televisão.Nem a parcialidade explícita do jornalista Boris Casoy conseguiu esconder a total falta de preparo do professor Vilhena para ocupar um cargo de tamanha importância. Foi um dos espetáculos mais constrangedores, que infelizmente compromete a própria UFRJ. Afinal que universidade é esta, onde o escolhido pelo MEC para dirigi-la não consegue sequer articular um pensamento coerente? A UFRJ não merece tamanho desrespeito.

Na lista das incongruências, a tentativa de ocupar fisicamente o prédio da reitoria através de ações jurídicas e policiais também foi infrutífera. Felizmente, a Desembargadora Federal Marilena Franco foi sensível aos argumentos da ADUFRJ-Ssind. e entendeu que um problema político estava sendo indevidamente deslocado para a esfera jurídica. Sem dúvida, foi mais uma derrota política para o próprio governo federal.

Enquanto a UFRJ permanece sem direção, os problemas crescem. Com a administração paralisada, os professores e as unidades vão desenvolvendo suas atividades da maneira que for possível. Mas há limites. Processos, convênios, diplomas, contratações, concursos, como ficarão em breve? Também temos o recente relatório da CAPES sobre nossa pós-graduação, que começa a ser discutido no CEPg. Muitas questões fundamentais para a UFRJ deverão ser resolvidas logo. Onde e como será feito isto?

Já está mais do que clara a inviabilidade de uma administração do tipo da pretendida pelo MEC ao nomear o senhor Vilhena. Onde estão seus sub-reitores? Por que o CONSUNI não se reúne? A grande maioria da comunidade da UFRJ já sinalizou que o caminho para resolver a crise é o da renúncia. Resta aos seus últimos seguidores colocarem a mão na consciência e, em nome dos interesses maiores da universidade, também apontarem na mesma direção.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Golpe

Vilhena traz de volta lembrança da ditadura no campus da UFRJ

Ameaça de intervenção militar gerada por ação do reitor nomeado pelo MEC assusta comunidade acadêmica

A UFRJ viveu na semana passada dias de tensão muito parecidos com os vividos na época da ditadura militar. A decisão do juiz Marcelo Fonseca Guerreiro, da 10ª Vara da Justiça Federal, que concedeu, na última segunda (3), o pedido de reintegração de posse a Jose Vilhena, estipulando um prazo de 48 horas para que estudantes e funcionários desocupassem o prédio da reitoria, sob ameaça de intervenção policial, desencadeou outra série de manifestações contrárias à postura de Vilhena que, na semana anterior, tentou entrar no gabinete da Praia Vermelha com seguranças armados a tiracolo. Pais dos alunos que estão acampados na reitoria se colocaram à disposição para ajudar no que fosse preciso. Professores se reuniram para traçar estratégias de ação para evitar a violência. Alunos e funcionários reforçaram a vigília na reitoria- ocupada ha mais de um mês.

Membros da Policia Federal, prontamente, rondavam o prédio na Ilha do Fundão, aguardando o momento exato da operação. O prazo se esgotaria na quinta passada (6). A batalha transcorreu na Justiça. Na terça-feira, o juiz José Eduardo Nobre Malta negou o pedido de reconsideração de liminar feito pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj). No dia seguinte, entretanto, a desembargadora Marilena Franco suspendeu a liminar de reintegração de posse por 15 dias, atendendo a uma ação impetrada pela Adufrj, declarando que " não se exige uma leitura acurada para concluir que não se trata de litígio possessório típico. Ao contrário, ninguém disputa a posse do imóvel, pelo imóvel. São outras disputas que ocorreram e motivaram o pedido que deu origem à liminar cuja suspensão ora se requer. (...)"' . A desembargadora estabeleceu este prazo de 15 dias para que houvesse um entendimento "político"" na instituição.

Uma série de manifestações já estavam agendadas para ao dia de quinta-feira, na reitoria, com o objetivo de evitar qualquer ação violenta dos policiais.

Além da abertura da plenária da Fasubra (federação que representa os sindicatos dos trabalhadores das universidades brasileiras), o Conselho de Ensino e Graduação marcou, para o mesmo dia, uma sessão extraordinária no local. Além disso, a Adufrj convocou os professores da universidade para estarem presentes à reitoria, num ato público. O Sintufrj convocou artistas e celebridades para estarem no local. Os estudantes organizaram uma manifestação pela paz, com distribuição de ro sas, demonstrando que não há interesse de se ressuscitar os dias de chumbo. Pelo contrário, todos - estudantes, professores e funcionários - querem, na verdade, melhores dias para a maior universidade pública do país.

Emoção marca abertura da plenária da Fasubra

Afastada a possibilidade de intervenção policial, a comunidade manteve os atos agendados para a quinta-feira (6). A data coincidiu com a abertura da Plenária Nacional da Fasubra, que reuniu, na reitoria nos dias 6 e 7, 80 delegados de todas as universidades federais do país. Com a presença de vários parlamentares, a abertura da plenária ; acabou se transformando num grande ato em defesa da autonomia da universidade pública, ameaçada pela posse de Josh Vilhena para a reitoria.

Ao meio-dia, as 500 pessoas presentes levantaram suas flores e cantaram o hino nacional. Foi um momento que, certamente, entraram para a história da universidade federal do Rio de Janeiro.

Professores de Portugal apóiam a UFRJ

Caros colegas,
Acabamos de saber pela Net da manifestação de professores na UFRJ contra a nomeação do Reitor.
Em nome do SPRC (Sindicato dos Professores da Região Centro) e da Fenprof (Federação Nacional dos Professores), quero manifestar-vos a nossa solidariedade por essa vossa luta. Em Portugal, desde a lei da Autonomia Universitária de 1986, os Reitores são eleitos por uma assembléia eleita por corpos da respectiva universidade onde os professores são maioritários. Este sistema permite que o Reitor seja representativo dos diversos corpos e tem constituído um factor de estabilidade da vida das universidades.
Esperando que vossa luta vos traga um sistema em que vossos Reitores sejam a expressão da vontade das vossas universidades, recebam as nossas calorosas saudações.

Nuno Ferreira Rilo, Universidade de Coimbra, Portugal

Golpe

Para Aloísio, processo de escolha do reitor está legalmente encerrado

Para Aloísio Teixeira, a sua participação no processo de sucessão da reitoria da UFRJ está encerrada desde a nomeação de Vilhena. "Legalmente, o processo de escolha do reitor está encerrado com a nomeação de Vilhena". Para o candidato preterido pelo MEC, uma possível renuncia de Vilhena abriria uma vacância no cargo para reitor. "Diante deste fato, teria que ser escolhido um reitor *pro tempore* e recomeçar uma nova consulta, a partir do ponto zero". Sobre a possibilidade de se recandidatar ao cargo, Aloísio afirma: "hoje eu não poderia avaliar esta possibilidade, mas tenho direito de ser candidato".

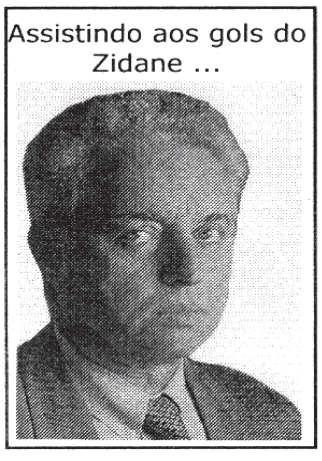
Aloísio Teixeira, o candidato mais votado pela comunidade e pelo Colégio Eleitoral à reitoria da UFRJ, considerou o despacho da juíza Marilena Franco extremamente importante. "A juíza fez com que se restabelecesse a verdade. Não se trata de um esbulho possessório, mas sim de uma manifestação contra um ato do governo que a sociedade não concorda.

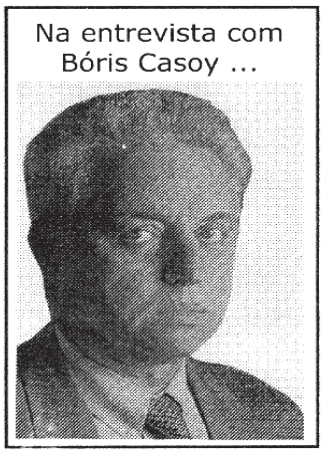
> *"Estamos com uma reitoria parada. Entretanto, a vida acadêmica continua. Os conselhos têm se reunido. A inexistência de um reitor é um problema. Mas, por outro lado, a universidade renasceu. Se tornou, novamente, um centro de dicussão."*
>
> *Aloísio Teixeira*

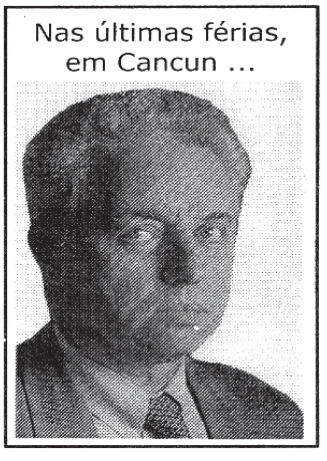
"MEC politizou o processo", diz Aloísio

"Somente o MEC pode afirmar porque preteriu o meu nome". A resposta de Aloísio Teixeira sobre a recusa à sua nomeação é seguida por uma avaliação dura. "Ao invés de utilizar critérios acadêmicos, o MEC preferiu politizar o processo escolhendo um candidato mais conveniente para o governo sem levar em consideração a realidade da universidade". Para Aloísio, o governo vem confundindo a universidade com repartições públicas. "Os critérios tem de ser diferentes".

As várias reações de Vilhena







Golpe

Adufrj consegue suspensão da liminar

No início da noite de quarta-feira (5), a expectativa da comunidade sobre a ameaça da presença da polícia ainda agitava os manifestantes que ocupam há mais de 30 dias o hall do prédio da reitoria. Com a notícia do despacho da desembargadora federal Marilena Franco, professores, estudantes e funcionários se viram livres de uma situação constrangedora, que seria a presença da Polícia Militar nas instalações da universidade para reprimir uma manifestação política contra uma situação que desagrada 90% da *UFRJ*.

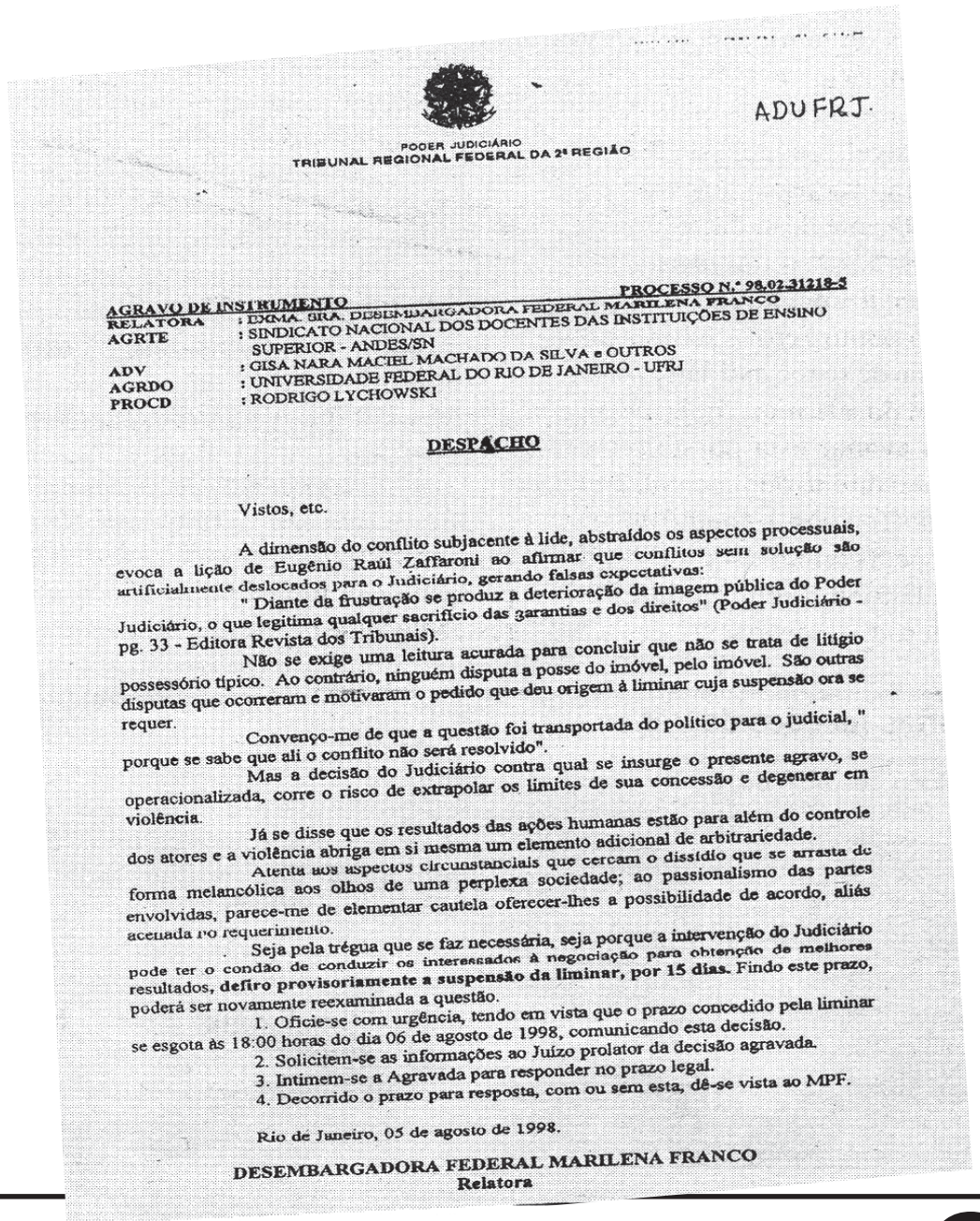
O agravo de instrumento para a suspensão dos efeitos da liminar de reintegração de posse impetrada por Vilhena foi uma ação jurídica da Adufrj, que acionou seus advogados para o caso desde a semana anterior.

Na argumentação do agravo foi questionado sobre quem é a"autoridade competente para determinar o ingresso de ações judiciais em nome da autarquia *(UFRJ)"*, questionando, dado a situação política que vive a instituição, a legitimidade de Vilhena para entrar com ações na justiça em nome da universidade.

"O Conselho Universitário é o órgão máximo da *UFRJ* que não autorizou o ajuizamento do processo judicial no qual pretende o Reitor nomeado obter a proibição de permanência de parte dos seus membros em suas dependências", diz o texto do agravo, mostrando claramente que, mesmo sem tomar posse, Vilhena já passa por cima das instâncias legais e legítimas da instituição para tomar suas providências.

A liminar de reintegração era nominal a quatorze pessoas (quatro estudantes e dez funcionários), mas segundo a argumentação da assessoria jurídica da Adufrj a presença da polícia atingiria toda a comunidade que circula na universidade.

No texto, a desembargadora foi clara em relação ao que se passa na universidade "Convenço-me de que a questão foi transportada do político para o judicial, porque se sabe que ali o conflito não será resolvido". O agravo suspensivo tem efeito por quinze dias.



ADUFRJ.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PROCESSO N.º 98.02.31218-5

AGRAVO DE INSTRUMENTO
RELATORA : EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL MARILENA FRANCO
AGRTE : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES/SN
ADV : GISA NARA MACIEL MACHADO DA SILVA e OUTROS
AGRDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROCD : RODRIGO LYCHOWSKI

DESPACHO

Vistos, etc.

A dimensão do conflito subjacente à lide, abstraídos os aspectos processuais, evoca a lição de Eugênio Raúl Zaffaroni ao afirmar que conflitos sem solução são artificialmente deslocados para o Judiciário, gerando falsas expectativas:

" Diante da frustração se produz a deterioração da imagem pública do Poder Judiciário, o que legitima qualquer sacrifício das garantias e dos direitos" (Poder Judiciário - pg. 33 - Editora Revista dos Tribunais).

Não se exige uma leitura acurada para concluir que não se trata de litígio possessório típico. Ao contrário, ninguém disputa a posse do imóvel, pelo imóvel. São outras disputas que ocorreram e motivaram o pedido que deu origem à liminar cuja suspensão ora se requer.

Convenço-me de que a questão foi transportada do político para o judicial, " porque se sabe que ali o conflito não será resolvido".

Mas a decisão do Judiciário contra qual se insurge o presente agravo, se operacionalizada, corre o risco de extrapolar os limites de sua concessão e degenerar em violência.

Já se disse que os resultados das ações humanas estão para além do controle dos atores e a violência abriga em si mesma um elemento adicional de arbitrariedade.

Atenta aos aspectos circunstanciais que cercam o dissídio que se arrasta de forma melancólica aos olhos de uma perplexa sociedade; ao passionalismo das partes envolvidas, parece-me de elementar cautela oferecer-lhes a possibilidade de acordo, aliás aceitada no requerimento.

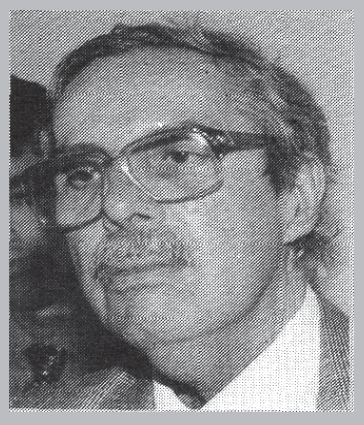
Seja pela trégua que se faz necessária, seja porque a intervenção do Judiciário pode ter o condão de conduzir os interessados à negociação para obtenção de melhores resultados, **defiro provisoriamente a suspensão da liminar, por 15 dias.** Findo este prazo, poderá ser novamente reexaminada a questão.

1. Oficie-se com urgência, tendo em vista que o prazo concedido pela liminar se esgota às 18:00 horas do dia 06 de agosto de 1998, comunicando esta decisão.
2. Solicitem-se as informações ao Juízo prolator da decisão agravada.
3. Intimem-se a Agravada para responder no prazo legal.
4. Decorrido o prazo para resposta, com ou sem esta, dê-se vista ao MPF.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1998.

DESEMBARGADORA FEDERAL MARILENA FRANCO
Relatora

“A resistência principal é dos professores”



Carlos Lessa é decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e professor titular de Economia Brasileira

JA - Como a comunidade acadêmica da UFRJ reage a escolha de José Vilhena para a reitoria?

Lessa –A escolha do Vilhena é percebida pela comunidade acadêmica, em sua imensa maioria, como uma infração, um desrespeito à sua autonomia e àsua competência como instituição de ensino.

JA - Como o senhor avalia este movimento de resistência dentro da UFRJ ?

Lessa - Eu acho que o movimento de resistência se transcreve dentro da tradição da UFRJ. Os três últimos reitores foram escolhidos pela preferência da comunidade - professores, alunos e técnico-administrativos. De certa maneira, tendo vencido o período ditatorial e autoritário, a comunidade da UFRJ entendia que era um direito normal ter o nome de maior consenso escolhido. Esse é o costume democrático internalizado dentro da universidade. O professor Vilhena começou a se desgastar no momento em que, tendo participado da pesquisa prévia, tom uma votação muito pequena, insistiu em levar o seu nome ao colégio universitário. E foi perdedor no colégio eleitoral por uma ampla margem de votos. O professor Aloísio Teixeira teve o dobro dos votos do professor Vilhena. Nesta hora, se caracterizou uma situação em que a universidade esperou, .serenamente, que o MEC homologasse o nome do professor Aloísio Teixeira, a não ser que houvesse, contra o nome de Aloísio Teixeira, alguma grave acusação”. O professor Aloísio Teixeira e um professor titular do universidade, com carreira acadêmica reconhecida, é um homem público também muito conhecido e de grande visibilidade, ou seja, não havia nenhuma grande razão para ele ser preterido. Ao ser preterido, foi gerada uma indignação que assaltou principalmente os professores da UFRJ. Apesar da mídia insistir em colocar que a resistência é de alunos e funcionários, a resistência principal é dos professores. Tanto que, cinco dos seis decanos da universidade, 40 diretores das 47 unidades que compõem a UFRJ e um número gigantesco de congregações e conselhos aprovaram resoluções ou por maioria ou por unanimidade, pedindo a renúncia do professor Vilhena.

JA - Por que o MEC preteriu Aloísio então?

Lesssa - Eu tendo muita dificuldade em avaliar. Eu acho que o MEC levou 60 dias para tomar uma decisão e eu fico me perguntando se a questão ficou arquivada por 60 dias ou foram 60 dias de estudos e reflexões. Se foi arquivada, é um desrespeito à universidade. Se foram estudos e reflexões, está havendo muito ruído, interferência e perturbação atmosférica entre o Rio de Janeiro e Brasília.

JA - Entende-se como “perturbação” a interferência do grupo que se intitula “notáveis da UFRJ”?

Lessa - Os “notáveis” se apresentaram muito lealmente à opinião pública porque assinaram um manifesto apoiando o professor Vilhena. A decisão do MEC em ouvir esses “notáveis” e não ouvir a voz de todo a conjunto do universidade é que nos parece surpreendente. Primeiro porque, implicitamente, estaria sinalizando que a maioria do universidade é o resto. Politicamente, esta visão é de uma incompetência espantosa. Uma ofensa. Além de revelar uma desinformação espetacular. O caso do Museu Nacional é exemplar neste sentido. O Museu Nacional é uma dos unidades da UFRJ de Excelência acadêmica reconhecido nacional e internacionalmente. É a mais alta nota em avaliação do curso de antropologia no país e um dos mais importantes centros antropológicos do mundo. O diretor do Museu Nacional mais um professor titular apoiaram Vilhena. Entretanto, todos os demais assinaram uma moção pedindo a renúncia do Vilhena e a nomeação do professor Aloísio Teixeira. Então, o caso do Museu revela inclusive que há cacofonia, há estática, há perturbações atmosféricas das telecomunicações entre Rio e Brasília.

JA - Na sua opinião, por que o Vilhena insiste tanto em ser o reitor da UFRJ?

Lessa - Eu sou professor titular de economia brasileira. Eu não conheço ou-

tras ciências que me permitam interpretar as motivações, as intenções e as sensações humanas. Agora, observando a trajetória pública *do professor Vilhena, percebo que ele fez uma carreira administrativa muito bem sucedida. Talvez ele tenha considerado que já estava fazendo uma carreira meteórica do ponto de vista administrativo. Entretanto, eu acho que ele administrou a sua carreira, neste último passo, de maneira equivocada. Ele é um jovem professor. Ainda terá uma longa vida acadêmica pela frente e acho que ele está se submetendo a um desgaste junto a opinião pública e junto a comunidade acadêmica perfeitamente dispensável. Agora as razões de foro íntimo, eu não sei.*

JA - Quantos vezes vocês, decanos, tentaram falar com Vilhena?

Lessa - Tivermos duas conversas com o professor Vilhena e sinalizamos o nosso canal aberto ao entendimento. Evidentemente que a preliminar para nós era a sua renúncia. Ele, em nenhum momento, entretanto, admitiu esta hipótese. Então, de certa forma, a vontade de conversar esbarra numa preliminar quase que intransponível.

JA - Vilhena teria legitimidade para governar sem o apoio da comunidade?

Lessa - A Uerj, durante 4 anos, teve um reitor que foi escolhido em condições parecidas com as do professor Vilhena: o professor Fayal. Ele ficou lá durante 4 anos. Neste período, a Uerj se transformou numa casa de cacofonia, de conflito, de desconfiança, de paralisia. Os professores da Uerj se referem a este período como o pior vivido pela instituição. O que não lustra nem dignifica o nome do professor Fayal. Uma estrutura como a universidade pode resistir à figura de um reitor que não seja percebido como legítimo. Agora, é um reitor que vai ficar muito acanhado. Presidir atos acadêmicos possibilitará que alguém se refira à sua ilegitimidade. Deslocamento em corredores pode gerar mal-estar Como esse reitor representará a universidade diante das outras universidades e da comunidade internacional? Provavelmente será um grande desgaste para a UFRJ.

JA- Como o senhor interpreta a sentença da Juíza Marilena Franco?

Lessa - Ela argumentou que a questão é de natureza política, Com freqüência se tenta transferir para a justiça a arbitragem de assuntos de natureza política que deveriam ser negociadas politicamente. Ela propõe um entendimento político. Ou seja, ela sugere a renuncia do Vilhena. Acho que esta atitude da juíza reforça moralmente as que pedem a renúncia do professor Vilhena. Agora, ele tem um mandato que é um ato perfeito e que depende rigorosamente de sua vontade.

JA - Qual será a estratégia, a partir de agora, dos decanos da UFRJ?

Lessa- Eu, pessoalmente, acho que deveríamos buscar no justiça um pedido de esclarecimento do MEC quanta àlegalidade do ato de nomeação do professor Vilhena, dado que o próprio Ministério considerou ilegal o processo de tramitação e de consulta numa lista dupla. O decreto 1916 estabelece a univotação para a construção da lista tríplice. O decreto é uma impossibilidade porque se houver unanimidade será impossível construir a lista tríplice. Como não se construiu a lista tríplice- inicialmente saíram só dois nomes - o MEC demorou muito tempo para pediu um terceiro nome. Ao fazer isso, ele produziu um ato ilegal, quebrando o decreto 1916 Então acho que há espaço para uma interrogação legal sobre esta matéria. Acho também que o Congresso Nacional deveria, talvez, desenvolver uma comissão parlamentar de inquérito para verificar essa incoerência: diante de uma denúncia de ilegalidade, o MEC cometeu outra ilegalidade. Estamos num Estado de direito e, como tal, os processos deveriam ser refeitos. Isso e uma reflexão de Carlos Lessa e não dos decanos.

JA - As ações de Vilhena retaliando membros do Conselho Universitário, andando com seguranças armados para conseguir entrar em seu gabinete, passando por cima de atos do Ceg, entrando com inquérito porque servidores estão se manifestando legitimamente no espaço da universidade, esse seria o perfil da administração de Vilhena?

Lessa -Eu acredito que ele vem assumindo gestos sem a adequada reflexão. Sobre o incidente da Praia Vermelha, o professor Vilhena, num ato simbólico, tentou ocupar o gabinete. Mas nunca deveria fazê-lo com o auxílio de policiais. Ele deveria entrar com uma comitiva de professores que o apóiam. Essas pessoas deveriam acompanhá-lo e com ele permanecer lá. Agora, eu me recuso a aceitar que o professor Vilhena tenha feito isso para colher uma pedra no vidro traseiro de seu carro. Me parece um disparate completo.

O reitor Pedro Calmon, quando a polícia invadiu a Praia Vermelha, disse aos policiais que só se entrava no universidade através do vestibular. O reitor Clementino Fraga protegeu o estudante Vladimir Palmeira em seu carro. A tradição da universidade é essa

JA - O que está em jogo com a nomeação de Vilhena?

Lessa - Eu, pessoalmente, acho que e o futuro desta universidade. Eu acho que a UFRJ é a Universidade do Brasil. Eu tenho a pretensão de achar que o Rio de Janeiro é a síntese do Brasil, do que a Brasil tem de positivo e negativo. Quebrar a espinha dorsal da Universidade Federal do Rio de Janeiro é quebrar a espinha dorsal do universidade do Brasil.

Participou Regina Rocha

Golpe

Cadê o reitor?

Ao lado, o cortejo segue pelas avenidas do campus do Fundão. Acima a viúva, Ditadura, impassível como o falecido. Abaixo, cenas do enterro do interventor.

Está no Céu ou no Inferno? Ninguém sabe para onde foi o espírito do interventor do MEC, devidamente enterrado pela comunidade universitária da UFRJ, no dia 31 de julho. No velório, a viúva, Ditadura, inconsolável com a perda de seu maior instrumento de opressão acadêmica. O cortejo e o enterro do interventor foram prestigiados por aqueles que querem a universidade livre das amarras do governo Fernando Henrique Cardoso.

Opinião

Professor do IFCS envia carta a diretora do Instituto esclarecendo incidente **que envolve a entrada de policiais** no prédio do Largo do São Francisco.

Tempos findos, tempos vindos

Francisco Carlos Teixeira Da Silva*

É com pesar que me dirijo a V.S. no sentido de apresentar alguns comentários sobre as notícias publicadas pelos jornais do Rio de Janeiro envolvendo meu nome e do IFCS.

1)No dia 30 de julho de 1998, ao fim da tarde, VS. foi procurada pelo JB pedindo informações sobre a atuação de policiais no IFCS. Coube a VS. solicitar que eu conversasse com o jornalista, o que fiz na Vossa presença e do diretor administrativo do IFCS. Assim, em momento algum procurei o JB ou qualquer outro jornal; da mesma forma, jamais me apresentei como vice-diretor da instituição;

2)Na ocasião narrei os fatos ocorridos nos últimos dias no IFCS, os quais já eram de conhecimento do jornalista, e corrigi algumas informações que me foram apresentadas. Tratava-se, em resumo, do seguinte: policiais haviam estado no IFCS em busca de documentos (há testemunho de funcionários e de um professor, que me autorizou a divulgar seu nome -professor Paulo Bahia); na Terça-feira, dia 28/07/98, outros pretensos policias, conforme informação da segurança do IFCS, rondaram o prédio, o que atribuí ao leilão das teles , que seria no dia seguinte e decorrente da preocupação obsessiva de tais órgãos (tão anunciadas na TV); na Quarta-feira, dia 29/08/98, alguns alunos, após a manifestação contra o leilão foram seguidos ate o IFCS, conforme informação dos mesmos, no mesmo dia deu-se uma grande concentração policial em frente ao IFCS e dois homens, apresentado-se como policiais, perguntaram nominalmente por alunos do IFCS, conforme informação da segurança e de funcionários; no dia 30/07/98, Quinta-feira, um dos alunos reconheceu um dos autodenominados policiais no prédio. Preocupado com a integridade da Instituição e de seus membros, percorri as salas na tentativa de identificá-los, chamei a segurança que confirmou as informações e então, após conversar com alguns colegas decidi que a melhor estratégia seria publicizar o fato junto à comunidade do IFCS, tornando desta forma inócua a prática de espionagem.

3) Até então atribuímos ao leilão das teles a presença de tais indivíduos na instituição. Entretanto, no dia 1/08/1998, o jornal O Globo, publicou matéria sob o titulo: Ocupação da UFRJ já e caso de polícia; nesta informava-se, conforme anexo, que "... a delegacia de ordem Política e Social, o DOPS, instaurara inquérito para apurar crime de esbulho possessório na UFRJ", conforme solicitação do reitor nomeado. Assim,. Redobraram-se nossas preocupações, sabendo da pratica de tais órgãos - meu projeto de pesquisa aprovado no CNPq, trata de uma comparação entre GESTAPO, a Polizia di Securità e o DOPS nos anos 30 e 40 - temo que os interesses de tais indivíduos sejam de outra ordem.

4)Aproveito a ocasião, como cidadão, historiador e professor - cujo coração ainda bate no lado certo -, para manifestar a minha profunda preocupação sobre os fatos narrados. Lamento, quando alguns colegas lembram os anos de chumbo para desacreditar colegas, alunos e funcionários, e calam-se, ou ainda pior, negam as evidências da intervenção policial no ambiente universitário. Talvez fosse bom, na qualidade de historiador, redobrar que o DOPS, criado em 1933, reformado em 1944, em plena ditadura Vargas, foi responsável por brutal repressão contra intelectuais e professores; sob o período democrático agiu de forma totalitária e cruel, invadindo residências, instalando escutas e prendendo sem culpa formada, como em 1947; sob a Ditadura Militar, notabilizou-se como a face negra do regime. Declaro-me perplexo que alguém, invocando o manto da legalidade e da ordem, traga de volta para o interior da UFRJ, um órgão de tão triste memória. Tal mando de legalidade só recobrirá do opróbrio quem o enverga. Seria oportuno lembrar os versos do poeta alemão Jiirgen Becker: Quando tudo começou quem se incomodou?Quando tudo mostrou-se como era/bem, quem podia fazer algo contra?

5) Quanto a eventuais desmentidos e pressões exercidas contra jornalistas - que cumpriram dignamente com sua profissão - só posso declarar, com serenidade, que todas as vozes devem ser ouvidas e mesmo todas as irrefreáveis vocações ...

Assim,caso Vossa Senhoria reconheça nestes fatos o que testemunhou e o que pôde acompanhar, solicito a divulgação junto aos colegas do IFCS e aos conselhos superiores da UFRJ.

Tempos findos, tempos vindos.

* Professor Titular de História Moderna e Contemporânea

Reuniões de GT's da Adufrj-Ssind.

1. Carreira. Reunião segunda-feira, 10/08, ás "18:00 no CAP
2. Seguridade. Reunião Terça-feira 11108, as 16:00' 6,°na Escola de Serviço Social-Praia Vermelha.
3. Comunicação e Artes. Reunião quarta-feira, 12/08,ás 17,00 no CAP
4.Arquivo e Historia do Movimento Docente. reunião terça-feira,11/08, ás 8:30 na sede da Adfrj-Ssind
As reuniões são abertas a todos os interessados.

Assembléia Geral

Quarta-feira,12/08 às 10;00 horas no Roxinho, CCMN

Pauta:

1. Intervenção na UFRJ.
2. Docentes de 1° e 2° graus na IFES:bolsa e Carreira do MEC.
3. escolha de delegados para a plenária dos SPF's dia 16/08.

Lula no Cefet

0 candidato a presidência, Luis Inácio Lula da Silva, estará, nesta segunda feira, dia 10, as 11 horas, no Cefet, rua General Canabarro, 681 - Maracanã, para debater com alunos e professores o problema da educação no pais e o programa de seu governo

Calendário Acadêmico da UFRJ aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG)

1988	Início	Final	Número de dias letivos
1º semestre	6 de julho (inclusive para a Medicina)	17 de outubro	107
		Medicina: 19 de Setembro	
2º semestre	26 de outubro	20 de março/99	107
	Medicina: 19 de setembro	Medicina: 12 de fevereiro/99	

Capes cria “coeficiente” de avaliação docente

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes divulgou para as instituições os conceitos do cursos de pós-graduação, avaliados pela Fundação, no biênio 1996/97. A grande novidade do sistema e o Núcleo de Referência Docente - que mede a qualificação, a produção e a dedicação dos professores aos cursos. Complexo, o NRD foi motivo de polêmica durante a exposição do novo sistema pelo professor Antônio Macdowel Figueredo, da Coppe, aos conselheiros do Conselho de Ensino de Graduados Cepg.

O sistema de avaliação foi reformulado a revelia do IV Programa Nacional de Pós - Graduação, que desde 1996 ainda não foi definido nem aprovado. Há dois anos, a comunidade científica e acadêmica, representada por instituições e personalidades, iniciou o debate sobre a reformulação da pós-graduação no Brasil. A avaliação e o financiamento dos cursos foram alguns dos temas sobre os quais não houve acordo entre a comunidade acadêmica e o governo.

Durante a exposição das notas dos cursos da UFRJ ao Cepg, os critérios desta avaliação foram questionados por não refletirem a realidade de cada instituição e por terem escolhido, implicitamente, a Universidade de São Paulo como referência de excelência.

As críticas não pararam por aí. Para alguns, o “coeficiente” de avaliação docente pode levar a sérias distorções. A grosso modo, se um professor tem como regime a dedicação exclusiva e ministra 10 horas de aula em um curso e 20 horas em outro, o primeiro curso acaba recendo um conceito mais baixo do que o segundo, independente da qualidade do trabalho realizado em um ou no outro. Um curso interdisciplinar, por exemplo, receberia notas baixíssimas em relação a outros mais tradicionais, justamente por ter uma variedade de professores atuando no mesmo período.

Critérios comparativos com cursos equivalentes no exterior também foram questionados na reunião do Cepg. Os cursos têm ate o dia14 de agosto para entrarem com recurso junto à Capes, que está sendo pressionada pela imprensa a divulgar os resultados finais até o dia 18 de agosto. Se a fundação acatar o desejo da mídia, provavelmente, alguns recursos sequer serão analisados, devido ao curtíssimo prazo.

No Centro de Ciências da Saúde, 12 cursos vão entrar com recurso junto à Capes para revisão de seus conceitos. Em relação As notas obtidas na última avaliação, a Faculdade de Medicina teve seis cursos com conceitos inferiores aos anteriores; dois se mantiveram no mesmo nível e apenas um melhorou. Na Engenharia (Coppe), a situação é simetricamente inversa: seis cursos tiveram conceitos superiores, dois se mantiveram e um baixou sua nota.

Ao todo, dezessete cursos da UFRJ pedirão revisão dos conceitos.

Quantidade de cursos de pós-graduação nas Universidades brasileiras

Região	Cursos 94/95		cursos 96/97	
Norte	25	8	27	8
Nordeste	164	36	184	44
Sudeste	731	493	786	526
Sul	182	64	212	81
Centro-Oeste	57	15	66	18

Fonte: Capes

Reunião de 1° e 2° graus no Andes-SN

Cerca de cinqüenta profes sores participaram da reunião de professores de 1° e 2° graus das 1FES ocorrida nos dias 1 e 2 de agosto passado, em Brasília. A representação da Adufrj-SSind contou com a participação da professora Rosanne Evangelista Dias e do professor Maurício da Luz do Colégio de Aplicação.

Durante o período da manhã a discussão ficou centrada na pauta e na natureza do evento. Como pauta foram escolhidos os temas: bolsas para os professores de I° e 2° graus, carreira única, comissão de carreira do MEC.

Sobre as bolsas, as informações foram as mesmas do oficio do Sindicato 158/ 98 de 27 de julho. Em relação a carreira única, o grupo de professores iniciou um debate, tendo come objeto a "Proposta da Andes-SN para a universidade brasileira" que deverá ser implementado e mais divulgado entre os professores. Sobre a Comissão de Carreira do MEC, não havia nenhuma informação nova.

Entre as conclusões constatou-se a necessidade urgente de convocar reunião conjunta dos GT de Político Educacional, de Carreira e de Política Sindical.

Foram estabelecidos os seguintes encaminhamentos

a) Implementar a discussão da Carreira única, de imediato, nas bases de todo o sindicato.

'b)procurar obter informações junto ao governo sobre a proposta e a implantação da Comissão do MEC para implementação da nova carreira docente das IFES

c) Atualização dos dados conforme questionário a` ser respondido pela ADs com urgência e sistematizado imediatamente.

d) Ampliar a debate das questões de 1° e 2° graus para todo o Sindicato

e) Divulgar de imediato os dados compilados sobre 1o e 2°graus para todo o sindicato e sociedade.

f) Buscar no MEC e CAPES informações detalhadas sobre o programa de bolsas e informar de imediato às AD's.

Bolsas de 1° e 2° sairão em folha suplementar

Após o encontro dos professores de 1° e 2° graus das Ifes, promovido pelo Andes-SN, as professores do Colégio de Aplicação da UFRJ, Rosanne Evangelista, e Mira, da Universidade Federal da Paraíba, estiveram na Secretaria de Ensino Superior do MEC e foram recebidas pelo diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ensino Superior, Josh Luiz da Silva Valente. O diretor da Sesu falou sobre a situação das bolsas dos docentes de l° e 2° graus.

O diretor da Sesu garantiu para os professores o pagamento das bolsas sairá em folha suplementar, retroativo ao mês de julho.Segundo ele, o secretário da Sesu, Abílio Baeta já havia conversado, diversas vezes, sobre o assunto, com o presidente do Sindicato, Renato de Oliveira. Josá Luiz informou as professores que as bolsas serão destinadas apenas aos professores da ativa, independente de estarem ou não ministrando aulas. Além dos aposentados, os professores dos ex-territórios, não vinculados a instituições de ensino federais, não receberão estas bolsas.A publicação da portaria com as tabelas dos valores das bolsas esta sendo, segundo o diretor, aguardada "para ontem".

Para Valente, as bolsas são uma solução transitória para o problema dos professores de 1° e 2° graus, e a remuneração destes estaria vinculada, no caso das Ifes, a uma discussão sobre autonomia universitária.

Valente disse, também, estar havendo uma certa dificuldade para se estabelecer os valores das bolsas para professores com mestrado e doutorado. Os diretores das escolas técnicas pretendiam garantir maiores ganhos aos professores que possuem apenas a graduação, disse.

Valente garantiu para as professoras que o dinheiro para as bolsas não sairia de nenhum programa da Capes, e teria verba própria. O professor acrescentou, ainda, que a Sesu reconhece a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as especificidades do trabalho dos professores das escolas vinculados as ifes e citou o caso da Casa da Cultura da Universidade Federal de Curitiba, como um trabalho rico e que deveria ser valorizado, embora não se destine ao ensino básico e médio regulares.

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 17 A 23 DE AGOSTO/98

Pela renúncia do Vilhena

Comunidade exige Democracia e Autonomia na Universidade

Golpe: A indignação dos docentes

Parlamentares se encontram com Vilhena

Capes divulga resulta da avaliação dos resultados da UFRJ

Convocação de reunião extraordinária do Conselho do Andes-SN (CONAD)

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind realizada em 2/ 7/98 autorizou, por unanimidade, a Diretoria da AdufrjSSind a requerer, em conjunto com outras Seções Sindicais, a convocação de um Conad extraordinário, cuja pauta inclua necessariamente a convocação de um Congresso extraordinário, cuja pauta inclua necessariamente a discussão sobre a destituição de membros da Diretoria do Andes-SN, de acordo com a seguinte exposição de motivos: Os atos da Diretoria do Andes-SN, e em particular do seu Presidente, tanto nas "negociações paralelas" com o MEC quanto na sua intervenção no CNG, devem ser avaliados dentro das instâncias do movimento. A convocação de um Conad é a primeira incidência do movimento para uma avaliação. Caso a Conad julgue pertinente, convocará um Congresso, onde podem ser tomadas as medidas mais drásticas previstas no Estatuto do Andes-SN, tais como a destituição de membros da Diretoria do Andes-SN.

Nessa mesma data, a Diretoria da Adufrj-SSind enviou correspondência a todas as seções sindicais do Andes-SN comunicando a decisão acima e solicitando àquelas que estivessem interessadas em participar do requerimento da convocação do Conad que entrassem em contato com a Diretoria da Adufrj-SSind e/ou com nossa delegação no CNG, o mais rápido possível, para que se pudessem tomar as providencias necessárias à convocação.

Naquela ocasião, já considerávamos a atuação da Diretoria do Andes-SN no desfecho da grave nacional dos docentes das Ifes suficientemente grave para justificar o início de um processo de avaliação dessa atuação pelo conjunto do Sindicato, que poderia levar até à destituição de membros da Diretoria.

De lá para cá, outras ações da Diretoria, particularmente do seu presidente Renato de Oliveira, só fizeram aumentar a necessidade de uma discussão urgente sobre a democracia nas instâncias do Andes-Sindicato Nacional. Sem entrar em maiores detalhes, eis alguns fatos recentes:

a) a Diretoria do Andes-SN indicou "representantes do Andes-SN" para compor a Comissão do MEC que vai tratar da avaliação das professores das Ifes, sem qualquer consulta à categoria sobre a conveniência dessa indicação ou sobre que posições devem os representantes ter na comissão;

b) a Diretoria do Andes-SN está negociando com o MEC a questão das bolsas para os professores do L° e 2° graus das Ifes de forma totalmente autônoma em relação à categoria; numa reunião de caráter e objetivos obscuros realizada em 1° e 2 de agosto, omitiu informações sabre essa negociação, que foram por nós obtidas diretamente com a Sesu-MEC;

c) o secretario geral do Andes-SN, Osmar de Oliveira Marchese, "informou" às seções sindicais, em ofício de 30/7/98, que o AndesSN estaria "nos próximos dias" se filiando ao MOSAP-Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, afrontando o Art. 65 do Estatuto do Andes-SN, que exige a aprovação do Congresso do Andes-SN para qualquer filiação a organizações nacionais ou internacionais; após advertido par várias seções sindicais inclusive a Adufrj-SSind -, "retificou a informação", em oficio de 5/8, dizendo que a citada filiação seria afinal proposta no próximo Congresso;

d) no Informandes n° 83, órgão do Sindicato Nacional das Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Renato de Oliveira assina artigo como "presidente da Associação Nacional das Docentes de Ensino Superior (ANDES)", ignorando a nossa transformação de "Associação" em "Sindicato Nacional"; no mesmo inde base do movimento docente; o informativo inteiro serviu

ADUFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES-SN NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

para a Diretoria atual atacar o "radicalismo" e o "fundamentalismo" das seus opositores, sem lhes dar um centímetro de espaço para se pronunciarem, e

e)o presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, vem participando de reuniões com dirigentes da UFRJ, a respeito da crise instalada com a nomeação pelo MEC de um reitor repudiado pela quase totalidade da comunidade universitária da UFRJ, sem fazer qualquer consulta ou prestar qualquer esclarecimento a qualquer das instâncias da Adufrj-SSind, seção sindical do Andes-SN na UFRJ.

Estas são apenas algumas das ações mais recentes da Diretoria do Andes-SN, que, somadas à sua atuação durante a greve dos docentes das Ifes, mostram que ela entende que, uma vez eleita, passa a ter o direito de "representar a Andes-Sindicato Nacional" (incisos I e III do Art. 30 do Estatuto do Andes-SN) como bem entender, sem dever mais satisfações a ninguém. Com base nessa 1ógica, estabelece negociações "por cima" com o MEC, considera-se mais representativa da base das professores do que as seções sindicais, tenta desqualificar seus críticos identificando-os como os perdedores das eleições e acusando-os de quererem um "segundo turno" destas (tal como Collor acusava seus opositores de quererem um terceiro turno), enfim, despreza por completo toda as práticas democráticas duramente construídas ao longo de décadas pelo movimento docente.

Entendemos que o movimento docente não pode ficar sem reação diante deste tipo de prática no seu próprio interior. Por este motivo, A Adufrj-SSind requereu à Diretoria do Andes-SN,em 7/8/98, a convocação de reunião extraordinária do Conselho da AndesSindicato Nacional (Gonad) para os dias 22 e 23 de agosto de 1998, na cidade de Cuiabá (MT). A Adufmat (Seção Sindical do AndesSN na UFMT) já se propôs a sediar o Conad nestas datas. O Conad pode reunir-se extraordinariamente desde que 1/4 das seções sindicais o requeiram, indicando data e local da reunião (Art. 26, inciso II). A pauta deve ser proposta pela Diretoria (Art. 27) e o Conad pode deliberar sobre qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início (Art. 27, § I°).

Independentemente da pauta que a Diretoria propuser, é nossa intenção propor a inclusão de dois pontos: (1) a discussão da democracia interna no Andes-SN, e (2) a convocação de um Congresso extraordinário para que se discuta a destituição de membros da Diretoria do Andes-SN. O Congresso pode reunir-se extraordinariamente desde que convocado pelo Conad (Art. 18, inciso 11) e pode destituir qualquer membro da Diretoria (Art. 21, inciso III c Art. 42) pelo voto de dois terços dos seus delegados.

Não é nosso objetivo, em princípio, chegar à destituição da Diretoria do Andes-SN, mas entendemos que a discussão sobre a democracia interna deve ocorrer dentro de um processo que possa, eventualmente, levar a esse desfecho, se assim for a vontade da categoria após avaliar cuidadosamente os fatos.

Este relato foi enviado em 7 de agosto para todas as seções sindicais do Andes-SN, conclamando-as a também requererem a convocação do Conad extraordinário e a participarem dele da forma mais qualificada possível. Os documentos relativos aos fatos citados foram também enviados e estão sendo preparados para figurar na home-page da Adufrj-SSind o mais rápido possível.

Entre 25 e 30 seções sindicais, quase todas do setor das federais, já requererem a convocação do Conad extraordinário. Os representantes da Adufrj-SSind na reunião do setor que será realizada nos dias 14 e 15 de agosto estarão verificando que providências está a Diretoria do Andes-SN tomando para fazer a convocação, como é sua obrigação estatutária.

Diretoria da Adufrj-SSind, em 14 de agosto de 1998

Artigos do Estatuto do Andes-SN

Art.18. O Congresso se reúne:

II - extraordinariamente, quando requerido pelo CONAD, em data e local por este fixados.

Art.21. ...

Paráfrafo único. As deliberações referentes aos ítens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

...

III-destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o pisposto no art.42;

Art.26. O CONAD se reúne:

...

II- extraordinariamente quando requerido por um quarto (1/4) das ADs-SSINDs ou pela DIRETORIA, em data e local fixados por quem o requerer.

Art.27. Por ocasião da convocação do CONAD, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

...Art.42. Qualquer membro da DIRETORIA pode ser destituído em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, observando o disposto no art.21, parágrafo único, III, o mesmo se aplicando à DIRETORIA coletivamente.

Parágrafo único. No caso de destituição de metade mais um dos diretores, o Congresso previsto neste artigo deverá eleger uma diretoria provisória e convocar eleições num prazo de noventa (90) dias.

Aloísio não se candidatará enquanto FHC estiver no poder

28 conselheiros comparecem à reitoria e reivindicam uma sessão deliberativa do Conselho Universitário

Cerca de 28 conselheiros universitários compareceram na última quinta (13) à reunião ordinária do Consuni (Conselho Universitário) dispostos à debater os rumos da UFRJ diante da crise gerada pelo governo federal com a nomeação de José Henrique Vilhena para a reitoria da universidade. Apesar do número expressivo de conselheiros - dentre os quais, cinco decanos - a sessão não ocorreu. Esta seria a terceira sessão ordinária do Consuni. As duas primeiras foram desconvocadas por Vilhena. Os decanos Carlos Lessa (CCJE), Sergio Fracalanzza (CCS), Carlos Tannus (CLA), Oscar Acselrad (CT) e Marco Antonio França Faria (CCMN) aproveitaram para relatar o encontro com o senador Antonio Carlos Magalhães - que ocorrera na terça-feira (11), em Brasília.

Os conselheiros presentes demonstraram preocupação com a ausência das reuniões do Conselho Universitário e os desdobramentos da ausência da figura do reitor para o futuro da universidade. Entretanto, todos foram unânimes: Vilhena não tem, sequer, capacidade para presidir este fórum.

José Ricardo Tauille, representante dos titulares do CCJE, anunciou que teria uma carta de Aloísio Teixeira para ser lida na primeira sessão do Conselho Universitário. Mesmo não se tratando de uma sessão oficial do Consuni, Tauille antecipou o conteúdo do documento onde Teixeira afirma que não se candidatará a reitor da universidade enquanto Fernando Henrique Cardoso estiver no poder. Segundo o relato de Tauille, o candidato mais votado pelo Colégio Eleitoral não acredita que será o escolhido pelo governo e não poderá "contribuir" para a solução do impasse gerado na UFRJ.

Os cinco decanos da UFRJ vão convocar, para a próxima quinta (20), uma reunião com todos os representantes do Conselho Universitário, às 10h, na reitoria. O objetivo da reunião é discutir o papel do Consuni neste momento.

Os membros do Conselho presentes à reitoria na última quinta, demonstraram preocupação, por exemplo, com as "saídas" que Vilhena poderá arranjar para a questão orçamentária da UFRJ. Nos próximos três meses inicia-se o processo de detalhamento de verbas para o ano de 1999.

Parlamentares procuram Vilhena

Uma comissão suprapartidária formada por parlamentares da bancada do Rio de Janeiro - Laura Carneiro e Arolde de Oliveira (ambos do PFL), Ronaldo César Coelho e Artur da Távola (ambos do PSDB) se reuniram na noite de quinta (13) com Jose Vilhena , na residência do senador Artur da Távola. Jandira Feghali (PC do B), que também compõe esta comissão, não compareceu à reunião, entretanto, adiantou ao Jornal da Adufrj que o objetivo do encontro era pedir a renúncia do reitor empossado pelo MEC. A deputada federal Laura Carneiro, presente a reunião, por sua vez, disse que Vilhena afirmou aos parlamentares que este problema é interno da universidade e que a instituição vem "entrando num esquema de funcionamento normal". A deputada do PFL antecipou que as negociações serão intermediadas por Artur da Távola, que entrara em contato com os decanos para "ouvir o outro lado". O nome do senador do PSDB foi indicado pelo fato de não estar concorrendo a nenhum cargo no Legislativo.

A iniciativa de reunir este grupo surgiu da deputada federal Maria da Conceição Tavares (PT), professora emérita da UFRJ, que vem acompanhando todo o processo. O grupo esteve presente ao gabinete do ministro da educação na quinta (13) pela manhã para saber a sua versão da crise.

Laura Carneiro disse que a idéia de ouvir todos os lados foi sugestão de Paulo Renato.

Indignação é forte entre docentes

"Os professores da UFRJ resistem porque é uma questão de legitimidade"

Sérgio Fracalanzza - Decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS)

"Os professores da UFRJ resistem à nomeação de Vilhena porque ser uma questão de legitimidade. Na atual crise financeira da universidade, qualquer reitor que assuma o cargo vai enfrentar uma série de dificuldades. Para isso, ele deverá ter o apoio da comunidade acadêmica - professores, funcionários e alunos - para superar os problemas e manter a universidade dentro do principio de excelência que ela deve ter. O professor Vilhena, hoje, não representa esta pessoa. Ele não tem o apoio dos funcionários, não tem o apoio dos estudantes e principalmente, não tem o apoio da maioria do corpo docente. Este está explicito nas manifestações do conjunto de 40 diretores, entre as 47 unidades; está explícito no conjunto de cinco, dos seis decanos que a universidade possui; está explícito na manifestação dos conselhos deliberativos, dos conselhos superiores e nas congregações. O que se faz previsível, caso ele realmente continue como reitor, é uma grave crise de governabilidade, que causará danos consideráveis para a UFRJ. É por isso que nós somos contra."

"Pretender uma pacificação em torno do nome do reitor nomeado é querer transformar a universidade em refém do governo"

Carlos Vainer- Professor adjunto de Planejamento Urbano e Regional (Ippur)

"Nos próximos anos, estará sendo decidida a natureza das relações entre universidade, sociedade, mercado e estado. O fim do embate, que já se iniciou, dependerá se teremos, ou não, uma universidade digna desse nome: competente científica e academicamente e responsável socialmente.

Pretender uma pacificação em torno do nome do reitor nomeado é querer transformar a universidade em refém do governo e incapacitá-la para enfrentar o debate, a negociação e a luta pela autonomia universitária. Os autonomeados monopolistas do bom senso, arautos da pacificação autoritária' da UFRJ, acreditam que poderão sobreviver graças à concorrência no mercado científico ou no mercado tout court. Ilusão de alunos, adesismo político de outros. A alternativa é uma só: preservar a integridade e a unidade da universidade, qualificando-a para cumprir suas funções e responder socialmente pelo seu desempenho."

Leia mais sobre a intervenção do MEC na UFRJ na página 12

"Para a universidade, não interessa a indicação de uma pessoa que seja subserviente ao governo"

Carlos Nelson Coutinho - Professor titular do Escola de Serviço Social

"A reação à nomeação do professor José Henrique Vilhena provém, essencialmente, dos docentes. Esta nomeação viola a autonomia universitária. Tem um caráter meramente político. Para a universidade, não interessa a indicação de uma pessoa que seja subserviente ao governo. Isto torna o funcionamento da universidade inviável."

"Vilhena não conseguiu convencer os professores"

Oscar Acselrad - Decano do Centro de Tecnologia

"José Henrique Vilhena fez parte da administração anterior que era identificada com o governo federal. Mesmo com esta identificação, ele não conseguiu resolver problemas básicos da universidade. Além disso, durante a sua campanha, Vilhena não conseguiu convencer os professores que possuía um projeto diferente da gestão anterior, um bom projeto para a universidade. Em função disso, teve uma votação pequena entre os docentes na pesquisa informal realizada junto à comunidade. Os dois primeiros colocados tiveram uma votação bem mais expressiva do que Vilhena."

A partir do dia 18, a imprensa terá acesso aos dados da avaliação da Capes, referente ao biênio 96/97, dos programas de pós-graduação de todas as instituições de ensino do país. Só sendo divulgados os conceitos dos cursos que não entraram com recurso junto à agência

Capes divulga nesta semana da avaliação dos programas de Pós-graduação

Depois de vinte anos avaliando a pós-graduação no Brasil, a Fundação Capes chegou à conclusão de que, do ponto de vista interno, o sistema já havia chegado a um nível onde boa parte dos cursos já teriam atingido o conceito A e que, portanto, era chegado a hora de compará-los a seus pares no exterior.

Designados pela Capes para dar uma ênfase maior à excelência no processo de avaliação, um grupo de docentes da Coppe/UFRJ, que há cerca de seis anos é responsável por um projeto de informatização do Sistema da Capes, formulou para esta última avaliação novas abordagens e métodos para a coleta dos dados apresentados às comissões de área.

No lugar da qualificação de A à E, foram estabelecidas notas de 1 a 7, onde o nível 5 corresponde exatamente ao "perfil do curso A". Para elevar o nível de qualificação dos programas e aproximá-los da sua fronteira de conhecimento, foram criadas as notas 6 e 7. Entre as exigências para ser excelente (conceito 6), estão "um desempenho diferenciado", compatível com padrões internacionais, e ter entre seu corpo docente lideranças acadêmicas" com representatividade em sua respectiva comunidade'".

A atribuição para ser nota sete ou "super excelente" é restrita a programas com desempenho "claramente destacado dos demais, inclusive daqueles que obtiveram o conceito 6 (seis)."

Dentre as novidades da metodologia da avaliação, o Núcleo de Referência Docente (NRD) ganha destaque e aparece, segundo sua conceituação, como "a fração do corpo docente que assegura caracterização institucional e continuidade às atividades do Programa"

Segundo o professor da Coppe Antonio MacDowell de Figueiredo, um dos formuladores do Sistema de Avaliação da Fundação, o NRD mede a dedicação do docente ao programa. O NRD seria uma nova visão da figura do "professor permanente", que, para Figueredo, adquiriu tantas interpretações, que teria perdido seu significado. "Os professores que atuam em um programa durante 10 anos, a princípio são professores permanentes. Mas se um atua 40 horas por semana durante dez anos e outro só atua uma hora semanal, durante os mesmos dez anos, existe uma grande diferença entre os dois. Mas ambos poderiam ser considerados professores permanentes", ilustra.

O NRD foi idealizado para identificar o grupo ou "núcleo" de professores que dá consistência e continuidade à definição das atividades do Programa. Isto cria uma clara diferença entre o papel do docente que, além de ter vínculo com o programa, dedica a maior parte de seu tempo às atividades dos cursos daquele que, mesmo engajado, dá apenas algumas aulas e não permanece na instituição. "Com esta aferição, queremos separar os que trabalham 40 horas e os que trabalham 20 horas. A gente (Coppe) acha que a pós-graduação não pode ser feita por quem trabalha menos de 30 horas", comenta Figueiredo.

A medida do NRD não é simples. Foi dividido em seis níveis, sendo o NRD6, pela proposta da Capes, o parâmetro que garante maior conceituação. Nele se encaixam os docentes que têm dedicação exclusiva, com cargo de 40 horas semanais, que estão, no mínimo, há nove meses vinculados à instituição e ao Programa e dedicam mais de 60% do seu tempo aos curSOS.

Pelo Sistema, as comissões puderam utilizar níveis distintos de NRD, baseados em critérios próprios, como referência nas avaliações. Os quesitos dominantes se dividem entre a Proposta do Programa, Corpo Docente, Atividades de Pesquisa, Atividades de Formação, Corpo Discente, Tese e Dissertações e Produção Intelectual. Cada comissão estabeleceu seus pesos para cada uma destas tendências.

Na UFRJ, o resultado preliminar da avaliação dos Programas já foi divulgado para os coordenadores de pós. Alguns cursos pediram recurso às comissões de área e devem ter suas notas, modificadas ou não, nas próximas semanas.

Filosofia, Serviço Social, Cirurgia Geral, Clínica Obstétrica, Ginecologia, Ortopedia e Traumatologia, Ortodontia, Enfermagem, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Periodontia, Odontopediatria, Educação em Saúde, Engenharia de Sistemas e Computação e Energia Nuclear são programas que ainda não tiveram suas notas divulgadas, Segundo a Capes, por problemas técnicos no processo de avaliação.

Comissão internacional de especialistas avalia sistema da Capes

Na UFRJ, dezessete cursos pediram revisão dos conceitos e quinze estão sem resultados.

Em junho de 1997, um grupo de consultores internacionais foi convocado pela Fundação para comentar o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação mantido pela agência. Segundo Antonio Figueiredo, as orientações dos especialistas estrangeiros não foram totalmente seguidas. A maior parte das recomendações e observações feitas seriam; para ele, problemas já discutidos pelos representantes da Capes, já conversados pela comunidade acadêmica e alguns até já implementados.

Sobre a política de avaliação, a comissão identificou que os fundos de pesquisa e as bolsas de estudo das agências de fomento devem atuar de forma coordenada. No comentário sobre o relatório dos especialistas, Figueiredo diz que a recomendação é apropriada e a recente ação unilateral do CNPq relativa aos critérios de distribuição de bolsas corrobora com a necessidade desta coordenação.

Para os especialistas, os comitês de avaliação devem incluir um representante de outra disciplina e, sempre que possível, um representante de outro país, que seja da disciplina. Eles propõem, também, que os programas passem a ser avaliados num ciclo de três a cinco anos, principalmente nas áreas de pesquisa experimental ou para cursos novos.

O grupo questionou, também, os critérios estabelecidos pelas comissões de áreas para cada um dos conceitos. As categorias de classificação usadas precisariam ser definidas e esclarecidas pela Capes, em conjunto com as áreas. Em seu comentário Figueiredo esclarece que as comissões são independentes para estabelecer critérios que julguem apropriados. De qualquer forma, ao oferecer a tabulação da coleta de dados às comissões e ao propor parâmetros, ainda que com possibilidade de adoção de pesos e medidas diferenciados, a Fundação restringe as comissões a sua visão do processo e da condução da avaliação.

> "Não é razoável que eu tenha um programa de pós-graduação onde os professores não estejam lá a maior parte do tempo, isto também depende da característica da área. Mas eu não posso ter um programa em que todos os professores estão a maior parte do tempo operando ou exercendo atividades de cirurgião, por exemplo, e não de porfessores de pós-graduação. Mas não existe uma regra geral, depende da vocação, da proposta e da característica do grupo." Antonio MacDowell de Figueiredo, um dos formuladores do Sistema de Avaliação da Capes.

O grupo de especialistas também propõe visitas obrigatórias in loco aos novos programas e aqueles cujo conceito for rebaixado para C (atualmente, 3) ou menos. A visita deveria ser feita antes da oficialização no novo conceito. Para Figueiredo, esta proposta serviria apenas para us cursos novos, ainda assim com ressalvas. Os especialistas teriam confundido a interdependência dos processos de recomendação e de avaliação ("e pressuposto que a recomendação e feita apos a atribuição do conceito"), A auto-avaliação também foi proposta aos Programas pelos especialistas.

O grupo chamou a atenção da Fundação para os dados sobre infra-estrutura e fomento que devem ser levados em conta para avaliar a viabilidade de programas novos e o potencial dos já estabelecidos.

Figueiredo acrescenta que os dados sobre infra-estrutura, finaciadores e pesquisadores já são coletados, mas os valores dos recursos não são informados, "pois não há como avaliar a precisão destes dados (na ocasião da definição da Coleta dos Dados, a Finep sugeriu a inclusão deste dado)."

Quanto aos cursos que teriam seus conceitos reduzidos, o grupo propôs que as notas fossem previamente comunicadas ao sub-reitor de pós. Os cursos que tiveram conceitos reduzidos tiveram um prazo de 24 de julho a 10 de agosto para entrarem corn recurso junto à Capes. A pedidos, o período foi prorrogado ate 14 de agosto.

O grupo de especialistas sugeriu vinte indicadores de qualidade adicionais ao sistema de avaliação utilizado pela Capes. Veja na tabela, quais foram utilizados pelo Sistema

Taxa de titulação	sim	sim
Taxa de desistência	sim	sim
Tempo de titulação	sim	sim
Objetivos do Programa	sim	sim
Aposentadorias	parcial	não
Carga docente	sim	sim
Carga de orientação	sim	sim
Destino dos egressos	-	não
Bolsistas	sim	sim
Requisitos de titulação	sim	sim
Contratos, consultoria	sim	não
Extensão	sim	não
Publicações	sim	sim
Razão alunos/docentes	sim	sim
Razão técnicos/docentes	-	não
Fomento e financiamento	-	não
Prêmios	sim	não
Conferências	sim	não
Origem do alunado	parcial	não
Auto-avaliação e acompanhamento das recomendações decorrentes da avaliação	-	não

Avaliação da Capes

Publicamos os resultados parciais da Avaliação dos Programas de Pós-graduação da UFRJ, feita pela Capes, referente ao biênio 96/97. Destes, dezessete programas entraram com recurso para revisão de seus conceitos. Quinze programas não tiveram seus concertos divulgados.
Nas tabelas estão, também, os conceitos dados aos cursor de doutorado e mestrado, respectivamente, destes programas, nos anos de 1996 e 1994.

Programa	Unidade	Centro	Conc.	Conc.	Conc.
Planej. Urbano e Regional	Pesq Plan Urb Regional	CCJE	6	B/A	CN/A
Administração	Pós-grad Pesq Adm Coppead	CCJE	5	-/A	-/A
Econ da Ind e da Tecnologia	Econ Indu	CCJE	5	A/A	B-/C+
Física	Física	CCMN	5	B/A	B/A
Geografia	Geociências	CCMN	6	A/A	-/A
Geologia	Geociências	CCMN	4	B/B	B/B
Estatística	Matématica	CCMN	4	-/B	-/A-
Informática	Matématica	CCMN	3	A/A	CN/A
Matem. Aplicada	Matématica	CCMN	4	B/A	B+/A
Bioquímica	Química	CCMN	5	B/B	B/A
Fisico-química	Química	CCMN	5	CN/B	CN/B
Química Inorgânica	Química	CCMN	4	CN	CN
Química Orgânica	Química	CCMN	6	B/A	B+/A

Programa	Unidade	Centro	Conc.	Conc.	Conc.
Ciênc. Farmacêuticas	Farmacia	CCS	3	-/C	-
Clínica Médica	Medicina	CCS	5	CN/B	CN/B
Anatomia Patalógica	Medicina	CCS	2	-/B	-/B
Cardiologia	Medicina	CCS	3	B/A	B-/B+
Dermatologia	Medicina	CCS	4	A/A	A/A
Doenças Infeciosas e parasitarias	Medicina	CCS	5	A/A	A-/A
Endocrinologia	Medicina	CCS	3	B/B	C+/B+
Gastroenterologia	Medicina	CCS	3	-/C	-/B-
Radiologia	Medicina	CCS	4	B/A	B-/B-
Nefrologia	Medicina	CCS	2	-/B	-/B
Ciências Biológicas (Farmac. e Terap. Experimental)	Ciências Biomédicas	CCS	3	-/C	-/C
Ciências Morfológicas	Ciências Biomédicas	CCS	5	CN	CN
Química Biológica	Ciências Biomédicas	CCS	7	A/A	A/A
Microbiologia	Microbiologia	CCS	6	A/A	A-/A-
Tisiologia e Pneumologia	Tisio e Pneum	CCS	2	-/B	-/B
Ciênc. Biológicas	Biofísica	CCS	7	A/A	A/A
Biotecnologia Vegetal	Biologia	CCS	3	CN/B	CN
Ciênc. Biológicas(fisiologia)	Biologia	CCS	4	-	-
Ciênc. Biológicas(genética)	Biologia	CCS	4	B/B	B/B
Ecologia	Biologia	CCS	5	CN/A	CN/B
Nutrição	Nutrição	CCS	2	-/B	-/B
Psiquiatria e Saúde Mental	Psiquiatria	CCS	2	B/B	B/B
Quim. Prod. Naturais	NPPN	CCS	5	C/B	B/A-
Saúde Coletiva	NPPN	CCS	3	-	-

Programa	Unidade	Centro	Conc.	Conc.	Conc.
Ciência da Informação	Escola de comunicação	CFCH	5	A/A	CN/A
Comunicação	Escola de comunicação	CFCH	4	B/B	B+/B+
Educação	Fac de Educação	CFCH	4	B/B	A-/A
História	IFCS	CFCH	6	A/A	CN/A
Sociologia	IFCS	CFCH	6	CN/A	-/A
Psicologia	Psicologia	CFCH	4	B/B	C+/B-
Com. E Ecol Social	Psicologia	CFCH	4	-/A	CN
Hist. Da Arte	EBA	CFCH	4	-/B	-/B
Música	Esc de música	CLA	3	-/C	-/B-
Arquitetura	Facult de arq e urb	CLA	3	-/C	-/B-
Urbanismo	Facult de arq e urb	CLA	6	-/C	-
Int. Disciplinar de linguistica aplicada	Facult de letras	CLA	4	-/B	-/C+
Ciências da Literatura	Facult de letras	CLA	6	A/A	A/A
Letras Clássicas	Facult de letras	CLA	3	C/C	C/C
Letras Vermáculas	Facult de letras	CLA	5	B/B	A-/A-
Linguistica e Fisiologia	Facult de letras	CLA	3	A/A	A/A
Letras Neolatinas	Facult de letras	CLA	5	B/B	B+/B+

Programa	Unidade	Centro	Conc.	Conc.	Conc.
Pesq. Operacional e gerencia de produto	Coppe	CT	4	A/A	A/A
Eng. Biomédica	Coppe	CT	6	A/A	A/A
Engenharia Civil	Coppe	CT	6	A/A	A/A
Eng. Transportes	Coppe	CT	5	B/B	CN/B
Eng. Elétrica	Coppe	CT	5	A/A	A/A
Eng. Mecânica	Coppe	CT	6	B/A	B/A-
Eng Metalurgica e de materiais	Coppe	CT	6	A/A	A/A
Eng. Oceânica	Coppe	CT	4	B/B	C/A-
Eng. Química	Coppe	CT	6	A/A	A/A
Planej Energético	Coppe	CT	4	-	-
Tecn de proc químicos e bioquímicos	E. Quim.	CT	4	C/B	-
Ciência e Tecnologia de Polímeros	Macrom	CT	5	A/A	B/B+
Antropologia Social	Museu	FCC	7	A/A	A/A
Ciências Biológicas botânica	Museu	FCC	3	-/B	-/B
Ciências Biológicas zoologia	Museu	FCC	4	CN/B	-/B

Pela Democracia e Autonomia na UFRJ

Ato Público no prédio do IFCS
Lgo. de São Francisco

Quinta (20), a partir das 10hs
Compareçam

Sintufrj/DCE/Adufrj

Professores de 1° e 2° graus continuam sendo discriminados pelo MEC: nem a bolsa será paga em agosto

Após a convocação de uma reunião com professores de 1 ° e 2° graus nos dias 1 e 2 de agosto, onde poucas informações novas foram divulgadas, a Diretoria do Andes-SN reuniu-se com a Sesu/MEC, no dia 11 de agosto. O relatório da audiência confirma o tratamento discriminatório que vem sendo dado aos professores de 1 ° e 2° graus. Sem a GE D, no final da greve nacional dos docentes tiveram vagas promessas de uma bolsa, que, no entanto, até hoje não foi paga. Segundo o relatório:

...o MEC admite o caráter provisório, emergencial e temporário, para atender as docentes do l °e 2°grau dos Universidades Federais, Escolas Técnicas, AgroTécnicas, Cefets e Colégios de Aplicação, além dos Escolas Isoladas, até que seja discutida e aprovada a nova carreira.

Perguntado quando será iniciado o pagamento dessas balsas, o MEC explica que: "tão logo seja concluído o estabelecimento dos convênios acima citados, sendo que todos os documentos foram postados em 7 de agosto". Assim, "as unidades em que os dirigentes forem ágeis, poderão receber ainda neste mês, retroativo a 1 ° de julho de 1998. Os demais poderão receber em folha suplementar, tão logo se efetuem as convênios".

Quanta à abrangência e duração dessas bolsas, a resposta obtida foi de que "todos receberão, exceto os aposentados e as substitutos que não forem cadastrados no SIAPE ". Isso porque o critério estabelecido considerou apenas o professor "Ativo Permanente" dos dados retirados do SIAPE. Estarão, portanto, "incluídos as professores em férias e em licenças de saúde, gestantes e capacitação ".

A duração das bolsas, em termos do convênio já citado, será ate dezembro/98, par uma questão orgamentória, podendo ser prorrogadas até que se aprove e implemente a nova carreira desses docentes..... Informou ainda o MEC que não há equivalência entre essas balsas e a GED, assim coma não existirá avaliação para tal concessão, nem exigência de estar em exercício de sala de aula.

Haverá, amanhã, 12/08/98, uma reunião tom os dirigentes das Unidades em que se encontram as docentes de 1e 2° grau para tratar do convênio acima e estabelecer as bases para a formação da Comissão de Carreira....

A Direção do Colégio de Aplicação da UFRJ não recebeu ate dia 13 de agosto nenhuma convocação para esta reunião.

Nota da Diretoria da Adufrj-sSind. Estranhamente, no ofício do ANDES-SN, e colocada uma manifestação do Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino,Superior do MEC José Luis da Silva Valente, desmentindo as informações dadas a uma delegação de professoras de 1° e 2° graus, incluindo a professora Rosanne E. Dias do CAP do UFRJ, conforme noticiado no nosso jornal anterior. Na nossa opinião a direção do ANDES-SN, deveria ter consultado as referidas professoras, antes de dar créditos ao MEC.

Grupos de Trabalho

Seguridade Social - No último dia 11 de agosto, o grupo se reuniu na Escola de Serviço Social. O material referente ao tema produzido no âmbito do Andes-SN foi separado e será atualizado, em relação aos desdobramentos da Reformas da Previdência, que deverá ser retomada pelo Congresso após as eleições. Próxima reunião dia 25 de agosto, terça-feira, às 16 horas, na Escola de Serviço Social. Serão discutidos documentos da CUT-RJ sobre o assunto.

Comunicação e Arte- Não houve reunião no dia 12. O próximo encontro será dia 26 de agosto, quarta-feira, as 17 horas, no CAp na Lagoa. Na pauta está a montagem de um seminário sobre Arte, discutindo a docência, a produção artística e das formas de avaliação, considerando as especificidades do objeto artístico.

Carreira - Próxima reunião dia 24 de agosto, 18 horas, no Colégio de Aplicação, na Lagoa.

Arquivo e História do Movimento Docente- Próxima reunião, terça-feira, dia 18 de agosto, às 10 horas, na sede da Adufrj.

De quem é o ANDES-SN?

Em nossa condição de brasileiros, ne nhum sentimento nos é mais familiar que o da desconfiança em relação às instituições governo, o Congresso, a imprensa, etc. - e a seus dirigentes. Estamos acostumados a identificar a mentira e o engodo, tanto em seus discursos, quanto em suas práticas.

Sendo este o contexto, ndo e gratuita a sensação de agradável estranheza que muitas vezes tenho quando participação de alguma atividade em nosso sindicato, seja ela organizada pela ADUFRJ ou pelo ANDES-SN. A experiência de poder confiar na livre circulação das informações, na transparência dos procedimentos e no respeito as deliberações tomadas coletivamente e realmente incomum em nossa vida de cidadãos brasileiros. Avalio que a confiança que tenho em nosso sindicato e compartilhada pela ampla maioria dos professores, ndo apenas porque eles se mantém sindicalizados, mas principalmente pelo que observe de seu comportamento em nossas reuniões de unidade e assembléias, assim come nos eventos organizados nacionalmente pelo ANDES-SN.

Entretanto, durante nossa greve recém-encerrada, vi-me confrontada com uma situação em que, pela primeira vez, me senti profundamente desconfortável, diria mesmo atdnita, em relação a certos procedimentos admados em nosso sindicato, especificamente por sua diretoria. Estes procedimentos contrariam frontalmente o principio de organizado o de nosso sindicato pela base da categoria docente, justamente aquele que gamete o controle do sindicato pelo conjunto de seus associados.

Antes mesmo de tomar posse, o presidente recém-eleito do ANDES-SN, prof Renato de Oliveira, já "atropelava" os docentes das IFES no questionar na imprensa, isto e, fora das instancias do sindicato, as linhas de condução da greve estabelecidas pelo CNG (Comando Nacional de Greve), que obedeciam rigorosamente As avaliações feitas nas Assembléias Gerais (só tinham veto no CNG os delegados eleitos nas assembléias).

Não satisfeito com esta tentativa de desqualificar a categoria através da imprensa, o prof Renato de Oliveira, acompanhado de outros integrantes de sua diretoria naquele momento já empossada, negociou no Congresso Nacional encaminhar o fim da greve dos docentes em troca da aprovação de um projeto de lei rejeitado em todas as assembléias dos docentes das IFES. A aprovação do projeto era defendida pelo governo FHC, pelos partidos governistas, pela ANDIFES e per um pequeno grupo de professores que se apresentavam come defensores da "meritocracia". Em lugar de defender aquilo que o conjunto dos professores deliberou em suas assembléias, a diretoria do ANDES-SN surpreendentemente resolveu olinhar-se em oposição 6 categoria e ao lado das forças que defendiam a aprovação do projeto do governo. Em particular, a subserviencia ao MEC demonstmda pela diretoria do ANDES-SN, assim come o auxilio prestado per ela ao senador Antonio Carlos Magalhães, deixaram perplexos e, sobretudo, envergonhados os professores das IFES. Foi assim que, ao final desta greve, tivemos pela primeira vez a experiência de nos sentir traídos pela direção de nosso sindicato.

A reação de nossa categoria não se fez esperar. As Assembléias Gerais das ADs enviaram 16 menções ou declarações de repudio a ação do presidente ou do conjunto da diretoria do ANDESSN, alem de 29 solicitações de convocação, pelas diretorias de ADs, de um CONAD (Conselho Nacional do ANDES-SN) Extraordinário, com formulações diversas, expressando a grande inquietação dos professores com os rumos que a direção do ANDES-SN estava imprimindo As suas ações. Nenhuma iniciativa foi tomada até agora pela diretoria para convocar este CONAD, em mais um desrespeito as deliberações da base de nossa categoria.

Note-se que o número especial do InformANDES (julho/1998), divulga 3 manifestações de apoio por parte de ADs (I da diretoria outra aprovada em Assembléia Geral e a respeito da outra reunião está claro se é manifestação apenas da diretoria ou se foi aprovada em Assembléia Geral) a atual diretoria do ANDES-SN e nenhuma das 16 mopes on manifestações de repudio ou das 29 solicitações de CONAD EXTRAORDINARIO referidas acima. Desta forma, o jornal do sindicato, ao invés de servir como veículo de informações confiáveis para os docentes, serve como veiculo de propaganda da atual diretoria.

Dando prosseguimento A sua atitude de indiferença e desprezo em relação ao conjunto dos professores, logo depois do final da greve, sem qualquer consulta As ADs, a diretoria do ANDES-SN decidiu participar da Comissão Nacional de AvaIiação proposta pelo MEC, para implementar a avaliação de desempenho docente que servirá para calcular os valores da GED, mecanismo de calculo dos proventos docentes também já rejeitado pelas AGs durante nossa greve. Independentemente da avaliação de ser ou não oportuna a participação de nosso sindicato nesta comissão, o que desejo ressaltar e o fato de a diretoria do sindicato ter-se considerado autônoma em relação a base do categoria,a o decidir sem qualquer consulta sabre esta participação. Nos Comunicados do CNG do período de 26/6 a 13/07/98 (período final de nossa greve), verificamos que, das 5 ADs que se manifestaram sobre esta participação, 4 a rejeitaram e uma deliberou que a representação do ANDES-SN nesta comissão deveria ser indicada em CONAD especial, não devendo ser feita pela diretoria do ANDES-SN.

Podemos concluir destes fatos que a diretoria do ANDES-SN terem ampliado seu espaço de deliberação no sindicato de forma ilegítima, porque as custas de fazer minguar o espaço de deliberação que sempre foi do conjunto dos associados. Acho que está na hora de nossa categoria se posicionar firmemente contra o esbulho que estamos sotrendo, sendo alijados das deliberações do sindicato que mantemos com nossa contribuição financeira e, principalmente, com nosso trabalho em suas várias instâ ncias. Temos que ser firmes, se não quisermos ver destruída a organização sindical que prezamos e na qual, até tão recentemente, podíamos confiar. E lamentável, mas teremos que despender tempo e esforços para explicar a diretoria do ANDES-SN aquilo que parece auto-evidente: o sindicato não e do governo FHC, não é do MEC ou do senador ACM, assim como também não é de qualquer grupo de professores denominados "notáveis" por si mesmos ou por qualquer autoridade governamental, e não é também da diretoria; a sindicato e do conjunto dos sindicalizados, o único coletivo que possui legitimidade para nortear as ações do ANDESSN.

Maria de Lourdes R do F. Passos Professora do Instituto de Psicologia

ACM diz que projeto do governo ataca universidades

Em audiência com os cinco decanos da UFRJ contrários a nomeação de Vilhena - Carlos Lessa (CCJE), Carlos Tannus (CLA), Marcos Antonio Franga Faria (CCMN), Sergio Fracalanzza (CCS) e Oscar Acselrad (CT) - o senador Antonio Carlos Magalhães se mostrou bastante preocupado com a crise na UFRJ e com o futuro das universidades federais. O senador estava muito bem informado sobre os problemas causados a UFRJ com a nomeação de Vilhena, deixando os decanos bastante otimistas.

Além do terra principal, os decanos afirmaram que o presidente do Congresso falou do seu decontentamento com o projeto de autonomia proposto pelo governo. Segundo os professores da UFRJ, ACM disse que o financiamento das universidades federais proposto pelo governo no Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 370 poderá causar o fim da universidade federal no país. A PEC 370, que tramita no Congresso Nacional, prevê a criação de um fundo que garantira, apenas por um período de 10 anos, o repasse de verba do governo federal as instituições federais de ensino superior. Este repasse diminuiria gradativa mente até que a instituição fique responsável por gerar recursos e se autofinanciar.

Vilhena causa mal-estar no CETEM e sai pela porta dos fundos

Mais uma idéia infeliz de quem se recusa a encarar seus opositores. A tentativa de Vilhena em tornar o prédio do CE TEM - Centro de Estudos de Tecnologia Mineral - um gabinete foi infeliz e causou muito constrangimento por parte dos pesquisadores que trabalham para o CNPq.O professor Roberto Villas Was divulgou uma carta a comunidade onde contava que, por ter sido diretor do CETEM por muitos anos, “muitos colegas da UFRJ e da comunidade cientifica e acadêmica em geral,tem-se telefonado,indig nados, pela ingerência de um órgão nas questões internas de outro, e pasmos de que este orgão tenha sido o CETEM, de tão ampla e longa convivência firmada com a UFRJ, respeitando-a e fazendo-se respeitar”. A carta de Vilas Boas gerou uma enxurrada de protestos contra a entrada de Vilhena no CETEM. Leia a carta abaixo:

“ AOS COMPANHEIROS DA UFRJ”

É sabido que, hoje dia 10 de agosto, na parte da manhã, foi a comunidade universitária surpreendida tom a presença do Prof Vilhena despachando normalmente no CETEM! Veto acompanhado de assessores e do Prof. Bevilacqua, ex - Diretor da COPPE, tendo sido recebido pelo atual Diretor do CETEM, além de dois outros assessores do Prof. Tundisi, Presidente do CNPq.

Ora, como eu fui durante muitos anos Diretor do CETEM, muitos colegas da UFRJ e do comunidade científica e acadêmica em geral, tem-me telefonado, indignados, pela ingerência de um órgão nas questões internas de outro, e pasmos de que este órgão”o tenha sido o CETEM, de tão ampla e longa convivência firmada tom a UFRJ respeitando-a e fazendo-se respeitar.

Deixo claro aos amigos da comunidade que desde março último, mercê de uma estratégia muito semelhante aquela que conduziu o Prof. Vilhena a Reitoria , não são mais o Diretor do CETEM, mas são por manejo na condição de Pesquisador Titular do CNPg1CETEMe que, como tal, nesta fundação, assisti igualmente indignado, assim como indignado está o corpo de funcionários da casa, a situação que se apresenta.

O prestígio nacional e internacional do CETEM, que o posiciona dentre as instituições lideres no mundo nas suas áreas de ação e afins, conseguido pelos esforços contínuos e constantes do seu corpo de funcionários, por suas pesquisas inovadoras nas áreas do meio ambiente e mineração, do desenvolvimento sustentável para a indústria minerometalurgica, para não mencionar as já clássicas sobre concentrada”o de minerais oxidados, estragado por solventes de terras raras, refino de metais preciosos e tantas outras, não merecia ser maculado por essa ação tmpensada que poderá colocar em risco Cantos anos de boa convivência tom a UFRJ!

Recebam, pois, todos os companheiros desta grande Universidade, da qual me orgulho de ser, igualmente, Professor; a minha total solidariedade.

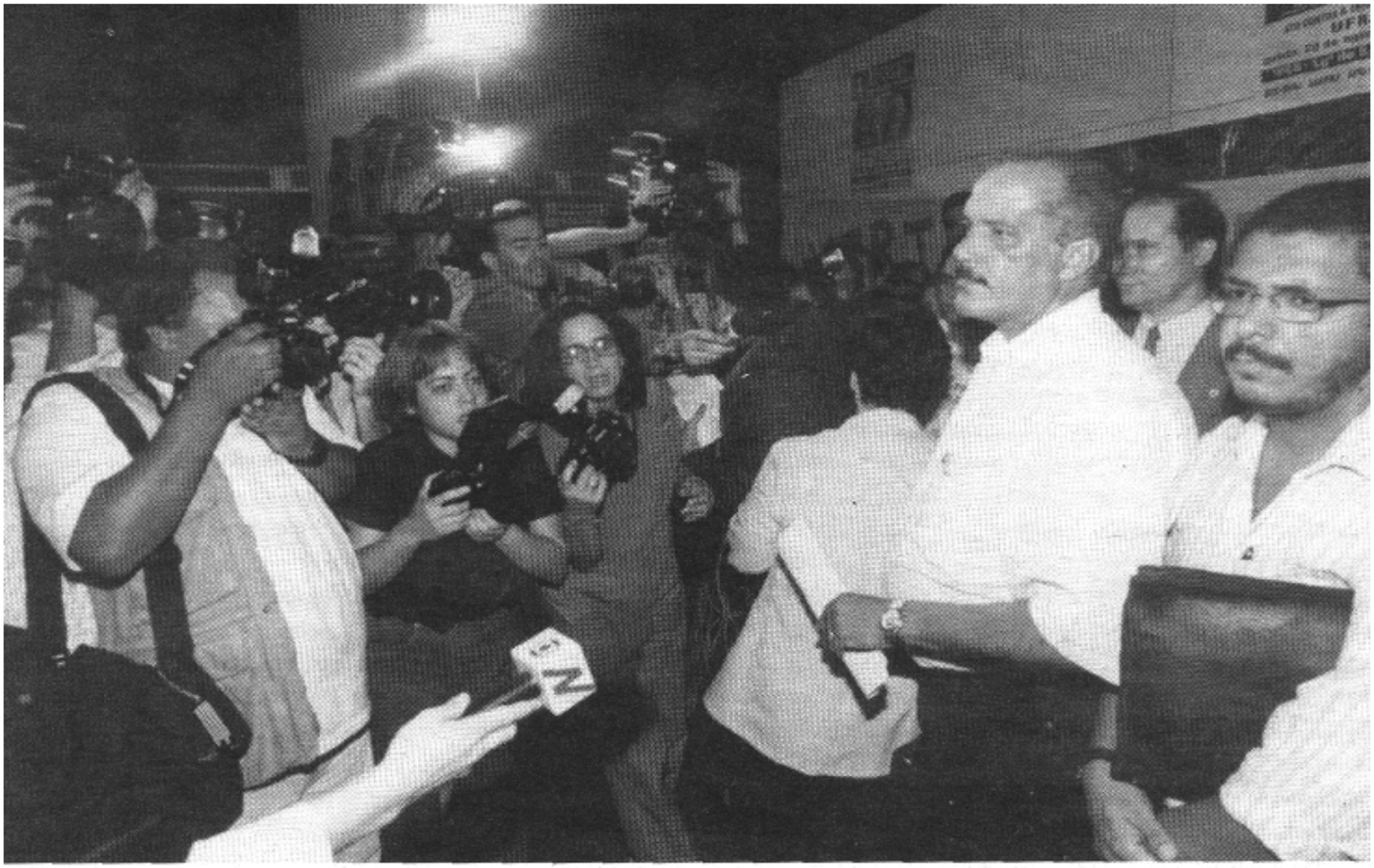
Roberto C. Villas Boas - Professor Adjunto IV da EE/UFRJ - Pesquisador Titular CNPq/ CETEM

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 24 A 30 DE AGOSTO/98

Pela renúncia do Vilhena



Vilhena usa Polícia Federal para retirar estudantes, professores e funcionários do prédio da reitoria

Por volta das 13 horas da última sexta feira (21), o oficial de Justiça leu para os manifestantes e para a imprensa a liminar que garantiu a reintegração de posse ao reitor nomeado pelo MEC. Mas a comunidade resistiu pacificamente até o fim e só desocupou o salão da reitoria depois do chegada da Polícia Federal

Editorial

A avaliação da Capes e a crise na UFRJ

A intervenção policial na UFRJ causa preocupações cres centes. Será esta a nova maneira de "encontrar soluções" para os problemas da universidade? Já estará morta aquela concepção de que a universidade deve, necessariamente, ser o lugar onde as idéias circulem livremente, onde as difercnças sejam saudadas, onde os debates sejam sempre bem vindos, onde o pluralismo seja motivo de orgulho? Ao atropelar a deliberação legítima e legal dos Colegiados Superiores da UFRJ, o governo FHC deu sua resposta categórica a estas questões. O pensamento único (neo-liberal) não admite questionamentos e sempre termina apelando para a violência, institucional ou não.

Infelizmente, esta concepção encontra adeptos em nosso meio. Por um lado clamam pelo "respeito as leis" mas nao tern pudor em desrespeita-las quando lhes convem. E o caso absurdo do esvaziamento propositado do Conselho Universitario da UFRJ. Temos muitas críticas ao seu funcionamento, a sua composição, a várias de suas decisões. Mas nossas criticas são no sentido de seu aperfeiçoamento, não na sua destruição. Entendemos ser fundamental seu funcionamento como fórum legftimo para resolver nossas diferenças. Causa indignação vermos que os mesmos setores que apoiam a nomeagao do professor Vilhena, não levantam sua voz contra o cancelamento sistemático das sessões do Consuni. A crise que vivemos já poderia ter sido resolvida se tivéssemos o funcionamento institucional da universidade garantido e seus Conselhos Superiores respeitados.

Esta questão é importante não apenas no caso da nomeação do reitor. Recentemente, tivemos a publicação da avaliação da Capes. Sem entrarmos no mento do seu conteúdo, todos sabem da importância desta avaliação para o presente e o futuro de nossa pós-graduação. Embora a média da UFRJ fosse relativamente alta, os conceitos divulgados no último Jomal da Adufrj, mostram claramente que temos extremos significativos. Várias perguntas surgem. Qual o significado, para as agências de fomento, desta avaliação? Qual a contribuição que as atuais condições de trabalho na UFRJ tern nesta avaliação? Estavam todos os programas cientes dos novos critérios da Capes? As respostas a estas e outras questões serão múltiplas. Mas uma constatação se impõe: a UFRJ não tern discutido, como instituição, uma política coerente para a pós-graduação. Onde e como será discutida a situação de cursos novos on atualmente corn difrculdades, mas que deveriam ser promovidos pela importancia de seus objetivos e conteddos? No nosso entendimento esta tambem e uma questao crucial que deveria jd estar na pauta de nossos conselhos superiores. Em vez disto, continuamos vivendo num clima de "darwinismo academico" onde os apoios politicos de Brasilia sao um fator importante para sobreviver.

As duas questões, a da nomeação do reitor e a da avaliagao da Capes apontam para a necessidade de termos colegiados representativos, legitimos, independentes, transparentes, que nos permitam funcionar institucionalmente e enfrentar de forma positiva os enormes desafios que temos pela frente. É de fundamental importância que o Consuni da UFRJ volte a se reunir. Fazemos um chamado aos consetheiros para que comparegam a reuniao da prdxima quinta-feira, 27 de agosto. O futuro da UFRJ dependera em boa parte, de termos encaminhamentos construídos democraticamente neste fórum.

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES-SN NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Golpe

Fernando Henrique usa o DOPS para empossar Vilhena

Longe de ser considerada uma derrota, a desocupação da reitoria da UFRJ, na úl tima sexta-feira (21), tomou-se uma grande manifestação de vitória dos que são contrários a nomeação de Vilhena. Cantando o hino nacional, de mãos dadas, e com muito emoção estampada nos rostos, a comunidade acadêmica - representada por cerca de 500 manifestantes - atendeu a determinação da justiça e às 16:30h professores, estudantes e funcionários desceram a escada principal do prédio da reitoria. Os manifestantes saíram ladeados por cerca de 100 policiais militares. A cena, digna dos piores momentos da ditadura militar, demonstrou qual será a estratégia de Vilhena para garantir a sua "govemabilidade". Entretanto, para todos os presentes, a desocupação da reitoria assumiu um caráter simbólico absolutamente importante. Vilhena, e o governo Fernando Henrique Cardoso, patrocinaram um dos episódios mais deploráveis da história da Universidade do Brasil: a entrada de policiais militates e da tenebrosa policia do DOPS no campus da UFRJ para garantir a saida de estudantes e funcionários que ocuparam pot 44 dias as dependências da instituição. Os manifestantes, por sua vez, preocupados em evitar o confronto, saíram ordenadamente demonstrando que a desordem não está na comunidade acadêmica, mas sim no grupo que investe neste tipo de ação, indo às últimas conseqüências para garantir a "legalidade" de um interventor.

Expectativa começou às 6 da manhã

Os manifestantes passaram a noite de quinta para sexta à espera do oficial de justiça. O prazo dado pelo juiz Marcelo Fonseca Guerreiro terminaria às 6:05 de sexta. Neste horário, dois policiais federais estiveram no local para comunicar que o juiz estendera o prazo para às 11 horas. Os manifestantes continuaram a vigília, em comemoração pela vitória simbólica da ocupação. Às 13h16min, o official de justiga adentrou o hall da reitoria, leu a liminar e pediu que os manifestantes saíssem pacificamente do prédio. A comunidade permaneceu no local.

A tropa de choque da policia militar chegou ao campus da UFRJ às 15 horas e aguardou a chegada da polícia federal. O DOPS chegou às 16 horas. Com sete carros Santana, dois patamos do DOPS e três ônibus do batalhão de choque. Quando os policiais foram ao gabinete do reitor saíram de 1á sob os gritos de todos: "põe a mão na consciência" e "polícia e pra ladrão. Pra estudante, não". Ás 17 horas, uma assembléia comunitária marcou o fim da ocupação e uma nova etapa na luta contra a administração do interventor Vilhena.

Procuradoria da UFRJ reconhece sub-reitor como ilegal

A pedido da Associação dos pós-graduados da UFRJ, a procuradoria geral da universidade reconheceu que a posse do sub-reitor de Ensino para Graduados e pesquisa (SR-2), Carlos Messeder era ilegal. Viihena o nomeou como substituto de um cargo em vacancia, uma vez, que o antigo sub-reitor Marcos Palatnik já havia se desencompatibilizado do cargo quando soube da decisao do MEC em empossar o segundo da lista.

Com isso Messeder acumulou o cargo de decano e sub-reitor indevidamente. Diante do parecer da procuradoria da UFRJ, que interpretou o ato da nomeação de Messeder como impróprio, Vilhena elaborou uma nova portaria dando no decano do CFCH o cargo de subreitor interino da SR-2.

Golpe

Batalha será nos Conselhos Superiores da Universidade

A comunidade acadêmica está apostando na próxima reunião do Conselho Universitário, na quinta (27). A questão é comprovar a falta de governabilidade que Vilhena possui dentro dos Conselhos Superiores. Segundo Aloisio Teixeira, está posta uma nova disposição de luta: a luta institutional. Aloísio acredita na renúnciade Vilhena nos próximos 15 dias. Para ele, agora Vilhena vai "se encontrar com a universidade" e sentir como será difícil administrar uma instituição sem o apoio da esmagadora maioria. Para Aloísio, a ocupação, por si, não resolvia o problema da ingovernabilidade, mas foi uma das manifestações mais importantes de todo este processo: " teve um caráter simbólico muito significativo. Demonstrou à opinião pública que a UFRJ não vê Vilhena como reitor".

Para Carlos Tannus, decano do Centro de Letras e Antes (CLA), a ocupação da reitoria significou uma forma de rejeitar a violação da autonomia universitária. Sobre a pressão através dos Conselhos superiores, Tannus diz que espera que o reitor empossado tenha sensibilidade para aferir as suas condições de governabilidade na instituição.

Teixeira, que desmentiu a possibildiade de sua recandidatura caso Vilhena venha a renunciar, foi um dos que liderou a fila da desocupação, descendo as escadas com o sinal de vit6ria nos dedos. Ele definiu como lamentável a entrada de policias federais e militares no campus para retirar estudantes, funcionários e professores. "A universidade só passou por este tipo de situação na ditadura militar".

Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj
Dia 26 de agosto, quarta-feira, às 18 horas no Colégio de Aplicação, na Lagoa

a. Aumento de mensalidade para 1%.

b. CONAD extraordinário.

c. Intervenção na UFRJ.

d. Avaliação e carreira docentes:

d1. Parficipação do ANDES-SN na comissão do MEC.

d2. Comissão de carreira e avafação do MEC (GED).

d3. Seminários e debates na UFRJ. Chamamos a atenção para o fato de que nossas reuniões do Conselho são abertas à partipação de todos os docentes; para a importância da presença de todos, e pare a urgência da discussão dos pontos de nossa pauta.

Contribuição de 1 % da remuneração bruta para o sindicato

A Assembléia Geral da Adufij-SSind de 3/9/ 98 vão deliberar sobre a mudança na forma de cálculo da contribuição financeira dos sindicalizados do Adufij-SSind. Atualmente, a contribuição é um valor único para todos os sindicalizados e está congelado em R$12,00 desde janeiro de 1995, quando os professores tiveram seu último reajuste. Se a proposta da mudança for aprovada, cada sindicalizado passará a conuibuir corn 1% da sua remuneração bruta para o sindicato. Destes, 0,2% serão repassados ao Andes-SN e os restantes 0,8% ficarão com a Adufij-SSind. Atualmente, repassamos R$1,60 por sindicalizado. Considerar-se-ão incluídos na remuneração bruta, para efeito do cálculo da comribuição, vencimento, GAE, 13º salário, adicional de férias e qualquer vantagem recebida de natureza permanente. 0 percentual não incidirá, por exemplo, sobre os 26,05% do plano Verão que os docentes que ingressaram na UFRJ antes de janeiro de 1995 recebem. Esses 26,05% decorrem de uma ação judicial ganha pela Adufrj na 1ª e na 2ª instâncias mas não na última, onde há a possibilidade do ganho ser retirado quando a ação for julgada.

Das cerca de 90 seções sindicais do Andes-SN, apenas seis, além da Adufrj-SSind, ainda não adotaram este critério, que, em princípio, é obrigatório para todas os sindicalizados do Andes-SN. A utilização de critérios diferentes por parte de algumas seções sindicais vem sendo admitida pelo sindicato até hoje com base na expectativa de que as próprias seções sindicais tenham a iniciativa política de adotar o critério comum. 0 último Congresso, de Porto Alegre, no entanto, deu prazo final até o próximo Congresso, em fevereiro de 1999, para todas as seções sindicais se adequarem à contribuição de 1% da remuneração bruta.

A diretoria da Adufrj-SSind é totalmcnte favorável á mudança do critério. Além da adequação, mais do que justa, ao critério geral do sindicato nacional, a medida resultará num indispenssável aumento de arrecadação para a Adufrj-SSind. Mais de três anos e meio sem reajuste mas com inflação, no qual ocorreram duas greves (96 e 98), praticamente esgotaram as reservas que havíamos conseguido acumular. Na próxima edição do Jornal da Adufrj, será apresentada uma análise da situação financeira da Adufrj-SSind.

Setor das Federais aprova realização de CONAD extraordinário na Adufrj em 18, 19 e 20 de setembro

Presidente do Andes-SN invoca "soberania" da diretoria e não garante a convocação

A realização de uma reunião extra ordinária do Conselho do AndesSN (Conad) na Adufrj, nos dias 18, 19 e 20 de setembro, foi aprovada, por 16 votos a favor, 10 contra e 6 abstenções, pelo Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior ("setor das federais") do Andes-SN, que se reuniu em Brasília nos dias 14 e 15 de agosto, pela primeira vez após a greve nacional encerrada no início de julho. Três representantes de seções sindicais que aprovaram o Conad em assembléias de base se abstiveram (das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Alagoas), e um votou contra (Goiás). Caso estes representantes tivessem votado de acordo com as deliberações das suas bases, o Conad teria sido aprovado por 20 votos a favor, 9 contra e 3 abstenções. Estiveram presentes 12 diretores do Andes-SN e 50 representantes de 34 seg6es sindicais do setor, entre os quais os dois representantes da Adufrj-SSind, José Miguel, da diretoria, e Rosanne, do CAP. A pauta proposta para o Conad extraordinário é: (1) avaliação da greve dos docentes das Ifes; (2) autonomia universitária, carreira e avaliação docentes, e (3) a democracia nas instâncias do Andes-SN.

O relatório da reunião preparado pela diretoria está disponível na *home-page* do Andes-SN (http://www.andes.org.br).

A democracia no movimento docente

No início da reunião, os representantes da Adufrj solicitaram que a diretoria do Andes-SN definisse qual seria a sua posição em relação *as* deliberações que iriam ser tomadas na reunião. A Adufrj lembrou que a diretoria do Andes-SN ignorou as deliberações aprovadas pelo Comando National de Greve (CNG), alegando que este não era um órgao do Andes-SN previsto no seu Estatuto, e negociou o fim da greve com o governo em troca da aprovação do projeto de lei da GED, apesar deste ter sido rejeitado pela grande maioria das seções sindicais em greve. Esta atitude da diretoria rompeu com a tradição do Andes-SN de respeito *às* decisões das instâncias democráticas construídas pelo movimento, estatutárias ou não, justificando assim a preocupação prévia com o que se poderia esperar des resultados da reunião, pois o setor das federais também não está previsto no Estatuto do Andes-SN.

Devido a este questionamento, também apresentado per outras seções sindicais, decidiu-se incluir na pauta da reunião "a democracia interna no Andes-SN". Neste ponto, o debate travou-se em torno de diversas posições sobre o conceito e a prática da democracia no movimento docente. Por um lado, boa parte das seções sindicais exigia o respeito *às* diversas instâncias, formais on informais, do movimento docente-assembléias gerais, conselhos de representantes e diretorias de seções sindicais, Congresses, Conads, comandos locais e nacional de greve, reuniões dos setores etc - entendendo a diretoria como o órgao executivo, e não deliberativo, do Andes-SN. Per outro lado, a diretoria defendia que, pelo fato de ter side eleita, representava o conjunto do movimento e por isso tinha *soberania* diante dessas instâncias. Assim, embora tivesse convocado a reunião do setor das federais e pretendesse, em princípio, respeitar suas decisões, entendia que estas seriam apenas "indicações" para a diretoria, que poderia ou não segui-las. "A diretoria não vai submeter-se, *a priori*, a qualquer decisão deste plenário", declarou o presidente Renato de Oliveira. Renato justificou sua posição dizendo que havia "limites" para as decisões da reunião do setor, que não podia "decidir pelo movimento". Caberia, portanto, *a* diretoria, usando a soberania a ela conferida nas urnas, implementar as decisões que julgasse convenientes. Não especificou, no entanto, que critérios seriam usados para avaliar essa conveniência.

A idéia da *soberania* da diretoria foi duramente criticada, particularmente por contrariar explicitamente o Estatuto do Andes-SN, que *é* claro ao definir a diretoria como órgão *executivo* do Andes-SN. Renato chegou a declarar que "a diretoria só se submete ao Congresso". Foi contestado com o argumento de que o Conselho do Andes-SN (Conad) também e instância deliberativa.

Avaliação da greve, a comissão de avaliação do MEC e o Conad extraordinário

Na avaliação da greve, a diretoria foi criticada por ter indicado, sem discus-são com a base do movimento, representantes do AudesSN para a comissão do MEC que vai definir os critérios de avaliação qualitativa para o pagamento da GED. Muitas seções sindicais (inclu-sive a Adufrj) tem posição contrária a essa participação, por entenderem que só servirá para legitimar o modelo es-purio de avaliação embutido na GED. Outras entendem, no entanto, que essa participação é uma oportunidade para fazer avançar as propostas do movimento docente para a avaliação docente. Foi aprovada por unanimidade a realização de uma rodada de Assembléias Gerais na semana que vai de 31/8 a 4/9 (A AG da Adufrj será em 3/9), para avaliar e deliberar sobre a partici-pação do Andes-SN nessa comissão. Nos dias 4 e 5/9, haverá um Seminário Nacional sobre o Trabalho Intelectual e Avaliação Docente, em São Paulo, e nos dias 6 e 7/9, também em São Pau-lo, nova reunião do setor das federais.

Por último, foi aprovada a convocação do Conad extraordinário. Votaram a favor os representantes das docentes das Universidades Federais de Mato Grosso, Uberlândia, Juiz de Fora, Vi-gosa, Rio de Janeiro, Fluminense, Rural do Rio, São Carlos, Santa Catarina, Rio Grande, Santa Maria, Pelotas, Ceará, Rio Grande do Norte e das Ce-fets de Minas Gerais e do Paraná. Vo-taram contra Paraíba (João Pessoa), Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Ouro Preto, Uni-Rio, Paraná, Espírito Santo, Rural de Pernambuco e Ciências Agrá-rias do Pará. Abstiveram-se Piauí, Per-nambuco, Alagoas, Bahia, BrasíIia e Rio Grande do Sul.

A decisão do setor não obriga a diretoria a fazer a convocação. Pelo Estatuto do Andes-SN, se 1/4 das 94 seções sindicais do Andes-SN requerer, a diretoria é obrigada a convocar o Conad. Já se manifestaram a favor do Conad 27 seções sindicais, mas a diretoria, alegando que os requerimentos são diferentes, não quer fazer a convocação. Por isso, as seções sindicais favoráveis a convocação estão se organizando pa-ra que um número significativo de se-ções sindicais requeiram a convocação para os mesmos local e data (Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 de setembro).

A filiação ao Mosap

O tema das competências de cada instância do sindicato voltou inesperadamente à tona quando a diretoria informou que já havia filiado o An-des-SN ao Movimento dos Servido-res Públicos Aposentados e Pensio-nistas (Mosap) *ad referendum* do Congresso. No dia 30 de julho, a diretoria informara por ofício circular que iria fazer essa filiação. Diversas seções sindicais, entre as quais a Adufrj, avisaram a diretoria de que essa era uma atribuição exclusiva do Congresso. No dia 5 de agosto, novo ofício circular corrigiu a infor-mação anterior, dizendo que a pro-posta de filiação seria levada ao próximo Congresso.

Várias seções sindicais protesta-ram veementemente contra este procedimento, tanto porque não existe, no Estatuto do Andes-SN, a possibi-lidade da diretoria tomar esse tipo de decisão quanto pelo fato das comu-nicações sobre o assunto feitas pela diretoria às seções sindicais não exprimirem a verdade. **(Este infor-me foi elaborado por José Miguel Bendrao Saldanha, delegado da Adufrj-SSind na reunião do setor)**

Errata da edição anterior:

No texto "Convocação de reunião extraordinária do Conselho do Andes-SN (Conad)", na passagem da página 2 para a página 3, uma linha foi omitida, deixando a frase sem sentido. A frase correta é: "d) no Informandes n° 83, órgão do Sindicato Nacional dos Docentes das lnstituições de Ensino Superior (Andes-SN), Renato de Oliveira assina artigo como "presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES)"; no mesmo informativo, o editorial questiona a legitimidade das assembléias de base do movimento docente; o infomativo inteiro serviu para a Diretoria atual atacar o 'radicalismo' e o 'fundamentalismo' dos seus opositores, sem Ihes dar um centímetro de espaço para se pronunciarem"

Grupos de Trabalho

Carreira - Já está disponível na home page da Adufrj (http: //www, altemex.combr/-adufrj) a proposta do Andes-SN para Carreira e Polítlca de Capacitação Docentes, o capítulo 6 da proposta do Andes/SN para a Universidade Brasileira.

A próxima reunião do GT será dia 24 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, no CAp na Lagoa.

Seguridade Social - Próxima Reunião, dia 25, terça-feira; às 16 horas, na Escola de Serviço Social. Serão discutidos documentos da CUTRJ e do Andes-SN sobre o assunto.

Comunicação e Arte - Próximo encontro dia 26, às 17 horas no CAp, na Lagoa. Na pauta está a montagem de um seminário sobre Arte, discutindo a docência, a produção artística e as formas de avaliação, corsiderando as especificidades do objeto artístico.

Arquivo e História do Movimento Docente - Próxima reunião, terça-feira, dia 18 de agosto, às 10 horas na sede da Adufrj.

Cartas

Prezado Prof. Roberto Leher
MD Presidente da ADUFRJ

No último número do Jornal da ADUFRJ foi dada divulgação a uma nota com o titulo AOS COMPANHEIROS DA UFRJ. Sinto-me no dever de solicitar ao Editor do Jornal que, no próximo número, de divulgação correspondente as considerações que se seguem em contraposição ao conteúdo da parte da referida mensagem.

Conhecendo relativamente bem a história do CETEM, da qual participei diretamente numa fase importante, preocupa-me o desdobramento da crise da UFRJ dentro do CETEM. Fui Chefe do Departamento de Processos, responsável pela condução das atividades de pesquisa de todas as divisões técnicas desse Centro até 1986, quando ingressei no quadro de professores da COPPE/ UFRJ.

Conheço também a história do CETEM no período preliminar a sua implantação. Como Chefe da Divisão de Tecnologia Mineral da CPRM, empresa responsável pela implantação do CETEM, tive sob minha respon-sabilidade a missão de estruturar a equipe que deu partida as atividades do Centro.

Foi nessa época que conheci o atual Diretor do CETEM, Dr. Fernando Freitas Lins, ainda como estagiário e aluno do DCMM da PUC/RJ. Infelizmente, ele não nos acompanhou da Praia Vermelha ao CETEM, mas optou por uma oportunidade na SAMARCO, ainda hoje uma das mais conceituadas empresas de mineração do País. O Dr. Fernando Lins voltou ao CETEM, foi nosso aluno na COPPE, defendendo uma excelente tese de doutorado noPrograma de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, sob orientação do Prof. Rupen Adamian, em 1996.

O Dr. Fernando Lins tem-se destacado pelas suas qualidades de pesquisador, com trabalhos nacionais e internacionais publicados,corn bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, bem antes de ser Diretor. Sem dúvida, esta condição foi importante para sua indicação ao cargo que passou a exercer recentemente. Isto, se não bastassem suas qualidades óticas nas relações profissionais, sua serenidade e ponderação e mais do que tudo, o amplo respeito que desfruta de todos os seus colegas de profissão no CETEM e fora dele. Sem nenhum demérito em relação aos outros componentes da lista tríplice.

Na mensagem divulgada pelo Prof. Villas Boas contra o seguinte trecho: ***"...mercê de uma estratégia muito semelhante aquela que conduziu o Prof. Vilhena à Reitoria, não sou mais o Diretor do CETEM"...*** Que se saiba, o Dr. Fernando Lins não correu atrás de cargo algum e não houve campanha contra sua posse por parte dos funcionários do CETEM. Muito pelo contrário, a comunidade do CETEM estava em massa an cerimônia de posse, que contou com a presença do Presidente do CNPq, a qual assisti com alguns colegas da COPPE. Não existe, portanto, nenhuma semelhança. E fato que a escolha foi feita a partir de uma lista tríplice, porém na qual os três nomes indicados encontravam-se em situação de igualdade. Isto não exclui o direito do Prof. Villas Boas de considerar-se desprestigiado por não ter sido reconduzido para um terceiro mandato pelo CNPq. Porém, não lhe dá o direito de investir contra o colega que acaba de sucedê-lo. Dado o enorme desgaste que envolve hoje o nome do Prof. Vilhena, o trecho acima transcrito do Prof. Villas Boas, pelo injusto com o colega que o sucede, pelo descabido que é, não pode ter deixado em todos senao uma sensação de perplexidade!

É um fato realmente lamentável a tentativa conjunta dos ministros Paulo Renato (MEC) e José Israel Vargas (MCT) de instalar um gabineto provisório do Prof. Vilhena no prédio do CETEM, envolvendo na crise da UFRJ um orgão governamental não ligado sequer ao Ministério da Educação. No entanto, o episódio durou apenas algumas horas, ficando demonstrada sua inviabilidade e inconsistência. Sem dúvida, a pressão dos estudantes e funcionários da UFRJ nos portões do CETEM foi o fator determinante. É possível que o próprio CNPq, ao enviar seus observadores, estivesse também trabalhando no sentido de encontrar argumentos para se desenvencilhar do problema que não pôde contornar no primeino momento. É provavel, antes de tudo, que o próprio Diretor do CETEM tenha feito gestões no sentido de abreviar o envolvimento do Centro na crise. O fato concreto e que a crise foi abreviada.

No entanto, em uma outra nota divulgada, o Prof. Villas Boas apressa-se em concluir que foi uma situação que ***"...alguns luminares de Brasília... impingiram na, hoje, aberta goela do Centro".*** Com hoje entre vírgulas. Esta é uma afirmação açodada e muito grave para ser feita por um ex-direitor contra um colega que acaba de sucedê-lo. Não sei se não seria mais engrandecedor da parte do Prof. Villas Boas reconhecer, até por experiência própria, que estas situações de crise não podem ser resolvidas simplesmente batendo-se com o pé no chão, mas com serenidade e com atitudes political adequadas.

Prof. José Farias de Oliveira, Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais/UFRJ

Todos ao Conselho Universitário

27 de agosto, quinta-feira, às 10 horas

Sobre a Avaliação da Capes

RobertoRomano*

A Capes publicou os resultados da avaliação de 1998, com o sugestivo aplauso da imprensa. Absurdos, como era previsível, acompanharam a notícia. Um jornalista de São Paulo chegou a informar, apreciando o painel das notas, set a pós-graduação brasileira a responsável pelo baixo índice de aplicação de recursos, no pats, em Ciência e Tecnologia! O fato é que o *modus operandi* da Capes só poderia conduzir ao resultado obtido. Os consultores, diante de números, sem acesso aos relatórios e processor dos cursor, foram obrigados praticamente a não conceder as notas consideradas muito boas, de 5 a 7. Mas se existe setor responsável pelo aumento qualitativo da ciência em nosso país, este e a pós-graduação. Punida de forma evidente, em favor de medidas econômicas de proteção para os banqueiros, a pós-graduação ainda assim mostra vitalidade. E tragicômico comparar nossos cursos de doutoramento e de mestrado, com os similares norteamericanos ou europeus. Para começar, o próprio índice do nosso investimento em Ciência e Tecnologia é eloqüente. Um país que investe 0,8 do PIB em C&T jamais terá cursos capazes de serem competitivos em plano internacional, como é exigido da Capes para atribuir nota 7. Salvo alguns setores, como o da medicina, que procura diminuir outras areas para realer a sua, todos os campos de pesquisa e de ensino no Brasil dependent imediatamente do que se investe em C&T. Mantendo-se inalterada a taxa de investimento, ou diminuindo-a, como ocorreu após o último pacote fiscal do govemo, os recursos das universidades, laboratórios, institutos de pesquisa, tendem a se tornar cada vez mais escassos. Assim, enganam-se os poucos programas de pós-graduação que ficaram satisfeitos como o seu raro 7. Na verdade, sem as demais áreas, seu destino é receberem notas menores nos próximos anos, ou se integrarem, sem nenhuma autonomia real, aos cursos e grupos estrangeiros. Uma ciência que não tern pátria mereceria receber parte dos impostos pagos pelos cidadãos brasileiros? Este *é* um fato político, travestido de avaliação, e ignorado pela imprensa aliada dos atuais governantes.

> *É tragicômico comparar nossos cursos de doutoramento e de mestrado, com os similares norteamericanos ou europeus. Um país que investe 0,8 do PIB em C&T jamais terá cursos capazes de serem competitivos em plano internacional, como é exigido da Capes para atribuir nota 7.*

A insistência maior, no processo que agora se inicia de avalição, encontra-se nas publicações efetivas no estrangeiro e no Brasil. Toma-se como evidente o fato de que publicar artigos em revistas prestigiosas é sinônimo de excelência. Antes de se analisar cada um dos textos, de modo quantitativo e qualitativo, e arriscado dizer se determinado escrito e de fato um contributo essencial no saber, ou não. Vínculos culturais, políticos, ideológicos, grupais, pessoais, tudo isto contribui para abrir as portas de periódicos a certas pessoas, fechando-as para outras. 0 fato de pertencer a uma instituição prestigiosa não garante que um texto seja relevante do ponto de vista científico. Deste modo, com o renovado e imperativo *publica* ou *perece* burocrático, não se está contribuindo para o rigor do trabalho acadêmico, mas apenas para a desenfreada luta pela divulgação de resultados questionaveis, sem fundamentos emprricos e logicos, desprovidos da paciencia do concerto. Mesmo nos EUA e na Europa. este critério suposto de excetencia esta sendo recusado. Os produtores de livros e artigos aos montes nao recebem maior respeito, salvo nor livros caixa das editoras. A nova avaliação da Capes tende, pois, a penetrar injustiças contra quem e rigoroso e mantem criterios verdadeiros de excelencia, e tram uma vulgarização do saber em todos os sentidos. Tal saber será vulgar porque desprovido de novidade, e vulgar porque obtido sem padroes eticos eminentes. Depois disto, será difícil produzir pesquisa original. A pressa na publicação dos resultados apagara os ultimos escrapulos que ainda existem nor *campos* - nos laboratorios. Quando eu prestava serviço militar, o sargento, na ordem unida, berrava um refrão autoritario: *rápido, ligeiro,* para não pensar, prá não perder *tempo.* A Capes, hoje, assume esta palavra de ordem no tempo a ser preenchido pelos mestrados e doutoramentos, ena publicação dita científica. Só nos resta lutar para que a comunidade científica desperte, e breve, do sono induzido pela propaganda governamental na mídia.

** Roberto Romano, consultor, em 1998, do área de Filosofia na avaliação da Capes.*

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V

31 DE AGOSTO A 6 DE SETEMBRO/98

Pela renúncia do Vilhena

Polícia do Departamento da Ordem Política e Social (Dops), famosa pelas prisões e torturas durante a ditadura, esteve no campus do Fundão, dia 21 de agosto, para retirar os manifestantes da reitoria e garantir a posse de Vilhena. Acima a Polícia Militar acompanha a desocupação.

Intervenção na UFRJ mostra como será imposta a reforma universitária de FHC

Democracia no Andes-SN será principal tema de Conad Extraordinário

O evento acontece de 12 a 14 de setembro, em São Paulo

5

Capes analisa recursos em setembro

8

Editorial

A ditatura na UFRJ

O cancelamento de mais uma reunião ordinária do ConseIho Universitário,que deveria ter ocorrido na última quinta-feira (27/08), é um fato gravíssimo na vida da UFRJ. Dando continuidade a uma prática comum na administração anterior, o Sr. Vilhena, na verdade, está fechando o CONSUNI. Trata-se de um verdadeiro golpe dentro do golpe. Guardadas as proporções, é uma situação analoga ao fechamento do Congresso Nacional. Portanto, instaura-se a ditadura dentro da própria universidade. Os defensores da posse do Sr. Vilhena foram recentemente enfáticos no argumento da legalidade, do "respeito" ás regras jurídicas. Até o presente momento, não vimos uma única manifestação pública em defesa do funcionamento pleno das instituições jurídica e legitimameme reconhecidas na UFRJ. Torna-se evidente a manipulação política de sons argumentos, com o único fim de impor suas conveniências.

Enquanto isto, os problemas enfrentados pela comunidade da UFRJ se avotumam. A avaliação da CAPES mostra as diferenças existentes entre os vários grupos de pesquisa; cresce o número de professores que sofrem descontos em sons salários, sem nenhuma explicação por parte da administração; os docentes de 1 ° e 2° ainda não receberam nem as bolsas prometidas pelo governo; teremos em breve uma avaliação individual, com critérios desconhecidos, que terá reflexos diretos em nossos salários. E sobretudo, temos ameaças de profundas reformas no ensino público superior, feitas por um governo que já deu provas suficientes de que está promovendo o desmonte sistemático do setor público, incluindo o ensino superior.

A Adufrj-SSind considera que duas frentes são fundamentais para enfrentarmos a situação crítica que a universidade atravessa. A primeira é o nosso próprio movimento docente. Durante a recente greve nacional dos docentes, tivemos uma demonstração clara de que a defesa do ensino público superior conta com amplo apoio. A organização democrática do movimento docente é o nosso melhor instrumento na defesa da universidade. Também é importante a transparência da atuação do nosso sindicato. Neste sentido, manifestamos publicamente nossa discordância com atitudes recentes da diretoria do ANDES-SN. Sem consultas nem explicações, fomos surpreendidos com a transferência do Conselho Nacional das ADs, que por nossa sugestão, acatada no último Encontro do Setor das IFES do ANDES-SN, deveria ser realizada aqui na UFRJ. Este seria um momento de destaque e de resposta dos docentes do país inteiro a intervenção na UFRJ. Também aehamos quo a participação do nosso sindicato na Comissão de Avaliação do GED deveria ter sido deliberada pelo movimento e não apenas decidida pela Diretoria do ANDES-SN.

O segundo aspecto que consideramos importante e a reestruturação dos colegiados internos da UFRJ. A política clientelista da última administração foi amplamente repudiada nas urnas e na resistência a intervenção de Vilhena. Existe um amplo sentimento dentro da UFRJ no sentido de modificar a prática do poder absoluto da adrninistração central. Para que isto se torne efetivo, é importante que os órgaos colegiados voltem a ser o fórum privilegiado para debate e deliberação dos aspectos relevantes de nossa vida acadêmica. Vagas, recursos, política acadêmica, avaliação institucional e docente, projetos da universidade, convênios, são temas importantes, corn visões diversificadas dentro da UFRJ. O único caminho para encaminhá-los, compatível com o espírito público de nossa universidade, é o da via democrática.

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES-SN NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Vilhena acredita que a crise acabou

Em entrevista coletiva na última sexta (28), Josh Vilhena afirmou que não existe mais crise na UFRJ. Um dia antes, o reitor escolhido pelo MEC desmarcou o Conselho Universitário pela quarta vez, alegando que teria de ir a Brasília resolver problemas do interesse da universidade.

Na coletiva realizada no bloco H do Centro de Tecnologia (COPPETEC), Vilhena afirmou que o seu relacionamento com os decanos da UFRJ está se normalizando. Chegou a contar que tinha acabado de se reunir com Marco Antônio Franga Faria (decano do CCMN) para tratar de assuntos administrativos. Marco Antônio, juntamente com mais quarto decanos, formam um polo de resistência a nomeação de Vilhena. O reitor empossado pelo MEC afirmou também ter um ótimo relacionamento com os estudantes, não reconhecendo a resistência do corpo acadêmico a sua nomeação. Entretanto, não deu garantias de que o Conselho Universitário do dia 10 de setembro será realizado. "Vai depender da conclusão dos projetos que pretendo discutir junto com os conselheiros", justifica.

Bolsas de 1° e 2° graus saem no proximo contracheque, diz Vilhena

Além de negociar dívidas junto ao INSS e FGTS, Vilhena assinou em Brasília, na última quinta-feira, o convênio com o Ministério da Educação que prevê o pagamento de bolsas aos docentes de 1° e 2° graus que ficaram de fora da Gratificação por Estímulo a Docência (GED). Sem entrar em detalhes, Vilhena afirmou que as bolsas serão estabelecidas nos mesmos moldes da GED e serão pagas no próximo contracheque.

Além dessas novidades, Vilhena anuneiou um convênio firmado entre UFRJ e Embratel (leia-se MCI) que garantirá o primeiro sistema digital integrado instalado numa universidade da America Latina. A Embratel instalará um laboratório no campus da UFRJ onde funcionará "eternamente".

CUT comemora 15 anos de luta

O sindicalismo brasileiro comemorou, na última sexta-feira(28),quinze anos de uma entidade nacional combativa e que, preservando sua autonomia frente ao Estado, representa os interesses da imensa maioria da população, que atualmente enfrenta uma das piores situações de desemprego gerada pelos últimos governos.

A idéia de se criar uma entidade nacional que rompesse com as limitações da estrutura sindical oficial começou a tomar forma no final dos anos 70.

De 21 a 23 de agosto de 1981, trabalhadores rurais e urbanos promoveram a 1° Conclat, em Praia Grande, litoral de Sao Paulo. O objetivo do evento era unificar os diversos movimentos, concentrando os esforços na democratização e discussão da organização sindical. Apesar das diferentes visões dos sindicalistas e ativistas, os trabalhadores chegaram a conclusão que era preciso criar a CUT. Foi formada a Comissão Nacional Pró-CUT que adiou o Congresso de Fundação da Central de 1982 para 1983, realizado em agosto deste ano.

O Andes-SN e suas Seções Sindicais são filiados à maior central sindical da América Latina e quarta do mundo.

No 1° Congresso Nacional, em agosto de 1984, mais de 5 mil delegados aprovaram o Estatuto e um programa mínimo. A luta contra o desemprego e pela estabilidade foram as primeiras bandeiras. Foi eleita uma direção nacional, tendo a frente Jair Meneguelli como primeiro presidente da Central.

Hoje, a Central tem 2 695 sindicatos filiados, que representam mais de 19 milhões de trabalhadores, sendo 6 milhões e 500 mil sindicalizados.

Fonte: CUT/RJ

Informe: Movimento financeiro resumido da Adufrj nos anos recentes

Os valores ao lado foram obtidos através da consolidação dos dados contidos nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados dos exercicios de 1995, 1996 e 1997, elaborados pelo escritório que faz a contabilidade da Adufrj. Estes relatórios estão a disposição dos sindicalizados na sede da Adufrj.

O crescimento das contribuições financeiras dos sindicalizados corresponde ao aumento no número de sindicalizados, pois a mensalidade está congelada em R$12,00 desde janeiro de 1995, data do nosso último reajuste. As outras receitas provém principalmente de rendimentos de poupança.

Neste três anos, as despesas aumentaram muito mais do que as receitas, por dois motivos: inflação e crescimento de atividades da Adufrj. Destas atividade, podemos destacar as seguintes: o *Jornal daAdufrj* está sendo publicado semanalmente desde março de 1996, sendo enviado pelo correio para todos os aposentados; fizemos uma greves (96); transformamo-nos em seção sindical do Andes-SN (97), e participamos mais intensamente dos eventos nacionais do AndesSN. Este aumento de atividade reflete-se em todos os ítens de despesas.

Este aumento de atividade só foi possível devido an patrimônio acumulado até o final de 1995, quando tinhamos uma reserva de caixa correspondente a mais de seis meses de arrecadação. Foi esta reserva que nos permitiu, por exemplo, continuar funcionando sem qualquer dificuldade quando a UFRJ deixou de fazer o desconto em folha das contribuições dos sindicalizados durante dois meses (dezembro de 1995 e janeiro de 1996).

Houve tambem uma mudança significativa na composição do patrimônio líquido da Adufrj, que pode ser vista no quadro 2.

O ativo permanente aumentou consideravelmente, refletindo a aquisição de telefones celulares, computadores e periféricos e outros equipamentos e, por isso, o ativo circulante diminuiu mais do que o déficit acumulado. Ao final de 1997, nossa reserva só correspondia a três meses de arrecadação. De lá para cá, a situação agravou-se, principalmente devido a greve. Nossa reserva atual corresponde a um mês de arrecadação. Na próxima edição do *Jornal da Adufrj* apresentaremos o movimento financeiro de 1998 até o momento, com uma análise mais detalhada da composição das despesas.

Quadro 1 - Resumo das receitas e despesas anuais - 1995 a 1997 - em reais

	1995	1996	1997
1 Receitas			
1.1 contribuições de sindicalizados	399.870	418.682	436.633
1.2 outras receitas	56.553	32.504	62.355
total de receitas	456.423	451.186	498.988
2 Despesas			
2.1 repasses ao Andes-SN	101.182	77.850	89.197
2.2 viagens	26.807	55.765	66.705
2.3 pessoal e serviços	110.302	157.688	203.332
2.4 comunicação	51.750	92.573	135.293
2.5 diversas	25.907	51.680	77.200
total de despesas	315.948	435.555	571.728
3 Superávit / (Déficit)	140.475	15.631	(72.740)

Quadro 2 - Resumo dos balanços patrimoniais - em reais

	31/12/95	31/12/96	31/12/97
1 ativo circulante (caixa + bancos + poupança)	241.659	224.854	140.091
2 ativo permanente	5.927	38.363	50.385
3 patrimônio líquido	247.586	263.216	190.476

Conad extraordinário convocado para 12, 13 e 14 de setembro

Diretoria do Andes-SN afirma seguir orientação do Setor das IFES mas antecipa data e transfere a reunião do Rio de Janeiro para São Paulo

A diretoria do Andes-SN, através do ofício-circular n° 181/98 datado de 26/8/98, dirigido as seções sindicais do Andes-SN e assinado pelo presidente Renato de Oliveira, convocou o IV Conselho Extraordinário do Andes-SN (Conad) para os dias 12, 13 e 14 de setembro, na cidade de São Paulo, em local ainda a ser definido pela Vice-presidência regional de São Paulo. A pauta proposta pela diretoria é a seguinte: (1) avaliação da greve nas Ifes; (2) avaliação docente e autonomia, e (3) democracia intema no movimento docente. A diretoria deu prazo até o próximo dia 1°/9/98 (esta terça-feira!) para que as seções sindicais e/ou associados enviem textos de contribuição, por diskete ou e-mail.

0 Conad será precedido pelo II Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, a ser realizado nos dias 11 e 12 de setembro na Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina). 0 ofício do presidente afirma que a diretoria seguiu o "indicativo aprovado na reunião do setor das Ifes de 14 e 15 de agosto". O indicativo do setor foi, no entanto, realizar o Conad nos dias 18, 19 e 20 de setembro na Adufrj. O setor aprovou tambem, por unanimidade, a realização de uma rodada de Assembléias Gerais na semana de 31/8 a 4/9 para avaliar e deliberar sobre a parfcipação do Andes-SN na comissão do MEC que vai definir os critérios de avaliação qualitativa para o pagamento da GED, além de nova reunião do setor em São Paulo, nos dias 6 e 7/9, após a realização do Seminário, naquele momento previsto para os dias 4 e 5/9. Uma vez que a diretoria não se comprometera a seguir a indicação do setor, diversas seções sindicais, entre as quais a Adufrj, estavam se organizando para garantir que pelo menos 1/4 das seções sindicais do Andes-SN requeressem a convocação do Conad no mesmo local e nas mesmas datas indicadas pelo setor, o que obrigaria a diretoria a fazer a convocação, por força do Estatuto do Andes-SN.

Em outro ofício-circular, n° 185/98, assinado pela 2ª secretária Claudet Coelho Guedes, a diretoria declara que "não é possível chamar o setor das Ifes para se reunir", devido à convocação do Conad.

Diretoria do Andes-SN golpeia novamente a democracia interna

Foi corn surpresa e indignação que a diretoria da Adufrj-SSind recebeu os ofícios da diretoria do Andes-SN que alteraram o calendário estabelecido na reunião do setor das Ifes de 14 e 15 de agosto. O período de 18 a 20 de setembro para o Conad extraordinário havia sido proposto para permitir um preparo minimamente adequado (para o qual o tempo é fundamental) e a UFRJ fora proposta como o local de realização por estar sendo o palco principal de uma violenta intervenção do govemo federal na autonomia das universidades.

No oficio em que requereu a convocação do Conad, em 19/8, a Adufrj-SSind ofereceu-se para sediá-lo e, portanto, como é tradicional no movimento docente, compor a comissão organizadora do evento. A diretoda do Andes-SN sequer respondeu ao ofício.

Mais grave ainda foi o cancelamento da reunião do setor das federais prevista para os dias 6 e 7/9. Nesta reunião, a partir das deliberações das assembléias gerais que se realizariam nas universidades federais entre 31/8 e 4/9, o setor definiria a posição sobre a avaliação dos docentes para o cálculo da GED que os representantes do Andes-SN 1evariam a reunião da comissão do MEC prevista para o dia 8/9. E agora, que posição vai ser levada? Está aberto o caminho para mais um exercício da tal autonomia da diretoria, que o seu presidente Renato de Oliveira tanto defende.

Diante de mais esta atitude arbitrária e perniciosa da diretoria do Andes-SN, o Conad extraordinaário, instância deliberativa do sindicato, torna-se ainda mais importante. Nele, o movimento docente poderá ter a oportunidade de recuperar o comando democrático do seu sindicato.

Próxima Assembléia Geral é transferência para dia 10 de setembro

Tendo em vista a realização do IV Conad Extraordinário nos dias 12,13 e 14 de setembro, em São Paulo, e o cancelamento da reunião do setor das Ifes prevista para 6 e 7/9, a Diretoria da Adufrj-SSind resolveu transferir a Assembléia Geral anunciada para dia 03 de setembro, para o próximo dia 10, as 14 horas, no auditório do CT. Assim, haverá mais tempo para a realização de debates e seminários sobre os temas que serão tratados no Conad. Nesta Assembléia também estará em pauta a proposta de mudar a contribuição dos sindicalizados para 1% da remuneração permanente. Este é o critério já adotado há vários anos pela quase totalidade das seções sindicais do ANDES-SN.

Outras "lições do provão"

Dra. Lília da Rocha Bastos*

Na seção Ponto de Vista do n° 32 da Revista Veja, de 12/08/98, o economista Cláudio de Moura Castro não tirou, com suas "Lições do Provão", as que dele poderiam esperar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Em companhia do educador João Batista de Oliveira voltou a examinar as tabelas de resultados do provão e, juntos, "aprenderam muito ao ver os números". Com a aprendizagern adquirida, desqualificou, de forma caricata, a avaliação institucional de processo, levando o leitor a visualizar funcionários do MEC brandindo fitas métricas para medir salas, contanto livros na biblioteca e diplomas dos professores, "no afã de adivinhar quanto aprenderiam os alunos que cursassem nossas escolas". Tal observação, partindo de economista de visibilidade nacional, pode perigosamente justificar a inutilidade de variáveis de processos educacionais como bibliotecas e qualificação acadêmica de docentes, para mencionar apenas duas das por ele ridicularizadas. Avaliação institucional de processo, quer realizada internamente, quer com a salutar participação de pares externos a instituição, goza de respeitabilidade internacional e, como outras estratégias de avaliação, vem sendo aperfeiçoada pela prática acompanhada de várias instituições de ensino superior brasileiras. Dr. Cláudio, tente, com sua reputação de scholar, aprender o que não sabe com quem sabe e atua na área. Dada a sua facilidade de locomoção, por avião ou asa delta, dê um pulinho a Unicamp e converse com o Prof. Dr. José Dias Sobrinho, que vem dedicando grande parte de seus esforços acadêmicos a avaliação institucional, especificamente no ensino superior.

Passemos as lições que nosso economista tirou do provão, cujo objetivo expresso pelo MEC ele referenda: "uma prova aplicada aos formandos com o fim de avaliar a qualidade da educação superior" (com o propósito de aperfeiçoa-la; acrescenta o MEC). Com a cer teza que só demonstram os que sabem pouco, o que a ele não se aplica, o articulista afirma peremptoriamente: "hoje, sabemos que é quern, embora nem, todos queiram ver o que os números mostram". E, logo adiante, "hoje, os alunos podem escolher o melhor ensino e as empresas as melhores escolas para buscar futuros empregados". Em seguida, tropeçando em prudência que não é o seu forte, admite que o provão "apenas compara uma escola com a outra (...) Não ficando sabendo se quem tirou A é born ou se os piores são realmente deficientes. Tudo é relativo." Aceitar essa afirmação é negar a anterior, Dr. Claudio. Por isso, cautela, instituições, alunos e empresas! Mas o autor ainda tenta absolver o provão: "Isso (não informar nada além de ordenação) não é um defeito, mas uma característica da prova." Está certo, Dr. Cláudio, o provão é um teste corn referência a norma, cuja característica é fundamentalmente a de ordenar examinandos que a ele se submentem. Mas, defeito houve: o de o MEC com as Fundações que elaboraram o teste não terem optado pela medida corn referência a critério, que faz o que o provão não é capaz de fazer e que, na verdade, é o que mais importa: indicar para alunos e instituições seus pontos fortes e fracos. Esse tipo de medida não é novo, tem ampla divulgação no meio academico brasileiro e também pode servir a propósitos de ordenação. Nos Estados Unidos, versões recentes de testagens de largo escala já incorporaram os benefícios educacionais da medida corn referência a critério como atesta Henry Levin em artigo publicado, em maio de 1998, na revista acadêmica Educational Researcher.

> *Quem são os avaliadores do MEC? Que qualificações apresentam? A saída mais que honrosa pode ser buscada na avaliação interna, com a participação de pares externos.*

Nem a baixa qualidade do provão foi capaz de escamotear certos dados indesejáveis para o Governo: das escolas que obtiveram conceito A (as 12% superiores) "de cada três, duas são públicas", concede o Dr. Claudio. Mas, logo depois, acrescenta que, "quando olhamos os 12% das piores, encontramos também escolas públicas. Ou seja, os gastos acima de 12 000 reais por aluno e as matrículas gratuitas não impedem muitas de ficar na rabeira". 0 uso de porcentagern pode levar a conclusões equivocadas. Quantas são as escolas públicas que ficaram "na rabeira", onde se situam, e qual o custo de seus alunos? Como V. Sa. calculou o valor de 12 000 reais por aluno? Tirou media do total investido pelo governo no Ensino Superior, dividindo-o pelo número de alunos das escolas públicas? Não acredito! Embutiu nesse custo despesas não diretamente relacionadas a ensino e pesquisa, como as de grandes hospitais universitários (por exemplo, o da UFRJ) e as relacionadas a programas de extensão? Por que não forneceu os custos dos alunos das grander escolas privadas? Pelo preço que elas cobram, não deve ser quarto vezes inferior ao das maiores escolas públicas. A comparação entre instituições de nível inferior só é esclarecedora quando se

realiza entre "iguais". Essa mania de falar "em media"... ignorando especificidades, leva a interpretações deformadas da realidade. Sem achar barato o custo de 12 000 reais por aluno, valor que pode variar dependendo da fórmula usada para calculá-lo, devo registrar que educação, assim como saúde, são serviços caros e de respoasabilidade pública. Nem regimes neo-liberais exacerbados, como o da Inglaterra sob a Primeira Ministra Thacher, os privatizaram.

Algumas observações do Dr. Claudio provocaram certa perplexidade. Afinal, o Sr. é a favor do aprimoramento do professorado de nível superior, cuja via regular são os Cursos de Pós-Graduação, ou mudou de idéia, o que não constitui defeito? Lamenta que "os visitadores indicados pelo MEC continuam hipinotizados pela contagem de PhDs. E pela miragem da pesquisa (desnecessários para o bom ensino)", ignorando "o diagnóstico qualitativo". Sem querer defendê-los, Dr. Claudio, eles são apenas obedientes (nem sempre comportamento digno de reforço), coletando os dados que, juntamente com, os do provão, receberam pesos na atribuição de conceitos feita pelo MEC a cada insftuição de ensino superior avaliada. Sua preocupação com o qualitativo não é mais problema aberto em educação. É óbvia a necessidade da avaliação qualitativa. Mas, caindo na real, dispomos de número suficiente de avaliadores preparados para faze-la, especialmente em escala nacional? Seria salutar consulta a literatura nacional já acumulada sobre o assunto. Sua preocupação não é original. Mas dá para reconhecer que, pela maior dificuldade de execução, a avaliação qualitativa exige os profissionais mais altamente qualificados? Quem são os avaliadores do MEC? Que qualificação apresentam? Que círculo vicioso, heim? A saída mais que honrosa pode ser buscada na avaliação interna, com a participação de pares externos.

Hilária a observação sobre "o esplêndido desempenho de algumas escolas privadas cujos administradores não suspeitavam estar funcionando tao bem. Só pela surpresa, esses admiradores deveriam ser avaliados. Que administrador é esse que não tem idéia de como sua instituição se comporta? Melhor refletindo, o A dessas instituições pode representar o merecido E do provão. Em dúvida, que sejam poupados os administradores enganados por resultados espúrios da testagem do MEC.

Ao final do artigo, o Dr. Claudio parece esperar que o ensino superior seja capaz de elevar "o nível dos alunos que foram vítimas do nosso ensino médio público". E propõe "puxar as orelhas de quern está oferecendo apenas um ensino superior desleixado e incompetente." Se o MEC priorizou o ensino básico, não foi esperando que ao Superior coubesse suprir as falhas de etapas educacionais anteriores. A instituição de ensino superior que se preza jamais tentará essa faganha, sob risco, ai sim, de oferecer um ensino superior "desleixado e incompetente".

**** Professora Titular de Pesquisa Educational da UFRJ***

Programe-se

Seminário sobre Avaliação e Carreira Docente
Sexta-feira 04 de setembro, às 17 horas
Auditório da Escola do Serviço Social, Praia Vermelha
Participação Prof. Géria Montanaro Franco, da Ufscar (São Carlos), ex diretora do Andes-SN.
Representante da Andifes (a confirmar)

I Congresso Brasileiro de Ensino Médico
O Congresso Brasileiro de Ensino Médico acontecerá de 13 a 18 de setembro, em Recife. A UERJ participará com 11 estudantes e dois professores da Faculdade de Medicina.

Iniciação Científica
Estão abertas as inscrições para a participação nas XX Jornada de lniciação Científica e X jornada de lniciação Cultural, que acontece dias 10,11 e 12 de novembro. A promoção dos eventos e da SR2 e a participação é obrigatória para os bolsistas do CNPq/PIBIC. Demais bolsistas e estudantes de graduação e pós também podem participar. A ficha de inscrição pode ser adquirida no endereço www.sr2.ufrj.br, na Internet.

Encontro de Pós-Graduados
Terça-feira (01), de 9 às 18h; na Escola de Serviço Social na Praia Vermelha. Às 14 horas, o Pro-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UERJ, professor Reinaldo de Freitas, fará uma palestra sobre o IV Plano Nacional de Pós Graduacao (PNPG). Um evento da APG/UFRJ

Assembléia Geral da Adufrj
10 de setembro
quinta-feira
14 horas
Auditório do CT

Programas de Pós-Graduação terão seus conceitos realiados em setembro

Para representante no Cepg, recursos tem pouca chance de terem seus conceitos modificados

Dia 9 de setembro, a Fundação Capes vai começar a avaliar os recursos dos programas de pós-graduação que estão questionando o resultado das notas da avaliação referente ao biênio 96/97.

Para o professor da Faculdade de Medicina e representante no Cepg, Jose Roberto Lapa, os prazos para encaminhamento dos recursos foram extremamente exíguos. A comunidade da UFRJ teve acesso às notas dia 24 de julho e após reivindicação dos conselheiros do Cepg, os recursos puderam ser enviados à Fundação até o dia 14 de agosto. O prazo dado anteriormente pela Capes era ainda mais apertado, dia 10 de agosto.

Segundo Jose Roberto, os recursos deverão ser analisados sobre dois aspectos fundamentais. Um diz respeito as informasões obtidas na coleta de dados sobre o Programa, que estão concentradas no DataCapes. Para ele, a Capes não vai admitir alteração no seu banco de dados, o que tornarão inválidos questionamentos sobre o procedimento de coleta das infotmações entregues as coordenações de área. "Se o coordenador do Programa não preencheu corretamente os formulários para a avaliação, certamente isto prejudicou as notas do Programa, mas neste caso não acredito que será feita alteração nos conceitos", comenta.

Mas há casos em que um Programa que foi classificado, por exemplo, com nota 3, a partir da análise dos critérios estabelecidos pelas comissões, pode-se chegar a evidência de que este programa na verdade obteve nota 3.7. Isto pode ter acontecido em função rigor da comissão em determinados pontos da avaliação. Nesta situação, há a possibilidade do Programa ter alterado o seu conceito para 4, passando de regular para bom. "0 processo de recurso dá muito pouca chance de mudança nos conceitos", avalia o professor.

No Centro de Ciências da Saúde, doze programas tiveram notas entre 2 e 3, o que para o professor Jose Roberto e mesmo um reflexo da situação dos cursos. "Há dois anos que não competimos mais com as engenharias. Pode ter havido falha no processo de informação para o banco de dados, mas devemos olhar para este resultado de forma mais crítica. Não dá para fazer tese apenas com o resultado de cirurgias. O padrão de excelência adotado em todo o mundo pede a publicação em revistas intenacionais", questiona.

Os programas da UFRJ que solicitaram recurso à Capes

- Anatomia Patológica
- Arquitetora
- Biotecnologia Vegetal
- Ciência e Tecnologia de Polímeros
- Ciências Farmacêuticas
- Economia Industrial
- Endocrinologia
- Engenharia de Produção
- Engenharia Elétrica
- Farmacologia e Terapêutica Experimental
- Fisiologia
- Geologia
- História da Arte
- História Social
- Letras Neolatinas
- Matemática
- Nefrologia
- Nutrição Humana
- Planejamento Energético
- Psicologia
- Psicossociologia
- Psiquiatria e Saúde Mental
- Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos
- Teorio Psicanalítica
- Tisiologia e pneumologia
- Cirurgia Geral
- Enfermagem
- Engenharia de Sistemas e Computação
- Engenharia Nuclear

Grupos de Trabalho

Arquivo e Memória do Movimento Docente - Próxima reunião dia 1 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na sede da Adufrj.

Carreira - Próxima reunião dia 4 de setembro, sexta-feira, às 9h, na sede da Adufrj.

Seguridade Social - O próximo encontro será dia 15 de setembro, às 16 horas na Escola de Serviço Social na Praia Vermelha.

Política Sindical - Próxima reunião nesta segunda-feira (31), às 16 horas, na Escola de Serviço Social, sala 14

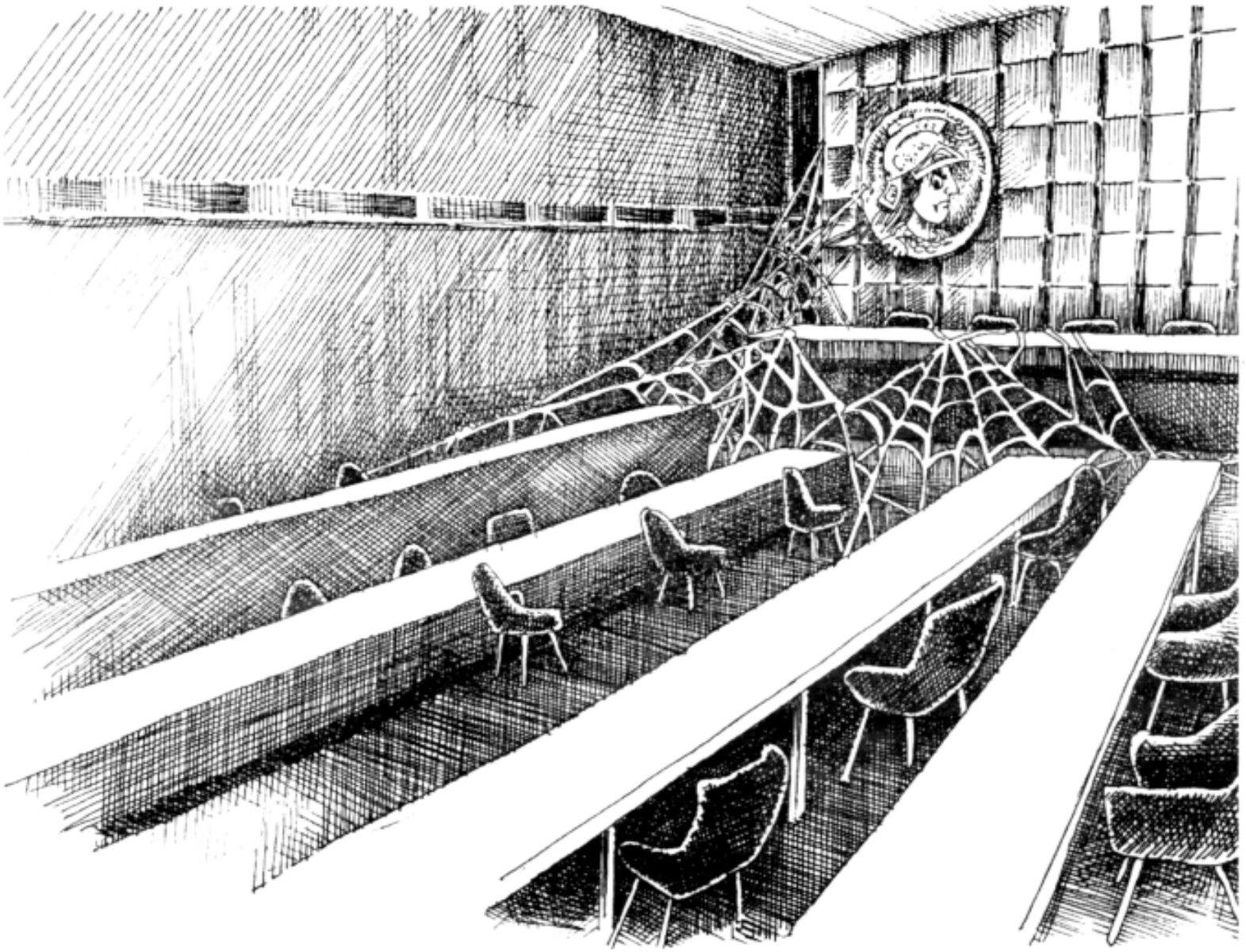
Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V

8 A 13 DE SETEMBRO/98

Pela renúncia de Vilhena



Reitoria de Vilhena quer acabar com os Conselhos Superiores

Páginas 5 e 6

A necessidade da mudança na forma da contribuição para o sindicato

Nossa proposta de modificação no sistema de contribuição para o sindicato para 1 % da remuneração permanente tem várias motivações.

Um ponto fundamental é a necessidade de adotarmos o mesmo critério de contribuição que a grande maioria das mais de noventa seções sindicais adota há vários anos, seguindo deliberações de Congressos do Andes-SN. A Adufrj-SSind será uma das últimas seis a fazê-lo. A justiça de uma contribuição proporcional ao salário foi um ponto amplamente debatido em nosso sindicato. A contribuição de um valor fixo acaba, na verdade, por penalizar os menores salários. Com o novo sistema, a contribuição dos professores adjuntos vai dobrar, mas a dos assistentes vai subir pouco e a dos auxiliares e a da maioria dos professores de 1º e 2º graus vai diminuir.

A soma das contribuições, isto é, a arrecadação da Adufrj-SSind, vai aumentar, garantindo condições para várias melhorias no nosso funcionamento.

Uma questão importante é refazermos nosso contrato com a assessoria jurídica. Pelo contrato atual, a assessoria fornece seu parecer sobre as questões jurídicas que envolvem a relação entre os docentes e a UFRJ. Os processos que resultam em algum ganho financeiro implicam em honorários advocatícios de 10% do valor do ganho. A diretoria da Adufrj-SSind já elaborou, em conjunto com a assessoria jurídica, uma proposta de um novo tipo de contrato com pelo menos duas alterações essenciais: não serão mais cobrados honorários sobre os valores dos ganhos financeiros e haverá um plantão para atendimento jurídico aos sindicalizados na sede da Adufrj-SSind. Isto só será possível, evidentemente, aumentando o valor da mensalidade atualmente paga à assessoria.

Dentre outras questões, enfatizamos a necessidade de realizar algumas obras na sede da Adufrj-SSind para atender nossas demandas crescentes e de continuar investindo na área de comunicação, que precisa constantemente modernizar-se.

Também devemos refazer nossas reservas, bastante reduzidas com a última greve. É importante termos um fundo de reserva, vista a recente retenção de salário e a suspensão de nossa arrecadação. Hoje temos a situação delicada em que o desconto em folha passa pelo controle do SIAFI.

Projetos de outras atividades deverão aguardar a implementação do novo sistema para sua execução. Após a avaliação do novo sistema, teremos condições de apresentar um orçamento para atividades e submetê-lo à apreciação dos sindicalizados.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Previsão da arrecadação futura da Adufrj-SSind

Como foi feita a estimativa

A Adufrj-SSind não possui todos os dados necessários para prever com exatidão qual será o valor da sua arrecadação mensal quando os sindicalizados passarem a contribuir para o sindicato com um por cento da sua remuneração bruta permanente. Várias solicitações de informações sobre os valores da folha de pagamento e sobre o quadro de docentes da UFRJ feitas à reitoria nos últimos anos foram negadas, sob a alegação de que haveria quebra de sigilo. Solicitações refeitas de forma a evitar essa quebra foram simplesmente ignoradas. Assim, tivemos de fazer uma estimativa dessa arrecadação futura com base em informações disponíveis a partir de diversas outras origens.

A principal origem de dados foi a ação judicial do abono pecuniário de 1997. A reitoria informou os valores pagos a cada docente em virtude dessa ação. Esses valores já serviram para calcular os honorários advocatícios devidos à assessoria jurídica da Adufrj-SSind. Cada um dos 1163 docentes beneficiados pela ação pagou 10% do valor do abono recebido, em quatro parcelas, nos meses de março, abril, maio e junho de 1998.

O valor do abono corresponde a dois terços da remuneração mensal, pois durante as férias a remuneração é acrescida de um terço do seu valor normal, o que faz os 15 dias vendidos valerem 15+5 =20 dias, ou seja, dois terços de um mês de 30 dias. A remuneração mensal dos 1163 docentes pode assim ser calculada.

Esta remuneração inclui, para os docentes admitidos na UFRJ antes de janeiro de 1995, os 26,05% da ação judicial do plano Verão, valor que não faz parte da remuneração permanente e, portanto, não fará parte da base de cálculo do 1 %. Deduzindo este valor e considerando os cargos ocupados pelos docentes (titular, adjunto etc.), informação disponível no nosso cadastro, calculamos o valor médio da remuneração mensal permanente de cada cargo. Considerando, por fim, estes 1163 como uma amostra representativa dos atuais 3330 sindicalizados e levando em conta a distribuição destes pelos diferentes cargos, podemos estimar a arrecadação bruta futura da Adufrj-SSind em cerca de R$75.000,00 por mês.

20% desta arrecadação mensal serão repassados ao Andes-SN, ou seja, a arrecadação líquida da Adufrj-SSind será de R$60.000,00. A arrecadação bruta atual (agosto) é de cerca de R$40.000,00, dos quais cerca de R$ 5.300,00 vão para o Andes-SN, pelo atual critério. O acréscimo previsto para a nossa arrecadação líquida será, portanto, de cerca de 75%.

Incertezas envolvidas na estimativa

Uma parte dos docentes que receberam o abono em 97 não recebem os 26,05% do plano Verão, por terem sido admitidos a partir de 1995, inclusive. Como não sabemos quais foram, deduzimos os 26,05% de todos, subestimando o valor final da arrecadação.

Por outro lado, também não temos qualquer informação sobre os aposentados à época do abono, de modo que projetamos para eles os mesmos valores dos ativos. Como os docentes que se aposentaram há muito tempo têm provavelmente, em média, uma titulação mais baixa do que os docentes hoje na ativa, podemos ter aqui superestimado a arrecadação.

Por fim, não temos neste momento como avaliar se os docentes com remunerações mais altas vão se desligar da Adufrj-SSind por sentir-se sobrecarregados com o acréscimo na contribuição para o sindicato. Temos a convicção, no entanto, de que a grande maioria desses docentes estará de acordo com as melhorias propostas.

Assembléia Geral da Adufrj
Quinta (10/09), às 14 horas, no Auditório do CT

Sub-reitores de Vilhena assumem sem terem suas indicações aprovadas pelo Conselho Universitário

Com esta atitude, novo reitor assume uma nova forma de gestão: ignorar os conselhos superiores

A universidade já tem um reitor empossado. Os estudantes e funcionários desocupam os gabinetes da reitoria. Decanos e diretores de unidades voltam a realizar suas reuniões periódicas. Ceg e Cepg voltam a tratar das demandas acadêmicas. Conselho Universitário confirmado na próxima quinta-feira ... Opa! Esta não é a UFRJ!

Para se ter uma pequena idéia da confusão administrativa e política em que se encontra a UFRJ com a posse do reitor José Vilhena, basta verificar que este já desmarcou quatro reuniões ordinárias do Conselho Universitário. A onda de ingovernabilidade não vai parar por aí e já atinge os demais colegiados.

Na última quarta-feira (2), a presença do professor Aníbal Gil Lopes na reunião do Conselho de Ensino de Graduação (Ceg), se apresentando como o novo sub-reitor de graduação, causou desconforto e indignação aos presentes. Os conselheiros acabaram deixando a sala de reuniões em sinal de protesto ao que consideraram mais uma atitude autoritária da gestão Vilhena. Para assumir a presidência do Ceg, o professor Aníbal teria que ter sua nomeação referendada pelo Conselho Universitário, de acordo com o estatuto da universidade. Para a professora e conselheira, Diana Maul, um Colegiado Superior não é um órgão assessor, mas decisório em relação à política universitária. "Ainda que não seja o melhor, é o que nós temos e tem que ser respeitado", afirmou.

Um Conselho Superior não é dirigido e sim presidido por um membro da reitoria. Na verdade, trata-se de uma deferência do poder legislativo universitário ao executivo da instituição. Se o Ceg e o Cpeg dispensarem a atuação do Consuni passarão a ser apenas órgãos de assessoramento, perdendo o poder de definir as políticas institucionais.

O professor Antonio Figueiredo, da Coppe, foi nomeado Sub-reitor de Pós-graduação. Vilhena também já escolheu seu reitor de Patrimônio, o professor Maurício Arouca.

Segundo Aníbal Gil Lopes, sua nomeação estaria respaldada em um parecer da Procuradoria da UFRJ, que não foi entregue aos conselheiros e até o final da semana ainda era desconhecido da comunidade. A resposta do "pró" sub-reitor ao questionamento dos membros do Ceg, quanto à legitimidade de sua nomeação, foi um rotundo "Se houver qualquer dúvida quanto a atos administrativos, que se vá à justiça". A opinião entre os conselheiros foi praticamente unânime. Se este tipo de prática for adiante, cada passo administrativo, seja no âmbito da reitoria ou até mesmo nas unidades, levará a universidade ao caminho dos tribunais. Realidade no mínimo esdrúxula para uma instituição que se reconhece como de excelência.

"Esta universidade não será vencida por atos desta natureza", repudiou Diana Maul, que por ser uma das conselheiras mais antigas vem presidindo as reuniões desde que a crise se instalou na universidade.

Aníbal alegou que antes de aceitar o cargo fez uma consulta ao MEC e disse não estar ferindo a ética universitária, justamente por estar cumprindo a lei. Mesmo sendo esta uma lei externa à instituição, que interfere na autonomia universitária e se coloca contrária aqueles que realmente definem os rumos da política acadêmica, os colegiados superiores. A universidade é o espaço ideal para o debate de opiniões. A solução não virá de um dia para o outro. Estou aqui para começar um processo de retomada da ordem institucional nesta universidade", missionou, o professor.

O conselheiro Paulo Afonso foi enfático: "Se há mesmo que seguir a lei, esta reunião de hoje não existe, já que não se seguiu o regulamento interno que determina uma convocação oficial com antecedência de 48 horas. Neste momento esta reunião não é um espaço legal."

Conselheiros decidem prosseguir com as atividades do Ceg

O Conselho de Ensino de Graduação encontra-se em caráter de reunião permanente, desde que rejeitou a nomeação de Vilhena pelo MEC. A pauta da reunião que contou com a inusitada, mas já esperada, ocupação do professor Aníbal como presidente do Conselho, trataria da formulação do calendário acadêmico de 1999. Estes e outros assuntos, como a contratação de professores substitutos, ficarão pendentes caso o "pró" sub-reitor insista em presidir o Ceg sem ter sua indicação aprovada pelo Conselho Universitário, como determina o estatuto da universidade.

Os conselheiros ainda apostam que Vilhena convoque, e não desmarque, o Consuni nesta semana. Com isso, a situação dos sub-reitores seria regularizada.

O impasse gerado pela presença do professor Aníbal no Ceg fez com que, pela primeira vez, este conselho não se reunisse. Após a saída de Aníbal, os conselheiros retornaram à sala do Consuni e redigiram um comunicado esclarecendo a comunidade sobre a situação e responsabilizando o reitor pela interrupção dos trabalhos no Ceg (veja quadro abaixo).

Para alguns conselheiros, infelizmente corre-se o risco de que a condução da UFRJ flua pelos atos administrativos do executivo, no caso, a reitoria. Segundo a professora Diana Maul, a ausência dos Colegiados Superiores descaracteriza a universidade e a reveste de uma gerência empresarial, onde o "dono" e seu *staff* decidem sozinhos a política universitária, e os colegiados deixam de ser um espaço de opinião e deliberação sobre os atos da administração central.

O Ceg pediu ao professor Aníbal que solicite ao reitor a convocação e realização do Consuni para que a normalidade seja restaurada.

O Ceg é formado por dois representantes docentes de cada Centro e três representantes discentes, em um total de quinze conselheiros.

O Conselho de Ensino para Pós-graduados (Cepg) vem sendo presidido pelo professor Antônio MacDowel Figueiredo, que também foi nomeado sub-reitor sem ter sua indicação aprovada pelo Consuni. Neste caso, como conselheiro, o professor Figueiredo seria o presidente, já que é o membro com mais tempo de mandato no Cepg.

O que diz o estatuto da UFRJ sobre a nomeação dos sub-reitores:

Art. 73

Parágrafo 2 - Os Sub-Reitores são nomeados pelo Reitor, preferentemente, dentre os Professores Titulares, depois de aprovada a indicação pelo Conselho Universitário.

Comunicado à comunidade universitária

Os membros do CEG presentes à sessão do dia 2 de setembro de 1998 questionaram a presidência do Prof. Anibal Gil Lopes, por sua indicação para Sub-Reitor de Ensino de Graduação não ter sido homologada pelo CONSUNI, nos termos do Estatuto da UFRJ.

O Prof. Anibal alegou ter em seu poder parecer jurídico que dispensa a homologação pelo CONSUNI, Os membros do CEG, considerado que não está em discussão a legalidade da indicação, mas sim o papel dos colegiados superiores, exigem que os Sub-Reitores escolhidos sejam homologados pelo CONSUNI.

Assembléia Geral da Adufrj

Quinta (10/09), às 14 horas, no Auditório do CT

FHC é o responsável pelo caos na administração de hospitais federais

Exonerações e crise nos hospitais públicos são conseqüências das nomeações políticas de dirigentes orquestrada por Fernando Henrique Cardoso

Uma série de exonerações de diretores dos hospitais públicos federais do Rio de Janeiro vem sendo divulgada pelo Ministério da Saúde nos últimos meses como uma "grande devassa" às fraudes no setor. Entretanto, é o próprio governo federal o principal responsável pelo caos dessas administrações. A maioria das exonerações tem ligação direta com indicações políticas realizadas por parlamentares cariocas da base governista.

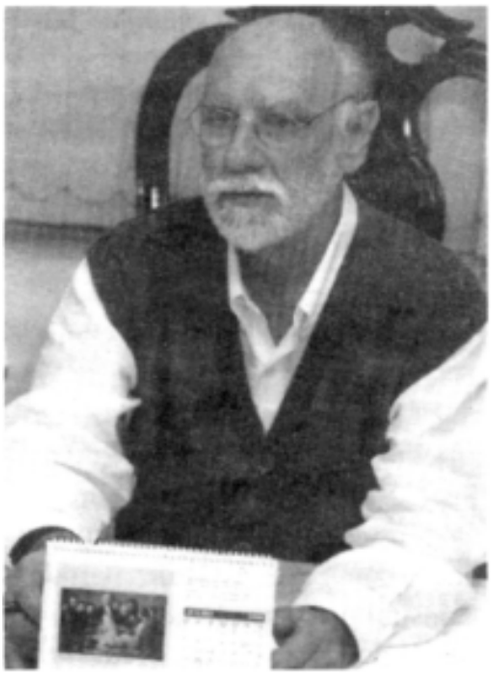
Para aprovar a emenda da reeleição, em 1996, o governo " leiloou" as direções desses hospitais a políticos da bancada federal que votassem a favor da proposta que garantiria o direito a Fernando Henrique Cardoso de se recandidatar. Levando-se em conta que os dez maiores hospitais federais do país estão localizados no Rio de Janeiro, ter a possibilidade de controle destes cargos significaria ter nas mãos uma mina de ouro e votos.

Efetuando compras super-faturadas, esses diretores conseguiam montar uma espécie de "caixa dois" para enriquecimento ilícito ou para garantir futuras campanhas eleitorais. Como forma de viabilizar a fraude, o principal ato desses dirigentes ao assumir o cargo era escolher o diretor administrativo e o presidente da Comissão de Licitação. Transformar esses hospitais em "currais de votos" também é uma prática bastante comum nesses casos. Um bom exemplo eram as sessões de bingo realizadas pelo recém-exonerado diretor do Hospital dos Servidores do Estado, Alaor Gaspar Pinto, indicado por Francisco Dornelles (PFL/RJ}. Segundo denúncia recebida pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed), para participarem do jogo, os funcionários do hospital teriam de apresentar uma lista contendo o nome de cinco "amigos" com seus números do título de eleitor e zonas eleitorais.

Essas manobras foram amplamente denunciadas na época pelo SinMed. Para o presidente da entidade, Luiz Tenório, entretanto, esta política clientelista que prevê a nomeação dos diretores dos hospitais federais ainda não terminou. As nomeações da "era Serra" possuem outras características políticas. O importante agora, segundo Tenório, é nomear dirigentes de confiança do governo federal, que assumam a proposta de transformar os hospitais federais em Organizações Sociais. Um exemplo foi a recente nomeação de Aloísio Sales para o Hospital dos Servidores do Estado. Sales foi ex-diretor do Inamps. Sua administração foi marcada por uma série de escândalos na administração pública. Foi nomeado por ser considerado uma pessoa de confiança do escritório regional do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro.

Segundo Tenório, o projeto de Organizações Sociais é a principal meta para os hospitais federais que vigora no escritório regional do Ministério da Saúde do Rio de, Janeiro. Este projeto prevê, basicamente, a criação de uma administração paritária entre Estado e setor privado. O Estado entra com o patrimônio; o setor privado, com a injeção de verba e, sobretudo, com o lucro que será obtido com a venda de serviços. Em se tratando de saúde pública, o resultado desta nova forma de gestão trará prejuízos, principalmente, ao usuário que terá mais dificuldade para ser atendido caso não possa pagar por uma consulta.

Os objetivos que norteiam essas nomeações são muito próximos dos que fizeram com o MEC nomeasse José Vilhena para a reitoria da UFRJ. Vilhena foi escolhido, segundo o próprio Ministério, para evitar um processo de "politização" dentro da universidade. Ou seja, o que importa é saber se esses dirigentes "servirão" aos objetivos do governo de Fernando Henrique Cardoso.



Luiz Tenório, presidente do SindMed

Gestão democrática é a solução para o fim das fraudes

A presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Tânia Rodrigues (PT), é autora de um projeto de lei que prevê eleições para diretores de hospitais públicos. Esse projeto, sob o número 1.211/97, tramita na Alerj desde o ano passado. A deputada acredita que a gestão democrática seja a melhor saída para o fim das fraudes no setor. "Sendo eleito, este dirigente terá mais autonomia para administrar essas instituições públicas. O importante é garantir que esses dirigentes não sejam indicados por questões

***Os 10 maiores hospitais** públicos federais do país estão instalados no Rio de janeiro: Instituto Nacional do Câncer, Hospital Pinel, Centro Psiquiátrico Pedro II, Hospital dos Servidores do Estado, Hospital do Andaraí, Hospital da Lagoa, Hospital Geral de Bonsucesso, Hospital Universitário, Pedro Ernesto (UERJ), Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (UFRJ) e Hospital Geral de jacarepaguá.*

políticas ". Como a administração hospitalar é uma função bastante específica, o projeto prevê também um curso para o dirigente eleito. Tânia Rodrigues acredita que o caos na saúde do Rio de Janeiro não pode ser atribuído à falta de médicos e de hospitais: "temos o maior número de hospitais da rede pública do Brasil e a maior concentração de médicos por habitante. O problema é a má-gestão e as fraudes".

Luiz Tenório concorda em parte com a deputada estadual. O presidente do Sindicato dos Médicos não acredita que apenas as eleições diretas resolvam o problema do clientelismo e da fraude dentro dos hospitais. "Um candidato que tenha como plataforma acabar com fraudes dentro de uma instituição pode ter problemas internos e não se eleger". Tenório defende, além das eleições diretas, a formação de um conselho gestor formado por integrantes do corpo clínico, da direção e, principalmente, dos usuários. "Esta diretoria ficaria subordinada ao Conselho que, por sua vez, faria o controle social desta administração". O que Tenório propõe é muito semelhante à estrutura dos Conselhos municipais, estaduais e federal de saúde, com representação paritária dos três segmentos.

Não vote em quem participou do "leilão da saúde"

- **Francisco Dornelles (PFL/RJ)** indicou Alaor Gaspar Pinto como diretor do Hospital dos Servidores do Estado, exonerado por José Serra. Entrou Aloísio Salles - ex-presidente do Inamps, cuja administração foi marcada por uma série de fraudes - e médico influente na ditadura militar. É pessoa de confiança do escritório regional do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro;
- **Roberto Jefferson (PTB/RJ)** indicou Ana Maria Seixas para a direção do Hospital do Andaraí. Foi exonerada depois de responder a uma série de processos de super-faturamento. Jefferson indicou Taumaturgo da Silva Gayo Júnior, que estava aposentado por invalidez desde 1993, para substituí-Ia. Recebendo proventos integrais, Gayo Jr. não poderia assumir cargos públicos. Foi exonerado depois de uma série de denúncias do SindMed;
- **Lima Neto (PFL/RJ)** foi o responsável pela indicação de Sidney Dias para a direção do Hospital Geral Bonsucesso. Dias foi exonerado pelo ex-ministro Carlos Albuquerque. Em seu lugar, assumiu Silene Ribeiro Bezerra - indicada pelo Ministério. Hoje, quem está no cargo é Benedito Meirelles.
- **Vanessa Felipe (PSDB/RJ)** indicou para chefe do escritório regional do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, Mauro Modesto.
- **Roberto Santos** (PFL/RJ) indicou o endocrinologista Paulo Mesquita para o Centro Psiquiátrico Pedro II. Mesquita foi exonerado no último dia 13. Assumiu Paulo César Geraldes.

Fonte Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro

Dados sobre a Saúde no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro possui o maior número de hospitais federais do Brasil. Dez são do Ministério da Saúde; 14 do Inamps (que possui também 17 postos de saúde). Em todo o estado, são cerca de 90 hospitais.

Para cada 300 habitantes, existe um médico. Na relação exigida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de um médico para cada mil habitantes.

Situação dos hospitais do estado também é crítica

Enquanto os hospitais federais vivem a ameaça do projeto das Organizações Sociais, os do estado caminham em passos largos rumo à privatização. Marcelo Allencar e sua bancada conseguiram aprovar a lei estadual 2.878 que transfere para as cooperativas a administração dos hospitais do estado. Segundo o diretor da Federação Nacional dos Médicos, Jorge Darze, em artigo publicado pelo O Globo no dia 25 de agosto, este projeto é inconstitucional, pois retira da competência do estado a administração da rede pública de saúde, transferindo-a para as mãos da iniciativa privada.

Essas cooperativas recebem uma verba do estado para gerenciar os hospitais e têm poderes para administrar a instituição priorizando o lucro. Ou seja, mesmo o estado repassando uma verba suficiente para cobrir as despesas, esses grupos poderão oferecer serviços cobrando aos usuários pela utilização dos poucos leitos existentes. A presidente da Comissão de Saúde da Alerj, Tânia Rodrigues, alerta também que este projeto acaba com mecanismos democráticos e legais, como o concurso público, licitação e fiscalização pelo Tribunal de Contas. Tânia tentou formar uma comissão para discutir os reflexos deste projeto. "Não fomos ouvidos. O governo do estado tem maioria na Alerj e seus parlamentares não permitiram a abertura de um debate mais profundo sobre o tema".

Estudantes e professores da área médica questionam atual modelo de ensino

A Avaliação das escolas e a prática de ensino médico serão abordadas em Congresso da Abem, de 13 a 18 deste mês, em Recife

Neste setembro, o Congresso da Associação Brasileira de Educa ção Médica congregará professores, dirigentes e estudantes das escolas médicas brasileiras em torno de um grande debate sobre a avaliação do ensino médico e sua relação com a realidade da Saúde no país. O evento acontecerá em Recife, de 13 a 18 de setembro, e a UFRJ participará com dois professores e onze estudantes da Faculdade de Medicina.

Desde 1991 dez entidades da área médica, entre elas o Andes-SN, formam a Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico, que há oito anos têm concentrado seus esforços para construir um movimento social que possibilite o entendimento e a transformação da educação médica no Brasil. Segundo o CA de Medicina do Hospital Universitário da UFRJ, a raiz deste movimento é aquilo que muitos dos estudantes residentes, médicos e professores sentem, diariamente, nas enfermarias, nos ambulatórios, nas salas de aulas e antes de dormir: insatisfação com os resultados da pratica do ensino.

Nos últimos oito anos, a Cinaem avaliou profundamente a situação de 48 das cerca de 80 escolas médicas existentes no Brasil, do perfil docente e discente ao modelo pedagógico e de gestão. O trabalho, inédito no mundo, foi apresentado em julho do ano passado para os ministros da Educação e da Saúde, na sede do Conselho Federal de Medicina.

As primeira e segunda fases do trabalho consistiram em traçar um amplo diagnóstico a partir de pesquisas com professores, alunos e gestores; análise dos currículos e modelos pedagógicos; e discussão da relação entre escolas, corpo docente, crescimento do conhecimento dos médicos formandos e modelo pedagógico.

Com base nos resultados, impressionantemente parecidos com as reclamações diárias dos estudantes e professores, a equipe técnica que acompanhou o processo apresentou as possíveis linhas de ação do que seria a terceira fase do Cinaem, a efetiva transformação das escolas médicas.

O Cinaem buscará desenvolver cinco linhas de ação como pontos de intervenção para serem trabalhados pelo movimento. Serão tratadas questões da docência médica, da profissionalização da docência, a qualificação destes médicos-professores; da avaliação da relação docente-estudante; e do processo de avaliação interna e de gestão.

Na UFRJ, a Faculdade de medicina, os departamentos de Pediatria, Clínica Médica, Patologia e Medicina Preventiva, além do próprio Hospital Universitário, já vêm manifestando interesse e disposição de participar desta nova fase do Projeto Cinaem.

O ponto alto desta discussão será o Congresso da Abem, onde funcionará ao mesmo tempo e de forma integrada o VII Fórum Nacional de Avaliação do Ensino Médico com o tema "Transformação do Ensino Médico". O Fórum aprovará a versão final do projeto da terceira fase de avaliação do Cinaem, seu financiamento e as coordenações política e técnica.

As entidades que compõem a Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem)

Associação Brasileira de Educação Médica

Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Conselho Federal de Medicina

Associação Nacional dos Médicos Residentes

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina

Federação Nacional dos Médicos

A Cinaem já passou por duas fases de Avaliação nas escolas médicas. Da primeira participaram 78 das então 80 existentes, da Segunda participaram 48 escolas. O Congresso da Abem, de Recife, marca o início da terceira etapa: Transformando a Educação Médica Brasileira. Os trabalhos são conduzidos por uma equipe técnica de pesquisadores e por grupos locais de professores e estudantes nas escolas, com o apoio político e financeiro das entidades que compõem a Comissão.

O que ainda se fará*

O movimento de transformação das escolas médicas surge para responder a uma demanda existente no mínimo desde a década de 80, com as conquistas do movimento da reforma sanitária. A plena implantação do SUS requer uma profunda mudança no aparelho formador de RH, não só capacitando os médicos a trabalhar neste novo modelo, mas também comprometendo-os com a construção e legitimação deste sistema.

Assim, o horizonte da transformação das escolas é sua integração efetiva com a rede de serviços, com o SUS, e não só através do ensino na rede, mas também com a escola comprometida, pela assistência e pela produção de novos conhecimentos com planejamento, a administração e o aprimoramento do SUS nos níveis local, regional e até nacional.

Para isso, teremos que, paralelamente às transformações internas das escolas, preparar a cidade para receber esta nova escola médica brasileira, superando inúmeros desafios de ordem cultural, organizacional e de financiamento, tanto ao nível das unidades de saúde, quanto ao nível da população de usuários.

Teremos que tornar a população co-gestora deste processo; organizar os serviços e, consequentemente, o processo de formação dos médicos a partir de suas demandas; tornar as escolas médicas centros de referência e laboratórios para os desafios cotidianos de gestão dos serviços; discutir, nas escolas, hospitais, postos de saúde e bairros, novas formas de organizar o trabalho médico.

Isto é trabalho para uma década, ou várias, mas ele tem que ser iniciado exatamente agora, para que não se perca o momento histórico da implantação de um projeto como este, de intervenção participativa e autosustentada no conjunto das escolas médicas. Espera-se consolidar a aproximação destes novos atores e a adesão formal das escolas e definir uma agenda de trabalho comum já a partir do VIII Fórum da Cinaem, em Recife.

*Trecho de um artigo do Denem para a oficina de trabalho realizada em Niterói em 18/8/98 sobre integração entre escola médica, serviços de saúde, gestores e usuários do SUS, convocada pelo Conasems - Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde.

Seminário
Avaliação e Carreira Docente
9 de setembro
17 às 21h
Anfiteatro
Muniz Aragão
Participantes:
Géria Montanaro Franco
Antonio Macdowell de Figueiredo

A professora Géria Montanari Franco, da Universidade Federal de São Carlos, foi diretora do Andes-SN de 1994 até junho deste ano e fez parte da coordenação dos Grupos de Trabalho de Política Educacional e de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, tendo coordenado a atualização do Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira em 1996. O professor Antônio McDowell de Figueiredo, da UFRJ, é coordenador do Projeto de Informatização da Capes, membro do CEPG e foi indicado pelo professor Vilhena para o cargo de Sub-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ.

A respeito do texto "A Greve e a nova direção do Andes"

Cristina Miranda*

Venho por meio desta lamentar a posição equivocada expressada pelo Sr. Dalton Melo Macambira, 1º vice-presidente nacional da ANDES-SN, a respeito de nosso Sindicato, Andes-SN, e da greve que atravessamos, no texto de sua autoria, *A greve e a nova direção do Andes* (publicado no InformAndes 84 - Agosto 98).

No referido texto, o Sr. Macambira acusa nosso Sindicato de, nos últimos 12 anos, possuir *uma postura estreita e sectária nas suas relações sindicais e com a sociedade,* acrescentando que todo esse processo teria levado os professores a uma não-participação em assembléias, e outros eventos ligados ao sindicato, por não se sentirem identificados e nem representados pela Andes.

Há apenas um ano na Universidade, discordo completamente de tal afirmação. Como participante do comando de greve, na época de minha estada no Comando Nacional, fui muito bem recebida, e assessorada quando necessário, pela Diretoria da Andes que cumpria o final de seu mandato. As reuniões as quais participei demonstraram uma prática democrática muito grande do grupo que lá se reunia muito bem "dirigido" pelos representantes da diretoria que ali estavam. Tal prática, fez com que minha crença na democracia e na importância de uma luta organizada, assim como do trabalho sindical crescesse imensamente. Nos relatos que levei à minha unidade, estas percepções foram partilhadas por muitos colegas.

Infelizmente, não pude perceber a mesma clareza de princípios e procedimentos na nova Diretoria que, ainda durante a greve, tomou posse. A palavra *posse,* aliás, tomou um significado diferente para tal grupo que desde então parece ter esquecido o que é a prática democrática e pensa ter se *apossado,* do Sindicato que dirige. Os fatos ocorridos durante a greve, com negociações paraleIas do *então futuro* presidente da Andes e, mesmo após a sua posse, a negociação com o MEC, a despeito de qualquer deliberação de Assembléias das *bases,* assim como a falta de respeito com o Comando Nacional de Greve por parte de toda a (nova) direção do Sindicato, me faz crer que a análise do Sr. Macambira se adequaria mais a esta direção que se instala.

O Sr. Macambira critica ainda a condução da greve acusando a antiga Direção de *controlar* o Comando Nacional de Greve. Creio que ele chama de *controlar* o que, na verdade, *é dirigir.* Direção, aliás, foi o que faltou ao novo grupo, já que nem conduzir uma reunião sabiam, necessitando inclusive da ajuda de membros do Comando para a condução dos trabalhos na direção da *mesa.*

Muito me surpreendem ainda as críticas em relação às negociações do Sindicato com o Mec. Em seu texto, o Sr. Macambira acusa (mais uma vez) a diretoria de não querer negociar.

Em suas palavras:

A direção anterior, que controlava o comando nacional de greve (CNG), partia do pressuposto que sindicato não tem que negociar, mas impor ao governo sua proposta, isto é, entregar ao governo uma pauta de reivindicações e entrar em greve, mantendo o movimento paredista (sic) até que o governo atenda toda a pauta. É o jogo de soma zero, ou é tudo ou não é nada. Por isto perdemos a oportunidade de negociar com o governo quando a greve estava forte.

O Sr. Macambira parece esquecer que por várias vezes o sindicato, representado não só pela "direção", mas por membros do comando nacional de greve, eleitos democraticamente para tal função, tentou negociar com o governo que manteve sua postura intransigente, reforçada por *negociações paralelas que* aconteciam por fora do sindicato, não autorizadas pelas bases deste mesmo sindicato.

A meu ver, este é o principal motivo do movimento ter enfraquecido. A percepção do governo que estava negociando com dois sindicatos: a Andes, representando as bases e o futuro diretor, Renato de Oliveira, representando ele próprio e o grupo que (ainda) o apoia.

O Sr. Macambira demonstra ainda

uma profunda contradição em seu texto ao dizer primeiramente que os professores estavam cada vez mais distantes do sindicato, não participando das assembléias *e que ao deixar de representar o professor, o nosso sindicato se descredenciou como interlocutor da universidade com a sociedade*, afirmando adiante que a greve *foi capaz de mobilizar a universidade e mostrar à sociedade a situação de caos da educação superior pública em nosso pais(...)*.

Como seria possível um sindicato sem interlocução com a sociedade manter uma greve tão coesa (47 Universidades, num universo de 52) por tanto tempo (90 dias)? Estaríamos diante de um paradoxo?

Mas o final de seu texto é esclarecedor quando diz *Decidimos, então, encaminhar o final da greve.* Tal decisão, tomada a revelia de qualquer consulta prévia, só foi referendada pelas assembléias após recomendada pelo Comando Nacional, que por esta hora já estava passando por momentos difíceis na condução da greve mediante a postura autoritária, antidemocrática e sectária da diretoria que então se empossava, negociando diretamente com o governo e desrespeitando o Comando assim como as associações docentes representadas por estes.

Lamentavelmente, o Sr. Macambira, ainda em seu texto, *agradece* a todos aqueles que votaram na chapa a qual pertence, misturando uma avaliação da greve com puro partidarismo.

Faço parte do *pensamento médio do conjunto dos professores universitários brasileiros*, passei a freqüentar as assembléias durante a greve. Presenciei uma prática extremamente democrática por parte da Associação de docentes de minha universidade, da diretoria da Andes que estava em fins de mandato, e dos Comandos local e nacional de greve. Portanto, não posso deixar de me manifestar diante de tanta insensatez!

***Professora do Colégio de Aplicação da UFRJ, com o apoio de Maurício R. M. P. Luz e Sandra Martins, também professores do Cap-UFRJ.**

Programe-se

Dia da Amazônia será celebrado no Clube de Engenharia

Dia 5 de setembro é o dia da Amazônia. Nesta terça, dia 8, a partir das 18 horas, o Clube de Engenharia, juntamente com ABI, Campanha Nacional em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), Movimento de Defesa da Economia Nacional (Modecom), CUT, UNE e UBES estarão promovendo um grande evento no auditório do Clube de Engenharia (Av. Rio branco, 124 - 22 andar) com o objetivo de destacar a importância da região para o meio ambiente mundial e denunciar os ataques que a maior floresta do mundo vem sofrendo nos últimos tempos. Todos estão convidados.

Seminário Nacional sobre "Trabalho Intelectual e Avaliação Docente" em São Paulo

Dias 11 e 12 de setembro, no Anfiteatro Jandira Massur (Rua Botucatu, 740, V. Clementino, SP), professores universitários de todo o país estarão discutindo temas como: As características da produção intelectual e a Avaliação da Universidade, cujo conferencista é o professor Roberto Romano (Unicamp). O evento é uma promoção do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes- SN)

Assembléia Geral da Adufrj
Quinta (10/09), às 14 horas, no Auditório do CT

Advogados das seções Sindicais participam de encontro do Andes-SN em Brasília

Os assessores ressaltaram que ao legitimar a GED, participando da comissão de avaliação do MEC, Sindicato permite que o mesmo utilize este fato em contestações de eventuais questionamentos jurídicos da categoria

A ação movida pela Adufrj so bre o **Abono Pecuniário** de 1998 obteve uma liminar favorável e ganhou no mérito junto à 6º Varada Justiça Federal. Apesar disto, a UFRJ não cumpriu a decisão judicial e o processo, em principio, deve subir para a 2º instância regional, o que poderia causar maiores atrasos em sua execução. A Assessoria Jurídica interpôs um recurso e obteve uma "Carta de Sentença". Na prática, esta carta abre a possibilidade de que a execução da ação seja decidida ainda pelo mesmo juiz da 6º Vara, o que abre perspectivas mais imediatas para obtermos a execução da sentença.

Assessoria Jurídica da Adufrj participa de encontro nacional

A Assessoria Jurídica da Adufrj participou do Encontro de Assessores do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de agosto.

Os advogados participaram de palestras sobre Tendências do Direito do Trabalho nos EUA, com o assessor jurídico da Seção Sindical dos Docentes Universidade Federal de Pernambuco, Dr. Maurício Rands.

Segundo os assessores da Adufrj, este interessante estudo visa trazer subsídios para uma real análise das relações trabalhistas americanas, usadas, muitas vezes, como paradigma de eficiência pelos que defendem a completa ausência de regulamentação trabalhista. Ao contrário do que afirmam os neoliberais locais, existem nos EUA uma série de instrumentos que garantem as relações de trabalho.

O tema Cortes Constitucionais e Medidas Provisórias foi tratado pelo Dr. Rogério Coelho, Assessor Jurídico da Seção Sindical dos Docentes da UFRGS.

Nesta exposição foi feita uma advertência, qualificando como ditatorial a forma de atuação do governo FHC. Assim como o professor Fábio Comparato, o palestrante considera que a Constituição já está espiritualmente morta.

Traçou-se uma diferenciação entre democracia e governo da maioria, frisando que, no primeiro mundo, desde a Segunda Guerra, se tem como incorreta a visão de que a maioria tem poderes para alterar o texto constitucional ao sabor de suas conveniências.

Tal situação tem tido inclusive a conivência de opositores do governo, que não possuem uma visão clara e moderna da verdadeira função de um texto magno.

28,68%

Foi passado aos presentes um informe do andamento da ação dos 11 servidores que conquistaram a isonomia com os militares, junto ao STF. Foi ressaltado o estudo feito pela assessora da Adufrj, Dra. Cristina Kawayno, estudo dos recursos apresentados pelos servidores. Quanto ao mérito da questão, a opinião geral é de que dificilmente o STF terá qualquer posição definitiva antes das eleições de outubro, sendo o atual momento dedicado ao trabalho de convencimento dos Ministros.

Por último, deliberou-se, por unanimidade, que as assessorias devem orientar as AD's para que estas evitem a assinatura de qualquer tipo de acordo sobre os 28,86%.

GED

A diretoria do Sindicato (Andes-SN) informou que participará da comissão que vai elaborar os parâmetros da avaliação dos docentes Os assessores jurídicos ressaltaram que o Sindicato, ao legitimar a forma de atuação encaminhada pelo MEC, deve estar ciente que, posteriormente, é possível que o mesmo utilize este fato nas suas contestações de eventuais questionamentos jurídicos.

Assembléia Geral da Adufrj
Quinta(10/09), às 14 horas, no Auditório do CT

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V

21 A 27 DE SETEMBRO/98

Pela renúncia de Vilhena

Vilhena reconhece que sua reitoria não governa sozinha

Vilhena convida ex-reitores para integrarem a mesa do Conselho Universitário (17) que aprovou moção pedindo sua renúncia. Comissão do Consuni é formada para discutir crise na UFRJ. No detalhe, manifestantes reagem a Vilhena com irreverência

Páginas 10 e 11

IV Conad Extraordinário aprova crítica à diretoria do Andes por prática anti-democrática

Categoria referenda participação do Sindicato Nacional na Comissão do MEC que trata da avaliação docente

Páginas 3 a 5

Especial Eleições 98

Confira quem votou contra ou a favor dos servidores nas reformas constitucionais

Páginas 6 a 9

Editorial

CONSUNI: uma decisão histórica

A moção do Conselho Universitário da UFRJ, pedindo a renúncia do Sr. Vilhena, poderia ter um peso maior se fosse uma resolução. Mas, mesmo na forma aprovada é uma decisão da maior importância. Por quarenta votos a favor e sete contra, repete, percentualmente, a mesma rejeição que os professores manifestaram na consulta para a escolha de reitor da UFRJ, ou seja, 85 % expressa sua discordância com as propostas e com a prática política do Sr. Vilhena. É bom lembrar que este resultado deve-se a uma amarga experiência de quatro anos da administração Paulo Gomes-Vilhena. Não só pelo descalabro administrativo, mas também pela docilidade com que foi aceita e implementada na UFRJ a política de desmonte da universidade pública, nossa comunidade expressou da forma mais clara possível sua discordância.

Insistimos no fato de que a política universitária adotada pelo governo FHC e por seus adeptos é nociva à instituição e aos interesses da nação. Relembramos que sua orientação básica vem de fora do país, em particular do documento " O Ensino Superior - as lições derivadas da experiência", Banco Mundial - Washington-DC, publicado em 1994. Suas orientações não podiam ser mais claras. Encontramos, por exemplo, na página 4, as indicações para a " estratégia da reforma " do ensino superior nos países do terceiro mundo:

1. Estimular uma maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas.

2. Proporcionar incentivos para que as instituições publicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, com a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados

3. Redefinir a função do governo no ensino superior.

Estas orientações estão estreitamente ligadas ao papel de economia dependente que está sendo implementado nos países do terceiro mundo. Como não há necessidade, para o mercado internacional, de uma universidade crítica, produtiva, independente, o caminho que nos impõe é o do seu desmonte. A administração Vilhena é apenas a versão local deste processo. Por isto, a decisão do Conselho Universitário da UFRJ é de fundamental importância. Significa que existem forças importantes na universidade que se opõem a sua destruição. Embora positiva, ainda é insuficiente para mudar os rumos atuais. É preciso que a luta pela saída do Sr. Vilhena alcance uma dimensão maior. Esta é uma das principais tarefas que a comunidade universitária deve construir neste momento.

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND
PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Conad extraordinário aprova crítica à diretoria do Andes

Evento que aconteceu em São Paulo entre os dias 11 e 14 de setembro aprovou também participação do Sindicato Nacional na comissão do MEC que está definindo critérios para pagamento da GED

A reunião extraordinária do Conselho do Andes-SN (Conad) foi, enfim, realizada. Desde as 20:00 de sexta-feira, 11/9, quando foi aberto, na Escola Paulista de Medicina, o II Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Docente, até cerca da meia-noite de segunda-feira, 14/9, quando terminou a Plenária de Encerramento do IV Conad Extraordinário, cerca de 200 participantes, entre representantes das seções sindicais, convidados e diretores do Andes-SN, estiveram reunidos debatendo e deliberando sobre os rumos do movimento docente nacional.

Este Conad caracterizou-se, do início ao fim, por embates entre a atual Diretoria do Andes-SN e seus apoiadores e a oposição liderada pelo grupo Andes Autônoma e Democrática (Andes AD), que estava na direção do movimento até junho deste ano, depois de perder por pequena margem as eleições nacionais para a atual diretoria. 63 pessoas votavam nos grupos mistos e nas plenárias: 58 delegados de seções sindicais (um de cada), 4 representantes de sindicalizados filiados diretamente às vice-presidências regionais (Nordeste I, II e III e Sul) e o presidente do Andes-SN. Os observadores das seções sindicais, os convidados e os demais diretores do Andes-SN só tinham direito a voz. A delegação da Adufrj-SSind, aprovada na Assembléia Geral de 10/9, foi composta pelo delegado Roberto Leher e pelos observadores Cleusa dos Santos, José Miguel Bendrao Saldanha (também suplente de delegado), Leila Rodrigues Roedel e Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos.

As votações mais importantes foram todas muito equilibradas. Tanto o grupo de apoio à diretoria quanto a oposição estavam firmes em relação às suas respectivas posições, com exceção de algumas seções sindicais que, por não terem deliberações conclusivas sobre algum tema em pauta, permitiram alguma flexibilidade aos seus delegados.

A oposição conseguiu aprovar alterações no Regimento do Conad, impediu que o Andes-SN indicasse aos seus filiados o voto em Lula e levou o Conad a criticar a Diretoria do Andes-SN por ter rompido com práticas democráticas históricas do movimento no desfecho da recente greve dos docentes das federais. A Diretoria, por sua vez, conseguiu impedir que o Conad obrigasse os representantes do Andes-SN a retirarem-se da comissão do MEC sobre a GED.

O primeiro debate deu-se logo na Plenária de Instalação. Esta plenária foi dedicada, como sempre acontece em instâncias deliberativas do Andes-SN, à discussão e aprovação do Regimento e do cronograma de atividades do Conad. A proposta original da Diretoria trazia muitas diferenças em relação aos eventos anteriores, particularmente por não prever a realização de reuniões de grupos mistos, prevendo apenas plenárias deliberativas.

A oposição propôs alterações no Regimento e no cronograma, de forma a incluir as reuniões de grupos e a reagrupar os temas do Conad, fundindo num só tema a avaliação da greve e a democracia interna. A proposta foi aprovada por 33 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção. O delegado da Adufrj-SSind votou a favor.

Objetivo dos grupos mistos

Reuniões de grupos mistos são uma importante tradição dos eventos nacionais do Andes-SN. Os participantes do evento (delegados, observadores, convidados e diretores) são divididos em grupos de 20 a 30 pessoas, de forma a distribuir da forma mais homogênea possível os representantes de cada seção sindical e dos setores (federais, estaduais e particulares). Os grupos debatem todos os temas em pauta e deliberam sobre as propostas de resolução apresentadas pela Diretoria e pelas seções sindicais. As propostas que obtêm pelo menos 30% dos votos dos delegados presentes em pelo menos um grupo são remetidas para a plenária do tema correspondente para então serem submetidas à deliberação final. O pequeno tamanho dos grupos permite que todos participem das discussões. As reuniões dos grupos constituem-se na melhor ocasião do evento para o esclarecimento dos delegados e aprofundamento das questões e contribuem muito para a qualidade dos trabalhos das plenárias.

A condução das reuniões dos grupos é feita pelos próprios integrantes dos grupos, que elegem, dentre seus membros, o coordenador, o secretário e o relator dos trabalhos. A Diretoria indica um ou mais dos seus membros para participar de cada grupo, sem direito a voto. No IV Conad Extraordinário, após aprovada a alteração de regimento proposta pela oposição, foram formados três grupos.

Conad critica Diretoria por abandonar práticas democráticas

Um dos pontos mais importantes do Conad foi a discussão e votação sobre a proposta, apresentada pelos delegados de várias seções sindicais (inclusive da Adufrj), de advertir a Diretoria do Andes-SN pela forma anti-democrática como vem conduzindo o sindicato.

A Diretoria do Andes-SN, principalmente na pessoa do seu presidente Renato de Oliveira, foi duramente criticada, por ter, durante a greve nacional dos docentes das federais deste ano, em nome da sua competência estatutária para representar o Andes-SN em negociações coletivas e alegando que o Comando Nacional de Greve (CNG) não era instância deliberativa estatutária, negociado o fim da greve com o governo em troca da aprovação de uma lei que o CNG rejeitara com base nas deliberações das assembléias gerais das seções sindicais em greve.

A Diretoria foi também criticada pelas suas tentativas de desqualificar as instâncias democráticas do movimento, historicamente construídas, embora não estatutárias, como os setores e os comandos de greve, por não estar convocando reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs) do Andes-SN, pela convocação antecipada do próprio Conad e pelo uso dos órgãos de imprensa do sindicato para fazer campanha sistemática contra a oposição.

A Diretoria e seus apoiadores defenderam-se das acusações alegando que o CNG havia ultrapassado sua competência ao pretender afastar o presidente do sindicato das negociações com o MEC e que o CNG, por ser controlado pela Andes AD, corrente derrotada nas eleições, impedia a discussão e o encaminhamento das propostas do movimento contrárias às posições desse grupo. Acusaram também a oposição de não estar aceitando o resultado das eleições e de querer reverter este resultado no "tapetão".

A Diretoria também questionou a legitimidade do Conad deliberar por uma "advertência" à Diretoria, que, por se tratar de uma punição prevista no Estatuto, só poderia ser aplicada após o exercício de ampla defesa, o que não estaria ocorrendo. Diante deste questionamento, uma parte da oposição esclareceu que a censura em debate era essencialmente política e propôs alterar o texto da resolução, trocando a palavra "adverte" por "critica", para que não houvesse dúvidas sobre a intenção da proposta. Os defensores da Diretoria, por sua vez, propuseram a alteração do texto de forma a incluir também a crítica ao CNG.

Na votação, o texto original da resolução foi aprovado por 31 votos a favor, 28 contra e uma abstenção. Em seguida, a substituição da advertência pela crítica foi aprovada por 30 votos contra 29 a favor de incluir a crítica ao CNG e uma abstenção. O delegado da Adufrj-SSind votou a favor da crítica à Diretoria e contra a crítica ao CNG.

Pouco antes da votação, o presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, pediu a palavra para comunicar que estava naquele momento abandonando o Conad, devido a compromissos assumidos anteriormente, sem especificar quais eram, transferindo assim a presidência do evento ao 1º vice-presidente, Dalton Macambira.

Texto final da resolução aprovada:

O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO critica a Diretoria do Andes-SN por Ter cometido grave erro ao romper com a prática consuetudinária – base do direito a partir da vida orgânica das instituições – que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressões da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas. O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO considera ser dever de toda e qualquer diretoria do sindicato respeitar essas diretrizes

Conad mantém representantes do Andes-SN na comissão do MEC

A retirada dos representantes do Andes-SN da comissão do MEC que está definindo os critérios para o pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) foi rejeitada pelo Conad. A proposta teve 25 votos a favor, 28 contra e 5 abstenções. O delegado da Adufrj-SSind votou a favor.

A Diretoria do Andes-SN já havia negociado com o MEC a participação de dois representantes do Andes-SN na comissão, instituída pela mesma Lei que criou a GED. A comissão compõe-se ainda de dois representantes da Andifes e três do MEC. Durante o Conad, a Diretoria forneceu aos delegados e observadores o *Relatório da Representação da Andes-SN na Comissão Nacional de Avaliação* (disponível na *home page* do Andes-SN), no qual são relatadas, na versão desses representantes, as atividades já realizadas pela comissão.

Nem defensores nem críticos da participação na comissão defenderam o modelo de avaliação contido na GED, mas os adeptos da participação argumentaram ser esta uma oportunidade de influir positivamente na definição dos critérios, que, de outra forma, serão totalmente definidos pelo MEC e acusaram a oposição de não estar disposta a negociar pelo bem da categoria.

Os contrários à participação alegaram que esta pressupõe a aceitação dos marcos conceituais que sustentam a GED, com todas as suas exclusões e discriminações e seu reducionismo produtivista. Criticaram o fato da Diretoria do Andes-SN ter decidido pela participação na comissão sem nenhuma consulta às assembléias gerais, a despeito do posicionamento contrário de muitas delas e ainda que o acordo legal com o governo pode inviabilizar futuros questionamentos jurídicos com o objetivo de suprimir as exclusões e as discriminações presentes na gratificação. Quanto à acusação de não querer negociar, frisaram ser uma mistificação confundir negociação com participação em comissões governamentais, lembrando que o Andes-SN historicamente tem negociado sem se subordinar às instâncias governamentais e que com a GED não é diferente, ou seja, que o Andes-SN tem a responsabilidade de tentar alterar a GED por meio de negociações, cujas bases devem ser a incorporação plena da GED para todos, sem exclusões e de forma eqüânime.

A convocação do IV Conad Extraordinário

O Conselho do Andes-SN (Conad) é a instância deliberativa intermediária do Andes- SN e reúne-se ordinariamente duas vezes por ano ou extraordinariamente, quando requerido pela Diretoria ou por 1/4 das seções sindicais. A iniciativa para a convocação deste Conad Extraordinário não partiu da Diretoria do Andes-SN, e sim de um grupo de seções sindicais inconformadas com a atitude da Diretoria do Andes-SN de negociar com o governo o fim da greve nacional dos docentes das federais, em troca da aprovação de uma lei (a que instituiu a CED) que o CNG rejeitara com base nas deliberações das assembléias gerais das seções sindicais em greve.

Os objetivos que as seções sindicais tinham ao requererem a convocação do Conad, no entanto, não eram os mesmos. Algumas, como a Adufrj-SSind, defenderam até que o Conad discutisse a convocação de um Congresso Extraordinário do Andes-SN com a finalidade de destituir membros da Diretoria do Andes-SN, enquanto outras, que propunham a discussão do funcionamento das instâncias democráticas do Andes-SN, não admitiam falar-se em destituição.

Após uma tentativa frustrada de convocação do Conad para Cuiabá, nos dias 21, 22 e 23 de agosto, o setor das federais, reunido em 14 e 15 de agosto, aprovou a convocação para o Rio de Janeiro (na Adufrj), nos dias 18, 19 e 20 de setembro. Com base nessa decisão - apenas indicativa, já que o setor não é instância deliberativa - um grupo de seções sindicais que queriam a convocação do Conad passou a coordenar o processo de convocação por 1/4 das seções, como prevê o Estatuto do Andes-SN.

Foi com esse processo já em andamento que a Diretoria do Andes-SN resolveu, ela mesma, em 27 de agosto, fazer a convocação do Conad, para outro local - São Paulo - e para outra data - uma semana antes, de 12 a 14 de setembro.

A convocação feita pela Diretoria do Andes-SN foi muito criticada, pois praticamente inviabilizou a circulação nacional das propostas que estavam sendo construídas em várias seções sindicais. O prazo dado para o envio de textos foi exíguo, só três dias úteis. Resultado: poucos textos no Caderno de Textos do Conad, praticamente nenhuma proposta de resolução. Só a Diretoria da Adufrj enviou textos de resolução dentro do prazo (publicados num encarte do Jornal da Adufrj de 7 a 13/9). Os textos da própria Diretoria do Andes-SN eram artigos já publicados no InformAndes.

A antecipação do Conad inviabilizou também uma rodada de assembléias gerais e a realização de outra reunião do setor das federais para tratar da participação do Andes-SN na comissão do MEC, conforme calendário aprovado por unanimidade na reunião de 14 e 15 de agosto.

Mais informes sobre o Conad extraordinário, no próximo número do Jornal da Adufrj

Manual para o bom voto

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar faz levantamento do desempenho dos parlamentares durante as reformas constitucionais e denúncia quem votou contra os interesses dos trabalhadores. Em véspera de eleição, um estudo como este pode ser considerado um manual para o bom voto

A maioria dos atuais candidatos às eleições de outubro ainda estão terminando seus mandatos no parlamento. Grande parte como deputado federal. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), como faz em todo o final de legislatura, preparou um dossiê com informações sobre o comportamento dos atuais parlamentares durante as votações das reformas constitucionais.

O trabalho aponta dez emendas à Constituição que, aprovadas ou rejeitadas, influirão diretamente na vida dos trabalhadores, em especial, dos servidores públicos.

A cada votação, os parlamentares mostraram compromisso com os eleitores ou subordinação ao governo federal.

A corrida por uma vaga no parlamento é grande. Os deputados e senadores recebem 15 salários de R$ 8 mil, por ano, e com a reforma administrativa este salário deve subir para R$ 12.700. Em todo o país, são 443 deputados disputando um novo mandato. Dezessete concorrem ao Senado e dois à suplência. Sete disputam a vaga de governador e 12 a vice. Somente 26 deputados não estão concorrendo a nenhum cargo. No Senado, 10 candidatos disputam um novo mandato e 12 estão concorrendo a outros cargos. Estes dados foram disponibilizados pelo Diap. Confira como foi o desempenho dos parlamentares cariocas nas reformas constitucionais.

Os melhores do Rio de Janeiro - Nota dez

Alexandre Cardoso (PSB)
Carlos Santana (PT)
Fernando Lopes (PDT)
Jandira Feghali (PC do B)
Lindberg Farias (PSTU)
Márcia Cibilis Viana (PDT)
Maria da Conceição Tavares(PT)
Miro Teixeira (PDT)

Os piores do Rio de Janeiro - nota zero

Alcione Athayde (PPB), Alexandre Santos (PSDB), Arolde Oliveira (PFL), Ayrton Xerez (PSDB), Eurico Miranda (PPB), Fernando Gonçalves (PTB), Francisco Dornelles (PPB), Itamar Serpa (PSDB), João Mendes (PPB), Laura Carneiro (PFL), Lima Neto (PFL), Márcio Fortes (PSDB), Moreira Franco (PMDB), Nilton Cerqueira (PSDB), Roberto Campos (PPB), Roberto Jefferson (PTB), Ronaldo César Coelho (PSDB), Ronaldo Santos (PSDB), Rubem Medina (PFL), Vanessa Felippe (PFL)

Confira o desempenho completo dos cariocas nas páginas 8 e 9

Emendas aprovadas ou rejeitadas:

O Diap atribuiu notas aos parlamentares por seus votos nas reformas constitucionais nos temas abaixo.

1. Exigência de idade mínima: O segurado, mesmo que comprove o tempo de serviço, só poderá aposentar-se depois que completar a idade mínima de 53 anos para homens e 48 para mulheres. Para os futuros segurados, será, respectivamente, de 60 e 55 anos. A exigência de idade mínima foi aprovada em 13/05/98, por 333 votos "sim", 149 não e 3 abstenções. O voto "sim" é contra o trabalhador.

2. Reforma administrativa, com redução e flexibilização de direitos: o voto a favor da reforma administrativa significava o apoio ao subteto, à redução do vencimento do aposentado, à diminuição salarial do servidor em disponibilidade, fim da estabilidade, entre outros cortes de direitos e vantagens do funcionalismo público. O texto base foi aprovado em 09/04/97 por 309 votos sim, 147 não e 18 abstenções. O voto "sim" é contra o servidor.

3. Extinção do regime jurídico único do servidor: com a extinção do regime jurídico único estatutário nos serviços públicos federal, estadual e municipal, os servidores poderão ser contratados pela CLT (Consolidação das leis do Trabalho) sem direito à estabilidade no emprego nem aposentadoria integral, ficando sujeitos à demissão, a qualquer instante. A extinção, aprovada em 19/11/97 por 343 votos sim, 127 não e 2 abstenções, é prejudicial aos servidores da administração direta, autárquica e fundacional. O voto "sim" é contra os servidores.

4. Teto de dez salários mínimos e recomposição das perdas salariais dos aposentados: a emenda do deputado Arnaldo Faria de Sã (PPB/SP) tinha o objetivo de fixar em dez salários mínimos o teto de benefícios do INSS, para evitar a privatização da previdência, e garantir a recomposição do poder de compra dos salários dos aposentados e pensionistas desde 1991. Os contrários prejudicaram os aposentados e pensionistas. A emenda foi rejeitada por 240 votos não, 176 sim e 5 abstenções, em 25/ 03/98. O voto "não" é contra o aposentado e pensionistas.

5. Redutor para aposentadoria do servidor público: O funcionário público que contribui para sua aposentadoria com um percentual sobre tudo o que ganha teria uma redução de 30% de sua remuneração no momento da aposentadoria. O PPS apresentou destaque para supressão do redutor. Para aprová-lo, então, o governo teria que conseguir 308 votos, só conseguiu 305. O redutor foi rejeitado em 17/06/98 por 305 sim, 151 contra e 9 abstenções. Quem votou sim foi contra o servidor.

6. Fim da estabilidade: O texto quebrou a estabilidade do servidor púbico, que poderá ser demitido por excesso de gastos, por justa causa e por insuficiência de desempenho. O fim da estabilidade foi aprovado em 26/11/ 97 por 326 votos sim, 154 não e 17 abstenções. O voto "sim" foi contra o servidor.

7. Exigência de idade mínima para aposentadoria do servidor: Além de exigir 35 e 30 anos para homens e mulheres, respectivamente, o texto exige idade mínima de 60 anos dos homens e 55 das mulheres que ingressarem no serviço público para requererem aposentadoria. Foi apresentado destaque para eliminar a idade mínima, mas o governo conseguiu manter essa exigência no texto da reforma da Previdência. A idade mínima foi aprovada em 03/06/98 por 320 votos sim, 137 não e 6 abstenções. O voto "sim" foi contra o servidor.

8. Irredutibilidade salarial: A reforma acabou com a garantia de irredutibilidade do salário do servidor, especialmente mediante a proibição de incorporação de vantagens, mesmo que percebidas com habitualidade. O PT apresentou emenda para aplicar aos servidores o direito a não redução salarial garantida na artigo 7° da Constituição Federal aos trabalhadores do setor privado. A emenda foi rejeitada em 02/07/97 por 244 votos não, 124 sim e 9 abstenções. O voto "não" foi contra o servidor.

9. Redução salarial do servidor em disponibilidade: O servidor público que for colocado em disponibilidade será penalizado com redução salarial proporcional ao tempo de serviço. Antes, como ocorreu no governo Collor, o servidor em disponibilidade só não teve redução salarial porque a Constituição garantia remuneração integral. Agora, um servidor com menos de 20 anos de trabalho, se colocado em disponibilidade, poderá ganhar menos que um salário mínimo. O texto foi aprovado em 09/07/97 por 309 votos sim, 181 não e 5 abstenções. O voto "sim" foi contra o servidor.

10. Aumento no tempo de serviço para aposentadoria: A reforma da Previdência está aumentando em 40%, além da idade mínima, o tempo de contribuição do atual segurado que decidir requerer aposentadoria proporcional. Assim, para quem, por exemplo, estiver faltando dez anos para se aposentar proporcionalmente, mesmo atendendo ao requisito da idade mínima, será preciso trabalhar mais 14 anos. Esse texto foi aprovado em 13/05/98 por 334 votos sim, 138 não e 3 abstenções. O voto "sim" *é* contra os atuais segurados do INSS.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Como votaram os parlamentares do Rio de Janeiro

Deputados	1.Idade mínima	2.Reforma Administrativa	3. Extinção RJU	4.Recomposição perd/aposentad.	5.Redutor 30%	6. Quebra da estabilidade	7. Idade servidor	8. Irredutibilidade	9. Disponibilidade	10. Pedágio	Nota do Disp
Albano Athayde (PPB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Altir Cabral (PFL)	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	1
Alexandre Cardoso (PSB)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	10
Alexandre Santos (PSDB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Álvaro Valle (PL)	NÃO	NÃO	—	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	9
Andre Oliveira (PFL)	SIM	—	SIM	—	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Ayton Xerez (PSDB)	SIM	LIC	LIC	NÃO	SIM	LIC	SIM	LIC	LIC	SIM	0
Candido Mattos (PSDB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	1
Carlos Alberto Campista (PFL)	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	2
Carlos Santana (PT)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	10
Cidinha Campos (PDT)	NÃO	NÃO	NÃO	—	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	9
Eurico Miranda (PPB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	—	—	NÃO	NÃO	SIM	SIM	0
Fernando Gabeira (PV)	NÃO	NÃO	ABS	MO	NÃO	NÃO	SIM	—	NÃO	NÃO	9
Fernando Gonçalves (PTB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	0
Fernando Lopes (PDT)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	10
Francisco Dornelles (PPB)	SIM	LIC	LIC	LIC	SIM	LIC	NÃO	LIC	LIC	SIM	0
Francisco Silva (PPB)	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	2
Itamar Serpa (PSDB)	SIM	—	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Jair Bolsonaro (PPB)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	ABS	NÃO	NÃO	9
Jandira Feghali (PC do B)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	10
João Mendes (PPB/RJ)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	—	SIM	SIM	0
Jorge Wilson (PMDB)	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	1
José Carlos Coutinho (PFL)	SIM	—	—	—	—	—	—	—	NÃO	—	1

MO – Missão Oficial/LIC – Licenciado/ABS – Abstenção

Calendário eleitoral

1º de outubro:
Termina o horário gratuito

3 de outubro:
Último dia para pegar o titulo de eleitor

4 de outubro:
1º turno

25 de outubro:
2º turno

3 de dezembro:
Prazo para quem não votou no 1º turno justificar a ausência do voto

24 de dezembro:
Prazo para quem não votou no 2º turno justificar a ausência do voto

Muitos são novamente candidatos nestas eleições

Deputados	1.Idade mínima	2.Reforma Administrativa	3. Extinção RJU	4.Recomposição perf/aposentad.	5.Redutor 30%	6. Quebra da estabilidade	7. Idade servidor	8. Irredutibilidade	9. Disponibilidade	10. Pedágio	Nota do Diap
José Egydio (PFL)	SIM	NÃO	SIM	—	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	1
José Maurício (PDT)	NÃO	NÃO	NÃO	—	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	9
Lepovda Vieira (PPB)	SIM	—	SIM	NÃO	NÃO	—	SIM	NÃO	SIM	SIM	1
Luiza Carneiro (PFL)	SIM	—	SIM	MO	SIM	SIM	SIM	—	SIM	SIM	0
Lina Neto (PFL)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Lindbergh Farias (PSTU)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	MO	NÃO	NÃO	10
Márcia Cibilis Viana (PDT)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	10
Marcio Fortes (PSDB)	SIM	LIC	LIC	NÃO	SIM	LIC	SIM	LIC	LIC	SIM	0
Maria da Conceição Tavares (PT)	LIC	LIC	LIC	SIM	LIC	LIC	LIC	SIM	NÃO	LIC	10
Milton Temer (PT)	MO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	MO	8
Mio Teixeira (PDT)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	10
Moreira Franco (PMDB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Nilton Cerqueira (PSDB)	SIM	LIC	LIC	LIC	SIM	LIC	SIM	LIC	LIC	SIM	0
Noel de Oliveira (PMDB)	NÃO	NÃO	NÃO	—	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	9
Osmar Leitão (PPB)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	9
Roberto Campos (PPB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	—	—	SIM	SIM	0
Roberto Jefferson (PTB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	—	SIM	SIM	0
Ronaldo César Coelho (PSDB)	SIM	—	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Ronaldo Santos (PSDB)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Ruben Medina (PFL)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0
Sérgio Arouca (PPS)	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	7
Sinão Seesin (PSDB)	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	8
Vaneesa Felippe (PFL)	SIM	SIM	SIM	—	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	0

12 candidatos concorrem ao governo do estado do Rio de Janeiro e 12 à Presidência da República.

3.427 candidatos disputam as 513 vagas para deputado federal em 4 de outubro. Deste total, 353 são mulheres (10,3%).

Para o Senado Federal, em todo o Brasil, são 167 candidatos - 24 mulheres (14,3%) - concorrendo a 27 vagas.

Consuni aprova moção que solicita a renúncia de Vilhena

Pela primeira vez desde sua posse, Vilhena assume que não poderá governar sozinho. Comissão é formada com membros do Consuni para discutir a crise

Vilhena assiste, impassível, às manifestações contrárias à sua administração

Seria cômico, se não fosse trágico. A reunião do Conselho Universitário da última quinta (17) - uma continuação da realizada no dia 10 - aprovou, por 40 votos a 7, uma moção pedindo a renúncia de José Henrique Vilhena à reitoria da UFRJ. Entretanto, mesmo diante desta expressiva manifestação contrária à sua administração, José Henrique Vilhena afirmou que não vai renunciar. Mas o reitor empossado pelo MEC já demonstra que não poderá governar sozinho. Vilhena compareceu ao Conselho sem os seus sub-reitores - que foram objeto de muitas críticas dos conselheiros na reunião anterior. Convidou os ex-reitores Adolpho Polilo, Alexandre Pinto Cardoso e Nelson Maculam para presidirem os trabalhos junto com ele. Além disso, chegou com uma proposta que fora amadurecida durante a semana, após várias conversas com grupos de conselheiros: formar uma comissão, subordinada ao Conselho Universitário, que intermedie propostas para diminuir a crise dentro da UFRJ.

A proposta de moção solicitando a renúncia e a composição e objetivos desta comissão permearam todo o debate do Consuni, que durou mais de quatro horas. Outros pontos novos surgiram no cenário, como por exemplo, a necessidade da nomeação da vice-reitora eleita Silvya Vargas, sugestão dada pelo ex-reitor Alexandre Pinto Cardoso.

O comparecimento de estudantes e funcionários foi bastante significativo. Eles realizaram uma manifestação com faixas e cartazes, onde expressavam seu descontentamento com o reitor empossado pelo MEC.

Batalha para aprovar moção

Nas primeiras duas horas de Consuni, ficou claro a batalha que se travou entre o grupo que não queria votar a moção para proteger Vilhena (uma minoria) e a grande maioria, que queria garantir a votação da moção de renúncia. Mesmo sabendo que uma moção não tem poderes de destituir Vilhena do cargo, o valor simbólico que representou esta aprovação em massa é muito significativo. Às 12h15, a moção foi aprovada por ampla maioria (40 a 7).

Ao final de todas as falas, onde as críticas à administração de Vilhena eram quase uma unanimidade, partiu-se para aprovação da composição desta comissão e suas condições de funcionamento

Sobre a composição, acatou-se a sugestão de Antônio Gianella Neto, que prevê a participação de 6 decanos, 1 re-

presentante do Ceg, 1 do Cepg, 1 estudante da graduação, 1 da pós e dois funcionários. Além desses, seria dado espaço para Vilhena participar, junto com mais três convidados, para explicitar o seu projeto para a universidade. O reitor, por sua vez, fez um convite permanente aos ex-reitores. Objetivo deste fórum, entretanto, foi motivo de diversas indagações pelos conselheiros. Afinal, qual seria o objetivo de uma comissão uma vez que Vilhena se recusa a acatar a vontade da maioria do conselheiros que quer sua renúncia? Para um grupo, esta comissão responderia a questão da governabilidade, apresentando propostas de soluções para a crise. Para outros, que compõem o grupo de Vilhena, esta comissão não abordaria aspectos políticos. Serviria apenas para criar um clima de "entendimento" na UFRJ.

Sub-reitores estão afastados por uma semana

Se a votação da composição desta comissão foi tranqüila, não se pode dizer o mesmo da que estabeleceu suas condições de funcionamento. O conselheiro Carlos Maldonado apresentou à mesa uma lista de condições com o objetivo de garantir o bom funcionamento da comissão. Como sugestão, Maldonado sugeriu que os trabalhos deste novo fórum fossem restritos a uma semana. Ou seja, na próxima quinta, este grupo já deverá apresentar algum parecer sobre a crise para ser apreciado pelo Consuni. O ponto polêmico surgiu em função do pedido de suspensão dos trabalhos de todos os sub-reitores por uma semana, enquanto a comissão estiver formada. Isto porque, o Conselho Universitário não aprovou a indicação feita por Vilhena desses cargos. O impasse foi criado. Mas, com o auxilio do professor Ricardo Chaloub, Maldonado alterou detalhes da redação e a proposta foi aprovada. Os sub-reitores, então, não deverão assinar nenhum ato nem presidir os colegiados durante esta semana.

Conselho se solidariza com indiciados pela Polícia Federal

Na busca de um possível entendimento, o Conselho Universitário aprovou uma moção de desagravo aos nove membros do conselheiro universitário que estão citados no inquérito da polícia federal por conta da ocupação na reitoria. "Este processo, aberto pela procuradoria da UFRJ, impossibilita qualquer tentativa de entendimento", afirmou o conselheiro Roberto Gambine, representante dos técnico-administrativos e um dos citados no processo. A sugestão da moção de desagravo surgiu do conselheiro Moacir Barreto (diretor do CAp), que foi amplamente apoiada pelos presentes, com apenas uma exceção: a professora Ivone Maggie, uma das que compõem o grupo de Vilhena, fez questão de votar contrária à aprovação da moção e o fez com um sorriso debochado no rosto, como se estivesse provocando as pessoas presentes à plenária. Uma atitude deplorável desta integrante do fórum onde as políticas universitárias são traçadas. Lamentável.

Moção que solicita a renúncia de Vilhena

Considerando a natureza e a extensão da crise que alcança, na atualidade, a UFRJ;

Considerando as inequívocas manifestações públicas da maioria dos órgãos colegiados desta instituição, que ressaltaram sua insatisfação quanto à nomeação do atual reitor;

Considerando o risco iminente de desagregação interna, nos níveis institucional e social, o que comprometerá gravemente a normalidade do funcionamento da UFRJ;

O conselho Universitário da UFRJ, reunido no dia 17 de setembro de 1998, solicita a renúncia do professor José Henrique Vilhena de Paiva ao cargo de reitor, permitindo assim, a criação das condições para o restabelecimento da governabilidade necessária ao pleno funcionamento institucional da UFRJ.

Moção de desagravo

O Conselho universitário da Universidade Federal do Rio de janeiro, reunido em sessão no dia 17 de setembro de 1998, manifesta-se em desacordo com a decisão adotada pelo reitor da UFRJ de instaurar processo contra integrantes do corpo social de nossa universidade, em razão do processo de ocupação pacífica do 2º andar do prédio da reitoria.

Entendendo que a manutenção de tal processo impede a retomada das condições de tranqüilidade necessárias para o pleno desenvolvimento de nossas funções, exortamos à retirada do processo.

Manifestamos nossa solidariedade para com todos os indiciados.

Avaliação da Pós-graduação

Divinomar Severino *

O bom funcionamento e o crescimento de um sistema, depende do pleno conhecimento de todos os seus elementos constituintes e da identificação daqueles que demonstram ser os mais importantes. A pós-graduação brasileira é heterogênea, muito heterogênea. Se isso é verdade, não podemos tratar todo o sistema como igual, sob pena de causarmos distorções danosas e muitas vezes irreversíveis. O sistema conta com a presença de seres humanos (professores orientadores, pós-graduandos, cientistas em iniciação), bibliotecas, laboratórios e equipamentos e os fomentadores (na sua maior parte estatal, como deve ser!). Esse sistema existe com o propósito de formar pessoal dotado de conhecimentos, técnicas e métodos para atuarem principalmente no sistema educacional de nível superior. A descoberta de novos métodos, de novos compostos, de novas leituras críticas, de novos processos de produção e de novos produtos não são acidentes de percurso, mas um resultado muitas vezes planejado e esperado.

Os critérios para avaliar o sistema, são estabelecidos pelos pares, que são designados para cumprir um importante papel, que é o de emitir um valor numérico, que pretende dar uma noção da qualidade do que vem sendo feito em matéria de formação de pessoal pós-graduado e de produção de novos conhecimentos. Os quesitos são diferenciados entre as áreas, mas a idéia central de qualidade é cobrada de todos. O papel dos avaliadores e o perfil ético dos mesmos são parte do processo que precisa ser considerada e pesada na hora de olhar o número do conceito final. Quesitos importantes ainda podem ser incorporados, como por exemplo a relevância social e os reflexos dos resultados no contexto em que vive a população brasileira.

Projetos de avaliação que estão sendo implementados por algumas associações de pós-graduandos, procuram elencar alguns pontos mais e alguns mais específicos, que não são considerados no atual sistema de avaliação. Por exemplo: a transparência nos processos de seleção e de gerência dos recursos da pós-graduação; a interação intra e interinstitucional, como medida da capacidade de ampliação do ângulo de visão científica; a qualidade da orientação em termos de relacionamento humano e de qualificação do orientador para tal fim, a interação com a graduação e a extensão dos conhecimentos gerados e outros aspectos, não menos importantes.

Se o sistema é complexo, temos que procurar entendê-lo por completo e procurar extendê-lo a um número maior de cidadãos. Há quem argumenta com razoável propriedade que o sistema de pós-graduação precisa ser ampliado para atender às demandas acadêmicas e não-acadêmicas.

Entendendo todos os aspectos do sistema é preciso ampliá-lo com o compromisso de garantia de qualidade, o que não ocorreu com os cursos de graduação. E a pós-graduação tem, por princípio, um papel importante na melhoria da graduação, visto que há uma relação direta entre os melhores cursos de graduação e o número de doutores que neles atuam.

**** estudante de pós-graduação e membro da APG/UFRJ***

Aos professores do CFCH - Como devo me posicionar no Ceg diante deste sub-reitor?

Solicito aos professores do CFCH que enderecem à Tânia Coelho, para SR-1 **(590-1140 ou e-mail: ceg@sr1.ufrj.br),** sua opinião a respeito do seguinte problema: o representante dos professores no Ceg deve aceitar que este seja presidido pelo novo sub-reitor nomeado para este cargo antes que o Consuni homologue essa nomeação?

O posicionamento dos professores será essencial para respaldar o representante diante da difícil situação política em que se encontra.

Professora Tânia Coelho dos Santos - Representante do CFCH no Ceg

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V 28 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO

Pela renúncia de Vilhena

Comissão definirá os nomes para a reitoria de Vilhena

Sessão do Consuni, na última quinta-feira (24). Vilhena enfrenta, novamente, a oposição de quase todos os conselheiros

A Comissão formada por professores, estudantes e funcionários, representantes no Conselho Universitário, tem mais uma semana para estabelecer os critérios para a nomeação dos sub-reitores. A comissão também vai tratar da nomeação da vice-reitora eleita, Sylvia Vargas

Página 3

Eleições 98

Brasil é penta-campeão em concentração de renda e FHC diz que a crise é passageira

Veja as contradições do discurso oficial às vésperas das eleições

Páginas 4, 5 e 6

Personalidades divulgam manifesto em defesa do povo, da ética e da democracia

Apolônio de Carvalho, Celso Furtado, Antônio Houaiss, entre outros, assinam o documento

Página 2

Editorial

Manifesto à nação, em defesa do povo, da ética e da democracia.

A economia brasileira vem sendo afetada há algumas se manas pela tempestade financeira que atinge o conjunto da economia mundial e que está golpeando particularmente as bolsas de Valores de quase todos os países. Rapidamente esta crise, originalmente financeira, se transformou também em crise econômica. Além da desordem no mercado de capitais, ela prenuncia uma recessão mundial.

O governo brasileiro, que a princípio escondeu a gravidade da crise, tentou mais tarde atribuí-la exclusivamente a "causas externas", furtando-se às responsabilidades que tem pela vulnerabilidade em que nos encontramos.

A política de estabilização monetária seguida nos últimos anos assentou-se na sobrevalorização cambial, nos juros altos e na abertura descontrolada de nossas fronteiras para as importações predatórias e para os capitais especulativos.

Com isso, nossa indústria foi desestruturada, nossa agricultura devastada. Importamos até arroz, feijão, algodão e coco. A conseqüência natural de tudo isso foi o crescimento do desemprego, que atingiu os mais altos níveis de toda a história brasileira, e o aumento impressionante de empregos precários, sem carteira assinada. Diminuíram os gastos sociais e iniciou-se um processo de destruição de conquistas trabalhistas do passado. O governo vendeu a preço irrisório grande parte de nosso patrimônio público e permitiu que áreas importantes de nossa economia fossem desnacionalizadas.

Os indicadores macroeconômicos mostram que todo esse sacrifício imposto aos setores produtivos, especialmente aos trabalhadores, foi em vão. A dívida externa chegou a U$$ 212,5 bilhões. O déficit público é hoje superior aos 7% do Produto Interno Bruto. A dívida mobiliaria passou de 60 bilhões de reais em 94 para mais de R$ 300 bilhões, hoje. E o governo tem pago aos agiotas nacionais e internacionais R$ 60 bilhões por ano de serviço, cerca de 3 vezes os gastos com saúde. Finalmente, as tão festejadas reservas cambiais, que supostamente nos protegeriam de ataques especulativos contra a moeda nacional estão diminuindo assustadoramente. Nos últimos 15 dias, 1 bilhão de dólares tem fugido, por dia, para o exterior.

Denunciamos esse quadro que, insistimos, é conseqüência fundamentalmente da forma equivocada e antipatriótica pela qual o governo FHC reagiu frente à crise mundial.

O governo, obcecado por garantir a reeleição do atual presidente, mascara a real situação do país enquanto prepara na calada da noite um pacote que golpeará ainda mais os trabalhadores e todos os setores produtivos da sociedade.

Exigimos que o país seja informado plenamente sobre a extensão e gravidade da situação atual e sobre as medidas com as quais pretende enfrentar a grave ameaça que paira sobre a economia nacional e o povo.

O governo tem de ouvir as alternativas do movimento sindical, dos movimentos populares, do empresariado nacional, das oposições, de intelectuais, artistas e técnicos que, há muitos anos vêm propondo outro caminho para o país.

Esse caminho privilegia a produção e o emprego, com o correspondente fortalecimento de nosso mercado interno. Ele defende a soberania nacional, protegendo a economia do país da ação predatória das importações e dos capitais especulativos. Exige, pois, efetivas medidas de controle sobre os fatores externos que desorganizam nossa economia. Finalmente, é necessário aplicar-se um programa de emergência para enfrentar os impactos mais imediatos da crise sobre os trabalhadores e os excluídos. Trata-se de acelerar a reforma agrária, ter políticas emergenciais de emprego e de combate à fome e às mais duras formas de exclusão.

O povo não pode ser massa de manobra de aventureiros que querem perpetuar-se a todo custo no poder.

Os governantes definitivamente devem entender que são apenas mandatários do povo brasileiro.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1998.

Barbosa Lima Sobrinho *- Presidente da ABI*
Apolônio de Carvalho, Emir Sader, Fábio Comparato, Chico de Oliveira, Jacob Gorender, João Pedro Stédille, Maria da Conceição Tavares, Godofredo da Silva Telles, Dalmo Dallari, Evandro Lins e Silva, Marcelo Lavenere, Herman Baeta, Frei Betto, Leonardo Boff, Mário Lago, Antonio Houaiss, Plínio de Arruda Sampaio, Ariano Suassuna, Celso Furtado, Luciano Martins e outros.

Consuni prorroga trabalho da comissão

Comissão formada para discutir a crise na UFRJ terá mais uma semana para estabelecer critérios de nomeação dos sub-reitores

Os trabalhos da comissão do Conselho Universitário (Consuni), formada para avaliar a crise na UFRJ, estão prorrogados por mais uma semana. Neste período, o grupo irá discutir a nomeação da vice-reitora Sylvia Vargas e dos sub-reitores .

Esta decisão foi aprovada na sessão do dia 24 de setembro, onde foram analisadas as propostas para enfrentar a crise de governabilidade que se instalou na UFRJ após a nomeação de José Henrique Vilhena pelo MEC.

O debate desta sessão circulou em torno do relatório produzido nas duas reuniões da comissão, realizadas nos dias 21 e 22 de setembro. Como proposta principal, está em pauta os cargos das sub-reitorias que, apesar de terem indicação de Vilhena, ainda não tiveram a aprovação do Consuni para serem preenchidos. A proposta da comissão, apresentada pelo decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) Carlos Lessa, prevê que as sub-reitoras sejam preenchidas pelos decanos, num mandato provisório, até que uma lista de nomes seja avaliada pelo Consuni. Esta proposta encontrou a resistência do grupo de Vilhena, que preferiu aceitar a prorrogação dos trabalhos da comissão ao ter de votá-la.

Outro ponto de discussão foi a criação de um fórum de diretores com competência para discutir questões ligadas à crise na UFRJ. O conselheiro Carlos Maldonado fez questão de esclarecer que o fato da comissão estar discutindo questões ligadas à governabilidade da UFRJ não significaria que este fórum estaria dando respaldo à administração de Vilhena. Segundo ele, o que está em jogo é o funcionamento da UFRJ, independentemente da figura do reitor. As propostas que surgiram da comissão mostraram que o objetivo é descentralizar o poder, que está concentrado nas mãos do reitor e das sub-reitorias.

Os estudantes produziram um documento onde afirmam que só a renúncia de Vilhena resolverá a crise. Esta postura, inclusive, foi defendida por todos os representantes dos estudantes na sessão. A comissão para a governabilidade é formada pelos seis decanos, dois representantes de estudantes (graduação e pós), um do Ceg, um do Cepg, e dois funcionários. Também participam o reitor, três convidados e os ex-reitores.

O que a comissão para a governabilidade estará discutindo esta semana

1 Nomeação da vice-reitora;

2 Nomeação dos sub-reitores para um mandato de transição de no máximo seis meses;

a) Para a SR1 e SR2, os nomes surgirão a partir de listas tríplices a serem elaboradas pelo Ceg e Cepg e submetidas ao Consuni;

b) SR 3, SR4, SR5 e Fórum de Ciência e Cultura seriam ocupadas por decanos;

c) O reitor deverá elaborar uma lista tríplice para o cargo que eventualmente não for ocupado por nenhum dos decanos. A lista seria submetida ao Consuni.

3 Instituir o Fórum dos Diretores.

Principais pontos do relatório da comissão

1 As sub-reitorias seriam ocupadas pelos decanos, porque todos eles são legítimos, pois foram eleitos;

2 Instituir um fórum de diretores;

4 Elaborar uma lista tríplice de sub-reitores a ser submetida aos seus Conselhos específicos e ao Consuni para aqueles que não têm um Conselho específico;

5 Separação da reitoria dos conselhos superiores;

6 cumprimento do estatuto com respeito aos colegiados e com a aprovação, pelo Consuni, dos sub-reitores;

7 criação de uma câmara de orçamento e recursos humanos no Consuni;

As mentiras do discurso oficial

Somos penta-campeões. Há cinco anos, o Brasil é o país com a maior concentração de renda no mundo. São R$ 800 bilhões nas mãos de 400 mil famílias. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieesse), os 40% mais pobres detêm 7% da riqueza, enquanto que os 10% mais ricos são donos de nada menos do que 50,6% do Produto Interno Bruto.

Querendo passar a imagem de uma simples vítima da crise financeira internacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso, às vésperas das eleições, assume que vai cortar ainda mais os gastos sociais e aumentar os impostos, penalizando a classe média e a esmagadora maioria dos trabalhadores. Confira aqui as mentiras do discurso oficial do candidato à reeleição Fernando Henrique Cardoso.

Mentira: "O Brasil é vítima de uma grave crise internacional, que afeta todos os países. O governo não é culpado pelo que está acontecendo."

■ Para proteger FHC, a imprensa exagera a extensão da crise internacional. Apesar das oscilações na Bolsa, as economias dos EUA e da China, por exemplo, vão bem. Estão em crise os países que, como o Brasil, endividaram-se além de suas possibilidades. Em quatro anos, a dívida interna brasileira subiu de R$ 60 bilhões para R$ 300 bilhões e a externa de US$ 110 bilhões para US$ 230 bilhões. Na verdade, a política de governo adotada por Fernando Henrique Cardoso quebrou o país.

Mentira: "A crise é passageira. O país tem altas reservas externas, que são uma muralha na defesa do Real."

■ A crise brasileira é gravíssima. Após meados de agosto, passamos a perder em média mais de US$ 1 bi por dia. Em 10 de setembro, tínhamos cerca de US$ 50 bilhões de reservas, que continuavam caindo. Até novembro deste ano, vencerão US$ 49 bilhões da dívida externa e R$ 165 bilhões da interna. Para que os credores concordem em refinanciar esses papéis, o governo propôs pagar juros de quase 50%.

Mentira: "O povo não será prejudicado com as novas medidas."

■ Com os juros nas alturas, a produção será paralisada, o desemprego vai disparar e a dívida será muito maior. O ajuste fiscal anunciado pelo próprio presidente deverá aumentar impostos como o CPMF e o Imposto de Renda.

Mentira: "As medidas já anunciadas serão suficientes para controlar a crise."

Desemprego (como % da PEA)		
Período	Desemprego Aberto	Desemprego Total em SP
Dezembro de 94	3,4	14,5
Abril de 94	8,1	18,9
Variação	238%	30,3

Fontes: IBGE, Fundação SEADE e DIEESE. Desemprego Aberto: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego para as Regiões Metropolitanas de RJ, SP, BH, Salvador, Porto Alegre e Recife. Compreende quem está sem trabalho e esteve procurando na última semana. Desemprego Total em SP: Fundação SEADE, inclui além do chamado desemprego aberto o "desemprego oculto", isto é, aqueles que vivem de bicos ou têm trabalho precário.

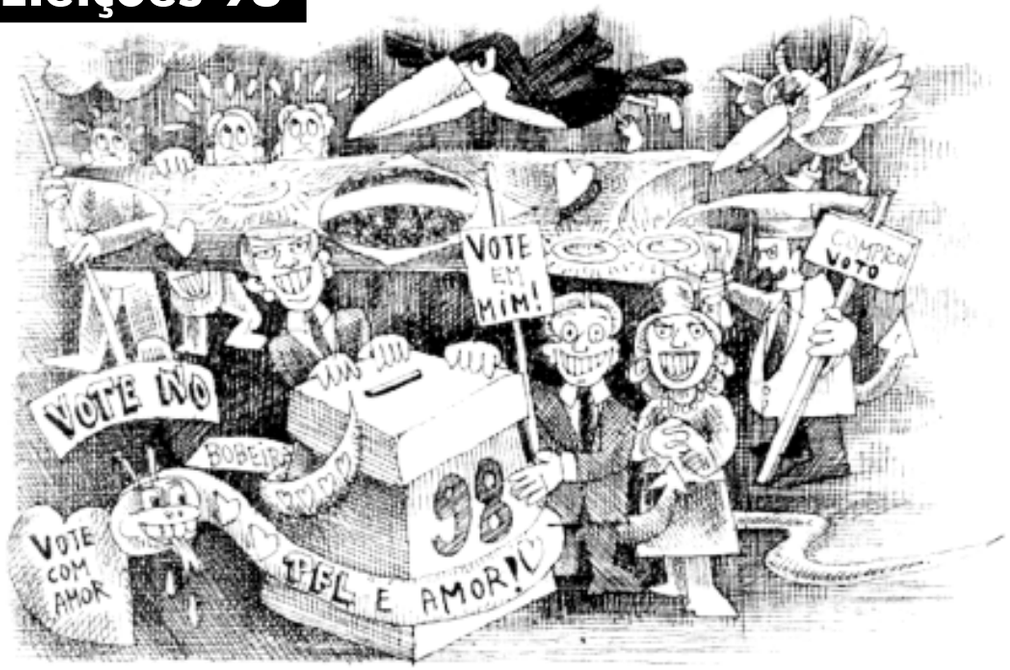
Balanço de Pagamentos (em bilhões de US$)	
Período	Saldo conta corrente
1993	- 0,7
1997	- 33,4
Variação em 4 anos	5.000%

Fontes: Banco Central

Remessa de Lucros ao Exterior (em bilhões de US$)	
Período	Saldo em conta corrente
1993	2.051
1994	2.883
1995	3.801
1996	3.841
1997	6.508
Variação 97/93	315%

Fontes: Banco Central

Eleições 98



■ A nova taxa de juros aumenta em cerca de R$ 5 bilhões por mês o pagamento aos agiotas. O dinheiro para esta rolagem da dívida sai, novamente, do Orçamento da União, das áreas sociais, como a Saúde e a Educação.

Mentira: "O aumento do consumo mostra que o poder aquisitivo do povo está melhorando."

■ O Plano Real melhorou a situação da população em seu primeiro ano de vida. De lá para cá, a estagnação do crescimento da economia interna, os altos juros e o desemprego já abocanharam todo o ganho proporcionado pela nova moeda.

Mentira: "O Brasil está se modernizando. Depois das atuais dificuldades, o país voltará a crescer."

■ Nos últimos quatro anos, as dívidas interna e externa aumentaram muito, mas quase não houve investimento na produção interna. O Brasil está descendo a ladeira. Este ano, o crescimento será próximo de zero. Agricultura em crise, falências e concordatas na indústria e inadimplência no comércio configuram o quadro atual.

Mentira: "Só alguém muito competente poderia derrubar uma inflação tão grande, como fez FHC."

■ A queda da inflação, em 1994, não foi um fenômeno brasileiro. Ocorreu em toda a América latina e em outros países. Foi financiada por bancos internacionais, como o Banco Mundial. Ao aceitarem o endividamento, os países controlaram temporariamente a inflação. O custo disto foi a quebradeira em série: México, Malásia, Tailândia, Indonésia, Rússia e, agora, o Brasil.

Dívida Externa (em bilhões de US$)	
Período	Total
31/12/94	148,3
30/03/98	212,4
Variação em 40 meses de FHC	43,2%

Fontes: Banco Central

Dívida Pública Interna (em bilhões de reais)			
Período	Federal	Estados e Municípios	Total
31/12/94	83,3	24,9	108,2
31/05/98	250,4	43,8	334,2
Variação em 40 meses de FHC	349%	176%	309%

Fontes: Banco Central

Correção

Deputado Milton Temer é nota 10

O último número do Jornal da Adufrj publicou as notas dadas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) aos parlamentares da bancada do Rio de Janeiro, por suas atuações durante as votações das reformas constitucionais. Infelizmente, estes dados cometeram uma grande injustiça com o parlamentar e candidato Milton Temer. Sua atuação foi definida pelo Diap como exemplar, conquistando a nota 10. Entretanto, nas tabelas do boletim do Departamento, o desempenho de Temer constava, erradamente, como nota 8. Reparando a injustiça, vale ressaltar que a presença de Milton Temer no processo de intervenção na reitoria da UFRJ foi extremamente importante para toda a comunidade universitária. Temer esteve ao lado de estudantes, professores e funcionários, interferindo a favor dos anseios da maioria em Brasília. Temer conquistou nota 10 porque votou a favor dos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Errata

Na votação sobre a exigência de idade mínima para a aposentadoria do servidor os parlamentares Carlos Santana (PT) votou "não", Eurico Miranda (PPB) votou "sim", Fernando Gabeira (PV) votou "não", Fernando Gonçalves (PTB) votou "sim", Fernando Lopes (PDT) votou "não", Francisco Dornelles (PPB) votou "sim" e João Mendes (PPB) estava ausente.

Editorial

País tem condições de retomar crescimento interno

Para professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, é preciso um plano de emergência com redução das taxas de juros e investimento na produção de bens de consumo de larga escala

Na semana passada, a Coppe/UFRJ organizou um debate sobre a Crise Internacional com a participação do professor titular do Instituto de Economia, Reinaldo Gonçalves e os candidatos da oposição Saturnino Braga (PSB), candidato a única vaga do Rio de Janeiro ao Senado, Luiz Alfredo Salomão (PDT) e Jorge Bittar (PT), candidatos a deputado federal.

Reinaldo Gonçalves participa da comissão que assessora a campanha de LuIa à presidência e deu a receita da oposição para resolver, emergencialmente, a crise brasileira frente ao cenário mundial.

Para ele, falta um plano de emergência para conter a crise interna. Reduzir brutalmente as taxas de juros e controlar o crédito seletivo ou abrir linhas de crédito setorizado para pequenas e médias empresas urbanas e agrárias, seriam algumas das medidas. Regular o fluxo de capitais e cancelar importações de bens de consumo e serviços seriam fatores para incentivar a produção interna, aquecer o mercado, gerar empregos e aumentar a produção e o consumo de bens industriais de massa. Juntam-se a isto programas de reforma agrária e de incentivo às pequenas e médias agroindústrias e a operação-salvamento está quase pronta.

Aprovar uma reforma tributária que taxasse de forma definitiva e substancial as grandes fortunas brasileiras contribuiria em muito para manter as nossas reservas. Segundo o professor, de 1,5 trilhões de reais de nosso PIB, 800 bilhões estão concentrados nas mãos de cerca de 400 mil famílias.

Bastaria cobrar taxas de 20% de imposto para aqueles que tem renda acima de 2 milhões de reais para solucionar, em boa parte, o problema fiscal. E esta idéia não é nova. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou, enquanto senador, um projeto para tributação das grandes fortunas. Todas estas medidas levariam o país para uma condição de retomada do crescimento sócio-econômico.

Reinaldo Gonçalves fez algumas previsões para a economia brasileira, caso Fernando Henrique seja reeleito. Para ele, o sistema financeiro, ao contrário do que noticiam os jornais, não vai ter dinheiro para emprestar ao Brasil como foi feito em meados de 1996, quando dois mil banqueiros foram ao planalto reclamar que e economia brasileira estava despencando ladeira abaixo. Naquele momento, o governo teve que atender aos banqueiros que faliram. Criou fundos de emergência, a CPMF, cortou os gastos públicos com educação e saúde e conseguiu se manter até 1997, quando estourou a crise asiática.

Para Reinaldo, na virada do ano, se eleito, Fernando Henrique corre o risco de viver outra crise financeira com um país onde o setor produtivo não vai estar vendendo nada, o índice de desemprego será um recorde e, desta vez, provavelmente o sistema financeiro internacional não terá dinheiro para aplicar aqui.

Caso Fernando Henrique decida pedir moratória aos credores, o fará sem dinheiro em caixa. O custo desta possível moratória será a venda do que resta do patrimônio brasileiro. A Petrobrás seria uma das próximas vítimas. Reinaldo acredita que FHC não vai desvalorizar o Real. "A condição fundamental para FHC ser eleito é não mexer no câmbio. Isto porque a burguesia brasileira também tem suas dívidas em dólar e qualquer alteração levaria muitos à banca rota em questão de horas", comenta.

ASSEMBLÉIA GERAL
8 de outubro

Reunião do Conselho de Representante do Adufrj
6 de outubro

Confira na próxima edição

a data, o local e a pauta da AG

As propostas da Adufrj no IV Conad Extraordinário

Uma das piores conseqüências da convocação antecipada do IV Conad Extraordinário foi o pequeno prazo que as seções sindicais tiveram para enviar suas contribuições para o Caderno de Textos. O prazo foi tão curto - dois ou três dias úteis - que só quatro seções sindicais mandaram contribuições: Adusp, Adufmat, Adufrj e Aduff. A própria Diretoria só apresentou textos já publicados anteriormente. De todas as contribuições, só as da Adufrj continham propostas explícitas de resoluções (ver Jornal da Adufrj de 8 a 13/9/98). Por causa disto e da metodologia adotada para a discussão dos temas nos grupos mistos e nas plenárias, os textos de resolução da Adufrj acabaram por se tomar uma espécie de roteiro dos trabalhos, a partir do qual foram então apresentadas propostas de modificações, supressões e adições.

As propostas da Adufrj relativas ao reconhecimento de instâncias criadas pelas seções sindicais (Texto Resolução D) e à competência para indicar representantes do Andes-SN em órgãos do Poder Executivo (Texto Resolução B, itens 2 e 3) foram recebidas com reserva por parte da maioria dos participantes do Conad, tanto da situação quanto da oposição. Os argumentos contrários às propostas referiam-se à forma - seriam alterações estatutárias e, portanto só o Congresso poderia aprová-Ias - e ao conteúdo - a criação de instâncias deliberativas pelas seções sindicais poria em risco o caráter nacional do sindicato. Houve, no entanto, grande concordância em relação à preocupação que deu origem às propostas, ou seja, o fato da Diretoria do Andes-SN não estar acatando as deliberações de instâncias democráticas históricas não estatutárias do sindicato, como setores e comandos de greve.

Foi então elaborada a proposta de crítica à Diretoria, que viria a ser aprovada pelo Conad (ver matéria no jornal da semana passada). A delegação da Adufrj apoiou a resolução porque entendeu que esta respondia, com vantagens, à preocupação original das suas propostas, pois ao mesmo tempo fazia a necessária crítica à Diretoria do Andes-SN e reafirmava o valor das deliberações dos setores e dos comandos de greve.

As propostas relativas à filiação do Andes-SN ao Mosap (Texto Resolução C) ficaram sem sentido depois da Diretoria do Andes-SN ter esclarecido que a filiação não tinha sido efetuada (ver matéria neste jornal).

A proposta de retirada dos representantes do Andes-SN da comissão do MEC que está tratando da GED (Texto Resolução B, item 1) foi muito debatida e acabou derrotada, por 28 votos a 25, com 5 abstenções (ver matéria no jornal da semana passada). As propostas relativas à pauta de reivindicações do setor das federais (Texto Resolução A) foram remetidas para discussão e deliberação pelo próprio setor e pelo próximo Conad.

Por fim, a proposta de convocação extraordinária do Congresso do Andes-SN para destituir membros da Diretoria do Andes-SN (Texto Resolução E) encontrou pouco apoio e acabou, por falha da mesa coordenadora, nem sendo votada pela plenária. Se o tivesse sido, teria tido apenas alguns votos favoráveis, pois os aliados da Diretoria do Andes-SN eram totalmente contrários e a maioria da oposição está evitando defender propostas que possam ser entendidas como tentativas de "golpe" contra o resultado das recentes eleições para a Diretoria.

O XXXVII Conad foi adiado para os dias 20, 21 e 22 de novembro. o prazo para o envio de textos é 15 de outubro. Este Conad será sediado pelo Sindceft-MG, em Belo Horizonte.

Pauta: atualização do plano de lutas, avaliação docente, autonomia universitária, políticas públicas, carreira docente e campanha salarial.

A reunião do Setor das Federais do Andes-SN será dia 10 de outubro, em Brasília.

Pauta: informes nacionais e das Seções Sindicais, Campanha Salarial 98/99, comissões do MEC: carreira de 1° e 2° graus e avaliação docente, preparação para o XXXVII Conad, plenária dos SPFs e encaminhamentos

A Plenária dos Servidores Públicos Federais será dia 11 de outubro em Brasília.

Pauta: informes, conjuntura nacional, eleições/98, pacote econômico, demissões de servidores e encaminhamentos.

Andes-SN não vai indicar apoio a Lula

A Diretoria do Andes-SN propôs ao Conad que o Andes-SN indicasse aos seus filiados o voto em Lula nas eleições de 4 de outubro próximo, justificando a proposta pelo fato do último Congresso do Andes-SN (Porto Alegre, 1998) ter aprovado a luta contra a reeleição de FHC e a candidatura Lula ser a única em condições de materializar essa luta.

A oposição foi contrária à indicação de apoio, principalmente por esta não ter sido apreciada pelas seções sindicais antes do Conad. De fato, a proposta da Diretoria não estava no Caderno de Textos do Conad, preparado pela própria Diretoria, nem foi divulgada por outro meio para as seções sindicais, tendo sido fornecida aos participantes do Conad apenas na plenária inicial, na forma de um documentou intitulado "Proposta de encaminhamento da Diretoria da Andes- SN para a conjuntura". A oposição também alertou para a possibilidade do apoio a Lula colocar em perigo a postura histórica do Andes-SN, de autonomia em relação a partidos políticos. A proposta da Diretoria foi derrotada, com 29 votos a favor, 33 contra e uma abstenção. O delegado da Adufrj votou contra.

Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB lança campanha contra corrupção eleitoral.

Esta campanha promovida pela CBJP pretende desenvolver um processo de educação política, para se transformar num movimento de exercício de cidadania. Entre outras iniciativas propõe um projeto de lei, alterando o Código Eleitoral para coibir abusos de crimes eleitorais. Maiores detalhes podem ser encontrados na Internet www.cnbb.org.br ou via e-mail cbjpcnbb@gns.com.br

Grupos de Trabalho

Carreira - Próxima reunião, 2 de outubro, Sexta-feira às 9:30, na sede da Adufrj.

Arquivo e História do MD - 29 de outubro, Terça-feira às 10h na sede da Adufrj.

Seguridade Social - 29 de outubro, terça-feira às 16h na Escola de Serviço Social.

Política e Formação Sindical - 29 de outubro, terça-feira às 15h na Escola de Serviço Social

Diretoria, afinal, não filiou Andes-SN ao Mosap

O presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, informou, na plenária do Conad, que a Diretoria afinal *não* filiou o Andes-SN ao Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) *ad referendum do* Congresso.

A surpresa maior, para todos os que tinham ouvido ele próprio declarar o contrário durante a última reunião do setor das federais, veio depois, quando disse que não havia feito tal declaração. Naquela ocasião, a declaração de Renato provocou inúmeros protestos e uma discussão de mais de uma hora sobre o assunto, finda a qual Renato comprometeu-se - mas não cumpriu - a enviar para as seções sindicais um ofício com essa informação, já que ela era diferente do que anteriormente havia sido informado.

Não tendo sido feita a filiação, ficou sem sentido a resolução proposta pela Adufrj, que determinava o cancelamento da filiação e advertia a Diretoria pelo não cumprimento do Estatuto. O observador José Miguel, da Adufrj, presente à reunião do setor, registrou, na plenária do Conad, as inverdades contidas no relato de Renato.

ADUFRJ Seção Sindical
SINDICATO NACIONAL DOCENTES

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

IMPRESSO
Sindicato ANDES Nacional
ADUFRJ Seção Sindical
JORNAL ANO V
5 A 11 DE OUTUBRO

Pela renúncia de Vilhena

PIB cairá de 4 a 5 %, em 1999, com Fernando Henrique

Professor Titular de Economia Internacional, Reinaldo Gonçalves, traça trágico panorama da crise interna brasileira e sua relação com a situação internacional. Em entrevista ao Jornal da Adufrj, Reinaldo aponta os erros cometidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que levaram o país para uma trajetória de instabilidade crônica.

Páginas 4 e 5

Vilhena tumultua Conselho Universitário

Página 3 e Editorial

Comissão da GED apresenta versão preliminar da avaliação docente

Páginas 6 e 7

Editorial

Ditadura na UFRJ

Mesmo com nossas atenções voltadas, no inicio da sema na, para o resultado das eleições, não podemos descui dar de outras questões diretamente ligadas a Universidade. As duas preocupações mais significativas, além da eleição, estão na verdade intimamente ligadas: o " imbróglio " da reitoria da UFRJ e a avaliação das atividades docentes, amplificadas pela implementação da GED e pela discussão sobre a nossa carreira.

Na ultima reunião do CONSUNI, assistimos a mais um espetáculo kafkiano; ao levantar-se a questão da ilegalidade da nomeação dos representantes dos funcionários, desqualifica-se o CONSUNI. Alegou-se que as atas do CONSUNI em que foram nomeados estes representantes não foram referendadas. Ora, o próprio professor Vilhena, vice-reitor na época e muitas vezes reitor interino, deveria se responsabilizar por tal irregularidade, se realmente ocorrida. Em vez disto, mais uma vez questionou-se a composição do CONSUNI. Este é o comportamento típico do autoritarismo que, usando qualquer pretexto, fecha e cerceia os órgãos de representatividade mais democrática.

No nosso entendimento, isto não é feito apenas para ocupar o "poder" na UFRJ. A manutenção de um personagem dócil ao governo federal é peça importante na estratégia de transformações profundas na universidade brasileira. Com a crise econômica, torna-se mais imperiosa a implantação de uma universidade adequada ao papel de economia dependente, como sugerido pelo Banco Mundial e pelo FMI. Cortam-se drasticamente os recursos necessários para o funcionamento das instituições públicas, as verbas para pesquisa, as bolsas necessárias para a manutenção e expansão do ensino público superior.

Paralelamente, o governo FHC lança uma ofensiva para "avaliação" do trabalho docente. Mais uma farsa, cujos objetivos são reduzir despesas, dividir resistências e promover a privatização do ensino. Tivemos um claro exemplo disto, numa entrevista do ex-reitor da UFRJ, Paulo Gomes, atualmente reitor de uma instituição particular. Cheio de "novas idéias", nem parece ser um dos responsáveis maiores pela crise da UFRJ e finalmente mostra para que serviu sua passagem pela reitoria da UFRJ.

O MEC, neste momento lança mão de dois recursos para avançar em sua política: a implantação da GED e as propostas sobre a "nova carreira docente". O recente relatório preliminar sobre a Comissão da GED aponta o óbvio - aplica-se ao pé da letra a lei que definiu a GED. Nem a participação do ANDES-SN nesta comissão trouxe um único avanço significativo. A outra ofensiva está na questão da nossa carreira, onde o governo insinua que pretende atacar o regime de Dedicação Exclusiva.

Se é verdade que precisamos de uma avaliação profunda do funcionamento e dos objetivos da atual universidade pública, de um aperfeiçoamento em nossa carreira, também é igualmente importante sabermos quais as intenções de pretensas reformas universitárias. Defendemos reformas, avaliação, discussão de objetivos que apontem num crescimento e num aperfeiçoamento da instituição pública. Entendemos que o Estado deve continuar a ter um papel fundamental na implantação de diretrizes de interesse nacional. Os professores universitários não concordam com o sucateamento de anos de investimentos públicos apenas para o pagamento dos juros da dívida pública que os agiotas internacionais e seus aliados impõe ao país. Esta é a divergência política e ideológica fundamental neste momento. E é desta crítica que o governo FHC e seus aliados locais tem fugido sistematicamente. O movimento docente, na última greve nacional, levantou esta questão. Mas não a resolveu. Devemos continuar atentos a seus desdobramentos e relembrar que a ditadura, tal como a estamos vendo ser construída na UFRJ, é o caminho histórico mais empregado pelos conservadores.

ASSEMBLÉIA GERAL
8 de outubro,
às 13:30
no Auditório do CT

PAUTA

A) participação do Andes-SN nas comissões do MEC (GED e Carreira de 1º e 2º graus);
B) pauta de reivindicações e campanha da data base 1999;
C) intervenção na UFRJ;
D) reunião do Setor das Federais em 10/10/98;
E) eleição de delegados da Adufrj-SSind na plenária de SPFs de 11/10/98;
F) avaliação do IV Conad Extraordinária;

Crise na UFRJ

Atas do Conselho Universitário são questionadas por Vilhena

Na última reunião do Conselho, dia 1 de outubro, o professor José Vilhena conseguiu, mais uma vez, adiar a discussão de definição dos membros de sua reitoria. A comissão para a governabilidade, formada pelos decanos e representantes do próprio Consuni, iria apresentar para apreciação dos conselheiros os critérios para a indicação dos sub-reitores e do vice-reitor.

Logo na abertura da sessão, o decano do CCJE, professor Carlos Lessa, questionou a Ata da última reunião do Conselho. Aproveitando a deixa, Vilhena apresentou um questionamento da ata de uma reunião de cerca de um ano atrás, na qual foi estabelecida a representação dos técnico-administrativos no Consuni, que não teria sido votada.

Se os conselheiros fossem levar ao pé da letra tal questionamento, poderia se chegar a conclusão de que todos os atos do Consuni, inclusive a própria eleição e a nomeação de Vilhena, estariam em situação irregular. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintufrj), a situação dos representantes é totalmente legal e legítima, já que a nomeação de seus membros foi homologada pelo Conselho, com aprovação da Ata. No entendimento da entidade, trata-se de mais um golpe do governo Federal, articulado com Vilhena, para não tratar das questões fundamentais da crise de governabilidade da instituição, gerada com sua nomeação.

Em mais uma atitude golpista, Vilhena questiona Consuni

Jurídico

PLANO VERÃO
Decisão do TST mantém os 26,05%.

A ação da Adufrj junto à Justiça do Trabalho obteve um resultado importante: por unanimidade a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho não reconheceu o Recurso de Revista da UFRJ. Assim, a ação continua tramitando e é possível manter o pagamento para uma parcela significativa dos filiados. Isto, no entanto, é uma decisão de uma instância intermediária e ainda cabem recursos por parte da UFRJ. Lembramos que os professores que ingressaram na UFRJ após 1995 perderam este benefício e que não foi possível a extensão jurídica a outros segmentos da categoria.

ABONO PECUNIÁRIO DE 98
Mais uma vez a Justiça manda a UFRJ efetuar o pagamento.

Em despacho na Carta de Sentença n.º 98.0045291-5, formada para possibilitar a execução provisória do feito, o Exmo Juiz da 6º Vara Federal determinou:

"1- Intime-se o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para que informe se determinou a emissão de ordem bancária contra o Tesouro Nacional ..."

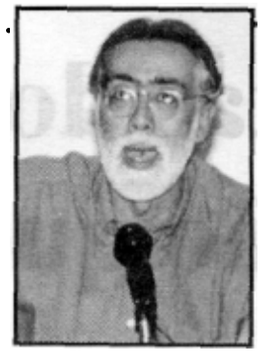
O mandado de intimação já foi providenciado e, após seu cumprimento, a Reitoria terá três dias para responder ao questionamento do Juízo. Este despacho acata o pedido da assessoria jurídica, tendo em vista o reiterado descumprimento das ordens judiciais de pagamento do Abono Pecuniário deste ano.

DEVOLUÇÃO DE PARCELAS
Reitoria desrespeita decisão judicial.

A passagem do percentual de 6% para 12 % de desconto em folha para o PSS (Plano de Seguridade Social) foi feita de forma ilegal em 1994. Este foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que acatou um pedido de Ação de Inconstitucionalidade do Partido dos Trabalhadores. Não cabe mais nenhum recurso desta decisão. Apesar da determinação da Justiça, a administração da UFRJ ainda não efetuou a devolução de três parcelas de 6%. A Adufrj acaba de enviar mais um ofício solicitando o cumprimento da decisão do STF.

Descendo a ladeira

A crise brasileira pouco ou nada tem a haver com a crise internacional. Nesta entrevista, Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia da UFRJ, mostra as diferenças entre o Brasil e os chamados países "emergentes " e faz previsões para um eventual segundo mandato de FH



Reinaldo Gonçalves é professor titular de Economia Internacional do IE/UFRJ

AD: Os "especialistas" e a imprensa têm dito e insistido que a crise econômica é mundial e que o Brasil seria mais uma vítima desta situação internacional. Na verdade, qual a relação entre a situação brasileira e a crise do capital "globalizado"?

A situação econômica internacional está apenas difícil enquanto que o Brasil está em situação de crise interna profunda. São duas coisas diferentes. No fundo, é um vizinho espirrando e o outro vizinho morrendo de tuberculose. As causas e os elementos desta situação internacional incerta são também determinantes da crise brasileira. Mas estes determinantes são em grande medida de natureza interna. Na verdade, são erros gravíssimos, de estratégia de política econômica, cometidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso, erros que colocaram o país em uma trajetória de instabilidade crônica.

AD: Quais erros?

O primeiro erro foi a liberalização comercial financeira e cambial, que é absolutamente incompatível com as condições básicas da economia e da sociedade brasileiras. O Brasil é um país pobre, um país miserável, com 40 milhões de pessoas miseráveis e mais um 100 milhões de pessoas em situação muito difícil. Este fácil acesso a bens de consumo e serviços e capital do exterior, ao longo dos últimos quatro anos, permitiu que a nossa elite importasse o que ela quisesse, desde carros de altíssimo luxo até bens e serviços que já produzíamos aqui. Permitiu que ela levasse e trouxesse dinheiro da forma mais descontrolada, tudo isto criou um gravíssimo problema de vulnerabilidade externa. O Fernando Henrique fez com que qualquer probleminha que aconteça com qualquer país, por menos relevante que seja no cenário internacional, de Hong Kong à Tailândia, passando pelo México, acabe afetando a economia brasileira. Somos um país muito vulnerável e qualquer coisinha que acontece lá fora nos atinge.

AD: A situação econômica do Brasil é a mesma dos demais países chamados "emergentes"?

A nossa diferença central é que, além da vulnerabilidade externa, nós temos uma enorme vulnerabilidade interna. Os países do sudeste asiático, por exemplo, não enfrentaram essa mesma situação interna, há um ano atrás, quando de lá também saíram bilhões de dólares, os chamados fundamentos econômicos estavam equilibrados. Eles não tinham déficit público, eles também não tinham inflação, tinham um bom nível de emprego, tinham competitividade, crescimento sustentável de produtividade e uma boa capacidade de absorver e difundir tecnologia internamente.

Em contrapartida, aqui no Brasil nós temos: um desequilíbrio brutal nas contas públicas, um desemprego dramático, uma dependência e um retrocesso tecnológico extraordinários, uma deterioração do aparelho produtivo e um esgaçamento brutal do serviço social. E o pior de tudo, temos uma deterioração política institucional muito grande, o que significa as universidade se degradando, as forças armadas se deteriorando, o judiciário se desintegrando etc. Para se ter uma idéia, as varas federais, hoje, têm 20 vezes mais processos do que tinham há quatro anos atrás. O Fernando Henrique provocou uma anarquia institucional. O Brasil está numa situação muito pior do que os países do sudeste asiático, e mesmo do que o México. A situação do Brasil está muito mais próxima da Rússia. A perna interna do brasil está fraturada. *No front* externo temos a total vulnerabilidade em termos financeiros, comerciais e cambiais.

Há uma tendência a exagerar a importância do fim da inflação.

AD: Com o Real, a população brasileira acostumou-se a ouvir que só a estabilidade da moeda garante o crescimento do país. Por que as pessoas têm tanto medo da volta da inflação?

O ponto importante é o seguinte, o governo Fernando Henrique tem usado a estabilidade monetária porque tem uma obsessão anti-inflacionária. Porque, na realidade, esta estabilidade monetária tem um efeito mercadológico político muito grande, não só na reeleição, mas também para sua própria legitimidade. O governo fez muita coisa errada e precisa se apegar ao santo milagreiro da inflação. Ele tem que sobrevalorizar a questão do combate a inflação não só em época eleitoral, mas para manter sua legitimidade junto ao povo e à elite. O trunfo encontrado foi este combate a política inflacionaria.

AD: O que é melhor para o Brasil: a economia estável, mas com estagnação do desenvolvimento ou inflação com crescimento interno?

A pergunta que se faz é será que valeria a pena ter um pouco mais de inflação e mais emprego? Eu acho que sim. Não vejo nenhum problema que no Brasil haja uma taxa de inflação. Há três meses estamos com taxa de inflação negativa. Isto é uma coisa trivial, se você botar a renda do país próxima de zero, você tem deflação. Fernando Henrique fez isso, jogou a renda lá em baixo e os preços caíram. No primeiro momento, houve uma ilusão de hiperinflação com crescimento de renda em 1993/94. Depois, em 95, houve um rescaldo da ilusão de que os preços caíram, com aquela ânsia de consumo e endividamento. E agora acabou a renda das pessoas e o desemprego está aumentando. A inflação baixa ou negativa tem hoje uma disfuncionalidade na economia, mas tem

uma funcionalidade política para dar legitimidade a um governo medíocre e irresponsável.

AD: Mas você não acha que a possível reeleição de FHC se deve, em muito, a este mito da estabilidade?

Esse dividendo político foi muito importante em 94, mas ele vem perdendo destaque ao longo dos anos. Hoje, o que é fundamental é a questão do desemprego. Se você perguntar a qualquer cidadão o que ele prefere: ficar desempregado sem inflação ou empregado com 20% de inflação, é lógico que ele vai preferir o emprego. A questão eleitoral hoje é muito determinada pelo fato de que as forças conservadoras do país foram encostadas contra a parede pelo atual governo. Existe uma unanimidade escondida dessas forças conservadoras, que não havia em 94 e não havia em 89, com o Collor. Ele (FH) fragilizou de tal forma a economia, a sociedade, a política e as instituições, que a própria elite brasileira está comprometida. Ela está vendendo seu patrimônio e botando dinheiro fora, usando uma estratégia de fuga. A que está aqui está endividada em dólares. É preciso que Fernando Henrique mantenha as regras do jogo, como vem mantendo há quatro anos. Por exemplo, os grupos Abril e Globo estão endividados. Resultado: se o governo mexer no câmbio, quebra a medula da mídia dos grandes grupos de comunicação do Brasil e de outros grupos econômicos financeiros e não industriais, na área de serviços. Isso porque eles pegaram dinheiro lá fora. Qualquer mexida em câmbio, eleva a dívida deles de R$ 300 milhões, por exemplo, para 450 milhões e eles não seguram isso com a atual taxa interna de juros.

AD: No debate realizado pela Coppe, antes do primeiro turno, você disse que, caso FH se reeleja, ano que vem, se ele manter a atual política de juros e importações, talvez não haja dinheiro disponível no mercado internacional para socorrê-lo.

Em uma situação de crise cambial absoluta, o sistema financeiro provavelmente vai negar outros empréstimos ou qualquer ajuda. O presidente Fernando Henrique é a garantia para os grandes grupos nacionais, também endividados em dólar, e internacionais de que, em uma situação de falência interna total, o governo acabe estatizando a dívida externa privada.

AD: Mas como isso é feito?

Ah, isso é fácil fazer. Você tem o dólar a R$ 1,20, hoje. Então o grupo econômico que deve 500 milhões de dólares, na verdade deve 600 milhões de reais. Se você desvaloriza o câmbio de R$ 1,20 para R$ 2,00, a dívida real de R$ 500 milhões passa para 1 bilhão. Você quebrou o grupo. O que o governo FH vai fazer antes de desvalorizar a moeda é absorver a dívida dos grandes grupos pagando a eles, em reais, os 600 milhões, por exemplo, e emitir títulos públicos, em dólar, para os investidores externos. Ele estatiza a dívida externa privada.

Um segundo governo de Fernando Henrique vai acabar transferindo para a sociedade o risco cambial do endividamento feito pelos grupos econômicos. Será a estatização da dívida externa privada.

AD: Faz o que já fez para os banqueiros?

Exatamente. Faz um "Proer" para os endividados dos grandes grupos internacionais. Vai salvar a pele do Steinbruch, do Roberto Marinho, do Antônio Ermírio etc. Outra coisa que Fernando Henrique poderá fazer é um regime de câmbio com taxa preferencial para essa nossa burguesia. Todo mundo vai comprar no câmbio a R$ 1,50 e eles vão comprar a R$ 1,30.

AD: Tudo isso é permitido?

Tudo isso é fácil. Tecnicamente, basta uma folha de papel A4.

AD: Qual o papel do legislativo e do judiciário em situações como essa?

Não tem papel nenhum. Você tem um poder central muito grande no Executivo. O que pode ser feito é como aconteceu com o Proer. Monta-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre estas coisas e, aí, a maioria conservadora do Congresso bloqueia a CPI, os meios de comunicação trabalham contra, os jornalistas que estão na folha de pagamento desta burguesia predadora trabalham contra, e vão justificar este tipo de operação de resgate, como fizeram com o Proer, só que agora com um "Proer cambial".

Por outro lado, isto mostra a fragilidade dessa burguesia brasileira que está endividada em dólar. Por isso, jogam todas as fichas nele (FHC).É uma questão de sobrevivência.

AD: Qual o papel da imprensa nesse processo?

A mídia amplifica a importância da estabilidade monetária. Por isso ela exagera a importância da turbulência internacional sobre a crise brasileira.

AD: Coloca o Brasil como vítima ...

Sim. Quando, na realidade, não é. Só tem um governo irresponsável, incompetente e inoperante. Tem vários países do mundo onde a crise passou ao largo, você acha que a Índia está em crise, que a China está em crise, Portugal? A França, a Nova Zelândia, a Austrália? Quem está em crise são países que têm governos que defendem determinados conjunto de interesses internos conservadores e predadores, que articulados internacionalmente colocam o país em uma trajetória de queda de estabilidade e crise. Você tem, agora, um pacote dos Fundo Monetário, G7, Banco Mundial, mas isso não resolve o problema, o Brasil vai continuar um país instável. Melhora, piora, melhora, piora, em uma trajetória de descida de ladeira.

AD: Quais as suas previsões para um outro mandato de FH?

O cenário mais provável é que ele vai continuar com os juros muito altos, crédito escasso, vai praticar impostos muito altos e o resultado disso é uma queda brutal no nível de renda. A minha previsão é de que em 1999 o nível de renda Brasil caia alguma coisa entre 4 e 5 % do PIB. Estamos nos aproximando de 9% de desemprego e no ano que vem este índice pode chegar a 12% da população economicamente ativa. Isso tudo para conseguir reduzir o déficit da balança de pagamento e continuar mandando dinheiro para fora na forma de pagamento de juros, de remessa de dividendos e comprar serviços estrangeiros.

Adufrj sedia Encontro Nacional sobre Ensino de 1º e 2º Graus nas IES

30/10 a 1/11

Local: Centro de Ciências da Matemática e da Natureza - Fundão

PROGRAMAÇÃO

Dia: 30/10 - sexta-feira
17:00 às 19:00h
Solenidade de abertura
21 h
Baile do professor
(local a definir)
Dia 31/10 - Sábado
9 às 13h
1º Painel - **Carreira e Organização Sindical dos Docentes de 1º e 2º graus das IES - Andes-SN - Sinasefe - Fasubra - CNTE**
13 às 15h
Intervalo para o almoço
15 às 19h
2º Painel - **O Ensino de 1º e 2º Graus nas IES e o PNE da Sociedade Brasileira**
Sub-temas:
Embates de projetos - PNE; Formação de professores; Ensino médio, formação técnica e tecnológica.
Dia 01/11 - domingo
9 às 12h
Grupos de trabalho
1 - Relações entre teoria e prática na formação do professor
2 - Currículo, avaliação e financiamento da educação profissional.
12 às 14h
Intervalo p/ almoço
14 às 17h
Plenária final
17 às 18h
Solenidade de encerramento

Avaliação Docente – GED

Comissão apresenta versão preliminar

Comissão Nacional de Avaliação da GED apresenta relatório final esta semana

A Comissão Nacional de Avaliação foi criada pelo Ministério da Educação para estabelecer critérios de pontuação das atividades docentes para o recebimento da Gratificação por Estímulo à Docência (GED). O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) e a Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes) participam da Comissão, que termina seus trabalhos nesta terça-feira (6).

Segundo o professor e representante pelo Sindicato, Marco Antônio Sperb Leite, a Comissão da GED optou por definir apenas as diretrizes gerais para a implementação da avaliação docente nas universidades federais. Cada instituição vai formar uma Comissão Institucional de Avaliação de Desempenho Docente, que definirá seus critérios de pontuação, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela comissão nacional. A opção da comissão do MEC por não definir critérios mais específicos para a avaliação foi, segundo Marco Antônio, uma forma de contemplar as instituições que já têm seus próprios planos de avaliação docente e institucional, como o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que há 15 anos já realiza avaliações em seus departamentos, e outras que ainda não iniciaram nenhum processo semelhante.

Os representantes do Sindicato na comissão se posicionaram sobre algumas questões geradas pela institucionalização da GED. Foram denunciadas a inconstitucionalidade de 60% da gratificação para os aposentados e pensionistas e a ilegalidade da limitação na distribuição de pontos para atribuição aos docentes (que não podem passar de 45 vezes o número de docentes efetivos e em atividade por instituição). Os representantes do Sindicato também não aceitaram a função de propor procedimentos de avaliação qualitativa de desempenho e critérios de atribuição da pontuação. Para eles a comissão deveria apenas normatizar as bases da avaliação. Foi feita a defesa da incorporação dos valores integrais para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas, no ano de 1988, já que, para eles, não seria ético impor a GED sem que os docentes conhecessem, antecipadamente, seus critérios.

De acordo com Marco Antônio, o decreto 2668, que definiu os 60% para aposentados, o limite de pontos e a exclusão dos docentes de 1º e 2º graus, foi ignorado pela Comissão, que se limitou a tratar da Lei da GED. Em sua avaliação, isto pode significar que o próprio MEC não reconheceria o efeito deste decreto sobre a GED. Segundo o professor, a assessoria jurídica do Andes está trabalhando sobre a inconstitucionalidade do decreto, já que entende que a atribuição da Comissão é definida pela Lei e não pode ser restringida por ato ministerial ou até mesmo por decreto do Executivo.

Uma versão preliminar do relatório da comissão nacional de avaliação do MEC foi divulgado, na semana passada, pelo Andes. No texto, está proposto a formação de uma nova comissão de caráter nacional, com a participação do MEC, Andes, Andifes, UNE, entre outras entidades. Esta Comissão Nacional acompanharia o trabalho das comissões locais de avaliação.

Na prática, o resultado da participação do Andes na comissão não alterou em nada o conteúdo da GED, mas Marco Antônio defendeu a importância desta atuação, por considerar que foi uma forma do debate sobre avaliação institucional e autonomia universitária voltar a ser tratado pelas instituições.

Pontos do Relatório Preliminar da Comissão de Avaliação da GED

Normas gerais

■ Cada docente deverá redigir um relatório de atividades que compreenda pelo menos os seguintes itens comentados: experiência na instituição e outras experiências profissionais, regimes de trabalho, titulação (local, tese, título), treinamento, disciplinas ministradas, produção científica ou de pesquisa (publicações e/ou relatórios), atividades de coordenação ou de chefia, atividades relacionadas a projetos didáticos pedagógicos, atividades de extensão, atividades relacionadas a orientação de teses, de estágios e pesquisa na graduação e pós-graduação, participação em bancas examinadoras, relatório sobre atividades em sala de aula, participação em programas de revisão ou reestruturação curricular e outras atividades correlatas. Este relatório deve estar acompanhado de um plano de atividades do docente para o próximo ano.

Será atribuída a pontuação máxima aos docentes cujo plano de trabalho e respectivos relatórios de atividades, aprovados pelo colegiado competente da Instituição, se adequar à presente resolução e legislação em vigor.

Nos casos pertinentes, e quando couber, deverá ser solicitado pela instituição que os alunos opinem sobre o desempenho dos docentes quanto às atividades em sala de aula (domínio e compreensão do tema, material didático-pedagógico empregado, conhecimento demonstrado, atendimento às demandas dos alunos, enfoque da disciplina, procedimento de avaliação) em questionário específico de questões que deverá ser entregue ao próprio docente para que anexe ao seu relatório.

Este procedimento deverá preservar a identidade dos alunos e não será divulgado a não ser no âmbito da comissão de avaliação.

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Institucional de Avaliação de Desempenho Docente da IFES.

Pré-requisitos

Para a integralização dos 10 pontos por hora-aula semanal

■ Para efeito da integralização dos 10 (dez) pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte pontos, poderão ser considerados, além da atividade clássica e formal de ministrar disciplinas em sala de aula em cursos oficiais registrados academicamente - sejam de graduação, aperfeiçoamento, especialização, extensão, mestrado e doutorado -, atividades outras, tais como seminários de leitura dirigida, projetos de orientação científica a alunos, estágios curriculares supervisionados e monografias de graduação. Para este fim, no ano em curso (1998), a Comissão Institucional de Avaliação de Desempenho Docente levará em consideração atividades exercidas pelo docente que sejam relevantes para a Universidade e para o desenvolvimento social, e conformidade com o plano relatório de atividades do docente.

Comissão de avaliação da IFES

■ Será constituída em cada IFES uma Comissão Institucional de Avaliação de Desempenho Docente que deverá observar o seguinte critério de composição: será composta de 5 (cinco) a 10 (dez) integrantes, doutores, dentre estes, pelo menos:

a) Dois quintos de professores externos à Instituição;
b) Um representante da CPPD;
c) Um representante da equipe responsável pela Avaliação Institucional.
d) Os demais obedecerão aos critérios definidos no âmbito de cada IFES.

Normas Específicas

■ Os docentes afastados para os programas de pós-graduação, referidos no Art. 4 da Lei 9678, de 06 de julho de 1998, serão avaliados pelas Unidades a que estão vinculados, com base, quando for o caso, em parecer emitido pelo orientador.

Os professores, no regime de 40 horas semanais, deverão completar seu plano de trabalho com outras atividades acadêmicas no âmbito da docência, da pesquisa e/ou extensão.

Setor das Ifes deverá tomar decisões importantes para o movimento

Nas próximas semanas o movimento docente enfrenta novos desafios. Com o agravamento da crise econômica, os já reduzidos recursos para a Educação Pública sofrem novos cortes, anunciados pelo governo FHC. Além disto, o projeto de Universidade Pública formulado pelo Banco Mundial tem sido objeto de uma implementação acelerada por parte do atual governo e motivo de críticas por parte do movimento docente. A greve nacional dos docentes trouxe desdobramentos importantes. A Gratificação de Estímulo à Docência poderá ter suas regras definidas em breve. Neste sentido, a Diretoria da Adufrj-SSind está convocando uma Assembléia Geral para a próxima quinta-feira, 08 de outubro, onde estes temas estarão em pauta. Estaremos colocando para a apreciação de nossos colegas as seguintes propostas indicativas para a reunião do Setor das Ifes de 10/10.

a) esta reunião do Setor deve, após reunir e analisar as indicações das Seções Sindicais para a pauta de reivindicações da campanha da data base de 1999, consolidá-las e sistematizá-las numa proposta de pauta (ou propostas alternativas) a ser submetida às Seções Sindicais e aprovada em reunião posterior do Setor;

b) manter os princípios das pautas anteriores, particularmente a Carreira Única e a obrigação do Estado com o financiamento do Ensino Público;

c) as posições a serem levadas pelos representantes do Andes às comissões do MEC (GED e 1º e 2º graus) devem ser previamente submetidas às AGs; questões que ainda não tenham sido submetidas às AGs devem ser abordadas de acordo com as deliberações já aprovadas em Congressos e Conads, particularmente a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira;

d) não apresentar, neste momento, sugestões ou propostas quanto a critérios de pontuação para a GED, e sim defender, no espaço da comissão e fora dele, o valor máximo da GED para todos (nos termos da proposta apresentada pela Adufrj no Conad Extra e remetida ao Setor e ao próximo Conad: "Exigir do governo a incorporação emergêncial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas.");

e) alertar para a necessidade de convocação de reunião do Setor antes do Conad por causa do pacote de FHC a caminho;

Diretoria da Adufrj-SSind.

Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj

Terça, 6/10, das 18 às 21 h no Auditório do Colégio de Aplicação

PAUTA

1) Informes;
2) Avaliação do IV Conad Extraordinário;
3) Participação do Andes-SN nas comissões do MEC (GED e Carreira de 1º e 2º graus);
4) Pauta de reivindicações e campanha da data base 1999;
5) Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes;
6) Funcionamento dos Grupos de Trabalho locais da Adufrj-SSind;
7) Intervenção do MEC na UFRJ, e
8) Assuntos gerais.

Grupos de Trabalho

Arquivo e História do MD - 6 de outubro, terça-feira às 10h na sede da Adufrj.

Seguridade Social - 5 de outubro, terça-feira às 16h na Escola de Serviço Social.

Política e Formação Sindical - 5 de outubro, terça-feira às 15h na Escola de Serviço Social.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Diagramação: Douglas Pereira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

IMPRESSO

Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V

12 A 18 DE OUTUBRO

Pela renúncia de Vilhena

Começa corrida pela avaliação da GED

Encontro debate carreira para 1º e 2° Graus nas Ifes

Página 3

Indefinição institucional dificulta atuação dos colegiados

Páginas 4 e 5

Semana passada, o ministro Paulo Renato assinou o relatório final da Comissão que definiu as diretrizes para o recebimento da gratificação por estímulo à docência. Só terão direito à GED os professores que se submeterem às comissões locais de avaliação

Páginas 4 e 5

Editorial

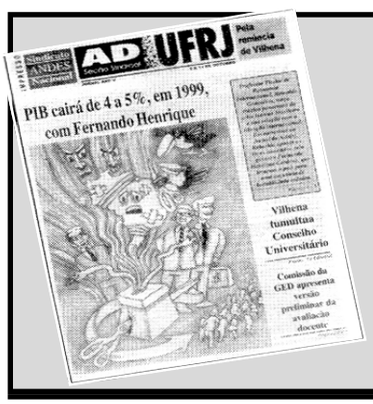
O segundo mandato

Apenas fechadas as urnas, já são anunciadas as "novas medidas" do governo FHC: aumento de impostos, redução das verbas para os setores sociais, cortes orçamentários. Tudo sob a estreita vigilância do FMI, que garante que o pagamento dos juros da dívida brasileira continuará sendo religiosamente feito. O segundo mandato do governo FHC é a garantia da continuidade da entrega do país aos interesses econômicos internacionais. Por isto mesmo, o investimento na reeleição foi pesado. Acordos políticos, campanhas milionárias, a conivência da imprensa, foram utilizados a vontade.

Dentro deste quadro, a universidade pública brasileira tem motivos de sobra para se preocupar. O modelo econômico imposto ao país não precisa investir na produção e na divulgação do conhecimento. As diretrizes do Banco Mundial e do FMI são claras neste sentido e sua aplicação já vem sendo feita há alguns anos. Mais recentemente, com o agravamento da crise especulativa, os cortes são mais drásticos, faltam vagas, o orçamento é reduzido, as bolsas são cortadas, os órgãos de fomento estão sufocados, a privatização do ensino superior bate às nossas portas.

Se uma grande parte da população está marginalizada da possibilidade real de interferir neste processo, o mesmo não pode ser dito da comunidade acadêmica. É um setor bastante esclarecido, viveu e vive crises profundas, resultantes deste processo todo. Portanto, as opções políticas que aqui foram e são tomadas, são conscientes, refletem posições ideológicas profundas. Um dos grandes méritos do movimento docente, e em particular da nossa última greve nacional, foi trazer à tona as várias posições existentes em nosso meio. Muito além das questões conjunturais da greve, verificamos que existem pelo menos dois pólos significativos dentro da universidade. Por um lado, um conjunto expressivo da comunidade que procura a construção de um modelo social e de universidade mais justo e mais democrático. Por outro, um setor empenhado na manutenção de seus privilégios, não hesitando em colocar-se ao lado de um projeto político que está destruindo a nação.

Temos motivos fortes para afirmar que este embate irá se aprofundar no próximo período, em particular dentro da universidade. Não só nas questões políticas mais gerais, mas no nosso próprio quotidiano, seremos chamados a tomar posições neste enfrentamento. Nossa situação salarial continua difícil, a crise administrativa da UFRJ continua, o governo deve voltar com seus projetos de reformas. Mesmo reconhecendo que existem muitas diferenças internas, que ainda não estamos suficientemente preparados e que nossa última greve foi bastante problemática, é fundamental ressaltarmos que as demonstrações de força que demos neste ano indicam que temos instrumentos fortes, em particular com nosso movimento docente. No nosso entendimento continua sendo nossa pauta prioritária: o enfrentamento organizado com a política de destruição do ensino público superior.



Mudanças no Jornal da Adufrj

Com o objetivo de melhorar a qualidade do nosso Jornal, estamos testando novas formas de impressão e distribuição. As duas últimas edições foram impressas em papel off-set, o que ocasionou um pequeno aumento no custo, compensado pelo sistema de correspondência via impresso, para os professores aposentados, imprensa e outras entidades. O jornal da Adufrj continua sendo distribuído, também, nos escaninhos, balcões e caixas localizadas em diversos pontos das unidades e centros.

Professores propõem nova estrutura de carreira

A Formação de uma carreira única para professores de 1°, 2° e 3° Graus nas Ifes é destaque em evento organizado pela Adufrj

A Adufrj vai sediar o Encontro Nacional sobre Ensino de 1º e 2º Graus promovido pelo Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN). O evento pretende reunir educadores e especialistas em educação fundamental, media e tecnológica nas redes federais de ensino superior de todo o país.

Depois de enfrentar uma greve de quase 90 dias sem ter recebido nenhum reajuste, nem gratificação salarial, os professores de 1º e 2º graus terão a oportunidade de debater a proposta do Andes-SN sobre a formação de uma carreira única para todos os docentes das universidades federais.

Após a greve, o Ministério da Educação organizou uma Comissão, com a participação da Secretaria de Ensino Superior, para tratar da formação de uma carreira para estes docentes, vinculada a todas as instituições federais de ensino. Isto significaria o fim da vinculação do corpo docente dos Caps ou Cefets com as universidades.

De acordo com o relatório do Andes sobre os trabalhos desta Comissão, o ministério quer rever o conceito de Dedicação Exclusiva para estes docentes, questionando sua participação em projetos acadêmicos e outras atividades, típicas deste regime de trabalho. Segundo o Andes, o MEC sinalizou que a sua proposta de carreira resgataria a lógica do Programa de Incentivo à Docência (PID), rejeitado pelo Congresso Nacional, no início da greve nacional dos docentes, ocorrida entre março e junho deste ano.

Os professores aposentados e os substitutos também estão na linha de tiro. O MEC não quer que eles se beneficiem de uma nova carreira.

Participarão do Encontro, como palestrantes, Gaudêncio Frigotto, professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense, Acácia Kuenzer, professora da Federal do Parará, e Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da UFRJ e presidente da Adufrj. Acácia é Coordenadora do Fórum das Faculdades de Educação.

Este encontro é uma reivindicação de todos os educadores devotados ao ensino público, gratuito e com padrão unitário de qualidade. É extremamente oportuno, pois responde a demandas concretas que estão colocadas para as instituições de 1º e 2º graus das IES. As reformas no ensino médio e tecnológico visam adequar estes níveis de ensino à nova forma de organização do trabalho que caracteriza o período atual da acumulação capitalista.

Um dos principais traços destas reformas é a exclusão das disciplinas científicas da formação tecnológica. Outra característica está relacionada com a formação dos professores, que, de acordo com o MEC, deve ser abreviada, com cursos mais ligeiros, nas escolas normais superiores. Isto afeta diretamente os Colégios de Aplicação e as Faculdades de Educação, uma vez que estas escolas estão inseridas num projeto de formação de caráter universitário, em que a pesquisa e o ensino estão inter-relacionados. Por tudo isto, a nossa expectativa é de que este Encontro permita não só uma análise mais articulada a propósito do conjunto dessas reformas, mas também a definição de estratégias que organizem a luta pelo padrão unitário de qualidade nas instituições de ensino superior, luta esta referenciada em nosso Plano Nacional de Educação construído nos CONED's.

O Encontro será uma importante oportunidade de estreitar laços com os outros sindicatos relacionados com estes níveis de ensino, como a CNTE, Fasubra e Sinasefe. Discutiremos também questões como as relações entre teoria e prática na formação do educador, currículo, avaliação e financiamento da educação profissional.

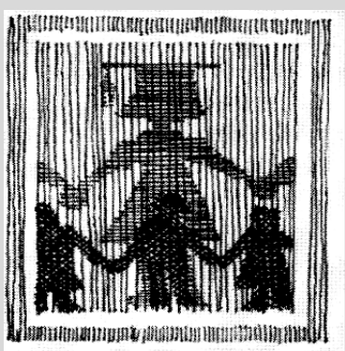
Professor Roberto Leher
Presidente da Adufrj.

Adufrj sedia Encontro Nacional sobre Ensino de 1º e 2º Graus nas IES

30/10 a 1/11

Local: Decania do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza Fundão

PROGRAMAÇÃO



Dia: 30/10 - sexta-feira 17 às 19h
Solenidade de abertura
21h
Confraternização

Dia 31/10 - Sábado 9 às 13h
1° Painel - **Carreira e Organização Sindical dos Docentes de 1 ° e 2° graus das IES - Andes-SN - Sinasefe - Fasubra - CNTE**
13 às 15h
Intervalo para o almoço
15 às 19h
2° Painel - **O Ensino de 1º e 2º Graus nas IES e o PNE da Sociedade Brasileira**
Sub-temas:
Embates de projetos - PNE; Formação de professores; Ensino médio, formação técnica e tecnológica.

Dia 01/11 - domingo
9 às 12h
Grupos de trabalho
1 - Relações entre teoria e prática na formação do professor
2 - Currículo, avaliação e financiamento da educação profissional.
12 às 14h
Intervalo p/ almoço
14 às 17h
Plenária final
17 às 18h
Solenidade de encerramento

Aumenta a crise institucional na UFRJ

Vilhena desmarca reunião do Conselho Universitário e vai para Brasília encontrar-se com Ministro da Educação. Comissão para governabilidade, na prática, não existe e indefinição institucional pode prejudicar professores, estudantes e funcionários

A situação da administração da UFRJ beira o limite do insustentável. Na semana passada, o professor José Vilhena desmarcou a reunião ordinária do Conselho Universitário - que deveria acontecer todas as quintas-feiras - com a justificativa de que iria estar em Brasília, nos dias 7 e 8.

Na última vez em que estiveram reunidos, na sessão do dia 1 de outubro, os conselheiros do Consuni amargaram, perplexos, o questionamento levantado por Vilhena, a respeito da alteração na estrutura de representação do Conselho, durante uma sessão ocorrida há um ano atrás. Segundo Vilhena, a ata desta sessão não teria sido aprovada e nem enviada, pela então reitoria de Paulo Gomes, ao Conselho Nacional de Educação, e nem publicada no Diário Oficial.

A partir daí, a polêmica só cresceu. Para o professor e decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Carlos Lessa, esta situação revela o tamanho da crise institucional por que passa a universidade. Ele que foi considerado por alguns o pivô do questionamento sobre a irregularidade do Consuni, e portanto, do próprio processo eleitoral e de nomeação do reitor, diz que os funcionários e estudantes são representantes legítimos, "não só por terem tido sua representação aprovada pelos membros do conselho, mas por sua atuação neste fórum. Para Lessa, a tese de Vilhena sobre as atas só contribuiu para provar que, além de ilegítima, sua condição de reitor também pode ser considerada irregular e ilegal.

Na sessão do dia 1, Lessa propôs a Vilhena que fosse ao MEC pedir que o ministro Paulo Renato o nomeie reitor interventor por um período definido, "quatro meses, por exemplo". Segundo Lessa, durante este tempo, Vilhena faria as "reformas estatutárias necessárias e findo este período convocaria novas eleições".

A Comissão constituída pelo Consuni para analisar e apresentar soluções para a crise institucional, na prática, se dissolveu, já que na última sessão os pontos por ela apresentados não foram sequer discutidos e de lá para cá, segundo o representante dos técnico- administrativos, Roberto Gambini, seus membros não promoveram nenhum outro encontro.

Segundo Gambini, a bancada dos técnico-administrativos vai se reunir, na quinta-feira que vem (15), antes da próxima sessão, para definir uma posição sobre a crise.

Apesar da indefinição quanto a composição da reitoria, o Boletim da UFRJ, de 1 de outubro, já traz impresso os nomes dos sub-reitores Aníbal Gil Lopes (SR1), Antonio de Figueiredo (SR2), Marco Antonio (SR3), Maria Augusta Temponi (SR4) e Maria Chevitarese (SR5). Sem ouvir o parecer do Consuni, Vilhena empossou seu prefeito, o ex-assessor da professora Maria Augusta Ivan Pereira de Abreu.

Consuni já aprovou a renúncia de Vilhena

O impasse criado pela permanência do professor Vilhena no cargo de reitor e a crise de governabilidade gerada por sua teimosia em ser o representante do MEC na UFRJ fizeram com que o Conselho Universitário aprovasse uma moção pedindo a sua renúncia. A moção foi aprovada por 40 votos contra sete, na sessão do dia 17 de setembro. Neste mesmo dia, foi criada a comissão que daria governabilidade à instituição até que o impasse sobre quem formaria a reitoria de Vilhena (que até agora não existe de fato) fosse resolvido.

Vilhena nomeou os seus sub-reitores a revelia do Conselho Universitário, que ainda não pode deliberar sobre as indicações. Uma das tarefas da comissão era criar critérios que definissem quem e de que forma os cargos seriam ocupados.

A comissão, formada por Vilhena, decanos, representantes do Ceg e Cepg, dos estudantes e dos funcionários, apresentou várias possibilidades de entendimento. Dentre elas, havia a sugestão de que as sub-reitorias fossem ocupadas provisoriamente pelos decanos ou que estes fossem escolhidos a partir de listas tríplices, formuladas pelos Ceg, Cepg e pelo próprio Consuni. A professora Sylvia, vice-reitora na chapa do professor Aloísio Teixeira, estava sendo cogitada para assumir o cargo na gestão de Vilhena.

Com o fato de não ter havido sessão na última semana e com a polêmica criada a partir do questionamento sobre as atas do Conselho, a comissão acabou por perder seu poder de atuação. A expectativa agora é a reunião desta quinta-feira (15), quando Vilhena trará as orientações recebidas de Brasília.

O que a UFRJ deveria estar discutindo

- Separação da Reitoria dos Conselhos Superiores
- Transparência de critérios para distribuição dos recursos atuais
- Descentralização e pagamento das dívidas, esclarecimento das bases em que os contratos foram firmados
- Vagas docentes - transparência para alocação (COTAV)
- Orçamento 1999 - discutir execução
  - Orçamento 2000 - discutir elaboração
- Cumprimento do Estatuto urgente
  - Respeito aos Colegiados
  - Aprovação, pelo CONSUNI, da equipe de Sub-Reitores
- Priorizar no debate político dos Colegiados:
  - reforma do Estatuto (adequar à LDB)
  - carreira e avaliação docente
  - carreira e avaliação técnico-administrativa
  - Proposta de Autonomia Universitária
- Ofensiva acadêmica na Graduação
  - proposta - horizonte LDB
  - aumento de vagas nos cursos noturnos
  - Dotação orçamentária para a graduação e autonomia para gerir os recursos
- Construção de uma pauta prioritária pelos Conselhos Superiores
  - de natureza deliberativa
- Gestão dos problemas imediatos
- Dar posse aos eleitos com maior número de votos: Decanos, Diretores
- Orçamento para SR-1, SR-2 E SR-5

Adufrj - Seção Sindical
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)

EDITAL

De acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, convoco as eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, para complementação do mandato 1997-1999, para os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 1998. De acordo com o Regimento Geral, os candidatos devem inscrever-se até o dia 27 de novembro de 1998, através de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral.

Roberto Leher
Presidente da Adufrj-Ssind

Gratificação de Estímulo à Docência

O relatório final da Comissão de Avaliação do MEC determina que cada universidade ou instituição constitua a sua comissão local de avaliação docente. Os professores das universidades que já realizam alguma avaliação receberão primeiro

Desde que foi sancionada a Lei da GED, os professores só estão recebendo 60% da gratificação. A partir de agora, receber a gratificação depende de parecer das comissões locais de avaliação docente, que deverão ser constituídas pelas reitorias.

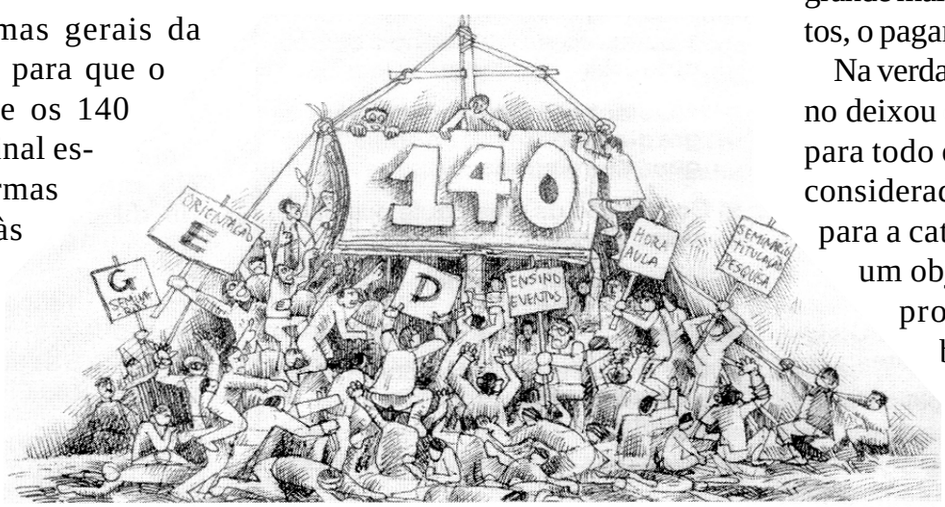
Dos 140 pontos máximos da GED, os professores até agora vêm recebendo 84 pontos, independente de avaliação, que significam os 60% do total de pontos. Após a implementação da avaliação nas universidades, o professor poderá ser avaliado de 0 a 120 pontos, por horas-aula ministradas e de 0 a 60 pontos, na avaliação qualitativa. A pontuação máxima não pode ultrapassar os 140 pontos. Para ter direito à avaliação qualitativa, o professor tem que ter um mínimo de 8 horas-aula trabalhadas.

Segundo as normas gerais da avaliação da GED, para que o professor conquiste os 140 pontos o relatório final estabelece várias normas gerais para todas às instituições (leia quadros).

Em relação à pesquisa, os docentes serão avaliados pela sistemática adotada pela Capes. No caso dos docentes com dedicação exclusiva, será obrigatória a avaliação de suas atividades de pesquisa.

A gratificação só começará a ser paga, após a entrega e aprovação dos relatórios de avaliação docente pelas comissões locais. As universidades que já tem instituído alguma política de avaliação docente, sairão na frente. Para garantir que todas instituições estivessem preparadas para implementar a avaliação da GED, a Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes) se antecipou à divulgação do relatório do MEC e orientou os reitores para que constituíssem, imediatamente, suas comissões locais.

Cada comissão que avaliará os formulários deverá ter de cinco a dez membros: dois quintos de professores externos à instituição; um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente e um representante da equipe responsável pela avaliação geral da instituição.



Para os diretores do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), a participação da entidade na comissão do MEC, juntamente com a Andifes, foi positiva e garantiu que todo o professor que for avaliado com a pontuação máxima terá direito aos 140 pontos da GED.

A questão não parece ser tão simples, já que, na prática esta responsabilidade foi remetida às instituições e é sabido que, com o decreto que regulamenta a lei da GED, o governo criou mecanismos de limitar o número de pontos por instituição. Isto significa que não há pontos suficiente para que, no caso de todos os docentes, ou a grande maioria, conquistar os 140 pontos, o pagamento seja de fato integral.

Na verdade, com o decreto, o governo deixou claro que não há dinheiro para todo o mundo. A GED, que foi considerada uma vitória econômica para a categoria, passou a ser mais um objeto de luta individual do professor universitário na busca de uma remuneração mais digna, de acordo com a sua condição profissional.

Relatório da Comissão de Avaliação da GED

Diretrizes gerais de avaliação

Estas diretrizes, além das orientações gerais pretendem oferecer um referencial para a avaliação referente ao ano de 1999

3.1. Comissão de Avaliação das Instituições de Ensino Superior

Será constituida em cada IFES uma comissão de avaliação de desempenho docente encarregada de organizar e implementar o processo de avaliação de desempenho docente. As formas e procedimentos e mecanismos definidos pela comissão de avaliação das IFES deverão ser submetidos à apreciação da Comissão Nacional permanente proposta do item 2.

As comissões de avaliação das IFES serão compostas de 5 (cinco) a 10 (dez) docentes, doutores e deverão obedecer os seguintes critérios:

a) Dois quintos de professores externos à instituição;

b) Um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente;

c) Um representante da equipe responsável pela avaliação institucional geral da IFES;

3.2 Normas Gerais

A avaliação do desempenho docente, 1998, será realizada a partir de um relatório, cuja forma deve ser proposta pela comissão de avaliação das IFES, a ser preenchidos pelo docente. Este relatório deverá considerar o conjunto das atividades realizadas pelo docente no ano de 1998. A não apresentação deste relatório pelo docente implicará na sua exclusão do processo de avaliação.

3.2.1 O relatório de atividades deverá incluir informações sobre os seguintes itens:

✔ atividade atuais de aperfeiçoamento ou formação pós-graduada stricto sensu

✔ atividade de ensino, considerando as disciplinas ministradas acompanhadas de ementários, bibliografia utilizada e atividades correlatas desenvolvidas dentro ou fora da sala de aula, bem como aquelas relacionadas à orientação de teses e pesquisas na graduação e pós graduação, participação em bancas examinadoras e supervisão de estágios.

✔ produção científica ou de pesquisa, nos últimos dois anos, acompanhado de publicações e relatórios, descrevendo

✔ meios de financiamento e as agências financiadoras, como também os relatórios de avaliação destas agências.

atividades de representação acadêmica e representação em órgãos de formulação e execução de políticas de ensino e ciência e tecnologia;

atividades de coordenação, chefia ou de direção na própria instituição;

atividades relacionadas a projetos didáticos pedagógicos, como inovação curricular, desenvolvimento de tecnologia de apoio ao ensino;

atividades de extensão universitária.

A comissão recomenda que na avaliação das atividades de ensino dos docentes seja considerada a manifestação dos alunos, de maneira organizada e sistemática.

3.2.2 A comissão deverá considerar no processo de avaliação dos relatórios os seguintes espectros:

a) para docentes em regime de trabalho de 20 horas será considerada sua atividade de ensino, incluindo as ações que qualifiquem seu desempenho em sala de aula ou em atividades correlatas, especialmente referidas no item 3.2.1 Deverá neste caso ser especialmente considerada, pela comissão de avaliação da IFES, a contribuição do docente para a renovação e atualização dos processos de aprendizagem;

b) para docente em regime de trabalho de 40 horas e Dedicação Exclusiva serão consideradas as atividades de ensino, nos moldes descritos na alínea "a", pesquisa e extensão, considerando as ações que qualifiquem seu desempenho em cada uma dessas atividades. Em relação à avaliação em relação as atividades de pesquisa e de pós-graduação a comissão das IFES deverá incorporar a sistemática utilizada pela CAPES. Nas atividades de extensão deverão ser consideradas aquelas de caráter institucional, articuladas com as atividades de ensino (graduação e pós-graduação) e de pesquisa, bem como os benefícios sócios-econômicos por ela proporcionados. Atividades notadamente caracterizadas como de prestação remunerada de serviços por decentes, não deverão consideradas. No caso de docentes em Dedicação Exclusiva será obrigatória a avaliação de suas atividades de pesquisa.

3.2.3 a pontuação dos docentes para fins de cálculo da gratificação de estímulo à docência será realizada, nos moldes da lei, a partir da avaliação realizada pela comissão institucional a ser criada em cada IFES, que deverá remetê-la ao dirigente máximo da instituição para que seja enviada à Secretaria de Educação Superior do MEC.

4 Normas Específicas

4.1 Para efeito de integralização dos 10 (dez) pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte pontos, poderão ser consideradas, além das atividades propriamente realizadas em sala de aula, somente aquelas registradas academicamente que conduzam a obtenção de crédito.

4.2 Os docentes afastados para os programas de pós-graduação, referidos no Art. 4 da Lei 9678, de 6 de julho de 1998, serão avaliados pelas Unidades a que estão vinculados com base em relatório de atividades e parecer emitido pelo coordenador.

4.3 Os professores, no regime de 40 horas semanais, devem necessariamente combinar sua carga horária didática com outras atividades acadêmicas no âmbito da docência, na pesquisa e/ou extensão.

4.4 Na avaliação do desempenho dos docentes ocupantes de cargo de direção ou função gratificada, a comissão da avaliação da IFES poderá estipular ponderações específicas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

UFRJ não paga o abono 98 e responsabiliza ocupação da reitoria

Parece absurdo, mas é verdade. Para burlar o pagamento do abono pecuniário de 1998 devido aos docentes, a Procuradoria da UFRJ pediu vista dos autos do processo da Adufrj. A procuradora alega ter perdido a documentação e planilhas referentes à ação, durante a ocupação do segundo andar do prédio da reitoria por estudantes e funcionários, após a nomeação do professor Vilhena como reitor. O interessante é que a sub-reitoria de Pessoal (SR5), seção que deveria cuidar dos documentos, funciona no oitavo andar do prédio.

O recurso da UFRJ prejudica centenas de docentes, que têm direito ao abono e estão aguardando desde o início do ano a liberação deste pagamento, já determinado pela Justiça Federal. A reitoria já tem o dinheiro disponível, mas se recusa a pagar utilizando-se de expedientes onde parece valer qualquer argumento.

Vale a pena conferir a íntegra da petição enviada pelo Procurador Carlos Eduardo Scmitz ao Juiz da 6 Vara Federal do Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Exmo. Sr. Dr. Juiz da 6a. Vara federal – Rio de janeiro

Processo n. 98.0045291-5

Universidade Federal do Rio de Janeiro, vem pela presente, nos autos da **Carta de Sentença** em epígrafe extraída do **Mandado de Segurança** n. 98.0039710-8, impetrado por **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**, expor e requerer o que seque:

I- Conforme noticiado nos maiores jornais de circulação no país, inclusive nos noticiários de TV, a Reitoria da UFRJ esteve ocupada por manifestantes por mais de um mês. Era objetivo dos manifestantes impedir que o novo Magnífico Reitor entrasse em exercício, o que só foi possível a através da intervenção desse do Egrégio Tribunal, Regional Federal, recentemente;

II- De sorte que vários Procedimentos Administrativo, entre os quais, o que se refere ao mandado de segurança em epígrafe estão desaparecidos;

III- Vale frisar, que durante todo este interregno, o nosso magnífico reitor Foi impedido de atuar. Estando ainda, até a presente data, a administração da Universidade se ressentido desses reflexos.

Ex positis, com o escopo de dar cumprimento a r. mandado de intimação n. 1647 dessa r. Vara Federal, requeremos respeitosamente a V. Exa., e por motivo de **força maior**, que nos conceda **vista dos autos n. 980039710-8 e 98.00452291-5**, pelo prazo de 30 dias, a fim de que possamos dar integral cumprimento a Vossa determinação. É imperioso frisar que sem os autos judiciais e o procedimento administrativo torna-se impossível darmos cumprimento a r. intimação. E que a vista dos autos tornará possível até a restauração dos autos do procedimento administrativo que até então se acha desaparecido.

Pede deferimento.

Rio de janeiro, 2 de Outubro de 1998

Dr. Carlos Eduardo de A. Schmitz
Procurador Federal
Reg. 0114423

Reitoria da UFRJ cobra "dívidas" de professores

Muitos professores da UFRJ estão sendo surpreendidos com descontos significativos em seus contracheques. Na grande maioria são docentes que exerceram ou ainda exercem cargos de direção. Muitos nem sabem do que se trata, outros receberam o aviso de que simplesmente serão descontados. Nestes casos, a administração central informou que a UFRJ não enquadrou corretamente as Funções Gratificadas (FGs) e os Cargos de Direção (CDs) e que está cobrando os valores que foram pagos a mais. A primeira questão que a administração deveria responder é de quem é a responsabilidade por tal "erro", abrindo imediatamente inquérito para apurar as responsabilidades. A segunda atitude deveria ser chamar os professores nesta situação e esclarecer o teor da cobrança.

Mas, mesmo que tal cobrança seja correta, ainda há uma outra questão importante: como efetuar a devolução. Pela legislação anterior, não poderiam ser feitos descontos mensais de mais de 10% da remuneração total. Posteriormente o governo mudou a legislação elevando este percentual para "até 25%". Mais uma vez, dócil aos interesses do governo, a Reitoria da UFRJ aplicou o valor máximo. Resultado, muitos professores que nem sequer sabiam da tal dívida, de repente tiveram seus vencimentos reduzidos em 25%.

A Diretoria da Adufrj levou a questão para sua Assessoria Jurídica. Quanto ao mérito das dívidas, deverá ser analisado cada caso, mas quanto à devolução em quotas de 25%, no entendimento dos advogados cabe um mandato de segurança, individual. Os professores que estiveram nesta situação devem contatar a Adufrj para maiores esclarecimentos.

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Diagramação: Douglas Pereira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

IMPRESSO

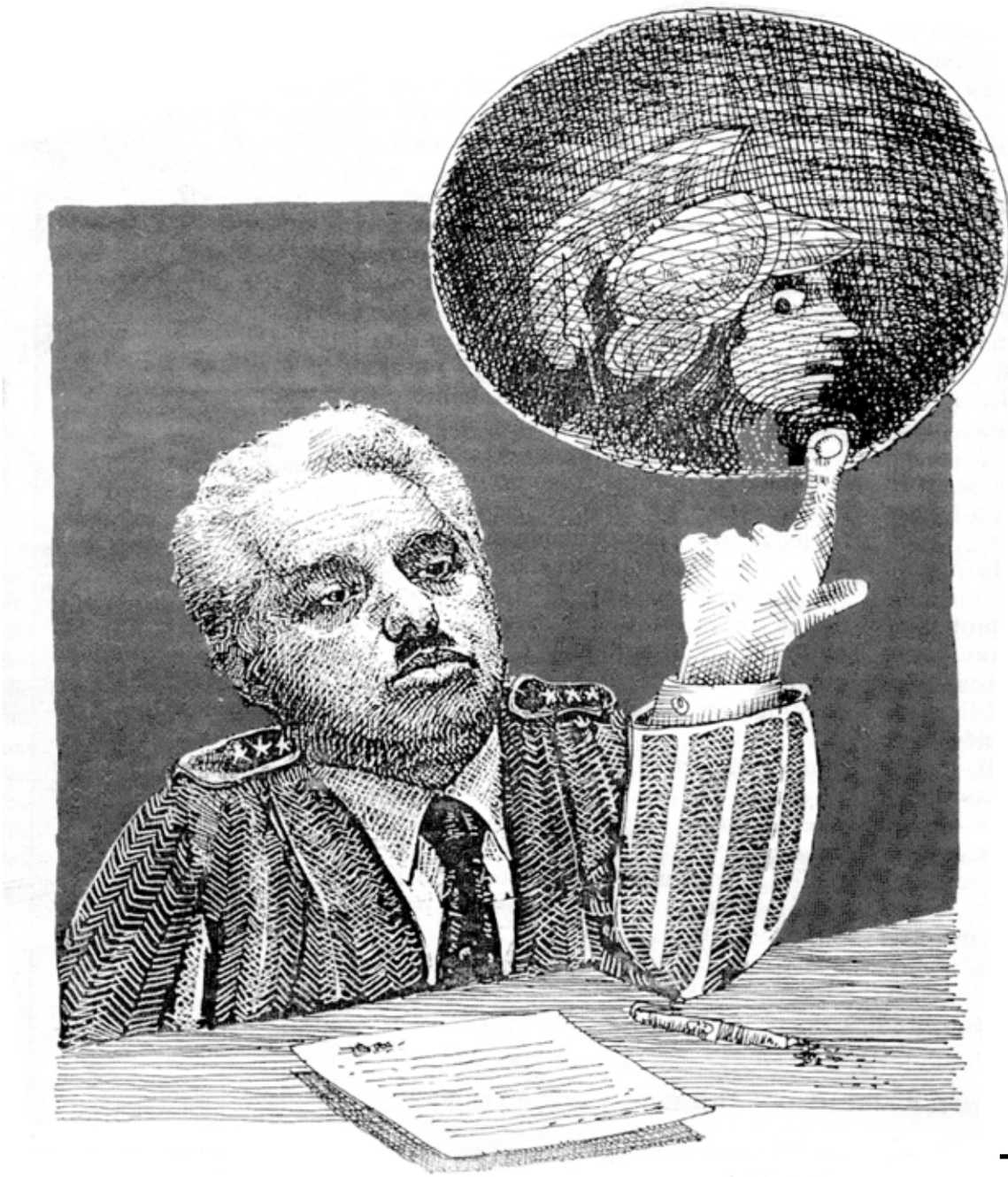
Sindicato ANDES Nacional

AD UFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V 19 A 25 DE OUTUBRO

Pela renúncia de Vilhena

UFRJ não tem comissão para a GED



A sessão do Conselho Universitário da semana passada foi novamente desmarcada por José Henrique Vilhena. Segundo seu comunicado, "por motivos de viagem", a reunião não poderia ocorrer. Cansados de esperar por aquele que se diz reitor, os conselheiros realizaram um encontro para discutir a regularidade do funcionamento do Consuni.

A irresponsabilidade de Vilhena poderá prejudicar a avaliação dos professores para o recebimento da GED. A UFRJ até agora não formou a comissão local de avaliação docente.

Página 4

Setor das Federais

As conseqüências da GED para os professores.

Página 3

15 de outubro

Com o recente anuncio da recondução do Sr Paulo Renato como Ministro da AntiEducação por mais quatro anos, aumenta a lista dos motivos de preocupação com os rumos do ensino público no país. Apesar de uma intensa, e eficiente, campanha publicitária proclamando aos quatro ventos as realizações do governo FHC na educação brasileira, a realidade é bem outra. Órgãos internacionais como a UNESCO, que tem uma visão da educação no mundo todo, classificam o Brasil como um dos países mais atrasados do ponto de vista da educação oferecida à população, tanto pública quanto privada. A população sabe, por experiência própria, que a situação é calamitosa. Os profissionais em educação foram reduzidos a uma categoria em vias de extinção. As verbas públicas para o ensino são escassas e freqüentemente desviadas em função das alianças políticas que o próprio governo promove. E toda esta política para manter o pagamento dos juros exorbitantes da dívida brasileira. A conclusão parece ser a de que neste 15 de outubro os professores não teriam motivos para comemorar nada.

Mas existe um outro lado da questão da educação. Se é verdade que vivemos um período muito difícil, também é verdade que o trabalho desenvolvido em algumas instituições públicas têm grandes méritos. Escolas públicas de ensino básico, tais como os Colégios de Aplicação, o Colégio Pedro II, muitas Escolas Técnicas, as Universidades Públicas, tem um padrão de ensino muitas vezes superior ao das instituições particulares. A procura por estas instituições deve-se em parte ao seu caráter gratuito, o que na presente crise é bastante significativo, mas também à qualidade do ensino, que nestas instituições tem um papel fundamental. A procura por um padrão melhor de ensino está em boa parte direcionada pela necessidade crescente de uma melhor qualificação profissional, pela demanda tecnológica, pelo impacto das descobertas cientificas no quotidiano de todos nós, pela aspiração legítima de largas camadas da população aos frutos do progresso que a humanidade vem desenvolvendo.

Se levarmos em conta a política de destruição praticada pelo governo FHC, o mérito das instituições públicas é ainda maior. Elas são a prova viva de que é possível um ensino público de qualidade no país. A população reconhece esta situação. Não só pela procura crescente de vagas, mas pelo apoio que recebemos durante a nossa recente greve. Os professores das instituições públicas de ensino tem portanto motivos para comemorar seu dia. Nosso trabalho é essencial para o bom desempenho das instituições públicas dignas de levarem o nome de "Escolas". Nosso trabalho é necessário na construção de uma sociedade mais justa e mais equilibrada. Temos um papel inestimável na formação de jovens. E finalmente, nossa resistência em permanecer lutando por instituições públicas de qualidade é um exemplo digno, do qual devemos nos orgulhar.

Portanto, se olharmos nosso trabalho numa perspectiva diferente da do atual governo, se levarmos em conta as necessidades reais do país para a educação, também poderemos olhar para o dia 15 de outubro com a satisfação de quem realiza uma obra importante para o país em que vivemos.

Ato em Defesa da Ciência e Tecnologia

Quinta-feira dia 22 de outubro às 15 horas
Auditório do LNCC, rua Lauro Miller s/n
ANPG • APG-UFRJ • APG-CBPF • DCE • ADUFRJ

Dia de Sonhar Dia de Lutar

É dia de homenagear aquele que escolheu uma profissão que tem por missão formar o futuro. O professor é um dos elementos fundamentais para o esclarecimento e para a construção de alternativas redentoras e libertarias. Não é tarefa fácil, principalmente diante da crise em curso. Crise ampla e profunda, de caráter ter conjuntura e localizada, civilizatória e geral.

O futuro que o professor sonha é outro: é com crianças que compartilhem, com adolescentes que escutem, com jovens que demonstrem criatividade e excelência naquilo que escolheram estudar. Nada de errado com mundos idealizados; é a partir de ideais e sonhos que começamos a transformar o mundo real.

Porém, esse mesmo professor, cuja vida tem sido resistir ao real de sua condição, tem um só sonho egoísta: um futuro profissional digno.

É para ele ou ela esta mensagem: o futuro é sempre um sonho e sonhos são realidades em potencial.

Continuaremos sonhando. Continuaremos lutando.

ANDES-SN
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Setor das Federais avalia relatório final da GED

Realizou-se em Brasília, no dia 10 de outubro, reunião do Setor das federais do Andes-SN. A Adufrj-SSind foi representada por José Miguel Bendrao Saldanha, da diretoria da Adufrj, e por Sara Granemann, da Escola de Serviço Social. Estiveram presentes representantes de 31 seções sindicais.

O principal assunto da reunião foi a avaliação do relatório final da Comissão Nacional para a implantação da GED. Um dos representantes do Andes-SN na comissão, Marco Antônio Sperb Leite, relatou como foram os trabalhos da comissão. Segundo ele, o relatório, cuja redação final foi feita pelo MEC, expressa fielmente o que foi acordado na comissão.

Esta declaração provocou muitas críticas, inclusive por parte dos representantes da Adufrj, pois, uma vez que os procedimentos estabelecidos pela comissão para a "avaliação" dos professores contrariam frontalmente tudo o que o movimento docente já deliberou sobre o assunto, tais procedimentos não deveriam surgir como consensuais numa comissão onde o Andes-SN estava representado.

Apesar disso, o setor não indicou a rejeição desses procedimentos, por 12 votos a 11, com 7 abstenções, preferindo encaminhar às seções sindicais o relatório da comissão acompanhado das críticas apresentadas, para apreciação pela base do movimento.

A reunião tratou também da participação do Andes-SN na comissão de 1° e 2° graus do MEC e da pauta de reivindicações do setor. Na próxima semana, o Jornal da Adufrj publicará um relato mais detalhado da reunião e também um caderno especial sobre a GED, contendo a íntegra de todos os documentos oficiais e das avaliações já produzidas pelo movimento docente sobre a questão.

Reunião do GT seguridade social

Nos dias 7 e 8 de outubro, em Brasília, reuniu-se o GT de Seguridade Social/ Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria do,Andes-SN, com a participação de vinte e duas Seções Sindicais. A Adufrj foi representada pela professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social.

Por Seguridade Social compreende-se - em quase todos os países do mundo e, a partir da Constituição Federal de 1988, também no Brasil - "um conjunto integrado de ações do poder público e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

A reunião do GTSS preocupou-se, ao longo do primeiro dia, com a relação entre SUS/Universidades/Hospitais Universitários, com o controle social, o financiamento e a formação de recursos humanos na área da saúde. No segundo dia, as discussões giraram em torno da Previdência Social e, muito especialmente, na análise dos esforços que, provavelmente, serão empreendidos pelo governo para votar e aprovar os artigos de seu interesse, com o objetivo de consumar sua reforma previdenciária. O GTSS, consensualmente indicou a necessidade de uma forte mobilização de todos os docentes (ativos e aposentados), associados aos demais trabalhadores, contra a reforma proposta pelo governo.

Como todos sabem a Ged não é extensiva integralmente aos aposentados e pensionistas. Mais grave ainda é a situação dos aposentados de 1° e 2°graus que sequer tiveram direito ao recebimento das bolsas. Assim, contrário a estas discriminações aliás, inconstitucionais - o GTSS se pronunciou pela extensão imediata da Ged para todos e encaminhou esta indicação para a Reunião do Setor das Federais, realizada no dia 10 do mês em curso.

Dois outros assuntos foram examinados: 1) a preconceituosa declaração do Ministro da Educação e do Desportos, Paulo Renato Souza, à Revista Época - edição de 20.07.98, segundo o qual os professores que se aposentaram "são uns velhos que não valiam nada ". Os presentes propuseram, ao Andes-SN, uma representação ao Ministério Público contra o ministro; 2) A diretoria do Andes-SN consultou o GTSS sobre a possibilidade de separá-lo em dois novos grupos de trabalho. Os participantes, por entenderem que a separação causaria uma maior fragilidade e despolitização no trato destas políticas públicas, recomendaram a continuidade do GTSS no formato atual.

Sara Granemann

Representante da Adufrj na reunião do GT

UFRJ não constitui comissão de avaliação Docente para a GED

O Conselho de Ensino de Gradua ção da UFRJ está pleiteando uma representação na Comissão de Avaliação de Desempenho Docente para a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). A reitoria já deveria ter iniciado a formação desta comissão, para que os professores da UFRJ não sejam prejudicados quanto ao recebimento da gratificação. Segundo a professora e conselheira, Diana Maul, o Ceg está aguardando alguma manifestação da reitoria sobre este assunto.

Até o final da tarde de sexta-feira, o Jornal da Adufrj não conseguiu contato com o professor José Vilhena, responsável pela constituição da Comissão.

Mais uma vez Vilhena cancelou a sessão do Conselho Universitário, que aconteceria na quinta (15), por "motivos de viagem".

Cansados de esperar, alguns conselheiros reuniram-se na mesma quinta e discutiram que atitudes tomar diante do total descaso desta reitoria com os colegiados. Participaram desta reunião, os decanos Oscar Acserlrad, do CT; Sérgio Fracalanza, do CCS; e Carlos Tannus, do CLA.

O grupo de conselheiros agendou nova reunião para esta terça-feira, quando discutirá a regularidade do funcionamento do Consuni e a definição de pautas urgentes como calendário escolar, orçamento 99, a comissão da GED e a reforma dos estatutos.

EDITAL

Adufrj - Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)

De acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, convoco as eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, para complementação do mandato 1997-1999, para os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 1998. De acordo com o Regimento Geral, os candidatos devem inscrever-se até o dia 27 de novembro de 1998, através de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral.

Roberto Leher
Presidente da Adufrj-Ssind

Grupos de Trabalho

Formação e Política Sindical - 19 de outubro, segunda-feira, às 15h, na Escola de Serviço Social

Seguridade Social - 19 de outubro, segunda-feira, às 16h, na Escola de Serviço Social

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Diagramação: Douglas Pereira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

IMPRESSO

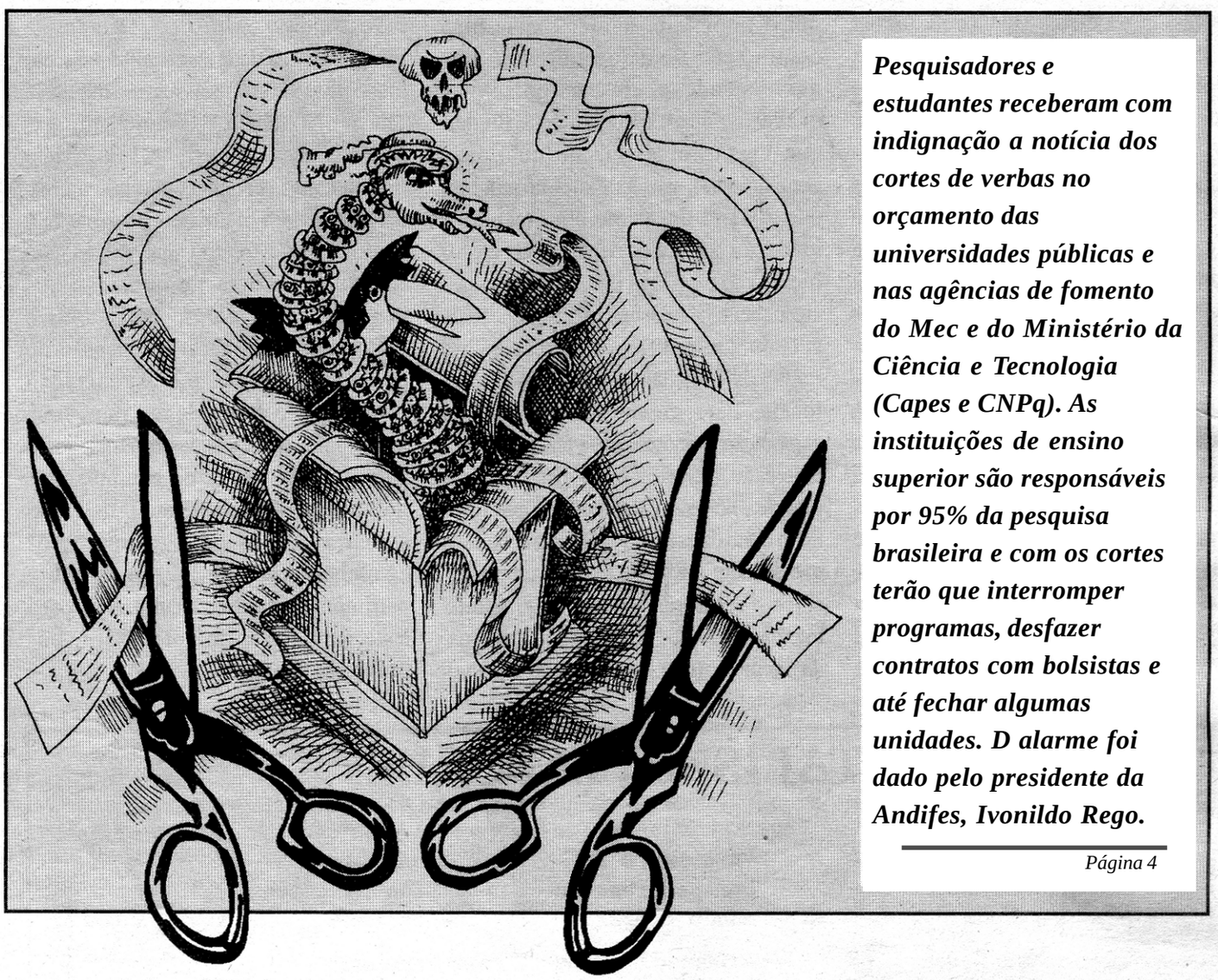
Sindicato ANDES Nacional

ADUFRJ Seção Sindical

JORNAL ANO V 26 DE OUTUBRO A 1° DE NOVEMBRO

Pela renúncia de Vilhena

Cortes comprometem sobrevivência das universidades



Pesquisadores e estudantes receberam com indignação a notícia dos cortes de verbas no orçamento das universidades públicas e nas agências de fomento do Mec e do Ministério da Ciência e Tecnologia (Capes e CNPq). As instituições de ensino superior são responsáveis por 95% da pesquisa brasileira e com os cortes terão que interromper programas, desfazer contratos com bolsistas e até fechar algumas unidades. D alarme foi dado pelo presidente da Andifes, Ivonildo Rego.

Página 4

Cortes

José Leite Lopes participa do ato de contra política de C&T

Página 5

Crise na UFRJ

UFRJ altera estatuto para adequar-se a LDB

Página 3

Movimento Docente

O sindicato e a comissão de 1° e 2° graus

Página 7

À comunidade acadêmica

Através de uma breve historia, verídica, podemos ilustrar o que acontece neste momento, em relação ao ensino e à pesquisa no país. A historia é a seguinte. Numa cidade do interior estava instalada uma estatal de grande porte. A estatal financiava uma escola de segundo grau, que atendia as demandas locais. Com o passar do tempo e com a dedicação de um grupo de bons professores a escola começou a formar alunos de ótimo nível. Muitos destes alunos, os melhores, quase todos de condições econômicas modestas, começam a fazer vestibular nas universidades da capital e a terem bons resultados. Com isto, um número significativo de jovens tem acesso à educação superior, conseguem uma melhor qualificação profissional e se integram no mercado de trabalho em melhores condições. Esta situação se mantém durante alguns anos, até a venda da estatal para um grupo privado. Seis meses após a privatização, a direção da escola é chamada pelos novos proprietários que apresentam a seguinte consideração. "O nível da escola é bom, mas é bom demais. Precisamos de um fusquinha e vocês estão fazendo uma BMW. Não nos interessa que os melhores alunos saiam da cidade. Portanto, a partir de agora vocês devem abaixar o nível da escola."

Este exemplo simples revela a lógica profunda do que está sendo implantado no país. Os cortes para a educação superior e pesquisa até contribuem para o famigerado ajuste das contas do governo. Mas seus valores globais são pequenos. No nosso entendimento há outro fator importante. Existe uma contradição fundamental entre uma universidade e uma pesquisa de qualidade, que expandam seus limites, que alcancem níveis de qualidade comparáveis a seus similares no exterior, que atinjam um número crescente de jovens e a política de dependência global imposta ao país. Para esta, não interessa o crescimento intelectual, a independência econômica, políticas de crescimento regionais voltadas para as populações locais. Este gigantesco sistema de exploração econômica está fazendo com a educação superior brasileira e com a pesquisa no país, exatamente o que fez o novo dono da estatal no interior. A política que seguem o MCT e o MEC ditada por estes senhores dos organismos internacionais que conspiram, é a mesma: abaixem o nível; limitem-se aos nossos interesses; aprendam algumas coisinhas para operar nossas engrenagens. E é apenas isto que querem.

Por outro lado, na última quinta-feira, tivemos um belo e curioso exemplo de reação a esta política. Uma boa parte da comunidade científica do país se reuniu no LNCC (ver matéria da pagina 5) para protestar contra o desmantelamento de anos de trabalho e investimento. Muitos estudantes e pesquisadores de longa tradição de luta em defesa dos interesses nacionais lá estavam. Também estavam alguns ex-simpatizantes do governo FHC. Meio tímidos, mas reconhecendo que a crise é muito séria. Foi um belo ato, mas não é suficiente. Mostrou que existe uma forte consciência de oposição aos desatinos do governo FHC. Mas é importante reconhecer a extensão do perigo e apostar na organização permanente e crescente das forças que lutam em prol de um destino mais justo para a nação. Além de continuarmos nosso trabalho acadêmico, devemos somar esforços para encontrar os caminhos políticos que preservem o patrimônio científico e cultural do país. Este será nosso maior desafio nos próximos tempos.

Promoção:
revista Crítica Marxista
Colaboração:
DCE/UERJ
ASUERJ
ASDUERJ

O CAPITALISMO EM CRISE

Palestrantes

"A crise capitalista no pensamento de Marx"
Emir Sader
Prof. do Departamento de Sociologia da USP e da FSS/UERJ

"A crise e as perspectivas do mundo operário"
Armando Boito Jr.
Prof. do Departamento de Ciências Políticas da UNICAMP

"A economia política da crise financeira"
Luís Fernandes
Prof. do Departamento Ciências Políticas da UFF

Mediador **Leovegildo Leal** DSc. Sociologia/USP

5 de novembro
Audiório 11 da UERJ
18h30

Consuni aprova moção contra política do governo

Depois de duas semanas protelando seu encontro com os conselheiros, o professor José Vilhena finalmente decidiu promover uma sessão do Conselho Universitário. Na quinta-feira passada (22), o Consuni aprovou três moções. Foi aprovada, por unanimidade um voto de "regozijo ao escritor José Saramargo, ao governo e povo portugueses, pelo Prêmio Nobel de Literatura". Foi aprovada, também, uma moção de solidariedade aos juizes dos tribunais espanhóis, que solicitaram a prisão do general Augusto Pinochet. 0 general, assim como seus "correligionários" brasileiros, na época em que instaurou a ditadura chilena, foi responsável pela tortura e morte de vários presos políticos e cidadãos, contrários ao regime.

Posicionando-se claramente contra as medidas do governo que atingiram as universidades públicas e as agências de fomento à pesquisa, o Consuni aprovou, também por unanimidade, uma moção contra os cortes no orçamento de custeio das instituições.

Esta moção aprovada significa que a UFRJ, apesar de estar sendo dirigida por um legítimo representante do governo Federal, ainda consegue dizer não às políticas de Fernando Henrique Cardoso.

Vilhena presidiu a sessão sozinho. Não levou seus nomeados sub-reitores, nem teve ao seu lado ex-reitores ou outros membros do Conselho. As dificuldades um administrar uma instituição no estado em que se encontra a UFRJ ficaram evidentes quando os decanos do CCJE, Carlos Lessa, do CT, Oscar Acslrald, e do CLA, Carlos Tannus, desfiaram rosários de lamentação em relação a problemas que a comunidade tem que conviver dia após dia, nos campi.

Falta de segurança, iminência de incêndios, falta de abastecimento, canos estourados, falta de energia entre tantas outras mazelas, foram levantadas. Segundo estimativas apresentadas pelo professor Oscar, o CT precisaria de, no mínimo, R$ 3 milhões para " se agüentar em pé, nos próximos anos".

Vilhena falou pouco, mas prometeu muito: Dinheiro para os centros, contratos com a Cedae e com o Corpo de Bombeiros, investimentos nos prédios e novos projetos acadêmicos. Mas faltou discussão sobre como a UFRJ vai enfrentar a crise que vem por aí. Com que verbas, o professor Vilhena vai garantir os cerca de 4 milhões de reais prometidos para cada Centro, durante a sessão do Consuni? E as bolsas para estudantes e professores em qualificação? E os investimentos na graduação e equipamentos? Nada disto foi mencionado pelo professor.

O Consuni aprovou a constituição de uma comissão que terá quinze dias para formular propostas de mudança no estatuto da universidade. As alterações visam resolver os problemas de governabilidade vividos pela instituição desde a nomeação de Vilhena como reitor. Adequar o estatuto da UFRJ às recentes leis governamentais aprovadas como LDB, também será uma das tarefas da comissão. Dela fazem parte os professores Adolfo Polillo, Edson Saad, Marco Antonio (atual decano do CCJE), Antonio Madureira (estudante) e Carlos Maldonado (técnico administrativo). A próxima sessão do Consuni acontecerá dia 5 de novembro.

Avaliação para GED preocupa docentes

O Professor José Vilhena finalmente nomeou os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente. Ao todo a comissão da Gratificação por Estímulo à Docência é formada por seis representantes da universidade e quatro professores externos. De acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pela comissão do MEC, as comissões locais poderiam ser constituídas de 5 a 10 docentes, doutores, sendo um quinto de docentes de outras instituições.

A comissão da UFRJ tem representação do Ceg, do Cepg, da CCPD e da Coopera. Os representantes na comissão terão que definir os indicadores, critérios e procedimentos a serem utilizados para avaliação do desempenho de cada docente. Do resultado desta avaliação sairá o percentual da GED a ser pago ao professor. A comissão de avaliação docente vai ser instalada oficialmente nesta segunda-feira (26), na sala do Conselho Universitário.

De acordo com uma carta assinada por Vilhena para os professores da UFRJ, as informações para a avaliação serão inicialmente obtidas das bases de dados já disponíveis no Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) e na Sub-reitoria de Pós-Graduação (SR2). Estas informações se referem ao biênio 96-97 e são os dados cadastrais do professor, seus registros na graduação e na pós e as atividades acadêmicas gerais vinculadas à pós-graduação.

Ainda segundo Vilhena, relatórios já estão sendo preparados para a verificação e complernentação do próprio docente, que serão avalizados pelos chefes de departamento ou equivalentes.

Os professores que não atuaram na pós-graduação nos anos de 1996 e 97 poderão fornecer seus dados de atividades acadêmicas através de formulários disponíveis, segundo a reitoria, a partir desta segunda-feira, 26 de outubro.

Como a base de dados é incompleta e desatualizada é possível um grande número de erros. Mesmo com os formulários, a avaliação do professor poderá ficar prejudicada, já que são mais de 3.000 relatórios a serem avaliados em menos de 3 semanas.

A reitoria diz que espera complementar os dados já disponíveis até o dia 6 de novembro e finalizar o processo de avaliação até o dia 13 do mesmo mês.

Fazem parte da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (para a GED)

UFRJ
Edione Trindade Azevedo
Eduardo de Miranda Batista
Fernando Alves Rochinha
José Roberto Lapa e Silva
Leslie Claude Benchetrit
Maria da Graça Derengowiski Fonseca

Membros Externos:
Dalcy Angelo Fontanive
Emílio Francischetti
Pedro Carajilescov
Roberto Paes de Carvalho

Cortes de verbas deixam comunidade acadêmica perplexa

"As medidas agora anunciadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, relacionadas à sua total incapacidade de continuidade de financiamento da pesquisa, somando-se às recentes pesquisas de bloqueio pelo Ministério da Educação e do Desporto - MEC, de 57% da verba de manutenção das Universidades Federais, constituem-se no mais grave momento vivido pela imensa maioria de professores e pesquisadores das nossas universidades".

Trecho de ***Carta à Nação. Andes-SN***

Semana passada, a comunidade aca dêmica viveu dias de aflição e alvo roço. 0 medo de não ter como pagar as contas atingiu desde reitores até os estudantes da pós-graduação.

Com o anúncio do bloqueio dos recursos, já destinados no orçamento de 98, para as universidades federais, reitores e subreitores de patrimônio viram-se diante do caos. Para o presidente da Associação dos Dirigentes das Ifes (Andifes), Ivonildo Rego, se o governo não desbloquear o dinheiro destinado às instituições, vai faltar luz, água, gás e cafezinho. Isto sem contar com toda a infra-estrutura de laboratórios e salas de aula, que dependem de verba para funcionar. Na UFRJ, a reitoria já suspendeu o contrato com a Xerox do Brasil. Só com este ato, lá se vai boa parte das atividades acadêmicas de professores e alunos e o trabalho dos funcionários.

A portaria 328198 assinada, também na semana passada, pelo presidente do CNPq, José Galizia Tundizi, é clara. Suspende "temporariamente" todos os apoios e concessões de auxílios individuais e institucionais, implementados ou não, que ainda não tenham tido seus respectivos extratos publicados no Diário Oficial. Ao todo são 14 medidas que praticamente levam a pesquisa brasileira e seus dependentes a bancarrota.

A portaria determina que a partir de agora todos os pagamentos, inclusive de bolsas, só serão efetuados após análise e aprovação da diretoria do CNPq. Viagens, eventos, entre outras atividades, também estão suspensos.

Não é de hoje que estudantes e pesquisadores convivem com os sobressaltos da política do governo. Com os cortes do MEC e do Ministério da Ciência e Tecnologia, alunos de pós-graduação e professores em qualificação trabalham sem saber se receberão as bolsas no próximo mês.

Os estudantes e docentes que cursam programas no exterior ou oriundos de outras localidades do país vivem com o dinheiro recebido das bolsas. Assim como os reitores pagam aluguel, luz, água, imposto, viagens e livros. As bolsas de qualificação da Capes e do CNPq têm o mesmo valor (veja tabela). Um mestrando recebe R$ 724,52 para as despesas e um doutorando R$ 1.072,89.

Segundo o professor e assessor da Andifes, Artur Obino, os cortes foram unia estratégia encontrada pelo governo para "criar caixa" para o pagamento das bolsas da Capes para os professores de 1 e 2 graus e para o Programa de Merenda Escolar. Na audiência do Andes-SN com a Secretaria de Ensino Superior (Sesu), o secretario Abílio Baeta usou a mesma justificativa para as medidas e disse que as bolsas da Capes da pós-graduação do mês de outubro, inclusive dos programas no exterior, serão pagas.

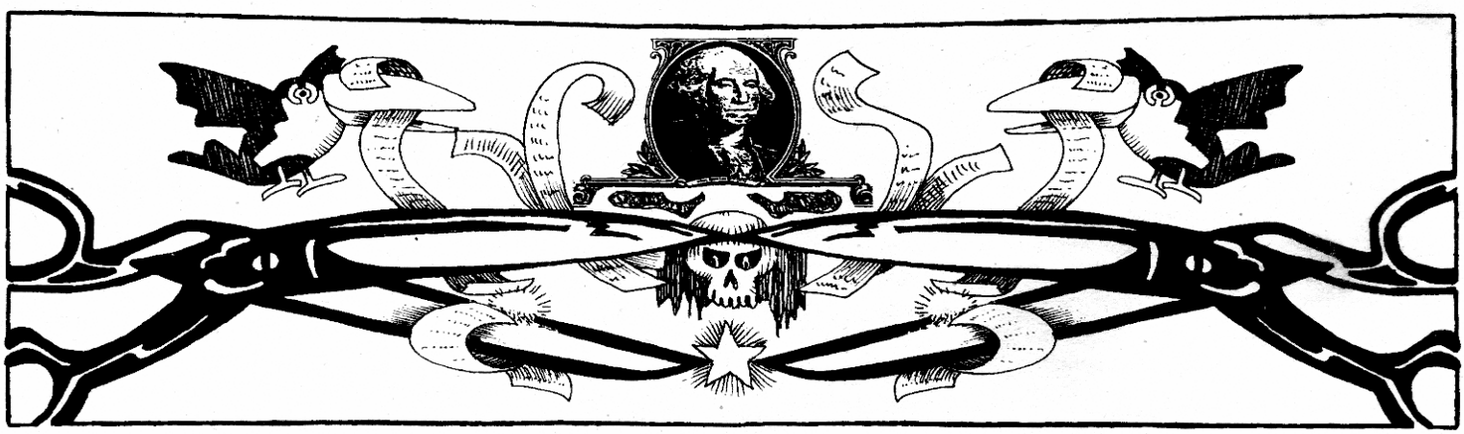
Na audiência com o Sindicato, Abílio disse que não há possibilidade de retenção do pagamento da GED. O secretário do MEC informou que a gratificação não é passível de cortes por ser objeto de Lei. Abílio ressaltou que os professores que forem avaliados pelas suas comissões locais receberão a GED com o pagamento da diferença decorrente da avaliação qualitativa retroativo ao dia 6 de julho, com a promessa de majoração de 10% a partir de outubro.

BOLSAS

sem adicional saúde(*)

Iniciação científica	R$ 241,51
Aperfeiçoamento	R$ 483,01
Mestrado	R$ 724,52
Doutorado	R$ 1.072,89
Pós-Doutorado	R$ 2.218,56

(*) R$ 13,00 (suspenso)



Conjuntura

Comunidade Científica indignada

Pesquisadores, docentes e alunos passaram uma semana aterrorizados com os cortes dos órgãos de fomento.

Ato no auditório do LNCC

Mais de 500 pessoas, entre pesquisadores, professores, estudantes e funcionários, lotaram o Auditório do antigo Laboratório de Ciências da Computação, quinta-feira passada (22), na Praia Vermelha. 0 motivo do ato foram as ameaças de cortes nas verbas das universidades públicas e de todos os auxílios do CNPq para bolsas e demais atividades da pesquisa universitária. A manifestação contou com a participação de mais de trinta Associações, Sociedades Cientificas, Sindicatos, entre os quais a Regional do Andes-SN e a Adufrj.

A reunião no Lncc foi dirigida pelo presidente da SBPC, Sérgio Ferreira, pelo vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências Ricardo Gatass, pelo secretário regional da SBPC Adauto Araújo e, representando o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, pelo professor Mário Novello. Os presentes promoveram uma condenação pública da política de Ciência e Tecnologia de Fernando Henrique Cardoso.

Para Sérgio Ferreira, a crise é uma conseqüência do atual modelo econômico. Já o vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências lamentou a contradição entre a portaria d do CNPq, suspendendo praticamente todas suas atividades, e uma nota posterior, do MCT, declarando o contrário. O Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Amos Troper, relatou que a biblioteca da instituição uma das mais completas da América Latina nem nos piores dias da ditadura teve seu funcionamento tão prejudicado, sem verbas para renovar assinaturas de revistas, indispensáveis à pesquisa. 0 professor Mário Novelo leu um documento elaborado pelos pesquisadores do CBPF. O representante da Fundação Osvaldo

Cruz, os Presidentes da Sociedade Brasileira de Virologia e da Sociedade Brasileira de Física informaram o comprometimento da realização de vários encontros e congressos internacionais já agendados por estas entidades. 0 representante dos servidores do CNPq mostrou uma transparência com a nova " modelagem organizacional" do CNPq, onde são redefinidas as funções dos vários níveis de direção do Conselho. Curiosa-mente, as unidades de pesquisa ficam localizadas fora do organograma.

Faperj

Único parlamentar no ato, o deputado Carlos Mine, líder do PT na Assembléia Legislativa, comentou a discrepância entre a generosidade do governo federal em anistiar dívidas de usineiros e bancos privados e o rigor orçamentário com os as áreas sociais. Em relação a Faperj, Mine contou que o ex-governador Marcelo Alencar usou de um artifício para burlar a Constituição Estadual. Dos dois por cento mensais da arrecadação do Estado, correspondentes a cerca de 10 milhões de reais, só foram repassados, em média, um milhão por mês. No final do ano, o governo estadual assina um "empenho" sobre o restante a pagar (mais de noventa por cento), que não utilizado, voltará logo aos cofres públicos. Segundo Mine, o Tribunal de Contas do Estado endossa a manobra. O parlamentar também reafirmou o compromisso público de seu candidato ao governo do Estado, Anthony Garotinho, de progressivamente cumprir a constituição estadual até o final de seu mandato, se eleito.

Fim da ilusão

Para o Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Otavio Velho, chegamos ao fim de um período de ilusões. A primeira desilusão é com o chamado período de "saudável competição acadêmica". A outra é a de que a política de "acesso privilegiado aos ministérios" poderia garantir o funcionamento das instituições de pesquisa. Para o antropólogo, a comunidade científica deve dirigir seus esforços para obter um amplo apoio da sociedade para manter suas atividades.

Para a surpresa dos companheiros da UFRJ, o diretor da Coppe, Stefen Segen, denunciou a situação critica em que se encontra a unidade, com a escassez de verbas que se aproxima.

Destaque

O grande destaque do ato foi a intervenção firme e indignada do cientista José Leite Lopes. Do alto de seus oitenta anos, a maior partes dele dedicados ao ensino, e a uma política científica nacional, o renomado físico brasileiro fez duras críticas ao atual governo. Lembrando que, somente após anos de estagnação, os industriais da Fiesp finalmente correram ao governo pedindo uma política industrial para o país, Leite Lopes denunciou o erro de FHC em não ter procurado definir rumos para a indústria nacional. Concluiu pedindo um protesto internacional sobre o desmantelamento que vem sofrendo a ciência, a indústria e a tecnologia brasileiras, denunciando a responsabilidade direta do Presidente da República. A proposta foi aclamada.

Do ato no Lncc, será elaborado um Manifesto à Nação, coordenado pela diretoria da SBPC e assinado pelas entidades presentes e personalidades.

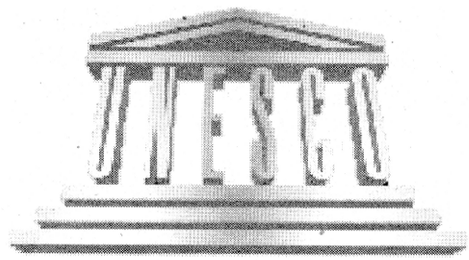
Formação superior como solução para demandas sociais

Em apenas quatro décadas o número de pessoas que subiram o degrau da escalada para unia formação universitária, no mundo todo, aumentou em mais de seis vezes. Segundo dados da Unesco, em 1995, 82 milhões de estudantes em todo o mundo já faziam parte de algum sistema de ensino superior ou de terceiro grau, contra apenas 13 milhões em 1960.

No Brasil, apenas 12% da população, considerada em idade de freqüentar uma instituição de ensino superior está matriculada.

Para muitos países, o investimento no ensino superior já se tornou a fórmula para a sobrevivência. Seja para atender demandas de mercado, seja para produzir qualidade de vida, o conhecimento gerado pelo ensino superior tem sido a chave de algumas nações na busca de soberania e sustentação frente à economia global.

A. Conferência da Unesco sobre Ensino Superior, ocorrida em Paris, entre 5 e 9 de outubro, contou com a participação de 1.274 entidades, entre representações governamentais, não governamentais, acadêmicas e sindicais. A partir do evento, foi produzido um documento com os princípios da Declaração Mundial sobre o Ensino Superior (leia a íntegra na homepage *www.alternex.com.br/-adufrj*



O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) esteve presente, representado pelo presidente Renato de Oliveira - que participou da comitiva do governo brasileiro - e pelos diretores Aníbal Moura e Jaime Mendonça. O Sindicato é filiado à Federação Internacional dos Educadores, entidade com representação na conferência.

Para o diretor de assuntos internacionais do Andes, professor Aníbal, o encontro apresentou duas visões, distintas, do atual sistema universitário: o crescimento do sistema na perspectiva do avanço tecnológico para uma produção voltada para os mercados; e a expansão do ensino superior como uma estratégia para solucionar as demandas sociais de cada região do planeta.

Segundo o professor, para se chegar a um entendimento sobre os que defendem as instituições públicas e gratuitas e os representantes de países vinculados ao Banco Mundial e outros agentes financiadores (que pressionam pela cobrança de mensalidades nas instituições públicas), foi definido que nos princípios da Declaração da Unesco estaria estabelecida "uma série de pontos para a garantia do acesso democrático de todas as pessoas, independente da situação étnica, social e financeira e cultural às universidades".

O acesso das mulheres a formação superior, de acordo com o professor, acabou recebendo destaque na conferência. Para superar obstáculos culturais e políticos que ainda persistem nas sociedades, as mulheres fizeram jus a um artigo exclusivo pelo fortalecimento de sua participação no sistema.

Os debates sobre o papel das instituições e da pesquisa, o acesso ao ensino, a relevância da produção acadêmica, o financiamento, entre outros assuntos, foram travados, de acordo com Aníbal, com o embate de posicionamentos mercadológicos e sociais. Para ele, o resultado da participação do Sindicato na Conferência foi positivo. O professor acredita que o evento serviu para a promoção da idéia de investimento no ensino superior como solução para os problemas sociais que afligem as diversas regiões mundiais, com uma diversificação da produção científica voltada para cada demanda específica.

Sistema cresce em todo o mundo

O número de estudantes universitários aumentou consideravelmente em praticamente todas as regiões do planeta. Nas nações mais desenvolvidas até as áreas consideradas mais pobres, nas quais o Brasil está incluído.

Na América do Norte, o número de alunos matriculados, por 100.000 habitantes, aumentou de 5.301, em 1980, para 5.544, em 199.5. Nada tão extraordinário, se comparado com a Ásia e Oceania, que em 1980 tinham 2.103 alunos /10^5*hab e, em 1995, aumentou a relação para 3.396/10^5.*

Na Europa, os universitários somavam 1.884/10^5hab, na década de 80. Este número saltou para 3.285, em 1995, um aumento de 74,4%. A América Latina, na média, aumentou 38,8% o número de graduandos, de 1980 para 1995. No Leste Asiático, o aumento foi de 116,8%, no mesmo período.

• Crescimento do número de estudantes matriculados em algum tipo de sistema de ensino superior ou de terceiro grau nas últimas décadas, no mundo todo:

1960.....13 milhões
1970.....28 milhões
1980.....51 milhões
1995.....82 milhões

Setor inicia discussão sobre pauta de reivindicações

O principal assunto da reunião do se tor das federais, dia 10 de outubro em Brasília, conforme já noticiado, foi a avaliação do relatório final da Comissão Nacional para a implantação da GED e da participação de representantes do AndesSN nessa comissão.

A avaliação da participação feita por Marco Antônio Sperb Leite, suplente e único dos membros da comissão presente à reunião, foi positiva: "Garantimos a manutenção da autonomia das universidades e que os professores, que cumprem suas atividades docentes, recebam a gratificação máxima", "o clima de trabalho foi tranqüilo, não havendo grandes divergências a nível conceitual" e "o documento representa o que foi acordado na comissão" foram algumas das considerações apresentadas.

0 representante da Adufrj, José Miguel, perguntou a Marco Antônio em que tinham se baseado as posições dos representantes, uma vez que nenhuma instância deliberativa do sindicato tinha definido qualquer orientação e que a GED era contra tudo o que o movimento docente já tinha anteriormente deliberado sobre avaliação e carneira. Para surpresa de todos, Marco Antônio invocou a história pessoal dos representantes no movimento docente, o fato de serem "especialistas em avaliação", que "evidentemente" conheciam os documentos produzidos pelo movimento e que tinham se baseado neles. Não esclareceu, no entanto, porque não consta como sequer tendo sido consultada pela comissão a proposta do Andes-SN para as Universidades Brasileiras, cujo capítulo sobre Carreira e Política de Capacitação Docente é o principal documento do movimento sobre o assunto.

A maioria dos delegados presentes teve avaliação oposta à da diretoria, mas preferiu, por unanimidade, remeter às seções sindicais o relatório da comissão acompanhado das criticas feitas na reunião, para avaliação pelo conjunto do movimento.

Professores do i° e do 2° graus das IFES

Ao contrário do que ocorreu com a comissão da GED, a participação do Andes-SN na comissão do MEC sobre a carreira de 1° e 2°graus das Ifes não foi considerada positiva pelo representante na comissão presente à reunião, Hélcio Braga, do Cefet-MG. Participaram da comissão outras entidades sindicais de professores de 1° e 2° graus de instituições federais, como o Sinasefe, que têm outras propostas de carreira. Como não houve um entendimento prévio entre as entidades, o MEC pode alegar dificuldades para o avanço das discussões, apesar de não ter apresentado qualquer proposta.

Hélcio foi claro quanto às suas referências para o trabalho na comissão: o caderno 14 do Andes, RJU, Estatuto do Andes-SN e textos publicados na revista Universidade e Sociedade, além de um perfil dos professores do 1° e do 2° graus levantado pela Comissão Nacional de Mobilização.

A diretoria foi criticada pelo equívoco em participar da comissão e por não ter convocado os GTs de Carreira e de Política Educacional, que poderiam ter contribuído muito para o debate no interior da comissão e comprometeu-se a convocar os GTs.

A extensão da GED para todos surgiu como a única forma de superar a situação atual.

Campanha salarial ou Pauta de reivindicações do setor?

A única proposta apresentada de uma pauta completa de reivindicações do setor foi a da diretoria da Adufrj (ver nesta edição), apoiada por várias seções sindicais. A diretoria do Andes-SN defendeu a desvinculação dos itens relativos a reposição salarial dos demais, e propôs a discussão da campanha salarial 98199.0 setor deliberou pela recomendação de que as seções sindicais iniciem a discussão da campanha salarial 981 99 juntamente com a pauta de reivindicações e que o resultado da discussão seja remetido ao 37° Conad, a realizar-se em Belo Horizonte, de 20 a 22 de novembro.

Proposta da diretoria da Adufrj-SSind para a Pauta de reivindicações do Setor dos docentes das ifes

(Esta proposta foi levada à Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 8110198, na qual não houve deliberações devido ao reduzidíssimo quorum, e depois à reunião do Setor dos docentes das Ifes de 10110198)

1 - **POLÍTICA SALARIAL**

1.1-reposição das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro/95, segundo o ICV-DIEESE (49,38% até setembro de 1998); (*)

1.2 - incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1°, 2° e 3° graus, aposentados, pensionistas, substitutos, estrangeiros e demais celetistas, enquanto não for feita a reposição das perdas salariais; (**)

1.3 -reconhecimento da data base dos SPF de 1° de janeiro segundo a Lei 7.706188; (*)

1.4 - política salarial definida por regras que contemplem reposição pelo índice do ICV-DIEESE e a recuperação de perdas históricas; (*)

1.5- incorporação da GAE ao vencimento no seu valor mais alto:

1.6 -pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais:

2 - AUTONOMIA, DEMOCRACIA E VERBAS

2.1- garanta da autonomia, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal;

2.2 - carneira única, segundo proposta da ANDES-SN para os docentes das Instituições de Ensino Superior, de 1°, 2° e 3° graus, já protocolada no MEC; (*)

2.3 - isonomia entre as IFES;

2.4 -garantia do financiamento público para as IFES com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da Universidade para custeio e capital;

2.5 garantia de Verbas para o funcionamento e manutenção dos Hospitais Universitários no Orçamento do MEC.

3-EMPREGO

3.1 Garantia do estatuto da estabilidade;

3.2 - Concursos Públicos, repondo-se integralmente as vagas existentes com a imediata contratação dos candidatos selecionados. Expansão de vagas de acordo com as necessidades das IFES.

4-APOSENTADORIA

4.1 - manutenção da aposentadoria por tempo de servi conforme definido na Constituição federal de 1988;

4.2 - equivalência de reajuste salarial entre os docentes da ativa e aposentados; (*)

4.3 - pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do MEC, fora da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" (*)

Jurídico

Na semana passada, a diretoria da Adufrj esteve com a professora Maria Augusta Temponi, atual responsável pela Sub-reitoria de Pessoal (SR4). Foram solicitadas várias informações sobre assuntos que afligem os docentes. Apresentamos abaixo um resumo deste encontro:

PSS

O governo Federal cobrou indevidamente três parcelas do Plano de Seguridade do Servidor, em 1994. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre a matéria, favoravelmente aos servidores. A Adufrj está tentando, há vários meses, obter da administração da UFRJ o cumprimento desta decisão judicial. A última informação que tivemos foi a de que o processo foi encaminhado a Brasília e os advogados aguardam resposta.

ABONO 98

A ultima decisão judicial sobre as férias do ano passado intimava a UFRJ efetuar o pagamento. Como recurso, a administração alegou que havia perdido a documentação e que não poderia cumprir a ordem judicial. A UFRJ pediu mais 30 dias de prazo. O juiz responsável deferiu o recurso e mais uma vez aguardamos o fim do prazo.

GED

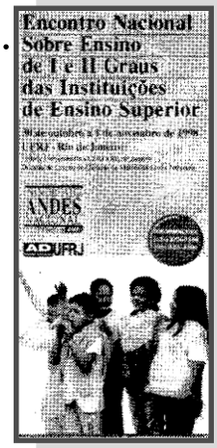
No dia 20 de outubro, o Mare disponibilizou os contracheques na Internet e vários professores constataram que a Gratificação por Estímulo à Docência havia sido suprimida. Inicialmente, a professora Temponi disse desconhecer o fato. Posteriormente, o Mare enviou um ofício confirmando um erro operacional e pedindo que as sub-reitorias de pessoal procedessem ao levantamento dos docentes excluídos, para pagamento em folha suplementar. Fomos então informados de que este levantamento estaria sendo feito, diretamente, pela SR4.

BOLSAS 1ºE 2º GRAUS

Segundo a professora Temponi, as bolsas para os professores do CAp da UFRJ estariam garantidas até dezembro.

ABONO 99

Na última planilha de férias mais uma vez, a opção pela venda de férias já veio preenchida com o NÃO. Comunicamos à professora. Temponi nossa discordância com este fato. A administração não pode, a priori, suprimir um direito e impor uma escolha. Também manifestamos nossa discordância com o prazo muito limitado para o encaminhamento dos pedidos de férias. A resposta foi que isto seriam ordens de Brasília e que não poderiam ser modificadas. Sugerimos aos professores que desejaram vender suas ferias que alterassem a opção, acrescentando um SIM no respectivo campo do requerimento. Além disto, nossa assessoria, mais uma vez, está entrando na justiça para garantir nosso direito.



Temas de discussão

• Carreira e Organização Sindical dos Docentes de 14 e 2,1 graus das Instituições de Ensino Superior

Participantes

Andes-SN Sinasefe Fasubra CNTE

• O Ensino de 1s e 24 graus nas das instituições de Ensino Superior e o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira.

Participantes

Gaudêncio Frigotto, Roberto Leher e Eunice Trein

AD UFRJ Seção Sindical
SINDICATO ANDES NACIONAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 – ILHA DO FUNDÃO.
CEP: 21944/970 – CAIXA POSTAL 68531.
RIO DE JANEIRO – RJ
TELEFONE: 590-4799 • FAX: 260-6368
EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELA SOARES MTB 18190
DIAGRAMAÇÃO: DOUGLAS PEREIRA
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 6.000
IMPRESSÃO: GRÁFICA TIPOLÓGICA
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL ADUFRJ: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

ADUFRJ
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Boletim ANO I 30 DE OUTUBRO a 5 DE NOVEMBRO
www.alternex.com.br/~adufrj

URGENTE

O pagamento da GED para os professores que tiveram a gratificação garfada do último contracheque sairá na segunda semana de novembro. A informação é da Subreitoria de Pessoal (SR4)

Pacote do governo: presente de grego

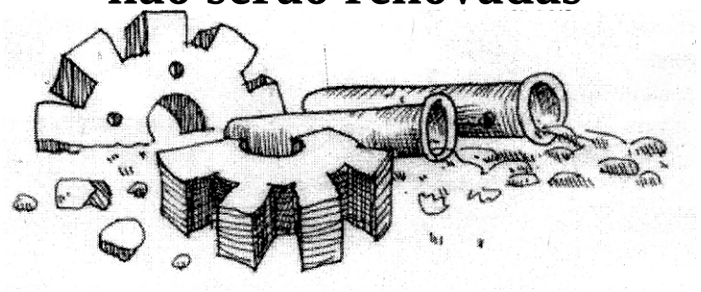
Vindo de Fernando Henrique Cardoso não poderia ser diferente. Exatamente no dia do servidor público, 28 de outubro, o governo federal resolveu anunciar o pacote de medidas que prejudica diretamente o funcionalismo. Todos os funcionários públicos da ativa que ganham mais de R$ 1.200 pagarão, a partir de janeiro de 1999, uma contribuição de 9% sobre o valor excedente, além dos 11 % recolhidos atualmente.

Os aposentados serão os mais prejudicados. Eles passarão a contribuir com os mesmos percentuais dos servidores da ativa. Esta medida será colocada em prática ou por medida provisória ou através de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Servidores sempre contribuíram mais

Segundo dados divulgados pelo jornal O Globo em 29/10, os servidores públicos sempre contribuíram muito mais para a previdência do que os trabalhadores do setor privado. Até R$ 1 mil, os descontos são iguais. Na média salarial de R$ 5 mil estes descontos se distanciam. Um empregado do setor privado desconta mensalmente R$ 119, enquanto o do setor público contribui com R$ 550. Depois do ajuste, este desconto passará para R$ 892. Na faixa salarial de R$ 10 mil a diferença aumenta ainda mais. Enquanto o trabalhador da iniciativa privada mantém o desconto de R$ 119, o funcionário público contribui com R$ 1.892,00. Ou seja, todas as críticas à aposentadoria integral do servidor são infundadas, uma vez que para gozar deste benefício, o funcionário contribui proporcionalmente. E como!

Bolsas de mestrado e doutorado não serão renovadas



As medidas tomadas pelo CNPq e com relação ao financiamento de projetos de pesquisas nas universidades e instituições públicas farão com que as bolsas de mestrado e doutorado sejam cada vez mais disputadas e raras no meio acadêmico.

Novas concessões de bolsas e licitações de projetos estão suspensas, o que significa o fim do investimento do ministério da C&T nas universidades. Mesmo os pesquisadores que apostaram na nova política da agência estão temerosos.

Este ano, alguns pesquisadores ficaram responsáveis diretamente pela concessão de bolsas e o financiamento de projetos foi praticamente desvinculado das políticas institucionais.

Para o professor da Coppe, Antonio MacDowell Figueiredo, está havendo uma pressão da comunidade por uma resposta institucional que não pode ser totalmente correspondida. Na sua opinião, a universidade ficou muito fragilizada com a desvinculação entre a política de fomento e os cursos. Um grupo de pesquisa financiado pelo Pronex, por exemplo, segundo o professor, não é necessariamente um grupo institucional, já que pode abrigar pesquisadores e docentes de várias universidades.

Segundo Figueiredo, há cerca de um mês, em uma reunião com pró-reitores de pós-graduação, o presidente do CNPq, José Galizia Tundizi, afirmou que os cortes orçamentários, que viriam juntamente com o ajuste do governo, não atingiriam os programas de pesquisa. Indignado, o professor reconhece que nem os atuais contratos estão garantidos. A portaria de Tundize não deixa claro se os atuais bolsistas receberão até o final de seus períodos. O que está definido é que as bolsas de mestrado e doutorado, inclusive as do exterior, não serão renovadas.

Segundo Figueiredo, nomeado subreitor de pós-graduação pelo professor Vilhena, a Capes tem sido "mais cautelosa" em relação aos cortes. A agência divulgou que os convênios de março de 98 a fevereiro de 99 estão garantidos. "Fica a grande incógnita em relação ao ano que vem", questiona o professor.

Calendário Acadêmico (aprovado pelo Consuni)

■ **Primeiro período letivo**
9/03/98 a 17/10/98 (107 dias)
Para a Faculdade de Medicina, 02/02/98 a 15/09/98 (103 dias)

■ **Segundo período letivo**
26/10/98 a 13/03/99 (101 dias)
F. de Medicina, 21/09/98 a 10/02/99 (107 dias)

■ **Próximos feriados escolares**
2/11/98 - Finados (2ª feira)
25/12/98 - Natal (6ª feira)
1/01/99-Confraternização Universal (6ª feira)
20/01/99 - São Sebastião do Rio de Janeiro (4ª feira)
16 e 17/02/99 - Carnaval e cinzas (3ª e 4ª feira)

■ **Dias sem atividade didática**
4/12/98 - Vestibular 99 UFRJ (6ª feira)
8/12/98 - Vestibular 99 UFF (3ª feira)
24/12/98 e 2/01/99 - Recesso de Natal e Ano Novo

Formulário da GED deverá estar disponível nesta quarta-feira

A comissão da UFRJ que avalia critérios para a concessão da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) pretende disponibilizar, via internet, o formulário sobre os dados das atividades acadêmicas dos docentes na próxima quarta-feira (4/11). Este relatório subsidiará os dados do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) que estão desatualizados. Segundo Edione Trindade Azevedo, diretora da Faculdade de Letras e membro da comissão da GED, os professores deverão devolver o relatório preenchido à SR4 num prazo de 10 dias. A professora não quis adiantar o conteúdo do relatório, que poderá sofrer alterações ainda nesta terça feira, data da próxima reunião da comissão. Isto porque, sexta-feira (30/10), todas as universidades federais do Rio de Janeiro estarão reunidas para definir itens do relatório. "A nossa intenção é construir critérios semelhantes aos das outras universidades federais", afirma a diretora da Faculdade de Letras. A expectativa de Edione é que em 20 de novembro o processo esteja finalizado, com a listagem de pontuação dos docentes disponível.

"A margem de erro é muito grande"

Mesmo contando com o auxilio do relatório, a diretora da Faculdade de Letras reconhece que a margem de erro no recolhimento dos dados é grande: "estamos trabalhando num tempo muito exíguo e nosso cadastro está desatualizado. Temos que analisar os dados de cerca de 3.480 professores". Sobre a possibilidade de recurso, caso algum docente se sinta prejudicado com o resultado da avaliação, Edione antecipa que este assunto não é da competência da comissão. "Nossa função é elaborar o relatório e atualizar os dados". A comissão se reuniu na semana passada por duas vezes, nos dias 26 e 27 e concentrou esforços na elaboração do relatório.

JURÍDICO

Adufrj entra com ação para garantir abono 99

Este ano a planilha de férias veio com o campo onde os professores marcam a venda (ou não) de férias já preenchido com um NÃO. Assessoria Jurídica da Adufrj entrou, na última quinta-feira (22), com pedido de mandato de segurança contra a UFRJ, exigindo que as planilhas sejam refeitas, com a opção de venda em aberto.

Este mesmo problema ocorreu no ano passado e ganhamos na justiça o direito à opção. Infelizmente, até o presente momento não conseguimos fazer cumprir esta decisão.

Em relação ao processo do ano passado, após a determinação judicial para que a UFRJ efetuasse o pagamento, houve um recurso da universidade, pedindo mais 30 dias de prazo, sob a alegação de que com a ocupação da Reitoria o processo havia sido extraviado.

Este pedido foi deferido pelo Juiz Mauro Luiz Rocha Lopes, da 6° vara federal e estamos mais uma vez, aguardando que a Justiça consiga fazer com que o governo siga suas determinações.

ASSEMBLÉIA GERAL

3 de novembro
terça-feira
14 horas
Auditório do Centro de Tecnologia

Pauta

A intervenção do MEC e a implantação da GED na UFRJ

Adufrj convoca eleições para o Conselho de Representantes

Eleições para os cargos vagos acontecerão nos dias 8, 9 e 10 de dezembro.
Os candidatos devem inscrever-se até o dia 27 de novembro

O Conselho de Representantes é o órgão consultivo que, ao lado da Diretoria - órgão executivo - e da Assembléia Geral - órgão deliberativo, organiza o movimento docente na UFRJ. É integrado por representantes de unidades, eleitos pelos sindicalizados de cada unidade, para um mandato de dois anos. No caso atual, como já decorreu um ano de mandato da atual diretoria, os conselheiros eleitos agora terão apenas um ano de mandato. O número de representantes por unidade, eleitos com seus suplentes, depende do número de sindicalizados da unidade. Unidades com até 60 professores têm direito a um representante; de 61 a 120, dois representantes; e mais de 120, três representações.

São eleitores os sindicalizados há pelo menos 60 dias da data da realização da eleição, em cada unidade.

Podem ser candidatos os sindicalizados há pelo menos 120 dias da data da realização da eleição, excetuando-se aqueles que exerçam funções de reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade, chefe de departamento, outras funções de direção na UFRJ ou em outros órgãos da administração municipal, estadual ou federal. É permitida uma única reeleição consecutiva.

IMPRESSO
Sindicato ANDES Nacional
ADUFRJ Seção Sindical
www.alternex.com.br/~adufrj JORNAL ANO V 6 a 12 DE NOVEMBRO

Pela renúncia de Vilhena

Comissão da Ged prorroga prazos e Adufrj quer 100% para todos

Para receber a gratificação por estímulo à docência, os professores da UFRJ estão preenchendo os formulários sem terem tido acesso aos critérios de pontuação estabelecidos pela comissão local de avaliação de desempenho. Não serão aceitos recursos, caso o docente não concorde com o resultado de sua avaliação. A Adufrj está produzindo um caderno com a lei e o decreto da gratificação comentados. A entidade está reivindicando que a Comissão da UFRJ garanta o pagamento do valor máximo da Ged para todos os professores durante o ano de 1999.

Páginas 3, 4 e 5

Educadores debatem o futuro da educação básica e do ensino tecnológico na contramão da industrialização global

Encontro de I e II Graus

GTs do Andes vão propor formas de transposição para a carreira do magistério superior

Páginas 6 e 7

Cortes

Parlamentares querem justificativas para cortes nas universidades

Página 8

Editorial

A farsa da Ged na UFRJ

Página 2

Editorial

A farsa da avaliação da Ged

Um dos pontos fundamentais da luta do movimento docente é o da avali ação das atividades da universidade pública. Como muitas das propostas do governo e, em particular a da Ged, também utilizam o conceito de "avaliação", é importante pontuarmos as diferenças conceituais e políticas entre as nossas posições e as do governo. Uma primeira diferença é a de que para nós não pode haver separação entre a avaliação da instituição e a do trabalho docente individual. Isto remete diretamente aos objetivos políticos de todo o processo de avaliação e da própria universidade. Para o projeto neoliberal, a avaliação institucional é freqüentemente escondida, resumindo-se a uma avaliação individual, para criar critérios para a distribuição das escassas verbas disponíveis e para implantar um modelo de competitividade no ensino público. Uma diferença importante é que, para o movimento docente a avaliação é uma conseqüência direta do caráter público das lfes, uma prestação de contas ao país, das atividades de nossas instituições. Para o governo FHC, trata-se apenas de rentabilizar o ensino público. Outra diferença fundamental está localizada nos objetivos do processo. Enquanto o movimento docente procura, através da avaliação, o aperfeiçoamento da universidade pública, o governo FHC, seguindo seus mentores do Banco Mundial, está simplesmente adaptando o ensino público superior, ao papel de país dependente, subordinado aos interesses da economia globalizada, onde a questão central passa a ser o pagamento dos juros da dívida brasileira em proporções gigantescas, em detrimento de qualquer possibilidade de atendimento às demandas sociais.

A implantação da Ged na UFRJ é um modelo exemplar da política neoliberal. Os professores serão avaliados sem saberem quais os critérios da pontuação. Os dados utilizados referem-se a um período anterior à Ged. A Comissão de Avaliação da Ged investiu-se da infalibilidade papal: não prevê erros e portanto não existem recursos possíveis de suas decisões. As informações serão simplesmente confirmadas pelos chefes de departamento, o que abre um enorme mecanismo de conveniências políticas e corporativas. Tudo isto, num prazo de tempo limitadíssimo, que não permite um maior esclarecimento do que está acontecendo, nem de levar em conta a grande diversidade de situações existentes na UFRJ.

Por isto tudo, não temos nenhuma dúvida em afirmar que este processo de avaliação será uma grande farsa, servindo apenas a uma política de destruição da universidade pública. Nem a participação da Diretoria do Andes-SN na Comissão Nacional, nem a implantação da Ged na UFRJ trouxeram avanços para a universidade pública. Tampouco pensamos que este processo seja apenas desorganizado, ou incompetente. Pelo contrário, sua implantação caótica visa desorganizar cada vez mais as atividades acadêmicas, como foi a própria escolha do interventor na UFRJ. A farsa da avaliação recai sobre o MEC e seus escudeiros, mas o dano efetivo e moral atinge toda a universidade

Sabemos que, neste momento, é grande a indignação com todo este quadro de acontecimentos e que as possibilidades de reversão estão difíceis. Mas também é significativa a iniciativa de muitos docentes, de colegiados, de direções acadêmicas, no sentido de preservar, minimamente, a instituição de danos maiores. Neste sentido é inaceitável o esvaziamento, mais uma vez do Conselho Universitário, feito pelo próprio interventor.

Face ao enorme ataque que a implantação da Ged significa para a universidade pública, a Adufrj-SSind considera que, neste momento, a posição politicamente coerente é a da luta pela extensão dos valores do teto da Ged para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, ativos e aposentados, celetista, e estrangeiros.

A posição de estender o teto a todo os docentes do 3º grau não tem dificuldades de ordem econômica, uma vez que já existe esta possibilidade na lei da Ged. Trata-se de uma posição política, que depende apenas da comissão de avaliação local.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição: Ana Manuela Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez e Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 6.000
Impressão: Gráfica Tipológica
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

Professores da UFRJ se estressam com avaliação da Ged

Pouca informação e muitas dúvidas. Em uma semana, docentes recebem formulário da Ged, mas só ficam sabendo do critério de pontuação dias depois

Os professores da UFRJ estão passando por um momento difícil. Para conseguirem algum aumento em seus contracheques, eles estão tendo de preencher, em uma semana, um relatório elaborado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFRJ, leia-se a comissão da GED (Gratificação de Estimulo à Docência). Um documento elaborado às pressas que sofreu alterações até a última quinta-feira (5).

O pior é que caso esses professores não se sintam contemplados com a pontuação estabelecida pela comissão, não poderão reclamar pois a lei que cria esta gratificação não prevê recurso após o envio dos dados. No entanto, a comissão poderá disponibilizar a pontuação antes de enviá-Ia a Brasília, possibilitando correções.

Outro detalhe que deixou muitos professores da UFRJ transtornados: o formulário foi distribuído antes dos critérios de pontuação, que só foram disponibilizados nesta sexta (6). Ou seja, quem se submeteu à avaliação e entregou o relatório antes do tempo o fez sem saber as regras do jogo.

Para completar o caos, todo este processo está sendo coordenado por uma reitoria que não é, reconhecida pela grande maioria dos segmentos acadêmicos da UFRJ. A comissão não apresentou nenhum informe ao Conselho Universitário, órgão máximo da universidade, que, mais uma vez, não se reuniu nesta quinta-feira (5) por decisão de José Vilhena.

Comissão submete critérios de pontuação ao MEC e amplia prazos

A comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFRJ resolveu, na tarde de quinta-feira (5) ampliar os prazos de entrega do formulário da Ged: até às 17h desta quarta-feira (11). Quanto aos critérios de pontuação, o grupo se recusou a divulgá-los para o Jornal da Adufrj, que vem tentando democratizar as informações sobre a gratificação. Entretanto, a comissão afirmou que disponibilizaria esses critérios na sexta (6) através da página da UFRJ na Internet. Vale ressaltar que essas normas ainda estão passíveis de modificação, pois foram submetidas à nova comissão ministerial, formada na semana passada com o objetivo de avaliar os critérios de cada instituição.

Muitos problemas ainda virão

A comissão interna da UFRJ vem se reunindo praticamente todos os dias para tentar minimizar o terremoto que ainda está por vir. O grupo será responsável pelas pontuações dos mais de 3 mil professores da maior universidade federal do país. Qualquer problema, como foi dito na última reunião do Conselho de Ensino de Graduação (Ceg), será de responsabilidade desta comissão.

A lei tem muitos pontos evasivos e o MEC não deu tanta atenção às dúvidas apresentadas pela comissão da UFRJ. Uma delas diz respeito aos 60% que os docentes já vêm recebendo. Será que é possível que este percentual da Ged seja menor depois da pontuação? A lei garante os atuais 60% até a avaliação. Após esta etapa, valerá a pontuação dada pela comissão, que poderá ser menor que 60% caso o professor tenha menos que 84 pontos.

Sobre a possibilidade de recurso, o sub-reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR1), Aníbal Gil Lopes, diz que José Vilhena pretende empossar uma nova comissão, desta vez permanente, que será responsável por atender a todos os insatisfeitos. Este atendimento, no entanto, terá limites, pois a lei não estabelece a revisão da pontuação. Aníbal afirmou, inclusive, que o fato da comissão da UFRJ estar se reunindo com comissões das outras universidades federais do estado do Rio de Janeiro trata-se também de uma estratégia de fortalecimento deste trabalho junto ao MEC. "Será mais fácil reivindicarmos algo quando estamos unidos a outras instituições".

Um dos maiores problemas no processo ocorrido na UFRJ foi a opção de se divulgar primeiro o relatório, antes mesmo de se ter concluído os critérios de pontuação. "É muito ruim ser avaliado desta maneira. Não podemos preencher um relatório sem saber qual será o critério de pontuação", reclama uma professora do Instituto de Matemática.

A comissão se defende. Para o grupo, o importante foi tentar garantir a coleta dos dados antes de qualquer coisa. Mas, mesmo o formulário causa dúvida. O docente terá de descobrir no item "orientações em andamento" que é necessário informar as orientações já concluídas no período de 97/1 a 98/1. Outra questão: o relatório desconhece a orientação em trabalhos de fim de curso, atividade fundamental na graduação. Na página da UFRJ na Internet existe um item que tenta orientar os professores no preenchimento do formulário. Mas, muitos professores não conseguem acesso fácil ao sistema e outros sequer possuem um computador conectado em seu departamento.

Para tratar de casos excepcionais, como o do professor que está se qualificando ou esteve de licenciado por motivo de saúde ou outros, a comissão criou um formulário anexo ao que fora distribuído.

Depois dos dados recolhidos, a comissão terá de definir para onde enviá-los. O relatório da comissão nacional afirma que eles deverão ser enviados à Sesu. Entretanto, não há consenso sobre isso nas universidades. O MEC criou, no último dia 4, uma comissão especial para avaliar os critérios estabelecidos em cada instituição. Talvez seja mais um problema de uma lei redigida sem cuidado. A Universidade Federal de Santa Catarina, a primeira a disponibilizar a pontuação de seus docentes, enviou-a diretamente ao Siape por entender que trata-se de uma questão salarial. Pelo andar da carruagem, muitos problemas ainda vão surgir.

90% dos professores de Santa Catarina obtêm 140 pontos

O Pró-reitor de Ensino e Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Onofre Nodari, afirmou que cerca de 90% dos docentes conquistaram a pontuação máxima da Ged naquela instituição. A UFSC enviou as pontuações diretamente ao Siape na última quinta-feira (5). O objetivo, segundo o presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFSC, é acelerar o recebimento da gratificação. "Entendemos este processo como uma questão salarial. Em função disso optamos em disponibilizar os nossos dados diretamente ao Siape". O critério de pontuação em Santa Catarina foi dividido em três itens, ensino, avaliação de docência, pesquisa e extensão e funções gratificadas, que inclui cargos de chefias e afastamento para mestrado, doutorado e outros.

A UFSC foi uma das primeiras a encerrar os trabalho ligados à Ged.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte optou por um caminho diferente da UFRJ. Preferiu publicar, em diário oficial, conforme manda a lei, todos os critérios de pontuação estabelecidos internamente. Somente depois disso, distribuiu os relatórios. A UFRN pretende concluir o processo de pontuação nos próximos dias.

Ceg discute, pela primeira vez, os trabalhos da comissão

Na reunião realizada na última quarta-feira (4), o Conselho de Ensino de Graduação (Ceg) teve a oportunidade de discutir pela primeira vez os trabalhos da comissão da Ged na UFRJ. Uma série de propostas de alteração no formulário foram sugeridas, entretanto os dois representantes da comissão presentes à reunião não puderam garantir se elas seriam acatadas.

A principal sugestão é que a comissão, antes de enviar o resultado da pontuação para Brasília, a disponibilize-a aos professores para que eles possam reparar alguma incorreção. Esta proposta tenta contemplar a falta da possibilidade de um recurso previsto na lei que estabelece a gratificação.

Outros pontos relativos ao formulário também foram sugeridos. Para os integrantes do Ceg, o questionário contempla mais os professores da pós-graduação do que os da graduação. Isto seria uma incoerência, uma vez que a Ged foi criada como mecanismo de incentivo à graduação. "Infelizmente o tempo foi muito curto para elaboramos este formulário", justifica o vice-presidente da comissão Fernando Rochinha, que também integra o Ceg. Para Rochinha, o processo de avaliação ideal deveria ser submetido aos conselhos superiores, evitando injustiças.

Para os membros do Conselho, a idéia inicial da comissão de não pontuar os colegiados superiores, as funções gratificadas e os projetos de pesquisa é uma "distorção". Segundo os conselheiros, esta atitude menospreza o trabalho executado por esses fóruns. Em função disso, uma das propostas do Ceg acatada pela Comissão é incluir todas as funções gratificadas , colegiados e projetos de pesquisa cadastrados à SR2 no processo de pontuação.

Outra polêmica que surgiu no Ceg diz respeito à avaliação. Diante de tantos mecanismos de avaliação, como a Coopera, por que criar um novo instrumento.

UFF utiliza cadastro interno e Uni-rio se reúne pela primeira vez

A comissão que trata da avaliação da Ged na UFF se reuniu semana passada com os chefes de departamento que serão os responsáveis pelo envio dos dados à comissão. Ao contrário da UFRJ, a UFF não elaborou nenhum relatório específico para a Ged. Segundo José Márcio Lima, presidente da Comissão da Ged na UFF, os dados que serão utilizados sairão do Sistema de Acompanhamento da Atividade Docente. "Os professores da UFF se cadastram anualmente. Não seria justo pedir que eles preenchessem um novo relatório", diz José Márcio, que coordena projetos de avaliação institucional da Fluminense.

Quanto à possibilidade de recurso, José Márcio é categórico: "encaminharemos aos órgãos de ensino e pesquisa e ao conselho universitário". O presidente da comissão reconhece que muitos professores da UFF não gostam desta avaliação. Entretanto, ele lembra que existem outros fóruns de luta, inclusive jurídicos. "Estamos fazendo o máximo para diminuir a nossa margem de erro e evitar injustiças. Sabemos que esta não é a avaliação que queremos".

Na Uni-Rio, a comissão se reuniu, pela primeira vez, no último dia 4. Foram discutidos alguns critérios de pontuação. Após esta definição, a comissão pretende distribuir os formulários, levando também em consideração as avaliações e cadastros já existentes na instituição.

A Universidade Federal Rural pretende distribuir os formulários nesta semana, quando começam as aulas. O objetivo da comissão interna é divulgar simultaneamente o relatório e os critérios de pontuação.

De todas as associações de docentes das universidades federais do estado, somente a Aduni-Rio aceitou integrar a comissão. A Aduff (Fluminense) e a Adur(Rural) recusaram o pedido em função de deliberações de assembléias locais contrárias à esta participação.

A Adufrj não foi convidada e tem uma posição crítica em relação à participação nestas comissões.

Adufrj solicita prorrogação de prazo e realização de audiência pública à Comissão de Avaliação da Ged

Na última assembléia da Adufrj (4 de novembro), a categoria aprovou uma série de questões ligadas à Ged que serão enviadas aos integrantes da comissão. Dentre elas, a solicitação de ampliação dos prazos.

1) Reivindicar que essa Comissão garanta o pagamento do valor máximo da GED para todos os docentes da UFRJ durante o ano de 1999.

2) Reivindicar a prorrogação, até pelo menos 30 de novembro de 1998, do prazo para envio à Comissão das informações sobre as atividades realizadas pelos docentes da UFRJ, com o objetivo de permitir o esclarecimento da comunidade universitária a propósito das conseqüências da implantação da GED, tanto sobre cada docente individualmente quanto sobre o conjunto das atividades universitárias.

3) Solicitar a realização de uma audiência pública com os membros dessa Comissão, amplamente divulgada, para o esclarecimento dos docentes da UFRJ sobre as questões que se seguem e outras relacionadas ao tema:

a) Que critérios a Comissão pretende usar para a pontuação da GED?

b) Como a Comissão vai fazer para adequar os pontos da avaliação qualitativa aos limites do decreto 2.668?

c) Por que a Comissão solicitou dados dos docentes antes de elaborar e publicar no Diário Oficial da União o regulamento previsto no § 6º do art. 1º da Lei 9.678?

d) Se a Comissão já definiu como vai avaliar os docentes, porque não o divulgou? Se não sabe, como definiu que dados coletar?

e) Por que a Comissão está definindo prazos tão curtos?

f) Por que a Comissão só quer considerar, em 1998, as atividades do 1º semestre?

g) Por que a Comissão quer considerar as atividades de 1996 e 1997, mas não as dos anos anteriores?

h) Quem está sendo consultado pela Comissão?

i) Quem a comissão representa? O interventor Vilhena e o MEC ou a UFRJ? Como foram escolhidos os representantes do CEG, do CEPG e da Coopera na Comissão? Como foi definido o representante da CPPD, se esta não existe enquanto órgão colegiado?

CONFIRA

Nesta semana, a Adufrj estará distribuindo um Caderno Especial com todas as informações sobre a Ged.

Professores vão propor unificação da carreira de 1º, 2º e 3º graus

O governo FHC vem conseguindo inserir no imaginário da população pelo menos três falácias em relação ao ensino básico e às universidades. A primeira é que podemos ser competitivos sem investir em ciência e tecnologia. Países desenvolvidos ou em desenvolvimento têm mantido como prioridade o investimento público em educação. A segunda é que é possível ter um sistema de 1º e 2º graus forte sem o investimento público nas universidades. Dados da Unesco mostram que o número de matrículas no ensino superior vem crescendo no mundo todo. É o caso da Coréia - sempre citada como um exemplo a ser seguido -, onde 75% da população adulta têm pelo menos a escolaridade média e todos os seus cidadãos em idade escolar estão devidamente matriculados. A terceira, e talvez a mais em voga, é a que o sistema universitário público pode ser mantido pela iniciativa privada. Nos EUA, apesar de todos os parques e pólos tecnológicos, as universidades públicas captam apenas de 6% a 8% de seus recursos com as empresas. O restante é financiando majoritariamente pelas estatais e com dinheiro do Estado americano.

Construir um movimento de resistência ao projeto de desmonte do ensino básico e tecnológico nas escolas federais foi o desafio dos cento e vinte participantes do Encontro Nacional de Ensino de 1º e 2º Graus do Andes- SN, organizado pela Adufrj. O evento aconteceu no último final de semana na decania do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, no Fundão, e suas deliberações serão encaminhadas ao 37º Conselho das associações e seções sindicais do Andes, que acontece no final deste mês, em Belo Horizonte.

Uma das preocupações dos presentes foi a discussão da política educacional e da qualificação dos professores das escolas técnicas e de aplicação federais, através da transposição dos professores de 1ºe 2º graus destas unidades para a carreira do magistério superior.

Os professores ligados às sessões sindicais do Andes-SN questionaram a participação do Sindicato na Comissão do Ministério da Educação que está tratando da carreira dos docentes das escolas federais, incluindo os Caps e os Cefets. Foi proposto que a diretoria do Sindicato retire sua representação da comissão até a próxima reunião Conad. Até lá as associações deverão ter deliberado, em suas assembléias locais, a importância ou não da presença do Sindicato na comissão do MEC.

O professor Jaime Mendonça, representante do Andes-SN no Encontro, lembrou os efeitos do ajuste fiscal do governo, anunciado às vésperas do evento, e disse que o Sindicato estava propondo a retomada urgente da mobilização das sessões sindicais, com uma rodada nacional de assembléias sobre o assunto. Sobre a questão da carreira, Jaime comentou a experiência da Universidade de Goiás, onde a transposição da carreira foi feita quando o Colégio de Aplicação passou a ser parte da Faculdade de Educação.

O representante do Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Federais, José Roberto Alves, especificou os conflitos entre as carreiras do Andes e da Fasubra. Uma das diferenças é que enquanto o Sindicato dos docentes das universidades se baseia nos critérios de titulação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, o Sinasefe divide a carreira em classes e admite a especialização lato sensu para progressão. O Sinasefe também participa da comissão do MEC.

Segundo o diretor do Andes, a titulação não é exigida em todos os níveis da carreira universitária, "há por exemplo, professores adjuntos sem o título de doutor, portanto a transposição deve levar em conta, também, o desempenho dos docentes".

Desvincular os CAps e Cefets das Ifes

O MEC quer a separação das escolas de aplicação e tecnológicas das universidades como parte de sua estratégia de enfraquecimento das escolas públicas no país. O presidente da Adufrj, Roberto Leher, lembrou que há dez anos, o Andes realizou um evento sobre 1º e 2º graus, em Salvador, onde foram definidas propostas para a elaboração da Constituição de 88, e já naquele período o movimento apontava a necessidade de que os institutos tecnológicos e de aplicação se pautassem pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão - o que os vincula diretamente com as universidades. Também neste momento, já tinha sido definido que os professores destas escolas deveriam fazer parte da carreira do 3º grau. Na sua opinião, o ensino técnico humanista e científico continua sendo a referência para manter a concepção de carreira unificada e a própria

1º Painel: Carreira e Organização Sindical dos Docentes de I e II graus

Jaime Mendonça

A transposição da carreira precisa de um projeto a ser elaborado pelo movimento docente. A participação do Andes Sindicato Nacional na comissão do MEC foi referendada pelo Conad. Caso seja decidido o contrário, o Sindicato se retirará da Comissão.

José Roberto Alves(Sinasefe)

O Sindicato participa da comissão do MEC para ouvir e criticar. Caso não participasse, não poderia obter informações importantes.

A carreira dos docentes e técnicos-administrativos das escolas federais é a mesma da Fasubra, Também exige titulação, considerando a pós-graduação lato sensu.

Mauri Matos(CNTE)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação surgiu em 1945, através de associações de professores, e em 1989 transformou-se em Confederação, representando também os funcionários das escolas. Lutamos pela escola pública e por um piso nacional como ponto de partida para discutir uma carreira unificada.

Para Gaudêncio, a LDB democrática foi recusada porque garantia direitos

manutenção das instituições de ensino. Para Roberto, as reformas no sistema educacional não são definidas em Brasília. "Estamos acompanhando, quase em tempo real, os condicionamentos impostos pelo Fundo Monetário e pelo pacote fiscal do governo que vão impor às instituições um corte de 25% nos investimentos", denunciou.

O Ensino Básico e tecnológico e o Plano Nacional de Educação

O representante do Andes na comissão do MEC, Hélcio Queiroz Braga, apresentou o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), que segundo o professor é a materialização do desmonte do ensino propedêutico das universidades. Segundo Hélcio, o Proep receberá U$ 500 milhões, dos quais 50% virão do Banco Mundial, 25% do Ministério do Trabalho e 25% do próprio MEC.

O professor e pesquisador Gaudêncio Frigotto ressaltou que o atual governo está redefinindo a forma e o conteúdo do ensino profissional. Para ele, o que os setores progressistas da sociedade brasileira propunham durante a formulação da Lei de Diretrizes e Bases era um nível de escolaridade médio que fosse competitivo com os países centrais. "Um ensino médio onde se desenvolvesse as bases do conhecimento da sociedade sobre a natureza e, também, o conhecimento das sociedades, da literatura, do teatro, da música etc. Precisamos ter laboratórios, professores com tempo integral, alunos com disponibilidade e disposição de estudar."

Segundo Gaudêncio, se o Brasil não construir, a médio e longo prazos, uma massa crítica, científica e técnica, ficará sempre com o papel subserviente de comprador de ciência e tecnologia. Para o professor, o Conselho Nacional Educação, aos separar o ensino médio em modalidades, conseguiu retroceder aos anos 30, "ao tempo anterior à equivalência", estabelecendo um ensino asséptico e irregular. Segundo ele, algumas escolas técnicas já aderiram a este modelo, como a escola de Pernambuco. "Eu tenho debatido que o novíssimo é o atrasado. Do ponto de vista científico, tecnológico ou humano, esta política educacional baseada em receituários neoliberais não garante o emprego ou a empregabilidade, como não garante a concretização de um projeto cultural e social, autônomo e integrado ao sistema internacional", comentou.

Para a professora Eunice Trein, a discussão sobre a política educacional e a formação dos professores precisa ser política. Eunice questionou o papel da universidade na formação dos profissionais de educação e apontou a necessidade de uma rearticulação do movimento universitário com os demais movimentos sociais. "Temos que pensar sobre o significado destas reformas e do que está sendo proposto em relação ao ensino médio e aos CAps. Falta-nos uma discussão sobre a formação do educador, que tenha uma relação com a sociedade que desejamos. O nosso desafio é não sermos vencidos pelo silêncio, e ainda, o de recompor nossa crença na política como processo de construção de uma hegemonia em reação a educação".

Algumas propostas aprovadas durante o encontro, que serão encaminhadas ao 37 Conad

As seções sindicais deverão avaliar nas suas assembléias se o Sindicato deve ou não participar da Comissão do MEC que trata da carreira de 1º e 2º graus nas Ifes. Atualmente o Andes-SN participa desta comissão.

O Encontro recomendou que a diretoria do Sindicato se retire da comissão até o próximo Conad.

No Encontro, os professores recomendaram ao sindicato a convocação imediata dos Grupos de Trabalho sobre Carreira, Política Educacional, Política Sindical e Seguridade Social para subsidiar a formulação de propostas para a transposição da carreira para o magistério superior. Foi solicitado que a diretoria do sindicato convoque uma reunião conjunta destes GTs antes do Conad.

Foi indicado também a constituição de uma comissão permanente do sindicato para tratar da questão. Para a transposição, o Encontro propôs a análise da titulação, da avaliação de desempenho já realizada, da aposentadoria especial, dos aposentados e do tempo de serviço.

Também foi indicado que os professores avaliem nas suas seções sindicais a possibilidade de se criar uma carreira única, considerando o sistema de educação nacional como um todo, o que significaria a unificação das carreiras do Andes-SN e do Sinasefe.

2º Painel: O Ensino de I e II graus nas Instituições de Ensino Superior e o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira

Eunice Trein

Pensar o ensino médio significa pensar a sociedade. Como o ensino de I e II graus é pensado pela própria academia? Para trabalhar com a ciência, precisamos de Faculdades de Educação? É esta a resposta que devemos a nós mesmos e à sociedade. Temos acumulado derrotas que a universidade teima em calar.

Gaudêncio Frigotto

O mundo está dividido em dois blocos: países que desenvolvem tarefas cerebrais, intelectuais, e os que desenvolvem atividades neuromusculares. A escola tecnológica que, defendemos não é aceita por este poder, porque este compreende que a produção de C& T não tem mais sentido, já que não percorremos o caminho de um desenvolvimento autônomo.

Roberto Leher

O tipo de prioridade dada pelos agentes governamentais às questões da educação mostra a intenção de levar para fora das universidades a formação dos professores. Há dez anos, o movimento docente já definia que os institutos tecnológicos e de aplicação devem se pautar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Frente parlamentar vai solicitar esclarecimentos sobre cortes nas Ifes

Terminado o período eleitoral, a Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Ivan Valente (PT/SP), retomou os trabalhos com a missão de levar o ministro Paulo Renato às comissões de Educação e Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, onde deverá explicar os efeitos do ajuste fiscal nas universidades e institutos de pesquisa. A Frente esteve reunida, na última quarta-feira, com representantes do Andes-SN, da Associação Nacional de Pós-graduação, da Associação dos reitores (Andifes) e da Fasubra, quando foi definido um calendário de atividades para mobilizar a sociedade contra as medidas do governo.

A Frente Parlamentar e as entidades estão avaliando os efeitos dos cortes para as bolsas de pesquisa da Capes e do CNPq e está convocando uma reunião da Frente Nacional (que reúne além das entidades citadas várias associações e sociedades acadêmicas) no dia 16 de novembro, às 14 horas, provavelmente, na sede da SBPC, em São Paulo. O Andes-SN e a ANPG estão propondo um dia de mobilização nacional contra os cortes. A data sugerida é 18 de novembro.

Governo ainda não decidiu sobre o contingenciamento do orçamento das universidades

Até a noite de quinta-feira (5), os Ministérios da C&T e da Educação não haviam liberado o acesso às rubricas orçamentárias para os dirigentes das universidades. Segundo a assessoria da Andifes, o governo passou as tardes de quarta e quinta negociando as medidas com as bancadas e com dirigentes, no Congresso. Se o governo não mudar a política de cortes nas áreas sociais, as reitorias vão continuar no vermelho. O limite para o empenho dos recursos continua o mesmo (57%, segundo o Andes-SN) de acordo com a Andifes, já foi todo utilizado pelas universidades.

Como o governo vai implementar o pacote

4/11 - Votação dos destaques da Previdência. Foi estabelecido a idade mínima para aposentadoria e o teto de R$ 1.200,00 para os proventos dos servidores aposentados.
11 a 5/12 - votação de parte do ajuste fiscal com votação da emenda constitucional da CPMF (governo quer aumentá-la de 0,20% para 0,38%) e do imposto sobre as pequenas e médias empresas, a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). Votação da reforma administrativa.
16 a 23/12 - votação do Orçamento Geral da União para 1999
Janeiro e fevereiro/99 - votação do restante do ajuste fiscal
Lembramos que o governo vai se utilizar do artifício autoritário das medidas provisórias para impor os ajustes recessivos. O processo de aprovação das emendas no Congresso Nacional é demorado para um país que se submete às pressões dos bancos internacionais.

Servidores são os mais prejudicados

Os funcionários da ativa com salários acima de R$1.200,00, incluindo os docentes das federais, serão descontados em 9% do valor excedente, além dos 11 % recolhidos atualmente de seus vencimentos. A medida vigorará a partir de janeiro de 1999 e não incide sobre os militares.

Os aposentados também sofrerão os mesmos descontos através de medida provisória ou projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso até o final de fevereiro.

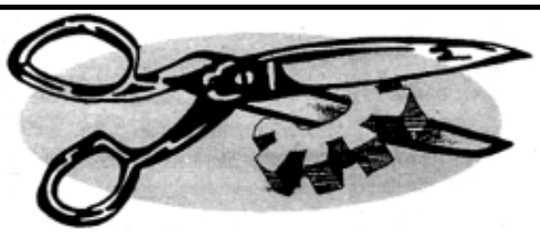
Segundo o próprio governo, essas medidas deverão vigorar por cinco anos. Espera-se arrecadar 4,8 bilhões por ano com este saque aos bolsos do funcionalismo.

Um professor da ativa que receba R$ 2.000, de salário bruto desconta R$ 132,00. Com as medidas passará a descontar R$ 292,00, ou seja, os 11 % sobre R$ 1.200,00 (R$ 132,00) mais 19% sobre o excedente de R$ 800,00 (R$ 160,00).

Para o aposentado valerá o mesmo cálculo.

CUT organiza protesto contra o ajuste fiscal

A central está convocando sindicatos e entidades da sociedade civil para promover uma manifestação em todos os estados contra as medidas recessivas do governo Fernando Henrique, no dia 13 de novembro. No dia 10 de dezembro haverá também um grande ato em repúdio à política de FHC, no Rio de Janeiro, quando estará



acontecendo um encontro dos presidentes dos países do Mercosul. Representantes da CUT e demais centrais dos países do Cone Sul estarão presentes.

Seminário

"Economia solidária: a criação de cooperativas e o papel dos sindicatos" é tema do seminário que acontece nesta sexta-feira (6), às 10h, no Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124, 22º andar. O economista e professor Paul Singer (USP), o professor Gaudêncio Frigotto (UFF) e Gonçalo Guimarães, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares estão confirmados para o evento.

ADUFRJ
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Boletim ANO I 12 a 19 DE NOVEMBRO
www.alternex.com.br/~adufrj

URGENTE A administração da UFRJ está devolvendo a planilha de férias para 99 sem a opção para a venda de um terço das férias. A Adufrj sugere que os professores que desejarem o abono façam separadamente um documento de opção, que está á disposição na sede e na Internet (www.altemex.org.br/~adufrj). Alguns setores de pessoal, exorbitando suas funções, não estão querendo aceitar este documento. Nestes casos, sugerimos que seja protocolado um processo individual, com os mesmos temos. A assessoria jurídica da Adufrj já entrou na justiça para garantir o direito a esta opção.

Representante do Andes na Comissão do Mec afirma que relatório da Ged foi fraudado com a conivência da diretoria do Sindicato

Em debate no Fórum de Reforma e Autonomia Universitária promovido pela Adufes, o professor Rubens Pinto Lyra, representante do Andes-SN na Comissão Nacional de Avaliação, denunciou que o relatório final da Comissão foi severamente adulterado e que, apesar de ter notificado o acontecimento ao Mec e ao presidente do Andes-SN e demais diretores, nada foi feito. O silêncio da diretoria, em sua avaliação, revela a cumplicidade da diretoria com o grave fato.

Segundo Lyra, a adulteração no texto do documento da comissão nacional se deu na passagem da "versão preliminar" para a "versão Mec". Na versão preliminar, constava no item 3 (Diretrizes Gerais de Avaliação) um sub-item (3.2.2) com os seguintes termos: "Será atribuída a pontuação máxima aos docentes cujo plano de trabalho e respectivos relatórios de atividades, aprovados pelo colegiado competente da instituição, se adequar à presente resolução e legislação em vigor".

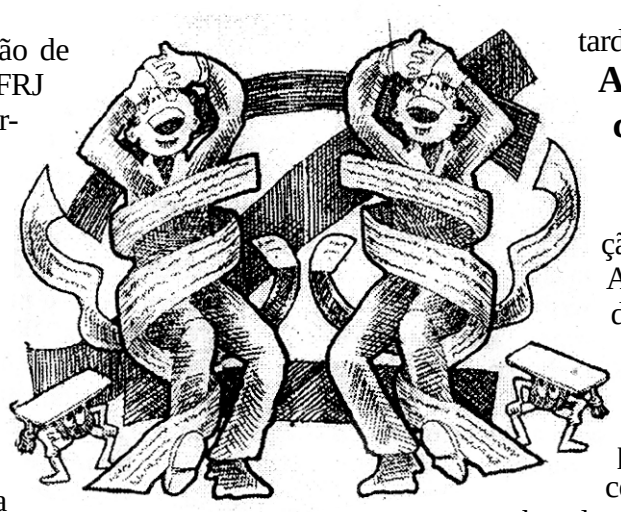
A presença deste item modificaria significativamente o processo de avaliação da Ged nas Ifes. Ao invés da pontuação ser produzida a partir dos critérios da Comissão Local, como está acontecendo agora, a pontuação máxima deveria estar garantida a todos os docentes cujos planos de trabalho fossem aprovados pelos departamentos, desde que apresentassem relatório de atividades em conformidade com as normas legais e as expedidas pela comissão. Assim, à Comissão de Avaliação da universidade caberia apenas coordenar o processo e não pronunciar-se quanto ao mérito da pretensa avaliação.

O prof. Rubens afirma estar ciente da gravidade da denúncia e para comprová-las mostrou cópia dos Fax enviados para os Srs. Luiz Roberto Cury e Abílio Baeta (desde 04/10/98) com a denúncia da adulteração. A sua denúncia motivou a aprovação de uma moção pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPb onde estes fatos são relatados. Vale destacar que este Conselho pede o posicionamento do presidente do Andes-SN em nome "da independência do sindicato".

A denúncia é gravíssima. Afinal, a diretoria do Andes-SN, ao não se pronunciar a respeito da adulteração, está conivente com uma atitude anti-demociática, compromentendo a autonomia do sindicato diante do governo. Ademais, a adulteração está provocando severas consequências para a categoria, pois em muitas universidades a Comissão Local está cometendo as maiores arbitrariedades.

Roberto Leher, presidente da Adufrj

Comissão da Ged não estende prazo e começa a avaliar relatórios



A Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFRJ não acatou o pedido de prorrogação dos prazos solicitado pela Adufrj. Segundo Fernando Rochinha, vice-presidente da comissão, o grupo não achou necessária a prorrogação. Na tarde de quarta-feira (11), quando se encerrava o prazo para a entrega do relatório, mais de 2 mil formulários já haviam sido enviados pela Internet. A comissão acredita, segundo Rochinha, que os cerca de 1.300 professores restantes devem ter encaminhado o relatório diretamente em seus departamentos.

A próxima etapa da comissão - que começou na quinta-feira (12) - será atribuir pontos aos professores que participaram do processo. Ainda não há uma definição sobre o prazo para conclusão deste trabalho. Mas acredita-se que a contagem deva estar concluída até o próximo dia 18. Rochinha acha improvável que os professores tenham acesso à pontuação antes do envio a Brasília. "Não teremos tempo para disponibilizar o recurso".

Um ponto que ainda será definido é a forma de divulgação destes resultados. Este item, segundo o vice-presidente, vem sendo debatido pela comissão que, até quinta-feira (12), ainda não havia chegado a um consenso. No mesmo dia, 14 universidades já haviam concluído o processo de avaliação.

Comissão do MEC avaliza relatório da UFRJ

A Comissão Nacional que foi criada para acompanhar e orientar as atividades das comissões de avaliação do desempenho docente" avalizou os critérios de pontuação da UFRJ. A partir daí, as informações não são esclarecedoras nem para a própria comissão. Sabe-se que o MEC abriu uma rubrica no Mare para a UFRJ. Não se sabe, entretanto, como esta rubrica deverá ser utilizada e qual é o seu objetivo. Rochinha afirma que esta parte do processo cabe à reitoria. "Entregaremos a pontuação concluída. A partir daí, cabe ao reitor enviá-la para Brasília".

O departamento de comunicação da Adufrj tentou, mas não conseguiu contato com a reitoria na tarde de quinta-feira.

Andes é incluído na comissão nacional à revelia

O Ministério da Educação incluiu, à revelia do Andes, um membro da diretoria do Sindicato Nacional na comissão nacional que vem avaliando os critérios de pontuação das Ifes. Marco Antônio Sperb Leite, membro da executiva do Andes, foi incluído nesta comissão sem que o Sindicato tivesse conhecimento. O afastamento de Marco Antônio foi solicitado e acatado pelo MEC.

Ministro afirma, em audiência com Andes, que aumentará a Ged em 10%

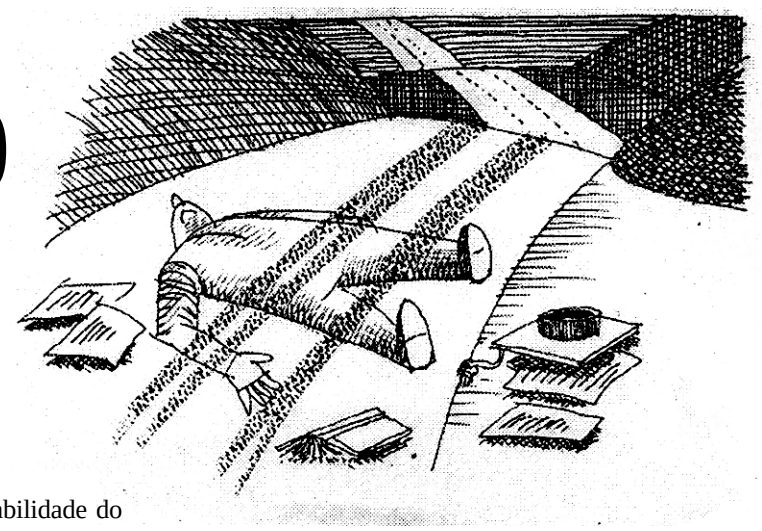
Em audiência com o Andes na quarta-feira (11), o ministro da educação, Paulo Renato, reiterou seu compromisso de majorar em 10% os valores da Ged retroativamente a 6 de julho, dizendo que se ocupará disso "imediatamente". Este ponto foi negociado com a atual direção do Sindicato Nacional ao final da greve dos docentes, no primeiro semestre.

Com relação ao pagamento da Ged, Paulo Renato afirmou que as 14 universidades que já encaminharam seus dados poderão receber a complementação tão logo o Mare autorize. O MEC, por sua vez, acredita que estas instituições recebam a Ged atualizada junto ao salário de novembro.

O ministro garantiu à diretoria do Andes que a bolsa dos professores de 1 e 2 graus continuarão sendo pagas até que seja resolvido o problema da carreira destes docentes. Mas a respeito da extensão de 100% da Ged para os aposentados, Paulo Renato limitou-se a informar que encaminhou o problema à assessoria jurídica do Ministério. O Andes solicitou que fosse divulgada uma posição oficial a respeito para, em caso de negativa, entrar com as medidas jurídicas cabíveis.

Leia mais sobre a Ged no Jornal da Adufrj que estará circulando na próxima sexta-feira (20).

Governo deve cortar R$ 570 milhões da Educação



Ministro diz que cortes na OCC comprometerão salário dos professores substitutos

A Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Ivan Valente (PT/SP), vai formular propostas de emendas ao orçamento de 1999 a serem apresentadas às comissões especiais da Câmara e encampadas pela Comissão do Orçamento. O prazo de apresentação de emendas é dia 20 de novembro.

Segundo dados da Folha de S. Paulo, o Mec poderá reduzir os cortes estimados nas últimas semanas em R$ 575 milhões para R$ 135 milhões. De acordo com o periódico, o acerto poderia ser feito porque R$ 440 milhões da verba contabilizada pelas universidades são na verdade parte do orçamento do Sistema Único de Saúde para os 45 hospitais universitários Federais. Este dinheiro é do Ministério da Saúde e, ainda segundo a Folha, o Mec vem contabilizando esta verba em seu orçamento.

Se as previsões do jornal paulista se confirmarem, o impacto do corte de 12,3% no orçamento do Ministério será reduzido. No entanto, se analisarmos um pouco mais os noticiários, veremos que o que a equipe econômica estuda é simplesmente retirar este dinheiro da contabilidade do Mec: o Ministério da Saúde continuaria destinando os R$ 440 milhões aos Hus, para pagamento de despesas apenas com os atendimentos e serviços prestados. Este montante "sumiria" das contas do Mec o que não garante que os cortes seriam reduzidos.

Segundo matéria divulgada pela Agência Andes, o ministro Paulo Renato confirmou, no dia 11, um corte de R$ 570 milhões nas verbas para a Educação em 99. Em audiência com a diretoria do Sindicato, o ministro disse que o corte nas universidades deverá atingir "essencialmente a rubrica de Outros Custeios e Capital, o que comprometeria o pagamento dos salários dos professores substitutos." Do orçamento de 1998, o governo quer cortar dez-doze avos do orçamento empenhado, ou seja, as universidades ficariam sem receber a verba do Mec equivalente a dois meses de seu custeio. O ministro disse ao Andes que reconhece que estes cortes tornariam a situação das universidades insustentável.

Calendário da Frente Parlamentar com as Comissões de Educação e C&T para esclarecimentos e negociação aos cortes com o governo:
17 - Audiência Pública da Frente com o Andes, Fasubra, Andifes, ANPG, SBPC, Une e Sinasefe com o deputado Marcelo Barbiere (PMDB/SP), que apresentará proposta de emenda coletiva da Comissão de C&T ao orçamento de 1999 e receberá sugestões das entidades.
18 - Reunião na Comissão de Educação com o ministro Paulo Renato, às 10h. O ministro foi convocado para prestar esclarecimentos sobre os cortes no orçamento de sua pasta.
19 - Reunião conjunta das Comissões de Educação e C&T com o ministro Israel Vargas, às 10h, com a seguinte pauta: Medidas Legislativas e Cortes Orçamentários no setor.

Vilhena tenta mais um golpe contra democracia

Conselho Nacional de Educação questiona participação de estudantes e técnico-administrativos no Consuni

Um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), no qual é questionada a composição do Conselho Universitário da UFRJ (Consumi), deixou, na semana passada, grande parte da comunidade universitária perplexa.

O documento, assinado pela relatora Eunice Duram, afirma que todas as alterações na composição do Consumi nos últimos dez anos não passaram pela aprovação do CNE, logo estão passíveis de questionamento, inclusive as que tratam do aumento da representação do corpo discente, e da criação de onze vagas para os técnico-adminitrativos. A relatora afirma, no entanto, que não é possível anular todos os atos aprovados pelo Consumi nesta época "em nome do princípio da razoabilidade". Mas não se abstém em criticar a forma com que o aumento da representação dos estudantes e dos funcionários se deu neste fórum.

Relatório questiona representação aprovada há 10 anos

Sobre os estudantes, o documento afirma que a alteração realizada há dez anos não tem "impedimento legal", em função da LDB vigente na época. Mas argumenta que os atos do Consumi deveriam ser respaldados pelo então Conselho Federal de Educação, hoje CNE. Com isso, o documento de Eunice Duram propõe que esta alteração, realizada em 29 de dezembro de 1988, seja revista através da legislação vigente, o que acarretaria na diminuição da bancada de estudantes no Conselho da UFRJ.

Quanto à representação dos técnico-administrativos, aprovada no dia 23 de outubro do ano passado, o parecer afirma que "distancia ainda mais do limite de participação docente" exigido pela Lei 9.394/96, que exige uma cota mínima de 70% de professores nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior. Até o último dia 11, este parecer ainda não havia sido homologado. A polêmica surgiu na última sessão do conselho universitário, em primeiro de outubro, quando Vilhena questionou a representação do Consumi - que fora alterada há um ano.

Segundo o reitor interventor, a ata desta sessão não teria sido aprovada e enviada pela então reitoria de Paulo Gomes ao Conselho Nacional de Educação e nem publicada em Diário Oficial. Em função disso, "solicitou" ao CNE que realizasse um estudo sobre as alterações no estatuto e no regimento geral da UFRJ. O documento foi divulgado no dia 4 de novembro.

Para a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ, Neusa Pinto, o parecer de Eunice Duram faz uma interpretação oportunista dos fatos: questiona a participarão dos estudantes e funcionários mas, ao mesmo tempo, legitima todos os atos referendados por este conselho. O que se quer, segundo a coordenadora do Sintufrj, é consumar um ataque antidemocrático à UFRJ e garantir a permanência de José Vilhena no cargo de reitor. Para Neusa, esta atitude do CNE deixa claro o real objetivo pelo qual Vilhena foi empossado. A coordenação do Sintufrj está analisando alternativas, inclusive jurídicas, para reverter este impasse. Construir, ao lado dos estudantes, um processo de redemocratização da UFRJ também faz parte da estratégia que está sendo elaborada pelo sindicato.

Assembléia Geral Dia 17/11 (terça), às 13.30 - Salão Nobre do CCMN (Fundão)

Pauta:
1) Aumento emergencial da contribuição mensal dos sindicalizados para a Adufrj;
2) Eleições para o Conselho de Representantes: aprovação do Regimento Eleitoral e da Comissão Eleitoral;
3) 37° Conselho do Andes - SN (Conad):
a) deliberações sobre os temas do Conad
b) escolha de delegado e observadoras da

Mensalidade Desde janeiro de 1995, a mensalidade da Adufrj está fixa em R$ 12,00. Pelo estatuto do Andes-SN, a contribuição dos sindicalizados deve ser 1% do vencimento bruto permanente, o que já vem sendo feito pela grande maioria das AD's. A AG Adufrj já aprovou esta modificação. No entanto, por dificuldades operacionais com a UFRJ, ainda não conseguimos implementar o novo procedimento. Lembramos que durante a greve não foi cobrada nenhuma cota extra e que as despesas adicionais saíram de nossas reservas, praticamente esgotadas. Em função destas limitações, a diretoria, no intuito de continuar mantendo as atividades normais, principalmente no momento crítico que atravessamos, está encaminhando à próxima assembléia o aumento de nossa contribuição para R$ 18,00, para todos os filiados, até que seja possível implementar a contribuição proporcional.

ADUFRJ
Seção Sindical

Sessão Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Andes Sindicato Nacional

Ano V

20 a 26 de novembro de 1998

ENTIDADES TENTAM RECOMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO PARA AS IFES

Frente Nacional em Defesa de Ciência e Tecnologia apresenta emendas de R$ 107 milhões para a pesquisa e R$ 170 milhões para as universidades

6

A adufrj no 37° Conad

Assembléia Geral da Adufrj dá início à discussão da próxima campanha salarial. Confira os encaminhamentos dos docentes da UFRJ para o Conselho das Seções Sindicais do Andes

3

UFRJ não divulga resultado da pontuação da Ged

A Comissão de Avaliação de Desempenho Docente concluiu o processo de avaliação dos relatórios e a contagem dos pontos para a Ged, mas não quis divulgar os dados para os professores antes de enviá-los ao Mare

4

De cara nova

O Jornal da Adufrj vem passando por um processo de transformação. O objetivo é torná-lo ainda mais funcional para a comunidade universitária. Nesta semana, a mudança foi radical. Alteramos o tamanho da publicação para o formato tablóide. Outra novidade: ele está circulando às sextas-feiras e não às segundas, como o habitual, e de quinze em quinze dias. Na semana em que o jornal não circular, estaremos distribuindo um boletim, para garantir a cobertura dos principais fatos do período. Com isso, as informações chegarão com mais qualidade, rapidez e conteúdo. O novo formato ainda está em fase de ajustes, Portanto, as sugestões serão bem-vindas. lembramos que todas as nossas publicações são disponibilizadas, simultaneamente à distribuição, na nossa home-page (www.alternex.com.br/~adufrj).

editorial

A farsa continua

Insistimos no fato de que o presente processo de implantação da Ged, em particular na UFRJ, é uma farsa. Chamar de "avaliação" esta contagem de pontos é um absurdo, sob todos os aspectos.

Do ponto de vista acadêmico, o que deveria ser um estímulo ao ensino de graduação" transformou-se em mais uma listagem das atividades de pesquisa. Onde ficou a avaliação do ensino de graduação? Apenas nas ambíguas horas-aula e em alguns pontos de "orientação acadêmica", que é bastante variável nas unidades da UFRJ. As próprias atividades de pesquisa, apesar de uma pretensa objetividade na pontuação, trazem problemas. Se é verdade que para a publicação de alguns livros basta pagar uma editora, não é menos verdade que a publicação de outros livros tem um significado acadêmico enorme e deveria ter um valor destacado. Não só nossa comissão não vê diferenças, mas ainda atribui 18 pontos, a um livro publicado, enquanto atribui 20 pontos a um artigo em revista internacional. Não sabem nossos "avaliadores" que também existem revistas internacionais de padrões bastante variáveis e que em algumas os critérios de publicação são bastante tênues? Reduzir a "avaliação" a uma simples numerologia pode ter simplificado o trabalho da Comissão, mas certamente não é um avanço no sentido de apresentarmos uma prestação pública séria de nossas atividades acadêmicas.

Do ponto de vista do funcionamento da universidade, o processo também significa um enorme retrocesso. Fugiu-se mais uma vez de qualquer pronunciamento dos colegiados superiores da UFRJ, não avançamos nas propostas de diretrizes e prioridades da atividade acadêmica, ignorou-se uma série de tentativas localizadas de avaliar o trabalho docente. Os departamentos, as coordenações de ensino, as congregações e o próprio Conselho Universitário foram solenemente desprezados. A Comissão de Avaliação foi colocada acima de toda a estrutura universitária e foi considerada qualificada para decidir e julgar qual o trabalho que tem mais ou menos valor. Não mencionam o fato de que esta avaliação é retroativa, que envolve um período em que as regras eram outras e que tudo isto merecia, no mínimo, um esclarecimento. Quando lembramos que tudo isto foi decidido pelo conhecido, e reconhecido, senhor Vilhena.

Como política para o ensino público superior a situação é grave. Enquanto os recursos para Educação, Ciência e Tecnologia são transferidos para cobrir a especulação financeira, a implantação da Ged distribui misérias. Enquanto o Banco Mundial define objetivos para os países dependentes, uma parte de nossa comunidade contribui para a implantação da ideologia competitiva, dos métodos de ensino superficiais.

Finalmente, do ponto de vista dos professores que se dedicam e acreditam na importância da universidade pública brasileira, a implantação da Ged é desanimadora. Sabemos que temos muitos problemas internos, mas não será com o desrespeito ao trabalho que mantém esta instituição viva, que avançaremos. A Comissão Avaliadora foi colocada num papel tão arrogante que nem sequer prevê a possibilidade de algum erro em seu trabalho. Assim, um dos direitos mais elementares de qualquer cidadão, o de recorrer de uma decisão administrativa, foi arbitrariamente suprimido. Se houve alguma falha, técnica ou de procedimento, só daqui a um ano esta será revista.

Um dos pontos fundamentais para a reversão deste processo todo é o do resgate dos órgãos acadêmicos, sua reformulação em alguns casos, e principalmente, o seu pleno funcionamento. Não é a toa que uma das principais características do modo Vilhena de administrar é o desmonte dos conselhos superiores da UFRJ.

Eleição I

Conselho de representantes da adufrj: Complementação de Mandato

Conforme fora noticiado recentemente, as eleições para o Conselho de Representantes acontecerão nos dias 8, 9 e 10 de dezembro. Esse período pode ser reduzido para um ou dois dias, conforme a necessidade de cada unidade. Os professores que se sindicalizaram até o dia 8 de outubro estão aptos a votar. É de extrema importância a participação de todos os professores da UFRJ neste processo, principalmente os das unidades que não detêm representação, visto as sucessivas crises que se abatem sobre a universidade como a intervenção do Mec e os desdobramentos da Ged. Estar atento a essas questões pressupõe um acompanhamento constante e uma real inserção nas unidades.

A comissão eleitoral, formalizada na última assembléia geral da Adufrj (17), é composta pelos professores: José Henrique Sanglard, Roberto Houaiss e Leila Roedel.

O prazo para inscrições de candidatos é 27 de novembro (sexta-feira). Segundo regimento, os interessados devem enviar um requerimento à sede da Adufrj solicitando sua candidatura. Na AG também foram discutidas e aprovadas algumas modificações no regimento eleitoral que brevemente serão disponibilizadas. Por enquanto, os detalhes do regimento geral e eleitoral da seção sindical - sem essas recentes modificações - foram divulgados nas reuniões regulares do GT de Política e Formação Sindical da AD e estão disponíveis na sede da Adufrj (CT, bloco D, sala 200). Está previsto o término do mandato em outubro de 1999, junto com a atual diretoria.

Eleição II

CPPD renovará todo o seu quadro nos dia 10 e 11 de dezembro.

Nos dias 1O e 11 de dezembro serão realizadas eleições para a escolha de novos representantes de Centro e de Categoria da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CCPD) da UFRJ. As duas eleições acontecerão simultaneamente e significam uma renovação em todo o quadro da Comissão. Os eleitos comandarão a Comissão no período de 99 a 2000.

Os interessados em concorrer ao cargo devem se inscrever até o dia 27 de novembro, na sede da CPPD, que funciona no segundo andar do prédio da reitoria.

Maiores informações podem ser obtidas na CPPD pelos telefones: 290-2112, ramal 2010 ou 260-7386 e 560 7491, ramal 41.

Reunião aberta do conselho de representantes da Adufrj

Estamos convocando uma reunião aberta a todos, do conselho de representantes da adufrj, no dia 26 de novembro, quinta-feira, ás 17:30 horas, na Escola de Serviço Social, Praia Vermelha, na sala de convivência dos professores, Pauta: Ged.

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

37º Conad

Assembléia da Adufrj propõe campanha salarial

No 37º Conad, nos dias 20, 21 e 22 de novembro, em Belo Horizonte, a Adufrj estará encaminhando as deliberações de sua última assembléia geral. Foram escolhidos como delegado o professor José Miguel Bendrao Saldanha e como observadores os professores Fábio Garcez de Carvalho e Cleusa dos Santos

Atualização do plano de lutas do setor dos docentes das IFES - Consideramos essencial manter uma pauta que dê coerência ao conjunto das reivindicações e não dissociar a luta pelas condições de vida e de trabalho da luta pelo nosso projeto de universidade.

A reivindicação expressa no item 1.1, o chamado reajuste linear igual para todos, tem sido criticada, dentro e fora do movimento docente, por não levar em conta as disparidades já existentes dentro da categoria, devidas a progressões sem titulação, incorporações diversas, vantagens pessoais, ações judiciais etc. Para superar este problema, têm surgido propostas como, por exemplo, a reivindicação de uma nova carreira, nos moldes da proposta do Andes-SN, conjugada à possibilidade dos docentes optarem por migrar ou não da atual carreira para a nova. A migração teria de respeitar as exigências de titulação para cada cargo, o que não permitiria, por exemplo, a um adjunto com mestrado mas sem doutorado migrar para a classe de adjunto da nova carreira, que exige doutorado. Ele teria de ser enquadrado como assistente. As remunerações de cada cargo da nova carreira corresponderiam a reajustes integrais sobre os valores dos cargos equivalentes da carreira atual, em termos de titulação e regime de trabalho e as remunerações da tabela atual ficariam congeladas ou teriam reajustes menores.

Os itens 1.1 e 1.2 a seguir não pretendem contrapor-se, em princípio, a alguma proposta do tipo da mencionada no parágrafo anterior, que, a depender dos termos em que for detalhada, poderia perfeitamente substituí-los.

A diretoria.

Encaminhamentos para o 37º Conad

Proposta de pauta de reivindicações do setor dos docentes das IFES

1 POLÍTICA SALARIAL

1.1 reposição das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro/95, segundo o ICV-DIEESE (49,38% até setembro de 1998); (*)

1.2 incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados, pensionistas, substitutos, estrangeiros e demais celetistas, enquanto não for feita a reposição das perdas salariais; (**)

1.3 reconhecimento da data base dos SPF de 1º de janeiro segundo a Lei 7.706/88; (*)

1.4 política salarial definida por regras que contemplem reposição pelo índice do ICV-DIEESE e a recuperação de perdas históricas; (*)

1.5 incorporação da GAE ao vencimento no seu valor mais alto;

1.6 pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais.

2 AUTONOMIA, DEMOCRACIA E VERBAS

2.1 garantia da autonomia, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal;

2.2 carreira única, segundo proposta da ANDES-SN para os docentes das Instituições de Ensino Superior, de 1º, 2º e 3º graus, já protocolada no MEC;

2.3 isonomia entre as IFES;

2.4 garantia do financiamento público para as IFES com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da Universidade para custeio e capital;

2.5 garantia de Verbas para o funcionamento e manutenção dos Hospitais Universitários no Orçamento do MEC.

3 EMPREGO

3.1 Garantia do estatuto da estabilidade;

3.2 Concurso Público, repondo-se integralmente as vagas existentes com a imediata contratação dos candidatos selecionados. Expansão de vagas de acordo com as necessidades das IFES.

4 APOSENTADORIA

4.1 manutenção da aposentadoria por tempo de serviço, conforme definido na Constituição Federal de 1988;

4.2 equivalência de reajuste salarial entre os docentes da ativa e aposentados; (*)

4.3 pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do MEC, fora da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino'. (*)

redação alterada em relação à pauta anterior (96) inclusão em relação à pauta anterior (96)

Avaliação docente

a) repudia os procedimentos de avaliação para pontuação da GED contidos no relatório final da comissão instituída pela Lei 9678, encaminhados pelo Ofício-Circular 116/98 do MEC, e

b) critica os representantes do Andes-SN na comissão por terem se posicionado de acordo com aqueles procedimentos.

Autonomia universitária

a) Lutar pela rejeição da PEC-370-A/96 que restringe, limita e impede a auto-aplicabilidade da autonomia, nos termos do Art.207 da Constituição Federal;

b) realizar debates e estudos a propósito da "Proposta de Autonomia da Andes-SN", tendo como referências o *Projeto de LDB da Andes-SN* e a Pro- *posta da Andes-SN para a Universidade Brasileira;*

c) promover estudos sobre os documentos do Banco Mundial a respeito da universidade, e

d) ampliar e fortalecer o arco de alianças com as entidades sindicais e científicas, por meio da revitalização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, com o objetivo de defender a universidade pública e gratuita, o sistema público de C&T e os demais níveis e modalidades de ensino público.

Adufrj tenta assegurar diretos dos professores estrangeiros

A Adufrj-SSind está analisando a situação dos professores estrangeiros na UFRJ. Apesar de alguns terem sido enquadrados no RJU, por decisão da administração da universidade, ao abrirem processo para a aposentadoria, não estão tendo este direito assegurado.

Como muitos não fizeram concurso, não estão amparados, juridicamente, pela estabilidade. A Diretoria da Adufrj-SSind está convocando uma reunião com os interessados no dia 8 de dezembro, terça-feira, às 16 horas, na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Cadastro da Adufrj

Estamos atualizando nosso cadastro eletrônico. Se você deseja receber nossas comunicações via e-mail, envie seu endereço para sede da Adufrj.

ged

UFRJ envia pontuação para Mare sem divulgar dados

Na quinta-feira(18), a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFRJ concluiu o processo de avaliação dos relatórios e contagem dos pontos. O pagamento deverá sair na folha de dezembro, que será paga no inicio de janeiro

A Comissão de Avaliação e Desempenho Docente da UFRJ concluiu a contagem dos pontos referentes à Gratificação de Estímulo à Docência (Ged) na quinta-feira (17). Esses dados serão entregues na sexta à SR-4 que está encarregada de disponibilizá-los, através do sistema, diretamente ao Mare, sem que os professores tenham acesso à avaliação final. Talvez esses dados sejam divulgados no início da próxima semana.

A expectativa é que a gratificação seja paga no contracheque de dezembro, que sairá no início de janeiro.

Comissão monta QG na Coppe

A comissão concentrou seus trabalhos durante a semana em três salas do bloco 1 da Coppe. Os dados referentes aos relatórios foram digitados e analisados pela comissão. A comunidade não teve acesso a nenhuma informação durante este período. A ansiedade era muita. A comissão não disponibilizou nenhuma informação que pudesse dar conta do andamento dos trabalhos. Apenas os casos com distorções como, por exemplo, número excessivo de horas-aula, foram remetidos aos chefes de unidade que tiveram até às 17 horas de quinta para averiguar as informações. Fernando Rochinha, vice-presidente da Comissão, afirma que todos os anexos foram lidos e avaliados, contudo, apenas informações a partir de 1996 foram consideradas para pontuação.

Em tempo: segundo o Maré, os professores que obterem menos de 60 pontos na avaliação poderão ter de devolver ao governo o valor excedente recebido até agora.

Quanto ao ofício enviado pela Adufrj, Rochinha diz que o grupo tomou a decisão de não responder questionamentos políticos com relação à Ged. Além de críticas à forma com a qual a Ged foi instituída, o documento questionava também o trabalho da comissão no processo de avaliação e contagem dos pontos. O vice-presidente se limitou a afirmar que a Comissão foi sensível às reivindicações da seção sindical e de toda a comunidade quando estendeu os prazos de entrega do relatório por dois dias, mesmo diante de um calendário tão exíguo.

Fernando Rochinha não quis informar a média de pontuação dos docentes da UFRJ antes de terminar toda a contagem. Até o fechamento desta edição, o processo ainda não estava concluído. Entretanto, afirmou que a UFRJ não ultrapassou o limite imposto pelo decreto que regulamenta a gratificação, onde se garante a verba para o pagamento da média referente a 45 pontos para cada professor por instituição.

Quanto vale a sua Ged

Quando for conhecido o valor da pontuação estabelecida pela Comissão da Ged da UFRJ, você poderá calcular, em reais, o valor da sua gratificação. Procure, nas tabelas abaixo, sua situação atual de titulação, regime de trabalho e nível. Multiplicando este coeficiente pela sua pontuação da Ged, o resultado será o valor em reais da gratificação.

	20 horas semanais				
	Grad.	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado
Titular	0,56	0,71	0,71	1,60	2,29
Adjunto	0,56	0,71	0,71	1,37	2,00
Assistente	0,56	0,71	0,71	1,37	1,37
Auxiliar	0,56	0,71	0,71	0,73	1,00

	40 horas semanais				
	Grad.	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado
Titular	1,11	1,43	1,43	4,00	5,71
Adjunto	1,11	1,43	1,43	3,43	5,00
Assistente	1,11	1,43	1,43	3,43	3,43
Auxiliar	1,11	1,43	1,43	1,83	2,50

	Dedicação Exclusiva				
	Grad.	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado
Titular	1,67	2,14	2,14	5,00	9,29
Adjunto	1,67	2,14	2,14	5,00	7,86
Assistente	1,67	2,14	2,14	5,00	5,00
Auxiliar	1,67	2,14	2,14	2,29	3,57

Isto significa que, possivelmente, a média da avaliação qualitativa é inferior a 45.

O vice-presidente do grupo proporá à Comissão que dados como a média da pontuação sejam divulgados pela Internet. Quanto à divulgação dos pontos individuais, ele diz que ainda não houve definição de como isto será feito. "No início da semana estaremos divulgando esses dados. Não definimos ainda como". Questionado quanto à importância dos professores saberem seus desempenhos, Rochinha diz que, individualmente, todos já sabem a sua pontuação uma vez que "o relatório estava claro".

Ceg propõe que discussão da Ged seja feita junto às unidades e centros da UFRJ

Nesta semana, encerrado o processo de avaliação da Ged, a comissão interna da UFRJ pretende divulgar um relatório com o balanço dos trabalhos. Sabe-se que a reitoria pretende criar uma nova comissão da Ged, desta vez permanente.

Diante do caos que se instalou na universidade nas últimas semanas, o Conselho de Ensino de Graduação (Ceg) elaborou, na reunião de quarta-feira (18), uma solicitação aos diretores de unidade e centro que discutam a Ged. Objetivo é tentar democratizar o processo e criar sugestões e alternativas para respaldar a discussão da Ged no Conselho, construindo "critérios que respeitem a diversidade da UFRJ".

Comemoração

Seção Sindical da UFF comemora vigésimo aniversário

A Aduff-Seção Sindical do Andes-SN está completando 20 anos de fundação. Para comemorar, a Ad fluminense programou várias atividades em sua sede, uma bela casa, na rua Lara Vilela 110, no bairro São Domingos, em Niterói.

No dia 26 de novembro (quinta) às 18 horas acontecerá um bate papo com os ex-presidentes dá entidade; às 19 horas o grupo de teatro do Sindicato dos Trabalhadores da UFF apresentará a peça "Somos todos construção"; para encerrar, a Ad oferece um coquetel para os professores com o conjunto Eri Galvão. E a festa não pára por aí. Na sexta-feira, 4 de dezembro, a Aduff convida os docentes para um Baile com a Orquestra de Waldyr Calmon, no Clube Português, na Lara Vilela 176, São Domingos. O baile começa às 23h.

Jurídico

Jurídico da Adufrj Questiona Procedimento em relação à Ged

A assessoria jurídica da Adufrj está analisando o tratamento dado pela reitoria da UFRJ ao processo de implementação da gratificação de estímulo a docência na universidade. A assessoria questiona a autonomia da comissão local para estabelecer critérios de pontuação na avaliação para o recebimento do percentual da Ged pelos professores. Segundo os assessores, a Lei da Ged (9.678) não dá poderes aos membros da comissão para estabelecer os critérios para a avaliação, mas apenas para observar as peculiaridades dos diversos regimes de trabalho aos quais os docentes estão vinculados. Outra observação dos advogados é que a comissão local é formada por membros externos à universidade, portanto esta comissão só teria poderes para avaliar. O estabelecimento dos critérios deveria ser feito pelo órgão interno que têm competência para esta matéria, no caso, os conselhos superiores, incluindo o Consuni.

Outro questionamento da assessoria e quanto a falta de divulgação dos critérios de avaliação e da pontuação anteriormente ao início da coleta de dados e dos relatórios pela comissão. Outro erro grave cometido pela reitoria é que a regulamentação desta avaliação local, até o momento, não foi publicada nem no diário oficial da União, nem sequer divulgada no Boletim da UFRJ.

Abono 98/99

Adufrj receberá termo de opção até o dia 7

A administração da UFRJ está negando o direito à opção dos docentes pela venda de férias. O termo de responsabilidade que muitos professores anexaram à planilha foi devolvido sumariamente. Ainda não há liminar que garanta a opção e o recebimento do abono de 1999. É pressuposto para a continuidade do processo que a Adufrj tenha uma comprovação do pedido de venda de férias. Enquanto não houver uma definição, a diretoria da Adufrj faz o seguinte encaminhamento: em primeiro lugar, os professores deverão insistir com os Departamentos de Pessoal para obterem um comprovante do pedido de venda de férias. Caso isto seja negado, é possível que os termos de opção sejam encaminhados diretamente à Adufrj até o dia 7 de dezembro. A seção sindical fará uma notificação extrajudicial comunicando a UFRJ da opção.

Segundo assessoria nacional professores, visitantes e substitutos não têm direito à Ged

Segundo parecer da assessoria jurídica do Andes Sindicato Nacional, para fazer jus à Gratificação de Estímulo à Docência os professores devem ser detentores de cargo efetivo, o que não é o caso dos visitantes nem dos substitutos. Com isso, estes docentes, apesar de manterem as mesmas atividades de seus colegas que são concursados ou efetivos, não têm direito à gratificação.

A Ged, que em princípio deveria premiar a atividade docente nos cursos de graduação, não contempla os professores chamados substitutos ou contratados temporariamente. E são estes que, em boa parte das unidades, dão conta dos cursos de graduação, principalmente em épocas de restrição à abertura de novas vagas e concursos.

Em relação aos aposentados, os advogados foram solicitados pelo Andes para investigar os casos de professores que recebiam os direitos do artigo.192 do Pucrce - aquele que concedia os proventos para o aposentado do cargo imediatamente superior ao que o servidor ocupava no momento de sua aposentadoria. O artigo 192 foi revogado e de acordo com os assessores do Sindicato o professor, nesta situação, teria direito apenas à gratificação referente à remuneração do cago efetivo ou à função exercida na qual ele se encontrava quando se aposentou. Isto é, sem contar com a progressão recebida no ato da aposentadoria.

Jurídico do Andes analisa situação de todos os inativos

Os advogados do Andes estão estudando, também, os critérios de extensão da pontuação para todos os aposentados. Segundo a assessora Damares Medina, o jurídico do Sindicato está esbarrando na diversidade de critérios adotados pelas instituições para pontuar os professores em atividade. Segundo a advogada, o que está sendo pensado pela assessoria nacional é a uniformização desta política de concessão da Ged para os aposentados levando em conta o cargo ou a remuneração do docente no ato de sua aposentadoria.

COMISSÕES RECEBEM EMENDAS DAS ENTIDADES PARA ELIMINAR EFEITOS DO AJUSTE NAS IFES

Entidades propõem criação de novas rubricas no orçamento para ensino e pesquisa nas instituições federais

As entidades Andes, Andifes e SBPC reuniram suas forças para reverter os cortes propostos pela equipe econômica do governo no orçamento de 1999 para o ensino e a pesquisa nas instituições federais. Na quarta-feira (18) a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Educação da Câmara aceitaram as emendas coletivas das entidades que propõem R$ 107 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia e R$ 170 milhões para o Ministério da Educação.

As emendas foram o resultado das negociações entre o Sindicato dos Docentes, a associação dos reitores e os pesquisadores, juntamente com a Frente Nacional em Defesa de Ciência e Tecnologia. O valor apresentado para repor os cortes foi proposto pela SBPC na reunião da Frente que ocorreu na segunda (16) e corresponde exatamente ao que o governo quer retirar da verba destinada à pesquisa.

Já a emenda que propõe R$ 170 milhões para o orçamento do ensino superior foi apresentada à Comissão de Educação pela Andifes. Deste montante, R$ 100 milhões eliminam os efeitos da emenda governamental que corta R$ 102 milhões da verba de investimento e custeio das universidades. Do que sobra, R$ 40 milhões serão destinados ao pagamento de dívidas acumuladas pelas reitorias e R$ 30 milhões para os hospitais universitários.

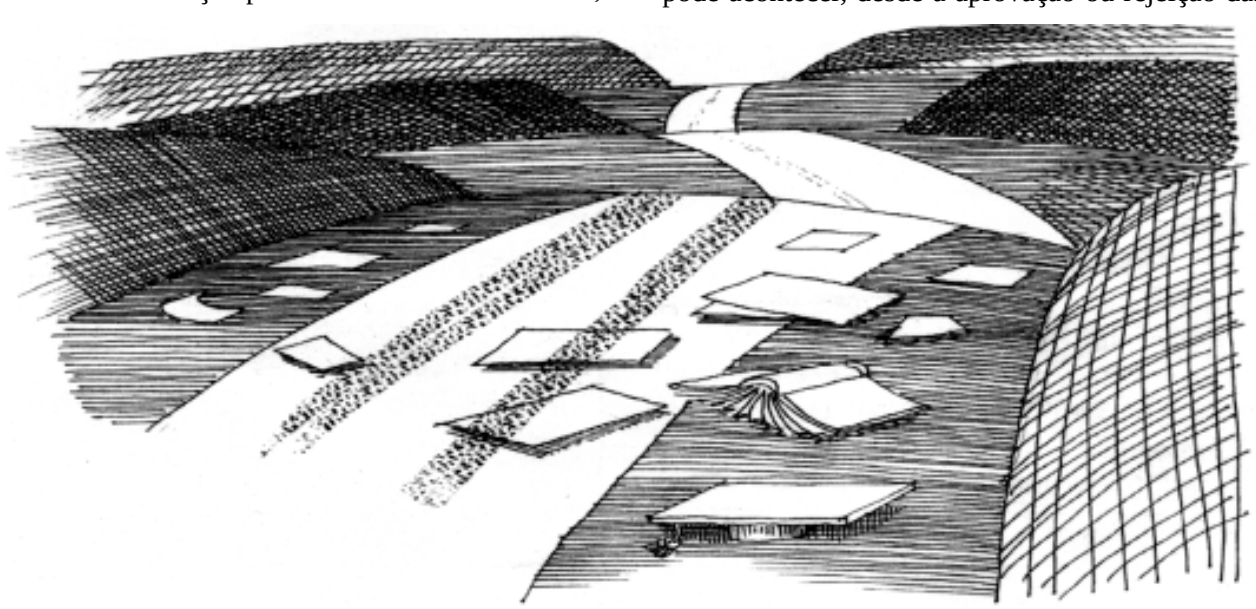
A semana foi repleta de negociações e conversas entre as entidades dos reitores, docentes, estudantes e pesquisadores com parlamentares e membros das comissões. O ministro Paulo Renato foi convidado pelos deputados a comparecer à Comissão de Educação na quarta (18), para esclarecer os motivos dos cortes. Não foi. Segundo o presidente do Andes, Renato de Oliveira, o ministro já teria afirmado, há uma semana, em audiência com o Sindicato, que os cortes “são fictícios”. ,

Imaginários ou não, os cortes são de fato uma grande ameaça à sobrevivência das universidades públicas. Tanto que, nesta hora, todos os segmentos resolvem deixar as quizilas de lado e correm atrás do prejuízo. O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia e deputado federal Ivan, Valente (PT/SP) considera o fato das comissões terem aceitado as emendas um avanço na luta contra os cortes. Isto porque, nas comissões, a bancada do governo também é maioria.

De acordo com a assessoria do deputado, o próximo passo para garantir a aprovação das emendas em plenário é conseguir sua aprovação pelo relator, na Comissão Mista de Orçamento. E neste momento que serão definidos o montante e o destino do dinheiro. De acordo com a assessoria de Ivan, tudo pode acontecer, desde a aprovação ou rejeição das emendas até a negociação dos valores e de quem vai dispor das verbas.

O prazo para entrega de emendas à proposta do governo na comissão do orçamento é sexta-feira (20) e os deputados e senadores têm até o dia 15 de dezembro para definir e aprovar o orçamento da União para o ano que vem.

Em relação aos cortes impostos pelo governo no orçamento de 98 para as Ifes, o Sindicato dos Docentes entrou com uma,representação na Procuradoria Geral da República, questionando o contingenciamento de R$ 100 milhões da verba de custeio das 52 Ifes e exigindo a liberação integral do orçamento, com base no princípio da autonomia destas instituições.



SUS não pode repassar verba diretamente para os HUs

A discussão do orçamento para as universidades públicas revelou a tramitação da verba do Ministério da Saúde para os hospitais universitários. Após anunciar o corte de R$ 570 milhões no orçamento do ensino superior, o Mec se deu conta que contabilizava “por engano” cerca de R$ 440 milhões da verba do Sistema único de Saúde (dinheiro da pasta dá Saúde), Este montante era - e continuará sendo - destinado ao pagamento de atendimentos e serviços prestados nos hospitais de ensino.

Descoberta a origem do inchaço nas contas do Mec, o governo “reduziu” o tamanho do corte nas contas do ministério de R$ 570 milhões para R$ 135 milhões.

Segundo o presidente do Andes, Renato de Oliveira. o problema agora seria garantir que esta verba do SUS se a repassada diretamente para os hospitais. A preocupação do Sindicato é que as universidades não recebam integralmente os recursos do SUS, que deve, necessariamente, passar pelos Conselhos Municipais de Saúde - com representação de vários segmentos das comunidades locais -, que poderiam deslocar a verba para outras unidades de saúde de municípios e estados. Segundo o presidente do Andes, a entidade está estudando uma forma de fazer com que a verba para os HUs não passe pelos Conselhos.

Crítica

Roberto Romano: “Estão fazendo o acordo entre o lobo e o carneiro”

O professor de filosofia da Universidade Estadual de Campinas, Roberto Romano sempre foi um crítico feroz da falta de política de ensino e pesquisa no governo Fernando Henrique. Para ele as negociações em torno dos cortes no orçamento das universidades têm como pano de fundo a intenção do governo em reacender na comunidade acadêmica e científica a discussão de seu projeto de autonomia universitária com uma dotação orçamentária global, limitada a um período de dez anos, a famosa Pec 37OA.

Romano foi coordenador da Frente Nacional em Defesa de Ciência e Tecnologia e participou da reunião da Frente que antecedeu as negociações entre as entidades, parlamentares contrários aos cortes e as comissões de C&T e Educação. Não gostou do que viu nem do que ouviu.

Para o professor, a entidade dos Docentes manteve unia posição recuada frente à política do governo. Romano criticou a atual postura do Andes em acreditar que negociar com o governo uma “moratória” em relação aos cortes poderá possibilitar ganhos futuros.

Para o professor, a lógica de Fernando Henrique e Paulo Renato é clara. “O governo tem todas as facilidades. Conta com um arsenal de juristas, técnicos, barganhas políticas e as entidades ficam com este discurso de um realismo estrábico”, atira. Para ele está faltando uma posição mais firme das entidades, principalmente do Andes, em relação às políticas ministeriais. “O Serra gritou e conseguiu reduzir os cortes na Saúde de R$1 bilhão e 500 milhões para 500 milhões. Paulo Renato perdeu tudo”.

Romano alerta para o risco que correm as universidades que entrarem na lógica da farinha pouca meu pirão primeiro. Na segunda semana de novembro, nove reitores de universidades consideradas de excelência (UFMG, USP, Unifesp, Unicamp, Unesp, UnB, UFRGS, PUC-RJ e UFRJ) encontraram-se em Belo Horizonte para um debate sobre autonomia e gestão das instituições. O grupo dos nove é para Romano um indício claro de quem vai ser privilegiado na hora da discussão sobre orçamento para o ensino superior. “Tal como aconteceu com o Pronex, o governo destaca os excelentes, escolhe as melhores universidades do país, separa estes grupos e desmonta a possibilidade do salto coletivo. Se estes reitores acham que com a diferenciação de qualidade vão poder captar mais recursos, verão mais adiante que o plano do governo é simplesmente privatizar as instituições com a apropriação da idéia das organizações sociais, que, aliás, surgiu quando o professor Florestan Fernandes a apresentou para a solução da sobrevivência da Fapesp, que não tem comparações possíveis com instituições universitárias”.

“A dotação fixa, durante um período limitado, é o anúncio de morte para boa parte das universidades”

Quanto aos docentes, Romano foi incisivo: A diretoria anterior do Andes era mais agressiva e firme em relação à política do governo, mas não criou os canais fortes para esta briga. Por outro lado a atual direção do Sindicato entra na lógica da negociação do carneiro contra o lobo”.

Nota da Frente Nacional em Defesa de Ciência e Tecnologia

Prezado Presidente da Comissão de Orçamento Em nome da comunidade científica brasileira, integrada na Frente Nacional em Defesa de Ciência e Tecnologia por dezenas de entidades, solicitamos de V.Exa. esforços para que, na votação da peça orçamentária, os senhores parlamentares mantenham os valores propostos para as bolsas de incentivo à pesquisa e formação de recursos humanos. Mais do que isso, que proponham a recomposição dos valores destinados às universidades e às atividades de fomento do MCT, elementos essenciais à manutenção do sistema de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiras.

Os cortes resultantes da atual política econômica imposta pelo executivo agravam a situação de nosso sistema de C&T e comprometem a capacidade do país de conceber e viabilizar um estilo de desenvolvimento próprio, alternativo ao vigente.

Assim, convocamos esta Casa e todas as entidades da área de Ciência e Tecnologia a discutir, num futuro próximo, alternativas capazes de reverter os efeitos desastrosos que o modelo em curso vem ocasionando.

São Paulo, 16 de novembro de 1998 Frente Nacional em Defesa de Ciência e Tecnologia.

Dinheiro público indo pelo ralo

Governo utiliza verba federal para barganhar votos junto aos parlamentares.

O governo federal possui um artifício de convencimento para que deputados e senadores da sua base de sustentação votem a favor de suas propostas no Congresso: a liberação de verbas para as chamadas “emendas individuais”. Cada parlamentar tem uma cota de R$ 1,5 milhão. Eles fazem o pedido e o governo libera conforme a sua necessidade. Estão empenhados R$ 426 milhões destinados a este fim. Antes da votação dos destaques da reforma da Previdência, haviam sido liberados R$ 84,9 milhões. Depois da votação desses destaques (até o dia 7 de novembro), esta cifra alcançou R$ 109,6 milhões. Ou seja, para aprovar a reforma da Previdência, o governo liberou em uma semana R$ 24,7 milhões.

Esses dados foram divulgados pelo deputado federal Humberto Costa (PT/PE). O deputado define o perfil dessas emendas como “paroquiais”, ou seja, prevêem pequenas obras em municípios de médio e pequenos portes com duvidosa necessidade mas trazem um “retorno” concreto para os parlamentares. Significa um agrado para prefeitos e atração de votos. Num momento em que o governo prega austeridade, libera verba para sua bancada alimentar os currais. O maior disparate é que os parlamentares de partidos como o PFL, PPB, PMDB e, claro, o PSDB têm total prioridade na liberação dessas verbas (veja quadro abaixo). O que caracteriza um “privilégio”. “Ver uma emenda de algum parlamentar da oposição ser aprovada é um verdadeiro milagre. É muito difícil”, esclarece Humberto Costa.

Para garantir a execução dessas emendas, o governo retira verba das mais variáveis pastas: de propaganda a verbas essenciais como a Saúde e a Educação.

Distorção de valores do que deveria ser o orçamento

“É uma inversão de valores do que deve ser uma execução orçamentária. O orçamento deveria ser um objeto de discussão da sociedade. A população deveria definir as suas prioridades. Essas prioridades deveriam, inclusive, estar contidas dentro do projeto que previsse o desenvolvimento das regiões beneficiadas.”, desabafa o deputado petista.

Geralmente essas emendas não se inserem no contexto de desenvolvimento dos estados. Por exemplo, atualmente, o regimento tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, prevê que as emendas sejam de três ordens: regionais (para uma região, no total de 10), estaduais (ou chamada emenda de bancadas estaduais) ou individuais. Na política de cones, as emendas regionais foram abolidas. Quanto às emendas estaduais, que são destinadas a projetos que visem o desenvolvimento dos estados, não há compromisso da base do governo federal em executá-las. O compromisso é apenas com as emendas individuais, onde cada parlamentar tem a possibilidade de alocar um total de 20 emendas, que totaliza R$ 1,5 milhão. O parlamentar não precisa criar 20 emendas. Ele pode alocar esta verba em apenas 3 ou 4 emendas. Entretanto, a lógica atual é criar o número máximo permitido.

A questão é: enquanto o governo sustenta os parlamentares que o apóiam, propõem - através do ajuste fiscal - medidas duras contra a,população como aumento de impostos, cortes em Saúde e Educação e arrocho salarial para o funcionalismo público.

Partidos do governo	Verbas liberadas (R$)	Partidos de oposição	Verbas liberadas (R$)
PMDB	23.944.125	PC do B	1.548.970
PSDB	20.812.554	PDT	3.351.913
PPB	15.513.308	PV	-
PFL	32.128.532	PPS	509.808
PTB	4.212.236	PSD	264.647
		PT	5.017.569

Fonte: Siafi/Gab. deputado Humberto Costa (PT/PE)

ADUFRJ
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Boletim ANO I 27 DE NOVEMBRO a 3 DE DEZEMBRO
www.alternex.com.br/~adufrj

URGENTE - A Gratificação de Estímulo à Docência (Ged) sairá no pagamento de dezembro, conforme foi noticiado no último jornal Adufrj. A comissão local de avaliação de desempenho docente estará aceitando recursos sobre o resultado das pontuações até o dia 15 de dezembro, na sala 801 da Sub-reitoria de Pós-graduação (SR2), prédio da Reitoria. Os pedidos devem ser encaminhados pelos diretores das unidades.

Dia Mundial de Luta Contra a Aids será marcado por manifestações contra o corte

Centro e Largo da Penha serão os locais onde organizações não-governamentais vão se concentrar para protestar contra corte no orçamento para a Saúde

O Dia Mundial de Luta Contra a Aids (1° de dezembro) será lembrado no Rio de Janeiro através de manifestações. A partir das 15 horas, os Grupos Pela Vida do Rio de Janeiro e de Niterói estarão unidos na Praça XV, onde promoverão "Uma Hora de Silêncio". Os manifestantes, vestidos de camisetas vermelhas e com esparadrapos na boca, pretendem alertar a população sobre as conseqüências do corte promovido pelo pacote fiscal do governo na área da Saúde. A precariedade no atendimento de emergência e na realização de exames fundamentais no tratamento da Aids, como o de carga viral (que mede a quantidade de vírus no organismo) e de CD4 (que verifica o sistema imunológico) serão mostrados através de faixas e cartazes a serem espalhados pelo local. O Hospital São Francisco de Assis, da UFRJ, - que já foi considerado referência na área - não está mais realizando os exames anti-Aids por falta do material necessário.

Outra manifestação está marcada para as 11 horas da manhã e será promovida pela ONG Médicos Sem Fronteiras. Doze comunidades de moradores dos bairros da Ilha do Governador e da Penha promoverão um pacto pela Prevenção Popular. Os manifestantes recolherão assinaturas que serão afixadas numa grande rede a ser enviada ao Ministério da Saúde. O objetivo é protestar contra o pequeno número de projetos de prevenção da Aids destinados à população carente, que serão financiados pelo governo no ano de 1999. Dos trinta projetos enviados à Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério, apenas dois receberão verbas do acordo firmado entre o governo e o Banco Mundial (Aids2).

Atendendo a apelos, Comissão da Ged abre prazo para recurso

Dados foram enviados a Brasília há uma semana. MEC aceita abrir nova rubrica em janeiro para incorporar o resultado dos recursos

Os professores da UFRJ podem respirar um pouco mais aliviados. A Comissão de Avaliação Docente da UFRJ conseguiu abrir a possibilidade de recurso para os professores que não se sentirem contemplados com a pontuação efetuada. Esses terão até o dia 15 de dezembro para pedirem vistas à avaliação.

Importante ressaltar que, conforme foi noticiado no Jornal Adufrj, a UFRJ enviou os dados para o Mare no início da semana. A possibilidade de recurso surgiu após uma negociação da reitoria da UFRJ junto ao Mec. O Ministério aceitou reabrir a rubrica da Ged no início de janeiro para que as correções sejam feitas. Com isso, o pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência no mês de janeiro está garantido nos contracheques. Os casos com recurso, entretanto, deverão ser corrigidos nos meses subseqüentes.

Cerca de 60 % dos professores obtiveram mais de 120 pontos

Os dados individuais foram disponibilizados pela Internet na quinta-feira (26). Os globais não foram divulgados, mas segundo o vice-presidente da Comissão, Fernando Rochinha, entre 60% a 70% dos docentes obtiveram mais de 90% da pontuação máxima da Ged (acima de 126 pontos). Aproximadamente 200 não participaram da avaliação. Neste número, incluem-se os professores que estão em processo de aposentadoria e os afastados. Rochinha alerta, entretanto, que estes dados estão passíveis de modificação após a análise dos recursos. Os professores que não conseguiram entregar o relatório dentro do prazo, poderão fazê-lo dentro do período de recurso.

MEC receberá faixa de pontuação

A comissão nacional criada pelo MEC para avaliar o trabalho das comissões internas de cada Ifes receberá, ao final do processo, um relatório contendo as faixas de pontuação dos docentes da UFRJ. O objetivo é informar, em linhas gerais, o desempenho da instituição. Sobre a possibilidade de divulgação para a comunidade desta "radiografia", a comissão pretende enviar aos colegiados superiores o resultado da avaliação, para que estes possam construir um perfil da instituição a partir dos dados coletados. Os colegiados, segundo o vice-presidente da comissão, têm poderes, inclusive, para julgar se esses dados serão ou não, divulgados publicamente.

Adufrj tenta assegurar direitos dos professores estrangeiros

A Adufrj está analisando a situação dos professores estrangeiros na UFRJ. Apesar de alguns terem sido enquadrados no RJU, por decisão da administração da universidade, ao abrirem processo para a aposentadoria, não estão tendo este direito assegurado. Como muitos não fizeram concurso, não estão amparados, juridicamente, pela estabilidade. A Diretoria da Adufrj-SSind está convocando uma reunião com os interessados no dia 8 de dezembro, terça-feira, às 16 horas, na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Cadastro da Adufrj

Estamos atualizando nosso cadastro eletrônico. Se você deseja receber nossas comunicações via e-mail, envie seu endereço para sede da Adufrj.

Não à violência

O atentado sofrido pela professora Maria de Fátima Pascarelli, do Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet - do Rio de Janeiro, é um fato inaceitável, que coloca em xeque o sistema educacional brasileiro e a própria Democracia em nosso país.

Somada a outros fatos semelhantes ocorridos recentemente, como o assassinato do estudante Frederico Guimarães, da Faculdade da Cidade, também no Rio, e diversas denúncias de ações violentas de gangues de estudantes de escolas públicas e privadas por todo o país, a explosão desta bomba é o reflexo da explosão da violência em nossa sociedade, revelando sua fragmentação, a perda de valores e referências, a ausência do Estado, a falta de perspectivas para a juventude. A banalização da brutalidade é uma enorme ameaça, trazendo consigo germes do facismo, fazendo-nos vislumbrar a possibilidade de um mundo triste, de medo, de sombras.

A Educação brasileira, palco destes lamentáveis incidentes, está, também, em xeque. Cabe a ela dialogar democraticamente em seu plano interno e com o mundo exterior a seus muros, para responder às condições - adversas - da vida nos tempos atuais. A expansão e a elevação da qualidade da rede escolar - com destaque para a rede pública - em todos os níveis, com compromisso social, boas condições de trabalho e estudo, bons salários e reconhecimento, é condição necessária para que o sistema possa oferecer novas alternativas para um futuro melhor, para uma sociedade mais justa.

A mutilação desta professora deve ser um novo marco na luta pela Paz e pela Justiça. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes, ao repudiar com veemência a violência de que foi vítima a professora Maria de Fátima Pascarelli e os demais incidentes violentos ocorridos recentemente, exige a imediata apuração do crime e a indicação dos culpados, e conclama as entidades irmãs e a Sociedade a responder com firmeza a este estado de coisas, reivindicando a Paz e o desenvolvimento com justiça social.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1998

Renato de Oliveira, presidente do Andes-SN e Eduardo Gonçalves Serra, 1º vice-presidente (Regional Rio) do Andes-SN

Conselho Universitário é cancelado mais uma vez

Vilhena adia debate sobre representação do Consuni

Diante do terceiro adiamento consecutivo do Conselho Universitário pelo reitor (interventor) José Henrique Vilhena, os membros deste fórum não se reúnem há mais de um mês.

De posse de um parecer da Comissão Nacional de Educação (CNE), cuja relatora é Eunice Durhan, Vilhena espera a homologação do documento para questionar a representação de estudantes e técnico-administrativos. Tudo indica que, enquanto este documento não tiver a assinatura do ministro Paulo Renato, Vilhena continuará adiando as sessões do Consuni e o debate com a comunidade universitária.

Com esta turbulência, causada pelo golpe de Vilhena em parceria com o MEC, a comissão interna formada para construir propostas de alteração do regimento do Conselho Universitário e do próprio estatuto da universidade foi atingida. Um de seus membros, Carlos Maldonado, representante dos técnico-administrativos, faz questão de ressaltar que esta comissão foi formada "em condições normais de temperatura". Vilhena enviou um pedido ao CNE para que todas as alterações estatutárias realizadas pelo Conselho Universitário da UFRJ no período de 86 a 97 sejam verificadas.

Uma das tarefas da comissão seria justamente a verificação destas alterações no estatuto da universidade e apresentação da mesma ao CNE. Atropelando o colegiado superior, Vilhena conseguiu obter um parecer do CNE no qual a representação dos estudantes e dos técnico-administrativos é questionada, com base na lei 9.394/96, que prevê uma participação mínima de 70% dos docentes em órgãos colegiados das instituições públicas de ensino superior. A relatora do parecer chega a afirmar que os atos praticados pelo Consuni durante o período em questão seriam legais em nome de uma "razoabilidade", evitando qualquer questionamento quanto à eleição de Vilhena. O parecer se utiliza de dois pesos e duas medidas ao questionar os atos do conselho, mas mantém intacta a nomeação de Vilhena a partir de escolha pelo colégio eleitoral, do qual faz parte o Consuni.

Comissão discutia formas de garantir mais autonomia ao Consuni

Uma das propostas que vinham sendo debatidas pela comissão interna era permitir que o Consuni se auto-convocasse, evitando assim que o calendário do fórum máximo da universidade ficasse por conta do reitor. Além desta proposta, o grupo pensou em aumentar para 1% a representação dos professores assistentes, o que acarretaria um acréscimo de 5 assentos para os docentes. O objetivo é manter a média de 70% da representação nas mãos dos professores, respeitando a lei 9.394/96.

Criar câmaras de finanças e de recursos humanos e conselhos de extensão e de diretores de unidades também estão dentre as propostas da comissão. Um dos pontos polêmicos que estava sendo amadurecido pelo grupo dizia respeito à possibilidade do professor mais antigo presidir a sessão na ausência do reitor.

O objetivo geral, segundo Carlos Maldonado, era dar mais autonomia aos colegiados.

Esta comissão foi formada na última sessão do Consuni, que ocorreu em 22 de outubro, com prazo de 15 dias para formular propostas de mudança no estatuto da universidade e no regimento do Conselho Universitário, adequando-os à LDB. A comissão é composta por: Marco Antônio França Farias (decano do CCMN), Adolfo Polillo, Edson Saad, José Carlos Madureira (estudante) e Carlos Maldonado (técnico-administrativo).

Professores do CT querem realização do Consuni

Graças a uma iniciativa do Decano do CT, Oscar Acserald, cerca de 30 membros da comunidade universitária se reuniram na quinta-feira (26) no Salão Nobre da Decania do CT para discutir a situação do Consuni.

Na pauta, além da falta de espaço para discussões de projetos, debateu-se também a representação do Colegiado, questionada pelo CNE. Quanto a este item, para a grande maioria dos presentes, o mandato de cada membro do Consuni é legítimo e tem de ser respeitado. A polêmica surgiu quanto a alteração na composição do Conselho. A maioria esmagadora propôs que esta alteração fosse feita pelo próprio Colegiado. Entretanto, o diretor da Coppe, Segen Estefen, e o vice-diretor, Luiz Pinguelli Rosa, acham que esta alteração deveria ser feita por um grupo fora do Consuni. A unanimidade ficou por conta da necessidade da convocação do Conselho Universitário, o mais rápido possível, para que estas questões possam ser discutidas. Leia no próximo Jornal Adufrj mais detalhes. O decano Oscar Acserald se comprometeu a redigir um relato da reunião e divulgá-lo à comunidade.

37º Conad critica GED e participação do Andes-SN na comissão do MEC

Reuniu-se em Belo Horizonte, de 19 a 22 de novembro, o 37° Conselho do Andes-SN (Conad), com a presença de representantes de mais de 70 seções sindicais do Andes-SN. O Conad é uma instância deliberativa intermediária do Andes-SN, no qual cada seção sindical tem direito a um delegado com voto, independentemente do seu número de sindicalizados. O delegado da Adufrj-SSind foi José Miguel Bendrao Saldanha, da diretoria, e participaram do evento, como observadores da Adufrj, Cleusa dos Santos, da Escola de Serviço Social, e Fábio Garcez de Carvalho, do Colégio de Aplicação.

Foi aprovada por unanimidade, com base no princípio de que GED é salário e não avaliação, a reivindicação da incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1°, 2° e 3º graus, aposentados, pensionistas, substitutos, estrangeiros e demais celetistas.

A crítica à GED foi quase unânime, o mesmo não acontecendo quanto à avaliação da participação do Andes-SN na comissão nacional que regulamentou sua aplicação. A denúncia feita por um dos representantes do Andes-SN na comissão (Rubens Pinto Lyra, da UFPB), de que o relatório final da comissão teria sido adulterado, em prejuízo dos docentes, com a conivência da diretoria do Andes-SN, após a última reunião da comissão em 23/9, levou a diretoria a distribuir uma nota na qual negou as acusações, afirmando que a comissão continuou trabalhando após aquela data, sem a presença de Lyra, substituído pelo seu suplente Marco Antônio Sperb Leite, da UFG e que os docentes não teriam sido prejudicados com as alterações havidas.

Em relação a este ponto, a Adufrj havia apresentado uma proposta de advertência à diretoria, caso a denúncia de Lyra pudesse ser confirmada durante os debates do Conad. A proposta fora aprovada na Assembléia Geral da Adufrj de 17/11 e enviada com antecedência à diretoria do Andes-SN para que esta não pudesse alegar que seu direito de defesa havia sido tolhido por falta de aviso prévio. Entendendo que o assunto não ficou suficientemente esclarecido para justificar a manutenção da proposta, o delegado da Adufrj retirou-a ao final dos debates, antes das votações sobre o tema, e apoiou a proposta da oposição à diretoria do sindicato de constituir uma comissão, formada por três pessoas indicadas pela diretoria e três pela oposição, com amplos poderes para investigar o assunto e submeter suas conclusões ao próximo Congresso do Andes-SN, em fevereiro de 99. A comissão foi aprovada com apoio de parte da diretoria, inclusive seu presidente, Renato de Oliveira, que tem direito a voto no Conad. O 1° vice-presidente Dalton Macambira conclamou os delegados do seu partido, o PCdoB, a se absterem na votação, para surpresa da maior parte dos delegados, diante da tradição de autonomia do Andes-SN em relação a partidos políticos.

Quanto à avaliação do relatório da comissão e da participação do Andes-SN na comissão, foi aprovada, por 34 delegados, contra 27 que votaram numa proposta que criticava o relatório mas não a participação do Andes-SN, e duas abstenções, a seguinte resolução:

O 37° Conad critica o Relatório da Comissão Nacional (documento final) prevista pela Lei 9678/98, bem como os representantes do Andes-SN que com ele estiveram de acordo, pelas seguintes razões:

1 - É inaceitável que não tenha sido registrado, por parte do Andes-SN, o fato de que o movimento docente tem profundas divergências em relação à linha política que permeia as propostas governamentais em implementação; ao contrário, o que transpareceu foi um tom indevido de harmonia e consenso;

2 - O texto apenas aponta para um conceito de autonomia que reforça o modelo de universidade que combatemos, que prevê uma decomposição do sistema federal de ensino superior público, em "Centros de Excelência" e "Colegiões do Terceiro Grau";

3 - O documento confunde avaliação docente com a pontuação por produtividade prevista na GED;

4- Não se explicita, no "Relatório", mecanismo que permita a extensão da GED a todos os docentes que tenham seu projeto de atuação acadêmica aprovado pelas instâncias competentes;

5- Ficam mantidos na íntegra, os conteúdos excludentes, diferenciadores e discriminatórios presentes na GED (Lei 9678/98) e amplamente rejeitados pela imensa maioria dos docentes;

6- As bases do movimento não foram, em nenhum instante, chamadas a opinar e/ou participar daquilo que em seu nome estava sendo negociado;

7- Não se confirmaram, portanto, quaisquer expectativas de que a participação do nosso Sindicato Nacional na Comissão pudesse contribuir para reduzir ao mínimo o espaço de construção da diferenciação de salários, carreiras e das próprias universidades federais, conforme proposto na GED. Assim, a permanência do Andes-SN até o final dos trabalhos não expressou, na prática, uma postura crítica de luta e contraposição aos princípios impostos pelo governo às IFES, através da Lei 9678/98, cuja legitimação acabou por promover.

O Conad aprovou ainda a retirada dos representantes do Andes-SN da comissão do MEC que está tratando da carreira dos professores de 1° e 2° graus nas IFES e a reivindicação da transposição imediata destes professores para a carreira do Magistério Superior do PUCRCE.

Mais detalhes sobre estes e outros temas do Conad estarão no próximo *Jornal da Adufrj*.

(Relato feito por José Miguel Bendrao Saldanha, delegado da Adufrj-SSind no 37° Conad,)

FHC, Lula e as eleições de 98

Cesar Romero Jacob e Dora Rodrigues Hees (*)

Logo que as urnas se fecham, as perguntas feitas, de imediato, são: quais foram os candidatos ganhadores e quais os perdedores ? Num segundo momento, as indagações passam a ser, como os vencedores ganharam ou como os derrotados perderam, numa tentativa de compreender melhor os resultados das urnas.

Assim, analisando-se o desempenho de um dos perdedores nas eleições de1998, Luis Inácio Lula da Silva, verifica-se que, apesar de derrotado, acusou crescimento de 1994 para 1998, como se pode observar: 1) de 27,0% do total de votos válidos do País, em 1994, passou para 31,7%, em 1998; 2) cresceu, em termos de médias estaduais, em 19 estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará; 3) cresceu, também, em 20 capitais, dentre elas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza; 4) obteve, ainda, aumento do número total de votos no País, passando de 17 094 016, em 1994, para 21 475 330 votos, em 1998, o que significa um acréscimo de 4 381 314 votos.

Se além das eleições de 1994 e 1998, considera- se o desempenho de Lula em 1989, observa-se que o candidato cresce a cada pleito de que participa, afirmando-se como a principal liderança de esquerda do País. No entanto, quando se soma os percentuais obtidos por Lula e Brizola, como rivais ou aliados, verifica-se que são, aproximadamente, os mesmos, isto é, 33,8%, em 1989, 30,2%, em 1994 e 31,7%, em 1998. Portanto, o desafio de Lula e da esquerda é o de ultrapassar a barreira de ,um terço dos votos da média nacional. Para alcançar esse objetivo, Lula deveria melhorar, substancialmente, seu desempenho nos estados de São Paulo e Minas Gerais, onde se concentra cerca de 35% do eleitorado. Nessas eleições, Lula obteve 28,8%, em São Paulo, e 28,0%, em Minas, percentuais inferiores ao de sua média nacional. Se o candidato conseguisse, nesses estados, resultados semelhantes aos obtidos no Rio de Janeiro, 42,32%, e no Rio Grande do Sul, 49,05%, terceiro e quarto colégios eleitorais, respectivamente, ele disputaria, com certeza, o segundo turno das eleições.

Ainda com relação a São Paulo, convém ressaltar o fato de que entre as dez maiores cidades brasileiras, quanto ao número de eleitores, a mais baixa votação de Lula se deu na capital paulista, onde ele obteve 27,71% dos votos válidos, praticamente o mesmo percentual de 1994, 27,16%. Tal desempenho se constitui num paradoxo, pois é nessa cidade que se encontram os melhores quadros e a maior estrutura do PT.

Já Fernando Henrique Cardoso, apesar de vitorioso, revela na sua reeleição números contraditórios, como se pode ver a seguir: 1) obteve, em 1994, 54,27% dos votos válidos do País, e, em 1998, 53,06%, apresentando uma pequena redução; 2) acusa decréscimo, em termos de médias estaduais, em 1.7 estados, e revela crescimento em apenas 9 estados, dentre eles, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul; 3) registra decréscimo em 16 capitais, crescendo somente em 9, entre elas, Recife, São Paulo e Porto Alegre. Apesar desse quadro de redução que se verificou na média nacional, em médias estaduais e na maioria das capitais, quando se examina o total de votos obtidos pelo candidato, observa-se um aumento de 34 301 000, em 1994, para 35 963 916 de votos, em 1998, o que significa um crescimento de 1 662 916 votos.

Nas eleições de 1998, apesar de FHC alcançar a vitória com percentual semelhante ao de 1994, observa-se algumas diferenças, quanto à geografia do seu voto. Em 1994, sua vitória deveu-se, em grande parte, ao excelente desempenho que conseguiu em Minas Gerais (64,82%), no Ceará (61,19%) e no Paraná (60,34%). Já em 1998, FHC apresenta alguns de seus melhores resultados em São Paulo (59,89%), no Paraná (59,25%) e em Pernambuco (57,22%). Essa alteração na distribuição dos votos do candidato é a expressão da redefinição de suas alianças políticas. Como se sabe, a redução dos percentuais em Minas e no Ceará se deveu aos problemas políticos de FHC,com Itamar Franco e Ciro Gomes, respectivamente, enquanto o crescimento em São Paulo foi resultado da sua aliança com Paulo Maluf.

Chama a atenção, ainda, quando se analisa a geografia do voto, em1998, o fato de que nos dez maiores municípios brasileiros, em termos eleitorais, ocorre intensa competição entre FHC e Lula, enquanto nos dez menores, os chamados grotões, FHC vence com percentuais muito elevados. Tal situação sugere a seguinte indagação: como pode FHC se considerar um presidente moderno e, ao mesmo tempo, ser o preferido dos grotões?

(*)Autores do CD-Rom Atlas Eleitoral do Brasil.

DESEMPENHO ELEITORAL - 1998

Votação nas dez maiores cidades

Municípios	Votos válidos	FHC %	Lula %
São Paulo	5017640	61.78	27.71
Rio de Janeiro	2989794	39.89	41.97
Belo Horizonte	1112985	49.84	32.14
Brasília	967142	40.45	29.73
Fortaleza	824901	15.08	48.82
Salvador	807337	27.06	55.44
Curitiba	758266	56.84	28.68
Porto Alegre	740800	36.58	55.32
Recife	618190	50.14	37.77
Belém	543944	41.65	40.95

Votação nas dez menores cidades

Municípios	Votos válidos	FHC %	Lula %
Rio da Conceição (TO)	505	63.76	31.09
Oliveira de Fátima (TO)	501	72.85	9.78
Talismã (TO)	494	76.11	10.12
Santa Rita do Tocantins (TO)	488	74.59	8.81
Tupirama (TO)	479	83.72	6.26
Lavandeira (TO)	461	85.03	7.38
Ipueiras (TO)	453	73.29	12.8
Mateiros (TO)	389	75.58	4.88
São Félix do Tocantins (TO)	378	78.57	6.35
Santa Rosa do Purus (AC)	168	68.45	20.24

Fonte: Atlas Eleitoral do Brasil
Autores: Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez e Violette Brustlein.

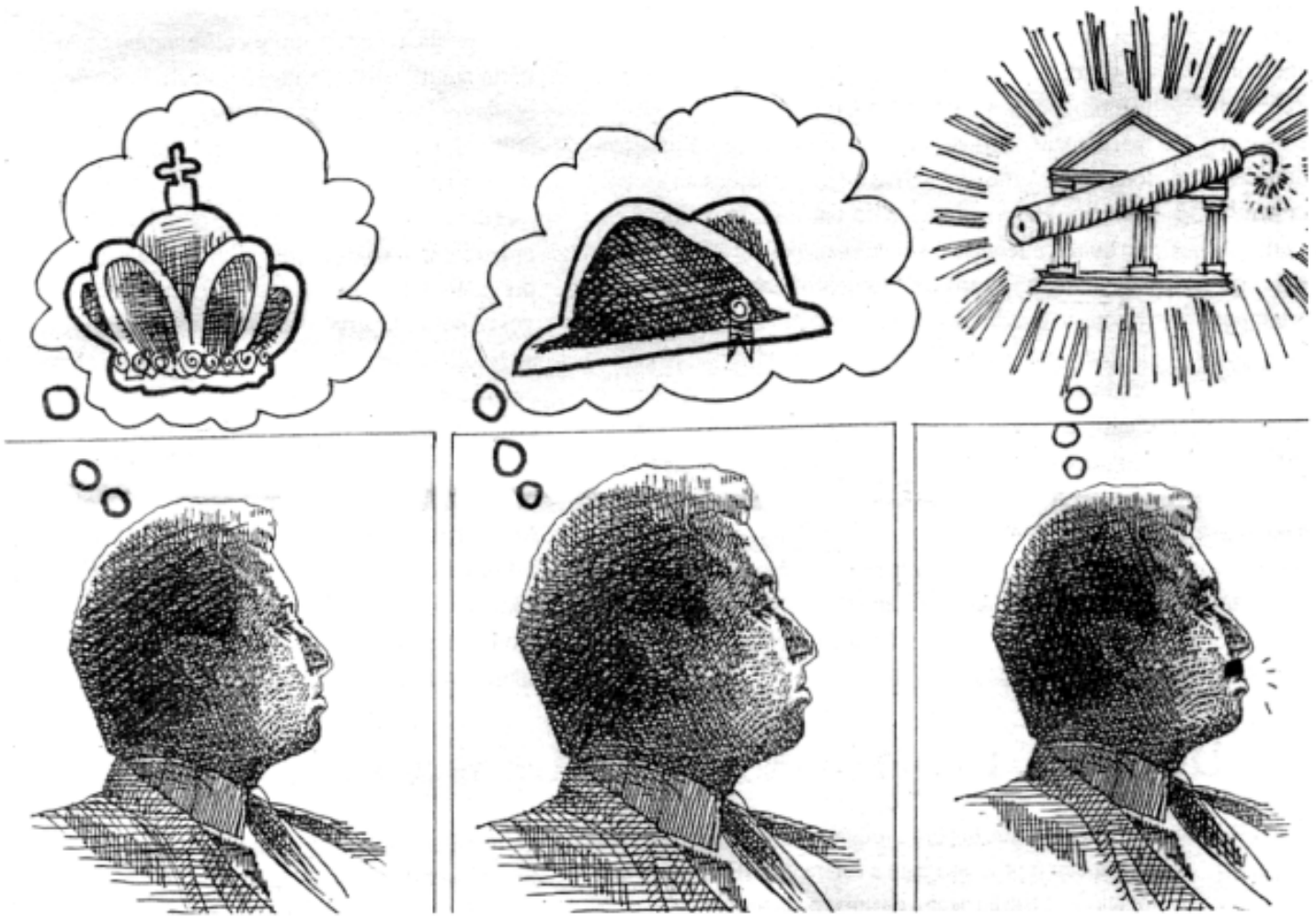
ADUFRJ
Seção Sindical

Sessão Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Andes Sindicato Nacional

Ano V

4 a 10 de dezembro de 1998

VILHENA FECHA CONSELHO UNIVERSITÁRIO E INSTALA A DITADURA NA UFRJ



Interventor na UFRJ usa parecer do Conselho Nacional de Educação para fechar o colegiado máximo da universidade. Atropelando o Estatuto da UFRJ, nomeia nova "Comissão" para propor alterações estatutárias para a Instituição. Nem durante a ditadura a universidade foi vítima de tanto autoritarismo.

4

Governo é derrotado no Congresso e servidores não serão descontados

5

Adufrj ganha na Justiça direito de optar pelo abono 99

3

Eleição para o Conselho de Representantes da Adufrj acontecerá nos dias 8, 9 e 10

3

editorial

GENOCÍDIO CULTURAL E CIENTÍFICO

É a partir da política do governo FHC para o país que podemos esclarecer a situação atual do ensino público superior e da ciência e tecnologia. A cada dia que passa são mais claros os sinais de dependência do governo aos interesses financeiros multinacionais. Em todos os seus atos, vemos que não se trata de expandir a capacidade produtiva do país, mas simplesmente de continuar o pagamento dos juros da dívida, sacrificando salários, empregos, serviços à população, educação, saúde, infra-estrutura. Se o setor produtivo não se moderniza, se não há um projeto nacional de melhoria das condições de vida da população, então, na concepção do atual governo, não há necessidade de investimentos em ciência e tecnologia nem na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade. Como conseqüência, não apenas a universidade pública e os órgãos de fomento à pesquisa são estrangulados, mas também são sombrios os próximos tempos para as escolas técnicas, para o ensino de 1º e 2º graus de excelente qualidade que ainda é ministrado em algumas instituições públicas.

Um problema para o governo é que existe uma demanda social pelo ensino, que é crescente. Mesmo com a crise atual, qual a família que não sonha em colocar seus filhos numa instituição pública de ensino superior? Além disto, há uma necessidade crescente de uma melhor qualificação profissional, mesmo dentro do limitado quadro produtivo brasileiro. Como resolver esta demanda? Com o método FHC de governar: muita propaganda e alguns privilégios para os amigos. Assim, assistimos aos esforços publicitários do ministro da Educação, com a generosa contribuição da grande imprensa, apresentando índices espetaculares de melhoria no ensino, provão, tudo junto com os salários miseráveis dos professores. Por outro lado, o aumento generalizado de impostos deixa de lado justamente os comerciantes em educação.

A rigor, nossos atuais dirigentes não vêm necessidade alguma de uma universidade nem de ciência e tecnologia. Se a melhor maneira de conseguir acumular riquezas é através das boas relações nos altos escalões do governo, do tráfico de informações na área financeira, da privatização do patrimônio público, então qual o interesse no ensino, na pesquisa, na criação e na divulgação do conhecimento?

É neste quadro que podemos compreender o clima de genocídio cultural que parece emanar de Brasília. A fúria destruidora do patrimônio cultural, artístico e científico, a falta de respeito com o trabalho de gerações dedicadas às instituições públicas de ensino, o desrespeito flagrante à Constituição do país, a forma selvagem com que alguns se apossam do patrimônio público que é o conhecimento acumulado pela humanidade durante séculos, são reflexos da política adotada, praticada e promovida pelos senhores Fernando Henrique, Paulo Renato e outros.

A crise da UFRJ é um reflexo desta política. Para seu desmonte foi conveniente para o governo colocar um títere na Reitoria. Para mantê-lo, compraram-se algumas consciências. Para diminuir as repercussões agora fecham-se os colegiados superiores, uma proeza que nem na ditadura militar foi conseguida. Privilégios são distribuídos em troca da prestação de serviços, de apoios, da participação em comissões.

Esta é a política neoliberal, implantada na universidade pública, com o apoio consciente ou não de uma parte significativa de nossa comunidade. Serão lembrados em nossa história como cúmplices do genocídio cultural, científico, institucional promovido pelo governo FHC.

E como a história não para, é bom lembrar o recente episódio da votação do aumento da contribuição previdenciária dos servidores federais ativos e inativos. Apesar da arrogância do governo, até o Congresso Nacional, um poço de interesses pouco claros, considerou que os limites estão sendo ultrapassados perigosamente e deu um basta. Não definitivo, é verdade, mas suficiente para mostrar que é importante, fundamental, que instancias democráticas, mesmo limitadas, continuem funcionando.

Por isto insistimos em chamar a atenção para a urgência e para a necessidade de restaurarmos o Conselho Universitário na UFRJ, como pré-requisito para a sobrevivência desta instituição.

DIRETORIAS DA ADUFRJ E DO ANDES DIVERGEM SOBRE A GED

Em nota à imprensa, a Agência de Notícias do Andes-SN publicou uma nota onde a Diretoria do Sindicato Nacional faz o seguinte pronunciamento:

"A Gratificação de Estimulo à Docência, que é uma complementação salarial obtida pelos professores das Universidades Federais, após a greve de 104 dias, mostra o acerto da atual diretoria da ANDES-SN que empenhou-se na Câmara dos Deputados e no Senado pela aprovação da Lei que criou a GED, evitando que os docentes nada obtivessem após a greve que foi encerrada no dia 04/07/98. Foi também por iniciativa da diretoria da ANDES-SN que os docentes de 1º e 2º Graus foram contemplados com a concessão de bolsas, até que seja implantada a carreira única para estes docentes."

A Diretoria da Adufrj-SSind discorda de vários aspectos desta posição. Em primeiro lugar, quanto ao seu conteúdo. Se é verdade que a GED tem um componente econômico importante para alguns setores da Universidade, também é verdade que contém aspectos bastante criticados pelo movimento docente: produtivista, competitiva, distorce o conceito e os objetivos da avaliação do trabalho docente, quebra a própria estrutura universitária ao remeter o processo para a esfera do MEC, introduz a lógica da exclusão dentro da universidade pública. A nota da Diretoria do Sindicato Nacional omite estes aspectos e simplesmente faz a apologia das suas próprias posições políticas, como se a GED fosse uma maravilha. Tampouco concordamos com o enfoque dado aos professores do 1º e 2º graus. No nosso entendimento, sua discriminação, bem como a dos aposentados, celetistas e estrangeiros, constituiu uma derrota para o movimento docente.

Não nos parece oportuno que a Direção Nacional, com o claro intuito de justificar suas posições ao final da greve, apresente uma nota tão pouco crítica sobre os desdobramentos e implicações da GED.

Lamentamos que a Direção Nacional continue dando prioridade política às "negociações cordiais com o governo". A Direção Nacional já foi criticada duramente pelo IV Conad Extraordinário por não ter respeitado o Comando Nacional de Greve sobre a avaliação da GED, mas parece insistir nesta posição. Indicou representantes do Sindicato para a Comissão da GED, que não conseguiram nenhum avanço significativo. Ao contrário, foram envolvidos em acusações sobre adulterações de relatórios (ver pg. 7) que estão sob exame de uma Comissão criada no 37º Conad. Apresentou representantes para a Comissão de Carreira do MEC, onde as questões dos professores de 1º e 2º graus seriam encaminhadas. Foi necessário o posicionamento firme do Encontro Nacional sobre Ensino de 1º e 2º Graus, realizado na UFRJ e o posicionamento do último Conad para conseguirmos o que era óbvio; retirar os representantes do Sindicato desta armadilha e retomarmos ao caminho da organização e da luta dos docentes para avançarmos em nossas reivindicações.

A Diretoria da Adufrj-SSind considera que o papel fundamental do Sindicato Nacional deve ser a crítica contundente da política do atual governo, acompanhada do esforço organizativo dentro e fora da Universidade, em defesa do ensino público gratuito e de qualidade.

Diretoria da Adufrj-SSind.

ADUFRJ REALIZA NOS DIAS 8, 9 E 10 DE DEZEMBRO ELEIÇÕES PARA O SEU CONSELHO DE REPRESENTANTES

Atenção, eleitores: nos dias 8, 9 e 10 de dezembro serão realizadas eleições para complementação de mandato (até 15/10/99) de alguns cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Confira os candidatos inscritos em cada unidade no quadro abaixo.

Faculdade de Medicina
Lista 1
Gil Fernando Costa M. Salles
Maria Lúcia Pimentel
Fernando Sérgio Viana
Cláudia Regina Lopes Cardoso

Faculdade de Educação
Lista 1
Marco Antonio Carneiro
Raquel Goulart Barreto
Lista 2
Máximo Augusto C. Masson

Instituto de Psicologia
Lista 1
Marcos Aguiar de Souza

Escola de Serviço Social
Lista 1
Sara Granemann
José Augusto Vaz S. Bisneto

NESC
Lista 1
Letícia Legay Vermelho
Ronir Raggio Luiz

Os dias e horários de votação em cada unidade dependerão das condições locais e serão divulgados na própria unidade.

Os docentes sindicalizados votarão apenas nas suas unidades, devendo escolher uma das listas de candidatos da sua unidade. De acordo com o novo Regimento eleitoral da Adufrj-SSind, aprovado na Assembléia Geral de 17 de novembro, o número de eleitos por cada lista será proporcional ao número de votos obtidos pela lista.

A Comissão Eleitoral, eleita na AG de 17/11, é formada por José Henrique Sanglard, Leila Rodrigues Roedel e Roberto Houaiss.

Professor, fortaleça seu sindicato, participando das eleições!

Vote nos candidatos nas suas unidades!

CONFERÊNCIA DISCUTE INTEGRAÇÃO DE PAÍSES DO CONE SUL

Movimento social organizado se reúne no Rio às vésperas de encontro entre chefes de Estado do Mercosul

A Central Única dos Trabalhadores e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (lbase), dentre outros, promovem nos dias 8 e 9 de dezembro a conferência internacional *Democracia, Participação e Dimensão Social nos Acordos de Integração: Pela Construção de uma Rede Brasileira para a Integração dos Povos,* no Clube de Engenharia (Av. Rio branco, 124, 25 andar).O evento se realizará às vésperas da reunião dos presidentes dos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), dias 10 e 11, no Rio. O ponto principal dos debates será a adoção de um protocolo social com o objetivo de garantir direitos mínimos e iguais aos trabalhadores dos países do Mercosul. Empresários e governos resistem. Estarão presentes centrais sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. As inscrições podem ser feitas na CUT Rio de Janeiro, pelo telefone - 509-4324.

DEZ ANOS SEM CHICO MENDES

Ato no Centro do Rio marcará aniversário da morte de líder dos povos da floresta

Os dez anos da morte de Chico Mendes serão lembrados em um grande ato público no próximo dia 9 (quarta), às 18 horas, no auditório do Clube de Engenharia (Avenida Rio Branco, 124, 25 andar, Centro do Rio). Várias ONGs ecológicas e ligadas aos Direitos Humanos estarão presentes.

Chico Mendes já é parte da história das lutas pela justiça social e pela preservação da floresta amazônica. Ele tornou-se um marco na mobilização dos movimentos sociais e sindicais do Brasil. Lutou ao lado de seringueiros e índios pela defesa da floresta que ocupavam e utilizavam de maneira não predatória. Por sua originalidade e representatividade, Chico Mendes conquistou para os povos da floresta uma ampla repercussão mundial.

Alguns dos promotores do evento são: Partidos de oposição (PT, PDT, PC do B, PSB e PCB), ABI, Ibase, Fase, Sindicato dos Engenheiros, Instituto dos Advogados Brasileiros, Grupo de Ação Ecológica, Movimento dos Sem-terra, Defensores da Terra, dentre outros.

Jurídico

ADUFRJ GANHA NA JUSTIÇA DIREITO À OPÇÃO PELO ABONO 99

O Juiz da 28ª Vara Federal (1ª instância) do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa de Araújo, expediu liminar favorável a ação da Adufrj, garantindo o direito dos professores a optarem pela venda de 1/3 de suas férias de 1999. Com a liminar, a reitoria terá que refazer as planilhas de férias com o espaço para a opção pelo abono pecuniário em branco.

A UFRJ já foi notificada sobre a liminar pela assessoria jurídica da Adufrj que vai requerer a garantia da distribuição das novas planilhas e, também, o julgamento do mérito da ação para que o abono de 99 seja pago aos professores que o requererem. Lembramos que a outra ação anterior (Abono 98) já foi ganha no mérito, mas a UFRJ ainda não efetuou o pagamento. Nossa assessoria jurídica está acompanhando o processo.

Ditadura na UFRJ: Vilhena fecha Consuni e cria "comissão"

Vilhena extrapola todos os limites: destitui integrantes do Conselho Universitário e cria comissão de "amigos" para rever estatuto da UFRJ.

A indignação tomou conta da comunidade universitária que acessou, pela Internet, a página da UFRJ a partir do dia 30 de novembro. Através de um informe urgente, o reitor (mais interventor do que nunca) informou que o ministro Paulo Renato homologara o parecer do Conselho Nacional de Educação que questionou a composição do Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ. Além disso, divulgou as incorporações feitas pelo documento do MEC, publicado em Diário Oficial no dia 30 de novembro. Dentre elas (confirma a íntegra abaixo), o veto às modificações decididas em 29/12/88 e 23/10/97 que alteravam a composição do Conselho Universitário, instituindo a representação dos estudantes e funcionários ao fórum. Divulga, por outro lado, que o CNE considerou válidos todos os atos praticados pelo Conselho Universitário desde 22 de dezembro de 1988 "por entender que era necessário salvaguardar o bom andamento da vida institucional da UFRJ". E, para completar, cria uma comissão que, até o dia 20 de dezembro, deverá propor as alterações estatutárias para enquadrar a legislação interna da UFRJ à nova LDB.

Até a tarde de quinta-feira, o interventor não havia formado a tal comissão, mas presume-se que será uma comissão de "notáveis amigos do Vilhena".

Comunidade se revolta contra ditador

"É um escândalo". O decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Sérgio Fracalanzza, reagiu com indignação ao comunicado de Vilhena. "Estou revoltado com a forma como vem sendo tratado o Conselho Universitário da UFRJ. O Consuni está sendo descaradamente desrespeitado pelo reitor. Seus membros, que foram legalmente eleitos por seus pares, merecem respeito", diz o decano absolutamente indignado com os rumos que Vilhena vem dando à universidade. "É um desrespeito total à comunidade acadêmica", afirma o decano do CCS.

No dia 30, Fracalanzza enviara à Vilhena um memorando comunicando-o sobre o resultado da reunião do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências da Saúde, em 24 de novembro, que manifestou grande preocupação em relação à atual situação política-administrativa da universidade.

Ceg acusa Vilhena de desmontar Conselho

O Conselho de Ensino de Graduação (Ceg), na reunião de 2 de dezembro, divulgou uma nota à comunidade na qual responsabiliza José Henrique Vilhena pela "apatia da UFRJ" na solução de problemas causados pela política do governo federal, onde prioriza-se a área financeira em detrimento das áreas sociais. "O Ceg acusa, publicamente, o atual reitor, José Henrique Vilhena de Paiva, como o maior responsável por tal situação", diz a nota.

O Conselho acredita que o pleno funcionamento do Consuni como fórum máximo da universidade possibilitaria a discussão sobre o posicionamento da UFRJ frente ao ataque que a universidade pública vem sofrendo. Através da nota, o Conselho sugere:

"Se há problemas legais para o funcionamento do Consuni, exigimos que os mesmos sejam imediatamente encaminhados, e alertamos que cabe ao atual reitor também maior responsabilidade pelo devido encaminhamento desses problemas". Até a data da reunião, os membros do Ceg ainda não haviam tomado conhecimento dos últimos atos de Vilhena.

Reuniões internas pediam realização do Consuni

No último dia 24, o decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acserald, organizou uma reunião entre a comunidade do CT, expressando a mesma preocupação. Entretanto, neste encontro, ficaram muito claras as divergências profundas que existem entre alguns professores. O diretor do Coppe, Segen Stefen , chegou a afirmar que o Conselho Universitário da UFRJ era fraco, causando indignação aos presentes. Para arrebatar, Luiz Pinguelli Rosa afirmou que as pessoas que se sentiram ofendidas com as declarações de Segen deveriam se tranqüilizar, "burrice não é ofensa". Segen afirmou também que Vilhena não poderia submeter a posse de seus sub-reitores à aprovação do Consuni porque essas nomeações não seriam aprovadas. Ou seja, neste encontro ficou absolutamente claro o apoio que esses dirigentes do Coppe dão às manobras políticas de Vilhena e do governo Fernando Henrique Cardoso. Diante desta discussão acirrada entre os que apoiam Vilhena e os que são contrários a forma com que a UFRJ vem sendo conduzida, foi impossível aprovar qualquer documento contendo propostas para o funcionamento do Conselho Universitário. Entretanto, a ampla maioria dos presentes queria a convocação do Consuni, respeitando-se os mandatos existentes.

O Jornal Adufrj procurou, sem sucesso, o decano do CT para saber sobre os desdobramentos deste encontro e a repercussão do último ato do Vilhena.

Decanos estão convocando reunião com diretores de Centro

Na próxima quarta-feira (9), os decanos da UFRJ estarão reunidos, a partir das 14 horas, no Auditório Hélio Fraga (CCS), com os diretores de Unidade para traçar estratégias contra este novo golpe de Vilhena. "O objetivo é construir ações concretas que façam com que o reitor reuna os colegiados superiores", antecipa Fracalanzza.

Sintufrj abre Congresso como ato contra Vilhena

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) vai promover um ato público na abertura do Congresso da categoria, segunda-feira (7), às 9h, no auditório do CT. Segundo Lenin Pires, coordenador do sindicato, há possibilidade do Sintufrj entrar com uma ação judicial contra à reitoria que vem afrontando o estatuto da universidade. Além disso, Lênin antecipa que o Sintufrj pretende mobilizar tanto a comunidade interna da UFRJ quanto a sociedade civil para que seja salva a UFRJ. "Estamos assistindo a uma Fujimorização da universidade", desabafa o coordenador do Sintufrj.

CONSIDERAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SOBRE OS ATOS CONSUNI:

- incluí na composição do Consuni (art. 64) um representante dos docentes de 1º e 2º graus (12/06/86),
- incorpora o instituto de Eletrotécnica e o Núcleo de Ensaio e Metrologia no âmbito da Escola de Engenharia (11/9/86 e 11 / 1/90), criar o Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva - NESC - (19/01/89), criar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (8/06/96);
- veta as modificações decididas em 29/ 12/88 e 23/10/97 que alteravam a composição do Conselho Universitário, e
- convalida todos os atos praticados pelo Conselho Universitário desde 21/12/88 até a presente data.

GOVERNO PERDE VOTAÇÃO SOBRE DESCONTO DE APOSENTADOS E ATIVOS

Uma das mais importantes vitórias contra a política de empobrecimento do serviço público foi conseguida na última quarta (2), com a derrubada da Medida Provisória 1.720.

Vitória. Esta foi a palavra que os parlamentares dos partidos de oposição puderam bradar após a derrubada, na quarta-feira (2), da Medida Provisória 1.720 que estabelecia aumento na alíquota de contribuição previdenciária dos servidores da ativa e instituia a cobrança para pensionistas e inativos da União.

"Esta foi a principal derrota do governo neste período de discussão das reformas Administrativas e da Previdência", comemorou a deputada Maria Laura (PT/DF), uma das parlamentares mais atuantes em prol dos direitos do funcionalismo. Na véspera da votação, a deputada não acreditava na vitória.

Esta proposta já havia sido derrotada durante a votação, em segundo turno, da reforma da Previdência em abril. Fernando Henrique a reeditou, através de Medida Provisória, incluindo-a no pacote de ajuste fiscal que fora lançado em outubro. "A rejeição desta MP sinaliza a dificuldade que o governo terá para articular a sua base de sustentação afim de aprovar o ajuste fiscal, analisa a deputada.

O governo queria, através da MP 1.720, criar um desconto adicional de 20% à quantia excedente a R$1.200 dos salários. Ou seja, quem ganha R$ 2 mil, terá um desconto de 11 % referente aos R$ 1.200 e 20% sob os R$ 800 restantes.

Fantasma do desconto aos inativos ainda existe

É importante destacar que a Medida Provisória 1.720 definiria apenas os percentuais de desconto à Previdência a serem cobrados aos servidores da ativa e aos aposentados e pensionistas. Entretanto, o princípio da cobrança já fora aprovado na Medida Provisória 1.723 numa sessão do final de novembro no Congresso. Ou seja, é lei federal que os aposentados e pensionistas da União efetuem descontos à Previdência. Sobre esta aprovação, o Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal contra o governo, alegando que a proposta já havia sido derrubada em abril, durante a tramitação da Reforma da Previdência. Logo, só poderia entrar em pauta novamente na próxima legislatura.

Para conseguir cobrar de aposentados e pensionistas descontos à Previdência, o governo terá de enviar em janeiro um Projeto de Lei (PL). A tramitação de um PL é normal entre as duas casas, tendo de passar por comissões especiais e duas votações na Câmara e no Senado.

O maior escândalo é que, diante de um arrocho em seus proventos, congelados desde 1995, os aposentados e pensionistas ainda poderão ser submetidos a uma diminuição de seus vencimentos. Ou seja, para conseguir sustentar a política financeira criada com o Real, FHC pretende sacrificar ainda mais uma categoria que sente a carga dos efeitos da tal "estabilização econômica".

"O governo está querendo sanear os cofre públicos às custas de quem sempre colaborou efetivamente para os cofres da Previdência", analisa Maria Laura.

Reforma da Previdência é aprovada e poderá entrar em vigor a qualquer momento

No dia primeiro de dezembro, o Congresso Federal aprovou o texto final da Reforma da Previdência. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33 poderá entrar em vigor a qualquer momento. Para isto, basta a assinatura dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Mesmo com a vitória que derrubou a Medida Provisória 1.720, o texto final da Reforma da Previdência estabelece mudanças profundas na forma de acesso à aposentadoria, principalmente para o serviço público (ver quadro anexo).

Para o assessor do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Luiz Alberto Santos, o texto aprovado deixa de lado, em vista da preocupação com o equilíbrio financeiro do sistema, a importância da Previdência Social como instrumento de garantia de renda mínima, de inclusão social e distribuição de renda. Luiz Alberto adverte que o governo está "gerando poupança" às custas da exclusão ou supressão de direitos de milhões de cidadãos, que jamais poderão satisfazer os novos requisitos do sistema.

O QUE MUDA NA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO

O texto final da Reforma da Previdência (PEC 33) foi aprovado pelo Congresso na última terça-feira (1º de dezembro). A qualquer momento ele poderá ser promulgado pelos presidentes da Câmara e do Senado. Alguns itens que estão na PEC 33 e que mudam a vida do servidor público:

- Acaba aposentadoria integral para os servidores que ganharem mais de R$1.200. O governo criou um redutor de 30% . Ou seja, o funcionário público terá direito, no máximo, a 70% do valor integral de seus vencimentos na ativa;
- Institui um pedágio de 40% para a aposentadoria proporcional, válida apenas para os servidores e trabalhadores do setor privado que já estão contribuindo para a previdência. Ou seja, caso um trabalhador queira se aposentar faltando 5 anos para completar a idade mínima ou o tempo de serviço, ele terá de trabalhar mais 2 anos (40%) para gozar de aposentadoria complementar;
- Acaba com a aposentadoria por tempo de serviço para os futuros contribuintes;
- Os futuros contribuintes, para terem acesso à aposentadoria terão de reunir dois critérios: tempo mínimo de contribuição à Previdência Social (homens 35 anos e mulheres 30 anos) e idade mínima 60 anos homens e 55 mulheres).
- Para os servidores e trabalhadores do setor privado que já estão no mercado de trabalho, valerão as seguintes regras, em conjunto:

Idade Mínima (53 homens e 48 mulheres) e tempo de contribuição adicional para gozo dos benefícios (pedágio de 40%), com manutenção da aposentadoria proporcional com valor reduzido para 70% do provento total.

- Acaba com aposentadoria integral no magistério superior.

Carta

Presidente do Andes-SN rebate críticas

À Editoria do Jornal da Adufrj

Causou-nos estranheza, no último número deste jornal, a matéria sobre a reunião do Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia (p.7), contendo declarações do Prof. Roberto Romano acerca das posições da diretoria da Andes relativamente aos cortes orçamentários programados na área do Mec. Estranhamos que o Prof. Dr. Romano não tenha gostado "do que viu nem do que ouviu", pois viu e ouviu muito pouco - o Prof. Romano permaneceu na reunião por cerca de vinte minutos, talvez menos - a reunião durou cerca de duas horas -, retirando-se sem qualquer explicação justamente no momento em que relatávamos as iniciativas da Andes para resistir aos cortes orçamentários nas universidades federais e em C&T. Por não ter sequer ouvido nosso relato, talvez tenha confundido um pouco as coisas: em nenhum momento, por exemplo, "negociamos" com o governo qualquer "moratória" em relação aos cortes! O que solicitamos ao Ministro da Educação e do Desporto, em audiência, foi uma "moratória" nas iniciativas governamentais com relação à autonomia universitária, até que a comunidade universitária, como um todo, defina uma posição a respeito - até que se chegue a um acordo, por exemplo, sobre a questão da autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição. Daí a concluir que estamos negociando "moratória" em relação a cortes orçamentários é, no mínimo, estranho.

Nossa posição com relação aos cortes é clara: resistir por todos os meios, inclusive pela via parlamentar. Foi com este objetivo que encaminhamos, juntamente com a SBPC e a Andifes, duas emendas ao projeto de orçamento de 1999 recuperando os cortes do Mec e do MCT, ambas em tramitação. E também com este objetivo, estamos convocando, juntamente com a CUT Nacional, um Ato Público no Rio de Janeiro, no próximo dia 10 de dezembro, onde pretendemos lançar, juntamente com outras entidades da sociedade civil, um movimento nacional em defesa da universidade pública.

Entendemos que, ao invés de ficar levantando suspeitas sobre as posições de entidades que, bem ou mal, estão lutando para reverter a política catastrófica do governo federal, e de ficar vendo "acordos entre lobos e cordeiros" onde há tentativas sérias de discutir alternativas para a situação a que estamos submetidos, o Prof. Dr. Roberto Romano deveria ter assumido mais "agressiva e firmemente" sua posição de coordenador do Fórum Nacional de C&T, não o deixando acéfalo num momento especialmente decisivo para o futuro do setor. Quem sabe assim deixaria de confundir gato com lebre.

Brasília, 02 de dezembro de 1998

Renato de Oliveira Presidente da ANDES-SN

ADUFRJ REALIZA REUNIÃO COM PROFESSORES ESTRANGEIROS

Em função das dificuldades crescentes e específicas dos professores estrangeiros, a Adufrj está convocando os interessados para uma reunião na próxima terça-feira (8), às 16 horas, no anexo da Escola de Serviço Social, ao lado do DCE, na Praia Vermelha.

Atenção: o concurso vestibular, que também se realiza neste dia, não interferirá nesta reunião.

O Dia Mundial de Luta contra a Aids e a UFRJ

*Ronaldo Mussauer Lima **

O Dia Mundial de Luta Contra Aids, primeiro de dezembro, foi marcado no mundo inteiro por milhares de pessoas e instituições através de manifestações, eventos e atos públicos. Esta data não foi proposta para comemorações, mas para uma profunda reflexão a respeito da gravidade da epidemia de Aids, na busca de um compromisso global com a prevenção e com o exercício permanente da solidariedade com as pessoas vivendo com HIV e Aids.

No Brasil, o primeiro caso de Aids foi identificado pelo Ministério da Saúde em 1982. O último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, de maio de 1998, registra um total acumulado de 135.200 casos, tendo uma proporção de óbitos de 51.7%. É verdade que a realidade da Aids mudou nesses dezesseis anos e que tivemos muitos avanços no que se refere às campanhas de prevenção, à assistência e à distribuição de medicamentos. O trabalho de vanguarda e a pressão política junto ao governo das mais de 300 organizações não-governamentais que trabalham com Aids em todo o país foram fundamentais para essas conquistas.

No entanto, o governo federal propôs cortes no orçamento da União para 1999, não priorizando investimentos em duas áreas extremamente essenciais para a Nação: Saúde e Educação. Na Saúde, o corte foi de R$ 1 bilhão e isto prenuncia o agravamento de epidemias e o comprometimento de diversos serviços em todo o Brasil, sendo que muitos deles já se encontram extremamente ineficientes.

Sou soropositivo há nove anos e meu tratamento é feito no Hospital Universitário (HU) da UFRJ. A excelência dos profissionais de saúde e pesquisadores ligados ao HU é indiscutível, mas é notório que as condições e os recursos para atendimento são extremamente precários, os profissionais são mal remunerados e, por ser um hospital de referência para Aids, é inadmissível que não tenha o setor de emergência em funcionamento, bem como leitos suficientes para atender à demanda.

A epidemia vem atingindo progressivamente as classes menos favorecidas economicamente, o que deixa claro que cada vez mais as pessoas com Aids dependerão exclusivamente dos serviços públicos de saúde, e o corte na Saúde afetará diretamente os programas de Aids a partir do ano que vem. Resta, então, a resposta do por quê da proposta do HU para marcar o Dia Mundial de Luta Contra Aids ter sido um grande show com cantores e não uma manifestação política de protesto contra a precária situação do hospital e contra o corte da Saúde? Esta iniciativa provavelmente teria tido a adesão de um maior número de instituições e de pessoas vivendo com Aids, bem como da própria imprensa, podendo trazer algum resultado positivo para a saúde do Hospital Universitário.

** Ronaldo Mussauer de Lima, 31, é Mestre em Engenharia Elétrica pela COPPE/UFRJ e presidente do Grupo Pela Vidda/RJ*

Polêmica

Em entrevista ao Informativo da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (Adufu), o professor Rubens Pinto Lyra denuncia as alterações no relatório final da Comissão Nacional de Avaliação da Ged. A íntegra desta entrevista está no endereço www.alternex.com.br/~adufrj

Adufu- Como é que o senhor avalia a participação do Andes na Comissão Nacional que definiu os critérios de integralização da Ged?

Rubens - *O que eu posso dizer é que o resultado final que chegamos foi excelente. Resultado este que se expressou no relatório denominado de "Relatório " elaborado pela comissão, na sua última reunião, no dia 23/09/98, e que assumiu uma forma e um conteúdo bastante diferente no relatório que o professor Marco Antônio chamou de preliminar e o que o MEC enviou às Universidades Federais. O relatório garantiu a todos os professores, cujo plano de trabalho fosse aprovado pela instância competente da instituição e que apresentassem um relatório informativo, a pontuação máxima. Portanto, havia uma norma geral que garantia aos professores que trabalhassem corretamente, tal como eu dizia na primeira entrevista que dei e saiu no Informandes, receber a avaliação plena. Por outro lado, não se iria exigir em 1998, um número mínimo de horas-aula, tendo em vista que não seria possível tal exigência, em uma avaliação feita ex post. Então esses resultados que nós obtivemos, com essas duas características básicas, foram extremamente importante para os professores.*

Adufu- Professor, são, mesmo, duas vez: uma o Relatório Preliminar e outra o Relatório Final?

Rubens - *O que existe é apenas um relatório e que foi elaborado no dia 23 de setembro pela Comissão Nacional. Como ele saiu na correria não poderia ficar cheio de erros e problemas de apresentação e necessitava de um aprimoramento da forma, e isto foi feito. Eu mesmo, na manhã seguinte liguei para o Mec e para o prof. Marco Antônio, que ficou em Brasília, ajeitando e corrigindo a forma. Este relatório, que nós aprovamos foi no geral o que o prof. Marco Antônio distribuiu na última reunião do setor das federais, com exceção da questão dos aposentados. Além disto o professor Marco Antônio deixou de registrar, como lhe pedi insistentemente, nossa posição e exigir do MEC a revogação de parte do Decreto que estabeleceu o teto. Foi esse o relatório que nós aprovamos.*

Adufu - Como é essa diferença prática?

Rubens- *A diferença prática é que cada Universidade faz como quer. Cada comissão de avaliação vai estabelecer a pontuação que ela desejar. Vai apertar, vai arrochar ou liberar. Antes só tinha um critério, todos que trabalhassem seriam aprovados. Todos que tivessem o plano de trabalho seriam aprovados. E isto seria pelo menos, 90% dos professores e não seria necessário estabelecer critérios locais. A comissão seria mais organizadora e fiscalizadora. Ela iria zelar pelo respeito às normas, evitar, denunciar e coibir alguma maracutaia. Ela não teria atribuições de estabelecer critérios, a não ser em aspectos subsidiários, porque a norma básica já estava definida. A outra norma básica é para o ano de 1998. O relatório que nós aprovamos diz que todas as atividades de interesse social da universidade seriam consideradas. Isto significa que não havia pré-requisito de número de horas mínimas para 1998. Isto foi aprovado por unanimidade na Comissão, e isto não consta do relatório apresentado pelo Mec. Agora, temos os professores desesperados com o problema das oito horas aula. Como conseqüência a Comissão tem essas atribuições que não tinha e inventaram ainda centralizar esse processo no Mec, criando uma comissão com atribuições para interferir nesse processo, deferir, indeferir, avaliar, achar bom, achar ruim. No nosso relatório a comissão não tinha deforma algum essa função. Era uma comissão para debater a avaliação na Universidade.*

Adufu- Na sua opinião, o que aconteceu para ocorrer essa diferença entre o que foi tratado realmente na comissão e o que foi divulgado pelo Mec?

Rubens- *Bom, o que nós aprovamos foi aquele relatório. E o que veio depois, porque e como, só perguntando ao Secretário de Ensino Superior. Ocorre, porém, que, mesmo após findo os trabalhos da Comissão, o Mec introduziu modificações no relatório. Considero grave este fato, pois entendo ser um desrespeito e um golpe na própria comissão que encaminhou seu trabalho e o deu por encerrado na reunião do dia 23/09. Considero mais grave ainda que, além do golpe não ter sido divulgado, a direção do Sindicato encaminhou sugestões e aceitou as alterações no relatório da Comissão. No meu entendimento a comissão foi reduzida a um órgão consultor. O que aconteceu é, para mim, uma questão ética e como tal deve ser tratada.*

Adufu- Temos cópias de fax's que o senhor enviou de Paris à Secretária de Ensino Superior e ao prof. Curi manifestando sua preocupação em relação as alterações/diferenças entre o definido na Comissão e o que dispunha o relatório, enviado ao Senhor pelo próprio Mec.

Rubens- *Eu estava em Paris, para onde viajei após o encerramento dos trabalhos da Comissão, quando o Secretário de Ensino Superior, me mandou uma cópia do relatório para eu opinar. Eu imaginei que fosse para alguma correção de forma. Imaginei que ele estava fazendo isso em atenção a um membro da comissão. No entanto, o relatório enviado pelo Secretário continha alterações substanciais em relação ao definido na Comissão. Enviei um fax a ele dizendo que discordava e expressei a minha surpresa. Mandei um primeiro fax, ele enviou uma outra versão dizendo corrigida, mas que mantinha as mesmas alterações de fundo. Eu continuei manifestando a minha discordância, e a minha apreensão, sublinhando que aquilo era inadmissível, do ponto de vista ético.*

Adufu - O Senhor entrou em contato com o professor Marco Antônio?

Rubens - Ainda de Paris, eu liguei para o Marco Antônio Sperb Leite, diretor da Andes e membro da Comissão e ele não estava. Se bem que não tem nada a ver, porque a Andes é um Sindicato e tem diretores que teriam de acompanhar o andamento dos trabalhos da Comissão.

Adufu - Quando o senhor retornou ao Brasil?

Rubens - *Cheguei ao Brasil no dia 13 de outubro.*

Adufu - Assim que chegou, tentou o contato com o Andes-SN?

Rubens - *Imediatamente liguei para diretores da Andes, em termos dramáticos dizendo que estava preocupadíssimo, dizendo inclusive que aquilo era um absurdo e que eu não poderia aceitar. Tentaram localizar o Presidente, Professor Renato de Oliveira, que só veio a ligar para mim, uns dois ou três dias depois, dizendo que ninguém tinha feito objeções ao relatório. Eu já soube que alguém o fez. É evidente que a diretoria do Sindicato Nacional estava sabendo, e não poderia ter aceito alterações, muito menos contribuído para tal, tendo em vista que o trabalho da Comissão havia encerrado no dia 23/09. A diretoria tinha que tomar providências para manter o que havia sido discutido e aprovado na Comissão. Eu insistia que a questão era séria. Um dia após a primeira conversa, o Renato retorna a ligação reconhecendo que havia problemas sérios e se comprometendo a tomar providências. Mas permaneceu silente, tendo coonestado a adulteração do relatório da Comissão.*

Adufu - Como o senhor acha que o processo vai ficar de agora em diante?

Rubens - *Eu acho que isso suscita um problema sério para o Movimento Docente, que vai ter que avaliar e urgente o que aconteceu. Se o relatório da Comissão é diferente do Mec, e se os dirigentes chegarem a conclusão de que o relatório preliminar e o relatório apresentado pelo Ministro são iguais, o assunto está encerrado. Eu teria superestimado, entendido mal, paciência, me condene. Há diferenças, e eu acho que está provado que há.*

Diretoria do Andes-SN rebate as críticas do Professor Rubens Pinto. A íntegra deste texto está disponível no endereço www.alternex.com.br/~adufrj

Sobre as colocações feitas pelo prof. Lyra acerca
da Comissão Nacional de Avaliação
(...)

Em atenção, no entanto, à divergências tornadas públicas pelo Prof. Rubens Pinto Lyra, bem como em respeito e reconhecimento à sua contribuição ao longo do processo e às suas qualificações morais e intelectuais que motivaram sua indicação, por esta diretoria, para compor a referida comissão, respondemos aqui às suas objeções, tais como chegaram ao nosso conhecimento, ainda que nunca em caráter formal.

1 - Não procedem as acusações de "adulteração" de um pretenso "relatório final", de vez que um relatório final só foi produzido no dia 06/10. Não é verdadeira a informação de que o documento produzido no dia 23/09 era um "Relatório Final", como referido no Informativo da ADUFU, de 20 a 27 de outubro de 1998. Tratava-se de uma segunda minuta, que serviu de base para a continuidade dos trabalhos da Comissão.

2 - Não procedem as acusações de "modificações substanciais" no Relatório Final em relação à segunda minuta produzida na reunião de 23/09. Ao que sabemos, seriam três o que o Prof. Lyra considera "modificações substanciais":

a) o Relatório Final teria retirado o poder de avaliação dos departamentos. Na realidade, o que a Andes sempre defendeu foi que o **plano de trabalho** e seu respectivo **relatório** constituíssem a base da avaliação/pontuação, garantindo-se o direito de que todos os professores que cumprissem suas obrigações legais (ou que "trabalhassem corretamente", como prefere dizer o Prof. Lyra) atingissem 100% da GED. Isto não significa, de modo algum, que a **aferição** do processo tivesse que se dar no contexto interno dos departamentos. Pelo contrário, a primeira minuta sugeria a criação de Comissões Locais de Avaliação em cada IFES. Neste sentido, o controle efetivo do processo, em cada instituição, pelas Comissões Locais, teria condições de garantir maior publicitação e transparência, além de definir os critérios similares no contexto de uma instituição, o que está em consonância com a valorização que fazemos de avaliação institucional como contorno necessário a qualquer avaliação individual. Em segundo lugar, e isto é mais do que óbvio, esses critérios devem sempre respeitar as especificidades de cada área de conhecimento. Em terceiro lugar, na medida que tais critérios têm como base as atribuições normais da função docente, as Comissões Locais não poderiam exigir nada além do que seria estipulado pelos departamentos, caso fossem estes os controladores do processo;

b - segundo o Prof. Lyra, constaria do Relatório Final uma exigência quanto ao cumprimento mínimo de 8 horas-aula semanais para o ano de 1998, que viria em prejuízo dos professores, que estariam sendo avalia*dos ex post.* Esta objeção é improcedente, pois não há qualquer diferença de conteúdo entre a minuta da reunião do dia 23 e o Relatório Final. Em primeiro lugar, porque ambos os documentos conceituam "hora-aula" de forma ampla, englobando, além da atividade formal em sala de aula, qualquer atividade que implique uma relação professor-aluno. A única exigência do Relatório Final é que tais atividades resultem em crédito para os alunos, o que não nos parece descabido. Quanto ao ano de 1998, não há, no Relatório Final, qualquer exigência quanto ao cumprimento de carga horária mínima de horas-aula semanais. Ao contrário, o item 3.2 (Normas Gerais) abre a possibilidade a flexibilização do conceito de horas-aula. Considerar que, essa formulação possa vir em prejuízo de um docente, seria admitir que, durante o ano de 1998, além de não ter cumprido 8 horas semanais de atividade formal em sala de aula, este docente não teria feito nada que caracterizasse uma relação professor-aluno academicamente registrada, tal como já exigido na minuta da reunião do dia 23/09;

c - segundo o professor Lyra, o Relatório Final atribuiria poderes indevidos a uma nova Comissão Nacional de Avaliação. Na realidade, esta nova Comissão Nacional com novas atribuições surgiu de proposta da própria Andes junto à Comissão Nacional que regulamentou a GED, a qual até aqui nos referimos. Sua função seria supervisionar o processo de implantação da GED nas IFES e colher subsídios para a futura definição de uma metodologia de avaliação de desempenho docente, melhor elaborada e fundada na avaliação institucional das universidades. Esta comissão, ao contrário da anterior não se constitui através de um critério de representatividade das três parte envolvidas. Seu caráter é institucional e sua designação coube ao MEC. Ela, portanto, não tem qualquer poder de interferência sobre o processo de implantação da GED nas IFES.

Diretoria da ANDES-SN
22 de Novembro de 1998

Opinião

Autonomia Universitária

*Roberto Romano**

Todos os que estudam o Brasil enquanto instituição política concordam: não temos um país realmente federativo, como os EUA. Neste último, existem diferenças legais e de poderes de Estado para Estado. Um deles possui determinada lei educacional num sentido, outro a tem em sentido oposto. O mesmo ocorre em todos os outros setores, fiscais, criminais, civis. Em nosso caso, temos a uniformidade rígida das leis que definem os assuntos de ensino, saúde, educação, pesquisa, ciências. Elas recolhem culturas diversas, as das regiões, com universalidade autoritária. Esta norma que ignora os diversos costumes, recursos, e fins das regiões, emperra toda política pública. A hegemonia do governo central, açambarca recursos, e aumenta a rigidez de um universalismo que nega as instâncias médias de poder e de cultura.

As universidades públicas repetem a forma do poder centralizador, com a hegemonia do Executivo. Os reitores, dada a opção pela iniciativa neles presente, contra os colegiados, encontram-se numa situação estranha: na aparência, possuem grande força decisória. Mas acham-se presos à cadeia normativa indicada (no rumo vertical) e precisam negociar - poucas vezes em sentido acadêmico - cargos, posições, verbas, com os grupos que influem nos campi e nas instâncias superiores do poder central e regional.

O modelo centralizador brasileiro coloca a universidade pública na dependência dos ministérios econômicos, erguidos ao plano nuclear de todas as políticas. Os demais setores encontram-se a eles subordinados. Com a crise atual, o Ministério de Ciências e Tecnologia, com as fundações que dele dependem, revelou-se impotente.

Papel lamentável desempenha o Ministro da Educação. No anúncio dos cortes de verbas, ele falou à imprensa, afirmando que não haveria corte na sua pasta. Conhecendo a não verdade desta assertiva, aquela autoridade foi surpreendida pela nota do seu colega da Saúde. Na "Folha de São Paulo" (06/11/98, páginas 1-5 e 1-6) lemos a pior negação do princípio democrático na boca de alguém que deveria, pelo seu cargo, ter respeito pela cidadania. Após negar que não haveria prejuízos no ministério da educação, ficamos sabemos que os cortes são da ordem de 10% do reservado ao custeio e ao investimento. Assim, aquele setor perde 500 milhões de reais no orçamento de 1999.

Na mesma Folha, o ministro insiste no engodo: "Não houve queda (de investimentos), houve um aumento significativo. Na área da educação, não foi por falta de recursos que deixamos de fazer alguma coisa". É fantástico o modo pelo qual os palacianos agem e falam. O ministro, diz o seguinte: "já briguei muito pelo MEU dinheiro nesses quatro anos, mas eu briguei sempre na calada dos gabinetes". O dinheiro é do contribuinte, esbulhado pela equipe econômica, nada mais! O ministro confessa que sua ação é uma solerte e tíbia fuga do debate público, único lugar onde existe democracia digna deste título. Mas vejamos o quanto é importante a autonomia na pesquisa e no ensino. Os dados a seguir, eu os repito sempre, porque são eloqüentes.

No Estado de São Paulo, graças à autonomia da Fapesp e à autonomia relativa das três instituições oficiais de ensino superior, conseguiu-se assegurar uma aplicação de 0,93 do PIB estadual em Ciência e Tecnologia, o que significa 34, 8% dos gastos nacionais no setor. São Paulo responde pela formação de 68% dos doutores nacionais. 40% dos mestres gera 49% dos trabalhos científicos do Brasil, respondendo por 60% das patentes concedidas (dado de 1996) na Federação.

Note-se que o orçamento unido das três universidades paulistas, equivale a um quarto dos recursos (US $ 1, 3 bilhão) destinados a todas as universidades federais. Com base em 1995, São Paulo tem 35% de todo gasto nacional em Ciência e Tecnologia. De 1994 até hoje, a importação de tecnologia (via pagamento de assistência técnica) foi de US $ 36,32 milhões para US$ 269,97 em 1996, representando 64, 09% do total movimentado no país.

Esqueçamos os números, e nos concentremos no fato da autonomia. Enquanto São Paulo destina US $ 317 milhões aos seus Institutos de Pesquisa, os quais ainda recebem pouco e estão ameaçados na continuidade de seus trabalhos, e à Fapesp, o Rio Grande do Sul repassou US $ 32, 37 milhões para as fundações ligadas à Fapergs. Apesar do aumento das alocações, de US $ 27,3 milhões em 1995 para US $ 48, 5 milhões em 1997, isto não basta, face ao que ocorre em São Paulo.

A Federação aplica US $ 23, 51 milhões em C/T em São Paulo. Aquele Estado, por sua vez, gasta US $ 317, 08 milhões. O Orçamento das suas três universidades oficiais atinge os US $ 1.586,12 milhões. Em 1995, a Fapesp, o CNPq, Capes e Finep aplicaram aproximadamente US $ 322,4 milhões nas universidades estaduais paulistas e US $ 43,2 milhões nas federais. (1) Embora não tenham autonomia plena, as três universidades de São Paulo, com a relativa, apresentam muito conhecimento técnico e cientifico.

Mas as outras universidades públicas devem entrar no orçamento federal, estadual, municipal. A analogia jurídica entre a Fapesp e os campi não é perfeita. Só competência jurídica, aliada ao espírito democrático e ao respeito pelo ensino superior, podem encontrar uma saída legal e legítima para estes problemas. Não é o que se nota nos acenos e ameaças do governo, nem o que se vê nas ações universitárias e nas associações docentes.

Por falta de autonomia, a Fapergs (Rio Grande do Sul), recebe apenas 25% do que foi definido por lei (1,5 da receita líquida do Tesouro) , ou seja, R $ 10,72 milhões em 1997, quando a cifra deveria ser mais de R$ 40 milhões. O Executivo estadual devia, até 31 de dezembro de 1997, para a Fapergs, cerca de R$ 129, 81 milhões. (2)

A autonomia das instituições de fomento à ciência e à técnica, no Brasil, longe de ser um problema apenas acadêmico, integra a pauta da sobrevivência e expansão do país. A demasiada dependência daquelas instituições face ao Executivo e, dentro dele, dos ministérios econômicos, leva à uma perigosa descontinuidade na produção de saberes e na formação de mão de obra qualificada. Sem os dois traços, torna-se impossível uma política coerente e responsável de ciência e tecnologia.

Estes elementos, no meu entender, devem estar presentes como pressupostos em todo debate ou ações em prol da autonomia universitária e da ciência e tecnologia no Brasil.

Notas

(1) Todos estes dados podem ser conferidos na publicação da Fapesp, "Indicadores de Ciência e Tecnologia em São Paulo", de 1998

(2) Cf. Jornal Adverso, Associação de Docentes da Universidade do Rio Grande do Sul, 2a quinzena de outubro de 1998, página 08.

Professor titular de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA(TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

ADUFRJ
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Boletim ANO I 11 a 17 DE DEZEMBRO
www.alternex.com.br/~adufrj

URGENTE - Veja na home-page da Adufrj (www.alternex.com.br/adufrj) o modelo de requerimento de recurso ao resultado da avaliarão da Gratificarão de Estímulo à Docência (Ged).

O que está em jogo na recomposição do Conselho Universitário:

- a representação de estudantes e funcionários no Conselho Universitário. A nova LDB determina; que a composição dos órgãos colegiados tenham, no mínimo, 70% de sua composição formada por professores. O Consuni da UFRJ está irregular apenas neste item e precisaria de mais quatro representações docentes para adequar-se à Lei.

Vilhena vem se utilizando deste expediente para confundir a comunidade e fazer desta irregularidade sua principal arma para reformular o estatuto da universidade, através de uma comissão por ele nomeada, sem o aval do Conselho Universitário. Vilhena utiliza-se de um parecer do Conselho Nacional de Educação, assinado pela professora Eunice Durhan (ex-secretária de Ensino Superior), no qual apenas a composição em termos da proporcionalidade entre os segmentos é questionada. Em nenhum momento, o parecer impede o próprio Conselho de se regularizar perante a Lei. Isto derruba o argumento de Vilhena.

- a reformulação do estatuto da UFRJ: De um lado, a grande maioria da comunidade representada por diretores de unidades, decanos e representantes das entidades dos docentes, dos técnicos e dos estudantes quer garantir a gestão democrática e a autonomia da universidade com orçamento público. Do outro, estão o Mec, Vilhena e seus apoiadores que apostam na mercantilização da instituição como forma de captação de recursos. A idéia é preparar a UFRJ para o salve-se quem puder do projeto de autonomia universitária do governo Fernando Henrique que pretende limitar o orçamento das instituições por um período de dez anos (Pec 370).

Professor recusa participação na comissão de Vilhena

Depois de ler atentamente a proposta de Vilhena para a reformulação do estatuto da universidade (leia no verso), o professor do Instituto de Física e Conselheiro de Ensino de Graduação, Herli Joaquim de Menezes, um dos nomeados para a comissão do reitor, recusou oficialmente o convite. Herli solicitou a exclusão de seu nome por discordar do conteúdo antidemocrático da proposta.

"Caro colega, hoje Reitor da Universidade do Brasil, ouso acrescentar que a indefinição institucional pela qual hoje passamos, resolve-*se com mais, e não menos, democracia.", diz* um trecho da carta de renúncia do professor.

Privatização e Elitização da universidade

Vilhena quer reformar estatuto da UFRJ sem o aval do Consuni

Estatuinte é coisa do passado. Pelo menos para o professor e ocupante do cargo de reitor José Henrique Vilhena. Para ele, as leis que regem a vida da universidade podem e devem (a qualquer custo e preço) ser definidas por pouco mais de meia dúzia de professores. Sem questionar a intenção dos acadêmicos escolhidos por Vilhena, a maioria dos decanos, diretores de unidades e demais docentes - sem contar os inúmeros estudantes e funcionários - repudiou a atitude do reitor de instalar uma comissão, que, sem o aval dos membros do Conselho Universitário, pretende reformar o estatuto da universidade.

Durante a instalação da comissão, na Quarta-feira (9), Vilhena expôs o seu projeto para a universidade e pediu aos professores escolhidos que estudem a reforma estatutária e que "não se prendam à forma como essas propostas serão implementadas, mas ao conteúdo do que elas podem representar para a instituição".

Para o professor titular do Instituto de Economia e escolhido pela comunidade para ser o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, Vilhena cumpre ordens do governo federal e tem o compromisso de implementar as reformas estatutárias que querem o ministro Paulo Renato e seus aliados. Teixeira mostrou não ter dúvidas deste projeto, durante a reunião do Conselho Universitário ocorrida Quinta-feira (10).

A sessão do Consuni só foi realizada por que, na véspera, 20 diretores de unidades e quatro decanos compareceram à reunião de instalação da comissão organizada por Vilhena e solicitaram a convocação pelo reitor para que o Conselho máximo da universidade pudesse decidir a quem cabe a reformulação de seu estatuto. Na reunião dos dirigentes, ocorrida momentos antes da instalação da comissão de Vilhena, Aloísio Teixeira relatou o encontro que ocorrera, ainda na época do processo sucessório para a reitoria, onde quatro professores (entre eles o professor Pinguelli Rosa, do Coppe, e Campos de Carvalho, da Biofísica) exigiram dele o compromisso de alterar a composição do Conselho Universitário. A exigência era acabar com a representação dos funcionários e estudantes no Conselho. Teixeira revelou também que o parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a situação irregular do Consuni havia sido redigido na própria UFRJ e levado à Brasília por Vilhena.

Grupo de Vilhena não quer representação de funcionários no Consuni

Ressuscitando a composição de 1971 (quando não havia técnico-administrativos no Conselho Universitário), Vilhena aceitou realizar a sessão do Consuni na Quinta (10), mas foi, como sempre, irredutível frente às tentativas de um acordo em relação à reformulação da composição do conselho - uma exigência da nova LDB - que deve ter, no mínimo, 70% de professores entre seus componentes.

As opiniões se dividem entre os dirigentes e representantes da comunidade. Há os que acham que o conselho pode sofrer uma reforma "cosmética" ou seja, uma recomposição do quadro até que se obtenha 70% de professores - o que significaria apenas eleger mais quatro representantes dos docentes -, sem entrar no mérito político desta configuração. Esta proposta tem como idealizados o recém eleito representante dos titulares do CCS, professor Paes de Carvalho, e conquistou adesões importantes, até no grupo dos funcionários.

Feita a "maquiagem", única exigência para que o Consuni se enquadre a LDB, os conselheiros tratariam de redefinir as políticas institucionais, refazendo também o estatuto da universidade. Neste cenário, o material produzido pela comissão nomeada pelo atual Consuni (formada pelo ex-reitor Adolpho Pollilo, pelo decano do CCMN Marcos Antonio França, pelo professor Edson Saad, pelo representante dos técnicos Carlos Maldonado e pelo estudante Carlos Madureira) seria apreciado, independente da configuração do Consuni.

Este é na opinião de muitos o medo maior de Vilhena e seu grupo de apoio. O conteúdo do que a comissão eleita pelo Consuni vem produzindo é confrontado radicalmente pelo material exposto por Vilhena à sua "comissão estatuinte". Enquanto a comissão do Consuni trabalha com idéias de autonomia, democratização e fortalecimento dos fóruns da universidade, seus colegiados, congregações e do próprio Consuni, Vilhena vem a público explicitar seu projeto de elitização e privatização da instituição, aos moldes do governo federal, com um discurso travestido de intenções acadêmicas, escondendo seu conteúdo político (veja íntegra do texto de Vilhena no verso).

O diretor da Adufrj, José Simões, ressaltou a posição da entidade que defende o pleno funcionamento dos órgãos colegiados superiores. Na reunião com os dirigentes, Simões chegou a lembrar que, só neste ano, a UFRJ sofreu grandes influências de comissões: a dos "notáveis", que prestou apoio ao nome de Vilhena para a reitoria da UFRJ e prestigiou o governo durante a greve da categoria; a comissão da Ged, que recentemente submeteu os professores a um processo de avaliação bastante questionável e, agora, a comissão que pretenderá alterar os estatutos da UFRJ, adequando-os a LDB.

Oscar Rosa Matos, representante dos professores titulares do Coppe no Consuni distribuiu uma nota considerando golpista a atitude de Vilhena e seus "apoiadores". Rosa Mattos sugere que a comunidade comece a utilizar mecanismos jurídicos para brecar as ações de Vilhena.

Leia aqui o projeto de Vilhena e do governo para Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1998.

À Comissão de Reforma do Estatuto da UFRJ:

Prezados Srs.

Das inúmeras conversas que tive, ao longo dos últimos meses com membros da comunidade universitária, internos e externos à UFRJ, pude reunir um conjunto de sugestões que agora aproveito para enviar a esta Comissão como material para reflexão.

Eis os principais pontos que gostaria de sugerir para a Reforma do Estatuto da UFRJ:

Princípios Básicos:

I - vinculação da estrutura acadêmico-administrativa a procedimentos de avaliação externa, dos quais os docentes pesquisadores da UFRJ participem definindo critérios e contribuindo para resultados, e que sejam estruturados segundo exigências estritamente acadêmicas,

II - estabelecimento do menor número possível de instâncias entre o professor pesquisador, seus alunos, seu grupo de pesquisa, e a decisão final sobre seus pleitos acadêmicos - um máximo de 3 instâncias (Congregação e Direção de Unidade, Conselho Superior e Reitoria).

Detalhamento:

- a composição do Conselho Universitário seria baseada na participação de Diretores de Unidades que apresentassem significativo esforço acadêmico tanto quantitativo (exemplo: número de alunos de graduação - acima de 1000 – e/ou pós-graduação - acima de 250) quanto qualitativo (com avaliação externa cujo resultado seja igual ou superior a 4 - de acordo com avaliação utilizada atualmente pela Capes no que se refere à pós-graduação); 7 Professores Titulares, pesquisadores nível I do CNPq, por área de conhecimento, eleitos por seus pares, em eleição supervisionada pelo Conselho Acadêmico; 3 representantes da Sociedade Civil. 2 representantes dos técnico-administrativos, ambos com nível superior e sendo um com Doutorado; 1 representante dos alunos de graduação (com CR igual ou superior a 8) e 1 dos de pós-graduação (já aprovado em exame de qualificação para doutorado, com todos os conceitos A);

- a Unidade Acadêmica que tenha avaliação abaixo de 4 perderia assento no Conselho Universitário - se isto ocorresse por duas avaliações sucessivas seria nomeado um Diretor pró-tempore para implementar um novo projeto acadêmico para a Unidade, escolhido pelo Reitor a partir de lista tríplice enviada pelo Conselho Acadêmico - cuja composição será sugerida em seguida;

- a partir de janeiro de 1999, a UFRJ contratará um sistema de avaliação externa da graduação nos moldes da avaliação atualmente realizada pelos pares, sob a supervisão da Capes;

- um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) formado por:

a) membros eleitos, dentre os coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação, com conceito igual ou superior a 4 (idem avaliação da Capes), portadores do título de Doutor, como representantes de cada uma das 7 grandes áreas de conhecimento às quais a UFRJ se dedica (Ciências Exatas e da Terra,Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Letras e Artes, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas);

b) coordenadores de projetos de extensão significativos da UFRJ, também eleitos a partir de cada uma das 7 grandes áreas de conhecimentos,

c) pesquisadores nível I do CNPq, eleitos entre seu pares como representantes de cada uma das 7 grandes áreas de conhecimento;

d) fariam ainda parte deste Conselho 2 alunos de graduação (com CR igual ou acima de 8) e 1 de pós-graduação (já aprovado em exame de qualificação para doutorado, com todos os conceitos A);

- o Conselho acima definido, presidido pelo Reitor (e com a presença dos pró-reitores), se reuniria quatro vezes ao ano. E, quinzenalmente, na forma de Câmaras (ensino, pesquisa e extensão) à com o pró-reitor da área;

- com o objetivo de garantir a permanente busca da alta qualidade acadêmica ficaria instituído o Conselho Acadêmico, o qual se reuniria uma vez por mês e seria composto de 7 professores titulares pesquisadores I A representando cada uma das grandes áreas de conhecimento e os coordenadores de curso 7 (pós-graduação) que sejam professores titulares pesquisadores I A, tendo como função: convocar e supervisionar as eleições dos membros eleitos de todos os outros Conselhos (os quais seriam escolhidos pelo Reitor, a partir de lista tríplice. enviada por este Conselho), validar, através de parecer detalhado, os sistemas de avaliação em uso na Universidade, tanto internos quanto externos. No caso dos sistemas internos, definir o seu grau de contabilidade em cada uma das 7 áreas de conhecimento em que a UFRJ atua, referendando-os ou não; no caso dos sistemas externos, definir aqueles que serão utilizados e, finalmente, definir o requisito mínimo exigido para a participação (dos diferentes membros) nos Conselhos Superiores da UFRJ. Para efeito de avaliação, o que ocorreria uma vez por ano, seriam convidados dois pesquisadores I A, externos à UFRJ, representantes da comunidade nacional e um representante da comunidade científica internacional com trabalho de renomada qualidade acadêmica,

- as Unidades poderão se estruturar livremente, de acordo com seu planejamento acadêmico, não mais havendo obrigatoriedade da organização por departamentos (a estrutura acadêmica de Lima Unidade deverá ter a flexibilidade e o dinamismo capazes de responder às exigências contemporâneas de interdisciplinaridade e a necessidade de interação das diversas áreas de conhecimento através da liberdade de formação de redes que caracteriza o desenvolvimento científico-tecnológico-artístico e cultural), devendo ser mantidas as funções de coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação e de estágio, uma vez que essas estruturas serão aquelas permanentemente avaliadas;

- no que se refere aos concursos para Professor Titular, é pré-requisito o concurso para Professor Associado, com tese e banca externa à UFRJ;

- a carreira básica se inicia em nível de Professor Assistente, com Doutorado, em regime de 40 DE (os quais trabalharão com ensino e pesquisa) e continua nos níveis de Professor Associado (para o qual é excluído concurso com tese e banca externa à UFRJ de renomada qualificação acadêmica internacional validada pelo Conselho Acadêmico) e Professor Titular, paralelamente, serão contratados Professores com perfil profissional (segundo critérios de qualidade dos diferentes cursos e/ou profissões e validados pelos Conselhos Superiores), por tempo determinado ou permanentemente, que integrarão uma outra carreira específica, os quais serão contratados com carga horária limitada aos cursos e sua preparação é vedada a passagem de uma carreira à outra

- a estrutura da Administração Central seria composta pelo Reitor, 4 Pró-reitores (Ensino. Pesquisa, Extensão e Projetos Especiais, e Planejamento); o Reitor nomeará um dos pró-reitores para responder como seu substituto eventual. Haverá ainda 3 Diretorias (Finanças. Pessoal e Cultura) e uma Prefeitura Universitária, sob a coordenação de uma Secretaria Geral. A estrutura que acompanha cada uma dessas instâncias deveria ser a mais reduzida possível, obedecendo regras de produtividade e dinamismo institucional;

- o Conselho Executivo seria composto pelos pró-reitores, pelo prefeito da UFRJ, pelos diretores de unidade acadêmica com assento no Conselho Universitário e pelo Diretor do HU - este Conselho se reuniria uma vez por mês;

- o Sistema Hospitalar seria composto pelo Hospital Universitário, o Instituto de Pediatria, o Instituto da Mulher (quando de sua instalação e que deverá ocupar uma parte do atual prédio do H.U.), o Instituto de Doenças do Tórax (quando de sua instalação e que deverá igualmente ocupar uma parte do H.U.). As Unidades Hospitalares deverão ser definidas:

a) segundo sua estrutura de vinculação à política acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRJ na área profissional e básica da saúde, sua existência dependerá, portanto, da excelência na atividade de formação de recursos humanos altamente qualificados (Pós-graduação e Graduação) e dos serviços assistenciais de alta complexidade realizados;

b) a partir de sua articulação à estrutura do H.U. que é o nosso Hospital Geral;

- Sistema institucional de prestação de serviço e consultaria: todo e qualquer serviço prestado externamente, por professor ou técnico-administrativo da UFRJ, deveria ser executado através de organismo institucional que estabelecesse regras claras de prestação de serviço e remuneração tais como COPPEI COPPETEC e CPCH/FUJB, já existentes. Os sistemas de prestação de serviço da UFRJ deveriam ser aprovados pelas instâncias competentes, bem como suas tabelas de remuneração, constituindo um sistema integrado de prestação de serviço da UFRJ;

Sem mais, na expectativa de estar contribuindo para o desenvolvimento da universidade brasileira, e desejando à Comissão um proveitoso trabalho, despeço-me.

Atenciosamente

José Henrique Vilhena de Paiva - Reitor

A comissão de Vilhena para alterar estatuto da universidade:

Darcy Fontoura de Almeida (recusou por problemas de saúde);
Herch Moyses Nussenzveig;
Ricardo Gattas;
Reinaldo Gonçalves;
Maria da Penha Almeida Cruz;
Herli Joaquim Menezes (recusou);
Antônio MacDowel Figueiredo;
Maria da Graça Fonseca;
Emanuel Carneiro Leão;
Ângelo Cunha Pinto.

Reunião aberta do Conselho de Representantes da Adufrj

14 de dezembro, segunda-feira, às 16 horas
Escola de Serviço Social - Praia Vermelha
Pauta: Estatuto da UFRJ.

ADUFRJ
Seção Sindical

Sessão Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Andes Sindicato Nacional

Ano V

18 de dezembro de 1998 a 7 de janeiro de 1999

O golpe no Consuni e a reforma nos estatutos da UFRJ

O projeto de reforma dos estatutos da UFRJ apresentado pelo Sr. Vilhena revela o verdadeiro pano de fundo da crise provocada com a suspensão do Conselho Universitário. Não foi à toa que o Mec mobilizou seus assessores para ajudá-lo na tarefa de calar o Consuni. O documento assinado pelo Sr. Vilhena fala por si mesmo. Trata-se de uma redefinição da maior universidade pública federal do país, no sentido de adaptá-la à política do MEC, inspirada pelo Banco Mundial, FMI e outros organismos internacionais.

Se o elitismo desvairado causa, uma primeira impressão estarrecedora, é preciso aprofundarmos o sentido político de sua proposta. Qual o significado de acabar com toda a estrutura atual da UFRJ, redefinir carreira docente, priorizar "comissões de avaliação externas", excluir mais da metade das atuais unidades de qualquer instância decisória? Nossa interpretação é que trata-se de um movimento político que visa implementar a famosa universidade de mercado, neoliberal. O primeiro passo é destruir as estruturas já existentes, que, evidentemente não concordarão com isto. Então não interessa um Consuni que, mesmo heterogêneo e diversificado em sua composição política, não concordará com o desmonte da UFRJ. O segundo passo é conquistar, seduzir alguns aliados internos que garantam algum tipo de apoio. Neste sentido, o documento do Sr. Vilhena repete argumentos e procedimentos que são caros a uma parcela da UFRJ, que sonha em sobreviver a atual crise em que o governo FHC lançou o país, baseada em sua "excelência acadêmica". São os grupos que privilegiam os laços amigáveis com Brasília, alguns desde a época da ditadura, passando pelo governo Collor e que hoje, são uma base de apoio ideológico importante para o governo FHC. Curiosamente esses senhores fecham os olhos para tudo o que tem sido feito pelo governo FHC contra a ciência, a cultura e a tecnologia no país. Desconsideram o fato grave de que o CNPq, a Capes e a Finep estão estrangulados pelo mesmo processo. Sonham em sobreviver, quando, na prática, são simples coadjuvantes de um governo empenhado em acabar com qualquer tentativa de um projeto nacional.

O fato importante, perseguido há anos pelo Mec, é o do desmonte da Universidade Pública Brasileira. O documento apresentado à UFRJ não é uma iniciativa local, isolada. Sem dúvida, sua fonte inspiradora está no Mec. Seu objetivo é o de deixar o ensino público superior fora das obrigações constitucionais do Estado, eliminar o dever político do governo federal de zelar pelo patrimônio público, de impedir a organização de estratégias para tirar o país da dependência em relação aos interesses multinacionais. E, para isto, é necessário calar as vozes que, de dentro da universidade, não compartilham destes objetivos. Para isto impõem reitores, mudam leis, suspendem colegiados, compram apoios. Neste sentido, a UFRJ virou o campo de ensaio onde o Mec implanta sua política.

Sem dúvidas, a questão da definição do Consuni é fundamental para a UFRJ. Não podemos transigir com o golpismo do Sr. Vilhena, nem com os remendos de algumas propostas. A solução legítima e legal é a da eleição dos docentes que faltam para nos adaptarmos às exigências legais. Mas esta questão não pode ser separada do projeto apresentado à UFRJ. Se há um endurecimento em relação à questão do Consuni é exatamente porque será difícil para Vilhena e para o Mec implantarem seu modelo de universidade.

É igualmente importante reconhecermos que, mesmo ainda desorganizado, há um movimento de resistência importante na UFRJ. Professores, estudantes e funcionários têm demonstrado seu desacordo com a suspensão do Conselho Universitário. O Ceg e o próprio Cepg também já se posicionaram contra as interpretações distorcidas de Vilhena.

Por isto, neste momento, é importante reunir forças, dentro e fora da universidade para impedirmos a destruição do ensino público superior no país.

A diretoria

O Jornal Adufrj estará circulando, novamente, a partir do dia 8 de janeiro

VILHENA PERDE O RESPEITO

"Parar a universidade por dentro para transformá-la por fora". Foi assim que o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Carlos Lessa, definiu o objetivo de José Henrique Vilhena depois da última reunião do Consuni (17).

Quem esteve presente à Sala do Conselho Universitário da UFRJ na última quinta-feira não tem mais dúvidas: Vilhena está apostando no fim do fórum máximo da universidade. O interventor se recusou a considerar as sugestões e questões de ordem levantadas por vários conselheiros. Depois de sofrer várias pressões, Vilhena afirmou que não havia quorum mínimo para qualquer votação. Na interpretação do interventor, seriam necessários, para isto, 2/3 dos 49 membros da composição do Consuni de 1.971. Como existem 11 cargos vagos destes 49, o número real de conselheiros é 38. Vilhena considera que só é possível uma votação quando o número de presentes chegar a 33. Segundo o regimento do Conselho Universitário, que foi citado várias vezes durante a sessão, para uma votação simples, é necessária a presença de apenas 50% mais um do número de conselheiros. Compareceram à sessão de quinta 24 membros. Entretanto, Vilhena, numa atitude de absoluto desrespeito às pessoas presentes, recusou-se a apreciar as propostas apresentadas, alegando que não havia quorum para votá-las.

Obviamente Vilhena não está aguardando a presença de 33 membros do Consuni à reunião. O que o interventor quer é que as reuniões do Consuni, mesmo com a composição de 1971 que exclui estudantes e técnico-administrativos, sejam inviabilizadas.

Vilhena enlouquece conselheiros que deixam sessão indignados com atitude fascista do interventor

Quando os conselheiros perceberam que a reunião não passava de uma farsa e que nenhuma deliberação seria tomada, indignados, deixaram a sala.

Após a saída de Vilhena, um grupo de cerca de 50 pessoas se reuniu informalmente. Professores, estudantes e funcionários conversaram sobre a necessidade de se tomar atitudes urgentes antes que Vilhena destrua a UFRJ.

Vilhena caça o direito à voz de conselheiros excluídos e da Adufrj

Desrespeitando um acordo que fora feito na reunião informal do último dia 10, Vilhena não permitiu que os conselheiros que tiveram seus mandatos caçados pela reitoria se pronunciassem na sessão de quinta-feira. Até mesmo a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ foi proibida de se manifestar. A Adufrj convocou todos os professores a comparecerem à sessão para realizarem uma manifestação pública. Todos os pedidos feitos pelo presidente da Adufrj para se pronunciar, foram ignorados por Vilhena.

Agindo como uma ditador, Vilhena afirma que está "adaptando a universidade ao mundo contemporâneo"

Parece piada, mas infelizmente é a pura realidade. Por vários momentos, o interventor na UFRJ afirmou que as propostas que estão sendo elaboradas por sua comissão estão preparando a UFRJ "para o mundo contemporâneo". Outro termo usado exaustivamente por Vilhena para definir a recomposição foi "conceitual". Para o interventor, não basta apenas adequar numericamente o Consuni ao artigo 56 da LDB. É necessária uma reforma "conceitual". Com este pretexto, Vilhena chegou a sugerir que o Conselho se reunisse no próximo dia 24 (véspera do Natal), para apreciar, em três dias no máximo, o resultado dos trabalhos da Comissão por ele nomeada com atributos de adequar o estatuto da universidade à nova LDB. Vilhena descartou totalmente o trabalho realizado por um grupo de conselheiros designados pelo Consuni para tratar do assunto. Este grupo elaborou um relatório e o entregou a Vilhena no início de dezembro. O interventor sequer colocou este relatório na pauta da sessão.

A única concessão feita por Vilhena foi a convocação de uma reunião do Conselho de Coordenação Executiva (CCE) para a próxima terça feira. Esta convocação aconteceu depois que Carlos Lessa, decano do CCJE, lembrou que os problemas que afligem a universidade não são conceituais, mas sim operacionais. "Quero ter espaço para discutir questões ligadas à distribuição de orçamento e espaço físico na universidade, por exemplo. Esta administração é inoperante". Sérgio Fracalanzza, decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS), engrossou a fala de Lessa, contando que está sendo abordado por fornecedores que quase entraram no confronto físico com o professor.

Composição do Consuni: Vilhena só considera docente quem está na ativa

Que uma lei possui várias formas de leituras, todos já sabem. Entretanto, criar interpretações com objetivo de justificar atos absurdos, é um pouco demais. Parece ser assim que José Henrique Vilhena vem tratando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), artigo 56, para justificar a alteração na composição do Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ. Observando a atual composição do Consuni, percebe-se que o percentual de assentos destinados aos docentes chega a 65,7% *(ver quadro)*, um número muito próximo dos 70% exigidos na lei.

Entretanto, utilizando um parecer do Conselho Nacional de Educação - que faz uma interpretação casuística do fato -, Vilhena impõe à comunidade uma outra leitura: para o interventor na UFRJ, docentes são apenas aqueles que estão na ativa, ocupando um cargo na universidade. Com esta definição, obviamente, o número da representação dos docentes cai. Os cinco assentos destinados aos ex-reitores, por exemplo, não são contabilizados por Vilhena como sendo de docentes.

Com esta interpretação, que também é feita por vários dirigentes em Brasília, Vilhena justifica que a composição do Consuni de 1.971 é a que está valendo no momento. Entretanto, ela está longe da legalidade por ser anterior à Constituição de 1.988 que garante a participação dos técnico-administrativos. Em 1971, o Conselho Universitário era composto por 49 membros. Deste total, 11 assentos não foram preenchidos na atual administração. São eles: 5 sub-reitores, o vice-reitor, o prefeito, 3 representantes da comunidade (área profissional, área empresarial e área cultural) e o representante dos professores eméritos, que na época era definido como livre docência. Ou seja, das 49 vagas, apenas 38 estão preenchidos. Isto significa que para se obter quorum no Consuni, seria necessária a presença de 33 conselheiros.

Percebe-se, então, que o objetivo principal de Vilhena é inviabilizar a reunião do Colegiado supe-

"Vilhena se demitiu do cargo de defensor da UFRJ"

Para Aloísio Teixeira, membro recém eleito do Consuni, a crise na UFRJ está na reitoria e responsabilizou Vilhena que, segundo ele, está extrapolando as suas funções dissolvendo o Conselho Universitário atual e convocando o de 1.971. Teixeira afirmou que, no mínimo, Vilhena deveria convocar imediatamente o Consuni para discutir o parecer do Conselho Nacional de Educação. "Ele se demitiu do cargo de defensor dos interesses da universidade para ser um porta voz do governo federal. Isto é lamentável".

A crise na UFRJ se agravou quando Vilhena, à revelia do Conselho universitário, submeteu ao Conselho Nacional de Educação as alterações estatutárias realizadas na UFRJ de 1986 até hoje, passando por cima de uma comissão designada pelo Consuni para estudar propostas de alterações estatutária. Com a homologação do parecer do CNE, que não aprovou as alterações elaboradas nas sessões dos dias 21.12.88 e 23.10.97 - quando foram aprovadas, respectivamente, a representação dos estudantes e técnico-administrativos - Vilhena dissolveu o atual Conselho e convocou o de 1.971, alegando o princípio da "legalidade". Entretanto, em nenhum trecho do parecer do CNE se estipula a extinção do Consuni. O que é imposto por Brasília é uma "reformulação imediata da composição do conselho" adequando-o ao artigo 56 da LDB que estabelece o número mínimo de 70% de docentes nos órgãos colegiados das Ifes. Isto Vilhena vem se recusando a fazer. Preferiu acabar com o fórum. Ademais, o conselho de 1.971 está muito longe da "legalidade" que Vilhena propõe. Ele foi montado antes da promulgação da Constituição em 1.988 e não prevê a participação de técnico-administrativos que agora é um direito assegurado.

Diana Maul de Carvalho - Diretora do NESC

Antes de tudo é fundamental que o Conselho Universitário da UFRJ se reuna tal qual ele é hoje. Essa história do Vilhena querer acionar o conselho de 1971 eu não consigo entender. Nós temos um conselho hoje para se adequar à LDB. Isso significa mudanças mínimas na composição do Consuni e alguns outros itens do regimento que a gente têm que realizar num prazo curtíssimo. Sobre aquelas propostas, eu as considero, numa primeira análise, absurdas. O absurdo maior não é nem o conteúdo da propostas, mas sim a forma como elas foram encaminhadas e como este encaminhamento foi feito, sem uma discussão ampla dos colegiados, como se uma grande reforma da universidade estivesse contida nelas - que eu nem acho que está. Trata-se de uma grande confusão. Inclusive, não se faz uma reforma da universidade às vésperas do natal e do ano novo. Isso é uma irresponsabilidade. Além de absurda, a proposta é irresponsável no conteúdo e na forma como ela está sendo colocada.

Amâncio Paulino de Carvalho - Diretor do Hospital Universitário - Não analisei a proposta apresentada pelo reitor com a devida calma. A atitude do reitor de expor publicamente seu projeto de universidade é boa e contribui para o debate. O que parece é que ele (Vilhena) apresentou-a de forma apressada, esperando uma resposta rápida, fora de qualquer possibilidade razoável de que a comunidade discuta e reflita sobre propostas tão complexas. No que diz respeito aos hospitais, acho que faltam mais detalhes, parece que a proposta não foi bem elaborada.

Antonio Guianella Netto, professor do departamento da Bioquímica - A proposta que Vilhena apresenta não é só para adequar a universidade à LDB, mas significa preparar a universidade para a autonomia universitária, o que é necessário mas não com a urgência que Vilhena quer impor. Uma proposta desta tem que ser discutida pela comunidade e ser aprovada pelo Conselho Universitário. Vilhena toca na constituição dos colegiados superiores, que são fundamentais para a vida institucional e acadêmica da universidade. Discordo da forma da proposta de vincular a representação no conselho à avaliação da Capes, no que se refere aos cursos, e do CNPq, no que se refere aos professores titulares. Embora respeitáveis, não devem ser estes os critérios para se eleger representações no Consuni. Quanto aos professores, estudantes e técnicos, coloca uma série de condicionantes que não são necessariamente as condições que se aplicam a uma representação por segmento. Cada Colegiado deve saber como escolher seus representantes.

Almir Fraga Valladares, Diretor da Faculdade de Medicina - No momento é inaceitável transformar a universidade de uma maneira profunda e desastrosa, sem nenhuma possibilidade de discussão pela comunidade da UFRJ. Na congregação da Faculdade de Medicina foi consenso que esta proposta ameaça completamente a formação de recursos humanos e coloca a instituição como unicamente vocacionada para pesquisa. A nossa congregação aprovou também que qualquer tipo de proposta de transformação profunda deveria passar por um processo continuado de discussão entre a comunidade de pelo menos um ano. Foi um consenso também que esta proposta trás a ameaça do esvaziamento dos recursos humanos e da extensão, privilegiando apenas a pesquisa. O Consuni deve se reformular numericamente para adequar-se à LDB, até o prazo definido pela lei. A nova constituição do conselho trabalharia a ampla discussão sobre as reformas estatutárias e a formação definitiva dos colegiados.

rior da universidade que, mesmo com a composição de 1.971, ele não possui a maioria para fazer valer as suas propostas.

O que diz o artigo 56 da LDB:

"As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, as- segurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada

órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes".

O Ceg e o Cepg também aprovaram resoluções contrárias as propostas de Vilhena

A composição atual do Conselho Universitário

Composição do Consuni por categoria	Número de vagas no Consuni
Professores	50
Estudantes	11
Técnico-administrativos	11
Outros (fora da comunidade)	4
Total:	76

Proporcionalidade para cada categoria: Professores: 65,7%. Alunos: 14,4%. Técnico-administrativos: 14,4%. Outros (representantes da área empresarial, cultural e profissional e um representantes de ex-alunos): 5,2%. Conheça o atual conselho universitário da UFRJ através da homepage da Adufrj: www.alternex.com.br/~adufrj

Noticiário

Professores elegem novos conselheiros da Adufrj

Transcorreram com tranqüilidade as eleições para os cargos vagos para o Conselho de Representantes da Adufrj Seção Sindical. Na terça-feira, dia 8 de dezembro, foram realizadas as provas do vestibular da UFF nas instalações da UFRJ, prejudicando um dos dias de votação, em algumas unidades. O Conselho da Seção Sindical foi reforçado com a eleição de doze professores de cinco unidades que não tinham representação. Todos os candidatos foram eleitos. Confira no expediente desta edição o nome e a unidade dos novos conselheiros que já tomaram posse, na última reunião do conselho, realizada dia 14.

MORADORES DO ALOJAMENTO PROTESTAM CONTRA ATRASOS DE ALIMENTAÇÃO

Os estudantes residentes do Alojamento realizaram um ato de protesto contra os freqüentes atrasos no pagamento do benefício-alimentação, concedido aos estudantes moradores do alojamento da UFRJ. O pagamento da bolsa é previsto no orçamento anual da universidade e deve ser repassado aos alunos até o quinto dia útil de cada mês. Nos últimos três meses, o auxilio tem sido pago com atraso de dez dias, em média. Os estudantes reclamam que mesmo com o atraso a reitoria não fornece sequer uma "quentinha" para garantir a alimentação dos moradores.

A manifestação ocorreu na terça-feira (15) e os alunos fizeram um "panelaço" com colheres em panelas vazias, percorrendo o Centro de Tecnologia, a Faculdade de Letras e o prédio da reitoria, no Fundão. Em audiência com o professor Vilhena, os estudantes entregaram uma carta (disponível na home-page da Adufrj) exigindo o pagamento do beneficio, até a sexta-feira (18).

AROUCA NÃO É MAIS SUB-REITOR

A juíza da 26ª Vara Federal, Valéria Caldi, declarou ilegal a nomeação de Maurício Arouca como sub-reitor da UFRJ. A sentença foi favorável ao mandado de segurança impetrado pelo Sintufrj. Arouca tinha sido nomeado pelo professor Vilhena sem a aprovação do Conselho Universitário. Para mantê-lo no cargo, Vilhena terá de submeter o nome do professor ao Consuni dentro de sete dias.

ASSESSORIA LOCAL ENTRA COM AÇÃO PELO PAGAMENTO DO ABONO 99

A Assessoria Jurídica da Adufrj está entrando com uma ação para o pagamento do abono pecuniário de 1999. A reitoria da UFRJ ainda não remeteu de volta às unidades as planilhas para o preenchimento da opção pela venda de parte das férias, conforme já garantiu a liminar ganha na Justiça pela Adufrj.

Adufrj apresenta recurso coletivo sobre a GED

A Adufrj-SSind encaminhou à Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFRJ um **recurso coletivo** de reformulação dos critérios para a pontuação da GED. No recurso, a Adufrj questiona os critérios estabelecidos pela Comissão, assim como sua aplicação ao caso específico de cada docente, e afirma que os **procedimentos contrariam a Lei 9.678, o relatório da Comissão Nacional e princípios básicos de avaliação de desempenho docente.** A Adufrj solicita "a reformulação dos critérios e da sua aplicação, de forma a eliminar as injustiças e ilegalidades atualmente presentes".

O recurso coletivo é administrativo, e não judicial. A Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj aprovaram a sua apresentação como uma forma de subsidiar os recursos individuais apresentados pelos muitos docentes que foram prejudicados pelos procedimentos da Comissão. Se a Comissão aceitar os argumentos da Adufrj, **nenhum docente perderá os pontos que já lhe foram atribuídos, e muitos terão sua pontuação aumentada.**

A Adufrj entendeu que "os critérios adotados pela Comissão tornaram a obtenção da pontuação máxima de 140 pontos algo excepcional, reservado a cerca de metade do corpo docente, enquanto outras universidades adotaram, corretamente, o critério de conceder a pontuação máxima para o docente que vem cumprindo normalmente seu plano de trabalho, aprovado pela instância competente da sua instituição".

O recurso mostra detalhadamente porque os seguintes procedimentos adotados pela Comissão são indevidos:

a) limitar a quantidade de pontos por tipo de atividade - como, por exemplo, o máximo de um livro (18 pontos) ou de 40 pontos para orientações em andamento;

b) não considerar pontos para a avaliação qualitativa das atividades de ensino - o ensino só é considerado quantitativamente e só há avaliação qualitativa das atividades de pesquisa e extensão;

c) ignorar os afastamentos dos docentes para realização de mestrado e doutorado - muitos docentes em formação foram avaliados como se fossem obrigados à mesma carga de trabalho dos não-afastados, e

d) ignorar o regime de trabalho, o cargo e a titulação do docente na atribuição de pontos - os pontos foram associados simplesmente às atividades, sem levar em conta as condições e qualificações dos docentes para executá-las.

Leia a íntegra do recurso coletivo na home-page

ASSESSORIA DO ANDES-SN TENTA IMPEDIR DESCONTO NO IMPOSTO DE RENDA

Os salários dos servidores públicos federais do mês de dezembro foram divididos em dois pagamentos. A primeira parcela (30%) deverá sair no dia 24 de dezembro, e a segunda (70%) está prevista para os dias 5 ou 6 de janeiro. A Assessoria Jurídica do Andes Sindicato Nacional entrou com mandado de segurança para impedir que a Segunda parcela do salário de dezembro incida no imposto de renda retido no pagamento do salário de janeiro. Caso a liminar do Andes não surta efeito, as seções sindicais deverão entrar com ações locais para evitar o desconto.

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 – Ilha do Fundão.
Cep: 21944/970 – Caixa Postal 68531.
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 590-4799 • Fax: 260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb 18190
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND
PRESIDENTE: ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE: ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE: PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO: JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA: REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
1º TESOUREIRO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND
- **COLÉGIO DE APLICAÇÃO:** SANDRA DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULATES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUKA (SUPLENTES)
- **ESCOLA DE BELAS ARTES:** PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- **ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY:** WALCYR DE BARROS
- **ESCOLA DE ENGENHARIA:** HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL SIMONI
- **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO:** OSWALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- **FACULDADE DE DIREITO:** AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- **FACULDADE DE LETRAS:** LEONOR WERNECK
- **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:** LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU
- **FACULDADE DE MEDICINA:** GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES) E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)
- **FACULDADE DE EDUCAÇÃO:** MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON
- **INSTITUTO DE PSICOLOGIA:** MARCOS AGUIAR DE SOUZA
- **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL:** SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO
- **NESC:** LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

Jornais da Adufrj–SSind publicados no período de 01/1997 a 12/1997.

16 de dezembro/96 a 6 de janeiro/97

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

24 meses sem reajuste salarial

Pauta de reivindicações da Andes-SN

A reunião do Setor das Federais realizada nos dias 29 e 30 de novembro, em São Paulo, aprovou a Pauta de Reivindicações da Data Base dos servidores públicos federais, que já foi protocolada pela Andes-SN no MEC.

1 - Política Salarial

1.1 - Reposição das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro/95, de 65,64%, segundo o ICV-Dieese;

1.2 - Reconhecimento da data base dos SPF de 01 de janeiro de 1997, segundo a Lei 7.706/98;

1.3 - Política salarial definida por regras que contemplem reposição pelo índice do ICV-Dieese, recuperação de perdas histórias e incentivo a atividades docentes;

1.4 - Incorporação da GAE ao vencimento no seu valor mais alto;

1.5 - Pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais.

2 - Autonomia, Democracia e Verbas

2.1 - Garantia da autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal;

2.2 - Carreira única, segundo proposta da Andes-SN para os docentes das Instituições de Ensino Superior, Ifes, já protocolada no MEC;

2.3 - Isonomia entre as Ifes;

2.4 - Garantia do financiamento público para as Ifes com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da Universidade para custeio e capital;

2.5 - Garantia de Verbas para o funcionamento e manutenção dos Hospitais Universitários no Orçamento do MEC.

A próxima edição do jornal da Adufrj circulará no dia 6 de janeiro de 1997

Câmara aprova patenteamento de sementes

No dia 31 de novembro, a Câmara Federal aprovou o Projeto de Lei 1.325-A/95, a Lei de Proteção aos Cultivares. Agora, empresas detentoras dos direitos sobre determinadas sementes passam a poder cobrar royalties. Além de privatizar sementes, a nova Lei trará o aumento dos custos de produção e dos preços dos alimentos. O PL segue agora para o Senado.

Agenda

Dia 17, em Fortaleza - Manifestação: Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores no Mercosul, em Fortaleza.

Dias 18 e 19 em São Paulo - Seminário do Ramo da Educação. Promoção: DNTE/CUT.

Aprovado projeto de trabalho precário

Por pequena diferença (213 a 191 votos, e nove abstenções) a maioria governista da Câmara Federal conseguiu aprovar no dia 4 o projeto sobre contrato por tempo determinado. O PL 1.724/96 é nefasto, por instituir contratos de até dois anos nos quais o FGTS se reduz a 2%, além de eliminar a multa de 40% por ocasião da demissão e estimula a ampliação da jornada semanal de trabalho.

Ao alterar a redação do artigo 49 da CLT, o projeto do Executivo permite a dispensa do adicional nas horas extras, desde que compensadas no prazo de 120 dias, ou pagas no fim do contrato. O PL ainda vai passar pelo Senado. Se aprovado, abre um enorme campo para o desmonte do sistema de contratos de trabalho por tempo indeterminado. Ao contrário do que afirma o Ministério do Trabalho, o projeto estimula ainda mais a taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, que já é escandalosa: em 1995 foi de 37,2%, cinco vezes a da Argentina, três vezes a do Japão e dos EUA.

CUT-Nacional: categorias em luta

Aeroviários, telefônicos, metroviários, trabalhadores do setor elétrico, dos correios, servidores públicos federais, das estatais e do setor privado reuniram-se no último dia 4 na CUT-Nacional, em São Paulo, para discutir suas campanhas salariais. Nas negociações em curso, é evidente a intransigência das estatais e das empresas privadas em conceder a reposição da inflação acumulada, assim como estão questionando e tentando retirar cláusulas adquiridas em outras convenções.

Discutiu-se a ausência de reajuste ao setor público desde janeiro de 1995, portanto, completando 24 meses de congelamento salarial. O governo FHC tem se mostrado intransigente e já divulga pela mídia que não haverá reposição das perdas pelo terceiro ano consecutivo.

Entre as conclusões do encontro, destacou-se a necessidade de intensificar a luta pela unidade das categorias. Enfatizou-se, também, o apelo por uma forte mobilização no próximo dia 17, principalmente nos estados próximos ao Ceará. Uma nova reunião foi marcada para o dia 30 de janeiro.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

O julgamento dos 28,86% pelo STF

Nos últimos dias a imprensa tem noticiado a iminência do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de ação na qual se discute o pagamento dos 28,86% aos servidores públicos civis da União, em decorrência da aplicação do princípio constitucional da isonomia entre civis e militares.

Ao contrário do que alguns órgãos da grande imprensa têm divulgado, a posição dos ministros do Supremo está bastante dividida, conforme informações de advogados que atuam naquela Corte, em processos idênticos. O processo em pauta é um mandado de segurança e não uma ação ordinária, motivo pelo qual os ministros decidirão, preliminarmente, o cabimento do tipo de procedimento adotado.

É claro que esta preliminar guarda, mesmo que indiretamente, relação com o mérito do processo, já que se avaliará a existência ou não de direito líquido e certo ao reajuste pretendido.

É necessário esclarecer que a decisão do STF não estende a garantia de receber imediatamente o pagamento dos 28,86% a todos os servidores, assegurando-o, tão somente, aos impetrantes daquele mandado.

No entanto, a repercussão da decisão no nosso processo é óbvia: se o julgamento for favorável, a tendência será obtermos êxito na ação interposta. Se for desfavorável, a tendência da maioria dos juizes Federais será de negar o pedido. De qualquer forma, ainda haverá um longo trâmite processual a ser seguido.

Aposentados devem optar

O professor que for chamado pela sub-reitoria de Pessoal a optar por uma das vantagens que estiver recebendo atualmente, deve redigir, no formulário da opção, como uma ressalva, o termo ao lado, sendo um forma de garantir a possibilidade de entrada em futuras ações judiciais em razão da perda de uma destas vantagens. Esta orientação visa ser apenas uma medida preventiva, pois ainda não há orientação por parte da assessoria jurídica para abertura de ações na Justiça.

Tendo em vista o corte uni-lateral promovido por esta Universidade em meus proventos, suprimindo o pagamento de minha rubrica ——— ——————— (acrescentar o nome e valor da rubrica que foi cortada) por entendê-la incompatível com a percepção da rubrica ——————— (acrescentar o nome e o valor da rubrica que foi mantida) e a determinação para que eu proceda a uma "opção" entre uma ou outra, venho solicitar o reestabelecimento da minha rubrica ——————— em detrimento da ——————— reservando-me o direito de questionar judicialmente a ilegalidade da supressão efetuada e da imposição desta "opção".

Reunião do Conselho de Representantes

Dia 16 de dezembro, às 17h, na sede da Adufrj

No ano que vem, 30 % da verba da taxa acadêmica vão ser distribuídos através de parcela fixa. E os 70 % restantes serão liberados mediante a criação de planos anuais de aplicação de recursos (até o dia 30 de janeiro), a serem fundamentados nos requisitos definidos pela Capes.

As propostas do seminário da Capes vão ser sistematizadas até janeiro e, segundo a organização do evento, estarão à disposição do público no endereço eletrônico da Internet: http://www.capes.gov.br

Teses medidas a quilo

A Capes promoveu em Brasília nos dias 4 e 5 de dezembro o Seminário Situação e Perspectivas da Pós-Graduação Brasileira, onde foram discutidas e elaboradas propostas para o IV Plano Nacional da Pós-Graduação, a serem implementadas nos próximos anos. Mas, se de fato isto virá a acontecer, ainda é muito cedo para concluir.

Isto porque, juntando algumas situações ocorridas durante o seminário - como a informação da mudança ocorrida na política de distribuição de recursos para 1997, já decidida - com o comprometimento do governo com os dogmas mercadológicos, tudo indica que o caminho da pós-graduação vai mesmo dar ênfase à produtividade em detrimento da qualidade e da possível aplicabilidade dos programas no desenvolvimento social e econômico da população brasileira.

Cerca de 400 pessoas estiveram no seminário, entre pró e subreitores de pós-graduação, coordenadores de programas de pós, representantes de conselhos superiores e 21 representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A participação do governo limitou-se à abertura do evento, quando o ministro Paulo Renato discorreu sobre o provão, e ao final, com o discurso do presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, agradecendo a participação de todos.

O encontro foi dividido em sete grupos temáticos, subsidiado pelos textos encomendados pela Capes a acadêmicos de algumas universidades do país - Evolução da Pós-graduação; Formação de Recursos Humanos, Pesquisa e Mercado; Integração da Graduação com a Pós-graduação; Qualificação do Corpo Docente; Avaliação; Expansão das Áreas e Concentração Geográfica; e Financiamento da Pós-graduação. Os trabalhos se iniciaram com a defesa do texto pelo autor, seguido de debate e elaboração de relatórios das questões consensuais, que foram levadas à plenária final, no último dia.

Financiamento e articulação com a produtividade

O grupo de financiamento, pode-se dizer, foi o grupo das exceções, houve uma sucessão de fatos curiosos. A começar pela ausência do professor da UFMG, Jacques Schwartzman - o único entre os autores dos textos encomendados pela Capes a não comparecer. Em seu trabalho estava a proposta de instituição de um sistema de crédito para os graduados com o fim das bolsas da pós-graduação.

Considerado um dos mais importantes, o grupo, que já havia discutido durante toda a manhã as polêmicas propostas do professor, foi surpreendido no meio da tarde com a chegada de uma nova versão do texto de Schwartzman, recheado de novos dados para corroborar teses como a de transformar as bolsas em crédito educativo, e o de financiar os centros de excelência com estes recursos, propostas bastante articuladas com o atual discurso do MEC.

De acordo com a nova versão do documento do professor da Federal de Minas, o valor de um mês de uma bolsa de pós-graduação sustenta durante um ano um aluno de ensino fundamental. O mesmo argumento é utilizado pelo governo federal quando tira recursos do ensino superior sob pretexto de que a prioridade é o ensino fundamental, mas que na prática, através de emenda à Constituição, reduz o gasto com o aluno de primeiro grau da rede municipal de uma média nacional de R$ 700 a R$ 800 para minguados 300 reais.

Além de ninguém se levantar em defesa das idéias de Schwartzman, o sub-reitor de pós-graduação da UFMG, um dos participantes do grupo, ainda relatou que, de acordo com seminário interno realizado naquela universidade, as posições da instituição são contrárias às propostas de Schwartzman.

Outra curiosidade neste grupo foi a presença de um representante da Capes, o que não ocorreu nos outros grupos, que pediu um

Situação e Perspectivas da Pós-Graduação Brasileira foi o tema do seminário promovido pela Fundação Capes, que reuniu mais de 400 docentes e pesquisadores envolvidos com o ensino de pós-graduação no país. Pela primeira vez, os estudantes participaram de um encontro promovido por uma entidade de fomento, através da representação da Associação Nacional dos Pós-Graduandos e de 21 APGs de várias instituições de ensino superior.

Na UFRJ, o movimento de pós-graduandos, representado por uma comissão Pró-APG da UFRJ, vem se articulando com a Adufrj, no sentido de promover discussões públicas sobre questões relativas ao financiamento e à avaliação da pós-graduação e sua interface com uma política para o desenvolvimento social, cultural e econômico e com um projeto democrático de aplicação dos recursos nas universidades brasileiras.

"Eu espero que na hora em que eles forem tomar as próximas decisões, levem em consideração o que foi debatido lá",

aparte para transmitir alguns esclarecimentos e duas mudanças significativas na política de distribuição de recursos da pós-graduação já para 1997.

"Não está se diminuindo os recursos, está se mudando a política de distribuição, com a lógica de saber o que vai se fazer com os recursos. Os cursos têm que dizer como vão utilizá-los, depois a Capes vai poder avaliar como eles foram usados e dar continuidade ou cortá-los. Será a competição entre os melhores projetos".

Segundo relatou o representante da Comissão Pró-APG da UFRJ, Marcelo Brás, um dos participantes deste grupo, serão elaborados critérios para formalizar o balizamento de distribuição dos recursos a partir da criação de valores de referência, fundamentados em pontos, como dimensão do curso, dimensão da área etc.

Mudanças já em 97

A primeira mudança anunciada foi em relação às taxas acadêmicas, que não serão mais distribuídas para instituições privadas. Ou seja, as particulares não terão mais direito à cota de um terço do valor de cada bolsa que hoje se destina à conta geral do programa de pós-graduação da instituição, e que são vinculados à pesquisa do bolsista. O restante dos recursos da taxa acadêmica vão para custeio e investimento.

Outra mudança é que, no ano que vem, 30% da verba da taxa acadêmica vão ser distribuídos através de uma parcela fixa. E os 70% restantes só serão liberados mediante a criação de planos anuais de aplicação de recursos (até o dia 30 de janeiro), a serem fundamentados nos requisitos definidos pela Capes, que então avaliará quem poderá se beneficiar dos recursos oficiais.

À pergunta de um dos presentes sobre o sentido daquele seminário diante do fato das políticas para 97 da pós-graduação, já terem sido elaboradas pela Capes, o representante da Capes respondeu que "esta discussão é extremamente válida, já que vocês são a inteligência nacional, que pensam a pós-graduação. Possivelmente, algumas propostas tiradas aqui serão para 1998, 99, ano 2000"...

Estudo

Para o professor da Engenharia Elétrica da UFRJ, Edson Watanabe, que participou do seminário representando o sub-reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, Marcos Palatnik, e integrante do grupo Expansão das Áreas e Concentração Geográfica, o seminário da Capes, e em especial a plenária final, foi "pouco produtivo e difícil de acompanhar" devido ao excesso de documentos a serem lidos.

Segundo Watanabe, para se construir um plano nacional para a pós-graduação, seria necessário a participação de outros órgãos e outras entidades envolvidas, como outros ministérios, o CNPq e a Finep, por exemplo. "Este subsídio é o que saiu do meio acadêmico. Se o governo tem áreas estratégicas, isso não apareceu lá". Ou seja, quem vai implementar e quem vai pagar, não estava lá. "Eu espero que na hora em que eles forem tomar as próximas decisões, levem em consideração o que foi debatido lá", concluiu.

A Coordenadora do GTPE da Andes-SN, Graça Bollmann, apresentou as vinculações da política do MEC e da Capes com as propostas privatizantes do Banco Mundial para o ensino superior nos países da América Latina, a exemplo do Chile e da Argentina

Adufrj e pós-graduandos discutem financiamento

Na semana anterior ao seminário da Capes, a Adufrj e a Comissão Pró-APG/ UFRJ promoveram um encontro na Escola de Serviço Social, onde foram debatidos o financiamento e a avaliação dos programas de pós-graduação. A professora e diretora do IFCS Yvonne Maggie falou sobre o texto de sua autoria, que foi um dos documentos-base para o seminário da Fundação do MEC.

Como a SR2 não mandou representante - o sub-reitor, professor Marcos Paltinik foi convidado mas alegou não poder participar e nem mandou um representante da UFRJ ao debate promovido pelos movimentos.

Sem esconder sua apreensão com a receptividade dos movimentos em relação a sua tese e as demais teses apresentadas pela Capes, a professora disse que o acesso dos segmentos sociais menos privilegiados às instituições acadêmicas não se deu, na realidade, de uma forma democrática. O chamado processo de democratização do ensino superior da década de 60 veio acompanhado de um reforço na hierarquia das carreiras, fenômeno que estaria se intensificando com o processo de globalização.

Para ela, o financiamento chega aos cursos e consequentemente aos programas de pesquisa de acordo com o status social da profissão a qual estão vinculados. "Quanto maior o prestígio social das carreiras, e sua inserção no mercado, maior a possibilidade de verbas", disse citando o exemplo das faculdades de medicina.

Quem ficou com a parte menor bolo são as unidades que se dedicam aos cursos que formam professores de 1º e 2º graus, que são o que, não por coincidência, recebem os estudantes das classes menos favorecidas econômica e culturalmente.

O debate contou com a participação da diretora e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Políticas Educacionais da Andes-SN, Maria Graça Bollmann e da Coordenadora Geral da ANPG, Elvira Maria Soares.

Depoimento: Maria da Graça Bollmann

Vemos agora um plano nacional de capacitação docente que reforça os centros de excelência. Mas nós não podemos esquecer que o dinheiro público que está sendo investido nestes centros é de uma ordem muito alta. Na Universidade de Brasília, por exemplo, foram liberados 1.500.000 reais para a criação de um centro de pesquisa para a formação de atletas com vistas à próxima olimpíada e provavelmente à de 2004. Eu estive em um debate, em um Congresso Nacional de Educação Física, aonde este fato foi denunciado como um absurdo de desvio do dinheiro da formação. Quando a Andes-SN defende um padrão de qualidade, nós defendemos não os centros de excelência, mas que as universidades de qualquer parte do país, seja norte, sul, leste ou oeste tenham a possibilidade de manter o mesmo padrão de ensino superior, e, também, no que diz respeito à qualidade e ao financiamento e investimento público. Por que não é diferente, realmente, o direito inalienável à educação pública e gratuita em todos os níveis a todos os cidadãos brasileiros, seja de que parte do país forem. Então, esta questão da racionalidade do mercado colocada também na educação, onde o saber vira uma mercadoria igual as outras, onde compra quem pode comprar, está embutida nesta política dos centros de excelência, que cria uma exclusão não só de determinadas regiões, mas também de determinadas áreas do conhecimento.

Programe-se

A revista Ciência Hoje vai divulgar, em primeira mão em todo o mundo, a versão original do manuscrito original que o físico Albert Einstein redigiu quando esteve no Brasil, em 1925. Dia 18 de dezembro, às 9h, no Hotel Glória. Confirmação de presença pelo telefone 295-4442.

Assembléia Geral da Adufrj

Dia 16 de dezembro, das 15h às 17h,
Auditório do CCMN - (Roxinho)

Pauta

1) Mandado de Segurança preventivo para a ação do abono de férias
2) Escolha de delegados para o XVI Congresso da Andes-SN
3) Campanha da Data-Base

DEBATE

Crise e Perspectivas da Universidade Brasileira

Octavio Ianni

Professor de Sociologia da Unicamp

Emir Sader

Professor de Sociologia da USP/Uerj

Roberto Romano

Professor de Filosofia Política da Unicamp

Dia 17 de Dezembro, às 15 horas
Auditório 93 da Uerj

6 a 12 de Janeiro/97

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

2 anos sem reajuste salarial

Associados da Adufrj receberão abono de férias

O Juiz Augusto Guilherme Diefenthaeler, da 14ª Vara Federal aceitou o pedido de liminar da Adufrj , que obriga a UFRJ a pagar o abono pecuniário, ou seja, a compra de um terço das férias dos docentes que o requereram, em outubro do ano passado. A decisão vale apenas para os docentes associados à Adufrj.

O mandado de segurança coletivo foi necessário, já que a subreitoria de Pessoal da UFRJ, consultada pela Adufrj, informou que o pagamento do abono aos docentes que remarcaram suas férias para janeiro de 97 não seria feito pelo Mare, que alegava não existir mais o direito à conversão.

Em novembro de 1995, o presidente Fernando Henrique assinou uma medida provisória (MP 1.195) alterando o RJU de forma a proibir que os servidores transformassem os 1/3 dos dias de férias em pecúnia. Em janeiro do ano passado, a Andes Sindicato Nacional também ganhou liminar na Justiça garantindo o direito aos docentes que haviam requerido suas férias até o dia da expedição da MP.

A referida MP foi reeditada em 22 de novembro de 96, agora sob o novo número 1.480-24. A Assessoria Jurídica da Adufrj, ao tomar conhecimento da reedição, entrou com o pedido de liminar com base no Plano Único de Retribuição de Cargos e Empregos, o PUCRCE, o plano de cargos e salários do professor das universidades públicas federais. Pelo Artigo 39 do Plano, fica assegurado ao servidor "a opção de converter em pecúnia um terço de suas férias".

Mesmo alterando o RJU, com a edição e reedição de MPs, o governo federal não atingiu o PUCRCE. Este foi o entendimento da Adufrj, acatado em 1ª instância pela Justiça Federal e que deverá garantir aos docentes o direito conquistado no Regime Jurídico Único e afirmado em seu Plano de Cargos e Salários.

A liminar da Adufrj garante, também, o retorno às atividades na data inicialmente marcada para o final das férias, considerando-se o período vendido.

Segundo informou a subreitora de Pessoal, Maria Augusta Temponi, o pagamento dos professores que já estão de férias só será efetuado em fevereiro, junto com o salário de janeiro. (A folha de dezembro já estava fechada quando a liminar foi concedida).

Rápidas

MEC impõe reitor

Sob alegação de ilegalidade, o MEC devolveu no dia 20 de dezembro ao Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto a lista tríplice com os nomes dos indicados para reitor da Ufop. Três dias depois, o presidente da República nomeava, através de Ato publicado no Diário Oficial da União, para reitor *pro tempore* da Ufop, o professor Antônio Bandeira, ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa, num flagrante desrespeito à autonomia da universidade, à comunidade universitária e à vida democrática da instituição.

Câmara aprova LDB do governo

Numa sessão autoritária e truculenta da Câmara dos Deputados, foi aprovada no dia 17 de dezembro a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) do governo, com 349 votos a favor, 73 contrários e 04 abstenções.

Apesar de toda a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e da intensa distribuição de cartazes, adesivos e conversações com as lideranças dos partidos, não foi possível sensibilizar os parlamentares para a necessidade de se adiar a votação, na perspectiva de possibilitar o conhecimento do conteúdo e a discussão do parecer do relator José Jorge (PFL-PE).

O procedimento adotado para a votação dessa Lei permitiu que todo o trabalho político do Fórum realizado nos últimos oito anos, na construção e tramitação de uma LDB democrática, fosse autoritariamente desconsiderado. O que exigirá, mais do que nunca, um trabalho de denúncia, resistência e organização na defesa dos princípios historicamente construídos para a Educação Brasileira.

Aposentados

Foi realizado nos dias 15 e 16 de dezembro, em Brasília, o IV Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria da Andes-SN. No evento foram trabalhadas basicamente questões relacionadas à defesa dos direitos de aposentadoria através de ações políticas e jurídicas (neste caso, os participantes detiveram-se na análise da postura subserviente do poder judiciário em relação ao executivo), a desvinculação de salários entre ativos e inativos, a criação de fundos de pensões, a retirada dos aposentados da folha de pagamento das Ifes e a relação dos docentes aposentados com as instituições universitárias.

O Encontro, na avaliação dos participantes, foi considerado excelente, não só em decorrência das discussões ocorridas como também, e principalmente, pelo alto nível dos palestrantes que apresentaram análises qualificadas sobre as questões referidas.

Certamente, os encaminhamentos formulados fornecerão subsídios para consolidar a posição do Movimento Docente sobre o assunto aposentadoria.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Luis Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Coopera propõe avaliação interna e externa

A Comissão Permanente de Avaliação (Coopera) da UFRJ lançou em dezembro o seu projeto de Avaliação Instituicional, que está sendo distribuido pela SR-1 para as Unidades e departamentos. A subreitora de graduação, Neide Felisberto, espera que as unidades examinem o projeto e enviem suas colaborações para que a reitoria consiga viabilizar até novembro deste ano uma avaliação interna e externa da UFRJ.

O documento foi encaminhando a cada diretor de Unidade, com um roteiro de sugestões e indicadores para que se promovam auto-avaliações em todas elas e softwares para sistematizar estas informações, além de um conjunto de gráficos e tabelas com informações específicas de cada Unidade - juntando dados como por exemplo, a média percentual nacional por carreira, acompanhamentos temporais de alunos ativos e distribuição de docentes por titulação. O projeto da Coopera está à disposição dos interessados na sede da Adufrj.

Adequando critérios formulados na UFRJ aos indicadores do Paiub (Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras), a Coopera elaborou um roteiro de avaliação institucional com sete etapas e propõe doze questões avaliativas gerais - como por exemplo se a estrutura e a prática administrativa favorecem as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFRJ.

No documento, a Comissão também aponta a questão salarial e a descontinuidade nas ações administrativas como alguns dos temas que fundamentam o processo de avaliação pretendido. E se baseia no modelo de avaliação de docentes pelo corpo discente, implantado em 92, numa associação do CCMN com o CT, como o ideal a ser adotado.

Por ele, o estudante, no momento de fazer seu plano de estudo, preenche um questionário sobre pontualidade, assiduidade, satisfação, aproveitamento, entre outros critérios, para avaliar a atuação docente.

Só os professores teriam acesso a sua avaliação pessoal. Mas, ao contrário do que descreve o documento, este sistema vem sendo paulatinamente desativado na UFRJ.

Cronograma

De acordo com o cronograma estipulado, cada Unidade tem até o dia 20 de março para corrigir, complementar e enviar os seus dados à Comissão, já que os gráficos e as tabelas utilizadas no documento foram baseados em números desatualizados. E até o dia 12 de junho para que entreguem os seus relatórios de auto-avaliação, porque de julho a setembro, será realizada a avaliação externa da UFRJ, embora ainda não esteja definido de que forma e por quem será feita.

Programa de Tutoria

Os alunos de pós-graduação inseridos no programa de tutoria da UFRJ trabalharam durante todo o segundo semestre de 1996 sem receber suas bolsas. No primeiro semestre letivo a situação não foi diferente; as bolsas também foram pagas após o término do semestre.

Diante da única resposta obtida pelos inúmeros tutorandos que procuraram a SR-2 em busca de esclarecimentos, que não havia previsão para o pagamento porque a universidade não tinha verba para efetuá-lo, a Comissão Pró-APG da UFRJ procurou, no dia 19 de dezembro, o subreitor de Patrimônio e Finanças, Marcos Façanha para tentar resolver a questão.

Em um amplo esclarecimento sobre o orçamento da universidade, o professor Façanha disse que a falta de verba para o pagamento já havia sido prevista desde o início de 96, e que todos os conselhos da universidade haviam sido advertidos pela reitoria. Por último, o professor afirmou que os atrasados serão pagos em janeiro, com verba do orçamento de 97. A previsão é de que o pagamento saia ainda esta semana.

A comissão Pró-APG deverá encaminhar ao Cepg um documento propondo que o programa de tutoria seja desenvolvido com responsabilidade e compromisso pela universidade. Mais do que um programa de formação de pós-graduandos, em muitas Unidades a tutoria tem sido usada para suprir a falta de professores. Os tutorandos acabam sendo, de fato, os únicos responsáveis pelo curso ministrado, sem o acompanhamento de seus tutores.

Essa apropriação diferenciada do programa de tutoria pelas diferentes Unidades somada à advertência feita pela SR-3 no início do ano passado, de que não haveria verba para as bolsas, deixa a nós, os tutorandos, as seguintes questões para reflexão e discussão:

Por que não fomos também advertidos quando ao fato de que poderíamos ficar sem receber, no meio do ano de 96?

E será que atrelada à sonegação desta informação está a intenção de sermos utilizados como mão de obra barata no suprimento da falta de professores na universidade?

É por essas e outras que os pós-graduandos reivindicam mais transparência e responsabilidade com o programa de tutoria.

Comissão Pró-Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

17 de dezembro foi a data escolhida pelos movimentos sociais como Dia Internacional de Luta contra o Neoliberalismo. Neste dia, os governantes dos países latino-americanos se reuniram em Recife para discutir os rumos do Mercosul .

Andes debate a crise na universidade brasileira

A Andes-Sindicato Nacional, em conjunto com a Adufrj e a Associação de Docentes da UFF, promoveu na Uerj, no dia 17 de dezembro, data escolhida pelos movimentos sociais como marco da luta contra o neoliberalismo, uma mesa redonda com os professores Octavio Ianni e Roberto Romano sobre a crise e as perspectivas da universidade brasileira.

Roberto Romano é professor titular de Filosofia Política da Unicamp e há tempos se dedica ao estudo das relações de poder no interior das instituições acadêmicas. Octavio Ianni é doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Sociologia da Unicamp e esteve recentemente nas páginas dos jornais, expondo opiniões nada confortavéis para quem vivencia o cotidiano universitário.

O debate com os professores contou com a participação de um grupo que mesclou docentes e estudantes, interessados em questionar o papel social da universidade e reorganizar uma nova agenda que recupere o trabalho coletivo no interior das instituições.

A íntegra do debate será publicada no próximo número (12) da Revista Universidade e Sociedade, editada pela Andes-Sindicato Nacional, a ser lançada em fevereiro, durante o seu XVI Congresso, em João Pessoa (PB). Esta edição, assim como as anteriores, poderá ser comprada na sede da Adufrj, a partir de março.

"É necessário que as universidades recuperem uma voz coletiva e se unam à luta social"

Ianni

Romano

"Hoje, no Brasil, nem sequer existe o simulacro de soberania e lei. Os que se colocam nos postos executivos, e seus auxiliares, tudo fazem para "flexibilizar" direitos dos povos e dos indivíduos, cumprindo ordens de técnicos sem rosto e sem alma. Estes técnicos, como os reis e ministros do absolutismo, não respondem diante de ninguém.

Ano IV
21 de Janeiro a
2 de fevereiro/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

2 anos sem reajuste salarial

Assembléia Geral

Estará sendo realizada Assembléia Geral (AG) da Adufrj no dia 5/2/97, das 14:00 às 17:00, na sala Anísio Teixeira da Faculdade de Educação, no *campus* da Praia Vermelha. A pauta da AG conterá, pelo menos, os seguintes pontos:

1) transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN;
2) campanha da data-base, e
3) participação da Adufrj no XVI Congresso da Andes-SN.

O Conselho de Representantes da Adufrj estará reunido na quinta-feira, 23/1/97, das 14:00 às 17:00, na sede da Adufrj, com a seguinte pauta:

1) transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN;
2) avaliação da conjuntura;
3) planejamento de atividades da Adufrj em 1997, e
4) preparação da Assembléia Geral de 5/2/97.

Os delegados da Adufrj ao XVI Congresso da Andes-SN, eleitos na AG de 16/12/96, estarão reunidos na quarta-feira, 22/01/97, e na quinta-feira, 06/02/97, das 14:00 às 17:00, na sede da Adufrj, para estudar e debater os temas do Congresso e assim preparar uma boa participação da delegação.

As reuniões são abertas à participação de todos.

Incêndio põe em risco estudantes

Páginas 3 e 4

ABONO

A Subreitora de Pessoal e Serviços Gerais da UFRJ, professora Maria Augusta Temponi, informou à Adufrj que o Mare criou a rubrica relativa ao pagamento da conversão de um terço das férias (abono pecuniário), e que os valores relativos aos docentes que fizeram essa opção já foram enviados ao Mare para inclusão na folha de pagamento de janeiro. O pagamento vai ser feito devido à liminar em mandado de segurança obtida pela Adufrj no final do ano passado e atinge todos os docentes associados à Adufrj que fizeram a opção.

Alguns professores foram impedidos, na época do preenchimento da escala de férias, de fazer aquela opção. A assessoria jurídica da Adufrj está estudando o caso e avaliando as possíveis medidas judiciais adicionais que poderão ser adotadas. Os professores que se sentirem prejudicados nesta questão devem procurar a sede da Adufrj para comunicar o fato.

Editorial

Rumo à Seção Sindical

A transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN tem sido uma preocupação do movimento docente na UFRJ nos últimos anos. O atual estatuto da Adufrj, que a caracteriza como uma associação (e não um sindicato), foi elaborado durante a ditadura militar, quando os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizar. A história das associações de docentes (AD's) das outras universidades públicas foi semelhante. A própria Andes-SN, que hoje é o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior foi fundada, em fevereiro de 1981, também como uma associação (a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Andes). Só em novembro de 1988, estando já em vigor a Constituição de 1988, que assegurou o direito à sindicalização dos servidores públicos, é que a Andes, num Congresso Extraordinário realizado no Rio de Janeiro, se constituiu como um sindicato nacional, e as então existentes AD's de âmbito local assumiram o papel de seções sindicais da Andes-SN, prerrogativa transitória assegurada pelo estatuto do sindicato. De lá para cá, 80 das 95 AD's de todo o país filiadas à Andes-SN já se transformaram efetivamente em seções sindicais. As AD's que ainda não o fizeram, como é o caso da Adufrj, continuam gozando de "prerrogativas de seções sindicais", concedidas pelo estatuto da Andes-SN nas suas disposições transitórias.

É graças a esta concessão que os docentes associados à Adufrj são automaticamente sindicalizados à Andes-SN, podendo ser por ela representados, administrativa, política e juridicamente. Esta representação é feita, na prática, localmente, pela própria Adufrj, que recebe procuração da Andes-SN para tal.

Esta situação, isto é, a Adufrj não ser sindicato mas atuar como tal, tem trazido várias dificuldades. Por exemplo, o governo está cobrando R$0,40 por docente pelo desconto em folha de pagamento da mensalidade da Adufrj, por interpretar que não somos entidade sindical e portanto não temos direito à isenção dessa cobrança, prevista na Medida Provisória que a instituiu.

Os problemas acarretados por esta situação tendem a ser muito maiores. Uma das principais orientações estratégicas da política neoliberal do governo FHC é enfraquecer e destruir os sindicatos. Sua tentativa de quebrar a unidade dos professores universitários está em curso: projeto de autonomia do MEC, carreira específica por universidade, núcleos de excelência etc. Não podemos descuidar neste momento das questões jurídicas, pois qualquer debilidade nossa nesse campo será certamente usada pelo governo contra nós. Por isso, torna-se urgente tomar as providências necessárias à transformação da Adufrj em seção sindical da Andes-SN.

Em março de 1995, a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj colocaram a questão da transformação em discussão, formando uma comissão que elaborou uma proposta de regimento para a futura Seção Sindical. Em 26 de abril daquele ano, data em que a Adufrj completou 16 anos, foi lançada a campanha Rumo à Seção Sindical. Na ocasião, foram distribuídos folhetos explicativos e a proposta de regimento foi enviada para os professores. Várias sugestões de mudanças na proposta foram recebidas.

Infelizmente, a conjuntura estava bastante adversa. O governo FHC estava começando a implantar suas reformas liberais, a desmobilização dos docentes era uma incômoda realidade e a Adufrj enfrentou grandes dificuldades com o processo sucessório. Tudo isto contribuiu para a interrupção da discussão. A diretoria, em final de mandato, concentrou seus esforços na luta pela preservação da entidade, priorizando o processo sucessório, e decidiu deixar o prosseguimento da campanha para uma ocasião mais propícia.

A diretoria atual da Adufrj entende que essa ocasião é agora. A proposta de regimento elaborada em 1995 está sendo republicada nesta edição. O assunto estará em pauta na próxima reunião do Conselho de Representantes, em 23/1/97, e na Assembléia Geral de 5/2, na qual será apresentada uma proposta de calendário para a transformação, que será elaborada a partir da verificação cuidadosa de todos os aspectos envolvidos na questão. A diretoria quer simultaneamente agilizar o processo e garantir a ampla discussão pelos docentes da UFRJ das propostas apresentadas. Toda a ajuda nesse sentido será plenamente bem vinda.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Luis Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Incêndio mobiliza estudantes do alojamento

Na madrugada do dia 25 de dezem-bro provavelmente um curto-circuito atingiu a tomada onde estava ligada a televisão do quarto 204 na ala feminina do alojamento da UFRJ. O fogo se espalhou pelas dependências vizinhas, chegando também aos andares de cima. Se não fosse a ação dos vigilantes noturnos, que rapidamente retiraram da área os botijões a gás utilizados pelos estudantes para cozinhar, certamente o incêndio teria gerado danos ainda maiores.

Só a perícia poderá confirmar as causas do incêndio e o prazo estipulado pela polícia para divulgação do laudo é de dois meses. Mas, com as cinzas da noite de Natal, o incidente trouxe à tona um assunto que se encontrava latente entre os moradores, a política administrativa do alojamento.

Apagadas as chamas, nove quartos foram atingidos, sendo três de forma irremediável, com suas moradoras tendo perdido todos os seus pertences, entre computador, objetos pessoais, roupas e teses e arquivos de cinco anos de vida acadêmica. E a necessidade de discutir a representação dos 484 moradores do alojamento tornou-se preeminente.

Embora o prédio esteja em obras há dois anos, o incêndio já era previsto pelos estudantes, devido ao estado de conservação do alojamento, com rachaduras, infiltrações, fiações à mostra etc.

"Este incêndio veio provar que as obras eram mesmo de maquiagem. Eles colocaram privadas novas mas não trocaram o encanamento. Vivia entupindo", como disse o estudante João Arlindo, integrante de uma comissão de quatro moradores que, na segunda semana de janeiro, procurou a Adufrj para pedir apoio as suas reivindicações por melhorias na estrutura e organização do alojamento. E pelo ressarcimento, por parte da reitoria, dos prejuízos sofrido pelos alunos com o incêndio. Uma pauta extensa.

Deixando claro que não eram representantes oficiais dos moradores, os estudantes começaram falando das atuais condições de segurança do prédio, que não possui saída de emergência nem extintores de incêndio adequados - o fogo na parte elétrica foi apagado com água. Questionaram também a política atual da reitoria com o alojamento, ou a falta dela, para desembocar, ao final do encontro, no tema principal, a organização dos moradores.

A cobrança que os estudantes residentes no alojamento costumam sofrer em suas Unidades também foi motivo de muitas reclamações. Pelo que relataram, as comissões de orientação e acompanhamento acadêmico costumam ser bem mais rigorosos com os moradores do alojamento. Às vezes, chegam a exagerar na discriminação. Elias Epaminondas da Silva, do curso de Meteorologia, disse que, de uma forma geral, estes alunos são obrigados a manter o CR acima da média do curso, porque, caso contrário, perdem o direito ao benefício da moradia na universidade. A resolução 05/89 do CEG, em seu artigo 1º, diz que só será passível de cancelamento do benefício o aluno que obter coeficiente de rendimento inferior a três, por três períodos regulares consecutivos.

Outro problema levantado pelos estudantes é o de identificar os moradores-fantasmas do alojamento e evitar que alguns recebam o benefício da bolsa - que todos os moradores têm direito, no valor de R$ 240,00 - apesar de não residirem efetivamente lá. Chegaram também a sugerir a criação de uma campanha educativa para a conservação e melhoria das instalações do prédio.

Mas a grande questão foi mesmo a organização. De acordo com a estudante Ana Cristina Tonini, desde 1992, quando o então reitor Nelson Maculan acabou com o bandejão e proibiu a participação dos estudantes no processo de seleção de novos moradores que não há repre-

sentação dos estudantes no alojamento.

Hoje, além de não terem ingerência alguma nas decisões relativas ao alojamento, estão submetidos à resolução 07/92 do CEG que dispõe sobre as "normas de concessão e renovação do benefício do alojamento universitário da UFRJ". Que eles contestam, principalmente no que diz respeito aos critérios de permanência nos quartos, do prazo médio de conclusão do curso e quanto aos filhos e agregados.

As obras

Vera Lúcia Aguiar, diretora do alojamento, disse que a reitoria vai cobrir todos os prejuízos sofridos pelos alunos com o incêndio. E em relação às obras, Vera afirmou que o reitor decidiu fazê-las por etapas, pois "há uma dificuldade muito grande devido à presença dos estudantes. Você não pode pegar uma firma particular e colocar aqui dentro. Todas as firmas que antes fizeram obras aqui trouxeram problemas como o de mexer nas coisas dos alunos, embora não tenha sumido nada até hoje. Mas o alojamento nunca esteve tão bem conservado como agora", disse.

Em um ano, segundo ela, foram feitas toda a parte hidráulica do alojamento, com a troca dos encanamentos, e a parte elétrica de 120 quartos. Os trabalhos são de inteira responsabilidade da direção do alojamento, inclusive na contratação dos trabalhadores e na fiscalização da obra.

"O que estamos fazendo é apenas trocando todo o encanamento, por isso não precisa do acompanhamento de engenheiros", explicou Vera. A equipe que atualmente trabalha nas obras do alojamento é formada por um funcionário da universidade - que acompanha os trabalhos - e nove autônomos, entre bombeiros e pedreiros contratados.

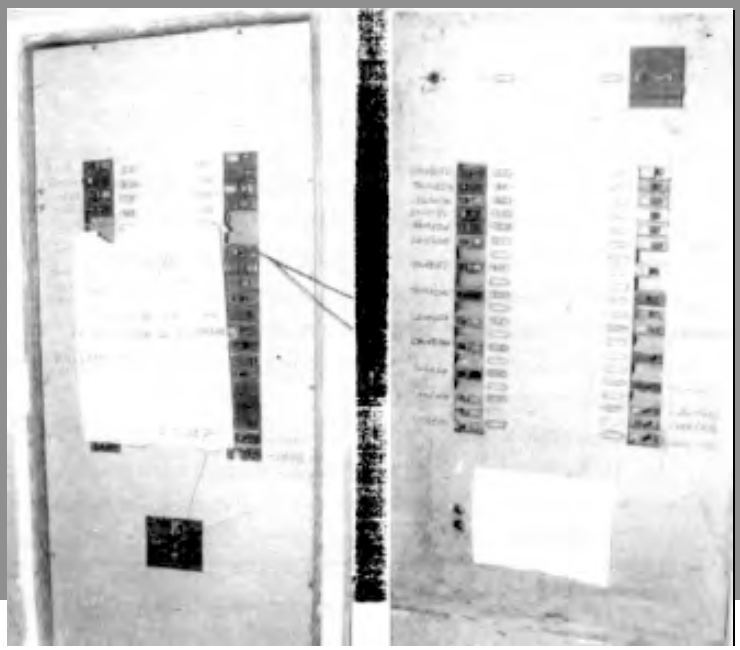
DCE

O coordenador de Assistência estudantil do DCE, Tiago Fontes Saboga, disse que "durante o ano passado inteiro nós tentamos organizar debates lá e fazer uma discussão ampla sobre o papel do alojamento. Sobre o que representam as resoluções do CEG. O nosso projeto para este ano é justamente formar uma coordenação do alojamento - mas tem que ser eleita, para que tenha representatividade e ocupe o seu espaço, ao menos dentro do DCE - e tentar construir um projeto completo, que contemple a discussão sobre a estrutura do alojamento, a seleção de entrada, o bandejão e a renovação".

O quarto 206 da ala feminina do alojamento ficou completamente destruído

Atualmente, segundo Tiago, já existem alguns grupos de moradores realizando um levantamento das condições do alojamento, e discutindo sobre o que se quer dele.

A expectativa do coordenador do DCE é a de que os estudantes tenham ainda nas férias um mapeamento mais claro da situação atual para, a partir de março, começar a buscar soluções. "Soluções que vão ser necessariamente de confronto com a reitoria, na medida que eles só fazem obras superficiais no alojamento. Esperamos uma participação grande dos estudantes". Para ele, é fundamental que esta representação seja escolhida pelos moradores. "Tendo uma coordenação eleita, independente de ter o mesmo projeto que o DCE, as coisas ficam mais claras, fica mais fácil lidar. Isto deve começar a ser feito a partir de março".



Os quadros de dijuntores da ala feminina do alojamento são uma mostra das condições de segurança do prédio. O da esquerda fica no 2º andar, bem em frente ao quarto onde o incêndio começou

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Proposta de regimento para a ADUFRJ - Seção Sindical

Esta é a proposta de regimento da comissão formada por membros da diretoria e do conselho de representantes da Adufrj em 1995. Este texto foi publicado em abril daquele ano e naquela época foram apresentadas algumas sugestões e emendas. Estamos republicando a proposta para retomar o processo de transformação em seção sindical. leia, avalie e mande suas sugestões para a sede da Adufo. Na Assembléia Geral de 5/2/97, aprovaremos o calendário do processo, inclusive o prazo final para apresentação das propostas.

PROPOSTA DE REGIMENTO GERAL

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical (Adufrj-SSind) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior(ANDES-SN)

TÍTULO 1
DA ORGANIZAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art.1- A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical (ADUFRJ-SSind) do Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior(ANDES-SN),fundada em 26 de abril de 1979 como Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constituiu-se em ADUFRJ-Seção Sindical da ANDES-SN a partir de..... por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados.

§. 1º - A Adufrj-SSind, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, de duração ilimitada, tem sua sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do No de Janeiro.

§.2º - A Adufrj-SSind, instância deliberativa da ANDES-SN, é a entidade representativa dos direitos e interesses trabalhistas e profissionais, em juízo ou fora dele, dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em atividade ou aposentados.

§.3º - A Adufrj-SSind será regida por este Regimento, aprovado em assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, respeitando o Estatuto da ANDES-SN,

§.4º- A Adufrj-SSind tem autonomia política, administrava, patrimonial e financeira garantida pelo art.44, § 2, do Estatuto da ANDES-SN.

Art.2- A Adufrj-SSind é uma entidade democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, autônoma a independente em relação ao Estado o às administrações da UFRJ.

Art.3- A Adufrj-SSind tem por objetivo básico organizar sindicalmente as docentes da FRJ gozando, para tanto, das prerrogativas sindicais asseguradas na Constituição Federal, inclusive a de representação dos interesses dos docentes ligados à sua base territorial, em juízo ou fora dele, sobretudo na qualidade de substituto processual.

Art.4- A Adufrj-SSind tem ainda os seguintes objetos:

I- defender os direitos e interesses profissionais e trabalhistas dos docentes da UFRJ;

II- representaras interesses dos seus sindicalizados na UFRJ, bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial;

III- lutar por melhores condições de trabalho para todos os docentes da UFRJ;

IV- defendera educação como um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades da população, e assegure o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

V- lutar pela gestão democrática nas instituições de ensino superior;

VI- defender o princípio de Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VII- analisar a política educacional, científica e cultural brasileira e sobre ela manifestar-se;

VIII- promover estudos visando o aprimoramento do ensino superior e de sua articulação com os demais níveis de ensino;

IX- buscar a interação das entidades representativas de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos na área da educação, cultura, ciência e tecnologia;

X- buscara articulação com as entidades ligadas à educação, trabalhadores em geral e outros setores organizados de sua base territorial, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

XI- divulgar para a sociedade os problemas da educação, visando obter apoia para a sua solução;

XII- trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade quanto ao papel e importância da universidade pública.

Art.5- Compete à Adufrj-SSind:

I- manter os sindicalizados informados quanto às atividades da Seção Sindical;

II- divulgar as atividades e promover o fortalecimento da ANDES-SN, encaminhando as resoluções das suas instâncias deliberativas, na forma dos seus Estatutos.

TITÚLO II
DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art.6- O número de sindicalizados da Adufrj-SSind é ilimitado.

Art.7- Poderão sindicalizar-se à Adufrj-SSind, todos os docentes da UFRJ da carreira de magistério em efetivo exercício, os afastados nos termos de lei, os aposentados, os visitantes e os substitutos que requeiram sua sindicalização.

Art.8- Os sindicalizados da Adufrj-SSind são sindicalizados da ANDES-SN.

Art.9- São direitos dos sindicalizados, os estabelecidos no Estatuto da ANDES-SN, e mais:

I - discutir e votar na Assembléia Geral da Adufrj-SSind;

II – votar e ser votado para cargos eletivos da Adufrj-SSind, da ANDES-SN e para delegados aos Congressos e Conselhos da ANDES-SN, bem como em outros eventos que exijam estes procedimentos,

III - requerer ao Presidente da Adufrj-SSind a convocação imediata de Assembléia Geral, mediante documento expondo os motivos da convocação e a ordem do dia, subscrita por um mínimo de 10% dos sindicalizados,

IV - apresentar a qualquer instância da Adufrj-SSind, por seu intermédio ou de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer, natureza que demandem providências de seus órgãos deliberativos;

V - fiscalizar o funcionamento da Adufrj-SSind

VI – recorrer das decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria à assembléia Geral imediatamente subsequente a essas decisões;

VII posicionar-se sobre qualquer assunto de interesse da Adufrj-SSind

Art. 10- São deveres dos sindicalizados:

I - observar o presente Regimento, bem como o Estatuto da ANDES-SN; manter-se em dia com as contribuições financeiras à Adufrj-SSind;

II – trabalhar pelos objetivos da Adufrj-SSind;

Art. 11 - Os sindicalizados da Adufrj-SSind estão sujeitos a sanções disciplinares impostas pelo descumprimento do disposto no Art.10 deste Regimento.

§.1º- São sanções disciplinares: advertência,

suspensão e exclusão.
§.2º- A advertência será aplicada pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Representantes ou pela Direto da Suspensão e exclusão apenas pela assembléia Geral. Em qualquer caso, será garantido amplo direito de defesa.
Art.12- O sindicalizado que voluntariamente deixar de exercer a profissão do magistério na UFRJ ou que solicitar à Diretoria da Adufrj-SSind, por escrito, a sua exclusão, será automaticamente excluído do quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art.13- São órgãos da Adufrj-SSind:

I – Assembléia Geral;
II - Conselho de Representantes;
III – Diretoria;

CAPÍTULO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.14 – A Assembléia Geral é o órgão deliberativo máximo da Adufrj-SSind, sendo composta por todos os seus sindicalizados no gozo de seus direitos estatutários e regimentais.
Art.15 - Compete à Assembléia Geral:
I - discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia,
II - apreciar e deliberar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e previsões orçamentarias apresentadas pela Diretoria e apreciadas pelo Conselho de Representantes;
III - alterar, no todo ou em parte, o presente Regimento, desde que observado o quorum previsto no Art.56;
IV - apreciar e aprovar o Regimento eleitoral;
V - suspender e/ou excluir sindicalizados em consonância com o Art. 11 deste Regimento;
VI - escolher nome de novo diretoria Adufrj-SSind, indicado pela Conselho de Representantes, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo;
VII - apreciar sugestões de outras instâncias ou de sindicalizados individualmente,
VIII - autorizar a aquisição de bens que ultrapassem o valor de 50% da receita mensal da Adufrj-SSind;
IX - autorizar a alienação de bens que ultrapassem o valor de 10% da receita mensal da Adufrj-SSind;
X - dar posse à Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind;
XI - deliberar pela dissolução da Adufrj-SSind, desde que observado o Art.58;
XII - indicar os delegados representantes da Adufrj-SSind a Congressos e Conselhos da ANDES-SN, bem como aos eventos promovidos por outras entidades sindicais;
XIII- fixara contribuição financeira mensal dos sindicalizados;
XIV- resolver os casos omissos deste Regimento:
Art. 16 – A Assembléia Geral será convocada:
I - pelo Presidente;
II – pela Diretoria;
III - pelo Conselho de Representantes, através de requerimento à Diretoria e assinado pela maioria absoluta de seus membros efetivos;
IV- por requerimento à Diretoria assinado por, no mínima, 10% dos sindicalizados, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da assembléia geral.

§ único – A convocação da assembléia Geral deverá
ser feita por ampla divulgação através dos meios de comunicação da Adufrj-SSind e, nos casos dos Arts.56,57 e 58, também deverá ser feita por edital publicado em jornal de grande circulação.
Art. 17- A Assembléia Geral deverá ser convocada com pelo menos 48 horas de antecedência, com ampla divulgação da pauta proposta.
Art.18- A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Adufrj-SSind e se instalará com a presença mínima de 10%donúmerode sindicalizados da Adufrj-SSind, em primeira convocação e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, no mesmo local, com a presença de qualquer número de sindicalizados.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art.19- O Conselho de Representantes é o órgão deliberativo da Adufrj-SSind, constituído de representantes dos sindicalizados em cada Unidade da UFRJ, eleitos com seus suplentes, para um mandato de dois anos, pelo voto direto e secreto dos sindicalizados em pleno gozo de seus direitos.
§.1º - Para efeito deste regimento, Unidades são todas as Escolas, Faculdades e órgãos Suplementares.
§.2º - O número de representantes em cada Unidade dependerá do número de sindicalizados da seguinte forma:
até 60 sindicalizados - 1 representante
de 61 a 120 sindicalizados - 2 representantes
mais de 121 sindicalizados - 3 representantes
§.3º- Os representantes das Unidades serão eleitos pelo voto de sindicalizados pertencentes à mesma Unidade.
§.4º- No caso da falta ou impedimento do titular, o suplente o substitui.
Art.20- O Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da Adufrj-SSind e reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente por convocação:
I – do Presidente;
II- de um mínimo de um terço de seus membros, através de requerimento à Diretoria, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da reunião.
§ único - A Diretoria não tem voto nas reuniões do Conselho de Representantes, sendo que o Presidente da Adufrj-SSind só dará o voto de Minerva.
Art21- Ao Conselho de Representantes compete:
I - discutir e deliberar sobro os assuntos da ordem do dia;
II – deliberar sobre finanças, aprovando ou rejeitando as balanços financeiros anuais da Diretoria
III - fiscalizara aplicação das finanças e do patrimônio da Adufrj-SSind;
IV- decidir acerca das penalidades dos sindicalizados em consonância com o Art.11 deste Regimento; V- elaborar, junto com a Diretoria, o Regimento Eleitoral para ser aprovado em assembléia Geral;
VI - julgar em grau de recurso, as decisões da Diretoria;
VII - divulgar as atividades da Adufrj-SSind no âmbito de suas unidades;
VIII – implementar ações visando mobilizara categoria para as programações e lutas da Adufrj-SSind, IX- indicar nome de novo diretor da Adufrj-SSind para ser apreciado pela Assembléia Geral, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo;
Art.22- Considerar-se-á impedimento definitivo de representantes do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind a ocorrência de:

I – renúncia;

II - não comparecimento à 5 reuniões consecutivas do Conselho de Representantes;
III - assumir função administrativa na UFRJ ou no Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.
IV- perda do vínculo empregatício com a UFRJ;
V- violação deste Regimento.

CAPITULO III
DA DIRETORIA

Art.23- A Diretoria, órgão executivo da Adufrj-SSind, é composta de 9 membros: Presidente, 1º vice-presidente, 2,Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor de Relações Sindicais **e** Diretor de Comunicação, eleitos para um mandato de dois anos pelo voto direto e secreto.
§ único- Havendo vacância de algum cargo na Diretoria, o Conselho de Representantes poderá indicar um nome de qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos para ocupar o cargo vago para ser apreciado pela Assembléia Geral, respeitando o disposto noArt.36 e seu parágrafo único e no Inciso 1 do Art. 38 deste Regimento.
Art.24 –A Diretoria, coletivamente compete:
I - representar a Adufrj-SSind e defender os

interesses da categoria perante os poderes públicos e administrações da UFRJ;
II - cumprir e fazer cumprir este Regimento, bem como as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes,
III - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas administrativas da ANDES-SN, bem como as deliberações de seus Congressos e Conselhos,
IV - representar a Adufrj-SSind, seus sindicalizados e os docentes da UFRJ em juízo ou fora dele, podendo nomear, para tal, mandatário por procuração;
V – gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Regimento e das deliberações da Assembléia Geral e do conselho de Representantes"
VI - organizar os serviços administrativos internos da Adufrj-SSind;
VII - elaborar Relatórios Anuais de suas atividades financeiras e balanços que serão submetidos ao conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia geral;
VIII - elaborar orçamento anual a ser apresentado ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à assembléia Geral,
IX - aplicaras sanções disciplinares, nos termos deste Regimento;
X - elaborar, junto com o Conselho de Representantes, o Regimento eleitoral para aprovação da assembléia Geral;
XI - elaborar as convocações e as ordens do dia das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e do Conselho de Representantes,
XII - divulgar, por meios próprios ou através dos veículos de comunicação de massa, as atividades da Adufrj-SSind;
Art.25- Compete ao Presidente:
I - representar a Adufrj-SSind, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes a outro diretor em efetivo exercício;
II - convocar e presidir as reuniões da assembléia Geral, Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - dar cumprimento às deliberações das instâncias deliberativas da Adufrj-SSind referidas nos incisos I, II e III do art. 13 deste regimento,
IV - praticar atos administrativos necessários ao atendimento das finalidades da Adufrj-SSind, ressalvado o que for expressamente reservado neste Regimento, a outros órgãos;
V - admitir e dispensar funcionários da Adufrj-SSind,
VI - assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, cheque se outros documentos financeiros emitidos pela Adufrj-SSind;
VII - assinar, após aprovação das instâncias competentes, contratos e convênios em nome da Adufrj-SSind;
VIII – convocar as eleições da nova Diretoria e do Conselho de Representantes;
IX- assinara correspondência oficial e juntamente com o 1º Secretário, toda a correspondência que estabeleça obrigações para a Adufrj-SSind.
Art.26- Compete aos Vice-Presidentes, pela ordem, assumira presidência no caso de falta, impedimento ou afastamento definitivo do Presidente.
Art.27 - Compete ao 1º Secretário:
I - elaborar e organizar a correspondência da Adufrj-SSind;
II - secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - responsabilizar-se pelo arquivo da Adufrj-SSind;
IV- substituir, sem prejuízo de suas funções, o presidente, o 1º e 2º Vice-Presidentes, no impedimento eventual destes.
Art.28- Compete ao 20 secretário substituir o 1º Secretário no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.
Art.29- Compete ao 1º Tesoureiro:
I - ter sob sua responsabilidade os bens e valores da Adufrj-SSind;
II – administrar as finanças da Adufrj-SSind;
III- elaborar balancetes trimestrais e balanço anual, que serão apresentados à Diretoria e submetidos ao Conselho de Representantes;
IV- ser o responsável pelo recebimento e pagamento de despesas;
V- movimentar, juntamente com o Presidente, as contas bancárias da Adufrj-SSind;
VI - assinar, juntamente com o presidente, cheques e outros documentos financeiros da Adufrj-SSind;
Art.30- Compete ao 20 Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.
Art.31 - Compete ao Diretor de Relações Sindicais
I - participar das reuniões e eventos da Regional Rio de Janeiro da ANDES-SN e manter contatos com as Seções Sindicais da ANDES-SN;
II - acompanhar os acontecimentos e decisões relevantes ao movimento sindical, local, nacional e internacional;
III – manter contatos permanentes com as entidades representativas de estudantes e de servidores técnico-administrativos da UFRJ, bem como de outras categorias, na perspectiva de fortalecera luta geral dos trabalhadores;
IV- representar a Adufrj-SSind, por delegação da Diretoria, nos contatos **e** eventos sindicais, intersindicais e com Centrais Sindicais;
Art.32- Compete ao Diretor de Comunicação:
I - organizara política de comunicação da Adufrj-SSind;
II - coordenar a Conselho Editorial das publicações da Adufrj-SSind;
III - manter contatos com outros órgãos de imprensa para a divulgação das atividades e deliberações da Adufrj-SSind.
Art.33- Os membros da Diretoria da Adufrj-SSind poderão ter outras atribuições além das previstas neste Regimento, desde que decididas pela Diretoria em reunião.
Art.34- Considerar-se-á impedimento definitivo de Diretores da Adufrj-SSind a ocorrência de:
I – renúncia;
II – abandono de carga
III - não comparecimento à 5 reuniões consecutivas da Diretoria;
IV- perda do vínculo empregatício coma UFRJ;
V- assumir função administrativa na UFRJ ou no Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.
VI- malversação e/ou dilapidação do patrimônio da Adufrj-SSind;
VII - violação deste Regimento.
§ único- A perda do mandato com base nos incisos VI e VII deste Artigo só poderá ser decidida em Assembléia Geral, sendo assegurado amplo direito de defesa.

TITULO IV
DOS PROCESSOS ELEITORAIS

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art.35- Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da Adufrj-SSind são a democracia, o direito à divergência e à igualdade de condições para todos os candidatos.
§ único- O Regimento das eleições deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em assembléia Geral.
Art.36- O sindicalizado no exercício de cargo ou função administrativa na UFRJ ou Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal somente poderá se candidatara cargo efetivo da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind caso se desincompatibilize desse cargo ou função.
§ único- Os professores visitantes e substitutos não poderão candidatar-se a cargos eletivos da Diretoria da Adufrj-SSind.
Art.37- São eleitores todos os sindicalizados da Adufrj-SSind no pleno gozo de seus direitos.
I- É vedado o voto por procuração;
II- O sindicalizado deverá votar na Unidade da UFRJ em que estiver lotado;
Art.38- São condições para participar das eleições:
I- ser sindicalizado da Adufrj-SSind há pelo menos 90 dias antes da data de inscrição de candidaturas, para ser votado;
II- ser sindicalizado da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias antes da datada realização das eleições para votar.
Art.39 - O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela assembléia Geral.
§ único - A Comissão Eleitoral compete elaborar normas especificas da eleição, respeitando o disposto no Regimento eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos,

bem como proclamaras resultados.
Art.40- As eleições serão convocadas para o mês de setembro dos anos ímpares, pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 30 dias de antecedência.
§ único- Não sendo convocada eleição dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-la, observando o prazo mínimo de 20 dias para a campanha eleitoral.

CAPÍTULO II
DA ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA

Art.41- A eleição para a Diretoria será realizada através de escrutínio universal, direto e secreto, para um mandato de 2 anos
Art.42- Poderá ser eleito qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos, respeitando o disposto no Art.36 e seu § único e no inciso I do Art. 38 deste Regimento.
§ 1º- Será permitida uma única reeleição consecutiva para no máximo 1/3 dos membros da Diretoria, desde que para cargos diferentes.
§2º- É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.
Art.43- As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da Adufrj-SSind, que fornecerá recibo, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, acompanhado de declaração de aceite dos demais integrantes da chapa e indicação de no mínimo 10 sindicalizados no gozo de seus direitos.
§ único- No requerimento deve constaras nomes dos candidatos com os respectivos cargos e os programas de cada chapa.
Art.44- A Diretoria eleita será empossada em assembléia Geral, convocada para este fim.

CAPÍTULO III
DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art.45- As eleições para o conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto e secreto, para um mandato de 2 anos.
§1º- Poderá ser ele de qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos, respeitando o disposto no Art.36 e seu § único e no inciso I no Art. 38 deste Regimento.
§2º- Será permitida apenas uma única reeleição consecutiva para o conselho de Representantes.
Art.46- Poderá haver uma segunda eleição no mesmo período de gestão do Conselho de Representantes, visando complementar as vagas não preenchidas na primeira eleição.
§ único- O final do mandato dos Conselheiros eleitos na segunda eleição, deverá coincidir como daqueles eleitos na primeira eleição.

TÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art.47- Constituem patrimônio da ADUFRJ-SSind:
I- as contribuições dos sindicalizados,
II- doações e recursos que lhe sejam destinados;
III- bens móveis e imóveis adquiridos pela ADUFRJ-SSind,
IV- rendimentos de publicações, cursos, prestação de serviços e outros meios que venha a realizar ou implementar,
V- rendimentos de aplicações financeiras.
§ único- O acervo patrimonial da Adufrj-SSind é da sua exclusiva propriedade e por esta é gerenciado.
Art.48-A aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis, só poderá ser efetuada com a aprovação de Assembléia Geral.
Art.49-Em caso de dissolução da ADUFRJ-SSind, o destino de seu patrimônio será decidido por assembléia Geral, atendendo ao Art.58.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.60- Os cargos diretivos de qualquer instância da Adufrj-SSind serão exercidos sem qualquer tipo de remuneração, ressalvado o ressarcimento de despesas efetuadas, com o devido comprovante, para o desempenho das atividades da entidade.
Art.51- Os membros efetivos da Diretoria da Adufrj-SSind, gozam de estabilidade no emprego, conforme o disposto no Inciso VIII do Art. 8 da Constituição Federal.
Art.52- Os membros da Diretoria que representa uma Adufrj-SSind em transações que envolvam responsabilidades primárias não serão pessoalmente responsabilizados pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.
Art.53- Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responde subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.
Art.54- A Adufrj-SSind poderá se filiara organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos contidas neste Regimento o no Estatuto da ANDES-SN desde que a filiação seja aprovada em assembléia Geral em cuja ordem do dia deverá constar essa matéria.
Art. 55- Qualquer taxa compulsória sindical, não deliberada por suas instâncias competentes, recebida pela Adufrj-SSind, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pela assembléia Geral e/ou pela ANDES-SN.
Art.56- A reforma do presente Regimento só poderá ser feita em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pela menos 10% dos sindicalizados no goze de seus direitos previstos neste regimento e por deliberação de no mínimo 2/3 dos sindicalizados presentes. **Art.57-** Qualquer membro da Diretoria da ADUFRJ-SSind ou toda ela conjuntamente, poderá ser destituído por assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.
Art.58- A Adufrj-SSind poderá ser voluntariamente dissolvida por Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, exigindo-se a presença de pelo menos 50% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.
Art.59- Em caso de vacância de toda a Diretoria, o Conselho de Representantes convocar á assembléia Geral da Adufrj-SSind, que elegerá uma Diretoria Provisória e convocará eleições em um prazo de 20 a 40 dias para completar a mandato da gestão correspondente.
Art.60- Os casos omissas neste Regimento serão resolvidos pela Assembléia Geral.
Art.61- O presente Regimento entrará em vigor a partir da data de seu registro junto ao órgão competente, concomitantemente à sua publicação, após sua aprovação em assembléia Geral da ADUFRJ-SSind.

CAPITULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.62- A Assembléia Geral reconhece como sindicalizados da ADUFRJ-SSind todos os associados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro(ADUFRJ).
Art.63- A Assembléia Geral reconhece como Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind a Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ do biênio 1993/1995, até a posse dos novos eleitos.
Art.64- O término do mandato da atual Diretoria e do atual Conselho de Representantes dar-se-á a 30 de setembro de 1995, quando tomará posse a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes, eleitos em conformidade com este Regimento para o biênio 1995/1997.
§ único- A composição da Diretoria da ADUFRJ-SSind para o biênio 1995/1997 obedecerá o disposto no Art.23 deste Regimento.

Seção Sindical: necessidade da categoria

Ao se transformar em seção sindical, a Adufrj deixará de ser uma associação para se transformar numa Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes, a Andes-SN. Esta mudança representa a consagração de um direito dos professores à sindicalização; direito este conquistado na Constituição de 1988. Este processo é fundamental neste momento para consolidar a base sindical dos docentes na UFRJ. Além disso, a atual conjuntura está exigindo um fortalecimento dos movimentos sociais organizados para os enfrentamentos do presente e os desafios do futuro.

Qual a vantagem da transformação?

A Adufrj-SSindical representará todos os professores da UFRJ e não apenas os seus associados. Sob o ponto de vista jurídico, a Adufrj-SSind representará melhor os professores, pois terá direito à substituição processual, isto é, a entidade poderá postular juridicialmente os direitos da categoria. Do ponto de vista político, a Adufrj-SSind estará consolidada como entidade sindical, sempre na defesa dos docentes e da universidade pública, gratuita e de qualidade, sem perder suas características acadêmicas.

E o estatuto da Adufrj?

A Adufrj-SSind deixará de ter um estatuto e terá um regimento, adequado às novas realidades. O estatuto que passa a valer é o do Sindicato Nacional, no caso a Andes-SN.

Como fica a autonomia da Adufrj sendo seção sindical da Andes-SN?

O estatuto da Andes-SN garante a autonomia financeira, política, administrativa e patrimonial das seções sindicais em relação ao Sindicato Nacional. Esta autonomia não está garantida apenas no papel. A história tem mostrado que as Ad-Seções Sindicais mantêm sua autonomia na prática.

Quantas Associações já se transformaram até agora?

Desde que a Andes-SN tornou-se um sindicato, das 95 Associações de Docentes do país 80 já se transformaram em Seções Sindicais, ou seja, 84% já são AD-SSind. Só no Estado do Rio temos a Aduff-SSInd, a ADuniRio-SSInd e a ADufrrj-SSIND (Rural). A transformaÇão da Adufrj também se faz necessária para o fortalecimento do movimento docente na região e no país, já que a UFRJ é a maior universidade federal brasileira.

Divulgada lista do Pronex

Nome	Área	Instituição	Unidade (s)	Valor (R$)
J. A. Magno de Carvalho	Ciências Humanas	UFMG	ciências aplicadas	642.800,00 (valor sugerido)
Baltazar B. Filho	Ciências Humanas	UFRGS	filosofia	925.000,00
F. Holanda Barbosa	Ciências Humanas	FGV/RJ	economia	509.688,00
J.L.R. Hermes de Araújo	Ciências Humanas	UFRJ	ciências aplicadas	419.110,00
Elisa M.C.P. Reis	Ciências Humanas	UFRJ	sociologia	607.332,00
E. José Reis	Ciências Humanas	Ipea/RJ	economia	1.487.500,00
Daniel J. Hogan	Ciências Humanas	Unicamp	ciências aplicadas	1.100.436,00
Alzira Abreu	Ciências Humanas	Cpdoc/FGV/RJ	história	406.080,00
Bela Feldman-Bianco	Ciências Humanas	Unicamp	antropologia	873.012,00
F.C. Teixeira da Silva	Ciências Humanas	UFRRJ	história	528.640,00
Jacob Palis	Ciências Exatas e da Terra	Impa	matemática	1 milhão (valor recomendado)
Luiz Davidovich	Ciências Exatas e da Terra	IF/UFRJ	física	1,5 milhão
Aguilera	Ciências Exatas e da Terra	UFSC	química	999.000,40
Cordan	Ciências Exatas e da Terra	IG/USP	geociências	1.068.000,00
J.L. Barbosa	Ciências Exatas e da Terra	UFC	matemática	1 milhão
Wreszinski	Ciências Exatas e da Terra	IF/USP	física	280 mil
Délia Maya	Ciências Exatas e da Terra	Unicamp	química	1 milhão
Stohr	Ciências Exatas e da Terra	Impa	matemática	650 mil
Sueli M. Viegas	Ciências Exatas e da Terra	UFMG	física	1,4 milhão
Hounie	Ciências Exatas e da Terra	UFSCar	matemática	450 mil
C.H.B. Cruz	Ciências Exatas e da Terra	Unicamp	física	1,8 milhão
Galves	Ciências Exatas e da Terra	IME/USP	matemática	650 mil
F. Zawislak	Ciências Exatas e da Terra	UFRGS	física	1,2 milhão
Alvahydo	Ciências Exatas e da Terra	IF/UFRJ	física	400 mil
Belmiro M.C. F	Ciências Exatas e da Terra	IQ/USP	geociências	2,3 milhões
Nei F.O . Júnior	Ciências Exatas e da Terra	IF/USP	física	400 mil
Zagatto	Ciências Exatas e da Terra	Cena/USP	química	1,5 milhão
Alfredo Gontijo	Ciências Exatas e da Terra	UFMG	física	1,5 milhão
Montenegro	Ciências Exatas e da Terra	PUC/RJ	física	1,3 milhão
Craievich	Ciências Exatas e da Terra	LNLS	física	1 milhão
Paulo Pureur	Ciências Exatas e da Terra	UFRGS	física	1,3 milhão
Bagnato	Ciências Exatas e da Terra	IFCS/USP	física	800 mil
Watanabe	Tecnologia	UFRJ	engenharia elétrica/biomédica	601.600,00 (valor recomendado)
Ebecken	Tecnologia	UFRJ	engenharia civil	1,106 milhão
Calóba	Tecnologia	UFRJ	engenharia elétrica/biomédica	1.030.200,00
Schmal	Tecnologia	UFRJ	engenharia química	830.500,00
Freire	Tecnologia	UFSCar	engenharia química	1.156.550,00
Costa	Tecnologia	PUC/RJ	engenharia elétrica	1,206 milhão
Rosário	Tecnologia	UFSCar	engenharia química	1.220.880,00
Maculan	Tecnologia	UFRJ	engenharia de sistemas	1,224 milhão
Peres	Tecnologia	UFMG	engenharia química	1.473.380,00
Cetlin	Tecnologia	UFMG	engenharia química	904.400,00
Rajagopal	Tecnologia	UFRJ	engenharia química	640 mil
Trevisan	Tecnologia	Unicamp	engenharia química	950 mil
Klein	Tecnologia	UFSC	engenharia elétrica/biomédica	1.356.300,00
Pagano	Tecnologia	Ipen/Cnen	engenharia elétrica/biomédica	989 mil
Rosenfeld	Tecnologia	USP/São Carlos	engenharia de produção	1.136.400,00
Arruda	Tecnologia	Unicamp	engenharia química	787.570,00
Wanderley de Souza	Ciências da Vida (básicas)	UFRJ		1.921.342,00
Ivan Izquierdo	Ciências da Vida (básicas)	UFRGS		1.804.890,00
Lucia Previato	Ciências da Vida (básicas)	UFRJ		1.108.353,00
Erney Camargo	Ciências da Vida (básicas)	USP		2,648 milhões
Giovanni Gazzineli	Ciências da Vida (básicas)	UFMG		1.821.050,00
Edson Xavier	Ciências da Vida (básicas)	UFRJ		1.932.040,00
Philip Gorin	Ciências da Vida (básicas)	UFPR		1,891 milhão
Luiz R. Trabulsi	Ciências da Vida (básicas)	UFRJ		1.311.422,00
Sérgio Pena	Ciências da Vida (básicas)	UFMG		954.130,00
Mayana Zatz	Ciências da Vida (básicas)	USP		455.312,00
Walter Zin	Ciências da Vida (médicas)	UFRJ		825 mil
Cesar Victora	Ciências da Vida (médicas)	UFPel		1,224 milhão
Edgar M. Carvalho	Ciências da Vida (médicas)	UFBA		1,994 milhão
Esper Cavalheiro	Ciências da Vida (médicas)	Unifesp		2 milhões
Radovan Barojevic	Ciências da Vida (médicas)	UFRJ		2 milhões
Jorge Gross	Ciências da Vida (médicas)	UFRGS		1,411 milhão
Adelar Bracht	Ciências da Vida (médicas)	Fuem,Maringá,PR		2 milhões
Hélio Salgado	Ciências da Vida (médicas)	USP		1,132 milhão
Eduardo Massad	Ciências da Vida (médicas)	USP		1,9 milhão
Adauto Filho	Ciências da Vida (médicas)	Unifesp, ex-EPM		2 milhões
Marco Machado	Ciências Básicas(agropecuária)	IAC		1.762.350,00
Edilson Paiva	Ciências Básicas(agropecuária)	Embrapa		1.918.075,00
Elliot Kitajima	Ciências Básicas(agropecuária)	Esalq		1,350 milhão
Fábio Pedrosa	Ciências Básicas(agropecuária)	UFPR		2.607.277,00
Rudy Weiblen	Ciências Básicas(agropecuária)	UFSM		1.231.300,00
Nilton Paim	Ciências Básicas(agropecuária)	UFRGS		900.740,00
Maria Miglino	Ciências Básicas(agropecuária)	USP		728 mil
Odete Rocha	Ciências da Vida (ambiente)	UFSCar		800 mil
Wolfgang Pfeiffer	Ciências da Vida (ambiente)	UFRJ		2 milhões

Setenta e sete projetos de pesquisa, com valor total de 94 milhões para um período de quatro anos, foram comtemplados pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência. O trabalho de seleção foi realizado pela comissão de Coordenação do Pronex, na primeira semana de dezembro, no Othon Palace Hotel, no Rio.

Segundo nota publicada no jornal Ciência Hoje, o presidente Fernando Henrique anunciou durante uma cerimônia da comunidade científica que, do total da verba destinada ao programa, 34 milhões correspondem ao primeiro ano de vida dos projetos.

A geografia do Pronex mostra que o Sudeste tem 62 dos 77 projetos aprovados. São Paulo teve 30 projetos aceitos, Rio de Janeiro 24 e Minas 8. No total, a região saiu na frente com 80,5%, a região Sul teve aprovados 13 projetos, ou 16,9% do programa, o Nordeste teve apenas duas aprovações e as regiões Norte e Centro-Oeste não foram contempladas.

Dos 451 projetos enviados, 188 foram considerados adequados à política de incentivo à formação de ilhas de excelência, com interatividade entre áreas de conhecimento, incentivo a grupos de pesquisa emergentes e outros critérios contidos no programa.

Os projetos foram divididos em grandes áreas. Para a área de Ciências da Vida, dos 208 projetos apresentados, 83 foram considerados adequados, mas apenas 29 foram aceitos.

Em Ciências Exatas, dos 90 projetos, 50 foram considerados adequados e 22 aprovados. Em tecnologia, dos 79 apresentados, 16 foram aprovados e 28 considerados adequados.

Em Ciências Humanas, dos 74 apresentados, 10 foram aceitos e 27 considerados adequados.

De acordo com a mesma publicação, a previsão é de que o próximo edital do Pronex saia em fevereiro, para que a escolha dos próximos projetos possa ser feita em agosto. Veja ao lado o nome dos representantes dos projetos aceitos e as respectivas instituições, áreas e valores.

Campanha salarial

Plenária dos SPFs dia 26 de janeiro. Setor das Federais da Andes-SN se reúne dias 24 e 25.

Os Servidores Públicos Federais representam hoje mais de 500 mil trabalhadores no país, distribuídos em entidades e movimentos diferenciados, com acúmulos de luta e organização também, muitas vezes, diferentes entre si. A Andes-Sindicato Nacional dos Docentes se mantém presente nas lutas da CNESF, Confederação Nacional dos Servidores Federais, em reuniões de coordenação, ações públicas de protesto e intervenções no Congresso Nacional.

Após dois anos - completos em janeiro - sem reajuste salarial, o movimento docente se prepara para unir esforços com as demais categorias de servidores na campanha contra a falta de diálogo com o MEC e o Mare e o tratamento dispensado pelo governo Fernando Henrique aos trabalhadores e à população, através das reformas, privatizações, sucateamento do serviço público e agora, com a emenda da reeleição.

As ameaças do governo são claras: não reconhecimento da Data-Base, congelamento salarial, avanço das privatizações, Plano de Demissão Voluntária e reformas que reduzem ao mínimo o papel do Estado nas áreas da educação, saúde e desenvolvimento social. No início deste ano, a Andes-SN está se preparando para a realização da 3ª Conferência dos Servidores Públicos, a ser organizada pela CUT. A organização desta conferência é fruto de sucessivos encontros entre os movimentos de servidores das três esferas: federal, estadual e municipal.

Pautas

O setor das federais da Andes-SN protocolou dia 5 de dezembro passado uma pauta de reivindicações no MEC, onde está colocada a necessidade urgente de uma política salarial para os servidores, com a reposição de perdas acumuladas desde janeiro de 1995, calculadas em 65,64% pelo ICV/DIEESE. Na pauta dos docentes estão apresentados quatro itens básicos de reivindicações: política salarial; autonomia, democracia e verbas; emprego e aposentadoria.

A pauta geral dos servidores aprovada na última reunião da CNESF mantém o índice de reajuste proposto pela Andes-SN e reivindica a constituição de uma mesa permanente de negociação entre os servidores e os representantes do governo.

Servidores se reúnem com Bresser

A Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, formada por representantes de entidades do serviço público, entre elas a Andes-SN e parlamentares do PC do B, PPB e PT, esteve reunida, dia 15 de janeiro, com o ministro Bresser Pereira na tentativa de estabelecer uma mesa de negociação entre governo e servidores para discutir uma política salarial para a categoria, há dois anos sem reajuste e sem o reconhecimento do direito à categoria da data-base.

O ministro destacou que entende o tamanho do Estado pela sua relação direta entre a arrecadação de impostos e o PIB. Ao rebater a afirmação dos servidores que o Estado tem uma boa arrecadação e o servidor ganha pouco, utilizou-se de antigos argumentos, baseados em estudos comparativos entre os salários médios da iniciativa privada e do setor público. De acordo com o ministro, os SPFs estariam com salários acima da média dos demais trabalhadores, à exceção dos docentes das universidades federais e de algumas carreiras específicas.

Bresser descartou qualquer possibilidade de reposição da inflação desses dois anos e afirmou que o pico salarial de janeiro de 95 não seria mais alcançado porque segundo ele representava o o dobro do salário de 92. Os representantes da categoria responderam que o governo, além de não respeitar a isonomia, ainda impõe aos servidores uma redução de poder aquisitivo na ordem de 33%.

Após o encontro as entidades de servidores públicos apontaram a necessidade urgente de discussão pela categoria das questões apresentadas na pauta de reinvidicação para a campanha salarial de 1997. (ver ao lado). A Adufrj realiza assembléia com ponto de pauta sobre o tema dia 5 de fevereiro no Salão Anísio Teixeira, da Faculdade de Educação, de 14h às 17 horas, na Praia Vermelha.

Pauta de Reivindicações dos Servidores Públicos Federais

1 - Negociações

1.1 - Constituição de uma mesa permanente de negociações com representantes do Governo e da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais.

2 - Defesa do Salário

2.1 - Reposição das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995 de 65,64%, segundo o ICV/Dieese.

2.2 - Reconhecimento da Data-Base dos SPF segundo a Lei 7.706/88.

2.3 - Política salarial definida por regras que contemplem reposição pelo índice do ICV/Dieese, recuperação de perdas históricas e incentivo salarial pela qualificação profissional.

2.4 - Incorporação da GAE ao vencimento no seu valor mais alto.

2.5 - Pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais.

2.6 - Pagamento imediato dos 28,86% concedidos aos militares, Legislativo e Judiciário.

3 - Defesa e Qualificação do Serviço Público

3.1 - Garantia do estatuto da estabilidade.

3.2 - Acesso ao Serviço Público por concurso público.

3.3 - Reposição imediata e integral dos quadros de pessoal e sua expansão para atender plenamente às demandas e qualidade dos serviços públicos.

3.4 - Carreira para os servidores públicos (Aprovação do PL 4.407/94 - DPC - explicitando que se trata do PL original, acordado entre a CNESF e a SAF).

3.5 - Plano de capacitação para os servidores.

3.6 - alocação de verbas suficientes para o atendimento qualificado do serviço público.

3.7 - Ocupação de cargos comissionados por servidores do quadro permanente.

Movimento docente

Não ao divisionismo

À oportunidade em que se anuncia a realização, em Brasília, nos dias 15 e 16 de janeiro, de uma "Assembléia Geral das Associações", com vistas à criação de uma "Federação de Associações de Aposentados de Universidades Brasileiras", a Andes-SN e a Fasubra-Sindical, dirigem-se à comunidade universitária para manifestar preocupação com tal proposta, na medida em que entendem que iniciativas dessa natureza:

a) não contribuem para a construção da tão necessária unidade de luta entre os trabalhadores das universidades, sem distinção entre suas condições de servidores ativos ou aposentados;

b) não contribuem, da mesma forma, com os esforços que já vem sendo feitos para fortalecer a unidade com as demais categorias de servidores públicos;

c) despolitizam a luta, induzindo a crença de que a ação jurídica será capaz de garantir a defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores;

d) despriorizam outras formas de enfrentamento que, historicamente, têm se mostrado eficientes enquanto recursos de organização e potencialização da força dos trabalhadores, no enfrentamento às políticas governamentais de corte neoliberais;

e) cumprem, exatamente, os propósitos dos atuais governantes, que apostam na divisão dos trabalhadores para mais facilmente suprimir e flexibilizar direitos sociais, tão duramente conquistados através da luta conjunta;

f) favorecem a concepção, difundida por alguns dirigentes institucionais, de que as questões de aposentadoria são de interesse exclusivo dos servidores aposentados, em nada atingindo os trabalhadores da ativa;

g) reforçam a idéia de que os assuntos de aposentadoria são temas pessoais, escamoteando seus verdadeiros significados de estatutos e normas, absolutamente imprescindíveis para a garantia das carreiras e da profissionalização, condições indispensáveis à efetivação de serviços públicos eficientes e de qualidade;

h) podem vir a ser utilizados pelas administrações para descaracterizar os aposentados enquanto trabalhadores ainda engajados na luta em defesa da universidade pública gratuita, democrática, de qualidade e socialmente referenciada, tratando-os como figuras já descartáveis merecedoras apenas de reconhecimento e compreensão pelo que já realizaram desde que isso não se traduza em "peso" para os orçamentos das IES, já completamente estrangulados pela política de desmonte do governo, ao qual esses administradores se negam a enfrentar, numa demonstração de absoluta e incompreensível submissão.

Nestas condições, a Andes-SN e a Fasubra-Sindical, embora reconhecendo como legítima a liberdade de organização dos trabalhadores, consideram inadequada qualquer forma de busca de soluções que impliquem em divisionismo do movimento dos trabalhadores, em particular, no interior das universidades.

Orientam ainda as suas entidades de base para, em cada universidade, buscar o diálogo com as chamadas associações de aposentados, conclamando a unidade do movimento na defesa dos interesses dos trabalhadores e da sociedade geral.

Finalmente conclamam os servidores docentes e técnicos administrativos para fortalecerem suas legítimas entidades sindicais de representação, que historicamente se constituíram em entidades nacionais de defesa dos interesses dos trabalhadores ativos e aposentados das universidades brasileiras.

Andes-Sindicato Nacional e Fasubra-Sindical

Impeachment de Paulo Renato

Por entender que o ministro da Educação Paulo Renato de Souza incorreu em crime de responsabilidade por não autorizar o pagamento, em 1996, referente às indenizações trabalhistas de mais de uma centena de docentes e servidores técnico-administrativos, a Associação dos Docentes da UFRGS entrou na justiça com uma denúncia pública propondo o seu impeachment.

Os recursos já eram garantidos judicialmente, através de precatórios incluídos no orçamento da União para o ano passado, estavam retidos e apenas foram liberados pelo Ministério após a ação da AD.

Assim mesmo, a Associação vai manter o processo de impeachemant. Para o presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira, ao reconhecer o atraso no pagamento, o MEC está reconhecendo o ílicito administrativo, sendo este o motivo para manter a ação de crime de responsabilidade contra o ministro, passível de punição através de destituição de cargo e inabilitação temporária para o exercício de qualquer função pública.

Assembléia Geral Adufrj

Dia 05 de fevereiro, de 14h às 17h

Salão Anísio Teixeira

Faculdade de Educação

Praia Vermelha

Ano IV
3 a 24 de
fevereiro/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

25 meses sem reajuste salarial

Jurídico

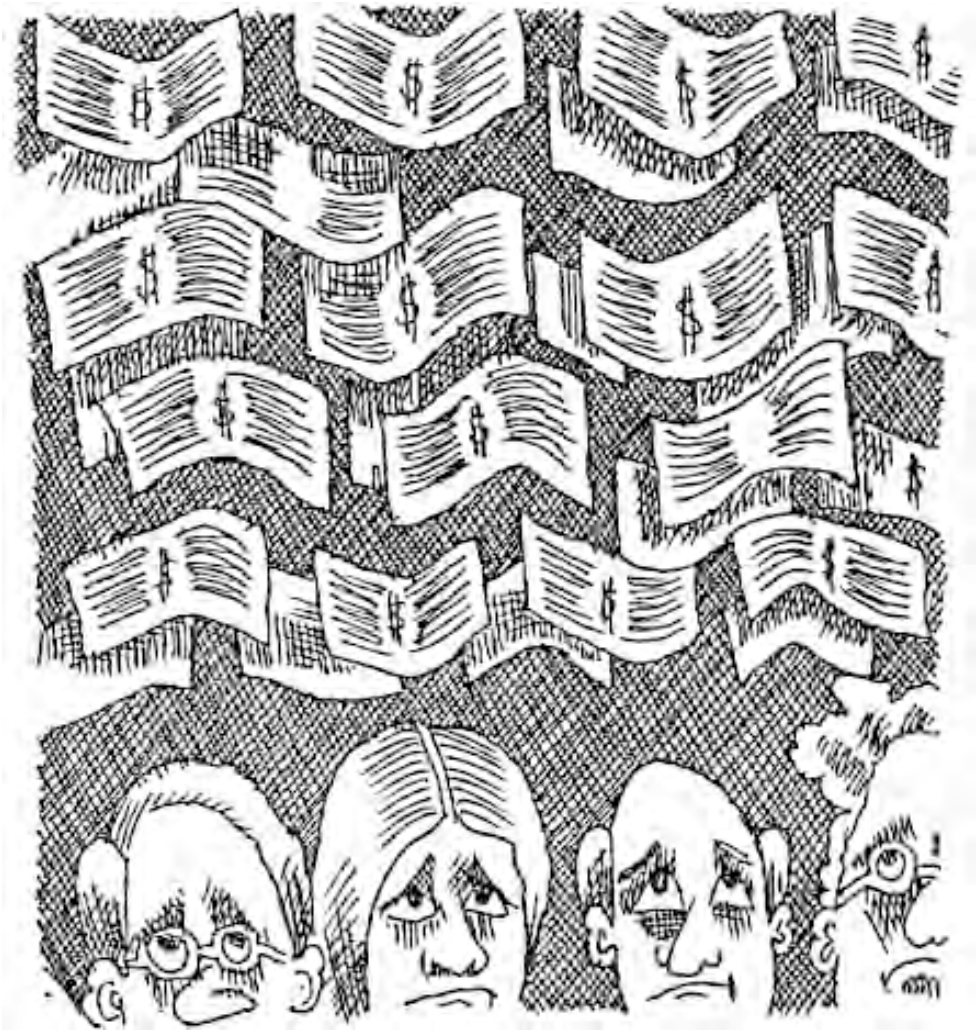
Abono

O reitor da UFRJ em exercício, professor José Henrique Vilhena, informou à diretoria da Adufrj que o Mare já havia processado a folha de pagamento de janeiro e nela incluído os valores relativos à conversão de um terço das férias dos docentes (abono pecuniário). Como já informamos, esse pagamento será feito em cumprimento da liminar em mandado de segurança obtida pela Adufrj no final do ano passado e atinge todos os docentes filiados à Adufrj que fizeram a opção.

Apesar da informação da reitoria, chegou ao conhecimento da Adufrj que, atendendo a uma solicitação da procuradoria da UFRJ, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª.Região determinou a suspensão da execução da liminar. Nem a Adufrj nem sua assessoria jurídica foram, no entanto, até o fechamento desta edição, oficialmente notificadas do fato.

A assessoria jurídica da Adufrj esclarece que a liminar não foi cassada nem revogada, isto é, permanece válida, e que "suspensão de execução deliminar" é uma decisão jurídica inédita e confusa, que permite diversas interpretações. Assim, se o pagamento do abono for feito, não haverá mais qualquer execução a ser "suspensa", tornando sem efeito a medida obtida pela procuradoria, por "perda de objeto".

O jeito é aguardar o desenrolar dos fatos, verificando nos contracheques se houve o pagamento. A assessoria jurídica da Adufrj está acompanhando o caso e tomará imediatamente as medidas cabíveis, mas alerta que os docentes devem precaver-se quanto a eventuais descontos posteriores do valor do abono.



A diretoria da Adufrj lembra que o que está em questão é simplesmente o descumprimento, por parte do governo, de uma lei clara em vigor. A lei do PUCRCE (de 1987), garantiu a possibilidade do abono aos servidores das instituições federais de ensino, bem antes da lei do RJU (de 1990), que fez o mesmo para todos os servidores federais. A medida provisória de FHC (de 1995, reeditada em 1996) revogou o dispositivo do RJU, mas não o do PUCRCE, nem explícita nem implicitamente. Interpretar as leis cabe aos juízes, mas a sua credibilidade diante da sociedade é cada vez mais baixa justamente por causa da forma como costumam usar essa prerrogativa. A maioria dos juízes, especialmente das instâncias superiores, tem usado nos seus julgamentos critérios políticos e não técnicos, nitidamente tendenciosos para o lado do governo. O campo judicial é muito desfavorável para nós e não se constitui de forma alguma como alternativa para a luta política e sindical.

Seção Sindical

A transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN estará em pauta na próxima Assembléia Geral (AG) da Adufrj, em 5/2/97, que deliberará sobre a seguinte proposta da diretoria e do conselho de representantes para o calendário do processo de transformação:

1) apresentação de propostas para o regimento da Seção Sindical cuja divulgação será feita pelo Jornal da Adufrj: até 24/3/97;

2) defesa pública das propostas: entre 14 e 18/4/97;

3) Assembléia Geral Extraordinária (AGE) para aprovação da transformação: de 22 a 28/4/97, e

4) consulta plebiscitária para referendar a transformação: de 19 a 23/5/97.

A AGE (item 2) deverá ser de caráter permanente, com sessões sucessivas em diversos locais da UFRJ. A Adufrj conta atualmente com cerca de 3000 associados. Assim, o quorum de 10% necessário à alteração estatutária será de cerca de 300 associados.

Estamos publicando nesta edição um parecer da assessoria jurídica da Adufrj sobre os procedimentos necessários à transformação, o artigo 49 dos estatutos da Adufrj, que trata de alterações estatutárias, e os artigos do estatuto da Andes-SN, que tratam de seções sindicais.

A coordenação do processo, incluindo a sistematização das propostas para o regimento, será feita pela diretoria da Adufrj, com o apoio das professoras Ruth Machado Barbosa, do Instituto de Psicologia, e Regina Célia de Souza Pugliese, do Colégio de Aplicação.

Parecer da Assessoria Jurídica sobre os procedimentos necessários à alteração dos estatutos da Adufrj

Conforme dispõe o artigo 49 dos Estatutos em vigor, sua reforma "só poderá ser feita em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim". A convocação desta assembléia, na forma prevista no artigo 16, poderá ser de iniciativa tanto do Conselho de Representantes como da diretoria ou de um grupo de no mínimo dez por cento de sócios.

Esta convocação será feita através de edital, onde conste como ordem do dia expressamente a finalidade de alteração estatutária, publicado em dois jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro (artigo 17). O Estatuto é omisso quanto ao prazo necessário para a publicação do edital, sendo de praxe que anteceda um mínimo de três dias da realização da assembléia.

O quorum mínimo encontra-se previsto também no artigo 49, sendo de pelo menos dez por cento dos sócios no gozo de seus direitos e as deliberações serão obtidas por um mínimo de 2/3 dos presentes.

E, finalmente, o processo de alteração estatutária será concluído com um referendo obtido através de consulta plebiscitária, que deverá ser procedido num prazo mínimo de 20 dias e máximo de 40 dias após a Assembléia Geral

Findo o processo, as alterações procedidas deverão ser registradas no mesmo Cartório onde se procedeu o registro dos Estatutos, ou seja, o Registro de Pessoas Jurídicas. Dependendo da amplitude da reforma pretendida, aconselhamos que se adotem procedimentos prévios à realização da assembléia, visando não só facilitar os trabalhos na própria assembléia, quando a categoria já terá discutido amplamente as propostas de reforma como também a mobilização dos associados para comparecimento nesta assembléia, até pelo alto quorum exigido para a sua instalação.

Assim, é comum que entidades sindicais formem comissões para elaboração de proposta de alteração estatutária, abrindo prazo para que outras propostas encaminhadas e possibilitando a defesa política das mesmas etc. Enfim, abrindo todo um processo prévio para finalizar com a realizacão da assembléia, fazendo com que os associados se envolvam previamente com as discussões sobre o novo estatuto.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Luis Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Estatutos da Adufrj

Artigo 49 - A reforma dos presentes estatutos só poderá ser feita em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, com a presença de pelo menos 10% (dez por cento) dos sócios no gozo de seus direitos previstos nestes estatutos e por deliberação de, no mínimo, dois terços dos sócios presentes.

§ 1º. - Esta reforma estatutária deverá ser referendada por uma consulta plebiscitária, realizada num mínimo de 20 e num máximo de 40 dias após a Assembléia Geral, mediante o envio de cédulas especiais a todos os sócios quites e exigindo-se para sua aprovação maioria simples.

§ 2º. - Se pelo disposto no parágrafo anterior a data do plebiscito cair em período de férias escolares este plebiscito fica automaticamente transferido para a segunda semana do período letivo seguinte.

Estatuto da Andes-SN
Artigos sobre seções sindicais

Estrutura organizativa da Andes-SN:

Art. 13. São instâncias da Andes-SN:

I - Congresso da Andes-SN (Congresso);

II - Conselho da Andes-SN (Conad);

III - Diretoria da Andes-SN (Diretoria);

IV - ADs- Seções Sindicais (ADs-SSINDs) constituídas por:

a) Assembléia Geral;

b) Diretoria;

c) Outros órgãos constituídos no seu interior nos limites deste Estatuto e de seu regimento.

ADs-Seções Sindicais:

Art. 44. A AD-Seção Sindical (AD-SSIND) é a menor instância organizativa e deliberativa territorial da Andes-SN.

§ 1º. A AD-SSIND possui regimento próprio aprovado pela Assembléia Geral dos docentes a ela vinculados, respeitado o presente Estatuto.

§ 2º. A AD-SSIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto.

Art. 45. A constituição de uma AD-SSIND será homologada mediante a apresentação das atas das assembléias gerais que, convocadas especificamente para este fim, com ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (Art. 70, parágrafo único), propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto.

§ 1º. A realização da Assembléia Geral deve ser previamente comunicada ao Vice-Presidente Regional da respectiva Região de modo a possibilitar o seu acompanhamento.

§ 2º. O Conad ou a Diretoria podem homologar a constituição de uma AD-SSIND, ad referendum do Congresso, atendidas as exigências previstas no caput deste artigo.

§ 3º. O Congresso ou o Conad, ad referendum do Congresso, apreciará a revogação da homologação de constituição de AD-SSIND se esta deixar de repassar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição à Tesouraria da Andes-SN, por prazo igual ou superior a seis (6) meses.

Art. 46. As alterações nos regimentos das ADs-SSINDs serão homologadas pelo Congresso ou pelo Conad, ad referendum do Congresso, que verificará exclusivamente sua compatibilidade com este Estatuto.

Art. 47. São atribuições da AD-SSIND:

I - sindicalizar os docentes de sua jurisdição à Andes-SN;

II - representar perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais e individuais dos sindicalizados de sua jurisdição nas questões que lhe sejam específicas;

III - fixar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição territorial destinada ao seu custeio nos termos do seu regimento;

IV - receber e repassar à Primeira Tesouraria da Andes-SN as contribuições financeiras estabelecidas pelo Congresso ou pelo Conad.

parágrafo único. O regimento da AD-SSIND estabelece dentro dos limites deste Estatuto outras atribuições, entre elas, aquisição, administração e destinação de seu patrimônio, eleição de seus diretores e respectivos processos eleitorais.

Art. 48. A AD-SSIND tem como instância deliberativa máxima a Assembléia Geral dos sindicalizados à Andes-SN vinculados à sua jurisdição territorial.

parágrafo único. Por jurisdição territorial se compreende uma Instituição de Ensino Superior.

Art. 49. O regimento da AD-SSIND pode estabelecer outros órgãos deliberativos ou executivos, além da Assembléia Geral e da Diretoria.

parágrafo único. A AD-SSIND elege sua Diretoria pelo voto secreto e universal dos sindicalizados a ela vinculados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 50. As ADs-SSINDs estão subordinadas às suas respectivas Assembléias Gerais para assinatura de acordos, convênios ou contratos de trabalho, podendo a Assembléia delegar à Diretoria da Andes-SN a assinatura dos mesmos.

Disposições transitórias:

Art. 70. A Andes-SN reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XV Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

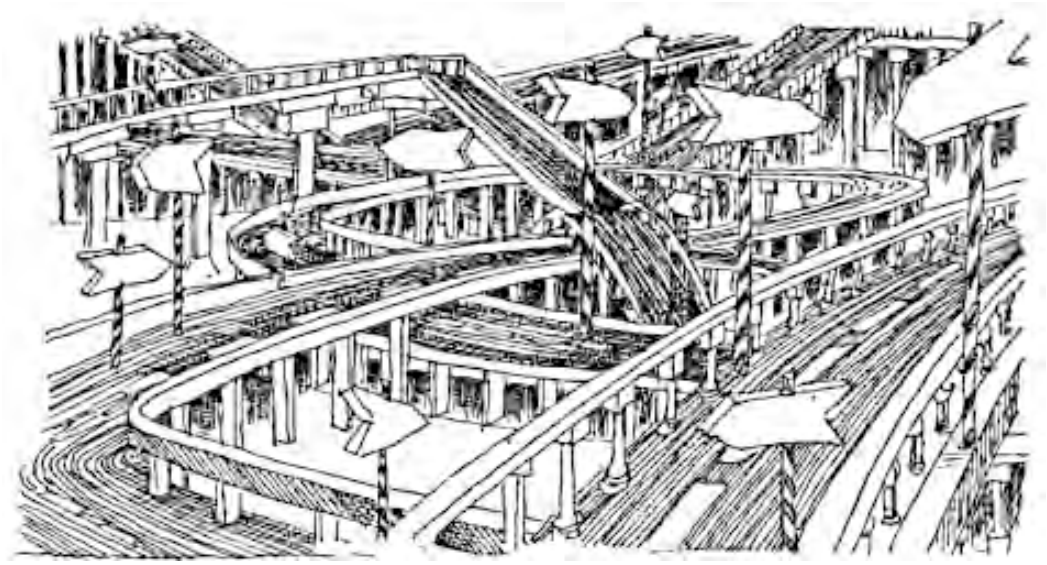
parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituirem em ADs-SSINDs deverão, até o XVI Congresso, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (Art.45), para homologação perante o Conad, ad referendum do Congresso (Art.23, XI), ou perante o Congresso (Art.15, VI).

"A Cotav vai passar a ser Copav, permanente, isto já está aprovado no CEG e no CEPG. O objetivo é dar continuidade ao processo, a alocação de vagas tem que ter um fluxo contínuo". Reitor Paulo Gomes

Novas vagas são insuficientes

Em agosto passado, quando os concursos públicos para docentes nas universidades federais foram liberados, a Comissão Temporária de Alocação de Vagas VII, constituída ainda em 95, passou a ser designada Cotav VII/VIII, ficando também responsável por distribuir as novas vagas. Mas, quando o penúltimo dia do ano chegou, e finalmente foram publicados no Diário Oficial da União os editais para 355 vagas abertas na UFRJ, certamente muitos chefes de departamentos se desapontaram.

Se o tempo de tramitação das requisições foi relativamente rápido - inclusive houve uma diminuição no prazo estabelecido para as inscrições -, determinado certamente pelo estado de carência de professores pelo qual há muito a UFRJ vem passando, o processo de distribuição de vagas deixou a desejar. Simplesmente elas não são suficientes para cobrir as necessidades dos inúmeros departamentos que compõem a maior universidade federal do Brasil. E são muitas as queixas em relação ao processo de alocação.



Um total de 760 pedidos, de quase todos os departamentos, chegaram à Cotav e destes, apenas 259 foram deferidos - a diferença de 96 docentes, para fechar a conta dos editais publicados em dezembro, deve-se à reserva técnica do reitor e a vagas resultantes de demissões, falecimentos, exonerações ou ainda, de concursos anteriores não realizados.

Das 355 vagas abertas, todas sob o regime de dedicação exclusiva, 21 são para professores auxiliares, 81 para assistentes, 188 para adjuntos e 58 para titulares. Esta orientação para a contratação de professores adjuntos é um dos lados mais visíveis da insatisfação que há em relação ao processo de distribuição de vagas na UFRJ, mas não a sua raiz.

Caso os pedidos para contratação de professores saídos dos departamentos tivessem chegado diretamente à Cotav, certamente o número total de solicitações teria sido muito maior. E o mesmo teria acontecido com o nível de insatisfação.

Tramitação

Conforme os últimos itens do Roteiro Padrão de Informações da Cotav - o manual de pedidos que cada departamento precisou preencher - o percurso da requisição passava pelo parecer circunstanciado da Congregação, por uma exposição, por parte do departamento, da articulação entre as suas estratégias acadêmicas e as diretrizes da unidade e, ainda, por um parecer do Conselho de Centro.

Só então o pedido aterrissava na Cotav, que para analisá-lo seguia as orientações estabelecidas em conjunto pelo CEG e o CEPG, além de alguns critérios definidos num encontro que os representantes da Cotav tiveram com o reitor. No relatório final da Cotav também estão alinhavados outros tópicos que nortearam a distribuição de vagas, como a não concessão de vagas para professor assistente a cursos que tenham programas de pós.

"Pedimos 12 professores, sendo 1 titular, 3 adjuntos, 6 assistentes 40 horas DE e mais 2 assistentes 20 horas, devido à especificidade do assunto: um de marketing e o outro, gerente de produção. Deste tipo de profissional, é difícil encontrar um que queira ficar exclusivo. Mas o Conselho de Centro assim não entendeu e cortou estes dois assistentes. Portanto, foi para a Cotav um pedido de 10 professores e obtivemos a resposta de apenas três adjuntos. Eu lamento", disse Mario Petzhold, cujo departamento, o de Engenharia Industrial, do qual é chefe, é o departamento da Escola de Engenharia com o maior número de alunos da graduação. Segundo contou, o departamento não sabe como vai fazer para iniciar as aulas em março, devido ao déficit de professores - atualmente, conta com 24 pro-

"O departamento não pode ter uma autonomia, a universidade como um todo é que tem que ter. O departamento está interligado às políticas da universidade". Reitor Paulo Gomes

"Pelo lado pessoal de gratificação plena, eu diria que é muito mais nobre ensinar um aluno de graduação do que ao aluno da pós". Mario Petzhold

fessores, sendo que a metade tem doutorado.

"Se você pensar no número de aposentadorias que foram estimuladas por este governo e nos vários colegas - desestimulados pela atual política de 25 meses sem reajuste - em fase de também pedir aposentadoria, nós estamos prevendo aqui para o departamento de Engenharia Industrial, um problema sério em relação a vagas", reclamou.

Problema que talvez pudesse ter sido resolvido se não prevalecesse a orientação de se priorizar a contratação de professores doutores, um dos critérios definidos na reunião com o reitor. "Concordo que para pós-graduação só se possa contratar com nível de doutorado, mas na graduação isto não se aplica. O argumento que me foi passado é o de que a política do CT é de só abrir vaga para adjuntos", disse Petzhold, embora no seu caso, o Centro tenha cortado apenas dois assistentes. Mas existem circunstâncias mais dramáticas.

Quem conta é o presidente da Cotav, professor Nei Calvano, do Instituto de Psicologia. "Alguns Centros aceitam os pedidos do departamento e não criam casos. Mas há Centros cujas congregações cortam estes pedidos. Eu já recebi chefes de departamento reclamando que das dez vagas requeridas, a Congregação só ajuizou uma. Nós não pudemos fazer nada". Ele ainda completou: "A média de pedidos é para adjuntos, principalmente no CT e no CCMN".

Se a contratação de professores doutores qualifica o corpo docente da universidade, e a adequa ao conceito de centro de excelência, por outro lado, ela deixa de formar os seus profissionais. E pode até mesmo chegar a interromper carreiras promissoras.

"Estamos preocupados com a informação de que neste ano não haverá mais programa tutorial. No nosso departamento, na média, o aproveitamento tutorial foi bom, inclusive com alguns tutorandos sendo homenageados pela turma. Isso significa que entre os alunos que estão fazendo mestrado e doutorado, existem excelentes profissionais, e que este é um programa que eu vejo com sucesso", disse Mario. Este tutorando homenageado, por exemplo, tem mestrado, já está fazendo a sua tese de doutorado e poderia ser contratado agora, como assistente, para logo em seguida ser promovido a adjunto.

Reserva Técnica

Outra questão que tem gerado insatisfação é a da reserva técnica do reitor, que tem a prerrogativa de disponibilizar pessoalmente um certo número das vagas que a universidade recebe. Geralmente, 10% do total - pelo menos este foi o acordo que selaram a Cotav e o reitor Paulo Gomes no que tange ao último lote de vagas concedido à UFRJ.

O professor Petzhold é um dos que não concordam com este critério. "O que eu acho lamentável neste processo da reserva técnica é o fato de determinados órgãos da UFRJ terem seu pedido avaliado pela Cotav, terem ganho *x* vagas, e ao fazerem seus reclamos ao reitor, este alocar *x* mais *y* vagas, mostrando que o critério político predomina sobre o critério técnico. Acho que este critério da reserva técnica para o reitor deve ser exercitado como um critério técnico e político, e não puramente político, como me parece ser o que aconteceu nesta ocasião".

Opinião obviamente não compartilhada pelo reitor: "Eu procurei ouvir os diretores e decanos e não tomei uma decisão unilateral, do tipo quero colocar vagas em tal lugar. O que eu fiz foi o seguinte: cada diretor chegava com as suas necessidades, cada decano chegava com as suas necessidades, eu padronizei os pedidos e depois liberei o disponível. Não houve uma distribuição unilateral. A distribuição foi em função das demandas deles, e da disponibilidade". Paulo Gomes acredita que os dirigentes das Unidades têm que defender aquilo que o corpo deliberativo dos seus departamentos mandaram. "Então, eles têm que vir aqui brigar pelas suas vagas. Obviamente, o número de vagas não é infinito e você tem que fazer priorizações. E isto não pode ser tratado como um conchavo".

Ele também não vê problemas na prioridade à contratação de professores doutores. "Quanto mais qualificado o professor, melhor. Porque se você contrata um auxiliar, logo depois você vai ter que dispensá-lo para que ele possa fazer o mestrado, que são três anos, e em seguida, para fazer o doutorado, e aí mais quatro anos. Ele entrou para ser dispensado por sete anos. Esta é uma política oficial, não é minha, é dos colegiados: de contratar, sempre que for possível, professores já com a pós-graduação".

O professor Petzhold não se furtou a uma opinião sobre a prioridade que a UFRJ vem operando em nome da pós-graduação: "Acho que falta um pouco de política, dos colegiados superiores, voltada para a graduação. Embora reconheça que determinadas pessoas da atual reitoria batalhem pela graduação, o que na verdade existe é um ranço dos colegiados, sempre priorizando a pós-graduação, devido a esta tradição de a UFRJ ser mais conhecida pela excelência de seus cursos de pós-graduação. Mas há que se lutar para conseguir a melhoria destes cursos".

Para o presidente da Adufrj, José Miguel Saldanha, "o que está em questão é quem tem o poder de decidir sobre a distribuição das vagas e não se os critérios dessa decisão devem ser técnicos ou políticos, pois na verdade só existem critérios políticos. E afinal quem decide tudo é mesmo o reitor, pois é ele que diz quantas vagas a COTAV tem para distribuir pelos seus critérios, mantendo para si próprio uma "reserva técnica", que distribui de acordo com os seus próprios critérios, que são, portanto, diferentes dos da COTAV. Como é que esses critérios são, afinal, aplicados? Nem o relatório da COTAV nem as explicações do reitor respondem. O que deveria haver é uma discussão ampla na comunidade a partir da exposição pública das demandas originais dos departamentos. Assim, a necessária autonomia da universidade como um todo de que fala o reitor seria de fato de toda a comunidade e não de um seleto grupo de iluminados dos colegiados superiores".

Em relação à formação, para José Miguel "a justificativa dada para a prioridade na contratação de doutores representa, na realidade, a idéia de que a universidade não deve ter o custo da formação dos seus professores e que estes devem formar-se com seus próprios recursos, na melhor das hipóteses com o auxílio de bolsas precárias e incertas. Na verdade, o que se tem visto com muita frequência é que os doutores que já ingressam na universidade nessa condição relutam em trabalhar na graduação, deixando essa tarefa para os que ainda não se titularam e que tentam fazê-lo enquanto continuam trabalhando, a maior parte das vezes com pouca ou nenhuma redução da sua carga horária. Curiosamente, quem também está carregando nas costas boa parte da graduação da UFRJ são exatamente alunos de mestrado e doutorado do programa tutorial, que não têm suas obrigações escolares por isso diminuídas e ainda por cima estão sem receber suas bolsas de tutoria há meses. Aliás, o CEG e o CEPG estarão em reunião conjunta no dia 21/2 discutindo justamente a questão da carga horária dos docentes. Que tal começarmos a discutir essa questão realmente a sério"?

Movimento docente

Andes-SN prepara seu XVI Congresso

Avançam os preparativos para viabilizar o XVI Congresso da Andes-SN a ser realizado em João Pessoa, de 25 de fevereiro a 2 de março, com o tema "Democracia, Autonomia e Defesa da Universidade". O maior objetivo do encontro será a definição do Plano de Lutas para este ano.

A diretoria da Andes-SN, reuniu-se de 10 a 13 do mês passado para elaborar o Caderno de Textos do XVI Congresso. Ele contém contribuições da diretoria, de várias seções sindicais e de sindicalizados para a intensificação das discussões sobre o temário do congresso, que está já está à disposição na sede da Adufrj, em forma de arquivo Word 6.0. Ou então, acessar diretamente da home-page da Andes-SN, cujo endereço é: http// www.andes.com.br.

MEC inicia diálogo

Um mês e 15 dias após a Andes-SN ter protocolado no gabinete do MEC a Pauta de Reivindicações do Setor dos Docentes das Ifes, junto com o pedido de abertura de negociação, finalmente o secretário do Ensino Superior Abílio Baeta Neves foi indicado pelo ministro Paulo Renato como seu representante para iniciar o diálogo. A diretoria do sindicato já encaminhou ofício solicitando audiência com Baeta, na perspectiva de iniciar o processo de negociação.

Defesa do salário

A CNESF reuniu-se com a Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público, dia 21, para discutir o encaminhamento da primeira reunião com os representates do Mare, realizada um dia depois, que contou com a presença dos professores Lafaiete Neves e Rubens Freire, representando a Andes-SN. Os primeiros pontos da discussão são a defesa do salário, que inclui a reposição das perdas salariais desde janeiro de 95, o reconhecimento da database dos SPF, a política salarial que contemple o ICV/Dieese, a incorporação do teto da GAE e o pagamento imediato dos 28,8% pagos a outras categorias.

Defesa do salário 2

Na primeira reunião no Mare, que aconteceu no dia 15 de janeiro, ficou acertada a realização de reuniões sempre às quintas-feiras, até o dia 27 de fevereiro. Também foi acordado que a sequência das discussões será de acordo com a ordem dos pontos da pauta de reivindicações apresentada.

Cronograma das reuniões:

06/02 - Defesa e qualificação do serviço público

13/02 - Avaliação do andamento das discussões

20/02 - Garantia dos direitos sociais

27/02 - Determinação da data para conclusão das negociações, segundo sugestão do Mare.

Greve dos servidores pode puxar greve geral

A plenária dos servidores públicos, reunida no último dia 26, em Brasília, ratificou as deliberações anteriores relativas à construção da greve geral. É entendimento que a greve dos SPF é um passo importante para a construção das greves dos servidores das três esferas do Poder Público (municipais, estaduais e federal) e da Geral. Ficou decidido que as entidades remetam as suas bases a discussão sobre o horizonte de deflagração da greve dos SPF. Na ocasião, ficou acertada que na próxima plenária, dia 17 de fevereiro, em Brasília, deverá ser discutida a data ou o período para a deflagração e reavaliado o calendário de lutas.

Agenda:

Dia 17/02 - Plenária Nacional dos SPF.

Dia 18/02 - Reunião de servidores das três esferas, em Brasília.

Dia 18/02 - Encontro da Regional Rio da Andes-SN preparatório ao XVI Congresso Nacional da Andes-SN.

Dia 19/02 - Ato de servidores das três esferas, em Brasília.

Paulo Renato na mira da Adufrgs

A Associação dos Docentes da UFRGS está reunindo material para embasar uma representação por crime de responsabilidade contra o ministro Paulo Renato de Souza. A Adufrgs já havia feito uma denúncia pública contra o titular do MEC, pedindo o seu impeachment, porque o ministério não pagou os precatórios dos docentes daquela universidade - relativos ao ano passado -, apesar de estarem contigenciados no orçamento daquele ano.

Segundo o presidente da Adurgs, Renato de Oliveira, "pela própria natureza de tramitação dos precatórios, ainda no ministério, nós temos condições de identificar responsáveis nos escalões intermediários que concorreram de forma decisiva para a ocorrência de delito administrativo, que é caracterizável como crime de responsabilidade".

Aí sim, segundo ele, o ministro poderia a vir a ser responsabilizado. Ele acredita que, juntando o máximo de dados possíveis do procedimento que acarretaram o atraso na liberação dos precatórios, irá conseguir que o Ministério Público acolha a representação e inicie uma investigação que possa identificar os responsáveis nos escalões intermediários.

"Nós temos que ser realistas. Nós entramos com uma representação contra o ministro na seção do Rio Grande do Sul do Ministério Público, mas ela não tem competência para imputar um ministro de Estado. Ela pode, no caso de concluir ter havido realmente crime de responsabilidade, instruir um processo e mandar para a Procuradoria Geral da República".

De acordo com Renato de Oliveira, as informações estão sendo levantadas através da análise do processo no próprio ministério. "Houve coisas, por exemplo, como a universidade ser obrigada pelo ministério a refazer por duas vezes os cálculos de abatimento do imposto de renda. No início, eles alegaram que houve um erro de cálculo, por parte da universidade, o que teria acarretado o atraso. Na realidade, eles que exigiram uma mudança no critério de cálculo, não havendo erro algum", disse.

Alarme Falso

Na penúltima edição, anunciamos que as bolsas de tutoria deveriam ser pagas na primeira semana do mês de janeiro, conforme o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, professor Façanha, havia anunciado à Comissão Pró-Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ, em reunião no dia 19 de dezembro. Mais uma vez, como vem acontecendo desde agosto do ano passado, era alarme falso. Há seis meses ouvimos dois tipos de resposta da universidade: ou dizem-nos que o pagamento vai sair logo ou simplesmente que a universidade não tem verba.

Na tal reunião com o professor Façanha, ele nos disse que na pior das hipóteses o pagamento sairia na primeira semana de janeiro, já com o orçamento de 1997. Desde então, temos feito contatos periódicos com a SR2 e SR3 na tentativa de obter informações e a única notícia que conseguimos é a de que não há previsão. O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) entrou em recesso no dia 10 de janeiro e só retorna as suas atividades regulares em março, soubemos, entretanto, que haverá uma reunião extraordinária no dia 14 de fevereiro. Caso as bolsas ainda não tenham saído, tentaremos formar uma comissão de tutorandos para comparecer à reunião do CEPG e reivindicar do Conselho um posicionamento diante dos absurdos que envolveram o programa de tutoria, como o não pagamento das bolsas e o uso de tutorandos como professores substitutos.

A partir do mês de março, estaremos divulgando as atividades que serão realizadas pela Comissão Pró-APG no primeiro semestre, visando a reestruturação da Associação de Pós-Graduados da UFRJ. Sem dúvida o programa de tutoria deverá ser objeto de negociação da APG organizada com a universidade. Por enquanto, a Comissão Pró-APG tem feito o possível para acompanhar as distorções que vêm ocorrendo no programa. Os tutorandos interessados em obter informações sobre a tutoria devem ligar para Elaine Monteiro (tel.: 226-4917) ou para a secretaria da Adufrj, deixando seu nome e telefone para que a Comissão possa entrar em contato e passar as informações sobre as negociações do pagamento das bolsas.

Comissão Pró-APG

Assembléia Geral da Adufrj

Dia 05 de fevereiro, de 14h às 17h

Salão Anísio Teixeira Faculdade de Educação Praia Vermelha

Opinião

A extensão universitária como integração

Regina Helena Simões Barbosa
Professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina
e do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva/UFRJ, e representante dos docentes do Nesc na Adufrj.
Este artigo foi publicado no jornal O Globo, dia 23 de janeiro de 1997.

Em meio ao acalorado debate sobre os rumos das Universidades Públicas brasileiras, a extensão universitária ocupa um lugar central. Para melhor nos situarmos, é fundamental a compreensão das diversas concepções de extensão que estão colocadas. Uma delas, bastante afinada com a visão do atual governo (e, por consequência, do Banco Mundial), entende a extensão enquanto uma "prestação de serviços" à sociedade. Subjacente a esta visão encontra-se a idéia de "mercado', ou seja, a venda de serviços com o intuito de gerar recursos, especialmente agora, quando a proposta de autonomia do governo pressupõe a desobrigação do Estado no financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior.

Vale lembrar que nem todas as áreas de conhecimento produzem produtos vendáveis como é o caso da Saúde Pública. Portanto, esta concepção privilegia os setores estratégicos para o atual modelo econômico global em detrimento daqueles de caráter mais social. Uma outra concepção de extensão, também em consonância com a política do atual governo, é aquela de caráter assistencialista, a de prestação de "serviços sociais" para os setores excluídos. Tal visão não vincula a prestação de assistência à formação dos alunos nem se preocupa com a produção do conhecimento.

O exemplo mais ilustrativo dessa corrente é o Universidade Solidária, que leva professores e alunos para os mais distantes rincões desse país sem um projeto consistente de aprendizado e sem que essa - muitas vezes rica - experiência se consolide, se aprofunde e se desdobre na formação de alunos e professores. Por fim, a concepção da extensão enquanto uma área indissociável do ensino e da pesquisa e enquanto uma das bases sobre as quais se assenta uma formação de qualidade, capaz de gerar conhecimentos solidamente amparados nas necessidades do país, não é nova.

Ela vem sendo gestada há anos nas Universidades Públicas e amplamente debatida em fóruns internos e externos às instituições formadoras. Tanto que a atual Constituição - que refletiu os debates e a diversidade de pensamentos a respeito do ensino superior - propugna a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse preceito - em vias de ser alterado pelas propostas de reforma constitucional em andamento - baseia-se na idéia de que a extensão, além de ser efetivamente uma prestação de serviços, especialmente àqueles setores que mais deles necessitam, é uma forma da Universidade estar em consonância com as necessidades de nosso país - tanto sociais quanto tecnológicas - produzindo um conhecimento inovador e criativo que nos coloque em situação de soberania no mundo atual.

Para tal, é necessário - imperioso mesmo, para não se cair no assistencialismo ou na prestação mercadológica de serviços - que os programas e projetos de extensão estejam integrados ao ensino, fazendo parte da formação curricular, e à pesquisa, gerando eles próprios os conhecimentos aprendidos na experiência concreta.

Na UFRJ, os Programas de Extensão, desenvolvidos nas mais diversas áreas do conhecimento, estão, desde julho de 1996, sem verbas e bolsas. Evidentemente, aqueles situados nas áreas ditas sociais, como os de saúde e educação, estão tendo grandes dificuldades de sobrevivência pois seus produtos não são valorizados no "mercado".

Porém, nós que trabalhamos e lutamos por um projeto de Universidade Pública a serviço de um país independente e soberano, continuaremos defendendo **a extensão universitária enquanto integração entre a universidade e a sociedade**. Só assim, estaremos formando profissionais capacitados a responder às difíceis e complexas questões do mundo atual.

Ano IV
24 de fevereiro
a 9 de março/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

25 meses sem reajuste salarial

Os 28,86% e a Adufrj

Os docentes associados à Adufrj estão postulando judicialmente os 28,86% de duas formas. A primeira é através de um mandado de segurança coletivo interposto pela Andes-SN no Superior Tribunal de Justiça requerendo a imediata incorporação do benefício que, caso seja julgado procedente determinará a incorporação imediata do percentual para todos os associados da entidade.

Este mandado de segurança encontra-se atualmente no Supremo Tribunal Federal. Até o mês passado, seu relator era o ministro Francisco Rezek. No entanto, com a aposentadoria do ministro, será designado um novo relator, muito provavelmente o próximo ministro a ser indicado para o STF, Nelson Jobim.

Além deste pedido, a Adufrj ajuizou no ano passado ação ordinária para aqueles associados que autorizaram a entidade expressamente para tanto. São 509 professores associados que buscam, além da incorporação, a recuperação dos atrasados. O processo encontra-se com a juíza Lana Regueira na 8ª Vara Federal. Esta semana, tendo em vista a decisão do STF e a postura do governo de não concessão de reajustes salariais, a Adufrj entrará com um pedido de antecipação de tutela (espécie de liminar) visando obter um pronunciamento da juíza sobre a imediata incorporação do percentual. Tão logo haja um posicionamento judicial, a Adufrj comunicará a seus associados.

Para aqueles associados que ainda não tem ação em andamento, seja através da Adufrj ou de advogado particular, a Adufrj está formando um novo grupo para ingressar em juízo ainda em março deste ano. Os professores que desejarem entrar nesta nova ação ordinária (na qual também pediremos a antecipação de tutela) deverão contactar a entidade para assinar a autorização individual e entregar os documentos necessários, que são: cópias autenticadas do CPF, carteira de identidade e contracheques de dezembro de 1992, janeiro e fevereiro de 1993. A secretaria estará recebendo esta documentação até o dia 21 de março.

Congregações vão debater LDB

Convocada pelos sub-reitores de Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR1), Neyde Felisberto, e de Ensino para Graduados (SR2), Marcos Palatnik, foi realizada na última sexta-feira uma sessão conjunta com os conselheiros do CEG e do CEPG para discussão da questão da carga horária do docente da UFRJ. Entretanto, o tema abordado ficou restrito à aplicabilidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB do Darcy), aprovada em dezembro do ano passado no Congresso Nacional.

A convite da sub-reitora, quem abriu os trabalhos na reunião foi Ana Maria Ribeiro, técnica em Assuntos Educacionais da SR1 e, segundo Neyde "uma das pessoas que mais entendem de LDB aqui na universidade". Ana Maria conduziu sua explanação destacando os pontos que considera passíveis de maiores dúvidas de interpretação, procurando chamar atenção para os pontos obscuros e, principalmente, se atendo aos itens que tratam do ensino superior, esta a parte que menos alterações sofreu no longo caminho percorrido pela LDB nos gabinetes do Congresso, sendo objeto de intensas disputas. E lembrou também que a Lei não define quais são os objetivos do ensino, da pesquisa e extensão e nem como se efetivará o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Colcha de retalhos

Esta "colcha de retalhos", como Ana classificou a LDB - que revoga todas as leis, decretos-leis e disposições em contrário -, apesar de não ter alterado em muito o capítulo do ensino superior trouxe algumas "novidades" como a substituição da dedicação exclusiva pela expressão tempo integral, ou a possibilidade do ensino presencial (em sala de aula) ser substituído pelo ensino à distância e a obrigatoriedade dos cursos noturnos, que apesar de contar com previsão orçamentária, a Lei não define que cursos e nem quais áreas.

No final da reunião, uma comissão mista do CEG e do CEPG ficou encarregada de elaborar uma proposta de pauta a ser enviada até o início de março às Congregações para que estas possam debater - a idéia é que a discussão chegue aos departamentos - e retornarem com as suas apreciações à comissão no máximo até o final de abril. Está marcado para o começo de maio o prazo para fechamento da proposta com as questões normativas que a comissão vai encaminhar ao Conselho Universitário da UFRJ. Os pontos que estão sendo propostos para a pauta são: a questão da carga horária miníma de oito horas semanais para os docentes (art. 57); a obrigatoriedade de pelo menos 1/3 dos docentes com mestrado e doutorado (art. 52); o ano letivo de 200 dias (art.47); a redução dos estudos para alunos considerados excelentes (art. 47); e os cursos sequenciais por campo de saber (art. 44)

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Servidores públicos ganham no STF

Brasília - Por seis votos a favor e quatro contra, na última quarta-feira, dia 19, o Supremo Tribunal Federal julgou favorável a ação impetrada por onze servidores públicos federais do Distrito Federal, solicitando a extensão dos 28,86% de reajuste salarial concedido em janeiro de 1993 aos militares, benefício posteriormente estendido aos servidores do Legislativo e Judiciário.

Votaram a favor dos servidores os ministros Ilmar Galvão, Sepúlveda Pertence, Maurício Correia, Carlos Veloso, Neri da Silveira e Marco Aurélio de Mello. E se posicionaram contrários os ministros Moreira Alves, Celso Mello, Sidney Sanches e Octávio Galotti.

Com esta decisão, fica reestabelecido o direito constitucional da isonomia salarial e aberta a perspectiva de ações judiciais idênticas. Esta decisão oferece uma clara sinalização da suprema corte do país acerca da constitucionalidade do reajuste que não foi concedido aos servidores do Poder Executivo. Espera-se que as instâncias inferiores, que já vêm com uma tendência majoritária de concessão do percentual pretendido, continuarão a concedê-lo.

A decisão do STF representa uma derrota política para o governo FHC, que tem feito pressão política e negado sistematicamente reajuste linear, afirmando a sua tese de reajustes diferenciados por categoria. Mas, não adianta ter ilusões: a luta é maior. É preciso mobilização para derrotar a reforma administrativa, que poderá jogar por terra esta vitória jurídica. O sinal já foi dado pela declaração do porta-voz da Presidência da República, Sergio Amaral, que após o julgamento manifestou, em nome do presidente, a necessidade de "urgência" da reforma administrativa e de aceleração do processo de demissão dos não-estáveis.

Reagindo às reclamações do governo federal contra a sentença que deu ganho de causa aos servidores, o relator do caso no STF, ministro Marco Aurélio Mello disse que não crê "que se possa chegar ao êxito do Plano Real pelo sacrifício dos servidores públicos".

XVI Congresso da Andes-SN

No período de 25 de fevereiro a 2 de março a Adufrj estará participando do XVI Congresso da Andes-SN, em João Pessoa - PB. Para a preparação da delegação foram realizadas duas reuniões internas além da participação em uma reunião promovida pela Regional Rio da Andes-SN, com a presença de todas as AD-Seções Sindicais do estado para a discussão dos temas que serão abordados no Congresso, como políticas públicas, Movimento Docente e conjuntura, um painel sobre Globalização, Privatização e Universidade, além de um Seminário sobre Formação Profissional.

A delegação que representará a Adufrj, tirada em duas assembléia gerais, é a seguinte: como delegados José Miguel Bendrao Saldanha (E.E.) e Rosane Evangelista Dias (CAp), Roberto Houaiss (FAU), Ruth Machado Barbosa (Inst. Psicologia), Regina Pugliese (CAp), Patrícia March (EBA), Roberto Leher (Fac. Educação), Walcyr de Oliveira (EEAN) e Sandra Martins (CAp); Clóvis de Figueiredo (CAp), Osvaldo Luiz de Souza (FAU) e Eduardo Gonçalves Serra (E.E.).

Greve das três esferas

A plenária dos SPF reunida no dia 17 de fevereiro em Brasília reafirmou a construção da greve das três esferas (federal, estadual e municipais) como real alternativa para a conquista das reivindicações. Também decidiu permanecer nas reuniões com o Mare até o dia 27 de fevereiro, quando será ressaltado ao governo que a plenária reconhece a importância da mesa de interlocução porém não a considera mesa de negociação. A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) apresentará ao Mare uma proposta de avançar nas discussões, propondo quatro mesas técnicas sobre orçamento, saúde e seguridade, questões funcionais (capacitação, carreira etc) e organização sindical. Foi aprovado um calendário de lutas para os próximos meses.

Calendário de luta dos Servidores Públicos Federais

11/12/13 de março - Seminário sobre Previdência Social, com parlamentares, em Brasília.

19 de março - Paralisaçào Nacional pelo Reajuste salarial, contra o PDV e reformas do Estado.

17 de abril - Término da marcha do Movimento Sem-Terra. Manifestações em todos os Estados e concentração em Brasília. caravana contra o desemprego promovida pela CUT.

18/19/20 de abril - Conferência sobre Serviço Público Federal, em Brasília.

1º de Maio - Atos políticos em todas as capitais, promovidos pela CUT.

15 de maio - Reunião com Sindicalistas da América Latina e Ato político, em Belo Horizonte, antecedendo a reunião dos ministros da Aliança do Livre Comércio das Américas, Alca, e empresários da América Latina, nos dias 16 e 17 de maio, na capital mineira.

Plenária das três esferas

A plenária das três esferas de servidores (federal, estadual e municipais) também aprovou o seu calendário de lutas, destacando para o dia 19 de março a realização de atos nos estados, com a participação do conjunto dos servidores públicos, e se possível com paralisação. Para isto, é fundamental a realização de reuniões e assembléias que caminhem para a construção de fóruns estaduais de servidores públicos dos três níveis. O calendário segue assim: 20 de março - reuniões setoriais; 21 de março - Plenária dos SPF; 22 e 23 de março - Plenária dos servidores públicos dos três níveis.

Suspensa reunião noMare

A derrota do governo no STF levou o Mare a suspender a reunião que estava marcada para o dia seguinte ao julgamento, na quinta-feira. Ao serem recebidos pelo chefe de gabinete do Ministério, José Walter, os representantes da CNESF foram consultados sobre a proposta de suspensão da areunião em decorrência da decisão do Supremo.

O chefe de gabinete, no entanto, garantiu que fica mantida a reunião do dia 27 de fevereiro. José Walter negou que a informação, veiculada por uma emissora de TV e um jornal, de que o governo só daria reajustes diferenciados por categoria é oficial. Ele assegurou também que até o final do mês de fevereiro não haverá demissões dos servidores não-estáveis. Os professores Lafaiete Neves e Fernando Molinos representaram a Andes-SN na reunião. Mas de acordo com o que foi publicado na edição do último dia 21 no Jornal do Brasil, o governo pretende mesmo dar aumentos diferenciados, que inclusive já estariam definidos: 261% para os auditores do INSS, 135% para os advogados da União e oficiais de chancelaria, 29% para os auditores da Receita Federal e menos de 5% para os demais funcionários.

Eleição para representante dos professores assistentes

A vaga que cabe ao representante dos professores assistentes no Conselho Universitário da UFRJ encontra-se em aberto desde abril do ano passado, quando expirou o mandato da professora Alícia Navarro, da Faculdade de Medicina. Nesta mesma época, a Secretaria de Órgãos Colegiados enviou, por duas vezes, ofício aos decanos para que estes providenciassem consultas internas visando a escolha do novo representante, mas não houve retorno.

A legislação que regulamenta o processo de escolha do representante dos professores assistentes no Consuni é do período da ditadura (de 1970) mas, em 92, o Conselho Superior de Coordenação Executiva da UFRJ decidiu promover algumas alterações. Tornando-o semelhante ao processo de escolha do reitor, esperava-se que pudesse gerar maior expectativa. No entanto, apenas uma chapa foi inscrita e o processo só caminhou devido ao empenho da professora Alícia e o de uma comissão de seis professores assistentes empenhados na sua representação no Consuni.

Agora, para que novas eleições se realizem é necessário que o reitor abra novamente o prazo de inscrições e, obviamente, que os docentes inscrevam as suas chapas. A partir daí, os Centros devem promover consultas internas para eleger uma chapa, e para a escolha dos dois delegados - um efetivo e um suplente - que homologarão o resultado final das consultas. E os professores assistentes poderão ter voz ativa no Conselho Universitário. Em reunião realizada no início deste ano com a diretoria da Adufrj, o reitor Paulo Alcântara se comprometeu em breve a colocar o assunto na pauta do Consuni.

Histórico

Na sessão de 11 de junho de 1970, em resposta a uma consulta do então decano do CCMN, professor Paulo Emídio Barbosa sobre os dispositivos estatutários que regulamentavam a escolha e o número de representante dos professores assistentes no Conselho Universitário, o mesmo aprovou o parecer da sua Comissão de Legislação, que fixava o seguinte entendimento:

a) Em cada Unidade, os professores assistentes elegerão, em reunião presidida pelo respctivo diretor; dois delegados; b) esses delegados, reunidos em assembléias convocadas pelos decanos, elegerão dois representantes para Centro; c) esses representantes, em reunião convocada pelo reitor, elegerão o representante dos professores assistentes no Consuni e; d) o sub-reitor de Ensino e de Graduação "diligenciará" para que se sejam procedidas oportunamente as eleições.

Programe-se

Concurso de Monografias da Fiocruz

Até o dia 15 de junho estarão abertas as inscrições para o Concurso de Monografias da Editora Fiocruz. Instituído em homenagem aos 50 anos do lançamento do livro A Geografia da Fome, o concurso é dividido em duas categorias: A Obra de Josué de Castro e Fome, Alimentação e Nutrição.

O vencedor de cada categoria terá sua monografia publicada pela Editora Fiocruz, além de um prêmio de R$ 5.000,00 e o pagamento dos direitos autorais. As monografias deverão ter um mínimo de 150 e máximo de 350 laudas, com 25 linhas em 72 batidas. As demais monografias também poderão ser publicadas, de acordo com as possibilidades da Editora. Informações pelo telefone 590-3789, ramal 2009.

Opinião

O calendário de transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-Sindicato Nacional prevê que esta mudança deverá estar concluída até maio deste ano com a realização de uma consulta plebiscitária para referendar a transformação, previamente aprovada em Assembléia Geral Extraordinária.

Estamos publicando nesta edição três depoimentos sobre a reforma dos estatutos da entidade, inaugurando um espaço que será ocupado pelas propostas dos docentes para o regimento da Seção Sindical. Lembramos que o prazo para a apresentação destas propostas vai até o dia 24 de março e as defesas públicas das respectivas contribuições estão marcadas para acontecer entre os dias 14 e 18 de abril.

Carlos Bernardo Vainer, Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur)

Eu acho muito positiva a transformação da Adufrj em Seção Sindical, mas o passo fundamental para isso é uma ampla discussão na comunidade docente da UFRJ para que o conjunto dos associados da Adufrj tome consciência do significado, hoje, da condição de sindicalizado. O principal é que isto não seja apenas uma mudança formal mas que expresse um processo político

Maria Cristina de Morais, presidente da Andes-SN

A transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes é uma prova do compromisso dos docentes da UFRJ em assumir a Andes enquanto sindicato nacional. Mesmo que, hoje, do ponto de vista interno da Andes-SN a Adufrj tenha poderes de uma seção sindical, o fato de assumir isto formalmente significa politicamente dizer: somos um sindicato.

Neste momento em que o governo federal tem todo um projeto político de não só desqualificar as entidades sindicais, mas de trabalhar com a perspectiva do seu desmonte, ter uma seção sindical como a dos docentes da UFRJ que aponte esta perspectiva, isto vai se dar num momento político bastante importante. É um grande passo político num momento importantíssimo.

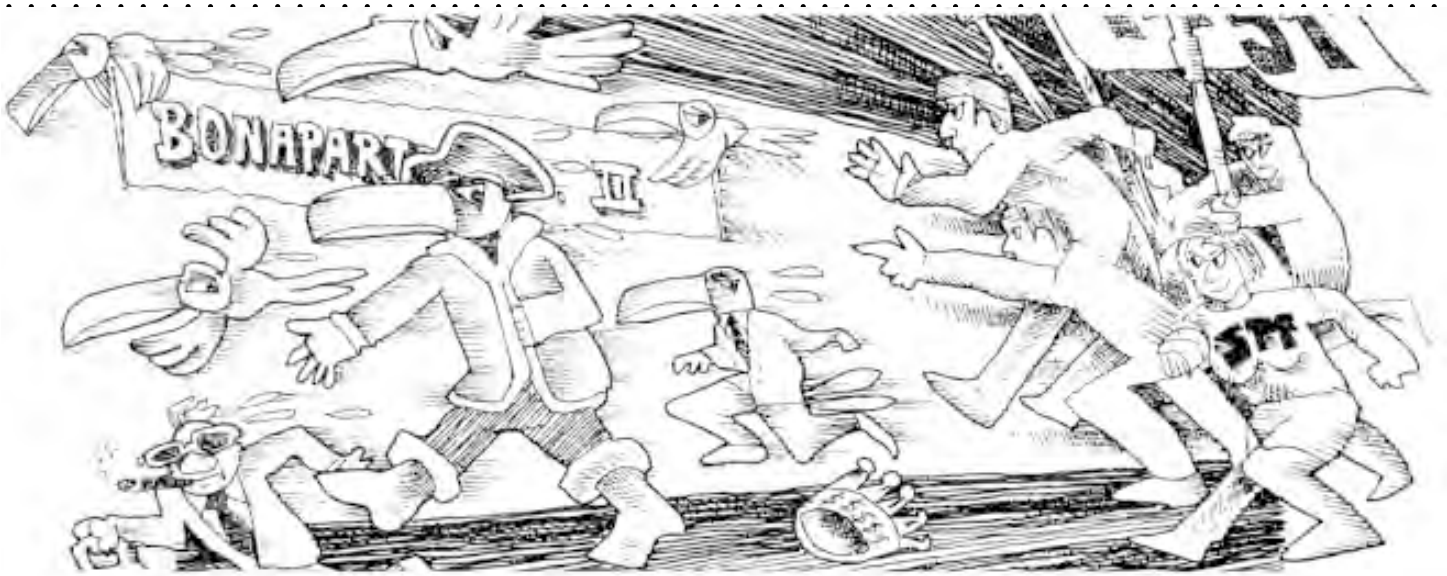
Margarida Carvalho de Santana, 1ª Vice-presidente da Regional Rio da Andes-SN

Com a conquista na Constituição de 1988 do direito dos servidores públicos de também se organizar em sindicato, a Andes se transformou em Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Menos de dez anos depois, temos quase a totalidade das Associações de Docentes, no gozo de sua autonomia, já transformadas em Seção Sindical da Andes-SN.

Um dos aspectos que vejo na Adufrj, que suas diretorias têm tentado encaminhar é esta característica de sindicato nacional sem perder a sua vitalidade acadêmica. Ela coloca a universidade na conjuntura, discute uma universidade democrática, autônoma, discute uma avaliação institucional. Nós temos conquistas a serem mantidas e outras que historicamente defendemos, ter uma organização social desta natureza é vital para a defesa dos nossos direitos.

O Sindicato tem que assumir o seu papel social que é organizadamente defender os direitos do trabalhador da universidade. Hoje, quando estão sendo desmanteladas todas as conquistas do trabalhador, com o governo tentando quebrar a espinha dorsal da organização dos trabalhadores, vem uma entidade como a Adufrj, politicamente fundamental na história da universidade neste país, e retoma com vigor a proposta de se transformar em Seção Sindical. Mesmo que ela já goze das prerrogativas, ao assumir esta discussão ela está se contrapondo, até porque isto está "fora de moda".

Mas politica e juridicamente, a transformação em Seção Sindical vai reforçar a atuação da Adufrj, de fato e de direito, na construção democrática e como interlocutora política e permanente destes trabalhadores. Tenho certeza que esta campanha vai ser um sucesso. Sindicato sim!



Quem recebeu abono não terá que devolver

O pedido de suspensão da execução da liminar que garantiu o direito ao abono pecuniário aos docentes que requereram suas férias até outubro do ano passado - e, inclusive, já receberam a venda das férias no contracheque de janeiro - não significa risco de perdas futuras do benefício. A informação é da assessoria júridica da Adufrj, que ainda não foi notificada oficialmente sobre a decisão do presidente do TRF da 2ª região, que acatou o pedido de suspensão da liminar pela Ufrj.

Segundo a assessoria jurídica da AD, os docentes que gozaram 30 dias de descanso e transformaram os outros 15 em pecúnia não poderão ser descontados sobre a venda do período, em função do recurso da Ufrj. O mesmo não acontece para os demais professores cujas férias foram programadas depois de outubro.

O recurso da Ufrj acatado pelo juiz suspende a liminar do abono e significa que os docentes que estão de férias em fevereiro ou estarão nos próximos meses perdem o direito, mas não definitivamente, já que o mérito da ação ainda não foi julgado, não existindo, portanto, uma decisão definitiva.

A assessoria jurídica recomenda que os professores que estão de férias este mês, mesmo sem o recebimento imediato do abono, retomem suas atividades antecipadamente como se estivesse vigorando a conversão de um terço delas em pecúnia. Ou seja, gozem tão somente os 30 dias de férias e não os 45 dias concedidos pelo Mare/Ufrj.

Aposentados

São beneficiados pela ação todos os associados da Adufrj, à época do encaminhamento do mandado de segurança TRF, mesmo que o número da matrícula constante da relação de associados corresponda ao da inatividade e não o da atividade. No caso da ação ser julgada procedente pela sentença do mérito, será possível exigir o pagamento para os professores que, apesar de constarem na Adufrj como aposentados, continuam exercendo suas funções na universidade e optaram pelo recebimento do abono.

Honorários

Lembramos que o contrato entre a Adufrj e a sua assessoria jurídica estabelece o pagamento de 10% a título de honorários advocatícios nas ações que obtiveram êxito, como é o caso do abono pecuniário.

Na Assembléia Geral do dia 05 de fevereiro, com a presença da nossa assessoria, foi proposto que se viabilizasse uma forma de pagamento parcelado, a ser descontado nos contracheques a partir de março. A viabilidade desta proposta ainda está em estudo e, em breve, será informado como se fará o pagamento dos honorários.

Rápidas

Orçamento da União com poucos recursos para educação

Brasília - O Congresso Nacional aprovou, no dia 30 de janeiro, o orçamento geral da União para 1997. Enquanto no ano passado, os recursos para educação foram de R$ 10,25 bilhões, em 97 o governo reservou R$ 11,5 bi, acrescentando apenas 13%.

A primeira vista, parece um pequeno aumento, mas totalmente irrisório frente às demandas sociais e cínico quando conferimos que no mesmo orçamento houve um acréscimo de 100% da receita destinada ao pagamento da dívida externa. De 114,14 bilhões pagos em 1996, este ano serão dirigidos nada menos de que R$ 223,80 bi para a rolagem da dívida.

Salários

A previsão de recursos para pessoal e encargos ficou em R$ 45 bilhões, pelo menos R$ 4 bi a mais do que o previsto para 96, um acréscimo de 7,5%. Com este aumento, o governo não tem mais justificativa para continuar segurando a reposição das perdas ocorridas nos salários do funcionalismo.

I Coned agora em disquete

Serão lançados em Brasília, no dia 19 de março, dois jogos de disquetes contendo todas as informações sobre o I Encontro Nacional de Educação - I Coned, realizado nos dias 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto do ano passado. O maior evento sobre educação no Brasil foi realizado em Belo Horizonte e reuniu cerca de 5 mil representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas ao setor.

Foram 489 trabalhos, comunicações, oficinas e painés apresentados por 1040 pessoas; 65 mesas redondas com 143 participantes; 10 conferências. Todo o material recolhido dos debates e discussões - 2.500 páginas - poderá ser encontrado, a partir da data do lançamento, na Secretaria do Coned.

Reeleição: a mentira que não vai dar certo

No dia 26 de janeiro último, o governo insistiu e ganhou o 1º turno da votação da Emenda Constitucional que permite a reeleição de ocupantes dos cargos eletivos dos executivo municipais, estaduais e federal. No dia seguinte, os diversos destaques apresentados pelas oposições foram rejeitados, inclusive o que obrigava o ocupante do cargo a se desincompatibilizar com o mesmo seis meses antes das eleições. Nem isto passou!

A que preço a Emenda da Reeleição foi aprovada? A mesma imprensa, que se estimula, informou sobre muitas manobras da jogada governamental. No mesmo dia, antes da votação, a Comissão da Câmara que apurava o "caso Marquinho Chedid" anunciou o arquivamento do processo, o que agradou muito ao PSD, partido do deputado acusado de corrupção das casas de bingo. O PMDB, mais preocupado em permanecer no poder do que defender os ideais do Dr. Ulisses, bandeou na sua maior parte para o lado do governo, pensando no terceiro cargo da sucessão presidencial, o de Presidente da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, Michel Temer, os ministérios que o PMDB detém são os peões da barganha. São inúmeros os casos de "toma lá, da cá". Também não por acaso, dois dias depois, foi aprovado pelo Legislativo, e destinado recursos para uso dos deputados, 1,5 milhão para a aplicação na base eleitoral de cada um.

O cinismo do governo é grande. Maior ainda a irresponsabilidade do Congresso, o pior dos últimos anos. A denúncia aos desmandos do governo FHC não deve ficar apenas no papel. É necessário que a sociedade organizada realize ações para enfrentá-lo. O ovo da serpente tem que parar de ser embalado pela mídia e pelos paladinos do neoliberalismo. Só os trabalhadores podem fazê-lo e para isto têm que ter a coragem de ir às ruas e destruir, no nascedouro, o projeto e os títeres que querem destruir o povo. O governo não é imbatível. Reafirmamos: não à reeleição de FHC.

OAB conclui que reeleição gera mandato ilegítimo

São Paulo - A Ordem dos Advogados do Brasil enumerou, em documento distribuído para todo o Brasil, os argumentos jurídicos para contrariar a reeleição: 1 - Por ser prática estranha à cultura política e republicana brasileira, se implantada sem prévia aprovação popular, produziria um mandato eivado de vício insanável - a ilegitimidade; 2 - Ao eleger o atual presidente, o povo não sabia que ele desfrutaria o provilégio de tentar reeleger-se, portanto, reeleição assim é deslealdade; 3 - Nossa Constituição afirma que "Todo poder emana do povo, que o exerce por meios de seis representantes eleitos ou diretamente". Logo, o povo não delega o poder, mas exerce-o ou autorga-o; 4 - Há quase um século, Rui Barbosa, nosso maior jurista, já bradava contra as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas" e condenava "as ditaduras de todo o genêro, militares ou cientíticas, coroadas ou populares".

A OAB demonstrou desconforto ético-jurídico em relação à reeleição, ao tornar público o documento.

Ano IV
10 a 16
de março/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

26 meses sem reajuste salarial

Solidariedade

XVI Congresso da Andes-SN defende autonomia e aponta a necessidade de união dos trabalhadores

páginas 3, 4 e 5

28,86%, abono e Plano Bresser

página 7

CCS discute autonomia

página 2

Rápida

Congresso da Andes-SN

João Pessoa -25 de fevereiro a 2 de março

A Assembléia Legislativa da Paraíba realizou no dia 28 de fevereiro a sessão extraordinária "Universidade pública, gratuita e de qualidade" em homenagem aos participantes do XVI Congresso Nacional da Andes-SN. Com o plenário lotado de docentes de todo país, até o senador pelo PMDB da Paraíba e empresário da educação no Rio de Janeiro, Ney Suassuna, em visita ao Estado, defendeu uma "educação gratuita e de qualidade para todos os cidadãos brasileiros". Na ocasião, também houve o lançamento da revista Universidade e Sociedade.

Plenária do XVI Congresso da Andes-SN

CCS discute autonomia universitária

A Coordenação de Atividades Científicas e Culturais do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho promoveu na última quarta-feira, dia 5, uma mesa redonda sobre autonomia universitária. Como enfatizou o professor Darcy Fontoura, coordenador do evento, este é o momento de se provocar nos alunos e professores o estímulo à reflexão, antes que todos "sejamos apanhados de surpresa".

Embora não tenham se aprofundado em suas análises, até por conta do tempo escasso, tanto o professor Jorge Guimarães, do departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, como o professor Reinaldo Guimarães, do Instituto de Medicina Social da Uerj e o presidente do IBGE, Simon Schwartzman, os expositores, puderam contribuir para promover esta discussão, que já deveria estar no centro das atenções da comunidade.

Transitando mais pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Darcy Ribeiro), recentemente aprovada no Congresso Nacional, e depois de lembrar que alguns cursos privados hoje já oferecem cursos de doutorado em apenas seis meses, o professor Jorge Guimarães se deteu mesmo sobre os aspectos da avaliação institucional.

Com a autoridade de ter estudado o tipo de avaliação utilizado na Inglaterra - "sistema "premiador" -, implantado quando estas começaram a se refazer dos estragos provenientes da era Margareth Tatcher. Seus estudos inclusive se transformaram em uma proposta de avaliação, já enviada ao MEC.

Ele acredita que a imposição de alguns mecanismos de avaliação são salutares, tanto para universidades públicas quanto privadas, embora tivesse lamentado o abandono, por parte do governo, do Paiube - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

Jorge acha que se fosse entregue às sociedades científicas esta função de avaliação, "claro que não isoladamente, nós poderíamos começar a achar um caminho".

Diferenças

Reinaldo Guimarães lembrou que este é um projeto de autonomia vindo de fora para dentro e decorrente de aspectos econômicos, ao contrário da autonomia pretendida pela universidade em décadas passadas, sempre motivada por aspectos políticos e quando então o governo sempre resistia. "A visão governamental, tipo toma que o filho é teu, parte da idéia de que o setor público é deficiente, e que o seu futuro caberá ao setor privado". Este regime de outorga, o financiamento extremamente apertado e com estímulos a busca de recursos externos vão acabar, de acordo com Reinaldo, desmontando o sistema federal.

Setor produtivo

Já o presidente do IBGE, Simon Schwartzman, não vê neste projeto de autonomia universitária nada que possa afetar a pós-graduação. "A pós-graduação no Brasil sabe o que quer e isto não vai mudar". Ele acredita que o projeto do governo persegue exatamente esta condição para a graduação.

Simon não identifica muitas alterações nos atuais moldes em que se assenta a universidade pública. Para ele, a proposta do governo é muito conservadora em relação ao que está aí, e aproveitou para criticar os departamentos, a quem classificou de dinossauros organizacionais: "O que existe atualmente é: eu não faço nada e você não me aborrece".

O conservadorismo departamental também é, para o professor Reinaldo, "um dos entraves ao desenvolvimento das universidades". Para ele, uma reforma departamental é prioritária.

A discussão na UFRJ

No ano passado, o Consuni da UFRJ aprovou moção contra qualquer mudança no artigo 207, que garante a auto-aplicabilidade da autonomia legitimada no texto constitucional, e a Adufrj promoveu um debate com a participação dos reitores da Ufscar, da Unesp e da UFRJ. Como disse o professor Darcy: "ninguém vai fazer por nós o que temos de fazer".

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Presidente da Andes-SN, Maria Cristina, saúda os professores na abertura do Congresso, em João Pessoa

Autonomia, democracia e unidade

Docentes querem autonomia universitária, rejeitam as reformas liberais de Fernando Henrique e lutam pela unidade dos trabalhadores

Foi grande a participação das Seções Sindicais no XVI Congresso da Andes Sindicato Nacional, que contou com a presença de cerca de 400 docentes, entre delegados (289), observadores e convidados. Embora a reforma educacional do governo FHC, representada pela recém aprovada Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB do Darcy - e pelo projeto de emenda constitucional 370/A, que regulamenta a autonomia das universidades, seja o principal instrumento usado hoje pelo governo na privatização do ensino e na restrição cada vez maior do acesso da maioria da população ao conhecimento e à pesquisa, os representantes da Andes-SN retornam às universidades, após mais um encontro nacional, com a certeza de que a crise por que passa a universidade pública brasileira é mais do que nunca um problema que atinge a todos os trabalhadores, urbanos e rurais, das grandes e pequenas cidades.

Com base neste entendimento, um dos principais eixos de luta do movimento docente para o ano de 1997 é a unidade dos movimentos do serviço público federal, estadual e municipal com as demais categorias do setor privado, das estatais e do movimento dos Sem-Terra. A perspectiva apontada pelos docentes, reunidos durante uma semana em João Pessoa, na Paraíba, é, a exemplo dos movimentos que vêm ocorrendo em outros países da América Latina - como na Argentina e Chile - a construção imediata da greve geral dos trabalhadores para, juntamente com os partidos e forças políticas que se contrapõem à gestão neoliberal de FHC, barrar as reformas constitucionais em curso e suas medidas anti-populares como a venda da Vale do Rio Doce e a privatização da Universidade de Tocantins.

O XVI Congresso da Andes-SN, aconteceu na semana de 25 de fevereiro a 2 de março. Foram cinco dias de discussões e se nem todos tiveram direito a voto, todos tiveram sua fala democraticamente garantida nos grupos mistos e plenárias, que chegaram a receber mais de 40 inscrições sobre um só tema da pauta. Um desses temas, exaustivamente discutido pelo plenário, foi a proposta de resolução pela qual o Sindicato deverá ocupar espaços institucionais, apresentando, quando achar necessário, projetos de lei ou emendas à legislação vigente, como forma de fazer avançar o seu projeto de

Movimento Docente

Congresso da Andes-SN
João Pessoa
25 de fevereiro a 2 de março

universidade, que difere enormemente dos projetos do governo.

O texto, aprovado por uma diferença de apenas um voto contrário (119 a 118) e sete abstenções, na prática não altera em nada os encaminhamentos até hoje formulados e executados pelo Sindicato, segundo a atual diretoria do Sindicato, cuja tese é a de que a luta no campo institucional e a luta no campo sindical em articulação com as demais categorias profissionais e a sociedade não são excludentes.

Segundo o diretor da entidade Lafaiete Neves, a Andes-SN, nos últimos anos, encaminhou e participou de várias inciativas junto ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário, quando da tramitação da LDB e das várias lutas pelos reajustes salariais garfados da categoria, durante os últimos governos. O professor citou o exemplo da abertura de diálogo com o MEC e o Mare, no início deste ano, em torno da campanha salarial, e do acompanhamento da ação dos 28,86% no STF como momentos em que a Andes esteve presente no chamado "espaço institucional" pressionando governo, parlamentares e juizes, buscando espaço na mídia e esclarecendo a opinião pública sobre as propostas e direitos do movimento.

Este debate, no entanto, revelou que há, hoje, no interior do movimento docente, pelo menos duas visões sobre estratégia de enfrentamento da categoria frente às constantes ameaças do atual governo federal. O grupo que apresentou o texto resolução defende que há, no atual momento político, contradições internas na estrutura do governo de do Congresso que permitem a apresentação de projetos de lei e emendas às emendas do governo como forma de obter ganhos para o movimento docente e para o serviço público.

Já a diretoria do Sindicato defendeu que o governo Fernando Henrrique tem deixado clara a sua intenção de desqualificar os movimentos sociais e os sindicatos, principalmente quando se nega a negociar 26 meses sem reajuste salarial. Para a presidente da Andes-SN, professora Maria Cristina de Moraes, a atual formação do Congresso Nacional desfavorece qualquer possibilidade de negociação de emendas nas reformas em tramitação, onde, fora os representantes dos partidos de oposição, os parlamentares se vendem e se rendem a cada votação aos projetos governistas.

Quanto à participação do Sindicato dos Docentes na CUT, o Congresso de João Pessoa rejeitou, novamente, a centralização das finanças dos sindicatos na Central, ou o chamado Sindicalismo Orgânico, e apresentou uma proposta de contribuição que repassa 6,2% da arrecadação da Andes-SN junto às Seções Sindicais para a central.O repasse anterior era de 5,5%.

Foi aprovado também um fundo de solidariedade (1% sobre o repasse de cada Seção Sindical à Andes) que será destinado a cobrir despesas jurídicas e de apoio a professores que sejam demitidos arbitrariamente ou sem justa causa pelas instituições contratantes. A medida será apreciada em julho, pelo próximo Conad, na cidade de Palmas, Tocantins, e beneficiará os docentes das instituições particulares de ensino que normalmente são privados da organização de classe e sofrem com as demissões e ameaças sempre que tentam se organizar em torno de uma Associação Docente ou do Sindicato.

As muitas horas diárias de debates, análises de conjuntura, exposições de idéias, defesas e votações certamente exigiram muito dos 400 participantes deste evento, em disposição e vontade de transformar o atual estado de coisas. Mas o caráter democrático do encontro superou as divergências pontuais e serviu para mostrar, mais uma vez, que o movimento docente está fortalecido e continua plenamente disposto a brigar por uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade a serviço de toda a população brasileira.

Conad em Tocantins

A cidade de Palmas, em Tocantins, foi escolhida para sediar o próximo Conselho Nacional das Associações Docentes da Andes-SN para marcar a luta dos professores contra a privatização das universidades públicas, a exemplo da Universidade Estadual de Tocantins. A Unitins foi privatizada por meio de medida provisória encaminhada pelo governador José Wilson Siqueira Campos à assembléia legislativa. A Unitins era a única instituição de ensino superior pública. Aos estudantes de Tocantins sobraram as opções de pagar caro pela formação, desistir ou abandonar a região. O próximo Conad será realizado no mês de julho e será organizado pela Andes-SN em conjunto com a Adunitins.

Eixos de lutas para 1997

■O movimento docente decidiu investir esforços para construir a greve geral dos trabalhadores e a greve do serviço público como um componente no processo da greve geral.

■A Andes-SN ampliará sua participação na CUT , fortalencendo o movimento sindical classista autônomo.

■Os docentes reafirmaram a luta contra a privatização da Universidade e a sua intransigente defesa, enquanto patrimônio público do povo brasileiro, a quem deve servir e com quem deve trabalhar, na perspectiva da democratização do saber e da construção da cidadania.

■O movimento docente decidiu centrar-se na defesa da autonomia universitária que está definida no projeto da Andes-SN para a universidade brasileira (caderno 2/1996).

■O Sindicato procurará trabalhar as questões específicas da categoria e combiná-las com as lutas gerais da sociedade, tentando ocupar todos os espaços, seja dentro ou fora das instituições, com o objetivo de fazer avançar o projeto da Andes-SN para Universidade Brasileira.

■A Andes-SN apresentará, quando necessário, projetos de lei e alterações na legislação vigente, para ampliar os espaços de uma ação democrática comprometida com os interesses da maioria da população brasileira, principalmente nas questões pertinentes à educação e ao desinvolvimento científico e tecnológico.

■O Sindicato dos docentes reafirmou a ampla rejeição ao projeto neoliberal do governo e a defesa da democracia na construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.

26 meses sem reajuste

A Andes-SN vem, desde o início do ano, agendando reuniões sucessivas com representantes do MEC e participando de reuniões conjuntas com a Fasubra e com o Mare, tentando encaminhar e abrir um processo de negociação em torno da campanha salarial dos servidores públicos federais. A última audiência que a direção da Andes-SN teria com o secretário de ensino superior (Sesu/MEC), professor Abílio Baeta foi cancelada pelo ministério. A reunião estava marcada para o dia 5 de março. O cancelamento não foi justificado. A postura do MEC demonstra que há um descompromisso e protelação de diálogo com a categoria docente. A pauta deste encontro seria a Autonomia Universitária e a questão salarial.

Diante da intransigência do governo federal em discutir com os servidores públicos uma pauta de reajuste salarial que dê conta de mais de dois anos sem qualquer negociação, o movimento docente não vê outra saída senão apontar para a realização de uma greve dos SPFs, principalmente nas universidades.

Para os docentes uma greve apenas do serviço público não será suficiente para fazer o governo recuar das reformas e abrir canais de negociação salarial com o funcionalismo.

Para o professor José Pinheiro, presidente da Associação dos Docente da Universidade Federal do Ceará, aconstrução da greve no serviço público tem que ser um momento de construção da greve de todos os trabalhadores, em articulação com as centrais sindicais. "Nós tivemos, ao longo destes últimos quinze anos, todo um processo de construção de greve no serviço público. No governo Sarney, tivemos grandes vitórias, às vezes até com greves específicas. Só que a conjuntura mudou de uma forma brutal neste tempo, e contra os trabalhadores", comenta.

Pinheiro é militante do movimento docente e já foi da diretoria da Andes-SN, na gestão anterior. Para ele uma greve exige construção e implica em várias etapas. Uma das etapas é fazer com que as direções busquem sensibilizar a categoria para que ela tome a frente do movimento. "Nenhuma categoria, em momento algum da história, conseguiu fazer uma greve sem um exaustivo trabalho das suas direções. Cabe às direções fazer uma leitura correta da realidade e buscar convencer a categoria que uma greve neste momento é fundamental para garantir não só um serviço público de qualidade, mas a própria idéia de instituição pública."

Calendário de atividades do movimento docente e SPFs

11/12/13 de março *- Seminário sobre Previdência Social, em Brasília.*
19 de março *- Dia nacional de luta dos servidores públicos federais, com atos, reuniões, panfletagens e paralisação nacional pelo reajuste salarial, contra o PDV e reformas do Estado.*
17 de abril *- Término da marcha do Movimento Sem-Terra. Manifestações em todos os Estados e concentração em Brasília. Caravana contra o desemprego promovida pela CUT e Grito da Terra Brasil (Contag).*
18/19/20 de abril *- Conferência sobre Serviço Público Federal, em Brasília.*
1º de Maio - Atos políticos em todas as capitais, promovidos pela CUT.
14 e 15 de maio *- Reunião com Sindicalistas da América Latina e ato político, em Belo Horizonte, antecedendo a reunião dos ministros da Aliança do Livre Comércio das Américas (Alca) e empresários da América Latina, que acontece nos dias 16 e 17 de maio, na capital mineira.*

"O meu pedaço de terra é igual ao do vizinho. Este é um processo de transformação e não de localização" Daniel Rocha

Educação também é prioridade para MST

Trabalhadores rurais sem-terra, desempregados e profissionais de várias categorias estão caminhando em caravanas que saem de todos os pontos do país para um grande encontro, dia 17 de abril, em Brasília. O ato será um marco na defesa dos direitos sociais, pela garantia de emprego e reforma agrária. O movimento vem ganhando a solidariedade de toda a sociedade brasileira.

A marcha nacional que os trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra neste momento colocam em curso por todo país - e que vai culminar com uma grande manifestação, dia 17 de abril, em Brasília, exatamente um ano após o massacre de 19 sem-terra pela Polícia Militar do Pará, em Eldorado dos Carajás (PA), cujos responsáveis obviamente ainda não foram responsabilizados - não é só motivada pela reforma agrária. A marcha simboliza também a luta por emprego e justiça social.

Esta compreensão de que a realidade não é estanque, pode-se afirmar, seus militantes aprendem de berço; a educação é prioridade para movimento. São mais de 38 mil estudantes e 1.500 professores espalhados pelos inúmeros assentamentos organizados em 22 estados da Federação. Além de cursos regulares, eles promovem atividades de capacitação como cursos de magistério e de técnicos em administração de cooperativas, em nível de segundo grau, beneficiando mais de três mil pessoas por ano.

Não é à toa que 140 mil famílias já conquistaram terra, em 12 anos de luta. A maneira de organização do MST é o segredo para esta mobilização permanente. Atuando em três frentes - terra, reforma agrária e uma sociedade mais justa - eles não interrompem a luta nem quando conseguem um pedaço de terra. A solidariedade dentro de um acampamento é muito grande, afinal, quatro milhões de famílias ainda lutam pelos seus quinhões de terra.

Por isso que quem já conseguiu um lotinho contribui com uma pequena porcentagem de seus recursos para que a luta pela reforma agrária continue. Hoje, com uma ajuda financeira externa muito pequena, eles estão se auto-financiando.

Método Paulo Freire

O coordenador estadual do MST na Paraíba, Daniel Rocha, é filho de ilhéus. Ele nasceu numa região entre o Paraná e o Mato Grosso de Sul que, em 1983, com a construção da hidrelétrica de Itaipu, tiveram suas áreas submersas, sendo obrigados a formar um acampamento. Através de uma ocupação, seu pai conseguiu um pedaço de terra e foi aí que começou, na região, o Movimento dos Sem-Terra. Desde então, ele não mais se separou de um acampamento, mesmo já sendo um assentado.

Mas o MST mesmo surgiu foi no acampamento da Encruzilhada Alta, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul no final da década de 70 e em janeiro 1984, em Cascavel, Paraná, eles realizaram o primeiro encontro nacional.

Segundo Daniel, que fez o primário em escola tradicional e tem curso técnico em desenvolvimento cooperativista tirado dentro do MST, a formação técnica nas escolas que funcionam nos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra é baseada na realidade enfrentada por eles.

Os temas geradores são definidos pelos alunos, pais e professores. Os alunos da 4ª série, por exemplo, já sabem quantos pés se planta e quantos quilos se colhe por hectare, assim como sabem confrontar o que podem vir a ganhar nas colheitas com o salário mínimo recebido na cidade, antevendo desde cedo as consequências do êxodo rural. O método vem dando certo.

O movimento possui várias escolas de formação técnica espalhadas pelo país, onde se discute economia política, faz-se análise de conjuntura, além de palestras com o integrantes da igreja, com funcionários do Incra etc. E recebem também o apoio logístico, político e ainda vários incentivos das universidades públicas brasileiras, inclusive na edição de livros so-

"O governo Federal está apagando incêndios, resolvendo apenas conflitos localizados. E também mente sobre as metas de assentamento. Ele disse que assentou 60 mil famílias em 96, quando este número não chegou a 25 mil".
Daniel Rocha

bre e voltados para o movimento.

Na Paraíba, eles estão articulando com a UFPB-JP um programa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, onde serão ministrados cursos técnicos, e já está funcionando o Projeto Lumiar, com pesquisadores se deslocando durante um determinado período às áreas de assentamento para elaborar planejamentos de produção e de desenvolvimento, em conjunto com os trabalhadores.

Padrão de vida

Calmo, Daniel não se altera ao falar sobre as notícias que vira e mexe a grande imprensa e o governo "apuram" sobre o finaciamento dos sem-terra. Para ele, antes de tentar denegrir a imagem do MST com estas histórias sobre venda de lotes por parte de trabalhadores do MST, a imprensa e o governo deveriam pesquisar as causas do êxodo rural. "Quantas pessoas o governo obrigou a se deslocar para a cidade?" Sem dúvida que o desligamento do pedaço de chão, do lote, somente se dá com a ausência de condições econômicas, casa, energia elétrica, saúde, educação e produção - a infra-estrutura.

Um levantamento realizado pela FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, dá bem uma idéia dos motivos que o assentado não tem para procurar emprego nas cidades. Simplesmente constatou-se que o trabalhador assentado em áreas organizadas pelo MST recebe pelo menos três salários mínimos e meio por mês.

"O MST, numa luta que começou há 11 anos atrás, conseguiu que o governo Federal destinasse recursos à reforma agrária, através do Procera, Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. São duas linhas de financiamento: para custeio, de mil reais por família, o que é muito pouco, e para investimentos, de sete mil e quinhentos reais por família, quando organizadas em associações, e 11 mil quando em cooperativa", disse Daniel.

Mas com estes recursos, eles realizam coletivamente o planejamento de produção e os investimentos baseados nos recursos disponíveis. Com isto, cria-se a infra-estrutura produtiva, como investimentos em irrigação que possibilitam a produção durante todo ano.

Não uma produção de substência, ao contrário, eles têm verdadeiras agroindústrias, como as fábricas de farinha, cachaça e despolpadoras de frutas do Nordeste. No Sul, estão mais adiantados, produzindo desde jeans até frangos. Mas a quantidade de recursos do governo federal ainda é muito pouca.

"O governo Fernando Henrique Cardoso não é simpático à reforma agrária, a leitura que fazemos é que ele não tem propostas políticas para alterar a estrtura fundiária do país. Ele estipulou metas para assentar 280 mil famílias até o final do seu mandato quando o Brasil tem quatro milhões de famílias sem terra", conta.

Esta impressão, que se espalha rapidamente pela sociedade brasileira, não é mais novidade no exterior. Nem a mera distribuição de terras o governo faz. A percepçãoé unânime: FHC está apenas criando uma expectativa na sociedade, procurando formas de esvaziar o movimento. Daniel vê com muita clareza a tática de fernando Henrique. "Ele fala mas não faz. E ainda tentou jogar a CNBB contra nós, cooptando-a para que conseguisse interromper as nossas ocupações, mas não obteve sucesso".

Jurídico

Os 28,86%, o abono pecuniário e o Plano Bresser

A juíza Carmen Silvia de Arruda Torres indeferiu o pedido de incorporação imediata dos 28,86% nos contracheques dos professores associados à Adufrj. Mas a ação ajuizada no ano passado prossegue em seu curso normal, na 8ª Vara Federal. E o prazo para recebimento da documentação relativa a nova ação da Adufr, para os professores que não entraram na primeira, se encerra dia 21 de março. Os documentos necessários para a autorização individual são: cópias autenticadas da carteira de identidade, do CPF e contracheques de dezembro de 1992 e janeiro e fevereiro de 93.

■Sobre o abono pecuniário, até o fechamento desta edição a assessoria jurídica da Adufrj não foi notificada formalmente da suspensão da liminar concedida à UFRJ, mas interpôs um agravo regimental junto ao TRF da 2ª Região visando anular o despacho do juiz presidente daquela corte, que suspendeu a liminar que garantia o recebimento imediato do abono.

A diretoria e a assessoria jurídica da Adufrj estão estudando a melhor forma de realizar o pagamento dos honorários advocatícios de 10% sobre o valor recebido a título de abono pecuniário, em decorrência da ação judicial.

■Saiu a decisão final sobre o processo relativo ao Plano Bresser (26,06%). Como já era esperado pela nossa assessoria jurídica, e foi anteriormente informado, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que "os trabalhadores não têm direito adquirido ao recebimento de diferenças salariais oriundas dos planos econômicos".

É importante lembrar que este mesmo tribunal, em 93, havia proclamado Enunciado consolidando a jurisprudência a favor dos trabalhadores (comemorada na época como agora está sendo comemorada a decisão do STF sobre os 28,86%) e que, após dois anos, alterou radicalmente seu entendimento, passando a julgar contra os trabalhadores em todos os processos.

Carta de João Pessoa

Os acontecimentos mais recentes da conjuntura planetária expressam o avanço da chamada globalização capitalista e do apoio a sua vertente político-ideológica: o neoliberalismo.

No caso brasileiro, cabe ressaltar, como instrumentos para angariar adesões - seja escamoteando as contradições entre classes, seja atenuando pontuais conflitos de interesses existentes no interior da classe dominante -, a atuação da grande imprensa nacional, a manipulação de instrumentais disponíveis no interior do aparato do Estado e a corrupção. Nesse sentido, o processo de tramitação da emenda constitucional relativa à reeleição é paradigmático. Deve-se destacar ainda, com relação à reeleição, o papel catalisador das reformas que lhe é atribuído pelo governo, o que, sem dúvida, cobra dos movimentos sociais e populares organizados a aceleração e o fortalecimento do combate a essa proposta, pelo seu caráter de instrumento para a manutenção do controle pelos dominantes.

Naquilo que se refere à educação, a recente aprovação pelo Congresso Nacional do projeto Darcy/MEC de LDB é o fato mais marcante a ser registrado. Neste caso, aos elementos mencionados acima, agregam-se a irregularidade regimental, o caráter autoritário de sua etapa final de tramitação e o personalismo, que determinam seu conteúdo antidemocrático e eivado de flagrantes inconstitucionalidades.

No entanto, devemos reconhecer e potencializar os indícios de um processo de revitalização do movimento social e popular organizado, que ressurge em vários países. Exemplo disto, no Brasil, é o significado e a repercussão que vêm assumindo a atuação do movimento dos trabalhadores sem-terra. Esse processo, para cujos aprofundamento e intensificação do ritmo temos o dever de contribuir, é alvissareiro para uma entidade sindical comprometida com uma visão classista como o nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Cabe-nos, assim, desenvolver uma atuação que, valorizando as questões específicas da categoria, propicie nossa articulação em fóruns nacionais e internacionais de trabalhadores e excluídos, visando acumular as forças necessárias ao enfrentamento dessa nova ordem nefasta, que se manifesta pelo agravamento da situação social e econômica, pela criação de um maciço exército de desempregados e avassaladora ampliação da miséria.

Reunidos no XVI Congresso da Andes-SN, realizado em João Pessoa, extremo leste do continente americano, capital de um dos estados brasileiros no qual a miséria historicamente se apresenta em níveis alarmantes, os professores das universidades brasileiras entenderam que a unificação das lutas dos trabalhadores é fundamental ao movimento organizado para fazer frente aos projetos do programa neoliberal brasileiro, que se consubstanciam nas reformas propostas pelo governo FHC.

Apontaram a construção da greve geral como tarefa imediata dos trabalhadores, incluindo a greve dos servidores públicos como componente deste processo. Comprometeram-se, também, com o fortalecimento do movimento sindical classista e autônomo, reunido na CUT e, nesta perspectiva, manifestaram, de forma inequívoca, a sua disposição de intervir e participar ativamente das instâncias da Central.

Reafirmaram a luta contra a privatização da universidade e a sua intransigente defesa, enquanto patrimônio público do povo brasileiro, a quem deve servir e com quem deve trabalhar na perspectiva da democratização do saber e da construção da cidadania. Este embate, no presente momento, deve centrar-se na defesa da autonomia, em conformidade com o projeto da Andes-SN para a universidade brasileira.

Assim, a Andes-SN, a partir das questões específicas da categoria, procurará desenvolver uma ação combinada junto à sociedade civil organizada e na institucionalidade, no sentido de ocupar todos os espaços possíveis, para fazer avançar o nosso projeto de universidade, propondo, quando necessário, projetos de lei e alterações na legislação existente, com vistas a ampliar os espaços de uma ação democrática comprometida com os interesses da maioria da população brasileira, principalmente nas questões pertinentes à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Tudo isto na perspectiva mais ampla da rejeição ao projeto neoliberal e na defesa da democracia, seus princípios e práticas fundamentais, na direção da construção de uma sociedade socialista: livre, justa e igualitária.

João Pessoa, 2 de março de 1997.

Ano IV
17 a 23
de março/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

26 meses sem reajuste salarial

A Vale do Rio Doce vale mais do que quer BNDES

Páginas 3 e 4

Escolha de dirigentes. Democrática ou meritocrática?

Páginas 6 e 7

UFRJ quer devolução do abono

Página 11

Assembléia Geral

Quarta-feira, 19 de março, às 18 horas
Sala 1 do Colégio de Aplicação da UFRJ
(Rua J.J. Seabra, Lagoa)

Pauta

1) Escolha de delegados da Adufrj para a Plenária dos Servidores Públicos Federais

2) Abono Pecuniário de férias

Desta vez viramos seção sindical

Professor, lembre-se de apresentar até o dia 24 de março suas sugestões ao regimento proposto no jornal de 21 de janeiro a 2 de fevereiro de 1997. Mais informações sobre a transformação da Ad em seção sindical da Andes-SN, inclusive a proposta de estatuto, podem ser encotradas no jornal de 3 a 24 de fevereiro de 1997.
Leia! Reflita! Pondere! Sugira!
As sugestões devem ser encaminhadas à sede da Adufrj.

Opinião

Calorosa recepção

Certa vez, visitando o Forte de Cabedelo, construído pelos portugueses, na Paraíba durante o século XVI, ouvi do guia a seguinte história: diante de uma invasão, a ponte levadiça era suspensa ao mesmo tempo que uma grade era abaixada, aprisionando um razoável número de inimigos em um corredor sem saída. Nesta situação eram alvos perfeitos das armas dos soldados, além de receberem água quente e óleo fervendo, derramados por uma fenda no teto. Depois do relato, o guia acrescentou irônico: "eles tinham uma recepção bastante *calorosa*! "

Esta história me veio à mente recentemente, ao me deparar com diversos trotes aos calouros, tanto na Praia Vermelha como no Fundão. Jovens pintados, mal cheirosos, de calçados trocados, andando pelo campus ou pedindo dinheiro. Não tinham uma expressão alegre ou descontraída. Sorriam assustados, apesar do aparente bom humor da "brincadeira".

Com uma moça eu conversei. Estava aflita pois precisava "arrecadar" dez reais e só tinha centavos, apesar de abordar diversas pessoas em frente ao Hospital Universitário. Perguntei-lhe o que aconteceria se não conseguisse e me respondeu: "eles ficam com a minha bolsa e só me dão o dinheiro da passagem." Que situação !!! Não lhe dei o dinheiro, mas a sua história ficou na minha cabeça, misturada com a outra citada acima. Pensei: "*calorosa* recepção!"

Como toda moeda, esta história também tem um outro lado. Há unidades, na própria UFRJ, onde os novatos são recebidos por colegas e professores que lhes esclarecem dúvidas e passam informações sobre o currículo e o mercado de trabalho, inserindo-os, construtivamente, no curso que estão iniciando. Isto prova que é possível se oferecer uma recepção verdadeiramente **calorosa** que contribua para uma formação digna.

Bom humor, brincadeira são fundamentais, mas como podem ocultar violência e humilhação, talvez a gente deva ficar atento. Especialmente quando se pensa na crise de modelos eticamente corretos por que passa nossa sociedade e nas dificuldades da própria universidade.

Ruth Machado Barbosa
Instituto de Psicologia

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

1,3 bilhão foram, simplesmente, omitidos.

Coppe denuncia venda da Vale

Relatório mostra que BNDES utiliza dados que subvalorizam a Companhia e compromentem a União na venda da Vale do Rio Doce para empresas nacionais e estrangeiras

Esta semana foi apresentado ao público, através da imprensa, o relatório preparado por uma equipe de profissionais coordenados pela Coppe/UFRJ, onde está apontada uma série de irregularidades no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com data de venda marcada para o dia 29 de abril. A companhia, uma empresa estatal mineradora, siderúrgica e de transporte ferroviário e marítimo, é o atual alvo do governo Federal na tentativa de privatizar as empresas públicas, sejam elas lucrativas ou não, estrátégicas ou não, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.

As principais denúncias do relatório feito pela Coppe são a avaliação do valor da Cia. Vale do Rio Doce e as divergências entre as informações apresentadas pelo Governo e as adotadas pela própria companhia. De acordo com o relatório da Coppe, os dados relativos ao valor e ao volume de minérios foram subestimados na avaliação do "dataroom" do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social - ou mesmo ocultados, como o caso das reservas de urânio, na região dos Carajás. O relatório também denuncia a avaliação fornecida

O Grupo que preparou o levantamento vai pedir uma audiência com Fernando Henrique para mostrar que a Vale vale muito mais do que o governo está pedindo. Para o professor Pinguelli Rosa, é um absurdo o governo confiar mais nos dados de uma empresa comercial como a Merril Lynch do que em profissionais ligados às universidades UFRJ e Unicamp

pelo BNDES onde as jazidas de ferro, situadas também em Carajás, têm seu valor subestimado. As jazidas, ao contrário do que está sendo apresentado, são de alto valor e conceituadamente únicas no mundo, por seu volume e dimensão.

O documento da Coppe mostra irregularidades no processo de privatização da Companhia. A posição privilegiada da empresa Merril Lynch, uma das que participaram do consórcio que fez a avaliação econômica e financeira da venda da Vale, é contraditória, pois, recentemente, a consultora americana adquiriu a SBH, principal corretora da Anglo American, uma das mais fortes concorrentes à aquisição da Vale.

O Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) foi formado pela Coppe/UFRJ a pedido da Comissão Externa da Câmara dos Deputados (CECD) e é composto por professores da universidade e da Unicamp, engenheiros, economistas, juristas, consultores e administradores de empresas de diversas áreas dos setores público e privado, convidados como especialistas, além de profissionais com experiência nas diversas áreas de atuação da Vale.

O objetivo do grupo foi a análise da documentação disponibilizada pelo BNDES em seu "dataroom", uma sala restrita aos grupos empresariais canditatos à compra da Companhia, e cujo acesso foi permitido ao GAT por solicitação da comissão da Câmara.

O relatório foi elaborado sigilosamente pela equipe, formada por 22 profissionais que estudaram minuciosamente, durante 50 dias, o material fornecido pelo Banco.

Segundo documento enviado

O documento da Coppe mostra irregularidades no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com data de venda marcada para 29 de abril.

pelo diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, ao deputado Miro Teixeira, coordenador da Comissão Externa da Câmara, as graves informações contidas no relatório do GAT evidenciam deficiências na abordagem e no método adotado pela Merril Lynch, que prejudicam a União na venda da Vale. Através da avaliação da consultora americana, o governo está subvalorizando a Vale e desconsiderando todo o seu acervo teconológico e o papel estratégico que tem a estatal para o país.

Omissão

Pela verificação do valor das diferenças nas toneladas de minério calculadas pela consultora Mineral Resources Development Inc, contratada pelo governo, em relação aos dados da própria Companhia Vale do Rio Doce, foi constatado que o valor dos recursos do minério de ferro de Carajás, que mesmo com a atribuição mínima da reserva no valor de 1,2% do valor do minério boca da mina (mine gate), utilizado pelos especialistas, alcança valores da ordem de mais de 1,3 bilhão de dólares. De acordo com o GAT, os métodos clássicos de valoração conhecidos, utilizando critérios econômicos ou financeiros, não são aplicáveis no caso destas reservas, simplesmente porque, no planeta, não existe outra reserva de tamanho, qualidade e infraestrutura disponível para comparação.

CPI

A Comissão Externa da Câmara, baseado no trabalho do GAT, já decidiu requerer a instauração de uma Comissão Mista de Inquérito (CPI) para apurar as irregularidades. O primeiro a ser chamado a depor na CPI, será, provavelmente, o minstro da Fazenda Antonio Kandir, segundo a assessoria de Comunicação da Coppe.

O GAT está preparando um pedido de audiência com o presidente Fernando Henrique para mostrar os dados levantados pelo relatório e provar que o processo de venda da Vale tem que ser interrompido. Para o professor Pinguelli Rosa, é um absurdo o governo dar mais crediblidade a uma avaliação feita por uma empresa de fins comerciais, como a Merril Lynch, do que a feita por profissionais e pesquisadores qualificados das conceituadas universidades UFRJ e a Unicamp.

A equipe que preparou o relatório técnico sobre a Cia. Vale do Rio Doce

- Axel de Ferran, engenheiro de Minas, doutor pela Universidade de Coimbra
- Carlos Luis Peiter, engenheiro, consultor
- Darc Antonio da Luz Costa, Escola Superior de Guerra
- Euclides Penedo Borgessta, engenheiro, consultor
- Fernando Peregrino, engenheiro, Clube de Engenharia
- Francisco Eduardo de Vries Lapido Loureiro
- Gilberto Silva Palmares
- Jaime Sautchuk
- João Cesar de F. Pinheiro, geólogo
- José Clemente de Oliveira, economista
- José Farias de Oliveira, professor de Metalurgia, Coppe/UFRJ
- Luiz Carlos dos S. Vieira
- Luiz Pinguelli Rosa, físico, professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ
- Marcello Guimarães
- Marcelo Cerqueira, advogado
- Maurício M. Jorge, professor da Unicamp
- Pedro Celesstino Pereira, engenheiro, Clube de engenhaira
- Rolf Haackbar, economista
- Sebastião Soares, economista, consultor autônomo
- Sérgio Lima Y. dos Guaranis, Abese
- Sérgio Rosa, técnico de informática
- Wilian Gonçalves, Abase

Rápidas

Rumo à greve nacional dos servidores

Dia 19 de março, os servidores federais, estaduais e municipais fazem manifestações unificadas em todos os estados, contra a aprovação no Congresso Nacional do projeto de reforma administrativa do governo. No Rio de Janeiro, está sendo programada uma grande passeata no Centro. Os sindicatos dos servidores das três esferas, municipal, estadual e federal, estão articulando uma greve nacional unificada, a ser apresentada para as bases e, caso aprovada, realizada no dia 17 de abril.

Real custa extinção de 755 mil empregos

Os trabalhadores estão pagando alto pela estabilização da moeda, tão propagandeada pelo governo. Em julho de 1994, foi constatada a extinção, desde a implantação do plano Real, de 755.379 empregos formais. Os dados foram divulgados pelo próprio ministério do Trabalho. O Sindicato dos Bancários do Rio, em nota no Diário Bancário de 3 de março, denuncia que os banqueiros contribuíram com uma boa parcela deste elevado índice de desemprego, jogando na rua 143.372 bancários, no mesmo período. Em julho de 94, a catagoria tinha 657,233 trabalhadores. Em novembro de 1996, o número de empregos no setor caiu para 513.861

A reforma administrativa vem aí

A reforma do Estado deverá entra em pauta de votação, ainda no mês de março, na Câmara. A reforma é, para o governo, parte do ajuste fiscal, iniciado com uma série de medidas provisórias que já afetaram a vida do servidor público, e que agora, respaldado pela reforma, reduzirá despesas na máquina do estado via corte de direitos e demissões de funcionários.

Segundo o Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, os pontos polêmicos da reforma administrativa e as principais ameaças são o fim da estabilidade, o estabelecimento de um teto de R$ 10.800,00 para remuneração ou acúmulo desta com aposentadoria e o fim da isonomia entre servidores dos três poderes.

Os principais pontos do substitutivo ao projeto de emenda, do deputado Moreira Franco, que vai ao Plenário, são a quebra geral da estabilidade para redução de gastos, deixando para lei complementar a definição de critérios para demissão de servidor estável, estágio probatório de cinco anos para aquisisão do direito à estabilidade, redução da remuneração do servidor em disponibilidade - que será proporcional ao tempo de serviço - os adicionais e prêmios terão caráter eventual, não sendo incorporados à remuneração, nem tão pouco aos proventos dos inativos, as vantagens que não estejam relacionadas à produtividade não serão incorporadas aos proventos dos inativos.

A emenda permite ainda maior flexibilidade de remuneração entre órgãos da administração direta, autarquias e fundações, quando houver contrato de gestão, e institui o contrato de emprego na administração pública, jogando por terra o Regime Jurídico Único, uma conquista e um avanço na garantia de direitos dos servidores.

Além de tudo isso, a reforma permite a flexibilização e diferenciação de salários de funções iguais ou equivalentes, quebra o princípio da irredutibilidade de salários e proíbe a incorporação de gratificações.

Governo reage contra reajuste do servidor público

Em reação à decisão do STF de estender a 11 servidores o reajuste de 28,86% dados aos militares em 1993, o governo federal já anunciou várias retaliações. Entre as ameaças constam demissões, aceleração do processo de privatização e o desconto dos reajustes dados durante o governo Itamar, Segundo o Diap, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, seriam descontados 14% dos 28,86%.

O presidente do Supremo, Sepúlvida Pertence, não gostou das investidas e disse que não haverá dedução.

Enquanto duram os desentendimentos entre o Judiciário e o Executivo, em manifestação inédita, dia 26 de fevereiro, os juízes de Tribunais de Justiça realizaram, em Brasília, o "Dia de Mobilização Nacional pela Cidadania e Justiça", quando criticaram as reformas administrativa e previdenciária, além de reivindicar aumento salarial para os servidores.

Infelizmente, se depender do governo, a escolha democrática de dirigentes institucionais corre o risco de passar para o campo da retórica, colocando abaixo uma das maiores conquistas da comunidade universitária.

Projeto regulamenta escolha de dirigentes

A gestão administrativa de mocrática nas instituições de ensino superior no Bra sil foi alcançada simultaneamente às lutas pela democratização do país e pelo direito a sindicalização de docentes e servidores técnico-administrativos, no período final da ditadura militar.

Foi um salto de qualidade. Infelizmente, se depender do governo, a escolha democrática de dirigentes institucionais corre o risco de passar para o campo da retórica, colocando abaixo uma das maiores conquistas da comunidade universitária.

Tudo começou com uma Medida Provisória, baixada pelo governo em 1995, instituindo a participação mínima de 70% dos docentes nas decisões institucionais. Esta MP, apesar de não ter sido reeditada, acabou virando projeto de Lei, antes de ser contemplada pela recém sancionada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/Darcy). Que no parágrafo único de seu artigo 56 estabelece que a gestão administrativa, nas instituições públicas, deve ser democrática, mas com os docentes ocupando 70% dos assentos nos órgãos colegiados, nas comissões e também na eleição dos dirigentes.

Para o governo, a gestão deve ser democrática mas o princípio tem que ser meritocrático, com os docentes necessariamente ocupando os mais altos cargos da administração universitária.

O ministro Paulo Renato sabe que a discussão não se esgota com a LDB. Um projeto de Lei apresentado este ano pelo deputado Ricardo Gomyde (PC do B-PR) propõe alterar a redação deste artigo e restabelecer os princípios democráticos de escolha de dirigentes das IES, notadamente das públicas. Enquanto isso, ao que parece, Paulo Renato optou por não enfrentar as universidades que não estão seguindo o seu ideário. Tanto que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro realizou, em novembro passado, eleições para reitor e vice conforme o seu estatuto, pelo voto paritário. Nesta eleição, o vencedor foi o professor José Antônio Veiga, que não possui doutorado e nem mestrado, mesmo assim, o ministro sancionou a escolha. O detalhe é que ele foi eleito devido à votação maciça dos técnicos administrativos.

Modelos

Os sistemas utilizados pelas universidades públicas são o voto paritário, com pesos iguais para os três segmentos da comunidade - docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes; o voto proporcional, que dá pesos diferentes a cada segmento; e o universal, com cada integrante da comunidade contando um voto.

Antônio Rangel Júnior, vice-reitor da Universidade Estadual da Paraíba, está terminando a sua tese de mestrado exatamente sobre gestão administrativa nas universidades. Ao realizar um levantamento sobre os modelos de eleição, uma de suas principais constatações foi a de que, apesar de cada instituição ter adotado um modelo condizente com as suas trajetórias, esta causa foi ganha a reboque de uma luta conjunta de toda a população pela eleição direta para presidente do Brasil. E da luta pelo direito à sindicalização.

Gestão administrativa, democrática ou meritocrática?

Para o governo, a gestão deve ser democrática mas o princípio tem que ser meritocrático, com os docentes necessariamente ocupando os mais altos cargos da administração universitária.

De acordo com sua pesquisa, a primeira universidade a adotar a escolha democrática foi a Federal da Amazônas, em 1981, que começou com um movimento dos estudantes pela escolha do diretor do hospital universitário. Vencida esta etapa, um ano depois a comunidade já escolhia - pelo voto universal - o seu reitor. Prática que até a última eleição não havia abandonado. Depois vieram a Federal do Pará, a Unicamp, a PUC de São Paulo e todas as outras.

EUA e Europa

A luta pela autonomia universitária surgiu nos séculos XIII e XIV na Europa, com os primeiros movimentos de mestres e estudantes desafiando inicialmente os poderes eclesiásticos e depois os laicos. No Brasil, esta questão antecede até mesmo a criação das universidades, datando ainda da primeira década do século, quando houve um movimento para conter o crescimento de matrículas nas faculdades públicas da época.

Hoje, este sistema de escolha democrática, praticado nas universidades brasileiras, é inédito no mundo inteiro. Enquanto nos Estados Unidos não existe eleição, sendo o reitor tipicamente um gerente administrativo, na Europa a escolha é realizada através de colegiados muito restritos, onde a participação discente é mínima e a dos técnicos administrativos nenhuma. Antônio Rangel Júnior acredita que o modelo europeu é o que o governo deseja ver implantado nas universidades brasileiras, na medida em que defende a hegemonia dos docentes.

Ele também vê outros problemas, como a constituição dos atuais órgãos colegiados das IES. Segundo Rangel, eles funcionam muito mais como instâncias para referendar as decisões do reitor. "Não existe uma cultura de participação democrática destes órgãos. A composição social dos colegiados deveria ser modificada no sentido de aumentar a participação da comunidade externa e transformar a participação em paritária".

Para o vice-reitor, ao privilegiar a corporação docente, não há dúvida que a atual legislação é autoritária, no mínimo por desrespeitar a história de cada universidade. "Que direito eu teria de chegar na Amazônia e impedir a realização de eleições pelo modelo universal se o depoimento dos reitores de lá indica que este sistema é ótimo, se a comunidade toda aceita isto de forma natural, já tem uma cultura? Acho correta a idéia de que cada universidade tome a sua decisão".

Segundo as informações que tem recebido, devido a esta legislação, o clima nas universidades está muito confuso. Em alguns casos, não se conseguiu unificar os três segmentos em torno da eleição. Inclusive, disse Antônio, já há universidades propondo acabar com a consulta à comunidade e propondo passar a resolver tudo através dos conselhos universitários.

Movimentos

A proposta da Fasubra-Sindical, de acordo com artigo do coordenador da federação dos servidores, Carlos Maldonado, publicado na revista Universidade e Sociedade número 11, é pelo autogoverno democrático - cujo controle seja da comunidade universitária e dos usuários, através dos movimentos organizados. Pela proposta, a universidade deveria ser concebida administrativamente como uma instituição orgânica e integrada, respeitando-se a autonomia das suas unidades.

E seus estatutos e regimentos deveriam ser elaborados e aprovados por Constituintes Universitárias, eleitas e constituídas de forma paritária, cujas normas de convocação e funcionamento seriam definidas no âmbito da universidade e nela se esgotando, garantida a participação significativa dos usuários da estrutura.

A posição da Andes-SN não define o modelo, permanece aquela expressa em seu projeto de LDB, publicado na primeira edição da revista Universidade e Sociedade, em 1991 - a de que a administração universitária deve obedecer ao princípio de gestão democrática, com a participação da comunidade em todas as instâncias deliberativas e que o processo se esgote na universidade. Em outras palavras, de que ela seja autônoma nas suas decisões.

Mas, de acordo com Géria Montanari Franco, coordenadora nacional do Grupo de Trabalho sobre Política Educacional da entidade, este é um assunto que está em discussão.

Tanto a posição tirada no I Seminário Nacional sobre Escolha de Dirigente, promovido pela Andes-SN no final do ano passado, em Goiânia, como as deliberações do XVI Congresso Nacional, realizado na Paraíba, no início deste mês, indicaram pela realização de seminários locais, para que haja uma discussão sobre o modelo ideal de consulta à comunidade. "O que vai acabar determinando uma indicação mais explícita da entidade", disse.

O que não quer dizer que ela própria, Géria, já não tenha a sua opinião, embora faça questão de desvinculá-la da posição da entidade. Para a coordenadora do GTPE, embora em muitos lugares a garantia dos 70% tenha soado bem aos ouvidos dos docentes, este voto deveria ser universal: "cada cabeça, um voto".

Depoimentos

Quem acredita que para participar de uma administração universitária é necessário abdicar de todas as causas, sejam elas individuais, coletivas, acadêmicas, artísticas ou sociais é porque não teve oportunidade de conhecer Antônio Rangel Júnior. Vice-reitor da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande, Júnior, como é conhecido, participou como observador do XVI Congresso da Andes-SN, em João Pessoa onde, além das implicações normativas e regimentais deu vazão as suas demandas pessoais, animando com a viola o baile organizado pela AD local e lançando o seu primeiro cordel.

"Eu busco ser muito fiel ao que sempre fui. Tocando violão, fazendo um cordel ou colaborando com um artigo para o jornal, isto não permite que a máquina burocrática me absorva, e me mate enquanto pessoa".

Com uma trajetória política construída no movimento estudantil, nos anos 80, de presidente de centro acadêmico ele passou à presidência da Associação dos Docentes apenas oito meses depois de prestar concurso para a universidade. Até 94, quando se afastou para fazer mestrado em Educação na Universidade Federal do Ceará, cumpriu três mandatos na AD.

Sua área de estudo é a universidade e o tema são os modelos de eleição de dirigente nas universidades, baseado num processo de muito envolvimento pessoal. "Em 85, na UEPB, que ainda não era estadual, mas uma fundação municipal, os professores estavam em greve com seis meses de salários atrasados. Os estudantes também aderiram à greve. Foi quando chegou-se à seguinte negociação: o pessoal voltava às atividades, se rediscutiria a questão salarial mas, posteriormente, o reitor passaria a ser eleito pela comunidade".

A eleição para vice-reitor, Antônio Rangel credita ao seu vínculo com os movimentos. Sua chapa obteve apoio da grande maioria do pessoal docente, dos estudantes e do pessoal técnico-administrativo. "As entidades tiveram uma postura muito ética no sentido de conduzir e fiscalizar o processo mas, no entanto, os militantes de forças políticas diferentes nos apoiaram. Tivemos 81% dos votos na eleição - que aconteceu em setembro do ano passado".

Na Estadual da Paraíba, os três segmentos sempre tiveram uma participação muito ativa nos processos de eleição, desde a definição de normas como no sentido de interferir nas administrações. "Nas três administrações, de 85 para cá, sempre houve uma relação razoavelmente equilibrada. Mesmo surgindo conflitos, havia sempre uma pressão para que a administração se posicionasse favoravelmente às demandas dos movimentos, e não como um representante do governo do Estado. Nunca houve uma atitude de repressão na universidade".

Ele tem bem claro que o sentido de sua participação na administração está vinculado a este compromisso maior com o movimento docente, de buscar construir este projeto de universidade. "A proposta para a universidade da Andes-SN é a que norteia a atuação do reitorado, apesar de nossas diferenças internas".

Aos 34 anos, Rangel tem consciência de que sua passagem pela administração é circunstancial. Tanto que foi para assembléia geral dos docentes e se propôs a ser observador no Congresso da Andes-SN - ele frequenta normalmente as assembléias da AD. "Na minha concepção, estas coisas não se conflituam. O que norteia tudo isto é a compreensão de universidade que eu tenho, que defendo. Mas sei que há muito aquela idéia de escadinha: hoje é pró-reitor, amanhã tem que ser candidato a vice-reitor, tem que ser secretário de educação, então se cria um projeto de carreira administrativa desprezando a carreira docente, a carreira acadêmica e às vezes até negando os vínculos com o movimento".

Sobre a conjuntura, o vice-reitor acredita que neste momento de ofensiva mais dura do neoliberalismo, da destruição da estrutura do serviço público criado no Brasil, e da própria universidade pública enquanto projeto da sociedade, há uma tentativa de cooptação ideológica, da aceitação do status quo no sentido de que esta é a verdade única, uma situação impossível de ser modificada.

"E eles têm conseguido, de certa forma, jogar uma ducha de água fria nos movimentos, fazendo com que as pessoas se acomodem um pouco. De certa forma, amordaçando as pessoas".

Entrevista

Durante o XVI Congresso da Andes-SN, em João Pessoa, o presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas-Seção Sindical da Andes-SN e professor de Educação Física, Nilo Castellani Filho, falou para o Jornal da Adufrj sobre como é fazer movimento docente numa universidade voltada para a pós-graduação e para o desenvolvimento de pesquisas, cujo financiamento geralmente vem de fontes externas à instituição. Nilo é presidente de uma AD que tem cerca de 2.000 filiados, cujo perfil se assemelha bastante aos docentes da UFRJ, seja em nível de envolvimento com o ensino e a pesquisa, seja pela visão de estrutura de universidade, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Como é fazer movimento docente em uma universidade que tem seu quadro docente praticamente todo envolvido com a pós-graduação e que está constantemente aclopado a projetos de pesquisa, com financiamento externo, gerando uma série de comportamentos diferenciados entre os professores dentro da mesma instituição?

Buscamos tentar identificar e avaliar as necessidades destes professores, sair de um campo abstrato do docente, da luta docente, da luta sindical, de um campo do ensino superior, e passarmos a levar em conta, de uma forma mais objetiva, mais concreta, o docente que se encontra ao nosso lado, na sala de aula, na nossa universidade, no nosso departamento, no nosso cotidiano.

E eu lembro que chamei a atenção dos nossos colegas dirigentes, para as nossas bandeiras de luta, os nossos eixos de luta. Estamos passando por um momento onde desconsideramos um caráter conservador, meio que inerente, no perfil do professor universitário no Brasil. E eu me encontro neste contexto. Qual a minha dificuldade? Eu sou presidente de uma associação docente de uma universidade que junto como a USP e a UFRJ é responsável por mais de 80% da produção de conhecimento existente neste país. Eu sou presidente de uma associação que tem em seu quadro docente mais de 90% com nível de doutor; que exige em qualquer concurso público de ingresso o título mínimo de doutor; que estabelece um prazo para os que já estão lá dentro que varia de quatro a cinco anos para que este nível seja atingido, sob pena de ter rebaixado o tempo de contrato de horas de trabalho.

O perfil do docente da Unicamp, por conta desta estruturação, nos coloca como referência no cenário nacional, prestando consultorias ao CNPq, a Capes, a universidades brasileiras, com projeção internacional. Estou presidindo uma associação de docentes que tem como associados, professores que, além do seu salário, recebem bolsas fornecidas pelas agências de fomento do governo. Este docente, por conta desta perspectiva de inserção no campo da produção do conhecimento brasileiro, me aponta a necessidade de uma articulação de luta, em torno do movimento, diferenciada, nem melhor, nem pior, mas diferente daquela que nós temos em outros setores da luta sindical no cenário brasileiro.

Quais seriam essas diferenças?

Vou dar um exemplo bem concreto. Você deve ter visto, aqui em João Pessoa, um out-door produzido pela Andes-SN e a Adufpb-JP, que tem a figura de um burro e o seguinte texto: "Só burro apoia a privatização da univerisidade pública". Este tipo de out-door não pega, não mobiliza, não aglutina os docente da Unicamp. Pelo contrário, desmobiliza, desarticula, os afasta na nossa entidade.

O raciocínio que está presente neste congresso de que qualquer trabalho no campo institucional precisa ser associado mecanicamente a uma idéia de conciliação, de parceria com este governo é majoritariamente banida da compreensão presente no universo dos docentes da associação da Unicamp.

Com essa postura diferenciada de atuação no movimento docente que você apresenta, vocês da Adunicamp têm conseguindo avançar na interferência junto ao professorado da Unicamp, na atuação do movimento, na política junto à categoria?

Veja, o grau de dificuldade de mobilização que eu encontro entre os docentes da Unicamp, não é diferente do grau de mobilização que os meus colegas das outras universidades vêm relatando neste congresso. A dificuldade de mobilização se dá tanto naqueles que defendem a tese de que devemos abandonar a luta no campo institucional porque é conciliatória, que temos que ir para as ruas, como para aqueles que defendem que os dois trabalhos têm que estar concomitantemente, e não exclusivamente, não excludentemente.

Na sua opinião, o que seria fazer movimento docente em universidades cujos docentes têm este perfil que você traçou a pouco?

Os setor das estaduais da Andes-SN aprovou uma resolução onde somos contra as fundações internas na universidade, porque estas fundações dariam margem ao financiamento de pesquisa e produção de conhecimento sem relevância social, atendendo apenas ao mercado. Ora, isso nas universidades não pode ser trabalhado nesta leitura permanente, mecanicista. Eu posso te mostrar uma relação de mais de 100 projetos de pesquisa financiados pela Flumicamp, que

Entrevista

é uma fundação interna, de altíssima relevância social. E posso te mostrar uma outra lista com outras 100 pesquisas bancadas pela universidade não dotadas de relevância social. E a forma como a atual direção nacional da nossa entidade exercita e expressa a sua compreensão de como devem ser as estratégias de cada instituto ignora esse fato. De uma forma não dialética, de uma forma onde são ignoradas as contradições. Isso para nós da Adunicamp é um equívoco, que imobiliza, que impede ou dificulta em muito o nosso trabalho de mobilização, de aglutinação do corpo docente da minha universidade.

O professor Roberto Romano, que é titular na sua universidade, escreveu um artigo publicado no jornal da Adunicap, onde ele coloca suas preocupações em relação às estruturas de poder no interior das instituições universitárias e mostra bem o jogo de interesses e a forma não democrática de tomada de decisões nos órgãos acadêmicos. Como vocês da Ad vêem a luta institucional dentro desta estrutura de poder, na maioria das vezes, desfavorável aos interesses da maioria da comunidade universitária?

Veja, internamente, nas nossas universidade, nós queremos promover o embate entre projetos de universidades. Não existe um projeto de universidade para Unicamp. Existem grupos de segmentos na universidade que pensam, diferentemente, formas de conceber esse projeto de universidade para Unicamp. O nosso papel como Associação Docente é promover este debate, é trazer à tona a explicitação deste debate e evidentemente unir esforços para aquele projeto de universidade que se aproxima do nossos ideais, do projeto histórico que nós defendemos. Entendendo o projeto histórico não como algo que já se encontra pronto ou acabado, mas sim como algo que precisa ser construído por nós, que é um projeto que tenha a perspectiva da organização da sociedade em bases socialistas.

Quais as principais frentes de luta da Adunicamp?

Bom, então nós lutamos pela necessidade de que haja cada vez mais transparência entre os projetos e as concepções e lutamos para que as condições de trabalho, hoje, necessárias para que o trabalho possa se aproximar desta perspectiva histórica se façam presente no nosso interior. Então, lutamos pela transparência orçamentária; pela participação docente nas tomadas de decisão; pela democratização das instâncias de decisão; defendemos condições salariais que possibilitem uma intervenção de qualidade no trabalho acadêmico, seja na perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão. Um salário que não precise ser encorpado por outros recursos de bolsas e que não precise ser construído com a mentira de um regime de tempo de trabalho, de tempo integral, de dedicação exclusiva que não é cumprido, que é flexibilizado pela administração, como uma forma de admitir outros vínculos empregatícios, para complementar salários. E isso desmobiliza, desarticula. Nós temos sempre que defender e não desrespeitar este sistema de trabalho, e se esse regime não nos oferece hoje um salário compatível com esse trabalho, com essa qualidade, temos que lutar por este salário e não buscarmos saídas individuais e desarticuladas.

"Lutamos por um salário que não precise ser encorpado por outros recursos de bolsas e que não precise ser construído com a mentira de um regime de tempo de trabalho, de tempo integral, de dedicação exclusiva que não é cumprido, que é flexibilizado pela administração, como uma forma de admitir outros vínculos empregatícios".

Nilo Castellani Filho é presidente da Adunicamp

A Unicamp tem trabalho no campo da extensão? E como é vista a extensão universitária por vocês e pela universidade? Aqui na UFRJ, a extensão está virando, em alguns setores, um pólo de prestação de serviços.

A Unicamp aponta para o uso da extensão como prestação de serviço. Posso até dizer que a privatização já está presente na universidade e a dimensão da extensão é um dos reflexos maiores desta presença. Nós temos uma escola de extensão, um conselho de extensão, que aponta para esta possibilidade. Você pode vender cursos, vender serviços. E, deste serviço, parte do dinheiro arrecadado fica na instituição, seja na unidade, no departamento, seja na Unicamp como um todo, e a outra parcela fica com o docente responsável. E nós não concordamos com isso. Temos claro que não temos acumulado esforço suficiente para impedir este processo, mas somos contrários a mais este tipo de privatização interna.

O reitor, há pouco tempo atrás, divulgou a sua intenção de implantar um tipo de comunidade solidária Unicampiana. Como nós estamos começando a nos posicionar sobre isso? Primeiro vamos conhecer o projeto, e, caso não concordemos com a sua perspectiva, nós temos dois campos de atuação, que é possiblidade de alterar o projeto de modo a aproximar o projeto da reitoria do nosso objetivo enquanto movimento docente e sindical, e outro: nós temos hoje condições de formular nosso próprio projeto de extensão que se aproxime do campo de lutas que nós identificamos como correto e colocaremos este projeto lá dentro. Numa perspectiva de organização social, de mobilização social em torno deste.

A Adunicamp teria, ela mesma, um projeto de extensão?

Nós poderíamos, por exemplo, nos aglutinar ao movimento dos Sem-Terra, oferecer massa crítica para, junto com eles, construir um projeto de universidade para os trabalhadores sem-terra. Isso para mim é trabalho de extensão.

Jurídico

Assessoria júrica diz que não cabe desconto

A diretoria da Adufrj foi informada verbalmente, no último dia 12, pelo Superintendente Geral de Pessoal da UFRJ, Marcelo Fragoso de Castro, de que a UFRJ está se preparando para descontar em folha de pagamento os valores pagos aos docentes em janeiro de 1997 a título de abono pecuniário de férias. O abono, correspondente à conversão em pecúnia de um terço das férias, foi pago em decorrência de liminar obtida pela Adufrj em mandado de segurança. Posteriormente, a UFRJ obteve a suspensão de execução da liminar, mas o pagamento de janeiro já tinha sido feito. O Superintendente informou que, após a suspensão, nenhum abono foi pago e que a assessoria jurídica da UFRJ o orientou a efetuar o desconto dos valores pagos antes da suspensão, com base numa Medida Provisória recente que determina a reposição imediata de valores recebidos por servidores em decorrência de liminar ou sentença que tenha sido cassada ou revista.

A assessoria jurídica da Adufrj entende, ao contrário, que o desconto não pode ser feito como a UFRJ está pretendendo, uma vez que não há decisão judicial que assim o determine. Segundo esta assessoria, a suspensão de execução da liminar obtida pela UFRJ apenas a desobriga do pagamento do abono a partir da suspensão.

Diante destes fatos, a diretoria da Adufrj enviou no dia 13 ofício ao reitor solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos que a UFRJ vai adotar e requerendo que o desconto não seja feito. Até o fechamento desta edição, não havia resposta oficial a este pedido, mas estão sendo marcadas reuniões entre a Adufrj e a reitoria no decorrer da próxima semana sobre este assunto.

A diretoria da Adufrj considera desde já que, não tendo havido ordem judicial explícita quanto ao desconto, não cabe à UFRJ tomar a iniciativa de fazê-lo, e levará essa posição à reitoria da UFRJ, tentando resolver a questão neste âmbito. A par disto, no entanto, a assessoria jurídica da Adufrj está estudando que medidas podem ser tomadas caso a UFRJ insista em proceder ao desconto

Programe-se

■Congresso Internacional sobre Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI. Em Recife, dos dias 7 a 9 de maior de 1997. Conferências e mesas redondas sobre autonomia universitária, mudanças na educação superior, reformas do Estado, sistemas universitários internacionais, produção de conhecimento na América Latina e outros. Informações: (081) 423-9365.

■Instituto de Psiquiatria
Centro de Estudos
Sofrimento Psíquico e Contexto Cultural
Beatrix Pfleiderer (University of Hawai)
Dia 14, sexta-feira, às 10h30.
Terceira Idade e Saúde Mental - uma abordagem crítica
Renato Veras (Uerj)
Dia 21, sexta-feira, às 10h30
Local: Ipub, Anfiteatro Leme Lopes, Av. Venceslau Brás, 71
Campus da Praia Vermelha

■Sintrasef
Projeto Seis e Meia
Debate sobre o papel da mulher no mundo contemporâneo
Com Eunice Gutmann, Heloneida Studart, Maria Helena Juhner e Miriam Goldberg. Mediação de Iná Meireles.
Dia 11, terça-feira. Local: Av. Treze de Maio, 13 - 1007.

Universidade e Sociedade. Autonomia, globalização, educação, comunicação, trabalho e muito mais

A 12ª edição da revista Universidade e Sociedade já está à venda na Adufrj. A revista é uma publicação semestral da Andes Sindicato Nacional e a cada edição publica artigos, ensaios, entrevistas, análises e trabalho produzidos por docentes ligados a várias instituições de ensino superior, cuja abordagem trata de temas de interesse da sociedade brasileira, da comunidade universitária e dos trabalhadores.

Nesta edição, a professora Maria de Lourdes Fávero, da UFRJ, trata da Autonomia Universitária e seus desafios históricos-políticos. Ainda sobre o tema, escreveram para Universidade e Sociedade Otaviano Helene, Marlene Ribeiro, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Cláudia Beltrão.

Sobre a conjuntura educacional, Octavio Ianni analisa a visão mercadológica do governo em relação ao ensino universitário e Roberto Romano aborda a crise e as perspectivas da universidade brasileira.

Maria Sylvia Carvalho Franco, professora titular do departamento de filosofia da Unicamp, estudou na USP no mesmo período de Fernando Henrique, Ruth Cardoso e Eunice Durhan. A professora, que continua a se dedicar à academia, comenta e critica o governo de seu ex-colega de turma, analisa suas propostas liberais e critica a falta de resistência dos docentes em relação à destruição da escola pública no Brasil.

Dando continuidade ao resgate da história do movimento docente, a entrevistada deste número é a professora Maria José Vieira Feres, que foi a terceira presidente da Andes-SN, no período de 1984 a 1986, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo na entidade.

Universidade e Sociedade traz, ainda, artigos sobre comunicação, sindicalismo, cidadania, cem anos de cinema, artes, cultura e um encarte especial sobre a Lei de Diretrizes e Bases aprovada no final do ano passado. No encarte está publicada a íntegra da Lei e uma análise sobre seus principais pontos, formulada pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN.

O exemplar da revista custa R$ 10,00 e pode ser adquirido na sede da Adufrj, Centro de Tecnologia, bloco D - sala 200, Cidade Universitária - Ilha do Fundão.

Ano IV
24 de março
a 6 de abril/97

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

27 meses sem reajuste salarial

19 de março, dia de luta

No dia 19 de março os servidores públicos das três esferas - federal, estadual e municipal - realizaram manifestações por todo o país em defesa de um serviço público de qualidade e gratuito para todos. No Rio, houve uma passeata da Candelária à Cinelândia organizada por várias entidades de funcionários ligadas à CUT. Pouco antes do ato, a assembléia conjunta da UERJ reuniu 400 servidores que decidiram permanecer em greve (leia página 12).

A Assembléia Geral da Adufrj realizada no dia 19 de março deliberou por enviar para a reunião do Setor das Federais da Andes-SN do dia 20 uma nota com a sua avaliação sobre o movimento docente e as propostas de greve geral e greve nacional dos servidores públicos federais. A reunião do Setor aprovou indicativo de greve para o dia 17 de abril e outros eixos de luta. (veja na página 2)

Setor das Federais encaminha eixos de luta

A reunião do Setor das Federais que se realizou no último dia 20, em Brasília, aprovou alguns pontos a serem encaminhados pelas Associações de Docentes/Seções Sindicais. Entre eles, a realização de assembléias gerais entre os dias 7 e 9 de abril, com a pauta girando preferencialmente em torno da mobilização contra a privatização da Vale do Rio Doce e a indicação de greve do Setor das Ifes para o dia 17 de abril.

Neste caso, os eixos da greve são: terra, emprego e educação, a defesa da Pauta de Reivindicações do setor das Ifes e SPF, pela abertura de negociações com o MEC e Mare, pela defesa da autonomia universitária e contra a PEC 370-A/96.

A proposta de greve para o dia 17 de abril também deve ser encaminhada à Plenária dos SPF e ao Encontro Nacional das Três Esferas do Serviço Público, buscando unidade com UNE, Fasubra, servidores públicos das três esferas, aposentados e desempregados.

Outra estratégia apontada é que o dia 17 de abril, no contexto definido pelo MST, seja incorporado ao Plano de Lutas dos movimentos Sindical e Popular. Deve-se atuar junto à CUT para que esta intensifique as ações de ampliação da participaçào da classe trabalhadora enquanto importante momento de enfrentamento ao projeto neoliberal. Também foi marcado o dia 10 de abril para ser trabalhado como Dia Nacional de Mobilização contra a privatização da Vale do Rio Doce, em conjunto com a UNE e o Movimento Vale Brasil.

Sobre as propostas de greve nacional dos SPF's e greve geral

A Assembléia Geral da Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj) discutiu estas duas propostas e encaminha suas considerações ao Setor das Federais da ANDES-SN.

Em relação à greve nacional dos SPF's, nossa opinião é que ela não é oportuna neste momento. Além da baixa mobilização na UFRJ e nos restantes órgãos públicos federais do Rio de Janeiro, apontamos outro problema de importância fundamental. O governo FHC acelera o desmonte do setor público e priva ainda mais a população de serviços essenciais como saúde e educação. Entendemos que a motivação básica da greve é oposta a esta política. Mas não podemos ignorar que a população vem sendo sistematicamente confundida pelo governo e pela grande imprensa sobre a real responsabilidade política da crise dos serviços públicos. Não podemos simplesmente fechar escolas e serviços de saúde sem termos construído o apoio da população ao nosso movimento.

Por isto, apontamos para a proposta de uma greve geral como uma estratégia mais correta para unirmos interesses mais gerais. No fundo, o arrocho salarial imposto aos SPF's, a expansão do desemprego, o sucateamento do patrimônio publico, os escândalos financeiros, a defesa do latifúndio, todos são aspectos da política imposta pelo governo FHC à população brasileira.

Embora seja mais complexa sua articulação, consideramos que as perspectivas políticas de uma repercussão positiva são mais favoráveis à greve geral, cuja construção não passa, no nosso entender, pelos motivos expostos, por uma greve nacional de SPF's.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1997 - Assembléia Geral da Adufrj

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Projeto Gráfico: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Abono Pecuniário

Por volta do meio-dia de sexta-feira dia 21, a diretoria da Adufrj foi convidada a comparecer à reitoria da UFRJ às 16:30 do mesmo dia para receber resposta ao ofício que havia enviado no último dia 13 solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos que a UFRJ pretendia adotar quanto ao anunciado desconto em folha de pagamento do abono pecuniário de férias pago no início de fevereiro.

A resposta por escrito é necessária para que a Adufrj possa contestar judicialmente o desconto em folha ou qualquer outra forma de cobrança que a UFRJ resolva adotar.

Para surpresa da diretoria da Adufrj, o ofício do reitor não informa o que a UFRJ pretende fazer e simplesmente discorre sobre a existência de normas legais sobre o assunto. No entanto, a reitoria materializou suas intenções logo em seguida, quando tentou entregar ao presidente da Adufrj uma notificação para que os docentes devolvessem à UFRJ, **no prazo de trinta dias a contar do recebimento da notificação,** o valor do abono recebido, sob pena de, não o fazendo, serem inscritos na Dívida Ativa da União.

A situação era insólita: já passava das 17:00 de sexta-feira e o expediente da Justiça Federal na semana que vem, se houver, vai ser muito reduzido, dificultando a adoção de medidas judiciais nesse período; o teor da notificação deixava claro que a reitoria estava tentando transferir para a Adufrj a responsabilidade pela notificação aos docentes da necessidade da devolução.

Entendendo que a notificação para a devolução deveria ser dirigida a cada docente, individualmente, a Adufrj recusou-se, naquele momento, a recebê-la, apesar da insistência dos assessores da reitoria para que o fizesse.

A diretoria da Adufrj tem reunião marcada com o reitor da UFRJ às 15:00 desta segunda-feira dia 24, na qual tentará esclarecer a situação, e manterá informada a comunidade sobre quaisquer desdobramentos deste caso.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 21 de março de 1997.

OFÍCIO/GR/Nº118/97

DO: Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professor Paulo Alcantara Gomes

AO: Presidente da Associação dos Docentes da UFRJ - ADUFRJ
Professor José Miguel Bendrão Saldanha

Senhor Presidente,

Em atenção ao seu ofício datado de 13/03/97, venho informar a V.Sª que de acordo com o Parecer do Serviço Jurídico da UFRJ, existe Norma Legal, contida no Parágrafo 2º do artigo 47 da Lei nº 8112/90, cuja nova redação foi dada pela Medida Provisória nº 1522, determinando a devolução dos valores recebidos a título de Abono Pecuniário.

A referida norma determina que o servidor deve restituir a quantia recebida por liminar dentro de 30 dias, a contar da notificação, quando esta deixar de vigir.

A possibilidade de realizar a devolução através de desconto, desde que autorizada pelo servidor, efetivamente existe, cabendo, entretanto alertar que o referido dispositivo legal determina que o servidor que não devolver a quantia recebida será inscrito na Dívida Ativa.

Atenciosamente,

PAULO ALCANTARA GOMES
REITOR DA UFRJ

Ofício do reitor em resposta à solicitação da Adufrj

Ação dos 28,86%

Encerrou-se na sexta-feira, dia 21, o prazo para entrega dos documentos pelos docentes filiados à Adufrj para ingresso na ação coletiva pelo reajuste de 28,86% (isonomia com os militares, janeiro de 1993). A secretaria da Adufrj estará recebendo até a próxima quarta-feira, dia 26, os documentos que ainda estejam faltando, mas apenas para os docentes que a procuraram dentro do prazo e que por motivo de força maior não dispusessem na ocasião dos documentos necessários, que são os seguintes: cópias autenticadas de carteira de identidade, CIC (CPF) e contracheques (ou declarações específicas da UFRJ) de dezembro de 1992, janeiro e fevereiro de 1993 (no caso de professores que ingressaram após esta data, o primeiro contracheque que receberam).

Lembramos também que professores que tenham ingressado em qualquer outra ação contra a União pleiteando este reajuste **não** podem ingressar nesta. A presença da mesma pessoa em mais de uma ação de mesmo teor interromperá o curso do processo até que ela opte por uma delas.

Outras ações

Após a sentença do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável a 11 servidores em processo semelhante, em fevereiro, diversas ações pelos 28,86% tiveram sentenças favoráveis de vários tipos. A Adufrj solicitou *antecipação de tutela* (decisão favorável provisória, como se fosse uma liminar) na outra ação que move desde o primeiro semestre de 1996 (grupo de 509 professores), mas não a obteve.

Em agosto de 1993, a Andes-SN, representando 41 Seções Sindicais e Associações de Docentes de todo o país, inclusive a Adufrj, ingressou com mandado de segurança coletivo no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o Ministro Chefe da Secretaria de Administração Federal (SAF, atual MARE). O STJ entendeu que aquele ministro não era o responsável pelo reajuste e extinguiu o processo sem julgar o mérito. A Andes-SN recorreu ao Supremo Tribunal Federal, onde o processo se encontra até hoje.

Rápidas

OAB na luta pelos 28,86%

Brasília - Em audiência com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dr. Uchoa Lima, a Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos, e representantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais - CNESF obtiveram a confirmação que, diante da decisão favorável do STF, a única alternativa para o governo é o pagamento dos 28,86% aos servidores. Durante a audiência, dia 12 de março, a Frente Parlamentar apresentou questões referentes à defesa do serviço público e aos direitos dos funcionários. Uchoa Lima afirmou que a OAB está na defesa dos servidores e criticou os ataques desferidos pelo governo à categoria, que acaba sendo transformada em bode expiatório das mazelas do serviço público. O presidente aceitou engajar-se na luta e a manifestar-se publicamente sobre o assunto.

A Andes-SN, Fasubra, Condsef, Fenafisp, Fenasps, Sinasefe e Unafisco Sindical estiveram presentes à audiência.

Pós-graduandos

Reuniões com representantes dos cursos

Dia 4 de abril, sexta-feira, em dois horários e locais:

- De 12h às 14h, na sede da Adufrj - sala 200, bloco D, Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão.
- De 16h às 18h, na sala 10 da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha.

Pauta

1) Organização do Congresso dos Pós-Graduandos da UFRJ
2) Programa de Tutoria 97/01

Transformação da AD em Seção Sindical

Na última reunião do Conselho de Representantes da Adufrj, que aconteceu no dia 19 de março, foi aprovada a prorrogação do prazo para entrega de propostas para o regimento da Seção Sindical, passando do dia 24 para até o dia 26 de março, na sede da entidade.

Finalizada esta etapa, uma comissão especialmente designada vai tocar os trabalhos de consolidação das propostas enviadas, que serão devidamente divulgadas.

No período de 14 a 18 de abril, destinado à discussão das propostas de regimento encaminhadas à comissão, também está prevista a realização de um seminário.

A comissão, junto à diretoria e Conselho de Representantes, está elaborando horários e locais de realização da assembléia geral extraordinária permanente, que acontecerá entre os dias 22 a 24 de abril, simultaneamente a outras atividades previstas para o mesmo período.

Reforma Administrativa em pauta

Brasília - A liderança do PT na Câmara dos Deputados promoveu, dia 13 de março, importante seminário sobre Reforma Administrativa. Após a exposição do relator da PEC-173, deputado Moreira Franco (PMDB/RJ), ficou claro que a polêmica em torno do parecer, na verdade é uma cortina de fumaça para encobrir a estratégia do governo em aprovar a sua proposta. Moreira Franco argumentou que existe a consciência de que há uma grave crise no Estado e que uma reforma profunda se faz necessária. Ainda sem apresentar redação final do seu parecer, o relator manifestou-se contrário à isonomia salarial.

O coordenador do Seminário, deputado Marcelo Deda (PT/SP), enfatizou que, se for aprovada a proposta do governo, estará formado um grande cenário de desorganização no serviço público. Segundo o deputado, há quase 70 anos busca-se assegurar aos servidores dos três poderes a isonomia e até hoje isso não foi definitivamente conquistado. "Retirada a isonomia do texto constitucional, a situação se agravará absurdamente", assegurou.

O assessor da liderança do PT, Luiz Alberto dos Santos, mestre em Adminstração e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, reafirmou que, no que se refere a regimes diferenciados e outros regimes de trabalho, a estabilidade só será garantida aos trabalhadores com cargos efetivos e, mesmo assim, sujeita às ações do governo. Está confimada, também, a supressão do princípio remuneratório na questão de justiça salarial e fragilização que atinge a magistratura.

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Proposta de regimento para a ADUFRJ - Seção Sindical

Esta é a proposta de regimento da comissão formada por membros da diretoria e do conselho de representantes da Adufrj em 1995. Este texto foi publicado em abril daquele ano e naquela época foram apresentadas algumas sugestões e emendas. Estamos republicando a proposta para retomar o processo de transformação em seção sindical. leia, avalie e mande suas sugestões para a sede da Adufo. Na Assembléia Geral de 5/2/97, aprovaremos o calendário do processo, inclusive o prazo final para apresentação das propostas.

PROPOSTA DE REGIMENTO GERAL

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical (Adufrj-SSind) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior(ANDES-SN)

TÍTULO 1
DA ORGANIZAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art.1- A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical (ADUFRJ-SSind) do Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior(ANDES-SN),fundada em 26 de abril de 1979 como Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constituiu-se em ADUFRJ-Seção Sindical da ANDES-SN a partir de..... por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados.

§. 1º - A Adufrj-SSind, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, de duração ilimitada, tem sua sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do No de Janeiro.

§.2º - A Adufrj-SSind, instância deliberativa da ANDES-SN, é a entidade representativa dos direitos e interesses trabalhistas e profissionais, em juízo ou fora dele, dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em atividade ou aposentados.

§.3º - A Adufrj-SSind será regida por este Regimento, aprovado em assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, respeitando o Estatuto da ANDES-SN,

§.4º- A Adufrj-SSind tem autonomia política, administrava, patrimonial e financeira garantida pelo art.44, § 2, do Estatuto da ANDES-SN.

Art.2- A Adufrj-SSind é uma entidade democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, autônoma a independente em relação ao Estado o às administrações da UFRJ.

Art.3- A Adufrj-SSind tem por objetivo básico organizar sindicalmente as docentes da FRJ gozando, para tanto, das prerrogativas sindicais asseguradas na Constituição Federal, inclusive a de representação dos interesses dos docentes ligados à sua base territorial, em juízo ou fora dele, sobretudo na qualidade de substituto processual.

Art.4- A Adufrj-SSind tem ainda os seguintes objetos:

I- defender os direitos e interesses profissionais e trabalhistas dos docentes da UFRJ;

II- representaras interesses dos seus sindicalizados na UFRJ, bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial;

III- lutar por melhores condições de trabalho para todos os docentes da UFRJ;

IV- defendera educação como um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades da população, e assegure o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

V- lutar pela gestão democrática nas instituições de ensino superior;

VI- defender o princípio de Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VII- analisar a política educacional, científica e cultural brasileira e sobre ela manifestar-se;

VIII- promover estudos visando o aprimoramento do ensino superior e de sua articulação com os demais níveis de ensino;

IX- buscar a interação das entidades representativas de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos na área da educação, cultura, ciência e tecnologia;

X- buscara articulação com as entidades ligadas à educação, trabalhadores em geral e outros setores organizados de sua base territorial, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

XI- divulgar para a sociedade os problemas da educação, visando obter apoia para a sua solução;

XII- trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade quanto ao papel e importância da universidade pública.

Art.5- Compete à Adufrj-SSind:

I- manter os sindicalizados informados quanto às atividades da Seção Sindical;

II- divulgar as atividades e promover o fortalecimento da ANDES-SN, encaminhando as resoluções das suas instâncias deliberativas, na forma dos seus Estatutos.

TITÚLO II
DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art.6- O número de sindicalizados da Adufrj-SSind é ilimitado.

Art.7- Poderão sindicalizar-se à Adufrj-SSind, todos os docentes da UFRJ da carreira de magistério em efetivo exercício, os afastados nos termos de lei, os aposentados, os visitantes e os substitutos que requeiram sua sindicalização.

Art.8- Os sindicalizados da Adufrj-SSind são sindicalizados da ANDES-SN.

Art.9- São direitos dos sindicalizados, os estabelecidos no Estatuto da ANDES-SN, e mais:

I - discutir e votar na Assembléia Geral da Adufrj-SSind;

II – votar e ser votado para cargos eletivos da Adufrj-SSind, da ANDES-SN e para delegados aos Congressos e Conselhos da ANDES-SN, bem como em outros eventos que exijam estes procedimentos,

III - requerer ao Presidente da Adufrj-SSind a convocação imediata de Assembléia Geral, mediante documento expondo os motivos da convocação e a ordem do dia, subscrita por um mínimo de 10% dos sindicalizados,

IV - apresentar a qualquer instância da Adufrj-SSind, por seu intermédio ou de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer, natureza que demandem providências de seus órgãos deliberativos;

V - fiscalizar o funcionamento da Adufrj-SSind

VI – recorrer das decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria à assembléia Geral imediatamente subsequente a essas decisões;

VII posicionar-se sobre qualquer assunto de interesse da Adufrj-SSind

Art. 10- São deveres dos sindicalizados:

I - observar o presente Regimento, bem como o Estatuto da ANDES-SN; manter-se em dia com as contribuições financeiras à Adufrj-SSind;

II – trabalhar pelos objetivos da Adufrj-SSind;

Art. 11 - Os sindicalizados da Adufrj-SSind estão sujeitos a sanções disciplinares impostas pelo descumprimento do disposto no Art.10 deste Regimento.

§.1º- São sanções disciplinares: advertência,

suspensão e exclusão.
§.2º- A advertência será aplicada pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Representantes ou pela Direto da Suspensão e exclusão apenas pela assembléia Geral. Em qualquer caso, será garantido amplo direito de defesa.
Art.12- O sindicalizado que voluntariamente deixar de exercer a profissão do magistério na UFRJ ou que solicitar à Diretoria da Adufrj-SSind, por escrito, a sua exclusão, será automaticamente excluído do quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art.13- São órgãos da Adufrj-SSind:

I – Assembléia Geral;
II - Conselho de Representantes;
III – Diretoria;

CAPÍTULO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.14 – A Assembléia Geral é o órgão deliberativo máximo da Adufrj-SSind, sendo composta por todos os seus sindicalizados no gozo de seus direitos estatutários e regimentais.
Art.15 - Compete à Assembléia Geral:
I - discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia,
II - apreciar e deliberar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e previsões orçamentarias apresentadas pela Diretoria e apreciadas pelo Conselho de Representantes;
III - alterar, no todo ou em parte, o presente Regimento, desde que observado o quorum previsto no Art.56;
IV - apreciar e aprovar o Regimento eleitoral;
V - suspender e/ou excluir sindicalizados em consonância com o Art. 11 deste Regimento;
VI - escolher nome de novo diretoria Adufrj-SSind, indicado pela Conselho de Representantes, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo;
VII - apreciar sugestões de outras instâncias ou de sindicalizados individualmente,
VIII - autorizar a aquisição de bens que ultrapassem o valor de 50% da receita mensal da Adufrj-SSind;
IX - autorizar a alienação de bens que ultrapassem o valor de 10% da receita mensal da Adufrj-SSind;
X - dar posse à Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind;
XI - deliberar pela dissolução da Adufrj-SSind, desde que observado o Art.58;
XII - indicar os delegados representantes da Adufrj-SSind a Congressos e Conselhos da ANDES-SN, bem como aos eventos promovidos por outras entidades sindicais;
XIII- fixara contribuição financeira mensal dos sindicalizados;
XIV- resolver os casos omissos deste Regimento:
Art. 16 – A Assembléia Geral será convocada:
I - pelo Presidente;
II – pela Diretoria;
III - pelo Conselho de Representantes, através de requerimento à Diretoria e assinado pela maioria absoluta de seus membros efetivos;
IV- por requerimento à Diretoria assinado por, no mínima, 10% dos sindicalizados, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da assembléia geral.

§ único – A convocação da assembléia Geral deverá
ser feita por ampla divulgação através dos meios de comunicação da Adufrj-SSind e, nos casos dos Arts.56,57 e 58, também deverá ser feita por edital publicado em jornal de grande circulação.
Art. 17- A Assembléia Geral deverá ser convocada com pelo menos 48 horas de antecedência, com ampla divulgação da pauta proposta.
Art.18- A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Adufrj-SSind e se instalará com a presença mínima de 10%donúmerode sindicalizados da Adufrj-SSind, em primeira convocação e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, no mesmo local, com a presença de qualquer número de sindicalizados.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art.19- O Conselho de Representantes é o órgão deliberativo da Adufrj-SSind, constituído de representantes dos sindicalizados em cada Unidade da UFRJ, eleitos com seus suplentes, para um mandato de dois anos, pelo voto direto e secreto dos sindicalizados em pleno gozo de seus direitos.
§.1º - Para efeito deste regimento, Unidades são todas as Escolas, Faculdades e órgãos Suplementares.
§.2º - O número de representantes em cada Unidade dependerá do número de sindicalizados da seguinte forma:
até 60 sindicalizados - 1 representante
de 61 a 120 sindicalizados - 2 representantes
mais de 121 sindicalizados - 3 representantes
§.3º- Os representantes das Unidades serão eleitos pelo voto de sindicalizados pertencentes à mesma Unidade.
§.4º- No caso da falta ou impedimento do titular, o suplente o substitui.
Art.20- O Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da Adufrj-SSind e reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente por convocação:
I – do Presidente;
II- de um mínimo de um terço de seus membros, através de requerimento à Diretoria, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da reunião.
§ único - A Diretoria não tem voto nas reuniões do Conselho de Representantes, sendo que o Presidente da Adufrj-SSind só dará o voto de Minerva.
Art21- Ao Conselho de Representantes compete:
I - discutir e deliberar sobro os assuntos da ordem do dia;
II – deliberar sobre finanças, aprovando ou rejeitando as balanços financeiros anuais da Diretoria
III - fiscalizara aplicação das finanças e do patrimônio da Adufrj-SSind;
IV- decidir acerca das penalidades dos sindicalizados em consonância com o Art.11 deste Regimento; V- elaborar, junto com a Diretoria, o Regimento Eleitoral para ser aprovado em assembléia Geral;
VI - julgar em grau de recurso, as decisões da Diretoria;
VII - divulgar as atividades da Adufrj-SSind no âmbito de suas unidades;
VIII – implementar ações visando mobilizara categoria para as programações e lutas da Adufrj-SSind, IX- indicar nome de novo diretor da Adufrj-SSind para ser apreciado pela Assembléia Geral, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo;
Art.22- Considerar-se-á impedimento definitivo de representantes do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind a ocorrência de:

I – renúncia;

II - não comparecimento à 5 reuniões consecutivas do Conselho de Representantes;
III - assumir função administrativa na UFRJ ou no Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.
IV- perda do vínculo empregatício com a UFRJ;
V- violação deste Regimento.

CAPITULO III
DA DIRETORIA

Art.23- A Diretoria, órgão executivo da Adufrj-SSind, é composta de 9 membros: Presidente, 1º vice-presidente, 2,Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor de Relações Sindicais **e** Diretor de Comunicação, eleitos para um mandato de dois anos pelo voto direto e secreto.
§ único- Havendo vacância de algum cargo na Diretoria, o Conselho de Representantes poderá indicar um nome de qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos para ocupar o cargo vago para ser apreciado pela Assembléia Geral, respeitando o disposto noArt.36 e seu parágrafo único e no Inciso 1 do Art. 38 deste Regimento.
Art.24 –A Diretoria, coletivamente compete:
I - representar a Adufrj-SSind e defender os

interesses da categoria perante os poderes públicos e administrações da UFRJ;
II - cumprir e fazer cumprir este Regimento, bem como as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes,
III - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas administrativas da ANDES-SN, bem como as deliberações de seus Congressos e Conselhos,
IV - representar a Adufrj-SSind, seus sindicalizados e os docentes da UFRJ em juízo ou fora dele, podendo nomear, para tal, mandatário por procuração;
V – gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Regimento e das deliberações da Assembléia Geral e do conselho de Representantes"
VI - organizar os serviços administrativos internos da Adufrj-SSind;
VII - elaborar Relatórios Anuais de suas atividades financeiras e balanços que serão submetidos ao conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia geral;
VIII - elaborar orçamento anual a ser apresentado ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à assembléia Geral,
IX - aplicaras sanções disciplinares, nos termos deste Regimento;
X - elaborar, junto com o Conselho de Representantes, o Regimento eleitoral para aprovação da assembléia Geral;
XI - elaborar as convocações e as ordens do dia das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e do Conselho de Representantes,
XII - divulgar, por meios próprios ou através dos veículos de comunicação de massa, as atividades da Adufrj-SSind;
Art.25- Compete ao Presidente:
I - representar a Adufrj-SSind, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes a outro diretor em efetivo exercício;
II - convocar e presidir as reuniões da assembléia Geral, Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - dar cumprimento às deliberações das instâncias deliberativas da Adufrj-SSind referidas nos incisos I, II e III do art. 13 deste regimento,
IV - praticar atos administrativos necessários ao atendimento das finalidades da Adufrj-SSind, ressalvado o que for expressamente reservado neste Regimento, a outros órgãos;
V - admitir e dispensar funcionários da Adufrj-SSind,
VI - assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, cheque se outros documentos financeiros emitidos pela Adufrj-SSind;
VII - assinar, após aprovação das instâncias competentes, contratos e convênios em nome da Adufrj-SSind;
VIII – convocar as eleições da nova Diretoria e do Conselho de Representantes;
IX- assinara correspondência oficial e juntamente com o 1º Secretário, toda a correspondência que estabeleça obrigações para a Adufrj-SSind.
Art.26- Compete aos Vice-Presidentes, pela ordem, assumira presidência no caso de falta, impedimento ou afastamento definitivo do Presidente.
Art.27 - Compete ao 1º Secretário:
I - elaborar e organizar a correspondência da Adufrj-SSind;
II - secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - responsabilizar-se pelo arquivo da Adufrj-SSind;
IV- substituir, sem prejuízo de suas funções, o presidente, o 1º e 2º Vice-Presidentes, no impedimento eventual destes.
Art.28- Compete ao 20 secretário substituir o 1º Secretário no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.
Art.29- Compete ao 1º Tesoureiro:
I - ter sob sua responsabilidade os bens e valores da Adufrj-SSind;
II – administrar as finanças da Adufrj-SSind;
III- elaborar balancetes trimestrais e balanço anual, que serão apresentados à Diretoria e submetidos ao Conselho de Representantes;
IV- ser o responsável pelo recebimento e pagamento de despesas;
V- movimentar, juntamente com o Presidente, as contas bancárias da Adufrj-SSind;
VI - assinar, juntamente com o presidente, cheques e outros documentos financeiros da Adufrj-SSind;
Art.30- Compete ao 20 Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.
Art.31 - Compete ao Diretor de Relações Sindicais
I - participar das reuniões e eventos da Regional Rio de Janeiro da ANDES-SN e manter contatos com as Seções Sindicais da ANDES-SN;
II - acompanhar os acontecimentos e decisões relevantes ao movimento sindical, local, nacional e internacional;
III – manter contatos permanentes com as entidades representativas de estudantes e de servidores técnico-administrativos da UFRJ, bem como de outras categorias, na perspectiva de fortalecera luta geral dos trabalhadores;
IV- representar a Adufrj-SSind, por delegação da Diretoria, nos contatos **e** eventos sindicais, intersindicais e com Centrais Sindicais;
Art.32- Compete ao Diretor de Comunicação:
I - organizara política de comunicação da Adufrj-SSind;
II - coordenar a Conselho Editorial das publicações da Adufrj-SSind;
III - manter contatos com outros órgãos de imprensa para a divulgação das atividades e deliberações da Adufrj-SSind.
Art.33- Os membros da Diretoria da Adufrj-SSind poderão ter outras atribuições além das previstas neste Regimento, desde que decididas pela Diretoria em reunião.
Art.34- Considerar-se-á impedimento definitivo de Diretores da Adufrj-SSind a ocorrência de:
I – renúncia;
II – abandono de carga
III - não comparecimento à 5 reuniões consecutivas da Diretoria;
IV- perda do vínculo empregatício coma UFRJ;
V- assumir função administrativa na UFRJ ou no Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.
VI- malversação e/ou dilapidação do patrimônio da Adufrj-SSind;
VII - violação deste Regimento.
§ único- A perda do mandato com base nos incisos VI e VII deste Artigo só poderá ser decidida em Assembléia Geral, sendo assegurado amplo direito de defesa.

TITULO IV
DOS PROCESSOS ELEITORAIS

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art.35- Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da Adufrj-SSind são a democracia, o direito à divergência e à igualdade de condições para todos os candidatos.
§ único- O Regimento das eleições deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em assembléia Geral.
Art.36- O sindicalizado no exercício de cargo ou função administrativa na UFRJ ou Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal somente poderá se candidatara cargo efetivo da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind caso se desincompatibilize desse cargo ou função.
§ único- Os professores visitantes e substitutos não poderão candidatar-se a cargos eletivos da Diretoria da Adufrj-SSind.
Art.37- São eleitores todos os sindicalizados da Adufrj-SSind no pleno gozo de seus direitos.
I- É vedado o voto por procuração;
II- O sindicalizado deverá votar na Unidade da UFRJ em que estiver lotado;
Art.38- São condições para participar das eleições:
I- ser sindicalizado da Adufrj-SSind há pelo menos 90 dias antes da data de inscrição de candidaturas, para ser votado;
II- ser sindicalizado da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias antes da datada realização das eleições para votar.
Art.39 - O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela assembléia Geral.
§ único - A Comissão Eleitoral compete elaborar normas especificas da eleição, respeitando o disposto no Regimento eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos,

bem como proclamaras resultados.
Art.40- As eleições serão convocadas para o mês de setembro dos anos ímpares, pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 30 dias de antecedência.
§ único- Não sendo convocada eleição dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-la, observando o prazo mínimo de 20 dias para a campanha eleitoral.

CAPÍTULO II
DA ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA

Art.41- A eleição para a Diretoria será realizada através de escrutínio universal, direto e secreto, para um mandato de 2 anos
Art.42- Poderá ser eleito qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos, respeitando o disposto no Art.36 e seu § único e no inciso I do Art. 38 deste Regimento.
§ 1º- Será permitida uma única reeleição consecutiva para no máximo 1/3 dos membros da Diretoria, desde que para cargos diferentes.
§2º- É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.
Art.43- As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da Adufrj-SSind, que fornecerá recibo, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, acompanhado de declaração de aceite dos demais integrantes da chapa e indicação de no mínimo 10 sindicalizados no gozo de seus direitos.
§ único- No requerimento deve constaras nomes dos candidatos com os respectivos cargos e os programas de cada chapa.
Art.44- A Diretoria eleita será empossada em assembléia Geral, convocada para este fim.

CAPÍTULO III
DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art.45- As eleições para o conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto e secreto, para um mandato de 2 anos.
§1º- Poderá ser ele de qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos, respeitando o disposto no Art.36 e seu § único e no inciso I no Art. 38 deste Regimento.
§2º- Será permitida apenas uma única reeleição consecutiva para o conselho de Representantes.
Art.46- Poderá haver uma segunda eleição no mesmo período de gestão do Conselho de Representantes, visando complementar as vagas não preenchidas na primeira eleição.
§ único- O final do mandato dos Conselheiros eleitos na segunda eleição, deverá coincidir como daqueles eleitos na primeira eleição.

TÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art.47- Constituem patrimônio da ADUFRJ-SSind:
I- as contribuições dos sindicalizados,
II- doações e recursos que lhe sejam destinados;
III- bens móveis e imóveis adquiridos pela ADUFRJ-SSind,
IV- rendimentos de publicações, cursos, prestação de serviços e outros meios que venha a realizar ou implementar,
V- rendimentos de aplicações financeiras.
§ único- O acervo patrimonial da Adufrj-SSind é da sua exclusiva propriedade e por esta é gerenciado.
Art.48-A aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis, só poderá ser efetuada com a aprovação de Assembléia Geral.
Art.49-Em caso de dissolução da ADUFRJ-SSind, o destino de seu patrimônio será decidido por assembléia Geral, atendendo ao Art.58.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.60- Os cargos diretivos de qualquer instância da Adufrj-SSind serão exercidos sem qualquer tipo de remuneração, ressalvado o ressarcimento de despesas efetuadas, com o devido comprovante, para o desempenho das atividades da entidade.
Art.51- Os membros efetivos da Diretoria da Adufrj-SSind, gozam de estabilidade no emprego, conforme o disposto no Inciso VIII do Art. 8 da Constituição Federal.
Art.52- Os membros da Diretoria que representa uma Adufrj-SSind em transações que envolvam responsabilidades primárias não serão pessoalmente responsabilizados pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.
Art.53- Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responde subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.
Art.54- A Adufrj-SSind poderá se filiara organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos contidas neste Regimento o no Estatuto da ANDES-SN desde que a filiação seja aprovada em assembléia Geral em cuja ordem do dia deverá constar essa matéria.
Art. 55- Qualquer taxa compulsória sindical, não deliberada por suas instâncias competentes, recebida pela Adufrj-SSind, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pela assembléia Geral e/ou pela ANDES-SN.
Art.56- A reforma do presente Regimento só poderá ser feita em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pela menos 10% dos sindicalizados no goze de seus direitos previstos neste regimento e por deliberação de no mínimo 2/3 dos sindicalizados presentes. **Art.57-** Qualquer membro da Diretoria da ADUFRJ-SSind ou toda ela conjuntamente, poderá ser destituído por assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.
Art.58- A Adufrj-SSind poderá ser voluntariamente dissolvida por Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, exigindo-se a presença de pelo menos 50% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.
Art.59- Em caso de vacância de toda a Diretoria, o Conselho de Representantes convocar á assembléia Geral da Adufrj-SSind, que elegerá uma Diretoria Provisória e convocará eleições em um prazo de 20 a 40 dias para completar a mandato da gestão correspondente.
Art.60- Os casos omissas neste Regimento serão resolvidos pela Assembléia Geral.
Art.61- O presente Regimento entrará em vigor a partir da data de seu registro junto ao órgão competente, concomitantemente à sua publicação, após sua aprovação em assembléia Geral da ADUFRJ-SSind.

CAPITULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.62- A Assembléia Geral reconhece como sindicalizados da ADUFRJ-SSind todos os associados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro(ADUFRJ).
Art.63- A Assembléia Geral reconhece como Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind a Diretoria e Conselho de Representantes da ADUFRJ do biênio 1993/1995, até a posse dos novos eleitos.
Art.64- O término do mandato da atual Diretoria e do atual Conselho de Representantes dar-se-á a 30 de setembro de 1995, quando tomará posse a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes, eleitos em conformidade com este Regimento para o biênio 1995/1997.
§ único- A composição da Diretoria da ADUFRJ-SSind para o biênio 1995/1997 obedecerá o disposto no Art.23 deste Regimento.

Rápidas

Governo continua ignorando a isonomia

O governo federal, capitaneado pela Advocacia Geral da União, faz pressão junto aos ministros do Supremo Tribunal Federal, buscando reverter a decisão referente aos 28,86%. Assim que for publicado o Acórdão da decisão do STF, o governo começará a trabalhar para apresentar Embargos de Declaração, na perspectiva de que o STF dê uma interpretação de que os cálculos não correspondem aos 28,86%. A Andes Sindicato Nacional alerta para que a categoria dos docentes e o conjunto dos servidores continuem a mobilizados para garantir a manutenção do direito.

CNI revela aprovação a métodos do MST

Uma pesquisa feita pelo Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria, mostrou que nada menos do que 85% dos dois mil entrevistados disseram que consideram a invasão de terras um instrumento de luta importante, desde que não haja violência. 94% dos questionados disseram que o MST deve lutar pela reforma agrária e 77% responderam que consideram o MST um movimento legítimo, porque são trabalhadores querendo terra para trabalhar.

A pesquisa revelou também que 74% acham que a política de invasões é importante para chamar a atenção do governo sobre o problema dos sem-terra e 88% acham que o governo deveria confiscar todas as terras improdutivas e distribuí-las aos trabalhadores.

Fonte: Jornal O Globo - 21/03/97.

Movimento em defesa da economia nacional

Quem tem participado das reuniões das segundas-feiras, do Modecon, no 7º andar da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), pode notar o crescente interesse e participação de nossos cidadãos na luta em defesa do patrimônio nacional como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, e das conquistas sociais, igualmente ameaçadas.

Na próxima segunda-feira, dia 24, às 17h e 30m, o movimento em defesa da Vale do Rio Doce promoverá um grande encontro com as lideranças nacionais e estaduais para ampliar a campanha. O objetivo do movimento é levar a população para as ruas em defesa da Vale. Como foi denunciado no último jornal, a companhia estatal está sendo vendida pelo governo a empresas nacionais e internacionais a um valor muito abaixo do seu preço real.

Quem faz a convocatória é o próprio presidente da ABI, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, um incansável defensor do patrimônio público, que estará presente no comício em defesa da Vale marcado para o dia 11 de abril, no Centro do Rio, com a presença de parlamentares, lideranças sindicais e estudantis e da população carioca.

Erramos

Reitor da UFRRJ

Por considerar inverídica a informação veiculada no texto "Projeto regulamenta escolha de dirigentes" (Jornal da Adufrj, de 17 a 23 de março) a respeito da nova administração superior da UFRRJ, solicito a publicação da seguinte retificação.

A escolha do reitor e do vice-reitor da UFRRJ, segundo seu estatuto, é feita pelos Colegiados Superiores. As entidades da comunidade (Adur, Sintur e DCE) promoveram uma consulta direta na qual a chapa Gestão com Participação, com os nomes do reitor, vice-reitor e dos decanos obteve 51,75% dos votos dos docentes, 58,06% dos votos dos técnicos-administrativos e 51,77% dos votos dos estudantes.

Esta legitimidade foi reconhecida nas eleições realizadas pelos Colegiados Superiores quanto ao nome do primeiro da lista, professor José Antônio Veiga. A escolha do ministro da Educação respeitou, assim, a vontade do colégio eleitoral da UFRRJ.

Cumpre observar que o professor Veiga tem duas formações em pós-graduação latu senso, *o título de mestre e o doutorado com créditos concluídos, foi decano de graduação e vice-reitor antes de chegar a reitor desta universidade. A legitimidade das urnas reflete o reconhecimento por parte da comunidade universitária e das autoridades constituídas de sua competência para o cargo que ocupa.*

Professor Antônio Carlos Nogueira,
assessor de comunicação social da UFRRJ.

Nota da redação:

De fato, houve engano na apuração da referida matéria. O estatuto da universidade não prevê consulta à comunidade, conforme saiu publicado. Quanto à titulação e votação do reitor, obtivemos informação equivocada de fontes entrevistadas pelo Jornal e não citadas na matéria. Infelizmente, não houve checagem das informações com o próprio reitor, ou alguém de sua parte.

O entrevistado da última edição do Jornal da Adufrj é o professor e presidente da Adunicamp, **Lino** *Castellani Filho e não Nilo, como foi publicado.*

O Mico Preto

Um dos jogos mais conhecidos no Brasil é o "Mico Preto".Todos que conhecem o jogo sabem que os jogadores passam todo tempo tentando se livrar do MICO PRETO. Assim também são nossos governantes; eles elegem um MICO PRETO e a partir daí todos tentam dele se livrar para salvar a nação. Senão vejamos: vamos começar pela "fase getulista", o Estado escolheu a SAÚVA como o MICO das pretenções governamentais (Ou o Brasil acaba com a SAÚVA ou a SAÚVA acaba com o Brasil). Pois bem! As SAÚVAS continuaram e o Brasil também. Depois vem a fase dos militares/Médicis/Figueiredos..." quando o MICO passou a ser o chuchu (estão lembrados? ...aquele ministro gordinho?). É ... o chuchu continuou sendo vendido na feira e o Brasil sobreviveu. Aí vem a fase de transição/ Sarney/Cruzado", e o BOI GORDO (lei delegada neles) virou o MICO da vez. O BOI GORDO continuou no pasto engordando os pecuaristas e o nosso país resistiu bravamente a mais essa praga. Mais recentemente vem a fase "Collorida/P.C./Zélia"e o MICO escolhido foi a POUPANÇA. Dessa vez ***elles*** *é que foram embora (levando nossa poupança e nós é que pagamos o maior MICO) e aqui estamos nós. Finalmente, entramos na fase "do Novo Império/FHC/Serjão/PFL". O nosso iluminado Presidente (o déspota, ou DEZpota, esclarecidíssimo) descobre que todos estavam errados e que não existe, apenas, um MICO e sim uma grande família desses indesejáveis símios que são os FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (F.P.). E, vejam bem, não é qualquer um que está defendendo essa tese, quem a defende é o mais laureado DOUTOR HONORIS CAUSA (pela Sorbone; MIT, Harvard, Quito, Paris, SUAM, Faculdade da Cidade, Vaticano, Pirapora do Sul, entre outras dezenas de Instituições espalhadas pelo mundo) e que além do mais já pagou seus micos (lembram-se dele sentando na cadeira do Jânio, antes do tempo? E na campanha, montado no jegue?). Ah! Mais isso são coisas do passado(nhem nhem nhem dos atrasados). Hoje, o nosso Presidente nos enche de orgulho, fala todas as linguas (dizem até que o diálogo "Dele" com o Santo Papa foi em Sânscrito e parece que o Papa teve que recorrer ao dicionário diversas vezes. Todos se lembram* ***daqueLLe*** *outro que pagava MICO falando espanhol (due-la a quiem due-la). "Por tudo isso, torna-se importante você, brasileiro amigo, participar da nossa campanha: não case com um F.P. (eles adoram ter filhos para ganhar salário família - pense no déficit público); não venda a prazo (nem pré-datado) a um F.P. (eles, se depender do Bresser, estarão extintos em pouco tempo); antes de dar lugar em um ônibus a um(a) velhinho(a) pergunte se ele(a) é um(a) aposentado(a) do serviço público - eles adoram ter privilégios; verifique se algum amiguinho de seus filhos é descendente de um F.P. (eles costumam influenciar negativamente, com essas idéias mirabolantes de se opor à venda da Vale, de defender Petrobrás e, até, defender esse tal de ensino público). Tenha todo o cuidado! O único MICO que você deve preservar é o Mico Leão Dourado (pelo menos fingir que está preocupado, pois isso conta ponto para a escolha da sede da Olimpíada 2008). Xô,MICO,Xô!*

Rui F. R. Pereira
Mico da família dos FP inativos

Memórias da Amazônia

■Memórias da Amazônia, expressões de identidade e afirmação étnica

O objetivo do evento é possibilitar aos povos da Amazônia e ao público em geral uma significativa mostra das coleções etnográficas que foram coletadas por Alexandre Rodrigues Ferreira durante sua passagem pela região, entre 1783 e 1792. restituir tradições, valores, conhecimentos milenarmente acumulados, expressões da cultura material e outras manifestações artísticas e técnicas dos povos indígenas que desapareceram durante o processo de colonização da Amazônia. Oficinas indígenas permanentes de pinturas, desenhos trançados, danças, rituais, cânticos e narrativas indígenas, videos etnográficos, seminários e lançamento de diversas obras. Promoção da Universidade da Amazônia, Universidade de Coimbra e Universidade do Porto. Local: Centro Cultural Palácio Rio Negro, Manaus, Amazonas. Tel/fax: (092) 233-7223/ 234-3242

Em defesa da Vale

■Modecon - Movimento em Defesa da Economia Nacional

Encontro com lideranças nacionais e estaduais do movimento para ampliação da campanha em defesa das conquistas sociais, da Petrobrás e da Vale do Rio Doce. Dia 24 de março, às 17h30 no auditório do 7º andar da ABI, Associação Brasileira de Imprensa: Rua Araujo Porto Alegre, 71, Centro.

75 anos de PCB

■Seis & Meia no Sintrasef

A esquerda martela*: quem disse que o socialismo foi-se?*

Debate com a participação de Carlos Nelson Coutinho (professor da Escola de Serviço Social da UFRJ), Zuleide Faria (professora do IFCS/UFRJ e presidente nacional do PCB) e Luís Fernandes (cientista político). Dia 25 de março, às 18h30 na sede do Sintrasef, Av. 13 de maio, sala 1007 - Cinelândia.

Despoluição da Baía

■Considerações sobre a melhoria das águas da Baía de Guanabara

Palestrantes: Antônio José Ferrer (engenheiro civil), Elmo da Silva Amador (Inst. Geociência da UFRJ) e Jefferson Martins (Geociência - UFF). Inscrições gratuitas pelo tel/fax (021) 232-3263. Dia 02 de abril, quarta-feira, às 18h Local: Clube de Engenharia.

Saturnino lança livro

■Geografia do Rio em quatro Posições**.** Lançamento do livro de Roberto Saturnino. Dia 25 de março, a partir de 20h, na Livraria da Travessa: Rua Visconde de Pirajá, 462 - loja A, Ipanema.

Medalha Chico Mendes

■Medalha Chico Mendes de Resistência/97

Vários homenageados, como os argentinos excluídos da Lei 9.140/95 (indenização às vítimas da ditadura), Leonardo Boff e o Movimento Camponês de Corumbiara.

Dia 01 de abril, às 18h, no Clube de Engenharia. Av. Rio Branco, 124 - Auditório do 25º andar - Centro.

Adufrj vende

A Adufrj estará vendendo pela melhor oferta, recebida até o dia 2 de abril, alguns equipamentos que não estão mais sendo utilizados:

1) máquina de escrever elétrica Facit,

2) mimeógrafo a tinta Rex-Rotary 450,

3) microcomputador XT, 640 kB Ram, HD 30 MB, 1 drive de 360kB, monitor monocromático e

4) impressora matricial Action Printer Apex 80, da Epson.

Os interessados poderão examinar os equipamentos na sede da Adufrj, durante o expediente.

UERJ em greve há duas semanas

Sem ter recebido o pagamento da 2ª parcela do 13º salário de novembro do ano passado, os abonos pecuniários de 96 e 97, uma dívida trabalhista que envolve auxílios creche e alimentação - atrasados há quase dois anos - e ainda por cima sem reajuste salarial há mais de 25 meses, como se encontra todo o funcionalismo público, os servidores da UERJ resolveram radicalizar a greve, que já dura duas semanas, e aprovaram em assembléia conjunta a continuidade da paralisação por tempo indeterminado.

Os professores desta universidade aderiram a greve no dia 12 de março, um dia após a deflagração dos funcionários e quase três semanas depois dos servidores do Hospital Pedro Ernesto - afora os serviços de emergência e internações graves, o hospital está sem atividades desde o dia 19 de fevereiro. Os estudantes também estão no movimento e o DCE vem tentando participar das negociações, embora o reitor Antônio Celso esteja fazendo de tudo para impedir a participação dos alunos.

A grande personagem desta greve é sem dúvida a solidariedade entre as categorias. Além dos docentes, funcionários e estudantes da UERJ, também os servidores do Proderj - Centro de Processamento de Dados do Rio de Janeiro - estão parados pelos mesmos motivos. Com o agravante de terem que conviver com os chamados extra-quadros: cerca de 22 funcionários admitidos sem concurso público. Uma espécie de grupo de elite da presidência do Proderj, contratada para exercer atividades de chefia e gerenciamento, com salários médios de R$ 6.000,00 (o salário mais alto de um funcionário com 27 anos de casa beira os 4.000 reais).

Provedores de uma atividade estratégica para o governo do estado, os grevistas do Proderj além de estarem dando muita dor de cabeça a Marcelo Alencar, não aceitaram a proposta do governador de negociar em separado e terem sua dívida paga em três parcelas, enquanto que os docentes e funcionários da universidade receberiam em seis suaves prestações. Para azar do governador e de seu secretariado, os trabalhadores da UERJ estão ainda mais unidos e decidiram, pouco antes de participar do ato da Candelária em defesa do Serviço Público no dia 19, em assembléia conjunta na porta de entrada do Campus do Maracanã, permanecer em greve até que o governo e o reitor apresentem uma proposta digna, que contemple a todos os trabalhadores e também aos estudantes da universidade. Compareceram à assembléia conjunta 400 servidores e apenas três votaram pelo encerramento da greve.

> *A luta unificada na UERJ vem servindo de exemplo para as outras categorias do serviço público, federais, estaduais e municipais, tão aviltadas quanto os servidores desta unversidade*

Atrasados

Enquanto Marcelo Alencar alega não ter caixa para o pagamento dos passivos trabalhistas dos servidores, o grupo de extra-quadros do Proderj, além de receberem salários bem mais elevados do que os funcionários públicos, já receberam seus triênios "atrasados". Só para um grupo de 11 beneficiados, foram desembolsados, semana passada, mais de R$ 50.000,00 de gratificações e triênios.

Docentes

Segundo o professor Roberto Abreu, presidente da Asduerj - Associação dos Docentes da UERJ, o movimento dos docentes pela greve teve início em janeiro, quando uma assembléia geral aprovou o indicativo. Em 11 de março, 400 professores compareceram à Assembléia da Asduerj que acatou o indicativo e deflagrou a greve a partir do dia 12. Segundo Roberto, até este dia, os docentes, em conjunto com os funcionários, estiveram reunidos com o reitor e com o governador e seu secretariado. Destes encontros nenhuma proposta havia partido do governo, que considerava justas as reivindicações mas se limitava a reclamar da falta de caixa. Depois de manifestações na porta do Palácio de Laranjeiras e de sucessivos encontros marcados e seguidamente desmarcados por Marcelo Alencar, os docentes da UERJ aderiram por ampla maioria à greve.

Ano IV
7 a 13
de abril/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

27 meses sem reajuste salarial

Assembléia Geral da Adufrj

Quinta-feira, 10 de abril, às 14 horas no Auditório do CCMN - Roxinho

Pauta

1) Mandado de segurança contra devolução do abono de férias
2) Indicativo de greve de 24 horas para o dia 17 de abril

Oscar Niemayer assina carta ao Presidente FHC, em reunião promovida pela Coppe

Movimento contra privatização da Vale ganha força e Comissão da Câmara vai pedir impeachment do leilão

Páginas 6 e 7

Adufrj organiza transformação em Seção Sindical da Andes-SN

Página 2

Abono de férias: desconto em folha é ilegal

Páginas 10 e 11

Parlamentares lançam Frente em defesa do Sistema Nacional de C&T

Páginas 8 e 9

Veja como receber o Pasep

Página 3

Adufrj organiza semana de tranformação da entidade em Seção Sindical da Andes-SN

Até o dia 26 de março, a Adufrj recebeu propostas para o regimento da Seção Sindical. Agora, uma comissão especialmente designada está sistematizando estas propostas para poder divulgá-las, junto com o regimento, na semana de 14 a 18 de abril.

A Adufrj já programou uma série de atividades para o período em que o processo de transformação irá se desenrolar, entre debates e reuniões, e a instalação de uma Assembléia Geral Extraordinária.

Esta assembléia extraordinária terá como ponto de pauta exclusivamente a transformação da entidade em seção sindical e será instalada no próximo dia 22, às 10h, no auditório do Centro de Tecnologia, e encerrada no dia 28 de abril, a partir das 15 horas, no mesmo lugar.

No decorrer desta última semana, também serão realizadas sessões em Unidades e Centros para discussão e deliberação sobre a transformação. Participe.

terça-feira,15	terça-feira,22	quarta-feira, 23	quinta-feira, 24	sexta-feira, 25	segunda-feira, 28
Debate sobre Organização Sindical dos Docentes, com a presença de Luis Henrique Shuch, Coordenador pela Andes-SN no DNTE da CUT; Lenin Pires, da Coordenação Geral do Sintufrj, e José Maria de Almeida, Coordenador de Organização da CUT.	Instalação da Assembléia Geral no CT, às 10 horas.	Seminário sobre Condições para o Funcionamento dos Hospitais Universitários. Às 9 horas, no CCS.	Seminário Formação de Professores: crise na licenciatura? Às 10 horas, na Praia Vermelha.	Seminário sobre Projeto, lançamento do Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Às 12 horas, no Auditório do CT.	Sessão para votação do CCS, às 9 horas.
		Sessão para votação, no CAp, às 12h.	Sessão para votação, no IFCS, às 14 horas.	Reunião com os professores aposentados, no Fórum de Ciência e Cultura, às 15 horas.	Sessão para votação do CLA, às 12 horas.
		Seminário sobre a nova LDB, às 16 horas na Praia Vermelha.	Sessão para votação, na Escola de Música, com início às 16 horas.	Festa de Comemoração dos 18 anos da Adufrj, às 18 horas.	Encerramento da Assembléia Geral, no CT, às 15h.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

IFCS expõe "Terra", retrato da trajetória do MST

"Terra" é o registro pelas lentes mágicas do fotógrafo Sebastião Salgado de uma realidade brasileira que a maioria de seus cidadãos desconhece. São retratos de uma luta sem tréguas emoldurados por textos do romancista português José Saramago ao som de canções especialmente compostas por Chico Buarque de Holanda.

Ela já está sendo considerada o maior evento internacional em caráter de solidariedade, sendo realizada simultaneamente em 200 lugares no Brasil e em mais de 100 no resto do mundo. "Terra" é a exposição que no Rio de Janeiro está sendo patrocinada pela Adufrj, Sintufrj, DCE, Coppe e CFCH, e que será inaugurada nesta quinta-feira, dia 10, no IFCS.

A intenção é contribuir à causa do MST e mostrar alguns ângulos que as grossas lentes dos economistas de Brasília não conseguem enxergar. Como os efeitos de políticas econômicas macros e investimentos sociais mínimos - por exemplo, a violência no campo.

A entrada é franca e na exposição estarão sendo vendidos o livro Terra, com as fotos da exposição, que tem prefácio de José Saramago e um CD com as músicas de Chico , além de reproduções das fotos, por R$ 10,00.

Mostra paralela

Os estudantes da ECO - em conjunto com alunos da Faculdade Hélio Alonso e da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - vão promover uma mostra paralela com fotos sobre os sem-terra, produzidas pela agência de fotografia Imagens da Terra.

O evento está marcado para começar dia 17, no corredor do Laguinho, prédio da ECO, Praia Vermelha.

Pegue o seu Pasep

O prazo para os professores da UFRJ retirarem os seus rendimentos do Pasep estava marcado para terminar no final deste mês. Mas, de acordo com matéria publicada no jornal O Dia, edição da última sexta-feira, ele foi prorrogado até o final do mês de maio pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Infelizmente, não houve na Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais, SR4, quem pudesse confirmar a informação. Para sacar o dinheiro do Pasep, basta comparecer a uma agência do Banco do Brasil com contracheque e carteira de identidade. Até o ano passado, este rendimento era diretamente depositado na conta corrente do servidor, mas a sistemática mudou e pouca gente ficou sabendo. De qualquer forma, não deixe para a última hora.

Programe-se

II Semana de Engenharia Civil

Iniciativa da Escola de Engenharia da UFRJ, oferece oportunidade de troca de experiências, atualização de conhecimentos, contato com novas tecnologias e discussões sobre o futuro profissional. Debates, palestras, workshops, exposição de stands e visitas técnicas.
De 7 a 11 de abril, no Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão. Informações, tel.: 280-7193.

Negociação salarial

Nesta quinta-feira, dia 10, às 16h, o escritório regional do Dieese promove o debate "Negociação em contexto de estabilização", com a participação de Reginaldo Muniz Barreto (Dieese-SP), Carlindo Rodrigues de Oliveira (Dieese-MG) e Caio Galvão de Franca (Escola Sindical 7 de Outubro). Na ocasião, o Dieese estará lançando as publicações "Matemática Sindical - conceitos e cálculos úteis à negociação coletiva" e o "Anuário dos Trabalhadores - 1996/97".
Local: Sindicato Nacional dos Aeroviários - Av. Presidente Wilson, 210 - 5º andar - Castelo.

Termina a greve dos servidores da UERJ

Os servidores do Hospital Pedro Ernesto e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) sustentaram uma greve durante duas semanas pelo pagamento de abonos, 13º e passivos trabalhistas atrasados. No dia 2 de abril, após três etapas de negociações, em assembléia conjunta, docentes e técnicos da universidade e do hospital suspenderam a paralisação até que o governo pague os atrasados, conforme acordo estabelecido entre as partes.

A segunda parcela do 13º de novembro do ano passado, os auxílios creche e alimentação e 1/3 de férias antecipado serão pagos em quatro parcelas, a partir das folhas regulares de pagamento de março. Embora o resultado da negociação não tenha sido completamente satisfatório - Marcelo Alencar acabou negociando com os servidores do Proderj em separado -, os docentes da UERJ admitem que o acordo assinado pela reitoria suprirá 80% das suas reinvindicações.

Após inúmeras arbitrariedades provocadas pela secretaria do Estado e desentendimentos entre professores, funcionários e estudantes e a reitoria, a Associação dos Docentes da UERJ aprovou outro indicativo de greve e a manutenção do estado de greve, em Assembléia realizada na manhã do dia 1 de abril. Os professores da UERJ vão continuar mobilizados até que o governo Marcelo Alencar cumpra com todos os pontos do acordo. No dia 2, foi a vez dos funcionários do Hospital Pedro Ernesto realizarem assembléia , quando decidiram interromper a grave, acatando o acordo proposto na véspera, pela Asduerj. Na mesma noite, a comissão das categorias assinou o acordo junto a reitoria, finalizando a greve.

O que conseguiram os servidores da UERJ:

Março: Pagamento do restante do 13º salário para quem ganha até R$3.500,00 brutos

Auxílios creche e alimentação de agosto a outubro de 96 para todos.

Abril: Pagamentos dos auxílios creche e alimentação de novembro e dezembro de 96

Pagamento das férias de fevereiro a julho de 96

Maio: Pagamento dos auxílios creche e alimentação de janeiro e fevereiro de 97

Pagamento das férias de agosto a dezembro de 96

Junho: Pagamento do restante do 13º salário, para quem ganha acima de R$3.500,00 brutos

Julho: Férias de janeiro de 97

Docentes se juntam à marcha dos sem-terra

A diretoria da Andes-SN constituiu uma comissão especial para coordenar os trabalhos necessários à implementação da Coluna Tocantins - movimento em defesa da Universidade Estadual de Tocantins (Unitins), recém privatizada.

Constituída pela comunidade universitária da Unitins, articulada com UNE e Fasubra, a Coluna Tocantins marcará a presença Andes-SN nas manifestações que ocorrerão em Brasília no dia 17 de abril. Data da chegada à capital das três vertentes da Marcha pela Reforma Agrária, organizada pelo MST.

A Coluna Tocantins atende a um dos eixos de luta aprovados no XVI Congresso Nacional da Andes-SN, o de apoiar e intensificar a participação nas ações com o conjunto dos movimentos sociais urbanos e rurais.

Especial

Comissão vai pedir impeachment de leilão

ABI,OAB, SBPC, entidades sindicais e lideranças políticas protestam contra a privatização da Vale do Rio Doce

Com a Medida Provisória 1.570 o governo tenta, de forma covarde, matar dois coelhos com um só golpe. O primeiro alvo, a antecipação dos 28,86%, talvez seja o mais alardeado pela grande imprensa, pois atinge diretamente a vida dos servidores públicos federais. Os trabalhadores tiveram negado, pelo executivo, o direito legitimado pelo Supremo Tribunal Federal de, finalmente, receberem o reajuste salarial concedido aos militares, em 1993.

Além de ameaçar professores, médicos, técnicos e servidores de todos os níveis e categorias, a MP é a bala que estava faltando para o governo FHC tentar impedir o processo de mobilização da sociedade contra a venda da Cia Vale do Rio Doce e barrar as investidas jurídicas da Comissão Externa da Câmara, que desde a semana passada está entrando com ações em vários estados do país para impedir a privatização e suspender o leilão do dia 29 de abril.

A medida restringe o acesso de qualquer cidadão em entrar com ações na justiça contra danos causados pela União, limita a concessão de tutela antecipada - instrumento usado pelos sindicatos para garantir o pagamento imediato de ações como a dos 28,86% ganhas no Supremo - e exige que o autor de uma ação tenha que oferecer caução, ou seja, uma garantia em dinheiro ou imóveis para que a decisão judicial provisória seja cumprida. No caso dos processos contra o leilão da Vale do Rio Doce, arcar com esta "garantia" torna-se absurdamente inviável para qualquer cidadão.

Mas apesar do autoritarismo do presidente, a Comissão Externa e o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), formado por professores e pesquisadores da Coppe/UFRJ e Unicamp ganharam adesões de personalidades e políticos na defesa da soberania brasileira.O GAT apurou a subvalorização da Cia, pelo BNDES, em 2 bilhões de reais e o envolvimento comercial da empresa americana Merril Lynch que realizou a avaliação da Vale com uma das principais interessadas na lucrativa estatal, a Anglo American.

Barbosa Lima Sobrinho, Sérgio Ferreira, presidente da SBPC, Dom Luciano Mendes de Almeida, Ernando Uchoa, presidente da OAB, Raymundo de Oliveira, presidente do Clube de Engenharia, Hermamn Baeta, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e Oscar Niemeyer assinaram, em atividade promovida pela Coppe, semana passada, uma carta endereçada a Fernando Henrique. A carta mostra os valiosos números da Cia e chama a atenção do presidente para os danos irrecuperáveis para a população brasileira caso a estatal, que tem um lucro anual de R$ 5,5 bilhões e destes investe 8% em programas sociais e em pesquisa, seja vendida ou praticamente doada para conglomerados internacionais. Estiveram presentes também o conselheiro e ex-presidente da Adufrj, Henrique Longo, o diretor do Sintufrj, Lenin Pires, e representantes da UNE e da Associação dos Petroleiros (Aepet).

Segundo o advogado do Grupo de Assessoramento Técnico da (GAT) da Câmara dos Deputados, Marcelo Cerqueira, existe resíduos de criminalidade no processo de privatização da estatal, o que caracteriza a possibilidade de um impeachment do leilão da companhia

Vale quanto pesa

A Cia Vale do Rio Doce é dona de um patrimônio construído ao lon-

Quanto possui a Vale em direitos minerários sobre reservas comprovadas (em toneladas):

- Ferro - 41 bilhões/t
- Cobre - 994 milhões/t
- Bauxita - 678 milhões/t
- Caulim - 67 milhões/t
- Manganês - 72 milhões/t
- Níquel - 70 milhões/t
- Potássio - 122 milhões/t
- Zinco - 9 milhões/t
- Urânio - 1,8 milhão/t
- Titânio - 1 milhão/t
- Tungstênio - 510 mil/t
- Nióbio - 60 mil/t
- Ouro - 563t

go de 54 anos de trabalho de seus funcionários. É um conglomerado formado por 54 empresas de grande porte, próprias ou controladas, altamente lucrativo e que, ao contrário de muitos bancos e instituições privadas, não depende de recursos do Tesouro Nacional.

A estatal que Fernando Henrique quer vender possui empresas agroindustriais, de comércio-exterior e um investimento de peso no sistema nacional de pesquisa científico-tecnológica. Opera em grandes portos, tem a maior frota de navios graneleiros do mundo e 1.800Km de ferrovias, por onde trafegam 2 milhões de passageiros por ano e 64% da carga transportada por trens no país. A Vale é dona também de 580 mil hectares de florestas, de onde extrai matéria-prima para produzir 400 mil toneladas anuais de papel e celulose.

O caso Argentina

Em 1990, o governo Menem, com a justificativa de aumentar a eficiência e liberar recursos governamentais para investimentos sociais, privatizou a Yacimentos Petrolíferos Fiscales (YPF). A venda da companhia petrolífera argentina se deu em duas etapas. Na primeira, foi feito um "saneamento" da estatal, que consistiu na privatização periférica da empresa, na redução do quadro funcional, através de demissões e na incorporação do passivo da empresa pelo governo Federal. Depois, veio a etapa da venda das ações.

Nesta, o governo argentino simplesmente usou dados de avaliação dos recursos da YPF onde as reservas foram subavaliadas e seus preços de venda altamente reduzidos. A auditoria das jazidas, realizada por uma consultoria privada, fez com que as reservas de petróleo argentino fossem reduzidas em 30%!

E o mais absurdo é que após a privatização da estatal vizinha, as reservas voltaram aos níveis existentes em 1989, segundo dados da própria companhia. Assim como na Argentina, o BNDES contratou para avaliar a Vale do Rio Doce uma empresa privada americana, a Merril Lynch - que, segundo denunciou o professor Pinguelli Rosa, da Coppe/UFRJ, também participou do processo de privatização da YPF.

Erros e equívocos do BNDES

Segundo informações divulgadas pela Comissão Externa da Câmara, as respostas dadas pelo BNDES sobre o relatório produzido na Coppe/UFRJ são apenas uma transcrição, isenta de análise, de um fax enviado por Bernardo Parnes, representante do Banco em Nova Yorque, para o seu diretor, José Pio Borges.

Para o professor Pinguelli Rosa, as respostas sustentadas pelo BNDES são confusas, desprovidas de lógica e revelam desconhecimento sobre o setor mineral. Com relação ao Urânio, por exemplo, o BNDES reconheceu a existência do material, comprovada pelo GAT, mas tentou justificar a omissão, dizendo desconhecer as evidências apontadas pelo relatório da Coppe. O BNDES afirmou ainda que 'nem toda ocorrência de urânio pertence a União", negando a Constituição Federal, além de usar inadequadamente o valor econômico do material.

O cronograma da privatização e a comprovação da má fé da Merril Lynch

- ❑27 de julho/96 - Merril Lynch anuncia a compra da Smith New Court (proprietária da SBH) por US$ 800 milhões
- ❑2 de agosto - BNDES divulga edital de licitação para venda da Vale
- ❑10 de outubro - Merril Lynch é pré-qualificada
- ❑13 de outubro - ML compra definitivamente a SNC e recebe 51% da SBH
- ❑24 de outubro - Aprovação de proposta técnica da ML
- ❑7 de novembro - ML compra a SBH (51%), segundo nota publicada no Journal Business Report na África do Sul.
- ❑21 de dezembro - ML ganha a licitação para fazer avaliação. Segundo os membros do GAT, a ML ganhou porque baixou seu preço internacional, perdendo para concorrente na qualificação técnica
- ❑9 de janeiro - Criada a Comissão Externa da Câmara dos Deputados
- ❑16 de janeiro/97 - ML assina contrato com BNDES
- ❑2 de fereveiro - ML compra 0s 49% restantes das ações da SBH
- ❑5 de março - GAT e Câmara Externa divulgam relatório
- ❑13 de março - ML envia nota ao BNDES rebatendo as críticas do GAT
- ❑13 de março - Coletiva do BNDES rebatendo as críticas do GAT
- ❑21 de março - GAT divulga nota técnica sobre erros do BNDES

Outros deslizes do BNDES

Quanto ao Titânio, não havia no data-room do Banco nenhuma informação sobre o mineral até a data da elaboração do relatório do GAT. Foram incluídas em anexo, após a apresentação do relatório.

De acordo com o GAT, o BNDES cometeu um erro primário ao confundir, na sua resposta, o valor do Ferro "in sito"(dentro da mina) com o seu valor "mine gate" (na boca da mina). Este equívoco, aparentemente simples, ocasionou uma multiplicação de valores e uma diferença total, para menos, de US$ 2.057 bilhões. Estas diferenças de avaliação foram feitas pela própria Merril Lynch e sustentadas pelos diretores do Banco.

As ações da Comissão Externa da Câmara e dos 22 especialistas que formam o GAT produziram alguns efeitos. Na semana passada, o BNDES assinou contrato que garante ao Banco - que substituirá a Vale no processo de venda da Cia - 50% das jazidas que ainda não tiveram seu valor econômico definido. Mas isto é muito pouco em relação aos riscos da privatização. Segundo o GAT, os novos controladores da Vale receberiam os direitos minerários, em caso de descobertas pós-venda, sem nada dispender por eles, o que caracteriza uma doação.

Depoimentos

A Vale do Rio Doce é um exemplo brilhante de desenvolvimento sustentável. Por vezes, não sabemos, entretanto, o quando significa a Vale porque não temos um projeto de desenvolvimento tecnológico para o país. A venda da estatal é um ato impensado e precipitado deste governo. ***Sérgio Ferreira, presidente da SBPC***

O coordenador do GAT, Fernando Peregrino lê carta a FHC, no Auditório da Coppe

O presidente Fernando Henrique passou a privilegiar o mercado em relação ao Estado. Em um país como o nosso, não é possivel que o mercado de conta de todos os problemas.O presidente age como um monarca e segue uma política liberal, embora ele não goste de ser chamado como tal. Esta privatização é anticonstitucional e ilegal. O executivo baixa uma MP e impede que o judiciário possa aprovar liminares para suspender o leilão. Vamos às ruas para fomentar a mobilização da população contra esta venda. Será uma luta heróica que marcará uma etapa importante no desenvolvimento deste país. ***Hermann Baeta, presidente do IAB***

Pinguelli demonstra o caso da privatização da YPF

Está difícil para o governo defender a venda da Vale. Estamos absolutamente seguros deste movimento. Raymundo de Oliveira, presidente do Clube de Engenharia

Na defesa da privatização, fala-se do tamanho do Estado. É importante que o Brasil tenha um setor tecnológico avançado, com uma empresa do porte da Vale, onde a pesquisa científica tem o seu lugar e é amparada por sua política de desenvolvimento, tanto no aspecto ético, como na competência. A Vale investe e este investimento não está sendo suficientemente auferido.
D. Luciano, da Província Eclesiástica de Mariana

Porque o Fernando Henrique não compra a Anglo American? Estamos tão preocupados com a globalização, porque não compramos ao invés de vender? A OAB vai ao Supremo e já tem três mandados de segurança encaminhados. Um deles já foi impetrado pelo senador Roberto Freire. Já notificamos o BNDES sobre a fraude no processo, baseados na Lei 8.686. Há resíduos de criminalidade claros na relação entre a empresa que prestou serviços ao Banco e a principal interessada na compra. Vamos pedir o impeachment do leilão. ***Marcelo Cerqueira, advogado do GAT***

A falta da definição de uma política científica-tecnológica para o país faz com que o Brasil seja ainda hoje uma nação absolutamente dependente e condicionada aos mercados externos.

Comunidade cria Frente contra subordinação

Parlamentares e pesquisadores se unem para resgatar política científica

A comunidade científica do país está articulando um movimento conjunto com parlamentares e representantes da sociedade organizada com o objetivo de resgatar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, previsto na Constituição Brasileira, em seu artigo 208. De acordo com a nossa legislação, o mercado interno integra o patrimônio nacional e deve ser incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país.

Embora estejam bem claras na Constituição, o desenvolvimento científico e a autonomia tecnológica parecem ser coisas ignoradas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A Lei de Patentes e a LDB nos moldes em que foram aprovadas, a tentativa de venda da Companhia Vale do Rio Doce e as investidas contra a Petrobrás que o digam.

O acadêmico Fernando Henrique Cardoso não quer admitir que a adoção de políticas liberais e a desobrigação do Estado em relação as demandas sociais e científicas poderão levar o país à cada vez maior pauperização econômica e cultural. Indignados, a SBPC, a Andes-SN, associações de pesquisa e de pós-granduandos articulam um movimento pelo resgate de um projeto nacional.

A idéia que partiu de um grupo liderado por representantes da SBPC, da Andes-SN, da Associação de Pesquisadores de São Paulo, de Associações de Pós-graduandos e deputados ligados à comissão de C&T da Câmara é retomar um projeto nacional de desenvolvimento tecnológico, segundo eles já existente, mas que a todo momento é aviltado com cortes no orçamento, nas verbas para as instituições públicas de ensino e com projetos de privatização. Para isto, estão organizando uma Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de C&T, que será lançada no dia 6 de maio, na Câmara Federal, em Brasília. Todos os parlamentares da Câmara serão convidados a participar da Frente.

Para o deputado estadual Ivan Valente (PT/SP), da Comissão de C&T da Câmara, o sistema nacional já existe e deve ser encarado como algo central na concretização de um projeto de nação, a ser desenvolvido no sentido de se contrapor a desobrigação do Estado em relação à C&T, e também aos setores sociais, como a educação e a saúde públicas. "Se você não tem um projeto de C&T que dê condição de se fazer uma inserção internacional competitiva, a única alternativa que sobra é a subordinação, a dependência do Estado brasileiro às nações desenvolvidas. O Estado tem que ter um papel direto de bancar, de financiar e planejar um projeto de C&T. E isso demanda uma mobilização social em torno de um projeto nacional", comenta.

Para se contrapor à subordinação internacional do Brasil frente ao processo de globalização e às transformações das relações de trabalho, a Frente Parlamentar irá convocar as universidades públicas, que são responsáveis por 95% da produção científica nacional, como agente fundamental da concretização do sistema nacional de C&T. Segundo Ivan, as entidades ligadas às direções destas instituições serão convidadas pela Frente a participar do movimento.

A Frente em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia fará também uma bateria de visitas a instituições e universidades com o objetivo de realizar um diagnóstico da produção científica do país e elaborar projetos de lei que promovam e sustentem a produção voltada para a solução dos problemas emergentes do país, como a fome, o desemprego, até a produção de tecnologia voltada para o consumo interno e a competição com mercados estrangeiros.

Para o mês de junho, esta sendo programado um Seminário Nacional a ser realizado em Brasília, onde será redigida uma carta ao presidente Fernando Henrique, assinada pela comunidade científica e a Frente. O movimento está agendando também um debate na Faculdade de Direito da USP, entre o dia 18 e 24 de abril, sobre a venda da Vale do Rio Doce, com as presenças já confirmadas do presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros e do o Cordenador da Coppe/UFRJ, professor Luiz Pinguelli Rosa.

Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia

Desenvolvimento, no sentido amplo, justo e desejável, só pode ser um processo do qual resulte o bem estar social e não apenas o enriquecimento do Estado, de corporações ou de indivíduos. Devem alinhar-se, portanto, entre suas metas prioritárias, o aumento da produção de bens materiais e a melhor distribuição da riqueza; o aperfeiçoamento da administração pública e da legislação social; o aperfeiçoamento e a generalização do ensino; a melhoria de todo o sistema de defesa e assistência à saúde pública; a mais ampla participação da coletividade nas atividades culturais, de recreação e de lazer. Assim sendo, ganha nítidos contornos a importância do binômio "Ciência e Tecnologia" (C&T) para o desenvolvimento.

Em outros tempos, certamente que a técnica, empiricamente adquirida, pôde se desenvolver independentemente da ciência, ainda que por meio de um procedimento penoso e demorado. Mas a inovação tecnológica de hoje, com a rapidez que mal nos permite incorporar aos nossos hábitos coisas e processos que já se vão tornando obsoletos, somente se torna possível neste século, com o fantástico desenvolvimento de todas as áreas em que se costuma dividir a Ciência.

É fundamental a percepção de que a C&T são partes indissociáveis do complexo cultural. Como tal, não simplesmente produtos, mas processos com uma dinâmica própria, que encerram uma tida corrente de pensamentos, toda uma conduta de ação e dessa forma comparecem como fatores críticos para o desenvolvimento.

O domínio do conhecimento científico, portanto, e a conseqüente geração de tecnologia própria constituem a essência do desenvolvimento autêntico, ao contrário daquele outro - ilusório - baseado em coisas apenas fabricadas aqui. Não por nós, no sentido mais amplo da expressão, ainda que por alguns de nós. No caso, pouco mais do que executores de um receituário importado, sem vinculações enraizadas em nosso patrimônio cultural, científico e tecnológico.

Os cientistas estão perplexos ante o notório agravamento da crise que solapa a eficiência do "Sistema Nacional de C&T". Universidades e institutos de pesquisa oficiais, que deveriam ser o baluarte da construção de uma sociedade democrática, justa e desenvolvida, vivem em constante sobressalto com os radicais cortes orçamentários, restrições burocráticas de toda a ordem, e crescente perda de seus recursos humanos, em todos os níveis.

Face às reconhecidas qualificações do chefe da Nação, como intelectual e, sobretudo, como cientista social, torna-se profundamente paradoxal o agravamento dessa crise que mantém o Sistema Nacional de C&T sob a ameaça do governo de eximir-se da responsabilidade da sua manutenção. Pois não pode desconhecer, o presidente da Nação, que nossas condições e considerando o interesse social coletivo, não existe sucedâneo para a atuação do Estado com vistas ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

A Nação precisa ficar atenta aos riscos que advirão da eventual concretização da declarada intenção de deixar de assumir as instituições científicas. A redução do Estado e a inserção na economia global não justificam a renúncia à defesa do interesse coletivo voltado para a soberania nacional.

A posição do Estado, com relação às instituições científicas, deve ser norteada pelas características de seu trabalho, aliadas à sua importância social e econômica. Dar-lhes condições administrativas e financeiras ajustadas a tais características e importância central na economia, não deve ser considerado um privilégio. Ao contrário, deverá ser parte de um planejamento objetivo em que se atenda às condições necessárias para que essas instituições produzam os resultados que delas se esperam. É necessário, enfim, que se firme o conceito de que as instituições de pesquisa requerem um tratamento especial e prioritário, mesmo nos períodos de crise; que o corte de recursos e o rebaixamento salarial levam a uma decadência que só grandes investimentos e anos de espera podem corrigir.

Os resultados da investigação científica não são programáveis a curto prazo. Como regra geral, emergem em seu próprio tempo, como produto de um trabalho contínuo, pertinaz e, quase sempre, demorado.Consequentemente, os investimentos em ciência e tecnologia não produzem dividendos políticos de rápido retorno. A decisão de investir na revitalização de todo um sistema de C&T exige convicção, postura e visão de estadista, porque os resultados mais visíveis surgirão num tempo que ultrapassa o período da administração. Mas, certamente, não há outro caminho e, de uma tal convicção, surgiram e estão surgindo todas as grandes nações.

Conclamamos a comunidade científica brasileira a defender o papel do Estado, a soberania nacional e os interesses sociais coletivos, trabalhando incessantemente para conscientizar o governo em relação ao dever irremovível que lhe compete, de promover por todos os meios o desenvolvimento científico e tecnológico, abandonando o equívoco de eximir-se dessa responsabilidade e adotando uma política que atenda aos reais interesses da Nação.

Só assim conseguiremos recompor os nossos sistemas científico-tecnológicos, de modo a encontrarmos - nós mesmos - soluções para os nossos problemas, trajetória e sustentação para o nosso desenvolvimento, e com isto a afirmação da nossa soberania, ou estaremos irremediavelmente condenados a ser meros carregadores de lenha e de água para os países desenvolvidos.

Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de C&T

Para entender a história do abono de férias

Docentes que receberam em janeiro o abono de férias em virtude da liminar ganha pela Adufrj e que são também filiados ao Sintufrj, tiveram esse abono descontado em março, ao mesmo tempo que receberam de novo o mesmo valor, desta vez atribuído à liminar do Sintufrj. Tanto o desconto quanto o segundo pagamento do abono estão errados.

Devido à confusão que se instalou, repetimos aqui, resumidamente, os fatos mais relevantes a este respeito. Leia com atenção, pois o assunto está longe de ser agradável e interessante, mas é importante que todos estejam bem a par da forma como os fatos vêm ocorrendo. O Jornal da Adufrj já noticiou todas estas coisas, com detalhe, na época em que ocorreram, mas as dúvidas que têm surgido tornam necessário reavivar a memória.

Férias de 1996

Em novembro de 1995, uma medida provisória de FHC (n°1195) revogou o artigo do RJU (Lei n° 8112/90) que garantia aos servidores públicos federais o direito de optar por converter em dinheiro ("pecúnia") um terço de suas férias. No entanto, os servidores das IFE já tinham esse direito garantido por lei anterior, a do PUCRCE (Lei n° 7596 e Decreto n° 94.664, de 1987), não revogada pela MP. Com base neste fato, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) obteve, em mandado de segurança, decisão favorável ao pagamento do abono para os docentes de todas as IFES. Por força deste mandado, válido para as férias de 1996, é que os docentes que haviam optado pela conversão receberam o abono, a grande maioria nos meses de janeiro e fevereiro de 96.

Férias de 97 - ação da Adufrj

No segundo semestre de 1996, a sub-reitoria de Pessoal da UFRJ, consultada pela Adufrj, informou que o pagamento do abono relativo às férias de 1997 não seria feito pelo Mare, que alegava não existir mais o direito à conversão. Diante disto, a Adufrj ingressou com mandado de segurança com pedido de liminar para garantir o pagamento a quem optara por ele. O pedido foi atendido, em 17 de dezembro de 1996, e a reitoria da UFRJ notificada no dia seguinte. Como a folha de dezembro de 96 (na qual deveria ser feito o pagamento do abono para quem sairia de férias em janeiro) já estava fechada, o pagamento ficou de ser feito na folha de janeiro.

A rubrica (que aparece nos contracheques como "MS 9678092-7 ABONO PECUNIARIO") foi criada no sistema do Mare (SIAPE) e a UFRJ enviou os dados dos docentes optantes para inclusão do pagamento na folha de janeiro.

Enquanto isso, a procuradoria da UFRJ, cumprindo sua obrigação legal, recorreu da decisão judicial, pedindo a suspensão da execução da liminar. O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região atendeu a solicitação, mas a folha de janeiro já estava fechada e o abono foi pago. Daí em diante, a UFRJ não efetuou mais qualquer pagamento de abono em virtude da liminar da Adufrj, uma vez que sua execução estava suspensa.

Férias de 97 - ação do Sintufrj

Nessa mesma época (janeiro), o Sintufrj entrou com ação semelhante à da Adufrj (mandado de segurança com pedido de liminar para pagamento do abono), que teve a mesma história: liminar concedida e posteriormente suspensa, mas em datas posteriores às da ação da Adufrj. Como a liminar neste mandado foi concedida após o fechamento da folha de janeiro e foi suspensa após o fechamento da de fevereiro, o pagamento do abono dos servidores técnico-administrativos (e dos docentes filiados ao Sintufrj e não filiados à Adufrj) foi feito na folha de fevereiro, tal como aconteceu com a ação da Adufrj, no mês anterior. Ficaram assim, a partir daí, as duas ações na mesma situação.

Desconto em folha, devolução ou nenhum dos dois?

Nessa altura, o entendimento da diretoria e da assessoria jurídica da Adufrj era o de que, até que o juiz julgasse o mérito do mandado, nada aconteceria, isto é, quem recebera o abono não teria que devolvê-lo, e quem não o recebera não poderia mais fazê-lo.

No dia 12 de março, no entanto, a Adufrj foi informada pela SR4 que os abonos pagos seriam descontados em folha de paga-

mento, provavelmente no mês de abril. Entendendo que o desconto não podia ser feito, a Adufrj enviou, no dia 13, ofício ao reitor solicitando esclarecimentos sobre o que a UFRJ pretendia fazer a respeito do assunto. No dia 21, a reitoria respondeu ao ofício da Adufrj, sem afinal dizer o que pretendia fazer, e tentou entregar à Adufrj uma notificação para que os docentes devolvessem à UFRJ o abono em trinta dias.

Na segunda-feira, dia 24 de março, a diretoria da Adufrj reuniu-se com o reitor da UFRJ, para tratar desta questão e de outros assuntos. Na ocasião, o presidente da Adufrj recebeu a notificação para a devolução do abono, registrando, no ato, a seguinte ressalva: "Recebi o original, entendendo, no entanto, que é a UFRJ que deve notificar individualmente os servidores docentes; a Adufrj não tomou conhecimento de quais foram os docentes que receberam o abono, já que a UFRJ não deu essa informação". A Adufrj foi informada que o parecer da procuradoria da UFRJ sobre o caso era de que não podia ser feito qualquer desconto em folha de pagamento sem autorização expressa do servidor, mas que o valor devia ser devolvido pelo servidor à UFRJ.

Novo mandado de segurança

Após cuidadoso estudo da situação, a assessoria jurídica da Adufrj está orientando para que se ingresse com novo mandado de segurança, desta vez contra a devolução, por qualquer forma, dos valores já recebidos. A abertura da nova ação estará na pauta da Assembléia Geral do dia 10 de abril, às 14:00, no Roxinho.

A assessoria entende que a notificação recebida pela Adufrj não implica em qualquer obrigação por parte dos docentes, mas quer garantir que mesmo notificações individuais para a devolução não tenham valor e, principalmente, procurar que a decisão quanto ao mérito do mandado original seja tomada, para eliminar definitivamente quaisquer preocupações.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao § 2º da nova redação dada ao art. 47 da Lei nº 8.112/90 pela Medida Provisória nº 1.522, venho por meio deste, notificar ao Sindicato impetrante que os substituídos processualmente devem restituir a diferença recebida a título de abono pecuniário no Mandado de Segurança em tela, pois, de acordo com informações do Serviço Jurídico, a referida liminar, concedida pelo Juízo de primeira instância, foi suspensa pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Cabe alertar que a não devolução do abono pecuniário ao pelo servidor no prazo de 30 (trinta dias), implicará na inscrição de seu débito na Dívida Ativa da União, como determina o mencionado diploma legal, a saber:

> § 2º, art. 47 (Med. Prov. nº 1522) - "Os valores percebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar ou de sentença, posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contados da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em dívida ativa."

21.03.97

PAULO ALL'ANTUNA GOMES
Reitor da UFRJ

Últimos e absurdos acontecimentos

Não bastasse toda esta confusão, os contracheques de março, recebidos no início da semana passada, trouxeram uma desagradável surpresa: docentes simultaneamente filiados à Adufrj e ao Sintufrj tiveram descontado o abono ganho pela ação da Adufrj (item "MS 9678092-7 ABONO PECUNIARIO") e receberam o mesmo valor como vantagem (item "MS 97982-3 22VF/RJ ABONO PEC."). Este último item corresponde à ação do Sintufrj.

A Adufrj considera este procedimento totalmente absurdo e ilegal. O pagamento do abono pela ação do Sintufrj para quem já o havia recebido por outra ação é claramente indevido, e o desconto em folha do abono da ação da Adufrj também, de acordo até com o parecer da própria procuradoria da UFRJ.

Logo que tomou conhecimento deste fato, a Adufrj procurou a subreitoria de Pessoal da UFRJ para obter explicações. No dia 4, sexta-feira, o Superintendente Geral de Pessoal confirmou ter adotado aquele procedimento para todos os docentes com dupla filiação, explicando que o fez quando "a Adufrj tinha perdido a ação e o Sintufrj ainda não", explicação que não explica coisa alguma, já que essa situação não existe mais.

Mas a maior surpresa estava por vir. Quando a Adufrj lembrou que o desconto em folha não tinha base legal, o Superintendente argumentou que tinha recebido um parecer da procuradoria da UFRJ favorável ao desconto! E minimizou a preocupação da Adufrj com a questão informando que todos os abonos seriam descontados na folha de maio e que isso seria até informado aos servidores em mensagem nos contracheques de abril!

A diretoria da Adufrj ficou perplexa com estas informações, totalmente opostas às que obtivera pessoalmente do reitor e do procurador geral da UFRJ no dia 24 de março e passou imediatamente a buscar contato com o reitor, o que não foi possível até o fechamento desta edição.

Programe-se

Concurso de Bolsas de Pesquisa da Funarte

Visando estimular a pesquisa da produção cultural no Brasil, a Funarte, Fundação Nacional de Arte, instituiu o programa de bolsas de estudo e pesquisa, que este ano estará concedendo oito bolsas no valor de 15 mil reais cada, pagos em três parcelas. Com o tema A indústria da Cultura no Brasil, *o prazo de inscrição vai até o dia 20 de maio. Informações no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Funarte, na Rua da Imprensa 16, 5º andar, tel.: 297-6116, ramal 246.*

Congresso Internacional

Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI.

Conferências e mesas redondas sobre autonomia universitária, mudanças na educação superior, reformas do Estado, sistemas universitários internacionais e produção de conhecimento na América Latina.

Em Recife, dias 7 a 9 de maio de 1997. Informações: (081) 423-9365.

Instituto de Psiquiatria

Centro de Estudos - Programação de abril

Dias 14 a 18, a partir de 8h - 20º Congresso Interno dos Cursos de Especialização do Instituto de Psiquiatria.

Dia 25, às 10h30 - O Discurso em Mosaico: Contribuições da Linguística e da Semiologia para o Campo da Saúde Mental, de Branca Telles Ribeiro e Diana Pinto.

Lançamento do Caderno do Ipub nº 5 e do livro "Os Dizeres nas Esquizofrenias: uma cartola sem fundo", de Mariluci Novaes.

Local: Ipub, Av. Venceslau brás, 71, Campus da Praia Vermelha.

XXII Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos *(Conap)*

Tema: Lei dos Pós-Graduandos

Atividades:

Dia 10/04, 19h - **Abertura, com Wrana Panizzi (reitora da UFRGS), José Carlos Ferraz Henneman (pró-reitor de Pós-Graduação da UFRGS), Pedro Cesar Dutra Fonseca (pró-reitor de Pesquisa da UFRGS), Flávia Couto (coordenadora Administrativa da ANPG) e Sandra Severo (APG-UFRGS).**

19h15 - **Debate:** A comunidade universitária e seus segmentos**, com Wrana Panizzi, João Alifantes (vice-presidente da APG-UFRGS) e representantes da Adurgs, Assurgs e DCE.**

20h30 - **Programação Cultural.**

21h30 - **Coquetel.**

Dia 11/04, 8h30 - **Aprovação do Regimento Interno do XXII Conap**

9h - **Debate -** Lei de Pós-Graduandos**, com Jorge Quillfeldt, Paolo Livoto, Carlos Alberto Gonçalvez e Luis Cesar Passoni.**

10h30 - **Grupos de Trabalho.**

14h - **Sistematização dos grupos de trabalho.**

15h30 - **Plenária.**

20h - **Churrasco à gaúcha na sede da APG-UFRGS.**

Dia 12/04, 9h - **Encontro das Regionais.**

14h - **Debate:** Lei dos Pós-Graduandos**, com Elvira Soares (coordenadora geral da ANPG), senador Eduardo Suplicy, deputados federais Esther Grossi e Paulo Biolchi e representantes da Capes e CNPq.**

15h30 - Plenária - Encaminhamentos Finais.

20h30 - Jantar de confraternização.

Local - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - RS. Av. Sarmento Leite, 245.

Inscrições: Até dia 11 de abril, na secretaria do evento.

Nossas Florestas, Nossa Herança

Casa da Ciência UFRJ

Exposição da obra de educadores ambientais de 12 países das Américas que resume o estado atual das florestas tropicais e suscita a discussão sobre o uso racional de seus recursos e a sua preservação. A exposição é dividida em quatro blocos, muitas brincadeiras para as crianças, oficinas, experimentos interativos, contadores de histórias, bonecos animados, teatro, mostra de vídeo e distribuição de mudas e sementes.

A entrada é grátis e o evento vai até o dia 20 de abril - de terça à sexta-feira, das 9h às 20h, e sábados, domingos e feriados, das 10h às 20h.

Local: Rua Lauro Muller 3, Botafogo - tel.: 542-7494.

Quintas Acadêmicas Reunião do Instituto de Psicologia

Ruth e Silvia, membros do Conselho de Representantes da Adufrj, Sonia Miranda, do Departamento de Pessoal e o CA do Istituto convidam professores, alunos e técnicos para inciar as atividades do Núcleo de Integração.

Você sabe o que o Núcleo de Integração pode realizar? Nesta ocasião, daremos informes sobre:

A greve do dia 17 de abril

A nova LDB e o cotidiano do Instituto

E, aproveitando a presença dos professores, divulgaremos a transformação da Adufrj em Seção Sindical e os procedimentos para isso.

10 de abril, quinta-feira, às 11 horas, no Auditório do Instituto de Psicologia (sala 2). Praia Vermelha.

Ano IV
14 a 21
de abril/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

27 meses sem reajuste salarial

Manifestação é um sucesso

A Cinelândia reviveu na última sexta-feira seus bons tempos, quando a população levava para às ruas sua indignação contra os desmandos no país. No maior evento político dos últimos anos, a manifestação contra a venda da companhia Vale do Rio Doce reuniu no mesmo palanque lideranças de todos os partidos de esquerda e unificou os discursos contra o governo Fernando Henrique. Gritos de ordem como "De Fernando em Fernando, o país vai acabando", "o caminho é a mobilização e a luta", e "o povo tem que vir para as ruas", sacudiram novamente estudantes, trabalhadores, sem-terra e desempregados. Com esta demonstração de força, definitivamente acaba a ilusão de que este governo é diferente dos anteriores. No período militar, os gritos eram "Abaixo a ditadura".

Com a dinastia dos Fernandos, o protesto mudou: Agora o grita é: "Abaixo a corrupção".

Espera-se para o dia 17 uma manifestação ainda maior.

A programação terá início às 9 h com Ato Ecumênico no Largo de São Francisco e às 15h, concentração no Largo da Carioca para a grande caminhada pelas ruas do Centro pelo Dia Nacional de Luta por Terra, Emprego e Educação.

Greve dia 17 de abril

Página 3

Por um triz

Em meio a um festival de barbaridades contra o patrimônio público e desrespeito à popululação, o governo aprovou por apenas um voto (309 a favor e 147 contrários, quando precisava de no mínimo 308 votos) a emenda da reforma administrativa, semana passada, na Câmara dos Deputados. A emenda acaba com praticamente todos os direitos do servidor público. Mas os trabalhadores ainda podem reagir, afinal faltam, pelo menos, umas três votações para que FHC consume o fato. E olha que ele não está com esta bola toda, como mostrou o resultado desta primeira etapa.

Adufrj reconquista abono de férias

Página 10

Especial

Ciclo da Terra

O painel Ciclo da Terra *montado no pátio interno do prédio do IFCS é uma ilustração animada da experiência vivenciada pelos trabalhadores sem-terra. Mãos brotando da terra, construídas com sementes de milho, feijão, girassol, arroz e lentilha, que durante os dez dias da exposição* Terra *vão germinar, se desmaterializar, gerando pouco a pouco um outro painel. Como a história dos sem-terra, gerando um novo Brasil. Em volta, dezenove cruzes simbolizando o tratamento do governo às reivindicações dos trabalhadores. Segundo o cenógrafo José Geraldo Furtado, um dos autores da idéia,as cruzes simbolizam mortes que de certa forma propiciarão uma vida melhor a outros.*

A Terra de Sebastião Salgado

A dramaticidade das imagens produzidas pelo fotógrafo Sebastião Salgado poderá ser conferida até o dia 17 de abril, no IFCS. A mostra faz parte do projeto "A Universidade discute a Reforma Agrária no Asfalto", coordenado pelo SINTUFRJ, com o apoio da ADUFRJ, unidades da UFRJ e outras entidades. A mostra reúne 46 fotos em P&B, retratando a saga dos trabalhadores rurais do MST.

A exposição ainda contará com o catálogo editado em forma de livro pela Cia das Letras, composto pela impressão das fotos expostas e textos do escritor português José Saramago, além do lançamento simultâneo do CD produzido pelo compositor Chico Buarque de Holanda, especialmente para o evento.

Durante a mostra, serão realizados dois debates a respeito da questão agrária : "Terra de Índio, Terra de Preto, Terra de Seringueiro, Terra de Posseiro - Sem Terra" e "Brasil, Terra Nossa", que acontecerão às 15:00 horas dos dias 14 e 15 de abril .

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Manifesto da Marcha

Somos o povo que há anos luta pela reforma agrária, fazendo ocupações de terra, manifestações, caminhadas...em busca de um pedaço de chão para plantar e de melhores condições de vida para todos.

São muitos anos de teimosia, de resistência, de conflitos, de conquistas e de incansável caminhada.

Desta vez vamos a Brasília, mais de mil quilômetros caminhando, e conclamando a você: operário, estudante, dona de casa, professor, desempregado, sem casa, aposentado, a lutar pela construção de um novo Brasil.

Um Brasil sem desemprego; um Brasil com direito à saúde, onde pessoas não morram em corredores de hospitais; um Brasil com reforma agrária; um Brasil que dê direito à educação a todos; um Brasil que respeite seus aposentados; um Brasil em que o povo tenha comida farta e barata; um Brasil sem massacres de sem-terra, de meninos de rua; e, um Brasil com justiça.

Infelizmente, o presidente Fernando Henrique Cardoso não tem nada disso em seus compromissos. Preocupa-se apenas com a sua reeleição e com as privatizações das empresas elétricas, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, entregando para o capital estrangeiro um patrimônio de todo o povo brasileiro.

O destino de nosso país não pode ficar nas mãos de quem não possui nenhum compromisso com os brasileiros, e muito menos com os pobres.

Somos nós, os trabalhadores, que sofremos esta situação de miséria, de desemprego e só nós podemos mudar isso.

Lutando, nos mobilizando e discutindo nosso futuro é que construiremos um Brasil para todos os brasileiros. Ainda é tempo!

MST

Rápidas

Início de greve

Os professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp) entraram em greve, por tempo indeterminado, na semana passada. Os 1268 docentes estão reivindicando um reajuste de 10,96% mais 7% de produtividade, além da manutenção de cláusulas sociais. A mantenedora da universidade, a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, ofereceu apenas 8,14% de reajuste mas, este mês, reajustou a mensalidade dos alunos em 10,5%.

Fim de greve

Após cinco dias de paralisação, os professores da Unimep, Universidade Metodista de Piracicaba, decidiram, na terça-feira passada, encerrar a greve por reajuste salarial. Os 400 docentes aceitaram a proposta da reitoria de 8,14% de reajuste, agora, mais 4,1% em junho e 1% de ganho real. A universidade se propôs a pagar o quinquênio em duas parcelas de 2% do valor do salário, em 98 e 99, enquanto os professores reivindicam parcelas de 4% pagas em 97 e 98.

Adufrj na greve

A Assembléia Geral da Adufrj do dia 10 de abril aprovou a participação dos docentes da UFRJ na greve nacional de 24 horas dos servidores públicos federais, no dia 17 de abril, Dia Nacional de Luta por Terra, Emprego e Educação. A Assembléia aprovou também que as atividades de mobilização para a greve sejam desenvolvidas em conjunto com os movimentos organizados de estudantes e servidores tecnico-administrativos da UFRJ, o DCE e o Sintufrj.

O Conselho de Representantes e a diretoria da Adufrj estarão reunidos nesta segunda, dia 14, às 17:00, na sede da Adufrj, tratando, entre outros assuntos, da organização das atividades de mobilização para o dia de paralisação. A reunião é aberta à participação de todos os interessados.

Opinião

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a UFRJ

Uma vez aprovada a nova LDB as universidades devem seguir os seus preceitos, correto? A questão não é fácil de ser respondida: todos os educadores devotados à causa do ensino público estão conscientes de que a LDB aprovada significou a derrota dos princípios defendidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, expressando grave ameaça à Escola Pública e Gratuita e, por outro lado, sabem que as Leis aprovadas (democraticamente?) no Congresso devem ser obedecidas.

A experiência histórica recomenda que a alternativa não pode ser a de adaptar passivamente o funcionamento da UFRJ a esta nova Lei. Não se trata evidentemente de desrespeitá-la, mas de promover uma determinada leitura da mesma, conjugando o seu corpus com o de outras leis, especialmente com a Constituição Federal. No caso específico das universidades, princípios como a autonomia e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão são referências cruciais.

Neste sentido, devemos evitar uma leitura "técnica" de um instrumento jurídico que é político. O exame mais cuidadoso do processo de construção da política educacional governamental aponta como matriz conceitual as diretrizes do Banco Mundial, comum aos vários países latino-americanos. Desta forma, é preciso analisar a vitória do projeto governamental como sendo a de uma determinada concepção de Estado e de sociedade, que pode ser denominada de neoliberal. É neste contexto, portanto, que a nova Lei deve ser situada.

Não sendo amador, o governo FHC está consciente de que as universidades não irão "adaptar o seu funcionamento à nova LDB" ingenuamente, desconsiderando o princípio da autonomia. O governo está igualmente consciente de que a Constituição é um entrave para a LDB, parte significativa dela eivada de inconstitucionalidade. Por isso, a PEC- 370 é considerada como a peça fundamental para a subordinação das universidades às diretrizes encaminhadas localmente pelo presidente Cardoso e pelo ministro Paulo Renato.

> Não sendo amador, o governo FHC está consciente de que as universidades não irão "adaptar o seu funcionamento à nova LDB"

Tendo em vista o exposto anteriormente, o encaminhamento deliberado pela comissão CEG/CEPG (21/02/97) parece incorrer em grave erro cujas consequências ainda não podem ser devidamente avaliadas. Se por um lado a comissão acerta ao propor que o impacto da nova LDB na UFRJ seja discutido pelas Congregações, por outro erra ao tomar a Lei como algo isolado e técnico: "os artigos mais diretamente relacionados ao ensino superior", ainda que com a sábia ressalva de que a lista de itens são "apenas alguns pontos básicos". A proposta peca, em síntese, por estabelecer um método que conduzirá, muito provavelmente, a equívocos. No mínimo, o debate teria de contemplar o arcabouço jurídico mais amplo em que LDB está inscrita.

A efetividade da Lei nº 9394/96 tem que ser considerada a partir do escopo em que está inscrita. De fato, a política educacional sempre indica os verdadeiros objetivos do projeto político em curso, bem como os instrumentos que este projeto privilegia. Assim, análises centradas na lógica interna e em balanços "artigo-a-artigo", pouco irão contribuir para a compreensão das novas diretrizes e bases da Educação brasileira.

Há um outro aspecto a ser considerado na "deliberação da reunião conjunta CEG/CEPG". A adequação do funcionamento da UFRJ à LDB, além de poder comprometer o seu caráter público e gratuito, bem como o Sistema Federal de Ensino Superior, contém um agravante: o reordenamento das normas internas da UFRJ terá uma amplitude tal que teria de ser feito em uma ESTATUINTE DEMOCRATICAMENTE CONSTITUÍDA.

A gravidade do momento exige não apenas ousadia e firmeza, mas sobretudo a prática radical da democracia. No momento em que a luta pela autonomia está sendo capaz de construir consenso entre setores tão divergentes da sociedade, como Crub, Andifes, Andes-SN, UNE etc, não é hora de aceitar as inconstitucionalidades da Lei Darcy Ribeiro como fato consumado.

Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação

Paulo Renato depõe sobre autonomia

Brasília - O depoimento do ministro da Educação Paulo Renato, na audiência da comissão especial da PEC 370A/96, no dia 2 de abril, mostra que o governo abriu uma grande brecha para a privatização das universidades. Na proposta de alteração do artigo 207 da CF, o governo assegura às instituições federais "estatuto jurídico especial", o que não deixa clara a definição do caráter de entidade de direito público.

Paulo Renato concordou com a primeira versão do parecer do relator, Paulo Bornhausen (PFL/SC), de que não existe uma proposta de autonomia, pelo contrário, o parecer estabelece a criação de um estatuto jurídico especial, deixando a definição do caráter público para Lei Ordinária.

Ao concordar com o relator, o ministro demonstrou mais uma vez que a política do governo é a da desobrigação do Estado com o ensino superior público e gratuito. E que o setor privado está cada vez mais liberado para suprir "as demandas" sem qualquer controle de qualidade.

Lindiberg Faria (PC do B) perguntou ao ministro se este concordava com o "liberou geral" do parecer do relator, alertando que com a aprovação da emenda sequer o Provão terá sentido. Maurício Requião (PMDB/PR) foi firme ao denunciar o fato de que FHC aproveita a 28ª reedição da MP 1.549-28/97, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios", para incluir questões referentes à educação. Ao pedir uma justificativa, Requião não obteve resposta do ministro, como era de se esperar.

Coluna Unitins

Palmas (TO) - A organização da Coluna Tocantins está a todo o vapor. Os estudantes da Unitins reuniram-se com os diretores da Andes-SN e representantes de seções sindicais para organizar a saída da oficial da Coluna, marcada para o dia 16 de abril, com Ato Público na cidade. A coluna deverá integrar a marcha dos trabalhadores Sem-Terra com destino e chegada em Brasília no dia 17, dia nacional por terra, emprego e reforma agrária e em defesa do serviço público.

Em Calão e Goiânia, a empolgação não é menor. Estudantes e professores da UFG, Faculdades isoladas de Goiás e campus do Catalão e Jataí estão prometendo participar da Coluna com mais de 30 ônibus, lotados de manifestantes que se integrarão a marcha.

CEG e Consuni

Na última reunião do Conselho de Ensino de Graduação, CEG, que aconteceu na quarta-feira passada, o tema predominante foram os programas de bolsas acadêmicas. Os representantes do DCE se posicionaram enfaticamente contra qualquer alteração nestes programas enquanto não for realizada uma ampla discussão em todas as unidades da UFRJ e saia o pagamento das bolsas do ano passado.

Com as "galerias" tomadas por estudantes, o conselho decidiu remeter às unidades a proposta de alteração das bolsas - extinguindo todas as atuais bolsas acadêmicas e criando duas categorias novas de incentivo acadêmico, e a substituição das bolsas de assistência estudantil por créditos de alimentação e transporte.

Enquanto a discussão não acontece, o Conselho se comprometeu a não alterar nenhuma resolução.

Escola de Química pede dinheiro a pais de alunos

Mesmo não havendo quorum para deliberação, no expediente da última sessão do Conselho Universitário, Consuni, uma verdadeira bomba veio à tona. O representante do Colégio de Aplicação, Moacyr Barreto, revelou que no início do semestre a Escola de Química enviou aos pais de alunos circular pedindo uma doação de R$ 250,00, "com vistas a garantir um melhor funcionamento de nossa Escola".

Presente à sessão, a diretora da Escola, Adelaide Maria de Souza, disse que a medida foi "emergencial, ninguém na EQ pensou que isto resolveria os nossos problemas". Ela relatou que a medida teve o conhecimento e a aprovação dos representantes do corpo discente na Congregação, assim como da própria Congregação e do sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Luis Otávio Façanha.

A sub-reitora de Ensino de Graduação e Corpo Discente, Neyde Felisberto, que na ausência do reitor presidiu o Consuni, disse que não há nenhum encaminhamento da reitoria neste sentido. A sub-reitora de Pessoal e Serviços Gerais, Maria Augusta Temponi, lembrou que há estudos indicando que a cobrança de mensalidades é "ilusória", pois ela não cobre os custos.

O professor Ricardo Chaloub, do Instituto de Química, lembrou que esta medida representa o ensino pago. "Acho da maior gravidade, isto merece uma discussão profunda nos colegiados superiores, senão, daqui a pouco, cada um faz o que achar melhor", afirmou. Moacyr Barreto, ao lembrar que o Orçamento da UFRJ está contingenciado quase na sua totalidade, sendo repassado à universidade em conta-gotas, disse temer que o MEC passe a incentivar este tipo de prática.

Para o Proer e Cia, tudo. Para servidores, nada.

Já são mais de dois anos sem reajuste salarial, com uma perda do poder de compra da ordem de 33% - de acordo com a inflação oficial, e de 64%, segundo o Dieese. Numa democracia, estes deveriam ser argumentos suficientemente fortes para levar a uma negociação, correto? Não. Pelo menos neste Brasil dito moderno os fatos seguem outra dinâmica.

Muito pelo contrário, esta política de contenção de despesas públicas - que no fundo é a justificativa para inviabilizar as negociações - está mesmo é servindo de combustível para o que já está sendo considerado uma das maiores campanhas de "marginalização" na história recente do país, da qual vem sendo objeto o funcionalismo público federal.

Embora tenha eleito, por rito sumário, os funcionários públicos como responsáveis pelo déficit público, e venha se utilizando destes como margem de manobra para manter as artificialidades de uma situação econômica - e política -, nem mesmo assim o governo tem conseguido promover o equilíbrio das finanças públicas. O motivo, todos conhecem, é simples: o famoso toma-lá-dá-cá (Proer, "negociações" com Congresso Nacional, privatizações via moedas podres etc).

No boletim de outubro do ano passado publicado pelo Dieese, as negociações salariais dos servidores públicos federais foram objeto de matéria - elaborada pelo escritório do Distrito Federal. Atualíssima, abordava o retrocesso em relação a um passado bem recente.

Perdas salariais chegam a 64% e governo federal se nega a negociar com o funcionalismo

Em retaliação à decisão do STF de estender ao funcionalismo civil os 28,86% concedidos aos servidores militares em janeiro de 93, logo após esta decisão do Supremo, o governo ameaçou demitir os não-estáveis, conceder reajuste diferenciado ao funcionalismo e ainda, deduzir deste índice os 14% dados em 1994, durante o governo Itamar.

Negociações

Que diferenças para tempos não tão imemoriais assim. Em 1993 questões como o aperfeiçoamento da administração direta federal foram objeto de negociações. Estas mesas possibilitaram o surgimento da unificação da gratificação da atividade executiva (GAE) de 160% para todos os servidores, a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), retido após a implantação do Regime Jurídico Único e a sistemática de reajustes automáticos com prazo de vigência de 12 meses, a data-base.

Mas o estabelecimento de uma política salarial - Lei 8.676 - porém, só foi viabilizada através de uma forte pressão desencadeada pelo movimento sindical dos servidores públicos. Logo após o funcionalismo viver o seu momento mais grave, em 1992, quando foi necessário conceder um adicional de 8,5%, para o nível auxiliar DI. Isto para que, na época, o menor vencimento dos servidores federais atingisse o valor do salário mínimo oficial, um dos mais baixos da América Latina.

Esta mobilização, para Rosane Maia, supervisora técnica do Dieese do Distrito Federal, é imprescindível. O Dieese vem pregando que as categorias reivindiquem e briguem pelo reajuste, pela reposição. Nas negociações do setor privado, todos tiveram o IPC-R. Embora as reposições fossem diferenciadas em função dos índices escolhidos, todos tiveram alguma coisa de 95 para cá.

"O governo vem tentando mapear suas contas para ver como irão ficar este ano, mas como está sem controle da política monetária e cambial, pode ser que ele precise aumentar mais os juros. Por conta destes ciclos da conjuntura de aquecimento, e problemas da balança comercial, ele está segurando ao máximo o reajuste para os servidores, para ter margem de manobra. Agora, todas as categorias estão se mobilizando para viabilizar uma greve. Porque isto pode ser definido em função do poder de pressão, também", disse Rosane.

Constituição de 88

Com a promulgação da Constitui-

ção Federal de 88, foram consagrados alguns princípios fundamentais à redemocratização do Estado, após anos de ditadura militar.

Foi estabelecido o concurso público para o ingresso no serviço público, o direito à livre organização sindical, direito à greve, remuneração dos servidores públicos civis e militares na mesma data-base, o estabelecimento de limite máximo e relação de valores entre a maior e menor remuneração, isonomia entre os poderes da República, licitação pública para contratação de obras, serviços, compras e alienação, a instituição do Regime Jurídico Único e planos de carreira para a administração direta, autarquias e fundações públicas, a estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, para os concursados, e muitos outros. Todos agora ameaçados de extinção pela reforma administrativa.

Pelo artigo do Dieese - de onde saíram estas informações - fica-se sabendo da falta de originalidade do atual governo. Desde aquela época o funcionário público é apontado como bode expiatório das mazelas decorrentes da crise do país.

Como exemplo da política discricionária deste governo, nem todos os servidores ficaram sem aumento. Os quase 18 mil servidores com função gratificada - entre 567 mil servidores, no total - foram contemplados. As gratificações de exercício de função/DAS de níveis 4 a 6 tiveram aumento de 140%, contra apenas 17% para o DAS 1.

"O governo tem optado por uma política discricionária, como se a inflação não atingisse da mesma forma a todos. Você pode até dar, em termos reais, um aumento diferenciado, mas não para repor a inflação", disse Rosane Maia.

E complementou, deixando no ar as reais intenções palacianas: "Pela proposta orçamentária de 97, o governo orçou um aumento de 10%, linear, para ativos e inativos, mas, como está tendo que aumentar outras despesas e redefinir alguns gastos, em função da projeção da inflação... ".

A CAMPANHA SALARIAL DOS DOCENTES.

Desde dezembro a ANDES-SN tem atuado em duas direções: encaminhando uma pauta específica da categoria junto ao MEC e participando da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF). Os pontos iniciais foram a pauta de reivindicações dos docentes, protocolada junto ao MEC em 5 de dezembro, e a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, protocolada junto ao MARE em 20 de dezembro. Nestas datas solicitamos audências para estabelecer negociações com o governo. Várias reuniões aconteceram, mas a negociação não se efetivou.

Atuação junto ao Mare

20 de dezembro -CNESF protocola pauta geral de reivindicações dos SPFs e solicita audiência com o Mare.
8 de janeiro - CNESF realiza encontro com a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público.
15 de janeiro - Audiência com Bresser Pereira e parlamentares. O ministro não aceita negociar índices de reajustes. Estabelece "conversações " com o chefe de gabinete do Mare.
30 de janeiro - CNESF se reune com o chefe do gabinete do Mare. Novas negativas em reconhecer a data-base. Mare admite "realinhar " o salario de algumas categorias. Nesta reunião, foram questionados dados sobre folha de pessoal.
6 de fevereiro - Reunião do CNESF com o chefe do gabinete do Mare. Governo continua impassível.
13 de fevereiro - Novo encontro. Nova demonstração de intransigência e indisposição para negociar.
19 de fevereiro - Manifestação dos servidores em Brasilia.
20 de fevereiro - Reunião suspensa pelo governo em função da decisão judicial dos 28,86 %.
21 de março - Plenária dos Servidores Públicos Federais aprova greve nacional no dia 17 de abril.

Atuação junto ao MEC

5 de dezembro - Andes-SN protocola pauta específica e solicita de audiência com o Ministro da Educação.
10 de janeiro - Andes-SN reitera pedido de audiência.
16 de janeiro - MEC informa que o secretário da Sesu fora designado para "dialogar" com o Sindicato.
16 de janeiro - Reunião do setor dos docentes das IFES em Brasilia
17 de fevereiro - Primeira reunião com o secretário da Sesu-MEC. Marca reunião para 5 de março.
19 de fevereiro - Reunião Andes-SN com ANDIFES.
24 de fevereiro - Reunião do setor dos docentes das IFES em João Pessoa.
10 de março - Andes-SN emite nota ao MEC protestando contra o cancelamento da reunião de 5 de março.
20 de março - Reunião do setor dos docentes das IFES. Categoria aprova o indicativo de greve para o dia 17 de abril.

Quanto à reposição da inflação, a resposta do ministro foi singela: "de jeito nenhum". Ainda que a perda do poder de compra do servidor, só contantdo com a inflação oficial, seja da ordem de 33%.

O vai e (não) vem (nada) das conversas com Bresser

Um histórico das tentativas de abertura de negociação com o Mare e o relato da postura intransigente do ministro

Durante todo o ano passado, o MEC recusou-se a abrir negociações com o Setor das Ifes, alegando que a questão financeira deveria ser negociada com o Mare e, o que se referia ao projeto de universidade, como se tratava de um projeto de governo, era inegociável.

No dia 20 de dezembro do ano passado, uma comissão da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais, CNESF, protocolou no Mare a Pauta unificada de Reivindicações dos servidores federais, um contingente de mais de 500 mil trabalhadores. Na mesma ocasião, foi pedida uma audiência com o ministro Bresser Pereira, para que as negociações fossem abertas.

No dia 6 de janeiro, através de um contato com o Mare, ficou-se sabendo que a Pauta havia sido encaminhada ao setor de recursos humanos do Ministério para apreciação e que o ministro indicaria alguém para receber a CNESF. Dois dias depois, o chefe de gabinete do ministro, José Walter, comunicava que a audiência sairia ainda em janeiro.

Naquele mesmo dia, uma comissão da CNESF procurou o deputado Agnelo Quelroz (PC do B), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, para apresentar a Pauta de Reivindicações, agendar reuniões conjuntas com a Frente e, também, para que este "forçasse" uma audiência com Bresser.

Às 11 horas do dia 15 de janeiro, finalmente uma comissão da CNESF era recebida por Bresser no Mare. Presentes à reunião, Andes-SN, Fasubra-Sindical, Sinasefe, Condsef, Unafisco Sindical, Fenafisp e Agnelo Quelroz, além de mais dois parlamentares: Paulo Rocha (PT-PA) e Eraldo Trindade (PPB-PA).

Encontro com o ministro

Mesmo alegando falta de poderes para negociar em nome do Estado, Bresser se disse feliz por receber uma Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público que, teoricamente, deveria haver muitos pontos em comum e bastante afinidade entre eles, uma vez que, segundo ele, a sua postura sempre foi a da defesa do serviço público de qualidade, do Estado forte, competente e capaz, como condição básica para a existência de uma sociedade desenvolvida e justa. O ministro acrescentou que entende o tamanho do estado pela relação direta entre a arrecadação de impostos e o PIB.

Mas, ao rebater a afirmação - de um dos integrantes da comissão - de que o estado arrecada bem e o servidor ganha mal, para variar, o ministro se utilizou de estudos comparativos entre os salários médios na iniciativa privada e no setor público para dizer que os SPF estariam com seus salários bem acima da média. As únicas exceções seriam os docentes das universidades federais e algumas carreiras específicas.

No desenrolar da reunião, o ministro disse que não havia decisão do governo em conceder reajuste linear aos servidores no período de fevereiro a dezembro de 97. Quanto à reposição da inflação, sua resposta foi singela: "de jeito nenhum". Ainda que a perda do poder de compra do servidor, só contando com a inflação oficial, seja da ordem de 33%.

A discussão sobre a Pauta de Reivindicações protocolada no Mare igualmente não evoluiu, já que ela representa, de acordo com Bresser, quase 200% de reajuste. Da mesma forma, o pico salarial de janeiro de 95, que segundo Bresser também não será mais alcançado, pois significa o dobro do salário de 92, "um absurdo", como classificou. E rebatendo o argumento da comissão a respeito da brutal queda das despesa com pagamento de pessoal, Bresser afirmou que esta não passaria de 3%. Encerrando a reunião, Bresser disse que a discussão de índices passados representa um impasse.

Mesmo assim, foi agendado um calendário. O que, de forma alguma, alterou a disposição do governo em não negociar. Nos poucos encontros posteriores, até a decisão do STF sobre os 28,86%, quando os contatos foram definitivamente interrompidos, os interlocutores limitaram-se a repetir que o governo não concederia nenhum reajuste. Foi tentada a intermediação de parlamentares, da Andifes (nos encontros com o MEC), porém, tudo sem maiores resultados.

Face a intransigência do governo FHC, o setor dos docentes das IFES e a plenária dos SPF's decidiram optar por uma greve nacional de um dia a ser realizada em 17 de abril. Mesma data da manifestação do Movimento dos Sem Terra em Brasília.

Esta é a melhor maneira de manifestar o repúdio à política que o governo FHC vem implantando no país. É inadimissível que o direito ao trabalho, à educação, a saúde e a terra seja negado a milhões de cidadãos brasileiros enquanto banqueiros, multinacionais e latifundiários são contemplados diariamente pelo governo FHC com recursos públicos.

Opinião

Direitos Humanos

Ligo o televisor. É hora do Jornal Nacional. O que vejo? Gente sendo agredida, humilhada e desrespeitada. São cenas chocantes que mostram marginais travestidos de autoridade, em plena ação, surrupiando o dinheiro do povo. Levam em seus rostos o sorriso debochado da impunidade.

Vocês vão me perguntar, de novo ? Espancamento, tortura e extorsão da PM. Qual a novidade?

Não! As cenas chocantes não se passam na favela Naval ou na Cidade de Deus. São cenas filmadas por emissoras no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional, onde aparecem os trogloditas governamentais (representantes do povo), comandados por Fernando Mobutu Cardoso, cometendo atos de barbárie política. São cenas chocantes que mostram parlamentares, em flagrante delito, recebendo propinas (R$ 10.800,00 per capita, conhecida como clarabóia salarial) para executar o "serviço". Aparecem alguns ministros, Serjão Rambo Mota, Bresser Pau Pereira, entre outros agredindo desmedidamente toda a nação com suas ofensas e arrogância. Não respeitam sequer o poder judiciário e até a igreja é atacada (bons tempos em que se dizia: vá reclamar com o bispo) e se alguém reclama, falando de direitos humanos, lá vem prontinha a resposta na fala pastosa e olhar cândido do porta voz : "... o presidente afirmou que é necessário modificar o conceito de direitos humanos ... (ele prefere os direitas humanos) e que está editando uma nova medida provisória - de nº 23456789,34 - sobre a matéria.... Acha, também o presidente, que seu capataz, ministro da falta de comunicação, exagerou nos tapas no ouvido (denominado no meio policial de "telefone"). Disse também que esse falso clamor é fruto de um sindicalismo atrasado e vem de setores neoburros, neoidiotas, neochatos e neocids. Para finalizar, concluiu dizendo que o importante para o seu governo despocrático é o clamor popular e que se enche de orgulho quando sai às ruas e é freneticamente aplaudido, como aconteceu no mês passado quando passava pela 5ª avenida em N.Y. e milhares de americanos gritavam "... agoura sim ,a petrólea é noussa..."

Ouvido sobre os fatos mostrados, o presidente falou: "Vocês têm que entender que o país mudou ....não estamos mais naquela mesmice de pequenos assaltos a banco... hoje, através do Proer, os bancos é que nos assaltam... vejam os dados: nos países mais avançados existem milhares de desempregados. Nós, em pouco tempo, conseguimos milhões! Vejam a questão da Vale. Fazem um grande barulho com a venda da Vale, mas estão esquecidos, no fundo é má fé desses nhem nhem nhéms caipiras, que há anos no Brasil se vendem Vales (vale transporte, refeição etc)"...Sobre os assentamentos dos sem-terra mostrou que os números do governo não deixam dúvidas: todos os tombados no Eldorado dos Carajás foram assentados. Somente os neotapados não percebem que as clarabóias salariais oferecidas aos parlamentares fazem parte de nosso programa de distribuição de rendas... já distribuímos renda aos Magalhães, aos Calmons, aos Andrades Vieiras... Vejam como é burra nossa esquerda: admitem os sem-terras e querem a reforma agrária, mas criticam os parlamentares sem- tetos (chamada base de apoio do governo. Também conhecida como bloco dos coleiformes fecais) que querem a reforma administrativa... é só retórica dos que perderam a eleição e não se conformam com a minha beleza, o meu charme, a minha inteligência e com a minha vastíssima cultura"

Mudei, então, de canal, fui para o SBT e adivinhem qual era o programa?.. VALE TUDO POR DINHEIRO... Assim não dá!

"Como diria o Jô ,em um dos seus quadros humorísticos : ...tira o tubo, tira..."

Rui F. Pereira

Vídeo amador responsável pela gravação das cenas de violência no Planalto Central

Liminar da Adufrj novamente em vigor

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, em Sessão Plenária, restabeleceu os efeitos da liminar obtida pela Adufrj, que garantira o pagamento do abono pecuniário em janeiro de 97 a todos os associados da Adufrj que por ele haviam optado. A UFRJ foi notificada decisão no dia 10, quinta-feira. A execução daquela liminar, concedida em dezembro de 96 pelo Juiz da 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Augusto Guilherme Diefenthaeler, havia sido suspensa pelo então Presidente do TRF, Ney Magno Valadares, a pedido da procuradoria da UFRJ.

Esta suspensão não impediu o pagamento do abono em janeiro, dado que a folha desse mês já estava processada, mas impediu os pagamentos em fevereiro e março.

Com base na suspensão e nos termos de uma Medida Provisória editada por FHC no ano passado, a reitoria da UFRJ notificou à Adufrj, em 24 de março, que os docentes deveriam restituir as quantias recebidas no prazo de trinta dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União. Alguns dias depois, no entanto, a subreitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4) informava que os valores seriam descontados na folha de maio, e que isso seria avisado aos docentes nos contracheques de abril.

Só depois de tomar conhecimento do restabelecimento da liminar é que a Adufrj apurou que a decisão, ilegal e contrária ao parecer da própria procuradoria da UFRJ, de efetuar o desconto em maio, havia sido tomada pelos "técnicos" do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare), que é quem processa e controla a folha de pagamento da União.

O restabelecimento da liminar supera a questão: o pagamento do abono voltará a ser feito daqui para a frente e não haverá desconto em folha nem devolução dos valores recebidos, até que o mérito do mandado de segurança original seja julgado.

Abono em fevereiro e março

Com base na decisão judicial, a procuradoria da UFRJ recomendou a inclusão na folha de pagamento do abono dos professores que o requereram cujas férias foram em fevereiro ou março. No entanto, levando em conta o comportamento arbitrário e irregular do Mare, é preciso esperar o processamento da folha para se saber se o pagamento será feito sem problemas ou não.

Erros nos contracheques de março

O reitor da UFRJ informou à diretoria da Adufrj, em reunião na última sexta-feira, dia 11, que a "troca" do mandado de segurança da Adufrj (MS 9678092-7 Abono Pecuniário) pelo do Sintufrj (MS 97982-3 22 VF/RJ Abono Pec.), registrado nos contracheques de março dos professores filiados simultaneamente às duas entidades, foi um erro, e garantiu que será corrigido, se possível ainda nos contracheques de abril. A Adufrj tinha levado ao reitor, no início da semana, sua enorme preocupação e indignação com esse tipo de procedimento, que deu margem às mais diversas e equivocadas interpretações por parte dos professores, particularmente do tipo "a Adufrj perdeu a ação, mas o Sintufrj ganhou", ou "a ação do Sintufrj está mais adiantada do que a da Adufrj" etc. A edição do Jornal da Adufrj da semana passada contém um histórico resumido desta questão, que pode esclarecer muito bem quem ainda tem alguma dúvida sobre o que de fato ocorreu até agora.

Semana Seção Sindical

A comissão de apoio à transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN não concluiu a sistematização das propostas para o regimento a tempo de divulgá-la nesta edição do jornal, como estava previsto no cronograma inicial. As propostas sistematizadas e outras informações sobre o processo de transformação vão ser remetidas pelo correio para todos os associados da Adufrj no decorrer desta semana. A Assembléia Geral da transformação será realizada em várias sessões, em diferentes locais da UFRJ. A primeira sessão, de instalação, será no Auditório do Centro de Tecnologia, às 10:00 de terça, 22 de abril. O único ponto de pauta da Assembléia será a transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN. A votação será através de voto em urna. A cédula de votação permitirá ao associado, além de votar a favor ou contra a transformação, escolher entre alternativas sobre aspectos diversos do regimento. Em princípio, poderão ser apresentadas propostas para o regimento até o início do processo de votação, mas é desejável, para não criar dificuldades operacionais, que elas sejam encaminhadas à comissão sistematizadora com antecedência.

Debate

A crise no sindicalismo e a organização sindical dos professores nas universidades.

Dia 15, terça-feira, às 9 horas, no Salão Nobre do CCMN, Fundão.

Com Luiz Henrique Schuch, ex-presidente da Andes-SN, Pedro Ivo, membro da Executiva Nacional da CUT, Osvaldo Coggiola, do departamento de História da USP e Lenin Pires, da coordenação geral do Sintufrj.

Terça-feira, 22	Quarta-feira, 23	Quinta-feira, 24	Sexta-feira, 25	Segunda-feira, 28
Instalação da Assembléia Geral, no CT, às 10h	Seminário "Condições para o funcionamento dos Hospitais Universitários", às 9h, no HUCFF	Seminário "Formação de professores: crise na Licenciatura?", às 10h, na Praia Vermelha	Seminário "Sistema Nacional de C&T - Pronex em debate". Lançamento do Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de C&T, às 12h, no CT	Sessão para votação, às 9h, no CCS
	Sessão para votação às 12h, no CAp	Sessão para votação, às 14h, no IFCS	Reunião com os professores aposentados, às 15h, no Fórum de Ciência e Cultura	Sessão para votação, às 12h, no CLA
	Seminário "A Ufrj e a nova LDB", às 16h, na Praia Vermelha	Sessão para votação, às 16h, na Escola de Música	Festa de comemoração dos 18 anos da Adufrj, às 18h, no Fórum de Ciência e Cultura	Sessão para votação, às 15h, no CT

Atenção aposentados

A comissão de assuntos de aposentadoria da Adufrj reuniu-se na manhã do dia 11/04, na sede da Adufrj, para a retomada dos trabalhos em 97.

Foi preparada a pauta da reunião de assuntos de aposentadoria, que será realizada no dia 25 de abril, às 15 horas, no salão Moniz Aragão, no Fórum de Ciência e Cultura, na Praia Vermelha, durante uma sessão da assembléia geral dedicada à transformação da Adufrj em sessão sindical.

Logo após, no mesmo local, haverá a festa dos 18 anos da Adufrj.

Neste encontro, serão tratadas questões referentes a ações judiciais e atuação do docente aposentado na universidade.

A comissão está consultando outras seções sindicais da Andes-SN para saber como está se dando a participação do docente aposentado nas demais universidades. O CEG e o CEPG da UFRJ também serão consultados.

Também foi indicada a articulação com outras universidades do Rio de Janeiro em ações conjuntas, como atos públicos e trabalhos junto a parlamentares.

No dia 17 de abril, na manifestação do Dia Nacional de Luta por Terra, Emprego e Educação os aposentados se concentrarão às 16h na escadaria da Biblioteca Nacional organizados numa ala com a faixa "Em defesa da dignidade do servidor público".

Programe-se

Os dez anos do coral TODOTOM-UFRJ

Será realizado um concerto de lançamento do CD comemorativo dos dez anos do coral TODOTOM-UFRJ, sob a regência da Maria José Chevitarese, no dia 28 de abril, no Foyer do Centro Cultural do Banco do Brasil.. O evento contará com o apoio da Superintendência Estadual do Banco do Brasil e da Sala Cecília Meireles e terá início às 19:00 horas.O CCBB fica na Rua 1o de Março, 66 - Centro

Encontro Latino-Americano das Revistas Marxistas

Inspirados pelas expressões, muitas vezes contraditórias, da globalização e visando reanimar os esforços de resistência da luta contra a ofensiva capitalista, as Revistas Marxistas promoverão o Seminário Internacional "80 Anos da Revolução Bolchevique e a Atualidade da Luta Anti-Capitalista", a realizar-se do dia 1 a 4 de maio,na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Dentre os temas que serão abordados, estão a avaliação das experiências revolucionárias no século XX, a situação dos trabalhadores no fim do século, a situação atual do capitalismo, as inovações na organização e processos de trabalho, os movimentos sociais e o chamado fim da história.Informações: (048) 331-9330 e Fax (048) 331- 9751.

Privatização da Vale sofre efeito Orloff

Segundo o GAT, após início do processo de venda, relatório da empresa para registro na Bolsa de NY omite mais de 9 bilhões em toneladas de ferro. Na Argentina, a YPF teve suas reservas reduzidas em 30% durante o período de venda da estatal.

Depois de gastar 7 milhões de reais só em propaganda pela venda da Vale do Rio Doce, o governo teve a desfaçatez de ignorar solenemente a observação feita pelo Grupo de Assessoramento Técnico da Comissão Externa da Câmara dos Deputados (GAT) de que o relatório da empresa de junho de 1996, para registro na Bolsa de Nova York sonegava mais de 9 bilhões em toneladas de minério em relação ao mesmo relatório apresentado em meados de 1995, com o mesmo propósito.

Para registrar-se na Bolsa de Valores americana, a Vale do Rio Doce precisa depositar, periodicamente, junto a SEC - Securities and Exchange Commission - uma série de informações relacionadas à empresa. Entre elas, dados sobre suas reservas minerais. O relatório de 95, anterior ao processo de privatização da companhia, registra uma quantidade de 12,8 bilhões de toneladas de Ferro em Carajás e Minas Gerais, provadas e prováveis; enquanto que em 96, o relatório para registro na Bolsa trazia apenas 3,3 bilhões de toneladas do minério, na mesma região.

Os técnicos da Coppe que participam do GAT ficaram surpresos com o "desaparecimento das toneladas". O professor Pinguelli Rosa apresentou em uma coletiva à imprensa, na semana passada, cópias dos dois relatórios e foi categórico em dizer que o mesmo fenômeno que ocorreu durante a privatização da empresa petrolífera YPF da Argentina está ocorrendo na privatização da Vale. Em 1990, durante a venda da ex-estatal vizinha, a avaliação feita por um consórcio privado rebaixou em nada menos do que 30% a quantidade de reservas e recursos de petróleo da YPF.

O curioso, também, é que quem coordenou o consórcio de consultoras privadas que avaliaram a YPF - Gaffney, Cline e Associates, antes de sua venda, foi a Merril Lynch, a mesma que avaliou a estatal brasileira em 10 bilhões de reais.

Conforme o documento entregue a SEC, pela Vale, em junho de 96, a companhia teria contratado a Mineral Resources Development com a finalidade de rever a metodologia adotada pela própria estatal para a classificação das "reservas provadas e prováveis" e outras reservas minerais. Tal revisão reclassificou as chamadas "provadas e prováveis" em "reservas mineirais", resultando daí a redução das toneladas de Ferro de 12,8 para apenas 3,3 bilhões. Um ano antes do início da privatização as mesmas toneladas eram consideradas de valor para o mercado.

A alteração de metodologia não é um simples luxo tecnocrata, mas sim uma forma de subvalorizar a Companhia para ter seu preço mais atraente ao mercado nacional e internacional. Enquanto isso, Fernando Henrique e sua equipe palaciana, com o apoio mais do que irrestrito da imprensa brasileira, continuam apostando e negociando todas as sua fichas para assinar o atestado de doação da Vale, que gera R$ 5,5 bilhões/ano de lucro e desses gasta 8% com programas sociais, ao mercado privado e "produtivo"

Ano IV
22 a 27
de abril/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

27 meses sem reajuste salarial

Marcha da dignidade

Manifestação no Rio

Um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, nenhum dos 150 policiais que executaram 19 trabalhadores do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra consta no inquérito instaurado para apurar as responsabilidades. Três trabalhadores sem-terra que conseguiram escapar com vida da chacina não tiveram a mesma sorte, e acabaram indiciados.
Para dar um basta a esta realidade de miséria, falta de trabalho no campo e nas cidades e nenhuma atenção ao social, a voz rouca das ruas, quase sempre desprezada pela grande mídia, tomou Brasília de um assalto pacífico e teve reconhecidas suas armas. **Páginas 4, 5 e 6.**

Assembléia Geral

22 de abril, às 10 horas, no Auditório do Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão

Pauta

Transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN e aprovação do regimento da Adufrj-Seção Sindical

Transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN

Estamos publicando nesta edição um encarte com a nova proposta consolidada do Regimento Geral da Adufrj - Seção Sindical da Andes - Sindicato Nacional. A consolidação foi feita pela comissão de apoio à transformação, com base na proposta publicada em 1995 e nas edições de 21 de janeiro e de 24 de março do Jornal da Adufrj e nas sugestões recebidas desde então.

A partir das 10:00 do dia 22 de abril de 1997, no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão, estaremos realizando a Assembléia Geral Extraordinária para a transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN e aprovação do Regimento Geral da Adufrj-Seção Sindical. A Assembléia Geral será realizada em várias sessões, em diferentes locais da UFRJ:

Durante a sessão de instalação e antes de se iniciar a votação, poderão ser apresentadas propostas alternativas à proposta de Regimento, no todo ou em parte. As propostas da comissão e as apresentadas serão debatidas nessa sessão e, caso não haja consenso, as alternativas que restarem serão colocadas em votação, juntamente com a proposta da comissão. Nas demais sessões, não poderão mais ser apresentadas quaisquer propostas, pois já se estará em regime de votação.

A deliberação será através de voto em uma única urna, que estará em todas as sessões acima listadas. A cédula de votação permitirá ao associado, além de votar a favor ou contra a transformação, escolher entre as eventuais alternativas apresentadas.

O controle da presença será feito por uma única listagem de associados, de modo que os associados, independentemente da Unidade em que são lotados, poderão votar em qualquer das sessões. Só podem votar os associados da Adufrj, ativos e inativos.

O encerramento da votação, a apuração dos votos e a proclamação do resultado estão previstos para a sessão de segunda, 28/4, na sala D-201-A do CT (junto à sede da Adufrj). De acordo com o artigo 49 do Estatuto da Adufrj, será necessário um *quorum* mínimo de 10% dos associados (cerca de 300) e a aprovação de, no mínimo, 2/3 dos presentes à votação.

Ainda de acordo com o artigo 49, se a transformação for aprovada, precisará ainda ser referendada por uma consulta plebiscitária, por envio de cédulas a todos os associados, na qual se exige a maioria simples.

Dias e Locais das assembléias de votação

- Terça, 22/4, das 10:00 às 12:00, no Auditório do CT;
- Quarta, 23/4, das 9:00 às 11:00, no Auditório Nobre Alice Rosa, no 12° andar do HU;
- Quarta, 23/4, das 12:00 às 14:00, no CAp;
- Quarta, 23/4, das 16:00 às 18:00, no Auditório do CFCH (Praia Vermelha);
- Quinta, 24/4, das 10:00 às 12:00, no Auditório da Escola de Serviço Social (Praia Vermelha);
- Quinta, 24/4, das 14:00 às 15:30, no IFCS;

Quinta, 24/4, das 16:00 às 17:30, na Escola de Música;

- Sexta, 25/4, das 12:00 às 14:00, no Auditório do CT;
- Sexta, 25/4, das 15:00 às 17:00, na Sala Muniz de Aragão do Fórum (Praia Vermelha);
- Segunda, 28/4, das 9:00 às 11:00, na entrada principal do CCS;
- Segunda, 28/4, das 12:00 às 14:00, no Auditório da EBA, na sala 614 do prédio da reitoria;
- Segunda, 28/4, das 15:00 às 17:00, na sala D-201-A, no CT.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

A Adufrj estará promovendo nesta semana de 23 a 25 de abril uma série de seminários sobre temas relacionados com as questões universitárias e o desenvolvimento da educação no país.
A proposta é congregar o público universitário e as entidades da sociedade organizada para um debate aberto sobre as dificuldades e perspectivas da universidade brasileira, em especial da UFRJ.
Os debates marcarão o processo de transformação da entidade em seção sindical da Andes-SN e promentem trazer à tona discussões e polêmicas sobre a atual situação da universidade frente a falta de políticas públicas do governo FHC para as intituições de ensino e saúde, à nova LDB e a retomada de um sistema nacional de desenvolviemento tecnológico realmente compromentido com o avanço social e econômico do país.

Adufrj promove seminários durante toda a semana
Confira a programação

Quarta-feira, 23 de abril

"Condições para o Funcionamento dos Hospitais Universitários", 9 horas, no Auditório Nobre Alice Rosa, 12º andar do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (UFRJ), Ilha do Fundão.

Mesa: José Ananias Figueira da Silva, diretor do Hospital Universitário da UFRJ
Fernando Molinos, 1º vice-presidente da Andes-SN e coordenador nacional do Grupo de Trabalho Seguridade Social
José Leonídio Pereira, diretor da Maternidade Escola da UFRJ e representante da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue)

"A UFRJ e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação", 16 horas, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Praia Vermelha, Botafogo.

Mesa: Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da UFRJ e membro do GT Política Educacional da Andes-SN
Ana Maria Ribeiro, do GT Política Educacional da Fasubra
Jorge Ferreira, professor da Faculdade de Educação da UFRJ

Quinta-feira, 24 de abril

"Formação de Professores: crise na licenciatura?", 10 horas, no Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha, Botafogo.

Mesa: Raquel Goulart, professora da Faculdade de Educação da UFRJ
Monica Lima, professora do Colégio de Aplicação da UFRJ

Sexta-feira, 25 de abril

"Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia: Pronex em debate", 12 horas, no Auditório do Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão.

Mesa: Ivan Valente, deputado Federal e membro da Comissão de C&T da Câmara Federal
Roberto Romano, doutor em Filosofia e docente titular da Unicamp
Rubens Freire, coordenador nacional do Grupo de Trabalho de C&T da Andes-SN

Na ocasião, será realizado o pré-lançamento nacional do Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Tecnologia, com a presença dos palestrantes, representantes da Andes-SN, SBPC e várias entidades ligadas à ciência e à pesquisa brasileiras.

Trabalhadores deixam FHC na berlinda

Agência Andes-SN (Brasília) - Brasília parou para ver a marcha dos sem-terra passar. A caminhada-manifestação, que reuniu cerca de sessenta mil pessoas na capital do país, foi realizada não só pelos trabalhadores rurais dispostos a lutar por um pedaço de terra como também por sindicalistas e representantes de vários segmentos da sociedade brasileira. A marcha teve início no dia 17 de fevereiro e marca um ano do massacre de dezenove sem-terra em Eldorado dos Carajás, sul do Pará.

O ápice do movimento aconteceu por volta das 14h30 da tarde quando as três colunas que compuseram o movimento, vindas de São Paulo, Governador Valadares (Minas Gerais) e Rondonópolis (Mato Grosso) se encontraram e se dirigiram à Praça dos Três Poderes. Lá, fizeram uma rápida parada em frente ao Supremo Tribunal Federal e no Palácio do Planalto, onde vaiaram o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Vaiaram também a Polícia Militar, que tentou tratar de forma grosseira um grupo de manifestantes próximo ao Congresso Nacional. Mas, a passeata não poderia ter sido mais pacífica. Segundo informações fornecidas pela própria PM, não houve graves incidentes. Quem teve um pouco de trabalho foi o Corpo de Bombeiros, que registrou 25 atendimentos. Apenas dois deles foram encaminhados ao hospital; os outros 23 ocorreram por desmaios, desidratação e hipertensão.

Quatro mil homens trabalharam no esquema de segurança da Esplanada de Ministérios. A Polícia Militar, Polícia Civil, o Detran, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros estiveram atentos a todos os passos dos manifestantes.

Ato público

Às 16h, começou o ato ecumênico em frente ao Congresso Nacional, debaixo de muita chuva. Foi nesse momento que o movimento se dispersou. Quem resistiu ao mau tempo assistiu ao ato político puxado pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. "Está na hora de resolver, de uma vez por todas, o pecado original do Brasil", disse o governador, alegando que a luta dos sem-terra já dura quinhentos anos.

Em seguida, subiu ao palco o ex-governador Leonel Brizola (PDT). "Que bom que choveu", completou. "É a chuva que rega a lavoura. A história do nosso país ainda não será história sem a reforma agrária", acrescentou. João Amazonas defendeu a unidade do MST e a dignidade com que seus participantes vêm levando o movimento adiante. O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicentinho, convocou os manifestantes para uma paralisação no dia 1º de maio, com a intenção de reunir um milhão de pessoas de todo o país convocando o povo a lutar pela reforma agrária e contra um governo que ele taxou de sem- vergonha, sem-caráter e sem-verdade.

Destaques

Mas a grande estrela da tarde foi mesmo Luís Inácio Lula da Silva. Lula disse que tinha até preparado um texto para ler no palanque, coisa que não costuma fazer, mas acabou dispensando-o, e disparou: "com certeza, o presidente mandou um de seus puxa-sacos para escutar o que tenho a dizer. FHC deve estar se borrando nas calças de medo com todo este movimento. Ele não esperava por isso, mas o Brasil é do povo". Encerrando a manifestação, João Pedro Stédile, disse estar incomodado com as constantes perguntas da imprensa sobre o que seria conversado com Fernando Henrique, no encontro agendado para o dia seguinte à manifestação. "Não viemos aqui conversar com Fernando Henrique", garantiu. "Ele representa uma minoria, a elite. Nós não queremos puxa-sacos e nem simples "solidariedade" ao nosso movimento. A melhor solidariedade que o homem da cidade pode dar ao MST é lutar nas indústrias, nas fábricas, assim como o agricultor vem lutando no campo". Às 19h, começou o show com vários artistas.

A adesão popular, uma marca que vai ficar

Adesão popular. Só isto explica o que ocorreu no último dia 17. Uma enorme adesão do povo brasiliense transformou a chegada das três colunas com dois mil trabalhadores sem-terra a Brasília, numa impressionante demonstração de várias dezenas de milhares de pessoas que se estendeu por todo o dia, dando uma cara de domingo de festa ao chamado Eixão e à Esplanada dos Ministérios em plena quinta-feira.

Os números, para variar, foram divergentes. A Secretaria de Segurança primeiro falou em 50 mil, mas ao final reduziu para 35 mil. As TVs repetiram a opção menor, mesmo quando as imagens mostravam algo mais. O mesma aconteceu com os jornais e rádios.

O apoio à marcha passou por iniciativas organizadas como da CUT e do movimento sindical de metalúrgicos, professores, estudantes, funcionários públicos, que organizaram caravanas de diversas partes do país. Mas se sustentou inquestionavelmente na disposição de milhares de cidadãos comuns de ir para a rua e expressar seu apoio aos sem-terra.

A chuva forte que desabou no meio da tarde salvou o governo, e o Palácio do Planalto, de assistir à ampliação das demonstrações da manhã, mas não foi capaz de barrar o apoio, evidente, do povo brasileiro "da cidade" à luta pela reforma agrária.

A manifestação no Rio

O Rio também foi palco, no dia 17, de uma manifestação de trabalhadores sem-terra. Depois de uma noite de vigília no Largo de São Francisco, onde fincaram as inconfundíveis lonas pretas, e confraternizaram com estudantes, eles marcharam pelo Centro da cidade com suas bandeiras vermelhas, rumo à Cinelândia.

Só sai a reforma agrária com a aliança camponesa e operária. Entoado durante a caminhada, este hino do MST - uma antiga aspiração que as novas formas de luta estão se encarregando de transformar em realidade - encontrou sua ressonância nos discursos de representantes do movimento organizado que os esperavam na praça.

Era a famosa *voz rouca das ruas* se expressando no Dia Nacional de Luta contra a Política de FHC. Como a fala do presidente da Associação dos Docentes da UFF, Luiz Carlos Soares: "hoje é o dia de todos os trabalhadores deste país, o primeiro dia, simbólico, que representa o início da caminhada para a derrubada desta famigerada política".

Comunidade universitária protesta em frente ao MEC

Agência Andes-SN (Brasília)
Eram 13h35 do "memorável dia 17 de abril" - como ressaltou a presidente da Andes-SN, Maria Cristina de Morais - quando o carro de som dos sindicatos parou em frente ao Ministério da Educação. Naquele momento, muitos dos quatro mil professores, estudantes e servidores das universidades ainda almoçavam as "quentinhas" fornecidas pelos organizadores das caravanas que transformaram a capital do país. O "Almoço" com Paulo Renato (apelido do ato público das categorias da Educação) não contou, entretanto, com a presença do ministro, que preferiu despachar em casa. Em seu lugar, três fileiras de policiais cercavam o prédio da Educação.

Maria Cristina - que já havia discursado em nome dos servidores públicos federais no ato conjunto, uma hora antes -, saudou a Coluna Tocantins, que levou a Brasília cerca de 2.500 representantes da comunidade universitária de Tocantins para protestar contra a privatização da Unitins.

A ameaça à autonomia universitária - proposta pela emenda constitucional 370 - foi duramente criticada por Maria Cristina, que destacou a necessidade de mobilização dos estudantes e trabalhadores em educação em defesa da educação pública e gratuita.

Censo agrário

Em entrevista, a presidente da Andes-SN citou o censo agrário. divulgado recentemente pelo governo FHC, como um exemplo das "contradições que marcam a atual política educacional". "O governo vive defendendo a privatização do ensino superior, mas quando precisa de um estudo de grande porte como o censo, recorre a quem? Às universidades públicas, que são as únicas capazes de fazer isso", argumentou Cristina.

A realização do censo agrário envolveu 150 professores e 1.750 alunos de 37 universidades públicas. Seus resultados, certamente para desagrado do governo, desmentiram as insinuações, tão repetidas pelos próprios governistas, de "infiltração" de trabalhadores urbanos no Movimento dos Sem Terra. Segundo dados do censo, a absoluta maioria dos trabalhadores do MST é proveniente do meio rural e nasceu nos municípios onde estão as fazendas que ocuparam.

Manifestação no Rio

Professores universitários

Cerca de quatro mil representantes da comunidade universitária participaram dos ato de protesto em Brasília. Andes-SN, Fasubra-Sindical e UNE lotaram mais de 83 ônibus, em sete estados, para marchar junto aos sem-terra.

Segundo a presidente da Andes-SN, a manifestação de quinta-feira traduziu "um momento especial da conjuntura, com a mobilização dos trabalhadores por um projeto de sociedade que respeite a cidadania".

Para italianos, brasileiros ensinam a partilhar

Agência Andes-SN (Brasília) "Solidariedade da Itália". A faixa estendida em frente ao Congresso Nacional em meio às centenas de outras, dos movimentos sindical e popular. Os italianos se fizeram presentes à marcha através da "Mambre", entidade da cidade de Turim, ligada à Igreja Católica. Questionado sobre sua participação, o representante da Mambre, Renzo Dutto, ressaltou que a globalização elimina as diferenças entre as nações do Norte e do Sul. "O mundo está agora dividido entre ricos e pobres, incluídos e excluídos do processo produtivo".

Dutto afirmou que a Europa "não tem mais ideologia nem pensamento". Para ele, a América Latina, e em particular o Brasil, tem "muito o que ensinar". "A única forma de sobrevivência é a partilha, a solidariedade, e não a ganância. Apenas os pobres ensinam a repartir. Os ricos "só sabem acumular".

Adufrj promove lançamento de manifesto em defesa do sistema nacional de C&T

Nesta sexta-feira, dia 25, durante o seminário Pronex em debate, será realizado o pré-lançamento no Rio de Janeiro do manifesto em defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. O manifesto já tem adesão de intelectuais e de entidades da área científica, do setor de educação, parlamentares e sindicatos. As entidades que assinarem o manifesto, que terá lançamento nacional em Brasília, dia 6 de maio, formarão a Frente Nacional em defesa do Sistema de C&T. Já estão participando da Frente a SBPC, a Andes-SN, Associações Docentes de várias universidade nos estados, Associação de Pós-Graduandos, Instituto de Pesquisa de São Paulo e os deputados federais Marcelo Barbiéri (PMDB/SP), Aldo Rebelo (PC do B/SP), Roberto Santos (PSDB-BA), José Pinotti (PMDB/SP), Sérgio Arouca (PPS/RJ), Lindemberg Farias (PC do B/RJ), Otávio Elísio (PSDB-MG), Walter Pinheiro (PT/BA). Luís Eduardo Greenhalg (PT/SP), Tuga Angerami (PMDB/PR), Maurício Requião (PMDB/PR), Zaire Rezende (PMDB/MG), Flávio Arns (PSDB/MG), Paulo Delgado (PT/MG). A coordenação provisória deste movimento está a cargo do deputado e membro da Comissão de C&T da Câmara Federal, Ivan Valente (PT/SP) e do professor Roberto Romano, da Unicamp.

A Frente que se quer constituir é aberta a toda a sociedade e aos movimentos sociais. O lançamento do manifesto será na manhã do dia 25, durante o debate promovido pela Adufrj, no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão.

Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia

Desenvolvimento, no sentido amplo, justo e desejável, só pode ser um processo do qual resulte o bem estar social e não apenas o enriquecimento do Estado, de corporações ou de indivíduos. Devem alinhar-se, portanto, entre suas metas prioritárias, o aumento da produção de bens materiais e a melhor distribuição da riqueza; o aperfeiçoamento da administração pública e da legislação social; o aperfeiçoamento e a generalização do ensino; a melhoria de todo o sistema de defesa e assistência à saúde pública; a mais ampla participação da coletividade nas atividades culturais, de recreação e de lazer. Assim sendo, ganha nítidos contornos a importância do binômio "Ciência e Tecnologia" (C&T) para o desenvolvimento.

Em outros tempos, certamente que a técnica, empiricamente adquirida, pôde se desenvolver independentemente da ciência, ainda que por meio de um procedimento penoso e demorado. Mas a inovação tecnológica de hoje, com a rapidez que mal nos permite incorporar aos nossos hábitos coisas e processos que já se vão tornando obsoletos, somente se torna possível neste século, com o fantástico desenvolvimento de todas as áreas em que se costuma dividir a Ciência.

É fundamental a percepção de que a C&T são partes indissociáveis do complexo cultural. Como tal, não simplesmente produtos, mas processos com uma dinâmica própria, que encerram uma tida corrente de pensamentos, toda uma conduta de ação e dessa forma comparecem como fatores críticos para o desenvolvimento.

O domínio do conhecimento científico, portanto, e a conseqüente geração de tecnologia própria constituem a essência do desenvolvimento autêntico, ao contrário daquele outro - ilusório - baseado em coisas apenas fabricadas aqui. Não por nós, no sentido mais amplo da expressão, ainda que por alguns de nós. No caso, pouco mais do que executores de um receituário importado, sem vinculações enraizadas em nosso patrimônio cultural, científico e tecnológico.

Os cientistas estão perplexos ante o notório agravamento da crise que solapa a eficiência do "Sistema Nacional de C&T". Universidades e institutos de pesquisa oficiais, que deveriam ser o baluarte da construção de uma sociedade democrática, justa e desenvolvida, vivem em constante sobressalto com os radicais cortes orçamentários, restrições burocráticas de toda a ordem, e crescente perda de seus recursos humanos, em todos os níveis.

Face às reconhecidas qualificações do chefe da Nação, como intelectual e, sobretudo, como cientista social, torna-se profundamente paradoxal o agravamento dessa crise que mantém o Sistema Nacional de C&T sob a ameaça do governo de eximir-se da responsabilidade da sua manutenção. Pois não pode desconhecer, o presidente da Nação, que nossas condições e considerando o interesse social coletivo, não existe sucedâneo para a atuação do Estado com vistas ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

A Nação precisa ficar atenta aos riscos que advirão da eventual concretização da declarada intenção de deixar de assumir as instituições científicas. A redução do Estado e a inserção na economia global não justificam a renúncia à defesa do interesse coletivo voltado para a soberania nacional.

A posição do Estado, com relação às instituições científicas, deve ser norteada pelas características de seu trabalho, aliadas à sua importância social e econômica. Dar-lhes condições administrativas e financeiras ajustadas a tais características e importância central na economia, não deve ser considerado um privilégio. Ao contrário, deverá ser parte de um planejamento objetivo em que se atenda às condições necessárias para que essas instituições produzam os resultados que delas se esperam. É necessário, enfim, que se firme o conceito de que as instituições de pesquisa requerem um tratamento especial e prioritário, mesmo nos períodos de crise; que o corte de recursos e o rebaixamento salarial levam a uma decadência que só grandes investimentos e anos de espera podem corrigir.

Os resultados da investigação científica não são programáveis a curto prazo. Como regra geral, emergem em seu próprio tempo, como produto de um trabalho contínuo, pertinaz e, quase sempre, demorado. Consequentemente, os investimentos em ciência e tecnologia não produzem dividendos políticos de rápido retorno. A decisão de investir na revitalização de todo um sistema de C&T exige convicção, postura e visão de estadista, porque os resultados mais visíveis surgirão num tempo que ultrapassa o período da administração. Mas, certamente, não há outro caminho e, de uma tal convicção, surgiram e estão surgindo todas as grandes nações.

Conclamamos a comunidade científica brasileira a defender o papel do Estado, a soberania nacional e os interesses sociais coletivos, trabalhando incessantemente para conscientizar o governo em relação ao dever irremovível que lhe compete, de promover por todos os meios o desenvolvimento científico e tecnológico, abandonando o equívoco de eximir-se dessa responsabilidade e adotando uma política que atenda aos reais interesses da Nação.

Só assim conseguiremos recompor os nossos sistemas científico-tecnológicos, de modo a encontrarmos - nós mesmos - soluções para os nossos problemas, trajetória e sustentação para o nosso desenvolvimento, e com isto a afirmação da nossa soberania, ou estaremos irremediavelmente condenados a ser meros carregadores de lenha e de água para os países desenvolvidos.

Vem aí o II Congresso Nacional de Educação

Os dois conjuntos de disquetes contendo as diretrizes do Plano Nacional de Educação foram lançados no último dia 16 de abril, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, juntamente com a divulgação dos Anais do I Congresso Nacional de Educação, o Coned, realizado em agosto do ano passado em Belo Horizonte. As diretrizes foram traçadas no I CONED, que reuniu Andes-SN, SBPC, Fasubra, UNE, entre outras entidades, teve como principal característica o objetivo de resgatar o espaço antes ocupado pelas Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) e construir um projeto político-pedagógico alternativo às propostas liberais do governo.

Dentre as principais metas traçadas durante o Congresso estão a erradicação do analfabetismo, como meta prioritária do Plano Nacional de Educação, e o aumento do percentual do PIB destinado a este setor. Também estão incluídas no projeto a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a garantia de financiamento das instituições públicas de ensino superior pelo Estado e a contemplação da autonomia universitária pelo Plano Nacional de Educação.

A Comissão Organizadora do II Coned, reúne-se nos próximos dias 26 e 27 de abril, em Belo Horizonte, local escolhido novamente como sede do evento, para discutir a data e o caráter da segunda edição do Congresso.

Assembléia Geral

22 de abril, às 10 horas, no Auditório do Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão

Pauta

Transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN e aprovação do regimento da Adufrj-Seção Sindical

Vale em Debate

A privatização da Vale do Rio Doce será discutida na segunda-feira, dia 28 de abril, às 12 horas no Auditório do CT, no Fundão. O evento é organizado pelas decanias do CCMN e do CT e pelo Sintufrj. Os convidados são José Eduardo Dutra (PT/SE), o brigadeiro Ivan Frota (ex-ministro da Aeronáutica), Raimundo de Oliveira, presidente do Clube de Engenharia, e César Maia, ex-prefeito do Rio, este último a ser confirmado.

Paulo Renato ameaça com demissão

Brasília - Os jornais do dia 13 de abril noticiaram uma "demissão" do ministro Paulo Renato de Souza, resultado de uma briga com a área econômica, mais precisamente com o ministro Pedro Malan, por conta da não liberação de recursos para a educação.

A demissão acabou não ocorrendo e o entrevero foi minimizado pelos dois. As notícias dão conta de que o motivo da contenda foi a retenção de verbas adotada pelo chefe da Fazenda. Isso para constituir o FEF - Fundo de Estabilização Fiscal -, um novo formato para o ex-FSE, também bancado com dinheiro retirado das áreas sociais.

A briga de compadres se resolveu, mais uma vez, com a liberação de uma pequena parcela de recursos para o MEC. Enquanto isso, o setor social do país continua abandonado.

É proibido colar cartazes em Palmas

Palmas (TO) - O reitor da Unitins tem empreendido feroz ataque ao cartaz da Andes-SN, que denuncia a privatização das Universidades Públicas, como ocorreu na Unitins. Além de intensificar o discurso mentiroso de que a Unitins "não deixou de ser pública, mas passa ao controle da sociedade", o reitor tem ameaçado com demissão os professores que forem visto afixando o cartaz.

Diante desta atuação, a vice-presidencia do sindicato na região Planalto realizou uma ação política de colagem dos cartazes, no dia 7 de abril, quando diretores da Andes-SN e de outras seções estavam presentes.

Adufrj - Seção Sindical da Andes - Sindicato Nacional

Proposta de Regimento Geral

Texto-base da proposta em votação na Assembléia Geral Extraordinária de 22//97

Título 1 - Da organização, fins, sede e duração

Art. 1º. A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ), fundada em 26 de abril de 1979, constitui-se, a partir de 01 de junho de 1997, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), com a denominação de Adufrj-Seção Sindical (Adufrj-SSind).

§ 1º. A Adufrj-SSind, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, de duração ilimitada, tem sua sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º. A Adufrj-SSind, instância deliberativa da Andes-SN, é a entidade representativa dos direitos e interesses trabalhistas e profissionais, em juízo ou fora dele, dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em atividade ou aposentados.

§ 3º. A Adufrj-SSind será regida por este Regimento Geral, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, respeitando o Estatuto da Andes-SN.

§ 4º. A Adufrj-SSind tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira garantida pelo § 2º do art. 44 do Estatuto da Andes-SN.

Art. 2º. A Adufrj-SSind é uma entidade democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, autônoma e independente em relação ao Estado e às administrações da UFRJ.

Art. 3º. A Adufrj-SSind tem por objetivo básico organizar sindicalmente os docentes da UFRJ gozando, para tanto, das prerrogativas sindicais asseguradas na Constituição Federal, inclusive a de representação dos interesses dos docentes ligados à sua base territorial, em juízo ou fora dele, sobretudo na qualidade de substituto processual.

Art. 4º. A Adufrj-SSind tem ainda os seguintes objetivos:

I - defender os direitos e interesses profissionais e trabalhistas dos docentes da UFRJ;
II - representar os interesses dos seus sindicalizados na UFRJ, bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial;
III - lutar por melhores condições de trabalho para todos os docentes da UFRJ;
IV - defender a educação como um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades da população, e assegure o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;
V - lutar pela gestão democrática nas instituições de ensino superior;
VI - defender o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
VII - analisar a política educacional, científica e cultural brasileira e sobre ela manifestar-se;
VIII- promover estudos visando o aprimoramento do ensino superior e de sua articulação com os demais níveis de ensino;
IX - buscar a interação com as entidades representativas de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos na área da educação, cultura, ciência e tecnologia;
X - buscar a articulação com as entidades ligadas à educação,

trabalhadores em geral e outros setores organizados, particularmente as entidades de caráter científico e cultural, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

XI - divulgar para a sociedade os problemas da educação, visando obter apoio para a sua solução;
XII - trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade quanto ao papel e importância da universidade pública;
XIII - promover a união, o congraçamento e a assistência aos sindicalizados;
XIV - incentivar no seio da categoria a cultura científica, intelectual, física e artística.

Art. 5º. Compete à Adufrj-SSind:

I - manter os sindicalizados informados quanto às atividades da Seção Sindical;
II - divulgar as atividades e promover o fortalecimento da Andes-SN, encaminhando as resoluções das suas instâncias deliberativas, na forma dos seus Estatutos.

Título II - Dos sindicalizados, seus direitos e deveres

Art. 6º. O número de sindicalizados da Adufrj-SSind é ilimitado.

Art. 7º. Poderão sindicalizar-se à Adufrj-SSind, todos os docentes da UFRJ da carreira do magistério, estejam em efetivo exercício, afastados nos termos de lei ou aposentados.

Parágrafo único. Os professores visitantes, substitutos e outros contratados sob qualquer forma pela UFRJ para exercer atividades docentes poderão, enquanto vigorar seu contrato, sindicalizar-se à Adufrj-SSind.

Art. 8º. Os sindicalizados da Adufrj-SSind são sindicalizados da Andes-SN.

Art. 9º. São direitos dos sindicalizados, os estabelecidos no Estatuto da Andes-SN, e mais:

I - discutir e votar na Assembléia Geral da Adufrj-SSind;
II - votar e ser votado para cargos eletivos da Adufrj-SSind, da Andes-SN e para delegados aos Congressos e Conselhos da Andes-SN, bem como em outros eventos que exijam estes procedimentos;
III - requerer ao presidente da Adufrj-SSind a convocação imediata de Assembléia Geral, mediante documento expondo os motivos da convocação e a ordem do dia, subscrita por um mínimo de 10% dos sindicalizados;
IV - apresentar a qualquer instância da Adufrj-SSind, por seu intermédio ou de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza que demandem providências de seus órgãos deliberativos;
V - fiscalizar o funcionamento da Adufrj-SSind;
VI - recorrer das decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria à Assembléia Geral;
VII - posicionar-se sobre qualquer assunto de interesse da Adufrj-SSind.

Art. 10. São deveres dos sindicalizados:

I - observar o presente Regimento Geral, bem como o Estatuto da Andes-SN;
II - manter-se em dia com as contribuições financeiras à Adufrj-SSind;
III - trabalhar pelos objetivos da Adufrj-SSind.

Art. 11. Os sindicalizados da Adufrj-SSind estão sujeitos a sanções disciplinares pelo descumprimento do disposto nos incisos I e II do Art.10 deste Regimento Geral ou por grave desrespeito à ética profissional.

§ 1º. São sanções disciplinares: advertência, suspensão e exclusão.

§ 2º. A advertência será aplicada pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Representantes ou pela Diretoria; suspensão e exclusão serão aplicadas apenas pela Assembléia Geral. Em qualquer caso, será garantido amplo direito de defesa.

Art. 12. O sindicalizado que deixar de exercer a profissão do magistério na UFRJ, exceto quando se aposentar, ou que solicitar à Diretoria da Adufrj-SSind, por escrito, a sua exclusão, será automaticamente excluído do quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind.

Parágrafo único. Desde que apreciado e deliberado pela Assembléia Geral, o sindicalizado desligado da UFRJ poderá manter-se no quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind.

Título III - Da estrutura orga-

nizativa

Capítulo I - Dos princípios gerais

Art. 13. São órgãos da Adufrj-SSind:

I- Assembléia Geral;
II- Conselho de Representantes;
III - Diretoria.

Art. 14. O exercício de cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e a candidatura a tal cargo são incompatíveis com o exercício:

I - das seguintes funções na UFRJ: reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade e chefe de departamento;
II - de outras funções de direção na UFRJ ou em outros órgãos da administração municipal, estadual ou federal.

§ 1º. O membro da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo perderá automaticamente seu cargo na Adufrj-SSind.

§ 2º. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

Capítulo II - Da Assembléia Geral

Art. 15. A Assembléia Geral é o órgão deliberativo máximo da Adufrj-SSind, sendo composta por todos os seus sindicalizados no gozo de seus direitos estatutários e regimentais.

Art. 16. Compete à Assembléia Geral:

I - discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia;
II - apreciar e deliberar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria e apreciadas pelo Conselho de Representantes;
III - alterar, no todo ou em parte, o presente Regimento Geral, desde que observado o disposto no art. 55;
IV - apreciar e aprovar o Regimento Eleitoral;
V - advertir, suspender e/ou excluir sindicalizados em consonância como art. 11;
VI - destituir membro da Diretoria, desde que observado o disposto no art. 56;
VII - apreciar sugestões de outras instâncias ou de sindicalizados individualmente;
VIII - autorizar a aquisição ou a alienação de bens que ultrapassem o valor de 50% da receita mensal da Adufrj-SSind;
IX - autorizar a aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis pela Adufrj-SSind;
X - dar posse à Diretoria e ao Conselho de Representantes da Adufrj-SSind;
XI - deliberar pela dissolução da Adufrj-SSind, desde que observado o disposto no art. 57;
XII - indicar os delegados representantes da Adufrj-SSind a Congressos e Conselhos da Andes-SN, bem como aos eventos promovidos por outras entidades sindicais;
XIII - fixar a contribuição financeira mensal dos sindicalizados;
XIV – eleger a Diretoria Provisória em caso de vacância de toda a Diretoria, de acordo com o disposto no § 1º do art. 24;
XV - resolver os casos omissos deste Regimento Geral;
XVI - declarar-se em estado permanente ou convocar a si própria.

Art. 17. A Assembléia Geral será convocada:

I - pelo Presidente;
II - pela Diretoria;
III- pelo Conselho de Representantes, através de requerimento à Diretoria e assinado pela maioria absoluta de seus membros efetivos;
IV - por requerimento à Diretoria assinado por, no mínimo, 10% dos sindicalizados, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da Assembléia Geral;
V - por sua própria iniciativa.

Parágrafo único. A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita por ampla divulgação através dos meios de comunicação da Adufrj-SSind e, nos casos dos Artigos 55, 56 e 57, também deverá ser feita por edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 18. A Assembléia Geral deverá ser convocada com pelo menos 48 horas de antecedência, com ampla divulgação da pauta proposta.

Parágrafo único. Sábados, domingos, feriados e dias sem expediente na UFRJ não serão considerados para a contagem do prazo definido no caput deste artigo.

Art. 19. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Adufrj-SSind e se instalará com a presença mínima de 10% do número de sindicalizados da Adufrj-SSind, em primeira convocação e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, no mesmo local, com a presença de qualquer número de sindicalizados.

Capítulo III - Do Conselho de Representantes

Art. 20. O Conselho de Representantes é o órgão consultivo da Adufrj-SSind, constituído de representantes dos sindicalizados em cada Unidade da UFRJ, eleitos com seus suplentes, para um mandato de dois anos, pelo voto direto e secreto dos sindicalizados em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º. Para efeito deste Regimento Geral, Unidades são todas as Escolas, Faculdades, Institutos Básicos, Órgãos Suplementares e o Museu Nacional.

§ 2º. Para adequar a representação dos sindicalizados a eventuais mudanças na estrutura administrativa da UFRJ, a Assembléia Geral poderá, a qualquer época, sem necessidade de quorum especial, modificar o conceito de Unidade expresso no § 1º deste artigo e referido em outros artigos deste Regimento Geral.

§ 3º. O número de representantes dos sindicalizados em cada Unidade dependerá do número de sindicalizados da Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;
b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e
c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 4º. Os representantes dos sindicalizados em cada Unidade serão eleitos pelo voto dos sindicalizados pertencentes a essa Unidade.

§ 5º. Qualquer representante dos sindicalizados em uma Unidade pode ser destituído em uma reunião dos sindicalizados dessa Unidade especialmente convocada para este fim pelo Conselho de Representantes, a partir da solicitação por escrito de, no mínimo, 10% dos sindicalizados da Unidade, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados da Unidade no pleno gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

§ 6º. No caso da falta ou impedimento do titular, o suplente o substitui.

Art. 21. O Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da Adufrj-SSind e reunir-se-á, em sessão conjunta com a Diretoria, ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente por convocação:

I - do Presidente;
II - de um mínimo de um terço de seus membros, através de requerimento à Diretoria, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da reunião.

Parágrafo único. A Diretoria não tem voto nas reuniões do Conselho de Representantes, sendo que o Presidente da Adufrj-SSind só dará o voto de minerva.

Art. 22. Ao Conselho de Representantes compete:

I - discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia;
II - deliberar em primeira instância sobre finanças, aprovando ou rejeitando os balanços financeiros anuais da Diretoria;
III - fiscalizar a aplicação das finanças e do patrimônio da Adufrj-SSind;
IV - advertir sindicalizados, em consonância com o art. 11;
V - elaborar, junto com a Diretoria, o Regimento Eleitoral para ser aprovado em Assembléia Geral;
VI - divulgar as atividades da Adufrj-SSind no âmbito de suas Unidades;
VII - implementar ações visando mobilizar a categoria para as programações e lutas da Adufrj-SSind;
VIII - convocar Assembléia Geral para a eleição da Diretoria Provisória, no caso de vacância de toda a Diretoria, conforme o disposto no § 1º do art. 24;

Art. 23. Considerar-se-á impedimento definitivo de representan-

tes do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind a ocorrência de:

I – renúncia;
II - situações previstas no art. 14;
III - exclusão do quadro de sindicalizados;
IV – violação deste Regimento Geral;
V - destituição pelos sindicalizados da sua Unidade, conforme o disposto no § 5º do art. 20;

Capítulo IV - Da Diretoria

Art. 24. A Diretoria, órgão executivo da Adufrj-SSind, é composta por 7 membros: Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos para um mandato de dois anos pelo voto direto e secreto dos sindicalizados da Adufrj-SSind.

§ 1º. Em caso de vacância de toda a Diretoria, o Conselho de Representantes convocará a Assembléia Geral, que elegerá uma Diretoria Provisória e convocará eleições em um prazo de 20 a 40 dias para completar o mandato da gestão correspondente.

§ 2º. A duração do mandato dos membros da Diretoria referida no caput deste artigo será ajustada para atender o disposto nos artigos 42,43 e 62.

Art. 25. À Diretoria, coletivamente, compete:

I - representar a Adufrj-SSind e defender os interesses da categoria perante os poderes públicos e administrações da UFRJ;
II - cumprir e fazer cumprir este Regimento Geral, bem como as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes;
III - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas administrativas da Andes-SN, bem como as deliberações de seus Congressos e Conselhos, que não conflitem com deliberações da Assembléia Geral;
IV – representar a Adufrj-SSind, seus sindicalizados e os docentes da UFRJ, em juízo ou fora dele, podendo nomear, para tal, mandatário por procuração;
V - gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Regimento Geral e das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes;
VI - organizar os serviços administrativos internos da Adufrj-SSind;
VII - elaborar Relatórios Anuais de suas atividades financeiras e balanços que serão submetidos ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia Geral;
VIII - elaborar orçamento anual a ser apresentado ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia Geral;
IX - advertir sindicalizados, conforme o art. 11;
X - aplicar as sanções disciplinares, nos termos deste Regimento Geral;
XI - elaborar, junto com o Conselho de Representantes, o Regimento Eleitoral para aprovação da Assembléia Geral;
XII – elaborar as convocações e as ordens do dia das Assembléias Gerais e do Conselho de Representantes;
XIII- divulgar, por meios próprios ou através dos veículos de comunicação de massa, as atividades da Adufrj-SSind;

Art. 26. Compete ao Presidente:

I - representar a Adufrj-SSind, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes a outro diretor em efetivo exercício;
II - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral, Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - dar cumprimento às deliberações das instâncias da Adufrj-SSind referidas nos incisos I, II e III do art. 13;
IV – praticar os atos administrativos necessários ao atendimento das finalidades da Adufrj-SSind, ressalvado o que for expressamente reservado neste Regimento Geral a outros órgãos;
V - admitir e dispensar funcionários da Adufrj-SSind;
VI - assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, cheques e outros documentos financeiros emitidos pela Adufrj-SSind;
VII - assinar, após aprovação das instâncias competentes, contratos e convênios em nome da Adufrj-Sind;
VIII - convocar as eleições da nova Diretoria e do Conselho de Representantes;
IX - assinar a correspondência oficial e, juntamente com o 1º Secretário, toda a correspondência que estabeleça obrigações para a Adufrj-SSind.
Art. 27. Compete aos Vice-presidentes, pela ordem, assumir a

presidência no caso de falta, impedimento ou afastamento definitivo do Presidente.

Art. 28. Compete ao 1º Secretário:

I - elaborar e organizar a correspondência da Adufrj-SSind;
II - secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - responsabilizar-se pelo arquivo da Adufrj-SSind;
IV - substituir, sem prejuízo de suas funções, o presidente, o 1º e 2º Vice-presidentes, no impedimento eventual destes.

Art. 29. Compete ao 2º secretário substituir o 1º secretário no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.

Art. 30. Compete ao 1º Tesoureiro:

I - ter sob sua responsabilidade os bens e valores da Adufrj-SSind;
II - administrar as finanças da Adufrj-SSind;
III – elaborar balancetes trimestrais e balanço anual, que serão apresentados à Diretoria e submetidos ao Conselho de Representantes;
IV - ser responsável pelo recebimento e pagamento de despesas;
V - movimentar, juntamente com o Presidente, as contas bancárias da Adufrj-SSind;
VI - assinar, juntamente com o presidente, cheques e outros documentos financeiros da Adufrj-SSind;

Art. 31. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.

Art. 32. Os membros da Diretoria da Adufrj-SSind poderão ter outras atribuições além das previstas neste Regimento Geral, desde que decididas pela Diretoria em reunião.

Art. 33. Considerar-se-á impedimento definitivo de membros da Diretoria da Adufrj-SSind a ocorrência de:

I - renúncia;
II - licença ou afastamento da UFRJ por período superior a três meses, exceto em caso de doença;
III - exclusão do quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind;
IV - situações previstas no art. 14;
V - malversação e/ou dilapidação do patrimônio da Adufrj-SSind;
VI - violação deste Regimento Geral;
Vil - destituição do cargo pela Assembléia Geral, conforme o disposto no art. 56;

Parágrafo único. A perda do mandato com base nos incisos V e Vi deste artigo só poderá ser decidida em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, por deliberação de, no mínimo, 3/4 dos sindicalizados presentes, sendo assegurado amplo direito de defesa.

Título IV - Dos processos eleitorais

Capítulo I - Dos princípios gerais

Art. 34. Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da Adufrj-SSind são a democracia, a igualdade de condições para todos os candidatos e o direito à divergência.

Parágrafo único. O Regimento Eleitoral deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em Assembléia Geral.

Art. 35. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

Art. 36. São eleitores todos os sindicalizados da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 37. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. À Comissão Eleitoral compete elaborar normas específicas das eleições, respeitando o disposto no Regimento Eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos, bem como proclamar os resultados.

Art. 38. As eleições serão realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind,

com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Parágrafo único. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Capítulo II - Da eleição para a Diretoria

Art. 39. A eleição para a Diretoria será realizada através de escrutínio universal, direto e secreto.

Art. 40. Pode candidatar-se a cargo na Diretoria qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedada a recondução como membro da Diretoria da Adufrj-SSind de qualquer membro da Diretoria por mais de uma vez consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Art. 41. As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da Adufrj-SSind, até 30 dias antes da data da realização da eleição, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.

§ 1º. Só será permitida a inscrição de chapa que contenha, no máximo, 2 membros da Diretoria anterior.

§ 2º. Na hipótese da eleição ter sido convocada na forma do parágrafo único do artigo 38, as chapas deverão ser inscritas até 20 dias antes da data da realização da eleição.

Art. 42. Caso nenhuma chapa se inscreva dentro do prazo previsto, a Assembléia Geral deliberará sobre a prorrogação do prazo para inscrição de chapas e novas datas para a eleição e para a posse da Diretoria eleita.

§ 1º. As novas datas de eleição e de posse da Diretoria eleita devem garantir um mínimo de 20 dias entre o término do prazo para inscrição de chapas e a eleição, e um mínimo de 30 dias entre a eleição e a posse da Diretoria eleita.

§ 2º. O mandato da Diretoria anterior fica automaticamente prorrogado até a posse da Diretoria eleita.

§ 3º. O mandato da Diretoria eleita será reduzido de forma a encerrar-se na data prevista para a posse da Diretoria seguinte, de acordo com o art. 43.

§ 4º. Este procedimento poderá ser repetido quantas vezes assim for deliberado pela Assembléia Geral.

Art. 43. A Diretoria eleita tomará posse em Assembléia Geral convocada para este fim, no primeiro dia útil após o dia 14 de outubro do ano da eleição, data em que também se encerrará o mandato da Diretoria anterior.

Capítulo III - Das eleições para o Conselho de Representantes

Art. 44. As eleições para o Conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto, e secreto.

Art. 45. Pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo permitida uma única reeleição consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Art. 46. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, poderá, a qualquer momento, ser realizada eleição para esse cargo, para completar o mandato anterior.

Título V - Do patrimônio

Art. 47. Constituem patrimônio da Adufrj-SSind:

I - as contribuições dos sindicalizados;
II - doações e recursos que lhe sejam destinados;
III - bens móveis e imóveis adquiridos pela Adufrj-SSind;

IV - rendimentos de publicações, cursos, prestação de serviços e outros meios que venha a realizar ou implementar;
V- rendimentos de aplicações financeiras.

Parágrafo único. O acervo patrimonial da Adufrj-SSind é da sua exclusiva propriedade e por esta é gerenciado.

Art. 48. A aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis, só poderá ser efetuada com a aprovação da Assembléia Geral.

Art. 49. Em caso de dissolução da Adufrj-SSind, o destino de seu patrimônio será decidido pela Assembléia Geral que a dissolver, na forma do disposto no art. 57.

Título VI - Das disposições finais e transitórias

Capítulo I - Das disposições gerais e finais

Art. 50. Os cargos de qualquer instância da Adufrj-SSind serão exercidos sem qualquer tipo de remuneração, ressalvado o ressarcimento de despesas efetuadas, com o devido comprovante, para o desempenho das atividades da entidade.

Art. 51. Os membros da Diretoria que representarem a Adufrj-SSind em transações que envolvam responsabilidades primárias não serão pessoalmente responsabilizados pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.

Art. 52. Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responde subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.

Art. 53. A Adufrj-SSind poderá se filiar a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos contidos neste Regimento Geral e no Estatuto da Andes-SN desde que a filiação seja aprovada em Assembléia Geral em cuja ordem do dia conste essa matéria.

Art. 54. Qualquer taxa compulsória sindical, não deliberada por suas instâncias competentes, recebida pela Adufrj-SSind, deverá ser devolvida àqueles de quem foi recebida, na forma definida pela Assembléia Geral e/ou pela Andes-SN.

Art. 55. A reforma do presente Regimento Geral só poderá ser feita em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 10% dos sindicalizados no gozo de seus direitos previstos neste Regimento Geral e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

Art. 56. Qualquer membro da Diretoria da Adufrj-SSind poderá ser destituído por Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

Art. 57. A Adufrj-SSind poderá ser dissolvida por Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 50% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

Art. 58. Os casos omissos neste Regimento Geral serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 59. O presente Regimento Geral entrará em vigor a partir da data de seu registro junto ao órgão competente, concomitantemente à sua publicação, após sua aprovação em Assembléia Geral da Adufrj-SSind.

Capítulo II - Das disposições transitórias

Art. 60. São sindicalizados da Adufrj-SSind todos os associados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ).

Art. 61. A Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj do biênio 1995/1997 são, respectivamente, a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, até a posse dos novos eleitos.

Art. 62. O término do mandato da atual Diretoria e dos membros do atual Conselho de Representantes dar-se-á a 15 de outubro de 1997, quando tomará posse a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes, eleitos em conformidade com este Regimento Geral para o biênio 1997/1999.

Parágrafo único. Aplica-se à sucessão da atual Diretoria o disposto nos artigos 40, 41 e 42.

ANO IV
28 DE ABRIL A
4 DE MAIO /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ANDES SINDICATO NACIONAL

28 meses sem reajuste salarial

Transformação em Seção Sindical continua nesta segunda-feira

Sessões de votação no CCS, no CLA e no CT

No CCS - votação das 9h às 11h, na entrada principal
No CLA - votação das 12h às 14h, no Auditório da Escola de Belas Artes, na sala 614 do prédio da Reitoria
No CT - votação e encerramento, das 15h às 17h, na sala 201-A, bloco D, Centro de Tecnologia

Sessão de votação na ESS

Salve a Vale!

Participe das manifestações nesta segunda e terça-feira. Veja o roteiro de manifestações na página 8.

Opinião

Este artigo foi publicado na seção Tema em Discussão do Jornal O Globo, do dia 21 de abril de 1997

Crise do sindicalismo?

Não existe, no Brasil, um processo de des-sindicalização remotamente comparável àquele que deu lugar ao termo "crise do sindicalismo", na Europa e nos EUA, na década de 80.

No máximo, há uma estagnação do crescimento sindical operado até 1990:entre 1993 e 1995, a sindicalização atingiu menos de 10% do crescimento da população ocupada (de pouco mais de 3 milhões). Isto num país em que as taxas de sindicalização são historicamente baixas.

Sem dúvida, a pressão do crescimento do desemprego se faz sentir. No entanto, e contraditoriamente, de acordo como DIEESE, 1996 bateu os recordes históricos de greves e dias parados, em que pese a ausência de grandes movimentos nacionais de luta, o que reflete a exasperação crescente com o arrocho salarial (especialmente no setor público) e com a piora das condições de trabalho.

Por outro lado, de acordo com todos os estudos, as "novas tecnologias" atingiram só tangencialmente as principais atividades produtivas e de serviços, com a importante exceção do setor bancário. Isto significa que o crescimento na produtividade - 13,1 veículos por empregado/ano em 1993, contra 8,7 em 1980, na indústria automobilística - foi conseguido principalmente através do aumento da jornada (que cresceu em todos os setores) e da intensidade do trabalho.

Objetivamente, nunca os sindicatos foram tão necessários. Aos dados apontados deve-se acrescentar o aumento da precariedade do emprego, na perspectiva inclusive da legalização do contrato temporário e sem garantias trabalhistas, até com a aprovação de certas direções sindicais.

O discurso que enceta uma "crise dos sindicatos" devido a serem estes portadores de interesses corporativos, erra tanto no alvo quanto no método, por ser produto de uma mistificação classista. Ele deriva, na verdade, da política do atual governo, representante dos interesses do grande capital, visando atingir objetivos anti-populares mais acentuados que os governos anteriores, mas com um leque de alianças mais amplo.

O maciço apoio popular à luta dos sem-terra e a repercussão da jornada de 17 de abril, demonstram as possibilidades enormes de uma verdadeira iniciativa de combate a nível nacional, duas vontades de luta existentes nos mais diversos setores populares.

O sindicalismo "de resultados", em suas variantes pelega e neo-pelega, é responsável pelo atual retrocesso sindical (foi o único "resultado" que conseguiu). Não é uma proposta sindical, mas política, de conciliação de classes. A luta pela independência classista, nos terrenos sindical e político, reaparece como a condição de vida para um movimento sindical atuante e independente.

Osvaldo Coggiola, professor Livre-docente de História da USP e vice-presidente da ADUSP, seção sindical da Andes-SN

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Rápidas

Adiamento da reforma

A votação da reforma administrativa pela Câmara dos Deputados poderá ser adiada para a segunda semana de maio, em virtude do recuo do governo em relação à proposta de teto máximo de R$21,6 mil para os funcionários do governo que acumulam aposentadorias e gratificações no serviço público. Caso o adiamento seja confirmado, a oposição poderá ganhar tempo para se mobilizar contra a reforma.

Atualmente, o teto poderia beneficiar cerca de 112 deputados federais aposentados que integram, na sua maioria, a base de apoio ao governo. No entanto, os partidos governistas também abrigam resistências ao fim da estabilidade dos servidores, já que muitos deputados têm grande parcela de funcionários públicos entre seus eleitores.

A Andes-SN de olho no mundo

A Andes-SN está empenhada em preparar documentos, através do Grupo de Trabalho de Política Sindical, para a realização do II Fórum Latinoamericano de Educação, tendo como parâmetro a participação na Confederação dos Educadores da América - CEA.

O Sindicato também quer implementar a participação no Encontro Internacional dos Trabalhadores Face ao Neoliberalismo e à Globalização, a ser realizado entre 6 a 8 de agosto, em Havana, Cuba.

Servidores : marcha vitoriosa

As manifestações que marcaram a chegada da marcha dos sem-terra foram tidas como vitoriosas, segundo avaliação feita em encontro que reuniu servidores das três esferas da Administração (federal, estadual e municipal), no último dia 18. De acordo com a 2ª vice-presidente da Regional Planalto da Andes-SN, Eliane Martins de Freitas, que participou da reunião, a marcha do dia 17 foi fundamental para a visibilidade da campanha de denúncias contra a reforma administrativa.

No encontro também ficou acertada a realização de uma plenária nacional das três esferas no dia 27 de abril, em São Paulo, onde seriam discutidas formas de mobilização para o Primeiro de Maio.

A repercussão do dia 17 entre os docentes

As repercussões das manifestações realizadas no último dia 17 em Brasília foram observadas em diversas regiões do país, através de atos de protesto contra o governo, manifestações de adesão à causa dos sem-terra e debates, que reuniram docentes, funcionários e estudantes de algumas universidades brasileiras.

Em Natal, a Adurn-Ssind participou de encontro ao lado de entidades e partidos de esquerda, que reuniu cerca de mil manifestantes na praça André de Albuquerque. Em Belo Horizonte, professores, alunos e funcionários, em ação conjunta, paralisaram suas atividades na UFMG e protestaram contra as medidas do governo FHC. Em Uberlândia a Adufu promoveu greve de 24 horas na Universidade Federal de Uberlândia e realizou o debate "A Reforma do Estado e Construção da Cidadania".

Os docentes da Universidade Católica de Salvador, convocados pela Aducsal, promoveram debates em sala de aula, participaram do atos de protesto e hastearam bandeiras do MST no campus da Federação; e no Espírito Santo, foi realizado o debate "Autonomia Universitária: projetos existentes e saídas para a universidade pública" que reuniu mais de 120 pessoas no auditório do Centro de Estudos Gerais da UFES.

Em defesa de um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia

Com base na meta de que seja elaborado um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, o Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Andes-SN esteve reunido no último dia 19 para tratar do Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de C&T, cujo pré- lançamento aconteceu na última sexta-feira, 25, na UFRJ, com o apoio da Adufrj. O lançamento oficial está previsto para o dia 6 de maio, no Espaço Cultural da Assembléia Legislativa.

Entre os itens que foram aprovados no último Congresso Nacional da Andes-SN, o grupo priorizou o financiamento e amparo da pesquisa na universidade, programas de pós-graduação e de bolsas de estudo.

De acordo com os participantes do encontro, é preciso reforçar as seções sindicais para estimular a criação de grupos de trabalho locais e elaborar um roteiro de presença desses novos GTs em conjunto com as vice-presidências regionais - VPRs.

A próxima reunião do GT de C&T ficou agendada para o dia 31 de maio, em Brasília.

A Adufrj, durante toda a semana passada, realizou sessões de votação para a transformação da entidade em Seção Sindical da Andes-SN. Paralelamente às sessões, foram realizados quatro seminários abordando a temática dos Hospitais Universitários, a UFRJ e a nova LDB, a Formação de professores e o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência, o Pronex.
Os eventos foram realizados com expectativa de que a comunidade universitária retomasse as discussões públicas a respeito dos problemas que cercam o trabalho acadêmico e o potencial da universidade em sua relação com a sociedade brasileira. Os temas LDB e Licenciatura chamaram mais a atenção do público universitário e encheram os respectivos auditórios. Talvez, pela localização central da Praia Vermelha, talvez pelo interesse específico da comunidade do CFCH.
Nos debates sobre hospitais e sobre o Pronex os participantes sustentaram a qualidade das intervenções. A Adufrj vai editar em vídeo o material gravado durante todos os seminários e pretende divulgá-lo, em breve, por toda a universidade.

O professor Lemle reclamou da atual política goernamental dizendo que a sociedade está paralisada pelo atual modelo que esta aí.
Na mesa, da esquerda para a direita, Fernando Molinos, Rosanne Dias, diretora da Adufrj, Ananias Figueira e José Leonídio.

O papel dos HUs

O papel dos hospitais de ensino tanto para as universidades quanto para a sociedade ainda é matéria que traz dúvidas e polêmicas entre dirigentes e segmentos de docentes, profissionais da saúde e estudantes, mesmo após a Lei Orgânica, de 1990, que diz que os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde.

Assistência à população, centro de pesquisa ou unidade de formação de médicos e profissionais da saúde, qual destas é a maior vocação de um HU? No seminário *Condições de Funcionamento dos HUs*, promovido pela Adufrj na manhã da terça-feira, dia 23, as opiniões polarizaram entre a necessidade (mesmo que a contra-gosto) de adequação à atual política liberal do governo e a construção de um projeto ou, talvez, o resgate de um projeto que garanta a qualidade e o caráter público da formação, da pesquisa e da assistência dos hospitais.

Todos concordam que a prática de uma assistência excelente associada à pesquisa é um dos pontos altos da formação dada pelos HUs. Recentemente, a direção do Hospital Clementino Fraga Filho (UFRJ) foi convocada a participar de uma Câmara de Hospitais, promovida pelo Ministério da Educação, para buscar soluções para a crise financeira e estrutural por que passam os HUs. Segundo o professor José Ananias Figueira da Silva, diretor do hospital, esta participação é uma resposta de emergência de quem trabalha contra a trasformação dos HUs em organizações sociais de direito privado.

Há pelo menos um mês o governo federal vem ameaçando transformar os hospitais em organizações sociais via medida provisória. Até então, a proposta estava contida na PEC 173-A, que trata da reforma do Estado. Como o governo, em especial o Mare, tem pressa em diminuir seus gastos com pessoal e despesas com a saúde nessas unidades, a alternativa para não ter que aguardar a votação da emenda poderá ser, mais uma vez, a autoritária assinatura do presidente.

Para Ananias, o governo Fernando Henrique está muito bem assessorado. Não poupou elogios à astúcia do ministro Bresser Peireira em conduzir as reformas no Estado, e disse que os servidores se enfraqueceram e o governo sabe disso. "Temos poucas pessoas realmente dentro da universidade e muitos estão saindo e ocupando outras atividades, fora das instituições, muito significantes. É o chamado você finge que eu trabalho e eu finjo que pago."

O diretor da Maternidade Escola da UFRJ, professor José Leonídio Pereira, presidente da Câmara de Hospitais Universitários da UFRJ e representando a Associação Nacional de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue), centrou seu discurso na questão gerencial das unidades. Para ele, o importante agora é saber como os hospitais e unidades vão fazer para pagar os credores e manter os cursos funcionando normalmente. Segundo Leonídio o custo total da formação de uma turma de 100 alunos da Faculdade de Medicina sai em torno de 20 milhões de reais. A assistência, para ele, também sai caro. O Hospital da UFRJ, sendo de natureza fundacional, possui 525 leitos, 776 alunos de graduação, 287 de pós e 211 residentes.

Mas, mesmo diante de argumentos técnicos e quantitativos, o que se percebe mesmo é a falta de política pública para o setor saúde e educação. O vice-presidente da Andes-SN e coordenador do Grupo de Trabalho Seguridade Social da entidade, professor Fernando Molinos, mostrou também em números que o que presidente e assessores estão fazendo é desviar o dinheiro público da população para dá-lo a banqueiros e empresas de capital privado.

As contas são simples e são retiradas de um parecer do Conselho Nacional de Saúde. No orçamento executado em 1996, por exemplo, para cada centavo com o Custeio da Saúde, foram gastos dois centavos com juros e mais um centavo com a Amortização da Dívida. Considerando uma taxa, internacionalmente aceita, de 6% ao ano (dobro do crescimento do PIB brasileiro em 1996) os 19,5 bilhões de reais pagos com os juros da nossa dívida corresponderiam a uma dívida de 325 bilhões que não existe. De acordo com o relatório da comisão do CNS, "aprofundando-se esta reflexão, a questão dos precatórios pode vir a ser uma mera operação de trombadinhas".

Nos EUA, 12% PIB vai para saúde; na Argentina, 7%; e no Brasil, apenas 3,5%.

Ainda de acordo com o CNS, a receita de contribuições (basicamente da seguridade social) de 79 bilhões é quase 50% maior do que a Receita Tributária, que é de 54 bilhões. A participação da Despesa de Pessoal na Receita Corrente Líquida foi de 47,5%. Portanto, mesmo que houvesse um reajuste geral de 25% nas despesas com pessoal, ainda assim não atingiria-se o limite legal de 60% da RCL de gastos com pagamento de funcionários.

O CNS classificou a despesa com Encargos Financeiros da União como a principal causadora do "aumento" de despesas com o setor saúde. "Não se estanca hemorragia com vampiro na carótida e sanguessuga na aorta", diz o documento.

Enquanto o dinheiro arrecadado com impostos pagos pelo cidadão vai para o ralo da dívida pública, o governo federal tem o disparate de manter instituições como o Proer, a doar bilhões e bilhões de reais para salvar nossos pobres banqueirinhos do final trágico da falência anunciada.

Hospitais de ensino são apenas um dos centros de formação

Para Fernando Molinos, os HUs não podem ser o centro da formação de profissionais da saúde. Para ele, este modelo *Flexneriano* vai contra o príncipio do SUS e contra as necessidades de formação adequada à assistência básica da população das cidades e do campi "Não dá para acharmos que somos o centro do mundo, as faculdades devem também ter papel fundamental na formação e os hospitais de ensino fazem parte de uma política maior que é o sistema único de saúde, devendo ser financiados não só pelo MEC, mas pelo Ministério da Saúde, através do SUS e pelo da C&T, para o fomento à pesquisa."

Fernando lembrou ainda que só neste ano o orçamento destinado para saúde caiu de 25 milhões para 20 milhões, despencando logo em seguida para 11 milhões, registrando o maior corte do governo na área social.

O auditório do seminário sobre a LDB e a mesa, com Ana Maria, Jorge Ferreira, o presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao e Roberto Leher.

A UFRJ e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Uma colcha de retalhos que depende de emendas à Constituição para se tornar aplicável. A nova LDB, como todos os projetos deste governo, tem uma essência: a exclusiva preocupação com o déficit público.

Uma das muitas avaliações tiradas no seminário promovido pela Adufrj *A UFRJ e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, quarta-feira passada no auditório do CFCH, a arfirmação acima é um alerta para a complexidade que será o processo de adequação das instituições de ensino superior a ela.

Um dos palestrantes, o professor da Faculdade de Educação e integrante do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN, Roberto Leher, foi enfático quanto à necessidade de se constituir democraticamente uma estatuinte, para encaminhar este processo. Leher foi além, classificando a proposta de autonomia do governo uma heteronomia, por entender que a universidade passará a responder a demandas externas. No caso, as do mercado. "Todas as propostas de autonomia são uma farsa, porque estão voltadas para atender o mercado", afirmou.

Opinião divergente "nos detalhes, não na essência", como denominou o seu próprio discurso, teve o professor Jorge Ferreira da Silva, da Faculdade de Educação da UFRJ. Ele acredita que esta LDB vai proporcionar o surgimento de instituições melhores e mais ágeis. Ferreira assessorou o senador Darcy Ribeiro na elaboração do projeto de LDB, mas não esta que foi sancionada em dezembro. "Esta Lei que saiu está bem longe do primeiro projeto que o senador Darcy preparou", afirmou.

Classificando o discurso de seus colegas de mesa de "dramático", o professor Jorge Ferreira não acredita em maiores problemas na adequação a ela. "Mesmo sendo esta Lei uma soma de posições, com vários defeitos, não posso aceitar que nos dobraremos tão ingenuamente a ela", disse. Para citar um exemplo, o professor disse que a retirada da garantia do dinheiro público para as escolas públicas é um fato grave, mas que já vinha acontecendo há muito tempo, através do contingenciamento dos recursos orçamentários.

Ana Maria Ribeiro, técnica em assuntos educacionais da SR1 e integrante do GT de Política Educacional da Fasubra-Sindical, completando a mesa do seminário, fez uma verdadeira lista sobre os inúmeros pontos que foram retirados da LDB e estão sendo "trabalhados" pelo governo via decretos e medidas provisórias.

Histórico

O projeto original de LDB é de 1987, quando se iniciaram as discussões sobre como e que significado deveria ter uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o Brasil. Muito trabalho e inúmeras discussões se sucederam no Congresso até que, com um projeto gestado a partir de amplo debate, como convém à democracia, uma nova LDB foi aprovada na Câmara Federal e enviada ao Senado para votação.

No despertar deste governo e com o Congresso Nacional igualmente recém instalado, a LDB estava prestes a ser votada no plenário do Senado, após passar pela Comissão de Educação, oito anos depois.

Porém, um senador do PSDB "resolve" pedir vistas do processo, a relatoria é repassada ao senador Darcy Ribeiro e este, então, o que faz? Apresenta um outro projeto como substitutivo àquele gestado democraticamente, com estrutura e concepção de educação completamente distintas.

Como a Lei não foi votada rapidamente, ela foi desmembrada e o governo começou a apresentar os pontos mais sensíveis as suas aspirações sob outras formas. A eleição de dirigentes universitários, o caráter de Conselho Nacional de Educação e a implantação do provão estavam na LDB, e foram apresentados sob a forma de Medida Provisória.

Crise na Licenciatura?

Licenciado tanto pode designar uma pessoa habilitada a exercer o magistério quanto aquela cujo trabalho foi dispensado. Este termo reflete bem o atual momento da licenciatura. Mas, como toda crise, este é o momento de fazer algo, tomar atitudes, buscar soluções.

Uma atitude de impacto já apareceu, no seminário *Formação de professores: crise na Licenciatura?* promovido pela Adufrj no auditório da Escola de Serviço Social, quinta-feira passada. É a realização, na primeira semana de junho, de um grande seminário sobre a licenciatura na UFRJ, com a participação de todas as unidades envolvidas com ela.

Para isso, ficou acertado que a Adufrj vai buscar conseguir a participação formal da reitoria e da Sub-reitoria de Ensino e Graduação (SR1), da Sub-reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR2), do CEG e também do DCE. Outra decisão surgida na quinta-feira foi a de incluir o evento no calendário formal da universidade. De preferência, com a realização de atividades acadêmicas direcionadas exclusivamente para ele.

Escola esquizofrênica

"O esvaziamento do nosso trabalho está cada vez mais configurado", afirmou uma especialista no assunto, a professora da Faculdade de Educação da UFRJ, Raquel Goulart, abrindo os trabalhos na ESS. "E agora, ainda temos um show pirotécnico - diga-se de passagem, de péssima qualidade", complementou, referindo-se às novas tecnologias que estão sendo empregadas na educação, e a programas como o TV Escola, patrocinado pelo MEC.

Estas tecnologias são motivo de grande preocupação, não só como substituição do espaço físico de trabalho como na aplicação destas novas linguagens. Exatamente para não gerar uma "escola esquizofrênica", como exemplificou Raquel, que teme uma sala de aula com todos os alunos ligados à Internet, com cada um "navegando" numa direção diferente.

Para ilustrar esta preocupação, Raquel relatou um encontro que houve na Delegacia do MEC, que reuniu educadores e representantes de empresas do setor de softwares para a educação. De acordo com ela, os empresários repetiam sistematicamente que a tecnologia não vai substituir os professores, mas sempre que os programas de computador eram apresentados todos tinham que se retirar da mesa.

Mônica Lima, professora e ex-coordenadora de estágio de licenciatura do Colégio de Aplicação da UFRJ, identificou alguns componentes "bem evidentes desta crise", como a questão dos salário, da baixa auto-estima e as condições de trabalho. O exemplo do CAp, com teto caindo e paredes infiltradas, serviu como ilustração a sua fala. Dizendo-se ainda acreditar na escola como espaço de transformação, Mônica vê um certo "tom intimidador" no ar, o que acaba gerando "um clima de vergonha da nossa profissão. Ou assumimos nossa atuação ou cada vez mais seremos "tratorados" por esta realidade".

Para ela, "é prioritário que se crie um espaço de reflexão da nossa prática, dentro da universidade, e também a produção de material didático e reflexivo", disse.

Ausência de política

Se depender do professor do Instituto de Física, Herli Menezes, o CEG dará todo apoio - além de integrar a Comissão de Licenciatura do Conselho, ele também vê um quadro atual "gravíssimo", uma verdadeira "situação de asfixia".

Dizendo-se acreditar que a ausência de políticas para a licenciatura é na verdade uma política bem definida, ele identifica o momento atual de crise como análogo ao período do regime militar. "Antes as pessoas se aposentavam por questões políticas, agora é por questões do mercado".

Manifesto em defesa da C&T tem primeiro lançamento no Fundão

"Que respostas precisamos para uma inserção autônoma e soberana na nova ordem econômica mundial?" Com esta indagação, o deputado federal pelo PT de São Paulo, Ivan Valente, abriu os trabalhos no lançamento, no Rio de Janeiro, do Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, no auditório do Centro de Tecnologia, na sexta-feira, dia 25.

Na ocasião, foi realizado o seminário *Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia: Pronex em debate*, com a participação do professor de filosofia da Unicamp, Roberto Romano, e de Rubens Freire, coordenador do GT de C&T da Andes-SN.

À indagação inicial, o próprio deputado respondeu: "A Ciência e a Tecnologia têm importância central para o país; é impossível pensar um projeto de soberania se não tivermos respostas deste campo." Remando contra a lógica do governo, da desobrigação do Estado, para Ivan é necessário que se criem fóruns estaduais para que as propostas do manifesto sejam massificadas. A Adufrj, junto com outras entidades, está desenvolvendo ações para a criação do Fórum no Rio de Janeiro.

Integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, ele revelou que 90% dos trabalhos são consumidos em discussões sobre concessões do setor de comunicação, promovidas pelos inevitáveis lobbistas. Exatamente por isso, alguns deputados estão tentando criar uma comissão exclusiva.

Dia 6 de maio, haverá o lançamento do manifesto em Brasília, na Câmara dos Deputados, com a presença de parlamentares de vários partidos, intelectuais e de entidades da área científica, do setor da educação e sindicatos. As entidades que assinarem o manifesto, formarão a Frente Nacional em Defesa do Sistema Nacional de C&T.

Já estão confirmadas a participação da SBPC, Andes-SN, Associações Docentes de várias universidades e Associações de Pós-graduandos.

A cobertura completa do debate sobre o Pronex será publicada na edição da próxima semana.

Rápidas

Mobilização contra a venda da Vale

O grupo de Trabalho de Política Sindical (GTPS) se reuniu nos últimos dias 19 e 20 de abril em Brasília, para discutir a importância de ações mobilizadoras contra a venda da Vale, marcada para o dia 29, além da participação ativa no 1 de maio em todos os Estados. A CUT pretende mobilizar um milhão de pessoas em todo o país para colocar nas ruas as principais reivindicações do movimento social: reforma agrária, política de emprego, educação pública, além da luta contra a reforma administrativa.

Na ocasião o grupo elaborou documento que avalia a luta do MST. Segundo o secretário geral da Andes-SN e coordenador do GTPS, Márcio Antônio de Oliveira, "o dia 17 representou a aglutinação de vários segmentos da sociedade depois de um período de grandes pressões por parte do governo. A marcha promovida pelos sem-terra deu uma grande demonstração da força do movimento social".

O GTPS também discutiu sua participação nas atividades do Fórum das Américas, a ser realizado entre os dias 14 e 16 de maio em Belo Horizonte. O evento ocorrerá paralelamente à Associação de Livre Comércio entre as Américas - ALCA. Além disso, o grupo destacou a necessidade de reforçar os fóruns de defesa do serviço público, a fim de que se mantenha a pressão junto aos deputados durante a votação da Reforma Administrativa.

Artes no II CONED

A criação de um espaço no II CONED - que ocorre no segundo semestre, em BH - para a discussão do ensino de Artes foi uma das propostas apresentadas na reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA), realizada nos últimos dias 19 e 20, na Andes-SN. O GTCA pretende aprofundar, ainda, a avaliação sobre o tratamento dado pela LDB a esse tema.

Na reunião coordenada pelo diretor Luiz Paiva Carapeto e que contou com a participação dos professores Lafaiete Neves e Maria Lia, além da presença de onze seções sindicais, entre as quais a Adufrj, o grupo também tomou decisões quanto à participação das Seções Sindicais no processo de integração dos docentes ligados ao ensino de Artes. Para isso, o GTCA pretende sugerir que o assunto se integre às discussões locais e nacionais da Andes-SN. A próxima reunião do grupo será em Brasília, nos dias 24 e 25 de maio.

Dia 29: vamos barrar o leilão da Vale

A CUT, Modecon, OAB, UNE, ABI, MST, partidos e entidades populares estarão reunidos nos próximos dias 28 e 29 de abril em frente à Bolsa de Valores, na Praça XV, para protestarem contra a venda da Vale. Na segunda, a partir do meio-dia, haverá um grande ato em frente à sede do BNDES (Centro). Ao final da tarde, os manifestantes farão vigília na porta da Bolsa de Valores, na Praça XV. Na terça-feira, 29, dia do famigerado leilão, a população vai dizer novamente, nas ruas, não à privatização. A partir das 8h30 da manhã, os manifestantes estarão a postos em frente a Bolsa de Valores. Todos os presentes deverão usar roupas amarelas. Caravanas de diversos estados estão sendo aguardadas no Rio para participar das manifestações.

Autonomia

Já se encontra na sede da Adufrj, à disposição dos interessados, o parecer final da PEC 370-A, que trata de Autonomia Universitária

Ano IV
5 a 11
de maio /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

28 meses sem reajuste salarial

Governo perde batalha da Vale

páginas 6 a 12

Transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN

Todos os associados da entidade podem votar, mesmo aqueles que tiveram o seu desconto em folha para a Adufrj misteriosamente eliminado

páginas 15 e 16

Programe-se

Curso para Formadores Sindicais

O Comitê de Defesa da Revolução Cubana, em coordenação com a Escola Nacional de Formação Sindical Lázaro Pena, da Central de Trabalhadores de Cuba, estará promovendo a 4ª edição do Curso para Formadores Sindicais.
A programação está dividida em quatro temas: a) Formador sindical e a organização sindical; b) O contexto da atividade do formador sindical; c) Cuba, sua realidade, conquistas, dificuldades e experiência, e; d) Aspectos teóricos e práticos da educação sindical.
***Data**: de 12 de julho a 8 de agosto, em Havana, Cuba. A saída será em São Paulo no dia 11 e o retorno, no dia 8.*
***Preço**: US$ 1.250,00.*

Curso Mulher e Sociedade

O Comitê de Defesa da Revolução Cubana, em coordenação com o Centro de Capacitação da Mulher Fé Del Valle, da Federação das Mulheres Cubanas, e com o Núcleo de Estudos Políticos Ernesto Che Guevara, promoverá pela segunda vez o Curso Mulher e Sociedade.
*A temática abordará os seguinte**s** pontos: Panorama da Mulher na História, Relações de Gênero, Familiarização de Gênero, A mulher na América Latina, A Participação da Mulher no Processo Revolucionário Cubano, Situação Atual da Mulher em Cuba e o trabalho da Federação das Mulheres Cubanas.*
A programação consistirá também de visitas a lugares históricos entre outros, além da realização de duas excursões de lazer.
***Data**: de 9 a 31 de julho, em Havana, Cuba. A saída será em São Paulo no dia 18 e o retorno, no dia 1º de agosto.*
***Preço**: US$ 1.200,00.*

Curso Medicina Preventiva e Saúde Pública em Cuba

O Comitê de Defesa da Revolução Cubana e o Núcleo de Estudos Políticos Ernesto Che Guevara, em coordenação com a Universidade de Havana, estará promovendo o Curso Medicina Preventiva e Saúde Pública em Cuba
O conteúdo do curso consiste de conferências, entrevistas e visitas, envolvendo os seguintes temas: A Medicina Social e o século XXI; Bem estar e nível de vida; Estado de Saúde da População (com enfoque médico social e epidemológico); A experiência cubana em desenvolvimento da saúde pública: O Médico da Família, modelo cubano de atenção primária, entre outros. Todos receberão certificado da Universidade de Havana.
***Data**: de 5 a 18 de julho, em Havana, Cuba. A saída será em São Paulo no dia 4 de julho e o retorno no dia 18 de julho.*
***Preço**: US$ 1.400,00.*
***As inscrição para todos os cursos poderão ser feitas através do**: Telefax (081) 721-2706 e 722-1139, com Libânio ou Daniel, ou através da caixa postal 458, Caruaru/PE - CEP 55.000-000*

O resgate do desejo de viver

O resgate do desejo de viver através do plantio de flores é a essência de uma nova terapia, desenvolvida pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), que será analisada nos próximos dias 9 e 10 de maio, em evento organizado para profissionais e pessoas envolvidas com o trabalho na área de saúde mental.
A terapia vem sendo desenvolvida numa oficina de jardim chamada "Plantando Sonhos", na qual o usuário tem a oportunidade de conhecer e experimentar novas formas de expressão. A valorização da vida, relacionando o cuidado da planta ao auto-cuidado possibilita que o cliente resgate seu amor pela vida.
Os interessados em participar do evento poderão fazer gratuitamente sua inscrição, nos dias 9 e 10 de maio, no anfiteatro Leme Lopes, situado no IPUB - Av. Venceslau Brás, 71, fundos.
Maiores informações pelo telefone : 295-9549

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Daqui a uma ou duas semanas, a Comissão Especial que trata da proposta de emenda constitucional sobre autonomia universitária (PEC 370/A) vai avaliar e deliberar sobre o parecer final do relator Paulo Bornhausen (PFL/SC). O substitutivo apresentado pelo deputado segue a linha privatista do governo, mantém o orçamento global, o regime próprio de pessoal, o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino superior e retoma o crédito educativo como forma de acesso a universidade.

O relator da PEC 370 insiste na tese de que instituições privadas podem salvar o sistema universitário. Nem mesmo o ridículo "provão" MEC mostra isso. Mesmo com o boicote de muitos estudantes das principais universidades públicas, como a UFRJ, e com os estratagemas do MEC para livrar a cara das particulares, os resultados obtidos por estas foram muito piores.

A emenda da Autonomia

Foi entregue na Comissão Especial da Câmara destinada a apreciar a proposta de emenda constitucional que trata da Autonomia Universitária o parecer final do relator da PEC370/A, Paulo Bornhausen. O parecer, como era de se esperar, tem um tom fortemente privatista e traz em seu substitutivo à PEC um parágrafo destinado ao estabelecimento do crédito educativo que, segundo membros da comissão, está desagradando até o próprio governo.

A expectativa da Comissão é votar o parecer do deputado entre dez e 15 dias, a contar desta semana. A PEC 370/A representa, na verdade, um desdobramento de uma outra proposta de emenda, a 233/A de 1995, que abordava o compromisso da União em relação aos três níveis de ensino; básico, secundário e superior. Com a 233/A os parlamentares governistas procuraram atender a um desejo do MEC de centrar seu financiamento no ensino básico e também repassar grande parte da responsabilidade de sua manutenção para os estados e municípios, além de abrir "novas fontes de receita" para as universidades públicas, autorizando a cobrança de mensalidades em cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização.

A proposta também transferia para a Legislação Ordinária a regulamentação da autonomia universitária, através da adição da expressão "na forma da lei" ao caput do Artigo 207 do atual texto constitucional. Foi neste ponto que o governo, sentindo que havia resistência de grande parte da comunidade universitária (incluindo aí a Andifes e o próprio Crub), expressadas em audiências públicas realizadas em vários estados, resolveu desmembrar a emenda, no que

dizia respeito ao ensino superior, e apresentou uma nova PEC, a 370/A de 1996, que trazia apenas a alteração "na forma da lei" ao 207 da CF e um parágrafo único estendendo às demais instituições de ensino superior e aos institutos de pesquisa "diferentes" graus de autonomia. A relatoria da 370/A ficou então a cargo do deputado Paulo Bornhausen, conhecido defensor do ensino privado e do mercado como agente de expansão do ensino superior.

Na primeira audiência pública sobre a nova emenda, o governo, representado pelo chefe de gabinete do ministro Paulo Renato e pela professora Eunice Durhan, negou que o MEC tivesse a intenção de alterar o artigo 207 da CF e afirmou ainda que a PEC 370/A não representava a proposta do executivo para a autonomia das universidades e que o MEC já havia encaminhado alterações à proposta.

As alterações propostas pelo MEC, no entanto, mantêm o conteúdo relativizante da PEC em relação à autonomia, descaracterizando a autonomia plena e interferindo na questão orçamentária e no financiamento das instituições.

Realmente o "na forma da lei" foi retirado do texto, mas em compensação foi acrescido o conceito de que as universidades federais seriam entidades administrativas autônomas de regime especial, e não mais autarquias, permitindo autonomia em relação a contratações e remuneração (o que de cara quebra o RJU e o princípio da isonomia salarial), institui o orçamento global, sem estabelecimento de rubricas, excluindo também as receitas próprias. Institui, ainda, o regime especial para ativos e inativos e cria um fundo de manutenção do ensino superior a ser repassado pela União para as universidades federais. O fundo seria mantido durante apenas dez anos com 75% do total dos recursos vinculados ao ensino, estabelecidos no artigo 212 da CF. Pelo artigo, a União tem que gastar 18% e os estados e municípios 25%, no mínimo, de sua arrecadação com o sistema de ensino.

Parecer de Bornhausen

Em seu parecer final sobre a PEC370/A, o deputado trata a autonomia universitária como uma questão de simples adequação "aos novos tempos" e aponta o setor privado como o grande salvador para a demanda crescente de estudantes candidatos a uma vaga na diversas faculdades espalhadas pelo país. Segundo o parecer, existem em tramitação no MEC cerca de 3.000 solicitações de autorização de novos cursos superiores. Anualmente, mais de 2 milhões de candidatos se apresentam aos vestibulares, mas apenas 550 mil conseguem alguma vaga. Para o deputado, o problema estaria na centralização do ensino superior em torno das universidades e no fato de serem um modelo de referência institucional ideal. O que na verdade ele quer dizer é que quanto mais cursinhos de terceiro grau e faculdades forem criados, particulares, é claro, tanto mais estaria resolvido o grave problema de falta de mão de obra qualificada e preparada para enfrentar o mercado competitivo e global, do qual o Brasil não tem, na opinião do deputado e do governo, nenhuma chance de desvencilhar-se.

Gastos

Com o discurso de que a manutenção das universidades é um fator de alto dispêndio para a União, o parecer do deputado segue na linha do esgotamento do atual modelo de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão e a coloca como uma "aspiração utópica", abandonando a realidade vivida por diversas e altamente qualificadas instituições, como a própria UFRJ, que ao longo de anos vêm desenvolvendo, justamente com base neste princípio, a qualidade da formação superior e a autonomia científica e tecnológica do país em relação as suas demandas sociais e econômicas.

Até mesmo a "avaliação institucional" do MEC - o "provão" - não conseguiu esconder o que todos sabem: que as universidades públicas são melhores do que as particulares. Muitos estudantes boicotaram o exame, entregando as provas em branco, mas mesmo assim, os índices atingidos pelas públicas foram bem melhores. Isto sem contar que para o MEC, quem acertou um terço das questões do provão vale o mesmo de quem acertou 2/3. Para não deixar em situação constrangedora os proprietários de faculdades, o "provão" deu grau C a todas as escolas que acertaram entre 31% e 70% da prova.

Apologia das faculdades isoladas

Para Bornhausen, a função prin-

cipal das instituições de ensino superior é a formação de recursos humanos. Como deixa explícito em seu parecer "a pesquisa é relevante, mas merece tratamento diferenciado, não deve capitanear nem desvirtuar o objetivo maior da educação superior. Se a instituição decide utilizar a pesquisa enquanto princípio educativo, orientando os seus alunos a redescobrirem o conhecimento, trata-se de uma questão metodológica, inadequada ao âmbito da Constituição e da Lei."

Mas, como está esclarecido no parecer do relator, o princípio da indissociabilidade não foi retirado graças ao valor que esta ainda tem para o poder executivo e para a maioria dos parlamentares da Comissão que analisa o tema.

Em março deste ano, a Universidade Castelo Branco, juntamente com o Instituto Brasil Século XXI, a Associação Nacional de Universidades Particulares (Anup) e a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABM), realizou uma teleconferência, via Embratel, que possibilitou ao patronato e ao governo uma "socialização" de idéias privatizantes para o ensino superior. Paulo Bornhausen lá estava e defendeu seu ponto de vista para um público não menos interessado no desenvolvimento de uma educação privatista e excludente. A professora da UFRJ, Maria Helena Castro, Carlos Alberto Serpa, da Cesgranrio, e Abílio Baeta Neves, secretário de Ensino Superior do MEC, foram alguns dos palestrantes.

O interessante da teleconferência foi mais uma vez a tonalidade mercantilista dada ao setor educação. Para os palestrantes, explicitado pela professora Maria Helena, a educação é de fato um "mercado em ascensão no Brasil", pais e alunos são "clientes", formação é "produto" e o importante é formar mão de obra para o mercado globalizado. O princípio da aquisição e desenvolvimento de conhecimento amplo como um bem social e um direito de cidadania é esquecido pelos nossos ávidos defensores da privatização das instituições. Para os alunos carentes e de baixa renda, o sistema de crédito cobre sua instrução, defendeu ardilosamente o relator da PEC370/A, durante a referida conferência.

Emendas

Das emendas apresentadas a PEC, Bornhausen acatou em seu substitutivo a proposta de criação de estatuto jurídico especial para as universidades, o orçamento global, o regime próprio de pessoal, o fundo de manutenção e o crédito educativo, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas dando liberdade de ensino e pesquisa a todas as instituições, independente de sua denominação ou forma organizacional.

Para a Andes-SN, o modelo de financiamento global, com controle finalístico, levará a uma diferenciação crescente no padrão de qualidade das instituições, principalmente das universidades públicas. A Autonomia passa a ser apenas um direito da universidade de buscar recursos para sua sustentação, "livrando-a", assim, da "subordinação financeira ao governo", como sustentam o MEC e o Mare. Uma boa desculpa para fazer sobrar mais dinheiro no caixa da União para o sustento de bancos, financeiras, privatizações de estatais e outras maravilhas deste governo neoliberal.

Para este governo, educação é mercado; alunos e pais são clientes e formação é produto. E é com esta linguagem *marketeira* que os representantes do MEC vem ao longo de dois anos panfletando que as federais consomem mais recursos, que os docentes só ministram 4 horas semanais e que as grandes universidades não podem constituir o modelo único a ser reproduzido.

Privatização da Vale

A importância estratégica da Vale do Rio Doce para a nação foi o motivo que levou no dia 29 de abril uma multidão para as ruas do Centro da cidade. Mas não o único. Os mais de dez mil manifestantes estavam ali protestando contra a privatização da Vale, contra a privatização do ensino público, contra as reformas propostas pelo governo e contra as infindáveis medidas provisórias com as quais o governo FHC vem transformando o Brasil numa ditadura por decreto. Enquanto o governo caçava liminares pelo país afora, mobilizando mais de seiscentos advogados, caravanas de todo país chegavam ao Centro, entre sindicalistas, estudantes e transeuntes. Nem a violência da Polícia Militar, ordenada mais uma vez por um governador do PSDB, arrefeceu os ânimos. Espera-se que daqui para a frente, as ruas do Rio se encham de civilidade. E que o resto do país possa ver não o que interessa mostrar, mas o que realmente aconteceu: a expressão da democracia.

Acima, o confronto marcou a manhã de terça. Mas o que prevaleceu foi a demonstração de organização dos trabahadores e da população

A briga pelo que é nosso

No dia 28, os manifestantes não deixaram escapar a oportunidade de malhar na praça pública em frente ao prédio do BNDES o não menos engomadinho Fernando II, que quer ser mais realista que o rei Collor I e reformar toda a Constituição brasileira.

Se a PM e o Batalhão de Choque , por orientação do governador Marcello Alencar , tinham a idéia de que iriam nos intimidar, se enganaram.
Lindberg Farias, deputado Federal PCdoB

Estamos nas ruas e não vamos mais sair, esta união não sai mais das ruas e vai aporrinhar este governo. Isto (a privatização) é uma bandalha pura. Em dois anos, a dívida interna subiu mais do que a dívida externa em dez anos.
Milton Temer, deputado federal PT-RJ

Queremos nos congratular com todas as pessoas que estão aqui protestando contra a privatização da Vale do Rio Doce. Estamos recebendo uma grande vitória. O mundo jurídico do país inteiro está se manifestando através de liminares contra esta privatização. Já contamos com mais de 13 liminares em todo o país, e mais de 100 ações em todos os estados brasileiros, de São Paulo ao pequenino Sergipe. Posso afirmar que, recentemente, em São Paulo, foi concedida uma liminar que impede que o presidente da Bolsa de Valores sequer abra o leilão. Não vai haver o leilão hoje!
Hermman Baeta, presidente do IAB

Privatização da Vale

O povo começou a voltar às ruas há quase dois meses, saindo a pé pelos caminhos vicinais que irrigam de injustiça e morte os campos brasileiros, para ganhar as estradas pavimentadas de todo país, por onde escoam as riquezas agrícolas que enchem poucos e privilegiados bolsos e, finalmente, no dia 17 de abril, chegar às avenidas bem cuidadas de Brasília, com mais de 60 mil trabalhadores invadindo pacificamente a sede de um poder que se elegeu social-democrata de mão aberta e vem governando gananciosamente ao melhor estilo neoliberal.

Esta sede em entregar o patrimônio brasileiro, abrindo mão de imprescindíveis instrumentos de barganha nesta nova ordem globalizada que se avizinha, sacudiu a pasmaceira da população - que o governo avaliava como derradeira - e detonou semana passada, no Rio de Janeiro, a segunda grande manifestação de repúdio a FHC.

As mais de dez mil pessoas que passaram pelas imediações da Praça XV num dia normal de trabalho, puderam externar toda a sua contrariedade com o atual estado autoritário da situação. Ali, ninguém acreditava que a venda da companhia Vale do Rio Doce, a maior mineradora do mundo, irá reverter em recursos para a saúde e educação. Ali, ninguém se deixava levar pelos fartos e maçantes argumentos de que deter o controle da Vale não vale a pena - todos tinham plena convicção de que somente sua presença nas ruas pode evitar que amanhã este país não esteja ainda mais espoliado. E que finalmente se possa eleger um governo que tenha a cara de seu povo. E não havia nenhum grande show marcado para engrossar as fileiras, a única artista presente era a sambista Beth Carvalho. Só discursaram parlamentares e lideranças sindicais e estudantis. Por falar nisso, por onde andarão os artistas, que vão aonde o povo está?

Estamos aqui defendendo o Brasil, viva a união da classe trabal
companhia Vale do Rio Doce também deve servir para toda as
neste momento. A luta em defesa da previdência social e públic
Esta luta, companheiros, deve servir para a defesa da educação
todos.
Esta luta deve servir para a gente resgatar a nossa mobilização
nosso país. Tem que servir também para fortalecer e solidarizar
lutam pelo direito a um pedaço de terra para ocupar, resistir e
Esta luta é para combater o maldito projeto de precarização da
no Senado e que, lamentavelmente, não só tem o apoio do go
Força Sindical, para minha tristeza.
Esta luta, companheirada, é para reafirmar a nossa esperança. U
paralisaram as empresas para fazer pressão a Fernando Henrique
junto aos sem-terra, manifestar o direito à vida neste país.
Hoje, esta luta é muito mais ampla, porque conta com apoio d
acatá-los com carinho. Este apoio é da CNBB, da CUT e é uma
demonstrando um grau de consciência extraordinário, na luta p
Pobre de um presidente que não é capaz de conversar com o s
fez faculdade, virou sociólogo, fala francês, fala italiano, fala esp
voz do povo brasileiro.
Por isso, companheiros e companheiras, nós não podemos perd
orientação é a mobilização popular. Nós temos que ter a capac
lamentavelmente está sendo iludido pela grande televisão, de
campanha do governo, que anda propagandeando que o servid
embora.
A defesa do servidor, do trabalhador, do aposentado, a defesa d
jovens prostituídas, é uma defesa do povo brasileiro e vamos
A Vale do Rio Doce, portanto, é um marco desta mobilização. É
da classe trabalhadora, a gente vá a rua, em todos os estados.
sede de justiça, é importante que a gente combata a impunidad
Vicentinho, presidente da CUT

hadora! Esta manifestação em defesa da
lutas que nós estamos desenvolvendo
a, igualitária para todos.
gratuita e de qualidade, também para

na luta pela geração de emprego em
a luta dos companheiros sem-terra, que
produzir.
s condições de trabalho, que hoje paira
verno como também tem o apoio da

Um dia destes, os operários do ABC
. Num outro dia, fomos a Brasília para,

e segmentos importantes, que devemos
luta dos estudantes, que estão
por nosso país.
seu povo, pobre de um presidente que
anhol, fala inglês e não compreende a

ler o fio da meada, a ordem, a tônica, a
cidade de convencer o nosso povo, que
dizer ao nosso povo: não entre nessa
or público tem que ser mandado

da criança, hoje na rua, a defesa das
ficar junto neste processo.
importante que no dia 1º de maio, dia
É importante que a gente grite a nossa
le neste país.

O BNDES contratou mais de 600 advogados para tentar cassar as 10 liminares contra o leilão. Fernando Henrique acha que porque ele é o presidente, porque o Congresso deu a ele o direito de reeleição, porque ele tem maioria na Câmara e no Senado, vai passar por cima da população.
Se enganou presidente, esta população está aqui, e em todos os estados, resistindo ao crime de lesa-pátria que é privatizar a Vale do Rio Doce. Nós estamos aqui, não vai leiloar hoje, não vai leiloar amanhã ou depois: não vai leiloar.
A Vale é nossa, é do povo brasileiro! Estamos juntos! Parabéns Rio de Janeiro, parabéns companheiros de todos os estados do Brasil que estão aqui! Eu vejo gente de São Paulo, de Diadema, os professores, a Andes-SN. Aqui não, Fernando Henrique. Aqui, você vai ser derrotado!
Luis Eduardo Greenhald, deputado federal PT-SP

Ficou claro que o governo vai usar de todos os meios, inclusive da violência, para realizar mais esta entrega. O caminho é este, de resistência, porque a cara deste governo entreguista e reacionário vai ficando clara. Estamos fazendo uma resistência pacífica. Esta luta vai ser longa e dura, temos que construir uma organização para enfrentá-la.
Fernando Lopes, deputado federal PDT-RJ e professor da UFRJ

A privatização na visão do Sindicato dos Docentes

A presidente da Andes-SN, Maria Cristina Moraes, participa do ato no Rio e fala ao jornal da Adufrj sobre as manifestações contra o governo e sobre a autonomia universitária.

O que muda a partir desta manifestação?

A luta não tinha morrido, ela estava arrefecida. A classe trabalhadora, a população em geral, não acreditava que era possível mudar, ter um outro projeto de sociedade.

Na manifestação do dia 17 de abril, em todos os estados houve demonstração de que a luta tem que ser assumida em prol de um projeto de nação, e não este que aí está.

Por mais que o governo tentasse colocar para a população que as milhares de pessoas estavam lá de "carona" do movimento dos trabalhadores sem-terra, o próprio MST deixou claro: a luta não é apenas pela reforma agrária, é por emprego, por justiça. O que foi reafirmado na audiência do dia 18 com FHC, quando eles colocaram que não estavam lá para tratar de assentamento, nem só de reforma agrária, viemos tratar de um projeto de política econômica, a questão da privatização, também.

Isto demonstra o que?

Que veio retomar o sonho da utopia. E para tornar a utopia uma realidade, neste momento, diante de um governo fascista, só a luta, só a massa na rua. Hoje, tivemos uma repetição do dia 17 de abril. O ânimo das pessoas que estiveram aqui é bem maior. E não são apenas contra a privatização da Vale do Rio Doce, são contra a privatização da educação, contra a privatização dos serviços de saúde, contra qualquer projeto que leve a nos tirar a soberania.

Somos contra um governo que, sob a fachada de uma eleição direta, hoje nos obriga a conviver na chamada ditadura branca. Que hoje não nos deixa saudade do regime militar, até por não hesitar em utilizar o aparato militar com extrema selvageria, como aconteceu aqui ontem à tarde, ontem à noite e hoje de manhã, para intimidar quem acredita na luta. Mas não vai nos intimidar.

Você foi uma das vítimas da batalha de ontem à noite.

Na tentativa de correr, uma companheira caiu na minha frente, fui ajudá-la a se levantar, para que ela não fosse pisoteada, e levei uma pancada nas costas. Mas acho que não foi nada, temos de assumir a radicalidade que o momento exige.

Você falou, em seu discurso do carro de som, que o ensino de boa qualidade significa construir cidadãos conscientes e politizados.

Não são à toa estes projetos de privatização do ensino, em todos os níveis. O "pato" agora é a universidade pública, com a tramitação da PEC 370-A, lá no Congresso Nacional. E o parecer do relator está muito claro quanto ao projeto do governo. Mas, o mais grave é que neste momento a Andes-SN, a Fasubra-Sindical e a UNE e os parlamentares de oposição ficaram isolados neste processo, porque a Andifes, que tinha uma posição contrária à alteração (do artigo 207 da Constituição, sobre a autonomia universitária) recuou. E ela própria apresentou propostas e sugestões para a alteração, encaminhadas pelo Crub (Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras).

Como posso pensar em democracia com mais de 30 milhões de excluídos, desempregados, subempregados?

Por isso, vai ser muito importante a próxima reunião do Setor das Federais, que está indicando uma dia nacional de paralisação, em defesa da autonomia universitária e do salário. Isto está sendo articulado com a UNE e com a Fasubra. Nós indicamos a última semana de maio e a primeira de junho. A UNE já deliberou por um dia nacional de greve, o Sinasefe também, mas pela questão das escolas técnicas, e os secundaristas estão encampando esta idéia. As entidades da educação

Como posso pensar em democracia com mais de 30 milhões de excluídos, desempregados, subempregados?

com a mesma idéia, vai ser tranquilo unificar em um dia. O importante, neste momento - sem esquecer esta luta geral, até porque ela está neste contexto maior - é investir neste dia nacional em defesa da escola pública em todos os níveis.

O que levou a Andifes mudar de posição?

A gente sabe que a Andifes tem as suas contradições internas. Ela é um coletivo, mas em várias questões, se trabalha muito o individual. O reitor, ele tem uma questão central, que é a de como resolver e administrar a universidade nesta crise atual. Só que eu acho que eles não chegaram a evoluir no sentido de que a questão não é individual da universidade *tal*, ou da universidade *x*. Eles não vão resolver isso se não for dentro da luta do geral. A Andifes tem toda autonomia para definir a sua luta, o seu posicionamento, mas a gente acredita que isto é um equívoco. A questão da universidade não vai ser resolvida com esta proposta que está aí, a questão não é pontual.

A proposta da Andifes defende um regime jurídico para cada instituição, como está na LDB?

A LDB foi aprovada, agora é uma Lei, mas é inconstitucional porque os artigos 53 e 54 - sobre o ensino superior - confrontam com o artigo 207 da Constituição. E hoje nós vemos reitores já convocando conselhos superiores para deflagrar os processos estatuintes - e tomando da gente esta bandeira - para adequar os estatutos da universidades a uma Lei que é inconstitucional. Ao invés de defender a autonomia universitária, pelo menos até que votem o artigo 207. É a visão de administrador.

Emocionados, estudantes choram durante a manifestação contra a venda da Vale. Abaixo, Orlando da Silva Júnior, presidente da UNE, relata a mobilização da juventude contra o atual estado de desmando da política governista.

Os estudantes também mostram sua cara

O que muda a partir desta manifestação?

Nós estamos vivendo no país uma nova fase da luta política. O mês de abril é o mês da virada. O governo começou o ano aprovando a reeleição, foi um marco da conjuntura que consolidou a aliança das elites. Só que, a partir deste fato, os setores mais a esquerda consolidaram a convicção de que é necessário mobilização de massa, mobilização de rua e unidade.

Nós, estudantes, no dia 10 de abril, fizemos mobilizações pelo país inteiro contra a PEC da privatização (PEC 370-A) e contra o governo FHC, no dia 17, teve aquela marcha histórica do MST pela reforma agrária e de oposição ao governo e, hoje, aqui.

Eu acho que é um desdobramento desta nova fase, as oposições e os movimentos populares começam a compreender que é necessária e fundamental a luta e a mobilização popular. Que só assim a gente ganhará do governo, porque no Congresso Nacional está difícil, eles têm a maioria e, quando não têm politicamente, compram os votos e garantem seus interesses. A luta popular, a mobilização, é a única chance de reverter o quadro. Os estudantes estão dando aula de mobilização.

Foi uma boa mobilização dos estudantes, agora eu acho que a grande aula é do povo, dos trabalhadores, da unidade. Os estudantes, como sempre, marcam presença. Mas o povo brasileiro, o carioca em especial, e a UFRJ, pela grande mobilização, estão de parabéns.

1º de Maio

Em sequência às manifestações do dia 17 e dos dias 28 e 29, centenas de pessoas se encontraram no Aterro do Flamengo durante o feriado da quinta-feira, Dia do Trabalho. A CUT, sindicatos e os partidos de oposição estiveram presentes.

Liderança de MST no Rio fala sobre a manifestação

> *"Ver este povo com esta animação, é demais. Você percebe que o povo também não está satisfeito com este projeto que está aí, não é só a gente."*
>
> ***Integrante da coordenação do MST no Rio, Marina dos Santos fala ao jornal da Adufrj***

Você participou da manifestação do dia 17, em Brasília, e agora está aqui. Como está vendo este movimento?

Dia 17 foi um fato muito importante contra este projeto de neoliberalismo; a sociedade mostrou a sua cara para Fernando Henrique, ele viu de fato que a reforma agrária não está mais sendo uma luta só do movimento dos sem-terra, mas da sociedade. Hoje, é a consolidação disto, 12 dias depois, com este grande ato.

Você participou da audiência com o presidente Fernando Henrique, um dia depois da marcha. Quais as impressões que ficaram daqueles momentos no Palácio do Planalto?

Pessoalmente, fiquei muito decepcionada em escutar o sociólogo falar, de ele ser o presidente da nossa pátria, da nossa nação. Me causou uma decepção muito grande. De fatos concretos, nós não fomos com uma pauta específica - tipo dizer que queremos que assente tantas pessoas, que resolva os problemas de tantos assentamentos - nós queríamos, e queremos ainda discutir a política geral. Se não mudar o plano geral da agricultura, não adianta assentar 500 mil famílias, porque não vai resolver. Hoje, o que acontece? Ele assenta 60 mil, mas desassenta 200 mil.

Neste sentido, a gente não avançou nada, ele não está aberto a isso. Primeiro, porque ele está sem informações corretas, está completamente sem dados. Ele diz que o desemprego nunca esteve tão estável como agora. Imagina, nós passamos dois meses caminhando, andando de município a município e vimos como está a situação do povo. Então, foi uma decepção ouvir ele falando.

O que você acha que vai mudar daqui para frente, com este movimento nas ruas?

Acho que as pessoas vão voltar para a rua. Vão começar a se lembrar que o único jeito que temos de lutar é vir para a rua, é somar o pequeno corpo que temos nas ruas. Assim, dá para começar a sonhar de novo. No dia 17, eu só chorava. Hoje, chorei aqui também. Mas é porque fazia tempo que eu não via isto. Ver este povo com esta animação, é demais. Você percebe que o povo também não está satisfeito com este projeto que está aí, não é só a gente.

Qual a sua formação escolar?

Eu tenho o segundo grau técnico de administração de cooperativa, que é um curso do próprio movimento. Antes de chegar ao acampamento, tinha a sétima série. Fiz a oitava também graças ao movimento.

Quantos anos você tem e quantos tinha ao se juntar ao MST, como foi esta história?

Tenho 23 anos e estou lá desde os 16. Meus pais não são assentados. Eu estava me preparando para ir para um convento quando o MST fez uma ocupação lá na minha região, no Paraná. Eu conheci o movimento pelo jornal. No domingo seguinte, acompanhei o padre ao acampamento, me apaixonei por este tal de movimento sem-terra e não teve jeito. Fiquei lá no acampamento.

O que te marcou mais durante a marcha?

Primeiro, foi a crise que o povo está vivendo. Nós vivemos reclamando da crise, do que passamos embaixo dos barracos de lona, esperando o processo de desapropriação das áreas, com frio e às vezes com pouca comida - me arrepio ainda, de falar nisso -, mas nos municípios em que passamos, a situação não é diferente. Outra coisa que me impressionou foi a solidariedade e o apoio que a sociedade estava dando para nós. Eu não esperava que iria ser tanto assim.

Eu tinha planejado assim: vamos caminhar de manhã, de tarde vamos descansar, vou até levar meu livro que agora eu consigo terminar de ler...E aí, tu acha? Não consegui ler uma página, porque de tarde tinha que receber o povo que vinha visitar o acampamento, muita gente mesmo. Vinha de carro, das comunidades, vinha de bicicleta e a pé, que caminhava quilômetros porque queria conhecer a gente. Gente que dividia o meio quilo que tinha, só para levar para nós.

Qual era a "classe social" desta solidariedade?

Em geral, era do povão mesmo. Quando nós programávamos missas, cultos ecumênicos ou um ato político mesmo, o que de início nós preparávamos para nós mesmos, para animar a nossa gente, depois ficava assim de gente.

Rápidas

Verba pública para ensino privado

A destinação anual de 10% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior para o crédito educativo - definida no parecer do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) sobre a proposta de emenda constitucional que trata da autonomia universitária - caracteriza, segundo a Andes-SN "desvio de recursos públicos para o setor privado." O relatório foi apresentado à Comissão Especial da Câmara no dia 24. A votação está prevista para 20 de maio

Ilegitimidade do Provão impede avaliação objetiva

Critérios duvidosos de avaliação somados ao boicote de estudantes são os fatores que tornam questionáveis os resultados do "provão", realizado nas faculdades de engenharia civil, administração e direito, divulgados pelo MEC.
A Andes-SN discordou dos métodos de avaliação desde o início e considera facciosas as conclusões anunciadas pelo Ministério, já que, em muitas faculdades, a adesão foi insignificante do ponto de vista numérico.

II Coned será em novembro

O II Congresso Nacional de Educação (Coned) já tem data e local marcados. Foi escolhido o período de 5 a 8 de novembro para o novo encontro de profissionais da Educação de todo o país, que acontererá novamente na capital mineira. O I Coned reuniu em 1996, em Belo Horizonte, 5 mil pessoas entre professores, estudantes, profissionais da área e membros da comunidade local para uma discussão em torno na elaboração do Plano Nacional de Educação. Espera-se um público maior para o próximo evento, em local a ser definido

Corpo em chamas

Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, Pataxó Hã-Hã-Hã da área indígena Caramuru/Paraguassu, sul da Bahia, estava em Brasília no último dia 20 reivindicando o cumprimento do dever constitucional da União de proteger e fazer respeitar os direitos territoriais e a integridade física e moral das comunidades indígenas e seus membros.

Há dez anos, o líder de sua aldeia, João Cravim, seu irmão, era assassinado, num crime ainda impune, lutando até pelo direito à água potável, que os fazendeiros invasores lhes impedem o acesso, reservando-a ao gado de sua propriedade.

Numa trágica sucessão de acontecimentos, reflexo do descaso com que temas desta natureza são tratados pelo governo FHC, o órgão responsável pela sua estada na capital, a Funai, não lhe proporcionou abrigo e proteção contra os perigos do meio urbano, com os quais não estava acostumado.

Confundido com um mendigo, cinco jovens atearam-lhe fogo e às 5h da manhã Galdino acordava num ponto de ônibus da capital com o corpo inteiramente coberto pelas chamas. E às 2h da madrugada do dia seguinte, com 95% do corpo tomado por queimaduras de 3º grau, ele falecia. Foi uma brincadeira, disseram os jovens brasilienses. Brincadeira é este Estado, voltado para atender as necessidades de quem não passa necessidades.

Andes-SN encaminha paralisação por autonomia e salários

Na última reunião do setor das Federais da Andes-SN, foi encaminhado um dia Nacional em Defesa da Autonomia e do Salário, um dos pontos de uma campanha nacional que deverá ser discutida em assembléia local a ser realizada pelas ADs Seções Sindicais. A Adufrj ainda não marcou a dada da sua assembléia geral para deliberar sobre a proposta. A paralisação, se aprovada, deverá ocorrer na última semana de maio ou na segunda de junho.

Seminário discute Pronex

Como um dos eventos da semana de transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN, foi realizado, dia 25 de abril, lançamento, no Rio, do Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, no auditório do Centro de Tecnologia da UFRJ. Em seguida, também foi realizado o seminário Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia: Pronex em debate, com a participação do deputado Federal pelo PT de São Paulo, Ivan Valente, do professor de filosofia da Unicamp, Roberto Romano, e de Rubens Freire, coordenador do GT de Ciência e Tecnologia da Andes-SN.

A importância do manifesto para o desenvolvimento do país, é claro, foi ressaltada por todos os participantes. Outras ações foram anunciadas para os próximos meses. Com isso, espera-se manter a ciência e tecnologia em evidência durante o ano inteiro.

Também se espera uma ampliação das discussões sobre o tema e, para isso, será fundamental a criação da Frente Nacional em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, programada para acontecer dia 17 de julho, durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

Pronex

O filósofo, Roberto Romano definiu a visão que tem sobre o Programa de Núcleos de Excelência, Pronex, aproveitando também para inserir sua preocupação com o futuro do país, que para ele, passa necessariamente pela academia.

Segundo disse, o grande dilema vivido atualmente pelos membros da academia seria um problema de opção básica - integrar as elites subordinadas ao sistema mundial ou ficar com o povo, soberano, e pela democracia.

De acordo com Romano, boa parte da universidade já teria tomado a sua decisão: "eu faço parte do Pronex, tenho um dinheirinho a mais e já tenho condições de me manter alheio a esta horrível burocracia", caricaturou.

Ao apontar sua opção pela soberania e pela democracia, Romano aproveitou para alertar: "A Frente vem trazer um componente básico a esta alternativa, mas que não se trata de uma seita". Para ele, ou se opta pela soberania nacional, com o povo instruído, ou se acabrará por eleger o autoritarismo, que fatalmente excluirá os "inempregáveis".

Desmonte

O deputado Ivan Valente (PT/SP), também participante do seminário e um dos articuladores da Frente, não vê outro caminho senão o de construir esta movimentação pelo desenvolvimento soberano com o maior número de entidades ligadas à ciência e tecnologia. Ele advoga a criação de fóruns estaduais como uma ação importante para massificar as propostas contidas no manifesto - já publicado em duas edições deste jornal. Segundo disse no seminário, "a Frente é ampla e suprapartidária", além de conter um projeto democratizador e distribuidor de renda e de riquezas.

Opinião compartilhada por Rubens Freire, da Andes-SN, que embora não acredite que algum sindicato se oponha às propostas encaminhadas pelo Manifesto, também não vê os movimentos sindicais colocarem a ciência e tecnologia como prioridade.

Sobre a ciência e tecnologia no Brasil, Rubens, que é professor do Instituto de Física da Universidade Federal da Paraíba, foi contundente: "Todo sistema de C&T no Brasil foi reduzido a um atendimento de balcão", afirmou, dizendo ver esta relação como muito personalizada com o poder. "O Pronex está explicitado no programa de governo de FHC, e foi o único aspecto a ter prosseguimento no seu governo. E atendeu quem estava comprometido com ele dentro da comunidade acadêmica."

Diagnóstico

Até o dia 6 de maio, data da constituição, em Brasília, da Frente Parlamentar em defesa do Sistema Nacional de C&T - um dos braços da Frente Nacional - estarão sendo recolhidas assinaturas em apoio ao Manifesto, que foi redigido em conjunto com cientistas. O texto tem uma formatação inicial e espera-se outras propostas de contribuição.

Já está marcado para os dias 18 e 19 de junho um seminário na Câmara sobre o tema. A oficialização da Frente Nacional em Defesa do Sistema Nacional de C&T acontecerá após uma mesa-redonda, sobre o tema, coordenada pelo professor Clodowaldo Pavam, durante a reunião da SBPC. Mas os trabalhos da frente não se esgotam aí.

Estão previstas a realização de visitas às universidades e institutos de pesquisa de todo país para fazer um diagnóstico e levantar de subsídios para a elaboração de um documento mais consistente. Depois, será divulgada uma carta aberta à população e pedida uma audiência com o presidente Fernando Henrique. Até sexta-feira passada, 43 entidades, 19 intelectuais e 18 parlamentares já haviam aderido ao Manifesto. São elas a Andes-SN, a SBPC, a UNE, a Fasubra, ANPG, Cives - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, Fenafar - Federação Nacional de Farmacêuticos, entre outras.

O texto final do manifesto ainda está em construção e até seu lançamento em julho, as entidades e pessoas que aderirem podem enviar contribuições e sugestões à coordenação do movimento.

Transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN

Conforme previsto e amplamente anunciado, foi instalada na terça, 22 de abril, às 10 horas da manhã, no Auditório do Centro de Tecnologia, a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da Adufrj dedicada à discussão e votação da proposta da diretoria para a transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN.

Após informes e esclarecimentos da diretoria e da comissão de apoio à transformação, seguiu-se uma longa discussão sobre a proposta da diretoria, tanto em relação ao processo de votação quanto ao Regimento Geral da Seção Sindical. Quanto ao processo de votação, foi aprovado que a AGE seria realizada em várias sessões, sendo sucessivamente suspensa e reiniciada no mesmo ou em outro local, controlando-se a presença dos associados através de assinatura em uma única listagem e, votando-se por meio de cédulas depositadas em uma única urna. Outras deliberações foram aprovadas (veja quadro) e na discussão sobre o Regimento, alguns dispositivos da proposta da Diretoria foram alterados por consenso. Restaram, no entanto, três questões sobre as quais não houve consenso, que foram destacadas para votação em separado: a possibilidade da Assembléia Geral aprovar nome para cargo vago da diretoria; a não permissão de reeleição para o mesmo cargo da diretoria, e a eliminação temporária da exigência de *quorum* mínimo para certo tipo de alteração regimental.

Esta sessão de instalação da AGE teve a presença da 2ª vice-presidente regional do Rio de Janeiro da Andes-SN, Irlete Braga da Trindade. O acompanhamento do processo de transformação pela diretoria da Andes-SN é condição necessária para a sua homologação pela Andes-SN.

Continuação da AGE

Após esta primeira sessão da AGE, a diretoria e a comissão de apoio providenciaram o material para a votação, isto é, cópias da nova versão do Regimento Geral (com as alterações consensuais), do texto das propostas alternativas a serem votadas e as cédulas para votação.

Na segunda sessão da AGE, realizada no Auditório Nobre Alice Rosa, no 12° andar do HUCFF às 9 horas de quarta, 23 de abril, iniciou-se o processo de votação, que prosseguiu nas sessões seguintes conforme estava programado, exceto quanto à sessão prevista para o CCS na segunda, 28 de abril, das 9 às 11 horas, que não se realizou por falta de condições operacionais.

A última sessão prevista, na sala D-201-A do CT, segunda, 28 de abril, às 15 horas, iniciou-se com um *quorum* acumulado de 156 associados, tornando evidente o fato de que o *quorum* mínimo de 10%, equivalente a 322 associados, não seria alcançado nesse dia. De acordo com a deliberação anterior quanto ao processo de votação, A diretoria decidiu então prorrogar a AGE até quinta, 8/5. Foram programadas 8 sessões adicionais, escolhendo-se locais e horários com expectativa de maior comparecimento de docentes. Esta sessão foi suspensa com 165 presenças acumuladas.

De fato, as duas sessões adicionais já realizadas, no CT e no CCS, demonstraram que a nova estratégia foi correta, pois nelas registrou-se a presença de 83 associados, totalizando até

Presenças registradas por sessão de votação

Sessão	Local	Data e horário	Quantidade
1	Centro de Tecnologia	22/04, 10h - 12h	15
2	Hospital Universitário CFF	23/04, 9h - 11h	7
3	Colégio de Aplicação	23/04, 16h - 18h	27
4	Praia Vermelha - CFCH	23/04, 10h - 12h	10
5	Praia Vermelha - ESS	24/04, 10h - 12h	19
6	IFCS	24/04, 14h - 15h30	5
7	Escola de Música	24/04, 16h - 17h30	9
8	CT - Blocos D e A	25/04, 11h - 14h	30
9	Forum de Ciência e Cultura	25/04, 15h - 17h	16
10	Centro de Ciências da Saúde	não realizada	--
11	Escola de Belas Artes	28/04, 12h - 14h	18
12	CT - sala 201-A	28/04, 15h - 17h	9
		Total parcial da primeira série de sessões	165
13	CT - Bloco H	29/04, 10h30-14h30	66
14	CCS - entrada principal	30/04, 7h - 10h	17
		Total parcial acumulado	248

agora 248 presenças. Até quinta, dia 8 de maio, serão realizadas ainda outras seis sessões. A diretoria da Adufrj lembra que os associados podem votar em qualquer sessão de votação, independentemente da sua lotação.

Associados que não estão na listagem poderão votar

Durante o processo de votação, alguns associados (quatro até agora) verificaram não figurar na lista preparada pela Adufrj para esta votação. A lista foi preparada a partir da listagem de consignações em folha de pagamento relativa a mensalidades da Adufrj, emitida pelo Siape/Mare, e das fichas de filiação de novos associados. O que a Adufrj teve condições de averiguar até o momento é que o desconto em folha para a Adufrj daqueles associados foi retirado dos seus contracheque sem que nem eles nem a Adufrj o tivesse solicitado. Aparentemente mais um daqueles "erros" que curiosamente só nos prejudicam, nunca nos beneficiam.

A primeira reação da diretoria foi não permitir o voto daqueles docentes, pois afinal eles não estavam em dia com a mensalidade e não havia, durante as sessões de votação, como confirmar que de fato eles não haviam solicitado diretamente à UFRJ o cancelamento do desconto para a Adufrj.

Posteriormente, diante da possibilidade dessa decisão implicar na retirada do direito de voto de associados, a diretoria reviu sua posição e resolveu permitir o voto de associados naquela condição, desde que eles regularizem a contribuição à Adufrj, diretamente com a secretaria. A melhor ocasião para fazê-lo será na quinta, 8/5, quando haverá duas sessões de votação no CT. Como os contracheques de abril serão distribuídos no início da semana, será possível também verificar se o problema permanece ou não.

Independentemente do processo de votação, a Adufrj estará durante esta semana obtendo esclarecimentos junto à UFRJ sobre mais este mistério na folha de pagamento.

Locais e horários das próximas sessões:

Segunda, 5 de maio: Colégio de Aplicação (CAp), 7:30 - 10:00 e Escola de Serviço Social, Praia Vermelha, 11:00 - 13:00

Terça, 6 de maio: Saguão do prédio da Reitoria, 11:00 - 13:00

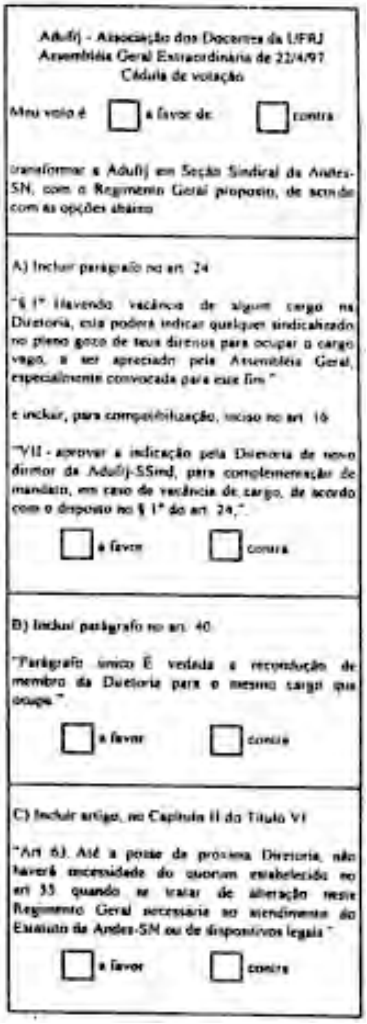
Quarta, 7 de maio: Faculdade de Letras, 11:30 - 13:00

Quinta, 8 de maio: Centro de Tecnologia, Bloco A, das 8:30 - 10:30 e no Bloco D, sala 201/A, 14:00 - 16:00

Deliberações da Assembléia

1) a AGE será realizada em várias sessões, sendo sucessivamente suspensa e reiniciada no mesmo ou em outro local, controlando-se a presença dos associados através de assinatura em uma única listagem, e votando-se por meio de cédulas depositadas em uma única urna;
2) serão realizadas as sessões já divulgadas pelo Jornal da Adufrj;
3) as cédulas para votação serão preparadas pela diretoria e pela comissão de apoio após o término da primeira sessão, de acordo com os resultados da discussão sobre o Regimento da Seção Sindical, de forma a que os associados possam votar tanto na transformação em si quanto nas propostas não consensuais para o Regimento;
4) a votação será iniciada na próxima sessão da AGE, prevista para o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), na quarta, 23/4, às 9:00;
5) poderão ser realizadas sessões extraordinárias da AGE nos locais, datas e horários nos quais a diretoria puder viabilizar a instalação, e
6) a votação poderá não se encerrar na última sessão da AGE já programada, se até lá o *quorum* mínimo de 10% dos associados não for atingido.

Foi também sugerido, e acatado pela diretoria, que houvesse cópias do atual Estatuto da Adufrj à disposição dos associados durante as sessões de votação.



Adufrj - Associação dos Docentes da UFRJ
Assembléia Geral Extraordinária de 22/4/97
Cédula de votação

Meu voto é ☐ a favor de ☐ contra

transformar a Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN, com o Regimento Geral proposto, de acordo com as opções abaixo

A) Incluir parágrafo no art. 24

"§ 1º Havendo vacância de algum cargo na Diretoria, esta poderá indicar qualquer sindicalizado no pleno gozo de seus direitos para ocupar o cargo vago, a ser apreciado pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim."

e incluir, para compatibilização, inciso no art. 16

"VII - aprovar a indicação pela Diretoria de novo diretor da Adufrj-SSind, para complementação de mandato, em caso de vacância de cargo, de acordo com o disposto no § 1º do art. 24;".

☐ a favor ☐ contra

B) Incluir parágrafo no art. 40

"Parágrafo único É vedada a recondução de membro da Diretoria para o mesmo cargo que ocupa."

☐ a favor ☐ contra

C) Incluir artigo, no Capítulo II do Título VI

"Art 63. Até a posse da próxima Diretoria, não haverá necessidade do quorum estabelecido no art 33 quando se tratar de alteração neste Regimento Geral necessária ao atendimento do Estatuto da Andes-SN ou de dispositivos legais."

☐ a favor ☐ contra

Adufrj - Seção Sindical da Andes - Sindicato Nacional

Proposta de Regimento Geral

Texto-base da proposta em votação na Assembléia Geral Extraordinária de 22//97

Título 1 - Da organização, fins, sede e duração

Art. 1º. A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ), fundada em 26 de abril de 1979, constitui-se, a partir de 01 de junho de 1997, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), com a denominação de Adufrj-Seção Sindical (Adufrj-SSind).

§ 1º. A Adufrj-SSind, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, de duração ilimitada, tem sua sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º. A Adufrj-SSind, instância deliberativa da Andes-SN, é a entidade representativa dos direitos e interesses trabalhistas e profissionais, em juízo ou fora dele, dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em atividade ou aposentados.

§ 3º. A Adufrj-SSind será regida por este Regimento Geral, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária dos docentes a ela vinculados, respeitando o Estatuto da Andes-SN.

§ 4º. A Adufrj-SSind tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira garantida pelo § 2º do art. 44 do Estatuto da Andes-SN.

Art. 2º. A Adufrj-SSind é uma entidade democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, autônoma e independente em relação ao Estado e às administrações da UFRJ.

Art. 3º. A Adufrj-SSind tem por objetivo básico organizar sindicalmente os docentes da UFRJ gozando, para tanto, das prerrogativas sindicais asseguradas na Constituição Federal, inclusive a de representação dos interesses dos docentes ligados à sua base territorial, em juízo ou fora dele, sobretudo na qualidade de substituto processual.

Art. 4º. A Adufrj-SSind tem ainda os seguintes objetivos:

I - defender os direitos e interesses profissionais e trabalhistas dos docentes da UFRJ;
II - representar os interesses dos seus sindicalizados na UFRJ, bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial;
III - lutar por melhores condições de trabalho para todos os docentes da UFRJ;
IV - defender a educação como um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades da população, e assegure o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;
V - lutar pela gestão democrática nas instituições de ensino superior;
VI - defender o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
VII - analisar a política educacional, científica e cultural brasileira e sobre ela manifestar-se;
VIII- promover estudos visando o aprimoramento do ensino superior e de sua articulação com os demais níveis de ensino;
IX - buscar a interação com as entidades representativas de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos na área da educação, cultura, ciência e tecnologia;
X - buscar a articulação com as entidades ligadas à educação,

trabalhadores em geral e outros setores organizados, particularmente as entidades de caráter científico e cultural, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

XI - divulgar para a sociedade os problemas da educação, visando obter apoio para a sua solução;
XII - trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade quanto ao papel e importância da universidade pública;
XIII - promover a união, o congraçamento e a assistência aos sindicalizados;
XIV - incentivar no seio da categoria a cultura científica, intelectual, física e artística.

Art. 5º. Compete à Adufrj-SSind:

I - manter os sindicalizados informados quanto às atividades da Seção Sindical;
II - divulgar as atividades e promover o fortalecimento da Andes-SN, encaminhando as resoluções das suas instâncias deliberativas, na forma dos seus Estatutos.

Título II - Dos sindicalizados, seus direitos e deveres

Art. 6º. O número de sindicalizados da Adufrj-SSind é ilimitado.

Art. 7º. Poderão sindicalizar-se à Adufrj-SSind, todos os docentes da UFRJ da carreira do magistério, estejam em efetivo exercício, afastados nos termos de lei ou aposentados.

Parágrafo único. Os professores visitantes, substitutos e outros contratados sob qualquer forma pela UFRJ para exercer atividades docentes poderão, enquanto vigorar seu contrato, sindicalizar-se à Adufrj-SSind.

Art. 8º. Os sindicalizados da Adufrj-SSind são sindicalizados da Andes-SN.

Art. 9º. São direitos dos sindicalizados, os estabelecidos no Estatuto da Andes-SN, e mais:

I - discutir e votar na Assembléia Geral da Adufrj-SSind;
II - votar e ser votado para cargos eletivos da Adufrj-SSind, da Andes-SN e para delegados aos Congressos e Conselhos da Andes-SN, bem como em outros eventos que exijam estes procedimentos;
III - requerer ao presidente da Adufrj-SSind a convocação imediata de Assembléia Geral, mediante documento expondo os motivos da convocação e a ordem do dia, subscrita por um mínimo de 10% dos sindicalizados;
IV - apresentar a qualquer instância da Adufrj-SSind, por seu intermédio ou de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza que demandem providências de seus órgãos deliberativos;
V - fiscalizar o funcionamento da Adufrj-SSind;
VI - recorrer das decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria à Assembléia Geral;
VII - posicionar-se sobre qualquer assunto de interesse da Adufrj-SSind.

Art. 10. São deveres dos sindicalizados:

I - observar o presente Regimento Geral, bem como o Estatuto da Andes-SN;
II - manter-se em dia com as contribuições financeiras à Adufrj-SSind;
III - trabalhar pelos objetivos da Adufrj-SSind.

Art. 11. Os sindicalizados da Adufrj-SSind estão sujeitos a sanções disciplinares pelo descumprimento do disposto nos incisos I e II do Art.10 deste Regimento Geral ou por grave desrespeito à ética profissional.

§ 1º. São sanções disciplinares: advertência, suspensão e exclusão.

§ 2º. A advertência será aplicada pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Representantes ou pela Diretoria; suspensão e exclusão serão aplicadas apenas pela Assembléia Geral. Em qualquer caso, será garantido amplo direito de defesa.

Art. 12. O sindicalizado que deixar de exercer a profissão do magistério na UFRJ, exceto quando se aposentar, ou que solicitar à Diretoria da Adufrj-SSind, por escrito, a sua exclusão, será automaticamente excluído do quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind.

Parágrafo único. Desde que apreciado e deliberado pela Assembléia Geral, o sindicalizado desligado da UFRJ poderá manter-se no quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind.

Título III - Da estrutura orga-

nizativa

Capítulo I - Dos princípios gerais

Art. 13. São órgãos da Adufrj-SSind:

I- Assembléia Geral;
II- Conselho de Representantes;
III - Diretoria.

Art. 14. O exercício de cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e a candidatura a tal cargo são incompatíveis com o exercício:

I - das seguintes funções na UFRJ: reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade e chefe de departamento;
II - de outras funções de direção na UFRJ ou em outros órgãos da administração municipal, estadual ou federal.

§ 1º. O membro da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo perderá automaticamente seu cargo na Adufrj-SSind.

§ 2º. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

Capítulo II - Da Assembléia Geral

Art. 15. A Assembléia Geral é o órgão deliberativo máximo da Adufrj-SSind, sendo composta por todos os seus sindicalizados no gozo de seus direitos estatutários e regimentais.

Art. 16. Compete à Assembléia Geral:

I - discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia;
II - apreciar e deliberar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria e apreciadas pelo Conselho de Representantes;
III - alterar, no todo ou em parte, o presente Regimento Geral, desde que observado o disposto no art. 55;
IV - apreciar e aprovar o Regimento Eleitoral;
V - advertir, suspender e/ou excluir sindicalizados em consonância como art. 11;
VI - destituir membro da Diretoria, desde que observado o disposto no art. 56;
VII - apreciar sugestões de outras instâncias ou de sindicalizados individualmente;
VIII - autorizar a aquisição ou a alienação de bens que ultrapassem o valor de 50% da receita mensal da Adufrj-SSind;
IX - autorizar a aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis pela Adufrj-SSind;
X - dar posse à Diretoria e ao Conselho de Representantes da Adufrj-SSind;
XI - deliberar pela dissolução da Adufrj-SSind, desde que observado o disposto no art. 57;
XII - indicar os delegados representantes da Adufrj-SSind a Congressos e Conselhos da Andes-SN, bem como aos eventos promovidos por outras entidades sindicais;
XIII - fixar a contribuição financeira mensal dos sindicalizados;
XIV – eleger a Diretoria Provisória em caso de vacância de toda a Diretoria, de acordo com o disposto no § 1º do art. 24;
XV - resolver os casos omissos deste Regimento Geral;
XVI - declarar-se em estado permanente ou convocar a si própria.

Art. 17. A Assembléia Geral será convocada:

I - pelo Presidente;
II - pela Diretoria;
III- pelo Conselho de Representantes, através de requerimento à Diretoria e assinado pela maioria absoluta de seus membros efetivos;
IV - por requerimento à Diretoria assinado por, no mínimo, 10% dos sindicalizados, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da Assembléia Geral;
V - por sua própria iniciativa.

Parágrafo único. A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita por ampla divulgação através dos meios de comunicação da Adufrj-SSind e, nos casos dos Artigos 55, 56 e 57, também deverá ser feita por edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 18. A Assembléia Geral deverá ser convocada com pelo menos 48 horas de antecedência, com ampla divulgação da pauta proposta.

Parágrafo único. Sábados, domingos, feriados e dias sem expediente na UFRJ não serão considerados para a contagem do prazo definido no caput deste artigo.

Art. 19. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Adufrj-SSind e se instalará com a presença mínima de 10% do número de sindicalizados da Adufrj-SSind, em primeira convocação e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, no mesmo local, com a presença de qualquer número de sindicalizados.

Capítulo III - Do Conselho de Representantes

Art. 20. O Conselho de Representantes é o órgão consultivo da Adufrj-SSind, constituído de representantes dos sindicalizados em cada Unidade da UFRJ, eleitos com seus suplentes, para um mandato de dois anos, pelo voto direto e secreto dos sindicalizados em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º. Para efeito deste Regimento Geral, Unidades são todas as Escolas, Faculdades, Institutos Básicos, Órgãos Suplementares e o Museu Nacional.

§ 2º. Para adequar a representação dos sindicalizados a eventuais mudanças na estrutura administrativa da UFRJ, a Assembléia Geral poderá, a qualquer época, sem necessidade de quorum especial, modificar o conceito de Unidade expresso no § 1º deste artigo e referido em outros artigos deste Regimento Geral.

§ 3º. O número de representantes dos sindicalizados em cada Unidade dependerá do número de sindicalizados da Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;
b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e
c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 4º. Os representantes dos sindicalizados em cada Unidade serão eleitos pelo voto dos sindicalizados pertencentes a essa Unidade.

§ 5º. Qualquer representante dos sindicalizados em uma Unidade pode ser destituído em uma reunião dos sindicalizados dessa Unidade especialmente convocada para este fim pelo Conselho de Representantes, a partir da solicitação por escrito de, no mínimo, 10% dos sindicalizados da Unidade, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados da Unidade no pleno gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

§ 6º. No caso da falta ou impedimento do titular, o suplente o substitui.

Art. 21. O Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da Adufrj-SSind e reunir-se-á, em sessão conjunta com a Diretoria, ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente por convocação:

I - do Presidente;
II - de um mínimo de um terço de seus membros, através de requerimento à Diretoria, acompanhado da ordem do dia e justificativa para realização da reunião.

Parágrafo único. A Diretoria não tem voto nas reuniões do Conselho de Representantes, sendo que o Presidente da Adufrj-SSind só dará o voto de minerva.

Art. 22. Ao Conselho de Representantes compete:

I - discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia;
II - deliberar em primeira instância sobre finanças, aprovando ou rejeitando os balanços financeiros anuais da Diretoria;
III - fiscalizar a aplicação das finanças e do patrimônio da Adufrj-SSind;
IV - advertir sindicalizados, em consonância com o art. 11;
V - elaborar, junto com a Diretoria, o Regimento Eleitoral para ser aprovado em Assembléia Geral;
VI - divulgar as atividades da Adufrj-SSind no âmbito de suas Unidades;
VII - implementar ações visando mobilizar a categoria para as programações e lutas da Adufrj-SSind;
VIII - convocar Assembléia Geral para a eleição da Diretoria Provisória, no caso de vacância de toda a Diretoria, conforme o disposto no § 1º do art. 24;

Art. 23. Considerar-se-á impedimento definitivo de representan-

tes do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind a ocorrência de:

I – renúncia;
II - situações previstas no art. 14;
III - exclusão do quadro de sindicalizados;
IV – violação deste Regimento Geral;
V - destituição pelos sindicalizados da sua Unidade, conforme o disposto no § 5º do art. 20;

Capítulo IV - Da Diretoria

Art. 24. A Diretoria, órgão executivo da Adufrj-SSind, é composta por 7 membros: Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos para um mandato de dois anos pelo voto direto e secreto dos sindicalizados da Adufrj-SSind.

§ 1º. Em caso de vacância de toda a Diretoria, o Conselho de Representantes convocará a Assembléia Geral, que elegerá uma Diretoria Provisória e convocará eleições em um prazo de 20 a 40 dias para completar o mandato da gestão correspondente.

§ 2º. A duração do mandato dos membros da Diretoria referida no caput deste artigo será ajustada para atender o disposto nos artigos 42,43 e 62.

Art. 25. À Diretoria, coletivamente, compete:

I - representar a Adufrj-SSind e defender os interesses da categoria perante os poderes públicos e administrações da UFRJ;
II - cumprir e fazer cumprir este Regimento Geral, bem como as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes;
III - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas administrativas da Andes-SN, bem como as deliberações de seus Congressos e Conselhos, que não conflitem com deliberações da Assembléia Geral;
IV – representar a Adufrj-SSind, seus sindicalizados e os docentes da UFRJ, em juízo ou fora dele, podendo nomear, para tal, mandatário por procuração;
V - gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Regimento Geral e das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes;
VI - organizar os serviços administrativos internos da Adufrj-SSind;
VII - elaborar Relatórios Anuais de suas atividades financeiras e balanços que serão submetidos ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia Geral;
VIII - elaborar orçamento anual a ser apresentado ao Conselho de Representantes e, após pronunciamento deste, à Assembléia Geral;
IX - advertir sindicalizados, conforme o art. 11;
X - aplicar as sanções disciplinares, nos termos deste Regimento Geral;
XI - elaborar, junto com o Conselho de Representantes, o Regimento Eleitoral para aprovação da Assembléia Geral;
XII – elaborar as convocações e as ordens do dia das Assembléias Gerais e do Conselho de Representantes;
XIII- divulgar, por meios próprios ou através dos veículos de comunicação de massa, as atividades da Adufrj-SSind;

Art. 26. Compete ao Presidente:

I - representar a Adufrj-SSind, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes a outro diretor em efetivo exercício;
II - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral, Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - dar cumprimento às deliberações das instâncias da Adufrj-SSind referidas nos incisos I, II e III do art. 13;
IV – praticar os atos administrativos necessários ao atendimento das finalidades da Adufrj-SSind, ressalvado o que for expressamente reservado neste Regimento Geral a outros órgãos;
V - admitir e dispensar funcionários da Adufrj-SSind;
VI - assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, cheques e outros documentos financeiros emitidos pela Adufrj-SSind;
VII - assinar, após aprovação das instâncias competentes, contratos e convênios em nome da Adufrj-Sind;
VIII - convocar as eleições da nova Diretoria e do Conselho de Representantes;
IX - assinar a correspondência oficial e, juntamente com o 1º Secretário, toda a correspondência que estabeleça obrigações para a Adufrj-SSind.
Art. 27. Compete aos Vice-presidentes, pela ordem, assumir a

presidência no caso de falta, impedimento ou afastamento definitivo do Presidente.

Art. 28. Compete ao 1º Secretário:

I - elaborar e organizar a correspondência da Adufrj-SSind;
II - secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria;
III - responsabilizar-se pelo arquivo da Adufrj-SSind;
IV - substituir, sem prejuízo de suas funções, o presidente, o 1º e 2º Vice-presidentes, no impedimento eventual destes.

Art. 29. Compete ao 2º secretário substituir o 1º secretário no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.

Art. 30. Compete ao 1º Tesoureiro:

I - ter sob sua responsabilidade os bens e valores da Adufrj-SSind;
II - administrar as finanças da Adufrj-SSind;
III – elaborar balancetes trimestrais e balanço anual, que serão apresentados à Diretoria e submetidos ao Conselho de Representantes;
IV - ser responsável pelo recebimento e pagamento de despesas;
V - movimentar, juntamente com o Presidente, as contas bancárias da Adufrj-SSind;
VI - assinar, juntamente com o presidente, cheques e outros documentos financeiros da Adufrj-SSind;

Art. 31. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro no caso de falta, impedimento ou afastamento deste.

Art. 32. Os membros da Diretoria da Adufrj-SSind poderão ter outras atribuições além das previstas neste Regimento Geral, desde que decididas pela Diretoria em reunião.

Art. 33. Considerar-se-á impedimento definitivo de membros da Diretoria da Adufrj-SSind a ocorrência de:

I - renúncia;
II - licença ou afastamento da UFRJ por período superior a três meses, exceto em caso de doença;
III - exclusão do quadro de sindicalizados da Adufrj-SSind;
IV - situações previstas no art. 14;
V - malversação e/ou dilapidação do patrimônio da Adufrj-SSind;
VI - violação deste Regimento Geral;
Vil - destituição do cargo pela Assembléia Geral, conforme o disposto no art. 56;

Parágrafo único. A perda do mandato com base nos incisos V e Vi deste artigo só poderá ser decidida em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, por deliberação de, no mínimo, 3/4 dos sindicalizados presentes, sendo assegurado amplo direito de defesa.

Título IV - Dos processos eleitorais

Capítulo I - Dos princípios gerais

Art. 34. Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da Adufrj-SSind são a democracia, a igualdade de condições para todos os candidatos e o direito à divergência.

Parágrafo único. O Regimento Eleitoral deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em Assembléia Geral.

Art. 35. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

Art. 36. São eleitores todos os sindicalizados da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 37. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. À Comissão Eleitoral compete elaborar normas específicas das eleições, respeitando o disposto no Regimento Eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos, bem como proclamar os resultados.

Art. 38. As eleições serão realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind,

com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Parágrafo único. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Capítulo II - Da eleição para a Diretoria

Art. 39. A eleição para a Diretoria será realizada através de escrutínio universal, direto e secreto.

Art. 40. Pode candidatar-se a cargo na Diretoria qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedada a recondução como membro da Diretoria da Adufrj-SSind de qualquer membro da Diretoria por mais de uma vez consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Art. 41. As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da Adufrj-SSind, até 30 dias antes da data da realização da eleição, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.

§ 1º. Só será permitida a inscrição de chapa que contenha, no máximo, 2 membros da Diretoria anterior.

§ 2º. Na hipótese da eleição ter sido convocada na forma do parágrafo único do artigo 38, as chapas deverão ser inscritas até 20 dias antes da data da realização da eleição.

Art. 42. Caso nenhuma chapa se inscreva dentro do prazo previsto, a Assembléia Geral deliberará sobre a prorrogação do prazo para inscrição de chapas e novas datas para a eleição e para a posse da Diretoria eleita.

§ 1º. As novas datas de eleição e de posse da Diretoria eleita devem garantir um mínimo de 20 dias entre o término do prazo para inscrição de chapas e a eleição, e um mínimo de 30 dias entre a eleição e a posse da Diretoria eleita.

§ 2º. O mandato da Diretoria anterior fica automaticamente prorrogado até a posse da Diretoria eleita.

§ 3º. O mandato da Diretoria eleita será reduzido de forma a encerrar-se na data prevista para a posse da Diretoria seguinte, de acordo com o art. 43.

§ 4º. Este procedimento poderá ser repetido quantas vezes assim for deliberado pela Assembléia Geral.

Art. 43. A Diretoria eleita tomará posse em Assembléia Geral convocada para este fim, no primeiro dia útil após o dia 14 de outubro do ano da eleição, data em que também se encerrará o mandato da Diretoria anterior.

Capítulo III - Das eleições para o Conselho de Representantes

Art. 44. As eleições para o Conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto, e secreto.

Art. 45. Pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo permitida uma única reeleição consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Art. 46. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, poderá, a qualquer momento, ser realizada eleição para esse cargo, para completar o mandato anterior.

Título V - Do patrimônio

Art. 47. Constituem patrimônio da Adufrj-SSind:

I - as contribuições dos sindicalizados;
II - doações e recursos que lhe sejam destinados;
III - bens móveis e imóveis adquiridos pela Adufrj-SSind;

IV - rendimentos de publicações, cursos, prestação de serviços e outros meios que venha a realizar ou implementar;
V- rendimentos de aplicações financeiras.

Parágrafo único. O acervo patrimonial da Adufrj-SSind é da sua exclusiva propriedade e por esta é gerenciado.

Art. 48. A aquisição, alienação ou aceitação de bens imóveis, só poderá ser efetuada com a aprovação da Assembléia Geral.

Art. 49. Em caso de dissolução da Adufrj-SSind, o destino de seu patrimônio será decidido pela Assembléia Geral que a dissolver, na forma do disposto no art. 57.

Título VI - Das disposições finais e transitórias

Capítulo I - Das disposições gerais e finais

Art. 50. Os cargos de qualquer instância da Adufrj-SSind serão exercidos sem qualquer tipo de remuneração, ressalvado o ressarcimento de despesas efetuadas, com o devido comprovante, para o desempenho das atividades da entidade.

Art. 51. Os membros da Diretoria que representarem a Adufrj-SSind em transações que envolvam responsabilidades primárias não serão pessoalmente responsabilizados pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.

Art. 52. Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responde subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.

Art. 53. A Adufrj-SSind poderá se filiar a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos contidos neste Regimento Geral e no Estatuto da Andes-SN desde que a filiação seja aprovada em Assembléia Geral em cuja ordem do dia conste essa matéria.

Art. 54. Qualquer taxa compulsória sindical, não deliberada por suas instâncias competentes, recebida pela Adufrj-SSind, deverá ser devolvida àqueles de quem foi recebida, na forma definida pela Assembléia Geral e/ou pela Andes-SN.

Art. 55. A reforma do presente Regimento Geral só poderá ser feita em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 10% dos sindicalizados no gozo de seus direitos previstos neste Regimento Geral e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

Art. 56. Qualquer membro da Diretoria da Adufrj-SSind poderá ser destituído por Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 20% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

Art. 57. A Adufrj-SSind poderá ser dissolvida por Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 50% dos sindicalizados no gozo de seus direitos e por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sindicalizados presentes.

Art. 58. Os casos omissos neste Regimento Geral serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 59. O presente Regimento Geral entrará em vigor a partir da data de seu registro junto ao órgão competente, concomitantemente à sua publicação, após sua aprovação em Assembléia Geral da Adufrj-SSind.

Capítulo II - Das disposições transitórias

Art. 60. São sindicalizados da Adufrj-SSind todos os associados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ).

Art. 61. A Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj do biênio 1995/1997 são, respectivamente, a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, até a posse dos novos eleitos.

Art. 62. O término do mandato da atual Diretoria e dos membros do atual Conselho de Representantes dar-se-á a 15 de outubro de 1997, quando tomará posse a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes, eleitos em conformidade com este Regimento Geral para o biênio 1997/1999.

Parágrafo único. Aplica-se à sucessão da atual Diretoria o disposto nos artigos 40, 41 e 42.

Ano IV
12 a 18
de maio /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

28 meses sem reajuste salarial

Educar é libertar

A homenagem ao criador do revolucionário método de transformar, através da alfabetização, pessoas comuns em cidadãos conscientes de sua história e de sua vida.

Páginas 4, 5 e 6

Assembléia aprova transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN

Página 12

Mensagem errada no contra-cheque confunde professores

Página 12

Senador apresenta emenda instituindo cobrança de mensalidades

O senador Edison Lobão, do PFL maranhense, apresentou na última quarta-feira proposta de emenda constitucional que institui a cobrança do ensino em universidades públicas para os alunos que, segundo o senador, tenham condições de pagar. Argumentando que o governo não tem mais condições de arcar com os gastos do ensino superior, já que pelas contas do senador estes consomem mais de 50% das verbas destinadas à educação, e que a maior parte do corpo discente das universidades públicas é formada por alunos das classes média e alta, a emenda inclui um parágrafo único ao artigo 206 da Constituição Federal, sugerindo a regulamentação da matéria para que os recursos obtidos pelo pagamento das mensalidades não sejam destinados a pagamento de pessoal ou a obras "santuárias", segundo o texto de apresentação da PEC.

Desta forma, o senador peefelista assume a linha do governo de privatizar as universidades públicas, ignorando inclusive o resultado do seu pretenso método de avaliação institucional. O "provão" mostrou pelas respostas dadas ao questionário sobre a renda dos estudantes que é uma falácia dizer que as universidades públicas são freqüentadas por estudantes das classes favorecidas.

Para surpresa da oposição e de seus eleitores, a senadora Benedita da Silva também assinou a proposta de emenda, corroborando com a idéia do ensino pago e da elitização das universidades.

Andes-SN aponta problemas em emenda sobre Autonomia

A Coordenadora do Grupo Políticas Educacionais do Sindicato dos Docentes, professora Maria da Graça Bollmann, diz que apesar do parecer final da PEC 370, do deputado Paulo Bornhausen (PFL/SC), ter mantido a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, existem ameaças concretas no texto do relator.

O regime próprio de pessoal, segundo a professora, vai favorecer contratações diferenciadas entre universidades, ou até mesmo dentro da mesma instituição para a mesma função. As aposentadorias e pensões mantidas pelas universidades federais não mais serão equivalentes aos salários da ativa.

Maria da Graça lembra também que não está garantido no texto da emenda que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, de 75% do montante estabelecido pela lei vigente (art. 212 da Constituição), será destinado apenas para as instituições públicas. Com isso, os grandes beneficiados seriam mais uma vez os proprietários de faculdades particulares que poderão requerer, em pé de igualdade com as públicas, financiamento com dinheiro público.

Outra ameaça é a destinação de 10% destes 75% para o crédito educativo. Segundo a professora, isso equivale a reduzir ainda mais a verba para o ensino superior, que na prática ficaria com apenas 67,5% do tal Fundo.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

UFRJ não regulamentará doações para unidades

Ao contrário do que publicou a Revista Veja Rio (30/04), não haverá normatização das doações feitas por instituições privadas ou pessoas jurídicas para a manutenção das unidades da UFRJ, segundo a sub-reitora de Graduação da universidade, Neyde Felisberto. A discusão a respeito das doações veio à tona a partir de uma carta enviada aos pais dos alunos pela diretora da Escola de Química da UFRJ, Adelaide Souza, na qual pedia uma contribuição de R$ 250,00, alegando falta de verbas para a manutenção da unidade.

De acordo com a sub-reitora, após o incidente, o Conselho Universitário (Consuni) se reuniu para discutir o caso. Ficou decidido que a reitoria não daria aval para a regulamentação das doações, já que cabe ao governo manter o funcionamento adequado das instituições públicas, neste caso, a UFRJ.

Além disso, Neyde salientou que a Sub-reitoria de graduação, assim como as demais unidades administrativas da universidade, jamais colocaram a possibilidade de colaboração privada para a sobrevivência das unidades, em pauta. No entanto, não deixam de defender as doações para a manutenção do patrimônio universitário, tais como construção e restauração de prédios e laboratórios ou até mesmo a criação de bolsas de estudo para alunos carentes.

Mediante o alarde provocado pela polêmica, a sub-reitora acusa a mídia de ter usado o fato para retomar a discussão sobre a privatização do ensino público.Apesar da polêmica criada em torno do caso, Neyde não se sente no direito de julgar a diretora Adelaide, pois, além de desconhecer a verba destinada à Unidade e seus gastos, sabe que a decisão tomada pela diretora teve o apoio da Congregação, embora não tivesse contado com o aval da UFRJ.

Em virtude da possibilidade de privatização do ensino superior, Neyde reforça sua opinião, segundo a qual o governo tem a obrigação de respeitar a Constituição, oferecendo sempre condições às universidades públicas para a manutenção de suas atividades básicas. “A educação é uma questão de segurança nacional. Não se pode privatizar a segurança nacional, logo a educação não pode ser privatizada”, sustenta.

Consuni aprova Parque Tecnológico

A implantação de um parque tecnológico no campus da Ilha do Fundão foi aprovada por unanimidade, na última reunião do Conselho Universitário, dia 8 de maio. O parecer do representante do corpo discente Luiz Henrique Pereira Alves, que havia pedido vistas do processo na última sessão onde foi objeto de análise dos conselheiros, foi favorável ao projeto com duas exigências que foram negociadas pelo Consuni, pouco antes da votação. A primeira, era que antes que o Conselho aprovasse o projeto fosse encaminhado à Feema a elaboração de um estudo de impacto ambiental da implantação do Parque na Ilha do Fundão e na Baia de Guanabara, acatada pelo Conselho. A segunda era que no corpo diretor do Parque estivesse garantida a nomeação de um representante dos alunos, o que também foi aceito pelos demais conselheiros.

Para quem já havia esquecido do projeto, o Parque Tecnológico servirá para abrigar empresas que poderão desenvolver projetos científicos e tecnológicos, desde que vinculados academicamente com a UFRJ. Professores, estudantes e funcionários poderão ter vínculos acadêmicos e profissionais com as empresas instaladas no Parque. Outra lembrança é que no Plano Diretor do Projeto, apresentado pela primeira vez a comunidade universitária em junho de 1994 e foi alvo de críticas de alguns setores da universidade por não conter uma definição acadêmica quanto ao caráter dos projetos que seriam desenvolvidos a partir de então.

O custo da construção das instalações do parque estava estimado, na época, em U$ 4,5 milhões, que sairiam dos cofres municipais, estaduais, federais e da própria UFRJ.

Provão reprovado

O ministro da Educação, Paulo Renato, tem utilizado constantemente a mídia para tentar convencer a opinião pública de que o provão é um instrumento eficiente para a avaliação das instituições de ensino superior. Muitos aceitaram ingenuamente esta idéia na certeza de que este tipo de exame poderia contribuir para fazer um diagnóstico das universidades. No entanto, se analisarmos melhor os resultados divulgados, podemos constatar muitas distorções camufladas pela propaganda oficial.

A primeira distorção foi que não seria possível avaliar satisfatoriamente o desempenho de um curso através de uma única prova para um aluno desmotivado. Os estudantes sabiam que a nota do provão não iria constar em seu histórico escolar. Qual a motivação que eles tiveram para enfrentar uma prova cansativa em uma bela tarde de domingo? Nenhuma.

O boicote ao provão, uma opção legítima diante das circunstâncias, praticamente inviabilizou qualquer análise em alguns estados e distorceu os resultados globais. Segundo dados divulgados pelo MEC, 17,6% do total de 59.324 inscritos faltaram ou entregaram a prova em branco, ou seja, 10.440 alunos ficaram de fora. É um número muito alto que compromete totalmente os resultados.

Do ponto de vista qualitativo, a situação foi ainda pior. Muitas instituições públicas importantes não foram avaliadas e algumas faculdades medíocres ocuparam posições de destaque na classificação. No Rio, 9 cursos de engenharia ficaram sem conceito por causa do boicote. O curso de Engenharia Civil da UFRJ, um dos melhores do país, ocupou uma das últimas colocações na classificação pois poucos fizeram a prova. Os cursos da UERJ e da PUC também deixaram de ser avaliados. Em São Paulo, 70 dos 104 alunos da Escola Politécnica da USP entregaram a prova em branco e o curso obteve conceito D. Na Unicamp, apenas 1 dos 33 alunos de engenharia presentes respondeu às questões. As provas para os cursos de administração também tiveram problemas, principalmente no Rio, onde 24 cursos ficaram sem conceito. Em direito, 15 cursos de universidades federais, alguns muito conceituados, ficaram nas últimas colocações. O pior é que todas as provas em branco foram consideradas e reduziram bastante a nota da instituição.

Apesar de tantas incoerências, o MEC divulgou o famigerado ranking dos melhores e piores cursos tomando por base apenas o resultado das provas. Esta classificação somente comprovou o que todos já sabiam: as universidades públicas são as melhores. De acordo com estes dados, 28,4% dos alunos das instituições federais obtiveram conceito A, quase cinco vezes mais do que os 6,2% dos estudantes das faculdades privadas que obtiveram este mesmo conceito.

A verdade é que o provão está impregnado de toda uma concepção empresarial, conforme foi muito bem retratada por um ideólogo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que comparou o provão a uma "montadora que checa os automóveis na saída e dessa forma detecta dificuldades no processo produtivo". Esta concepção neoliberal vai certamente direcionar a universidade para a lógica do mercado e do lucro, desvirtuando totalmente a sua função social.

A universidade não deve ser tratada como uma fábrica nem o aluno como um produto final, que deve ser submetido a um controle de qualidade. O importante é que a universidade contribua para a formação de profissionais competentes e de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades sociais.

Henrique Innecco Longo
professor da Escola de Engenharia e membro do Conselho de Representates da Adufrj

As frases:
"Eu não aceito que a ética do mercado, da venda, do lucro, que é profundamente malvada, seja a que satisfaz ao ser humano".
"Um dos grandes pecados da escola é desconsiderar tudo com que a criança chega a ela. A escola decreta que antes dela não há nada".
"Criar o que não existe ainda deve ser a pretensão de todo sujeito vivo"
"É fundamental que a educação e a saúde sejam prioridades. Não há prioridade que não se expresse em verbas"
"É preciso que haja luta"
"Educação = consciência política"
"A mudança é provocada pela luta histórica".
"O autoritarismo é uma das características centrais da educação no Brasil".

A celebração de uma vida dedicada à educação

"Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas só se libertam em comunhão". Estas palavras também não estavam desacompanhadas. Juntas, várias outras citações de Paulo Freire compunham o cenário de uma justa e emocionada homenagem ao mestre educador no ato ecumênico público de celebração a sua vida, quinta-feira passada.

Levados pelo Centro Acadêmico Paulo Freire, da Faculdade de Educação da UFRJ, os cartazes de cartolina com reflexões do mestre afixados na escadaria do IFCS lembravam trechos da obra do mais importante educador brasileiro. Como se fossem necessários.

Idealizada por amigos, admiradores e seguidores, todos fiéis, a celebração reuniu mais de cem pessoas que se revezaram na leitura de trechos de livros do educador, na declamação de poesias e nas lembranças de passagens da vasta e rica contribuição que Paulo Freire deixou à história do país e do mundo. Lágrimas não faltaram.

O discurso improvisado de um senhor negro e humilde, Heudeuberto da Costa Novais, que passava pelo Largo de São Francisco e fez questão de prestar a sua homenagem, foi um dos pontos altos da celebração.

"O que ele fez foi lutar pela educação do nosso povo, para que nós pudéssemos compreender que todos estes governos nos manipulam através do nosso analfabetismo. O que ele fez foi lutar para que hoje eu pudesse ser um cidadão, morador da favela, que luto para que nós possamos desmascarar este governo. O que este governo faz é nos explorar, para fazer o que está fazendo hoje, vendendo o nosso país".

Coroando a celebração, estas lúcidas palavras levaram à escadaria do tradicional Instituto uma lembrança viva da arte do mestre. De acordo com Frei Leonardo Boff - antes de iniciar a oração com que finalizaria o ato -, para Paulo Freire a palavra era uma pronúncia do mundo. E a pedagogia libertadora é exatamente isto: devolver a palavra às pessoas. Assim era "o homem que pensava a humanidade a partir do oprimido".

Especial

Trechos da entrevista com Paulo Freire feita pela então diretora da Andes-SN, e professora da UFRRJ, Maria Clóris Magalhães, para a revista Universidade e Sociedade número 1, de fevereiro de 1991.

A Universidade não tem sido um tema tratado por você com frequência, pelo menos de modo explícito. Entretanto a educação como prática da liberdade tem relaçào com a Universidade democrática. Como você vê esta relação?

De fato, explicitamente, não tenho falado muito da Universidade mas implicitamente sim. Isto não quer dizer que não me preocupe ou não goste da Universidade, aliás eu sou um professor universitário. O problema da universidade brasileira é que ela tem sido, em todos estes anos, elitista, autoritária e distanciada da realidade. Veja o problema do analfabetismo. Ela simplesmente o ignora, passa ao largo. É verdade que existem exceções. A Universidade Federal da Paraíba vem se preocupando com o problema mas é preciso que outras, também, se voltem para estudar, pesquisar o problema da alfabetização de adultos e crianças. Embora o analfabetismo não seja um problema apenas pedagógico, a formação de nossos professores, por exemplo, precisa ser mais cuidada. É preciso que leiam autores como Emília Ferreiro, Vigolsky Snyders e outros. Mas é importante que os textos sejam contextualizados. É preciso ler o mundo, ler a realidade de modo crítico. É preciso que a leitura da palavra seja precedida da leitura do mundo e, este não é um problema apenas da alfabetização, como possa parecer a alguns. Na universidade, às vezes, os professores esquecem totalmente esta questão. Veja, quando o aluno trabalha com um texto, ele às vezes sequer contextualiza este texto. É necessário que ele situe o autor no tempo, que compreenda o momento em que o autor escreveu e relacione com o momento atual do leitor. Educador e educando precisam superar a postura ingênua e vivenciar uma prática concreta de construção da história.

Em relação à questão da democracia é preciso muito mais, é preciso democratizar a universidade por dentro e por fora. É preciso que um maior número de trabalhadores tenha acesso à universidade mas também as relações internas da universidade precisam ser democratizadas. Não basta eleger os dirigentes. Às vezes, nos apegamos a um certo ritualismo mecânico e não avançamos na democratização das relações entre os diferentes segmentos da universidade. As relações entre professores e alunos precisam ser, de fato, relações educativas, dialógicas.

*No seu livro **Medo e Ousadia** você diz que os professores deveriam ter nas mãos, através de suas organizações, não só a defesa dos salários, mas o processo de sua formação permanente. Fale sobre esta questão.*

Estou convencido, em primeiro lugar e nisto não estou só, de que a luta dos professores e professoras, jamais deixando de lado a reivindicação salarial, deve ir mais além dela. Ir mais além da reivindicação salarial significa lutar por melhores condições de trabalho que, proporcionando maior conforto às educadoras e educadores lhes ofereçam caminhos à criatividade. O descaso a que vem sendo relegada a educação entre nós é tal que se torna fácil reconhecer quão difícil é deixarmo-nos tocar pela paixão de mudar, de refazer, de criar, o que nos empurraria a ir mais além da reivindicação salarial.

É neste sentido que a clareza política em torno do que fazemos como educadores ou educadoras, em torno do nosso sonho que é político, se impõe a nós como necessidade do nosso que fazer. Quanto mais criticamente claros nos tornamos em face de, a favor de que e de quem, contra que, e contra quem somos educadores, tanto melhor percebemos que a eficácia de nossa prática exige de nós competência científica, técnica e política.

Jamais uma sem a outra. Jamis clareza política sem saber científico. Jamais este com ares de descomprometido. Na linha destas reflexões é que me parece fundamental o papel político-pedagógico das en-

tidades da categoria. Tudo o que puder ser feito como contribuição à formação permanente de seus quadros numa prática e numa visão que não dicotomize o político do científico, deve ser feito.

Falando das perspectivas da educação, você apontava como fundamental neste final de século a tarefa da libertação e a prática educativa como processo de resgate da liberdade. Como se dá este resgate?

Penso que a liberdade, como gesto necessário, como impulso fundamental, como expressão de vida, como anseio quando castrada, como ódio quando explosão de busca, nos vem acompanhando ao longo da história. Sem ela, ou melhor, sem luta por ela, não é possível criação, invenção, risco, existência humana. O que ameaça a liberdade é o arbítrio que, despótico, se faz autoritarismo.

Há sempre ameaças rondando a liberdade que, por isso mesmo, precisa estar desperta. A libertação é o processo permanente de busca da liberdade que não é ponto de chegada mas sempre de partida.

Se hoje faminto e cansado, preciso de pão e repouso, amanhã, alimentado e dormido, descubro que preciso de som, de imagem, de palavra escrita. Ontem, precisado do fundamental para viver, não percebia o significado do ato arbitrário que fez mudar uma estação de rádio ou silenciou um jornal ou proibiu a venda de um livro.

A luta pela liberdade implica um mínimo de sentimento e de percepção da falta de liberdade. Esta luta vem dando sentido à minha prática de educador. Lutar pela libertação, como busca permanente, é a forma que encontro neste final de século, para ser autenticamente gente.

Leonardo Boff, fala ao Jornal da Adufrj sobre a perda do mestre e companheiro

Qual é o papel da universidade na construção de uma sociedade democrática?

A universidade é o lugar privilegiado da reprodução do sistema, onde o sistema forma seus quadros, cria seu processo de reprodução intelectual dos argumentos e dá consistência aos interesses dominantes da sociedade.

Historicamente na sociedade burguesa, na sociedade organizada ao redor do liberalismo político, do capitalismo econômico, ela é a chocadeira da classe dominante.

No entanto, a universidade é um corpo complexo, ela também veicula conhecimento, e todo conhecimento traz luz, toda luz é libertadora. Por isso, ela sempre teve junto ao seu lado reprodutor das relações dominantes, uma função crítica, de inovação, de permitir a emergência da contestação e do novo.

Foi exatamente Paulo Freire um dos principais formuladores da educação como prática de liberdade, que deve ser conquistada num processo de libertação. Numa ação teórica e prática que cria a liberdade.

Só que ele deixou um desafio para a universidade, para ela organizar dois tipos de relações fundamentais, sem as quais ela deixa a sua universalidade. Que é uma fidelidade fundamental a todo saber, a verdade do saber, a insaciável busca do saber. E o saber cada vez mais amplo, cada vez mais acumulado, o diálogo com outro saber.

Por outro lado, a responsabilidade ética do saber, por ser uma instância de transformação, de conexão com a sociedade, especialmente a sociedade mais marginalizada e sofrida. Então, o saber não só como liberdade do espírito, mas libertação social.

Paulo Freire sempre pensou e articulou estes dois saberes, e por isso, mais do que legitimar as universidades existentes, ele lançou um desafio para que elas entrem num processo de mudança e sejam um grande fator de resgate da cidadania, da liberdade que foi sempre negada às grandes maiorias do povo brasileiro.

Como ela tem reagido frente a este desafio?

A universidade como tal, não se faz espaço de troca de saber e de saber libertador. Ela é fundamentalmente produção de profissionais que fazem funcionar a sociedade existente.

Mas em todas elas também há setores, segmentos críticos, especialmente nas faculdades de Educação, Ciência Política, Filosofia, e também em setores importantes da medicina.

Setores que se dão conta que a medicina e a saúde e a doença é uma dimensão coletiva da sociedade, e por isso assumem a medicina como um processo social de criar relação, que tem como efeito a saúde física, mental, espiritual do ser humano.

Então, há setores importantes no meio acadêmico que são libertários e que têm em Paulo Freire uma referência permanente de uma força inspiradora e legitimadora.

Rápidas

Oposição "apita" e faz governo recuar

Graças ao uso do apito, a oposição - PT, PDT, PC do B e PSB - paralisou na última quarta-feira, dia 7, a votação dos destaques da reforma administrativa, que foi adiada para o dia seguinte e fez o governo recuar na investida contra a estabilidade do servidor público. A rebelião, no entanto, não ficou restrita aos apitos. Os deputados Carlos Santana (PT/RJ) e Elton Rohnelt (PSC/RS) chegaram a trocar socos no plenário.Ao reabrir a sessão no final da tarde, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, foi surpreendido por verdadeiro apitaço: deputados dos partidos de oposição organizaram um manifesto barulhento contra a atitude de Temer de continuar a votação depois de ter suspenso quatro destaques para votação em separado (DVS) da oposição, o que obrigou o presidente da Câmara a suspender a sessão.

A rebelião oposicionista foi definida na manhã do dia 7. Ficou decidido que todos os trabalhos da Câmara dos Deputados seriam obstruídos como forma de pressionar o governo contra o golpe dado pelos governistas na véspera.

Manobra

Ao constatar que não conseguiria os 308 votos necessários para para derrubar importantes destaques da oposição, o governo - através de manobra articulada pelo líder do PFL, Inocêncio Oliveira e o presidente da Câmara, Michel Temer - remeteu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) uma questão de ordem, cuja consequência será a aprovação da emenda da reforma administrativa, com a quebra da estabilidade, por maioria simples (257 deputados) e não com quórum qualificado (308 votos), como determina a Constituição. Durante a tarde, o bloco de oposição elaborou um documento em que denunciava "a escalada autoritária do governo Fernando Henrique, depois da perda de apoio da sociedade e da falta de controle sobre sua base de sustentação no Congresso".

O "apitaço" da oposição fez efeito e a bancada governista teve que recuar na investida contra a estabilidade. A manobra regimental foi arquivada devido a atitude, considerada por uns violenta, mas providencial, da oposição durante a tentativa de votação da quarta-feira.

As lideranças dos partidos da oposição também cederam. Não vão mais questionar, pelo menos no primeiro turno, as possiblidades de demissão de pessoal apresentadas na emenda: insuficiência de desempenho e excesso de gastos com folha de pagamento. Mas, a oposião promete propor a retirada imediata do dispositivo que trata da demissão de funcionários estáveis e do aumento de dois para cinco anos do prazo para que o servidor conquiste a estabilidade.

Programe-se

Conferência Nacional de Direitos Humanos *- Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, nos dias 12 e 13 de maio.*

Igualdade de Oportunidades para Negras e Negros das Américas*. Conferência promovida pela CUT e o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir). O evento será realizado em Belo Horizonte, no dia 13 de maio, e as informações para participação estão a cargo da CUT/MG.*

Seminário Nacional de Formação Sindical e Encontro do Setor das Particulares da Andes-SN*, na Aducape, em Recife, nos dias 16 a 18 de maio.*

Reunião do Grupo de Trabalho de Política Sindical da Andes-SN*, nos dias 17 e 18 de maio, em Recife.*

Servidores Públicos acompanham reforma em Plenário

Setor das Federais da Andes-SN propõe paralisação no dia 21 ou 27 de maio

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Cenesf) acompanhou as decisões tomadas na Câmara dos Deputados durante a votação da reforma administrativa. Vários representantes de funcionários conseguiram inclusive furar o bloqueio da seburança e assistir ao embate no plenário, das galerias.

Cnesf propõe plenária nacional

Em reunião realizada na quarta-feira mesmo, a Cnesf decidiu intensificar a pressão ao parlamento, conclamar os servidores a manter seus representantes de base em Brasília nas próximas duas semanas e convocar, em caráter extraordinário, uma plenária nacional para o dia 18 de maio, também na capital federal. A coordenação vai realizar também uma reunião nacional dos servidores das três esferas (estadual, municipal e federal), provavelmente no dia 19, data ainda a ser confirmada.

Em decorrência disto, a Coordenação do setor da federais da Andes-SN transferiu a reunião dos dias 11 e 12 de maio, que seria realizada em Belo Horizonte, para 16 e 17, em Brasília.

Neste encontro, serão definidos a Campanha Nacional em Defesa da Autonomia e do Salário e o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública, com paralisação no dia 21 ou 27 de maio.

Decisão sobre a venda da Vale é adiada

Agência Andes (Brasília) - Foi adiada, na última quinta-feira, por pedido de vistas do ministro Nelson Jobim, a decisão do Supremo Tribunal federal sobre a liminar de ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pelo PT, PDT e PSB contra alterações provocadas na Lei 8.031/90, que instituiu o programa Nacional de Desestatização (PND). Com isso, a privatização de empresas estatais atuantes na pesquisa e lavra de recursos minerais - como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce - terá de esperar mais um pouco.

O pedido de Jobim nasceu em função do parecer do relator, ministro Neri da Silveira, que não concordou com a mudança promovida pelo Executivo através de medida provisória e decreto - no artigo 13 da lei do PND, o qual permite a participação de pessoa física ou jurídica estrangeira na aquisição de sociedades de economia mista atuantes no setor de mineração.

Segundo o relator, a participação do capital externo na privatização de estatais da área é vedada pelo artigo 176 da Constituição Federal. Além disso, outro dispositivo incluído no texto constitucional em 1995, que proíbe a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição e alterado naquele mesmo ano, reforça o argumento de Neri da Silveira.

Também ficou suspenso, já no final da sessão plenária, o exame definitivo de uma outra ação (Adin562), proposta em 1991 e movida pelo PSB, contra toda a Lei 8.031/90, que fixa as regras da privatização.

Opinião

Um tal de Jorge

Lembrei-me da história que Jorge me contou há algum tempo. Disse-me Jorge, com seu modo meio caipira, que passara parte de sua vida trabalhando duro para conseguir ter o seu próprio negócio e assim poder dar a seus filhos um futuro mais digno. Foi com sua determinação (pois se lhe faltava estudo não lhe faltava gana) que, finalmente, lá pelo início dos anos 50, conseguiu realizar seu sonho de abrir o próprio negócio. O tempo passou e apesar dos problemas Jorge foi aumentando seu patrimônio. Era uma máquina aqui uma caixa de peças ali e assim ia ele, mesmo que às vezes (como diziam alguns de seus vizinhos) com pouca eficiência ele ia acumulando a sua riqueza. A idade foi chegando e pressionado por parentes e vizinhos Jorge resolveu contratar um gerente, que poderia em pouco tempo equacionar suas dívidas, modernizar sua loja e inseri-lo no complexo de lojas do bairro. Assim foi feito. O Gerente, homem insinuante, muito culto, poliglota e muito bem falante assumiu os negócios de Jorge e de início propôs a reforma da loja; a redução do número de empregados; o congelamento dos salários etc... De pronto Jorge ficou fascinado com o jeitão do moço e se acomodou. De repente a surpresa: alegando que Jorge e seus filhos não tinham competência, que eram ineficientes e que a loja não rendia o que devia o gerente vendeu a loja de Jorge. Foi um choque terrível ver o fruto de seus 50 anos de trabalho se acabar. Jorge ficou desesperado e, envergonhado, reuniu todos os filhos e, como nada mais lhe restava a não ser a vergonha, pediu desculpas. Hoje, Jorge e seus filhos vivem à mingua, trabalhando como empregados do grupo que comprou sua loja, tornando-se alvos das chacotas dos vizinhos.

Esta história me veio à cabeça por conta da venda da Vale. Me senti um pouco "Jorge". Do mesmo jeito, nós trabalhamos duro, passamos por graves crises, muitas vezes somos humilhados, por diversas vezes severamente castigados, mas com tudo isso conseguimos em 50 anos juntar um pouco de petróleo aqui, um punhado de ouro ali, uma montanha de ferro acolá e assim acumular um belo patrimônio para poder dar a nossos filhos um pouco mais de conforto e a dignidade que para maioria de nossos "Jorges" sempre faltou. E o que nos acontece? Vem um outro Gerente e em nome da modernidade, da eficiência e de nossa inserção no mundo moderno, resolve se desfazer de todo o nosso patrimônio, conseguido com nosso esforço, com nosso trabalho e com o nosso suado dinheirinho. Pois bem. Só me resta fazer como Jorge, pedir desculpa aos meus filhos e aos filhos de todos os "Jorges" de nosso país.

RUI F.R.PEREIRA
Um brasileiro indignado

Reitor da Federal do Pará faz de tudo para nomear seu candidato

Legislar em causa própria é uma prática que está sendo levada ao pé da letra pelo reitor da Universidade Federal do Pará, Marcos Ximenes Ponte. Para legitimar a "virada de mesa" e incluir seu candidato - derrotado nas urnas - na lista tríplice a ser enviada ao MEC, numa atitude digna dos tempos da ditadura militar, Ximenes Ponte não hesitou em requisitar a Polícia Federal e o Batalhão de Choque de Belém.

No início deste ano, o Colégio Eleitoral da UFPA decidiu não realizar a consulta à comunidade universitária. A lei determina que, caso a consulta seja realizada pela instituição, necessariamente tem que ser feita pelo modelo da proporcionalidade, nos moldes previstos pela Lei 9.132/95 - que determina um peso de 70% aos votos dos professores. Por isto, o Colégio Eleitoral delegou a prerrogativa de consulta às entidades representativas dos docentes, discentes e técnico-administrativos.

As entidades então se mobilizaram e criaram um fórum para elaborar o regimento do processo de consulta. O modelo adotado para a consulta, proposto pela Adufpa-Seção Sindical, estabeleceu, entre outros, o voto universal, apesar de cédulas diferenciadas por categoria, e a determinação de, ao inscrever a chapa de reitor e vice-reitor, cada candidato deveria apresentar à Comissão Eleitoral os outros dois nomes que comporiam - juntamente com o seu - a lista tríplice a ser encaminhada ao Colégio Eleitoral.

Este mesmo processo, adotado nas duas eleições anteriores - que inclusive elegeu Ximenes Ponte -, credenciava a UFPA como uma das mais democráticas universidades. Desta vez, três chapas se candidataram, duas de oposição e a outra representando a situação - por sinal, há onze anos administrando a universidade.

15.684 eleitores compareceram às urnas - 85% dos docentes, 80% dos técnico-administrativos e 35% dos estudantes -, escolhendo para reitor o professor Nazareno Noronha, com 5.708 votos. Em segundo, ficou o professor Emmnuel Tourinho, com 5.284 votos e por último, o candidato da situação, Cristóvam Diniz, que recebeu 4.662 votos.

A eleição se realizou nos 22 e 23 de abril, e a contagem dos votos se encerrou às 4h30 do dia 24. Naquela mesma manhã já circulava no *campus* da UFPA um documento anunciando que o candidato Cristóvam havia ganho em duas categorias e, por isto, era o novo reitor. O candidato mais votado ganhou mas não querem deixar que ele leve.

Bombas e metralhadoras

Duas das reuniões do Colégio Eleitoral para compor a lista tríplice foram abortadas pelo reitor Ximenes, que tenta fazer com que seu candidato venha a ser o indicado pelo próprio Colégio. Nestas ocasiões, policiais fardados com roupas mais apropriadas a operações especiais, encapuzados e portando metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio "invadiram" o *campus*, chamados pelo reitor.

Na última reunião do Colégio Eleitoral, realizada no dia 30 de abril, o reitor chegou a iniciar o processo de escrutínio único para compor a lista tríplice, processo que foi sustado pelos conselheiros. "Quando subimos para a sessão, o reitor já tinha iniciado o processo de votação sem qualquer discussão. A gente sentiu o clima de golpe e inviabilizamos a sessão", relatou o diretor-geral da Adufpa-Seção Sindical, Jorge Filgueiras. Por enquanto, Jorge disse que eles estão aguardando o parecer de um grupo de advogados para decidir as próximas atitudes.

Assembléia aprova Seção Sindical

O primeiro e mais importante passo para a transformação da Adufrj em uma seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) foi dado. Pelo resultado da votação da proposta de transformação apresentada pela diretoria da AD, o *quorum* mínimo de 10% do total de associados exigido pelo atual estatuto (art. 49) foi ultrapassado e o regimento proposto para a Seção Sindical foi aprovado por 335 votos a favor, 12 contra e 8 abstenções, num total de 355 votantes.

Isto significa que 11% do número de associados da Adufrj - um total de 3.242 docentes - participaram desta votação. Do número de ativos (2.233), 323 votaram, ou seja, 14,5% dos docentes participaram do processo. O percentual de inativos que votaram (3,2% dos 1.009 associados) foi muito menor, dada a dificuldade de acesso às sessões, pois muitos já não frequentam os *campi*. Para receber os votos dos professores aposentados, foi realizada uma reunião na Praia Vermelha, durante a qual foi instalada uma das sessões. Não foram retirados deste total de associados aptos a votar os docentes que estavam afastados da universidade durante o período em que se estendeu a Assembléia. Foram dezenove sessões de votação, realizadas em diversos locais da universidade, na Praia Vermelha, no Centro e na Ilha do Fundão.

Os próximos passos para a transformação definitiva serão uma consulta plebiscitária para referendar o processo, com envio de cédulas aos associados entre 28 de maio e 17 de junho; o registro da alteração no cartório do Rio onde está registrado o Estatuto da Adufrj; a homologação da transformação pela diretoria da Andes-SN e o registro do Regimento Geral da Seção Sindical no cartório de Brasília onde está registrado o Estatuto da Andes-SN. Mas ainda não é tudo, durante o próximo Congresso da Andes-SN, em Porto Alegre, no mês de fevereiro de 1998, haverá o referendo da homologação pelos delegados presentes.

Esclarecimentos

A Adufrj continua, por enquanto, sendo uma associação. Embora o artigo 1º do Regimento aprovado determine a data de 1º de junho deste ano para a transformação, o processo só vai terminar realmente quando a Andes-SN homologar a transformação. A comissão de apoio à transformação se reunirá nesta quinta-feira, dia 15, às 14 horas, para preparar as próximas etapas.

Lembramos que a contribuição financeira dos associados não foi alterada com a transformação. A política de finanças da Andes-SN é cobrar 1% do salário (no caso dos docentes servidores federais, das parcelas relativas a vencimento e GAE). No entanto, isto terá que ser decidido em Asembléia Geral da Adufrj. A diretoria pretende apresentar sua proposta acompanhada de demonstrativo detalhado de receitas e despesas e da análise do impacto da mudança de critério.

Jurídico

Mensagem no contra-cheque

Ao contrário do que se esperava, o restabelecimento da liminar obtida pela Adufrj - que garantira o pagamento do abono pecuniário em janeiro deste ano - não encerrou a sequência de equívocos gerados pela administração universitária.

"No pagamento de maio/97 haverá ressarcimento do abono pecuniário'. A mensagem, impressa nos contra-cheques do mês de abril, recebidos no início da semana passada, é mais um nesta contabilidade de absurdos.

Na reunião realizada em 11 de abril - exatamente para tratar deste assunto - com o reitor e integrantes de sua equipe, a diretoria da Adufrj foi comunicada de que a reitoria tentaria suprimir a mensagem. Caso isto não fosse possível, a reitoria se encarregaria de distribuir um comunicado, junto com o contra-cheque, para esclarecimento da comunidade.

A reitoria, no entanto, se limitou a enviar uma circular às chefias de pessoal das Unidades, delegando a estas a tarefa de orientação aos servidores. A maioria das Unidades não repassou esta informação aos seus docentes, provocando uma saraivada de telefonemas à sede da Adufrj.

Toda esta desnecessária confusão teve origem na iniciativa da Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR4) de incluir a mensagem nos contra-cheques quando a liminar da Adufrj estava suspensa, sob alegação de que o Mare, ignorando os impedimentos legais, avisara que procederia ao desconto.

A reitoria havia notificado a Adufrj de que os docentes deveriam devolver o abono em 30 dias, mas a entidade representativa dos docentes respondera que a notificação deveria ser feita pela UFRJ diretamente aos docentes. Até porque a Adufrj não admitia, por ser ilegal, o desconto em folha. Assim como até hoje não foi informada sobre quem recebeu o abono, apesar de inúmeras vezes ter solicitado esta informação.

Outra providência prometida pela reitoria e ainda não cumprida é a correção da "troca" do mandado de segurança da Adufrj pelo do Sintufrj, erro cometido no contra-cheque de março dos professores filiados simultaneamente às duas entidades.

Ano IV
19 a 25
de maio /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

28 meses sem reajuste salarial

Assembléia Geral da Adufrj

Pauta:

1) Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública: paralisação dia 21 pela autonomia e pelo salário
2) Extensão administrativa do reajuste de 28,86% concedido pelo STF

Terça-feira, 20 de maio, às 10h, no Auditório da Escola de Serviço Social *Campus* da Praia Vermelha

Ação dos 28,86% não é só judicial

Tudo sobre o processo na página 8

Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública

Nesta quarta-feira, dia 21, o Centro da cidade vai ser tomado por uma passeata pelo Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, organizado por várias entidades. Diversas Associações de Docentes/Seções Sindicais do Rio programaram manifestações. A Fasubra-Sindical também. A UNE e a Ubes estão organizando simultaneamente o ato "Pare o Brasil ou Pare de Estudar", contra a PEC 370, da Autonomia Universitária do governo, e contra o projeto do senador Edson Lobão, que institui a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. O DCE Mário Prata da UFRJ vai se concentrar às 11h na Candelária para a passeata que percorrerá as ruas do Centro até o prédio do MEC, no Palácio Gustavo Capanema.

Na terça-feira, dia 20, o DCE realiza Assembléia Geral no hall do bloco A do Centro de Tecnologia. Na pauta, três itens: a PEC 370 e a situação da UFRJ; o projeto que institui a cobrança de mensalidade nas universidades públicas; e a paralisação do dia 21.

Nota da Diretoria e Conselho

Votação iminente da proposta de autonomia do governo exige firme manifestação em defesa da universidade pública

O parecer do Deputado Paulo Bornhausen sintetiza o mais duro ataque já feito à universidade pública brasileira, veja o texto:

"O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é algo puramente fantasista, um verdadeiro emocionalismo nacional, em suma, um princípio inviável e indefensável que aponta para a inviabilidade e o esgotamento de nosso modelo de ensino superior".

"A educação superior não pode centrar-se no conceito de universidade"

"A pesquisa (...) merece tratamento diferenciado, não deve capitanear nem **desvirtuar o objetivo maior da educação superior.** Se a instituição decide utilizar a pesquisa enquanto princípio educativo, orientando seus alunos a redescobrirem o conhecimento, **trata-se de uma questão metodológica,** inadequada ao âmbito da Constituição e da lei."

Com base em considerações como estas, o Relatório da Proposta de Emenda Constitucional que trata da autonomia universitária (PEC 370 A) e está para ser votado na Câmara dos Deputados introduz diversas modificações na Constituição Federal que **limitam e descaracterizam** o conceito de autonomia, ampliando a subordinação das universidades ao **governo**, por meio da criação de um **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior**. Este Fundo, embora destinado às Instituições Federais, poderá abarcar todas as instituições de ensino superior, colocando, na prática, no mesmo patamar as instituições públicas e as privadas, além de **fixar 10% de seus recursos para bolsas de estudo**. Qual é o verdadeiro propósito deste Fundo, além do aumento do fluxo de recursos públicos para as instituições privadas? O próprio relator responde: "Os recursos devem garantir a transição entre o modelo atual e o **mais autônomo para gerar recursos próprios**".

O Relatório exclui os professores do Regime Jurídico Único, facultando às administrações a contratação e a demissão de professores. Com o Orçamento Global, cada universidade terá o seu regime próprio de pessoal, com o claro propósito de dificultar a união dos docentes de todo o país.

Este relatório, evidentemente antiuniversitário e privatista, será votado por Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC370, no dia 27 de maio. A quase totalidade das entidades já se posicionou contra este parecer: Andes-SN, Crub, Fasubra, UNE etc. No entanto, o canto da sereia do Orçamento Global parece estar deixando alguns reitores da Andifes vacilantes em suas atribuições de defesa da universidade pública. É inadmissível a irresponsabilidade daqueles que colocam em primeiro lugar as suas ambições pessoais, em detrimento da instituição.

Conscientes da gravidade do momento que atravessamos, estamos propondo a firme adesão dos docentes da UFRJ no Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, através da paralisação das suas atividades e da participação nos atos públicos que estão sendo organizados em conjunto com os estudantes e servidores técnico-administrativos. Precisamos sinalizar de modo contundente ao Congresso a nossa firme rejeição ao Relatório Bornhausen e o nosso posicionamento em favor dos termos atuais do artigo 207 da Constituição Federal.

Conselho de Representantes e Diretoria da Adufrj, em 15 de maio de 1997

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Vem aí o I Encontro de Pós-Graduandos da UFRJ!

A Pós-Graduação pelos Pós-Graduandos

Vem aí o I Encontro de Pós-Graduandos da UFRJ. Ele tem como objetivo principal envolver os pós-graduandos no processo de criação da Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ). Neste I Encontro estaremos discutindo: as formas de organização e os princípios de atuação, o estatuto da entidade, a conjuntura nacional em torno da pesquisa, ciência e tecnologia e as novidades em termos de política de distribuição de verbas no Brasil.

A futura APG, por sua vez tem como proposta, organizar a atuação desse segmento universitário a nível local e nacional juntamente com outras APG's.

As APG's de várias universidades brasileiras se reúnem para formar a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) que tem atuado junto às diferentes instâncias representativas, no sentido de se fazer reconhecer o pós-graduando como membro de um segmento universitário, que tem características próprias que permitem diferenciá-lo dos outros segmentos.

O I EPG da UFRJ será realizado no dia **10 de junho** próximo no auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão. As inscrições serão feitas a partir das 8h, no local.

A Comissão Pró-APG/UFRJ, em reuniões periódicas (toda sexta às 12h30 na sala 201 do bloco D, no CT) tem promovido a organização desse I EPG e discutido vários pontos de interesse do pós-graduando da UFRJ. Além disso, a comissão tem procurado formas de ocupar o espaço do pós-graduando nos conselhos superiores da universidade. Numa tentativa de oficializar a nossa participação no CEPG, estivemos reunidos com o professor Marcos Palatnik, sub-reitor de ensino para graduados (SR-2), para tratar dos seguintes pontos:

a) Representação no CEPG

b) Apoio da SR-2 ao I EPG

c) Tutoria : pagamentos dos atrasados e perspectivas.

A representação dos pós-graduandos é prevista no estatuto da UFRJ e os representantes devem ser eleitos por meio de voto direto. No caso do CEPG são três representantes (e suplentes) com mandato de um ano. A nossa expectativa é de que durante o I EPG esses representantes e suplentes sejam eleitos e os nomes encaminhados à SR-2.

Na reunião tivemos a confirmação da SR-2 do que já vem sendo veiculado pelos corredores da UFRJ sobre as novas políticas de bolsas e financiamento de projetos das seguintes agências de fomento para 1998 :

Capes - As bolsas e verbas deverão ser distribuídas por região.

CNPq - A distribuição de bolsas será feita diretamente ao orientador.

A política de bolsas da UFRJ parece estar ligada à escassez de verbas para o ensino público que tem sido imposta pelo governo federal. Nesse sentido, foi noticiado que a universidade está restringindo o número de bolsas de Iniciação Científica de 350 para 15, e 100 bolsas de Tutoria, apesar de ser do nosso conhecimento que a SR-3 não tem pago as bolsas de tutoria e nem tem perspectivas de cumprir o compromisso assumido com os tutorandos de pagamento da cota de de dezembro de 96.

Em parte, cabe a nós discutirmos e deliberarmos sobre uma ação conjunta no sentido de defender os nossos direitos. As bolsas de mestrado e doutorado, que são vinculadas ao salário do professor, não têm sido reajustadas há mais de dois anos. O que é um ABSURDO! A tutoria vinha sendo, mais do que uma experiência voltada para a docência, um complemento ao orçamento do pós-graduando. Algumas unidades, antecipando-se ao desmonte da universidade, já vem oficializando essa especialização (em algumas unidades, entenda-se "trabalho") não remunerada, na forma de créditos obrigatórios, sem discutir com a comunidade.

A Capes, sob influência do Ministério da Educação, já vinha apontando para um novo contingenciamento de verbas para a educação. Esperamos ter deixado clara a necessidade da nossa inserção nesse espaço que devemos ter responsabilidade e direito de ocupar com poderes de discussão e decisão.

Comissão Pró-APG/UFRJ

Denúncia de suborno na votação da reeleição abala credibilidade de FHC

Agência Andes (DF) - O governo FHC e os partidos que o sustentam no Congresso Nacional já iniciaram a "operação desmonte" das investigações sobre as denúncias de suborno de cinco deputados acreanos no processo de votação da emenda da reeleição. Um dia após as evasivas do ministro das Comunicações, Sergio Motta, dez deputados do PSDB retiraram suas assinaturas do pedido de CPI que o bloco de oposição articula na Câmara. O recuo dos parlamentares tucanos é resultado de orientação do partido que, aliado ao PFL, tenta limitar a apuração do caso à comissão de sindicância instalada na terça-feira passada pelo presidente da Câmara, Michel Temer.

Apesar dos dezesseis deputados que retiraram suas assinaturas do pedido de CPI (três deputados do PFL, dois do PPB e um do PL acompanharam os tucanos), a oposição garante que já conta com o número regimental de assinaturas (171) para reapresentá-lo nesta terça-feira, dia 20. O deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), por sua vez, busca, paralelamente, os apoios para uma CPI mista, que não necessita de aprovação de projeto de resolução para funcionar, mas padece da dificuldade de alcançar 27 assinaturas no Senado.

As denúncias que abalaram a credibilidade do governo federal começaram a ser veiculadas pela *Folha de S. Paulo* terça-feira da semana passada. Gravações de conversas dos deputados acreanos Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL, com uma pessoa não identificada pelo jornal dão conta de que cada um recebeu R$ 200 mil para votar a favor da emenda da reeleição. Três outros deputados do mesmo Estado (Zila Bezerra e Osmir Lima, também do PFL, e Chicão Brígido, do PMDB) são citados por Ronivon como beneficiários do esquema, cujos pagadores, ainda segundo Ronivon, seriam os governadores do Acre, Orleir Cameli, e do Amazonas, Amazonino Mendes.

A revelação de maior impacto, porém, veio um dia depois. O deputado João Maia afirma, em uma das gravações, que o ministro das Comunicações - um dos auxiliares mais próximos do presidente Fernando Henrique - contribuiu no pagamento das propinas pró-reeleição.

Sérjão

Sérgio Motta defendeu-se contra-atacando, ao classificar de "irresponsável" o uso das gravações pelo diário paulista. O presidente da República, por seu turno, disse não acreditar no envolvimento do ministro, mas ressaltou que se houver no seu governo qualquer pessoa envolvida no esquema de suborno, será desligada.

Mas nos bastidores o governo trabalha contra o aprofundamento das investigações, que só seria possível através de uma CPI. Exemplo disso é a expulsão sumária dos deputados Ronivon Santiago e João Maia dos quadros do PFL (sem direito à defesa) e a operação desmonte da CPI. As declarações dos apoiadores do governo são todas no sentido de "limpar a honra" do Congresso através da punição exemplar dos parlamentares envolvidos. Não se fala, no entanto, em identificar, nome por nome, a outra extremidade do fio da corrupção.

Vem aí o I Encontro dos Pós-graduandos da UFRJ

"A pós-graduação pelos pós-graduandos" no dia 10 de junho, não perca.

Participe das reuniões da Comissão pró-APG/UFRJ, às sextas-feiras de 12:30 às 14h, sempre no Centro de Tecnologia, sala D-201, Fundão

Autonomia universitária deve ser votada dia 27

A proposta de emenda constitucional que altera a autonomia universitária (PEC 370) deverá ser votada no dia 27 pela comissão especial da Câmara dos Deputados.

Se o relatório do deputado Paulo Bornhausen for aprovado, as universidades federais sofrerão profundas mudanças. Vários artigos da LDB Darcy/MEC deixarão de ser inconstitucionais. Os docentes e os tecnico-administrativos sairão do Regime Jurídico Único, cada universidade poderá ter seu próprio plano de carreira, admitir, promover e demitir como bem entender, assim como manipular as verbas que conseguir obter à vontade. Ao mesmo tempo, o governo desobriga-se da manutenção do ensino superior, "liberando" as universidades para obterem e gerirem recursos próprios.

Regulamentação de MP amplia poderes do presidente

O Senado Federal aprovou, em primeiro turno, uma Emenda Constitucional proibindo a reedição das MPs. Em contrapartida, o relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB/RS), permite que o presidente da República possa legislar por decreto, sem controle do Congresso.

Com a emenda, o presidente pode decretar sobre organização e estruturação administrativa do Poder Executivo, incluindo transformação de cargos, empregos ou funções; estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública; e extinção de funções ou cargos públicos.

A emenda também aumenta de 30 para 90 dias o prazo de validade das MPs, que poderá ser prorrogado por mais de 90 dias. Caso vença este prazo e o Congresso não tenha deliberado, a medida será considerada rejeitada. O período de recesso nas casas interrompe a contagem do prazo de validade da medida provisória.

Entra em vigor Lei de Patentes

A partir desta semana, as empresas brasileiras, especialmente as farmacêuticas, poderão patentear novos produtos e microorganismos modificados geneticamente no País. Isso significa que a chamada "pirataria" de fórmulas e produtos está proibida.

Apesar disso, o relator do projeto na Câmara, deputado Ney Lopes (PFL-RN), afirmou que ainda há risco de se patentear gato por lebre. Isto porque o governo não liberou a verba necessária ao aparelhamento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), seguindo às adaptaçòes propostas pela nova lei. O texto aprovado no Congresso estabeleceu um prazo de transição de doze meses para que o INPI tomasse as providências para capacitar-se a colocar em prática a lei.

Com a nova legislação, entra em vigor o polêmico *pipeline*, um dispositivo que autoriza a concessão do pedido de patente de seu país de origem, o que significa prioridade ao fabricante sobre o patenteamento do produto. Pela lei, o *pipeline* pode ser retroativo.

Aposentadoria para professores é rejeitada

A proposta do deputado José Pinotti (PMDB/SP), segundo a qual a idade para a aposentadoria compulsória dos professores de carreira das universidades seria de 75 anos, foi rejeitada na ultima quarta-feira, dia 14, por 254 votos contra 218 e oito abstenções, na votação da Câmara dos Deputados.

Adufrj encaminhará plebiscito sobre seção sindical

A Assembléia Geral da Adufrj iniciada no dia 22 de abril e encerrada dia 8 de maio aprovou, por larga margem, a transformação da entidade em seção sindical da Andes-SN, conforme noticiamos semana passada. Mas, de acordo com o atual Estatuto da Adufrj, essa decisão ainda terá de ser referendada por um plebiscito.

Numa reunião com a diretoria, realizada na quinta-feira passada, a comissão de apoio ao processo de transformação começou a organizar o plebiscito e as próximas etapas do processo.Até o próximo dia 26, cédulas especiais - para a votação do plebiscito - serão enviadas para todos os associados, juntamente com envelopes para o retorno dos votos. Os associados deverão depositar os envelopes com os votos numa urna que ficará na sede da Adufrj até o dia 16 de junho. Nesse dia, às 10h, a urna será aberta e os votos do plebiscito apurados. Os envelopes com os votos poderão também ser enviados pelo correio ou depositados em qualquer uma das caixas de distribuição e coleta do jornal da Adufrj, espalhadas pelos *campi*. Os envelopes assim recolhidos serão colocados dentro da urna. O Estatuto da Adufrj exige "maioria simples" para a aprovação plebiscitária, mas é omisso quanto à base dessa maioria. Por este motivo e por ser o Conselho de Representantes o órgão da Adufrj competente para deliberar sobre casos omissos (artigo 24, inciso 11), a diretoria levou a questão à reunião do Conselho realizada no último dia 15. Por unanimidade, o Conselho decidiu que a transformação aprovada na Assembléia Geral será referendada caso mais da metade dos votos depositados na urna assim indicar, independentemente da quantidade total de votos recebidos.

Juntamente com as cédulas e os envelopes para votação, os associados receberão uma circular com instruções detalhadas sobre como proceder para votar, além de uma ficha para atualização de dados cadastrais, cuja devolução também será solicitada.

Direitos Humanos serão incluidos no currículo escolar

Agência Andes - Cerca de cem representantes do movimento do Grito Terra Brasil, que estiveram em Brasília, na semana passada, para discussão de questões ligadas à distribuição de terras e à problemática das minorias do País, participaram do encerramento da II Conferência de Direitos Humanos, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Em clima de confraternização, homens, mulheres, religiosos, homossexuais, educadores, índios, negros, parlamentares e policiais cantaram o Hino Nacional mostrando que é possível e viável a convivência pacífica entre os mais diferentes segmentos da sociedade.

No encontro, foram gerados doze relatórios referentes aos doze grupos de trabalho realizados durante o evento, que, mais tarde, serão reunidos e levados ao governo federal como proposta de um Plano Nacional de Direitos Humanos. De acordo com o relatório elaborado pelo grupo de trabalho de Educação e Comunicação, uma das ações prioritárias a serem tomadas para a implantação do programa diz respeito à criação de uma Comissão Nacional paritária, composta pelos Ministérios da Educação e Desporto e da Justiça (Secretaria de Direitos Humanos) para a elaboração de um Programa Interdisciplinar em direitos humanos.

Direitos no currículo

O relatório prevê que o assunto Direitos Humanos seja incluído e debatido em todas as disciplinas dos conteúdos programáticos obrigatórios nos diversos níveis de ensino em todo o país e destaca a promoção de encontros entre as universidades brasileiras para a discussão do tema. Além disso, o documento também analisa a inclusão da disciplina de Ética como obrigatória na educação de jovens e adultos e na educação à distância.

Entre as sugestões do grupo, destacam-se, no âmbito governamental, a criação de um Fundo Nacional de Direitos Humanos, para financiamento do Programa Nacional em todos os Estados da Federação e de Ouvidorias Públicas Estaduais.

A presença e a participação de quarenta oficiais da Polícia Militar de Alagoas foi um dos destaques do evento. Um deles, inclusive, atuou como relator do grupo responsável pela discussão da reforma agrária. Também estiveram presentes representantes da PM do Distrito Federal, secretários estaduais de Segurança Pública, o comandante da PM do Espírito Santo, além do diretor da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz.

Rápidas

Minas Gerais discute universidade brasileira

A regional leste da Andes-SN reúne-se nesta terça, dia 13, com os deputados e senadores da bancada mineira para elaborar um documento com as principais reivindicações do movimento docente para a Universidade Brasileira, tendo como base a proposta do Sindicato para o setor. A divulgação oficial do documento de adesão dos parlamentares será feita na abertura do III Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidades Federais de Minas Gerais, marcado para começar no próximo dia 25.

Unitrabalho tem 61 instiuições ligadas em rede nacional

Criada em 1995 e transformada em Fundação no ano passado, a Unitrabalho já possui 61 instituições de ensino superior a ela vinculadas, com a preocupação principal de construir uma ponte de informações e projetos institucionais entre as universidades e os sindicatos e entidades ligadas ao mundo do trabalho.

A Fundação já estabeleceu convênios com a CUT e a Força Sindical e já participou de inaugurações de escolas sindicais em várias entidades.

O ministério do trabalho também encomendou à Unitrabalho um projeto de avaliação da Política Nacional de Educação Profissional (PNEP) do governo. No Rio de Janeiro, participam da Unitrabalho o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Fiocruz, PUC, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, Gama Filho e a UniRio.

Grito da Terra Brasil

Trabalhadores rurais, índios, seringueiros, pescadores e atingidos pelas barragens foram a Brasília reivindicar o assentamento de duzentas mil famílias por ano e defender a reforma agrária como única forma de solucionar os graves problemas de distribuição de terra. São 1500 dirigentes do Grito da Terra Brasil, um movimento que reúne lideranças populares que vão debater até a próxima sexta-feira a questão da agricultura familiar, no Senado Federal.

Na pauta do encontro estão a violência, a geração de empregos no campo, a recuperação dos salários, o combate ao trabalho escravo e as políticas sociais na área de saúde, educação e previdência social.

Cartas

Licenciatura

Lendo a matéria "Crise na Licenciatura" (Jornal da Adufrj, 28 de abril a 4 de maio), comecei a pensar sobre a atual conjuntura na Faculdade de Educação. Coincidentemente, estava assistindo aula, com mais alguns colegas do curso de História, e estes, como eu, estavam desinteressados.

Concordo que a política do governo federal não resolve os problemas da educação, e até prejudica o ensino superior. O governo Fernando Henrique Cardoso afirma que a ênfase seria no ensino de 1º e 2º graus. Porém, quem dará aulas no magistério se as faculdades de História, biologia, Matemática etc. encontram-se sem professores e o nível do ensino cai cada vez mais, com turmas cheias e cursos sem qualidade?

É exatamente sobre a qualidade que quero refletir neste pequeno artigo. O que estamos fazendo (aqui incluo a reitoria, os alunos e os professores da Faculdade de Educação) para melhorar o curso de licenciatura?

Para os alunos do IFCS é um suplício assistir às aulas na Faculdade de Educação. Algo tem que mudar, a discussão sobre isso já deveria ter começado. Temos que direcionar os cursos para as áreas. É muito difícil que um aluno da Matemática tenha os mesmos interesses que o aluno da História. Isso até seria benéfico, mas não é um fator bem trabalhado. Algumas professoras querem que o aluno faça um curso de pedagogia em um semestre. outras não discutem o que realmente importa. Somos obrigados a engolir Skinner, Bandeira e outros teóricos completamente ultrapassados.

Outra questão é o CAp. Um ano e meio é algo surreal. Os professores não notam que já é difícil para um aluno se formar. Pegar o diploma é outro sacrifício, pela burocracia da universidade. Temos que nos formar, pois queremos entrar no mercado, ganhar dinheiro etc. Mais um semestre é só perda de tempo, e o pior, isto não representa um acréscimo de qualidade!

Reafirmo que precisamos de mudanças: reformas curriculares, das ementas etc. A profissão de professor já não é atrativa financeiramente e os cursos, do jeito que estão hoje, só afastam mais gente desta profissão tão importante.

Luiz Cristiano de Andrade, do curso de História e membro da Secretaria Acadêmica do CAMMA.

Ação dos 28,86% não é só judicial

Depois de mais de 28 meses sem reajuste salarial, a conquista do direito aos 28,86%, referentes ao reajuste dado somente aos militares em 1993, tornou-se uma espécie de tábua de salvação para os servidores públicos federais. E como não poderia ser diferente, foi grande a expectativa causada pela imprensa ao noticiar o ganho da causa por 11 servidores no Supremo Tribunal Federal, em fevereiro deste ano.

Esta expectativa se reproduziu entre os docentes da UFRJ, que aguardam pelo julgamento da ação impetrada pela Adufrj em 96 em nome dos 509 professores que a autorizaram a tal. O Jornal da Adufrj sempre noticiou os fatos relativos ao andamento da ação. No entanto, é nítido o desconhecimento, por parte de muitos docentes que têm procurado a Adufrj, de aspectos importantes relativos a esta questão e, por isso, retomamos o assunto, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos.

Após o ganho do grupo de 11 servidores no Supremo, a orientação das assessorias jurídicas de sindicatos era de solicitar uma *antecipação de tutela* ao juizes das varas onde se encontrassem as ações sobre a isonomia dos 28,86%. A Assessoria da Adufrj realizou imediatamente este procedimento em relação à ação de 1996, mas o juiz não acatou o pedido.

A antecipação de tutela é dada quando o juiz da instância onde está correndo o processo entende que a ação tem grande possibilidade de ser ganhadora no julgamento do seu mérito e que a demora pode causar danos irreparáveis à parte que requer a antecipação.

O juiz deve avaliar essas condições à luz da sua própria consciência e não é obrigado a adotar a mesma decisão de outro tribunal em outra ação sobre o mesmo assunto, mesmo que este seja de uma instância superior. Esta hierarquia só vale para cada ação. É por isso que, mesmo tendo o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, concedido o reajuste àqueles 11 servidores, nada garante que outras ações, exatamente com os mesmos fundamentos, levem ao mesmo resultado.

Quando uma ação entra num tribunal, o juiz que irá julgá-lo é escolhido por sorteio, sem que ninguém possa interferir nesta escolha. Foi assim que a ação da Adufrj foi sorteada para um juiz que negou a antecipação de tutela e a ação do Sintufrj - exatamente com a mesma fundamentação - obteve a antecipação. Outras ações feitas pela assessoria jurídica da Adufrj para outros sindicatos obtiveram êxito igual à do Sintufrj, como por exemplo a dos funcionários do INPI, sindicalizados no Sintrasef.

Além disto, os julgamentos na Justiça, referentes a causas trabalhistas e, principalmente, quando a parte arguida é o governo, frequentemente se baseiam em critérios políticos, e não técnicos. O campo judicial, como este jornal já frisou muitas vezes, não é favorável aos servidores. Lembre-se o caso do abono pecuniário, onde um lei clara em vigor estava sendo simplesmente descumprida e mesmo assim um juiz, então presidente do tribunal, suspendeu a liminar, alegando risco de dano ao patrimônio público. Felizmente, a liminar foi depois restabelecida pelo pleno do tribunal, mas aquela suspensão causou muitos transtornos e apreensões, como todos lembram.

Recentemente, tivemos vários exemplos de arbitragem contra causas dos trabalhadores, como o resultado da votação da data-base dos servidores, no ano passado, e da greve dos petroleiros, quando estes tinham por direito receber o reajuste que o governo anterior havia se comprometido a pagar, em acordo. Ou no caso da Vale do Rio Doce, quando houve mais de 100 ações contra a privatização. Todas as ações partiram dos mesmos fundamentos, mas apenas 14 obtiveram liminares favoráveis. Mesmo naquela ação dos 11 servidores, nada menos do que 4 juizes do Supremo votaram contra! Cada cabeça, quer dizer, cada juiz, uma sentença.

Tudo isto não quer dizer que não temos saída. A ação da Adufrj ainda não foi julgada, nem mesmo em primeira instância. A possibilidade de ganho de causa, ainda que tardia, é fortíssima. Além disso, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) - do qual seremos em breve uma Seção Sindical - ingressou, já em agosto de 1993, com mandado de segurança coletivo no Superior Tribunal de Justiça (STJ), representando 41 Associações de Docentes e Seções Sindicais de todo o país, inclusive a Adufrj. O mandado era contra o Ministro Chefe da Secretaria de Administração Federal (antiga SAF e atual Mare), que concedeu o reajuste aos militares. O STJ entendeu que aquele ministro não era responsável pelo reajuste (!) e extinguiu o processo sem julgar o mérito. A Andes-SN recorreu ao STF, onde a ação se encontra até hoje. Se ela for vitoriosa, todos os docentes de instituições federais de ensino superior, inclusive da UFRJ, serão beneficiados.

O grande problema mesmo é o desvio da atenção de onde ela devia estar. Afinal, todas estas ações só existem porque há um dispositivo constitucional que garante o mesmo índice de reajuste salarial para todos os servidores federais, civis ou militares. Acontece que esse dispositivo não foi uma dádiva de ninguém - nem obtido por outra ação judicial -, e sim uma conquista da classe trabalhadora organizada e combativa.

Sem esta conquista política prévia, não haveria possibilidade judicial alguma. Na justiça, o que conseguimos - quando conseguimos - é manter direitos antes conquistados pela via política, mas nunca obter novos direitos.

Os docentes da UFRJ estarão, na Assembléia Geral da Adufrj nesta terça-feira, dia 20, deliberando sobre sua participação no Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública - justamente lutando contra a perda de direitos sociais básicos - e também discutindo a melhor forma de lutar pela extensão administrativa, a todos os docentes da UFRJ, dos 28,86% concedidos pelo STF, sem prejuízo da continuidade das ações judiciais cabíveis.

Ano IV
26 de maio a
1 de junho /97

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

29 meses sem reajuste salarial

Em pauta: Mobilização para salvar a universidade pública

Adufrj realiza Assembléia Geral para deliberar sobre a participação dos professores da UFRJ nas manifestações do dia 3 de junho contra a aprovação pelo Congresso Nacional das propostas do governo FHC para a autonomia universitária e para a reforma administrativa

A Assembléia será realizada dia 2 de junho, segunda-feira, 14 h, no Auditório do CCMN (Roxinho), no Fundão. As reuniões nas unidades para discussão da pauta serão nos dias 27 e 28. Já estão marcadas as reuniões na Escola de Engenharia, dia 28, quarta-feira, às 14 h, na sala D-206C do CT; na Escola de Serviço Social, dia 28, às 14 h, na sala 4 do Anexo; e no Colégio de Aplicação, dia 28, das 12h20 às 13h20.

Não deixe de participar; sua presença é fundamental para a defesa da universidade pública, da autonomia e de salários dignos para os servidores públicos.

As intenções do governo com a Emenda da Autonomia. Nesta edição, a íntegra da PEC370-A

Páginas 5, 6, 7 e 8

Conselho Universitário da UFRJ vai debater ameaças do governo nesta segunda-feira

Páginas 3 e 4

"A pós-graduação pelos pós-graduandos"

Vem aí o I Encontro dos Pós-graduandos da UFRJ

10 de junho
Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão
Inscrições no local
Não perca

Nota da Adufrj do dia 21 estava errada

A diretoria da Adufrj esclarece que a Andes-SN não marcou paralisação para o dia 3 de junho, ao contrário do que está na nota divulgada pela própria Adufrj dia 21. Na verdade, o dia 3 de junho será dedicado a manifestações de trabalhadores de todas as categorias em Brasília e em outras cidades, contra as reformas do governo FHC. A Adufrj estará preparando a sua participação nesta jornada nas reuniões do Conselho de Representantes dia 26, nas unidades dias 27 e 28, e na Assembléia Geral do dia 2 de junho.

Conselho de Representantes da Adufrj

Reunião nesta segunda-feira, dia 26 de maio das 17h às 20h na sede da Adufrj

Pauta

1)Avaliação da conjuntura.
2) Construção da greve geral.
a) Mobilização do dia 03 de junho.
b) Preparação da Assembléia Geral de 02 de junho.
3)Extensão administrativa do reajuste de 28,86%.
4) Assuntos gerais.

A reunião é aberta a todos os professores

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Consuni discute autonomia com comunidade nesta segunda feira

A última reunião do Conselho Universitário da UFRJ na quinta-feira passada programou uma sessão extraordinária para esta segunda-feira, dia 26. O motivo são as possíveis ações que o Consuni poderá tomar contra as propostas de autonomia universitária do governo Federal (PEC 370-A) e as constantes ingerências do Mare na folha de pessoal da universidade.

Não só os funcionários da Coppe, que foram em peso ao Consuni para reclamar uma posição contra o corte das Vantagens Pessoais (VP) e contra o recálculo das Diferenças Individuais (DI), que os atingiu em cheio, mas quase todos os demais presentes também foram surpreendidos pelo anúncio da mais nova portaria do Mare, a de número 1.526, de 14 de maio deste ano.

Esta portaria retira da folha de pessoal os pagamentos derivados de vantagens pecuniárias não previstas na lei orçamentária anual. A partir de agora, eles deverão ser processados em folha complementar. O que isto quer dizer é que agora os pagamentos decorrentes de ações judiciais recebidos em 1997 serão processados paralelamente. Mas com uma ressalva: esta folha complementar será rodada somente caso o governo diga que há recursos.

Foi apresentada a mais nova Portaria do Ministério da Administração e Reforma do Estado, Mare, retirando da folha de pagamento as vantagens pecuniárias não previstas na lei orçamentária anual.

Três parcelas

Classificando a portaria de vaga, a sub-reitora de Pessoal e Serviços Gerais, Maria Augusta Temponi, afirmou que somente a partir do dia 26 será possível conhecer a extensão deste novo corte na folha de pagamento, pois só então o sistema será rodado.

Mas ela adiantou - em nota lida durante o Conselho - que o Mare já está elaborando um programa de computador com o objetivo de retirar estes valores da folha normal para serem pagos na complementar.

Para o mês de maio, os servidores da UFRJ receberão os 30% livres de descontos mas, para os restantes 70%, provavelmente serão descontados os valores integrais das ações judiciais

. Se os servidores recebiam seus salários em duas etapas, agora, caso o governo decida que dispõe de recursos para pagar a tal folha complementar, eles passarão a receber em três parcelas.

"É lamentável que a gente tenha de sofrer mais uma situação de corte no nosso pagamento", afirmou a sub-reitora, lembrando que os aposentados serão os mais atingidos, por conta dos artigos 184 e 192 e da antecipação dos 28,86%.

Maria Temponi disse também que o orçamento da universidade para 1997 é de 513 milhões e que as despesas até o fim de ano somam 620 milhões, projetando um déficit de 107 milhões.

Fazendo uma breve retrospectiva, o representante da Fasubra-Sindical, Carlos Maldonado, lembrou que na época da implantação do Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) os argumentos favoráveis diziam que se tratava de uma medida técnica. Mas agora, nem o ordenador de despesas do orçamento da UFRJ pode ter acesso à folha, que no momento se encontra fechada para balanço.

Quem dá o pão, também dá a razão

"90% do orçamento desta instituição não são de controle do seu ordenador de despesas. Se deixarmos passar mais esta situação, com ou sem PEC, não haverá autonomia porque a universidade abdicou dela. Estamos pagando o ônus de uma decisão de alguns anos atrás. O Siape acabou se transformando em instrumento de poder do Executivo. E como quem dá o pão, dá a razão...Daqui a seis meses, não precisaremos mais administrar nada, porque eles é que vão administrar a universidade", disse Maldonado.

Está confirmada para a reunião desta segunda-feira a presença do titular da Procuradoria-geral da UFRJ, Valério Nunes Vieira. Mas segundo o vice-reitor Vilhena - que presidia a sessão do Consuni, já que o reitor Paulo Gomes se encontrava no Canadá - o procurador comparecerá apenas para prestar consultoria, pois, ainda de acordo com o Vilhena, ele tem a função apenas de defender a UFRJ em relação às ações interpostas contra ela na Justiça.

Mas foi no momento em que a discussão se encaminhou para as possíveis acões que o Consuni poderia tomar contra as mais recentes investidas do governo Federal, às 13h10, que o representante da área profissional e presidente da Fundação José Bonifácio, Carlos Pamplona, que até então não havia se manifestado, pediu verificação do quórum. Como na Ata contavam-se 26 assinaturas, duas a menos do que o número necessário para deliberação, foi encerrada a sessão.

Pedido de redução de vagas gera confusão

Bastante agitada a reunião de quinta-feira passada do Conselho Universitário. Antes do anúncio da nova portaria do Mare - sobre a transferência das vantagens pecuniárias para uma folha complementar - outra questão não menos polêmica já havia provocado uma acalorada discussão. Desta vez, sobre o conflito entre as atribuições do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e do Consuni.

O imbróglio teve início com um desabafo da representante dos professores adjuntos e diretora da Escola de Química, Adelaide de Souza Antunes. Exaltada, ela afirmou que um recurso que teria tido ganho de causa no Consuni - onde a EQ pleiteava a diminuição do número de vagas para o próximo vestibular - não teria sido acatado pelo CEG, na reunião realizada um dia antes.

Competências

Como anteriormente o CEG havia deliberado por não aceitar nenhuma redução no número de vagas do vestibular, a EQ recorreu ao Consuni para tentar reverter esta decisão.

Cabe ao Conselho Universitário discutir, deliberar e decidir sobre qualquer assunto. No caso das vagas para o próximo vestibular, a atribuição do Consuni se manifesta em grau de recurso às decisões do CEG.

Acontece que este recurso (processo nº 011931/96-22) sofreu alterações no Consuni e passou a se referir ao vestibular de 98, que sequer foi motivo de deliberação no CEG. Na ocasião, o CEG ainda requisitou ao Consuni um esclarecimento sobre se este estaria avocando para si a competência da discussão sobre o vestibular.

A resposta foi o reconhecimento da sua competência para deliberar sobre o tema, embora junto tenha vindo um pedido de consideração, para o vestibular de 98, da possibilidade de redução de vagas da Escola de Química.

A professora Diana Maul, relatora do processo no CEG, também não encontrou comprovação no argumento principal do pedido da EQ, de que existiria uma tendência de redução do mercado de trabalho para o engenheiro químico.

Em setembro do ano passado, quando se começou a discutir esta questão, a redução do número de vagas para o vestibular foi considerada mais um artifício para adequar a UFRJ à política do governo de estrangulamento da universidade pública, gratuita e de qualidade.

No final da reunião do último Consuni, ao questionar a atuação da sub-reitora de Graduação, Neyde Felisberto, à frente do CEG (a sub-reitora é a presidente do CEG), a professora Adelaide ameaçou recorrer à Justiça caso não seja concedida a diminuição do número de vagas da EQ. O que pode inclusive inviabilizar os procedimentos para o próximo vestibular.

Emenda põe em risco o futuro das públicas

Dia 27, a Comissão Especial da Câmara estará debatendo a PEC370, sobre autonomia universitária. Nesta segunda-feira, às 10 horas, o Conselho Universitário da UFRJ fará uma discussão aberta sobre as ameaças à universidade.

Nesta terça-feira, dia 27, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados irá discutir o parecer do deputado Bornhausen (PFL/SC) sobre a PEC370, que trata do projeto do governo para autonomia universitária. A votação na Comissão está marcada para dia 3 de junho. Até lá as entidades que são contrárias à emenda, Andes-SN, Fasubra e UNE, estarão desenvolvendo atividades de mobilização da comunidade universitária em todos os estados para pressionar os parlamentares a votarem contra a proposta privatizante para o ensino superior, contida no parecer do relator peefelista.

A PEC370 se tornou uma forma de escamotear o objetivo de votar, através de uma emenda, o crédito educativo. É o que garante a professora Graça Bollmann, do grupo de trabalho Política Educacional da Andes-SN. "A proposta acaba veiculando um modelo de universidade privatizada, sem pesquisa e que, ao entrar em vigor, depois de aprovada pelo Congresso Nacional, deixará excluídos, além de estudantes, os servidores universitários aposentados, que não terão seus proventos garantidos pelo Tesouro Nacional e cairão na vala comum do INSS", comenta.

O substitutivo do relator mantém praticamente todas as propostas apresentadas para quebra da autonomia plena das instituições federais e, mesmo colocando no texto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esta ficará comprometida pelo orçamento global, pela possibilidade de contratação direta e pelo fim da estabilidade para professores, pesquisadores e técnicos.

Política de verbas

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FMDES), proposto pela emenda, com os seus 75% de recursos constitucionais dirigidos para as instituições federais, e com o prazo máximo de vigência de dez anos, deixará as universidades ainda mais carentes de verbas. Se o Fundo já estivesse vigorado em 1995, as IFES teriam recebido apenas 53% do que receberam em 1996.

As críticas não param por aí. Segundo o Colégio de Procuradores Gerais da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das IFES), a classificação administrativa para as universidades federais através de um estatuto jurídico especial - a ser criado por lei ordinária específica - não garante que as universidades permaneçam como pessoa jurídica de direito público. Isto significa que a legislação infra-constitucional pode torná-las pessoas jurídicas de direito privado, regidas pela legislação ordinária civil.

Mare dita as regras

Fica evidente que a emenda se relaciona diretamente com a intenção de privatizar as universidades, na forma proposta pelo ministro Bresser Pereira e suas badaladas organizações sociais. Um modelo que foi utilizado na privatização da Unitins e no projeto do governo do Paraná para as instituições estaduais.

A forma de financiamento das universidades através de um orçamento global está colocada na emenda e é defendida pela Andifes. Os reitores, principalmente os das universidades mais ricas ou regionalmente melhor situadas, como a UFRJ, estão encantados com o canto da sereia da manipulação autônoma de recursos. Esta, uma reivindicação antiga da comunidade universitária e do movimento docente, mas que como está apresentada na PEC, se transformará em um pesadelo para as instituições, já que, estabelecido paralelamente o FMDES, não haverá garantias de dotação suficiente e os dirigentes se verão obrigados a cortar verbas de determinadas áreas para manter outras.

"A pesquisa é relevante, mas merece tratamento diferenciado, não deve capitanear nem desvirtuar o objetivo maior da educação superior", diz o relator em seu parecer sobre a PEC370, qualificando a formação profissional como principal objetivo da formação superior

O estabelecimento de um prazo de dez anos para a vigência do Fundo agrava ainda mais a situação financeira das universidades. Em um curto espaço de tempo, só sobreviverão aquelas que se adequarem à lógica de uma administração empresarial que direciona todas as suas baterias para a cata de recursos na chamada iniciativa privada, comprometendo substancialmente a qualidade acadêmica e o papel social das instituições.

Incentivo às particulares

Não está definido no substitutivo, quais instituições terão direito ao Fundo de Manutenção. Ponto para os lobistas dos donos de faculdades particulares. Sem a definição, o governo poderá aumentar o subsídio dado às instituições privadas. O parecer de Paulo Bornhausen não poderia ser mais explícito sobre esta intenção.

Com o discurso de que a manutenção das universidades públicas onera o Estado, o parecer aponta um "esgotamento do modelo de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão" e defende fervorosamente o crescimento de faculdades voltadas apenas para a formação profissional, o que ele entende por ensino, e coloca a pesquisa e e extensão praticamente como caprichos da comunidade acadêmica e dos que defendem a universidade como geradora de conhecimento crítico e voltado para a solução das questões sociais do país.

O relator da PEC370,deputado Paulo Bornhausen (PFL/SC), apresentará à Comissão Especial da Câmara, juntamente com o seu parecer, o substitutivo abaixo, que deverá ser votado no dia 3 de junho

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 370/96

"Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É assegurado às instituições federais de ensino superior, entidades de direito público, na forma da lei, estatuto jurídico especial com as seguintes características:

I - Atendimento das peculiaridades de sua estrutura e organização;

II - Fiscalização e financiamento pelo Poder Público;

III - Orçamento Global;

IV - Regime próprio de pessoal, não se aplicando a elas o disposto no Inciso V do artigo 206.

§2º Fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, constituído por setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo caput do Art. 212, através do qual serão transferidos recursos orçamentários às instituições federais de ensino superior.

§3º Os recursos destinados às instituições federais de ensino superior serão transferidos pelo Poder Público em duodécimos, até o dia 20 de cada mês.

§4º O Poder Executivo destinará, anualmente para o Crédito Educativo, na forma da lei, o equivalente a dez por cento dos recursos definidos no §2º deste Artigo.

§5º A liberdade de ensino e pesquisa é assegurada a todas as instituições de ensino superior, independentemente de sua denominação ou forma organizacional.

§6º É facultada às instituições de ensino superior admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

§7º O disposto no caput deste artigo e nos parágrafos 1º, 5º e 6º se aplica às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Incluir nas Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. ... Até a constituição definitiva do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior a que se refere o §2º do art. 207, ficam asseguradas transferências equivalentes às atuais de recursos orçamentários da União para as instituições federais de ensino superior.

Art. ... As instituições federais de ensino superior terão até três anos para adotar plenamente o orçamento global previsto no Inciso III do §1º do art. 207.

Art. ... As aposentadorias e pensões mantidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior, na data de promulgação desta Emenda Constitucional serão custeadas na forma do §6 do art. 40, vedada a utilização dos recursos previstos no 2º do art. 207.

Art. ... Durante a vigência do Fundo de que tratam os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União fará a necessária complementação, para que os recursos previstos no §2º do art. 207 sejam sempre iguais a setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo art. 212.

Esta carta estará sendo encaminhada aos senadores e deputados, na semana de discussão e votação da emenda

Consequências da PEC 370-A/96

Há dois anos, desde maio de 1995, tramita no Congresso Nacional a PEC 370-A/96 com propostas do governo FHC sobre a Autonomia Universitária e alterando o artigo 207 da Constituição. Desde o início, sua tramitação foi tumultuada, o que é, sem dúvida, um indicador das dificuldades que o governo enfrenta para a sua aprovação. Atualmente na Comissão Especial, tem como relator o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC). A última versão do parecer apresentado pelo relator no dia 20/05, agudiza o ataque que o governo FHC dirige contra as Universidades Públicas.

Foi barrada por deputados de oposição, rechaçada pela Andes-SN, UNE, Fasubra e teve manifestação contrária da Andifes em 1996. A Andifes, contudo, na sua proposta de Lei Orgânica do Ensino Superior, já propunha, em 1996, o Regime Jurídico próprio e único para as Ifes. Diversas emendas foram sugeridas ao Relatório Bornhausen, nesse período, por deputados governistas integrantes da Comissão da PEC. Citamos algumas das que mais contribuiram para desfigurar a Autonomia Universitária:

- cobrança de mensalidades dos estudantes das Ifes;
- criação de um novo ente jurídico, retirando docentes e técnicos-administrativos do RJU;
- exclusão do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e;
- a retirada dos inativos e pensionistas das verbas de manutenção e desenvolvimento do ensino sem, no entanto, apontar uma saída que possibilite a continuidade do pagamento na folha das Ifes.

Em 21 de maio de 1997 temos o seguinte quadro:

a) o governo insiste, através do Relatório Bornhausen, em investir contra a Universidade Pública;

b) A Andifes reforça essa investida, ao propor ao relator sugestões como esta: "É assegurado às Instituições Federais de Ensino Superior autonomia, competência para criação, transformação e extinção de cargos, fixação de remuneração, admissão e dispensa de pessoal, nos limites de seu orçamento, bem como a administração e execução da sua política de recursos humanos"; e a de que os "docentes e funcionários técnicos-administrativos das Ifes, estejam submetidos a um regime jurídico estatutário próprio e único face à necessidade e à elevada conveniência para o país de instituir-se um Sistema Federal de Ensino Superior, que seja integrado e de qualidade".

c) O Sistema Nacional de Educação, já desintegrado pela LDB - Darcy MEC, se esfacela cada vez mais;

d) com a "destinação pelo Poder Executivo, anualmente para o crédito educativo extensivo à rede pública e privada do equivalente, no mínimo, a 7,5% dos recursos vinculados à educação pelo artigo 212 da Constituição Federal", reduz, cada vez mais, os já minguados recursos para as universidades públicas brasileiras, favorecendo a destinação de verbas públicas para as instituições privadas;

e) A PEC não garante a menutenção dos aposentados e pensionistas na folha de pagamento das Ifes;

f) esta PEC, na verdade, não está mudando "apenas"um artigo da Constituição Federal. Ao lermos o Relatório, na sua justificativa, a PEC 370, caso aprovada, permite a implantação de um novo modelo de universidade não mais pública;

g) a PEC 370, se aprovada, ao permitir a criação de regimes jurídicos próprios para cada Instituição Federal de Ensino Superior, poderá esfacelar o movimento sindical.

Brasília, 21 de maio de 1997

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SNI

Universidade e Sociedade. Autonomia, globalização, educação, comunicação, trabalho e muito mais

A 12ª edição da revista Universidade e Sociedade já está à venda na Adufrj. A revista é uma publicação semestral da Andes Sindicato Nacional e a cada edição publica artigos, ensaios, entrevistas, análises e trabalho produzidos por docentes ligados a várias instituições de ensino superior, cuja abordagem trata de temas de interesse da sociedade brasileira, da comunidade universitária e dos trabalhadores.

Nesta edição, a professora Maria de Lourdes Fávero, da UFRJ, trata da Autonomia Universitária e seus desafios históricos-políticos. Ainda sobre o tema, escreveram para Universidade e Sociedade Otaviano Helene, Marlene Ribeiro, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Cláudia Beltrão.

Sobre a conjuntura educacional, Octavio Ianni analisa a visão mercadológica do governo em relação ao ensino universitário e Roberto Romano aborda a crise e as perspectivas da universidade brasileira.

Maria Sylvia Carvalho Franco, professora titular do departamento de filosofia da Unicamp, estudou na USP no mesmo período de Fernando Henrique, Ruth Cardoso e Eunice Durhan. A professora, que continua a se dedicar à academia, comenta e critica o governo de seu ex-colega de turma, analisa suas propostas liberais e critica a falta de resistência dos docentes em relação à destruição da escola pública no Brasil.

Dando continuidade ao resgate da história do movimento docente, a entrevistada deste número é a professora Maria José Vieira Feres, que foi a terceira presidente da Andes-SN, no período de 1984 a 1986, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo na entidade.

Universidade e Sociedade traz, ainda, artigos sobre comunicação, sindicalismo, cidadania, cem anos de cinema, artes, cultura e um encarte especial sobre a Lei de Diretrizes e Bases aprovada no final do ano passado. No encarte está publicada a íntegra da Lei e uma análise sobre seus principais pontos, formulada pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes-SN.

O exemplar da revista custa R$ 10,00 e pode ser adquirido na sede da Adufrj, Centro de Tecnologia, bloco D - sala 200, Cidade Universitária - Ilha do Fundão.

O importante legado de Paulo Freire

Paulo Freire foi muito mais do que um educador. Foi muito mais do que um idealizador de um método de alfabetização. Sua concepção de educação tem um significado político que extrapola os limites da sala de aula. Em vez das tradicionais frases como "Eva viu a uva", Freire utilizou palavras ligadas ao cotidiano para discutir as questões sociais com o trabalhador. Ele conseguiu fazer da alfabetização de adultos um instrumento de conscientização dos pobres e oprimidos. A grande questão é saber se esta concepção pode ser implementada em todos os níveis de escolaridade, inclusive na universidade.

Paulo Freire mostrou que a educação não é neutra e a escola tem sido utilizada para reproduzir a ideologia dominante. As tradicionais aulas expositivas transformam os estudantes em seres passivos e até omissos. É o que ele chamava de "concepção bancária" da educação, em que o educador "deposita" seus conhecimentos nos educandos, que se tornam verdadeiros "recipientes". Neste contexto, não há qualquer diálogo e o professor se torna um especialista em transmitir informações para dóceis alunos que apenas se preocupam em arquivar os conteúdos, atrofiando a sua capacidade crítica.

A realidade comprova. Desde a infância, os estudantes são tão massacrados pela educação "bancária", que sentem grandes dificuldades para dialogar e pensar criticamente. Muitos educadores costumam desestimular e até proibir perguntas durante as aulas, o que sufoca a curiosidade natural da criança. Ao longo dos anos, o jovem vai aprendendo a não questionar. Mais tarde, já na idade adulta, este comodismo está tão consolidado que ele aceita passivamente as injustiças produzidas pelo sistema.

A educação libertadora, proposta por Paulo Freire, não se limita a uma simples transmissão de conhecimentos mas é um ato cognoscitivo que utiliza o diálogo como um instrumento de conscientização. Neste modelo, devem sempre estar presentes dois sujeitos ativos - o educador e o educando - e um objeto de conhecimento que, em lugar de estar na cabeça do professor, passa agora para o centro da discussão. A função do educador é a de problematizar, tentando desvendar criticamente junto com os educandos, o objeto do conhecimento. É um processo dialético em que o professor não apenas educa, mas também é educado pelos alunos.

Esta concepção de educação é voltada para a formação e não para o adestramento. Transforma os alunos em sujeitos ativos do processo de aprendizado. Até mesmo na área tecnológica, é sempre possível adotar uma postura crítica em relação a um problema aparentemente técnico. A definição de um projeto de engenharia, por exemplo, envolve questões políticas que devem ser discutidas e não impostas. A universidade não pode ficar apenas moldando profissionais para o mercado de trabalho.

A grande lição deixada por Paulo Freire é que a problematicidade e o questionamento são fundamentais para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social. A tarefa de introduzir um modelo de educação libertadora no contexto de nossa realidade, tão marcada pelos padrões impostos pela classe dominante, é extremamente difícil. Paulo Freire construiu os fundamentos para que um sonho se tornasse realidade. Agora, cabe a todos nós, professores, prosseguir neste caminho para que a educação possa efetivamente contribuir para a transformação da sociedade.

Henrique Innecco Longo professor da Escola de Engenharia e membro do Conselho de Representantes da ADUFRJ

Rápidas

Setor das Federais quer greve geral

O Setor das Federais decidiu reafirmar e reforçar o desenvolvimento de um plano de mobilização geral de todos os trabalhadores brasileiros contra o projeto neoliberal do governo. A decisão foi tomada nos dias 16 e 17, em reunião do Setor em Brasília.

Segundo participantes do encontro, para que a greve aconteça é fundamental a ampliação do movimento docente pela articulação com os demais trabalhadores em educação, estudantes e outras categorias de servidores públicos federais, estaduais e municipais e de estatais, num movimento organizado pela CUT.

Também ficou decidido na reunião que a jornada de lutas deve contemplar o desenvolvimento de uma campanha nacional em defesa da autonomia constitucional e da recuperação dos salários na forma da pauta de reivindicações da Andes-SN.

CUT quer indenização para feridos

A CUT/RJ entrará com ações contra o governo Marcello Alencar, cobrando indenizações por danos físicos e morais, em nome das pessoas que foram violentamente agredidas pela Polícia Militar, durante as manifestações contra a venda da Vale do Rio Doce, no dia 29 de abril.

II Seminário Nacional de C&T da Andes-SN

A administração de ciência e tecnologia na universidade brasileira será um dos aspectos destacados no Seminário "O trabalho intelectual coletivo em ciência e tecnologia", que estará na pauta do II Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, programado para o período de 21 a 23 de novembro, em Uberlândia (ADUFU).

Outros temas como o gerenciamento da pesquisa e avaliação de mérito, a pesquisa coletiva e apropriação individual, centros ou núcleos de excelência - histórico, avaliação e repercussões - e aspectos da relação entre as questões sindicais e C&T, também serão abordados no seminário.

Os interessados em participar do evento devem encaminhar os seus textos (máximo de vinte páginas) à Coordenação do GT C&T da Andes-SN até o dia 14 de outubro de 1997 (data de postagem) em disquete, no formato Winword 6.0.

CNBB apóia CPI da reeleição

Agência Andes (DF) - Não apenas o bloco de oposição da Câmara dos Deputados tem interesse em que seja instalada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigação do caso da compra de votos pró-reeleição. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) também admite que, se a CPI for a melhor forma de se punirem os culpados pelo escândalo, que assim seja.

Em coletiva dada à imprensa, sexta-feira passada, o presidente da Confederação, Dom Lucas Moreira Neves, disse ser imprescindível o julgamento rigoroso dos fatos. Já a forma como isso vai ser feito é uma "questão técnica". A preocupação da CNBB é o esclarecimento do incidente diante da sociedade.

Além da corrupção, Dom Luciano e o secretário-geral da CNBB, Dom Damasceno, trataram das ocupações do tipo por parte do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stédile. Segundo Dom Luciano, a Igreja não recomenda essas ocupações, consideradas como "atos de desespero", mas destaca a importância de o governo estar atento à situação "dessa grande massa de excluídos de todos os bens da sociedade".

Sobre a violência constantemente divulgada pela mídia, a CNBB diz que os fatos são consequência da falta de infra-estrutura das classes menos favorecidas, e acrescentou ser a fome a maior das violências a que o indivíduo pode ser submetido. Para a CNBB é do Estado a obrigação de resolver este problema.

A coletiva de hoje faz parte de uma prática mensal da CNBB, realizada após a reunião ordinária entre a presidência da casa e a Comissão Episcopal de pastoral ao final de cada mês. A pauta, além de assuntos em destaque no período, inclui uma análise da conjuntura social, política e econômica feita pelo assessor político da instituição, padre Virgílio Leite Uchôa.

Reforma administrativa fica para junho

Agência Andes (DF) - A reforma administrativa foi adiada para o início de junho por falta de quórum. Enquanto a comissão de sindicância instalada para apurar a compra dos votos pró-reeleição terminava, a portas fechadas, o relatório sobre o assunto, o plenário da Câmara ficou às moscas.

Com isso, o destaque da estabilidade do servidor público também terá de esperar. Somente após o feriado de Corpus Christi, os parlamentares voltarão a tratar do assunto.

Comissão de sindicância pede cassação de três deputados

Depois da renúncia ao mandato dos deputados Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL do Acre, passada, a comissão de sindicância constituída pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para apresentar relatório sobre as denúncias feitas pelo jornal Folha de São Paulo, no último dia 13, pediu a cassação dos outros três deputados envolvidos no caso: Zila Bezerra (PFL/AC), Osmir Lima (PFL/AC) e Chicão Brígido (PMDB/AC). Além disso, ficou definido o envio de cópias do relatório às Assembléias Legislativas e aos procuradores gerais do Acre e do Amazonas, e à Procuradoria Geral da República.

Aprovada em primeiro turno proposta de emenda para reeleição

Agência Andes (DF) - O Senado Federal não levou em conta o pedido de CPI da Câmara dos Deputados para averiguação da compra de votos e aprovou em primeiro turno, por 63 votos a favor e seis contra, proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Ficou para o dia 4 de junho a votação da matéria em segundo turno. Seguindo o regimento interno da casa, esse processo deve ser feito após três sessões para discussão do assunto. O bloco da oposição optou por não votar e o senador José Eduardo Dutra (PT/SE) apresentou pedido de adiamento da pauta por duas semanas, mas teve sua proposta derrubada por sessenta votos a favor e quinze contra.

A sessão aprovou emenda teve início às 14h30 e só terminou por volta das 19h30. Foram dezoito inscritos para pronunciamento sobre o assunto. Entre eles, um dos discursos mais inflamados foi o do senador Júlio Campos (PFL/MT), que disse ser a votação da proposta como "estar com a corda na mão para fazer o próprio enforcamento político". Benedita da Silva (PT/RJ) também defendeu a idéia da votação após a CPI da Câmara e Lauro Campos (PT/DF) afirmou que "estamos a caminho da fujimorização", repetindo palavras do ministro Sepúlveda Pertence. Já José Serra (PSDB/SP) e Arthur da Távola (PSDB/RJ) levantaram a bandeira do presidente Fernando Henrique, discursando em favor da votação.

Na luta contra a PEC 370

A Andes-SN deverá reforçar a presença de companheiros em Brasília, no período do dia 26 a 30 de maio, sobretudo se for confirmada a votação da PEC 370 no dia 27 deste mês.

Este reforço, que inclui a constante visitação dos militantes a parlamentares na base - acompanhando chegadas e partidas nos aeroportos - além de paralisações em defesa do ensino público fazem parte da estratégia de pressão política da Andes-SN de acompanhar a tramitação das reformas.

Ano IV
2 a 8 de
junho /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

29 meses sem reajuste salarial

Arquivo Adufrj/Américo Vermelho

Vendendo saúde e excluindo cidadãos

Projeto de governo estabele "parceria" entre rede pública e privada, retirando 1,5 bilhão do SUS para gastos com pacientes de empresas particulares. Empresas de saúde batem recorde de reclamações e processos junto ao Procon. **Páginas 7, 8 e 9.**

A autonomia necessária

Editorial, página 2

MEC começa a regulamentar LDB

Página 9

Consuni discute autonomia, mas não delibera por falta de quorum

Adufrj é contra a Proposta de Emenda Constitucional 370/96 e aponta os riscos de uma mobilização em torno de "melhorar" o projeto de autonomia do governo. **Página 3**

Editorial

A autonomia necessária

autonomia [Do gr. autonomía.] S. f.
1. Faculdade de se governar por si mesmo.
2. Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias.
3. Liberdade ou independência moral ou intelectual. (Aurélio)

Está marcada para esta terça, 3 de junho, a votação, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, do substitutivo do relator Paulo Bornhausen (PFL/SC) à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 370-A/96, apresentado no último dia 20 de maio (e publicado no Jornal da Adufrj da semana passada). Com esta PEC, o governo federal diz ter como objetivo "regulamentar" a autonomia das universidades. O movimento docente, ao contrário, vê na PEC o mais duro golpe contra a universidade pública já desferido até hoje. É importante, portanto, termos claro de que autonomia o governo está falando e qual é a autonomia universitária que o movimento docente considera necessária à sociedade brasileira.

A autonomia do governo, expressa na PEC, é garantir, pela Constituição, que 7,5% da verba federal para a educação vá para o crédito educativo, isto é, para as universidades privadas. É criar, ao mesmo tempo, para as universidades federais, um estatuto jurídico especial, não necessariamente de direito público, a ser definido por lei (ou medida provisória, é claro), baseado no "orçamento global" e no "regime próprio de pessoal", possibilitando aos seus dirigentes demitir funcionários e professores para gastar com equipamentos e materiais, com total "autonomia". É limitar a responsabilidade do governo com pensões e aposentadorias apenas às que já foram concedidas, jogando as futuras para o "orçamento global". É levar as universidades a procurarem recursos no mercado através da prestação de serviços a quem os pode pagar e da cobrança de mensalidades dos seus alunos. Ou seja, é a privatização do ensino superior.

A autonomia necessária é outra coisa. É a liberdade acadêmica que os professores e demais trabalhadores em educação precisam para melhor desempenhar seu ofício: pesquisar, ensinar e estender à sociedade brasileira o conhecimento que esta precisa para melhorar suas condições de vida. É a garantia das condições administrativas e materiais para exercer essa liberdade. É a responsabilidade de prestar contas à sociedade como um todo e não apenas aos auditores deste tribunal ou daquele ministério. É a autonomia de toda a comunidade universitária e não apenas dos seus dirigentes. É, em suma, a garantia real da qualidade social da universidade pública e gratuita.

O movimento docente organizado no seu sindicato nacional, a Andes-SN, sempre lutou, ao lado de outros movimentos, por esta autonomia. Vale a pena reler agora a Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, especialmente os itens 3 (Autonomia Universitária) e 4 (Financiamento da Universidade). A própria inclusão do artigo 207 (autonomia) na Constituição de 1988 foi um ganho dessa luta.

Devido a muitas causas, de lá para cá acumulamos mais perdas do que ganhos. A universidade pública vem se esvaziando, junto ao próprio significado do "público", e é preciso fazer muito mais para reverter este quadro do que apenas impedir a aprovação da PEC 370. Se ela for aprovada, no entanto, tudo ficará muito mais difícil: vários artigos do capítulo da Educação Superior da Lei de Diretrizes e Bases (LDB Darcy/MEC), recentemente aprovada, deixarão de ser inconstitucionais e o campo estará aberto para a transformação, via lei ordinária (ou medida provisória, não esqueçamos) das universidades públicas - ou parte delas, como os hospitais universitários - em "organizações sociais", eufemismo para empresas privadas concessionárias de serviços públicos.

A Adufrj estará realizando Assembléia Geral sobre este assunto nesta segunda-feira, 2 de junho, a partir da 14:00, no Roxinho. Compareça e defenda a universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade, lutando pela rejeição integral da PEC 370-A/96. Antes que seja tarde. É agora ou nunca.

Falta de quorum vira rotina no Consuni

Na última sessão do Consuni, segunda-feira, dia 26, realizada com propósitos de discutir a autonomia universitária na UFRJ, o que prevaleceu mesmo foi a ausência de alguns conselheiros. Em consequência, a falta de quorum e de qualquer possibilidade de deliberação.

Se ainda não foi desta vez que a UFRJ se posicionou decididamente contra as ditas propostas de autonomia universitária patrocinadas pelo governo - muito menos contra suas contínuas ingerências na administração da universidade -, porém agora, o reitor Paulo Alcântara Gomes resolveu instituir duas comissões para encaminhar estes assuntos.

Para a próxima reunião do Consuni, nesta quinta-feira 5, as comissões já deverão apresentar propostas para atitudes futuras e, possivelmente, resultados de ações passadas. Nesta semana mesmo, a comissão das Vantagens Pessoais estará em Brasília entregando ao Mare um documento oficial da UFRJ.

De acordo com Paulo Gomes, este documento deverá ser uma espécie de justificativa da legalidade das vantagens: "Seu teor deve eliminar por completo a possibilidade de corte na folha de pagamento da universidade", esclareceu o reitor.

A outra comissão, encarregada da questão autonomia universitária, também por decisão do reitor, vai pautar sua atuação em três pontos: em um ofício do diretório nacional da Andifes, apresentado mês passado ao ministro da Educação, Paulo Renato; na proposta de resolução para o Consuni, apresentada pelo Sintufrj; e possíveis e cabíveis medidas judiciais, estas últimas sujeitas ao crivo do procurador-geral da UFRJ, Valério Nunes.

O Conselho Universitário se reúne nesta quinta-feira, dia 5 de junho, para novamente discutir a questão da autonomia universitária

A sessão extraordinária

O reitor deu início à sessão às 10h50 com a leitura da nota da Andifes. Nela, a entidade encaminha ao titular do MEC seus "respeitosos pleitos" para que Paulo Renato se empenhe pessoalmente em incluir na PEC 370 alguns pontos que a entidade considera problemáticos.

Após ressaltar as reivindicações da entidade que reúne os reitores das universidades federais brasileiras - a caracterização das universidades federais como instituições de direito público, a gratuidade, a garantia de financiamento, a flexibilização orçamentária com regime próprio e único para o pessoal das Ifes e às questões relativas aos salários dos servidores e sobre os hospitais universitários - o reitor passou a palavra.

Convite

O primeiro a falar foi o representante dos professores titulares do CFCH, Francisco Dória, que abriu sua intervenção dizendo que o grupo do presidente Fernando Henrique Cardoso "não tem qualquer projeto político-ideológico", que apenas tem como objetivo manter-se no poder.

O professor Dória também sugeriu que se fizesse um convite - aceito pelo reitor - ao atual presidente do Superior Tribunal Federal, Celso de Mello, para que este, "com todo o simbolismo que a situação exige", venha a UFRJ falar sobre independência dos poderes.

Reivindicações

Em seguida, um dos coordenadores do Sintufrj, Lenin Pires, apresentou uma proposta de resolução, com dez pontos, elaborada pelo sindicato. Ele também reafirmou a importância da universidade pública para a sociedade e reclamou dos atuais gastos da UFRJ com serviços terceirizados: "hoje em dia está difícil distinguir entre quem é funcionário do quadro permanente da universidade e quem é terceirizado".

O presidente da Adufrj, José Miguel Bendrao Saldanha, chamou atenção para o artigo 207 da Cons-

tituição Federal, principal alvo do ataque governista, que consagra a autonomia universitária: "é uma conquista dos movimentos organizados".

José Miguel contestou Dória, afirmando que o projeto político-ideológico do governo existe e é claro e articulado internacionalmente.

Ele criticou o regime jurídico próprio e único proposto pela Andifes, por este não garantir uma carreira única para os servidores das universidades federais. Também disse que a PEC 370 - junto com a LDB Darcy/MEC e a lei para as universidades federais que o governo vai apresentar - será a pá de cal sobre o pouco que ainda resta da autonomia universitária.

Saldanha afirmou na sessão extraordinária do Consuni que a posição da Andes-SN é clara: contra à PEC em sua totalidade, não admitindo qualquer possibilidade de remendo. E convidou os presentes a participarem da Assembléia Geral da Adufrj nesta segunda-feira, dia 2 de junho, e das manifestações programadas para este dia 3 de junho.

Engessada durante breves instantes pela discussão sobre a gravidade da ausência de um Estado de Direito no Brasil, a sessão do Consuni não se prolongou muito, pois, apesar das "galerias" cheias, mais uma vez houve falta de quorum.

Apenas 26 conselheiros assinaram a ata, quando são necessários, no mínimo, 28 para deliberação. Foi quando o reitor instituiu a comissão que vai se debruçar sobre a questão da autonomia e deu por encerrada a reunião.

O Regimento do Consuni

Constituído por 55 conselheiros, cujos mandatos variam de um a quatro anos, o Conselho Universitário exerce, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da universidade. Seu atual Regimento foi aprovado em 1970 e tem 11 capítulos, com 64 artigos.

Entre as atribuições do Conselho, estão a de elaborar o estatuto da universidade ou suas alterações, assim como os regimentos dos Centros e Unidades, participar da constituição da lista de escolha de reitor e vice-reitor, aprovar propostas de orçamento da universidade e diretrizes tanto da política universitária como dos planos setoriais e, também, a de desempenhar qualquer outra função que lhe seja atribuída por lei e sugerir quaisquer medidas em benefício da universidade. Além de decidir, em grau de recurso, sobre deliberação de órgãos colegiados da estrutura superior e média e da infra-estrutura.

Tipos

São quatro os tipos de sessões do Consuni. As ordinárias, de realização periódica, são destinadas à discussão e votação dos assuntos de decisão do próprio Conselho, enquanto as extraordinárias somente são convocadas em caso de objetivo expresso. As outras sessões são as solenes, obviamente com objetivos dedicados a celebrações, e as especiais, similares às extraordinárias.

As sessões ordinárias e extraordinárias são públicas, salvo quando da aprovação por 2/3 dos membros presentes, quando então podem ser convertidas em secretas, não contando nem com a presença dos funcionários lá alocados.

Periodicidade e quorum

Pelo artigo 8º do Regimento, as sessões ordinárias devem se realizar na segunda e quarta quintas-feiras de cada mês, tendo início sempre às 10h. Havendo quorum de 1/3 do total de seus membros, pode-se aprovar a ata e passar a leitura do expediente. Para deliberação, é indispensável a presença da maioria absoluta de seus membros, com as decisões sendo tomadas por maioria dos presentes.

As sessões especiais também se encaixam nestes requisitos, à exceção de deliberações relacionadas com alteração do estatuto ou do Regimento. Nestes casos, a sessão deverá ser convocada com antecedência mínima de sete dias e com a exigência de quorum de 2/3 dos presentes para abertura dos trabalhos. As atas do Consuni devem ser submetidas à apreciação na sessão seguinte, só sendo válidas depois de aprovadas por esta.

O comparecimento é obrigatório e o membro que dele não for componente nato, perde o mandato se faltar, sem motivo justificado, a seis sessões ordinárias consecutivas.

Regimento do Consuni é de 1970

A primeira reunião do Consuni da UFRJ foi extraordinária, e aconteceu no prédio da Faculdade de Direito, na rua Moncorvo Filho, em 21 de janeiro de 1921, para tratar exatamente de questões relacionadas àquela Faculdade.

Na época, chamava-se Universidade do Rio de Janeiro (criada poucos meses antes, em 7 de setembro de 1920) e quem presidiu a sessão foi o reitor, Barão de Ramiz Galvão. Além do Barão, que se chamava Benjamin Franklin Galvão, integravam o Consuni os diretores e dois professores catedráticos de cada uma das três unidades que então compunham a universidade: a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina.

O diretor da Escola Politécnica era o professor Paulo de Frontin, e os representantes catedráticos eram Jorge de Lóssio e Luiz Catanhede. A Faculdade de Medicina tinha Aloysio de Castro como diretor e Miguel Couto e Bruno Alvares Lobo como catedráticos. Affonso Celso Figueiredo dirigia a Escola de Direito e Fernando Mendes de Almeida e Abelardo Lobo eram os catedráticos.

As três instituições contavam 3.117 alunos, sendo apenas 39 do sexo feminino - Medicina com 1.854, a Politécnica com 664 e a de Direito com 599 alunos.

A partir de 1925, o reitor passou a ser escolhido pelo presidente da República, mesmo ano em que foram incorporadas à universidade as faculdades de Farmácia e Odontologia, recém-criadas. Em 1928, a Universidade passou a ter uma administração econômica e didática própria, passando a ter seus diplomas reconhecidos pela União.

Em abril de 1931 foi elaborado o Estatuto das Universidades Brasileiras e concedida uma relativa autonomia a Universidade do Rio de Janeiro, que passou a ser administrada pelo reitor e pelo Consuni. O Conselho passava também a ter representação do diretor de cada unidade da universidade - eleitos pela Congregação -, um representante dos docentes livres, um representante dos ex-alunos e do presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passou a se chamar Universidade do Brasil, já tendo sido incorporadas a ela a Escola de Minas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música.

Em 45, com a Lei da Autonomia Universitária - através do Decreto 8.393 - a universidade passou a pessoa jurídica, gozando de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, e com seus objetivos voltados exclusivamente para ensino e pesquisa. O reitor continuava a ser escolhido pelo presidente da República, mas a partir de uma lista tríplice aprovada pelo Consuni, dentre professores catedráticos, efetivos, em exercício ou aposentados, para mandato de três anos com recondução. Neste mesmo ano, o Museu Nacional passava ao âmbito da universidade.

Em 1946, o Consuni aprovou o 1º Regimento Geral da universidade, em 61 era aprovada no Congresso Nacional a primeira Lei de Diretrizes e Bases e, finalmente em 1965, com a Lei 4.831, a universidade ganhava sua atual denominação - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O decreto Lei 252, de fevereiro de 1967, fixou os princípio e normas de organização das universidades federais. Neste mesmo ano, era aprovado o plano de reestruturação da UFRJ como pessoa jurídica, com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar. E três anos depois, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, através do parecer 338, o atual Regimento Geral, que normatiza o Conselho Universitário.

Fonte:
Ensino Superior; Legislação e Jurisprudência, de Guido Ivan Carvalho e Histórias da UFRJ, de Francisco Bruno Lobo.

Série Saúde

Vendendo saúde e excluindo cidadãos

Com as recentes propostas do governo para regulamentação do setor privado de saúde, abre-se novamente a discussão em torno de questões éticas e de cidadania que envolvem o tema. De um lado, a atual composição ministerial tentando adotar práticas cada vez mais liberais, até mesmo com a proposta de abrir o sistema para empresas estrangeiras, e de outro a sociedade, representada por Conselhos de Saúde e entidades profissionais e de classe brigando pelo chamado plano padrão ou cobertura total, também em pauta através do projeto de Lei, encaminhado à Comissão Especial da Câmara Federal.

Nele está proposto a criação de um Fundo de 3 bilhões de reais, a ser dividido entre o Sistema Único de Saúde - SUS - e a rede privada, com destino ao pagamento de inernações em UTIS, tratamentos de doenças consideradas graves, como Aids e Cancêr, cirurgias etc para pacientes contratantes de planos de saúde, mas que necessitem destes atendimentos na rede pública, por falta de cobertura das empresas.

Pelo projeto, as empresas, apesar de adotar o plano-padrão, com a inclusão de todas as doenças e tratamentos, poderiam continuar a oferecer planos restritivos, o que na prática não mudaria em nada a lei da "oferta e da procura" ao atendimento. O projeto não prevê preços máximos e deixa as empresas à vontade para cobrar pelo plano-padrão preços inacessíveis e continuar a oferecer seus precários "produtos".

Até meados da década de 70, a gestão privada de saúde se limitava quase que exclusivamente à relação direta do médico profissional-liberal e seu paciente. Algumas empresas ou grupos já vendiam assistência médica desde os anos 50, período em que algumas multinacionais recém instaladas implementaram um sistema de complementação ao atendimento público, feito pelo então INPS.

Mas a saúde no Brasil só começou a ser tratada como um mercado lucrativo e em expansão a partir dos anos oitenta, resultado de uma política de deteriorização do sistema público, fortemente aplicada pelos militares e repetida nos governos seguintes.

Para a professora do Núcleo de Saúde Coletiva da UFRJ, Maria de Fátima Siliansky, o sistema privado de assistência chegou hoje ao seu esgotamento enquanto "mercado" para as classes média assalariada e alta. Isto porque nada menos do que 40 milhões de pessoas utilizam os serviços das mais variadas empresas de saúde. Significa dizer que 27% da população brasileira descontam para o INSS pelo direito a um sistema público de qualidade, mas por uma triste necessidade se vêem obrigados a sustentar empresas que oferecem cobertura médica por preços que podem chegar a bem mais do que o dobro do que é descontado nos contra-cheques. Em 1987, 24,4 milhões eram cobertos por planos privados, correspondendo a 17% da população, na época.

Pressão

Não é à toa que os empresários do setor fazem constantes lobbies para que o Congresso Nacional aprove medidas que possibilitem o pagamento opcional entre a assistência e a previdência privadas ou públicas: o trabalhador poderia optar por descontar para o Estado e ser atendido pelo SUS ou ser isentado do imposto, pagando determinado valor diretamente para alguma seguradora. A curtíssimo prazo, as empresas conseguiriam ampliar seus segmentos de mercado, atingindo a população mais humilde, a exemplo do que acontece no Chile, onde este sistema é uma realidade desde a implantação do neoliberalimo.

Fica claro que tratam-se de propostas para ampliar ainda mais o poder econômico dos grandes grupos financeiros que distorcem o conceito de saúde como um direito, transformado-a em mercadoria, comercializada ao sabor de variantes da situação econômica e social da população.

Se para a classe média já é difícil manter os custos de uma assistência privada, sob risco de não contar com cobertura para todos os tipos de doenças ou situações clínicas crônicas, para os trabalhadores de baixa renda ou desempregados isso se tornaria impossível.

O seguro saúde, no mundo, é um modelo importado dos Estados Unidos, cujo gasto per capita com saúde é de U$ 2.500,00/ano. Lá, não existe saúde pública, nem mesmo para cidadãos miseráveis que não possuem renda para contratar uma empresa. Quando ocorre de um descamisado americano necessitar de tratamento, o atendimento é feito em postos de emergência e, após a internação ou consulta, a empresa dona do hospital trata de averiguar se o indivíduo não tinha mesmo condições de pagar. Mesmo despossuído, o cidadão passa a ser considerado um devedor, tendo seu nome registrado em listas de endividados.

A relação mercantil com a saúde chegou a tal ponto que o governo Clinton resolveu instituir a gratuidade pelo menos para as vacinas, uma forma de conter situações recentes de epidemia em estados americanos. O governo instituiu também um seguro público, ainda que pago, para os idosos.

Em contrapartida, na não menos capitalista Inglaterra, o sistema é totalmente público e gratuito, e hoje existe a vontade clara do governo trabalhista, recém eleito, de retomar de forma mais agressiva as políticas sociais, uma saída contra o desemprego. Os ingleses gastam com saúde, anualmente, U$ 1.000,00 (per capita). No Canadá, existem planos privados, mas o seguro público de qualidade é mantido como uma garantia de soberania, seja para quem não pode pagar, seja por questão de renda ou idade avançada, ou pela necessidade de utilização de UTIs, que não é coberta pelos seguros locais. O custo per capita da saúde canadense varia de 1.800 a 2.000 dólares/ano.

As campeãs de reclamações junto ao Procon: Unimed, Amil, GoldenCross, Patronal, Assim, Blue Life, Save, Bradesco, Sul América, Rio Clínicas, Semig, Policlínica Geral do Rio, Semig e Itaú-Prev.

Na maior parte dos países da Europa, mesmo os que hoje navegam por águas neoliberais, os sistemas são públicos e gratuitos, na verdade sistemas bem parecidos com o nosso SUS, só que com recursos suficientes, garantidos pelo Estado.

Para a professora Maria de Fátima, o crescimento das empresas e seguradoras médicas no Brasil não só reflete a desestruturação do atendimento público como introduz uma relação mercantilista com a saúde, acarretando em desqualificação e redução do valor do trabalho dos profissionais, e criando um estado de desconfiança por parte do usuário. "A cada ano, tem ficado mais evidente, através da prática do atendimento e da cobrança feita pelas empresas aos "clientes", que o que importa mesmo é o lucro e não a garantia de saúde e vida do paciente", comenta.

Planos são recordistas no Procon

Pouca gente sabe, mas por trás do luxo e do brilho dos comerciais, o mercado de saúde esconde uma realidade de opressão ao consumidor e um desrespeito ao direito de cidadania.

Exemplos não faltam. No Procon do Rio de Janeiro, as reclamações e processos contra empresas de saúde encabeçam a lista de solicitações à procuradoria. Segundo a coordenação do órgão de defesa do consumidor, os casos mais comuns são cobrança abusiva, reajustes indevidos, aumentos abusivos, reembolso não efetuado, propaganda enganosa, não cumprimento do contrato, troca de plano não efetuada e a não emissão de nota fiscal.

Segundo Maria de Fátima, o setor privado de saúde no Brasil não tem uma regulamentação definida, por isso

as distorções e excessos.

Ética

No caso de doenças infecto-contagiosa, como a Aids, os abusos superam o limite do desrespeito humano. A briga ainda é grande entre os conselhos profissionais e as empresas que, apesar da recomendação do Conselho Federal de Medicina, insistem em excluir dos planos a cobertura dessas enfermidades, consideradas crônicas ou de "alto custo".

Em 11 de novembro de 1993, o CFM emitiu uma resolução que dizia em seu artigo 1º que "as empresas de seguro-saúde, empresas de medicina de grupo, cooperativas de trabalho médico, ou outras que sob a forma de prestação direta ou intermediação dos serviços médicos-hospitalares, estão obrigadas a garantir o atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, não podendo impor restrições quantitativas ou de qualquer natureza". Mais adiante, a resolução indica que haja total liberdade de escolha do médico pelo paciente, justa e digna remuneração profissional pelo trabalho médico, inteira liberdade de escolha de estabelecimentos hospitalares, laboratórios e demais serviços complementares pelos paciente e médico.

O Conselheiro e Coordenador da Comissão Especial de Convênios do Cremerj - Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - , doutor Arnaldo Pineschi, esclarece que a resolução do CFM está suspensa devido a uma série de liminares ganhas na Justiça pelas empresas médicas. Mas a resolução 19/87 do Cremerj, que contém os mesmos princípios e normas que a do Conselho Federal, está em plena vigência e é através dela que os cidadãos têm conseguido fazer valer seus direitos junto ao Procon.

Política pública

Mas o problema da saúde certamente não se resolve apenas com normas e orientações para as empresas em relação aos seus "clientes". Para Maria de Fátima a questão central é a da definição e aplicação de uma política social que atenda de forma universal à população. Para ela não é possível se falar em falta de recursos públicos para o setor, enquanto existirem casos de desvios no orçamento público, fraudes, salvamento de instituições bancárias, gastos milionários com propagandas institucionais e cortes brutais na verba para educação e a saúde, para manter a balança comercial e o Real. Só para lembrar, a redução do gasto público federal, em 1996, com a saúde foi de 16 bilhões para 7 bilhões de reais. O CPMF, nos cinco ou seis meses de sua existência já arrecadou cerca de R$ 5 bilhões. Resta saber aonde estão sendo aplicados.

Artigo 198 da Constituição Federal:
A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Os tipos de planos médicos e de assistência

Os planos de saúde são oferecidos basicamente por três tipos de empresas:

As de **medicina de grupo ou cooperativas médicas**, que se auto-denominam empresas sem fins lucrativos, gerenciadas por grupos de profissionais médicos. Normalmente, adotam políticas de atendimento mais humanizadas, dizendo dar coberturas amplas, a todos os tipos de doenças, e apresentam preços mais acessíveis.

Os **seguros saúde**, instituições financeiras, ligadas diretamente ao sistema bancário (tipo Bradesco Seguros, Itaú. Prev etc), que financiam o atendimento, através de reembolsos ou oferencendo clínicas e algumas vezes até hospitais ligados ao grupo ou de sua propriedade.

Planos de administração ou empresas de saúde (tipo Amil, Assim etc). Oferecem uma rede própria de atendimento, hospitais, clínicas e laboratórios, além de manter convênios com diversas instituições e profissionais. Se diferenciam das seguradoras por se constituirem apenas como empresas e não fazerem parte de grupos financeiro. Algumas também se constituem oficialmente como empresa de serviço médico sem fins lucrativos, o que lhes garante, ainda, descontos no imposto de renda.

Decreto 2207: governo começa regulamentar a nova LDB

Agência Andes (Brasília) - Universidades, centros universitários, faculdades, faculdades integradas e institutos superiores ou escolas superiores. Assim o decreto 2207, de 15 de abril de 1997, classificou, quanto à organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino. O documento dá início à regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo seguido por uma série de portarias que detalham a aplicação do dispositivo legal.

De acordo com o decreto, as universidades públicas mantidas pelo governo federal caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão. Em caso de pedido de criação de cursos superiores de graduação ou de incorporação de cursos já existentes e em funcionamento fora da sede da instituição credenciada, o Ministério da Educação e do Desporto terá de ser consultado. Somente depois de ouvir o Conselho Nacional de Educação é que o Ministério poderá confirmar a efetiva integração acadêmica e administrativa entre a nova unidade e a sede da entidade. Uma vez aprovados, esses cursos constituirão novos campi.

Em se tratando das universidades privadas (as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado), as que desejarem alterar sua natureza jurídica devem pedir recredenciamento ao MEC até o dia 15 de agosto, data prevista para o término do prazo de 120 dias, dado a partir da publicação do decreto.

Todas as instituições de ensino superior deverão tornar públicos, anualmente, seus critérios de seleção de alunos (de acordo com a lei 9394/96 e orientações do Conselho Nacional de Educação). Na mesma data, as Ifes também tornarão pública a qualificação de seu corpo docente em efetivo exercício nos cursos de graduação; a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, como laboratórios, computadores e acesso às redes de informação e acervo das bibliotecas; a lista dos cursos reconhecidos e em processo de reconhecimento, além dos resultados das avaliações realizados pelo MEC; o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.

O não cumprimento dessas normas sujeita a instituição a inquérito administrativo. O decreto do MEC estabelece que todas as instituições deverão em oito anos cumprir as condições exigidas pela lei. No primeiro ano de vigência da lei 9394/96, as universidades deverão comprovar que revisaram seus estatutos adequando-os às exigências desta. No final do segundo ano as universidades deverão comprovar que pelo 15% do corpo docente está contratado em regime de tempo integral; no mínimo 15% do corpo docente possuem formação em nível de pós-graduação strictu sensu, sendo, pelo menos 5% com doutorado; linhas e grupos de pesquisa definidos.

No final do quinto ano de vigência da lei, pelo menos 25% dos docentes deverão estar contratados em regime de tempo integral e, no mínimo, esse percentual deve possuir formação em nível de pós-graduação strictu sensu, sendo pelo menos 10% com doutorado. Além disso, as IES devem comprovar a consolidação de sua produção científica e intelectual.

No final do oitavo ano de vigência da lei, as IES deverão comprovar regime de contratação integral de pelo menos 1/3 dos docentes. A pós-graduação strictu sensu deverá englobar o mesmo número (e pelo mesmo 15% deverão ter doutorado). Vale salientar que a pós-graduação strictu sensu são os cursos de mestrado e doutorado reconhecidos e avaliados. Em qualquer época, 30% dos mestres e doutores devem estar em regime de tempo integral.

O descumprimento desses requisitos, nos prazos estabelecidos, resultará na reclassificação da universidade em centro universitário até nova avaliação positiva, conforme estabelece o decreto do MEC.

A Adufrj solicita reuniões dos representantes do Consuni sobre a autonomia universitária

No dia 05 de junho o Conselho Universitário (Consuni) se reunirá mais uma vez para discutir e deliberar sobre o tema autonomia universitária.

Nas duas últimas sessões, 22 e 26 de maio, não houve qualquer deliberação devido à ausência de quorum desse colegiado.

A reunião conjunta da diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj, dia 26 de maio, decidiu lembrar aos representantes dos professores de 1º e 2º graus, dos adjuntos, dos titulares e ainda aos decanos a conveniência de convocarem reuniões com seus representantes antes da sessão desta quinta-feira 5, quando deverão expressar a posição do coletivo que representam.

A Adufrj está enviando a cada um dos representantes relacionados no quadro abaixo uma carta oficializando o pedido de realização de reuniões para discussão e deliberação sobre o tema proposto para a sessão do dia 5 e se dirige aos demais professores para que contribuam buscando viabilizar as reuniões necessárias para um posicionamento representativo, de fato, de parte dos professores da UFRJ.

Representação ou cargo	**Titular**	**Unidade**	**Suplente**	**Unidade**
Titulares do CLA	Olínio Gomes Paschoal Coelho	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Luiz Augusto Pedral Sampaio	Escola de Belas Artes
Titulares do CLA	Therezinha da Costa Schiavo	Escola de Música	Eduardo de Faria Coutinho	Faculdade de Letras
Adjuntos do CLA	Maria Angela Dias Elias	Escola de Belas Artes		
Titulares do CCS	Edson Abdala Saad	Hospital Universitário	Franciscom Duarte Guimarães Neto	Faculdade de Medicina
Titulares do CCS	Roberto Lent	Instituto de Ciências Biomédicas		
Adjuntos do CCS	Celeste Carvalho Siqueira Elia	Hospital Unversitário	Sergio Eduardo Longo Fracalanzza	Instituto de Microbiol
Titulares do CFCH	Francisco Antonio de Moraes Dória	Escola de Comunicação		
Titulares do CFCH	Yvone Maggie de Leers Costa Ribeiro	IFCS	Heloisa Helena C. Buarque de Holanda	
Adjuntos do CFCH	Liana da Silva Cardoso	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais		
Titulares do CCJE	Francisco dos Santos Amaral Neto	Faculdade de Direito	João Paulo de Almeida Magalhães	Faculdade de Direito
Titulares do CCJE	José Ricardo Tauille	Instituto de Economia Industrial	Eduardo Augusto de Almeida Guimarães	Instituto de Economia Industrial
Adjuntos do CCJE	Jacob Frenkel	Faculdade de Economia e Administração		
Representante do FCC	Janira Martins Costa	Museu Nacional		
Representante do FCC	Otávio Guilherme Alves Velho	Museu Nacional	Miguel Angel Monné Barrios	Museu Nacional
Professores Assistentes				
Professores de 1º e 2º graus	Moacyr Barreto da Silva Junior	Colégio de Aplicação	Mônica Lima e Souza	Colégio de Aplicação
Titulares do CCMN	Ângelo da Cunha Pinto	Instituto de Química	Luiz Davidovich	Instituto de Física
Adjuntos do CCMN	Ricardo Moreira Chaloub	Instituto de Química		
Titlulares do CT	Humberto Lima Soriano	Escola de Engenharia	Walter ARno Mannheimer	Escola de Engenharia
Titulares do CT	Antônio Gianella Netto	Coppe	Walter Arno Mannheimer	Escola de Engenharia
Adjuntos do CT	José Haim Benzecry	Escola de Engenharia	Adelaide Maria de S. Antunes	Escola de Química

Programe-se

Seminário sobre Política Nacional de Ciência e Tecnologia

Dias 18 e 19 de junho, no Auditório do Espaço Cultural da Câmar dos Deputados, em Brasília
Promoção: Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados
Programação - mesas redondas:
Quarta-feira, dia 18,
das 10h às 13h - O Estado Hoje, com os deputados Ivan Valente e José Pinotti e Aristides Junqueira, Roberto Romano e Geraldo Cavagnari.
das 15h às 18h - A importância da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento, com o deputado Marcelo Barbieri, Luiz Pinguelli, José Galizia Tundisi, Sergio Ferreira e Walfrido Mares Guia.
Quinta-feira, dia 19,
das 10h às 13h - Políticas científicas e tecnológicas nas universidades e nos institutos de pesquisa, com os deputados Maluly Neto, Octávio Elísio e Elias Murad, e Antônio Wotke, Eliane Azevedo, Carlos Vogt e Ivan Izquierdo.
das 15h às 18h - Financiamento da pesquisa, com os deputados Roberto Santos, Maria da Conceição Tavares e Fernando Lopes, e Renato Dagnino, Kurt Politzer, Luciano Coutinho e Warwick Kerr.

I Encontro Nacional de Cursos Noturnos de Licenciatura em Ciências

Os institutos de Química, Física e Matemática da UFRJ realizarão em junho, entre os dias 10 e 13, o I Encontro Nacional de Cursos Noturnos de Licenciaturas em Ciências - ENCNOL. O evento acontecerá em Búzios (RJ), no Hotel das Rocas, e as inscrições custam R$ 50,00 (até 16/05) e R$ 80,00 (após 16/05).
O pagamento da taxa de inscrição inclui material do evento, translado do Rio até o Hotel, refeições, sendo três cafés da manhã, três almoços e três jantares e coquetel de abertura.
Para participar o interessado deve procurar o professor João Augusto de Matos, no Instituto de Química(e-mail: gouveia@iq.ufrj.br) ou pelo telefone 590-3544, ramal 215, de 14 às 20 horas.
Na programação estão previstas as palestras Novas Diretrizes para os Cursos de Licenciatura, com a participação de representante do MEC; Complementação ao Modelo Presencial (vídeo, sistema de rede etc), com o professor Marcos Elias do Instituto de Física; e A Prática de Ensino em Cursos Noturnos, com a professora Ana Maria Pessoa de Carvalho.
Haverá ainda a mesa-redonda Modelos de Cursos de Licenciatura em Ciências e Grupos de Trabalhos para a discussão do tema da mesa e produção de um documento final, com a participação das universidades UnB, UFBa, UFPe, UFRGS, UFMT, UFG, Fundação São João Del Rei/MG, UFPr, UFRPE, UFSM, USP etc

Seminário da Andes-SN sobre C&T

A Andes Sindicato Nacional dos Docentes está organizando o seu II Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia com o tema O Trabalho Intelectual Coletivo em C&T, previsto para ocorrer em Uberlândia, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, com o apoio da Associação Docente da Universidade Federal de Uberlândia (Adufu-Ssind).
O evento é aberto a todos os docentes vinculados a qualquer associação docente seção sindical do país e os trabalhos deverão ser encaminhados à Coordenação do Grupo de Trabalho de C&T da Andes-SN até 14 de outubro (data da postagem), em disquete, no formato Winword 6.0, com o máximo de 20 páginas.
Os trabalhos deverão tratar sobre a temática proposta ou dos seguintes subtemas:
A Administração de C&T na Universidade Brasileira;
O Gerenciamento da Pesquisa e a Avaliação de Mérito;
Pesquisa Coletiva e Apropriação Individual;
Centros ou Núcleos de Excelência: Histórico, Avaliação e Repercussões;
Aspectos da Relação entre as Questões Sindicais e C&T.

Mobilização

A Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro/Seção Sindical da Andes-Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições do Ensino Superior (Aduni-Rio/SSind) promove um Ato-Concerto neste dia 4 de junho, às 16h, na Cinelândia, quando se apresentará a Orquestra de Câmara da UNI-RIO.
O objetivo desta atividade é de publicizar mais esta tentativa de destruição do ensino público no país - com a PEC 370 - e, ao mesmo tempo, buscar o apoio da população e de outras instituições da sociedade civil para a luta em defesa da universidade pública.

O movimento nacional pela CPI da Reeleição já começou com a movimentação de parlamentares, partidos e sidicatos em torno da abertura de uma investigação séria sobre as negociatas do governo durante a votação da emenda que dará a FHC a oportunidade de ficar mais quatro anos no poder. A Andes-SN encaminhou às associações docentes o texto abaixo para colher assinaturas para a instalação imediata da CPI.

Abaixo-assinado pró-CPI da Compra e Venda de Votos

A opinião pública aguarda com o maior interesse e empenho a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre a compra de votos. Os gravíssimos fatos denunciados na imprensa, a partir de gravações que implicam em abertas confissões sobre a compra de votos, impõem uma investigação responsável e profunda que só uma CPI, com os poderes a seu alcance pode realizar.

Os resultados dessa investigação devem interessar a todos, ao Executivo que, através de um ministro e dois governadores, foi diretamente envolvido no escândalo; ao Legislativo que teve alguns de seus membros diretamente citados nas denúncias e às próprias pessoas nelas incluídas, que terão a sua disposição um foro adequado para a sua defesa.

Vimos, pelo nosso presente, expressar nosso decidido apoio à instalação da CPI e manifestar nosso repúdio a todas as formas de pressão e manobras que visem impedir a aprovação e instalação daquela Comissão.

Fórum de Entidades Pró-CPI

Cópias do abaixo-assinado podem ser reproduzidas e devem ser enviadas ao Diretório Nacional do PT. Rua Conselheiro Nébias 1.052, Campos Eliseos CEP 01203-002 São Paulo - SP Informações pelos telefones: (011) 224-1964, (011) 224-1971 ou (061) 318-3484. A Adufrj também possui o documento para ser assinado.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Ano IV
9 a 15 de
junho /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

29 meses sem reajuste salarial

UFRJ é contra a PEC 370

Conselho Universitário é contrário a qualquer mudança no artigo 207 da Constituição e defende a autonomia universitária

Páginas 3 e 4

Servidores podem receber 28,86% através de antecipação de tutela ganha por ação civil pública

Página 5

Abraço ao CAp

Nesta segunda-feira, dia 9, às 12h

Pela liberdade acadêmica, melhores condições de trabalho, autonomia universitária, salários dignos e garantia da qualidade social da universidade pública e gratuita

Conselho de Representantes

Reunião, nesta terça-feira, dia 10, das 17 às 20:00, na sede da Adufrj

Pauta

1) Avaliação da conjuntura nacional e local
2) Autonomia Universitária
3) Relacionamento do Adufrj com a reitoria da UFRJ
4) Novo contrato com assessoria jurídica
5) Assuntos Gerais

Editorial

Unidade em defesa da universidade pública

O que é preciso discutir neste momento em que todos são a favor da autonomia e da unidade é sobre qual é a autonomia que a universidade necessita, ou melhor, qual é a autonomia universitária de que a sociedade necessita e em torno de quê devemos construir a unidade. A idéia de que a autonomia universitária só serve para resolver problemas administrativo e financeiros não pode ser dominante. Temos é que mostrar que a autonomia universitária é fundamental para a sociedade, não apenas para a universidade, por ser a garantia da liberdade acadêmica, da liberdade de crítica, do debate, da ausência de imposição de um pensamento único.

A dificuldade de discernir entre as várias autonomias que estão se apresentando reflete a necessidade de um debate. Todo mundo é a favor da autonomia, mas cada um é a favor de um certo tipo. O projeto que o governo está apresentando é de autonomia; pegou uma bandeira que é da universidade há muitos anos e disse: está aqui a autonomia que vocês querem, como é que vocês agora estão contra a autonomia? Já para o movimento docente, a autonomia não pode ser dissociada da democracia. E democracia na universidade não se refere apenas à escolha dos dirigentes; trata-se também da composição dos colegiados, das formas de gestão, da participação da sociedade. É necessário esclarecer isto, e só um debate amplo e profundo pode fazê-lo.

Quanto aos reajustes de 26,05% e de 28,86%, devidos em decorrência de direitos, e não privilégios, existentes respectivamente em fevereiro de 89 e janeiro de 93 e confirmados em ações judiciais do TRT e do STF, o uso correto da autonomia seria evidentemente estendê-los a todos os servidores da UFRJ e o reitor não deveria ter medo de ser acionado judicialmente por causa disso, e sim acionar judicialmente quem o impedisse de cumprir as leis que estavam em vigor naquelas épocas.

Por tudo isto, a questão crucial neste momento é a tramitação da PEC 370. Ela não pode ser aprovada, pois isso significaria o fim da universidade pública e gratuita.

Em relação a esta situação, corremos um enorme perigo: o de, com o desespero diante do caos administrativo e jurídico que o governo está causando, chegarmos à conclusão de que é melhor aceitarmos o seu projeto, pois já que precisamos da autorização do governo para tudo e ele não a dá, o melhor seria aceitarmos algum tipo de autonomia, com orçamento global, para que pudéssemos viver tranqüilos.

Este canto de sereia muitos reitores ouviram, como mostra a mudança da posição da Andifes em relação à PEC 370. No ano passado, ela posicionou-se, como agora faz o nosso reitor, contra qualquer alteração no artigo 207, mas hoje está negociando os parágrafos da emenda com o relator, aceitando, por exemplo, a instituição de um *regime próprio* de pessoal e do *orçamento global.* Estes dois conceitos conjugados têm efeitos terríveis. Diante de um orçamento insuficiente, o que vai o reitor fazer com a sua "autonomia"? Demitir servidores para pagar a conta de luz ou pagar salários decentes e não comprar papel? Ser algoz ou demagogo?

Arrocho salarial e corte de verbas são dois lados da mesma moeda. Os salários não estão baixos porque as verbas para equipamentos e materiais para pesquisas estão altas. Ambos estão baixos.

"Recursos" humanos e recursos materiais não são da mesma natureza, são coisas completamente diferentes. Pessoas demoram a ser formadas, não são descartáveis como computadores de penúltima geração. Não são os objetos, e sim os sujeitos acadêmicos e políticos da vida universitária. Precisam, por isso, ser protegidas, ter direitos, não podem ficar à mercê da conjuntura. Em outras palavras, a folha de pagamento não pode ficar dentro do orçamento global.

A responsabilidade da comunidade universitária, formadora de opinião, em relação ao desmonte do serviço público e da universidade pública, é muito grande. Unidade sim, mas em torno da defesa do serviço público, e não da privatização. Unidade contra a PEC 370 e a favor da autonomia constitucional sem remendos.

JORNAL ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Comunidade unida contra desmandos do governo Federal

Numa reunião histórica, o Conselho Universitário da UFRJ deliberou por se posicionar contra as tentativas do governo Federal de desmantelar o ensino superior público, gratuito e de qualidade no país.

"Esta sessão extraordinária é de extrema importância para o futuro da UFRJ e da universidade pública", disse o reitor, abrindo a sessão extraordinária do Consuni, na última quinta-feira.

A grande indignação com a mais recente portaria do Ministério da Fazenda, parece ter despertado a reitoria da UFRJ, que finalmente decidiu agir. Até mesmo uma faixa com palavras de ordem foi estendida acima da mesa diretora do Consuni, ilustrando esta nova posição. Esta portaria autoriza as Ifes a pagarem os valores referentes às ações pecuniárias, desde que o façam com outros recursos que não os da folha de pessoal.

Contudo, a aprovação da defesa intransigente da manutenção dos artigos 207 e 206 da Constituição Federal coloca definitivamente a maior universidade federal do país em rota de colisão com o governo FHC. Estes artigos garantem às universidades autonomia didático-científica, administrativa e ainda, sobre princípios sa educação, entre eles o de gestão financeira e patrimonial e a gratuidade do ensino.

Mas esta não foi a única atitude

deliberada pelos conselheiros, que desta vez compareceram em grande número. Na sessão extraordinária, que também contou com a participação dos diretores de Unidades, diversas outras ações foram desencadeadas.

Em comum a elas, ficou a necessidade de se buscar a unidade de todos os setores da comunidade universitária, exigência esta decantada em prosa e verso pela maioria dos discursos. Daqui por diante, a unidade deverá permear todas as ações, internas e externas, da UFRJ em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Deliberações

Na quinta-feira mesmo, uma comissão formada pelo reitor, vice-reitor, sub-reitores e decanos foi ao juiz da 24ª Vara Federal entregar um ofício da reitoria explicando os motivos pelos quais o pagamento referente a ação dos 28,86% não está sendo efetuado. Com isso, tenta-se evitar que medidas como por exemplo o bloqueio das contas da universidade sejam tomadas pela Justiça.

A sessão do Consuni, que foi transmitida simultaneamente para um telão instalado num salão de entrada lotado, também aprovou uma moção em defesa da autonomia e pela manutenção das universidades públicas.

A necessidade de uma Lei Orgânica para as universidades foi um ponto destacado no discurso do reitor e outra comissão, incluindo representantes dos movimentos docentes, de estudantes e técnico-administrativos, foi constituída para ir a Brasília cobrar da bancada parlamentar do Rio o apoio às decisões tomadas pelo Conselho.

Paralelamente a estas ações, os decanos deverão se articular com os movimentos para oficialmente progra-

marem reuniões onde a autonomia universitária seja finalmente debatida em toda a comunidade universitária.

Mas duas ações certamente deverão ter maior impacto. Uma é pela via judicial, onde se procurará interpelar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, por crime de responsabilidade - pelo fato da Secretaria do Tesouro Nacional não liberar os recursos necessários ao cumprimento de decisão judicial (28,86%).

E a outra, mais barulhenta, será uma espécie de reedição do ato Universidade na Praça. Os representantes dos movimentos (Adufrj, Sintufrj e DCE) propuseram-se a organizar uma grande manifestação de rua em agravo ao governo Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com os movimentos das demais universidades públicas do Rio. Sobre esta manifestação, o representante dos docentes titulares do CFCH, Francisco Antônio Dória, acredita que seja possível reunir 50 mil pessoas nas ruas contra a política educacional de FHC. E o reitor afirmou que participará pessoalmente da manifestação.

Entrevista

No final da sessão, o reitor deu uma entrevista onde explicou à imprensa que não se pode pensar que as parcerias com a iniciativa privada conseguirão suprir a ausência de recursos orçamentários. De acordo com ele, seria necessário o dobro dos atuais recursos de Outros Custeios para que a UFRJ possa funcionar plenamente e que todas as Ifes enfrentam uma situação gravíssima. Outra informação passada por ele foi a de que a UFRJ chega a perder de 300 a 400 docentes por ano. Mas, como disse o próprio reitor, referindo-se às conhecidas palavras de ordem dos estudantes, "a universidade se nega a morrer".

Depoimentos

José Miguel Bendrao Saldanha,
presidente da Adufrj
Gostaria de lembrar que o estado de direito a que todos estão se referindo não se constrói em tribunais; os tribunais é que são decorrência do estado de direito. A gente chegou à situação em que está por fragilidade na luta política, e não na luta judicial. Não é por acaso que esta portaria do MEC jogando o pagamento das ações judiciais para folha complementar e todas essas ações do governo ocorrem exatamente quando o Congresso Nacional discute a PEC 370. O governo já vem golpeando a universidade pública e o serviço público em geral há muito tempo. Ele está tentando desviar nossa atenção para algo que a curto prazo é mais importante, que é o dinheiro no bolso.

Paulo Alcântara,
reitor da UFPJ
Não podemos sair daqui com soluções pontuais, devemos sair com soluções globais. Aliás, me parece que devemos sair com a defesa intransigente da manutenção do artigo 207 intocável. Esta é uma decisão simples, clara, que deve ser tomada pelo Conselho.

Adelaide Antunes,
representante dos professores adjuntos do CT no Consuni
Quero parabenizar o magnífico reitor por estar indignado. Pela primeira vez no Conselho Universitário eu vejo o reitor indignado com medidas do MEC e do governo.

Ricardo Chaloub,
representante dos professores adjuntos do CCMN no Consuni
O que este governo está mostrando agora é um retrato claro de qual é a autonomia que ele quer para a universidade: seu reitor, torra o dinheiro que tem para Outros Custeios e Capital pagando pessoal e inviabiliza a universidade. Isto é a PEC, e este é o exemplo que nós temos.

Jorge Zepeda,
representante do corpo discente no Consuni
A posição que está sendo tomada agora neste Conselho Universitário, e que vem sendo tornada neste episódio dos 28,86%, deveria esta sendo tomada, com esta mesma firmeza, em todos os episódios que ameaçam a autonomia da universidade.

Lenin Pires,
coordenador do Sintufrj
Este processo de desmantelamento da universidade é um processo contínuo.

Servidores ganham antecipação dos 28,86% através de ação civil pública

Foi decretada, semana passada, sentença favorável a uma ação civil pública, interposta pela procuradoria da República, que determina a imediata incorporação dos 28,86%, relativos à isonomia com os militares, a todos os servidores públicos federais, inclusive aposentados e pensionistas.

A ação, que tramita na 18ª Vara Federal, requereu a antecipação de tutela determinando que os réus, entre eles consta a UFRJ, incorporem imediatamente o percentual às remunerações dos seus funcionários.

O Juiz Federal José Ricardo de Siquera Regueira determinou ainda que se pague os atrasados. A determinação para pagamentos de atrasados em uma ação civil pública ocorre de forma diferente das demais ações judiciais, nas quais o valor apurado é discutido e homologado no processo. Pela ordem do Juiz, os atrasados deverão ser calculados por cada um dos entes públicos e por eles pagos diretamente aos servidores.

Estas afinações fazem parte das análises preliminares de nossa assessoria jurídica sobre o resultado desta ação civil pública. É forte a possibilidade de suspensão da execução deste parecer favorável. O fato da tutela concedida pelo juiz abranger tanto o pedido de incorporação quanto os atrasados torna a tutela alvo de fundamentações contrárias a sua manutenção. Neste caso, o TRF pode, no entanto, não decidir suspender a ordem judicial por inteiro, mas apenas em parte, mantendo a determinação para o pagamento imediato.

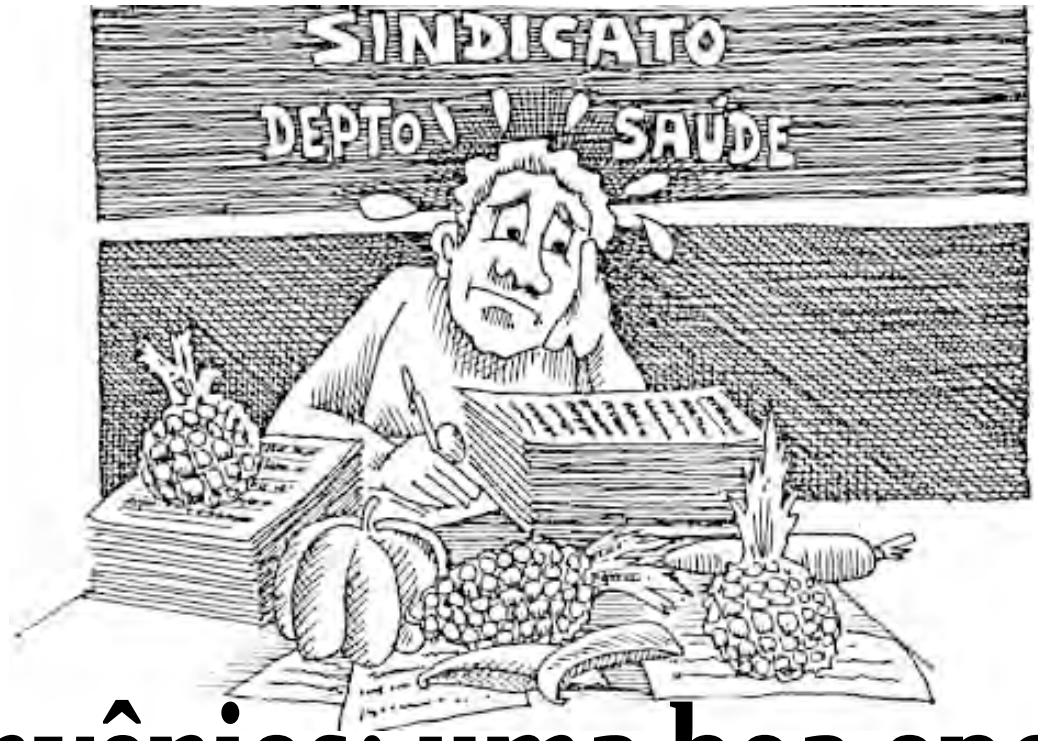
Diante das recentes interpretações da justiça, e o quanto se faz para não acatar decisões favoráveis aos servidores, a assessoria da Adufrj adianta que não bastará a manutenção pelo TRF, em grau de recurso, da ordem judicial. É necessário que os servidores se mobilizem para pressionar as instituições a providenciarem a inclusão dos 28,86% nas folhas de pagamento. Ainda de acordo com os advogados, as ações em curso promovidas pelas entidades sindicais devem ser mantidas.

Ação do segundo grupo da Adufrj já está na Justiça

Foi ajuizada na quinta-feira, dia 5, na Justiça Federal do Rio, a ação que pleiteia os 28,86% para o segundo grupo de professores que estavam na universidade na época do reajuste diferenciado dados aos militares.

A ação recebeu o nº 97.0012911-0 e será distribuída para uma das Varas Federais em aproximadamente uma semana. Está programada para daqui a 10 dias o ajuizamento de outra ação pleiteando o reajuste para os professores admitidos depois de janeiro de 1993

Schubert, Mozart e Rossini. Com estas armas, na última quarta-feira a Orquestra de Câmara da Uni-Rio tomou de assalto a Cinelândia para informar a população do perigo que a PEC 370 representa para as universidades públicas. O Ato em defesa da universidade pública e gratuita, e também em defesa do futuro do país foi organizado pela Associação de Docentes da Uni-Rio e teve o apoio e a participação das demais Ad's do Rio.



Convênios: uma boa opção?

Nos últimos anos, as entidades sindicais têm sofrido a pressão cada vez mais intensa de seus associados pela abertura de convênios com empresas médicas. Mesmo depois da implantação do Sistema Único de Saúde e de conquistas como a descentralização das verbas para estados e municípios e o controle da população atendida - através dos Conselhos Regionais e Municipais de Saúde -, o quadro do atendimento público ainda se encontra caótico. A cada ano, os governos federais retiram mais e mais recursos do orçamento público destinado à Saúde, deteriorando o sistema e arrochando servidores.

A situação fortalece entre os trabalhadores a idéia de que é melhor estar amparado, mesmo que superficialmente, por um plano privado do que estar sujeito ao atendimento em hospitais e postos públicos. Atualmente, são muitas, ou quase todas, as entidades sindicais, mesmo as do serviço público, que mantêm convênios médicos para seus sindicalizados ou mesmo implementaram sistemas ou caixas de assistência próprias. Algumas experiências são até proveitosas para os beneficiados, já que as entidades por representarem um número grande de conveniados podem garantir preços menores nas mensalidades, em negociações diretas com as empresas. Mas, para as diretorias e administrações das entidades, o saldo de contratar um plano de saúde privado é quase sempre negativo e, dependendo do tipo de contrato ou cobertura, pode chegar até a comprometer por completo as finanças ou o patrimônio da entidade.

> Para o associado, muitas vezes o preço pode ficar mais em conta, mas sindicatos enfrentam problemas na administração de convênios com planos de saúde.

Exemplo mais próximo e recente é o do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ - Sintufrj - que há dez anos mantêm convênio para seus associados com a empresa Golden Cross e há quatro com a Amil Serviços Médicos.

Os preços variam de R$ 50,00 a R$ 60 e quem faz o pagamento é o

Sindicato. Ou seja, se o pagamento do plano não for feito través do desconto no contra-cheque do servidor - o Siape só admite descontos até 30% dos proventos -, o Sindicato tem que arcar com os custos, cobrindo ele mesmo a dívida, diretamente às empresas. Após pagar diversas vezes os planos para os associados, conseqüência de vários erros nos descontos, de responsabilidade, segundo a entidade, do Mare - Ministério da Administração e Reforma do Estado -, o Sintufj se encontra hoje em uma situação financeira pouco confortável.

Segundo um dos coordenadores da entidade, Lenin Pires, apesar de considerar complicada a reversão do quadro, a entidade pretende apresentar, gradualmente, propostas para discussão com os funcionários da UFRJ, onde se tentará mostrar que os planos, além de serem paliativos e de promoverem o sucateamento do SUS, têm sido os principais responsáveis pela difícil situação pela qual a entidade tem atravessado desde setembro do ano passado.

Docentes também reclamam por assistência

A Associação de Docentes da UFF Seção Sindical da Andes-SN, também por uma demanda da categoria dos docentes da universidade fluminense, teve que, a partir de 1993, estabelecer convênios com empresas de saúde. De acordo com o presidente da AD, Luiz Carlos Soares, a diretoria era e continua sendo contra a adoção de planos, por considerá-los insuficientes e por defender o SUS como um sistema de qualidade para todos.

A partir daquele ano, diversas firmas foram convocadas a apresentarem propostas. A maioria dos professores da Aduff optaram pela Unimed, uma cooperativa de médicos que funciona como empresa de saúde. Apenas 20 docentes escolheram a Golden.

Apesar de ser a mais requisitada, a Unimed é a líder em reclamações. Descredenciamento de hospitais e médicos, serviços e exames sem cobertura, falta de limite de idade no contrato e outros problemas têm de ser enfrentados tanto pelo associado quanto pela administração da AD.

Não é raro as empresas descumprirem contratos. Um exemplo de abuso por parte dos planos foi o caso de um professor de 67 anos que fez inscrição na Golden, mas esta o recusou em virtude de sua idade. A Aduff constatou que não havia nada mencionado no contrato a respeito de limite de idade, mas a empresa manteve a posição.

Além disso, os sindicalizados reclamam que a Unimed estipulou preços diferentes para cada sindicato da região. O Sintuff - Sindicato dos Trabalhadores da UFF tem preços menores sob pretexto de concentrar maior número de funcionários em relação à entidade dos docentes.

Os preços dos convênios da Aduff variam de R$ 57,72, mínimo para que tem até 59 anos, e R$ 134, 52 para quem tem 60 anos ou mais.

Sistema próprio

Uma outra experiência com o oferecimento de serviços e assistência médica ao Sindicalizados é da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia, a Apub. Depois de enfrentar aumentos abusivos e toda a sorte de questões relativas a descumprimento de contratos, a Apub resolveu apresentar para a categoria a idéia de uma caixa de assistência própria para os professores.

O sistema foi implantado, em 1994, dando origem a Apub-Saúde. A administração da caixa assistencial não é lucrativa e fica a cargo do diretor da AD, professor Robério Ribeiro. Os docentes pagam uma mensalidade fixada de acordo com a tabela da Associação Brasileira dos Médicos - ABM e na ocasião da inscrição no plano, o usuário assina um contrato que estipula o pagamento da mensalidade em duas parcelas, feito através de desconto em conta-corrente do Banco do Brasil, acompanhando as datas dos pagamentos dos salários e adiantamentos.

O plano da Apub-Saúde dá direito à inclusão de dependentes diretos - esposa (o), filhos até 24 anos e pais. No caso de dependentes especiais, tios, primos, irmãos e filhos com idade acima de 24 ano, o associado paga mais 30 % sobre o valor da mensalidade para cada familiar.

Apesar da caixa cobrir uma ampla gama de serviços de internação e exames, tratamentos de doenças crônicas e infecto-contagiosas, os preços assim como os convênios tradicionais variam de acordo com o número de dependentes e com a faixa etária dos associados, além de exigirem os períodos de carência habitualmente requeridos pelos planos.

Adufrj realiza referendo para transformação em seção sindical

Continuando o processo de transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN, foi iniciada a realização de um referendo da decisão da Assembléia Geral do dia 22 de abril, encerrada no dia 8 de maio, que aprovou por 335 votos a favor, 12 contra e 8 abstenções a transformação.

Foi enviada pelo correio aos docentes da UFRJ uma cédula especial, devidamente rubricada, juntamente com um envelope para o retorno do voto plebiscitário.

Todos os docentes que receberem a cédula podem participar do referendo, mesmo que não tenha participado da votação durante a assembléia.

A cédula com o voto deverá ser depositada em uma urna que ficará na sede da Adufrj, de segunda a sexta, de 9:00 às 17:00, até o dia 17 de junho. Poderá ser depositada também em qualquer uma das caixas de distribuição da Adufrj, localizadas em diversas unidades da UFRJ, até o meio-dia de sexta- feira, 13 de junho, quando serão recolhidos os votos e colocados na urna da sede.

O voto também pode ser enviado pelo correio para a sede da entidade: CxP. 68.531 - CEP 21944-970 - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ.

No dia 17 de junho, a urna será aberta e os votos apurados. Se mais da metade dos votos recebidos forem favoráveis a transformação aprovada na Assembléia Geral estará referendada.

Foram enviados também o Regimento Geral da Adufrj - Seção Sindical e uma ficha para atualização de dados cadastrais dos associados. Estes dados são importantes para a comunicação da diretoria e da secretaria com seus sindicalizados. A ficha pode ser devolvida juntamente com a cédula de votação.

Devido a um erro no envelopamento do material para o referendo - uma empresa contratada deixou de colocar nos envelopes justamente a cédula de votação - foi enviada nova correspondência na última sexta-feira, dia 6 de junho, contendo a cédula.

Os professores devem estar recebendo a cédula de votação ao longo desta semana, o que reduziu um pouco o prazo de devolução dos votos, mas não inviabilizará de forma alguma o plebiscito.

Programe-se

*XI Congresso de Leitura do Brasil (Cole) - **A voz e a vez dos excluídos***

O processo de globalização implica a marginalização definitiva de milhões de pessoas do próprio processo produtivo e de quaisquer benefícios sociais, aumentando o contingente daqueles que historicamente têm sido excluídos, quando não efetivamente oprimidos, pela sociedade de consumo. O Cole, como o maior congresso de leitura do Brasil, torna-se, neste momento, um espaço de defesa da democratização do acesso ao mundo da leitura e um lugar de estímulo à luta pela efetiva garantia do exercício da cidadania pelas maiorias excluídas.

Coordenação: Luiz Percival Leme Britto e Wilmar da Rocha D'Angelis. De 15 a 18 de julho, em Campinas (SP).

"A pós-graduação pelos pós-graduandos"

Vem aí o
I Encontro dos
Pós-graduando

10 de junho
Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão
Inscrições no local

Ano IV
16 a 22 de junho /97

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

29 meses sem reajuste salarial

Mobilização pela autonomia universitária

A Adufrj, Sintufrj e DCE estão organizando atividades para levar realizar em breve nas ruas do Rio uma grande manifestação. A idéia é mostrar a produção de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualiadade à população. A data da atividade ainda está sendo articulada. Até o momento, a sugestão é para o dia 26 de junho. O professor, funcionário e estudante - individual ou coletivamente - que tiver algum projeto criativo ou sugestão sobre o que levar à manifestação, deve procurar a sede da Adufrj, até a próxima quarta, dia 18, às 10 horas, quando haverá nova reunião dos movimentos para definir a programação. A Adufrj fica na sala D200 do CT - telefone 590-4799, fax 260-6368 ou E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br.

Já foram feitos contatos com os movimentos de outras universidades públicas do Rio para que elas também participem do ato, que ainda não tem local definido. Esta atividade também tem como objetivo conseguir o apoio da população contra as ameaças do governo à autonomia universitária.

Está sendo pensada também uma assembléia comunitária com os professores, técnicos-administrativos e estudantes, com data prevista para o dia 24 de junho. A pauta provavelmente tratará a questão da Autonomia e o posicionamento da comuniade da UFRJ frente aos projetos do governo federal.

Na última reunião do Conselho de Representantes da Adufrj foi definido que a entidade dos docentes não participaria da Comitiva da UFRJ, formada pelos reitor, vice-reitor, membros do Consuni e representante do Sintufrj, que esteve em Brasília na semana passada para levar ao ministro Paulo Renato a posição da UFRJ em relação a PEC370. A emenda trata da autonomia e está com votação prevista para depois da reforma adminstrativa, ou antes se o governo conseguir agilizar os trabalhos no Congresso.

A decisão do Conselho da Adufrj foi baseada, segundo o presidente José Miguel no fato de que não estava claro qual seria o objetivo da ida a Brasília, já que durante a reunião do Consuni, na qual foi sugerida a organização da comitiva, a questão do pagamento dos 28,8% e a votação da PEC370 estavam um pouco misturadas. "Não houve tempo ábil para discutir com os outros segmentos e com a própria reitoria qual seria o caráter da viagem, na medida que está havendo uma identificação equivocada entre a votação da PEC e o não cumprimento da ação judicial. Por que com autonomia ou sem o pagamento deveria ter sido feito. E autonomia universitária não se resume a questão salarial, declarou José Miguel".

Assembléia Geral
19 de junho
quinta-feira, 14 h
Auditório do CCMN
(Roxinho)

Segundo a assessoria de imprensa da reitoria, a comitiva foi recebida por um secretário do ministro Paulo Renato, que se disse sensibilizado com as preocupações levadas e que, após o encotro ministerial, os membros da comunidade acadêmica visitaram vários parlamentares reivindicando a não alteração do artigo 207 da CF.

A Adufrj enviou carta aos parlamentares com a nota aprovada na Assembléia Geral de 2 de junho, defendendo a rejeição da PECC370 e a garantia da autonomia contitucional.

J.O.R.
ADU

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

CAp defende universidade

Desde segunda-feira da sema na passada que um trecho da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas - o muro do Colégio de Aplicação da UFRJ - passou a ostentar ligeiras modificações em sua decoração. Por iniciativa da comunidade que ali convive diariamente, mas em muito pressionada pelo tratamento que as autoridades têm dedicado ao ensino público no Brasil, professores, funcionários estudantes e pais de alunos resolveram se manifestar. E o fizeram com mais um *Abraço ao* CAp.

Pintando palavras de ordem contra a política educacional de FHC em seus muros, e abraçando todo o perímetro do Colégio, eles promoveram uma manifestação a favor da universidade pública, gratuita e de qualidade, a favor do Colégio e dos funcionários públicos e contra a PEC 370 ou qualquer outra intenção deste governo em privatizar o ensino público.

Um grupo de 30 professores teve a idéia, os funcionários e estudantes aderiram e o ato virou um simbólico abraço ao colégio. Em menos de uma semana os muros foram caiados para que os alunos pudessem na segunda-feira enchê-los com frases e dizeres com suas reivindicações.

O aluno Pedro Henrique Moxotó, com apenas 12 anos, não entende muito bem como uma escola que alcança excelentes resultados pode receber tão pouca atenção "das autoridades". Mas tinha na ponta da língua um antigo ditado que define com clareza a sua contrariedade: "Time que tá bom não se mexe".

Lembrando que este ano a 6ª série (sua turma) passou um bimestre sem aulas de matemática, desenho e artes cênicas por falta de professores, Pedro tem conhecimento de que isto se deve à defasagem salarial. E embora não soubesse que o salário de professor substituto é de pouco mais de 300,00 reais por 20 horas de aula, lá estava ele, junto à maioria de seus 752 colegas, abraçando e pintando os muros do CAp, fazendo cartazes e murais para mostrar que o colégio está unido em suas lutas. Sem esquecer de que a "privatização não é uma boa idéia".

Uma das integrantes da comissão organizadora da manifestação, Regina Pugliese, professora do 1º grau e conselheira da Adufrj, disse que a situação do colégio realmente não é boa. Mas embora sobrem problemas na escola - e que mesmo assim "os alunos amam esta escola" - o real objetivo do *Abraço ao CAp* era o de chamar a atenção da comunidade - interna e externa - para os perigos que a PEC 370 representa para o futuro da educação no Brasil.

"Os governos são transitórios, a educação é uma eterna necessidade" e "Se o governo esquecer do povo, como este se lembrará do Brasil?", são partes da nova decoração da Lagoa. Desde o dia 9, eles estão lá como alerta à população para o que está acontecendo com a educação no Brasil. Apesar da indiferença da mídia do Rio.

A unidade do colégio a esta causa esteve refletida não só no abraço, que chegou a dar quase duas voltas em torno do colégio, mas também no discurso de seu diretor, João Freire: "Não admitimos um CAp senão com a qualidade que ele traz há 49 anos. Este governo entende a educação como gasto e seu objetivo é inviabilizar a escola pública para entregá-la à iniciativa privada. Este movimento pertence aos alunos, pais, funcionários e professores".

Da mesma forma, estava apurada a consciência sobre a gravidade da conjuntura. Para a aluna do último ano do 2ª grau, Isabela Goulart, são grandes os problemas que o colégio enfrenta atualmente, relacionados principalmente aos salários dos docentes e à questão dos professores substitutos.

Porém, o mais grave em sua opinião é quanto ao futuro. Ela espera que a manifestação tenha servido para "abrir os olhos de nossos governantes, porque a educação é primordial para o futuro do país". Isabela também enxerga uma falta generalizada de empenho em relação ao setor social: "Eles estão muito preocupados com a economia e se esquecem da importância que têm a saúde e a educação".

UFRJ contra a Autonomia do Governo

Leia, abaixo, a íntegra da resolução do Conselho Universitário aprovada na seção extraordinária que discutiu com a comunidade e com representantes dos três segmentos universitários a Proposta de Emenda Constitucional 370A/96

Nota do Consuni
Sessão Extraordinária - 05/06/1997

O Conselho Universitário da UFRJ manifesta sua profunda indignação na ocasião em que o Executivo Federal intervém, mais uma vez, no exercício da autonomia universitária, bem como nos demais poderes da República (Legislativo e Judiciário), colocando em risco a consolidação da ainda frágil democracia brasileira, pela ameaça de ruptura do Estado de Direito.

No momento em que a produção acadêmica vem sendo cada vez mais valorizada nos países democráticos, o Poder Executivo brasileiro, por meio de uma sucessão de iniciativas e atitudes equivocadas, atinge de modo pernicioso a instituição que, por sua natureza e prática concretas, é importante geradora e transmissora de saber no país: a UNIVERSIDADE PÚBLICA e GRATUITA.

Recentemente, em consequência do projeto de governo, que concentra poder decisório na área econômica, as Ifes vêm sendo penalizadas por medidas provisórias e outros instrumentos que, se mantidos, certamente inviabilizarão o funcionamento destas Instituições.

Em particular, a UFRJ vem sofrendo os efeitos desta política nos seguintes aspectos:

■ insuficiência crônica dos recursos necessários à manutenção das atividades acadêmicas, colocando em risco a sobrevivência da Universidade, configurando flagrante desrespeito ao Artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394 de de 20/12/96;

■ substantivas perdas salariais de seus servidores, em decorrência de medidas administrativas e da inexistência de qualquer reajuste salarial há mais de dois anos. Consequentemente, a Universidade vem sofrendo completo esvaziamento de seus quadros docentes e técnico-administrativos;

■ intervenção no processo de execução do orçamento da UFRJ, impedindo até que sua Reitoria, no exercício das atribuições legais, cumpra determinações judiciais.

No momento crítico em que a sociedade aprofunda a discussão da Autonomia Universitária, o Governo Federal edita, através do ministério da Fazenda, portaria que apresenta como alternativa para o atendimento às despesas decorrentes de sentenças judiciais a utilização de recursos de custeio que, sabidamente, não são minimamente suficientes para manter a Universidade em funcionamento e, mesmo o sendo, conduziriam a administração a atos que promoveriam a paralisação das atividades acadêmicas.

Neste sentido, o Conselho Universitário, reunido em sessão extraordinária, e acrescido dos Diretores de Unidades da UFRJ deliberou, por unanimidade:

■ defender, de modo intransigente, a manutenção do Artigo 207 da Constituição Federal, em seu formato atual, com a criação de Lei Orgânica referente à Autonomia Universitária;

■ defender o Artigo 206 da Constituição Federal, na totalidade de sua redação;

■ criar subcomissões temáticas em cada Centro da UFRJ para que, no mês de junho, seja discutida a Autonomia Universitária definindo-se, em julho, uma proposta da UFRJ;

■ criar uma comissão, designada pela Reitoria, para se reunir com a bancada do Rio de Janeiro no Congresso Nacional, com convite aos demais reitores das Ifes do Estado do Rio, visando a discutir a atual conjuntura das instituições universitárias brasileiras;

■ que o Reitor compareça pessoalmente à Justiça Federal, para informar que todas as providências legais foram tomadas pela aministração da UFRJ e que a liberação de recursos depende exclusivamente da Secretaria do Tesouro Nacional;

■ realizar reuniões com os reitores e pró-reitores de Pessoal de todas as Universidades que se encontram na mesma situação e com aquelas que poderão por ela passar, para que sejam definidas ações comuns;

■ verificar a legalidade da aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda, publicada no DOU de 04 de junho de 1997;

■ dar ampla divulgação a esta nota, principalmente junto aos membros do Congresso Nacional.

Reforma administrativa em ritmo lento

"Quero ver quando for a vez da estabilidade". A frase, do deputado petista Chico Vigilante (DF), dita após a votação do destaque sobre controle de gestão, dia 11, no plenário da Câmara dos Deputados, expressa bem a preocupação da oposição com o emperramento da reforma do Estado.

Bastou o presidente da casa, Michel Temer (PMDB-SP), anunciar o resultado da votação sobre o destaque que trata do desempenho do serviço público (346 votos a favor, 116 contra e seis abstenções), para o PPB pedir obstrução para as outras votações em pauta naquele dia (paridade e estabilidade). Motivo: todos queriam assistir ao depoimento do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, na CPI dos Precatórios.

A partir daí, foi um verdadeiro festival de obstruções. O deputado José Machado (PT/SP), no entanto, disse que a oposição permaneceria no plenário e que o bloco não concordava com a política adotada pelo governo para atrapalhar a votação da Reforma Administrativa. O contrato de gestão, aprovado naquela plenária, permite à administração pública terceirizar serviços em determinados casos.

Governo espera votar até setembro

Ainda sob o desgaste da denúncia da compra de votos para a aprovação da reeleição, o governo tenta contra-atacar para votar a reforma administrativa até setembro. A tentativa de aprovar a reforma começou no dia 9 de abril. Passados dois meses, o Planalto teme não conseguir a votação até o final do ano.

Ainda faltam o segundo turno na Câmara e dois turnos no Senado, e o projeto ainda pode voltar para os deputados, caso os senadores alterem o texto. O desgaste aumenta a cada dia.

O temor governista se deve ao fato de que em julho as atenções deixam um pouco de lado as reformas e voltam-se aos palanques e discursos para as eleições de 1998. Os parlamentares e o próprio governo estarão preocupados com o próximo pleito e tudo poderá ficar para depois, numa aposta cega na reeleição.

(fontes: Agência Andes e Diap)

Caixas Assistenciais, o exemplo da Caurj

A Caixa de Assistência da UFRJ é um sistema de atendimento médico criado para atender a servidores desta universidade e do Cefet, ativos e aposentados, estudantes bolsistas e residentes, além de pais, filhos e cônjuges dos associados. A Caurj, como é chamada, é na verdade um plano de assistência privado, sem fins lucrativos e de adesão voluntária.

Criada há um ano por professores da UFRJ e do Cefet, a caixa for organizada nos moldes da Caixa de Assistência da Universidade de Minas Gerais - Casu. A Caurj possui um conselho diretor que é escolhido anualmente através de assembléia, onde podem participar todos os associados, que também podem interferir em seu regulamento.

O conselho calcula os custos dos serviços e tomando-os como base estipula o valor das mensalidades que são descontadas, no caso dos servidores, diretamente da conta-corrente, nos dias de vencimento. A Caurj não possui fins lucrativos. Foram contratados, para sua administração, profissionais ligados ao setor de empresas médicas, não vinculados à universidade.

Atualmente, a Caurj possui cerca de 1000 associados. Segundo um funcionário, este ano a Caixa começou a receber mais adesão dos professores da universidade, já que estes perderam um pouco do medo de se desligar de contratos tradicionais com empresas e convênios e resolveram apostar no crescimento da instituição. O medo inicial era de que a Caixa não oferecesse um leque amplo de opções de atendimento e internações.

Uma das peculiaridades da Caurj é, apesar de não ter nenhum vínculo com a universidade, possuir convênio com o próprio Hospital Universitário da UFRJ, que garante tratamento diferenciado para os associados em suas unidades.

A Caixa não recebe verba do governo nem da universidade e é mantida integralmente com as mensalidades dos servidores e demais associados.

Para se inscrever basta o professor, técnico ou estudante da UFRJ provar o vínculo com universidade e assinar um contrato de adesão pelo preço de R$ 30,00 (padrão enfermaria) ou R$ 46,85 (padrão apartamento). Estes valores valem para o cadastrado, cônjuge e filhos até 24 anos. Pais de associados pagam, sem limite de idade, R$ 181,00 (padrão enfermaria) e R$ 281,00 (padrão apartamento). A cobertura da Caurj prevê doenças pré-existentes, crônicas, Aids, transplantes entre outras, geralmente recusadas pelos planos tradicionais.

O modelo

A Casu, caixa mineira, serviu de modelo para a formação da Caurj, no Rio, e funciona há três anos. De lá para cá já cadastrou cerca de 11.000 servidores e estudantes.

Atualmente, a cobrança das mensalidades é feita diretamente em folha de pagamento ou por conta-corrente de agência do Banco do Brasil. Sua administração é direta e a Casu, assim como a Caurj, trata diretamente com médicos e hospitais que prestam-lhe serviços. Os atendimentos na caixa mineira são isentos de autorização, até mesmo para internações.

Diferenças

As principais diferenças de uma caixa assistencial para os planos empresa é que apesar de também ser privada, a aplicação de recursos exclusivamente na assistência faz com que o valor de sua mensalidade seja sempre inferior ao que é pedido pelo mercado.

Outra diferença é que as caixas trabalham com poucas restrições com relação a limites de consultas ou exames. O número de dias para internação também é superior aos dos planos comuns.

Por Mônica Lima, representante suplente dos professores de 1º e 2º graus da UFRJ no Consuni.

Licenciatura: este problema é de todos

A origem deste artigo está na preparação de uma participação no Seminário "Formação de professores: Licenciatura em Crise?", promovido pela Adufrj recentemente (24/04/97). Nesse oportuno encontro várias questões referentes aos problemas da licenciatura foram debatidas, estando presentes alguns professores e alunos. A idéia aqui é socializá-las após sua ampliação no debate do evento em questão.

Primeiramente, podemos observar que os problemas relativos à licenciatura, mesmo tendo sido tantas vezes discutidos em mesas-redondas, reuniões e debates não estão esgotados como tema de discussão. Pode nos parecer em algum momento que teríamos que dá-los como tal, mas é no exercício coletivo de reflexão que os caminhos de saída desse labirinto serão levantados.

O diagnóstico não é novo. A crise da Licenciatura tem componentes muito evidentes: esvaziamento dos cursos, deficiências na formação, baixos salários, condições de trabalho precárias, baixa estima profissional, desvalorização do professor, entre tantos outros aspectos.

Entre estes elementos há alguns que não podem ser transformados por nós de imediato, pois não estão sob nosso controle. E isso nos frusta, nos desanima. Há tanto o que mudar no quadro de injustiças no nosso país e tudo parece tão difícil! ... Mas ainda assim resta a certeza de que sem a nossa ação eles continuarão a existir por muito mais tempo.

Nossa atuação vai ser tão mais efetiva quanto mais falarmos destas questões, compartilharmos diagnósticos, experiências, projetos e pensarmos soluções que estejam ao nosso alcance e também (porque não?) as que não estejam, aparentemente.

Nesta reflexão estão presentes três tipos de experiência e memórias: de ex-aluna da UFRJ do curso de Licenciatura em História e licencianda no CAp/UFRJ, de professora do CAp/UFRJ e durante um tempo, da rede pública estadual, e de ex-coordenadora de Estágios e Licenciatura participante da Comissão que realizou os estudos que deram base à Resolução CEG 02/94 sobre Licenciatura na UFRJ.

> Um bom professor terá que ser, necessáriamente, um professor-perquizador. Portanto, há que se arregaçar as mangas e produzir perquisas na área do ensino

Começo pela primeira um pouco para seguir uma certa ordem e outro pouco para exorcizar o discurso vitimizador que nos persegue. Escolhi o magistério e não me arrependo. Acho que há um grande grupo de professores e futuros professores que pensam assim, mas diariamente somos bombardeados pela realidade e por uma certa voz geral que mistura pena e incompreensão.

Esta escolha teve como base minha experiência de estágio no CAp e de docência nos primeiros anos após o término da graduação. É claro que esta história está carregada de elementos pessoais e intransferíveis mas, como toda história individual, é também em parte coletiva. Sei que a compartilho com vários outros profissionais do ensino que passaram por estes caminhos ou caminhos semelhantes.

Foi a partir desta experiência, na qual os problemas não estiveram ausentes, que tive a consciência da importância do estágio na formação e na construção de uma auto-imagem mais positiva enquanto profissional do ensino. Não tenho dúvidas de que valorizar o estágio de Prática de Ensino é um dos caminhos para formar professores mais conscientes do seu papel profissional e, portanto, mais felizes na sua escolha e mais preparados para brigar por um reconhecimento justo de seu trabalho.

No trabalho com a Licenciatura dentro da Universidade, já como profissional, outras questões sérias surgiram. Uma delas é a de lidar com um modelo de cursos onde se dá menos importância à atividade docente frente à atividade de pesquisa, reforçando a dicotomia ensino/pesquisa, tão nefasta para nossa formação. Portanto, um dos caminhos é lutar para desconstruir esta visão. E é uma difícil tarefa.

Um bom professor terá que ser, necessariamente, um professor-pesquisador. Portanto, há que se arregaçar as mangas e produzir pesquisas na área do ensino, divulgar as que já existem, compartilhar os resultados obtidos. Só assim perceberemos e faremos perceber que em sala de aula também se produz conhecimento. E esta percepção se fará mais clara na medida em que estejamos permanentemente repensando criticamente o modelo de aulas que ministramos, seja no primei-

ro, no segundo ou no terceiro grau. E encontraremos entre nossos colegas trabalhos que certamente nos farão acreditar que este caminho é possível.

Portanto, um estágio de formação de professores deve envolver muita prática de sala de aula, sim, lado a lado ao exercício de pesquisa/reflexão sobre esta prática.

Há que se ter muito cuidado quando apontamos uma série de problemas referentes aos cursos de Licenciatura como defasagem de currículos, programas e conteúdos na formação pedagógica. Estes problemas de fato contribuem para o esvaziamento dos cursos e devem ser encarados de frente. Mas temos que nos precaver contra um discurso que relega a um segundo plano a discussão e reflexão sobre temas como as teorias da aprendizagem ou as vertentes filosóficas que dão base a nossa atuação profissional.

Não há que se cair no conto do "professor que nasce pronto", sendo necessário tão apenas que ele saiba o "conteúdo". Se resvalarmos por este caminho - e todo o cuidado é pouco - acabaremos por reforçar a idéia de que o nosso trabalho envolve apenas a transmissão de um saber. Precisamos pensar criticamente sobre os modos de transmissão/construção desse saber, consagrados ou inovadores.

E mais: devemos desenvolver o nosso olhar sobre os sujeitos de nossas aulas: os alunos. Alunos que, em especial no ensino de primeiro e segundo graus, estarão vivendo momentos de sua vida emocional e psíquica sobre os quais precisamos discutir, entender, e pesquisar.

Assim, se valorizamos a prática pedagógica através do estágio que envolva ensino/pesquisa, temos que também valorizar a reflexão pedagógica. E isto necessariamente envolverá uma discussão ampliada sobre os conteúdos de nossas aulas de formação pedagógica, nossas aulas nos cursos de formação específica, nossas aulas no CAp.

A formação do futuro professor não começa nem termina na Faculdade de Educação. Há que existir um compromisso que nos coloque - a todos - como responsáveis pelos cursos de Licenciatura.

> A nossa Universidade tem um papel social a cumprir na formação de profissionais de Educação. Desta forma seus dirigentes deverão promover políticas internas muito concretas na direção da valoriração da licenciatura.

A nossa Universidade tem um papel social a cumprir na formação de profissionais de Educação. Desta forma seus dirigentes deverão promover políticas internas muito concretas na direção da valorização da Licenciatura tais como: o retorno das bolsas de Licenciatura, o apoio a projetos de pesquisa na área de ensino e a abertura de vagas de concurso para atender aos cursos novos - como os noturnos - e às necessidades de novas áreas curriculares.

O problema é nosso e o encaminhamento das soluções também deverá ser nosso: dos professores desta Universidade, dos nossos dirigentes e dos nossos alunos.

Rápidas

CEG/UFRJ é contra Provão

A última sessão do Conselho de Ensino para Graduandos, na quarta-feira, dia 11, aprovou por unanimidade uma moção de repúdio ao exame nacional de fim de curso, o provão. Embora o CEG não tenha tomado nenhuma decisão, foi amplamente discutido na reunião que, se houvesse certeza de que os alunos entregariam as provas em branco, a UFRJ teria muito mais força para brigar contra as constantes ingerências do MEC na universidade. É bom lembrar que na primeira edição do provão, ano passado, a UFRJ teve o maior índice de provas entregues em branco do estado.

Este ano, o exame terá a inclusão de mais três cursos - engenharia química, odontologia e medicina veterinária, além da engenharia civil, direito e administração - e está marcado para o próximo dia 29.

APG-UFRJ em movimento

O I Encontro dos Pós-Graduandos da UFRJ, realizado no último dia 11, no CT, elegeu não só os seus três representantes no CEPG como também o representante que irá a Brasília participar de dois importantes eventos: a reunião do CNPq, quando se discutirão novas medidas para distribuição de bolsas, e do seminário sobre o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, na Câmara Federal. O Encontro também elegeu uma diretoria provisória, que em breve convocará nova assembléia para então eleger a diretoria definitiva.

Diap demonstra perseguição do governo FHC aos servidores

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Diap, através de levantamento da legislação infraconstitucional sobre os direitos dos servidores públicos, concluiu que o governo de Fernando Henrique Cardoso até o momento já baixou 45 medidas de corte ou redução de direitos, garantias e vantagens destes assalariados, "numa perseguição jamais vista no país".

Pela legislação infraconstitucional o governo não precisa do voto de 3/5 do dos parlamentares, utilizando para isso, principalmente, as medidas provisórias. E, de acordo com o Diap, o que era possível ser operado por esta via, já foi feito. Agora, FHC elegeu como prioridade as reformas administrativa e previdenciária.

A perseguição atinge igualmente outras categorias, que são a dos empregados de estatais e segurados da Previdência Social em vias de requerer aposentadoria. Os três segmentos, não por acaso, são os que dão sustentação política e financeira às entidades sindicais, alvo maior da política de FHC.

Pela falácia do governo, as medidas são destinadas a reduzir o déficit público. Entretanto, não é mais novidade para ninguém que este é provocado em grande parte pelos serviços das dívidas internas e externas, pela prática das altas taxas de juros, pela política cambial, pelo socorro aos bancos falidos, além das generosas anistias, isenções e incentivos fiscais ao capital.

Veja na relação a seguir as medidas provisórias, decretos, projetos de lei e portarias levantadas pelo Diap que historiam os ataques aos direitos dos servidores públicos.

1 - Acabou com a política salarial dos servidores, negando vigência à lei que previa data-base anual em janeiro. (Descumpriu as leis 7.706/89 e 8.880/94)

2 - Congelou os salários desde sua posse (Descumpriu as leis 7.706/89 e 8.880/94)

3 - Instituiu contribuição para a previdência dos servidores inativos (MP 1.415/95)

4 - Sustou a readmissão dos servidores demitidos no governo Collor e anistiados na gestão Itamar Franco. (Decretos 1.498 e 1.499/95)

5 - Incentivou e condicionou qualquer apoio aos governos estaduais à demissão de servidores. (Decisões políticas da CEF e BNDES)

6 - Limitou em 60% das receitas líquidas correntes os gastos com pessoal. (Lei complementar 82/95)

7 - Proibiu, na prática, a contagem do tempo como trabalhador rural para efeito de aposentadoria no serviço público, a menos que seja comprovada a contribuição, e ainda assim para aposentadoria com valor de um salário mínimo (MP 1.523)

8 - Proibiu a conversão em pecúnia de um terço das férias dos servidores. (MP 1.480)

9 - Proibiu a mudança de padrão quando da aposentadoria do servidor, eliminando o ganho na passagem para a inatividade. (MP 1.522)

10 - Proibiu o pagamento de função comissionada ao substituto que exercê-la por período inferior a 30 dias. (MP 1.522)

11 - Reposição ao erário - ampliou de 10 para 25% da remuneração os descontos em favor da União, além de reduzir o prazo para descontos de adiantamento de férias, entre outros. (MP 1.522)

12 - Obrigou a devolução, em 30 dias, de valores recebidos em decorrência de liminar ou sentença judicial posteriormente cassada ou revista. (MP 1.522)

13 - Limitou a três os números de dirigentes sindicais liberados e ainda assim com ônus para a entidade sindical de servidores. Impede que sindicato com menos de 1.000 filiados possa ter diretores liberados. (MP 1.522)

14 - Proíbiu a acumulação de remuneração com proventos

da aposentadoria. (MP 1.522)
15 - Autorizou a retirada, do âmbito da unidade de trabalho, dos processos administrativos de punição disciplinar e sindicâncias instauradas contra servidores.
16 - Autorizou a demissão de servidores não-estáveis, contratados sem cocurso público entre outubro de 1983 e outubro de de 1988, fixando uma indenização de um mês de salário por ano de serviço. (MP 1.522 e 1.530)
17 - Transformou o tíquete refeição e alimentação em dinheiro, sem garantia efetiva de correção. (MP 1.522)
18 - Extinguiu a licença prêmio de três meses a cada cinco anos de efetivo exercício, vantagem historicamente concedida aos servidores públicos. (MP 1.522)
19 - Proibiu o pagamento de horas extras no serviço público. (MP 1.522 e Dec. 2.030/96)
20 - Extinguiu mais de 100.000 cargos no serviço público. (MP 1.524/96)
21 - Transformou os "quintos" em décimos. (MP 1.480)
22 - Aumentou o prazo para incorporação de gratificação de chefia, que passou de cinco para 14 anos. (MP 1.480)
23 - Transformou o anuênio em quinquênio. (MP 1.480)
24 - Reduziu o teto de vencimento de 90% para 80% dos vencimentos do ministro de Estado. (MP 1.480)
25 - Acabou com a jornada de trabalho em turno corrido de 6 horas. (Por decreto)
26 - Ampliou as hipóteses de contratação temporária, sem exxigência de concurso público. (MP 1.505)
27 - Restringiu o direito de greve, proibindo chefias de abonarem faltas de servidores em greve e obrigando a aplicação de penas disciplinares aos grevistas. (Por decreto)
28 - Suspendeu a realização de concursos públicos na administração federal, atribuindo ao Mare o poder de autorizar a sua realização, caso a caso. (Por decreto)
29 - Revogou, por MP, a lei que determinava o pagamento dos servidores no mês de trabalho. (MP 1.479)
30 - Restringiu o pagamento de adicional de dedicação exclusiva aos professores, quando cedidos para ocupação de cargos comissionados em órgão da administração federal.
31 - Restringiu o afastamento do servidor para ocupar cargo comissionado durante o estágio probatório. (MP 1.480)
32 - Limitou os anuênios a no máximo 35% sobre o vencimento do servidor. (MP 1.480)
33 - Reduziu de 30 para 15 dias o prazo para que o funcionário aprovado em concurso tome posse no cargo. (MP 1.573)
34 - Reduziu de 30 para 10 dias o prazo para que o servidor removido ou redistribuído para outro município entre em exercício na nova localidade. (MP 1.573)
35 - Reduziu o pagamento de diárias em deslocamentos de servidor a serviço para municípios limítrofes, inclusive em zonas de fronteiras. (MP 1.573)
36 - Restringiu para 90 dias o período de afastamento remunerado do servidor para concorrer a cargo eletivo, contrariando a Lei Complementar 64/90. (MP 1.573)
37 - Restringiu o direito à licença remunerada para prestar assistência a familiares enfermos de 90 para 30 dias, prorrogáveis por 30 dias. Limitou a licença sem remuneração para esta finalidade a 60 dias. (MP 1.573)
38 - Instituiu o processo sumário para punir servidor que acumule (ilícita ou irregularmente) cargos ou empregos, fixando prazo de 5 dias para a defesa a partir da citação. (MP 1.573)
39 - Ampliou a hipótese de terceirização no serviço público, afastando as restrições da lei 5.645/70 (transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza etc.) (MP 1.573)
40 - Restringiu o direito à remoção para outra localidade para acompanhar cônjuge ou companheiro nos casos em que ambos sejam servidores. (MP 1.473)
41 - Extinguiu gratificações especiais de localidade, devidas a servidores em exercício em zonas inóspita ou de precárias condições de vida. Quem já recebia mantém o direito como vantagem pessoal transitória. (MP 1.473)
42 - Restringiu o pagamento de auxílio alimentação ao servidor que cumpra carga horária de 40 horas semanais. (MP 1.573)
43 - Restringiu o gozo de licença para tratamento de saúde ao máximo de 30 dias por ano. Nova licença somente com aprovação de junta médica oficial. (MP 1.473)
44 - Autorizou o Mare a intervir nos Ministérios, designando comissão de sindicância para apuração de faltas dos servidores, sem a participação do ministro responsável pelo órgão do servidor. (MP 1.473)
45 - Negou aos servidores civis o pagamento dos 28,86% concedidos aos militares, ao condicionar a decisão liminar à exigência de garantias reais do servidor beneficiado, exigindo uma espécie de "caução" para que o servidor receba o que lhe é de direito. Isso, na prática, impede que os servidores que obtiveram liminares ou que ainda não ingressaram em juízo para receber os 28,86% alcancem o mesmo direito de seus colegas favorecidos com este aumento. (MP 1.570)

Reitor da USP aciona AD local baseado em lei da ditadura

Baseando-se no artigo 40 da atual e autoritária Lei de Imprensa (Lei 5.250, de 1967), o reitor da Universidade de São Paulo, Flávio Fava de Moraes, entrou com uma representação contra o presidente da Associação dos Docentes da USP, Adusp/Ssind, professor Marco Antônio Brinati.

O motivo foi uma nota da Adusp, assinada por seu presidente e publicada nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, onde a entidade denunciava uma quebra de compromisso do reitor com a categoria, ainda durante a campanha da data-base do ano passado, em julho de 96. A Adusp lutava pela rejeição da emenda do deputado Vaz de Lima, que instituía o ensino pago nas universidades estaduais paulistas, e pelo aumento da dotação orçamentária para as universidades.

Naquela ocasião, a categoria reivindicava junto aos reitores a reabertura das negociações, após estas serem interrompidas unilateralmente pelo Cruesp (Conselho de Reitores das universidades Estaduais de São Paulo). Recebidos em audiência pelo reitor Fava, os representantes da Adusp foram informados de que as negociações não estavam encerradas e que numa determinada data - dia 10 de julho - as negociações seriam retomadas. Chegado o dia, os reitores sequer compareceram à reunião, limitando-se a mandar suas assessorias técnicas para discutir com os docentes.

No dia seguinte, a assembléia da Adusp deliberou expressar sua indignação e mandou publicar matéria paga nos jornais. O texto da matéria redigido por uma comissão de professores, como é de praxe, foi assinado pelo presidente da Adusp, assumindo, desta forma, a responsabilidade pelo seu conteúdo perante os jornais.

Nesta semana, a Adufrj enviou ofício ao reitor Fava manifestando a indignação frente a esta tentativa de inibição do movimento sindical.

Programe-se

Série: Desafios da Transição Milenar Universidade para um futuro melhor

Dia 23 de junho, às 9h, no Fórum de Ciência e Cultura- Tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre os sentidos e rumos da universidade voltada para a preparação do cidadão do III milênio. Com Paulo Alcântara (reitor da UFRJ), Cláudio Moura Castro (Bird), Paulo Henrique Amorim (Tv Bandeirantes), Candido Mendes de Almeida (Universidade particular), José Miguel Bendrao Saldanha (presidente da Adufrj) e outros.

Socialismo

O PT promoverá de 16 de junho a 10 de novembro o ciclo de debates sobre o tema "Socialismo e democracia", na Faculdade Cândido Mendes. Informações pelos tels.: 277-4075, ramal 277.

Mesa Redonda de Conjuntura Reforma agrária no Brasil hoje: uma avaliação da marcha do MST

Salão Azul do prédio principal da UFRRJ, dia 17 de junho, às 14h, com Ricardo Berbara, presidente da Adur-RJ/Ssind, Celso Antunes (MST), Leonilde Medeiros e Sergio Leite (CPDA/UFRRJ). Promoção do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ e do Grupo de Trabalho de Política Agrária da Adur-RJ/Ssind.

***Seminário**: Políticas públicas e seus impactos na UFRRJ*

Salão Azul da UFRRJ, dia 19 de junho.

Às 9h - A política educacional para a educação básica e o ensino profissional, com Roberto Leher e Raquel Barreto (professores da UFRJ).

Às 14h - Legislação trabalhista e políticas públicas, com Salete maccaloz, juíza da 7ª Vara Federal.

Às 15h - Impacto das políticas públicas no ensino superior, com Maria da Graças Bollmann (Andes-SN).

Ciclo de Palestras Universidade em Atividade

Realização: Conselho Acadêmico - Biologia

A crise da UFRJ, com Ricardo Chaloub (Inst. de Bioquímica e membro do Consuni) - dia 16 de junho, às 12h, no Salão Azul do Instituto de Biologia.

O novo modelo jurídico para os hospitais universitários, com Vera Halfoun (Decana do CCS) - dia 25 de junho, às 12h, no Anfiteatro da Biblioteca do CCS.

XXXIV Conad Conselho da Andes-SN

Universidade Pública e Gratuita: Palmas para ela

De 4 a 6 de julho, em Palmas (TO), na sede da Adunitins/Seção Sindical.

Pauta: Movimento docente e conjuntura, avaliação e atualização do Plano de Lutas e questões organizativas e financeiras.

Congresso

Estudo mostra que quem atrapalha as votações é a própria base governista

Pesquisa indica mais influentes no Congresso

A pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) revelou que os três políticos mais poderosos hoje no Congresso Nacional são do PFL e o mais influente deles é o deputado Inocêncio de Oliveira. A pesquisa foi feita com 62 deputados e senadores, que indicaram os dez nomes com mais prestígio no Congresso.

O neoliberal PFL abriga o segundo e o terceiro parlamentares com mais influência: o senador Antônio Carlos Magalhães e seu filho, deputado Luiz Eduardo, respectivamente. Logo a seguir, na lista, aparecem os deputados Michel Temer (PMDB/SP) e José Genuíno (PT/SP), seguidos de José Sarney(PMDB/AP) e dos deputados Delfim Neto (PPB/SP) e Miro Teixeira (PDT/RJ). O deputado Roberto Campos (PPB/RJ) e o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) empataram em nono.

As cabeças do Congresso

Com a experiência de quem acompanha as atividades das duas casas do Poder legislativo desde 1983, o Diap classificou os 100 parlamentares mais influentes do Congresso ("as cabeças do Congresso", como apelidou o Departamento) com base em dados qualitativos e quantitativos, universalmente aceitos pela ciência política, como aspectos institucionais, reputacionais e decisionais.

A primeira e principal constatação do estudo é que os parlamentares mais influentes pertencem, majoritariamente, à base de sutentação de Fernando Henrique. Logo, definem a agenda, o ritmo e o funcionamento e, sobretudo, conduzem o processo decisório nas votações. Isto elimina qualquer fundamento na acusação de que a oposição é que atrapalha a votação das reformas.

A segunda é que o restrito grupo de dez parlamentares, escolhidos por parte das 100 "cabeças do Congresso", são também majoritariamente adeptos da economia de mercado e, portanto, identificados com a teses neoliberais patrocinadas pelo Executivo. A terceira constatação é de que estes parlamentares são os mais citados pela imprensa, e assim, têm espaço de sobra para defender as reformas do governo.

O perfil do ponto de vista político, salvo três exceções, dos dez mais influentes no Congresso não poderia ser diferente: são de direita. Ideologicamente, defendem a abertura da economia. Profissionalmente, são empresários e profissionais liberais, quase todos com formação superior. Regionalmente, pertencem às regiões mais ricas do país ou aos estados ricos das regiões pobres. Mais da metade é originária da Arena. Todos são experientes, com mais de um mandato, e gozam de excelente trânsito nas duas casas, onde exercem ou exerceram mandatos. Estão classificados na categoria de formador de opinião e têm assento cativo nas articulações, negociações e formulações. Segundo o Departamento, "são os árbitros do Poder Legislativo".

Universidade

Mestrado em Educação no Espírito Santo cobra taxa de candidatos

A partir de agora, os candidatos ao mestrado em Educação do Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo terão que pagar uma taxa de inscrição de R$ 100,00. A informação é da Aduffes-ssind, que classificou a medida como um "balão de ensaio" da política de privatização das universidades orquestrada pelo governo.

"O candidato é um concorrente como qualquer empresa que paga para participar de uma concorrência", protesta a seção sindical, ao ressaltar a necessidade urgente de cancelamento de qualquer cobrança de taxa para o curso, além da imediata devolução do dinheiro pago pelos candidatos já inscritos. "O mestrado em Educação substitui, sem qualquer constrangimento, a aula maior da luta política por uma educação pública e gratuita pelo autoritarismo, liquidando a discussão democrática da administração pública", concluiu a seção capixaba.

Mensagens contrárias à cobrança da taxa de inscrição podem ser enviadas para a coordenadora do programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro Pedagógico da UFES, professora Regina Helena Silva Simões - (027) 335-2549 -, com cópia para a Adufes-ssind. (027) 227-3908.

Ação Civil Pública dos 28,86% pode ser suspensa

A UFRJ já recebeu, no dia 9 de junho, a intimação relativa à antecipação de tutela determinada pelo juiz José Ricardo Regueira, da 18ª Vara Federal, na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal que pleiteia o reajuste de 28,86% para todos os servidores federais do Rio de Janeiro. A decisão inclui o pagamento dos atrasados desde 93.

Nesse mesmo dia, no entanto, a Advocacia Geral da União (AGU) recorreu da decisão, através de um *agravo*. Este foi distribuído para o juiz Ney Valadares, o mesmo que em janeiro suspendeu os efeitos da liminar que a Adufrj tinha obtido sobre o abono pecuniário. Este declarou-se impedido, por ser pai de um professor de uma das Ifes do Rio e o agravo foi redistribuído, na quarta, dia 11, para a juiza Célia Georgakopoulos, da Quarta Turma.

As assessorias jurídicas da Adufrj e de outras entidades sindicais do Rio informaram que tanto esta juíza quanto os restantes juizes da Quarta Turma não costumam conceder antecipações de tutela contra a União, apesar de, ao julgar o mérito, serem favoráveis à concessão dos 28%. Os advogados acham, por isso, que a antecipação deve ser suspensa pela juíza e que o recurso dessa suspensão (à Quarta Turma) será negado.

Enquanto isso, em Brasília...

Foi publicado sexta-feira dia 13 no Diário de Justiça o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) relativo à ação dos 28,86% ganha por onze servidores em fevereiro. A AGU tem agora dez dias para recorrer da decisão, mas a hipótese de reversão da decisão é remota. A assessoria de imprensa do STF informou que há cerca de quatorze mil processos do gênero tramitando na Justiça.

Referendo para transformação em Seção Sindical

Praticamente todos os associados da Adufrj já receberam em suas residências as duas correspondências relativas ao referendo da transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN. Por erro da empresa contratada para fazer o envelopamento e a distribuição domiciliar, a cédula rubricada - justamente a parte mais importante - não foi colocada no envelope primeiramente enviado. Por isso, foi enviado um segundo envelope, com o voto e uma nova circular explicando o ocorrido. As duas correspondências foram entregues contra a assinatura de um protocolo, no caso da entrega feita diretamente pela empresa, ou registrada com aviso de recebimento, no caso da entrega feita pelos Correios.

Já foram recebidos muitos votos na sede da Adufrj, depositados na urna diretamente pelos professores ou recebidos pelos Correios. Os votos depositados nas caixas de distribuição só serão recolhidos nesta segunda, 16. A urna será aberta na terça, 17, às 10:00, conforme noticiamos semana passada. Os docentes que eventualmente não receberem a cédula para votação até o dia 17 poderão receber outra cédula na secretaria da Adufrj, que orientará sobre os procedimentos a adotar.

Assembléia Geral - 19 de junho - quinta-feira, 14 h
Auditório do CCMN - Roxinho

Pauta

1) Autonomia Universitária: mobilização contra a PEC 370
2) Abertura de ações judiciais:
a) redução da alíquota do PSS;
b) cálculo de vantagens na aposentadoria
3) Transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN
4) Eleição de delegado e observadores da Adufrj para o XXXIV Conad (Palmas-TO, 4 a 6 de julho)

Revista Universidade & Sociedade

A comunidade universitária da UFRJ teve facilitado o seu acesso à revista Universidade & Sociedade. A Adufrj doou a sete bibliotecas de unidades e centros da universidade a coleção completa desta revista que é editada pela Andes-SN, Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior.

As 11 edições publicadas desde 1990 compõem um aprimorado painel sobre temas como universidade, ciência e tecnologia e questões debatidas pelo movimento social organizado. A Adufrj continuará a doar os exemplares da revista a estas bibliotecas a medida que elas forem publicadas. As bibliotecas que receberam a coleção são: bibliotecas centrais do CCS, CT, CFCH e do Museu Nacional, biblioteca do Cap, da Faculdade de Direito e da Faculdade de Letras.

Ano IV
16 a 22 de
junho /97

j.o.r.n.a.l ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

29 meses sem reajuste salarial

Professor, não assine a listagem para a marcação de férias de 1988. Veja nesta edição a orientação da Adufrj.

SR4 aplica política do Mare

Em memorando autoritário, distribuido semana passada para as unidades, a SR4 instrui os professores a escalar suas férias, induzindo-os a abrir mão do direito de optar pela conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário. A sub-reitoria ignora o fato de que a Adufrj já tem duas liminares ganhas na Justiça, com base no PUCRCE, garantindo o abono. A Adufrj vai entrar com um mandado de segurança preventivo para garantir o direito. Na Assembléia Geral da entidade, foi aprovada a abertura de outras ações judiciais. Leia na página 7.

Eleições na Adufrj - Seção Sindical

Na última Assembléia Geral da Adufrj, a diretoria informou que vai convocar as primeiras eleições da Adufrj - Seção Sindical para os dias 9, 10 e 11 de setembro, dentro do período previsto pelo Regimento Geral da Adufrj - Seção Sindical, que vai de 5 a 15 de setembro. Definidas essas datas, o Regimento determina que o registro de candidaturas à Diretoria e ao Conselho de Representantes seja feito até o dia 10 de agosto e que o edital de convocação seja publicado até o dia 11 de julho. O edital só poderá ser publicado, no entanto, após a homologação da transformação da Adufrj em Seção Sindical pela Diretoria da Andes-SN, e da aprovação do Regimento Eleitoral pela Assembléia Geral. Esta, por sua vez, só poderá ser convocada e realizada após a homologação, que será o momento a partir do qual a Adufrj terá de fato se transformado em Seção Sindical da Andes-SN.

Logo, para que se possam cumprir todas as etapas dentro dos prazos regimentais, deverá ser realizada uma Assembléia Geral para aprovação do Regimento Eleitoral entre os dias 7 e 10 de julho. Essa Assembléia será a primeira da Adufrj - Seção Sindical. Uma proposta para o Regimento Eleitoral já está sendo elaborada por uma comissão indicada pela diretoria, que prevê sua divulgação para discussão pela categoria na próxima edição do *Jornal da Adufrj*.

Assembléia Comunitária dia 27 de junho

A AG aprovou a participação da Adufrj na Assembléia Comunitária no próximo dia 27. A diretoria discutirá com as outras entidades o caráter da Assembléia Comunitária, que deverá ser primordialmente de construção da mobilização e da unidade da comunidade da UFRJ em defesa da universidade pública, gratuita e autônoma.

Movimentos organizam atividades conjuntas

Sexta-feira passada, representantes dos movimentos organizados da UFRJ se reuniram para dar continuidade aos trabalhos de construção de um calendário de eventos para a mobilização da comunidade universitária em defesa da universidade pública.

A idéia é produzir uma série de eventos para a reflexão, aprofundamento e debate dos diversos temas relacionados à política educacional e universitária.

A Adufrj enviará aos decanos e diretores de unidades, em nome das três entidades, pedido de informações sobre a instalação das subcomissões temáticas para debater a questão da autonomia previstas na resolução do Conselho Universitário de 5 de junho.

As direções dos movimentos estarão reunidas nesta segunda-feira, às 19 horas, na sede do DCE, na Praia Vermelha, para deliberar sobre ações conjuntas para o próximo período.

Professor, colabore para que o jornal da Adufrj chegue a todos em seu local de trabalho. Coloque-o nos escaninhos dos seus colegas, nos balcões e nas salas de reunião.

Editorial

Nova política do CNPq é um ataque inaceitável à autonomia acadêmica

Mais uma vez o CNPq é chamado a desempenhar um papel sórdido na estratégia de **segurança** do governo e novamente a comunidade acadêmica terá que se manifestar para impedir a destruição do partrimônio científico construído ao longo de décadas. Quando esta agência foi criada em 1951, embora orientada inicialmente para propósitos militares, em particular para a constituição de um sistema que capacitasse o país a participar da corrida nuclear, ela propiciou a criação e o desenvolvimento de uma série de programas, cursos e projetos tecnológicos de qualidade e importantes para o país.

A institucionalização de novos mecanismos de concessão de bolsas para a pós-graduação, sem a possibilidade de um debate verdadeiro com a comunidade, pois sua **implantação** já foi decidida, está inscrita na política do atual governo de crescente desobrigação do Estado com os setores de interesse público e com a Educação e a Pesquisa em particular. O ataque atual é, no entanto, muito mais sutil, profundo e abrangente. Ao deslocar as bolsas para pesquisadores individuais, fragilizando os programas institucionais, o Estado passa a ter o poder de estabelecer um perigoso **controle ideológico** sobre a Pesquisa no Brasil. Afinal, competirá diretamente ao Estado indicar que pesquisadores serão merecedores de quotas e quais os que, por não comungarem do cânone do **pensamento único**, devem ser afastados da pós-graduação para não **corromperem as mentes** dos novos pesquisadores.

A curto prazo tal política pode implicar numa redução do número total de bolsas concedidas. A admissão de novos pesquisadores será dificultada, a permanência dos antigos no sistema estará sujeita a maior burocracia e menor estabilidade, a negociação individual de bolsas colocará o pesquisador em posição de menor força, facilitando os crescentes cortes orçamentários para a Pesquisa.

Esta medida destrói os próprios fundamentos da idéia de programa, ao atomizar a concessão das quotas de bolsas. Deste modo, inviabiliza a continuidade do funcionamento dos programas que indubitavelmente prestaram e continuam prestando notável contribuição para o avanço científico no Brasil, como reconhece a CAPES, ao avaliar com conceitos A e B a maioria dos programas das Universidades Públicas do país. Tal política, em paralelo, **praticamente destrói os cursos de mestrado** dos programas de pós-graduação, reduzindo-os a mera passagem ao doutorado, que também é reconceituado, em detrimento da qualidade.

Por tudo isso, uma série de entidades científicas estão se posicionando contra o conteúdo e a forma da intervenção do CNPq nos projetos de pós-graduação, impondo uma nova política sem consulta e ampla discussão anterior com a comunidade acadêmica. É urgente a discussão e o posicionamento de repúdio a tais medidas autoritárias por parte dos Colegiados e do Conselho Universitário da UFRJ, a exemplo do que já ocorreu no CEPG (ver nota nesta edição).

JORNAL ADUFRJ

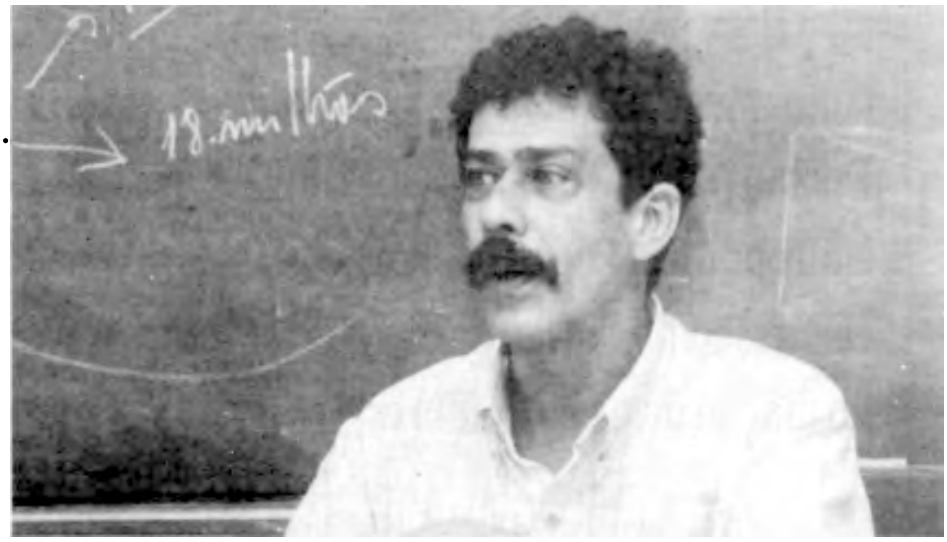
Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

UFRJ

CA de Biologia discute crise da UFRJ



Na segunda-feira passada, dia 16, dentro da série de palestras *Universidade em Atividade* promovida pelo Centro Acadêmico de Biologia, o professor do Instituto de Bioquímica Ricardo Chaloub falou aos estudantes sobre a crise da UFRJ.

Marcado para a hora de almoço no Salão Azul do CCS, tendo que dividir a atenção de alguns estudantes com suas respectivas refeições, o debate com o professor Chaloub foi uma oportunidade de reflexão sobre diversos temas relacionados à crise do ensino superior, que não é exclusividade da UFRJ.

Pautando sua explanação por diversos aspectos da administração universitária, citou o artigo 212 da Constituição - que destina nunca menos de dezoito por cento da receita de impostos da União à manutenção e desenvolvimento do ensino - para criticar a criação do Fundo de Manutenção previsto na PEC 370/96. Este Fundo, por sua vez, destina 75% destes recursos ao ensino superior, o que dará mais ou menos 4 bilhões de reais. Chaloub disse que somente os gastos com a folha de pessoal de todas as Ifes somam de 3,2 a 3,5 bilhões, de acordo com dados do orçamento de 97.

A folha de pessoal de 97 da UFRJ - 513 milhões, sendo 160 para os aposentados - também serviu de ilustração para comentários de Chaloub, desta vez para falar das possibilidades que o governo tem, com esta proposta, de investir contra direitos de servidores. A separação destes contingentes facilitaria o corte das gratificações dos inativos, já que elas não são bem definidas na lei. Hoje em dia, a Gratificação por Atividade Executiva representa a maior parte da remuneração.

Antes, o professor ainda incursionou pelos tempos de sobrevivência da universidade com a ciranda financeira, até chegar à atual situação da UFRJ. Falou também sobre as propostas do governo para a educação, arriscando algumas previsões sobre o futuro que aguarda a universidade pública caso permaneçam ou se agravem os ataques do governo.

Em quase duas horas, os estudantes puderam ter uma idéia de como poderia ser o ensino público gratuito e de qualidade aqui no Brasil, caso se decidisse de fato por eleger a educação como prioridade. E se aplicasse nela apenas uma pequena parcela do total dos gastos que destina à amortização das dívidas interna e externa, algo em torno de 2 bilhões de reais mensalmente, de acordo com o professor Chaloub. Mas até que chegue este dia, ou um governo com estas prioridades aconteça, FHC vem tornando a realidade da pesquisa e da educação cada vez mais adversa.

Os critérios da Capes para distribuição de bolsas de mestrado e doutorado é um exemplo. Com estas passando à responsabilidade dos pesquisadores, e não mais dos departamentos, vai provocar, para o professor, "a desestruturação dos cursos de pós-graduação". Os critérios de distribuição dos recursos do Pronex, Programa de Núcleos de Excelência, idem. O detalhe é que, ao contrário do anunciado, estes recursos não são "dinheiro novo" para a ciência e tecnologia. De acordo com Chaloub, no mesmo dia em que foi publicado o edital do Pronex, "desapareceram" os recursos do CNPq.

Ricardo Chaloub defendeu a liberdade para contratar pessoas de fora para breves cursos e com salários condizentes. "Por que não contratar um Caetano Veloso para dar um semestre de aula de harmonia? Hoje, temos um universo de criatividade que não podemos utilizar, não podemos lançar mão de pessoas que não estão na universidade", disse.

O CA de Biologia promove esta semana, dia 25, a palestra *O novo modelo jurídico para os hospitais universitários*, com a decana do CCS, Vera Halfoun, no Anfiteatro da Biblioteca do CCS, às 12h.

Nota aprovada pelo Conselho de Ensino para Graduados da UFRJ em repúdio às novas normas de concessão de bolsas para a formação de pesquisadores

Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessão ordinária do dia 13 de junho de 1997, examinou e discutiu o documento "Bolsas de Formação de Pesquisadores (Mestrado e Doutorado)", versão preliminar do manual operativo que visa a implementação de um novo processo de concessão de bolsas para formação de pesquisadores na Pós-graduação. O CEPG decidiu transmitir a esse ilustre Conselho o consenso resultante da discussão e as preocupações da comunidade científica nele representada quanto às graves consequências que a nova sistemática acarretaria para o funcionamento e desenvolvimento da Pós-graduação e das atividades de pesquisa. Neste sentido, nós nos permitimos discordar das afirmações contidas na apresentação do documento do CNPq, notadamente quanto à avaliação de que "esta iniciativa fortalecerá os programas de Pós-graduação no que se refere à pesquisa".

Conforme a avaliação de 1996, a UFRJ tem 87,4% de cursos de mestrado com conceitos A ou B; 91,8% de cursos de doutorado com conceitos A ou B; aproximadamente metade dos professores vinculados à Pós-graduação recebe bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq; os professores estão organizados em 571 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e apresentam uma produção de conhecimentos de impacto indiscutível.

Consideramos que:

1) A alta produtividade em pesquisa da UFRJ, quantitativa e qualitativa, se deve essencialmente à integração da pesquisa na Pós-graduação, ou melhor, ao fato de que a pesquisa emana estruturalmente do sistema de Pós-graduação tal como tem funcionado até hoje, de maneira não inercial, mas capaz de absorver e implementar ajustes para seu constante aprimoramento. O sistema tem funcionado graças ao fato de que os cursos de Pós-graduação, em sua maioria, têm utilizado uma política de distribuição de bolsas que obedece a critérios de excelência e que otimizam a formação vinculada ao desenvolvimento da pesquisa básica, de ponta e aplicada. Sendo que o CNPq é responsável por cerca de 50% das bolsas de Pós-graduação, consideramos que alterar de maneira tão profunda a sistemática atual significará uma crise insolúvel para muitos cursos, levando à desestruturação e estrangulamento.

2) 2) A utilização de critérios coletivos e comparados para a alocação de bolsas, centrado no candidato e não no seu orientador, vem apresentando bolsa resultados. A pulverização desses critérios por um grande número de orientadores "qualificados" poderá excluir alunos talentosos em áreas onde não existam orientadores com desempenho recente compatível com os critérios do CNPq.

3) Por outro lado, a definição de pesquisadores IIA ou superiores para a orientação de doutorado tende a estrangular a formação de novos pesquisadores (alunos) em áreas emergentes ou com grande renovação recente (por exemplo, face ao grande número de aposentadorias). Isto se choca com a intenção do CNPq de priorizar o doutorado e de "nuclear grupos e gerar novas linhas de pesquisa".

4) Poderá agravar-se ainda mais a carga de atividades - meio de milhares de orientadores-pesquisadores em todo o País, que a todo semestre estarão envolvidos com solicitações de bolsas, relatórios, pareceres etc. Lembramos que os auxílios integrados foram criados para diminuir esta carga, com solicitações articuladas bianuais, enquanto alunos ingressam na Pós-graduação em cada semestre.

5) Com relação à aplicação das Taxas de Bancada do CNPq, consideramos que a adoção de percentuais rígidos para Coordenador e Orientadores será em muitos casos extremamente prejudicial ao andamento de diversos projetos de pesquisa. Em muitos cursos, a Taxa de Bancada é usada para a manutenção de infraestrutura e laboratórios coletivos que constituem a base do trabalho de pesquisa. A adoção de um modelo aplicado indistintamente e globalmente em situações diversificadas irá causar sérios transtornos no atendimento dessas necessidades básicas.

Em função do exposto, o CEPG da UFRJ vem solicitar a este ilustre Conselho o adiamento ou suspensão da implementação da nova sistemática de distribuição de bolsas de Pós-graduação e das taxas de Bancada, para que seja possível uma ampla e aprofundada discussão da mesma e de alternativas mais adequadas à realidade das diferentes áreas apoiadas pelo CNPq.

Atenciosamente,
Prof. Marcos Palatnik - presidente do CEPG

Programe-se

A nova LDB e as perspectivas para a educação brasileira

Seminário promovido pela Regional Rio da Andes-SN. Nesta quinta-feira, dia 26, às 9h30, com Roberto Abreu, presidente da Asduerj, Roberto Leher, do GT de Política Educacional da Adufrj, e Maria Felisberta Baptista da Trindade, diretora da Faculdade de Educação da UFF.

À tarde, o evento prossegue com outros seminários: às 14h, ***O ensino profissional na atual reforma da educação****, com o Sérgio Gonçalves Correa, presidente da Adecefet-RJ/ SSind e às 14h30,* ***Avaliação X Autonomia Universitária****, com as professoras Maria Lucia Costa Vasconcelos (coordenadora da comissão de avaliação da UniRio) e Luci Mobílio (presidente da AdnuRio). E às 15h, será realizado um workshop sobre o* ***Plano Nacional de Educação - PNE - Uma construção democrática****, sob a coordenação da professora Elza Dely Veloso, do GT de Política Educacional da Aduff/ Ssind.*

Todos os eventos serão realizados no Auditório B (Nuseg - 9º andar) da Uerj, Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã.

Revista Advir

A Associação dos Docentes da Uerj, Asduerj, está abrindo espaço para artigos em sua revista Advir. Os temas para a próxima edição são ***autonomia política e universitária, a questão da terra no estado do Rio de Janeiro, editoras universitárias e ética na imprensa****. O prazo para entrega vai até o dia 30 deste mês, e os contatos devem ser feitos com a professora Cláudia Gonçalves de Lima, pelo telefone (021) 264-9314 e fax 284-4350.*

Dirigentes universitários se encontram com bancada parlamentar do Rio

Nesta segunda-feira, dia 23, dirigentes das instituições federais de ensino superior (Ifes) do Rio e respectivos movimentos organizados estarão reunidos com a bancada parlamentar do Estado na Câmara dos Deputados. Dando continuidade aos entendimentos iniciados em Brasília semana retrasada, o encontro visa alertar os deputados sobre o conteúdo das propostas de emenda constitucional patrocinadas pelo governo federal - em especial a PEC 370/96 - e seus reflexos na gestão autônoma das universidades. 15h, na Academia Brasileira de Ciências, Rua Anfilófio de Carvalho , 29 - 3 º andar, no Castelo.

Série: Desafios da Transição Milenar. Universidade para um futuro melhor

Dia 23 de junho, às 9h, no Fórum de Ciência e Cultura. O evento tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre os sentidos e rumos da universidade voltada para a preparação do cidadão do III milênio. Com Paulo Alcântara (reitor da UFRJ), Cláudio Moura Castro (Bird), Paulo Henrique Amorim (Tv Bandeirantes), Cândido Mendes de Almeida , José Miguel Bendrao Saldanha (presidente da Adufrj), Gilberto de Oliveira Castro (Estácio de Sá) e outros.

Ciclo de Palestras Universidade em Atividade

Realização: Conselho Acadêmico de Biologia. O novo modelo jurídico para os hospitais universitários, com Vera Halfoun (Decana do CCS) - dia 25 de junho, às 12h, no Anfiteatro da Biblioteca do CCS.

XXXIV Conad Conselho da Andes-SN

Universidade Pública e Gratuita: Palmas para ela

De 4 a 6 de julho, em Palmas (TO), na sede da Adunitins/Seção Sindical.

Pauta: Movimento docente e conjuntura, avaliação e atualização do Plano de Lutas e questões organizativas e financeiras.

Seminário discute Ciência e Tecnologia

Segundo a agência de notícias Andes, o Seminário sobre Política Nacional de Ciência e Tecnologia, realizado nos dias 18 e 19 no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, em Brasília, não se limitou a tratar de questões técnicas. Ao contrário, o encontro serviu de base para uma ampla discussão sobre o destino do Brasil.

A coordenação do Grupo de Trabalho de C&T do Sindicato Nacional (Andes-SN), considerou o seminário de extrema importância para a colocação do assunto no Congresso Nacional. A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) também participou do evento.

Para o deputado Ivan Valente (PT/SP), hoje, nota-se a intenção clara do governo federal de manter o monopólio da informação, do pensamento único. "Aí, é preciso desqualificar as forças contrárias", afirmou, referindo-se ao tratamento dado à classe de pesquisadores do País. Idealizador do seminário e da frente parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de C&T na Câmara, Ivan diz que a sociedade civil precisa estar envolvida neste processo.

Perspectivas

"Quando se fala em C&T, fala-se do futuro do país", acrescentou Sérgio Arouca (PPS/RJ). Para Arouca, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia não é só um problema do Ministério responsável pela área, mas sim um problema nacional. "O saber produz riqueza norma profunda mudança no modo de produção e compreensão do mundo. Tanto que hoje não se admite a pesquisa sem pensar no meio ambiente", continuou.

Definição Orçamentária

A deputada Sandra Starling (PT/MG) destacou que, enquanto seminários do tipo forem realizados sem a presença da equipe econômica do governo, o orçamento para a pesquisa no País permanecerá do jeito que está: insignificante. "Pedro Malan, Antonio Kandir e o presidente do BNDES, Luiz Carlos de Barros, deveriam ter sido chamados, por exemplo, para resolver o problema do Hospital das Clínicas da Universidade de Belo Horizonte, que está prestes a fechar as portas. Esta Casa não manda nada em questão de orçamento. Sugiro que, da próxima vez, convidem a área econômica", ressaltou.

A abertura do seminário ficou por conta do tema "O Estado Hoje", coordenado pelo próprio deputado Ivan Valente. "A Importância da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento", foi o segundo tema tratado, sob a coordenação de Marcelo Barbieri (PMDB/SP). No segundo dia, os debates foram sobre "Políticas Científicas e Tecnológicas nas Universidades e Institutos de pesquisa" e "Financiamento da Pesquisa". O primeiro tema foi coordenado pelo deputado Maluly Netto (PFL/SP) e segundo por Roberto Santos (PSDB/BA).

O professor e coordenador do Departamento de Pós-Graduação de Genética e Bioquímica da UFU, Warwick Kerr, fez questão de apresentar à audiência dois pés de alface que deixaram os participantes fascinados com a cor, a textura e a beleza do produto. "Tenho sementes. Se alguém quiser, procure-me ao final do seminário", afirmou em tom descontraído. Os pés de alface, tão diferentes daqueles vendidos nos supermercados, é claro, são resultados do trabalho de pesquisadores.

Argentinos marcham em prol da educação pública

Agencia Andes (Brasília) - Desde o dia 2 de abril, estudantes de todas as partes da Argentina estão de jejum, em frente ao Congresso Nacional argentino, em defesa da escola pública.

Os estudantes querem que o parlamento sancione a Lei de Financiamento Permanente do Sistema Educativo e acabe com um problema que vem se arrastando há muito tempo no País. O protesto contra o descomprometimento do governo com a educação teve seu momento de destaque na sexta-feira, dia 20, quando a Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) promoveu a Paralisação Nacional Docente com mobilização até Buenos Aires.

Milhares de pessoas participaram da marcha, cujo percurso teve início em Carpa Blanca, a praça do Congresso, que se transformou em símbolo da sociedade argentina, e terminou na Casa Rosada. Além da CTERA, confirmaram presença a Central dos Trabalhadores Argentinos (CAT), sindicatos, estudantes e representantes de escolas particulares. Assim como na marcha dos Sem Terra, no Brasil, os manifestantes de localidades mais distantes tiveram que começar a caminhada mais cedo para chegar a Buenos Aires na data prevista.

A situação dos professores e alunos está cada vez mais caótica naquele país. Atualmente, a educação argentina encontram-se em estado de abandono total, o que tem gerado uma série de conflitos internos. Alguns estados tiveram seus orçamentos para a educação reduzidos; outros não receberam verba no tempo previsto e existem, ainda, aqueles que são pagos com títulos de crédito não convertíveis. Pesquisas recentes acerca do tema demonstram que 80% da sociedade argentina apoiaram o protesto do dia 20.

Adufrj abre ações judiciais

Em 14 de outubro do ano passado, FHC baixou a Medida Provisória n° 1522, que acabou com o direito dos professores e demais servidores federais serem promovidos para a classe imediatamente superior ao se aposentarem. Essa vantagem já existia no antigo Estatuto do Funcionário Público (Art. 184 da Lei 1711) e permaneceu no RJU (Art. 192 da Lei 8112). Os aposentados até essa data mantiveram a vantagem em seus contra-cheques, mas a partir do mês de outubro de 96 o governo mudou sua forma de cálculo, que passou a incidir apenas sobre o provento básico e não mais sobre a remuneração total (incluindo GAE etc), como era antes. A Assembléia Geral da Adufrj realizada semana passada, dia 19 aprovou a abertura de ações judiciais para que se restaure o cálculo original. A assessoria júridica da entidade já está providenciando o encaminhamento da ações.

Alíquota do PSS

A Assembléia aprovou também a abertura de ação judicial para reduzir o desconto para o Plano de Seguridade do Servidor dos 12% atualmente cobrados para 6%, conforme o que está previsto na lei. O aumento para 12% foi feito com a justificativa de que se estaria caminhando para a consolidação de um sistema próprio de assistência para o servidor, como está previsto no RJU. Tal sistema até hoje não foi regulamentado, o que torna inconstitucional o aumento.

Abono pecuniário de férias edição 1998 - ATENÇÃO

O memorando circular 005/SR-4, de 13 de junho de 97, distribuído semana passada para as unidades, que dá as instruções sobre a escala de férias de 1998 é um primor de estilo burocrático-autoritário. Mas o maior absurdo mesmo é o fato da opção pela conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário já vir pronta, pre-impressa com a letra **N**. Ou seja, a reitoria quer que os professores **assinem que não querem** o abono.

Lembremos a história: A MP 1480/95 de FHC, que vem sendo sucessivamente reeditada desde lá, retirou o direito ao abono do RJU, mas não revogou o PUCRCE, de 88, que já dava esse direito aos servidores de instituições federais de ensino. Com base nisto, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) entrou com mandado de segurança e garantiu o pagamento, em 96, do abono para os docentes sindicalizados de todo o país (entre os quais os associados da Adufrj) que optaram por ele, e, este ano, ação semelhante da Adufrj conseguiu o mesmo para os associados da Adufrj. Ambas as ações se basearam no fato de que **as opções tinham sido feitas pelos docentes** nas listagens distribuídas pela SR4, nas quais havia o espaço previsto para tal.

Este ano, a situação piorou. A listagem já vem com a opção preenchida! Os docentes que não forem desconfiados e inadvertidamente assinarem a listagem estarão dificultando muito a possibilidade de pleitear na Justiça o pagamento do abono, porque não terão feito a opção por ele!

O mais grave é que este procedimento é de competência exclusiva da própria UFRJ. A listagem é elaborada pelo NCE, e não pelo Mare. A reitoria da UFRJ, através da SR4, está, com este procedimento, aderindo explicitamente à política de contenção de despesas com pessoal do governo federal, doa a quem doer.

O curioso é que as "instruções detalhadas" do memorando da SR4 são totalmente omissas quanto à opção pelo abono. São, aliás, omissas em relação ao preenchimento dos campos da listagem, limitando-se a lembrar prazos, proibições e a orientar algumas exceções. Restrições quanto ao parcelamento das férias, época em que podem ser gozadas etc não existem.

E não é só. Pelo menos uma unidade, o Instituto de Física, na pessoa do seu Vice-Diretor, Máximo Ferreira da Silveira, enviou memorando às secretarias dos departamentos da sua unidade onde, "além das instruções contidas no memorando circular" da SR4, manda observar o disposto naquelas medidas provisórias, ignorando a validade do PUCRCE, já confirmada pelo nosso sindicato na Justiça duas vezes. A expressão **não existe mais essa faculdade** está assim mesmo, **grifada**, no memorando, mostrando a intenção clara de chamar a atenção para o assunto. Do jeito que a coisa vai, possivelmente outras unidades andaram dando outras "instruções", de modo que todo o cuidado é pouco.

A diretoria e a assessoria jurídica da Adufrj estão recomendando aos docentes que desejam optar pelo abono que **não assinem a listagem da SR4**. A Adufrj estará impetrando esta semana mandado de segurança preventivo contra a UFRJ para garantir o direito dos docentes à opção. A abertura da ação foi aprovada pela diretoria da Adufrj *ad referendum* da Assembléia Geral dada a necessidade de ação imediata.

Movimento Docente

Referendada a transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN

Na terça-feira, dia 17 de junho, na sede da Adufrj, foram apurados os votos do referendo da transformação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN. Foram recebidos os votos de 153 associados, dos quais 145 a favor de referendar a decisão da Assembléia Geral de 22 de abril, seis contrários e 2 em branco. O referendo encerrou a parte do processo de transformação interna à Adufrj. A comissão de apoio à transformação estará reunida nesta segunda, 23, para preparar as etapas restantes do processo.

Os votos chegaram à sede da Adufrj de várias formas: muitos docentes os depositaram diretamente na urna colocada na sede, outros enviaram os votos pelo Correio ou colocaram-nos nas caixas de distribuição da Adufrj espalhadas pelos *campi* da UFRJ.

De acordo com o § 1° do art. 49 dos Estatutos da Adufrj, o referendo tinha que ser realizado "num mínimo de 20 e num máximo de 40 dias após a Assembléia Geral". Como a Assembléia Geral da transformação terminou em 8 de maio, isto significa que o referendo não podia estender-se após o dia 17 de junho, sob pena de incorrer-se em problemas jurídicos.

No entanto, muitos votos chegaram e continuam chegando à sede da Adufrj, principalmente pelo Correio, demonstrando o interesse dos professores em participar do referendo. Por isso, a diretoria da Adufrj decidiu continuar a apurar os votos e informar a categoria pelo jornal das totalizações. Até o fechamento desta edição, foram contados 190 votos a favor, 7 contra e 2 em branco, num total de 199 votos.

O professor que ainda quiser se manifestar sobre a transformação, basta que mande a cédula de votação pelo correio ou deposite nas caixas de distribuição do jornal, espalhadas pela universidade. Ou ainda, depositar seu voto na urna disponível na sede da entidade.

Documentos

Com o objetivo de divulgar a documentação recebida pela Adufrj, referente a projetos de Lei, legislação sobre educação, previdência outros temas de interesse do docente, estamos criando a seção Documentos, onde estarão sendo divulgados os textos que estão à disposição para consulta ou aquisição de cópia, na sede da Adufrj :

Nova LDB

A **regulamentação da LDB** nas universidades e suas respectivas portarias

O **Regime Jurídico Único** atualizado

A **Proposta de Emenda Constitucional da Previdência** (ainda em tramitação)

O movimento nacional pela CPI da Reeleição continua com a participação de parlamentares, partidos e sidicatos em torno da abertura de uma investigação séria sobre as negociatas do governo durante a votação da emenda que dará a FHC a oportunidade de ficar mais quatro anos no poder. Procure a sede da Adufrj e assine o abaixo-assinado pela CPI.

Abaixo-assinado pró-CPI da Compra e Venda de Votos

A opinião pública aguarda com o maior interesse e empenho a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre a compra de votos. Os gravíssimos fatos denunciados na imprensa, a partir de gravações que implicam em abertas confissões sobre a compra de votos, impõem uma investigação responsável e profunda que só uma CPI, com os poderes a seu alcance pode realizar.

Os resultados dessa investigação devem interessar a todos, ao Executivo que, através de um ministro e dois governadores, foi diretamente envolvido no escândalo; ao Legislativo que teve alguns de seus membros diretamente citados nas denúncias e às próprias pessoas nelas incluídas, que terão a sua disposição um foro adequado para a sua defesa.

Vimos, pelo nosso presente, expressar nosso decidido apoio à instalação da CPI e manifestar nosso repúdio a todas as formas de pressão e manobras que visem impedir a aprovação e instalação daquela Comissão.

Fórum de Entidades Pró-CPI

Cópias do abaixo-assinado podem ser reproduzidas e devem ser enviadas ao Diretório Nacional do PT. Rua Conselheiro Nébias 1.052, Campos Eliseos CEP 01203-002 São Paulo - SP Informações pelos telefones: (011) 224-1964, (011) 224-1971 ou (061) 318-3484. A Adufrj também possui o documento para ser assinado.

Ano IV
30 de junho
a 6 de julho /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

30 meses sem reajuste salarial

Assembléia comunitária reafirma defesa da autonomia

Página 3

Seminário discute novas perspectivas para a educação brasileira

Páginas 11 e 12

Adufrj ganha no mérito ação do abono

Página 9

Homologação de Seção Sindical será feita no Conad

A Adufrj solicitará à diretoria da Andes-SN que a homologação do processo de transformação em Seção Sindical seja feita durante o próximo Conselho das ADs Seções Sindicais (XXXIV Conad), que acontecerá de 4 a 6 de julho.

Este é mais um passo rumo à transformação. Esta semana foram contabilizados mais votos referendando a tranformação, depositados na urna que permanece aberta na sede da AD. A soma dos votos apurados até o fechamento desta edição totaliza 156 votos a favor, sete contrários e 2 em branco. É importante lembrar que embora o processo oficial de referendo encerrasse no dia 17 de junho, a diretoria decidiu continuar recebendo os votos dos docentes por mais algum tempo, já que muitos professores continuavam e continuam se manifestando sobre a transformação através do referendo.

A cada semana haverá uma nova contagem e publicaremos a totalização. Os professores que quiserem ainda podem enviar suas cédulas de votação.

Logo após a homologaçào pelo Conad, a diretoria estará convocando uma Assembléia Geral (que já será realizada pela entidade como Seção Sindical) para aprovar o regimento eleitoral da Seção Sindical. A Assembléia deverá acontecer entre os dias 7 e 10 de julho. Este prazo está organizado em função da data limite (de acordo com o regimento) para a publicação do edital de convocação de eleições para a diretoria e conselho de representantes da seção sindical, dia 11 de julho.

Nesta edição publicamos um encarte com uma proposta de regimento eleitoral elaborada por uma comissão de docentes formada pela diretoria. A comissão estará reunida nesta quinta-feira, dia 3 de julho, às 18 horas, na sala 32 da Escola de Serviço Social da Praia Vermelha, para avaliar e discutir as alterações no texto do regimento, que podem ser enviadas por qualquer docente filiado para a sede da Adufrj. A reunião é aberta a todos os docentes.

Conad

Começa na próxima sexta-feira, dia 4, o XXXIV Conad, em Palmas (Tocantins). Participarão uma delegada e duas observadoras, escolhidas na última Assembléia da Adufrj. A professora Rosanne Dias, diretora da Ad e professora do CAp, foi eleita delegada, e as professoras Patrícia March, da EBA, e Regina Célia de Souza Pugliese, também do CAp, irão como observadoras. No dia 3, haverá reunião do Setor das Federais, da qual participará a delegação.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Assembléia da comunidade universitária

Mais de 150 pessoas participaram da Assembléia da comunidade universitária realizada nesta sexta-feira, dia 27, e convocada pela Adufrj, Sintufrj e DCE. Com o objetivo de organizar conjuntamente suas propostas em defesa da autonomia universitária, docentes, técnico-administrativos e estudantes se reuniram no auditório do Centro de Ciências da Saúde e encaminharam suas posições diante das ameaças à autonomia universitária e ainda tiraram algumas propostas de ação para os próximos meses.

As posições decididas na assembléia foram pela manutenção do artigo 207 da Constituição Federal, contra a PEC 370-A/96 e contra todos os atos que cerceiem o exercício da autonomia universitária; pela garantia de verbas públicas para o funcionamento das universidades públicas; pela abertura de concursos públicos para suprir as graves carências de pessoal docente e técnico-administrativo das universidades públicas; e pela recuperação do poder aquisitivo dos salários e bolsas.

Como encaminhamento de ações futuras, foi apontada a necessidade de se construir uma campanha unificada dos três segmentos, em conjunto com as outras universidades públicas do estado, e a realização de um ato nas ruas da cidade. Nos moldes da manifestação Universidade na Praça, este evento possivelmente será realizado em agosto.

Os movimentos organizados também se comprometeram a organizar fóruns de debate internos e, na medida do possível, também em conjunto com as demais entidades públicas do estado, uma forma de levar esta discussão para fora da universidade. Também foi agendada para o mês de agosto a realização da próxima assembléia comunitária.

Os Deputados federais que participaram do encontro com a comunidade universitária para articular a defesa da universidade

Discurso da comunidade universitária sensibiliza deputados federais

"Nunca entrei numa universidade, a não ser para panfletar". Bem-humorada, a tirada de Fernando Gabeira também definiu o que foi o encontro com a bancada de deputados federais do Rio realizado no auditório da Academia Brasileira de Ciências, na última segunda-feira.

Este encontro é um dos caminhos apontados pelo Consuni para encaminhar a luta em defesa da autonomia universitária e da manutenção do artigo 207 da constituição. E foi a segunda vez que a comunidade universitária está com os deputados para levar à bancada sua preocupação com a PEC 370-A/96. Um projeto que compromete o destino da universidade pública.

Nesta linha, a espontânea confissão não invalida a disposição demonstrada pelos deputados de inteirar-se do assunto, o que proporcionou ao auditório a esperança de que os nobres deputados possam contribuir à causa da autonomia universitária. Eles se comprometeram a acompanhar os trabalhos da comissão que analisa a PEC 370-A/96, assim como manter um contato permanente com a academia e articular a defesa da universidade pública junto aos 40 colegas representantes do estado na Câmara Federal.

Traduzida em empenho o compromisso firmado, a luta pela autonomia universitária pode ganhar outros contornos no Congresso Nacional. No entanto, analisando as últimas votações no Legislativo federal, não convém alimentar grandes ilusões. Mesmo tendo sensibilizado os deputados, é bom lembrar que a situação nas universidades federais não encontra ressonância nas reformas neoliberais de Fernando Henrique, ao contrário.

Em outras ocasiões, os mesmos que hoje empenham esforços à causa, como os deputados Simão Sessim e Rubem Medina, já depositaram contribuições desfavoráveis às Ifes votando a favor, por exemplo, da reforma administrativa, cujas consequências já tiveram reflexos nas Ifes.

Outro representante da bancada, Sergio Arouca, após ter relembrado os tempos de presidência da Fundação Fiocruz para dizer que ciência e tecnologia têm que ser política de governo, afirmou que "devemos ter muita coragem e defender uma ruptura de paradigma, uma universidade que supere em muito a que está aí". O deputado do PPS também vai querer entrar no mérito da discussão sobre autonomia universitária e, provavelmente, "chegaremos a divergências".

Já o deputado e professor afastado da UFRJ, Fernando Lopes, pre-

feriu traçar o cenário a curto-prazo do Congresso. Ele acredita que dificilmente a votação da PEC acontecerá em julho, sendo mais provável que ela se realize em agosto, por causa das outras prioridades do governo. "O que nos dará mais algum tempo, embora não muito".

Ele apontou o que acredita ser a atitude mais ponderada no momento: que a comunidade universitária constitua uma proposta minimamente consensual a ser encaminhada ao Congresso. "Sem procurar tirar casquinhas uns dos outros. Em alguns itens, onde não houver consenso, deve-se fazer uma proposta meia-sola". Pela sua avaliação, "somos absolutamente insuficientes para barrar qualquer coisa onde o governo tenha grandes interesses".

Lopes acredita que é necessário buscar aliados dentro da área de influência do governo, principalmente nas suas contradições. "Acredito que este não é o campo em que se estabeleça o combate clássico entre esquerda e direita", afirmou.

Mostrando intimidade com o tema, uma das participantes do primeiro encontro, em Brasília, na semana anterior, a deputada Jandira Feghali foi bastante aplaudida. Principalmente quando relatou que seu partido, o PC do B já havia entrado com um decreto-legislativo para tentar neutralizar os efeitos da portaria do Ministério da Fazenda que inviabilizou o pagamento das sentenças judiciais relativas aos 28,86%

Ela também revelou seu entendimento sobre o artigo 207 da Constituição: "está claro: é auto-aplicável". Feghali afirmou que é necessário se discutir a autonomia universitária de outra forma e não através das propostas do governo. Na sua opinião, esta PEC não é para ajudar o país. "O ideal é bombardear logo esta proposta, para ganhar tempo e podermos apresentar uma alternativa". Para exemplificar que o modelo proposto pelo governo é mesmo o da subserviência, a deputada afirmou que a maior parte dos recursos do BNDES são aplicados em parques de diversão e shopping center, e não em ciência e tecnologia.

Estiveram presentes os reitores da UFRJ, Uni-Rio e UFRRJ e o vice-reitor da UFF, decanos e diretores de unidades da UFRJ, e professores, funcionários e estudantes das quatro universidades federais do estado e do Cefet-RJ, que encheram o plenário da Academia Brasileira de Ciências.

Comunidade científica do Rio questiona a implementação de nova forma de concessão de bolsas do CNPq para 98

Professores, pesquisadores e estudantes da PUC, UFRJ e outras instituições se reuniram semana passada no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, convocados pela Regional Rio de Janeiro da SBPC para debater o novo sistema de distribuições de bolsas proposto pelo CNPq para o ano que vem. Críticas a proposta não faltaram.

O novo sistema proposto no documento divulgado pelo CNPq "Bolsas de Formação de Pesquisadores (Mestrado e Doutorado)", uma versão preliminar do manual que implementará a concessão de bolsas para a formação de pesquisadores na Pós-graduação, propõe que as bolsas sejam deslocadas para os pesquisadores individualmente, fragilizando os programas institucionais.

Após vários relatos e avaliações dos presentes, o resultado da reunião que envolveu cerca de 40 pessoas foi a proposta de elaboração de um documento a ser encaminhado ao próprio CNPq, aos pesquisadores que têm assento no Conselho Deliberativo do Conselho, à diretoria nacional da SBPC e à plenária da 47ª reunião da Sociedade que acontece no mês de julho. Uma das opiniões unânimes foi quanto ao caráter autoritário da medida do CNPq.

O documento vai constar de um pedido de adiamento do prazo de implementação do novo sistema para que a comunidade científica e acadêmica possa discutir com responsabilidade o assunto e, talvez, uma proposta de se experimentar a nova proposta gradualmente, através da implantação de um sistema híbrido de concessão de bolsas, destinando apenas um percentual das verbas diretamente aos pesquisadores.

Diretores de Hospitais Universitários propõem novo modelo jurídico

A decana do CCS, professora Vera Halfoun é contra a proposta de emenda constituional 370A que trata da autonomia das universidades. Opinião expressada também pelo Conselho de Coordenação do Centro em nota à comunidade, emitida dia 10 de junho. Para a decana, a reposta para a falência dos Hospitais Universitários estaria na criação de um novo modelo jurídico, com controle social e acadêmico, definição do papel das fundações de apoio e possibilidade de contratação temporária de pessoal pela CLT.

A manutenção do artigo 207 da Constituição, com a formulação de uma lei orgânica para as universidades incluindo o orçamento global, a preservação do regime jurídico único, a manutenção de pessoal e patrimônio como encargo do MEC, o custo de atendimento pago pelo Ministério da Saúde e uma política de sustento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia bancada pelo Ministério da C&T são pontos defendidos pela decana.

Há pouco menos de um mês, a decana do Centro de Ciências da Saúde (CCS), professora Vera Halfoun, vem apresentando à comunidade universitária e às autoridades governamentais a proposta de um novo modelo jurídico para os hospitais universitários baseado em um estudo produzido pelas decanias e diretores dos hospitais no Estado do Rio - ao todo são 11 unidades, das quais oito são da UFRJ.

De acordo com o documento, apresentado também em encontro do Colegiado de dirigentes de HUs da Andifes, em Belo Horizonte, existe uma grande diversidade na rede de hospitais de ensino do MEC. São unidades com padrão de complexidade e resolubilidade diversos. As unidades em cada universidade diferem muito quanto à capacidade ambulatorial, internações, CTIs, UTIs e outras necessidades. A capacidade de cobertura quanto às áreas médicas é outro ponto que diferenciam os hospitais.

Estas diferenças ficam evidentes quando se compara a concessão dos índices do Fideps - Fundo de Incentivo para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa em Saúde - entre uma ou outra instituição. O Fundo estabelece um repasse extra do MEC para os hospitais de 20%, 50% ou 75%, estabelecidos de acordo com a avaliação dos graus de complexidade e resolubilidade atingindos por cada um. Segundo a decana, a grande maioria dos Hus recebem 75% de Fideps, como é o caso do Hospital Pedro Hernesto.

Das unidades da UFRJ, apenas a Maternidade Escola perdeu este índice máximo. Hoje a receita da maternidade é de 150 mil por ano, com um gasto real acima de 800 mil. Na relação funcionários/leito, a escola conta apenas com 2.73/leito, quando o ideal seria 4.1/leito.

Vera Halfoun diz que, comparados a outras instituições, como o Hospital das Clínicas da Federal do Paraná ou o da UFMG, o Pedro Hernesto e as demais unidades da UFRJ estão até conseguindo sobreviver. A única unidade que está mesmo na iminência de fechar as portas é a Maternidade Escola.

Para a professora, os hospitais da UFRJ ainda não sucumbiram pelo esforço dos servidores e por conta das contratações terceirizadas, pagas pelo que se arrecada com o dinheiro vindo das fundações e do SUS.

Autonomia e orçamento global

Quanto à questão da autonomia universitária no que diz respeito aos HUs, Vera Halfoun diz que os dirigentes das unidades hospitalares são favoráveis ao orçamento global, mas defendem a permanência dos contratos via fundações e outras agências. Defendem até, como uma excepcionalidade dos hospitais de ensino, a contratação via CLT, em caráter temporário, de técnicos-administrativos para a preservação das atividades do hospital.

Para isso, segundo ela, não é necessário alterar o artigo 207 da Constituição como quer o governo com a proposta de emenda 370A. Bastaria a formulação de uma lei orgânica das universidades onde se definiria o orçamento global e as demais especificidades destas instituições.

No caso dos HUs a decana ressalta que como unidades de ensino o caráter de sua demanda é estritamente acadêmico. Com este entendimento, defende uma nova política de manutenção dos hospitais baseada fundamentalmente em recursos repassados pelo MEC, mas com verbas do Ministério da Saúde para atendimento aos pacientes e do Ministério da Ciência e Tecnologia para o sustento da pesquisa e da produção tecnológica.

Quanto à questão gerencial e administrativa, de acordo com a proposta, seria necessário estabelecer critérios de avaliação dos hospitais, com indicadores de natureza acadêmica e de eficiência, para se estimar os custos ideais dos diversos HUs em relação aos recursos disponíveis.

Diagnóstico

De acordo com o documento da nova proposta, também não se pode estabelecer uma relação quantitativa entre números de leitos e números de alunos em cada unidade. Quanto aos funcionários, já existe hoje um grande contingente sem vínculo com o MEC, mantido com recursos em parte desviados do que o SUS paga aos HUs e em outra de contratos estabelecidos diretamente por fundações de apoio ou através de outros expedientes.

Existe hoje nos hospitais universitários um desvio padrão na relação técnicos-administrativos/leito, considerando todos os funcionários, servidores ou não, que varia entre 3,5 a 5,6 funcionários/leito, atingindo um custo de cerca de 12,5% do total da folha de pessoal das universidades federais.

Falência

A falência dos hospitais universitários se deve, segundo a decana do CCS, primeiro pelos baixos valores pagos pelo SUS (o sistema paga por exemplo, por uma consulta R$ 2,04 e por uma anestesia infantil R$ 11,00) aos atendimentos e procedimentos realizados pela rede e segundo pela falta de uma política do MEC que efetivamente garanta a manutenção de seu pessoal e patrimônio.

Segundo os dados do MEC, relativos ao ano de 1995, os oito hospitais da UFRJ consomem juntos 28.650 milhões de reais, relativos a gastos com residentes e funcionários, o que significa apenas 12,5% do total gasto pelo MEC com as universidades. A professora Vera fez as contas do que é arrecadado somente das Fundações, prestações de serviços e doações e chegou a um total superior: 30.150 milhões. Isto desmistifica a idéia de que o governo gasta muito com pagamento de pessoal para os hospitais.

O total da previsão orçamentária da UFRJ, hoje, ou seja em 1997, está em torno de 565 milhões de reais. Destes 513 são da folha de pagamento. O que sobra é o destinado a Outros Custeios e Capital. De verba de custeio, apenas quatro milhões são repassados para as unidades hospitalares da universidade, destinados a luz, gáz, telefone e outras necessidades de manutenção.

Terceirização

Não se tem dados disponíveis sobre a quantidade de funcionários terceirizados, o que, segundo o diagnóstico apresentando pelos dirigentes, dificulta a análise comparativa da relação funcionário/leito entre os diversos hospitais.

No caso dos hospitais da UFRJ, a decana explica que o número de funcionários contratados fora do quadro da universidade chega a valer 2,5% dos 12,5% do total que é pago em folha de pessoal.

A justificativa para a terceirização estaria na proibição de concursos e mesmo na falta de agilidade administrativa nas contratações dos servidores. Durante algum tempo, as fundações de apoio mantiveram a contrata-

ção deste pessoal "extra-quadro", embora o pagamento recaísse sobre a verba de custeio dos hospitais, já prejudicada pelos atrasos no repasse de convênios MEC/SUS.

Fundações de apoio

Embora apostando em uma maior flexibilidade no gerenciamento, através de uma lei orgânica, Vera Halfoun defende a necessidade do controle social dos HUs e da definição clara do papel e da competência das Fundações de Apoio. As políticas de contratação das fundações de apoio são extremamente variáveis, e algumas são até questionadas do ponto de vista jurídico. Há contratos que são vinculados a projetos de pesquisa específicos e limitados ao tempo de duração dos trabalhos.

Uma das angústias vividas pelos dirigentes dos HUs e levantada na reunião com a coordenação de Hospitais do MEC, ocorrida em abril deste ano, a gestão financeira das unidades é minimizada, em parte, para a maioria dos dirigentes, pelas fundações de apoio. Muitos acreditam que a desburocratização dos repasses financeiros feita pelas fundações é uma conquista comparada à gestão das subreitorias das universidades.

Mas, com ou sem fundação de apoio, o fato é que o quadro dos HUs não podia ser pior: sucateamento, endividamento e falta de condições tecnológicas de desenvolvimento de assistência e investigação científica em nível de excelência, o que seria exigência para uma unidade de ensino.

Defesa do artigo 207

Vera Haulfon avalia que a importância dos hospitais de ensino da rede pública é mais do que reconhecida pela classe política brasileira, sendo os que têm comprovadamente a capacidade de formar profissionais e pesquisadores em Saúde, além de produzir tecnologia própria. A professora é contra a idéia de que deve-se centralizar a produção de pesquisa nas regiões sul e sudeste dado as diferenças regionais, sociais e econômicas. Acredita que a manutenção de todos os hospitais de ensino em todas as universidades brasileiras é fundamental para a criação e consolidação de uma rede atendendo aos princípios do Sistema Único de Saúde, que mantenha o controle social e atinja toda a população de forma equânime.

A dramática situação do Hospital das Clínicas da UFMG

Sob a ameaça de fechar suas portas, o Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Minas Gerais está com 70% de suas atividades paralisadas. O curso de medicina foi suspenso do 5 ao 12 período, comprometendo o calendário escolar. Outros cursos da área de saúde, como o exemplo da Enfermagem, passam por dificuldades.

A luta pela sobrevivência levou a Brasília, há duas semanas, estudantes da UFMG. Eles foram buscar soluções junto ao Congresso Nacional para o problema em conversas com parlamentares de oposição.

A Associação dos Professores de Belo Horizonte (Apubh) - Seção Sindical da Andes-SN organizou ato conjunto com o DCE e o Sindifes - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFMG - semana passada, na Assembléia Legislativa de Minas. Na tentativa de sensibilizar parlamentares e a opinião pública, foi realizada paralelamente à manifestação uma Audiência Pública com as Comissões de Saúde e Educação.

A situação do HC mineiro é dramática. No dia 23 de abril deste ano, o diretor do Hospital, Juarez Oliveira Castro, pleiteou no Congresso Nacional o pagamento do salário de seiscentos dos 2.200 funcionários, que dependem de recursos do próprio hospital. Os funcionários foram contratados para cobrir vagas de servidores aposentados e afastados, porque o Mare não autoriza a realização de concursos públicos.

Mesmo assim, o Hospital das Clínicas continuava a atender, ainda que precariamente, 1200 pacientes em consultas programadas e 300 atendimentos de urgência por dia, além de manter 432 leitos.

Jurídico

Adufrj ganha no mérito ação do abono

A Adufrj ganhou em primeira instância, na 15ª Vara de Justiça do Rio, a ação referente ao direito do pagamento do abono de férias requeridas para o ano de 1997. A MP 1480 de 1995, que vem sendo reeditada desde lá, retirou o direito ao abono do RJU. Com base no PUCRCE, de 88, que já dava este direito aos servidores das instituições federais de ensino, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) ganhou o mandado de segurança garantindo o pagamento do abono, em 96, para todos os docentes sindicalizados do país. Em 96, a Adufrj, já tinha ganho a liminar garantindo o pagamento do abono para as férias de 97.

Com o ganho da ação da Adufrj no mérito, mesmo aqueles que por alguma razão não receberam o abono das férias deste ano poderão requerê-lo.

Férias de 1998

Este ano uma nova ação vai ter quer ser encaminhada à Justiça para garantir o direito dos docentes de optar por transformar um terço de suas férias em dinheiro.

A Sub-reitoria de Pessoal (SR4) resolveu implementar localmente a política do Mare e elaborou uma listagem de requerimento de férias na qual já veio impressa a opção do abono com a letra N (não).

A Adufrj vai entrar com esta nova ação na justiça para fazer com que a sub-reitoria recolha a listagem e emita outra garantindo o direito a opção pelo abono.

A assessoria jurídica, apesar de considerar quase certo o ganho da ação, **está orientando os professores que quiserem optar pelo abono a riscar o N e escrever um SIM ao lado, seguido de uma rubrica.**

Para quem já assinou a listagem, a orientação também vale. Neste caso, o professor deve pedir novamente em seu departamento a listagem já assinada e proceder da mesma forma: riscar a letra N, escrever a palavra SIM ao lado e rubricar.

Rápidas

Marcha reúne 65 mil na Argentina

Uma das marchas de maior mobilização na história da Argentina. A avaliação é da Confederação Nacional de Educação da República da Argentina (CTERA) sobre a manifestação do dia 20 de junho, quando 65 mil pessoas lotaram a Praça de Maio, centro do poder político argentino, para cobrar do governo a sanção da Lei de Financiamento Educativo, destinada, principalmente à incrementação dos salários dos professores.

Atualmente a categoria recebe neste país salários em torno de 350 dólares, quando o orçamento familiar está em cerca 1600 dólares.

Até o dia do ato, professores de diversos estados fizeram jejum de oitenta dias. Além dos políticos de oposição, o protesto contou com a presença maciça da sociedade argentina, da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA), do Movimento de Trabalhadores Argentinos (MTA), artistas e educadores.

Foi registrada a ausência de 90% nos departamentos do governo, em todo o país, mas nenhuma declaração oficial foi emitida, ficando a cargo das províncias abonar ou não aquele dia de trabalho.

Movimento de Pós-Graduandos na UFRJ

Um breve histórico

Às vésperas da realização do que seria o I Encontro de Pós graduandos da UFRJ (I EPG), fomos surpreendidos com a notícia de que aquele não era o primeiro. Durante a década de 80, os alunos de pós-graduação (pós-graduandos, como vêm sendo chamados) já promoviam debates e reuniões a fim de manter um Movimento de Pós-Graduandos (MPG). Há relatos de que a própria Associação Nacional dos Pós Graduandos foi fundada no Rio de Janeiro. Segundo informações da atual coordenadoria da ANPG, a sua sede oficial é no município do Rio de Janeiro, mais precisamente na PUC-RJ.

A partir de meados de 1996, alguns pós-graduandos da Escola de Serviço Social começaram a articular um movimento visando à recriação da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da UFRJ, uma vez que esta nunca chegou a ser uma entidade de fato. O ápice desse movimento foi o I EPG — amplamente divulgado em todos os campi através de cartazes e faixas — realizado em 10 de junho, na Ilha do Fundão, que contou com apoio da ADUFRJ e da SR-2. Mais de 50 pós-graduandos estiveram participando das atividades do encontro, que foi fechado com uma festa de confraternização.

Deliberações do Encontro

Nesse I EPG, foram eleitos os representantes no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) e uma coordenação provisória da APG-UFRJ, com as seguintes metas:

*elaborar um estatuto para registrar a entidade.

*convocar uma assembléia constituinte para votar o estatuto.

*garantir a representação dos pós-graduandos no Conselho Universitário (CONSUNI) e no CEPG.

*promover reuniões para discussão de assuntos de interesse dos pós-graduandos

Os representantes titulares no CEPG são:

1- Elaine Monteiro (Escola de Serviço Social-CFCH, doutoranda)

2- Divinomar Severino (Instituto de Química-CCMN, doutorando)

3- Maria Isabel Sampaio (Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais-CCS, doutoranda)

Suplentes:

1- Marcelo Alves Ferreira (Bioquímica-CCS, mestrando)

2- Alexandre Guimarães Vasconcelos (Instituto de Biofísica Prof. Carlos Chagas Filho-CCS)

A Assembléia Geral dos pós-graduandos acontecerá no dia 19 de agosto de 1997**, tendo como principais pontos de pauta a aprovação do estatuto e eleição da coordenadoria da APG-UFRJ e dos representantes dos pós-graduandos no CONSUNI.**

Como forma de garantir as discussões de interesse dos pós-graduandos, a coordenadoria provisória continua realizando as reuniões de sexta-feira, às 12h30 na sala D201 do CT, Ilha do Fundão**. Além da elaboração do estatuto, vêm sendo discutidas as propostas de mudanças nas políticas de concessão de bolsas das principais agências de fomento à pesquisa (CNPq e CAPES).**

A SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!

Novas perspectivas para a educação brasileira

O seminário *A nova LDB e as perspectivas para a educa-ção brasileira*, promovido pela Regional Rio da Andes-SN e Associações de Docentes /Seções Sindicais do Rio, na quinta-feira passada, na Uerj, foi uma excelente oportunidade para se debater questões fundamentais à educação.

Embora a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no final do ano passado tenha representado um retrocesso, não esmoreceu quem luta para consolidar uma educação cujas diretrizes estejam voltadas para o desenvolvimento do país enquanto nação soberana.

Passada a torrente provocada pela Lei que levou o nome de Darcy Ribeiro, a constatação de que nem tudo está perdido não demorou. Diversas forças estão se articulam para construir canais que aglutinem as propostas e direcionem esforços na perspectiva de construção de uma educação não limitada a formar apertadores de parafuso. Até porque, embora o governo procure escamotear, estes estão em extinção na parte da civilização dita desenvolvida.

A realização do seminário, de acordo com a vice-presidente regional, Margarida Carvalho de Santana, deve ser entendido como um movimento neste sentido. E, também, consequência direta de uma deliberação tirada no XVI Congresso da Andes-SN, realizado no início do ano em João Pessoa, que decidiu pela realização de eventos nacionais e regionais que aprofundem a discussão sobre temas relevantes à educação.

Nesta linha, foram abordados pelos palestrantes desde a aplicação e conceitos contidos na LDB, como o ensino profissional, avaliação institucional e autonomia universitária, o Plano Nacional de Educação, políticas públicas e influência dos organismos internacionais.

Na discussão sobre LDB realizada na parte da manhã, o presidente da Asduerj, Roberto Abreu começou os trabalhos ressaltando que ao contrário do que muitos colegas educadores pensam o conteúdo da LDB não foi formulado por técnicos. Segundo disse, trata-se sem dúvida de uma disputa ideológica por poder político e que data de leis anteriores, como a que separou o ensino universitário do ensino de 1º e 2º graus. Além de representar um golpe no processo de elaboração do Legislativo.

Abreu não vê como se estabelecer uma sociedade fraterna e igualitária sem esta deter o controle da educação. E aproveitou para chamar o ministro da Educação de traidor. “Já tivemos coronéis no comando da educação e agora temos um traidor, que inclusive se deu como exemplo de falcatrua, quando admitiu que recebia para dar 40 horas de aula semanalmente e confessou que dava menos de seis".

As informações proporcionadas não se limitaram às análises sobre o desserviço que esta LDB representa para a educação. Longe disso, os palestrantes falaram de conceitos - ou da falta deles -, exemplificaram e ainda formularam estratégias de contra-ataque.

O professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher, ao falar sobre a tão propalada supremacia do mercado, disse que há estudos que apontam o conceito de globalização como uma farsa. “A globalização é um conceito fundamentalmente ideológico, mas não tem nenhuma materialidade, é um conceito que não se sustenta”, afirmou.

Segundo disse, são raríssimas as empresas de fato transnacionais, e que a maioria é mesmo multinacional. Como exemplo, Leher se valeu das pesquisas realizadas por estas em-

presas, que basicamente se concentram em seus países sedes.

E citou também um estudo que está sendo realizado pelo economista Paulo Nogueira Batista Jr. na Usp, segundo o qual o gasto público em relação ao PIB, ao contrário do que vem sendo propagado aos quatro ventos, não está diminuindo. No grupo dos sete países mais desenvolvidos, por exemplo, ele tem é aumentado. Mas não fica só nisso, nestes países, o estado tem crescido em relação aos tributos e concentrado mais renda. Exemplos sobraram. Quanto às barreiras alfandegárias, outra bandeira da globalização - que o professor chamou de globaritarismo, tomando emprestada a expressão que o editor do jornal francês Le Monde cunhou - Leher disse que enquanto os países do hemisfério sul diminuem as suas barreiras, os países do hemisfério norte só as têm aumentado.

Em relação às alternativas, Roberto Leher apontou os riscos de não se construir um discurso cuja concepção se esgote na corporação. Ele disse que, neste momento de grande perigo, o discurso necessariamente precisa ter uma concepção de longo prazo. "A bandeira salarial, econômica-corporativa não pode se sobrepor à política, com riscos muito grandes para o futuro", alertou.

Leher também apontou o Coned como o fórum apropriado para encaminhar esta discussão e para a construção do Plano Nacional de Educação. "O Coned é um outro patamar de luta".

Fechando sua palestra, outro alerta: "Não se pode abrir mão da resistência neste momento de fragilidade dos sindicatos e partidos políticos de oposição. Seria suicídio político"

A última palestrante da parte matinal do seminário, a diretora da Faculdade de Educação da UFF, Maria Felisberta Baptista da Trindade, pontuou sua intervenção com ilustrações para o que havia sido dito. Algumas bem realistas. Citando o artigo 62 da LDB aprovada, onde se lê que a formação do docente para atuar na educação básica far-se-á também em institutos superiores de educação, é a extinção gradativa do magistério tal como é proporcionado hoje. Para Maria Felisberta, este é mais um exemplo da fragmentação e desvalorização continuada do magistério.

Ela aproveitou também para falar sobre o encontro de outubro da Anfope - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - que vai elaborar propostas a serem levadas ao Coned, como contribuições ao Plano Nacional de Educação.

Na parte da tarde, o debate continou, com relatos sobre a avaliação institucional realizada na Uni-Rio, pela presidente da Aduni-Rio/SSind, Luci Mobílio Pinto, além de uma exposição sobre o encontro de Associações de Docentes dos Colégios Federais de Ensino Tecnológico (Cefet) de todo o Brasil, realizado no Paraná, feita pelo presidente da Adcefet-RJ, Sergio Correa.

Na abertura do seminário, a 2ª tesoureira da Regional Rio da Andes-SN, Vera Rabello, prestou uma homenagem ao educador Paulo Freire, fazendo um relato da vida dele. E contou que, durante o governo João Goulart, as classes dominantes e média classificaram de subversivo o programa de alfabetização que então começava a ser implantado por Paulo Freire.

Veio o golpe militar e o educador - que posteriormente viria a receber o título de *doutor honoris causa* em quase 30 universidades do mundo inteiro - foi aposentado compulsoriamente pelo regime autoritário, sendo obrigado a se tornar um ilustre andarilho global.

É mudando o presente que se fabrica o futuro, como um dia disse Paulo Freire. Distorcendo a ilação freiriana, o governo "conseguiu" aprovar uma lei que retira justamente este sentido de construção. Ainda bem que há toda uma geração de educadores influenciados por Paulo Freire que acredita numa pedagogia voltada para a possibilidade de transformação do mundo.

Proposta de Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical

Artigo 1º - São eleitores todos os professores sindicalizados há pelo menos 60 (sessenta) dias na data da eleição, em pleno gozo de seus direitos e em dia com suas obrigações, de acordo com o disposto nos Artigos 9º, 10º e 36 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

§ 1º - Considera-se em dia com as contribuições financeiras à Adufrj-SSind o sindicalizado que assinou a autorização para desconto em folha de pagamento ou que tenha pago suas contribuições mensais até o mês anterior ao da eleição.

§ 2º - Não será permitido o voto por procuração.

Título II - Dos Candidatos e das Candidaturas

Artigo 2º - Pode se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind qualquer sindicalizado há pelo menos 120 (cento e vinte) dias da data da eleição, em pleno gozo de seus direitos e em dia com seus deveres, de acordo com o disposto nos Artigos 9º, 10º, 40 e 45 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

Parágrafo Único - Aplica-se também aos candidatos a cargos da Adufrj-SSind o disposto no 1º Parágrafo do Artigo 1º deste Regimento.

Artigo 3º- É permitida a candidatura à reeleição consecutiva para a Diretoria e para o Conselho de Representantes, de acordo com o disposto no Artigo 40 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

§ 1º - É vedada a candidatura à recondução de membro da Diretoria para o mesmo cargo que ocupa.

§ 2º - É vedada a candidatura a cargos da Diretoria para mais de duas gestões consecutivas.

Artigo 4º - São vedadas candidaturas simultâneas ou múltiplas de um mesmo candidato a cargos de Diretoria e/ou do Conselho de Representantes, de acordo com o Artigo 35 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

Artigo 5º - Serão impugnadas as candidaturas a cargos de Diretoria e do Conselho de Representantes dos candidatos que exercerem funções de direção na UFRJ ou outro órgão da administração municipal, estadual ou federal, de acordo com o disposto no Artigo 14 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

Artigo 6º - As inscrições para a eleição da Diretoria devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind, obedecendo aos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias antes da data de início, se a eleição tiver sido convocada dentro do prazo previsto no caput do Artigo 38, conforme disposto no Artigo 41 do Regimento Geral da Adufrj-SSind; ou

II - até 20 (trinta) dias antes da data de início, se a eleição não tiver sido convocada no prazo previsto no caput do Artigo 38, conforme dispõe o Parágrafo único do mesmo Artigo do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

§ 1º - As inscrições para a Diretoria serão feitas na forma de chapas, através de um requerimento do candidato à presidência, incluindo relação dos candidatos a cada cargo da Diretoria, as declarações de aceite das candidaturas e o programa da chapa.

§ 2º - Cada uma das chapas inscritas poderá conter, no máximo, 2 (dois) membros da Diretoria anterior.

Artigo 7º - As inscrições para as eleições do Conselho de Representantes devem ser feitas até 15 (quinze) dias antes da data de início das eleições, por meio de requerimento do próprio candidato junto à secretaria da Adufrj-SSind ou junto ao responsável pela eleição na respectiva Unidade, desde que as inscrições sejam encaminhadas à Secretaria dentro do prazo acima.

Artigo 8º - O número de representantes do Conselho de Representantes que cada Unidade deverá eleger será definido com base no número de sindicalizados da Unidade até a data limite para a inscrição de candidatos estabelecida no Artigo 6º deste Regimento, à razão de 1 (um) representante para cada 60 (sessenta) sindicalizados ou fração, até no máximo 3 representantes, de acordo com o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

Artigo 9º - Os candidatos cujas candidaturas sejam consideradas irregulares ou impugnadas terão até 3 (três) dias úteis após a divulgação do pa-

recer da Comissão Eleitoral para regularizar a situação, contestar o parecer e interpor recurso junto ao Conselho de Representantes, conforme o caso.

Título III - Da Comissão Eleitoral

Artigo 10º - O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por pelo menos 3 (três) membros efetivos, designados pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral, como disposto no Artigo 37 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

§ 1º - Cabe à Comissão Eleitoral elaborar normas específicas das eleições, nomear mesários, designar eleitores responsáveis pela eleição nas Unidades, divulgar e fiscalizar o processo eleitoral, fazer a contagem de votos e proclamar os resultados.

§ 2º - Nenhum candidato poderá ser designado membro da Comissão Eleitoral, responsável pela eleição em qualquer Unidade, mesário de qualquer Seção Eleitoral ou membro de Comissão Apuradora, sob pena de ficar impedido de assumir cargo, se eleito, e risco de impugnação de urnas.

Artigo 11 - Compete ainda à Comissão Eleitoral analisar e emitir parecer sobre a elegibilidade dos candidatos e chapas inscritos, e julgar consultas sobre os casos omissos deste Regimento.

Parágrafo Único - Os pareceres de conformidade ou não com este Regimento, de aceitação ou impugnação de candidaturas deverão ser divulgados até, no máximo, 2 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo de inscrições e devem mencionar explicitamente as razões, os motivos e/ou as violações deste Regimento Eleitoral, nos casos de impugnação.

Título IV - Das Seções e Mesas Eleitorais

Artigo 12 - Em cada local de votação ou Seção Eleitoral haverá mesa(s) de votação com urna(s) onde os eleitores da(s) respectiva(s) Unidades(s) votarão.

§ 1º - Na eleição para membros do Conselho de Representantes cada Seção Eleitoral corresponderá apenas à Unidade em questão.

§ 2º - Na eleição para membros da Diretoria, por motivos operacionais, uma Seção Eleitoral poderá abranger mais de uma Unidade.

§ 3º - É da competência da Comissão Eleitoral propor e submeter à aprovação pela Assembléia Geral a localização e a composição das Seções Eleitorais para a eleição da Diretoria.

§ 4º - As urnas permanecerão sob a guarda dos responsáveis pela eleição na(s) Unidade(s) de cada Seção Eleitoral, devidamente lacradas, até o início da votação e entre dois períodos de votação, caso a mesma ocorra em mais de um dia ou em mais de um turno num mesmo dia.

Artigo 13 - As mesas de votação serão dirigidas por mesários indicados e designados pela Comissão Eleitoral dentre os eleitores que aceitarem a indicação e que não estejam pleiteando cargos na respectiva eleição.

Parágrafo Único - Cada mesa de votação deverá dispor da lista única de presença dos eleitores daquela Seção Eleitoral, de cédulas oficiais e de envelopes para votos em separado, além da relação oficial de chapas/candidatos que concorrem à eleição, atas de votação e registro de ocorrências.

Título V - Da Votação

Artigo 14 - As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas por escrutínio universal direto e secreto, de acordo com os Artigos 39 e 44 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

Artigo 15 - As eleições serão realizadas durante no mínimo 1 (um) e no máximo 3 (três) dias consecutivos, a critério da instância que as convocar, de acordo com o disposto no Artigo 38 e seu Parágrafo Único do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

Artigo 16 - A votação deverá ocorrer em recintos ou locais públicos nas Unidades, no(s) dia(s) e horário(s) de maior afluxo de eleitores, em turnos não inferiores a 2 (duas) horas consecutivas por dia de votação nos períodos diurno e/ou noturno, onde couber.

Parágrafo Único - No início da votação de cada dia ou turnos de um mesmo dia a abertura da urna deverá ser realizada no próprio local da votação, com a presença de pelo menos um dos responsáveis pela eleição nas Unidades da Seção Eleitoral.

Artigo 17 - Os votos serão dados em cédulas distribuídas pela Adufrj-SSind e rubricadas por um membro da Comissão Eleitoral, nas quais o eleitor deve assinalar ou indicar uma

chapa entre as que concorrem à Diretoria ou o(s) nome(s) do(s) candidato(s) ao Conselho de Representantes, conforme o caso.

Parágrafo Único - Os votos para a eleição de membros para o Conselho de Representes poderão indicar mais de um candidato, tendo como limite o número máximo de representantes que a Unidade deverá eleger, de acordo com o disposto no Artigo 8º deste Regimento.

Artigo 18 - Para votar, o eleitor deverá dirigir-se à Seção Eleitoral que contém sua Unidade, assinar a listagem de eleitores, receber a cédula eleitoral, exercer suas opções e depositar a cédula na urna correspondente.

§ 1º **- É facultado aos membros da mesa de votação solicitar identificação dos eleitores, caso julguem necessário.**

§ 2º - Os sindicalizados que não constarem da relação oficial de eleitores e que desejarem votar poderão fazê-lo em separado, em envelopes especialmente fornecidos pela Adufrj-SSind e disponíveis na mesa de votação para esse fim, obedecendo-se ao seguinte procedimento:

I - o voto deverá ser colocado no envelope, que será lacrado e identificado externamente com o nome e assinatura do votante, além de outras indicações como Unidade e Departamento de origem do eleitor, a fim de facilitar sua verificação posterior durante o processo de apuração; e

II - o envelope deverá ser depositado normalmente na urna e a ocorrência registrada em ata.

Artigo 19 - Após cada período ou turno de votação, um dos responsáveis pela eleição nas Unidades da Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata parcial de votação relativa ao período/turno em questão, assinalando o número de votantes e ocorrências; e

III - conduzir a urna, a lista de presença e outros materiais da Seção para local seguro, ficando sob sua guarda até o reinicio da votação.

Artigo 20 - Encerrada a votação, um dos responsáveis pela eleição nas Unidades da Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata consolidada relativa a todos os dias, períodos e turnos, de votação, assinalando o número total de votantes, abstenções e ocorrências; e

III - conduzir a urna, a lista de presença e ata final votação para o local de apuração ou para local designado pela Comissão Eleitoral.

Título VI - Da Apuração

Artigo 20 - A apuração deverá ser realizada por uma Comissão Apuradora, na sede da Adufrj-SSind ou em outro local público indicado pela Comissão Eleitoral, até no máximo, o dia seguinte ao do encerramento da votação.

Artigo 21 - A Comissão Apuradora será designada pela Comissão Eleitoral e seus membros indicados entre os próprios membros da Comissão Eleitoral, os responsáveis pela eleição nas Unidades e os eleitores presentes à apuração, desde que não sejam candidatos à eleição cujos votos serão apurados, de acordo com o parágrafo 2º do Artigo 10º deste Regimento.

Artigo 22 - A Comissão Apuradora deverá proceder à abertura de cada urna, verificar a coincidência entre o conteúdo das urnas com os dados existentes nas atas de votação e contar os votos.

§ 1º - Havendo registro de ocorrências em ata de votação, fortes evidências de irregularidades ou pedidos formais por eleitores, candidatos ou chapas que possam implicar em impugnação dos votos de uma urna, a abertura da mesma estará condicionada a aprovação da Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à reunião de homologação dos resultados do Conselho de Representantes de que trata o Artigo 30 deste Regimento.

§ 2º - As urnas que, mesmo apresentando algum tipo de irregularidade, tenham sua abertura autorizada pela Comissão Eleitoral, serão apuradas em separado e a validade de seus votos deverá ser julgada pelo Conselho de Representantes na reunião de homologação dos resultados de que trata o Artigo 30 deste Regimento.

§ 3º - Os votos em separado serão considerados e apurados se for comprovado que o votante satisfaz ao disposto no Artigo 1º deste Regimento e, neste caso, o voto

será retirado do envelope e misturado aos demais votos da urna, antes do início da apuração da mesma, evitando assim a quebra de sigilo.

Artigo 23 - Serão considerados votos válidos para o Conselho de Representantes os votos que satisfizerem simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - indiquem nomes com as candidaturas validadas pela Comissão Eleitoral, de acordo com o que dispõe o Artigo 11 deste Regimento;

II - indiquem candidatos em número menor ou igual ao número máximo de representantes que a Unidade deve eleger, de acordo com o disposto no Artigo 8º deste Regimento; e

III - identifiquem os candidatos de modo que não haja dúvidas.

§ 1º - Os votos que contenham rasuras ou cuja identificação de candidatos derem margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

§ 2º - O fato de haver um possível candidato não identificado pela junta apuradora numa cédula, por si só, não invalida a indicação dos demais candidatos que tenham sido votados na mesma cédula, desde que satisfaçam aos outros requisitos listados no caput deste Artigo.

Artigo 24 - Serão considerados votos válidos para a Diretoria os votos que satisfizerem simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - indiquem apenas uma chapa; claramente assinalada, e

II - as candidaturas de todos os membros da Chapa indicada tenham sido validadas pela Comissão Eleitoral, de acordo com o que dispõe o Artigo 11 deste Regimento;

Parágrafo Único - Os votos que contenham rasuras ou cuja indicação de chapa derem margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Artigo 25 - Serão considerados brancos os votos que não tenham qualquer marca, sinal, desenho, inscrição ou outra forma de expressão do eleitor.

Artigo 26 - Serão considerados nulos

I - os votos para o Conselho de Representantes que não se enquadram no disposto nos Artigos 23 e 25 deste Regimento; e

II - os votos para a Diretoria que não se enquadram no disposto nos Artigos 24 e 25 deste Regimento.

Artigo 27 - Serão considerados eleitos representantes da respectiva Unidade no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind os candidatos mais votados, classificados em ordem decrescente de votos, até o número máximo de representantes que a Unidade pode eleger, de acordo com o Artigo 8º deste Regimento, e seus suplentes os candidatos classificados em seguida, até o mesmo número.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre dois ou mais candidatos a representante, se houver necessidade de desempate para definir vagas de titular ou de suplente, deverá ser feita a recontagem dos votos e, persistindo o empate, deverá ser realizada nova eleição, apenas para o(s) cargo(s) em questão, tendo como candidatos somente os nomes empatados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Artigo 28 - Serão considerados eleitos para a Diretoria da Adufrj-SSind os integrantes da Chapa que obtiver maior número de votos válidos.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre duas ou mais chapas, deverá ser feita a recontagem dos votos e, persistindo o empate, deverá ser convocada nova eleição, da qual participarão apenas as chapas empatadas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Artigo 29 - Finda a apuração, a Comissão Apuradora preparará uma ata de apuração e divulgará os resultados.

Título VIl - Da Homologação dos Resultados

Artigo 30 - A Diretoria em exercício convocará uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 (quinze) dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como recontagem de votos, impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis, completar o processo, se necessário, e homologar os resultados.

Ano IV
7 a 13
de julho /97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Andes Sindicato Nacional

30 meses sem reajuste salarial

No prazo de quatro anos, o número de bibliotecas da UFRJ vai cair de 42 para 21. Mas as Centrais, como a do CT, permanecerão

Bibliotecas vão passar por reformulação

Reitoria promete regularizar aquisição de periódicos que a Capes parou de financiar

Páginas 3, 4 e 5

Uso indevido das taxas acadêmicas da Capes gera protestos no CEPG

Conselho convoca convoca reitor e sub-reitor de Finanças para reunião nesta sexta-feira

Página 6

Assembléia Geral

Quinta-feira, dia 10, às 14h,
no auditório do Roxinho (CCMN)

Aprovação do Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical

(veja a nova proposta no encarte)

Debate

O Movimento Docente e a sucessão da Adufrj - Seção Sindical

Dia 8 de julho, terça-feira,
às 18h30,
no auditório do CAP

Opinião

O Jornal Correio Braziliense publicou no domingo passado este artigo sobre o provão da presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Maria Cristina de Morais

Provão: ensino tratado como mercadoria

O Provão não avalia. Da maneira como foi concebido e está sendo implantado, o provão apenas promove um ranking das escolas como se essas fossem meras empresas num mercado. Esse expediente, cujo objetivo principal é punir, com redução de verbas e consequente privatização, os estabelecimentos de "fraco" desempenho, expõe a visão mercadológica do governo FHC sobre a questão educacional.

Através de uma prova idêntica para formandos de todas as escolas públicas e privadas das diferentes regiões do país, o Ministério da Educação pretende resumir toda uma vivência acadêmica desenvolvida em quatro, cinco ou seis anos. Ora, o governo não está mesmo preocupado com a qualidade do ensino superior do Brasil.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) construiu, através de amplos debates com o conjunto dos professores, proposta de avaliação interna e externa das universidades. Ao contrário do provão, que é pontual e examina exclusivamente o "produto", nossa proposta é de que ela seja contínua, e leve em conta o processo e o produto. Ou seja, considerando as peculiaridades de cada instituição (e da comunidade onde ela se insere), a avaliação interna deve gerar um projeto de desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico voltado para a solução dos graves problemas sociais, econômicos e políticos vividos pela sociedade brasileira. A avaliação de cada docente deverá ter como fim o estímulo ao seu aperfeiçoamento no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. É importante ressaltar que desse processo devem participar todos os segmentos da comunidade universitária (estudantes, professores e funcionários).

Quanto à avaliação externa, escolas públicas e privadas seriam examinadas sob critérios diferenciados, devido à sua própria natureza diversa. Para a avaliação – contínua e permanente – das universidades públicas seria constituído um Conselho Social, de natureza autônoma e caráter consultivo, que refletisse os interesses da sociedade. O Conselho Social seria integrado, entre outros, por representantes da comunidade universitária, das três esferas de governo, lideranças empresariais, comunitárias e sindicais. A coordenação do trabalho desse órgão ficaria a cargo do Conselho Nacional de Educação.

O ensino brasileiro não precisa de rankings, que só servem para estimular o surgimento de mais um mercado de cursinhos. Os problemas da educação superior só serão evidenciados e resolvidos por meio de uma avaliação democrática, que permita a participação da sociedade. Só assim será possível se ampliar o acesso da população às instituições públicas. A avaliação que defendemos deve servir principalmente para consolidar o papel das universidades como centros de pesquisa científica e tecnológica. Como resultado, teremos instrumentos capazes de inserir o país na verdadeira modernidade, que é a de desenvolver mecanismos próprios de elaboração científica para aplicá-los na saúde, nos transportes, na habitação, enfim, na solução dos problemas da população.

A sociedade brasileira tem de estar alerta para a farsa do provão, que o governo vende como séria avaliação. Não é por acaso que várias entidades têm se manifestado contra os métodos do provão: além do Andes-SN e da UNE, instâncias representativas de reitores e de classes (como os Conselhos Federais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e Medicina) denunciaram publicamente o caráter superficial e equivocado do exame. Porque todos esses segmentos direcionam sua preocupação com um ensino voltado para a formação não apenas de profissionais, mas também de cidadãos e cientistas.

O MEC, no entanto, preferiu a via autoritária. Recusou-se a discutir a questão com a sociedade e está aí, com ampla campanha publicitária acerca do segundo Provão. Sua lógica é a do mercado, e seu compromisso limita-se ao corte de gastos com o ensino público, para tornar o Brasil palatável aos organismos financeiros internacionais. É esse o projeto de "educação" do governo FHC.

Maria Cristina de Morais

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Bibliotecas serão reformuladas

As atuais 42 bibliotecas da UFRJ já vinham passando por uma crise orçamentária, mas desde a extinção do PAP, Programa de Aquisição Planejada, sob responsabilidade da Capes/MEC, esta crise aumentou. Mais de 650 assinaturas de periódicos não foram renovadas para o ano de 1997, criando uma defasagem na pesquisa e aprendizado de alunos e professores.

O problema reside no fato de que a UFRJ não pode arcar com essa despesa em seu orçamento, porque, como é do conhecimento de todos, as verbas destinadas pelo governo às universidades federais não são suficientes para o custeio de suas funções básicas.

Até 1981, a universidade não se preocupava com a aquisição de revistas, efetuando as compras esporadicamente. A partir de então, a reitoria passou a bancar a compra de todos os periódicos, o que foi feito até 1995, utilizando os recursos oriundos do PAP. Ainda assim, durante este período, a universidade sofreu com a escassez de recursos deste programa, passando por alguns momentos de crise na aquisição destes periódicos. Naquele ano, o Plano de Aquisição foi extinto pelo MEC, sob alegação de que os seus recursos haviam se esgotados. A partir de então, a UFRJ abriu uma licitação para a compra relativa ao ano de 1996, a qual foi assumida pela Capes, assegurando, desta forma, a renovação dos títulos daquele período.

Já em 1997, a aquisição de periódicos encontrou um obstáculo: a Capes alegou não mais dispor de recursos para a renovação das coleções, devido à alta dos preços dos novos títulos, e a um possível superfaturamento, o que ocasionou um desequilíbrio para as bibliotecas que os têm como prioritários.

Um exemplo disso é a biblioteca do Instituto de Física. Os periódicos antes financiados pelo PAP, eram os prioritários, restando os menos importantes para as outras financiadoras. Com a sua extinção, a renovação das assinaturas dos principais periódicos, não pôde ser efetuada. Atualmente, 11 títulos estão desatualizados, numa demanda de R$52.577,00.

Segundo relatório da assinatura dos periódicos em 1997, do dia 22 de maio de 97, os 677 periódicos não renovados estão distribuídos pelas bibliotecas da seguinte maneira : 171 no CCMN, 163 no CFCH, 120 no CT, 84 no CCS, 60 no CLA, 48 são da Biblioteca Central, 45 da Química, 42 da Matemática, 16 da Física, 15 do Núcleo de Computação e 1 do Observatório do Valongo. Estes números, que mostram que o CCMN foi o mais atingido pela crise, foram fornecidos pelo Sibi, Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, de acordo com o qual, vale destacar, um título pode aglomerar várias revistas seriadas.

Acordo

De acordo com o chefe do Departamento de Química Orgânica, Ricardo Bicca, não há como a Capes cobrir a enorme diferença de preços da aquisição dos novos periódicos, que ficaria em torno de R$400 mil. Para ele restam apenas duas soluções : ou a UFRJ cria licitação separada para a aquisição dos periódicos novos ou procura obter outros recursos junto ao MEC.

"As pessoas precisam tomar consciência e se mobilizar para reivindicar maior atenção para suas bibliotecas", disse Luiz Felipe Coelho

Mas segundo a coordenadora do Sibi, Mariza Russo, o reitor solicitou a ela que fizesse um levantamento das cotações dos títulos que não foram pagos, a fim de tornar possível uma busca por recursos para este fim. Neste momento o Sistema está fazendo o cruzamento das cotações para que possa adquirir, se possível, os 677 títulos ou, na pior das hipóteses, apenas os prioritários.

A reitoria entrou em negociações com a Fujb (Fundação Universitária José Bonifácio), na esperança de que esta possa financiar a aquisição dos novos periódicos. Contudo, por não concordar com o sistema atual de administração das bibliotecas da UFRJ, a Fundação propôs que a reitoria reformulasse o atual sistema de bibliotecas, tanto administrativamente quanto tecnicamente. Em outras palavras, o Sibi deverá rever sua infra-estrutura.

O Sibi foi criado em 1990 para integrar informações técnico-científicas, racionalizar os recursos financeiros e otimizar a política de aquisição, com a finalidade de assegurar a infra-estrutura necessária ao ensino, pesquisa e extensão na UFRJ.

Segundo Mariza, o que ocorre é que o Sistema gerencia as bibliotecas tecnicamente, mas administrativamente, elas estão ligadas às suas unidades de ensino, o que dificulta um pouco a sua atuação. "A gente vê que uma determinada biblioteca está com problema de pessoal, mas não tem como agir junto aquele diretor, para que ele repasse pessoal".

De acordo com ela, uma mudança profunda na administração das bibliotecas já está em andamento, através da centralização de suas funções pelo Sibi e por meio da fusão de algumas bibliotecas, para que se possa melhorar o atendimento à comunidade.

Mudança

A fim de que possa atender às necessidades dos alunos, funcionários e professores e para conseguir financiamento para atualização das bibliotecas, o Sibi está propondo uma revolução interna (administrativamente) e em todo o sistema de bibliotecas da universidade (desenhado em 1976). "Existe um acordo com a Fujb, para que, no prazo de quatro anos, o número de bibliotecas passe de 42 para 21", explica Mariza.

Pretende-se, através da fusão de algumas bibliotecas, viabilizar a implantação de um novo software, já adquirido, o *Aleph*, de origem israelense, cuja função será modernizar o funcionamento das bibliotecas por meio do rápido acesso ao acervo das unidades. O *Aleph* também permitirá a internalização de periódicos eletrônicos. Cada unidade alimentará a máquina, cujos dados estarão disponíveis a todas, via rede. O sistema estará permanentemente ligado aos grandes centros de informações nacionais e internacionais.

Antes e depois do *Aleph*

Para a coordenadora do Sibi, é imprescindível a reestruturação administrativa, financeira e funcional do sistema de informações para viabilizar o gerenciamento e o sucesso da implantação do novo software. Mariza alega que a implantação do novo sistema transformará a tal ponto a realidade das bibliotecas, que o sistema passará a ser reconhecido como "antes e depois do *Aleph*". O software e a máquina já foram pagos pela Fujb, a um custo de quase R$400 mil.

O Sibi já detém as informações gerenciais sobre estrutura física, de pessoal, computacional, acervo e estatísticas de empréstimos para que se possa saber o número de bibliotecários necessário. Mariza estipula que o número ideal seja de cinco funcionários por biblioteca.

E a estruturação proposta é sistêmica, com a interação entre reitoria, conselho assessor (formado por docentes) do Sibi e os comitês técnicos e comissões das bibliotecas e assessorias internas.

No entanto, as mudanças propostas não necessariamente significam a solução para a crise orçamentaria da UFRJ e o conseqüente corte nos periódicos. De acordo com o professor de Instituto de Física, Luiz Felipe Coelho, " as pessoas precisam tomar consciência e se mobilizar para reivindicar maior atenção para suas bibliotecas", já que essas são o coração de qualquer universidade que se preste à pesquisa e ao ensino de qualidade.

A Biblioteca da Xisto, por exemplo, hoje não possui nenhum funcionário. A bibliotecária de lá foi cedida ao Sibi.

Previsão

Atualmente existem 42 bibliotecas espalhadas pelos 6 Centros: 26 no Fundão, 6 na Praia Vermelha e 10 em unidades isoladas. Cada Centro possui a sua biblioteca. E a UFRJ possui um acervo de um milhão de títulos, entre livros, periódicos e teses.

Segundo o acordo firmado com a Fujb, a modificação da estrutura do sistema de bibliotecas estará concluída dentro de quatro anos. Seu objetivo será o de concentrar as grandes bibliotecas por áreas de conhecimento, transformando as demais em postos de serviços . Estas não terão mais acervo retrospectivo, mas computadores com bases de dados internalizadas, para que a comunidade tenha acesso pela Internet, bem como a periódicos correntes, com acervo dos últimos dois anos e algumas obras de referência", esclarece a coordenadora do Sibi.

A previsão é de que as bibliotecas fiquem dispostas da seguinte forma: no Fundão, a de Ciências da Saúde, Ciência e Tecnologia, Letras e Artes e mais as bibliotecas isoladas, como a da Coppead e do Ippur. As demais serão transformadas em postos de serviços. Na Praia Vermelha, a Biblioteca Geral da Praia Vermelha, de Ciências Sociais e Humanas (que englobará a atual biblioteca do CFCH, Fórum, ECO e FEA), mais duas isoladas (sobre Ciências da Saúde) e o Centro Referencial, que fica no Fórum de Ciência e Cultura.

Não existe estimativa referente quanto às demais bibliotecas isoladas - Faculdade de Direito, Escola de Música, Instituto de Tisiologia e Pneumologia, Escola de Enfermagem Anna Nery, Maternidade Escola, Cap, Observatório do Valongo, Museu Nacional, IFCS e PPGAS (que está saindo do museu para o prédio da antiga Casa do Estudante Universitário).

A intenção é que o início do funcionamento do novo sistema seja no dia 6 de novembro, quando o Sibi estará participando da Feira da Providência. Contudo, pode ser que isto aconteça antes, já em agosto, com a inauguração do primeiro posto de serviço, na Escola de Química.

Agora, fica uma pergunta: será que todos os problemas enfrentados atualmente pelas bibliotecas da UFRJ serão resolvidos pela via tecnológica? A Biblioteca da Xisto, por exemplo, hoje não possui nenhum funcionário. A bibliotecária de lá foi cedida ao Sibi.

Jurídico

Abono

Devido a uma série de contra-tempos, ainda não foi possível para a Adufrj dar entrada na ação judicial para garantir o direito de seus associados de optarem pela conversão de 1/3 de suas férias em abono pecuniário. Muito provavelmente isto será feito esta semana.

Porém, é bom lembrar que esta será apenas a primeira ação relativa às férias de 1998, visando garantir o direito à opção. Posteriormente, deverá ser impetrada uma outra ação, desta vez objetivando a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário. Uma ação semelhante à que foi ganha pela Adufrj no dia 15 de junho último, em primeira instância, na 15ª Vara Federal do Rio, e relativa ao ano de 97.

Esta ação foi ganha por ter o juiz Augusto Guilherme Diefenthaeler se baseado no entendimento de que a Medida Provisória nº 1.195/95, que retirou o direito ao abono do RJU, não se aplica aos servidores das Instituições Federais de Ensino, que estão incluídos na Lei 7.596/87 (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, PUCRCE).

De acordo com o despacho do juiz, a MP revogou apenas os parágrafos 1º e 2º da Lei 8.112/90 (RJU), "e os docentes são regidos pela Lei 7.596/87, não sendo, portanto, abrangidos por tal revogação".

Centros não conseguem cumprir deliberação do Consuni

No último dia 24, motivada por deliberação do Conselho Universitário, a diretoria da Adufrj enviou ofício a todos os Centros solicitando informações sobre o que foi encaminhado por cada um em relação à discussão da questão da autonomia universitária.

O Consuni, em sessão extraordinária realizada no dia 5 de junho, determinou que os Centros designassem subcomissões temáticas para discutir a questão. Até sexta-feira passada, quatro Centros responderam a solicitação, embora nenhum deles tivesse conseguido organizar a pauta de discussão.

O decano do CCMN, professor Marco Antônio Faria respondeu, por telefone, que enviou a todas as unidades daquele Centro uma solicitacão para que organizassem reuniões, mas até sexta-feira passada não obteve resposta de nenhuma delas. A superintendente do CCJE, professora Maria Vânia de Oliveira - que no dia 25 de junho havia enviado um fax à Adufrj comunicando a formação de uma comissão para encaminhar a questão no âmbito do Centro -, informou que de fato a reunião aconteceu e que haverá uma nova reunião, desta vez extraordinária, marcada para o dia 27 deste mês, no própria decania. A comissão do CCJE é composta pelos professores Carlos Vainer (Ippur), Josir Simeone Gomes (Coppead), Carlos Bessa (Facc), Aloisio Teixeira (IE) e Vitória Brand (Fac. de Direito).

À reunião marcada para o dia 2 de julho e convocada pelo decano do CFCH, Carlos Alberto Messeder, para tratar da autonomia universitária, compareceram apenas três pessoas. A superintendente do CFCH, professora Maria Dina Nogueira, disse que não foi marcada outra reunião.

E a decana do CCS, Vera Halfoun, encaminhou a Adufrj o documento aprovado pelo Conselho de Coordenação do CCS, em reunião realizada no dia 9 de junho. Neste documento, o Conselho informa que realizaria uma "Assembléia Geral no CCS" no dia 19 de junho. De fato, a "Assembléia" realizou-se, embora a convocação, feita por cartazes, no CCS tenha sido para uma "reunião com o reitor". A Adufrj e os outros movimentos organizados na UFRJ não foram convidados, nem para participar nem para divulgar o ato.

Os outros Centros, CLA e CT, não responderam a solicitação da Adufrj e não foi possível, até sexta-feira à tarde, a comunicação com seus decanos.

A diretoria da Adufrj, segundo seu presidente, José Miguel Bendrao, avalia que "o que está (e não está) sendo encaminhado pelas decanias não tem nada a ver com o que foi considerado necessário na sessão do Consuni do dia 5 de junho, quando todos admitiram a necessidade de ampliar o debate na UFRJ sobre as diferentes concepções sobre a autonomia universitária".

Para José Miguel, "sem a participação dos movimentos organizados será muito difícil haver algum debate de fato, a questão está sendo levada de forma totalmente burocrática, incompatível com a necessidade do momento".

NOTA DA APG ASSOCIAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS

USO INDEVIDO DAS TAXAS ACADÊMICAS DA CAPES NA UFRJ

Na reunião do CEPG (Conselho de Ensino para Graduados) do dia 04 de julho, o uso indevido das taxas acadêmicas da Capes na UFRJ foi objeto de ampla discussão. Devido à grave crise que vem arrasando a universidade, a Sub-Reitoria de Finanças tem usado as taxas acadêmicas da Capes para o pagamento de despesas outras, tal como conta de luz, e não para as despesas dos cursos de pós-graduação. Esse desvio das verbas de nossos cursos além de causar prejuízos ao desenvolvimento de pesquisas e ao próprio funcionamento dos cursos, compromete a UFRJ junto à Capes.

Frente à gravidade do fato, o CEPG convocou o reitor e o sub-reitor de Finanças para uma reunião com todos os coordenadores de cursos de pós-graduação nesta sexta-feira, dia 11, às 10h.

Já que são as NOSSAS TAXAS ACADÊMICAS que estão sendo indevidamente utilizadas, convocamos todos os pós-graduandos para a reunião.

Contamos com a sua presença na sala de reuniões do Conselho Universitário, no segundo andar do prédio da Reitoria.

Rápida

Pensamento tosco

O primeiro orçamento do novo governo trabalhista inglês mostra o quanto o Brasil caminha na contramão da história.

Durante todo o mandato de FHC, a única prática social de que se tem notícia foi a raspagem do cofre do estado em programas como o Proer, para salvar banqueiros amigos ou da família.

Na Inglaterra, o primeiro-ministro trabalhista Tony Blair instituiu, de acordo com notícia publicada pelo jornal Folha de S. Paulo na semana-passada, logo em seu primeiro orçamento, um imposto a ser cobrado das empresas privatizadas que vai gerar cerca de US$ 7,7 bilhões para os cofres públicos daquele país.

Os recursos serão repassados à saúde, quase US$ 2 bilhões, e para a educação, perto de US$ 3,7 bilhões, além de servirem para que o governo inglês possa lançar uma ofensiva contra o desemprego. Será oferecido emprego aos britânicos de 18 anos ou mais que quiserem trabalhar. E para quem não tiver qualificação, será oferecido treinamento.

Bem diferente do que a conclusão do relatório do Tribunal de Contas da União que analisou as contas relativas ao ano de 1996 do governo FHC. O relatório concluiu que os tucanos sociais-democratas de plumagem neoliberal cortaram 51,86% dos gastos com saúde e saneamento, em relação a 95.

XXXIV Conad

O XXXIV Conselho Nacional das Associações Docentes (Conad), reuniu em Palmas, Tocantins, delegados das 84 seções sindicais da Andes-SN, de todo país.

A Adufrj, que esteve representada pro uma delegada e duas observadoras, apresentou o pedido de homologação do processo de transformação em Seção Sindical.

O local de realização do evento foi escolhido devido a ser este o único Estado a não possuir uma universidade pública. A Unitins, que era estadual, foi privatizada no ano passado. Instância deliberativa da Andes-SN, o Conad tem, entre outras atribuições, a de tratar de qualquer matéria determinada pelo Congresso. Os temas para o debate dos grupos foram "Avaliação e Atualização do Plano de Lutas" e "Questões Organizativas e financeiras".

A política autoritária do presidente Fernando Henrique Cardoso, que busca desqualificar as Instituições Federais de Ensino Superior para entregá-las à iniciativa privada, as consequências do real e as reformas administrativa e da previdência também foram assuntos constantes da pauta de conversações do encontro.

Na próxima edição, o jornal da Adufrj publicará as principais deliberações do Conad.

Documentos

Com o objetivo de divulgar a documentação recebida pela Adufrj, referente a projetos de Lei, legislação sobre educação, previdência e outros temas de interesse do docente, publicamos a seção Documentos. Nela, serão divulgados os textos que estarão à disposição para consulta ou aquisição de cópia, na sede da Adufrj. os primeiros são:

Nova LDB

A **regulamentação da LDB** nas universidades e suas respectivas portarias

O **Regime Jurídico Único** atualizado

A **Proposta de Emenda Constitucional da Previdência** (ainda em tramitação)

Programe-se

Instituto de Psiquiatria da UFRJ

Centro de Estudos

Programa de Apoio ao Trabalhador com Magda Vaissman, Alice Borges e José Mauro Brás Lima, do Cepral/ Instituto de Neurologia Deolindo Couto.

Dia 11, sexta-feira, às 10h30, no Anfiteatro Leme Lopes, Ipub

Instituto de Biofísica Carlos Chagas

Coordenação de Atividades Científicas e Culturais

Conferência: Organização do Citoesqueleto e de Organelas de Células Parasitadas pelo Tripanossomo Cruzi, com a professora Técia Maria Ulisses de Carvalho.

Dia 09, quarta-feira, às 12h, na sala G1-022 (Anfiteatro)

Sai liminar contra regime próprio para as universidades

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar mantendo o pessoal das universidades públicas sob o Regime Jurídico Único (RJU) do funcionalismo público.

A decisão, ocorrida no dia 27 de junho, responde liminarmente à ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo deputado Ivan Valente, que questionou o artigo 54 da LDB.

"Isso reforça a luta contra o relatório Bornhausen", observou Ivan Valente. Ele se refere ao parecer do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) sobre a proposta de emenda constitucional (PEC-370), onde estabelece que as universidades terão regime próprio de pessoal.

Segundo Ivan Valente, o STF reportou-se ao inciso V do artigo 206 da Constituição Federal, que trata do regime jurídico a reger as instituições públicas de ensino superior.

Caso o STF confirme a liminar em julgamento pleno - o que deverá ocorrer somente em agosto, devido ao recesso do Judiciário -, o artigo 54 da LDB fica definitivamente excluído.

Outra frente de luta contra a criação de novos regimes para os servidores públicos é a PEC 173, da reforma administrativa.

A Câmara já rejeitou, em primeiro turno, proposta de "contrato de emprego", mantendo provisoriamente o RJU.

Se os deputados confirmarem a decisão em segundo turno, não restará outra saída a Bornhausen senão desistir do regime próprio, pois a decisão soberana do plenário tornaria prejudicada qualquer proposta de novo estatuto.

As discussões em torno da PEC 370 serão retomadas apenas em agosto, já que a convocação extraordinária do Congresso Nacional não a incluiu na pauta de votações.

Ativos X inativos

A questão da paridade dos vencimentos entre servidores ativos e aposentados vem sendo tratada simultaneamente em duas propostas de emenda constitucional, PEC. Uma que tramita no Senado, na PEC da Previdência, e outra em tramitação na Câmara Federal, na da reforma Administrativa.

Pela votação da Emenda da Reeleição no Senado - quando o governo obteve 62 votos em 81 -, e como há uma forte tendência em se votar o relatório do senador Beni Veras - fortemente inclinado a propor o fim da paridade - nesta convocação extraordinária, no mês de julho, os movimentos organizados estão propondo que se envie aos representantes do Rio no Senado uma comunicação pedindo para que estes mantenham os direitos previstos no artigo 40 da Constituição Federal.

Os representantes do Rio e seus endereços no Congresso são: Arthur da Távola, do PSDB, gabinete 02, telefone (061) 311-2431, fax 323-4199; Benedita da Silva, do PT, gabinete 06, telefone (061) 226-3245, fax 323-2529; e Abdias Nascimento, do PDT, gabinete 11, telefone (061) 224-5380, fax 323-4340. O CEP é 70.165.900.

Revista Universidade e Sociedade foi lançada no Conad

O número 13 da revista Universidade e Sociedade, editada pela Andes-SN, foi lançado neste final de semana, durante o Conad.
A partir de agora, ela passa a ser quadrimestral.
O tema principal desta edição é "Trabalho e Desemprego" e traz, entre outras matérias e artigos, uma entrevista com o líder do MST, João Pedro Stédile.
Aproveitamos para publicar o cupom para pedido de assinatura ou para números avulsos.

CUPOM PARA PEDIDO DE ASSINATURAS E OU NÚMEROS AVULSOS

Preencha o envie para ANDES-SN, escritório regional São Paulo: Av.Prof.Luciano Gualberto, trav.J, 374, prédio da antiga reitoria, sala ADUSP, Cid Universitária, S.Paulo-SP, CEP: 05508-900, ou envie para FAX 011-8149321 Tel. 011-8135572

Solicito a assinatura da revista Universidade e Sociedade, anual (3 edições), por R$ 30,00 e/ou números atrasados que assinalo abaixo, ao preço de R$ 10,00 cada, totalizando este pedido em R$_____.
Anexo cheque nominal à ANDES-SN, no valor total, ou cópia do depósito feito para a ANDES-SN na conta 403726-X, Ag 3603-X do Banco do Brasil

NOME:
ENDEREÇO Nº CASA/APTO. Nº
BAIRRO CIDADE ESTADO CEP
TELEFONE FAX PROFISSÃO
SE PROFESSOR(a), informe a instituição e depto. onde leciona)

INCENTIVO AO ASSINANTE. Cada assinatura dá direito a escolher um número anterior grátis.
Indique nesta espaço o número que gostaria de receber:[_____]

PARA PEDIR NÚMEROS ATRASADOS indique ao lado de cada número de edição a quantidade de revistas que deseja.

1*	2*	3	4	5*	6*	7	8	9	10	11	12

*edições esgotadas, disponíveis em xerox ou disquete.

Nova proposta de Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical

Esta proposta foi elaborada por uma comissão de integrantes da diretoria e membros do Conselho de Representantes, com sugestões de associados. É importante que uma proposta de Regimento seja aprovada na Assembléia Geral do dia 10 - onde ainda que poderão ser apresentadas novas alterações - para que o edital de convocação da próxima eleição da Adufrj possa ser publicado no dia 11 de julho, isto é, 60 dias antes da data prevista para a eleição - dia 9 de setembro.

Art. 1º. Este Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical (Adufrj-SSind), aprovado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 10 de julho de 1997, rege, de acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, os processos eleitorais da Adufrj-SSind, que devem respeitar os princípios gerais da democracia, da igualdade de condições para todos os candidatos, do direito à divergência e do direito de voto dos sindicalizados.

Art. 2º. São eleitores todos os sindicalizados há pelo menos 60 (sessenta) dias na data da realização da eleição, em pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 3º. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.
.

Art. 4º. As eleições serão realiza- das entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

§ 1º. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.
§ 2º. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, a eleição para esse cargo, para complementação de mandato, poderá ser feita a qualquer momento, na forma do *caput* deste artigo ou do parágrafo anterior.

Título II - Da Comissão Eleitoral

Art. 5º. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros.
§ 1º. Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pela Assembléia Geral, com pelo menos 10 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.

§ 2º. Caso a Assembléia Geral não designe os membros da Comissão Eleitoral dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, caberá ao Conselho de Representantes fazê-lo, com pelo menos 5 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.
§ 3º. Nenhum candidato poderá ser membro da Comissão Eleitoral.

Art. 6º**.** Compete à Comissão Eleitoral:

I - elaborar normas específicas das eleições;
II - decidir sobre a aceitação das candidaturas;
III - constituir as Seções Eleitorais e nomear os mesários;
IV— divulgar e fiscalizar as eleições;
V - fazer a contagem dos votos e proclamar os resultados;
VI - tomar as demais providências necessárias à realização das, eleições e ao cumprimento das disposições deste Regimento Eleitoral, e
VII - decidir sobre os casos omissos neste Regimento Eleitoral.
Parágrafo único. Das decisões da Comissão Eleitoral, cabe recurso ao Conselho de Representantes, na reunião de homologação de que trata o art. 35 deste Regimento.

Art. 70. A Diretoria colocará à disposição da Comissão Eleitoral os recursos operacionais da Adufrj-SSind necessários ao cumprimento das suas obrigações.

Título III - Das candidaturas

Capítulo I - Dos princípios gerais

Art 8º. Pode candidatar-se a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind qualquer sindicalizado há pelo menos 120 (cento e Vinte) dias na data da respectiva eleição que esteja em pleno gozo de seus direitos, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 9º. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes o sindicalizado que:

I - exerça alguma das seguintes funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): reitor, vice-reitor, subreitor, decano de centro, diretor

de unidade ou chefe de departamento, ou.

II exerça alguma outra função de direção na UFRJ ou outro órgão da administração municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

Art. 10. A Comissão Eleitoral deverá divulgar suas decisões relativas à aceitação ou não das candidaturas até, no máximo, 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para a inscrição das chapas, devendo, no caso de recusa de candidaturas, apresentar os motivos para tal.
Capítulo II - Das candidaturas à Diretoria
Art. 11. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria o sindicalizado que:
I - esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando, ou cancelada.

II - seja membro da Diretoria, tendo sido membro da Diretoria na gestão anterior.

Art. 12. As inscrições de candidatos a cargos na Diretoria devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind, obedecendo aos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido 1 convocada de acordo com o disposto no *caput* do art. 4º, ou

II - até 20 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido convocada de acordo com o disposto no § 1º do art. 4º.

§ 1º. As inscrições devem ser feitas na forma de chapas, mediante requerimento do candidato ao cargo de Presidente dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.
§ 2º. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por *chapa um conjunto de candidatos aos cargos da Diretoria, no todo ou em parte, sendo um candidato a cada c*argo.
§ 3º. Cada uma das chapas inscritas poderá conter, no máximo, 2 (dois) membros da Diretoria anterior.,
§ 4º. A chapa que tiver recusada a inscrição de algum ou alguns dos seus candidatos, mas não de todos, terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da recusa pela Comissão Eleitoral para substituir os candidatos cuja inscrição tiver sido recusada, mediante requerimento de algum dos membros da chapa cuja inscrição foi aceita dirigido à Comissão Eleitoral.
§ 5º. O candidato apresentado na forma prevista no parágrafo anterior que tiver recusada a sua inscrição não poderá ser substituído.

Capítulo III - Das candidaturas ao Conselho de Representantes

Art. 13. Não pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes o sindicalizado que esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando pela segunda vez consecutiva.

Art. 14. As inscrições de candidatos a cargos do Conselho de Representantes devem ser feitas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 (dez) dias antes do início da eleição, por meio de requerimento do próprio candidato dirigido à Comissão Eleitoral.

Título IV - Das Seções Eleitorais

Art. 15. Para a realização do processo de votação, a Comissão Eleitoral agrupará os eleitores em conjuntos, denominados Seções Eleitorais.

§ 1º. Cada Seção Eleitoral corresponderá a um local de votação e incluirá os eleitores de uma ou mais Unidades, a critério da Comissão Eleitoral, de forma a dar aos eleitores as melhores condições possíveis para o exercício do seu direito de voto, de acordo com os recursos operacionais disponíveis.
§ 2º. A Comissão Eleitoral designará o responsável por cada Seção Eleitoral e os respectivos mesários, dentre os sindicaliza- dos que não forem candidatos.
§ 3º. A qualquer Momento e a seu critério, a Comissão Eleitoral poderá substituir o responsável pela Seção Eleitoral ou qualquer dos seus mesários, na forma do parágrafo anterior.
§ 4º. A Comissão Eleitoral providenciará todos os recursos necessários ao funcionamento das Seções Eleitorais.
Titulo V - Da votação

Art. 16. As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas por escrutínio universal direto e secreto.

Art. 17. As eleições serão realizadas durante um período de, no mínimo, 1 (um) dia e, no máximo, 3 (três) dias consecutivos, devendo esse período constar do edital de convocação das eleições.

Art. 18. A votação deverá ocorrer em locais públicos na UFRJ, nos dias e horários de maior afluxo de eleitores, dentro do período previsto para as eleições, em turnos não inferiores a 2 (duas) horas consecutivas em cada dia de votação.

Art. 19. Em cada local de votação deverá ser instalada uma

mesa de votação, dirigida pelo responsável pela respectiva Seção Eleitoral e conduzida pelos respectivos mesários, que deve dispor de:

I - uma lista única de presença dos eleitores da respectiva Seção Eleitoral;
II - cédulas oficiais para votação,

III - envelopes para votos em separado;

IV - relação oficial das chapas e dos candidatos que estiverem concorrendo à eleição;

V - atas de votação,

VI - registro. de ocorrências;

VII - urna inviolável para depósito dos votos, e

VIII - condições para os eleitores registrarem seus votos com tranqüilidade e manutenção do sigilo do voto.

Art. 20. No início de cada turno de votação, o lacre da urna deverá ser retirado no próprio local da votação, com a presença do responsável pela Seção Eleitoral.

Art. 21. Para votar, o eleitor deverá dirigir-se ao local de votação correspondente à sua Seção Eleitoral, assinar a lista de presença, receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula e depositária na urna.

§ 1º. Na eleição para a Diretoria, o eleitor deve indicar uma das chapas concorrentes.
§ 2º. Na eleição para o Conselho de Representantes, o eleitor deve indicar um ou mais nomes de candidatos a representante dos sindicalizados da sua Unidade, desde que o total de indicações não ultrapasse o número de representantes correspondente à sua Unidade, de acordo com o art. 34.
§ 3º. É facultado aos membros da mesa de votação solicitar identificação dos eleitores, caso julguem necessário.

Art. 22. O sindicalizado cujo nome não constar da lista de presença oficial da Seção Eleitoral e que desejar votar, poderá fazê-lo em separado, em envelope especialmente fornecido pela Comissão Eleitoral e disponível na mesa de votação para esse fim.

§ 1º. Neste caso, o eleitor deverá receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula, colocá-la no envelope, que será lacrado e identificado externamente com o seu nome e outras indicações como Unidade e Departamento de lotação do eleitor, a fim de facilitar sua verificação posterior durante o processo de apuração, assinar o envelope e depositá-lo na urna.
§ 2º. As ocorrências de votos em separado deverão ser registradas na ata de votação.

Art. 23. Após cada turno de votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata parcial de votação relativa ao turno em questão, assinalando o número de votantes e ocorrências; e

III – conduzir a uma, a lista de presença e outros materiais da Seção Eleitoral, que ficarão sob sua guarda até o reinicio da votação, para local seguro.

Art. 24. Encerrada a votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata consolidada relativa a todos os dias e turnos de votação, assinalando o número total de votantes, abstenções e ocorrências, e
III - conduzir a uma, a lista de presença, as atas parciais de votação, a ata final de votação e os materiais da eleição não utilizados para o local de apuração ou para local designado pela Comissão Eleitoral.

Art. 25. As urnas permanecerão sob a guarda do responsável pela Seção Eleitoral, devidamente lacradas, até o início da votação, entre os turnos de votação e entre o término da votação e a entrega à Comissão Apuradora.

Título VI - Da Apuração

Capítulo I - Dos procedimentos gerais

Art. 26. A apuração dos votos deverá ser realizada por urna Comissão Apuradora, cujos membros serão designados pela Comissão Eleitoral, na sede da Adufrj-SSind ou em outro local público indicado pela Comissão Eleitoral, até o dia seguinte ao do encerramento da votação.

Parágrafo único. A Comissão. Eleitoral poderá designar como membro da Comissão Apuradora qualquer um dos seus próprios membros, qualquer responsável por Seção Eleitoral ou qualquer sindicalizado presente à apuração que não seja candidato cujos votos estejam sendo apurados.

Art. 27. A Comissão Apuradora deverá proceder à abertura de cada urna, verificar a coincidência entre o conteúdo das urnas corri os dados existentes nas atas de votação e contar os votos.

§ 1º. Havendo registro de ocorrências em ata de votação, fortes evidências de irregularidades ou pedidos formais por eleitores, candidatos ou chapas que possam implicarem impugnação dos votos de uma urna, a abertura da mesma estará condicionada a aprovação da Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à reunião ,de homologação dos resultados do Conselho de Representantes de que trata o art. 35 deste Regimento.
§ 2º. As urnas que, mesmo apresentando algum tipo de irregularidade, tenham sua abertura autorizada pela Comissão Eleitoral, serão apuradas em separado e a validade de seus votos deverá ser julgada pelo Conselho de Representantes na reunião de homologação dos resultados de que trata o art. 35 deste Regimento.

§ 3º. Os votos em separado serão considerados e apurados se for comprovado que o votante satisfaz ao disposto no art. 2º deste Regimento e, neste caso, o voto será retirado do envelope e misturado aos demais votos da urna, antes do início da apuração da mesma, evitando assim a quebra de sigilo.

Art. 28. Serão considerados brancos os votos que não tenham qualquer marca, sinal, desenho, inscrição ou outra forma de expressão do eleitor.

Art. 29. Serão considerados nulos os votos que não forem considerados brancos nem válidos.

Art. 30. Finda a apuração, a Comissão Apuradora preparará uma ata de apuração e divulgará os resultados.

Capítulo II - Da apuração dos votos para a Diretoria

Art. 31. Serão considerados válidos para a Diretoria os votos que indicarem apenas uma chapa, claramente assinalada.

Parágrafo único. Os votos nos quais a indicação de chapa der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Art. 32. Serão considerados eleitos para a Diretoria da Adufrj-SSind os integrantes da chapa que obtiver maior número de votos válidos.
Parágrafo único. Em caso de empate entre duas ou mais chapas, de .verá ser convocada nova eleição, da qual participarão apenas as chapas empatadas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Capítulo III - Da apuração dos votos para o Conselho de Representantes

Art. 33. Serão considerados válidos para o Conselho de Representantes os votos que satisfizerem simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - indiquem nomes com as candidaturas validadas pela Comissão Eleitoral;

II - indiquem candidatos em número menor ou igual ao número máximo de representantes que os sindicalizados da Unidade devem eleger, e

III - identifiquemos candidatos de modo que não haja dúvidas.

§ 1º. Os votos nos quais a indicação dos candidatos der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.
§ 2º. O fato de haver, numa cédula, um possível candidato não identificado pela Comissão Apuradora ou a indicação de um nome cuja candidatura não tenha sido validada, não invalida, por si só, a indicação dos demais candidatos que tenham sido votados na mesma cédula, desde que satisfaçam aos outros requisitos listados no *caput* deste artigo.

Art. 34. Serão considerados eleitos representantes dos sindicalizados da respectiva Unidade no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind os candidatos mais votados, classificados em ordem decrescente de votos, até o número de representantes que os sindicalizados da Unidade podem eleger de acordo com o número de sindicalizados na Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;
b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e
c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 1º. Os suplentes dos representantes serão os candidatos classificados em seguida, em igual número.
§ 2º. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos a representante e havendo necessidade de desempate para definir vagas de representante ou de suplente, deverá ser realizada nova eleição, apenas para o cargo em questão, tendo como candidatos somente os nomes empatados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Titulo VII - Da homologação dos resultados

Art. 35. A Diretoria em exercício convocará uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 (quinze) dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como recontagem de votos, impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis, completar o processo, se necessário, e homologar os resultados.

Ano IV
17 de julho a
3 de agosto/97

j.o.r.n.a.l
ADUFRJ

SINDICATO ANDES NACIONAL
Filiado à CUT

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro Andes- Sindicato Nacional

Plano de lutas da Andes-SN encaminha greve geral

páginas 3, 4, e 5

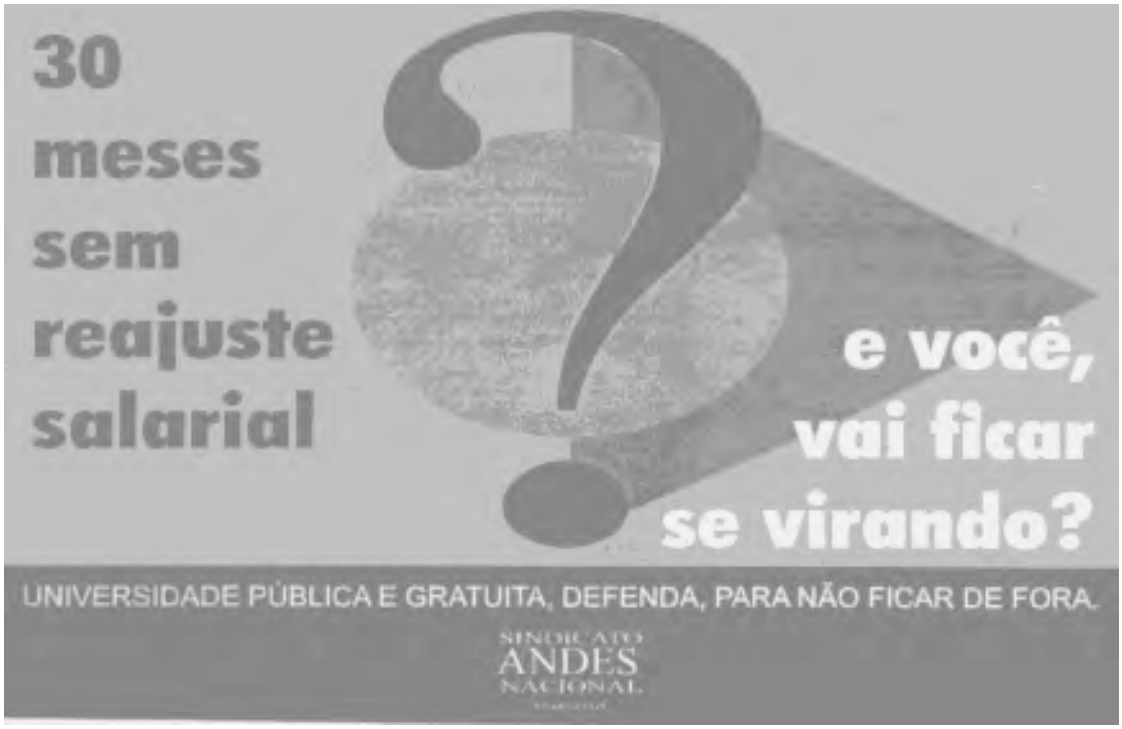
XXXIV Conad da Andes-SN homologa Adufrj Seção Sindical

página 7

Abono 97

página 2

Universidade Pública
Palmas para ela



Adufrj - Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)

EDITAL

De acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, convoco as eleições para a Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 1997-1999, para os dias 10, 11 e 12 de setembro de 1997. De acordo com o Regimento Geral, as chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas até o dia 11 de agosto de 1997 e os candidatos ao Conselho de Representantes até o dia 29 de agosto de 1997.

José Miguel Bendrao Saldanha
Presidente da Adufrj-SSind

Calendário das Eleições da Adufrj-SSind

Até 11 de agosto: Inscrição de chapa para Diretoria

Até 29 de agosto: Inscrição para cargo no Conselho de Representantes

Dias 10, 11 e 12 de setembro: Eleições

O prazo para formação da Comissão Eleitoral, em Assembléia Geral, vai até o dia 2 de agosto. Responsável pela coordenação do processo eleitoral, esta comissão terá como atribuições, entre outras, divulgar e fiscalizar as eleições e tomar as demais providências necessárias à realização das eleições e ao cumprimento das disposições do Regimento Eleitoral.

Jurídico

Abono

Os professores que não receberam o abono pecuniário de férias do ano de 1997 devem comparecer à sede da Adufrj para assinar uma declaração de que não foi feito o pagamento por parte da UFRJ, para que a assessoria jurídica possa comprovar o descumprimento da liminar concedida à seção sindical. O modelo de declaração estará disponível na sede da Adufrj a partir desta segunda-feira, dia 21 de julho.

Documentos

Documentos para consulta e aquisição de cópia, disponíveis na Adufrj

Nova LDB - A regulamentação da LDB nas universidades e suas respectivas portarias

O Regime Jurídico Único atualizado

A Proposta de Emenda Constitucional da Previdência (ainda em tramitação)

Anais do I Coned - Congresso Nacional de Educação, realizado em agosto de 96, em Belo Horizonte. Disponível em disquetes.

J.O.R.N.A.L ADUFRJ

Associação dos Docentes da UFRJ
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799/Fax:260-6368
Diretoria: Presidente:José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Conad decide luta pela universidade pública e construção da greve geral

A atualização do plano de lutas do movimento docente na conjuntura política, social e econômica foi o centro das discussões do XXXIV Conselho das Associações Docentes da Andes Sindicato Nacional (Conad), realizado em Palmas (TO), entre os dias 4 e 6 de julho.

Os professores decidiram em plenárias e debates em grupos as ações do Sindicato para o enfrentamento ao projeto neoliberal do governo, especialmente no que se refere a proposta de autonomia universitária (PEC370A) e a regulamentação da LDB.

Participaram representantes de 52 seções sindicais, sendo 46 delegados e 64 observadores.

Palmas foi a cidade escolhida para marcar a luta contra a privatização da universidade pública. Tocantins foi o primeiro estado brasileiro a privatizar sua universidade, através de medida provisória do governador Siquera Campos, do PPB.

Os professores reafirmaram o compromisso de atuar no fortalecimento de sua organização sindical, centrada na articulação com as outras categorias de trabalhadores. O processo de construção da greve geral, aprovado pelos representantes do movimento, foi considerado o "ápice de uma jornada de lutas dentro da CUT", e o VI Concut, Congresso Nacional da CUT, será o espaço privilegiado para a Andes-SN apresentar um indicativo de data para a deflagração da greve geral.

Treze moções foram aprovadas neste Conad. Entre elas, o apoio ao Movimento dos Sem-Terra, na luta pela justiça no julgamento de José Rainha; de solidariedade aos docentes argentinos, mobilizados contra as reformas de Menem; de repúdio à absolvição da professora fantasma da UFRN por FHC; de denúncia à situação calamitosa por que passam os hospitais universitários; e de repúdio ao decreto 2208/97 sobre a formação do ensino profissional.

Na abertura do evento foi realizado um seminário sobre LDB e a construção do Plano Nacional de Educação, com a participação da professora Lucia Neves, da UFF. Em frente à sede do governo estadual, na sexta-feira à tarde, dia 4, os participantes do Conselho realizaram uma passeata e um ato público em protesto contra a privatização . E já foi decidida também a sede do XXXV Conad, que será realizado no segundo semestre deste ano, em Belém do Pará, organizado pela Adufpa-SSind.

As Resoluções do XXXIV Conad

A representação da Adufrj-SSind avaliou a oportunidade de apresentar algumas das resoluções aprovadas no XXXIV Conad sem prejuízo ao conjunto das outras deliberações, que oportunamente poderão vir a ser publicadas.

Embate de projetos na área da educação

Combater ao projeto de educação do governo FHC, gestado em consonância com as diretrizes do FMI e Banco Mundial, confrontando-o com a Proposta da Andes-SN para a universidade brasileira (Caderno nº 2), e com o Plano Nacional de Educação a ser consolidado no II Coned.

Para tanto, faz-se imprescindível que as Ad/SSind envidem todos os esforços para a participação no II Coned.

Campanha em Defesa da Universidade Pública

Recursos para a universidade e garantia de vagas para docentes, estudantes e técnico-administrativos. Terceirização do professor universitário; precarização do trabalho docente; defesa do concurso público; e Provão

Defesa do emprego

Luta pelo emprego, pela estabilidade, pelo estabelecimento de políticas salariais segundo as propostas definidas pelos setores da Andes-SN e pela melhoria das condições de exercício profissional dos docentes das IES.

Unitrabalho

É necessário abrir este debate, considerando seu caráter de fundação, com vistas a fixar uma posição e uma pauta unificada de conduta dos integrantes do MD diante da constituição de núcleos da Unitrabalho com diversas instituições de ensino superior.

Intervenção da Andes-Sn no VI ConCUT

Construir a intervenção no VI Concut apresentando um manifesto ao evento que explicite nossa rejeição à proposta de sindicato orgânico (deliberação do XIV Congresso e retomada neste Conad), e nossa proposição de uma atuação autônoma, classista, combativa e de massa para a Central, e articulando nossa intervenção com os setores da CUT identificados com essas proposições.

Unidade com movimentos organizados no interior das IES

Avançar na construção da unidade dos movimentos organizados no interior das instituições de ensino superior (docentes, servidores, técnico-administrativos e estudantes) viabilizando, assim, as alianças e articulações com movimentos organizados da sociedade brasileira objetivando a defesa da Autonomia Universitária conforme proposta da Andes-SN.

Portaria 119

Lutar contra a Portaria nº 119 do Ministério da Fazenda inclusive através de uma ação direta de inconstitucionalidade, entre outras medidas possíveis

Programação e realização de eventos

Ficou decidida a realização de dois eventos, na forma de seminários: um tendo como temática central a universidade pública e outro, a reforma do Estado. Decidiu-se também pelo convite à participação de setores do movimento social organizado, externo ao movimento docente, nesses eventos promovidos pela Andes-SN.

Denúncia da corrupção governamental

Propor à CUT e ao conjunto das organizações sindicais sociais e partidos de oposição, uma campanha nacional de denúncia da corrupção governamental (compra de votos) na perspectiva do "Fora FHC" e de "Não à reeleição", na perspectiva da elaboração de um projeto político alternativo.

Campanha salarial dos docentes das Ifes

Após longa discussão, foram submetidas à deliberação duas propostas que ainda passaram por votação em segundo turno. A perdedora não contemplava a articulação dos docentes com os demais servidores públicos e não incorporava aspectos econômicos contidos na proposta aprovada:

Encaminhar imediatamente campanha salarial entre os docentes das Ifes articulada com os demais servidores públicos federais da CNESF no sentido da reposição de todas as perdas salariais desde a implantação do Plano Real, da efetiva implementação da isonomia e estabelecimento do piso salarial

Carta de Palmas

Universidade Publica: Palmas para ela

Tocantins, Palmas, julho de 1997

Docentes das Universidades de todo o Brasil, reunidos no XXXIV Conselho da Andes-SN discutem e atualizam sua plataforma de lutas, tendo como pano de fundo - e por isso a escolha do local - a emblemática situação da Unitins. Sua privatização, fazendo com que o Estado de Tocantins não tenha hoje nenhuma vaga gratuita no ensino superior, é a expressão nítida das ações que o governo FHC e os governos estaduais com ele identificados vêm desenvolvendo no sentido da implementação do neoliberalismo em nosso país.

Assim é que os professores universitários deliberam e se comprometem a atuar no sentido do fortalecimento de sua organização sindical, que tem como elemento nuclear sua articulação com as demais categorias de trabalhadores. Nesse sentido, impõe-se a construção da Greve Geral, não como um fim em si, mas como ápice de uma jornada de luta articulada no espaço da Central Única dos Trabalhadores. O quarto trimestre deste ano será indicado para o VI Congresso Nacional da CUT como horizonte temporal para a sua deflagração.

Reafirmam, ainda, sua disposição de luta contra as reformas propostas pelo governo, o que, no momento atual, significa uma atuação incisiva buscando manter sobre o Congresso Nacional, também durante a convocação extraordinária, as indispensáveis pressões para possibilitar o estabelecimento, pelo movimento social organizado, de balizamentos para a sua atuação. Denunciam a postura imperial do presidente da República que busca subordinar os demais poderes ao executivo e exigem a instalação da CPI da compra de votos com vistas à punição dos corruptores e dos corruptos.

Além disso, tendo como principal suporte a Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, os docentes travarão combate ao projeto de educação que o governo tenta implementar e intervirão na construção, em conjunto com as demais entidades sindicais, científicas, estudantis e populares, do Plano Nacional de Educação. O vigoroso engajamento nessa construção coletiva, desde os Fóruns Municipais em Defesa da Escola Pública até a consolidação final do Plano no II Coned, que se constituirá como consistente referência e instrumental de luta, é espaço privilegiado para enfrentar a crescente coação que vem ocorrendo no processo de regulamentação da LDB, desencadeado pelo governo e já em curso.

Neste contexto, entendem que defender a Universidade Pública significa lutar contra o projeto de autonomia pretendido pelo governo que condiciona a produção do conhecimento à lógica do mercado e submete a função docente ao utilitarismo imediatista. Desse modo, reiteram a compreensão de que a consolidação da Universidade Pública e da Autonomia Universitária está intimamente vinculada à luta pelo emprego, por uma política salarial e por condições dignas do exercício profissional, que suspendem o aviltante quadro vigente e garantam a qualidade social do ensino superior.

Por essas razões, neste ponto de confluência de três de nossos mais importantes ecossistemas - o cerrado, a hiléia e semi-árido - e coração geográfico do Brasil, reafirmam sua histórica bandeira de luta e exortam a sociedade a, em uníssono com eles, clamar:

Universidade Pública e Gratuita: Palmas para ela!

Manifestação dos Servidores Públicos prepara para a greve geral da CUT

Foi bastante concorrida a manifestação realizada na última quarta-feira, no Centro da cidade, para marcar a luta pela extensão administrativa imediata dos 28,86% ganhos na justiça pelos servidores públicos de diversas instituições federais do Rio.

Com a participação de servidores e organizado pela Coordenação Estadual dos Servidores Públicos Federais do Rio de Janeiro o ato foi também preparatório para a greve geral que está sendo puxada pela CUT.

versos sindicatos ligados às áreas da previdência, saúde, justiça e educação, e também contou com a presença do novo presidente estadual da CUT, Bidi.

Os manifestantes saíram da Candelária e percorreram a Avenida Rio Branco até se concentrarem em frente ao Tribunal Regional Federal, na Rua do Acre.

Lá, uma comissão se reuniu com procuradores e juízes da Justiça Federal para cobrar uma maior participação destes na luta pela imediata extensão dos 28,86%.

Calendário de lutas

Atividades deliberadas pelo XXXIV Conad

Seminários sobre Universidade Pública e Reforma do Estado	Até o XXXV Conad (outubro de 97)
Encontro sobre assuntos de aposentadoria	2º semestre de 97
Dia Nacional de Luta	Dia 25 de julho
2º Seminário Nacional sobre Hospitais Universitários	2º semestre de 97

Docentes têm audiência com governador

A criação de um fórum com a participação da Andes-SN, Adunitins, governo de Tocantins e entidades da sociedade civil faz parte da pauta de reivindicações sobre a Unitins que a Adunitins-SSind e Andes-SN vão encaminhar ao governo do Estado. Este foi um dos itens discutidos em Palmas, na audiência entre a Andes-SN (representado pela direção nacional), a Adunitins-SSind e o governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos (PPB).

Estavam presentes também o reitor da instituição, Oswaldo Della Giustina, e o secretário em exercício da Educação, Humberto Coelho e outros membros do governo. Os representantes das seções sindicais da Andes-SN, que estavam em Palmas para o XXXIV Conad, fizeram uma vigília em frente ao Palácio Araguaia, sede do governo.

Durante a audiência, o governador enfatizou sua defesa do que ele denomina "desestatização" da universidade, que, no seu entender, não pode ser entidade estatal. As direções da Andes-SN e Adunitins-SSind reafirmaram a defesa do projeto da Andes-Sn para a universidade brasileira, centrada nos princípios da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Os sindicalistas ressaltaram a gravidade da situação de indefinição funcional dos professores, já que eles deixaram de ser estatutários, mas não são regidos pela CLT. Por sua vez, o reitor da Unitins assegurou que, logo que a situação funcional dos professores estiver definida, a Fundação vai encaminhar o desconto em folha dos sindicalizados da Adunitins-SSind, que está suspenso desde maio. A suspensão resultou em grandes dificuldades financeiras para a entidade.

Transformação da Adufrj em Seção Sindical é homologada pelo Conad

Na plenária do Tema II: Questões Organizativas e Financeiras do XXXIV Conad, foi apresentado o parecer da Secretaria Geral do Sindicato favorável à homologação da Adufrj em Seção Sindical da Andes-SN, *ad referendum* do XVII Congresso.

A homologação foi aprovada por aclamação pelos presentes à plenária.

Manifestou-se na ocasião, a primeira vice-presidente da Andes-SN, na Regional Rio de Janeiro, professora Margarida Santana, apontando o avanço da consolidação da Andes-SN, no estado do Rio de Janeiro com a transformação de mais uma Associação dos Docentes em Seção Sindical da Andes-SN, tendo ainda apenas outra AD nessa situação, a Asduerj - Associação dos Docentes da Uerj a avançar nessa consolidação. Também foi destacado pela professora Margarida o processo democrático de discussão pelo qual passou a Adufrj, encaminhado pela diretoria e conselho de representantes da entidade.

A professora Rosanne Evangelista, primeira vice-presidente da Adufrj e delegada da Adufrj no XXXIV Conad também fez pronunciamento onde relatou a expectativa do movimento docente nacional pela transformação da AD em Seção Sindical da Andes-SN, seja pelo elevado número de sindicalizados que tornaria o processo longo, seja pela posição política apresentada pela entidade em 88, contrária à transformação da Andes em sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior.

Garantindo que a consolidação da identidade sindical da Adufrj é irreversível, considerando a participação dos professores filiados nesse processo declarou à plenária a disposição firme da atual diretoria, conselho de representantes e militância da Adufrj em desenvolver campanha de expansão do quadro de sindicalizados, implementar a política de finanças da Andes-SN e ainda sua imediata regularização na CUT estadual.

ANPG acha prematura mudança nas bolsas do CNPq

Agência Andes - A Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) também considera prematura a mudança proposta pelo CNPq, que modifica os critérios para concessão de bolsas de mestrado e doutorado. A coordenadora geral da entidade, Elvira Maria Ferreira Soares, queixou-se da falta de tempo para debater a mudança, que deveria "ser precedida de uma política de Ciência e Tecnologia mais incisiva, a ser debatida com toda a sociedade".

Elvira Soares criticou a inexistência de qualquer estudo preliminar que demonstre a necessidade de tal mudança e a forma escolhida para implementá-la. "Esta proposta poderia ter sido alvo de um programa piloto que demonstrasse a viabilidade e competência deste sistema", disse. A coordenadora afirma ainda que o CNPq deveria permitir uma avaliação e uma flexibilização para implementar o novo modelo "sem provocar traumas ao atual sistema de pós-graduação".

A ANPG considera o CNPq incoerente ao propor reforçar os grupos de pesquisa no Brasil de forma independente das universidades e dos programas de pós-graduação exigindo, ao mesmo tempo, a vinculação do pesquisador à universidade. Além disso, o pesquisador deve ter ainda o respaldo dos cursos de pós-graduação e o reconhecimento da Capes.

Para Elvira Soares, a nova sistemática para distribuição de bolsas "relegou a segundo plano"a área de ciências exatas e de saúde", afirmou.

A coordenadora da ANPG informou ainda que "não aceita em hipótese alguma" a obrigatoriedade do pesquisador exercer a função docente, conforme prevê a proposta do CNPq.

Por isso somos contrários às reformas de FHC

Não às reformas administrativa e previdenciária. Reforma, só agrária

O governo federal insiste na implementacão de um modelo político-econômico que se mostra inconsistente e prejudicial às sociedades em todo o mundo. Foi assim no México, com a fuga de capitais especulativos, na Argentina, com cerca de 20% da população economicamente ativa desempregada, na França, com índices de desemprego nunca vistos antes naquele Pais e na Inglaterra, o berço do neoliberalismo.

Este modelo tem como ponto fundamental aumentar a exclusão social e a concentração de renda. Isto ocorre com a não progressividade tributária, com a falta de investimento social e econômico, com elevadas taxas de juros, etc.

As reformas constitucionais propostas pelo governo FHC tem em seu bojo, justamente, a criação de condições para que este projeto seja implantado em nosso País.

Entre estas reformas, temos a utilização da administração pública, através da quebra da estabilidade do servidor público e do fim da exigência de concurso para ingresso no serviço público, para proteção de apadrinhados políticos. Caso estas propostas venham a ser aprovadas, grandes prejuízos serão gerados para a sociedade brasileira. A criação do emprego público, não estável, do contrato de gestão e das organizações sociais como instrumentos de privatização dos serviços públicos são elementos da reforma do governo que busca retirar o serviço público do atendimento aos mais necessitados. O serviço público será elitizado e cada vez ficará mais distante da população carente do País.

Sob os falsos argumentos de que é preciso reduzir o número de servidores e demitir aqueles com insuficiência de desempenho, o governo adota uma política de fortalecimento do nepotismo, do patrimonialismo, do uso da máquina pública em benefício de poucos amigos dos governantes de plantão.

Esses argumentos são falsos, pois o regime jurídico único (Lei 8.112/90) já possibilita a exoneração de servidores que não cumprem com suas atribuições através do conceito legal de desídia. A diferença e que a lei garante o amplo direito de defesa e não possibilita a prática de perseguição política. A proposta do governo refere-se apenas a um processo da avaliação permanente.

Da mesma forma, é falsa a afirmação de que temos servidores demais no Brasil. O que temos, na verdade, é serviço público a menos, pois os governantes não investem na qualificação do atendimento à população. Suas preocupações estão voltadas para os banqueiros. Repassam, através do Proer, R$ 20,8 bilhões para bancos que faliram de forma fraudulenta. Estes recursos serviriam para construção de milhares de casas populares, geração de muitos empregos, assentamento de milhares de famílias, aquisição de milhares de cestas básicas.

Comparando com outros países, a média de servidores no Brasil é uma das mais baixas existentes. No Reino Unido, 24% da população economicamente ativa está no setor público, enquanto que no Brasil esta média é de 11%. França (20%), Itália (17,2%), Alemanha (15%) e Estados Unidos (14%) também possuem medias superiores ao Brasil.

No Plano Diretor de Reforma do Estado, o Ministro Bresser defende sua proposta privatizante, afirmando que é preciso acabar com o estado burocrático weberiano existente no País. Triste inconsistência teórica do ministro.

Weber deve estar se remexendo em seu túmulo. O Brasil nunca teve um modelo de gestão burocrática. O que existiu - e continua a existir - é um modelo patrimonialista de gestão, onde os governantes encaram a coisa pública como uma extensão de sua casa.

A manutenção da estabilidade e do concurso público tem como objetivo defender a sociedade brasileira dos ataques daqueles que só querem sugar os cofres públicos em beneficio próprio e de seus apadrinhados. É necessário dar continuidade à administração pública. Para isso é preciso que tenhamos os servidores estáveis, para que fiquem livres das pressões e ingerências políticas, podendo servir melhor à população.

Exemplo de malversação dos recursos públicos encontramos na CPMF. Esta contribuição, que deveria financiar ações de saúde, não está chegando aos hospitais, onde os brasileiros morrem na agonia das filas das UTIs.

Este governo deveria se preocupar com ações que garantissem o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Deveria implementar ações de cunho social que possibilitasse a maioria da população brasileira viver com o mínimo de dignidade, ao invés de atacar os direitos sociais conquistados com a Constituição de 88 e atacar o judiciário e pretender criar jurisprudências em questões constitucionais.

Deveria realizar ações concretas, e não eleitoreiras, de geração de emprego e desenvolvimento social. Deveria realizar a reforma agrária, fazendo com que o trabalhador pudesse produzir na terra, gerando alimentos, sustento e tributos.

Andes-SN, Assibge, Condsef, Fasubra-Sindical, Fenasip, Fenajufe, Fenaps, Sinasefe, Unafisco, Sindilegis, CNESF e CUT.

Opinião

__Wal Pasquier__ é escritora, mãe de um aluno do Cap/UFRJ e atualmente trabalha na França.

No que dá se revoltar

A explosão popular ainda é a saída! Há um ano e meio, uma revolta contra um pacote de reformas na previdência social mobilizou a classe dos trabalhadores das estradas de ferro francesas...e com uma rapidez característica dos insatisfeitos, tomou conta dos trabalhadores de todos os setores da França. Em menos de um mês, vimos todo o país parar em greves, recusando em uníssono o plano de reformas econômicas, reagindo contra a injustiça do governo, paralisando uma das maiores economias mundiais por mais de 60 dias consecutivos. Para quem estava dentro (mas era de fora), aquele grande despertar popular, mais do que um exemplo coletivo de cidadania, foi a revelação de que o velho slogan "a união faz a força" pode se tornar realidade.

Cruzando a França (em greve geral de todos os setores), naquele dezembro de 1996, via-se a emergência do verdadeiro poder: a opinião pública, o descontentamento gritado pelas classes sociais, rejeitando alinhar-se ao liberalismo da direita. Em pouco tempo, viu-se o inédito naquele país: sindicatos, classes, grupos de tendências diferentes, unidos lado a lado na mesma luta. Vaidades pessoais à parte, políticos sairam às ruas, motivados por trabalhadores de todas as profissões, desempregados, locatários, proprietários, desabrigados, estudantes, avós, pais, netos para defenderem as conquistas sociais de um povo velho, antigo, frio, historicamente habituado a lutar por seus direitos.

A força da mobilização popular fez de Paris (de toda a França), naquele dezembro frio, um verdadeiro espetáculo. Não havia nenhum meio de transporte coletivo urbano ou regional. Em todo o país, pararam ônibus, trens, metrôs, aviões, caminhões...apenas bicicletas, automoveis e solidariedade. Muita marcha à pé, muita boa vontade: vontade de vencer, todos juntos contra o poder do Estado. O parisience, normalmente fechado e vivendo só para seu pequeno interior, abriu as portas do seu carro, abriu-se em sorrisos e deixou-se contagiar pela efervecência das discussões, das reclamações, daquele grande NÃO que todo o planeta ouviu.

Nos piquetes de greve, em todos os cantões do país, naqueles dias gelados do inverno europeu, a França despertou para uma solidariedade que transbordou sobre o individualismo que impera nesse nosso fim de século.

Nos braseiros que nos aqueciam durante as madrugadas, era comum ver um estranho chegar, para junto dos que obstinadamente aguentavam o frio de alguns graus abaixo de zero, e dizer, comovida e entusiasmadamente: "Eu não posso fazer greve senão perco o emprego, sou de uma empresa privada...estou com vocês, continuem a luta, dou uma contribuição..."e via-se uma quantia de dinheiro ser entregue a um companheiro. Ou era uma velhinha, uma dona de casa, que trazia café, sanduiches, qualquer coisa para a resistência popular continuar a cruzada de revolta contra o poder oficial. A França transformou-se numa grande festa popular, todos se falavam, todos sorriam, todos estavam unidos pelo objetivo de dizer basta ao governo de Alain Juppé.

O inverno acabou e a primavera trouxe poucas conquistas, mas algumas vitórias significativas no plano político: o cidadão redescobriu que dá certo gritar pelos seus direitos. Aos atropelos, o ano passou com uma grande parte da população mobilizada, e a qualquer momento, fazia-se manifestações, forçando acordos.

Em menos de um mês, vimos todo o país parar em greves, recusando em uníssono o plano de reformas econômicas, reagindo contra a injustiça do governo, paralisando uma das maiores economias mundiais por mais de 60 dias consecutivos.

O governo continuou no seu obstinado caminho de reforçar as diferenças sociais e ampliar o desenvolvimento separado das populações. Então, mais uma vez, o povo fez-se ouvir claramente, do âmago das suas insatisfações. Em apenas cinco semanas, uma forte, rápida e eficiente união das forças da oposição agrupando os divergentes socialistas, comunistas e ecologistas viraram a mesa do poder, mostrando com os resultados das eleições extraordinárias para o Legislativo, que querem um governo voltado para o social e não para o capital. É História real. E aqui, além de mandar mensagens de apoio e solidariedade ao povo francês, o que nós estamos fazendo?

Wal Pasquier

Recursos da pós-graduação saldam dívidas da reitoria

O Conselho de Ensino para Graduados, CEPG, realizou uma reunião extraordinária na última segunda-feira, dia 14, para ouvir o reitor Paulo Gomes sobre a destinação dos recursos das Taxas Acadêmicas na UFRJ. Acompanhado do sub-reitor Luis Otávio Façanha, ele confirmou que a reitoria deixou de repassar integralmente os recursos destinados ano passado aos 134 cursos de pós-graduação da universidade.

Um dos programas da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) as Taxas Acadêmicas são recursos destinados exclusivamente ao desenvolvimento das atividades e serviços de cursos de pós-graduação em todo país.

Das 12 parcelas mensais de R$ 507.416,63 que deveriam ter chegado aos cursos de pós no período entre março de 96 e fevereiro de 97, apenas as três primeiras efetivamente se materializaram no caixa das unidades. Outras seis cotas tiveram seus recursos repassados sob a forma de *orçamentário* - um espécie de crédito enviado pela reitoria às unidades para que estas possam empenhá-los junto a seus fornecedores, obtendo assim equipamentos e serviços necessários à continuidade dos cursos de pós-graduação.

O que resulta em outro problema, pois de acordo com alguns coordenadores de curso presentes à sessão, fornecedores não vivem de empenho e alguns já se recusam a negociar com a UFRJ.

Quanto às últimas três parcelas, como afirmou Paulo Gomes, foram totalmente utilizadas para "saldar débitos prementes da reitoria, incluindo os da SR-2 (Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa)".

Mas ao assumir a utilização destes recursos para honrar antigos compromissos da reitoria, Paulo Gomes afirmou que a instituição corria o risco de fechamento. Também revelou que o convênio relativo a 1997 já foi assinado, embora seus recursos ainda não tenham tido ainda qualquer ressonância no centralizado caixa da universidade.

Ele também disse que apesar de não ter repassado integralmente os recursos oriundos destas taxas, a reitoria assume custos básicos de todos os cursos e unidades, como os de xerox e telefone.

Uma prática que talvez possa ser considerada como ensaio para a implantação do orçamento global, conforme defende a Andifes, entidade que congrega os reitores das universidades federais.

O reitor ainda se comprometeu a reconhecer financeiramente a dívida, no orçamento da universidade, prometendo resgatá-la assim que houver recursos disponíveis. Para isto, conta com a liberação de uma verba relativa aos recursos do vale-refeição e do vale-transporte ainda do período da greve do ano passado.

Retidos pelo MEC sob alegação de que, por estarem em greve os servidores não teriam direito a estes benefícios, e mais conhecidos como "vale-greve", estes recursos são uma reivindicação de todas as universidades federais. De acordo com Paulo Gomes, na última reunião da Andifes, o titular da Secretaria Nacional de Educação Superior do MEC, Abílio Baeta Neves, teria se comprometido a tentar a sua liberação.

Entre os compromissos assumidos junto ao CEPG, o reitor disse que enviará trimestralmente aos conselheiros o relatório financeiro da universidade - com a discriminação dos gastos de todas as unidades - e ainda, que lá comparecerá periodicamente para debater assuntos relevantes.

Na reunião que durou quase três horas, Paulo Gomes revelou aos conselheiros e coordenadores de cursos alguns peculiaridades sobre os gastos na UFRJ, assim como o seu déficit anual, na ordem de 8 milhões de reais.

Orçamento

De acordo com o catálogo produzido pela SR2, a UFRJ tinha cadastrados no CNPq 571 grupos de pesquisa, de 1994 a 95, com 6.570 alunos matriculados na pós-graduação - 4.024 em cursos de mestrado e 2.546 em cursos de doutorado, que produziram 2.112 dissertações naquele período.

Segundo o reitor, estes cursos, junto com os da graduação, foram responsáveis por cerca de 50 milhões de cópias xerox no ano passado, com uma média de mais de 10 mil por docente. Período em que a universidade gastou 11 milhões de reais com os serviços terceirizados de vigilância e limpeza, três para as contas telefônicas, dois para xerox, quatro para luz e um milhão para água, serviços de infra-estrutura que beneficiam todos, indistintamente.

Questão crucial

Ao final da reunião, quando cobrado sobre a oportunidade de promover uma maior politização da questão permanente da falta de recursos, inclusive instigado com a possibilidade de fechar algumas unidades para pressionar o governo, Paulo Gomes se mostrou descrente.

E ainda lembrou que uma das resoluções tiradas na reunião de 5 de junho do Consuni, delegou aos Centros a responsabilidade de organizar debates sobre autonomia universitária em suas unidades. Embora tenha elogiado o CCJE, lamentou que isto não esteja acontecendo da forma ampla como o Consuni deliberou.

Paulo Gomes concluiu sua participação no CEPG com uma advertência, depois de se dizer convencido que as tendências apontam seguramente para os próximos dois anos uma universidade autônoma. Ele disse que neste futuro próximo, com o orçamento global, será muito difícil a tomada de certas decisões. Como por exemplo, em caso de aposentadoria de professor, quando inevitavelmente surgirá a questão: "nós iremos transformar aquele dinheiro em custeio, para melhorar a qualidade do trabalho, ou vamos contratar outro professor?"

Autonomia

Concessão de bolsas preocupa meio acadêmico

Agência Andes - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deve divulgar nos próximos dias as novas regras para a concessão de bolsas de formação de pesquisadores.

O projeto em estudo pelo Conselho Deliberativo do órgão propõe que esse processo passe a ser da competência do professor-pesquisador.

Assim, o CNPq, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação e Cultura, que alocam quotas de bolsas de estudos nos cursos de pós-graduação, deixariam de exercer o papel de intermediários entre alunos de mestrado e doutorado e o governo para dar lugar à figura da agência e do professor-pesquisador.

Para presidente da Andes-SN a mudança é uma atitude de apadrinhamento.

Se aprovado o novo modelo, caem as regras de concessão baseadas em indicadores qualitativos e quantitativos de cada curso o que, segundo o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Tomás Aroldo da Mota Santos, abre uma brecha para proveito da agência e do professor-pesquisador.

"A Andifes tomou deliberação sobre o assunto e deve enviar documento ao CNPq expressando a inconformidade do projeto. Somos a favor de que as bolsas sejam alocadas institucionalmente", alega.

Ponto-chave

O mais preocupante nisso tudo para a Andifes é o fato de que, com o término da bolsa institucional, desrespeita-se a autonomia universitária, "garantida pela Constituição Federal e tão desejada por nós", explica Tomás. O presidente acrescenta que a pós-graduação é uma atividade da universidade, cabendo à instituição acompanhar todo o processo da pesquisa através de seus colegiados que avaliam os resultados com base em critérios específicos.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Maria Cristina de Morais, "a mudança desconhece a instituição, é uma atitude e um mecanismo de apadrinhamento pois, em vez de a relação ser com a instituição, é pessoal: entre o pesquisador e o governo".

Trata-se de uma "experiência inovadora e, como tal, cria traumas", acrescenta um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do Sindicato, Rubens Freire Filho. Para ele, nesse caso específico, o trauma maior é a desinstitucionalização. A avaliação preliminar do GT é de que esse procedimento será prejudicial ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no país. "A medida gera uma diminuição das possibilidades de concessão de bolsas e, consequentemente, da ascenção do jovem pesquisador na carreira", diz Rubens.

Adufrj, agora Seção Sindical, debate sucessão

No final da tarde de terça-feira, dia 8, alguns professores se reuniram no auditório do CAp, na Lagoa, para debater um assunto que deverá ser cada vez mais discutido pelo movimento docente da UFRJ até meados de setembro. O tema do evento convocado publicamente pelo jornal da Adufrj foi a sucessão e as eleições para a próxima diretoria e conselho de representantes.

Inaugurando uma prática democrática de estabelecer debates abertos para a comunidade docente sobre o processo de sucessão, a diretoria da Adufrj espera que daqui até as eleições a comunidade participe da discussão sobre os rumos de sua entidade, agora uma seção sindical e não apenas uma associação de classe.

De acordo com o regimento eleitoral, aprovado na última assembléia geral da entidade - e primeira assembléia geral como seção sindical -, realizada dia 10 de julho, as eleições devem ser realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares, devendo ser convocadas pelo presidente com um prazo de pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data estipulada para a abertura das urnas.

Não sendo convocadas as eleições dentro deste prazo, cabe ao Conselho de Representantes convocá-las com no mínimo 40 dias de antecedência.

Debate

No primeiro debate sobre sucessão, os professores presentes apontaram a necessidade de se estabelecer uma pauta temática para os próximos encontros. Qual o papel da diretoria e do Conselho de Representantes dentro da nova estrutura da entidade enquanto uma seção sindical da Andes-SN; como se dará o funcionamento da entidade, sua organização e outros pontos foram levantados como objetos de discussão sobre o processo de sucessão.

Para o professor da FAU e diretor da Andes-SN, Roberto Houaiss, a Adufrj tem hoje uma estrutura de comunicação bastante ágil e reconhecida pela comunidade universitária. Através do jornal da entidade é possível saber informações sobre o que acontece na vida e na política universitária, bem como informações próprias do movimento. As ações jurídicas e encaminhamentos judiciais também formam um trabalho que atende o professor.

Mas, para Roberto, não basta a entidade se apresentar como uma "boa prestadora de serviços". É preciso que o professor esteja mobilizado, junto com estudantes e funcionários, para uma atuação mais direta na vida política da UFRJ e nacional.

A professora do CAp e diretora da entidade, Rosanne Dias, ressaltou a importância do processo de transformação da Adufrj em seção sindical e lembrou que um dos temas a ser tratado durante o processo eleitoral da entidade deveria ser a reafirmação do caráter sindical da Adufrj e sua atuação junto à CUT Estadual, às demais SSind da Andes-SN e outras entidades. Para a diretora, é necessário desfazer a visão de que a Adufrj ainda é uma associação e lembrar que cabe a seção sindical, além das discussões de ordem acadêmicas, que são peculiaridades da categoria, a representatividade dos docentes no que se refere a questões de trabalho e sindicais.

Para o professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação, a Adufrj deve continuar a manter uma pauta política que denuncie de forma clara os desmandos do governo e suas propostas liberais para as universidades públicas. Para ele, mesmo que as posições da entidade dos docentes sejam por algum momento minoritárias no meio universitário, historicamente o que se revela é que a insistência e certos princípios como autonomia plena, defesa da instituição pública e gratuita e democracia interna é o que de fato move o movimento docente brasileiro e provoca resultados concretos, mesmo que a longo prazo.

Para o presidente da Adufrj, José Miguel, a seção sindical dos docentes da UFRJ deve encaminhar a luta da Andes-SN por autonomia e salários, lembrando que a luta por salário é a luta pela universidade pública e não apenas a luta pela execução orçamentária das reitorias.

José Miguel apontou ainda a necessidade de que a entidade receba os professores novos, que estão vivendo um novo momento da universidade e que necessitam de uma organização fortalecida para o encaminhamento de suas necessidades acadêmicas e de trabalho.

Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical

Aprovado na Assembléia Geral de 10 de julho de 1997

Art. 1º. Este Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical (Adufrj-SSind), aprovado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 10 de julho de 1997, rege, de acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, os processos eleitorais da Adufrj-SSind, que devem respeitar os princípios gerais da democracia, da igualdade de condições para todos os candidatos, do direito à divergência e do direito de voto dos sindicalizados.

Art. 2º. São eleitores todos os sindicalizados há pelo menos 60 (sessenta) dias na data da realização da eleição, em pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 3º. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.
.

Art. 4º. As eleições serão realiza- das entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

§ 1º. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.
§ 2º. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, a eleição para esse cargo, para complementação de mandato, poderá ser feita a qualquer momento, na forma do *caput* deste artigo ou do parágrafo anterior.

Título II - Da Comissão Eleitoral

Art. 5º. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros.
§ 1º. Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pela Assembléia Geral, com pelo menos 10 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.

§ 2º. Caso a Assembléia Geral não designe os membros da Comissão Eleitoral dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, caberá ao Conselho de Representantes fazê-lo, com pelo menos 5 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.
§ 3º. Nenhum candidato poderá ser membro da Comissão Eleitoral.

Art. 6º**.** Compete à Comissão Eleitoral:

I - elaborar normas específicas das eleições;
II - decidir sobre a aceitação das candidaturas;
III - constituir as Seções Eleitorais e nomear os mesários;
IV— divulgar e fiscalizar as eleições;
V - fazer a contagem dos votos e proclamar os resultados;
VI - tomar as demais providências necessárias à realização das, eleições e ao cumprimento das disposições deste Regimento Eleitoral, e
VII - decidir sobre os casos omissos neste Regimento Eleitoral.
Parágrafo único. Das decisões da Comissão Eleitoral, cabe recurso ao Conselho de Representantes, na reunião de homologação de que trata o art. 35 deste Regimento.

Art. 70. A Diretoria colocará à disposição da Comissão Eleitoral os recursos operacionais da Adufrj-SSind necessários ao cumprimento das suas obrigações.

Título III - Das candidaturas

Capítulo I - Dos princípios gerais

Art 8º. Pode candidatar-se a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind qualquer sindicalizado há pelo menos 120 (cento e Vinte) dias na data da respectiva eleição que esteja em pleno gozo de seus direitos, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 9º. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes o sindicalizado que:

I - exerça alguma das seguintes funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): reitor, vice-reitor, subreitor, decano de centro, diretor de unidade ou chefe de departamento, ou.

II exerça alguma outra função de direção na UFRJ ou outro órgão da administração municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. O candidato a

cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

Art. 10. A Comissão Eleitoral deverá divulgar suas decisões relativas à aceitação ou não das candidaturas até, no máximo, 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para a inscrição das chapas, devendo, no caso de recusa de candidaturas, apresentar os motivos para tal.
Capítulo II - Das candidaturas à Diretoria
Art. 11. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria o sindicalizado que:
I - esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando, ou cancelada.

II - seja membro da Diretoria, tendo sido membro da Diretoria na gestão anterior.

Art. 12. As inscrições de candidatos a cargos na Diretoria devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind, obedecendo aos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido 1 convocada de acordo com o disposto no *caput* do art. 4º, ou

II - até 20 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido convocada de acordo com o disposto no § 1º do art. 4º.

§ 1º. As inscrições devem ser feitas na forma de chapas, mediante requerimento do candidato ao cargo de Presidente dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.
§ 2º. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por *chapa um conjunto de candidatos aos cargos da Diretoria, no todo ou em parte, sendo um candidato a cada* cargo.
§ 3º. Cada uma das chapas inscritas poderá conter, no máximo, 2 (dois) membros da Diretoria anterior.,
§ 4º. A chapa que tiver recusada a inscrição de algum ou alguns dos seus candidatos, mas não de todos, terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da recusa pela Comissão Eleitoral para substituir os candidatos cuja inscrição tiver sido recusada, mediante requerimento de algum dos membros da chapa cuja inscrição foi aceita dirigido à Comissão Eleitoral.
§ 5º. O candidato apresentado na forma prevista no parágrafo anterior que tiver recusada a sua inscrição não poderá ser substituído.

Capítulo III - Das candidaturas ao Conselho de Representantes

Art. 13. Não pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes o sindicalizado que esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando pela segunda vez consecutiva.

Art. 14. As inscrições de candidatos a cargos do Conselho de Representantes devem ser feitas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 (dez) dias antes do início da eleição, por meio de requerimento do próprio candidato dirigido à Comissão Eleitoral.

Título IV - Das Seções Eleitorais

Art. 15. Para a realização do processo de votação, a Comissão Eleitoral agrupará os eleitores em conjuntos, denominados Seções Eleitorais.

§ 1º. Cada Seção Eleitoral corresponderá a um local de votação e incluirá os eleitores de uma ou mais Unidades, a critério da Comissão Eleitoral, de forma a dar aos eleitores as melhores condições possíveis para o exercício do seu direito de voto, de acordo com os recursos operacionais disponíveis.
§ 2º. A Comissão Eleitoral designará o responsável por cada Seção Eleitoral e os respectivos mesários, dentre os sindicaliza- dos que não forem candidatos.
§ 3º. A qualquer Momento e a seu critério, a Comissão Eleitoral poderá substituir o responsável pela Seção Eleitoral ou qualquer dos seus mesários, na forma do parágrafo anterior.
§ 4º. A Comissão Eleitoral providenciará todos os recursos necessários ao funcionamento das Seções Eleitorais.
Titulo V - Da votação

Art. 16. As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas por escrutínio universal direto e secreto.

Art. 17. As eleições serão realizadas durante um período de, no mínimo, 1 (um) dia e, no máximo, 3 (três) dias consecutivos, devendo esse período constar do edital de convocação das eleições.

Art. 18. A votação deverá ocorrer em locais públicos na UFRJ, nos dias e horários de maior afluxo de eleitores, dentro do período previsto para as eleições, em turnos não inferiores a 2 (duas) horas consecutivas em cada dia de votação.

Art. 19. Em cada local de votação deverá ser instalada uma mesa de votação, dirigida pelo responsável pela respectiva Seção Eleitoral e conduzida pelos respectivos mesários, que deve dispor de:

I - uma lista única de presença dos eleitores da respectiva Seção Eleitoral;

II - cédulas oficiais para votação,

III - envelopes para votos em separado;

IV - relação oficial das chapas e dos candidatos que estiverem concorrendo à eleição;

V - atas de votação,

VI - registro. de ocorrências;

VII - urna inviolável para depósito dos votos, e

VIII - condições para os eleitores registrarem seus votos com tranqüilidade e manutenção do sigilo do voto.

Art. 20. No início de cada turno de votação, o lacre da urna deverá ser retirado no próprio local da votação, com a presença do responsável pela Seção Eleitoral.

Art. 21. Para votar, o eleitor deverá dirigir-se ao local de votação correspondente à sua Seção Eleitoral, assinar a lista de presença, receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula e depositária na urna.

§ 1º. Na eleição para a Diretoria, o eleitor deve indicar uma das chapas concorrentes.
§ 2º. Na eleição para o Conselho de Representantes, o eleitor deve indicar um ou mais nomes de candidatos a representante dos sindicalizados da sua Unidade, desde que o total de indicações não ultrapasse o número de representantes correspondente à sua Unidade, de acordo com o art. 34.
§ 3º. É facultado aos membros da mesa de votação solicitar identificação dos eleitores, caso julguem necessário.

Art. 22. O sindicalizado cujo nome não constar da lista de presença oficial da Seção Eleitoral e que desejar votar, poderá fazê-lo em separado, em envelope especialmente fornecido pela Comissão Eleitoral e disponível na mesa de votação para esse fim.

§ 1º. Neste caso, o eleitor deverá receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula, colocá-la no envelope, que será lacrado e identificado externamente com o seu nome e outras indicações como Unidade e Departamento de lotação do eleitor, a fim de facilitar sua verificação posterior durante o processo de apuração, assinar o envelope e depositá-lo na urna.
§ 2º. As ocorrências de votos em separado deverão ser registradas na ata de votação.

Art. 23. Após cada turno de votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata parcial de votação relativa ao turno em questão, assinalando o número de votantes e ocorrências; e

III – conduzir a uma, a lista de presença e outros materiais da Seção Eleitoral, que ficarão sob sua guarda até o reinicio da votação, para local seguro.

Art. 24. Encerrada a votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata consolidada relativa a todos os dias e turnos de votação, assinalando o número total de votantes, abstenções e ocorrências, e
III - conduzir a uma, a lista de presença, as atas parciais de votação, a ata final de votação e os materiais da eleição não utilizados para o local de apuração ou para local designado pela Comissão Eleitoral.

Art. 25. As urnas permanecerão sob a guarda do responsável pela Seção Eleitoral, devidamente lacradas, até o início da votação, entre os turnos de votação e entre o término da votação e a entrega à Comissão Apuradora.

Título VI - Da Apuração

Capítulo I - Dos procedimentos gerais

Art. 26. A apuração dos votos deverá ser realizada por urna Comissão Apuradora, cujos membros serão designados pela Comissão Eleitoral, na sede da Adufrj-SSind ou em outro local público indicado pela Comissão Eleitoral, até o dia seguinte ao do encerramento da votação.

Parágrafo único. A Comissão. Eleitoral poderá designar como membro da Comissão Apuradora qualquer um dos seus próprios membros, qualquer responsável por Seção Eleitoral ou qualquer sindicalizado presente à apuração que não seja candidato cujos votos estejam sendo apurados.

Art. 27. A Comissão Apuradora deverá proceder à abertura de cada urna, verificar a coincidência entre o conteúdo das urnas corri os dados existentes nas atas de votação e contar os votos.

§ 1º. Havendo registro de ocorrências em ata de votação, fortes evidências de irregularidades ou pedidos formais por eleitores, candidatos ou chapas que possam implicarem impugnação dos votos de uma urna, a abertura da mesma estará condicionada a aprovação

da Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à reunião ,de homologação dos resultados do Conselho de Representantes de que trata o art. 35 deste Regimento.
§ 2º. As urnas que, mesmo apresentando algum tipo de irregularidade, tenham sua abertura autorizada pela Comissão Eleitoral, serão apuradas em separado e a validade de seus votos deverá ser julgada pelo Conselho de Representantes na reunião de homologação dos resultados de que trata o art. 35 deste Regimento.

§ 3º. Os votos em separado serão considerados e apurados se for comprovado que o votante satisfaz ao disposto no art. 2º deste Regimento e, neste caso, o voto será retirado do envelope e misturado aos demais votos da urna, antes do início da apuração da mesma, evitando assim a quebra de sigilo.

Art. 28. Serão considerados brancos os votos que não tenham qualquer marca, sinal, desenho, inscrição ou outra forma de expressão do eleitor.

Art. 29. Serão considerados nulos os votos que não forem considerados brancos nem válidos.

Art. 30. Finda a apuração, a Comissão Apuradora preparará uma ata de apuração e divulgará os resultados.

Capítulo II - Da apuração dos votos para a Diretoria

Art. 31. Serão considerados válidos para a Diretoria os votos que indicarem apenas uma chapa, claramente assinalada.

Parágrafo único. Os votos nos quais a indicação de chapa der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Art. 32. Serão considerados eleitos para a Diretoria da Adufrj-SSind os integrantes da chapa que obtiver maior número de votos válidos.
Parágrafo único. Em caso de empate entre duas ou mais chapas, de .verá ser convocada nova eleição, da qual participarão apenas as chapas empatadas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Capítulo III - Da apuração dos votos para o Conselho de Representantes

Art. 33. Serão considerados válidos para o Conselho de Representantes os votos que satisfizerem simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - indiquem nomes com as candidaturas validadas pela Comissão Eleitoral;

II - indiquem candidatos em número menor ou igual ao número máximo de representantes que os sindicalizados da Unidade devem eleger, e

III - identifiquemos candidatos de modo que não haja dúvidas.

§ 1º. Os votos nos quais a indicação dos candidatos der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.
§ 2º. O fato de haver, numa cédula, um possível candidato não identificado pela Comissão Apuradora ou a indicação de um nome cuja candidatura não tenha sido validada, não invalida, por si só, a indicação dos demais candidatos que tenham sido votados na mesma cédula, desde que satisfaçam aos outros requisitos listados no *caput* deste artigo.

Art. 34. Serão considerados eleitos representantes dos sindicalizados da respectiva Unidade no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind os candidatos mais votados, classificados em ordem decrescente de votos, até o número de representantes que os sindicalizados da Unidade podem eleger de acordo com o número de sindicalizados na Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;
b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e
c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 1º. Os suplentes dos representantes serão os candidatos classificados em seguida, em igual número.
§ 2º. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos a representante e havendo necessidade de desempate para definir vagas de representante ou de suplente, deverá ser realizada nova eleição, apenas para o cargo em questão, tendo como candidatos somente os nomes empatados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Titulo VII - Da homologação dos resultados

Art. 35. A Diretoria em exercício convocará uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 (quinze) dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como recontagem de votos, impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis, completar o processo, se necessário, e homologar os resultados.

Título VIII - Das disposições transitórias

Art. 36. Aplica-se à sucessão da atual Diretoria o disposto nos artigos 11 e 12 e à sucessão do atual Conselho de Representantes o disposto no art. 13 deste Regimento Eleitoral.

JORNAL
ANO IV
4 A 10
DE AGOSTO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Trabalhadores sem terra acampados no Largo do São Francisco, horas antes da manifestação que levou cinco mil pessoas da Candelária à Cinelândia, no centro do Rio, dia 25 de julho - Dia do Trabalhador Rural -, data escolhida pelos trabalhadores rurais e urbanos de todo o país para protestar contra às políticas de FHC e reivindicar reforma agrária, saúde, educação e emprego.

Trabalhadores do campo e da cidade unidos contra o governo FHC

Abono 97

Os professores que não receberam o abono pecuniário de férias do ano de 1997 devem comparecer à sede da Adufrj-SSind para assinar uma declaração de que não foi feito o pagamento por parte da UFRJ, para que a assessoria jurídica possa comprovar o descumprimento da liminar concedida à seção sindical. O modelo de declaração está disponível na sede da Adufrj. Professor, sua assinatura é importante para o encaminhamento do processo.

Assembléia Geral da Adufrj SSind

Quinta-feira, 7 de agosto, às 13:30
Auditório do CCMN (Roxinho)

Pauta:

1)Eleição de delegados da Adufrj-SSind à plenária dos SPFs de 10 de agosto
2) Autonomia e salário: campanha de mídia, plano de ação, piso salarial
3) Novo contrato com a assessoria jurídica
4) Reunião do Setor das Ifes da Andes-SN de 8 a 9 de agosto

O exemplar da revista pode ser adquirido na sede da Adufrj SSind, por R$ 10,00.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Foi lançada no Conad de Palmas - TO o número 13 da revista Universidade e Sociedade, uma publicação do Sindicato Nacional dos Docentes, Andes-SN.

O tema central da revista é o trabalho e desemprego no Brasil de hoje com artigos centrados nas transformações do mundo do trabalho, estimuladas pela expansão da ideologia neoliberal e que criam um conjunto de situações novas com as quais o trabalhador brasileiro ainda não está habituado.

A primeira seção da revista apresenta uma contribuição singular para o debate nacional sobre a questão que abrange do campo educacional aos recentes gritos da terra assumidos pelo MST. A revista traz também uma entrevista com o líder do movimento dos trabalhadores rurais, João Pedro Stédile. O empenho da Andes em tematizar Trabalho e Desemprego no Brasil, rediscutindo o caráter do trabalho para a constituição do ser humano, demonstra a intenção e a disposição de levar adiante seus compromissos sociais, enquanto movimento organizado da categoria docente das instituições de ensino superior. A Andes continua afirmando seu não-comprometimento com a lucratividade e rentabilidade da produção sob a proteção do "novo" capitalismo e ressalta sua intransigente defesa dos trabalhadores ameaçados de serem excluídos como sujeitos da história.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Famílias vindas do norte fluminense, da cidade de Casimiro de Abreu; e do sul, de Seropédica, acampam no Largo de São Francisco.

No Rio, o MST reivindica a emissão imediata dos títulos de posse dos assentados na Fazenda do Salto, em Barra Mansa.

Liderados pela CUT e pelo MST, e todo o país, trabalhadores sem terra, profissionais de todas as categorias e estudantes transformaram o Dia do Trabalhador Rural em um marco na organização de um calendário de mobilização contra o neoliberalismo de Fernando Henrique e sua base governista.

No Rio e em São Paulo as manifestações encheram as ruas da cidade. Os policiais militares em greve ou em estado de greve em vários estados também participaram do dia de luta.

O próximo Congresso Nacional da CUT, 6º Concut, discutirá a linha de enfrentamento da Central e a construção de uma greve geral para a implementação de uma agenda política para o país a partir das reivindicações dos movimentos sociais.

25 de julho marca protesto nacional contra FHC

CUT do Rio quer enfrentar governo com greve geral

O 9º Congresso Estadual da CUT (Cecut) elegeu a nova direção da Central no Rio de Janeiro e encaminhou resoluções para o 6º Congresso Nacional que será realizado em agosto, no período de 14 a 17 de agosto, em São Paulo. O professor de história, Alcebíades Teixeira, o Bid, será o presidente da CUT/Rio nos próximos três anos. A chapa 3, uma composição de tendências e forças políticas do movimento (MTS, ASS e independentes) ganhou de 226 a 172 (Chapa 2, representando a corrente Articulação Sindical) a 57 (chapa 1, representando a corrente sindical classista) a maioria dos cargos na nova diretoria da CUT/RJ.

O Cecut definiu, entre outras ações, que a CUT deve organizar a resistência às políticas de destruição dos direitos dos trabalhadores, o desemprego e a exclusão social de milhões de brasileiros. O Movimento dos Sem Terra recebeu mais uma vez o apoio dos trabalhadores.

Para o professor Luiz Carlos Soares, presidente da Aduff Seção Sindical da Andes-SN, o Cecut teve os debates centrados em duas posições defendidas pelas correntes que compõem a central. A tese da resistência propositiva ao governo FHC, defendida pela chamada Articulação Sindical, perdeu neste Congresso para a tese de que é necessário uma linha de enfrentamento à política neoliberal do governo, com a proposta de greve geral, defendida pelas tendências Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), Alternativa Sindical Socialista (ASS) e Corrente Sindical Classista (CSC). A Aduff foi a única Seção Sindical que participou do congresso do Rio e vai participar do Concut com dois delegados.

A tese da corrente Articulação Sindical - que representa a maior parte da diretoria da CUT, hoje - sobre a organização da estrutura sindical baseada no sindicalismo orgânico, onde os sindicalizados passariam a descontar suas contribuições diretamente à Central, ocasionaria uma verticalização do movimento, retirando o poder de atuação das entidades junto às bases. No Cecut, foram apresentadas três propostas sobre o tema. Uma a favor do texto da corrente majoritária e duas contrárias. As três foram remetidas ao 6º Concut.

A Articulação Sindical representa hoje cerca de 38% dos votos de delegados, em nível nacional, para o Concut. Para o professor e sindicalista Luiz Carlos, a rejeição das teses da Articulação no Cecut mostrou o caráter combativo do movimento cutista no Rio de Janeiro e mostrou o fortalecimento da esquerda cutista no Estado.

Saiba o que rolou no 9º Cecut

Qual frente social devemos compor para lutar contra o neoliberalismo?

Sobre esta questão havia três posições:

1 - Nenhuma frente.

2 - Frente classista. No plano dos partidos políticos esta frente seria composta pelos PT, PCB, PCdoB e PSTU.

3 - Frente Democrática e Popular. Ainda no plano partidário, seria composta por PT, PCB, PCdoB, PSTU, PSB e PDT.

Proposta mais votada: **3**

Como deve ser nossa ação na conjuntura

1 - Ação propositiva. Propõe a participação na agenda oficial do governo.

2 - Ação visando disputa de hegemonia. Propõe a construção de uma agenda social independente da agenda do governo.

Proposta mais votada: **2**

Estrutura Sindical

Três propostas foram apresentadas. Uma a favor do sindicalismo orgânico e duas contrárias. Foram remetidas para o Concut.

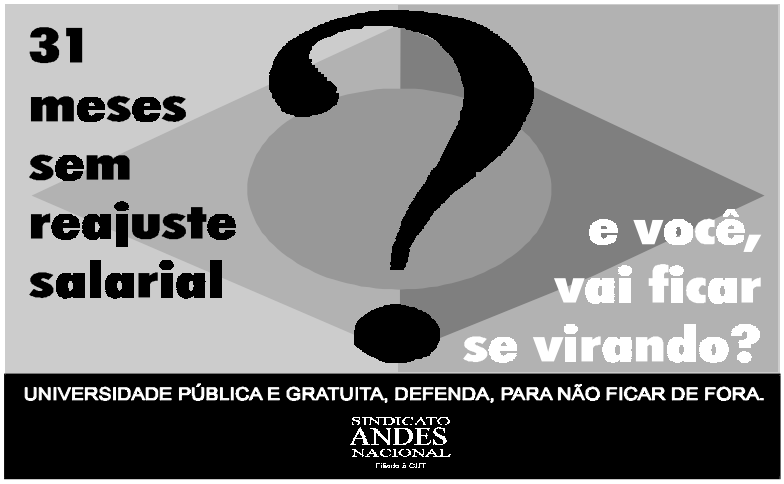
Comissão de Mulheres

O 9º Congresso Estadual da CUT/RJ aprovou a criação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, que deverá constituir um coletivo nacional composto por representantes dos ramos das CUTs estaduais.

Movimento Docente

Após o XXXIV Conad, a Andes-SN encaminhou para as seções sindicais um calendário de atividades a serem implementadas pelo movimento docente no 2º semestre.
No cronograma estão contidas atividades propostas pela Andes-SN e outras construídas coletivamente com outras entidades do movimento social organizado.
É intenção da diretoria da Adufrj-SSind buscar representação que garanta a participação efetiva da entidade nas atividades propostas no Plano de Lutas/97.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES/EVENTOS DO PLANO DE LUTAS - 1997



AGOSTO

1 e 2 - Oficina de Comunicação – Brasília. Um workshop envolvendo profissionais de comunicação e dirigentes das seções sindicais e do próprio sindicato para discussão da implementação do projeto de comunicação do Andes-SN, aprovado no último Congresso da categoria, em João Pessoa.
13 - Seminário Nacional de Sindicatos filiados à CUT – São Paulo
14 a 17 - VI Concut – São Paulo
20 - Inserção do ANDES-SN nas manifestações propostas pelo Encontro Nacional dos Estudantes das Escolas Técnicas Federais e Cefet's, realizado nos dias 28 e 29/06, em São Paulo.
26 e 27 - Seminário Nacional sobre Reforma do Estado – Brasília
28 e 29 - Encontro de Assuntos de Aposentadoria - Brasília
30 e 31 - Conferência Nacional dos Servidores Públicos – Brasília. Proposta a ser encaminhada
Sem data - Curso sobre Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e sobre Leis Orçamentárias (LOs) – previsto para Goiânia

SETEMBRO

5 e 6 - Encontro Nacional sobre Ensino Básico nas IES - Rio de Janeiro
16 a 18 - Seminário Nacional sobre a Universidade – Brasília
19 a 22 - Reunião da Diretoria preparatória ao XXXV Conad – Brasília
Sem data - II Encontro de Tesoureiros – Brasília

OUTUBRO

15 - Manifestações relativas ao Dia do Professor
20, 21, 22 - Reunião da Diretoria antecedendo ao XXXV Conad – Belém
23 - Encontro Nacional sobre a Questão da Terra – Belém
24, 25 e 26 - XXXV Conad – Belém
27 e 28 - Reunião da Diretoria – Belém
28 - Manifestações relativas ao Dia do Servidor Público.

NOVEMBRO

05 a 08 - II Coned – Belo Horizonte
15 e 16 - Encontro Unificado ANDES-SN, Fasubra-Sindical e UNE
21 a 23 - II Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN. Proposta a ser encaminhada às entidades.

A decadência do Bloco A do Centro de Tecnologia

O estado de má conservação do bloco A do CT vem alarmando boa parte da comunidade acadêmica da UFRJ. Problemas como as constantes inundações no 2º andar do prédio, assim com a queda de reboco nas escadas e a instalação inadequada de laboratórios de física e química num prédio de seis andares, colocam em risco a segurança dos alunos, professores e funcionários da universidade. No entanto a solução parece estar longe de ser alcançada devido à falta de verbas para os reparos e à deficiente comunicação entre as decanias do CT e do CCMN, o dono do prédio e o responsável pelos Institutos ocupantes - Física e Química - respectivamente. A antiga polêmica a respeito de qual das duas seria a decania responsável pela manutenção do bloco A é um entrave para a melhoria das condições do prédio em questão. O prédio de seis andares está ocupado da seguinte forma: 1º e 2º andares por unidades do CT; do 3º ao 7º andar pelos Institutos de Física e de Química, do CCMN. A reforma universitária, que aconteceu por volta dos anos 70 implicou na criação destes Institutos e no conseqüente alojamento destes no prédio do CT, por falta de área destinada a este fim.

Em março deste ano foi realizada uma vistoria no prédio a pedido do Instituto de Física e da decania do CCMN a fim de que a Reitoria pudesse ter uma idéia da situação do bloco A e, assim, se propusesse a buscar recursos junto ao MEC para sua manutenção. A vistoria, realizada pela Coordenação Geral do Sistema de Defesa Civil (da Prefeitura), constatou a emergência no reparo das antigas instalações bem como na utilização adequada dos espaços, já que laboratórios considerados "pesados" - com maquinário de grande porte, containers e botijões de nitrogênio e hélio - estão dispostos num edifício não projetado para este fim. Outras vistorias foram realizadas, como a do Corpo de Bombeiros, confirmando o perigo da falta de manutenção do prédio.

Recentemente, a Prefeitura fez uma vistoria na estrutura do bloco que abriga os Institutos de Física e Química e constatou a falta de manutenção do prédio.

Os decanos do CT e do CCMN assim como os diretores dos Institutos de Física e de Química concordam num ponto: se a universidade não possui verbas para sua sobrevivência, como luz, água e manutenção de seus funcionários, obviamente não tem condições de arcar com os reparos nas estruturas de seus prédios. Contudo, eles discordam sobre uma questão básica: quem deve cuidar da manutenção do bloco A do CT?

Para o decano do CT, Cláudio Baraúna, existe uma tradição quanto ao gerenciamento do bloco A .O CT cuida de todo os blocos que ocupa até o 2º pavimento do prédio, enquanto o CCMN gerencia os andares ocupados pelos seus Institutos. Cláudio afirma que possui um serviço de manutenção das áreas que ocupa, assim como o CCMN possui um serviço próprio para cuidar do espaço que seus Institutos ocupam. "Às vezes esses serviços trabalham em conjunto, até porque algumas instalações são comuns às duas decanias, como a subestação , bombas de água, coisas desse tipo", acrescenta.

No entanto Baraúna, que alega não ter tido acesso ao documento com o resultado da vistoria, alerta para o fato de que quando os Institutos realizam obras no prédio, sejam com a finalidade de reparar ou de se expandirem, sequer consultam a decania do CT ou o escritório de planejamento da UFRJ, o que significa um sério risco para a estrutura do prédio. Ele acredita que muitas dessas obras sejam feitas com o objetivo responder à crescente demanda de alunos na universidade. "Isto é resultado da pressão que UFRJ recebe de aumentar o número de aulas, alunos e, consequentemente, sua expansão. Além disso, enfrentamos o problema de área. Enquanto não tivermos mais área planejada, esse tipo de problema vai acontecer", ressalta.

Para o decano do CCMN, Marco Antônio França, o gerenciamento do bloco A não deve ser feito de forma independente, sem consulta às decanias. Para ele, é indispensável que haja uma comunicação eficiente entre o dono do prédio, seus ocupantes e a Reitoria a fim de que seja viável uma solução para os problemas do bloco colocando um ponto final na polêmica.

Marco Antônio confirma os riscos que correm os freqüentadores do prédio. Segundo ele, o CCMN já está cuidando dos elevadores e das subestações hidráulicas e elétricas desde a gestão passada. Colocaram plantonistas permanentes nos elevadores, construíram uma outra subestação elétrica para alimentar o Instituto de Física e trocaram parte das tubulações do prédio. Porém, isto não exclui a possibilidade de acidentes, já que a estrutura bem como as instalações são muito antigas e nunca foram trocadas ou reparadas. O Instituto de Química, segundo o decano, tem que construir mezaninos para abrigar os alunos, que ficam praticamente sobre os laboratórios, o que acentua o risco de acidentes graves . "Nós tivemos um episódio muito grave, com conseqüências drásticas, que foi a explosão de um cilindro de hélio no 4º andar do Instituto de Física, em 95. Por sorte aconteceu tarde da noite e por um triz não foi trágico. A explosão se propagou para o 3º andar onde havia terminado uma aula uma hora antes do acidente. A sala estava lotada.", comenta.

Arquivo Adufrj

Em 1995, um cilíndro de hélio expodiu do Instituto de Física, no 4º andar do Bloco A. Por muito pouco não houve consequências trágicas - o acidente ocorreu uma hora depois do término de uma aula.

Na foto, a explosão da Escola de Química, em 83. Um risco que corre hoje as unidades instaladas no Bloco A.

Para o vice-diretor do Instituto de Física, Máximo Ferreira, o principal risco se refere à queda de reboco sobre os passantes, já que as lajes estão comprometidas com infiltrações. Os laboratórios de Física e Química oferecem mais inconvenientes do que perigos. Ele afirma que as vibrações das pesadas máquinas são danosas à estrutura, mas que no entanto, as explosões são fenômenos raros e de responsabilidade dos fornecedores dos cilindros.

Quanto à responsabilidade sobre a manutenção do prédio, Máximo afirma que, formalmente, este é um dever do CT. Ele entende que o CT deve cuidar da manutenção de partes como a fachada, os pilares e a entrada do prédio, a não ser que a decania deste centro resolva passar formalmente a administração do prédio para a decania do CCMN. No entanto, todas as correções na infraestrutura , como esgoto, água e eletricidade são feitas com verbas provenientes dos Institutos de Física e de Química, quando não do próprio CCMN. Segundo Máximo, "certamente as disputas de competências entre CT e CCMN sobre a manutenção do bloco A, sempre emperraram ações mais efetivas quanto aos reparos necessários".

Máximo acrescenta que existe um projeto de construção de um pré-

dio, de no máximo dois andares, para o Instituto de Física, o qual depende de verbas para a execução. Neste caso o Instituto de Química destruiria os mezaninos e ocuparia a área hoje destinada ao Instituto de Física. O Instituto de Matemática também se beneficiaria da mudança já que poderia vir a ocupar o novo prédio, o que desafogaria os demais blocos do CT para a ocupação das engenharias.

O diretor do Instituto de Química, Roberto Marchiori, concorda com Máximo no que diz respeito à questão administrativa do bloco A . Para ele, o jogo de empurra de um centro para outro não leva a lugar algum. "Estamos todos dentro da Universidade, dentro do prédio da Universidade. Então eu imagino que interesse a todos que o prédio seja mantido", comenta. Roberto também coloca como principal problema a falta de verbas para a UFRJ.

Decanos do CCMN e CT promovem "jogo de empurra", enquanto a comunidade sofre com a falta de elevadores, perigo de novas explosões e outros acidentes.

Roberto não acredita que haja motivo para pânico, porque segundo vistoria realizada este ano pelo prefeito da universidade, Hernani Dias, a estrutura do prédio não está em vias de desabar. Ele confirma que o grande risco para as pessoas está na fachada, já que quando chove, as lajes infiltradas propiciam a queda de reboco. Pela própria avaliação do professor Hernani, a situação crítica é a cobertura do prédio, embora o relatório da defesa civil aponte diversos outros problemas como o despejo irregular de resíduos químicos no esgoto. Quanto a esse problema, Roberto assume a responsabilidade do Instituto de Química, mas diz que nada se pode fazer já que o prédio não foi projetado para abrigar Institutos de Química e de Física e sim, escritórios e laboratórios "leves" para as pesquisas da Engenharia.

Roberto ressalta a importância de recuperação do prédio não só pelos riscos que seu deficiente estado acarreta, mas também pelo patrimônio histórico que ele representa. "Este prédio é um patrimônio arquitetônico. É tombado e foi premiado como projeto de arquitetura na época da sua construção", acrescenta.

Embora o CT esteja começando a reformar a fachada do prédio, é imprescindível que tanto o CT quanto o CCMN e os Institutos de Física e de Química se reunam para colocar em uníssono as reivindicações da comunidade acadêmica da UFRJ, a fim de que seja possível a obtenção de verbas para as devidas reformas. Antes de mais nada, é necessária a devida atenção aos relatórios das vistorias que foram realizadas e a conscientização dos estudantes, funcionários e professores desta universidade sobre os perigos que correm todos os dias no bloco A e sobre sua importância para o patrimônio histórico da cidade do Rio de Janeiro.

Educação terá menos verba com continuação do FEF

O governo Federal entrega ao Congresso Nacional, no final de agosto, a previsão orçamentária para 1998. Somente nesta época será possível saber a perda real dos recursos para o setor de educação. Isto porque o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), cuja prorrogação até 31 de dezembro de 1999 foi aprovada na Câmara, promete levar uma boa parcela dos recursos destinados à área.

Para se ter uma idéia do prejuízo, em 1996 a perda foi de 25% dos recursos destinados a investimentos na educação - o equivalente a R$ 150 milhões, verba que seria utilizada na compra de equipamentos e em melhorias nas escolas do país. A informação é do deputado Paulo Bernardo (PT/PR).

O antigo Fundo Social de Emergência (FSE), e agora FEF, reúne recursos desvinculados de determinadas áreas na forma de receita que voltam a ser aplicados, quase que integralmente, nos mesmos setores: a diferença é que eles aparecem como despesa orçamentária (recursos da seguridade social, do salário educação). No caso dos Estados, DF, municípios e Fundos Constitucionais de Desenvolvimento, o prejuízo está nas parcelas do total do recolhimento na fonte do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre pagamentos efetivados pela União, a qualquer título, principalmente de servidores federais, ou ainda, 5,6% da arrecadação do Imposto de Renda.

Crub e MST em parceria para educação em assentamento

Agência Andes (Brasília) - O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) possui um grupo de trabalho sobre reforma agrária que está discutindo a participação das instituições de ensino superior no processo de formação de educadores em assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST). O reitor da Universidade de Brasília (UnB), João Cláudio Todorov, é o coordenador do grupo e afirmou que o interesse dos dirigentes de IES é tamanho, tanto que "as reclamações são de quem ainda não recebeu tarefa".

Todorov e representantes do MST divulgaram na manhã de hoje os pontos básicos do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), que acontece entre os dias 28 e 31 de julho. O objetivo do MST é realizar convênios com universidades em todos os Estados onde tem acampamentos, a fim de qualificar o trabalho dos responsáveis pela educação das crianças e jovens do movimento.

Segundo Gilberto Portes, coordenador do MST, essas parcerias estão sendo desenvolvidas em alguns Estados, porém ainda de forma tímida, do ponto de vista do número de instituições engajadas, públicas em sua maioria.

Reaproximação - As universidades brasileiras, que acompanhavam "de perto" o debate em torno da reforma agrária até a década de 1960, distanciaram-se da questão nos últimos anos, avalia Todorov. "Só agora, com o processo de discussão desencadeado pelo MST, há uma reaproximação entre as IES e esse tema", concluiu. O reitor informou que o grupo de trabalho do Crub tem a preocupação de que a relação das universidades com a educação nos assentamentos não se limite a pesquisas apenas, mas a projetos concretos de apoio.

Nesse sentido, a UnB já atua no assentamento do MST em São João da Aliança (GO): produziu um diagnóstico geral da situação da agricultura local e atualmente trabalha junto à população do município, a fim de sensibilizá-la para a importância da reforma agrária.

Outro importante trabalho das IES refere-se à realização do Censo Agrário Brasileiro - que será divulgado oficialmente pelo governo Federal no dia 6 de agosto. Com a participação de 29 universidades públicas, o estudo concluiu que, dos cerca de 600 mil adultos dos assentamentos, 47% são analfabetos, e 15% têm alfabetização incompleta. Hoje, nada menos do que 98% dessas pessoas não estudam.

O MST aguarda a liberação de recursos (já aprovados no Orçamento da União) para a continuidade do trabalho de alfabetização de adultos de seus assentamentos. Para isso, conta com o apoio do Crub e o compromisso do presidente do Incra, Mílton Seligman, para através de gestões ao ministro Paulo Renato, da educação, sensibilizar o presidente da República. O convênio, que começou no segundo semestre de 1996, envolveu o trabalho de 500 monitores, além do material básico. "O trabalho iniciado necessita de continuidade, e pretendemos também criar novas turmas", completou Gilberto Portes.

Marcha dos Sem Terra, dia 17 de julho, em Brasília.

Eleições na Adufrj-SSind: quem se candidata?

Desde o início de julho está aberto o processo de eleição do Conselho de Representantes e da Diretoria da Adufrj-SSind para o período 97-99.

É com alegria que vemos nossa entidade mais uma vez conduzir democraticamente o processo eleitoral, amplamente divulgado pelo seu jornal, com calendário previamente definido, com a organização de debates sobre a sucessão.

A categoria docente vive um período de grandes dificuldades, representadas sobretudo pelas tentativas reiteradas do governo federal de privatização da universidade pública, através de mecanismos que vemos multiplicarem-se a cada momento. Alguns dos mais importantes são medidas que atingem mais diretamente os professores e tecnico-administrativos das universidades, como o continuado arrocho salarial, a retirada por medida provisória de direitos garantidos pelo RJU e as reformas administrativa e da previdência social atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Temos assistido às consequências de tais medidas: a busca de fontes adicionais de renda pelos professores, a corrida às aposentadorias e a prestação de serviços a quem possa pagar. São "saídas" que comprometem a universidade pública, por causarem seu esvaziamento e/ou direcionarem sua produção apenas para quem pode pagar por ela.

Algumas medidas repercutem imediatamente em nossa vida profissional de docente, como a PEC que, a pretexto de normatizar a autonomia universitária, a degrada, a nova metodologia de concessão de bolsas de pós-graduação pelo CNPq e a perda de direito previdenciários. A reação a estas medidas tem sido diferenciada. Enquanto a Andes-SN, alguns partidos políticos e entidades científicas têm criticado esta política, outros setores aderiram ao neo-liberalismo, como a grande imprensa, os cartéis do ensino privado e, em particular, a reitoria da UFRJ. Com efeito, a atual administração encaminha a implementação do projeto do governo federal e, concretamente, só prioriza as medidas que promovem a sua privatização.

As iniciativas que buscam saídas individuais para as dificuldades acadêmicas e pessoais geradas pelos ataques à universidade pública têm um alcance bastante limitado. A defesa da universidade pública de qualidade passa, agora mais do que nunca, pela defesa das conquistas obtidas pela categoria ao longo de muitos anos de luta da Andes-SN. Temos visto que a superação das dificuldades depende da capacidade de organização da nossa categoria, que viabilize a formulação coletiva de soluções para os nossos problemas e crie os instrumentos de pressão para encaminhar estas soluções. Não é outra a razão pela qual ainda temos um sistema federal de universidades públicas, uma carreira docente, assim como também, em muitos momentos, pudemos estancar a degradação salarial que várias administrações federais tentaram nos impor.

Sabemos que a situação política de nosso país nos é muito adversa neste momento, assim como o é para todos aqueles que desejam um país justo, soberano e capaz de solucionar seus graves problemas sociais. Sabemos também que nossa vida acadêmica está inevitavelmente entrelaçada à nossa atuação política na universidade, quer gostemos ou não disso – seja por nosso silêncio ou por nossa participação, seja por aceitarmos ser individualmente cooptados em troca de alguns benefícios imediatos ou por encaminharmos coletivamente nossos projetos.

Nossa opção tem sido pelo encaminhamento coletivo da propostas que defendam o caráter público da educação tal como formulado no documento "Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira", na resistência ativa às tentativas de descaracterização e desmonte da universidade pública. É o que fazemos quando participamos das ações da CUT e da Andes-SN relativas à formulação de um projeto de universidade pública, à campanha salarial e ao enfrentamento no Congresso Nacional das propostas do governo federal lesivas aos interesses da universidade.

Nossa opção continuará sendo esta e é para dar consequência a ela que estamos discutindo um programa e candidaturas para o Conselho de Representantes e para a Diretoria da Adufrj-SSind. Convidamos você para esta discussão. Sua participação será valiosa, num momento em que nossa universidade precisa especialmente da dedicação de cada um dos seus professores.

Estaremos reunidos no próximo dia 7 às 17:00 na sala D-201-A do Centro de Tecnologia.

Andes Autônoma e Democrática

Clóvis Figueiredo Neves Filho (CAp), Francisco Ary Fernandes de Medeiros (Serviço Social), Henrique Innecco Longo (Engenharia), José Antônio Martins Simões (Física), José Henrique Sanglard (Engenharia), José Miguel Bendrao Saldanha (Engenharia), Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (Psicologia), Patrícia March de Souza (Belas Artes), Regina Célia de Souza Pugliese (CAp), Roberto Houaiss (Arquitetura), Roberto Leher (Educação), Rosanne Evangelista Dias (CAp) e Sandra Martins de Souza (CAp).

Programe-se

Unitrabalho
Construindo o sistema de informações e Banco de Dados Mundo do Trabalho - A Fundação Unitrabalho está organizando um levantamento da produção acadêmica nacional sobre o tema Reestruturação Produtiva e Relações de Trabalho, o primeiro produto de seu sistema de informações. O projeto intitulado Produção Acadêmica pelos trabalhadores e Construção de um Projeto Nacional de Pesquisa sobre Reestruturação Produtiva e Relações de Trabalho tem apoio da Finep e o prazo de entrega dos questionários sobre as atividades do pesquisador pode é 30 de agosto. O questionário pode ser obtido na Internet pelo endereço ***http://www.ilea.ufrgs.br/initrab.htm.***
O cordenador do Núcleo da Unitrabalho na UFRJ é o professor Rogério Valle que pode ser contatado pelo telefono 560-8832, ramal 415 ou pleo endereço eletrônico Valle@pep.ufrj.br.

CLA lança Interfaces
Dia 20 de agosto, na livraria do Museu do Palácio do Catete acontecer o lançamento do terceiro número da Revista Interfaces, uma publicação do Centro de Artes e Letras da UFRJ. O tema da revista é Modernidade & Exclusão e o evento acontece a partir das 19 horas. A livraria fica na Rua do Catete 153.

Encontro sobre Ensino Profissional

Dia 15 de agosto, o Rio sediará o II Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional - "O Ensino Profissional na perspectiva da nova legislação educacional, Reforma do Ensino Profissional". Para uma mesa redonda sobre o tema, estão previstas a participação das Seções Sindicais da Andes-SN, do deputado Lindberg Farias (PCdoB), dos professores Marise Nogueira Ramos, da Escola Técnica Federal de Química do Rio, Célia Maria Otranto, do Instituto de Educação da Rural e Frederico Falcão, também da Rural, além da Regional Rio da Andes-SN.
A Política Nacional de Educação (PNE) será debatida em outra mesa redonda, que contará com a presença de Lúcia Maria Wnderley Neves, do Instituto de Educação da UFF, Ana Maria Dantas Soares, do Instituto de Educação da Rural, Paulo César Marques, presidente do Sinasefe-Campos e coordenadora do GT Política Educacional da Andes-SN, Margarida Carvalho.

Documentos

Estão disponíveis na Adufrj para consulta ou aquisição de cópia os seguintes documentos relativos ao tema Saúde Privada

■**Proposta interministerial de regulamentação dos planos e seguros privados de assistência à saúde.** Esta proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Ministério da Saúde, através do deputado Pinheiro Landin, que é relator da Comissão Especial da Câmara que trata da questão.

■**Anteprojeto de Regulamentação sobre Planos e Seguros Privados**, aprovado em 7 de novembro deste ano pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Este documento foi aprovado em resposta à consulta que o ministro Jatene fez ao CNS quanto à pertinência de medidas propostas por uma Comissão de Notáveis do MS que havia sido por ele encarregada de propor medidas mais amplas para regulamentar o setor de seguros e planos de saúde, já que o PL 1975/96, que o ministro havia encaminhado à Câmara, sobre ressarcimento de despesas ao SUS por esses planos e seguradores recebeu críticas e não foi submetido ao CSN.

■**Estudo técnico sobre a proposta interministerial para a regulamentação de Planos e Seguros de saúde**. Elaborado pela Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Apresenta um histórico sobre a tramitação de proposições sobre o tema no Congresso.

■**Regulamentação dos Planos de Saúde**: o Projeto de Lei do Executivo, de maio de 97. Análise da proposta governamental, aponta suas inconveniências e desrespeito à Constituição e à legislação do SUS, indica as medidas que se fazem necessárias para se contrapor e responder à iniciativa do governo.

Previdência:

■Parecer final da proposta do relator senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional para a Previdência Social.

Conjunto de emendas já proposta ao Parecer (200 emendas).

Reforma do Estado

Agosto, mês de decisão para a reforma administrativa

A demissão de servidores públicos por insuficiência de desempenho, aprovada pela Câmara dos Deputados na última semana e alardeada pelo governo como sendo o fim da estabilidade, ainda carece de duas votações no Senado para ser confirmada. E caso haja alguma mudança feita pelos senadores, nova votação deverá ser feita pela Câmara.

Mais do que isso, o governo escamoteou da opinião pública o fato de que essa votação pouco alterou o Regime Jurídico Único, em vigor desde 1990, onde a demissão de servidores públicos já está prevista dentro de determinados critérios e após processo administrativo, com a garantia de amplo direito de defesa. O próprio termo "insuficiência de desempenho" é bastante vago e necessitará de definição de critérios para sua aplicação, o que só poderá ser apreciado após toda a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Administrativa - assim mesmo, no caso de sua aprovação.

Contando com a colaboração da mídia, o governo procura desmobilizar os servidores, dando como fato consumado a aprovação da Reforma Administrativa, quando na realidade o grande embate ocorrerá na votação do segundo turno, ainda na Câmara Federal, previsto para o mês de agosto. É aí que está a grande ameaça ao servidor público, e consequentemente à população, quando estará sendo votado o Destaque para Votação em Separado (DVS) que permite a demissão por excesso de contingente (parágrafo 4 do artigo 69 do relatório Moreira Franco - PMDB/RJ). Caso aprovado, esse item pode significar demissão em massa de funcionários públicos (estima-se em um milhão e meio) e a critério dos governantes de plantão, o que, na verdade, institucionaliza a prática do fisiologismo.

Com a emenda da reeleição aprovada, essa ameaça torna-se mais forte, pois os servidores poderão ser usados como massa de manobra para a recondução dos atuais mandatários.

Mais do que nunca, é fundamental a mobilização da sociedade para derrubar as propostas de reformas constitucionais de caráter neoliberal tão nocivas para o conjunto da população.

Jurídico

Em reunião promovida pela Regional Rio da Andes-SN, assessores das seções sindicais debateram a atual situação da categoria docente no que se refere às questões judiciais e o posicionamento do governo e do judiciário frente às causas trabalhistas. Do encontro, foi redigido o texto abaixo, destinado a esclarecer os professores e servidores sobre os perigos do investimento em ações judiciais desacompanhadas de uma forte mobilização da categoria.

É crescente a demanda dos servidores públicos federais por resultados judiciais sobre processos econômicos-financeiros que melhorem a grave situação salarial por que passa a categoria. Neste contexto, é compreensível que os professores universitários compartilhem esta realidade de crescente pauperização da classe-média e de falta de perspectiva diante da luta político-sindical.

A categoria docente, assim como o conjunto dos servidores públicos, vem depositando boa parte de suas expectativas nas ações judiciais em curso e em outras ações que vêm se apresentando necessárias para cada intervenção ou medida do governo contra os trabalhadores.

Contudo, neste campo, têm prosperado na mídia, infelizmente com certa fertilidade, matérias jornalísticas pouco esclarecedoras e demagógicas, que visam antes da informação a venda maciça de jornais e outros expedientes.

Por outro lado, alguns profissionais do direito, pouco escrupulosos, utilizam-se de mecanismos vários para propagandear sucessos fugazes e irreais, muitas vezes baseados em teses de discutível amparo jurídico-legal. É preciso, ante este quadro, ter calma e redobrado bom senso.

O conjunto de assessores jurídicos da Regional Rio do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) e das seções sindicais não está alheio às necessidades dos docentes, mas, por outro lado, mantém o espírito crítico, a ética e o discernimento necessário para o enfrentamento desta difícil situação, sem enveredar por aventuras jurídicas ditas fáceis ou tranquilas, cujos resultados finais, na maior parte das vezes, acabam repercutindo no bolso do próprio sindicalizado.

Assessoria Jurídica VPR-RJ e Assessorias Jurídicas AD's Seções Sindicais

JORNAL
ANO IV
11 A 17
DE AGOSTO/97

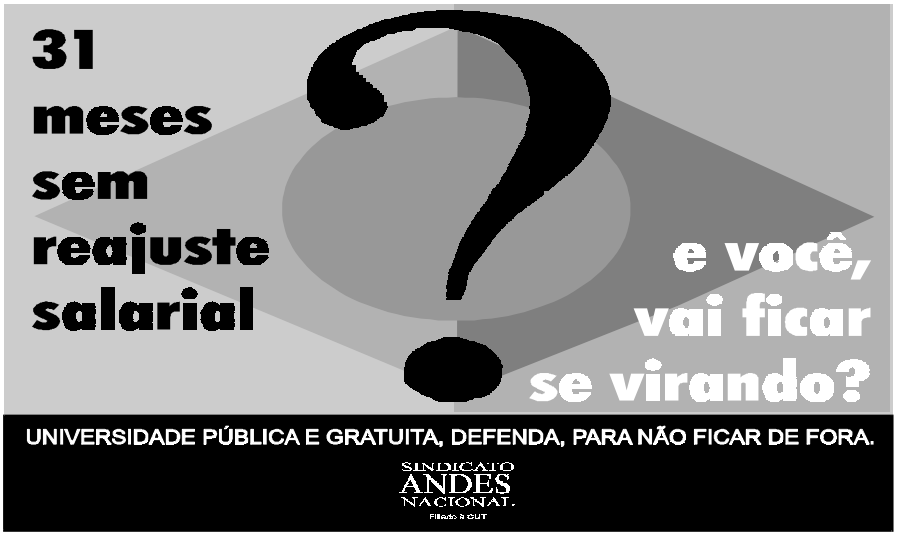
ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Chapa *Adufrj-SSind Autônoma e Democrática* é candidata única à diretoria da Adufrj-SSind

*A chapa **Adufrj-SSind Autônoma e Democrática** foi a única inscrita para as próximas eleições para a diretoria da entidade, recém transformada em Seção Sindical da Andes-SN. A chapa é composta por candidatos a todos os cargos:*
Presidente: Roberto Leher, da Faculdade de Educação;
1º Vice-presidente: Roberto Houaiss, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
2ª Vice-presidente: Philomena Gebran, aposentada do IFCS;
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha, da Escola de Engenharia;
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese, do Colégio de Aplicação;
1º Tesoureiro: José Antonio Martins Simões, do Instituto de Física,
e 2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros, da Escola de Serviço Social.

Na próxima edição, o Jornal da Adufrj-SSind publicará o programa da chapa, cujos principais eixos são democracia, autonomia e salário. As eleições serão nos dias 10, 11 e 12 de setembro e a posse da nova diretoria, para um mandato de dois anos, em 15 de outubro. Até o próximo dia 29, estarão abertas as inscrições para os cargos do Conselho de Representantes.



Andes-SN organiza campanha salarial

Página 12

CNPq define sistema híbrido para bolsas

Páginas 3 e 4

O futuro da Previdência

Páginas 6 e 7

Reunião nas unidades por autonomia universitária e salário digno

Aprofundar a inserção do sindicato e ampliar as oportunidades para um maior contato da direção com a base. O Conselho de Representantes da Adufrj- SSind levantou a idéia e a última Assembléia Geral acatou a sugestão para que a diretoria sistematize a realização de reuniões nas unidades, já a partir deste mês. O objetivo é mobilizar a categoria para a luta pela autonomia universitária e por salário digno. A ação do sindicato vai se dar, de acordo com o pré-calendário elaborado na AG, em oito reuniões, e sempre com um intervalo de duas em duas semanas. As primeiras vão acontecer no Colégio de Aplicação (Cap), entre os dias 18 e 22 de agosto, e em seguida, na Faculdade de Letras, ainda na primeira semana de setembro.

Uma ampla divulgação, às vésperas de cada encontro, será feita nos locais onde as reuniões serão realizadas. Os representantes da Adufrj- SSind estarão organizando as demandas da categoria e, simultaneamente, o sindicato também estará empreendendo campanhas de filiação.

Comissão eleitoral

Como o prazo para a nomeação da comissão eleitoral responsável pela eleição à direção da Adufrj-SSind terminou no último dia 6, e não foi possível concluir o processo de confirmação com todos os indicados, o Conselho de Representantes deliberou pela indicação de 11 nomes. Porém, nem todos deverão integrar a comissão. A confirmação ainda depende inclusive da não candidatura destes a representantes da entidade no Conselho. Ainda durante esta semana, o processo deverá estar concluído. Lembrando que as inscrições para o futuro Conselho de Representantes estarão abertas até o próximo dia 29.

Assessoria jurídica

Desde o ínicio do ano a diretoria da Adufrj-SSind e a assessoria jurídica da entidade estão negociando um novo contrato de prestação de serviços, cujos dois principais pontos são: honorários fixos mensais, ao invés dos 10% sobre o êxito das ações, e plantão para atendimento individual de docentes. O valor dos honorários fixos está sendo negociado. Na última reunião do Conselho de Representantes, a assessora Sayonara Grillo apresentou uma série de ponderações e dados que estão sendo analisados pelo próprio Conselho e pela diretoria.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente:José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Estagiária: Natália Manfredini
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

CNPq define sistema híbrido

Após duras críticas recebidas por toda a comunidade acadêmica e científica, incluindo aí entidades de docentes, pós-graduandos e pesquisadores, o CNPq definiu sua política de concessão de bolsas para o ano de 1998. Ao todo, mais de 6.000 pessoas, além de instituições e entidades, questionaram o novo programa através da rede Internet.

Ainda longe de contemplar os que defendem uma política institucional para a pós-graduação, o Conselho acatou algumas das sugestões apresentadas pela comunidade e irá trabalhar com um modelo híbrido de concessão de bolsas, envolvendo o curso, o pesquisador e o bolsista, determinando dois momentos para o programa. No primeiro, a agência tratará da entrada do aluno na pós-graduação, quando, frequentemente, nem o projeto de dissertação ou tese se encontra totalmente definido, nem tão pouco o vínculo orientador/orientando estabelecido. A segunda fase do programa se destinará ao período em que o bolsista já tem seu orientando e projetos definidos.

De acordo com a reedição do manual de bolsas (http://www.cnpq.br/forms/operativo.html), a idéia do novo modelo é, além do acompanhamento técnico e da aplicação de recursos nos projetos, diferenciar o CNPq da Capes. A esta caberia então a avaliação da pós-graduação como um todo e ao CNPq apenas a avaliação do orientador-pesquisador, o que para o atual governo significa "avaliar a pesquisa".

A vinculação das bolsa de pós diretamente ao pesquisador pode afastar ainda mais do governo e das instituições a idéia do desenvolvimento de uma política nacional de ciência e tecnologia

Ao apresentar a proposta ao CNPq, o curso e seus orientadores serão avaliados tendo-se como referência o conteúdo das pesquisas e não todo o curso.

Desta forma, o grande captador de recursos passa a ser o indivíduo pesquisador, que receberá avaliações a cada período, independente da qualidade do curso ou do grupo de trabalho ao qual está vinculado.

Taxas escolares e de bancada

Pelo novo sistema, as taxas de bancada referentes às bolsas de mestrado continuarão sendo repassadas aos cursos, que direcionam os recursos, de acordo com políticas institucionais. As taxas referente às bolsas dos primeiros anos de doutorado também ficarão sob a responsabilidade dos cursos.

Já as referentes aos bolsistas dos segundo, terceiro e quarto anos serão repassadas diretamente aos orientadores. Os atuais orientadores que não forem habilitados pelo CNPq não receberão nenhum recurso das taxas, que, neste caso, também não serão destinadas aos cursos.

O valor anual das taxas de bancada por bolsista de doutorado está estimado em R$ 4.291,56. O valor da bolsa de doutorado é R$ 1.072,89 e a de mestrado é R$ 724,52, com taxas anuais de bancada anula, por aluno, de R$ 1.738,84.

Avaliação

Os orientadores de doutorado deverão encaminhar anualmente ao CNPq um relatório sobre as atividades acadêmicas e de pesquisa de cada bolsista. O manual estabelece que, diante do cancelamento do vínculo do bolsista com o curso, o orientador deve imediatamente enviar um relatório das atividades até então desenvolvidas.

Para o secretário da SBPC no Rio de Janeiro, pesquisador e professor Ronald Shellard, este é um dos pontos que ainda se mantém com pouca definição no manual. Sua preocupação é com o que chamou de "responsabilidade civil" da bolsa. Ronald lembrou que há casos em que o bolsista desaparece do curso por um período ou até definitivamente e

pergunta: quem responderá pela má utilização da bolsa? Já que tanto estudante quanto orientador, pelo novo manual, devem assinar um termo de compromisso em relação à concessão. “Seria saudável que houvesse normas claras sobre a aplicação das taxas e a prestação de contas”, comenta.

Mas a preocupação do representante da SBPC não se resume à aplicação de recursos, mas também ao caráter de desenvolvimento científico e tecnológico da nova sistemática. Segundo ele, as chamadas ciências experimentais, tão necessárias para o setor produtivo e para as universidades, podem ficar mais em segundo plano ainda, em relação às ciências teóricas.

Ronald lembra que existe no Brasil, até pela falta de recursos destinados ao setor, uma cultura de se privilegiar o desenvolvimento da teoria em relação à prática. “A qualidade da produção depende de experimentação, que demanda recursos, equipamentos e outros custos. Já para uma boa tese teórica, basta apenas um bom computador e uma biblioteca razoável, o que temos disponível em todo o país”.

Política científica

A vinculação da bolsa de pós diretamente ao pesquisador pode afastar ainda mais do governo e das instituições a idéia do desenvolvimento de uma política nacional de ciência e tecnologia. Para Ronald, as universidades também não têm uma política institucional definida, o que reflete a posição de seus pesquisadores.

O que minimiza este processo é que o novo modelo vai começar pelas bolsas de doutorado atingindo, no primeiro momento, as pesquisas já em curso. Os novos pesquisadores, em nível de mestrado, ainda terão alguma chance de obter um contato mais amplo com as áreas e definir, com mais precisão, a qual projeto e objetivos de uma pesquisa gostaria de estar vinculado.

Na opinião de Ronald, na prática, a comunidade vai administrar democraticamente os recursos da agência e mesmo os chamados “notáveis” não vão receber mais do que uma ou duas bolsas, o que irá forçar uma distribuição dos recursos.

O pesquisador participou da 49ª Reunião Anual da SPBC, em Belo Horizonte, onde segundo ele, o presidente da Sociedade, José Galizia Tundisi declarou que o a distribuição regional da ciência é um dos principais problemas deste país.

Vide programas do governo como o Pronex, para o qual, afora algumas instituições “excelentes” das regiões sul e, principalmente sudeste, as demais instituições e universidades definitivamente “dançam” na guerra por recursos e capacidade de desenvolvimento.

A opinião dos estudantes

Ainda inconformada com as mudanças no sistema, a Associação de Pós-graduandos da UFRJ avisa que está engrossando um abaixo assinado, via Internet, a ser encaminhado ao CNPq, na tentativa de barrar o novo manual que, segundo nota publicada nesta edição do jornal da Adufrj (páginas 9 e 10), sofreu apenas algumas modificações ou "recuos", mas que na essência mantém o caráter autoritário da agência.

Aposentados

Andes-SN debate situação dos aposentados

Nos dias 30 e 31 de agosto, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) estará realizazando o V Encontro sobre Assuntos de Aposentadoria buscando aprofundar a discussão sobre os seguintes temas:

- Manutenção do pagamento de aposentados como Encargos do Tesouro Nacional, através do MEC, fora da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".
- Fundos de pensão privados e as propostas governamentais de aposentadoria complementar.
- Participação ou não, e em que medida, dos professores aposentados na vida acadêmica e administrativa da universidade incluindo questões como participação dos professores nos processos eleitorais para escolha de reitor e nos órgãos colegiados das Instituições de Ensino Superior- e retorno à atividade docente.

Programe-se

Encontro sobre Ensino Profissional

Dia 15 de agosto, o Rio sediará o II Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional - "O Ensino Profissional na perspectiva da nova legislação educacional, reforma do Ensino Profissional".

O Seminário será realizado no auditório do CEFET, na Av. Maracanã, 229 - Maracanã, e á uma promoção da Regional Rio do Andes-SN e da Adecefet Ssind.

Estão previstas a participação em uma mesa redonda sobre o tema central as Seções Sindicais do Rio, entre elas a Adufrj; o deputado federal Lindberg Farias (PCdoB); os professores Marise Nogueira Ramos, da Escola Técnica Federal de Química do Rio; Célia Maria Otranto, do Instituto de Educação da Rural e Frederico Falcão, também da Rural, além da própria regional do Andes-SN.

A Política Nacional de Educação será debatida em outra mesa redonda, que contará com a presença de Lúcia Maria Winderly Neves, do Instituto de Educação da UFF, Ana Maria Dantas Soares, do Instituto de Educação da Rural, Paulo César Marques, presidente do Sinasefe-Campos e da coordenadora do GT de Política Educacional do Andes-SN, professora Margarida Carvalho.

A exposição "Estação Ciência", fruto de intercâmbio entre a Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ e a Estação Ciência - Centro de Difusão Científica da Universidade de São Paulo, estará sendo apresentada de 7 a 31 de agosto, na Casa da Ciência, em Botafogo.

JORNALISTA

A Adufrj-SSind está selecionando jornalista para reportagem, redação e editoração eletrônica, para início imediato. Conhecimentos de Word, Page Maker, Corel Draw e programas de comunicação para Internet.

Enviar currículo com pretensão salarial para caixa postal 68531- CEP 21944-970 - Rio de Janeiro - RJ, até o dia 15 de agosto.

Documentos

Estão disponíveis na Adufrj para consulta ou aquisição de cópia os seguintes documentos relativos ao tema Saúde Privada

■**Proposta interministerial de regulamentação dos planos e seguros privados de assistência à saúde.** Esta proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Ministério da Saúde, através do deputado Pinheiro Landin, que é relator da Comissão Especial da Câmara que trata da questão.

■**Anteprojeto de Regulamentação sobre Planos e Seguros Privados**, aprovado em 7 de novembro deste ano pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Este documento foi aprovado em resposta à consulta que o ministro Jatene fez ao CNS quanto à pertinência de medidas propostas por uma Comissão de Notáveis do MS que havia sido por ele encarregada de propor medidas mais amplas para regulamentar o setor de seguros e planos de saúde, já que o PL 1975/96, que o ministro havia encaminhado à Câmara, sobre ressarcimento de despesas ao SUS por esses planos e seguradores recebeu críticas e não foi submetido ao CSN.

■**Estudo técnico sobre a proposta interministerial para a regulamentação de Planos e Seguros de saúde**. Elaborado pela Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Apresenta um histórico sobre a tramitação de proposições sobre o tema no Congresso.

■**Regulamentação dos Planos de Saúde**: O Projeto de Lei do Executivo, de maio de 97. Análise da proposta governamental, aponta suas inconveniências e desrespeito à Constituição e à legislação do SUS, indica as medidas que se fazem necessárias para se contrapor e responder à iniciativa do governo.

■**Previdência:**

Parecer final da proposta do relator senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional para a Previdência Social.

Conjunto de emendas já proposta ao Parecer (200 emendas).

■**E também, Conad:**

Disquete com íntegra das resoluções do XXXIV Conad, realizado mês passado em Palmas (TO).

O futuro da Previdência na linha de tiro

Um ano após a derrota sofrida na Câmara dos Deputados, o governo federal conseguiu resgatar no substitutivo do senador Beni Veras (PSDB/CE) suas propostas de alteração do sistema de seguridade social do país: a famigerada reforma da Previdência. Com o texto aprovado na Comissão Especial do Senado Federal no último dia 23, os holofotes do governo voltam a ofuscar o futuro do trabalhador brasileiro.

Paradoxalmente paralisada com os últimos acontecimentos, a comunidade universitária também foi atingida em cheio por mais esta ofensiva governista, com o fim da aposentadoria especial a que tinham direito os docentes. Os professores, não por acaso são objeto de capítulo especial no Livro Branco da Previdência, um calhamaço de 66 páginas onde estão contidos os princípios universais com que o governo procura demonstrar a necessidade de tais mudanças. Disponível na Internet (http://www.senado.gov.br/web/senador/beniver/previ/httoc.htm), é mais um dos instrumentos utilizados pelo governo para associar os erros do sistema ao setor público e não à gestão inadequada dos recursos destinados à previdência.

Mas engana-se quem acredita que a reforma, caso aprovada nos moldes pretendidos por FHC, seja assunto restrito aos professores aposentados. Surpreendentemente, estes tiveram seus direitos adquiridos resguardados.

Os atingidos serão inexoravelmente os que ingressarem no mercado de trabalho após a promulgação do projeto de emenda, que entre conquistas suprimidas e obrigações acrescidas, não terão mais direito à possibilidade de aposentadoria proporcional. Mas os que ainda não possuem tempo para aposentadoria também não passarão incólumes. Outro ponto danoso do substitutivo do senador Beni Veras é o estabelecimento de idade mínima e tempo de contribuição para aposentadoria: 60 anos com 35 de contribuição para os homens e 55 com 30 para as mulheres, o que significará um acréscimo de 17% no tempo de trabalho, no caso dos homens, e 20%, no caso das mulheres.

Ao se aposentarem, os trabalhadores da ativa mas que ainda não cumpriram os requisitos da atual legislação para aposentadoria serão obrigados a contribuir para a previdência e não terão mais a paridade de remuneração com os da ativa. Esta somente valerá para os que tenham vencimentos até 1.200 reais, acima disto os proventos de aposentadoria sofrerão uma redução gradual de até 30% em relação ao salário da ativa. Os reajustes serão por critérios definidos em lei.

Os trabalhadores em atividade que vierem a se aposentar após as mudanças também estarão sujeitos a regras de transição que combinam idade mínima com tempo de contribuição. O que representará um aumento de 20% no tempo de trabalho para a opção de aposentadoria integral e de 40% para a de aposentadoria proporcional.

Pressão

É certo que ainda não há mudança consolidada, e que votações complicadas são necessárias até que alterações constitucionais tornem-se definitivas (leia matéria sobre tramitação das reformas na página 8). Porém, nunca é cedo para lutar por direitos e conquistas, principalmente quando a briga é contra um governo que não mede esforços nem recursos, ainda que escusos, para ver aprovados os seus projetos.

Fernando Molinos, um dos coordenadores do grupo de trabalho de Seguridade Social da Andes-SN, acredita que o governo certamente vai procurar impor novas alterações regimentais ao Congresso Nacional, visando provocar um ponto final na tramitação da reforma da Previdência ainda na Câmara. Ou seja: fará de tudo para modificar as regras até ver aprovado um texto que lhe seja favorável, e o mais breve possível. Os parlamentares da oposição já estão se mobilizando para neutralizar mais esta tentativa do governo FHC.

Fernando Molinos aponta a pressão sobre os parlamentares como uma das armas mais eficazes na luta pela manutenção das conquistas sociais garantidas na Constituição. Sobretudo a pressão exercida nos estados de origem dos parlamentares, pois as medidas repressivas no Congresso Nacional têm sido cada vez maiores, dificultando o contato com os representantes da sociedade no parlamento.

Os movimentos organizados também estão se mexendo. Uma frente parlamentar e de entidades civis e militares em defesa da Previdência Social, que reuniu mais de 40 entidades sindicais na última quinta-feira em Brasília, estabeleceu diversas estratégias de atuação. Todas no sentido de rejeitar integralmente a reforma da Previdência. "Não há como melhorar este projeto", afirmou Molinos. Na reunião, também foi distribuída uma cartilha editada sob a forma de história em quadrinhos para orientar a população sobre os prejuízos que esta reforma poderá impingir, e também, a análise do substitutivo Beni Veras, realizada pela assessoria do deputado Paulo Paim (PT-RS).

O Andes-SN e o conjunto dos servidores públicos federais estão avaliando e definindo a estratégia em relação às votações das reformas constitucionais. Na plenária dos SPF realizada no último final de semana em Brasília, deliberou-se pela criação de um fórum das assessorias jurídicas de todas as entidades nacionais para formular o posicionamento frente ao conjunto de medidas provisórias do governo FHC, inclusive quanto à portaria do Ministério da Fazenda que impede o pagamento das decisões judiciais.

Senão, as surpresas desagradáveis não irão parar. Como o artigo 19 do substitutivo do senador do PSDB, que transforma a atual CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), prevista para acabar em fevereiro próximo, em CMF (Contribuição sobre Movimentação Financeira).

O que o governo planeja é que, além de financiar diretamente a saúde, a finalidade original da CPMF, o trabalhador brasileiro também passe a financiar a seguridade social. O que vai de encontro à declaração do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, na semana passada, em Brasília. Durante as comemorações do Dia Nacional da Saúde, ele defendeu a prorrogação da CPMF.

Tramitação das reformas constitucionais no Congresso

A tramitação dos projetos de emenda constitucional enviados pelo governo federal ao Congresso Nacional, sejam de qualquer natureza, é sempre a mesma. De início, necessariamente eles devem passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, para que possam receber o parecer de admissibilidade (quando se verifica se o texto não fere as chamadas cláusulas pétreas, de que trata o artigo 60, parágrafo 4º da Constituição). Esta etapa inicial de tramitação tem um prazo de 10 sessões ordinárias da Câmara, ou 10 dias úteis.

Passada esta fase, a emenda é encaminhada a uma Comissão Especial, constituída pelo presidente da Casa e integrada por 30 deputados indicados pelas lideranças partidárias para se pronunciarem sobre o mérito da proposta. Agora, o prazo é de até 40 sessões ordinárias, onde é permitido também a apresentação de emendas nas primeiras 10 sessões, desde que subscritas por um terço dos deputados. A Comissão terá presidente e relator, este último com poderes especiais para alterar livremente a proposta original.

Aprovado o parecer, a proposta vai para a Ordem do Dia da Câmara, onde é submetida a duas votações em plenário, com intervalo de cinco sessões entre um turno e outro. Desde que obtenha em cada um deles no mínimo 3/5 ou 308 votos favoráveis dos deputados (60% da composição da Casa), ela é considerada aprovada e automaticamente encaminhada ao Senado Federal.

No Senado, a proposta é submetida primeiramente ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também se pronuncia sobre o mérito da matéria, em prazo de até 30 dias. Aprovado o parecer, ele é incluído na Ordem do Dia por cinco sessões (cinco dia úteis), durante as quais além de discutirem o texto, os senadores podem emendá-lo, desde que contem com o apoio de 1/3 dos representantes da Casa.

Em caso de emenda nesta fase de discussão, a proposta retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que os senadores, num prazo de até 30 dias, possam se pronunciar. Não havendo emendas nestas cinco sessões, a proposta é encaminhada ao plenário, onde é considerada aprovada se obtiver, em dois turnos, 3/5 dos votos - pelo menos 49 favoráveis.

Aprovada sem alterações no Senado, a matéria vai à promulgação. Caso seja alterada nas votações de plenário, retorna à Câmara onde percorre o novamente o mesmo processo de tramitação. A partir de então, somente será considerada aprovada e promulgada se obtiver 3/5 dos votos dos deputados em dois turnos de votação.

Fonte: Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

Sindicalismo e Política A trajetória da CUT

A Editora Scrita está lançando Sindicalismo e Política - A trajetória da CUT, do professor Iram Jácome Rodrigues.
Surgida em 1983, a maior e mais dinâmica central sindical do país estava por merecer um estudo como este. Nele, o leitor encontrará uma rica e bem fundada descrição das circunstâncias que levaram ao surgimento da CUT, das resoluções aprovadas em seus congressos, das tendências ideológicas existentes em seu interior e as relações com forças políticas externas.
Sindicalismo e Política - A trajetória da CUT não se trata apenas da história da CUT. É um livro de sociologia política. Iram Jácome Rodrigues é um sociólogo preocupado com as questões ligadas ao sindicalismo e às classes trabalhadoras. As simpatias do autor pelo seu objeto não ofuscam o pesquisador, o analista dos processos de mudanças e dos problemas que a consolidação e a expansão da CUT trouxeram para a própria entidade.
Iram Jácome Rodrigues é mestre em Ciência Política e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente, professor do departamento de Economia da USP.
Nº de páginas: 288 preço: 23,30
Editora Scritta

Movimento de Pós-graduandos da UFRJ

A APG provisória da UFRJ tem se reunido sistematicamente às sextas-feiras. O objetivo inicial destas reuniões era a preparação da assembléia que deve se realizar no dia 19 de agosto para a votação do Estatuto da APG. Debate-se ainda nestas reuniões se corresponde incluir na pauta desta Assembléia a eleição de Diretoria e Representantes no CONSUNI e CPPD. Essa proposta de trabalho foi tirada no Encontro dos Pós-Graduandos da UFRJ, realizado no dia 10 de junho, e, por si só, já consumiria o tempo que os pós-graduandos participantes têm dedicado à reativação da APG/UFRJ. Estamos envolvidos não só com a elaboração do Estatuto, mas também com a discussão de questões como a representatividade em todas as instâncias da pós-graduação na universidade, a busca de informações sobre a representação dos pós-graduandos nas diversas instâncias da mesma, a busca dos regimentos internos de todos os conselhos da universidade, enfim, a reativação da APG, com data prevista para o dia 19 de agosto, já é uma tarefa de fôlego.

Medidas arbitrárias e autoritárias direcionadas à pós-graduação têm, entretanto, nos obrigado a dividir o espaço da reunião entre a discussão das mesmas e a reativação da APG. Mesmo com o seu caráter de provisoriedade, a atual APG não tem se omitido diante das situações urgentes e graves que constantemente nos atropelam. A urgência e a gravidade de tais situações está diretamente relacionada, é bom lembrar, à arbitrariedade e ao autoritarismo de que se investem, apostando talvez exatamente na desmobilização dos pós-graduandos, na ausência de resposta e de reação às mesmas.

Primeiro foram as novas medidas de distribuição de bolsas do CNPq. Elas foram discutidas em nossas reuniões, tiramos uma posição do grupo, que foi levada por um de nossos representantes a uma reunião da Associação Nacional dos Pós-Graduandos com o CNPq, em junho, em Brasília. Além disso, procuramos participar de outros fóruns de discussão sobre as mesmas. A arbitrariedade e o autoritarismo se evidenciaram na reunião com o CNPq: a intenção era a de *comunicar* o lançamento do manual com as novas medidas, mais do que discuti-lo. Até o dia 30 de junho, aceitava-se sugestões de pequenas modificações, detalhes do manual, mas a essência de seu conteúdo não seria mudada, essa foi a advertência feita de antemão aos representantes dos pós-graduandos. Esse tipo de reunião caracteriza-se muito mais por uma tentativa de legitimação das tais medidas autoritárias, decididas em gabinetes, do que pela abertura ao debate efetivamente democrático. Mas nosso representante não deixou de manifestar nossa posição de repúdio às novas medidas de distribuição de bolsas na reunião com a Prof ª. Marisa Cassim (diretora do CNPq), reunião esta que acabou se tornando bastante polêmica, principalmente no momento em que contou com a presença do Prof. Tundisi (Presidente do CNPq). Atualmente, o Manual foi reeditado, com algumas modificações que podem ser consideradas recuos, e persiste a intenção na comunidade acadêmica de frear estas reformas (está sendo encaminhado um abaixo assinado eletrônico), até uma profunda discussão da realidade da pós-graduação no pais e a formulação de medidas efetivas para sua melhoria.

No âmbito interno da UFRJ, é o desvio das taxas acadêmicas da Capes que tem nos mobilizado há três semanas aproximadamente. Foi esse um dos principais assuntos de nossa reunião no dia 25/07, e a ele queremos por hora nos deter. O que aqui nos interessa não é exatamente o fato em si, mas o que ele envolve, e esse foi o objeto de nossa discussão.

O fato já foi noticiado em dois artigos no jornal da Adufrj, em poucas palavras: as taxas acadêmicas da Capes - recursos destinados exclusivamente ao desenvolvimento das atividades e serviços de cursos de pós-graduação no país - foram alocadas pela sub-reitoria de finanças para o pagamento de outras despesas da universidade (terceiros), ameaçada, segundo o reitor, de fechar por falta de verba.

Em reunião no dia 04/07, o assunto foi debatido pelos conselheiros do CEPG (Conselho de Ensino para Graduados). Além do prejuízo causado pelo desvio das taxas acadêmicas de 1996 e 97, o que estava em jogo era também a postura do próprio CEPG junto à Capes, uma vez que é ele que responde pela pós-graduação na UFRJ. Ciente de que as taxas acadêmicas estavam sendo desviadas para o pagamento de outras despesas, sem o menor poder de decisão sobre a utilização das mesmas, uma vez que elas vão direto para a sub-reitoria de finanças e que esta e a reitoria transformaram o valor das taxas acadêmicas em *orçamentário* (uma espécie de crédito dado aos cursos para ser empenhado junto aos fornecedores), o que acabou por colocar os coordenadores de cursos em uma posição difícil junto aos fornecedores e que estes começavam a se recusar a negociar com a UFRJ, o CEPG deparava-se então com uma decisão arbitrária da reitoria e da sub-reitoria de finanças que parecia estar produzindo sérias conseqüências em efeito cascata. Assim, várias questões estavam ali colocadas: 1) Como é/está a relação entre SR-02 e SR-03? 2) Como é/está a relação da reitoria com ambas, a SR-02 e a SR-03? 2) Que atitude o CEPG deveria tomar junto à SR-03 e à própria reitoria? 3) Que atitude tomar frente à Capes? Denunciar o que está acontecendo na universidade? Essa denúncia comprometeria a UFRJ junto à Capes?

Enfim, após um debate que tocou em algumas destas questões, e no qual pôde-se perceber que tratava-se de uma questão política entre SR-02 e SR-03 e entre a reitoria e ambas, decidiu-se chamar o reitor e a SR-03 para a sessão seguinte do CEPG, para a qual também seriam convidados os coordenadores de curso. Presentes na reunião, assis-

tindo a toda essa discussão sobre um assunto que nos diz respeito diretamente, nós, representantes dos pós-graduandos no CEPG, nos manifestamos, dizendo que também compareceríamos à reunião com o reitor.

Compreendendo o espaço do CEPG enquanto um *espaço público*, em uma *universidade pública*, no qual tanto as informações veiculadas quanto os debates sobre a pós-graduação são *públicos*, decidimos, em reunião da APG provisória daquela mesma sexta-feira, divulgar o acontecido na reunião do CEPG e convocar os pós-graduandos para comparecerem à mesma, em uma matéria publicada no jornal da Adufrj, uma vez que o assunto era de *interesse público*. Na sexta-feira seguinte, comparecemos à esperada reunião, a qual, para nossa surpresa, o reitor e o sub-reitor de finanças não compareceram. A reunião com eles havia sido adiada para segunda-feira, dia 14, às 9h. Nós, apesar de estarmos acompanhando sistematicamente as reuniões do CEPG, não fomos sequer avisados da mudança de data da reunião, mas comparecemos no dia 14.

O reitor, em seu discurso, parece ter ficado surpreso com o *alarde* feito em torno das taxas acadêmicas, ou seja, não gostou da *divulgação pública* do fato, e retratou-se junto ao CEPG, dizendo que reconhecia ter se afastado do mesmo, que, no início de sua gestão, comparecia às reuniões pelo menos uma vez por mês, que iria voltar a fazê-lo, uma vez que, se estivesse mais próximo ao CEPG, talvez o *alarde* não tivesse sido tão grande. Disse também que a SR-03 passaria a mandar um relatório financeiro trimestralmente ao CEPG.

Nossa posição diante do episódio, discutida na reunião de sexta-feira, é que é evidente que há uma questão política entre SR-02 e SR-03 e entre a reitoria e ambas. Parece haver, por parte da reitoria, uma supervalorização da SR-03 em relação à SR-02, o que leva a primeira a, junto com o reitor, deliberar arbitrariamente sobre assuntos que dizem respeito à segunda sem consultá-la. Todas as questões dos pós-graduandos passam diretamente pela SR-02, é a ela que recorremos, e essa não é a primeira vez que nos damos conta de que somos reféns da SR-03, o mesmo aconteceu com a tutoria no ano passado. Essa supervalorização de uma sub-reitoria em detrimento de outras leva a abusos de poder por parte daqueles que ocupam seus cargos e a um profundo desrespeito para com as demais sub-reitorias e à comunidade universitária como um todo. No ano passado, por exemplo, presenciamos uma reunião do CEPG na qual o Professor Façanha era ansiosamente esperado por todos os conselheiros para uma prestação de contas sobre a situação orçamentária da universidade. Nós estávamos iniciando nosso acompanhamento das reuniões do CEPG e estávamos ali para aproveitar a oportunidade para pedir esclarecimentos quanto ao pagamento da tutoria, não sabíamos da questão das taxas acadêmicas, mas ela, sem dúvida, já existia. O Prof. Façanha simplesmente não apareceu e não deu a menor satisfação. Um sub-reitor que se outorga o direito de agir de forma tão desrespeitosa para com o Conselho de Ensino para Pós-Graduados da UFRJ, não se dando nem ao trabalho de dar uma satisfação, sabe qual é *o tamanho de suas costas* nesta universidade.

Gostaríamos ainda de observar que a medida arbitrária de usar indevidamente a verba das taxas acadêmicas não nos parece em nada, ao contrário do que afirma o reitor Paulo Alcântara, uma medida que contribua para a universidade no estado em que ela está hoje. Desviar verbas de um lugar para outro para *tapar os buracos* da universidade é, isto sim, contribuir cada vez mais para o seu desmonte, é estar a serviço da *política do real,* é fingir que *estamos todos bem*, comendo melhor, consumindo mais, etc., etc., etc. O reitor está tentando, e isto ele afirma publicamente, manter a universidade funcionando a qualquer preço, conclama todos os segmentos a se unirem para isso. É isso que queremos, manter a universidade funcionando a qualquer preço? Se levantarmos essa bandeira, correremos o risco de, muito em breve, por falta de responsabilidade e de compromisso com o caráter público da universidade, nos darmos conta de que ela acabou enquanto deixávamos que tapassem os seus buracos. É assustador verificar, por exemplo, que o pessoal da limpeza parou de trabalhar porque não recebia há dez meses; que apesar de estar precisando urgentemente de professores, os novos professores concursados não estavam assumindo porque o Diário Oficial não publicava as nomeações devido a uma dívida gigantesca que a UFRJ tem com a Imprensa Nacional; que as taxas acadêmicas estão sendo desviadas; que a luz pode, a qualquer momento, ser cortada; que há fornecedores ameaçando retirar equipamentos da universidade.

O reitor criticou publicamente, na reunião, a UFMG, por ter fechado o hospital universitário, dizendo que aquela universidade já havia começado a cirurgia e que isso não iria acontecer na UFRJ. Antes de nos deixarmos seduzir pelo *discurso de resistência* de nosso reitor, temos que nos perguntar: Quem foi que começou a cirurgia? Quem fechou as portas porque não havia verba ou quem mantém as portas abertas a qualquer preço? Se não há verba para manter a universidade funcionando e ela pára, a situação da universidade hoje torna-se efetivamente pública, passa a ser objeto de debate e de reivindicação da sociedade como um todo.

Ao *tapar os buracos*, a reitoria está remediando uma situação que tem efeito cascata, as dívidas estão rolando! Só esperamos que a coragem que essa gestão está tendo para manter a universidade funcionando a qualquer preço, ela também a tenha para prestar contas sobre a situação financeira da universidade. Se a situação é crítica, ela tem que ser tornada pública e não remediada em gabinetes. Queremos saber o valor da dívida da UFRJ, queremos falar com o cirurgião, saber até onde foi a cirurgia constituída das várias operações de tira daqui e põe ali. Cabe a toda a comunidade universitária decidir se quer correr o risco de dar de cara com o "Frankstein" que pode sair desta cirurgia ou não.

Educação

Seminário em Brasília discute reforma do ensino técnico

Agência Andes - Entidades sindicais, institucionais, estudantis e parlamentares da esquerda resolveram declarar guerra ao decreto 2208/97 do MEC que extingue o ensino técnico integrado de segundo grau e obriga o estudante a frequentar integralmente o curso regular de segundo grau caso queira concorrer a uma vaga na universidade. O grupo se reuniu semana passada, no Espaço Cultural da Câmara para participar do seminário "Ensino Médio e Educação Profissional", promovido pela Comissão de Educação da casa.

No encontro ficou definido que, caso o projeto de Decreto Legislativo do deputado Luciano Zica, que susta os efeitos do decreto do MEC, não tenha resultados positivos, os partidos de oposição deverão encaminhar Ações Diretas de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal.

"As reformas não podem ser uma imposição do Governo Federal, na área educacional, quem faz somos nós, professores e alunos", disse a professora Cássia Kuenzer, diretora do setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. "O que de melhor houve no debate da LDB, a riqueza de opiniões de representantes de vários segmentos organizados da sociedade civil, tido fica anulado diante deste decreto", acrescentou.

A coordenadora do GT de Política Educacional do Andes-SN, professora Maria da Graça Bollmann, propôs levar os encaminhamentos apresentados no Seminário para uma reunião extraordinária da entidade, prevista para o dia 18 deste mês. "O II Coned (Congresso Nacional de Educação) é que vai oferecer uma proposta de política educacional", enfatizou.

Justificativa

Segundo o deputado Luciano Zica, o decreto representa um atraso de quarenta anos na história do ensino técnico no país. Para ele, o documento deixa clara a visão taylorista/fordista com que se encara o ensino técnico: desvincula o aprendizado operacional do conceitual. "Não se pode admitir métodos de aprendizagem assistemáticos e improvisados. O trabalhador necessita de conhecimentos de conteúdos formais, aprender a pensar e aprender a aprender", diz Luciano.

O presidente da Comissão de Educação, deputado Severiano Alves (PDT-BA), garantiu apoio à iniciativa de Zica, prometendo estabelecer um canal de diálogo com o Ministério da Educação para que o problema seja resolvido o mais rápido possível. Isso porque falta pouco mais de um mês para o término do prazo dado às escolas pelo Decreto governamental para que essas se adequem às novas regras do sistema de ensino.

Jurídico

Advogados das seções sindicais discutem ações dos docentes

O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) promoverá, em Brasília, nos dias 22 e 23 de agosto um encontro com todos os advogados e assessores jurídicos do sindicato e suas seções sindicais.

O objetivo é tratar de temas que vêm afetando a categoria e afinar a intervenção dos assessores locais juntamente com as ações da assessoria nacional.

Estão na pauta do encontro a questão dos 28,%; o reajuste de 47,94% (defasagem relativa ao Plano Real); o reajuste de 3% em janeiro de 1995; a redução da contribuição para o PSS (de 12% para 6%); as ações rescisórias de planos econômicos; a reedição de medidas provisórias e seus reflexos para a categoria; o abono pecuniário; a redução de gratificações na aposentadoria; as reformas constitucionais e as consequências para os professores; a convenção 158 da OIT e a reforma do poder judiciário.

A Adufrj-Ssind estará presente em Brasília com sua assessoria e participará de um encontro regional preparatório, no dia 18, na sede da Regional Rio do Andes-SN.

Setor organiza campanha salarial

Na maior reunião do setor das Federais da Andes-SN deste ano, as 29 seções sindicais presentes atualizaram as informações sobre a tramitação das reformas constitucionais e definiram pontos para a construção da campanha salarial e em defesa da autonomia universitária: eixos de luta do sindicato para este ano. O encontro ocorreu nos dias 8 e 9 de agosto.

A Campanha Salarial foi o ponto mais discutido da reunião. Os docentes indicaram o reinicio imediato dos trabalhos do GT Verbas, com a proposta de se efetivar um estudo do piso nacional dos docentes, ou um salário inicial para a carreira, que é constitucional e já está previsto pelo PUCRCE.

As seções sindicais Adufrj, Aduff e Adusfcar já possuem estudos sobre o piso, encaminhados ao Sindicato desde 94. O estudo será feito para se obter um valor mínimo para o reconhecimento do trabalho do professor universitário dentro da proposta de carreira do Sindicato.

Além do piso, o GT Verbas se encarregará de estudar um reajuste salarial emergencial e uma política salarial para apresentação na data-base dos servidores. Tanto a proposta do reajuste quanto a de uma política salarial deverão ser discutidas com as demais categorias dos servidores públicos federais.

Autonomia

No sábado, dia 9, chegou aos presentes a notícia de que o MEC encaminhou diretamente ao deputado Paulo Bornhausem uma nova versão para proposta de Emenda Constitucional que altera o artigo 207 (PEC 370), que trata da autonomia universitária. Sem que nenhum deputado da Comissão que estuda a PEC tomasse conhecimento, o governo encaminhou sua nova proposta diretamente ao relator, Bornhausem.

O novo texto apresentado pelo MEC altera os artigos referente às aposentadorias dos servidores das universidades federais e na forma de contratação destas instituições. A idéia do governo é com o novo texto compatibilizar o seu projeto de autonomia com as reformas da previdência e administrativa, já em curso.

Foi informado também que existe uma proposta de Lei Orgânica das universidades, formulada pela Andifes e, segundo participantes do Setor, gerada em gabinetes de reitores, sem a participação das comunidades de cada universidade.

Até hoje apenas três universidades, através de seus conselhos máximos, se posicionaram contra qualquer alteração no artigo 207 da CF: UFRJ, UFPE e UFRGS. O Setor indicou às seções sindicais que trabalhem em suas respectivas universidades para que as instituições e seus reitores se manifestem contra a PEC370.

Vale lembrar que o fato de uma instituição ser formalmente contra a proposta do governo não elimina a possibilidade de que se posicione a favor de uma lei orgânica que, na prática, implemente todas as mudanças previstas na PEC, entre elas as mudanças na aposentadoria, na contratação, o orçamento global etc.

Campanha de Mídia

A campanha em defesa da autonomia e por salários vai ser deflagrada pelo Sindicato a partir de 25 de agosto, quando canais de TVs, rádios, revistas e diversos veículos estarão circulando com a propaganda do Andes-SN esclarecendo a população e a própria categoria da necessidade de se lutar pela universidade pública e por melhores condições de trabalho para aqueles que a tornam realidade.

Plenária dos SPFs

A Plenária dos sevidores públicos federais, que aconteceu no dia 10, decidiu encaminhar ao 9º Congresso da CUT a proposta de construção de uma greve geral dos trabalhadores.

Foi aprovado um ato nacional a ser realizado em Brasília, no dia 20 de agosto. O ato será contra as reformas da Previdência e Administrativa e terá também a participação de trabalhadores do setor privado, já que setembro é o mês da data-base de categorias como metalúrgicos e bancários.

JORNAL
ANO IV
18 A 24
DE AGOSTO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

UFRJ sofre as consequências da política tecnocrata do governo

Paginas 3 e 4

Estudo desmente governo em relação à previdência

Paginas 7 e 8

Reunião
Escola de Serviço Social

Adufrj-SSind convida professores e técnicos-administrativos para discussão sobre autonomia e salários

Dia 20, às 12h, na sala 10, com a presença da professora Sara Nigri Goldman (ESS)

UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA, DEFENDA, PARA NÃO FICAR DE FORA.

SINDICATO ANDES NACIONAL
Filiado à CUT

Eleições na Adufrj-SSind

Leia o programa da Chapa Andes Autônoma e Democrática, única chapa inscrita para a eleição da próxima diretoria, biênio 97/99, nas páginas 11 e 12 desta edição. A eleição acontece nos 10, 11, 12 de setembro.

Assembléia Geral (Estatuinte) de Pós-Graduandos da UFRJ

Terça-feira, dia 19, às 9 horas
Auditório G-122 - Centro de Tecnologia

Pauta

- Debate e aprovação do Estatuto da APG-UFRJ
- Decisão sobre eleição da Coordenadoria da APG-UFRJ
- Eleição de delegados para o XIII Congresso Nacional de Pós-Graduandos

O exemplar da revista pode ser adquirido na sede da Adufrj SSind, por R$ 10,00.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Foi lançada no Conad de Palmas - TO o número 13 da revista Universidade e Sociedade, uma publicação do Sindicato Nacional dos Docentes, Andes-SN.

O tema central da revista é o trabalho e desemprego no Brasil de hoje com artigos centrados nas transformações do mundo do trabalho, estimuladas pela expansão da ideologia neoliberal e que criam um conjunto de situações novas com as quais o trabalhador brasileiro ainda não está habituado.

A primeira seção da revista apresenta uma contribuição singular para o debate nacional sobre a questão que abrange do campo educacional aos recentes gritos da terra assumidos pelo MST. A revista traz também uma entrevista com o líder do movimento dos trabalhadores rurais, João Pedro Stédile. O empenho da Andes em tematizar Trabalho e Desemprego no Brasil, rediscutindo o caráter do trabalho para a constituição do ser humano, demonstra a intenção e a disposição de levar adiante seus compromissos sociais, enquanto movimento organizado da categoria docente das instituições de ensino superior. A Andes continua afirmando seu não-comprometimento com a lucratividade e rentabilidade da produção sob a proteção do "novo" capitalismo e ressalta sua intransigente defesa dos trabalhadores ameaçados de serem excluídos como sujeitos da história.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha **1º Vice:** Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- **Instituto de Física:** José A. M. Simões
- **Instituto de Química:** Claudia Moraes de Rezende
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- **Escola de Serviço Social:** Francisco Ary Medeiros
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- **Instituto de Psicologia:** Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- **Colégio de Aplicação:** Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- **Instituto de Microbiologia:** Iná Pires de Carvalho
- **Escola de Educação Física:** Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- **Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva:** Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- **Escola de Engenharia:** Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- **Instituto de Ciências Biomédicas:** Elizabeth Baldo Correa

Consuni à beira de um ataque de nervos

Falta tudo na UFRJ. De segurança à xerox. Sem dinheiro, reitoria se assume a lógica empresarial do governo Fernando Henrique e renega a segundo plano a manutenção de uma política acadêmica de qualidade.

Semana passada, o Conselho Universitário da UFRJ não deliberou sobre questões de pauta por falta de quórum. Prática que vem se repetindo ao longo dos últimos meses e inviabilizando a discussão sobre temas fundamentais para a sobrevivência do trabalho desenvolvido pela comunidade universitária.

Modificação nas regras para realização de concurso para a carreira docente; estágio probatório; modernização e qualificação do ensino superior, e recuperação e ampliação das universidades (propostas do MEC); diretrizes para prestação de serviços do CCS; tudo isso constava da pauta ordinária deste Consuni. Mais uma vez inviabilizado pela ausência de seus representantes.

Estavam previstas, também, em uma sessão especial, a discussão e deliberação sobre a inclusão da representação dos técnico-administrativos no Consuni, marcadas para às 9:30h. Perto das 11h, o vice-reitor, professor Vilhena, constatou a impossibilidade de iniciar os trabalhos e abriu para o expediente, um festival de lamúrias, indignação e reclames sobre a falta de manutenção e condições de trabalho na instituição.

Alunos, professores, técnicos-administrativos e alguns membros do conselho manifestaram posições de desespero e repúdio diante da situação caótica em que se encontra a universidade.

Entre outros problemas apontados, como a total falta de verba para os programa de bolsas e outras atividades acadêmicas, a falta de segurança e a sujeira nos *campi* foram objetos de críticas à reitoria. Os representantes dos estudantes, Renato Athaide(Cinco) e Luiz Henrique, deram voz as reclamações dos mais de cem estudantes presentes: professores, pagamento das bolsas estudantis em atraso, recursos para os programas de bolsas acadêmicas e de auxílio, limpeza das unidades e segurança, em especial no CCS.

Foi denunciado pelos estudantes um caso de estupro que teria ocorrido nos últimos dias, nos corredores do subsolo do Centro. Quatro furtos de carros em um só dia, assaltos e agressões constantes também foram relatados pelos alunos tensos e revoltados. A decana do CCS, professora Vera Halfoun, confirmou o estado precário da vigilância, mas disse não ter recebido nenhuma denúncia oficial de casos como o da violência à estudante. O CCS possui 11 portarias e conta hoje com apenas oito seguranças, entre servidores e terceirizados. O motivo: corte nas despesas com vigilância.

A falta de segurança do CCS desencadeou uma sessão de justificações por parte dos sub-reitores e de acusações por parte de estudantes, alguns conselheiros e funcionários.

Já há algumas administrações que a UFRJ, assim como as demais universidades públicas, vem se adaptando aos cortes orçamentários impostos pelo governo e com isso deteriorando cada vez mais o sistema de manutenção das atividades na instituição.

Para o sub-reitor de patrimônio e finanças (SR3), professor Façanha, o problema da falta de verbas estaria no método utilizado para a distribuição, no orçamento da União, de recursos para as Ifes, prejudicando

as chamadas "grandes" universidades, como a UFRJ - já que o "bolo" é dividido pela média da produtividade de todas as instituições.

Uma das últimas medidas econômicas da reitoria foi sobre a vigilância nos campi. Sem enfrentar o governo e impossibilitada de realizar concursos públicos, a universidade investe pesado em serviços terceirizados. Um segurança contratado custa para a UFRJ, segundo informou o sub-reitor de patrimônio e finanças, R$ 4.000,00. Na verdade, este trabalhador recebe, em média, da empresa contratada, R$ 350,00 por mês trabalhado. O mesmo segurança, servidor concursado, recebe cerca de R$ 600,00.

Façanha justificou a crise pela queda vertiginosa dos chamados recursos próprios que, durante o período inflacionário, eram obtidos através de aplicações alguns recursos em letras do Tesouro. O orçamento do governo para as universidades públicas federais, também minguou nos três últimos anos. Nos anos de 1995 e 96, segundo ele, a UFRJ contou com valores entre 19 e 27 milhões para despesa com serviços de manutenção e atividades como bolsas de estudo - que não estão previstas no orçamento da União. Este ano, a universidade teria dado início às atividades com cerca de 3 milhões. Diante do quadro, falta dinheiro para os serviços básicos. Do xerox às ligações telefônicas, passando pela limpeza de banheiros.

A crise no Instituto de Química

O professor Chaloub, representante do CCMN, comunicou a disposição dos departamentos do IQ de radicalizar a posição de não dar início aos cursos experimentais, o que já vinha prejudicando alunos de diversas unidades. Com um passivo da ordem de R$ 138 mil, o Instituto se viu impossibilitado de comprar materiais reagentes utilizados nos cursos práticos. Sem crédito na praça, os fornecedores se negaram a entregar os reagentes. Nada menos do que 140 turmas foram atingidas.

Diante da pressão dos departamentos, a reitoria destinou há duas semanas 40 mil reais ao Instituto, como recursos liberados. Um dia antes do Consuni, na quarta-feira, o IQ recebeu outros 20 mil, e nesta semana receberá mais 20 mil a serem somados aos 138 mil da dívida.

O Consuni deveria ter deliberado sobre alterações no estatuto da UFRJ para definir a representação dos técnicos-administrativos na instância máxima da universidade. O relator da matéria, professor Edson Absala, apresentaria a proposta de divisão do percentual da representação discente com a representação dos funcionários, mantendo o percentual de 70% para os docentes. As quinze cadeiras já garantidas para os estudantes seriam então reduzidas para oito, cota sugerida pelo parecer também para os técnicos. Ou seja, 70% das vagas para os professores, 15 e 15 por cento para alunos e funcionários, como define o MEC.
Nem os técnicos, representados pelo Sintufrj aceitam a cota de oito assentos - reivindicam no mínimo 1/5 da representação no Conselho, ou 15 assentos -, nem os estudantes aceitam a redução de sua representação.

Bolsas

O monitor e conselheiro Luiz Henrique cobrou da SR1 e do DAEC - - a efetivação do programa de bolsas para o segundo semestre. Emocionado, o estudante apresentou o manual de vagas para o vestibular de 98, e acusou a universidade de estar promovendo propaganda enganosa ao oferecer para os futuros estudantes bolsas de iniciação científica e laboratórios do Instituto de Psicologia, que segundo o conselheiro, não existem. Luiz Henrique disse que dos 2 milhões destinados este ano para as bolsas estudantis, 1,2 milhão foram repassados para o alojamento e os 800 mil restantes já foram usados para outros fins.

O Representante do Sintufrj, Fortunato Mauro, lembrou que esta é a lógica administrativa do Mare, reproduzida fielmente pelo MEC e pelas reitorias. Ao cortar gastos com atividades acadêmicas e não lutar pela abertura de concursos públicos, a reitoria faz o papel de agente do governo: é devedora de serviços públicos como telefonia, luz e outros; é considerada mal pagadora por fornecedores; mas, ao mesmo tempo, não abre mão de serviços terceirizados, como a vigilância, limpeza, capinagem e outros, transferindo dinheiro público para as contas de empresas privadas, favorecidas pela deteriorização do serviço público promovida pelo governo federal.

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Será realizado no Campus da UFMG, de 6 a 9 de novembro, o II Coned, Congresso Nacional de Edcucação, cujo tema geral é Educação, Democracia e Qualidade Social. O II Coned tem a responsabilidade da consolidação de uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple, seja na sua construção, seja no seu conteúdo, a participação democrática de amplos segmentos da sociedade, apontando, portanto, para uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Social para a maioria da população brasileira.

Temas e subtemas

1) Organização da Educação Nacional

- Políticas sociais e política educacional no contexto do neoliberalismo

- Sistema nacional de educação: sistemas federal, estaduais e municipais articulados e voltados à inclusão social

- Mecanismos de deliberação, execução e avaliação da política educacional

2) Níveis e Modalidades de Educação

- Caracterização, análise e diagnóstico da situação educacional brasileira

- Concepções e políticas articuladoras, voltadas para a educação de qualidade social

- Definição de propostas educacionais, alternativas para atender as necessidades da maioria da população

3) Gestão Democrática da Educação

- Concepções e mecanismos de gestão democrática da educação

- Poder público: autonomia, representatividade social e construção de cidadania

- Formas alternativas de gestão democrática e estratégias de implementação

4) Financiamento da Educação

- Política de financiamento vigente e vinculação de recursos. Fundos, salário-educação, isenção fiscal etc.

- Análises dos recursos aplicados à manutenção e ao desenvolvimento da educação: necessidades X destinações, em termos de percentual do PIB

- Processos de acompanhamento, avaliação e controle de recursos públicos para a educação de qualidade social.

5) Formação de Profissionais da Educação

- Concepções de formação profissional e de condições de trabalho, carreira

- Análise dos cursos de formação, inicial e continuada, nos vários níveis e modalidades: articulação, especialidades e problemas

- Definição de políticas adequadas de formação e de exercício dos profissionais da educação, condizentes com as necessidades da maioria da sociedade, visando a inclusão e a qualidade social.

Obs: *Concomitantemente ao desenvolvimento desse temário, o II Coned apreciará, em plenárias intermediárias e final, um documento sistematizado pela Comissão Organizadora, considerando as contribuições encaminhadas com antecedência pelas representações das sociedades civil e política, tendo em vista a definição de diretrizes, prioridades, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação.*

Revista Universidade e Sociedade

A próxima edição da Revista Universidade e Sociedade, número 14, tem como tema de capa "Estado de direito e cidadania". Caso haja interesse no envio de artigos, estes devem ser remetidos até o dia 29 de agosto à Adusp-SSind, cujo e-mail é: adusp@org.usp.br, aos cuidados de Jair Jatobá.

Calendário preparatório do II Coned

- 10 de setembro - Data limite de postagem dos Trabalhos/Comunicações referentes não eixos temáticos do II Coned, Rua Patrocínio, 305 - Belo Horizonte/MG Cep: 30710-140, telefax (031) 273-7304.
- Até 25 de setembro - Realização de debates, encontros, seminários locais, regionais e nacionais coordenados pelos diferentes setores organizados da sociedade, para apresentação das contribuições aos temas do Congresso
- Até 31 de setembro - Recebimento, pela Comissão Organizadora, das contribuições resultantes dos seminários realizados e outras, as quais deverão ser consolidadas no documento final a ser distribuído e apreciado no II Coned.

Estudo sobre a previdência desmistifica argumentos do governo

Assim que assumiu, a primeira das inúmeras modificações na Constituição que este governo propôs foi alterar as regras que regem os direitos previdenciários dos trabalhadores. Mas apesar de vencer a última batalha, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e dos esforços empreendidos nos dois anos de tramitação da matéria no Congresso Nacional, Fernando Henrique Cardoso ainda não pode comemorar êxitos significativos.

Ainda bem, pois pela análise elaborada pela liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados - um estudo de oito páginas sobre a previdência social concluído antes mesmo da aprovação da texto na Comissão do Senado -, a impressão geral que paira no ar se confirma integralmente. O que no fundo o governo está tentando impor é uma "ilegítima e injustificada supressão de direitos".

Para saber o que realmente pretendem FHC e os que o financiam basta imaginar o que aconteceria depois que o sistema previdenciário brasileiro estivesse de fato sucateado, e milhões de trabalhadores não encontrassem mais no Estado condições mínimas de assegurar a dignidade na sobrevivência após toda uma vida dedicada ao trabalho. Ora, dificilmente estes trabalhadores escapariam das garras afiadas dos setores segurador e financeiro privado.

Classificada pelo estudo do PT como verdadeiro retrocesso, a proposta do governo está longe de contribuir para o combate às causas das deficiências e muito menos se presta a um diagnóstico sério sobre os desmantelos da previdência. A tática do governo, obviamente, se resume a transferir ao trabalhador as causas da má gestão da previdência pública, das distorções provocadas pelos verdadeiros privilégios às fraudes que sangram seus cofres.

Desde junho disponibilizada no site do partido *(http//:www.pt.com.br)*, e apresentando dados recentes, a análise traça um amplo diagnóstico sobre a previdência pública brasileira e contrapõe muitos dos insustentáveis argumentos palacianos. Rememorando as manobras de gabinete e quebras nas regras do jogo em pleno andamento, o estudo também acusa a total falta de interesse do governo em negociar a questão, com o impedimento até das audiências públicas, uma das poucas instâncias em que a sociedade encontra espaço para debater as questões que estão sendo tratadas pelo Congresso. Reproduzimos abaixo um dos trechos deste trabalho, de suma importância para a compreensão da real situação do sistema e para desmistificar toda a balela do governo FHC.

A caixa-preta do sistema previdenciário

Em números redondos relativos ao mês de fevereiro de 1997, a previdência apresenta uma receita total de R$ 4 bilhões para uma receita bancária de R$ 3,8 bilhões, uma despesa com benefícios de R$ 3,5 bilhões e Outras Despesas na ordem de R$ 550 milhões. O que demonstra uma arrecadação bancária que supera mensalmente em 250 milhões de reais o gasto com benefícios. "Ou seja, sob o aspecto da arrecadação, há uma situação de equilíbrio entre o que é receita previdenciária típica e o que é gasto com benefícios por ela mantidos". O estudo não considera, ainda, os mais de R$ 45 bilhões que ao longo dos últimos 30 anos foram desviados do caixa da previdência e destinados a obras faraônicas, inclusive a própria construção de Brasília.

A previdência apresenta uma receita total de R$ 4 bilhões para uma receita bancária de R$ 3,8 bilhões, uma despesa com benefícios de R$ 3,5 bilhões e Outras Despesas na ordem de R$ 550 milhões.

O governo é devedor do próprio governo, dos estados e dos municípios que passaram a pagar aposentadorias estatutárias mas não têm em caixa os recursos para tanto.

Como afirma o INSS, para que um sistema de repartição simples (o caso da previdência social) funcione a contento, ele deve possuir reservas financeiras suficientes para cobrir pelo menos seis meses de despesas com benefícios. Apenas o saldo credor da previdência social com a União decorrente destes desvios significa que haveria saldo para mais de 11 meses de pagamento de benefícios. Mas não é só.

"Com a arrecadação bancária mensal, e considerando que a previdência não dispusesse de um patrimônio acumulado desde 1923 para dar atendimento a sua missão, o INSS paga hoje mais de 16,6 milhões de benefícios mensais, sendo cerca de 5,8 milhões rurais e 10,8 milhões urbanos".

O outro sistema, o terceiro, é o dos regimes previdenciários específicos de servidores públicos civis e militares, mantidos pela União, Estados, DF e Municípios para os seus servidores. "Estes têm como característica comum não estarem sujeitos ao teto de benefícios da previdência social - que hoje é de cerca de R$ 1000 - e assegurarem aos seus beneficiários aposentadoria integral e a paridade de reajustes entre ativos e inativos.

Ao mesmo tempo, o servidor público contribui, na maior parte dos casos, com alíquotas de contribuição iguais ou superiores às do INSS, mas incidentes sobre a totalidade da remuneração. Assim, enquanto um segurado do INSS que ganha R$ 3000 mensais contribui ao INSS com cerca de R$ 100, o servidor público contribui com cerca de R$ 330, já que faz jus a um benefício proporcional ao seu salário integral. Esse sistema conta - da mesma forma que o regime geral do INSS - com a contribuição do Tesouro da União, dos Estados, do DF e Municípios, que são os empregadores e respondem diretamente pelo pagamento dos benefícios.

Assim, não é o INSS que paga os benefícios dos servidores estatutários, mas o próprio ente estatal a que estão vinculados. Esse sistema enfrenta hoje dificuldades em razão de um problema histórico: até 1990, a grande maioria dos servidores públicos (80% na União) eram celetistas e contribuíam para o INSS, na forma da lei vigente. A partir de 1990, passaram todos ao regime estatutário, mas o INSS não fez a "compensação financeira" entre os sistemas, ou seja, não repassou o dinheiro que havia sido recolhido ao INSS para manutenção dos benefícios; logo, há um déficit a ser coberto e que, na verdade, implica em que o governo é devedor do próprio governo, dos estados e dos municípios que passaram a pagar aposentadorias estatutárias mas não têm em caixa os recursos para tanto.

Não fosse isso, em termos atuariais os sistemas previdenciários de servidores públicos não enfrentariam problemas: o montante acumulado mês a mês, capitalizado a juros de 12% ao ano, de um servidor que contribua durante 35 anos sobre a alíquota normal de 11%, considerando a contribuição do empregador de 22% (como é no INSS), é suficiente para assegurar o pagamento dos proventos integrais desse servidor por 64 anos, mesmo considerando ainda que sua trajetória no serviço público tenha quadruplicado o seu salário entre o início e o fim da carreira".

Adufrj promove debate sobre previdência

Considerando a oportunidade da discussão sobre os temas levantados para o V Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, a Adufrj-SSind está organizando uma reunião com os docentes da UFRJ, aposentados e da ativa. Junto com as discussões que pretende-se que sejam levantadas sobre o assunto, serão passados informes sobre a reforma da Previdência e questões jurídicas, bem como a participação dos professores aposentados nas atividades universitárias. A reunião será na próxima segunda-feira, dia 25, no auditório da Escola de Serviço Social, às 17h30.

V Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Andes-SN vai realizar nos dias 28 e 29 deste mês em Brasília o V Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria. Os painelistas ainda não foram definidos, mas o GT está contando com a participação de representantes do MEC, Andifes, CUT, Crub, do Ministério da Previdência Social, da Comissão Educação da Câmara Federal, além do senador Beni Veras (PSDB/CE), autor de funesto substitutivo recentemente aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Abaixo assinado

Encontra-se na Adufrj um abaixo assinado da Frente Parlamentar e de Entidades Civis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública contra a PEC 33, que modifica o sistema de previdência social. E também se posiciona contra os precatórios, que permitem ao governo atrasar pagamentos de ações dos aposentados, pensionistas e servidores. O recolhimento do abaixo assinado está sendo centralizando pelo gabinete do deputado Paulo Paim. Por sinal, em manifesto distribuído semana passada, o deputado enumera 20 razões para propor a rejeição da proposta de reforma da Previdência e convoca a sociedade "para uma ampla e séria discussão, com a finalidade de se promover uma verdadeira reforma da Previdência Social, priorizando a defesa dos menos favorecidos e eliminando os privilégios".

Entre as razões, por ser a PEC 33 um instrumento que permitirá ao governo continuar utilizando as verbas da seguridade social, por desconstitucionalizar os direitos previdenciários, por socializar a miséria (estabelecendo o teto de R$ 1.200,00), por acabar com a aposentadoria integral do servidor público.

Greve de docentes em Catalão exige manutenção de campus e pagamento em dia

Agência Andes (Brasília) – Greve por tempo indeterminado a partir da última quarta-feira, dia 13. A decisão foi tomada em assembléia geral pelos professores da Adcac-SSind, do campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás, diante da possibilidade de extinção daquela Instituição Pública de Ensino Superior. A ameaça decorre da possibilidade de não renovação do convênio entre a Prefeitura Municipal e a universidade - que garante a manutenção do campus avançado. Na tarde do dia 13, cerca de mil professores e estudantes (que também decidiram pela greve) fizeram uma passeata em Catalão pedindo o apoio da população ao movimento.

Alegando falta de recursos para a manutenção da Instituição, o prefeito de Catalão, Eurípedes Pereira, ameaça suspender o convênio com a UFG, que garante o funcionamento de sete cursos de graduação e um de pós-graduação. Através do convênio, a UFG responsabiliza-se pelo apoio didático-pedagógico e a realização do vestibular, ficando a administração municipal encarregada da contratação (via concurso público) e o pagamento do quadro docente. Porém, desde janeiro, há progressivos atrasos no pagamento dos professores - 30% dos 93 docentes do campus ainda não receberam o pagamento de junho.

Em reunião com a Reitoria da UFG, a Prefeitura propôs a renovação do convênio por apenas seis meses, ficando a universidade com a responsabilidade pela manutenção do campus depois desse período. A Reitoria, porém, discordou da proposta, o que pode significar a extinção daquela unidade a partir de janeiro de 1998. Assim, aos alunos (1. 010 de graduação e 40 de pós-graduação) restará a opção de concluir seus cursos em Goiânia, ou simplesmente desistir deles. Os professores serão sumariamente demitidos caso a extinção do campus seja concretizada.

Rápidas

Nova diretoria da UNE toma posse em Brasília

Agência Andes (Brasília-DF) - Na quarta-feira, dia 13, a União Nacional dos Estudantes (UNE) empossou sua nova diretoria em clima de comemoração: este ano, a entidade completa sessenta anos de existência. A cerimônia aconteceu no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados e contou com a presença de vários parlamentares, representantes de entidades ligadas à Educação e estudantes. Às 10h, houve sessão solene no plenário da Casa em homenagem à UNE, com a participação dos presidentes do PMDB, Paes de Andrade (CE), e do PT, José Dirceu (SP).

No lugar de Orlando Silva Júnior (ex-presidente) e Bento José Tavares (ex-vice-presidente), assumem Ricardo Capelli e Márcio Jardim, respectivamente. Além deles, outros 49 dirigentes responsabilizam-se por levar adiante o projeto da entidade. Nesta gestão, segundo Elaine Barboza dos Santos, uma das diretoras da UNE, a entidade tem entre suas atuais preocupações a luta contra o provão e a aproximação com os alunos em sala de aula.

"Outra bandeira é a campanha contra a violência", acrescentou Pedro Batista, responsável pela organização da cerimônia de posse. A campanha teve início na segunda-feira, 11, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. A nova diretoria da UNE foi eleita entre os dias 2 e 6 de julho, em Belo Horizonte, durante congresso da entidade, do qual participaram cerca de sete mil delegados de universidades de todo o País. A gestão é de dois anos.

Compromisso

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), representado pelo diretor de Imprensa e Divulgação, Lafaiete Neves, defendeu em discurso a universidade pública gratuita e de qualidade. "Quero reforçar a importância do trabalho da UNE no enfrentamento à PEC 370. Temos um calendário de lutas pela frente, onde se torna fundamental o trabalho conjunto da ANDES-SN, UNE e Fasubra contra essa proposta do governo. Inclusive, é importante o retorno da Andifes à posição anterior, de rejeição da PEC 370. A autonomia da universidade está ameaçada".

O governador Cristovam Buarque foi representado pelo secretário de Turismo do DF, Rodrigo Rollemberg. Orlando Silva Júnior deu posse ao secretário-geral da UNE, Luiz Klippert, que ressaltou a necessidade da união entre a sociedade organizada e a entidade. O vice Márcio Jardim disse que "apesar de sexagenária, a UNE é jovem porque continua com seu vigor utópico". Às 16h55, Capelli assumiu a Presidência da entidade, destacando uma frase célebre de Honestino Guimarães, líder estudantil, morto durante a ditadura militar : "podem nos prender; podem nos torturar; podem até nos matar. Um dia, nós nos multiplicaremos e seremos milhões".

Documentos

Estão disponíveis na Adufrj para consulta ou aquisição de cópia os seguintes documentos

Portaria nº 637, de 13/05/97, do MEC.
Dispõe sobre o credenciamento de universidades

Portaria nº 877, de 30/07/97, do MEC.
Define procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível superior e suas renovações

Substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional 370
Da reforma Administrativa

Anteprojeto de Regulamentação sobre Planos e Seguros Privados
Este documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em resposta à consulta que o ministro Jatene fezquanto à pertinência de medidas propostas por uma Comissão de Notáveis do MS que havia sido por ele encarregada de propor medidas mais amplas para regulamentar o setor de seguros e planos de saúde, já que o PL 1975/96, que o ministro havia encaminhado à Câmara, sobre ressarcimento de despesas ao SUS por esses planos e seguradores recebeu críticas e não foi submetido ao CSN.

Estudo técnico sobre a proposta interministerial para a regulamentação de Planos e Seguros de saúde.
Elaborado pela Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Apresenta um histórico sobre a tramitação de proposições sobre o tema no Congresso.

Regulamentação dos Planos de Saúde: O Projeto de Lei do Executivo, de maio de 97. Análise da proposta governamental, aponta suas inconveniências e desrespeito à Constituição e à legislação do SUS, indica as medidas que se fazem necessárias para se contrapor e responder à iniciativa do governo.

Previdência:
Parecer final da proposta do relator senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional para a Previdência Social.
Conjunto de emendas já proposta ao Parecer (200 emendas).

E também, Conad:
Disquete com íntegra das resoluções do XXXIV Conad, realizado mês passado em Palmas (TO).

MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição.

Por essa razão, nos manifestamos.

1. Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais
2. Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro
3. Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas. é um elemento fundamental nos processos de transformação social
4. Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade
5. Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho
6. Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional
7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país
8. Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
9. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo
10. Entendemos que para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas
11. Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua Organização
12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.
13. Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas da povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa Pátria, nossos princípios, nosso sonho.
14. Conclamamos de todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos mudança, para que a juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, educação da nova sociedade que já começamos a construir

MST

REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS

1° Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

Homenagem aos educadores Paulo Freire e Che Guevara

Brasília, 28 a 31 de julho de 1997

As eleições para a nova diretoria da Adufrj, recém transformada em Seção Sindical da Andes-SN, serão realizadas entre os dias 10, 11 e 12 de setembro. Estamos publicando o programa da chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática, única inscrita, lembrando que, paralelo à eleição para a nova diretoria, acontecerá também a eleição para o Conselho de Representantes. As inscricões para o Conselho devem ser feitas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 dias antes do início da eleição.

Programa da chapa ADUFRJ-SSIND AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Democracia, autonomia e salário compõem o eixo das lutas em favor do ensino público que nos propomos a encaminhar.

Os neoliberais adotaram a palavra de ordem: AUTONOMIA PLENA PARA AS UNIVERSIDADES. Esta aparente contradição não é difícil de entender. A autonomia definida pela PEC-370 é inteiramente hostil ao Estado e a qualquer política pública igualitária. É a privatização da universidade que está pressuposta na tese de que a "academia" deve ser senhora de seu próprio destino, de sua própria carreira, de seu regime de trabalho e de seu fundo de pensão.

Para a ANDES-SN, Fórum Nacional de Defesa do Ensino Público (FNDEP), entidades científicas, entre outras, a autonomia é condição necessária para concretizar o caráter público da Universidade Brasileira, conforme a "Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira". Com o objetivo de transformar as universidades em instituições de fato públicas, consideramos fundamental a crítica ao centralismo, a subordinação da universidade ao governo e aos ditames do FMI. Pretendemos que a Adufrj-SSind prossiga a luta contra todas as tentativas de regulamentação da dita autonomia, tanto no Congresso quanto no âmbito interno.

Para viabilizar esta resistência é preciso mais do que oposição, é preciso uma resistência ativa, orientada por proposições político-educacionais consistentes e bem definidas. As diretrizes norteadoras desta política não podem ser definidas de modo voluntarista e atomizado, com comissões de *especialistas*, nos moldes da antiga Comissão GERES, e tão comuns na UFRJ quando a sucessão da reitoria se aproxima. É preciso muito mais do que isto. É necessário um projeto nacional, democrático, para a educação superior, como o referido " Projeto da Andes-SN para a Universidade Brasileira". É fundamental o fortalecimento dos movimentos em favor da democracia e, mais especificamente, do ensino público, como o FNDEP, CUT, UNE e FASUBRA, através da articulação ao nível local com os servidores técnico-administrativos e com os estudantes, bem como com as representações locais das entidades científicas como a SBPC. Apoiaremos a realização do II CONED com a participação dos professores da UFRJ, como parte da estratégia de construção de uma política educacional alternativa para o País.

A luta pela autonomia está vinculada à efetiva democratização da UFRJ, que não se limita à eleição de seus dirigentes. Os orgãos colegiados, a despeito do empenho de muitos docentes, pouco representam os anseios da comunidade, em virtude da estrutura não democrática da universidade. Muitas decisões políticas importantes não passam por estes órgãos. A centralização das decisões pelo governo federal deteriora a autoridade acadêmica da função de reitor, hoje mais apropriadamente um funcionário do governo, administrador do sucateamento/ transição para a universidade de mercado. Os estatutos, há muito caducos, se prestam a toda sorte de arbitrariedades por parte dos dirigentes. Este anacronismo institucional é propositadamente mantido como um instrumento poderoso e eficiente de privatização da Universidade. Com bases institucionais tão deterioradas, a democracia é apenas uma palavra vazia. Por isso, defendemos uma **estatuinte democrática**, visando definir normas legítimas, transparentes e democráticas como um dos pré-requisitos para construirmos uma Universidade Pública voltada para as necessidades de nossa população.

A construção da universidade democrática não é uma luta que se esgota internamente. É imprescindível democratizar também os órgãos de fomento e o processo de definição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Congresso Nacional. A redefinição do processo de escolha dos colegiados do CNPq, CAPES e FAPERJ é imperativa, assim como constituir fóruns de debate com os parlamentares do Estado, para encaminhar a luta em favor de critérios democráticos de distribuição de recursos, tanto para as IFES quanto para o sistema de C & T.

A luta pela autonomia compreende igualmente o empenho pela manutenção e efetivação do princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, duramente combatido pelo governo, como é possível depreender da análise do substitutivo

do Dep. Bornhausen sobre a PEC-370, inspirado pelo famigerado "documento do Banco Mundial para as universidades do terceiro mundo". A atual política do governo de incentivar os ditos "centros de excelência" em detrimento de uma política clara de melhor qualificação das instituições de ensino superior deve ser duramente combatida. Este ponto pressupõe a luta pelo fortalecimento dos programas de pós-graduação e, deste modo, continuaremos a combater a redefinição autoritária dos critérios de concessão de bolsas de pós-graduação, promovida pelo CNPq, à revelia da comunidade. Neste sentido, compreendemos que devemos continuar a apoiar as iniciativas dos estudantes da pós-graduação, organizados na APG.

Defenderemos a constituição de um sistema democrático de avaliação institucional da universidade. Desde 1982 o movimento docente vem insistindo neste ponto, atualizado em 1986 e mais recentemente revisto em 1996 e definido no documento "Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira". Temos uma alternativa clara e diametralmente oposta às estratégias mercadológicas do governo, do tipo "provão".

É urgente o encaminhamento da campanha salarial, objetivando a recuperação das perdas, que ultrapassam 70%, o estabelecimento de uma política salarial, e o pagamento dos passivos trabalhistas.

A luta salarial há muito ultrapassou a esfera econômica-corporativa. A conquista de salários dignos é inadiável, sob pena de vermos a universidade se esvaziar com graves conseqüências para a realização de sua função social.

Compreendemos como extremamente grave a *precarização* do trabalho docente que está em curso. É urgente a realização de concursos e a contratação imediata dos concursados para atender a enorme carência que praticamente todos os setores da UFRJ enfrentam, e que não pode ser resolvida pela contratação de professores substitutos ou pelo emprego irregular dos alunos de pós-graduação inseridos em programas tutoriais. A luta em favor dos direitos destes segmentos estará no cerne de nossas ações, estando compreendida na luta pela carreira nacionalmente unificada e pela isonomia salarial.

Entendemos a questão da aposentadoria e previdência como crucial, compreendida no campo dos direitos sociais do cidadão. Esta questão não diz respeito, portanto, apenas ao segmento de colegas já aposentados, mas a toda categoria, em especial aos mais jovens. Os neoliberais produzem um deslocamento semântico em que os direitos sociais são apresentados como privilégios para serem mais facilmente combatidos. A reforma em curso acaba com a chamada aposentadoria especial dos professores ampliando o tempo de contribuição e desvincula o salários dos aposentados dos da ativa, produzindo uma corrida à aposentadoria, com o afastamento precoce de muitos professores que desejavam prosseguir suas atividades, mas se viram violentamente compungidos a se aposentar. Esta é uma das muitas consequencias nefastas do projeto de privatização da universidade pública. A chapa **Adufrj-SSind Autônoma e Democrática** compreende que a nossa entidade é um espaço de participação importante dos professores aposentados e, deste modo, envidará todos os esforços para atrair estes professores para a luta em favor da democracia, do ensino público e dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores.

Finalmente queremos mencionar o sentido de nossa candidatura no quadro da transformação da Adufrj em Seção Sindical da ANDES-SN. Consideramos dois aspectos como fundamentais. O primeiro é o atual cenário político nacional. Embora o neoliberalismo ainda ocupe o poder e seja uma força dominante os efeitos de sua política de submissão ao grande capital internacional já se fazem sentir com um desgaste crescente do governo FHC. É importante fortalecermos uma das instituições que em anos recentes mais claramente tem se oposto a esta política: a ANDES-SN. Os docentes da UFRJ compreenderam este aspecto e aprovaram a transformação da Adufrj em Seção Sindical da ANDES-SN. O segundo aspecto é a própria situação de crise interna da UFRJ. O arrocho salarial, a violência das aposentadorias forçadas, a aparente desorganização administrativa, a vinculação da atual administração com o governo FHC e a privatização crescente estão chegando a um nível insuportável. Muitos de nossos colegas não concordam com esta política. A Adufrj-SSind é o espaço político interno que representa de maneira consistente a oposição dos docentes a esta situação e deve ser reforçado.

Esta avaliação nos motiva a pleitear a direção da Adufrj-SSind, no biênio 1997-1999, por meio da chapa **Adufrj-SSind Autônoma e Democrática**. O nome da chapa expressa fielmente os princípios orientadores de nossa prática. A entidade é legítima porque democrática e autônoma. A autonomia diante da reitoria, dos governos e dos partidos políticos garante a pluralidade de pontos de vista e coíbe o uso instrumental da entidade. É compromisso da chapa combater quaisquer tentativas de uso da Adufrj-SSind em esquemas *eleitoreiros* ou como veículo de deliberações tomadas em fóruns diferentes dos seus, nos moldes do antigo populismo. Entendemos que são estes princípios que fazem da Adufrj-SSind um dos poucos lugares da universidade em que as deliberações são tomadas de acordo com procedimentos radicalmente democráticos.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1997

JORNAL
ANO IV
25 A 31
DE AGOSTO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Dois anos e meio sem reajuste. E você, vai ficar se virando?

Somente no primeiro semestre deste ano, o governo federal gastou 9,5 bilhões com a dívida pública. O Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) continua dizendo que não há recursos para reajustar, de forma linear, os servidores públicos federais. Sem se dignar a conversar com os docentes, o MEC adia, remarca e cancela reuniões com o Sindicato Nacional (Andes-SN) desde fevereiro.
Amargando perdas, movimento docente debate a reivindicação de uma reposição emergencial e de um piso salarial para a carreira.

Páginas 6 a 10

Marcação das férias de 98 terá novo formulário

Página 11

Liminar requerida por docente suspende concurso na Faculdade de Direito

Páginas 3 e 4

Eleições para diretoria e conselho da Adufrj-SSind

A eleição para a próxima diretoria da Adufrj-SSind, para um mandato de dois anos, começa no próximo dia 10 de setembro e dura três dias.

Simultaneamente, acontece a eleição para o Conselho de Representantes da entidade. Os professores sindicalizados ainda podem inscrever suas candidaturas até esta sexta-feira, dia 29 de agosto. Os interessados devem procurar a sede da entidade.

O número de representantes por unidade varia de um a três, dependendo da quantidade de sindicalizados na unidade. As candidaturas são individuais.

A Comissão Eleitoral já está constituida e foi formada por professores indicados pelo atual Conselho, no dia 4 de agosto. Os membros da Comissão Eleitoral são: Filadelfo Cardoso Santos, do Instituto de Física; José Helder Lopes, também do IF, e Virgílio José Martins Ferreiro Filho, da Escola de Engenharia.

A Comissão pede a quem quiser colaborar com a organização das eleições que entre em contato com seus membros até o dia 28 de agosto.

Chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática

Estes são os candidatos para a próxima diretoria da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

- Presidente: **Roberto Leher**, professor da Faculdade de Educação, 1º vice-presidente da Adufrj (89-91), membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Andes-SN, mestre em Educação (UFF), doutorando em Educação (USP).
- 1º Vice-presidente: **Roberto Houaiss**, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2º vice-presidente da Adufrj (93-95), atual 2º secretário regional do Rio de Janeiro da Andes-SN, membro do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) da Andes-SN, mestre em História da Arte (UFRJ).
- 2ª Vice-presidente: **Philomena Gebran**, professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1ª vice-presidente da Adufrj (91-93), doutora em História Social da América Latina (USP).
- 1º Secretário: **José Miguel Bendrao Saldanha**, professor da Escola de Engenharia, atual presidente da Adufrj-SSind, mestre e doutorando em Engenharia de Produção (UFRJ).
- 2ª Secretária: **Regina Célia de Souza Pugliese**, professora do Colégio de Aplicação, membro do Conselho de Representantes da Adufrj desde 1993.
- 1º Tesoureiro: **José Antonio Martins Simões**, professor do Instituto de Física, presidente da Adufrj (91-93), doutor em Física.
- 2º Tesoureiro: **Francisco Ary Fernandes de Medeiros**, professor da Escola de Serviço Social, mestre em Serviço Social (UFRJ), doutorando em Filosofia (UGF).

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Liminar suspende concurso na Faculdade de Direito

Uma liminar concedida pela juiza da 22ª Vara Federal, Maria Amélia de Almeida, suspendeu o concurso público para duas vagas de professor assistente no Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito. O concurso para docente em regime de dedicação exclusiva (DE) foi suspenso em virtude de uma ação popular constitucional expedida na quinta-feira, dia 14. Proposta por Agnelo Maia Borges de Medeiros, docente da instituição, a ação requer a invalidação da banca examinadora do concurso, presidida pelo diretor da faculdade, Francisco dos Santos Amaral Neto, e a formação de uma nova banca.

Agnelo denuncia que o diretor advoga em conjunto com um dos candidatos inscritos, Flávio Alves Martins, o que o tornaria impedido de presidir a banca. Além de incorrer em ato de improbidade administrativa, por atentar contra a licitude do concurso público, o fato de advogar poderia trazer implicações mais graves ao diretor.

Amaral, que por ser contratado em regime de 40 horas com dedicação exclusiva está impedido de exercer atividades remuneradas fora da universidade, nega e classifica de descabida a acusação.

De acordo com o diretor, os procedimentos e a constituição da banca foram propostos e aprovados pelo departamento e homologados pela Congregação, com a participação dos representantes dos estudantes. "Estava tudo correto e ninguém tinha levantado nada, mas às vésperas da realização do concurso, o professor Agnelo, servidor em estágio probatório, levanta a suspeição de que um dos candidatos seria meu colega de escritório numa sociedade de advogados, um absurdo. Lamentavelmente, quem sai prejudicado são os estudantes. Já são dez turmas sem professor na faculdade", justifica.

Embora insatisfeitos com as constatntes faltas de aula, os estudantes não vêem a situação sob o mesmo prisma. Para eles, a falta de professores fica em segundo plano, a hora é de grandes mudanças na Nacional, como se referem à tradicional faculdade. O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) encampa as denúncias de Agnelo. A edição especial do Tabulae Legis, órgão informativo do Caco, registra que o presidente da banca "advoga em conjunto com o referido candidato, existindo real vinculação pessoal e econômica entre ambos".

Há algum tempo a postura do diretor é questionada através de notas de repúdio, requerimentos e pedidos de abertura de sindicância junto ao CEG e reitoria, antes mesmo de sair publicado, em junho, o boletim 26 da UFRJ com a aprovação, pela Congregação da faculdade, da banca examinadora do referido concurso.

Na edição especial do jornal do Centro Acadêmico, A Crítica, em abril, os estudantes publicaram os resultados da avaliação de docentes que promovem isoladamente desde o início do ano passado. Na comparação entre os dois semestres de 96 do departamento de Direito Civil, o nome de Flávio Martins aparece, por sinal, bem avaliado, junto a mais três "docentes" na relação de professores sem vínculo formal com a instituição. De acordo com o presidente do Caco, Leonardo Brandão, a mesma observação foi colocada nos questionários da Comissão Permanente de Avaliação, Coopera.

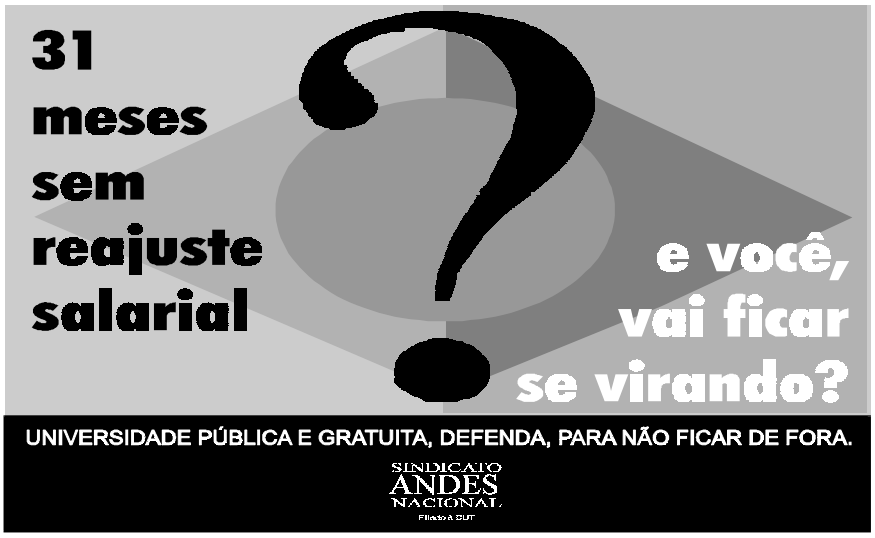
Os estudantes ainda protocolaram pedidos de sindicância no CEG e reitoria, pleiteando a suspensão do concurso. Junto, anexaram cópias de alguns processos em que o nome do diretor aparece ao lado do nome do candidato, e também, a cópia de um "substabelecimento com reservas", o que indica um compartilhamento de ação

judicial pelos dois, com o diretor se mantendo à frente do processo. Francisco Amaral alega que estava, "dentro do melhor espírito da faculdade, encaminhando o estudante ao mercado de trabalho".

Na ação popular constitucional, o professor Agnelo igualmente acusa Flávio Martins de lecionar na Faculdade de Direito sem manter vínculos formais. Segundo Agnelo, contratado em regime de 20 horas semanais, com três turmas e ganhando a incrível quantia de R$ 270,00 mensais líquidos (incluindo a GAE), o candidato Flávio "trabalha há mais de dez anos com o diretor, já tendo sido inclusive estagiário de seu escritório". Flávio também ficou na última colocação no concurso para professor auxiliar de Direito Civil que se realizou em 94 na Nacional.

Em dois anos, este é o segundo concurso da Faculdade que vai parar na Justiça. A juiza titular da 7ª Vara Federal, Salete Macaloz, questiona desde 95 o resultado do concurso para professor de Direito do Trabalho em que ficou com a segunda colocação. Recentemente, ganhou em primeira instância.

Na última segunda-feira, mesmo dia em que deveria ter se iniciado o concurso, o diretor baixou a portaria 18, dando ciência de sua renúncia e determinando uma nova composição para a banca, desta vez com o professor Ayrton da Costa Paiva como presidente. De acordo com Amaral, se ele tivesse conhecimento de qualquer contestação à sua participação na presidência da banca, teria renunciado "até para não prejudicar o processo de contratação".



Autonomia e Salário na mídia

Professores, alunos, funcionários e pesquisadores enfrentando a dureza do dia-a-dia de uma universidade pública privatizada. Carnês, falta de pessoal, pagamentos atrasados, falta de verbas e de condições de trabalho. Estas idéias permeiam a campanha "Universidade pública gratuita. Defenda, para não ficar de fora", promovida pelo Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), que estará a partir do dia 29 nos cinemas do Rio de Janeiro e estampada em out-doors, e veiculada em canais de TV, rádios, jornais e revistas por todo o país.

A campanha envolve desde as peças para a mídia até panfletos, adesivos, bottons e cartazes a serem distribuídos entre professores, alunos e funcionários nas universidades.

A Adufrj-Ssind está coordenando a execução, pela Regional Rio do Andes-SN, da campanha no estado do Rio. Foram encomendadas 75.000 peças, entre cartazes, adesivos, panfletos etc para serem trabalhados pelas seções sindicais das federais UFRJ (Adufrj), UFF (Aduff), Rural (Adur-RJ), Cefet-RJ (Adcefet-RJ), UniRio (Adunirio) e da estadual UERJ (Asduerj).

A partir da próxima sexta-feira (29), o filme com a Campanha do Andes em defesa da Universidade Pública estará sendo apresentado nos cinemas do Rio Barra 2, Leblon 1, Norte Shopping 1, Iguatemi 1, Nova América 3, Estação Botafogo, Espaço Unibanco e Estação Icaraí. A rádio Globo FM também estará veiculando inserções da Campanha até o dia 11 de setembro. Ao todo, as seções sindicais estão investindo R$ 30.500,00 na campanha no Estado.

A Adufrj-Ssind estará enviando pelo correio, para todos os professores da UFRJ, um Kit com alguns dos materiais da campanha.

II Congresso Brasileiro de Educação

Será realizado no Campus da UFMG, de 6 a 9 de novembro, o II Coned, Congresso Nacional de Edcucação, cujo tema geral é Educação, Democracia e Qualidade Social. O II Coned tem a responsabilidade da consolidação de uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple, seja na sua construção, seja no seu conteúdo, a participação democrática de amplos segmentos da sociedade, apontando, portanto, para uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Social para a maioria da população brasileira.

Temas e subtemas

1) Organização da Educação Nacional

2) Níveis e Modalidades de Educação

3) Gestão Democrática da Educação

4) Financiamento da Educação

5) Formação de Profissionais da Educação

Obs: *Concomitantemente ao desenvolvimento desse temário, o II Coned apreciará, em plenárias intermediárias e final, um documento sistematizado pela Comissão Organizadora, considerando as contribuições encaminhadas com antecedência pelas representações das sociedades civil e política, tendo em vista a definição de diretrizes, prioridades, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação.*

A diretoria da Adufrj-SSind, buscando estimular a participação de grande número de professores da UFRJ no II Coned, está se propondo a garantir condições de transporte terrestre, alugando ônibus, se possível, para aqueles que venham a registrar junto à secretaria da entidade (diretamente ou via telefone, faz e e-mail), interesse em se inscrever no Congresso.

O foldercom a programação, informações e ficha de inscrição para o II Coned encontra-se disponível na sede da Adufrj-SSind.

Taxas de inscrição:

1º período (20 de agosto a 20 de setembro)

Estudantes - R$ 15,00

professores, técnicos-administrativos e outros - R$ 30,00

2º período (21 de setembro a 31 de ouubro)

Estudantes - R$ 25,00

professores, técnicos-administrativos e outros - R$ 50,00

Conta: Andes-Coned

nº 759 906-4

Banco do Brasil

Agência 0033-7

Centro- Belo Horizonte

Secretaria do Coned

Rua Patrocínio, 305 - Bairrro Carlos Prates

CEP 30710-140 - Belo Horizonte

Tel.: (031) 226-4752

Faz: (031) 273-7304

Universidade Feederal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627, Praça de Serviços

Lojas 23-24 - CEP 31270-010

Belo Horizonte/MG

Tel/Fax: (031) 443-6686

Calendário preparatório do II Coned

- 20 de setembro - Data limite de postagem dos Trabalhos/Comunicações referentes aos eixos temáticos do II Coned, Rua Patrocínio, 305 - Belo Horizonte/MG Cep: 30710-140, telefax (031) 273-7304.
- Até 25 de setembro - Realização de debates, encontros, seminários locais, regionais e nacionais coordenados pelos diferentes setores organizados da sociedade, para apresentação das contribuições aos temas do Congresso
- Até 30 de setembro - Recebimento, pela Comissão Organizadora, das contribuições resultantes dos seminários realizados e outras, as quais deverão ser consolidadas no documento final a ser distribuído e apreciado no II Coned.

Dois anos e meio sem reajuste. E você, vai ficar se virando?

Depois de dois anos e meio sem reajustar o salário dos servidores públicos federais, o governo apresenta para a mídia a informação de que vai pagar cerca de 10% em janeiro do ano que vem. A notícia, obviamente, é uma tentativa de apaziguar os ânimos desta categoria que há muito sofre sem uma política salarial definida e nem tem reconhecida a sua data-base (todo mês de janeiro), assim como acontece com os demais setores profissionais.
O noticiário brasiliense avisa que o governo Fernando Henrique dificilmente concederá um reajuste linear e que somente algumas funções consideradas "estratégicas" receberiam reajustes; ainda assim, diferenciados.

No último encontro das seções sindicais que representam os docentes das universidades federais (Setor das Federais), dias 8 e 9 de agosto, foi sugerido que o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), através do seu GT Verbas, retomasse a discussão sobre a questão salarial e estudasse um índice de reajuste emergencial para categoria, assim como um piso salarial para a carreira docente.

Mas mesmo no interior do movimento docente o tema salário não é simples. Existem várias propostas para arrancar do governo um reajuste que reponha a qualidade de vida e sobrevivência dos professores.

Estas variam desde a articulação em torno de uma campanha em conjunto com as demais categorias do serviço público pelo chamado "reajuste emergencial" até propostas de se reivindicar, junto ao MEC, algumas alterações nos índices de gratificações da tabela dos docentes. Por exemplo, aumentar as gratificações por titulação ou a própria GAE (Gratificação por Atividade Executada). O reajuste emergencial pode ser considerado uma espécie de reposição de parte das perdas, ou uma antecipação da reposição das perdas salariais, antes mesmo de uma negociação na data-base.

Atrás do prejuízo

Os docentes vêm amargando perdas consecutivas desde abril de 1987 - data em que os salários dos professores das universidades federais tiveram o maior poder aquisitivo dos últimos anos.

Em abril de 1995, já na era Real, o Sindicato trabalhou com duas propostas de reajuste. Uma, apresentada pela Seção Sindical da Universidade Federal de São Carlos (Adufscar) elevava o piso salarial dos docentes em cerca de 70%, reconhecendo as perdas históricas desde 1987 - o cálculo foi baseado no salário mínimo do Dieese, comparando o valor do salário pago em abril de 87 com o valor de 95 em quantidades de salários mínimos do Dieese.

Pelas contas da Adufscar a remuneração do Professor Auxiliar 1, com 20 horas semanais sem a GAE, que valia (e continua valendo até hoje) R$ 122,31, deveria passar para R$ 205,56.

A outra proposta, apresentada pela Adufrj, era corrigir os salários emergencialmente pelas perdas da inflação do ICV-Dieese do ano anterior (94), o que siginificava pleitear cerca de 40% de reajuste imediato.

Enquanto o Sindicato definia qual seria o reajuste necessário e a estratégia para reivindicá-lo, o ainda governo Itamar concedeu alguns reajustes por titulação e elevou a GAE para 160% (junho de 94). A configuração da tabela salarial que vigora até hoje se deu em janeiro de 95 com um reajuste de 22,07%, último recebido pelos servidores.

O reajuste deveria ter sido de 25,94%, o que fora calculado pela então Secretaria de Administração Federal (SAF) do governo Itamar. Mas a equipe de FHC logo ao entrar tratou de reduzir o percentual, isso depois de diversas tentativas de parcelamento do reajuste, o que foi evitado por diversos pareceres contrários a partir de mandados de segurança impetrados pelos sindicatos.

Um ano depois, em janeiro de 1996 a categoria dos servidores já somava as perdas do processo de implementação da nova moeda, o Real. Para a data-base daquele ano, o conjunto dos servidores públicos federais encaminhou a reivindicação de um índice de reposição salarial emergencial de 59,96%.

Era o início de uma batalha com FHC e sua equipe que já dura mais de dois anos e meio. Para não aumentar os servidores, o ministro Bresser Pereira alegou falta de recursos. Na época, disse ter gasto 40 bilhões de reais com pessoal, mas os dados da Secretaria do Tesouro apontavam apenas 37. Bresser esquecia também o polpudo aumento de até 200% concedido durante 95 aos cargos comissionados.

Isso sem contar com o volume de dinheiro doado a bancos privados, e pago a título de encargos com dívidas internas e externas. Quem se esquece dos 5,3 bilhões presenteados ao Banco Nacional de uma só tacada? Só em 95, os encargos da dívida interna e externa subiram 2,6 bilhões. O valor da dívida pública mobiliária girava em torno de 85

bilhões. Repetimos a pergunta: Faltaram recursos?

Como se não bastasse, o ministro Paulo Renato apresentava 1996 como o ano da educação e tinha alocado no MEC míseros 9,8 milhões de reais, ou 3,15% do total dos recursos previstos no Orçamento de 1995 para a educação.

Em 16 de abril de 96, os servidores públicos federais davam início a uma greve que durou quase três meses. Os docentes da UFRJ participaram da greve, que exigia além da negociação com o Mare (Ministério da Administração e Reforma do Estado) e com o MEC das pautas gerais dos servidores e específicas dos docentes, o reconhecimento do mês de janeiro como a data-base dos SPFs.

De lá para cá muitas tentativas de abertura de negociação foram tentadas pelo Sindicato dos Docentes junto ao MEC e junto ao Mare, ao lado das demais categorias como os técnicos-administrativos das universidades, previdenciários, fiscais etc.

O governo FHC não só fez com que o Supremo Tribunal Federal - apesar de seus magistrados reconhecerem as perdas dos servidores - negasse o direito à data-base, como se posicionou, e o faz até hoje, de maneira intransigente junto às entidades dos trabalhadores.

MEC ser recusa a receber Sindicato

No primeiro e único encontro mantido entre o Sindicato e o MEC neste ano, em fevereiro, foi marcada uma reunião para o dia 5 de março para tratar da pauta de reivindicações das entidades e da autonomia universitária.

A audiência, marcada pelo Andes-SN com o secretário de Educação Superior do MEC, Abílio Baeta Neves, foi cancelada por sua assessoria sem nenhuma justificativa.

De lá para cá, apesar de diversas tentativas feitas pelo Sindicato, os representantes do MEC se negaram a conversar com os docentes. Diante do descaso do ministério, o Setor das Federais decidiu não enviar mais ofícios ao MEC, solicitando audiências e partir para a pressão direta ao ministro e seus secretários, abordando-os nas universidades por onde eles possam passar.

Fruto da nova estratégia, outra audiência foi marcada para o dia 26 de agosto, depois que os docentes da Seção Sindical da Adufscar entregaram a Abílio Baeta, de passagem pela Federal de São Carlos, um documento onde repudiavam o descaso do MEC em relação às universidades e a atitude do secretário de não receber o Andes-SN.

Longe da pressão dos docentes, o secretário voltou à sua rotina e remarcou a referida reunião para o dia seguinte, quinta-feira, 27. Aguardemos a próxima desculpa.

Governo só quer saber de pagar a dívida

Do lado dos servidores se encontram fortes argumentos para a conquista não só de reajustes salariais como de uma política de manutenção da qualidade do serviço. No caso das universidades esta qualidade esta intimamente associada a garantia da autonomia nos moldes constitucionais e dos direitos que hoje ela garante aos servidores das instituições de ensino.

Segundo o Departamento Intersindical de Assuntos Parlamentares (Diap), um estudo dos gastos públicos de janeiro a junho deste ano (97) deixa evidente que o governo mantém como prioridade administrativa e política o pagamento de juros e encargos da dívida pública. Com assistência médica e sanitária, estoques reguladores, política agrícola e política agrária - os setores que mais

Reajuste já ou preparação para a data-base

O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) já aponta algumas alternativas para a construção da campanha salarial de janeiro de 1998. O GT Verbas volta a se reunir ainda este mês, nos dias 28 e 29, para trabalhar de acordo com os encaminhamentos definidos na último encontro do setor das federais. A principal decisão do movimento estará entre propostas de se reivindicar um reajuste linear imediato para todo o conjunto de servidores, construir uma campanha salarial para a data-base (janeiro próximo) ou investir junto ao MEC para garantir reajustes das gratificações ou titulações docentes.

Para a Campanha da data-base de 98, os representantes de todas as seções sindicais (de instituições públicas e privadas) reunidos no último Conselho do Sindicato Nacional (Conad), em julho, estabeleceram que a defesa do emprego, dos salários e de condições de exercício profissional dos docentes das universidades públicas deve ser reivindicada juntamente com o conjunto dos servidores públicos federais. Esta estratégia de luta vem se consolidando ao longo dos últimos governos e, segundo o Sindicato, não impede que a categoria busque a implantação da sua proposta de Carreira e Capacitação, além de um piso salarial para todos os setores: das federais, das estaduais e das privadas.

O Conad definiu também que o movimento docente deve encaminhar, nos locais de trabalho, ou seja, nas universidades, uma campanha salarial de caráter emergencial que recomponha as perdas desde a implementação do plano Real. A campanha deverá ser articulada com as demais categorias do serviço público federal.

A tarefa dos docentes que estarão em Brasília para a reunião do GT Verbas será a de analisar qual a melhor forma de dar início à retomada da mobilização dos docentes em torno da campanha da data-base. Vão ser avaliadas propostas de reivindicação de reajustes emergenciais junto ao Mare, de aumento de gratificações junto ao MEC, de se construir uma proposta de reajuste geral a ser batalhado desde já para que o governo pague no próximo janeiro, reconhecendo assim a data-base e outras. A avaliação do GT será remetida ao Setor que decidirá qual a melhor estratégia para levar adiante a luta por reajuste salarial para a categoria.

A mobilização nas universidades

Independentemente do trabalho do GT, as seções sindicais estão desde já convocadas pelo Sindicato Nacional a avaliar qual a melhor forma de se encaminhar a luta por salários. Seguindo o calendário proposto pelo Sindicato, a Adufrj-SSind faz sua assembléia no dia 4 de setembro e convoca os professores da UFRJ para decidirem qual a melhor estratégia para fazer com que Fernando Henrique e sua equipe de governo, às vésperas de um ano eleitoral, comece a efetivamente "ouvir" as reivindicações dos servidores públicos e dos docentes universitários.

utilizaram recursos disponibilizados no orçamento da União - o governo gastou R$ 7,3 bilhões. Os juros tiveram mais sorte e abocanharam R$ 9,5 bilhões do orçamento.

A reforma agrária levou até o momento apenas R$ 62,5 milhões e o sistema de esgoto pouco mais de R$ 500 mil. O sistema regular de ensino, a grande bandeira do MEC utilizou míseros 25 milhões e com a erradicação do analfabetismo foram gastos 160 mil reais.

Depois destes dados fica difícil para Fernando Henrique, Bresser Pereira, Paulo Renato e todo o leque de ministros e assessores convencerem alguém de que não há recursos disponíveis para reajustar o funcionalismo e investir no ensino público universitário garantindo salários dignos para seus técnicos e professores.

Fica claro que há recursos, mas para pagar os juros mais altos do mundo, política que o novo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, garantiu, em sua posse, que vai continuar "para sempre".

Salário e carreira: reconhecimento e qualidade na educação

Em 1995 o professor Américo Kerr, do departamento de Física da USP, participava do GT Verbas do Andes-SN. Nesta época, o movimento discutia além da proposta de um reajuste emergencial - que acabou sendo trabalhado nacionalmente em janeiro de 96 pela reivindicação do índice de reposição linear de 59,96% - o estabelecimento de um piso salarial nacional para a carreira docente.

Segundo o professor, a idéia de um piso salarial está devidamente respaldada na Constituição Federal, que prevê a garantia para qualquer carreira profissional o estabelecimento de uma remuneração mínima para o exercício de determinada função. Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, por exemplo, já conquistaram o seu "salário mínimo profissional". No caso dos docentes universitários da instituições públicas, o piso salarial também é garantido pelo PUCRCE, o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos.

Segundo Américo, o piso salarial dos docentes era estudado pelo Sindicato do ponto de vista histórico, o que significava retomar as deliberações do Congresso de Manaus (93), quando estudos feitos pelo GT Verbas apontavam que o mínimo de recebimento salarial para o início na carreira deveria equivaler a cerca de U$ 2.200,00. Estes estudos se baseavam na média dos maiores salários daquele período, recebidos por professores dos primeiros níveis de universidades estaduais paulistas, do Rio de Janeiro, Paraná, das federais e algumas católicas.

Bem longe da realidade do professor auxiliar, com dedicação exclusiva, de uma universidade federal, que recebe hoje em torno de 700 a 1000 reais, o professor aponta a necessidade de um vencimento mínimo para a carreira de pelo menos R$ 3.000,00.

Cesta básica

Américo diz que se o país tivesse uma política para educação pública minimamente séria, este número não assustaria e nem afrontaria ninguém. Muito ao contrário, este valor é, segundo estudos preliminares das necessidades de um profissional de ensino, o mínimo para a garantia de necessidades que poderiam ser chamadas de "a cesta básica do professor universitário".

Américo lembra que, no Congresso de Manaus, o Sindicato aprovou a realização de um estudo juntamente com o DIEESE para calcular o valor do piso salarial da carreira, levando em conta as necessidades da "cesta básica".

Para o professor, a cesta básica do professor universitário inclui desde alimentação, moradia, manutenção da saúde e educação para o próprio e seus dependentes, transporte, material de trabalho e estudo como computador, livros, além de acesso a bens culturais e lazer.

Salário é educação

Américo lamenta que a categoria ainda esteja batalhando por perdas salariais emergenciais que reponham o mínimo de condições de sobrevivência. Segundo o professor, mesmo com todas as gratificações, o professor de uma universidade federal ainda recebe um terço do que seria realmente necessário para manter a dignidade e o reconhecimento do trabalho docente.

Américo comenta que a discussão sobre piso salarial remete a discussão de carreira e qualificação, um dos eixos permanentes de luta da categoria docente. O estabelecimento de um piso para o docente significaria um salto na conquista de uma política educacional para o país.

Quanto a luta dos docentes das instituições públicas junto as demais categorias do serviço público, Américo reconhece que a reivindicação de um piso para a carreira docente não se articula de imediato com a luta geral dos servidores. Mas em contrapartida, o professor diz que assim como a categoria docente pode reivindicar o seu "minimo", as demais categorias do serviço público, também; e cita o exemplo dos profissionais da saúde, segundo ele, uma categoria que também teria força para conquistar um piso nacional.

Jurídico

Marcação de férias de 98 terá novo formulário

A UFRJ terá que expedir novos formulários para a marcação das férias dos docentes relativas ao próximo ano, mas desta vez, com o espaço para a "opção" de conversão de um terço em pecúnia em branco, o que não foi feito de início e gerou os protestos da Adufrj-SSind.

Justamente por não ter suas reclamações consideradas pela reitoria, a entidade foi obrigada a pleitear uma liminar no judiciário, que acabou saindo no último dia 19. A liminar, deferida pelo juiz substituto Marco Luís Rocha Lopes, da 6ª Vara Federal, aceita os argumentos da Adufrj-SSind. "Em primeira análise, a conduta dos impetrados (a sub-reitoria e reitoria) mostra-se inaceitável. Se a direção da UFRJ entende extinto o direito dos professores à conversão de um terço das férias em pecúnia, deveria ter suprimido do formulário o campo", argumenta o juiz. No formulário distribuído pela administração, o campo da "opção" pelo abono já vinha preenchido, com um "N".

"Ao vincular o requerimento de férias do professor universitário à obrigatória declinação do abono pecuniário", continua o juiz, "a UFRJ parece manobrar para que o docente se veja, no futuro, impossibilitado de pleitear judicialmente o reconhecimento do direito, mercê da suposta renúncia ao mesmo"

Rápidas

Vicentinho é reeleito em meio a polêmicas

A corrente Articulação continua, por mais três anos, à frente da Central Única dos Trabalhadores. Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, foi reeleito com 1080 votos, ou 52%, num Congresso em que sobrou polêmica e faltou discussão política, segundo a presidente do Andes-SN, Maria Cristina de Moraes. A chapa majoritária terá 13 cargos (em 25) na Executiva da Central. Um acordo com os bancários - que ficaram com a vice-presidência da entidade - contornou o racha da Articulação, que ameaçava a vitória de Vicentinho.

A Chapa 5 que reuniu a Alternativa Sindical Socialista, o Movimento por uma Tendência Socialista e a Articulação de Esquerda ficou obteve o segundo maior número de votos (629), garantindo 30,28% do total. O grupo terá oito cargos na Executiva da Central.

O VI Concut, que ocorreu em São Paulo, entre 14 e 17 de agosto, definiu um plano de ação em que afirma todo o empenho na unificação das lutas dos trabalhadores e a necessidade de se avançar na construção da greve geral. Não foi estabelecido nenhum prazo para a o início da greve. No final de setembro, uma reunião da diretoria nacional da CUT vai elaborar a continuidade do calendário da central, já eu o Concut fixou um cronograma que vai apenas até setembro. Esse encontro discute ainda a possibilidade da realização da greve geral.

Um acordo entre as tendências adiou a discussão sobre sindicato orgânico para a VIII Plenária

Divisão

Duas questões extremamente controvertidas dentro da CUT foram decididas através da votação em urna no VI Concut, e ambos os resultados reforçaram a polêmica. Uma delas - a permanência da Central no Conselho Nacional do Trabalho - recebeu 987 votos favoráveis, 894 contrários, 24 brancos e 16 nulos, num total de 1889 votantes. "Isto significa que esta questão não está vencida", observou Maria Cristina, ao ressaltar que "a decisão da CUT (de permanecer no Conselho) divide claramente a Central, além de enfraquecer a posição cutista no Conselho".

A segunda votação foi relativa ao posicionamento da CUT acerca da reforma da Previdência, mais especificamente quanto ao episódio no qual a direção da entidade ensaiou negociar com o governo Federal, no ínicio do ano passado. Essa questão foi tratada em várias emendas da oposição que se contrapunham à avaliação da corrente majoritária. De um total de 1946 delegados, 958 consideraram correta a postura da Central e 936 foram contra. Houve 27 votos em branco e 14 nulos.

Nova versão do substitutivo da Previdência vai a votação no Senado

As primeiras emendas ao substitutivo da reforma da Previdência estão previstas para ir a votação nesta quarta-feira, dia 27, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. As emendas foram apresentadas em plenário, mas não chegam a alterar o conteúdo do texto original, aprovado mês passado na mesma Comissão.

Este texto ressuscita as propostas do governo federal derrotadas há um ano na Câmara dos Deputados, que retiravam direitos e instituíam regras desfavoráveis aos futuros aposentados e pensionistas.

Emendas deste tipo ao substitutivo que será votado esta semana na Comissão do Senado só podem ser apresentadas quando apoiadas por no mínimo 27 senadores, mas sem garantias de que serão incorporadas ao texto. Das 49 modificações apresentadas em plenário, o relator Beni Veras incorporou integralmente cinco, aproveitou parcialmente outras dez e rejeitou as demais. Além delas, o relator acrescentou 12 modificações de sua iniciativa, num procedimento mais conhecido como emenda de redação.

A votação na Comissão é mais uma averiguação quanto aos critérios de admissibilidade constitucional, e somente após a etapa desta quarta-feira é que o substitutivo será encaminhado a plenário, provavelmente no dia 3 de setembro, quando só então será votado em primeiro turno o teor da matéria.

Polêmica

Alguns temas do substitutivo estão despertando polêmica, como a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração dos reingressos no serviço público e as regras próprias para os magistrados.

De qualquer forma, são promissoras as possibilidades de que a privatização da seguridade social seja evitada no Brasil. Segundo o vice-presidente da Associação dos Docentes da Unicamp, Adunicamp, Osmar Marchese, que vem acompanhando a tramitação da PEC 33/96 em Brasília, "se este projeto (PEC) acabar sendo modificado pelo plenário do Senado e ficar diferente daquele que veio da Câmara dos Deputados, existem dúvidas e interpretações quanto ao seu retorno para nova apreciação pelos deputados". O professor enfatiza a possibilidade do arquivamento da reforma, o que manteria valendo a atual Constituição.

A Associação dos Professores da Federal da Bahia, Apub, junto com o sindicato dos trabalhadores da universidade, e dando continuidade a uma série de debates sobre as reformas constitucionais, realiza nesta segunda-feira, dia 25, uma nova discussão sobre a reforma da Previdência. Para o encontro, foram oficialmente convidados sete deputados federais de diversos partidos políticos.

"A pressão aos parlamentares é fundamental neste momento, em que é inevitável a aprovação do substitutivo de Beni Veras", disse o senador Josaphat Marinho, que participou do primeiro debate promovido pelas entidades, dia 18 de agosto. Na ocasião, ele ressaltou a necessidade de se investir no trabalho junto aos deputados, para garantir a manutenção dos direitos previdenciários.

Mobilização na UFRJ

A Adufrj-SSind também realizará, nesta segunda, dia 25, um encontro específico sobre aposentadoria. Na reunião, marcada para as 17h30, no auditório da Escola de Serviço Social, *campus* da Praia Vermelha, serão discutidos com docentes aposentados e da ativa as questões relacionadas à aposentadoria, com informes sobre a tramitação da PEC 33, questões jurídicas e a participação dos professores aposentados nas atividades universitárias.

A reunião também será preparatória para o V Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, organizado pela Andes-SN nos próximos dias 28 e 29, em Brasília.

Erramos

- *Na edição anterior do jornal da Adufrj, o site do Partido dos Trabalhadores, divulgado na matéria* Estudo sobre a previdência desmistifica argumentos do governo, *é http//:www.pt.**org**.br*
- Na seção Documentos, o substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional 370 trata da **Autonomia Universitária**, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.
- No calendário preparatório do II Coned, publicado na página 5 da última edição, a data limite correta para o recebimento das contribuições resultantes dos seminários preparatórios ao Congresso é o próximo dia **30 de setembro**.

JORNAL
ANO IV
1 A 7 DE SETEMBRO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Servidores públicos reivindicam os 28,86%

página 8

Veja o que pode mudar com a reforma da Previdência

páginas 4 e 5

Reitoria recebe notificação sobre abono pecuniário

página 3

ASSEMBLÉIA GERAL

dia 4 de setembro
quinta-feira
às 13:30h
Auditório do CCMN (Roxinho)

Reunião de assuntos de aposentadoria
Auditório da Escola de Serviço Social
8 de setembro
terça-feira
17:30h às 20h

Eleições para diretoria e conselho da Adufrj-SSind

A eleição para a próxima diretoria da Adufrj-SSind, para um mandato de dois anos, começa no próximo dia 10 de setembro e dura três dias. Simultaneamente, acontece a eleição para o Conselho de Representantes da entidade.

A Comissão Eleitoral foi formada por professores indicados pelo atual Conselho, no dia 4 de agosto. Os membros da Comissão Eleitoral são: Filadelfo Cardoso Santos, do Instituto de Física; José Helder Lopes, também do IF, e Virgílio José Martins Ferreiro Filho, da Escola de Engenharia. A Comissão pede que os docentes que queiram ajudar na organização da eleição procurem um dos seus membros, nas suas unidades.

Chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática

Estes são os candidatos para a próxima diretoria da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

■Presidente: **Roberto Leher**, professor da Faculdade de Educação, 1º vice-presidente da Adufrj (89-91), membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Andes-SN, mestre em Educação (UFF), doutorando em Educação (USP).

■1º Vice-presidente: **Roberto Houaiss**, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2º vice-presidente da Adufrj (93-95), atual 2º secretário regional do Rio de Janeiro da Andes-SN, membro do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) da Andes-SN, mestre em História da Arte (UFRJ).

■2ª Vice-presidente: **Philomena Gebran**, professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1ª vice-presidente da Adufrj (91-93), doutora em História Social da América Latina (USP).

■1º Secretário: **José Miguel Bendrao Saldanha**, professor da Escola de Engenharia, atual presidente da Adufrj-SSind, mestre e doutorando em Engenharia de Produção (UFRJ).

■2ª Secretária: **Regina Célia de Souza Pugliese**, professora do Colégio de Aplicação, membro do Conselho de Representantes da Adufrj desde 1993.

■1º Tesoureiro: **José Antonio Martins Simões**, professor do Instituto de Física, presidente da Adufrj (91-93), doutor em Física.

■2º Tesoureiro: **Francisco Ary Fernandes de Medeiros**, professor da Escola de Serviço Social, mestre em Serviço Social (UFRJ), doutor em Filosofia (UGF).

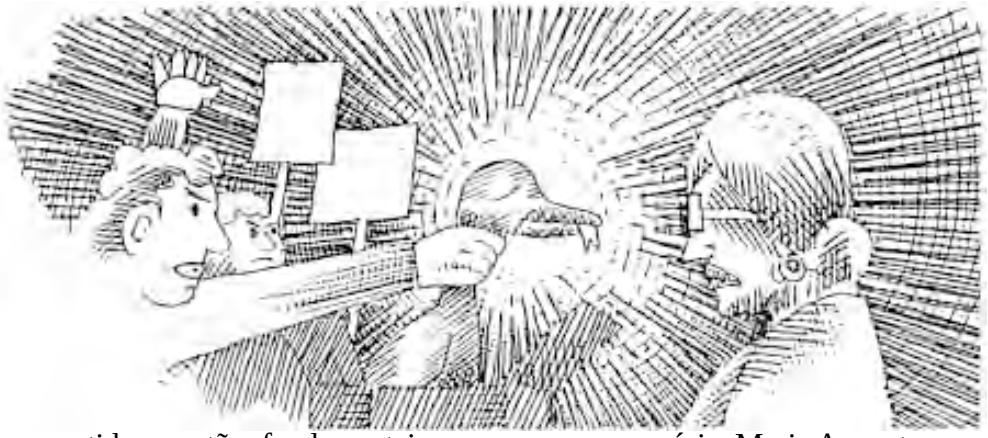
AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente:José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Estudantes entregam " pato" à sub-reitora



Embora a reunião do Conselho Universitário do dia 28 tivesse sido desmarcada, na véspera, pelo reitor, os estudantes compareceram em peso na manhã daquele dia e entregaram, no hall da reitoria, um pato à sub-reitora de Pessoal, Maria Augusta Temponi.

O animal simbolizou a política de descaso do governo federal com a educação pública, pela qual os alunos se recusam a administrar os prejuízos. Administração, aliás, feita com presteza pela atual reitoria, que segundo os próprios estudantes se manifestou no uso para pagamento de contas da universidade dos dois milhões de reais repassados pelo MEC para o programa de bolsas. A finalidade real do dinheiro ainda não se tem conhecimento, mas o fato é que hoje não há mais verba para pagamento das bolsas estudantis.

Na última reunião do Consuni, por falta de quórum, não foram discutidas questões fundamentais para a sobrevivência da instituição e das universidades públicas. Da pauta, constavam pontos ligados a concurso para docentes, estágio probatório, qualificação do ensino superior, recuperação das universidades e a representação dos técnicos-administrativos no Consuni.

O ato dos estudantes foi mais um alerta para a situação caótica em que se encontra a UFRJ.

Tanto o reitor Paulo Gomes quanto o vice Vilhena se encontravam ausentes, o que obrigou a reitora em exercício, Maria Augusta, a receber o pato. Maria Augusta se limitou a responder sobre as questões de pessoal, dizendo que a universidade está sofrendo um processo de carterização, onde se paga a uma empresa terceirizada 5 mil reais por um segurança e este mesmo trabalhador recebe R$ 450,00 de salário da firma contratada. A sub-reitora disse estar brigando pela abertura de concurso para técnicos e docentes, mas não entrou no mérito da política do governo federal em relação às universidades públicas.

Abono pecuniário: UFRJ notificada

A UFRJ já foi notificada da liminar que a obriga a emitir novos formulários para a marcação das férias dos docentes relativas ao próximo ano. A notificação só chegou à Procuradoria-Geral na quinta-feira passada, mas no início desta semana ela deverá encaminhar à SR4 o seu parecer, além de uma cópia do processo judicial.

"A UFRJ vai cumprir a liminar, não há dúvidas", afirmou na sexta-feira passada o procurador-geral da UFRJ, Valério Nunes Vieira. Logo depois, porém, ele disse que é obrigação da procuradoria recorrer das decisões contra a universidade. De acordo com Valério, a procuradoria irá tomar as decisões legais cabíveis, o que no caso significa tentar cassar a liminar.

Na semana-passada, a listagem antiga ainda circulava, com o espaço preenchido para a opção de conversão de um terço das férias em pecúnia. Como isto estava causando muita confusão nas unidades, a Adufrj-SSind solicitou a SR4 que esclarecesse os setores de pessoal das unidades sobre a questão.

Reforma da Previdência pára no Senado Federal

Apenas uma das 49 emendas apresentadas ao substitutivo da reforma previdenciária foi votada na última quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, CCJ. Apresentada pelo senador Ney Suassuna, o destaque permite ao servidor público acumular aposentadoria com remuneração de cargos em comissão, desde que não ultrapasse o limite salarial que o governo espera ver definido pela reforma administrativa.

Mesmo com parecer desfavorável do relator Beni Veras, o primeiro e único destaque foi aprovado por unanimidade. Das 49 emendas apresentadas em plenário ao substitutivo, Beni acatou integralmente cinco, incorporou parcialmente outras dez e rejeitou as demais.

Mas o fato que obteve maior repercussão aconteceu na votação da segunda emenda, tratando das aposentadorias dos magistrados. Na discussão, a base do governo literalmente rachou. Pressionados pelo forte lobbie do Poder Judiciário, que luta para não ficar preso às amarras que estão sendo criadas para o conjunto dos servidores públicos, os senadores se inclinaram pela aprovação da emenda de Júnia Marise, que determina regras específicas para os magistrados. Como a base governista não chegou a um acordo sobre o assunto, o presidente da CCJ, Bernardo Cabral, supendeu a reunião e não marcou uma nova data para as votações.

O que está por trás da questão é que as aposentadorias do Judiciário são as mais elevadas do setor público. Mantê-las significa contrariar o discurso do governo pelo fim dos privilégios. Todo o esforço que o governo fez para construir a base de apoio e sustentação ao projeto de reforma da Previdência pode se esfacelar em função desta votação. Na prática, o que está sendo pleiteado pela magistratura é um regime previdenciário diferente dos demais servidores públicos.

Embora não esteja marcada, poderá haver uma nova votação nesta quarta-feira. Isto acontecendo, o mais provável é que no prazo de uma semana a matéria seja encaminhada ao plenário para votação em primeiro turno. Até lá, a definição a respeito das aposentadorias dos magistrados é o nó que o governo terá que desatar.

Outro fato relevante que emergiu da discussão é relativo ao poder de sedução dos lobbies, em especial a pressão exercida pelos servidores do Judiciário, considerado fortíssimo na questão da reforma da Previdência. O próprio senador Beni Veras, que acolheu o parecer em seu relatório, revelou aos jornais que abriu mão de vários itens que anteriormente defendia em função das visitas que recebeu de alguns dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em virtude de não ter sido confirmada a próxima votação na CCJ, a CUT cancelou o ato público que faria nesta quinta-feira em Brasília contra o projeto da reforma da Previdência. Nova data deverá ser anunciada ainda esta semana pela Executiva Nacional da entidade.

Adufrj debate situação dos aposentados e futuros aposentados

A reforma da previdência é um assunto que interessa mais aos professores da ativa do que aos aposentados, pois ao que parece, eles deverão ter seus direitos adquiridos preservados. Esta constatação e várias propostas foram levantadas pela reunião que a Adufrj-SSind promoveu segunda-feira passada para debater a reforma da Previdência e assuntos de aposentadoria.

Na reunião realizada no auditório da Escola de Serviço Social, e que foi considerada proveitosa, a privatização da previdência foi apontada como o verdadeiro e grande interesse por trás da reforma, como alertou o professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher. Ele se utilizou do exemplo da Golden Cross, que se encontra em estado falimentar, para ilustrar como poderá ser tratada e o que deverá acontecer com uma previdência social em mãos privadas.

Propostas

A principal proposta surgida na reunião foi a realização, pela Adufrj-SSind, de uma pesquisa para levantar um quadro mais preciso da situação dos professores aposentados. Sabe-se que há uma grande diversidade, com alguns ex-dirigentes da UFRJ agora se encontrando à frente de instituições privadas, assim como outros que continuam trabalhando em suas respectivas unidades além, é claro, de muitos que se encontram parados.

Também foi levantada a necessidade de ampliação da discussão. Para isto, ficou acertada a realização de um grande encontro no Rio de Janeiro, nos moldes do que aconteceu este final de semana em Brasília, o V Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, promovido pela Andes-SN. O professor aposentado Ruy Pereira foi designado para ir a Brasília participar do V Encontro e colher subsídio para as próximas reuniões locais.

A próxima reunião com os professores aposentados e sobre assuntos de aposentadoria será no dia 8 de setembro, segunda-feira, às 17h30, no auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Quadro Comparativo

A Adufepe publicou em seu boletim um quadro comparativo com algumas das propostas contidas no substitutivo Beni Veras, aprovado em julho pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Nele, não estão incluídas as 49 emendas apresentadas posteriormente na CCJ. A votação destas emendas, ou destaques, é condição para que o substitutivo seja apreciado em primeiro e segundo turnos no plenário do Senado. A expectativa é de que num prazo de uma semana após a votação na CCJ a matéria chegue ao plenário.

Direitos	Constituição Atual	Relatório Beni Veras
Aposentadoria por tempo de serviço (setores público e privado)	Aos 35 anos do serviço para os homens e 30 de serviço para as mulheres	Aposentadoria por idade mais tempo de contribuição Homens = 60 anos e 35 de contribuição Mulheres = 55 anos e 30 de contribuição Há uma transição para os atuais integrantes exigindo 53 anos para homens (com 35 anos de contribuição) e 48 anos para mulheres (30 anos de contribuição). Gradualmente, será exigida uma maior contribuição, que varia de 2 meses a 5 anos e 8 meses - de acordo como tempo de contribuição já efetuada
Aposentadoria proporcional	Aos 35 anos de serviço para homens e 25 para mulheres	É eliminada para os novos e continua para que os que já estão com transição, aumentando o tempo de contribuição dos atuais 4 meses (para quem tem 29 anos de serviço hoje) e mais 10 anos e 6 meses (para quem tem um ano de previdência hoje)
Aposentadorias especiais	Garantida na Lei para diversas categorias	Lei corta para categorias e só coloca agente nocivo. O governo cortou com a MP 1530 para os aeronautas, jornalistas, telefonistas etc.
Professores	A Constituição atual garante para todos os professores: homens aos 30 anos e mulheres aos 25 anos	Relatório garante Especial aos professores, de educação infantil, fundamental e média. Homens: aos 30 anos de serviço, com idade mínima de 55 anos Mulheres: 25 anos de serviço, com 50 anos de idade
Regime de previdência	Previdência pública até 10 salários mínimos e integral para servidores	Até 10 salários mínimos para servidores públicos e do setor privado. Servidores acima disto, terão 70% dos vencimentos. Os militares continuam com o sistema atual.
Previdência complementar	Complementar com contribuição de duas vezes (empregadores) e uma vez (empregados)`	Previdência complementar com empregadores pagando uma parte e empregados pagando outra parte
Aposentadorias privilegiadas (deputados, senadores, prefeitos etc)	Mantém estas aposentadorias	Relatório não proíbe e remete para Lei específica para manter os privilégios
Acidente de trabalho	Mantém público no INSS	Passa para as seguradoras privadas
Custeio	Folha de salários	a) Folha de salários e pessoas física que presta serviços b) Receita ou faturamento c) Lucro
Gestão de Previdência	Não prevê	Gestão "quadripartite" (empresários, governo, aposentados e trabalhadores)

MEC vai discutir com Andes-SN piso salarial e encaminha suspensão da PEC 370

Agência Andes (Brasília) - O secretário de Educação Superior do MEC, Abílio Baeta, vai sugerir à Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional que trata da Autonomia (PEC 370), em nome do governo, que suspenda suas deliberações até que sejam votadas as reformas previdenciária e administrativa. Essa sugestão do Andes-SN foi acatada durante audiência na Sesu, na tarde de quarta-feira, dia 27 de agosto.

Autonomia, salários, democratização nas Instituições de Ensino Superior (IES), greve em Catalão, além da privatização da Universidade de Tocantins, foram os assuntos levados pelos representantes do sindicato ao secretário.

No encontro, ficou acertado que a entidade dos docentes vai discutir com o MEC uma proposta de piso salarial. Uma outra audiência foi marcada para o dia 8 de setembro. Pontos da pauta: autonomia e piso.

As consequências do arrocho salarial para os docentes e para a Universidade foram destacadas pelos dirigentes do Sindicato que reiteraram, ainda, sua exigência de que a questão salarial seja de responsabilidade do MEC, independentemente dos impedimentos ditados pela área econômica e pelo Mare.

Baeta afirmou que "em relação a salário não há nenhuma possibilidade de intervenção" do MEC. Segundo ele, o Ministério chegou a avançar em estudos na perspectiva de correção das carreiras dos docentes e técnicos- administrativos. Isso ocorreu no início deste ano. Contudo, diante da decisão do STF em relação aos 28,86%, o governo engavetou os estudos.

Baeta disse que a proposta orçamentária prevê um acréscimo, para 1998, de 11% em verbas de pessoal, que se destinam a assumir encargos decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pessoal e eventualmente para reajuste diferenciado de algumas carreiras.

Os representantes do Sindicato insistiram na necessidade de se chegar a uma fórmula que viabilize uma solução mais imediata para o problema dos salários. Foi aberta, então, uma negociação em torno do piso salarial para a categoria docente, já prevista na Constituição.

Autonomia

Quanto à autonomia, o secretário informou que a Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - também é favorável ao condicionamento da PEC 370 às reformas administrativas e da previdência.

O Andes-SN protestou contra a exclusão das entidades representativas da comunidade universitária das discussões sobre a PEC. O secretário negou que haja uma orientação de não divulgar os documentos formulados pelo ministério e entregou aos dirigentes uma cópia mais recente da emenda.

O Sindicato foi representado pelos professores Márcio Antônio de Oliveira (secretário-geral), Solange Bretas (1ª tesoureira), Fernando Molinos (1º vice-presidente) e Ana Lúcia Muniz (Comissão de Mobilização).

Averbação do tempo de serviço no exterior

Professores e pesquisadores nascidos no exterior (a maioria naturalizados brasileiros) e brasileiros natos que trabalharam no exterior no decorrer de suas carreiras profissionais, estão fazendo gestões e contatos para obter a averbação do tempo de serviço prestado nas instituições universitárias e/ou de pesquisa fora do país às quais pertenciam antes de ingressarem no sistema brasileiro de pesquisa ou de ensino universitário.

Embora várias solicitações de averbação tenham sido apresentadas com base em acordos previdenciarios entre os governos, elas receberam tratamentos diferentes: algumas foram aceitas pelas instituições brasileiras onde os interessados exerciam suas funções (universidades federais e estaduais, autarquias e fundações), outras não, configurando uma divergência preocupante de interpretações de normas e leis.

Professores e/ou pesquisadores brasileiros natos que trabalharam nos Estados Unidos, Canadá e Europa, principalmente nas décadas de 1960-70, também solicitaram averbação do tempo de serviço prestado no Brasil. Novamente, verifica-se existir falta de uniformidade no tratamento das solicitações apresentadas: somente aqueles que trabalhavam em universidades estaduais paulistas obtiveram o reconhecimento pretendido.

A maioria desses professores/pesquisadores que enfrentaram essas dificuldades têm em comum as seguintes características: a) foram contratados no Brasil na sua grande maioria por concurso público; b) são cidadãos brasileiros que vêm prestando serviços ao país por décadas, alguns tendo acumulado mais de 40 anos de atividades de pesquisa e de formação de recursos humanos no exterior e particulamente no Brasil.

Uma solução apropriada para o problema em tela viria ao encontro dos esforços recentes de órgãos nacionais de P&D, no sentido de atrair pesquisadores brasileiros que optaram por trabalhar no exterior. Seria um fator que contribuiria favoravelmente para o retorno desses cientistas a demonstração de que os tempos de serviço no exterior serão reconhecidos através de um processo uniforme e universal.

Adalberto R. Vieyra
Fernando de Souza Barros
Juan Alberto Mignaco

Convida-se os professores e pesquisadores que se enquadram em uma dessas situações a se incorporar a essa campanha. Podem enviar uma mensagem de correio eletrônico para os professores Adalberto R.Vieyra (avieyra@server.bioqmed,ufrj.br), Fernando de Souza Barros (fsbarros@if.ufrj.br) ou Juan Alberto Mignaco (mignaco@if.ufrj.br).

Haverá uma reunião com os interessados na sala A-343 do Instituto de Física da UFRJ na quarta-feira, 17 de setembro, às 12 horas.

Programe-se

O Chalaça

O projeto "Ópera na Universidade", do Centro de Letras e Artes, homenageia Francisco Mignone, no ano de centenário de seus nascimento.
O Chalaça, ópera cômica em dois atos tem libreto de Humberto de Mello Nóbrega, que estava perdido e foi transcrito em minucioso trabalho dos professores Meri Cristina Fraga e André Cardoso, também maestro.
Promovendo um convívio entre as várias áreas do saber, o projeto "Ópera na Universidade" é um trabalho interdisciplinar que reúne áreas acadêmicas da UFRJ, formando um centro de criatividade artístico-cultural dentro da universidade. Além dos músicos e cantores da UFRJ e da UniRio, alunos da escola de Belas Artes da UFRJ criaram e realizaram os cenários e figurinos.
A ópera trata de uma suposta situação entre personagens da nossa história: D. Pedro, Domitila (Marquesa de Santos) e Chalaça.
Jésus Figueredo e Ernani Aguiar regem, respectivamente, as primeira e segunda récitas, nos dias 11 e 13 de setembro. Sob a direção cênica de José Jenrique, O Chalaça, ópera cômica em dois atos, tem início às 18:30h, no Salão Leopoldo Miguez, Rua do Passeio, 98. A entrada dos espetáculos é franca.

Servidores vão às ruas pelos 28,86%

Puxado pela Coordenação Estadual dos Servidores Públicos Federais, foi realizado na última quinta-feira, dia 28, no centro da cidade, um ato político pela extensão dos 28,86% a todos os funcionários públicos. A manifestação teve como objetivo pressionar a Justiça para que julgue o agravo que suspendeu os efeitos da antecipação de tutela dos 28,86% concedido pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal.

O agravo foi interposto pela Advocacia Geral da União contra a sentença do juiz da 18ª Vara Federal do Rio, José Ricardo Regueira, que acatava o pedido do Ministério Público e incorporava ao vencimento de todos os cerca de 700 mil funcionários públicos do Estado o reajuste de 28,86%.

O ato político culminou com uma caminhada da Candelária ao prédio da TRF, na Rua do Acre, onde uma comissão foi recebida pela atual relatora do processo, a juíza Federal Simone Schreiber. A juíza explicou à comissão de manifestantes que além de ser professora universitária, da Uni-Rio, também possui uma ação contra a União, o que a impede de continuar relatando o processo. Segundo assegurou à comissão, embora o processo tenha que ser novamente distribuído, isto não acarretará maiores atrasos ao julgamento, que provavelmente acontecerá ainda neste mês.

Servidores no ato do dia 28, em frente ao TRF

Brasília

Em Brasília, o Supremo Tribunal Federal ainda não concluiu o julgamento do recurso proposto pela Advocacia Geral da União (AGU) contra a decisão que estende aos 11 servidores dos ministérios do Trabalho e Previdência o reajuste de 28,86% dado aos militares em 1993. Na parte do julgamento que aconteceu quarta-feira passada, além de não ter apresentado seu voto o ministro Ilmar Galvão ainda pediu vistas do processo. E não há previsão da data de apresentação do voto de Ilmar.

A AGU questiona o percentual a ser pago aos servidores sob a alegação de que este valor poderia ser compensado por reajustes salariais já concedidos. O ministro-relator Marco Aurélio de Mello e o ministro Maurício Corrêa negaram os recursos da AGU. Para eles, não cabe ao STF considerar a compensação de reajustes, e sim ao Superior Tribunal de Justiça, de onde partiu a ação dos servidores. O único favorável ao governo foi justamente de seu ex-ministro da Justiça, Nelson Jobim, que acatou em parte os embargos do governo Federal.

JORNAL
ANO IV
8 A 14 DE SETEMBRO/97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL

Eleições para a diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

De quarta a sexta-feira desta semana serão escolhidos os novos dirigentes da entidade. Compareça a uma seção eleitoral e vote: seu voto é muito importante.

páginas 6, 7 e 8

A reforma da Previdência Social

Nesta edição, os resultados do V Encontro Nacional realizado em Brasília e da votação na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado. E ainda um artigo do professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação. Nesta segunda, dia 8, a Adufrj-SSind realiza uma reunião na ESS para discutir assuntos de aposentadoria e a reforma da previdência

páginas 4 e 5

Abono pecuniário 98

Se a UFRJ mantiver inércia, estará caracterizando crime de desobediência à ordem judicial

página 3

Opinião

Adufrj - SSind: Para quê?

O momento da eleição da primeira diretoria da ADUFRJ como Seção Sindical deve ser o espaço privilegiado para uma ampla reflexão crítica (e autocrítica) sobre a Universidade e o Movimento Sindical Docente. Apesar de já ter sua morte anunciada algumas vezes por profetas incautos, este Movimento resiste, avança e teima em perseguir ideais de autonomia, democratização e de reestruturação da Universidade.

Mas quais são as perspectivas de atuação que se colocam hoje? Qual o papel atual da AD-SSind? Quais devem ser suas bandeiras de luta? Que relações deve ter com a sociedade, com o movimento sindical e a própria UFRJ? Quais são as questões prioritárias acadêmicas, administrativas, políticas e financeiras da UFRJ? Porque vivemos, há algum tempo, um quadro de mobilização que permite leituras opostas desde aparente missão cumprida e satisfação total até apatia, sentimento de impotência ou desinteresse geral?

Porque, após três gerações de dirigentes eleitos diretamente pela comunidade, as duas últimas já sob governantes de todos os níveis escolhidos pela população em eleições diretas, nossos grandes problemas ainda são basicamente os mesmos, além de outros mais terem surgido ou se revelado? Que motivos, restrições, interesses ou objetivos diferentes impedem a reaproximação de professores que já atuaram no movimento em diversas épocas? Onde haveria pontos de desvio, de ruptura ou de discordância em relação às propostas encaminhadas pela ADUFRJ?

A estrutura de representação e de organização da AD-SSInd e da ANDES-SN não estão mais adequadas ou desestimulam a participação? Quais seriam as alternativas? As épicas e acaloradas Assembléias Gerais de greve no Roxinho e no Centro de Tecnologia, com a concorrência de centenas de professores, são definitivamente coisas do passado? Que outras formas de luta ou de atuação poderiam ser adotadas com sucesso? Até que ponto as ações judiciais acomodam ou amortecem a participação política, distorcem a carreira e quebram a isonomia? Como reverter esses efeitos colaterais?

Não há respostas simples nem fáceis para essas perguntas, por mais brilhante que essa breve análise pudesse pretender ser. Na verdade, a tentativa de obter respostas parece que vai nos levar a mais perguntas sem respostas. Pelo menos enquanto não houver respostas que (re)nasçam do coletivo, que possam ser debatidas, criticadas, forjadas e compartilhadas pelo conjunto de professores da UFRJ à luz de objetivos comuns.

Por isso, nesta eleição, não deixe que a indiferença, a depressão e o comodismo à incômoda situação que certamente atinge a todos na UFRJ prevaleça - compareça e manifeste seu apoio, protesto ou mesmo revolta. Mais do que isso, opine, participe e contribua para o debate cotidiano, na medida de suas possibilidades, pois a unidade se constrói no exercício permanente do embate de idéias e de visões diferentes; a unanimidade, muitas vezes, pode significar apenas pobreza de espírito.

José Henrique Sanglard
professor da Escola de Engenharia

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Abono pecuniário

Apesar de procurados com insistência, tanto a Procuradoria-Geral da UFRJ quanto a Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR4) não informaram se já tomaram as providências determinadas pela liminar obtida pela Adufrj-SSind em relação ao abono pecuniário de 98.

Se a universidade se mantiver inerte em relação à liminar que a obriga a emitir uma nova listagem para a marcação das férias de 1998, estará caracterizando crime de desobediência à ordem judicial. Por isso, ainda nesta semana a advogada Sayonara Grillo, da assessoria jurídica da Adufrj-SSind, vai pedir ao juiz Mauro Rocha Lopes, da 6ª Vara Federal, que fixe um prazo para o cumprimento da liminar que obriga a UFRJ a emitir uma nova listagem relativa à opção pelo abono pecuniário das férias de 1998.

Quando o juiz não fixa um prazo na liminar, entende-se que sua aplicação é imediata. Segundo disse Sayonara, a UFRJ tem poucas possibilidades de sucesso num recurso em relação à liminar obtida pela Adufrj-SSind.

Para cassar a liminar, a Procuradoria-Geral da UFRJ terá de convencer o juiz que o cumprimento da liminar provocará grave dano às finanças públicas. O que é totalmente desprovido de sentido, pois a liminar garante apenas o direito do docente **não ser obrigado a optar** pela não-conversão, não tendo qualquer repercussão pecuniária, como aliás o próprio juiz declarou em seu despacho.

Reunião sobre reforma da Previdência e assuntos de aposentadoria

Auditório da Escola de Serviço Social
8 de setembro
segunda-feira
17:30h às 20h

Atenção Pós-Graduandos APG- UFRJ em ação

Calendário de atividades da Coordenadoria provisória da APG-UFRJ:

Reuniões semanais:

Dia 12 de setembro, às 16h, na Escola de Serviço Social (Praia Vermelha)

Dia 19 de setembro, às 13h30, na sala D 201 do Centro de Tecnologia (Ilha do Fundão)

Dia 26 de setembro, às 16h, na Escola de Serviço Social (Praia Vermelha)

Forum de Ciência e Cultura

Mesa redonda "Diferentes visões cobre Nise da Silveira" e homenagem a Pedro Pelegrino, com participação de Rizza Conde, Cecília Conde, Aurélio Guerra e Pedro Garcia
Local: no Salão Moniz Aragão, dias 08, 15, 22 e 29 de setembro, das 16h às 19h, Praia Vermelha.

***Curso* "Artaud a nostalgia do mais", com Carlos Henrique Escobar e Milton Freire**
Local: no Salão Moniz Aragão, dia 08 de setembro, das 16h às 19h, Praia Vermelha.

***Encontros Científicos:* "Ciência, Natureza e Sociedade"**
Tema: Cooperação Brasil e França, coordenação Luiz Pinguelli Rosa e Geraldo Nunes
Local: no Salão Moniz Aragão, dia 10 de setembro, das 14h às 17h, Praia Vermelha.

***Teatro* "De cada um...a cada qual...", baseado em Pirandello. Grupo de Teatro de Ecologia da Mente, direção Raffaele Infante**
Dias 13 e 14 no Forum

***II Encontro de corais infantis de escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro.* Organização do Colégio de Aplicação da UFRJ, coordenação Daniel Puig**
Local: Capela de São Pedro de Alcântara, dia 12 de setembro, das 16h às 21h.

***Palestra*: Encontro de Notáveis, com participação de Rabino Bonder, Leonardo Boff e Frei Beto.**
Local: no Salão Pedro Calmon, dia 12 de setembro, das 19h30 às 21h30, Praia Vermelha.

Previdência Social, uma outra concepção

Mais um estudo que contraria os argumentos do governo na questão da Previdência. Desta vez, produzido pela AD/SSind da Universidade Federal do Paraná e apresentado no V Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, semana passada em Brasília, numa promoção da Andes-SN.

O estudo, levando em conta o atual modelo de carreira docente e contando apenas a contribuição de um professor que leve 25 anos para atingir o topo da profissão, concluiu que o tempo de esgotamento do capital acumulado pela Previdência neste tempo seria de 13 anos. Isto com o professor se aposentando com um benefício de 120% da ativa (artigo 192).

Aposentando pelo salário integral, o capital se esgotaria em 24 anos, e se a aposentadoria for pelos 80% da ativa, ou menos, como quer o governo, o tempo de esgotamento deste capital seria infinito. Agora, se o tempo de contribuição deste professor passar para 30 ou 35 anos, em qualquer das três hipóteses, o tempo de esgotamento do capital também seria infinito.

O trabalho da AD da Federal do Paraná não leva em conta a contrapartida patronal (governo) e remunera o capital em 1% ao mês. Também não considera as titulações, e baseia-se na carreira docente, de professor auxiliar a titular, com interstício de dois anos para cada nível.

Visão coletiva

A reforma da Previdência não está sendo tocada pelo que o governo diz, pela despesa com pessoal ou furo do sistema. O que ele quer é transformar a previdência numa transação financeira, num sistema de seguro privado onde o professor pagaria todo mês para depois receber esta contribuição em forma de aposentadoria, a chamada americanização do sistema. Ainda assim, como demonstra o estudo, os argumentos são insustentáveis.

Mas não foi com esta concepção que a Previdência Social foi criada, em 1923. Contestar números e dados é importante sim, mas ter em mente que a Previdência foi criada visando o benefício coletivo, onde o professor contribui hoje para que os que vieram antes, e pavimentaram o caminho, construindo e melhorando as condições de trabalho, possam sobreviver dignamente.

Esta visão coletiva, no sentido da experiência a serviço da universidade, da coletividade, foi expressa pelo representante da Adufrj-SSind no V Encontro, o professor aposentado Ruy Pereira: "Você deu seu esforço, seu trabalho e depois, quando se aposenta, recebe o suficiente para viver com dignidade". Tratar a previdência como um benefício social, em conformidade com um Estado de bem-estar coletivo, era uma atitude que andava um pouco esquecida. Reavivado pelas palavras de Ruy, este sentimento soou como alerta, despertando uma questão ainda mais crucial: como se defender de uma mira cuja alça não perde sua pista se utilizando da lógica do atirador?

Nesta segunda-feira, dia 8, no auditório da Escola de Serviço Social, a Adufrj-SSind estará realizando uma reunião para discussão da reforma da Previdência e assuntos de aposentadoria. A reunião também será preparatória para um encontro local nos mesmos moldes do encontro nacional realizado pela Andes-SN.

Reforma da Previdência de FHC: Uma reforma anti-republicana e privatista

Numa certa época, FHC foi conhecido como o "príncipe dos sociólogos" brasileiros. Deixando de lado o rídiculo da "honraria", ela tem um fundo de verdade. FHC é anti-republicano. A sua política de privatizações não significa apenas "menos Estado" mas sobretudo "menos república" e, deste modo, menos direitos sociais, solidariedade e democracia. A (melhor denominada) contra-reforma da Previdência está assentada em um discurso em que os **direitos sociais** são reconfigurados como **privilégios**, instituindo uma sociedade inumana, submetida aos imperativos do capital. A privatização da previdência desloca as decisões sobre o seu futuro para a esfera privada.

Os cidadãos que afinal constituíram o fundo público da previdência, passam a ser apenas "usuários" de um sistema governado por "homens de negócio" não eleitos por sufrágio universal, frequentemente envolvidos em corrupção e em negociatas especulativas (vide Capemi, Golden Cross, Nacional, Econômico, Bamerindus...). Amanhã, se estes julgarem melhor deixar a instituição quebrar, não tenham dúvidas: eles irão fazê-lo. Os *paraísos fiscais* vão recebê-los de braços abertos!

A previdência privada é contraditória com a construção do moderno Estado republicano e democrático. Não diz respeito, portanto, exclusivamente aos aposentados ou aos professores em vias de se aposentar. É uma questão de cidadania!

Isto foi bem compreendido pelo povo francês em seu memorável movimento de dezembro de 1995, quando milhões de trabalhadores entraram em greve em defesa de uma previdência pública, abrangente, capaz de dignificar o trabalho social.

Roberto Leher,
professor da Faculdade de Educação

MEC não tem posição sobre reaproveitamento

Outras contribuições valorizaram ainda mais o V Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, semana passada em Brasília, colaborando para o maior esclarecimento sobre as questões que envolvem a previdência social no Brasil. O professor Agamenon Almeida, professor da Universidade Federal do Ceará e coordenador do GT Verbas da Andes-SN, levantou diversas estatísticas sobre o sistema.

Em 1995, por exemplo, a idade média com que os os servidores públicos requereram aposentadoria foi de 57 anos . E 80% dos que se aposentaram, tinham idade superior a 50 anos. Os dados foram acessados do próprio Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Mare. Agamenon também apurou que 34, 8% dos servidores públicos têm nível superior, contra apenas 12% do setor privado, o que proporcionalmente demonstra o bom nível do serviço público brasileiro. E o custo da folha vem caindo desde 1991. Em 95, ele comprometia 54% das receitas correntes líquidas, passando para 48% em 96.

Abílio Baeta Neves, da Secretaria Nacional de Educação Superior e representante do MEC, revelou que o Ministério não tem nenhuma posição oficial sobre o reaproveitamento de aposentados nas universidades federais. Segundo afirmou, cada universidade que discuta a questão e tome sua posição.A votação das emendas ao substitutivo Beni Veras na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal foi concluída semana passada. Agora, a matéria deverá ser votada em primeiro turno, pelo plenário do Senado, já nesta quarta-feira, dia 10.

Eleições

As eleições para a nova diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind vão de 10 a 12 de setembro, de quarta a sexta-feira desta semana. Serão instaladas 16 seções eleitorais, espalhadas por todos os campi. Confira aqui onde estarão e a que unidades atenderão. Lembre-se, seu voto é muito importante: não deixe de votar.

Seção Eleitoral 1
Local de Votação: *Faculdade de Educação (Praia Vermelha)*
Unidades: *Educação e Comunicação*

Seção Eleitoral 2
Local de Votação: *Colégio de Aplicação (Lagoa)*
Unidade: *Colégio de Aplicação*

Seção Eleitoral 3
Local de Votação: *IFCS (Largo de São Francisco)*
Unidade: *IFCS*

Seção Eleitoral 4
Local de Votação: *Faculdade de Direito*
Unidade: *Faculdade de Direito*

Seção Eleitoral 5
Local de Votação: *Escola de Educação Física (Fundão)*
Unidade: *Escola de Educação Física*

Seção Eleitoral 6
Local de Votação: *Nesc (HU)*
Unidades: *Medicina, Maternidade Escola, Nesc, I. Ginecologia e I. Tisiologia e Pneumologia*

Seção Eleitoral 7
Local de Votação: *Saguão do Bloco A do CCS*
Unidades: *Nutes, Farmácia, ICB, Biologia, Nutrição, Odontologia, Microbiologia, Biofísica, IPPMG e NPPN*

Seção Eleitoral 8
Local de Votação: *Geociências*
Unidades: *Geociências e Observatório do Valongo*

Seção Eleitoral 9
Local de Votação: *Hall do Bloco A do CT*
Unidades: *I. de Física e I. de Química*

Seção Eleitoral 10
Local de Votação: *Corredor do Centro de Tecnologia*
Unidades: *E. Engenharia, I. de Matemática, IMA, Coppe, Coppead e E. de Química*

Seção Eleitoral 11
Local de Votação: *Faculdade de Letras*
Unidade: *Faculdade de Letras*

Seção Eleitoral 12
Local de Votação: *Hall do prédio da reitoria*
Unidades: *EBA, FAU e Ippur*

Seção Eleitoral 13
Local de Votação: *Instituto de Psicologia*
Unidades: *Psicologia, Serviço Social, Psiquiatria, Economia, Administração e Neurologia*

Seção Eleitoral 14
Local de Votação: *Escola de Enfermagem Ana Nery*
Unidade: *Enfermagem*

Seção Eleitoral 15
Local de Votação: *Escola de Música*
Unidade: *Música*

Seção Eleitoral 16
Local de Votação: *Museu Nacional*
Unidade: *Museu*

Depoimentos

Selecionamos e publicamos alguns depoimentos de docentes da UFRJ sobre a importância desta eleição para a diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSInd.

Neste momento em que os sindicatos e movimentos organizados da sociedade vêm sendo soterrados pela avalanche neoliberal é fundamental que a Adufrj, agora Seção Sindical, patrimônio dos docentes da UFRJ e marco de uma história de lutas e resistências, seja fortalecida na eleição de sua primeira diretoria, com uma votação expressiva.
Elmo da Silva Amador
Ex-Vice Presidente da Adufrj e Ex-Diretor do Igeo/UFRJ

Colegas, em meio a uma história de perdas, as queixas individuais são compreensíveis, mas não nos fortalecem enquanto categoria. É fundamental que organizemos não apenas a resistência, mas a luta coletiva. VOTE! É nosso direito e nossa chance de ter VOZ!
Raquel Goulart Barreto
professora da Faculdade de Educação

Ao invés de diluirmos nossos esforços em ações isoladas, ou buscarmos sempre novas formas de como nos "virarmos"diante de um quadro que não cessa de agravar, porque não concentrar as energias rumo à conquista de nossos legítimos direitos? Um importante passo já pode ser dado. Nos dias 10, 11 e 12 de setembro participe ativamente do processo eleitoral que elegerá a nova diretoria da Adufrj-SSind para o biênio 97 - 99, votando e convocando seus colegas para votar. Depois dessa etapa, informe-se, apareça, opine, ajude a decidir, colabore, seja enfim o mais atuante que lhe for possível. Fortalecendo sua entidade você se torna mais forte. Ou então, prepare-se para tudo de bom que o governo federal quer reservar para você.
Leandro Nogueira Salgado Filho
professor da EEFD

Foi com um imenso prazer que recebi a notícia que a próxima eleição da Adufrj-SSind contará com a chapa "Autônoma e Democrática". Primeiro, porque silenciando aqueles que apostavam que a Adufrj-SSind iria acabar, premia o trabalho incansável dos professores José Miguel Bendrao e Rosanne Dias. Segundo, esta chapa mostra que é possível aliar a militância na defesa da universidade pública, com a competência, a qualidade e o compromisso acadêmico. Terceiro, sou um daqueles que acreditam que os servidores docentes e técnico-administrativos um dia estarão atuando em uma única entidade sindical, mas isso só será possível com um movimento docente forte e representativo, debatendo sem medo as nossas diferenças, encaminhando lado a lado junto com o DCE e Sintufrj as lutas comuns.
Luis Antônio Barbosa
funcionário do instituto de Psicologia e ex-diretor do Sintufrj

O ensino público de qualidade ainda está para ser conquistado em nosso país. Lutar por ele no nível em que trabalhamos, o da universidade pública, é fundamental. A Adufrj-SSind tem muitas frentes já abertas nesta luta e é necessário manter e intensificar este trabalho. Os problemas mais urgentes que estamos enfrentando atualmente na universidade pública dizem respeito às tentativas de desqualificação de seus recursos humanos, os técnico-administrativis e os docentes. Isto está sendo feito pela progressiva e já severa degradação salarial, pela retirada de direitos dos servidores por medida provisória e será aprofundado pelas perdas que ocorrerão se forem aprovadas as reformas administrativa e da previdência. Não é possível fazer frente a esta situação, a não ser por meio de ações organizadas. A luta por melhores salários e pela manutenção de nossos direitos, concreta e seriamente ameaçados, exige uma grande participação dos professores na Adufrj-SSind, formulando estratégias para enfrentar estes problemas e trabalhando pela implementação das ações necessárias.
Maria de Lourdes Passos
professora do Instituto de Psicologia

Num momento em que é colocada à prova a própria sobrevivência dos serviços e do servidor público, precisamos demonstrar a força política dos movimentos sociais em geral e especialmente do movimento docente. A presença às urnas nas eleições da Adufrj-SSind deve ser mais do que uma lição de dever cívico, uma evidência de que os docentes têm plena consciência de seu valor político e de que são protagonistas do jogo político
Sara Nigri Goldman
professora da Escola de Serviço Social

A crise sem precedentes vivida pela universidade pública brasileira precisa ser enfrentada com a organização de seus segmentos, com a construção de uma agenda política unificada e com estratégias de mobilização eficazes. O fortalecimento de nossas entidades democráticas é um dos nossos principais instrumentos de luta. O voto é a forma de participação mínima, para mostrar que ainda podemos reagir. Vote Adufrj- SSind.
Suely Almeida
professora da Escola de Serviço Social

Eleições na Adufrj-SSind

Esta semana, de quarta, 10, a sexta-feira, 12, serão realizadas as eleições para a diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Concorre à diretoria a chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática, cujos integrantes são:

Presidente: **Roberto Leher**, graduado em Ciências Biológicas (UFRJ, 1984), mestre em Educação (UFF, 1989), doutorando em Educação (USP), desenvolve pesquisas em Trabalho e Educação e Política Educacional, é professor assistente da Faculdade de Educação, onde está desde 1988. Foi 1º vice-presidente da Adufrj (89-91) e é membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Andes-SN.

1º Vice-presidente: **Roberto Houaiss**, graduado em Arquitetura (UFRJ, 1979), mestre em História da Arte (UFRJ, 1993), é professor assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Foi 2º vice-presidente da Adufrj (93-95) e é atualmente 2º secretário regional do Rio de Janeiro da Andes-SN e membro do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) da Andes-SN.

2ª Vice-presidente: **Philomena Gebran**, professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, foi 1ª vice-presidente da Adufrj (91-93) e é doutora em História Social da América Latina (USP).

1º Secretário: **José Miguel Bendrao Saldanha**, graduado (UFRJ, 1973), mestre (UFRJ, 1977) e doutorando (UFRJ) em Engenharia de Produção, na área de Pesquisa Operacional. É professor assistente da Escola de Engenharia, onde está desde 1989. Foi professor da UFPB (1976-1977) e da UFBA (1982-1985) e é o atual presidente da Adufrj-SSind.

2ª Secretária: **Regina Célia de Souza Pugliese**, graduada em Pedagogia (UFRJ, 1971) com habilitação em Orientação Educacional. Atua no ensino da 1ª à 4ª série (1º grau) e desenvolve atividades de extensão no Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e de pesquisa no projeto "A alfabetização nos colégios de aplicação" no Colégio de Aplicação. Foi representante dos professores do CAp no Conselho de Representantes da Adufrj entre 1994 e 1997.

1º Tesoureiro: **José Antonio Martins Simões**, físico (UFRGS, 1973), doutor em Física Teórica (França, 1981), pesquisador do CNPq na área de Física de partículas elementares, professor adjunto do Instituto de Física, onde está desde 1983. Foi presidente da Adufrj (91-93).

2º Tesoureiro: **Francisco Ary Fernandes de Medeiros**, graduado (PUC-RJ, 1969) e mestre em Serviço Social (UFRJ, 1983), doutorando em Filosofia (UGF), desenvolve pesquisas na área da Prática de Serviço Social e é professor adjunto da Escola de Serviço Social, onde está desde 1977.

Candidatos ao Conselho de Representantes da Adufrj-SSind:

Escola de Belas Artes:
Patrícia March de Souza
Colégio de Aplicação:
Célia Brito Teixeira Gama, Clóvis de F. Neves Filho, Miriam Abduche Kaiuca e Sandra Martins de Souza

Faculdade de Letras:
Leonor Werneck dos Santos
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:
Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu Penna

Faculdade de Direito:
Agnelo Maia Borges de Medeiros
Escola de Enfermagem Ana Nery:
Walcyr de O. Barros
Escola de Engenharia:
Henrique Innecco Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni

JORNAL
ANO IV
15 A 21 DE SETEMBRO/97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL

1.000 dias de FHC: reajuste zero

Fernando Henrique baixou nova medida provisória concedendo um reajuste diferenciado aos funcionários públicos, que varia entre 60 a 215%. Apenas 7.585 servidores foram contemplados

páginas 6, 7 e 8

Governo quer alterar sistema de pós-graduação

página 3 e 4

Portaria 119 da Fazenda será contestada

página 12

Suplemento especial sobre autonomia universitária

Publicamos na íntegra a nova versão da PEC 370/96, após o relator Paulo Bornhausen ter considerado sugestões do MEC, da área econômica do governo e da Andifes. A Andes-SN comenta a proposta.

Eleições da Adufrj-SSind

Encerraram-se no dia 12 de setembro as eleições para diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 97 - 99.

A apuração foi marcada pela Comissão Eleitoral para esta segunda-feira, dia 15, a partir das 12h, na sede da entidade.

Os resultados estarão na home-page da Adufrj-SSind (http://www.alternex.org.br/~adufrj), que está novamente no ar, em fase experimental.

Opinião

Universidade "bancária"?

A leitura da seção **Opinião** do JB de 11/09 me provocou fortes e contraditórias emoções. Como professora de uma Universidade Pública (a UFRJ), em uma área essencial para a conquista de soberania e desenvolvimento em qualquer país do mundo, como a Saúde Pública, e vivenciando no cotidiano as imensas dificuldades por que passa o ensino e a pesquisa nas instituições públicas, não posso deixar de me manifestar.

De um lado, o brilhante artigo de Reinaldo Guimarães faz uma análise precisa e arguta sobre o desmonte do ensino público superior, sendo o alvo da vez a pós-graduação. Os ilustrados 'áulicos' que empreendem o ataque são 'nativos', ou seja, cientistas brasileiros titulados às custas dos suados e escassos recursos públicos investidos em pesquisa em nosso país. O outro artigo, do Sr. Cláudio de Moura Castro, chefe dos 'Programas Sociais' do BID, coloca explicitamente, sem nenhum pudor, a visão 'empresarial' deste organismo que, aliás, está a ditar regras para a educação na América Latina.

O Sr. Cláudio, apesar de ter um nome bem brasileiro e de, provavelmente, ter se titulado às custas de recursos nacionais, é claramente um porta-voz de interesses externos ao país. Afinal, defende ele claramente que a pesquisa deve ser voltada para "servir o setor produtivo" (sic) e ainda aconselha que se "calibre melhor a pontaria" no balcão de negócios . Ao desqualificar pesquisas de baixo teor tecnológico, como a identificação de ervas medicinais no suposto país pobre de seu artigo, argumentando que este tipo de conhecimento não desperta o menor interesse empresarial, esse senhor, certamente, desqualificaria as pesquisas na área da saúde pública que, por exemplo, enfocam as doenças de alta prevalência na população brasileira e que são fortemente associadas à pobreza.

Afinal, que interesse empresarial pode despertar a diarréia infantil, a desnutrição, e mesmo a AIDS, já tida como doença de elite e que agora se pauperiza? Saiba o Sr. Cláudio que ainda existem cientistas comprometidos com um projeto de país soberano e com o entendimento de que soberania se conquista - especialmente nos dias de hoje - também com a produção de conhecimentos enraizados nos (desprezíveis!) problemas de nosso povo. Esses problemas, infelizmente, e por melhor que seja nossa pontaria, não têm o menor apelo empresarial. Deveriam ser prioridade de um governo comprometido com o bem-estar da população e com a inserção de nosso país no competitivo mundo atual.

Regina Helena Simões Barbosa
Professora da Faculdade de Medicina da UFRJ

ADUFRJ Seção Sindical

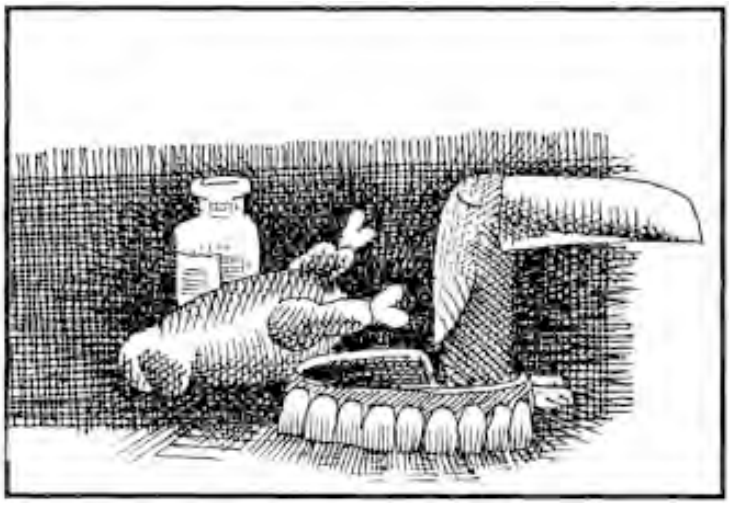
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente:José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da ADUFRJ-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Sistema de pós-graduação pode mudar

Depois da dentadura, as bolsas de especialização ganharam as manchetes dos jornais, desta vez, porém, como uma causa do atraso do país. Mas, como no caso dos dentes artificiais, que efetivamente não supriram as carentes e desdentadas bocas da população necessitada, não demorou também para que estas declarações fossem desmentidas.



Segundo o presidente, os estudantes estariam utilizando as bolsas de especialização como opção a empregos na iniciativa privada, e que a demanda por bolsas de estudo vem aumentando 12% ao ano, num ritmo superior às matrículas das universidades. E ainda acrescentou que

O discurso de FHC foi proferido na segunda-feira, dia 8, na abertura da 6ª Conferência Geral da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, no Rio de Janeiro. Publicado pelos jornais na terça-feira, no dia seguinte era desmentido pela própria Secretaria Nacional de Educação Superior do MEC, SESu/MEC. Segundo o secretário Abílio Baeta, nos últimos quatro anos o número de bolsas permaneceu estável. O que teria acontecido, de acordo com Baeta, foi o aumento de cerca de 10% nas bolsas concedido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), mas devidamente compensado pela redução nos mesmos níveis das bolsas oferecidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas).

Para "remediar" esta "anomalia", o secretário da SESu informou em entrevista ao jornal O Globo que o governo reduzirá os gastos com pesquisa em R$ 66 milhões para 98, inclusive ameaçando cancelar convênios com as universidades que não cobrarem um melhor desempenho de seus alunos.

De acordo com relatório produzido em agosto último pela gerência de Orçamento e Finanças da Capes, em 1994 o Brasil tinha 1.119 cursos de mestrado, 594 de doutorado e oferecia 18.373 bolsas para 57.388 estudantes matriculados; em 1995 este número passou para 1.159 cursos de mestrado, 626 de doutorado, com 18.773 bolsas para 62.613 alunos matriculados; em 1996, foram 1.172 cursos de mestrado, 625 de doutorado, para 20.236 bolsas e 83.863 matriculados. Para este ano, foram divulgados apenas os números de bolsas concedidas pela Capes, que foram 21.698.

Associação de Pós-Graduandos

As medidas anunciadas, porém, não são nenhuma novidade para a representante da APG-UFRJ no CEPG, Elaine Monteiro, para quem não foi por acaso a atitude de colocar os pós-graduandos como estudantes profissionais. Ao contrário, o ataque ao sistema de bolsas faz parte do desmonte orquestrado pelo governo para o sistema de pós-graduação no Brasil. Ela acredita que a atitude do presidente reflete o pensamento de seu grupo de consultores.

Só para rememorar, em um dos textos preparatórios para o IV Plano Nacional de Pós-Graduação, produzido por encomenda do MEC, o professor da UFMG, Jacques Schwartzman, propunha nada menos do que o fim das bolsas e a transformação do sistema de pós-graduação brasileiro em crédito educativo. (leia na página 4 o parte do texto "O financiamento da pós-graduação no Brasil: algumas questões", do professor Schwartzman)

Elaine também lembrou que anualmente a Capes realiza avaliações de todos os programas de pós-graduação espalhados pelo país, e um dos critérios é justamente o número de teses defendidas. O programa que tem este percentual diminuído, sofre redução automática no número de bolsas.

O financiamento da pós-graduação no Brasil: algumas questões

Jacques Schwartzman

..."Há razões de natureza prática, mas também conceitual que deveriam levar-nos a repensar o atual sistema de distribuição de bolsas e mesmo a gratuidade do ensino. Do lado prático, é que existe um claro limite ao crescimento dos recursos destinados à bolsas e que outras modalidades de auxílio à pesquisa e aos próprios cursos vem sofrendo restrições em função do crescimento das bolsas de mestrado e doutorado. Na perspectiva conceitual, a prática atual leva a uma maior concentração de renda pessoal e nem sempre se justifica como a única alternativa para manter o sistema de forma eficiente.

A solução para esta questão é bastante óbvia e ao alcance de uma simples medida administrativa. Deixando de lado a questão do ensino gratuito , que exigiria reforma constitucional para a sua eliminação, bastaria transformar as atuais bolsas de estudo para mestrado e doutorado em um empréstimo ao estudante nos moldes do crédito educativo, com as seguintes precauções:

1.Período de carência variável em função da área, garantia de retorno integral com taxas de juros baixas, mas positivas;

2.Manutenção de um certo número de bolsas em programas de alta relevância social mas de baixa atração de estudantes;

3. Listar os cursos que terão prioridade para concessão de empréstimos, baseado em critérios de qualidade e relevância social;

4.Priorizar estudantes carentes de bom desempenho acadêmico.

5. Não discriminar cursos ou estudantes pela sua dependência administrativa (pública ou privada).

A transformação de bolsas em empréstimo justifica-se pela interrupção da transferência de renda às camadas mais ricas da população e é viável operacionalmente, desde que se entenda um curso de pós-graduação como um investimento presente que trará benefícios futuros (sob a forma de salários mais elevados) superiores aos gastos incorridos na sua formação, permitindo portanto o retorno do empréstimo. Somente quando a análise benefício/ custo privada (para cursos de alta relevância social) se mostrar desfavorável ou a relação beneficio/custo social for muito superior à análise privada é que se deveria examinar a conveniência de se manter os atuais privilégios.

Em princípio, as bolsas para o exterior deveriam ter o mesmo tratamento, especialmente aquelas concedidas a estudantes sem vínculo institucional. Neste último caso, tratando-se de vínculo com instituição pública, seria mais problemática a não concessão de bolsa, já que o interessado estaria fazendo um programa no exterior no âmbito de seu contrato de trabalho. Ainda assim, poderia-se exigir um compromisso maior com a instituição de origem após o seu retorno. Nas universidades federais exige-se apenas que o bolsista não se exonere ou se licencie antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento".

A transformação de bolsas em empréstimo justifica-se pela interrupção da transferencia de renda às camadas mais ricas da população e é viável operacionalmente, desde que se entenda um curso de pós-graduação como um investimento presente que trará benefícios futuros

Parte do texto produzido para o IV Plano Nacional de Pós-Graduação/ 96, encomendado pelo MEC

Socorro: mais cientistas e menos banqueiros

Têm sido raros os documentos públicos que revelem os fundamentos da política de ensino superior praticados pelos últimos governos. Um exemplo recente, de uma clareza contundente, foi publicado no Jornal do Brasil de 11/09/97 pelo senhor Cláudio de Moura Castro, atualmente Chefe da Divisão de Programas Sociais do BID.

Neste texto, o ilustre cidadão nos brinda com suas reflexões e intensões de uma viagem a um certo país tropical onde, saindo de uma reunião com acadêmicos foi tratar de outros assuntos..."**saído desta reunião para uma outra com banqueiros e homens de negócios.Nesta outra, estavam os atores que operam o país e que pagam os impostos que financiam os acadêmicos."** Engana-se este senhor. Deve ter viajado para a Disneylândia ou outra ilha de fantasias. Não existem países tropicais onde banqueiros e homens de negócios paguem impostos.Pelo contrário, além de sonegá-los, quando suas roubalheiras ficam muito grandes ainda contam com o auxílio generoso dos governos. Quem paga impostos são os trabalhadores e assalariados e a eles os acadêmicos devem justificativas de seu trabalho.

Mais adiante o missivista desqualifica o trabalho acadêmico de biólogos nativos....."**Os esforços de cientistas pesquisando os bichos e plantas locais são meritórios, mas será esta a prioridade? "** questiona o autor. Mais uma vez, vítima de viagens inoportunas, nosso moderno Ulisses do BID não devia estar por aqui quando o governo americano adentrou nosso Congresso Nacional para aprovar uma Lei de Patentes que lhe era conveniente, principalmente para meter a mão na bio-diversidade amazônica.

A importância estratégica deste setor é inquestionável. Não terão os países tropicais direito a seus frutos?

Seguindo seu rosário de conselhos, encontramos outra pérola dirigida a nossas universidades: **"Será que os nossos operadores de cursos profissionais** (suponho que daqui há alguns anos seremos tratados com esta nova denominação) **estão freqüentando as empresas para ver o que elas precisam? Será que os currículos destes cursos refletem o cotidiano das empresas ou apenas o lobby dos professores das disciplinas existentes, ou as últimas controvérsias teóricas?"** Não creio que em sua cruzada com banqueiros e homens de negócios nosso Brancaleone tenha tido tempo de estudar um pouco da história contemporânea para avaliar o papel de algumas "controvérsias teóricas".

Senão saberia, por exemplo, que a discussão bastante acadêmica dos físicos teóricos nos anos vinte sobre a natureza corpuscular-ondulatória da matéria teve como uma de suas últimas consequências a atual revolução na área de informática. Talvez ele não saiba, mas os países do chamado primeiro mundo não descuidam destes aspectos e continuam investindo pesado em ciência básica e em suas possíveis consequências tecnológicas. Quem sabe se, em nosso país tivéssemos tido desde este período mais cientistas e menos banqueiros não estaríamos numa situação bem melhor?

A questão realmente grave neste assunto é que não se trata apenas de algumas opiniões de um funcionário de um banco. Na verdade não há nada original neste texto.

Sua fonte de inspiração está no famigerado documento "La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia " publicado pelo Banco Mundial em Washington, D.C., em 1994. Neste texto, encontramos todas as orientações que têm sido fielmente implementadas nos países do terceiro mundo. Sua finalidade é clara. No mundo contemporâneo, conhecimento é poder e poder não se divide. A política de orientar nossas universidades para o chamado "setor produtivo", que em nossos países não passa de um apêndice das multinacionais, é mais um instrumento de dominação e submissão. Lamentavelmente alguns setores de nosso meio ainda não se deram conta de que, neste processo, terminaremos vendendo bananas e comprando tamagotchis.

Quanto ao último comentário - aconselhando os pesquisadores a dirigir-se ao setor produtivo - e sobre **.."estimulá-los a calibrar melhor sua pontaria",** não há cuidados maiores. Muitos de nós sabemos onde mirar.

José Antonio Martins Simões,
Professor do Instituto de Física, ex-presidente da ADUFRJ

1.000 dias de FHC: reajuste zero

Zero para mais de um milhão, mas para alguns eleitos pelo Planalto, FHC baixou nova medida provisória concedendo um reajuste diferenciado, que varia de 60 a 215%, para apenas 7.585 servidores federais. De acordo com o noticiário da semana passada, os aumentos valem a partir de 1 de setembro e vão provocar um impacto anual de R$ 171 milhões. A folha de pagamento dos servidores é de R$ 42 bilhões anuais. Dos beneficiados, 4.206 são aposentados e apenas 3.379 estão ativos. Os contemplados fazem parte de algumas das carreiras consideradas pelo Estado neoliberal estratégicas para a manutenção de suas funções.Advogados da União, defensores públicos, procuradores, fiscais rurais, engenheiros e técnicos do Incra receberão remunerações que chegam a R$ 5.165,00, que é o caso dos advogados, que recebem hoje R$ 2.935,00. Bresser não poderia ser mais explícito: quer gente qualificada e bem paga no serviço público. Aqueles "que defendam a União na Justiça", provavelmente contra as ações judiciais impetradas pelo restante dos servidores: professores, profissionais da saúde, pesquisadores, técnicos e especialistas de diversas áreas que há mais de dois anos e meio não vêem a possibilidade de recuperarem seu poder aquisitivo. Bresser também quer quem "traga informações para o governo" e "faça a reforma agrária". Só esquece de dizer que o governo gastou este ano a ínfima quantia de 62,5 milhões de reais. Só para o pagamento de dívidas foram destinados 7,3 bilhões de reais. Sem dúvida, a reforma agrária passou a ser prioridade, ao menos para aumentar os salários de seus responsáveis no governo.

Os professores que estiveram na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, do dia 4 de setembro, debateram a questão salarial dos docentes das universidades federais e a próxima campanha salarial do Sindicato Nacional (Andes-SN) para o setor.

Das propostas que foram encaminhadas pelo GT Verbas do Sindicato, os professores da UFRJ aprovaram tanto a reivindicação de um piso salarial para a categoria quanto a de um reajuste salarial emergencial, os quais os professores presentes preferiram denominar, respectivamente, salário inicial da carreira e reajuste mínimo.

Isto por considerarem estas expressões mais fiéis ao que vem sendo construído pelo movimento docente em termos de reivindicações salariais.

Para o presidente da Seção Sindical, José Miguel, o termo "piso" reflete a falta de referência a uma carreira, restringindo-se à preocupação de não permitir que os salários caiam a um nível insustentável, quando o que reivindicamos é uma carreira, isto é, uma estrutura integrada de cargos, salários e política de progressão.

Para a proposta de um piso salarial, os cálculos apresentados pelo GT Verbas apontam a necessidade de um reajuste de 119% para a recuperação do patamar de 2,8 salários mínimos do Dieese (atualmente, R$ 2.157,04) para o professor auxiliar de ensino com dedicação exclusiva.

Alguns professores, durante a Assembléia da Adufrj, questionaram a utilização do salário do professor auxiliar DE como referência para se chegar ao reajuste e propuseram que o cálculo fosse feito sobre o valor do salário do auxiliar 20 horas, o que significaria um reajuste linear de 142% para toda a carreira.

Quanto ao reajuste emergencial ou "mínimo", o GT Verbas propõe 59,44% de reajuste para toda a carreira docente, correspondendo a um piso salarial de R$ 507,01.

Esta proposta de reajuste considera a recomposição das perdas referentes ao governo Fernando Henrique - incluindo as perdas do Real - e reivindicá-lo significa exigir deste governo que, ao menos, arque com suas dívidas em relação aos professores universitários e as demais categorias de servidores.

Outro argumento para a reivindicação do "mínimo" também está na recomposição dos salários de janeiro de 1995: data do último reajuste e uma data que o movimento exibe há meses como um marco da (des) política de FHC para com os servidores.

Seção Sindical da UFRGS propõe alteração na tabela

A Assembléia da Adufrj analisou também uma proposta que há alguns meses vem circulando no movimento docente e já foi objeto de discussão pelo Setor das Federais do Andes-SN e de análise do GT Verbas.

A Seção Sindical Adufrgs propõe, apoiada por outras 12 seções, uma "revisão da tabela salarial" dos docentes a ser conquistada juntamente ao MEC. A seção sugeriu um aumento da GAE (não especificado), da gratificação por DE para 70%, dos adicionais por mestrado para 40% e por doutorado para 70%, e uma sugestão de gratificação por atividade docente em graduação, 1º e 2º graus, correspondente a 5% do salário-base da categoria respectiva por cada hora/aula semanal.

A Assembléia da Adufrj não rejeitou a negociação com o MEC, nem a possibilidade de aceitar reajustes diferenciados ou até mesmo a tal "revisão da tabela", mas os professores foram categóricos ao recusar a estratégia da revisão como uma reivindicação do movimento, por considerarem de caráter divisionista a proposta da seção gaúcha, não só em relação aos demais servidores, como, principalmente, dentro da própria categoria docente.

Os professores presentes à assembléia também consideraram que só o governo ganharia, se o movimento encampasse tais propostas. A atenção para o problema principal, que é a defasagem salarial, estaria diluída na disputa entre profissionais do mesmo segmento sobre quem deve receber mais ou menos gratificações.

Há de se lembrar também que sempre que um governo não quer dar ganho para reivindicações de uma categoria, mas, ao mesmo tempo, não pode mais sustentar níveis salariais insuportáveis, apela para gratificações sem incorporação definitiva aos salários. Tal tratamento vem sendo utilizado há alguns anos e revela a falta de política salarial para os servidores públicos e o estado de instabilidade das carreiras.

Carreira destroçada

A assembléia tratou também da necessidade urgente de se discutir o que é, hoje, a carreira docente. Para o movimento docente na UFRJ, a carreira está destroçada pela influência de convênios e prestações de serviços através de fundações, desvirtuamento em larga escala do regime de Dedicação Exclusiva, pela quebra da isonomia devida a ganhos judiciais não estendidos a todos, elitização dos concursos etc.

Foi sugerido pela assembléia que o Setor das Federais da Andes-SN incluia nas suas reivindicações, com prioridade, a proposta de carreira já elaborada pelo Sindicato.

Para o presidente José Miguel, esta seria uma forma privilegiada de se retomar a discussão, a um só tempo, de todos os aspectos relacionados ao trabalho docente – cargos, salários, condições de trabalho, autonomia, avaliação, progressão, concursos entre outros – situando-os na perspectiva de um projeto para a universidade brasileira.

Discussão da proposta de revisão da tabela

Da discussão no GT Verbas do Sindicato da proposta da seção sindical da Ufrgs de se tentar junto ao MEC uma recomposição salarial através de revisão da tabela salarial dos docentes (revisão de gratificações tipo GAE, DE, titulação e outras) foram consolidadas duas posições que publicamos a seguir:

Posição favorável:

"Apesar da reivindicação do piso salarial, assim como sua correção de acordo com a inflação ser objetivo estratégico do movimento docente, deve-se ter uma alternativa, dada a situação emergencial dos salários dos professores das Ifes, o que tem feito com que a universidade pública se encontre num processo de crescente perdas de recursos humanos, comprometendo gravemente os níveis atuais de qualidade. Ao contrário da regulamentação do piso que o MD reivindica, a modificação da tabela via aumento de gratificações (DE, titulações, GAE) ou criação de outras gratificações não seriam suscetíveis de gerar ações jurídicas, tendo – na atual correlação de forças – mais possibilidades de atendimento. Estas modificações reforçariam ainda o perfil do profissional de ensino defendido pelo movimento docente. Finalmente, a fixação de um objetivo tático que tenha mais possibilidade de êxito teria um efeito revitalizador sobre o movimento docente, sem o viés corporativista, pois a defesa do salário estaria vinculada à defesa da universidade".

Posição contrária:

"Aumento da GAE para os docentes implica em aumento da GAE para as outras categorias do serviço público, o que inviabiliza esta reivindicação. Para o governo, seria até melhor fazer a recomposição salarial através do aumento dos percentuais de DE e titulação pois, além de não comprometer o orçamento por implicar em comprometimento relativamente pequeno de recursos, ainda poderia usar politicamente aquela concessão, fazendo o discurso oportunista de estar valorizando o docente pós-graduado e dedicado às universidades. Além disso, a apresentação desta proposta ao governo pelo próprio movimento docente não só indicaria ao governo fragilidade completa de nossa organização (o que enfraqueceria nossa reivindicação junto ao MEC) como também provocaria uma divisão intra e inter categorias nas Ifes. Buscar recomposição salarial diferenciada para docentes com dedicação exclusiva e com titulação caracteriza uma luta discriminatória visto que exclui parte da categoria desta recomposição, num momento em que o arrocho salarial é generalizado, independente da categoria ou regime de trabalho do docente. Neste sentido, o movimento deve reivindicar um piso salarial para os docentes, reafirmando a necessidade de se reconhecer o docente – mesmo os auxiliares de ensino ou os substitutos – como um profissional."

Direção do Sindicato se reúne novamente com Baeta

Prosseguindo com a tentativa de abrir negociações com o MEC em torno da questão salarial, dirigentes do Andes-SN, entre eles a presidente Maria Cristina de Moraes, estiveram com o secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta, em audiência no último dia 8.

Baeta declarou que a posição do MEC é a de defender o reajuste diferenciado para docentes e técnicos-administrativos e, ainda assim, somente a partir do ano que vem.

A direção do Sindicato entregou ao secretário o material acumulado pela entidade sobre Piso Salarial da categoria. A análise do último encontro do GT Verbas sobre salários também foi dada a Baeta.

Sobre remuneração docente, Baeta disse que o ministério estaria trabalhando com novas formas de complementação, como incentivos à produtividade, por exemplo. Disse que aumentos na DE e na GAE também já foram estudados, mas de "forma marginal".

Segundo ele a GAE envolve todo o funcionalismo e sua repercussão no salário seria "insignificante". Quanto a DE, o secretário considera que a gratificação teve sua concepção - de estímulo à produtividade - desvirtuada. Em relação ao percentual de titulação, considera que a equiparação com percentuais da carreira de pesquisadores e tecnólogos seria problemática, "uma vez que eles os têm por não terem o regime de dedicação exclusiva".

Sobre a fixação do teto salarial para os aposentados, Baeta diz não ser um problema. "O problema está na repercussão financeira decorrente dos compromissos com os proventos dos aposentados". Na opinião do secretário, os aposentados estão muito bem, "o problema é mais crucial entre os jovens docentes titulados", completou.

O Sindicato propôs uma comissão com participação de membros da área econômica e do Mare para discutir alternativas para a questão salarial nas universidades. Baeta reafirmou que o problema estaria na concessão de um reajuste linear para todos os servidores públicos e negou a criação da comissão com os sindicatos.

Encontro vai trazer bancada do governo para debater a reforma da Previdência

Além de especialistas, trazer os representantes dos partidos do governo para discutir a reforma da Previdência, começando pela bancada do PFL. Este foi um dos encaminhamentos tirados pela reunião que a Adufrj-SSind realizou segunda-feira passada, dia 8, como preparativo para um encontro que discuta a reforma da Previdência aqui no Rio de Janeiro.

Embora ainda não haja data confirmada, decidiu-se pela realização de um evento de grandes dimensões, de preferência no Fórum de Ciência e Cultura.

Na discussão sobre a reforma da Previdência e assuntos relativos à aposentadoria, ficou decidido que, a partir de agora, os esforços de organização de encontros e debates sobre este tema serão conjugados com o pessoal das outras universidades do Estado. Até para que a discussão se amplie e sirva para que o professor da ativa se mobilize em defesa da Previdência Social, já que serão estes os maiores atingidos caso o governo consiga aprovar o texto que está sendo votado no Senado Federal. (leia matéria sobre quebra de regimento)

O professor Francisco Ary, da ESS, disse que os cálculos atuariais são os mesmos para a previdência pública e privada, e questionou: "Então, por que uma dá lucro e a outra não?" Ele também lembrou o exemplo da Capemi, quando milhares de pessoas recolheram uma mensalidade durante anos e quando foram receber seu benefício, o dinheiro não dava nem para pagar a passagem do ônibus. "Este governo é só marketing, tirando a estabilidade da moeda, não tem nada a apresentar", disse.

"Nós perdemos um pouco do sentido do que está acontecendo. Já foi o tempo em que bandido usava máscaras, temos que parar com este negócio de querer desmascarar a lógica do governo", afirmou o professor aposentado do Instituto de Física, Rui Pereira, que abriu os trabalhos da reunião na Escola de Serviço Social. Relatando sua participação no V Encontro Nacional, promovido duas semanas antes, em Brasília, pela Andes-SN, Rui disse que o governo quer é "que a gente se acotovele uns aos outros" enquanto consegue transformar a Previdência Social num seguro, uma simples transação financeira.

"O movimento tem que tratar de questões ideológicas e filosóficas" disse Rui, ex-decano do CCMN, que acredita não ser muito útil combater o governo utilizando a mesma lógica dele. Citando como exemplo as pendengas judiciais relativas a ação dos 28,86%, ele lembrou que o governo não faz nenhum esforço em tocar a reforma do Judiciário, pois é o maior interessado na lentidão da Justiça.

Encaminhamentos aprovados pelo V Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, da Andes-SN

Reforçar a necessidade de construção da greve geral como forma de enfrentamento coletivo às atuais políticas de FHC.

Encaminhar para discussão na base as seguintes questões:

a) são os docentes aposentados das IES parte integrante da chamada "Comunidade universitária"?

b) a isonomia salarial na "Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira" é só para os que "fazem" trabalho geral ou inclui o aposentado que "fez" trabalho igual?

Levantar nas Seções Sindicais a existência ou não de mecanismos de impedimento aos aposentados de acesso a recursos técnicos de pesquisa nas IES.

Levar ao XXXV Conad a questão da constituição de Associações ou outros mecanismos de organização docente paralelas ao Sindicato Nacional.

Priorizar, no processo de negociação de nossa pauta de reivindicação junto ao MEC, a questão da abertura de vagas docentes.

Intensificar a discussão sobre o significado de aposentadoria assumido pela Andes-SN centrado na perspectiva de direito social, como condição de cidadania e dever do Estado, e não de seguro ou prêmio conforme se expressa na proposta governamental.

Programe-se

Seminário de História da Ciência e da Técnica

Promovido pelo Laboratório de Epistemologia e História Social da Ciência e da Técnica LEHSC/UFF
De 15 a 19 de setembro, no Auditório do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), campus do Gragoatá, bloco O, 2º andar, Niterói.
Inscrições gratuitas pelo tel/fax: (021) 620-8360

Programação:

Dia 15, às 10h **-** *Sessão:* ***As Ciências em São Paulo na Primeira República: (1890 - 1930)***
Prof. Dr. Tamás Szmrecsányl (IG/Unicamp), profª. Drª Silvia F. de Mendonça Figueirôa (IG/Unicamp)
às 14h - Sessão: **Energia e Política no Brasil do Pós-Guerra**
Prof. Dr. Geraldo de Beauclair M. de Oliveira (UFF), profª Ana Maria Ribeiro de Andrade (mast/CNPq)
às 16h - Conferência: **Newton e a Consciência Européia no Século XVIII**
Prof. Dr. Paolo Casini (Universidade de Roma - La Sapienza).

Dia 16, às 10h **-** *Sessão:* ***A idéia de Ciência na Idade Média***
Profª Drª. Vania Leite Fróes (UFF), prof. Dr. Francisco José da Silva Gomes (UFF-UFRJ)
às 14h - Sessão: **Discursos sobre a Ciência no Brasil: do Segundo Império à Primeira República**
Profª Drª Maria Amélia M. Dantes (USP), prof. José Jerônimo ª Alves (UFPa - CHC/USP)
às 16h - Conferência: **Do Universo das Leis da Natureza ao Mundo dos Processos Evolutivos**
Prof. Dr. Marcello Cini (Universidade de Roma - La Sapienza).

Dia 17, às 10h **-** *Sessão:* ***A idéia de Ciência no Renascimento***
Prof. Liv. Doc. Antônio Edmilson M. Rodrigues (UFF-Uerj-PUC), prof. Ms. Paulo Knauss de Mendonça (UFF).
às 14h - Sessão: **Novas Abordagens para a História da Medicina e das Doenças no Brasil**
Prof . Dr. André Laino (UFF), profª Drª Angela Porto (COC/Fiocruz)
às 16h - Conferência: **Panorama Atual da História da Medicina na França**
Prof. Dr. Jean-Pierra Goubert (École des Hautes Études - Universidade de Paris)

Dia 18, às 10h **-** *Sessão:* ***O Debate Copernicano e o Nascimento da Ciência Moderna***
Prof. Dr. Luiz Carlos Soares (UFF), profª Drª. Beatriz Helena Domingues (UFJF)
às 14h - Sessão: **Sanitarismo, Eugenia e Política Médico-Científica no Brasil**
Profª Drª Tania Regina de Luca (Unesp/Assis), profª Drª Tania Dias Fernandes (COC/Fiocruz)
às 16h - Conferência: **A Semântica da "Lei da Natureza" nos Séculos XVIII e XIX**
Prof. Dr. Paolo Casini (Universidade de Roma - La Sapienza).

Dia 19, às 10h **-** Sessão: **História Natural e Teorias Médicas no Brasil no Século XIX e Início do Século XX**
Profª Drª Lorelai Kury (UFRJ), prof. Dr. Jaime Benchimol (COC/Fiocruz)
às 14h - Sessão: **Estudos Transdisciplinares de Ciência e Tecnologia**
Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia (ON/CNPq), prof. Dr. Ivan da Costa Marques (Coppe/UFRJ)
às 16h - Conferência: **Reducionismo Versus Holismo: Linguagens da Ciência e Níveis de Realidade**
Prof. Dr. Marcello Cini (Universidade de Roma - La Sapienza).

II Seminário Nacional de C&T da Andes-SN

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Será realizado no Campus da UFMG, de 6 a 9 de novembro, o II Coned, Congresso Nacional de Edcucação, cujo tema geral é Educação, Democracia e Qualidade Social. O II Coned tem a responsabilidade da consolidação de uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple, seja na sua construção, seja no seu conteúdo, a participação democrática de amplos segmentos da sociedade, apontando, portanto, para uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Social para a maioria da população brasileira.

Temas e subtemas

1) Organização da Educação Nacional

2) Níveis e Modalidades de Educação

3) Gestão Democrática da Educação

4) Financiamento da Educação

5) Formação de Profissionais da Educação

Obs: *Concomitantemente ao desenvolvimento desse temário, o II Coned apreciará, em plenárias intermediárias e final, um documento sistematizado pela Comissão Organizadora, considerando as contribuições encaminhadas com antecedência pelas representações das sociedades civil e política, tendo em vista a definição de diretrizes, prioridades, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação.*

A diretoria da Adufrj-SSind, buscando estimular a participação de grande número de professores da UFRJ no II Coned, está se propondo a garantir condições de transporte terrestre, alugando ônibus, se possível, para aqueles que venham a registrar junto à secretaria da entidade (diretamente ou via telefone, faz e e-mail), interesse em se inscrever no Congresso.

O foldercom a programação, informações e ficha de inscrição para o II Coned encontra-se disponível na sede da Adufrj-SSind.

Taxas de inscrição:

1º período (20 de agosto a 20 de setembro)

Estudantes - R$ 15,00

professores, técnicos-administrativos e outros - R$ 30,00

2º período (21 de setembro a 31 de ouubro)

Estudantes - R$ 25,00

professores, técnicos-administrativos e outros - R$ 50,00

Conta: Andes-Coned

nº 759 906-4

Banco do Brasil

Agência 0033-7

Centro- Belo Horizonte

Secretaria do Coned

Rua Patrocínio, 305 - Bairrro Carlos Prates

CEP 30710-140 - Belo Horizonte

Tel.: (031) 226-4752

Faz: (031) 273-7304

Universidade Feederal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627, Praça de Serviços

Lojas 23-24 - CEP 31270-010

Belo Horizonte/MG

Tel/Fax: (031) 443-6686

Calendário preparatório do II Coned

- 20 de setembro - Data limite de postagem dos Trabalhos/Comunicações referentes aos eixos temáticos do II Coned, Rua Patrocínio, 305 - Belo Horizonte/MG Cep: 30710-140, telefax (031) 273-7304.
- Até 25 de setembro - Realização de debates, encontros, seminários locais, regionais e nacionais coordenados pelos diferentes setores organizados da sociedade, para apresentação das contribuições aos temas do Congresso
- Até 30 de setembro - Recebimento, pela Comissão Organizadora, das contribuições resultantes dos seminários realizados e outras, as quais deverão ser consolidadas no documento final a ser distribuído e apreciado no II Coned.

Portaria 119 será contestada na Justiça

O tipo de ação que será interposta contra a portaria 119 do Ministério da Fazenda foi uma das medidas judiciais mais debatidas no final do mês passado em Brasília. Buscando soluções para lidar com esta e outras questões pertinentes aos professores, 49 advogados e dirigentes de Associações de Docentes de todo país se reuniram em mais um Encontro do Jurídico do Sindicato Nacional (Andes-SN).

Embora tenham considerado a portaria 119 "uma afronta ao estado de direito", as assessorias jurídicas decidiram por enquanto não tomar nenhuma atitude diretamente nos tribunais. Por enquanto, pois ela deverá ser mesmo contestada pelo Sindicato Nacional, provavelmente através de mandado de segurança. A portaria 119 deu uma sobrevida ao governo em relação às sentenças judiciais que ele vem perdendo em tribunais pelo país afora, por condicionar o pagamento dos direitos ganhos nestas sentenças à prévia dotação orçamentária.

O encontro das assessorias jurídicas não é uma instância deliberativa, mas técnica, as assessorias de todas as AD e da Andes-SN se reúnem para analisar e debater a situação jurídica de cada ação coletiva ou isolada. Quando há a oportunidade de socializar informações, traçar estratégias comuns e, principalmente, trocar jurisprudência em cima dos pareceres e pesar a conveniência ou não de ajuizar determinada ação.

RJU

Uma questão importante levantada pelos assessores jurídicos foi com relação às alterações feitas no Regime Jurídico Único, os artigos 46 e 47, que regulamentam a devolução de quantias recebidas com base em decisões judiciais posteriormente cassadas.

Encaixa-se neste exemplo a ação referente aos 47% do Plano Bresser. O escritório do Dr. Roberto Caldas, responsável pela assessoria jurídica do Sindicato Nacional, elaborou parecer contrário ao ajuizamento das ações relativas às perdas decorrentes a este percentual. De acordo com este parecer, a argumentação em que se baseia o pedido, do direito adquirido, é a mesma que vem sendo derrotada nas ações de outros planos econômicos. Os advogados das ADs do Rio de Janeiro já haviam se decidido pelo mesmo encaminhamento, mas com a oposição dos representantes da Universidade Federal do Mato Grosso, o assunto ficou para ser decidido em outubro.

O fato é que a cautela procede pois os artigos do RJU foram alterados justamente para se constituírem em mais um entrave no caminho da recuperação das perdas salariais dos servidores públicos.

Abono

A assessoria da Adufrj-SSind, representada por Sayonara Grillo e Felipe Santa Cruz, realizou uma exposição sobre a longa batalha jurídica que vem travando nos últimos anos para garantir o direito de converter um terço das férias em abono pecuniário aos docentes sindicalizados à entidade. Com especial atenção às planilhas de férias que estão sendo distribuídas para o ano de 1998, que vinha com o espaço reservado à opção pela conversão preenchido com um "N" de não. A assessoria ressaltou o fato deste direito estar sendo garantido administrativamente pela Justiça Federal.

E também lembrou a importância de, através do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), implementar-se uma linha jurídica que venha a defender os docentes de uma série de danos que podem vir a ser causados pelas alterações ao Regime Jurídico Único (RJU).

Julgamento dos 28,86% no STF

É bom lembrar que no último dia 27, em função de um pedido de vistas feito pelo ministro Ilmar Galvão, foi suspenso no Superior Tribunal Federal o processo que pode vir a estender aos demais servidores públicos o reajuste de 28,86% concedido em 1993 aos servidores militares. Os ministros decidirão se acatam o recurso do governo (embargo declaratório) para deduzir deste pagamento os reajustes já concedidos. No seu recurso, o governo alega que em 1994 houve revisão geral das tabelas salariais do Plano de Carreira do Executivo e, com isso, os 28,86% já teriam sido incorporados aos salários dos servidores.

Em documento que entregou semana passada, dia 9, aos ministros do STF, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais argumenta que a revisão das tabelas salariais, prevista na Medida Provisória 583, não pode ser considerada reajuste salarial, pois nem todos os servidores foram por ela beneficiados.

28,86%

Em relação aos 28,86%, foi feito um relato das liminares que não estão sendo cumpridas pelo governo, com base na portaria 119. O escritório do Dr. Roberto Caldas apresentou um estudo sobre a compensação alegada pela União em seus embargos de declaração, que significa a correção de algum aspecto da sentença. Segundo foi relatado, alguns tribunais já estariam se colocando favoravelmente, ou seja, a justiça se encaminha para ceder aos argumentos do governo e abater dos 28,86% os reajustes que teriam sido dado posteriormente aos servidores civis como compensação.

Estudos de um escriório no Rio Grande do Sul já demonstraram que não houve compensação~em 1994 do aumento dos militares, como alega o governo.

A nova versão da PEC 370/96

O relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 370/96 (PEC 370/96), que trata da autonomia universitária, deputado Pauto Bornhausen (PFL-SC), apresentou novo substitutivo, que provavelmente será levado a votação na Comissão Especial (da Câmara dos Deputados) Encarregada da Apreciação da PEC. O relator elaborou esta nova proposta a partir de sugestões apresentadas pelo MEC e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). As "sugestões" do MEC, por sua vez, foram elaboradas a partir de restrições feitas pela "área econômica" do governo à versão anterior do substitutivo do relator, que havia sido retirada de discussão em junho deste ano, devido a discordâncias internas ao governo e à oposição de grande parte da comunidade universitária, manifestada por exemplo na resolução aprovada pelo Conselho Universitário da UFRJ em 5 de junho, contrária a qualquer alteração no artigo 207 da Constituição Federal.

A "alternativa proposta" pelo MEC (através do seu Secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta Neves) circulou oficiosamente pelos corredores do Congresso, acompanhada das "restrições da área econômica" e foi também encaminhada pelo Secretário à Andifes. O Conselho Pleno da Andifes manifestou-se, em oficio dirigido ao Secretário em 25 de agosto, contrariamente a qualquer alteração no artigo 207, opinando que a "operacionalização da autonomia universitária pode ser feita por legislação infra-constitucional" e apontando a "inoportunidade do prosseguimento da tramitação da PEC 370". No entanto, no intuito de "manter a interlocução com o MEC e o parlamento", enviou ao MEC uma "sugestão para aperfeiçoamento do texto *alternativa proposta"*. Em momento nenhum de todo este processo, o governo consultou as entidades representativas de professores, servidores técnico-administrativos ou estudantes.

O Jornal da Adufrj apresenta nesta edição, em forma de quadro comparativo, os textos do substitutivo anterior do relator, as "restrições da área econômica", a "alternativa proposta" pela Sesu/MEC, a "sugestão para aperfeiçoamento" da Andifes e o novo substitutivo do relator, acompanhados de comentários baseados principalmente em análise produzida em 22 de agosto pela diretoria da Andes-SN sobre a "alternativa proposta" pela Sesu/MEC.

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Sem objeções	Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
§ 1º É assegurado às universidades federais, entidades de direito público, na forma da lei, estatuto jurídico especial com as seguintes características:	Sem objeções	§ 1º É assegurado às universidades federais, entidades de direito público, na forma da lei, estatuto jurídico especial com as seguintes características:	§ 1º É assegurado às universidades federais, e as demais instituições federais de ensino superior, entidades de direito público a serem definidas em lei complementar, estatuto especial com as seguintes características:	§ 1º É assegurado às universidades federais, entidades de direito público, na forma da lei, estatuto jurídico especial com as seguintes características:
Já na primeira alteração, o novo texto do relator retira os servidores das universidades do Regime Jurídico Único, instituindo um regime especial, regulamentado em lei, ferindo, portanto, essa conquista do Movimento Docente				
I - atendimento das peculiaridades de sua estrutura e organização;	Sem objeções	I - atendimento das peculiaridades de sua estrutura e organização.	I- atendimento das peculiaridades de sua estrutura e organização;	I - atendimento das peculiaridades de sua estrutura e organização.
O atendimento das "peculiaridades de sua estrutura e organização" pode remeter à diferenciação e, conforme os recursos, à criação dos centros de excelência.				

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
II – fiscalização, avaliação e financiamento pelo Poder Público	Seria um bom lugar para explicitar os 75% como única fonte	II - fiscalização, avaliação e financiamento pelo Poder Público, exclusivamente na forma do § 2º.	II - fiscalização, avaliação e financiamento pelo Poder Público;	II - fiscalização, avaliação e financiamento pelo Poder Público.
A nova redação da PEC mantém a proposta inicial e o art. 213 da Constituição Federal/88 concedendo recursos públicos às escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias. O texto "exclusivamente na forma do § 2º" significa que a responsabilidade do poder público com as Universidades Federais se limita ao repasse, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FMDES), de recursos inferiores ao já recebido pelas universidades, conforme a tabela ao final deste quadro.				
III - orçamento global	A terminologia não é própria	III - orçamento fixado em Lei assegurados o livre remanejamento e a transferência de recursos entre categorias de programação não se aplicando o disposto no art. 167, VI.	III - orçamento fixado em Lei, assegurados livre remanejamento e a transferência de recursos entre categorias de programação, excluída a vedação disposta no art. 167, VI;	III - autonomia orçamentária, assegurados o livre remanejamento e a transferência de recursos entre categorias de programação, não se aplicando o disposto no art. 167, VI.
Substitui orçamento global por orçamento fixado em lei, assegurando o livre remanejamento e a transferência de recursos entre categorias de programação sem a necessidade de autorização prévia do Legislativo.				
IV – regime próprio de pessoal na forma de lei complementar, que não se limitará ao disposto no artigo 39, no inciso V do artigo 206 e no inciso X do art. 48	Ambíguo e insuficiente para excluir o Regime Jurídico Único e a Aposentadoria Integral	IV – regime próprio de pessoal, de contrato de emprego, não se aplicando o disposto no caput e § 1º do artigo 39, no artigo 41 e no inciso V do artigo 206.	IV – regime estatutário próprio e único para o pessoal das instituições federais de ensino superior;	IV - regime próprio de pessoal, de contrato de emprego, não se aplicando o disposto no caput e § 1º do artigo 39, no artigo 41 e no inciso V do artigo 206.
Institui o "contrato de emprego" e revoga, para as universidade federais, o próprio RJU e os planos de carreira (caput do artigo 39 e inciso V do artigo 206) e a isonomia (parágrafo 1º do artigo 39). Ou seja, acaba com a estabilidade, a carreira e a contratação exclusivamente por concurso público.				
	Incluir inciso para o regime de aposentadoria	V – sistema próprio de previdência, não se aplicando o disposto no artigo 40.	V – isonomia dos vencimentos custeados com recursos vinculados à educação, na forma do caput do artigo 212.	V - sistema próprio de previdência, não se aplicando o disposto no artigo 40.
Se o inciso IV do novo parágrafo do artigo 207 quebra a estabilidade do servidor, a igualdade de direitos entre ativos e inativos é tratada no inciso V, ou melhor, mal tratada, pois revoga-se o artigo 40 da Constituição e institui-se um sistema próprio de previdência. Coloca em risco a igualdade de direitos entre aposentados e ativos, inclusive em relação à remuneração e benefícios de pensão.				

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
	Incluir inciso para autonomia na contratação de pessoal e fixação da remuneração	VI - autonomia na definição do quadro de pessoal, na fixação da sua remuneração e na política de contratação e demissão, não se aplicando o disposto no inciso X do artigo 37, no inciso X do artigo 48 e nas alíneas "a" e "c" do inciso II do § 1º do artigo 61, observadas as limitações do orçamento anual.		VI - autonomia na definição do quadro de pessoal, na fixação de sua remuneração, e na política de contratação e demissão, não se aplicando o disposto no inciso X do artigo 37, no inciso X do artigo 48 e nas alíneas "a" e "c" do inciso II do § 1º do artigo 61, observadas as limitações do orçamento.
Modifica o conceito de autonomia definido pelo Movimento Docente, atribuindo ao dirigente universitário toda a responsabilidade quanto à criação de cargos, contratação de pessoal, remuneração e demissão. Acaba com a obrigatoriedade de reajuste salarial igual para civis e militares (fundamento básico das ações dos 28,86%)				
				VII - autonomia na utilização dos recursos diretamente arrecadados, independentemente de autorização legislativa.
	Incluir parágrafo renumerando os demais	§ * A lei de que trata o § 1º estabelecerá: I - os parâmetros gerais do regime de pessoal de que trata o inciso IV do § 1º, a forma de relação das entidades com seus servidores, bem assim as regras de indenização em caso de dispensa imotivada;		
Coloca de forma muito clara a possibilidade de demissão sem justa causa.				

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
		II - as regras de concessão de aposentadoria e pensão no regime de previdência de que trata o inciso V do § 1º, que será organizado em bases de contribuição definida, segundo critérios que lhe preservem, em caráter permanente, o equilíbrio financeiro e atuarial; e III - as regras de reciprocidade de tempo de contribuição e compensação financeira entre o regime referido no inciso anterior e os demais regimes de previdência social;		
As regras de aposentadoria serão diferentes dos demais SPF's e entre si; poderão ser criados vários regimes de previdência social				
		IV - os limites mínimo e máximo de comprometimento do orçamento anual com despesas de pessoal.		
O arrocho salarial continua, servidores poderão ser demitidos para que o limite seja respeitado				
§ 2º Fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior constituído por setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo caput do artigo 212, através do qual serão transferidos recursos orçamentários às instituições federais de ensino superior	Comporta discussão do percentual	§ 2º Fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior constituído por setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo caput do artigo 212, através do qual serão transferidos recursos orçamentários às instituições federais de ensino superior.	§ 2º Fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal constituído por, no mínimo, setenta e cinco por cento dos recursos orçamentários e financeiros às instituições federais de ensino superior	§ 2º Fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, constituído por setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo caput do artigo 212, através do qual serão transferidos recursos orçamentários às instituições federais de ensino superior.
O FMDES será constituído por 75% dos recursos provenientes do artigo 212 da Constituição, que estabelece 18%, no mínimo, de transferência dos recursos da União; e 25% dos estados e municípios para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Estes recursos são inferiores aos que atualmente são recebidos pelas Ifes, sabidamente insuficientes				

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
§ 3º Os recursos destinados às instituições federais de ensino superior serão transferidos pelo Poder Público em duodécimos, até o dia 20 de cada mês.	A arrecadação não ocorre em duodécimos. O repasse só pode ser feito à medida em que se realiza a arrecadação.	§ 3º Os recursos destinados às instituições federais de ensino superior serão transferidos pelo Poder Público na medida em que se realizar a arrecadação dos impostos vinculados ao fundo de que trata o § 2º.	§ 3º A União transferirá os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal às instituições federais de ensino superior em duodécimos, até o dia 20 de cada mês.	§ 3º Os recursos destinados às instituições federais de ensino superior serão transferidos pelo Poder Público, na medida em que se realizar a arrecadação dos impostos vinculados ao fundo de que trata o § 2º.
O poder público se desobriga de repassar um mínimo, que poderia ser de um duodécimo, mensalmente, ficando as instituições condicionadas à arrecadação do FMDES. Esta condição pode significar, entre outros danos, o atraso em pagamento de pessoal.				
§ 4º É vedada a utilização dos recursos previstos no § 2º para pagamento de aposentadorias e pensões, ressalvadas as contribuições à previdência social pública ou privada.	Se não vingar o Fundo da Reforma do Estado, fica impossível o Tesouro arcar com as novas aposentadorias dos atuais estatutários ativos.	§ 4º É vedada a utilização dos recursos previstos no § 2º para pagamento de aposentadorias e pensões, ressalvadas as contribuições à previdência social pública ou privada.		§ 4º É vedada a utilização dos recursos previstos no § 2º para pagamento de aposentadorias e pensões, ressalvadas as contribuições à previdência social pública ou privada.
§ 5º A liberdade de ensino e pesquisa é assegurada a todas as instituições de ensino superior, independentemente de sua denominação ou forma organizacional	Sem objeções	§ 5º A liberdade de ensino e pesquisa é assegurada a todas as instituições de ensino superior, independentemente de sua denominação ou forma organizacional.	§ 5º É assegurada competência às instituições federais de ensino superior para criação, transformação e extinção de cargos de seus quadros, fixação de remuneração, admissão e dispensa de pessoal, administração e execução da sua política de recursos humanos, nos limites de seu orçamento.	§ 5º A liberdade de ensino e pesquisa é assegurada a todas as instituições de ensino superior, independentemente de sua denominação ou forma organizacional.
§ 6º Poderão as instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica contratar, nomear ou admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei	Sem objeções	§ 6º Poderão as instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica contratar, nomear ou admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.	§ 6º As instituições públicas de ensino superior e as de pesquisa científica ou tecnológica podem admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.	§ 6º As instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica poderão contratar, nomear ou admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
§ 7º O disposto no caput e no § 1º deste artigo se aplica às instituições de pesquisa científica e tecnológica e poderá ser estendido às instituições federais de ensino superior não universitárias.	Outorga-se às instituições de pesquisa os mesmos preceitos das universidades, mas não se lhes garante a fonte de recursos nem se lhes limita o crescimento das despesas	§ 7º O disposto no caput e no § 1º deste artigo poderá ser estendido às instituições federais de ensino superior não universitárias.		§ 7º O disposto no caput e no § 1º deste artigo poderá ser estendido às instituições federais de ensino superior não universitárias.
	Inserir parágrafo específico sobre as instituições de pesquisa	A lei poderá estabelecer mecanismos específicos de financiamento pelo Poder Público para as instituições de pesquisa científica e tecnológica e, neste caso, a essas estender o disposto no caput e nos § 1º e 4º deste artigo.		§ 8º A lei poderá estabelecer mecanismos específicos de financiamento pelo Poder Público para as instituições de pesquisa científica e tecnológica, e, neste caso, a essas estender o disposto no caput e nos § 1º e 4º deste artigo.
A nova redação da PEC mantém a proposta inicial e o art. 213 da Constituição Federal/88 concedendo recursos públicos às escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias. O texto "exclusivamente na forma do § 2º" significa que a responsabilidade do poder público com as Universidades Federais se limita ao repasse, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FMDES), recursos inferiores ao já recebido pelas universidades.				
§ 8º O Poder Executivo destinará, anualmente para fins de crédito educativo, na forma da lei, o equivalente a, no mínimo, sete e meio por cento dos recursos vinculados à educação, pelo caput do artigo 212, vedada a utilização dos recursos previstos no § 2º.	Não faz sentido vincular recursos ao crédito educativo de forma permanente, pois se o dinheiro efetivamente voltar, este mecanismo vira uma bola de neve.	Suprimir o § Sugiro, como alternativa, a inclusão de uma vinculação provisória nas disposições transitórias		§ 9º O Poder Executivo destinará, anualmente, para fins de crédito educativo, na forma da lei, o equivalente a, no mínimo, sete e meio por cento dos recursos vinculados à educação, pelo caput do artigo 212, vedada a utilização dos recursos previstos no § 2º.
Constitucionaliza o crédito educativo. Apesar da discordância da área econômica, o relator Paulo Bornhausen não abre mão deste item, que favorece enormemente as universidades privadas.				

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo

Artigo 2º - Os seguintes artigos serão incluídos nas Disposições Constitucionais Transitórias, com a numeração que lhes couber:

Artigo...: Até a constituição definitiva do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior a que se refere o § 2º do artigo 207, ficam asseguradas transferências equivalentes às atuais de recursos orçamentários da União para as instituições federais de ensino superior.	Antes da constituição do fundo, não faz sentido falar em transferências uma vez que não é este o mecanismo utilizado para o financiamento das universidades. Hoje os recursos são repassados de acordo com o orçamento próprio de cada instituição, ou sub-repassados por outros órgãos por convênios.	Artigo....: Até a constituição definitiva do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior a que se refere o § 2º do artigo 207, fica assegurada a manutenção do montante de recursos orçamentários atualmente alocado às instituições federais de ensino superior.		Artigo...: Até a constituição definitiva do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior a que se refere o § 2º do artigo 207, ficam asseguradas às Instituições Federais de Ensino Superior transferências de recursos orçamentários da União equivalentes às atuais.
Este artigo, além de não definir o tempo para se constituir o FMDES, sugere que as universidades não terão outras fontes de recursos além do garantido no artigo 212 da Constituição.				
Artigo...: Os recursos que compõem o Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, previsto no § 2º do artigo 207, serão de uso exclusivo das instituições federais de ensino superior, pelo prazo de dez anos após a promulgação da Emenda Constitucional nº ...	É importante dar algum tratamento à questão da expansão do sistema. Também é importante separar a responsabilidade pelo pagamento do pessoal estatutário pelo Tesouro e novos pelas Ifes.	Artigo...: Os recursos que compõem o Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, previsto no § 2º do artigo 207, serão de uso exclusivo das instituições públicas de ensino superior, pelo prazo de dez anos após a promulgação da Emenda Constitucional nº ..., deduzido o valor das despesas do Tesouro Nacional com a remuneração e encargos do pessoal ativo das instituições submetido ao regime jurídico de que trata o artigo 39.	Artigo...: Os recursos que compõem o Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal, previsto no § 2º do artigo 207, serão de uso exclusivo das instituições federais de ensino superior pelo prazo de vinte anos após a promulgação da Emenda Constitucional, deduzido o valor das despesas do Tesouro Nacional com a remuneração e encargos do pessoal ativo das instituições, submetido ao regime jurídico de que trata o artigo 39.	Artigo...: Os recursos que compõem o Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, previsto no § 2º do artigo 207, serão de uso exclusivo das instituições federais de ensino superior, pelo prazo de dez anos após a promulgação da Emenda Constitucional nº ..., deduzido o valor das despesas do Tesouro Nacional com a remuneração e encargos do pessoal ativo submetido ao regime jurídico único de que trata o artigo 39.
Define que os recursos do FMDES serão de uso exclusivo das Instituições Públicas de Ensino Superior, tanto as federais, como também estaduais e municipais. Não está definido como as instituições públicas serão custeadas após os dez anos de promulgação da emenda nem a não utilização destes recursos pelas privadas. Deste fundo serão deduzidas as despesas com pessoal ativo das universidades públicas. Se os recursos destinados às universidades forem menores do que são hoje, isto poderá ser uma forma de pressionar os servidores a "optar" pelo novo regime, não esperando nem mesmo o prazo de dois anos.				

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
		Parágrafo único. O ministério responsável pela organização e manutenção do sistema federal de ensino superior reservará 5% dos recursos do fundo referido no caput para o financiamento da expansão do sistema público de ensino superior.	Parágrafo Único: A lei prevista no § 1º do artigo 207 disciplinará a forma e o percentual dos recursos do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal a serem destinados ao financiamento da expansão das instituições federais de ensino superior.	Parágrafo único. O ministério responsável pela organização e manutenção do sistema federal de ensino superior reservará 5% dos recursos do fundo referido no caput para o financiamento da expansão do sistema público de ensino superior.
Há uma clara evidência da disposição de criar um Ministério que se responsabilizará pelo sistema federal de ensino superior. Pode-se interpretar também que há intenção de extinguir o MEC, uma vez que o governo deixa a responsabilidade dos 1º e 2º graus para os estados e municípios. Ao criar um Ministério para o ensino superior, a existência do MEC, no mínimo, perderá o seu significado.				
Artigo...: As instituições federais de ensino superior terão até três anos para adotar plenamente o orçamento global previsto no inciso III do § 1º do artigo 207.	Ajuste de redação para compatibilizar com o inciso III do § 1º do artigo 207.	Artigo...: As instituições federais de ensino superior terão até três anos para adotar plenamente as prerrogativas previstas no inciso III do § 1º do artigo 207.		Artigo...: As instituições federais de ensino superior terão até três anos para adotar plenamente a autonomia orçamentária prevista no inciso III do § 1º do artigo 207.
Artigo...: As aposentadorias e pensões do pessoal das instituições federais de ensino superior, previstas no § 4º do artigo 207, serão custeadas:	Esta redação só funciona se não vingar o Fundo da Reforma do Estado Caso vingue o FRE, o tratamento deve ser o da coluna da direita	Artigo...: As aposentadorias e pensões do pessoal das instituições federais de ensino superior, previstas no § 4º do artigo 207, serão custeadas:	Artigo...: As aposentadorias e pensões do pessoal das instituições federais de ensino superior serão custeadas pelo Tesouro Nacional quando concedidas até a promulgação desta Emenda Constitucional; ou posteriormente, quando concedidas a servidores submetidos ao regime jurídico de que trata o artigo 39.	Artigo...: As aposentadorias e pensões do pessoal das instituições federais de ensino superior, previstas no § 4º do artigo 207, serão custeadas:

Redação anterior da PEC 370/95	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andifes	Versão atual do substitutivo
a) Pelo Tesouro Nacional quando concedidas até a promulgação da Emenda Constitucional nº ...		I) Pelo Tesouro Nacional e pelas contribuições dos servidores ativos e inativos submetidos ao regime jurídico de que trata o artigo 39 quando decorrentes da aposentadoria ou instituição de pensão dos referidos servidores; e		I - Pelo Tesouro Nacional e pelas contribuições dos servidores ativos e inativos submetidos ao regime jurídico único de que trata o artigo 39, no caso destes servidores.
Este artigo reforça a quebra da paridade entre ativos e inativos e institui em cada universidade sistemas diferenciados de custeio de aposentadoria entre servidores da mesma instituição.				
b) Por fundo de pensão a ser criado na forma da lei nos demais casos.		II) Por fundo de pensão a ser criado na forma da lei de que trata o § do artigo 207 nos demais casos.		II - Por fundo de pensão definido pela lei de que trata o § 1º do artigo 207, nos demais casos.
Artigo... Durante a vigência do fundo de que tratam os artigos 71 e 72 das Disposições Constitucionais Transitórias, a União fará a necessária complementação, para que os recursos previstos no § 2º do artigo 207 sejam sempre iguais a setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo artigo 212.	Objeção contornada	Artigo... Durante a vigência do fundo de que tratam os artigos 71 e 72 das Disposições Constitucionais Transitórias, a União fará a necessária complementação, para que os recursos previstos no § 2º do artigo 207 sejam sempre iguais a setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo artigo 212.	Artigo...: Durante a vigência do fundo de que tratam os artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União fará a complementação necessária para que os recursos previstos no § 2º do artigo 207 sejam sempre, no mínimo, iguais a setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação, na forma do caput do artigo 212.	Artigo... Durante a vigência do fundo de que tratam os artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União fará a necessária complementação, para que os recursos previstos no § 2º do artigo 207 sejam sempre iguais a setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação pelo artigo 212.
	Incluir artigo para disciplinar a opção dos atuais estatutários pelo novo regime	Artigo... É assegurado aos servidores das Instituições Federais de Ensino Superior, submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pelo prazo de dois anos a contar da data de publicação da Lei de que trata o § do artigo207, e na forma da mesma lei, o direito à opção pelo regime de que tratam os incisos IV e V do § 1º do referido artigo.	Artigo: É assegurado aos servidores das instituições federais de ensino superior, submetidos ao estatuto jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11.12.90, o direito à opção pelo estatuto jurídico próprio do pessoal das instituições federais de ensino superior, pelo prazo de dois anos, a contar da publicação da lei de que trata o § 1º do artigo 207, na forma da mesma lei.	Artigo... É assegurado aos servidores das Instituições Federais de Ensino Superior, submetidos ao regime jurídico instituído a que faz referência o artigo 39, pelo prazo de até dois anos a partir da promulgação da lei prevista pelo § 1º do artigo207, e na forma da mesma lei, o direito à opção pelo regime de que trata o inciso IV do referido § 1º do artigo 207.

Redação anterior da PEC 370/96	Restrições da área econômica	"Alternativa proposta" p/ MEC	Sugestões da Andlfes	Versão atual do substitutivo
		Parágrafo único: Na hipótese da opção de que trata o caput, o Tesouro Nacional aportará ao fundo de pensão de que trata o inciso V do § 1º do artigo 207 o valor correspondente à compensação financeira estabelecida pela lei de que trata o inciso III do §º do artigo 207.	Parágrafo Único: Efetivada a opção prevista na forma do caput deste artigo, o Tesouro Nacional aportará ao sistema previdenciário correspondente o valor equivalente às contribuições havidas do servidor.	Parágrafo único: realizada a opção de que trata o caput deste artigo, o Tesouro Nacional aportará ao fundo de pensão de que trata o inciso V do § 1º do artigo 207, compensação financeira a ser estabelecida pela lei prevista no mesmo parágrafo.
	Artigo sobre o Crédito Educativo	Artigo... Nos cinco anos subsequentes à promulgação da Emenda Constitucional nº..., o Poder Executivo destinará anualmente para fins de crédito educativo, na forma da Lei, o valor equivalente, em termos reais, ao executado no exercício de 1996, acrescido das fontes adicionais fixadas em Lei.		
				Artigo 3º: O número da Emenda Constitucional a que fazem referência os artigos incluídos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pelo artigo 2º acima, será o que couber à norma resultante da promulgação desta Proposta.

A tabela a seguir apresenta uma simulação de como seria a situação das lfes caso a PEC 370 estivesse em vigor. Em 94, o orçamento das Ifes ficou abaixo dos 75% dos recursos provenientes da fonte 112. Em 95, 96 e na previsão orçamentária para 97, a verba ultrapassa este percentual. Se as Ifes já vivem uma situação de deterioração, sem os investimentos necessários para sua manutenção e recuperação com os recursos repassados pela União, que são superiores à 75% dos recursos da fonte 112, pode-se prever qual será o futuro das Ifes com a criação do FMDES, que segundo a PEC, destina-se a todo o Ensino Superior Público, e não só às ifes.

	1	2	3	4	5	6
Ano	Fonte 112	Gasto com Ifes	% da Fonte 112	75% da Fonte 112	5% da Fonte 112	Recursos para o FMDES
1994	4.082	3.030	74,34	3.061,50	153,07	2.908,43
1995	4.553	3.650	80,25	3.414,00	170,70	3.243,30
1996	5.019	3.800	76,06	3.764,00	188,20	3.575,80
1997 (previsão)	5.300	4.100	77,11	3.975,00	198,75	3.776,25

Colunas: (1) Recursos provenientes da fonte 112, de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal (18% da arrecadação); (2) Repasse para as Ifes, descontadas as despesas com inativos e pensionistas; (3) Percentagem da fonte 112 repassada às Ifes; (4) 75% dos recursos da fonte 112 - valor que, de acordo com a PEC 370, "constituirá" o FMDES; (5) 5% da fonte 112, previsto pela PEC 370 para a expansão e desenvolvimento do ensino público, (6) Valor destinado à constituição do FMDES.

Governo tenta votar PEC 370 para aprovar temas das reformas do Estado

(Agência Andes) - O governo está empenhado em votar o quanto antes a Proposta de Emenda Constitucional 370-A/96 relativa à autonomia universitária das universidades. Assim como é seu objetivo aprovar itens centrais das reformas administrativa e previdenciária no bojo desta proposta.

Estas foram algumas das conclusões tiradas pelos dirigentes do Sindicato Nacional (Andes-SN) que participaram na terça-feira passada, dia 9, da tumultuada reunião da Comissão Especial da PEC para apresentação do novo texto do relator da PEC, deputado Paulo Bornhausen. Foi a primeira reunião após três meses de paralisação dos trabalhos, fato que deve ser atribuído à discordância da área econômica do governo com o antigo texto do relator.

A sessão foi iniciada com a leitura oficial do relatório e apenas três deputados em plenário, sendo dois na mesa diretora, a presidente da Comissão, deputada Marisa Serrano, e o próprio relator. Terminada a leitura, a presidente informou que não havia quórum regimental para deliberação mas, mesmo assim, abriu o debate. Antes, o relator ainda justificou as alterações que promoveu no texto alegando que elas contemplavam diversos pontos de vista das partes interessadas.

No decorrer do debate, no entanto, os deputados Lindberg Farias (PC do B-RJ) e Ivan Valente (PT-SP) reagiram, questionando a oficialidade da sessão pela falta de quórum regimental e pediram o seu encerramento: "O que está sendo feito aqui é uma anomalia regimental", protestou o deputado Ivan Valente. A presidente respondeu : "A leitura do parecer, mesmo sem quórum regimental, é oficial, mas o debate não é".

Marisa ainda afirmou que o debate era para que os deputados pudessem começar a apresentar os Destaques de Votação em Separado (DVS). Questionada sobre o cronograma da tramitação da PEC, Marisa Serrano afirmou: "já temos cronograma". Isto significa que foi iniciada a contagem do prazo para a votação da proposta. Com a polêmica, a presidente não teve alternativa e deu por encerrada a reunião, marcando a próxima para esta semana, de 15 a 20 de setembro.

"A sociedade tem que ser informada de que questões tão importantes estão sendo votadas no Congresso sem debate, inclusive à revelia do regimento interno", afirmou, indignada, a presidente da Andes-SN, Maria Cristina de Morais, que acompanhava as discussões.

Audiência

Em audiência com o secretário de Educação Superior do MEC, Abílio Baeta, na véspera do lamentável episódio na Comissão da PEC, diretores da Andes-SN insistiram na necessidade de suspensão da tramitação da proposta de alteração da autonomia universitária. Baeta comprometeu-se a fazer gestões junto à Comissão, porém, ponderou que isto só seria feito após ouvir as partes interessadas, citando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Diante da tentativa do secretário de debater a PEC ponto a ponto, os diretores argumentaram que a Andes-SN considera auto-aplicável o artigo 207 da Constituição, acrescentando que isto não impede que haja uma discussão de concepção sobre o assunto. O secretário, contudo, afirmou ser "intransponível" a discussão sobre autonomia universitária como Sindicato Nacional, pois o governo não abre mão de implantar a autonomia de pessoal e de orçamento - com a quebra da isonomia salarial e o fim do RJU para os servidores das Ifes.

Ao questionar os dirigentes sindicais sobre a posição da Andes-SN em relação à autonomia, Baeta foi informado de que a entidade já havia discutido o assunto anteriormente com o MEC (Agenda Autonomia/94). "Observamos ainda que na *Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira* a questão já estava devidamente contemplada", relatou a presidente Maria Cristina. Baeta disse que não conhecia a proposta, mas pediu que lhe fosse entregue um exemplar.

JORNAL
ANO IV
22 A 28 DE SETEMBRO/97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL

Paralisação dia 26, sexta-feira

A adesão da Adufrj-SSind à paralisação proposta pela última plenária dos SPF's para marcar os mil dias sem reajuste salarial será deliberada em Assembléia Geral nesta terça-feira, dia 23, às 9 horas da manhã, no Roxinho. Estarão também em pauta na AG: a nova versão da PEC 370, que trata da autonomia universitária, a eleição de delegados da Adufrj-SSind à plenária dos SPF's do dia 28 e o indicativo de greve nacional dos servidores públicos federais.

página 8

Honorários do abono pecuniário

A Assembléia Geral do dia 4 de setembro iniciou a discussão sobre a forma de pagamento dos honorários advocatícios relativos à ação do abono pecuniário deste ano

página 8

Adufrj-SSind tem nova diretoria e Conselho de Representantes

Por 579 votos, de um total de 609, a chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática foi eleita para dirigir a entidade pelos próximos dois anos. A posse da nova diretoria e do Conselho de Representantes está marcada para o próximo dia 15. Publicamos nesta edição o nome dos novos integrantes do Conselho e um depoimento do presidente eleito, Roberto Leher.

páginas 6 e 7

II Coned

A Adufrj-SSind vai garantir transporte terrestre para os professores que se inscreverem no II Congresso Nacional de Educação, em novembro, em Belo Horizonte.

página 10

Informação On-Line

Adufrj-SSind na Internet

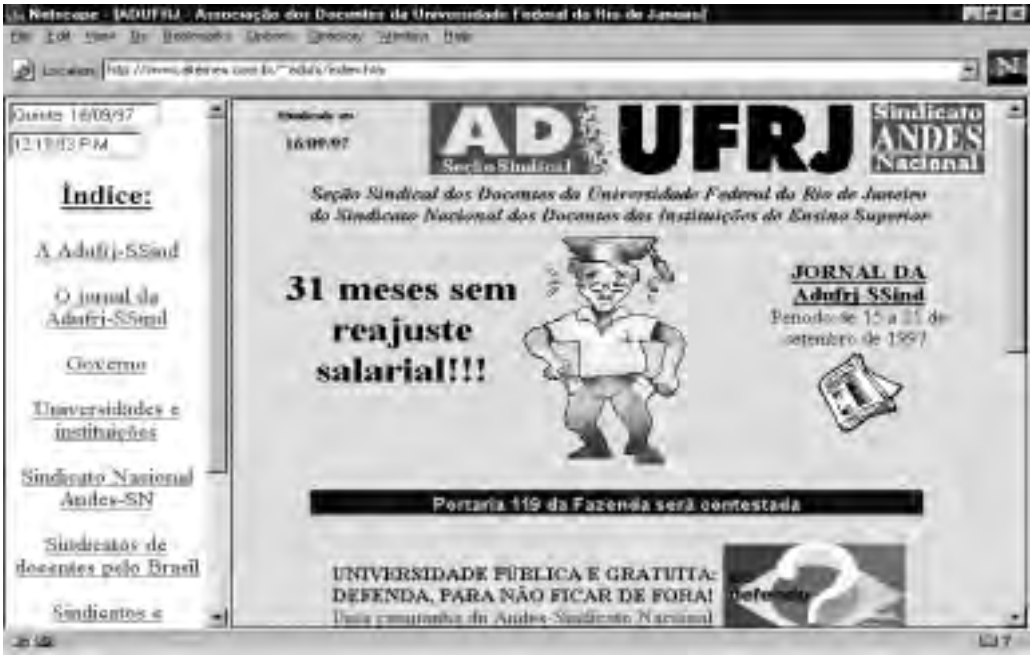
Com a nova home-page, a Adufrj-SSind amplia sua capacidade de informação. Sindicalizados e interessados agora podem acessar on-line as informações que estiverem sendo produzidas para o jornal. À medida que forem apuradas, as matérias serão disponibilizadas pela rede, inclusive com maiores detalhes, gráficos, tabelas, fotos e o que for relevante para a melhor compreensão dos fatos que nos cercam.

A íntegra de textos que são do interesse do docente, como as inúmeras versões de projetos de emenda constitucional do governo ou de qualquer outro assunto, como os 28,86% , também poderão ser acessadas na home-page da Adufrj-SSind.

Além disto, através dos *links* que já estão na página, e de outros que posteriormente serão colocados, poderão ser acessadas diretamente as páginas do Sindicato Nacional (Andes), dos sindicatos de docentes de todo o Brasil, de outros sindicatos e assessorias, partidos políticos e de diversos órgãos que mantêm serviços on-line, inclusive as home-pages da imprensa .

Entre os links já disponibilizados, stão o da CUT, Fasubra-Sindical, Diap, UFRJ, MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq e Capes, das universidades brasileiras e também da América Latina, do governo Federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal, da rede de Comunicação e Informação dos Parlamentares e até mesmo do famigerado Mare.

Confira, acesse a nossa home-page.



AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente:José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Reforma da Previdência

Governo pode quebrar regimento para votar reformas ainda este ano

Pelo andar da carruagem, o governo deve mesmo optar pelo casuísmo para tentar aprovar ainda este ano suas propostas de emendas constitucionais. Os fatos recentes só reforçam a tese: semana passada não houve votação da PEC33/95 (reforma da Previdência), em virtude da apreciação da nova Lei Eleitoral. Esta mesma proposta, por exemplo, depois de ter passado pela Câmara, já ultrapassou um ano de tramitação no Senado Federal e ainda não foi votada pelo plenário em primeiro turno .

Segundo avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), seriam três as possibilidades de virada de mesa no Congresso Nacional para evitar votações polêmicas em 98, ano de eleição. Todas elas promovendo modificações no regimento interno da Câmara.

Devido às inúmeras alterações que estão sendo promovidas pelo Senado, a PEC33 terá que retornar à Câmara para nova apreciação em dois turnos: além disto se configurar num fato inédito, provavelmente provocará um jogo de empurra entre as duas casas do Legislativo Federal. Caso a Câmara não aprove o texto da forma como este sair do Senado, atualmente só existem duas possibilidades: ou o texto é arquivado ou retorna ao Senado para ser aprovado da forma como veio da Câmara. Se o Senado discordar novamente da apreciação da Câmara, o texto volta para outra votação na Câmara, até que uma das casas resolva ceder. É justamente este infindável vai-vem que o governo quer evitar a qualquer custo.

De acordo com a análise do Diap, a primeira medida a ser tentada pelo governo para apressar a tramitação das reforma do Estado, via aceitação passiva de seus termos, será eliminar a fase em que a matéria teria obrigatoriamente de ser analisada pelas comissões de Constituição e Justiça e Especial da Câmara. Desta forma, a matéria iria direto a votação em plenário, com o prazo de tramitação sendo reduzido em 60 dias.

A segunda via de alteração é a aplicação do rito simplificado de projeto de lei. Neste caso, se um projeto é aprovado por uma das casas e a outra o modifica, a casa de origem tem a palavra final; ela pode acatar ou não as modificações feitas pela casa revisora, e depois enviar o texto à sanção presidencial. No caso da PEC 33/95, mesmo a Câmara não acatando as modificações operadas pelo Senado, não teria que votar o texto novamente; o enviaria diretamente à sanção do presidente da República. Já a emenda constitucional requer aprovação, do mesmo texto, em dois turnos e pelas duas casas, considerando-se aprovada a matéria que obtiver em ambas o consenso de três quintos de seus respectivos membros.

Emenda constitucional requer aprovação em dois turnos pelas duas casas, considerando-se aprovada a matéria que obtiver em ambas o consenso de três quintos de seus respectivos membros.

A outra alternativa casuística foi inclusive utilizada pelo governo entre o primeiro e segundo turno da votação da reforma da Previdência na Câmara, ano passado. É a restrição dos DVS, Destaques para Votação em Separado, que pelas atuais regras obedecem a critérios de acordo com o número de deputados que cada partido ou blocos ou bancada tem. A já anunciada proposta do líder do governo na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) é simplesmente pela eliminação do DVS ou, se isto não for possível, impedir a apresentação no segundo turno dos DVS que já foram votados em primeiro turno.

Esta medida nega à oposição a possibilidade de participação política, "impedindo a atuação da minoria no processo decisório", como registrou a edição de agosto do jornal do Diap.

Reforma via Medida Provisória

Se as dificuldades para ver aprovadas as suas propostas de alteração do sistema de seguridade social têm sido relevantes, na prática o governo já vem promovendo uma reforma da Previdência via Medida Provisória. Só da Previdência, de acordo com levantamento do Diap, desde que se iniciou, o governo Fernando Henrique Cardoso já alterou 62 artigos e revogou outras 28 leis de custeio e benefícios.

Ao invés de utilizar estes instrumentos - medida provisória e projeto de lei - para combater as fraudes por mau gerenciamento, que acarretam prejuízos de mais de 5 bilhões de reais por ano, ou melhorar a fiscalização para evitar a gigantesca sonegação por parte dos empregadores ou mesmo cancelar anistias indevidamente concedidas aos devedores, o que faz o governo? Gasta esforços restringindo e dificultando o acesso dos segurados ao sistema previdenciário, retirando direitos dos trabalhadores brasileiros.

Entre as medidas adotadas via medida provisória estão a instituição de cobrança de contribuição de servidores inativos para o custeio das aposentadorias, o fim do abono de permanência em serviço, a extinção do pecúlio para o aposentado que volta ao trabalho e a obrigatoriedade da contribuição deste à Previdência.

Em outras e claras palavras, o que o governo vem promovendo é o equilíbrio da receita com as despesas previdenciárias por meio da cobrança de contribuições dos segurados e da redução dos seus benefícios. Pela análise do Diap, "a supressão dos direitos e a oneração aos mais desprotegidos são as únicas variáveis de ajuste efetivamente consideradas pelo governo".

Encontro de Brasília

Começo este trabalho contando um fato da minha infância.Tinha meus 13anos e, como todo garoto do Rio de Janeiro, adorava futebol. Sempre que podia estava no Maracanã assistindo àquele espetáculo que me facinava. É claro que sendo menor de idade e, sobretudo naquela época, tinha que estar acompanhado de um responsável. No caso era muito fácil, pois eu tinha um tio que era fanático torcedor do Fuminense e sempre, por motivos que desconheço, conseguia ingressos gratuitos para mim e meus irmãos.

Lembro, ainda, que naquela época a propaganda (chamava-se reclame) era feita por meninos que antes e no intervalo da partida entravam em campo carregando faixas com os dizeres do produto em questão - "Biotônico Fontoura.....Regulador Xavier...o regulador da mulher...Glostora...Quem bebe grapete repete." Durante alguns anos meu tio nos pedia que ficassemos atentos aos reclames e que memorizássemos os nomes dos produtos propagandeados para depois em casa passarmos a ele. É claro que isso nos intrigava, mas estavamos sempre alertas sem piscar para assim atender àquele inusitado pedido.

Só muito tempo depois vim descobrir que a real intenção de meu tio era nos distrair antes e durante o intervalo para que nós não pedíssemos sorvetes, cachorro quentes ou refrigerantes e, é claro, ele economizava seus trocados. Ou seja, meu tio muito antes dos intelectuais de esquerda se unirem aos estrategistas da direita, já conhecia e aplicava com eficácia a metodologia da dissimulação.

Por que contei a história? Porque creio ser essa, rigorosamente, a estratégia utilizada pelo governo. Jogam, com a mídia, adulteram as propostas induzindo a que todos passem a adotar a lógica atuarial, dizem: "o número de aposentados aumenta numa progressão geométrica enquanto as contribuições se dão numa progressão aritmética. Quem vai pagar essa conta?"(leram Gramsci mas aplicam Malthus), escondendo a verdadadeira intenção: a troca da dialética pela aritmética.

Este foi o ponto relevante das discussões do V Encontro sobre Assuntos de Aposentadoria da Andes-SN, onde ficou claro que devemos, apesar da tentação a que somos compelidos de querer resolver os problemas imediatos, manter a visão doutrinária das questões, fazendo uma análise conjuntural mais aguda, nos livrando de qualquer cumplicidade com a lógica governamental.

Como exemplo podemos citar a questão da previdência. O cerne do problema da previdência não está no tempo de contribuição ou na idade para se aposentar. O grande problema está na intenção da proposta, ou seja, não se trata de uma correção de dados atuariais ou de estatísticas escalafobéticas. O que realmente pretende o governo? Essa é a questão! Na minha avaliação e por tudo que tenho visto, o que o governo pretende é transformar o que historicamente foi concebido como um beneficio social em um simples negócio de seguros. Ora é claro que para isso não precisamos de governo, basta ir ao banco ou à financeira da esquina e comprar a nossa apólice.

O que o governo propala é a idéia de que se eu descontei tanto não posso receber quanto (mesmo assim eles não têm razão) e não a base da discussão, ou seja, na realidade quando nós descontávamos para a previdência não estávamos preocupados em fazer o nosso pé de meia. Estávamos, sim, contribuindo para dar aos que antes de nós estavam abrindo os caminhos com sacrifício e que com toda a certeza criando condições para que nosso trabalho fosse menos perverso, uma aposentadoria digna.

Em conclusão, creio ter chegado o momento de abrirmos uma grande reflexão sobre essas questões de modo a nos prepararmos para um grande debate ideológico. Não adianta matar a serpente, temos que descobrir onde estão seus ninhos.

Rui F.R.Pereira
professor aposentado do Instituto de Física e ex-decano do CCMN

Notas

Capenga

Oficialmente foi em função da nova Lei Eleitoral, mas sabe-se que os motivos pelos quais o plenário do Senado Federal não iniciou semana passada a votação em primeiro turno do substitutivo Beni Veras (Previdência Social) são outros: as aposentadorias dos magistrados e parlamentares, que têm tirado o sono da bancada do governo.

Como a retórica governista prega o fim dos privilégios, manter estas duas condições especialíssimas - estas aposentadorias são as mais elevadas do serviço público - significaria mais uma vez comprovar que o discurso de FHC é capenga.A nova votação está marcada para esta terça-feira, dia 23.

De acordo com o jornal O Dia, edição de 16 de setembro, desde que se iniciou a discussão sobre a reforma da Previdência, a partir de 1995, foram contabilizadas no serviço público um total de 70.877 aposentadorias requeridas até maio deste ano. Só no Rio de Janeiro, a corrida pela aposentadoria provocou um aumento de 180% no número de pedidos, públicas e privadas.

Pedido de vistas atrasa PEC 370

Um pedido conjunto de vistas da proposta do relator Paulo Bornhausen, feito por 10 deputados, atrasou a tramitação da PEC 370 na comissão especial encarregada da apreciação da proposta na Câmara dos Deputados.

Com o pedido, a tramitação da proposta de emenda constitucional relativa à autonomia universitária, agora incorporada com sugestões da área econômica do governo e do prórpio MEC, fica interrompida por duas sessões, mas volta a se reunir nesta quarta-feira, dia 24.

Entre os deputados que pediram vistas, estão Ivan Valente (PT-SP), Lindberg Farias (PC do B-RJ), Severiano Alves (PDT-BA), Vicente Arruda (PSDB-CE), Maurício Requião (PMDB-PR) e José Luiz Clerot (PMDB-PB).

Conselho do CNPq aprova reformulaçao

O Conselho Deliberativo do CNPq debateu e aprovou na quarta-feira passada, dia 17, o documento "Reformulação do Modelo de Gestão do Fomento do CNPq".

Esta discussão é sobre o plano de reformulação do modelo de gestão de fomento do CNPq, que tem levantado muitas duvidas e incertezas na comunidade cientifica.

A finalidade do governo, embora o documento não aborde explicitamente, é a descentralização na decisão sobre os recursos destinados à pesquisa. Em outras palavras, os recursos passam a ser destinados à pesquisa via prioridades do setor produtivo. De acordo com o texto, o objetivo é descongestionar o processo deliberativo mas, no fundo, o que se pretende é entregar esta delegação às "parcerias". O texto voltará a ser examinado na próxima reunião do Conselho, dia 23 de outubro.

Cursos

Mestrado e Doutorado em Educação - 1998
Faculdade de Educação da UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação
Inscrições: de 15 de setembro a 3 de outubro de 1997
Local: Faculdade de Educação da UFRJ - Av. Pasteur, 250 fundos, sala 201 - Urca - CEP 22290-240 - Rio de Janeiro/RJ.
Horário: 10h às 12h e 14h às 17h.

Mestrado em Educação em Saúde - Tecnologia Educacional
Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da UFRJ (Nutes)
Centro de Ciências da Saúde
Pós-graduação (mestrado) em Educação em Saúde - Tecnologia Educacional
Inscrições até 15 de outubro, de 10h às 16h, na Secretaria de Pós-Graduação do Nutes
Prédio do CCS, bloco A, sala 34, Ilha do Fundão- telefone 270-5449

Diretoria e Conselho de Representantes tomam posse no dia 15 de outubro

Com 579 votos de um total de 609, a chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática foi eleita para dirigir a entidade pelos próximos dois anos. Além de um breve currículo, e a foto dos novos diretores, publicamos também os nomes dos que vão integrar o Conselho de Representantes e o depoimento do presidente eleito da entidade, Roberto Leher. Professor da Faculdade de Educação e crítico das políticas educacionais de FHC, Leher adianta os primeiros passos da nova diretoria e avisa que a participação é fundamental: "que cada professor perceba que a sua participação na entidade, ainda que restrita em termos de tempo, pode ser potencializada com o seu comparecimento à Assembléia Geral".

Presidente: **Roberto Leher**, graduado em Ciências Biológicas (UFRJ, 1984), mestre em Educação (UFF, 1989), doutorando em Educação (USP), desenvolve pesquisas em Trabalho e Educação e Política Educacional, é professor assistente da Fac. de Educação, onde está desde 1988. Foi 1º vice-presidente da Adufrj (89-91) e é do GT de Política Educacional (GTPE) da Andes-SN.

1º Vice-presidente: **Roberto Houaiss**, graduado em Arquitetura (UFRJ, 1979), mestre em História da Arte (UFRJ, 1993), é professor assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Foi 2º vice-presidente da Adufrj (93-95) e é atualmente 2º secretário regional do Rio de Janeiro da Andes-SN e membro do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) da Andes-SN.

2ª Vice-presidente: **Philomena Gebran**, graduada em história (UFPR), pós-graduada Latu-Sensu pelo Museu do Louvre e Instituto de Etnologia de Paris, pesquisadora do CNPq sobre História da América Latina (região Andina), doutora em História Social da América Latina (USP) e professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Foi 1ª vice-presidente da Adufrj (91-93).

1º Secretário: **José Miguel Bendrao Saldanha**, graduado (UFRJ, 1973), mestre (UFRJ, 1977) e doutorando (UFRJ) em Engenharia de Produção, na área de Pesquisa Operacional. É professor assistente da Escola de Engenharia, onde está desde 1989. Foi professor da UFPB (76-77) e da UFBA (82-85) e é o atual presidente da Adufrj-SSind.

1º Tesoureiro: **José Antonio Martins Simões**, físico (UFRGS, 1973), doutor em Física Teórica (França, 1981), pesquisador do CNPq na área de Física de partículas elementares, professor adjunto do Instituto de Física, onde está desde 1983. Foi presidente da Adufrj (91-93).

2º Tesoureiro: **Francisco Ary Fernandes de Medeiros**, graduado (PUC-RJ, 1969) e mestre em Serviço Social (UFRJ, 1983), doutorando em Filosofia (UGF), desenvolve pesquisas na área da Prática de Serviço Social e é professor adjunto da Escola de Serviço Social, onde está desde 77.

2ª Secretária: **Regina Célia de Souza Pugliese**, graduada em Pedagogia (UFRJ, 1971) com habilitação em Orientação Educacional. Atua no ensino da 1ª à 4ª série (1º grau) e desenvolve atividades de extensão no Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e de pesquisa no projeto "A alfabetização nos colégios de aplicação" no CAp. Foi representante dos professores do CAp no Conselho de Representantes da Adufrj entre 94 e 97.

Ao Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, órgão consultivo da entidade, compete, entre outras atribuições, auxiliar a diretoria nas questões que estão na pauta do movimento docente, bem como deliberar e fiscalizar a aplicação das finanças e zelar pelo patrimônio da entidade.

Divulgar as atividades da entidade no âmbito de suas unidades, implementando ações visando a mobilização da categoria também são tarefas que, a partir de 15 de outubro, estarão delegadas aos representantes eleitos, que são:

Colégio de Aplicação:
Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira Gama (titulares), Clóvis de F. Neves Filho, Miriam Abduche Kaiuca (suplentes)

Escola de Belas Artes:
Patrícia March de Souza

Escola de Enfermagem Ana Nery:
Walcyr de O. Barros

Escola de Engenharia:
Henrique Innecco Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni

Faculdade de Arquitetura:
Osvaldo Luiz de Souza e Silva

Faculdade de Direito:
Agnelo Maia Borges de Medeiros

Faculdade de Letras:
Leonor Werneck dos Santos

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:
Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu Penna

Depoimento de Roberto Leher, presidente eleito da Adufrj-SSind:

"Nossa chapa tem como expectativa maior organizar a luta contra as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, de modo a poder reconstruir a universidade pública e o ensino público de maneira mais geral. Nosso objetivo é que a categoria participe da sua entidade como um espaço democrático de reinvenção da universidade pública. Pretendemos também contribuir para a dignidade da carreira de professor na universidade, em especial pela conquista de salários dignos, e que a gente impeça de forma mais específica o projeto de autonomia pretendido pelo governo.

Que a participação da categoria na entidade seja um fator importante de democratização da própria universidade. Vemos com muita preocupação a descaracterização dos espaços de participação democrática na universidade, temos expectativa de que a nossa entidade pode dar uma contribuição importante na construção destes canais democráticos na UFRJ.

Como meta de curto prazo, vamos promover visitas aos institutos, unidades e Centros para conversar com os professores e já estamos pensando em alguns debates e em como torná-los o mais sistemático possível, à semelhança do que acontecia há um tempo atrás com o "Seis e Meia da Ciência", da SPBC. Ou algo deste tipo, que force o debate na universidade, estamos muito preocupados com a falta de debate na UFRJ. Os professores estão com dificuldade de socializar suas preocupações e a Adufrj-SSind é o espaço ideal para isto.

Nós também temos a intenção de ampliar o debate com os servidores técnico-administrativos, estudantes da graduação e da pós-graduação, e também com entidades como a SBPC, para que a gente possa tornar mais orgânica a luta em favor da universidade pública. Consideramos também muito importante o espaço da Assembléia Geral, que muitas vezes é percebido como um momento apenas de deliberação, mas é um espaço de socialização de informações, de debate, de reflexão. Daremos toda prioridade para a recuperação deste espaço. A Assembléia é o momento mais importante da nossa entidade, em que os professores podem expressar os seus anseios, suas preocupações e visões de como se pode encaminhar a luta em favor da universidade. A recuperação deste espaço é uma luta que nós vamos dar continuidade. Esta é uma política que já vem sendo desenvolvida pela diretoria atual, que tem feito assembléias sistemáticas - o que é importantíssimo -, quando todos os temas importantes são deliberados pela categoria. O nosso esforço vai ser aumentar a participação; que cada professor perceba que a sua participação na entidade, ainda que restrita em termos de tempo, pode ser potencializada com o seu comparecimento à Assembléia Geral".

Honorários advocatícios do abono pecuniário

A questão dos honorários advocatícios relativos ao abono pecuniário de férias recebido pelos professores em janeiro deste ano, por causa da ação ganha pela Adufrj-SSind, foi discutida na última Assembléia Geral da entidade. Não houve discordância quanto aos honorários devidos (10% sobre o valor da ação ganha) e de que estes devem ser pagos por quem se beneficiou da ação, os 1.163 professores que receberam, no total, R$ 2.092.478,33.

Foi consenso na reunião que seria muito complicado operacionalmente colocar em prática a cobrança individual, através de desconto em folha em favor da assessoria jurídica, pois isto só pode ser feito mediante a autorização do próprio docente. O tipo de ação interposta foi o mandado de segurança, que não requereu autorização individual.

O único desconto que a Assembléia Geral poderia aprovar seria a título de contribuição sindical extraordinária, dos sindicalizados para o sindicato, mas isto não poderia ter sido aprovado naquela assembléia por não ter sido este item incluído na pauta de assuntos a serem deliberados.

Após inúmeras ponderações, a disposição da diretoria da Adufrj-SSind foi a de convocar uma Assembléia Geral exclusivamente para tratar do assunto, mas somente depois de divulgar amplamente a questão e esclarecer os sindicalizados, o que será operacionalizado através do jornal. Na assembléia convocada para esta semana, dia 23, terça-feira, o assunto não estará em deliberação, justamente por ainda não ter sido suficientemente debatido.

Paralisação e indicativo de greve:

A paralisação do próximo dia 26 (quando se completam mil dias sem reajuste salarial) e o indicativo de greve que estão entre os itens de pauta da Assembléia Geral desta terça-feira, dia 23, foram encaminhamentos aprovados pela última plenária dos Servidores Públicos Federais.

Na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind estas questões também foram discutidas e aprovou-se a reivindicação pela recomposição de um piso salarial para a categoria (uma bandeira histórica para o movimento docente) e um reajuste emergencial mínimo. Quanto aos valores do piso e do reajuste a reivindicar, surgiram várias propostas, mas a Assembléia Geral preferiu não deliberar sobre elas, entendendo que só devia aprovar os eixos das reivindicações, e que a decisão quanto aos valores deveria ser encaminhada ao setor das Ifes e à plenária de SPF's, no sentido de facilitar a construção de uma pauta unificada,

Quanto à proposta de algumas AD's de reivindicar um reajuste diferenciado, por titulação e por gratificação, e de se constituir uma negociação em separado com o MEC, apenas para os docentes, a AG a considerou divisionista, não só em relação aos demais servidores públicos, mas também em relação à própria categoria. Na ocasião, se avaliou que quem realmente ganharia se o movimento encampasse uma proposta desta natureza seria o governo, pois a questão se diluiria na disputa entre profissionais do mesmo segmento, sobre quem receberia mais ou menos gratificações.

É importante frisar que os delegados da Adufrj-SSind à plenária dos SPF's que acontecerá no dia 28 de setembro, está condicionado ao número de participantes na Assembléia Geral que os elegerá: quanto mais docentes presentes, mais delegados da entidade na reunião que encaminhará os próximos passos do movimento na questão da campanha salarial.

Carta da direção do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, reunida durante a 49ª SBPC, em Belo Horizonte.

Educação Física Brasileira e a LDB

Por ocasião da 49ª Reunião Anual da SBPC em Belo Horizonte, profissionais da área da educação e, mais especificamente, da Educação Física reuniram-se para analise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, fundamentados em dois pontos básicos:

a) apresentação e entendimento sobre o que propõe a nova LDB; e b) encaminhamento de ações quanto ao que determina a nova lei para os diferentes níveis de ensino.

Como ponto de uma avaliação geral sobre a nova LDB, constatou-se que ela é representativa da posição neoliberal que apregoa o atual governo. Entretanto, mesmo em discordância total sobre a forma como foi elaborada e está sendo proposta à sociedade, não podemos negar à comunidade de forma geral e, em especial, aos profissionais da Educação Física, ponderações que possam contribuir para dirimir equívocos provocados nos avanços educacionais alcançados pela área da Educação Física nos últimos anos. Dessa forma, passamos a apresentar o que consta na nova LDB sobre a Educação Física. Quanto ao ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e médio), a lei determina em seus artigos: Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser completada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 3o - A Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica ajustando-se às faixas etárias e as condições da população escolar sendo facultativa nos cursos noturnos. Art. 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do esporte educacional e apoio as práticas desportivas ano formais.

Assim, de posse do que apresenta a lei, o grupo encaminha as seguintes proposições a serem mantidas nas diretrizes curriculares que irão nortear o desdobramento das ações da Educação Física escolar nos projetos pedagógicos das escolas:

a) Educação Infantil. A Educação Física conquistou espaço de fundamental importância na formação básica da criança. O desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, tão emergente e significativo na fase infantil, tem reflexo direto na formação de futuros cidadãos. Assim, o atendimento a essa fase deverá ser estruturado e contemplado no mais breve espaço de tempo possível.

b) Ensino Fundamental. Conforme a nova lei, a Educação Física passa a ser considerada componente curricular, deixando de ser atividade. Dessa forma ela deverá assegurar, em seu desenvolvimento, uma estruturação continuada de conteúdo em níveis de aprofundamento, nos quais as diversas manifestações da cultura corporal possam ser interpretadas, vivenciadas, recriadas e avaliadas.

c) Cursos Noturnos. A Educação Física no ensino noturno e facultativa pela LDB, e o parecer n. 05/97 do Conselho Nacional de Educação - CNE - indica que a responsabilidade pela inclusão ou exclusão do currículo cabe à escola e, em última instância, ao aluno. Isso significa que não compete ao Estado e às Secretarias Municipais exercer poder arbitrário sobre esta questão. Diante disso, é importante que os cursos noturnos incluam em seus projetos pedagógicos o ensino da Educação Física. É extremamente importante que os professores apresentem argumentos sobre a contribuição do ensino da educação física na formação humana e sua importância para o exercício pleno da cidadania.

d) Educação Superior. Da mesma forma que no ensino noturno, no âmbito da educação superior o CNE, através do parecer n. 376/97, manifesta-se no sentido de que não há uma aplicabilidade imediata quanto a desobrigatoriedade do oferecimento de Educação Física curricular, como tem sido interpretado pelos órgãos superiores de algumas universidades. Tal decisão deve ser remetida aos atores sociais das unidades universitárias para eventual deliberação, sob pena de infringir o principio da autonomia universitária.

e) A Educação Profissional O projeto de Educação Profissional contido no texto da nova LDB, ao retirar do currículo as disciplinas Educação Física, Português, História, Geografia, dentre outras de formação geral, faz um retrocesso e fere princípios e fins da educação nacional por ela determinado como: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, a estrutura curricular proposta é incoerente com uma “educação profissional integrada as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva”(Art. 39).

Assim, entendendo a educação profissional como processo amplo e integral a nova LDB não contempla a perspectiva de Educação Integral para a Cidadania. Diante desse quadro e reconhecendo as limitações e restrições legais da LDB, este documento aponta para a necessidade de os professores, entidades cientificas e estudantes atuarem com competência para o avanço de projetos político-pedagógicos significativos no âmbito da Educação brasileira.

É necessário agir de forma incisiva em todas as instâncias e nos vários sistemas de ensino (federal, estadual e municipal), evitando marginalizações, exclusões, discriminações e tratamentos diferenciados entre as áreas de conhecimento no âmbito escolar.

Belo Horizonte, 18/07/97.
Direção nacional do CBCE

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Calendário preparatório do II Coned

■Até 25 de setembro - Realização de debates, encontros, seminários locais, regionais e nacionais coordenados pelos diferentes setores organizados da sociedade, para apresentação das contribuições aos temas do Congresso

■Até 30 de setembro - Recebimento, pela Comissão Organizadora, das contribuições resultantes dos seminários realizados e outras, as quais deverão ser consolidadas no documento final a ser distribuído e apreciado no II Coned.

Será realizado no Campus da UFMG, de 6 a 9 de novembro, o II Coned, Congresso Nacional de Edcucação, cujo tema geral é Educação, Democracia e Qualidade Social. O II Coned tem a responsabilidade da consolidação de uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple, seja na sua construção, seja no seu conteúdo, a participação democrática de amplos segmentos da sociedade, apontando, portanto, para uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Social para a maioria da população brasileira.

Temas e subtemas
1) Organização da Educação Nacional
2) Níveis e Modalidades de Educação
3) Gestão Democrática da Educação
4) Financiamento da Educação
5) Formação de Profissionais da Educação

Obs: *Concomitantemente ao desenvolvimento desse temário, o II Coned apreciará, em plenárias intermediárias e final, um documento sistematizado pela Comissão Organizadora, considerando as contribuições encaminhadas com antecedência pelas representações das sociedades civil e política, tendo em vista a definição de diretrizes, prioridades, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação.*

A Adufrj-SSind, buscando estimular a participação de um grande número de professores da UFRJ no II Coned, está se propondo a garantir condições de transporte terrestre para aqueles que se inscreverem no Congresso e registrarem seu interesse junto à secretaria da entidade, diretamente ou via telefone, fax ou e-mail. O folder com a ficha de inscrição para o II Coned já está disponível na sede da Adufrj-SSind.

Taxas de inscrição:
Estudantes - R$ 25,00
professores, técnicos-administrativos e outros - R$ 50,00
Conta: Andes-Coned
nº 759 906-4
Banco do Brasil
Agência 0033-7
Centro- Belo Horizonte
Secretaria do Coned
Rua Patrocínio, 305 -
Bairro Carlos Prates
CEP 30710-140 - Belo Horizonte
Tel.: (031) 226-4752
Faz: (031) 273-7304
Universidade Federal
de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627, Praça de Serviços - Lojas 23-24
CEP 31270-010
Belo Horizonte/MG
Tel/Fax: (031) 443-6686

II Seminário Nacional de C&T da Andes-SN
O Seminário será realizado na Adufu, em Uberlândia, MG, nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 1997.
Tema Central: **O Trabalho Intelectual Coletivo em C&T**
Aspectos:
- **A Administração de C&T na Universidade Brasileira**
- O Gerenciamento da Pesquisa e a Avaliação de Mérito
- Pesquisa Coletiva e Apropriação Individual
- Centros ou Núcleos de Excelência: histórico, avaliação e repercussões
- Aspectos da Relação entre as Questões Sindicais e C&T.

Apresentação de trabalhos
Os trabalhos deverão tratar, preferencialmente, da temática proposta. Os textos deverão ser encaminhados à Coordenação do GT-C&T da Andes-SN até o dia 14 de outubro (data de postagem) em disquete, no formato Winword 6.0 (máximo 20 páginas).

Seminário Internacional
Novos Modelos de Financiamento e Gestão no Setor Saúde
Promovido pelo Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da UFRJ, tem como objetivo discutir propostas inovadoras de financiamento e gestão de unidades públicas de saúde. Contará com a participação de especialistas de países que tiveram experiências inovadoras de financiamento e será dirigido não só à comunidade acadêmica, mas a gerentes de sistemas públicos de saúde, profissionais e usuários, particularmente aqueles envolvidos com a gestão do Sistema Único de Saúde.
Local: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, IFCS, no Largo de São Francisco, s/n,
Dias 08, 09 e 10 de outubro de 1997.
As inscrições poderão ser feitas com antecedência através do telefone 270-0097.

A excelência para todos

Francisco Ary F. de Medeiros, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ e integrante do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind foi a Brasília participar do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional e adianta neste artigo o que foi encaminhado naquela reunião. Na próxima edição, publicaremos o documento que foi tirado na reunião.

"O GT-C&T do Andes-SN, reunido nos dias 13-14 deste mês em Brasília, estudou a questão dos rumos tomados pelo Pronex com o rigor que lhe foi possível e resolveu manifestar a sua preocupação pelo caráter de isolamento que vem apresentando esta iniciativa do governo, o que representa injustificável ameaça aos demais programas de fomento e de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Para o GT, ao descuidar de uma educação de qualidade para todos os níveis e optar por garantir privilégio a grupos, apesar de reconhecida competência, o atual governo coloca em risco toda a continuidade dos programas que viabilizaram o surgimento e a organização desses mesmos considerados "núcleos de excelência" visto que extingue a fonte que lhes garantirá quadros em um futuro próximo.

Conforme reconhece o GT C&T, não se pode relegar o fato de que os programas voltados para o desenvolvimento tecnológico e científico são mantidos pela totalidade da população brasileira, a qual espera ansiosamente o retorno de tal investimento em contribuições para o seu bem estar e qualidade de vida nos dias atuais, sem, no entanto, querer descuidar das gerações que lhe seguem. E, foi lembrado durante a discussão do assunto, um país só terá a certeza de seu futuro quando alcançar o domínio das tecnologias que respondam às reais necessidades de sua população, as quais não se limitam às geradas pelas pesquisas de ponta, mas que se apresentam no cotidiano dos seus diferentes níveis.

O fato de o governo privilegiar o funcionamento do que classificou como "núcleos de excelência" em detrimento de outros excelentes grupos de pesquisa e dos pesquisadores que hoje iniciam novas linhas de pesquisa, junto com a política que vem sendo adotada em relação aos cursos de pós-graduação, como é o caso da nova metodologia de concessão de bolsas implantadas pelo CNPq, sinaliza claramente para o descaso do atual governo para com a população que o elegeu e para com o futuro do país".

É perda de tempo formar professores?

São os cursos de formação percursos inócuos e desnecessários? Que tipo de formação: inicial, em serviço ou contínua? Rápida capacitação técnica ou formação de maior duração e aprofundamento, possibilitadora de um ensino ao mesmo tempo científico e humanista?

Essas perguntas, ouvidas com frequência nos dias atuais, expressam a perplexidade e as dúvidas que envolvem o processo de formação de professores profissionais a quem a sociedade entrega a responsabilidade de educar as novas gerações. O que é ser um bom professor?

O que faz um professor ser considerado um bom professor depende, certamente, de nossas visões de mundo e projetos de vida, individuais e para a sociedade. Muitos acreditam que basta dominar os conhecimentos relativos a determinada disciplina e já se está capacitado para ensinar. Outros afirmam que o professor já nasce professor. Além disso, como os que se candidatam a ser professores geralmente viveram uma longa experiência escolar, acredita-se que as marcas deixadas durante o convívio com tantos professores os orientam na hora de agir.

Essas concepções nos parecem, no mínimo, ingênuas para não dizer reducionistas ou irresponsáveis, expressões de amadorismo e improvisação.

A formação de professores é tarefa de grande complexidade e que demanda tempo. O primeiro aspecto que deve ser levado em conta refere-se, certamente, à necessidade do estudo da disciplina que se vai ensinar. Mas o domínio de conteúdos que é essencial, não basta. Os aspectos de natureza teórica, as bases epistemológicas dos conhecimentos que se ensina precisam ser conhecidos para que o professor tenha condições de pensar com autonomia a metodologia de ensino adequada à disciplina e ao grupo com que está trabalhando.

Essa capacitação não é ainda suficiente, em nosso entender, para dar conta de todos os desafios presentes na relação pedagógica. A formação deve incluir, também, disciplinas que possibilitem a reflexão sobre os diferentes significados e implicações da ação pedagógica de modo que o professor possa transformá-la num diálogo rico com os alunos - aberto, respeitoso, comprometido, crítico face a preconceitos e consciente dos objetivos que se propõe a atingir - e não um mero exercício cientificista e vazio de significado. Ou seja, é preciso desenvolver a sensibilidade para lidar com os alunos.

Pelo que podemos perceber, formar professores é tarefa complexa, difícil e demorada que não se completa no momento da colação de grau nem ao final de alguns anos de trabalho. Mesmo assim, acreditamos que a **formação inicial** tem uma importância especial e única.

Ao desenvolver, nos cursos de licenciatura, estudos e atividades voltados para a educação, os professores em formação exercem a reflexão sobre os aspectos já mencionados a partir da observação e vivência de experiências significativas. Nesse movimento ação-teoria-ação, o licenciando tem oportunidade para debater com os professores das turmas onde realiza o estágio, com os professores de Prática de Ensino e com outros professores do curso, as diferentes implicações e significados das ações observadas. Ao realizar atividades, sob supervisão dos professores, ele desenvolve um exercício importantíssimo na adequação dos conhecimentos científicos às necessidades de seus alunos na relação cultura - cultura escolar - cultura do aluno.

Essa experiência não pode ser pontual e rápida. É preciso que o licenciando acompanhe a vida de uma turma e vivencie o maior número de experiências possíveis entre aquelas que se desenvolvem no espaço escolar. Ao realizar as atividades de docência ele deve agir com uma turma que já conhece. Ao longo do trabalho, o registro e a discussão das experiências permite a teorização da prática.

Nos cursos de licenciatura abrem-se, também, oportunidades para a participação em pesquisas de ensino que abrem um campo muito rico de possibilidades e a contribuições para aqueles interessados em melhor compreender e aperfeiçoar a dinâmica das práticas escolares. Como vemos, é um trabalho que demanda tempo mas que pode e deve começar a se realizar desde os primeiros semestres após a entrada na universidade.

A formação inicial é, também, momento especialmente importante e rico porque licenciando vive a experiência como um "ritual de passagem" onde ele, professor em formação, é ainda aluno e, portanto, tem a sensibilidade aguçada para perceber as repercussões da ação educacional com os olhos de quem ainda se sente como tal. Certamente essas experiências podem deixar marcas bastante significativas, referências para toda a vida profissional posterior.

A formação de professores que vem sendo realizada na Faculdade de Educação da UFRJ há quase 30 anos, nos cursos de Licenciatura, tem sido alvo de muitas críticas. Muitos atribuem a responsabilidade pelas experiências mal sucedidas ao curso em si e propõem extingui-lo.

Será esta a melhor alternativa? Abriremos mão dessa possibilidade e dessa experiência tão ricas e enriquecedoras em nome da rapidez, da pressa, do imediatismo na formação? Será que é extinguindo ou reduzindo um curso que resolvemos seus problemas? Os futuros professores abandonam as salas de aulas por causa da duração da formação ou por causa dos irrisórios e indignos salários que os esperam?

Certamente são necessárias reformulações curriculares tanto na Faculdade de Educação como nos Institutos e Faculdades responsáveis pela formação específica. A tarefa de formação de professores não cabe exclusivamente a esta última.

Outro tipo de pressão vem do grande fascínio por tecnologias que são apresentadas como capazes de revolucionar o ensino, solucionando todos os males que nos afligem. Será que o professor tornou-se um profissional obsoleto?

Nós continuamos a acreditar em pessoas mais do que em tecnologias. E porque continuamos com essa crença defendemos uma formação de professores de qualidade. Não a qualidade que exclui, que acirra a competição como única motivação para o sucesso individual. Qualidade baseada na busca do adensamento das vivências - pela variabilidade, profundidade e crítica realizadas com embasamento teórico e sensibilidade. Qualidade que possibilite formar professores que ensinem como nos ensinou Paulo Freire, a ler o mundo com os pés no chão, com dignidade, ética e respeito pelo outro na conquista da justiça social.

Ana Maria F. da Costa Monteiro
professora da Faculdade de Educação da UFRJ

JORNAL
ANO IV
29 DE SETEMBRO A 5 DE OUTUBRO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

MEC não apresenta proposta para salários

página 10

Autonomia: Andifes cada vez mais próxima do governo

páginas 8 e 9

Reforma da Previdência retira direitos da maioria e mantém privilégios de poucos

páginas 4 e 5

Implantação da LDB na UFRJ

páginas 6 e 7

Assembléia Geral decide não paralisar atividades na UFRJ

A Coordenação Estadual das Entidades dos SPFs promoveu na sexta-feira passada, 26, na Cinelândia, o ato público "1000 Dias Sem Reajuste Salarial", para marcar a indignação dos servidores contra o arrocho salarial promovido pelo governo FHC.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind que aconteceu na última terça-feira, dia 23, deliberou por não aprovar uma paralisação no mesmo dia na UFRJ. O dia 26 de setembro foi encaminhado ao calendário de lutas dos servidores públicos federais (SPFs) na sua última plenária (10 de agosto) para marcar com paralisações e manifestações o protesto pelos mil dias sem reajuste salarial.

A Assembléia dos docentes, no entanto, decidiu marcar a data com atividades de mobilização dentro e fora da universidade. "A universidade pública não pode parar", disse o atual presidente da entidade, José Miguel Bendrao: "o importante é marcar os mil dias sem reajuste para consolidar a luta pela recuperação do serviço público e por salários dignos", completou.

A Assembléia decidiu intensificar, dar maior visibilidade à campanha por reajuste salarial e explicar aos professores, técnicos e estudantes as reivindicações da categoria junto ao governo federal, principalmente ao Mare e MEC. Embora muitos ainda mantenham expectativas quanto a possibilidade do MEC resolver a questão, para o futuro presidente, recém-eleito, Roberto Leher, isto é um equívoco, quem decide os reajustes dos servidores é mesmo o ministro Bresser Pereira e seus assessores. "A luta agora é pela recuperação do salário", afirmou Leher.

A campanha salarial dos docentes tem dois eixos: o estabelecimento de um piso salarial e um reajuste emergencial para recuperar a perda acumulada de 74,47% desde a implantação do Real (112,98% do ICV-Dieese de julho de 94 a agosto de 97, descontado o reajuste de 22,07% em janeiro de 95).

Foi destacado na Assembléia que este índice pode parecer alto e fora da realidade para os servidores da UFRJ contratados até dezembro de 94, que recebem desde essa época os 26,05% do plano Verão, devido às ações judiciais ganhas pela Adufrj em 93 e pelo Sintufrj em 94. Este adicional tem servido para mascarar as perdas inflacionárias do Real para estes servidores, que, por causa dele, precisariam agora de um reajuste de 38,42% - mais "realista" para alguns - para recuperar o poder aquisitivo de junho de 94. No entanto, os servidores contratados de janeiro de 95 em diante, assim como os servidores de todas as demais Ifes, não recebem os 26,05%, e para eles o reajuste realista é mesmo o de 74,47%.

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Rosanne Evangelista, foi designada para ser a delegada da diretoria na plenária dos SPFs, que aconteceu neste fim de semana, e Regina Pugliese, também do CAp, foi como observadora. Para eleger cada delegado de base, a Assembléia Geral precisa ter o comparecimento de 10 sindicalizados, sendo que para cada 1.000 sidicalizados, a entidade tem direito a enviar um delegado de base. Como apenas nove professores compareceram à Assembléia Geral, a Adufrj-SSind não enviou nenhum delegado de base à plenária dos SPFs. .

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente:José Miguel Bendrao Saldanha 1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br
Home-page:http://www.alternex.com.br/~adufrj

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Notas

Homologada a eleição da Adufrj-SSind

Em reunião realizada na última segunda-feira, dia 22 de setenbro, após a leitura da ata de apuração produzida pela Comissão Eleitoral, o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind homologou por unanimidade o resultado das eleições para a diretoria e para o próprio Conselho de Representantes, biênio 97-99.

O Conselho também indicou a realização de uma reunião com a participação dos futuros membros do Conselho, eleitos pelas unidades, para discutir sobre as expectativas de trabalho para o próximo biênio.

Também já foi realizada uma reunião entre a atual diretoria da entidade com os novos diretores eleitos, que aconteceu na sexta-feira, dia 19.

Governo tira RS 3 bilhões do Sistema Único de Saúde

O deputado pelo PT de São Paulo, Eduardo Jorge criticou na semana passada o projeto de Lei Orçamentária de 1998 enviado ao Congresso, denunciando outra manobra contábil do governo Fernando Henrique.

O governo enviou uma proposta de R$ 19 bilhões para a Saúde, quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias exige para 1998, no mínimo, R$ 20,5 bilhões.

Em 1995 e 1996, o orçamento do governo FHC para a Saúde girou em torno de R$ 14 bilhões, que em 97, com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), foram somados a mais 6,5 bilhões, passando para R$ 20,5 bilhões.

Se para 1998 a CPMF já foi prevista pelo próprio governo em 8 bilhões, o Orçamento, obviamente, deveria ser os 14 bilhões mais 8 bilhões, num total de R$ 22 bilhões, o montante reivindicado pelo Conselho Nacional de Saúde.

A conclusão do deputado foi igualmente óbvia: o governo FHC está tirando R$ 3 bilhões do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Na home-page da Adufrj-SSind você encontra informações atualizadas sobre movimento docente, conjuntura, autonomia universitária, temas acadêmicos e científicos e tudo o que tem a ver com a comunidade acadêmica. Confira, nosso endereço é http://www.alternex.com.br/~adufrj

Admissão no CAp

Já saiu o edital de admissão de alunos ao Colégio de Aplicação, e as vagas foram distribuídas da seguinte maneira: São 50 vagas para a 1ª série do 1º grau, 10 vagas para a 5ª série do 1º grau, 30 vagas para a 1ª série do 2º grau e 6 vagas para a 2ª série do 2º grau.

As inscrições estarão abertas de 20 a 24 de outubro, as provas serão realizadas entre os dias 22 de novembro e 13 de dezembro e os programas e editais estão à disposição na Secretaria do Colégio, Rua J.J. Seabra, s/nº, na Lagoa.

Votação no Senado retira direitos de muitos e mantém privilégios de poucos

O plenário do Senado Federal aprovou na quarta-feira da semana passada, dia 24, em primeiro turno, o substitutivo Beni Veras à Proposta de Emenda Constitucional 33/95, da reforma da Previdência. Em quase seis horas e 14 votações nominais depois, os senadores mantiveram a prerrogativa aos juizes de criarem suas próprias regras de aposentadoria e não tocaram no Instituto de Previdência dos Congressistas. Os demais servidores públicos, porém, não tiveram a mesma sorte.

Houve uma tentativa do bloco de oposição de reintroduzir no texto da reforma os dispositivos aprovados na Câmara dos Deputados, e excluídos por Beni Veras, mas fracassou. Agora, o substitutivo vai a votação em segundo turno no plenário do Senado, provavelmente no dia 8 de outubro, e depois retorna à Câmara para mais duas votações.

O dispositivo que tornava permanente a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que financiaria a seguridade social, proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE), foi retirado do texto por 41 votos a 21. O Senado manteve a receita da empresa como uma das fontes de financiamento da previdência, ao contrário do que pretendia o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) que queria apenas o faturamento como fonte.

Dentro de dois anos, nenhuma estatal poderá contribuir para o fundo de pensão dos empregados mais do que a parcela que cabe a cada funcionário. E até que uma lei discipline o salário-família e o auxílio-reclusão para os servidores públicos, segurados e dependentes, esses benefícios só serão concedidos a quem ganha até R$ 360,00 por mês.

Idade mínima e transição

A idade mínima para requerer aposentadoria foi fixada em 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, mas isto para quem ainda não entrou no mercado de trabalho, e o tempo de contribuição será de 35 anos

(homem) e 30 (mulher). Para quem já ingressou, haverá uma fase de transição, onde a idade mínima será de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres.

Na transição, haverá um acréscimo de 20% no tempo que falta para completar os 35 anos de serviço, para homem, ou 30 anos, no caso de mulher. Quem ainda tem de trabalhar 10 anos para se aposentar, terá de trabalhar mais dois anos (20%), e para requerer aposentadoria proporcional, terá acréscimo de 40% no tempo a ser trabalhado. Não haverá aposentadoria proporcional para quem ainda não contribui.

Os senadores aprovaram um redutor de até 30% nos proventos de servidor público que pedir aposentadoria, e somente terá aposentadoria integral o funcionário público que ganha até R$ 1.200,00, além do que, o servidor não poderá se aposentar com salário maior que a remuneração na ativa. Por 47 votos contrários, e 17 favoráveis, não passou a emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que retirava da reforma a fixação constitucional do valor de R$ 1.200,00 como teto máximo de benefício. Um dos argumentos de Dutra era a possibilidade deste valor perder a referência utilizada para a sua determinação: o salário mínimo.

O Poder Executivo poderão criar previdências complementares para seus servidores, e o fazendo, também poderão limitar as aposentadorias do servidor a um teto máximo de R$ 1.200,00. Uma lei complementar ainda fixará as normas para a aposentadoria complementar dos servidores públicos.

Na transição, haverá um acréscimo de 20% no tempo que falta para completar os 35 anos de serviço, para homem, ou 30 anos, no caso de mulher.

Os professores do ensino infantil, fundamental e médio poderão se aposentar cinco anos antes dos outros trabalhadores, mas os professores universitários terão de cumprir as mesmas exigências dos demais trabalhadores. A proposta da senadora Júnia Marise (PDT-MG) de manter a aposentadoria especial para os professores de nível superior não foi aprovada.

Os aposentados e pensionistas terão os mesmos reajustes dados aos funcionários da ativa, assim como continuarão a receber os benefícios e vantagens concedidos aos ativos e os direitos adquiridos ficaram preservados

O servidor público só poderá pedir aposentadoria se tiver no mínimo 10 anos de efetivo exercício e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria. Se não somar esse tempo de serviço público, mas já tiver contribuído durante 35 anos (ou 30, para a mulher) e apresentar a idade mínima exigida não precisará mais pagar a contribuição previdenciária enquanto continuar na ativa.

Andes-SN

No primeiro dia de votação no Senado, na terça-feira passada, a Andes-SN apresentou a cada um dos senadores o documento "Em defesa da Previdência Social Pública e dos Direitos de Aposentadoria", onde explica as razões que fundamentam o pedido do Sindicato de rejeição da proposta.

Qualquer mudança do sistema previdenciário pressupõe a realização de amplo debate com todos os segmentos que a constituem, assinala o texto. O documento também destaca a indisponibilidade de dados e informações fidedignas sobre a atual situação do sistema de previdência e defende o patrimônio da sociedade, constituído ao longo dos anos, alegando que ele só poderia ser julgado a partir de uma auditoria pública.

A minimização do sistema previdenciário público é outra preocupação do Andes-SN manifestada no texto.

O número de horas de aula que cada professor deverá ministrar durante o ano letivo será igual ou maior que 320

Implantação da LDB na UFRJ

Desde a semana passada todas as unidades da UFRJ estão recebendo uma proposta com diretrizes para a aplicação na UFRJ dos artigos 47 e 57 da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). A informação é do presidente da comissão mista do CEPG (Conselho de Ensino para Graduados) e do CEG (Conselho de Ensino para Graduandos) encarregada de formalizar na UFRJ a aplicação desta Lei, professor Edson Watanabe.

Os artigos em questão tratam da exigência de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo no ano letivo regular (artigo 47), e da obrigação, para os docentes, de ministrar no mínimo oito horas de aula por semana (57). As unidades têm até o dia 15 de outubro para retornar com suas sugestões, que serão avaliadas por uma plenária mista dos dois conselhos, a ser realizada ainda este ano.

Pela proposta da comissão mista, trabalho acadêmico efetivo é "o conjunto de tarefas vinculadas às disciplinas em curso como o estudo do conteúdo das disciplinas, exercícios de fixação da aprendizagem, experiências em laboratórios, seminários, trabalhos de campo, estudo dirigido, estudo na biblioteca, trabalho de pesquisa e dedicação à monografia de final de curso", bem como "atividades relacionadas a reuniões técnico/científicas, congressos, seminários". Jornadas de iniciação científica, artística e cultural, também serão contabilizadas como trabalho acadêmico, que devem, à exceção dos trabalhos de campo, ser desempenhadas nas dependências da Universidade.

E será considerada hora aula "toda atividade didática de transmissão e troca sistemática de conhecimento, devidamente programada, em qualquer nível de ensino, no âmbito de cursos regularmente aprovados e que conte com a participação simultânea de professor e aluno sob a direção e responsabilidade do primeiro, com duração mínima de 50 minutos".

A proposta da comissão mista estipula duas classificações para as horas de aula, a tipo I, que corresponde às teóricas e práticas vinculadas às disciplinas curriculares formais da UFRJ, e a tipo II, que corresponde a orientações de iniciação científica, projetos e monografias de conclusão de curso, teses e dissertações de mestrado ou doutorado, desde que devidamente registradas como disciplina no sistema de registro acadêmico oficial da UFRJ. Estas resoluções se aplicam a todos os docentes da UFRJ, independente de nível ou regime de trabalho, à exceção dos docentes do Colégio de Aplicação.

Também estão previstas atividades relacionadas ao ensino à distância. Além disto, o número de horas de aula que cada professor deverá ministrar durante o ano letivo será igual ou maior que 320, o que corresponderá a uma média de 8 horas de aulas semanais num período de 40 semanas ou 200 dias letivos.

A discussão sobre a aplicação da LDB não é nova: no início do ano, uma proposta semelhante de resolução já fora enviada a todas as unidades da UFRJ, porém, apenas quatro retornaram. Também não é simples: existe toda uma polêmica cercando esta LDB, que inclusive já teve o artigo 54 - que instituiu regime próprio para as universidades - considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em liminar deferida em junho deste ano.

No debate promovido pela Adufrj, em abril deste ano, para discutir a LDB, uma das avaliações tiradas foi a de que seria necessário se constituir uma estatuinte na universidade para encaminhar este processo de adequação.

Também não há unanimidade na própria comissão mista. O professor da Coppe Antônio Figueiredo, um dos integrantes da comissão mista vê como salutar a idéia de se repensar a graduação e acredita que se a universidade se lançasse numa discussão deste nível, isto traria uma enorme revitalização no pensar profissional dos docentes, além de uma maior coesão ao corpo social da instituição. "Este exercício de pensar sobre a sua atividade e sobre a finalidade da formação reverteria num bem enorme à universidade", disse.

Um pouco diferente do que está sendo atualmente encaminhado pela comissão. "O CEG está deixando de lado a questão maior, que é a organização da grade curricular", disse o professor Figueiredo. Ele defende a ampliação da discussão baseado no princípio de maior ocupação do ano letivo, o que necessariamente impõe uma discussão sobre como as disciplinas serão organizadas. "Não é possível que a gente aumente o semestre letivo em um terço e isto não tenha nenhum impacto sobre a grade disciplinar. Vai ser uma mudança para tudo ficar como está, uma grande frustração", reclamou Figueiredo, que enxerga a universidade como um patrimônio que precisa ficar "menos ocioso".

LDB

O projeto original de LDB é de 1987, quando se iniciaram as discussões sobre como e que significado deveria ter uma lei de diretrizes e bases da educação para o Brasil. A partir de um amplo debate com diversos setores da sociedade, como convém à democracia, uma nova LDB foi aprovada na Câmara Federal, após um longo período de tramitação, e enviada ao Senado para votação, onde permaneceu também por razoável tempo.

Foi então que o senador Darcy Ribeiro apresentou em seu nome um projeto de LDB, que continha na realidade as posições do governo FHC para a educação. Na ânsia de fazer valer suas propostas, que a LDB Darcy Ribeiro, então tramitando no Congresso Nacional, ainda não assegurava, o executivo não se furtou a emitir Medidas Provisórias e decretos que alteravam a legislação ordinária do ensino, especialmente do ensino superior, que ainda não havia sido revogada. Como a que define a eleição de dirigentes universitários, o caráter de Conselho Nacional de Educação e a implantação do provão.

Andifes apresenta nova proposta

Não houve a sessão da comissão especial da PEC 370 (autonomia universitária) marcada para a quarta-feira passada. Os motivos do cancelamento são as divergências entre a área econômica do governo e o MEC, e destes com a comissão.

No mesmo dia, em audiência com o ministro da Educação, Paulo Renato, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) entregou sua nova proposta para a PEC 370, que difere da anterior, apresentada no final de agosto, principalmente por incorporar vários pontos da última versão do substitutivo do relator Paulo Bornhausen (PFL-SC). A proposta anterior da Andifes e o substitutivo do relator foram publicados no suplemento especial sobre autonomia universitária do jornal da Adufrj-SSind, edição de 15 de setembro. Leia abaixo a proposta da Andifes e alguns comentários:

Proposta da Andifes à PEC 370

Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º - É assegurado às universidades federais e às demais instituições federais de ensino superior, entidades de direito público, na forma de lei complementar, estatuto jurídico especial com as seguintes características:

I - atendimento das peculiaridades de sua estrutura e organização;

II - fiscalização, avaliação e financiamento pelo Poder Público

III - autonomia orçamentária, assegurados o livre remanejamento e a transferência de recursos entre categorias de programação, excluída a vedação disposta no art. 167, VI;

IV - regimento jurídico estatutário próprio e único de pessoal;

V - isonomia dos vencimentos custeados com recursos vinculados à educação, na forma do *caput* do artigo 212.

VI - sistema próprio de previdência

VII - autonomia na definição do quadro de pessoal, na fixação de sua remuneração e na política de admissão e dispensa de pessoal, na administração e execução de sua política de recursos humanos, não se aplicando o art. 48, X e art. 61, § 1º, II, "a" e "c", observadas as limitações do orçamento;

VIII - autonomia na utilização dos recursos diretamente arrecadados independentemente de autorização legislativa.

§ 2º - Fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal constituído por, no mínimo, setenta e cinco por cento dos recursos orçamentários vinculados à educação pelo *caput* do art. 212, por intermédio do qual serão transferidos recursos orçamentários e financeiros às instituições federais de ensino superior.

§ 3º - A União transferirá os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal às instituições federais de ensino superior em duodécimos, até o dia 20 de cada mês.

§ 4º - É vedada a utilização dos recursos previstos no § 2º para pagamento de aposentadorias e pensões, ressalvadas as contribuições à previdência social.

§ 5º - As instituições públicas de ensino superior e as de pesquisa científica ou tecnológica podem admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

Artigo 2º - Serão incluídos os seguintes artigos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a numeração que couber:

Artigo: Até a constituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal , a que se refere o artigo 207, § 2º, ficam asseguradas transferências equivalentes às atuais de recursos orçamentários da União para instituições federais de ensino superior.

Artigo: Os recursos que compõem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal, previsto no artigo 207, § 2º, serão, em sua totalidade, de uso exclusivo das instituições federais de ensino superior pelo prazo de trinta anos após a promulgação desta Emenda Constitucional, deduzido o valor

A posição da Andifes está cada vez mais próxima da proposta do governo.

das despesas do Tesouro Nacional com a remuneração e encargos do pessoal ativo das instituições, submetido ao regime jurídico de que trata o artigo 39.

Parágrafo Único: A lei complementar prevista no artigo 207, § 1º, disciplinará a forma e o percentual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior Federal a serem destinados ao financiamento da expansão das instituições federais de ensino superior.

Artigo: As instituições federais de ensino superior terão três anos para adotar plenamente as prerrogativas previstas no artigo 207, § 1º, III.

Artigo: As aposentadorias e pensões do pessoal das instituições federais de ensino superior serão custeadas:

I - Pelo Tesouro Nacional e pelas contribuições dos servidores ativos submetidos ao regime jurídico único de que trata o artigo 39, § 1º, no caso desses servidores.

II - De acordo com as normas que serão fixadas pela lei complementar de que trata o artigo 207, § 1º, nos demais casos.

Artigo: É assegurado aos servidores das instituições federais de ensino superior, submetidos ao regime jurídico único a que faz referência o artigo 39, § 1º, pelo prazo de dois anos, a partir da promulgação da lei complementar prevista no artigo 207, § 1º, o direito à opção pelo regime de que trata o artigo 207, § 1º, IV.

Parágrafo Único: Realizada a opção de que trata o *caput* deste artigo, o Tesouro Nacional aportará no fundo de pensão a que se refere o artigo 207, § 1º, V, compensação financeira a ser estabelecida pela lei complementar prevista no mesmo parágrafo.

Artigo: Durante a vigência do fundo de que tratam o artigo 71 e o artigo 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União fará a complementação necessária, para que os recursos previstos no artigo 207, § 2º, sejam sempre, no mínimo, iguais a setenta e cinco por cento dos recursos vinculados à educação, na forma do *caput* do artigo 212.

Artigo: Até que seja implantado o quadro de pessoal, a que se refere o artigo 207, § 1º, VII, as instituições federais de ensino superior poderão prover, transformar e extinguir os atuais cargos, nos limites do seu orçamento.

Artigo: As despesas decorrentes de sentenças judiciais originadas de ações judiciais anteriores a implantação do estatuto jurídico especial das instituições federais de ensino superior serão da responsabilidade do Tesouro Nacional, sendo vedada a utilização dos recursos previstos no artigo 207, § 2º.

Comentários

A nova proposta incorpora pontos do substitutivo do relator , como:

- a lei complementar que dará forma ao "estatuto jurídico especial" das universidades federais definirá um *sistema próprio de previdência*;
- autonomia para utilizar os recursos arrecadados diretamente, sem necessidade de autorização legislativa;
- as Ifes terão três anos para adaptar-se à autonomia orçamentária;

Apresenta algumas novidades, como liberar as Ifes da obrigação de pagar "despesas decorrentes de sentenças judiciais originadas de ações judiciais" anteriores ao novo estatuto jurídico das Ifes. Permanecem algumas divergências com a proposta do relator:

- o fundo criado com os 75% dos recursos vinculados à educação pelo Art.212 é destinado ao Ensino Superior *Federal* durante trinta anos - para o relator, o fundo destina-se ao Ensino Superior em geral, ou seja, também às instituições privadas, sendo exclusivo das Ifes durante os primeiros dez anos;
- os recursos serão transferidos às Ifes em duodécimos - o relator quer que seja à medida em que são arrecadados;
- não prevê contribuições de inativos para custear o novo sistema de previdência, como prevê o relator;

A posição da Andifes está cada vez mais próxima da apresentada pelo governo. Esta nova proposta está tão "inspirada" na última versão do substitutivo do relator que o parágrafo único de um dos novos artigos propostos (o relativo à opção dos servidores pelo novo estatuto) refere-se ao inciso V (cinco) do § 1º do art.207.

Este inciso, na proposta da Andifes, não tem nada a ver com o assunto. A referência correta seria ao inciso VI (seis), que na proposta do relator leva justamente o número V. Cola mal feita.

Salários

MEC não apresenta proposta

Agência Andes (Brasília-DF) - "Quem marcou esta audiência para hoje"? A pergunta, que demonstra perplexidade, foi feita pelo secretário de Ensino Superior do MEC (Sesu/MEC), Abílio Baeta, durante encontro realizado na quarta-feira (24) e agendado na última reunião com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), dia 8 de setembro.

Ao perceber o deslize, o secretário prometeu que em breve enviaria alternativas de piso salarial que "estamos pensando trabalhar". Depois de esperarem quarenta minutos, os representantes do Andes foram recebidos por Baeta, que justificou sua pergunta inicial, e a não elaboração de uma resposta para as questões apresentadas na outra audiência, alegando ter tido uma viagem à Europa na semana anterior.

A audiência durou vinte minutos, pois o secretário participaria da audiência que o ministro Paulo Renato teria às 15 h daquele dia com a Andifes. Os dirigentes sindicais, porém, foram incisivos, afirmando que adiaram uma reunião do setor das federais em função daquela audiência.

A representação do Andes aproveitou os últimos minutos para denunciar o retorno da tramitação da PEC 370 e a insistência, por parte da comissão especial encarregada da tramitação da proposta na Câmara, em agilizar o processo de votação da emenda constitucional. Abílio Baeta disse estar acompanhando o fato, mas mostrou-se surpreso com a atitude da presidente da comissão, deputada Marisa Serrano

Nova executiva da CUT

Saiu a nova executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores. Na reunião realizada em São Paulo, no último dia 2, em cumprimento às deliberações do 6º Congresso e ao estatuto da entidade, a executiva definiu a nova composição e os cargos ficaram assim distribuídos:

Efetivos

Presidente**: Vicente Paulo da Silva,** STI Metalúrgicas do ABC
Vice-Presidente**: João Vaccari Neto,** SEE Bancários de SP
Secretário Geral: **João Antonio Felício,** APEOESP-Sindicato – SP
1º Secretário: **José Jairo Ferreira Cabral,** S.Trab.Proc.Dados de PE
Tesoureiro: **Remigio Todeschini,** STI Químicas do ABC – SP
Secretário de R. Internacionais**: Kjeld A Jakobsen,** STI Energia Elét.de Campinas - SP
Secretário de Formação**: Altemir Antonio Tortelli,** STR de Jacutinga-RS
Secretário de Comunicação**: Sandra Rodrigues Cabral,** Sind. Trab. Educação de GO
Secretário de Políticas Sociais**: Pascoal Carneiro,** STI Metalúrgicas da BA
Secretário de Organização: **Marcelo Borges Sereno,** Sindmina-RJ
Diretora Executiva**: Mônica Valente,** SindSaúde-SP
Diretora Executiva**: Rita de Cássia Evaristo,** STI Metalúrgicas de BH e Contagem
Diretor Executivo: **Antonio Carlos Spis,** STI Destilação e Refinação de Petróleo de SP
Diretora Executiva**: Luzia de Oliveira Fati,** STR de Santarém - PA
(*) **Jorge Luiz Martins,** STI Calçados de Franca - SP
José Maria de Almeida, STI Metalúrgicas de BH e Contagem - MG
Rafael Freire Neto, APEOESP-Sindicato - SP
Paulo Fernando Coutinho, SEE Bancários do ES
Júnia da Silva Gouvêa, Sind. Trab. Saúde e Previdência de SP
Pedro Ivo S. Batista, SEE Bancários do CE
Silvana Klein, Sind. Trab. da Justiça do Trabalho do RS
Lujan Maria B. de Miranda, Sind. Trabalhadores em Educação do PI
Diretor Executivo**, Wagner Gomes,** Sind. Metroviários de SP
Diretora Executiva**: Gilda Almeida,** Sind. Farmacêuticos de SP
Diretor Executivo**: Júlio Turra,** Sind. dos Professores do ABC - SP

(*) A chapa 5 optou por não assumir os cargos que seus membros deveriam ocupar segundo decisão da Executiva Nacional da CUT, ficando portanto, identificado apenas os que são efetivos e suplentes. Os cargos de 1º Tesoureiro e Secretário de Política Sindical continuam temporariamente vagos.

Suplentes

1º Suplente: **David Zaia,** SEE Bancários de Campinas - SP
2ª Suplente: **Maria Ednalva Bezerra de Lima,** Sind. Trab. Educação do Estado da PB
3º Suplente: **Francisco Alano,** SE Comércio de Florianópolis - SC
4º Suplente: **Zenóbio José da Silva,** STR de Ponto Novo - BA
5º Suplente: **Sebastião Gazito,** STI Metalúrgicas do ABC - SP
6º Suplente: **Sebastião L. de Neto,** Oposição STI Metalúrgicas de SP
7º Suplente: **Aloísio Sergio Rocha Barroso,** Fed. Nac. dos Médicos

Efetivos do Conselho Fiscal

Washington Luis G. Pereira, STI Metalúrgicas de Manaus - AM
Alba Luci Rego de Morais Peloso, Sind. Serv. Públicos Estaduais doCE
Carlos F. Maldonado B. de Oliveira, Sind. Trab. Educação UFRJ-RJ

Suplentes do Conselho Fiscal

1º Suplente: **Juarez Bispo Matheus,** Sind. Cond. Veículos Rodovs. de Campinas-SP
2º Suplente: **Marta Vanelli,** Sind. Trab. Educação da Rede Oficial - SC
3º Suplente: **Janira da Rocha Silva,** Sind. Previdenciários do RJ

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Será realizado no Campus da UFMG, de 6 a 9 de novembro, o II Coned, Congresso Nacional de Edcucação, cujo tema geral é Educação, Democracia e Qualidade Social. O II Coned tem a responsabilidade da consolidação de uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple, seja na sua construção, seja no seu conteúdo, a participação democrática de amplos segmentos da sociedade, apontando, portanto, para uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Social para a maioria da população brasileira.

Temas e subtemas

1) Organização da Educação Nacional
2) Níveis e Modalidades de Educação
3) Gestão Democrática da Educação
4) Financiamento da Educação
5) Formação de Profissionais da Educação

Calendário preparatório

Até 30 de setembro - Recebimento, pela Comissão Organizadora, das contribuições resultantes dos seminários realizados e outras, as quais deverão ser consolidadas no documento final a ser distribuído e apreciado no II Coned.

A Adufrj-SSind, buscando estimular a participação de um grande número de professores da UFRJ no II Coned, está se propondo a garantir condições de transporte terrestre para aqueles que se inscreverem no Congresso e registrarem seu interesse junto à secretaria da entidade, diretamente ou via telefone, fax ou e-mail. O folder com a ficha de inscrição para o II Coned já está disponível na sede da Adufrj-SSind.

Taxas de inscrição:
Estudantes pagam R$ 25,00 e professores, técnicos-administrativos R$ 50,00. A **Conta para depósito é a Andes-Coned,** nº 759 906-4 - Banco do Brasil, Agência 0033-7, Centro- Belo Horizonte. A **Secretaria do Coned** fica na Rua Patrocínio, 305 - Bairro Carlos Prates, CEP 30710-140, Belo Horizonte. Tel.: (031) 226-4752, Fax: (031) 273-7304 - Universidade Federal de Minas Gerais; Av. Antônio Carlos, 6627, Praça de Serviços - Lojas 23-24, CEP 31270-010, Belo Horizonte/MG; Tel/Fax: (031) 443-6686

Carta da comissão organizadora do II Coned manifestando a indignação ao processso anti-democrático de definição do Plano Nacional de Educação proposto pelo MEC.

À Sociedade e ao Governo Brasileiro

O governo FHC encomendou ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INPE), um Plano Nacional de Educação (PNE) para ser ratificado por alguns setores da sociedade.

Esta tarefa, no entanto, já vem sendo realizada, desde 1995, com a preparação do 1º Congresso Nacional de Educação (I CONED), por setores organizados da sociedade civil e segmentos representativos da sociedade política, em cumprimento ao Art. 214 da Constituição Federal de 1988. O processo de elaboração do PNE vem sendo uma grande oportunidade de mobilização de todos os brasileiros no esforço conjunto de definir diretrizes, prioridades e metas da educação nacional a serem concretizadas em projetos educacionais em todas as regiões do país, sob a responsabilidade dos Municípios, dos Estados e da União. Este PNE estará à disposição da sociedade brasileira após a conclusão do II Congresso Nacional de Educação (II CONED), de 6 a 9 de novembro de 1997, em Belo Horizonte/MG, antes do prazo definido pelo governo federal (23/12/97).

Temos certeza de que este PNE, fruto do amplo debate nacional que elevou múltiplos interlocutores, terá que constituir-se em um instrumento de trabalho prioritário para o Ministério da Educação e do Desporto e as demais esferas administrativas implementarem a educação de qualidade para todos, tendo como meta a inclusão social.

Belo Horizonte, 16 de setembro

Comissão Organizadora do II Congresso Nacional da Educação

O MST e a ameaça às florestas brasileiras.

Li, com interesse, artigo do Professor Carlos Garbaglio Penna, escrito para a sessão *Opinião*, do Jornal do Brasil de 23 de setembro corrente, em que trata do problema do descaso do governo em relação às florestas brasileiras, referindo-se especificamente à Mata Atlântica. Fiquei mobilizado pela maneira como o assunto foi tratado. Acho nobre a preocupação do articulista com a questão da biodiversidade, do que decorre a sua posição em favor da preservação das florestas, assim como a sua manifestação em defesa dos proprietários da fazenda Cafundó, no Espírito Santo, que, há gerações, "protegem um fragmento de floresta, cuja qualidade ecológica sustenta uma rica biodiversidade". Nada mais simpático que tal demonstração de lealdade.

No entanto, parece-me que a focalização do problema sofreu um viés causado pela amizade que devota àqueles "desapropriados". Não questiono se a fazenda Cafundó deveria ou não ser invadida pelo MST como parte de sua luta para garantir a sobrevivência de seus militantes e como estratégias para forçar a sociedade a repensar a questão agrária e de organização da economia no país. O que sobressai nessa abordagem é o fato de tratar de assunto tão complexo de maneira singela e superficial e de apresentar um quadro que em nada condiz com a questão que se pretende discutir. O Prof. Senna esquece que a integridade do ambiente não se encontra ameaçada por desmatamentos causados pelos sem terra em luta pela subsistência, até porque o número de acampamentos e a área total ocupada pelas invasões são irrisórios se comparados com o número de queimadas e a área por elas abrangidas, mesmo se consideradas apenas as que ocorrem na região amazônica, conforme relatos dos que por ali transitam e das observações feitas por sensoreamento remoto via satélite e que são registradas pela imprensa. E, não restam dúvidas, essa devastação incontrolável de toda uma região tem por motor preponderante uma economia que tem por objetivo maior auferir lucros, para o que, através da mídia, cria necessidades superficiais para o homem que em nada contribuem para o seu processo de humanização.

Antes de ver a alegada depredação causada pelo MST, aflora à vista e afronta as nossas responsabilidade e princípios éticos a devastação das florestas para a produção de carvão que atendem a usinas siderúrgicas no interior de Minas Gerais quando se sabe que, além de um reflorestamento inadequado que ali se executa, para a produção do carvão é utilizada mão de obra quase escrava e, como agravante, em boa parte formada por trabalhadores ainda menores; não podem ser esquecidas as fábricas situadas em regiões ribeirinhas e que lançam seus resíduos químicos na corrente dos rios, eliminando a possibilidade de vida orgânica mais complexa, com lastimável quebra da cadeia alimentar e eliminando tudo o que serviria de alimento para o homem. Assim, em troca da oferta de alguns empregos, são retiradas as condições de sobrevivência para as várias famílias que vivem em regiões ribeirinhas; para garantir lucros para os empreendedores e algumas migalhas em impostos para o estado, são criadas condições ambientais que exigirão vultosos investimentos do poder público, ou seja, da própria sociedade para sua despoluição, conforme o demonstram os exemplos dos rios Tietê e Paraíba.

Com um pouco de cuidado na abordagem do assunto, ver-se-á que o uso incorreto e excessivo de agrotóxicos, aparentemente comum nas grandes fazendas e sem o controle criterioso de órgãos do governo, é o grande predador da fauna brasileira, matando muitos dos seus exemplares por envenenamento, enquanto a legislação que é criada para evitar os abusos do seu emprego não parece se destinar a ser aplicada. Assim, os grandes empresários, direta ou indiretamente ligados à produção agrícola (o segmento dos grandes proprietários de terras agrícolas e a indústria química) podem, irresponsavelmente e sem qualquer sanção, causar o extermínio de várias espécies, além dos grandes males que causa aos homens, inclusive com não raros casos de morte, enquanto um caboclo que matar um tejuaçu ou um jacaré para a sua subsistência poderá ser preso e, pasmem, sem direito a fiança.

Estas situações, em sua totalidade, são as que devem mobilizar todos os que se interessam pela biodiversidade no planeta. Se forem tomados em consideração esses aspectos, creio que, para ser realmente abordada a questão ambiental, deve-se levar em conta o processo de humanização do planeta em suas diferentes facetas, em que sejam consideradas as questões referentes ao exercício da cidadania e ao atendimento das necessidades dos homens. Estas constantemente mudam em qualidade e quantidade devido às novas demandas das populações, o que decorre do seu próprio crescimento vegetativo, do desenvolvimento tecnológico e da ação da mídia, através dos estímulos que usualmente utiliza.

Se visto sob este prisma, uma visão acurada da questão certamente apresentará as invasões do MST não como forma predatória de ocupação, como as vê o prof. Senna, mas como uma antena que capta as inadequações do sistema em que estamos imersos. Para os que não costumam ver ou ouvir, serve ao menos para captar a "voz rouca do povo" no campo e nas ruas. Mas, muito mais do que isto, tem contribuído para sinalizar para as grandes injustiças a que está submetida a população brasileira, especialmente em seus segmentos menos favorecidos, já se fazendo ouvir em alguns setores, como o atesta a movimentação dos grandes proprietários rurais, que se armam em defesa dos seus privilégios sob o olhar condescendente do governo. Apesar da desigualdade das forças envolvidas, com visível ameaça aos sem terra, toda essa movimentação parece delatar um penoso parto que se realiza e que a sociedade tem que envidar todo esforço possível para que ocorra com êxito, sem problemas maiores e sem dores insuportáveis.

Francisco Ary Fernandes de Medeiros
professor da Escola de Serviço Social da UFRJ

JORNAL
ANO IV
6 A 12 DE
OUTUBRO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Ministro da Educação admite: em quatro anos, sistema federal de ensino superior estará privatizado

A afirmação foi feita por Paulo Renato durante a última reunião com a Andifes, segundo revelou o reitor da UFBA, Felippe Serpa.Em entrevista ao jornal da Adufrj, Serpa, que foi vice-presidente da Andifes na gestão passada, diz também que espera para breve o rompimento da associação dos dirigentes das Ifes com o MEC. E defende uma grande articulação em defesa da autonomia universitária, contra a PEC370

páginas 4, 5 e 6

Adufrj ganha ação dos 28,86%

página 3

Abono 98: sai o novo formulário

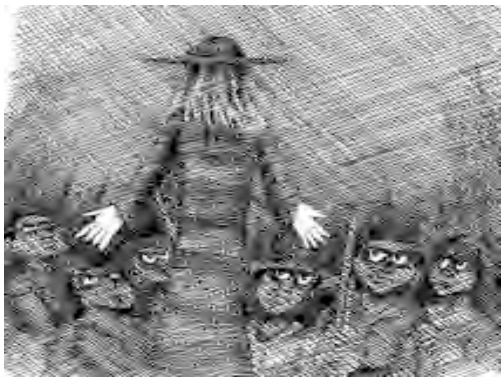
Professor, corra: a SR4 emitiu formulário correto mas com prazo exíguo para preenchimento

página 2

Canudos: Palmares mística

No artigo do professor Chico Alencar, alguns detalhes de uma centenária história que o Brasil pouco conhece

página 8



Abono 98: sai novo formulário das férias do ano que vem

Novos formulários para marcação das férias do ano que vem já foram expedidos pela Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR4). Desta vez, com o espaço reservado à opção pela conversão de um terço das férias em abono pecuniário devidamente em branco, conforme determina a liminar obtida pela Adufrj-SSind.

Mas as unidades estão dando prazos curtíssimos para os professores sindicalizados fazerem a opção. A Diretoria da Adufrj-SSind está orientando aqueles que forem impedidos de exercer suas opções que procurem a sede da entidade.

A liminar da Adufrj assegura a possibilidade de opção pela conversão somente a seus filiados, porém, nada impede que a reitoria da UFRJ estenda o direito a todos; a SR4 não depende para isto de nenhuma autorização do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare).

Esta liminar foi obtida dia 26 de agosto junto ao juiz da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e obriga a SR4 a emitir um novo formulário, pois o que foi distribuído inicialmente já vinha com o espaço para a opção previamente preenchido com um "NÃO".

Como a SR4 demorou para cumprir a liminar, portanto incorrendo em descumprimento judicial, e não fornecia qualquer informação sobre o encaminhamento dado por ela, a assessoria jurídica da Adufrj chegou a entrar com um pedido para que o juiz determinasse um prazo para emissão do novo formulário. A petição só não foi apreciada porque os autos haviam sido remetidos ao Ministério Público, instância em que a Procuradoria da República tem que dar seu parecer sobre a questão, num procedimento normal do Judiciário.

Por se tratar de uma ação que não envolve prejuízo financeiro à universidade, dificilmente a UFRJ conseguirá obter a suspensão da liminar, talvez por isso, o procurador -geral da UFRJ, Valério Nunes Vieira, tenha informado ao jornal da Adufrj que, embora a universidade tenha a obrigatoriedade de recorrer, ele aguardará a decisão final do juiz para fazê-lo.

O Mare entende que, com a edição da Medida Provisória nº 1480, em março de 97, o governo revogou do Regime Jurídico Único (RJU) o parágrafo 1º do artigo 77, no capítulo relativo às férias dos servidores públicos, que facultava a conversão de um terço delas em abono pecuniário.

O argumento sustentado pela assessoria jurídica da Adufrj-SSind é o de que docentes do magistério superior, assim como os demais servidores das instituições federais de ensino, têm este direito assegurado pelo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), que continua em vigor. A ação da Adufrj de 1998 se baseou em tese idêntica a utilizada na ação do abono pecuniário de 97, ganha no mérito em primeira instância.

O objetivo da liminar é garantir ao docente o direito de optar pela conversão. "Nós estamos garantindo com o mandato de segurança a nossa prova, que é a opção pelo abono", disse Felipe Santa Cruz, da assessoria jurídica da Adufrj. Se o professor não fizer a opção, depois não terá como pleitear a conversão de um terço de suas férias em abono pecuniário.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha
1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br
Home-page:http://www.alternex.com.br/~adufrj
Opiniões emitidas pelos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Adufrj ganha ação dos 28,86%

Os 509 professores filiados a Adufrj-SSind que no início do ano passado entraram com uma ação pleiteando o reajuste de 28,86%, já foram beneficiados: a entidade ganhou em primeira instância esta ação. O processo 96.0018428-3 foi julgado procedente pela juiza da 8ª Vara Federal, Carmem Silva de Arruda Torres, e a sentença já foi publicada no último dia 29 no Diário Oficial da União.

A ação pede a recomposição dos vencimentos dos professores sindicalizados, considerando o reajuste de 28,86%, e retroagindo seus efeitos à época em que o governo Itamar Franco o concedeu aos militares, em 1 de janeiro de 1993, ferindo o princípio da isonomia entre os servidores públicos federais.

A ação ainda prevê o pagamento das diferenças, que serão acrescidos de juros de 6% ao ano e correção monetária desde janeiro de 93

A UFRJ dispõe de 30 dias para apelar da decisão, ou cinco dias, no caso de a Procuradoria-Geral optar por um embargo de declaração.

Em fevereiro deste ano, a mesma juíza que agora julgou procedente a ação da Adufrj, indeferiu o pedido de antecipação de tutela, em outras palavras, a incorporação imediata dos 28,86% nos contra-cheques dos professores associados à Adufrj-SSind. A antecipação é dada quando o juiz da instância onde está correndo o processo entende que a ação tem grande possibilidade de ser ganhadora no julgamento de seu mérito, e que uma demora pode acarretar danos irreparáveis à parte que requer esta antecipação.

Movimento Docente

Setor define ações por autonomia e salário

A precária situação salarial e a necessidade de barrar a PEC 370, que altera a autonomia universitária, são atualmente as principais preocupações dos docentes das federais. Este dois pontos foram reforçados pelo Sindicato Nacional (Andes) na reunião do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que aconteceu dias 27 e 28 de setembro, em Brasília.

O setor das Ifes rejeitou, por dezesseis votos contra treze, a proposta de recomposição de tabela dos docentes, cuja essência era o reajuste diferenciado, reafirmando assim a construção da unidade das categorias deste segmento de trabalhadores e avançando no processo de articulação dos SPFs dos três níveis, com um processo de enfrentamento unitário. Agora, a proposta a ser encaminhada ao MEC é a que estabelece o piso salarial de R$ 695,82 (Auxiliar I, 20 horas, incluindo a GAE), vinculado à carreira e capacitação do Andes-SN. O setor decidiu que o teor das reivindicações salariais será informado à Andifes, parlamentares e Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, e também à executiva nacional da CUT, às CUT estaduais e demais categorias de servidores públicos federais, para aglutinar forças e ações de mobilização.

Autonomia

O Andes-SN propôs articular junto à UNE e Fasubra-Sindical a atuação nacional em defesa da autonomia, contra as mudanças imbutidas na PEC 370. (No dia 1 º de outubro houve uma reunião em Brasília das três entidades, reativando a coordenação nacional, leia o comunicado conjunto, página 6).

O Sindicato Nacional defendeu ações integradas como a paralisação de um dia pela autoaplicabilidade do artigo 207, a ser marcada quando estiver definida a data de votação da PEC, a unificação do cronograma a ser indicado às bases e das ações sobre a Andifes e parlamentares da Comissão Especial que discute a proposta de emenda. E foi aprovada a marcação de uma audiência com o ministro da Educação, Paulo Renato.

Em nível local, o setor das Ifes encaminhou pela realização de debates internos sobre a autonomia constitucional na preparação do Plano Nacional de Educação, que está na pauta do II Coned). Foram previstas ainda atividades conjuntas com os três segmentos locais para pressionar reitores, conselhos universitários e parlamentares da comissão, a realização de congressos ou assembléias universitárias abertos à sociedade.

Plenária dos SPFs

A plenária dos SPF realizada no mesmo final de semana decidiu conduzir às entidades a discussão sobre estratégias de construção da greve geral, tendo em vista a reunião com a direção nacional da CUT no dia 9 de outubro.

O encontro que teve a participação de mais de 200 delegados, encaminhou indicativo de greve dos servidores, por tempo indeterminado, para a primeira quinzena de novembro, e greve de um dia, no próximo dia 22, com manifestações nos Estados.

Por decisão da plenária, o Dia do Servidor Público será marcado por atividades de conscientização da população sobre a realidade da categoria e do serviço público no país, num processo de desmantelamento que resulta da política do governo. Haverá nova rodada de assembléias gerais na semana que vai de 13 a 17 de outubro para deliberar sobre os pontos indicados pela última plenária.

A próxima plenária dos servidores públicos federais foi marcada para o dia 26 de outubro, com a pauta direcionada para deliberações sobre indicativo de greve, inclusive com a possibilidade de definição da data.

Reitor da UFBA acredita que, em breve, Andifes rompe com o governo

Felippe Serpa revela que ministro Paulo Renato afirmou, em reunião com a Andifes, que em quatro anos todo o sistema federal de ensino superior estará privatizado

Na quarta-feira passada, o jornal da Adufrj entrevistou por telefone o reitor Luiz Felippe Perrep Serpa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e um dos cinco que na plenária do dia 25 de junho da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) votaram pela não negociação de uma proposta de autonomia universitária com o governo federal. Voto vencido, Serpa acatou o resultado, embora, de lá para cá, esteja mais convicto de que essas negociações não são o melhor caminho para salvar as instituições federais de ensino superior. Ao contrário, ele acredita que a única forma de barrar o projeto do MEC é através da união entre as entidades representativas da comunidade universitária e a sociedade. Serpa sabe da importância que as negociações com os reitores têm para o governo, para legitimar os projetos de desmonte do sistema público federal, mas arrisca um prognóstico: o rompimento da Andifes com o MEC. O reitor conta que, na última reunião da Andifes com o MEC, na qual não estava presente (mas fora representado por sua vice, Maria Gleide Barreto), Paulo Renato afirmou categoricamente: "em quatro anos, o sistema federal de ensino superior estará privatizado". Acompanhe a entrevista.

ADUFRJ - O senhor foi um dos reitores que se posicionaram contra as negociações da Andifes com governo, em relação à questão da autonomia universitária. Por quê?

SERPA - Ao mesmo tempo que posso divergir da Associação, uma das questões em pauta é a divisão da Andifes. O interesse do governo é esse. Por isso, no momento que o plenário toma uma decisão, na qual fui voto vencido, não posso tornar pública a divergência, porque assim ajudo a enfraquecer a entidade. Mas não tenho a menor dúvida de que tudo converge para que o plenário da Andifes mude a sua posição política.

ADUFRJ - O senhor sempre foi contra as negociações?

SERPA -Há um ano, quando eu ainda era vice-presidente da Andifes (na gestão de Odilon Marcuzzo do Canto, reitor da Universidade de Santa Maria) nós tínhamos a posição de manter o artigo 207 como está e o governo tinha dito que não iria fazer mudanças neste artigo. Então, passamos a trabalhar na Lei Orgânica. Num determinado momento, porém, o governo apareceu com uma emenda.

Eu mesmo, na época, defendi a idéia de que se o governo fizesse uma emenda, seria aconselhável que nós produzissemos, nesta emenda, os pontos cruciais que estão na Lei Orgânica: ser estatal, pública, gratuita, ter garantia de financiamento e ter um regime jurídico estatutário, mesmo que especial para as universidades. Fui a favor dessa negociação.

Nós negociamos com a professora Eunice Durham, do Conselho Nacional de Educação, e conseguimos avançar até o ponto em que a emenda incorporasse estes itens, numa negociação tanto com o MEC quanto com a comissão (encarregada da proposta de emenda constitucional na Câmara dos Deputados).

Mas num determinado momento, o relator apareceu com um substitutivo que não contemplava tudo que tinha sido acordado, nem na comissão nem no MEC. Então, fizemos pressão para que ele não fosse à votação. O próprio governo não quis votá-lo porque a área econômica era contra a vinculação dos 75% referentes ao Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FMDES), e porque seria melhor aguardar a votação das reformas da Previdência e Administrativa. Em 6 de junho, dia da votação, a comissão não se reuniu e o governo sumiu com o projeto de autonomia.

No início de agosto, numa reunião com a Andifes, o ministro da Educação, Paulo Renato, apareceu com uma nova emenda, esta que está aí, com um conteúdo pior do que aquela que contemplava o que tínhamos acordado.

Só que agora não temos mais interlocução. A minha posição era de que a negociação não daria em nada. Portanto, deveríamos voltar à posição inicial, de manter o artigo 207 como está. Isso significaria uma mudança de postura política da Andifes e a busca de novas estratégias, que agora seriam a interrupção de negociações e, consequentemente, o confronto.

Mas o plenário (reunido no dia 25 de junho) continuou achando que deveria negociar e agora a situação está muito ruim.

ADUFRJ - Em que grau?

SERPA - Na última reunião, há três semanas, não compareci porque estava no Canadá. Mas a vice-reitora da UFBa, Maria Gleide Barreto, esteve presente e me contou que ficou preocupada com algumas afirmativas do ministro Paulo Renato. Uma delas, é que o sistema federal de ensino superior estaria privatizado em quatro anos. Eu nunca ouvi ele falar isso abertamente.

Acho que a situação está se afunilando. Mas, ao mesmo tempo, o governo precisa do aval dos reitores para criar uma certa legitimidade.

ADUFRJ - Afunilando em que sentido?

SERPA - Ainda se tem no horizonte o dia 10 de outubro, que foi dado pelo ministro como prazo para uma resposta em relação ao orçamento, à suplementação e à questão da emenda. Mas não tenho dúvidas de que o governo vai repetir a proposta e acredito que não haverá clima no plenário da Andifes para não haver rompimento com o Ministério. Só tenho medo porque em política a gente tem de tomar a decisão no momento correto. Se tomarmos uma decisão muito tempo antes, ficamos sozinhos. No entanto, se tomarmos a decisão muito depois, pode não haver mais jeito.

ADUFRJ - Como a questão está sendo tratada internamente?

SERPA - Eu estou preocupado porque a Andifes hoje tem a maioria de plenário a favor da negociação, mas existe um grupo de reitores que acha que deveria haver o rompimento e outro grupo que nunca comparece às reuniões. Então, é mais complicado porque esses que não comparecem, estão fazendo alguma coisa que a gente não sabe o que é. Esse comportamento é mais sério do que o de quem vai às reuniões e se posiciona a favor da negociação.

Estou preocupado porque o governo tem conseguido essa divisão. Tem conseguido isolar os movimentos através da mídia. Ele não recebe a Andes, não recebe a Fasubra, não recebe a UNE...

> ***"O governo está investindo na divisão da Andifes"***

ADUFRJ - Mas a Andifes não tem se aproximado das propostas do governo?

SERPA - Mesmo que tenhamos flexibilizado demais as nossas propostas, o governo não as aceita. Na questão do *no mínimo 75%*, por exemplo, ele não aceita o *no mínimo*...

ADUFRJ - E a mobilização conjunta?

SERPA - Para fazermos uma mobilização, inclusive com as entidades e com a comunidade universitária, é preciso primeiro que a Andifes mude a sua posição política de negociação para o rompimento. A partir daí, a Andifes, em conjunto com as entidades nacionais, e cada reitor, através de suas entidades locais, num movimento simultâneo, farão com que o governo retroaja. Afinal, ano que vem é um ano eleitoral.

ADUFRJ - O Conselho Universitário da UFBA tirou uma moção contra a PEC. Qual os pontos que vocês estão denunciando?

SERPA - Os itens da moção pública que o Conselho Universitário tirou são de que o governo tem sido ambíguo na política de ensino superior, e variado de posição frequentemente. Ele não tem dado condições de negociação, não só com a Andifes mas com as outras entidades. A sociedade será altamente prejudicada porque a emenda aponta para um sistema que vai desvincular o sistema federal de ensino superior do Estado. Consequentemente, a questão estratégica deste sistema na federação está ameaçada, a sociedade nacional também. Isso não é uma luta só da comunidade universitária, mas de toda a sociedade. Por último, falamos da asfixia de recursos para as universidades, promovida pelo governo nos últimos anos, como uma estratégia para apressar a desvinculação dessas instituições com o Estado.

Continua na página 6

Continuação

ADUFRJ - Qual o seu conceito de autonomia universitária?

SERPA - Por que tem que mexer na pessoa jurídica das universidades? Para isso, precisaria apenas uma Medida Provisória regulamentando a autonomia, que seria atribuir algum valor para o financiamento global da universidade. Fazer como no caso das estaduais paulistas. Autonomia para mim é ter liberdade de gestão financeira, administrativa, mas mantendo os vínculos com o Estado, não ficando subordinada ao Mare nem à Secretaria do Tesouro Nacional. Hoje, o reitor gere apenas 2% do total de recursos, o resto é liberado em Brasília.

Quando falam em autonomia, é para restringir mais ainda a nossa liberdade. Na verdade, o artigo 207 é auto-aplicável, basta uma regulamentação. Só, mais nada.

ADUFRJ - E o orçamento global?

SERPA - Sou a favor de um financiamento global para o sistema, e de se ter um conselho de dirigentes, como no caso das paulistas. Ele funcionaria como uma matriz de repartição baseada num modelo que nós já temos, de insumo, de *output* e *input*, de histórico, mas com uma ponderação e uma política cada vez mais de levar para a parte de insumos e *output* e *input*, se libertando do histórico, que tem todo um viés de política antiga.

O que o governo tem que dizer é qual o montante que ele destina regularmente ao sistema federal. Então, o sistema elabora, de uma maneira democrática e com dados objetivos - levando em conta as diferenças entre as regiões, entre os Estados e entre as instituições –, a distribuição desses recursos. É claro que temos de prestar contas à sociedade e ao poder público, que emana da sociedade. O problema de um orçamento global para cada universidade é que isto já é uma forma de partir (o sistema).

ADUFRJ - O canto da sereia?

SERPA - Se você diz para o reitor que ele vai poder gastar o dinheiro como quiser, que vai poder acabar com cargos, que vai poder criar cargos, ele acha uma maravilha. Eu não gosto disso, o preço é a desvinculação da universidade com o Estado.

ADUFRJ - Qual a sua visão deste poder?

SERPA - Cada instituição é da sociedade, não do governo. Qualquer cumplicidade com o governo é ruim para a universidade. A universidade tem de ser autônoma, independente e vinculada à sociedade. A sociedade é maior que o governo.

A estratégia subjacente (dos reitores) está ligada (inconscientemente) a essa vinculação com o governo. Ou seja, o reitor é funcionário do governo. Ora, eu não me considero funcionário do governo. Eu sou nomeado pelo governo, mas dirijo uma instituição que tem ligação com a sociedade. Não tem nada a ver com a parte hegemônica da sociedade, tem a ver com a sociedade toda.

Comunicado conjunto

SINDICATO ANDES NACIONAL · FASUBRA · UNE

A Coordenação Nacional Andes/Fasubra/UNE foi reativada, em reunião dia 1º de outubro, e decidiu pela edição de um primeiro comunicado, que resumimos:

Passamos por um grave momento da vida brasileira. As modificações estruturais, que o governo tenta impor, podem inviabilizar o atendimento público das necessidades e direitos de cidadania, entre os quais a educação pública.

As tentativas de mudanças na Constituição, por meio das chamadas reformas administrativa, da previdência e, especificamente, da autonomia universitária (PEC 370), convivem com o puro e simples desrespeito ao texto constitucional, praticado pelo Executivo no dia a dia.

Assim, a privatização/mercantilização vai sendo empurrada para dentro das Universidades e das instituições de ensino técnico de várias maneiras. Ao tomar estas medidas, ao mesmo tempo em que precariza as condições de trabalho e estudo, o governo auto-denuncia o seu verdadeiro objetivo: a desresponsabilização do Estado com a educação. Vamos reagir agora: É preciso garantir a auto-aplicabilidade da Autonomia Universitária Constitucional, barrando a PEC 370.

Coordenações Locais

As direções do Andes-SN, Fasubra-Sindical e UNE con-clamam as entidades locais representativas dos docentes, servidores técnico-administra-tivos e estudantes a constituírem Coordenações Locais Conjuntas

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Adufrj garante participação no II Coned

A Adufrj-SSind pretende garantir o transporte terrestre a todos os interessados em participar do II Congresso Brasileiro de Educação, que acontecerá entre os dias 6 e 9 de novembro, no Campus da UFMG. O tema geral do evento é Educação, Democracia e Qualidade Social. A responsabilidade desta segunda edição do Coned é de consolidar uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple a participação democrática da sociedade na construção de uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade. Os professores que estiverem interessados em participar deste forum de discussão e reflexão, devem efetuar suas inscrições retirando a ficha que está à disposição na sede da Adufrj e efetuando o depósito da taxa de inscrição. Maiores informações, procure a sede da Adufrj-SSind.

8 de outubro, Dia Internacional de Luta contra o Bloqueio a Cuba

10h: Sessão Solene na Assembléia Legislativa do Rio.
11h: Audiência no Consulado dos EUA.
12h: Ato contra o bloqueio em frente ao Consulado, com entrega de abaixo-assinado.
17h: Atividade em memória de Che Guevara, na Cinelândia, com música, exposição de fotos e ato político com entidades do movimento social e partidos políticos.
No dia 15 de outubro, será lançado o livro *Rumo à Sierra Maestra, os diários inéditos da guerrilha cubana,* de Raul Castro, com apresentação de Emir Sader. Às 19h na Livraria do Museu, no Museu da República: Rua do Catete, 153.

Seminário Internacional

Novos Modelos de Financiamento e Gestão no Setor Saúde

O Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da UFRJ estará promovendo, no período de 8 a 10 de outubro, o Seminário Internacional: *Novos Modelos de Financiamento e Gestão no Setor Saúde.* O local de realização do evento será no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) - Largo de São Francisco, s/nº. E as inscrições poderão ser feitas através do telefone 270-0097.O Nesc, entendendo estar colocada a discussão em torno da reformulação do financiamento e do modelo de prestação de serviços no setor saúde, promove este seminário. O objetivo é subsidiar este debate através da análise de experiências em andamento no Brasil e da avaliação de resultados obtidos com reformas ocorridas em outros países quanto a seus impactos sobre equidade, custos e qualidade da assistência à saúde. Com isto, a universidade procura cumprir seu papel na produção e difusão do conhecimento aos amplos setores da sociedade.

Documentos

Está disponível na Adufrj-SSind, para consultas ou aquisição de cópias, o documento com os procedimentos de elaboração do Plano Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Inep.

COMUNICADO

O Caderno de Textos para o XXXV Conad já está à disposição na home-page da Andes - SN. O endereço é: http://www.andes.org.br

Canudos: Palmares mística

Uma planta, o *canudo-de-pita*, era muito comum nas margens do rio Vaza-Barris na Bahia e dava um ótimo cachimbo, com seus compridos talos...Arraial de Canudos vem daí. A terra era de difícil semeadura, de improvável colheita. Sertão, *desertão*. Veredas do grande Brasil que o Brasil desconhece. E a seca, recorrente: 1879, 1889, um rastro de destruição, 300 mil nordestinos mortos. No norte baiano, milhares de sertanejos, na década de 90 do sé-culo passado, ocuparam uma fazenda semi-abandonada, juntando-se a ex-escravos, jagunços fugidos de antigos embates e gente que não aceitava a dominação coronelista, por vários motivos. Vidas secas.

Milagre: a velha fazenda se encheu de gente e, em poucos anos, tornou-se a Segunda cidade da Bahia, com seus 25 mil habitantes. "Belo Monte", como foi batizada, era a "terra da promissão", prenúncio de um reino de fartura e paz. Orar e trabalhar era preciso! Assim, os rebanhos foram crescendo, a terra, sulcada, deixou brotar uma mandioca aqui, um milho acolá, feijão, batata e abóbora mais adiante.

O Arraial atraiu pobres de toda a parte: Tucano, Cumbe, Bom Conselho, Monte Santo, Jeremoabo, Uauá... A *urbis monstruosa* de Euclides da Cunha cresceu vertiginosamente e implementou uma nova relação homem-meio ambiente. Os canudenses, ao erguer a sua Tróia, afirmavam, longe dos poderes recém-constituídos da República, a sua civilização do couro, de uma religiosidade radical.

Canudos foi a escolha dos sem escolha, alternativa para os que não tinham alternativa. Ecologia é relação, atitude de quem sabe e sente que *tudo o que existe, coexiste*. À sua maneira, que não era a dos bem-pensantes da época, os seguidores de Antonio Conselheiro foram os precursores de uma vida comunitária original, despojada, plenamente integrada ao ambiente hostil e às expectativas do fim do século. Hoje as águas do açude Cocorobó, que inundou a região, parecem confirmar uma profecia do beato: "o sertão vai virar mar"...

As barbas longas, o chapelão de abas largas e o surrão azul não deixavam dúvidas. Antonio Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro, era um daqueles pregadores que corriam o sertão do Nordeste anunciando o fim dos tempos e recomendando penitência. Antonio dos Mares , como foi chamado no início, estava naquela maré desde os anos 70 do século da *Rerum Novarum*. Mas ele não gostava de novidades. Era um conservador. Um colaborador: por onde passava, construía ou reformava igrejas, levantava muros de cemitérios, repetia, à exaustão, que "só Deus é grande". Conselheiro estava longe de alguns pastores de hoje, para quem "templo é dinheiro' e que estabelecem "pedágios" ao apregoar que "Jesus é o caminho".

Caminhante à procura de paz e justiça, Conselheiro não acreditava que a República traria isso. Não aceitava pagar impostos ao novo regime. Ameaçado, disse mansamente a um frade capuchinho que foi visitá-lo, já no Arraial de Canudos: "é para minha guarda que tenho comigo estes homens armados, porque V. Rvma. Sabe que a polícia atacou-me e quis matar-me. No tempo da Monarquia deixei-me prender porque reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a República". Frei Monte Marciano, o visitador parecia ter

vindo de outro planeta. Ensinou que "a Igreja condena as revoltas e aceita todas as formas de governo". Antonio Penitente, escolado pelo "secular martírio" encerrou o assunto: "eu não estorvo a vossa santa missão, mas também não desarmo a minha gente".

A cidade livre de Canudos existiu durante quatro anos. A República não a tolerou. Os jornais da época satanizaram os sertanejos "fanáticos", condenando os "loucos" à prisão ou aos hospícios. Na realidade, os excluídos de então, ao criarem seu quilombo, estavam sendo condenados à morte, como seus antepassados que se rebelaram contra a escravidão. Mas aquela Palmares mística resistiu muito mais do que podiam supor os estrategistas militares do governo. Só foi destruída após quatro expedições, que mobilizaram, ao todo, dez mil soldados. O temível coronel Moreira César não contava com o destemor e a tosca destreza combatente de Pajeú e João Abade... O Brasil não conhecia o Brasil. A carnificina foi extrema, com 15 mil mortos. Até o Conselheiro, exumado depois da tomada final do Arraial – ele morrera duas semanas antes – teve a sua cabeça cortada.

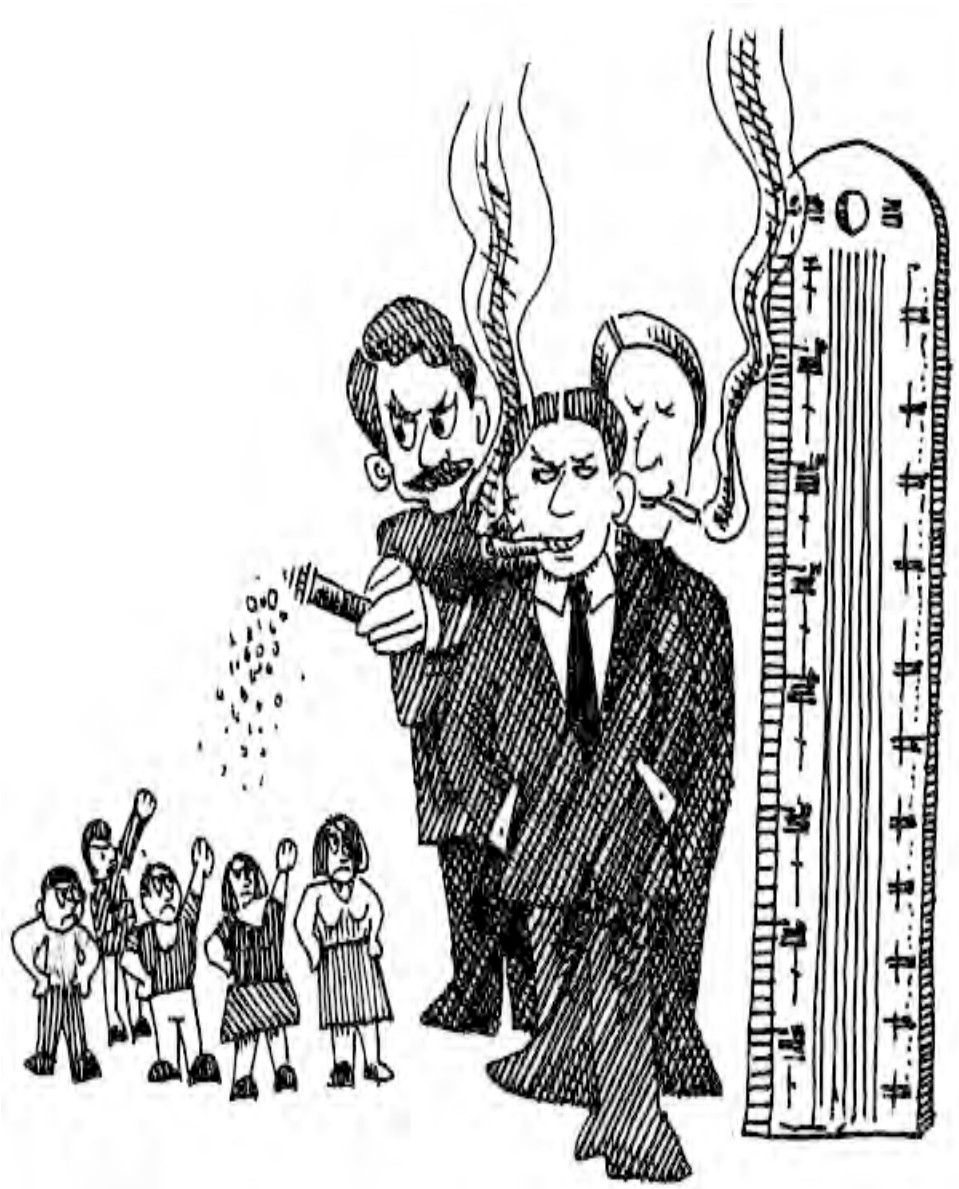
"Canudos foi um crime. Denunciemo-lo", reavaliou Euclides da Cunha, o grande cronista dessa tragédia. Na primeira metade do século XX, o Exército exterminou os camponeses penitentes do Contestado e do Caldeirão. Esses episódios revelam que as elites não sabem o ABC dos problemas e do imaginário do povo. Um século depois, a República do Brasil ainda tem 3 milhões de crianças fora da escola, 4 milhões de lavradores sem terra, 25 milhões de adultos subempregados ou desempregados, outro tanto (talvez os mesmos) de analfabetos. E as chacinas se sucedem, numa espécie de maldição da letra C: Carandiru, Corumbiara, Carajás, Candelária. Até quando?

Chico Alencar,
Professor da Faculdade de Educação da UFRJ
e dirigente do PT/RJ

JORNAL
ANO IV
13 A 19 DE
OUTUBRO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL



Reforma da Previdência

"Agora somos todos iguais"

A frase do senador Francelino Pereira, durante a votação da reforma da Previdência em segundo turno pelo Senado Federal, na semana passada, marca bem o entendimento de igualdade que predomina na elite brasileira. Apesar de corrigirem as grandes distorções do sistema, mais uma vez os senadores não se importaram com a maioria dos trabalhadores brasileiros, que terão de trabalhar ainda mais para depois receber não se sabe o quê. A intenção do governo é clara: acabar com o sistema e abrir espaço para os planos privados. Depois, cada um por si.

O texto não é definitivo, falta ainda passar por duas votações na Câmara dos Deputados.

páginas 6, 7, 8 e 9

A posse da nova Diretoria e do novo Conselho de Representantes da Adufrj-Seção Sindical será nesta quarta-feira, dia 15, com coquetel e exposição fotográfica. Também está programada uma Assembléia Geral. Veja a pauta na página 12.

Opinião

ANPEd e Coned: fóruns inconciliáveis?

Esta questão foi objeto de longo e acalorado debate na Assembléia Geral Ordinária da 20ª Reunião Anual da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), realizada de 21 a 25 de setembro, em Caxambu, cuja temática foi: "Educação, crise e mudança: tensões entre a pesquisa e a política". Naquela oportunidade, as referidas tensões, concretamente manifestadas, apontaram para uma dicotomização ressignificada dos termos *pesquisa* e *política*, destacados face aos esforços para aproximá-los, empreendidos desde a segunda metade da década de 70, a partir de grupos de trabalho constituídos para investigar os diferentes níveis e problemas da educação brasileira.

Nos anos 90, entretanto, as diretorias parecem privilegiar um dos termos - a *pesquisa* - e resguardar os espaços conquistados pela entidade, eximindo-se de fornecer o apoio necessário à realização das CBE's e, nos últimos dois anos, de participar ativamente do I e do II Coned. Vale ressaltar que este último fórum de debates tem sido alvo de maior resistência, chegando a figurar negativamente como item da plataforma apresentada pela atual diretoria, no anúncio de sua candidatura à reeleição.

A rejeição ao Coned e a conseqüente discordância quanto ao encaminhamento das propostas relativas ao PNE (Plano Nacional de Educação) determinaram a configuração daquela assembléia atípica: demasiadamente extensa e tensa, já que as numerosas moções tangenciavam ou mesmo atingiam o núcleo do impasse. Após mais de cinco horas de debates e negociações intensivas, as "concessões" feitas pela diretoria se resumiram à mudança na formulação presente na plataforma e a uma única moção, aprovada após sucessivas emendas: a inclusão do Coned como objeto de análise na próxima reunião da ANPEd, sem que fossem explicitados seus termos e/ou condições.

Em síntese, prevaleceu a *pesquisa* no seu sentido mais restrito, contribuindo para aumentar a lacuna entre a "produção acadêmica" e a ação *política*, constituída pelas diretrizes, prioridades e metas a serem definidas pelas representações da sociedade. Uma lacuna marcada por implicações e conseqüências perigosas!

Raquel Goulart Barreto,
professora da Faculdade de Educação

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 Ilha do Fundão - Cep: 21944/970 Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Diretoria: Presidente: José Miguel Bendrao Saldanha
1º Vice: Rosanne Evangelista Dias
1º Secretário: Edwaldo Cafezeiro
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br
Home-page:http://www.alternex.com.br/~adufrj
Opiniões emitidas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- Instituto de Física: José A. M. Simões
- Instituto de Química: Claudia Moraes de Rezende
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Roberto Houaiss, Osvaldo luiz S. Silva e Wanda Vilhena
- Faculdade de Letras: Leonor Werneck, Violeta Rodrigues e Roberto Rocha
- Escola de Serviço Social: Francisco Ary Medeiros
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Franklin Trein, Laudicéia de S. Pinto e Zuleide Faria de Mello
- Instituto de Psicologia: Ruth Barbosa e Silvia B. Nunes
- Colégio de Aplicação: Miriam Kaiuca e Regina Célia de Souza Pugliese
- Instituto de Microbiologia: Iná Pires de Carvalho
- Escola de Educação Física: Leandro Nogueira Filho e Paulo Roberto Peres
- Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansry e Regina Helena Simões
- Escola de Engenharia: Eduardo Gonçalves Serra, Henrique Longo e Luciano Menezes
- Instituto de Ciências Biomédicas: Elizabeth Baldo Correa

Construindo uma greve geral em defesa do setor público e contra o desemprego

Este documento é uma contribuição para aprofundarmos nossa análise da conjuntura atual e dos encaminhamentos próximos que devemos tomar.

A ofensiva contra o serviço público não é um aspecto isolado do governo FHC. Ela é parte integrante do projeto de inserção do Brasil como país dependente no processo de globalização. A privatização dos serviços públicos é essencial para sua implantação, assim como a "abertura" econômica do país leva, necessariamente, a um aumento do desemprego. Uma das tarefas prioritárias do movimento de resistência a esta política é unir a defesa do setor público e das reivindicações dos servidores à defesa do direito da população a serviços públicos que atendam suas necessidades, transformando a insatisfação crescente em atos políticos que se oponham ao governo FHC. Esta é, portanto, uma luta que contém aspectos políticos muito amplos.

Neste sentido, devemos analisar com cuidado os encaminhamentos recentes que têm sido adotados. Paralisações de setores isolados do serviço público que não sejam transformadas em atos políticos mais amplos podem ter efeito contrário às suas intenções originais. Como não temos os grandes meios de comunicação do nosso lado, a população, já muito carente de atendimentos básicos, é levada a responsabilizar os servidores públicos pelo descalabro do serviço público. As recentes greves unificadas dos servidores públicos federais também têm revelado outra deficiência: o nível de organização e mobilização dos vários setores é muito diferenciado.

Reconhecer estas dificuldades não significa, de maneira alguma, abandonar a idéia de unificar o movimento, mas simplesmente que elas têm que ser levadas em consideração ao propormos o enfrentamento com as forças que compõem o governo FHC.

É a partir desta perspectiva que discordamos de duas propostas encaminhadas para avaliação e deliberação pela última plenária de SPFs: a greve de 24 horas no dia 22 de outubro e o indicativo de greve por prazo indeterminado em novembro. Nossa contraproposta é uma mobilização junto à população no próximo dia 28 - dia do servidor público - e a construção de uma greve geral em defesa do serviço público e contra o desemprego.

Na nossa avaliação, será muito importante que no dia do servidor público - que não é feriado para o resto da população - estejamos na rua demonstrando nossa preocupação não só com nossos salários mas também com uma melhor prestação de serviços à população. Uma greve apenas do setor público, por prazo indeterminado, também foi realizada recentemente, com resultados nulos. Devemos, além disso, rediscutir cuidadosamente a pauta de reivindicações aprovada na última plenária de SPFs, que introduz reivindicações novas no movimento.

Estas são as propostas que apresentamos para discussão e deliberação em nossa Assembléia Geral de 15/10/97 e posterior encaminhamento ao Andes-SN, às demais entidades de servidores públicos e à CUT.

Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Polícia invade *campus* da UFSC

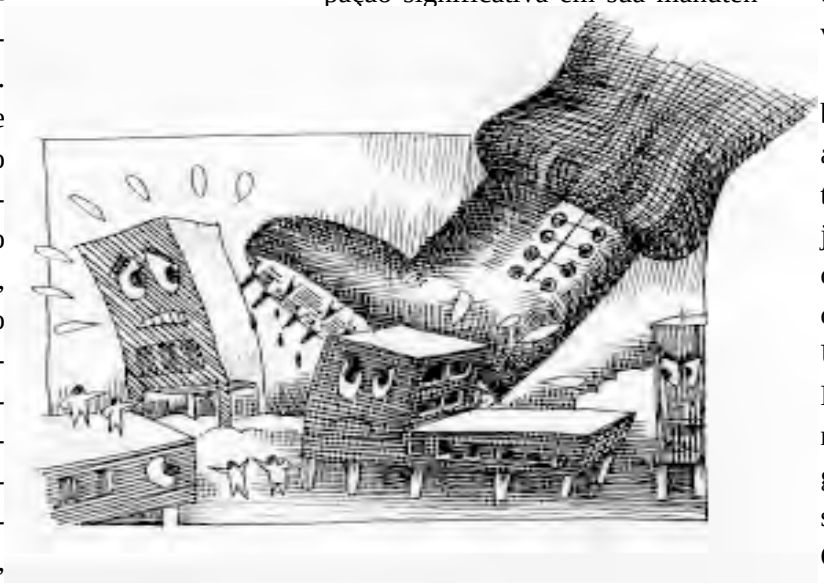
■ Entidades entrarão na Justiça para reaver transmissor da rádio comunitária, que foi apreendido pela Polícia Federal

O *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina foi invadido no último dia 29. Com mandado de busca e apreensão de equipamentos de rádio de frequência modulada que pudesse ser utilizado para "ferir os interesses da União", assinado pelo juiz da Vara Federal Criminal, Celso Kipper, a Polícia Federal entrou na universidade e levou o equipamento da rádio comunitária 102,9, instalada no Diretório Central dos Estudantes, deixando atônita a comunidade universitária.

Nem uma manifestação de estudantes, professores e funcionários foi suficiente para impedir a invasão policial nem a apreensão do material. Concentrados na porta da sede do DCE para impedir a retirada do equipamento, eles foram ludibriados pela segurança da UFSC. Por medida de segurança, o transmissor ficava instalado fora do DCE, na lateral do Centro de Convivência. Avisados pela segurança, os policiais nem chegaram ao DCE, se dirigindo diretamente para onde o transmissor estava escondido. Lá, tiveram o trabalho facilitado pelo chefe da Divisão de Segurança da UFSC, Clóvis Ceccato, que lhes abriu a porta da sala e, depois de assinaram um termo de arrecadação, em vez de um auto de apreensão, os policiais levaram o transmissor.

A rádio comunitária ainda funcionava em caráter experimental, mas já tinha alguns programas consolidados, com variadas manifestações da comunidade universitária.

O mandado era claro: a busca e apreensão deveriam se dar no DCE; não fosse a segurança da UFSC, o equipamento provavelmente não teria sido levado. A rádio comunitária era operada pelo DCE, mas a Associação dos Professores da UFSC - Seção Sindical da Andes (Apufsc) tinha uma participação significativa em sua manutenção. De acordo com o presidente da Apufsc, Milton Divino Muniz, esta semana a entidade, junto com o Sintufsc e o DCE entrarão com uma ação judicial reclamando o equipamento e tentando um julgamento de mérito. Já existe uma série de deliberações da justiça liberando as atividades das rádios comunitárias, em geral, determinando que enquanto o projeto não for votado no Congresso Nacional, que as transmissões continuem.



O projeto de Lei 1.521/96, regulamentando as atividades das rádios comunitárias em todo país, já foi votado na Câmara dos Deputados, aguardando agora a votação no Senado. O gabinete da reitoria nega que tenha colaborado e disse que vai apurar o ocorrido. O Conselho Universitário da UFSC também manifestou sua inconformidade com a apreensão do equipamento, embora não o tenha feito em relação à violação do *campus*.

O Sindicato Nacional (Andes) também divulgou uma moção repudiando a invasão e apreensão do equipamento, lembrando a existência de toda a jurisprudência regulamentando o funcionamento das rádios comunitárias e cobrando uma ação da Reitoria da UFSC . A presidente do Andes-SN, Maria Cristina de Morais, participou, no último dia 3, da solenidade de inauguração da nova sede nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), que passa a funcionar no Setor de Rádio e TV Sul, em Brasília.

Educação na Luta

Mais de 2 milhões de crianças estão fora da escola em todo país.
No Rio, mais de 100 mil estudantes do 2º Grau estão com o ano letivo comprometido por falta de professores de várias matérias.
As universidades públicas estão sendo sucateadas. Esta é a dura realidade do ensino público no Brasil.
Os governos privatizam, vendem as estatais a preço de banana, com o falso argumento de que vão investir em educação e saúde.
O que se tem visto é o contrário: corte de verbas no setor educacional. Trata-se da política neoliberal que só arrocha os serviços públicos e os trabalhadores, enquanto rios de dinheiro são usados para socorrer banqueiros.
professores, funcionários e estudantes das universidades e das escolas de 1º e 2º graus estão se unificando na luta em defesa da educação pública de qualidade.

Manifestações no dia 14 de outubro

Aula pública
"Educação no Brasil: de Cabral a FHC"
Candelária, às 11horas

Passeata
concentração na Candelária, às 12horas

Ato-show com Sá e Guarabira
Cinelândia, às 16horas

Esclarecimentos do SiBI

Com relação à matéria publicada no jornal da Adufrj, edição 7 de julho, o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) gostaria de fazer algumas correções: Na primeira página, a chamada da matéria, "aquisição de periódicos que a Capes parou de financiar", não corresponde à realidade, uma vez que esta instituição vem financiando a compra de periódicos estrangeiros desde 1995 e, em 1997, financiou para a UFRJ 4.559 títulos, no valor de US$ 2.505.536,54 correspondendo a 87% do total da coleção da universidade.

O primeiro parágrafo da página 3, que atribui a responsabilidade do Programa de Aquisição Planificada de Periódicos, PAP, à Capes; a informação correta é que o PAP foi instituído em 1986 pelo Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, Probib, sendo desenvolvido pela Sesu/MEC, durando até 95.

Na página 3, o terceiro parágrafo menciona que "a universidade não se preocupava com a aquisição de revistas"; esclarecemos que a política de fomento aos cursos de pós-graduação concorreu para que a UFRJ buscasse recursos em outras instituições. Dessa forma, contamos com a Finep para financiar grande parte dos títulos de periódicos estrangeiros. Na mesma página, na segunda coluna, onde é dito que a licitação para compra de periódicos da UFRJ foi assumida pela Capes, na verdade, esta criou, em 95, um programa de aquisição de periódicos estrangeiros financiando grande parte dos títulos de periódicos para cerca de 70 instituições de ensino, solicitando que a UFRJ fosse executora da licitação. A universidade foi contemplada com US$ 1.577.660,75, correspondendo a 3.491 títulos de revistas para as suas bibliotecas (71% da coleção UFRJ). O programa da Capes foi continuado em 1996, tendo sido a UFRJ, desta vez, contemplada com US$ 2.229.317,95 correspondendo a 4.696 títulos de revistas (94% da coleção). Não foram incluídos os títulos do PAP porque parte deles ainda pôde ser paga com o saldo do final do programa.

Com relação às assinaturas dos 677 títulos de periódicos ainda pendentes para 1997 e citados na matéria, eles englobam: 264 títulos do PAP, que não foram incluídos na base paga pela Capes para 96, por terem sido pagos com saldo de verba do PAP de 95; 20 títulos de bases de dados em CD-ROM, que foram pagos para 96 com parte da verba do projeto Spec/PADCT – Projeto Expansão e Consolidação do Acervo Bibliográfico em Ciências Matemáticas e Educação Ambiental; 234 títulos que a Capes considerou como superfaturados pelos fornecedores para 96 e para 97; 159 títulos novos, solicitados pelos docentes em 95 e 96.

No segundo parágrafo da página 4, que aborda negociações entre a Reitoria e a FUJB, esclarecemos que não foi apresentado a esta fundação qualquer solicitação referente à assinatura de periódicos, nem esta se negou a efetuá-lo por discordar da estrutura atual do Sistema de Bibliotecas; o SiBI tem tido a FUJB como sua aliada incondicional em seus empreendimentos.

Mariza Russo,
coordenadora do SiBI

“Agora somos todos iguais”

■ Senado Federal conclui votação da reforma da Previdência e define "igualdades" entre trabalhadores brasileiros

A pérola do senador Francelino Pereira (PFL-MG), proferida na semana passada, durante a votação em segundo turno no Senado Federal da PEC 33/96, dimensiona com precisão a distância entre o Brasil Real e a realidade brasileira.

É certo que, de maneira geral, não existem mais grandes distorções entre os trabalhadores, porém, os menos favorecidos, os que são obrigados a ingressar ainda jovem no mercado de trabalho, estes não tiveram em nada a sua situação melhorada. É a reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso em pleno curso, retirando direitos, suprimindo conquistas e jogando os menos favorecidos no limbo da desassistência. “Agora somos todos iguais”, mas, com algumas diferenças.

À semelhança do que foi operado nos últimos anos com a saúde pública brasileira, ardilosamente o governo FHC trama contra a previdência social. O que pretende é abrir espaço para a atuação de planos privados, a exemplo do que já foi feito no Chile. E o que acontece atualmente com os planos de saúde, com reajustes abusivos, exclusões de idosos, o não atendimento a determinadas doenças e a completa omissão do poder público quanto à fiscalização, em breve também acontecerá ao sistema de seguridade pública, caso não haja reação (leia a nota da executiva nacional da CUT, na página 9).

Ao invés de uma previdência solidária e igualitária - conforme consagrada pela Constituição Federal promulgada em 1988 -, um mínimo de assistência, obrigando aos que podem a buscar uma complementação via planos privados.

A votação

Pelo que foi aprovado semana passada, o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) recuperou inúmeros pontos da proposta original do governo FHC. Os menos favorecidos terão que trabalhar ainda mais para ter direito a uma aposentadoria que não poderá ultrapassar um teto de R$ 1.200,00. O texto estabelece idade mínima para aposentadoria, sendo 60 anos de idade para homens e 55 para mulheres, quando em inúmeras regiões do país a expectativa de vida não chega a tanto, acaba com a possibilidade de aposentadoria por tempo de serviço, exigindo a comprovação de contribuição por 30 anos para os homens e 25 para as mulheres. O servidor público que ganhar mais do que o teto, estará sujeito a um redutor de até 30% do total de seus proventos quando requerer aposentadoria.

O discurso do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do bloco da oposição, dá uma idéia do grau de igualdade a que se referiu Francelino Pereira. Autor de alguns destaques aprovados, entre eles o que suprimiu o parágrafo que previa lei complementar para definir o previdenciário dos militares, Dutra foi direto ao ponto: para ele, a reforma da Previdência “terá resultados muito graves para a maioria dos trabalhadores brasileiros”. Os trabalhadores pobres terão que trabalhar até 44 ou 45 anos antes de se aposentar, enquanto pessoas da classe média trabalharão menos. Pessoas pobres começam a trabalhar muito cedo, às vezes com menos de 16 anos, mas só irão se aposentar, como todo mundo, aos 60 anos, caso dos homens, e 55, das mulheres. “Já as pessoas da classe média, começam a trabalhar mais tarde, após terminarem os estudos”, disse.

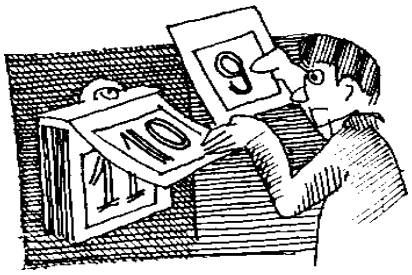
Sobre o jogo de cena montado pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, acerca do fim dos privilégios de parlamentares e magistrados, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que votou contra o substitutivo, foi incisiva. Para ela, o Senado centralizou a discussão sobre estas aposentadorias, desviando a atenção dos pontos centrais da questão. Dizendo que não é penalizando o funcionário público que se resolverá o problema da Previdência, a senadora completou: “poderíamos ter discutido melhor, por exemplo, as aposentadorias dos portadores de deficiência física e dos professores, como também a abertura do mercado para a previdência privada”, disse.

A reforma da Previdência foi encaminhada à Câmara dos Deputados para ser votada, pelo plenário, em dois turnos. Mas não há nenhuma previsão de quando isto se dará, nem mesmo se ainda neste ano.

O texto aprovado semana passada em votação de segundo turno no Senado Federal, se fosse definitivo, daria à Previdência Social a seguinte forma:

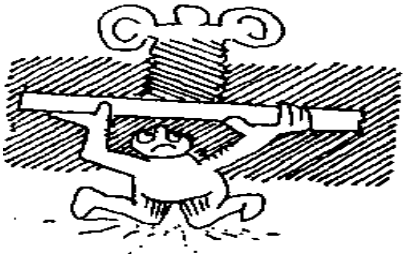
Acumulação:
o servidor aposentado ou militar da reserva ficaria proibido de receber salário do governo, exceto para cargo de livre nomeação e exoneração, ou em casos permitidos pela Constituição Federal, como médico e professor. Ficaria excluída a remuneração de cargos eletivos, mas a soma das remunerações não poderia superar o teto salarial do serviço público (que será, provavelmente, fixado pela reforma Administrativa em R$ 12.720,00).

Acumulação de aposentadoria:
os servidores públicos não poderiam mais receber duas aposentadorias do governo.



Idade mínima:
a idade mínima para pedir aposentadoria seria de 60 anos para homem e 55 para mulher, para quem ainda não tivesse ingressado no mercado de trabalho, com tempo de contribuição de 35 anos para homem e de 30 para mulher

Militares:
não haveria uma lei complementar sobre o regime previdenciário dos militares que refletisse suas peculiaridades, nem em relação ao redutor nos vencimentos, de até 30% em relação ao salário da ativa, nem em relação a atividades que coloquem a vida em risco. Os militares teriam de seguir as mesmas regras dos demais trabalhadores.



Redutor de vencimentos:
estaria criado um redutor de até 30% nos proventos do servidor público que requerer aposentadoria. Só teria direito a aposentadoria integral o funcionário público que ganhasse até o teto de R$ 1.200,00. E nenhum servidor poderia passar à aposentadoria com salário maior que o da sua remuneração na ativa.

Magistratura:
Ficaria suprimida a expressão "no que couber", que poderia abrir a possibilidade para os magistrados terem uma legislação complementar exclusiva que regulasse suas regras de aposentadoria.

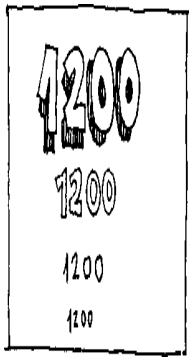
Continua na página 8

Reforma da Previdência

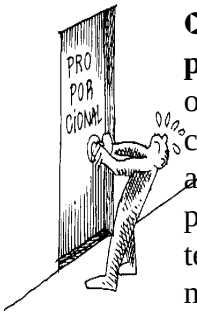
Aposentadoria complementar: União, estados e municípios estariam autorizados a criar institutos de previdência complementar para seus servidores efetivos, limitando a aposentadoria a no máximo R$ 1.200,00. Lei complementar fixaria as normas gerais para a previdência complementar dos servidores públicos. Autorizados não quer dizer obrigados, abrindo todas as possibilidades para as aposentadorias privadas.

Aposentadoria especial: professores do ensino infantil, fundamental e médio poderiam se aposentar cinco anos antes dos outros trabalhadores. Mas os professores universitários teriam de cumprir as mesmas exigências dos demais trabalhadores, em outras palavras, os professores universitários não teriam mais direito à aposentadoria especial.

Paridade: aposentados e pensionistas teriam os mesmos reajustes dados aos funcionários da ativa, bem como quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos ativos. Quem já tivesse tempo de serviço para se aposentar pela atual legislação poderia pedir o benefício mesmo depois da reforma da Previdência, a qualquer tempo.



Teto: Até que uma lei disciplinasse o salário-família e o auxílio-reclusão para servidores, segurados e dependentes, esses benefícios só seriam concedidos a quem ganhasse até R$ 360,00 por mês. O teto para os benefícios da Previdência passaria a ser de R$ 1.200,00 (desvinculado do aumento do salário mínimo), e corrigido de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real.



Aposentadoria proporcional: o texto acabaria com a aposentadoria proporcional por tempo de serviço, não garantiria os direitos adquiridos por trabalhadores, que hoje contribuem para o sistema de previdência. Para ter direito à aposentadoria integral, o homem precisaria contribuir por 35 anos e a mulher, por 30. Se não completarem este tempo de contribuição até à época em que a lei entrar em vigor, terão de contribuir com 20% a mais do tempo que faltar. O servidor só poderia pedir aposentadoria se tivesse no mínimo 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se daria a aposentadoria.

Fundos de pensão: Em dois anos após a promulgação da emenda, nenhuma estatal poderia contribuir, para o fundo de pensão dos empregados, mais do que a parcela que caberia a cada funcionário. O que inviabilizaria estes fundos de pensão.

A nota da executiva nacional da CUT foi deliberada antes da votação em segundo turno no Senado Federal

CUT repudia o projeto de reforma da Previdência aprovado no Senado

A Executiva Nacional da CUT manifesta seu mais veemente repúdio à aprovação do Projeto de Reforma da Previdência, em primeiro turno, pelo Senado Federal, no último dia 24 de setembro e reafirma as deliberações do 6º CONCUT de declarar "guerra" às políticas neoliberais do governo de FHC, e lutar incondicionalmente em defesa dos direitos dos que trabalham neste país, especialmente a luta contra esta Reforma da Previdência, que não tem outro objetivo senão excluir direitos dos trabalhadores, manter privilégios e inviabilizar definitivamente a Previdência Pública no Brasil.

Não se nega a necessidade de mudanças na Previdência Social. A Central Única dos Trabalhadores, depois de um amplo processo de debate em seus fóruns, formulou e apresentou ao governo e à sociedade, em agosto de 1995, o texto "Uma Nova Previdência Social no Brasil", uma proposta para o debate e que tem como base o conceito de seguridade social definido, pela Constituição de 1988, como um conjunto de ações para garantir a cidadania, através de políticas de saúde e de previdência e assistência social e apresenta um conjunto completo de medidas com o objetivo de modernizar a Previdência, garantindo os direitos dos trabalhadores, combatendo os privilégios, estabelecendo mecanismos ágeis e eficazes contra a sonegação, definindo instrumentos de gestão com controle social, propondo, enfim, uma Previdência Social Pública solidária, igualitária, viável e que resgatasse a dignidade do povo brasileiro.

Ao contrário disso, o substitutivo do Senador Beni Veras, recupera o projeto inicial do governo, estabelecendo aposentadoria somente aos 60 anos de idade, para homens, 55 anos para mulheres, com 35 e 30 anos de contribuição, respectivamente. Acaba com a aposentadoria proporcional. Acaba com as aposentadorias especiais pelo trabalho em condições penosas e insalubres. Cria um redutor de 30% nos proventos dos servidores públicos que pedirem aposentadoria. Estabelece o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no Serviço Público e 5 anos no cargo efetivo para o servidor se aposentar, independente do tempo que tenha contribuído com a Previdência . Estabelece que alguns benefícios, como salário-família, só serão concedidos para servidores que ganham até R$ 360,00. Reduz por dois anos a contribuição das estatais aos Fundos de Pensão, inviabilizando-os na prática. Mantém, por outro lado, os privilégios dos militares, dos juizes e dos parlamentares.

Está muito clara a intenção do governo: acabar com a Previdência Social Pública, manter aposentadorias privilegiadas para grupos seletos, impedir que milhões de trabalhadores realizem o direito de se aposentar porque não conseguirão comprovar tempo de contribuição, impedir outros milhões de trabalhadores de se aposentar porque morrerão antes dos 60 anos de doença profissional, exigir de outros milhões de trabalhadores, que começaram a trabalhar mais cedo, até 45 anos de contribuição para ter o direito à aposentadoria e praticamente acabar com os direitos previdenciários dos servidores públicos.

A Central Única dos Trabalhadores reitera o chamamento a todas as entidades da sociedade civil para se indignarem com esta ameaça do governo FHC, intensificando a mobilização numa grande luta em defesa da Previdência Pública, de qualidade e com controle social. Reitera, especialmente às entidades de sua base, CUT Estaduais, Federações e Confederações, Entidades Nacionais e Sindicatos filiados, que o mês de outubro será o mês de resistência ao Projeto de Reforma da Previdência, que vamos levar a luta às últimas conseqüências, envolvendo todas as categorias, as entidades de base, associações de aposentados, organizando todas as formas de manifestações: atos públicos, passeatas, carreatas, panfletagens e greves. Vamos ocupar Brasília, denunciar os parlamentares comprometidos com o governo e buscar apoio, reivindicar que o Congresso Nacional não se preste a dar sustentação a um projeto do governo que compromete a própria vida da maioria da população brasileira.

São Paulo, 26 de setembro de 1997.
Executiva Nacional da CUT

Comunicado conjunto

SINDICATO ANDES NACIONAL Filiado à CUT

FASUBRA FILIADA À CUT

UNE

A Coordenação Nacional Andes/Fasubra/UNE foi reativada, em reunião da direção das três entidades nacionais, no dia 1º de outubro, e decidiu pela edição deste primeiro Comunicado Conjunto.

Passamos por um grave momento da vida brasileira.
As modificações estruturais, que o governo tenta impor, podem inviabilizar o atendimento público das necessidades/ direitos de cidadania, entre os quais a educação pública.
As tentativas de mudanças na Constituição, por meio das chamadas reformas administrativa, da previdência e, especificamente, da autonomia universitária (PEC 370-A/96), convivem com o puro e simples desrespeito ao texto constitucional, praticado pelo Executivo no dia a dia. Assim, a privatização/mercantilização vai sendo empurrada para dentro das Universidades e das instituições de ensino técnico de várias maneiras. Destaque-se a violência em curso contra o processo de democratização da Instituições de Ensino Superior, ardilosamente patrocinada pelo MEC, as mudanças no ensino profissional via decretos e a subversão da justa demanda por avaliação institucional. Sob este título são aplicadas medidas que degradam a qualidade social das Instituições, como o malfadado Provão.
Ao tomar estas medidas, ao mesmo tempo em que precariza as condições de trabalho e estudo, o governo auto-denuncia o seu verdadeiro objetivo: a desresponsabilização do Estado com a educação.

Vamos Reagir Agora

É preciso garantir a auto-aplicabilidade da Autonomia Universitária Constitucional, Barrando a PEC 370

Cronograma Unificado

15/out - Data limite para manifestações dos Conselhos Superiores, pela auto-aplicabilidade do art.207 da Constituição e contra a PEC 370
15/out - Assembléia/Congresso Universitário aberto à sociedade, convidando reitores, parlamentares, lideranças (Dia do Professor)
22/out - Dia de Greve nos serviços públicos – Lançamento do manifesto Andes/Fasubra/UNE
24 a 26/out - XXXV Conad, em Belém
26/out - Plenária dos servidores públicos federais, em Brasília
28/out - Atividades dirigidas à população (Dia do Servidor Público)
29/out - Indicativo de Dia Nacional de Luta
1ª quinz./nov - Indicativo de Greve dos servidores públicos federais

No transcurso da preparação e implementação das atividades do calendário, é necessário considerar: Está sendo elaborado um dossiê nacional, contendo moções, notas, manifestações etc, contra a PEC 370. É fundamental estar alerta ao prazo para encaminhamento das mesmas; Inserir a discussão sobre a Autonomia Universitária na preparação do Plano Nacional de Educação – II CONED -, buscando espaço nos debates que estão ocorrendo; Pressão aos reitores e parlamentares para que defendam a auto-aplicabilidade do art. 207 – Autonomia Universitária -, a fim de barrar a PEC 370; Articulação com servidores públicos estaduais e municipais do ramo da educação, bem como dos demais ramos; Realizar movimentação, a exemplo da que foi promovida na Universidade Federal de Juiz de Fora, com a entrega de carnês simbólicos de cobrança de mensalidade aos estudantes para motivar debate sobre os rumos da Universidade Pública; Desencadear trabalho político, junto à Comunidade Universitária, de alerta e preparação para realizar greve de pelo menos um dia, caso seja confirmada a votação da PEC 370, na Comissão Especial; Envio de fax e telegramas aos parlamentares, a fim de pressioná-los pela rejeição da PEC 370; Realizar assembléias e atos políticos, convidando os parlamentares, como forma de pressão.

Coordenações Locais

As direções do ANDES-SN, FASUBRA-SINDICAL e UNE conclamam as entidades locais representativas dos docentes, servidores técnico - administrativos e estudantes a constituírem Coordenações Locais Conjuntas

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Adufrj garante participação no II Coned

A Adufrj-SSind pretende garantir o transporte terrestre a todos os interessados em participar do II Congresso Brasileiro de Educação, que acontecerá entre os dias 6 e 9 de novembro, no Campus da UFMG. O tema geral do evento é Educação, Democracia e Qualidade Social. A responsabilidade desta segunda edição do Coned é de consolidar uma proposta de Plano Nacional de Educação que contemple a participação democrática da sociedade na construção de uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade. Os professores que estiverem interessados em participar deste forum de discussão e reflexão, devem efetuar suas inscrições retirando a ficha que está à disposição na sede da Adufrj e efetuando o depósito da taxa de inscrição. Maiores informações, procure a sede da Adufrj-SSind.

II Seminário Nacional de C&T da Andes

O seminário será realizado na Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, MG, nos **dias 21, 22 e 23 de novembro**. O tema central é **O Trabalho Intelectual Coletivo em Ciência e Tecnologia.**
Os trabalhos deverão tratar, preferencialmente, da temática proposta e os textos deverão ser encaminhados à Coordenação do GT-C&T da Andes-SN até o **dia 22 de outubro** (data de postagem) em disquete, formato Winword 6.0 com no máximo 20 páginas.

Encontro Nacional sobre a Questão da Terra

Dia 23 de outubro, no Auditório da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), em Belém do Pará.
Programação:
9h - **Questão agrária no Brasil**, com João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST.
15h - **A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária**, com Claus M. Germer (Universidade Federal do Paraná) e Julio Cesar Ramalho Ramos (Superintendente Regional do Incra/ Paraíba).
A organização é da Andes-SN, Adufpa/Adfcap.

Admissão no CAp

Saiu o edital de admissão de alunos ao Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ.
São 50 vagas e as inscrições estarão abertas de 20 a 24 de outubro, com as provas sendo realizadas entre os dias 22 de novembro e 13 de dezembro.
Programas e editais já estão à disposição na Secretaria do Colégio, Rua J.J. Seabra, s/nº, na Lagoa.

Documentos

Estão disponíveis na Adufrj-SSind, para consultas ou aquisição de cópias:
- Documento com os procedimentos de elaboração do Plano Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Inep;
- Cartilha para montagem de rádio ou televisão comunitária.

COMUNICADO

O Caderno de Textos para o XXXV Conad , que se realizará nos dias 23, 24, 25 e 26 de outubro, em Belém do Pará, já está à disposição na home-page da Andes - SN.
O endereço é:
http://www.andes.org.br
O Conad é o Conselho do Sindicato Nacional (Andes) que se reúne duas vezes ao ano para avaliar a implementação do Plano de Lutas do Andes, que por sua vez, é deliberado em seu Congresso anual.

POSSE DA NOVA DIRETORIA E DO NOVO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SEÇÃO SINDICAL

CONVITE

A DIRETORIA DA ADUFRJ-SEÇÃO SINDICAL DA ANDES SINDICATO NACIONAL, TEM O PRAZER DE CONVIDÁ-LO (A) PARA A SOLENIDADE DE POSSE DE SUA NOVA DIRETORIA E DO SEU NOVO CONSELHO DE REPRESENTANTES, A REALIZAR-SE NO DIA 15 DE OUTUBRO PRÓXIMO, QUARTA-FEIRA, ÀS 17 HORAS NO SALÃO NOBRE DO IFCS,
LARGO DE SÃO FRANCISCO, S/Nº, CENTRO.
A POSSE SERÁ UM DOS ITENS DA ASSEMBLÉIA GERAL MARCADA PARA INICIAR-SE EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ÀS 15 HORAS PARA A DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE CAMPANHA SALARIAL E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.
EM SEGUIDA, HAVERÁ COQUETEL, COM MÚSICA AO VIVO, E EXPOSIÇÃO DE FOTOS COMEMORATIVA DOS 18 ANOS DA ADUFRJ NO SALÃO NOBRE DO IFCS.

Assembléia Geral
15 de outubro, às 15 horas,
no Salão Nobre do IFCS

Pauta

1) Autonomia e Salários

- indicativo de greve de 24 horas em 22 de outubro
- indicativo de greve por prazo indeterminado em novembro
- greve geral indicada pela CUT
- proposta de índice de reajuste salarial de 64,08%

2) Escolha de delegados para plenárias estadual e nacional dos SPFs

3) Escolha de delegado e observadores da Adufrj-SSind ao XXXV Conad

4) Posse da nova Diretoria e do novo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

JORNAL
ANO IV
20 A 26 DE
OUTUBRO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Assembléia aprova greve de 24 horas

A greve de 24 horas foi programada para o dia em que for marcada a votação da PEC 370 na Câmara dos Deputados. A Assembléia Geral foi realizada antes da solenidade que deu posse à nova Diretoria e ao novo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

páginas 6, 7 e 8

Supremo reinicia julgamento dos 28,86

página 3

Educação vai à luta

página 9

Editorial

Rede de solidariedade

Se hoje celebramos a posse de mais uma diretoria da ADUFRJ, agora Seção Sindical da Andes-Sn, é porque contamos com uma rede de solidariedade de companheiros que, a despeito de terríveis dificuldades, preservaram e robusteceram este patrimônio coletivo de todos nós devotados à causa da educação pública.

A primeira metade da década de 1990 foi de resistência ao neoliberalismo que tenta se impor em cada dimensão da vida. Contudo, o momento atual, aqui e alhures, é de construção de alternativas que possibilitem conquistas. As fissuras no *pensamento único* aparecem em todas as dimensões da vida social. No plano estrutural, a Crise do México e dos Tigres Asiáticos são prenúncios da debilidade macroeconômica do neoliberalismo. No plano político, as recentes mudanças na política européia e latino-americana, assim como o revigoramento do sindicalismo são traços cada vez mais fortes de uma mudança em gestação. Inicialmente os sindicatos estiveram envolvidos em lutas confusas, pouco coordenadas, raramente vitoriosas, freqüentemente reprimidas. Agora começam a forjar ações efetivas contra a "mundialização excludente": França (Ferroviários), Itália (sindicatos de base em favor da Previdência Social pública), EUA (Caminhoneiros, mobilizando a até então acomodada AFL/CIO), isto sem falar nos inúmeros movimentos que se espalham na América Latina, como o MST no Brasil e os Zapatistas no México. A Greve deixa de ter um significado econômico-corporativo estreito e se afirma como forma de solidariedade em favor de um futuro que pertence também às gerações futuras.

No Brasil, caminhamos a largos passos rumo a um Plano Nacional de Educação alternativo, a ser sistematizado no próximo II Coned. É importante ressaltar que muitos intelectuais de prestígio no meio universitário agora estão convencidos de que a sociedade deve construir um projeto alternativo. Isto marca uma mudança, tendo em vista que, até então, grande parte deles estavam imersos no "pensamento único" e reclamavam um *esforço de adaptação* das instituições aos dogmas do "mercado". Setores cada vez mais amplos da sociedade organizada reconhecem que a crítica à ideologia da *globalização* não era tão desprovida de realismo como a mídia os fazia pensar. A ofensiva do movimento social no Brasil, na América Latina e nos países desenvolvidos, comprova que existe um lugar para refundar um projeto que permita a cada ser humano viver dignamente, tendo em vista a necessária divisão das riquezas socialmente produzidas, renovando a cidadania e a democracia.

Diante de sua maior ameaça, a PEC-370, que transfigura a autonomia universitária, tornando-a uma quimera, é perceptível a erosão das instâncias da UFRJ pela transferência de soberania. O fundamental da vida universitária está sendo definido "fora" das instâncias formais, em centros de poder onde nenhum de nós será escutado, particularmente quando se trata dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Pela via institucional a comunidade universitária não pode mais intervir eficazmente nos assuntos que lhe são **próprios**, em domínios absolutamente **decisivos** como a política de ensino, pesquisa e extensão. Os que decidem, contudo, se recusam, é claro, a assumir as conseqüências provocadas por suas ações, como as aposentadorias precoces, a falta de professores, os baixíssimos salários e a precarização do trabalho dos professores substitutos.

Diante deste processo de transferência das decisões da esfera pública à esfera privada, a responsabilidade histórica de Adufrj-SSind é imensa. A Diretoria, junto com o Conselho de Representantes, se propõe a desenvolver um esforço sistemático de educação política junto a cada um de nossos associados, explicando as contra-reformas em curso, em especial as encaminhadas pela PEC-370 da Autonomia Universitária, pelas reformas Administrativa e da Previdência Social. Teremos de fortalecer a rede de solidariedade com os outros movimentos com quem compartilhamos o horizonte histórico, como o Sintufrj e o DCE. A hora é de concentração das energias dispersas para produzir ações políticas eficazes.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão
Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Edição e Reportagem: Ana Manuella Soares
Mtb: 18.190
Reportagem: Pedro Moreira
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Jurídico

STF reinicia o julgamento dos 28,86

Recomeça nesta quarta-feira, dia 22, o julgamento do embargo de declaração apresentado pela União, que pleiteia junto ao Supremo Tribunal Federal a compensação de percentuais de reajustes concedidos aos servidores públicos federais depois de fevereiro de 1993. A intenção do governo FHC é obter da justiça uma diminuição no percentual a ser incorporado pelos servidores, ou mesmo a exclusão de algumas categorias, que teriam direito ao reajuste de 28,86% concedido pelo governo Itamar Franco aos militares, em janeiro de 93.

Isto porque no dia 19 de fevereiro deste ano o STF julgou favorável uma ação impetrada por 11 servidores públicos do Distrito Federal que solicitavam a extensão dos 28,86% de reajuste salarial concedido aos militares, benefício posteriormente também estendido aos servidores do legislativo e Judicário. Esta decisão do STF restabeleceu o direito constitucional da isonomia salarial e abriu a perspectiva de ações judiciais semelhantes, como a que a Adufrj-SSind ganhou no final do mês passado, em primeira instância.

O julgamento do embargo de declaração pleiteado pela União estava suspenso devido a um pedido de vistas do processo feito pelo ministro Carlos Velloso na última semana de setembro. Até o momento, o placar é favorável aos servidores públicos em dois votos contra um, mais ainda faltam os votos de oito ministros.

De acordo com o Dr. Cláudio Santos, da assessoria jurídica nacional, a tendência é a de que a decisão final seja mesmo favorável aos servidores públicos. Esta avaliação foi tirada a partir de uma visita que fez aos ministros do Supremo, junto com representantes do Sindicato Nacional, da Fasubra-Sindical e da CUT, no final de setembro. Em outras e bem-vindas palavras, os juizes tendem a acompanhar o voto do ministro marco Aurélio de Mello, que entendeu que o reajuste de 28,86% concedido em 1993 aos militares foi mesmo a título de revisão geral de vencimentos, com base no artigo 37, inciso 10 da Constituição Federal ("a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data"). Segundo Santos, o STF não tende a considerar nenhuma compensação de reajustes posteriores.

Ação da Adufrj-SSind

Já está na home-page da Adufrj a listagem com o nome dos 509 professores beneficiados pela ação dos 28,86% ganha pela Adufrj em primeira instância. O endereço é: http://www.alternex.com.br/~adufrj

Reformas: casuísmo à vista

O governo já mostrou que vai mesmo apelar ao casuísmo para tentar ver aprovadas ainda este ano as reformas da Previdência e Administrativa, numa prática que já está se tornando marca registrada deste governo. A reforma da Previdência já foi votada em dois turnos pelo plenário do Senado, devendo retornar à Câmara dos Deputados para novamente ser votada em dois turnos, pois o texto aprovado anteriormente pelos deputados foi inteiramente modificado. Em caso de emenda constitucional, é obrigatório que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas do Legislativo para ir à sanção presidencial, em caso de modificação, a emenda deve retornar à casa de origem. É isto que diz a Constituição, justamente o que o governo de Fernando Henrique está tentando modificar.

O deputado Luís Eduardo Magalhães, (PFL-BA), líder do governo na Câmara dos Deputados, já apresentou, mês passado, o projeto de Resolução número 149, que propõe alterar o Regimento Interno e acabar com a possibilidade de apresentação de Destaque para Votação em Separado (DVS) e de emendas aglutinativas.

Este projeto acaba com a garantia de apresentação dos destaques, por partido político ou bloco de partidos, sem prévia autorização do plenário. Atualmente, o partido ou bloco que tenha de 5 até 24 deputados pode apresentar um DVS; de 25 até 49 deputados, dois DVS; de 50 até 74, três DVS; e acima de 75 deputados, pode apresentar quatro destaques.

O que o projeto pretende é impedir a participação da oposição no processo decisório. O líder do governo também quer acrescentar um parágrafo ao artigo 122 do Regimento, criando a exigência de apoio de um terço dos membros da Câmara - 171 deputados -, ou líderes que representem este número, para apresentação de emendas aglutinativas durante a votação das matérias. Esta exigência simplesmente ultrapassa o número de deputados da oposição, o texto atual exige o apoio de apenas um décimo dos deputados, 52.

Uma outra proposta, esta do líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, de Pernambuco, quer apressar a tramitação de emendas do Senado a texto constitucional já aprovado pela Câmara, eliminando as fases da Comissão de Constituição e Justiça, onde atualmente deve permanecer para análise por 15 dias, e da Comissão Especial, onde o prazo é de 40 sessões. Em outras palavras, o texto aprovado pela Câmara que tenha sido modificado no Senado, não estaria mais obrigado a passar pelas comissões especiais quando retornasse à apreciação dos deputados.

Calcula-se que esta medida reduziria o prazo de tramitação em 60 dias, viabilizando a votação das reformas ainda este ano. Entretando, na semana passada, o governo anunciou uma outra medida para se resguardar caso as suas manobras regimentais não obtenham êxito: a iminente convocação do Congresso para janeiro do ano que vem, com apenas um item de pauta: a votação da reformas.

Continuação

Administrativa

Governo e oposição se preparam para mais um round na guerra da reforma Administrativa. Nesta semana, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), deve delegar ao plenário a decisão de dar um parecer sobre a questão de ordem apresentada pelos deputados petistas Maria Laura (DF) e Miguel Rosseto (RS). O recurso dos parlamentares põe em xeque o substitutivo do relator Moreira Franco (PMDB-RJ), que apesar de aprovado pela Comissão Especial da PEC 173/95, modificou o conteúdo e a redação de dispositivos importantes sem que houvesse qualquer votação. O Regime Jurídico Único, que fora mantido pelo plenário na votação de primeiro turno, acabou suprimido no substitutivo.

"Um trator destruiu o regimento e a Constituição na Comissão Especial, mas ainda temos o plenário"

"Um trator destruiu o regimento e a Constituição Federal na Comissão Especial, mas ainda temos o plenário", disse Maria Laura, ao informar que a questão de ordem sequer foi examinada pela Comissão, apesar de apresentada pelos dois deputados. Em sua avaliação, o presidente da Câmara, que poderia decidir a questão preliminarmente, não o fará: Temer inclinava-se pela aceitação da questão de ordem, mas isso acarretaria conflitos com o Planalto, e ainda a conclusão, óbvia para a opinião pública, de que a Comissão foi infiel ao Regimento da Câmara.

Docentes e aposentados

Além de atingir direitos dos servidores, o "constituinte solitário", apelido de Moreira no Congresso, em seu substitutivo atinge especificamente docentes universitários e aposentados. Os primeiros, pela substituição da expressão "plano de carreira" por "planos de carreira", numa sutileza que poderá resultar na brecha para que sejam instituídos planos de carreira diferenciados para a categoria. E os aposentados por perderem com uma generalização redacional que poderá permitir a supressão pura e simples de vantagens de seus proventos.

Os servidores públicos têm a temer, ainda, o resgate, pela manobra de Moreira, do conteúdo de um destaque rejeitado em plenário, que embora com redação diferente restringia as regras para formulação da políticas remuneratória dos servidores públicos - este item restringia a instituição de gratificações e adicionais no serviço público.

Caso a questão de ordem seja rejeitada pelo plenário, a oposição irá recorrer ao STF. "Esta atitude de Moreira Franco tem que ser contestada em todas as instâncias possíveis, pois abre o grave precedente de que qualquer deputado pode mudar sozinho o texto constitucional, se tiver condições políticas favoráveis a isso", ressaltou a deputada Maria Laura.

CUT e entidades organizam carreata

Uma grande carreata nacional, com saída de todos os Estados rumo a Brasília, foi decidida na última reunião da CUT nacional que ocorreu em São Paulo, na quinta-feira (9). O objetivo da reunião foi definir o plano de lutas da Central para o período de outubro a dezembro deste ano. A carreata nacional é uma das atividades da mobilização, e deve chegar à Capital no dia 12 de novembro. Entre os eixos considerados prioritários estão a defesa de direitos da Previdência, saúde, assistência social, educação, dos servidores e à terra.

Além da carreata, será realizado em São Paulo, no dia 6 de dezembro, um encontro nacional contra o neoliberalismo - em defesa da terra, do trabalho e da cidadania. Esse evento, que deve reunir mais de dez mil pessoas, conforme expectativa dos organizadores, está sendo encaminhado pelas entidades – sindicais, populares, religiosas e partidos políticos do campo popular – que participaram da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, em Brasília, no mês de abril.

O encontro terá como finalidade elaborar uma proposta de plataforma de lutas e agenda de ações unificadas, além de construir uma aliança estratégica, visando a definição de um projeto de desenvolvimento sustentável. A CUT e seus sindicatos, a CNBB (setor das Pastorais Sociais), a UNE, a Ubes, o Contag, a Conam e o Instituto Cidadania são algumas das entidades que aderiram ao encontro. Os partidos já comprometidos com essa atividade são o PT, o PSTU, o PSB e o PDT.

Posse da Diretoria marca uma nova fase de luta

A Adufrj-SSind já empossou a Diretoria e Conselho de Representantes que articularão a luta pelo ensino de qualidade nos próximos dois anos, cruciais para o futuro da universidade pública. A solenidade de posse foi realizada quarta-feira passada no Salão Nobre do IFCS e prestigiada por mais de 50 professores e representantes de entidades como a CUT, Regional Rio do Andes-SN, Aduff, Aduni-Rio, Sintufrj, entre outros, com direito a exposição fotográfica, música ao vivo, coquetel e uma assembléia geral cujo primeiro item de pauta era autonomia e salários.

Não há fim da história. O pensamento único começa a expor suas rachaduras, a resistência à nova ordem se reforça com o revigoramento da ação sindical em todo mundo. A globalização não é um fenômeno da natureza, com desígnios divinos, como insistem os teóricos do neoliberalismo. Como disse em seu discurso de posse o novo presidente da Adufrj-SSind, Roberto Leher, da Faculdade de Educação, ela é uma ideologia e como tal deve ser enfrentada

A virada provocada pelo movimento social na Europa, onde a atuação dos sindicatos foi fundamental para frear a onda liberal, foi citada por Leher como um marco. Se a greve dos trabalhadores e estudantes franceses e a greve em defesa da previdência social pública na Itália são exemplos da eficácia da luta dos trabalhadores organizados, os sem-terra brasileiros junto com zapatistas mexicanos são a evidência de que a ofensiva do movimento social se consolida também na América Latina.

Para Leher, os trabalhadores que integram as comunidades universitária e científica têm em mãos uma tarefa das mais importantes, além de evitar o desmonte do patrimônio público: construir um Plano Nacional de Educação alternativo ao pretendido pelas instâncias neoliberais a que o governo FHC se rendeu.

"As nossas bandeiras têm raízes históricas, nós defendemos uma escola que seja unitária, de boa qualidade para toda a sociedade. A oposição a isto são políticas de privilégios, de fratura social", disse o presidente eleito.

Lembrando Florestan Fernandes, que falava da necessidade de se conseguir um passo além na área da educação - na época não se reuniam no mesmo espaço entidades sindicais e científicas -, Leher disse que o fórum mais adequado para articular esta convergência é o II Congresso Nacional de Educação: "O Coned deve contar com o nosso apoio", afirmou. A exemplo do primeiro, o II Coned será realizado em Belo Horizonte.

A PEC 370, o principal instrumento com que o governo tenta desmontar o sistema público de ensino superior, como afirmou Leher, não está sendo discutida pelas instâncias formais da universidade, que estão esvaziadas neste momento crucial. "Houve uma transferência de soberania: as questões fundamentais, básicas, decisivas para a universidade não são decididas internamente, mas no âmbito dos organismos internacionais. A administração superior da universidade está conivente com isto, o mesmo acontecendo com as agências de fomento, hoje afastadas da comunidade científica. Existe um bloco de poder empenhado na viabilização do projeto neoliberal", afirmou. Este deslocamento da esfera pública para a esfera privada, de acordo com o presidente eleito, abre uma brecha que cabe à Adufrj-SSind ocupar, junto com Sintufrj, DCE e APG, fortalecendo a rede de solidariedade em defesa da universidade pública.

Representantes

Estavam na mesa no momento em que tomavam posse os novos Conselho de Representantes e Diretoria da Adufrj-SSind, a professora Margarida Carvalho de Santana, Vice-presidente Regional Rio do Andes-SN, Luiz Carlos Soares, representando a CUT-Rio, Wilma Pessoa, representando a Aduff-SSind, Luci Mobilio Gomes , da Aduni-Rio, e Neuza Pinto, da Coordenação Geral do Sintufrj.

Nova Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Novo Conselho de Representantes

Colégio de Aplicação: Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
Escola de Belas Artes: Patrícia March de Souza
Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Barros
Escola de Engenharia: Henrique Innecco Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza e Silva
Faculdade de Direito: Agnelo Maia Borges de Medeiros
Faculdade de Letras: Leonor Werneck
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Assembléia aprova greve de 24 horas

■ A greve será em protesto à PEC 370, uma proposta do governo federal para acabar com autonomia universitária

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, que foi realizada antes da posse da Diretoria e do Conselho de Representantes, quarta-feira passada, aprovou greve de 24 horas para o dia em que for marcada a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 370.

A proposta de paralisação veio da reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior, do Andes-SN, que aconteceu nos dias 26 e 27 de setembro em Brasília, e foi aprovada por 23 votos a favor, uma abstenção e nenhum contrário. No dia da votação os docentes paralisarão suas atividades rotineiras para realizar manifestações internas e externas contra esta emenda do governo federal que acaba com a autonomia das universidades federais brasileiras.

Assim como a Plenária dos Servidores Públicos Federais, a reunião do Setor não é uma instância deliberativa, mas indicativa, cabendo às bases decidir se acatam ou não as indicações. A assembléia da Adufrj-SSind rejeitou por ampla maioria tanto o indicativo de greve de 24 horas para o dia 22 de outubro como a greve geral por prazo indeterminado, em novembro, propostas encaminhadas por aquelas instâncias e itens da pauta da AG.

A Assembléia Geral aprovou uma mobilização para 28 de outubro, dia do servidor público.

Embora não constasse da pauta da AG, foi deliberada também uma contraproposta da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind sugerindo uma mobilização, junto à população, para o dia do servidor público (28 de outubro).

Delegados

Foram eleitos para a plenária estadual dos SPF's os professores Clóvis de Figueiredo Neves Filho, Francisco Ary Fernandes, Luitgarde Oliveira Cavalcanti e Rosanne Evangelista Dias, realizada neste final de semana, no Rio de Janeiro. Para a plenária nacional dos servidores, não surgiu nenhum candidato. Como foi feita a Assembléia Geral, a Diretoria pode, para este encontro, indicar um delegado. A plenária será realizada dia 26 de outubro, em Brasília.

Conad

Para o XXXV Conad que acontecerá entre os dias 23 e 26 de outubro em Belém do Pará, foram eleitos como observadores da Adufrj-SSind os professores Francisco Ary (ESS) e Rosanne Evangelista (CAp), e como delegada, Regina Pugliese (CAp). Nesta terça-feira, dia 21, a entidade está organizando duas reuniões preparatórias para o Conad: de manhã, às 8h30, em sua sede, e à noite, às 17h30 no CAp.

Presidente da CUT-Rio é preso por distribuir bananas

Junto com seis pessoas, o presidente da CUT estadual, Alcebíades Teixeira, o Bid, foi preso na terça-feira à noite durante uma manifestação na Praça do Lido, em Copacabana. O motivo da prisão foi a distribuição de bananas à população em protesto contra a presença no Brasil do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton,

Os manifestantes começaram a chegar à Praça do Lido ao meio dia. Tranqüilamente expuseram suas faixas e bandeiras, arrumaram as bananas e começaram a distribuí-las à população, enquanto dirigentes dos sindicatos filiados à CUT se revezavam ao microfone. Por volta das 13:30h, seguindo o comando do capitão Dario Dias, policiais militares começaram a recolher as bananas. Em seguida, começaram as prisões.

Inicialmente, os detidos foram levados à Polícia Federal sob alegação de que se tratava de crime contra a segurança nacional. A PF não aceitou o caso e os remeteu, novamente, à 12° DP. Depois de 9 horas, definiu-se a pena, pagou-se a fiança de R$ 100,00 exigida para a liberação do presidente da CUT, e as vítimas do abuso do poder da Polícia Militar voltaram para suas casas. A CUT Rio de Janeiro irá decidir nas próximas horas quais medidas tomará neste episódio para responder a mais esta violência contra os trabalhadores e as entidades que os representam.

Manifestação de professores pára o centro da cidade

Profissionais de Educação e estudantes do estado, município, de universidades e escolas federais realizaram uma grande manifestação na terça-feira passada, no Centro do Rio, em protesto contra as políticas governamentais de todos os níveis e pela defesa da educação pública de qualidade. O ato político também foi para marcar o dia dos professores, comemorado em 15 de outubro, e para protestar contra a reforma do ensino técnico, a PEC 370, LDB e contra a terceirização dos serviços na área da educação.

A manifestação começou com a concentração na Candelária, onde foi realizada uma aula pública ministrada pelo professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Chico Alencar, cujo tema foi "Educação no Brasil: de Cabral a Fernando Henrique Cardoso". Depois, os manifestantes fecharam a Avenida Rio Branco e saíram em passeata até a Cinelândia. No final da tarde, ainda houve um show de música com a dupla Sá e Guarabira no palanque armado em frente à Câmara dos Vereadores.

Na manifestação de terca-feira, os professores da rede pública estadual finalizavam uma paralisação que durava 24 horas.

MEC cede e amplia prazo de propostas ao PNE

O MEC finalmente capitulou. No último dia 15 o ministério da Educação ampliou o prazo para entrega de propostas para o Plano Nacional de Educação (PNE). A data limite para as contribuições passou a ser 9 de novembro, e não mais 15 de outubro.

Esta decisão só foi possível graças às pressões das entidades organizadoras do II Coned - que vai ocorrer entre 6 e 9 de novembro, em Belo Horizonte, com a participação de inúmeras entidades da sociedade civil, para elaborar uma proposta global de PNE.

Assinada pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro, o argumento contido na medida é a importância para o MEC de contar com subsídios que deverão surgir após o evento de Minas. A professora Graça Bollmann, diretora do Andes-SN e integrante da Comissão Executiva do II Coned, afirmou que as entidades promotoras do encontro de BH não se pautaram pelo cronograma do MEC. A extensão do prazo, segundo ela, tem grande importância política, "pois demostra o poder de pressão e a legitimidade das entidades que participam do II Coned".

Opiniões emitidas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Diana na UFRJ

Foi um jovem médico brasileiro que tentou fazer o impossível no Pieté-Salpetriérre para salvar a Rosa da Inglaterra. É bem provável que este médico tenha sido formado pelo Fundão, ou tenha por aqui passado em alguma residência ou pós-graduação. Teria ele visto a Princesa de Gales, quando ela visitou o Hospital da UFRJ? Quem sabe.

Diana andava pelo mundo socorrendo os aflitos, qual a Maria da Ladainha: *Consolatis Aflictorum*. Em Angola, consolou com alegria as crianças que haviam perdido pés e pernas com minas das guerras civis. Na Inglaterra, dava incertas pelas noites oferecendo comida aos vagabundos e mendigos. Algumas vezes lhes dava uma casa. Na Família Real, pobre gente rica e insegura e prisioneira de um passado austero, atuava como psicoterapeuta, afirmando serem eles gente, e estarem vivos.

Uma *Queen of Hearts* como diz o baralho, e como dizem os corações. Uma cordial predileção pelos aidéticos. No Hospital do Fundão esteve com eles, conversou, encorajou-os na sua triste - e gloriosa - condição de cobaias da Medicina da Terra.

Ora, uma visita um tanto diferente da vinda da sua sogra-que-nunca-sorriu, uma "Rainha de Espadas", dura como o aço, e flexível como uma boa burocrata. Acontece que houve um movimento bem sucedido para que a Rainha da Grã-Bretanha e Imperatriz das Índias (?!) recebesse o Doutorado *honoris causa* da UFRJ. Custou dinheiro, e sobretudo prestígio: a UFRJ é uma das universidades que possue a Lauda Magna mais difícil do mundo.

Onde andaria o Diploma da Real e Imperial Majestade? Talvez tivesse o mesmo destino que o combustível do Cruzados Tamandaré, que foi saudá-la quando foi entronizada. Valor ela deu mesmo foi ao conjunto de esmeraldas, avaliado em centenas de milhares de dólares, que o povo brasileiro (?!) lhe ofereceu quando se tornou rainha.

Tudo bem, aceita-se. Mas por que não um Doutorado *Honoris Causa* para Diana? Os mais tradicionalistas e insensatos julgariam não ser cabido por ser *post mortem*. Os mais insensatos e tradicionalistas julgariam a Adufrj, o Sintufrj, os Diretórios Acadêmicos, os professores independentes, os funcionários administrativos independentes e estudantes independentes incapazes de proporem e defenderem a atribuição de um Doutorado *Honoris Causa*. Mas a Rosa da Inglaterra quebrou tabús mais antigos e mofados, para o bem do povo, que o de ser Doutor no Céu.

Luiz Rocha Neto é chefe do DPUR/FAU, membro da Adufrj e do Sintufrj.

Documentos

Estão disponíveis na sede da Adufrj-SSind, para consultas ou aquisição de cópias:

- Documento com os procedimentos de elaboração do Plano Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Inep;
- Cartilha para montagem de rádio e de televisão comunitária;
- Substitutivo Beni Veras (da reforma da Previdência) aprovado em 2º turno pelo Senado Federal;
- Cadernos Mare da reforma do Estado (Organizações Sociais);
- Cadernos Mare da reforma do Estado (A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle);

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Adufrj garante participação no II Coned

A Adufrj-SSind ainda pretende garantir o transporte terrestre a todos os interessados em participar do II Congresso Brasileiro de Educação, que acontecerá entre os dias 6 e 9 de novembro, no Campus da UFMG. Os professores que estiverem interessados em participar deste forum de discussão e reflexão, devem procurar a sede da Adufrj para maiores informações.

O tema geral do evento é Educação, Democracia e Qualidade Social. Esta segunda edição do Coned vai consolidar uma proposta de Plano Nacional de Educação, contemplando a participação democrática da sociedade na construção de uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Relação das mesas-redondas do II Coned que terão a participação do Sindicato Nacional Andes:

Política para a Educação Superior; Proposta de Educação Superior para o Plano nacional de Educação; Sistema Educacional: Articulação da Educação Básica e Superior; Avaliação da Educação Superior; Concepções e Mecanismos de Gestão Democrática: da educação básica à superior; Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior: necessidades e destinações; Autonomia Universitária; Formação Profissional: condições de trabalho e carreira; Ambiguidades e Contradições na nova LDB; O Papel Social da Universidade; O Papel Social da Universidade e a Produção do Conhecimento; A Arte como Componente curricular da Educação e; Universidade Pública: expansão, extensão e interiorização.

XXXV Conad

O Caderno de Textos para o XXXV Conad , que se realizará nos dias 23, 24, 25 e 26 de outubro, em Belém do Pará, já está à disposição na sede da Adufrj-SSind e também na home-page da Andes - SN, cujo endereço é: http://www.andes.org.br Conad é o Conselho do Sindicato Nacional (Andes) que se reúne duas vezes ao ano para avaliar a implementação do Plano de Lutas do Andes, que por sua vez, é deliberado em seu Congresso anual.

Encontro Nacional sobre a Questão da Terra

Dia 23 de outubro, no Auditório da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), em Belém do Pará.

Programação:

9h - **Questão agrária no Brasil**, com João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST.

15h - **A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária**, com Claus M. Germer (Universidade Federal do Paraná) e Julio Cesar Ramalho Ramos (Superintendente Regional do Incra/ Paraíba).

A organização é da Andes-SN, Adufpa/Adfcap.

Opiniões emitidas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

"PRIVILÉGIOS"

Há algum tempo o governo vem divulgando na mídia, num verdadeiro bombardeio, informações sobre os seus servidores. Passam, seus ministros, todo o tempo possível tentando convencer a sociedade brasileira que os servidores são privilegiados em suas aposentadorias e que não é possível, nem aceitável, que ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada os servidores recebam o salário integral, e em alguns casos adicionado de uma promoção .

Este trabalho pretende ser uma contribuição para que se possa desmistificar essa faladeira e de algum modo mostrar o que significa esse tão propalado "PRIVILÉGIO".

Senão vejamos:

O presidente Collor, ao implantar o seu plano de estabilização econômica, criou o RJU (regime jurídico único).

É claro que a criação do R.J.U. era parte fundamental de sua estratégia, pois sabia sua equipe econômica que não seria possível manter o mínimo de estabilidade sem enxugar os gastos do tesouro. E o que tem o R.J.U. com isto?

Vejamos, ao propor a troca de regime, o presidente Collor trocou o recolhimento do F.G.T.S. (8% da folha de pagamento, ou seja, algo em torno de 4 bilhões de dólares) pela aposentadoria integral e a promoção automática na aposentadoria (algo em torno de 20% dos vencimentos).

Vejam, então, o primeiro dado importante: os servidores perderam, ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E o que significa isto? Como exemplo, propomos a tabela abaixo supondo que o docente não se titule, que seus vencimentos fiquem congelados por 30 anos e que a remuneração do FGTS seja de 3%ao ano (aplicados ao fim de cada ano.)

Tabela Magistério Superior

Classe	Anos de permanência	Vencimentos	Contribuição FGTS (8% /ano)	Capitalização (juros 3% ano)
Auxiliar I	4	606,00	630,00	2.996,00
Auxiliar II	4	634,00	659,00	2.972,00
Auxiliar III	4	662,00	688,00	2.921,00
Auxiliar IV	2	692,00	719,00	2.876,00
Assistente I	2	754,00	784,00	2.890,00
Assistente II	2	788,00	819,00	2.838,00
Assistente III	2	824,00	856,00	2.867,00
Assistente IV	2	861,00	895,00	2.829,00
Adjunto I	4	938,00	957,00	5.559,00
Adjunto II	4	980,00	1.019,00	5.238,00
Adjunto III	4	1.024,00	1.064,00	4.853,00
Adjunto IV	2	1.071,00	1.114,00	2.340,00
Total	30 anos			41.179,00

*foram eliminados os centavos/ não estão consideradas as titulações
(fonte MEC-Port. Interministerial 20/01/95)

Então, após 30 anos podendo retirar o fundo ao se aposentar, o servidor teria R$ 4.1179,00 para aplicar, ou seja, se aplicado na poupança (aproximadamente 1% ao mês) renderia R$ 412,00. Ora, sem o fundo de garantia ao se aposentar o servidor poderia receber até 20% (art.192). Esse é o tal privilégio, ou seja, receberia R$ 214,00 a mais em seu salário (lembre-se que no nosso exemplo, o último vencimento é de R$ 1.071,00).

Concluindo: Se os servidores tivessem, como todos os trabalhadores, o FGTS, receberiam como rendimento R$ 412,00 e portanto um vencimento (supondo aposentadoria integral) de R$ 1.483,00 (último vencimento mais R$ 412,00). Com a troca (o RJU) o servidor teria (considerando a promoção de 20%) como vencimento R$ 1.214,00.

Como pode ser comprovado, os servidores estão com o "privilégio" de perder R$ 269,00 por mês (22% de prejuízo).

Rui F. Pereira
professor aposentado do Instituto de Física e ex-decano do CCMN

JORNAL
ANO IV
27 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO/97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

28 de outubro:
DIA NACIONAL DA RESISTÊNCIA

Reitor não cumpre decisão da Justiça
Página 3

Conad discute conjuntura nacional em Belém
Página 6

28,86%: adiamento prejudica demais ações
Página 6

Editorial

UFRJ: PRIVATIZAÇÃO CRESCENTE

Há alguns anos o movimento docente, através da Adufrj-SSind, vem denunciando a crise que a UFRJ vem enfrentando como uma conseqüência do processo de privatização que está sendo implementado nas Universidades Públicas brasileiras.

Este processo não é novo. Na verdade é uma seqüência do que já ocorreu com o ensino público de 1° e 2° graus, com o desfecho que já conhecemos. Em linhas gerais, o processo é o seguinte: a administração pública, ocupada por interesses privados, começa uma política sistemática de redução de salários e verbas para a educação. Com isto, um dos patrimônios públicos mais importantes, a capacitação acadêmica dos docentes, é forçada a se transferir para o setor privado, sem que este tenha gasto um único centavo em sua formação. A escassez de verbas desorganiza a escola pública que perde em qualidade de ensino e abre espaço para a ocupação das escolas particulares. Com o passar do tempo, a escola pública, já deteriorada, passa a ser destinada à população mais desfavorecida. Os lucros das "empresas de ensino" são aumentados pela pretensa "liberdade" nas mensalidades, pela isenção fiscal, pelo uso direto de verbas públicas, pelos baixos salários pagos aos professores e pela absoluta falta de investimentos na qualificação docente. O resultado desta política é bem conhecido. Junto ao abuso financeiro temos a queda vertiginosa na qualidade do ensino.

Achamos oportuno relembrar este processo pois é exatamente o que temos observado na Universidade Pública. É claro que os ideólogos do regime e a grande imprensa omitem a semelhança com o ocorrido com no ensino de 1° e 2° graus. Já temos o exemplo recente e escandaloso da chamada "Universidade Estácio de Sá ". Não tendo seu curso de Medicina reconhecido, propõe à UFRJ a utilização de professores e instalações para ministrar os cursos de Anatomia aos seus alunos. Um negócio perfeito. Sem investir um centavo em equipamentos ou formação acadêmica, repassa uma modesta quantia à UFRJ e arrecada a diferença. São inúmeros os exemplos de docentes, departamentos, institutos que, frente à crise são forçados a optar por projetos particulares que nada têm de interesse acadêmico. Em nome da sobrevivência, opta-se pela privatização. Sabemos que a sobrevivência é um processo complicado e não queremos fazer um julgamento de valores sobre o comportamento de nossos colegas. Mas não podemos nos omitir da responsabilidade de denunciar que este é o processo real de privatização do ensino público. Não seremos comprados pela Shell ou IBM. Estamos sendo expulsos de nossa função original por um mecanismo sutil e de longa data, organizado dentro e fora da Universidade. As conseqüências são as mesmas do que ocorreu em anos recentes com o ensino fundamental. Com o agravante de que as Universidades Públicas ainda são as responsáveis pelo pouco que é feito em pesquisa e tecnologia no país. O arrocho crescente que os órgãos de fomento à pesquisa estão sofrendo é uma parte inseparável deste processo. O governo FHC tem demonstrado claramente que aceitou o papel de país dependente imposto pela atual política de globalização. Como decorrência, não precisa de uma capacitação científica e tecnológica avançadas. Isto é papel reservado aos grandes centros imperiais.

O reconhecimento deste quadro não implica em sua aceitação. A imposição desta política agrava ainda mais os problemas sociais, em particular nos países dependentes. Aqui mesmo, na UFRJ, temos observado uma insatisfação crescente com os rumos atuais. Muitos eleitores entusiastas do governo FHC hoje estão silenciosos ou arrependidos com a implantação da política neoliberal. Mas embora justa, a indignação com o atual estado da universidade não é suficiente para modificar os rumos atuais.

É necessária a atuação organizada das forças que se opõe à destruição da Universidade Pública. Embora não seja o único espaço político interno, o movimento docente tem hoje um papel fundamental neste combate. Não apenas pela coerência política de nossas posições mas também, e principalmente, pela nossa prática democrática.

Hoje, os docentes da UFRJ e toda a comunidade acadêmica encontram na Adufrj-SSind um espaço aberto para o encaminhamento da luta em defesa do ensino público.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão
Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Edição e Reportagem: Adriana Gomez (Mtb: 15.700) e Pedro Moreira (Mtb: 19.467)
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Tratado de submissão

Juiz pede esclarecimentos sobre liminar da Adufrj e Reitoria admite descumprimento de medida judicial

A justificativa encontrada pela Sub- Reitora de Pessoal e Assuntos Gerais (SR4) para não pagar o abono pecuniário de 97 a alguns professores sindicalizados à Adufrj foi a falta de autonomia: "a autonomia administrativa da UFRJ, pelo menos no que diz respeito aos vencimentos dos servidores ativos e inativos é **inexistente**".

Na petição preparada para explicar ao juiz Augusto Diefenthaeler, da 15ª Vara Federal, os motivos do não cumprimento da liminar obtida pela Adufrj para garantir o pagamento do abono pecuniário deste ano a todos os seus filiados, a SR4 também alega que a obrigação administrativa da Reitoria é a "mera função de conferir e despachar documentos requisitados, a serem analisados pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), que deverá finalmente **deferir e destinar as verbas necessárias ao pagamento do abono pecuniário**".

Com o entendimento de autonomia passando ao largo da vontade política, os professores que requereram suas férias para julho deste ano ficaram sem receber este pagamento: a ação judicial que a Adufrj ganhou no mérito em primeira instância continua sendo descumprida pela Reitoria da UFRJ. Esta já é uma prática infelizmente disseminada entre dirigentes de autarquias e fundações. "Todos estão lavando as mãos, achando que o compromisso deles é com a administração federal", disse Felipe Santa Cruz, da assessoria jurídica da Adufrj, que advoga para outros casos desta mesma natureza.

Os grifos no texto da SR4 ressaltando o entendimento da Reitoria sobre as devidas competências administrativas, se serão suficientes para a complacência do juiz só o tempo dirá, pois não há prazo definido para emissão de um parecer. O juiz tanto pode solicitar o pronunciamento do escritório da Adufrj como decidir a questão sem consultar nenhuma instância. Pode também enviar uma cópia do processo ao Ministério Público (Procuradoria da Justiça) para que este órgão instaure ação penal contra o reitor por descumprimento de ordem judicial.

Se legitimamente cabe à comunidade acadêmica decidir, quando das eleições para Reitoria, a que natureza de autonomia universitária deve a UFRJ se pautar, pela sentença que confirmou os efeitos da liminar da Adufrj, o juiz não se furtou ao argumento: "**Sendo um ente autônomo, não há subordinação hierárquica da autarquia para com a entidade estatal a que pertence, porque isto se ocorresse anularia seu caráter autárquico**". A eterna justificativa de que qualquer medida referente a pagamentos na UFRJ estaria condicionada às amarras implacáveis do Sistema de Administração de Pessoal Integrado (Siape) também foram criticadas na sentença judicial: "**Assim, inovações técnico-gerenciais não retiram, sobretudo dos principais órgãos da Administração, as prerrogativas que o ordenamento jurídico lhes confere. Os servidores da autarquia a esta encontram-se subordinados, sendo seus respectivos vencimentos de responsabilidade do ente autárquico, sendo indiferente o fato de serem processados ou não sob supervisão e acompanhamento do Mare**", entende o juiz.

Os professores que solicitaram e não receberam o abono 97, devem apresentar declarações e contracheques à Adufrj. A assessoria jurídica informou que vai contestar no processo as alegações da UFRJ.

A autonomia universitária é uma bandeira histórica do movimento docente, o próprio Conselho Universitário da UFRJ se manifestou pela defesa intransigente da manutenção dos artigos 207 e 206 da Constituição Federal, em sessão extraordinária realizada dia 5 de junho, uma das poucas que obtiveram quorum este ano.

Maria Cristina de Morais, presidente do Sindicato Nacional, Andes, que vem acompanhando as graduais alterações de rota, analisa a deliberada subordinação aos ditames do governo FHC de achatamento de direitos, quando não consegue suprimi-los. "Se a universidade tem autonomia até que ponto há vontade política de pagar? Nossa crítica é que os reitores estão acatando a orientação do governo Federal e protelando estes pagamentos", disse.

O abono pecuniário é um retrato bastante preciso desta política. Desde o ano passado que o direito de converter um terço das férias em dinheiro é garantido somente com o auxílio da justiça. E mesmo sendo reconhecido judicialmente para os sindicalizados da Adufrj, a Reitoria não o estende aos demais professores. Este ano, a Adufrj ganhou no mérito, em primeira instância, a ação do abono. Em 1996, um mandado de segurança do Sindicato Nacional garantiu o pagamento e, para o ano que vem, uma liminar para garantir a opção do professor pelo abono pecuniário já foi obtida.

Este ano, como a Reitoria resolveu emitir uma listagem de marcação das férias prévia e intencionalmente preenchida, não restou outra opção à Adufrj senão o recurso à justiça. Isto porque o professor encontrava o espaço reservado à opção de conversão de parte das férias em abono pecuniário marcado com um "NÃO". Os desavisados que assinassem a lista estavam automaticamente impedidos de qualquer reivindicação posterior.

Dia do Servidor Público: categoria comemora resistência

Parabéns pra você, nesta data querida não rima com medidas provisórias, reformas constitucionais e com o maior arrocho salarial da história. Mesmo assim, o funcionalismo tem um motivo para tornar o dia 28 de outubro uma data especial: a resistência. São 1.032 dias sem reajuste salarial. Em todas as reformas que tramitam no Congresso Nacional, o serviço público é atingido. Mas, os seus funcionários resistem reivindicando não apenas salários dignos, mas também (e, em alguns casos, principalmente) defendendo as instituições nas quais trabalham. Ou seja, ao mesmo tempo que sofrem mais ameaças, os servidores públicos são os que mais resistem à política devastadora de Fernando Henrique Cardoso. Em função disso, merecem todas as comemorações.

"O governo deve ficar muito constrangido no dia do servidor público. Ele atua contra o direito de milhares de cidadãos por meio do sucateamento dos serviços públicos e do arrocho salarial que ele vem empreendendo", diz Roberto Leher, presidente da Adufrj S-Sind. Para Roberto, são os servidores que vêm garantindo um atendimento digno, dentro do possível, ao cidadão.

Para Vicente de Paula da Silva (Vicentinho), os servidores públicos têm demonstrado muita dignidade. "Esta categoria está sem reajuste há 1.032 dias e mantém suas funções sem o menor estímulo. Não possui uma política de recursos humanos e, em muitos casos, faltam até condições mínimas de trabalho". Vicentinho lembra que existem vários profissionais excelentes que estão saindo do serviço público por falta de perspectiva. Quem perde, na opinião do presidente da CUT, é a população brasileira que quer o melhor atendimento público no transporte, na Saúde, na Educação e na segurança. "O governo está destruindo o Estado através do seu ente mais querido que é o servidor público".

Auto-estima e dignidade

A coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ (Sintufrj), Neuza Luzia Pinto, destaca que, no dia do servidor público, é importante que a categoria não se curve diante da vontade do governo em fazer com que os trabalhadores tenham vergonha de ser servidores públicos. Neuza lembra que em todas as greves nas universidades, além de reivindicar melhores salários, a categoria luta pela instituição na qual trabalha. "Isso, para nós, é motivo de orgulho. Demonstra que, por mais que o governo tente tirar a nossa garra e a nossa vontade de servir ao público, ele não está conseguindo". Lenin Pires, também coordenador geral do Sintufrj, concorda com Neuza e acrescenta que os servidores devem marcar o dia 28 de outubro como o dia da resistência. "Apesar de toda a elite dominante; apesar de toda a política engendrada pelos organismos internacionais; continuamos existindo, temos auto-estima, dignidade e, principalmente, compromisso com a sociedade brasileira".

Manifestação que reuniu professores, estudantes e trabalhadores no centro do Rio. 14/out

Maria Cristina de Morais, presidente da Andes SN, também acha que o único motivo de comemoração no dia 28 de outubro é a persistência e a capacidade de luta dos servidores. "Nós temos motivos para protestar e fazer uma grande manifestação nesta terça-feira (28). Temos, também, motivos para acumularmos forças e trabalharmos, juntos, na perspectiva de uma greve do setor da Educação e na construção de uma greve geral". A presidente da Andes lembra que no final do ano várias categorias de trabalhadores entram em suas datas-base, como por exemplo bancários e petroleiros. Uma das formas para a saída da crise, segundo ela, está na união entre os diversos setores da sociedade. "Em 1998 teremos eleições presidenciais e renovação do Congresso. O povo tem de ir pra rua".

A sociedade como aliada e a união entre os trabalhadores

A principal saída para a crise no serviço público é união entre os trabalhadores. Apesar deste consenso, há no entanto algumas divergências na estratégia para torná-la viável.

Para o presidente da CUT, a negociação da reforma administrativa com a participação do servidor torna-se uma saída viável para a crise no funcionalismo. Maria Cristina, no entanto, acredita na pressão popular através de uma greve geral. "Sabemos que somente a greve não resolve, mas ela pode significar um instrumento de pressão importante, na medida em que demonstra a união entre toda a classe trabalhadora". Formar uma aliança mais duradoura e forte com o conjunto da sociedade brasileira é o principal caminho que os servidores públicos devem tomar na opinião de Lenin Pires. Tanto ele quanto Neuza Luzia Pinto acham que uma mudança no serviço público que vise beneficiar os trabalhadores é estrutural e difícil. "A administração está a cargo de uma classe que tem posição antagônica aos interesses dos trabalhadores", lembra Lenin. Mas, apostar numa reformulação das políticas públicas do país, segundo eles, é a meta.

> ***"O governo deve ficar muito constrangido no dia do servidor público"***

O presidente da Adufrj S-Sind, Roberto Leher, também acredita que a força de transformação está na união entre os servidores públicos com a sociedade. "Precisamos construir, concretamente, uma articulação mais intensa com os trabalhadores das três esferas do governo". Para Leher, ela é viável.

Como exemplo, ele lembra do ato em defesa da Educação que reuniu centenas de pessoas no último dia 14, no centro do Rio. Outro exemplo concreto de resistência apontado pelo presidente da Adufrj é a realização do II Congresso Nacional de Educação que acontece em novembro, na cidade de Belo Horizonte. "Trata-se de uma demonstração de unidade entre os vários setores da Educação. Centenas de pessoas estarão construindo um plano democrático de educação para o país. Este é um caminho".

Você vê motivos para comemoração no dia 28?

Fátima Siliansky, professora da Faculdade de Medicina da UFRJ: *"Não. O servidor público é um herói. O salário não remunera e ele tem que fazer um esforço grande para poder manter a qualidade de uma atividade que considera importante".*

Divinomar Severino, coordenador provisório da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ: *"Não. Para o governo federal o funcionalismo está sendo considerado peça de museu. E com o papel do Estado diminuído, o servidor público passa a ser uma figura desnecessária".*

Alcebíades Teixeira (Bid), presidente da CUT-RJ": *"Do ponto de vista salarial, nada há a comemorar. É claro que se comemora a importância social e a auto-estima do servidor público que tem consciência que presta um serviço relevante. O dia 28 se transformará muito menos num dia de comemoração e mais num dia de protesto e de denúncia a uma política que trabalha pelo desmantelamento do serviço público brasileiro".*

Sérgio Gonçalvez Corrêa, presidente da AdCefet-RJ: *"Ele tem motivo é para ficar de luto nesta data. Nem na época da ditadura declarada nós passamos por uma fase tão crítica quanto esta. Em toda a história do serviço público, a pior fase foi esta, do governo FHC, com mais de mil dias sem reajuste salarial. O que o governo quer é ver todo mundo se virando, e eu não quero entrar nesta".*

Renato Trindade, representante dos estudantes no Consuni: *"Motivo para comemorar até tem, mas a resistência dos servidores públicos, que nos últimos anos têm dado uma demonstração de cidadania mantendo o serviço público funcionando.*

Adiamento da votação dos 28,86% não surpreende Adufrj

A diretoria da Adufrj S-Sind não ficou surpresa com o adiamento, por prazo indeterminado, na última quarta-feira (22), da votação do embargo declaratório contra a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) que, em fevereiro deste ano, concedeu os 28,86% de reajuste a onze servidores públicos federais do Executivo. Na última Assembléia Geral da categoria, a deliberação de não se paralisar as atividades no dia 22 de outubro foi tomada, inclusive, em função da incerteza que esta votação pudesse realmente ocorrer no Supremo. A estratégia é concentrar forças numa manifestação que tenha capacidade de mobilizar toda a sociedade.

Atraso prejudica processos em tramitação

O vice-presidente do STF, Carlos Velloso, decidiu pelo adiamento alegando que "nenhuma decisão do Supremo será tomada sobre pressão", referindo-se às constantes manifestações que vêm sendo feitas em frente à sede daquela corte pela liberação do reajuste. Mas sabe-se que a estratégia do governo tem sido a de retardar o andamento das ações dos servidores. Segundo a assessoria jurídica da Adufrj S-Sind, esse adiamento está causando uma paralisia no Judiciário. Ou seja, os juizes estão aguardando a decisão do Supremo para emitirem seus pareceres refentes às demais ações sobre os 28,86 % em tramitação.

No dia 17 de setembro, Velloso pediu vistas ao processo para análise do caso, no momento em que a votação no STF estava empatada por dois votos contrários e dois favoráveis ao reajuste.

No dia 25 de setembro, o presidente da CUT, Vicente de Paulo da Silva, e representantes da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) – incluindo a assessoria jurídica do Andes-SN - , foram ao Supremo conversar com os ministros e saíram de lá com a promessa que a votação aconteceria no dia 22 de outubro.

Com o adiamento, os servidores terão que redobrar as suas ações de mobilização para evitar que a decisão do STF seja contrária aos interesses da categoria.

Andes solicita audiência com Paulo Renato

Até a última sexta-feira (24) - fechamento desta edição do Jornal da Adufrj - o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes - SN) não havia recebido resposta à solicitação de audiência com o ministro da Educação Paulo Renato. O sindicato nacional espera estabelecer uma relação concreta de negociação com o Ministério, que na última campanha salarial se recusou a receber os dirigentes. Está na pauta de discussão o piso salarial profissional, com ênfase na Carreira Única e a Capacitação Docente.

Golpe na Isonomia

Provavelmente, daqui há alguns meses, haverá soldados do exército ganhando mais do que professores universitários.

Este será o resultado da emenda à Constituição aprovada pelo parlamento que desvincula os reajustes salariais dos militares aos dos civis.

XXXV Conad discute conjuntura e Plano Nacional de Educação

"A Educação é um grande 'guarda-chuva'. É através dela que a sociedade se politiza e começa a entender a importância da luta pela terra, pelo trabalho e pelo pão. Ou seja, a Educação da qual falamos é mais ampla e capacita o cidadão a atuar pela melhoria da sociedade em que ele vive". Esta é a leitura que a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN), Maria Cristina de Morais, faz do tema central do XXXV Conad – encontro semestral da entidade – entitulado: "Rimam com Educação: terra, trabalho e pão". O evento aconteceu no período de 23 a 26 de outubro, em Belém do Pará, e contou com a participação de cerca de 150 pessoas, entre delegados e observadores. Os pontos de destaque do XXXV Conad foram as plenárias de conjuntura e de elaboração da proposta do Andes-SN para o Plano Nacional de Educação que será amplamente debatido no II Coned (Congresso de Educação) a ser realizado em novembro, na cidade de Belo Horizonte.

Na sexta-feira (24), a política adotada pelo governo federal foi o eixo de reflexão da plenária inicial do Conad que discutiu Movimento Docente e Conjuntura. A questão da reforma agrária e os conflitos pela posse de terra se destacaram neste debate. O Encontro Nacional sobre a Questão da Terra, que também aconteceu em Belém do Pará, um dia antes da abertura do Conad, trouxe subsídios às discussões referentes ao tema.

A Plenária de encerramento, no domingo (26), aprovou o Plano de Lutas - que será publicado no próximo número do Jornal da Adufrj - norteador do movimento sindical docente para os próximos meses.

Junto ao Plano de Lutas, o próximo número trará também as principais deliberações do XXXV Conad.

Programe-se

II Congresso Brasileiro de Educação

Adufrj garante participação no II Coned

A Adufrj-SSind ainda pretende garantir o transporte terrestre a todos os interessados em participar do II Congresso Brasileiro de Educação, que acontecerá entre os dias 6 e 9 de novembro, no Campus da UFMG. Os professores que estiverem interessados em participar deste forum de discussão e reflexão, devem procurar a sede da Adufrj para maiores informações.

O tema geral do evento é Educação, Democracia e Qualidade Social. Esta segunda edição do Coned vai consolidar uma proposta de Plano Nacional de Educação, contemplando a participação democrática da sociedade na construção de uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Relação das mesas-redondas do II Coned que terão a participação do Sindicato Nacional Andes:

Política para a Educação Superior; Proposta de Educação Superior para o Plano nacional de Educação; Sistema Educacional: Articulação da Educação Básica e Superior; Avaliação da Educação Superior; Concepções e Mecanismos de Gestão Democrática: da educação básica à superior; Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior: necessidades e destinações; Autonomia Universitária; Formação Profissional: condições de trabalho e carreira; Ambiguidades e Contradições na nova LDB; O Papel Social da Universidade; O Papel Social da Universidade e a Produção do Conhecimento; A Arte como Componente curricular da Educação e; Universidade Pública: expansão, extensão e interiorização.

Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (Nesc)

"Treinamento em Epidemiologia de DST/Aids"

O Nesc abriu 20 vagas para o curso "Treinamento em Epidemiologia de DST/Aids", que será oferecido no período de 3 a 28 de novembro, com carga horária total de 120 horas. O objetivo do curso é capacitar coordenadores de programas de DST/Aids na utilização do método epidemiológico e de seus instrumentos para aperfeiçoamento de programas, sendo direcionado ao planejamento adequado das ações e avaliação de impacto. Para profissionais de saúde, preferencialmente que trabalhem em coordenações de programas em DST/Aids. O critério de seleção será o exame de currículo com ênfase no desempenho de atividades profissionais relacionadas com a temática do curso. Mais informações na Coordenadoria de Ensino do Nesc, telefones (021) 270-0097 e 280-5810, com Nilma Travassos e Letícia Legay.

Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

"Atividade supressora de linfócitos T gama-delta", pelo Dr. José Orivaldo Mengel Jr. (do Departamento de Imunologia ICB III-USP)

Uma atividade programada pela Coordenação de Atividades Científicas e Culturais, dia 29 de Outubro, na sala G1-022, no Anfiteatro.

Errata

A votação do recurso da União no Supremo Tribunal Federal contra a decisão que garantiu a 11 servidores o reajuste de 28,86% está empatada em dois votos, e não como saiu na edição anterior. Votaram contra os servidores os ministros Nelson Jobim e Ilmar Galvão. Marco Aurélio, o relator, e Maurício Corrêa, foram a favor. Faltam os ministros Carlos Velloso, que pediu vistas, Sepúlveda Pertence, Octávio Gallotti, Sidney Sanches, Néri da Silveira, Moreira Alves e Celso de Mello, presidente do STF.

Participe

do Jornal

ADUFRJ Seção Sindical

Mande sugestões de pauta, opiniões sobre as matérias, artigos e dicas de como melhorar o seu jornal

por: carta, e-mail, telefone, fax, nas caixas de distribuição do jornal ou venha até a sede da Adufrj-S-Sind.

As crises periódicas das bibliotecas:

Oportunidade de pensar a UFRJ

Recentemente o jornal da Adufrj abriu espaço para uma avaliação dos problemas e perspectivas das bi-bliotecas da UFRJ, que foi seguida por uma nota de esclarecimentos da Coordenadora do Sistema de Bibliotecas (SiBI/UFRJ). Infelizmente esta nota deixa em aberto ainda diversas questões importantes.

O Corte de assinaturas deste ano

O Instituto de Física não recebeu 50% das suas assinaturas de revistas, aparentemente graças a uma exigência burocrática menor efetuada pela Capes. Os 23 periódicos que não foram assinados, os mais importantes da Física mundial, são o núcleo de nossa biblioteca, representando mais de 90% da nossa demanda de consultas e o pagamento de suas assinaturas envolve US$ 52.577, representando cerca da metade do orçamento previsto para periódicos no IF. As razões da não assinatura originaram-se, embora pareça contraditório, no fato de terem feito parte de um malfadado programa especial do MEC (PAP, Programa de Aquisição de Periódicos) para assinatura de revistas prioritárias, programa este que agora está extinto. (...)

As atividades de pesquisa do Instituto de Física foram certamente atingidas e isto ocorreu também em outras unidades. Há perspectivas para completar esse buraco de 97 em nossas coleções? Como ficará a situação para 98? Revistas cortadas serão re-assinadas?

A falta de informações dificulta a busca de soluções

O segundo problema, que eu entendo como mais grave, é a não visualização da seriedade da situação, o que se evidencia quando a nota de esclarecimento do SIBI diz que apenas 6% dos títulos não foram incluídos. Mesmo que o corte de 6% tivesse sido feito igualmente em todas as bibliotecas, as unidades deveriam ter sido avisadas, pois já seria um problema grave. A média, além disso, não é tudo e, se me permitem uma piada histórica, já dizia o Barão de Itararé que a média entre uma pessoa que não comeu nada e a que comeu um frango é que cada uma estará sem fome pois, em média, comeu meio frango. A quase inviabilização de algumas bibliotecas deveria ter sido comunicada no mínimo aos diretores dessas unidades, o que poderia ter sido feito através dos representan-tes dos centros na Comissão Assessoria do SiBI, comissão esta que ficou praticamente dois anos sem se reunir. Esta comunicação deveria ser formal, com lista das revistas não assinadas, para permitir que a unidade pudesse solicitar recursos de outras agências.

A centralização de decisões e a necessidade de integração

O problema de falta de informação e de ignorar as necessidades das diversas unidades, remete-nos a uma questão muito mais ampla: a busca de eficiência na Administração Pública. Este ano ocorreu uma crise na assinatura de periódicos da UFRJ, a terceira nesta década. Embora não tão grave quanto as outras duas em que nenhum periódico foi pago nesses anos, em 1997.

A eficiência não pode ser considerada uma palavra-anátema, ela é essencial pois lidamos com dinheiro público. Mas, enquanto a tendência na Administração tem sido nas últimas décadas descentralizar, a tendência na Administração Pública brasileira e, em particular, na UFRJ e nos órgãos de fomento à pesquisa, tem sido exatamente oposta. Em especial a assinatura de revistas tem sido feita, nestes últimos anos, a partir de uma única licitação nacional, como a assinatura dos periódicos, incluindo a inclusão e o corte, deve ser feita o mais perto possível dos usuários para permitir gerir problemas COM O MÍNIMO DE DESCONTINUIDADE, a UFRJ tem que brigar no MEC para que a verba de assinatura de revistas seja incluída em seu orçamento. O trabalho das bibliotecárias, ou nas unidades ou no SIBI, para fazer essas assinaturas tem sido difícil nesses últimos 15 anos pois usualmente não se sabe nem quanto dinheiro está disponível, nem de que fontes, nem quanto estará possível.

Num outro exemplo, este interno à UFRJ, é vital uma maior coordenação das bibliotecas, incluindo entre outras coisas o eventual remanejamento de acervos de revistas mais antigas ou de livros de demanda muito baixa. Para meu espanto fui informado que realizou-se reunião algumas semanas atrás do Conselho Assessor do SiBI onde estão começando a ser discutidas publicamente propostas radicais de remoção de acervos, como remover quase todos os acervos das bibliotecas setoriais para “armazéns” aos quais o usuário não teria acesso direto. Artigos ou livros nesses acervos seriam solicitados por e-mail e transportados uma vez por semana em carros da reitoria. Esse esquema é francamente inaceitável, significando não um passo em direção a uma biblioteca universitária, mas sim um passo rumo à destruição do acervo das bibliotecas que atendem aos seus usuários.

Esquartejar setores de algumas unidades para integrá-las em algum lugar, não é solução e sim enfrentar de frente o problema da integração universitária. Este é o grande desafio que a UFRJ, e o SiBI em particular, enfrentam. Para isto é fundamental trazer para o Campus , além do próprio SiBI, várias unidades que interagem ou deviam interagir fortemente com outras já em nosso Campus: Educação, Comunicação, Economia, Administração e os departamentos de Geologia e de Biologia do Museu Nacional.

A proposta de Biblioteca Central Universitária, discutida no início da gestão do atual reitor, e que envolveria essa mudança do SIBI e uma centralização parcial dos acervos, está aparentemente adiada mas é essencial que volte a ser discutida. A sociedade brasileira paga meio bilhão anual para manter a UFRJ e temos que lhe dar maior retorno, que está associado à integração de suas atividades apenas possível se estiverem próximas.

Finalmente, crises sempre fornecem oportunidades de avançar na solução de problemas. Neste caso, a UFRJ tem que se assumir como um organismo vivo, onde há sinergia entre as diversas unidades, onde pontos de contato são os pontos fortes e não os de atrito, e em nenhum outro lugar isto é mais evidente que no Sistema de Bibliotecas.

Luiz F.S. Coelho - Instituto de Física - 15/10/97

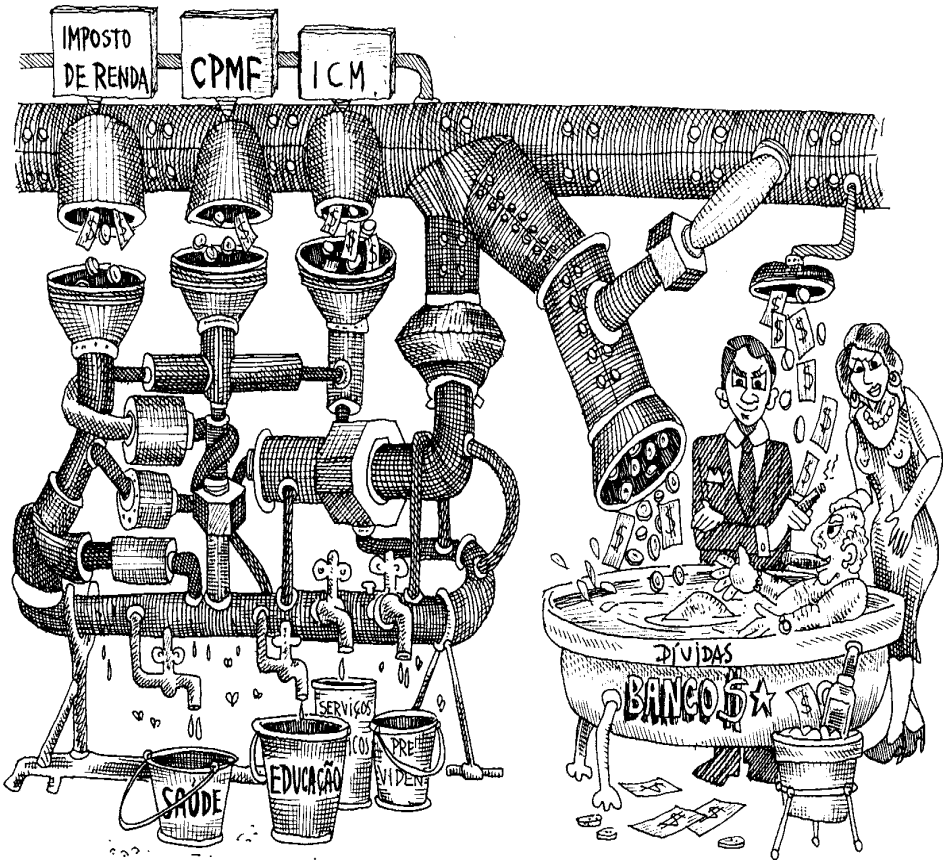
JORNAL
ANO IV
3 A 16 DE NOVEMBRO/97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL

Assalto

Governo desvia verbas da área social para pagamento de juros



A proposta para o orçamento de 1998 que tramita no Congresso Nacional desmascara o Plano Real. Somente com pagamento de juros, estão previstos cerca de R$ 37 bi. Este total é maior do que toda a verba destinada à Saúde e Educação, juntas, para o próximo ano. Outra falácia que a proposta desmascara: o Ensino Superior consome, apenas, cerca de R$ 4 bi, do total orçado para a área de Educação e Cultura (R$ 15 bi).
Páginas 6 e 7

Na Saúde, entre as barbaridades promovidas pelo governo de FHC, está o desvio de verbas do CPMF, detectado pelo Conselho Nacional de Saúde.
Página 8

Quem é quem na votação dos 28,86% no Supremo Tribunal Federal
Página 3

Reforma administrativa: Michel Temer apóia golpe de Moreira Franco
Páginas 4 e 5

II Coned: Brasil discute plano democrático para a Educação nacional
Página 10

Editorial

Projeto de autonomia do governo é o fim da universidade brasileira

A recente crise das bolsas no mundo inteiro mostra a dimensão real da atual política de globalização. Da noite para o dia bilhões de dólares mudam de mãos, sistemas econômicos são montados e desmontados, milhões de empregos são suprimidos, a soberania das nações é letra morta.

Este episódio recente deve servir como mais um alerta para o que está ocorrendo no Brasil. O desmonte do setor público não é um "acaso político" no governo FHC. Está na sua essência transferir recursos de educação e saúde para o setor privado, subsidiar os escândalos do sistema financeiro, colocar o Estado brasileiro como avalista e responsável pelas dívidas internas e externa, enfim, subordinar o país à nova ordem mundial.

Neste sentido, o projeto de emenda constitucional - PEC 370 - é um elemento importante: reduz a obrigação do Estado com a educação, molda uma nova "escola de 3º grau" adequada ao papel de mercado dependente e reproduz o modelo ideológico tão caro ao senhor FHC - o do pensamento único.

Infelizmente, ainda há muitos setores da comunidade acadêmica que têm ilusões em relação a este projeto. Uns acham que a "excêlencia acadêmica" será preservada e apoiam o discurso governista de "moralizar"o serviço público, separando a universidade do "resto". A estes alertamos o seguinte: se o governo tivesse a mais leve intenção neste sentido, seria muito fácil redefinir as carreiras universitárias e de pesquisadores ou simplesmente aperfeiçoar o sistema dos órgãos de fomento. Mas não é isto que vem ocorrendo. O desmonte é generalizado.

Outros sonham em "negociar" alguns pontos com o governo e emendar a PEC-370 com artigos "um pouco melhores". Outro conto de fadas, desmascarado pela realidade.

> A aprovação do projeto governista é, no fundo, o fim da universidade brasileira. Aqueles que tem dedicado suas vidas a esta instituição não podem ficar calados.

O governo já vem de fato destruindo a universidade e o ensino público, apesar das garantias e obrigações constitucionais vigentes. Tem feito isto através de leis ordinárias, decretos lei, portarias e instrumentos de todos os tipos. Precisa apenas quebrar a constituição para dar o golpe de misericórdia. Nenhum penduricalho jurídico o impedirá se o artigo 207 da Constituição for alterado por emendas.

Embora reconhecendo dificuldades políticas importantes, não consideramos que este processo seja irreversível. Já sofremos uma tentativa semelhante durante o governo Collor com a proposta da PEC 56B.É importante relembrarmos que naquela época o movimento docente já fazia uma análise semelhante. Fomos ouvidos pelo Conselho Universitário da UFRJ, neutralizamos o apoio ao governo na Andifes e conseguimos bloquear o ataque à universidade.

Este é o caminho que o movimento docente vem insistindo: consideramos o artigo 207 da atual Constituição Federal como autoaplicável, sem nenhuma ambiguidade. Emendá-lo é fazer o jogo do governo FHC. É importante que esta discussão retorne ao Conselho Universitário da UFRJ, que tem sentido a responsabilidade política de responder à investida do governo. Principalmente por que as opiniões da atual administração fazem coro com o governo e hoje são seu porta-voz na Andifes.

A UFRJ tem um peso significativo na definição de uma oposição consequente ao projeto de destruição da universidade brasileira. Sabemos pela observação do que já ocorre nas atuais "escolas de 3ºgrau" (autoproclamadas de universidades privadas) que a aprovação do projeto governista é, no fundo, o fim da universidade brasileira. Aqueles que tem dedicado suas vidas a esta instituição não podem ficar calados.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão
Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Edição e Reportagem: Adriana Gomez (Mtb: 15.700) e Pedro Moreira (Mtb: 19.467)
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Fique por dentro da votação dos 28,86% no STF

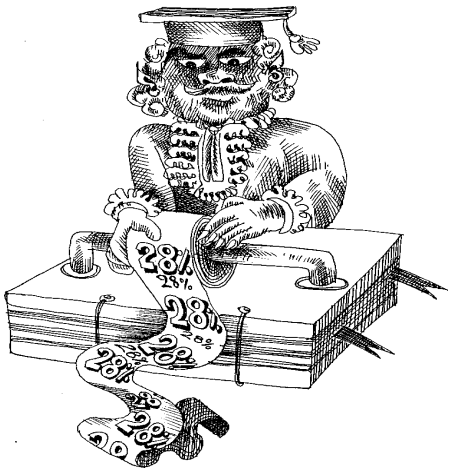
A declaração de voto de quem foi a favor do embargo do governo e dos que votaram pela extensão do reajuste aos onze servidores do Executivo.

Não cabe ao Supremo considerar a compensação de reajustes. Esta é a avaliação do relator do caso, o ministro Marco Aurélio. Ele foi um dos que rejeitou os argumentos do governo, no dia 17 de setembro, e votou contra o recurso da Advocacia Geral da União (AGU) sobre a decisão que estendeu a onze servidores civis os 28,86% concedidos aos militares em janeiro de 1993. Essa compensação, segundo o ministro, teria de ser analisada pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), onde se originou a ação dos servidores.

O ministro Maurício Corrêa concordou com a avaliação de Marco Aurélio e também votou contra o embargo declaratório do governo.

Nelson Jobim, considerado o representante de FHC no STF, não decepcionou seus aliados. Acatou o recurso do AGU. O argumento de Jobim é o mesmo do ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. Para eles, os servidores já receberam reajustes que compensem este percentual.

No voto, o ministro Ilmar Galvão, que havia pedido vistas do processo no dia 27 de agosto, entendeu que os servidores civis também receberam reajustes pela Lei 8.627/93, a mesma dos 28,86% dos militares. Segundo Galvão, três dos 11 servidores já tinham recebido reajustes de 31%, 33% e 31,93%; enquanto seis outros receberam de 3,55% a 11,29%. Assim, com re-



lação a esses servidores, poderia haver a compensação na avaliação do ministro.

O ministro Marco Aurélio que, como relator, já havia votado contra o recurso do governo, disse que em julgamento de embargos de declaração não se pode modificar o mérito da decisão anterior. Os embargos de declaração servem apenas para discutir omissão, obscuridade e contradição da decisão. Para o relator, a compensação (que é o mérito da questão) foi discutida no primeiro julgamento, quando se entendeu que os servidores civis não receberam reajustes pela Lei 8.627/93.

Nesta audiência, o ministro Carlos Velloso pediu vistas ao recurso do governo, adiando a decisão. No dia 22 de outubro, data do novo julgamento, Velloso afirmou que não havia tomado nenhuma decisão.

A próxima sessão que apreciará o embargo, segundo informações do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), está prevista para 12 de novembro.

Servidores preparam-se para novos protestos

Agência Andes (Brasília/DF) - Representantes do Andes SN estão se mobilizando em conjunto com a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) para a realização de um grande ato público em Brasília no dia 12 de novembro, data provável da votação dos 28,86% pelo STF e votação, em segundo turno, da reforma administrativa na Câmara dos Deputados.

Quem votou com o governo

Nelson Jobim e Ilmar Galvão

Quem votou contra o governo

Maurício Corrêa e Marco Aurélio

Quem ainda não votou

Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence, Octávio Gallotti, Sidney Sanches, Néri da Silveira, Moreira Alves e Celso Mello (presidente do STF).

Docentes, funcionários e pós-graduandos se reúnem na Adufrj

No dia 30 de outubro, na sede da Adufrj S-Sind, diretores da Associação dos Docentes e do Sindicatos dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj), e representantes da Associação de Pós-graduados (APG), reuniram-se para avaliar e construir uma ação conjunta das entidades sobre a PEC-370 e suas ameaças para vida universitária. O DCE não compareceu, apesar de ter sido convocado. Foi consenso a necessidade de uma ação rápida e conjunta, ainda nesses semestre, visando esclarecer a comunidade da UFRJ sobre as implicações desta proposta de emenda à Constituição Federal.

Também foi destacada a importância de influenciar parlamentares sobre o desastre que a aprovação desta PEC representará para a vida universitária. No dia 3 de novembro, na sede da Adufrj, nova reunião de organização.

Funcionários no Consuni

Os funcionários da UFRJ conquistaram o direito de voz e voto no Conselho Universitário na sessão de 23 de outubro. O presidente da Adufrj, Roberto Leher, durante a sessão do Consuni, afirmou : "este é um passo fundamental para o funcionamento dos órgãos democráticos desta universidade".

Os onze representantes serão eleitos através de pleito organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ.

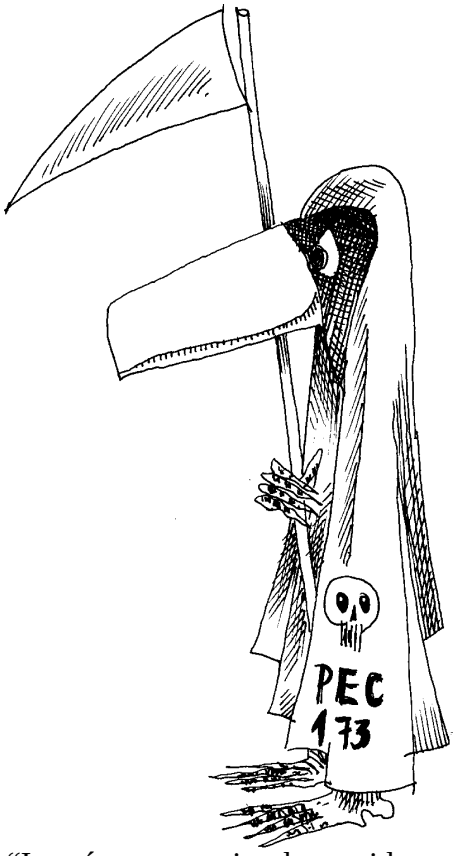
Câmara apóia golpe de Moreira Franco

Michel Temer não julga Questão de Ordem do PT, gerando um precedente perigoso que pode possibilitar alterações feitas por uma única pessoa em textos já votados em plenário.

Agência Andes (Brasília-DF) – A partir de agora, toda matéria constitucional só será votada, em primeiro e segundo turnos, quando o plenário da Câmara dos Deputados aprovar a redação final do texto. A decisão é do presidente da Casa, Michel Temer, em resposta à Questão de Ordem dos deputados Maria Laura (PT/DF) e Miguel Rosseto (PT/RS) sobre as modificações que o relator Moreira Franco (PMDB/RJ) da PEC 173-B/95 fez ao texto da reforma administrativa já aprovado na Comissão Especial, sem passar pela apreciação dos integrantes desta Comissão.

Uma das alterações promovida por Moreira Franco no texto do substitutivo, que os dois parlamentares do bloco de oposição ao governo destacam no texto da Questão de Ordem, diz respeito ao regime Jurídico Único, que foi mantido no plenário e suprimido por Moreira Franco.

Na última quarta-feira (29), Michel Temer divulgou decisão afirmando que a Questão de Ordem deveria ter sido apresentada pela Comissão Especial da PEC e acrescenta que a matéria não é processual, mas de mérito redacional. Ou seja, para Temer, o julgamento deve ser feito pelo plenário e não pelo presidente da Câmara, que deve apenas cumprir o Regimento Interno da Casa.



"Isso é uma mentira do presidente. Houve descumprimento do Regimento Interno. O problema é processual sim", declarou, indignada, a deputada Maria Laura. "Com isso, ele remete a matéria ao plenário, que pode aprová-la por maioria simples quando deveria ser por 3/5, que é quorum qualificado exigido para votação de matéria constitucional", acrescentou.

Decisão preocupa oposição

Diante da decisão de Temer, o PT resolveu pedir suspensão da Questão de Ordem e que o texto voltasse à Comissão de Constituição e Justiça. Com base nisso, será votado, no plenário, na terça-feira (4) o efeito suspensivo do recurso da decisão de Michel Temer sobre o documento.

Caso não haja alterações, a redação final do substitutivo do relator Moreira Franco (PMDB/RJ) será votada na Quarta-feira (5).

Isso significa que a Câmara abre um precedente considerado perigoso pela oposição – de aceitar alterações feitas por uma única pessoa (nesse caso, o relator) de texto já votado por 3/5 do plenário.

No dia 12, a PEC será votada pela Câmara dos Deputados em segundo turno.

Perdas - O texto proposto por Moreira Franco atinge diretamente o direito dos servidores públicos federais e, em particular, dos docentes universitários e aposentados.

A substituição do termo "plano de carreira" por "planos de carreira", por exemplo, pode resultar numa brecha para a criação de planos de carreiras diferenciados para a categoria. Além disso, os inativos perderão vantagens de seus proventos com a generalização redacional.

Confira na página ao lado algumas alterações importantes no texto do relator.

Alguns pontos do substitutivo que sofreram alterações relevantes

ESTABILIDADE – O relator manteve a sua proposta de quebra geral da estabilidade por necessidade de redução do gasto. Não fixou prazo limite para tais demissões (embora tenha sido apresentada a sugestão pelo Dep. Paulo Gouveia). Com isso, assume que tais demissões possam ocorrer a qualquer momento em que convenha à Administração, mediante alteração à lei Rita Camata.
Neste item, o relator acolheu sugestão no sentido de que a demissão se faça mediante critérios estabelecidos através de lei federal, e não mais somente por ato normativo motivado. O estágio probatório, segundo o relator, fica em cinco anos. Manteve a perversa redução de remuneração do servidor em disponibilidade, a qual será proporcional ao tempo de serviço.

POLÍTICA REMUNERATÓRIA – Acolheu o relator sugestão no sentido de que o adicional ou prêmio de produtividade tenha caráter exclusivamente eventual. Ou seja, não poderá ser deferido, em caráter permanente, ou regular, a qualquer categoria de servidor, substantivamente ao vencimento.

CONTRATOS DE GESTÃO – O relator afastou a figura do contrato temporário no contrato de gestão. Assim, fica afastada a hipótese de contratação temporária sem concurso para atender aos contratos de gestão firmados entre órgãos e entidades da Administração Pública. Permanece, no entanto, a flexibilização do princípio da legalidade para efeito de fixação de remunerações, quando firmado contrato de gestão entre órgãos da administração direta, autarquias e fundações.

TETO DE REMUNERAÇÃO – Acolheu o relator proposta no sentido de que não se afastasse a prerrogativa do Judiciário na proposição da remuneração dos Ministros do STF, cujo subsídio será o teto remuneratório. O relator propõe que o valor a ser fixado seja proposto conjuntamente pelos presidentes do STF, do Congresso e pelo presidente da república.

Alguns itens incluídos no parecer anterior e que permanecem inalterados

CONTRATO DE EMPREGO – Insiste o relator, apesar de múltiplas sugestões, em dar ao contrato de emprego extensão ilimitada. Conclusão: trata-se da real intenção de sua parte permitir a substituição ampla, geral e irrestrita do Regime Jurídico estatutário por um regime de contrato de emprego precário, que não dá direito à estabilidade, o que terá efeitos absolutamente caóticos na Administração Pública

ISONOMIA – O relator deixa claro que trata-se de posição fechada a exclusão do princípio da isonomia remuneratória do texto constitucional.

FLEXIBILIZAÇÃO DE REAJUSTE PARA OS TRÊS PODERES – Insiste o relator na tese de dar aos membros do Judiciário, Legislativo, Executivo e titulares de mandato eletivo liberdade para alterarem as suas remunerações no curso do próprio mandato.

DIFERENÇA ENTRE MILITARES E CIVIS – Ao lado da inovação positiva de fixar reajuste geral anualmente, na mesma data, atende a reivindicação dos militares desvinculando-os dos civis.

IRREDUTIBILIDADE SALARIAL – Mantém o relator a perversa proposta de afastamento do princípio da irredutibilidade, especialmente por meio da vedação de incorporações de vantagens, mesmo que percebidas com habitualidade. Permanece o prejuízo aos inativos, especialmente em vista da previsão de que tais vantagens, não incorporáveis, deixarão de ser pagas quando cessadas as condições que lhes derem causa.

Fonte: Assessoria Jurídica Partido dos Trabalhadores

Continuação

Conselho Nacional de Saúde denuncia desvio de verba

O relatório da reunião dos dias 29 e 30 de setembro do Conselho Nacional de Saúde que acompanha o orçamento de 1997, constatou um desvio significativo da verba destinada à Saúde. Segundo o relatório, "o fluxo de caixa do Ministério da Saúde até 30.09.97 registra R$ 13,1 bi contra R$ 10,9 bi no mesmo período de 1996. A receita da CPMF até 30 de setembro deste ano é superior a R$ 4,7 bi. Portanto, fazendo um comparativo entre 1996 e 1997, identificamos que deveria ter sido repassado ao MS R$ 10,9 bi mais R$ 4,7 bi (CPMF como fonte adicional), o que totalizaria R$ 15,6 bi. Logo, existe uma defasagem de R$ 2,5 bi."

Trocando em miúdos, o governo vem utilizando a verba do CPMF como substituta de outras fontes orçamentárias. Como resposta a este abuso, parlamentares do bloco de oposição ao governo (PT, PDT e PC do B) entraram com uma ação de inconstitucionalidade junto ao STF contra a utilização do CPMF como fonte principal de recursos da Saúde. "Questionamos o uso deste imposto para pagamento de outras dívidas que não estejam direcionadas à Saúde. Acho que esta prática é passível de uma condenação por crime de responsabilidade", diz Paulo Bernardo. O presidente da república, que se diz muito preocupado com a crise na Saúde, mostra as suas verdadeiras intenções quanto veta o parágrafo único do artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que autorizava o Executivo a usar o superávit 97, inclusive da CPMF, somente para ações e serviços de Saúde.

Governo não gasta com Saúde

Analisando o que foi gasto pelo governo até 31 de agosto, verificou-se que ele não vem utilizando a verba destinada à área de Saúde como deveria. A execução orçamentária para o período que deveria estar por volta de 66%, segundo o relatório do Conselho Nacional de Saúde, possui um saldo de apenas 33%. "Observamos que inúmeros programas apresentam saldo orçamentário elevadíssimos. Não foram utilizados, nem sequer empenhados", conclui o documento. O CNS refere-se, por exemplo, a Programas como o de erradicação da aedes (dengue) que ainda possui um saldo de 88,10%; Saneamento Básico, que ainda existe no caixa 81,20% do valor total que o governo pode investir; Combate à Carência Nutricional que ainda possui 67,16% de seus recursos presos nos cofres federais. Ou seja, o maior problema social do país – que é o sucateamento na área da Saúde – está cada vez pior porque o governo se recusa a gastar os recursos alocados para este fim.

A execução orçamentária para o período que deveria estar por volta de 66%, segundo o relatório do Conselho Nacional de Saúde, possui um saldo de apenas 33%

Desvio de verba da CPMF

Segundo o relatório, "é inadmissível qualquer contenção orçamentária na Saúde", uma vez que a previsão de arrecadação da CPMF até 31 de dezembro de 1997 é superior a R$ 6,7. Os membros do CNS lembram que a CPMF é uma fonte adicional de recursos e destacam no relatório: "ao contrário de contingenciamento, torna-se urgente e necessária uma suplementação orçamentária para o Ministério da Saúde, da ordem de R$ 1 bilhão, referente ao superávit entre a previsão inicial e a arrecadação da CPMF (R$ 5,7 bi para 6,7 bi), sob pena de vir a ocorrer o desvio de R$ 1 bilhão da CPMF tendo em vista o veto presidencial ao parágrafo único do artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 98". Concluindo, o relatório constata uma defasagem de R$ 2,5 bi até 30 de setembro de 1997. Isto aponta, segundo o Conselho, para uma execução orçamentária de R$ 18 bi, apesar do excelente desempenho das Receitas Federais, particularmente da CPMF, comprometendo assim, desnecessariamente, as contas da Saúde para o ano de 1998.

CNS critica orçamento de 1998

A análise do CNS condena a diminuição do orçamento para o Ministério da Saúde em 1998 (R$19,1 bi), em relação ao que fora autorizado pelo Congresso para 1997 (R$20,4 bi). Com este corte, o relatório prevê uma repercussão sobre as várias ações do Ministério entre as quais destaca as despesas com assistência à Saúde (item que tem sido o principal alvo de cortes do governo FHC). Este corte atinge em cheio os usuários do sistema público de saúde que vão sofrer ainda mais no próximo ano. Segundo o documento, ações e serviços de cunho eminentemente preventivos estão ameaçados como: vacinação, ações dos agentes comunitários de saúde, diagnóstico e tratamento de doenças infecto-contagiosas e sua prevenção através de identificação e formas de contágio, cuidados preventivos de saúde bucal e outras. "Não podemos esquecer que a maioria dos tratamentos precoces são determinantes de menor ocorrência e/ou intensidade de seqüelas", conclui o relatório.

Orçamento de 1998 promove cortes drásticos na área social

Governo vai gastar cerca de R$ 37 bilhões somente para pagamento de juros. Este valor significa mais do que está previsto para Saúde e Educação juntas

Se 1997 está sendo um ano difícil para a área social do país, se depender do orçamento enviado pelo governo Fernando Henrique ao Congresso, em 1998 tudo tende a piorar. Para o deputado federal Paulo Bernardo (PT/PR), membro da Comissão de Orçamento que está avaliando a proposta orçamentária de 1998, a previsão de gastos para o próximo ano evidencia o descompromisso do governo federal para com as áreas sociais. Excluindo a manobra mentirosa do governo nos gastos previstos com Educação e Cultura (onde conseguiu registrar um aumento de 29,94%; mas, na verdade existe uma redução no investimento do governo federal de 1,9%), as outras quatro áreas mais importantes para o social terão seus recursos diminuídos: Agricultura (-0,52); Habitação e Urbanismo (-45,86%); Saúde e Saneamento (-8,73%) e Trabalho (-8,66).

Para Paulo Bernardo, esses cortes não são justificáveis uma vez que o governo projeta um aumento na receita da União de 12,9% para o próximo ano em relação a 1997. Ano passado, a quantia arrecadada representava 19% do PIB; em 1998, passará para 20,1%. O item Trabalho engloba uma possível política de geração de empregos. Se em 1997 o país conseguiu índices alarmantes de desempregados, com a queda de investimento na previsão para 1998 (-8,66), a situação, com certeza, não vai melhorar

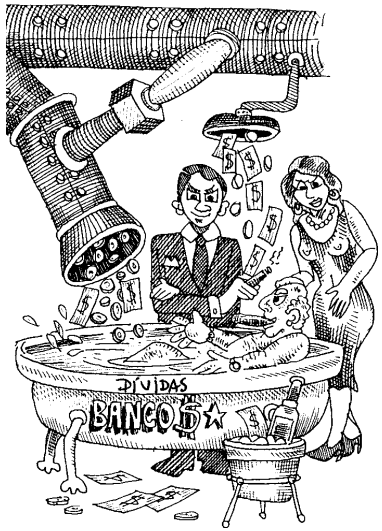
Ensino Superior gasta 40% do total para Educação

Vale ressaltar que o aumento de investimento na área da Educação e Cultura que o governo divulga no projeto orçamentário para 1998 é falso. O deputado denuncia a estratégia perversa: "o governo criou o Fundo de Desenvolvimento do Magistério - que unifica as verbas destinadas à Educação de estados, municípios com as federais. Com isso, passou a contabilizar o montante como se este fosse o orçamento federal. Se retirarmos a contribuição de estados e municípios, o investimento do governo (R$ 11,43 bi) cai em 1,9% em relação ao que foi gasto no setor ano passado (R$ 11,67 bi). Outra mentira divulgada pelo governo diz respeito aos gastos com o Ensino Superior. Ano passado, a autorização com os gastos neste item foi de R$ 4,96 bi. Isto corresponde a 42% do total autorizado para gastos na Educação e Cultura. A diferença está na utilização destes recursos. O Ensino Superior utiliza, segundo a assessoria do deputado Paulo Bernardo, todo o dinheiro destinado a ele. Isso se explica através da possibilidade gerada pela autonomia universitária.

Mas, mantendo a tendência do governo de cortar verbas na área social, o Ensino Superior também será atingido. Em 1997, havia R$ 4,96 bi destinados a este item. Em 1998, ele cairá para R$ 4,48 bi.

Sonho da casa própria fica mais distante

O orçamento de 1998 também afasta o sonho de um possível financiamento federal para aquisição da casa própria para população de baixa renda. O deputado destaca o item Habitação e Urbanismo que despenca em 46% em relação ao que o governo promete gastar em 1997. Aliás, vale ressaltar que existe uma diferença significativa entre prometer e efetivamente cumprir, quando se trata do governo Fernando Henrique. E a proposta de orçamento não é uma exceção. Um bom exemplo disso são os gastos com a Reforma Agrária. Segundo Paulo Bernardo, em 1997, o governo prometeu utilizar R$ 1,2 bilhão para viabilizar os assentamentos de famílias sem-terra. Até outubro, faltando praticamente dois meses para o final do ano, só foram gastos cerca de 39% deste total. Ou seja, existe autorização, tem verba e não se faz. "O que falta é vontade política. A prioridade deste governo é pagar juros", afirma o membro da Comissão de Orçamento.



A situação da Saúde é absurda. O governo contraria o artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1998 onde está estabelecido que "no exercício de 1998 serão aplicados, em ações e serviços de Saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos autorizados em 1997". Na previsão orçamentária do próximo ano, o deputado alerta para uma queda de 8,73% no setor. Logo, a diminuição dos recursos para a Saúde além de ser injustificável do ponto de vista social, é ilegal. A CPMF - Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - que foi criada com o intuito de ser uma receita complementar para aumentar os recursos no setor, está se tornando a única fonte. "Para 1998, como a estimativa de arrecadação da CPMF aumentou, o governo diminuiu o repasse de outras fontes de financiamento para o Ministério da Saúde. Se a CPMF não existisse, a queda dos recursos para o Ministério seria de 20,20%. Com ela, a queda será de 8,73%", denuncia Paulo Bernardo.

Governo vai gastar com juros cerca de R$ 37 bilhões

O orçamento para 1998 deixa claro o preço que estamos pagando para a manutenção do Real. Enquanto constata-se cortes em áreas sociais impres-cindíveis (ver quadro ao lado), a verba destinada a pagamento de juros é muito maior que toda a verba para Educação e Saúde juntas: R$ 37 bilhões. Este montante é maior que a folha de pagamento dos servidores da ativa: R$ 23 bilhões. "O impacto dos juros nas contas públicas é avassalador. Não sobra dinheiro para nada". Paulo Bernardo afirma ainda que as despesas com custeio e pessoal tiveram variação compatível com a taxa de inflação estimada pelo governo para o período: 5,78%.

Este dado possui duas leituras: a primeira é que o governo não pretende promover nenhum reajuste à categoria. Este percentual cobre o aumento vegetativo da folha que inclui anuênios, qüinqüênios e outros direitos. A segunda é que este percentual desmascara a falácia de que o funcionalismo é responsável pelo rombo nas contas públicas. Os juros são os verdadeiros vilões da história e a proposta orçamentária do governo demonstra isso. Para se ter uma idéia , a diferença do que foi orçado em 97 para a previsão de 98 é considerável, ficando em torno de 45%.

Crise na bolsa piora situação

Esses juros, segundo a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), que corresponderam a 1,87% do PIB em 97, passarão a representar 2,25% em 1998. A estimativa dos juros eleva o déficit público central para 1,45% do PIB no próximo ano. Vale lembrar que esta projeção foi feita antes da queda da bolsa de Hong Kong. "Quem vai rir no ano que vem são os banqueiros", afirma Paulo Bernardo. Segundo o deputado, o governo tem problemas sérios para financiar o Plano Real. Com a última crise na bolsa de valores mundial, o Banco Central teve de aumentar ainda mais as taxas de juros para fazer com que o capital internacional continue no país. Com isso, na última Quinta-feira (30), o país perdeu cerca de R$ 4,10 bi. Valor que quase corresponde ao investimento de 1998 para o Ensino Superior previsto no orçamento.

Documentos disponíveis na Adufrj:

- Relatório do Senador Jefferson Péres sobre as contas do governo de 1996;
- Relatório do Conselho Nacional de Saúde;
- Breve análise da Proposta Orçamentária para 1998 de autoria do deputado federal Paulo Bernardo (PT/PR);
- Posição do Conselho Nac. de Secretários de Saúde sobre o orçamento de 1998.

Função	Total Autorizado 1997	Previsão do governo para 1998	Variação (%) 1998/1997
Agricultura	8.805.950.261	8.759.830.494	-0,52
Educação e Cultura	11.660.197.489	15.098.286.604	29,49*
Habitação e Urbanismo	2.342.533.057	1.268.314.539	-45,86
Saúde e Saneamento	19.965.529.483	18.223.402.515	-8,73
Trabalho	10.270.972.944	9.381.002.754	-8,66

* Este percentual é falso. Nele estão incluídos orçamentos de estados e municípios. Sem eles, o percentual cai para - 1,9%. Na verdade, o governo pretende aplicar somente R$ 11,43 bi na área em 1998.

Confira na íntegra a Carta de Belém na home-page da Andes-SN: http://www.andes.org.br

Conad define atuação dos docentes contra arrocho e encaminha greve geral

O XXXV Conselho do Andes-SN, que reuniu 45 delegações e 54 observadores das seções sindicais em Belém do Pará, definiu como a entidade deverá atuar para concretizar as lutas relacionadas à educação, carreira e salários.

Um dos mais importantes encaminhamentos do Conad é o de fortalecer a campanha salarial dos servidores públicos federais, coordenada pela CNESF e fundamentada nos estudos do Dieese. Situa tal questão como um dos principais alvos de ataque à política neoliberal do governo FHC que, enquanto tal, tem que ser enfrentado conjuntamente pelo coletivo dos SPF's. Outro encaminhamento refere-se à organização e deflagração de uma campanha salarial capaz de contemplar as especificidades comuns de nossa categoria - professores de instituições de ensino - em especial, no tocante às propostas de piso salarial constitucional e reajuste emergencial.

Foi igualmente apreciada a proposta de construção da greve geral, deliberada pelo VI Congresso da CUT, com o objetivo de definir uma data para sua deflagração. O movimento poderá ser a resposta dos trabalhadores à política neoliberal do governo, que desmantela o Estado, precarizando ainda mais os serviços públicos, provoca desemprego e arrocho salarial e privilegia o sistema financeiro e os oligopólios, em detrimento dos interesses da maioria da população.

Também foi apresentada uma proposta de Plano Nacional de Educação, como contribuição ao II Coned. Abaixo, publicamos um resumo da Carta de Belém, deliberada ao final do Conad.

Carta de Belém

O XXXV CONAD, reunido em Belém, de 23 a 26 de outubro de 1997, com a participação de docentes das Instituições de Ensino Superior de todo o país, avaliou e atualizou o Plano de Lutas do Sindicato, a partir da análise da conjuntura nacional e internacional.

Vivendo sob um arrocho salarial sem precedentes, como o conjunto dos Servidores Públicos e demais trabalhadores - associado à ameaça de perda da estabilidade do emprego, à crescente precarização dos contratos de trabalho, à deterioração das condições do pleno exercício profissional, ao desmantelamento de carreiras e projetos de capacitação -, os docentes das IES assumem como tarefa urgente a defesa da Universidade Pública e Gratuita e a luta por condições dignas de trabalho, através da recomposição dos salários, a partir de piso salarial e carreira docente isonômica, e de reajuste emergencial para todos os docentes em atividade e aposentados.

O XXXV CONAD discutiu também a proposta do ANDES-SN para o Plano Nacional de Educação a ser aprovado no II Congresso Nacional de Educação – CONED – Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro de 1997, que reunirá representantes do movimento sindical e popular, além de entidades acadêmicas e científicas. O Plano, a ser extraído no II CONED, tem como finalidade garantir um ensino público gratuito e de qualidade em todos os níveis e condições dignas de vida e trabalho para os profissionais da educação. Os docentes consideram que a organização e a participação massiva nesse evento é tarefa imediata e fundamental para, com o objetivo de enfrentar o projeto privatista de educação do MEC, armar a sociedade, as organizações sindicais e populares para que lutem pelo direito fundamental da educação gratuita, que se traduza na consecução de todos os outros direitos que só uma sociedade justa e igualitária permite.

Rimam com Educação: Terra Trabalho e Pão!
Belém, 26 de novembro de 1997

Os sindicalizados à Adufrj, inscritos no II Coned, poderão solicitar passagens de ônibus para Belo Horizonte. O número é limitado.

II Congresso Brasileiro de Educação

Andes apresenta propostas ao Plano Nacional de Educação

A elaboração democrática de um Plano Nacional de Educação é a meta do II Congresso Nacional de Educação (Coned) que começa nesta quinta-feira em Belo Horizonte. Até domingo, 280 representantes de entidades científicas, sindicais, estudantis e dos movimentos sociais apresentarão 300 trabalhos e comunicações, 80 mesas-redondas e 16 conferências para aproximadamente três mil inscritos, no maior acontecimento desta área.

O movimento docente participou ativamente tanto da organização do II Coned quanto da elaboração de formulações que se contraponham as que vem sendo apresentadas pelo governo Fernando Henrique. Isto porque o artigo 87 das disposições transitórias da LDB em vigor estabelece que até o fim deste ano a União encaminhará ao Congresso "um plano nacional de educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes".

Para confrontar esta política que já se definiu pela exclusão social, o Sindicato Nacional (Andes) apresentou sua proposta para um plano que consolide no Brasil uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Como um Raio X operando sobre todos os níveis da educação, contemplando a realidade econômica do país a partir dos gastos públicos, do financiamento, das diferenças regionais e da concentração de renda, o estudo compara nossos tristes dados com a realidade de outros países, traça seus diagnósticos e propõe metas para recuperar o enorme atraso acumulado pelo Brasil na área da educação.

Este documento é consequência dos debates e estudos que ocorreram desde a fundação do Sindicato, inicialmente enfocando o ensino superior, progressivamente se estendendo aos diversos níveis e hoje avançando na articulação entre eles, tratando do sistema nacional como um todo: "de democracia de gestão e valorização dos profissionais da educação e, ainda, de diretrizes sobre financiamento e da elaboração e acompanhamento da execução de um Plano Nacional de Educação".

Analisando os efeitos pífios provocados por um sem número de programas governamentais antigos e novos - Mobral, Educação e Cidadania, Cieps, Ciacs, CAICs etc - o estudo do Andes-SN chega ao governo FHC indicando que as atuais propostas do MEC visam manter esta triste tradição.

Projetos governamentais

Elementar que o governo de Fernando Henrique tente vender seus projetos como solução para as mazelas da educação nacional, no entanto, eles não resistem a uma análise mais apurada. Como a que o documento do Andes-SN fez com o plano de desenvolvimento da educação básica, alardeado pelo ministro Paulo Renato como tábua de salvação: as conclusões são óbvias. Logo na definição dos gastos do governo FHC com a educação básica, por exemplo, o plano simplesmente não considera a totalidade das crianças e jovens brasileiros em idade escolar, contemplando apenas os estudantes matriculados. Em suma, o plano de Paulo Renato, que é economista, incorpora ao planejamento governamental a evasão escolar e a exclusão social: "Como as taxas de exclusão e evasão no Brasil são enormes, ignorar os que estão fora do sistema escolar na definição de recursos é um erro grosseiro", vaticina o documento do Andes.

Segundo a Unesco, o Brasil ostenta os piores indicadores de educação escolar do mundo

Se isto já não bastasse, outro erro crasso deste programa do MEC está no gasto mínimo por estudante no ciclo básico, atribuído pelo governo em R$ 300 reais. A regra geral indica que os gastos públicos com educação escolar na maioria dos países variam entre 20 a 25% da renda per capita nacional por criança. A renda per capita brasileira é de R$ 4.700,00, chegando mesmo a ser um pouco superior, portanto, o governo deveria destinar no mínimo mil reais por criança. De acordo com o estudo do Sindicato Nacional, o gasto apontado de R$ 300,00 por ano corresponde aproximadamente a uma espantosa cifra de um real por dia para cada criança. "Valor mais condizente com esmolas a serem dadas nos cruzamentos das grandes cidades do que a gastos escolares".

Custos

A proposta da Andes-SN tem como objetivo contribuir para que o Brasil consiga universalizar seu ensino fundamental em todo o território nacional, expandir o ensino médio levando em consideração necessidades e possibilidades econômicas, atingindo a totalidade da população urbana e elevando o ensino superior até um patamar compatível aos países de igual potencial econômico. Para isto, estima um custo da ordem de 6% a 7% do Produto Interno Bruto em dez anos, com uma primeira fase de implantação durando cerca de 15 anos, após o que este custo tenderia a baixar a patamares por volta de 5% do PIB . A proposta do Sindicato Nacional para consolidação de um plano nacional de educação, que será amplamente divulgada durante o II Coned, já pode ser adquirida na sede da Adufrj, ou diretamente na home-page do Andes-SN.

Participação

Reajuste diferenciado

Lendo o jornal da Adufrj de 15 a 21 de setembro, páginas 6 e 7, considerei surpreendente que tenha sido emanada de uma associação de docentes uma proposta como a da Seção Sindical Adufrgs. Mais ainda surpreende que tenha recebido apoio de outras 12 seções a sugestão de "gratificação por atividade docente em graduação, primeiro e segundo graus, correspondente a 5% do salário-base da categoria respectiva por cada hora/aula semanal". Parece-me que os colegas daquelas seções desqualificam as atividades em pós-graduação, pesquisa, assistência e extensão, inerentes ao papel social das universidades; foram pouco valorizados também nesta proposta os professores que se envolvem com a administração acadêmica nas IES. Como bem analisou a assembléia da Adufrj, é uma proposta divisionista. Sem falar que esta GAE é uma indecência, quaisquer revisões devem ser feitas para a sua incorporação ao salário e não para o seu "aumento". Não resta dúvida que é necessário valorizar a atividade de docência, especialmente na graduação e no ensino básico e médio. Mas a busca desta valorização deve passar pelo reconhecimento acadêmico e social e não pela criação de sub-categorias de professores. O fato de reconhecer o quão desgastante se torna esta atividade por anos a fio é que faz necessário trabalhar em prol da melhoria das condições de trabalho, ano sabático, férias de 45 dias, autonomia universitária, aposentadoria especial, tempo adequado, apropriadamente remunerado e reconhecido para preparo de aula, correção de trabalhos e provas e atendimento aos alunos, uma política institucional justa de capacitação etc.

No entanto, um professor nunca deve esquecer (e uma associação de docentes deve ter isso no "top" de sua pauta de reivindicações) que a universidade não deve se resumir em reproduzir o conhecimento, mas seu papel social inclui a produção do conhecimento (especialmente sobre a nossa realidade, através da pesquisa) e a sua incorporação a outros setores da sociedade (através da assistência e da extensão), além de ser o espaço natural de criação de tecnologia e domínio científico (na pós-graduação). Espero que essas posições reacionárias não cresçam no interior das Ad's.

Saudações universitárias,
Rosângela Alves Pereira,
professora do Instituto de Nutrição

Participe

do Jornal

ADUFRJ
Seção Sindical

Mande sugestões de pauta, opiniões sobre as matérias, artigos e dicas de como melhorar o seu jornal

por carta, e-mail, telefone, fax, nas caixas de distribuição do jornal ou venha até a sede da Adufrj-S-Sind.

Nova diretoria da ADUNI-Rio toma posse

Na última quinta-feira (30), tomou posse a nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) para o biênio 97/99. A solenidade aconteceu na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. A composição desta nova gestão é: presidente - Luci Mobílio Gomes Pinto; vice-presidente - William Gonçalves Soares; secretário geral - Getúlio Vagner F. de Jesus; 1ª secretária - Loida Vaz Teixeira; 2ª secretária - Dayse Martins Hora; 1ª tesoureira - Maria José Moreira; 2ª tesoureira - Janete de Oliveira Elias.

De que lado você está?

Camisetas da campanha salarial a R$ 5

Se você se acha defensor de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, não deixe de comprar a camiseta da campanha salarial do Andes-SN, que está à venda na sede da Adufrj por um precinho especial: R$ 5.

Errata

O nome do representante dos estudantes no Consuni é Renato Athaíde e não Renato Trindade, como foi publicado na edição passada.

Faperj: até quando ficaremos calados e omissos?

Em setembro de 1994, o candidato a governador Marcello Alencar atendeu a um convite da SBPC e compareceu ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Juntamente com outros candidatos, plantou ali uma muda de árvore para simbolizar as promessas que havia feito em público em favor da Ciência e da Tecnologia em nosso estado. Assinou também o compromisso de respeitar o artigo da Constituição Estadual que destina recursos à Faperj. Nem a Constituição foi respeitada, nem as promessas foram cumpridas.

A Constituição determina que sejam destinados à Faperj 2% da receita tributária prevista para o exercício, liberados em duodécimos. É bom que se diga que este dispositivo, fruto de ação política organizada pela comunidade educacional e científica do RJ na época da Constituinte, jamais foi cumprido por qualquer governo estadual. Nos últimos anos, apenas 10% dos recursos previstos têm sido de fato repassados, cerca de 10 milhões de dólares/ano. Isto significa que **recursos aproximados de 100 milhões de dólares/ano, que deveriam ser destinados à Faperj, estão sendo utilizados para outras finalidades.**

Mas fica-se sabendo agora que, por razões ainda não muito claras e numa atitude tão cínica que ainda consegue nos espantar, **o governo estadual empenhou cerca de 140 milhões de reais para a Faperj quatro dias antes do término do ano de 1996. Recursos estes que não foram devidamente gastos pela fundação e que devem ter voltado para o caixa do estado, para serem usados de acordo com outros fins.** Atitude semelhante ocorreu com os recursos destinados à Educação dos quais cerca de 500 milhões também mudaram de rumo.

O governo estadual empenhou cerca de 140 milhões de reais para a Faperj quatro dias antes do término do ano de 1996. Recursos estes que não foram devidamente gastos pela fundação e que devem ter voltado para o caixa do estado, para serem usados de acordo com outros fins.

Essa situação pode ser alterada se houver uma ação mais decidida de nossa comunidade acadêmica, embora fatores de ordem mais ampla, como a melhoria da educação científica da população e uma inserção mais direta da ciência e da tecnologia produzidas na resolução de nossos problemas socio-econômicos, sejam também significativos dentro deste contexto.

Muitos reitores e dirigentes de instituições e entidades científicas, por exemplo, deveriam ter maior disposição para exercer de fato o papel que lhes compete. Do mesmo modo, e infelizmente, algumas lideranças científicas (de direito ou autodenominadas) têm exibido com freqüência a mesma atitude frouxa, infectados talvez pela ideologia neoliberal ou em função de um jogo pragmático que busca preservar sua capacidade de manter pequenos privilégios numa época de vacas magras. Evidentemente um dos dirigentes que deveria atuar com firmeza é o reitor da UFRJ, maior universidade do estado e que, tradicionalmente, tem recebido uma parcela significativa das verbas da Faperj. Neste caso, porém, pouca esperança nos resta de que algo aconteça, em função da postura fraca e conivente da atual reitoria diante das questões maiores da universidade; ela parece estar sendo guiada mais pela vontade de se adequar às políticas impostas e de encontrar, nesta postura, espaço para vôos acadêmicos e políticos individuais do que em defender os reais objetivos de uma universidade pública, competente e crítica.

Uma possibilidade a ser analisada diante da reiterada atitude ilegal do governo estadual é o uso de meios judiciais para se exigir o cumprimento da norma constitucional. Embora contemos com uma justiça semi-apodrecida, lenta e freqüentemente submissa, isso pode contribuir, de alguma forma, para pressionar politicamente o governo estadual. Mas é bom não acalentar muitas ilusões: basta ver como são indicados os membros dos órgãos de fiscalização da administração pública. Recentemente um dos filhos do governador foi eleito para o Tribunal de Contas do Estado, organismo que tem sido preenchido segundo práticas políticas deformadas e cuja capacidade de analisar e julgar as contas dos governos fica, por isto mesmo, seriamente comprometida. Como o Informe JB destaca, a situação agora é a seguinte: enquanto o governador gasta, um filho libera os recursos e o outro fiscaliza!

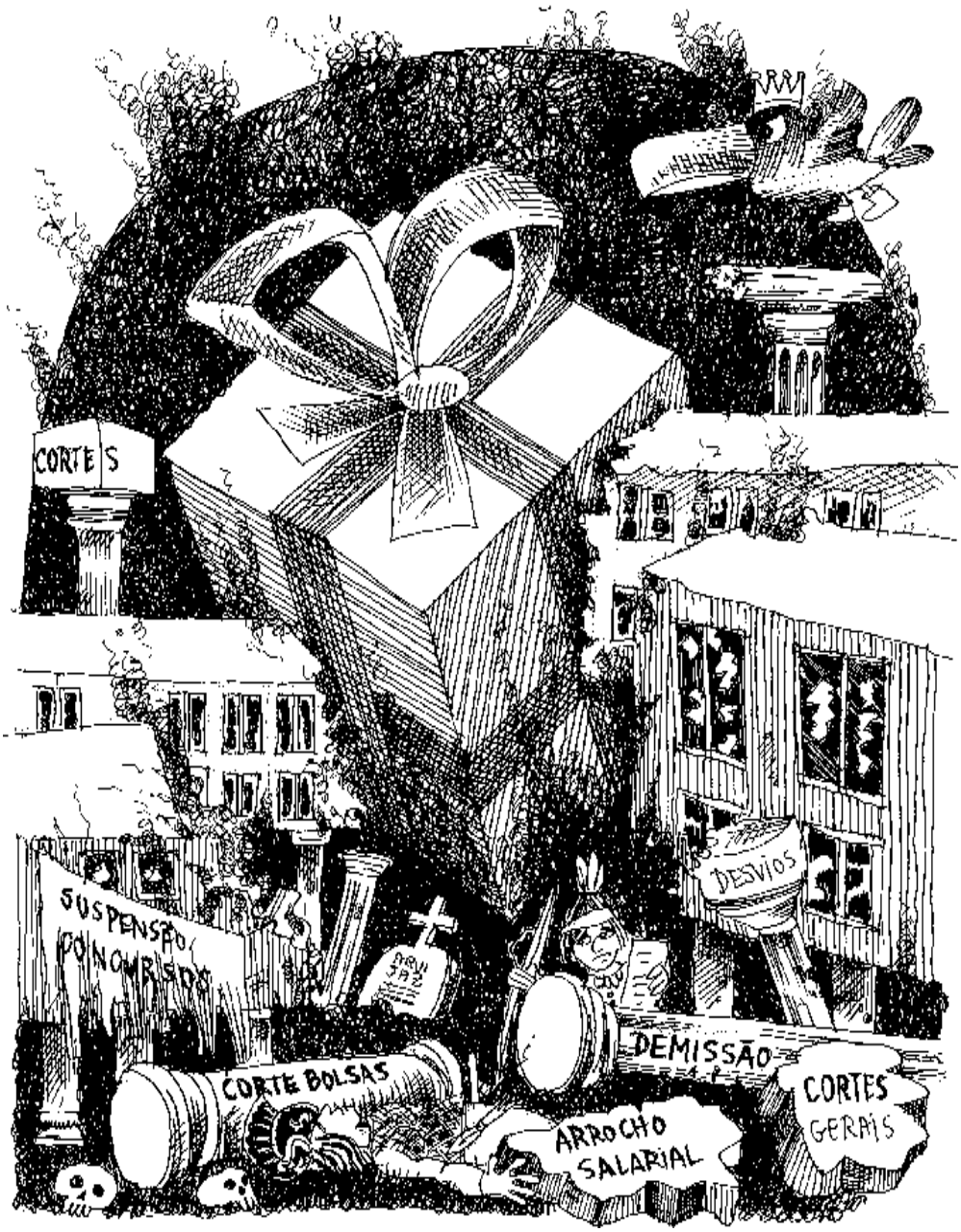
Note-se que a proposta de orçamento para o próximo ano, enviada pelo governo à Assembléia Legislativa, registra já os recursos destinados à Faperj com um valor próximo daquele previsto constitucionalmente. Mas será que este montante de recursos será aplicado em sua destinação correta ou escoará novamente por algum ralo diverso, num estranho truque natalino? Não está na hora de exigirmos também esclarecimentos de como estão sendo usados os recursos que "teoricamente" estão sendo destinados à Faperj? Até quando a chamada comunidade acadêmica, científica e tecnológica do Rio de Janeiro se omitirá diante de tais descalabros?

Ildeu de Castro Moreira,
professor do Instituto de Física da UFRJ

JORNAL
ANO IV
17 A 23 DE NOVEMBRO/97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL



Bomba!

Pacote do governo corta verba para pesquisa e ameaça serviço público com demissões

Páginas 6 a 9

Sociedade Civil aprova Plano Nacional de Educação no II Coned

Páginas 3 a 5

Jurídico: 6% do PSS apenas para alguns

Página 12

Assembléia Geral
Terça-feira, 18, às 14h, na Escola de Serviço Social

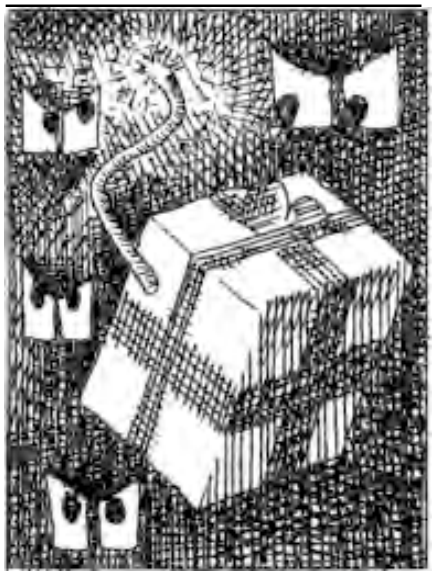
Pauta: informes (Jurídico, Pacotão e Autonomia Universitária); greve de 24 horas no dia 5 de dezembro e Marcha Contra o Desemprego.
Novo ponto de pauta: eleição de delegado para Plenária dos SPFs.

Editorial

Pacotão: a economia brasileira a serviço da especulação financeira

Mais um pacote contra o povo e a favor do capital rentista. As missões "técni cas" do FMI atestaram a sua autoria; como sempre, os personagens locais se atrapalham pateticamente ao anunciarem as medidas do país.

No "18 Brumário", Marx analisa a revolução francesa e seus desdobramentos, registrando que os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. No caso dos personagens de pequena importância, como os que se sucedem no governo FHC, os fatos e os personagens sempre ocorrem como farsa.



Novamente o lucro dos banqueiros é assegurado pelo governo que, para isto, promove um brutal aumento da taxa de juros. A grande imprensa omite que os R$ 20 bilhões obtidos com o pacote se destinam à especulação financeira. Como sempre a conta será paga por meio da redução dos direitos sociais, do congelamento salarial dos servidores públicos que permanecerão sem reajuste por mais um ano, completando o quadriênio de FHC, e do emprego de milhares de trabalhadores que lutam arduamente para sobreviver, como os 33 mil servidores que o governo quer demitir.

Também a Educação e a C&T serão profundamente atingidas pelo pacote. Serão cortadas 5 mil bolsas da CAPES e 6.250 do CNPq. Isto significa que a CAPES não deverá conceder nenhuma nova bolsa de estudo em 1998. O orçamento da CAPES de 1998 será de R$ 350 milhões. Contudo, apenas o pagamento de bolsas em 1997 totalizará R$ 390 milhões. Por isso, é possível que bolsas já concedidas venham a ser cortadas, conforme admite presidente da CAPES, Abílio Baeta Neves.

A opção de FHC por um pacote configurado pelo FMI – recessivo e destruidor de direitos da cidadania – aponta para mais miséria e exclusão social. Diante de perspectivas tão sombrias, nada pior do que o silêncio e a passividade.

Na AG de 18 de novembro discutiremos com mais detalhes este famigerado pacote e organizaremos ações políticas para que a subordinação seja uma página virada de nossa história.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão

Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531

Rio de Janeiro - RJ

Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

Edição e Reportagem: Adriana Gomez (Mtb: 15.700) e Pedro Moreira (Mtb: 19.467)

Ilustração: Roberto Houaiss

Fotografia: Guilherme Lessa

Tiragem: 10.000

Impressão: Jornal dos Sports

Colaboração: Agência Andes

E-mail: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Sociedade constrói sua proposta para Educação

5 mil pessoas aprovam no II Coned, em Belo Horizonte, Plano Nacional de Educação

Mesa de abertura do II Coned, com o coordenador do MST, João Pedro Stédille, e o presidente da Andifes, Thomás Aroldo de Motta Santos

Lutar pela libertação como busca permanente, é a forma que encontro neste final do século para ser autenticamente gente. Esta frase de Paulo Freire, utilizada pela Comissão Organizadora do II Congresso Nacional de Educação (Coned), expressa o ânimo que tomou conta das cinco mil pessoas reunidas no evento. Todos os participantes do II Coned - que neste ano homenageou o educador - vestiram-se de determinação e encheram-se de fôlego para participar das 16 conferências, 78 mesas redondas, 183 trabalhos e 122 comunicações e, a partir daí, construir uma proposta democrática de Plano Nacional de Educação, mostrando ao governo que são "autenticamente gente".

O palco desta manifestação civil foi o Campus da UFMG, em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro. Os atores: educadores e demais trabalhadores da área de Educação, junto a sindicalistas, alunos e outros representantes da sociedade civil, que conseguiram provar que as pessoas que são contrárias à política implementada pelo governo federal têm proposta para a Educação. O resultado deste esforço conjunto será entregue ao Congresso Nacional no dia 3 de dezembro. O Plano Nacional de Educação aprovado no II Coned trata-se de um diagnóstico de possibilidades e limitações. Em função disso, possui metas e diretrizes nos diversos níveis e modalidades da Educação: contempla as diferenças regionais e culturais do povo brasileiro e prevê estratégias de financiamento que demonstram a viabilidade do acesso à Educação gratuita, laica e de qualidade para todos. Para isso, basta que ela seja prioridade.

"O maior evento popular da área de Educação neste ano"

" Sua importância é imensurável: nós saímos daqui com um instrumento de luta para enfrentar o projeto neoliberal no que se refere à Educação", comemora a presidente do Andes SN, Maria Cristina de Morais. Para ela, o Plano Nacional de Educação construído democraticamente no II Coned é uma realidade. "O nosso maior desafio agora é fazer com que o fruto deste trabalho seja massificado e trabalhado na sua implementação", conclui a presidente do Andes SN,.

uma das entidades que esteve à frente da organização do Congresso.

Maria da Graça Bollmann, secretária executiva do II Coned, acredita que o Congresso é o início de uma caminhada conjunta com a sociedade civil e política (referindo-se a prefeituras comprometidas com a sociedade), no sentido de uma Educação voltada aos interesses populares.

No I Coned, em julho de 1996, também em BH, a programação foi constituída de conferências, painéis, comunicações e mesas-redondas.

Para Carlos Augusto Abicalil, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o II Coned significou a primeira grande rejeição à proposta governamental de ver a sociedade civil apenas como espectadora de um Plano Nacional de Educação. "O fato do II Coned ter sido realizado para consolidar as diretrizes traçadas no I Coned e ao longo da luta e mobilização da sociedade civil, é um marco muito significativo para a cidadania". Segundo ele, o Coned construiu um projeto para o país absolutamente divergente do projeto implementado pelo governo federal.

Apesar da ausência dos delegados da União Nacional dos Estudantes, o presidente da UNE, Ricardo Capelli, exaltou a realização do II Coned: "trata-se de um fórum privilegiado onde todos podem debater e construir um projeto coletivo.

Continua na página 4

II Coned

A Construção do Plano Nacional de Educação está previsto na Constituição e na LDB

O Plano Nacional de Educação (PNE) está previsto há quase uma década, no artigo 214 da Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) elaborada por Darcy Ribeiro define, como incumbência da União elaborar o PNE e após um ano a partir da publicação desta Lei (23/12/96), encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Com isso, em 23 de dezembro de 1997, o Congresso deverá estar recebendo duas propostas bastante distintas de PNE: uma da União e outra da sociedade (concluída no II Coned).

A tramitação oficial do documento

Dia 03 de dezembro, o Ministério da Educação conclui a sua proposta e receberá o PNE elaborado pela sociedade civil. Dia 23 de dezembro, ambos seguem para o Congresso Nacional. A estratégia dos organizadores do Coned é apresentar, simultaneamente ao Ministério da Educação, a proposta ao Congresso Nacional, antecipando, assim, à proposta do governo.

No Congresso Nacional há duas formas de tramitação que poderão ser utilizadas: a primeira, por emenda ao Projeto de Lei do governo e; a segunda, como forma de substitutivo integral ao projeto da União. Nesta etapa, as entidades que organizaram o Coned lembram que como a maioria do parlamentares não têm assumido uma postura de aliados das camadas populares, é fundamental a fiscalização desta tramitação para evitar manobras que tirem de cena o projeto construído pela sociedade civil. Neste caso, pressão junto aos parlamentares e a participação nas plenárias de votação do Congresso serão instrumentos fundamentais.

Alguns pontos do PNE sobre Educação Superior:

- retomar, imediatamente, o nível de 1,2% do PIB, no mínimo, nas dotações de verbas para pesquisa;
- desenvolvimento de projetos de Ciência e Tecnologia (C&T) ligados aos interesses nacionais e à melhoria da qualidade de vida da população;
- elaboração das propostas orçamentárias de forma democrática e participativa a partir das unidades básicas que desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- implantação do sistema de dotação orçamentária global;
- estratégias específicas para definição de políticas internas de C&T, como por exemplo, avaliação da produção científica e tecnológica de modo democrático, tomando por base a necessária responsabilidade social e acadêmica dessa produção e avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias, estimulando o debate constante sobre a relação instituição de ensino versus empresa, com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade;
- garantia de reais condições de estudo, através de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo.

Abertura do II Coned homenageia Paulo Freire

A homenagem não poderia ser mais justa. Um Congresso com a tarefa de construir um Plano Nacional de Educação democrático para se contrapor à proposta do governo não poderia ter outro nome: Congresso Paulo Freire. Representando o pai, Maria de Fátima Freire recebeu das mãos de Maria da Graça Bollmann, secretária executiva do II Coned, flores e a promessa que em três dias, os participantes do evento voltariam ao local da abertura (Mineirinho) para concluir um projeto que deixaria Paulo Freire bastante orgulhoso.

A emoção e consciência de responsabilidade tomaram conta não só da platéia, mas também dos convidados que participaram da mesa de abertura. Um deles foi o coordenador do Movimento Sem-terra João Pedro Stédile: "Tenho certeza que seria o sonho de nosso educador (Paulo freire) ver um projeto para Educação ser aprovado num ginásio como o Mineirinho e não nos tapetes de Brasília". O deputado federal Ivan Valente (PT/MG), alertou que diante da deteriorização das instituições de ensino neste país, o modelo de FHC mostrou sua vulnerabilidade e a sua falta de capacidade de responder às necessidades do povo.

O início da cerimônia de abertura contou com a apresentação da Companhia de Dança de Diadema, que resgatou, nas suas coreografias, a cultura popular brasileira. Para encerrar, um vídeo, feito especialmente para o II Coned, em homenagem a Paulo Freire que retratou a trajetória do educador.

Encontro Internacional reúne educadores da América Latina

Além da ampla programação que envolvia o II Coned, paralelamente foi realizado, também no Campus da UFMG, o I Encontro Internacional de Educadores Latino Americanos. O principal objetivo deste evento foi deslumbrar de que forma as reformas na Educação estão se dando nos países do continente. Ficou muito claro para os representantes do Brasil, México, Venezuela, Uruguai, Chile, Argentina, Costa Rica, Equador e Bolívia que, embora sejam utilizados instrumentos e cronogramas distintos, o projeto geral é o mesmo: alijamento da Educação por direito e a eliminação da possibilidade dos Estados nacionais resgatarem sua autonomia. Para Carlos Augusto Abicalil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), uma das questões em jogo nesses países é o conceito de cidadania. "A luta pela conquista dos direitos cada vez mais ampliados está sendo substituída pelo conceito de mercado e a Educação é um instrumento fundamental de resistência a isso". Para Osvaldo Cortes, presidente da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores da Universidade Católica do Chile, a participação neste Encontro foi rica e proveitosa. "Tive a oportunidade de trocar experiências com educadores de outros países. Fiquei informado da situação brasileira que enfrenta hoje diversas dificuldades. As dificuldades que enfrentamos em 1981, quando as reformas começaram no Chile. Contribuí relatando a história de meu país".

Para Fernando Rodal, membro da Confederação dos Educadores Americanos (Uruguai), a iniciativa deste evento deve ser ampliada e aperfeiçoada. "Apenas com a união dos países do Cone Sul, teremos alternativa de demonstrar nossa resistência ao projeto de globalização".

Situação do Brasil

Um liberalismo mais recente. Foi esta a conclusão dos participantes do Encontro Internacional quando se perguntava sobre a situação brasileira. Diante de todo o conjunto desses países que participaram do evento, o Brasil é o que mais tardiamente iniciou a implementação das reformas.

Por outro lado, avaliou-se que as reformas da Educação no país apresentam lastro histórico facilitado, em função dos sistemas que a compõe terem nascido pulverizados, descentralizados sob o ponto de vista da gestão e da execução. Por exemplo, a eduacação básica não estabelece nenhuma relação direta com o ensino superior. E, ao mesmo tempo, possui características centralizadoras na áreas de supervisão e avaliação, gerando assim um controle ideológico.

Outro aspecto ficou bastante destacado na avaliação brasileira: a capacidade de resistência da sociedade. Para Carlos Augusto Abicalil, todas as formas de retardamento de combate dos projetos do governo, são fundamentais para caracterizar esta resistência. "Nós temos, operando na base do sistema, uma condição de transgressão, resistência e conspiração que são muito bons para que tenhamos alguma possibilidade de construir uma nação autônoma".

Algumas estratégias do II Coned:

- criar canais sistemáticos de comunicação com a sociedade para articular a luta pela aprovação e implementação do nosso Plano Nacional de Educação;
- Criar mecanismos de fiscalização, pela sociedade civil, dos gastos com Educação, nas três esferas governamentais, com auxílio de instituições especializadas na obtenção e análise de dados referentes aos recursos públicos e demandas sociais;
- combater propostas que comprometam a qualidade social e técnica da Educação; elaborar projetos alternativos que se contraponham aos projetos excludentes e antidemocráticos;
- combater parcerias que condicionem investimentos apenas à obtenção de resultados imediatos e que estejam atrelados exclusivamente à formação de mão-de-obra;
- desenvolver programas de intercâmbio e cooperação, com base na história, cultura e problemas comuns;
-exigir audiências públicas a respeito dos recursos para a Educação.

Entrevista

João Pedro Stédile, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, fala de Educação e do II Coned nesta entrevista

Qual é a importância de um evento como esse?

É de fundamental importância, não só pelo número de pessoas que estão aqui, mas também pelo tema que vamos abordar e pela conjuntura em que vivemos. O Brasil está numa grave crise de brasilidade. O governo brasileiro está implementando um modelo econômico e político que está subordinando completamente a nossa economia e a nossa nação aos interesses internacionais. As elites abandonaram a nossa nação e isso tem uma ligação direta com a Educação da nossa população e de gerações futuras.

Que ligação é essa?

O governo parou de ver a Educação como processo de igualdade social, como um processo ascensão social, como um processo de democracia dos conhecimentos científicos que a sociedade dispõe, transformando a Educação em mais um instrumento de mercado, ou seja, só tem acesso que tem dinheiro. Isso vai excluir milhares de brasileiros à Educação. No máximo, serão mal alfabetizados. Então, é importantes que os educadores deste país, de vários sindicatos, das várias frentes de combate se reunam numa conjuntura desta para dizer um basta. Para fazer uma crítica contundente ao governo e, ao mesmo tempo, elaborar um novo plano de educação que de fato represente as ansiedades de nosso povo.

Na sua opinião, qual é o desafio deste Plano Nacional de Educação?

Stédile *- Que não seja apenas um plano de Educação corporativo, como aliás alguns sindicatos estão acostumados, pedindo aumento de salário como se isso fosse suficiente para resgatar a Educação. A Educação é muito mais ampla, é um valor da nossa sociedade. Acho que neste clima, os educadores terão o ambiente necessário para discutir e recuperar o verdadeiro sentido da Educação, fugindo do corporativismo das categorias e pegando para si a tarefa do povo.*

FHC vai se aproveitar do pacote

Reinaldo Gonçalves é professor titular de economia internacional da UFRJ, vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon) e trabalhou vários anos nas Nações Unidas em Genebra. Não lhe falta conhecimento para afirmar que a situação econômica do pais é gravíssima. Contrariando todas as previsões de que o pacote é altamente impopular para o governo, Reinaldo Gonçalves acredita Fernando Henrique Cardoso é o único a ganhar com essas medidas.

Nesta entrevista exclusiva ao Jornal da Adufrj, Reinaldo Gonçalves fala da angústia de ser professor universitário, de como o pacote pode atingir as instituições federais de ensino superior e explica, com detalhes, porque, na sua avaliação, o governo utiliza uma estratégia errada.

O que muda para as universidades com este pacote?
Muda para pior. A questão da liberação de recursos para custeio e manutenção fica ainda mais difícil não só para a universidade, mas para todo o serviço público. Aliás, este pacote funciona bem como pretexto para a diminuição dessas verbas, inclusive as que já estão aprovadas pela universidade. Ou seja, é mais um mecanismo de redução de verbas. Outro aspecto importante que atinge as universidade são os cortes nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de ensino tecnológico. Redução de gastos com pessoal e ameaça de demissões dos não estáveis também afeta a moral do serviço público e, por conseqüência, a universidade. Você abre espaço para práticas oportunistas e predatórias, na figura daquele professor dizendo que não vai dar mais aula. Como se isso funcionasse.

Na sua opinião, qual foi o objetivo do governo em lançar este pacote?
O objetivo principal é conseguir uma receita de liquidez, que é trivial. Mas, por ser trivial, não é menos perigosa. Com o desequilíbrio externo, ou você mexe em câmbio ou diminui os gastos. Como ele não tocou no câmbio, acabou mexendo, com truculência, nos gastos.

O que isso pode causar para o futuro, por exemplo, no ano de 1998?
Eu estou olhando a situação com uma perspectiva diferente. Esta política é ruim para o Estado, ruim para a população, mas funcional para o governo FHC.

Mas vários analistas dizem que essas medidas são impopulares?
Na realidade, hoje ele usou o problema das contas externas para colocar o "bode na sala". Isso significa que ele vai "trancar" a economia até abril. Vai fazer caixa e quando chegar em maio, abaixa a taxa de juros e gasta o dinheiro que recolheu, emitindo moeda. Ele vai soltar grana pesada.
Como o desemprego vai estar nas alturas, qualquer dinheiro que se libere vai dar um impacto na economia nacional. Quando começar a campanha eleitoral, em junho ou julho, Fernando Henrique sobe ao palanque e diz que como a inflação já está controlada, no seu próximo mandato, investirá o emprego e no crescimento econômico.

Por que você acha que a população vai acreditar neste argumento?
Memória curta. Vamos imaginar uma família de cinco pessoas, onde quatro estejam desempregadas. Provavelmente, quando o governo começar a emitir moeda e liberar a economia, pelo menos dois integrantes desta família conseguirão emprego. Para essas pessoas com memória curta, o que vai importar é que, depois de ter passado um sufoco com nove meses de desemprego nas costas, elas conseguiram um trabalho. Somando o brasileiro sem memória, o emprego saindo e o governo faturando em cima, teremos aí mais uma campanha onde FHC poderá sair vitorioso. É pouco original, mas funciona. Funcionou com um sujeito tão idiota quanto FHC: o Menem. Em outubro de 1994, Menem fez exatamente isso e se reelegeu em 1995. O povo argentino demorou três anos para perceber o engodo que este governo é. Em 1995, todos viram que a economia argentina não era sustentável. Caiu em 4%. Se isso acontecer, em 1999 os brasileiros vão ver o que é bom!

O Brasil perdeu muito dinheiro nos últimos dias?
Foi uma perda dramática. Eu não tenho os valores corretos porque essa informação está trancada a sete chaves, mas posso dizer que a unidade de medida deve ter ficado em dezenas de bilhões de dólares nas últimas duas semanas. Daí surgiu a medida de aumento dos juros para segurar este dinheiro no país.

Para onde vai esse dinheiro todo?
Vai para qualquer pessoa que esteja investindo em papéis no Brasil. Até mesmo um brasileiro, por exemplo, que tem dinheiro em Miami, investe na bolsa brasileira, ganha cerca de 70% em seis meses e quando se sente ameaçado com a crise, retira o seu dinheiro e o deposita no país de origem.

O governo FHC está agravando ainda mais a crise econômica brasileira?
Ela já estava ruim desde a época do Collor, mas este governo agravou ainda mais a situação, fazendo três coisas ao mesmo tempo: liberalização comercial, liberalização financeira e a liberalização cambial. Essas medidas, simultaneamente, significam uma tragédia para o país. A liberalização comercial fez com que todas as mercadorias mundiais, da torrada portuguesa ao BMW, entrassem no país. Isso gerou um buraco na balança comercial que o país não tinha antes. A liberalização financeira permite essa especulação nas bolsas de valores e nos fundos de investimentos. O resultado disso é que o dinheiro entra no Brasil, cresce cerca de 60% e depois volta para o país de origem sem ter gerado nenhum benefício para a economia nacional. Isso é um erro estratégico gravíssimo. Se um industrial pretende abrir uma indústria de plásticos no Brasil, investe em ações para captar recursos, mas depois gera empregos e movimenta a economia. Mas comprar ações da Telebrás, por exemplo, não gera nenhum impacto em nada. A liberação cambial é um grave problema. O dólar é uma mercadoria escassa. Ele está artificialmente barato em nosso país, mas tem um custo social muito elevado.
Uma perua que faz tratamento contra celulite em Paris ou qualquer débil mental que faz um check up *nos EUA contribuem para isso. Qualquer um pode fazer o que quiser, mas quando você compra dólar aqui para gastar fora, a sociedade está pagando por isso. Acho que a economia brasileira não segura esse rombo.*

Você acha que o pacote não serviu pra nada?
Não, ele não mexeu em nada disso. O aumento do Imposto de Renda (IR) foi, segundo o governo, para diminuir o gasto das pessoas, mas quem compra BMW não vai deixar de fazer isso por causa do aumento do IR. Tem que proibir a venda do BMW.

Ele não serviu nem para impressionar os investidores estrangeiros?
Os investidores estrangeiros estão olhando o país com insegurança. Ninguém investe num país com recessão. As multinacionais que investiam, vão deixar de investir. A recessão causa problemas na esfera política e social. O governo erra na estratégia. O problema é que se esses erros fossem corrigidos a curto prazo, tudo bem. Mas eles estão penhorando é o futuro de nossos filhos e netos. São mais de 30 anos, no mínimo, para isso se resolver. Nós estamos com uma dívida interna de R$ 200 bi. Ano que vem, ela pula para R$ 300 bi. A dívida externa está em US$ 200 bi. Quem vai pagar isso são os nossos filhos. É dívida para vida toda.

Como você se sente sendo professor universitário?
Como especialista em economia internacional, fico preocupadíssimo, porque tenho noção da absoluta gravidade do problema. Como professor universitário, fico igualmente preocupado. Todas as instituições do país , inclusive a universidade, estão descendo a ladeira. Estão se degradando. A gente sente isso no dia a dia. É difícil reverter este quadro depois. Isso é fruto de uma elite vagabunda, uma classe média em extinção e um povo oprimido.

Existe algum motivo para sermos otimistas?
Claro, dois motivos: as eleições estão chegando e, neste quadro conjuntural, nunca morreremos de tédio.

Mais pacotão nas páginas 8 e 9

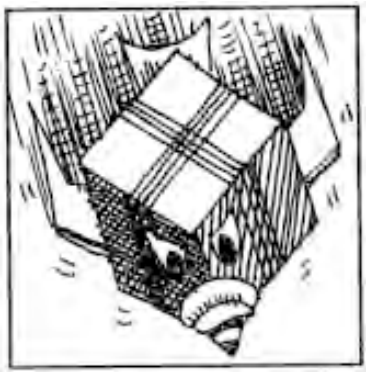
“

A repercussão do pacotão

Autoritário, recessivo e oportunista. Não faltam adjetivos ao pacote lançado pelo governo federal na segunda-feira (10). Confira abaixo alguns pontos de vista sobre as medidas do governo FHC.

“Caso esse processo não seja revertido, o futuro será o pior dos mundos”
Paulo Passarinho - membro da Coordenação do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef), o economista Paulo Passarinho, “este pacote significa, agora de forma mais aprofundada, o processo de destruição dos serviços públicos”. Ele destaca que este processo teve início na gestão Fernando Collor e João Santana, com a ameaça de demissões, colocando servidores em disponibilidade e gerando o estrangulamento financeiro das instituições.
O diretor do Sintrasef afirma que a suspensão de qualquer tipo de reajuste salarial é uma medida desestruturante para o funcionalismo público. “Nós estamos falando de uma categoria onde a média salarial é muito baixa e que está há três anos sem reajuste”. Os resultados, segundo ele, são: débitos em cartões de crédito, débitos no banco, com agiotas e, problemas psiquiátricos imensos. “Obviamente isso se reflete no trabalho que é feito”. Passarinho pôde constatar que, depois do anúncio de pacote, vários setores do serviço público federal estão paralisados. A ameaça de demissão dos não-estáveis é outro ponto considerado pelo economista como absurdo. “Eles afirmaram que as demissões serão feitas através de um processo seletivo. Quais serão os critérios que vão orientar a demissão de 33 mil? Caso esse processo não seja resolvido, o futuro será o pior dos mundos”, desespera-se. Para ele, quem está pagando a crise neste país é a classe média e o conjunto dos trabalhadores, referindo-se diretamente à possibilidade de aumento da alíquota do Imposto de Renda. “Se este governo quisesse, poderia conseguir saídas imediatas para a situação financeira e a desigualdade social que estão instaladas no Brasil”. As saídas apontadas pelo economista vão desde taxar em 15% todas as famílias que possuam patrimônio superior a R$ 2 milhões, ao aumento do número de alíquotas do Imposto de Renda. “O IR em apenas duas alíquotas é um escândalo mundial. Deveriam ser criadas alíquotas de 10%, 15%, 25% e 35%, para penalizar as mais altas rendas e proteger o grosso dos assalariados”.



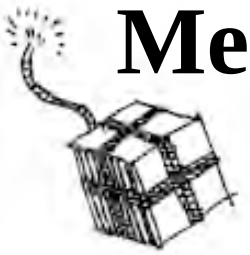
“Provavelmente, a característica da economia de 1998 será o desemprego recorde”
Antônio José Correia do Prado - coordenador da Produção Técnica do Dieese (SP)

“Em primeiro lugar, é importante frisar que o pacote é um desdobramento das medidas tomadas na semana anterior que previam o aumento das taxas de juros reais. Com o corte nos gastos públicos, vamos ter mais recessão, logo, efeitos ruins na área social, como por exemplo, aumento da taxa de desemprego. Tanto a elevação dos juros reais (que permanecerão assim por 2 a 3 meses) como o corte dos gastos públicos tendem a diminuir a atividade econômica. O governo estava prevendo, para o ano que vem, um aumento do PIB de 3,5 a 4%. Agora, fala-se apenas num aumento de 1,5%. É um crescimento muito baixo. Provavelmente, a característica da economia de 1998 será a taxa de desemprego recorde.
O baixo nível das atividades econômicas acarreta, também, uma quebra dos rendimentos reais dos trabalhadores. Ou seja, tanto os assalariados como os autônomos vão ganhar menos no ano que vem, mesmo com a inflação em decréscimo, como deve acontecer, a recessão será grande.
Resumindo: este pacote fiscal e monetário (é importante lembrar que o pacote está junto com as medidas de aumento dos juros reais) objetivam sustentar a defesa da moeda nacional como arma para impedir o ataque especulativo à moeda brasileira.”

"Vai ter um impacto muito grande nas universidades"
Maria Cristina de Morais - presidente do Andes-SN

“Este pacote é uma das medidas mais nocivas à sociedade brasileira, principalmente porque atinge as questões sociais. O acesso à democracia mais uma vez fica prejudicado. O autoritarismo e a prepotência do governo FHC se tornam mais evidentes quando ele propõe um pacotão que será implementado majoritariamente através de Decretos, Portarias e de Medidas Provisórias. Não salva nada, nem proposta, nem conteúdo. Ele terá um impacto muito grande nas universidades. As universidades têm um número grande de técnico administrativos que não são estáveis . As vagas originárias de aposentadorias e outras vacâncias não serão preenchidas. É um esvaziamento do serviço público e das universidades.
Atinge também bolsas de estudo, com diminuição, já em 1998, das bolsas de pesquisa. É importante que os trabalhadores tenham clareza do que está acontecendo e se articulem para enfrentar todo esse projeto que vem sendo gerenciado por Fernando Henrique.

Medidas que mais afetam as universidades



Redução em 15% dos gastos com atividades em 1998

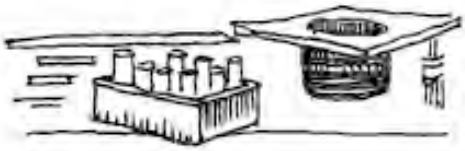
Alcança verbas de custeio e manutenção para as Instituições Federais de Ensino Superior.

Demissão de 33 mil servidores não-estáveis da administração pública federal.

Segundo o Andes - SN, um número significativo desses servidores estão lotados nas universidades. Essas demissões acarretariam um déficit de pessoal ainda maior nas IFES. Outro efeito é o pânico que uma ameaça como esta pode causar no conjunto dos trabalhadores.

Redução no provimento de novos cargos para 1/3 do total de aposentadorias concedidas no exercício anterior

Este item significa que as universidades continuarão a ter suas vagas reduzidas.

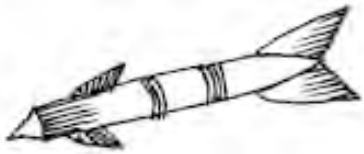


Redução de gastos com pessoal no ano de 1998, inclusive com a suspensão de reajustes salariais. Outras medidas como: redução do número de DAS em 10%; extinção da incorporação de décimos sobre cargos e funções e; vedação da concessão para ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, no seu exercício, do adicional de serviço extraordinário.

No orçamento de 1998 (ver no número anterior do Jornal da Adufrj) estava previsto apenas cerca 5% para pagamento de pessoal. Ou seja, não se pensava na possibilidade de reajuste, mas o pacote tenta esgotar o assunto para evitar pressão dos servidores que estão em campanha salarial. Em relação às outras medidas, tratam-se de artifícios para acelerar o desmonte do serviço público.

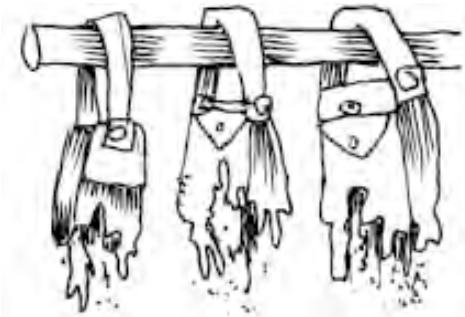
Revisão dos contratos de prestação de serviços (redução de 20%)

Todos os serviços terceirizados das universidades podem ser suspensos. Como não há previsão de contratações, esses serviços não serão realizados.



Revisão dos critérios de concessão das bolsas de ensino e pesquisa com redução de 12,5% das dotações em 1998.

Este item significa a extinção de muitos programas de pós-graduação. Segundo o decreto nº 2.370, assinado por FHC em 10 de novembro, a concessão de novas bolsas de estudo e pesquisa terão cortes de 50% em relação a 97. Não haverá reajuste do valor das bolsas concedidas e renovadas e o orçamento total de 98 será de 90% do valor total deste ano.



Destinar as disponibilidades líquidas resultantes de superávit financeiro dos Fundos, Autarquias e Fundações ao Fundo de Amortização da Dívida Pública.

Uma prática comum é o repasse de verbas orçamentárias no final do período, o que inviabiliza a sua utilização (ver matéria no número anterior do Jornal da Adufrj sobre Faperj - página 12). Este dinheiro poderá, segundo o pacote, ser utilizado para pagamento de dívidas.

Convênio entre o Departamento de Anatomia da UFRJ e a "Universidade Estácio de Sá"

Carta do chefe do Departamento de Anatomia à Adufrj-SSind

Prezados colegas,
Acabo de tomar conhecimento do editorial publicado no último número do jornal da Adufrj, que faz menção explícita ao proposto convênio de intercâmbio entre a Escola Médica da Universidade Estácio de Sá (Unesa) e o Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ.
Como o que consta do referido editorial não condiz com a verdade, gostaria que publicassem no próximo número, democraticamente, a nossa versão dos fatos.
Primeiramente, não se trata de um ato "escandaloso", como diz o editorial, mas uma proposta abertamente apresentada ao Corpo Deliberativo do Departamento de Anatomia, à Congregação do ICB, que a aprovaram, e ao Conselho do Centro de Ciências da Saúde, que devolveu o processo ao ICB para reformulações. O convênio com a Unesa só será ativado se devidamente aprovado pelos colegiados, como mandam as normas acadêmicas.
A EM-Unesa não propôs à UFRJ "a utilização de professores e instalações para ministrar os cursos de Anatomia aos seus alunos". Ao contrário, propôs-se a montar um laboratório próprio de Biologia Estrutural, sob nossa assessoria, e a contratar professores e técnicos em tempo integral, indicados por nós entre nossos alunos de doutorado e recém-doutores. Para nós do Departamento de Anatomia, assessorar uma universidade a montar um laboratório de pesquisa, e indicar candidatos para ocupar cargos de professor em tempo integral é perfeitamente aceitável ética e politicamente, pois significa contribuir para o desenvolvimento científico do país e para abrir o mercado aos pós-graduandos que estamos formando. O fato de que essa universidade seja privada não muda nada. Muito pelo contrário: parece-nos louvável e digno de apoio que uma universidade privada dê sinais de que pretende elevar os seus níveis acadêmicos, contratar professores em tempo integral e não apenas professores-horistas, e implantar a pesquisa científica em laboratórios próprios.
Durante as discussões sobre o convênio de intercâmbio com a Unesa, o Departamento de Anatomia da UFRJ pretendeu auferir uma remuneração pelos serviços prestados. É difícil definir o que seria uma quantia justa, e não "modesta" como opina a Adufrj no editorial, uma vez que não há tabelas nem mercado estabelecido para este tipo de serviço. Portanto é claro que qualquer julgamento sobre esses valores, por subjetivo, presta-se apenas à manipulação de argumentos ideológicos.
Sendo assim, gostaria de expressar, em nome dos colegas do Departamento, que aprovaram por unanimidade as negociações com a Unesa, nossa decepção com a Adufrj que, sem nos procurar para ouvir nossos argumentos, veicula publicamente as inverdades assinaladas acima, e opina baseada nelas.
Atenciosamente,
Professor Roberto Lent.
Dia 3 de novembro de 97

Resposta da Diretoria

Recentemente o jornal da Adufrj publicou um Editorial alertando sobre o crescente processo de privatização que ocorre na UFRJ. Como exemplo citamos uma proposta de convênio entre o Departamento de Anatomia (DA-UFRJ) e a "Universidade Estácio de Sá" (Unesa).
Recebemos uma carta do Chefe do Departamento de Anatomia, professor Roberto Lent, contestando nossa opinião. Dentro do espírito democrático que sempre norteou nossa atuação publicamos sua crítica na íntegra. Nossa primeira atitude foi contactar a decania do CCS e o Prof. Roberto Lent e solicitar uma cópia

Continuação

do processo. No entanto, até a presente data ainda não tivemos acesso a este processo.

Destacamos que o prof. Lent prontamente nos enviou cópia da proposta de convênio e se colocou à disposição para maiores esclarecimentos. Queremos registrar este fato, pois é raro vermos pessoas na administração da UFRJ empenhadas em tornar públicas e transparentes questões que suscitam divergências. Com base na proposta de convênio, cuja íntegra está à disposição dos interessados, reiteramos nossa posição publicada no editorial: este convênio contribui para a privatização do ensino público.

Diz a referida proposta no seu item II:

" Serão obrigações do DA-UFRJ:

1. Cumprir integralmente a Ementa e o Programa da disciplina de Anatomia I.

2. Responsabilizar-se pela equipe docente e técnica que participará do curso, inclusive providenciando substitutos ou reposição de conteúdos em caso de falta por motivos imperiosos.

4. Providenciar todo o material didático de demonstração, expondo aos alunos da Faculdade de Medicina – Unesa as peças plastinadas do seu Banco de Estruturas Plastinadas, a documentação radiológica e tomográfica relevante a cada tema, bem como diapositivos e transparências para apresentações teóricas. ..."

Nas obrigações da FM-Unesa não há referencias sobre a responsabilidade em ministrar o curso. O leitor atento concordará com nossa observação anterior de que o convênio coloca " a utilização de professores e instalações para ministrar os cursos de Anatomia aos seus alunos" de forma clara (embora as aulas se realizem na Unesa).

No item III, " Ações de Médio Prazo", encontramos;

...serão obrigações do DA-UFRJ:

1. Indicar à UNESA candidatos com titulação de doutor e capacitação cientifica comprovada, para serem selecionados e contratados em tempo integral.

2. Propor projetos de pesquisa em colaboração com os docentes selecionados, e submetê-los às agencias de fomento estaduais e federais, para iniciar a montagem do Laboratório de Biologia Estrutural da FM-Unesa.

....serão obrigações da FM-Unesa:

1. Selecionar e contratar em tempo integral, ate julho de 1998, um dos candidatos a docente indicados pelo DA-UFRJ. Esse docente devera chefiar o LaBE.

2. Selecionar e contratar em tempo integral, até dezembro de 1998, um técnico de laboratório de nível médio, para trabalhar no LaBE....."

Portanto a única obrigação da Unesa seria a de contratar **um** docente e **um** técnico, após o início do curso. Em contrapartida, no item 2, a UFRJ assume o compromisso de propor projetos de pesquisa para submetê-los às agencias de fomento estaduais e federais e montar, com recursos públicos, o Laboratório da Unesa. Evidentemente a Unesa não tem capacitação acadêmica para justificar tal pedido e utilizaria o prestigio da UFRJ para montar seu laboratório sem maiores comprometimentos financeiros e contornar as exigências acadêmicas normais das agências de fomento. Não temos outro adjetivo senão " escandaloso" para tal proposta.

Não somos contrários a efetivação de convênios com outras instituições que, mesmo particulares, desejem melhorar seu nível técnico, investindo seus recursos em capacitação acadêmica e laboratórios. Porém, neste caso, vemos clara a intenção da utilização de recursos e formação acadêmica de órgãos públicos para lucros de instituições privadas.

A análise da proposta de convênio reforça o fundamento político de nossa crítica: este é o processo real da privatização do ensino superior. Entendemos a preocupação de muitos de nossos colegas com o desmantelamento da Universidade Pública e suas preocupações em conseguir recursos mínimos que garantam seu funcionamento. Porém, o caminho do exemplo que analisamos apenas reforça a crise atual. É preciso que a Universidade instaure um amplo debate, reveja suas insuficiências, aponte a irresponsabilidade dos últimos governos e redefina seu papel na sociedade brasileira para efetivamente sairmos da crise atual.

As questões levantadas pela proliferação de convênios na UFRJ devem ser debatidas pela comunidade acadêmica e deliberadas no Conselho Universitário para definir parâmetros acadêmicos que não conduzam à subordinação da universidade pública ao comércio do ensino.

Diretoria da Adufrj-SSind

Ação de inconstitucionalidade e os 6% do PSS

Apenas alguns servidores receberam as parcelas das devoluções relativas ao Plano de Seguridade do Servidor

Em sentença de agosto o Supremo Tribunal Federal ao julgar uma ação ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores, declarou inconstitucional a cobrança da contribuição entre 1º de julho e 25 de outubro de 1994 dos servidores públicos civis federais ao PSS, Plano de Seguridade Social do Servidor. A decisão do STF baseou-se no parágrafo 6º do artigo 195 da Constituição Federal ("As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ..."). Como o governo Itamar Franco editou a MP 560 em 25 de julho de 1994 e ainda retroagiu sua eficácia para 1º de julho daquele ano, a União perdeu a causa. A sentença é definitiva, ganha no mérito, e não há recurso.

O artigo 114 da Lei 8.112 (RJU) é claro e define que a "administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade".

Portanto, o pagamento das três parcelas devidas já deveria ter sido feito pela reitoria , administrativamente, a todos os servidores da UFRJ.

A Diretoria da Adufrj-SSind já encaminhou ofício à Reitoria solicitando providências imediatas.

Abono pecuniário de 97

A Adufrj-SSind conseguiu através de medidas judiciais o pagamento do abono pecuniário no início de 97. Um número elevado de filiados, cerca de 1.200, pôde exercer sua opção de vender parte das férias graças a esta ação.

Relembramos que esta deliberação teve que ser tomada em janeiro de 1997, de forma rápida para ser efetiva. Portanto foi necessário tomar uma decisão que incluiu todos os solicitantes do abono, filiados à entidade.

O atual contrato com nossa assessoria jurídica prevê um pagamento de 10% sobre os ganhos judiciais. Este pagamento ainda não foi efetuado. A Diretoria da Adufrj-SSind já havia colocado esta questão numa Assembléia Geral que sugeriu uma maior divulgação do assunto antes de efetuarmos qualquer cobrança.

Estamos chamando a atenção para este ponto que deverá constar da pauta de uma nova Assembléia Geral próxima.

Abono pecuniário de 98

A opção de venda de férias para 98 foi obtida através de medidas jurídicas que, no entanto, não garantem o seu pagamento. Será necessária uma nova ação judicial. A Diretoria da Adufrj-SSind vai encaminhar esta questão de uma maneira diferente da do ano anterior. Estamos discutindo um novo contrato com a assessoria jurídica, eliminando o atual percentual de 10% de cada ação.

Isto implicará em maiores despesas para a entidade, portanto, esta redefinição poderá demorar um pouco. Caso não haja tempo hábil para a mudança no jurídico, estamos analisando a possibilidade de procuração individual dos interessados, com autorização explícita de cobrança de honorários.

Como estas questões envolvem vários aspectos, é importante que todos estejam atentos às convocação e pautas de nossas Assembléias Gerais.

Novo contrato jurídico

Como foi dito acima, já estamos discutindo com nossa assessoria jurídica um novo modelo de contrato. Resumidamente teríamos um plantão de atendimento jurídico e não haveria mais remuneração adicional sobre ganhos judiciais. Evidentemente aumentaríamos o valor do contrato. Uma proposta de novo contrato já foi apresentada ao Conselho de Representantes e será debatida em uma próxima AG.

JORNAL
ANO IV
24 A 30 DE NOVEMBRO /97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL

Universidade reage ao governo federal

Professores entram em greve no dia 5 de dezembro em defesa do serviço público e contra a política econômica de FHC. Estudantes da UFRJ promovem manifestação contra o corte de bolsas

"***Abraço ao CT*".** *Com esta manifestação, a Associação dos Pós-Graduandos APG-UFRJ) mobilizou, na última quinta-feira, estudantes, funcionários e professores. Motivos não faltam. O corte das bolsas de ensino e pesquisa determinados pelo pacote de ajuste fiscal do governo é alvo de protestos nas universidades.*

Páginas 4 e 5

Governo aprova reforma na Câmara e ataca RJU

Página 3

Hospital Universitário elege novo diretor esta semana

Páginas 4 e 5

Abono 97 será pauta da próxima Assembléia da Adufrj

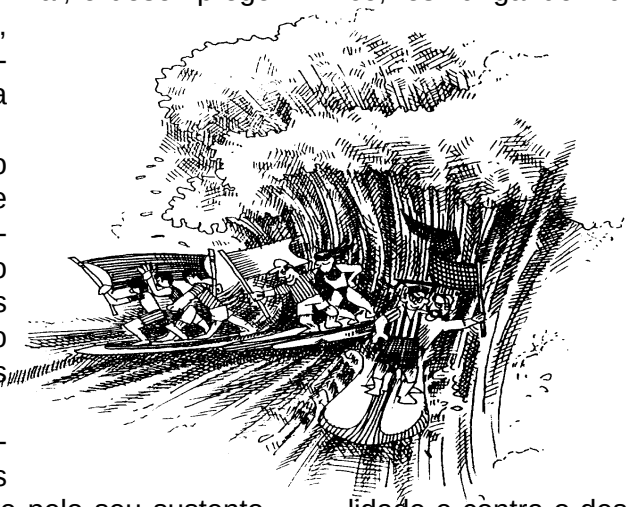
Página 8

Editorial

Universidade Pública : maremoto à vista

Pacote econômico, reforma administrativa, reforma da previdência: tudo em nome da " modernização" do país. A grande imprensa é pródiga em manchetes de apoio. A crise dos "tigres asiáticos" começa a ser empurrada para as páginas internas, como se seu silêncio nos salvasse do perigo. Mas, apesar de toda a propaganda, permanece uma desconfiança crescente. Afinal, o desemprego explode, os impostos aumentam, os serviços pioram, os escândalos financeiros pipocam. Uma maré de desastres se anuncia.

Na verdade não há nada novo no ar. Desde o primeiro pedaço de pau-brasil mandado para Portugal, passando pela derrama do ouro até a presente sangria dos juros da dívida, o processo é o mesmo: as elites exaurem o país e jogam os restos fora.



Ao mesmo tempo, longe do brilho da mídia onipotente, milhões de brasileiros lutam diariamente pelo seu sustento, de suas famílias, em condições difíceis, penosas. Produzem as riquezas da nação, recebem migalhas. Tem sido assim há gerações, há séculos neste país tão rico e tão pobre. E junto disto tudo produzimos um curioso produto nacional, de difícil exportação mas facilmente encontrado nas ruas, no campo, em nossas crianças, um pouco em todos nós - a esperança. Os poetas consagraram a expressão - Brasileiro: profissão esperança.

Na universidade não é diferente. Se temos uma elite arrogante, também temos muita gente que trabalha e produz. Que está inquieta e preocupada com o rumo das coisas. E que, falando francamente, anda tropeçando um pouco na esperança. Uma pena. Andamos meio entocados, trabalhando muito, ganhando pouco, resmungando muito .....

E lá pelas tantas começamos a sentir vontade de abrir as janelas. Quem não abriu a sua na quinta-feira perdeu a manifestação da meninada da pós-graduação aqui pelo campus do Fundão. Uma beleza. Não viram ? Não importa, vai ter mais. Vai ter mais nos dias 4 e 5 de dezembro. A nossa assembléia decidiu fazer um ato e uma greve de um dia (5/12, sexta-feira). Uma pauta curta e enxuta - por um serviço público de qualidade e contra o desemprego - mas um oceano de esperanças.

Acima de tudo, temos certeza de que vai ser muito bom nos reencontrarmos na rua, com os estudantes, com os funcionários, com os aposentados, com os servidores públicos. Para que ? Bem, temos muitas coisas, mas a principal talvez seja para nos sentirmos parte de um movimento maior e começarmos a produzir um outro tipo de ondas.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão
Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368
Edição e Reportagem: Adriana Gomez (Mtb: 15.700) e Pedro Moreira (Mtb: 19.467)
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Governo consegue vitória parcial

Câmara aprova reforma administrativa e o fim do Regime Jurídico Único (RJU). Na terça feira, entram em pauta os destaques da oposição sobre a quebra da estabilidade e fim do concurso público. Depois, texto segue para o Senado.

Um bilhão de reais. Presume-se que este foi o valor gasto pelo governo federal para garantir a aprovação, na última quarta feira (19), em segundo turno na Câmara dos Deputados, da reforma administrativa. Além deste generoso estímulo, o Planalto se colocou disponível para receber emendas de parlamentares ao projeto de orçamento para 1998. Diante de tantas concessões não foi difícil aprovar a proposta governamental representada no substitutivo do relator, deputado Moreira Franco (PMDB/RJ), por 351 votos favoráveis contra 134 contrários e duas abstenções.

O bloco de oposição, formado pelos deputados do PT, PDT e PC do B, usaram todos os mecanismos possíveis para evitar a aprovação desta reforma. Entraram com ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a votação da redação final do substitutivo de Moreira Franco, devido às alterações feitas pelo relator em texto votado pelo plenário. No entanto, o ministro Otávio Galotti, um dia antes da votação, indeferiu a ação por "insuficiência jurídica de pedido". No dia da votação, restava apenas pedir Destaques em Voto Separado (DVS). Questões como quebra da estabilidade, possibilidade de redução de salários, fim do concurso público e do Regime Jurídico Único (RJU) foram alguns pontos que a oposição conseguiu destacar no documento. O RJU foi derrubado, na própria quarta-feira, por 343 votos a favor do governo, 127 contrários e três abstenções. O fim da estabilidade entraria em pauta no dia seguinte, mas, prevendo a falta de quorum, os deputados governistas recuaram e o presidente da Câmara marcou a próxima votação para às 16 horas de terça feira (25), junto com os demais DVS.

Deputada afirma que governo mente

Esgotada depois de um dia de batalha contra a bancada governista, a deputada federal Maria Laura (PT/DF) - que é considerada uma defensora dos interesses dos servidores públicos - acredita que, depois desta quarta feira, o funcionalismo caminha para o desmonte. "Mas, como acredito na dialética, aposto na nossa capacidade de resistência", conclui. A campanha mentirosa que o governo faz junto à sociedade de que a reforma administrativa solucionará os problemas financeiros do governo, para ela, é o principal obstáculo para o funcionalismo. "Nós não possuímos os mesmo meios para dialogar com a população", referindo-se ao papel da mídia que apoiou a reforma, fortalecendo o preconceito que a opinião pública possui em relação aos servidores. "O governo sabe que a reforma administrativa é ineficaz do ponto de vista econômico". Indignada, Maria Laura afirma que a flexibilização prevista na reforma pode até aumentar os gastos do governo com pessoal. "Com o fim da estabilidade, o governo flexibiliza a demissão. Quando ele propõe a quebra do concurso, flexibiliza também a entrada no serviço público, estabelecendo o contrato de emprego. Com isso eu pergunto, quem me garante que haverá redução de gastos com este novo modelo? Eu respondo que não terá. É uma mentira deslavada do governo".

A deputada adianta que as demissões previstas no pacotão servem apenas como pressão para estados e municípios reduzirem suas folhas de pagamento e a conseqüência dessas demissões será a piora nos serviços prestados à população.

Maria Laura foi professora da Universidade Federal do Ceará por dez anos e depois, transferida à Brasília, trabalhou no MEC e lecionou na UnB. Sobre o magistério, a deputada alerta que no texto da reforma foi aprovado o item que prevê vários planos de cargos para professores. Ou seja, o governo quer estabelecer planos diferenciados de salários para cada instituição. Este item significa um ataque direto à organização sindical das categorias do magistério. Ela alertou que outra ameaça às universidades prevista na reforma administrativa diz respeito às Organizações Sociais. "As universidades poderão se transformar nesses organismos. Se isso acontecer, a questão da flexibilização das relações de trabalho e a falta de controle da verba destinada a essas instituições poderão afetar o caráter público das universidades".

DVS da reforma administrativa feitos pelos deputados da oposição:

Licitação – O governo quer o fim de processos de licitação em estatais.

Estabilidade – Fim da estabilidade por insuficiência de desempenho (já aprovada na Câmara) e quando a folha ultrapassar 60% da receita, conforme estipulado na lei Camata.

Concurso Público – O governo quer acabar com o concurso, limitando-o a "complexidade da natureza do cargo", que será prevista em lei complementar.

Possibilidade de redução de salário.

Regime Jurídico Único – Foi derrubado pelo plenário na quarta feira (19), logo após a votação da reforma.

Eleição

Hospital Universitário escolhe novo diretor

Cerca de 550 pessoas lotaram o auditório do 4º andar do HU Clementino Fraga para assistir ao último debate entre os três candidatos ao cargo de diretor : Adelson Vilela Costa, Rodolpho Rocco e Amâncio

De 24 a 26 de novembro, estudantes, professores e funcionários estarão escolhendo o novo dirigente do HU. Cada segmento possui um terço de peso nos votos. Como em qualquer processo eleitoral brasileiro, promete-se tudo em época de campanha: de cesta básica para funcionários à possibilidade de aumento de salários para funcionários e docentes "dedicados à instituição". Folclore à parte, a preocupação dos estudantes, professores e funcionários presentes ao debate era com a captação de recursos para o hospital. Sobre isso, a opinião dos candidatos percorreu caminhos diversos. Para Adelson Vilela Costa (diretor da Divisão Médica), a captação de recursos fora do Sistema Único de Saúde tem de vir precedida de uma melhoria na capacitação dos funcionários do hospital. "O importante é montar uma equipe de prestadores de serviços que melhore o atendimento à população. Temos que nos qualificar para tentar, depois disso, conseguir recursos". Amâncio respondeu à questão de várias formas. Primeiro, lembrou que parcerias com empresas o hospital já faz e têm que ser mantidas. Os convênios, segundo ele, constituem-se em outra solução, mas lembra que eles devem ser estabelecidos com controle. "O SUS responderá à maioria das demandas. Esses convênios deverão ter o controle de um grupo de trabalho composto pela sociedade e a comunidade interna". Por último, a utilização mais eficaz da Fundação José Bonifácio também foi citada pelo candidato como uma das alternativas para aumentar a arrecadação do hospital.

Último debate: a comunidade conhecerá o novo diretor do HU CFF nesta quinta-feira, 27

Para Rodolfo Rocco, os Ministérios da Saúde e da Educação são a principal alternativa para aumento da verba destinada ao HU. Ele citou também a efetiva participação da prefeitura e do estado para aumentar a verba do hospital. Este candidato acredita que a participação dos meios de comunicação é fundamental para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos no hospital. "Os projetos de gestão devem ser encaminhados aos ministérios. Temos competência para isso e, com o auxílio dos meios de comunicação, poderemos ver o nosso trabalho contando com o apoio da comunidade".

A UFRJ vai conhecer o novo diretor do HU dia 27. A apuração está marcada para às nove da manhã, no auditório 4E44, no quarto andar do hospital. A posse acontece no dia 15 de dezembro e o eleito fica no cargo por quatro anos.

Três perguntas aos candidatos

Infelizmente, o candidato Amâncio não enviou suas respostas ao jornal da Adufrj. Vale ressaltar que a equipe do jornal encaminhou as perguntas aos três candidatos no mesmo momento.

Na sua opinião, qual é o maior problema do HU?

Rocco – *Colocá-lo em condições mínimas de funcionamento, a sua estrutura física envelhecida em certos setores prejudica a feitura de convênios, especialmente os de alto nível como os transplantes.*

Adelson – *Talvez possamos sintetizar como o mais preocupante a dificuldade que enfrentamos em mantermos o padrão de qualidade desejável para uma Instituição, cuja missão maior está voltada para a prestação de uma assistência de qualidade, um ensino competente e uma pesquisa de alto nível. A insensibilidade governamental dificulta a concretização destes objetivos.*

Qual a sua posição em relação aos convênios no HU?

Rocco – *Na minha gestão, os convênios com os quais pretendo trabalhar são, primeiramente, os do SUS.*

Adelson – *Sou a favor da elaboração de convênios como forma de captação de recursos para a Instituição. Entendo, entretanto, que devemos preservar o nosso perfil de entidade pública , limitando, inicialmente, a abrangência dos convênios aos segmentos que possam oferecer competitividade, face à qualidade dos serviços prestados. Todos os envolvidos no projeto deverão ser contemplados com os recursos obtidos.*

Qual é a sua análise sobre a criação de Organizações Sociais, prevista na reforma administrativa ?

Rocco – *Não serão benéficas ao HU. São uma forma de exclusão do hospital dos Ministérios da Educação e da Saúde, incluída no processo neoliberal.*

Adelson – *Este projeto é apresentado como fórmula de transição das atividades estatais. Sou contra a implementação deste projeto, pois, penso com o fundamento da preservação da Autonomia Universitária transfere o ônus do gerenciamento e captação de recursos ao Gestor, isentando o poder público de suas responsabilidades de manter o perfil da Universidade Pública.*

Perfil

Rodolpho Paulo Rocco – *professor titular de Clínica Propedêutica Médica, formado em 1957 pela antiga Faculdade Nacional de Medicina. Ex-presidente da Fundação José Bonifácio.*

Adelson Vilela Costa – *professor da disciplina de Anestesiologia e diretor da Divisão Médica do HUCFF. Oriundo das bancas da Faculdade Nacional de Medicina. Fez curso de graduação ligado ao Hospital Escola de São Francisco de Assis de onde saiu como chefe do Serviço de Anestesiologia para o HUCFF. Foi chefe do Serviço de Anestesiologia do HU.*

O candidato Amâncio não enviou o seu perfil.

Capes não define critérios para corte

Pós-graduandos realizam manifestação no CT (Ilha do Fundão) contra a política do governo

O "Abraço ao Centro de Tecnologia " , organizado pela Associação dos Pós-Graduandos (APG-UFRJ), na quinta-feira (20), contou com apoio dos estudantes de pós da Coppe e do Instituto de Física. A manifestação expressou a enorme contrariedade ao pacote de ajuste fiscal baixado pelo governo FHC.

O ato de protesto foi contra o corte anunciado nas bolsas de estudo e pesquisa.

De cada dois estudantes de pós-graduação no Brasil, um recebe bolsa de estudo; e destes 32 mil bolsistas, cerca de dois terços (21 mil) são financiados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - vinculada ao Ministério da Educação, sendo 13 mil bolsistas em nível de mestrado e o restante em doutorado e pós-doutorado.

A política de cortes no sistema de pós-graduação brasileiro não é recente. A APG-UFRJ tem denunciado cortes efetuados nesta área, tanto pelas agências de fomento quanto pela reitoria da universidade, que utiliza recursos dos programas de pós para saldar compromissos de outras áreas. No "Abraço ao CT", realizado na última quinta-feira (20), às 12h, o coordenador da APG-UFRJ, Pablo Piras, leu um manifesto em que a entidade enumera sugestões de outras áreas onde os ajustes podem e deveriam ser feitos, como na propaganda oficial para 98, orçada e mantida em R$ 400 milhões; no aumento da taxação da remessa de lucros para o exterior ou na regulamentação dos impostos sobre as grandes fortunas. Por sinal, um projeto do então senador Fernando Henrique emperrado no Congresso Nacional. Por coincidência, a Lei dos Pós-Graduandos (Lei nº 2405, apresentada por Florestam Fernandes), que regulamentava as funções e atividades dos pós-graduandos, ficou anos engavetada pelo então senador FHC até ser definitivamente arquivada.

As ações do governo para esta área, se já não eram claras, agora são evidentes. O crescimento do número de bolsas concedidas à pós-graduação no Brasil nos últimos dois anos foi igual a zero, e na proposta de orçamento para 1998 enviada ao Congresso Nacional, o governo FHC "presenteou" a Capes, responsável por 75 % das bolsas de ensino e pesquisa concedidas no país, com uma redução de mais de 10% no total de seus recursos, antes do anúncio do pacotão.

Critérios indefinidos

A Capes ainda não definiu como esta diminuição afetará seus programas. Mas, na semana passada, por telefone, o diretor de Programas de Bolsas da fundação, Luiz Loureiro, afirmou

Nos dois últimos anos, o crescimentodo do número de bolsas concedidas à pós no Brasil foi igual a zero

que provavelmente o número atual de bolsas não sofrerá cortes. Mas para o ano que vem, nenhum programa de pós deverá receber cotas adicionais. Diante do inevitável, a tendência é, de acordo com Loureiro, preservar ao máximo os programas de pós-graduação *strictu sensu* (demanda Social) e de treinamento (PET). Em consequência, os programas de apoio de infra-estrutura como o PET e o Proap também não deverão ter maiores cortes. Vai sobrar para a especialização *lato sensu* (LS).

A representante da área da Educação no Conselho Técnico da Capes e professora da PUC-SP, Mirian Jorge Warde, não foi oficialmente comunicada sobre qualquer alteração nos critérios de bolsa para o ano que vem mas está apreensiva. "Estou apavorada, corre-se o risco não só de não haver novas bolsas como de haver cortes nas que estão distribuídas. Isto é de extrema gravidade porque duvido que seja na área de Educação onde se deva fazer cortes; a crise obviamente exige que o corte seja feito em gastos supérfluos", disse Miriam.

Apreensão

Apesar de não ter sido comunicada, a professora tem um palpite de que a conta vai pesar mesmo é para o Programa de Capacitação Docente e Técnica (PICDT). "Estou as–sustadíssima porque isto desmonta o sistema de pós-graduação. A maioria dos alunos com bolsa se afastou dos empregos e está fora de casa, isto significa um risco de sobrevivência de enorme gravidade. A minha avaliação é de muito medo em relação às pessoas que estão envolvidas, afora o golpe que isto implica para os programas de pós-graduação. Esta é uma política suicida", afirmou.

Metas

A meta do pacote de ajuste fiscal é economizar 100 milhões de reais nesta área, segundo anunciou o ministro da Fazenda. Não se sabe se Pedro Malan teve ou requisitará acesso à avaliação de quais e quanto cada possível interrupção de projeto representará em tecnologia de ponta perdida e assistência básica descontinuada, mas parece mesmo que o sociólogo FHC definitivamente não confia no meio em que foi gerado. Ou, de acordo com os dados divulgados na semana passada pelo jornal Gazeta Mercantil, a intenção é mesmo desmontar o sistema de pesquisa no Brasil e acelerar o programa de pacotes tecnológicos do exterior.

Dependência

A matéria da Gazeta afirma que o Brasil é o mercado que mais absorveu nos últimos anos os produtos norte-americanos de alta tecnologia, como semicondutores, computadores, aparelhos eletrônicos, software e equipamentos de comunicação e médicos. As vendas pularam de US$ 2,32 bilhões em 1994 para 4,06 bilhões em 96, e do início da década até ano passado, o crescimento das exportações dos EUA o Brasil atingiu a expressiva marca de 237,3%.

Para a professora Miriam, a relação deste balanço de importação com o corte nas bolsas é íntima: "a curto prazo estamos tendo uma desativação de nosso parque industrial. A abertura de mercado significa que nós nos subordinamos ao produto estrangeiro, de maior competitividade. Desativar o sistema de pós-graduação e de–sestimular a qualificação de quadros só aumenta a longo prazo a nossa dependência à tecnologia de ponta. O país está sendo dirigido para não ter parque industrial e não ter quadros qualificados. É claro que isto só radicaliza a nossa dependência", disse.

CNPq

O CNPq divulgou nota semana passada, assinada por seu presidente, José Galizia Tundisi, comunicando que a previsão de corte nos recursos para o ano que vem é da ordem de R$ 50 milhões. Tundisi também disse que o órgão já está fazendo uma revisão em seu planejamento de 98.

***Flagrante**: Avenida Atlântica, Copacabana, Rio de Janeiro. Enquanto o governo corta recursos das bolsas, o BNDES investe em especuladores falidos, como nesta obra paralisada da Encol.*

Greve: professores param dia 5

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada no dia 18 na Escola de Serviço Social, aprovou por unanimidade a adesão dos professores da UFRJ à greve nacional de 24 horas no dia 5 de dezembro, encaminhada na última plenária dos servidores públicos federais em dois de novembro.

O pacote fiscal do governo teve papel decisivo para esta adesão. Ameaças de demissão, corte nos direitos dos trabalhadores públicos e na verba destinada à pesquisa geraram indignação aos docentes. A reforma administrativa também foi analisada na Assembléia da Adufrj. Percebe-se, com a possibilidade de aprovação da reforma administrativa, que a PEC 370 (autonomia universitária) pode se tornar um assunto defasado pelo governo, uma vez que a criação das Organizações Sociais, de certa forma, contempla a proposta governamental de entregar às universidades aos interesses do setor privado que estava inserida na PEC 370. Foi aprovado, em Assembléia, a construção de um panfleto a ser distribuído à comunidade universitária no dia da greve. Outra proposta acatada será a realização de um ato público, com data e local a serem confirmados, onde estejam reunidos sindicatos docentes e entidades científicas para discutirem o impacto do pacote do governo na área da Educação.

Manifestação fortalece greve

A CUT Nacional está organizando uma grande manifestação no dia 5 de dezembro em São Paulo contra a política econômica. A Marcha Contra o Desemprego pretende reunir milhares de trabalhadores contra as medidas recessivas geradas pelo pacote econômico. A Adufrj, em Assembléia, aprovou a participação neste ato.

Conselho de Representantes se reúne na terça feira

Todos os professores estão convidados a participar da reunião do conselho que acontecerá nesta terça feira (25), no auditório do Colégio Aplicação, a partir das 18 horas.

Esta reunião tratará, dentre outros assuntos, da participação da Adufrj nas manifestações do dia cinco de dezembro.

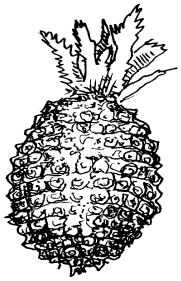
Professores, compareçam!

Jurídico

ABONO 97

Na próxima Assembléia Geral estará em pauta a cobrança dos honorários advocaticios (10%) devidos por todos os filiados a Adufrj-SSind. que receberam o abono pecuniário em janeiro de 97. Relembramos os principais capítulos desta novela.

1) Em 96 o abono foi obtido graças a liminar do Andes-SN; 2) em 16 /12/96, a AG da Adufrj aprovou a ação do mandado de segurança coletivo; 3) em 17/12/96, obtivemos ganho de liminar, 4) a UFRJ cassou a liminar, mas o pagamento na folha de janeiro foi feito (a tramitação da ação do Sintufrj foi semelhante a nossa, mas em datas posteriores); 5) em 21/03/97, a UFRJ ameaça inscrever na " Dívida Ativa" os servidores que não devolverem o abono; 6) a administração da UFRJ erra, creditando novamente o abono aos filiados simultaneamente à Adufrj e ao Sintufrj e descontando o abono já pago aos filiados da Adufrj; 7) a liminar da Adufrj é restabelecida; 8) a UFRJ, desrespeitando o PUCRCE, manda a listagem das férias de 98 com a opção pelo abono já preenchida com "NÃO"; 9) a Adufrj ganha no mérito, em primeira instancia, o direito ao pagamento do abono 97, confirmando a liminar; 10) a UFRJ é notificada judicialmente que deve emitir novos formulários para as ferias de 98; 11) o governo edita portaria (119) suspendendo o pagamento de ações judiciais. Os professores com férias após fevereiro não recebem o abono; 12) a Adufrj prepara nova ação para garantir o direito ao abono em 98.



Honorários

Com todos estes episódios, somente agora foi possível encaminhar a questão do pagamento dos honorários relativos a ação de 97. Em principio, como o contrato é feito entre a Adufrj-SSind e a assessoria jurídica, é a Adufrj a responsável pela dívida.

Como foi um número limitado de filiados que solicitou o pagamento do abono, pretendemos efetuar o desconto em folha, diretamente, apenas destes filiados. Estamos negociando com a nossa assessoria jurídica a possibilidade de um parcelamento.

Estes assuntos serão discutidos na reunião aberta do Conselho de Representantes e deliberados na Assembléia Geral

Missa

A pastoral universitária da UFRJ convida toda a comunidade a participar da missa de Natal no dia quatro de dezembro, a partir das 12h, no auditório do bloco A do CT.

O celebrante será Dom Rafael Llano Cifuentes, bispo auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro.

Todos estão convidados.

JORNAL
ANO IV
1 A 7 DE DEZEMBRO /97

ADUFRJ Seção Sindical

SINDICATO ANDES NACIONAL

A batalha agora é no Senado Federal

Ação dos 28,86%

Estamos abrindo mais um grupo (o terceiro) para os filiados à Adufrj-SSind que ainda não ingressaram com o pedido de incorporação dos 28,86%. Podem participar desta ação tanto os professores que já estavam na UFRJ em janeiro de 1993, quanto os que ingressaram depois.
Devido ao recesso do Judiciário, estaremos fechando as inscrições no próximo dia 8 de dezembro (segunda -feira). Documentos necessários: cópia xerox autenticada de: contracheques de dezembro de 92 e, janeiro e fevereiro de 1993 para os professores com contrato neste período; primeiro contracheque para os que ingressaram depois na UFRJ; carteira de identidade e CPF.

Abono Pecuniário 98

A diretoria da Adufrj-SSind está analizando com a Assessoria Jurídica quais os encaminhamentos para garantir o direito à opção pela venda de férias. Este assunto estará na pauta de nossa próxima Assembléia Geral, a ser marcada.

Reforma: Regime Jurídico Único ainda não caiu

Páginas 4 e 5

Reitores denunciam cortes no orçamento das Ifes

Páginas 6 e 7

Dia Mundial de Luta Contra a Aids

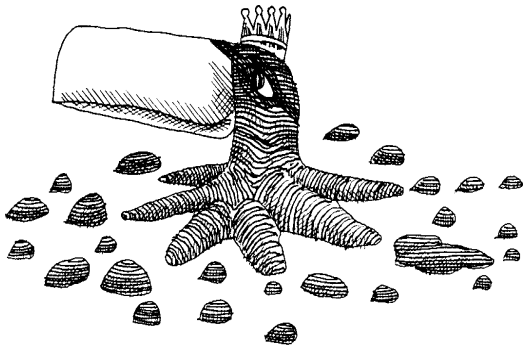
Páginas 8 e 9

Editorial

Mais uma epidemia no campus universitário

Há algum tempo surgiu uma nova epidemia na universidade. Inicialmente, atingiu os mais idosos, depois chegou à meia-idade, agora é a vez dos pós-graduandos e a previsão é de que em breve atinja todos os estudantes de graduação e funcionários. Os primeiros sintomas foram crises de taquicardia durante os noticiários de televisão, logo após foram ataques nervosos ao lerem os jornais pela manhã, em seguida foram choques de paralisia ao receberem os contra-cheques.

Apesar dos repetidos alertas de que a epidemia estava chegando não foi possível uma estratégia de prevenção eficaz. Quando os mais idosos foram obrigados a se aposentar em massa os outros acharam que era um problema localizado. Quando o congelamento salarial começou a dizimar os professores ainda ativos os estudantes não usaram os métodos de prevenção mais indicados - sair em massa para as ruas. Chegou a vez de colocar em quarentena os estudantes de pós-graduação. Os da graduação ainda não acreditam muito que também serão contaminados mas já há sintomas de pânico. Os funcionários andaram tomando alguns produtos tidos como vacina, mas que não impediu que fossem brutalmente congelados. Os sobreviventes passaram a acreditar que já estão imunes e não estão levando a sério a segunda onda da epidemia que provoca demissões em larga escala.



Já existem algumas teorias sobre a epidemia. O modelo mais antigo remete o problema a uma mistura entre brancos, negros e índios que ocorre desde o século XVI. Foi abandonado por inconsistências graves. Outra teoria é a de que trata-se de um vírus artificial, criado no Imperial College, na Inglaterra no século XIX. Teve mais sucesso mas hoje parece meio simplório. Os últimos modelos falam de experiências ocorridas em entidades americanas que produziram um poderoso vírus da série F. O primeiro, conhecido como FC, iniciou um ataque sistemático contra os servidores e os cofres públicos. Causou grandes prejuízos. Quando começou a ultrapassar os limites de sua concepção original foi retirado do mercado. Está atualmente congelado em Miami, de onde pode ser reativado a qualquer momento. O segundo da série, conhecido como FHC, é muito mais perigoso. Desenvolveu uma capacidade espantosa de engolir recursos públicos, aumentar impostos, desviar verbas, vender patrimônios que não lhe pertencem, inventar reformas de fachada. Após processar tudo que encontra pela frente, tem uma habilidade incrível de transferir tudo o que arrecada para seus criadores através de mecanismos simples, academicamente conhecido como “pagamento de juros", "Proer” e outros.

Infelizmente, ainda não há uma vacina eficaz contra este vírus. Algumas promessas de que em 1998 apareça um antídoto ainda não estão confirmadas. Por enquanto, tudo o que podemos fazer é elaborar uma estratégia preventiva, do tipo da que vem sido usada contra a AIDS. Fundamentalmente, trata-se de criar uma rede de informação e de solidariedade. Informação é fundamental para evitar que novas vítimas sejam feitas. Solidariedade com os já atingidos é essencial por que, no fundo, estamos todos contaminados. Também devemos prestar muita atenção as tentativas de reação que vêm se realizando.

Afinal é possível que a eliminação do vírus seja um processo muito simples, desenvolvida em situações inesperadas. Como por exemplo, no 1°de dezembro, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, em que a UFRJ volta a estar presente na Maré, aqui ao lado. Ou no dia 5 de dezembro, no Natal Contra o Pacotão, em que os servidores públicos federais levam seu Papai Noel ao centro da cidade. Ou quem sabe, você mesmo, junto a seus colegas, comece a desenvolver uma vacina eficaz.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão
Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

Edição: Pedro Moreira (Mtb: 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Frenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Greve dia 5: professores da UFRJ definem atividades de mobilização

Na última Assembléia da Adufrj, dia 18 de novembro, várias atividades foram aprovadas visando , principalmente, marcar a greve de 24 horas dos servidores federais, aprovada nesta instância, no dia cinco de dezembro.

Uma das idéias foi de promover uma panfletagem para pais e candidatos ao vestibular, que se realizará na UFRJ no próprio dia 5 de dezembro. Sabendo desse fato, a Assembléia formou uma Comissão para ver locais, horários e panfletos a serem distribuídos, claro, após a prova. Na última reunião do Conselho de Representantes, uma base de panfleto e algumas questões correlatas foram discutidas. A Associação está marcando um encontro nessa quarta (dia 3), às 14 horas, na sede da Adufrj. O professor Henrique Longo (Conselheiro da Engenharia) está centralizando esse processo.

SPF s do Rio promovem ato contra natal da fome no dia 5

Os servidores públicos federais do Rio de Janeiro promoverão um ato com cara de natal de FHC: de fome, miséria e arrocho salarial, para marcar o dia cinco de dezembro. A concentração será às 15:30 horas no Colégio Pedro II (Rua Marechal Floriano, Centro).

Os manifestantes seguirão em passeata até à Cinelândia. Haverá um Papai Noel e "presentes" a serem distribuídos à população, ironizando o pacote 51 e mostrando suas conseqüências na vida do servidor e do funcionalismo público.

Participe, integre-se, e compareça. Venha com as cores do Natal.

Servidores se revoltam contra o governo

3ª Conferência dos Trabalhadores em Serviço Público propõe estratégias contra o pacote e as reformas do governo Fernando Henrique Cardoso

Organizar e mobilizar os trabalhadores em serviço público das três esferas do governo e, ao mesmo tempo, dialogar com a população, esclarecendo-a sobre os verdadeiros objetivos do pacote e dessas "reformas".

Estes são os principais desafios da Central Única dos Trabalhadores (CUT) destacados na 3º Conferência dos Trabalhadores em Serviço Público promovida pela Central, que reuniu em São Paulo, nos dias 21 e 22 de novembro, funcionários públicos das três esferas do governo.

Na conferência foram divulgados dados que constataram o prejuízo do país, durante a quebra das bolsas, por causa da manutenção do Plano Real. Em apenas um dia, foram gastos R$ 4,8 bi.

Os conferencistas também lembraram que a ameaça de demissão dos 33 mil não estáveis – num universo de 55 mil – no governo federal, além das previstas por estados e municípios, os participantes da 3ª Conferência fizeram uma estimativa de que cerca de 1,5 milhão de servidores poderão ficar sem emprego.

A participação maciça de todos os trabalhadores em serviço público nos atos promovidos, em todo o país, no dia 5 – quando estará acontecendo, em São Paulo, uma grande Marcha Contra o Desemprego e, em vários estados, greve de 24 horas das diversas categorias do funcionalismo – foi apontada como primordial.

Além dela, a sociedade civil organizada estará reunida, no dia 6 de dezembro, no Encontro Popular Contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania , no ginásio do Ibirapuera (São Paulo), onde estará sendo proposta a construção de uma greve geral.

Propostas da 3ª Conferência

Calendário unificado de atividades de trabalhadores em serviço público das três esferas;

Intensificar a atuação dos fóruns estaduais dos trabalhadores em serviço público das três esferas, junto às CUTs estaduais;

Lutar contra as reformas administrativas e previdenciária;

Divulgação de Carta Aberta à População, denunciando o pacote e as reformas;

Realização de Seminários e Debates abertos à participação de toda a categoria, para aprofundar as discussões sobre a reforma do Estado e Organização Sindical no setor público;

Fazer um levantamento das demissões de servidores nas esferas federal, estadual e municipal, denunciando FHC, governadores e prefeitos como responsáveis pelo aprofundamento do desemprego e da miséria no país;

Denunciar todos os parlamentares que votaram com o governo nas propostas de reforma administrativa, em suas bases eleitorais;

Fazer ampla campanha contra a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, governadores e parlamentares de sua base de sustentação.

Governo desmonta máquina pública

Mobilização dos servidores é fundamental para barrar reforma no Senado Federal

Os servidores públicos precisam se mobilizar para evitar que a reforma Administrativa (PEC 173) aprovada em segundo turno pela Câmara Federal passe sem alterações no Senado Federal. Pela Constituição, a matéria tem que passar pelo Senado para ir à sanção presidencial. Em outras palavras, nada do que foi aprovado semana passada entrará imediatamente em vigor, antes precisa passar, sem alteração, pelo Senado Federal.

Caso haja modificações, a matéria terá necessariamente de ir a novas votações na Câmara. Lembrando que a reforma da Previdência tramitou durante mais de um ano no Senado.

Como está, a reforma ataca duramente os direitos dos servidores públicos: além da flexibilização da estabilidade, da disponibilidade com salários proporcionais, do fim da isonomia e de uma possível extinção do Regime Jurídico Único (RJU), que está sub judice, os deputados também aprovaram a ruptura do direito de irredutibilidade salarial dos servidores.

Tramitando há mais de dois anos na Câmara, a aprovação do texto só foi possível graças a um "enorme" esforço do governo para "convencer" deputados descontentes e de diversas manobras por parte do relator Moreira Franco (PMDB-RJ) e do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP).

Fora isto, a maioria dos argumentos do governo não se sustenta, nem a propalada economia de R$ 8 a 10 bilhões: para viabilizar uma economia deste porte, os governos estaduais terão de demitir cerca de 1,2 milhão de servidores de um total de cerca de 4 milhões de servidores estaduais distribuídos por todo país, o que significaria a sua inviabilização.

A questão do RJU será julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois os partidos de oposição entraram com uma ação de inconstitucionalidade contra as alterações feitas pelo relator. Ao retirar do texto da Constituição a previsão do Regime Jurídico Único, Moreira Franco exorbitou de suas funções de relatoria da reforma, e ao considerar normal esta manobra, Michel Temer deu uma prévia do que viria pela frente.

Maracutaias

Como na votação da questão da paridade de vencimentos entre servidores ativos e aposentados. Um acordo de líderes ainda no primeiro turno estabelecia que não seriam apresentados novamente no segundo turno destaques que haviam sido rejeitados na votação de primeiro turno. Pois bem, o relator passou por cima deste acordo e colocou de novo em votação o dispositivo que vedava a incorporação de gratificações e vantagens aos proventos de inatividade. Resultado: Temer teve que engolir novamente a supressão do destaque.

Estabilidade

O dispositivo que permite a demissão de servidores públicos estáveis caso os gastos com a folha de pessoal cheguem a 60% do total arrecadado pela União, estados e municípios foi aprovado por 326 votos. Isto não significa que os governos poderão sair demitindo servidores, além de passar pelo Senado, a matéria ainda terá que ser regulada por lei federal. Certo mesmo é que antes de demitir funcionários estáveis,

os governos terão de cortar 20% de suas despesas com cargos de confiança e demitir os não-estáveis.

Disponibilidade

Colocar o servidor em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço era o grande sonho do ex-presidente Collor que o atual presidente Fernando Henrique está se empenhando em tornar realidade. O bloco de oposição apresentou um destaque para votação em separado para tentar retirar da emenda a possibilidade de remuneração proporcional em caso de disponibilidade. Michel Temer declarou este destaque não válido por ter sido apresentado no primeiro turno e, por isso, ele nem foi a votação. Prefeitos e governadores poderão reduzir seus gastos sem precisar demitir, como queria Collor.

Isonomia

Combinado à extinção do RJU, o fim da vedação ao princípio de que sejam pagos vencimentos superiores para servidores do Legislativo e Judiciário faz com que a política remuneratória a ser implantada no âmbito de cada poder não fique mais subordinada ao princípio da isonomia. O que significa o fim da isonomia entre os vencimentos de servidores dos três poderes.

RJU

Fernando Henrique e seus ministros, particularmente Bresser Pereira, creditam à extinção do RJU uma enorme vitória para a administração do país. Porém, todo mundo sabe como são recheados os discursos de governo: as boas intenções sempre escondem as escusas determinações. O que o governo quer é acabar com os direitos dos servidores, enfraquecer resistências a sua desastrosa administração e poder compensar apenas os funcionários que sejam de seu interesse, a exemplo do que recentemente fez ao conceder reajustes a menos de 10% dos servidores públicos federais.

Com o artigo 39 do substitutivo aprovado pela Câmara, além de "criar um novo regime de contrato

de emprego, fica afastada a obrigatoriedade de que sejam asseguradas retribuições isonômicas e uma política remuneratória uniforme para todo o serviço público". Esta avaliação foi feita pelo assessor da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Luiz Alberto dos Santos, numa síntese sobre o substitutivo do relator da PEC 173.

Nesta avaliação Luiz Alberto aponta em que direção caminha o governo: contrato de emprego público, a ser disciplinado em lei, mas sem limites constitucionais, no qual serão aplicadas todas as regras restritivas – aumento somente por lei, sujeição ao teto de remuneração, política remuneratória, proibição de incorporação de vantagens etc – mas não haverá direitos estatutários – estabilidade, disponibilidade e aposentadoria integral – ou trabalhistas – dissídio coletivo e individual.

"O RJU foi uma grande conquista, não só dos servidores como também da cidadania, que conseguiu acabar com o fracionamento de regimes e a multiplicidade de contratações na União , estados e municípios. Antes do RJU, a unificação de regimes dos servidores, determinado pela Constituição de 88 e aprovada pela Lei 8.112, havia uma pluralidade de regimes. Era possível, por exemplo, ter dois professores no mesmo departamento submetidos a regimes jurídicos diferenciados, com direitos e deveres diferenciados, alguns estáveis, outros não", comentou Sayonara Grillo, da assessoria jurídica da Adufrj-SSind. Ela acredita que, caso seja mesmo aprovada a extinção do RJU, certamente grandes embates acontecerão no Judiciário.

Como disse Luiz Alberto dos Santos, os "servidores têm que se articular e acompanhar este esforço de perto. Para evitar que esta emenda seja aprovada do jeito que saiu daqui, só com uma mobilização muito forte, um acompanhamento atento, uma grande pressão e, mais do que tudo, demonstrar definitivamente que esta reforma é uma palhaçada".

Reitores denunciam tática do governo para corte de verbas das Ifes

Universidades federais sofrerão novos cortes até o fim do ano; além das medidas restritivas, governo ainda não liberou a suplementação orçamentária prometida pelo ministro Paulo Renato

O Conselho Pleno da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais e Ensino Superior) se reúne esta semana - sem data e local definidos - para analisar as consequências jurídicas e políticas das últimas medidas do governo. Mas os reitores já acionaram os procuradores jurídicos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) para examinar até que ponto estas medidas atingem a autonomia universitária.

Apesar de terem saído, dia 7 do mês passado, de uma reunião no MEC com a promessa de suplementação orçamentária no valor de R$ 50 milhões, os reitores foram surpreendidos com a dura realidade.

Uma semana depois (dia 11), o governo baixou uma Medida Provisória (1.600) "confiscando" os saldos financeiros em 31 de dezembro de 1997 para amortização da dívida pública. Aparentemente inócua, esta medida representa um duro golpe para a sobrevivência das Ifes: como o fluxo de repasse e a própria correção orçamentária das universidades (suplementações) acontecem no final do ano, grande parte desses recursos só são efetivamente utilizados no início do ano seguinte. Ou melhor, seriam.

O Decreto-lei editado semana passada (nº 2.401, de 24/11/97) tratou de cortar mais 10% do Custeio e 6% no investimento de cada Ifes, ainda dentro do orçamento de 97, o que significa um corte de mais R$ 34 milhões. O rombo das Ifes só faz aumentar.

Governo pretende limitar empenho

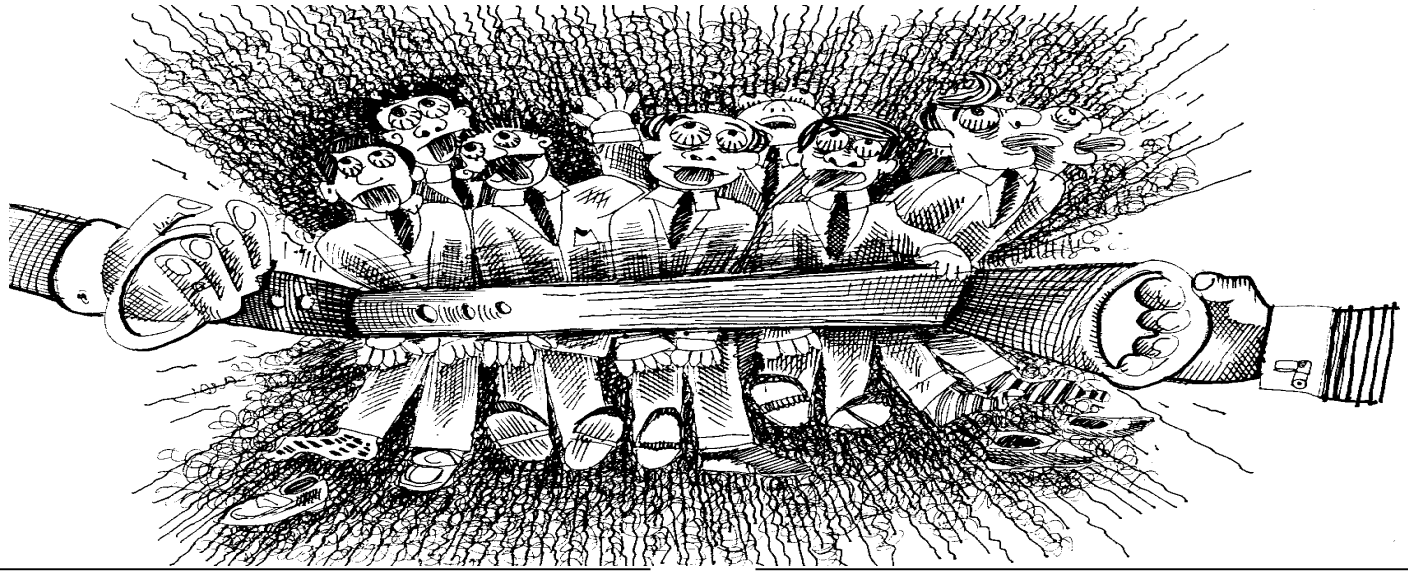
Não bastassem essas medidas, e além do Decreto liberando a suplementação ainda não ter sido editado, os reitores obtiveram, semana passada, no Congresso Nacional, uma informação que, caso se confirme, poderá levar as Ifes definitivamente para o buraco. O governo limitaria o empenho das autarquias e fundações – uma prática corriqueira também conhecida como autorização de despesas – em função exclusivamente da média de repasses entre os meses de janeiro a novembro. Acontece que durante o exercício financeiro de uma Ifes, a grande concentração de gastos acontece no mês de dezembro. Sistematicamente, a partir de setembro, elas enfrentam problemas de endividamento junto à concessionárias públicas, empresas terceirizadas e fornecedores, pois empenham suas compras e débitos contando com os recursos que tradicionalmente são liberados no último mês do ano.

"A grosso modo, cerca de 60% dos gastos em custeio das universidades acontecem em dezembro, exatamente para abater dívidas acumuladas a partir de setembro. Se o governo limitar a autorização, essa medida vai impedir a universidade de honrar seus débitos, pois o empenho acontece baseado no orçamento da Ifes", afirmou o presidente da Comissão de Orçamento da Andifes, Roberto Cláudio Bezerra, reitor da Universidade Federal do Ceará.

IFES precisam de R$ 94 milhões para fechar contas de 1997

Este ano o orçamento das Ifes exauriu-se em setembro. De acordo com o reitor Roberto Cláudio, a necessidade de suplementação para o fechamento do exercício é de R$ 94 milhões para custeio das universidades, para sua manutenção. Numa negociação com o ministro do MEC, foi aprovado uma suplementação prévia de R$ 50 milhões mas, no atual estado, esta suplementação corre sérios riscos de não sair.

Apesar de Paulo Renato ter se apalavrado com os reitores, as recentes ações do governo indicam exatamente o contrário. Se no discurso de lançamento do ajuste fiscal o presidente Fernando Henrique garantiu que a área da Educação não seria atingida pelos cortes do pacote, as medidas da área econômica atestam o grau de retórica do discurso palaciano.



Relator mantém recursos do Orçamento para Ifes

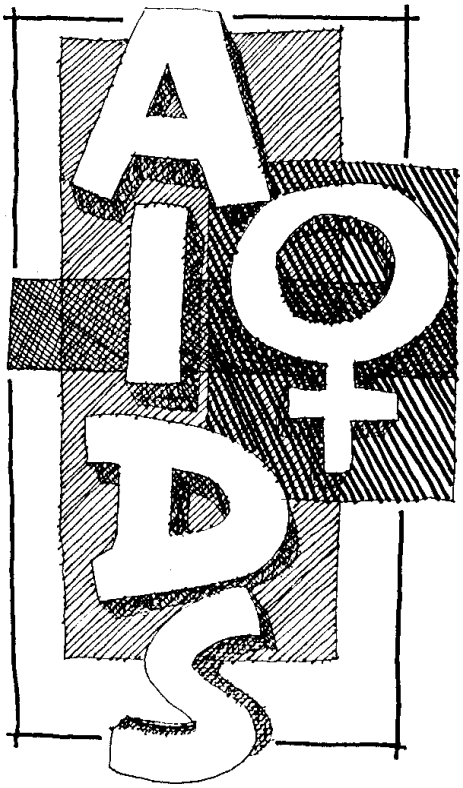
Neste mar de péssimas notícias para as instituições federais de ensino superior, uma bóia de salvação foi lançada na semana passada. Graças às pressões exercidas pelos deputados Paulo Bernardo (PT-PR) e Etevalda Grassi (PTB-ES) e pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi restabelecido o orçamento original das Ifes para 1998.O relator da Comissão de Orçamento, deputado Aracely de Paula (PFL/MG) decidiu, no último dia 27, manter na dotação orçamentária de 1998 para as Instituições Federais e Ensino Superior os 10% dos recursos (R$ 46 milhões) que haviam sido cortados pela subcomissão de Educação.

Aids: Nesc desenvolve projeto educativo com mulheres da Vila do João

Financiado pelo Ministério da Saúde, o projeto tem como meta atingir 1.200 mulheres

Enquanto não for descoberta uma vacina, os projetos educativos continuarão sendo as principais armas de prevenção à Aids. Sabendo disso, o Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (Nesc) do CCS – Centro de Ciências da Saúde - da UFRJ vem desenvolvendo, desde julho deste ano, um projeto chamado: Mulheres de Periferia Urbana: Construindo um Modelo de Intervenção para a Prevenção de DST/Aids.

O nome diz tudo. Trata-se de um projeto de intervenção educativa e também de pesquisa junto a mulheres carentes, cujo projeto piloto vem sendo desenvolvido na Vila do João, uma das comunidades que integra o Complexo da Maré.



Nos últimos anos, o número de mulheres infectadas pelo vírus da Aids vem subindo assustadoramente. Para se ter uma idéia, em 1983, a relação entre homens e mulheres infectados pelo HIV era de 36 para uma, respectivamente. Em 1997, os dados do Ministério da Saúde apontam um salto na infeção feminina. Em algumas cidades, para cada homem infectado, existe uma mulher com Aids.

Diante desses números, o projeto do Nesc, que se propõe a construir um modelo eficaz de como trabalhar a prevenção com mulheres carentes, discutindo questões ligadas a gênero, é necessário e bem vindo.

Mulheres da comunidade como multiplicadoras

"A nossa expectativa é que este modelo colabore de maneira eficaz para o trabalho de prevenção de mulheres. Nós acreditamos que o fortalecimento no campo afetivo e social são fundamentais para se consiga evitar situações de risco". Esta é a avaliação da coordenadora do projeto, Regina Helena Simões Barbosa.

Doze mulheres da Vila do João foram recrutadas e treinadas durante quatro meses como agentes multiplicadores da proposta. Desde outubro elas estão em campo, discutindo com outras mulheres da comunidade os papéis de gênero e sexualidade, saúde reprodutiva sexual, informações sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Aids e negociação do uso da camisinha. Regina está animada com os resultados iniciais. "Algumas mulheres já estão conseguindo utilizar a camisinha como método de prevenção com os seus maridos".

O Nesc conseguiu estabelecer uma parceria com o posto de saúde de Ramos que garante a todas que participam do projeto um exame preventivo. Além disso, as treinadoras do projeto estão cadastradas neste posto de saúde para receberem camisinhas.

Previsto para durar um ano, o projeto tem como meta atingir 1.200 mulheres até junho de 1998. Quem garante a manutenção deste trabalho é a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde.

Disque Aids Mulher da UFRJ foi desativado este ano

Universidade deixa de prestar serviço primordial à população cortando mais um projeto de extensão

Numa data que tem sido marcada pelas manifestações de descontentamento com a situação da saúde no país, o Dia Mundial de Luta Contra a Aids traz recordações de projetos de extensão que foram implementados pela UFRJ, mas, por falta de verba para pagamento de bolsistas, cortados deliberadamente. Esta referência cabe ao Disque Aids Mulher, um serviço considerado de excelência. Desde 1993, a equipe do Nesc desenvolvia um trabalho de extensão multidisciplinar que previa, basicamente, o esclarecimento de dúvidas de mulheres sobre a Aids através de um telefone divulgado à população. "Com o fim do Disque Aids, a universidade deixou de prestar um serviço da maior relevância à população, tendo em vista que a Aids é uma questão gravíssima", avalia Regina Helena Simões Barbosa, uma das coordenadoras do serviço. Ela ressalta que este tipo de programa também é muito importante na formação dos alunos, por se tratar de uma experiência diferenciada.

A equipe do Disque Aids possui um sistema de informação que armazena os dados recolhidos do programa. Inclusive, esses dados já foram divulgados, segundo Regina, em vários eventos científicos.

Além das ligações, a equipe participava de palestras, debates, oficinas e eventos comunitários. Mais uma perda que a UFRJ contabiliza e que deve ser lamentada no dia 1º de dezembro.

Dados da doença:

Segundo a ONU, 30 milhões de pessoas têm o vírus da Aids.

A cada dia, 16 mil pessoas são infectadas no mundo.

As mulheres, em especial as carentes, são as mais atingidas pela epidemia.

No Brasil, em 1983, havia 36 homens para cada mulher infectada; em 97, para cada mulher, existem três homens infectados.

Projeto do Nesc promove atividades no Dia Mundial de Luta Contra Aids

Mulheres estarão, nesta segunda, na Rua Principal da Vila do João conversando com a comunidade

Dia 1º de dezembro, segunda feira, o mundo estará celebrando o Dia Mundial de Luta Contra a Aids. O projeto do Nesc estará a partir das 10 horas na Rua Principal da Vila do João. "Será uma atividade de corpo a corpo e de mobilização", define Regina. Serão distribuídos materiais educativos e camisinhas. Carro de som, faixas e cartazes estarão no local. As mulheres envolvidas no projeto estarão conversando e discutindo com as pessoas sobre formas de prevenção e contágio pelo HIV.

Cortes tornam a pós-graduação inviável

Agência Andes (Brasília) – A Frente de Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia divulgou nota onde afirma que a redução de 12,5% nas dotações para bolsas de ensino e pesquisa, além do corte de 50% nas novas bolsas, - previstos no pacote econômico do governo – "inviabilizam o sistema de pós-graduação brasileiro, tornando mais precários os serviços dirigidos à população". O ensino e a pesquisa também poderão se tornar inviáveis, segundo o documento, com a demissão de cerca de 10 mil docentes não estáveis nas universidades federais.

As medidas econômicas possuem teor "recessivo e confiscatório", ressalta o documento da Frente, que prevê a descontinuidade "na distribuição dos parcos recursos que restarem" aos estudantes e cientistas diante da possível dispensa de funcionários e técnicos de órgãos como Capes e CNPq.

Importações - A nota observa que a falta de critérios do governo na contenção de importações fará com que equipamentos para laboratórios que vêm do exterior sejam igualados a carros e eletrodomésticos. "É preciso que o contribuinte saiba que, usando o consumo dos segmentos privilegiados como desculpa", o governo retira de profissionais como médicos, engenheiros e biólogos dedicados à pesquisa "os meios para detectar problemas e soluções de relevância vital para os cidadãos", afirma.

A Frente questiona o efeito que os cortes nos serviços sociais e na pesquisa científica e tecnológica irão produzir no equilíbrio das contas públicas. "Reduzido, se houver", responde sem seguida, ao observar que o aumento dos juros lança "para níveis astronômicos a dívida pública".

Com as medidas de ajuste fiscal, "o governo recua nas suas próprias afirmações de que investiria 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em Ciência e Tecnologia", ressalta o documento. "Persistindo essa política de lesa-nacionalidade, o governo garante para o nosso povo a situação de colonizado, sem economia própria, sem ciência, sem técnica, sem saúde, sem educação, sem futuro. É preciso que a cidadania se informe sobre o atentado à fé pública, presente na propaganda do poder executivo".

A Frente em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia faz ainda um apelo ao Legislativo, Judiciário e à sociedade para que "não sejam coniventes com esse novo atentado à soberania nacional".

Eleições na UFRJ

Amâncio é eleito diretor do HU

Amâncio Paulino de Carvalho (Serviço de Doenças Infecto-parasitárias) obteve 2.489 votos nas eleições para diretoria do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, que aconteceram no período de 24 a 26 de novembro. Em segundo lugar, Rodolpho Rocco (Clínica de Propedêutica Médica) com 1.633 votos e, por último, Adelson Vilela Costa (Divisão Média), com 1.291.

O candidato vencedor toma posse no próximo dia 15.

Escola de Engenharia tem eleição cancelada

As eleições para a diretoria da Escola de Engenharia foram canceladas. Segundo a Comissão Eleitoral, não houve acordo quanto à confecção das listas dos eleitores. Em reunião com as duas chapas, a Comissão , frente ao impasse, solicitou sua dissolução e encaminhou a questão à Congregação da Escola de Engenharia.

Reunida na última sexta-feira, a Congregação remarcou as eleições para os dias 3 e 4 de dezembro. Uma nova comissão eleitoral foi instalada sob a direção do professor Carlos Alberto Nunes Cosenza.

Eleição para representantes dos funcionários no Consuni é anulada

Em função dos questionamentos apresentados por conselheiros sobre o processo eleitoral para escolha de representantes dos funcionários para o Consuni, houve um acordo entre os eleitos que seria conveniente refazer o processo. Em função disso, novas eleições foram marcadas para o período de 16 a 18 de dezembro e o prazo para inscrição de chapa, prolongado para 8 de dezembro.

Diretoria da Adufrj se reúne com professores do Instituto de Nutrição

Discutir a questão da mobilização docente em busca da unidade e adesão ao movimento de enfrentamento das medidas impostas pelo atual governo e seu impacto sobre a autonomia das universidades federais. Este foi o conteúdo discutido na reunião promovida pela diretoria da Adufrj-SSind com os docentes do Instituto de Nutrição Josué de Castro, no dia 24 de novembro, no CCS.

O clima da reunião refletiu a insegurança e a incerteza quanto ao destino da Instituição, bem como a necessidade de se construir mecanismos que busquem ações efetivas na preservação da universidade enquanto pólo gerador do conhecimento.

Ato público na entrega do Plano Nacional de Educação ao Congresso Nacional

O Plano Nacional de Educação, consolidado durante o II Coned, será entregue ao Congresso Nacional no próximo dia 3. Para marcar a entrega, as entidades integrantes da Comissão Organizadora do II Coned realizarão um ato público a partir das 10h, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

Encontro contra o Neoliberalismo

Dia 2 de dezembro, às 19h, no Clube de Engenharia.
Promoção da CUT-Rio e outras entidades.

História promove seminário

O Procult – Programa de Teoria, Historiografia e História da Ciência e da Cultura –, laboratório de estudos e pesquisas do Setor de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História do IFCS da UFRJ, promoverá o seminário Preservando o Passado, Construindo a Memória nos dias 8 e 9 de dezembro no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), localizado no Largo de São Francisco, Centro. Será realizada, também, uma exposição de fotografias do Morro do Castelo, berço da cidade do Rio de Janeiro, apresentando imagens de suas edificações e do cotidiano de seus moradores. A programação detalhada do evento está no site http:/www.ifcs.ufrj.br/procult e as inscrições podem ser feitas pela internet ou no IFCS – sala 217, tel.: 221-0341, ramal 209.

Nova diretoria da ADUFF toma posse

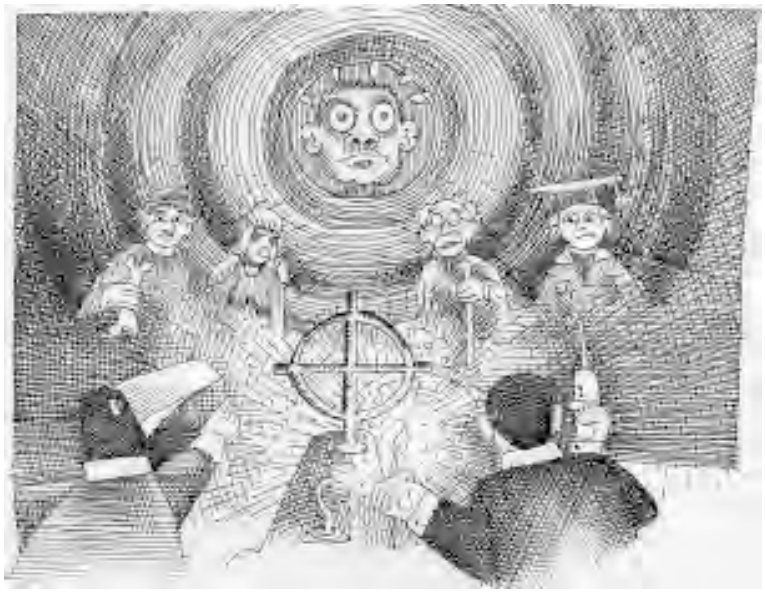
A Associação de Docentes da UFF (ADUFF) está com diretoria renovada. Na última terça (25), os novos membros, que ficarão no cargo até 1999, tomaram posse numa solenidade na sede da entidade. As eleições foram realizadas nos dias 19 e 20 de novembro. A chapa única "Autônoma e Democrática" conseguiu 562 votos válidos, contra 18 em branco e 11 nulos. Confira a composição da nova diretoria da ADUFF-SSsind:

Presidente: Gelta Terezinha Ramos Xavier (Fac. Educação); **Vice-presidente**: Paulo Antônio Cresciúlo de Almeida (Ed. Física); **2º Vice-presidente**: Jacob Binsztok (Inst. De Geociências). **Secretário geral**: Wilma Lúcia Rodrigues Pêssoa (ICHF); **1º Secretário**: Sônia Monnerat Barbosa (Inst. De Letras). **Tesoureiro:** Antônio Joaquim Gonçalves Veloso (Inst. De Geociências); **1º Tesoureiro**: José Antônio e Souza (Inst. De Física). **Diretoria Sindical**: Edson Benigno da Motta Barros (Inst. De Geociências); **Suplente**: Teresinha Josefa Monteiro (Esc. Serviço Social Nit/Aposentado). **Diretoria Cultural**: Marcos Waldemar de Freitas Reis (ICHF/Aposentado); **Suplente**: Elza Dely Veloso Macedo (Fac. De Educação). **Diretoria Acadêmica:** Margarida Carvalho de Santana (Espaço/UFF de Ciências); **Suplente**: Heloísa Gouvêa (Fac. de Educação/Aposentado). **Diretor de Comunicação**: Vera Regina da Silva Massena (Fac. de Veterinária); **Suplente**: Nicholas Davies (Fac. de Educação).

2º Seminário de Ciência e Tecnologia

Participantes constatam descaso do governo, no seminário promovido pelo Andes em Uberlândia, MG

O cenário da C&T no país foi discutido pelos participantes do 2º Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, realizado em Uberlândia - MG, nos últimos dias 22 a 24. Coerente com a acumulação que vem se efetivando em várias oportunidades e eventos do movimento docente, os participantes desse 2º Seminário Nacional saíram convictos que a preocupação com ciência e tecnologia no país não pode se restringir a enaltecidos grupos de excelência, apesar de sua potencial importância e mesmo imprescindibilidade para manter a soberania do país em pontos estratégicos do seu desenvolvimento, visto que estes perderão toda sua eficácia e sentido para um sistema nacional de ciência e tecnologia se não estiverem estreitamente articulados com o sistema educacional e de desenvolvimento tecnológico e científico presentes na sociedade brasileira e por ela mantidos.



De acordo com os elementos comuns que garantiram a unidade dos trabalhos apresentados, as questões que envolvem o desenvolvimento científico e tecnológico em nosso meio está presente no cotidiano da vida do docente e do pesquisador, moldando o seu comportamento no laboratório, no relacionamento com o ambiente onde desenvolve suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, assim como na sua própria inserção na sociedade. Por um lado, o que produzem como ciência e tecnologia de alguma forma atende às necessidade da população, em suas diferentes situações e estratos. Por outro lado, a própria organização dos seus trabalhos têm os condicionamentos, ora de estímulo, ora (mais frequentemente) de restrições apresentadas pelas circunstâncias. A crítica desse cenário e do envolvimento dos seus atores aponta indiscutivelmente para a indispensabilidade e urgência da manutenção, em todos os níveis da sociedade, de ambiente adequado à realização do *metier* que lhes é próprio, a fim de que sejam desenvolvidas tecnologias adequadas às reais necessidades da nação e para que as pesquisas que geram os conhecimentos que embasam tal desenvolvimento possibilitem a dinamização e a obtenção dos melhores resultados nessa busca.

Lamentavelmente, o quadro que se apresenta para a realidade brasileira é desanimador. Uma estratégia bem articulada de governo parece ter por finalidade maior submeter toda produção da sociedade ao capital externo, extraindo o máximo dos seus recursos para transferi-los sob a forma de pagamento de juros (armadilha muito bem montada na época da ditadura militar e que hoje recebe os aperfeiçoamentos e atualização de um pseudo neoliberalismo subserviente que grassa nos círculos do governo) ou para a compra de quinquilharias (entre os quais se incluem alguns pacotes tecnológicos).

As informações e os dados mais atuais que foram expostos pelos conferencistas durante o evento apontam claramente para o desmonte de todo o sistema de C&T no país, sendo alarmante a redução dos recursos destinados ao ensino e à pesquisa, tendência que se vem confirmando nos últimos anos sob as mais variadas alegações e justificativas. Mas, apesar de toda adversidade que enfrentam, os componentes do sistema brasileiro de C&T, em que se incluem as universidades públicas, continuam contribuindo para que este seja o setor mais produtivo e sério entre os órgãos do Estado e o maior baluarte da soberania do país.

Francisco Ary Fernandes de Medeiros,
professor da Escola de Serviço Social da UFRJ

JORNAL
ANO IV
8 A 14 DE DEZEMBRO /97

ADUFRJ
Seção Sindical

SINDICATO **ANDES** NACIONAL

Mare ameaça: demissões vão começar em março

Página 4

Aposentados poderão se recadastrar até dia 12

Página 5

Abono pecuniário: mais um capítulo

Página 3

Assembléia Geral da Adufrj-SSind

11 de dezembro, quinta-feira, às 13h30
Auditório do Centro de Tecnologia (CT), na Ilha do Fundão

Pauta

1) **Instituição de quotas extras de mensalidade associativa a serem descontadas nos contracheques para cobertura das despesas da entidade com o pagamento de honorários advocatícios;**
2) **Nova ação para pagamento do abono pecuniário de 1998.**

Editorial

Eleições na UFRJ: Constituição ou LDB?

Os candidatos estão se articulando, a campanha está nos corredores. Mas a questão é: como será eleito o novo reitor da UFRJ em 1998? Uma questão é clara: a maneira como este processo eleitoral for encaminhado vai definir a atuação da próxima administração.

Segundo a Secretaria dos Órgãos Colegiados, somente na primeira reunião do Conselho Universitário do próximo ano (fevereiro), serão definidas as regras para a eleição do novo reitor. Neste período, em virtude das férias, a universidade está praticamente vazia. Ou seja, antes do processo começar, já é possível questionar a sua legitimidade. Isso porque, definições importantes e primordiais como o peso de cada segmento nesta escolha, serão estabelecidos pelo Consuni num momento em que a mobilização estudantil, por exemplo, não poderá estar presente. Este aspecto é profundamente preocupante para esses segmentos sempre empenhados nas lutas democráticas.

A universidade terá que escolher dois caminhos para seguir neste processo. O primeiro, aparentemente respaldado juridicamente, prevê um peso maior para voto dos professores, conforme o artigo 56 da LDB; o segundo, tem como pressuposto a autonomia de gestão acadêmica nos termos do artigo 207 da Constituição Federal.

O Conselho Universitário poderá definir, no período das férias, as regras para escolha do próximo reitor

Vale ressaltar que esta questão não é simplesmente jurídica. Trata-se de uma opção política de conseqüências profundas. Vamos seguir as opções de um governo que está desmontando a universidade pública ou lutar para termos alternativas? O movimento docente tem sido claro. Não há saída para a crise atual sem o enfrentamento com a política neoliberal. E, para isso, é fundamental que a comunidade acadêmica se sinta representada e participante.

O Plano Nacional de Educação, recentemente construído no II Coned (Congresso Nacional de Educação) prevê que a escolha dos dirigentes das universidades deve ocorrer conforme o estabelecido em seus estatutos. Neste ponto, a UFRJ perde. Seu estatuto foi elaborado na época da ditadura militar. Ou seja, por motivos óbvios, não prevê nenhum artigo sobre a escolha para dirigentes. Por outro lado, a sessão "histórica" do Conselho Universitário (em 5 de junho deste ano) onde foi deliberado que o artigo 207 da Constituição é pleno, demonstra que a UFRJ pode optar por uma caminho mais democrático e transparente.

Outra herança da ditadura que ainda utilizamos em nossa instituição é a lista tríplice. Com o objetivo de controlar quem era escolhido para dirigente, os militares se apropriavam desta listagem. É absurdo que a UFRJ conviva, hoje em dia, com este resquício sem questioná-lo.

As eleições de unidade que acontecerem neste ano são um ótimo exemplo de como a universidade vem pensando, dispersa, autoritária e sem muita discussão, sua forma de representação. Enquanto o Colégio de Aplicação, por exemplo, elege seu diretor através de voto paritário (um terço), o Instituto de Física utiliza-se do velho esquema do Colégio Eleitoral, onde os estudantes se recusam a participar. Tanto a Escola de Engenharia, quanto a COPPE e a Faculdade de Arquitetura, dão 70% de peso ao voto dos professores na escolha, 10% aos alunos e 20% para funcionários.

Outra preocupação foi a maneira como ocorreram muitas dessas eleições: promessas de cesta básica em troca de votos, exploração de crianças com uniformes de escola pública distribuindo panfletos de candidatos, listas de apoio compulsórias e criação de academias de ginástica dentro do Campus. Ou seja, através das eleições de unidade, é possível perceber que este processo não será tão simples e amistoso. Escolher um reitor pode ser um processo relativamente fácil. O difícil é fazer com que este dirigente tenha legitimidade e, por conseqüência, respaldo político para buscar, em conjunto com a comunidade, alternativas para tirar a instituição da crise, sem entregá-la de presente ao capital privado.

AD UFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão
Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

Edição: Pedro Moreira (Mtb: 19.467)
Reportagem: Adriana Gomez
Ilustração: Roberto Houaiss
Fotografia: Guilherme Lessa
Tiragem: 10.000
Impressão: Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes
E-mail: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Diretoria da Adufrj-SSind

Presidente: Roberto Leher
1º Vice-Presidente: Roberto Houaiss
2º Vice-Presidente: Philomena Gebran
1º Secretário: José Miguel Bendrao Saldanha
2ª Secretária: Regina Célia de Souza Pugliese
1º Tesoureiro: José Antônio Martins Simões
2º Tesoureiro: Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

- **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza e Célia Brito Teixeira (titulares), Clóvis Neves Filho e Miriam Kaiuca (suplentes)
- **Escola de Belas Artes:** Patrícia March de Souza
- **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Barros
- **Escola de Engenharia:** Henrique Longo, Sérgio Lourenço Fraenkel e Miguel de Simoni
- **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza e Silva
- **Faculdade de Direito:** Agnelo Maia Borges de Medeiros
- **Faculdade de Letras:** Leonor Werneck
- **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:** Leila Rodrigues Roedel e Lincoln de Abreu

Honorários advocatícios do abono 97

Na Assembléia Geral (AG) da Adufrj-SSind da próxima quinta-feira (11), estará mais uma vez em pauta a questão do pagamento dos honorários advocatícios relativos à ação judicial que garantiu o recebimento, na folha de janeiro de 1997, do abono pecuniário das férias de 97 pelos professores associados à Adufrj que assim haviam optado e que tinham suas férias marcadas para janeiro ou fevereiro de 97.

Estará em discussão e deliberação a proposta da Diretoria, já aprovada pelo Conselho de Representantes, dos professores que receberam o abono terem descontados em seus contracheques o valor dos honorários em quatro parcelas mensais sucessivas.

O contrato da Adufrj-SSind com a sua assessoria jurídica, em vigor desde 1990, determina o pagamento, a título de honorários advocatícios, de 10% "sobre o valor devido aos substituídos, representados ou partes nas ações ajuizadas em decorrência do contrato".

A ação que garantiu o recebimento do abono foi um mandado de segurança coletivo *aprovado pela AG da Adufrj de 16/12/96*, que obteve liminar favorável no dia seguinte. Notificada imediatamente, a SR-4 alegou na época que a folha de dezembro já estava fechada e por isso o pagamento só saiu na folha de janeiro de 1997, quando então os 1163 professores tiveram o abono creditado em seus contracheques, sob a rubrica MS9678092-7 ABONO PECUNIÁRIO.

O valor total recebido foi igual a R$ 2 092 478,33. De acordo com o contrato, portanto, a Adufrj-SSind, sucessora da Adufrj, deve à sua assessoria jurídica 10% desse valor, isto é, R$ 209 247,83. Já na Assembléia Geral da Adufrj de 5/2/97, o pagamento destes honorários esteve em pauta, mas nessa época a liminar havia sido suspensa pelo presidente do TRF e o governo ameaçava cobrar a devolução dos valores recebidos, de modo que a atenção concentrou-se em garantir os ganhos obtidos e a questão dos honorários ficou para ser resolvida depois.

Pouco tempo depois, a liminar foi restabelecida pelo TRF e mais tarde o mérito do mandado foi julgado, com ganho de causa para a Adufrj. Estavam já em vigor, no entanto - como estão até hoje -, as portarias dos ministros Bresser e Malan que na prática desobrigam o governo do pagamento de ações judiciais e, por isso, os professores com férias marcadas de março para cá não vêm recebendo o abono.

Permanece a questão do pagamento dos honorários advocatícios relativos aos valores recebidos em janeiro. O assunto esteve novamente em pauta em várias reuniões do Conselho de Representantes e na Assembléia Geral do dia 4/9/97, que reconheceu a dívida com a assessoria jurídica e definiu que o pagamento seria viabilizado através de desconto em folha, por parte dos docentes que receberam o abono em janeiro, de uma *contribuição sindical extraordinária* à Adufrj-SSind. Esta contribuição não podia, no entanto, ser aprovada naquela AG, pois não constava *explicitamente* da pauta da sua convocação (a pauta referia-se apenas a "honorários advocatícios relativos à ação do abono pecuniário").

É importante frisar que a devedora legal dos honorários da assessoria jurídica é a Adufrj-SSind, e não seus sindicalizados que individualmente receberam o abono, pois não houve, neste caso, autorização individual de cada um. A Adufrj-SSind é devedora porque a abertura da ação foi aprovada na sua instância máxima, a Assembléia Geral, amplamente convocada para esse fim, em dezembro de 1996. O que a proposta da Diretoria tem em vista é simplesmente viabilizar o pagamento da dívida, transferindo-a proporcionalmente aos beneficiários da ação.

Troca de rubricas: Adufrj pede abertura de inquérito

Esta semana, a Adufrj-SSind vai apresentar ao reitor da UFRJ um pedido de abertura de inquérito administrativo para apuração de responsabilidades relativas a lançamentos indevidos comandados pela SR-4 nos contracheques de março de 97. Nesse mês, os docentes simultaneamente filiados à Adufrj e ao Sintufrj - e apenas estes - tiveram descontado o abono ganho pela ação da Adufrj (rubrica "MS 9678092-7 ABONO PECUNIÁRIO") e receberam o mesmo valor como vantagem (rubrica "MS 97982-3 22VF/RJ ABONO PEC.").

Esta última rubrica corresponde a uma ação do Sintufrj, que assim como a da Adufrj, obteve liminar favorável posteriormente suspensa, mas com cerca de um mês de atraso em relação à da Adufrj. Por isso, o abono só foi pago aos filiados do Sintufrj em fevereiro.

A "troca de rubricas" em março foi totalmente absurda e ilegal. O pagamento do abono pela ação do Sintufrj para quem já o havia recebido por outra ação foi claramente indevido, assim como o desconto em folha do abono da ação da Adufrj.

Isto deu margem, na época, às mais diversas e equivocadas interpretações por parte dos professores, particularmente do tipo "a Adufrj perdeu a ação, mas o Sintufrj ganhou", ou "a ação do Sintufrj está mais adiantada do que a da Adufrj" etc. Logo que tomou conhecimento do fato, a Adufrj cobrou da reitoria da UFRJ explicações sobre o fato, que nunca foram dadas.

O reitor, em reunião com a diretoria da Adufrj no dia 11 de abril, informou que a troca das rubricas tinha sido um "erro", que seria corrigido na folha do mês seguinte. Até hoje, a correção prometida não foi feita nem qualquer outra satisfação foi dada.

Mare afirma: governo pretende demitir não estáveis a partir de março

Assessor de imprensa do ministro Bresser Pereira afirma que recadastramento servirá para informar ao governo quem entrou no serviço público sem concurso

O recadastramento dos servidores do Executivo, que começa no próximo dia 15, auxiliará o governo nas demissões dos não-estáveis. A declaração é do assessor do imprensa do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), Roberto Pisa. O jornalista afirmou ainda que essas demissões devem começar a acontecer a partir de março de 1998.

"O recadastramento termina dia 30 de janeiro. O Ministério precisa de pelo menos um mês para verificação de dados. Acreditamos que, a partir de março, teremos as informações necessárias para efetuar as demissões".

Esse recadastramento comprova que o governo não sabe quem são os servidores que entraram na administração pública sem concurso. "Sabemos, numa estimativa preliminar, que são cerca de 55 mil", arrisca Pisa. Outro fator que este recadastramento comprova é que o governo está pouco preocupado com o funcionamento da máquina pública, apesar disso não ser novidade para os que integram o funcionalismo federal. Segundo o assessor de imprensa do Mare, as demissões só vieram à tona por causa do pacote do governo. "A equipe econômica chegou à conclusão que seriam necessárias 33 mil demissões fazendo cálculos. Estamos realizando este recadastramento basicamente em função do pacote", conta Pisa.

O assessor reafirma notícias divulgadas nos jornais: o item que refere-se ao número de dependentes será utilizado para critério de desempate.

Perguntado se o Ministério da Administração Federal não temia perder funcionários competentes com esses critérios como este, pouco profissionais, ele respondeu: "nós sabemos o que os nossos servidores fazem. Mas, segundo a Constituição, só podemos demitir os não-estáveis".

DOCUMENTO PARA VERIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

Modelo de formulário que os servidores receberão a partir do dia 15 deste mês

Saiba detalhes sobre o recadastramento que começa dia 15

1 Os servidores federais receberão o documento para verificação de dados cadastrais pelo mesmo sistema do recebimento dos contracheques.

2 Nesta correspondência, haverá quatro dados que o governo quer saber: forma de ingresso no serviço público, data de ingresso no serviço público, data de nascimento e número de dependentes.

3 Se todos os itens estiverem preenchidos, este (a) servidor (a) não precisará ir até a SR4 para se cadastrar. Entretanto, se alguma informação não estiver correta, ele (a) deverá procurar o órgão de recursos humanos para corrigi-la.

4 Agora, se nesta correspondência tiver algum espaço em branco, este (a) servidor (a) terá que comparecer à SR4 munido com os respectivos documentos comprobatórios.

5 Cada servidor terá apenas CINCO dias para efetuar o seu recadastramento. O período em que ele deverá comparecer à SR4 também estará impresso no documento.

6 No último parágrafo do documento, o Mare reserva o direito de ameaçar os servidores que não participarem do recadastramento: "*cumpre notar que, o não atendimento desta convocação implicará em responsabilidade administrativa, na forma da lei*".

UFRJ desrespeita aposentados

Na UFRJ, o que o governo manda é lei. Pelo menos deve ser assim que a sub-reitoria de Recursos Humanos vem cumprindo as normas palacianas. No recadastramento dos aposentados isso ficou muito claro. Com o discurso de agilizar o processo de recadastramento, a SR4 reservou o Salão Azul da reitoria para receber os aposentados. O resultado foi uma enxurrada de reclamações por parte do idosos. O professor aposentado Silvio Bernardino de Souza ficou chocado com as instalações do Salão Azul. "Nem uma cadeira decente para se sentar tinha. É deprimente você presenciar esta cena: várias pessoas idosas, chegando com dificuldade neste local, alguns, inclusive, com cadeira de rodas e muletas. Em 1954, a reitoria era uma maravilha. Agora se transformou naquele lixo". Zilah Porciúncula Coutinho é outra aposentada que se indignou com as instalações do local escolhido pela SR4. "Aquele Salão Azul de azul não tem nada". A indignação procede: depois de fraturar a perna, Zilah anda com o auxílio de uma muleta. "Fiquei impressionada com a falta de condições de trabalho inclusive dos funcionários. Aquele lugar é horrível".

Todos os aposentados foram convocados através de um telegrama. Este método também demonstrou um certo desrespeito ao público atingido. "Estava viajando e cheguei na quinta feira (dia 4, último dia do recadastramento). O telegrama pedia o meu comparecimento no dia 3. Para não ficar sem salário, vim correndo para o Fundão", reclama Zilah. Silvio recebeu o telex convocatório no mesmo dia em que tinha de comparecer ao tal Salão Azul. "Moro longe e tive dificuldade para atender a este chamado. É a terceira vez que faço recadastramento neste ano. Gostaria que o governo e a UFRJ tivessem mais cuidado para evitar tanto transtorno". Outra sugestão de Silvio: no próximo recadastramento que a SR4 utilize também outras unidades da UFRJ para facilitar a vida dos idosos.

Aposentado

Quem ainda não se cadastrou, poderá fazê-lo até dia 12

Segundo o Mare, o cadastramento dos aposentados é permanente, ou seja, não há prazos. O problema é que este cadastramento está vinculado ao recebimento do salário: quem não o fizer, terá o salário cortado. Os aposentados que não se recadastraram até o último dia quatro, ficarão sem o adiantamento de 30% no próximo dia 22.

Quem for ao órgão de recursos humanos, até o dia 12, segundo o Mare, receberá o salário integral no próximo dia dois. Os que não comparecerem até esta data, poderão, a qualquer momento, fazê-lo, mas correndo o risco de terem seus vencimentos cortados.

Corte em pesquisa também traz prejuízos às indústrias

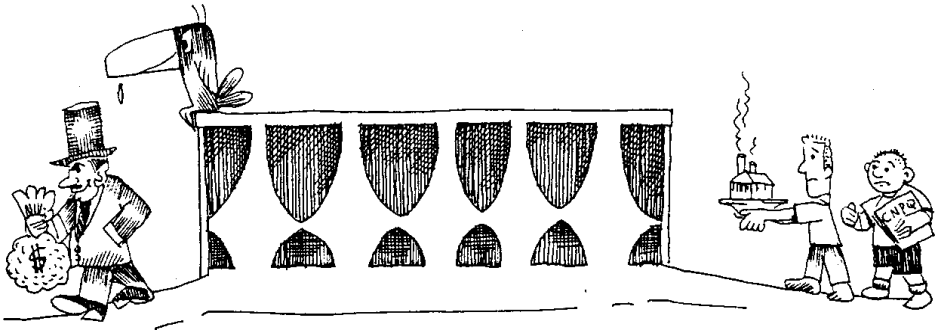
Especialistas prevêem que o número de convênios entre empresas e universidades públicas deve cair em 1998. Redução de bolsas pode prejudicar novos pesquisadores

Agência Andes (Brasília) – O corte de 10% (aproximadamente R$ 90 milhões) nos recursos que subsidiam a pesquisa e as bolsas de pós-graduação no país não afetou apenas as universidades e o surgimento de novas tecnologias. A tesourada, provocada pelo pacote de ajuste fiscal do governo, atingiu igualmente o setor industrial.

Com menos incentivo à pesquisa, deverá cair também o número de projetos tecnológicos elaborados pelas empresas do país, é o que indicam os dados da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Ampei). Dentre as tecno-logias desenvolvidas hoje pelas 650 empresas cadastradas na Ampei, 21,1% são concluídas graças às pesquisas que saem das universidades. "Essa é a segunda categoria na nossa lista de origem de pesquisas", diz Ricardo Sbragia, técnico da Ampei.

De acordo com Sbragia, que há cinco anos acompanha o desenvolvimento dos projetos nessas industrias, as pesquisas acadêmicas vêm se mantendo nessa colocação, embora com uma taxa de crescimento muito tímida.

Com os cortes do pacote econômico, porém, ele não tem mais certeza que a participação das universidades será mantida no próximo ano. "Se a produção científica nas universidades cair, o resultado vai se refletir também nas indústrias que buscam parcerias com esse segmento", afirmou Sbragia.



Efeito dominó

Projeções semelhantes são feitas por várias consultorias. O Instituto de Relação Universidade/Empresa (Uniemp) tem previsões não muito otimistas sobre o futuro da tecnologia industrial no país. Cristina Costa, diretora da entidade, calcula que em 98 pelo menos metade das empresas que firmam anualmente convênios com pesquisadores acadêmicos desistam da empreitada. Para ela, sem novas pesquisas não haverá inovação no produto nacional: "é um efeito dominó".

Citadas em diversos discursos do presidente Fernando Henrique, as micro e pequenas empresas já foram apresentadas pelo governo como exemplos de geração de renda para o país, e como instrumentos de luta contra o desemprego e a crise. Os cortes de verbas à pesquisa demonstram que a realidade é diferente. Segundo estudos produzidos pela Ampei e Uniemp, essa categoria empresarial é a que mais procura as pesquisas universitárias. "Em tempos de globalização, essa medida chega para tirar o incentivo à melhoria da qualidade do produto nacional", alfineta Cristina Costa.

Surpresa amarga

Certo mesmo é o prejuízo tecnológico que as medidas decorrentes do ajuste fiscal trarão para o país. Para 98, o governo já reduziu em R$ 50 milhões o orçamento do CNPq e em 40 milhões o orçamento da Capes.

O diretor de administração da Capes, Luis Horta, não sabe quantificar a perda que recairá sobre cada universidade federal, mas admite que estas sofrerão os maiores impactos, pois são as que possuem mais programas de pós-graduação e pesquisa. "Não esperávamos que o governo fosse tocar nesse setor", disse Horta.

PNE da sociedade poderá tornar-se Projeto de Lei

Agência Andes (Brasília) – O Congresso Nacional recebeu nesta quarta-feira (3), o Plano Nacional de Educação (PNE) feito pela sociedade. O ato público, realizado no espaço Cultural da Câmara dos Deputados, marcou o fim do processo de construção do PNE e o início de sua articulação, no plano institucional, como proposta global de Educação a ser implementada no Brasil. A cerimônia na Câmara teve a presença de deputados de partidos da oposição, lideranças sindicais e estudantis.

O PNE foi consolidado no II Congresso Nacional de Educação (Coned), realizado me Belo Horizonte entre 6 e 9 de novembro. O evento reuniu cinco mil pessoas, entre representantes de entidades educacionais, científicas e sindicais, além do movimento social e prefeituras de municípios. O documento deverá agora ser usado pelos parlamentares oposicionistas como proposta alternativa à do governo, que será encaminhada ao Congresso no dia 15 de dezembro.

10% do PIB

Um diagnóstico da grave crise da Educação brasileira serve de base para a proposição de soluções que abrangem todos os níveis do ensino. O Plano estabelece, no entanto, a necessidade de se ampliar de forma significativa a participação da Educação no PIB (passaria dos 3,7% atuais para 10%). Isso, segundo os autores, vai ajudar a erradicar a metade do analfabetismo no país nos próximos cinco anos (existem hoje cerca de 20 milhões), reduzir os altos índices de repret6encia e evasão escolar, possibilitar mais acesso à escola (27 milhões de crianças e adolescentes não estudam), além de aumentar a infraestrutura para o desenvolvimento do ensino e pesquisa universitária.

O CLA (Centro de Letras e Artes) lança no próximo dia 16 o quarto número da revista Interfaces, cujo título é Linguagens.

A revista traz 10 artigos inéditos que abordam diversas narrativas, das histórias em quadrinhos à natureza binária.

O lançamento será na Livraria do Museu da República, Rua do Catete, 153, às 19 horas.

ABRAÇO AO CAMPUS PRAIA VERMELHA

Contra o corte de bolsas

Quarta-feira, dia 10, 12 horas, próximo à piscina

APG-UFRJ

Programe-se

Seminário Nacional para Aposentados e Pensionistas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo

Dias 9 e 10 de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro

Programação:

Dia 9, às 9 horas - **Conjuntura e reforma da Previdência**

Mesa: Luiz Fernando Silva (representante da CUT nacional no Conselho Nacional de Previdência Social), Vinícius Carvalho Pinheiro (representante da Secretaria da Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social), Maria Machado (presidente da Cobap) e um representante da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (Anfip); coordenador: Remigio Todeschini (tesoureiro geral da CUT nacional).

Às 14 horas – **A questão da Previdência na Itália e Europa e a Organização dos aposentados latinos**

Mesa: Sérgio Veneziani (presidente do Sindicato dos Aposentados da Lombardia, Itália)

Dia 10, às 9 horas – **Nossa organização nos estados do Sudeste**

Às 14 horas – **Plenária de Encerramento**

Local: Sintel, Rua Moraes e Silva, 94 - Maracanã

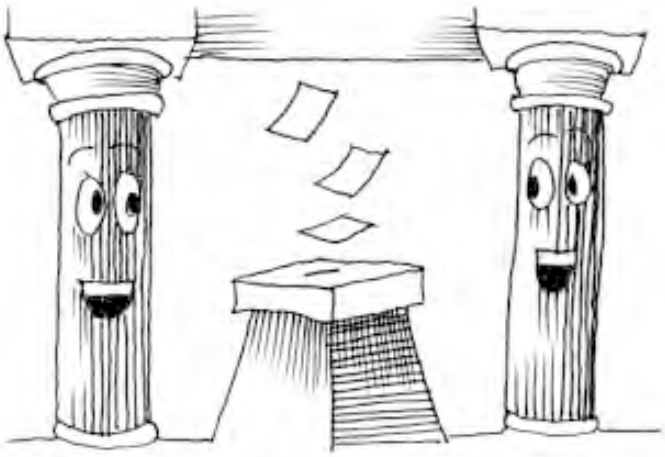
Maiores informações pelos telefones (021) 224-3648, com Antônio Mauro e (021) 569-2430, com Neves.

Não será cobrada taxa de inscrição.

Eleições na UFRJ

Nosso país é um paraíso tropical. Acabamos de assistir um grupo de rock ser preso por pregar a descriminilização da maconha. E aí? Me pergunto: por que não prendem também quem prega a pena de morte? A lei penal pune igualmente, quase sempre, quem faz a apologia do crime e o criminoso. A moral cristã diz ser pecado aquele que o faz por atos ou omissão, creio que a lógica é a mesma.

A universidade é o retrato da nossa sociedade. Quem a viu por dentro identifica todos os extratos sociais nas lutas pelo poder: mudança, destruição e manutenção do status quo. Aí se insere o movimento docente. Todos nós, unidos na luta por liberdade, pregamos e conseguimos mudar condições estruturais: eleger a direção universitária.



Hoje, essa conquista foi incorporada à universidade através da lei, que reconhece esse direito aos que de alguma forma pertencem a essa casta social (alunos, funcionários e professores), e mais ainda, sem causar nenhuma revolta, separa classes: professores (70%), alunos e funcionários (30%) parcela essa que democraticamente será dividida em cada unidade ou órgão universitário. Alguns permanecem fiéis a um pseudo igualitarismo 1/3 para cada segmento e daí? Quem mais paga impostos continua sem ter acesso ao ensino, seja frequentando as escolas ou influindo na sua direção. Essa é a questão primordial, será que saiu de moda?

O neoliberalismo nos deu de presente um "sociólogo de esquerda" – como mentor e executor de suas propostas e tudo conseguido pela via democrática do voto. Omite-se a interferência dos meios de comunicação que hoje - falando, escrevendo ou usando imagens - mostram uma só realidade e conduzem os sonhos dos excluídos que, dessa forma, chegarão ao paraíso. Ledo engano.

Na UFRJ as eleições estão ocorrendo: diretores de unidade, decanos de centros e por último, reitor. As eleições das unidades clarificam as das decanias e essas convalidam a eleição máxima que é a do reitor.

Apesar da aparente democracia, caberá ao MEC escolher o reitor em uma lista tríplice e, como em todo regime democrático, isso foi aprovado pelo Congresso. Não cabe questionar? O que ocorrerá na UFRJ se o escolhido não for o mais votado?

As eleições que hoje ocorrem têm condicionantes interes-santes, paradoxos, quando dirigentes atuais se can-didatam e não se desincompatibilizam, eleições com proibição de propagandas, onde apenas ao poder cabe decidir as listas de eleitores etc.

Antes que apenas os órgãos colegiados ou os gabinetes passem a decidir, é bom que a Adufrj-SSind bote o bloco na rua, conduza e fomente a discussão do assunto por todos os docentes, pois, só para exemplificar, no Consuni existe um representante de professsores assistentes e não há representação de professores auxiliares.

Será que os visitantes e substitutos votam? Podem ser eleitos? E os aposentados, como participam? Atualmente podem ser candidatos? Então devem todos votar? É bom abrir a discussão.

José Luciano de Souza Menezes,
professor da Escola de Engenharia

Em virtude da realização das provas do vestibular na UFRJ, o fechamento desta edição foi antecipado para quinta-feira (4). A cobertura das manifestações da greve dos servidores públicos no dia 5 será publicada no próximo número.